Página 2. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 02
RUBRICA

GABINETE DO DEPUTADO
IVAN NAATZ

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Lido no Expediente
21ª Sessão de 29/4/20
Providencie-se

Deputado Julio Garcia
Presidente
29/04/2020

Eron Giordani
Chefe de Gabinete da Pre
29/04/20

RQC/0002.0/2020

REQUERIMENTO

Os Deputados Estaduais que este subscrevem, com amparo no art. 47, §3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com o art. 41 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, **REQUEREM** a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 9 (nove) membros, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, para apurar fato determinado consistente na investigação de possível prática de ilícitos relacionadas à DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020, realizada pela Secretaria de Estado da Saúde, que resultou na contratação da empresa VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI – CNPJ 02.482.618/0001-60, tendo por objeto a aquisição de 200 respiradores pulmonares, ao custo total de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais).

Cada respirador, equipamento essencial ao enfrentamento da COVID-19, custou para o Estado o montante de R$ 165.000,00 (cento e sessenta mil reais), valor bem acima do já pago pela União e por outros Estados da Federação, que varia entre R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e R$ 100.000,00 (cem mil reais), a exemplo do Governo de Minas Gerais que comprou 747 respiradores a um custo de R$ 43.965.000,00 (quarenta e três milhões, novecentos e sessenta e cinco mil reais), ou seja, R$ 58.855,42 (cinqüenta e oito mil, oitocentos e cinqüenta e cinco reais e quarenta e dois centavos) por respirador.

Além do preço, o fato supramencionado causa, no mínimo, estranheza, haja vista que a integralidade do pagamento já foi efetivada, porém os aparelhos - que deveriam ter sido entregues no início de abril, em 48 unidades de saúde do Estado - ainda não chegaram.

A primeira movimentação do Governo Catarinense para a aquisição dos respiradores foi protocolada pela Secretaria de Estado de Saúde às 10h17min do dia 26 de março. Naquele mesmo dia, às 15h31min, foi incluída no sistema a ordem de fornecimento dos equipamentos oferecidos pela empresa, finalizando o processo de escolha.

Além do exposto, causa ainda mais estranheza o fato de a empresa ficar localizada em uma casa muito simples no Município de Nilópolis, segundo os dados constantes na proposta feita ao governo catarinense. No *site* da empresa há apenas a foto de um prédio cuja imagem foi aparentemente

Naatz

Página 3. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 03
RUBRICA

adulterada no Photoshop, além de uma referência a outra cidade, Macaé, na região dos Lagos do Rio e de um telefone em que ninguém atende.

Ainda, conforme noticiado na imprensa, houve mudança no modelo do respirador – em vez do Medical C35, originalmente contratado pelo Governo, a empresa forneceria o Shangrila 510S, o qual custaria um terço a menos que o modelo contratado. Segundo a empresa Veigamed, tal alteração teria sido solicitada pelo Secretário de Estado da Saúde Helton Zeferino, tratando-se de um fato gravíssimo e que, portanto, precisa ser elucidado.

Assim, pelas peculiaridades ora apresentadas e outras possíveis e graves irregularidades que possam advir desse duvidoso procedimento de compras públicas, há urgente necessidade de se averiguar, com maior profundidade, as circunstâncias que culminaram na celebração do contrato com uma empresa especializada no comércio de produtos hospitalares como gaze e mobília, mas sem qualquer histórico de venda de respiradores.

Dessa forma, motivados pelo fato de que **(I)** a compra se deu sem a devida publicidade, já que não constam registros de abertura de certame licitatório nos instrumentos de controle (artigo 37, *caput,* da CF), **(II)** os atos da administração pública devem ser públicos, de conhecimento geral, bem como **(III)** as denúncias por parte da imprensa são muito graves e precisam ser apuradas com urgência, é que os Deputados abaixo assinados requerem a imediata instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Do exposto, cumprindo uma das competências precípuas e exclusivas da Assembleia Legislativa, elencada no art. 40, inciso XI, da Constituição Estadual, qual seja, a de fiscalizar os atos do Poder Executivo, e com base em dispositivos legais já mencionados, requer-se a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar fato determinado consistente na investigação de possível prática de ilícitos relacionadas à DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020, realizada pela Secretaria de Estado da Saúde, que resultou na contratação da empresa VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI – CNPJ 02.482.618/0001-60, tendo por objeto a aquisição de 200 respiradores pulmonares, ao custo total de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais).

Florianópolis, 29 de abril de 2020.

Deputado Ivan Naatz

Página 4. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 04
RUBRICA

CERTIDÃO

Certifico que os deputados (as) abaixo relacionados, em atenção aos §§ 1º e 2º do Ato da Mesa nº 133 de 3 de abril de 2020, declararam expressamente que autorizam o uso de sua assinatura digital para que se cumpra os requisitos essenciais quanto a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que pretende apurar fato determinado consistente na investigação de possível prática de ilícitos relacionadas à DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020, realizada pela Secretaria de Estado da Saúde, que resultou na contratação da empresa VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI – CNPJ 02.482.618/0001-60, tendo por objeto a aquisição de 200 respiradores pulmonares, ao custo total de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais).

Deputado (a)	De acordo
Deputada Ana Campagnolo	
Deputado Bruno Souza	
Deputado Fabiano da Luz	
Deputado Felipe Estevão	
Deputado Ismael dos Santos	
Deputado Ivan Naatz	
Deputado Jessé Lopes	
Deputado João Amin	
Deputado Kennedy Nunes	
Deputado Laércio Schuster	
Deputado Marcius Machado	
Deputado Marcos Vieira	
Deputada Marlene Fengler	
Deputado Mauricio Eskudlark	
Deputado Milton Hobus	
Deputado Neodi Saretta	
Deputado Nilso Berlanda	
Deputado Ricardo Alba	
Deputado Sargento Lima	

Cleo Fátima Manfrini
Diretora Legislativa e.e.

Página 5. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

MANIFESTAÇÃO DE DEPUTADOS ESTADUAIS A FAVOR DA CPI SOBRE A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020, REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI – CNPJ 02.482.618/0001-60, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES, AO CUSTO TOTAL DE R$ 33.000.000,00 (TRINTA E TRÊS MILHÕES DE REAIS). - ARTIGO. 47, §3º, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COMBINADO COM ARTIGO 41 DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 05
RUBRICA

Deputada Ada De Luca

Deputado Felipe Estevão

Deputado Altair Silva

Deputado Fernando Krelling

Deputada Ana Campagnolo

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Bruno Souza

Deputado Jair Miotto

Deputado Coronel Mocellin

Deputado Jerry Comper

Deputado Dr. Vicente Caropreso

Deputado Jessé Lopes

Deputado Fabiano da Luz

Deputado João Amin

Página 6. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Deputado José Milton Scheffer

Deputado Julio Garcia

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Laércio Schuster

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Luiz Fernando Vampiro

Deputado Marcius Machado

Deputado Marcos Vieira

Deputada Marlene Fengler

Deputado Mauricio Eskùdlark

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Milton Hobus

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 06
RUBRICA

Deputado Moacir Sopelsa

Deputado Nazareno Martins

Deputado Neodi Saretta

Deputado Nilso Berlanda

Deputada Paulinha

Deputado Paulo Eccel

Deputado Ricardo Alba

Deputado Rodrigo Minotto

Página 7. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Deputado Romildo Titon

Deputado Sargento Lima

Deputado Valdir Cobalchini

Deputado Sergio Motta

Deputado Volnei Weber

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 07
RUBRICA

Página 8. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

"Dos Respiradores"

(Instituída por meio do RQC/0002.0/2020 -
Ato da Presidência nº 011-DL/2020, de 05/05/2020)

RELATÓRIO FINAL

Presidente: Deputado Sargento Lima
Vice-Presidente: Deputado Valdir Cobalchini

Relator: Deputado Ivan Naatz
Relator-Adjunto: Deputado Fabiano da Luz

Membros: Deputado Felipe Estevão,
Deputado João Amin,
Deputado Kennedy Nunes,
Deputado Milton Hobus,
Deputado Moacir Sopelsa.

Florianópolis (SC) 18, agosto de 2020.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 9. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

INTRODUÇÃO

Com aparo no Regimento Interno desta Casa Legislativa, por meio da proposição nº **RQC/0002.0/2020 - Ato da Presidência nº 011-DL/2020, de 05/05/2020**, foi constituída a presente Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com **a finalidade de apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da VEIGAMED Material Médico e Hospitalar EIRELI, tendo por objeto a aquisição de 200 (duzentos) respiradores pulmonares, ao custo total de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais).**

Conforme teor do Requerimento de instalação, a CPI foi **criada em face da gravidade dos fatos noticiados pelo site "*The Intercept Brasil*", em reportagem jornalista[1] que detalhou os passos da compra suspeita e a existência de possíveis irregularidades na Dispensa de Licitação nº 0754/2020 celebrada pela Secretaria de Estado da Saúde**, em razão da urgência decorrente da contaminação humana pelo novo coronavírus – covid-19.

Assim num cenário de situação de calamidade pública global decorrente da pandemia de covid-19, que uma associação de indivíduos composta por servidores públicos estaduais e representantes de empresas privadas associaram-se com o intento de obter vantagens patrimoniais indevidas em detrimento do erário catarinense, aproveitando-se para tanto, do afrouxamento das medidas de controle das atividades administrativas.

Dentre as ilicitudes apontadas no processo de compra, destacam-se: **i)** a realização da dispensa de licitação mediante pagamento antecipado - de valor elevado e sem exigência de garantia, **ii)** contratação de empresa suspeita, **iii)** alteração do produto por outro inferior e inservível para o fim proposto, sem redução do valor final do contrato, e **iv)** inexecução contratual, haja vista a ausência de recebimento dos equipamentos.

Vale lembrar que a legislação estadual, com alicerce na Constituição Federal, prevê a função de fiscalização e controle do Poder Legislativo, e ainda, prevê a competência privativa das Casas Legislativas para criar Comissões Parlamentares de Inquérito sobre fatos determinados e por prazo certo, mediante requerimento de um terço de seus membros.

Desta forma, em respeito ao exercício do Poder Legislativo de fiscalizar os atos que possam causar prejuízos à Administração Pública afetando direta ou indiretamente o interesse público, foi criada e instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, a fim de investigar as irregularidades ora apontadas, já que esta Casa de Leis não poderia esquivar-se ao dever de cumprir com uma das

[1] https://theintercept.com/2020/04/28/sc-proposta-forjada-respiradores-fantasmas/

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 10. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3086
Rubrica

suas principais atribuições e se dedicar ao exame da matéria, buscando a verdade dos fatos, por todos os meios legais admitidos, a fim de apontar às autoridades competentes e a sociedade, todas as irregularidades encontradas no desastroso processo de compra de 200 (duzentos) respiradores pulmonares, com dispensa de licitação.

É com base nesse contexto que apresento o relatório final da **"CPI, dos RESPIRADORES"**, emitindo, ao final, as conclusões, resultados e encaminhamentos necessários à eficácia dos trabalhos realizados por esta Comissão.

DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI

As Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI tem previsão constitucional e se constituem em uma das formas de controle da Administração Pública exercida pelo Poder Legislativo.

Regulamentadas pela Lei n.º 1579/52, as Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI adquirem maior importância no cenário político nacional, a partir da promulgação da Constituição da República de 1988. Sendo acertado afirmar que a CPI é um instrumento jurídico do Poder Legislativo, legalmente constituído para buscar informações, efetuar diligências, colher depoimentos e outros mecanismos para apurar fatos determinados que estejam contra o interesse público.

Antes de tudo, é preciso ressaltar "o que" a população catarinense pode e deve esperar de uma CPI, que possui limites traçados pela Carta Magna que rege o estado democrático de direito, nos moldes instituídos pelo § 3º do art. 58 - *"as Comissões Parlamentares de Inquérito, terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, e serão criadas para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhado ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores".*

Como se nota, a Constituição deu poderes de investigação de autoridade judicial, além de outros poderes existentes no Regimento Interno de cada Casa de Leis, a fim de possibilitar o cumprimento de todos os objetivos e tarefas.

No âmbito Estadual a Comissão Parlamentar de Inquérito é regulamentada pelo art. 47, § 3º da Constituição Estadual Catarinense, que assim dispõe:

> *Art. 47 - A Assembleia Legislativa terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as competências previstas no regimento interno ou no ato de que resultar sua criação.*
> *(...)*

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 11. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

FRENTE PARLAMENTAR DE TIRO ESPORTIVO
Fls. 3087

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios de autoridades judiciais, além de outros previstos no regimento interno da Assembleia, serão constituídas mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Por sua vez os artigos 41, 141 a 163 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Santa Catarina regulamenta a criação e a instalação. Prevendo naquele último, a forma do relatório final, *in verbis*:

Art. 163. Ao término dos trabalhos, a Comissão apresentará relatório circunstanciado contendo a sinopse de todo o processo, com suas conclusões, que será publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa e encaminhado:
I – à Mesa, para as providências de sua alçada ou do Plenário, oferecendo em 3 (três) Sessões, conforme o caso, projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução, que serão incluídos na Ordem do Dia, dentro de mais 2 (duas) Sessões;
II – ao Ministério Público, com cópia autenticada e rubricada da documentação, para que adote as medidas decorrentes de suas funções institucionais;
III – ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo; e
IV – à Comissão Permanente que tenha a maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento ao prescrito no inciso III deste artigo.
§ 1º Nos casos dos incisos II e III deste artigo, a remessa será feita pelo Presidente da Assembleia Legislativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
§ 2º Do relatório constarão a constituição e finalidade da Comissão, sua composição, prazos observados e roteiro dos trabalhos realizados, com destaque para:
I – transcrição dos depoimentos ouvidos;
II – depoimentos arrolados, mas não viabilizados;
III – eventuais viagens realizadas;
IV – documentação recebida e anexada;
V – parecer do Relator; e
VI – conclusões da Comissão.

Nestes termos, mediante ao que propõe a legislação competente, o presente relatório tem por cerne expor as atividades e procedimentos adotados por esta CPI, desde a sua constituição, de modo a esclarecer a população, e todos os abrangidos pelo interesse público, sobre o cumprimento da função parlamentar fiscalizadora.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 12. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3088
Rubrica

DOS LIMITES DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Além de fiscalizar, a essência desta CPI é, com a conclusão de seu trabalho, apontar soluções e propor modificações administrativas, sendo que as irregularidades que impliquem em responsabilização dos agentes públicos e privados deverão ser remetidas aos órgãos competentes, dentre eles, o Ministério Público para que adote as medidas decorrentes de suas funções institucionais.

Como se vê, a Comissão Parlamentar de Inquérito deve respeitar limites, sob pena de ser declarada nula! Logo, os preceitos que a criaram e a regulamentaram não podem contrariar a Constituição e seus princípios, por mais que detenham autoridade jurídica.

Melhor esclarecendo, se a Constituição Federal e Estadual atribui as Comissões Parlamentares de Inquérito - CPI poderes de investigação próprios de autoridades judiciais há que considerar que durante todo o processo investigativo, torna-se exigível o respeito ao direito do indiciado de participar alegando o que quiser em sua defesa.

A CPI não condena, embora indique os preceitos legais enfrentados por quem nela foi inserido como agente causador/partícipe do dano ao erário. Também colhe informações sobre o objeto investigado, para posteriormente, apresentar dados concretos ao órgão competente, para que, assim entendendo, efetive o oferecimento de denúncia formal ou instauração de processo de responsabilidade civil, sendo também um importante instrumento de apoio político/administrativo na instrução de tais procedimentos, caso já existam quando da conclusão dos trabalhos.

Outro limite, que merece destaque é que as Casas Legislativas, através da CPI, não poderão invadir competência de outros órgãos constitucionais – Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado, por exemplo.

Da mesma forma, as providências que tenham caráter investigatório e impliquem restrição direta a direitos individuais também estão protegidas pelo próprio texto constitucional e, por conseguinte, somente podem emanar de juiz, e não de terceiros, mesmo àqueles a quem foram atribuídos "poderes de investigação próprios das autoridades judiciais".

Assim sendo, a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI quando da condução do procedimento investigatório, dispõe de todos os meios necessários para atingir seus objetivos. Entretanto, há que haver o entendimento geral de que os poderes de indagação probatória, de investigação ou pesquisa dos fatos que motivaram a instauração do inquérito parlamentar sofrem como já mencionados,

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 13. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3089
Rubrica

limitações de ordem jurídico-constitucional que restringem a capacidade de atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

DA INSTALAÇÃO, COMPOSIÇÃO E PRAZOS DA CPI

Como já dito tal medida legislativa versa sobre Requerimento de Constituição de Comissão de Inquérito - RQC/0002.0/2020, com a seguinte súmula: "***foi constituída a presente Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da VEIGAMED Material Médico e Hospitalar EIRELI, tendo por objeto a aquisição de 200 (duzentos) respiradores pulmonares, ao custo total de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais)***".

O requerimento - **RQC/0002.0/2020** foi encaminhado por iniciativa do Deputado Ivan Naatz, ora relator, e subscrito pelos demais deputados desta Casa de Leis, a saber, em ordem alfabética: Ada De Luca, Altair Silva, Ana Campagnolo, Bruno Souza, Coronel Mocellin, Dr. Vicente Caropreso, Fabiano da Luz, Felipe Estevão, Fernando Krelling, Ismael dos Santos, Jair Miotto, Jerry Comper, Jessé Lopes, João Amin, José Milton Scheffer, Julio Garcia, Kennedy Nunes, Laércio Schuster, Luciane Carminatti, Luiz Fernando Vampiro, Marcius Machado, Marcos Vieira, Marlene Fengler, Maurício Eskudlark, Mauro de Nadal, Milton Hobus, Moacir Sopelsa, Nazareno Martins, Neodi Saretta, Nilso Berlanda, Padre Pedro Baldissera, Paulinha, Ricardo Alba, Rodrigo Minotto, Romildo Titon, Sargento Lima, Sérgio Motta, Valdir Cobalchini e Volnei Weber. Restando, deste modo, **constituída** a presente Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo **Ato da Presidência nº 011-DL/2020, em 30 de abril de 2020.**

Quando de sua constituição pelo ato acima referenciado, foi também comunicado ao Plenário, pelo Presidente desta Casa de Leis, o número de vagas cabíveis a cada bancada ou bloco parlamentar, de maneira que em **05.05.2020** restou formada a presente Comissão com os seguintes membros (em ordem alfabética): Fabiano da Luz, Felipe Estevão, Ivan Naatz, João Amin, Milton Hobus, Marcos Vieira, Moacir Sopelsa, Sargento Lima e Valdir Cobalchini.

Ainda, quando da constituição dos membros, restou convocada a **Reunião de instalação** para **as 17h do dia 05/05/2020**, no Plenário Osni Régis da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, por vídeo conferência sob a Presidência do Deputado Moacir Sopelsa, cuja pauta constituiu-se, seguindo preceitos regimentais, da definição do Presidente, do Vice-Presidente, do Relator e do Relator-Adjunto. De tal modo, por votação, foi escolhido o Deputado Sargento Lima, à Presidência, o Deputado Valdir Cobalchini à Vice-Presidência, o Deputado Ivan Naatz à Relatoria e o Deputado Fabiano da Luz à Relatoria-Adjunta, todos por unanimidade.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 14. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3090

A **1ª Reunião ordinária** da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) ocorreu aos **12/05/2020 às 17h**, na ocasião temas diversos foram abordados, tais como: discussão e aprovação de requerimentos para oitivas de testemunhas e diligências externas, subscritos pelos Deputados João Amin, Laércio Schuster e Valdir Cobalchini, e a este Relator, coube a **apresentação** do **ROTEIRO DE TRABALHO (fls. 138 a 140 do vol. I)**, cuja premissa para a **conclusão dos trabalhos era o prazo inicial de 60 (sessenta) dias, ou seja até 30/06/2020; Contudo no roteiro apresentado havia a previsão de sua prorrogação até que se completassem os 120 (cento e vinte) dias conforme previsão regimental – Art. 41 do RIALESC.**

Por fim quando da 4ª reunião CPI, aos 21.05.2020, o então membro Deputado Marcos Vieira em virtude do grande volume de trabalho da Comissão Especial de acompanhamento dos gastos públicos das ações de combate à covid-19 que ora preside, cedeu sua vaga e foi substituído pelo Deputado Kennedy Nunes.

DA FINALIDADE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, além de atender a fato determinado, legalmente anotado no requerimento específico aprovado pelos parlamentares, o qual permitiu a instalação desta CPI, na forma regimental e da lei, tem por objetivo especifico:

a) identificar os fatos e ações que permitiram o desvio de recursos do erário, na compra de 200 respiradores, com dispensa de licitação, pagamento antecipado e ausência de garantias;

b) identificar os responsáveis;

c) auferir suas condutas;

d) auxiliar aos órgãos competentes na recuperação dos 33 milhões de reais desviados dos cofres públicos do Estado de Santa Catarina, sugerindo o ajuizamento de medidas judiciais cabíveis à espécie, em especial, a responsabilidade civil, criminal e administrativa.

e) permitir que a sociedade catarinense tenha conhecimento público de todos os fatos e ações, que na visão da CPI, permitiram o desvio desses recursos públicos.

f) sugerir alterações legislativas e de procedimentos administrativos, para apontar soluções e ferramentas que inibam as tentativas de fraude e facilitem a rastreabilidade dos responsáveis por atos que afrontam os princípios da Administração Pública;

Ainda que, se tenha notícia até esta data, do bloqueio de 12,6 milhões aproximadamente, a CPI foi instruída e concluída observando sempre a hipótese desejada pelos mentores do ato ilícito, ou seja, de apropriarem-se indevidamente dos 33 milhões de reais integralmente, que foram depositados na conta da VEIGAMED, a qual, conforme se verá nesse relatório, foi o elemento direto da fraude.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 15. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Por tratar-se de questões que envolvem diretamente a política, o desvio da finalidade é, não raras vezes, constatado pela utilização deste instrumento como forma de condução do poder sem a obediência à apuração, à investigação e com encaminhamentos justos, que podem até submeter todo o processo à nulidade de pleno direito.

Deste modo, para que os trabalhos desta CPI sejam preservados e rigorosamente relatados com base na apuração dos fatos, cabe assegurar que o presente relatório se sustentará nos princípios constitucionais da moralidade, legalidade, impessoalidade, proporcionalidade e eficiência, atendendo aos requisitos fundamentais inerentes a sua efetividade - competência, finalidade, forma, motivo e o objeto.

É jurídica e publicamente notória a preocupação com a real finalidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Assim, da análise de todo o processo não houve finalidade alheia ao interesse público nem tão pouco à categoria do ato ou objeto que lhe deu origem, podendo-se afirmar que o desígnio principal foi atingido.

DAS ATIVIDADES REALIZADAS, DOCUMENTAÇÃO RECEBIDA E ANEXADA

Desde o início, a CPI utilizou-se de todos os instrumentos permitidos por lei para apuração dos fatos, realizou diligências internas e externas a fim de requisitar documentos vinculados ao fato ora determinado e ouviu depoimentos de testemunhas e investigados.

A CPI apreciou 49 (quarenta e nove) requerimentos, sendo 24 (vinte e quatro) de oitiva de testemunhas, incluindo a do GOVERNADOR DO ESTADO e 25 (vinte e cinco) requerimentos de solicitação de documentos e/ou informações.

Os requerimentos de informações dirigidos a órgãos governamentais e também a órgãos não governamentais foram atendidos, sendo que quase todos os documentos foram digitalizados pela Coordenadoria da CPI e disponibilizados para o conjunto das assessorias dos membros que a compõem.

Foram realizadas 21 (vinte e uma) reuniões, sendo 1 (uma) de instalação, 13 (treze) para oitiva de testemunhas e 7 (sete) para discussão e deliberação de outros assuntos.

A documentação solicitada pelos membros desta Comissão foi juntada nos autos, seguindo-se a ordem cronológica de recebimento. Assim, no decorrer dos trabalhos desenvolvidos, até o presente momento (entrega do presente

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 16. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

relatório), a Comissão reuniu a documentação em 13 (treze) volumes físicos, totalizando 2.902 (duas mil, novecentos e duas) páginas, além de mídias digitais.

Destaca-se que o presente relatório, prestes a ser anexado, não conta com outros expedientes de ordem administrativa que porventura venham a integrar os autos após a apresentação/leitura do relatório final.

Assim sendo, é de se concluir que os elementos de prova levantados e compartilhados em conjunto com a "Operação O2" - desenvolvida pela Força-Tarefa composta pela Polícia Civil, Ministério Público de Santa Catarina, e o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Portaria Conjunta nº 1/MPSC/PC-SC/TCE-SC, de sete de maio de 2020) - bem como, com as diligências realizadas pelos membros da CPI, as oitivas de todas as testemunhas e investigados, todos os documentos constantes dos autos, se fazem suficientes para o relatório final desta Comissão Parlamentar de Inquérito, com fundamentos sólidos para embasar a conclusão e encaminhamentos.

DA TRANSCRIÇÃO DOS DEPOIMENTOS

Tendo em vista que a transcrição integral de todos os assuntos discutidos nas reuniões desta CPI serem deduzidos a termo pelas respectivas atas de reuniões que integram o presente relatório (notas taquigráficas colhidas durante o procedimento) passa-se a analisar os demais aspectos, sem a transcrição integral dos depoimentos ouvidos, de modo a sintetizar a compreensão sem que se perca o cerne da questão.

DOS DEPOIMENTOS OUVIDOS

A Comissão procurou ouvir todas as pessoas que pudessem trazer alguma contribuição a seus trabalhos sendo que a maioria dos depoimentos e oitivas foram tomados, nas dependências desta Casa Legislativa, especificamente no Auditório Antonieta de Barros. Exceto dos senhores: JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALVES, ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO, Dr. MÁRCIO MARTINS, GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH, RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN, AMANDIO JOÃO DA SILVA JUNIOR e CAUÊ LOPES MARTINS que foram ouvidos por videoconferência uma vez que residem em outra cidade e/ou outro Estado da Federação. E o senhor GOVERNADOR DO ESTADO – CARLOS MOISÉS DA SILVA, que como prerrogativa do cargo, prestou esclarecimentos de forma escrita, aos 17/07/2020 (Ofício nº 776/CC-DIAL-GEMAT da Casa Civil, constante no Volume XIII, páginas 2856 a 2861 dos autos desta CPI), bem como o Vereador de Florianópolis, Senhor Edmílson Carlos Pereira Junior (Ed Pereira), que prestou esclarecimentos de forma escrita.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 17. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Ao todo foram ouvidos 30 (trinta) pessoas, cuja transcrição dos depoimentos tomados terem sido deduzidos a termo pelas respectivas atas de reuniões que integram o presente relatório, a saber:

Na reunião de **14/05/2020 (2ª reunião)** oitivas de:

CEL. BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JUNIOR	Chefe da Defesa Civil de SC.
MATEUS HOFFMANN	Secretario Adjunto da Casa Civil
LEANDRO ADRIANO DE BARROS	Advogado e Ex- Secretario de Saúde de Biguaçu
KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE	Diretora de Gestão de Licitações de Cont. da SEA.
MARIANA RABELLO PETRY	Advogada em Biguaçu

Na reunião de **19/05/2020 (3ª reunião)** oitivas de:

JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALVES	Representante Legal do INCS.
JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA	Gerente de Contratos e Licitações da Defesa Civil
DEBORA REGINA VIERA TREVISAN	Consultor Jurídico da Defesa Civil

Na reunião de **21/05/2020 (4ª reunião)** oitivas de:

CARLOS ROBERTO COSTA JUNIOR	Assessor Jurídico da SES
CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA	Diretor de Licitação e Contratos da SES
LUIZ FELIPE FERREIRA	Controlador-Geral do Estado Santa Catarina
WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ	Engenheiro Eletricista da SES

Na reunião de **02/06/2020 (5ª reunião)** oitivas de:

MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI	Ex-Superintendência Gestão Adm. da SES
HELTON DE SOUZA ZEFERINO	Ex-Secretário de Estado da Saúde
DOUGLAS BORBA	Ex-Secretário da Casa Civil

Na reunião de **04/06/2020 (6ª reunião)** oitivas de:

ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO	CEO da Exxomed Equipamentos Hospitalares
ANDRÉ MOTTA RIBEIRO	Secretário de Estado da Saúde

Na reunião de **09/06/2020 (7ª reunião)** acareação de:

MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI	Ex-Superintendência Gestão Adm. da SES
HELTON DE SOUZA ZEFERINO	Ex-Secretário de Estado da Saúde
DOUGLAS BORBA	Ex-Secretário da Casa Civil

Na reunião de **16/06/2020 (8ª reunião)** oitivas de:

JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA	Coordenador do Fundo Estadual de Saúde
DEBORA BRUM	Téc. em Atividades Adm. Lotada na SGAnda SES.

Na reunião de **18/06/2020 (9ª reunião)** oitivas de:

Dr. MÁRCIO MARTINS	Médico Pneumologista
GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH	Sócio da Oltramed Com. de Prod. Médicos Ltda.
RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN	CEO da Brazilian International Business

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 18. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Na reunião de **23/06/2020 (10ª reunião)** oitivas de:

LUIZ FELIPE FERREIRA	Controlador-Geral do Estado de Santa Catarina
SAMUEL DE BRITO RODOVALHO	Representante da CIMA Ind. Inc. Medical Division

Na reunião de **30/06/2020 (12ª reunião)** oitivas de:

FREDERICO TADEU DA SILVA	Controlador de Controle Int. e Ouvidoria da SES
THYAGO DA SILVA MARTINS	Gerente de Execução Financeira
AMANDIO JOÃO DA SILVA JUNIOR	Secretário da Casa Civil

Na reunião de **02/07/2020 (13ª reunião)** oitivas de:

SIMONE DE SOUZA BECKER	Controladora-Geral Adjunta

Na reunião de **07/07/2020 (14ª reunião)** oitivas de:

JORGE EDUARDO TASCA	Secretário de Estado Administração

Na reunião de **09/07/2020 (15ª reunião)** oitivas de:

CAUÊ LOPES MARTINS	Representante Comercial
CLOVIS RENATO SQUIO	Auditor Interno do Poder Executivo

Cumpre esclarecer que o depoimento de Clóvis Renato Squio foi realizado nesta comissão sob sigilo, tendo em vista seu impedimento por prerrogativa funcional (respectivamente, arts. 153, 154 e 325, todos do Código Penal), já que participou como Presidente de Comissão de Investigação Preliminar da Controladoria Geral do Estado sobre o mesmo fato determinado desta CPI.

As reuniões do dia 25/06/2020 (11ª), dia 16/07/2020 (16ª), dia 21/07/2020 (17ª), dia 23/07/2020 (18ª), 28/07/2020 (19ª) e 13/08/2020 (20ª), foram reuniões de trabalho (sem depoimentos), somente com os membros desta comissão.

DOS DEPOIMENTOS ARROLADOS, MAS NÃO VIABILIZADOS

Em atenção ao regimento interno desta Casa de Leis ainda é necessário levantar os depoimentos que, em que pese arrolados, não puderam ser viabilizados.

O depoimento de PEDRO NASCIMENTO DE ARAÚJO, CEO da empresa VEIGAMED Material Médico e Hospitalar EIRELI, foi inviabilizado haja vista que ele se encontra foragido, até o momento da conclusão deste relatório.

O depoimento de FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI, representante da VEIGAMED Material Médico e Hospitalar EIRELI não aconteceu, posto que, estando preso preventivamente, no âmbito da Operação Oxigênio, nas 02 (duas) datas arroladas para sua oitiva, informou à Comissão que não pretendia participar.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 19. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Igualmente, LEANDRO ADRIANO DE BARROS estando preso, preventivamente no âmbito daquela operação, com respaldo no art. 5º, LV da Constituição Federal, fez uso ao direito constitucional de silêncio, não prestando novos esclarecimentos, além daqueles coletados quando de sua oitiva na data de **14/05/2020,** quando não havia sido decretada a sua prisão preventiva.

O Senhor Vereador Edmilson Carlos Pereira Junior (Ed Pereira) de Florianópolis, teve seu nome aprovado para comparecer à CPI para prestar depoimento, que não ocorreu em virtude de ter apresentado atestado médico, impossibilitando-o; Sendo assim, os membros aceitaram e aprovaram pela mudança da forma, no qual prestou esclarecimentos por escrito.

DA OBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA

É oportuno registrar que os trabalhos desta CPI observaram de maneira rigorosa os princípios do devido processo legal do contraditório e da ampla defesa, a saber:

1 - A comunicação inicial da instalação da CPI, bem como todos os atos que afetam os indivíduos investigados, foram devidamente formalizados.

2 - A intimação dos indiciados e testemunhas foi feita pessoalmente de acordo com a legislação penal e regimental desta Casa, bem como os ouvidos por videoconferência tiveram ciência de suas intimações, confirmando-as. Sendo assim, restou garantido aos indiciados ou a quem se imputou indício de irregularidade, o direito de permanecer em silêncio.

3 - Foi garantida a ampla defesa a fim de buscar a eficácia administrativa e eficácia política, seguindo as devidas normas, como o direito de ser ouvido expressando suas razões e seus argumentos, além do direito de fazer-se representar por advogado;

4 - Não houve qualquer impedimento da produção de prova a seu favor, antes do parecer final da Comissão sobre o objeto apurado bem como o direito de vista dos autos por advogado do indiciado.

5 - Não foram convocadas autoridades fora do âmbito de atuação da CPI ou por ela impedidas de serem convocadas sem a devida deliberação do plenário desta Casa.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 20. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

6 - Não houve a quebra do direito ao sigilo de testemunha em caso de prerrogativa profissional, tendo a CPI respeitados tais direitos quando solicitados, só agindo mediante aprovação dos seus membros ou ordem judicial.

7 - Foram realizadas todas as oitivas e diligências internas e externas, apontadas e deliberadas pela Comissão de Inquérito.

8 - Não houve fatos novos estranhos ao objeto indicado no momento da CPI, existindo tão somente fatos resultantes de encadeamento ainda que inicialmente não previstos, tendo sido tomadas as providências necessárias para condução de tais fatos dentro do objeto determinado inicialmente para a sua apuração, devidamente adequados ao regulamento da CPI.

9 - Não houve divulgação dos trabalhos da CPI vedados por lei, tendo esta comissão atuado com cuidado e discrição, evitando que terceiros fossem injustamente colocados à execração pública, sem haver comprovado ou mesmo suficientemente esclarecido seu envolvimento com o objeto que está sendo apurado.

10 - Toda publicidade teve finalidade útil e nobre, atendendo unicamente ao princípio do interesse público, transparência à sociedade e preservação dos direitos dos envolvidos e por fim, todos os prazos foram rigorosamente cumpridos.

Não há, portanto, qualquer ilegalidade nos trabalhos desta CPI.

DO RELATÓRIO

Uma vez realizada e concluída à instrução do procedimento, na medida possível à luz do prazo final estabelecido, na qualidade de Relator, passo a verificar os fatos apurados na averiguação do objeto que deu origem à instauração da presente Comissão Parlamentar de Inquérito, qual seja: ***apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da VEIGAMED Material Médico e Hospitalar EIRELI, tendo por objeto a aquisição de 200 (duzentos) respiradores pulmonares, ao custo total de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais).***

Cumpre primeiramente destacar, que o ano de 2020 iniciou com a notícia da descoberta de um novo vírus causador de doença pulmonar grave, conhecido como o novo coronavírus - covid-19. Assim, no fim de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto constituía Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, e, em 11 de março, elevou o estado de contaminação para pandemia, considerando a identificação de casos em mais de 115

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 21. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

países. Essa situação impactou a economia e as relações sociais em todo o mundo, inclusive, é claro, no Brasil. Em âmbito estadual, o Governo Catarinense decretou situação de emergência pelo Decreto nº 515 de 17 de março de 2020 e posteriormente, estado de calamidade pública pelo Decreto legislativo nº 18.332 de 20 de março de 2020, pelo qual também restou determinado que a Secretaria de Estado da Saúde (SES), por meio do Centro de Operações e Emergências em Saúde (COES), centralizaria a coordenação técnica do enfrentamento da pandemia.

Nesse panorama, uma questão importante que compete descrever envolve as contratações públicas, haja vista a necessidade do governo agir com rapidez a fim de atender os anseios da população catarinense. Na prática a situação de calamidade pública permite ao estado intervir em propriedades privadas, mais especificamente em hospitais privados, mesmo sem contrato administrativo entre as partes, incluindo profissionais da saúde, com pagamento de indenização baseado na tabela SUS e ficando o governo, ainda autorizado a contratar profissionais da área da saúde, adquirir medicamentos, equipamentos e outros insumos que possibilitem o pronto enfrentamento da situação pandêmica, além de construir e readequar leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) sem a necessidade de licitação, bem como proceder com a abertura de crédito suplementar à Secretaria de Estado da Saúde (SES) e à Defesa Civil.

E foi neste cenário pessimista projetado, dada à alta taxa de contágio da doença e da apreensão da população que demandava respostas das autoridades competentes de saúde pública, que uma associação de indivíduos composta por representantes de empresas privadas e de servidores públicos estaduais, aproveitando-se para tanto do afrouxamento das medidas de controle das atividades administrativas, concretizaram por meio da Secretaria de Estado da Saúde - aquisição emergencial de 200 (duzentos) respiradores pulmonares da empresa VEIGAMED Material Médico e Hospitalar EIRELI, ao custo total de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), **resultando em lesão ao erário estadual.**

Dentre as ilicitudes apontadas no processo de compra, destacam-se: **I)** a realização da dispensa de licitação mediante pagamento antecipado - de valor elevado e sem exigência de garantia, **ii)** contratação de empresa suspeita, **iii)** alteração do produto por outro inferior e inservível para o fim proposto, sem redução do valor final do contrato, e **iv)** inexecução contratual, haja vista a ausência de recebimento dos equipamentos.

Feita a contextualização, passa-se à descrição cronológica dos fatos.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 22. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3098
Rubrica

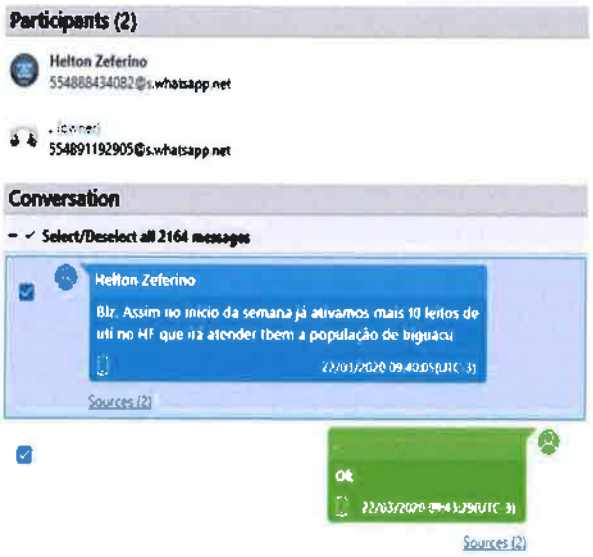
DOS FATOS

Por uma questão didática abordaremos em tópicos apartados os fatos e os agentes envolvidos no processo de aquisição dos respiradores, de modo a facilitar o entendimento.

DA AQUISIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PULMONARES
Do processo SES 00037070/2020

Primeiramente vale trazer que todo processo de instrução - desde a indicação e escolha do fornecedor, bem como a definição da necessidade e modelo, a efetivação do pagamento e a inexecução contratual, como se verá daqui em diante, ocorreram em menos de 15 dias!

O princípio de todo o processo deu-se aos 22/03/2020 às 09h45min, quando o então Secretário de Estado da Casa Civil - senhor DOUGLAS BORBA solicita ao então Secretário de Estado da Saúde - senhor HELTON ZEFERINO o contato de servidora responsável por resolver as demandas sobres às aquisições de materiais que possibilitem o pronto enfrentamento da covid-19:



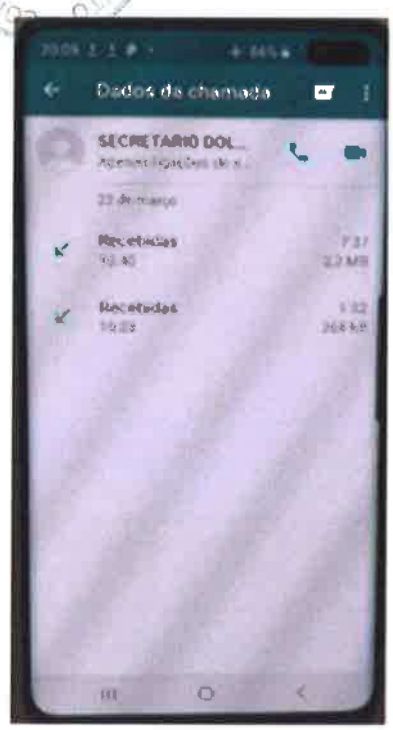


Pouco tempo depois de obter o contato da servidora MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI, que então ocupava o cargo de Superintendente de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado da Saúde; o senhor DOUGLAS BORBA faz duas ligações de voz à mesma, uma às 10h38min e outra às 10h47min, que duram cerca de 9 (nove) minutos:

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 23. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.





Segundo MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI, em depoimento[2] prestado nesta CPI no dia 02/06/2020, na oportunidade da ligação, ela dá ciência a então Chefe da Casa Civil que precisa de auxílio – "*nós precisamos de apoio aqui na, com o grupo de apoio aqui nas compras*" para enfrentamento da covid-19; Tal apelo resultou na criação do grupo de *whatsapp* de nome: "COVID19 – COMPRAS", que adiante será abordado.

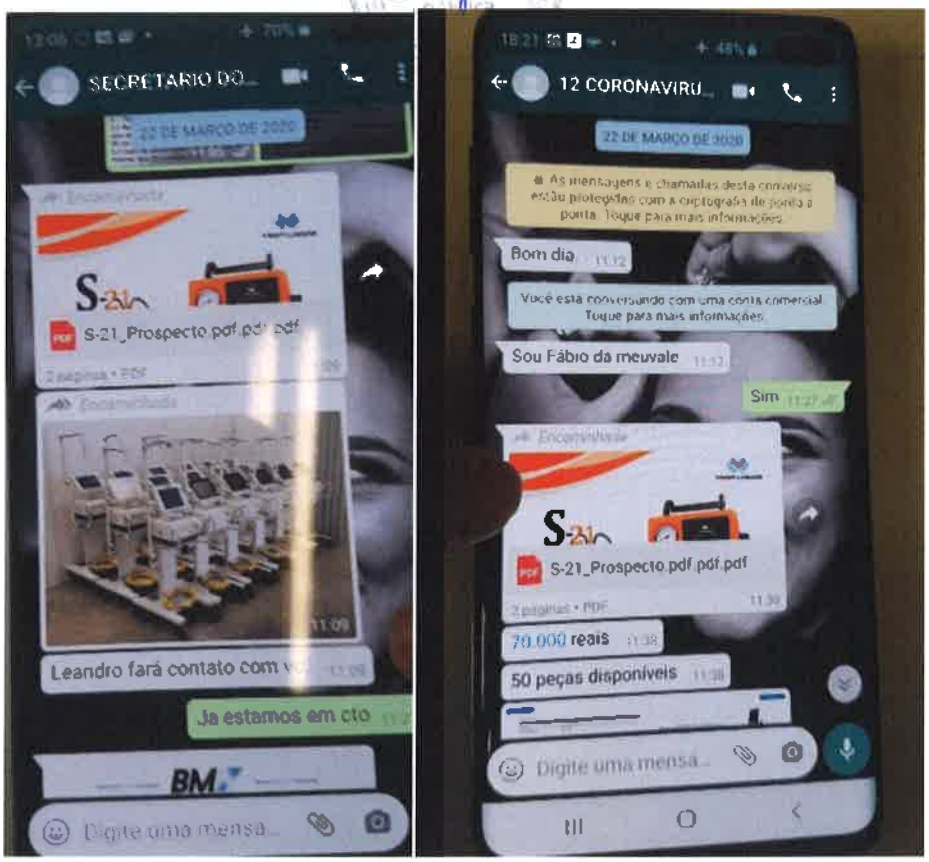
Numa destas ligações, segundo MÁRCIA em depoimento[3], DOUGLAS também recomendou o nome de LEANDRO BARROS e FÁBIO DEAMBRÓSIO GUASTI como um fornecedor que poderia atender às demandas de aquisições de equipamentos e de insumos para o enfrentamento da covid-19.

Após encerrada a ligação de voz, DOUGLAS, às 11h09min encaminha à MÁRCIA um prospecto do ventilador pulmonar "S-21" constante do arquivo "S-21"_Prospecto.pdf.pdf.pdf", com a seguinte menção: "*Leandro fará contato com vc*". Passados 3 (três) minutos, às 11h12min, o senhor FÁBIO DEAMBRÓSIO GUASTI encaminha uma mensagem de texto para o *whatsapp* de MÁRCIA: "*Bom dia*"; "*Sou Fábio da meuvale*". Curioso que, às 11h38min, MÁRCIA recebe de FÁBIO o mesmo arquivo enviado por DOUGLAS BORBA.

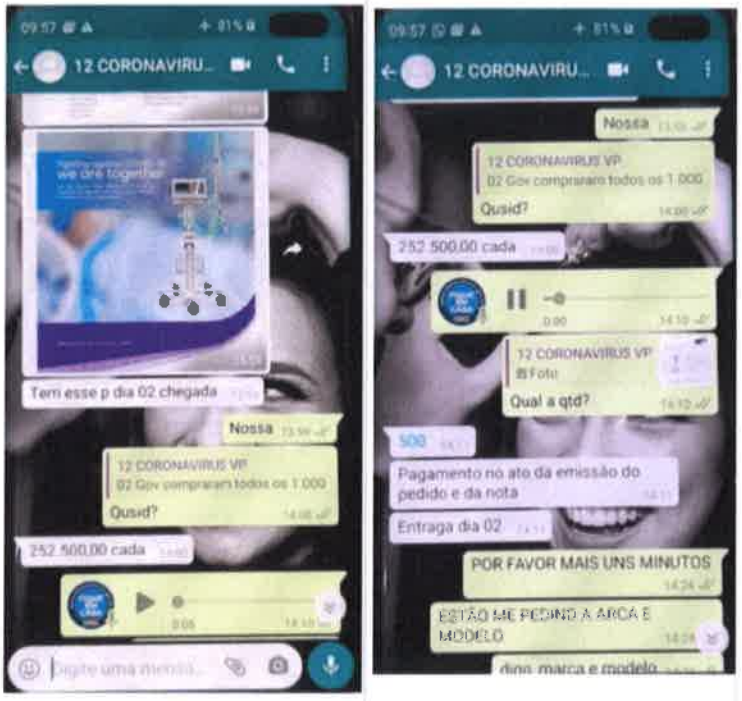
[2] vide pg.18 da 5ª Ata de Reunião Ordinária da CPI
[3] vide pg.18 da 5ª Ata de Reunião Ordinária da CPI

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 24. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.



Sendo assim, existem indícios do vínculo entre DOUGLAS e FÁBIO DEAMBRÓSIO GUASTI, este último segue mantendo contato com a Superintendente MÁRCIA, encaminhando prospectos de ventiladores pulmonares com preços e prazos de entrega diversos:



RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 25. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Como se nota, um dos primeiros aparelhos oferecidos por FÁBIO, ainda no dia 22/03/2020 foi o "Shangrila 510S" modelo produzido pela AEONMED - justamente o mesmo modelo que a empresa VEIGAMED, tentou entregar no lugar do "Medical C-35", em ocasião posterior.

No entanto, cabe dizer que antes do encaminhamento de tal *folder*, FÁBIO editou a imagem a fim de ocultar o nome do modelo "Shangrila 510S". Atenta-se ainda, ao fato que a mesma imagem foi usada para a elaboração de outros 2 (dois) orçamentos falsos, supostamente enviados pelas empresas MMJS e JE para instruir o processo de dispensa de licitação (este ponto será mais a frente, melhor esclarecido). Chama-se atenção ainda, o valor de R$ 252.500,00 (duzentos e cinquenta e dois mil e quinhentos reais) cada unidade, o pedido de pagamento no ato da emissão do pedido e da nota, e a disponibilidade de entrega de 500 (quinhentos) aparelhos para dia 02 de abril. Contudo, ao que se constata na sequência das mensagens trocadas por FÁBIO e MÁRCIA, o modelo "Shangrila 510S" foi recusado por ser equipamento de transporte de emergência, não se prestando para utilização em UTI (Unidade de Tratamento Intensivo).

Na oportunidade da mesma conversa, FÁBIO pede e recebe contato do técnico da área de engenharia clínica que analisa os prospectos, mas como desiste deste modelo, conclui-se que tenha sido efetivamente, reprovado pela área técnica.

Posteriormente, no dia 24/03/2020, FÁBIO, em evidente pressão, avisa MÁRCIA que os 500 (quinhentos) respiradores que detinha, foram vendidos advertindo ainda que seria necessário fechar o pedido assim que ele apresentasse uma nova proposta.

Ato contínuo, dia 25/03/2020 FÁBIO apresenta um suposto ventilador pulmonar "C40" a R$ 294.000,00 (duzentos e noventa e quatro mil reais) a unidade, com disponibilidade de entrega de 500 (quinhentos) equipamentos, mediante pagamento antecipado de 50% (cinquenta por cento) do valor no ato do pedido, para o dia 10 de abril:

Imediatamente após a apresentação de valores e condições de fornecimento do suposto equipamento "C40", FÁBIO encaminha a imagem do equipamento "Medical C35" da CIMA Industries Ind., supostamente um modelo de valor e prazo de entrega menor (R$ 169.000,00 a unidade e entrega em 10 (dez) dias: ***"se fechar hj").***

Ocorre que, o equipamento "Medical C35" não existe, como provavelmente, também não existe o modelo comparativo C40 (mais caro), constantes também, nos outros orçamentos do processo SES 037070/2020.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 26. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Nesse mesmo dia 25/03/2020, após a área de engenharia clínica 'aprovar' a especificação técnica do equipamento "Medical C35", ocorreu o que a MÁRCIA denominou de "*leilão*". Segundo MÁRCIA ela estava em ligação de voz com FÁBIO quando passou o telefone para HELTON ZEFERINO, que negociou a redução do valor unitário de cada ventilador pulmonar que passou de R$ 169.000,00 (cento e sessenta e nove mil reais) para R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais) a unidade.

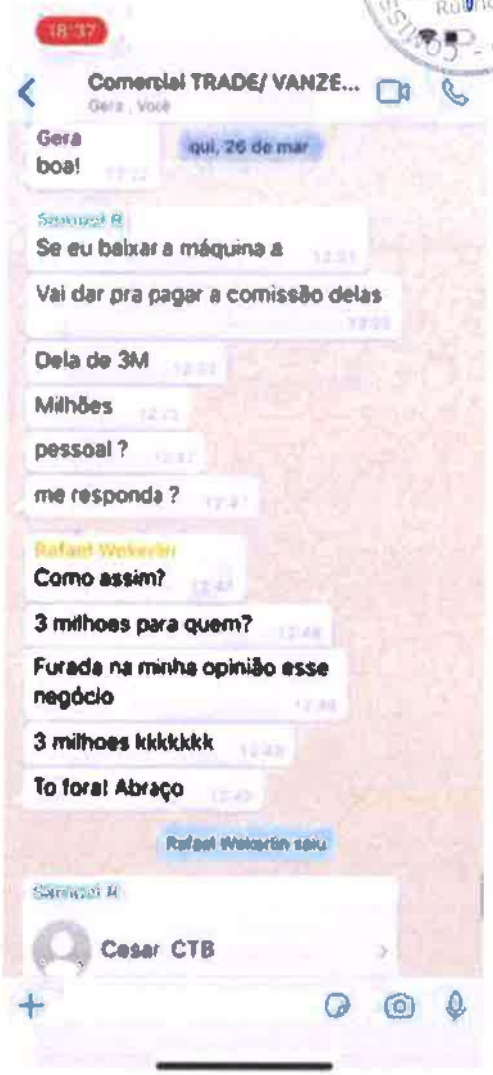
Ato contínuo, às 21h10min do dia 25/03/2020, o senhor RAFAEL WEKERLIN – CEO da *BRAZILIAN INTERNATIONAL BUSINESS*, empresa de Joinville, especializada em comércio exterior, envia um e-mail para o endereço institucional da Superintendência de Gestão Administrativa da SES, com cópia para FÁBIO com o assunto "Proposta Comercial – BT 162/2020 – Respiradores Mecânicos".

Segundo RAFAEL WEKERLIN em depoimento prestado nesta CPI aos 18/06/2020, o senhor SAMUEL RODOVALHO o procurou por meio do senhor GERMANO LINCOLN e de CAUÊ LOPES MARTINS para efetivar a importação dos respiradores; RAFAEL ainda informou, que como este seria um procedimento comum na sua empresa, ele aceitou e encaminhou ao Governo do Estado uma "pré-proposta" de importação, no dia 25/03/2020. Disse ainda, que pediu o edital do processo de compra para fechar o negócio, que só seria feito para ajudar o Estado e que sua empresa não teria lucro.

Nada obstante, o empresário disse ainda aos deputados que em uma conversa de um grupo de *whatsapp* composto pelos representantes comerciais FÁBIO DEAMBRÓSIO GUASTI, SAMUEL DE BRITO RODOVALHO e CÉSAR AUGUSTUS TOMAZ MARTINEZ BRAGA e GERMANO LINCOLN, que surgiu por parte do Senhor SAMUEL DE BRITO RODOVALHO o questionamento sobre o pagamento de uma comissão de R$ 3 milhões para a compra, porém sem especificar a pessoa, apenas escrevendo que era "***Dela de 3M***". RAFAEL WEKERLIN seguiu afirmando que: "*na hora, disse que não trabalhava dessa forma e me retirei da negociação*".

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 27. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.



Como melhor se entenderá adiante, quando da desistência de RAFAEL, FÁBIO solicitou a substituição da proposta da empresa de RAFAEL (*BRAZILIAN INTERNATIONAL BUSINESS)* pela empresa VEIGAMED.

Assim, de posse da proposta comercial, em 26/03/2020 foi autuado o processo **SES 037070/2020** relativo à aquisição emergencial de 200 (duzentos) ventiladores pulmonares – covid-19, pela Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras – PGC da SGA da SES.

Destaca-se que o processo **SES 037070/2020** foi autuado apenas com a Proposta Comercial – BT 162/2020 da Empresa BRAZILIAN TRADING IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELI EPP, CNPJ 23.307.163/0001-17, datada de 25/03/2020 subscrita pelo Sr. RAFAEL RUSCKA WEKERLIN. (pgs. 2-18 do processo SES 037070/2020),

Tal proposta previa a aquisição, importação e revenda de 200 (duzentas) unidades de respiradores "Medical C-35", no valor total da venda - sem impostos - de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais). No descritivo anexo à

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

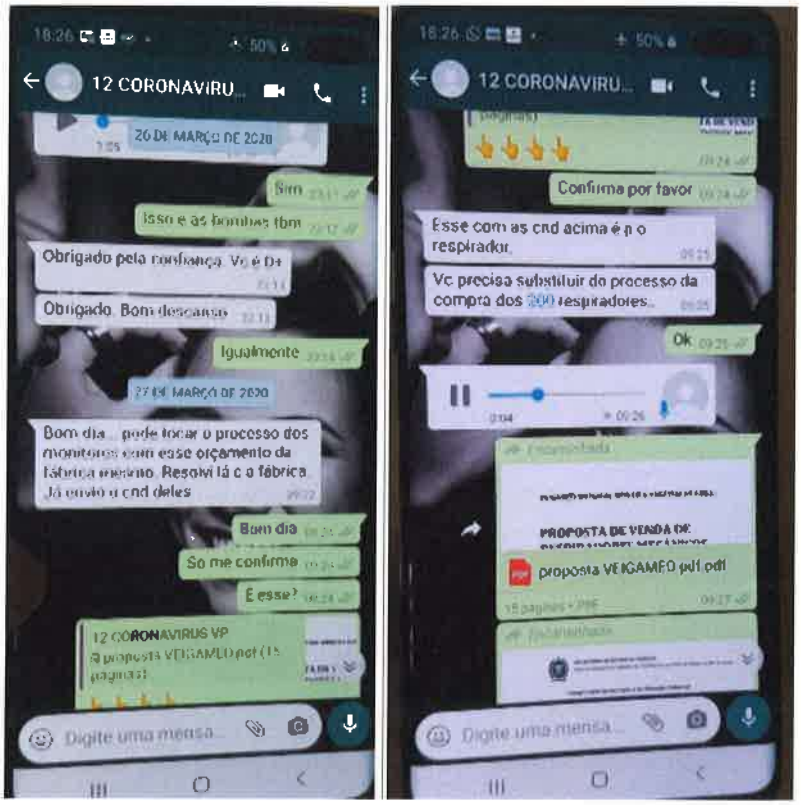
Página 28. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

proposta ainda continha às condições de pagamento, com previsão de pagamento à empresa CIMA INDUSTRIES INC., sendo 50% antecipado, 25% contra embarque e 25% chegada ao Brasil (pg. 15 do processo SES 37037/2020).

Por conseguinte, em 26/03/2020 - pela Gerência de Bens Regulares – GEBER, da Diretoria de Licitações e Contratos – DLC - foi anexada à requisição n.1708/2020 referente à aquisição dos 200 respiradores pulmonares (pg. 19 do processo SES 037070/2020); Tal documento foi encaminhado por meio da CI nº 950/2020 subscrito pela então Superintendente de Gestão Administrativa – MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI e pelo Secretário Adjunto de Estado da Saúde – ANDRÉ MOTTA, que solicitava nestes termos a: "*aquisição emergencial de ventilador pulmonar da empresa BRAZILIAN TRADING IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELI EPP*" (pg. 23 do processo SES 37037/2020).

Esta primeira CI nº 950/2020 **foi desentranhada e substituída**, ainda no dia 26/03/2020, por outra de mesmo número, agora assinada pelo então Secretário de Estado da Saúde – Sr. HELTON ZEFERINO e a Superintendente de Gestão Administrativa – MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI, sem, entretanto conter o nome do fornecedor escolhido para a aquisição dos equipamentos (pg. 26 do processo SES 37037/2020).

Ocorre que FÁBIO, quando ciente da desistência de RAFAEL WEKERLIN de participar do processo, imediatamente providenciou a alteração da empresa - ora fornecedora dos respiradores - e solicitou à MÁRCIA a substituição da proposta anterior, senão vejamos:



RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 29. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

> *"Márcia, cê precisa substituir e... mandá pra pagamento, **porque agora já tá pronto** lá no, como eu te expliquei, no... pra embarque, **a gente vai fazê o pagamento da** meta... da dos do 50% lá em... lá na China **e eles vão solta o... esse respirador hoje ainda, se você se a gente conseguir** pagá, tá?".*

Assim, em 27/03/2020, a Proposta Comercial – BT 00162/2020 da empresa BRAZILIAN TRADING IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELLI EPP, bem como a CI n. 950/2020 de pg. 23, ambas protocolizadas aos 26/03/2020 foram desentranhadas dos autos SES 037070/2020, pela Superintendente de Gestão Administrativa – SGA (MÁRCIA), sendo substituída pela proposta Comercial – BT 00162/2020 da empresa VEIGAMED e pela CI nº 950/2020 (pgs. 26 e 27- 41 processo SES 037070/2020).

Com efeito, ainda é indispensável mencionar a semelhança entre as propostas da BRAZILIAN TRADING e da VEIGAMED; Destaque, para a manutenção do nome de RAFAEL WEKERLIN e para a denominação de *Trading* na proposta da empresa VEIGAMED, que sequer, segundo apontou a Receita Federal do Brasil, realizou alguma operação com o exterior, fato este, não conferido pelos servidores.

Ademais, os descritivos anexados às referidas propostas, são idênticos, estando modificado apenas o nome do cliente, de *BRAZILIAN TRADING* para VEIGAMED.

Entre as duas cotações da suposta fabricante CIMA, houve ainda alteração do valor unitário, que passou de $26,500 (vinte e seis mil e quinhentos dólares americanos) para $33,440 (trinta e três mil e quatrocentos e quarenta dólares americanos) bem como na menção "Prefeitura Municipal de Barueri". Sendo possível deduzir, portanto, que a segunda proposta (VEIGAMED) tenha sido construída a partir da primeira (BRAZILIAN).

Uma vez substituída à proposta comercial, foram juntados os documentos da empresa VEIGAMED que FÁBIO enviou à MÁRCIA, via aplicativo de *whatsapp*, a saber: CNPJ; CNH de Pedro Nascimento de Araújo, CPF: 068.642.497-27; Alvará de Licença e Inscrição, da Prefeitura Municipal de Nilópolis/RJ; e o comprovante de Inscrição e de situação cadastral do Estado do Rio de Janeiro (pgs. 42-45 do processo SES 037070/2020).

Portanto, ausente dos atos negociais da dispensa de licitação, o contrato social da empresa VEIGAMED que define sua composição societária (art. 28, incisos III da Lei nº 8.666/93). Logo, a ausência de contrato social e de procuração em nome de FÁBIO DEAMBRÓSIO GUASTI, implica na falta de representação da empresa para firmar contratos, uma vez que se desconhece quem supostamente tem legitimidade para representar a empresa VEIGAMED.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 30. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3106
Assembleia Legislativa

Dando continuidade a cronologia do 'processo' administrativo, vimos que a minuta de dispensa de licitação é incluída no dia 27/03/2020, na Diretoria de Licitações e Contratos – DLC. No mesmo dia, a Assessoria Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa – ASJUR devolve os autos com o seguinte apontamento (pgs. 51-52 processo SES 037070/2020):

SES/SGA/ASJUR	27/03/2020 16:14	Indagamos se não há outros orçamentos a fim de justificar o preço. Segundo informações a SGA está centralizando as solicitações de orçamento, favor verificar.

Assim, o processo retorna à SGA (MÁRCIA), para inclusão **extemporânea** de mais dois orçamentos. O orçamento da empresa denominada JE Comércio foi juntado aos autos no dia 28/03/2020, e o da empresa denominada MMJS, no dia seguinte, 29/03/2020. Como se observa abaixo, os orçamentos são praticamente idênticos em formatação, fonte, redação, modelo de equipamento, salvo o valor unitário e prazo de entrega e ambos não possuem assinatura de representante habilitado, nem mesmo a descrição do número de CNPJ, e ausente também de informações básicas, como: endereço, telefone ou e-mail.

JE COMERCIO

São Paulo, 28 de Março de 2020

PROPOSTA COMERCIAL

Cliente: Fundo Estadual de Saúde de Santa Catarina.

Modalidade: Venda Direta

Equipamento: Respirador medical C30 conforme descritivo em anexo

Quantidade: 200 Unidades

Lead Time: 35 dias corridos

Valor unitário sem impostos: R$ 195.400,00 (cento e noventa e cinco mil, quatrocentos reais)

Valor total: R$ 39.080.000,00 (Trinta e nove milhões, e oitenta mil reais) para pagamento via numerário antecipado

A prestação de serviços começará a ser realizada após confirmação do cliente e envio desta cotação assinada e datada por e-mail

ACEITE DESTA COTAÇÃO:

Data do Aceite: ____/____/_____

Esta Cotação é Válida por 02 (dois) dias

PRAZO DE ENTREGA: 45 (quarenta e cinco) dias a partir do Aceite



MMJS

Cuiabá, 27 de Março de 2020

PROPOSTA COMERCIAL – RESPIRADOR MEDICAL C30

Cliente: Fundo Estadual de Saúde de Santa Catarina

Modalidade: Venda Direta

Equipamento: Respirador Medical C30

Quantidade: 200 Unidades

Lead Time: 35 dias corridos

Valores: Valor unitário sem impostos: R$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais)

Valor total: R$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco Milhões de Reais) para pagamento via numerário antecipado.
A prestação de serviços começará a ser realizada após confirmação do cliente e envio desta cotação assinada e datada por e-mail

ACEITE DESTA COTAÇÃO

Data do Aceite: ____/____/_____

Esta Cotação é Válida por 02 (dois) dias

PRAZO DE ENTREGA: 30 (trinta) dias a partir do Aceite.



Conforme demonstrado anteriormente, um primeiro ponto a destacar que consiste em indicativo da fraude, de conluio cometido, reside no fato de que a imagem, utilizada nas propostas comerciais acima, é a mesma utilizada por FÁBIO, na proposta da VEIGAMED (pg. 28 - Processo SES 037070/2020). Só que enquanto

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 31. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DE UNIÃO
Fls. 3107
Rubrica

nas propostas das empresas JE e MMS o produto/modelo é o "Medical C30" na proposta da VEIGAMED o modelo é o "Medical C35".

Em verdade, o equipamento "Medical C35" oferecido por FÁBIO era uma espécie de falsificação da imagem e especificação técnica do aparelho VG70, produzido pela fabricante chinesa AEONMED, enquanto o C30 é, em verdade, a imagem do equipamento "Shangrila 510S", também produzido pela AEONMED.

Por conseguinte, a apresentação de tais propostas claramente objetivou dar "aparência de regularidade" no processo administrativo, para fim de emissão de parecer jurídico positivo. Acontece que as propostas jamais poderiam ser consideradas válidas, seja pelo servidor que as inseriu no sistema, seja pelo assessor que emitiu parecer jurídico, posto os flagrantes indícios de fraude.

No entanto, ao contrário do esperado, no dia 29/03/2020, após a inclusão dos dois orçamentos fraudulentos, foi juntado aos autos o Parecer Jurídico nº 0506/2020 assinado digitalmente pelo senhor CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR, concluindo que: *"(...) observada às disposições legais e aplicáveis à espécie, e abstendo-se quanto às informações técnicas referentes ao objeto, sobre a conveniência e a oportunidade da contratação, considerando a legalidade dos atos praticados com vista ao melhor atendimento ao interesse público, opina esta Assessoria pelo prosseguimento a presente aquisição/contratação via Dispensa de Licitação, observados todos os termos deste parecer".*

Contudo, o parecerista, além de não observar o "copia e cola" de todas as propostas comerciais inseridas nos autos, deixou ainda de apontar: **a**) ausência de teor de referencia simplificado, **b**) justificativa de preços, tendo em vista a não validade dos orçamentos apresentados, bem como, **c**) ausência das razões da escolha do fornecedor, em prejuízo ao que determina o art. 26, § único, incisos II e III da Lei 8.666/1993. Ademais, sequer apontou: **d**) ausência de contrato social, conforme determina o art. 28, inciso III da Lei 8.666/1993.

Alerta-se, ainda que no parecer Jurídico nº 0506 de pgs. 60-65 do processo SES 037070/2020 o assessor jurídico, por meio da citação de endereços da internet[4], procura justificar o preço.

Contudo, não cabe ao parecerista justificar o preço e sim verificar se o preço foi devidamente justificado pela Administração Pública, além da presença dos demais requisitos legais para a perfectibilização da dispensa de licitação.

[4] http://www.saude.ba.gov.br/temasdesaude/coronavirus/contratacoes-covid19/
https://correiodoestado.com.br/cidades/coronavirus:-governo-dispensa-licitacao-e-vai-comprar-ventilador-pulmonar-por-r-680-mil/369480

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 32. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Fls. 3108

Aliás, por falta de orientação jurídica o contrato (em sentido formal) sequer foi firmado, embora a disposição do art. 62 da Lei 8.666 de 1993. Assim foram encomendados e pagos equipamentos no valor total de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais) que demandariam garantia e assistência técnica, mediante trocas de conversas de aplicativo de *whatsapp* e envio de documentos por e-mail, sem que a identidade dos fornecedores pudesse ser conferida pessoalmente/formalmente.

Tampouco, há qualquer manifestação jurídica acerca do pagamento antecipado, embora conste como condição de fornecimento. Nota-se que a Dispensa de Licitação nº 0754/2020 analisada pela assessoria jurídica da SES e posteriormente homologada pelo então Secretário de Estado da Saúde, HELTON ZEFERINO faz expressa menção aos termos do "*orçamento emitido pela empresa, acostado às fls. 27 a 41 dos autos*" (pgs . 47, 51 e 68 - Processo SES 037070/2020).

Por sua vez, em 30/03/2020, antes de homologar a dispensa de licitação, o então Secretário de Estado da Saúde HELTON determinou que fosse juntado aos autos manifestação da área de engenharia clinica *"atestando que o equipamento a ser adquirido atende as especificações necessárias para ventilação de pacientes com a COVID-19 ou SRAG"* (pg. 70 - Processo SES 037070/2020). Na sequência foi emitida a CI 400/2020, pela Gerência de Desenvolvimento dos Hospitais Públicos – GEDHP, "evidenciando que o Respirador Mecânico (ventilador pulmonar) atende e garante a ventilação de pacientes com a COVID-19" (pg. 73 - Processo SES 037070/2020).

Assim, no mesmo dia 30/03/2020 restou homologada a Dispensa de Licitação nº 0754/2020 autorizada a despesa e liberada a Ordem de Fornecimento 343/2020, para a aquisição de 200 (duzentas) unidades de respiradores pulmonares "Medical C35", (pgs.67-68 - Processo SES 037070/2020), pelo então, Secretário de Estado da Saúde HELTON ZEFERINO.

Na Ordem de Fornecimento nº 343/2020 consta o prazo de entrega de 1 (um) dia e condições de pagamento de 30 (trinta) dias, bem como a informação de que 100 (cem) unidades seriam entregues entre os dias 05 e 07/04/2020 e as demais 100 (cem) unidades entregues até o dia 30/04/2020 (pg. 69 – Processo SES 037070/2020).

Por seu turno, em 31/03/2020 foram emitidos pelo Fundo Estadual de Saúde os empenhos 2020NE011422 e 2020NE012029, fontes 100 e 300 respectivamente, assinados por Fernanda Gabriela dos Santos, como ordenadora secundária e JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA como ordenador primário (pgs. 79-82 - Processo SES 037070/2020).

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 33. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Em 01/04/2020, às 18h02min, a dispensa de licitação foi cadastrada no Cadastro de Informações Gerenciais – CIG, tendo em vista o que determina nos artigos 6 e 7 do Decreto nº 49, de 09 de fevereiro de 2015, sendo que a respectiva aprovação do cadastro foi emitida no mesmo dia (SES 40851/2020).

Ainda, às 18h09min do 01/04/2020, a DLC encaminha por e-mail à empresa VEIGAMED, a Ordem de Fornecimento nº343/2020 e solicita confirmação de recebimento (pg. 86 - Processo SES 037070/2020). Contudo, não houve resposta.

Por derradeiro, quanto ao tópico da contratação, cabe destacar que segundo consta no pedido de prisão provisória, busca e apreensão da segunda fase da Operação O2, bem como da narrativa dos depoimentos colhidos por esta Comissão que o núcleo empresarial composto por FÁBIO GUASTI, SAMUEL DE BRITO RODOVALHO e CÉSAR AUGUSTUS TOMAZ MARTINES BRAGA sabia desde 27/03/2020 que a empresa CIMA possivelmente, não conseguiria cumprir a proposta e desde 30/03/2020 que havia a **confirmação** de que a CIMA não entregaria os respiradores.

Portanto, temos que a manutenção de proposta comercial, contendo evidente má-fé, por FÁBIO e pela empresa VEIGAMED auxiliados pela incompetência de servidores públicos vinculados a Secretaria de Estado da Saúde, **É INEGAVELMENTE FRAUDULENTA.**

DO PAGAMENTO

Toda parte orçamentária e financeira do processo foi realizada com extrema celeridade - em menos de 24 horas. Senão vejamos:

Primeiramente destaca-se que os pedidos de pagamentos foram assinados digitalmente pela Superintendente de Gestão Administrativa – senhora MÁRCIA em **20/03/2020**, ou seja, 11 (onze) dias antes da autuação dos processos, demonstrando que se tratava de autorização prévia e genérica.

Os processos **SES 039977/2020** e **SES 039985/2020** foram **autuados às 18h do dia 31/03/2020** na Superintendência de Gestão Administrativa – SGA.

Em 31/03/2020, **às 11h** as Notas Fiscais de nº 384 e nº 385 foram emitidas pela empresa VEIGAMED para a aquisição de "*ventilador pulmonar para cuidados intensivos com PEEP mínimo de 30*"; Sendo, posteriormente, certificadas pela então Superintendente de Gestão Administrativa em 01/04/2020. (MÁRCIA)

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 34. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Aponta-se que na liquidação das despesas aparecem os nomes da senhora Débora Brum, CPF 073.901.799-37, como certificadora, e senhora Eliete Maria Mulher Braga, CPF 027.567.399-52, como liquidante.

Ato contínuo, a partir da homologação da Dispensa de Licitação, exatamente no dia 01/04/2020, às 14h52min horas FÁBIO pressiona MÁRCIA a realizar o pagamento, alegando que os ventiladores pulmonares estavam aptos para serem importados, juntamente com uma carga de 500 (quinhentos) equipamentos, mas que, para tanto, precisaria receber o quanto antes.

As ordens bancárias 2020B037608[5] e 2020B037625[6], no valor de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais) cada, foram transmitidas ao banco às 16h39min e às 16h59min do dia 01/04/2020. Porém, os valores só ficaram disponíveis na conta da empresa VEIGAMED do Banco Bradesco, aos 03/04/2020.

Em 04/04/2020, após o pagamento, a Diretoria de Licitação e Contratos enviou e-mail à empresa VEIGAMED reiterando a necessidade de confirmação de recebimento, bem como, solicitando o envio das Certidões de débitos Estadual e Municipal (pg.90 – Processo 0037070/2020). Contudo, também sem resposta.

DO NÃO CUMPRIMENTO DO CONTRATO.

Haja vista o decurso do prazo de entrega, aos 08/04/2020 a SES (Secretaria de Estado da Saúde) enviou a 1ª notificação à empresa VEIGAMED.

Segundo HELTON, em depoimento[7] prestado junto a esta CPI, no dia 15/04/2020 ocorreu uma reunião na Procuradoria-Geral do Estado, em que além dele estavam presentes, o Procurador-Geral do Estado, o subprocurador e o consultor jurídico da SES. Na ocasião, segundo o trecho de seu depoimento abaixo destacado, os presentes entenderam por aguardar o vencimento do prazo de 30 de abril, senão vejamos:

[5] **Fonte 100:** 2020OB037608 assinada em 01/04/2020 (não consta assinatura no SGPe, porém no SIGEF foi lançada às 16:22 do dia 01/04/2020).

[6] **Fonte 300:** 2020OB037625 assinada em 01/04/2020 (não consta assinatura no SGPe, porém no SIGEF foi lançada às 16:43).

[7] ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – pag. 98

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 35. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls: 3111
Rubrica

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Vamos lá, por favor.

É... no dia 15, então, eu me dirijo à Procuradoria-Geral do Estado, nós apresentamos a situação desses respiradores. Lá nessa reunião nós temos o procurador-geral do Estado, nós temos o subprocurador, tínhamos mais um procurador e o meu consultor jurídico que também era um PGE, que é um procurador-geral do Estado, é... desculpe, um procurador de Estado.

Á... então nós apresentamos a situação de que a empresa ela vinha ao longo dessa semana apresentando algum documen... alguns documentos dizendo que ela iria entregar, é... que taria com dificuldade de cuid... de... importação dos equipamentos, enfim, apresentando um arrazoado de informações. Até então, ela não apresentou ain... não havia apresentado ainda a contranotificação que ela recebeu no dia 8. E dentro da PGE, nós recebemos uma orientação: olha só, como nós temos uma empresa que ela demonstra, é... através da su... dos documentos que ela vem encaminhando, que ela está fazendo a tramitação desse processo, que nós temos um prazo que ele se finda lá no dia 30 de abril, é... o primeiro prazo venceu, mas ela tá apresentando informações de que ela está tendo dificuldade, esse prazo vence no dia 30 de abril, é... nós entendemos então que nós precisamos, é... acompanhar esse processo até o dia 30 e se até o dia 30 não acontecer a entrega dos equipamentos, que se instaura os procedimentos adequados. É, isso aconteceu. Está no meu depoimento, inclusive... no Gaeco.

Como se observa a premissa para tal decisão era de que a empresa vinha encaminhando documentos que comprovavam "*que ela esta fazendo tramitação desse processo*". Todavia, no processo SES 037070/2020, os únicos documentos que se entendem como apresentados pela empresa VEIGAMED, no período compreendido entre a apresentação da proposta de fornecimento e a mencionada reunião do dia 15/04/2020, são as *proformas invoices* em beneficio da *offshore* DATIAN INTERNACIONAL COMPANY LIMITED.

Ato contínuo, aos 16/04/2020 a empresa VEIGAMED responde à 1ª notificação por meio do e-mail subscrito por Luciane Louzada. Da referida 'contranotificação' a empresa aduziu que o atraso da entrega dos equipamentos decorria do momento de anomalia mundial decorrente da pandemia do covid-19 que impõe a necessidade de flexibilização das regras legais e contratuais, senão vejamos:

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 36. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3112
Rubrica

CONSIDERANDO os termos da resposta complementar à missiva datada de 03.04.2020 encaminhada pela NOTIFICANTE à NOTIFICADA, datada de 11.04.2020, por meio da qual informou que ***"a empresa VEIGAMED continua agindo diligentemente para enfrentar os percalços mundiais e a imprevisibilidade decorrente do cenário mundial de pandemia, e informa que obtivemos a confirmação da indústria que já providenciou a entrega do equipamento, inclusive, atendendo a marca especificada e solicitada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado de Saúde (Modelo Shangula 510S/Mod. Ancor)"*** (destacamos);

CONSIDERANDO que, para o atendimento à solicitação realizada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado de Saúde, quem manifestou preferência na aquisição do Modelo Shanguila 510S, ao invés daquele descrito inicialmente na Ordem de Fornecimento 843/2020 – Edital 754/2020, na Modalidade de Dispensa de Licitação, foram necessárias tomadas de novas cotações junto às empresas fornecedoras e diversas outras medidas concernentes, o que, a toda evidência, demandou tempo;

CONSIDERANDO, por fim, que o princípio jurídico da boa-fé, que impõe às partes a necessidade de observância do modo de agir reto, probo e honesto, tanto no momento pré-contratual, quanto durante a sua execução e conclusão[1], o qual, apesar de não estar previsto expressamente na Constituição Federal da República, decorre do princípio da segurança jurídica e do próprio conceito de Estado Democrático de Direito, como é cediço, é pacificamente aplicável nas relações comerciais entre entes privados e a Administração Pública;

Assim, tendo como esteio os termos de todos os "CONSIDERANDOS" acima, serve-se a NOTIFICANTE da presente para **contranotificar** a NOTIFICADA com o fito de destacar que o atraso na entrega dos equipamentos médicos contratados decorre do momento de anomalia mundial decorrente da pandemia do CONVID-19 — que impõe a necessidade de flexibilização das regras legais e contratuais.

As intercorrências narradas não dependeram, conforme comprovado, da vontade da NOTIFICANTE, restando, a toda evidência, devidamente justificado o atraso ocorrido, não havendo, assim, o enquadramento na hipótese do dispositivo legal apontado pela NOTIFICADA[2] e bem como a mora da NOTIFICANTE no cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

Ademais, anexo à manifestação consta prospecto do aparelho "Shangrila 510S", da AEONMED, situada na China, em substituição ao prospecto da CIMA INSDUSTRIES INC, empresa do Panamá. (pgs. 33-41 – Processo SES 037070/2020).

Por requerimento do Eng.º Wagner Tadeu Martins Queiroz, o processo foi remetido ao Núcleo de Engenharia Clinica no dia 17/04/2020, que emitiu (por duas vezes) a CI nº 0524/2020. (pg. 101 do Processo SES 037070/2020)

No encaminhamento do Núcleo de Engenharia Clínica - pg. 104 do Processo SES 037070/2020 - assinado digitalmente pelo Eng.º Wagner, à SGA consta o que segue:

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 37. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3113

Processo SES 00037070/2020 Vol.: 1

Origem

Órgão: SES - Secretaria de Estado da Saúde
Setor: SES/GEDHP/NUENG - Núcleo de Engenharia Clínica
Responsável: Wagner Tadeu Martins Queiroz
Data encam.: 17/04/2020 às 13:57

Destino

Órgão: SES - Secretaria de Estado da Saúde
Setor: SES/SGA - Superintendência de Gestão Administrativa

Encaminhamento

Motivo: Para providências
Encaminhamento: Segue CI 0524/2020 sinalizando as divergências observadas na proposta formal da empresa Veigamed e nas "proformas invoice" encaminhadas.

Retifico que as "proformas invoice" são número PI-20200414-WHHL e a PI-20200415-WHHL.

Entretanto, a versão original da CI nº 0524/2020 (pg. 102-103 do Processo SES 037070/2020) foi desentranhada por Wagner Tadeu Martins Queiroz (usuário 198.183.938-05), ainda em 17/04/2020, vindo a ser substituída por outra que suprime a seguinte sentença: "*como foi utilizado um código CIASC (032875010) genérico, sem descritivo técnico para o ventilador Pulmonar em questão, podendo dar margem de interpretações tendenciosas*" (pgs 105-106 – Processo SES 037070/2020).

Também restou corrigido o erro material no número da *proforma invoice* informada, já que na versão original constam duas vezes o numero "PI-20200414-WHHL" (pg. 102 dos autos SES 037070/2020). Conforme se observará adiante, a primeira versão da CI nº 0524/2020 havia sido assinada por então Secretário Adjunto ANDRÉ MOTTA RIBEIRO, o qual, contudo, recusou-se assinar a versão substituída ao alegar que não teria participação no processo.

A CI nº 0524/2020 substituída foi assinada digitalmente pela Gerente de Desenvolvimento de Hospitais Públicos, Juliana Fernandes, pelos engenheiros eletricistas Leonardo Boechat Tavares Pereira e Wagner Tadeu Martins Queiroz, segundo a qual:

> Esta Engenharia Clínica SUH sugestiona que uma Comissão de Médicos Intensivistas da Secretaria de Estado da Saúde seja consultada, a fim de validar, ou não, as especificações técnicas e a aceitação do item informado, conforme a "*Proformas Invoice*", haja vista que o mesmo diverge da proposta inicial, podendo não garantir a ventilação de pacientes com a COVID-19, além das situações diversas de UTI.

Ainda em 17/04/2020, às 23h46min a Superintende MÁRCIA emite o seguinte despacho:

> "*Considerando a avaliação da engenharia clínica que atesta a evidente divergência entre a proposta aprovada para aquisição e a configuração do*

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 38. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

equipamento apresentado no INVOICE emitido pelo fornecedor, bem como o descumprimento do prazo de entrega do lote de equipamentos pactuados na proposta; Solicitamos o prosseguimento das providências necessárias junto ao núcleo de penalidades para o devido cancelamento da compra." (pg. 108 – Processo SES 037070/2020)

Entretanto, tal despacho foi desentranhado pela própria MÁRCIA (usuário 591.647.869-00) em 18/04/2020, sob o motivo "*adequar formatação*" no termo de desentranhamento (pg. 108).

Por sua vez, às 10h44min do dia 18/04/2020, a então Superintendente MÁRCIA, em substituição ao despacho acima destacado e na intenção de justificar o elevado valor dos respiradores, insere aos autos a seguinte manifestação (vide pg. 181 - SES 037070/2020):

> Desse modo, os valores dos equipamentos mudam a todo momento. Em jornal de grande circulação estadual encontramos a seguinte matéria feita pela NSC veiculada em 28 de março de 2020, deparamos: Considerados essenciais para o tratamento dos pacientes infectados pelo novo coronavírus que apresentam agravamento no quadro de saúde, os respiradores são ofertados no mercado internacional único possível para aquisição do Estado - **por preços abusivos desde o início da pandemia no Brasil. O valor encontrado** atualmente é quase cinco vezes mais alto do que o preço normal do aparelho. Adquiridos anteriormente por valores que variavam entre R$ 60 e R$ 70 mil, agora os aparelhos não baixam de R$ 335 mil. No início da pandemia em território nacional, os respiradores ainda **foram oferecidos por R$ 100 mil.3Id., 2016, p. 270.4Id., 2016, p. 274.5 (Disponível em:** https://www.nsctotal.com.br/noticias/coronavirus-respiradores-ficam-cinco-vezes-mais-caros-apos-inicio-da-pandemia-no-brasil - Acesso em 29 mar 2020).
>
> Destacamos que os Estados da Federação sofrem com a guerra comercial e disputam cada equipamento disponível no mercado. O Estado do Mato Grosso do Sul há informação pela imprensa, em 23/03/2020, que irá adquirir o ventilador pulmonar por R$ 680.000,00, conforme site do Correio do Estado.

Como se nota, no dia 17/04/2020, MÁRCIA, ciente de que o modelo contratado não seria entregue, solicitou o cancelamento da compra, entretanto, no dia seguinte emitiu despacho justificando o valor dos equipamentos.

Já aos 22/04/2020, a Diretoria de Licitações e Contratos – DLC encaminha a 2ª notificação à empresa VEIGAMED, para que apresente o comprovante de aquisição dos equipamentos, além dos documentos relacionados à importação e a data de chegada dos mesmos no almoxarifado da SES (pgs. 185-187 – Processo SES 037070/2020). Apesar disso, não faz qualquer menção sobre troca de modelo, fato que a empresa VEIGAMED, em resposta à primeira notificação, já havia dado notícia.

Na sequência em 24/04/2020, a empresa VEIGAMED envia a 2º contranotificação, com o cronograma abaixo (pgs. 190- 192 – Processo SES 037070/2020):

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 39. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Fls. 3115

Equipamentos Médicos (Unidades)	Data de Saída da Fabricante (AeonMed Beijing)	Tempo de translado	Tempo estimado de fila na alfândega	Tempo estimado para desembaraço alfandegário	Data estimada para embarque	Embarque Reserva
50	23-24 de abril	8-10 horas	2 dias	2 dias	29 de abril	30 de abril
50	29-30 de abril	8-10 horas	2 dias	2 dias	04 de maio	05 de maio
50	05 de maio	8-10 horas	2 dias	2 dias	9 de maio	10 de maio
50	15 de maio	8-10 horas	2 dias	2 dias	19 de maio	20 de maio

Aos 27/04/2020 a Assessoria Jurídica da SES emite o Parecer nº 0711/2020 pelo qual avisa da "*penalidade de multa por não entrega, conforme art. 110, II e também a suspensão prevista no art. 111, IV, ambos do Decreto Estadual nº 2.617/09, devendo a suspensão ocorrer durante o período de pico da pandemia, que estima-se por 06 meses*" (pgs. 194-199 do Processo SES 037070/2020).

Já aos 29/04/2020 é enviada a terceira notificação informando para tanto, os apontamentos realizados pela Controladoria-Geral do Estado (pgs. 202-204 do Processo SES 037070/2020), sendo reencaminhada em 06/05/2020 (pgs. 205 do Processo SES 037070/2020).

Em 08/05/2020, o Sr. PEDRO NASCIMENTO DE ARAÚJO, manifesta-se por meio do e-mail (vide pgs. 206-209 – Processo SES 037070/2020). Alegando, quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro, que: "*opera com uma margem bruta dentro dos parâmetros de mercado, não sendo possível haver qualquer redução nos valores sem que o frágil equilíbrio econômico-financeiro seja rompido*" referenciando para tanto "planilha em anexo", a qual sequer consta no e-mail. Já quanto à alteração do modelo originalmente adquirido pelo "Shangrila 510S" – aduz sobre a existência de questões relacionada ao mercado e que a Secretaria de Estado da Saúde não cumpriu o prazo de validade da proposta. E, por fim, quanto aos valores de mercado, a empresa traz, em síntese, que não foi possível entregar os respiradores contratados e que os equipamentos ofertados em substituição eram mais caro.

Por fim, em meados do mês de maio, 50 (cinquenta) equipamentos "Shangrila 510S", chegaram ao Brasil por meio da empresa TS ELETRONICS DO BRASIL, com especificação diversa da contratada e, consequentemente inservíveis ao tratamento da covid-19 ou para a utilização em UTI. No entanto, como não foi promovido o devido desembaraço aduaneiro, a Receita Federal do Brasil declarou o perdimento das mercadorias que, após aceitação por parte de SES, procedeu à doação dos 50 respiradores.

Deste modo, imperioso concluir que a empresa VEIGAMED, por meio de FÁBIO GUASTI e do núcleo empresarial composto por FÁBIO, SAMUEL RODOVALHO e CÉSAR AUGUSTUS TOMAZ MARTINEZ BRAGA e GERMANO LINCOLN, balizados pela inabilidade e omissão de servidores da SES não só

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 40. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

descumpriram o contrato objeto do processo administrativo em sua integralidade, como agiram com total discrepância aos princípios norteadores da administração pública. Ações que, em tese, trazem cargas delituosas e potencial prejuízo à coisa pública, consideradas suficientes para que não triunfe a impunidade.

DO GRUPO DE *WHATSAPP* "COVID-19 – COMPRAS" E DO PROJETO DE LEI

Cabe registrar que restou criado um grupo de conversas de aplicativo de *whatsapp*, pelo Secretário de Estado da Administração JORGE EDUARDO TASCA, composto por representantes da Controladoria Interna e Externa do Estado, mais alguns servidores da Secretaria de Estado da Administração (SEA), da Secretaria de Estado da Saúde (SES), sendo uma das representantes desta pasta, a Sra. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI.

Referido grupo de *whatsapp*, cujo histórico foi trazido ao conhecimento desta Comissão aos 23/06/2020, quando da oitiva da Auditora interna SIMONE DE SOUZA BECKER (à época dos fatos, Controladora-Adjunta), do poder executivo da Secretaria de Estado da Fazenda, que narrou de forma clara, sobre as intenções do grupo de servidores em proteger o erário diante das exigências legais que a situação se apresentava, com orientações e sugestões.

Tal grupo de conversas denominado "COVID-19 – COMPRAS" foi criado em 22/03/2020 e perdurou até 28/04/2020.

Da leitura atenta de todas as conversas do grupo no período acima descrito, é possível concluir, que os órgãos de controle, tanto internos quanto externos do Estado, representados naquele grupo alertaram em especial a Sra. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – que era a principal representante da pasta de saúde – sobre os procedimentos a serem adotados quando da aquisição de equipamentos, insumos e afins, ao combate a covid-19 – com pagamento antecipado.

À folha enumerada pelo relator como de número 24, indica que no dia 23/03/2020, Fabrício representante do Ministério Público de Santa Catarina anotou pela vez primeira, a observação de que o art. 68 da Lei 4.320/64 ditava regras sobre o regime de adiantamento, que entendemos como - compra antecipada.

> Lei 4320/64, Art. 68. O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 41. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

No mesmo dia, porém mais tarde, o mesmo Fabrício MP questiona o grupo, sobre qual o problema de fazer a compra com pagamento posterior.

Fabricio MP
Uma dúvida: qual seria exatamente a dificuldade prática na requisição administrativa desses respiradores, com indenização posterior?

Então, a Sra. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI, entra pela primeira vez grupo e informa sobre a aquisição de 200 ventiladores pulmonares.

23/03/2020

Marcia Compras SES
Amigos, estamos em tratativas para aquisição hoje de 200 Ventiladores Pulmonares a 15 mil dólares por equipamento !!! Nesse momento os médicos intensivistas estão fechando o parecer técnico.

assim que concluirmos aviso aqui...

Fabricio MP
ótima notícia

No mesmo dia, MÁRCIA volta ao grupo, dessa vez, às 20h16m, para confirmar que a compra dos 200 respiradores estava "*bem adiantada*".

Marcia Compras SES
Senhores,

O processo de aquisição das 200 peças de ventiladores pulmonares - VP está bem adiantado; aguardando definição do repasse do recurso amanhã.
Confirmando esse primeiro lote (100) custará de U$
1.315.000,00 + frete (cotação de hj: U$ 59 mil dolares)..

(menos de R$ 70 mil reais/unidade).

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 42. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Pela primeira vez, no grupo, em 24/03/2020 a Sra. KAREN BAYESTORFF - Diretora de Gestão de Licitações de Contratos da SEA questiona sobre pagamento antecipado, e faz observações a respeito do procedimento que deve ser adotado, sugerindo apresentação de uma Lei Complementar ou Medida Provisória, que regulamentasse o processo do pagamento antecipado. E mais, KAREN alerta que qualquer análise de risco deve ser levada à decisão do Secretário Tasca (JORGE EDUARDO TASCA) e do próprio Governador.

ter, 24 de mar

Karen Bayestorff - DGLC da SEA

Bom dia, colegas. A SES está com uma lista de cerca de 20 itens, em sua maioria EPIs, onde os fornecedores estão solicitando pagamento antecipado. Esse pedido se dá pq os fabricantes estão faturando à vista, e só

fabricantes estão faturando à vista, e só está sendo atendido quem garante os itens com o dinheiro na mão. Como eles não tem capital de giro pra fazer esses pagamentos, precisam que o Estado tb pague antecipado.

Diante desse cenário temos 2 caminhos:

- Cartão de pronto pagamento
A LC 741/2019 no seu Art. 12 inciso II, prevê a utilização do cartão para despesas urgentes e inadiáveis. E o decreto permite utilização acima do teto desde que justificada.
Em contato com a SEF, eles já sinalizaram com a possibilidade de aumentar esse limite, mas precisamos firmar aqui o entendimento de que a utilização para esse tipo de compra seria possível.

- Autorização do pagamento antecipado via LC ou MP. A Simone compartilhou projeto de LC de Pernambuco onde o estado, no seu Art. 10 permite antecipação de pagamento. A PGE, em princípio, entende que a MP seria

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 43. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3113

arriscada para o governador e estaria se sobrepondo à lei geral de licitações. Quanto à lei complementar a nossa preocupação é o tempo.

É fato de alguma medida deve ser tomada para garantir o abastecimento dos hospitais. Gostaria de ouvir vcs pra depois a gente estruturas as propostas, analisar os riscos e levar a decisão para o secretário Tasca e governador.

Em 24/03/2020, conforme se observa da conversa o Secretário Sr. JORGE EDUARDO TASCA, consulta o grupo a respeito da vedação do adiantamento, o que prova que a discussão em 24/03/2020 se dava a respeito da legalidade e dos procedimentos que deveriam ser adotados para o pagamento antecipado.

Secretario SEA Tasca

Bom dia! Perfeito! Em relação a possibilidade também não vejo impedimento. Consulto os colegas da CGE e TCE se há alguma vedação na utilização do adiantamento (cartão de pronto pagamento) para aquisição de materiais permanentes (despesas de capital)?

KAREN apresenta então uma proposta de autorização legislativa para que a ALESC aprovasse esse procedimento; mais a frente conclui que aquela proposta legislativa inicial sofreria alterações.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 44. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3120

Karen Bayestorff - DGLC da SEA
Estou add o dr. Ederson, procurador do estado e consultor jurídico da SEA, que est nos ajudando nos estudos para a melhor saída

Encaminhada

PL APROVADO E RETIRADO

PL CONTRATAÇÃO DIRETA - REVISADO.docx

55 KB docx

Ainda no dia 24/03/2020, Marcelo Mendes representante da Procuradoria Geral do Estado, reforça que a PGE estava trabalhando numa proposta legislativa para regulamentar o procedimento de compra com pagamento antecipado.

PGE - Marcelo Mendes
bom dia, informo que a PGE está trabalhando em anteproj de lei sobre o pagamento antecipado, para trazer mais segurança jurídica aos gestores

Importante notar que a Diretoria de Gestão de Licitações de contratos da SEA, Sra. KAREN, alerta Marcelo Mendes, no grupo, em que está tanto MÁRCIA quanto o Secretário JORGE TASCA, que os pagamentos antecipados precisam estar "***muito bem justificados***", pois haveria risco de prejuízo ao erário caso a empresa não entregue os bens. Que, portanto, só poderia ser feito, se não houvesse alternativa.

Marcelo, sim, a situação é muito dinâmica e muitas informações chegam a todo tempo. O PL me parece ser a melhor saída mesmo. E tem que ser pra situações muito bem justificadas, pois há o risco de prejuízo ao erário caso a empresa não entregue os bens. Teria que prever que a antecipação só poderia ser feita se não houver outra possibilidade pelos estágios normais da despesa

BAYESTORFF F.B

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 45. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3121

Marcelo Mendes responde, alertando para as cautelas que devem ser tomadas as quais foram anotadas à frente.

PGE - Marcelo Mendes
é uma boa sugestão, considerando que a jurisprudência dos órgãos controladores admitem o pgto antecipado em caráter excepecional e mediante cautelas 12:13

A Sra. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI acompanha tudo, inclusive posta no grupo, à relação de equipamentos que estavam comprando, se notando ali, os ventiladores pulmonares.

Marcia Compras SES
Boa tarde a todos, compartilharei o rol de processos que até o momento temos relacionado relativo as aquisições COVID-19.

Marcia Compras SES

3839/2020	MONITORES MULTIPARAMETROS ALFAMED VITA400E
4655/2020	CAMA HOSPITALAR
4104/2020	INSUMOS PARA VENTILAÇÃO MECÂNICA
4472/2020	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL
5321/2020	LUVAS DECARTÁVEIS
5323/2020	MONITOR MULTIPARÂMETRO GE HEALTHCARE
3971/2020	VENTILADORES PULMONARES
5360/2020	ÁLCOOL 70% PARA ESTERILIZAÇÃO
4400/2020	DETERGENTE ENZIMÁTICO PARA LIMPEZA
4452/2020	CÂNULA ENDOTRAQUEAL COM BALÃO 6,5 E 8,5
5338/2020	EQUIPAMENTOS DE TI PARA HTR
0685/2020	ADITIVO ATA 1491/2019 ÓCULOS PROTETOR
3019/2020	ÓCULOS PROTETOR
1403/2020	LUVAS DE PROCEDIMETNOS
3337/2020	MÁSCARAS RESPIRATÓRIAS, PROTECÃO AGENTES BIOLÓGICC
1378/2020	MÁSCARAS FACIAL SEM VISEIRA
1089/2020	AVENTAIS
3905/2020	ALMOTOLIAS DESCARTÁVEL COM ALCOOL GEL 70% GLICERIN
1368/2020	MACRONEBULIZADOR CONTINUA EM OXIGENIO
9590/2020	GORRO CIRÚRGICO DESCARTÁVEL

13:00

elaboramos um documento para relatar as situações que discutimos ontem na reunião (video)

Agora e o mais importante, em 24/03/2020, conforme figura abaixo, MÁRCIA encaminha ao grupo um parecer jurídico (PSES 35508/2020) datado de 23/03/2020 e assinado pelo consultor jurídico CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR, pelo qual é possível observar a exigência de tomadas de garantia para compras com pagamento antecipado.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 46. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3122
RUBRICA

Marcia Compras SES

Encaminhada

[redacted]
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
ASSESSORIA JURÍDICA
SES/ASJUR

PARECER JURÍDICO 0468/2020 *Florianópolis, 23 de março de 2020.*

pdf **0468.2020 - Parecer Jurídico - quanto as DL corona - PSES 35508.2020.pdf**

12 páginas · 486 kB · pdf

considerando que o processo está sendo construído diariamente, vamos atualizando esses dados e repassando aqui para acompanhamento dos senhores

Também no mesmo dia 24/03/2020 é possível notar que Denise, representante do Tribunal de Contas do Estado, traz ao grupo, o guia de avaliação de risco para aquisição de produtos covid-19; Nesse guia existem diversas observações da CGU a respeito das decisões preliminares que devem ser tomadas, no que diz respeito às compras nesse período.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 47. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Denise TCE
Encaminhada

CGU
Controladoria-Geral da União

CONTRATAÇÕES EMERGENCIAIS COVID-19

pdf Guia - avaliçao de riscos nas aquisições - covid19.pdf

7 páginas 197 KB pdf

Pessoal, a medida em que forem surgindo materiais interessantes vou postar como boa prática, pode ser? O guia enviado é da CGU, de simples preenchimento, e traz elementos importantes das decisões tomadas. Pode ser adaptado conforme as necessidades e ajuda a resguardar o gestor/agente público.

Em 25/03/2020, KAREN volta ao grupo para falar do PROJETO DE LEI que autoriza o pagamento antecipado e Jonathan do Ministério Público de Contas alerta que o projeto garante e cria mecanismos para garantir a entrega dos produtos e as cautelas que deveriam ser tomadas.

Karen Bayestorff - DGLC da SEA
Essa mensagem foi apagada. 10:28

Bom dia, colegas. Segue para apreciação a minuta do projeto de lei que permitirá pagamento antecipado. Estou construindo a exposição de motivos para encaminharmos ainda hj

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 48. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Karen Bayestorff - DGLC da SEA

≡ PL_Contratações.docx

37 KB docx 10:34

Jonathan MPC
Gostaria de fazer uma sugestão. O artigo 2 é uma excessão e poderíamos proteger um pouco mais se fosse necessário que cumprir-se os requisitos do parágrafo primeiro do art 1. Principalmente como forma de garantir a entrega.

Karen Bayestorff - DGLC da SEA
Falei exatamente isso com a Simone agora. A MP autoriza contratação de inidôneas, mas em casos que não teremos garantia, a cautela seria na análise do fornecedor

Aliás, como se vê dessas conversas o tema: **proteger o erário** foi constantemente debatido no grupo, falando-se inclusive das garantias que deveriam ser tomadas, como fica claro quando da leitura da mensagem encaminhada por Jonathan, que representava o Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina.

Jonathan MPC
Art. 2º Fica o Poder Executivo estadual autorizado, excepcionalmente, a realiza a contratação de fornecedores que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de único fornecedo do bem ou serviço a ser adquirido, desde que seja estabelecido garantias especiais e suficientes que garantam o cumprimento e resguardem os ricos inerentes à operação.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 49. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Acho que podiamos adicionar um final assim, para proteger um pouco o Estado.

11

Karen Bayestorff - DGLC da SEA
Eu concordo, secretária. A cautela que está sendo solicitada aos gestores é que se faça uma análise de risco desses fornecedor e se evidencie no processo os aspectos dessa cautela na contratação. Permitir que se antecipe pagamento à empresa sabidamente inidônea me parece um risco alto. Ainda, a SES negociou garantia com alguns dos fornecedores e foi comunicada pelos fornecedores da impossibilidade.

11:36

Karen Bayestorff - DGLC da SEA
Assim, considerando que na prática o artigo produzirá pouco efeito se exigida a garantia, e um risco muito alto se tirarmos essa exigência. E considerando, ainda, o que a secretária colocou sobre estar abrindo precedente em um governo que tem como bandeira a integridade, acho que podemos reavaliar a manutenção do artigo.

11:39

A proposta do PL sofreu alteração, para incluir a cláusula anticorrupção;

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 50. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3126
Rubrica

Carla SEA - Rede de Compradores SC
As reflexões são muito pertinentes. É perigosa a inserção dessa cláusula, em diferentes aspectos. Creio que seria a exceção da exceção o fornecim...

Concordo

Combinei com a Karen de compartilhar aqui no grupo a minuta de PL que a CGE propôs e que está em análise na SEA, sobre clausula anticorrupção. Se for do entendimento do grupo podemos congregar neste PL da emergência

PL Cláusula Anticorrupção.doc
93 KB doc

Importante notar nas conversas do grupo, que ainda em 25/03/2020, Marcelo do TCE, chama mais uma vez a atenção dos componentes do grupo, que o **pagamento antecipado é um risco e de tudo isso, MÁRCIA acompanha**, tanto que no mesmo dia, informa ao grupo da proposta comercial para a entrega dos equipamentos entre 05 e 07/04/2020, sem fazer qualquer observação a respeito do pagamento antecipado.

Marcelo Brognoli TCE
Bom dia. O artigo segundo trata a contratação de empresa inidônea como uma exceção e quando esta, frente ao objeto do contrato se apresente como fornecedor exclusivo. Essa combinação, que deve ser sempre observada para a aplicação do dispositivo limita em muito o seu uso. Figurativamente o Estado estaria com a "faça no pescoço", o que justificaria a formalização contratual com empresa inidônea ou suspensa de contratar com A Administração.

De outro lado, não precisamos antecipar pagamentos para essas empresas. O artigo primeiro autoriza, não obriga. Se for o caso poderia ser acrescentado um parágrafo único ao artigo segundo estabelecendo que para as contratações firmadas com essas empresas não se autoriza o pagamento antecipado previsto no artigo primeiro.

Aqui vem um fato que se julga importante destacar, resta claro pela atenta leitura das conversas que o grupo constantemente discutia sobre forma de pagamento antecipado, contudo, estranhamente é ocultado do grupo que a aquisição dos 200 (duzentos) respiradores da empresa VEIGAMED se tratava de uma compra com pagamento antecipado.

Marcia Compras SES
Encaminhada

[redacted]

Proposta Comercial - BT 00162-2020.pdf
3.7 MB pdf

Ressaltar o prazo de entrega:

De 05 a 07 de abril

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 51. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Importante registrar a fala de Naiara (SIG) em 25/03/2020, a respeito de compras com empresas sem experiência e capacidade, caso da VEIGAMED.

Naiara SIG

A SIG está cruzando dados dos portais transparência de diversos estados e govfederal analisando os fornecedores dessas compras emergenciais no Brasil para estabelecer um ranking das propostas e perfil das empresas

TCU fez um alerta de sobre a importância desses históricos para evitar compras de empresas com inexperiência e sem capacidade de compra, em razão de algumas já terem solicitado adicionais de pagamento por oscilação dolar para equipamentos importados

Paralelamente, no dia 25/03/2020, por intermédio do Secretário de Estado da Administração, Sr. JORGE EDUARDO TASCA, é então encaminhado um **PROJETO DE LEI**, que tramitou no sistema SGP-e sob o nº 3404/2020/SEA, ao Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo Estadual a realizar a antecipação dos pagamentos nas contratações destinadas aos objetos que identifica:

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

E.M. GABS nº 0051/2020 Florianópolis, 25 de março de 2020.

Senhor Governador,

Submetemos a vossa apreciação o projeto de lei que Autoriza o Poder Executivo Estadual a realizar a antecipação dos pagamentos, total ou parcial, nas contratações destinadas ao fornecimento de bens, à prestação de serviços, à locação de móveis, imóveis e equipamentos, à execução de obras, necessários ao enfrentamento da pandemia do novo coronavirus – COVID19, durante a vigência do decreto legislativo que declarou situação calamidade pública de autoria da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

Para o enfrentamento da situação de emergência de saúde pública, a União, por meio da Lei Federal n. 13.979/20, estabeleceu novas previsões para as aquisições emergenciais decorrentes da Pandemia, flexibilizando a norma vigente para garantir celeridade nos processo de aquisição e contratação, frente a um cenário que exige resposta rápidas do Poder Público.

A escassez no mercado mundial torna adequada a medida. Cita-se, por exemplo, a

UARDO TASCA em 25/03/2020 às 16:15:04, conforme Decreto Estadual nº 39, de 21 de fevereiro de 2019.

Ato contínuo, voltando ao grupo, MÁRCIA é questionada sobre o conhecimento do histórico das empresas, e ela responde que **sim**.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 52. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3126

Marcia Compras SES

> **Jonathan MPC**
> A vantagem a proposta A pelo que entendi é a entrega de 100 unidades daqui a uma semana

Sim.

Marcia Compras SES

> **Você**
> Márcia, a SES tem histórico de compra com estes fornecedores?

Com o fornecedor da proposta B, sim.

MÁRCIA ainda é questionada se é necessário o pagamento antecipado da compra desses respiradores (VEIGAMED), já que o produto estava no México e ela responde que **NÃO**!

O fornecedor da Proposta A informou que a carga está no méxico

Assim consegue entregar de 05 a 07 de abril

> **Marcia Compras SES**
> O fornecedor da Proposta A informou que a carga está no méxico

Teoricamente então ele não precisaria do recurso antecipado

Marcia Compras SES
Não

Seguem as conversas e percebe-se que MÁRCIA tem atuação permanente no grupo, tanto que aos 27/03/2020, apresenta ao grupo a instrução normativa nº 01/2020, da CGE/SEA, que dispõe sobre a inclusão das cláusulas anticorrupção, nos editais de licitação e contratos firmados com o Estado, ou seja, que diz o seu art. 1º, II, anota que "**há vedação expressa de práticas que podem levar o erário ao risco**".

sex, 27 de mar

Marcia Compras SES
Encaminhada

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 001 de 27 de março de 2020.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA
Dispõe sobre diretrizes para desenvolvimento de Termos de Referência para a aquisição de bens e contratação de serviços pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, diante do decretação de emergências, conforme Decreto Estadual n. 506, de 12 de março de 2020.

RESOLVE:
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

pdf INSTRUÇÃO NORMATIVA 001.pdf

2 páginas 121 KB pdf

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 53. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3129

Instrução Normativa CGE/SEA Nº 1 DE 26/03/2020

Publicado no DOE - SC em 2 abr 2020

F. 23

Dispõe sobre a inclusão de cláusula anticorrupção nos editais de licitação e nos contratos firmados pelos órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta.

Resolvem:

Art. 1º Os contratos firmados pelos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta e na sua prorrogação deverão conter cláusula anticorrupção prevendo que as Partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I - declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II - comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso I deste artigo e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

Em 30/03/2020, mesmo dia que um PROJETO DE LEI que regulamentaria as compras com pagamento antecipado é apresentado à ALESC (e retirado no outro seguinte), a Diretora KAREN fala ao grupo de uma minuta de padrão de dispensa de licitação e orientação para instrução de processo, construída a partir de dados levantados pelo TCE, com o objetivo de, sempre, proteger o erário.

seg, 30 de mar

Karen Bayestorff - DGLC da SEA

Colegas, a fim de auxiliar os órgãos de saúde e segurança pública nas aquisições de insumos de combate à pandemia, a SEA irá publicar um edital de chamamento público para credenciar propostas de preços de fornecedores.
Vamos tb fornecer uma minuta padrão de dispensa de licitação e orientação para instrução de processo, construída com base em alguns pontos levantados pelo TCE.
Encaminho aqui o ofício com as orientações que será enviado aos órgãos amanhã, quando o edital deve ser publicado. Fico à disposição para sugestões

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 54. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Voltando agora para o tema PROJETO DE LEI, tal proposição legislativa que versava sobre a autorização do pagamento antecipado e previa garantias para tal, restou acatado pelo Senhor GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA. Todavia essa informação não veio à tona nas mensagens trocadas pelo grupo.

A íntegra da proposta legislativa segue abaixo, cabe dizer que a cópia do referido projeto foi compartilhada pela Sra. SIMONE BECKER quando de seu depoimento nesta CPI.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROJETO DE LEI Nº

Autoriza o Poder Executivo a antecipar, parcial ou totalmente, os pagamentos nas contratações de bens, serviços, locação de móveis, imóveis e equipamentos e execução de obras necessárias à efetivação de medidas de mitigação dos impactos sociais e econômicos provocados pela pandemia do coronavírus (COVID-19).

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a antecipar, parcial ou totalmente, os pagamentos nas contratações de bens, serviços, locação de móveis, imóveis e equipamentos e execução de obras necessárias à efetivação de medidas de mitigação dos impactos sociais e econômicos provocados pela pandemia do coronavírus (COVID-19).

§ 1º A antecipação de que trata o *caput* deste artigo observará os seguintes requisitos:

I – deverá ser precedida de justificativa acerca da real necessidade e economicidade da medida;

II – dependerá do estabelecimento de garantias específicas e suficientes que resguardem os riscos inerentes à operação; e

III – deverá ser inserido dispositivo no contrato ou instrumento equivalente que obrigue o contratado a devolver o valor antecipado, atualizado monetariamente, caso não executado o objeto, sem prejuízo de multa e demais sanções previstas em lei.

III – deverá ser inserido dispositivo no contrato ou instrumento equivalente que obrigue o contratado a devolver o valor antecipado, atualizado monetariamente, caso não executado o objeto, sem prejuízo de multa e demais sanções previstas em lei.

§ 2º Excepcionalmente, fica dispensado o cumprimento do requisito de que trata o inciso II do § 1º deste artigo para os casos em que há necessidade de pronto e imediato atendimento, devidamente motivado pela autoridade competente.

Art. 2º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos durante o período de calamidade pública no Estado previsto no Decreto Legislativo nº 18.332, de 20 de março de 2020.

Florianópolis,

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

PJ_108

SEA 340/2020

...mitida Digital SGP-e por CARLOS MOISÉS DA SILVA em 31/03/2020 às 16:22:16, conforme Decreto Estadual nº 39, de 21 de fevereiro de 2019.
...gal.ligse.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00003440/2020 e o código L37E5Q6W

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital SG
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://portal.sgpe.sc

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 55. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Estranhamente o aludido PROJETO DE LEI não chegou a tramitar nesta Assembleia, posto que logo após seu protocolo - no dia 31/03/2020 (anterior ao dia em se efetivaria o pagamento dos respiradores à empresa VEIGAMED) o governo, por meio da Casa Civil, desistiu, de manter o projeto para análise deste parlamento.

Segundo o Governador do Estado, o PL foi retirado de tramitação: *por ter sido encaminhado antes de a discussão estar concluída internamente*, conforme se denota na imagem abaixo, enviada por e-mail pelo assessor técnico legislativo da Procuradoria Geral do Estado para a diretoria Legislativa da Alesc.

De: GERÊNCIA DE MENSAGENS E ATOS LEGISLATIVOS
[gemat@casacivil.sc.gov.br]
Enviado: terça-feira, 31 de março de 2020 17:18
Para: Diretoria Legislativa; Daniel Cardoso
Assunto: Protocolo da Mensagem nº 414 – Projeto de lei governamental

Boa tarde,

De ordem do Chefe da Casa Civil, encaminho a Mensagem nº 414, datada de 30/03/2020, por meio da qual o Governador do Estado submete à elevada deliberação da ALESC o projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a antecipar, parcial ou totalmente, os pagamentos nas contratações de bens, serviços, locação de móveis, imóveis e equipamentos e execução de obras necessárias à efetivação de medidas de mitigação dos impactos sociais e econômicos provocados pela pandemia do coronavírus (COVID-19)".

Respeitosamente,

Vinícius Dalpasquale
Assessor Técnico Legislativo
Gerência de Mensagens e Atos Legislativos
Diretoria de Assuntos Legislativos
Casa Civil
(48) 3665-2084 | 3665-2113 | 3665-2054

De: DANIEL CARDOSO [danielcardoso@pge.sc.gov.br]
Enviado: terça-feira, 31 de março de 2020 20:17
Para: GERÊNCIA DE MENSAGENS E ATOS LEGISLATIVOS
Cc: Diretoria Legislativa
Assunto: Re: Protocolo da Mensagem nº 414 – Projeto de lei governamental

Senhora Diretora,

Solicito seja desconsiderada a mensagem de protocolo da Mensagem nº 414, enviada antecipadamente por equívoco, eis que ainda pendente de ajustes por parte do Poder Executivo.

Respeitosamente,

Daniel Cardoso
Diretor de Assuntos Legislativos

De: Diretoria Legislativa
Enviado: terça-feira, 31 de março de 2020 20:15
Para: Coordenadoria de Expediente
Cc: Diretoria Geral - ALESC; leozetti@gmail.com
Assunto: ENC: Protocolo da Mensagem nº 414 – Projeto de lei governamental

Retomando ao grupo de *whatsapp*, resta registrar que aos 31/03/2020 MÁRCIA regressa ao grupo, saudando a todos com "*bom dia*", provando que está acompanhando o que ali é tratado.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 56. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

FLS. 3132

ter, 31 de mar

Fabricio MP saiu

Karen Bayestorff - DGLC da SEA adicionou Patricia Quintanilha CGU

Karen Bayestorff - DGLC da SEA
Bom dia, colegas. Adicionei a Patrícia, representante da CGU, no grupo

11:19

Marcia Compras SES
Bom dia

11:19

Inclusive toma conhecimento do ofício circular 0014/2020, postado no grupo por KAREN, que fazia reflexão a respeito das compras com pagamento antecipado e os cuidados que deveriam ser tomados.

Karen Bayestorff - DGLC da SEA
Encaminhada

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Ofício Circular nº 0014/2020 Florianópolis, 31 de março de 2020

pdf OfÃ_cio Circular 14.2020 -suspensÃ£o.pdf

2 páginas · 918 KB · pdf 13:48

Ofício enviados aos órgãos solicitando análise para suspensão de contratos

13:48

Jonathan, do MPC, também traz ao grupo no dia 31/03/2020, a instrução normativa do Ministério Público de Contas, alertando sobre os mesmo cuidados.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 57. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Jonathan MPC

MPC/SC expede notificação aos municípios com orientações sobre os decretos de enfrentamento ao coronavirus e contratos públicos em tempos de pandemia – MPC-SC

www.mpc.sc.gov.br

http://www.mpc.sc.gov.br/noticias/noticias-home/mpc-sc-expede-notificacao-aos-municipios-com-orientacoes-sobre-os-decretos-de-enfrentamento-ao-coronavirus-e-contratos-publicos-em-tempos-de-pandemia/ 14:34

O ofício vai na linha do que orientamos os municípios 14:34

Aos 01/04/2020, dia em que se efetivou o pagamento dos respiradores, MÁRCIA vai ao grupo, posta 3 (três) mensagens e, na sequência, as apaga! Questionada se precisaria de ajuda, permaneceu em silêncio.

Marcia Compras SES

Essa mensagem foi apagada. 14:36

Marcia Compras SES

Essa mensagem foi apagada. 14:36

Marcia Compras SES

Essa mensagem foi apagada. 14:37

Márcia, alguma ideia pra que se possa ajudar? 14:40

MÁRCIA volta ao grupo no mesmo dia, porém mais tarde, para falar de outras compras, omitindo dos colegas que naquela data ela havia certificado as notas fiscais dos respiradores pulmonares - sem a entrega do objeto. Deixando,

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 58. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

portanto, de atender as recomendações que até então eram pauta das conversas

Marcia Compras SES
Encaminhada
Máscara respiradora semi-facial, para proteção de agentes biológicos:Tuberculose,Gripe Aviária, Pneumonia Asiática, Herpes Zoster, Antavirose Rubéola, Sarampo, Varicela, parotidite infecciosa, monucleose infecciosa, candidíase e furunculose, sem viseira, com no mínimo três

sem viseira, com no mínimo três camadas, camada externa 100% em polipropileno e camada interna de celulose e poliester, eficiência de filtração bacteriana (BFE) no mínimo de 99%, eficiência mínima de filtragem de 95%, preferencialmente formato de trapézio, sendo possível na base menor do trapézio proceder dobradura para fechá-la pela extremidade (base maior do trapézio), anatômica, com clip nasal em alumínio dobrável, ajustável, com as pontas arredondadas e resistente, atraumática, hipoalergênica, inodora, sem prejuízo da respiração natural, duas tiras elásticas reforçadas, que proporcione boa vedação no rosto, sem desprender partículas do material (fiapos), acondicionados em recipiente que garanta a integridade do produto, apresentando na embalagem dados de identificação, lote, data de validade, procedência, apresentar registro no MS, apresentar laudo de eficiência de filtragem bacteriana (EBF), apresentar certificado de aprovação M.T. 14:47

Novamente peço desculpas por enviar para endereco errado. mas se puderem

O grupo vai assim conversando, sem qualquer menção sobre o pagamento antecipado (sem garantias), bem como, sobre a inexecução contratual, até que o grupo se encerrasse aos 28/04/2020.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E AS CONTRATAÇÕES DIRETAS SEM LICITAÇÃO.

Para o melhor desenvolvimento dos trabalhos investigativos desta CPI, decidiu-se partir dos princípios jurídicos que norteiam a Administração Pública, o procedimento licitatório e as contratações diretas sem licitação, para após, auferir as condutas dos agentes envolvidos.

Essa opção metodológica decorre tanto do entendimento de que as conclusões do trabalho devem pautar-se em tais princípios, dando-lhes maior densidade, quanto da percepção de que eles foram reiteradamente desconsiderados

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 59. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

quando das contratações diretas - sem licitações realizadas pelo Governo do Estado por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES), especialmente quando da contratação de serviços, ou da aquisição de materiais e insumos que possibilitem o pronto enfrentamento à pandemia do novo coronavírus.

Assim a menção aos princípios que norteia a Administração Pública e procedimento licitatório servirá para fixar o ponto de partida doutrinário deste relatório, não se pretendendo fazer uma reflexão aprofundada. Daí, o tratamento sumário que lhes será conferido.

No ordenamento jurídico pátrio, esses princípios aparecem inicialmente no *caput* do art. 37 da Constituição Federal, a saber: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, este último introduzido pela Emenda Constitucional n° 19, de 04 de junho de 1998. O princípio da igualdade permeia todo o texto constitucional, desde o art. 30, que fixa os objetivos da República Federativa do Brasil, e é mencionado expressamente no inciso XXI do art. 37, que versa sobre a obrigatoriedade do procedimento licitatório. Além desses, o art. 30 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, menciona o da vinculação ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo. Na determinação de se selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública está implícito o principio da prevalência do interesse público sobre o particular. Não se pode, ainda, deixar de lembrar o princípio da motivação, seja como decorrência do Estado Democrático de Direito, seja porque assegurado pela Constituição Estadual.

Cumpre ressaltar que recebem maior destaque do legislador infraconstitucional o princípio da prevalência do interesse público, bem como o da isonomia, conforme se infere do *caput* do art. 30 da Lei n° 8.666, de 1993, *in verbis*:

> *A licitação destina-se a garantir a observância do* ***principio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração*** *e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."* ***(grifei).***

A seleção da proposta mais vantajosa deve ser feita por critérios objetivos previamente estabelecidos no edital, visando a alcançar a relação custo-benefício mais favorável para a administração pública. Todavia, não basta garantir a proteção do interesse imediato do Estado: é preciso assegurar, ainda, que todos os possíveis interessados possam apresentar suas propostas, buscando a contratação com o Estado. A possibilidade de interessados participarem do certame licitatório não é, evidentemente, mera estratégia para selecionar a proposta mais vantajosa, mas tem um valor em si na medida em que dá densidade ao principio da igualdade. Aliás,

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 60. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

visando ampliar a possibilidade de participação de um maior número de interessados, o §1° do art. 23 determina que "*as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade sem perda da economia de escala*".

O corolário **ao princípio da igualdade - o princípio da impessoalidade** deve ser uma marca na gestão da coisa publica. Não pode o administrador, baseando-se em elementos subjetivos, manifestar preferência por esta ou àquela empresa interessada em contratar com o Estado. Daí a exigência de que os critérios de seleção sejam previamente definidos pelo instrumento convocatório - estando o administrador vinculado ao edital -, de forma a possibilitar o julgamento objetivo das propostas. **Quando a contratação é realizada de forma direta, em decorrência de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, o administrador público não está vinculado ao edital - que não existe - mas ESTÁ LIMITADO AOS TERMOS DO ATO DA AUTORIDADE COMPETENTE QUE RECONHECE A INCIDÊNCIA DE UMA DAS HIPÓTESES DE DISPENSA OU DE INEXIGIBILIDADE, AUTORIZANDO A CONTRATAÇÃO DE DETERMINADO OBJETO**.

O princípio da legalidade constitui a essência do Estado de Direito e estabelece que o administrador público só possa fazer o que estiver previsto na lei. Na matéria em exame, impõe ao agente publico a estrita observância não apenas da Lei n° 8.666, de 1993, como também da Lei n° 9.444, de 1987, além dos decretos, resoluções e outros instrumentos normativos desde que estejam baseados na lei, em sentido estrito.

O princípio da publicidade visa a possibilitar a todos o conhecimento acerca dos atos da administração publica, de forma que, no que tange a matéria em exame, possam os interessados participar do processo licitatório, **bem como acompanhar e controlar as contratações, acionando os órgãos de controle quando vislumbrarem indícios de irregularidade**.

O princípio da moralidade administrativa impõe ao Poder Público o enquadramento de sua ação de acordo com os valores protegidos pela ordem jurídica, ainda que não haja ofensa a nenhum dispositivo legal específico. Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, integram a moralidade administrativa os chamados princípios da lealdade e boa-fé, segundo os quais "*a Administração haverá de proceder em relação aos administrados com sinceridade e lhaneza, sendo-lhe interdito qualquer comportamento astucioso, eivado de malícia, produzido de maneira a confundir, dificultar ou minimizar o exercício de direitos por parte dos cidadãos.*"[8]

[8] DE **MELLO**, Celso Antônio. **Curso de direito administrativo**. 17. **ed**. Malheiros.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 61. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Ademais, o princípio da moralidade administrativa impõe ao administrador o dever de justificar os seus atos, explicitando os aspectos fáticos e legais, bem como a sua finalidade. Essa exigência decorre do Estado Democrático de Direito, no qual os atos dos agentes públicos devem sujeitar-se ao controle externo, notadamente o jurisdicional. Não há como controlar o ato administrativo se o administrador não estiver obrigado a explicitar o seu fundamento e a sua finalidade previamente.

Já no que tange a contratação direta, vale a transcrição do art. 26 da Lei n° 9.444, de 1987, que dispõe:

> *"Art. 26 - O processo de dispensa ou inexigibilidade de licitação ou parcelamento de execução será instruído com os seguintes elementos:*
> *I - caracterização da hipótese e indicação do fundamento legal;*
> *II - razoes da opção;*
> *III - justificativa do preço."*

Não basta, pois, demonstrar que a situação fática em questão se enquadra em um dos permissivos legais previstos nos arts. 24 e 25 da Lei n° 13 8.666, de 1993. **É preciso justificar exaustivamente a escolha do contratado, bem como o preço praticado.**

O princípio da eficiência, inserido no *caput* do art. 37 - Emenda Constitucional nº 19, de 1998, corresponde ao **"dever de boa administração"**, presente na doutrina italiana. Trata-se de princípio que merece uma reflexão mais aprofundada desta Comissão porque, **erroneamente, as recentes contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação praticadas no Estado de Santa Catarina, em face do enfrentamento da pandemia, tem como alegação uma pretensa eficiência da máquina administrativa. TODAVIA, MISTER ENFATIZAR QUE EFICIÊNCIA, JAMAIS SE CONFUNDE COM AGILIDADE.**

Portanto, resta claro a necessidade de planejamento das ações do administrador público mesmo quando diante de situação pandêmica como a que nos encontramos. Licitação rima com planejamento, que é uma exigência constitucional, nos termos do art. 174 da Constituição Federal, indispensável, sobretudo, para se alcançar a eficiência desejada.

Logo, não se pode admitir que a situação pandêmica vivenciada - que tem sim, exigido do Poder público medidas mais céleres visando o enfrentamento do vírus, sirvam para encobrir a falta de planejamento e o desrespeito aos princípios da legalidade, publicidade, moralidade e eficiência, dentre outros que permeiam àquele procedimento.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 62. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

DA DISPENSA DE LICITAÇÃO (COMPRA DIRETA)

Como é de geral conhecimento, quando se trata de compras públicas a regra universal, de acordo com o inciso XXI do art. 37 da Constituição da Republica, é a realização de licitação, objetivando selecionar a proposta mais vantajosa para o Estado, bem como assegurar chances iguais aos interessados em contratar com o Poder Público. Não obstante, em virtude de circunstâncias especiais, a lei estabelece exceções, que se dividem nas hipóteses de dispensa ou de inexigibilidade de licitação.

Na dispensa, a licitação é, em tese, possível, mas o legislador, em virtude de uma circunstância especial, autoriza a contratação direta.

Para fins avaliativos o presente relatório abordará tão somente a dispensa de licitação em razão de emergência ou calamidade.

DA DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DE EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE

Contratação Emergencial em função da pandemia provocada pelo novo coronavírus (covid-19).

Como inicialmente constatado, o ano de 2020 teve início com a notícia da descoberta de um novo vírus causador de doença pulmonar grave, que passou a ser conhecido como covid-19. E no fim de janeiro a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto constituía Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Posteriormente, em 11 de março, elevou o estado de contaminação para pandemia, considerando a identificação de casos em mais de 115 países. Essa situação gerou fortes impactos sociais, econômicos e políticos em todo o mundo, inclusive, é claro, no Brasil e no Estado de Santa Catarina. Por consequência, o regime de contratações públicas foi cabalmente afetado, em diversos âmbitos. E assim diante desse cenário, o poder público tanto federal como estadual passou a adotar medidas urgentes para solução de problemas extraordinários de várias ordens.

Conforme dito, também, em tópico anterior, a exigência de licitação pressupõe planejamento, de forma que o administrador público conheça, precisamente e com certa antecedência, o objeto de contrato e o quantitativo necessário para a realização da finalidade pública que informa a sua ação. **Há, contudo**, situações em que acontecimentos imprevistos não permitem o planejamento da ação e a realização do certame licitatório sem que se comprometa o interesse público, causando prejuízo ou colocando em risco a segurança das pessoas, das obras, dos serviços, equipamentos e outros bens, públicos e privados. Em outras palavras: a urgência da situação clama pela flexibilização dos trâmites e

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 63. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

exigências nos procedimentos administrativos, daí a hipótese de dispensa prevista no inciso IV do art. 24, *in verbis*:

> *"Art. 24- .....*
> *IV - **nos casos de emergência ou de calamidade pública**, quando **caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares**, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.".*

Nesse contexto, em âmbito nacional foi publicada a Lei n.° 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, popularmente conhecida como "Lei do Coronavírus", que prevê nova hipótese de dispensa de licitação:

> *"Art. 4 — É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei".*

Trata-se, portanto, de lei excepcional, conforme prevê a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, aplicada a Administração Pública direta e indireta, sendo que o §1° do supracitado artigo 4° estabelece que essa hipótese de dispensa é temporária, aplicando-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública.

Frisa-se, por sua vez, que essas contratações de objetos relacionados à solução da crise de enfrentamento - fundada no art. 4° da Lei 13.979/2020 - **não dispensam a observância** aos princípios regentes da Administração Pública. Nesse sentido, leciona o professor Marçal Justen Filho[9]:

> *"A pandemia pode gerar situações de atendimento imediato, insuscetível de aguardar dias ou horas. Basta considerar hipóteses em que instalações ou serviços de terceiros sejam indispensáveis para tentar evitar o óbito de um sujeito ou para impedir a disseminação do vírus. É evidente que as regras constitucionais, que privilegiam o atendimento às necessidades coletivas e a realização do interesse público, impõem a adoção de medidas práticas e efetivas por parte da Administração Pública, independentemente, de formalização num procedimento administrativo burocrático"*

[9] JUSTEN FILHO, Marçal. **Um Novo Modelo de Licitações e Contratações Administrativas?**, 2020. Disponível em < https://www.justen.com.br/pdfs/IE157/IE%20-%20MJF%20-%20200323_MP926.pdf

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 64. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Além disso, o princípio da publicidade deve ser cabalmente observado, conforme dispõe o artigo 4º §2º, devendo o procedimento ser publicado em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (*internet*).

Ainda, as hipóteses de contratação direta no ordenamento jurídico brasileiro, em regra, são dispostas na Lei 8.666/93. Já a MP 926/2020[10], em seu artigo 4º-B, traz um elenco de situações com presunção absoluta de atendimento aos requisitos de contratação direta: a) ocorrência de situação de emergência; b) necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; c) existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e d) limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

Não obstante, *a contratação direta deve observar os princípios e normas básicas que regem a Administração Pública*, de modo a atender a contratação mais vantajosa, isonomia, transparência e publicidade. Desse modo, é necessária a abertura de um procedimento administrativo, para análise de preços de obras e serviços, sempre atendendo ao princípio da motivação, justificando a escolha do objeto e preço contratado.

Marçal Justen Filho leciona: *"a contratação direta fundada no art. 4º da Lei 13.979 deve ser antecedida e acompanhada das providências destinadas a evidenciar a sua compatibilidade com os princípios norteadores da atividade administrativa. As características do caso concreto influenciam as soluções específicas a serem implementadas. Como regra geral, a Administração deverá adotar todas as cautelas para obter a contratação mais vantajosa possível, inclusive promovendo cotações de preços e produtos entre diversos fornecedores, mediante o uso dos recursos eletrônicos. Não se exige a aquisição do produto com o menor preço, se existirem justificativas para selecionar o fornecedor diverso. Mas é indispensável à formalização da contratação, com a indicação dos motivos que fundamentaram a escolha realizada"*[11].

Por fim, cumpre ressaltar que a "Lei do Coronavírus" alicerçada também pela MP 926/2020, não afasta por completo o crivo da Lei 8.666/93, que prevê formalidades a serem observadas na dispensa de licitação. Desse modo, a justificativa dos objetos, contrato, sujeito e preço continua plenamente exigível, além da observância de todos os princípios regentes da Administração Pública. Por outro lado, os órgãos de controle deverão levar em consideração todos os obstáculos práticos enfrentados pela Administração, ao analisar as hipóteses de contratação direta, enquanto perdurar a crise pandêmica do coronavírus.

[10] MD Nº 926, DE 20 DE MARÇO DE 2020 que Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

[11] JUSTEN FILHO, Marçal. **Efeitos Jurídicos da Crise sobre as Contratações Administrativas**, 2020. Disponível em https://www.justen.com.br/pdfs/IE157/IE%20-%20MJF%20-%20200318-Crise.pdf

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 65. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A interpretação dos dispositivos em exame exige cautela, porque não é qualquer prejuízo que autoriza a dispensa em decorrência da emergência. O aludido prejuízo deverá estar bem caracterizado e ser significativo o suficiente para que justifique o afastamento do procedimento normal, que é a licitação.

Por certo, a ponderação acerca do interesse público, embora admita certo grau de subjetividade, deve nortear em cada caso concreto a conduta do agente público, que, por isso mesmo, deverá motivar sobejamente a sua decisão pela dispensa de licitação.

De qualquer forma, não se pode admitir a ausência de planejamento, para justificar a contratação com dispensa de licitação com fulcro no inciso IV do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Por evidente, usa-se aqui a orientação fornecida pelo Professor Marçal Justen Filho[12] na seguinte passagem:

> *"Isso não significa afirmar a possibilidade de sacrifício do interesse público em consequência da desídia do administrador. Havendo risco de lesão ao interesse público, a contratação deve ser realizada, punindo-se o agente que não adotou as cautelas necessárias. A questão apresenta relevância especialmente no tocante à comumente "emergência fabricada", em que a Administração deixa de tomar tempestivamente as providências necessárias à realização da licitação previsível. Assim, atinge-se o termo final de um contrato sem que a licitação necessária à nova contratação tivesse sido realizada. Isso coloca a Administração diante do dilema de fazer licitação (e cessar o atendimento a necessidades impostergáveis) ou realizar a contratação direta (sob invocação da emergência). O que é necessário é verificar se a urgência existe efetivamente e, ademais, se a contratação é a melhor possível nas circunstâncias. Deverá fazer-se a contratação pelo menor prazo e com o menor prazo possível, visando a afastar o risco de dano irreparável. Simultaneamente, deverá desencadear-se-á a licitação indispensável. Ou seja, a desídia administrativa não poderá redundar na concretização de danos irreparáveis ao interesse público, mas se resolverá por outra via. Comprovando-se que, mediante licitação formal e comum, a Administração teria obtido melhor resultado, o prejuízo sofrido deverá ser indenizado pelo agente que omitiu o desencadeamento da licitação."*

Por todo exposto pelo presente tópico, pode-se perceber que a legislação legal, permitiu a contratação direta de bens e serviços por restar caracterizada situação emergencial. O fato de a emergência decorrer da desídia, má gestão ou de ausência de planejamento do administrador não impede a contratação direta, devendo, contudo, ser promovida a apuração da responsabilidade de quem deu causa.

[12] MARÇAL FILHO, Justen. Comentários a Lei de Licitações e contratos administrativos. 10ª ed., São Paulo: Dialética, 2004.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 66. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Além disso, a contratação deve, ainda, estar limitada à aquisição de bens e serviços estritamente necessários ao afastamento da situação emergencial, e o contrato somente pode ultrapassar o prazo de 180 dias em situações supervenientes.

De, todavia, NÃO SE ADMITE A OMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. O dever de planejamento não se circunscreve às questões emergenciais. Abrange avaliação das perspectivas futuras quanto à generalidade das implicações decorrentes da crise. Em outras palavras: há muitos contratos administrativos em curso e cabe ao Poder Público adotar medidas específicas e adequadas relativamente a eles, sendo indispensável avaliar as perspectivas futuras quanto a sua execução, identificar as soluções viáveis e adotar as decisões que a situação exigir, e jamais negligenciar as medidas e afrouxar a observância dos princípios regentes da Administração Pública.

Pois bem, todos os depoimentos obtidos e toda a documentação analisada pela CPI são suficientes para demonstrar que a desastrosa compra direta de 200 (duzentos) respiradores pulmonares, revelou que não só houve abuso na contratação direta com alegação de emergência em face da crise pandêmica do coronavírus, como também existiu ausência de planejamento, desídia administrativa, má gestão, de responsabilidade dos agentes da administração pública, notadamente, os da área de saúde, imposição que **não se circunscreve** às questões emergenciais diretamente relacionadas com o combate à pandemia.

DOS VÍCIOS ENCONTRADOS NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E DA OCORRÊNCIA DE ATO LESIVO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

É correto afirmar que a Lei 8.666/1993 e a Lei 13.979/2020 - "lei do coronavírus", alterada pela Medida Provisória 926/2020 trazem os princípios que pautam as compras públicas - sejam compras diretas ou não, dentre eles o princípio da legalidade, onde cabe a observação de determinadas formalidades previstas na legislação para que o certame seja considerado isento de vícios.

Ao analisar os documentos apresentados bem como os depoimentos prestados nas reuniões realizadas por esta Comissão, constatou-se uma série de vícios e inúmeros atos negligentes e imprudentes no processo que macularam todo o certame, ficando fácil perceber que a contratação da empresa VEIGAMED foi realizada mediante a apresentação de **proposta fraudulenta**, uma vez que **o produto ofertado sequer existia,** ou seja, a compra dos respiradores foi realizada ao arrepio das mais basilares cautelas legais e dos princípios constitucionais.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 67. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

E ainda, segundo o que consta no pedido de prisão provisória, busca e apreensão da segunda fase da Operação O2, a suposta fabricante CIMA Industries Inc. no dia 30/03/2020 informou ao núcleo empresarial composto por FÁBIO DEAMBRÓSIO GUASTI, SAMUEL BRITO RODOVALHO e CÉSAR AUGUSTUS TOMAZ MARTINEZ BRAGA que não conseguiria cumprir a proposta. Nada obstante, após tal data FÁBIO GUASTI persistiu pressionando pelo pagamento antecipado e tanto FÁBIO GUASTI quanto PEDRO ARAÚJO prometeu a entrega de respiradores após o pagamento, como forma de ganhar tempo para lavar o dinheiro.

Destarte, se a apresentação de proposta de produto que não existe baseada em especificação técnica e imagem editada da internet já continha indícios de fraude, a manutenção da proposta por FÁBIO GUASTI e pela VEIGAMED após 30/03/2020 é inegavelmente fraudulenta (Processo nº 5040138-11.2020.8.24.0023/SC, Evento1, INIC1, Página 16).

Cumpre apontar que a proposta também continha fraude no prazo de fornecimento, já que a inexecução contratual demonstrou que a contratada VEIGAMED não possuía capacidade de entregar os respiradores prometidos, mesmo após o pagamento antecipado e substituindo por conta própria o modelo dos equipamentos contratados.

Outrossim, a utilização de orçamentos contendo falsidade ideológica, uma vez que as empresas que os apresentaram utilizaram a mesma imagem editada que FÁBIO GUASTI apresentou à MÁRCIA e jamais atuaram na venda de respiradores, demonstra a presença de indícios de fraude mediante conluio, a incidir a tipologia de ato lesivo à Administração Pública prevista no artigo 5°, inciso IV, alínea "a", da Lei Anticorrupção (n° 12.846, de 2013).

Ademais, uma pesquisa preliminar, exigível em compra de tal monta e relevância, evidenciaria de pronto que a empresa VEIGAMED não tinha registro de funcionários, que seu capital social é incompatível com o valor do negócio, que sua responsável desempenhava atividades de motorista de ônibus urbano, que sua sede é em imóvel humilde na Cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro, e que a empresa jamais havia entabulado comércio exterior ou, mesmo, com o Estado de Santa Catarina.

Trata-se, portanto a contratada VEIGAMED de empresa sem experiência na área de fornecimento de respiradores, sem qualquer importação realizada, com endereço inconsistente e de titularidade de pessoa provavelmente "laranja" (conforme consta na primeira fase da Operação O2 nos autos 5010352-88.2020.8.24.0000). De acordo com os fatos já narrados, os atos de negociação foram realizados por terceiro (FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI), de forma que somente se identificaram manifestações do procurador da empresa VEIGAMED, Sr. PEDRO

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 68. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

NASCIMENTO ARAUJO, após o depósito dos R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais) pela SES na conta da empresa.

Neste sentido, os fatos também apontam indícios da utilização de interposta pessoa jurídica (VEIGAMED) para ocultar ou dissimular os reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados, incidindo a tipologia de ato lesivo à Administração Pública prevista no artigo 5°, inciso III, da Lei Anticorrupção (n° 12.846, de 2013).

Por seu turno, ainda dentre os indícios de irregularidades encontrados se destaca também o Parecer Jurídico 0506/2020 que sequer analisou os requisitos legais para que se efetivasse a contratação, cuja ausência permitiu a realização da fraude em exame (ausência de instrumento contratual, ausência de definição do objeto e seus elementos característicos, ausência de garantias a serem observadas em caso de pagamento antecipado, *ex vi* dos artigos 55 e 62 da Lei n° 8.666, de 1993).

Segundo dispõe o art. 38, § único da Lei nº. 8.666/93:

> *Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:*
>
> *(...) Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes* ***DEVEM ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração****. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*
> ***(grifou-se)***

O Supremo Tribunal Federal, no MS n. 24.584/DF, ao analisar a possibilidade de responsabilização por parecer emitido nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei de Licitações, modificou seu entendimento, apontando como regra, em determinadas hipóteses, a responsabilização do parecerista.

O Ex-Ministro Joaquim Barbosa, em voto-vista, com base em doutrina francesa, incidentalmente, observou a diferença de responsabilização que deve existir nas hipóteses de consulta facultativa, obrigatória e vinculante:

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 69. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

> *[...] a autoridade não se vincula à consulta emitida na primeira hipótese, que é facultativa; fica obrigada a realizar o ato tal como submetido à consultoria na segunda hipótese, podendo agir de forma diversa após emissão de novo parecer e, na terceira hipótese, somente pode decidir de acordo com a consulta (STF - MS 24.584-1 - Rel. Min. Marco Aurélio - DJe 20.06.2008) (destacou-se)*

Então, firmou-se o entendimento de que, no caso de parecer lavrado na hipótese prevista no art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, a atuação do administrador ficará condicionada ao exame e aprovação do órgão jurídico, tornando possível, em tese, eventual responsabilização solidária do **parecerista**.

De forma inovadora, o eminente Ex-Ministro Joaquim Barbosa adotou a doutrina francesa sobre a natureza jurídica dos pareceres no âmbito da administração pública, defendendo que a sua análise deve ser centrada na obrigação que a lei impõe ou não ao administrador em realizar a consulta.

Assim, com base no julgamento do MS 24.584/DF, grande parte da doutrina e da jurisprudência pátria passaram a admitir que os pareceres emitidos pelos assessores jurídicos em obediência ao artigo 38, parágrafo único, não seriam meramente opinativos, mas sim ostentariam a natureza de verdadeira peça vinculativa. O STF admitiu que, em determinadas circunstâncias, como na prevista no § do art. 38 da Lei n. 8.666/93, a responsabilidade solidária do parecerista seria perfeitamente possível.

Observa-se ainda que essa decisão vai ao encontro do disposto na Lei Complementar n. 73/93 — Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União (AGU), que atribui como competência expressa da AGU, entre outras atividades, examinar prévia e conclusivamente os textos dos editais, contratos e instrumentos congêneres, de forma que esse parecer se aproximaria mais de um visto do que propriamente de um parecer.

Tal entendimento já é aplicado pelo Tribunal de Contas da União, como se observa dos acórdãos abaixo:

> *1.Verifica-se que o legislador atribuiu relevante função à assessoria jurídica, qual seja, realizar um controle prévio da licitude dos procedimentos licitatórios e dos documentos mencionados no parágrafo único do art. 38 da Lei de Licitações e Contratos. Aduzo que o parecer jurídico emitido nessas circunstâncias não possui um caráter meramente opinativo, como se depreende da leitura do seguinte trecho do Voto do ilustre Ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Farias de Mello, proferido quando do julgamento do MS nº 24.584/DF: "a aprovação ou ratificação de termo de convênios e de aditivos, a teor do parágrafo único do art. 38 da Lei*

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 70. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

nº 8.666/1993, difere do que ocorre com a simples emissão de parecer opinativo".

12. Nesse mesmo sentido, este Plenário acolheu Voto da lavra do eminente Ministro Walton Alencar Rodrigues, do qual extraí o seguinte trecho (Acórdão nº 462/2003 – Plenário):'O parecer jurídico emitido por consultoria ou assessoria jurídica de órgão ou entidade, via de regra acatado pelo ordenador de despesas, constitui fundamentação jurídica e integra a motivação da decisão adotada.'" (TCU. Acórdão nº 147/2006. Plenário; Rel. Benjamim Zymler. DOU 21/02/2006)

"Da leitura do parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/1993 (examinar e aprovar), combinada com a do art. 11 da Lei Complementar 73/1993 (examinar prévia e conclusivamente), depreende-se que, para prática dos atos nele especificados, o gestor depende de pronunciamento favorável da consultoria jurídica, revelando-se a aprovação verdadeiro ato administrativo. Sem ela, o ato ao qual adere é imperfeito." (TCU. Acórdão nº 1337/2011. Plenário; Rel. Walton Alencar Rodrigues. DOU 01/06/2011)

"Lembro que o parecer jurídico é obrigatório no procedimento licitatório, nos termos do art. 38 da Lei de Licitações e, como tal, possui caráter até vinculante, podendo levar à responsabilização do parecerista, como apregoado no Acórdão 462/2003-Plenário." (TCU. Acórdão nº 607/2011. Plenário; Rel. André Luis de Carvalho. DOU 21/03/2011)

Este relator não desconhece o volume de contratações que foram apreciadas pela assessoria jurídica da SGA/SES. Entretanto, mesmo com a grande demanda de serviço e com prognósticos negativos em relação à disseminação da covid-19, a função de examinar e aprovar as dispensas de licitações era legalmente conferido à assessoria jurídica, **nesse processo materializado por CARLOS ROBERTO COSTA JUNIOR quando da emissão do Parecer Jurídico 0506/2020 que analisou a dispensa de licitação n° 754/2020, mas foi omisso quanto à forma de pagamento e suas garantias.**

Portanto, uma vez verificados os flagrantes indícios de materialidade de atos lesivos à Administração Pública estadual, perpetrado tanto por pessoas jurídicas quanto, em tese, por agentes públicos e terceiros, passa-se a individualização de condutas.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 71. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

DAS CONDUTAS DAS PESSOAS JURÍDICAS, AGENTES PÚBLICOS ESTADUAIS E TERCEIROS

No presente tópico, os fatos serão analisados à luz das condutas das pessoas jurídicas e seus representantes, bem como dos servidores públicos e estaduais e terceiros envolvidos em todo o processo fraudulento de aquisição dos respiradores.

Dos diversos pontos investigados, a partir de todas as informações colhidas tanto por esta Comissão Parlamentar de Inquérito como aquelas compartilhadas pela Polícia Civil, pelo MPSC e pelo TCE/SC, delineou-se com mais precisão a participação de cada um dos investigados – e outros agentes foram revelados – e os respectivos crimes por eles cometidos, razão pela qual devem receber atenção àqueles atos ou fatos que tenham permitido qualquer tipo de favorecimento ou benefício pessoal das partes envolvidas em qualquer dos procedimentos analisados; transgredido a legislação, independente se com dolo ou culpa; existência de irregularidades capazes de comprometer o certame; contratação e respectiva inexecução do contrato, que causaram prejuízo ao erário público.

EMPRESA - VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI

Com efeito, restou evidenciado que a empresa VEIGAMED apresentou proposta de equipamento que sequer existia. Segundo o documento da empresa EXXOMED, o equipamento "C35" não existe, tanto que a fotografia do equipamento constante da proposta da VEIGAMED (vide pg. 35 dos autos SES 037070/2020) é na verdade do ventilador pulmonar VG70 e foi retirada do site da fabricante AEONMED.

De seu turno, ainda que se admita a hipótese de que a suposta fabricante CIMA Industries Ltd. pudesse fornecer um ventilador pulmonar com as especificações técnicas de sua cotação, segundo consta no pedido de prisão provisória, busca e apreensão da segunda fase da Operação O2, esta suposta fabricante informou em 30/03/2020 ao núcleo empresarial composto por FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI, SAMUEL DE BRITO RODOVALHO e CÉSAR AUGUSTUS TOMAZ MARTINEZ BRAGA que não conseguiria cumprir a proposta. **Assim, a manutenção da mesma, seguida de pressão para pagamento efetuada por FÁBIO GUASTI em favor de VEIGAMED, confirma a fraude da contratação.**

A proposta também continha fraude no prazo de entrega. A VEIGAMED aproveitou-se do fato de que à época de contratação, entre os dias 22 e 30/03/2020, início do período de quarentena estabelecido pelo Decreto n° 515, de 17 de março de 2020, havia grande incerteza quanto aos efeitos da pandemia, notadamente no que se refere à velocidade de propagação da COVID-19, e

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 72. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

conseguiu a elevação extraordinária do preço ao prometer o fornecimento dos ventiladores pulmonares em um curto período de tempo. Entretanto, conforme demonstraram os fatos, a empresa VEIGAMED não dispunha dos equipamentos e, mesmo para obter os ventiladores que pretendia entregar em substituição demorou pelo menos 12 (doze) dias após o recebimento do pagamento para encomendá-los, já que o primeiro comprovante apresentado, ainda que sem valor comercial (*pro forma invoice*), é datado de 14/04/2020 (pgs. 93 e 94 dos autos SES 037070/2020).

O cronograma da proposta previa a entrega dos 200 (duzentos) respiradores em duas etapas: 100 (cem) unidades entre os dias 05 a 07/04/2020 e outras 100 (cem) unidades até 30/04/2020. Nesse sentido, o prazo de execução estava previsto em 35 dias na página seguinte da proposta.

Como a proposta foi formulada dia 26/03/2020 e previa que a primeira entrega se desse de 05 a 07 de abril, ocorre que os fatos mostraram que após quase 04 (quatro) meses do pagamento, a empresa VEIGAMED ainda não entregou qualquer equipamento à SES (os primeiros respiradores foram objeto de perdimento - pela Receita Federal do Brasil e por esta, doados à SES).

Cumpre destacar que, conforme constou dos depoimentos de MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI, somente foi admitido valor tão elevado pelos respiradores em razão da atipicidade do mercado em face da pandemia decorrente da covid-19 e da oferta de que os equipamentos seriam entregues nos prazos constantes na proposta, que eram exíguos.

Ressalta-se que a negociação para a aquisição dos respiradores foi conduzida por FÁBIO GUASTI, os quais existem indícios de que teria sido indicado à SES pelo então Secretário de Estado da Casa Civil, Senhor DOUGLAS BORBA, conforme também dos depoimentos de MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI.

Os áudios enviados por FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI para MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI também indicam o cometimento de fraude por vender algo que não poderia entregar. Primeiro, em 27/03/2020, FÁBIO afirma que os respiradores estavam prontos para o embarque na China, dependendo apenas do pagamento.

No dia 1° de abril, às 14h52min, FÁBIO pressiona MÁRCIA a realizar o pagamento imediatamente, alegando que estava pronto para importar os equipamentos, juntamente com uma carga de 500 (quinhentos) equipamentos, mas para tanto precisava receber o quanto antes.

No dia 02 de abril, às 09h29min, ao pedir o pagamento antecipado para a venda de máscaras, FÁBIO alega que está sem capital de giro, supostamente

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 73. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

por tê-lo empregado na aquisição dos ventiladores pulmonares, conforme registrou em áudio: "*O dinheiro foi tudo pros respiradores*".

A troca de mensagens pelo aplicativo *whatsapp* entre FÁBIO GUASTI e JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA constante no "ANEXO8" do pedido de prisão provisória, busca e apreensão da segunda fase da Operação O2 demonstra que FÁBIO tinha acesso a informações bancárias da empresa VEIGAMED, eis que no dia 03/04/2020, às 15h56min, FÁBIO afirma que "*Bateu 01 de 16.500 o outro não bateu*" (autos 5040138-11.2020.8.24.0023/SC, Evento 1, ANEXO8, Página 12) referindo-se ao fato de somente uma ordem bancária ter sido processada e creditada na conta da empresa até aquele momento.

No dia 03/04/2020, às 18h59min, ao ser questionado sobre a *invoice* da operação, FÁBIO registra em áudio para MÁRCIA que acabara de fazer a conversão da moeda e remessa de dinheiro para emissão de *invoice*. Cabe ainda destacar, que a informação do representante da VEIGAMED é falsa, uma vez que a remessa somente foi efetuada para a conta da AFRICAMED por intermédio da TS ELETRONIC DO BRASIL nos dias 20/04/2020 e 23/04/2020, conforme demonstram os 02 (dois) comprovantes de *swift* (vide pgs.21 e 22 dos autos CGE 272/2020 ou os anexos "OUT7" e "OUT8" da petição da TS ELETRONIC do evento 122 da ação cautelar 5034167-45.2020.8.24.0023/SC em trâmite na 1° Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital/SC).

Após a primeira notificação recebida em razão do descumprimento do prazo, a empresa VEIGAMED apresenta duas *proforma invoice* datadas de 14 e 15 de abril, provavelmente adulteradas, já que não constam informações necessárias quanto às empresas compradora e importadora, bem como ser perceptível que foram excluídos as dados de contato VEIGAMED (vide pgs. 93 e 94 dos autos SES 037070/2020). Cabe apontar que em tais *proforma invoice* constam pela primeira vez o equipamento "510S-Shangrila" (sic) e como beneficiária do pagamento a empresa "DATIAN INTERNATIONAL COMPANY LIMITED", *offshore* listada pelo site *Offshore Leaks Database* como uma das *offshores* integrantes do caso "*Panama Papers*".

Posteriormente, em 04/05/2020, o CEO da VEIGAMED, PEDRO NASCIMENTO ARAUJO apresenta outras *proforma invoice*, datadas de 16 e 17 de abril, desta feita constando a empresa TS ELETRONIC DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA como compradora (vide pgs. 04 e05 dos autos CGE 271/2020). Nessa ocasião, a VEIGAMED apresentou também uma *comercial invoice* de 50 (cinquenta) ventiladores pulmonares, de PI-20200416-AKFHL e **datada de 22 de abril de 2020**, na qual igualmente constam a empresa TS ELETRONIC DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA como compradora e agora constando a empresa COMEXPORT TRADING COMERCIO como importadora (vide pg. 13 dos autos CGE 271/2020).

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 74. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Portanto, os documentos apresentados pela própria VEIGAMED comprovam que ela não tinha disponibilidade para entregar os equipamentos nos prazos oferecidos, atuando mediante fraude para obter a contratação e o pagamento antecipado pelos 200 (duzentos) respiradores.

Além de não ter os respiradores, sequer tinha *expertise* ou possibilidade legal de importá-los, necessitando de intermediária, em face da inexistência de RADAR aprovado perante a Receita Federal do Brasil;

Ademais, restou comprovado que a empresa VEIGAMED apresentou proposta de equipamento que sequer existia, uma vez que a imagem e a especificação técnica do respirador "C35" é na verdade o ventilador pulmonar VG70 que foi retirado do site da fabricante AEONMED.

Assim agindo, fica que evidenciado que a VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI cometeu, em tese, ato lesivo à Administração Pública estadual capitulado nas alíneas "d" e "f" do inciso IV do artigo 5° da Lei anticorrupção ("*d - fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente" e "f - obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais).*

BRAZILIAN TRADING IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELI EPP.

A empresa BRAZILIAN TRADING formulou **a primeira proposta** de venda de 200 (duzentos) respiradores no preço unitário de R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), após a negociação relatada entre FÁBIO e HELTON.

O documento juntado no processo (páginas, n° 02 a 18 – desentranhadas do processo SES 037070/2020) consistia na "Proposta Comercial – BT 00162/2020".

A "Proposta Comercial – BT 00162/2020" foi à primeira peça a ser juntada ao processo SES 037070/2020 às 10h19min no dia 26 de março de 2020 e apresentava equipamentos denominados "Ventilador ICU" supostamente de fabricação da empresa CIMA INDUSTRIES INC., sediada no Panamá.

Conforme demonstrado quando da narrativa dos fatos tal proposta foi enviada por e-mail por RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN (rafael@bintb.com) às 21h10min do dia 25/03/020, com cópia para drFÁBIOguasti@grupormcbrasil.com.br e sr@vanzegen.com.br.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 75. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Entretanto conforme se constata do pedido de prisão temporária, busca e apreensão e bloqueio de bens ajuizado pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina e da Diretoria Estadual de Investigações Criminais (DEIC) que tramita sob o número 5010352-88.2020.8.24.0000, RAFAEL retirou-se do negócio quando soube em um grupo de *whatsapp* da previsão de pagamento de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) em "comissão" (provavelmente propina).

Com a desistência de RAFAEL, FÁBIO GUASTI providenciou nova proposta em nome da empresa VEIGAMED e solicitou a MÁRCIA que substituísse a proposta da empresa BRAZILIAN TRADING. Assim foi feito no processo SES 037070/2020 com a juntada da proposta e documentos da empresa VEIGAMED (pgs. 27 a 45) e com o desentranhamento da proposta da BRAZILIAN TRADING (pgs. 02 a 18).

Assim sendo, considerando que a empresa BRAZILIAN TRADING retirou-se do processo por decisão de seu administrador RAFAEL antes da aprovação da dispensa de licitação, entende-se que não existem indícios suficientes de materialidade e autoria da prática de ato lesivo à Administração Pública estadual para eventual responsabilização em face da mesma pelos órgãos competentes.

O NÚCLEO EMPRESARIAL COMPOSTO POR REPRESENTANTES COMERCIAIS.

Conforme será mais bem entendido, adiante o núcleo empresarial composto por SAMUEL DE BRITO RODOVALHO, CÉSAR AUGUSTUS MARTINEZ THOMAZ BRAGA, FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI, LEANDRO ADRIANO DE BARROS, ante o afrouxamento dos controles da atividade administrativa identificaram uma oportunidade única para se locupletarem à custa do erário público e segundo o que ressaltou a Força-Tarefa, "*agiram dissimuladamente para auferir ganho milionário aproveitando-se da situação de calamidade pública vivenciada pela contaminação humana pelo novo coronavírus, em detrimento da vida da população*".

SAMUEL DE BRITO RODOVALHO

SAMUEL DE BRITO RODOVALHO era representante da empresa Cima, e foi quem inicialmente procurou a empresa *Brazilian International Business*, uma "RADAR" de comércio exterior situada em Joinville, por meio de seu *CEO* RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN, sendo a ele apresentado por GERMANO DE LINS E LINCOLN ("Gera"). SAMUEL haveria noticiado então que o Estado de Santa Catarina tinha necessidade de respiradores, solicitando a atuação da empresa de RAFAEL na formalização da importação dos equipamentos. Tal situação denota que SAMUEL pode ser uma das pessoas a ter contatado agentes públicos estaduais.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 76. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3152

Foi SAMUEL DE BRITO RODOVALHO quem afirmou a RAFAEL que na negociação envolvendo os respiradores seria necessário o pagamento de uma "comissão" (provavelmente propina) no valor de R$ 3 milhões a uma terceira pessoa não envolvida diretamente na compra. Tal afirmação foi realizada por meio de mensagem do aplicativo *Whatsapp* em grupo constituído para as tratativas do negócio; ocorreu que RAFAEL, aparentemente insatisfeito e não concordando com a sugestão, deixou o grupo e se retirou das tratativas.

Ainda SAMUEL DE BRITO RODOVALHO teria sido o responsável por introduzir no contexto das aquisições as pessoas supostamente com condições de prover os ventiladores: os senhores FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI e CÉSAR AUGUSTUS THOMAZ MARTINEZ BRAGA. Todavia, no dia 30 de março, por intermédio de SAMUEL, estes já tinham ciência da indisponibilidade de tais máquinas, visto que toda a produção da China estava sendo canalizada aos Estados Unidos da América.

Nos autos do pedido de prisão temporária nº 5036517-06.2020.8.24.0023/SC, apontam as autoridades investigantes que em 17/06/2020 a equipe da Força-Tarefa, ao proceder à análise de algumas evidências digitais identificadas no Laudo Pericial nº 9100.20.1135, elaborado pelo Instituto Geral de Perícias (IGP), referente ao aparelho celular utilizado por SAMUEL DE BRITO RODOVALHO, e diante de novos interrogatórios realizados, constatou-se que o Chefe do Poder Executivo, GOVERNADOR CARLOS MOISÉS, tinha ciência e possível participação nos fatos delituosos que estão sendo apurados neste procedimento e nos demais dele dependentes.

Indagado nesta CPI sobre quem lhe enviou as mensagens citando o GOVERNADOR na compra dos respiradores, respondeu que foi CESAR AUGUSTUS MARTINEZ THOMAZ BRAGA, pessoa ligada diretamente à empresa VEIGAMED, do qual alega que não tinha relação de amizade.

Desta forma, havendo indícios de participação direta do GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA, na compra fraudulenta, foi declinada a competência dos autos e foi encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça.

Ainda, nas conversas de *whatsapp* entre SAMUEL e CÉSAR AUGUSTO, ficou evidente que trocavam informações mútuas a respeito do processo da compra dos respiradores e a data dos pagamentos efetuados, inclusive tendo o Sr. SAMUEL RODOVALHO, comemorado o fato de a SES ter efetuado o pagamento dos R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões), já que receberia a comissão de 1,5% (hum e meio por cento).

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 77. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Desta forma, fica evidente a participação de SAMUEL DE BRITO RODOVALHO no grupo organizado para fraudar, em tese, a compra dos respiradores.

CÉSAR AUGUSTUS MARTINEZ THOMAZ BRAGA

Advogado e diretor jurídico da empresa VEIGAMED, CÉSAR AUGUSTUS MARTINEZ THOMAZ BRAGA é um dos intermediários que atuou pela empresa na venda dos respiradores ao governo do Estado.

Ele é apontado pela força-tarefa como articulador do grupo formado posto que desempenhou papel fundamental na aproximação de diversas figuras envolvidas em toda a prática ilícita, atuando como verdadeiro elo entre os agentes, com ciência da ilicitude do propósito e da conduta de cada um. Foi CÉSAR que uniu FABIO GUASTI a PEDRO NASCIMENTO DE ARAÚJO.

Como o negócio já estava praticamente ajustado por FABIO GUASTI junto ao Governo do Estado, CÉSAR buscou outra empresa para o negócio e introduziu PEDRO NASCIMENTO ARAÚJO, procurador da empresa VEIGAMED, como a empresa disposta a participar do esquema ilícito.

Ainda segundo a investigação, este agente fazia a intermediação política entre os particulares, sendo este que menciona o GOVERNADOR como partícipe na compra dos 200 respiradores, em conversa de *whatsapp* com SAMUEL DE BRITO RODOVALHO, motivo pelo qual os autos da investigação da Força-Tarefa foram remetidos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), por prerrogativa de foro.

FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI

O Médico e empresário **FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI** é apontado como o responsável de toda negociação que envolveu a aquisição dos respiradores, bem como por atuar em nome da empresa VEIGAMED nas tratativas de contratação para a compra. Mesmo, a despeito de não figurar no contrato social da empresa VEIGAMED, e de não ter apresentado procuração para representar a empresa na dispensa de licitação, foi, de fato, o indivíduo que atuou em nome da empresa durante todas as tratativas que antecederam a contratação.

FÁBIO supostamente teria sido indicado à SES pelo então Secretário de Estado da Casa Civil, Senhor DOUGLAS BORBA, conforme também dos depoimentos de MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI, como sendo quem poderia fornecer duzentos respiradores em curto espaço de tempo, e com ele então foram

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 78. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

entabuladas as negociações acerca de preço e prazos de entrega dos equipamentos pretendidos.

Os áudios enviados por FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI para MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI também indicam o cometimento de fraude por vender algo que não poderia entregar. Primeiro, em 27/03/2020, FÁBIO afirma que os respiradores estavam prontos para o embarque na China, dependendo apenas do pagamento.

No dia 1° de abril, às 14h52min, FÁBIO pressiona MÁRCIA a realizar o pagamento imediatamente, alegando que estava pronto para importar os equipamentos, juntamente com uma carga de 500 (quinhentos) equipamentos, mas para tanto precisava receber o pagamento, o quanto antes.

No dia 02 de abril, às 09h29min, ao pedir o pagamento antecipado para a venda de máscaras, FÁBIO alega que está sem capital de giro, supostamente por tê-lo empregado na aquisição dos ventiladores pulmonares, conforme registrou em áudio: "*O dinheiro foi tudo pros respiradores*".

A troca de mensagens pelo aplicativo *whatsapp* entre FÁBIO GIASTI e JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA constante no "ANEXO8" do pedido de prisão provisória, busca e apreensão da segunda fase da Operação O2 demonstra que FÁBIO tinha acesso a informações bancárias da empresa VEIGAMED, eis que no dia 03/04/2020, às 15h56min, FÁBIO afirma que "*Bateu 01 de 16.500 o outro não bateu*" (autos 5040138-11.2020.8.24.0023/SC, Evento 1, ANEXO8, Página 12) referindo-se ao fato de somente uma ordem bancária ter sido processada e creditada na conta da empresa até aquele momento.

No dia 03/04/2020, às 18h59min, ao ser questionado sobre a *invoice* da operação, FÁBIO registra em áudio para MÁRCIA que acabara de fazer a conversão da moeda e remessa de dinheiro para emissão de *invoice*. Cabe ainda destacar, que a informação do representante da VEIGAMED é falsa, uma vez que a remessa somente foi efetuada para a conta da AFRICAMED por intermédio da TS ELETRONIC DO BRASIL nos dias 20/04/2020 e 23/04/2020, conforme demonstram os 02 (dois) comprovantes de *swift* (vide pgs.21 e 22 dos autos CGE 272/2020 ou os anexos "OUT7" e "OUT8" da petição da TS ELETRONIC do evento 122 da ação cautelar 5034167-45.2020.8.24.0023/SC.

Apenas a título exemplificativo, FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI recebeu, por sua atuação no negócio, ao menos R$ 2.000.000,00 (dois milhões de Reais), por meio de pessoa jurídica vinculada a um terceiro, montante que ainda não se logrou bloquear.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 79. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Tal situação demonstra a inegável participação de FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI na negociação da venda dos respiradores, possivelmente como um dos "donos de fato" da empresa de fachada.

PEDRO NASCIMENTO ARAÚJO

PEDRO NASCIMENTO ARAÚJO figura no contexto fático como uma espécie de diretor executivo da empresa VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI. PEDRO foi sócio-administrador nas empresas Delta T Consultoria Empresarial Ltda. e MB&AC Representações Ltda. (ambas inativas). Na empresa Delta T, PEDRO NASCIMENTO ARAÚJO possuía sociedade com ROSEMARY NEVES DE ARAÚJO.

Assim como ROSEMARY, PEDRO tem relação direta e formalizada com as fraudes no processo de compra direta de respiradores. De forma similar à ROSEMARY, há dúvidas quanto a ser ele o efetivo representante da empresa, de modo que poderia atuar com o fito de ocultar o principal responsável pelas práticas ilícitas.

A corroborar tais indícios, o Relatório da Coordenadoria de Pesquisa e Inteligência do Tribunal de Contas do Estado apontou que *"é certo que PEDRO NASCIMENTO ARAÚJO apresenta endereços residenciais distintos, que representam situação financeira altamente divergente".*

Além do mais, PEDRO é procurador da empresa VEIGAMED, possuindo autorização para movimentar suas contas bancárias, tendo plenas condições de ao menos em tese esclarecer a fundamental questão acerca do destino dos recursos públicos desviados, viabilizando, quiçá, a reparação do dano causado ao erário.

ROSEMARY NEVES DE ARAÚJO,

ROSEMARY NEVES DE ARAÚJO como dito é proprietária formal da empresa VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI e figurou como sócia proprietária da empresa Delta T Consultoria Empresarial Ltda., juntamente com PEDRO NASCIMENTO ARAÚJO. Assim, se apresenta como administradora da empresa sobre as quais pesam inúmeros elementos quanto à responsabilidade pelas práticas criminosas, notadamente **crimes da Lei de Licitações (dispensa sem formalidades legais, fraude com prejuízo à Fazenda Pública), como também por peculato (por força do artigo 30 do CP) e corrupção ativa**.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 80. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

PARLAMENTAR DE INQ. Fls. 3156

Além do mais, como referido no Relatório da Coordenadoria de Pesquisa e Inteligência do TCE/SC, "*é provável que ROSEMARY NEVES DE ARAÚJO titular pessoa física da empresa Veigamed desde 14/11/2017, não seja a real proprietária da empresa*", fato que, aliado à possível realização de transferências para outras contas bancárias e inclusive para o exterior (notadamente relacionada a empresa com sede no Panamá, conhecido paraíso fiscal), reforça os indícios de possível **crime de lavagem de dinheiro**.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

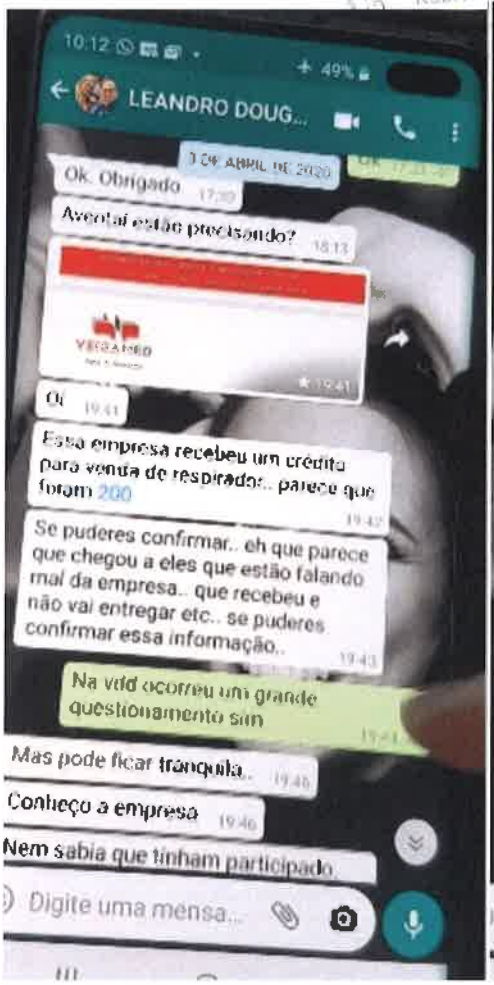
LEANDRO ADRIANO DE BARROS é ex-superintendente de Planejamento e Gestão da Secretaria de Estado da Saúde entre 03/08/2015 e 21/12/2016, e atualmente atua como advogado de várias empresas relacionadas à área da Saúde dentro e fora do Estado.

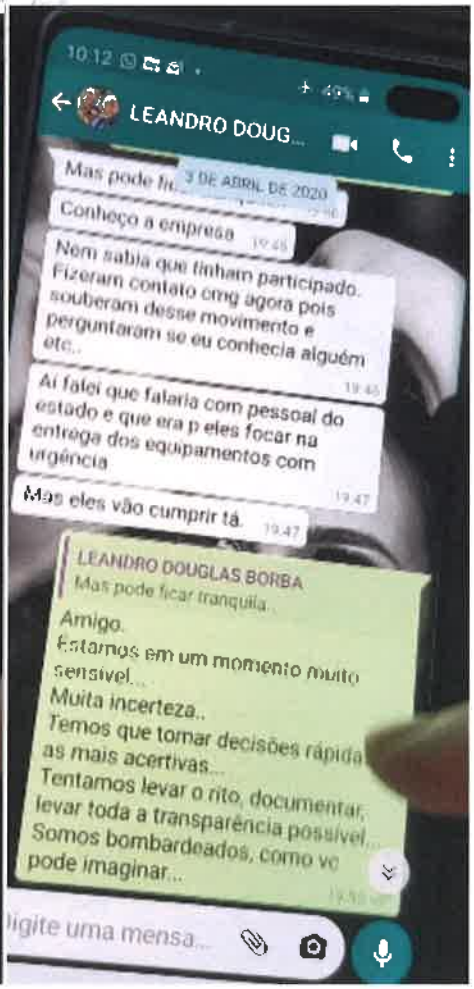
LEANDRO foi o nome indicado pelo então Secretário DOUGLAS BORBA, como adiante será mais bem compreendido, para acompanhar a negociação dos respiradores, sendo que ele (Leandro) efetivamente ainda desempenharia relevante papel, ao posteriormente tranquilizar a reação dos agentes públicos da SES em consequência da ausência da primeira entrega de 100 (cem) equipamentos, vencido em 07 de abril de 2020, bem como assegurar a execução do contrato.

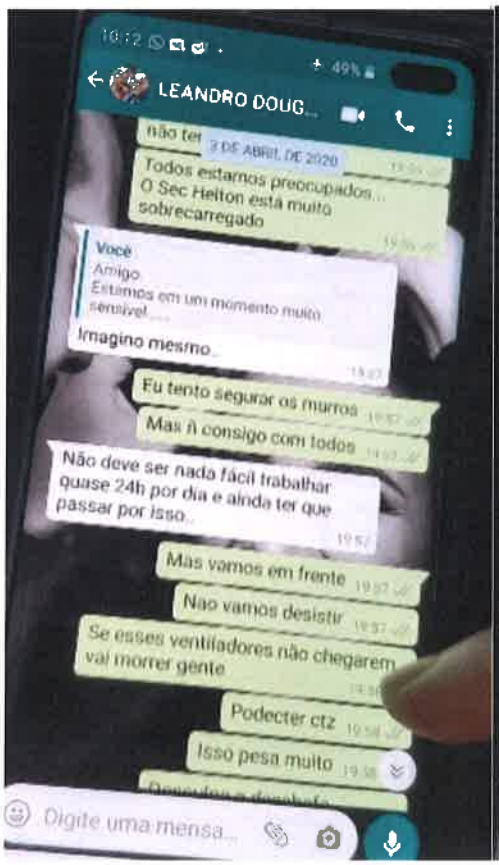
A etapa mais ativa de participação de LEANDRO no processo dos respiradores ocorreu dia 03/04/2020 das 19h41min até 20h32min – quando LEANDRO encaminha mensagens dizendo para MÁRCIA ficar tranquila, que conhece a empresa VEIGAMED e que eles farão a entrega dos equipamentos.

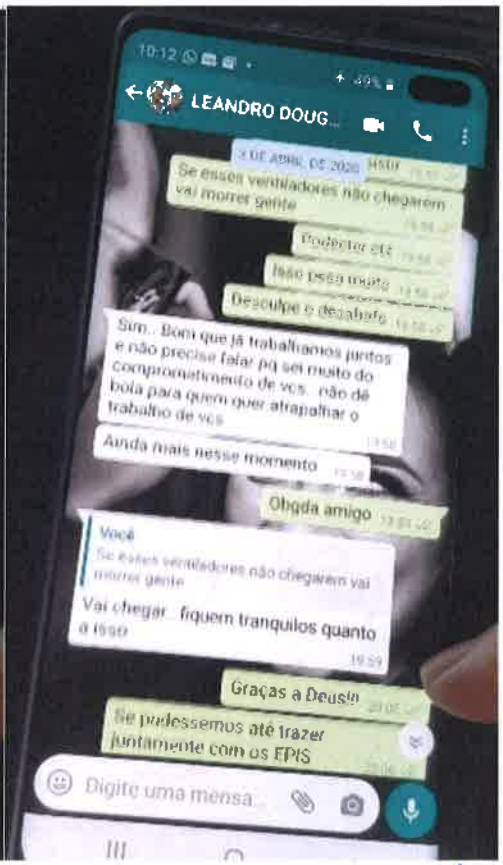
RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 81. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.



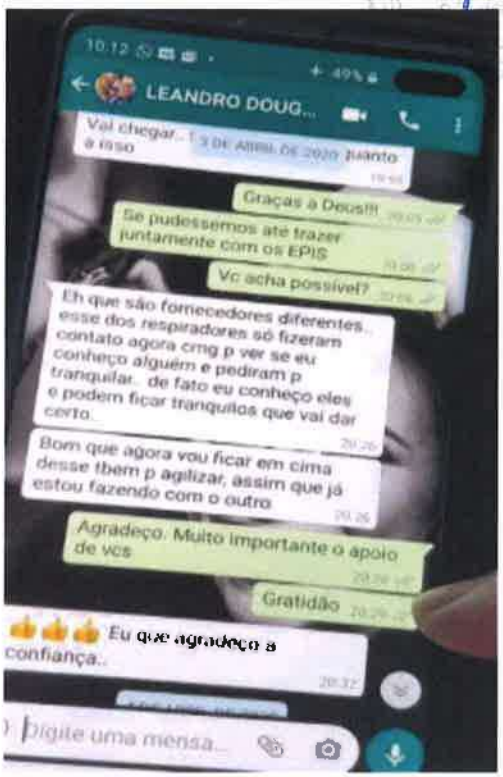






RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 82. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.



Assim, nas mensagens trocadas com MÁRCIA, LEANDRO avalizou efetivamente a operação e afiançou a idoneidade da empresa, assegurando que os equipamentos seriam entregues.

Verifica-se que LEANDRO afirmou à MÁRCIA, nas trocas de mensagens por *whatsapp*, inicialmente, não saber que era a empresa VEIGAMED que estava em negociação com o Estado, no entanto, DOUGLAS, ao encaminhar o prospecto dos equipamentos da empresa VEIGAMED, afirmou que quem faria contato seria LEANDRO (mensagem posteriormente apagada do celular de DOUGLAS).

Se LEANDRO não sabia, de fato, que a empresa VEIGAMED estava em negociação com o Estado, pode-se questionar, então, se estava agindo em nome do Secretário DOUGLAS BORBA, e não da empresa, com quem não teria qualquer relação jurídica ou de representação, segundo ele próprio afirmou à servidora MÁRCIA.

Cumpre registrar que LEANDRO não tem qualquer relação formal com a administração pública, sendo que, todavia nutre relacionamento de amizade pública e notória com DOUGLAS BORBA, sendo ambos domiciliados na cidade de Biguaçu, tendo exercido o cargo de Secretário Municipal de Saúde daquela Cidade em período contemporâneo ao exercício do mandato de vereador pelo ex-secretário DOUGLAS BORBA, a época presidente municipal da agremiação partidária da quais ambos eram correligionários.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 83. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Apesar de ter afirmado a esta CPI que não mantinha qualquer relação com DOUGLAS BORBA, foi identificado pela perícia em virtude de investigação da Força-Tarefa, pela polícia civil, trocas de mensagens que foram apagadas de seu celular, tendo indícios de que tinham amizade entre ambos.

Além disso, LEANDRO ADRIANO DE BARROS compõe a sociedade do escritório de advocacia "ADV Barros - Advogados Associados", que intermediou negociação que resultou na contratação, pela Secretaria de Estado da Defesa Civil, da empresa **Mahatma Gandhi**, para a gestão de 100 (cem) leitos de UTI em hospital de campanha, cujo contrato, posteriormente, veio a ser anulado pelo próprio Estado de Santa Catarina, diante de consistentes suspeitas de fraude.

Deve-se asseverar, ainda, que a mãe de LEANDRO ADRIANO DE BARROS é servidora do Estado, tendo sido transferida da Secretaria de Estado da Comunicação para a Secretaria de Estado da Casa Civil, após a assunção deste cargo pelo envolvido DOUGLAS BORBA.

Deste modo, se não houvesse má-fé na conduta dos cidadãos acima descritos, que compõem o núcleo empresarial, os recursos públicos recebidos teriam sido imediatamente restituídos, diante da simples constatação de que o avençado não seria cumprido. Não foi, no entanto, o que se sucedeu foi que rapidamente dissiparam-se os trinta e três milhões de reais, inclusive com pagamentos de supostas comissões pelo negócio realizado, mesmo sem o fornecimento dos respiradores.

Assim, em apertada síntese, tem-se que o núcleo composto por SAMUEL DE BRITO RODOVALHO, CÉSAR AUGUSTUS MARTINEZ THOMAZ BRAGA, FÁBIO DEAMBRÓSIO GUASTI, PEDRO NASCIMENTO ARAÚJO, ROSEMERY NEVES DE ARAÚJO E LEANDRO ADRIANO DE BARROS, uniram-se em comunhão de desígnios para a obtenção de vantagens financeiras ilícitas à custa dos cofres públicos, em momento de afrouxamento dos controles administrativos, dada a necessidade de providências estatais urgentes por conta da pandemia de covid-19, cabendo, portanto a esta comissão dar ciência da presente apuração ao Ministério Público para dar continuidade à investigação pela prática, em tese, de infrações penais, que a ordem jurídica preconiza.

DOUGLAS BORBA

Também investigado por esta CPI, DOUGLAS BORBA no período de 02 de janeiro de 2019 a 10 de maio de 2020, **atuou como Secretário de Estado Chefe da Casa Civil**. Sua saída da pasta coincide com a deflagração da fase ostensiva da operação O2 pela DEIC e MPSC/GAECO.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 84. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3160

A participação de DOUGLAS BORBA como Secretário de Estado Chefe da Casa Civil não despertaria a atenção desta Comissão Parlamentar de Inquérito, caso não houvesse indícios por sua parte - de direcionamento do fornecedor FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI. Portanto, ao que tudo indica DOUGLAS é figura fundamental no grupo criminoso, tendo assumido papel destacado para o êxito das práticas ilícitas.

Conforme já narrado, e pelo que constou do depoimento de MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI, foi DOUGLAS quem lhe indicou FÁBIO GUASTI como representante confiável para os fornecimentos que a Secretaria de Estado da Saúde necessitava para o enfrentamento à pandemia.

Para alcançar o desiderato ilícito do grupo valendo-se do prestígio que lhe conferia o cargo de Chefe da Casa Civil que à época ocupava DOUGLAS BORBA, indicou para a servidora MARCIA PAULI, então encarregada da compra de equipamentos e materiais para o enfrentamento à covid-19, o empresário FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI, o qual seria pessoa com efetivas condições de fornecer em curtíssimo prazo os tão almejados ventiladores pulmonares. Além disso, à mesma servidora DOUGLAS indicou o senhor LEANDRO ADRIANO DE BARROS, evidenciando que seria tal pessoa que, em seu nome, acompanharia o negócio.

Cabe destacar que DOUGLAS BORBA ocupava destacado cargo de confiança na atual gestão sendo o braço direito do Governador do Estado, o que se utilizava de tal prestígio para pressionar MÁRCIA, sempre falando em nome do GOVERNADOR, para determinar ordens.

Os indícios de participação de DOUGLAS BORBA na contratação dos respiradores junto à VEIGAMED ficam mais bem demonstrados quando da análise das trocas de conversas de *whatsapp* do aparelho de MÁRCIA – imagens extraídas pelo IGP e disponibilizadas nos autos nº 5010352-88.2020.8.24.0000:

Dia 22/03/2020 às 10h40min - DOUGLAS faz uma chamada de voz para MÁRCIA pelo aplicativo de *whatsapp,* pelo qual teria dito que gostaria de ajudar e fornecido o contato de FÁBIO, identificando-o como um possível fornecedor de equipamentos hospitalares; As 11h09min - DOUGLAS encaminha mensagens com um prospecto, uma imagem e a mensagem *"Leandro fará contato com você"*; As 11h12min, FÁBIO inicia uma conversa com MÁRCIA: "*Bom dia, sou Fábio da meuvale*"; Às 11h36min: FÁBIO faz uma ligação para MÁRCIA; Às 11h38min: FÁBIO encaminha o mesmo prospecto enviado momentos antes por DOUGLAS, quando então iniciam-se as negociações para aquisição dos equipamentos.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 85. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
FLS. 31 61
Rubrica





Posteriormente, dia 01/04/2020 às 09h55min, MÁRCIA veio a mostrar o número de contato de LEANDRO em seu whatsapp e questionou a DOUGLAS: "*o Sr. confirma ter pedido a ele que fizesse contato comigo?*", demonstrando assim efetiva preocupação com o possível uso indevido do nome do Secretário. Na sequência, DOUGLAS confirmou a indicação, e afirmou que LEANDRO poderia ajudar:



RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 86. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Ainda sobre a indicação de LEANDRO, merece total destaque o fato de que antes de efetivar a entrega de seu aparelho celular para GAECO e DEIC, conforme se verifica nos autos 5010352-88.2020.8.24.0000, DOUGLAS excluiu de seu aparelho a mensagem "*Leandro fara contato com vc*", do dia 22/03/2020:





Tais fatos, por si, evidenciam a relação de proximidade e confiança entre o então Secretário de Estado da Casa Civil e LEANDRO – relação esta que foi omitida em depoimento prestado pelo Secretário à 26ª Promotoria de Justiça da Capital e a esta CPI, já que nas oportunidades alegou que não teria tido nenhuma participação na compra de respiradores e que não conhecia nenhum dos envolvidos.

Acrescente-se que, em nítida tentativa de ocultar os indícios de seu vínculo com LEANDRO, DOUGLAS apagou de seu histórico no *whatsapp* a mensagem "*LEANDRO fará contato com vc*". Assim, quando extraídos os dados pelo Instituto Geral de Perícias, a mensagem não mais constava no telefone de DOUGLAS, mas podia ser vista no aparelho de MÁRCIA.

Quando em contato com MÁRCIA, para tratar sobre a compra dos respiradores, LEANDRO veio a afirmar que não sabia que a empresa VEIGAMED havia participado do processo de compra; disse que os representantes da empresa teriam ficado sabendo sobre rumores da incapacidade de entrega de equipamentos, e por isso solicitaram sua intervenção "*com o pessoal do estado*".

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 87. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Assim, nas mensagens trocadas com MÁRCIA, LEANDRO avalizou efetivamente a operação e afiançou a idoneidade da empresa, assegurando que os equipamentos seriam entregues.

Verifica-se ainda que LEANDRO afirmou à MÁRCIA, inicialmente, não saber que era a empresa VEIGAMED que estava em negociação com o Estado, no entanto, DOUGLAS, ao encaminhar o prospecto dos equipamentos da empresa VEIGAMED, afirmou que quem faria contato seria LEANDRO (como dito anteriormente a mensagem foi posteriormente apagada do celular de DOUGLAS).

Se LEANDRO não sabia, de fato, que a empresa VEIGAMED estava em negociação com o Estado, pode-se questionar, então, que estava agindo em nome do Secretário DOUGLAS, e não da empresa, com quem não teria qualquer relação jurídica ou de representação, segundo ele próprio afirmou à servidora MÁRCIA.

Apesar de ter afirmado a esta CPI que não mantinha qualquer relação com LEANDRO DE BARROS, foi identificado pela perícia em virtude de investigação da Força-Tarefa, pela polícia civil, trocas de mensagens que foram apagadas de seu celular, tendo indícios de que tinham amizade entre ambos.

Tal contradição demonstra a existência de indícios veementes de que os envolvidos DOUGLAS e LEANDRO agiram, em tese, em manifesto conluio na defesa dos interesses da empresa de fachada responsável pela concretização do negócio, no intuito de viabilizar a transação que resultou na antecipação do pagamento dos recursos à empresa supostamente fornecedora.

De outra banda, apenas para demonstrar como se comportava em meio às compras da SES, cumpre ressaltar que DOUGLAS BORBA teve papel fundamental na defesa intransigente de uma importação de equipamentos de proteção individual (EPIs) pelo Estado de Santa Catarina, para o enfrentamento da covid-19, no valor de aproximadamente setenta milhões de reais, que se encontrava eivada de irregularidades, o que, ao final, motivou sua anulação.

Efetivamente, relatou o então Controlador Geral do Estado, LUIZ FELIPE FERREIRA, em depoimento à 26ª Promotoria de Justiça da Capital e a esta CPI, que DOUGLAS BORBA tentou constrangê-lo a aprovar a aquisição dos EPIs no valor aproximado de 70 milhões de reais, no dia 9 de abril, véspera de feriado, fato este presenciado por outros servidores, dentre eles, MÁRCIA E HELTON.

De acordo ainda com LUIZ FELIPE FERREIRA, o desiderato de DOUGLAS era que tal aprovação ocorresse no mesmo dia da reunião. No entanto, em análise ao procedimento, a CGE constatou a existência de sobrepreço, de

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 88. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

FLS. 3164

excesso de quantidade de certos itens, e de tentativa de aquisição de bens que já haviam sido anteriormente adquiridos em quantidade suficiente, por preço a menor.

Caso concretizado da forma como defendida por DOUGLAS BORBA, a compra em questão acarretaria significativo prejuízo aos cofres públicos, já que, mais uma vez, parece não ter havido – de forma possivelmente proposital – a adoção das cautelas necessárias. E cumpre destacar que o valor da compra era mais do que o dobro do valor total dos produtos adquiridos.

Tal conduta de DOUGLAS BORBA na tentativa de a qualquer custo aprovar a aquisição de EPIs foi corroborada pelo depoimento da servidora MÁRCIA, encarregada pelas compras, que também se sentiu pressionada e constrangida pelo então Secretário de Estado da Casa Civil.

Ainda nos termos do depoimento prestado pelo então Controlador Geral do Estado, no período em que se discutia a compra milionária de EPIs, a Secretaria de Estado da Casa Civil determinou que fossem retiradas do site do Estado às notícias de compras referentes a materiais de enfrentamento à covid-19 realizadas com preços mais vantajosos ao poder público, evidenciando assim que DOUGLAS BORBA não pretendia que os cidadãos pudessem fazer comparações entre os preços praticados anteriormente e os valores da importação de EPIs defendida, já que estes eram muito superiores.

O interesse atípico de DOUGLAS BORBA na importação dos EPIs foi evidenciado, também, na participação de LEANDRO ADRIANO DE BARROS no procedimento (mais uma vez por indicação do então Secretário de Estado da Casa Civil), em nome da empresa que pretendia fornecer os equipamentos, mantendo diversas tratativas com os servidores encarregados das compras.

Tal comportamento de DOUGLAS BORBA que parece transcender a intenção do bom funcionamento da máquina pública, mais se aproxima de um interesse pessoal – tanto que indicou pessoa de sua relação e confiança, e sem qualquer vínculo com a administração pública, para intervir na contratação de respiradores e de EPIs, como parece ter feito também em relação à controversa contratação do Hospital de Campanha.

Acrescente-se, por fim, que, de acordo com o depoimento prestado por LUIS FELIPE FERREIRA, a Secretaria de Estado da Casa Civil vinha protelando, de forma injustificada, a tramitação de decreto que dispunha sobre a "*responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e adota outras providências*", e que seria de fundamental importância para a mais eficiente atuação da CGE.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 89. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Ainda, no contexto de todos os outros fatos relatados, o atraso na tramitação do projeto do referido decreto, que estava sob a carga da Casa Civil, assume especial relevância.

Desta feita, há indícios claros de que DOUGLAS BORBA contribuiu para a contratação dos 200 (duzentos) respiradores junto à VEIGAMED ao ter indicado o empresário FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI, até então desconhecido na SES, como fornecedor que poderia atender as demandas do enfrentamento à pandemia, bem como quando da indicação de LEANDRO ADRIANO DE BARROS, evidenciando que seria tal pessoa que, em seu nome, acompanharia o negócio.

DOUGLAS BORBA atuava como Secretário de Estado no período dos fatos, razão pela qual resta a esta comissão, portanto, dar ciência da presente apuração ao Ministério Público para fins de persecução criminal, na esfera da probidade administrativa, se assim entender cabível, eis que exerceu os atos na qualidade de Secretário de Estado da Casa Civil, portanto **como agente político.**

HELTON DE SOUZA ZEFERINO

HELTON DE SOUZA ZEFERINO no período compreendido entre 02 de janeiro de 2019 a 30 de abril de 2020 – quando da aquisição dos 200 (duzentos) respiradores pulmonares – **atuou como Secretário titular da pasta da Secretaria de Estado de Saúde**. Nesta condição, foi quem assinou a CI nº 950/2020, conjuntamente com MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI, então Superintendente de Gestão Administrativa, conforme requisição SCCD nº 1708/2020.

Ainda quanto à CI nº 950/2020, destaca-se que a mesma foi assinada pelo então Secretário HELTON no dia 27 de março, às 10h56min, portanto, quando a proposta da empresa VEIGAMED já se encontrava juntada aos autos, eis que a servidora Débora Brum a inseriu como peça no sistema SGP-e às 10h40min do mesmo dia 27/03/2020.

De tudo que restou analisado por esta comissão e face todos os documentos e informações compartilhadas da "Operação O2" - desenvolvida pela Força-Tarefa envolvendo o Ministério Público, a Polícia Civil e o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, **entende-se que o então secretário HELTON estava ciente da negociação para a aquisição dos 200 (duzentos), tanto que travou diálogo com FÁBIO GUASTI no dia 25/03/2020, ligação no telefone de MÁRCIA, conforme se ouviu no depoimento de MÁRCIA.**

Posteriormente, em seu depoimento junto a esta CPI, o próprio HELTON reconheceu não apenas a conversa com FÁBIO como também a

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 90. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

negociação que reduziu o valor unitário dos respiradores para R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais).

Deste modo, resta caracterizado que HELTON concordou com o valor da negociação, o qual consta não apenas na requisição SCCD já mencionada, como também na Dispensa de Licitação (DL) n° 754/2020 (pgs.67 e 68 dos autos SES 037070/2020) e na Ordem de Fornecimento (OF) n° 343/2020 (pg. 69 dos autos SES 037070/2020), **por ele assinadas**.

Vale destacar que HELTON, antes de assinar a DL e a OF mencionadas, determinou por precaução que fosse juntado aos autos "*parecer de engenheiro clinico atestando que o equipamento a ser adquirido atende as especificações necessárias para ventilação de pacientes com a COVID 19 ou SRAG.*" (pgs. 67 e 68 dos autos SES 037070/2020).

Em relação ao pagamento antecipado à empresa VEIGAMED, embora no depoimento prestado, HELTON tenha negado que tivesse conhecimento da previsão do pagamento antecipado, **o fato é que a DL n° 754/2020 faz referência expressa à proposta de pgs. 27 a 41 dos autos SES 037070/2020, em cuja pg. 30 estabelece o fornecimento mediante "*pagamento via numerário antecipado*"**.

Além do mais, conforme constou no depoimento de MÁRCIA, bem como no depoimento do Diretor de Licitações e Contratos da SES, Senhor CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA a esta Comissão, HELTON se responsabilizou pela operação. Neste sentido, JOSÉ FLORÊNCIO também afirmou perante a esta comissão que **HELTON tinha conhecimento do pagamento antecipado dos respiradores em questão**.

As omissões de HELTON não cessaram por aí: **a**) após a não entrega dos respiradores no primeiro prazo (05 a 07/04), somente enviou a primeira notificação no dia 08/04/2020 vencido o prazo; b) não tomou nenhuma medida oficial, somente se dirigindo informalmente a PGE no dia 15/04/2020 (10 dias da não entrega dos 100 respiradores) e; c) no dia 07/04/2020, o então Secretário de Estado da Saúde foi comunicado pela empresa **Advanced Corretora de Câmbio S/A** de que a empresa VEIGAMED estaria tentando realizar operação de câmbio no valor de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), mas que, pelas diversas inconsistências constatadas, a transação não se concretizou.

Vê-se, portanto, indícios de que HELTON tinha pleno conhecimento da operação fraudulenta que se orquestrava, tendo inclusive autorizado à contratação e o pagamento antecipado e sem garantias à empresa VEIGAMED, sendo incontestável que foi ele o responsável direto pela dispensa de licitação, como ainda pela viabilização do pagamento antecipado, deixando de exigir as cautelas mais basilares para a aquisição dos respiradores devendo, deste modo, responder pelo

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 91. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

resultado negativo da contratação da aquisição dos respiradores pulmonares, eis que exerceu os atos na qualidade de Secretário de Estado, portanto **como agente político** e mesmo diante de todos os fatos acima elencados, no mínimo, foi condescendente com tudo o que acontecia, agindo com deliberada cegueira e, mesmo podendo e devendo agir, deixou de fazê-lo.

Assim, uma vez verificados indícios de condutas irregulares praticados por HELTON DE SOUZA ZEFERINO por sua ação/omissão, resta, portanto a esta comissão dar ciência da presente apuração ao Ministério Público para dar continuidade à investigação pela prática, em tese, de infrações penais, de probidade administrativa, quando nas funções do cargo de Secretário de Estado da Saúde.

MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI

MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI é servidora efetiva da Secretaria de Estado da Saúde, e atuou como Superintendente de Gestão Administrativa da pasta no período compreendido entre 03 de fevereiro de 2020 a 23 de abril de 2020. Nessa condição, teve participação efetiva nos atos de instrução da contratação e do pagamento antecipado à empresa VEIGAMED, já que foi quem recebeu as propostas de FÁBIO GUASTI, o qual havia sido indicado por DOUGLAS BORBA como fornecedor apto ao atendimento das demandas da SES, bem como assinou as notas fiscais para permitir o pagamento antecipado.

MÁRCIA reconheceu em seus depoimentos que estava concentrando em si, todos os orçamentos e propostas que chegavam, e de ter praticado os atos de instrução do processo SES 037070/2020, e que também deixou de averiguar a veracidade dos mesmos, quando juntados no processo, reconheceu ainda, que autorizou o pagamento antecipado dos respiradores. Segundo sua versão, tais atos eram de conhecimento do então Secretário de Estado da Saúde, HELTON ZEFERINO.

Os indícios apontam, em relação ao pagamento antecipado, que MÁRCIA atuou com o consentimento do então Secretário HELTON. Em depoimento, o coordenador do Fundo Estadual da Saúde, Sr. JOSE FLORENCIO DA ROCHA, confirmou em suma "*que sabia que essa contratação previa o pagamento antecipado. Que fez o pagamento à VEIGAMED atendendo ao pedido da então Superintendente MÁRCIA, a qual havia certificado as notas fiscais. Que sabendo da necessidade dos equipamentos, realizou pagamento para evitar que os fornecedores dessem outra destinação aos equipamentos*".

De forma similar, o Diretor de Licitações e Contratos da SES, Sr. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA, em depoimento, assim se manifestou:

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 92. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

"*Perguntando se o depoente tinha informação acerca do pagamento antecipado, respondeu que não tinha conhecimento oficial, embora soubesse que fornecedores não estavam garantindo as propostas se não houvesse o pagamento dentro de 24 horas do pedido*".

Ainda, que CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA tenha declarado que MÁRCIA "*estava sobrecarregada de trabalho, não apenas como SGA, mas como apoio ao COES*", o fato é que cautelas mínimas deveriam ter sido tomadas na gestão de uma aquisição de vulto como a dos respiradores.

Assim, ainda que FÁBIO GUASTI tenha sido indicado pelo então Secretário de Estado da Casa Civil DOUGLAS BORBA, a solicitação de alteração da empresa a ser contratada, passando de BRAZILIAN TRADING para VEIGAMED, deveria ter despertado em MÁRCIA ou sua equipe de subordinados a real motivação da alteração ou, minimamente, buscado pesquisar sobre a capacidade da empresa em cumprir com o contrato. De igual forma, as evidentes irregularidades dos orçamentos apresentados para justificar o preço dos respiradores deveria ter chamado a atenção para a fraude que estava sendo arquitetada.

Outro ponto importante que compete registrar, veio à tona quando da oitiva da ex-controladora geral adjunta – Sra. SIMONE BECKER, que informou que no dia 31/03/2020, por volta das 12h00min, portanto, antes do pagamento, participou de uma reunião, em que além dela, estavam presentes a Sra. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI e CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA e que na oportunidade, por parte da Controladoria Geral do Estado foi oferecido auxílio para análise de contratação ao enfrentamento da covid-19, entretanto, tal auxílio foi rejeitado por CARLOS e MÁRCIA, sob o pretexto "***dos processos estarem bem instruídos***".

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 93. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3169

A ex-controladora-geral adjunta do Estado Simone Becker afirmou na CPI dos Respiradores que o órgão de controle ofereceu ajuda à secretaria para acompanhar as compras relacionadas à Covid-19

Saúde recusou apoio da CGE

CAROLINE BORGES
caroline.borges@diario.com.br

Em depoimento à CPI dos Respiradores ontem Simone Becker afirmou que a SES (Secretaria de Estado de Saúde) recusou o apoio da CGE (Controladoria-Geral do Estado) nas compras relacionadas à Covid-19. Segundo a ex-controladora-geral adjunta de Santa Catarina, entre os processos que não tiveram a lupa do órgão está a aquisição dos 200 respiradores junto à Veigamed. O contrato com dispensa de licitação e pagamento adiantado foi firmado em 26 de março. A CGE, porém, soube do processo apenas no dia 17 de abril.

Segundo Simone, a negativa para acompanhar os processos de forma presencial ocorreu em uma reunião na sede da Defesa Civil, em 31 de março. No encontro, além da ex-controladora estavam outros dois funcionários da CGE. Representando a pasta da saúde, a ex-servidora Marcia Pauli e o diretor de licitações e contratos da SES, Carlos Charlie Campos Mala.

Segundo Simone, os membros da CGE perceberam as dificuldades na garantia de aquisição de vários produtos para tratar pacientes com coronavírus e ofereceram ajuda. A iniciativa inicial era enviar auditores presencialmente à Defesa Civil para acompanhar as compras. Na reunião, Carlos negou a ajuda.

"Ele comentou que tinha resistência à CGE porque a gente tinha feito um trabalho nas lavanderias [dos hospitais] verificando os serviços. Aí, ele comentou que era contra a gente, porque a gente não tinha avisado a saúde [sobre a investigação]. Ele falou que não precisava de auditores e que os processos estavam bem instruídos e que não era interessante porque a gente não conhecia o operacional do sistema da saúde", disse.

Em depoimento anterior à CPI, no entanto, o diretor de licitações afirmou que a controladoria não ofereceu auxílio. Após a fala de Carlos, a postura do órgão foi criticada pelos deputados, já que a compra com a Veigamed só foi descoberta pela CGE após o dinheiro ter sido pago.

A presença dos auditores na Defesa Civil só foi autorizada após uma reunião com o então secretário Helton Zeferino, segundo Simone. Durante o encontro remoto, no dia 2 de abril, Helton teria solicitado ajuda e dado autorização para o trabalho. Seis dias depois, dia 8, os funcionários da controladoria passaram a monitorar os contratos. A compra dos respiradores junto à Veigamed, contudo, já havia sido finalizada.



Simone diz que deixou o cargo pelo descontentamento com o papel da controladoria no governo do Estado

Grupo no aplicativo e críticas ao governo

Chamada na Alesc após ter seu nome vinculado a um grupo de WhatsApp que tratava da compra de equipamentos para o Estado, Simone colocou seu celular à disposição da CPI. Ela também apresentou uma cópia das conversas do grupo chamado Covid-19 - Compras.

A ex-controladora disse que ingressou no grupo dia 22 de março, após pedido do ex-titular da CGE, Luiz Felipe Ferreira.

Questionada sobre a natureza do conteúdo, ela defendeu que o grupo foi criado para a formulação de um Projeto de Lei que tratasse do pagamento antecipado das compras. O texto foi encaminhado para a Alesc, mas foi retirado pelo governo. "Não sei dizer por que ele foi retirado, mas isso me surpreendeu", afirmou.

Apesar de garantir que a compra dos respiradores desgastou a imagem da CGE, Simone negou que sua exoneração foi consequência do episódio. Segundo ela, foi o "descontentamento com o papel da CGE no governo" motivou a saída.

Desconectada da Fazenda desde o início de 2019, a CGE, segundo Simone, não recebeu apoio suficiente do Executivo. Faltam funcionários e, sobretudo, a regulamentação do órgão.

Importante ainda anotar, que embora o pagamento dos R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais) tenha sido feito no dia 01/04/2020, os respectivos valores só ficaram disponíveis para empresa VEIGAMED no dia 03/04/2020; considerando que a 1ª entrega dos equipamentos ter sido prometida para 05 a 07/04/2020, a não entrega da carga **exigiria, no mínimo, uma comunicação imediata à Controladoria-Geral do Estado para as medidas cabíveis, como por exemplo, sequestro dos valores, no entanto, MÁRCIA permaneceu em silêncio, permitindo que os valores fossem esvaziados em pequenas contas, pelos mais de 25 dias que se passaram até a primeira ação judicial.**

Ademais, para dar fim às razões, restou comprovado que MÁRCIA teve contato com todos os agentes envolvidos neste fraudulento processo, especialmente os que foram presos cautelarmente, DOUGLAS BORBA, FÁBIO GUASTI e LEANDRO BARROS.

Com efeito, dada à forma como foi instruído o processo SES 037070/2020, corroborado pelo fato de MÁRCIA ter prontamente certificado as notas fiscais da empresa VEIGAMED, expondo-se no afã de viabilizar um fornecimento célere, corroborando ainda a tudo que consta nos autos dessa CPI e do que foi

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 94. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3170

apurado pela Força-Tarefa, em especial no cruzamento de dados colhidos do grupo de *Whatsapp* COVID-19-COMPRAS, não há outra conclusão a se chegar, senão a de que MÁRCIA agia de má-fé, posto que fazendo parte do grupo responsável pelo controle de compras - criado para debater sobre procedimentos de pagamentos antecipados, bem como para instituir mecanismos preventivos de risco de prejuízo ao erário - permaneceu em absoluto silêncio, permitindo que o debate travado entre os servidores públicos do grupo fosse inócuo. Consequentemente atrasando deliberadamente ações que poderiam ser tomadas pelos órgãos de controle, a fim de evitar que os recursos do erário Catarinense restassem esvaziados para as dezenas de contas abertas pela empresa VEIGAMED.

Não há outra conclusão a se chegar, senão a de que Sra. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI agia no grupo de uma forma, e praticava atos ilegais, à revelia da lei e do próprio grupo criado para auxiliá-la. Bastava ela informar aos auditores e os membros do grupo, o que estava a acontecer na Secretaria de Estado da Saúde quando da certificação das notas e do pagamento antecipado - sem garantias - já que é incontroverso por suas próprias palavras, que este procedimento era conhecido por todos, sob sua supervisão, tendo ela, determinado que fosse pago, pois não receberiam os respiradores.

Portanto, ainda que reste qualquer outra dúvida, simples deduzir que sem MÁRCIA a fraude não teria se concretizado! Uma vez que agindo como agiu, a nominada servidora permitiu que o processo de dispensa de licitação seguisse ao arrepio da lei e sem as garantias de recebimento dos equipamentos almejados por parte do Estado de Santa Catarina. Para tanto, certificou duas notas fiscais referentes à compra de 200 (duzentos) respiradores, simulando assim o recebimento destes equipamentos pelo Estado. Foi por meio dessa conduta direta que se viabilizou o pagamento de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais) a uma empresa inidônea denominada VEIGAMED que, claramente não possuía nenhuma condição de entregar os equipamentos pretendidos.

Por conseguinte, resta a esta comissão, dar ciência da presente apuração ao Ministério Público para fins de investigação da persecução criminal, pela prática, em tese, de infrações penais e administrativas na esfera da probidade administrativa, por sua ação/omissão, nas funções de Superintendente de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado da Saúde.

CARLOS ROBERTO COSTA JUNIOR

CARLOS ROBERTO COSTA JUNIOR é servidor efetivo da SES, analista técnico em gestão e promoção de saúde na função de técnico em atividades administrativas, e, desde 29 de novembro de 2019, atua como Assessor Jurídico da Superintendência de Gestão Administrativa da SES. Nessa condição, teve

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 95. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

participação efetiva na contratação e no pagamento antecipado à empresa VEIGAMED, já que foi quem analisou e aprovou a Dispensa de Licitação nº 754/2020 mediante emissão do Parecer Jurídico 0506/2020 (pgs. 60 a 65 dos autos SES 037070/2020).

Conforme melhor se verá adiante o Ordenamento Jurídico Pátrio confere à Assessoria Jurídica da Administração Pública papel fundamental de controle das aquisições e contratações, a exemplo do que dispõe o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, que determina sejam os editais e contratos, ou sucedâneos, *in casu* dispensas de licitações, examinados e aprovados por essa importante função jurídico-administrativa.

Destarte, a análise levada a efeito pela assessoria jurídica da Administração deve ser efetiva, devendo abordar todas as questões relevantes dos autos e orientar os gestores acerca do procedimento a ser adotado.

Entretanto, o parecer Jurídico 0506/2020 de sua lavra não abordou itens que a legislação determina ser "imprescindíveis, tais como a obrigatoriedade da formalização do instrumento contratual (artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993), a definição do "objeto e seus elementos característicos" (artigo 55, Inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993), "as condições de pagamento" (artigo 55, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993) as garantias para assegurar a plena execução contratual (artigo 55, inciso VI, da Lei nº 8.666, de 1993), "as condições de importação, a data da taxa de câmbio para conversão" (artigo 55, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993). Embora praticamente contemporânea aos fatos, a Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, que alterou a Lei nº 13.979, de 2020 (lei do coronavírus), para incluir a possibilidade de dispensa de licitação amparada em termo de referência simplificado que deve conter, minimamente, "declaração do objeto" (art. 4º, inciso I) e "critérios de medição e pagamento" (art. 4º-B, inciso V, da MP nº 926, de 2020).

Com efeito, o Parecer Jurídico 0506/2020 externou maior zelo em justificar o preço da aquisição, inclusive se valendo de notícias de internet, do que em verificar o cumprimento dos requisitos legais tais como, por exemplo, a existência de termo de referência que permita identificar o "objeto e seus elementos característicos" (artigo 55, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993), ou mesmo termo de referência simplificado que expresse "critérios de medição e pagamento" (art 4º-B, inciso V, da MP nº 926, de 2020).

No processo em exame, a análise jurídica sequer apontou a necessidade de confecção de contrato formal entre as partes, obrigatório por força do artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, já que se tratava do valor de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais). Porém, o instrumento de dispensa de licitação nº 754/2020 previu que a contratação seria "efetivada por meio da emissão de Ordem de Fornecimento" à pg. 67 dos autos SES 037070/2020. Necessário frisar, por se tratar

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 96. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

de equipamento para uso em UTI, que não se aplica a faculdade de substituição do termo de contrato na forma do §4° do artigo 62 da Lei n° 8.666, de 1993, uma vez que a aquisição desta natureza demanda necessariamente, obrigações futuras de garantia e de assistência técnica dos equipamentos.

Outra falha grave consiste no fato de a análise jurídica não ter abordado explicitamente a forma de pagamento, uma vez que a menção ao pagamento antecipado constava na proposta comercial (pg. 30 dos autos SES 037070/2020), a qual, por sua vez, é referenciada na Dispensa de Licitação à página 67 dos autos SES 037070/2020. Causa estranheza que justamente durante um evento adverso tão extraordinário, as condições de pagamento, enquanto "cláusula[s] necessária[s] em todo contrato" (ar. 55 da Lei n° 8.666, de 1993), não tenham recebido qualquer manifestação jurídica mesmo com o autor do Parecer Jurídico lançando razões justificadoras do valor contratual e da anomalia do mercado como as pg. 64 dos autos SES 037070/2020):

Posteriormente, os fatos demonstraram que o pagamento antecipado foi apresentado pela empresa VEIGAMED como condição para o fornecimento, e nada obstante não havia nos autos qualquer orientação jurídica para obtenção das garantias necessárias para assegurar o escorreito cumprimento das obrigações por parte da contratada.

Assim, entende-se insuficiente o alegado por CARLOS ROBERTO COSTA JUNIOR em seu depoimento junto à Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no sentido de que fez constar em processo autônomo as cautelas a serem observadas por ocasião do pagamento antecipado em exceção à regra da administração pública do pagamento posterior à efetiva entrega do bem adquirido. Tanto que em seu depoimento à CPI, o Diretor de Licitações e contratos CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA declarou não ter tido conhecimento da mencionada orientação jurídica.

Ocorre que conforme dito anteriormente, continha na proposta comercial a condição de "pagamento via numerário antecipado", proposta essa referenciada no item "8 Razão da escolha do Fornecedor" do instrumento de dispensa de licitação n° 754/2020 (pg. 67 dos autos SES 037070/2020). **Entretanto, não houve nos autos qualquer recomendação de exigência de garantias a serem observadas em caso de pagamento antecipado no parecer jurídico que analisou a dispensa de licitação n° 754/2020, bem como, foi omisso quanto à forma de pagamento, justificando que estava "inclinado a dar parecer favorável" em depoimento a esta CPI.**

Portanto, o fato do Parecer Jurídico 0506/2020 não mencionar requisitos legais da contratação, cuja ausência permitiu a realização da fraude em exame (ausência de instrumento contratual, ausência de definição do objeto e seus

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 97. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

elementos característicos, ausência de garantias a serem observadas em caso de pagamento antecipado, *ex vi* dos artigos 55 e 62 da Lei n° 8.666, de 1993), configura indício da prática, em tese, de infração administrativa disciplinar por parte de CARLOS ROBERTO COSTA JUNIOR na função de Assessor Jurídico da Superintendência de gestão Administrativa da Secretaria de Estado da Saúde.

Resta a esta comissão, portanto, dar ciência da presente apuração ao Poder Executivo, na Secretaria de Estado da Administração, pela prática em tese, de infração disciplinar, nas funções de assessor jurídico da Superintendência de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado da Saúde.

JOSÉ FLORENCIO DA ROCHA

JOSÉ FLORENCIO DA ROCHA é servidor efetivo da Secretaria de Estado da Fazenda, Analista da Receita Estadual III, e, desde 12 de junho de 2019, atua como Coordenador do Fundo Estadual da Saúde. Nessa função, participou dos atos de pagamento da empresa VEIGAMED.

Em depoimentos a esta comissão, JOSÉ FLORENCIO DA ROCHA expôs "[Q]*eu sabia que essa contratação previa o pagamento antecipado. Que fez o pagamento a VEIGAMED atendendo a pedido da então Superintendente MÁRCIA, a qual havia certificado as notas fiscais. Que sabendo da necessidade dos equipamentos, realizou o pagamento para evitar que os fornecedores dessem outra destinação aos equipamentos*".

Assim, constata-se que JOSÉ FLORENCIO DA ROCHA tinha conhecimento de que o pagamento realizado pelo Fundo Estadual da Saúde à VEIGAMED era antecipado, ou seja, que os respiradores não haviam sido entregues.

Identifica-se, portanto, indícios da prática, em tese, de infração administrativa disciplinar por parte de JOSE FLORÊNCIO DA ROCHA na função de Coordenador do Fundo Estadual da Saúde, bem como, em tese, de ilícitos penais.

Resta a esta comissão, portanto, dar ciência da presente apuração ao Poder Executivo, na Secretaria de Estado da Administração, pela prática em tese, de infração disciplinar, nas funções de Coordenador do Fundo Estadual de Saúde, bem como para o Ministério Público de Santa Catarina, para apuração, em tese, de infrações penais, por sua ação/omissão.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 98. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

ANDRÉ MOTTA RIBEIRO

ANDRÉ MOTTA RIBEIRO é servidor efetivo da SES, analista técnico em gestão e promoção de saúde na função médico, e atuou como Secretário Adjunto para Assuntos Administrativo da SES de 02 de janeiro de 2019 a 11 de junho de 2019, e como Secretário Adjunto da SES de 12 de junho de 2019 até 1° de maio de 2020, data em que assumiu como titular da Pasta da Saúde. Entre 18 de fevereiro de 2012 a 05 de maio de 2020, também acumulou a função de Superintendente dos Hospitais Públicos Estaduais.

Seu nome consta na primeira versão da CI n° 950/2020, em que é determinada a instrução do processo de contratação emergencial dos 200 (duzentos) respiradores "descritos" na requisição SCCD n° 1708/2020. Esta primeira versão foi desentranhada da página 23 dos autos SES 037070/2020 depois que FÁBIO solicitou a substituição da proposta da empresa BRAZILIAN TRADING pela da empresa VEIGAMED. Entretanto, segundo informações da empresa desenvolvedora do sistema SGP-e (vide e-mail à pg. 304), a peça havia sido assinada por MÁRCIA no mesmo dia 26/03/2020, idêntico dia do desentranhamento. Essa informação é corroborada pela consulta ao relatório de assinaturas solicitadas do processo SES 037070/2020, em que consta que a solicitação de assinatura de ANDRÉ MOTTA RIBEIRO foi "cancelada" em virtude do desentranhamento da peça dos autos antes da definição pelo servidor pela assinatura ou sua recusa.

Consta ainda o nome de ANDRÉ MOTTA RIBEIRO na CI n° 524/2020, em que a equipe de engenharia clínica compara os respiradores dos modelos "C35" e Shangrila 510S. Esse documento também possui duas versões, tendo sido a primeira versão, de pgs. 102 a 103 desentranhada dos autos SES 037070/2020. Segundo o relatório de assinaturas solicitadas do processo SES 037070/2020, constata-se que ANDRÉ MOTTA RIBEIRO havia assinado a peça de pgs. 102 e 103 antes de seu desentranhamento, informação essa corroborada pela empresa desenvolvedora do sistema SGP-e (vide e-mail à pg. 303).

Chama a atenção o fato de ANDRÉ ter assinado a peça de pgs. 102 e 103 dos autos SES 037070/2020 e depois recusar-se a assinar a sua substituta, peça de pgs. 105 e 106, especialmente se considerado que o texto das duas versões da CI n° 524/2020 é muito parecido, eis que as únicas alterações se deram com a correção de erro material do número da *proforma invoice* citada e com a exclusão da crítica à requisição SCCD n° 1708/2020, que a primeira versão continha.

Nada obstante, causa mais estranheza o motivo da recusa: que o Secretário Adjunto que acumula a Superintendência dos Hospitais Públicos Estaduais não tenha participação no processo, justamente quando seus subordinados da Gerencia de Desenvolvimento dos Hospitais Públicos e do Núcleo de Engenharia Clinica solicitam a sua atuação para referendar a sugestão no sentido de "que uma

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 99. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Comissão de Médicos Intensivistas da Secretaria de Estado da Saúde seja consultada, a fim de validar, ou não, as especificações técnicas e a aceitação do item informado, conforme a "*Proformas Invoice*" (...) (pgs. 105 e 106 dos autos SES 037070/2020).

Como resultado da omissão de ANDRÉ no processo, somente em 07/05/2020, com o novo Superintendente dos Hospitais Públicos Estaduais, foi emitida a manifestação no sentido de que o equipamento "Shangrila 510S" não permite o uso como respirador de longa permanência (uso estacionário), o que descarta sua serventia para pacientes covid-19 (pgs. 05 a 15 dos autos CGE 354/2020).

Outro ponto que merece ser destacado refere-se à competência da Superintendência de Hospitais Públicos Estaduais de definir a especificação técnica dos equipamentos a serem adquiridos. Não é por outro motivo que o Núcleo de Engenharia Clínica pertence à linha hierárquica desta Superintendência. Assim, diferente do que mencionou quando de sua oitiva nesta Comissão, sua competência (de ANDRÉ MOTTA RIBEIRO, enquanto Superintendente de Hospitais Públicos Estaduais) ia além de definir "quantitativos" de equipamentos e contemplava a aprovação ou não da especificação técnica dos mesmos. Nada obstante, como visto, somente com a substituição do Superintendente de Hospitais Públicos Estaduais houve manifestação técnica quanto a não aceitação do equipamento "Shangrila 510S", cuja oferta em substituição ao "C35" constou da "contranotificação" da VEIGAMED de 17/04/2020 (pgs. 93 a 100 dos autos 037070/2020).

Em depoimento nesta CPI do dia 04/06/2020, foi afirmado pelo Sr. Onofre Joaquim Rodrigues Neto – Proprietário da EXXOMED, que ANDRÉ MOTTA, foi comunicado no dia 06/04/2020 por e-mail, que a VEIGAMED não havia adquirido nenhum respirador da fabricante chinesa AEONMED, não tinha autorização para a compra e venda do equipamento "SHANGRILA 510S", da qual o servidor afirma que encaminhou o e-mail para a Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Saúde, sem tomar nenhuma atitude.

Cumpre destacar que a função de Secretário Adjunto não se confunde com a de Secretário de Estado nem possui a qualidade de agente político para afastar a incidência do regime disciplinar dos servidores públicos estaduais.

Resta a esta comissão, portanto, dar ciência da presente apuração ao Poder Executivo, na Secretaria de Estado da Administração, pela prática em tese, de infração disciplinar, nas funções de Superintendente dos Hospitais Públicos Estaduais e de Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde, bem como ao Ministério Público de Santa Catarina para apuração, em tese, de infrações penais por sua ação/omissão.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 100. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

3176

CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA

Coronel reformado do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA, desde 29 de novembro de 2019, atuava como Diretor de Licitações e Contratos da SES. Nessa condição teve participação na instrução da dispensa de licitação nº 754/2020 nas diversas ocasiões em que o processo SES 037070/2020 tramitou por sua diretoria.

Nesse sentido, embora não se desconheça o expressivo volume de contratações levadas a efeito na SES, é forçoso concluir que as evidências de substituição da empresa a ser contratada e da incapacidade da empresa VEIGAMED em cumprir o contrato poderiam ter sido identificadas ou questionadas por CARLOS CHARLIE CAMPO MAIA. Assim, a fraude ocorrida na SES poderia ter sido evitada mediante uma análise cuidadosa da área responsável pela instrução dos procedimentos licitatórios.

Resta a esta comissão, portanto, dar ciência da presente apuração ao Poder Executivo, na Secretaria de Estado da Administração, pela prática em tese, de infração disciplinar, nas funções de Diretor de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Saúde.

Para por fim as análises individualizadas de cada um dos agentes público aqui citados, caso houvessem agido sem malícia, premidos pelo tempo e no afã de salvar vidas, assim que recebida à primeira notícia da impossibilidade de fornecimento dos equipamentos adquiridos, de pronto deveriam ter adotado as medidas necessárias para rescisão ou repactuação do contrato, além de, por óbvio, acionar os órgãos de fiscalização e controle. Não foi, contudo, o que se sucedeu.

Somente ao final do mês de abril, após os primeiros contatos da imprensa solicitando detalhes sobre a contratação e ausência de entrega dos equipamentos é que começaram a agir, o que é lamentável!

E, no tocante ao ex-secretário HELTON ZEFERINO e a servidora MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI, embora não se possa afirmar categoricamente que estavam associados, fato é, entretanto que sem suas efetivas participações a aquisição e o pagamento antecipado (sem garantia) dos respiradores não haveriam se concretizado. Como já exaustivamente exposto, o custo de tais equipamentos alcançou o montante de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), diante da alegada situação especial de que seriam entregues em curto prazo, condição que nenhum outro fornecedor poderia atender.

Diante de todos os fatos até o momento apurados tanto na esfera administrativa quanto penal, é inconteste que, os agentes possivelmente fraudaram documentos, burlaram as regras de contratação, desviaram e "lavaram" dinheiro, cometendo inúmeras infrações administrativas e penais em plena pandemia da covid-19, enquanto era sugerido publicamente que agiam para combatê-la, com processos

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 101. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

administrativos fraudulentos, montados para escamotear a verdade, conferindo aparência de legalidade a tudo que se praticava.

DA PARTICIPAÇÃO DO GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA

Importante observar, diante de tudo que foi colhido no processo investigativo, qual a participação efetiva de sua Excelência, o Governador do Estado CARLOS MOISÉS DA SILVA.

Antes de adentrar especificamente nas razões e nos fatos, este relator aduz que a participação do agente político, pode ser omissiva, quando deixa de fazer algo pelo qual está obrigado, ou comissiva, quando acontece nos fatos em que há participação direta do indivíduo.

No caso desta investigação, **o relator pode concluir que sua Excelência operou de forma deliberada para ocultar aos membros da CPI, a sua omissão dolosa no que se refere ao objeto desta investigação**.

Não é preciso esticar o número de palavras para justificar que compete ao gestor público no caso, o Governador do Estado, a proteção do erário público e até a imagem da administração pública diante dos contribuintes; ninguém em sã consciência pode acreditar que notícias e manchetes jornalísticas que derivam de desvios de recursos públicos, não causam uma sensação de ausência de comando, fiscalização e controle; por isso mesmo, a legislação estadual determina as competências exclusivas do Governador do Estado:

> Art. 71. São atribuições privativas do Governador do Estado:
> *"I - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual".*
> *(...)*

Aliás, alicerçado nos princípios indicados no art. 37 da Constituição Federal, principalmente, àquele que se refere à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência;** Este último, princípio norteador e finalístico da realidade administrativa, o princípio da eficiência, é matéria constitucional implícita, constituindo estudo doutrinário e jurisprudencial.

O renomado *HELY LOPES MEIRELLES* definiu o princípio da eficiência, como "o que se impõe a todo o agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento profissional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros", e acrescenta

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 102. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

que **"o dever da eficiência corresponde ao dever da boa administração". (MEIRELLES, 2002).**

Nem é preciso dizer, que é dever da Administração Pública pautar seus atos dentro dos princípios constitucionais, notadamente pelo princípio da eficiência. É importante a utilização desse conceito, pois todos os indivíduos que operam as engrenagens da máquina pública, ainda que transitoriamente, devem sempre agir com eficiência, em outras palavras, todos os trabalhadores em todas as esferas da Administração Pública direta ou indireta, nos três poderes e os particulares prestadores de serviço público devem desempenhar as suas funções, segundo o parecer de Moraes:

> *(...) com a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, rimando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitarem-se desperdícios e garantir-se maior rentabilidade social. (MORAES, 2000, p. 30).*

Assim, a eficiência pretendida pelo texto constitucional (art. 37, caput) não se esgota na adoção pelo Poder Público de procedimentos formalmente corretos. A sociedade aspira que a Administração adote os métodos mais apropriados, dentro de avançados padrões técnicos. O administrador não será responsabilizado se o resultado não for o esperado, **mas apenas se não diligenciou para que a Administração adotasse todos os procedimentos ao seu alcance para obter o melhor intento, ou seja, evitar o dano ao erário**. O que se exige é que a Administração trabalhe com qualidade, opere de forma a colocar à disposição da sociedade os avanços tecnológicos próprios da modernidade, esteja voltada para o atendimento satisfatório das necessidades do todo coletivo. A correção dos métodos será determinante na obtenção dos melhores resultados. Os conceitos comunicam que o princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.

O administrador deve sempre procurar a solução que melhor atenda ao interesse público do qual é curador. Mesmo sem estar explícito anteriormente, o princípio da eficiência está presente na ordem político-jurídica, por ser consequência lógica do Estado de Direito organizado.

O Ministro Alexandre de Moraes define o princípio da eficiência como aquele que:

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 103. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

"impõe à Administração Pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia, e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar desperdícios e garantir-se uma maior rentabilidade social. Com proficiência, acrescenta que urge a interligação do princípio com os da razoabilidade e da moralidade, pois o administrador deve se utilizar de critérios razoáveis na realização de sua atividade discricionária. A eficiência, hoje princípio da Administração, é de observância obrigatória pelos administradores. Com este argumento devem pautar pelo mínimo de satisfatoriedade na execução de atividades".

Importante lembrar que o Governador do Estado figura entre os denominados servidores públicos e sobre ele recaem as máximas responsabilidades dos princípios previstos no artigo 37 da CF/88.

Em nossa práxis cotidiana usual, sabemos que o servidor público estadual, em termos de agilidade, precisa otimizar sua própria conduta, não somente para o respeito à lei, como, também, por uma questão moral de ordem pessoal, advinda da sua própria evolução, dada por uma sentinela vigilante, chamada consciência. Sua conceituação pela doutrina é dada, em sentido amplo, "*como todos os agentes públicos que se vinculam à Administração Pública, direta e indireta do Estado, sob regime jurídico estatutário regular, geral ou peculiar, ou administrativo especial, ou celetista, de natureza profissional e empregatícia*". Adentrando nesta convergência entre o servidor e a eficiência administrativa, *"a eficiência, muito mais que um pressuposto da assim denominada administração gerencial, constitui dever indeclinável e extensível a todo agente público. Cuida-se da busca contínua do aperfeiçoamento no desempenho das funções públicas que lhe sejam conferidas, tendo como norte a consciência da "**extrema importância e relevância de cuidar daquilo que é de todos sem ser de ninguém, do bem, do patrimônio, que constitui precisamente a soma dos esforços coletivos que através de gerações vieram a construir um país**".*

A associação entre a eficiência e a Administração Pública é salutar, pois *"associado à Administração Pública, o princípio da eficiência determina que a Administração deve agir, de modo rápido e preciso, para produzir resultados que satisfaçam as necessidades da população. Eficiência contrapõe-se a lentidão, a descaso, a negligência, a omissão – características habituais da Administração Pública brasileira, com raras exceções".*

Pode-se perceber, como se verá abaixo, que o Governador do Estado em suas ações **deixou de agir com a presteza que o cargo lhe confere**, já que

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 104. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

os resultados de sua omissão deliberada resultaram em prejuízos consideráveis aos cofres públicos dos cidadãos catarinenses, vez que advertido dos riscos que o erário corria, permaneceu em silêncio, deixando de adotar as medidas que se exigiam para o momento.

Conforme vemos, o Governador do Estado não deve somente respeitar a legalidade quanto à prática dos seus atos, **mas, também, atuar dentro de um rendimento satisfatório, voltado à eficiência do seu cargo**, posto que é o interesse da coletividade, maior por excelência, e não o seu particular, que está em jogo nas atribuições das suas funções. Quando o dinheiro público está em risco, o cuidado deve ser redobrado.

Sempre que tiver que decidir, o gestor público deverá direcionar suas ações a proteger o patrimônio do povo, notadamente com os recursos arrecadados dos impostos, tomando ações e determinando diligências que resguardem o interesse coletivo e os princípios que norteiam a administração pública.

Importante lembrar, que a jurisprudência unânime do STJ se consolida no sentido de que, o dolo genérico é suficiente para a tipificação dos arts. 10 e 11 da Lei nº 8.429/92 (Improbidade Administrativa), **sendo desnecessário o enriquecimento sem causa do agente:**

> ***"ELEMENTO INTENCIONAL PRESENTE. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA NO SENTIDO DE QUE O DOLO GENÉRICO É SUFICIENTE PARA A TIPIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES CONTIDAS NOS ARTIGOS 10 E 11 DA LEI 8429/93, SENDO, AINDA, DESNECESSÁRA A COMPROVAÇÃO DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DO AGENTE".***

Ademais, a responsabilidade administrativa pelo ilícito recai sobre quem, de qualquer forma, contribuiu para a prática da infração administrativa, por ação ou omissão.

Vejamos então, as razões que levam este relator a concluir pela prática das infrações previstas na Lei nº 8.429/92:

> (...)
> *"Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:*
> *(...)* ***IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;***

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 105. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

(...) ***XI - liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;***
(...)
Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:
(...) ***II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;"***

Os membros desta CPI questionaram o Governador do Estado à forma pelo qual ele gostaria de conversar a respeito dos fatos objeto desta investigação, tendo o Governador optado responder - diante de suas prerrogativas -, questionamentos por escrito, tendo-os feito em 17/07/2020 - conforme pode ser mais bem analisado da atenta análise do Ofício nº 776/CC-DIAL-GEMAT da Casa Civil, constate no Volume XIII, páginas 2856 a 2861 dos autos desta CPI.

Inicialmente a CPI quis saber de quem foi à decisão inicial sobre a necessidade de aquisição de respiradores pulmonares. Sendo que, em resposta o Governador então assumiu que definiu "*o cenário macro de enfrentamento à pandemia, a exemplo da expedição dos Decretos estaduais*", com apoio das secretarias de Estado e "*após salutar diálogo com inúmeras autoridades municipais, estaduais e federais*". Contudo, em relação à compra de respiradores pulmonares, ele atribuiu total responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde na "*definição dos quantitativos e as especificações necessárias para o atendimento das unidades hospitalares*".

A CPI indagou o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA sobre a sua efetiva participação na organização estrutural da rede estadual de saúde nos 03 (três) dias que decorreram entre os decretos de emergência e de calamidade pública, entre 17 e 20 de março, que respondeu que aprovou as políticas estaduais de enfrentamento à covid-19 e determinou que as secretarias de Estado tomassem as medidas necessárias para o enfrentamento da pandemia em diversos aspectos (saúde pública, funcionamento de serviços e de atividades essenciais).

Nas respostas, o GOVERNADOR garantiu que nunca teve contato e desconhecia por completo as pessoas físicas e jurídicas mencionadas ao longo da investigação, à exceção dos ex-secretários, e foi taxativo em alegar que não sabia e não autorizou o pagamento antecipado na operação de R$ 33 milhões pelos 200 respiradores, que não foram entregues.

Perguntado sobre quantas reuniões, entre os dias 20 de março a 28 de abril, teve com os ex-secretários da Saúde, HELTON ZEFERINO, e da Casa Civil,

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 106. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

DOUGLAS BORBA, para tratar da compra de respiradores, respondeu que nas oportunidades "*se debatiam as ações estratégicas do Estado", mas*, não soube precisar quantos encontros informais ou formais foram realizados neste sentido, disse ainda que não era sua função "*participar ou intervir em quaisquer processos de aquisição de bens e serviço sob responsabilidade das secretarias de Estado*".

O GOVERNADOR também declarou que só tomou conhecimento da compra, às vésperas, uma semana antes, da publicação da reportagem do *The Intercept* que trouxe o caso à tona, sendo que no dia 20/04/2020 o ex-secretário HELTON ZEFERINO o advertiu quanto ao atraso na entrega dos respiradores que viriam da China. E que, dois dias depois, aos 22/04/2020, HELTON então lhe deu ciência que a compra havia sido feita com pagamento antecipado. O GOVERNADOR, em resposta escrita, disse ainda, que assim que tomou conhecimento do caso, de "*indefinição da entrega*", determinou a seu chefe de gabinete Sr. Márcio Ferreira que fossem noticiados tais fatos à Polícia Civil do Estado.

O GOVERNADOR ainda negou que no dia 30/03/2020, após uma coletiva de imprensa, tenha falado com então secretário HELTON ZEFERINO sobre a possibilidade dos respiradores chegarem ao Estado entre os dias 5 e 7/04/2020.

Ele ainda diz, que o assunto "*pagamento antecipado estava sendo debatido pela Procuradoria-Geral do Estado e pela Secretaria de Estado da Administração*", e citou que uma proposta para regulamentar a modalidade chegou a ser enviada a esta Assembleia Legislativa: "*sempre fora determinado cuidados nas contratações públicas realizadas no período de enfrentamento à covid-19*".

A participação em grupo de *Whatsapp* também foi questionada por esta CPI, porém o Governador citou que integrou apenas o "Grupo Covid-19", administrado pelo Secretário de Estado de Administração, JORGE EDUARDO TASCA, com caráter consultivo, mas que não participou, "*nem de qualquer outro destinado às contratações emergenciais do Estado de Santa Catarina*". O GOVERNADOR também negou conhecer os empresários SAMUEL RODOVALHO, FÁBIO GUASTI e CÉSAR AUGUSTUS THOMAS BRAGA.

Por fim, o senhor GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA garantiu que após o episódio da compra junto à VEIGAMED, determinou que as compras da Secretaria de Estado da Saúde "*passassem a ser conduzidas pela Secretaria de Estado da Administração*" e que já foram recuperados R$ 13,2 milhões dos R$ 33 milhões pagos de forma antecipada à VEIGAMED. Muito embora, alegue a recuperação destes valores, cumpre frisar que ainda existe discussão judicial nos autos nº 503416745.2020.8.24.0023, da 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital/SC, autuado em 30/04/2020, do qual se discute a titularidade dos valores. Portanto, tais valores não se encontram disponíveis ao Estado de Santa Catarina.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 107. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Ocorre que a versão do Exmo. Senhor Governador do Estado é um tanto incoerente em relação ao que de fato ele próprio falou e/ou presenciou quando das suas coletivas à imprensa - realizadas diariamente nos primeiros dias da crise pandêmica.

E por tal razão é possível traçar uma linha do tempo, na qual se verificará as contradições encontradas, senão vejamos:

A primeira incongruência começa aos **27/03/2020**, quando ao lado do GOVERNADOR em uma *live*, o ex-secretário de Estado da Saúde HELTON ZEFERINO diz que por falta de respiradores a pronta entrega no Brasil foi necessário fazer uma "*compra internacional*".

Esse fato também foi apontado em um dos depoimentos da ex-superintendente de gestão administrativa da SES, Sra. MÁRCIA, que disse que o GOVERNADOR demonstrou saber da compra dos respiradores junto à VEIGAMED, desde 27/03/2020; Ela lembrou à CPI que neste dia durante uma coletiva à imprensa ao responder uma pergunta feita por um jornalista a respeito dos preços que estariam sendo pagos pelos equipamentos, que seriam maior do que os praticados no mercado, HELTON disse que havia a busca de todos os Estados por insumos, através de vendedores tradicionais e muitos não tradicionais que estavam se aproveitando do momento. O então secretário, chamando de "canibalismo" a guerra pelos respiradores entre os Estados, explicou que o Ministério da Saúde centralizou as aquisições junto às empresas do Brasil, tornando necessária uma compra internacional. Após outras perguntas, aos 57 minutos e 51 segundos da *live*, então o GOVERNADOR MOISÉS voltou à pergunta feita pelo mesmo jornalista, dizendo que percebeu a impossibilidade de aquisição dos respiradores no mercado nacional, vindo os representantes do mercado internacional a propor a venda.

Na oportunidade o GOVERNADOR ainda questionou o Secretário HELTON sobre a referência histórica dos menores e maiores valores que foram pedidos a ele pelos respiradores. Em resposta, ouviu do Secretário que o preço normal era entre R$ 60 mil e R$ 70 mil reais, no entanto, com o início da pandemia, o valor passou dos R$ 100 mil chegando aos R$ 335 mil reais; "*Percebe que não é um fornecedor local, que ele repete um preço, que vem da China, ou de outro país*" completou o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS.

Já em outra *live*, a do dia 31/03/2020, é o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS que diz, ainda sem detalhes, que "*foi feita uma aquisição*". A fala acontece na véspera dos 02 (dois) depósitos de R$ 16,5 milhões cada à empresa VEIGAMED, dia 01/04/2020, totalizando R$ 33 milhões de reais. Passados alguns dias, em **11/04/2020**, o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS disse em mais uma de suas *lives* que: "*temos processos de importação, estamos lutando para que esses respiradores cheguem aqui*". À época, pelo que se extrai dos depoimentos de integrantes e ex-

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 108. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

integrantes do governo do estado, já existia, dúvidas se a empresa VEIGAMED conseguiria ou não cumprir o contrato.

Ademais aos trechos de *lives*, pode-se somar mais 02 (dois) documentos assinados pelo GOVERNADOR CARLOS MOISÉS que não se referem especificamente à aquisição dos respiradores junto à VEIGAMED, mas que apontam que o tema pagamento antecipado já estava em discussão em seu governo. O primeiro deles, com data de **31/03/2020**, se refere ao projeto de lei encaminhado a esta Assembleia Legislativa que objetivava autorizar o Poder Executivo *"a realizar a antecipação de pagamentos, total ou parcial, nas contratações destinadas ao fornecimento de bens, à prestação de serviços, à locação de móveis, imóveis e equipamentos, e à execução de obras necessários ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus"*. E que foi retirado de tramitação no mesmo dia, segundo o governador: *"por ter sido encaminhado antes da discussão estar concluída internamente"*.

Lembra-se que quando questionado sobre o pagamento antecipado de compras para o enfrentamento à pandemia o GOVERNADOR respondeu que o assunto estava sendo debatido pela PGE e pela Secretaria da Administração, o que resultou num projeto de lei para a devida regulamentação da matéria. Ou seja, o GOVERNADOR escreveu: *"Particularmente, nunca determinei ou orientei a realização de pagamento antecipado, somente tomando ciência da sua efetiva prática na reunião do dia 22 de abril"*.

No entanto salta aos olhos que o projeto de lei foi assinado por ele no dia 31/03/2020, às 16h22min, portanto, fica evidente que não era somente um debate interno da Secretaria da Administração e da PGE.

O segundo documento assinado pelo GOVERNADOR CARLOS MOISÉS é o Ofício GABGOV n° 060/2020 direcionado ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), datado de 02/04/2020, que se trata de uma consulta àquele órgão *"acerca da viabilidade de a Secretaria de Estado da Saúde realizar pagamento antecipado para empresas nacionais e internacionais (modelo Invoice), haja vista a necessidade de aquisição imediata de equipamentos de proteção individual e de equipamentos hospitalares para as unidades de saúde de Santa Catarina, objetivando o enfrentamento ao COVID-19 (coronavírus)"*. A resposta do TCE a tal ofício, veio após dois dias, com a recomendação que não fossem feitos pagamentos antecipados, porém, admitindo a possibilidade de realização desde que fossem dadas garantias pela empresa. A consulta é genérica sendo tanto formulada como respondida quando já havia sido efetivado o pagamento dos R$ 33 milhões à VEIGAMED.

Já aos 03/04/2020 durante uma nova coletiva à imprensa, exatamente aos 7 minutos e 38 segundos, o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS fala que era necessário ter uma produção local de respiradores, devido às dificuldades causadas

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 109. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

pela pandemia. Ele pediu então ao Secretário HELTON que falasse em que "pé" andavam as compras, principalmente a dos respiradores; os quais o GOVERNADOR definiu como o 'calcanhar de Aquiles' no processo de criação de UTIs. A resposta do secretário HELTON então foi quanto à dificuldade de conseguir equipamentos, destacando, por sua vez, que o governo estava em momento difícil quanto a garantia de entrega.

Vale acrescentar que no dia 07/04/2020, segundo o que foi coletado do depoimento do senhor Thyago Silva Martins (gerente financeiro do Fundo Estadual da Saúde) a esta CPI, um dos gerentes de relacionamento do Banco do Brasil da Agência Setor Público alertou via *SMS* o Governo de Santa Catarina, que foram constatadas algumas fraudes em aquisições em outros estados, com importações vindas da China. Nada foi feito.

Ato contínuo, em outra coletiva de imprensa, aos 11/04/2020 mais uma vez questionado por um jornalista quanto ao Hospital de Campanha e seus altos custos, o senhor GOVERNADOR respondeu que era um momento de exceção e que todos estavam em busca dos mesmos equipamentos e que, por isso, seria natural que os preços aumentassem. O que chama a atenção é que ele, na oportunidade fez uma comparação com os respiradores, os quais segundo o senhor GOVERNADOR, até pouco tempo eram comercializados por R$ 30 mil reais, valor divergente da entrevista dada no dia 27/03/2020 quando havia mencionado valor diverso.

Mas o principal foi o que veio na sequência, aos 11/04/2020, quando o GOVERNADOR pediu para que o Secretário HELTON falasse dos valores aplicados no mercado; HELTON então tomou a palavra e informou que estavam entre R$ 120 e R$ 160 mil reais. Ai vem à fala do senhor GOVERNADOR: "***Quem paga R$ 160 mil não recebe, é a situação que estamos lidando hoje em Santa Catarina***" afirmou com HELTON ZEFERINO ao lado balançando a cabeça mostrando concordância ao que acabara de ouvir. O GOVERNADOR ainda seguiu com a palavra: "***Nós temos o processo de importação, estamos lutando para que esses respiradores cheguem aqui, mesmo com um preço, aí praticamente cinco vezes acima de seu preço de mercado. É o momento que as exceções viram a regra, porque estamos numa situação de exceção de fato***".

Portanto, pela fala do GOVERNADOR nas coletivas, fica claro que ele tanto sabia dos valores pagos como sabia da dificuldade do Estado em receber os respiradores pulmonares adquiridos, posto que já era 11/04/2020, ou seja, já havia vencido o primeiro prazo de entrega. Entretanto não é esta mesma clareza que se tem ao interpretar as respostas do Governador a esta CPI. **Sendo que tantas contradições expõem que o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA faltou com a verdade em uma das ocasiões: nas coletivas à imprensa ou à esta Comissão Parlamentar de Inquérito.**

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 110. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A cronologia do acima exposto pode ser mais bem ilustrada no quadro abaixo:

27/03/2020	O ex-secretário de Estado da Saúde, HELTON ZEFERINO afirma ser necessário fazer uma compra internacional, sem especificar.
31/03/2020	Protocolizado, na ALESC, um Projeto de Lei autorizando pagamento antecipado em compras referentes ao Covid-19, porém retirado algumas horas depois. No mesmo dia, em coletiva de imprensa Governador Moisés diz que foi feita uma aquisição de respiradores.
01/04/2020	A VEIGAMED recebe os R$ 33 milhões - pagamento feito pela Secretaria da Saúde sem exigência de garantias.
02/04/2020	Governo do Estado, consulta Tribunal de Contas do Estado - TCE, sobre como proceder em compras com pagamento antecipado.
04/04/2020	TCE recomenda que não sejam feitos pagamentos antecipados, mas admite que possa ser feito, desde que com garantias.
07/04/2020	Banco do Brasil alerta via sms o Governo de Santa Catarina que houve a constatação de algumas fraudes em aquisições de outros estados com importações vindas da China.
11/04/2020	Governador Moisés em nova coletiva diz que "*temos processos de importação, estamos lutando para que esses respiradores cheguem aqui*".
20/04/2020	Segundo o Governador Moisés, foi a data em que o então Secretário HELTON ZEFERINO o comunicou sobre as dificuldades para trazer da China os respiradores adquiridos da empresa da VEIGAMED.
22/04/2020	Ainda segundo o Governador, foi a data em que o então Secretário HELTON ZEFERINO afirmou a ele que o pagamento fora feito de forma antecipada.
28/04/2020	Divulgada a reportagem jornalística do site *The Intercept* Brasil, trazendo à tona o caso da aquisição de 200 respiradores de empresa suspeita, com pagamento antecipado.

E ainda importa ressaltar segundo depoimento do Presidente do Tribunal de Contas do Estado, ADIRCÉLIO MORAES FERREIRA JUNIOR prestado na Força-Tarefa do Ministério Público de Santa Catarina, que coordenou a operação O2, o presidente do TCE, alertou pessoalmente o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA de que o pagamento antecipado dos respiradores e de outros bens, não poderia ser feito pelo governo de forma antecipada, sem garantias. Tal conversa - com o GOVERNADOR - teria acontecido no dia 31/03/2020, e alguns dias antes com HELTON ZEFERINO, então secretário da pasta de saúde e gestor da crise. Portanto fica claro que o GOVERNADOR MOISÉS teve total conhecimento da situação – AINDA EM MARÇO, antes mesmo de o pagamento pelos 200 (duzentos) ventiladores pulmonares ter sido feito a empresa VEIGAMED, sem tomar qualquer providência que evitasse a transferência dos R$ 33 milhões, ou seja, o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA não protegeu o erário público.

Assim sendo, na avaliação deste Relator e dos membros da CPI em reunião realizada aos 23/07/2020, na 18º reunião, que as respostas enviadas pelo GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA contrariam suas falas quando das coletivas à imprensa, bem como a efetividade dos documentos que carregam sua assinatura. Logo, não restam dúvidas de que o Governador do Estado de Santa Catarina faltou com a verdade quanto à sua participação. Ele sabia muito mais do que estava acontecendo na aquisição fraudulenta dos 200 respiradores com pagamento antecipado de R$ 33 milhões do que oficialmente declarou sobre o caso seja no âmbito desta Comissão ou fora dela. Postura esta inaceitável, que traz consigo

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 111. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

grande carga delituosa e potencial prejuízo a coisa pública, considerada imprescindível para que não triunfe a impunidade ainda mais quando parte da maior autoridade do Estado.

Desta feita é certo que a responsabilidade do GOVERNADOR se agrava com a constatação de que ele faltou com a verdade exatamente quando o Estado de Santa Catarina enfrentava a maior crise econômica, política, social e de saúde pública de sua história.

Todavia, resta cristalino que tal constatação, além de comprovar a prática de crime de responsabilidade, descrito no §4º, do art. 47, da Constituição Estadual, uma vez que o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA, deliberadamente, prestou informações falsas a essa CPI, deita uma 'pá de cal' sobre a alegada não participação do dirigente máximo do Estado na empreitada criminosa descrita acima.

Afinal de contas, apurou-se que o senhor GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA tinha pleno conhecimento da aquisição dos respiradores, inclusive em total desrespeito aos mais comezinhos princípios da lei de licitações, e para que o objetivo não restasse frustrado escondeu-se num *pseudo-manto* de legalidade, inclusive apresentando proposta legislativa para pagamentos antecipados; retirando proposta; *lives*; tendo conversado do assunto com o Presidente Tribunal de Contas e etc.

Ora, ninguém tem dúvidas da proximidade do Governador CARLOS MOISÉS DA SILVA com seu fiel escudeiro, senhor Douglas Borba, o qual, no mesmo ritmo do chefe, fez de tudo para apagar seus rastros, em tese, na participação do fraudulento processo de compra dos respiradores.

Pois bem, junto ao procedimento criminal n. 5036517-06.2020.8.24.0023, pelo que se apurou, havia provas indiciárias robustas da participação do senhor DOUGLAS BORBA e de outros que ora não vem ao caso comentar.

Ademais, acompanhando os trabalhos da força-tarefa, importante anotar:

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 112. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO COVID-19
Fls. 3188

Importante ressaltar que neste dia (2/4/2020), embora a Nota de Empenho já tivesse sido emitida e a operação bancária já tivesse sido realizada pelo Governo do Estado, o dinheiro não entrou na conta bancária da Veigamed, o que só foi ocorrer no dia 3/4/2020. Assim, neste período, houve por parte dos empresários – especialmente **Fábio** – intensa insistência para que os valores fossem transferidos.

Ademais, segundo se apurou até o momento, para alcançar o desiderato ilícito do grupo,**Douglas Borba**, valendo-se do prestígio que lhe conferia o cargo de Chefe da Casa Civil que à época ocupava, indicou para a servidora **Marcia** o empresário **Fábio Guasti,** que foi quem negociou em nome da Veigamed, empresa efetivamente contratada para entrega dos respiradores.

No dia 17/6/2020, **Márcia** afirmou, em novo interrogatório perante esta Força-Tarefa, que em suas conversas com **Douglas Borba**, o então Chefe da Casa Civil sempre falava em nome do Governador. Disse ela que **Douglas Borba** "sempre foi a pessoa estratégica do governo, estava muito claro. Ele sempre falou em nome do Governador" (54min30s). **Márcia** asseverou, ainda, que **Douglas Borba** fez contato telefônico e lhe disse, sobre as compras relacionadas à pandemia, que precisavam ser mais ágeis, estavam com excesso de preciosismo e que "[...] o Governo, o Governador jamais iria nos desamparar [...]" (por volta de 55min15s).

Além dessas referências, merece atenção a circunstância de que o**Governador do Estado** envolve-se direta e pessoalmente no enfrentamento à pandemia em Santa Catarina, ou seja, está muito próximo dos acontecimentos relacionados à saúde, em especial das ações para aparelhamento do Estado.

Na qualidade de Chefe do Poder Executivo Estadual, na época dos fatos (final de março e começo de abril/2020), ele diariamente, às 18h, realizava entrevistas coletivas transmitidas ao vivo pelos canais oficiais das redes sociais do Governo catarinense, mostrando-se naturalmente inteirado dos acontecimentos.

Na entrevista do dia 27 de março de 2020, por exemplo – justamente no dia em que houve a apresentação formal da proposta da empresa Veigamed para a venda direta dos ventiladores pulmonares – o investigado **Helton** responde a uma pergunta do**Governador Moisés** sobre respiradores e diz que "temos encontrado bastante dificuldade especialmente no que diz respeito a compras com prazo de entrega a curto prazo, que é o que nós precisamos e isto faz com que o mercado realmente esteja muito aquecido". Em seguida, o **Governador Moisés** complementa:

Além da pandemia, esse é um dos nossos desafios, você ser do Poder Público, ter que fazer uma compra por aquisição direta agora, você não tem tempo nem pra fazer licitação – e porque não tem melhor preço também – você vai pesquisar e você descobre que um produto está sendo oferecido, no mínimo, pelo dobro do preço que você conseguia comprar antes. Daí muitas vezes você percebe que não é o teu fornecedor local, ele está repetindo um preço que já vem lá da China, vem outro país, e você decide pagar aquilo ou não. Se não pagar, você não vai ter leitos de UTI suficientes pra atender a população de Santa Catarina. Então, a noção de que a crise às vezes é uma oportunidade pra algumas pessoas é o que tem acontecido. Às vezes, é a pressão do mercado mesmo, eu tenho poucos ventiladores, preciso fornecer, vou fornecer pra quem me pagar melhor. Se o Estado de Santa Catarina não quiser comprar vai ser vendido pra outro Estado que está ansioso esperando que ele seja cotado também da mesma forma que foi pra Santa Catarina.

Já no dia 30 de março de 2020 – poucas horas depois de concretizada a Dispensa de Licitação e emitida a Ordem de Fornecimento pelo investigado **Helton** – o **Governador Moisés** fala na coletiva justamente sobre o investimento de "76 milhões de reais" para aparelhamento da estrutura de saúde do Estado no enfrentamento da pandemia – valor que inclui os 33 milhões de reais gastos com os respiradores.

Na sequencia, **Helton** afirma que estão "em processo de aquisição já realizado pela Secretaria de Estado da Saúde mais de 76 milhões de reais" que envolvem EPIs, equipamentos para possibilitar a implantação de novos leitos de UTI, com "previsão de entrega de ventiladores – especialmente que é o que temos maior dificuldade hoje no mercado – para a primeira semana de abril, **entre 5 e 7 de abril nós devemos ter uma entrega no Estado**" – referindo-se, neste último caso, ao PSES 37070/2020, objeto da presente apuração.

Frisa-se que esse fato constatado pelas entrevistas coletivas assumem relevância a partir da análise conjunta com os dados do aparelho de telefone celular do investigado **Samuel** e dos interrogatórios colhidos no dia 17/6/2020, que trouxeram à tona a possível participação do Chefe do Poder Executivo Estadual no processo de aquisição dos ventiladores pulmonares.

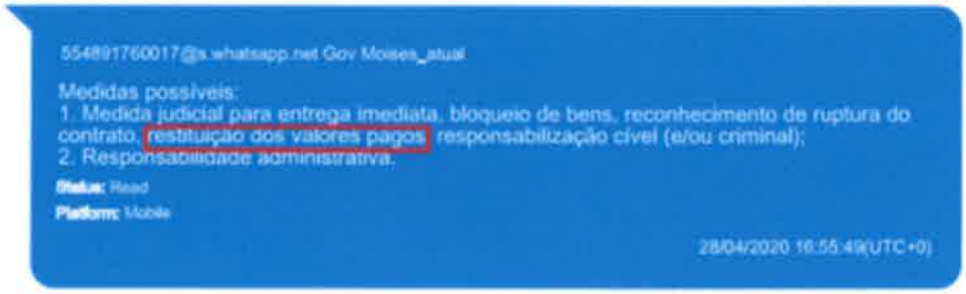
RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 113. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Importante ressaltar, ainda, mais um indicativo da proximidade do **Governador Moisés** com o processo de compra em questão e sua ciência sobre a forma com que foi executado, em especial o pagamento realizado de forma antecipada, que culminou com a não entrega dos equipamentos e prejuízo financeiro milionário ao Estado:

Em análise preliminar realizada na data de ontem no aparelho de telefone celular do Helton, constatou-se a existência de um grupo de Whatsapp denominado "Gestão da crise Covid19", do qual participavam, além de Helton, Paulo Eli (Secretário da Fazenda), Jorge Eduardo Tasca (Secretário de Administração), **Douglas Borba** (então Chefe da Casa Civil), **Alisson de Bom de Souza** (Procurador-Geral do Estado), Márcio Ferreira (Chefe de Gabinete) e o Governador **Moisés**.

No dia 28 de abril de 2020, data em que foi divulgada a notícia sobre os fatos pelo site The Intercept Brasil, o próprio **Governador Moisés** encaminha no grupo cópia da reportagem publicada e escreve: *"Agora* a SES **vai precisar falar sobre o assunto", seguido da mensagem:**



Ato contínuo, discutem os participantes do grupo sobre a emissão de uma nota oficial a ser encaminhada à imprensa. Douglas envia a minuta - que omite o prejuízo ao Estado por ter ocorrido pagamento antecipado sem a entrega dos equipamentos. Em seguida, o Secretário Tasca questiona se houve pagamento antecipado à empresa Veigamed, ao que o Chefe da Casa Civil Douglas Borba responde que sim, porém pede discrição em relação a isso, sem oposição dos demais integrantes do grupo - incluindo o Governador Moisés.





Tal fato, ainda que não definitivo quanto à conduta, é mais um elemento que denota a ciência do Chefe do Poder Executivo sobre os acontecimentos, bem como o assentimento quanto à orientação de discrição acerca do fato de ter ocorrido pagamento antecipado.

Apontada a possível participação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Santa Catarina na aquisição de equipamentos supostamente criminosa, deve este juízo abster-se de qualquer valoração dos elementos de prova agora surgidos e mencionados pelas autoridades responsáveis pelas investigações, sob pena de indevida invasão de competência jurisdicional alheia.

Ocorre que, os trabalhos dessa CPI, conforme amplamente descrito acima, acabou revelando uma intrínseca associação criminosa destinada a fraudar e receber valores relacionados à compra dos respiradores e outros materiais destinados ao combate da covid-19, **cujo mandatário máximo deveria estar vigilante e presente, já que, manchetes espalhadas pelo País, davam conta de fraudes na compra de respiradores, devendo por isso, tomar as atitudes**

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 114. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

necessárias e indispensáveis para que estas manchetes não ocupassem os noticiários de Santa Catarina, ordenando ações a serem promovidas por seus secretários para que isso não ocorresse. Todavia, isso não aconteceu, não se teve noticia nesta CPI de qualquer ação do GOVERNADOR, como lhe competia, no sentido de estabelecer encaminhamentos de orientação e proteção.

Muito pelo contrário, não há dúvidas deste relator de que conforme depoimento do Presidente do Tribunal de Contas do Estado, ADIRCÉLIO, que o advertiu das medidas que deveriam ser acauteladas, medidas estas que foram completamente ignoradas e que permitiram o milionário desvio dos recursos.

A bem da verdade, este relator não tem dúvidas e nem acredita que a sociedade catarinense, de uma maneira geral as tenha, que o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA acompanhou o processo em questão como ordenador direto das ações do combate à pandemia. Isso porque, resta patente que o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA acompanhava diariamente as ações de seu governo no combate à pandemia, recebendo (como deveria receber), informações pontuais das ações que o governo promovia para preparar a rede hospitalar para proteção da saúde dos catarinenses acometidos pela covid-19. Logo, tendo ao seu lado, tanto o Secretário da casa civil DOUGLAS BORBA, quanto o Secretário de Saúde HELTON ZEFERINO, impossível e inadmissível, imaginar que entre eles, não houvesse troca de informações das compras que o governo promovia.

Por essas razões, os indicativos colhidos por este relator, dão conta de que o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS, cometeu crime de responsabilidade, não só por faltar à verdade com esta CPI, mas ao impedir ou retardar deliberações que lhe eram de sua competência no sentido de salvaguardar os interesses da administração pública, por conta própria ou representado por seus secretários.

Ademais, importante anotar, que a primeira ação judicial apresentada pela PGE, é datada de 30/04/2020 dos autos nº 503416745.2020.8.24.0023, da 1ª Vara da Fazenda Publica da Capital/SC, ou seja, 29 dias depois do malfadado pagamento; isso permitiu que os recursos fossem esvaziados em dezenas de pequenas contas bancárias, que impossibilitou o rastreamento e recuperação dos valores.

Por isso, a não presteza do Senhor GOVERNADOR não só confirma o desrespeito que ele tem pelos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e pelo povo de Santa Catarina, mas também confirma a participação dele no processo e, consequentemente, o coloca como, no mínimo, partícipe, em tese, da empreitada criminosa revelada com a compra.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 115. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Na doutrina, tem-se definido o concurso de agentes como a reunião de duas ou mais pessoas, de forma consciente e voluntária, concorrendo ou colaborando para o cometimento de certa infração penal.

Para a caracterização de um ilícito penal, é necessária, primeiramente, uma conduta humana, positiva ou negativa, cometida por uma ou várias pessoas.

O STF nos autos do Agravo Regimental na Petição nº 3240/DF, tendo como Relator o Ministro Teori Zavascki, em julgamento datado de 10/05/2018, entenderam os Ministros, que os agentes políticos **estão sujeitos ao duplo regime sancionatório em matéria de improbidade**, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa, quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade, salvo o Presidente da República:

> Ementa: Direito Constitucional. Agravo Regimental em Petição. Sujeição dos Agentes Políticos a Duplo Regime Sancionatório em Matéria de Improbidade. Impossibilidade de Extensão do Foro por Prerrogativa de Função à Ação de Improbidade Administrativa. 1. Os agentes políticos, com exceção do Presidente da República, encontram-se sujeitos a um duplo regime sancionatório, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa, quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade. Não há qualquer impedimento à concorrência de esferas de responsabilização distintas, de modo que carece de fundamento constitucional a tentativa de imunizar os agentes políticos das sanções da ação de improbidade administrativa, a pretexto de que estas seriam absorvidas pelo crime de responsabilidade. A única exceção ao duplo regime sancionatório em matéria de improbidade se refere aos atos praticados pelo Presidente da República, conforme previsão do art. 85, V, da Constituição. 2. O foro especial por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal em relação às infrações penais comuns não é extensível às ações de improbidade administrativa, de natureza civil. Em primeiro lugar, o foro privilegiado é destinado a abarcar apenas as infrações penais. A suposta gravidade das sanções previstas no art. 37, § 4º, da Constituição, não reveste a ação de improbidade administrativa de natureza penal. Em segundo lugar, o foro privilegiado submete-se a regime de direito estrito, já que representa exceção aos princípios estruturantes da igualdade e da república. Não comporta, portanto, ampliação a hipóteses não expressamente previstas no texto constitucional. E isso especialmente porque, na hipótese, não há lacuna constitucional, mas legítima opção do poder constituinte originário em não instituir foro privilegiado para o processo e julgamento de agentes políticos pela prática de atos de improbidade na esfera civil. Por fim, a fixação de competência para julgar a ação de improbidade no 1o grau de jurisdição, além de constituir fórmula mais republicana, é atenta às capacidades institucionais dos diferentes graus de jurisdição para a realização da instrução processual, de modo a promover

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 116. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

maior eficiência no combate à corrupção e na proteção à moralidade administrativa. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. **Decisão:** Após o voto do Ministro Teori Zavascki (Relator), conhecendo e dando provimento ao agravo regimental, pediu vista dos autos o Ministro Roberto Barroso. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 19.11.2014. Decisão: Adiado o julgamento por indicação do Ministro Roberto Barroso. Ausentes o Ministro Ricardo Lewandowski, participando da "Reunião de preparação para o Seminário de Verão de 2017", na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em Portugal, e, nesta assentada, o Ministro Celso de Mello. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 16.02.2017. Decisão: O Tribunal, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, vencido o Ministro Teori Zavascki (Relator). Redigirá o acórdão o Ministro Roberto Barroso. Não votou o Ministro Alexandre de Moraes, por suceder o Ministro Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 10.5.2018.

Exatamente o caso deste inquérito parlamentar.

Assim, este relator, ciente dos limites que lhe são impostos pela lei e consideradas as evidências das irregularidades apontadas neste relatório, **determina a remessa de cópia deste inquérito parlamentar ao Procurador Geral da República Exmo. Antônio Augusto Brandão de Aras**, a quem cabe, *in casu*, deliberar sobre a noticiada possível participação criminosa do Governador CARLOS MOISÉS DA SILVA no fraudulento processo de aquisição dos respiradores, nos mesmos moldes do já determinado no Procedimento n. 5036517-06.2020.8.24.0023.

Não se trata, assim, de descuidar-se dos trabalhos afetos à CPI, mas sim cautela e cuidado para não invadir competência afeta ao STJ, ou melhor, ao Ministério Público Federal, a quem cabe o *dominus litis* para responsabilização criminal de Governador de Estado, restringindo-se essa CPI em levar ao conhecimento do *parquet* Federal o vasto acervo inquisitório que aponta participação do Governador no caso da fraudulenta aquisição de respiradores.

Determina também, no que se refere ao crime de responsabilidade acima indicado, remessa de cópia integral e autenticada deste inquérito parlamentar ao Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Exmo. Deputado Júlio Garcia, para que na forma regimental, **proceda com a análise jurídica da admissibilidade da abertura de *impeachment* pelo cometimento de crime vinculado à administração pública, referente ao procedimento da Lei 1.079/50, o art. 39, IX c/c arts 72 e 73 da Constituição Estadual, o regimento interno desta Casa Legislativa, insculpida no art. 342, submetendo ao final, ao julgamento.**

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 117. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

DANO MORAL COLETIVO

Evidente que os atos noticiados e investigados por esta comissão parlamentar de inquérito, além de macular a imagem da administração pública, causa a toda população catarinense um sentimento de revolta, afinal, os recursos desviados é resultado do esforço de cada cidadão catarinense que paga seus impostos, com o objetivo de vê-los bem administrados e geridos de acordo com as diretrizes da boa prática administrativa.

Para esse relator, desviar dinheiro público, por si só, já é um crime nefasto e grave, com repercussão em toda a esfera social. Porém, no caso dessa investigação, o caso se apresenta ainda mais grave, à medida que os recursos desviados estavam destinados à manutenção e melhoria da saúde pública dos catarinenses, que se encontra diante de uma pandemia, que até agora não encontra um tratamento assertivo específico para sua cura.

A doutrina e a jurisprudência admitem para este tipo penal, civil e administrativo, a penalização denominada **DANO MORAL COLETIVO**, o qual, este relator entende ser plenamente aplicável ao caso.

Quando a lesão e o dano ultrapassam as esferas dos direitos individuais, atingindo um grupo ou uma coletividade, tem-se o dano moral coletivo, instituto que vem sendo reconhecido cada vez mais, pela justiça brasileira, seja no âmbito civil, do consumidor, do trabalho ou da violação dos direitos.

No tripé que justifica o dano moral coletivo, se observa a diminuição ou a projeção coletiva, do princípio da dignidade da pessoa humana, no caso, uma lesão psíquica coletiva, ao afrontamento dos direitos e dos interesses de uma sociedade. No caso, a vítima desse dano moral coletivo, causada à sociedade catarinense pela permissão do desvio de recursos públicos, é evidente, já que a coletividade é titular de um direito iminente, garantido constitucionalmente que a doutrina nomeia de probidade administrativa, violentamente afrontada pelos agentes causadores do prejuízo objeto dessa investigação.

Importante anotar, e levar em consideração que a lesão dos direitos individuais, dos quais são titulares uma coletividade, afasta até a exigência dos elementos subjetivos para configuração do dano moral coletivo. Como dito, desviar dinheiro da saúde é crime nefasto.

A leitura atenta da Lei 4.717/65 que regulamentou a ação popular e a Lei 7.347/85 que disciplinou a ação civil pública, e, a Lei 8.078/90 que instituiu o código de defesa do consumidor, aponta previsão clara da existência de ordenamento jurídico que permite a aplicação da penalidade por dano moral coletivo, àqueles que

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 118. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

afrontaram princípios morais que afetem toda uma coletividade, exatamente o caso dessa investigação.

Portanto, tendo este relator encontrado evidências da existência de dano moral coletivo, de natureza objetiva, inclui-se a este relatório, mais abaixo o encaminhamento ao Ministério Público, para deflagração das ações reparatórias, incluírem o pedido de deferimento e arbitramento de pagamento de dano moral coletivo na forma da lei, a todos aqueles que de alguma forma permitiu que o prejuízo se caracterizasse, a fim de que sirva como punição pedagógica.

DA CONCLUSÃO

Antes de formatar qualquer conclusão prudente lembrar que a CPI agiu, desde seu início, com a finalidade única de apurar os fatos, com foco na obrigação do administrador em zelar pela coisa pública, com base nos princípios da moralidade, impessoalidade, publicidade, legalidade e eficiência, valendo-se de todos os instrumentos legais cabíveis, dentro dos limites impostos pelo estado democrático de direito.

Independentemente da decisão a ser aprovada e executada pelo julgamento parlamentar da presente investigação, acredita-se que os dados aqui reunidos nestas centenas de páginas podem servir de fonte de informação para diversos órgãos, setores e segmentos da sociedade catarinense, interessados em analisar a conduta de todos os integrantes dos atos e fatos investigados bem como as fases, que integralizaram o procedimento cujo alvo foi **investigar atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da VEIGAMED Material Médico e Hospitalar EIRELI, tendo por objeto a aquisição de 200 (duzentos) respiradores pulmonares, ao custo total de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais).**

E assim, da análise de tudo que consta nos autos, o presente relatório procurou descriminar e apontar o que se constatou de cada ponto investigado, **restando evidenciada a existência de inúmeras irregularidades, negligências e fraudes encontradas que podem ser verificadas desde a fase de instrução do processo de aquisição dos respiradores pulmonares até seu respectivo pagamento.**

Nesse contexto ainda quanto ao ponto que define que as conclusões das comissões parlamentares de inquérito serão encaminhadas, se for o caso, "ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil e criminal dos infratores".

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 119. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Vale referir que este não teria como ser o caso desta CPI, já que a lógica de sua constituição iniciou-se pelo caminho inverso àquele previsto na Constituição Estadual (art. 47 § 3º), pois foram as investigações promovidas pelos órgãos punitivos que abasteceram esta CPI de informações, e não o contrário (que seria o correto, onde a CPI justifica a instituição de medidas punitivas pelos órgãos de investigação).

Mesmo que a informações tenham sido compartilhadas igualmente pela CPI e pela Força-Tarefa, importante notar que ainda as duas esferas estejam investigando o mesmo fato, esta CPI apresenta um elemento adicional à medida que constitucionalmente compete a esta Casa de Leis, fiscalizar e auferir a conduta do Governador do Estado por crime de responsabilidade, caso ele seja identificado como um dos partícipes do processo, ação que constitucionalmente é vedada à Força-Tarefa, já que crime cometido por GOVERNADOR DO ESTADO tem competência exclusiva da Procuradoria Geral da República, enquanto o crime de responsabilidade pode ser investigado pela CPI através de autorização da Casa Legislativa no caso deste inquérito.

Isso a meu ver diferencia a CPI dos trabalhos realizados pela Força-Tarefa já que lá como dito acima a investigação dos atos do Governador estão vedadas. Por isso a relevância deste trabalho ainda que haja uma investigação em paralelo.

Depois, se tanto o Ministério Público, a Polícia Civil e o Poder Judiciário, órgãos especializados e extremamente aparelhados já foram previamente acionados para investigar, e ainda estão investigando os fatos apurados em nossos trabalhos, correríamos um sério risco de, em tão curto espaço de tempo, especialmente com tantos tópicos a serem abordados, não conseguirmos nenhum resultado inédito que pudesse colaborar com as investigações. E pior, corríamos um risco adicional de ainda atrapalhar ou até mesmo prejudicar as investigações que vinham sendo promovidas, caso um material sob sigilo fosse irresponsavelmente divulgado, ou se uma nulidade processual qualquer fosse promovida, de modo a aproveitar os participantes, tem tese, de ações delituosas ou de improbidade administrativa, nas ações punitivas que ainda serão possivelmente propostas nas esferas administrativas e judiciais competentes.

Por isso, diante das razões esposadas, entende-se que esta CPI através de seus membros fez o melhor possível e que todos seus atos foram acertados, imprescindíveis e indispensáveis às medidas de organização e regramento para colaborar com a elucidação dos fatos e mostrar para a população catarinense.

E assim sendo, tendo em vista todos os dados aqui levantados, documentos analisados, depoimentos e demais provas compartilhadas com a Força-Tarefa composta pelo Ministério Público, a Polícia Civil e o Tribunal de Contas do

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 120. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Estado de Santa Catarina são mais do que correto afirmar que o Poder Executivo Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina **FOI RELEGADO AO DESCASO, À MÁ GESTÃO, À INCOMPETÊNCIA E À IMPROBIDADE**!

Sendo que há elementos suficientes para concluir pela existência de indícios que permitem qualificar que as condutas das pessoas abaixo listadas (ordem alfabética) afrontam, **em tese**, aos princípios gerais da administração pública, sobretudo os princípios da legalidade, moralidade e da impessoalidade, configurando prática de delitos licitatórios - fraude a licitação em prejuízo da Fazenda Pública; desvio de finalidade e de verbas, **em tese**, e consequente enriquecimento ilícito; lavagem de dinheiro; peculato e constituição de organização criminosa, **em tese**, pelo que resta a esta comissão, dar ciência da presente apuração ao Ministério Público para fins de persecução criminal, na esfera da probidade administrativa e de responsabilidade civil, se assim entender cabível:

César Augustus Martinez Thomaz Braga
Douglas Borba
Fábio Deambrósio Guasti
Helton de Souza Zeferino
Leandro Adriano de Barros
Márcia Regina Geremias Pauli
Pedro Nascimento de Araujo
Rosemary Neves de Araújo
Samuel de Brito Rodovalho

E ainda há indícios de materialidade e autoria da ocorrência de atos lesivos em face da Administração Pública estadual, **em tese**, relacionados às condutas dos servidores estaduais abaixo listados (ordem alfabética) pelo que se recomenda a dar ciência da presente apuração ao Ministério Público para fins de persecução criminal, na esfera da probidade administrativa e de responsabilidade civil, se assim entender cabível:

André Motta Ribeiro
Carlos Charlie Campos Maia
Carlos Roberto Costa Junior
José Florêncio da Rocha

Ainda, quanto ao Senhor GOVERNADOR, ciente dos limites que lhe são impostos pela lei e consideradas as evidências das irregularidades apontadas neste relatório, **determina a remessa de cópia deste inquérito parlamentar ao Procurador Geral da República Exmo. Antônio Augusto Brandão de Aras**, a quem cabe, *in casu*, deliberar sobre a noticiada possível participação criminosa do Governador CARLOS MOISÉS DA SILVA no fraudulento processo de

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 121. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

aquisição dos respiradores, nos mesmos moldes do já determinado no Procedimento n. 5036517-06.2020.8.24.0023.

Determina também, no que se refere ao crime de responsabilidade acima indicado, remessa de cópia integral e autenticada deste inquérito parlamentar ao Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Exmo. Deputado Júlio Garcia, para que na forma regimental, **proceda com a análise jurídica da admissibilidade da abertura de *impeachment* pelo cometimento de crime vinculado à administração pública, referente ao procedimento da Lei 1.079/50, o art. 39, IX c/c arts 72 e 73 da Constituição Estadual, o regimento interno desta Casa Legislativa, insculpida no art. 342, submetendo ao final, ao julgamento.**

Assim sendo, diante das irregularidades encontradas, as quais apontam para a existência de ilícitos administrativos, cíveis e criminais, em tese, **CONCLUI-SE**, que o Poder Executivo Estadual, em especial, por meio dos servidores da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina deixou de cumprir com ações de interesse público, notadamente por ter deixado de praticar os bons atos de obrigação de todo administrador público, além de cometer crimes contra o patrimônio público, sem prejuízo dos demais ilícitos cometidos aqui relatados.

No balanço geral de todo o processo, em especial do clamor social para que este Poder Legislativo cumprisse a sua função no processo rigoroso de apuração dos fatos denunciados, que transformou este Parlamento num alvo de interesse crescente da sociedade catarinense, que espera desta Casa de Leis, toda confiabilidade e credibilidade, diante do que, somente através dos meios, e poderes de fiscalização e controle, instrumentalizados pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Diante de todas as irregularidades constatadas, **em tese**, é, antes de tudo, um dever dos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, dar a devida resposta, não só para os demais Membros deste Parlamento, como para toda sociedade, preservando, acima de qualquer coisa, a imparcialidade de ordem política ou partidária.

Neste aspecto, a instauração da CPI foi uma grande conquista para o povo Catarinense, visto que impediu a continuidade de um esquema de favorecimento e fraudes, **em tese**, que passaria ileso por bastante tempo e desconhecido em seus pormenores pela sociedade catarinense, imprimindo um prejuízo incalculável ao erário e à saúde pública.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 122. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

DOS ENCAMINHAMENTOS

Uma vez verificado o conjunto probatório que instruiu o presente relatório, as posturas e as ações dos agentes públicos e privados que, **em tese**, trazem consigo cargas delituosas ou potencial prejuízo à coisa pública, considera imprescindível, para que não triunfe a impunidade indico à Comissão, após a votação, a remessa de todo o conteúdo das investigações aqui levantadas ao conhecimento dos órgãos abaixo indicados, para que, dele conhecendo em sua inteireza, venham a dar os encaminhamentos que a ordem jurídica preconiza, avaliando, ponderando e denunciado, se for o caso, aquele que entender, a seu juízo, responsável penal, civil ou administrativamente, por algum ilícito ou irregularidade.

a) Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Exmo. Deputado Júlio Garcia;

b) Procurador-Geral da República, Exmo. Antônio Augusto Brandão de Aras, chefe do Ministério Público Federal – MPF;

c) Procurador-Geral de Justiça, Exmo. Fernando da Silva Comin, chefe do Ministério Público do Estado de Santa Catarina – MP/SC;

d) Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC. Exmo. Adircélio de Moraes Ferreira Junior;

e) Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Exmo. Ricardo Roesler;

f) Secretário de Administração do Estado de Santa Catarina, Exmo. Jorge Eduardo Tasca.

Este Relator em nome de todos os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito conclui seu trabalho convicto de ter cumprido o seu dever e espera que, doravante, haja, em toda a Administração Pública do Estado, a estrita observância dos princípios que devem nortear o trato da coisa pública, quais sejam: o da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

Por fim, ainda me compete fazer, em nome de todos os membros desta Comissão, um agradecimento especial aos servidores administrativos desta Assembleia, da Polícia Civil e do Tribunal de Contas do Estado, além da assessoria de cada parlamentar desta comissão, e, lógico às testemunhas arroladas, pela meritória colaboração com o Poder Legislativo, que exerceram, com esmero, os deveres de cidadania e, por conseguinte, devem contar com a égide da Casa do Povo.

Este é o Relatório.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 123. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Palácio Barriga Verde, Florianópolis/SC, 18 de agosto de 2020.

Deputado Ivan Naatz
Relator

Deputado Sargento Lima
Presidente

Deputado Valdir Cobalchini
Vice-Presidente

Deputado Fabiano da Luz
Relator-Adjunto

Deputado Felipe Estevão

Deputado João Amin

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Milton Hobus

Deputado Moacir Sopelsa

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a7

Página 124. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

REFERÊNCIAS LEGAIS:

- Dec. 2848/40 (*Código Penal*);
- Lei 8429/92 (*Improbidade Administrativa)*;
- Lei 8.666/93 (*Licitações e Contratos*);
- Lei 9.613/98 (*Lavagem de Capitais*)
- Lei Complementar 101/2000 (*Responsabilidade Fiscal*);
- Lei 6.745, de 28 de dezembro de 1985 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina [Redação dada pela Lei Complementar 28, de 1989])
- Lei Complementar 491/2010 (*Cria o Estatuto Jurídico Disciplinar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Santa Catarina*);
- Lei 12.846/2013 (*Lei Anticorrupção – Responsabilização de Pessoas Jurídicas*);
- Dec. Estadual 1106/2017 (*Regulamenta no âmbito do Poder Executivo Estadual a Lei 12.846/2013*);
- Lei 13.979/2020 (*Enfrentamento a Pandemia do COVID-19*), alterada pela Medida Provisória 926/2020.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a6

Página 125. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES

Com o objetivo de buscar medidas para aprimorar os sistemas de fiscalização e controle do Estado de Santa Catarina, bem como coibir irregularidades, a CPI dos Respiradores, encaminha ao Poder Executivo Estadual e recomenda a apresentação do **Projeto de Lei**, que segue anexado a este relatório, que "*Estabelece procedimentos administrativos suplementares para as contratações públicas diretas, nas hipóteses aludidas pelos arts. 24, III, IV, V e VII, e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências*".

Ainda, anexado a este relatório, seguem indicações ao Parlamento elaboradas em conjunto com o Deputado Kennedy Nunes.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a6

Página 126. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3202
Rubrica

INDICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO PARLAMENTO AO PODER EXECUTIVO

Como resposta ao que foi apurado durante as oitivas realizadas da **CPI dos Respiradores**, desta Casa, a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 011-DL, de 2020 para apurar fato consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, com a contratação da VEIGAMED Material Médico e Hospitalar Eireli, onde resultou em um pagamento antecipado no montante de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais).

Durante os depoimentos, verificou-se fragilidade nos órgãos de controle, em especial a Controladoria-Geral do Estado (CGE), primeiramente pela atuação sem o direcionamento necessário à prevenção de situações como que ocorreu com à VEIGAMED e, de outro norte, à Secretaria Executiva de Integridade e Governança se mostrou inoperante frente aos escândalos que estampavam o noticiário.

Portanto, uma das primeiras conclusões que a análise da CPI permite chegar, é a de reconhecer a necessidade de fortalecer a Controladoria-Geral do Estado, com a importante tarefa de fomentar o estabelecimento de controles e de combate à corrupção, nesta parte, realizando uma fusão com a Secretaria Executiva de Integridade e Governança.

A reforma administrativa promovida pela atual gestão, que contou com a complacência e apoio unânime dos colegas Deputados na aprovação da Lei Complementar nº 741/2019, a sociedade e os próprios Deputados acreditavam em maior controle e transparência dos órgãos do Governo do Estado.

Diante dos fatos apresentados, das razões e relatos, e atendendo ao preceito da competência, conforme determina a Constituição Estadual, indicamos as seguintes sugestões ao Poder Executivo:

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a6

Página 127. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CEVITRO
Fls. 3203

1 – Atender ao dispositivo constante na LC 741/2019, de forma a remeter a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, projeto de lei que discipline a organização e funcionamento, senão vejamos:

> *Art. 25. A CGE, órgão central do Sistema Administrativo de Controle Interno e Ouvidoria, subordinada diretamente ao Governador do Estado, terá sua organização, a estruturação, o funcionamento e as competências* ***disciplinados em lei específica****.*

Diante da importância dos postos de comando e sua influência política, estabelecer que somente auditores internos de carreira ocupem esses cargos.

2 – Que os cargos de Controlador-Geral do Estado, Controlador-Geral do Estado Adjunto, Ouvidor-Geral do Estado, Corregedor-Geral do Estado, Auditor-Geral do Estado e os de Gerente da Auditoria-Geral do Estado sejam privativos de servidores públicos ocupantes de cargo efetivo de Auditor Interno do Poder Executivo, sendo exigida formação em direito para o cargo de Corregedor-Geral do Estado.

3 – Ser vedado, por clara incompatibilidade de função, ao Controlador-Geral do Estado e ao Controlador-Geral Adjunto a participação como membro de conselhos fiscais, administrativos ou consultivos de órgãos ou entidades da administração pública da federal, estadual e municipal.

4 – A participação do Controlador-Geral do Estado no Grupo Gestor de Governo.

Verificamos, ainda, falhas no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos (SGP-e), sugerimos, por sua vez, melhorias nos seguintes aspectos:

5 – Manutenção dos documentos que foram "desentranhados" de todos os processos, com a indicação de que houve o desentranhamento, bem como a sua justificativa.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a6

Página 128. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3204
Rubrica

6 – Uniformizar a formatação das datas conforme sistema de padrão brasileiro, ou seja, DD/MM/AAAA.

Ainda como sugestão, indicamos ao Poder Executivo que realize estudos voltados a uma base centralizada com dados das empresas frequentemente beneficiadas com contratações diretas, acessíveis à consulta pública via internet. A proposta seria uma forma de combater desvios advindos da falta de licitação, das contratações diretas, sejam em função de dispensa de licitação ou inexigibilidade de realização do certame.

A apuração realizada pela CPI identificou pontos e situações que necessitam urgência na adequação, principalmente no que consiste a segurança, o controle e à transparência dos órgãos públicos.

Florianópolis (SC), 18 de agosto de 2020.

Deputado Sargento Lima
Presidente

Deputado Valdir Cobalchini
Vice-Presidente

Deputado Ivan Naatz
Relator

Deputado Fabiano da Luz

Deputado Felipe Estevão

Deputado João Amin

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Milton Hobus

Deputado Moacir Sopelsa

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a6

Página 129. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - Fls. 3205 - Rubrica

PROJETO DE LEI

Ementa: Estabelece procedimentos administrativos suplementares para as contratações públicas diretas, nas hipóteses aludidas pelos arts. 24, III, IV, V e VII, e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Art. 1º Os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado de Santa Catarina devem instruir os processos administrativos e contratos cujos objetos sejam a aquisição de bens ou serviços por dispensa ou inexigibilidade de licitação, nas hipóteses previstas nos arts. 24, III, IV, V e VII, e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, obrigatoriamente, sem prejuízo à observância dos demais procedimentos previstos na legislação vigente, com cláusulas de reserva, a fim de mitigar eventuais prejuízos ao Erário, estabelecendo:

I – a obrigatoriedade de prestação de garantia, observada a legislação que rege a matéria, com o fim de resguardar a administração pública estadual de eventuais prejuízos advindos do não cumprimento do contrato e inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

II – a fixação de cláusula resolutiva para quebra de vínculo da administração com a contratada, na hipótese de cessação da excepcionalidade dos casos de emergência ou de estado de calamidade pública;

III – a previsão da utilização de outro fornecedor, em caso de o fornecedor contratado ter exaurida sua capacidade de atendimento do objeto.

Parágrafo único. Caso o particular opte por escolher a prestação de garantia na modalidade de seguro-garantia, o órgão gerenciador da administração deverá definir, no processo administrativo, todas as condições para aceitação da garantia, inclusive com a previsão de cobertura adicional para os casos em que a contratação do objeto tenha efetivo potencial de oferecer risco a terceiros.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a6

Página 130. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3206
Rubrica

Art. 2º O pagamento antecipado em decorrência da celebração de contratos administrativos firmados em decorrência de contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de processo licitatório somente será admitido em condições excepcionalíssimas, devendo ser demonstrada, nos autos do processo administrativo, a existência do interesse público.

Parágrafo único. O pagamento antecipado a que se refere o caput deverá, ainda, obedecer os seguintes requisitos:

I – representar condição sem a qual não seja possível obter ou assegurar a contratação do objeto;

II – propiciar sensível economia de recursos;

III – somente ser admitido após a adoção de indispensáveis cautelas e garantias da execução do objeto;

IV – ser previsto no instrumento formal de contratação direta;

V – haver a inserção de cláusula, no instrumento convocatório ou no contrato, que obrigue o contratado a devolver o valor antecipado atualizado caso não executado o objeto, sem prejuízo de multa e demais sanções previstas na legislação vigente; e

VI – haver a verificação do desempenho do contratado em outras relações contratuais mantidas com as administrações pública ou privada.

Art. 3º Fica instituído o procedimento de Intenção do Registro de Compras Emergenciais (IRCE), a ser formalizado por meio de termo de caracterização do objeto a ser adquirido, contendo o quantitativo e o diagnóstico da necessidade da aquisição emergencial, bem como a adequação do objeto aos interesses da administração, com o objetivo de consolidar informações relativas à aquisição pretendida e pesquisa de mercado.

§ 1º A IRCE deve ser divulgada, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas antes da publicação do instrumento convocatório, e ficará aberta aos fornecedores interessados para registro de preço e descrição do objeto a ser oferecido, pelo período de 48 (quarenta e oito) horas após a sua divulgação.

§ 2º A divulgação da IRCE deve ser realizada no Portal de Compras do Governo Estadual, bem como por meio de documento impresso dirigido a potenciais fornecedores, visando à cotação específica do objeto.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a6

Página 131. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3207
Rubrica

§ 3º A inscrição na IRCE não caracterizará expectativa de direito para compra governamental ou formação de cadastro de reserva.

Art. 4º Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do procedimento de Intenção de Registro de Compras Emergenciais (IRCE).

Art. 5º Fica obrigatório o estabelecimento de um plano de gerenciamento de riscos para cada contrato a ser firmado com base nas hipóteses de que trata o art. 1º, caput, desta Lei.

Art. 6º As minutas do instrumento convocatório e do contrato devem ser elaboradas, exclusivamente, pela assessoria jurídica do órgão gerenciador, sendo imediatamente submetidas à validação da Controladoria-Geral do Estado (CGE), que fundamentará, formalmente, parecer quanto à sua aprovação ou rejeição, no prazo máximo de 12 (doze) horas, contadas a partir do protocolo naquele órgão de controle.

Parágrafo único. No limite de sua atuação institucional, a CGE deverá promover as alterações necessárias nas minutas do instrumento convocatório e do contrato, para o fim de corrigir quaisquer irregularidades e suprir defeitos que venham a afetar a segurança jurídica da contratação ou trazer prejuízos ao Erário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Sargento Lima
Presidente

Deputado Valdir Cobalchini
Vice-Presidente

Deputado Ivan Naatz
Relator

Deputado Fabiano da Luz

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a6

Página 132. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - Fls. 3208 - Rubrica

Deputado Felipe Estevão

Deputado João Amin

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Milton Hobus

Deputado Moacir Sopelsa

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a6

Página 133. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3209
Rubrica

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração deste Parlamento o Projeto de Lei em tela, que visa estabelecer critérios suplementares aos previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – Lei Geral de Licitações e Contratos, que "Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências".

Pois bem. Via de regra, o procedimento licitatório revela-se por ser a forma mais adequada para celebração das contratações públicas. Não obstante, há situações que exigem a adoção de procedimento que propicie maior celeridade para atendimento da necessidade de compra governamental, de modo a suprir os casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situações que possam ocasionar prejuízos ou comprometer a segurança das pessoas, obras e outros serviços e bens públicos, bem como de particulares.

Vislumbrando essa condição, a legislação nacional autoriza, por meio do ar. 24, IV, da Lei nº 8.666, de 1993, a contratação pública direta por dispensa de licitação, desde que demonstrada, nos autos do processo administrativo próprio para realização do feito, a efetiva emergência e o atendimento imediato da situação estabelecida.

Anota-se, por oportuno, que o fato de se encontrar em situação de emergência ou estado de calamidade pública não afasta a administração do dever de cumprir as formalidades estabelecidas no art. 26, caput e parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, independentemente do objeto a ser contratado, bem como do dever de aferir todas as condições de habilitação da contratada, elencadas nos arts. 27 e 31 da referida Lei nacional.

Portanto, a formalização do processo administrativo de contratação direta, evidenciada a extrema e peculiar situação de urgência decorrente de evento que agrave a segurança de pessoas, obras, serviços e outros bens, públicos ou particulares, revela-se de interesse da coletividade e

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a6

Página 134. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - Fls. 3210 - República

reveste-se de plena legalidade, desde que atendidos os requisitos formais expressos na legislação vigente.

De outro norte, voltando à questão central que norteia a apresentação da proposta em tela, há de se reacender o debate acerca dos riscos a que se expõe a administração nesse modelo excepcional de contratação, sobretudo em face dos recorrentes escândalos, expostos pelo Brasil afora, envolvendo a prática nociva de superfaturamentos, excessos de aditivos e projetos defeituosos, muitas vezes concebidos dolosamente, ante a perspectiva de passarem incólumes da vigilância e fiscalização dos órgãos públicos de controle, bem como da sociedade civil.

A partir da instauração da Operação Lava Jato reacenderam-se antigas discussões acerca da má gestão de obras e serviços públicos no país.

Cada vez mais, floresce a premente necessidade de aperfeiçoamento da legislação, sobretudo em face da lacuna deixada pela Lei nº 8.666, de 1993, cuja eficácia vem sendo questionada com frequência, nesse contexto de intermináveis escândalos que envolvem a administração pública.

Em Santa Catarina, a recente questão da desastrosa compra de respiradores, por meio de um processo duvidoso e muito mal concebido, culminou com a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) por meio da qual o Poder Legislativo busca exercer sua função de fiscalização político-administrativa típica do poder público, delimitando o seu campo de atuação e seu poder investigativo no fato determinado pela aquisição de 200 (duzentos) respiradores pulmonares para tratamento clínico de pacientes acometidos pela COVID-19, pandemia de abrangência internacional, que até o presente momento já vitimou mais de 100 mil pessoas no país, entre estas mais de mil catarinenses.

A questão tratada na presente proposta legislativa não se correlaciona à atividade típica do Poder Legislativo, tendo em vista a sua função de controle e fiscalização dos atos do Poder Executivo, via CPI, conexos à causa que ensejou a sua criação.

Entretanto, pode-se afirmar, com tranquilidade, que a proposição em tela é reflexo dos trabalhos da CPI, vez que, no decorrer de suas investigações, verificou a fragilidade dos procedimentos administrativos adotados pelo órgão gerenciador da contratação dos respiradores, que tem vínculo direto com o Poder Executivo do Estado de Santa Catarina.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a6

Página 135. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3211

Portanto, repiso, não há de se confundir a conexão do Projeto de Lei em tela à causa da Comissão Parlamentar de Inquérito, que se limita, constitucional e legalmente, à apuração de fato determinado relacionado à administração e que porventura possa implicar em ato de improbidade e eventual promoção de responsabilidade civil ou criminal de infratores, se for o caso, pela autoridade competente.

Assim, retornando ao ponto que enseja a apresentação da matéria, tem-se que, a meu juízo, é mister estabelecer medidas adicionais às previstas na Lei Geral de Licitações e Contratos, com o fim de agregar novos mecanismos, no âmbito do Estado de Santa Catarina, capazes de garantir os termos pactuados entre contratante e contratado, tudo em prestígio ao supremo interesse público, que pressupõe o máximo equilíbrio de garantias, sem que haja favorecimento ou desfavorecimento de nenhuma das partes.

Um aspecto que chama a atenção é a ausência, na legislação brasileira, da previsão compulsória de cláusula que estabeleça, com precisão e clareza, a fixação de uma prestação de garantia, nas contratações públicas, com o objetivo de reparar prejuízos tendo em vista a amplitude do valor do contrato, vez que, na legislação vigente, o valor da garantia, seja qual for a escolhida, fica limitado a 10% (dez por cento) do contrato.

Em alguns países, como Estados Unidos e Canadá, a utilização do seguro-garantia, mecanismo conhecido como ***Performance Bond***, é amplamente utilizado com o objetivo de reparar eventuais prejuízos decorrentes do atraso, inconclusão e defeitos de obras, fato que obriga a contratada a oferecer seguros que cubram 100% (cem por cento) da obra, serviços ou bens.

Então, estamos frente a uma questão fundamental para a preservação do interesse público. Não é possível, simplesmente, considerar somente o menor preço da contratação, mas, também, a segurança e a qualidade da aquisição.

O simples fato de envolver uma seguradora, certamente, aumentará a fiscalização e implicará em menos riscos, já que esta terá a preocupação de não haver nenhum contratempo.

Atualmente, como retroativamente anotado, sequer há a obrigação textual da contratação de garantia. De acordo com o art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, a administração poderá exigi-la nos procedimentos convocatórios, ficando, ainda, a critério da contratada, a escolha da modalidade, o que certamente piora ainda mais a situação.

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a6

Página 136. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3212
f.

Objetivamente, muito embora a legislação não exija a contratação de seguro, a meu ver, há espaço para inserir cláusula de reserva, nos editais, com o fim de estabelecer essa obrigação, mesmo que isso importe em custo adicional da contratação.

O Estado de Santa Catarina deve se proteger. Coso a contratada não cumpra seu dever, o Erário deve ser ressarcido.

Por fim, quero deixar expresso o desejo de contar com a participação de meus Pares para a aprovação deste Projeto de Lei, na expectativa, inclusive, de aprimorar a lei almejada, pois a boa prática da gestão pública indica que pode haver compartilhamento na fiscalização, dentro do Governo, pelos órgãos institucionais de controle, e, de fora, pelas próprias seguradoras.

Muitos países têm regras de aplicação nacional e, mesmo assim, diversas leis estaduais e municipais ampliaram as regras administrativamente, com o fim de melhorar a efetividade das contratações públicas.

Ante o exposto, submeto à consideração dos meus Pares a proposição legislativa em tela, em homenagem à valorização da *res* pública.

Deputado Sargento Lima
Presidente

Deputado Valdir Cobalchini
Vice-Presidente

Deputado Ivan Naatz
Relator

Deputado Fabiano da Luz

Deputado Felipe Estevão

Deputado João Amin

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Milton Hobus

Deputado Moacir Sopelsa

RQC/0002.0/2020 - ae8-38a6

Página 137. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3213
Rúbrica

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2020, ÀS 10H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — (*Falha na gravação no início da reunião.*) ...sejam expostas pelos mesmos para a nossa taquigrafia poder acompanhar.

Passamos à discussão e votação dos requerimentos apresentados a essa diretoria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Questão de ordem, senhor Presidente. Pela ordem.

Se for possível, com exceção do *a*, apensar os requerimentos *b* a *f* para dar agilidade à discussão e para nós começarmos a oitiva? Se os demais Deputados concordarem. Do *b* ao *f*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Do *b* até o *f*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Isso. Eu explico porque não do *a*, porque o *a* é requerimento genérico de novas testemunhas, sem as testemunhas elencadas. Então do *b* ao *f* eu acredito que a gente poderia ser mais ágil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pergunto aos senhores Deputados de existe alguma objeção?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Gostaria apenas de discutir o requerimento *c*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Em discussão.

Com a palavra o Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom, senhores Deputados, eu tenho... Bom dia a todos os Deputados e a todas as Deputadas... o requerimento de autoria do Deputado João Amin para que seja requisitado ao Coaf cópia do seu relatório, que é quando a empresa Veigamed leva lucro de 100% na operação do governo do Estado de Santa Catarina.

Eu gostaria de apresentar um requerimento no sentido de que esse... que o requerimento do item *c* seja sobrestado até uma próxima reunião, porque há um requerimento, que já está em andamento no Ministério Público, no processo que está investigando paralelamente essa situação, e talvez a chegada daquele documento possa suprir o requerimento do item *c*.

Página 138. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Isso não quer dizer que a gente não vá deferir o requerimento, mas que a gente sobreste esse requerimento para uma nova oportunidade, para ver se esses dados não chegam pelo processo cível.

Também recebi o requerimento, só que a forma como o requerimento foi apresentado... requerimento do autor para que seja requisitado junto ao Coaf pela cópia do seu relatório que aponta que a empresa teve um lucro de 100% na operação do governo do Estado de Santa Catarina. Acredito também que o requerimento precisaria ser um pouco mais detalhado.

Então, por essa razão, eu gostaria de sobrestar esse requerimento para uma nova oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pergunto ao autor do requerimento, Deputado João Amim, se existe algum óbice de colocar em discussão posterior, na próxima reunião, o requerimento de vossa excelência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não... Há discordância, Presidente, eu não aceito o sobrestamento. Peço a votação e num momento oportuno gostaria de discuti-lo, já que foram colocadas algumas dúvidas sobre o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pode discutir agora. O senhor tem três minutos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, é melhor botar em votação primeiro, Presidente, porque aí eu discuto durante a votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Consulto os demais...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Se eu puder dar uma sugestão de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu acredito que o requerimento do Deputado João Amin possa ser votado e aceito, e mesmo que encaminhado ao Coaf, digamos que o Coaf não responda em tempo hábil, mas isso não impede, Deputado Ivan, que a gente faça a utilização das informações que o Ministério Público já solicitou e... (*falha no áudio*). Daí não haveria perda de tempo e se poderia tocar isso pra frente.

Encaminha para o Coaf, sabemos que é demorado, sabemos que às vezes pode não vir, e vamos fazer o caminho... o outro caminho junto ao Ministério Público, que já fez essas solicitações.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — De acordo com o Deputado Milton Hobus. Então eu retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Consulto novamente os senhores Deputados se há concordância no apensamento dos requerimentos *b, c, d* e *f*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — De acordo, Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — De acordo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Algum outro Deputado que queira discutir?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Presidente, senhores Deputados, senhor Vice-Presidente, Deputado Valdir Cobalchini, público que nos assiste,

Página 139. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3214
Rúbrica

essa informação é uma das poucas que a gente pelo menos acompanha pela imprensa de que a força-tarefa compreendida pelo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Senhor Presidente, senhor Presidente, eu tenho dificuldade de ouvir o Deputado João Amin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A gente vai trocar o microfone, Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Agora me ouve, Deputado Sopelsa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — O.k., o.k.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Então vou cumprimentar novamente os Deputados, já que o Sopelsa não estava ouvindo.

A importância que eu vejo, e por isso me motivei a fazer o requerimento – e agradeço o Deputado Milton Hobus pelo encaminhamento, conseguindo nessa sugestão de encaminhamento ultrapassar dificuldades inexplicáveis – é que de acordo com as informações que a gente tem da força-tarefa, compreendida pelo Tribunal de Contas, pelo Ministério Público e pela Polícia Civil, um dos poucos documentos ao qual não teve acesso ainda essa força-tarefa, é esse exclusivo do Coaf.

A informação questionada pelo Deputado Ivan Naatz com relação aos 100% de lucro, é o que está veiculado na imprensa. Não é o João Amin que está falando. Estou fazendo um requerimento de acordo com uma notícia de imprensa. Se as informações vierem, se as informações vierem, a gente vai poder ver se é 100, 200, 300, 50, 2.

Então, esse exercício de futurologia que está sendo seguido às vezes pelo Relator é que me causa estranheza, né, já que decisões do STF permitiram às CPIs em outros Estados, exemplo do Rio de Janeiro, de busca de documentos, mesmo o Coaf se negando a disponibilizar. A Procuradoria da Assembleia – e aqui está o nosso representante da Procuradoria auxiliando no andamento da reunião – partiu, acionou, entrou com uma medida jurídica ao STF – vejo aqui, em homenagem a todos os advogados, o convidado Gastão, advogado referência aqui de Florianópolis, de Santa Catarina e do Brasil. Partiu da Procuradoria da Assembleia um requerimento, juridicamente não é essa palavra, né, acionou-se o STF e o STF determinou que o Coaf encaminhasse essas informações à Assembleia do Rio de Janeiro.

Então, isso é de fundamental importância, porque independente dos documentos que chegarem aqui, esses documentos já passaram por algum lugar. A força-tarefa já vai ter conhecimento, a própria imprensa vai ter conhecimento, porque hoje em dia mesmo com sigilo há o vazamento, com toda a prudência das autoridades, mas sempre há, infelizmente, não há como inibir isso. E quem sabe a CPI tenha um papel de ator principal e não de coadjuvante, porque o que eu vejo que está acontecendo é que a gente vai ficar sempre coadjuvante. Já que estamos fazendo futurologia, eu me permito fazer uma também, né?

Enquanto a gente não fizer a acareação e conseguir as informações do Coaf, a gente vai estar sempre atrás.

Então, essa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para concluir, Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Obrigado, Presidente Sargento Lima, obrigado pela oportunidade de discussão. E ela sendo discutida em bloco, eu agradeço, até para dar essa agilidade necessária aos trabalhos da CPI.

Muito obrigado, Presidente.

Página 140. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhores Deputados, coloco em votação os itens *b*, *c*, *d* e *f* de forma apensada.

(*O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone: "O e não?"*)

O *e* não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Ah, não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Em votação.

Os Senhores Deputados que discordam, se manifestem ou permaneçam como estão, se concordam.

(*O senhor Deputado Estadual Fabiano da Luz manifesta-se fora do microfone: "O e não?"*)

O *e*? O *e* foi elencado junto, até o *g*. Ficando de fora do apensamento o *a* e o *g*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Ah tá, o *e est*á incluso, então?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá incluso.

Aprovado.

O item *a*, requerimento *a*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Esse eu gostaria de discutir, Presidente, já que na ordem do dia há um requerimento por parte do Deputado Ivan Naatz requerendo novas testemunhas, e a gente não sabe quais são as testemunhas. É difícil a gente poder apreciar algo que a gente não sabe.

Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então vamos tentar elucidar essa questão.

Com a palavra o Deputado Ivan Naatz, para discutir o item *a*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não sei por que não colocaram na ata o nome das testemunhas, talvez para que elas não conversem entre elas, se acertem para os próximos dias. A gente pode identificar... eu também não sei por que, tem que perguntar à assessoria por que o nome não está aqui, mas talvez seja por isso, uma reserva. Mas tem que perguntar à assessoria técnica por que o nome não está aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Se o autor do requerimento puder passar a lista e a gente puder avaliar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sei... Aqui no requerimento não está.

(*A assessora Sílvia Leticia Batistello, do gabinete do Deputado Ivan Naatz, manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Não estou entendendo, doutora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Venha aqui, por favor. Por gentileza.

(*A assessora Sílvia Leticia Batistello, que estava na plenária, dirige-se à mesa do Relator.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Sílvia não é da CPI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sugestão, senhor Presidente, sugestão senhor Presidente: aprova a oitiva de novas testemunhas e o requerente, o Deputado-Relator Ivan Naatz depois coloca os nomes no grupo da CPI para todos os Deputados – que é uma coisa de interesse nosso, só dos membros conhecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Todos escutaram a sugestão do Deputado Milton Hobus?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu consulto a Procuradoria da Assembleia para ver se isso é possível e se a gente vai ter a oportunidade de convocar

Página 141. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

essas pessoas, né, porque já que não há o nome delas na lista eu não sei se há a possibilidade legal de encaminhar um expediente a essas pessoas que a gente não conhece quem são.

É só um questionamento jurídico, senão eu concordo plenamente com a sugestão de encaminhamento do Deputado Milton.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor residente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com a palavra o Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor Presidente, eu tenho aqui, apresentado à CPI, eu não sei, minha assessoria apresentou à CPI, não sei por que não está no relatório, a relação de documentos.

Foi recebido pela gerente de Comissão de Inquérito Parlamentar no dia 13 de maio: Janine Silveira dos Santos Siqueira, gerente de Contratos e Licitações da Defesa Civil; Carlos Eduardo Besen Nau, lotado na Secretaria da Defesa Civil; Déborah Regina Vieira Trevisan, consultora jurídica, lotada na Secretaria da Defesa Civil; João Gilberto Rocha Gonçalves, representante legal do INCS, Instituto Nacional de Ciências da Saúde – esse tem sede fora do Estado, vai ser convidado a comparecer, a gente vai ter que resolver se vai lá ou ele virá aqui –; e Iná Adriano de Barros, técnica em atividades administrativas da Secretaria da... agora da Secom.

Esse é o relatório das pessoas, cinco pessoas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Prossiga, Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Com relação aos nomes das pessoas relacionadas à Defesa Civil, queria que o Deputado Ivan pudesse explicar o porquê, uma vez que a CPI aqui é para os respiradores e pelo que me consta não tem participação da Defesa Civil no processo de compra dos respiradores. É para a gente não misturar as coisas, porque nós não podemos misturar as coisas, são ações...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Na verdade, Deputado Milton Hobus, não está aqui em análise o contrato dos respiradores... dos leitos de UTI. Eles não estão em observação. O que está em observação são as mecânicas dos procedimentos licitatórios.

E a... Eu não gostaria de falar, porque é uma estratégia nossa, né, de trabalho, mas como vossa excelência questionou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O.k, só para entender, só para entender.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É o trâmite que circulava. Quem circulava por lá, quem dava ordem, como funcionavam as coisas lá dentro, se tinha alguém que era de fora circulando...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Está explicado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...qual foi a participação de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — É o mecanismo que foi utilizado na compra dos (*ininteligível*)...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Satisfeito, satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não havendo mais quem queira discutir.

Em votação.

Os Deputados que concordam, permaneçam como estão.

Página 142. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Aprovados os itens *f, e, d,* o *item c* e o item *b* dos requerimentos ali constados.

Em votação, agora, o item *a*, que é justamente... também aprovado, né?

O item g, da oitiva das testemunhas.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir, em votação.

Aprovado.

(*O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Dos já convocados, isso mesmo. Estão listados os nomes ali...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Já que não foram passadas aos Deputados com a necessária antecipação as datas no roteiro apresentado na semana passada, eu faço um apelo, e isso compete ao Presidente, no artigo 161.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu faço um apelo ao Presidente, que é quem tem, através do Regimento, o poder para tomar essa decisão, eu solicito que, já aprovados os depoimentos de Elton, Márcia e Douglas, faça-se já na semana que vem os três depoimentos e na sequência a acareação.

É um requerimento que eu faço verbal a vossa excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor posteriormente encaminha o requerimento, de forma escrita mesmo, ali para a presidência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Farei ainda durante a sessão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Bom, nós vamos partir agora para as testemunhas que serão ouvidas, sendo que a primeira delas é o senhor Coronel Bombeiro João Batista Cordeiro Junior.

Gostaria que a assessoria o conduzisse até este ambiente. (*Pausa.*)

(*O senhor depoente, Coronel BM João Batista Cordeiro Júnior, adentra ao recinto e senta-se no local indicado pelo Presidente.*)

Bom dia, Coronel João Batista. Tudo bom com o senhor? Seja bem-vindo a esta Comissão.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Coronel, o senhor foi informado por que se fazer presente aqui hoje nesta Comissão? O senhor tem ideia por que foi convidado para esta reunião?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Pela investigação sobre a aquisição dos... dos ventiladores, pelo que eu vi no que veio pra mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor tem que falar um pouquinho mais próximo do microfone, por gentileza.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Pelo que o documento que me foi apresentado, pela investigação sobre a aquisição de ventiladores pela Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para registro, Coronel, vou pedir que o senhor fale o seu nome completo, o endereço e a sua data de nascimento.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — João Batista Cordeiro Júnior; Servidão da Mata, nº 43, Canavieiras, Florianópolis; 25/11/1970.

Página 143. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3216
Rubrica

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor João Batista, o senhor está compromissado aqui com a verdade diante desta Comissão e gostaria de alertar o senhor que o senhor também tem o direito de, se caso alguma pergunta lhe for feita e o senhor quiser usar o direito de permanecer calado, mas é necessário que o senhor se expresse, "Eu quero permanecer calado", até porque o silêncio não emite nenhum tipo de resposta.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor está acompanhado de advogado?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu gostaria só que a assessoria se certificasse de que nenhuma das outras testemunhas se encontra na sala...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ...e que se fechassem as portas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não, eles já se encontram isolados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Sim, mas é necessário que se fechem as portas, porque o som pode ecoar.

Essa é uma sugestão. Já que as outras testemunhas não se encontram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A assessoria garante que elas não estão tendo acesso ao que é comentado.

Com a palavra o Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Comandante... Coronel, né, João Batista?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom dia.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR —Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Obrigado pela oportunidade, obrigado pelo senhor ter vindo até a CPI para ajudar a gente a esclarecer esse procedimento.

O senhor não está aqui para responder nenhuma indagação com relação ao que se comentou na imprensa dos cem leitos de UTI, aquela licitação. Mas eu vou lhe perguntar algumas coisas com relação àquele procedimento, porque eu entendo importante nós identificarmos alguns fatos que aconteceram naquele episódio para que se possa elucidar o que aconteceu naquilo que a gente efetivamente está investigando.

Então eu quero deixar bem claro para o senhor que esta CPI não se trata dos cem leitos de UTI, mas efetivamente dos trâmites que aconteceram nesse processo de epidemia; como as coisas aconteceram dentro do processo de epidemia, porque é na Secretaria, no órgão que o senhor preside, né, ou comanda, a primeira compra que a gente tem notícia diante da pandemia; o senhor gerenciou a primeira compra.

Então a gente quer compreender aqui como essas compras se procederam, efetivamente. É por isso que o senhor está aqui. O senhor não é acusado, não é investigado, o senhor [está aqui] para colaborar com aquilo que a gente precisa compreender, certo?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR —Perfeito.

Página 144. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Como é que se procedeu o início daquela compra? A ordem para dar início à licitação da compra dos cem hospitais de... de UTI, ela veio do Governador, veio da Casa Civil? De onde veio a ordem, da Secretaria da Saúde, para dar início àquele procedimento da compra dos cem leitos de UTI?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Sim. Naquele momento, né, era final de março, início de abril, nós tínhamos informações que vinham, principalmente, através do, de um núcleo de inteligência que a Defesa Civil tem e com projeções de, de, futuras, claro que com, com pouca quantidade de dados, daí naquele momento se fazia mais projeções levando em consideração é... situações semelhantes, né, no mundo, no Brasil.

E... daí se chegou a um momento, né, que pelas projeções ali e a gente pegando e... pensando em trabalhar com gestão de risco, né, ver o que seria mais severo aqui no nosso Estado, é... tinha projeções de números de necessidades. Então... e se viu que naquele momento, se fosse colocar esses leitos dentro dos hospitais da rede normal, né, dentro dos hospitais existentes, que não teria condição, né, com a quantidade de números que seriam necessários. Então, né, se avaliou a questão de... de como gestão de risco a Defesa Civil fazer o contrato dos hospitais de campanha. Então... né, a ideia naquele momento eram... era fazer o registro de preço de dez hospitais de campanha. Mas daí a Secretaria de Estado da Saúde pediu que o primeiro hospital de campanha já fosse é... adquirido e contratado para se colocar em funcionamento, porque a quantidade de leitos naquela região específica da Foz do Rio Itajaí ela era menor do que o que seria possível.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O.k.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — O que seria... aquilo que existia e seria possível de colocar no hospital.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu entendi.

Eu queria que o senhor me ajudasse e dissesse o seguinte: de quem partiu a ordem para comprar os cem leitos de UTI?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — A... a ordem, não... Foi a...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Senhor Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só um minutinho.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — A Defesa Civil do Estado ela...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Senhor Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor Presidente, só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado, eu tenho uma preocupação. Nós estamos investigando a compra dos leitos dos hospitais de campanha ou dos respiradores? Eu tenho uma preocupação, as indagações que estão sendo feitas não estão sendo feitas em cima dos respiradores, mas, sim, em cima do hospital de campanha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — A CPI é sobre os respiradores. Eu deixo essa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Sopelsa, já foi previamente explicado aqui que isso seria uma forma de melhor explicar o

Página 145. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3217
Rubrica

mecanismo das compras e das aquisições que foram feitas. Acredito que o senhor estava fora e isso foi conversado aqui na reunião anteriormente mesmo e acordado aqui entre os Deputados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — (*Ininteligível.*) Continuo deixando minha dúvida sobre indagações do hospital e não dos respiradores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Deputado Moacir Sopelsa, apenas para o senhor entender, o cronograma de trabalhos que nós fizemos aqui para a CPI foi de se começar juntando a documentação, num primeiro passo possível, e ouvindo algumas pessoas que trabalham nesse... na pandemia, na equipe do governo, para entender como vinham sendo feitas as compras, as aquisições, para gente chegar até aos respiradores, e aí justamente poder medir essas compras como eram, como foram feitas, para a gente poder saber diferenciar uma coisa da outra, entendeu?

É só entender o processo de como é que vinha acontecendo, funcionando, para se chegar até os respiradores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Pela ordem, senhor Presidente.

Eu peço só para que esse questionamento prudente do Deputado Moacir Sopelsa conste em ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Ivan Naatz, vossa excelência continua com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, quem deu a ordem? Esse procedimento saiu de quem... foi criado um gabinete de crise do Covid, como é que foi?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — É... no nosso Estado existe o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil. Quando há um momento de crise é... é acionado, né, um grupo de ações coordenadas em apoio a uma agência líder, né? A gente chama de agência líder, né? Se for uma crise na agricultura, vai ser a Secretaria da Agricultura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Hum, hum.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — A gente tá agora também com uma crise de estiagem, né, então a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável estão... vão ficar como agência líder. Naquele momento ali, agora com relação à pandemia, é a Saúde.

Então o GRAC ele recebe solicitações da... da Saúde e também recebe informações de outros órgãos – o GRAC é composto por diversas estruturas de Estado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, eu entendi...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — E daí foi através do GRAC. A Saúde solicitou, através do GRAC, essa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Secretaria então... A resposta é que a Secretaria da Saúde é que deu a ordem.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR —Solicitou, solicitou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso.

Alguma outra Secretaria participou desse processo? A Secretaria de... ou outra, a Secretaria da Fazenda, do processo de licitação?

Página 146. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR —Não, do processo de licitação, não. A Fazenda participou do processo de abertura de crédito orçamentário, né, descentralização de crédito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Hum, hum.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Participou. A Secretaria de Administração participou também, porque a gente solicitou fazer reunião com diversos órgãos pra gente avaliar, né, o termo de referência... É...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Hum, hum.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Alguns órgãos, sim, participaram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Entendi. A Casa Civil também participou?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Não participou. A Casa Civil não participou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Casa Civil não participou daquele processo?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Não, desse processo licitatório, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ninguém da Casa Civil?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR —Ninguém da Casa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor confirma?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Confirmo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

É... com relação a... O senhor que instalou lá o comitê de crise, certo?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Dentro da Secretaria ou da Defesa Civil. Havia pessoas que circulavam dentro da Defesa Civil que não fossem servidores do Estado?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Ah, muitas pessoas, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O que essas pessoas faziam que não...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR —Olha, assim ó, o próprio GRAC é formado pela Fecam, Fecomércio, Facisc, Fiesc, todos os órgãos, né, que têm interesse e que possam auxiliar o Estado, participavam.

Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Hum, hum.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Diversos são os órgãos que participavam ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor é... Naquele período, naquele período da compra dos respiradores, as empresas se ofereciam para fazer a venda do produto? Como se procedeu dentro da Secretaria, como é que vocês procederam dentro da Secretaria para escolher as empresas que seriam escolhidas para participar do certame?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Foi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vocês escolheram com uma lista, alguém indicou, como é que foi?

Página 147. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3216
Rúbrica

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Foi criado uma, uma estrutura, que na verdade ela, ela servia pra receber as demandas das estruturas de Estado com relação a EPI, com relação a álcool, com relação a equipamento, né, pra auxiliar a saúde e também todos os demais órgãos de Estado, porque nessa pandemia diversos órgãos de Estado tinham que... precisavam de EPI, de álcool, ã... assistência social também, alimentação.

Então ali, nesse órgão, nós, nós centralizamos a questão, não é o órgão, né, foi criada uma equipe ali pra isso é... de receber as demandas das estruturas e de, e de buscar fo... doadores e também fornecedores. Então chegava a questão de fornecedores, né, doadores...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nesse caso específico...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — ...e somente através do *site* da Defesa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nesse caso específico dos leitos de UTI, como é que vocês escolheram a empresa?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Nós fizemos um chamamento público e colocamos o chamamento público...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Público?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — ...na praça. Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Porque durou muito pouco tempo, né, quarenta e... Por que durou tão pouco tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Ivan Naatz...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Pela...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por que foi...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Pela questão da urgência, né, da situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Ivan Naatz, eu sei que o senhor está construindo, né, a tese...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tudo bem. Deputado, só um minutinho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E se a gente pudesse direcionar diretamente à questão dos respiradores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim.

O senhor conhece o senhor Adriano... Leandro Adriano de Barros?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Se é o...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O advogado.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — ...o advogado, eu conheço. Conheci naquele, no, no, no momento ele era... era o representante de uma da... dos fornecedores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ele se apresentou como um dos representantes?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E ele...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Eu não o... Não o conhecia antes, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim. Ele se apresentou como um dos representantes?

Página 148. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Ã-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E ele... e... e a empresa que ele se apresentou como representante acabou sendo escolhida?...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Na verdade, né, foi feito um chamamento e a empresa dele foi a que teve menor preço no chamamento. Tiveram quatro empresas que ofertaram preço e a empresa dele foi o menor preço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Hum, hum.

Então o senhor Leandro Adriano de Barros participou desse processo?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Ele era representante de uma das empresas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ótimo.

É... eu não compreendi, naquela licitação, por que o Governador do Estado assinou o contrato firmado com a ma...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Na verdade é assim, ó. Depois que nós é... fizemos o... o objeto do contrato, nós fizemos reunião com diversas entidades, né? É... com a CGE, por exemplo, e a CGE ela fez diversos apontamentos, vinte e poucos apontamentos pra gente melhorar aquele processo de dispensa de licitação. E nós pegamos de cabo a rabo, né, pegamos todos aqueles, aqueles apontamentos e fomos fazer, e um deles era que tivesse um "de acordo" do Governador. Então a gente cumpriu... cumpriu isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, o "de acordo" do Governador é resultado de um acordo que o senhor tinha como o Tribunal de Contas ou uma recomendação?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Não, não. Uma recomendação da Controladoria-Geral do Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vocês seguiram lá algum procedimento da Procuradoria-Geral da União, que emitiu uma nota a respeito dessas licitações de emergência?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Assim, ó... Eu tenho... Eu tenho...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ou a própria Controladoria...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Eu tenho... eu tenho uma equipe lá, né, porque quando a gente faz um processo desse tem, né, uma estrutura que solicita, uma estrutura que avalia. Então passou por todos esses órgãos e eu imagino que toda a legislação vigente, né?... Passa, é... consultoria jurídica, tudo, eles avaliaram isso aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E, por último, a última pergunta que eu vou fazer a vossa excelência.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por que o governo desistiu daquela licitação?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Nós tivemos apontamentos do Tribunal de Contas do Estado... Até assim, o apontamento do Tribunal de Contas ele não disse pra, pra gente pegar e encerrar, e anular, né, mas ele apontou que... poderíamos ter lá, depois de contratado e... problemas com relação ao pagamento, porque a gente fez uma contratação por valor global e daí eles sugeriram unitário. Isso que foi que eu me lembro, que era o que mais pesou ali.

Página 149. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3219
Rubrica

Então... a gente poderia até fazer um termo aditivo e alterar isso aí, mas também nós, naquele, naquele momento, depois quando a gente fez o processo, eu me lembro que as projeções começaram a ficar melhores, né, os números começaram a ficar melhores. E naquele momento também a Saúde tinha lançado um processo para aquisição de leitos dentro de hospitais privados, né...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Hum, hum.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — ...leitos de UTI.

Então a gente viu que teria mais tempo pra gente fazer o processo, já que também tiveram mandados de segurança, tiveram uma série... dois mandados de segurança, né? O primeiro a gente mandou uma resposta através da PGE e... né, e foi favorável ao Estado. Daí tinha o segundo. Então...

E também os senhores tinham me chamado aqui na Assembleia Legislativa, eu comecei a ficar com dúvidas, né, nesse processo. E a gente decidiu então encerrar esse processo, anular o processo, e na época era de já pegar e constituir um processo novo já, como a gente tinha prazo, né, com... sem ser dispensa de licitação, através de uma licitação, a gente tinha tempo. Naquele... no momento que a gente fez a dispensa, a informação que a gente tinha é que tinha que ser muito célere, até chegar naquele outro momento tinha tempo, então a gente decidiu dessa forma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Só para constar também, nós já temos inscritos dois Deputados – o primeiro deles é o Deputado João Amin e o segundo é o Deputado Felipe Estevão.

Com a palavra o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Milton Hobus também, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Pode me inscrever também, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com a palavra o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor João Batista, bom dia.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor falou em dúvidas, né, que as dúvidas fizeram com que se voltasse atrás ou não se contratasse o hospital de campanha. Foram dúvidas ou foi uma decisão da Justiça? [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Não, não, não havia ainda decisão da Justiça, nem houve nenhuma decisão da Justiça de... de a gente anular o processo, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Ótimo. Era isso que eu...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — "Houveram" mandados de segurança que... que eram dois fornecedores brigando por preço. Então, foi isso que ocorreu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Ótimo. É bem aí que eu queria chegar.

Página 150. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Em uma das *lives* do Governador – e o senhor estava do lado –, o Governador falou que quem estava criticando o custo ou a construção do hospital de campanha é porque não entendia do assunto.

No seu entendimento, já que o senhor, para estar ocupando esse cargo tão importante, entende, hoje, era para construir ou não o hospital de campanha?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Naquele momento, com as informações que a gente tinha, nós todos, né, tínhamos certeza que... que... que havia necessidade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E o que mudou daquele momento para agora?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Mudou assim, ó. Quando... quando a gente pegou e viu os estudos, nós tínhamos três cenários: um cenário que era otimista, um cenário que era neutro e o cenário que era pessimista.

Naquele momento lá, a tendência das projeções é que... que o Estado ã... estaria entre o cenário neutro e o cenário pessimista. Então, então assim era uma... era uma situação mais urgente. E daí, com as medidas que foram adotadas de isolamento, de distanciamento social, é... se conseguiu que, que a curva do Estado ficasse num cenário otimista.

Então, assim, a gente conseguiu ter mais tempo pra... pra tomar as medidas, né, com... com... com mais tranquilidade. Naquele momento lá foi, foi bem acelerado o processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E por que não foi pensado o mesmo com esse cenário mais do que pessimista? Por que não foi pensando naquele momento, já que seria muito mais rápido e muito mais barato, usar as estruturas? Eu dou um exemplo aqui: o hospital de Lages, o próprio Hospital Marieta, que eu não tenho conhecimento se tem alguma estrutura para serem construídas UTIs ou não disponível.

A rede hospitalar de Santa Catarina é muito organizada e tem muito espaço físico. Por que desde aquele momento não foi pensado no hospital de Lages e em todas as estruturas semelhantes?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Foi pensado nisso, tanto é que o mais difícil nesse processo de se colocar leito de UTI... é dentro de hospitais, né? Se viu uma série de hospitais, a Secretaria da Saúde tá fazendo até hoje isso, né? E... e tem locais que têm que fazer obras, a própria aquisição de ventiladores até hoje tá numa dificuldade.

Então, se viu assim ó, vamos, vamos ter que ter duas frentes pra se trabalhar com a gestão de risco, pra gente pegar e acelerar o processo. Naquele momento lá tava, tava se fazendo força no, no, nesses dois vertentes aí, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Imediatamente ao cancelamento, o Governador anunciou que ia construir dez estruturas. Quantas já estão construídas hoje?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Ã... Não foi lançado ainda o processo licitatório, até porque os números...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, mas a pergunta foi quantas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado João Amin, a mesma orientação que eu fiz ao Relator, para a gente tentar conduzir o máximo possível o...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Não foi licitado ainda.

Página 151. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3220
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Nenhuma?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas, então, o número é zero.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Não foi licitado nenhuma de hospital de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O objeto de estudo ali, que é o contrato dos respiradores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas é o zero? Eu preciso de um número.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Nenhum, nenhum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Nenhum? Zero.

Bom, Presidente, o senhor... Qual é... Qual foi a sua...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A mesma orientação que eu fiz ao Deputado Ivan Naatz, de tentar convergir ao máximo possível para o assunto em questão, que é a compra dos respiradores. Eu orientei ele duas vezes e oriento o senhor também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas é que o Deputado Ivan Naatz, antes da reunião, falou pra gente não repetir assuntos que já estão veiculados, ele falou até da vaga de estacionamento, que é público e notório, da pessoa que não era servidora do Estado e estacionava na Defesa Civil, Deputado Lima.

Eu acho que fui interrompido em um momento muito importante de saber o número de estruturas hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A resposta foi dada? Quantas?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Não, nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Nenhuma. Zero, foi a resposta.

Mais alguma pergunta, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu teria algumas, mas eu não entendi o motivo da interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Senhor Presidente e senhores Deputados, eu quero cumprimentar o Coronel João Batista...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... e agradecer a presença.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Bom dia, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Coronel João Batista, as reuniões do GRAC eram feitas e todas as demandas necessárias para enfrentamento da pandemia eram trazidas para essa reunião. Correto?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Ã... até hoje, né, ainda existem...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — *(Ininteligível)* ...sejam...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Até hoje ainda existem...

Página 152. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...ventiladores.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Isso, isso... Até hoje existem as reuniões, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sim.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Elas são feitas duas vezes por dia e as demandas que não são resolvidas lá entre os órgãos do GRAC, é... são encaminhadas pra cima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Pra cima, pra quem?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Pro grupo gestor, ou pro grupo econômico, ou prum Secretário específico, né, depende da demanda.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Essas reuniões do GRAC eram feitas atas?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Todas elas são feitas atas ainda.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Por que o senhor não informou [sobre] essas atas, uma vez que na oitiva que nós fizemos com todos os Deputados e com vossa excelência, nós pedimos num documento onde mandasse plano de contingência para saber o que estava pensando e planejando o governo, e as atas dessas reuniões. Por que o senhor não enviou, não atendeu esse compromisso até hoje, que já faz mais de trinta dias?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Nós encaminhamos todas as informações solicitadas atinentes à Defesa Civil pra Casa Civil, porque ali tinham informações que eram atinentes à Secretaria da Fazenda, à Secretaria da Saúde, à Secretaria da Defesa Civil. Pelo menos essas que eu, que eu me lembro, não sei se tinha mais órgãos.

Então tudo que era atinente à Defesa Civil, plano de contingência, né, as informações que o senhor, o senhor solicitou, foram encaminhadas para a Casa Civil para ela chamar as informações dos outros órgãos, fazer uma compilação e encaminhar pra Alesc.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Só relatando ao senhor que não recebemos até hoje essas informações.

Continuando, Coronel João Batista.

Vocês tinham as relações de materiais, alguém pesquisava preço, isso era tudo na Defesa Civil ou era em outras Secretarias?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — É... com relação às doações, ficou de responsabilidade da Defesa Civil. Então a Defesa Civil captava as necessidades de todos os órgãos, por exemplo, máscara pra todos os órgãos de segurança pública. Todos os órgãos essenciais do Estado receberam máscaras que foram doadas, álcool, a saúde também, né? E como a gente conseguia fornecedores, a gente também repassava... Existe uma estrutura lá, um... um conjunto de pessoas que repassam essas informações do que é captado e de... e os, os fornecedores pra Secretaria de Estado da Saúde também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Coronel João Batista, o grupo de crise se reunia com que frequência com o Governador? E o que era passado para o Governador? Todas as informações que vocês decidiam eram de conhecimento do Governador?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Nos primeiros dias as reuniões elas... elas eram diárias. Agora a gente não tem mais essa periodicidade, até porque assim, muitas das coisas que precisavam de regulamentação do

Página 153. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3221
Rubrica

Coes, precisavam de discussão, é... já... já estão mais é... adiantadas, né, esse processo. Mas... a gente discutia toda a questão da pandemia, né, e... e o ponto de vista...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Com a presença do Governador?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — Com a presença do Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E ele sabia dos encaminhamentos, respiradores para comprar, hospitais para fazer, enfim, tudo isso era de conhecimento do Governador?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR — O que era discutido nas reuniões, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas, evidentemente que se...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Todos os assuntos os assuntos relacionados a, a pandemia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O Governador sabia. Coronel João Batista, o senhor soube que a Fiesc, que participava do GRAC também, junto com empresas catarinenses se ofereceram para trazer os respiradores para o Brasil somente com o custo de importação? Sem auferir qualquer lucro fazendo uma ajuda para o Estado?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Eu fiquei, eu fiquei sabendo disso através da imprensa, que a, que a Fiesc queria fazer isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas isso nunca foi discutido nas reuniões que a Fiesc participou no GRAC se colocando à disposição?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Isso nunca aconteceu de, de a Fiesc ofertar, pelo menos que eu saiba, doações. Eu vi numa matéria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor não assinou documento nenhum junto com o Governador garantindo que a empresa Intelbras pudesse trazer ventiladores para Secretaria da Saúde ou para o governo do Estado?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor não assinou?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor também não tem conhecimento disso?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhores, primeiro eu só vou aqui, até estava vendo o nosso colega Sopelsa na questão de se ater à compra dos respiradores, mas eu quero aqui evidenciar que é pertinente sim, entendermos esse mecanismo, afinal, dá a entender que esses mecanismos eram os mesmos. E aqui eu vou formular minha primeira pergunta ao Coronel, é importante, Sopelsa, entendermos qual era a sistemática, o mecanismo.

Porque o material que nós temos – e com o decorrer da CPI nós vamos debatendo – foi usada a mesma sistemática, o mesmo mecanismo, como bem disse aqui o João Amin, há relatos de que o próprio Leandro tinha vaga, mesmo não sendo funcionário do governo, tinha vaga lá. A relação, então, é isso que queremos entender.

Página 154. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Nós agradecemos a presteza e disponibilidade de estar hoje disponibilizando essas informações, mas algumas perguntas nós queríamos formular aqui para esclarecer essa névoa de informações que às vezes não chegam, como bem questionou o Deputado Milton.

O nosso depoente, por exemplo, diz que o advogado Leandro era representante de uma empresa. Qual era essa empresa?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Era a Mahatma Gandhi... alguma coisa. Mahatma Gandhi, eu não sei o nome completo, mas era essa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Importante. O mecanismo, esse mecanismo a sistemática do hospital Mahatma Gandhi... porque querendo ou não, pela documentação que nós estamos acessando tem uma ligação direta. Foi usado a mesma sistemática, os mesmos critérios para a compra dos respiradores?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Ah! Eu não sei dizer, porque dos respiradores eu não participei de nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Entendi. Qual era a sua participação nessas contratações? Até onde foi a influência da Casa Civil, a sua participação foi até que ponto?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Com relação, ã... aos ventiladores eu não sei porque eu não participei de nada, não, não conheço o processo, não, não participei. E com relação a... aos hospitais de campanha, a contratação, não houve nenhuma participação da, da Casa Civil nesse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas, então, essa responsabilidade da compra, daquele contrato foi exclusivamente sua.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Foi exclusivamente da Defesa Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Da sua equipe.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Foi uma solicitação da, da Saúde, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas, eu quero entender. Alguns estudos mostram, por exemplo, o hospital de campanha do governo federal com custos muito mais abaixo.

Qual foi o critério usado para aquele... Uma compra fora da órbita, eu estou tentando entender até hoje, porque quase R$ 80 milhões no hospital de campanha.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – É porque assim ó, se fez comparação na... naquele momento de coisas diferentes, né? Se comparava, por exemplo, um hospital de Goiás em que não tinha os equipamentos, não tinha os insumos, não tinha o pessoal, né, para trabalhar 24 horas por dia, seis meses de, de coisa.

Então, assim, se a gente for avaliar custos, eu imagino que se nós tivéssemos prosseguido com aquele, com aquele processo, nosso hospital seria o mais barato em relação a custo do Brasil, em relação ao custo da, de UTI, ã... vaga de UTI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Qual foi o critério para esse hospital ir para Itajaí?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Ah,Isso aí a Saúde é que, que define. A Saúde definiu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Coronel Helton?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Qual é a sua relação como Prefeito de Itajaí?

Página 155. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3222
Rubrica

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Eu não tenho relação com o Prefeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Entendi. Eu me considero satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra Deputado Fabiano da Luz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Secretário, bom dia.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Bom-dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Só para esclarecimento de todos nós, o senhor afirma que, ou confirma que existiam nesse quadro do comitê de crise universitários ou cientistas ou alguma universidade, algum técnico, algum cientista da área acompanhava esse grupo até para dar orientações, para apresentar estudos que pudessem embasar as decisões de compra, sendo de hospital, de respiradores, do que fosse, ou eram apenas pessoas do governo?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – O Grupo Gestor de crise ele é composto pelos integrantes do governo. Ã, existiu estudos, existe estudos ainda, né, depois eles foram aprofundados, foram melhorados, as metodologias, se agregou ã... calculadora epidemiológica, uma série de, de coisas. Mas essas pessoas elas não trabalham dentro do Grupo Gestor, eles produzem trabalhos que embasam as decisões, enfim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Mas, o governo busca esses cientistas, as universidades, alguém para se basear para tomar decisões?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Busca, busca.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – São universidades catarinenses?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – São universidades catarinenses, universidade de fora de Santa Catarina e do exterior também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Que apresentam estudos para o governo?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Que apresentam estudos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Sobre Santa Catarina?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Sobre Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Coronel, desde que houve o início de todo esse processo, até o momento em que foi realmente abortada a missão da construção ali do hospital, o senhor conseguiu observar nesse grupo de pessoas que o senhor falou que havia, foi criado um pequeno grupo para gerir a compra em si mesmo, né?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não, esse grupo é pra, pra questão das doações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ah! Das doações.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mesmo dentro do grupo das doações, ou do grupo da compra, o senhor conseguiu constatar ali, em algum momento o senhor observou algum fato que lhe pareceu ilícito e, se o senhor observou, o senhor comunicou isso a alguém?

Página 156. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não, não vi nenhum fato ilícito e, e a gente tentou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ou irregular.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – É, não irregular. Tanto, tanto é que a gente tentou com a maior lisura, a gente conversou antecipado com os órgãos de controle. Nós, nós tomamos todos os procedimentos pra, pra que isso não houvesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E, eventualmente, se o senhor tivesse observado algum, a quem o senhor se reportaria?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Assim, ó, eu sou, eu sou o responsável pela Defesa Civil do Estado, então, existe a autotutela do, do Estado, da administração pública. Até por isso que a gente reviu os atos tudo né? A responsabilidade é minha com relação a Defesa Civil do Estado e se eu tivesse visto algum ato irregular teria tomado as medidas cabíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Seria isso, muito obrigado.

Última pergunta, Deputado João.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – É, eu tinha uma pergunta para fazer quando fui interrompido.

O senhor é coronel, então tem uma larga experiência e esse é o motivo da minha pergunta. O senhor acabou de falar que se visse algo errado detectaria e tomaria as medidas cabíveis necessárias.

O senhor não viu, nem sentiu, nem ficou desconfiado de nenhuma atuação por parte do senhor Douglas Borba, ou por parte do senhor Helton, ou por parte do senhor Tasca, ou por parte do senhor Luiz Felipe em alguma irregularidade?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não, não. Muito pelo contrário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Contrário?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Muito pelo contrário. Eu não, não vi ã... ação irregular desses profissionais, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Nenhuma?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Nenhuma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Nenhuma insistência, nem nada?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não havendo mais quem queira se manifestar através de questionamentos, Coronel, essa Comissão agradece a presença do senhor aqui.

Eu gostaria de pedir à assessoria que conduzisse o Coronel e trouxesse o próximo a depor, que seria a senhora Karen Sabrina Bayestorff.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Muito obrigado pela oportunidade, até logo pros senhores.

(*O senhor Coronel BM João Batista Cordeiro Junior deixa o recinto.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Presidente, pela ordem. Só o requerimento que eu havia feito verbalmente, anteriormente para o senhor, já foi protocolado na Comissão.

Eu faço um outro questionamento: seria possível o senhor Matheus nesse momento em vez da senhora Karen?

Página 157. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3223
Rubrica

(*Manifestações entre os Deputados fora do microfone.*)

(*Pausa.*)

(*O senhor Matheus Hoffmann adentra o recinto e se dirige ao local indicado pela assessoria.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Bom dia, senhor Matheus.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Bom-dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Seja bem-vindo a nossa Comissão.

Eu gostaria de perguntar ao senhor se o senhor tem ideia do porquê que foi convidado para essa reunião nossa.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não, Deputado. De fato, eu não tenho, não sei porque estou aqui, ã... imagino porque eu seja Secretário Adjunto da Casa Civil, ã... E o Secretário, o ex-Secretário Douglas Borba teve o nome mencionado aí nas investigações. Acredito que foi por isso, mas gostaria já de, de antemão, se o senhor me permitir, fazer algumas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, já que o senhor respondeu que não, que não sabia, e para auxiliar e esclarecer, somente auxiliar e esclarecer: fatos relacionados à dispensa de licitação nº 754/2020 pela Secretaria do Estado da Saúde, que resultou na contratação da Veigamed e da compra e aquisição dos duzentos respiradores pulmonares no valor de R$ 33 milhões. Esse é o fato que pelo qual essa Comissão achou interessante ouvir o senhor aqui.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu já vou passar a palavra para o senhor.

É necessário que o senhor tenha entendimento que durante todo esse período o senhor vai estar compromissado com a verdade.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E também é necessário perguntar ao senhor se veio acompanhado de advogado.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não. Não tem necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E também é necessário que eu informe ao senhor que se caso quiser usar o benefício de permanecer calado, é necessário que quando for feita a pergunta, o senhor seja explícito em dizer que prefere permanecer calado, porque o silêncio não passa nenhum indicativo de resposta.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Com certeza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Uma questão de ordem, senhor Presidente.

Se o Secretário Adjunto diz que não sabe o motivo de ele estar aqui, mas como que ele chegou aqui hoje? Como é que ele soube dessa reunião que está acontecendo?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu fui intimado na condição de testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Através da intimação, né?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Na condição de testemunha eu fui intimado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Relator da CPI, Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom dia.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Bom dia.

Página 158. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor continua como Secretário Adjunto da Casa Civil?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu... o meu pedido de exoneração eu já encaminhei, ainda não foi publicado. Eu ainda estou. Muito possivelmente deve ser publicado entre hoje e amanhã. Até porque a gente... a pedido do Secretário, do novo Secretário,Amandio, ele me pediu que fizesse algumas transições de algumas situações lá, mas ã... acredito que até amanhã isso já, isso já esteja resolvido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor, claro, é Secretário Adjunto da Casa Civil, obviamente participou desse processo da crise e acompanhou tudo isso aí, né?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não acompanhou?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não, não. Ã... Eu queria deixar bem claro que eu não fiz parte do Coes, eu não... primeiro que não é atribuição do Secretário Adjunto da Casa Civil, então não fiz parte do Coes. Estive na Defesa Civil apenas uma vez,pra pegar, colher uma assinatura do Secretário Douglas Borba de um processo inerente à Casa Civil.

Ã... não conheço nenhum servidor da Secretaria da Saúde, nunca tive nenhum contato com nenhum servidor e muito especificamente com essa Superintendência, que é a de compras, licitações, enfim, essa que tá envolvida nessa questão da... da compra ã...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou perguntar para o senhor e o senhor vai ter a oportunidade.

Então, o senhor é Secretário Adjunto da Casa Civil e não participou de nenhuma forma nesses procedimentos da crise do Covid, compra...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não, com certeza não. Não é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não participou de reunião...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nada?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor disse que foi lá na Defesa Civil levar um documento para o Secretário Douglas Borba.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Secretário Douglas Borba estava lá na Casa Civil?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Nesse dia que eu, que eu tive lá sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Lembra quando era isso?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não lembro, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não lembra o que ele foi fazer lá?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – O que que o Douglas foi fazer lá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – O Douglas, de fato, ele participa do Coes. Ele era membro integrante do Coes. Por isso que ele tava lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o ex-Secretário Douglas Borba durante o processo de crise deu expediente na Defesa Civil?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não. Eu não posso precisar pro senhor qual foi o expediente que ele deu porque eu não sei. Até porque...

Página 159. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3224
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu perguntei se o senhor foi lá e ele estava lá.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Se o senhor puder deixar eu concluir. Ã... A hora que eu fui eu tava lá porque eu precisava colher uma assinatura dele, perguntei aonde é que ele tava e ele tava lá e fui até o Coes, fui até a Defesa Civil. Agora, o que que ele tava fazendo lá, qual era, qual era a... as atribuições dele dentro do Coes, eu não posso precisar, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu não perguntei isso. Eu perguntei é se constantemente o Secretário Douglas Borba se encontrava na Defesa Civil.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu não posso precisar isso. O dia que eu precisei uma assinatura dele, eu liguei e ele estava lá. Agora, qual que era a rotina dele... Isso é uma, uma coisa que eu queria deixar bem clara, assim, o Secretário da Casa Civil – assim como qualquer outro Secretário de Estado – ele tem as suas atribuições de Secretário, aquelas que estão estabelecidas em lei. O Secretário Adjunto tem outras, e assim como qualquer outro cargo comissionado dentro da Casa Civil ou de qualquer outra Secretaria tem as suas atribuições.

E a gente não pode confundir essas situações, né? E não é porque a, a, algum Secretário eventualmente participou de uma certa reunião, que os outros membros da, da Secretaria também vão tá.....

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu não estou falando de uma reunião, estou falando de dois meses. Estou falando de um período de dois meses, da crise do Covid e o senhor, Secretário Adjunto...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu não participei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem, o senhor não participou. Qual é... O senhor já teve outros cargos no Governo? Outros cargos?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não. No governo do Estado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Do Estado.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor assumiu o posto de Secretário Adjunto indicado por quem?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – A convite do Secretário Douglas Borba...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Douglas Borba.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Que foi uma, que foi um... uma inclusive uma prerrogativa de todo o... que o Governador Moisés, e que já era uma linha de campanha dele, ele... deu a prerrogativa a todos os Secretários do Estado que escolhessem não só o seu Adjunto, como toda a equipe que, que na Casa Civil... na Casa Civil e nas Secretarias...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem, então eu concluo o seguinte: Primeiro, o senhor não participou de nada.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o senhor foi indicado pelo Secretário Douglas Borba.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

E o senhor foi lá na Defesa Civil levar documentos para o Douglas Borba assinar.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Uma vez, nesses dois meses que o senhor tá relatando que, que eu também não sei precisar se é esse o tempo que o Coes teve reunido, em uma oportunidade eu tive lá na Defesa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Página 160. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O senhor conhece o Douglas Borba de onde?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Ah, é como o, o senhor sabe, ã... eu sou oriundo do Município de Biguaçu, o que hoje tá parecendo ser um crime, né, todo mundo de Biguaçu hoje me parece tá lastreado num, num crime por ser de Biguaçu. Mas, eu sou de Biguaçu, conheço o Douglas Borba desde o... do, da faculdade na verdade a gente se conheceu. A gente já advogou junto, depois disso ã, ele se elegeu Vereador, eu fui Secretário lá no Município de Biguaçu, mas efetivamente no processo administrativo, ã... profissionalmente em serviço público é a primeira vez que a gente trabalha junto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor foi Secretário de Biguaçu.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Fui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi Secretário de Biguaçu. Da Saúde?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – De qual pasta?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Fui Secretário de Desenvolvimento Econômico e de Planejamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim. Naquela época o senhor tinha relação com o Secretário Douglas Borba, porque ele era Vereador do Município, certamente vocês se conheciam.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O senhor conhece o senhor Leandro Adriano de Barros?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual é a relação que o senhor tem com ele?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – De conhecimento, apenas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nunca trabalhou com ele?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – O Leandro foi Secretário de Saúde num período em que eu fui Secretário de Desenvolvimento Econômico no Município de Biguaçu. Mas, nunca tive relação próxima com o Leandro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor disse que não teve relação próxima com o Leandro, foi Secretário junto com ele...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber o seguinte: qual é a relação que tem o senhor Leandro com o Douglas Borba?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu não posso precisar, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor foi Secretário de Saúde...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não. Eu fui Secretário de Desenvolvimento Econômico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim. O senhor foi Secretário do Desenvolvimento Econômico junto com o Leandro, que era Secretário da Saúde, junto com o Douglas Borba que era Vereador dentro Biguaçu, e o senhor não sabe qual era a relação?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu, eu, eu, o senhor sabe todas as amizades que o Deputado Lima tem por ele ser Deputado no mesmo período que o senhor?

Página 161. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls 3225
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu perguntei para o senhor. Eu não estou respondendo pergunta, quem está respondendo pergunta aqui é o senhor.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Tá bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor não sabe.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não! Eu já respondi pro senhor que eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor participa de Conselho Fiscal do Estado?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Participo

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Casan e Ciasc.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor também está se desligando desses Conselhos?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Provavelmente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Como provavelmente?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu não tive ainda uma conversa com os presidentes desses, desses, desses órgãos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor pretende deixar o governo do Estado e continuar como conselheiro?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu não... Eutô dizendo pro senhor, ainda que eu não tenho decisão formada sobre isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem indicou o senhor para esses cargos nos Conselhos?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Quem indica é o Governador em todos os Conselhos, é um ofício assinado pelo Governador, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor ocupava dois postos: o de Secretário Adjunto, Conselho da Casan e Conselho da Celesc.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não. Ciasc, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso, desculpa. É porque está escrito errado. Então o senhor participou de dois Conselhos.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Isso. Assim como vários outros Secretários do Estado também participam, né, Deputado? E não é de agora, isso se a gente pegar todos os outros Secretários de Estado, a gente vê que todo Secretário de Estado participou de um, de um Conselho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor é Secretário Adjunto...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Participava de dois Conselhos. O senhor recebia remuneração desses três?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Recebi, recebo, aliás.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem. E para ser Conselheiro...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Agora, eu só queria, só queria esclarecer que assim, eu ser con... eu ser... estar ocupando um determinado cargo no Conselho Fiscal, eu acho que não é objeto aqui da investigação dos respiradores, né?

Página 162. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Matheus Hoffmann, o objeto daquilo que está sendo investigado pela CPI ele está condensado nas perguntas da Relatoria e dos demais Deputados ali.

Ao término, o senhor vai poder ter as considerações finais do senhor e passar o parecer do senhor à vontade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor conhece a senhora Mariana Rabelo Petry?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Conheço, ela mora lá em Biguaçu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ela tem posto no governo?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Que eu saiba, não, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não tem? O que ela faz?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu sei que ela é advogada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Junto com quem?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Pela televisão, a gente sabe aí que ela trabalha com o Leandro, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Com o Leandro?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o Anisio Petry Filho, Popó?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Irmão dela, é uma pessoa que eu conheço, é meu amigo, joga bola comigo toda, todo, todo sábado inclusive lá no BAC.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Douglas Borba joga bola junto com você?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Joga também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem. Os senhores fazem parte do mesmo partido político, o senhor e o Douglas Borba?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Isso é notório, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – É notório né, se tá no, tá no *site* do TRE a gente faz parte do, do PSL, o partido do Governador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Faz parte do partido do Governador junto com o Douglas Borba?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, o senhor me disse o seguinte: que não participou de nada na licitação, não acompanhou nada.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Reafirmo, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor disse que joga bola com o Douglas Borba.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor disse que joga bola com o Leandro, que é sócio do Douglas Borba.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não, com o Leandro, não Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, mas com as pessoas que ali estão, o Popó. Joga bola com o Popó? Muito bem.

O senhor alguma vez conversou com Douglas Borba ou com o Secretário sobre essa crise que estava sendo instalada no governo, alegações de corrupção, o que saiu na imprensa. O senhor saiu na imprensa como amigo íntimo dos três, um círculo que tinha de amizades...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu sou amigo íntimo...

Página 163. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3226
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só um minutinho que eu vou concluir.

O senhor além de ser Secretário Adjunto, ganhou dois cargos de conselheiro, o que me parece que até não tem muita legalidade, o senhor foi presenteado com um monte de coisas no governo e o senhor não acompanhou nada? Nunca conversou com eles sobre esses escândalos: olha... o meu nome está aqui no jornal, minha fotografia está aqui na rede social, o senhor nunca falou nada sobre isso?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Olha, Deputado, primeiro eu queria esclarecer que não fui presenteado com nada. Em todos os cargos que eu assumi eu desempenhei uma bela função, ã... trabalhei bastante pra que tivesse êxito nessas funções, então, não foi presente nenhum, tá? Eu fiz por merecer e desempenhei as funções que, que estavam inseridas, ã...inseridas nas minhas atribuições.

Com relação ao Douglas, eu realmente conversei com ele, ã, perguntei dessa história toda e a, e a informação que ele me, que ele me, me, me... passou foram as mesmas que ele já prestou aí na, na televisão de que não tinha conhecimento, não tinha envolvimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não tem conhecimento de nada?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Foi a informação que ele me... que ele me passou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A gente tem conhecimento que o Leandro, o Popó e a Maria... Mariana Ribeiro Petry, eles circulavam dentro da Secretaria de Defesa Civil, dentro da Casa Civil, circulavam dentro da Secretaria da Saúde, circulavam na Defesa Civil...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Deputado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só um minutinho que eu quero concluir. Essas pessoas circulavam dentro destes departamentos.

O senhor via eles lá?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu posso falar sobre a Casa Civil, né, que é onde eu exerci a minha profissão. Nunca vi nenhum deles lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Nenhum. Agora, agora em outros setores eu não posso falar porque, primeiro, na Secretaria de Saúde eu nunca fui, nem sei aonde é que fica. Nem sei aonde é que fica. Na Defesa Civil eu fui nesse momento, onde estava acontecendo a pandemia e está instalado o Coes, eu fui apenas uma vez, pra tratar de assunto totalmente diverso do, do investigado aqui nessa Comissão processante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que me intriga, de verdade, é que se eu visse meu nome estampado em redes sociais, em jornais com vínculo de informação, com pessoas que estavam sendo acusadas de corrupção, obviamente, eu ia sentar com essa pessoa ia dizer o que está acontecendo? Por que o meu nome está envolvido nisso? Eu não quero meu nome estampado em jornais! Essa é a que se espera de um homem mediano. O senhor fez isso?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu já relatei pro senhor que eu conversei com Douglas Borba sobre essa situação, perguntei pra ele: porra cara, o que que é isso? Ele disse: cara não tem nada, é a mesma informação que eu já disse na, na televisão,que eu não tenho envolvimento nenhum.

Com relação, com relação, com relação à minha... à minha conduta, Deputado, eu reitero aqui que não tenho nenhuma participação nisso. Nunca conversei com ninguém da Secretaria de Saúde, não conheço essas pessoas. Ã... é bom reafirmar, inclusive, que já foi

Página 164. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

feito, que o... que o sigilo dos autos aí de todas as investigações já foram levantados e o meu nome em nenhuma oportunidade é mencionado. Ã... recebi com bastante estranheza a intimação pra tá aqui hoje, e esse é um dos motivos aí que meu nome tem circulado aí nas redes sociais. Se eu puder concluir, Deputado...

SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz, o senhor concluiu?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu posso concluir ou não Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, depois o senhor vai ter oportunidade.Eu só quero esclarecer para o senhor...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – É que eu tô respondendo a pergunta que o senhor fez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não está aqui na situação de acusado.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Sim, eu sei disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor está aqui na condição de testemunha.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por isso que não tem nesses documentos aqui, que tem aqui, o que acontece a gente também sabe, então,que o senhor não é acusado de nada. O senhor está aqui na condição de testemunha. Nós queremos saber como as coisas aconteceram, o senhor disse que não sabe nada, não viu nada.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu não participei, né, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não viu nada?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu não participei!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é Secretário Adjunto e não viu nada, não ouviu nada, não viu ninguém?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – É que eu não faço parte do Coes e não era atribuição minha naquele momento tá participando dessas reuniões. Como que eu vou relatar pro senhor uma situação que eu não presenciei?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, então me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o eminente Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom dia, senhor Matheus.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu peço só que, diferente do que aconteceu com o Deputado Ivan, que o senhor responda as perguntas sem nenhuma informação extra, que não há necessidade.

Voltando um pouquinho, como Secretário adjunto, o senhor afirmou, e o senhor não tem obrigação nenhuma de responder, pode permanecer calado, se não houver a informação ou se não quiser dar, esse é o seu direito, oAviso de Miranda dá essa prerrogativa ao senhor. O senhor falou aqui – tá na ata – que não conhece e não teve nenhum contato com nenhum funcionário da Saúde, no governo todo, em um ano e seis meses, cinco meses, um ano e sete meses, porque é desde a transição.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu, eu com... na minha, nas minhas atribuições eu tive contato com o Secretário Helton, mas servidores da Secretaria da Saúde não é minha... eu não tenho contato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Perfeito.

Página 165. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3227
Rubrica

O seu relacionamento com o Secretário Douglas, hoje, inclusive... é do mesmo partido, mas o senhor já desempenhou uma função em outro partido para o Deputado... para o Secretário Douglas. [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Como assim?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor trabalhou para o PS... para algum outro partido, a pedido do Secretário Douglas?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu já fui do PP, partido que o... que o senhor faz parte, já fui do PSDB...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – ...e hoje estou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Está respondido.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – E hoje estou no PSL.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor teve conhecimento, dentro do governo, qualquer órgão que o senhor tenha passado, de gabinete de *fake news*?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não tenho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - De produção de *fake news*?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hm, tive pela imprensa, que parece que saiu alguma coisa na imprensa aí, que, que num grupo dos assessores, e tal, mas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O nome do Deputado Ivan foi mencionado nesse?...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu não... pelo, pelo, pelo que eu vi foi na imprensa, é essa a informação que eu tenho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E na informação na imprensa, estava o nome do Deputado Ivan?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu não sei precisar se tinha algum... em algum Deputado envolvido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O meu nome estava?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não lembro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não.

É... esse seu relacionamento com o Secretário Douglas, ele... essa sua conversa com o Secretário Douglas, ela foi... ela continua acontecendo?... Continua acontecendo?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Não, faz alguns dias que eu não converso com o Douglas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – É desde o...

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Desde domingo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Desde que ele foi sábado para a polícia, o senhor conversou com ele?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Conversei com ele no domingo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – No domingo.

O que ele falou para o senhor? Algo que pode acrescentar aqui para a CPI?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Não, foi o que eu já relatei antes, que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - O senhor nunca desconfiou de nada?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Quando saiu na imprensa o senhor ficou estarrecido, que nem nós?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Exatamente.

Página 166. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Desde a dispensa de licitação para a contratação de empresas de publicidade no período da pandemia, desde a iluminação da Ponte Hercílio Luz, a compra de máscaras superfaturadas, é... a contratação e o cancelamento do hospital de campanha e os respiradores. O senhor acompanhou tudo pela imprensa?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Tudo pela imprensa, Deputado.

O que eu posso falar pro, pro Deputado, e se eu puder responder, porque está dentre as minhas atribuições, que são os processos administrativos dentro da Casa Civil. Sobre esses processos eu posso responder com bastante tranquilidade, porque não tenho dúvida que lá os processos são feitos da forma mais zelosas possíveis.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Obrigado, Matheus. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Fabiano da Luz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Matheus, bom dia.

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Bom dia, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Eu só fiquei assim um pouco curioso. O senhor trabalha como Secretário Adjunto da Casa Civil...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – ...que praticamente faz a gestão de todo o governo, e o senhor alegou aqui que não sabe nem onde fica a Secretaria da Saúde?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu, eu nunca tive na Secretaria da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Cobalchini.

(*O senhor Deputado Valdir Cobalchini gesticulou que não falaria no momento.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu só queria concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente, eu gostaria de fazer algumas perguntas.

Senhor Matheus, o senhor está aqui numa situação no mínimo nebulosa, embaraçosa, e a gente quer entender, porque a julgar aqui, olhando, ou parece tremenda incompetência ou corrupção.

Primeira pergunta: o senhor sabe as penalidades aqui se o senhor estiver mentindo?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Sei, eu sou advogado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor está ciente. Muito bem.

O senhor participou de alguma reunião onde mencionaram a compra dos respiradores?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Nenhuma, Deputado. Reitero...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não tem...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Nenhuma reunião.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...conhecimento algum.

O Leandro, ele tinha ou ele não tinha uma vaga no estacionamento da Defesa Civil?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hm, eu não tenho essa informação, Deputado.

Página 167. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3228
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O Leandro tinha sido funcionário da Secretaria da Saúde. O senhor tinha conhecimento, sabia disso?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Soube pela imprensa, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Hum, hum.

Veigamed, qual é o seu conhecimento dessa empresa?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Nenhum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Uma pergunta que me causou aqui grande estranheza: você sendo Secretário Adjunto, ou seja, é normal que a Casa Civil transite em todas as Secretarias, o senhor nunca foi na Secretaria de Saúde?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – É normal que o Secretário da Casa Civil, que tem algumas atribuições, exerça as suas atribuições, e o Secretário Adjunto, que tem outras atribuições – mas, se, se os Deputados puderem depois inclusive confirmar, tá lá na, na lei, na lei do servidor público, e tá descrita quais são as atribuições –, as atribuições do Secretário Adjunto é a parte administrativa da Secretaria, não só da Casa Civil, todas as outras Secretarias de Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Bom, somos do mesmo partido, eu mesmo interagi com vocês... com você em muitas ocasiões...

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...e sabia da legalidade, do poder que você exercia, deliberava contratos.

Por exemplo, um contrato nebuloso, não vou me ater a isso, mas aqueles R$ 2,5 milhões de publicidade, estranhíssimo, mas não é o caso, não vamos a fundo, mas mesmo... eu o conheci e fui testemunha da sua participação, você não teve contato nenhum com o Secretário Helton?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Não, o meu contato... eu tive contato com o Secretário Helton em outras oportunidades, não no momento da pandemia, não em nenhum momento da pandemia, mas pra tratar de situações administrativas da Casa Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Você tem informação se o Secretário Douglas, na condição de Chefe da Casa Civil, participou ou do hospital ou da compra dos respiradores?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu não tenho essa informação, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Eu me considero aqui por satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Sem perguntas, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Sopelsa. Vossa excelência está com o microfone desligado. Pode falar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Sem perguntas, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu queria só concluir.

O senhor foi sócio do escritório de advocacia do Douglas Borba?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Fui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quanto tempo?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hum... Já faz algum tempo que eu não faço parte da sociedade, mas fui sócio aí por um... acredito que alguns anos, uns cinco anos.

Página 168. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Cinco anos?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor, então por ter sido sócio do Secretário Douglas Borba, sabe como é a vida dele, sabe onde ele mora, o que ele tem, os patrimônios dele.

O senhor sabe se o Secretário Douglas Borba tem casa na praia, por exemplo?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Ele tem uma casa na praia, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Uma casa na praia?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tem um apartamento também em Biguaçu ou em outros lugares? O senhor sabe?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Apartamento eu desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Ele mora onde em Biguaçu?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Ele mora nessa... ele tá morando nessa casa na praia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem.

Então, antes de concluir, eu queria pedir um favor ao senhor: o senhor deixe o Conselho da Casan, deixe também o Conselho da Celesc.

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Eu não estou no Conselho da...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque a gente precisa de gente que tenha memória aqui...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu não tô no Conselho da Celesc.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...para ser conselheiro do Ciasc ou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz, concluiu?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só vou fazer esse pedido para o senhor, como Deputado, para o senhor deixar também... Porque o senhor tem um problema sério de não ver nada, e lá no Conselho a gente precisa de gente que veja as coisas, tá bom? Mas é só um pedido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhor Matheus, em questão de uns 52 dias, se não me falha a memória, foi decretado Estado de calamidade pública no Estado de Santa Catarina.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Se não me falha a memória ou a conta mesmo, né?

Quais são as atribuições da função do senhor dentro da Secretaria?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – A minhas atribui... as minhas atribuições dentro da Secretaria é... a parte administrativa da Secretaria, pessoal, financeira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Por exemplo?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Oi?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Por exemplo?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Todos os contratos, todos é... gestão de todos os contratos da Secretaria da Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Gestão de todos os contratos da...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Exatamente.

Página 169. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3229
Rubrica

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - ...Secretaria da Casa Civil.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Por que eu comecei falando dos 52 dias, aproximadamente...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...que estamos na batuta de um decreto?

Foram feitas várias perguntas para o senhor, por todos os Deputados, né?...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...e a maioria delas negativava na informação de saber, conhecer, ter ido, ter frequentado, ter se envolvido, ter estado ou ter ficado na companhia de alguém.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Todas as perguntas negativadas, ou seja, nesses últimos 52 dias, não vou nem perguntar do último um ano e meio, mas nesses últimos 51 dias, o senhor pode exemplificar alguma coisa que foi feita pelo senhor dentro da Secretaria? Por exemplo, um contrato.

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Vários contratos foram renovados. O contrato, por exemplo, que foi citado aqui pelo Deputado João Amin, da... da dispensa de licitação, dos R$ 2,5 milhões da... da publicidade, foi um contrato gestado pela Casa Civil e, portanto, é, é atribuição do Secretário Adjunto, é... é... processo de licitação esse, inclusive, que foi já auditado pelos órgãos, inclusive está nesta Casa, nesta Casa Legislativa, foi auditado pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e ninguém apresentou algum questionamento com relação a ele. Por que, Deputado? Porque ele é um processo totalmente diferente desse processo que foi apresentado na Secretaria de Saúde, seguindo ritos estabelecidos no Direito Administrativo, e que a gente tem convicção que o processo está totalmente correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - E das atribuições no Ciasc e... qual o outro órgão, Casan?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Casan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor ocupava a função de conselheiro?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - É... Conselho Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Isso.

O senhor poderia explicar para mim o que, nesses últimos 52 dias, de atuação direta do senhor dentro desses dois órgãos, como conselheiro, no que o senhor colaborou lá?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Esse, esses, esses Conselhos, assim como todos os outros conselhos de empresas públicas aqui no Estado, eles acontecem periodicamente, reuniões, né? Quando são, quando os Conselhos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quinzenalmente, mensalmente?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – É... geralmente mensalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Uma vez por mês.

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Isso, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E ali os conselheiros deliberam acerca de...

Página 170. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Deliberam, recebem, recebem as informações da empresa da... da... da consultoria, da auditoria, que... que todas essas empresas são obrigadas a ter, e aí deliberam sobre, sobre as contas dessa, dessa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então, se a gente fizer uma conta matemática dentro desses últimos dois meses, deveria ter havido pelo menos duas reuniões?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nas duas últimas reuniões... houve essas duas últimas reuniões?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Na Casan... eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, com a participação efetiva do senhor.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – No Ciasc houve uma reunião remota, houve uma reunião remota, e eu participei, e na Casan não houve, não houve reunião nesse período.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E todas as duas funções ali remuneradas?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Remuneradas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Matheus, você tinha muito relacionamento com o Douglas. Como era o relacionamento do Douglas com o Governador? Eles eram apenas profissionais desde a gestão da campanha ou viraram amigos...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Um relacionamento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...íntimos...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Um relacionamento é... de Chefe da Casa Civil com o Governador do Estado, que, obviamente, tem que ser um relacionamento próximo, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas como é que?... Podes detalhar essa proximidade?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hum...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Um frequentava a casa do outro?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Não tenho essa informação.

O Douglas é obviamente frequentava a Casa do Governador, o Governador vocês sabem...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, a Casa do Governador é a Casa do Governador. A casa pessoal?...

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Não tenho conhecimento que o Douglas tenha frequentado a casa do Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Tu acreditas que tudo o que o Douglas fazia o Governador sabia?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Eu não posso precisar essa informação, eu não tenho essa... falar em acreditar, em...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Era difícil o Douglas convencer o Governador a algo?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Eu acho que não era papel do Douglas convencer o Governador e, sim é... eles discutirem as ações do governo, né?

Página 171. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3230
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Por exemplo, esse contrato que tu mencionaste, que não foi auditado ainda porque a gente não aprovou as contas do governo...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - ...nem o TCE aprovou as contas do governo, eles podem até ser encaminhados para lá, tu tens muito mais experiência em ser Secretário do que eu.

Esse contrato da publicidade foi tratado direto com Douglas ou o Governador sabia?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – É... a... quem, quem trouxe pra nós a demanda foi o Secretário Douglas, que, na verdade, foi em uma conversa com a Secretaria de Comunicação em virtude...

O processo foi instruído da seguinte forma, Deputado: é... naquela oportunidade havia é... no início da pandemia uma avalanche de *fake news* que tomava o Estado, com um monte de desinformação, isso tudo tá relatado no processo – o senhor recebeu o processo, né? É... a partir dessa demanda, inclusive com várias, com várias comprovações de *fake news*, se verificou então a necessidade de ter um contrato, que até hoje o Estado não tinha gasto nada – e é bom que se deixe claro que nenhum, nada foi pago ainda desse contrato, tá? Não foi pago nem um real dessa publicidade ainda, o processo tá caminhando, tá nos órgãos de controle, a gente teve o cuidado de encaminhar para a CGE antes de fazer o pagamento de qualquer nota fiscal dele. Então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tu acompanhaste a fala do depoimento do Luiz Felipe dizendo que o Douglas pressionava muito?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não, não acompanhei, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Está no Marcelo Lula o depoimento, inclusive.

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Não acompanhei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não?

A pressão do Douglas era uma pressão como? Como acontecia com relação às outras Secretarias, tu pressionavas também?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Obviamente não, até porque não era o meu papel ter esse contato institucional, esse é o papel do Secretário da Casa Civil, e não do Adjunto. É... eu posso precisar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas tu que alertavas o Douglas, por exemplo, está parado aqui na Saúde, temos que fazer isso andar, está parado aqui na Defesa Civil, temos que fazer isso andar.

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Não, não era... não é o meu papel fazer isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tu não alertavas então o Douglas...

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...a ele fazer esses chamamentos aos outros Secretários?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Com certeza, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - E como é que era – eu te interrompi–, como era o relacionamento?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Eu posso te... eu posso te precisar como era a conduta do Douglas nos procedimentos internos da Casa Civil, e entre outras Secretarias eu não posso precisar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E como é que era?

Página 172. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. MATHEUS HOFFMANN - É... é... ele era, ele dava bastante autonomia aos, aos, a todos os servidores. Ele pedia uma situação, eu dizia: olha, Douglas, o correto é fazer assim. Ele assim: não, faz como tem que ser feito. Isso é uma informação que eu posso garantir pra vocês, inclusive se tiver alguma dúvida vocês podem chamar aqui qualquer servidor efetivo da Casa Civil e eles vão... e eles vão confirmar essa informação pra vocês.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então essa informação que eu estou te passando, já que tu não tiveste conhecimento, do professor Luiz Felipe, Controlador-Geral do Estado, é de que o Douglas chegava até a ser mal-educado com ele. Isso aí tu não tiveste conhecimento?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não, porque eu não participei desse tipo de conversa, então eu não presenciei, eu não posso falar o que eu não presenciei, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado, só uma última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Toda liberdade, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Um dia antes do pagamento antecipado, produzido pelo dinheiro na compra dos... pelo governo na compra dos respiradores, chegou aqui na Assembleia Legislativa o projeto de lei do governo pedindo autorização da Assembleia, ou seja, um PL, para que pudesse o governo fazer compras com pagamento antecipado. Esse PL aportou aqui no dia anterior do pagamento. E aí ele foi retirado pelo governo no dia seguinte e o governo fez o pagamento antecipado dos respiradores.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Sobre esse PL, já que isso é da Casa Civil, o que o senhor tem a dizer sobre esse projeto de lei?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Se o Deputado puder verificar depois o organograma da Casa Civil, a gente vai verificar que a Diretoria de Assuntos Legislativos, a Dial, esse órgão ele tá diretamente ligado ao gabinete do... do Secretá... do Chefe da Casa Civil. Os demais órgãos, financeiro, planejamento, RH, enfim, da parte administrativa, estão ligados aí ao gabinete do Adjunto. Desse, desse, desse processo eu não posso mencionar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas o senhor...

O SR. MATHEUS HOFFMANN - ...porque realmente não passou por mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Desse processo o senhor também não sabe?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Não, porque não passou por mim, Deputado. Como é que eu vou precisar de um processo que não teve... que não passou por mim?!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, mas a Casa Civil era responsável pelo acompanhamento dos projetos de lei do governo do Estado na Assembleia. Como é que o Secretário Adjunto não tem esse conhecimento?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não... o... Deputado, eu volto a reafirmar, a Diretoria de Assuntos Legislativos, que é ocupada por um Procurador do Estado, Procurador efetivo do Estado, ela tá ligada ao gabinete do Secretário, do Chefe da Casa Civil, e não tem ligação hierárquica com a Subchefia da Casa Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas, Secretário Matheus, o senhor por diversas vezes acompanhou o Douglas aqui na Assembleia para tratar de

Página 173. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3231
Rubrica

projetos, relacionamento institucional com a Assembleia. O senhor não sabe desse projeto que o Deputado Ivan menciona?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não, Deputado, esse proce... esse projeto não passou pro... pela Subchefia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor sabe o valor pago pelo governo do Estado já antecipadamente sem licitação, com dispensa?...

O SR. MATHEUS HOFFMANN - O valor, o valor é público e notório, todo mundo sabe que é R$ 33 milhões, e esse eu acho que é o objeto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, não, o valor total é mais, é público e notório e é mais do que isso, R$ 33 milhões só para respiradores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin, o senhor pediu pela ordem, tem inscrito ainda o Deputado Cobalchini. Aí, posteriormente, eu retorno para o senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — São R$ 46 milhões, isso apontado pela Assembleia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sem prejuízo para o senhor.

Deputado Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Secretário Matheus, eu tenho apenas um questionamento.

De tudo o que eu conheço, até porque fui também Secretário da Casa Civil, nos governos tem, e nesse também tem, grupo gestor.

O SR. MATHEUS HOFFMANN — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — E todas as aquisições, principalmente de vulto como essa, elas precedem de autorização do grupo gestor.

Neste caso específico - até porque a Casa Civil integra o Grupo Gestor –,da compra dos respiradores, houve a aprovação do Grupo Gestor para essa aquisição?

O SR. MATHEUS HOFFMANN — O, Deputado, como o senhor... e é uma coisa que a gente tem... que eu gostaria de esclarecer, que muito se fala em Casa Civil, em Casa Civil, a gente tem que... que... dividir as atribuições, né? Por exemplo, a participação no Grupo Gestor é uma, é uma, é uma atribuição do Secretário da Casa Civil. O Secretário, o Secretário Adjunto, Subchefe, não participa. Eu não tenho... eu não tenho essa informação se passou lá ou não passou, Deputado. É... de fato, eu não conheço o, o, os trâmites internos dos processos na Secretaria da Saúde. Se... eu sei que é... a... existe uma legislação que estabelece quando que o processo deve passar no grupo gestor ou não. Mas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Na sua opinião, deveria ter passado e aprovado?

O SR. MATHEUS HOFFMANN — Eu... eu não quero emitir opinião, porque eu não tenho opinião formada sobre isso, é... mas pelo que, pelo que eu ouvi falar, também em imprensa, tá, a Secretaria da Saúde teria autonomia pra fazer esse tipo de procedimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Consulto os Deputados que nos acompanham, o Deputado Sopelsa, o Deputado Milton Hobus, se têm alguma pergunta a fazer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Satisfeito, Deputado Sargento Lima, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Demais Deputados?

Página 174. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Deputado João Amin, o senhor estava em conclusão.

(*O Deputado João Amin acenou que não falaria no momento.*)

O senhor [referindo-se a Matheus Hoffmann] tem um espaço de tempo agora para umas conclusões finais, que o senhor disse que teria algo a dizer, né? Se quiser utilizar desse tempo aí, pode ficar à vontade.

O SR. MATHEUS HOFFMANN — Eu gostaria... eu gostaria de reiterar, Presidente, que nesse período da pandemia eu, como Subchefe da Casa Civil, realmente me limitei a exercer aquelas atribuições que são inerentes ao meu cargo, juntamente com toda a equipe da Casa Civil, é... e praticamos, sim, alguns atos de processo, de inclusive processos de... de atribuições de funcionamento remoto da Casa Civil, onde inclusive têm circulares, enfim, é... é... assinadas por mim, é... estabelecendo esses critérios, que eram realmente as atribuições do Subchefe da Casa Civil nesse momento da pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Matheus, muito obrigado pela presença do senhor.

Peço à assessoria que o conduza à saída. E pedimos que traga a nossa presença o senhor Leandro Adriano de Barros. (*Pausa.*)

(*O depoente Matheus Hoffmann retira-se do recinto. Após uma pausa, o senhor Leandro Adriano de Barros adentra ao recinto e se dirige ao local indicado pela assessoria.*)

Senhor Leandro Adriano de Barros, seja muito bem-vindo a esta Comissão.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Leandro, após ser intimado para estar aqui presente, convidado para vir na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, gostaria de fazer algumas perguntas e um encaminhamento para que o senhor mais tarde realize o mesmo.

O senhor foi convidado e sabe o porquê está aqui presente hoje? O senhor tem ideia do porquê foi convidado para esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Por quê?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Pra CPI dos respiradores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Certo.

Eu gostaria que o senhor falasse o nome do senhor completo, o endereço completo e a vossa data de nascimento.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Leandro Adriano de Barros; Avenida Delta Willy, nº 150, Bairro Beira Rio, Biguaçu; data de nascimento 06/05/84.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Por gentileza, repita a data de nascimento.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Oi?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A data de nascimento.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — 06/05/84.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor está acompanhado de advogado?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor também tem o direito de permanecer calado, mas para que o senhor utilize desse direito, o senhor tem que se manifestar: eu prefiro ficar calado ou não responder. Simplesmente o silêncio não configura como resposta.

O senhor está compromissado com a verdade?

Página 175. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3232
Rubrica

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor, falarei a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com a palavra o Relator, Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Leandro Adriano, bom dia.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor tem conhecimento que o Ministério Público entrou com um pedido de prisão preventiva ou prisão cautelar contra o senhor?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Prisão temporária.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Temporária.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem conhecimento?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Tenho, tive acesso aos autos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe as razões pelas quais o Ministério Público quer prender o senhor?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Na verdade, vi que as razões foram em, em, é... relacionadas a uma mensagem, naturalmente que me colocou próximo da empresa, né, que está sendo investigada, mensagem essa que eu passei no dia 3 abril pra senhora Márcia, né, servidora então da Secretaria, por solicitação do senhor Fábio Guasti, que é representante e proprietário da empresa Meuvale, a qual eu represento na área jurídica. E acredito que com base nisso, né, é... é... o meu nome foi envolvido numa relação posterior à contratação da empresa Veigamed pelo Estado de Santa Catarina.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, o senhor também representa a empresa Mahatma Gandhi?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Como advogado?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Essas duas empresas, então... A Mahatma Gandhi foi aquela que participou e acabou vencendo e assumiu os cem leitos de UTI lá de Biguaçu. É isso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É, na verdade sob o ponto de vista financeira, ela não venceu, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, mas é essa empresa?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É a empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Ela só não venceu porque o Tribunal cancelou, né?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, na verdade, sob o pon...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem, muito bem. Vamos então... para conhecermos o senhor melhor.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Vamos lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor é advogado em Biguaçu, certo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor é proprietário do Barros Advogados Associados?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, também.

Página 176. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo. Quem compõe a sociedade de advogados com o senhor?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Compõe a Mariana, compõe o Lucas, é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Pode falar o nome completo, por favor?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Mariana Petry, Lucas Trajano, Felipe Gorges, Maicon, Guilherme Nunes, eu e a minha esposa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, então é uma banca de bastante gente.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, esses são os sócios, fora os associados que a gente tem fora, mas são relações pontuais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Um grande escritório de advocacia.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem uma carta de quantos clientes?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Tem bastante clientes, principalmente na área da saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Na área da saúde?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor participa, auxilia na questão de licitações da saúde?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Também, faço mais projetos, doutor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor poderia indicar uma dessas empresas que o senhor representa como advogado para participar de licitação, projetos...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O Hospital Mahatma Gandhi, por exemplo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Além delas.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O Ideas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Ideas.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Instituto Ideas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ã-hã. Mais qual?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Instituto Maria Schmitt, Instituto de Saúde Plus, a Meuvale, também advogo de forma voluntária pro Lar do seu Doca, faço outros serviços voluntários também. Então é... não sei se é suficiente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vamos fazer o seguinte: o senhor disse então que tem uma boa carta de clientes?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem ideia qual o faturamento do seu escritório de advocacia anual?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, doutor, na verdade quem faz o escritório meu de advocacia é um contador, que inclusive é Vice-Prefeito lá no Município de Biguaçu, né...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...do Partido Progressista, é... teria que ver com ele, a última, a última...

Página 177. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3233
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas, eu sou advogado...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - ...eu sei quanto fatura o meu escritório.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Quanto fatura o escritório do senhor?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Anual.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Bruto ou líquido?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Vamos botar líquido, se o senhor quiser responder bruto ou líquido.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha que... bruto acho que uns 90 mil por mês, 100 mil por mês.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – R$ 90 mil por mês?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso, bruto, né, fora as despesas, né?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS - ...de escritório, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso só pra deixar registrado, né, não é um valor meu, é um valor do escritório, eu tenho sócios, eu tenho associados, tenho despesas diversas dentro de um escritório, de viagens, etc., né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS - É um valor bruto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Valor bruto.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - A residência onde o senhor mora é do senhor?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É minha. Eu tinha um apartamento na rua Cônego... Leopoldo Freiberger, que eu acho que em 2018 eu troquei, né, dei de entrada por uma casa em construção, voltei a morar com os meus pais, e até hoje ela tá financiada. E eu acabei me transferindo de um apartamento pra uma residência, nesse, nesse endereço que eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Casa de praia, sítio?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Meu pai tem um sítio, meu pai tem uma casa de praia, né, meu pai, graças a Deus, teve uma boa renda, né, depois de muito trabalho se aposentou, recebeu o PDV, na Conab ele trabalhava, e em razão disso, né, graças a Deus ele pôde nos dar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Qual o seu relacionamento com a Mariana Rabello Petry, o senhor Anísio Petry Júnior, o conhecido Popó?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – A Mariana é advogada do escritório, né, eu acho que desde 2018, né? O seu Anísio eu não tenho muita relação com ele, eu acho que é o Popô, ali que ele... não tenho muita relação com ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, então vamos para as partes das relações.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ã-hã.

Página 178. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber especificamente a relação que o senhor tem com o Secretário Douglas Borba.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS –Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vocês são de Biguaçu, a gente já sabe que o senhor foi presidente do... é presidente do partido do qual o Douglas Borba faz parte, é isso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, sou presi... eu, eu fui presidente do PSD.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – PSD.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Que é um outro partido.

Se me permite fazer um pouco de...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, claro, é importante.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É... minha família sempre foi vinculada ao PP e... o Douglas também. Eu nunca apoiei o Douglas no âmbito municipal pra Vereador, tá, principalmente. Em 2013 pra 2014 eu recebi um convite do Deputado Gelson Merisio pra ingressar no PSD, sigla que eu presidi, inclusive, inclusive por... é... por convite do ex-Prefeito Castelo, então de Biguaçu, também fui cogitado a ser candidato a Prefeito pelo PSD, à época, juntamente com o PP.

Então a minha, a minha vinculação política sempre foi... é part...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Atualmente, qual é a sua vinculação política com o Douglas Borba?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Com o... com o Douglas Borba, eu tenho o meu cunhado que foi o primeiro suplente do PP juntamente com o Douglas, que foi o mais votado, né, e através dele teve uma aproximação com o Douglas, até porque na ascendência do Secretário, né, ele assumiu ao cargo de vereança, e a aproximação dele, política de amizade, é evidente em relação a isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor tem uma relação de amizade com o Douglas Borba, grande?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, sou colega dele, não vou negar que eu sou colega dele, agora, dizer...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Colega.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — ...que eu o considero como amigo, eu não considero como amigo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas o senhor...

Como assim, não considera como amigo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — O que que é amigo pro senhor?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, eu tenho vários amigos. Os meus colegas aqui são meus amigos.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, o senhor falou que são colegas, eu também tenho ele como um colega. Agora, amigo, eu não tenho ele como uma pessoa que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então ele é só um colega?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Colega, colega político.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Jogam bola juntos?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, jogo bola com outro grupo... É... eu fui amador...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E esse grupo faz parte do grupo de amizade do Douglas Borba?

Página 179. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3234
Rubrica

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não consigo afirmar, mas provavelmente, indiretamente, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor conhece a família do Douglas Borba, frequenta a casa?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não conhece ninguém da família?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não frequento a casa, conheço a... conheço a esposa dele...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS - ...que é uma profissional médica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E a Mariana e o Popó, o que são do Douglas Borba?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, a Mariana, na verdade ela tem um vínculo com outro partido, né, do PMDB, é uma família tradicional de Biguaçu; e o Popó eu acredito que tem uma, uma relação de amizade mais próxima com ele, né, com o... no caso com o Douglas, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor nunca foi presidente do PP?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Presidente do PP, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor tem alguma sociedade com o Douglas Borba?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Formal ou informal?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor foi Secretário da Saúde, em Biguaçu?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor, dois mil e...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o Douglas Borba era Vereador nesse período?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Era Vereador, era Vereador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor foi Secretário de Saúde...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS– Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)– ...e o Douglas Borba era Vereador.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Vereador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem.

Vamos falar o seguinte, e o senhor me desculpe fazer essa pergunta...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Fica à vontade, estou aqui pra...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...é uma pergunta familiar. Mas a dona Iná...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...Adriano de Barros é sua mãe, certo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Ela trabalha onde?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Trabalha na Secretaria de Comunicação. Minha mãe é servidora há quarenta anos do governo do Estado, efetiva.

Página 180. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim. Ela era da Secretaria de Comunicação?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Ela foi removida para algum posto?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Na verdade, né, minha mãe, se me permite falar um pouquinho dela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Minha mãe iniciou há quarenta anos no governo do Estado, né? Ela foi reconhecida pelo então Governador Esperidião Amin há vinte anos atrás e ascendeu a um cargo político, né? Ela, na sequência, foi mantida no cargo pelo então Governador Luiz Henrique, foi mantida no cargo pelo então Governador Raimundo Colombo, foi mantida no cargo então pelo Governador Eduardo Pinho Moreira, né? E agora, com a reforma administrativa, a Secretaria de Comunicação, né, infelizmente, segundo ela, né, teve uma reforma, e essa reforma fez com que a Secretaria de Comunicação passasse pra Casa Civil e o cargo dela foi extinto e restou a ela uma função gratificada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu tenho uma informação que ela faz parte da Comissão Especial de Licitação do governo, a sua mãe.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ela faz parte como suplente, por conta de uma obrigação legal, não por uma... por uma... uma condição dela, ela sempre deixou muito claro isso pra mim, e... por ser efetiva e pela insuficiência de profissionais como efetivos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então ela faz parte da Comissão de Licitação?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ela fez parte como suplente, se eu não me engano.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, pelo que eu entendi até agora, o senhor faz negócios de licitação, representa empresas, é advogado...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não na área de agência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...conhece o Douglas Borba.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não na área de comunicação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, licitação.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, mas... atuação, atuação da área de comunicação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Tudo bem.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ela, como Comissão de Licitação... ela, ela...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Shiii...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se me permite, doutor?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim. Só para ver se eu entendi: o senhor conhece o Douglas Borba, diz que é proprietário de um grande escritório de advocacia, o senhor tem (*ininteligível*) político, o seu cunhado é suplente ou?... Cunhado, né?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Suplente e agora Vereador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Suplente...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

Página 181. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3235
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e agora Vereador no lugar Douglas Borba.

O senhor confirmou que a sua mãe participa da Comissão de Licitação e o senhor também disse que faz negócios com empresas... representa empresas de saúde e essas coisas.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, o que eu disse foi o seguinte: minha mãe participa da Comissão de Licitação relacionada à contratação de publicidade do governo, não Comissão de Licitação do governo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sabe se ela ganha mais por isso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, eu acho que é R$ 300.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu tenho informa...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A informação que eu tenho aqui é que ela ganha quase R$ 3 mil a mais porque faz parte...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, pela comissão, não. Ela tem uma função gratificada que não tá relacionada à Comissão de Licitação, doutor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – A comissão gratificada é em razão da função dela, né, como responsável pelo setor de comunicação, via é... fazendo, né, a vinculação, que ela tem a atividade dela, enfim, e sempre teve, principalmente nos últimos vinte anos. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

A questão da Comissão de Licitação, né, e aí depois vocês podem confirmar, ela deve receber uma função gratificada ali. Eu acho que uma bonificação por participar pontualmente de uma licitação quando o governo abre pra contratação de agência de publicidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe se o Secretário Douglas Borba ajudou a indicação dela, ele foi o responsável pela nomeação dela?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, na verdade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu tenho esse ato! O senhor sabe ou não sabe?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se o senhor verificar o histórico das nomeações que ela tem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu quero saber se foi o Douglas Borba que colocou ela nessa condição?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Doutor, eu não sei. Mas provavelmente... É... é... com o atual governo ele passou a ser chefe dela, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ã-hã.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS - Mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, o Douglas... a sua mãe... o Douglas Borba é chefe da sua mãe? Era até...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim. Inclusive a reforma foi aprovada aqui nessa Casa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O senhor pode... o senhor fez alguns contratos com a Secretaria, com o governo nos últimos tempos... a empresa que o senhor representa, o senhor fez alguma representação de empresa – vamos tirar o Covid, antes do Covid...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

Página 182. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...antes do Covid...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Antes... o senhor fez algum contrato com o governo, o senhor representou alguma empresa em relações com o governo, contratos com o governo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não. Eu tô aqui inclusive pra falar do hospital de campanha. Não sei se é isso que o doutor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, antes, antes.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor nunca fez nenhum contrato com o governo, não participou de licitação nem representou empresa, nada?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, na verdade a minha relação, a empresa ou as instituições vêm, participa da licitação, né, e eu entro depois pra assessorar, quando, eventualmente, alguma entidade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, muito bem.

Eu vou repetir a minha pergunta, se o senhor não entender talvez os Deputados aqui...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS– Claro, fique à vontade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... tenham entendido. O senhor...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu nunca representei na licitação alguma empresa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nunca antes?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS - Com o Estado, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nunca antes?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

É...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não sei se foi essa a pergunta, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber desse contato que o senhor teve com a senhora Márcia Pauli...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...no dia 2 de abril.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ou seja, o dia que antecede à compra lá dos respiradores. Explica pra gente esse contato. A gente tem o contato aqui, se o senhor quiser ver eu posso mostrar para o senhor, mas certamente o senhor já deve ter falado disso aí, o senhor tem essa imagem. O senhor entrou em contato com a Márcia Pauli.

Eu quero que o senhor explique para a Comissão...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...como é que essa Márcia, que é superintendente de Compras, entrou na vida do senhor? Como é que isso aconteceu?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

Página 183. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Então, eu recebi uma solicitação, até um pouco antes dessa data, doutor, em relação a uma solicitação então do Deputado, desculpa, do... do doutor Robson, né, que é... participa da instituição lá do Instituto Maria Schmitt, e ele me perguntou se eu tinha conhecimento do descritivo dos equipamentos que estavam sendo cotados para o Estado se Santa Catarina no que se refere à questão dos respiradores, né? E aí eu fiz contato com a Márcia, é... né, pra verificar se o Estado estava, como estava fazendo as compras de respiradores, e eu fiz contato com ela desde o dia... ali próximo dia 20, 21, 22, que eu acho que foi quando, de fato, houve essa, essa movimentação toda de compra, né?

Na sequência, o senhor... eu recebo uma ligação é... do senhor Douglas Borba, tá, me pedindo também pra verificar se eu tinha conhecimento para trazer respiradores para o Estado de Santa Catarina. Eu falei a ele que eu iria verificar, né, que eu iria verificar, e ele me falou pra falar com a Márcia, inclusive disse a ele que eu já estava falando com a Márcia e que eu já, inclusive, estava... é... tentando é... levantar algumas cotações pra contribuir, em especial a pedido do doutor Robson.

Nesse período de contratação, entre o dia 22 e o dia... praticamente ali, eu acho que o dia 1°, dia 2...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 1°.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Primeiro foi o pagamento.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso.

É... eu encaminhei diretamente é... uma proposta de R$ 95 mil um respirador, através de uma empresa, né, cuja representação me pediu o doutor Robson, e por intermédio de um segundo colaborador ali, segundo fornecedor, em nome de Luiz Henrique... O senhor Luiz Henrique também fez uma proposta na ordem de R$ 100 mil, sendo que essa proposta de R$ 100 mil está formalizada como US$ 19 mil, no WhatsApp da... da Márcia, com pagamento somente na entrega do equipamento, tá?

Então, essa participação minha, nesse período, foi encaminhar alguns, alguns orçamentos, que eu me recordo foram esses dois, seja diretamente a ela ou seja por intermédio do senhor Luiz Henrique.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá.

Então o senhor nunca fez negócios com o governo...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nunca vendeu nada pro governo...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e, de repente, se eu entendi, alguém do governo pede pro senhor ajudar...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...o Douglas Borba pede para o senhor ajudar e a Márcia Regina, que é responsável por escolher a empresa, ou pelo menos por indicar a empresa, coloca o senhor na parada, assim, do nada?!

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, doutor, não foi uma situação isolada aqui do, do Estado, né? Algumas Prefeituras me pediram ajuda, tá? Algumas Secre...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas o senhor diz que nunca vendeu nada, de onde é que tem a *expertise* do senhor?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Pois é. A gente vem com uma relação... não, a gente tem uma rede de relacionamento, né? A gente vem com uma relação de pandemia no mês entre fevereiro e março, as pessoas muito preocupadas na questão da

Página 184. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

estrutura é... de serviços, de aquisição de equipamentos. Várias instituições muito preocupadas na questão do volume e a demanda que está sendo consumida, algo em torno de... uma projeção de dois, três meses estava sendo consumida em uma semana. Então todos muito preocupados, e aí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas, Leandro, assim...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS - ... externaram...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Leandro, eu já entendi isso, já vi a sua entrevista no SBT. Eu preciso compreender o seguinte: o senhor não tem *expertise* de exportação, o senhor não tem empresa de exportação, o senhor tem um escritório de advocacia...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor nunca fez comércio com ninguém do governo e daí o senhor surge como um salvador da compra dos respiradores – e, depois, eu vou passar pra outra parte. É isso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, se eu fui o salvador ou se esperavam que eu fosse o salvador, não sei. O problema é que as propostas que eu encaminhei do respirador não foram selecionadas e, até hoje, eu questiono o motivo de que as propostas de 95 ou R$ 100 mil não foram selecionadas.

Agora, eu não fiz o descritivo, né, eu não fiz as cotações, eu não determinei o pagamento antecipado, a forma de contratação não foi comigo, tá? E eu, simplesmente, fiz, sim, fiz o encaminhamento, pensando que eu estava colaborando com a situação do Estado e, hoje, eu me encontro nessa situação, doutor. Agora, é... respondendo objetivamente a sua pergunta, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Eu quero saber com relação ao Secretário Helton.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Helton.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor conhece o Secretário Helton?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O Secretário Helton, né, nessa relação de pandemia eu tive a oportunidade de falar com ele por telefone.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só por telefone?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O senhor se apresentou como representante da Veigamed?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, é... no dia 3 de abril o senhor Fábio Guasti me liga por volta das 18, 17, 18 horas - o senhor Fábio Guasti, ele é preside... ele é... proprietário do Grupo MeuVale, eu tenho um contrato com ele desde fevereiro do ano passado -, me liga um pouco preocupado e nervoso dizendo que pessoas no Estado de Santa Catarina estavam falando mal da empresa, do grupo dele, e se eu poderia fazer alguma coisa, se tinha algum conhecimento, né, no Estado, etc., para tranquilizar a... as pessoas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Como é que ele chegou no senhor?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, eu tenho relação com ele através da MeuVale, doutor, o senhor Fábio Guasti.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ah, sim, sim.

Página 185. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Tá? Aí ele me ligou, então, pela relação que eu tenho aqui, com ele na MeuVale, ele me pediu e ele, com essas palavras, ele disse que representava uma empresa que recebeu uma... né, que foi vencedora de uma cotação, me falou em algo de duzentos respiradores e etc., mas foi uma conversa rápida, uma conversa um pouco nervosa por parte dele, e me pede pra eu fazer contato então com representantes do Estado, simplesmente pra que o Estado ficasse tranquilo que ele ia cumprir o contrato, que os boatos em relação à empresa dele, no caso, né, que depois se confirmou que não era, mas ele naquele momento estava avalizando, ele me disse que, que teria condição de entregar e etc.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor participou efetivamente como representante da Veigamed nesse negócio? Eu tenho aqui as informações e...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, até, até, até o pagamento, até o pagamento eu não atuei em absolutamente nada da Veigamed. Após o pagamento, eu tenho esse contato desse empresário, que está relacionado a essa empresa MeuVale, agora a qual eu também represento, me falando essa situação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas o senhor falou pra mim que entraram em contato com o senhor pedindo, que o Douglas Borba pediu para ajudar, que a Márcia pediu para ajudar...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, essa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quando é que o senhor entrou nisso aí?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Essa... essa é dos EPIs, doutor, essa é dos EPIs.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ã. Então o senhor já estava lá no EPI conversando com eles?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, o EPI vem depois.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ã...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O EPI vem depois, se eu não me engano ali partir do dia 1°, tá? Eu recebi, a... eu participei dos respiradores no... ao encaminhar as cotações por intermédio de outros, de outros pedidos, que foram cotações que não foram aceitas. Eu não participei representando a Veigamed antes do dia 3, que foi o dia em que o senhor Fábio Guasti me liga e me pede essa, essa, até acredito, né, naquela avaliação, a gentileza de tranquilizar o Estado de Santa Catarina e foi onde que eu assim o fiz...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ... ao enviar as mensagens para a Márcia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor trabalhou como representante, me parece que o senhor virou a referência em compras emergenciais na Secretaria. O senhor trabalhou nos EPIs, o senhor trabalhou no Mahatma Gandhi - que a gente vai entrar agora também -, o senhor trabalhou na questão dos respiradores... O senhor virou referência nas compras do EPI, é isso que a gente está identificando aqui.

Eu quero entender o seguinte: em algum momento o senhor identificou que a Veigamed não tinha apresentado nenhum termo de referência desses equipamentos?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É que eu não, eu não, eu não participei repre...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não participou?

Página 186. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu não participei, doutor. Até o dia do pagamento eu nem sabia o que que seria Veigamed.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não achou estranho que o cronograma de entrega dos equipamentos, ou seja, eles fizeram o pagamento dia 1°, dia 1° eles fizeram o pagamento, e o contrato dizia que eles iam entregar o equipamento no dia 5, quatro dias, quatro dias.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Ivan Naatz) - O senhor não achou estranho que uma empresa estava vendendo - diante daquela epidemia, diante de toda aquela confusão, China fechada, navio fechado, avião não circulando - um contrato para entregar o equipamento em cinco dias que vinha da China? O senhor não achou?... O que o senhor achou disso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu não vi o contrato, doutor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ah, o senhor não se preocupou disso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, na verdade me liga o empresário, a qual eu tenho uma relação de confiança por advogar para ele em outra empresa dele, e, depois de formalizado o contrato, aonde eu entro efetivamente. Eu não tratei da... da proposta, eu não tratei da firmatura do contrato, não tratei nem desse... eu não sabia absolutamente de nada dessa transação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem. Então o senhor não sabia de nada.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Douglas Borba...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o Matheus Hoffmann. Esse... como é que é?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Matheus Hoffmann.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Matheus, esses dois, Secretário Adjunto e Secretário da Casa Civil, o senhor conhece os dois, né, são de Biguaçu?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – De Biguaçu. Ã-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Realmente o senhor conhece eles?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Vínculo... sempre tiveram vínculo político juntos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual foi a participação do Douglas Borba nessa compra de respiradores?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Comigo, ele... me ligou no dia... eu não me recordo, mas eu acho que entre o dia 21 e 22, me pedindo para colaborar, e eu falei que eu já tava falando com a Márcia e inclusive encaminhei essa proposta como eu falei anteriormente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor não tinha *expertise*, o senhor nunca tinha relacionado com o governo, o senhor não tinha feito nada e o Douglas Borba pediu para o senhor ajudar?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ele sabe que eu trabalho na área da saúde. Não é que eu não me relacione com o governo, né? Eu trabalho pra outras áreas dentro da área da saúde, me especializei na área da saúde, e acredito que na visão dele eu poderia contribuir nesse processo de aquisição.

Página 187. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3238
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Até porque as empresas também que eu acabei encaminhando, eu as indiquei por intermédio das insti... das instituições que estavam também cotando com essas empresas.

Então, como o mercado praticamente à época 80% era especulação, muita gente quis vender algo que não se tinha... é... praticamente muita gente ficou preocupado também, né, naquilo que fosse cotar, que fosse pagar, enfim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Hospital de campanha.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu preciso entender a mecânica do hospital de campanha.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, o hospital de campanha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor também se apresentou como representante legal da Mahatma Gandhi, que coincidentemente foi a vencedora daquela licitação emergencial que escolheu aqueles cem leitos de UTI que viraram problema.

Como é que o senhor chegou na Mahatma Gandhi? Como é que o senhor se apresentou na Defesa Civil?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, é... iniciou lá numa reunião da Amfri, tá, lá na região de Itajaí, um Prefeito de uma cidade fez contato com a gente pedindo pra avaliar uma proposta que, até então, estava sendo objeto de avaliação numa reunião – se eu não me recordo agora é... é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual Prefeito?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – De Luiz Alves, de Luiz Alves. Ele tava muito preocupado que estava sendo colocado em pauta uma... uma proposta de, se eu não me engano, R$ 168 milhões pra um hospital de campanha, pruma gestão durante doze meses, com quarenta leitos de UTI e sessenta leitos de enfermaria. Me pediram pra avaliar essa proposta, eu as avaliei, avaliei, né, e disse a ele, né, é, que ao invés de desembolsar R$ 14 milhões por mês, o custo/leito estava muito acima do mercado e que seria interessante, né, dentro de uma composição financeira, o olhar também é... é... naquilo que me foi apresentado, daria pra fazer em torno de R$ 9 milhões e alguma coisa mês. E eu respondi a ele dessa forma.

Tomei conhecimento que ele levou pruma reunião, na sequência, com os Prefeitos daquela região, me parece que a, a, a proposta, né, se declinou da viabilidade da implantação do hospital pelos Municípios, e foi aonde que me parece que eles solicitaram o apoio do governo do Estado para a implantação do hospital de campanha ali na região de Itajaí.

Então, me provocaram novamente e eu respondi dessa forma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Douglas Borba voltou a procurar o senhor?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sobre o hospital de campanha, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Interessante, ele indicou para outras coisas, para o hospital de campanha, não?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Como eu falei, doutor, né, veio do... agora se ele falou lá com o Prefeito ou não falou, né, mas, enfim.

Página 188. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse menino que estava aqui, o Hoffmann...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... ele, ele teve contatos com você com relação a, a esses hospitais de campanha?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – À compra dos EPIs?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Alguma vez...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não. O Matheus, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Matheus, não.

Dentro da Secretaria... O senhor tinha trânsito livre dentro da Secretaria da Saúde?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Nenhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nenhum?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Nenhum. Desde da... da... da entrada do Secretário Helton, né, que eu considero uma pessoa muito fechada, né? Na minha avaliação não teria é... um conhecimento, pelo menos na minha avaliação, técnico pra estar à altura do cargo, é... inclusive, na condição de gestor, na medida em que você deixa profissionais, né, de alto gabarito fora, numa relação como essa, a exemplo o doutor Fábio, por exemplo, infectologista, doutora Cristina, né? Então tu começa a se questionar a forma e a condução que a Secretaria teve, não somente no processo de pandemia, mas, sobretudo, na gestão da Secretaria de Saúde, de Estado da Saúde no governo Moisés.

Então, eu praticamente não, só pra responder a sua pergunta, eu não tramitei, pratica... acredito que nenhuma vez nessa... nessa situação toda relacionada ao Estado, e apareci, de fato, agora, nessa situação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E na Secretaria da Defesa Civil, o senhor ia muito?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Na Defesa Civil fui na sequência é... provocado pelo Coronel João Batista para analisar os números que eu apresentei lá em Itajaí, sobretudo em relação a essa demanda do hospital de campanha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe como é que a Mahatma Gandhi foi escolhida? Foi por carta? Foi por correspondência? Eu tenho essa informação.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, é... o que que aconteceu? Eu tive uma reunião com... com o doutor João Batista, com o Coronel João Batista, é... me pediram, sentei com alguns técnicos pra discutir o porquê que não era R$ 14 milhões e o porquê que seria R$ 9 milhões, o porquê de cem leitos, enfim. E, na sequência, falei pra ele um descritivo de, de, de, de, embora não concordasse, naquele momento, com a política de hospital de campanha, principalmente coordenada pela Defesa Civil, acho que esse processo deveria ser coordenado para, pela Secretaria de Estado da Saúde, mas eu senti uma relação muito distante entre o Secretário de Estado da Saúde e o Secretário da Defesa Civil, né, onde a Defesa Civil mais preocupada em atender os Municípios e o Secretário da... da Saúde preocupada talvez com a questão estrutural da Secretaria, leitos, enfim.

Então, minha opinião em relacionada ao projeto, mas não sou eu que faço política de saúde, né, é... foi apresentar números naquilo que, eventualmente, o Estado queria a título de... de, de serviço na área da saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E a Casa Civil nesse rolo todo?

Página 189. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3239
Rubrica

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não participava a Casa Civil?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não estava presente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nada?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não estava presente. Nesse hospital de campanha não estava presente, doutor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que aconteceu com a compra dos EPIs? Foi o senhor que relacionou também isso...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...representou a empresa que ganhou?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem sorte, né? O senhor... o senhor é um sujeito que faz negócios grandes, né, 70 milhões, 30 milhões...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Quem dera, né, doutor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu sou advogado há vinte anos e para pegar...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O senhor vai, o senhor vai...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem muita sorte, né, nos negócios.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se o senhor me escutar um pouquinho o senhor vai ver o que aconteceu.

No dia 1° o senhor Douglas Borba me liga - por isso que... teve duas ligações, o respirador e do EPI. No dia 1° ele me liga perguntando como as, as instituições estavam conseguindo adquirir EPIs, se haveria necessidade de pagamento antecipado. Eu falei a ele que estava muito difícil, né, o mercado tava muito difícil, lá fora inclusive, essa a informação das instituições, tava todo mundo muito preocupado com a demanda, enfim. E... eu perguntei por quê? E ele me disse: não, a SES está me pressionando pra fazer uma compra é... na ordem de mais de R$ 70 milhões, antecipado, eu inclusive, segundo ele, né, eu inclusive mandei um projeto de lei pra Assembleia pra pedir...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele... quem falou isso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O Douglas falando pra mim: mandei um projeto de lei pra Assembleia é... pra pedir autorização da Assembleia para pagamento antecipado. Eu falei pra ele que era um absurdo, que não existe pagamento antecipado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor alertou o Douglas Borba?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Alertei, alertei. Falei pra ele que ele iria comprometer não somente os Deputados, naturalmente, mas, sobretudo o Governador, e que na relação, né, principalmente na situação que a gente se encontrava, onde 80% dos fornecedores estavam tentando vender, na prática não existia mercadoria. Então eu alertei ele e depois tomei conhecimento que ele retirou o projeto de lei da... da Assembleia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas fez o pagamento antecipado?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu não sei, doutor, porque...

Página 190. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi feito, o senhor sabe (*ininteligível*).

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, sim, houve o pagamento antecipado, porque eu tomei conhecimento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor ganhou algum honorários, comissão?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, só...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Já tô encerrando.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não, mas se me permite, eu acho que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, depois, no final, o senhor pode concluir.

Eu já me dou por satisfeito o que o senhor falou, depois o senhor vai ter oportunidade de explicar.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor ganhou honorários, comissão...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi prometido comissão para o senhor?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Honorários, nada disso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Essas, essas empresas, a qual me pediram contato, eu não tenho relação direta, foi através das instituições que estavam cotando com esse tipo de empresa que fez contato direto com o Estado de Santa Catarina.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe que todas as propostas eram fraudulentas? Não tinha o CNPJ, não tinha endereço, a empresa não correspondia?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Em relação a?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aos respiradores, aos EPIs...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ah, os EPI...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...ao Mahatma Gandhi...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – As propostas que eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Mahatma, não, aos cem leitos de UTI?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – A proposta dos EPIs eu posso lhes garantir, tá, lhes garantir que a importadora que ia trazer esse... é... esses EPIs, esses equipamentos, tem, não somente condição financeira, mas como estrutura. Ao ponto...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E os demais?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ao ponto de, doutor, se me permite, eles iam trazer a carga sem pagamento antecipado. A Secretaria estava cotando com uma outra fornecedora, né, não sei se posso falar o nome?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro, claro.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Da senhora Ivonete Campos, né, se eu não me engano a empresa é IR Consultores, que tem, tinha essa cotação prévia, por isso que fizeram contato comigo, só que ela estava exigindo o pagamento antecipado.

Então o Estado de Santa Catarina ia desembolsar mais de 70 milhões também pruma empresa que não ia entregar os equi... os EPIs.

Página 191. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3240
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E por que isso não aconteceu?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso é um procedimento anterior a minha, né... eu, eu fui provocado, depois, né, porque ela tava, ela tava exigindo, segundo o que eu entendi da própria Márcia, na época, que a única cotação que ela tinha efetivamente seria com essa pessoa. Foi aonde que eu entrei, através desse outro importador, onde que o próprio importador garantiu a, a presença da carga aqui mediante o pagamento na entrega.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, eu quero deixar para os meus colegas também trabalharem.

Eu compreendi muito bem qual é a sua função, o senhor virou uma espécie de referência, né, no processo de compra emergencial...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Por um mês, né, doutor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É... me diz o seguinte: o senhor então não teve conhecimento que as, que as propostas eram fraudulentas, que não tinha o CNPJ, que não tinha a assinatura de ninguém no documento, que todos os documentos que chegaram, chegaram depois da licitação. Isso tudo o senhor não acompanhou?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Em relação a respirador?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É. Em relação a respirador, ao Hospital Mahatma Gandhi...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não, é que na verdade eu... né, eu participei... Por exemplo, na questão dos EPIs eu acabei indicando... não me cabe a eu conferir documentação, né, doutor? Me cabe...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, sim.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Me parece que à própria Secretaria conferir a documentação na forma...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não viu concorrente, nada? O senhor não quis saber quem era o concorrente nada?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Em relação à... não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – As compras?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Me pediram uma indicação pra um fornecedor que teria uma condição de trazer um equipamento e eu falei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Leandro, o senhor fez uma proposta de 70 milhões, fez uma compra de 33 milhões, representou uma empresa, o senhor não quis saber quem eram os concorrentes?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Doutor, não sei se vossa excelência...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, o senhor não quis saber?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...não sei se vossa excelência não entendeu, eu não tava no ato comercial. Eu indiquei uma empresa do EPI, a relação foi com ela. O que ela vai cobrar ou não vai cobrar, o que ela vai conseguir ou não vai conseguir, isso é uma situação dela. Eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quanto o senhor ganhou nisso tudo? O senhor não respondeu.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu não ganhei absolutamente nada... só incomodação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas quanto o senhor ia ganhar?

Página 192. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor ia trabalhar de graça?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu repito: eu recebo uma ligação de um Secretário, assim como recebi de outros, e outros também eu fiz a mesma coisa, né, de Secretários Municipais de Municípios pequenos, e procurei ajudar e contribuir nesse mês que realmente foi um mês muito difícil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, o senhor confirma então que trocou mensagens com a secretária (*sic*) Márcia?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Confirmo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então é isso.

Obrigado, senhor Leandro.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – De nada. Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado João Amin, antes de passar para o senhor, só gostaria de consultar o Deputado Milton Hobus e o Deputado Sopelsa se eles se inscreveram.

(*O Deputado Estadual Milton Hobus, por videoconferência, confirma a sua inscrição.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu também já estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor.

Com a palavra o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom dia, Leandro.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor falou que teve conhecimento de algumas situações, por parte da sua mãe, dentro do governo. O senhor já ouviu falar num gabinete ou numa equipe de *fake news* comandada pelo Douglas?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, o que eu ouvi é que tinha... na verdade eu ouvi, mas não exatamente da minha mãe, né, mas que tinham pessoas trabalhando na... em mídia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Sabes quem são?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não sei, doutor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Conhece os irmãos Amorim, ali de Biguaçu?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Conheço, do, do Dona Festa, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Oi?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Da empresa do Dona Festa, o Gustavo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não sei.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É, eu acredito que seja.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá.

A relação do Douglas com o Moisés, como é que tu vês essa relação do Douglas com o Governador: íntima, profissional?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Muito próxima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Muito, muito?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Muito próximo. Eu vejo eles...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Podias falar um pouco sobre esse termo próximo?

Página 193. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3241
Rubrica

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, né, pelo que se comenta ele era um, um braço direito do Governador Moisés, né, que inclusive filtrava até solicitações aqui da Assembleia, né, Legislativa e, principalmente, também dos Municípios, mas eu considero ele com uma pessoa de confiança ou até então de confiança do Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tu achas que o Douglas fez alguma situação irregular nesse período aí do governo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, doutor, eu não posso responder por ele, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas tens experiência em governo, né, tu conheces bastante o setor de saúde?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, sim, sim. Na área da saúde, né, que eu, que eu tomei conhecimento na relação dele, tá vindo agora à tona esse, essa questão do respirador. Mas numa situação anterior, principalmente na área da saúde...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tu acreditas que ele teve alguma participação em alguma irregularidade?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, não posso responder por ele, doutor, eu não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Como é que tu teves acesso à Mahatma Gandhi? Como é que vocês começaram?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu trabalho desde 2017.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – 2017?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – 2017.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Depois do... da tua passagem pela Secretaria de governo da Saúde?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É. Eu fui superintendente de Planejamento e Gestão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Quem te colocou lá?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O... Gelson Merísio e eu trabalhei pro João Paulo Kleinübing, Deputado Federal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá. Foi indicação do Gelson Merísio?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Dos do... É, ele juntamente com o Deputado, o então Secretário da Saúde, João Paulo Kleinübing.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá. E tu terias alguma coisa a acrescentar dessa força toda que o Douglas fez com relação a respirador, hospital de campanha?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tu viste algo errado ali?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O, Deputado, a minha participação realmente, né, foi tentar contribuir encaminhando orçamentos assim. Agora, se ele, né, fez algo com alguma empresa, eu não tenho esse conhecimento, porque...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Além do Douglas, tu tiveste relaciona... é... contato com o Helton, com o Luiz Ferreira?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O Helton eu tive é... é até importante a sua pergunta pra dar sequência, né, na, na questão do Deputado Ivan, eu tive... quando essa outra empresa, né, que de fato entregaria esses Equipamentos de Proteção Individual aqui, mediante a entrega - entregaria mediante o pagamento, não o pagamento antecipado -, o senhor Helton ele me liga, tá, ele me liga, me pergunta como é que estava o contrato, eu falei pra ele que não sabia, mas que a empresa teria condição de, de, né, de

Página 194. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

resolver, até porque não é uma relação comigo, é uma relação com a empresa, né, é uma relação de um valor até considerável, e naquele momento ele questiona o porquê que a gente não fez a contratação da empresa, que era essa empresa da senhora Ivone Campos, IR Consultores. Eu falei pra ele que eu não saberia, mas que procuraria verificar para lhe dar um retorno.

Liguei pro seu Luiz, que é o agente da ECB, que era essa empresa, perguntei a ele qual o... como estava o processo de, de, de, de, de, de transporte desse tipo de carga, e perguntei a ele, né, e ele falou que tava tramitando, que iriam cumprir o contrato e quando chegasse aqui no aeroporto o Estado ia lá, verificava todos os equipamentos e ia autorizar o pagamento.

Na sequência é... ele me passa o contato, pede pra eu fazer o contato com essa empresa de Brasília, porque segundo ele a empresa de Brasília teria dito que a carga já estava no aeroporto da China, aproximadamente doze a quinze dias, aguardando o governo do Estado de Santa Catarina efetuar o pagamento pro pessoal de Brasília. E naquele momento foi um momento muito difícil porque todo mundo tava procurando absolutamente tudo, os Estados Unidos inclusive confiscando, né, equipamentos e até aviões.

Eu já duvidei, mas procurei, obviamente, obter a informação e, assim eu o fiz, ao contactar o senhor Luiz, pedi a ele pra dar uma atenção na carga, que segundo o próprio Secretário estaria disponível e etc. através dessa, dessa, dessa empresa da senhora Ivoneci Campos. A informação que eu tive do proprietário dessa segunda empresa, senhora... é... senhor Luiz da ECB, que não tinha carga nenhuma. Ele inclusive me ligou, né, de forma até um pouco preocupada, perguntando se o Governador do Estado de Santa Catarina queria ser preso. Até fiquei um pouco assustado e eu perguntei qual o motivo? Ele disse assim: olha, não existe carga nenhuma, não tem absolutamente nada. A pessoa simplesmente ficou nervosa quando falou que a carga tava na China, mas a minha empresa também tem escritório na China, eu precisava ver a carga, segundo essa empresa, pra efetuar o pagamento, né, porque o compromisso dele era trazer a carga e receber aqui.

E ele... e ele me ligou assustado dizendo que não dava pra garantir o pagamento de uma empresa que na verdade essa empresa não teria esse lastro para trazer esse tipo de equipamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, foi essa a relação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E tu percebeu, nesses últimos dois anos, o aumento de patrimônio do Douglas?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Sim ou não, Leandro.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, acho que sim, sim, sim. Ele, ele, ele, ele foi prum condomínio, né, ele teve, ele... juntamente com a esposa, mas eu acho que quando a esposa foi pro condomínio, teve um boato que ele separou ali, mas eu não sei exatamente onde é a casa dele, e ele tem uma casa lá na praia de São Miguel, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor, Presidente, gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Eu queria me inscrever também, Deputado Sargento Lima.

Página 195. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3242
Rubrica

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está inscrito, Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Doutor Leandro de Barros, o senhor já confirmou que a sua empresa tinha contrato com o Hospital Mahatma Gandhi. O senhor poderia precisar exatamente a data?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu tenho... eu tenho uma relação com o Hospital Mahatma Gandhi desde 2017. Eu advogo pra instituição. A instituição é de São Paulo, é uma instituição que já tem mais de seus cinquenta anos, né, que presta gestão na área da saúde pública, não somente aqui no Estado de Santa Catarina, mas sobretudo em outros também, e eu represento eles aqui, é... desde 2017.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – A doutora Mariana Rabello Petry também é representante jurídica do?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ela tem 1%, doutor, é... na minha sociedade, desde 2018, que é uma forma, né, é uma prática da advocacia, né, a gente atuar como sócios e associados, e ela de fato aparece no meu contrato social.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor falou também nas EPIs. Qual a empresa das EPIs e se o senhor também representa essa?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É... a empresa se chama ECB.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ECB.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ECB e Importação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – De onde?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ela é do Rio Grande do Sul. Eu conheci, na verdade, nesse momento de pandemia, por intermédio do senhor doutor Robson, que é médico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Doutor Robson?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Doutor Robson que é... faz parte do Instituto Maria Schmitt, e ele que me apresentou que a instituição estava cotando com essa ECB para trazer uma carga para o Instituto, e eu fiz o vínculo direto entre ECB e Secretaria nesse processo de, de aproximação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E o senhor lembra da data que... do contato com essa empresa?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, eu fiz contato sobre respirador com a mesma, com o mesmo agente, e fiz contato, se eu não me engano, entre o dia 1º e o dia 2 do mês de abril com essa empresa através do senhor Luiz Henrique.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Luiz Henrique.

O senhor também já confirmou que o vosso escritório tem contrato com a empresa Veigamed. É... que data que é esse contrato?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se me permite, doutor, eu não tenho escri... eu não tenho é... isso talvez, né, de fato levou todo a esse contexto da minha relação, mas eu não tenho absolutamente nada com a Veigamed.

Eu fui, na verdade, né, levado a uma informação de um empresário de São Paulo, senhor Fábio Guasti, que é proprietário da empresa MeuVale e de outro, de outras empresas, mas em especial a MeuVale, a qual eu tenho um contrato com ele desde fevereiro de 2019, né?

Eu fui conhecer a Veigamed numa ligação depois de o Estado de Santa Catarina ter efetuado o pagamento a ela mediante essa ligação do Fábio, que me disse – e foi uma surpresa pra mim – que ele tinha essa ligação, que a empresa era do grupo dele e que então me pediu para que eu fizesse o contato. Mas, antes da data do dia 3, eu não conhecia a Veigamed. Não tem nenhuma relação minha com essa empresa.

Página 196. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Qual a sua relação com Fábio Guasti?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Profissional, vinculado a... aos negócios da MeuVale, que é um ramo de fornecimento de cartão de benefício, de vale-alimentação, vale-refeição, de teleatendimento. Então, é... a minha relação com ele é essa, né?...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor firmou contrato com essa empresa...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Firmei, firmei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...a MeuVale?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Firmei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI –Desde quando?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Fevereiro... fevereiro de 2019.

A minha proximidade, né, é, é, até tá sendo também objeto de vinculação, mas a MeuVale aqui no Estado de Santa Catarina ele tem o... o Gilliard Gerent, que inclusive é objeto também de investigação, né, e que tem um escritório e eu acabo auxiliando ele... a minha relação é mais com o Gilliard e o Fábio fica como empresário lá em São Paulo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E ele, Fábio, lhe pediu exatamente o quê?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ele pediu, né, no dia 3, ele me liga e pede pra eu realmente tentar tranquilizar o Estado, porque tinha, tinha-se um boato que a empresa Veigamed era fantasma. E, segundo ele, a empresa Veigamed pertencia ao grupo dele. E eu fiz o que ele me pediu, depois de confirmada e consolidada já o contrato com a empresa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Qual a relação entre Fábio Guasti e o Douglas Borba?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu não sei, doutor, desconheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Em algum momento apresentou...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não. Por intermé...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...os dois?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Por intermédio meu, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor tem conhecimento de uma mensagem de WhatsApp enviada por Douglas Borba à Márcia Pauli lhe nominando como contato para tratativas de aquisição dos respiradores?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Na minha pessoa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Isso. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisora: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, como eu falei, ele, de fato, fez o contato comigo e pediu pra, pra eu ajudar nesse processo. É... eu já estava inclusive falando com a Márcia a pedido do doutor Robson, do Instituto Maria Schmitt. Inclusive eu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Sobre os respiradores?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sobre os respiradores. Inclusive eu re... eu, eu, eu falo pra ele por telefone quando ele me liga...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas depois da ligação do Douglas a coisa...

Página 197. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3243
Rubrica

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu já estava em contato, só que a minha proposta naquele momento não tinha nenhuma vinculação com a Veigamed.

A minha proposta, inclusive, deve tá registrada no WhatsApp dela, que é uma proposta de R$ 95 mil, que é um valor, né, 70 mil a menos por respirador, que representa 14 milhões a menos, uma proposta final, e isso deve estar registrado no WhatsApp dela. Então, é, ele me faz contato, eu já estava em contato com ela, e eu fiz esse registro.

Além desse registro que eu fiz, acredito, pessoalmente, encaminhando a proposta por intermédio do doutor Robson, é, eu também tenho um registro, no dia 27 de março, por intermédio do senhor Luiz Henrique, que é o... o responsável pela ECB, que registrou uma proposta de 19 mil dólares no WhatsApp da... senhora Márcia, servidora, a... a título de aquisição de equipamento.

Ela colocou que infelizmente não atendia a especificação, né? Até interpreto que o infelizmente... porque ela tava lamentando, né, a... a... a escolha, talvez, do descritivo do equipamento, que na minha avaliação estava, sim, direcionado, tá? Mas, é... muito provavelmente ele deva ter repassado pra ela que eu faria contato e eu já estava com contato com ela.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O.k., Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente, gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO– ...fazer algumas indagações aqui.

A gente está aqui para esclarecer e tentar entender essa relação. E algo que está aqui matutando a minha cabeça, né? A sua mãe participa da Comissão de Licitação do governo; o senhor tem essa relação de amizade com o Douglas Borba; o senhor representa empresas de saúde. Tudo isso foi feito, assim, de forma voluntária? Como é que foi isso, essa... é...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se me...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...o senhor indica, o senhor não tinha nenhuma remuneração sobre isso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, um (*ininteligível*)... até pra reafirmar: a minha mãe, ela não é da Comissão da Secretaria de Administração (*ininteligível*)...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas o senhor admite que fica no mínimo um pouco nebuloso, é...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não. Vê... ao, ao primeiro olhar, fica, mas é, é, só repetindo, a minha mãe, depois os senhores podem verificar, e ela não está nessa condição, participando da Comissão, na condição de suplente, somente nesse governo, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Os senhores podem pedir portarias dela, inclusive, de governos anteriores, exatamente por quê? É... não se tem... é... servidor efetivo suficiente pra, pra se montar uma comissão.

Ela participou, na condição de suplente, de uma comissão, né, pra seleção de agências de publicidade e não exatamente contratação de órgãos púb... de... por intermédio da Secretaria da Administração. Não passa pra ela, por ela, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas o senhor veja que ficou tão nebuloso...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ficou...

Página 198. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO –...ficou uma situação tão... estranha...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...o Ministério Público pede a sua prisão. Quais são as acusações?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Deputado, eu... reconheço que ficou. Eu.... inclusive, é... depois que eu recebi esse telefonema, né, e aí realmente a gente se coloca numa condição em que... o centro veio atra... pra minha pessoa, né? Porque, né, ainda que indiretamente eu, eu fiz e tentei contribuir nessa questão do hospital de campanha, né, por intermédio de um Prefeito lá de Luiz Alves... Eu tentei, é, é, ajudar na questão do respirador, mas na questão do respirador, pode ter certeza, que a minhas propostas, inclusive, podem verificar o WhatsApp, são menores do que foram apresentadas, mas não... Mas foi uma forma voluntária que eu acabei encaminhando por intermédio de um fornecedor de uma instituição a qual eu represento, né? E a situação realmente chegou nesse momento.

Eu, eu, eu acredito que, e reforço, que os trabalhos do Ministério Público realmente estão sendo, à luz daquele momento, muito bem realizados, levantados, porque, de fato, depois da... da, do recebimento da ligação do senhor Fábio, ele me faz com que eu entre nessa relação da Veigamed, né? E acredito que essa relação que ele me colocou, numa ligação que eu tenho e... com ele numa outra empresa, né, absolutamente fora desse contexto, me faz entrar nesse processo do respirador. Porque até então eu não apareço, é... até a contratação, eu apareço encaminhando, é... é... propostas, né, eu acho que duas, três, menores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Fábio...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Leandro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Perdão. Senhor Leandro, está claro aqui que você é a ponte principal entre a Veigamed e o governo do Estado. Não vou me atentar à questão de hospital, mas o senhor é a principal ponte.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Por parte do governo, por parte do senhor, é... qualquer menino de 14 anos acessa aqui o senhor Google e vai olhar o endereço da empresa e vai ver que é uma casa de massagem, é um prostíbulo na frente. Que se pesquisar os negócios, as transações financeiras da empresa no ano passado, chegou a R$ 20 mil. Aí de repente... ou seja, tem alguma coisa errada, e muito errada nessa história – não quero aqui botar o boi na frente do carro, mas 33 milhões para uma empresa que o senhor fez a ponte, e essa empresa vende 33 milhões que... que são pagos adiantados para respiradores que... não sei se vocês acreditam em milagre, mas nunca chegarão.

Ou seja, então o senhor entende que é dinheiro público, é dinheiro do contribuinte e que nós estamos querendo chegar... Quais os critérios usados para isso? Ou vocês são muito incompetentes ou são extremamente corruptos, até me perdoe, mas são 33 milhões do dinheiro do contribuinte, o senhor é o principal agente que liga essa empresa, por intermédio de *a* ou de *b*... foi o senhor, o senhor é responsável, tem toda uma experiência, já foi Secretário, e aí se paga 33 milhões adiantados.

Vocês não fizeram uma pesquisa, qualquer escritório de advocacia, qualquer indivíduo... eu acho que eu, que vim do setor público, investigava a empresa, os negócios, olhava no Google, pelo menos. Vocês fizeram isso, pelo menos? Olharam no senhor Google o endereço...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...da empresa?

Página 199. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3244
Rubrica

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Mas o senhor tá me colocando como? Como agente público? O senhor tá me colocando que participou da cotação, é isso?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Quero entender de quem é a culpa, se é incompetência sua...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – A culpa é do Sec... Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...se é corrupção do governo. É isso que nós queremos chegar.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha (*ri*), concordo plenamente com as suas palavras, viu, Deputado, principalmente quando você fala que realmente tava direcionado, que realmente esses valores tão fora do mercado, que realmente esse equipamento não haveria necessidade de comprá-lo. Concordo e... e não, não, não retiro uma palavra em relação a isso.

O que eu peço retificação é naquilo em que me coloca nesse processo de contratação. Eu não represento a Veigamed. Quem representa, e o culpado dessa relação, é o senhor Fábio Guasti, que foi o agente que intermediou essa relação prévia, né, que posteriormente ao recebimento ele me contata...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Sim...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...e eu apareço posteriormente.

Agora, é... é... tanto que se vossa excelência verificar nas mensagens que eu enviei pra Márcia, eu coloco que eu não, nem sabia que eles tavam participando, eu não sabia como iria acontecer, mas de fato assim o fiz, é, mandando as mensagens depois de consolidado o pagamento antecipado.

Concordo plenamente na questão da especificação, não haveria nem razão pra pagar antecipado, até porque, né, como eu tive também acesso aos autos, a própria é... proposta da Veigamed não exigia pagamento antecipado de tudo, me parece que eles estavam exigindo 50%, 25 e 25, então... e simplesmente pagaram absolutamente tudo.

Agora, quem determinou esse pagamento, quem recebeu esse pagamento, quem foram os agentes que, é, fizeram o descritivo, me parece que essa pergunta, realmente, tem que ter a devida resposta. É... repito, né, eu entrei na sequência, fiz isso por solicitação do senhor Fábio e por intermédio da relação que eu tenho ele com a empresa MeuVale.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Leandro, é evidente, ou o senhor é uma vítima e levou um grande golpe, né? Mas, ou seja, o governo ou o senhor tinham a responsabilidade de investigar, né, quem foi que deu essa autorização? Foi o senhor Secretário de Saúde, Helton? Foi a Casa Civil?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Mas o senhor entende que eu tenho responsabilidade... é... de investigar em que sentido, o... Deputado? Porque assim, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Então o senhor não sabe de nada, resumido?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor só fez a ponte da empresa...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não... é que na verdade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...o senhor não se envolveu...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...assim, não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...porque o senhor liga para uma adjunta, que tem a legalidade para dar prosseguimento e celeridade nesse contrato...

Página 200. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não, não, absolutamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Ela alega isso.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não. Se... eu, eu acredito que, né, pela, pela relação e cronologia das mensagens que se tem, em relação à Veigamed eu apareço depois de consolidada a, o pagamento. Eu não, eu não participei no procedimento prévio.

Agora, me cabe, obviamente, né, é... é... é... entender e compreender a sua fala no sentido de que deve ser investigado esse processo, dentro da especificação, o porquê e o motivação que se não comprou um respirador de R$ 95 mil, de R$ 100 mil, e se comprou um de 165.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor tinha informações que algumas empresas aqui de Santa Catarina, como bem especificou...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Tinha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...certamente, vai que elas se ofereceram para buscar esse...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se ofereceram, sim, sim. Tanto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor tinha esse conhecimento?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...tanto tinha, que... na proposta que me perguntaram sobre compra de respiradores pra hospital de campanha, eu ti... eu estava levando em consideração as empresas aqui no Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor entende que se torna ainda mais nebuloso, que se tem empresas catarinenses que querem ajudar a trazer isso praticamente de graça...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Totalmente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – De repente vai fazer um contrato com uma empresa *fake*, que não existe, levar um golpe e pagar adiantado com 33 milhões?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Entendo perfeitamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – (*Ininteligível*) tem fumaça, tem fogo...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É su...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Isso tem cheiro de corrupção.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É surreal isso. É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Eu vou prosseguir aqui, até para ser objetivo, né?

Fala-se, e a gente tem algum material de documento, de um acordão entre os Prefeitos da Amfri, que o senhor também seria o intermediador nesse acordo com esses Prefeitos, iniciaram-se as conversas, tem reuniões, tem material, mas a gente está aqui conversando...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ã...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...e tem reuniões suas com Prefeitos da Amfri, está evidente, a gente tem esse material.

O que o senhor diz sobre esse acordo, sobre os Prefeitos?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se eu fui alguma reunião com os Prefeitos?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor intermediou uma relação entre Prefeitos e governo...

Página 201. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3245
Rubrica

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não, não. Não.

Na verdade, eu fiz uma análise técnica de uma proposta que a Amfri, através dos seus Prefeitos, tinha de uma outra entidade que eu desconheço, mas posso apresentar se for necessário...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor teve reunião com esses Prefeitos?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não. Eu recebi por telefone e WhatsApp a... a proposta, analisei a proposta em... pouco mais de duas horas, e falei a eles que a proposta que essa entidade de fora estava propondo pra aquela região estava totalmente fora de mercado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – E foi isso que eu fiz...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Permita-me salientar...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – E eu não participei de reunião, eu fiz esse, essa, essa, essa análise técnica sobre os números que foi apresentado então pra aquela região.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Permita-me aqui, Leandro, salientar ao senhor, como advogado tem ciência que faltar com a verdade... há punições para isso.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Totalmente, tô aqui, inclusive, à disposição pra falar a verdade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Sim. Qual é a sua relação com o Prefeito Morastoni?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Nenhuma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Por que em Itajaí?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não sei. Eu, eu, como eu falei até pro Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Nós temos aí 295 Municípios...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se me permite...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...e de repente Itajaí...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se me permite, Deputado. Até falei pro Deputado Ivan, é... é... eu, eu discordo da política de hospital de campanha, se fosse me perguntar o que eu faria numa relação de pandemia. Eu discordo. Agora, não me cabe eu opinar como gestor, né? Me cabe, naquilo que me vem, eu opinar. O que que me veio? Região de Itajaí, com a proposta de... de... de fazer um hospital de campanha, nesses moldes que eu comentei aos senhores, aos valores que eu também comentei, e eu disse que os valores estava muito acima do mercado. Foi isso a minha participação em relação a isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Leandro, o senhor já responde algum processo judicial junto aos órgãos...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Respondi um pro...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...de controle referente a negócios públicos?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não. Não, até porque eu nunca tive essa relação, infelizmente, né... Estou respo... respondendo por isso (*ri*). Mas estou aqui, inclusive, até, né, como o Deputado falou que me viu a entrevista no SBT, é... estou enfrentando uma situação muito difícil, tá? Pra mim, em especial, mas pra minha família também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Hum, hum.

Página 202. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Mas sei da minha responsabilidade, é por isso que tô enfrentando toda essa questão de imprensa, e eu não vou me fugir, não vou me furtar a responder aquilo que for necessário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Eu vou finalizar, até porque eu sei que meus colegas Parlamentares também têm questionamentos, mas eu vou... eu sou obrigado a perguntar: o senhor é algum tipo de bom samaritano? Fez tudo isso na amizade, na camaradagem, se envolveu em todo essa... né...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...esse desgaste físico, emocional, psicológico, nos seus negócios, por amor, por...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor é algum tipo de bom samaritano? A Bíblia conta a história de um homem que era...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...bom samaritano.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu advogo pra algumas instituições...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Não, mas essas pontes, essa indicação...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor se envolve no hospital de campanha...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...nessa CPI, na compra de EPIs. Algo estranho, nebuloso, que a gente está a cada dia mais chegando perto...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...que cheira a corrupção...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...o senhor fez isso por amor, o senhor não receberia nada...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu não receberia nada. Mas se, né, se vossa excelência consultar, talvez, né, pessoas em comuns da nossa relação, né, na área da saúde, vossa excelência vai verificar o quanto tento ajudar as instituições, o quanto eu tento ajudar os hospitais filantrópicos.

Trabalho pra algumas instituições que, inclusive, com muita dificuldade financeira, estão tentando sobressair em relação a essa condição financeira, né, de pandemia, a exemplo, por exemplo, desse hospital de campanha, que na minha avaliação deveria reforçar a nossa rede hospitalar de hospitais filantrópicos, que essa é uma opinião minha.

E... é o que eu tenho a dizer. Eu realmente tentei ajudar, eu não tenho nenhum indicativo de...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Vou finalizar com uma pergunta.

No mínimo a gente procura aqui saber essas informações, né, saber a verdade. Pelo que eu ouvi das conversas, o senhor certamente vai dizer que não sabe. O senhor não sabe de quem partiu a ordem para a compra dos respiradores? Partiu do Helton? Partiu do Douglas Borba? Porque um diz que foi o outro, o Helton diz...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, na...

Página 203. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3246
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...nas entrevistas que foi o Douglas; o Douglas diz que é o Helton. De quem é a culpa?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu, eu não posso afirmar e também, né, não... não sei até que ponto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não sabe, no caso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não... eu queria... posso responder no que eu penso sobre isso?

Como eu falei, eu não sei se tem envolvimento ou não tem envolvimento o senhor Douglas Borba, o que eu posso afirmar é que a relação de compra, já participei, já estive na Secretaria, a responsabilidade do pagamento antecipado não é da senhora Márcia, é do Secretário de Estado, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO –Seria o senhor Helton?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Senhor Helton. Quem que determina um pagamento desse volume? E não foi somente esse pagamento, né? Foi... me parece que também tem um movimento pra verificar outras compras que também foram antecipadas, e me parece também que seria uma outra compra na ordem dos EPIs, também na ordem de 70 milhões antecipados.

Então, a responsabilidade, até por conhecer a estrutura lá...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Bom lhe ouvir, esclarecedor.

Eu me considero satisfeito, senhor Presidente.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Obrigado, senhor Presidente.

Quero cumprimentar o senhor Leandro, agradecer pela presença.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Bom dia, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Leandro, a primeira pergunta: o senhor é um profissional da advocacia...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...o seu escritório é de advocacia. É... na sua formação da empresa ela tem *expertise* lá para assessoria em saúde ou representação comercial ou é realmente um escritório de advocacia?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É um escritório de advocacia. Eu, em particular, tenho especialidade na área da saúde, né, sou pós-graduado em Gestão da Saúde Pública, em Micropolítica da Gestão do Trabalho em Saúde e Direito Municipal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Desde quando o senhor conhece a servidora Márcia?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – A servidora Márcia eu conheço... quando entrei na, no cargo de superintendente de Planejamento e Gestão, que é um cargo diferente ao qual ela exerce hoje. E conheço ela por ela ser, na época, gerente de uma superintendência... hospitalar, se eu não me engano, na época do então Secretário João Paulo Kleinübing.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E qual a sua relação pessoal com o ex-Secretário Douglas Borba?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, a minha relação pessoal, né, eu não nego que tenho essa proximidade familiar por... em razão dessa situação pontual

Página 204. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

do meu cunhado, mas em laço de amizade é... eu pertenço a um outro, um outro grupo, um outro contexto, inclusive político, lá no Município de Biguaçu, mas não desconsidero que ele é um colega lá na região, né, de Biguaçu, todo mundo conhece. Atualmente (*ri*), ou o adora ou, né, ou não, né, principalmente diante do que tá acontecendo, mas eu nunca, inclusive, nunca o apoiei a título de... de, de pessoa, né, política, ali na na cidade de Biguaçu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor mora no mesmo condomínio que o senhor Douglas Borba?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, o... eu moro num condomínio desde 2018 pra 2019 e acredito que recentemente, na verdade, ele conclui a residência lá, mas me parece que ele separou da esposa e só foi a esposa, parece que a esposa está morando sozinho lá, e eu não sei... eu não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor Matheus, que esteve aqui nesta CPI, disse que praticamente todos os sábados, é, vocês jogam bola junto. O senhor, Matheus, Douglas Borba... Isso confere?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ele falou que eu jogo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Sim.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu não jogo bola com eles nos sábados. Eles são do outro grupo, acho que é um grupo do futebol lá, Galácticos, se eu não me engano. E quando eu joguei futebol eu joguei lá no Biguá, que é um... campo de futebol ali na Praia João Rosa. Eu não tenho relação de amizade com o grupo do Galácticos, que é ao que o Matheus e Douglas pertencem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O Juliano Barros é seu irmão?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E ele ocupa cargo público?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ele ocupa... aqui na... Prefeitura de Florianópolis.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Ele não... é... foi indicado pelo Douglas Borba para um cargo na Casa Civil?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor tem certeza disso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Certeza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor, quando afirmou aí nas perguntas que o pessoal lhe fez, o senhor disse que o senhor atestou para a servidora Márcia, com relação à Veigamed, a pedido de outro empresário que o senhor presta... o senhor presta... serviço.

O senhor diz, numa mensagem de WhatsApp para a servidora Márcia: Conheço a empresa, nem sabia que tinha participado, fizeram contato comigo agora porque souberam desse movimento e perguntaram se eu conhecia alguém. E, daí, o senhor disse assim: De fato eu conheço. Eu conheço eles, e fique tranquila, vai dar tudo certo.

O senhor mandou essa mensagem para a Márcia?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Confirmo que mandei, ã-hã.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Então o senhor induziu a servidora Márcia a ficar tranquila com um caso que o senhor não sabia se era verdade ou não, simplesmente a pedido de um amigo seu.

Página 205. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3247
Rubrica

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É... Na verdade ele também não é meu amigo, né? Ele possui uma relação comigo profissional, no âmbito jurídico, ele é meu cliente, na verdade, numa outra empresa, e segundo ele essa empresa seria dele, do grupo deles, e ele me pede exatamente pra eu passar essa informação, até porque não me cabe cumprir o contrato, né?

Então, eu, de fato, mandei a mensagem. Ela até fala da questão... se eu pudesse encaminhar os EPIs junto e eu reitero ela que eu só tomei conhecimento dessa informação agora, inclusive tá registrado isso também no WhatsApp dela. É... eu reforço, inclusive na mesma ligação do Fábio eu peço a ele muita urgência na entrega desses equipamentos, eu solicito isso a ele, tanto que no dia seguinte ele... ele é chamado na Secretaria de Estado da Saúde, era um sábado pela manhã, e ele me pede pra acompanhar o representante da MeuVale aqui nessa reunião, exatamente pra tratar dessa situação, né, de entrega.

Eu falei a ele que eu não poderia ir, juntamente com o Gilliard, e o Gilliard acabou indo sozinho pra essa reunião.

Então, eu de fato fiz isso, né, talvez, é, é, é, é, teve essa primeira impressão da Márcia, mas, é, provocada pelo senhor Fábio Guasti, relacionado a essa questão da empresa Veigamed. Eu não conhecia a empresa, pensei, e ele tem estrutura financeira pra cumprir esse contrato, independentemente se a Veigamed é ou não é fantasma, acho que isso é importante também saber, que ele tem estrutura financeira e estrutura empresarial, e aquilo que eu conheço dele, e ele me passando uma garantia, eu acreditava que era a verdadeira afirmação quando ele diz que a empresa fazia parte do grupo dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor também enviou uma imagem da empresa Veigamed para... para a Márcia e se (*ininteligível*)...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Foi ele que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ... essa imagem é uma imagem falsa. O senhor tinha conhecimento disso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Que era falsa, não. Eu peguei a imagem que o senhor Fábio me encaminha e repasso à... à... servidora Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor está ciente que com essas atitudes o senhor, com a confiança que tinha da servidora, o senhor poderia estar induzindo ela a cometer um crime, porque o senhor estava avalizando algo que o senhor nem sabia que conhecia. Muito estranho.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha... olha... Deputado, se me permite, na verdade é... quem consolidou a firmatura do contrato, o pagamento antecipado, a descrição, a cotação, a seleção, não fui eu. Agora, se é crime eu receber uma informação do meu cliente para, na sequência, tentar dizer ao Estado de Santa Catarina que ele vai cumprir um contrato, me parece que não tem crime nenhum.

Então, eu acho que essa é a minha participação, eu tô aqui, né, disposto realmente a responder aquilo que for necessário, mas eu acho que até a questão do contrato, a firmatura e o pagamento, não tem participação minha. A minha participação existe e, e reitero que foi não encaminhamento dessa mensagem, mas eu des... desconheço uma indicação de crime por avalizar algo que, na verdade, o empresário tá dizendo que vai cumprir.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas esse empresário não foi o empresário que vendeu.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Mas eu, eu não participei, doutor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Nem faz parte do contrato social da empresa...

Página 206. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Aí, aí me ca... aí cabe quem contratou, quem firmou contrato, analisar se o Fábio não, não representa. Provavelmente pro Fábio estar ali, né, algum contato ela tam... ele também teve com a Márcia.

Agora é... é... confesso, né, que em parte tenho que lhe dar razão, porque realmente essa questão, né, do, do, do descritivo, do pagamento, dessa relação... Agora, a minha fase que na verdade eu, eu acabei encaminhando essa mensagem, já estava consolidada a contratação, o pagamento já tinha sido realizado, né?

Então me parece que, é,,, a minha mensagem, ainda que sem efeito, com efeito de tranquilizá-la, no dia seguinte ela tava chamando o representante da empresa, que também, na minha avaliação, o senhor Fábio, de forma talvez até maldosa, encaminhou não o... representante da Veigamed, encaminhou pro representante da MeuVale, que nada sabia sobre a Veigamed, e ele representa a instituição também sabendo absolutamente nada, entendeu?

Então assim é, é, é, é... realmente foi uma situação que aconteceu. Esse, esse menino, que também foi pra essa reunião, é, infelizmente também tá nessa situação, mas eu acredito que o grande responsável por essa... posso dizer lambança desse processo inteiro, desde o início até a contratação, até o pagamento, até a entrega que nem... não sei nem se vão... como é que tá essa questão da entrega, se chegou cinquenta ou não chegou, mas... é... a minha participação se limita nessa situação. Eu não contratei, eu não paguei, eu não escolhi e eu, inclusive, contestei os valores, que na minha avaliação estão superfaturados, não haveria necessidade, não escolhi esse descritivo de equipamento e eu não participei desse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor tem conhecimento da cotação que foi feita com a empresa de Joinville, que cotou pelos mesmos 33 milhões...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não tenho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...e depois a Veigamed utilizou essa cópia dessa cotação para fazer a cotação dela, inclusive deixando o nome dessa empresa. O senhor sabia disso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não sabia.

Eu, eu... na fase de contratação e, e deve estar registrado no... no teor da conversa que tive com a servidora Márcia, a cotação menor que foi enviada foi essa cotação de R$ 95 mil, por intermédio meu, e provavelmente deve tá na... registrado no celular dela, ou por intermédio de um terceiro, solicitado pela gente, que é o senhor Luiz Henrique, na ordem de duzen... de 19 mil dólares, é... com pagamento, é... somente na entrega dos equipamentos. Eu não tinha esse conhecimento dessa... sei lá, talvez até esse conluio, aí, com essas empresas eu não... não tinha conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor trabalhou na área da saúde, eu, eu notei que o senhor tem conhecimento da área da saúde, inclusive comungo do ponto de vista de que hospital de campanha estava totalmente fora de propósito, inclusive defende isso.

O senhor sabia que Santa Catarina é o maior polo de importação do Brasil, o senhor tem conhecimento disso? O senhor sabia também que empresas teriam se oferecido para o governo para trazer esses equipamentos pelo custo, lá da China, somente com o custo de transporte?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu tinha... eu tinha conhecimento, é, embora não tinha autorização, né, da Anvisa pra trazer ainda, inclusive o próprio Senador Dário Berger é uma pessoa que, né, foi se...é, é, provocada pra contribuir nesse processo também.

Página 207. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3248
Rubrica

Eu tinha conhecimento é... inclusive apoiava essa ação absolutamente, tanto que na... na, nas proposta do hospital de campanha, no quesito ventilador, a gente tava aguardando, porque a gente tinha informação que a Anvisa ia liberar a qualquer momento, e me parece que até agora não, não chegou essa informação e não sei se já se li... já foi... liberado a, a, a autorização pra... pra fabricação desses equipamentos. Mas concordo co...com vossa excelência que seria o modelo ideal, realmente a...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não, até para importar.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não só fabricar, como...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...como empresas que estão iniciando esse mês a fabricação com as devidas...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...autorizações, mas para importar sem auferir nenhum lucro...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Entendi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...importar pelo custo, e com o acompanhamento dos seus escritórios na China, para ter a certeza que iam receber os produtos adequados aqui.

O senhor não sabia disso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não sabia.

Eu... eu fiz mais um contato, agora lembrando, eu fiz o contato com senhor Paulo, que tem uma empresa importadora ali de Taió, eu acho. Mas ele, na oportunidade, na questão dos EPIs ele não tinha essa condição financeira de o... desse valor pra trazer, então... eu acabei recomendando que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E por que o senhor acha que o Douglas Borba lhe ligou para que o senhor ajudasse na questão da compra dos EPIs?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, na ver... eu, eu acredito que a intenção dele era perguntar se tinha condição de comprar EPI sem pagamento antecipado, porque na sequência ele me pergunta... ele me fala sobre a questão do projeto de lei da... da Assembleia. E, aí, eu respondi a ele que não haveria necessidade de pagamento antecipado e respondi a ele também, a minha avaliação, no que se refere à... é... ao projeto de lei, como eu disse, né? Então, acredito que ele me ligou pra pedir a minha opinião sobre essa questão da im... da, da importância ou não, desse pagamento relacionado a esses equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Obrigado.

Satisfeito, senhor Presidente.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Pois não. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Vossa excelência com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Obrigado, senhor Presidente.

Senhor Leandro...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Bom dia.

Página 208. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Eu lhe pergunto, a empresa que o senhor representava, o senhor pode, por favor, citar o nome dele novamente?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – A empresa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – A empresa que o senhor apresentou a proposta.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Dos EPIs? É a...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – (*Ininteligível.*)

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É o...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Dos respiradores.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso, é o senhor Luiz, da EC... da... é um agente da ECB, senhor Luiz Henrique, depois até... posso passar o contato pros senhores, tá? Eu acho que talvez...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Luiz Henri...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS– ...talvez é importante ouvi-lo, porque realmente ele teve uma participação também importante nesse processo, aí sim no processo de cotação, senhor Luiz Henrique, e também o se... o doutor Robson, né, através de uma... de uma empresa que eu não me recordo, mas depois também posso passar o nome aqui na sequência, Deputado, e também posso passar o contato dele pra...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O.k.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...confirmar as informações.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O.k.

Essa proposta foi formulada por escrito para a Secretaria da Saúde?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, o que que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Além do encaminhamento seu pelo... via *e-mail*, WhatsApp?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, é... o que que chamou a atenção nesse processo, né? É... a ausência de formalidade legal pra cumprimento da legislação.

Simplesmente, é... eu fui provocado, como eu falei, né, pelo doutor Robson e fui tentar verificar o descritivo, a formalidade, se tinha alguma referência, e pela surpresa, e não acredito por má intenção, mas por boa vontade da servidora Márcia, né, ela concentrou no celular dela os pedidos que foram recebidos a título de orçamentos.

Mas o que... a informação que eu tenho é que não houve formalização nenhuma em relação a processos que deveriam ter sido deflagrados a título de procedimento... é... licitatório.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O senhor tinha conhecimento que a proposta do senhor Luiz Henrique ou da empresa que o senhor Luiz Henrique representa, era no valor de R$ 95 mil cada respirador...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É, a propos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – ...e que a....

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Só uma retificação, se me permite, Deputado. A proposta do senhor Luiz Henrique foi 19 mil dólares, inclusive essa proposta...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Dezenove?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso, 19 mil dólares à época.

Inclusive essa proposta foi utilizada na sequência também como referência pros hospitais de campanha. É... e aí, né, até pra justificar, porque que 19 mil dólares, tavam falando aí em torno de cem, cento e poucos mil reais, e na proposta ali do hospital de campanha estava 115. Porque nesse período ali de quinze dias entre o *delay* da... das

Página 209. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3249
Rubrica

cotações do... dos respiradores para a deflagração do, do... do hospital de campanha, a gente teve um aumento do dólar. Então por isso que, né, até, é... no câmbio aqui do real teve essa diferença.

Então do senhor Luiz Henrique, respondendo objetivamente, né, do senhor Luiz Henrique foi 19 mil dólares, é... numa proposta dia 27 de março, dia 27 de março, para a senhora Márcia, e a do senhor... por intermédio da empresa, né, que foi encaminhada pelo doutor Robson, foi R$ 95 mil. Aí eu não me recordo a data, mas foi no período de, de contratação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O.k.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – E só pra esclarec... e só pra esclarecer, a do senhor Luiz, a informação, né, que me chegou à época, que o seu Luiz colocava o equipamento aqui, o Estado verificava o equipamento e pagaria depois. Se eu não me engano o do doutor Robson seria 20 ou 30% de entrada e 70 ou 80% na chegada. Eu acredito que seria essa a informação sobre a questão dos equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O.k.

Mesmo tendo conhecimento que a proposta da empresa que o senhor estaria representando no momento teria esse preço de 19 mil, 95, 100 mil reais cada respirador, e a empresa que foi homologada o valor de cento e sessenta e alguma coisa, não tenho exatamente agora, isso não passou pela empresa que o senhor representa de questionar essa homologação? Apenas a empresa se...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Todas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – ...satisfez com a decisão tomada pela...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Todas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA –...pelo governo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Todas as empresas questionaram. Todas. Algumas, inclusive, foram pegas de surpresa com essa homologação.

Uma, inclusive, é... que acredito que é o senhor Paulo, ficou muito indignado, muito indignado, é... com a condução que foi levada a efeito pela Secretaria de Estado da Saúde. Mas de fato houve essa indignação por parte de quem participou dessa cotação.

É... infelizmente, é, em relação a esse valor e essa diferença realmente que, né, precisa ser explicada a motivação dessa seleção.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Doutor Leandro, mesmo que houve essa indignação, mas ninguém teve a iniciativa de fazer uma denúncia, porque caberia muito bem fazer uma denúncia e talvez se tivesse até evitado que o Estado tivesse feito esse investimento, pago antecipado, uma vez que a proposta da empresa que o senhor representava inclusive aceitaria receber os valores dos equipamentos após a entrega.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Exatamen...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Aí fica um tanto quanto... fica para mim uma dúvida, inclusive depois de vossa excelência informar ou dar uma tranquilidade para a Secretaria da Saúde da concorrente, que ela iria entregar esses equipamentos, que pudessem ficar tranquilos. Não fica, assim... não há uma...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É, eu deixo, eu deixo, eu deixo claro...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA –...(*ininteligível*) de culpa das empresas? [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, eu deixo claro, inclusive na mensagem pra senhora Márcia, que eu não, né, recebi a informação naquele momento, né, eu até falo isso pra ela. Ela até me pergunta, eu falo assim, ó, recebi a informação

Página 210. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

agora, a minha condição com o senhor Fábio foi fazer com que ele, é... agilizasse a entrega, é... eu não sou conhecedor de equipamento, né? Mas a, cabe, na minha avaliação, investigar quem fez esse descritivo, quem aprovou o descritivo pra chegar num resultado.

Porque o senhor imagina, se a gente consegue tocar um hospital de campanha com equipamento de R$ 100 mil, poderia também tocar uma outra unidade com o mesmo equipamento, né? E isso à luz de, de uma pessoa, né, que embora atue na área, mas não sou especialista em equipamento, mas lá fora é... a, a avaliação que se tem é que não haveria necessidade de um equipamento tão caro quanto o equipamento se... que se cotou.

Agora, é... repito eu não, eu não consegui atuar até o processo de, de, de, de pagamento antecipado como ocorreu, porque eu tomei como surpresa, eu não imaginei, tanto que quando provocado fui em relação à questão do pagamento antecipado, como, como eu disse na relação dos EPIs, a minha resposta foi que isso é um absurdo, né? Tanto que o próprio Secretário retira o projeto de lei aqui da Assembleia, porque isto, realmente, no Direito Administrativo, é uma, uma situação, se for necessário, totalmente excepcional, e nós não tínhamos, e isso é muito importante frisar, a gente não tinha indicadores de saúde pra tamanha urgência da contratação. A gente não tinha uma alta taxa de ocupação de leito, embora todos muito preocupados, né, com a crescente demanda relacionada aos serviços no combate ao Covid.

Então, é, é, eu compreendo essa pergunta, mas eu não consegui obviamente atuar nesse momento entre a cotação e o pagamento, porque pra mim isso era até... no ramo Administrativo, uma forma amadora que se fez nesse processo de cotação. Agora, na medida em que você tem, eu até citei um exemplo numa, numa, numa pergunta que fizeram, né, a gente tá numa pandemia e o Estado seria como se fosse comprar um veículo, né, a gente tem opções de veículo no mercado, né, a gente tem o... veículos, é, que não, não vai te levar a algum lugar, nós temos veículos, é... populares e nós temos veículos executivos, né? Numa situação como essa se recomenda contratar ou comprar um veículo popular, né? Não um veículo executivo, me parece que o Estado, ele quis comprar um veículo executivo duma marca *x* e isso acabou gerando toda essa, essa situação na minha avaliação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Para finalizar, não ficaram claro para mim as propostas que foram encaminhadas pelo menos pela empresa que o senhor representa...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Tá...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — É, foram feitas por escrito? Ou você...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Não. Foi, todas as propo... todas as...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Tem conhecimento disso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Todas as propostas que a SES estava recebendo era por intermédio da senhora Márcia, ao menos o que eu tinha conhecimento, porque no início eu fui atrás dos descritivos e da formalização, até porque tu tem que abrir um edital de cotação de preços, né? E me parece que não foram observadas as... essas, é... recomendações legais que a legislação exige, então é... a relação que foi, é, colocada naquele momento foi via mensagem de telefone entre o prestador, no caso o fornecedor, e agente, agente pública, que no caso representada pela senhora Márcia. Não sei se teria outros também, mas em especial nessa situação do respirador EPI, seria a senhora Márcia que fez o contato em relação a isso.

Página 211. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3250
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — No caso o senhor não sabe se pedia garantia, se tinha um cadastro na empresa que ia fornecer esses equipamentos...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Deveria...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Ninguém solicitou?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Deveria ter, em absoluto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Mas ninguém solicitou?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Ninguém solicitou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Muito bem. Estou satisfeito.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Obrigado.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Leandro, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu que agradeço, Sopelsa, sempre bom ver o senhor.

Senhor Leandro, desde que o senhor sentou aqui, em quatro oportunidades, em quatro oportunidades o senhor citou uma situação de que por uma... a própria Veigamed teria partido uma proposta dela de um pagamento inicial de 50%. A própria Veigamed chegou...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...e falou: olha, nós precisamos de uma entrada de 50%.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — É, essa é uma pergunta que eu estou te fazendo.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — É...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor já afirmou isso aqui já.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Então, eu, eu consultei aos autos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — ...até para verificar o que que aconteceu antes da minha entrada no contexto da fala que eu tive com a Márcia. Eu verifiquei, e eu não lembro as folhas, mas isso consta nos autos, que a... a Veigamed apresenta uma proposta é... de pagamento antecipado na ordem de 50% e depois me parece mais 25%, depois mais 25%, então seria 50% pra garantir a, a... o fechamento da... da ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, até porque quem nos assiste é... ela tá vendo uma relação de compra.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — É aquilo que está havendo.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então, o próprio vendedor, a própria empresa que está vendendo faz uma proposta de uma entrada de 50%?

Página 212. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E a contrapartida do governo do Estado: não, nós pagamos 100%.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Hum, exatamente (*ri*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — É isso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — É isso aí o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá.

Então foi sim, houve a primeira proposta inicial, o senhor também...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Não, é, é que eu tomei conhecimento agora, eu fu... eu, eu não participei da relação de negócios, mas ao... obviamente...

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

É... ao fazer a (*ininteligível*) documento agora no processo, eu tenho a mesma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá, então, houve uma orienta... então não partiu da Veigamed a proposta de 100%? Partiu...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Do Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Da proposta do Estado de Santa Catarina...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...o pagamento de 100%.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Me parece que sim, porque se fosse cumprir a proposta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não, só tem duas pessoas nesse relacionamento, o comprador e o vendedor.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Se o vendedor...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — O vendedor pede 50%...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O comprador oferece 100%.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Tá perfeito, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Isso não tem uma terceira pessoa nesse relacionamento?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Por duas oportunidades o senhor disse que houve e que constatou um superfaturamento do produto.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Certo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Se me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — É... eu... eu....eu não conheço o descritivo desse equipamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — ...porque primeiro que me parece que até vai ser alterado, não foi alterado e etc. O que eu, o que eu friso é que é... a relação da necessidade, até eu usei o exemplo do carro pra tentar simplificar, não haveria necessidade talvez de comprar um equipamento como esse, embora eu não reconheça a... a especificidade desse equipamento, se ele vale ou não vale aquele valor, né? É como se fosse um veículo, a gente pode sair com o mesmo veículo, mas um pode tá no carr... no

Página 213. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3251
Rubrica

valor de 165 e outro de 100. O que eu... é, é... reitero, é que as propostas que foram apresentadas na faixa de 90 a 100 mil reais, são equipamentos que nos daria a mesma afinidade, finalidade desse equipamento que foi na ordem desse valor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas, enfim, constata-se o superfaturamento. Não existe uma condição de crime nisso, desde que haja um estado de necessidade do comprador.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Isso o senhor tem conhecimento.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Por exemplo, eu posso comprar uma Aspirina a R$ 0,10 e vendê-la a R$ 1,00, não é crime...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A não ser que exista um estado de necessidade...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Está lá no código (sic) 39...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...de Defesa do Consumidor, até nisso...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Hum, hum

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...pode se bater nisso lá dentro, desde que esteja acontecendo uma catástrofe, uma pandemia, uma epidemia...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Né? Então existe essa necessidade de se observar isso.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Já que se foi oferecido por uma, uma... a contrapartida, o próprio Estado advogava contra si mesmo, em vez de 50%, 100%, sabedor que era de que ele estava pagando um produto que já foi lhe oferecido, inclusive aqui outros Deputados já estavam citando a possibilidade (*ininteligível*) maiores do que esse mesmo, a contrapartida do Estado.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mais uma: por duas oportunidades o senhor apontou o direcionamento da compra, para que houvesse o direcionamento da compra, como o senhor mesmo citou aqui, houve direcionamento, sim, direcionados à empresa Veigamed ali. Qual foi a participação do Fábio...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) —...nesse direcionamento?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Porque o senhor disse, eles, alguém, eles...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eles têm que ser alguém.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Sim.

Página 214. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

É... até pra responder a sua pergunta, Deputado, nas duas fases, né? Pra haver um direcionamento a gente tem um descritivo que tá obviamente lincado a um determinado equipamento. É... comentários que teve em relação a essa condição que somente uma fornecedora teria esse equipamento, se eu não me engano em determinado local, né? Então, por isso que talvez foi provocado por essa linha. Agora é... a questão, né, do direcionamento, quem atuou lá fora na questão da contratação, da contratação naquele... no lançamento do... na negociação, me parece que foi o próprio Fábio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O próprio Fábio.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — O próprio Fábio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E quem ia estartar o pagamento, que acabou ocorrendo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O sujeito que fala assim: paga. Seria?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Pela hierarquia, na Secretaria, o pro... o Secretário de Estado da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Helton Zeferino.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Helton Zeferino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Seria ou é?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Pela hierarquia é ele, é ele, com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E quando que o senhor, só para conclusão, nós já vamos terminar...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Pois não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...e daqui a pouco vou até consultar os Deputados para um intervalo de dez minutos. Mas só para conclusão.

Em que momento o senhor teve conhecimento assim, olha, foi celebrado o pagamento. Quem te noticiou, quem pegou e falou assim: olha, foi pago.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — O, o senhor Fábio, ao efetuar a ligação no dia 3, às 17, 18 horas, 3 de abril, informando que ele venceu uma cotação e aí onde que ele me informou que ele venceu esse processo. Então eu tomei conhecimento somente nessa data. E eu... tanto que é, é, é... eu não imaginei que inclusive tinha sido antecipado, porque repito, eu falei com o Fábio dia 3 e no dia 1° tem o registro que dessa fala com o senhor Douglas Borba...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS —...a respeito dessa questão do pagamento antecipado, em que ele retira o projeto de lei porque de fato falou comigo e eu falei o que eu já falei aqui nessa Casa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para conclusão.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eles, seria o Douglas e o Fábio?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Eles que, que eu disse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Quando o senhor diz: houve a pressão...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...para se fazer a compra...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Tá.

Página 215. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3252
Rubrica

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...e houve a contraproposta do comprador, né?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Que para mim foi numa situação inversa...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) —...que eu acabei de explicar, somente um idiota ia dar... podendo pagar 50% ia pagar 100% a vista...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sem ver o produto.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas por isso que eu pergunto: eles é o Fábio...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Eu, eu não... eu confesso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) —...e o Douglas?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Eu confesso que eu não tenho conhecimento da relação do Fábio com Douglas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS —...não posso afirmar se sim e se não, mas é... é... a questão do pagamento, né, a hierarquia é a questão do Secretário da Saúde. Agora, se houve contato do Douglas com o Helton, se eles falaram alguma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Entre si...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS —...eu não tenho conhe...esse conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Seria isso.

O Deputado Fabiano da Luz com a palavra para encerrar. E, posteriormente, consulto os Deputados se ficamos acordados para um intervalo de dez minutos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Senhor Presidente, pela ordem, por favor. Pela ordem, senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pela ordem o Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Para justificar a minha ausência.

Nós estamos aqui em Rio do Sul num dia triste que perdemos um dos grandes empresários e baluarte da nossa cidade, o seu João Stramosk, e o velório dele se dará em uns minutos e eu preciso ir até lá.

Então, vou pedir licença a todos os colegas e ao senhor Presidente para me ausentar da reunião a partir de agora.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, e transmita os pêsames desta Comissão à família, Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com a palavra o Deputado Fabiano da Luz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Leandro, é...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Você conhece o sistema de compras, né, é advogado tem um escritório com vários sócios, então tem vários

Página 216. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

tipos de trabalho. E a gente sabe que para trazer um equipamento, produto, enfim, para importar, se a empresa, no caso a Veigamed, tem um comprador e ela tem um fornecedor, os próprios bancos nacionais garantem a liquidez do recurso, dão a garantia, liberam recurso, porque ele tem essas duas garantias de um comprador e de um fornecedor. Ou seja, não haveria nenhuma necessidade de em ela ganhando a licitação, o governo tem que pagar adiantado por esse produto, ainda mais se já havia a empresa feito a proposta de 50%, o governo liberou 100.

Não te estranha esse fato do porquê da necessidade e querer pagar adiantado por algo que se já está garantido?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — É... perfeito, Deputado. Me estranha, me estranha muito e me estranha ainda mais ao saber que tem outras compras que estão sendo objeto de... de análise por também serem é... considerados de pagamento antecipado, pelo menos eu acho que estão sendo noticiado isso, né? E... e realmente é incompreensível é... acreditar que, como bem falou o Deputado e Presidente dessa Comissão, é... você tem uma proposta de uma empresa, né, que ela diz, ainda que numa condição excepcional, que na minha avaliação não existe, é... então senão existe já não poderia nem pagar a entrada, mas se existisse era somente 50%, né?

Então... eu, eu concordo com as palavras de vossa excelência e, e infelizmente aconteceu dessa forma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tenho... posso, antes de o senhor suspender?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para finalizar, Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu fiquei curioso agora. Acabei de receber uma cópia de uma comunicação de WhatsApp. O senhor mora no mesmo condomínio do Douglas Borba, certo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Isso, eu... acho... alguém me perguntou...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, o senhor mora, né?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vocês têm lá um grupo de WhatsApp do condomínio?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — A gente tem o... Condomínio Garden, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor acompanha esse grupo de WhatsApp?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Não, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS —...pouco assim, quer dizer, acompanha, né, a gente... minha esposa vê, eu esporadicamente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, sim.

É porque eu recebi aqui uma imagem de WhatsApp de que a esposa do Douglas Borba estaria perguntando aos condôminos se havia imóveis para vender lá no condomínio que ela teria interesse de comprar. O senhor teve acesso a essa?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Olha, eu tenho acesso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu quero perguntar...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Posso, posso...

Página 217. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls 3253
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor sabe que o seu telefone tá...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Não, sim, eu posso ter acesso, provavelmente vai aparecer no meu telefone, mas eu não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não lembra?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Não, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — De ter recebido...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Eu não acompanho...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...essa pergunta? Há um mês atrás, que a família estava procurando terrenos para comprar no condomínio, casas?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — A família dele? Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É, ela, a esposa dele?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Eu não posso afirmar, mas provavelmente deve tá no meu celular, o... Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se o senhor encontrar, por favor, o senhor poderia encaminhar?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Claro, claro, perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Está à disposição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Se me permitir a palavra, eu estou aqui acompanhando os questionamentos. É um questionamento apenas, não é só um anseio nosso, mas parte da população.

Até onde o Governador deu legalidade para toda essa loucura que aconteceu e que o nosso Estado está com manchete nacional – compras com índice de ilicitude? Até onde o Governador participou nisso, tem alguma informação?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Olha, Deputado, eu não tenho essa informação. O que eu posso...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Ele participava? Perdão interromper, ele participava ou ele deu total legalidade pra?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Olha, eu, eu, eu, na questão da responsabilidade do Governador, né, me permita fazer uma consideração do que eu... penso sobre essa questão da relação dele com a Secretaria de Saúde, né?

É... como eu disse, não, não, não, não confio na pessoa do Helton como uma pessoa capacitada para estar à frente da Secretaria de Saúde, é... há várias reclamações de Municípios, de hospitais filantrópicos, até da própria Assembleia Legislativa na condução da Secretaria de Estado da Saúde, e me parece que ele sempre permaneceu no cargo, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Sim.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Agora se tem alguma ligação entre eles ou se ele tava no (*ininteligível*) ou não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Ele deu uma legalidade para o Helton, então? Essa loucura toda de 33 milhões...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Eu não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Ele deu legalidade.

A gente sabe que no governo tem dois clãs, né? Tem os Esmeraldinos e tinha o Douglas Borba, que é a república de Biguaçu e a de Tubarão, ambas...

Página 218. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Hm.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Ontem o Deputado Kennedy fala da SCPAR, do Porto de São Francisco, e aí... dias tenebrosos quando nuvens tempestuosas estão no horizonte...

O Secretário Helton era ligado a quem, a que clã? Ao Douglas Borba ou aos Esmeraldinos?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — O Secretário Helton ele era, ao que eu tinha conhecimento, de confiança do senhor Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senhor Carlos Moisés.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não tinha nenhuma ligação pessoal com ambos?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Eu não tenho essa... essa informação, Deputado. Mas a informação que eu tenho é essa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Leandro, primeiramente agradecer por ter vindo aqui, tá? O senhor, se quiser, a gente coloca à disposição alguns minutos para, se quiser, fazer uma exposição final, eu acho importante isso, e acredito que o senhor tenha algo a dizer...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...sem ter sido perguntado por isso.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então o senhor fique à vontade. O senhor tem três minutos para as suas explicações.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Perfeito.

Primeiramente queria agradecer a oportunidade de estar aqui, na condição de testemunha nesse momento, né, falar realmente a minha versão. Dizer que daqui pra frente continuarei à disposição dos senhores naquilo que for necessário ao meu alcance pra esclarecer tudo é... que houve principalmente em relação a minha pessoa é... apoiar os trabalhos dos senhores, apoiar os trabalhos do Ministério Público, que acredito que realmente vão encontrar a verdade real dos fatos no que aconteceu nesse período aí de contratação, numa situação muito difícil, num momento muito difícil pra todos nós, mas fica registrado aqui o meu agradecimento, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu que agradeço.

Suspendo esta reunião por dez minutos.

(*O depoente se retira do recinto.*)

(*Ficam suspensos os trabalhos pelo período de dez minutos.*)

Senhores Deputados, com a presença do Deputado Fabiano da Luz, do Deputado Felipe Estevão, do Deputado Moacir Sopelsa, que nos acompanha pelo *link*, e dos demais Deputados, Deputado Cobalchini, Deputado Ivan Naatz, já temos um número suficiente de pessoas para reiniciar a reunião.

(*A senhora depoente Karen Sabrina Bayestorff Duarte adentra ao recinto e se dirige ao local indicado pela assessoria.*)

Senhora Karen Sabrina Bayestorff Duarte, a senhora sabe o porquê foi convidada para participar da nossa reunião no dia de hoje?

Página 219. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3254
Rubrica

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Eu imagino que, como diretora de Gestão de Licitações e Contratos, seja para explicar como é que funciona o processo de compras dentro do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O som dela... a senhora vai ter que se aproximar um pouquinho mais e ver se essa luz verde está acesa (*refere-se à luz do microfone.*).

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Tá acesa. Tá melhor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, bem melhor.

Dona Karen, quero dizer que a senhora está aqui para esclarecer fatos relacionados à Dispensa de Licitação n° 754/2020, da Secretaria de Estado da Saúde, que resultou na contratação da Veigamed Material Médico e Hospitalar, tendo por objetivo a aquisição de duzentos respiradores pulmonares, num custo total de R$ 33 milhões.

Eu vou pedir que a senhora fale o seu nome completo, seu endereço completo e data de nascimento.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — É Karen Sabrina Bayestorff Duarte, eu moro na Rua Salvatina Feliciano dos Santos, n° 335, no Itacorubi, e a minha data de nascimento é 10 de dezembro de 82.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhora Karen, a senhora está acompanhada de advogado?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhora Karen, a senhora está compromissada com a verdade, tá?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então eu vou passar as perguntas agora ao Relator da nossa Comissão.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Tá certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Primeiro, bom dia, já um início da tarde, né? Obrigado pela senhora ter esperado tanto tempo, espero que a senhora tenha compreendido que efetivamente nós estamos num processo de investigação muito complexo, né, e que acabou consumindo um pouco mais do horário que a gente imaginava. Por isso agradeço a paciência de a senhora ter esperado até este momento, não foi porque a gente quis, foi porque efetivamente o... o momento exigiu mais tempo para as demais testemunhas.

Eu só queria alertar a senhora que a senhora foi convidada por mim para estar aqui, para nos explicar como é que funcionam os procedimentos administrativos, das licitações do Estado, porque nós recebemos ótimas referências da senhora como profissional competente, qualificada, alguém que efetivamente conhece os trâmites e tem compromisso com as contas públicas. Então, é por isso que a senhora está aqui, para nos ajudar a esclarecer como as coisas acontecem.

Considerando que o Deputado Cobalchini foi Secretário de Estado e tem muito mais experiência do que este Deputado em relação a compras, licitações, que passou por isso, eu vou passar a palavra para o Deputado Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Obrigado, Presidente. Obrigado, Deputado Ivan.

Página 220. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Cumprimento todos os Deputados neste reinício da reunião, cumprimento a servidora Karen Sabrina Duarte, eu não tenho o outro sobrenome, que é diretora de Gestão de Contratos da Secretaria da Administração.

Considero que seja a principal autoridade quando se trata de processos licitatórios para aquisição de bens e serviços para o Estado, né? Deve ser sempre a consultora, né, a quem todas as Secretarias, em caso de alguma dúvida, devem se reportar.

Iniciado o processo licitatório, neste caso aqui não houve o processo licitatório, houve a dispensa, né? O Secretário da Pasta tem que autorizar a abertura ou a dispensa? Queria que a senhora explicasse o início do processo.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — No caso de um processo licitatório, o Secretário, ele autoriza a abertura daquele processo, ele depois assina o edital de licitação e ao final do processo ele homologa o resultado. Numa dispensa, cabe ao Secretário, ordenador primário da Pasta, ou a quem ele, é... subdelegar, é... a assinatura da dispensa. Precisa ser autorizada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Neste caso, o Secretário da Saúde tem autonomia para fazer a dispensa da licitação?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Tem, tem total autonomia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Houve esse documento? Se houve, por que não foi feita a publicidade? Deveria ter sido feita a publicidade, a publicação em Diário Oficial da dispensa?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Sim, a... os órgãos eles têm autonomia pra licitarem, realizarem as suas licitações. A Secretaria de Administração ela licita de forma centralizada somente aqueles contratos que atendem a mais de um órgão. Então, no caso específico dos respiradores, a Secretaria de... de Saúde tinha total autonomia pra executar esse processo. E... a dispensa ela precisa ser publicada no Diário Oficinal, Oficial.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Após instruído o processo licitatório e/ou a dispensa, o mesmo não deve ser submetido obrigatoriamente ao Grupo Gestor de Estado, conforme Decreto 049/2015, para aprovação?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Em 2017 o Grupo Gestor é... editou uma resolução onde ele dispensa as Secretarias de atividade finalística a essa autorização prévia pra execução da dispensa, da despesa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Em 2017 tem uma resolução...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Tem, se eu não me engano é 2017.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Deve ter sido assinada pelo Governador essa resolução. Hierarquicamente a resolução e o decreto, o decreto não está numa condição hierárquica superior? Não deveria ser um outro decreto para?...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — É... a... a resolução eu não sei dizer se o Governador assina, acho que são os membros do Grupo Gestor, são os Secretários que fazem parte do... do Grupo Gestor, e como a... o Decreto 49 ele é um decreto pra regular as atividades do Grupo Gestor, essa resolução ela supre a...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Seria, seria interessante que nós tivéssemos a cópia dessa resolução.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Presidente, eu solicito que seja anotado em ata para providências.

Página 221. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3255
Rubrica

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Acatada a solicitação do Relator.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Como ocorre a homologação do processo licitatório de forma eletrônica?

Eu vou complementar. O Secretário da Pasta não deve, obrigatoriamente, assinar digitalmente para a continuidade?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Sim, ele assina. Ele homologa dentro... o processo licitatório, o pregão eletrônico, né, ele é, ele homologa dentro do sistema e ele assina a... a homologação digitalmente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Esta formalidade... tens a informação se houve essa formalidade?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — O caso dos respiradores foi uma dispensa de... de licitação, então cabe ao Secretário assinar também digitalmente essa dispensa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Bem, todo esse processo, Presidente e Relator, o que foi formalizado, o que não foi formalizado, acho que requer que essa Comissão tenha.

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor está requerendo esses relatórios?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Está acatado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Após os atos administrativos da licitação o Secretário tem que dar o "de acordo" para que seja encaminhado o pagamento.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Antes do pagamento, o Secretário, nesse, obrigatoriamente, tem que autorizar que haja o...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Hum, hum. Após a formalização da dispensa de licitação é emitido uma ordem de fornecimento na Secretaria da Saúde que deve ser assinada, também, pelo ordenador da... da Pasta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Em caso de alteração dos materiais licitados, por exemplo, a entrega de materiais ou equipamentos de qualidade inferior aos licitados... Qual o procedimento legal para se adotar?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — O fornecedor ele tá vinculado àquela proposta que ele apresentou e que foi aprovada. Se ele solicita a alteração de marca daquele... daquele material, ele precisa, é... apresentar justificativa, e não é... não deve ser aceito o material de qualidade inferior, sempre tem que ter uma, alguma vantajosidade para a administração pública naquela... naquela troca.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — No caso, se o Estado aceita o material de qualidade inferior, tem que ter o correspondente desconto do valor? É possível que isso aconteça?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — A... a boa prática diz que não deve ser aceito, porque ele tá atrelado àquela proposta e que se abra então um novo, um novo processo pra que se... aí, se apresente uma proposta... uma proposta alterada. A troca de marca ela é aceita quando ela é de... de equipamento de igual qualidade ou superior.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A justificativa, neste caso específico, e se o governo tem adotado pagamentos antecipados sem o

Página 222. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

recebimento dos materiais adquiridos... Isso é praxe em tempo agora de calamidade pública em função da pandemia? Esse procedimento tem sido adotado? Largamente isso passa pela Secretaria da Administração? A Secretaria tem conhecimento disso?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Esses processos, eles não passam pela Secretaria de Administração, porque os órgãos eles têm autonomia pra realizar essas... essas, essas aquisições do início ao fim. Então a Secretaria de Administração não se envolve. O pagamento antecipado ele não é um procedimento comum, ele não é um procedimento usual, embora exista a possibilidade, a permissão dentro da... da... da jurisprudência para que ele seja executado, não é um procedimento padrão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Hum, hum.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — A pandemia trouxe esse assunto é... em voga, esse assunto veio muito forte no País inteiro por conta de exigência do... do mercado, mas ele não é um... um procedimento usual.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Mas digamos que tenha... Isso aconteceu, isso é um fato, né? Para que aconteça essa excepcionalidade, o Estado tem que se cercar de todas as garantias. Neste caso específico não aconteceu, também isso é, certamente, mais uma irregularidade muito grave, porque o Secretário não pode dispor daquilo que não é seu. A senhora concorda?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Sim, um pagamento antecipado ele exige uma série de garantias e cautelas pra que... é... Estados minimize os riscos ou se resguarde de um possível... problema na entrega ou... e eu não... analisei a fundo o, o processo pra saber se nesse caso específico não houve essa... esse cuidado, mas o procedimento padrão é: que se cerque de todas as garantias e cautelas possíveis pra que face a essa necessidade os riscos sejam os mínimos possíveis.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Essa dispensa, esse ato de dispensa da licitação tem que ser encaminhado ao Tribunal de Contas, por exemplo?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Sim, todos os atos são encaminhados ao Tribunal de Contas, devem ser encaminhados ao Tribunal de Contas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Certamente que não foi encaminhado, porque não há a publicação do ato, não há publicidade. A publicidade dos atos é obrigatória.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Sim. No caso de, da dispensa de licitação é... ele deve ocorrer... Após a finalização da dispensa, obrigatoriamente esse, esse ato tem que ser publicado em Diário Oficial.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — E encaminhado ao Tribunal de Contas...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Tribunal de Contas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI —...pelo valor da aquisição, inclusive não apenas a aquisição, mas o pagamento antecipado, né?

Bem, eu me considero satisfeito com as respostas que aqui foram dadas. De minha parte, agradeço.

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Só um minuto, Deputado Ivan Naatz.

Consulto o Deputado Sopelsa se ele está se inscrevendo, pelo fato de estar remoto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Mais para o fim, Deputado, mais para o fim.

Página 223. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3256
Rubrica

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Gostaria de ter a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Ivan Naatz, o senhor com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O governo estadual... a gente sabe que a União tem uma orientação técnica expedida pela Controladoria-Geral da União para procedimentos licitatórios em geral. Dentro dessa orientação técnica da AGU, que é a 37/2011, existe todo um cronograma que as licitações da União devem perseguir, mesmo emergenciais. Há essa orientação, né, da AGU.

No Estado de Santa Catarina tenho conhecimento que a Controladoria-Geral do Estado editou a Orientação Técnica 02/2020. Essa Orientação Técnica também faz uma série de referências. A senhora conhece essa?...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Conhece essa referência. Muito bem.

Significa, a meu ver, que se tem uma orientação técnica, essa 02/2020, que todas as licitações do Estado devam percorrer essa orientação técnica. Isso é o que eu acredito.

Nós também temos a Lei n° 4.320/64, que veda os pagamentos antecipados – há uma vedação, tem uma lei expressa que veda o pagamento antecipado. A jurisprudência, o Tribunal de Contas da União, com o decorrer do tempo, foi criando situações excepcionalíssimas que permitiram, então, o pagamento antecipado. Então, o pagamento antecipado é uma situação excepcional, não criada pela lei, criada pela jurisprudência, obviamente excepcional excepcionalíssimo, né, casos extremamente complexos.

Eu diria o seguinte, se fosse dar um exemplo: uma coisa é dar o dinheiro antecipado para Siemens, para Philips, para GE, outra coisa é dar um dinheiro antecipado para uma empresa que não tem CNPJ, que o endereço é falso. Essa relação fica claro, porque o governo diz que a lei autoriza o pagamento antecipado, a lei não autoriza, quem autoriza é a jurisprudência em caso excepcionalíssimo. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

Estou fazendo esse relatório para a senhora concordar se, efetivamente, isso acontece.

Muito bem. A senhora tem conhecimento da Orientação Técnica 02, de 2020, a senhora também tem conhecimento do que aconteceu lá nesse procedimento, o pagamento antecipado, não tinha a descrição técnica do equipamento... A senhora está acompanhando pela imprensa, até para a senhora saber o que está acontecendo. A senhora sabe por que essa...a senhora tem ideia - a senhora não estava lá - mas a senhora tem ideia por que essa instrução técnica, essa orientação técnica não foi seguida pela Secretaria da Saúde nessa compra?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Eu não, não, não posso afirmar, não posso falar por eles. Foi dada ampla publicidade pra esta orientação técnica. A Secretaria de Administração, tão logo se instalou a situação de pandemia, criou dentro do Portal de Compras do Estado um estado específico pro comprador lidar com a Covid, e essa orientação técnica foi disponibilizada lá, encaminhada por *e-mail* e encaminhada numa lista de transmissão no Whatsapp que a gente tem com todos os compradores do Estado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - A gente divulgou o máximo possível essa orientação da CGE.

Página 224. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então, antes dessa compra os Secretários tinham conhecimento dessa orientação técnica, os departamentos responsáveis por compras do Estado tinham conhecimento dessa orientação técnica?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Eu não tenho certeza desse, desse lapso temporal, o que que veio antes, a compra ou a orientação, mas tão logo a gente recebeu a orientação técnica da CGE, no mesmo dia a gente já deu publicidade a ela.Eu não sei se ela, se ela foi editada depois ou antes da, dessa compra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu não sei...eu tenho, eu tenho a orientação técnica aqui, mas eu não tenho o dia em que ela foi publicada.A gente pode providenciar isso.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas essa orientação técnica é a que deve ser seguida?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem.

Vamos imaginar o seguinte: eu tenho uma compra... dentro dessa Secretaria tem uma compra de R$ 33 milhões que vão ser pagos, vai ser feito um pagamento antecipado de uma licitação feita em horas,em horas.Quem tem poder de fazer,de apertar o botão da transparência?Ou seja, essa transferência não aconteceria se não houvesse a participação do Pedro, do Paulo e do fulano, ou do órgão, se a senhora não quiser citar nomes; a transferência não aconteceria se não tivesse a aquiescência de fulano, fulano e fulano, ou do órgão, esse ou aquele órgão.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Como é que isso acontece? Posso fazer... a senhora podia explicar isso para a gente? Como é que isso se procedeu e por quem passou?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - O ordenador da Pasta ele tem autonomia para autorizar qualquer despesa. Não tem alçadas de valor que subiria a outras instâncias para aprovarem. Então, é de responsabilidade do ordenador da Pasta autorizar essas despesas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, seria só o Helton, no caso, só o Secretário Helton? Ou o Fundo Estadual da Saúde, ou a Superintendência Estadual da Secretaria de controle de compras? Isso não teria que passar na mão de várias pessoas? Sem o carimbo de uma delas a coisa não teria acontecido?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Quem tem, por lei, a responsabilidade de autorizar despesas, de assinar tanto a dispensa de licitação quanto a ordem de fornecimento é o ordenador da Pasta. Dentro do órgão, eles podem se organizar com instâncias de aprovação para que ele se sinta seguro para fazer essa, essa autorização de despesa, mas a única assinatura que é obrigatória nesse processo é a do ordenador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Única assinatura, só ele tem o dedo ou digital, só com a digital dele vai passar?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Só com a digital dele pode passar. Como eu disse, dentro du, du órgão eles podem regrar outras instâncias de assinatura.Pro controle, tendo assinatura do ordenador, essa despesa está autorizada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mesmo no valor de R$ 33 milhões?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Mesmo no valor R$ 33 milhões. O ordenador da Pasta ele pode gerir a, a, o orçamento e o financeiro da, da Pasta, ele tem autonomia pra isso.

Página 225. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3257
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tem autonomia para comprar, pagar e escolher quem ele quer, tudo isso?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - A escolha ela tem que ser justificada, então, ele não tem o poder de escolher, né. Numa dispensa de licitação ou ele vai ao mercado colher orçamentos e, aí, se opta pelo menor preço, ou ele abre um edital de cotação para que o mercado ofereça propostas e dali ele escolha o melhor preço. Então, a escolha do fornecedor ela precisa tá muito bem justificada. Ele não tem o poder de escolher; ele tem, dentro do cenário que ele avalia, ele justifica aquela escolha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) -Tudo bem.

Para nós, para os Parlamentares e para Santa Catarina, a gente não consegue compreender como isso aconteceu dentro da Secretaria, nós não conseguimos compreender como isso aconteceu. E a gente olha a Procuradoria e a Procuradoria não se importou. A Procuradoria deu um parecer e não se importou; a Superintendência não se importou; o Fundo Estadual de Saúde não se importou. Então, o relatório de todas as pessoas que participam da Secretaria da Saúde ninguém se importou, todo mundo fez, ninguém se importou.

Eu queria saber da senhora, já para eu encerrar, qual o procedimento que a senhora recomendaria pra essa, para aquela ação: vamos comprar R$ 33 milhões em respiradores. Qual o encaminhamento que a senhora daria? Mesmo na situação emergencial, nesta pandemia em que a gente vive hoje, qual o caminho que a senhora indicaria?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Só fazendo uma ressalva da minha fala anterior, Deputado. O ordenador ele tem a autoridade pra executar aquela despesa, só que dentro de um processo de compra existe a segregação de funções. Então, não pode a mesma pessoa selecionar o fornecedor, justificar, pagar e autorizar. Então, essa segregação de funções, ela deve existir. No final do processo, quem tem autoridade pra autorizar aquela despesa é o ordenador da Pasta, mas nesse meio do caminho são várias instâncias decisórias, porque o processo exige a segregação de funções.

No caso específico dos respiradores, eu não conhecia o cenário à época, cenário do mercado à época, mas me fica muito claro pelo que foi noticiado que a escolha desse fornecedor ela precisava ser mais justificada. Se, de fato, só havia uma possibilidade de compra naquele momento, toda essa justificativa ela precisava constar no processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, eu estou satisfeito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Muito obrigado.

Karen, boa tarde.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Diante de tudo isso que você viu e comentou, do conhecimento que vocês têm e de toda a área técnica e grupo gestor, ninguém tentou barrar uma compra dessas ou alertar os riscos ou tentar chamar a atenção do que estava acontecendo com relação a essa compra?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Essa compra, em particular, a gente teve notícia dela pela mídia, porque como o órgão ele tem autonomia total para realizar as suas aquisições, não é feito um acompanhamento *pari passu* de cada aquisição dos órgãos. A Secretaria da Saúde publica mais de mil editais por ano e tem total autonomia para executar essas, essas compras. Então, esse acompanhamento ele não existe.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Tem algum controle dentro do governo nessa questão das compras para justamente tentar barrar os oportunistas

Página 226. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

das licitações? Porque a gente sabe que em tudo que é licitação sempre tem aqueles que entram só pra ganhar dinheiro, só pra tirar uma casquinha.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - O órgão responsável pelo controle dentro do governo do, do Estado, dentro da estrutura do governo do Estado é a Controladoria-Geral.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Mas também não, não, não sabe se houve manifestação, não houve deles de controlar e investigar a empresa, de dar um parecer sobre a empresa?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Eu não sei dizer. A gente... a SEA articulou com os órgãos de controle, interno e externo, já no início, um grupo pra, pra que fossem tiradas dúvidas de forma bastante célere, para que a tomada de decisão fosse célere também com a celeridade que o momento exige, mas não nos cabe fazer o acompanhamento, o controle. Nós fizemos a articulação com esses grupos e colocamos eles à disposição dos gestores que precisassem consultar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Não foram consultados nesse caso?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - No grupo que a gente montou eu não vi consulta. Pode ser que essa consulta tenha existido por outros meios.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - A princípio, oficialmente, não houve nenhuma consulta a esse grupo gestor?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Para esse caso específico, até onde eu sei, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Bom, os respiradores também são considerados um dos principais equipamentos na cura, no tratamento da pessoa que está contagiada, né, e eles têm umas especificações muito técnicas, muito delicadas, muito precisas, o que inclusive dificulta uma aprovação aqui no Brasil, na Anvisa, e acredita-se que em outros países sigam a mesma regra, né?

Também tu não tens conhecimento ou tens de que se foi buscar a informação se realmente era isso, se a empresa fornecia, se tinha qualificação, se poderia entregar esse equipamento?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - A praxe é que todas essas propostas sejam avaliadas por uma equipe técnica e a Secretaria da Saúde possui um corpo de engenheiros clínicos dispostos a fazer essa análise. Eu não sei dizer se nesse caso específico foi submetido a esse grupo a análise técnica desses equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente, obrigado.

Pergunta direcionada à nossa servidora. A dispensa de licitação, a seu ver, ela flexibilizou esse processo - eu vou chamar carinhosamente de irregularidade -, essa compra irregular? Porque ela é uma compra nebulosa, de repente é dispensada a licitação. A seu ver, fazendo parte, eu sei que você fez parte desse processo,a caneta poderosa talvez não era sua...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - A dispensa de licitação foi criada pra suprir situações, principalmente situações emergenciais. Então, o que não signifique, o que não significa que não se tenha garantias numa dispensa de licitação. O processo ele é diferente de uma licitação que tem prazos maiores, é dada mais publicidade.

Página 227. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3258
Rubrica

A dispensa, de fato, flexibiliza em alguns pontos, mas não significa que não se tenha garantia nenhuma a partir da dispensa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas você admite que ela flexibiliza um processo irregular?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Desde que cercado com todas as garantias, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Eu não entendi quais foram os critérios usados, né, por exemplo, você tem consciência, pelas falas anteriores, que teve irregularidade. Uma das irregularidades... porque não houve a publicidade dos atos? De onde saiu essa ordem?Foi feito em oculto. Para quem está fazendo algo com transparência...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO -...não teria porque estar em oculto, não dar publicidade a esses atos.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – A dispensa ela pode ser feita utilizando basicamente duas maneiras: ou o Poder Público vai até o mercado, entra em contato como fornecedor e traz orçamentos para que sejam comparadas as propostas e se opte pela melhor, geralmente a de menor preço, ou se publica um edital de cotação de preços e o mercado encaminha as cotações pra que, aí, seja feita a dispensa de licitação. A publicidade em Diário Oficial de uma dispensa ela se dá na finalização da dispensa quando ela é publicada no Diário Oficial.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Seria então... quando seria dada essa publicidade? Porque o que mais se preza hoje é ter uma publicidade, transparência. Quem não tem nada a temer, para não deixar sombra de dúvida ou variação é natural que esteja ela aí. Porque que... então seria publicizado isso, em qual momento?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Da forma como foi feita a compra dos respiradores, que não foi feita por meio de um edital de cotação, foi feito mediante o recebimento de orçamentos, essa publicidade ela se dá ao final do processo, depois de finalizada a dispensa, assinada a dispensa, aí, ela é publicada no Diário Oficial, aí, ela está pública.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Até repito a você o que eu disse aos outros entrevistados, digamos assim, a gente está em busca de respostas, então, é evidente, é claro, falando em um linguajar bem prático, ou teve uma incompetência sem tamanho, tremendamente incompetentes, ou há uma transação fraudulenta, corrupção. Porque, como eu falei, R$ 33 milhões pagos adiantados para uma empresa fundo de quintal que, se entrasse no Google, veria que na frente era uma casa de massagem...

Então, é algo que a gente está tentando entender nesta CPI, que é o que a população quer, o que nós queremos saber e todo o contribuinte quer saber. Por que isso? Essa caneta poderosa estava na mão do Helton para assinar, ele tem esse poder? Trinta e três milhões pagos adiantados num processo que foi feito em algumas horas. Qual foi o critério que usaram, ele tinha essa caneta, essa prerrogativa do Governador? Segundo algumas informações, ele era o homem de confiança do Governador, não veio do Douglas Borba, os que nós entrevistamos aqui, que nós conversamos aqui nas conversas anteriores, ele vinha direto de homem de confiança do Moisés. Então, a pergunta é: ele tinha legalidade, tinha essa caneta poderosa na mão pra consumar esse ato?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - O grupo gestor de governo ele exige que compras a partir de R$ 650 mil, compras de materiais permanentes passem pela análise do grupo, com exceção das Secretarias de atividade finalística. Essas

Página 228. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Secretarias estão dispensadas dessa análise prévia. Então o ordenador do órgão, não só a Saúde, mas como a Educação, por exemplo, outra Secretaria finalística, ele tem, sim, autoridade pra, pra autorizar essa despesa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Você não participou dessa questão, não influenciou na hora de assinar esse contrato. Você fez a sua parte técnica e quem assina, quem delibera isso é o Secretário Helton?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Eu, como Secretaria de Administração, não participei do processo. Esse processo foi todo executado pela Secretaria de, de Saúde, e, da mesma forma, como acontece nas demais Secretarias, é o Secretário, o ordenador da Pasta que tem autoridade pra...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Deixa eu entender.No governo Moisés, então, em plena, né, a gente sabe que tem as Leis de Responsabilidades Fiscais - está aí uma ex-Presidente que leva essas marcas sobre si -, as questões de Leis de Responsabilidades Fiscais o Governador Moisés dá essa autonomia. Um Secretário, hoje, ele tem essa autonomia de deliberar isso sozinho? Ou seja, não teve a participação do Governador, até onde ele tem esse poder? O Governador confia, afinal, a carreira dele em jogo, o próprio salário dele de Coronel aposentado está em jogo,porque se aprovado que ele participa com corrupção ativa, passiva, de qualquer forma, ele terá sérias complicações. Então, ele dá essa legalidade ao Secretário Helton? Hoje eu quero entender isso, ele tinha esse poder de assinar? Ou seja, o Governador não sabia de nada, porque é o que ele diz: "Eu não sei nada, eu não sei de nada. É esse, é aquele..."

A gente quer chegara um culpado, é o Douglas Borba? É o Secretário Helton? É o Governador, até onde ele participava? Hoje, um Secretário tem essa legalidade?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Tem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – No governo Moisés?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Hoje, as Secretarias finalísticas têm autoridade para executar despesas sem prévia autorização do grupo gestor. Todas as demais, passado um limite de valor, precisam submeter as despesas à análise do grupo gestor. No caso específico da Saúde, por ser uma, uma Secretaria de atividade finalística, ele tem, sim, por decreto de resolução, a, a autonomia para executar essas despesas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Muito bem, Senhor Presidente, me considero satisfeito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Pois não. Muito obrigado, senhor Presidente.

Eu queria indagar a senhora Karen se ela tem conhecimento de qual a justificativa que foi feita, que avaliação foi feita pra homologar e antecipar o pagamento da compra dos respiradores?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Não tenho, Deputado. Eu cheguei a olhar o processo, mas muito superficialmente, já que não cabe à SEA fazer o controle e a fiscalização desses processos. Eu não tenho informação da justificativa que foi, que foi dada pra que fosse feito nesses moldes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - A senhora também mencionou que as Secretarias afins têm poder de homologar somente com um o.k. do Secretário da Pasta compras como essa, no caso, de R$ 33 milhões e, se for o caso, de mais valor,de menos valor.Isso é para todas as Secretarias?A Secretaria da Agricultura também tem, por exemplo, esse poder?

Página 229. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3259
Rubrica

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Todas as Secretarias que executam atividades finalísticas dentro do governo têm. Isso tá nessa re...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Não precisa passar...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Desculpa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Não precisa passar no grupo gestor?Elas têm que pedir, elas somente pedem...elas, tendo orçamento, só pedem o recurso para a Secretaria da Fazenda para fazer o pagamento?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Sim, o recurso ele não é pedido a cada compra, né, mas eles têm... dentro do processo de compra eles têm autonomia para fazer e executar essas despesas.Todas essas despesas, todas as aquisições elas precisam ser cadastradas no CIG, que é o Cadastro de Informações Gerenciais. Isso aí é obrigatório a todas as Secretarias. A partir do CIG, o grupo gestor analisa alguns desses processos. No caso das secretarias finalísticas, é exigido apenas o cadastro no CIG; a avaliação do grupo gestor está dispensada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Está dispensada, mas no CIG essa compra foi registrada?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Eu não sei dizer se foi registrada, mas ela deveria ter sido registrada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – É, pelo que a gente sabe não deve ter sido, porque foi muito rápido.

Eu queria só uma outra informação. Esses recursos foram solicitados pela Secretaria da Saúde à Secretaria da Fazenda pra fazer o pagamento?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Eu não sei informar ao senhor. Como esses processos não passam por nós na Secretaria de Administração, eu não sei informar se eles solicitaram ou não recurso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Desculpa, desculpa aí a minha falta de informação: quais são as Secretarias consideradas finalísticas?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – A gente tem a Saúde, tem a Educação, Segurança Pública, Administração Prisional. Se não me falha a memória, são essas. Mas a resolução, a resolução ela lista. Se eu não me engano, a resolução, a Resolução 04, de 2017 ela lista quais são essas Secretarias finalísticas, ela enumera essas Secretarias.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Quer dizer, a Secretaria de Segurança, se ela licitar o presídio e homologar, não precisa passar pelo grupo gestor? O governo do Estado também não precisa saber? Como que é?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – O caso do presídio, por exemplo, ele é diferente porque ele exige, ele trabalha com serviços terceirizados. Os serviços terceirizados, todos passam pelo grupo gestor. Quando eu falo dessa dispensa de avaliação é pra material permanente, que é o caso dos respiradores, né? Então, uma licitação pra...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Satisfeito.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Tá bom.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, Deputado.

Dona Karen, o Secretário Helton Zeferino, na época, ele tinha total autonomia, inclusive para delegar para uma segunda pessoa a possibilidade de estar executando tanto a dispensa - pelo que estou entendendo aqui...eu estou acompanhando o raciocínio da senhora.

Página 230. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Como também para poder celebrar ali a compra através de licitação.Ele poderia delegar essa função a uma segunda pessoa?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE –A execução, o processo de compra, ele precisa ser feito por outra área para respeitar a segregação de funções. Então, quem autoriza não pode ser a pessoa que executa, que não pode ser a pessoa que paga e não pode ser a pessoa que fiscaliza. Essas tarefas, elas têm, têm que ser...essas atividades têm que ser segregadas para garantir esse sistema quase que de freios e contrapesos. E o, o...essas nomeações são de responsabilidade do, do, do... Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ele tem essa autonomia para ele delegar?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Tem, como, como Secretário da Pasta ele pode definir quem vai desempenhar essas atividades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Por meados de junho do ano passado, nós estivemos na Secretaria da Saúde e encaminhamos algumas pessoas ali que sofriam de obesidade mórbida, de uma associação. E a requisição nossa, naquela época, que eu tentei conversar o Secretário Helton era sobre a compra de grampos que iriam servir ali para o processo cirúrgico que se trata da redução ou da obstrução de alimentos ali no estômago. Ali a gente viu uma diferença entre aquilo que é comprado. Quando se compra um material que é específico para utilização ou cirurgia, né, ou pra qualquer obstrução mais efusiva, no caso do respirador pulmonar, pessoas que estão acometidas ali pela síndrome respiratória, era necessário que se passasse, na época, né, por uma junta médica e por técnicos, como muito bem lembrado ali pelo Deputado Fabiano da Luz. Três lotes de materiais foram reprovados naquela época porque não atingiu a qualidade que foi avaliada por essa Comissão.

No nosso caso aqui, houve a entrega de um material... a entrega, não; não se pode nem falar entrega... a ameaça de entrega de um material de qualidade inferior. Uma expectativa, mas na expectativa já foi dito que o material que seria entregue seria de qualidade diferente daquele do acordado no contrato da compra.

Como que se faz uma análise técnica de um material que só se tem a expectativa da análise dele? É essa a minha pergunta. Se, se nesse exato momento, já não se... de alguma forma, já não se cancelaria qualquer tipo de negociação. Olha, você precisa comprar um produto, mas se você tivesse ele na mão e já o técnico conseguisse vistoriar ele e falasse: "Não, realmente a qualidade é inferior, não dá pra comprar isso de forma alguma." Mas, mediante a simples expectativa daquilo que está sendo...a não ser que os técnicos da Secretaria da Saúde já tivessem contato com aquele material alguma vez no passado ou se já tivessem trabalhado de forma efetiva com ele ali. Nesse exato momento já não era o suficiente para falar assim: Olha, dispensa-se, cancela-se, trocamos de fornecedor ou buscamos uma nova negociação com alguma outra empresa. Não seria desta forma que seria pra funcionar a coisa?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Quando o fornecedor ele entrega uma proposta, seja por meio de licitação ou dispensa, ele está atrelado àquela proposta, e essa proposta ela tem que ser avaliada, tanto com relação ao preço tanto com relação aos aspectos técnicos do, do objeto que ele está oferecendo.

É, é, é a solicitação de amostra pra fazer uma avaliação física desse material ela é tratada como exceção, porque tem um custo envolvido em um fornecedor apresentar a amostra. Em insumos para a Saúde, como o caso que o senhor citou,é, é, é...e de valor menor, geralmente, a Secretaria pede e passa essas amostras por uma junta médica. O caso

Página 231. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls 3260
Rubrica

de equipamentos ele é um pouco mais complicado pela dificuldade de se apresentar amostra, mas a análise ela tem que ser feita em cima daquela proposta e na impossibilidade de se testar o equipamento, o responsável técnico por aquela análise tem que solicitar quantos materiais forem necessários: laudo, laudo de ensaio, atestados. Ele tem a prerrogativa de solicitar todos os materiais que ele precisar pra garantir que aquele material atenda às especificações do, do, da administração pública. Se não tiver elementos suficientes para fazer essa análise, aí,a compra não deve ser realizada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Esse material para análise, mesmo ali, até porque a gente está vivendo na era digital, a gente está decodificando DNA, o ser humano já pisou na lua, já viajou, e você consegue colocar de forma específica o código de um produto na Internet com facilidade, e isso se consegue fazer, não precisa ter o material ali na mão mesmo, para que o técnico possa emitir, pelo menos, um laudo.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - E falar assim: olha, viabiliza, esse é bom, pode ser usado... porque muitas vezes nos dá a impressão de que a gente está discutindo somente o valor, o preço. Poderia ser um valor vinte vezes mais barato, porém, se a qualidade não fosse aquela que atendesse à expectativa do médico que fosse utilizar ele, também não teria vantagem alguma comprar o material, né?

Em uma determinada *live*, uma apresentação do Governador, juntamente com o Secretário Helton Zeferino, ele disse a seguinte frase, na época, se referindo aos respiradores: "Nós tomamos essa atitude mediante uma atitude de desespero." Estava ali dizendo que nós estamos caminhando para o apocalipse e que um terço da população nessa ia rodar, enfim, tudo aquilo que foi dito ali, que nós estaríamos no pico da curva e que alguns de nós aqui, que estão nessa sala hoje,nem estariam aqui.Mas quando ele disse com o Secretário sentado ao lado dele: "Nós tomamos na época uma decisão numa atitude de desespero."Se nós tomamos, é porque nós sabíamos.A senhora não concorda comigo?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Eu não sei informar em que contexto se deu essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, é só para seguir uma linha de raciocínio. Se nós tomamos uma...nós sabíamos, né? E como a senhora disse, o Secretário tinha autonomia para delegar a alguém, mas no final das contas, como bem disse o Deputado Ivan Naatz, ele que realmente tinha que chancelar a compra, tendo conhecimento inclusive da qualidade do produto, do preço e da data de entrega, por força da estrutura toda que o trâmite de compras segue seria isso?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhora Karen, queremos agradecê-la.

Há mais alguma pergunta, senhores Deputados? Deputado Sopelsa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA– Obrigado, Deputado Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - A gente está acostumando a trabalhar remotamente, então, devemos consultar por nomes.

A gente agradece a presença da senhora aqui, foi bastante... trouxe bastante lucidez aqui, né, para os trabalhos que nós estamos executando. Como bem disse os outros Deputados, a senhora está aqui numa condição mais de ajudar a gente comas suas informações mesmo, e eu acredito que termina por aqui a nossa conversa no dia de hoje.

Muito obrigado pela presença da senhora.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Obrigada.

Página 232. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

(*A depoente se retira do recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Consulto os senhores Deputados... Não seria a última a dona Karen? Ah, não, tem a dona Mariana ainda. Peço à assessoria que encaminhe a dona Mariana.

(*A depoente Mariana Rabello Petry adentra ao recinto e senta-se no local indicado.*)

Boa tarde.

Senhora Mariana Rabello Petry. É a senhora?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY - Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Seja muitíssimo bem-vinda à nossa Comissão.

Senhora Mariana, a senhora sabe o porquê foi convidada a vir até a nossa reunião aqui nesta tarde de hoje?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY - Eu tenho conhecimento que essa reunião é sobre a CPI dos Respiradores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Dona Mariana,a senhora está acompanhada de um advogado?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Dona Mariana, a senhora poderia fazer...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Posso tirar a minha máscara?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode.

A senhora poderia fazer uma gentileza pra gente e dizer seu nome completo, seu endereço e data de nascimento.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY - Mariana Rabello Petry, eu resido na rua Presidente Nereu Ramos, Centro, Florianópolis e nasci em 24/10/1989.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim. Dona Mariana, em qualquer momento que for feita uma pergunta para a senhora, pode ser usado o direito de permanecer calada, mas para isso é necessário que a senhora expresse: prefiro não falar.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Porque o silêncio não é um indicativo de resposta.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - A senhora está compromissada com a verdade, tá, dona Mariana?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Neste momento, eu vou passar a palavra ao Relator, ele pode fazer as perguntas ou passar para um segundo Deputado.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Tá bom. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Boa tarde.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Doutora, obrigado por ter esperado até esse horário. É importante sua presença aqui para o esclarecimento da verdade.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim, com certeza.

Página 233. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3261
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado.

A senhora não está aqui na condição de investigada, não há nenhuma acusação que paire sobre a senhora, absolutamente, não tem nenhuma informação de participação da senhora em qualquer evento nesse processo da licitação dos respiradores ou hospital de campanha. A senhora é citada em ter participado de absolutamente nada, quero que a senhora fique absolutamente tranquila, porque a conversa que a gente quer ter aqui é uma conversa de informação, a gente quer saber da senhora algumas coisas que são importantes para o deslinde da investigação.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora é sócia do escritório de advocacia Barros Advogados Associados.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim, eu trabalho desde 2018 na Barros e todos os advogados que trabalham lá, eu tenho 1% da sociedade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.A senhora então conhece bem o senhor Leandro Adriano de Barros?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Isso. No dia a dia eu não trabalho com ele, eu entrei em 2018 e eu sempre advoguei para o Instituto Ideas, que é um Instituto que a gente presta serviço, a Barros presta e eu faço o jurídico interno desse Instituto. Eu trabalho diariamente lá no Instituto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem.

A senhora conhece o senhor Anísio Petry Júnior, né?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim, meu irmão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Seu irmão, né?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Anísio Petry Júnior, chamado Popó Petry?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Em Biguaçu conhecido como Popó Petry, isso?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Ele trabalha lá também?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Ele trabalha em Biguaçu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele trabalha em Biguaçu? O que ele faz?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Ele é empresário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Empresário de que ramo?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Ele tem um escritório de pagamentos, é um...como que é o nome? Ele representa a Sicoob, é uma...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Cobrança, coisa assim?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Isso, isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - É do ramo da advocacia também?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não, ele é formado em Administração.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Ele é empresário há muitos anos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Me diz uma coisa, Mariana: a senhora e o Popó, vocês são amigos do Douglas Borba? Amigos de frequentar um a casa do outro?

Página 234. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Eu conheço o Douglas Borba como várias pessoas de Biguaçu conhecem. Eu morei no centro de Biguaçu por um tempo, eu não moro mais em Biguaçu, e, e, e no centro todo mundo se conhece.Minha família é uma família grande lá,meu irmão é muito conhecido e eu não sou amiga íntima do Douglas. Eu sou amiga da esposa dele,dele não tenho intimidade com ele,não tenho nem o telefone do Douglas Borba, nem o celular dele eu tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas com a família a senhora tem, no caso, é amiga da esposa?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sou amiga da esposa, não sou amiga íntima de estar sempre na casa dela, mas, sim, já estive na casa dela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – É, somos amigas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o Popó Petry, teu irmão?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – O meu irmão, sim, ele joga bola com o Douglas e é amigo dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Amigo dele?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Mas nunca teve nenhuma relação política com o Douglas, isso não. A minha família é muito tradicional em Biguaçu, nós somos do atual MDB, né, que era o PMDB, e sempre teve essa rixa política entre o Douglas e a minha família.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Hum, hum.

Mas então vocês conhecem o Douglas Borba...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim, conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - ... a família,conhece toda a situação?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu queria saber o seguinte: qual é, como é a vida do Douglas Borba? Como que é...a senhora é amiga da esposa do Douglas Borba. Ele tem uma vida financeiramente boa, eles são, assim, considerados pessoas que vivem bem financeiramente, como que é?

ASRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não sei. A Carol é médica, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Então eles são classe média, não ostentam, eles são uma classe média normal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –A senhora sentiu, nos últimos tempos, algum enriquecimento,algum empoderamento? Alguma coisa nesse sentido?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Hum... não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O Popó Petry tem emprego público, cargo público?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Ele trabalha acho que desde... não sei se deste ano, de 2019, não, não me recordo, na Junta Comercial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, o Douglas Borba teria indicado o Popó Petry para trabalhar na Junta Comercial?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY– Acredito que foi o Douglas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Hum, hum.

Página 235. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3262
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O escritório em que a senhora trabalha,representado pelo Leandro Adriano de Barros, se apresentou como representante de três empresas que estão envolvidas nesse processo de fraude de licitações.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY –Sim. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Primeiro, cem leitos de UTI. Quando o Leandro se apresentou como advogado do Mahatma Gandhi...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...a empresa teria sido classificada... Aliás, assinou o contrato. Esse contrato só não se concretizou porque o Tribunal de Justiça deu uma liminar, suspendeu, tinha uma ação popular, o Tribunal de Contas mandou expedir um ofício, enfim...

É... esse hospital, o Mahatma Gandhi, cem leitos de UTI, os R$ 77 milhões, o Leandro Adriano de Barros estava envolvido porque ele se dizia representante dessa empresa e essa escolha claramente decorreu de uma fraude de licitação. Certo?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não tenho esse conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, eu estou afirmando, a senhora não precisa concordar.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Ah, tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Depois a gente teve uma licitação dentro da Secretaria da Saúde, duas licitações dentro da Secretaria da Saúde, uma delas é essa dos respiradores que é objeto desta CPI.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Leandro Adriano de Barros...

(*A assessoria coloca sobre a mesa da depoente um copo com água.*)

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Obrigada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Leandro Adriano de Barros também se apresentou como representante da Veigamed, como representante dessa empresa, etc. e tal, empresa que teria fraudado o processo licitatório.

Como se não bastasse, também teve outra licitação, que é dos EPIs, que essa também não é objeto desta CPI, mas é fato que consta dos relatórios; também houve uma tentativa de fraude, superfaturamento, pagamento adiantado de quase R$ 70 milhões, e também o Leandro de Barros se apresentou como representante legal dessas empresas.

Então, o doutor Leandro, seu sócio, conseguiu ser representante de três empresas, todas elas envolvidas nas falcatruas da... da... das... das Secretarias de Saúde.

Eu quero saber... a senhora sabe como o Leandro foi parar nesse troço? Como é que ele foi parar lá dentro?...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não sei, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...dessas licitações?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY —Pra ser bem sincera, eu tive conhecimento dessas situações, das três, depois que saiu na mídia. Eu não participei disso. Como eu falei, eu trabalho atualmente dentro do Ideas, diariamente, eu posso comprovar isso. A Mahatma Gandhi, sim, tem contrato com a Barros – a Barros eu acho que advoga pra eles desde... hum, acho que é 2017, 2018, não sei ao certo. E... não sei, eu sei que o nosso escritório é referência de... na área da saúde, tanto aqui no Estado como na região Sul, e... acredito que talvez algum instituto, alguém procurou, procurou o Leandro acerca disso. Mas não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)— Das três empresas?

Página 236. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — A Veigamed eu não... não conheço essa empresa. Eu, eu conheço, eu sei que a gente advoga pra Mahatma Gandhi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)— Certo.

A... O Popó, o Popó, arru... O, o Douglas Borba arrumou um emprego pro Popó. O Popó tem um emprego lá bem remunerado, aliás, lá na Junta Comercial.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É, ele faz parte... acho... acredito que é de um conselho da Junta. Ele trabalha diariamente lá no período matutino.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, sim, ele... é da Junta.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) —E o Douglas Borba arrumou um emprego pra ele lá. O Popó é amigo do Leandro, o Leandro...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — O meu irmão não é amigo do Leandro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não é?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não é.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nunca foi?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não. Eles são conhecidos de Biguaçu, mas ele não tem amizade com o Leandro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá, então...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Na realidade nem eu tinha amizade com o Leandro. Eu escri... eu entrei no escritório porque surgiu a oportunidade de uma vaga, mandei meu currículo e entrei lá. Não, não temos amizade com o Leandro. A gente teve...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — A gente sempre teve uma rixa política muito grande...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas então...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — ...entre a minha família e a do Leandro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...vou fazer um triângulo.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Só que eu sou técnica, profissional e tinha currículo para entrar dentro do escritório.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que eu tenho um triângulo aqui feito pela Polícia...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Ã-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pela Polícia... pela Deic, um triângulo de relacionamento...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...que a senhora deve ter visto pela imprensa, que consta o Popó dentro desse triângulo de relacionamento.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim, mas eles não são amigos. O meu irmão tem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas não são amigos?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — ...tem amizade com o Douglas, com o Leandro, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Certo.

E... e o Leandro e o Douglas?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — O Leandro e o Douglas também...

Página 237. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3263
Rubrica

(*A depoente gesticula com a cabeça negativamente.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Douglas vai lá no escritório de advocacia?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não... que eu saiba o Douglas nunca foi lá. Como eu falei, eu não trabalho dentro do escritório, eu trabalho no Ideas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Hum, hum.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Então, eu não sei se teve alguma vez lá, mas eu desconheço essa informação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Leandro nunca falou que tava na Secretaria da Saúde, que tava na Secretaria da Defesa Civil?...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim, o Leandro vai, a gente representa vários, vários institutos que têm contratos, né, com a Secretaria de Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vários institutos que... Secretarias de Saúde de quais Municípios?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — De Municípios? São José, Florianópolis, temos contrato com a SES desde 2017, do Hospital Gaminski(?). São contratos de gestão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, o Leandro, a senhora sabe que ele tinha...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — O Leandro é referência na área de saúde como advogado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim. Ele tinha entrada então dentro da Secretaria...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Ele é especializado nisso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ele tinha entrada dentro das Secretarias?...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nós temos uma mensagem de WhatsApp...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Certo? Eu vou repetir, a senhora não está sendo investigada aqui.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim, eu... eu tô falando a verdade, eu quero esclarecer a verdade. Meu nome tá envolvido em algo que eu não fiz, eu não tenho conhecimento. Eu preciso esclarecer...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por que a senhora acha...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Eu quero que vocês esclareçam essa verdade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por que o nome da senhora... acha que o nome da senhora tá envolvido?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Porque me ligaram a Douglas Borba. Acredito que foi isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É?

É... o Leandro e o Douglas Borba são conhecidos, são amigos, certo? Tanto que o Leandro disse aqui que ele vai na Secretaria, que conhece, moram no mesmo condomínio.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim. Eu não sei se são amigos, eles se conhecem, em Biguaçu todo mundo se conhece, o centro de Biguaçu eles são todos conhecidos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá.

Página 238. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Tem uma mensagem de WhatsApp, tem uma mensagem de WhatsApp do Secretário Douglas Borba...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...para uma servidora pública da Secretaria, da Superintendência, a Márcia, em que o Douglas Borba diz para o Leandro procurar a Márcia, nessa relação de...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim, sim, eu vi no inquérito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...de cumplicidade na, na... no que aconteceu.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É... a senhora conhece o Leandro, conhece o Douglas, a senhora é advogada lá do escritório, o Douglas... o Leandro disse pra gente que nunca representou nenhuma empresa em Santa Catarina, nunca representou nenhum contrato, que nunca fez nenhum contrato com o Estado... Ele também não representou...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — O nosso escritório, com os institutos que a gente advoga, tem contratos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Com o Estado?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — O Leandro Adriano de Barros não tem, mas a Barros, com os institutos que advogam, tem contratos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eles têm contratos com o Estado?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É contrato de gestão, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, com a Secre... com o Estado de Santa Catarina?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Hum... Como assim? Algum contrato de prestação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Prestam serviços, participaram de alguma licitação...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, não. O Leandro, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Leandro...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — O Leandro, específico, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ou o escritório dele, que é a mesma coisa.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não. Um contrato específico com a Secretaria ou com o Estado, não. Os nossos institutos, que a gente advoga, eles têm contrato... um... um tem um contrato específico com o Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. O que acontece? Então, não tem contrato, não tem especialidade, advoga na área de defesa... da defesa dos processos, prestadores de serviço de saúde, etc., o Leandro diz que não tem nenhum contrato, não tem *expertise*, nunca fez, e de repente ele recebe uma mensagem do Douglas Borba dizendo pra ele procurar a Superintendente da Saúde pra ajudar no processo de licitação... esse texto está escrito aqui no WhatsApp. E o Leandro, então, entra em contato. Depois o Leandro começa a fazer uma rede de comunicação dentro das Secretarias, ele começa a participar de todas as licitações, lá dentro, começa a ser amigo de todo mundo. A senhora acha por que isso aconteceu?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não sei. Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não faz ideia?

Página 239. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3264
Rubrica

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Como eu falei, eu... diariamente eu não trabalho com o Leandro, eu trabalho em outro lugar. Não trabalho todo dia com ele e não sei. Não tive envolvimento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem trabalha diariamente com o Leandro? O Popó?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem trabalha?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — O Leandro trabalha sozinho. Ele tem o escritório que ele...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas ele disse que tem dez advogados.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim, mas a sala dele é sozinho, ninguém fica ali o dia inteiro com ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, mas...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Tem escritório no Estreito e tem escritório em Biguaçu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Doutora Mariana, eu também tenho um escritório de advocacia...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nós temos lá também vários advogados, mas a gente sabe mais ou menos o que um está fazendo, o que outro está fazendo.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Leandro comentou com a senhora que ele estava tratando de assuntos dentro da Secretaria, que o escritório estava representando empresas?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim, a gente representa a Mahatma Gandhi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O... e outra...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Só que eu, Mariana, trabalho dentro do Ideas, que é outro Instituto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, mas eu... mas eu não tô perguntando pra senhora, eu tô perguntando se a senhora sabe.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, do Leandro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Que ele...

Quando a senhora viu essas coisas na imprensa, o escritório, o nome da senhora...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim, conversei com o Leandro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...o nome do seu irmão, o Leandro... O que vocês fizeram? Vocês procuraram o Leandro pra perguntar?...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — O meu irmão, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Procuraram o Douglas Borba?...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — ...o meu irmão não tem envolvimento nenhum com o Leandro. É como eu falei, eles não têm amizade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, mas ao menos...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Mas eu conversei com o Leandro e questionei o que tava acontecendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o que ele disse?

Página 240. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, ele disse que ele tava representando a Mahatma Gandhi no processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas os respiradores a Mahatma Gandhi não estava participando.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — O respirador foi a questão do... do Fábio, que o Fábio ligou pra ele, depois que já tinha efetivado o pagamento, pediu... que a gente... o escritório tem um contrato com a Meuvale, que o Fábio é um dos sócios – eu não conheço o Fábio...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Fábio é aqui de Biguaçu?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, eu não conheço o Fábio, acho que ele é de São Paulo.

E... e foi isso que ele me explicou, que o Fábio fez uma ligação pra ele pra ele... é... entrar em contato pra dizer que essas, essas mercadorias iriam ser entregues.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom, vamos imaginar...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Mas a gente não tem contrato com essa Veigamed, essa empresa eu não... eu desconheço ela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim.

Vamos imaginar o meu escritório de advocacia. Chego de manhã lá, tem os meus advogados...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) —... um vai contar uma história pra mim, um vai contar de um processo, outro vai contar de uma intimação, aquela coisa que a gente sabe do dia a dia de escritório de advocacia.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É que eu acho que o senhor não entendeu que a gente não tá fixo no mesmo... no mesmo escritório, né? Eu fico em outro, em outro lugar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E quem tá fixo no escritório poderia explicar isso pra gente?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, o Leandro... a sala dele é só ele, ele não trabalha com mais ninguém.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas ninguém conversa naquele escritório?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Como?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ninguém conversa? Oh, o nosso escritório tá na lama, o nosso nome tá...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim, a gente conversa, a gente... O Leandro coordena e distribui os prazos, quem tem que fazer o quê. Eu faço o Ideas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É só, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Doutora, com relação ao escritório que a senhora é sócia, o Douglas já foi sócio desse escritório?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não tem relação nenhuma? É... ele tem algum contato com o escritório?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — O Douglas?

Página 241. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls 3265
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Sim.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Como eu já falei, não tenho conhecimento. Comigo, em relação ao escritório, ele nunca teve contato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Entendi.

Ele, né, dentro do processo de investigação, algumas acusações que ele é um sócio oculto. Essa informação não procede?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, não procede.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Ela é inverídica.

Ele indica clientes?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Entendi.

Uma pergunta que... ficou estranho, né, acho que de repente vossas excelências podem partilhar talvez da mesma ideia, mas... você é sócia de um escritório, né, como você disse, e...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É como eu falei, eu tenho 1% da sociedade, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas você diz aqui que não vai ao escritório?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Isso pode? Tem alguns advogados, eles são sócios, mas que não frequentam o escritório. É no mínimo estranho.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É como eu falei, a gente tem um contrato de prestação de serviço com o Ideas, que solicitou um advogado interno lá, e desde que eu entrei eu trabalho diretamente pro Ideas. A Barros tem um contrato de prestação de serviço com esse Instituto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Hum, hum.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — E eu trabalho internamente lá e eu posso comprovar isso tudo. Desde 2018 o meu *e-mail* é corporativo desse... desse Instituto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Então deixa...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Eu tenho testemunhas que podem comprovar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Deixa eu ver se entendi...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — ...só que eu represento a Barros lá dentro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Você é sócia do escritório que você não frequenta o escritório, não sabe quem frequenta... Seria isso, você não sabe de nada?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, é como eu falei, eu, eu estou no escritório internamente dentro do Ideas, que é um Instituto que a Barros tem contrato de prestação de serviço com eles.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não conhece nada da rotina, quem frequenta?...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, sei que o escritório tem... advoga pra Mahatma Gandhi, tenho conhecimento disso, mas diariamente eu e o Leandro a gente não tá junto. É claro que tem... tem reuniões semanais ou ele... É que ele coordena e ele distribui as demandas que chegam.

Página 242. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É que é no mínimo estranho, doutora, né? É normal que... quando a gente tem um sócio, a gente sabe pelo menos um pouquinho, fragmentos da rotina, não é, e você alega que nada sabe, não frequenta... Acho que...

Sem mais perguntas, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ— Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só para concluir, antes de passar para o... Posso ajudar.

Existem várias fotografias em redes sociais, também publicadas na imprensa, do Douglas Borba e o Popó e... e o... e o Leandro, várias fotografias deles juntos...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Olha, eu acho que o meu irmão e o Leandro eles não têm foto juntos, eu até gostaria de ver essa foto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Posso mostrar para a senhora.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É... Só se é do time de futebol ou algo assim.

(*O senhor Relator, Deputado Estadual Ivan Naatz, mostra foto do seu celular.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Uma foto que nem essa aqui foi sacada...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Do jogo de futebol? É, deve ser um time de futebol...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — De uma confraternização...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É, pode ser.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Mas eles, como eu falei, não têm amizade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. Obrigado.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — De nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Boa tarde, doutora.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Você sabe me dizer, dessas instituições das quais o escritório presta assessoria, presta serviços de consultoria, quais delas que têm contratos, têm serviços com o governo do Estado de Santa Catarina?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É... somente o Ideas que faz a gestão do Hospital Materno-Infantil, de Criciúma. Ele tem um contrato desde o governo anterior.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Tá.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Era municipal e depois o Estado assumiu esse hospital.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — E nesse caso é vossa excelência quem presta a assessoria jurídica para o Instituto Ideas?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — E... Eu faço assessoria jurídica do Instituto, a gente presta esse serviço, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Consequentemente, se houvesse dúvidas para tirar com o Estado, a pessoa indicada do escritório seria você?

Página 243. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3266
Rubrica

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Quem vai nas reuni... Eu não, eu nunca fui na... na SES, se é isso que o senhor quer perguntar. Quem sempre vai nas reuniões, na maioria das vezes, é o diretor do Instituto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Hum, hum.

Mas quando é necessária uma opinião jurídica...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Eu acho que eu fui... se eu não me engano, eu fui uma vez na SES na época que era o Secretário Acélio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Muito bem. Então o Leandro foi várias vezes na Secretaria da Saúde, mas nunca pelo Instituto Id... nunca...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Ah, talvez ele possa ter ido, isso eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Obrigado.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Mas eu, Mariana, não, não fui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência com a palavra. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Senhor Presidente, desculpa. Nada a perguntar, senhor Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Dona Mariana, durante todo esse episódio do Covid-19, desde quando foi decretado estado de calamidade, enfim, a imprensa vem noticiando dia a dia, né, e, além da imprensa, o próprio governo do Estado tem um esforço muito grande de mostrar cada uma das suas ações, inclusive são feitas transmissões ao vivo todos os dias, os repórteres comentam, a televisão divulga isso, né – e eu não estou me referindo ali agora à divulgação das providências a serem tomadas em relação ao hospital lá da Marejada, mas à compra dos respiradores, né?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O governo do Estado, em várias oportunidades, diz que estão tomando providências pra acelerar, enfim, né, via telefone, WhatsApp, inclusive naquelas pessoas que fazem parte da mesma rede social de pessoas que estão diretamente envolvidas em todo esse processo.

Por exemplo, se o Deputado Cobalchini publica alguma coisa na rede social dele, como eu tenho amizade com ele, sigo a página dele, eu vou acabar tendo acesso a isso também, não é, e isso se forma uma grande rede de amigos. É assim que funciona a rede social.

(*A depoente gesticula positivamente com a cabeça.*)

Então, as informações elas chegam de forma muito pontual. Então, fica difícil de a gente entender como que uma pessoa, e a gente ouviu isso aqui em várias declarações, que: "Eu só fiquei sabendo disso pela imprensa, após." A senhora entendeu minha linha de raciocínio aqui? Da aquisição do material.

Aí, além da aquisição do material, nós partimos também ali para quando ou o meu ambiente de trabalho, ou o meu círculo familiar, ou o meu círculo de amigos começa a trabalhar com isso, né? Nós estamos construindo aqui um raciocínio.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Qual foi o momento... o momento que a senhora ouviu falar assim: Olha, existem respirado... Não, não tô falando do escândalo em si mesmo, daquilo que foi provocado pela irregularidade da compra...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...mas antes disso, em algum momento, antes – como a senhora já declarou, então não vou perguntar

Página 244. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

novamente, que ficou sabendo do escândalo da compra dos respiradores, né... pela, pela televisão, pela imprensa assistindo ao jornal, né, estava lá vendo o jornal...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...se assustou com a notícia e tal. Mas eu tô dizendo antes disso, quando a senhora falou assim: nossa, o governo do Estado está comprando alguns respiradores. A senhora fi... teve o... ou a senhora em momento nenhum soube?...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, eu tive conhecimento quando saiu na mídia, já...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O que...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — ...que não vai entregar o respirador e começou essa história.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Antes não?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, não acompanhei mesmo. Como em relação à Covid a gente teve muita demanda, até desse outro Instituto que eu fico diariamente lá dentro, eu tava focada no meu trabalho, eu tava trabalhando muito, fazendo ofícios...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Demais mesmo.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum. E... tudo bem.

É... o escritório de advocacia do?... A pessoa do... do Leandro, né? Ele foi procurado dois dias depois. É isso, não, que a senhora afirmou aqui na declaração da senhora de quando...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...foi constatada a irregularidade.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — O Fábio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O Fábio.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — ...procurou ele depo... é... depois do... que já tinha sido pago, já tinha sido feita toda a (*ininteligível*)...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Já foi efetuado o pagamento...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Tinha sido pago e... não sei se foi um ou dois dias depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

E por que o Fábio procurou ele, no entendimento da senhora? O Fábio procurou o Leandro por esse determinado motivo. Pra quê? Pra que foi buscado ali o trabalho do Leandro?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Pra se ver se o Leandro tinha algum contato com a Secretaria. Como o Leandro é uma pessoa de referência na área da saúde aqui no Estado, se ele poderia conversar com alguém pra tentar só amenizar a situação, dizer que era, era uma empresa é... idônea e tudo mais e que iria entregar esse material.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá. Deixa eu ver... se ele podia falar assim: olha, fiquem tranquilos, né, que essa empresa ela tem uma idoneidade...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim.

Página 245. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3267
Rubrica

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...e que em tempo mínimo o material será entregue. Como a senhora teve conhecimento do conteúdo dessa conversa?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Depois que aconteceu tudo isso eu questionei o Leandro, qual...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O que foi o problema?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — ...foi o teu contato com o Fábio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — É assim: ô, Leandro, o que o Fábio falou contigo? Aí, ele respondeu?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É, eu precisava saber, o meu nome tava envolvido, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — E ele me mostrou, sim, a me... o Fábio manda mensagem, liga pra ele, algo desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Que o Fábio teria pedido...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — E o Leandro tem essa prova.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Justamente pra poder falar assim: olha, governo do Estado de Santa Catarina, tenha confiança porque essa empresa ela vai honrar o compro...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Foi uma ligação, ele falou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hã?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Foi uma ligação dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Foi uma ligação?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então não foi um contato pessoal, foi uma ligação só?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, ele daí depois ele fala isso com a... O Leandro fala com a servidora, né, sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Qual servidora?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Com a Márcia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com a Márcia.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Que tá... Eu vi isso, eu li tudo, eu li o inquérito, né? (*Ri*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

Consulto os senhores Deputados se existe mais algum questionamento a fazer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O seu... o seu... O endereço do seu escritório é distinto do endereço do escritório do Leandro?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É... nós temos dois escritórios, um em Biguaçu e um no Estreito. É... o Inst... Você fala do Instituto?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Isso.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É no mesmo prédio, mas não é no mesmo andar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não no mesmo andar?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O.k.

Página 246. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Dona Mariana, quero dizer para a senhora...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senhor Presidente, uma última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Prossiga.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — A senhora sabe pelo menos o faturamento do escritório, bruto ou líquido?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Mensal, você diz?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Sim.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Hum... Não tenho... Acredito que seja uns sessenta mil, não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Dona Mariana, quero...

Opa, só um pouquinho, chegando mais um materialzinho aqui.

Quero agradecer à senhora, bastante, tá? Como bem disse o Deputado Ivan Naatz aqui, a senhora veio para nos ajudar no nosso trabalho, então, por isso que a gente agradece a presença da senhora aqui hoje.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E eu peço à assessoria que... A senhora pode ficar à vontade, está dispensada.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Eu agradeço a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Ah, só mais uma... A senhora tem, tá, pode usar...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...o espaço, se quiser fazer alguma retratação, alguma explicação...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Fique à vontade para isso.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Eu agradeço a oportunidade. Eu só quero que a verdade seja mostrada, o meu nome está envolvido em algo que eu não fiz e eu preciso do final dessa CPI pra mostrar quem realmente está envolvido, quem realmente deu a caneta, quem assinou e quem autorizou tudo isso. Eu preciso que meu... O meu nome e o do meu irmão estão envolvidos em algo que a gente não, não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Dona Mariana, eu fui polícia por vinte anos, eu sei que um bom crime ele precisa de uma vítima e de um criminoso, e um crime perfeito ele precisa de uma vítima, de um criminoso e alguém a quem culpar, tá?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Tá bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora, também se tiver alguma informação que possa nos ajudar a descobrir o caminho da verdade...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Estou à disposição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...por favor, procure a CPI.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Pode deixar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora vive em Biguaçu, acontecem muitas coisas em Biguaçu...

Página 247. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É, eu não moro mais em Biguaçu, né? Mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, mas trabalha lá...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A é? Então...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Eu trabalho no Estreito. Tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas se a senhora souber de alguma coisa...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É que tô vinculada como advogada de Biguaçu, mas eu não trabalho lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá bom. Obrigado.

(*A depoente se retira do recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhores Deputados, eu gostaria da atenção dos senhores por um minuto.

Nós temos uma próxima... agendado para a nossa próxima reunião ordinária uma testemunha que é do Estado de São Paulo. Conversando aqui, a Casa nos repassou uma solução mais prática, tendo em vista a dificuldade dos voos e do próprio transporte, e se existe uma possibilidade de colocar em votação aqui de entrar em contato com a Alesp, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, e se essa testemunha poderia ser ouvida lá também via remota, lá na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ou por aplicativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Ou por aplicativo... não, até por aplicativo dentro da Alesp, para que ele possa passar pela... para colocar todos em pé de igualdade, as nossas testemunhas aqui também ficaram numa sala aguardando, sem contato com as demais, e não acompanhando o depoimento das demais testemunhas.Eu gostaria de colocar isso em votação, se pode ser acertado dessa forma, por videoconferência, utilizando-se da oferta de ajuda da Alesp.

Em votação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — De acordo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — De acordo, Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — De acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Essa testemunha tem sido citada aí na...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, na verdade, essa testemunha é o representante legal da empresa que foi... ela apresentou o menor preço, apresentou todas as condições, mas ela foi desqualificada.

Então, o objetivo com essa testemunha é de a gente entender o que... se ela compreendeu o que estava acontecendo aí dentro do processo, já que ela foi desqualificada, acabou perdendo o negócio, né, que foi cancelado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Dessa forma, coloco em votação.

Deputado Sopelsa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Concordo, concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Bom, não havendo quem se oponha, aprovado.

Antes de terminar esta reunião, convoco outra para terça-feira...

Página 248. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Senhor Presidente, antes de o senhor concluir, para saber, em relação à terça-feira da próxima semana e na quinta-feira da próxima semana, os depoimentos já estão...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Todos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Todos?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, a gente está aprovando de cinco em cinco, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O.k. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Até cinco, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Até cinco. Terça-feira já se sabe quem vai depor?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, já tô (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — São só quatro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Quatro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O de São Paulo e três daqui. Para a gente terminar aquela etapa, Deputado, do conhecimento dos trâmites, pessoas que não têm nenhuma relação, etc. A gente vai terça-feira terminar essa etapa.

Depois, a gente vai entrar na parte das pessoas que, de uma forma ou de outra, participaram do processo, o nome delas consta em algum lugar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O que eu quero sugerir, Presidente e Relator, é que a gente... nós já sabemos nome, sobrenome...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se o senhor quiser, eu posso repetir para o senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não, não, não tô me referindo a esses, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ã-hã.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O processo já está claro, né, os passos que... para mim já está claro e nós temos sessenta dias. Esse prazo ele está... foi exteriorizado. Penso, penso, que a gente deva, o mais rápido possível, até pelo farto material que o próprio Ministério Público tem, a não ser que surja um fato novo, de alguém que não conste ainda nesses autos, mas eu penso que a gente deva perseguir esses que há indícios fortíssimos, tá, de materialidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Acho que aí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deputado Cobalchini, eu acompanho o raciocínio de vossa excelência, mas como foi apresentado o nosso plano de trabalho...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...nós temos que fazer depois, no final do relatório, os comparativos, deste com aquele, aquele com aquele, isso com aquilo, e é preciso passar por essa etapa.

Com a, com o, o, a abertura... ou com o deferimento do sigilo do inquérito, nós vamos ter os depoimentos tomados, como a gente combinou antes, por autoridades, pelo Ministério Público e pelo Gaeco.

Então, o que eu vou fazer hoje à tarde? Eu vou tomar pé de todos esses depoimentos e vou, dentro daquele rol que eu tinha apresentado, tentar ao máximo possível utilizar daqueles depoimentos para diminuir o nosso rol. Aí eu acredito que se a gente conseguir diminuir o rol com três sessões, com quatro sessões de depoimento, nós vamos

Página 249. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls 3269
Rubrica

acabar com a fase de depoimentos. Aí a gente entra na fase da documentação, depois a gente faz os depoimentos, os contra de... os depoimentos que a gente achar mais importantes. Por exemplo, se alguém decidir ouvir o Governador, por exemplo, nós vamos deixar para o final, depois dessa etapa; ou se a gente decidir ouvir o ex-Governador ou o ex-Secretário. Então, essas partes aí a gente vai deixando mais para o final, de acordo com o...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Questão de ordem, Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só para eu concluir. (*Ininteligível*) o que eu falei...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Deputado, até sugiro que a gente converse isso na interna, até porque (*ininteligível*) ser sigiloso nesse processo, questão de estratégia nossa, né? A gente conversa internamente isso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Segunda-feira...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Se for publicar... de... né? O Estado inteiro está assistindo este momento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Segunda-feira, nós vamos fazer uma reunião virtual para acertar esses detalhes, para tentar encurtar os sessenta dias, o nosso prazo.

Muito bem lembrado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Pela ordem, Presidente, Sargento Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — De onde vem essa voz?

(*O senhor Deputado João Amin, naquele momento, participa remotamente.*)

Vossa excelência com a palavra, Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Presidente, eu nunca tinha feito isso, eu fiz um requerimento do requerimento hoje para o senhor, não precisa responder agora, mas eu reafirmo a minha solicitação dos três depoimentos ainda na semana que vem e, na sequência, uma acareação, que já foi aprovada, proposta por dois Deputados, e aprovada por unanimidade na CPI.

Se o senhor puder me dar uma resposta antes da reunião de preparação, eu agradeço, porque cada um acha uma situação importante aqui, mas eu concordo plenamente com o Deputado Cobalchini, né? Hoje nós acompanhamos uma situação que, confesso, muito pouco acrescentou a um cidadão comum que vê o jornal, que lê o jornal impresso, que vê o jornal pela televisão. Então, eu aguardo o seu contato antes da reunião preparatória. Está bom?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado João Amin, pode contar com o meu contato antes da reunião preparatória.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Muito obrigado. Até porque parte do Presidente o agendamento e todos os Parlamentares têm a prerrogativa do artigo 161 de fazer essa solicitação já aprovada por unanimidade entre os membros da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Feito o...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Muito obrigado, senhor Presidente.

Página 250. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Eu vi o Deputado Felipe Estevão fazer um encaminhamento e eu concordo com ele. Nós estamos trabalhando com a questão bastante séria e com muita responsabilidade nossa, porque não podemos sair de uma CPI, acho que ninguém quer isso, né, tenho certeza, não é acho, ninguém quer que a gente saia sem ter os encaminhamentos todos corretos.

Eu acho que mesmo que eu esteja *on-line*, vocês que têm a possibilidade... os senhores, né, desculpa o vocês, os senhores que têm a possibilidade de fazer presencial, podem tratar de questões que nós precisamos manter reserva, sigilos, né, para o bom andamento, vocês possam fazer e me comunicar. Não tenho nenhuma dúvida em ser parceiro, sabe?

Acho que... eu também concordo que nós tivemos, na minha maneira de ver, pouco progresso hoje, sabe? Eu acho que tem coisas aí que nós podemos agilizar e ter muito mais proveito.

É o meu entendimento, e quero dizer que é o entendimento meu, modesto, e respeito a opinião de todos os demais oito Colegas que fazem parte da CPI.

Era esta, senhor Presidente, senhor Relator e senhores Deputados, a minha participação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deputado Sopelsa, se a gente não cuidar com os ritos, as situações, ouvindo todo mundo, nós vamos fazer um processo de inquisição, que não é o nosso desejo. Ninguém quer inquisitar (*sic*) ninguém, nós queremos dar a oportunidade para todos aqueles que, de uma forma ou de outra, tiveram o nome envolvido, citado, cara estampada no jornal, de uma forma ou de outra indicados como partícipes desse processo, dar a oportunidade de se manifestarem aqui na CPI. Todos.A mocinha aqui teve o nome dela, a doutora Adriana... Mariana, teve o nome dela citado, a fotografia dela citada, ela estava nos jornais, ela estava em tudo quanto é lugar, ela teve agora a oportunidade dela de vir aqui contar a história dela. Isso também tem que ser levado em consideração.

O processo que a gente pretende implementar aqui não é um processo de inquisição, é um processo de dar a oportunidade para todas as pessoas que tiveram o nome envolvido apresentar a sua versão. Esse é o meu desejo, Deputado Sopelsa.

Muito obrigado pela oportunidade e vossa excelência também tem razão no que fala, mas a gente vai fazer dentro da... dentro do tempo estabelecido vai-se fazer tudo o que tem que fazer, o que for preciso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhores Deputados...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...eu tenho absoluta certeza que neste exato momento quase sete milhões de pessoas então torcendo pelo sucesso do nosso trabalho, tenha essa absoluta certeza, mas também tenho absoluta certeza que no mínimo umas trinta pessoas estão torcendo para o nosso insucesso, para o nosso fracasso, e pessoas que... como é... quem tem acesso ao processo e quem tem acompanhado o trabalho aqui de perto, né, o trabalho feito pelo Relator, pelos demais Deputados e pelos encaminhamentos de cada um... os encaminhamentos de cada um dos requerimentos, nós estamos trabalhando com pessoas que... não vou dizer boas naquilo que fazem, porque apresentaram falha no cometimento do erro, mas pessoas que... que conseguem, sim, alguma forma garimpar no meio do nosso trabalho, feito a várias mãos aqui, buscar erros, até porque isso é muito lucrativo, né, no mínimo R$ 33 milhões, e vale a pena.

Página 251. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

SÃO PARLAMENTAR
Fls. 3270
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Questão de ordem, Presidente.

Até para não desanimar o espírito dos Colegas, é o primeiro dia de uma sabatina, processo investigativo, ou seja, é achar uma agulha no palheiro. Nós temos um objetivo central, que é dar esse senso para a população de justiça, ou seja, é responsabilidade, é maracutaia que tem atrás dos panos? Então, acho que o processo está dentro daquilo... Acompanhando algumas CPIs, eu estudei muito nas últimas semanas, estudei todas, e esse é o processo, vai-se ouvindo todas as partes, todos os envolvidos, vai juntando. Para que sejamos justos, não seja um tribunal de inquisição, traga logo o fulano, ciclano, o Secretário esse ou *b*. Tem uma caminhada e eu acho que estão de parabéns, foram o quê, oito horas de trabalho aqui, com afinco e dedicação, com o objetivo central de chegar quem deliberou isso, quem foi, foi incompetência...

Então, eu parabenizo todos, para que não desanime o espírito dos Colegas, que a gente continue firme. Eu acho que o trabalho, a gente está aqui se empenhando em fazer o melhor. Eu acho que se fosse fácil, qualquer jornalista investigativo já tinha resolvido, sanado, e a Justiça já estava aí prendendo gente, tanto é que o Ministério Público ainda não prendeu ninguém, por quê? Existe um processo criterioso, que é gradativo, sistemático. Então parabéns aos Colegas.

Eu fiquei muito satisfeito, não considero que não tenhamos tido avanços, acho que ouvimos as partes, respeitosamente, claro, ao Amin, que eu considero um colega, um amigo, igualmente a experiência, não é, do nosso querido amigo Sopelsa, mas eu manifesto aqui uma opinião um pouco contrária, eu acho que a gente avançou. Uma grande caminhada começa com o primeiro passo, são sessenta dias, então não vamos desanimar o nosso espírito e vamos firmes em busca da verdade e trabalhando com unidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Antes do encerramento, convoco uma próxima...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Felipe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Opa, Deputado Sopelsa, meu nobre amigo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Felipe, você pode ter certeza que eu quero é contribuir, não é para achar essa agulha no palheiro. Não posso te dizer que é bem maior do que uma agulha que está no palheiro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Também acho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Às vezes, é a minha pressa, sabe? Talvez seja a minha pressa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Eu estava fazendo suspense, mas o nosso... A Bíblia diz que com um ancião... não que ele seja um ancião, ele é jovial, esses cabelos brancos não nos enganam, mas está a sabedoria e com o jovem está a força, e eu tenho certeza que a sincronia disso, da experiência dos mais antigos, como o Cobalchini, conosco mais jovens, que chegamos, a gente vai chegar a um resultado que seja satisfatório à população catarinense.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Gostei do ancião, porque ele está bem veinho mesmo, né? Tá acabado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Gente, convocada a próxima...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — (*Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...reunião para terça-feira, às 10h, e dou por encerrada... às 17h. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: taquigrafa Siomara G. Videira / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

Documento transcrito pela Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões.

Página 252. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI

Página 253. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES), QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R$ 33 MILHÕES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2020, ÀS 17H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhoras e senhores, boa tarde. Boa tarde a todos aqueles que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Digital Alesc, também àqueles que acompanham os seus Deputados pelas suas respectivas redes sociais e a todos aqui presentes.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 3ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência nº 11/2020.

Inicialmente eu gostaria de comunicar todos os Deputados aqui presentes que devido a problemas técnicos da taquigrafia, não vamos colocar em discussão e votação a ata da reunião anterior. Posteriormente, ela nos será apresentada.

Senhores Deputados, recebemos da senhora Márcia Regina Geremias Pauli solicitação para que quando for chamada para depor, sejam intimados também seus advogados. Por isso, já peço à assessoria que faça a juntada da procuração aos autos.

Recebemos também o ofício da Delegacia-Geral da Polícia Civil informando que está de acordo com a concessão temporária do Delegado Márcio Fortkamp.

Também comunico que foi recebido o ofício da senhora Iná Adriano de Barros, solicitando o adiamento da oitiva marcada para a tarde de hoje por problemas de saúde, por ser considerada do grupo de risco em relação ao coronavírus. Ela apresentou a documentação a qual eu peço que seja juntada aos autos para posterior análise do senhor Relator.

Foram incluídos ainda na pauta quatro requerimentos relacionados à convocação de testemunhas e, conforme acordado previamente, gostaria de propor a votação em bloco seguindo o cronograma discutido à reunião de preparação. Eu gostaria de consultar os Deputados se existe a necessidade de votar algum deles de forma destacada.

(*O Deputado Estadual Fabiano da Luz gesticula negativamente com a cabeça.*)

Então, eu vou partir para a leitura: para o dia 21/05, Carlos Roberto Costa Júnior, assessor jurídico da Secretaria de Estado da Saúde; Wagner Tadeu Martins Queiroz, engenheiro eletricista da Secretaria de Estado da Saúde; Carlos Charlie Campos Maia, diretor de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Saúde.

Página 254. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Comunico, também, que fui informado pela assessoria que o Relator não deseja mais ouvir o senhor José Florêncio da Rocha e gostaria de perguntar ao Deputado Ivan Naatz se ele deseja incluir outra testemunha no lugar dessa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Boa tarde, senhores Deputados.

Só para esclarecer, dia 21 de maio, senhor Presidente, eu tenho um requerimento de ouvida do senhor Luiz Felipe Ferreira, Controlador-Geral; do senhor Carlos Roberto da Costa Júnior, assessor jurídico da Secretaria de Estado da Saúde; do senhor Wagner Tadeu Martins Queiroz, engenheiro eletricista da Secretaria de Estado da Saúde; e do senhor Carlos Charlies Campos Maia, diretor de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Saúde.

Esse é o requerimento que apresento a vossa excelência [com os nomes] a serem ouvidos na próxima quinta-feira, todos servidores da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, Deputado, mas, ainda constava o José Florêncio da Rocha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É... o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu perguntei se o senhor deseja incluir alguma testemunha no lugar dele?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, não. Neste momento, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Só o Luiz?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso, para o lugar dele vai o Luiz Felipe Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para o dia 26/05, Márcia Regina Geremias Pauli, ex-superintendente da Superintendência de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado da Saúde; Helton de Souza Severino, ex-Secretário de Estado da Saúde; e Douglas Borba, ex-Secretário da Casa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Com relação a essas testemunhas, eu solicito a vossa excelência que a CPI tome todos os devidos cuidados para que elas sejam colocadas em salas separadas, a fim de que uma não ouça o testemunho da outra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O pedido do senhor será acatado, Deputado.

Dia 28/05, se houver necessidade... porque ainda tem a possibilidade de não haver uma contrapartida ou uma indisposição entre os depoimentos, daí eu acredito que não seja necessária uma acareação. Se o depoimento de todos eles disser a mesma coisa, seria ilógico pedir uma acareação. Então, havendo uma discordância entre os depoimentos daqueles arrolados para o dia 26/05, aí, para o dia 28/05 haverá acareação entre a senhora Márcia Regina Geremias Pauli, o senhor Helton de Souza Zeferino e o senhor Douglas Borba.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – De acordo, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ainda, em data a ser definida, o doutor Antônio Barreto, servidor do Hospital Nereu Ramos; o senhor Paulo Eli, Secretário de Estado da Fazenda; e um médico indicado pela Associação Catarinense de Pneumologia e Tisiologia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente, há requerimentos do Deputado Cobalchini, por exemplo, para ouvir Luiz Felipe Ferreira o qual já foi atendido. Também há outros nomes que foram apresentados pelo Deputado

Página 255. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3272
Rúbrica

Cobalchini que estão sendo atendidos de acordo com a pauta produzida aqui. Então, informo ao Deputado Cobalchini que a lista dele está sendo atendida de acordo com a nossa possibilidade de pauta e com o tema que a gente pretende debater. Mas solicito a vossa excelência, se tiver que dispensar algum deles de acordo como as coisas vão acontecendo, que comunique a nossa relatoria.

E também comunico os senhores Deputados que o processo da Deic que era produzido sob sigilo, caiu o sigilo, só que a gente não conseguiu ainda decodificar todos os depoimentos. O primeiro depoimento que a gente conseguiu decodificar foi o primeiro depoimento do Helton Zeferino à Delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz, só pra... O Deputado Cobalchini está de acordo com os requerimentos ali?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Ã... eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, a palavra é do senhor. Depois a gente entra no segundo assunto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu até conversei ontem com o Deputado Ivan...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...e o requerimento que apresentei já no primeiro dia, logo depois da instalação, sugere uma série de nomes. E esses nomes, alguns deles, estão sendo chamados, mas não em função do meu requerimento, em função do requerimento de um outro Parlamentar. Não tenho nenhum tipo de ego aqui, mas eu quero ser justo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Se dois Deputados fazem requerimentos semelhantes, que se dê crédito aos dois Deputados, e não como eu ouvi ontem que na semana que vem nós teremos, digamos uma reunião, em que os principais atores envolvendo o governo do Estado serão aqui chamados através do requerimento de um Deputado. Parabéns a ele, mas eu quero sugerir aqui que os Deputados que fizeram os requerimentos do mesmo nome, digamos em duplicidade, envolvendo dois ou três Deputados, que se faça referência a todos os Deputados, e não apenas a um Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu acredito que seja de fácil solução isso aí, Deputado, basta que se consigne o nome de todos eles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, como eu disse, como tem quatro ou cinco, a gente está acatando as listas e fazendo a comunicação à presidência, porque quem convoca de verdade é a presidência da Casa. Mas nós estamos atendendo todos os requerimentos de vossa excelência na medida do possível, Deputado Cobalchini.

Bom, como eu vinha falando, nós temos dois inquéritos, um mandado de prisão preventiva e o inquérito que faz a Deic. Esses dois inquéritos, o inquérito policial e o pedido de prisão preventiva, estavam no Tribunal de Justiça. Como os Secretários perderam os postos, eles foram remetidos para o primeiro grau. Então, eles saíram do segundo grau e foram para o primeiro grau. Quando houve a decisão de remessa do segundo grau para o primeiro grau pela perda do foro, quebrou-se o sigilo de todos os depoimentos. Acontece que todos os depoimentos fornecidos, tanto na fase de investigatória quanto na pré-judicial, foram feitos em vídeos e esses vídeos são muito pesados, e a gente não consegue transformá-los em imagens direto para o computador. É muito lento, muito difícil. Nós estamos fazendo todas essas transcrições para que todos os Deputados tenham acesso a esses vídeos. O primeiro depoimento do Helton à

Página 256. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Delegacia já está disponível. Quanto aos demais, nós estamos entrando em contato com o gabinete do Juiz de primeiro grau que está analisando o processo. Ele recebeu o processo, mas não recebeu os CDs que ficaram aqui no Tribunal e estão sendo remetidos para o primeiro grau. Lá, no primeiro grau, que vamos ter uma cópia para poder colocar no computador, compactar e liberar para vossas excelências. Então, todos terão esses depoimentos nos autos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Esses depoimentos já vão chegar transcritos?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, na verdade, eles vão chegar por imagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por imagem. Todos os depoimentos chegarão por imagem, porque foram todos gravados por imagens e acho desnecessário a gente transcrevê-los. Esses, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Finalizando, então, vou colocar em votação e em discussão aqui os requerimentos que foram anteriormente lidos.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovados.

Eu quero comunicar os senhores Deputados que o senhor João Gilberto da Rocha já se encontra "linkado" e pronto ali paro o depoimento dele. Então, tendo em vista que será de forma remota, é, é de forma prioritária colocá-lo em primeiro lugar.

Eu peço à assessoria que...

Senhor João Gilberto da Rocha?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – João Gilberto Rocha, não tem o da.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Boa tarde, senhor.

O senhor sabe por que está sendo convidado e chamado para essa reunião?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão sob pena de incorrer em crime de falso testemunho?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Lembrando que na condição de testemunho compromissado o senhor tem o direito de permanecer calado, tá, porém, é necessário que o senhor expresse, até porque o silêncio não é indicativo de resposta. Aí o senhor responde: prefiro permanecer calado.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para que as nossas taquígrafas possam registrar, é necessário que o senhor fale o nome completo do senhor, sua profissão, idade e seu endereço completo.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – O.k.

O meu nome é João Gilberto Rocha Gonçalez, eu sou, de formação, biomédico, tenho 56 anos e moro na Avenida Três de Março, é 840, M2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor tem advogado... [*Transcrição: Grazielle da Silva*]

Página 257. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Em Sorocaba, São Paulo. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Em Sorocaba, São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sorocaba, São Paulo.

O senhor tem advogado, o senhor está acompanhado de advogado?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim, está aqui comigo. (*Aponta para o advogado que está ao lado.*)

O SR. BRUNO CORREA RIBEIRO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu gostaria de pedir para o senhor, doutor, que o senhor falasse o seu nome completo e o número da sua OAB.

O SR. BRUNO CORREA RIBEIRO – Perfeito. Bruno Correa Ribeiro, OAB/SP 236.258.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado. Com a palavra o Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Boa noite, senhor João Gilberto.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Boa noite.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu informo que o senhor está depondo como testemunha nesse processo, portanto, tem a obrigação de dizer a verdade. E informo também que esta CPI não investiga o contrato... aquele problema que o senhor acompanhou muito bem do contrato dos cem leitos de UTI que eram para ser construídos, acabou o governo desistindo, processos judiciais... Nós não estamos investigando esses processos, nós estamos, na verdade, investigando o mecanismo que se operou sobre esse processo, que a gente entende que foi o mesmo que se operou sobre os demais processos e, em especial, naquele que estamos investigando aqui, que é a compra dos respiradores. O senhor compreendeu?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor poderia falar rapidamente o que é o Instituto Nacional de Ciências da Saúde?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – O Instituto Nacional é uma instituição de direito privado é... que realiza é... que tem em um de seus objetos a gestão, é... uma de suas finalidades não objeto, é, a gestão em equipamentos de saúde. Equipamentos de saúde - entenda-se - hospitais, UPAs, enfim, qualquer tipo de equipamento de saúde, dentre as... a gama de atividades que o instituto tem na área da saúde, tudo na área da saúde. É assim, sintetizando bastante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é o presidente desse instituto?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, eu tenho aqui nas minhas mãos documentos que o senhor apresentou para participar da licitação dos cem leitos de UTI, certo?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu também tenho aqui nas minhas mãos, um mandado de segurança, um primeiro mandado de segurança que o Instituto Nacional ajuizou contra aquele processo licitatório.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim.

Página 258. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse primeiro mandado de segurança foi arquivado no Tribunal de Justiça. Depois, eu tenho um segundo mandado de segurança para o qual foi concedida uma liminar que não se efetivou porque o governo desistiu daquela licitação. É isso?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – É, até onde eu sei, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O senhor esteve aqui em Santa Catarina quando apresentou a proposta para construir os seus hospitais de campanha?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim, um pouco antes eu tive para ver o lugar de Santa Catarina, contatar com agentes, é, é... e eu fui aí pra ver o lugar e fui embora; fui no mesmo dia e fui embora no mesmo dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor esteve na Secretaria da...

(*O senhor Relator dirige-se aos componentes da mesa e pergunta: "Como se chama a Secretaria... Diretoria, Defesa Civil?"*)

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não, na Secretaria não estive.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Na Defesa Civil?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem esteve na Defesa Civil representando o instituto?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Ninguém, que eu saiba, ninguém.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, o senhor não teve contato direto com ninguém da Secretaria?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não, contato, com ninguém.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ninguém.

Quem procurou... como é que o senhor teve notícia da licitação?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Foi... na verdade, não sou eu quem tem notícia. A gente tem um radar que fica captando esse tipo de situação, né, de... de... de editais que se fica captando. Não sou eu que vê, é um departamento dentro do instituto que tem... que fica captando no País... no País, não, onde interessa pra gente esse tipo de situação, né, onde tem disputa e, aí, a gente vai disputar. É isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor preparou documentação ou o senhor mandou que alguém preparasse?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não pedia, não pedia documentação. O edital ele pedia simplesmente uma proposta, mais nada; quem ganhasse iria apresentar a documentação. O edital não pedia documentação nenhuma, era simplesmente uma proposta financeira. Ponto final.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe como que o Estado de Santa Catarina chegou até o senhor? O senhor disse por esse radar, mas não sabe como, quem?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – A gente é muito... a gente é muito conhecido no Sul. A gente desenvolve hoje já, é... é... gestões, gestão em outros, em outros lugares aí do Sul, é... Curitiba, Pinhais, Gravataí... em alguns lugares a gente já... já atuou. E, aí, isso é fácil: entra na Internet e contata, né? Foi assim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Página 259. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3274
Rubrica

Senhor João Gilberto, o senhor participou da licitação, o senhor apresentou o menor preço...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... eu vejo aqui que o senhor preencheu os requisitos, pelo menos aqueles básicos... básicos, básicos mesmo, né, porque só vejo uma documentação e um relatório aqui e mais nada.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não se pedia nada no... no... no edital; se pedia apenas um valor pra... pra tocar aquilo. Não se pedia nada, porque, pelo que eu entendi desse edital, era uma situação de emergência, era uma situação de emergência, de... amparada pela situação de calamidade que tá todo o País e se pedia apenas é... preço pra tocar esses cem leitos. Apenas isso. E quem ganhasse no preço, iria apresentar, daí, as documentações comprobatórias das outras áreas. É isso aí. Só pedia isso no edital, mais nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá. E daí o senhor apresentou esse preço, o que pedia, o senhor apresentou o menor preço.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim, com um erro formal...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – ... um erro formal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor foi desclassificado.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não, não fui desclassificado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pois é, mas aqui tem um documento que o senhor teve que entrar com mandado de segurança pra poder ser colocado.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Mas eu não fui desclassificado. O meu preço ficou em segundo lugar, o meu preço ficou em segundo lugar, por R$ 0,01 centavo, se não me engano... eu não me lembro direito, mas por R$ 0,01 centavo.

(*O advogado Bruno Correa Ribeiro confirmou: "Por R$ 0,01 centavo."*)

O meu preço foi em segundo lugar por R$ 0,01 centavo. Eu não tô com o processo aqui. Então, vamos supor, o primeiro colocado R$ 100,00, o meu R$ 100,01 – tô dando um exemplo. Por R$ 0,01 centavo a gente ficou de diferença, R$ 0,01 ou R$ 0,02 centavos. Aí, como eu não... eu sabia que a gente não tinha mandado o preço máximo, eu falei: Não, mas a gente não pode ter ficado em segundo lugar por R$ 0,01ou R$ 0,02 centavos, porque o meu preço tá R$ 2,4 milhões abaixo do preço máximo! Aí, eu falei: Não, a conta tá errada aqui. Aí, a gente foi olhar lá e tinha um erro formal na planilha, porque foi muito correndo que foi feito as coisas. Porque tipo assim: saiu o edital e já tinha que apresentar o preço logo em seguida. Assim... não tivemos tempo, foi um prazo muito curto pra apresentar e era até as 14h, eu não me lembro, 15h... era até às 15h. Então, a gente passou a madrugada trabalhando, a equipe, pra poder fazer a conta, porque é uma coisa extremamente complexa, ainda mais na situação que tá atravessando o País. Passamos fazendo a conta e... e... não só conta, estudos, etc., o que deu pra fazer, e apresentamos. Por exemplo, tinha um teto, um teto, eu não me lembro de cor, mas, por exemplo, vamos falar um número: R$10 milhões. E a gente apresentou R$ 9 milhões, dando um exemplo, eu não lembro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu tenho aqui o número, eu tenho aqui o número: R$ 9,429 milhões. É a tabela do senhor, do senhor.

Página 260. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – É. Não, mas é que tem um erro formal na...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, eu compreendo, sim. Na verdade, na verdade o que eu leio aqui, só quero que o senhor confirme. Eu li que o senhor apresentou uma proposta R$ 2,5 milhões mais barata...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... mas na hora de somar os valores, o senhor colocou...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Vai dar os R$ 2,5 milhões mais barato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso, vai dar os R$ 2,5 milhões mais barato, mas na hora de inserir o valor que o senhor queria...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Aí, pôs o preço máximo na hora de inserir o valor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso, exatamente.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Mas, na hora que se soma ela, a hora que se soma dá... Então, é porque, assim, eu vou explicar pra você, porque aconteceu isso: eles mandaram uma planilha de Excel no edital que embaixo tinha o preço máximo, mas ela não estava formulada no Excel. Como embaixo era só o preço máximo, o pessoal copiou aquela planilha, fez as fórmulas no Excel, somou, mas esqueceu de... de... a última célula. Aí, então, na hora que copiou a planilha pra poder trabalhar com ela, veio esse número que estava digitado na... na... tava, como é que fala? Já tava na planilha, sem fórmula. E ela... ela formulou tudo e embaixo tava sem a fórmula. Eu lembro porque quem assinou a liberação fui eu. E, na hora, a gente sabia que a gente estava dando um preço de R$ 2 milhões... por volta de R$ 2,5 milhões a menos do que... do que era o teto pra trabalhar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – E a gente mandou, eu não sabia se ia ganhar ou não.

Aí, o que aconteceu? Quando veio o resultado, eu estranhei, porque eles colocaram o preço máximo menos R$ 0,02 centavos numa, em primeiro lugar, o nosso, em segundo lugar, como preço máximo, e, em terceiro lugar, uma empresa que mandou um valor acima do preço máximo. Aí, eu falei: Não, mas a gente não é o preço máximo, a gente é R$ 2,5 milhões abaixo do preço máximo. Aí, quando eu fui ver, a gente... eles tinham considerado essa célula embaixo e não tinham considerado erro formal. Aí, eu liguei e falei: Escuta, o nosso preço não é esse, o nosso preço é menos do que... o nosso preço é... é dois milhões quatrocentos e tanto abaixo disso. Tá errado aí, é um erro formal. Vocês podem considerar? Aí, me atenderam e falaram: "É isso mesmo." Aí, a gente entrou com um mandado de segurança e o mandado de segurança reconheceu que havia um erro formal e reconheceu que o nosso preço era um valor abaixo do preço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor João.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Foi isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor João, a gente tem tudo isso documentado.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim, foi isso que aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que o senhor está falando, está documentado aqui. Então, isso que o senhor está falando é incontroverso.

Eu quero saber o seguinte: o senhor ligou pra... ligou, certo?

Página 261. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3275
Rubrica

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Eu não sei pra quem eu liguei, liguei no setor, tentando falar e não me atendiam!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não atendiam o senhor?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não, não me atendeu. Aí, eu comecei mandar *e-mail*, mandei dois ou três *e-mails*...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá. Eu tenho...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – ...e nem me responderam.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu também tenho os *e-mails* do senhor aqui.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – E não responderam... responderam um *e-mail* falando assim: "Não, não, é isso mes..." Como quem diz... eu não lembro a resposta do *e-mail*, é tanta coisa: "Ó, é isso mesmo, vocês perderam."

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – É isso mesmo... Não, mas a gente não perdeu, a gente tá com R$ 2,5 milhões a menos! Eu falei: Não, tá errado! Aí, que a gente entrou com o mandado de segurança e... e a Justiça reconheceu que era um erro formal e que era pra considerar a nossa proposta como vencedora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

Depois o senhor entrou com o... depois eles desclassificaram o senhor, não foi?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não, aí o que aconteceu? Eles pegaram e... acharam um segundo motivo pra descla... aí, não mais... porque veja bem, quando fala, quando o senhor fala, em desclassificação de proposta, a nossa proposta ela não foi desclassificada, ela foi classificada em segundo lugar. Então,... só que ela deveria ter sido classificada em primeiro lugar, se eles tivessem levado em consideração o erro formal que a Justiça mandou eles considerarem. Ponto. Eles não consideraram e acharam um segundo elemento para, então, desclassificar a proposta. Então, o que aconteceu? Na segunda ati... no segundo ato, vamos dizer, num segundo ato, eles vão lá e desclassificam. Aí que eu fiquei mais aborrecido. Ainda falei: Pera um pouquinho. Então, porque não desclassificaram já na primeira, na primeira vez? Já nem considerassem a nossa planilha, a nossa... o nosso preço como o segundo colocado, já desclassificassem? Aí, eu entrei com um segundo... e... e a alegação da desclassificação era que nós não tínhamos cumprido o edital, que a gente não tinha apresentado é... estudos técnicos pra outros... não lembro direito o que... mas não pedia no edital! O edital só pedia pura e simplesmente o preço. Aí, a gente entrou com um segundo mandado de segurança pra reconhecerem que aquele edital só estava pedindo isso e no segundo mandado de segurança foi concedido a liminar que era só aquilo mesmo. Ora, aí, depois disso, eles cancelaram. E, a partir disso, eu não sei mais nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor João, é assim ó: o motivo que eles desclassificaram o senhor... o motivo que eles usaram para desclassificar a sua empresa...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Segunda vez, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso, pela segunda vez... não foi usado para desclassificar a empresa que eles homologaram como vencedora.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – (*Ininteligível.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eles exigiram do senhor um documento que não exigiram da outra empresa.

Página 262. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não, exatamente, mas eles não podiam exigir porque não estava no edital!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O senhor disse que... [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Inclusive o Tribunal de Contas fala que o edital tá cheio de problema porque justamente não pede esses documentos todos, mas isso não é problema nosso. O problema nosso é acatar o edital, oferecer o que o edital pede e aguardar a, a, a resposta. Se o... aí, aí, eles... eu acho que eles cancelaram, não sei, em função da...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor disse que não esteve aqui, né? Não circulou por aqui. Os seus advogados circularam?...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Não, por Florianópolis, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Os seus advogados?...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - ...eu fui no lugar, no lugar lá antes em, antes, em Itajaí, mas não consegui encontrar e fui embora, porque eu fico em Curitiba.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, e os seus advogados?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Eu fico... Eu fico em Curitiba.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Essa transação foi toda por *e-mail*? Não foi presencial nenhuma...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Tudo por *e-mail*. Tudo por *e-mail.*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Nenhuma empresa?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Não, tudo por *e-mail*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá.

O senhor é um homem de licitações, o senhor disse que é...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Na verdade não são licitações, Deputado, é... é... são... processos de seleção. Eu não participo de licitações.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Foi a primeira licitação que o senhor participou?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - É que isso, na verdade, pra mim não é uma licitação, é... é uma disputa pra gerir uma coisa, que na verdade é, é, é outro tipo. Eu não participo de licitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que isso foi chamado de licitação. Então vamos seguir.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - É, é, chamado inadequadamente. Tudo bem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, para eu concluir. Já compreendi. O senhor não esteve aqui, não circulou aqui, os seus advogados não andaram aqui, então o senhor não teve contato com ninguém, não viu... não viu nada. Mas o senhor é um homem de prestação desse tipo de serviço.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Sim, de gestão disso aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor poderia contribuir com a CPI...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Hum...

Página 263. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3276
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e dizer o que o senhor acha que aconteceu nesse processo, observando que a segunda, que a empresa foi vencedora, homologada com documento que não tinha, quando o senhor apresentou, eles desclassificaram o senhor, mas o documento... eles não apresentaram o documento que pediram para o senhor.

(*O senhor João Gilberto Rocha Gonçalez acena que não com a cabeça.*)

O senhor apresentou o menor preço, dois milhões e meio, foi desclassificado, o contrato foi assinado rapidamente. O senhor é um homem...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Eu não posso... (*Ininteligível.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...desse tipo de negócio, o senhor poderia ajudar a CPI dizendo mais ou menos o que o senhor acredita que aconteceu?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Eu não posso. Eu não sei o que que aconteceu. O que aconteceu eu não sei, por que... Eu sei o que eu fiz. O que eu fiz foi o quê? Apresentar o menor preço, é... ter sido colocado em segundo lugar quando deveria ter sido colocado em primeiro, entrado com mandado de segurança, ter sido acatado e depois ter sido desclassificado por um outro motivo.

O que aconteceu internamente, eu, sinceramente, não sei. Não posso... é, é, não tenho nem elemento pra falar, não tenho nem elemento, porque as empresas que estão aí, são todas empresas... que foram participar, são todas empresas aí que estão no mercado em vários outros lugares.

Então eu não sei realmente o que aconteceu. Não dá pra, pra dizer. E mesmo porque, na minha visão, na situação que nós... na minha visão é... é... é... é... eu não tô vendo o valor que estão oferecendo como um valor astronômico diante do que tá acontecendo no País, porque eu tô vendo o que tá acontecendo em outros lugares. É, é, não se acha material pra comprar, etc. Então eu não tô vendo... Não tenho nada pra falar a respeito disso, nada, nada, nada. Eu tenho pra falar a respeito do que aconteceu de a gente ter ganho e não... e não ter, e não ter levado. Só isso. É só.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, muito obrigado, senhor João Gilberto, o senhor ajudou bastante. Muito obrigado pela sua participação, voluntariedade, né, de ajudar a CPI.

Desejo boa noite para o senhor, boa sorte e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Antes de passar a palavra ao Deputado Milton Hobus, que primeiro se inscreveu, eu gostaria de perguntar ao Deputado Sopelsa, e dar as boas-vindas ao Deputado Felipe Estevão, se ambos têm algum questionamento a ser feito?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Estou acompanhando, senhor Presidente, e alguma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Pode falar, Felipe.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Estou aqui acompanhando, hoje eu estou um pouco enfermo, mas mesmo *on-line* estou aqui acompanhando os depoimentos, né, e assim que eu puder contribuir de alguma maneira estarei me manifestando, pedindo a palavra ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – *O.k.* Melhoras, Deputado Felipe Estevão.

Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Senhor Presidente, senhor Relator, senhores Deputados, eu só perguntaria ao senhor João Gilberto, né...

Página 264. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Gilberto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – ...se ele teve alguma participação na compra dos respiradores em Santa Catarina? Eu quero mais uma vez dizer que a CPI é para investigar questões que envolvam a compra dos respiradores em Santa Catarina.

Eu perguntaria ao senhor: o senhor teve alguma participação na venda desses respiradores, duzentos respiradores para Santa Catarina?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Eu nem sabia que Santa Catarina tava comprando respiradores. Eu nem sabia. Não tinha a mínima ciência disso, que Santa Catarina tava... mesmo porque nesse próprio edital, se você olhar, eles pedem que quem ganhasse colocasse cem respiradores, colocasse os respiradores, cem respiradores, eles pedem isso. É, é, e que depois esses respiradores iriam ficar pro Estado pra ele alocar com outros... quando acabasse a pandemia.

Eu nem tinha ciência nenhuma que Santa Catarina tava comprando respiradores, nenhuma ciência. Nada, nada, nada. A única coisa que eu participei foi... é... é... de tentar disputar, disputar uma, uma, uma coisa que a gente sabe fazer que é tocar, é... é... hospital. Só isso, mais nada, mesmo porque a nossa instituição ela não comercializa nenhum tipo de produto. Zero, nada, nada, nada. A gente só faz gestão de processo, mais nada.

Tenho... nem... noção nem ciência de nada disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Ficou claro para esta Comissão, senhor João.

Deputado Sopelsa, mais alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Não, estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Obrigado, Deputado. Obrigado pela compreensão

Deputado Milton Hobus, com a palavra vossa excelência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Boa noite, senhor Presidente, senhores Deputados, cumprimentar o seu João Gilberto e agradecer pela sua presteza.

Eu queria só fazer duas perguntas, senhor João Gilberto. Uma, no seu depoimento fica um pouco de dúvida pra nós. Aqui nós temos na documentação que o Estado enviou solicitação às entidades, no caso como a vossa empresa, no dia 8 de abril pela manhã, e que as propostas teriam que ser apresentadas até o dia 15 do dia seguinte...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...e o senhor disse que o senhor teve... que o senhor teve em Santa Catarina, teve em Itajaí pra ver o que seria, o que aconteceria. Então, de acordo com o que está aqui nos documentos, não daria tempo pra tudo isso. O senhor teve informações anteriores, quem lhe passou essas informações?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – A única informação que eu tive é que ia ter um hospital em Santa Catarina e eles, eles gostariam de empresas que pudessem apresentar é... propostas pra disputar isso aí. Mesmo porque, Deputado... Mesmo porque...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - O senhor não, o senhor não recebeu nenhum *e-mail*?

Página 265. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3277
Rubrica

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não, antes não, nenhum *e-mail*, mesmo porque, Deputado, é... acredite, eu sou um homem desse meio, é, as empresas estão completamente abarrotadas, não tem... se o senhor procurar hoje, tá muito difícil inclusive encontrar empresas pra poder tocar esse serviço, por questão de mão de obra, material, tá sendo uma luta.

Então, os gestores de uma maneira geral tão tentando caçar empresa do Brasil inteiro. Tô falando isso não Santa Catarina, do Brasil inteiro, porque a gente recebe ligação de, do, do Brasil inteiro: pelo amor de Deus, a gente precisa de alguém aqui pra tocar. E a gente não tem perna pra ir, não tem condições.

Agora, em Santa Catarina a gente tem perna porque nós tamo em Curitiba, tamo do lado aí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – *O.k.*

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Então, é só isso. É, é, é, contatos de: olha vai sair. E eu vi isso... não fui eu que vi, o nosso departamento viu isso no *site* o dia que saiu, mas foi assim, tipo de um dia pro outro. De um dia pro outro vimos no *site* e já baixamos e começamos a trabalhar em cima da proposta. Nada... nada...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - A outra, outra...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – ...nada traçado assim, simplesmente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Eu entendi, entendi. Só queria lhe fazer mais uma pergunta, senhor João Gilberto. O senhor disse aqui que o senhor venceu, a sua proposta foi classificada e o senhor venceu a licitação...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Considero...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - ...tanto é que o mandato de segurança foi a seu favor e o Estado não acatou. Na sua opinião, houve um direcionamento do Estado pra declarar a outra empresa vencedora, em detrimento...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...das suas argumentações, inclusive auxiliada pelo mandato de segurança?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – É, veja só, dizer que houve um direcionamento, é difícil eu falar isso. Eu não vou falar, eu não vou afirmar isso por dois motivos. Um é... que foi uma coisa muito rápida e eu acho que direcionamento é uma coisa... uma palavra muito pesada. Segundo, é... porque era uma coisa muito simples, tão simples pra ser direcionada. Eu não vejo isso. Eu vejo que houve, na minha visão, má condução do processo, má condução daquele processo. É, é, as pessoas que estavam conduzindo aquele processo não tinham habilidade administrativa para conduzir aquele processo. É isso que eu enxergo. Por quê? Porque o processo tava sendo desvi... tava sendo conduzido por uma Defesa Civil.

A gente prestou coisas pra Defesa Civil. O que lá a Defesa Civil entende de, de hospital, eu to... eu penso comigo? É, é, é a San... uma, uma Secretaria de Saúde já é complexo entender de hospital, quanto mais uma Defesa Civil. Quer dizer, as pessoas não falam a mesma língua. Eu, eu, eu falava coisas, a pessoa, mas... não entendiam o que eu tava falando. Ah, não...

Então, eu enxergo uma coisa como um... um... um... como uma má, uma má condução. Agora, direcionamento, eu não posso dizer, não posso dizer. Agora, que foi muito mal conduzido, administrativamente falando, isso eu posso afirmar e mostro que foi mal conduzido administrativamente.

Página 266. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Satisfeito, senhor Presidente, satisfeito, senhor João Gilberto, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Fabiano da Luz com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Boa tarde.

Senhor João Gilberto Rocha, tudo bem?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Tudo bem. Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Eu quero só lhe fazer uma pergunta aqui, diante do que o senhor nos relatou até o presente momento.

O senhor afirmou aqui que o instituto ficou sabendo que haveria uma licitação.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Ficaram sabendo por alguém do Estado? Alguém que comunicou? Alguém que avisou? Alguém que...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não, não. Por, por, por áreas comerciais nossas que ficam no Radar captando...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Sim.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – ...captando esse tipo de situação na região que a gente atua.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Não, é justamente essa divergência que eu senti na sua fala, porque...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – ...eu conheço o programa, esse Radar, que identifica onde está tendo licitação, edital e aí você se inscreve e participa. Então o senhor, ao mesmo tempo que relatou aqui...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não, mas o Radar nosso não funciona só assim. A gente também fi... tem contatos não de Estado, contatos de pessoas, comercialmente falando, que ficam de antena ligada onde vai, onde vai... sair alguma coisa. É assim que a gente, que a gente é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Então é tanto o Radar eletrônico quanto o radar de contato pessoal?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Isso. Quanto o radar de contato pessoal, mas não pessoas do Estado, pessoas nossas, comerciais nossos, que ficam vendo onde vai ter alguma coisa. É assim que funciona, qualquer empresa é assim que funciona.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor João Gilberto, a gente agradece a participação do senhor nesta Comissão. A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina agradece a sua participação.

Seria isso, senhor João Gilberto Gonçalez. [*Transcrição: Taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Boa noite.

(*O senhor João Gilberto Rocha Gonçalez se desconecta da reunião.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Solicito à assessoria que conduza a este ambiente a senhora Janine Silveira dos Santos Siqueira.

(*A senhora Janine Silveira dos Santos Siqueira adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.*)

Boa noite.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Boa noite.

Página 267. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A senhora é Janine Silveira dos Santos Siqueira?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Seja bem-vinda à nossa Comissão.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhora Janine, a senhora sabe por que foi convidada para a reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim, sei. A aquisição dos... respiradores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A senhora tem que fa...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Posso tirar isso aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode tirar a máscara e falar bem próximo ao microfone.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim, ã... a aquisição dos respiradores pela Secretaria de Estado da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Isso, contrato com a Veigamed.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A senhora assume o compromisso de dizer a verdade e somente a verdade no âmbito desta Comissão, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Lembrando à senhora, como testemunha compromissada, a senhora tem o direito de permanecer calada. Contudo, é necessário que a senhora expresse o seu desejo de permanecer calada, porque o silêncio não é indicativo de resposta.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então a senhora fala: prefiro permanecer calada.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Tá bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro aqui, é necessário que a senhora fale o seu nome completo, a profissão, o endereço e o seu local de nascimento. E como eu disse antes, o mais próximo possível do microfone, de forma bem compassada, para que possa ser feito o registro.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim.

É... Janine Silveira dos Santos Siqueira, é... nasci em 8/3/1982, é... endereço rua Francisco Pedro Machado, número 55.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Profissão da senhora? **A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA** – Advogada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A senhora tem advogado constituído, a senhora trouxe advogado?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sendo assim, passo a palavra ao Relator desta Comissão, o eminente Deputado Ivan Naatz.

Página 268. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Boa noite, Janine.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Boa noite.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado pela sua presença aqui.

Eu considero o depoimento da senhora um dos mais fundamentais para o esclarecimento do que aconteceu não na compra dos... não naquele processo do hospital de campanha, mas na compra dos EPIs.

Eu acompanhei todo o processo que a senhora faz, o trabalho que a senhora faz, qual o papel que a senhora faz, e também tenho aqui a licitação dos hospitais de campanha e comparei o trabalho que a senhora faz com outra pessoa que faz a mesma coisa na Secretaria da Saúde.

Então... nós não estamos investigando aqui o contrato de licita... esse contrato do Mahatma Gandhi, esse contrato que tem a assinatura da senhora.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós estamos investigando a compra dos respiradores, quero deixar isso bem claro. Mas é importante que a senhora colabore com a CPI para que eu compreenda como se procedeu aqueles... aqueles...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e como se procedeu à escolha do contrato dos respiradores. Porque na verdade o mecanismo foi o mesmo, as pessoas que atuaram nesse processo são as mesmas, e nós temos algumas pessoas que são elementos comuns dentro desses processos.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Como, por exemplo, o advogado Leandro... Leandro Adriano de Barros, que participou diretamente de todos os negócios, o próprio... o próprio ex-Secretário da Defesa Civil (*sic*), Douglas Borba, que circulou em todos os processos, e do Helton Zeferino, que circulou em todos os processos.

Então nós vamos compreender como aconteceu a compra, aquela tentativa de contrato dos leitos de UTI, para compreender como essa pessoas atuaram, cada uma delas.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu pergunto... a senhora é diretora Administrativa e Financeira da Defesa Civil. É isso?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora já teve outro cargo público?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Eu fiquei onze anos na Secretaria de Saúde, eu fui assessora jurídica, e... saí de lá consultora jurídica. Eu entrei lá como... digitadora e depois fui pra... assessora jurídica e... eu tive uma... na verdade uma... progressão dentro da Secretaria de Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então a senhora foi cargo comissionado...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Onze anos, na Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Onze anos. Muito bem.

Então a senhora é uma pessoa de confiança, trabalhava dentro da Secretaria da Saúde, trabalhou dentro da Defesa Civil, e é advogada, conhece as leis, conhece as

Página 269. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3279
Rubrica

normas, por isso que eu julgo a senhora uma pessoa importantíssima para ajudar a gente a esclarecer esses fatos.

Eu registro que eu não tenho nenhuma dúvida que a senhora não tem participação absolutamente nenhuma em nenhum desses procedimentos. Digo isso para deixar a senhora tranquila....

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, tranquilo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...pra dizer que a senhora não é investigada. A senhora tá aqui pra ajudar a gente a compreender o que aconteceu.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora foi quem abriu o processo de licitação do hospital de campanha. Foi?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, na verdade eu não abri, né?

Na verdade quem... é geralmente a área técnica que encaminha pra Diretoria de Administração e Finanças, pra que ela possa autorizar aquele processo mediante algum... mediante a instrução, né? É... diante das justificativas que tinham dentro do processo, esse processo seguiu um fluxo, né, pra essa aquisição por dispensa de licitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Eu verifico aqui, desde a abertura do processo dos cem leitos de UTI até o fechamento dele, com aquele processo judicial, parecer do Tribunal de Contas, a convocação do Secretário da Saúde para vir aqui, do Secretário da Defesa Civil, todo aquele problema que se criou em volta desse contrato, que ele foi extremamente rápido. Entre a licitação, a escolha, a homologação do contrato, se deu três, quatro dias, uma coisa assustadora, né, foi assustadora a rapidez. Por que isso aconteceu com tanta rapidez assim?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Assim ó... né... na verdade quando chegou esse processo pra mim na Diretoria de Administração e Finanças, eu... eu fui... hã... chegou pra mim esse assunto que seria talvez preciso contratar um hospital de finanças dia 1° de abril, né? E eu tava em casa na verdade, tava até... em home office, e daí eu recebi uma informação do GRAC, né, uma informação do GRAC, ah, que a gente... que a gente tá tendo uns relatórios do Nietta e do GRAC, que a gente vai precisar hospital de campanha.

E daí a gente iniciou um procedimento... eu entrei em contato com o governo de Goiás, com a Marcela, a Procuradora de Goiás, eu... porque a gente não tinha esse modelo no Estado de Santa Catarina, então eu fui atrás...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi a senhora a responsável por essa licitação toda?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não. Essa... toda de... do pro... hum....

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Do hospital de campanha?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, porque eu não... não sou técnica, né, na verdade... (*ri*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hm.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Então o que que foi, que que eu peguei e... entrei em contato porque eles não tinham nenhum material, assim, não tinham um modelo, orçamento ou... não tinha onde a gente se basear. Então

Página 270. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

o que que eu fiz, eu comecei a... eu entrei em contato com... Goiás, pra ver qual que a gente ia adotar, se a gente ia adotar chamamento público, né, concurso de projetos, porque... chamamento de OS.

Daí... conversei com o pessoal de Pacaembu, do Anhembi, né? Conversei com a Rosália, que era de São Paulo. Conversei com algumas pessoas - essas conversas eu tenho até registradas. E eu verifiquei que esse modelo não era o adequado pra Santa Catarina, porque... a gente não teria como produzir metas, né, aquela situação toda que acontece num... concurso de projetos. Então... numa OS, na verdade, contratação de uma OS.

Então o que que eu vo... que que eu... sugeri pro, pro... pro chefe da Defesa Civil? Sugeri assim: ó, chefe, se realmente for necessário contratar campanha, que eu acho... eu acho que a Secretaria da Saúde deveria fazer isso, porque a gente não tem orçamento, é, qual é a necessidade desse leito, né, a gente tem que ter um processo bem robusto e... ter essas justificativas da necessidade.

Então a gente pegou e... eu dei continuidade ao pro... ao processo e eu falei: ó, tem que vir pra mim, eu preciso de um orçamento, de uma planilha de preços que a gente tenha a basear, só que eu não vou contratar, né, eu não vou sugerir a contratação, de pegar três orçamentos e a gente contratar. Eu sugiro uma publicação no edital, no Diário Oficial e no portal da Defesa Civil.

Porque assim, a gente fez um... a gente teve até um excesso de zelo, porque hoje como é que funciona no processo de, de... dispensa de licitação: você pega três orçamentos, não é, faz três de consultas de preço e contrata o mais barato. É isso o que acontece num processo de dispensa de licitação. Eu sugeri, por experiência na Secretaria da Saúde, em que a gente fazia um mini, uma minilicitação, é o edital, né, que a gente pedia pra em 24 horas ou 48 horas o fornecedor apresentasse a proposta. Então eu achei assim... pra dar publicidade a essa situação, porque era 76 milhões, que a gente fizesse isso.

Então o Coronel João Batista concordou com a gente dar publicidade a esse edital pra contratar essas propostas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Nesse procedimento, quais foram os agentes políticos que participaram? Além do Secretário João Batista — Secretário ou Presidente, né, João Batista, o diretor —, do Coronel João Batista, quem mais do governo participou diretamente na compra desses equipamentos?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Assim ó, é... na compra...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ou na escolha da empresa, no processo.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Assim ó, a escolha da empresa foi através do edital, né? Assim ó, o... a busca do preço foi uma planilha que chegou do GRAC, né, quem me enviou essa planilha até foi... pessoal do GRAC, com esses preços, que eu acho que foi busca de preço, mas... assim ó, a participação no processo, eu acredito... num processo de 76 milhões, ele tem que passar por várias coisas, até porque tem um decreto, o 5... o 552, que ele faz uma abertura de crédito, né, o Governador faz, né, um decreto com abertura de crédito extraordinário e ali, ali está justificada a abertura do pro... do, do hospital de campanha, né?

Então assim, era ciência, sim, do Governador, do... da Casa Civil, que teve que fazer o decreto, né, então assim...

Página 271. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - Fls. 3280 - Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Casa Civil teve conhecimento?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Teve, porque teve que fazer o decreto...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi um dos primeiros ou... por último ou...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, porque... pra fazer abertura de crédito... e eu também questionei outra situação, porque... assim ó, a minha opinião é que es... esse processo deveria ser feito na Saúde, né? A... daí, que que eu falei: não, se a gente fizer por aqui, tudo bem, o GRAC tá aqui, o pessoal da gestão de risco tá aqui, né, tá todo direcionado, porque o pessoal da Saúde tá tudo na Defesa Civil, né? Se a gente fizer aqui... a gente não tem problema a gente licitar por aqui, mas a gente vai ter que ter uma descentralização de recurso, no contrato a gente tem que ter uma comissão da Saúde, porque a gente não tem competência pra fiscalizar esse contrato, até porque tem questão médica ali, né.

E... e foi... e foi assim que a gente conduziu dentro da Secretaria de Defesa Civil, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então a Casa Civil tinha conhecimento dessa...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – É...o... é, tinha, porque passou o decreto, até porque é... a... a... quando tinha o decreto do... tem um decreto específico, que é o 506, que decretou a urgência, e dentro dessas atribuições só o Secretário da Saúde poderia ratificar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Então o que que eu falei: ó, a gente precisa alterar o decreto ou precisaria... então a única participação que eu tive com a Casa Civil, o único momento, foi que eu solicitei ao Coronel João Batista que fizesse alteração para a Defesa Civil poder... senão a gente estaria dentro de uma... a gente teria que ter a ratificação do Helton, ou, né, ele teria que conduzir o processo por lá.

Daí foi feita essa alteração no decreto pra permitir à Defesa Civil fazer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Coronel João Batista teve aqui e disse pra mim e pros Deputados que a Casa Civil não participou dessa escolha.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – É, não participou na escolha do... na... no, no procedimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – No procedimento.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA –... no procedimento.

Tanto é que eu só encontrei o Douglas uma única vez, dentro da Secretaria de Defesa Civil, que foi quando eu procurei o Coronel João Batista e falei que a gente precisaria alterar o decreto, ele ligou pro Douglas, o Douglas tava perto ali, porque tem coletiva ali direto, ele foi até a sala e ligou pro... pro... pro... pra Dial, né, que tem um procurador lá na Dial, ligou na hora e falou: ó, a gente vai precisar alterar o decreto e tal. Ele falou: não, tudo bem, o consultor lá... O consultor, não, o diretor da Dial, o... Daniel Cardoso, ele respondeu dizendo que iria fazer essa alteração.

Foi a única... vez que eu conversei com o Douglas Borba dentro nesse processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então os ex-Secretário Douglas Borba tinha conhecimento antes de começar o negócio?

Página 272. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Eu acredito que sim, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então ele tinha conhecimento... antes de abrir a licitação ele sabia...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – É, antes eu não sei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... que o Estado ia fazer esse contrato.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – A... antes eu não sei dizer. Antes...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, se ele fez o contrato...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Antes eu não sei dizer. É... a gente publicou um edital e daí quando a gente... quando... antes de a gente publicar o edital eu suscitei algumas questões jurídicas, né, eu tenho conhecimento jurídico...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Então assim, ó, eu suscitei que a gente teria que adequar o decreto, que a gente precisava... a, por exemplo, a gente não tem recurso, tem que abrir um credito extraordinário e uma descentralização pela Secretaria de Estado da Saúde. Eu pontuei algumas necessidades que... pra formalização do processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, já compreendi.

Eu quero saber o seguinte: com relação às pessoas que circulavam dentro da Defesa Civil naquela época, naquela época...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...havia estranhos circulando dentro da Defesa Civil? Quando se começou a falar de contrato, de hospital de campanha, começaram a circular pessoas estranhas na Defesa Civil?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Assim, ó, nesse período da Covid, como lá tá sendo o centro, então assim, tá entrando muita gente, né, tanto é que a guarita agora acho que tá anotando o nome das pessoas que entram no prédio, porque é muita gente, né, a gente já tá...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas eu não... não... tô falando de uma pessoa que vai lá. Tô falando lá, circulando nos corredores da compra, da licitação, das diretorias, dos gabinetes de gerentes, diretores...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Com mi... na minha diretoria não... não circulou ninguém estranho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas em outras?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Aí eu não sei dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas a senhora não trabalha lá?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Eu trabalho, mas assim ó, eu, eu chego no meu serviço e vou pro primeiro andar. O primeiro andar é praticamente vazio, assim, não tem muita gente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, é...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – O segundo tá ocupado pela Secretaria da Saúde e térreo é o gabinete.

Página 273. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls 3281
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou ajudar a senhora.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Só pra eu entender, né, a pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vou ajudar a senhora. O advogado Leandro Adriano Barros,... Leandro Adriano Barros, a senhora conhece?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora conhece ele de onde?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Da Secretaria de Estado da Saúde, ele foi superintendente na Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele foi superintendente na Saúde.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então é o seguinte: o Leandro circulava lá na Defesa Civil?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Eu encontrei o Leandro... vou ser bem sincera, encontrei o Leandro depois, quando houve anulação do processo, que eu falei pro Secretário pra chamar a empresa, né, porque... a anulação precisa dar os cinco dias de... manifestação, contraditório e ampla defesa pra empresa, que foi pra comunicá-lo que a gente iria anular o processo e que eles iam, né, iam ser intimados pra em cinco dias oferecer se... tiveram algum prejuízo, apesar que não, não teve, de fato a operacionalização, né, do hospital, então não teve prejuízo nenhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque eu não estou entendendo muito bem, a senhora precisa me ajudar.

É o seguinte, o Leandro se apresentou aqui como representante da Mahatma Gandhi, a empresa que ganhou...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Ele é advogado. Ele é advogado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso. Representante legal...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...da empresa Mahatma Gandhi que ganhou a licitação. Obviamente, se ele se apresentou aqui como representante legal da Mahatma Gandhi, ele circulou dentro da Defesa Civil se apresentando como representante legal da Mahatma Gandhi. A senhora confirma?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Ele pode ter circulado dentro do gabinete, com o pessoal técnico, oferecendo informações pra fazer esse... Mas comigo, não, isso eu tenho certeza. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora viu ele na Defesa Civil?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Vi ele uma vez na Defesa Civil, isso, isso eu confirmo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É? E ele estava com quem?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Ele tava sozinho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sozinho? Sem ninguém? Foi lá sem ninguém?

Página 274. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Ele foi... não, ele foi pra, representando a Mahatma Gandhi, né? Ele foi representando a Mahatma Gandhi em re... porque a gente tinha acionado ele, pra ele...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não entendi. Quem tinha acionado?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — O gabinete tinha acionado ele pra avisar pra ele ir lá na... pra, pra gente ter uma reunião...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não entendi?...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Depois da anulação do processo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora disse que não falou com ele, que não viu?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Eu falei com ele na rescisão do contrato, acabei de me manifestar sobre isso

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Antes disso.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, antes disso, não, eu não conversei com o Leandro. Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E ele tava lá, conversava com o diretor, todo mundo ou não?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Comigo, não. Agora...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Com os diretores, com o Secretário, com?...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Eu acredito que ele conversava com a equipe, né, porque a gente buscava fornecedores, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora via ele lá?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, eu só vi ele uma vez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O que ele foi fazer... foi no dia da rescisão?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — No dia... depois que... quando, quando a gente... quando houve o parecer da consultoria jurídica pra anulação, a gente precisava emitir o ofício pra empresa pra que ela apresentasse cinco dias, né, manifestação contraditória e ampla defesa da rescisão do contrato, que o contrato já tinha sido assinado. Então a gente chamou pra comunicá-lo, ele, que haveria essa rescisão e que ele teria cinco dias para se manifestar se houve algum prejuízo, só que como nunca foi operacionalizado, eles nem recorreram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu observei que nessa licitação e na outra também, por isso que a senhora está aqui, que algumas diretrizes não foram obedecidas como, por exemplo, a instrução da SEA 06/2020, que são as questões técnicas, né?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O termo de referência, também não foi seguido o protocolo da Lei de Licitações, a Lei de Contrato Emergencial, a orientação da Advocacia-Geral da União...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Em qual processo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — com relação às compras emergenciais...

Página 275. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3282
Rubrica

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Desculpa, Deputado, em qual processo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Neste processo aqui.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Do hospital de campanha?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É, esse aqui.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não foram seguidas algumas diretrizes, portarias, determinações que a gente tem conhecimento. A legislação... a senhora é advogada, está há onze anos no serviço, sabe melhor do que eu que existem diretrizes, portarias, existe a instrução normativa, se não me engano, a 02 de 2020 da compra da Covid, que determina essas regras, tem a questão da 006, que é o termo de referência, tem a Lei 4.320, que é essa que a senhora se referiu, que é dos contratos emergenciais...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nada disso foi observado nessa compra e na compra que nós estamos investigando?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Assim, ó, eu, eu, eu, eu, a CGE participou desse processo, inclusive sentei com, com o Controlador e eu respondia a todos os questionamentos e todas as orientações que tavam dentro da orientação dele, e tem até um *check-list* onde tem pergunta e resposta, em cada resposta eu anexo ainda a página do documento, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

Então a senhora não seguia essas diretrizes?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, e... eu segui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas não tem instrução. A senhora disse que seguiu, mas eu não encontro o termo de referência aqui no processo.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, o termo de referência tem, tem o termo de referência ao Anexo 1 e 1A, tem que a orientações técnicas que foi enviada pela Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Foi aquelas que a senhora pegou lá em Goiás?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, não, aquelas que foram encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde, é o Anexo 1A.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Helton Zeferino, o Secretário, participou desse processo aí?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Participou, partici...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Qual foi a participação do Helton Zeferino nesse processo dos cem leitos de UTI?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Ele é... a participação dele foi informar a necessidade... porque outra questão, a... a região, até tem um ofício dele dentro desse processo dizendo o motivo por que a escolha da região de, da, da, de Itajaí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o Douglas Borba?

Página 276. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — O Douglas Borba só naquela participação do decreto, né, foi a única vez que eu conversei com o Douglas, foi o Decreto 55...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Senhora conhece o Leandro de outras... além da Secreta... o advogado Leandro?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora conhece ele de outras... além da Secretaria da Saúde?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, eu, eu, eu conheço ele de vista de Biguaçu, porque eu me formei em Biguaçu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora é de Biguaçu também?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, não, eu me formei em Biguaçu, né? Então conheço ele de vista, mas nunca tive contato, amizade, nada com ele. Quando ele foi pra Secretaria, eu falei: olha, acho que tu fez uma cadeira comigo na Univale. Ele fez tributário, eu acho, algum cadeira comigo, mas eu não tinha nenhum contato com ele, eu conheci ele só dentro da Secretaria de Estado da Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Além dos cem leitos de UTI, a Secretaria da Defesa Civil participou de outra licitação? Promoveu?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, desses não, só, só o hospital de campanha. E a... até a gente fe... eu lembro que a gente... a previsão desse, da publicação desse edital era no dia 13. A gente queria, né, a gente fez uma reunião com os órgãos, que... eu que acionei, na verdade, acionei a Promotora Ariadna, que é chefe de gabinete do Procurador Comin, pra que a gente fizesse essa reunião, porque é assim, na Saúde eu sempre gostei de trabalhar com o Ministério Público nessas questões. Sentava com o pessoal do Tribunal de Contas, até pra gente pontuar, né, qual é o caminho que a gente ia ser, se a gente podia fazer por dispensa de licitação essa contratação, que tem aqui toda a questão de OS ou é concurso público OS.

Então, é... eu, eu fiz questão que isso aí fosse, fosse levado pro Tribunal de Contas, tanto é que o Tribunal de Contas depois mandou recomendação.

Só que o que que acontece? O GRAC informou no dia, no dia 7, se eu não me engano, até tenho essas informações, que dia 10 já não teriam mais leitos de UTI. Então a urgência, né, que: ah, não vai ter mais leitos. Aí tem um relatório do Nietta, onde explica ali que até tal dia... projeção dia 10 não iriam... o Estado não ia ter mais leito de UTI. E... era isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora, com a experiência toda que tem, o que aconteceu que a empresa foi desclassificada, a outra foi classificada, acabou cancelando essa licitação? O que a senhora poderia dizer para a CPI com relação a essa licitação? O que aconteceu? Uma sucessão de erros, foi um indicativo, a senhora pôde perceber... É importante que a senhora nos ajude.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora pôde perceber que havia um direcionamento, alguma empresa para ganhar, o que a senhora?...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Assim, ó, eu não percebi nada de direcionamento. Porque assim, ó, eu... eu, eu, eu abri o edital a fechamento, né, a gente tava ali junto, né, na abertura, até as 3 horas era o envio das propostas. Então... a gente recebeu quatro propostas, eu fui... assim que eu fui recebendo, eu já fui inserindo no SGPE para dar maior transparência também, fui

Página 277. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - Fls. 3283 - Rubrica

colocando no SGPE. E o julgamento da proposta de Mahatma foi o seguinte: a... a outra proposta ela tinha vários valores div... divergentes, vários valores. Se a gente calculasse pelo equipamento, ia ser um valor, se a gente... Então ela tinha cinco formas, isso foi até o que foi informado pra, pra Procuradoria-Geral do Estado, por que que a gente considerou o menor preço? Porque o critério do edital era o menor preço global. Então assim, pra onde que eu ia partir? Eu ia seguir o edital, eu tinha que tá vinculada a um instrumento convocatório, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Leandro de Barros, a senhora conhece?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O que ele faz?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Ele é advogado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Advogado. Estava lá na CPI... estava lá na Defesa Civil também?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não. O Leandro, ele, eu conheci ele só depois do... porque ele foi advogado da Maha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, sim, ele esteve aqui.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Eu, eu nem sabia, eu nem sabia que ele era advogado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora já respondeu, disse que ele esteve lá algumas vezes...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...que a senhora só viu ele uma vez lá.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só que ele esteve aqui e disse que esteve várias vezes lá representando a empresa.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — É, mas... pois é, porque assim, ó, a minha sala, quem conhece a Defesa Civil, o primeiro andar fica só o diretor, a área técnica ali, eu subo e não fico circulando, é só quando o chefe me chama eu desço pra despachar, não fico circulando, né? Então, assim, ó, a área de compras é embaixo, a... os gabinetes embaixo, segundo andar é a Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então a senhora não viu nada de ilegal?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, eu juro por Deus que não vi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu tenho um Procurador aqui... a senhora é advogada, eu sou advogado também, eu tenho um parecer aqui do Procurador dizendo que estava tudo certo a licitação, que estava tudo certo. Mas não estava tudo certo, tanto não estava tudo certo que o Governador desistiu, que a empresa entrou com processo, que o Tribunal deu liminar, que mudou, que o Tribunal voltou a dar liminar.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Assim, ó...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se tivesse tudo certo, não tinha acontecido tudo isso.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Tá, o que foi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por que o Procurador deu parecer dizendo que estava tudo certo?

Página 278. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Na verdade, assim, ó, esse processo, assim, todo uma... inclusive a Procuradoria-Geral do Estado, né, acompanhou todo esse processo. Mas, assim, ó, esse processo ele só foi anulado primeiro pelo, pelo imbróglio jurídico que surgiu. E, segundo, porque no dia, um dia antes da... quando tava, o segundo mandado de segurança entrou com a liminar, a gente ia suspender a urgência, havia um chamamento público do Helton, no caso da Secretaria de Estado da Saúde, pra abrir leitos. Então, assim, ó, a gente poderia, já que tá tão enrolado, tá dando tanta polêmica, e tem algumas apontamentos por questões de dificuldade, depois vai dar problema na fiscalização, se aqueles apontamentos foi foram feito na... pode dar problema na, na, na... na publi... na, na fiscalização futura, então a gente anula aquele edital e se, e daí como tem um hospital de chamamem... um é chama, um chamamento público na saúde, então se dá continuidade aquele e lança um edital correto com todos os... né? Informa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Correto?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, não, que, que siga todas as orientações do Tribunal de Contas, porque o Tribunal de Contas ele teve uma visão de que poderia ter um jogo de planilhas, por exemplo, fazer unitário em vez de preço global... Só que ali é um serviço separado, aquilo ali eu até entrei em discussão com o pessoal do Tribunal de Contas. Porque assim, ó, não teria como ter um jogo de planilha porque a gente... é serviço mensal, certo? A gente vai pagar, a gente não pode cobrar a empresa, né, ela vai produzir, a gente não sabe a demanda que vai vim da Covid, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim.

A senhora observou que uma das empresas que participou da licitação apresentou o preço maior do que o preço máximo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Senhor Presidente...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Como assim? Eu não entendi..

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora observou?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Desculpa, desculpa, eu não... entendi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Senhor Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora observou que uma das empresas apresentou?...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pela ordem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, eu vou concluir, depois o Deputado fala...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É só para eu concluir, Deputado, depois o senhor pode falar.

É o seguinte: a senhora percebeu, nós tivemos uma empresa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Não, uma questão de ordem, senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pela ordem, pela ordem, Deputado Sopelsa.

Página 279. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3284
Rubrica

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — (*Ininteligível*) hospital de campanha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Eu não vejo, eu não vejo nenhuma pergunta, nenhuma pergunta sobre a questão que nós formamos a CPI. Eu peço vênia, se continuar perguntado sobre o hospital, que eu também quero que seja esclarecido, mas me parece que nós não estamos no fórum apropriado para discutir hospital.

Então, se for para discutir o hospital, eu peço vênia para sair da reunião. Não, não tenho como...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor está...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — ...não tenho como participar de uma coisa que não tem o vínculo daquilo que eu fui chamado para esclarecer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Ivan Naatz, o senhor está indo para a conclusão?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, eu estou concluindo.

Qual semelhança que a senhora encontra entre esse processo licitatório, que não seguiu algumas diretrizes segundo o Tribunal de Contas, e os processos dos respirados? A senhora é uma pessoa especialista, trabalhou na Secretaria de Saúde mais de onze anos fazendo as compras. Então, qual a diferença que a senhora encontra entre essa licitação que foi anulada, que também estava cheia de problemas, e a licitação dos respiradores? A senhora tem conhecimento do processo de licitação dos respiradores, né?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Tenho conhecimento do, do processo, só que eu não participei do processo dos respiradores. Eu não acompanhei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora... no processo dos respiradores, quero aproveitar então a experiência da senhora aqui na questão do processo dos respiradores. A senhora, como trabalhou lá onze anos, pode nos ajudar, certo?

Esse processo dos respiradores ele também teve a participação do Leandro, nessa situação. A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, não tenho conhecimento da participação dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — No processo dos respiradores?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, eu soube da, das mídias, né, que ele tava envolvido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora sabe, por exemplo, que no processo dos respiradores não se seguiu as diretrizes, por exemplo, também, das instruções normativas?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Eu, eu escutei que fa... eu o... só escutei, né, falar que: ah, não, não seguiu o Grupo Gestor e teve algumas situações. Mas eu não analisei o processo, eu vou ser bem sincera.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

Página 280. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Qual é o papel da Controladoria do Estado nessas licitações? Qual é o papel da Controladoria, tanto na licitação aqui, quanto na licitação dos respiradores? Qual é o papel da Controladoria?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Assim, ó, a Controladoria, normalmente, ela atua quando é acionada, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ã-hã.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — A gente acionou a d... a... CGE, a auditoria da Fazenda, né, e todos eles tavam numa parte desse processo do, do hospital de campanha. Não sei se isso foi feito no...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Controladoria trabalhou no hospital?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — A gente, a gente que aciona, né, a gente que aciona, ó, a gente tá saindo, o que que... Pra pedir orientação, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ã-hã.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Será que a gente tá seguindo um norte, pra eles acompanhar, daí eles direcionam uma equipe pra esse acompanhamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — No hospital de campanha a Controladoria não funcionou, a senhora trabalhou onze anos lá. A senhora sabe... poderia nos ajudar dizer por que não funcionou, por que não atuou a Controladoria naquela licitação?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Eu não sei... Eu, eu, eu entendo que é questão de gestão, né, o gestor ele tem que direcionar, né, porque há uma equipe de trabalho e tentar seguir os fluxos, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ele teria que avisar?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Eu entendo que o gestor e os responsáveis, superintendentes, diretores, gerentes, eles deveriam sentar e é uma coisa séria, né, um valor altíssimo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Avisar.

A senhora trabalhou na Secretaria de Saúde, certo? Como é que funciona o procedimento lá dentro? É possível fazer uma compra fria, é possível fraudar o sistema?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Olha, eu... assim, ó, eu trabalhei onze anos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora precisa nos ajudar.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — ...onze anos eu trabalhei na Secretaria da Saúde, e assim, ó, o pessoal da Gerência de Licitações são pessoas totalmente corretas, assim, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas é possível?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Setor de Licitação. Hum?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É possível fraudar, direcionar... é possível?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não sei, eu não sei se é possível, né, porque quando chega... porque assim, ó, teria que se... só se a pessoa que fez o processo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Alguém tem que participar, alguém tem que ajudar.

Página 281. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3285
Rubrica

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — É, alguém tem que participar, né, pra acontecer...Se não, não tem como...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Para fraudar alguém tem que participar.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — ...qualquer coisa, né, alguém tem que participar pra fraudar, não acompanhei esse processo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O sistema não permite que se fraude assim, sem a participação de mais pessoas?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Mas como assim? Eu não tô entendendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nós temos um sistema de compras, certo?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Tá. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nós temos um sistema de compras, eu sou o Secretário, eu quero comprar alguma coisa, vou comprar lá, sei lá, cinquenta camas, um milhão de camas.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O sistema... se eu seguir a regra toda certinha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Senhor Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...o sistema da compra dos respiradores vai identificar que tem uma... ele não vai permitir uma fraude, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Questão de ordem, senhor Presidente.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Eu não sei... eu não tô entendendo a pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só para eu concluir essa última pergunta.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Só pra eu entender.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então para alguém comprar irregularmente, precisa ter uma participação de algumas pessoas?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Isso em qualquer lugar, né, pra ter uma fraude tem que ter uma... tem que ter envolvidos, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Concluído, Deputado Ivan Naatz?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Concluído.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Cobalchini, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Senhor Presidente, eu vejo que nós estamos chamando aqui pessoas preparadas, mas não para falar daquilo que é objeto da nossa CPI. Nós não temos esse tempo aqui para tratar disso.

Eu estou preparado e sugeri aqui uma série de pessoas que, sim... o Controlador-Geral do Estado é uma das pessoas que eu citei porque ele próprio disse que a compra,

Página 282. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

ele identificou irregularidades na compra. Por que então não tomou providências como Controlador? Então estou citando um caso.

Eu confesso, e eu próprio denunciei muitas vezes que aquele processo anterior, se caso o governo, o Governador não tomasse aquela decisão, quem sabe se transformasse naquilo que está sendo hoje a CPI dos Respiradores. Mas eu... com aquela decisão do Governador... esse assunto não vem para cá. Vai vir para cá o assunto dos respiradores e é para isso que eu estou aqui. Hoje eu vim aqui para dar quórum e não tenho nenhum questionamento para falar sobre o hospital de campanha. Sobre os respiradores fiz muitos, e penso que para todos aqueles que eu sugeri que viessem aqui tenho justificativa plausível para que eles estejam aqui.

Então eu, de agora em diante, vou tratar de respiradores. Se o depoente, a testemunha, não tiver nenhuma relação com os respiradores, eu peço vênia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado Cobalchini...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - ...para que eu não venha aqui tratar de um assunto que, efetivamente, não é objeto da nossa CPI.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado Cobalchini, o Leandro sentou aqui nessa cadeira (*aponta para o local em que sentam os depoentes*)...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Essa pergunta foi feita mais de uma vez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e disse que representou as três empresas do processo fraudulento. Outras pessoas também participaram desse processo, ela trabalha lá dentro, ela é da Defesa Civil, ela podia ter visto, podia ter acompanhado. Mas, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz, o senhor deu por concluído. Está registrado.

Deputado Fabiano da Luz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Janine, doutora, para mim apenas fica uma dúvida, uma interrogação, talvez possa colaborar, contribuir.

A partir do momento em que era decidida uma compra, respiradores, máscara, contêineres, hospital de campanha, havia alguma pressão de alguém sobre vocês para agilizar o processo, para que ele acontecesse o mais rápido possível, que se atropelassem algumas etapas daquele protocolo rotineiro que vocês têm na Secretaria?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, se é do...o do hospital de campanha, né, que é o que, o que eu conduzi, né? Não teve nenhuma pressão, o que teve, foi, claro, meu chefe, né, o chefe da Defesa Civil querendo que a gente agilizasse porque os relatórios do GRAC e do Nietta apresentavam uma situação agravante para o Estado de Santa Catarina.

Agora, eu, né, como diretora de Administração e Finanças, eu, eu fui bem na transição, era gerente de Licitações, né, na transição ali, depois, dia 6 eu assumi a Diretoria de Administração e Finanças. Então assim, eu fu, eu fu, com a experiência que eu tenho na Saúde, eu fiz todos os procedimentos legais dentro desse processo. Assim, eu, no meu ver, esse processo ele tá muito bem instruído. Talvez, por um termo de referência, se tivesse um termo de referência mais robusto, a gente não teria problema se continuasse com ele, de ter problema na fiscalização futura.

Mas o processo em si, assim, eu acho até a gente teve um excesso de zelo publicar esse edital no Diário Oficial, né? Porque a gente poderia, como o Brasil todo faz e a lei permite, que é pegar três orçamentos e contratar, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Mas não havia pressão sobre vocês...

Página 283. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls 3286
Rubrica

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — ...pra agilidade?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, por mim...o meu chefe, né? A gente precisa, tem relatório Nietta, a gente precisa publicar porque dia 10 não vai ter mais leito. Então isso foi tudo... Mas, mas a dispensa de licitação ela é feita...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Sim.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA - ... às vezes em 24 horas, 48 horas. A Secretaria de Saúde faz isso anos e anos, né, porque a gente tem essa urgência de contratar um medicamento urgente ou qualquer outra coisa, uma cirurgia ou contratar uma, um serviço lá dentro do hospital que... que tá com problema. A gente tem isso, isso é rotina, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E essas decisões sempre foram tomadas no conjunto do Grupo Gestor da crise, se era necessidade mais urgente, se era o hospital, se eram os respiradores, se era a máscara, se era?...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, assim ó, cada, cada Secretário tem a sua autonomia, né? Daí dentro de cada Secretaria tem um corpo técnico que vai apontar a necessidade que precisa pra aquele processo. Por exemplo, aqui nesse caso a área técnica encaminhou pra diretoria dizendo: ó, a gente precisa de leito de UTI. Devidamente fundamentado, com a planilha de preços, a gente abre o edital, né?

Então... O Grupo Gestor ele é outra fase. Numa dispensa de licitação, a gente só manda pro Grupo Gestor depois da... depois da dispensa justificada e, e... depois de justificado. Daí a gente vai pro Grupo, pro Grupo Gestor e depois a gente publica, se eles autorizarem.

Nesse caso aí, do hospital campanha, o Grupo Gestor tava ciente, tava ciente, só que por causa desse *home office* foi um despacho pelo WhatsApp, foi um despacho virtual, assim, eles entraram, passei isso pro Grupo Gestor, né, pra ser rotina do SIG, e consta no SIG, ali, a aprovação dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Dos respiradores não passou pelo seu departamento nada?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, não, eu sou da Defesa Civil, né, os respiradores foi pela Secretaria de Estado da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Senhor Presidente, gostaria de fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Se ela poderia descrever o processo de compra na Defesa Civil: como acontece, qual é a sistemática que é usada?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – É ...o processo, boa noite, né?

O processo de... o processo de compra ele inicia, tava, como eu comentei, a unidade ou o setor técnico, ou a área específica que tá precisando de alguma coisa, ele vai instruir o processo e pedir autorização pra aquele processo ser iniciado, né?

Então assim, vem um termo de referência dentro desse processo, a gente faz o edital, daí adequa à modalidade, se é pregão, se é... Dentro desse processo a gente cadastra ele no sistema de... no SIG, né, que é um cadastro de, de proce... é de procedi...

Página 284. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

é processo, de informações gerenciais, que é o SIG, esse SIG ele vai determinar se precisa ir pro Grupo Gestor ou não. Se for um processo acima de 650 mil, ele vai pro Grupo Gestor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muitas pessoas fazem parte desse processo?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Ah, inúmeras, né, porque inicia pela Pasta e vai pela Fazenda, né? A Fazenda tem o SIG, o SIG é vinculado à Fazenda, depois retorna e vai pras outras... vai pra diretoria, vai pra Gerência de Licitações dar continuidade, contratos, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Esse processo na Saúde, ele é semelhante? Saberia me descrever?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Eu acredito que sim, eu não sei se eles alteraram, mas eu acho que sim. É porque o fluxo de processo normalmente vem, né, vem da área solicitante, daí vai, vai pra despacho às vezes do Secretário ou da superintendente pra deliberar. E na Secretaria, na minha época pelo menos, tinha uma situação que os superintendentes assinavam até 5 milhões, acima de 5 milhões era o Secretário — eu não sei se essa portaria ainda existe. Mas... e tem as portarias de delegações, né, que cada superintendente tem delegação pra fazer o seu... estartar os processos. Daí passa pela Gerência de Orçamento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - O número de pessoas que fazem parte na Saúde é semelhante ao da Defesa Civil?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – É, só que lá na... lá na... lá Secretaria da Saúde são mais pessoas, né? Mas é semelhante, sim, é semelhante.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Não sabe dizer quantas pessoas, mais ou menos?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Envolvidas nesse processo? Ah, normalmente é ou o chefe quem dis... a... a área que pede, o chefe, o diretor que libera, daí vai pro gerente de Licitações, vai pro orçamento, vai pro financeiro, pelo menos umas sete, sete setores teria que passar, SIG... uns oito eu acho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Antes de perguntar ao Deputado Sopelsa se ele quer fazer uso da palavra, realmente eu reconheço que existe esse diferencial entre uma Secretaria e outra. É impossível dizer como funciona uma Secretaria na qual a senhora não trabalha.

Deputado Sopelsa e Deputado Cobalchini, quero comunicar as vossas excelências que estou pedindo ao Deputado Ivan Naatz que, na construção da sua tese, a gente consiga afunilar o máximo possível o assunto para dentro do assunto dos respiradores. Sei bem que as mesmas pessoas que permeavam os corredores da Secretaria da Defesa Civil são as mesmas que permeavam os corredores da Secretaria de Saúde... Enfim, o Leandro citado nas duas oportunidades, né, todo mundo conhece o Leandro, todo mundo conhece o Douglas Borba, estiveram juntos em todas elas. Mas aqui eu estou acatando o Deputado Sopelsa e o Deputado Cobalchini, o pedido dos senhores, e estou fazendo essa máxima vênia também ao Deputado Ivan Naatz, porque embora nós saibamos que se trata do mesmo grupo, inclusive o Grupo Gestor também, eu acho que eram os mesmos integrantes tanto na compra, na primeira compra realizada quanto na segunda, a gente está falando dos hospitais e dos respiradores, o Grupo Gestor seria o mesmo.

Página 285. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3287
Rubrica

(*A depoente gesticula com a cabeça que sim.*)

Então, peço a gentileza ao Relator, só para conhecimento dos Deputados.

Deputado Sopelsa, vossa excelência tem alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Senhor Presidente, não.

Apenas mais uma vez deixar aqui a minha... A reunião de hoje não teve nenhuma pergunta às testemunhas que envolva a questão do porquê da CPI. Se é para as testemunhas virem responder e serem perguntadas sobre as questões do hospital, o que eu quero deixar claro – eu quero esclarecimento também, eu não sou contra o esclarecimento –, mas se for para provocar testemunhas para vim falar sobre o hospital, eu prefiro não participar da reunião, porque a CPI está instalada para investigar a questão dos respiradores.

Não tenho mais perguntas a fazer, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Recebido, senhor, e como eu disse, comunicado já ali... pedido essa compreensão do próprio Relator.

Dona Janine, a senhora tem mais alguma coisa a dizer que possa acrescentar a esta CPI no que diz respeito ao chamamento da senhora até aqui?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, é... não. Dos respiradores não participei, né, infelizmente não posso ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Fico muito agradecido, toda esta Comissão agradece a presença da senhora aqui, já que não quer usar os breves comentários, tendo em vista que já alegou que não tem absolutamente nada a ver com a compra dos respiradores.

Eu vou pedir à assessoria que acompanhe a senhora. Muito obrigado pela colaboração da senhora.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Boa noite a todos.

(*A senhora Janine Silveira dos Santos Siqueira deixa o recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Solicito à assessoria que conduza a este ambiente a última testemunha, senhora Déborah Regina Vieira Trevisan.

(*A senhora Déborah Regina Vieira Trevisan adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.*)

Dona Déborah, boa noite.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN - Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Seja bem-vinda à nossa Comissão.

Dona Déborah, a senhora sabe por que foi chamada até aqui para a nossa reunião na noite de hoje?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim, por causa... para ser... fui convocada pra ser testemunha no processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Se a senhora puder tirar a máscara e falar um pouco mais próximo...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Posso, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - ...devido à nossa distância aqui, não tem nenhum problema, e ao nosso histórico de atleta..

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – (*Risos.*) Posso, sim. Eu fui convocada para depor sobre o processo dos respiradores. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos / Revisora: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

Página 286. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

A senhora está compromissada em dizer a verdade e tão somente a verdade, tá?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sob pena de incorrer no crime de falso testemunho. A senhora tem ciência disso?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá bom.

Lembramos que a senhora também tem o direito de permanecer calada, mas se for permanecer calada, é necessário que expresse essa sua vontade, porque o silêncio não é indicativo de resposta. Então se eu perguntar para a senhora... ó, eu prefiro permanecer calada ou também não sei, não lembro, etc.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum, hum

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro da senhora aqui, eu vou pedir o nome completo, endereço completo, a sua profissão e a sua data de nascimento.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Déborah Regina Vieira Trevisan. Endereço, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A sua profissão.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Ã, advogada.

Endereço, Rua Emerson Ferrari, n° 28/605, Bairro Kobrasol, São José.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nascida em?...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – 19 de dezembro de 92.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A senhora trouxe advogado com a senhora?...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...a senhora constituiu advogado?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está sozinha?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Estou sozinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com Deus, né? (*Ri.*)

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – (*Ininteligível*) (*Ri.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Seja bem-vinda, tá, Déborah.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Déborah, boa noite.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Boa Noite.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Você é advogada lá da Defesa Civil?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso, eu sou consultora jurídica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Consultora jurídica.

É concursada, é comissionada?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sou comissionada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Comissionada?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Comissionada.

Página 287. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3288
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem foi que indicou a senhora para ser comissionada?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Na verdade eu comecei a trabalhar na Defesa Civil, quando eu ainda fazia faculdade, como terceirizada, aí com a reestruturação eu fui para o cargo de gerente e entrei substituindo a antiga consultora jurídica, que ela saiu de licença maternidade. Aí eu fui ficando ela saiu e eu continuei no cargo. Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora tem especialidade em compras públicas? A sua advocacia tem especialidade em compra pública?...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Dentro da Defesa Civil...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...licitações?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora trabalha sempre nos processos de licitações?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim, todos os processos de licitação na Defesa Civil passam por mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então a senhora tem especialidade no processo de compra pública?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora emitiu parecer... a senhora emite os pareceres?...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso, correto...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...das compras públicas?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Qual é o papel do parecer na compra pública? Qual é o papel do parecer que a senhora emite?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Verificar a legalidade dos atos... da administração, né? Dentro da Defesa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então a senhora faz o *check-out* de todo procedimento e emite o parecer?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Todos os processos licitatórios seguem essa recomendação?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se a senhora identificar algum equívoco no processo de compra pública, qual é o encaminhamento que se tem que dar?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Eu faço apuração e coloco no meu parecer. Assim, às vezes falta um documento, às vezes... tem que instruir com mais alguma coisa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – ...ou às vezes... eu já fiz muito parecer negativo também, porque nem tudo bate com a legalidade, daí eu peço pra... pra não ter prosseguimento.

Página 288. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu queria saber da senhora o seguinte: o governo do Estado, quando ele editou a Instrução Normativa 2/2020, que é compras emergências do Covid.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora tem conhecimento dessa portaria?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Da portaria?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, dessa instrução normativa, para ser seguida...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Aquela da SEA?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, da SEA.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora tem conhecimento?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quando se faz a compra emergencial, as compras públicas, deve se seguir essa recomendação?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Também, junto com as leis.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E quem é que... de onde vem essa instrução? Vem do próprio governo do Estado ou?...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – É publicada no Diário Oficial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Todos os Secretários tinham conhecimento de seguir essa instrução normativa?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não sei informar o senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas os procuradores jurídicos, os consultores?...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não sei. Eu... costumo procurar sempre ler o Diário Oficial. Tem dias que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não veio uma corres...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – ...claro, que a gente lê num outro dia, que às vezes a demanda é muito grande e eu não consigo ler... o diário todo no mesmo dia, né? Acontece...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – ...de não ter tempo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E saiu a instrução da SEA, certo?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora é procuradora jurídica, a senhora expede ofício às compras públicas.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora teve conhecimento, então?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Pelo... Diário Oficial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não veio uma instrução normativa, um ofício, um...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não.

Página 289. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3289
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...um comunicado?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Pra mim, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora acredita que para... E para os outros procuradores, de outras Secretarias?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Desconheço. Não tenho contato com os outros procuradores das outras Secretarias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas a senhora acredita que eles tenham tido conhecimento dessa portaria da SEA?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Eu não tive. Não... não sei informar... sobre as demais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o governo editou uma portaria instruindo as regras de compra pública durante a crise da Covid?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que é o que a gente tem aqui...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e não comunicou os procuradores?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Eu não fui comunicada, os demais eu... não vou saber responder pro senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele fez a portaria e não avisou quem tinha que ter conhecimento dela? Não veio um ofício, uma instrução?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não, para mim não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora acredita...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Acredito que pra Defesa Civil também não, porque... seria encaminhado para mim, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora sabe qual é o papel da Controladoria do Estado com relação às compras públicas? A senhora sabe qual é o papel da Controladoria?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Atuar como órgão fiscalizador, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora, sempre que faz uma compra, é comunicado à Controladoria? Como é que funciona isso?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não. Não... não são todas as compras, não. O senhor diz num contexto geral, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não, não.... comunico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então quando é comunicado?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Essa do hospital... a.... o senhor fala... todas as compras?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – As compras...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – A do, a do, a dos hospitais, a do hospital de...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É porque a senhora veio aqui para falar para a gente como funciona...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – (*Ininteligível.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...as compras públicas e, especificamente, nessa questão emergencial.

Página 290. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – A, tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Ã-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo? Quero que a senhora nos ajude.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para eu compreender como se procedeu essa situação no decreto emergencial.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – O hospital de campanha passou por avaliação deles, tanto que eles fizeram algumas recomendações. As demais eu não tenho conhecimento. Eu não... não indiquei pra... pra ir não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas qual o papel da Controladoria?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Fiscalizar os atos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tem que comunicar a Controladoria? A senhora disse que eles fiscalizam os atos, certo?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eles fiscalizam todos os atos ou é avisado eles de alguns atos?

Por exemplo, estou fazendo tal compra...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum....

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...essa aqui eu vou avisar à Controladoria, essa aqui eu não vou avisar...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Existe esse critério?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Desconheço. Eu não... não recomendo passar todos os processos de compra pela coordenado... pela Controladoria... não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, o governo atual criou uma diretoria de *check-list* das empresas. Uma diretoria que é responsável por certificar as empresas que negociam com o governo. A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Numa...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Se... o... não entendi, desculpa. O senhor pode...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O governo criou...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...uma estrutura governamental...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...que certifica... a qualidade ou o tamanho, enfim, das empresas que negociam com o governo. A senhora tem conhecimento dessa?...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não, não tenho.

Página 291. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3290
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não tem conhecimento?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nunca chegou nenhum documento avisando a senhora nesse sentido?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Todos os pareceres de compra da Secretaria da Defesa Civil é a senhora que dá?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – O parecer?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora é a única que dá parecer?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim, só tem... eu de consultora jurídica. É uma estrutura bem pequena a Defesa Civil. Acho que a gente deve ter, de cargos, eu acho que umas setenta pessoas, no máximo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A senhora achou estranho que era a Defesa Civil que estava procedendo a licitação dos hospitais de campanha e não a Secretaria da Saúde?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Na justificativa, porque eu sempre olho o processo todo e tem que ter uma justificativa para todas as aquisições, seria pra dar um auxílio para a Saúde. Que também acredito que por causa da crise deve tá... deve ser uma... não tenho muito contato com a Saúde em si, nunca fui no prédio deles, nem nada, eu sei que eles estão na Defesa Civil porque eu trabalho lá então eu vejo eles. Acredito que esteja superlotado... uma correria muito grande. E na justificativa tava pra entrar como auxílio, porque a Defesa Civil ela presta... a função dela principal é articular os órgãos pra gestão da crise...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Essa era a justificativa que tinha no processo, o porquê de a Defesa Civil contratar... um hospital de campanha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

Então o parecer jurídico nas compras das licitações, só para eu conferir, tem o papel de indicar eventuais equívocos que aconteçam dentro do processo de compra pública?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se a senhora identificar algum equívoco, a senhora vai recomendar que aquilo seja corrigido?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso, às vezes corrigido, revogado, às vezes instruído um processo, dependendo se às vezes falta algum documento importante, alguma coisa assim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E a senhora não recebeu, então, nenhum ofício, nenhum documento dizendo da instrução normativa da (*ininteligível*)?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora soube por saber?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É só, senhor Presidente.

Página 292. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Fabiano? (*Pausa.*)

Deputado Felipe Estevão?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente, se a Déborah conhece o processo de compra dos respiradores?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum... não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas você entende que ele teve erros?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Eu li num *site* sobre a compra dos respiradores, aquele *site*... como é que é o nome... Intercept. Eu fiquei sabendo da compra dos respiradores pelo Intercept.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas segundo a sua avaliação, como técnica, como advogada, quais seriam os erros?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Eu não analisei o processo, é... é complexo eu falar algo que eu não li. Eu não li... o edital, eu não sei se teve um edital de cotação de preços, não sei como é que foi feito o levantamento dos dados pra... pras propostas, eu só li o que tava na imprensa. Pode ser... porque... quando a pessoa escreve não, não acusando a imprensa de falar alguma coisa, eu não li o processo pra poder me manifestar a respeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Eu te agradeço, Déborah. A gente está aqui para tentar conhecer os fatos...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...averiguar.

Fica evidente, senhor Presidente, que os funcionários públicos participaram aí nesse processo. Eu te confesso que aguardo aqui ansiosamente pelo Douglas Borba e pelo Secretário da... o ex-Secretário... os dois, o Helton. Eu me considero satisfeito.

Obrigado, Déborah.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Gostaria de perguntar à senhora, eu não tenho perguntas, se tem alguma coisa que possa colaborar com a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não... mas fico à disposição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só precisava de um esclarecimento.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora já ouviu falar da Secretária Executiva de Integridade e Governança?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Já.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual é o papel dela?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Ela tá fazendo... é uma Secretaria nova, né, é uma... desculpa, uma diretoria nova, eu participei até, inclusive, de uma... reunião deles pra trazer as práticas de *compliance* pro Estado, pra averiguar que não tenham erros e... tinha representantes. Foi uma reunião inicial, daí com a pandemia também acabou que paralisou, chamou todos os órgãos do Estado pra passar as questões da integridade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A gente tem um ano e pouco do governo...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso.

Página 293. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - COMISSÃO
Fls. 3291
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e nesse um ano e pouco, um ano e meio de governo essa Secretaria fez alguma reunião com os Procuradores pra passar instruções das compras públicas?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – A Defesa Civil recebeu um... um *e-mail* pedindo pra indicar alguns servidores. Aí eu fui indicada e... na primeira reunião fui eu e um... assessor. A gente foi pra conhecer, daí eles explicaram como é que funcionaria e a partir disso teriam reuniões... eu, se eu não me engano, não vou lembrar de cabeça, eu acho que eram mensais. Daí teria um tempo de adaptação, teria um treinamento, esse treinamento passaria por uma fase de avaliação do próprio governo e daí depois todas as Secretarias continuariam sendo avaliadas, mas teria uma capacitação antes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, desde que... desde quando foi criada a Secretaria de Integridade e Governança, a senhora, como procuradora da Defesa Civil responsável pela edição dos pareceres das compras, de efetivo não viu nada dessa Secretaria funcionando?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Ela começou a capacitação, né? Ela chamou a primeira... reunião pra explicar como é que funcionaria e depois ela já começou a capacitação. Daí veio a pandemia e as reuniões foram canceladas. Recebi isso por *e-mail*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado pelo esclarecimento.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – De nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mais uma vez, muito obrigado pela sua presença aqui e pelos serviços e informações prestados para esta Comissão.

Peço à assessoria que acompanhe a nossa convidada até a porta.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Obrigada, com licença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nós que agradecemos.

(*A senhora Déborah Regina Vieira Trevisan deixa o recinto.*)

Esta presidência suspende esta reunião pelo prazo de dez minutos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente, antes de abrir o prazo de intervalo, eu queria consultar os senhores Deputados sobre a dispensa da ouvida do senhor Carlos Eduardo Besen Nau, que é lotado na Defesa Civil. Eu acredito que o depoimento dele já foi prestado em outro órgão e vou me utilizar dele para poder fazer o parecer, senhor Presidente.

Razão pela qual apresento o requerimento de dispensa da ouvida do senhor Carlos Eduardo Besen Nau.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Esse que seria o próximo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O próximo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...a ser chamado.

Deputado Fabiano?

(*O Deputado Fabiano da Luz faz que sim com a cabeça.*)

Demais Deputados, Deputado Felipe Estevão?...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – De acordo, senhor Presidente. Eu acho que é louvável, inteligente do nosso Relator. Temos o depoimento

Página 294. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

dele, acredito que já temos as informações de que precisamos para continuar esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tendo em vista que esse seria o quarto e último a ser ouvido, consulto os senhores Deputados se têm alguma coisa a mais a acrescentar? (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, encerro esta reunião, convocando uma nova para a próxima quinta-feira, às 10h. Um bom descanso a todos. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Bruna Maria Scalco / Leitura final: Almerinda Lemos Thomé e Siomara G. Videira*]

DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI

Página 295. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3292
Rubrica

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES), QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2020, ÀS 10H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores Deputados, bom dia. Bom dia a todos aqueles que nos assistem pela TVAL, pela Rádio Digital Alesc, também àqueles que acompanham os seus Deputados pelas suas respectivas redes sociais e a todos aqui presentes.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 4ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência nº 11/2020.

Estão presentes nesta reunião o Deputado Ivan Naatz, o Deputado Valdir Cobalchini, o Deputado Moacir Sopelsa, o Deputado Fabiano da Luz, o Deputado Milton Hobus e o Deputado Sargento Lima.

Pergunto se o Deputado João Amin se encontra lincado?

(*Pausa.*)

Inicialmente coloco em discussão e votação da ata da segunda reunião, que já se encontra aqui comigo.

Comunico que não aprovaremos a ata da reunião anterior, pois ela ainda está em elaboração pela equipe de taquigrafia.

Em discussão a ata da segunda reunião.

(*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, [colocamos] em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada, sem nenhum voto contrário.

Comunico aos senhores Deputados também que recebemos da Ordem dos Advogados do Brasil o Ofício nº 735/2020, requerendo autorização para acompanhar as atividades da CPI. Solicito à assessoria desta Comissão que providencie o atendimento à solicitação. Na verdade, já foi comunicada à Presidência, porém ainda peço à assessoria que disponibilize os crachás de acesso à Casa, de controle de entrada, também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Com relação à participação da OAB, a Relatoria não tem nenhuma objeção. Lembrando que as transmissões da CPI são públicas, são como efetivamente estão sendo feitas neste

Página 296. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

momento, todos os atos da CPI são públicos; e que a CPI tem uma determinação própria no Regimento Interno da Casa. Só isso, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Comunico também aos senhores Deputados que recebemos, hoje pela manhã e por esse motivo não consta na pauta, o Ofício n° 197/2020 assinado pelo senhor Procurador-Geral de Justiça, informando que autorizou o levantamento do sigilo das informações constantes nos autos de n° 5010352, razão pela qual as informações que embasaram a atuação da força-tarefa até o momento poderão ser acessadas diretamente na pasta digital dos autos.

Senhores Deputados, vamos colocar agora aqui, e não de forma coletiva, mas narrando os requerimentos. Em primeiro lugar, o requerimento do Deputado Ivan Naatz para que seja solicitado ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina o compartilhamento de todos os depoimentos gravados em mídias digitais constantes nos autos. Foi o que a gente acabou de repassar ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Permite-me um esclarecimento, Presidente.

Senhores Deputados, o que acontece de fato? O sigilo dessas investigações já foi quebrado em despacho anterior. O que nós precisamos? Nós precisamos ter acesso aos depoimentos, todos os depoimentos que foram dados tanto à Polícia Civil, na operação especial do Deic, Gaeco, quanto ao Ministério Público.

O que acontece? Esses depoimentos são decodificados, colocados nos autos, mas eles não permitem que você tenha acesso, por uma questão, uma regra do próprio Tribunal de preservação da parte. Os depoimentos não são documentos que você acessa a página, clica lá e o depoimento começa a rodar. Você precisa ter a mídia digital para poder decodificar e liberar. De todos esses depoimentos, nós só conseguimos liberar o primeiro depoimento do Secretário Helton, nós não conseguimos liberar outro depoimento.

Essa mídia digital estava guardada com a relatora, doutora Copetti, que foi a relatora do pedido de mandado de prisão. O que a minha assessoria fez? A minha assessoria tentou adiantar o procedimento, entrou em contato com a chefe de gabinete da Desembargadora Copetti, pedindo que ela liberasse as mídias digitais para a CPI. Ela despachou no processo, embora o pedido fosse informal, ela achou melhor despachar no processo, dizendo que esse processo não está mais com ela e que ele foi remetido ao 1° Grau. Porque o que trouxe o processo ao 2° Grau foi o foro privilegiado dos dois Secretários, os dois Secretários não são mais Secretários. Portanto, o foro especial não é foro privilegiado, acabou, e o processo foi remetido para o 1° Grau. Então, o processo encontra-se hoje no 1° Grau, mas as mídias digitais encontram-se no gabinete da Desembargadora Copetti. Então a gente tem acesso aos autos, mas não temos acesso aos documentos, isso nos impede de ter o audiovisual dos depoimentos, razão pela qual a gente tem que fazer esse requerimento para o Tribunal de Justiça. E nós não temos os depoimentos formais dessas pessoas ainda para apresentar para a CPI.

É isso, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ainda quero constar o requerimento, de autoria do senhor Deputado Ivan Naatz, de convocação das seguintes testemunhas: senhor André Motta Ribeiro, Secretário de Estado da Saúde; senhora Leila Oliveira Danielevicz, do Núcleo de Contratos da Secretaria de Saúde; senhor Paulo Eli, Secretário da Fazenda; e senhor Antônio Fernando Barreto, médico infectologista, servidor do Hospital Nereu Ramos.

E também o requerimento do eminente Deputado Valdir Cobalchini e demais Deputados, o qual tem a convocação do senhor Carlos Moisés, Governador do Estado;

Página 297. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - OITIVA
Fls. 3293
Rubrica

Davi Perini Vermelho, Presidente da Câmara de Vereadores de São João de Meriti, no Rio de Janeiro; Pedro Nascimento de Araújo, CEO da Veigamed; Rafael Wekerlin, proprietário da Brazilian International Business; Fábio Deambrósio Guasti, representante da Veigamed na operação; Gilliard Gerent, representante da Veigamed na operação; Samuel de Brito Rodovalho, acusado de negociar propina com Rafael Wekerlin e Gustavo Bissacotti Steglich, sócio-administrador da Oltramed Comércio de Produtos Médicos Ltda.

Pergunto ao Deputado Cobalchini se gostaria de manter todos esses nomes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Senhor Presidente, ontem eu falei com o Deputado Ivan e eu abdico do nome do Gilliard. E fica a critério da Comissão o chamamento do Governador, caso tenha a necessidade mais ao final.

Então eu listei cinco nomes ao Relator ontem. Esses entendo que são importantíssimos, porque todos têm relação direta e o depoimento de cada um me parece ser fundamental para o desfecho que todos nós pretendemos nesta CPI.

Indago também o Relator, se nós não temos já o inteiro teor do processo. Nesse processo, certamente, estão todos os depoimentos da operação. Isso facilitaria e muito o nosso trabalho à medida que, a partir de agora, os depoimentos têm relação direta com tudo que aconteceu... e os mesmos depoimentos que foram colhidos na operação, também serão colhidos por nós. Então, o inteiro teor do processo é fundamental que tenhamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Em resposta, quem o senhor gostaria de deixar de manter seria somente o Gilliard.

Passo a palavra ao Relator, Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Deputado Cobalchini, senhores Deputados... Bom dia, Deputado Cobalchini.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu conversei com o Deputado Cobalchini ontem, porque o nosso objetivo é de que a gente construa a CPI a várias mãos. Nós conversamos, o Deputado Cobalchini apresentou a pré-lista, e eu mandei para o Deputado Cobalchini uma reserva de vaga, de ouvida das testemunhas que ele pretende... se eu não me engano, acho que a doutora Silvia já foi...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Dia 4.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 4 de junho há a uma reserva de vaga para a ouvida das testemunhas indicadas pelo Deputado Cobalchini, dia 4 de junho,exceto a de sua excelência o Governador do Estado, que essa vai ficar sobreposta até que a gente decida, especificamente, por esse depoimento numa reunião especial para esse sentido. Então, eu acolho e já reservo essa data.

Com relação ao compartilhamento de informações, Deputado Cobalchini, no roteiro de trabalho, nós já afirmamos o compartilhamento de informações, inclusive já foi requisitado o compartilhamento de informações, os autos já foram solicitados, estão sendo certificadas as folhas, e só nos falta mesmo a mídia digital, os demais já estão disponíveis para os Deputados. O compartilhamento foi deferido por esta Casa, está sendo realizado, Deputado Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Continuando ainda, os próximos nomes foram informados pelo Relator,existe a possibilidade de oitiva dos servidores a seguir envolvidos no processo licitatório da compra dos respiradores, sem prejuízo da desistência de qualquer um deles. Sendo eles da Secretaria da Saúde - por isso, que eu peço atenção do Relator -: Nativa Pinto Faccin, Coordenação do Fundo Estadual; Jorge Luiz da Rosa Freitas, do Núcleo de Classificação; Fernanda Gabriela dos

Página 298. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Santos, do Fundo Estadual de Saúde; Ângela Eremita Seberino da Silva, do Núcleo de Conferência; Gustavo Schmitz Canto, Procurador do Estado e Consultor Jurídico; Chaiani Rita Cordeiro, do Núcleo de Penalidades; Felipe Barreto de Melo, Consultor Jurídico; Frederico Tadeu da Silva, controlador de controle interno e ouvidoria; Lourdes de Costa Remor, Secretária de Comissão Intergestores Bipartite; Irã Jamur Pedro Zanin, gerente de contabilidade; Marcus de Aguiar Imbrósio, gerente de administração financeira. E ainda do Tribunal de Contas: Márcia Roberta Graciosa, Coordenadoria de Pesquisa e Inteligência do TCE; Nilson Zanatto, Diretor de Informações do TCE.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhores Deputados, informo que simplesmente coloquei, simplesmente não, mas coloquei esse ofício, esse requerimento no processo para que vossas excelências tenham conhecimento daqueles que pretendo ouvir. São todos os servidores que participaram do processo licitatório. A Márcia Pauli, quando deu uma entrevista para a TV, disse que dezesseis pessoas participaram desse processo do começo ao fim, dezesseis pessoas. Essa lista completa o número de dezesseis pessoas, exceto aquelas que nós já ouvimos, razão pela qual eu faço esse comunicado, dando-me o direito de ouvi-las ou não, caso necessário, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quero comunicar ainda que nessa mesma lista consta o Carlos Roberto da Costa Júnior, Wagner Tadeu Martins Queiroz e José Florêncio da Rocha. Por que estou citando-os em separado? Porque os nomes já foram aprovados em requerimento anterior.

Eu gostaria de propor a aprovação dos nomes e a definição das datas posteriormente, tendo em vista essa extensa lista de nomes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – De acordo, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Coloco em discussão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós vamos abrir depois uma discussão a respeito dessas datas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Em votação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Gostaria de deixar para depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A discussão?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para a gente firmar a data.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, a proposta é de colocar em discussão é posteriormente de a gente definir as datas, tendo em vista a extensão da lista.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então de acordo, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Coloco em discussão, novamente.

(*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Página 299. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3294
Rubrica

Requerimento de autoria do Deputado Milton Hobus para a convocação das seguintes testemunhas: senhor André Motta Ribeiro, Secretário Adjunto, que responde de forma cumulativa pelo cargo de Secretário de Estado da Saúde, e o senhor Onofre Joaquim Rodrigues Neto, CEO fundador da empresa Exxomed.

Quero colocar em discussão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Permite-me uma observação, com relação ao requerimento do Deputado Milton Hobus, pelo fato novo que aconteceu.

Senhores Deputados, quem está nos acompanhando em casa, na data de ontem a assessoria me informou a localização do Processo n° 36.251/20, no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos do governo do Estado de Santa Catarina.

Vou entregar uma cópia desse documento para que vossas excelências possam acompanhar.

(*O documento foi entregue aos senhores Deputados.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nesse ínterim, ainda quero comunicar a presença do Deputado João Amin e a presença do Deputado Felipe Estevão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para que vocês possam acompanhar o teor desse documento, porque eu entendo que, a partir deste documento, a CPI ganha um contorno de um fato não novo, porém um fato extraordinário que precisa da atenção especial da Comissão.

Esse documento, é um documento... o termo de intenções que firmam entre si o Estado de Santa Catarina e a Intelbras S/A, Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, para a importação emergencial de respiradores.

Esse documento foi solicitado pelo Deputado Milton Hobus para ofício ao governo do Estado. O ofício foi expedido, mas como o documento é público a assessoria teve acesso. Fomos procurar e acabamos encontrando o documento dentro da página do governo do Estado, tanto que ele é totalmente certificado, vocês podem ver ao lado ali as certificações.

O que chama atenção nesse documento? Esse documento foi firmado no dia 24 de março, portanto, dois dias antes da abertura do processo de licitação que é objeto dessa investigação, o contrato firmado com Veigamed. Então, no dia 24 de março o governo do Estado, com a assinatura do Governador, Carlos Moisés, do Secretário, Helton Zeferino, firmou um protocolo de intenções com a Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, Intelbras, para o fornecimento de cem respiradores. Vou repetir, no dia 24 de março, com a assinatura do Governador do Estado, com a assinatura do Secretário, Helton, firmou-se esse protocolo de intenções para a compra dos respiradores.

Eu queria chamar atenção de vocês na página 14 do documento. Na página 14 do documento, no verso, vocês vão encontrar a Comunicação Interna n° 1.001/2020, na data de 28/03/2020, ou seja, dois dias depois da abertura da licitação, objeto desse processo, e dois dias antes do pagamento antecipado que o governo do Estado fez para a Veigamed - o governo do Estado fez o pagamento para a Veigamed dia 2 de abril. Então, no dia 28, a comunicação 1.001/2020 está assinada pela Márcia Regina Pauli e pelo André Motta Ribeiro - o André Mota Ribeiro, que é o Secretário Adjunto do Estado. Então, por esse documento a gente tem noção de que o Governador, no dia 24, sabia do protocolo de intenções, ele e o Secretário sabiam do protocolo de intenções. E, no dia 28, quando dentro da Secretaria já se falava em compras de EPIs pela Veigamed, a Márcia Regina Pauli já tinha conhecimento desse protocolo de intenções.

Página 300. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Eu convido os senhores para a gente ir para a página 19. Na página 19 do processo, verifica-se que esses cem respiradores custariam R$ 7 milhões e 26 mil, vou repetir, senhores Deputados, R$ 7 milhões e 26 mil. Sim, dobrado daria R$ 14 milhões e alguma coisa, e o governo pagou R$ 33 milhões, pagou o dobro.

Então o governo, no dia 28, já tinha conhecimento que ele podia comprar cem [respiradores] por R$ 7 milhões e ele insistiu na compra com a Veigamed. Tudo isso teve a participação direta do Governador do Estado, porque o Governador do Estado, repito, tinha conhecimento do protocolo de intenções, ele assinou dia 24 de março. Senhores, esse documento é um documento público, recebeu parecer da Procuradoria, opina a Procuradoria pela regular licitação, etc., etc., etc.

O que aconteceu depois? Os senhores vão poder acompanhar por esse documento.Foi autorizado o empenho, foi autorizada a ordem de compra, foi autorizado todo o procedimento, e a compra não foi realizada, eles optaram por comprar da Veigamed pelo dobro do preço. Aqui, nesse processo, encontra-se a participação do José Florêncio da Rocha, na página 45, que é do Fundo Estadual de Saúde, que é o sujeito que autorizou o pagamento dos R$ 33 milhões, página 45 do documento. O senhor José Florêncio da Rocha, ordenador, autorizou a compra dos cem equipamentos por R$ 6 milhões e alguma coisa mais os impostos. Então, ao mesmo tempo que o senhor José Florêncio, que é um dos coordenadores primário, estava dando ordem para comprar, no dia 2 de abril, cem [respiradores] por R$ 7 milhões, o governo estava fazendo o depósito de R$ 33 milhões por duzentos [respiradores] para a Veigamed.

O que acontece, senhores Deputados? Essa compra não aconteceu, ela não se concluiu. Mas eu queria que vocês vissem um documento na página 52 e na página 50. Na página 50, a gente tem um comunicado da Leila Danielevicz no dia 2 de abril, no mesmo dia que fizeram o depósito de R$ 33 milhões ela estava comunicando a Intelbras que ela estava fazendo a liquidação dessa compra. Na página 52, no dia 1° de abril, novamente, a gente tem a participação do Governador, Carlos Moisés, e do Helton Zeferino de Souza na compra desses equipamentos, 1° de abril, Dia da Mentira, né? Dali, não aconteceu mais nada, ou seja, Deputado Milton Hobus, Deputado João Amin... só quero concluir, Deputado. O que acontece? Dali a compra não se concretizou. Esse documento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para conclusão, Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, mas eu acho extremamente importante, Deputado.

Este documento coloca a CPI num outro caminho, porque este documento não consta, pelo que sei, nem na investigação da Gaeco, pelo que sei, nem do Tribunal de Contas, e julgo ele extremamente grave.

Para concluir, como o Secretário Adjunto está participando... hoje o Secretário atual, Motta, participou desse procedimento, eu reputo, extremamente, urgente a ouvida dessa pessoa, por isso eu faço essas explicações.

Muito obrigado, senhores Deputados.

O documento está à disposição de vossas excelências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ainda para discutir o requerimento, o autor do requerimento, Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente, senhores Deputados, os que estão remotamente conosco também e todos os presentes.

Página 301. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3295
Rubrica

Gostaria de dar as boas-vindas ao Deputado Kennedy Nunes. Seja bem-vindo, Deputado Kennedy, que está aqui na missão de substituir o Deputado Marcos Vieira que hoje preside a Comissão Especial, o volume de trabalhos lá é muito grande, e pediu para ser substituído aqui na CPI, embora continue colaborando com a CPI.

Inclusive, esses documentos que nós tivemos acesso no dia de ontem e que originou esse requerimento, que eu passei a vossa excelência, da oitiva do Secretário André Motta Ribeiro e também do representante da empresa chinesa que fabrica os equipamentos... e que ontem culminou por votação unânime, quase que unânime da Assembleia, apenas com três abstenções, no pedido de afastamento do Secretário.

Eu fiz esse requerimento, senhor Presidente, e eu queria pedir aqui aos membros da CPI, em função da gravidade dos fatos dos documentos que nós apresentamos ontem... a necessidade de nós ouvirmos essas duas pessoas, Deputado João Amin, Deputado Felipe Estevão, o mais breve possível.

E assim, a gente tem uma investigação feita pelo Ministério Público, pela Polícia e, como o Relator nos passou, ainda não tivemos acesso a esses depoimentos. Eu não me sinto confortável de ouvir pessoas, que foram importantes nesse processo, aqui na CPI, sem nós olharmos o que eles falaram para a Polícia. Inclusive teve depoimentos, mais que um depoimento... teve depoimento espontâneo que mudou o depoimento do Secretário Helton e nós não temos conhecimento disso. Então eu acredito que seria bom para todos nós quando eles estivessem aqui - para que nós pudéssemos ouvi-los - que nós já tivéssemos visto esses documentos e, daí, sim, a nossa CPI ser mais proativa e tentar tirar mais informações do que talvez até o próprio Ministério Público e a Polícia já o fizeram.

Eu pediria, senhor Presidente - só quero fazer um relato sobre esse caso da Intelbras, porque tem algumas informações aqui que não coincidem com o que o Relator falou e eu quero esclarecer -, que a gente pudesse votar a possibilidade de inverter os depoimentos e na próxima terça-feira poder ouvir esses dois atores que, a meu ver, são muito importantes neste momento porque trazem um fato novo. Então eu pediria que vossa excelência colocasse em discussão e em votação depois.

Sobre esse episódio da Intelbras, eu trouxe também esse assunto, eu levantei esse assunto... e, aqui, Deputado Ivan Naatz, estes documentos comprovam o que eu falei lá no início, de que todos sabiam que Santa Catarina tinha empresas com *expertise* para fazer importação, que poderiam trazer os equipamentos muito mais baratos, prestando um serviço somente para o Estado, como a Intelbras se propôs a fazer, sem auferir lucros nenhum. E os documentos que foram apresentados aqui, Deputado Ivan Naatz, só comprovam isso, mas tem um fato, que não foi dito aqui por vossa excelência. Essa compra não se encerrou, não, os respiradores vão chegar. O que a servidora falou aqui no documento, que só poderia pagar a Intelbras quando os equipamentos fossem entregues.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Página 58.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – É.

Isso ela disse. Correto, é o que a lei determina. Então, isso foi no mesmo período da compra da Veigamed. Então para a Intelbras, que é uma empresa idônea, que estava trazendo por menos da metade do preço os equipamentos, e o equipamento correto que é o CV70, que a empresa diz que esses são os ventiladores corretos para a UTI, não aquele outro, o 510S, o Shangrila, que são equipamentos para transporte, não são para UTI. Então, aqui no processo da Intelbras - como a empresa chinesa estava pedindo 30% de adiantamento - o governo disse que não poderia dar o adiantamento, mas fez o contrato com a Intelbras. E o Governador assina um documento no dia 1° de abril, esse documento foi pedido pela Intelbras, Deputado Kennedy, dizendo que ele assume, assim que chegar

Página 302. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

os equipamentos aqui, de comprar da Intelbras pelo custo com dispensa de licitação e que pagaria, então, totalmente.

Então para a Intelbras, o protocolo foi correto - segundo a Lei nº 4.320, a lei federal, que diz que não se pode pagar nada antecipado -, mas para a empresa *fake*, a Veigamed, que não tem *expertise*, que usou, né, talvez foi usada como laranja, porque foram outros que importaram e tudo mais, pagou-se antecipadamente os R$ 33 milhões. Quer dizer, dois pesos e duas medidas para um negócio que a Intelbras... isso dito pelo seu Presidente, porque eu conversei, ele disse: Não, nós poderíamos trazer os duzentos, só que eu não tinha condição de pagar tudo antecipado, né? Se o Estado tivesse feito, eu traria os duzentos, custaria a metade.

Então, os ventiladores da Intelbras vão chegar para o Estado e o governo vai pagar menos da metade do preço. Então só essa informação que vossa excelência não tinha passado: não foi cancelado o processo. O processo da Intelbras está vigente e os ventiladores vão chegar. Era esse adendo que eu queria passar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado, Deputado Milton Hobus,foi perfeito, é exatamente isso que aconteceu. Eu só trouxe até vossas excelências este documento, porque ele para aqui, né? Ele para aqui, mas a informação de que tenho é que o governo vai comprar ou a empresa vai trazer. Eu só relato até o ponto que a gente tem aqui no processo, ele parou dia 18 de – aqui, o trâmite inteiro – de abril.

Obrigado, Deputado Milton Hobus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ainda para discutir o requerimento, Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Senhor Presidente, senhores Deputados, público que nos assiste, eu vejo que todas essas informações são muito importantes para esclarecer esse caso. Agora, no meio, numa discussão do requerimento pedir para mudar um... ou no meu caso, da minha sugestão, dois... eu nunca vi isso na minha vida aqui como Deputado... cinco anos ou seis anos.

Eu fiz um requerimento, ele foi muito questionado, de acareação. O Deputado Laércio também protocolou esse requerimento, com muito custo, nós aprovamos; depois eu tive que fazer um requerimento para agendar tanto os depoimentos e a acareação, que tem que ser depois dos depoimentos; e agora o Deputado Milton Hobus traz, na discussão do nosso item *c* da ordem do dia, requerimentos importantes, mas que podem colocar algo que já foi discutido duas vezes, já foi aprovado duas vezes.

Eu abri mão do agendamento dessa próxima quinta-feira para fazer tudo numa semana. Então eu acredito que as nossas reuniões têm uma serventia, as informações, acordos também têm serventias. No caso de informações, de dar importância, eu acredito que é o seguinte: o trabalho dos nove Deputados e o trabalho da força-tarefa, que compreende Ministério Público, Tribunal de Contas e Polícia Civil... é o seguinte, só aqui temos nove enxadas, cada enxadada vai ser uma ou mais minhocas. As enxadas do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Polícia, eu não vou falar que são só três, porque são várias outras enxadas, também vão achar, cada enxadada uma minhoca. Então, assim, não vamos mexer no que já está combinado, o Presidente já agendou, terça-feira que vem são os três depoimentos – o Helton, o Douglas e Márcia – e na quinta-feira é a acareação, isso já é fato consumado, não se muda.

A gente pode discutir esse requerimento de hoje e outros muitos que ainda vão surgir, mas assim, nós já fizemos três reuniões para ocorrer isso que já está agendado para semana que vem. E eu não posso permitir que se jogue o nosso tempo e o tempo de quem nos acompanha fora, já é fato consumado, e eu não posso admitir... até porque o Regimento dá essa prerrogativa ao Presidente, não é só o Relator que pode propor

Página 303. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3296
Rubrica

agendamentos, propor requerimentos, são os nove Deputados. O Deputado Valdir Cobalchini e o Deputado Moacir Sopelsa foram muito felizes na última reunião. Então peço que essa organização seja conjunta e o que é combinado valha, assim como, o Regimento valha também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin, não por uma vez, mas duas vezes, né, foi...

(*O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone: "É, agora vai ser três."*)

A terceira vez ali.

Eu entendo o pedido do eminente Deputado Milton Hobus e pergunto a vossa excelência, se existe óbice da parte do senhor de fazer uma inversão de terça para quinta, justamente para poder facilitar a vida da própria assessoria no que diz respeito a intimação dos depoentes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Na nossa última discussão sobre esse assunto, que eu achei que seria a última, não é a última, mas tudo bem, eu abri mão, dando a oportunidade de quinta-feira que vem ficar à disposição...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – À disposição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...da CPI. A sugestão inicial era quinta-feira fazermos dois depoimentos e na terça fazermos um depoimento e a acareação. Eu abri mão de ser na quinta-feira que vem, então, está aberto quinta-feira que vem para ser preenchido, não tem que atrasar nada, não tem que mudar nenhum planejamento macro, né? E na terça-feira que vem continua a Márcia, o Helton e o Douglas e na quinta a acareação. Eu já discuti isso duas vezes, estou discutindo pela terceira vez, não tem problema, a gente está aqui para discutir quantas vezes for necessário, mas acordo e votação... se toda hora for voltado atrás, porque apareceu uma minhoca diferente na enxadada, a CPI não vai terminar, porque cada enxadada, se Deus quiser, vai aparecer uma, duas, cinco, vinte minhocas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Acredito que bem mais, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Deputado, permite-me, só auxílio.Eu recebi a informação da assessoria de que nós teremos na segunda-feira os áudios dos depoimentos, na segunda. A assessoria me informou agora de que a gente pode ter já os áudios na segunda-feira. Então eu acredito que podemos manter, sim, na terça, como quer o Deputado João Amin, e ouvir os outros dois na quinta, como consensuamos na vez anterior.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente, só para colocar. Se nós vamos ter acesso aos autos dos depoimentos na segunda, sem nenhum óbice.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sem óbice.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não vamos atrapalhar aqui o andamento, mas talvez pedir, então, para que a gente possa agendar para quinta esses dois depoimentos, pela importância e pelos fatos novos, que eu acho que nós temos que... não deixar eles... a CPI, ela é dinâmica, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sem problema, a gente só tem hora para começar, Deputado, na quinta-feira.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – A CPI, ela é dinâmica e vão aparecer fatos que nós vamos ter que consensar entre nós, talvez mudanças de rumo no meio delas, porque o nosso objetivo é trazer todos os esclarecimentos que possam elucidar, né?

Página 304. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

(*O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Consulto a assessoria se tem condições de deixar pronto para quinta-feira... a acareação.

Além dos dois nomes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente, a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Porque as atas têm que estar prontas de terça para quinta para a gente conseguir fazer a acareação na quinta-feira.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhores e senhoras, bom dia.

Eu estou entrando agora aqui, como já disse o Presidente e o Deputado Milton Hobus, como o ofício não foi lido ainda no Plenário, a partir de terça-feira, como membro integrante... hoje só na substituição por conta dessa questão regimental do Deputado Marcos Vieira.

Eu entendo que o processo da CPI, como disse o Deputado Ivan Naatz e o Deputado Milton Hobus, ele não pode ser estático, até porque nós temos algumas coisas que surgem ao longo do tempo, esse fato aqui... Eu fico imaginando, Deputado Ivan, quem está em casa, a minha preocupação é sempre com quem está em casa acompanhando, que muitas vezes não entende os processos aqui. Quem está em casa acompanhando fica pensando o seguinte: Nossa, o Deputado Ivan e o Deputado Milton trouxeram uma informação que o Governador autorizou o pagamento da Intelbras de cem respiradores por R$ 7 milhões, e que foi pago no dia depois os R$ 33 milhões. Daí eu fico pensando que o cidadão que está acompanhando, pensa assim: Então prova-se que o Governador não tem nenhuma coisa na compra, porque ele aprovou e tem assinatura da Intelbras. Que, daí, o senhor disse que não foi comprado, e vem o Deputado Milton e diz: Não, está para chegar, a hora que chegar, entrega. Imagina isso na cabeça do cidadão, dentro de tantas questões. Então essas dúvidas que surgem ao longo do processo, a gente precisa estar aqui esclarecendo e essa realmente é a forma da CPI.

Como eu entrei agora e, até então, eu acompanhei só pela Internet e pelas transmissões, não na integralidade, mas alguns momentos. Eu sinceramente pensava que os membros da CPI já tinham tido acesso na íntegra do processo dos depoimentos, das versões dos depoimentos, porque uma... do Helton Zeferino, por exemplo, tem duas versões, tem uma onde ele foi chamado e outra... eu pensei que vocês... eu até hoje conversei com o coordenador, dizendo assim:Escuta, eu quero saber, porque eu preciso me inteirar. Porque chamar alguém aqui para falar algo, tem que ser no mínimo confrontante, o depoimento tem que ser confrontante. E eu para perguntar algo aqui, eu preciso ter acesso... porque o camarada pode vir aqui falar algo e só depois, quando ele não estiver mais aqui, é que eu [vou] descobrir que lá no MP ele falou diferente. A confrontação é necessária, é você ler... por quê? Porque imagina, se um Secretário da Saúde vai num dia dar um depoimento, depois ele vai e muda, tu imaginas ele chegar aqui na cadeira da CPI.

Então eu entendo que nós precisamos ter primeiramente - até, Deputado João Amin, para fazer a própria acareação - acesso a esses depoimentos, é importante saber o que um falou e o que o outro... por quê? Porque, até então, nós só temos as falas da imprensa, e eu aqui falo como jornalista também, que sou. E o que o jornalista faz? O jornalista vai atrás de uma informação e tem que pegar um depoimento de duas horas, reduzir em quatro linhas ou cinco linhas, entre aspas, e colocar a fala da pessoa. Mas nós

Página 305. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3297
Rubrica

precisamos ir... e, daí, vou lá... o meu professor de Filosofia, o Piva: Nós precisamos ir além da doxa, superar a doxa, sair da opinião pública e ver. Eu me lembro do meu professor de filosofia que pegava um ovo e dizia: Vocês têm que ver além do ovo, tem que dizer que isso aqui é um ovo que sai da galinha, formado de casca, membro, tem uma membrana depois da casca, a gema, o ovo, se for galado, tem gala, se não for galado, não dá pinto. Acho que nós temos que ir mais além disso, a gente não pode ficar em cima de matérias e de posições da imprensa, porque a imprensa também não teve condição de ter o acesso e se teve, teve que resumir em uma matéria.

Então, é necessário o acesso aos depoimentos, Presidente, para que nós possamos... eu pelo menos vou fazer isso, vou assistir, pegar pipoca, vou assistir, por quê? Porque assistindo a fala de um, a fala de outro, a gente, opa, falou aqui, falou aqui... aí, essa dúvida, Deputado Fabiano, que fica no depoimento do Ministério Público, do Gaeco, lá, a gente pode esclarecer na acareação, na vinda aqui.

Então eu estou entrando agora, né? Nós precisamos ter as ações do Ministério Público, do Gaeco, do Tribunal de Contas, da Polícia Civil, do Tribunal de Justiça. Nós precisamos ter isso como uma base de dados para a gente ir lá, mergulhar, saber o que tem lá e tirar as dúvidas aqui, porque aqui é um julgamento político também, que não é o de lá, nós temos que julgar politicamente.

Então, assim, Presidente, por mais que a gente tenha acesso, agora eu soube que houve o pedido, a negativa, como esclareceu o relator da Desembargadora, e agora chega à nossa reunião, dizendo que segunda-feira nós vamos ter acesso. Eu ainda acho muito apertado, porque primeiro a gente não está... poxa, poderia liberar hoje, que daí a gente passava o final de semana, em vez de assistir Netflix, vai assistir os depoimentos, para quê? Para terça-feira, quando chegarem aqui os... e na quinta-feira, quando for a acareação a gente já saber. Agora ficamos muito atrelados a pouco, ao pouco mergulho nessas informações quando a gente não tem acesso a tudo isso que é importantíssimo.

Então a minha preocupação, e permita-me aqui colocar, é ter tempo para ter acesso, para que as oitivas aqui não fiquem só mais uma e, sim, sejam aquelas de tiradas de dúvidas, que podem aparecer lá no processo.

É isso, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores Deputados, discutindo com a assessoria, hoje nós votamos a ata, não da terceira reunião, mas da segunda reunião por uma questão bem simples. Essa é a ata da segunda reunião, pois ainda não está pronta a ata da terceira reunião. Creio eu que fazer o confrontamento durante uma acareação sem o registro dos dados anteriores ali... porque nós acabaríamos fazendo a acareação de quinta-feira sem o registro da reunião de terça.

É uma questão de tecnicidade só, Deputado João.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, tecnicidade não, Deputado Lima. O Senhor me desculpe, a gente está no meio de uma discussão de um requerimento proposto pelo Deputado Milton Hobus, que nem foi aprovado ainda...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Deputado João Amin, se vossa excelência puder falar mais próximo do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mais próximo do microfone, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Obrigado, não estou ouvindo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Nós estamos no meio de um requerimento proposto pelo Deputado Milton Hobus que nem foi aprovado ainda. Agora coloca-se uma condicionante para acareação acontecer, de uma ata... discutindo pela

Página 306. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

terceira vez, no meio de uma discussão - repito, de um requerimento que nem foi aprovado ainda -, o sobrestamento de algo que já foi discutido duas vezes, consensado por unanimidade, com algumas contrariedades, verdade, mas nas votações, unanimidade.

Daqui a pouco, além do documento da Polícia, além da ata, vai precisar saber se tinha pipoca no final de semana na casa dos Deputados ou não e, aí, também, ela vai ser uma condicionante... se a Netflix, estava funcionando o sinal ou não.

(*Manifestação fora do microfone ininteligível.*)

Ah... então, ah... então... aí, fica difícil, né, gente.

Pela terceira vez está sendo discutido algo que já foi aprovado duas vezes por unanimidade.

É, sim! É, sim, Milton. É, sim, Ivan.

(*Os Deputados Milton Hobus e Ivan Naatz falam fora do microfone.*)

Falem no microfone, se tiver discordância. É, sim!

Eu não sei qual é a dificuldade para toda hora que eu proponho alguma coisa aqui, que nem o documento do Coaf estavam querendo autorizar, eu consegui, tive que ir atrás de uma decisão do STF. Tudo o que eu proponho... eu estou atrapalhando? Eu estou atrapalhando a CPI? Se quiserem eu me retiro, eu coloco o Zé Milton, coloco outro Deputado do bloco que pode... Agora, tudo que eu proponho aqui se gera dificuldade.

É o que, Ivan? É o que, Milton? O que vocês falam aí, sem o microfone estar ligado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Pelo amor de Deus, né? Tem gente que chegou agora aqui e está querendo... sabe?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – É que a gente respeita quando um está falando, Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu só peço respeito, Deputado João...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – É um absurdo. Eu ainda estou com a palavra, né? É um absurdo, duas vezes...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...eu só respeito por vossa excelência tratar comigo que estou chegando aqui, querendo dizer alguma coisa. Então, por favor!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Quando que eu faltei com o respeito?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não falte o respeito!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu estou com a palavra ainda (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Para cima de mim, não! Por favor!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu estou com a palavra ainda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Kennedy, o Deputado João Amin está indo para a conclusão. Deputado João Amin...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Quem está faltando com respeito é quem está interrompendo a minha fala. Eu não interrompi a de ninguém...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para conclusão, Deputado João Amin.

Página 307. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3298
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu não interrompi a de ninguém, Deputado Kennedy. O senhor tem que falar, mas tem duas orelhas, tem que ouvir também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Vossa excelência falou que quem está entrando agora está querendo enrolar, eu não enrolei!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Você tem uma boca e dois ouvidos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Kennedy, por gentileza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...uma boca e dois ouvidos, Deputado Kennedy.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, senhor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin, com a palavra para a conclusão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu estou com a palavra, Deputado Kennedy, quem está faltando com respeito, duas, três vezes é o senhor. Não comigo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então conclua o raciocínio do senhor, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...porque eu não estou nem aí... é com a população que não tem pipoca nem Netflix para ver a CPI e que prefere ver a CPI.

Então, o seguinte, se acordo e votações, toda hora... e é uma coisa pontual, né? Eu achei que o requerimento do Deputado Cobalchini (*ri*) iria ser mais polêmico, que está propondo, prudentemente, no momento certo, na hora, se necessário for o chamamento da autoridade máxima do Estado.

Agora, tudo o que eu proponho aqui tem *VAR*, tem que chamar o *VAR*, porque já foi votado duas vezes, até a menina da ata... não, se eu tiver um décimo do tempo que o Ivan Naatz tem para falar as coisas, eu posso falar ainda por muito tempo, mas eu já vou concluir. Tudo o que eu proponho aqui tem questionamento, tudo o que eu proponho aqui tem que botar para depois. Uma ata agora é um impedimento? Quem é que vai olhar a ata para se basear nas perguntas que vai fazer ao Douglas, ao Helton e à Márcia? E na própria acareação? É só anotar os pontos mais importantes.

Então, assim, ó, eu não falto com respeito com ninguém, quando eu estou com a palavra, eu estou com a palavra. Estou sendo interrompido aqui diversas vezes, com microfone ligado e desligado. Tenho uma boca e duas orelhas, tá? Agora, se for para cada hora... eu também acredito que tenha que ser dinâmica e ágil a CPI... estavam querendo impedir requerimento verbal aqui, isso é impedir a agilidade da CPI, isso é impedir! Então, tudo o que já foi votado, acordo supera até o Regimento, mas é Regimento e acordado, tem que ser dada a continuidade, até para a gente poder passar para a população algo responsável, com dinâmica de trabalho, tá?

Eu pretendo... e até o momento eu não faltei o respeito com ninguém, até o momento eu não faltei o respeito com ninguém, não interrompi a fala de ninguém aqui nesta reunião hoje, tá? Só que eu não tenho que ficar discutindo por três vezes o mesmo assunto! Tem alguém que acha mais importante? É a opinião de alguém, nós somos nove aqui, nós somos nove, não é um nem dois, somos nove!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin, compreendo e como eu disse anteriormente já sei que duas vezes foi discutido aqui...

Página 308. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Senhor Presidente, quando puder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...e por isso que a gente colocou em discussão. E o que nós estamos fazendo, Deputado João Amin, é realmente isso, discutindo, arranjando uma melhor forma de dar uma mecânica de trabalho melhor ao andamento.

Deputado Moacir Sopelsa, o senhor pediu a palavra?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Exatamente, senhor Presidente, se puder me conceder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Muito obrigado, senhor Presidente.

Bom dia, senhor [Presidente], Relator e todos os Deputados.

Eu não sei mais qual é o requerimento mais importante, os depoimentos mais importantes de nós ouvirmos, são tantas as questões que chegam, né, as denúncias que vêm, que todas elas, na minha opinião, precisam ser esclarecidas.

Nós já transferimos a ouvida do ex-Secretário Borba, do ex-Secretário Douglas e da Márcia, e acho que nós devemos manter a ouvida deles na terça-feira como está previsto. Se nós transferirmos isso mais uma vez, nós também deixamos a imagem de que parece que não temos segurança naquilo que estamos fazendo. Claro, que estamos entendendo que um depoimento é mais importante do que o outro, mas eu repito, eu já tenho dúvidas de qual é o depoimento mais importante. Mas já está praticamente decidido, nós já transferimos uma vez, vamos fazer a ouvida como está prevista, todo mundo está esperando isso. Está amplamente divulgado que na próxima terça-feira será ouvido essas três testemunhas ou esses três envolvidos, não sei como é que vamos chamar, e, após, se faça a ouvida, sim, do Secretário atual na época, o ex-Secretário. Parece-me uma coisa justa, né, que o Deputado João Amin tem também a sua razão de fazer com que essas três pessoas possam ser ouvidas na próxima terça-feira.

Essa é a minha opinião, senhor Presidente e senhor Relator. Não tirando de forma alguma o direito de apresentar a mudança, mas me parece que nós seremos mais sensatos se continuarmos da forma que está estabelecido.

Era isso, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente, eu apresentei o requerimento e não tinha nenhum objetivo de criar qualquer polêmica aqui ou atravessar qualquer situação acordada.

Eu disse na minha explicação... primeiro, nós temos que botar em votação esse requerimento, se vai ser aprovado ou não. Mas eu disse que eu não me sentiria confortável em interrogar aqui pessoas que estão sendo chamadas sem ter conhecimento do que eles falaram nas instâncias investigativas, até para a gente poder confrontar. Acho que isso é uma lógica. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

Depois, o Ivan Naatz trouxe a informação que nós vamos ter na segunda-feira o acesso às informações, o.k., vamos entrar noite adentro e vamos nos atualizar. Não tem problema ouvir os três e programar esses aqui para depois. Eu acho que o consenso aqui dos nove Deputados tem que fazer, desde que nós tenhamos as informações dos depoimentos deles, senão eu não vou nem vir à reunião de terça-feira, se eu não tiver tido os depoimentos para ouvir essas pessoas, porque elas são importantíssimas no processo.

Página 309. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3299
Rubrica

Eu não vou aceitar participar sem eu saber o que eles falaram lá no Ministério Público, porque ainda a gente não sabe, e ninguém sabe. Só isso. Se tivermos acesso, o.k., Deputado João, mantém-se para terça, não muda nada, está tudo o.k., para mim não é problema nenhum. Eu só apresentei esse requerimento porque é um fato muito importante. Eu acho que a gente não deve postergar tanto para ouvir esses dois que nós estamos colocando aqui também, se for aprovado, pelos fatos relatados de ontem, porque eles vão elucidar muita coisa, que vai facilitar o nosso trabalho [daqui] para frente. Assim eu penso.

Então, não é nenhum objetivo de atravessar acordo ou fazer... mas eu acho que nós temos direito, cada um de nós, nove membros aqui, Deputado João, de debatermos pontos de vista e consensarmos o que nós vamos fazer, afinal de contas, eu acho que isso aqui é uma Casa de líderes com contraditório de ideias, mas que não é um local, um ringue de briga, né? Nós temos aqui que consensar o nosso trabalho para que a gente possa dar resposta à sociedade.

Então, bem tranquilo, senhor Presidente, fica à disposição para colocar em votação o meu requerimento, e, depois, vossa excelência e o Relator propõem data de oitiva e vamos colocar em votação também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhores, eu tenho uma sugestão antes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Só um minuto, Deputado Ivan Naatz. Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência está com a palavra.

(*O Deputado Fabiano da Luz declina da palavra.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu tenho uma sugestão então: nós tínhamos pré-agendado para o dia 2 de junho de 2020, às 17h, o André Motta Ribeiro, que é o Secretário de Estado da Saúde agora, a Leila, o Paulo Eli e o doutor Fernando Barreto. A gente transfere, tira esses do dia 2, passa para uma data para frente e coloca no dia 2 os que o Deputado Milton Hobus pretende ouvir, se o senhor estiver de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Na terça?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Na terça. Deputado João?

(*O senhor Relator dirige-se aos Deputados João Amin e Milton Hobus que concordam com a sugestão.*)

(*Alguns Deputados e assessores manifestam-se fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ele já está no dia 2.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, fica firmado dia 2 de junho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu acrescento o Onofre Joaquim Rodrigues.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O.k. Está o.k. então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Fabiano da Luz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Senhores Deputados, primeiro quero perguntar se o Deputado Sopelsa está me ouvindo? Tudo certo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Estou te ouvindo, sim. Tudo certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Então, estou satisfeito.

Página 310. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Eu tenho aqui ouvido os debates, as discussões ali dos documentos e percebido, às vezes, um pouco de euforia, de atropelos aqui em algumas decisões.

Eu acredito que a CPI tem que ser mais ou menos como assar uma carne, né? Se você for fazer um churrasco e querer assar em vinte minutos, você vai queimar, sapecar e por dentro vai estar cru, e, se deixar duas horas no fogo, a carne vai ficar seca. Ela tem um ponto. A CPI também tem que ter um ponto, ela precisa ter um momento certo para todas as coisas. E eu acho que nós aqui, como representantes da sociedade, como os adultos que somos e responsáveis pelo que estamos fazendo, podemos resolver muita coisa no diálogo.

Nós estamos recebendo uma série de documentação, acredito que esses depoimentos, que estão colocados aí, são extremamente importantes para nós; concordo com o Deputado Kennedy que a gente precisa estar muito bem preparado para ouvir essas pessoas, porque é através do depoimento deles que, não só nós, mas a sociedade vai fazer muito julgamento do que aconteceu até agora nessas compras que foram realizadas, basicamente, na questão dos respiradores, que é o nosso foco desta CPI; concordo que a gente ter primeiro o acesso a esses depoimentos... eles vão ser importantes para - baseado nos documentos que nós temos, no que a gente já leu, já conheceu e nos depoimentos que eles fizeram - nós termos embasamento para fazer certos contrapontos ou para numa acareação poder ter algumas estratégias de perguntas para fazer a essas pessoas aqui e para que a gente consiga num tempo correto, certo trazer um resultado efetivo da CPI, apontar um caminho desta CPI, para que lá fora não fique a piada prevalecendo de que no final tudo vira em pizza. Nós não queremos que isso aqui se transforme numa pizza, até porque, as evidências, as provas, tudo que até agora nós já recebemos provam que tem coisa errada, né? Mas aonde essa coisa errada vai chegar é o caminho que nós vamos apontar.

Então, que a gente tenha essa serenidade de podermos sentar, conversar, dialogar, ver qual é o melhor caminho, quem é melhor ouvir primeiro, que documentos ainda faltam para a gente montar alguma coisa que seja realmente séria.

Até agora, dos dois pedidos de CPI, que eu tenho ouvido de advogados, tem muita fragilidade, talvez porque foram feitos a toque de caixa, e não com toda fundamentação como deveriam. Então, que a CPI tenha um resultado positivo. E, para isso, senhores, vamos sentar, conversar, dialogar, buscar um caminho, um entendimento e a estratégia correta. Se é um que se ouve antes ou depois, é a nossa decisão, baseada em fatos, que vai determinar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Só tecer aqui um comentário.

Eu sempre me preocupo muito com a população. Eu acho que talvez – eu estou acompanhando as redes sociais da Alesc – a maior audiência, desde que eu entrei aqui, é a da CPI. Não vi anteriormente audiência tão grande, porque os olhos do catarinense estão voltados para esta CPI. O povo quer resposta! Eu vou à padaria e eles perguntam: e aí, a CPI? Eu estou acompanhando. Eu tô vendo.

Página 311. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3300
Rubrica

Então, claro, eu sempre, desde o início, pedi que não fosse um palanque de *like*, deixei esse singelo conselho e eu vejo todos se comprometendo, trabalhando os requerimentos. E nós... o menos é mais, senhor Presidente, o menos é mais. É uma sistemática simples. O povo quer entender, né? Como diz o Deputado Kennedy, o governo é malandro, foi incompetência, foi corrupção? É uma sistemática simples, tem três personagens centrais: o Governador; o senhor Secretário da Casa Civil, que era praticamente o governador, enquanto o senhor Moisés fazia cerveja artesanal; e o Secretário Helton. O que o povo quer entender de forma simples, andando dos pescadores aos empresários: Quem foi o autor? Qual foi a sistemática? É corrupção ou eles são tremendamente incompetentes?

Então, se a CPI termina semana que vem na acareação ou ela vai terminar daqui sessenta dias que é o prazo, que a gente tenha resultados efetivos. Olha, a CPI - como bem disse o Deputado Fabiano - não terminou em pizza. Ela apurou, foi o fulano, o sicrano, o objetivo era esse. Então, eu acredito que nós... são R$ 33 milhões pagos adiantados, a gente teve acesso à boa parte do material, eles se contradizem, um joga, desculpe a expressão, mas merda na cara do outro. O Helton está dizendo que foi a Casa Civil, o Douglas já está dizendo que é o Helton. Quem é culpado? O Moisés está escondidinho na moita achando que a demissão do Douglas de repente... Então, assim, é uma sistemática simples!

Eu acredito que, claro, o conselho do Deputado Milton é muito sábio, se a gente tiver essas informações e nos sentirmos seguro... Agora, também delibere, Presidente. Claro que nós vamos divergir, é normal, o João Amin tem o gênio dele, a forma de se expressar, outro... vamos divergir talvez em algum ponto, mas nós convergimos que queremos um resultado efetivo. Então, delibere, Presidente, com autoridade também, não deixa pipocar muito porque fica bagunçado e o povo vai ver fragilidade em nós.

Eu acho que todos nós temos competência para fazer um trabalho sério nesta CPI e chegar a um resultado efetivo e eu vou ter orgulho, tenho certeza. Você é um amigo particular, conheço a seriedade do seu caráter e conheço o grupo de Parlamentares que aqui que estão dedicados e que vão a fundo nessa história. Que eu vou ter o orgulho de dizer: olha, a CPI não terminou em pizza, apuramos os seguintes fatos...

Então, o menos é mais. Prossiga com firmeza, né, não deixe esses assuntos pipocarem muito, porque mostram a fragilidade do nosso grupo. Nós estamos focados. Vamos divergir, é normal, mas temos um objetivo central, que é chegar a uma resposta para a população. Se o senhor julgar que é importante fazer quinta, faça, que assim seja; se achar que é pertinente fazermos semana que vem, também faça, não se intimide.

Então, deixo essa palavra de encorajamento e também um alerta, que o nosso principal objetivo é dar uma resposta à população catarinense, é chegarmos aos culpados, se foi corrupção, se foi incompetência. Nós precisamos apurar esses fatos, levar essa resposta à população. Eu tenho certeza que no final, eu sou um grande otimista, vai dar tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores Deputados, eu não estou entendendo essa de pedir calma e alguma coisa. A gente está fazendo aquilo que é regimental, cada Deputado tem o seu direito de usar da palavra. O João usou, o Deputado Fabiano usou, o Deputado Kennedy usou. O que a gente está fazendo aqui é aquilo que está no Regimento, a gente está discutindo um requerimento. Óbvio, o Deputado Milton Hobus apresentou o parecer dele, o ponto de vista dele, o Deputado João Amin apresentou o dele. Não tem nada de calma ou de outra coisa. O que eu estou tentando fazer é ser o mais democrático possível e estender a palavra com o uso não limitado de tempo para todos os Deputados.

Página 312. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas, senhor Presidente, diz um texto bíblico...

(*O senhor Deputado Estadual Fabiano da Luz manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ... texto bíblico diz: Casa dividida, não subsiste.

Como, às vezes, as divergências extrapolam certo ponto, eu tenho medo que isso fique um pouco, desculpem a expressão, bagunça e, aí, mostra fragilidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tem que cuidar o que falamos para fora.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ... para nossa população. Justamente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós, da CPI, temos que cuidar o que falamos para fora.

O Relator tem os limites do processo, do processo. Eu sou responsável por fazer o relatório. Quero construir o relatório a várias mãos, por isso, tudo o que a gente fizer aqui vai ser consensuado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu só pediria ao Presidente que a gente pudesse iniciar o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, é justamente isso que eu estou tentando fazer, só que como eu dei oportunidade para todos falarem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós estamos cuidando do processo, está tudo certinho, não tem problema nenhum, está tudo certinho. O que a gente tem que cuidar é o que falamos para fora, porque, às vezes, não precisa falar para fora. Nós falamos aqui entre a gente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação o requerimento do Deputado Milton Hobus.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Peço à assessoria que encaminhe a primeira testemunha convocada para a oitiva, doutor Carlos Roberto, assessor jurídico da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

(*Pausa.*)

(*O senhor Carlos Roberto Costa Júnior adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.*)

Senhor Carlos Eduardo, muito bom-dia.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Carlos Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Carlos Alberto (*sic*). (*Ri.*)

O senhor consegue falar um pouquinho, já pelo uso da máscara, falar um pouquinho mais próximo do microfone, senão vai se sufocar com ela. (*Risos.*)

Pode tirar a máscara.

Página 313. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

(*O senhor Carlos Roberto Costa Júnior retira a máscara.*)

Senhor Carlos Alberto (*sic*), o senhor sabe por que foi convidado para participar desta nossa reunião, desta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Carlos Alberto (*sic*), o senhor sabe que o senhor está compromissado a usar da verdade aqui, somente a verdade, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Tenho ciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tem ciência disso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor Carlos Alberto (*sic*). O senhor está acompanhado de advogado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Carlos Alberto (*sic*), o senhor também tem o direito de permanecer calado, se assim for a vontade do senhor, diante de qualquer pergunta que lhe seja feita, porém o senhor tem que expressar a sua vontade de ficar calado [dizendo]: prefiro permanecer calado. Porque o silêncio não é indicativo de resposta alguma.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então, entendido.

Para o registro das nossas taquígrafas é necessário que o senhor fale o seu nome completo, a sua profissão, o seu endereço completo - onde o senhor mora - e a data de nascimento do senhor.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Bom, é Carlos Roberto Costa Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É... servidor público estadual, atualmente exercendo a função de assessor jurídico da área de compras da Secretaria de Estado da Saúde. Nascido em 27 de junho de 79, e residente e domiciliado à rua Souza Dutra, 826, apartamento 204, bairro Estreito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Deputado Ivan Naatz, Relator da CPI.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom dia.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom dia, doutor, obrigado por ter vindo à CPI.

Falo que o senhor está aqui na condição de testemunha...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...na intenção de colaborar com o processo.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é assessor jurídico da Secretaria da Saúde?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso, da Superintendência de Gestão Administrativa, que é encarregada das aquisições para a Secretaria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é comissionado ou é de carreira?

Página 314. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – A minha função é de analista. Eu entrei ao Estado, na Secretaria em 2010, e... sempre trabalhei na área de compras da Secretaria. Em 2018, a convite do doutor Acélio Casagrande, a gente assumiu a função de assessor jurídico dessa área de compras.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é advogado há quanto tempo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Desde 2006.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E quem colocou, quem nomeou o senhor para esse posto de assessor jurídico?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Assessor jurídico foi o doutor Acélio Casagrande, Secretário em 2018.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E de lá para cá o senhor continua como assessor jurídico?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso, exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Eu vou mostrar alguns documentos para o senhor e vou indagar.

O senhor participou do processo de licitação dos respiradores?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu fiz o parecer da dispensa de licitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor fez três pareceres no processo, foi isso? Ou dois? Quantos pareceres o senhor fez?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu fiz um aprovando a dispensa e um segundo momento foi... em razão da notificação da contratada, em razão da não entrega dos... dos equipamentos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem, então, eu vou ajudar o senhor.

Eu queria que colocassem o primeiro *slide* que preparei.

(*O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.*)

Bom, esse é o primeiro...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso é um despacho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A primeira participação do senhor é um despacho, certo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor consegue ler o que está escrito ali?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim. (*Lê.*) "Indagamos se não há outros orçamentos a fim de justificar o preço. Segundo informações, a SGA está centralizando as solicitações do orçamento, favor verificar."

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ótimo. Então, o senhor pegou a licitação e só tinha um orçamento?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só tinha um. Aí, o senhor pediu para fazer mais orçamentos?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É que... pelo valor da contratação, é... e a orientação que se tem das cortes de contas é que se faça uma pesquisa de valor de mercado a fim de justificar o valor da contratação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ótimo. Então, o senhor pediu outros orçamentos, certo? Vamos... o senhor disse o seguinte: "Segundo

Página 315. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

informações a SGA está centralizando as solicitações" O que significa isso? As solicitações, o que o senhor quis dizer com isso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É que em razão da pandemia, é... ficou definido que a SGA centralizaria todas as aquisições da Secretaria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – SGA é?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Superintendência de Gestão Administrativa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E quem era responsável?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É a... Márcia Geremias Pauli.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pauli. Muito bem.

Eu queria mostrar para o senhor, depois que o senhor fez esse... antes do senhor fazer esse...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Despacho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... despacho, eu queria mostrar para o senhor o orçamento que estava no processo. (*Mostra imagem.*) Este é o orçamento que estava no processo. O senhor teve acesso a esse orçamento antes de despachar.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é advogado desde 2006.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu também sou advogado. O senhor considera isso aí uma proposta?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não entendi, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor considera esse documento um orçamento, uma proposta?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – A Secretaria ela recebe várias propostas nesse padrão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor podia mostrar para mim onde é que está a assinatura da empresa, o CNPJ, o endereço?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Quando é enviado por *e-mail,* o padrão da Secretaria é desconsiderar a formalidade da assinatura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas R$ 33 milhões em compras sem licitação, o senhor o desconsiderou assinatura, desconsiderou o CNPJ, desconsidero o endereço. O senhor considerou esse documento um documento válido?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Mas a proposta não é analisada por mim, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu perguntei para o senhor: o senhor é o procurador jurídico, qual é seu papel no processo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – A minha função é considerar a situação fática, se ela se enquadra dentro da legislação para justificar a dispensa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, então o senhor conhece os fundamentos da legislação federal, a 13.979, o senhor conhece a Instrução Normativa 6 de 2020, o senhor conhece o Parecer da AGU 37, de 2019... esse da AGU, não tenho o número exato aqui.

(*A assessoria informa que é 2011.*)

...2011, o senhor conhece todas essas portarias?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que regulamentam?

Página 316. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o senhor mesmo conhecendo essa portaria, conhecendo a lei, entendeu que esse documento era um orçamento?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Entendo que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas se o senhor olhar bem esse documento, ele não tem CNPJ, não tem endereço, não tem data, não tem quem assina. E tem outra coisa, lá em cima tem um nome, o senhor consegue ler o primeiro nome que assina?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Tem dois nomes, tem o da Márcia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, o primeiro nome em cima.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Veigamed.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Da Veigamed, no nome de quem? Lá ó. (*Mostra imagem.*) Senhor Rafael...? Consegue ler lá?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse é o documento que está...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, não estou conseguindo ler.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que está... ali está um pouco... porque é escaneado. O Rafael Wekerlin que diz que é o responsável, né?

(*A assessoria melhora a apresentação do slide.*)

Isso, olha lá. Ótimo!

Ele diz que ele é o responsável. Rafael, ele diz que é o responsável por essa empresa Brazilian International Business.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Depois, mais abaixo outra pessoa assina. Vamos colocar para baixo. (*Mostra imagem.*) Olha lá: Pedro Nascimento.

O senhor não achou estranho que uma pessoa estava fazendo um documento e outra estava assinando, tinha dois nomes no mesmo documento, não tinha CPF?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, a minha atribuição não é analisar proposta, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas é revisar os documentos, né, doutor?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim, com certeza são documentos, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque o senhor tem obrigação de dizer: Ó, isso não está certo. Como o senhor disse, faltam orçamentos. O senhor disse isso, né?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim, faltam orçamentos. Eu senti a necessidade de que se fosse juntado uma pesquisa de preços ou até uma declaração do setor que estava concentrando o recebimento desses orçamentos, no sentido: Olha, tentamos, mas não foi possível obter mais orçamentos. Eu sentia ausência dessa fundamentação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem, eu entendi que o senhor entendeu que isso aí é um orçamento, é isso?

Página 317. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3303
Rubrica

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem. Vamos mostrar então para o senhor os outros orçamentos que chegaram depois do senhor pedir novos orçamentos. (*Mostra na imagem.*) Esse aí é a continuidade daquele. Essa aí é a proposta que veio.

Vamos perguntar para o senhor, volta um pouquinho, antes ainda daquele lá. Olha só, não tem aceite, não tem data. A data de entrega e a data do contrato não combinam porque ali eles... deixa eu ver aqui certinho... (*O senhor Relator manuseia algumas anotações.*)

Os *slides* aqui. (*Mostra imagem.*)

Ali, naquele documento, se o senhor ver, o prazo de entrega era de 35 dias corridos, certo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Está vendo ali?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – 35 dias corridos e aqui diz que a compra era para remunerar antecipada, o senhor viu?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Vi que estava sendo solicitado pagamento antecipado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Viu que era pagamento antecipado.

O senhor viu também que no contrato... havia... nesse também havia uma previsão de entrega dos equipamentos, o prazo de entrega dos equipamentos?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Vi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual era o prazo de entrega?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Ele fracionou em duas... em, em dois cronogramas, né? Com duas datas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe a data da primeira entrega?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não me recordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que entre o contrato e a entrega tinham cinco dias só. O produto estava na China. O senhor não achou isso estranho?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu não sabia que o produto era da China ou importado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não olhou isso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Então, o senhor não viu que tinham 35 dias, o senhor não viu que era da China, o senhor viu que era remunerado antecipado.

O senhor mandou juntar um novo orçamento. Vou mostrar para o senhor qual é o senhor o orçamento que chegou. (*Mostra imagem.*) Chegou este orçamento aí. Não tem assinatura, não tem CPF, não tem endereço, não tem nada da empresa, onde é que ela está, onde é que ela existe, nada! E chegou também um outro endereço, olha só. (*Mostra imagem.*) E chegou também um outro orçamento, vou botar o outro orçamento, da JE. Chegou esse também, não tem data, não tem endereço, a caixa é a mesma, não tem data de entrega, não tem assinatura, não tem CPF, não tem nada!

O senhor está vendo aquela fotografia ali embaixo. (*Mostra imagem.*)

Página 318. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Está vendo? Volta, o outro. O senhor está vendo essa fotografia?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor confirma que são as mesmas?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Aparentemente, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não. O senhor não... vou mostrar então as duas para o senhor. Olha lá. (*Mostra imagem.*) Esses são os orçamentos que o senhor solicitou. Tu não viste nada de estranho nisso? O senhor não notou nada?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Deputado, a Secretaria de Estado da Saúde, ela lida com 3.500 editais/ano; gera 6.554 instrumentos contratuais/ano. Se nós não confiarmos na área que... nos tá remetendo os processos para análise, é... fica inviável trabalhar com apenas dois assessores jurídicos ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, um confia no outro?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Um confia no outro?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, se eu quiser ficar rico posso trabalhar com a Secretaria da Saúde, né? Um vai confiar no outro.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, o senhor não pertence à Secretaria de Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, mas se eu quiser vender produtos, né, porque todo mundo confia.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É... isso passou pelo crivo da área que estava centralizando as aquisições...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem que é?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – ... ela tava avaliando o orçamento, tava avaliando a... a fidelidade do documento e, bem como, é... fazendo análise do crivo de orçamento e de... e de valores praticados no mercado à época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor notou que tinha sido extraído documentos do processo, que o processo começava... tinham dezoito folhas faltando no processo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Percebi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que o senhor fez quando faltaram essas folhas?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso, isso, passa a ser um... um procedimento que eu já recomendei que não acontecesse, mas que não é incomum acontecer nos processos da Secretaria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sumiram?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – E... aí... é... a responsabilidade é de quem fez o desentranhamento das peças.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem. Eu queria mostrar para o senhor a primeira folha do processo, a primeira. (*Mostra imagem.*) Essa, aí, é a primeira folha do processo.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Já tem o valor ali. Preço unitário R$ 165 mil, total R$ 33 milhões, ventilador pulmonar. Dia 26/03. O preço já

Página 319. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3304
Rubrica

estava pré-estabelecido, R$ 33 milhões, o preço por unidade, R$ 165 mil, também estava pré-estabelecido por esse documento, é o que abre.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Como é que abre uma licitação com menor preço, com preço já pré-estabelecido?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É... não foi uma licitação, foi uma dispensa, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pois é, mas a modalidade...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É... mas a requisição social que acompanha ela não é feito pela assessoria jurídica nem pela... foi pela...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é responsável de fiscalizar. Eu sou advogado, eu trabalho para as empresas. Quando vem documento para mim, analiso para ver se não tem alguma ilegalidade. Vem um contrato: Isso aqui não dá para fazer, isso aqui está errado, isso aqui a lei diz que não é para fazer, isso aqui tem que mudar. O senhor sabe que tinha que fazer isso aí, não sabe?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, essa parte de requisição não compete à assessoria jurídica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não achou estranho que a primeira folha já tem o valor, já tinha documento, já tinha tudo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Mas é obrigado a mencionar valor. Agora, se o valor é exato com a aquisição que foi originada... é responsabilidade de quem confeccionou a requisição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Vamos voltar lá. O senhor deu parecer... para os colegas Deputados aqui acompanhar e quem está em casa também, por favor, mais uma lauda. (*Mostra imagem.*) Este é o parecer do senhor. E vamos voltar ali.

O senhor disse que aceitou o orçamento porque o senhor se baseou numa notícia de jornal, do Correio do Estado.

Qual foi o procedimento que o senhor adotou para saber se esse preço estava dentro do mercado? Porque a lei o senhor disse que conhece, a lei manda procurar, o senhor sabe, que a lei manda procurar sítio especializado, que a lei manda fazer cotação de preços...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Ou pesquisa com fornecedores, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... pesquisa de fornecedor ou *site* especializado.

O que o senhor fez para dizer que aquele preço estava de acordo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Essa parte do parecer... quando chegou nesse momento, eu já tava inclinado a deferir a... o prosseguimento da dispensa. Eu considerei que a situação de urgência/emergência e a aquisição do equipamento vital para o combate à pandemia estavam justificados.

Essa menção a essa notícia que está, é... escrita no parecer foi no momento de tentar contextualizar o que que tava sendo... o que tava passando pela... pelos setores de aquisição da Secretaria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu sempre depois da pessoa falar, eu procuro... para deixar bem certo isso, bem claro...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

Página 320. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... porque o senhor sabe que está sob testemunho.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, a única forma que o senhor fez para checar o preço, foi a notícia do Correio do Estado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, a única forma que eu encontrei de justificar o valor foi fazendo aquela diligência do despacho que o senhor já mencionou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se eu disser para o senhor que nessa reportagem o preço de R$ 680 mil é dividido em vários equipamentos o que deixa o preço mais barato que o Estado estava comprando?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não leu então a matéria na integra? Só pegou a...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu li a matéria, mas não tenho esse conhecimento que... ela era fracionada...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que esse preço era mais equipamentos?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso. Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não viu?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, eu vou mostrar para o senhor o cronograma. Lá no orçamento tem o cronograma.

Cronograma: cem unidades no dia 5/4 e 7/4; e cem unidades no dia 30/4. O senhor viu o cronograma?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não achou estranho que em três dias eles iam entregar, iam trazer da China?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, não compete a mim analisar o cronograma, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É? Compete a quem?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - À área que elaborou a requisição...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – ... que fez a especificação técnica e tava centralizando a obtenção de orçamentos com ela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Superintendência?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A ela que competia saber se o equipamento podia chegar?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Ela que estava centralizando essas... essas demandas rela... relacionadas à Covid, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Com relação ao pagamento antecipado, tem instrução normativa, tem a 06, tem a lei, tem a instrução... O senhor não tomou nenhuma... não fez nenhuma referência com relação ao pagamento antecipado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – O pagamento antecipado que foi mencionado na proposta, diante do cenário de crise que a Secretaria passou nos últimos anos, infelizmente, caindo em descrédito com o próprio fornecedor, é... o

Página 321. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - Fls. 3305 - Rubrica

pagamento antecipado ele se tornou uma rotina, é... no envio de orçamentos pra Secretaria. E isso a gente desconsidera. O prazo de pagamento nosso é trinta dias a partir da entrega.

É... se o senhor me permite, em 16 de março, a assessoria jurídica, ela elaborou um parecer sugerindo uma instrução normativa que fosse adotada pela Secretaria para disciplinar as aquisições relacionadas à Covid. O que a SEA, é... adotou muito bem sob o nome de chamamento público. E... tanto é que foi tão aprimorada pela Secretaria de Estado da Administração que... preferiu-se que... que ela conduzisse os... os procedimentos. Mas nesse... nesse parecer, ao final, ele menciona que era necessário, que diante da situação que já se desenhava, que fosse consultado o Tribunal de Contas e o Ministério Público sob a possibilidade de adotar o pagamento antecipado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse é o parecer que o senhor apresentou?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É o Parecer 398/20. Foi encaminhado para a SGA no dia 16 de março. Então... a decretação de emergência foi no dia 12, no dia 16 a gente já previa que isso seria solicitado, né?

E... em vários outros momentos, no grupo de WhatsApp... teve outro parecer que referendou é... só que foi feito pela minha colega, é... consta no PSES 31.378/20, do dia 1° de abril, também vedando o pagamento antecipado.

É... então de forma antecipada a gente se antecipou sugerindo que não fosse adotado o pagamento antecipado enquanto não houvesse pronunciamento desses órgãos de fiscalização e controle.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso externo, não na licitação?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não entendi?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Em outros procedimentos, não no externo... não na licitação?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, nós fize... é... o 31.378 foi para um caso específico nesse... nesse processo. Agora, o parecer do dia 16 ele foi a título de genérico mesmo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Genérico. Então, neste processo não tinha nenhuma observação? Mas o senhor sabia que tinha que ter um procedimento para pagamento antecipado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim. No parecer ele menciona que tem que constar em edital e a exigência de garantia para fazer o... o pagamento antecipado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O senhor conhece este documento aqui? (*Mostra documento.*)

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Controladoria-Geral do Estado criou um *checklist* para compra de produtos da Covid.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Ela não criou, ela pegou da Controladoria-Geral da União.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É... ela pegou aquela lei esmiuçou e tal...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso, exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou mostrar uns quadradinhos para depois eu passar para os meus colegas. Para a gente conversar com

Página 322. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

senhor sobre seu relacionamento com o Secretário, sobre seu relacionamento com a Casa Civil.

Eu espero que meus colegas...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Mas eu só peço que o senhor mencione a data desse documento também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, esse documento estava datado de abril de 2020.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – E quando que foi a compra do respirador?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi dia 1º de abril.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, eu fiz o parecer dia 29 de março.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Este aqui?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Num domingo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ah, 29 de março.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vamos lá. Então, ele foi feito depois, dois dias depois.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem. Eu queria mostrar para o senhor os quadradinhos ali. (*Mostra imagem.*) O doze. (*Lê.*): "Excepcionalmente, o pagamento foi realizado de forma antecipada, devidamente fundamentada no processo, constando informações detalhadas dos benefícios e riscos antecipado."

Tinha conhecimento?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tinha conhecimento também do treze? Na hipótese de ter ocorrido antecipação de pagamento, conforme excepcionalidade criada no passo dois, constata no processo de garantia a cláusula de ressarcimento e outros órgãos.

No pagamento antecipado...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Orientação?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O outro, o 22. (*Lê.*): "A contratação possui prévia autorização da GGG." A GGG é o quê?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Grupo Gestor do Governo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para comprar acima de R$ 650 mil.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É... pra esse caso não se aplica, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por quê? Por causa...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Da dispensa em relação à Covid também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Como é que funcionava isso aí? Podia pegar, fazer compras sem licitação? Tinha um cre... Tinha uma regra pré-estabelecida ou não?

Página 323. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3306
Rubrica

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, com a decretação de emergência ficou dispensada pra... o envio ao Grupo Gestor de Governo pra aprovação da despesa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, senhor, dou-me por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores Deputados. (*Pausa.*)

Deputado João Amin, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Senhor presidente, peço a palavra também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está inscrito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Senhor Carlos Roberto, durante o processo - independentemente de data, março ou abril, já estamos em maio, isso foi em fevereiro, antes da pandemia - o senhor sofreu alguma pressão para tomar alguma atitude relacionada a alguma compra por parte da Secretaria da Saúde?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, Deputado. Os dois Secretários com quem eu trabalhei tanto o senhor Acélio Casagrande como o doutor Helton, sempre deixaram... a assessoria livre pra atuar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Alguma agilidade?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Agilidade, sim, principalmente em relação à Covid, é... nós estávamos sensíveis à demanda que... pra atender à população.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tinham conhecimento técnico dos equipamentos que estavam sendo comprados pela Secretaria?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, é... até de forma recente, eu descobri que... os técnicos eles nomeiam como respirador e ventilador, até então, para mim, eram coisas distintas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Pra uso de UTI...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Estão ouvindo?

(*Os Deputados gesticulam que sim.*)

Eu fico espantado, como todos nós devemos estar, pela estrutura que tem a Secretaria de Estado da Saúde, tem um orçamento bilionário, e os processos não cumprem nenhuma formalidade.

Eu acredito que nem o menor Município de Santa Catarina conseguiria fazer um processo de dispensa de licitação que o momento permite; não faria um procedimento assim tão amador como foi feito nesse caso da compra de R$ 33 milhões. Não são R$ 3 mil.

Quanto tempo o senhor teve para preparar o parecer para dispensa dessa licitação, doutor Carlos Roberto?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Bom, Deputado, bom dia.

É... a diferença de R$ 33 milhões ou pra R$ 1,00, R$ 0,01, a Secretaria ela lida da mesma forma, com a mesma seriedade.

O parecer, ele foi construído na minha residência nesse dia, é... estávamos sensíveis que a situação demandava urgência, que... era um... um equipamento já citado e que todos têm conhecimento de suma importância para o atendimento ao enfrentamento da Covid. É... a situação, o cenário que estava se vivendo e as poucas vezes que eu estive

Página 324. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

na Defesa Civil presenciando era um verdadeiro canibalismo comercial. É... os Estados, como anunciou o... Ministro Mandetta, estavam... é... de certa forma procurando os fornecedores desses equipamentos... é... se comprometendo a pagar multa de eventual contrato que haviam com outros Estados para garantir o seu abastecimento. Alia-se a isso ao fato da China e Estados Unidos estar numa disputa comercial e que os Estados Unidos passaram confiscar os equipamentos independente do país em que se encontravam. Então... a necessidade de urgência sensibilizou toda parte da atividade-meio da Secretaria pra adquirir tão logo possível esses insumos tão essenciais para a vida do catarinense.

É... em que pese o senhor ter mencionado que o... o procedimento ele foi amador, é... eu discordo do senhor, porque considerando o que determina a Lei 13.979 – e, aí, eu peço licença pra apresentar uma breve cronologia do que que tá saindo de ato legislativo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Doutor, no final, o senhor vai ter oportunidade de apresentar, será lhe estendida a palavra. Nesse primeiro momento, somente responder as perguntas, somente.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Perfeito.

Não, o parecer é... a assessoria jurídica ela, atualmente ela está com parecer de número 830, somente no ano de 2020, feito por dois assessores, é... a demanda cresceu muito em razão da pandemia do Covid e o parecer ele foi lavrado em três horas, certo? É... considerando que o processo ele foi criado no dia 26 de março, o parecer ele foi elaborado no mesmo dia, no dia 29 de março. Quando a situação demanda urgência, isso ocorre muito com procedimento de ordem judicial, a celeridade que nós buscamos da efetivação da entrega do... bem ou do serviço, a... a prestação do paciente do SUS, a gente dá como prioridade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Essa questão já foi formulada pelo Relator, mas eu confesso que não entendi muito bem a sua resposta, acho que não deixou muito claro. Então, eu gostaria mais uma vez de solicitar, sem vosso parecer, há a manifestação acerca da legalidade do pagamento antecipado sem o recebimento dos respiradores.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Perfeito. O pagamento antecipado a assessoria jurídica nunca recomendou. Ela recomendou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas neste parecer?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Neste parecer nós não fomos submetidos, é... ou chamados a no... nos manifestarmos em relação ao pagamento antecipado. Ele transcorreu... tanto é que a minuta da dispensa que é o documento que finaliza todo o procedimento de licitação e é submetido pra assessoria jurídica, ele não menciona em nenhum momento a forma de pagamento.

Então, se convencionou que quando não mencionasse a forma de pagamento ela fica com a forma que é a de praxe: trinta dias após o recebimento. Inclusive, a ordem de fornecimento, juntada após o parecer, após o empenho da despesa, ela vem com prazo de pagamento em trinta dias. Não menciona pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Considero importante este esclarecimento.

O senhor notou que os dois orçamentos, as propostas comerciais, juntados por parte da empresa JE Comércio de São Paulo e MMJS de Cuiabá, sem maiores informações, sem assinatura, sem identificação de seus CNPJs, e em valores superiores ao apresentado pela Veigamed... Seria apenas para dar aparência de legalidade à escolha?

Página 325. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

FLS. 3307
Rubrica

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Deputado, eu não posso julgar com que intenção foi juntado os orçamentos. Eu confio na área que me demandou o serviço e que enviou os orçamentos dentro do processo. A análise...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Na abertura só havia uma empresa; depois, surgiram as outras quando o processo já estava concluído.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – A justificativa que me apresentaram é que o volume de orçamentos que eles estavam recebendo no *e-mail* da SGA que estava centralizando o recebimento de... desses documentos, era um volume tão grande que eles não estavam conseguindo filtrar é... com... com... com precisão todos os orçamentos e que, por isso, teve alguma deficiência na instrução do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor confirma que a minuta de dispensa de licitação já trazia a Veigamed como vencedora previamente?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – As minutas de... de licitação, quando são encaminhadas pra assessoria jurídica, elas já indicam o fornecedor, os dados dele, valores e condições de pagamento ou de execução do contrato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Então, prestem bem atenção que já havia vencedor quando surgiram as outras duas propostas.

Eu fico satisfeito com esses questionamentos e com as respostas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Carlos Roberto, o senhor poderia nos explicar como funcionou esse processo de contratação dos respiradores? Se houve deflagração do processo de dispensa ou se foi firmado o contrato?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – O contrato ele foi substituído conforme a Lei 8.666 permite. Ele foi substituído por outro termo que se chama Ordem de Fornecimento, tá? É... é um... é um permissivo legal. Então, o contrato ele foi substituído por essa ordem de fornecimento.

O senhor quer saber como é que é o fluxo da... da... dos procedimentos de dispensa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Sim.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Nós temos hoje, vigente na Secretaria, dois procedimentos para as dispensas de licitação. Via de regra, o procedimento mais convencional ele indica, quando a demanda parte da área requisitante, parte para a Superintendência de Gestão Administrativa. Quando chega na... ele já parte com a justificativa da contratação, a requisição, conforme tá apontada ali... é... e... e demais orçamentos se por acaso a... a área requisitante já estiver em mãos. Ã... a Superintendência de Gestão Administrativa encaminha para a Diretoria de Planejamento de Gestão de Compra, ela verifica se há aquisição por meio de procedimento licitatório ou se há algum contrato vigente que possa atender essa necessidade de quem está requisitando. Se não tiver nenhum desses instrumentos, aí, ela encaminha pra Diretoria de Licitações e Contratos. Verificando que há urgência e necessidade da aquisição, ela abre uma cotação com núcleo pertinente... é... elabora um mini edital de... de licitação, como foi, ocorreu o caso com a SEA no chamamento público, e... aguarda a manifestação dos fornecedores enviarem os orçamentos e propostas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Dentro de todo esse mecanismo, doutor, de toda essa sistemática não foi criado um alerta, porque é um processo que até os mais leigos não conseguem entender. Um pagamento adiantado de

Página 326. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

R$ 33 milhões para uma empresa *fake*, fantasma que, se pesquisar no Google, é uma casa de massagem. E me causou estranheza nessa... não houve ninguém, um alerta, não teve um funcionário que pode dar algum alerta, algum conselho nesse sentido?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Deputado, o alerta foi... a assessoria procurou, como eu mencionei no dia 16 de março, já se manifestar que não recomendava pagamento antecipado. Aí, é uma decisão do gestor é... não seguir a orientação do jurídico... bem como, consultar os órgãos de controle sobre a possibilidade de adotar o pagamento antecipado. E o... e a questão do pagamento ele passa é... ele não tramita pelas áreas em que tramitara a aquisição, como... Diretoria de Planejamento de Compra, Diretoria de Licitações e Contratos, Assessoria Jurídica. Ele não passa por esses setores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Além do processo dos respiradores, teve outros processos que culminaram em pagamento antecipado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu desconheço. Eu desconheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não sabe se existem outros processos usando essa mesma linha de pagamentos antecipados?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu desconheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor tem noção de que tudo que o senhor responde aqui, legalmente o senhor pode...?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Tem essa consciência?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor tem conhecimento de um projeto de lei que veio aqui para esta Casa para autorizar o pagamento antecipado pela SES?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu tive ciência de que seria uma medida provisória, a princípio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor confirma que tem ciência que foi encaminhado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, não confirmo que... tenho a... a ciência de que foi encaminhado para Assembleia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Uma resposta vaga, doutor. Sim ou não?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não tinha...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não sabe que houve um projeto de lei vindo do governo...?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – O projeto de lei, não. Eu fiquei... o comentário que teve com o consultor jurídico da Pasta é que tava se estudando uma medida provisória pra... pra permitir o pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor tem consciência de que a SES faria um pagamento antecipado para contratação de insumos e EPIs na ordem de R$ 75 milhões?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Tem um valor parecido de R$ 77 milhões... é... era... uma empresa, ela faria a importação para a Secretaria desses insumos. A assessoria se manifestou pela impossibilidade mediante a dispensa.

Página 327. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - OI
Fls. 3308
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Na sua avaliação, quem são os responsáveis pelo processo de contratação da SES?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Os atores da...?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Sim, os responsáveis.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – A SGA ela...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Quem tem a caneta poderosa lá dentro?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – A caneta poderosa a... a Superintendência de Gestão Administrativa ela centralizou todo... todo o ciclo de compras se fechou nela. Desde a requisição, análise do orçamento, análise da proposta, a homologação do resultado e, agora, se noticia o pagamento em si, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Veja bem, acabou que foi um processo nebuloso ao extremo, onde tem fumaça tem fogo, e não é só um questionamento nosso, mas de toda a população catarinense. Quem é o responsável por esse pagamento antecipado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – O pagamento é quem assina a despesa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Seria?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Seria o Secretário e a Superintendente de Gestão Administrativa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Casa Civil?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, a Casa Civil, pelo que eu sei, não está inserida no processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O Secretário Adjunto, que é o atual Secretário da Saúde, o senhor André, estava ciente do processo com a repercussão de pagamentos antecipados?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não tenho conhecimento, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não tem nenhuma informação se ele sabia...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não tenho informação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas ele como Adjunto participava ativamente?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É, aí, eu vou entrar na hipótese nas... no campo das hipóteses não... não é confortável e nem recomendado que eu me manifeste.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor tinha conhecimento sobre as condições de pagamentos antecipados dos respiradores ou outros equipamentos, insumos?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não. Eu sei, eu tenho consciência que era solicitado na proposta, mas como eu frisei anteriormente, essa... menção na proposta das empresas a gente desconsidera. A gente, até então, não acatava a possibilidade de pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor assinou algum pedido de parecer sobre esse processo de contratação?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Dos respiradores eu assi... eu fiz o parecer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor assinou?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso.

Página 328. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor fez o parecer?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito bem.

O senhor tinha consciência de que a proposta da Veigamed era 50% de entrada, e não o pagamento integral?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não tenho conhecimento. O que consta no processo também não... não há menção em relação a isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não fez nenhum questionamento do tipo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, até porque... é... na minha concepção, não seria realizado pagamento antecipado. Não teria porque eu questionar sobre o que estava mencionado na proposta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito bem. Eu me considero satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Milton Hobus, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Quando eu puder, Deputado Sargento Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está inscrito, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Carlos Roberto, bom dia, seja bem-vindo.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Bom dia, doutor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor afirmou aqui que houve o desentranhamento das folhas do processo, são dezoito folhas. Quem fez o desentranhamento?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu não posso precisar quem fez, mas consta o CPF de quem o fez ali, né? Eu não tenho os dados de quem... realizou o desentranhamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas o que seria o normal num processo licitatório? Fazer o desentranhamento de folhas? Quem é que poderia fazer, que teria condições técnicas para fazer isso.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Só quem pode desentranhar é o setor que está com a carga do processo, né?

Provavelmente, pela tramitação do processo, esse desentranhamento ocorreu com quem criou o processo, quem autuou que foi a...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Então, o senhor não sabe quem fez o desentranhamento das folhas?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não sei. Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor tem conhecimento de uma minuta de contrato que iniciou na Secretaria de Estado da Saúde no dia 24/03 com a empresa Intelbras, para que ela comprasse respiradores para o Estado de Santa Catarina?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor não foi chamado para dar parecer jurídico nisso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.

Página 329. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3309
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Porque tem um protocolo de intenções, depois tem um contrato, depois tem uma ordem de compra, e, o senhor, como consultor jurídico, não sabe disso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, eu trabalho com outra colega, Deputado, se ela analisou o processo, não posso confirmar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas o senhor não sabe que o Estado de Santa Catarina já, antes do processo da compra da Veigamed, tinha um protocolo de intenções de um contrato para trazer os mesmos respiradores com o custo menos da metade do preço da Veigamed? O senhor não sabe disso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, eu tenho a ci... eu tenho a ciência que o Governador ele mencionou em coletiva que estaria com a Intelbras fazendo a importação de... de equipamentos, mas eu nem tinha ciência que era relacionado a respiradores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Nesse processo aqui da Intelbras, que são cem respiradores, tem um parecer, dizendo que não podia pagar antecipado e que se pagaria na entrega dos respiradores, inclusive, o Governador assinou uma autorização para a Intelbras.

O senhor tem conhecimento disso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não tem conhecimento.

Porque esse processo da Intelbras é anterior ao caso da Veigamed e é menos da metade do preço da Veigamed. Então o Governador sabia desse processo, porque ele assinou da Intelbras, e o Governador sabia também do processo da Veigamed?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não tenho como confirmar, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O Secretário Helton sabia?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Bom, é bem provável.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Ele tem que assinar, né?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O Secretário Adjunto sabia?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não tenho como confirmar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor não tem conhecimento que o Secretário Adjunto, André Motta, no dia 26/3, assinou uma Comunicação Interna nº 950 pedindo a compra de ventiladores da empresa Brazilian Trading Importadora e Exportadora Eireli - EPP, de Joinville?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não me recordo, Deputado. É relacionado ao processo 37.070?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Esse processo ele precede o processo da Veigamed, porque essa empresa disse que não iria fornecer os equipamentos, porque alguém ligou pedindo 3 milhões de propina. E aquele documento que o senhor viu lá, do seu Ralph, colocado na cotação no *e-mail* da Veigamed, era justamente os dados dessa empresa de Joinville que estavam no *e-mail* da Veigamed. Eles esqueceram de tirar o nome. Esse documento passou pelo senhor. O senhor não notou nada disso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, não. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

Página 330. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O assessor jurídico ele tem por missão, proteger os ordenadores de eventuais crimes em processos de compra que estão sendo feitos e aqui nós notamos vários crimes. O senhor nenhum momento alertou os seus superiores que eles estavam cometendo um crime?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Deputado, na minha visão, o procedimento de aquisição ele cumpriu os trâmites legais e os requisitos exigidos na Lei 13.979. A questão do pagamento antecipado, eu não... eu não tinha conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Mas como que o senhor dá um parecer sobre algo que o senhor não tem o processo completo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Mas no que o senhor está se referindo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - O senhor deu o parecer... da compra da Veigamed. O senhor deu o parecer para que o processo seguisse normalmente conforme o setor...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - ... administrativo de compras e tal, fazendo pra que, lá ao final, o Secretário pudesse assinar.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Então, o senhor deu um parecer sem o conhecimento do processo todo, pelo que o senhor está nos dizendo aqui. Porque o senhor não sabe...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Mas qual é a parte que eu não tive conhecimento, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - A parte que o senhor não teve conhecimento é da forma como foi direcionada a compra e... ã... da questão dos pagamentos que, contra a lei... eu acho interessante que aqui nesse processo da Intelbras...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - ... o parecer é bem claro: Não pode fazer o pagamento antecipado. O pagamento será feito mediante a entrega dos bens com o documento assinado pelo Governador.

Por que no processo da Veigamed não se fez a mesma coisa?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu não fui provocado quanto à forma de pagamento, se seria antecipada ou convencional.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Então, o senhor deu o parecer sem conhecer todo o processo da compra?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu conhecia o processo, mas como eu frisei... é... o... a solicitação de proposta de pagamento antecipado, isso é comum na Secretaria, e a gente sempre desconsidera: não, o pagamento vai ser o que nós determinarmos. É trinta dias após o recebimento da mercadoria.

Então, se eu não fui provocado se poderia ser feito pagamento antecipado ou não, se a ordem de fornecimento, que é um documento que substitui o contrato, indica que o pagamento será trinta dias após o recebimento do bem, é... eu entendo que o ciclo... é, e fica caracterizado que foi... é, intenção do gestor, e aí cabe indagar a ele porque que ele preferiu adotar uma modalidade de pagamento não prevista, naquele momento, é... eu entendo que a situação de pagamento antecipada não era permitida praquele caso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Hobus, se [o senhor] me permite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Pois não.

Página 331. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3310
Rubrica

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É... eu ia até pedir um aparte ao senhor ali.

A pergunta que foi feita pelo Deputado Milton Hobus... eu vou ajudar o senhor aqui. Pelo registro dos nossos taquígrafos, a gente pode ali levantar o depoimento em relação à pergunta que foi feita anteriormente pelo Relator. O senhor respondeu a mesma pergunta que foi feita anteriormente ali, mas com a seguinte resposta: Por que aconteceu... todos os fatos acabaram conduzindo à compra? O senhor respondeu: por o gestor não seguir a orientação do jurídico. Essa foi a pergunta dele. Quem é o gestor e quem é o jurídico? São as minhas perguntas agora.

O senhor... eu ia até interromper o senhor, ia deixar a minha pergunta pro final (dirigindo-se ao Deputado Milton Hobus).

Algo ilícito aconteceu pelo gestor não seguir a orientação do jurídico. Quem era o gestor? O nome do gestor? A pessoa do gestor? Quem era o gestor que não seguiu a orientação do jurídico e quais foram essas orientações? Porque de alguma forma, o senhor respondeu, houve orientações do jurídico para o gestor. Ele não quis te ouvir, ele declinou. Quais foram essas orien... o jurídico no caso seria o senhor?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Nesse processo dos respiradores, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Sim.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - E quais foram as orientações que o gestor não ouviu do senhor? Essa é a minha pergunta.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não realizar o pagamento antecipado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor orientou ele a não fazer o pagamento antecipado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Especificamente nesse processo, não tem manifestação minha nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Mas já declarou?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Desde o dia 16 de março, a assessoria se manifesta no sentido de que não é permitido o pagamento antecipado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Sim, mas o senhor orientou ele a não fazê-lo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu nem imaginava que ele cogitava fazer o pagamento antecipado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Não, mas o senhor disse: "Não. O gestor não seguiu..." O senhor foi... tá... explícito, "O gestor não seguiu a orientação do jurídico". Eu sou o jurídico. Quer dizer que eu dei uma orientação a ele.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Nesse processo, Deputado, eu não me manifestei em relação ao pagamento antecipado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Desculpa interromper o senhor, Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Tá bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Doutor Carlos, bom dia.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Bom dia, Deputado.

Página 332. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Vocês chegaram a fazer uma reunião da equipe, da organização do Grupo Gestor da crise, que teriam que fazer dispensa de licitações, que haveriam compras em que se mantivesse uma regularidade, uma seriedade? Houve uma reunião do grupo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Houveram algumas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Oi?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim, houveram algumas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Quem que coordenou a reunião?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Era a superintendente de gestão administrativa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - E ficou muito claro a seriedade do que era a pandemia, a necessidade de fazerem compras? Foi alertado sobre os cuidados com as compras que deveriam ser feitas e tudo mais?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Então, todos vocês estavam conscientes de que teriam que ter um olho muito claro nas compras que seriam feitas, já que era uma dispensa de licitação?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É, inclusive, quanto à transparência, a assessoria, tão logo saiu a alteração da Lei 13.979, recomendou que se seguisse a publicidade conforme a lei estava sugerindo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Vocês chegaram a dar parecer contrário a algumas compras?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não me recordo, Deputado. Agora... alguns pareceres foram emitidos no sentido de orientar como fazer as aquisições.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Bom, conforme já foi comentado aqui, eu venho de um Município pequeno, né, [onde] tinha dois Procuradores: um de confiança, meio louco, mas bom Procurador, e uma Procuradora de carreira. Em todas as compras que eram feitas pela Prefeitura, a minha opinião, sugestão ou palavra valia muito menos que a de um Procurador no momento de uma compra. Nada se fazia sem um parecer, sem uma opinião dos Procuradores para dizer: "Olha, por aqui não dá, tem que mudar" Mesmo tendo um advogado no setor de compras. Era um confronto ali jurídico para ver: Isso aqui dá problema ou não dá. Isso é feito em praticamente todas as Prefeituras, pequenininhas, grandes, e, mesmo assim, acontece muito enrosco com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas... há um debate sobre isso. Imagine o tamanho da Secretaria da Saúde, as compras que estavam feitas, e vocês estavam só em dois Procuradores dando os pareceres.

Não chama a atenção essa falta de um controle mais efetivo em cada compra, ainda mais numa de um valor como esse? De um olho mais afinado, refinado, nessa compra?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É... Deputado, após, essas primeiras aquisições, houve determinação do senhor Secretário de Estado pra que os pareceres fossem submetidos ao consultor jurídico da Pasta que possui uma função de Procurador-Geral do Estado, e, aí, ele começou a avalizar e assinar conosco os pareceres também, tá? Então... é... houve, sim, essa participação posterior por um cargo de Estado efetivamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Bom, a gente... pelos documentos aqui provam que a Veigamed não estava autorizada a vender respiradores, e a gente sabe que em qualquer licitação, para uma pequena obra, a empresa tem que ter

Página 333. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3311
Rubrica

acervo. Tem que ter lá... tanto feito disso, tanto daquilo ou já tem que ter tido vendas daquela área, tal. Ninguém pesquisou ali a empresa ou as empresas para ver se realmente elas estavam com um acervo, elas tinham uns equipamentos para venda, elas tinham capacidade de efetuar a entrega dos equipamentos?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É, esse... esse crivo, como o senhor está sugerindo, ele deve ser feito pela área que está solicitando o serviço e está analisando o recebimento das propostas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Vocês não precisavam dar parecer nenhum sobre um *checklist* de...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - ... se estava sendo cumprido ou não?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não, não, não. O *checklist* que nós adotamos é o que a lei informa, né, que são... é... a dificuldade, aliás, de, de, dos instrumentos jurídicos que têm surgido nessa crise... são grandes. A cada semana, pelo menos, saem duas novas alterações legislativas sobre o assunto, é... na maioria flexibilizando, e... pro senhor ter ideia, a gente pode contratar, mediante justificativa, com empresa penalizada, inidônea, é... negativada perante ao Fisco. Então, a flexibilização ela tá dificultando. Ela facilita a aquisição, mas ela dificulta o controle e... pela assessoria a gente analisou se os requisitos da Lei 13.979 estavam sendo cumpridos. Minimamente foram cumpridos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Quem pediu agilidade no parecer dessa compra?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - A agilidade partia do próprio Secretário e da própria superintendente de gestão administrativa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - O Secretário da Saúde que pediu agilidade nesse parecer?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso. Não... é... não somente em relação a esse, mas a todos os outros relacionados ao enfrentamento da Covid.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Então, eles que pediam... definitivamente era...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - ...a pessoa que pedia agilidade era o Secretário da Saúde.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - ...e a superintendente, a Márcia?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É... a frase que era reforçada para nós: "Ó, não pode faltar equipamento pra atender a população e... insumos pros nossos profissionais atenderem à população." E isso que era ressaltado e... e foram criados grupos de WhatsApp pra: olha, o processo saiu de tal setor, vai chegar em ti até o final do dia. Favor dar uma prioridade de tramitação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - As pessoas que efetivamente efetuavam os decretos de dispensa de licitação, de autorização de compras eram servidores de carreira, comissionados ou é uma mistura?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - A maioria são servidores da Casa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - São servidores de carreira?

Página 334. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Sopelsa, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Muito bem, Presidente.

Bom dia, mais uma vez, bom dia senhor Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – É... boa parte daquilo que eu queria perguntar, o Deputado Milton Hobus insistiu muito, mas eu quero insistir também. O assessor jurídico é a pessoa que dá segurança na análise do processo de compra – no caso, essa compra dos respiradores – ao gestor, que é o Secretário, no caso o ex-Secretário da Saúde. O que, de fato, a assessoria jurídica analisou nesse processo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Nós analisamos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - O senhor não sabia que iam pagar antecipado? O senhor não sabia que a empresa tinha cadastro para receber esse recurso antecipado e poder cumprir? Se a empresa tinha condições de fornecer esses equipamentos? Se ela tinha especialidade nisso? A assessoria jurídica não analisa nada disso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Ela analisa a situação fática apresentada diante da urgência e emergência e a justificativa da contratação... se ela se enquadra pra ser considerada uma dispensa. É... situações como análise de orçamento, análise de equipamento, capacidade do fornecedor atender o contrato, isso é feito pela área que está centralizando as aquisições. Então... então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - A assessoria...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - ... o setor jurídico ele se enquadra no aspecto legal da situação, se preencheu os requisitos legais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Em qual... o senhor pode repetir? O assessor jurídico se enquadra onde?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhor Carlos Roberto, eu gostaria que o senhor falasse um pouquinho mais próximo ao microfone, até porque ele está de forma remota...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - ... eu já trabalhei dessa forma algumas vezes, é muito difícil ouvir mesmo.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Então, Deputado, a assessoria jurídica ela... ela pega a situação de fato que está sendo apresentada pra ela e... e enquadra, vê se a situação se enquadra dentro dos requisitos legais é... pra ser considerada uma dispensa, se ela preenche os requisitos para que possa gerar a contratação.

A análise de orçamento, equipamento, a qualificação em si do fornecedor pra atender o contrato isso é feito pela área que está centralizando a aquisição em si, e não a assessoria jurídica pra... pra atender esses aspectos como o senhor mencionou, né, de qualificação do fornecedor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Quer dizer, eu faço uma proposta, não tem o cadastro, não tem, não tem segurança nenhuma que eu vou

Página 335. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3312
Rubrica

entregar esses equipamentos, eu vou receber antecipado e a assessoria jurídica não analisa o isso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - A solicitação do pagamento antecipado não foi submetida à assessoria jurídica, sobre a possibilidade de pagamento antecipado nesse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Quer dizer, isso foi uma decisão de quem? O senhor pode dizer?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso aí é uma decisão de gestão, de gestor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Gestor, no caso, o Secretário da Sáude?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – É... eu queria perguntar ao senhor: depois do decreto de calamidade, todas as compras da Secretaria da Saúde não importam o valor? Elas são feitas sem a participação do Grupo Gestor? Não tem mais...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Relacionado ao enfrentamento da Covid, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Sim?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Todas?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Tá.

É... eu acho que é importante que fique claro, né, de todas as perguntas que eu vi e as respostas que foram feitas, é... eu passei duas vezes pela Secretaria de Estado da Agricultura como Secretário. Antes de homologar qualquer uma das compras que eram feitas ou licitações que eram feitas, ou com dispensa de licitação, eu não homologava nenhuma sem ter o parecer jurídico do assessor jurídico, que era quem me dava segurança de uma análise de um processo seguro.

Eu não vejo nenhuma segurança nesse processo de antecipar R$ 33 milhões para uma empresa que por enquanto ainda se tem dúvida se ela existe. Como que essas compras foram viabilizadas, como que esses orçamentos chegaram? A assessoria jurídica não analisou os orçamentos, não teve orçamentos que pudessem... apenas propostas por e-mail, mas nessas propostas elas estavam completas, diziam o que a empresa era? O senhor tinha essa possibilidade de analisar ou não?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não, essa atribuição não compete à assessoria jurídica, Deputado, analisar a proposta e orçamento. A área que demanda o serviço, que demanda a aquisição, ela sabe melhor do que ninguém o que ela quer, o que ela pode avaliar.

Então, a minuta da dispensa ela já foi apresentada, e é o comum que seja apresentada, com a indicação do vencedor e do futuro contratado, valor, condições de fornecimento e condições de pagamento. Nessa minuta, se o senhor verificar, não há qualquer menção à possibilidade de pagamento antecipado. Também... os outros requisitos legais estavam, no meu entendimento, cumpridos ali, os requisitos que determina o artigo 4º da Lei 13.979.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

Página 336. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Bom, bom dia, doutor Carlos Roberto Costa Júnior.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Bom dia, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Alguma vez a gente já conversou pessoalmente? Não.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Ah... eu fico pensando aqui... eu tenho o costume de fazer anotações de algumas falas, de algumas frases...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Deputado Kennedy, quem está em casa gostaria de ouvir.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Ah!

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Tá bem baixo mesmo".*)

Então, peço para que o pessoal lá do som possa colocar um pouquinho mais de [volume].

Eu fico... com tudo isso que eu ouvi da vossa pessoa e dos colegas aqui, Deputado Milton, é... pelo que eu vejo, a Secretaria da Saúde está com um pepino maior do que só esse. Vossa excelência falou que tem 6.554 processos por ano...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Instrumentos contratuais...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Instrumentos contratuais...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... que vocês fazem e apenas dois jurídicos?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Exato, pra área de compras, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E, além dessa fragilidade que eu vejo numa Secretaria tão importante, o que eu vejo, pela sua fala... Eu só queria perguntar uma coisa: o senhor falou da compra de EPIs de R$ 77 milhões – o Deputado Felipe Estevão falou 75, falou 77 – e esse vocês deram um parecer pra que não houvesse, é isso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso, sugerimos que não... ocorresse o prosseguimento, né.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Por quê?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Deputado, é... Me lembrando vagamente. É... eu achei o quantitativo... é... é... não tinha um amparo pra ser solicitado o quantitativo ou não tava justificado corretamente, e a outra preocupação era terceirizar a atividade fim da... da licitação. É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Esse mesmo cuidado não teve no respirador?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É porque são situações diferentes, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Por quê?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Porque essa nós estamos contratando uma empresa é... pra nos fornecer o equipamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Hum, hum.

Página 337. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3313
Rubrica

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - O outro, de EPI, a situação era nós autorizarmos uma empresa a adquirir no mercado externo e trazer para nós com o preço que ela negociasse...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas não, não foi a mesma coisa? Essa empresa...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... a Veigamed, ia trazer da China, ou seja, ia importar um produto...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Mas até então não se sabia que ela iria importar, né, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Não, mas tem algumas coisas óbvias, né, porque... se o mundo todo estava atrás do respirador... o Brasil não estava produzindo respiradores, tem...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... algumas coisas, né, óbvias. Por isso que eu fiz essa pergunta. Por que no EPI vocês disseram não, porque... vejam bem, Deputados, eles disseram não porque nós vamos contratar uma empresa pra trazer produtos de fora e, daí, isso nós não podemos, como o senhor falou, terceirizar a...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Atividade licitatória.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... a atividade licitatória.

Na Veigamed foi a mesma situação, foi terceirizado, e o pior ainda, que foi terceirizado – e bem relatado pelo nosso Relator – de prazos assim quase que inconcebíveis, né? Vossa excelência falou, inclusive, em canibalismo comercial, o mundo todo estava atrás de respiradores e EPIs e, daí, vem uma empresa e faz esse tipo de proposta de entregar em dois dias uma parte do material.

Eu não vou condenar o senhor, até porque, não é o meu papel. Falando sobre essa questão que outros Deputados já falaram aqui que o jurídico da empresa tem que dar sustentação... o Deputado Fabiano falou, o Deputado Sopelsa, que já foi Secretário, falou, que a empresa... e o Deputado Milton Hobus, até como empresário também fala que o jurídico tem que dar sustentação.

Marquei também a frase que vossa excelência falou que muitos dos administradores não seguem o procedimento ou a dica do jurídico, mas neste caso... e aquilo que eu digo, Presidente, da importância de a gente ter acesso a todas as outras, porque a gente fica só com uma versão, né, a versão hoje. Eu... como o senhor se comprometeu em falar a verdade, eu tenho que acreditar que vossa excelência está falando a verdade.

Neste caso, a sua fala dizendo que ficou no fato determinado e que vossa excelência disse que deu, que tinha um parecer, do dia 16 de março, dizendo que ao final menciona que era necessário que fosse consultado o Tribunal de Contas e o Ministério Público e também que teve um outro documento dizendo que não era possível e também não eram feitas os pagamentos antecipados, somente trinta dias depois.

Acreditar na sua palavra só coloca, Deputado Milton, aquilo que a gente tem... já os documentos. Houve uma malandragem do gestor, malandragem do gestor pra não passar as informações corretas pra área jurídica pra fazer aquilo que eles queriam, que era a contratação da empresa. Isso é o que eu fico diante do que o senhor fala. Quando o

Página 338. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

senhor diz que não foi perguntado, não foi (*ininteligível*) no processo que era pagamento antecipado, e o senhor diz que no EPI vocês falaram, me dá essa sustentação.

Agora, deixe eu lhe perguntar: vossa excelência falou que tem o CPF de quem desmembrou esse processo aqui já mostrado pelo Deputado Milton Hobus... que foi desentranhado – acho que essa é a palavra...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso, correto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... quem desentranha o processo.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Correto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O.k. Se quem... se há um procedimento, eu, no meu simples gabinete de Deputado, eu tenho um programa que todo processo eu tenho lá, e também, quem tira e coloca... e eu como... a parte tecnológica diz que é o Deus do programa, você determina até onde o assessor pode ter acesso ou não, né, você vai determinando fases. Todos os que fazem alguma movimentação no processo fica lá com um *login* e a senha dele, tem a digital eletrônica dele.

Pois bem. Então, este processo, e os cinco mil e poucos por ano, o senhor, na sua tela de computador, o senhor tem como acessar e ter todo esse procedimento do... do... de todo o processo virtualmente? Está lá, por exemplo, "escaneado" lá, o senhor pode ver todo o processo ou ele é limitado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Existe essa função no sistema do Estado, mas não foi o caso desse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Por quê?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - (*Pausa.*) É... o sigilo... num procedimento de aquisição já de fase externa não é recomendável, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Por quê?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Porque tem que ser dada a publicidade de todos os atos que estão ocorrendo dentro do processo, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - E por que há a necessidade de ter a publicização desses dados e não estar neste processo o processo inteiro digitalmente?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Ah, isso aí é uma... uma função que o sistema... eu também gostaria de entender, Deputado. Por que é feito o desentranhamento dessa forma e a peça não consta... a peça desentranhada ela some do processo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor falou: "É normal sumir parte dos processos."

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não, é normal haver desentranhamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, não. O senhor falou exatamente essas palavras: "É normal..."

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Então, eu me equivoquei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O.k. "É normal sumir parte dos processos." Logo depois o senhor fala: "Já avisei que não pode acontecer isso. A requisição não foi feita pelo jurídico." Então, eu tendo a entender dentro dessa sua fala — e, daí, por isso a minha preocupação...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Certo.

Página 339. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3314
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... das outras compras, porque se o jurídico diz que já avisou que não pode acontecer isso... o que é acontecer isso? É desentranhar partes de processo.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Aí vossa excelência diz pra mim que os processos, em alguns casos, não são colocados todos lá... a questão, quando exige a publicidade. Concorda?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não, não foi... não foi exatamente isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Então, por favor, diga o que foi.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É... ocorre equívocos de juntada do processo, de peças... é... por exemplo, um parecer jurídico que era relacionado à análise de uma determinada situação ele foi juntado indevidamente no processo que não se refere a isso. Pode ocorrer. É feito o desentranhamento. A minha orientação pras áreas que atuam no setor de compras, já que eu não atuo sobre toda a Secretaria é: "Não desentranha. Deixa a peça como está, mesmo de forma equivocada, e aí lança um termo de informação que agora tu vai juntar a peça correta no processo." É isso. É... eventualmente, eles desentranham, não sei por qual razão, algumas peças do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - É normal isso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Foi verificado várias vezes, não sei precisar o número.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E... o que dá... essas vezes que foi verificado, o que resultou isso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não tenho conhecimento do que resultou, se gerou uma sindicância, um procedimento administrativo, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então, nós poderíamos dizer que o processo, o sistema da Secretaria da Saúde é extremamente vulnerável?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Se o senhor está se referindo ao Sistema de Gestão de Documento com essa permissão de liberar o desentranhamento, eu acredito que, sim. Eu entendo que não é recomendável que isso aconteça. Agora, o procedimento de compra da Secretaria, pelo volume de aquisições que, conforme já foi citado, nós geramos, eu entendo que é um procedimento seguro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por que o senhor disse que depois, quando foi mostrado pelo Relator a matéria que vossa excelência se colocou como a base pra dar a sustentação do seu parecer, que foi um jornal do Mato Grosso do Sul, e aqui já colocado, que vossa excelência não tinha conhecimento que aquele valor era diferente... É parecido com aquela vez quando veio o Secretário aqui daquela comparação que eu fiz entre Goiás e Santa Catarina, e que o Secretário de Defesa Civil disse: "Não misture alhos com bugalhos." e depois eu provei, conversei, inclusive, com o Governador Caiado, que os 10 milhões eram somente a estrutura, mas depois, com os valores de insumos, leito, pessoal, até destinação do lixo, era menos da metade do que o valor lá do tal hospital de campanha. É só pra imaginar essa questão.

O senhor disse que: "Nesse momento, eu já estava inclinado a dar o parecer favorável para essa dispensa de compra de 200 respiradores por 33 milhões". Por que o senhor já estava inclinado pra dar...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - A... a...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... o parecer favorável?

Página 340. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Perdão.

A notícia ela surge, ela foi inserida no parecer já quase no final, faltando dois ou três parágrafos. Todo o desenvolvimento do parecer já tava na construção de deferir a dispensa. Eu entendi que a urgência, a emergência, a aquisição se fazia e era justificável pra aquele momento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor não olhou, por exemplo, aquele documento que o Relator colocou que tinha nomes de empresas e interessados diferentes?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - É normal vocês darem pareceres de documentos só de uma lauda como foi, inclusive, com fotos iguais de duas empresas iguais?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É... a... análise, como eu mencionei, eu fico muito seguro com as áreas que me antecedem, que encaminham...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas especificamente dessa que o senhor teve o parecer...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu con...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... de duas propostas com as fotos de Internet iguais.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu confiei e confio na área que tá me demandando documento. Se ela testou, se ela juntou no processo e ela entende que ele satisfaz os requisitos pra justificar aquisição, eu vou confiar na área que tá me mandando.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor não tá querendo livrar a sua responsabilidade?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Em que sentido?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - De ter prevaricado nessa questão de não ter olhado melhor o...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu entendo que não, eu entendo que não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - E para encerrar, senhor Presidente, a minha participação, o senhor falou que teve a participação do... a consulta do Tribunal de Contas e do MP. Eu só fiquei meio em dúvida disso daí, porque o senhor falou no dia 16 de março.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - É... o Secretário da Casa Civil, o Secretário Helton, e o próprio Governador diziam a todo momento que o Ministério Público e o Tribunal de Contas estavam juntos nisso daí. Eu não sei se é porque tem tanto indicado do Tribunal de Contas no governo, como surgiu um vídeo aí, mas eu não saberia dizer, mas depois dessa fala do Governador, quando estourou o processo, o próprio Ministério Público e o Tribunal de Contas, em nota, disseram que em momento algum foram consultados.

Eu só queria saber o seguinte: nessa sua fala de 16 de março que o senhor fala que lançou o chamamento público e, ao final, menciona que era necessário que fosse consultado o TCE e MP, foi antes desta nota do MP e do TCE ou foi depois?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não me recordo, Deputado. Salvo engano, essa nota do MP e do Tribunal de Contas foi já em abril é... perto do mês de maio, acredito. Então, é... o que se comentava é que haviam grupos de WhatsApp em que estavam participando eventualmente Promotor de Justiça ou Tribunal de Contas, mas

Página 341. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3315
Rubrica

não indicavam quem eram os nomes, né. Mas, assim, participação de forma decisória no processo, não teve.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas está no chamamento do dia 16? Está lá no processo? O senhor me falou o número, eu acabei não, não...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - O parecer jurídico é o 398/20...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas o senhor falou que no dia 16 de março lançou um chamamento público e, ao final, menciona que era necessário que fosse consultado o TCE e o MP.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não, não foi... eu acho que o senhor interpretou errado. Eu sugeri que fosse submetido ao Secretário de Estado, o Secretário Helton, que... uma... minuta de instrução normativa pra disciplinar as aquisições relacionadas à Covid.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Isso no dia 16 de março?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - No dia 16 de março. Ao final desse parecer, é... eu já prevendo que a solicitação de pagamento antecipado por parte dos fornecedores seria recorrente, eu sugeri que fosse consultado tanto o MP como o TCE sobre a possibilidade de adotar o pagamento antecipado e sugerindo que aquele... enquanto não houvesse pronunciamento desses órgãos, que não se realizasse pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então, não chegou a ser um... um documento, foi só uma...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não, foi um parecer enviado para a Superintendência de Gestão Administrativa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E, a partir dali, então, a Superintendência não fez o que o senhor deu no parecer, é isso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu não sei se ela deu destino ao gabinete do Secretário ou se ela... adotou ou não as recomendações do parecer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor me permite?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor tem a cópia desse documento?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Em mãos, eu não tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor colaboraria mandando esse documento que o senhor diz que fez, pra CPI?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Isso é muito importante...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Você tem? Pra dispensar a requisição.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Posso enviar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor se compromete a enviar esse documento?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim, na data de hoje ainda.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito obrigado.

Página 342. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Eu acho que isso é muito importante porque foi feito o alerta e o setor simplesmente ignorou, incluindo um alerta que envolve outros dois Poderes que também estão investigando.

Senhor Presidente, por mim deu.

Obrigado, senhor Carlos.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Por nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhor Carlos Roberto.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Pois não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - (*Pausa*) É... eu vou insistir em retornar o assunto, porém, eu quero fazer uma pergunta: o senhor advoga há quantos anos?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Desde 2006... quatorze anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Há quatorze anos.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Quantos anos na função atual que o senhor ocupa?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Função atual, dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Há dois anos.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor considera competente e experiente para a função?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Entendo que sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Eu tenho aqui (*ininteligível*), e como eu disse, eu não gostaria de retornar duas vezes, dois questionamentos, em torno da mesma pergunta que foi feita.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Contudo, é uma pergunta diferente.

Aqui está o relatório de licitação e as laudas que foram retiradas dele, de 02 a 18. Isso aqui não é mistério pra gente, isso aqui não é um problema, até porque pra "logar" é preciso a inserção do Cadastro de Pessoa Física da pessoa que está "logando" ali, né, isso não é um mistério.

Houve uma declaração do senhor, anteriormente, quando respondeu a pergunta do Relator. É a seguinte frase: "Não é incomum que isso aconteça na Secretaria." Isso não é incomum que haja o desentranhamento, a retirada. Para que ocorra essa retirada... ninguém vai retirar essas peças daqui de dentro aqui por um... né... é... é... sei lá, uma voz fala ao ouvido dela. Alguém que determina que assim o faça ou de própria intenção. Quem tem aqui o *login*, quem tem o CPF dele registrado ali, de própria intenção, retirasse, sem receber, a determinação do seu responsável, daquele que está à frente na sua cadeia hierárquica, lá dentro ou o próprio parecer do senhor, ou de um próprio Secretário. E esse desentranhamento, essa retirada, o senhor sabe que constitui em algo criminoso. Ou não?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Se existe essa funcionalidade no sistema, é por alguma razão. Provavelmente foi pra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - De forma que ninguém saiba e sem justificativa?

Página 343. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3316
Rubrica

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É, essa aí é uma situação que tem que ser avaliada com quem desenvolveu o sistema e quem é o detentor do sistema, né. Por que permite essa tal funcionalidade sem justificativa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Justamente por isso. É uma fragilidade no sistema. E, no meu entendimento, não deveria nem ter essa possibilidade de alguém entrar lá dentro desentranhar ou acrescentar algo...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Concordo com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - ... que se fosse fazer alguma mudança.

(*Pausa.*)

O senhor conhece de quem é esse CPF aqui?

(*O senhor Presidente entrega o documento ao depoente que o analisa e o devolve.*)

Muito obrigado.

O senhor também alegou que a culpa seria dos setores anteriores que enviaram pro senhor as duas solicitações... as duas propostas idênticas, da MMJS e da JE Comércio.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Do setor que estava centralizando as aquisições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Que estava centralizando... eles lhe repassaram...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - As informações...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - As informações...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - ... e os documentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - ... os quais o senhor teria a obrigação de... a partir daquele momento que lhes foram entregue... qual seria o trabalho do senhor?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu... verificar se a minha diligência sugerida no despacho foi cumprida...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Hum...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É... eu entendo que a atribuição deles de analisarem o orçamento e os documentos é... conf... é... seria restrita à área que ele... à atuação deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Qual seria esse setor? Quem seriam essas pessoas? Porque o senhor deve conhecê-las pessoalmente, inclusive. Quem que seria? Quem que se...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu sei que o setor que estava centralizando as aquisições era a Superintendência de Gestão Administrativa. Agora, quem... ou o detentor do CPF, eu desconheço. Há uma equipe que compõe o apoio da Superintendência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - E quais são os dados que o senhor analisa, uma vez que eles lhe são entregues? Já que o senhor responsabilizou que a culpa seria deles? Quais são os dados que o senhor analisa uma vez que eles lhe são entregues?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Ó...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deve ter um protocolo de...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Tem, tem. Até então a gente adotava... não existia *checklist,* né? O que nós adotávamos era o que a lei indica. Então,

Página 344. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

ela indica declaração do objeto, a fundamentação simplificada da contratação, descrição resumida da solução apresentada, os requisitos da contratação, critério de medição e pagamento, estimativa dos preços obtidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Chegamos lá, nos critérios de? O penúltimo item que o senhor alegou.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - De medição e pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – De medição e pagamento. Nele não consta o pagamento antecipado, não faz menção nenhuma ao pagamento antecipado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - A minuta de dispensa não menciona isso. Só no orçamento da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - A grande verdade é que... óbvio, né, é... encerro minhas perguntas aqui com essa última pergunta que eu vou fazer agora. É que devido a minha origem humilde, tá, é... eu sei que aqui as... eu estou acostumado num mundo onde as pessoas falam 70, 30, 40 milhões, mas eu chamo R$ 33 milhões de uma fortuna...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - ... que mudaria a vida de muitas pessoas. Uma fortuna! R$ 33 milhões pra mim é uma fortuna!

Aqui o senhor atribui o fracasso, porque essa compra foi um fracasso, e um fracasso cheio de menores fracassos em volta ainda, mas a cereja do bolo seria o fracasso da compra mesmo. A que o senhor atribui: Essa compra fracassou por isso.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - A compra, com certeza, o fracasso dela é em razão da não entrega, senão não estaríamos aqui discutindo. Se tivesse havido a entrega, estaríamos discutindo o preço. É... a outra questão é o prejuízo que o Estado está sofrendo, que foi em razão do pagamento antecipado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor concorda que se hoje nós tivéssemos duzentos catarinenses precisando desses respiradores, eles estariam mortos agora?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu desconheço como está a realidade das nossas unidades hospitalares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Hipoteticamente falando. Se eles precisassem agora deles.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Mas da mesma forma, hipoteticamente, se eles tivessem chego estaríamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Mas não chegaram.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - A grande verdade é essa.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Assim como se estimava que até 6 de abril haveria uma pandemia, a nível catarinense, de seis mil mortos. Então... o cenário de terror que estava se vivenciando era grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Meu falecido pai, né, ele falava que as crianças e os néscios tinham o direito de errar; homens, não. Houve erro na compra desses respiradores. Houve erro.

Senhor Carlos Roberto, agradeço ao senhor aqui e, agora, o senhor tinha pedido anteriormente, a oportunidade de falar. E se o senhor tem algo que possa acrescentar ou somar ao depoimento que o senhor deu até agora aqui, o senhor pode ficar à vontade.

Página 345. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3317
Rubrica

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Bom, senhor Presidente, eu gostaria então de um contato para poder enviar esse parecer que foi solicitado, né.

(*O senhor Deputado Ivan Naatz manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Tá o.k.

É... a outra situação... aí, eu peço um pouco de paciência dos senhores, é em razão de apresentar uma breve cronologia de ato legislativo que tem saído em razão da pandemia.

O consenso que se tem entre os doutrinadores do direito administrativo, e, aí, eu cito o professor Marçal Justen Filho e Jacoby Fernandes, o consenso é que os institutos do direito administrativo até então vigentes eles não se aplicam mais. Estamos numa situação totalmente nova e inesperada, tanto que reflete na própria atuação do legislador em praticamente toda semana transformar o nosso ordenamento jurídico num periódico, que sai atualizações legislativas de toda sorte. E aí eu cito que a própria Anvisa, através da Resolução da Diretoria Colegiada 348, de 18 de março, a 356, do dia 23 de março, elas flexibilizam e até dispensam em algumas situações, o registro dos equipamentos e outros materiais relacionados ao Covid na... no portal da Anvisa, né?

É... não posso deixar de falar que a Lei 13.979, que é de 06 de fevereiro de 2020, é uma lei federal que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência que já se aproximava ao Brasil. E aí vem uma série de sucessões de alterações, como a Medida Provisória 926, de 20 de março, e aí quando a gente baseia a nossa aquisição com base nos requisitos que ela indica... é a Medida Provisória 951, também, 15 de abril, e aí... (*pausa*) outra Medida Provisória, a 961, que permite o pagamento antecipado mediante garantia – essa medida provisória é de 06 de maio. A Emenda Constitucional 106... essa aí ela flexibiliza, inclusive, que eu possa contratar empresa com pendência junto ao INSS. E assim, por aí afora, vários atos normativos publicados pelo legislador, né, às vezes referendado uma Medida Provisória do Poder Executivo, é... vão inovando no ordenamento jurídico brasileiro o que de, certa forma, transmite, inclusive, insegurança pros operadores, né? Eu fico imaginando a cabeça do gestor em lidar com toda essa... esse arcabouço jurídico pra um momento tão crítico que ninguém estava preparado para atuar.

Então, essas são as minhas considerações. Fico à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Esta Casa agradece, tá, a participação e a presença do senhor.

Gostaria de pedir à assessoria que o conduzisse e informasse o *e-mail* já, porque ele se comprometeu a remeter um documento...

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Uma instrução normativa de 16 de março."*)

Uma instrução normativa ali.

Solicito à assessoria que acompanhe o depoente.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Licença.

(*O depoente Carlos Roberto Costa Júnior deixa o recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu vou dar cinco minutos de intervalo para esta Comissão.

Página 346. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

(*O senhor Presidente suspende a reunião pelo tempo de cinco minutos.*)

Senhores Deputados, dando continuidade aos trabalhos, peço à assessoria que conduza a este ambiente a próxima pessoa a ser ouvida.

(*O depoente Carlos Charlie Campos Maia adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.*)

Por gentileza, o nome completo do senhor.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Carlos Charlie Campos Maia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Carlos, se aproxime um pouquinho mais do microfone.

Senhor Carlos, o senhor sabe por que foi convidado para esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito na tarde de hoje?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Acredito que, sim, porque eu sou o diretor de licitações e contratos da Secretaria de Estado da Saúde, e, possivelmente, por cau... por conta do episódio... do processo de compra de duzentos respiradores pulmonares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Justamente isso. Só falar um pouquinho mais perto ou aproxima o microfone do senhor. Pode puxá-lo até o senhor.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – O.k. Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Carlos, o senhor tem o direito de permanecer calado, caso assim o senhor deseje fazer, mas é preciso que o senhor expresse isso, tá? O silêncio não é indicativo de resposta, então, o senhor pode falar: Eu prefiro permanecer calado, e, assim, não responder a pergunta.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Gostaria de dizer também para o senhor que o senhor está compromissado a dizer a verdade, nada mais que a verdade no âmbito desta Comissão.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá? Sob pena de falso testemunho.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Carlos, o senhor está acompanhado de advogado?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Que o senhor dissesse o nome completo do senhor; na sequência, dissesse a sua profissão e onde o senhor trabalha, o seu endereço completo e a sua data de nascimento.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Meu nome completo é Carlos Charlie Campos Maia. Eu sou bombeiro militar da reserva remunerada, estou em cargo comissionado há cerca de um ano na Secretaria de Estado da Saúde como diretor de licitações e contratos. É... a minha data de nascimento é 08/04/1968 e meu endereço é Rua Professora Otília Cruz, 415, bairro Jardim Atlântico, Florianópolis, Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado.

Com a palavra o Relator, Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom dia, senhor Carlos, obrigado por ter vindo aqui.

O senhor disse que está há um ano, um ano e pouco, como direto?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Como diretor, exato.

Página 347. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3318
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor foi nomeado por quem? Veio à Secretaria por convite de quem?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu fui convidado pelo Secretário Helton, que também é bombeiro militar. Ele me conhecia porque eu trabalhei alguns anos com licitações no Corpo de Bombeiros. Ele conhecia o meu trabalho, a minha experiência e por isso... Eu... eu não apareci na Secretaria simplesmente por amizade, mas pelo meu histórico profissional.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – De licitações?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O senhor sabe que o Ministério Público de Santa Catarina está fazendo uma investigação da compra dos respiradores?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim, já prestei depoimento no Ministério Público.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe que o Ministério Público de Santa Catarina trata o senhor como investigado?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim, sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem conhecimento que o senhor é investigado?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Perf... Sim, perfeitamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Qual era o seu papel na Secretaria da Saúde, nas compras, especificamente, licitações? Qual era o papel do senhor?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Todo o processo licitatório ele passa pela diretoria a qual estou à frente. Todo o processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Todas as licitações?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Todas as licitações passam por ali, independentemente de qual unidade hospitalar, de qualquer superintendência, todos os processos passam por ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se o senhor identificar irregularidades, qual é o procedimento que o senhor tem que fazer?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu vou comunicar a minha superintendência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem que é?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Na época, era a superintendente Márcia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O senhor sabe que esse problema dos respiradores está rodando, o senhor falou que o senhor é investigado, já prestou depoimento. O senhor conversou com a Márcia, diretamente, com relação a essa compra específica desses respiradores – depois vou mostrar alguns documentos para o senhor aqui – sobre a possibilidade de pagar antecipadamente, sobre a licitação não estar correta, sobre alguma co... O que o senhor conversou com a sua superintendente com relação a essa licitação específica que o senhor gostaria de dizer aqui para a CPI?

Página 348. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu gostaria de traçar um panorama para que os senhores pudessem entender o que estava acontecendo.

O nosso volume de trabalho na Secretaria... bom, é até interessante que os senhores saibam dessa informação: quando eu trabalhei no Corpo de Bombeiros, na época, o Orçamento do Corpo de Bombeiros era cerca de R$ 17 milhões para atender a toda corporação. Quando chegamos na Secretaria, o volume de trabalho é gigantesco, porque o Orçamento é de R$ 3 bilhões.

O volume de trabalho... eu nunca trabalhei tanto na minha vida, eu sou Coronel do Corpo de Bombeiros, e como diretor, como... trabalhando em Diretoria de Licitações no Bombeiro eu nunca trabalhei tanto fora... como trabalhei na Secretaria da Saúde. O nosso volume de trabalho já era enorme. Quantidade de todos os tipos de processos licitatórios. O que que aconteceu? Começou o Covid... a pandemia, Covid-19. O que que aconteceu? Havia uma previsão, uma expectativa, de que a curva dos acometidos pela Covid-19 estaria crescendo assustadoramente. O que que aconteceu? O Secretário Helton reuniu-se com os superintendentes, uma delas, a Márcia, eles... é... tavam... tinha uma previsão de que em abril deste ano iria morrer cerca de 6 mil pessoas em Santa Catarina. O Secretário e a superintendente Márcia eles sabi... eles estavam apavorados, simplesmente estavam superassustados, porque se dizia, corria-se nos corredores da Secretaria, que iria morrer gente nas calçadas, em frente às unidades hospitalares... O governo estava extremamente preocupado com isso.

O que que aconteceu? O nosso volume de trabalho ele cresceu assustadoramente, porque começaram a vir várias dispensas de licitação para compra de... luvas, de máscaras, especialmente EPIs, Equipamentos de Proteção Individual, para atender. E, além disso, como se não bastasse a compra deles, o aumento, o consumo desses materiais de consumo, que são materiais descartáveis, eles aumentaram gigantescamente nas unidades hospitalares. Por quê? Porque todos os profissionais agora queriam usar. Todos queriam luva, todos queriam máscara, todos queriam gorro, todos queriam jalecos de proteção.

O que que aconteceu? Nós fazíamos, nós fazemos, na Secretaria, na minha diretoria, edital de cotação de preço. O que que é isso? Esse edital ele é publicado, nós colocamos na Internet, as empresas interessadas em fornecer determinado objeto, seja a luva, seja a máscara ou qualquer outro que a Secretaria necessite, elas cotam, nós fazemos uma grade de preço, só que isso leva-se alguns dias.

Aí... o Secretário percebeu que estava havendo um *delay* e a urgência era extrema. Percebeu-se que eram necessários, além de EPIs, também equipamentos, como por exemplo, os duzentos respiradores, e outros, mais do que esse. Esse foi um processo apenas, com duzentos respiradores.

Nesse meio tempo, aconteceu que o Secretário... é... e vários superintendentes, o Secretário Adjunto também, eles se mudaram. Eles saíram da Secretaria e passaram a trabalhar, a operar junto à Defesa Civil, onde eles montaram o que se chama de Coes, Centro de Operações de Emergências em Saúde. E, praticamente, nós não os víamos mais. Não via a Márcia, não via o Secretário, com raras exceções, quando a Márcia chamava eu e outros diretores que fazem parte da Superintendência, e lá ela dizia: olha, nós temos que alinhar nossas compras, alinhar um planejamento, alinhar a recepção no centro de distribuição, no nosso almoxarifado. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

Em pouquíssimas vezes foi que eu tive contato com ela. E o que que aconteceu? O Coes decidiu que nós não faríamos mais cotação de preço, porque aconteceu que o mercado, ele se tornou um mercado extremamente tóxico, extremamente canibalista, por

Página 349. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3319
Rubrica

quê? Porque as empresas elas se recusavam a cotar, as empresas começaram a dizer assim: Olha, meu preço é pra 24 horas, e se vocês não comprarem comigo eu vou vender pra outro. E aí começou, o, o, o valor das, dos objetos começaram a crescer assustadoramente. Qualquer um que os senhores imaginarem, isso aconteceu.

E aí então o... possivelmente o Secretário com... assessorado com os superintendentes, decidiram então, que o Coes lá na Defesa Civil iria obter os orçamentos, montar os processos, encaminhar para nós, para que nós fizéssemos dispensa de licitação. E assim aconteceu. O Processo 37.070, foi um deles, dos respiradores, então, ã...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tudo bem, depois eu vou... já compreendi, até aí tá tudo certo.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — ...tá, mas eu vou... eu quero chegar na sua pergunta...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Depois o senhor vai ter a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Coronel, ao final a gente sempre abre a possibilidade de fazer uma explicação, uma explanação geral mesmo, daquilo que possa colaborar com a CPI, tá? Se não a gente perde o *time* das perguntas aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu já compreendi até aí, já entendi a situação de calamidade, gente correndo, tá ótimo...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Queria responder a sua pergunta...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas muito bem.

É o seguinte, o senhor participou, nessa pandemia, de compra, oferecendo, gente, gente, gente, tinha gente envolvida? Pessoas? Era por *e-mail*? Era pessoal? Quem queria vender pro Estado chegava em quem?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Isso não chegava pra nós, o Coes centralizou essas compras, na minha, a minha diretoria não fazia contato algum com a empresas, exceto quando nós fazemos as cotações de preço, as empresas cotam e aí nós temos uma empresa vencedora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, o Coes é que decidiu tudo isso aí?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem compõe o Coes?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — A pessoa responsável, a pessoa principal era o próprio Secretário. Ele se assessorou do Secretário Adjunto e dos seus superintendentes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Superintendentes.

A Casa Civil participava?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não sabe ou...?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não sei, eu não tinha contato com eles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

Então o senhor conheceu o Fábio de Ambrósio?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não sei quem é essa pessoa.

Página 350. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Samuel de Brito Rodavalho?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não conheço essa pessoa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pedro Nascimento Araújo?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não conheço essa pessoa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Leandro de Barros, de Biguaçu?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não conheço essa pessoa. Esse nome...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tem certeza?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Absoluta. Esse nome, quando o senhor citou agora, não, é porque eu, eu li na mídia esse nome aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor sabe que o Leandro já foi superintendente da saúde, trabalhou?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Desconheço, na minha época não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Certo.

Por que o Ministério Público está investigando o senhor? O senhor sabe? Assim ó: por que o Ministério Público tá me investigando se eu não participei de nada?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Simplesmente pela função que eu desempenho, por eu ser um diretor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tinha função então, de impedir qualquer irregularidade?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Se eu constatasse algo grave, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito Bem.

Vocês conversavam pelo WhatsApp?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Em alguns momentos sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sobre compras?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

A Márcia simplesmente ela mandava pra mim o WhatsApp dizendo: olha, é... questões burocráticas, como por exemplo, lembro de um *e-mail* onde, depois do caso, dos duzentos respiradores, ela pediu pra que eu fizesse a notificação à empresa pelo atraso na entrega deles. Esse, essa, essa, esse era o tom das nossas conversas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

Nós mostramos hoje pra CPI, um termo, um protocolo de intenções que o Estado firmou com a Intelbras no dia 24/03, portanto antes da compra, certo?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor, eu tenho aqui no relatório, que o senhor despachou a primeira vez nesse processo no dia 26/03, ou seja, no mesmo dia em que saiu a licitação. O senhor teve conhecimento na integra desse protocolo?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu não vou dizer na integra, mas uma boa parte desse processo sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tem conhecimento?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, eu tenho conhecimento.

Página 351. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Da proposta, do oferecimento...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Da condição de preço?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tudo isso o senhor tem conhecimento?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

A dispensa de licitação aconteceu no dia 26/03, certo?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só que eu vou mostrar pro senhor o *slide*. Por favor...

(*O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.*)

De uma conversa de WhatsApp que a polícia tirou do celular da Márcia Pauli.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só um minutinho.

A licitação começou dia 26, vou mostrar para o senhor. Não sei se o senhor vai conseguir ver ali, o celular da Márcia Pauli.

É aquela conversa por telefone.

Essa daí (*mostra imagem*), essa conversa aí, se eu não me engano... tem outra? (*Pausa.*)

Só tem essa? Essa é a transcrição da conversa.

A polícia transcreveu a conversa, certo? Olha só, a polícia transcreveu a conversa - volta lá para os Deputados verem, quem está em casa principalmente -, a conversa está ali, certo? Entre a Márcia Pauli e uma pessoa.

Volta.

Ali está a transcrição do que eles conversavam, eles já conversavam sobre a compra dos respiradores. Queria que o senhor observasse a data, dia 22 de março.

Então, nós temos uma conversa da Márcia Pauli...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Conversando com o eventual vendedor de respiradores antes do dia 26 que abriu licitação. O documento diz que ela conversava com ele no dia 22 de março.

Eu quero saber do senhor, antes do dia 26, vocês trataram de compra dos respiradores?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não. Simplesmente a Márcia nos disse que nós iríamos comprar respiradores, agora, qualquer conversa dela não sei, desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, essa informação é uma espécie de informação privilegiada? Sei lá...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não entendi por que que o senhor tá dizendo privilegiada...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, se eu tenho uma... eu sou o diretor, eu posso comprar 100 milhões de equipamentos. Aí alguém sopra pra mim: Ó, nós vamos comprar 100 milhões de equipamentos. Aí eu tenho uma informação privilegiada. O senhor compreende isso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não, não concordo com o senhor.

Página 352. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, eu não quero saber se o senhor concorda comigo, eu quero saber se o senhor compreende.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu discordo do seu pensamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, eu quero saber se o senhor compreende o que eu tô falando, compreende?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu sei que nós iriamos comprar respiradores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá, eu vou repetir então, para que o senhor compreenda melhor, o senhor é Coronel da reserva, deveria compreender melhor as coisas, né?

Mas, assim, eu sou o diretor, sou o superintendente, eu sou o cara que posso comprar, eu tenho dinheiro para pagar...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não sou eu que pago...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Aí... Não, não tô dizendo que foi o senhor que pagou. Tô falando que aí alguém me sopra no ouvido no dia 22 que no dia 26 eu vou abrir uma compra de respiradores, etc., etc. Eu quero saber do senhor, essa informação de que a Márcia tava tratando no celular compra de respiradores, o senhor participou?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sabia?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não sabia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor sabe se outra pessoa da Secretaria sabia?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tem certeza?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Absoluta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não vai encontrar imagem do senhor, WhatsApp, conversa?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Estou bem tranquilo quanto a isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem, então, o senhor não acompanhou.

O governo do Estado culpou a Márcia Pauli - pode tirar a imagem – o governo do Estado culpou a Márcia Pauli por todo esse processo, foi o primeiro. Márcia Pauli foi para televisão, deu depoimento, o Secretário falou na TV que ela era a responsável, que tinha que tirar ela, chegaram a dizer que ela estava sendo preservada, né?

(*O senhor Presidente, Deputado Estadual Sargento Lima manifesta-se fora do microfone: "Preservada."*)

Que estavam cuidando dela, né? E aí ela saiu. O senhor culpa... o senhor considera que foi ela a culpada de tudo isso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — De forma alguma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem foi?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Quem estava acima dela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem que era?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — O Secretário e o Adjunto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Adjunto também, que é o atual Secretário?

Página 353. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3321
Rubrica

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Por quê? Eu não sei o que eles conversavam. Eles estavam no Coes, na Defesa Civil, nós ainda estávamos no mesmo prédio. Eu não participei de praticamente nenhuma reunião com o Secretário lá na Defesa Civil, exceto uma, já próximo do final do... quando ele pede a exoneração, não me lembro exatamente por quê. Ah, era pra tratar sobre leitos... contratação de leitos em hospitais privados, era um outro assunto. E foi algo muito rápido também.

O que que aconteceu? Pelo que eu observei, a Márcia era uma superintendente, pessoa esforçada, trabalhadora. Ela saiu da Secretaria e foi para o Coes. Ela estava trabalhando 17, 18 horas por dia, de segunda a sexta, feriado. Eu lembro do feriado de 21 de abril, a Márcia não sossegava e não sossegava nós, porque ela tava dizendo: olha, precisamos comprar isso, precisamos comprar luva, tá acabando luva, ó, o centro de distribuição almoxarifado tá dizendo que vai acabar, vai faltar nas unidades, por favor, vocês acelerem aí a compra, agilizem o processo.

E o que que aconteceu, eu observei o seguinte, nas poucas vezes que eu tive oportunidade de falar com a Márcia, a Márcia, pegaram ela e utilizaram ela, além de ser superintendente, que é um cargo prestigiado, colocaram a Márcia, porque superintendente de gestão administrativa, não pegaram outros porque eram médicos de outras superintendências, e pegaram ela, no meio de um monte de homem uma mulher, pegaram ela, existem superintendências com outras mulheres, mas pegaram ela por causa da gestão administrativa, e transformaram ela numa secretária executiva, a ponto de, numa das reuniões que a Márcia convidou os três diretores da nossa superintendência que... é... planejamento e de compras, é... logística e a minha diretoria de... de... de licitações e compras, nós estávamos conversando e de repente entra o Secretário Adjunto numa reunião. Ele abre a porta, sem pedir licença pra ninguém, com arrogância, ele simplesmente vai lá — e eu sei que eu tô..., falando isso, eu tô sujeito a ser exonerado porque ele é o Secretário e eu sei disso, mas eu estou falando o que eu presenciei, eu sei que isso está sendo transmitido e não tenho medo algum —, ele simplesmente invadiu a nossa reunião, não pediu licença pra ninguém e disse: Márcia, olha, eu preciso falar com fulano — não sei quem que era — olha, providencia uma reunião. E a Márcia não soube dizer não, não soube dizer não! Ela simplesmente ficou chocada, acho que constrangida porque tava na frente dos seus três diretores, e ela não falou nada e ele virou as costas e foi embora.

Aí eu já vi que... coitada. Desculpem, pela situação que eu vi, ela foi usada como um boi de... é... um boi de piranha. É um bode expiatório.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por quem?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Ah... não sei. Aí não poss... não sei, não sei, eu só sei que ela estava exausta, ela estava esgotada e ela não sabia mais dizer não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Olha, eu quero agradecer o depoimento do senhor porque isso ajuda muito a gente aqui.

Eu quero saber o seguinte, o senhor disse que ela estava sendo usada de boi de piranha etc., etc. O senhor já disse também que é do Secretário Adjunto, atual agora Secretário, e do ex-Secretário, mais alguém? Algum outro Secretário do Estado? Alguém do *staff* do governo?

Nesse Coes aqui, participavam várias Secretarias, o senhor sentiu que ela estava sendo pressionada e eles pressionados por outros Secretários?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não posso dizer, isso eu não presenciei, só falei o que eu presenciei.

Página 354. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor, eu tenho um despacho do senhor ali, eu tenho um *slide*. Mostrar *slide* 22. (*Mostra imagem.*)

Que é o despacho do Diretor, dizendo o seguinte: "Diante do volume e da forma..."

O senhor disse o seguinte no despacho, no dia 30/03...

(*A assessoria da CPI tenta localizar o slide.*)

Bom eu vou dizer o seguinte, enquanto eles localizam ali.

No dia 30/03, está aqui no processo, o senhor mandou... o senhor deu um despacho no processo, mandando, expedir a OF e o pedido de assinatura... a OF, vou repetir, no dia 30/03 o senhor mandou expedir a OF, pedindo a assinatura da superintende Márcia, o senhor fez essa ordem. O que que é a OF? Eu acho que é ordem financeira para pagamento...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não é isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas... por isso, que eu vou perguntar para o senhor, o que que é a OF?

E diante do volume e da forma antecipada, do pagamento antecipado, dos problemas que tinham na licitação, os orçamentos, que eu vou mostrar para o senhor depois, o senhor não acha que é o Secretário que tinha que dar essa ordem de pagamento e não a Márcia?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Porque todo o processo ele segue esse rito.

OF é ordem de fornecimento. É autorização para que o fornecedor possa entregar o objeto que está sendo comprado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, o senhor deu ordem para ela entregar, estava tudo concluído?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, eu não dei ordem para ele entregar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor disse pra ela dar?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não foi isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, o que que o senhor despachou aqui?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — É... eu simplesmente determinei que a minha equipe providenciasse a ordem de fornecimento, o que é isso? Foi feito a dispensa de licitação, uma vez aprovada a dispensa - já tinha passado por parecer jurídico, foi aprovada -, eu determinei que a ordem de fornecimento fosse encaminhada para a superintendente pra que ela assinasse. Só que eu cometi um... um equívoco na hora, porque dezenas estava... nós estávamos trabalhando com dezenas e dezenas de processos diariamente. Na verdade, não deveria ter sido para a Márcia, deveria ter sido para o Secretário...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — ...tanto é que o foi, tanto é que o foi, por quê? A Márcia ela assinava ordem de fornecimento até o valor, até abaixo de cinco milhões...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Essa, essa...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA —... acima, acima de cinco milhões é o Secretário. No afã de fazer o processo acelerar, eu acabei de, é... no meu despacho, equivocado eu coloquei Márcia, mas na verdade era para o Secretário, tanto é que realmente ele foi. A minha equipe entendeu que o despacho, ele não tem mais como

Página 355. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3322
Rubrica

apagar ele é eletrônico, a minha equipe já percebeu meu equívoco e fizeram, pediam assinatura eletronicamente para o Secretário, o que aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, esse despacho que o senhor deu ali para Márcia, eu notei que foi equivocado porque foi acima do valor...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Foi equivocado então?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Foi equivocado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, ele foi para o Secretário?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Foi para o Secretário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, no fim, quem decidiu foi o Secretário?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Quem assinou foi o Secretário?"*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem assinou foi o Secretário?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Ele assinou tanto a dispensa de licitação, no corpo da dispensa está dizendo assim que, é... algo nesse sentido, não vou saber exatamente a redação, mas que diz assim: "essa aquisição será efetivada mediante ordem de fornecimento". O que aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

Sobre o pagamento antecipado. Foi feita a compra antecipada, não era uma coisa normal na Secretaria, né?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não é normal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor já tinha feito compra antecipada antes?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Se eu não me engano, algu... teve outras dispensas de licitação, como a de equipamentos de proteção individual, luva...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, não, estou falando antes da epidemia?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não, não, não, antes da epidemia não, no momento não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor nunca tinha feito compra antecipada?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas daí tinha uma ordem para pagamento antecipado, qual foi procedimento do senhor?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Simplesmente nós encaminhamos, o meu setor a minha diretoria não se responsabiliza por pagamento, nós encaminhamos para o Cofes, aliás, a Cofes que é a Coordenação do Fundo Estadual de Saúde, tem um profissional, um servidor que ele tá no mesmo nível de um superintendente, o nome não é esse, o título não é esse, ele é coordenador, mas tá no mesmo nível e ele é quem tomou as providências pro pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor diz que tem experiência em licitação, o senhor conhece a Lei de Licitações, conhece as instruções normativas, conhece a 02.20 do governo do Estado?

Página 356. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não me lembro de cabeça, eu teria que ver.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Posso mostrar para o senhor. São as instruções que regem as compras do governo, a 06/2020.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — O.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tem conhecimento dela?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, vagamente, teria que relembrá-la.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tem conhecimento da Instrução Normativa 37 da União, que regulamenta os pagamentos antecipados?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não tem conhecimento?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, sim, recentemente eu tomei conhecimento dela por conta da CGE, a Controladoria-Geral do Estado que se manifestou com relação a isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor conhece esse *checklist* aqui?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, ele chegou bem depois de todo, bem depois a CGE nos encaminhou esse *checklist*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá, mas o advogado que antecedeu o senhor aqui, o assessor jurídico, ele disse pra gente, e ele vai trazer pra CPI um documento que ele fez, ou ele fez ou o grupo, né?

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Dia 16 de março."*)

Dia 16 de março foi feito um documento regulamentando todas essas questões. O senhor recebeu esse documento?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, por WhatsApp.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por WhatsApp?

O senhor lembra o que tinha nesses documentos? Se tinha instrução para compra antecipada?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Me lembro, mas não tínhamos quase tempo pra ler mensagens longas, não tínhamos tempo. E se fosse algo tão importante ele ter... provavelmente ele iria encaminhar pra mim. Tinha um grupo de SGA, Superintendência de Gestão Administrativa, todos os diretores e gerentes. Nós tínhamos duas opções, ou nós paramos pra ler documentos ou nós fazemos os processos andar, e como não rece...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então vocês não lia os documentos que...?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Os documentos de todos os processos que me chegaram, esses eu li, documentos esparsos se não tivesse um endereçamento pessoal para mim, eu não me esforcei porque não tinha nem tempo pra isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pode mostrar aqueles orçamentos ali.

(*O Relator se dirige à assessoria para mostrar a imagem.*)

Só para o senhor ajudar a gente aqui, né?

Página 357. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3323
Rubrica

Primeiro o da Veigamed. Essa aí é a proposta que acabou sendo adotada pelo governo (*mostra imagem*) e o governo pagou antecipadamente, essa proposta, o senhor tem conhecimento dela?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, estava no processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não notou que ela não tinha CNPJ, não tinha endereço, não tinha... assinada por duas pessoas, o senhor não notou isso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — O que que eu posso dizer pro senhor... essa foi uma decisão de gestão do Secretário. Como eu lhes disse, os orçamentos foram obtidos no Coes. O Coes pegou e tramitou esse orçamento para alguém da SGA, uma assessora. Esse processo ele foi para DPGC. Antes de vir para minha diretoria, ele passa pelo crivo da Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras. Quando... uma vez que passou por essa primeira diretoria, eles fazem o filtro inicial, eles fazem o início do processo. Depois que isso aconteceu o processo vem. Se os senhores acompanharem na tramitação do processo os senhores vão ver que em momento algum foi tramitado direto. O processo não nasceu na minha diretoria, ele veio de fora. Eu vislumbrei que tinha apenas um orçamento e eu sabia que o... o parecer jurídico, a assessoria jurídica iria se manifestar. Esse é o nosso... o fiel da balança, tanto é que determinei pra que fosse feita... confeccionada a minuta da dispensa de licitação. A minuta foi feita e a minuta é encaminhada para o parecer jurídico. Se senhor observarem na tramitação do processo o próprio assessor jurídico, a pessoa que depois aqui me antecedeu, ele disse que havia necessidade de outros orçamentos, o que foi que eu fiz? Eu peguei e devolvi o processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — (*Relator manifesta-se fora do microfone: Esse é um orçamento ou os dois orçamentos? Ininteligível*)

Desculpe.

Esses são os orçamentos, pode voltar lá. Dá pra ver melhor aí? Tá aqui no processo, se o senhor quiser ver melhor, posso mostrar para o senhor.

O senhor vê também que tem a mesma foto, o mesmo endereço, mesma fonte, não tem CPF, não tem data, não tem assinatura, não tem nada, o senhor notou isso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor notou.

Muito bem.

E daí?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Daí que, ainda mais eu sendo militar, eu recebi ordens pra que eu fizesse a dispensa de licitação. A minha diretoria realiza a dispensa, realiza um documento, esse documento seguiu avante, seguiu à frente, foi analisado por um assessor jurídico, quando ele me dá o aval de que eu posso seguir com documento, eu tramitei para os meus... para o meu superior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o seu superior é o Secretário?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Nesse caso a assinatura foi dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor alertou o Secretário? Olha isso aí não tá certo, esse documento não tá certo, esse pagamento não tá certo.

Eu preciso que o senhor nos ajude.

O senhor alertou o Secretário? Não disse: olha isso aí não tá certo, esse documento não tem CNPJ, eu sou um militar, eu tenho uma carreira... sabe? Não vão me complicar com isso aí, o senhor chegou a fazer essa...?

Página 358. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Quando o Secretário ele e o seu, a sua assessoria decidem, resolvem eles mesmos captarem os orçamentos, não competia a mim questionar isso. Eles mandaram, eu não sei o que foi que eles acordaram. Eu não sei o que foi que eles falaram. Eu não sei com quem eles falaram, como eles acordaram isso. Eu não sei o que foi que eles decidiram. Veio para mim o processo, nós executamos o processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

Tô terminando já.

O prazo, o senhor observou que era muito apertado entre o dia 26, que é o início da licitação, e o pagamento dia 1°, a entrega dia 4, o equipamento na China, o senhor não notou nada disso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não. Só pra se ter uma ideia, é... os processos nós tínhamos... montamos, os senhores podem verificar com as autoridades policiais, quando fizeram as apreensões dos nossos celulares, que foi criado um grupo chamado 24 horas, os senhores vão observar lá. Que que é esse grupo 24 horas? A Márcia pediu, a Márcia superintendente pediu, pra que nós criássemos esse grupo porque não só esse processo, outros processos também foram feitos extrema... com uma velocidade extrema, por quê? Aí, então, o que que acontecia? Alguém começava o processo, como por exemplo, aquele da DPGC, começa lá, eles disseram: ó, já montamos o processo, estão inseridos os documentos, passava pra mim, pro meu setor, o meu setor, meu setor fazia a parte dele e já mandava uma mensagem pro setor seguinte e esse por sua vez pro outro, pro outro, pro outro... pra que não houvesse interrupção. Por isso eles andaram rapidamente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Era um caminho fértil pra corrupção, roubalheira, um negócio assim.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Essa afirmação está sendo do senhor, não minha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas, a conclusão que o senhor tá falando aqui é um caminho fértil...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não, eu não posso pactuar com esse seu pensamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se não fosse assim teria impedido a compra, o pagamento antecipado, teria verificado que não era.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não fui eu quem autorizou o pagamento antecipado. Eu não tenho nada com isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tinha obrigação de alertar, Coronel.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu não tenho na... a decisão não foi minha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tinha obrigação de alertar.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, é o senhor, é o senhor, é o senhor quem está dizendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. Vamos lá, vamos ver.

Muito bem. O Secretário Helton, em uma fala da Márcia, ela disse que o Secretário Helton, teria intervido diretamente com a Veigamed para baixar o preço dos respiradores, que eles eram 190, abaixaram para 165 cada um. O senhor tem conhecimento dessa conversa?

Página 359. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - O
Fls. 3324
Rubrica

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Depois que esse rolo todo aconteceu, acabou, deu rolo, saiu no Intercept a confusão toda, o senhor conversou com o Secretário Helton, ele ainda era Secretário, sobre isso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Com a Márcia?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não conversou com ninguém?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Saiu escândalo, nada?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, apenas ficamos sabendo via mídias sociais, porque ela estava lá no Coes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado, senhor. Obrigado pela participação do senhor, foi muito importante.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — De nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Bom dia, boa tarde, né, eu não almocei ainda eu falo bom dia, mas eu já sei que é uma e meia.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Carlos, bom dia.

O senhor ouviu falar sobre pedido de propina nas licitações ocorridas na Secretaria de Saúde?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, em momento algum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Porque um empresário de Joinville afirmou que pediram pra ele R$ 3 milhões em propina...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Desconheço totalmente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor imagina de quem partiu esse pedido de propina?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não. Não imagino.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor tem um relacionamento íntimo com o ex-Secretário Helton?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não íntimo, simplesmente profissional, até porque sou bem mais antigo do que ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas conhece ele há bastante tempo?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Conheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O Secretário Helton, ele foi chamado pela polícia pra dar um depoimento no domingo, logo depois da sua exoneração a pedido. Ele deu o depoimento e, na terça-feira, depois que a Márcia buscou estabelecer a sua versão, ele voltou espontaneamente na polícia para mudar seu depoimento. Nesse depoimento ele fez quatro afirmações muito graves, desde o pedido de pagamento de 40 milhões para empresa que gere o Samu, até EPIs, participação de outro Secretário para hospital de campanha, isso, todas as afirmações ao Douglas Borba.

O senhor sofreu alguma pressão do Douglas Borba?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu conheço o Douglas Borba pelo... pelo jornais. Nunca conhe... nunca tive contato com ele.

Página 360. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É porque a sua função é uma função complicada, né? Os respiradores, óbvio, o volume, né, 33 milhões chamam bastante atenção, mas até em coisas menores, não tô dizendo que é pouco, é muito também.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Por exemplo, vocês compraram máscaras que tem o valor de mercado de R$ 3,00, R$ 3,40, R$ 3,70, por R$ 16,00, R$ 18,00.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É o canibalismo?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — É o canibalismo. O comércio aconteceu isso. Se nós não comprássemos, eles vendiam pro Rio, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Pois é, mas esse canibalismo o ser humano que tá sendo comido é o dinheiro da pessoa, do cidadão catarinense que paga imposto, né?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Ou se fazia, ou se comprava nesse preço, o que o que todos os Estados fizeram praticamente, ou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É, mas (*ri*) o senhor acabou de citar os militares... até tenho que tomar cuidado para não ofender outros militares, porque eu conheço militar que é referência para o Brasil inteiro... O militar de Santa Catarina é referência para o Brasil inteiro, desde a banda da PM, até os seus soldados, Sargentos, aqui temos um Sargento, Coronel, Tenente-Coronel. Um erro não pode ser justificado ao outro, né? Por que um Estado faz errado a gente vai fazer errado?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu não sei... eu não entendi exatamente, mas o que eu gostaria de frisar é o seguinte, ou se pagava esse valor, ou não se comprava nada. Os preços é a lei da oferta e da procura. Simples assim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O que que pode ter feito com que o Helton, que foi domingo contar uma história, terça-feira mudasse?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não tenho a menor ideia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu queria aqui, só deixar em ata o meu respeito e admiração pelos militares de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Bom dia, Coronel Carlos.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Obrigado por ter vindo.

Nós vimos aqui que, antes desse processo da Veigamed, havia sido feito uma tratativa que envolveu aí, claro que não foi o senhor, envolveu o Governador, envolveu Secretário, com Fiesc, com empresas catarinenses, que se colocaram à disposição pra trazer esses equipamentos e o senhor participou...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...nessa minuta de contrato, aqui, da Intelbras.

Segundo o depoimento da Intelbras, ela estava à disposição para trazer não só cem, como foi contratado aqui, ela poderia trazer mais. Só que as empresas na China

Página 361. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3325
Rubrica

exigiam pagamento antecipado, e daí o governo disse que pra Intelbras não podia pagar antecipado. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, desconheço isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor não participou de nada disso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não participei, de nada, de todas essas tratativas eu estava...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas o senhor sabe desse documento aqui, que cem respiradores, que são os corretos segundo a empresa...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, sim, perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... que é o CGA 70, se não me engano, que é o correto pra UTI, que não é esse Shangrila... E que eles vão custar pro governo 7 milhões e uns quebradinhos, 100 respiradores, quer dizer 200 daria 14. O senhor sabia disso? Está aqui nesse documento...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... que o senhor... tem o nome do senhor...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não... não, não, perfeito, eu tenho conhecimento do processo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O que nos causa estranheza, e eu queria entender até que ponto o senhor sabe, porque aqui tem a assinatura do Governador e do Secretário Helton, como é que, qualquer cidadão de sã consciência sabendo que pode comprar por um, com segurança, porque é uma empresa idônea, que não quer ganhar em cima, que o Estado tem as melhores empresas com *expertise* de importação, tanto é que essa Veigamed se utilizou de empresas catarinenses pra fazer a importação, porque ela nem sabe fazer, como é que um vivaldino desse chega e passa por tanta gente? Você tem um negócio aqui que podia custar 14 e você se dispõe a pagar 33 em vez de 14?

O senhor consegue me... quando esse processo da Veigamed de 33, passou para tramitar pro senhor, o senhor... não passou isso pela cabeça:...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...poxa, a Intelbras poderia trazer isso, eu vi lá o contrato da Intelbras.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — O que nos foi repassado é que não havia capacidade da empresa Intelbras fornecer todos eles. Então, uma parte foi comprado em um lugar, outra parte em outra e assim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque aqui no processo, a Intelbras disse para o governo que ela não tinha suporte financeiro pra trazer tudo, que se o governo antecipasse 30% pra colocar lá pro exportador, ela poderia trazer tudo. Daí, tem um documento aqui que diz que para a Intelbras não se podia pagar antecipado, e, 3 dias depois, se pagou antecipado para um fantasma. Não lhe causa estranheza? Isso não passou pelo senhor?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas isso o senhor concorda que o governador do Estado e Secretário Helton sabiam disso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, os termos foram acordados por eles, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Foram acordados por eles.

Página 362. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Então eles sabiam que podiam pagar 14 milhões por 200 respiradores e optaram por pagar 33 pra esse fantasma. Diferença só de dias. Aliás, no dia primeiro de abril, o Governador assinou um termo aqui para a Intelbras, se comprometendo, quando os 100 respiradores chegassem a Santa Catarina ele reembolsaria a Intelbras e ficaria com os 100 respiradores. E no dia 2 de abril, alguém, lá dentro da Secretaria, o gestor no caso, o Secretário, autorizou a pagar 33 milhões...

O senhor como um militar, como se sente com isso? Porque eu percebo que o senhor é uma pessoa honesta. Dá pra ver que o senhor é uma pessoa honesta. Como o senhor se sente sendo comandado por pessoas que praticaram esses crimes e o senhor tendo que responder por isso, está aí na condição de investigado. Como o senhor se sente?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — É uma situação bem desconfortável, com certeza. Por causa de decisões equivocadas que foram tomadas lá em cima, não só eu, mas outros colegas, estamos sendo envolvidos em tudo isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Obrigado, senhor Presidente, tô satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

Antes eu quero consultar o Deputado Sopelsa, ele tinha se manifestado anteriormente ali durante a fala do Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tinha?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Quero me inscrever, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Respondendo ao Deputado Sargento Lima, eu pergunto depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Boa tarde, senhor Carlos.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor falou que havia uma previsão com relação à epidemia, e que nesta previsão em abril nós teríamos seis mil pessoas mortas, inclusive, nas suas palavras, que teriam pessoas mortas nas ruas e nas calçadas dos hospitais. O senhor sabe da onde veio essa previsão?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não sei. Isso foi falado pra nós entre gerentes, entre diretores, não sei a fonte da onde foi extraída.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor não sabe, por exemplo, dar uma dica onde é que a gente poderia buscar esse dado que fez o governo fazer tanto atrapalhada.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor disse que quando o Coes mudou pra Secretaria de Defesa Civil, o senhor não via mais os seus chefes.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Praticamente não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quem eram?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Acima de mim, está a superintendente Márcia estava, e...

Página 363. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3326
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ela estaria também no Coes?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim. E acima dela estaria o Secretário Helton e o Secretário Adjunto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E vocês lá na Secretaria ficaram sem chefia?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não, não sem chefia, é... tanto é que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Desses aí, eles não foram mais lá na Secretaria?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não, eles não foram mais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor falou também que o Coes decidiu não fazer mais cotações de preço.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso daí o Coes estava acima do Grupo Gestor Econômico?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, creio que não. Não está acima do grupo gestor, é... agora... o que foi acordado com o grupo gestor não posso... não sei, eu desconheço totalmente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu concordo com o Deputado Milton Hobus, a gente percebe que o senhor é um cidadão do bem, o senhor vem aqui numa posição muito clara, eu... depois das suas afirmações aqui (*ri*), eu não sei se o senhor volta pra função, como senhor mesmo disse aqui.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim. Eu não estou preocupado com isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Perfeito.

E quero lhe agradecer, exatamente isso, mostra que o senhor está querendo ajudar a esclarecer os fatos. Mas o senhor fez duas afirmações. A primeira afirmação que o senhor fez é responsabilizando diretamente o ex-Secretário Helton e o Secretário atual agora, pessoas responsáveis por esta compra dos duzentos respiradores.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — São decisões que foram tomadas. Eu não posso afirmar que o Secretário Adjunto tomou a decisão, porque quem mandava, quem, quem comandava a Secretaria é o Secretário Helton, em última análise ele foi quem tomou a decisão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas o senhor falou que esse Secretário Adjunto entrou numa reunião sem pedir licença e disse pra superintendente marcar uma reunião com alguém e que ela ficou sem ação, ou seja, ele também tinha força dentro da Secretaria.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, sim. Ele possivelmente era um dos que estava assessorando o próprio Secretário Helton, e possivelmente precisava conversar com alguém, não sei quem que era e foi lá e pediu pra que essa superintendente Márcia fizesse contato com essa pessoa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor falou uma frase que me lembrou o ex-Comandante Adjunto, que na semana passada - quando deixou o comando da Polícia Militar - falou algo o forte e eu acho que é verdade, ele disse: Na caserna, sim é sim, não é não.

O senhor falou aqui, sou militar e recebo ordens, quando questionado por algum Parlamentar se o senhor não teria como alertar o erro que estava tendo nesse processo

Página 364. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

fraudulento. O que aconteceu? O senhor estava na Secretaria e parece que agora o governo virou uma caserna.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu não entendi exatamente a tônica da sua pergunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu vou voltar a dizer.

O senhor é um bombeiro militar reformado, está numa função gratificada.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então, portanto, o senhor está numa condição de diretor de licitações e contratos da Secretaria de Saúde do Estado, que tem um montante de R$ 3 bilhões o orçamento da Saúde. O senhor quando questionado por um dos nossos Parlamentares, não me lembro quem, o senhor afirmou que não deu nenhuma orientação de alarme sobre esse processo porque o senhor é militar e recebe ordens.

A minha pergunta é a seguinte: o governo, hoje, de Santa Catarina composto por muitos militares, aos quais eu, como disse o Deputado João Amin, respeito muito, o governo hoje de Santa Catarina está fazendo isso, como uma caserna, só cumpre ordens?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Prefiro não responder a sua pergunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Por quê?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Vou me limitar à minha diretoria e minha função. Aí eu não vou entrar no campo do que eu acho como cidadão. Eu prefiro não me manifestar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k. É seu direito, mas a gente observa aqui, Deputados, que a o governo virou uma caserna, com todo respeito aos militares, e o pior de tudo, né, quando você tem a hierarquia e que daí, talvez... a sua manifestação... volto a dizer aqui, assino embaixo do que o Deputado Milton Hobus falou da sua pessoa, a gente vê que o senhor é um homem sério, eu vejo que o senhor é um homem sério, e mais que sério ainda, o senhor é corajoso quando se tem a verdade, porque o senhor disse: pegaram a menina e fizeram como boi de piranha e os responsáveis são o Secretário, que agora é ex-Secretário, e o Adjunto que agora é Adjunto(*sic*). E quando questionado se o senhor não poderia ter alertado, o senhor se preserva, como daquela formação, quem é militar nem se forma é forjado, né, Sargento Lima, a forja que vocês tiveram.

Isso me preocupa muito, Deputado Felipe Estevão, porque a gente observa que quem estava na Secretaria era um Coronel da reserva, esse Coronel Helton determinava as coisas de cima pra baixo, e talvez usava, Deputado Milton, a cautela, a hierarquia e disciplina usada na caserna para fazer os rolos e cale-se quem puder.

O Secretário, o atual também é militar ou não?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, não é militar.

Deixa eu ver se eu tinha mais algumas coisas aqui marcado. Eu acho que ela isso.

E me causou estranheza essa questão da mudança do Coes, ou seja, o Secretário, o Secretário Adjunto e a superintendente irem para a Secretaria de Defesa Civil e a partir dali definem que não seja mais feito cotação de preços. Eu gostaria muito de saber e talvez, Relator, seria importante a gente ir atrás deste... Eu entendo a sua situação, como o senhor fala do canibalismo comercial que é uma verdade, né, é o processo normal de oferta e procura, mas eu quero ir muito atrás de quem fez esse parecer que tocou o terror em quem tinha determinação, e disse agora em abril, Deputado João Amin, que teríamos

Página 365. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3327
Rubrica

6 mil pessoas mortas pelas ruas. Eu acho que isso tem que aparecer, porque eu acho que isso é um negócio muito importante, por quê? Porque eu fui conversar com Secretário de Saúde de Joinville - assim que o ex-Secretário Helton viria em uma convocação nossa aqui, né, dois dias antes eu fui conversar com ele - e ele me mostrou um parecer de uma universidade, aliás, de três universidades, que dois dias depois de eu ter conversado com ele, nós teríamos em Joinville 856 pessoas mortas, e nós tínhamos uma. Teria que morrer muita gente em um dia ou em 48 horas. Eu acho que isso é muito importante porque é o seguinte, por que que é importante Presidente? Porque a gente tem que ir buscar esses tais estudiosos que fizeram e tocaram o terror com esses pareceres e que colocaram não só os governos na berlinda, mas provocaram a subida dos preços dos produtos, fomentando esse canibalismo comercial.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então, Relator eu peço pra que o governo... possa ser requerido ao governo, qual é o parecer, a teoria... tomara que não seja, tomara que não seja igual o Governador decidiu fechar as academias porque recebeu um vídeo *fake* dizendo que na academia o vírus, através do cabelo da mulher, pode chegar a 40 metros, a 80 quilômetros por hora, um negócio impressionante.

Então, eu acho que isso tem que vir à tona, porque isso também faz parte da gente entender esse processo, como o senhor que é uma pessoa que a gente vê que é sério e que tá numa condição difícil, imagino o seu constrangimento, a sua história...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Imagino o senhor explicar em casa o constrangimento que vem aqui, mas nós não estamos querendo culpar ninguém. Nós só estamos querendo é achar quem determinou, e a sua presença hoje aqui foi muita clara, e eu quero lhe parabenizar pela sua coragem, e torcer pra que o senhor não seja exonerado de lá, porque se for, é porque o governo quer esconder mais coisas ainda.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Obrigado, Presidente.

Eu só quero fazer, Deputados, um comentário.

É Coronel Carlos, né?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Coronel Carlos, eu quero lhe cumprimentar primeiro.

E ouvindo, senhor Presidente, senhor Relator e senhores Deputados, se nós ouvirmos e lembrarmos do depoimento do assessor jurídico da Secretaria da Saúde, da forma que saem os pareceres para que os contratos possam seguir, são muito poucas coisas analisadas, muito poucas, basta ver os pareceres em cima da compra dos 200 respiradores.

O Coronel Carlos coloca que eles obedecem muito ou olham muito o parecer jurídico do assessor jurídico da Secretaria. O senhor também diz, e eu quero aqui repetir aquilo que os Deputados anteriores disseram, o respeito que eu tenho pela Polícia Militar de Santa Catarina. Aliás, a Polícia Militar de Santa Catarina é um exemplo para o País. Mas, neste momento, neste momento, sem fazer julgamento, pelos dados que se tem até hoje, a Polícia Militar de Santa Catarina está ficando manchada, tá ficando manchada.

Página 366. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O senhor disse que obedece a hierarquia e eu tenho esse conhecimento e acho que é certo, agora eu quero lhe dizer uma coisa, com muita humildade, quando a gente tem conhecimento de que as coisas não estão sendo feitas corretamente, mesmo que seja contra os nossos superiores, nós precisamos nos manifestar. Nós precisamos nos manifestar! E aquele ditado de calar, consente, o senhor, que parece ser uma pessoa muito séria, o senhor não pode carregar.

Portanto, os esclarecimentos que o senhor tem possibilidade de oferecer pra esta CPI, eu lhe peço que o senhor ofereça.

Deputado Sargento Lima, era essa a minha interferência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado, Deputado.

Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Senhor Presidente, Coronel Carlos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Valdir Cobalchini, só pra comunicar o senhor, que a câmera do senhor está invertida está na vertical.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A minha está aqui na horizontal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Agora sim, está chegando para a gente agora na vertical.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O.k.

Aqui ouvindo, ouvindo com muita atenção, é um negócio de altíssimo, pra não dizer de total risco. Como é que as pessoas perdem totalmente o controle, perdem a condição de pensar? Quando se analisa todos os elementos e se vê que a possibilidade de dar certo é muito pequena. Tendo outras possibilidades como essa, por exemplo, da Intelbras, ou de se aconselhar com a Fiesc, aqui em Santa Catarina que é um Estado de ponta da federação. Tem que se socorrer de uma empresa de fundo de quintal, do interior do Rio de Janeiro, por onde pairam já tantas e tantas dúvidas em relação a tudo que tem acontecido lá nos últimos anos. Santa Catarina é um Estado que nos orgulha a todos e a gente se constrange quando vê estampado na mídia nacional, nos programas de maior repercussão, dado, eu prefiro dizer, ao amadorismo tão grande, e o senhor é Coronel, chegou no topo da carreira e deve ter alguma coisa que lhe permita falar com o Coronel Helton que, aliás, é Tenente-Coronel. Tem que ter um momento pra alguém ter a tranquilidade de falar ao Governador que está na mesma patente sua: Governador, vamos parar com isso, vamos puxar o freio de arrumação.

O governo divulgou que o Ministério Público e o Tribunal de Contas fariam um acompanhamento de todas as requisições, estariam presencialmente para dar transparência, pra dar tranquilidade, tanto para os servidores, quanto pra sociedade, de que o que estaria sendo feito era estritamente no cumprimento da lei. Isso ocorreu Coronel?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Desculpe, por causa do *delay* na comunicação, entendi que a sua pergunta é se outros órgãos se prontificaram a estar conosco é... é... é essa a tônica da sua pergunta, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O próprio Governador anunciou que o Ministério Público e o Tribunal de Contas integrariam, estariam presencialmente acompanhando todas as aquisições. Pergunto: isso aconteceu, ou foram consultados esses órgãos?

Página 367. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3328
Rubrica

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Teve alguns momentos em que se tentou fazer reuniões. Eu lembro de uma reunião que eu participei do Coes, com a superintendente Márcia, foi feita uma videoconferência com vários órgãos: Ministério Público, ã... CGE e outros órgãos que não me recordo agora, Tribunal de Contas também, vários envolvidos. Se ficou no campo das ideias, efetivamente não se... aquilo não aconteceu. É... os órgãos não vieram, não enviaram pessoas para nos auxiliar. Parecia-me que estava mais confortável ficar do lado de fora, observando o que estava acontecendo.

Não estou aqui emitindo juízo, dizendo que eles são culpados ou não porque o Secretário sabia dessa condição, dessa situação. Eu sei que na reunião que eles participaram conosco é... falaram de nos apoiar, mas efetivamente não veio ninguém pra Secretaria para que estivesse conosco, analisando os nossos processos um a um. Isso não aconteceu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Se estivesse no tempo lá em que o senhor estava ainda na ativa, responsável pelas licitações, o senhor faria lá o que aconteceu hoje, aqui no Estado?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Desculpe, por causa da... da transmissão eu não entendi o início da sua pergunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Se o senhor pudesse decidir, voltando a um tempo lá da sua condição de diretor de licitações lá do Corpo de Bombeiros Militar, o senhor faria um negócio como esse?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu prefiro me abster de responder a essa pergunta porque nós estaríamos tratando de um caso hipotético. Eu prefiro falar do concreto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Do concreto, do concreto... o senhor vê que foi um equívoco muito grande, que o erro praticado foi sem precedentes e que isto não pode ocorrer?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Concordo que houve um equívoco e concordo que não deve ocorrer, é... ressalto, no entanto, que se talvez os órgãos de controle estivessem mais presentes, talvez isso não tivesse acontecido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Tá, o.k., Coronel, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado Deputado Cobalchini.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito bem, senhor Presidente.

Senhor Carlos, é bom tê-lo aqui. Todo o Estado catarinense, são sete milhões de pessoas que querem esclarecimento de algo... talvez o maior escândalo que eu me lembro nos meus 30 anos de existência. Ainda jovem sei disso, mas 33 milhões pagos adiantados.

Senhor Carlos, o que me deixa até revoltado, profundamente triste, é que eu visito, por exemplo, a Casa Guido, em Criciúma, e eu vi crianças com câncer e metástase, senhores Deputados, e aí: titio, me empurra aqui, com aquele soro subindo, aquele sorriso, e três dias depois estava morto.

Então, tratam-se de 33 milhões que se esvaíram de forma irresponsável. Como eu sempre digo aqui, ou é um amadorismo tremendo ou é corrupção. Isso judia a alma, o espírito, deixa a gente revoltado, e eu vim para esta CPI muito determinado a ter respostas: quem? Quem foi o autor dessa maldade, dessa malignidade com o povo catarinense? [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes*]

Página 368. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

E até vou divergir um pouquinho do Deputado Kennedy. O senhor era diretor de Licitação e Contratos da Secretaria da Saúde. Por mais que eu veja sinceridade, é óbvio que o senhor foi usado, desculpe a expressão, mas um Coronel ser laranja de um esquema fraudulento como esse, é triste ver isso, ainda mais tratando-se da briosa Polícia Militar do Estado, tão respeitada, e eu sei o amor, eu vejo na sua fala a sua firmeza, mas, inegavelmente, o senhor fez parte disso. Por mais que o senhor não teve benefício algum, mas o senhor foi usado, o senhor tem responsabilidade, foram 33 milhões que passaram, o senhor era diretor de Licitação. Então é triste.

Eu divirjo do Deputado Kennedy, o senhor tem obrigação, sim, tem responsabilidade de trazer esse assunto... Eu acho que o senhor quer esse esclarecimento, mas acho que toda a população quer e merece isso, um esclarecimento. São 33 milhões que se esvaíram, e até agora a Justiça recuperou 400 mil, 500 mil, e o senhor era diretor, fazia parte.

Então, o objetivo de estarmos aqui conversando é sabermos quem determinou. E pela sua... porque eu vi a sua conversa com os Deputados, esse Adjunto... até onde vai a influência dele, porque pelo que eu estou vendo ele tem influência, ele é um médico e o Coronel é quem determina, como bem falou o Deputado Kennedy, tem uma cadeia hierárquica, e eu convivi com o Moisés, sei como é que ele lidava, ele queria que fôssemos um "carimbódromo" aqui na Assembleia dele também. Mas um dia, mesmo se abstendo da amizade, porque ele disse: oh, tu queimou a ponte. Eu me abstive, disse não, espera aí, eu também tenho responsabilidade. E hoje estou aí gastando o que não tenho com advogados, porque fui suspenso do partido, mas disse não. Teve um preço, foi árduo, mas disse não.

Em nenhum momento o senhor olhou para esse absurdo, 33 milhões pagos adiantados para uma empresa *fake*? Se o senhor pesquisasse no Google veria que é uma casa de massagem, um cabaré. O senhor, sendo um Coronel, com todo o *know-how*, a sua história, o senhor não parou um minuto para questionar sobre isso? Não fez um questionamento, uma posição firme de um Coronel?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu já estava na Secretaria há cerca de nove meses. Dezenas e dezenas de processos, inclusive com processos de valores maiores foram comprados, de quarenta e poucos milhões...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas, Coronel, não vou me ater a sua história. Os 33 milhões, esse fato, na compra dos respiradores, 33 milhões, o senhor não viu nada de estranho? Se o senhor se reserva, o senhor diz que não sabe, não sabe, blinda os seus superiores. Então a gente quer saber, o senhor, em nenhum momento... também não chamou a responsabilidade para si, nesse caso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Deputado, se o senhor não permitir que eu faça um panorama, eu não terei como responder a sua pergunta. Então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor está criando um enredo, oito meses, aí fica vago, Coronel, por gentileza...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Se o senhor não permitir...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...a compra dos respiradores.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Então eu vou me omitir de responder se o senhor não me permitir, pra que o senhor possa entender a minha resposta, então vou me omitir de responder essa pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor está sob juramento, o senhor não pode se omitir. O senhor pode dizer que não sabe, pode dizer: não sei, não tenho conhecimento.

Página 369. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3329
Rubrica

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Então eu vou dizer que não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas o senhor não pode se omitir.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Então eu vou dizer que não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque se nós provarmos que o senhor tem conhecimento...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Se... se... se o senhor me permitir...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e o senhor disser que não tem, a gente pode...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Se... se o senhor me permitir...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor pode ser responsabilizado por falso testemunho.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Porque... porque a minha resposta, ela precisa ter uma... um... um pano de fundo pra que o senhor possa entendê-la.

Durante nove meses que eu trabalhei, dezenas e dezenas de processos passaram por nós. Todos eles processos sem problema algum, objetos entregues, equipamentos entregues, EPIs entregues. De repente começa a pandemia, vem um processo desse, menor do que outros que nós já havíamos adquirido. Não tinha suspeição alguma, porque o Secretário ele determinava várias, várias compras, ele assinou vários contratos, várias ordens de fornecimento. Jamais passaria pela minha cabeça que isso poderia ter... ter... ter acontecido esse equívoco. Parti do princípio da boa-fé, por isso ele seguiu avante.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas, me perdoe, senhor Carlos, mas o senhor tem muita boa-fé, são 33 milhões. Nesse momento acho que tem a maior audiência o Estado catarinense, a gente é pressionado aqui, as perguntas que eu estou lhe fazendo é questionamento da nossa população de um modo geral, empresários, pessoas que estão... a população, o contribuinte catarinense, é dinheiro do contribuinte. E em nenhum momento o senhor, com a sua experiência, não fez um questionamento, não... Simplesmente o senhor assinou, seguiu diretrizes de cima e assinou, não fez nenhuma objeção.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu não assinei, apenas despachei para que fosse feita a dispensa de licitação. O processo foi concretizado e foi encaminhado para quem de direito para assinar a dispensa de licitação e a ordem de fornecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas o senhor... O Deputado Felipe me permite entrar nessa seara pontual que o Deputado Felipe aborda muito bem. O senhor não acha que poderia ter feito, por exemplo, um encaminhamento para frente com ressalva, recomendando a não contratação? Porque senão o senhor pode até passar como conivente com relação ao processo.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Quanto a isso eu não tenho o menor problema. Por quê? Porque nós temos um filtro chamado Assessoria Jurídica. Se quem entende do Direito, é mestre no Direito, devolve o processo pra minha diretoria dizendo que o processo pode seguir avante, eu não sou da área do Direito, eu sou da área da Administração, eu simplesmente peguei e encaminhei o processo para o meu superior.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Seu Carlos, o Secretário Adjunto, o atual Secretário de Saúde, o senhor André, estava ciente desses processos e com a repercussão desse pagamento antecipado?

Página 370. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu não posso afirmar com certeza, posso dizer que possivelmente sim, porque ele estava junto com o Secretário lá no Coes, na Defesa Civil, e acredito que todas as decisões, tanto do Secretário Helton, eram compartilhadas não só com os superintendentes, mas possivelmente também com o Secretário. Mas eu não, não posso afirmar isso porque eu não estava lá, não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor chegou a assinar algum pedido de parecer sobre esse processo de contratação?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – O que eu posso lhe responder é o seguinte: o trâmite, quando um processo adentra a minha diretoria, nós, em todos os processos, é o momento onde o processo vai à assessoria jurídica. O assessor se manifesta, não havendo restrição da parte do assessor, o processo segue avante.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor tinha ciência que a proposta da Veigamed era de 50% de entrada e não do pagamento integral?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu não me recordo desse detalhe. Não me recordo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Eu vou até seguir aqui uma fala que esses dias o Deputado Ivan Naatz falou: o senhor deve rever, o senhor é desmemorizado demais, em parte não se lembra, não sabe...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Essa foi a única pergunta que eu disse que não me lembro, a única, de várias que eu já respondi a vários Deputados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Eu me considero satisfeito, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só uma questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pela ordem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só para dizer aqui, a gente foi falar muito sobre a caserna e tal, o pessoal da Polícia Militar pede para deixar bem claro que o Governador e o nosso convidado como testemunha aqui são dos bombeiros militares.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Corpo de Bombeiros Militar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Corpo de Bombeiros e não da Polícia Militar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Coronel, para finalizar, eu também tenho um histórico militar, graças a Deus.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Perfeito.

(*Falas paralelas. Risos.*)

Senhor, eu não me orgulho disso, mas derramei sangue e tive o meu sangue derramado no cumprimento da minha missão lá dentro. Quando eu coloquei o meu pé dentro desta Casa, eu tive que me dar conta rapidamente de que a minha função mudou.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Aquilo, por mais que tenha marcado a minha vida, me causado muito orgulho, não era mais o meu ofício.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu tenho certeza absoluta que uma dessas pessoas que, futuramente, estejam envolvidas em todo esse processo, jamais passou por um quartel, nem na rua dele, não botou o pé lá dentro. O verdadeiro responsável por esse imbróglio mesmo jamais passou sequer na rua de um

Página 371. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3330
Rubrica

quartel e jamais mereceria honrar o brim azul ou o brim caqui. Essa é uma certeza absoluta que eu tenho.

Só para a gente desmistificar essa história de que um militar segue ordens, somente e nada mais faz. Ele faz, sim, ele toma decisões em questão de dois ou três segundos, que mais tarde o Juiz vai ter que levar seis meses para decidir se aquilo que ele decidiu foi certo ou não.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nós temos essa liberdade para decidir sobre isso.

A minha pergunta não é sobre valores, ou técnicas, ou, enfim... Na avaliação do senhor, quando o senhor tomou conhecimento da troca de equipamentos – os equipamentos acordados eram uns, os equipamentos que foram propostos para ser entregues eram outros, unidades fixas foram trocadas por unidades de terapia intensiva móveis, que ainda podem ser utilizadas, mas não são as adequadas ou as recomendadas para a atividade fixa. Ou seja, lá dentro do quarto do hospital você chega lá, do lado do leito hospitalar, você colocar a unidade respiradora artificial e você colocar lá dentro.

Por que digo isso? Porque a capacidade, inclusive de carregar, a voltagem e tudo isso que envolve, transformadores, enfim, tudo isso que envolve para você colocar ela dentro de uma unidade de terapia móvel é diferente da fixa. E aquele cidadão que está ali acometido por uma síndrome respiratória aguda, ele também pode ser vitimado pela qualidade do equipamento.

Quando se compra esse tipo de material – isso a gente está vendo em todo o Brasil – vou comprar agora um respirador, são duas preocupações que o sujeito tem na hora de avaliar: a compra do material e o treinamento das pessoas que vão utilizar. Não adianta simplesmente ir lá na China ou na Noruega e jogar aquele material. Aí, sim, eu entro no campo da caserna, porque a gente sabe muito bem, cada vez que a gente comprava um equipamento, chegava um "Lucas" lá dentro do batalhão e falava assim: como é que a gente utiliza esse negócio aqui? Tem que ter alguém que fez o curso na empresa para treinar e ensinar as pessoas a operarem com ele.

Também não foi citado isso.... Essa parte de treinamento, que para mim seria essencial e técnica, não está aqui. Levando em consideração ainda que o André é médico de terapia intensiva, é a especialidade dele, se não me falha a memória, que na época era o Subsecretário, né?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Secretário Adjunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Secretário Adjunto, adjunto ao Secretário.

Valores e a função do equipamento foram alterados. Não é o causar estranheza... Quando se... O senhor chegou a comentar ou a abordar esse assunto da troca, principalmente da função, da qualidade do tipo de equipamento, da alteração dele com o Helton ou com o Adriano? A gente tem que parar com essa dificuldade de citar nomes, falar o Secretário, para ficar algo subjetivo parado no a... Com o Helton, com o Adriano ou com a Márcia?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Adriano eu não sei quem é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O Adriano não, é o?...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sei do Helton, Secretário Helton e a superintendente Márcia, era com quem eu tratava. Especialmente com a Márcia.

Página 372. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quando um dos dois comentou sobre isso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – O que aconteceu é o seguinte: é... nós fizemos notificação à empresa, está nos autos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – A empresa fala a respeito da troca de equipamentos, que tinha problema em conseguir os equipamentos e tal. O Coes estava ciente disso. Como eles... foram eles que iniciaram todo o processo, eu não sei como eles lidaram com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a informação que o senhor repassou: olha, esse não é o equipamento que está descrito na...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim, estava lá no processo, estava lá no processo. Tanto é que mais tarde, não faz tanto tempo assim, a CGE, agora, poucos dias atrás, ela foi emitir um relatório que chegou às minhas mãos, e ela pediu pra que... determinou pra que nós fizéssemos uma terceira notificação à empresa, pedindo pra que ela revisasse os seus preços para baixo, em virtude da troca de equipamento, e pediu... E... eu fiz essa, essa notificação à empresa. A empresa faz várias alegações quanto a não poder fazer reequilíbrio e tal. Essa informação eu passei diretamente para a CGE. É um do... uma, uma das pessoas que serão ouvidas hoje é o Controlador-Geral, e até eu confirmei com ele antes de entrarmos aqui se ele recebeu a minha comunicação.

E a empresa, então... e eu questionei, nessa notificação eu questionei a empresa sobre os equipamentos, perguntei pra eles sobre por que que eles mudaram. Eu disse assim: qual é a diferença, por que vocês não... se tão mudando de equipamento, porque que vão...a questão do, dos valores. E a empresa alegou que, em vez de entregar o equipamento original, iria entregar um Shangrila com alguma especificação, não sei os números técnicos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, sim.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – ...depois de Shangrila alguma coisa. E ela diz que esses, inclusive, seriam equipamentos melhores e tal. Simplesmente peguei essa comunicação, encaminhei pra frente, o processo foi tramitado para o atual superintendente e à Controladoria Geral, que estão cientes.

Então, aí é uma questão de, agora, de gestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – De gestão desse que seria o Coes?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O Coes que era formado pela Márcia, pelo Helton e pelo Sub, pelo Adjunto?...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Não, não, a Márcia era uma das integrantes. Os... os superintendentes todos estão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Na época o atual Secretário e o Adjunto, ele era Adjunto ao Helton?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Que é Adriano o nome dele, não é?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Não, é André.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – André?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – André Motta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – André Motta. Eu anotei errado aqui, mil perdões. André.

Página 373. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3331

O senhor falou que numa determinada reunião ele também entrou esbaforido pela porta, cobrando atitudes de forma deselegante, como se estivesse entrando dentro da própria casa dele, enfim, e tratando as pessoas ali sem o devido respeito. Esse tipo de atitude denota alguém que tem pressa, ele quer que a coisa funcione rapidamente. Ele falou assim: olha, faça isso, chame o fulano aqui e resolva tal problema aqui o quanto antes possível.

Eu também acredito que ele não salte do travesseiro da casa dele e saia tendo esses arroubos, ele precisa receber uma determinação de alguém: olha, meu Adjunto, resolva isso. E quem estaria na cadeia de comando, não hierárquica, mas de comando ali seria o Secretário da Saúde, na época o Helton Zeferino, que, por sua vez, recebe diretamente, como seu chefe logo à sua frente na cadeia hierárquica de comando e de comandamento, o próprio Governador. Não existem mais paredes entre eles, uma subdivisão ali dentro, seria o Governador, o Secretário e depois o Adjunto ao Secretário.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ou o Governador não sabia de absolutamente nada, nem do processo, nem... foi guardado em segredo para ele a compra do respirador, o Helton e o André confabularam isso sozinhos e resolveram essa compra sozinhos, ou ele teria conhecimento disso.

Para concluir. Tirando esses dois nomes, o senhor acredita que, na construção dessa compra, qual foi o papel... Qual foi o papel da Márcia nessa compra? Tendo em vista que nós já sabemos que ali tem uma cadeia de comando, enfim, tudo isso. Por isso que eu gosto de parcelar a minha pergunta mesmo para que fique claro. O papel dos outros três nós já sabemos; o papel da Márcia, qual foi o papel dela nessa compra?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu não tratava com o Secretário. A Márcia era uma... uma mediadora entre o Secretário e os seus diretores, um dos quais eu. E ela simplesmente dizia para nós... que nós tocássemos o processo e tal. Ela foi quem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com celeridade, com rapidez.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim, exatamente, com celeridade, com rapidez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu escutei diligentemente a opinião de todos os Deputados aqui, e só para a gente poder concluir o assunto, não vai se achar nunca quem falou que nós estaríamos vivendo hoje o apocalipse zumbi. A cada quinze dias eles esticam a curva para de novo justificar mais uma compra, mais uma mortandade, enfim. Aí nós temos o Estado de São Paulo, em que está todo mundo morrendo, mas no Estado de Minas ninguém está morrendo, Santa Catarina também não, nós temos que afunilar algumas coisas ali, né?

Há dois meses nós éramos chamados de gado, olha lá o gado, o gado vai matar Santa Catarina, porque o gado está falando que essa curva não existe. O gado também apóia... que acabou de ser liberada agora a utilização de hidroxicloroquina. Os insanos, né, o pessoal da arminha? A gente carregou essa culpa, esse estigma macabro nas costas dois meses, apanhei dois meses nas redes sociais. Tomara que morra alguém da tua família, eu escutei isso, e porque a gente falou: essa curva não existe, não existe achatamento de um vírus, senão a gente achatava a AIDS. Simples assim.

Coronel, quero agradecer a presença do senhor aqui e dizer que foi de bastante valia também. Todos os Deputados concordam com isso, que houve revelações muito úteis para serem utilizadas nesta Comissão. Agora estendo a palavra ao senhor para fazer

Página 374. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

as suas breves considerações. O senhor pode ficar à vontade e, posteriormente, a gente encerra a nossa sessão de perguntas ao senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado Lima, só ficou uma situação para trás. Nós temos nesse processo aqui diversos desentranhamentos de documentos. Várias vezes foram processos desentranhados, no começo, no meio e no fim. Virá uma testemunha aqui e, no processo, tem um parecer dele, ele disse que deu o parecer, mas o parecer não está no processo.

Como é que funciona essa questão de desentranhar documentos de dentro do processo licitatório?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Os processos eles... tramitam dentro de um sistema chamado SGPE, Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos, isso é o significado da sigla. Qualquer pessoa que tenha acesso ao processo, que esteja de posse do processo, essa pessoa pode desentranhar alguma peça. Isso aconteceu em setor que não o meu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tudo bem. Tem como resgatar essas peças, quais as peças que estavam lá?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não existe um arquivo de segurança?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Não sei dizer se é possível, acredito que sim, mas teria que se consultar a Secretaria de Estado da Administração, que contratou uma empresa pra que gerencie esse SGPE. Então poderia se ver se é... se existe o *backup* dessas peças. Eu acredito que sim, mas eu não posso confirmar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual era o departamento?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Se veria na Secretaria de Estado da Administração. A Secretaria da Administração, eles podem dar essa informação com precisão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Está o.k., muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Coronel, está a sua disposição, para fazer as suas considerações finais.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – O.k.

Senhores, agradeço, não, não tenho mais nada a apresentar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deus que o acompanhe.

(*O senhor Carlos Charlie Campos Maia deixa o recinto.*)

Peço à assessoria que chame a próxima pessoa a ser ouvida. (*Pausa.*)

(*O senhor Relator, Deputado Ivan Naatz, ausenta-se do recinto.*)

(*O senhor Luiz Felipe Ferreira adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.*)

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* (Deputado Estadual Kennedy Nunes) – Na saída do Presidente da CPI, Deputado Sargento Lima, que vai atender à imprensa rapidamente, ele pediu para que eu pudesse fazer a inicial do próximo depoente.

(*O senhor Luiz Felipe Ferreira adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.*)

O senhor sabe por que foi convidado a fazer parte hoje desta reunião?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.

Página 375. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3332
Rubrica

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* (Deputado Estadual Kennedy Nunes) – O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão acerca dos fatos, o que lhe for perguntado, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* (Deputado Estadual Kennedy Nunes) – Lembrando que o senhor está na condição de testemunha, compromissada, ainda detém o direito de permanecer em silêncio caso os fatos revelados possam incriminá-lo, mas o senhor deve expressar tal direito quando não entender, até para que a gente possa entender que o silêncio pode ser chamado ou considerado uma omissão. Então, portanto, se o senhor não quiser responder, o senhor diga que não quer responder para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro.

Eu peço que o senhor fale o seu nome completo, a idade, a sua profissão, o lugar em que exerce a sua atividade, o local de nascimento e o seu endereço – o mais próximo possível do microfone, porque nós temos alguns Deputados que estão de forma remota.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – É... Luiz Felipe Ferreira, 52 anos, sou professor universitário, atualmente eu ocupo o cargo de Controlador-Geral do Estado. É... resido na Servidão Fernando José de Andrade, 392, Sambaqui.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* (Deputado Estadual Kennedy Nunes) – O senhor está com advogado aqui ou não?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE *AD HOC* (Deputado Estadual Kennedy Nunes) – Não.

Então passo a palavra agora ao Relator, Deputado Ivan Naatz. Antes, porém, devolvo a presidência ao Presidente da CPI, Deputado Sargento Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Obrigado pela gentileza, Deputado Kennedy.

Passo a palavra ao Deputado João Amin. Vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, se o Relator chegar eu me proponho a interromper os meus questionamentos e passo a palavra para ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Vossa excelência está com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Obrigado.

Senhor Controlador-Geral, como o senhor conheceu o Governador e quem indicou o senhor para ser Controlador-Geral do Estado?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – A... Foi a partir da transição, do governo de transição, eu fui coordenador da equipe de transição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Quem seria?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Eu fui coordenador da equipe de transição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, eu não perguntei se o senhor foi o...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – E lá atrás...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não foi isso o que eu perguntei para o senhor. Eu perguntei como o senhor conheceu o Governador e quem indicou o senhor para ser Controlador-Geral do Estado.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Eu fui convidado pra participar da equipe de transição...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Por quem?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – ...foi nesse momento que eu conheci o senhor...

Página 376. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Por quem?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – O Coronel Márcio Ferreira.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Quem, por favor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – O Coronel Márcio Ferreira.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então ele que o indicou, pelo menos para a transição?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Feito, agora o senhor respondeu. Obrigado.

O senhor tem conhecimento de que na Controladoria...

(*O senhor Relator retorna ao recinto e faz sinal para que o Deputado João Amin continue.*)

...na Controladoria-Geral da União o ocupante do cargo de controlador é um auditor de carreira, né, como ocorre também em diversos outros Estados da nossa Federação. Já em Santa Catarina o cargo é ocupado pelo senhor, um professor universitário de Contabilidade com doutorado em Engenharia Ambiental. Como o próprio governo se diz técnico, o Sindicato de Auditores do Estado pede, publicamente, a sua substituição, porque o senhor, segundo o Sindicato, é fruto de uma indicação política e os assuntos tratados na CGE necessitam de imparcialidade e independência.

O senhor considera que possui capacidade e independência/imparcialidade para exercer o cargo de Controlador-Geral?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – É... com todo o respeito, Deputado, eu fui convi... convocado pra responder a respeito das contratações da Veigamed. Então eu vou me ater à convocação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então o senhor se nega a responder essa pergunta? Tem esse direito.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Eu vou me ater... eu vou me ater à convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin, por gentileza, só um minuto.

Ele [Deputado João Amin] está construindo a pergunta dele e eu gostaria que o senhor (*dirige-se ao depoente*) colaborasse de forma mais efetiva.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Pela ordem até, se o Deputado Kennedy e o próprio Deputado Sargento Lima me permitem fazer uma observação, não foi feito o Aviso de Miranda ao senhor Luiz Felipe. Então que se faça o Aviso de Miranda agora, que ele tem o direito de permanecer calado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor está compromissado aqui com a verdade?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A dizer a verdade?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Se compromete a dizer a verdade?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Sob pena de concorrer sob falso testemunho?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.

Página 377. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3333
Rubrica

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Então ele foi... o Deputado Kennedy assim o fez...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Perfeito. Então eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Só pra continuar aqui... Quem vai fazer a pergunta precisa fundamentar a sua pergunta.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senão a gente fazia perguntas objetivas e mandava via WhatsApp ou *e-mail*.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Tá, concordo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor então se nega a responder essa pergunta? É isso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – A... Eu tô dizendo que eu fui convocado pra atender...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, só para constar em ata, é importante o senhor falar dessa maneira.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Eu estou atendendo ao que eu fui convocado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Perfeito.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Essa pergunta eu não vejo correlação com a minha convocação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor então se nega a responder essa pergunta?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Eu estou dizendo que eu estou respondendo ao questionamento que eu fui convocado. Essa questão...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, mas a pauta aqui vai ser muito mais abrangente.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Essa questão ela não guarda correlação com a... convocação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, essa é a sua opinião, que não tem correlação. É óbvio que tem correlação.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Então, você possa... fazer a pergunta então.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, eu acabei de fazer. Quer que eu repita a pergunta?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Pode ser.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, então vamos lá, até peço desculpa aos senhores Deputados e ao público que nos assiste.

O senhor tem conhecimento que na Controladoria-Geral da União o ocupante do cargo de Controlador é um auditor de carreira, como ocorre também em diversos outros Estados da Federação. Já em Santa Catarina o cargo é ocupado pelo senhor, professor universitário de Contabilidade com doutorado em Engenharia Ambiental. Como o próprio governo se diz técnico, o Sindicato dos Auditores do Estado pede, publicamente, a sua substituição porque o senhor é fruto de uma indicação política, e os assuntos tratados na CGE necessitam de uma imparcialidade e independência.

O senhor considera que possui capacidade, imparcialidade e independência para exercer o cargo de Controlador-Geral do Estado?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Obrigado.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Todos os resultados apresentados até agora da CGE comprovam esse fato.

Página 378. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Como?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Todos.

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Como é que é?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Todos os resultados apresentados...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Peço que conste em ata isso, por favor.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – ...pela CGE comprovam essa questão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas onde estava a CGE nos respiradores, no hospital de campanha, na compra de máscaras?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Aí... aí no momento em que for perguntado, eu vou responder como é que funciona o sistema de controle interno dentro do Estado para saber qual é a posição da CGE dentro desse sistema de controle interno.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então o senhor pode se considerar perguntado.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Então é, é, é essa é a questão. Então... voltando à sua pergunta, grande parte dos auditores tem como formação a Contabilidade. Eu sou bacharel em Contabilidade, especialista em Auditoria, mestre em Administração. Se for olhar o meu currículo, eu tenho diversas atuações na área de auditoria. Certo?

O que compõe a estrutura da CGE? São três grandes macrofunções: auditoria interna, que ela é composta por um grupo de auditores, os auditores da Diag, então a auditoria interna ela trabalha no PAA, no Plano Anual de Auditoria, o.k.? Então... essa área é, é dirigida por um auditor, como também a Subcontroladoria é um auditor de carreira. O.k.?

Então toda a área de auditoria ela tem realmente a fundamentação relacionada à formação auditoria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - O senhor...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – E eu, de fato, sou da área de Contabilidade e de auditoria.

Uma das prerrogativas pra você fazer auditoria, uma das, né, principalmente auditoria contábil, é você for... ser bacharel em Contabilidade. O.k.?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O.k.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Como é que tá estruturado o Estado em termos de controle interno?

Nós temos três linhas de defesa, três linhas de defesa. Então você imagina três linhas de defesa. A primeira linha é a gerência, é o diretor, é o Secretário, essa estrutura, tá? A segunda linha de defesa vem toda a estrutura de suporte à primeira linha, então você tem a parte de licitação, o jurídico, você tem a contabilidade, você tem o financeiro, você tem toda a estrutura de apoio ao gabinete. Essa é a segunda linha.

Tanto a primeira linha como a segunda linha têm que se ater aos atos normativos, à conformidade legal, o.k.? Então o sistema, dentro das Secretarias, funciona de acordo com a primeira e a segunda linha. A questão de gestão é atribuição do Secretário, o.k.?

A terceira linha é a CGE, e ela trabalha de que forma? Ela trabalha de acordo com o PAA e com as trilhas de auditoria. Então eu tenho que ter um indicativo para, efetivamente, estar lá. Se eu não tenho um indicativo, eu não tenho como estar lá. Eu não tenho como a CGE, você... rastrear 26 bilhões por ano 100%. Não é isso?

Um exemplo bem fácil de se fazer. Quantos veículos passam acima da velocidade na SC-401? Diversos. Em que momento alguém, de fato, é identificado?

Página 379. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3334
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou sugerir ao senhor parar de falar, porque senão eu vou pedir para o senhor sair do governo!

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Quando o senhor tem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se o senhor não consegue pegar as coisas que estão roubando lá – desculpa, Deputado João Amin...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas se o senhor não parar de falar, nós vamos pedir para extinguir a sua Secretaria.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Mas... nós identificamos a questão do... do roubo, nós identificamos.

A questão...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – (*Ininteligível.*) identificaram o quê?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – ...a questão do... da... da ilicitude, se verificou isso em 18 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Identificou-se o quê, senhor, por favor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – A ilicitude.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Só para... é que tá sendo feita a ata.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso. A ilicitude.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, o senhor falou uma outra palavra anteriormente.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu gostaria que o senhor repetisse a palavra que o senhor acabou de falar.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – O... a ilicitude.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor falou roubo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não. Quem falou roubo foi o nobre...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, o senhor acabou de falar roubo. A ata conseguiu pegar? (*Dirige-se à taquigrafia.*)

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Foi o...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ah, então o vídeo também vai.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – ...o nobre Deputado que disse, o nobre Deputado que falou que eu não consegui pegar um roubo. Foi isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, mas o senhor repetiu o roubo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Repetiu

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, eu disse ilicitude.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu não me lembro do Ivan, mas o senhor falou roubo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Ilicitude. Ilicitude.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, o senhor falou a palavra roubo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Eu estou reprisando, é ilicitude.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ah, tá.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Só vai se comprovar roubo...

Página 380. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado, sem prejuízo...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Só vai se comprovar roubo pela materialidade dos fatos. Então no dia 18, no dia 18 de abril o processo chegou na CGE e foi feita a verificação do processo. Dia 18 de abril, o.k.? No dia 24 nós fizemos uma reunião com o Secretário da Saúde apresentando pra ele quais eram os problemas do processo. O.k.? No dia 24. Nesse dia 24, foi antes de qualquer manifestação de imprensa, qualquer outra questão.

Ali nós teríamos duas questões significativas: primeiro, apuração de uma sindicância, porque até aquele momento o que se tinha era um descumprimento de contrato, nada mais além disso, e descumprimento de regras legais, tá? E uma apuração prelimitar, aliás, uma apuração preliminar, né, com base na Lei Anticorrupção. Então isso foi lá no dia 24. Então... foi *a posteriori* do pagamento? Foi. Então o que que você tem? Você tem um sistema de controle, que é pra funcionar dentro da Secretaria, você tem os controles instra... instalados, e você tem uma questão de conduta. Então a... ilegalidade ou a possível ilegalidade da operação não é por falta de controle, não é por falta de governança, nem por falta de gestão. É por falta de? Conduta, conduta dos indivíduos. Por quê? Se eu tenho uma lei que determina que eu tenho que botar três carimbos, por que eu coloquei um carimbo só? Não é isso? E você tem diversas etapas dentro da estrutura da Secretaria que deixaram de cumprir os controles. Se você deixa de cumprir o controle, você passa a correr risco, e o risco é isso que nós estamos vendo.

Então, os controles eles são existentes, estão lá, né? Por alguma razão, e por isso que tem uma investigação preliminar na CGE, tem uma investigação na Deic e Ministério Público, por alguma razão se deixou de observar os controles. A questão é essa, mas os controles estão lá, estão postos, o.k.? E quando a CGE foi demandada de verificar esse contrato, prontamente ela atendeu aos requisitos e tomou as iniciativas necessárias para a reparação do dano. Isso tá tudo documentado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O que essa investigação da CGE... O senhor poderia acrescentar aqui para nós, já que pode ser um fato novo, essa investigação da CGE já apontou o quê?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Essa investigação da CGE ela é... é sigilosa, tá, no âmbito da CGE e na Diretoria de Correição. Então são os auditores que estão apurando a questão em si. Tem um trabalho conjunto com a Deic e... há o... tem que se aguardar os resultados, os resultados finais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor relatou em depoimento que o ex-Chefe da Casa Civil, o senhor Douglas Borba, o coagiu para a compra de EPI, de quase R$ 70 milhões – isso é grave. O que o Governador recomendou ao senhor quando o senhor relatou esse fato grave?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Mas eu não relatei esse fato ao Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Por quê?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Porque quando aconteceu a questão no dia... na Quinta-Feira Santa, acho que era 9 de abril, mas... Quinta-Feira Santa, era um fato isolado. Na realidade você tinha um... um... processo mal fundamentado, mal estruturado, com vícios de origem, não é isso, pra compras do EPI.

Então naquele momento aquele processo ele não representava nada. Como o processo, na realidade, possuía vícios, a justificativa foi o arquivamento do processo.

Página 381. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3335
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Sim, mas o senhor não considerou importante para avisar o Governador? O fato não era isolado?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, porque... se o... se o processo ele não tinha materialidade, ele não tinha possibilidade de aquisição, por que eu iria avisar o Governador de um fato que o processo já foi arquivado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas foi arquivado porque houve uma denúncia! Foi arquivado não porque foi uma decisão...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Foi uma decisão judicial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi uma decisão...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, não, não. Do EPI, ele tá perguntando do EPI.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, estou falando.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, não, do EPI, não. Não, EPI não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, isso começou a circular nas ruas, começou com as medidas emergenciais.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, não, não, do EPI, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Estava carregado o caminhão.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Para trazer o equipamento.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, não, do EPI... do EPI... do EPI e o processo, daí teria que ver o número, do EPI foi um processo que nem estartou, ele não foi nem assinado, é um processo que não teve nem a admissibilidade. Então não tem como ter adquirido nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E hoje (*ininteligível*).

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Da... da parte que eu fiz a análise, era isso que constava no processo, ele não possuía admissibilidade pra ter sequência. Essa é a questão.

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, a compra dos respiradores fantasmas por R$ 33 milhões foi feita sem que o senhor ou que a CGE tivessem conhecimento.

No *site* da CGE está noticiado que no dia 31 de março a CGE se reuniu no Centro de Gerenciamento de Riscos e Desastres da Secretaria da Defesa Civil, SDC, com a Secretaria de Estado da Saúde para construir mais detalhadamente o trabalho de assessoramento e consultoria.

Poucos dias depois foi feito o pagamento à Veigamed pelos respiradores fantasmas. A pergunta é: o que o senhor foi fazer naquela reunião?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Na realidade nós fomos apresentar uma orientação técnica produzida pela CGE – isso eu trouxe pra disponibilizar aos senhores –, a Orientação Técnica 02/2020, que trata dos requisitos contra a Covid e o que que teria que ser observado por parte das Secretarias.

Então foi a proposta de trabalho que nós fomos apresentar lá na questão em si. O que que consiste, na realidade, essa orientação técnica? É uma base legal e depois eu tenho o guia de procedimentos. O guia de procedimentos é um *checklist,* praticamente ele compo... é composto por 26 questões, e depois ele te traz um parecer final com relação à aquisição.

Página 382. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Então nós estávamos estruturando uma política de trabalho pra atender as demandas da Secretaria da Saúde. Foi isso que foi feito na reunião.

Qual era o procedimento? A Secretaria da Saúde identificava quais eram as demandas necessárias pra que fossem analisadas pela CGE, ela mandava a demanda por *e-mail*, nós reconhecíamos e avaliávamos o processo, e devolvíamos a resposta por uma... um guia desse preenchido.

(*O depoente mostra documento.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, Presidente, eu me dou por satisfeito por enquanto.

Passo a palavra de volta ao senhor e, daqui a pouco, a atuação da CGE vai ser culpa mesmo é dos Deputados, que aprovaram por unanimidade a reforma administrativa.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se o Deputado Milton Hobus me permitir, já que quero seguir a linha muito bem elaborada pelo Deputado João Amin, eu vejo aqui que os compromissos da Corregedoria são comprometimento, imparcialidade e impessoalidade. São os valores da Controladoria.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso, isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor se considera, sendo um cargo comissionado, indicado do Governador do Estado, capaz de cumprir esses valores de comprometimento, imparcialidade e impessoalidade.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – É o que eu tenho exercido até hoje.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dentro desse um ano e meio em que foi criada a Controladoria, qual foi o caso de corrupção que vocês encontraram? O senhor poderia citar para a gente um grande trabalho da Corregedoria? Olha, assim: nós fizemos tal coisa, nós mostramos lá, pegamos aquele rolo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Se me permite, então vamos ali. (*O depoente folheia alguns documentos.*)

Ah... dentro da parte da Corregedoria, hoje tem R$ 170 milhões em verificações de ilícitos, tá, das diversas áreas, entre elas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas do passado ou de agora?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, passado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Passado. Quero saber de agora.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Contando aqui... contando aqui 170 milhões...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quero saber desse governo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Os 33, os 33, os 33 milhões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber desse governo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Desse governo nós avaliamos 44 editais da Secretaria da Educação, isso num total de 54 milhões, e foram suspensos e/ou revogados o montante de 48,500 milhões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por quê?

Página 383. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3336
Rubrica

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Significa... porque não tavam completos, não atendiam.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não estava irregular?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Existiu algum vício de origem.

Então, no momento que o edital ele é lançado, que cai na nossa trilha de auditoria, tem alguma... algum descumprimento? Vamos supor que nós estamos falando de obra. Obra eu preciso do projeto básico de engenharia. Só tem um croqui, não tem um projeto básico de engenharia, esse processo ele não pode ser lançado. Automaticamente a CGE faz uma recomendação, recomendação, aí a critério do gestor, porque ele tem um critério discricionário, ele é o gestor, a parte de gestão não é questão relacionada à CGE, ele atende ou não.

No caso da SES, aliás, da SED, nós tivemos aí, de fato... é o atendimento de 100% das considerações. O.k.? Aí vamos, então, no caso do hospital de campanha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu vou perguntar para o senhor.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Tá. Diga.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quero saber... O senhor disse que dentro deste ano e meio que o senhor é Controlador, que tem essa Controladoria, o senhor disse que encontrou contratos de 54 milhões que foram suspensos.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, nós tivemos... nós avaliamos 54 milhões em editais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Desses editais, foram suspensos ou revogados os editais num valor de 48,5 milhões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então praticamente tudo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Praticamente todo ele tem um vício de origem. Tem um problema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Gostaria que consignasse em ata bem claramente o que disse aqui o Controlador. No total de?...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – 54.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – 54 milhões, 48 milhões têm...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Tinha algum...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tem algum vício de origem.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – ...vício de origem.

O que que representa isso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, agora eu vou continuar a pergunta.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – O processo volta pra fase inicial, refaz o processo e daí ele é publicado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vou fazer uma outra pergunta para o senhor. Saiu o hospital de campanha, que é o primeiro de tudo. Nós ouvimos aqui algumas pessoas para compreender como é que foi o procedimento lá no hospital de campanha, para fazer uma introdução aqui do processo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aquele processo não está em investigação, a gente não estuda aqui.

Página 384. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas a gente precisa compreender.

Saiu o problema do hospital de campanha, eu quero dizer para o senhor, saiu o hospital de campanha. Saiu a notícia de que tinha um direcionamento para uma empresa, que tinha desclassificado a segunda empresa, contrataram a... desqualificaram a empresa que tinha apresentado o menor valor, a empresa entrou na Justiça, o Tribunal de Contas deu parecer, o cara ganhou na Justiça... O Secretário Helton foi convocado para vir aqui na Assembleia, teve que voltar, voltou no outro dia. Depois a gente trouxe também o Secretário da Defesa Civil.

O senhor acompanhou todo esse processo do hospital de campanha? Não estou dizendo o processo ali, estou dizendo toda essa celeuma que se deu no hospital de campanha?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Acompanhei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Acompanhou.

Então lá acendeu para o senhor alguma luz de que o governo estava cometendo equívocos?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Acendeu a luz... Houve... ocorreu uma reunião, se não me falha a memória numa segunda-feira ou terça, pra apresentar qual era a proposta do hospital de campanha, e aí representado por diversas entidades, né, Ministério Público, Tribunal de Contas, a CGE, estava a... a... Secretaria de Defesa Civil. E se tinha a intenção de construir o edital.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu compreendo isso aí.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, mas eu vou chegar na... construir o edital, certo? Na quarta-feira é publicado o edital. Quando o edital foi publicado, que nós tomamos conhecimento do fa... da materialidade, foi feito a revisão do edital. Na quinta-feira pela manhã nós repassamos, né, ao Secretário é... João a questão das inconsistências, não é isso?

Então você tinha ali é... problemas de instrução do processo e problemas de execução do processo. Então a própria execução ela tava comprometida, porque você tinha ali a possibilidade de um jogo de planilhas. Porque você faz uma análise global e se no meio você põe algum valor zerado, o que está se considerando é a análise global. Quando você vai executar, você vai executar aquele serviço. Quanto é que eu vou pagar? Como é que vou mensurar isso? O.k.? Então nós fizemos a manifestação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Compreendi. Então no hospital de campanha...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Fizemos a manifestação, tá certo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O hospital de campanha acendeu alguma luz do governo? Opa, pode ter rolo aí.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, acendeu, acendeu uma informação que a CGE apresentou ao Secretário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Porque a relação da CGE é com o Secretário...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá, tudo bem.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – ...a relação da CGE, em função da independência, não é todo... o... o... a questão...

Página 385. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3337
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então como que o senhor soube? Alguém avisou a Corregedoria? Alguém mandou um *e-mail*?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Ele publicou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor interveio de ofício?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, ele publicou o edital. No momento que ele publicou o edital, nós fomos avaliar o edital.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Então, da mesma forma que foi feito na Secretaria da Educação. Avaliação de edital. O que que ele teria que fazer ali?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, não, mas eu vou perguntar para o senhor.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Suspender o edital.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vou perguntar.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Diga.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Daí muito bem, publicou o edital do hospital de campanha, o senhor viu e sugeriu correções.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Por que a Corregedoria...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – A Controladoria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...a Controladoria não sugeriu correções na compra dos respiradores, que tinha pagamento antecipado, que tinham propostas que não tinham assinatura, que não tinham endereço, que não tinham CNPJ, que não sei o quê, aquela coisa toda, que todo mundo e o senhor já sabem melhor do que nós.

Por que o senhor não interveio naquele?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Aquele nós avaliamos só 18/04.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por quê? Eu quero saber por quê? Porque aquele o senhor falou que foi automático.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Porque não foi demandado, não foi demandado. O do hospital de campanha eu participei de uma reunião do dia anterior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Nós tínhamos o compromisso de acompanhar e avaliar o edital. Esse foi o compromisso, esse foi o pedido da Secretaria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eles mudaram o edital depois que o senhor falou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mantiveram o edital?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Mantiveram o edital.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mesmo que estava com a sua recomendação?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Mesmo com as minhas recomendações, mesmo com as recomendações do TCE, o edital foi mantido. Por essa razão que o contrato foi cancelado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor disse que fez uma reunião, pro Deputado João Amin, que muito bem encontrou lá no *site,* a data de uma reunião para tratar da Covid, para preparar a 02? Em 31/3, certo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Certo.

Página 386. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Em 31/3 o senhor fez essa reunião para tratar dos procedimentos da Covid e provavelmente para instruir, preparar a 02/2020. É para isso essa reunião?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, essa reunião foi pra apresentar o guia de orientação e a orientação técnica da CGE.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse? (*Mostra documento.*)

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Esse guia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse guia?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Esse guia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Apresentar. O senhor foi lá, no mural e apresentou ele?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, fui... fui fazer a sugestão de... discussão e apresentação do trabalho que ia ser feito pela CGE. Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor foi apresentar esse trabalho para eles?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 31?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem estava nessa reunião?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Ah, até agora eu... não sei te precisar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Secretário de Saúde estava lá?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, era equipe de trabalho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E que equipe de trabalho?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – A equipe de trabalho da... agora eu não sei te precisar qual é a equipe de trabalho que estava lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas a equipe de trabalho da Secretaria da Saúde estava lá?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, não sei lhe precisar qual era a equipe que tava lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem uma ata dessa?...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, teria que ver... que rever a minha agenda e... quais eram as pessoas que participaram. São tantas reuniões...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas tinha gente da Saúde?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Tinha... são tantas reuniões que você agora não consegue, dentro do espaço de tempo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas é importante, eu queria que o senhor tentasse fazer esse exercício.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Concordo, concordo, concordo, concordo, são tantas...

Página 387. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÕES PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3338
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós precisamos saber se essas pessoas estiveram lá. Oh, pessoal, olha aqui, tá vendo, não pode... tem instrução normativa.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, o guia... esse guia... esse guia ele foi passado por meio de ofício circular pra todas as Secretarias, entendeu?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – No dia 31?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, daí eu teria que resgatar qual foi a data. Então... tinha duas formas de trabalho: ou a Secretaria assumia e acompanhava o processo por meio do guia, ela mesmo faz o *checklist*, tá, ou ela poderia demandar para a CGE fazer essa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse trabalho.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Esse trabalho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Já entendi.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – O que nós teríamos? A CGE ela precisava de dois dias pra analisar o procedimento. Muitas das vezes a Secretaria dizia que não demandava desse tempo específico. Então você tem que ter o...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – ...ou você tem controle ou você corre o risco.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Luiz Felipe, eu preciso entender, os Deputados aqui também precisam entender, quando foi que as Secretarias, todas, inclusive a da Saúde, recebeu recomendação dos procedimentos das compras emergenciais. Quando a CGE chegou para esses Secretários, diretores ou advogado e disse: pessoal, tem que seguir esse procedimento aqui.

Nós temos aqui a data de 31/3.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – A orientação técnica foi publicada dia 7 de abril.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas não publicada, o senhor explicou ela antes.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, explicar é uma questão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quando foi?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Ela passa a ser válida no momento que ela foi publicada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, o senhor mandou *e-mail* antes...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Ela foi publicada, ela foi publicada dia 7 de abril.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Depois da...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Então após, após 7 de abril que foi mandado um ofício circular pra todos os Secretários apresentando essa informação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Foi onde ela se tornou válida, é, e um critério de atendimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E a 02? E a 02?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Ah, essa é a publicação da SEA.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim. O senhor sabe?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A 02 você não sabe dizer. E a 06?

Página 388. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Essa aí é SEA.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso é da SEA.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual é o papel da Secretaria de Governança no governo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – A Secretaria de Integridade e Governança ela taria dentro da segunda linha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que ela faz?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Seria a parte de integridade e governança, de acordo com a Lei 17.715.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor poderia explicar para nós aqui, porque nós não trabalhamos lá.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Mas... eu... a minha parte é a CGE. Não é a...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não... o senhor sabe o que faz a Secretaria de Governança? Eles são subordinados ao senhor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, não. A subordinação dela é à Casa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ah, Casa Civil?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá, melhor ainda.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não é subordinação à CGE.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bom. Ela é subordinada à Casa Civil. Qual é o papel dela?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – É trazer a segurança jurídica em termos de integridade, em termos da legislação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Em termos de legislação, contrato.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso. A integridade, né, a relação das pessoas com o fazer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não é isso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe o que fez a Secretaria de Governança nesse período da pandemia, as ações que ela tomou, a recomendação?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Eu não... ela tem... estava trabalhando na área de gerenciamento de riscos, com o objetivo de fortalecimento da segunda linha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sabe o que eu posso dizer para o senhor? Que em um ano e meio formada, essa Secretaria não fez nada. Era bom o senhor, como Controlador, controlar isso, não é?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Mas ela está vinculada...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para concluir, senhores Deputados, para concluir.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Tá, tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O governo mandou para cá, no dia 1° de abril, um projeto de lei. No dia 2 ele retirou o projeto de lei pedindo autorização para fazer compra antecipada. Foi no mesmo dia em que fez o pagamento antecipado da compra dos respiradores.

O senhor participou da elaboração desse projeto de lei?

Página 389. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3339
Rubrica

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor teve conhecimento dele?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Só conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem passou esse conhecimento para o senhor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Na realidade é em função dos grupos de trabalho, não é?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Defesa Civil, a Casa Civil?...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, é mais em função que os auditores estavam acompanhando todo o movimento e isso era discutido... nas reuniões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe por que o governo mandou e tirou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Doutor, Felipe, boa tarde.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu fui Secretário de Estado, assim como o Deputado Sopelsa, que está nos acompanhando via videoconferência, e o Deputado Cobalchini, também foram Secretários de Estado, e nós tínhamos certos regramentos para fazer os processos licitatórios, para as autorizações, tinha o grupo gestor, tinha a aprovação do Governador, nenhuma compra expressiva era autorizada sem conhecimento do Governador.

Eu não sei como funciona o governo hoje e o que a Controladoria, que é um órgão novo que foi criado, mudou nesses procedimentos. O senhor poderia dizer para a gente o que mudou do Estado antes, com os controles que tinha, com a necessidade dos ritos de aprovação etc., e como o senhor implementou isso para que nós pudéssemos chegar a contratos como estão saindo agora, sem ninguém saber de nada, ninguém sabe dizer nada do que aconteceu?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – A... o rito ele continua igual. A questão legal ela tem que ser atendida. Qual é a grande diferença, né, vamos dizer assim, que o remédio, ele tem um gosto amargo? Se eu for mencionar duas operações, a Patriarcado e a Arritmia, que envolvem questões da Saúde, essas duas me somam 110 milhões, está certo? É um trabalho conjunto que nós estamos fazendo com o Ministério Público Federal. Isso é coisa lá de trás. Independente do período, o que nós tínhamos lá atrás? O SGPE ele apresentava tão somente a movimentação do processo, em alguns casos. O processo na íntegra não estava no SGPE, o.k.?

O que que nós temos hoje? Nós temos hoje uma mudança... por isso que eu digo que o remédio ele é amargo, uma mudança onde obriga você ter a transparência dos contratos, muito embora esse contrato, essa aquisição ela se mostra ineficaz em tudo. Não é isso? Está lá, todos os erros estão lá.

Então... é... essa do Patriarcado eu não sei quanto que eu posso recuperar ou se eu vou recuperar alguma coisa desses 110 milhões. E quanto tempo depois teve uma ação eficaz do Estado, né? Por pior que venha a ser essa questão dos respiradores, que é ruim, é, não se justifica, porque eu digo que é uma questão de conduta, porque... ou é dolo ou é... dolosa ou culposa, porque você tira os controles e você passa a assumir o risco.

Página 390. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Mas o Portal da Transparência tava lá. Quando a matéria, né, ela se apresentou, essa matéria buscou dado do Portal da Transparência. Quando o... o... dos... dos... EPIs, de 70 milhões, que não dá 70 milhões, dá 77, porque eram 14 milhões de dólares, ele se apontou a primeira vez, ele aprontou lá pelo Portal da Transparência. Então tava lá, compras Convid. Então ace... acendeu o sinal vermelho. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

Então, a agilidade, houve uma agilidade, foi *a posteriori*, foi, mas num curto espaço de tempo, né? Tanto que nós conseguimos bloquear aí praticamente 11 milhões de um lado e mais os respiradores, 12 milhões do outro. Se justifica? Não se justifica, né, mas você tá mudando o parâmetro, você tá mudando o paradigma da informação dentro do governo, tá? Então isso tá trazendo reflexos.

Então existiam problemas? Existiam, como existe hoje, né? Esse da... e, e, Educação é um problema interno? É um problema interno. Como é que se chegou a isso? Se fazia uma licitação prum projeto básico, não é isso, um projeto básico pra compra de uma escola, era entregue o projeto básico, não é isso, pra construir uma determinada escola, não se fazia uma conferência de tudo que foi entregue aqui.

Então você tinha projeto básico com sobrepreço. Esse projeto básico você faz um processo licitatório agora pra contratar a obra, com base num projeto básico que tá mal estruturado. Então o problema ele vinha pra frente. Então no momento que nós... hum... passamos a ter um monitoramento de edital, um portal de transparência, essas fragilidades elas aparecem com maior facilidade, tá? Aí você tem a questão do controle social, que vem a contribuir com isso, né?

O que eu quero dizer é que não se justifica, na realidade, você atestar algo que você não recebeu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Doutor Luiz Felipe, o senhor explicou, mas não disse nada. Quando eu participei do governo já tinham sistemas de controle onde se controlava desde a licitação até a execução das obras em tempo real, com pagamento e tudo e todo mundo via aquilo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O Estado estava organizado.

Eu lhe fiz essa primeira pergunta porque uma das funções que eu entendo que a criação desse órgão deve ser tanto de cuidar da formalidade legal dos processos, quanto proteger o gestor de eventual malversação do dinheiro público dentro da esfera pública, que sabemos que existe.

Essa questão da pandemia não pode, simplesmente pela pandemia e pelo pavor que se criou na população... Os gestores públicos têm que ser centrados, têm que ter pé no chão, porque se os gestores públicos não foram centrados e não tiverem pé no chão, o que nós vamos exigir de quem são nossos subordinados ou o que nós vamos explicar para a população?

E nós vimos durante a gestão dessa pandemia uma fragilidade total, tanto nas decisões quanto nos critérios utilizados para se fazer o enfrentamento. E na sua função de proteger o governo, em nenhum momento o senhor teve notícias de que um negócio tão grande, como por exemplo o hospital de campanha, que o senhor disse que o senhor participou lá, que foi chamado, o senhor não alertou o Governador que ele não deveria assinar esse contrato do hospital de campanha?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Boa pergunta essa sua.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque ele assinou. Ele assinou.

Página 391. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI
Fls. 3340
Rubrica

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A, a, boa essa sua pergunta.

O decreto ele começou dia 17/3/2020. Não é isso? O decreto relacionado à pandemia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sim, sim.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A primeira ação na qual eu participei, e fui convidado, foi lá então em 31 de março. Essa... esse planejamento, essa execução de 17/3 a 31 de março não teve a participação da CGE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Ninguém...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Em nenhum momento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...do governo nem o Governador...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Em nenhum momento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...nenhum Secretário, Deputado Kennedy, julgou a CGE um órgão importante para participar de um processo desse. É um negócio de doido.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É lamentável.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É um negócio de doido, é um negócio de quem não quer transparência mesmo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Então só pra...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor sabia que o Governador deixou, porque ele sabia, dava entrevista todo dia, se reunia todo dia lá no Coes com o pessoal, que o Governador sabia que estava pagando esses 33 milhões antecipados, que eles estavam superfaturados?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Desconheço essa informação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas nós sabemos que o Governador sabia, porque antes desse contrato da Veigamed...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O Governador, no dia 24, assinou um protocolo de intenções com a empresa Intelbras para que ela trouxesse os ventiladores, os respiradores para Santa Catarina.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sem custos para o Estado, só o custo de internação e o preço dos equipamentos.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Hum, hum. Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Poderia se trazer os duzentos que precisavam, não só os cem como...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Mas esses respiradores eram pra junho. Pra junho. Ela recentemente ela pediu uma antecipação de recursos, nós fizemos uma análise desse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Na época, quando foi assinado pelo Governador, a previsão de entrega ela abril, na época. Depois disso a previsão passou para maio porque os ventiladores iam sendo vendidos e a Intelbras disse que a empresa lá, para garantir a entrega, precisava de 30% antecipado. O senhor conhece todo esse processo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Conheço parte dele, porque ele foi analisado na CGE agora no mês de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas o senhor não tomou conhecimento antes?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, só tomamos conhecimento...

Página 392. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Antes o senhor não sabia de nada?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não. Só tomamos conhecimento no momento que ele foi pra análise da CGE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque tem um documento aqui nesse processo, que prova o que eu obtive dos empresários, que só não trouxeram os duzentos, e não trouxeram antes, porque eles não tinham fôlego financeiro e o Estado não quis pagar os 30% antecipados, com uma justificativa de que pela Lei 4.320 não podiam pagar antecipado. Só que três, quatro dias depois daí podiam pagar antecipado 33 milhões sem garantia de entrega, porque a entrega era para ser para o dia 4 ou 5, até hoje nós não recebemos nada, de uma empresa que não tinha capacidade de dar garantias da operação, que não tinha *expertise* para isso e ninguém alertou ninguém sobre isso?

Quem é a pessoa que tem uma caneta tão forte de 33 milhões dentro do governo, sem o Governador saber, que dá um dinheiro para uma empresa que não tem condição de dar garantia de que vai entregar um negócio, que não tem patrimônio para isso, que não tem *expertise* para fazer esse tipo de aquisição? Quem é que tem uma caneta tão grande? Que estrutura é essa de governo que permite um iluminado lá dentro, sem o Governador saber, de mandar 33 milhões e sem saber se nós vamos receber alguma coisa em troca?

O senhor podia responder isso para nós?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É a autonomia da Secretaria da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É autonomia.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É autonomia dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então o Secretário fez...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...não precisa pedir autorização para o Governador...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...não precisa passar pelo Grupo Gestor, não precisa de nada disso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Nada disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Ah, então o Estado está bem, viu? O Estado está bem, não é aquele Estado que eu participei, que as coisas eram controladas mesmo. Por isso que nós temos tantos processos com problemas, não é só esse. E o senhor está preocupado em olhar os processos do passado, dos outros governos, decerto...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...e não está preocupado...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...nós tamos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...em analisar os processos desse governo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Nós estamos olhando os processos desse governo também. Também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Tem coisas, doutor Luiz Felipe, que fogem da lógica, até do bom senso. Por exemplo, a mesma Secretaria de Estado da Saúde, não sei se acolhendo as suas determinações rígidas de controle para fazer qualquer ato, não conseguiu fazer durante um ano inteirinho convênios com

Página 393. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3341
Rubrica

Municípios das emendas impositivas dos Deputados para passar dinheiro lá para a ponta, para a pessoa cuidar do povo ou para um hospital, porque a burocracia que eles introduziram lá para fazer um convênio pedia até a carteirinha do SUS da pessoa que eventualmente seria atendida. Chegou a esse descalabro.

Não sei qual é a participação da CGE para montar uma estrutura dessa.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E por outro lado o iluminado tem uma caneta poderosa que assina 33 milhões, que num dia anterior, dia 1° de abril, está aqui assinado...

(*Passa a ler.*)

"**CARTA DE AUTORIZAÇÃO**

O **ESTADO DE SANTA CATARINA**, pessoa jurídica (...) representado pelo seu **Excelentíssimo Governador**, Sr. Carlos Moisés da Silva e pelo seu **Secretário de Estado da Saúde**, Sr. Elton de Souza Zeferino, vem pelo presente, declarar para os devidos fins e a quem de direito possa interessar, que autoriza a empresa Intelbras S/A – Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, suas sucursais e filiais, a negociar, adquirir e importar para fornecimento ao Estado de Santa Catarina, equipamentos denominados ventiladores.

(...)

Florianópolis/SC, 1° de abril de 2020." (*Cópia fiel.*)

A base disso foi a Proforma Invoice de sete milhões e pouco de reais para cem ventiladores. Quer dizer, todo mundo assinou isso, o Governador assinou isso, ele sabia que uma empresa catarinense, de boa-fé, poderia lhe ajudar a trazer os respiradores por, no caso duzentos... só multiplicar por dois, 14 milhões. Mas no dia 2 de abril o Estado paga 33 milhões para essa empresa desqualificada...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — (*Gesticula com a cabeça que sim.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...que o senhor há de convir que ela não tem qualificação pra essa negociação, e não passou pelo crivo de ninguém.

Então o senhor concorda conosco que existe, de fato, uma calamidade administrativa no governo de Santa Catarina, que não se consegue fazer nada.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não se consegue fazer nada.

No ano passado inteiro a Secretaria da Educação não conseguiu fazer uma licitação de reforma, dar ordem de serviço para recuperar uma escola do Estado. Tudo, tudo caindo aos pedaços. Dinheiro sobrando, dinheiro no caixa e não consegue fazer.

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

Há burocracia. Há integridade. Há não sei o quê. Mas as coisas lá na ponta não estão chegando. O que está acontecendo neste governo que tantos absurdos desses acontecem e o senhor, como um órgão novo feito pelo Governador, autorizado pelo Governador... Que nós aqui, Deputado João Amin, votamos por unanimidade, porque demos um voto de confiança para um novo governo, vamos deixar ele montar a sua Secretaria de Integridade, vamos deixar ele montar a CGE, já tem o grupo de auditores do Estado. Bom, ele quer fazer assim, vamos dar o voto de confiança para ele. Mas nada está funcionando. Nada está funcionando.

Então, doutor Luiz Felipe, eu só queria entender como é que o senhor, como um órgão de conformidade legal, que tem por obrigação proteger o seu Governador, que é o seu superior hierárquico, não discutiu isso, dizer: Governador, o senhor não pode assinar

Página 394. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

esse negócio do hospital de campanha, o senhor não pode autorizar os caras comprarem por 33 milhões de uma empresa dessa, sendo que a empresa aqui está se oferecendo para trazer pela metade do preço, menos da metade do preço. Será que ninguém alertou o Governador, porque ele sabia de tudo isso?

Então, é isso que eu gostaria de entender: até onde vai a participação do órgão que o senhor é o responsável e até onde começa a responsabilidade dos seus superiores em atos criminosos como nós vemos aqui.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá. Então se nós formos olhar o ano de 2019, não é isso, a... nos últimos quatro anos o... foi um ano do dezenove que o Estado teve resultado primário positivo.

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: "Não fez nada."*)

Estado primário positivo. Isso significa dizer... isso significa dizer quê? Nós trabalhamos com controle, gestão e governança.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Me desculpa, me desculpa...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, mas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu sou empresário, sou membro da Comissão de Finanças, analiso os balanços do Estado e o Estado só teve resultado positivo porque nós saímos de uma recessão profunda do Brasil e 2019 foi o recorde de arrecadação, o Estado teve mais de 2 bilhões de excesso de arrecadação...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...e teve menos de 100 milhões de economia.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Tudo isso eu sei, o senhor não precisa me dizer.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então não pode fazer esse discurso aqui que fazem aí para a população e querendo enganar quem não sabe das coisas. Eu sei das coisas. O Estado não fez absolutamente nada para ter esse *superavit*, foi a força do trabalhador catarinense que deu esse *superavit* à economia catarinense, que deu esse superávit para o Estado de Santa Catarina. E talvez ficou tão bochechudo que não controlou mais nada, começou a gastar mau o dinheiro, como a gente está vendo em tantos setores que não é só na pandemia, mas isso nós vamos tratar mais para a frente.

Então, essa de dizer que criaram economia em função da gestão, ã-ãh, nós sabemos o número exato da economia, a economia foi mínima, mínima, mínima, mínima! Essa é a grande verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) —Consulto os Deputados Moacir Sopelsa e Cobalchini, que estão participando de forma remota, se desejam fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu peço a palavra, para falar depois do Sopelsa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA —Obrigado. Agradecido, Deputado Sargento Lima.

Luiz, né?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Doutor Luiz...

Página 395. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3342
Rubrica

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Especificamente e bem objetivo, na questão da compra dos respiradores, qual foi a participação da Controladoria-Geral do Estado que o senhor preside, a participação na análise do processo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — O que chegou, que documentação você analisou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Nós analisamos o processo a partir da data de 18 de abril, a pedido da Secretaria...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — 18 de abril? O que...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — 18 de abril, a partir da Secretaria... a partir de um pedido da própria Secretaria da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Certo.

O que foi analisado nesse momento? Quais os itens?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Todos os itens. O que constava no processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Todos. Quais?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ah, o que estava no processo. Então a legalidade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Quais os itens que...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...a legalidade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — O senhor pode citar algum?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...a legalidade do processo. Então a questão do pagamento antecipado, a ausência de identificação de representante na proposta, improbidade de orçamentos, documentos que faziam referências, né, de forma divergente, enfim, endereços...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — (*Ininteligível.*)

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...incapacidade da empresa é... Veigamed em executar o contrato, enfim. Isso aí foi identificado a partir da análise. O que todo mundo já conhece.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Tudo bem.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Tudo bem, estou satisfeito.

Só em tudo isso foi dado com legalidade, porque a empresa...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — ...que a empresa tinha condições de...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Aí no dia... foi mandado uma notificação pra Veigamed visando o equilíbrio... o reequilíbrio econômico- financeiro, porque até aquele momento o que se tinha era uma compra num valor e a entrega no outro, tá certo? Aí foi solicitado (*o depoente folheia documentos*), foi solicitado instauração de investigação preliminar com base na Lei 2.846 e a Anticorrupção 1.106. E solicitar também a instauração de sindicância investigativa referente aos atos praticados no curso do processo da SES.

Página 396. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Então foram essas as três medidas iniciais é... adotadas pela Controladoria-Geral do Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Tudo isso foi antes de acontecer o pagamento e o fechamento do negócio.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não, após o pagamento. Tudo isso após.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Após?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Após o pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Após o pagamento?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Após o pagamento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Quer dizer...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Anteriormente nós não tínhamos conhecimento do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Quer dizer, a Procuradoria só foi consultada depois que o negócio estava concretizado, pago antecipado, sem que se tivesse uma segurança da empresa, que de fato era uma empresas idônea, que o cadastro permitia que fosse pago antecipado? Tudo isso? Tudo isso os senhores analisaram após o pagamento?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso mesmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Quer dizer, alguém fez o negócio, fechou a compra, pagou a compra e vocês não tinham conhecimento?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Estou satisfeito.

Quero dizer o seguinte, viu, Deputado, olhe, não é pelos cabelos brancos que eu posso sugerir, mas acho que o governo está perdido. Não posso admitir em hipótese alguma que um órgão público, um Secretário... a não ser que mudou muito, não é, porque quatro anos atrás quando eu era Secretário era um pouquinho diferente e agora era para ter mais transparência. Foi criada a instituição para dar mais transparência, para dar mais segurança, mas se ter uma compra de 33 milhões de reais...

O senhor disse, Deputado Sargento Lima, que para o senhor é muito dinheiro, eu quero lhe dizer que nos meus 74 anos de vida, sempre trabalhando, eu talvez tenha 5% desse patrimônio.

(*O senhor Deputado Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone. Ininteligível. Risos.*)

E acho que precisam ser realmente revistas as questões das compras do governo do Estado. Não é porque nós estamos numa pandemia, porque nós temos um decreto de calamidade, porque nós estamos numa calamidade, mas é de a gente ficar... E as pessoas que ficarem sabendo disso, eu não tenho dúvida, vão ficar... a palavra mais certa é apavorados.

Era essa a minha intervenção, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Sopelsa, não só os cabelos brancos do senhor, mas a sua condição também de contribuinte lhe dá o direito de fazer esse tipo de comentário.

Logo após a fala do Deputado Kennedy Nunes, estão inscritos o Deputado Cobalchini e na sequência o Deputado Felipe Estevão.

O Deputado Ivan Naatz tem um requerimento a fazer?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só para não perder, senhor Presidente.

Página 397. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3343
Rubrica

O senhor falou para nós aqui que a Controladoria-Geral do Estado fez um levantamento daquele processo da compra dos respiradores, um relatório?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Uma lista de itens?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Uma li... Não, não, não, o senhor fez um relatório, né, um levantamento, identificou todos esses problemas?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tem um... tem o procedimento de auditoria aberto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ótimo, é isso que eu queria saber. O senhor podia mandar para a Comissão esse documento?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Posso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Esse relatório?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O relatório e a... a... o relatório que foi feito e a... denúncia de fato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ótimo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Que foi apresentado pra Deic. Isso eu posso apresentar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor Presidente, eu solicito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Solicito à assessoria que encaminha o *e-mail* solicitando o envio a nossa Comissão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Depois dando conhecimento a todos os Deputados da resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES —Secretário, o senhor já falou alguma vez pessoalmente comigo ou não?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não. Eu gosto sempre de fazer essa pergunta antes para mostrar que as perguntas que eu vou fazer aqui não são imbuídas de qualquer valor sentimental, ou seja, positiva ou negativa.

Quando o senhor começou a falar aqui, eu acho que os seus alunos da Universidade Federal puderam lembrar das suas aulas, porque o senhor estava dando uma aula aqui e a gente vê que pela teoria há um distanciamento, há um fosso entre a teoria e prática, e a sua teoria, inclusive importante do seu doutorado e da sua formação, mostra que... deve o senhor estar percebendo também a diferença que tem entre as aulas e a prática.

Eu, na minha forma aqui, estou tentando montar um mapa, porque eu preciso dessa conexão de datas com aquilo que o senhor foi dizendo e sobre as coisas. E eu anotei aqui.

O senhor falou a primeira vez que entrou no processo dia 18 de abril. Confere?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — 18 de abril... foi quando...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Que a CGE entrou no processo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...de avaliação dos respiradores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Dos respiradores.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Muito bem.

Página 398. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Que foi demandado pela SES a avaliação desse processo, 18 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E quando é que vocês terminaram esse relatório?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Dia 24 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — 24 de abril. O que dizia o relatório?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Nas inconsistência do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Perfeito.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso. Inclusive a questão do pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Que vocês descobriram o roubo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, que existia um ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas o senhor falou aqui em roubo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Um ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Um ilícito?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Um ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então vamos lá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Kennedy...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Até porque eu não gosto que as pessoas fiquem pensando que a gente faça aqui...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Kennedy...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Só um minutinho, Deputado, por favor. Só deixe eu colocar aqui...

A gravação do senhor agora, aqui...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Hum, hum.

(*O Deputado Kennedy Nunes reproduz em áudio um trecho do depoimento do senhor Luiz Felipe Ferreira: "as... nós identificamos a questão do... do roubo, nós identificamos..."*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor concorda?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, roubo. O senhor fala de roubo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Corrigindo a fala, ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas o senhor falou roubo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu... corrigindo a fala, ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas o senhor falou roubo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Falei roubo em função da fala do ilustre Secretário anterior. Um ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aí o senhor entrou no dia 18 de abril...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Certo.

Página 399. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3344
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Kennedy...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim, Deputado Sopelsa, perdão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — ... desculpe te atrapalhar, os bombeiros foram chamados depois que a casa tinha queimado (*risos*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Bem lembrado.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Infelizmente é isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Bem lembrado. Aliás, pelo que eu estou vendo, a sua função... o que nós, Deputados aqui, pensávamos que seria de prevenção, a sua função está sendo muito mais de legista, né, de chegar só depois do problema, infelizmente.

Nós votamos aqui porque quando na aula que o senhor deu e na justificativa da reforma administrativa, a gente achava que essa Controladoria e a outra Secretaria de Governança e Transparência, eram muito mais de agilidade, de prevenção. E pelo que eu vejo aqui o senhor só chega ainda... e pior ainda, o senhor chega quando o corpo está frio já. É muito complicado. Neste caso eu acho que até em momento de putrefação já, pelo que a gente vê aqui.

O senhor entrou dia 18, o senhor disse que no dia 24 entregou... Entregou para quem?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Na reunião com o Secretário Helton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Governador?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Governo não sabia de nada?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não. É que ali na... na questão do secre... da... do processo em si, como você tinha ilícitos nós teríamos que fazer uma investigação preliminar para depois levar pro Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E por que no dia 4 de maio, aliás, no dia 7 de maio o Governador, numa fala com empresários, disse que ele sabia de tudo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu não sei lhe dizer, não fui eu que levei pra ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor não conversa como o Governador?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu nem tenho o telefone dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor também não tem? (*Risos.*)

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Também não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Controlador-Geral do Estado não tem o telefone do Governador?!

(*O depoente gesticulou que não com a cabeça.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor sabia que ele ofereceu um número aqui para os Deputados?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Quando há... quando há necessidade eu faço agendamento e eu converso com ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Vamos lá no meu histórico. Dia 18 o senhor entrou, dia 24 o senhor deu o parecer, no dia 28 saiu a denúncia do *site* Intercept.

Página 400. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quatro dias depois.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — No dia 29 eu publiquei esse *banner* aqui (*mostra ao depoente uma imagem do seu celular*). O senhor chegou a ver?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu perguntei: onde está o Controlador? Por quê? Porque até então a gente não via o senhor. Aí o senhor apareceu no dia 4 de maio numa *live*.

(*O depoente faz trejeito de quem estava tentando se lembrar.*)

Eu vou lhe lembrar, talvez o senhor esteja cansado já.

O senhor apareceu numa *live* junto como o Secretário Tasca e a tal da Secretária Naiara.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ah, na Defesa Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso, na Defesa...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor lembra o que o senhor falou lá?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Foram tantas coisas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu vou lhe lembrar.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor falou, em outras palavras, que o senhor colocava a mão no fogo no processo, porque o processo estava totalmente correto.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, tsh, tsh.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Falou.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não. Certeza absoluta que não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor fez isso inclusive com seus colegas Tasca e Naiara, mas o fato é que de corrupção o senhor não falou absolutamente nada. O senhor só tentou defender os dois Secretários, que eram o Secretário da Administração e o Secretário da Saúde. E se fôssemos atrás da sua conversa e o Ministério Público, a Polícia Civil e o Tribunal não fossem atrás da verdade, a gente ia acreditar no senhor que estava tudo certo, que não tinha corrupção.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não foi essa a minha fala.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pena que eu não tenho aqui.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso... Eu fa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas eu acho que seria interessante...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu falei que no ano de 2019...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...Relator...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Pode, pode requerer...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...a transcrição dessa *live*.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sabe por quê? Porque no momento da entrevista o senhor já tinha conhecimento dos fatos. O senhor falou para mim que entrou no processo dia 18, entregou o relatório que tinha roubo no dia

Página 401. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI
Fls: 3345
Rubrica

24 e no dia 4 de maio o senhor vai numa *live* e diz assim: não tem problema nenhum... Secretaria da Saúde... e o pior, é que o senhor em momento algum falou que houve corrupção. Na *live*, não, o senhor não falou que houve erro, o senhor não falou absolutamente nada. O senhor defendeu o Tasca e o Secretário Helton Zeferino ao lado da Naiara. O senhor falou isso daí... o senhor não falou nada, o senhor não emitiu nenhum parecer.

Somente depois, no dia 7, três dias depois, é que o Governador, numa fala com um grupo de empresários chamado Lide – aquela fala inclusive que ele pede para os empresários não investirem na comunicação –, é que ele diz, vou ler aqui – palavras dele: "Nós estávamos em desespero na primeira semana de março, em verdadeiro desespero." Palavras do seu chefe. "Se me dissessem que tinha dentro de uma casa 100 ventiladores, mas que eu só podia ver depois, era possível que a gente desse o dinheiro pra ir olhar."

O que esperar de um Governador que fala para empresários, Deputado Milton: a gente estava em desespero... E veja bem, um dos depoentes hoje aqui disse que o relatório que receberam é que em abril nós estaríamos com mais de oito mil mortos. O senhor sabia desse relatório ou não?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não?

Aí no dia... O senhor falou também que o senhor faz parte da Cea, né? Como é?... Ivan...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — CA.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — CA...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — CA.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Do CA. O senhor também faz parte do CA?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Qual CA?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A partir de quando o senhor...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Qual CA?

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: "O Centro de gerenciamento..."*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Centro de gerenciamento...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, eu não faço parte do Centro de gerenciamento de risco.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Coes.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não faço parte do Coes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor não faz parte do Coes?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não faço parte do Coes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A Controladoria não faz parte de nada?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não faz parte do Coes. Nós, é... nós nos habilitamos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor trabalha?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Nós nos habilitamos ao assessoramento da Secretária da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, o senhor... O vai lá na Controladoria?

Página 402. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Todos os dias, todos os dias.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E o senhor faz o quê?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — As atividades voltadas às demandas da Controladoria. Então nós temos atendimento ao Ministério Público, nós temos atendimento do Tribunal de Contas, nós temos diversas ações de auditoria que estão em curso, tenho aqui um relatório de 81 páginas que foi apresentado na prestação de contas do governo, quais são as ações da CGE, as entregas na CGE, tá?

Então, considerando que a CGE ela atende as diversas Secretarias, e quando é demandada pro gestor, ou num momento que eu identifico alguma ilicitude que passa nas trilhas de auditoria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Secretário, deixa eu lhe fazer uma pergunta? Eu fiquei surpreso, porque... Volto a dizer, quando nós, Deputados, votamos para criar a Controladoria a gente pensava que era algo preventivo e não um legista de ver coisa atrás. Mas eu fiquei muito surpreso quando o Secretário de Saúde, logo depois de estourar o processo, ele faz uma portaria permitindo o senhor entrar no processo. Foi isso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Que ele fez uma portaria trazendo a CGE como atividade essencial.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aí só a partir da autorização do Helton Zeferino é que o senhor pôde entrar no processo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, na realidade eu vinha trabalhando em ações pontuais e ações específicas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E por que ele fez a portaria? Por que é necessária uma portaria para um órgão do Estado fazer parte de um processo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Em função das restrições, né, dos servidores, do trabalho *home office* e a necessidade de se ter uma atuação mais presente, não é isso, então foi que eu justifique pra ele a essencialidade da CGE nesse sentido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E o senhor, a partir desse momento que entrou, a partir da autorização do Helton, é que começou a fazer esse relatório? Ou foi antes?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, esse relatório ele foi apresentado, né, a partir de 7 de abril, e por demandas. Então, pra fazer o relatório a Secretaria da Saúde ela teria que requisitar.

Então... dessa etapa pra frente deve ter vindo aí uns três ou quatro processos para serem analisados pela CGE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quando o negócio apertou e que o senhor apareceu, o senhor disse que foi pressionado pelo Secretário Douglas. Que tipo de pressão foi essa?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Na realidade foi o dos... EPI, compra de EPI. Não é isso? R$ 14 milhões, numa Quinta-Feira Santa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Que tipo de pressão, o que é que foi?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Era pra aprovação de... a necessidade de se dar a... a... agilidade do processo para as aquisições do EPI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — No...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — E esse processo ele foi... arquivado.

Página 403. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3346
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Arquivado porque, pelo consultor jurídico da Secretaria de Estado da Saúde que esteve aqui disse que o parecer foi que não era possível terceirizar uma licitação. É isso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É que eles estavam compran... tavam fazendo direto com uma *trading*, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E daí...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Mas aí tinha vícios de origem, tinha sobrepreço... enfim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E isso...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Além disso tinham outras questões.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E isso nada foi verificado no...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, porque o processo foi arquivado. Perde o objeto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, não, no do respirador, que também era uma *trading* que estava importando equipamento... Porque é quase a mesma coisa, aqui disseram que não podia contratar uma empresa que ia importar, mais contrataram aqui uma que ia importar.

O senhor participou, a Controladoria-Geral participou efetivamente do EPI?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Fui chamado na Quinta-Feira Santa pra olhar o processo do EPI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E daí?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Foi arquivado o processo. Ele não tinha condições, ele tinha vício de origem.

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá. E daí então cancelaram... foi a mesma coisa do cancelamento do Mahatma Gandhi, lá do hospital de campanha, ou vocês só chegaram depois do corpo frio de novo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, o Mahatma Gandhi... na realidade foi feito os apontamentos da CGE...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas antes ou depois do estouro?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Antes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ah, vocês conseguirem chegar antes.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Antes... sempre chegamos antes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Oh...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A... quando nós fomos chamados. Se nós somos chamados... Você não tem como identificar um ilícito num montante de 26 bilhões. Se você tem o controle e a pessoa não atende o controle, como é que vai ser feito?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Deputado Kennedy, só para completar...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Mas só pra... pra... pra completar ali, a questão do...

Página 404. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu ouço aqui (*referindo-se ao depoente*) e depois o João e o Milton, até para ajudar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Só para atender aqui.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A questão do hospital de campanha, o edital saiu na quarta-feira, a nossa manifestação saiu na quinta. Então ele teria que proceder o ajuste do edital, com a retificação do edital pra atender não só as minhas demandas, como as demanda do TCE, tá certo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deputado João.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Foi o Douglas que chamou vocês?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Em qual situação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Para vocês aparecerem quando a... chegar antes?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Do Mahatma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Foi o Douglas Borba?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, mas qual... em qual situação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Nessa situação que vocês foram chamados...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, do hospital, do hospital de campanha nós participamos da reunião numa terça-feira e acompanhamos a publicação do edital.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Por que todos os outros vocês não apareceram e nesse vocês apareceram?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Do hospital de campanha?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É, todos...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Porque foi feito um chamamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem chamou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A... Defesa Civil chamou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Ah, então foi o Cordeiro que chamou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O Cordeiro chamou pra uma reunião...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Ã-hã.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...onde estava presente o TCE, estava presente a CGE, estava presente Ministério Público e a própria... Defesa Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E por que a Defesa Civil chamou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Porque era pra construir o edital.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas a CGE participa da construção?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Nós temos uma... uma estrutura na CGE que contribui com atos legislativos, decretos, na parte de emendas impositivas, na parte de convênios. Isso... ele passa pela CGE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Então a CGE participou do processo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Presidente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Milton... só para terminar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Doutor Luiz Felipe, só para eu entender. Como é que o senhor vê e consegue explicar isso: por que um

Página 405. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3347
Rubrica

Secretário da Casa Civil, que não tem nada a ver com a gestão da pandemia da Saúde, traz um processo de compra de 14 milhões de dólares, com vícios de origem e com sobrepreço, e pede para o senhor fazer esse negócio andar para frente? Por quê?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Um órgão totalmente alheio...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS— ... ao que está controlando a pandemia.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim... sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Será que ele tinha algum interesse nesse negócio?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não sei lhe dizer... no momento que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas o senhor não acha estranho isso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É estranho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E o Governador, que tem o seu braço direito fazendo isso, será que o Governador sabia disso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Na... na ocasião ele conversou comigo pelo telefone, onde ele pediu que eu fosse até a Secretaria da Defesa Civil, e na sala estava o Secretário Elton e o Secretário Douglas quando eu cheguei. Então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Para falar desses EPIs?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Pra apresentar a questão do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — No...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Estou satisfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Numa entrevista que o senhor deu em 2018, 31 de dezembro de 2018, o último dia, o senhor fala que a principal mudança com a Controladoria-Geral é ter um órgão independente que passa a validar as contas do Governo. O senhor lembra disso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Falta planejamento na execução das atividades... A sua fala antes de ser Secretário.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso... sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Em muitas situações sai executando e depois entra o planejamento (o senhor era profeta, já estava imaginando que ia falar essas coisas, viver isso?), o que impacta em termos de prazo e de resultados. Se tiver um efetivo planejamento antes da execução, terá o melhor.

Outra fala sua: com a oficialização da CGE, a busca pela transparência sairá do discurso e passará para a prática. É um trabalho que previne a corrupção na administração pública, zelando pela transparência. Acesso à informação, controle social e conduta.

Toda essa entrevista que eu li, e acreditei no senhor...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...é que me fez, no dia 29 de abril, dar um grito: cadê o Controlador?! E daí eu posso, hoje, tirar uma dúvida, que vocês não servem para nada no governo, na prática. E não vem me colocar aqui a culpa que todo mundo estava... como é que falaram aqui, no canibalismo comercial, que tem... Não, não vem!

Eu acho que não dá, porque o senhor falou do exemplo dos carros na SC-401, ou seja, não tem como controlar tudo na vida. E o senhor dizendo aqui só me dar uma

Página 406. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

certeza: é como se tivesse... quando a gente vai fazer essa previsão que o senhor fala de fazer um limite por amostragem, neste caso dos 33 milhões, Presidente, é quase como se fosse um boi entrando num galinheiro. Porque não dá para acreditar como é que você vai fazer um limite por amostragem de 33 milhões de reais, quando você tem...

Agora, para encerrar, senhor Presidente, do depoimento que o senhor fez lá no Ministério Público, o senhor mencionou uma conversa com o Secretário Tasca, na qual ele dizia que era abre aspa "Só ligar pro Secretário Helton que o senhor entenderá tudo". Está lá no seu depoimento no Ministério Público.

Por acaso essa fala é uma insinuação de que o Secretário Tasca tinha conhecimento de todo esse roubo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O que era então?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Na realidade é... tratava sobre a questão do EPI, aquela compra de 77 milhões. Tá certo? Que eu verifiquei....

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então essa sua fala não é nada do ventilador, do respirador?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, nada do ventilador. Não, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É a fala do?...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Dos EPIs, dos EPIs. Quando eu identifiquei a questão da ilegalidade da... do, dos problemas, do processo do EPI, eu liguei pro Secretário Tasca, né, referente a essa questão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O Deputado Kennedy falou daquela reunião que tu participaste, tu, Douglas, o Helton, agora ele está falando de uma fala do Tasca, mas tem um... tem algo no meio aí.

E no seu depoimento o senhor falou o seguinte, que participou da reunião depois... foi até uma reclamação que fez pro Tasca e o Tasca pediu, indicou, recomendou o senhor falar sozinho com o Helton. Sozinho por quê? Que medo era esse do Douglas que vocês tinham? Que medo é esse?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É porque na realidade o que tava se identif... se identificando era uma interferência do Douglas numa Secretaria que não era de alçada dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, não é apenas uma interferência. Você falou que a maneira como o Douglas cobrava era muito mais do que uma interferência.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O que eu tô dizendo, a interferência no momento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, o senhor disse... tem que dizer a mesma coisa, né, ou mentiu pra Polícia?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — No momento que eles... com o Secretário da Defesa... da Casa Civil está gerenciando uma compra ou cuidando de uma compra na Secretaria da Saúde, é uma interferência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, mas o senhor falou até do jeito dele...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, a forma que ele me ligou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Qual era a forma?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso, a forma que ele ligou que queria aprovação até as 12h daquele dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Determinando, mandando.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Determinando, isso.

Página 407. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3348
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Com...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Certo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E colocando que o Governador tinha interesse nisso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não. Ele determinou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Nunca mencionou o Governador.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ele que determinou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Como?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ele determinou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas como é que ele poderia determinar ao Controlador?..

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Que poder era esse? Conta pra gente.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A... a questão...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Será um fato novo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A questão, a questão é que ele é... mencionava que o Estado não estava tendo êxito nas compras de EPI, que aquela ali seria uma possibilidade de atender às demandas do Estado. Certo? Só que quando se olha pro processo, as demandas do Estado é pra ir quatro meses, cinco meses talvez, não mais que isso. Ali nós temos uma demanda pra... pra... para praticamente dezessete meses. Então como é que vou fazer uma compra... Não é isso?

No momento que nós começamos a ajustar o processo, a nossa realidade ficaria em torno de... 6 milhões de dólares e não 14 milhões. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes, o senhor já encerrou?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu tenho mais uma pergunta.

O senhor, além de ser Controlador-Geral, o senhor é membro do Conselho da Celesc e da SCPar?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ganha quase 9 mil reais de jeton?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É... por ser membro do Conselho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Perfeito. O senhor acha moral o senhor Controlador participar de duas empresas, inclusive uma delas nós estamos questionando o OPS, porque todas as licitações eles não mostram que é a SCPar?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A... o meu é o Conselho Fiscal. Existe um impedimento pela lei com relação ao Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria Estatuária. Então não existe nenhum impedimento legal com relação à participação no Conselho Fiscal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Com certeza ilegal, não, mas o senhor acha moral o senhor Controlador recebendo de duas empresas que o senhor deveria fiscalizar?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A... a Celesc, na realidade, é uma S/A, a fiscalização ela é externa em função da própria CVM, não é isso? E... no Conselho Fiscal o papel é de fiscalizar as contas de encerramento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É.

Página 408. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O senhor já está sabendo dessas licitações da compra de 590 mil passou para 2.110 milhões; uma outra licitação com dispensa de licitação no Porto de São Francisco do Sul de mais de 10 milhões, que depois de denunciada foi destratada amigavelmente?... O senhor já está sabendo desse assunto ou não?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso foi março do ano corrente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ou foi agora, eu denunciei esta semana.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, mas já havia sido já divulgado isso, se não me falha a memória em março, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Aí foi feito, sim, um encaminhamento pedindo esclarecimentos, pedindo esclarecimentos ao Porto de São Francisco do Sul e providências.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor tem como comprovar esse...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tem um processo aberto lá da data de março referente a essa questão.

(*O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Agora, sobre essa questão ainda da SCPar, já chegou esse negócio por que as licitações não estão abertas na página da SCPar?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A...a... segundo eu tive observando, e eles me passaram essa informação, que depende do... como é que é, provedor inte... Não provedor, se é o Chrome ou Mozilla pra abrir. Enfim, o que que eu sugeri de fato, que tivesse um *link* com o próprio SGPE, porque o SGPE ele tem toda a informação e o trâmite do processo.

O que eles fizeram foi um *link*, né, buscando a informação e trazendo numa página solta, automaticamente você pode ter essa... esse recorte de não alcançar a íntegra do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor, como Controlador-Geral, vai pedir para o Governador tirar o Douglas dos dois Conselhos que também é seu colega no da SCPar e da Celesc, porque agora sequer mais é Secretário e está no epicentro dessa investigação?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A questão do Conselho é... ele tem um mandato pra cumprir.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas vocês dois foram indicados pelo Governador.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Na realidade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...é indicado, indicado e passa pelo comitê de elegibilidade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim, mas...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Certo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...a indicação do Governador é aprovada ou não no Conselho.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso, mas daí ele passa a atender ao período que ele tem o mandato.

Página 409. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3349
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então eu vou lhe fazer um pedido, para o senhor não chegar tarde demais com o corpo frio: pede para sair, porque isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Concluindo, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...tá ruim lá na sociedade.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Estou presente na reunião remotamente, mas estou presente, e ouvindo atentamente e com toda a paciência, como todos nós temos que ter.

Quando encaminhada a reforma administrativa, Controlador-Geral do Estado Luiz Felipe Ferreira, à Assembleia, uma das grandes novidades que a reforma propôs foi exatamente a criação da Controladoria. Foi uma inovação em relação à estrutura do Poder Executivo. E como já foi dito aqui por alguns Deputados, nós acreditamos que efetivamente a estrutura proposta iria ajudar no controle para que os processos tivessem a efetiva transferência, a lisura.

Eu fico agora aqui pensando, e preciso pensar em voz alta agora, será que não tem que rever esses processos a partir de situações como ocorreram, das EPIs, do hospital de campanha, dos respiradores. Será que nesse processo, quando se lança o edital, nesse exato momento não tem que chegar ao conhecimento da Controladoria? Para não chegar depois, como disse o Deputado Kennedy? Como falou o Deputado Sopelsa? Dia 18 de abril, como se fala aqui no oeste, a vaca já foi pro brejo.

A Controladoria tem que exercer um papel de prevenção e não apenas para apagar incêndio quando, muitas vezes, não tem mais o que apagar.

O Governo do Estado tem falado ainda, mas já se falou muito sobre isso, que é um governo digital, um governo sem papel. E esse processo... literalmente o processo é sem papel. Nem digital é, porque não houve ato, não houve publicidade. No seu relatório certamente que o senhor aponta essas falhas. O senhor concorda, não tem que virar essa página e começar de novo para não acumular ainda mais casos como esse? (*Pausa.*)

Estou lhe fazendo uma pergunta...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Se o senhor não constata a necessidade de mudança nos processos.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O que que nós fizemos? Nós adotamos uma política de compra pela SEA, tá? Então agora as compras do Covid-19 estão sendo realizadas pela SEA e uma análise prévia pela CGE.

Então existem dois momentos distintos. Uma é antes da publicação do edital e a outra, havendo a necessidade, uma requalificação, aliás, uma reavaliação pra fazer a qualificação do fornecedor. Tá?

Então, obrigatoriamente, a primeira análise... ela está numa... portaria a ser publicada. E... já está em vias de. Então uma análise prévia da CGE. Tanto que nós analisamos agora uma aquisição com a Weg. Isso, uma aquisição de respiradores com a Weg. Então essa foi feita uma... uma análise prévia por parte da CGE. Certo? Então isso está normatizado.

Página 410. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Então as compras Covids obrigatoriamente elas passam é... pela SEA, passa a ser realizada pela SEA, e uma avaliação prévia pela CGE do processo de contratação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Quando uma aquisição, pelo que eu conheço, ultrapassa o limite de 650 mil reais, ela deve ser tramitada, aprovada pelo Grupo Gestor. Ainda que em período de pandemia há uma questão de excepcionalidade, até para dar agilidade, mas não seria prudente que esta situação tivesse tido um parecer, a aprovação do Grupo Gestor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ah, isso teria que ser dialogado lá com a equipe do Grupo Gestor. Mas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O senhor como Controlador-Geral do Estado?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu não... eu não participo do Grupo Gestor. Reconheço... Não, não participo do Grupo Gestor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Você não participa?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não participo do Grupo Gestor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quem é que faz parte do Grupo Gestor?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — É impressionante.....

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Grupo Gestor... PGE, SEA, Casa Civil, Fazenda... CGE, SEA, Casa Civil, Fazenda... Acho que é isso, esses quatro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Já que eu não tenho também o telefone do Governador, vou fazer uma moção pedindo para o Controlador fazer parte do Grupo Gestor, porque é lá que funcionam as coisas. Pelo menos nos outros governos o Grupo Gestor é que dizia, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu fui Secretário e nós não tínhamos autonomia, Milton, Solpelsa, não tínhamos autonomia de espécie alguma, ou para realizar um procedimento como esse, ainda mais de altíssimo risco.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Esse... esse de 33 milhões ele não passou pelo Grupo Gestor. Não passou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu oriento...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Seria um filtro, seria um filtro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu oriento para ficar, inclusive, como uma conclusão da nossa CPI, além de tantas outras conclusões que vamos chegar, mas esse fato de a Controladoria não fazer parte do Grupo Gestor, para mim me parece é que... Por isso que acontecem essas coisas como estão acontecendo. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

Mas eu quero dizer ao Controlador que, ouvindo atentamente tudo que o senhor falou, cada vez mais eu chego à conclusão de que o processo foi completamente viciado, não se teve nenhuma cautela, não teve absolutamente ninguém.Parece que todo mundo ficou cego, surdo e mudo. Ninguém de bom senso, de equilíbrio que tenha tentado alertar alguém, porque isso tornou-se de conhecimento público,todas as pessoas na rua estavam falando e ninguém falou ao Governador: Estanca! Pare! Sinal amarelo! Sinal vermelho! E não, o sinal ficou verde o tempo inteiro, mesmo em uma situação dessa.

Página 411. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3350
Rubrica

Então, essas são as conclusões de que nós estamos chegando, parece que a gente precisa continuar aprofundando, sim, estamos ainda no início, Relator Ivan Naatz. Mas tem sido muito esclarecedor o dia de hoje e eu fico muito satisfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado, Deputado.

Posso fazer uma intervenção para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor concluiu, Deputado Cobalchini?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI— Concluí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É o seguinte, eu vejo aqui que a Corregedoria-Geral do Estado de Santa Catarina, unidade integrante da Controladoria-Geral do Estado, órgão central do sistema de controle interno e Ouvidoria, detém a função de sistematizar, normatizar, supervisionar, padronizar e fiscalizar. Está lá no *site*...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...do qual o senhor é diretor.

Eu só queria que o senhor confirmasse, o senhor não fez parte do Coes?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não foi convidado por ninguém para fazer parte do Coes?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor disse aqui que as recomendações que o senhor deu no hospital de campanha não foram atendidas?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não foram atendidas pelo João Batista.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não foram atendidas.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Elas foram atendidas no... pelo senhor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pelo Tribunal de Justiça, né?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não. Elas foram atendidas no momento que o... que o Governador tomou conhecimento das recomendações, foi onde ele fez o cancelamento do contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor está mentindo! O Governador assinou o contrato. O senhor quer que eu mostre?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não. O que eu quero lhe dizer, o que eu quero lhe dizer que foi feito uma reunião para se apontar quais eram as fragilidades do contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então depois do Governador ter assinado?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Provavelmente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ah, então tá.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá? Provavelmente. Nesta reunião estavam os Secretários e o Governador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então o Governador assinou o contrato. Só não acabou aquele contrato porque o Tribunal cancelou, porque o Tribunal de Contas deu uma exceção, porque a Assembleia Legislativa fez amostras, porque nós mostramos o edital, porque eu mostrei a recomendação do Tribunal de Contas e porque choveu ação popular contra o Governador.

Página 412. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Então, se o senhor é o Controlador e não sabe...Mas foi isso,o Governador assinou contrato, mandou pagar, assinou. Eu nunca vi Governador assinar nada, mas o senhor Governador assinou. Então, não seguiu a orientação.

O senhor não faz parte do Coes.O senhor não faz parte do Grupo Gestor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Como o senhor vai cumprir a missão do senhor que é de fiscalizar?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É porque no momento que a CGE foi aprovado na 741, ficou em aberto dois aspectos específicos que deveria ser remetido a esta Casa, que era a estrutura, né, em termos de pessoal, e também a questão das atribuições em forma detalhada e os limites, né? E essa... essa segunda fase da implementação e da necessidade de reestruturação da CGE ainda não teve o trâmite final dentro do Executivo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom, senhores Deputados, eu, como todos vocês, como todos aqui, estou assustado. Eu estou assustado, eu estou pasmo com a vossa excelência, com o governo. Por Deus,verdade, eu falo isso com tristeza de ver que as coisas não funcionam, não andaram.

Nós vamos ter que fazer um relatório para colocar tudo isso e Santa Catarina saber disso tudo – e muito poder na mão de uma pessoa só, cada um fazendo o que quer. A gente perde a palavra, triste.

E também para encerrar a minha participação, o Deputado Felipe quer falar também – pensei que já tinha encerrado,desculpa, Deputado Felipe.

Pode ser legal o senhor ter dois conselhos, como o ex-secretário Hoffmann, que chegou aqui adjunto, tem três empregos no governo, três! O Hoffmann sentou aí nessa cadeira que o senhor está, era Secretário Adjunto, conselheiro do Ciasc...

(*Manifestação fora do microfone: "Cidasc".*)

Não, do Ciasc e da Casan. O senhor é conselheiro da SCPar e da?...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Celesc.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o senhor é Controlador. O senhor tem três empregos públicos? Três! O senhor se acha... eu perguntei para o senhor antes:Eu me acho com capacidade para preencher algo com comprometimento, imparcialidade e impessoalidade.O senhor tem três empregos públicos!O senhor sabe quantas pessoas nesse país esperam ter um emprego? Que moral o senhor tem para poder fazer as fiscalizações que o contrato precisa ter, Secretário, com três empregos públicos?!Eu peço, encarecidamente, que o senhor deixe, pelo menos, dois deles.

Assim como o Douglas Borba era Secretário e três vezes conselheiro. Isso é um absurdo! Vocês tomaram conta do governo, pegaram todos os espaços, Deputado,pegaram todos os espaços e ocuparam para vocês. É isso o que vocês fizeram.

Muito obrigado, Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com a palavra o Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito obrigado, senhor Presidente.

Senhor Luiz Felipe Ferreira, entre os personagens centrais desse desastre que está acontecendo com Santa Catarina, que fez ela ganhar projeção nacional e de forma negativa,e hoje à medida que vem se desenvolvendo o trabalho da CPI mostra que não é mais compra irregular, é crime, é crime!

Página 413. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3351
Rubrica

O senhor tem noção da gravidade desse desvio de 33, desse roubo – o senhor usou essa expressão – de R$ 33 milhões? Para mim, Deputado Kennedy, a gente que é de confissão,de fé cristã, para mim é um dinheiro maldito, é um dinheiro que um câncer vai levar lá na frente.Um pastor disse isso para mim uma vez: Felipe, cuidado!O dinheiro público é um dinheiro que um câncer, que um acidente vai levar, cedo ou tarde, vai ser cobrado. É um dinheiro maldito. E aí eu falei: É aquele caso do hospital,porque eu visitei a Casa Guido, um menino com câncer precisando de tratamento e a família implorando, e eu não tenho, o que eu tenho são emendas parlamentares, é dinheiro público, eu não poderia ajudar, e aquilo me cortou o coração.Mas sai R$ 33 milhões, talvez o maior escândalo do Estado. O senhor tem noção da gravidade desse escândalo? Porque o senhor fala com tanta frieza, o senhor chegou aqui tão topetudo, falando com tanta... "eu sou técnico..." parece que você não teve noção da gravidade do que está acontecendo no Estado. O senhor tem noção?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Da feiura desse ato, do quanto ele macula a história catarinense, o senhor tem noção?

Muito bem, o senhor foi indicado pelo Coronel Márcio, e a gente, digamos que, infelizmente, para minha tristeza somos correligionários, não sei e o senhor é filiado,mas eu me lembro e está muito fresco na minha memória, tem um vislumbre ainda do senhor entrando dentro da transição e senhor dava uma aula, olhava... o senhor deu uma aula e bem – alguém frisou aqui.Na teoria eu até fiquei impressionado, mas eu vi que na prática foi um verdadeiro desastre. Então eu sou testemunha ocular e presencial de quando o senhor entrou na transição, de toda a sua influência sobre o Moisés, que se encantou com a sua aula que senhor deu, até eu me impressionei, não tinha aquele conhecimento técnico, mas me impressionei.E até tive um vislumbre de um futuro um pouco diferente do que estamos vivendo.

E como o Coronel Márcio lhe indicou? Indicação política?... até onde vai a sua autonomia para – eu vou até usar essa expressão que o senhor Carlos Moisés usou – essa sandice que o governo fez de pagar adiantado?Eu me torno até repetitivo porque acho...Meu filho de cinco anos, quando ele tem um negócio na mão ele vai no mercadinho e quer um kinderovo, ele gosta, ele não dá o dinheiro sem tomar o negócio:"Me dá meu kinderovo e aí toma meu dinheiro".Até uma criança de cinco anos tem esse critério:"Não toma meu dinheiro, me dá o produto que eu quero", e aí o Estado paga R$ 33 milhões. E aí eu quero chamar o senhor pela relevância do seu cargo, o senhor é Controlador-Geral do Estado, o senhor tem poder, tem uma caneta também, como eu digo, poderosa para coibir esse ato. Até onde vai a sua autonomia? Será que essa indicação política lhe amordaçou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, são recomendações da CGE. E, de fato, no momento que eu tomo conhecimento, tá? Então, por exemplo, na, numa ação que nós fizemos com relação às lavanderias, o contrato de lavanderia à Secretaria da Saúde foi algo trabalhado sem sequer mencionar pro Secretário Helton que seria feito aquele trabalho que iniciou num domingo.Nós fizemos um monitoramento de domingo a domingo do contrato, entendeu?

Então, no momento que existe a necessidade, se identifica o vício, ou a ilicitude, ou pela trilha de auditoria, é que você tem a ação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas o senhor, como Procurador, não viu nenhuma ilicitude?E torno a dizer aqui, se senhor entrasse no Google e pesquisasse o endereço da empresa, o senhor iria ver que era uma casa de massagem. O senhor, como Procurador, não sabia de nada disso?

Página 414. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Mas, a partir do dia 18 que o processo chegou, e tomamos conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Por favor, eu conheço a rotina do senhor, a proximidade do senhor com o Douglas Borba, eu convivi naquele meio, o senhor tinha acesso direto, livre, poderia conversar: a Procuradoria que tem esse dever de investigar.E nada fez?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Eu tenho um decreto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É irônico se ouvir, mas eu acho irônico porque (*manifestação ininteligível*) contribuinte.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu tinha... não, não, é, é, é irônico, irônico você achar que essa proximidade com o Douglas. Tem um decreto, dois decretos que ficaram parados desde dezembro na Casa Civil, demandas da CGE,entendeu?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Em teoria, mas...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Então, na, na...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO —...na prática o que o senhor fez? O senhor é muito bom de teoria, o senhor é um professor, um bom orador. É, mas...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não. Toda, toda a parte de recursos antecipados, isso é trabalhado lá na CGE, tá? Tem diversas ações junto com o Ministério Público, a... o próprio Ministério Público tem ações específicas dentro da Saúde, dentro da Educação, dentro da Infraestrutura. São ações...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas, Procurador, o senhor tem ciência de que o cargo que o senhor ocupa ele poderia ter parado esse processo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — As atribuições que existem hoje, dentro da 741 não me dão a liberdade parar qualquer processo. Eu recomendo, eu recomendo, ele não me dá, ela não me dá...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor não teria como parar esse processo. O senhor está fazendo o que o Secretário Helton fez, joga a culpa para o Douglas, o Douglas joga a culpa para o Helton. O senhor está fazendo a mesma coisa.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não tô jogando a culpa pra ninguém.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor não está chamando a responsabilidade, o senhor é Procurador do Estado, a gente pesquisa em qualquer Estado dessa nação e...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Controlador-Geral.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — ... e o senhor...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso, Controlador-Geral.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Enfim, é sempre assim. A gente fica triste porque quer esclarecer, e chega aqui ninguém sabe de nada, todo mundo é omisso:não fui eu, eu não sei, eu não posso, eu não tinha esse poder, essa autonomia.

Bem, eu reforço o pedido, deixa de ser conselheiro, por favor. Porque a sua inanição machuca, fere, é cuspir na cara da sociedade catarinense. Mas eu vou me ater aqui, vou tentar ser o mais técnico possível,afinal, meu propósito, o nosso propósito é descobrir quem mandou, quem foi o ator principal nesse roubo, como bem verbalizou o senhor.

A Corregedoria do Estado até agora... eu bem lembro de toda a publicidade que o Governador Moisés fez pegando dados, como bem citou o Milton, dados que eram de

Página 415. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3352
Rubrica

crescimento natural e atribuindo a eles, vestindo uma glória que não era a sua, para si, cheio de orgulho, tentando enganar a população.E lembro bem da publicidade que ele fez quando criou o seu cargo, e aqui nós votamos.Enfim, eu vou ser sucinto.

Hoje a Procuradoria não tem um feito sequer, senão ações que fala vício de origem,um ano e meio quase de trabalho e vocês nada fizeram, nada de expressivo, acho que é o termo certo, nada de expressivo senão falar de governos anteriores.

E aí a Procuradoria nada detectou no hospital de campanha, por exemplo. Na SCPar, que para meu choque a gente tem as denúncias,os senhores Deputados podem escrever aqui, eu vou falar em parte, Deputado Kennedy, e em parte eu vou profetizar: a próxima CPIque vai ter nesta cidade, vai ter nesta Casa, vai ser da SC Parcerias. Porque o dossiê que eu já tenho do porto de Laguna, enfim, do porto de Imbituba... E aí eu acho que até o Deputado Kennedy errouporque faz a denúncia –tinha que deixar consumar, Kennedy, consumar o contrato, porque a SC Par... Aí me choca porque o senhor é Procurador, tem o dever de fiscalizar, até aqui as ações foram levianas, foram irrisórias, e aí o senhor é conselheiro da SCPar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deputado, se me permite.

O presidente de SCPar, que é aquele que foi sócio do irmão do Lucas Esmeraldino, falou à imprensa que as minhas denúncias para abrir uma sindicância é preciso assinatura de todos os conselheiros, inclusive do senhor. Então, assina lá para fazer, porque só a partir da assinatura de todos os conselhos...agora tem um carro porque está tudo em casa, rodando o Estado para procurar a assinatura. Eu disse: é melhor apurar porque senão daqui a pouco vão pedir assinatura lá no presídio,porque se continuar assim... É uma barbaridade, sabe?!Só para fazer esse... a parte que o presidente da SC Par falou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Enfim, aí eu descubro e desanima meu espírito, e talvez a gente nunca viu isso no Estado sem antecedentes, o nosso Controlador-Geral do Estado é funcionário de uma empresa que ele vai fiscalizar.Enfim, preocupa-me muito.

Eu vou até encerrar,eu acho que os companheiros têm perguntas pertinentes, a gente tem dados concretos para chegar a um veredito final, para dar uma resposta à população catarinense. Mas algo me preocupou aqui, senhor Controlador, o senhor é conselheiro, tem essas três funções, e algo me preocupou porque mesmo com todo esse poder na mão, aqui mostrou duas coisas nas suas declarações: ou o senhor é omisso, ou o senhor foi conivente com corrupção.

É isso que eu quero entender, talvez seja um ponto final e o senhor usou a expressão roubo aqui e depois indagado pelo Deputado Kennedy o senhor falou que foi...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Ilícito. Se olhar no dicionário, fala de ações ilícitas, fala de roubo, praticamente a mesma palavra, e a Procuradoria não teve... Qual é o papel dela nessa compra? O senhor sabia, não sabia, o senhor recebeu ordem, o senhor teve autonomia, como foi a sua atuação? Porque R$ 33 milhões se esvaíram, até agora nada voltou e um quica a bola joga para o outro. Qual foi o seu papel, o senhor teve culpa, não teve, foi omisso? É o que nós queremos entender, porque depois de tudo que eu vi aqui o senhor questionar, talvez, o senhor foi o que mais entregou informações importantes. Qual foi o seu papel, até onde o senhor foi omisso ou conivente com esse crime?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Omissão não houve porque o fato chegou a conhecimento da Controladoria-Geral do Estado no dia 18, dia 18 de março. É isso?

Página 416. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Isso, 18 de março. Então, automaticamente, não houve é... qualquer... não, desculpa, 18 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — 18 de abril.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — 18 de abril esse fato chegou ao conhecimento da Controladoria-Geral do Estado. Então, no momento que tomou conhecimento, todas as ações necessárias foram feitas,certo? Apresentamos pro Secretário qual eram os riscos do contrato, quais seriam as medidas.

Então foram três medidas ali adotadas, o.k.? Uma era visando reequilíbrio financeiro-econômico do contrato, que aquela... até aquele momento você tinha uma expectativa de receber uma máquina um va, valor inferior ao contratado e já não havia aquele cumprimento de prazo, né, porque o valor tava associado à entrega quase que imediata do produto. Então haveria uma necessidade de um reequilíbrio financeiro do contrato, e isso foi apresentado ao Secretário.

Na sequência, a instauração de investigação preliminar, tá? Isso foi um ato da própria Controladoria, e solicitamos a instauração de sindicância investigativa na SES com relação ao processo em si para apurar as responsabilidades daquela questão.

Na sequência, o que que nós tivemos? Representação à PGE para que adote medidas cautelares judiciais e extrajudiciais contra a empresa Veigamed. Então, no momento que nós tomamos conhecimento da dimensão do que estava acontecendo até aquele momento, de um ilícito e um descumprimento de contrato, né, ilícito porque as peças apensadas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Tem alguns erros, Procurador, me perdoe, desculpa lhe interromper, mas a Veigamed é uma empresa fantasma, ela não existe.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, mas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Então nós temos que achar agora o gênio que pagou os R$ 33 milhões. Vocês levaram um golpe...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Então, automaticamente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO— ...ou desviaram dinheiro.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Então, o que a gente quer saber, a empresa é fantasma.Argumenta bonito, o senhor é bom de argumento, o senhor é um professor, mas a empresa é fantasma, não existe. A Justiça não conseguiu recuperar o dinheiro, não conseguiu rastrear, sumiu!

A empresa não existe, vocês levaram um golpe, foram enganados. Então agora é apurar de quem... porque tem leis de responsabilidade fiscal.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso. Por isso que tem que ser apurado administrativamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não é em uma empresa, é no Governo...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — ...é no seu grupo de trabalho.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso mesmo,isso. É esse o que o meu grupo de trabalho vai apresentar,quais são as responsabilidades administrativas dentro do Executivo estadual. Então, o meu grupo de trabalho ele vai trazer essa resposta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Eu só vou registrar aqui e repito: dinheiro público desviado, principalmente de saúde, é um dinheiro maldito,

Página 417. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3353
Rubrica

é um dinheiro que o câncer vai levar, que um acidente vai levar, cedo ou tarde a lei da semeadura, e eu creio nisso, ela vai levar. É até difícil ser técnico nessa hora, senhor Presidente, porque isso magoa muita a gente, fere, é cuspir na cara do cidadão catarinense.

E no demais, eu só vou deixar aqui os parabéns aos trabalhos, aos Parlamentares, que com afinco e dedicação se debruçam em cima desse material e vêm aqui sempre com responsabilidade ao povo catarinense de esclarecer as verdades.

Nós entramos aqui pela manhã, são quatro horas da tarde, eu acho que ninguém aqui almoçou, eu comi uma maçã, mas o nosso compromisso com a verdade é maior.

Então parabenizo os senhores pelo trabalho, tem meu respeito e minha admiração.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu agradeço os elogios, Deputado Felipe Estevão.

Senhor Luiz, para a gente ir às conclusões, certo? Eu agradeço o senhor pela paciência que tivestes até agora, é o mesmo cansaço que o senhor suporta, e nós o suportamos muito maior porque já tivemos antes do senhor mais três pessoas que foram ouvidas.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com a palavra o Deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Sargento Lima, depois que o senhor concluir, eu só gostaria seo senhor, ou um outro Deputado, ou o Relator Ivan Naatz, em cima das perguntas do Felipe... o Felipe perguntou, e o Secretário respondeu as datas que ele começou a participar.Eu só queria, para quem está assistindo pudesse ter esse esclarecimento, as datas que o Secretário recomendou que tinham irregularidades, etc., elas são anteriores às denúncias terem vindo a público ou foram depois? Só fazer a correção nessas datas, se esse alguém aí puder dar essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — São posteriores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — O senhor entendeu?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Anterior, anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Entendi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Já estava na mídia, havia a primeira denúncia...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Não. Eu apresentei dia 18, dia 24,e a denúncia é do dia 28. Ah... eu apresentei a resposta ao Secretário da Saúde dia 24, e a mídia, né, a reportagem é da data do dia 28.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Luiz, o fato de desconhecer a lei não te exime dela, isso é um fato, não te exime dos rigores da lei.

Eu senti aqui, lógico, na função de Presidente da Comissão, eu quero ver se algum Deputado saiu em prejuízo em relação à sua pergunta. Nós sabemos que todos esses fatos que envolvem a celebração do contrato com a Veigamed configura um ilícito que foi feito a várias mãos, isso aí uma pessoa não levou sozinha, isso é um fato. Ou se foi de forma dolosa ou culposa, isso aí também vai ser estudado mais tarde.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim,sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Porém, teve a pergunta do eminente Deputado João Amin quando perguntou, e o senhor disse que não

Página 418. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

era o objeto desta Comissão saber disso, e é o objeto,porque as pessoas estão intrinsicamente ligadas.

O Secretário da Casa Civil foi operador de *marketing* durante o segundo período da campanha do Governador Carlos Moisés, o Matheus Hoffmann já era auxiliar do próprio Douglas Borba,enfim, está sendo montada uma estrutura de pessoas que estão envolvidas no ilícito.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) —Obviamente, que mais tarde vai ser provado se é ou não, e também se foi culposo ou doloso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então é pertinente a pergunta dele a sua indicação.Obviamente, que o senhor não estava passando na frente do Centro Administrativo com currículo na mão, entrou lá e eles resolveram te contratar.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Alguém lhe chamou, esse cargo não é colocado na Internet à disposição para que apresente esse currículo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Sim, sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A sua indicação para o cargo que o senhor exerce até a data de hoje foi feita por quem? Alguma pessoa, um nome falou, e esse nome tem que ter te conhecido anteriormente. Quem foi que te indicou ao cargo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O professor Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para quem?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O Coronel Márcio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O professor Marcelo tem a capacidade de te contratar?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Não, não. Na realidade, na questão da transição se estruturou as pastas e houve a conversa se eu tinha interesse ou não na CGE.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E o senhor demonstrou seu interesse...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Eu demonstrei meu interesse, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E quem falou sim, está contratado?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Ah, o senhor Governador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Essa era a pergunta que o João Amin fez.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Sim, tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor falou da coação, ou da ameaça, ou de alguma forma daquilo que foi feito, também foi uma pergunta que ficou prejudicada.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Se eu digo que alguém me coagiu ou me ameaçou, eu tenho que falar: Olha, o Deputado Ivan Naatz me apontou um porrete e eu me senti ameaçado, ou Deputado Kennedy Nunes gritou comigo e eu me senti coagido, ou o Deputado Milton Hobus sabia de algo que eu fiz e falou: Lima, ou você faz isso ou eu revelo aquilo, aí eu tenho que ser coagido dessa forma.

Página 419. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3354
Rubrica

Qual foi a forma que o Douglas Borba, o ex-Secretário da Casa Civil, te coagiu? Qual foi a forma? De alguma forma ele te coagiu, ele falou alguma palavra.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Não, ele tava atribuindo que se houvesse é... ts, mortes relacionados a médicos e enfermeiros eu poderia ser responsável a isso, porque estávamos tratando de uma compra de EPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Que se alguém morresse em Santa Catarina... isso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Automaticamente eu tava... eu tava bloqueando uma aquisição, e identificou que, na realidade, se eu não aprovasse aquilo ali, aquela aquisição, nós teríamos é... consequências, e essas consequências poderiam vir a ser é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Compreendi.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Entendeu? Nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Aí, na crise de consciência, o senhor falou:Olha, pode ser que não quero ser responsável por morte nenhuma, e assim vai.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Não, não. Na realidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas, enfim, não é o Chefe da Casa Civil que deliberava por isso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Por isso que de fato...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O Chefe da Casa Civil não tinha que se envolver nesse assunto.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não é da competência dele.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Se algum Secretário tivesse que usar esse tipo de argumento seria o Secretário da Saúde.E por que houve interferência do Douglas Borba nesse assunto de forma específica? Porque, se alguém viesse falar para a compra de EPI, seria o Secretário da Saúde, o Helton Zeferino.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Porque a gente tem que parar com esse negócio de não falar o nome da pessoa.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Se não é o Helton Zeferino, por queo Douglas Borba teve de intervir? Por que houve a intervenção do Douglas Borba?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Ah, isso eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A Controladoria, está aqui nas minhas anotações,vai ser acionada de alguma forma, ou mediante a queixa de alguém, que alguém vai lá e fala assim:Olha, está acontecendo isso, ou através da imprensa, enfim, de alguma forma ela tem que ser...Mas existem gatilhos que ela tem que ser acionada sozinha.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Sim, são as trilhas de auditoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — São as trilhas de auditoria.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O valor, o preço faz parte desses gatilhos que acionam o serviço da Controladoria.

Página 420. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Por exemplo, se eu for comprar um pacote de pipoca que custa R$ 50,00 não vai acionar esse gatilho, e vocês não serão acionados. Mas, se eu for fazer uma compra de R$ 33 milhões, automaticamente, já no início deveria ser acionado. Ou não existe um valor, ou depende de uma queixa?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Depende de um... uma lista de quesitos. Uma delas, por exemplo, é o período que você tem entre a assinatura do contrato, publicidades e pagamento. Com a questão da pandemia isso deixou de ser... na realidade é... uma trilha, era um falso positivo, tudo caía como restrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Entendi.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Entendeu? Então, automaticamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Só para eu encerrar...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Diga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu acredito que tem mais algum Deputado que queira fazer mais alguma pergunta, mas eu preciso encerrar ela.

Quando o senhor foi coagido,desculpe-me, a formação do senhor é qual?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Contabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Qual a idade do senhor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— 52.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — 52 anos. O senhor não é um homem hipossuficiente.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E o senhor é um homem alfabetizado e já falquejado nos bancos de uma faculdade, com certeza deve ter suas especializações, e por que... Existem dois caminhos para quando alguém é ameaçado ou coagido. O primeiro deles é a Polícia Judiciária, o senhor estava sendo molestado no local de trabalho; e o segundo, que como funcionário público, tem uma Corregedoria para isso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Por que o senhor não procurou nem uma nem outra na data, e não quando foi perguntado pelo Gaeco? Na data, por que o senhor não perguntou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Porque na, na, a questão em si que, quando tomei a decisão, quando eu apresentei as ilicitudes do processo e o processo não tinha como ir à frente, né, que a questão ela esmoreceu, não veio uma cobrança, uma segunda cobrança nele com relação ao fato.

Talvez se tivesse é... insistido na, na, na cobrança em si, na aprovação em si, eu poderia ter feito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não existiu um motivo de ele insistir porque já veio à tona o assunto, todo mundo já ficou sabendo. Enfim, senhor Luiz, o senhor ainda tem alguns minutos para umas considerações finais se achar necessário.

Deputado Ivan Naatz, com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Desculpa insistir, mas quanto mais o senhor fala, mais eu fico... Olha só, o senhor disse – eu verifiquei nas minhas notações e fiquei com algumas dúvidas – que entrou o processo dia 18 de abril, certo?

Página 421. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIDADANIA
Fls. 3356
Rubrica

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— O processo dos respiradores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso, respiradores, nós estamos falando dos respiradores, dia 18 de abril.

A notícia do Intercept foi dia 17 de abril.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ou seja, a imprensa.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não foi?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Não, 28 de abril.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ah, 28 de abril.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— 28 de abril.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Acabei de receber essa informação aqui.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Não, 28 de abril, 28. Dia 24 eu conversei com o Secretário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então o senhor entrou antes da notícia?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Antes da notícia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por quê?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Porque houve uma solicitação da Secretaria da Saúde pra avaliar o processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Avaliar?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por que já tinham feito a entrega?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Pediram para avaliar o processo. Aí, vai ser feita a avaliação. Já, já tinham feito uma... uma notificação de descumprimento do contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Aquele repórter do Intercept Brasil, ele entrou em contato com o senhor pedindo esclarecimento disso daí?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Ele entrou acho que a posterior, com relação à publicação em si.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Entrou.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Acho que foi, pra ver quais medidas que a CGE iria adotar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá. Então o que acontece, nesse processo houve uma troca de equipamento, houve pagamento antecipado, tudo isso que o senhor já falou a gente já falou aqui. Só que assim, ó, o senhor entrou no processo dia 18 de abril, o pagamento 2 de abril, dezesseis dias tem a não entrega. O senhor acredita, por exemplo, e se eles estivessem entregado o equipamento no prazo, mudado o equipamento, mudado, porque foi mudado o equipamento...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não foi entregue.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) —Vamos voltar, vamos tentar corrigir, fazer menos ruim, se tivesse entregue outro equipamento, outro, mas

Página 422. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

respeitado o prazo de entrega, o senhor acredita que isso teria vazado, a gente teria sabido?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Acredito que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por quê?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Porque nós já estávamos é... estruturando o Portal de Transparência e todos os processos do portal eles iriam ser auditados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Todos?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Todos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado pela informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Luiz, mais uma vez reiteramos os agradecimentos a esta Comissão. Se o senhor achar necessário as considerações finais... senão o senhor está dispensado.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Só tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Peço à assessoria que...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...só tem um documento pra constar que seria um relatório...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu quero indicar aqui para o senhor o endereço eletrônico no qual...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Ah, tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) —...no qual o senhor tem que...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— ...que são as ações da Controladoria, né, como órgão central de controle interno. Então seria interessante essa questão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Esse aqui é pra enviar o relatório lá?...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O relatório que foi pedido pelo eminente Deputado Ivan Naatz.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá. Ótimo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Desculpa se a gente foi um pouco...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Antes de encerrar a reunião, convoco para a próxima terça-feira...

(*A assessoria informa que tem mais um depoente a ser ouvido.*)

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tem mais um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Solicito à assessoria que encaminhe aqui... Aqui você já vai perdendo a noção do tempo e do espaço. (*Risos.*)

(*O senhor Luiz Felipe Ferreira deixa o recinto.*)

A pedido do Deputado Felipe Estevão, faremos cinco minutos de intervalo.

(*Pausa.*)

Já foi feita a conferência de que existe quórum para a reabertura da reunião novamente.

Solicito à assessoria que encaminhe a este ambiente a próxima testemunha.

(*O senhor Wagner Tadeu Martins Queiroz adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.*)

Página 423. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3357
Rubrica
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Muito boa-tarde e seja muito bem-vindo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. O nome do senhor, por gentileza.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Wagner Tadeu Martins Queiroz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Wagner, o senhor tem ideia do porquê foi convidado para esta reunião nesta tarde da Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, nada mais que a verdade no âmbito desta Comissão com pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim, totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Lembrando o senhor que tem o direito de permanecer calado e esse direito tem que ser expresso...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) —...porque o silêncio não nos remete a nenhum tipo de resposta. Então, se foi feita uma pergunta e o senhor tiver vontade de permanecer calado que o senhor fale assim: Eu quero permanecer calado diante dessa pergunta.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro, eu vou pedir que o senhor retire a máscara para que fique melhor o entendimento, e o senhor vai falar o nome completo, a sua profissão, o seu endereço e a sua data de nascimento.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Wagner Tadeu Martins Queiroz, sou engenheiro eletricista, domiciliado na Servidão Isabel Vieira Pacífico número 242, apartamento 4.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor veio acompanhado de advogado?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Wagner, eu vou passar a palavra ao Deputado Ivan Naatz para que ele possa iniciar as perguntas.

Vossa excelência com a palavra, Deputado Ivan Naatz.

O senhor se compromete em dizer a verdade?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim. O, o endereço acho que foi o... é que nós mudamos recente, é Servidão Nossa Senhora do Amparo, número 24 é... 270, casa 1.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.Senhor Wagner, o senhor não está aqui na condição de investigado, está aqui na condição de testemunha porque eu preciso compreender algumas coisas que aconteceram nesse processo de licitação e preciso que o senhor nos ajude a esclarecer.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Trata-se do processo de licitação dos respiradores, compra emergencial, pagamento antecipado, o senhor sabe tudo isso aí?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá. Eu queria mostrar um documento em que o senhor faz uma certificação – é o primeiro.

(*O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.*)

Página 424. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Esse documento está no processo licitatório, é o número 0400/2020, dia 30/03/2020.O senhor reconhece esse documento?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) —

Lá está escrito o seguinte: *(passa a ler)* Encaminhamos esta CI em resposta, onde a Secretaria de Estado da Saúde de SC manifesta interesse na aquisição de Respiradores Mecânicos (Ventilador Pulmonar), a fim de garantir a ventilação de pacientes com a Covid-19 (...).

Conforme a Proposta da empresa "Veigamed Material Médico e Hospitalar EIRELI" o valor unitário, sem impostos, é R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais).

Diante do pleito apresentado e das especificações técnicas (página 36) analisadas acostados no processo, onde foi demandado análise e parecer, esta Engenharia e a Comissão de Intensivistas (UTI), onde vai levado em consideração a marca, o modelo e as relevâncias apontadas nesse orçamento analítico,de forma unitária, evidenciando que o Respirador Mecânico (ventilador pulmonar) atende e garante ventilação de pacientes com a Covid-19.

Então o senhor certificou...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim, conf...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...a qualidade daqueles produtos. Poderia explicar para a gente?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Conforme o orçamento recebido da empresa, foi feito uma solicitação de análise técnica quanto ao descritivo daquele equipamento. O descritivo, o orçamento da empresa Veigamed, página 36, tinha um descritivo do, do que precisava ser analisado.

É... conforme as especificações lá, aquele equipamento, sim, atende a utilização em UTI para pacientes com o Covid.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. Depois, veio uma segunda CI, a 0524/2020.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 0524/2020. A assessoria poderia colocar ali? A 0524, essa daí. Depois a gente tem esse documento datado no dia 17/04/2020: *(passa a ler)* Frente ao PSES 37070/2020, onde a Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina manifesta interesse na aquisição de 200 (duzentos) Respiradores Mecânicos, esta Engenharia Clínica destaca que a empresa "Veigamed Hospitalar", apresentou como proposta oRespirador Medical C35...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim,a proposta inicial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...conforme páginas 27 a 41 dos autos, onde o item supracitado foi ventilado com base nas especulações técnicas contida na página 36.

No dia 08/04 a empresa recebeu a 1ª Notificação por descumprimento cronológico de entrega da proposta, conforme abaixo anotado:

- 100 unidades entregues entre os dias 05/04/2020 e 07/04/2020.

Contudo, foram apensadas ao processo as Proformas Invoice, PI número tal, com modelo divergente ao analisado, validado e solicitado. Aí tem a foto dos produtos.

Essa Engenharia Clínica sugestiona que Comissão de Médicos Intensivistas da Secretaria de Estado da Saúde seja consultada, a fim de validar, ou não, as especificações técnicas e a aceitação do item informado, conforme *ProformasInvoice*, haja vista que o

Página 425. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3358
Rubrica

mesmo diverge da proposta inicial, podendo não garantir a ventilação de paciente com a Covid-19, além das situações diversas de UTI.

O senhor comunicou isso aqui para a Secretaria?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor comunicou.Muito bem. O que a Secretaria fez?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Foi solicitado esse, esse primeiro lote seria entregue entre 5 e 7,e foi observado que a documentação, logo após a primeira notificação da empresa, era divergente de modelo, marca e modelo. Ã... foi então gerado esse documento alertando que poderia algo dar errado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. O senhor agiu corretamente.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Foi encaminhado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor comunicou...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pediu a formação de uma comissão de médicos?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu quero saber o que aconteceu desse documento aqui? O que aconteceu disso aqui?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Esse, esse documento foi encaminhado direto para a Superintendência de Gestão Administrativa, e até então eu não consigo responder o que que foi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O que aconteceu. O senhor não sabe por que não foi feita a comissão?...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Não consigo informar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu observei isso aqui, depois do ofício do senhor, a folha 117 o senhor pediu isso.Aí, o que aconteceu? A página 118 seria, no caso, a resposta ao ofício que o senhor deu?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Foi desentranhada do processo. Está aqui uma certidão, foi desentranhada pelo usuário 5.916.478.690. O senhor sabe por que isso aconteceu?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Ã... eu não consigo identificar quem é esse usuário. Ã... eu me recordo até de ter colocado, anexado ao processo, uma primeira CI, em que depois foi alterado no texto, foi feito uma melhoria no texto e excluído. Mas eu não saberia dizer se é esse, essa sequência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então o senhor não pôde até hoje certificar se esses equipamentos que chegaram são ideais para o tratamento da Covid. Ou seja, essa substituição foi feita, ela?...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Houve uma participação de, de um médico anterior que me auxiliou nas validações e que fazendo um comparativo entre os orçamentos que nós recebemos e esse equipamento, dentre eles, esse equipamento, é até oferecido por outras empresas, é... ele se tornava pouco robusto quanto à utilização dentro de uma Unidade de Terapia Intensiva.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.O senhor chegou a questionar a Márcia Pauli por que não foi atendido o que o senhor solicitou?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Ã... na verdade, não. É... foi encaminhado o documento, e como a demanda é bastante grande com relação à

Página 426. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

aquisição de equipamentos médicos hospitalares pra abertura de novos leitos, eu não, não fico checando o processo a todo momento pra ver em que estágio de tramitação ele está.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor trabalha onde? Trabalha lá dentro da Secretaria?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Dentro da Secretaria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então o senhor tem contato direto lá?Assim, o senhor vê as pessoas andando, circulando.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim, certamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Como aqui.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu trabalho dentro da Assembleia, então vejo as pessoas andando, saindo, entrando.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) —O senhor viu outros Secretários lá dentro da Secretaria de Saúde nesse período da epidemia, essa confusão que deu toda na compra de equipamentos?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Não, não. Eu fiquei do dia 23 de março ao dia 3 de abril é... prestando assistência dentro da Defesa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E lá na Defesa Civil?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Porque a gente tem afirmação que o... cuidado!

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A gente tem afirmação que foi criado um centro de geração, um centro especial, né...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) —...de controle de epidemia.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) —O senhor acompanhou esse processo lá?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— É que assim, foram criado diversas frentes, e eu estava numa sala junto com a servidora Márcia só analisando especificações técnicas de equipamentos, mas existiam diversas outras salas com diversos outros, outras frentes de trabalho em que eu não trabalhava.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Circulavam pessoas estranhas que não eram servidores dessas frentes?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Naquele momento, para mim todos eram estranho porque eu nunca tinha feito parte até então daquela... da, da Casa Civil da, perdão, da Defesa Civil e de outros lugares além da Secretaria de Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Entendi.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Então as pessoas do meu convívio, é... as pessoas que eu cruzava ou dentro do setor, sim. Mas uma grande parte não, desconhecia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Entendi. O senhor trabalhava na mesma sala que a Márcia?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas teve muito contato com ela nesse período?

Página 427. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3359
Rubrica

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — É, antes ou após?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Durante o período daquela confusão do hospital de campanha, da compra dos respiradores, dos equipamentos de UTI, que virou esse fervo, esse...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— É, éque, é que muitas, muitas das informações não chegavam até o setor núcleo de engenharia, até porque a, a função era analisar especificações técnicas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas eu estou falando assim como companheiro. Eu também não trabalho no gabinete do Deputado Sargento Lima...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...nem do Deputado Kennedy, mas conversamos sobre as coisas que acontecem.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Márcia não conversou com o senhor sobre o que estava acontecendo na Secretaria, essas compras, essa confusão toda?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Não,porque até então eram especificadas, o que vinha como demanda era analisado e devolvido aos responsáveis.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ela não reclamou para o senhor: ó, de alguma maneira acelera essa certificação, termina isso aí, devolve.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não. O, o que existia era, tinha um período de tempo bastante curto pra fazer as análises. Isso sim, mas isso nesse processo e em qualquer outro que eu analisei.

Então existia realmente uma, uma cobrança no sentido de que precisava agilizar processos de análise e devolução do, das respostas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhores Deputados, senhor Presidente – pode tirar a imagem –, eu só convidei o senhor para vir aqui, estou falando isso para os Deputados, porque o que acontece? Ele certificou que aquele equipamento era bom. Depois a empresa tentou trocar o equipamento, trazer outro, aí ele pediu para juntar, para criar uma junta médica para certificar que esse segundo produto atendia ou não as especificações. Isso aconteceu em 17/04 quando o governo ainda insistia que vão entregar o equipamento. E, do nada, sumiram as peças do processo que vêm depois dessa solicitação, ou seja, ele faz a solicitação, somem as peças e o processo continua, claro que já com o estrago estabelecido.

Então, o objetivo de convidá-lo para vir aqui é justamente para também chamar a atenção de vossas excelências com relação a essa tentativa de fazer passar aquele novo equipamento por um equipamento que atenderia às necessidades. Mas estou satisfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Presidente, como esse é um assunto mais técnico de uma preocupação do Relator, até porque eu estou entrando hoje na CPI, eu abdico de fazer alguma pergunta. Até porque não tenho o conhecimento desse fato específico.Mas só perguntando, Relator, houve um novo desentranhamento?Então não é só o desentranhamento do Intelbras.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Daquele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tem um novo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O que eu acredito – e isso eu perguntei, e ele disse que não sabe – é que ele pediu, alguém fez, isso desagradou e foi sacado.

Página 428. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ele só sabe até a hora que pediu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Até a hora que pediu.Se ele soubesse, ajudaria bastante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Wagner, foi bem claro o motivo da visita do senhor até aqui, e nós nos sentimos agradecidos por ela.

Deputado Solpesa, vossa excelência tem alguma pergunta? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu gostaria de pedir, e talvez quem sabe já tenha respondido e peço desculpa, o primeiro equipamento foi devidamente atestado, cujo parecer foi favorável à sua aquisição tecnicamente. O segundo equipamento, na sua avaliação, ele pode substituir o primeiro equipamento?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Esse segundo equipamento, ele é pouco robusto comparado com o primeiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Pouco robusto, isso falando, tecnicamente, em relação ao tratamento da doença e em relação ao preço?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — É, em nenhum momento nós fizemos a análise econômica-financeira dos itens analisados. Até porque existe os, os setores competentes dentro da Secretaria pra esse fim. Então foi feito a análise somente técnica de funcionamento do equipamento.É... fazendo um comparativo entre o primeiro analisado e o segundo, é... eu não aconselharia uso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Este é inferior àquele.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim. Ele tem, tem menos é... é... parâmetros que o primeiro, algumas análises de formas e, e, e leituras de alarmes, tudo inferior ao primeiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — É mais uma fragilidade nesse processo.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Fazendo esse comparativo ele, ele, não, não que estaria totalmente descartado, mas ele é pouco, pouco robusto comparado com esse primeiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O.k. Estou satisfeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A gente conseguiu ali, senhor Wagner, óbvio que a gente esteja procurando algo que se aprofunda mais que isso aqui,porém a gente tem um olhar de investigação, parte de um olhar de polícia, onde nós já tivemos hoje aqui um festival de sequências erradas que foram elencadas para aqui.

Posteriormente, o senhor pode até acompanhar pela Internet, pelo YouTube, pelo canal da TVAL.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A exigência dos médicos na segunda perícia que o senhor realizou foi de ideia... por isso que a gente pergunta se sabe que está compromissado com a verdade...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...Olha, é necessário médicos nisso aqui, partiu do senhor?Ou alguém falou assim:Olha, por que não faz uma junta médica?

Página 429. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3360
Rúbrica

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não, partiu da engenharia um auxílio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Da engenharia, não do senhor?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Eu, Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A engenharia toda se resume na pessoa do senhor?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então o senhor que pediu os médicos?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Eu pedi o apoio até porque é... a especificação do equipamento é analisado pela engenharia.Agora, a utilização, até por se tratar de um equipamento marca e modelo não usual da Secretaria, eu pedi esse apoio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E para finalizar – por isso que eu digo, sempre compromissado com a verdade – alguém, ou alguma pessoa, ou algum órgão veio e demonstrou insatisfação com o resultado do laudo dos médicos ou ele não chegou a ser feito?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não, em nenhum momento. Não teve nenhum retorno nesse sentido desaprovando o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Nem de nenhuma pessoa?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Não, de forma alguma, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Quando o Deputado Ivan Naatz perguntou de quem circulava e quem ia, o senhor conhece pessoalmente a figura do Leandro, uma pessoa que atende pelo nome de Leandro?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Eu sei quem se trata agora até em função de toda essa CPI, mas, pessoalmente, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Viu ele mais de uma vez dentro do local onde o senhor trabalhou durante esse período?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E conheceu ele de onde então?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Das notícias que andam circulando na, na mídia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Em contato, o senhor falou que trabalhava com a Márcia?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Márcia,sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — No mesmo prédio?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — É. Num período era assim, no mesmo andar, porém em local, em salas distintas. Ela fazia parte de um, de um setor, gerente de um setor, e eu fico colocado dentro do núcleo de engenharia clínica da superintendência de hospitais públicos estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E o senhor disse que a única cobrança que lhe era feita era a celeridade...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QEIROZ — Sim.

Página 430. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...que as coisas fossem feitas de forma rápida.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QEIROZ — Sim, isso sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Celeridade significa dar conclusão rápida.E o dar conclusão rápida não te conduz a erros?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Por isso eu pedi o apoio de uma junta médica pra avaliação do equipamento, a fim de zerar ou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — De todas essas compras que foram feitas, compraram isso, compraram aquilo, só essa do respirador que exigiu laudo?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não, todos precisaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E quem te cobrava essa celeridade, essa pressa toda?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Isso vinha direto da SGA, direto da Márcia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A gente tem que parar de falar nome de equipe porque as pessoas tem nome.Da Márcia?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Márcia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E ela falava assim:Olha, eu quero que seja feito ou alguém determinou que seja feita rápida? Olha o Secretário Fulano pediu rapidez nisso aqui, ou ela mesma dizia:Eu quero.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não, eu preciso que isso aqui seja é... respondido o quanto antes. Mas não colocava nome de outras pessoas junto às solicitações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu quero agradecer a presença do senhor e consulto os demais Deputados... Encerrado.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ—Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) —Solicito à assessoria que acompanhe o depoente.

(*O senhor Wagner Tadeu Martins Queiroz deixa o recinto.*)

Antes de encerrar, convoco uma reunião para a próxima terça-feira, e diante de tudo que foi dito aqui, digo que Deus tenha piedade do Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, para encerrar, eu estava ali atrás agora dando entrevista.Eu saio daqui hoje, Deputado Cobalchini, Deputado Sopelsa, Deputado Felipe Estevão, Relator e Presidente, e a vontade é de chorar, a vontade é de chorar por saber que nós estamos nas mãos desse povo tão despreparado e com maldade no coração, com maldade no coração.

Eu vou ler uma mensagem que eu recebi há pouco de um empresário que me mandou agora aqui, olha só: "Muita calma nessa hora, punição para quem merece, mas nosso Estado já está mal, não pode quebrar. Boa sorte e que Deus ilumine vocês." Oremos. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisora: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

Página 431. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3361
Rubrica

DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI

Página 432. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Página 433. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3362
Rubrica

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 2 DE JUNHO DE 2020, ÀS 17H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito boa-tarde a todos.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 5ª Reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência nº 11/2020.

Estão presentes nessas reuniões o Deputado Estadual Sargento Lima, Presidente; o Deputado Estadual Valdir Cobalchini, Vice-Presidente; o Deputado Estadual Ivan Naatz, Relator; o Deputado Estadual Fabiano da Luz, o Deputado Estadual Felipe Estevão, o Deputado Estadual João Amin, o Deputado Estadual Kennedy Nunes, o Deputado Estadual Milton Hobus e o Deputado Estadual Moacir Sopelsa.

Por uma questão técnica, gostaria de verificar e consultar o Deputado Estadual Moacir Sopelsa, que nos acompanha de forma remota, se o áudio está funcionando a contento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Tudo o.k. Deputado. Tudo o.k., muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Obrigado, Deputado, o áudio do senhor também está a contento.

Coloco em discussão e votação as atas da 3ª Reunião e da 4ª Reunião, encaminhadas aos senhores Deputados por meio do aplicativo de mensagens e também por *e-mail*.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem as queira discutir, em votação.

Os senhores Deputados que as aprovam, permaneçam como estão.

Aprovadas.

Senhores Deputados, recebemos também o Ofício nº 424/2020, assinado digitalmente pelo Secretário de Estado da Saúde, senhor André Motta Ribeiro, encaminhando a manifestação da Superintendência Administrativa a respeito do recebimento dos respiradores. O qual acho pertinente a sua leitura.

Do superintendente de Gestão Administrativa.

(*Passa a ler.*)

"Em atenção ao Ofício nº 017/2020/CPI (...)

Por conta das intercorrências durante o processo de aquisição dos 200 respiradores, houve decisão da juíza Ana Luisa Schmidt Ramos para que os equipamentos, assim que aportassem em território catarinense, fossem levados diretamente à Diretoria Estadual de Investigação Criminal (DEIC).

Página 434. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Assim, não houve o efetivo recebimento dos equipamentos por parte da Secretaria de Estado da Saúde, motivo pelo qual não temos condições de informar o cumprimento total ou parcial, nem esclarecer se os ventiladores pulmonares foram entregues de acordo com as especificações indicadas na proposta comercial.

A informação é de que os equipamentos chegaram ao Aeroporto Hercílio Luz no início da tarde de 14/05/2020 e que após os procedimentos alfandegários ficariam em posse da DEIC.

Posteriormente, fomos informados de que os primeiros 50 respiradores que chegaram em território catarinense foram retidos pela Receita Federal por conta de questões alfandegárias. A Receita Federal deve encaminhar os respiradores para DEIC ainda na tarde de hoje, 22/05/5050."

(...)

(assinado digitalmente)

Luciano Jorge Konescki

Superintendente de Gestão Administrativa." (*Cópia fiel.*)

Dando prosseguimento a nossa pauta, vou ler o requerimento de autoria do Relator, Deputado Ivan Naatz, para que (...) "seja procedida diligências (...) à Secretaria de Estado de Administração de Santa Catarina a fim de informar a esta Comissão os dados (nome e função) do usuário 0739017937, que aos 27/03/2020, desentranhou a página da página 2/18 do processo licitatório – SES 00037070/20.

Em discussão o único requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir e ninguém se posicione contrário.

Aprovado.

Quero solicitar a nossa assessoria que traga até...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu tenho, só uma questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Boa tarde, senhores Deputados.

Eu tenho um requerimento, não sei por que não foi trazido a vossa excelência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ah, foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por favor, se o senhor pudesse ler.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Colocamos também em discussão o requerimento de autoria do Deputado Ivan Naatz.

(*Passa a ler.*)

O Deputado que este subscreve, na condição de Relator e com amparo nos artigos 157, 160 e 162 do Regimento Interno, requer que sejam tomadas medidas judiciais cabíveis do ajuizamento, via Procuradoria da Alesc, de um mandado de segurança para a quebra do sigilo de dois depoimentos que foram dados pelo ex-Secretário da Casa Civil Douglas Borba, quando foi efetuada a busca e apreensão, e pelo ex-Secretário de Saúde Helton Zeferino, que voltou à Deic e fez um depoimento voluntário, após o depoimento inicial, haja vista que tais depoimentos são fundamentais para esclarecer a verdade e auxiliar os trabalhos desta Comissão.

(a) Deputado Ivan Naatz, Relator.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Presidente, senhores Deputados, boa tarde a todos, aos que nos acompanham também, boa noite.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3363
Rubrica

Página 435. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Como a gente sabe, a CPI possui poder de investigação próprio, né, de autoridades judiciais, e entre essas competências para ter acesso aos dados sigilosos, conforme dispõe o art. 58 § 3º da Constituição Federal e o art. 2º da Lei nº 1.579/52.

O art. 58 § 3º da Constituição Federal assina que: "As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pelas Câmaras dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros (...)" etc. (*Cópia fiel.*)

A Lei nº 1.579/52, art. 2º dispõe que: "No exercício de suas atribuições poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito determinar diligências que reputarem necessárias e requerer convocação de Ministro de Estado, tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar da administração pública direta, indireta ou fundacional informações e documentos, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença." (*Cópia fiel.*)

As Comissões de Inquérito, senhores Deputados, têm legitimidade para ter acesso a qualquer documento em qualquer lugar a fim de esclarecer os fatos que estão sendo investigados.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina por decisão da Desembargadora, que cuidou do caso quando ele esteve aos cuidados Tribunal, ela determinou sigilo sobre dois depoimentos. Eu não consigo compreender por que esses dois depoimentos estão sob sigilo. Eles não foram fornecidos a CPI. Não há razão lógica nenhuma para que esses documentos não sejam entregues aos Deputados. Esses depoimentos devem, supostamente é, é, possuem teor que o Tribunal entende que devam ser sigilosos e nós não compreendemos por quê.

Em razão do que dispõe a legislação, solicito autorização de vossas excelências para ajuizamento de mandado de segurança a fim de que tenhamos acesso a esses dois depoimentos, hoje sigilosos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ainda em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Aprovado.

Comunico também a presença do Deputado Laércio Schuster na nossa Comissão. Seja bem-vindo, Deputado.

Também recebi um requerimento do eminente Deputado João Amin.

O Deputado João Amin apresentou requerimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito para que esta expedisse ofício ao Conselho de Controle das Atividades Financeiras, o Coaf, requisitando o relatório relacionado à empresa Veigamed Material Médico Hospitalar Eireli, para que busque o fluxo financeiro das movimentações relacionadas à aquisição objeto desta CPI.

Após o debate, o pedido foi aprovado por unanimidade na 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. Ato contínuo, foi expedido Ofício nº 018/2020, dirigido ao autor, presidente do Coaf, sendo que constou da seguinte correspondência, extremamente abrangente...

Vossa excelência deseja discutir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Na verdade, Presidente, a gente já aprovou um requerimento semelhante. Eu só mudei a formatação do requerimento agora para que a gente possa ser bem sucedido.

Página 436. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Então, é praticamente o mesmo, inclusive, o antigo requerimento já aprovado por nós, Deputados, ele está anexo a esse novo requerimento e eu só mudei a formatação para ver se a gente pode ser bem sucedido ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sem óbice. Ainda em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação.

Aprovado.

Agora, sim, solicito à assessoria que chame a primeira testemunha, a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.

(*A depoente, senhora Márcia Regina Geremias Pauli, adentra o recinto acompanhada de dois advogados, que se sentam no local indicado pela assessoria.*)

Senhora Márcia, muito boa-tarde. Seja bem-vinda à nossa Comissão.

A senhora sabe por que foi convidada a se fazer presente nesta reunião?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim. Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A senhora assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito desta Comissão acerca dos fatos que lhe for perguntado sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Lembrando a senhora também que na condição de testemunha como...

(*O advogado Nelson Juliano Schaefer Martins manifesta-se fora do microfone: "A minha cliente assume o compromisso de dizer a verdade, mas ela também se reserva o direito de não falar para não se autoincriminar de acordo com a decisão do senhor Desembargador...")*

Muito obrigado, senhor.

Lembrando a senhora também que lhe reserva o direito de permanecer calada, mas para tanto é necessário que a senhora fale: Eu prefiro permanecer calada. Até porque o silêncio não é indicativo de resposta alguma. Então a senhora diga: prefiro permanecer calada ou não responder.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Presidente, uma questão de ordem.

Só para providenciar dois microfones móveis para os advogados, para o momento em que eles quiserem fazer o uso da palavra, porque está sendo transmitida. Como o doutor Nelson já usou anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O Léo está vendo.

Para que as taquígrafas possam fazer registro, eu vou pedir que a senhora fale seu nome completo, a data de nascimento, o endereço completo e aonde a senhora trabalha.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Se quiser retirar a máscara para poder falar mais próximo do microfone um pouquinho, porque essa distância a gente já colocou um metro e meio, quase dois metros de distância das cadeiras.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, eu não sei se pode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode, pode, se se sente mais confortável para falar. Eu me sinto sufocado com ela. (*Ri.*)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Então, boa tarde a todos.

Márcia Regina Geremias Pauli. É, é sou funcionária pública do Estado de Santa Catarina lotado na Secretaria de Estado da Saúde. Me perdoe, quais foram as outras perguntas que você fez?

Página 437. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3364
Rubrica

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O endereço completo da senhora e data de nascimento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. Endereço, resido... 26/9/1971, resido a rua Vento Sul, número 772, Campeche –Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado.

A senhora está acompanhado de advogado, não é?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Peço a vossa excelência também que fale o nome completo do senhor e o número da OAB.

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS – Nelson Juliano Schaefer Martins, OAB 3016/Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Obrigado.

O SR. DIEGO CARDOSO SCHAEFER MARTINS - Diego Cardoso Schaefer Martins, OAB 54.872.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) –Também de Santa Catarina, Diego?

O SR. DIEGO CARDOSO SCHAEFER MARTINS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Passo a palavra ao Deputado-Relator Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Boa noite a todos, noite Márcia...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Boa noite.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... doutores Schaefer, ambos advogados, boa tarde.

É... me permite chamar de Márcia?

(*Assentimento da depoente com movimento da cabeça.*)

Eu acompanhei todos os depoimentos da senhora na TV, acompanhei os depoimentos da senhora também na Deic, aqueles que eu tive acesso, observei da senhora sempre o desejo de contribuir. Também pude notar que a senhora é detalhista, conhece os detalhes. Pude notar que a senhora sempre teve o desejo de contribuir com o processo. Tanto a senhora teve o desejo de contribuir com o processo, que o Ministério Público pediu a prisão de algumas pessoas e a senhora não foi, não foi arrolada.

Então eu considero, eu considero o depoimento da senhora muito importante pra gente solucionar esse problema, mostrar pra Santa Catarina o que de fato aconteceu, e também pra nos ajudar a construir uma... um impeditivo de que isso volte a acontecer um dia.

Esse é o nosso grande objetivo aqui da CPI, identificar os culpados e também fazer indicativos de que essas coisas não aconteçam mais, que a gente possa criar mecanismos para que essas coisas não aconteçam mais.

E eu notei nos depoimentos da senhora algumas coisas assim que estarrecem o Direito Administrativo, a Lei de Licitações, os procedimentos, né. E eu gostaria que a senhora contribuísse com esses, com esses esclarecimentos pra que a gente possa é, aproveitar bastante o depoimento da senhora para ajudar Santa Catarina.

Esse, esse é o objetivo aqui da CPI. Ajudar Santa Catarina a desvendar esse mistério e a construir mecanismos que impeçam da gente cair novamente nesse, nesse, é, é, nesses desastres, não é...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sei, sei,

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - ... se a gente pode chamar assim.

Página 438. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Então eu conto com o depoimento da senhora, não é, como colaboradora específica do processo.

A senhora era superintendente da Secretaria da Saúde?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Quantas pessoas trabalhavam com a senhora? No comando da senhora, a senhora não precisa nominar, mas quantas pessoas a senhora tinha sob seu comando?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Arrisco a dizer mais de quatrocentas pessoas dentro de três diretorias e mais de dez Gerências, cerca de mais de quatrocentas pessoas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E... a senhora tinha então o comando dessas quatrocentas pessoas. Durante a Covid aumentou o número de pessoas, durante a crise ali?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Não. Nós tivemos uma redução na verdade do contingente.

É, é, segunda quinzena do mês de março, nós tivemos ali aquela indefinição entre trabalho presencial, os afastados, quem fazia parte de grupos de risco, não só por uma questão de idade, mas por uma questão de ter alguma inviabilidade de doença autoimune, alguma questão que a limitasse. Então, naquele momento, nós perdemos muitas, muitas pessoas.

Só gostaria de ressaltar que dentre essas quatrocentas pessoas nós temos entre servidores efetivos e terceirizados. Então, contratados através de empresas prestadoras de serviço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então a senhora tinha um papel muito importante dentro da Secretaria?

É... Todos nós agentes públicos temos papéis muito importantes em cada uma das pontas que nós atuamos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que quem comanda quatrocentas pessoas tem mais importância, né?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, não, não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

No dia 13 de março, eu tenho informação que a Superintendência foi transferida pro Coes...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - 12 de março, às 11 horas da manhã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, 12 de março.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi transferida para o Coes, lá da Defesa Civil.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por que que foi transferido para lá?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - No dia 12 de março a, a Organização Mundial da Saúde declara então a pandemia em nível internacional, e no dia 13, nós já tivemos... no dia 12 nós tivemos a nossa primeira reunião ali. Na sexta-feira 13, nós já estávamos no segundo andar da Defesa Civil, já tínhamos saído, às Superintendências e os dois gabinetes da Secretaria de Estado da Saúde, já tínhamos sido transferidos pro segundo andar da Defesa Civil e constituído Coes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Constituído o Coes.

Quem fazia parte do Coes?

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3365
Rubrica

Página 439. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - O Coes, ele era formado é, é, por todas as Superintendências: Superintendência de Regulação, Superintendência de Urgência e Emergência, de Planejamento em Saúde Hospitalar, é, é, Superintendência - estou esquecendo – SUH, SUR, SGA, a minha Superintendência, gabinete do Secretário Adjunto, gabinete do Secretário titular e nós tínhamos algumas cadeiras... algumas cadeiras, o Legislativo. Nós tínhamos algumas cadeiras, de alguns controles externos, PGE, algumas cadeiras. Não necessariamente todas ocupadas, mas nós tínhamos algumas cadeiras.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A PGE estava lá? Participava?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - É, é, a partir de abril nós tivemos o presencial da PGE.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem estava lá?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - É, é consultor jurídico é... Gustavo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Gustavo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Promotor. É, é procurador da PGE.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por que o controlador... da Procuradoria-Geral do Estado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – PGE, do Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por que a Procuradoria-Geral do Estado não despachou em nenhum dos processos, a senhora sabe?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Eu não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por que tem o, o, o...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Procuradoria não despachou em nenhum dos processos?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Não, embora se me permita lhe dizer, este foi um dos nossos pedidos.

Nessa cronologia, nessa linha de tempo que nós vamos conversar aqui, eu tenho certeza, eu vou lhe dizer exatamente o dia e a hora e a oportunidade em que nós pedimos isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas não houve então?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Não. Pra que o consultor jurídico fosse ao Coes presencialmente, nós, pedimos.

Vocês conheceram o colega aqui, Carlos Alberto Júnior, da Ajur; Luana, vocês não tiveram oportunidade de conhecer, mas eu e os dois, nós pedimos pela PGE. E, aí, o consultor, por um pedido nosso ao Secretário Helton Zeferino, ele se fez presente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, era só consultoria externa?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Exatamente. Sequer os nossos processos de compra tinham pareceres da Cojur. Os pareceres eram minimamente da Ajur... que nós já sentimos a necessidade, porque eles estavam sobrecarregados, os dois consultores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Nós temos aqui o Decreto emergencial do dia 12 de março.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim, 509.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso. Depois, a gente teve de calamidade, dia 17 de março...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim.

Página 440. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... 17 de março.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aí, nós temos cinco dias, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora podia ajudar a CPI a entender por que que mudou tanto de 12 para 17, assim. Porque o emergencial, né, tem uma característica e o, e o, e o calamidade tem uma característica bem diferente. O que aconteceu nesses cinco dias que a senhora pode entender que se instalou a calamidade? Eu sei que não foi a senhora que fez Decreto.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas eu gostaria que a senhora auxiliasse a gente, pela experiência que tem.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim.

É, é a partir do dia 12 de março, as, as, reuniões do Coes elas eram diárias. Quem participava presencialmente das reuniões de Coes, além dos dois gabinetes, eram os superintendentes, representantes do Cosems, que é o Conselho de Municípios. Nós tínhamos também representantes de outras áreas que eles não estavam ali todos os dias.

Essas diretrizes, esses... esses... eles chamavam de mapa térmico, essa abrangência da propagação da doença e todas as estratégias, que eles montavam diariamente, eram discutidas. Dali do Coes saía então diretrizes para a construção desses decretos.

Entre, do dia 12 de março até o dia 31 de março, é, é, é, o movimento dentro do Coes ele foi muito tenso e muito... lembro-me de uma fala do Governador há pouco tempo, desesperado. Essa era a atenção. Eles, eles tinham uma, um temor de que a propagação da doença, ela se desse de modo muito rápido e que nós não estaríamos preparados pro que viesse.

Então, isso fazia com que as decisões elas fossem reavaliado diariamente. Por isso tantos decretos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque os dados, né, de ocupação de UTI, de leitos, nós estamos assim com muitas vagas.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Na verdade, os respiradores que chegaram agora, eles acabaram é, é, sendo remetidos claro para alguns, para alguns locais, mas a gente viu que até agora não se houve necessidade. Os dados mostram que a gente tem UTIs vagas.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O senhor inicialmente falou que vi, é, é, acompanhou alguns depoimentos meus, na verdade, talvez tenha todos, visto todos, né?

Foram basicamente quatro vídeos do Deic e mais uns outros quatro do Gaeco. Em um desses depoimentos eu descrevi a forma como era contabilizado esse, é, esses, é, esses quantitativos de leito de UTI pelo Estado, a forma rudimentar como era feito.

Eu mencionei, se os senhores lembram, que quatro colegas pertencentes da SUR, da Superintendência de Regulação e da Superintendência de Urgência e Emergência, quatro colegas elas ao telefone, elas faziam contato com a rede de hospitais para saber quantitativos.

A divergência, a forma rudimentar era tamanha que, por vezes, equipes pegavam um carro da Defesa Civil iam até os hospitais, até os Municípios pra lá contar exatamente, fazer essa contabilidade.

Pra o senhor ver que a gente não tinha ali um dado fidedigno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem foi que espalhou esse caos? A senhora consegue identificar? Isso espalhou um clima de caos.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3366
Rubrica

Página 441. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora pode identificar quem espalhou esse clima de caos?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A, as, as, no próprio dia 12, quando nós estávamos é, é, é, na primeira reunião do Coes, isso ali reunidos, nós já ouvimos a... nós já ouvimos a primeira vez a frase: Vai morrer muita gente.

Nós precisamos ter equipamentos certos, ali, no primeiro dia 12, nós já ouvimos a frase de que: Nós precisamos dos equipamentos corretos, invasivos, porque senão, nós vamos matar mais do que salvar.

Então essa situação ela era o nosso dia a dia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas quem falava isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Por que nós estávamos... os gestores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Os gestores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que gestores?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O Secretário Helton Zeferino, o Secretário André também disse por vezes.

Teve uma reunião que os colegas, eu tenho certeza que eles vão lembrar, agora, quando eu disser, teve uma, uma, na segunda, entre o dia 16, é, 16 ali, 16, 17, 18, nós perdemos uma colega em Brasília, no Ministério da Saúde, ela perdeu... perdemos uma colega por que ela foi acometida pelo vírus. Ela não conseguiu um respirador e ela realmente morreu à espera de um respirador. Aquele dia foi uma comoção lá dentro, ao final do dia - nós tínhamos a reunião no final de tarde -, Secretário André, nós estávamos todos ali muito triste com a perda da colega de Brasília, e ele falou assim: Gente, nós estamos aqui nessa mesa, semana que vem pode ser um de nós que não esteja mais aqui.

Isso era dito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, quem espalhou o caos, que espalhou não...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Era...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... quem falava do caos era...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Era essa a fala.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... só para deixar bem claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Nós tínhamos é, é, a parte da epidemiologia faz, traçava também essas linhas, essas linhas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas a senhora falou Helton Zeferino...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Mas o Secretário Helton passava muito essa mensagens...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o André?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Abre aspas, "nós estamos numa guerra, nós não estamos numa situação normal."

Se o senhor vê nós temos um decreto destes, esse não, salvo engano, 562, do dia 17, em que ele diz que nós temos a oportunidade de fazer requisição administrativa.

Nós fazíamos requisição administrativa, tem um... se tiver oportunidade até coloco pra vocês aqui, requisição administrativa o que significa? Frases do Secretário Helton: Tem lá EPI? Tem máscara? Tem equipamento? Nós vamos lá e nós vamos comprar, adquirir. Nós precisamos aparelhar e, é, sequer pode faltar um Equipamento de Proteção Individual pra

Página 442. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

qualquer servidor profissional de saúde trabalhar ou respirador para os pacientes do Estado de Santa Catarina.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado.

É, vamos entrar especificamente na questão dos respiradores, certo? No dia 22 ...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – De março.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, no dia 22 de março nós temos é, é conversas da senhora pelo WhatsApp tratando da compra dos respiradores dessa licitação, não é, a chama aqui de licitação de respiradores fantasmas...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não foi uma licitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, bom, a senhora vai ter oportunidade de explicar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Uma compra direta com dispensa de licitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, muito bem. No dia 22 já tinha essas conversas, no dia 26 saiu lá o procedimento, não é? A senhora podia explicar pra gente é, já foi feito o procedimento de compra direta, já foi escolhida Veigamed direto, não deu oportunidade para mais ninguém participar?

A senhora, assim, antes de fazer a compra direta, antes de abrir a licitação, né, pra compra direta, senhora já conversava com as pessoas pelo WhatsApp. E, e, eu não consigo compreender como alguém faz isso antes de abrir a compra, né, porque isso fere a concorrência?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, Deputado, nós tivemos o nosso processo de trabalho é, é, desconstruído. Nós, nós, não tínhamos estabilizado o nosso processo de trabalho.

No dia, todo... nós tivemos três processos de aquisição, do dia que eu entrei no Coes, até o dia, no Coes até o dia da minha exoneração, nós tivemos três processos de aquisição de respiradores, três apenas. Gostaria de ressaltar que todos os nossos processos nós carimbávamos. Nós combinamos no primeiro dia. Ele levava o carimbo Covid-19 pra garantir a rastreabilidade de qualquer órgão de controle.

É, é três processos de respiradores, os três processo de respiradores na autuação, estava lá, requisição administrativa para contratação, para compra emergencial, compra direta, de que forma? Dispensa de licitação.

Medida Provisória 926 de 20 de março de 2020. Ali estava dizendo, depois veio a Instrução Normativa da SEA, nº 06. Nós tínhamos ali a forma de, é, da dispensa de licitação caracterizada. A situação de emergência, ela já estava subentendida. Nós não precisávamos caracterizar. Esses três processos de, de, de respiradores, o primeiro da Edera, o segundo da Veigamed e o terceiro da, da, do protocolo de intenções com a Intelbras, os três foram com a mesma característica, eles... a proposta foi definida e seguiu pra compra seguida de uma dispensa de licitação. Quando nós seguimos por dispensa de licitação na geramos uma OF. Diferente quando nós temos um contrato, uma licitação que é uma AF, uma ordem de fornecimento. Então, a OF é a nosso balizador. Tá certo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Nós no dia 22, dia 22 de manhã, num domingo, eu recebi a proposta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu entendi. É o seguinte, a senhora tinha essa informação, vamos supor que seja uma informação privilegiada que o Estado ia comprar duzentos respiradores. A senhora tinha essa informação, quem mais tinha essa informação dentro do governo?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu gostaria de lhe fazer um esclarecimento também.

Página 443. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3367
Rubrica

A SGA ela executa processo de compras, ela não origina compra. A SGA ela não define compra de equipamentos. A SGA ela não especifica qual o equipamento comprar, em que quantidade com qual fornecedor, nós somos demandados.

O Protocolo de Intenções ele veio de cima pra baixo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, isso eu entendi.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A compra da Edera, de cima pra baixo, e, Veigamed, de cima pra baixo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Entendi.

Então, se a senhora puder ajudar a CPI pra dizer quem tinha essas informações privilegiadas de que o Estado ia comprar esses equipamentos, antes de qualquer outra pessoa?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ah, sim, o senhor quer saber especificamente nesse caso ou de todos?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Desse caso dos respiradores.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. É...Todos os Secretários... bom, primeiro, a quantidade, a especificação, é, era definido pela área técnica. Que, é, quem é a área técnica, no caso de equipamento? Superintendência Hospitalar. Quem acumulava a Superintendência Hospitalar? O gabinete do Secretário Adjunto. Gabinete do Secretário Adjunto: SUH, SUR, SUE; gabinete do Secretário titular: SPS, SGA e SUV.

Três Superintendências aqui, três Superintendências aqui. (*Gesticula mostrando com a mão.*)

Secre... é... Área técnica demandou o quantitativo, especificação, que precisava aquilo, *puff* todos sabiam. Esse rol, a especificação, quantos equipamentos, quais equipamentos, quantos EPIs, todos tinham em seus WhatsApp. Os nossos WhatsApp, é, é, eu não sei como o meu WhatsApp foi passado pro Estado de Santa Catarina inteiro. Não era só o meu, de todos os superintendentes. Todos tinham acesso. Nós éramos bombardeados de dentro dos gabinetes e do Estados todo e do governo também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, a senhora vai ter... nós vamos conversar um pouquinho e a senhora vai ter oportunidade de falar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, desculpe.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que é assim... se a senhora ajudar... ser mais sucinta possível, pra gente poder também passar pros meus colegas, pra eles também, que querem conversar com a senhora.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, antes... essa compra, essa compra específico dos duzentos respiradores. A senhora tinha essa informação, vamos supor que era uma informação privilegiada, natural que a senhora soubesse. O Secretário de Saúde sabia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. Todos os superintendentes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Todas as Superintendências.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Secretário Adjunto?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Adjunto, sobretudo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Casa Civil?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ele... e, eu fiquei sabendo da informação dele, no dia 22, na primeira ligação. Neste dia 22, de manhã, o Secretário Douglas me liga e já compartilha uma mensagem do Secretário Helton no meu WhatsApp,

Página 444. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

pedindo, perguntando: Márcia, o Helton pediu ajuda, como posso ajudar? Falei assim o, uma outra coisa que eu gostaria de deixar claro aqui, bem claro aqui. Quando o Secretário Douglas me perguntou: como eu posso ajudar? A minha resposta foi: preciso de um grupo para apoiar as compras porque nós estamos sendo bombardeados aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou mostrar um vídeo pra ajudar a senhora.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por favor, o vídeo 1.

A senhora não se sinta constrangida se a senhora não entendeu.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não. Não estou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por favor, a senhora diga, não entendi.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu estou bem tranquila, fique tranquilo que eu estou bem tranquila. Obrigada.

(*Procede-se à exibição de vídeo1 mostrando parte do depoimento já prestado pela senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

Muito bem. A senhora recorda desse depoimento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Lembro, lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

É o seguinte, a senhora disse aqui, estava dizendo que chegavam propostas de todos os lugares pra senhora. Quem recebia essas propostas? Antes de eu perguntar sobre o vídeo, quem recebia essas propostas? Chegavam as propostas, mas quem recebia essas propostas?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Minimamente nós solicitávamos o encaminhamento, além do WhatsApp, chegava pelo WhatsApp, nós solicitávamos que encaminhasse, no mínimo, pro *e-mail* institucional da SGA, sga@saude.sc.gov...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só para quem está ouvindo em casa, SGA?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Superintendência de Gestão Administrativa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que é da senhora?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI –...SGA. Era, exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, chegava por WhatsApp, chegava por *e-mail*, chegava por telefone, chegava por tudo. E esse específico da Intelbras?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora disse que tomou conhecimento, certo?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, é um processo que falei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, esse... a senhora sabia do preço que foi pago?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Fiquei sabendo depois. Ãhã, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por quanto a Intelbras ofereceu os equipamentos?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. Esse, essa negociação para... é, é, eu não acompanhei... quando... no estágio em que eu tomei ciência, eu já recebi o processo. Foi tramitado para a SGA, ele foi autuado se não me engano, salvo engano, no GABGOV, foi o gabinete do governo, foi assinado o protocolo de intenções e ali ele seguiu.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3368
Rubrica

Página 445. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

É... esses equipamentos, eles fica... eles ficavam um pouco menos de R$ 70 mil a peça - o peça.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então... a senhora...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – E era, e era duzentos, e depois ficou cem peças.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... então, a senhora, 70 mil a peça. A senhora teve conhecimento que a Intelbras estava oferecendo equipamentos a 70 mil a peça. O governo do Estado, o Governador firmou o Protocolo de Intenções, tem assinatura do Governador, tem assinatura do Helton Zeferino, tem assinatura do superintendente, nesse Protocolo de Intenções com a Intelbras. É, depois vocês compraram equipamentos por 165 mil, é isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber quem levantou a mão para dizer: Pessoal, nós temos aqui da Intelbras por 65 mil, por que que nós vamos comprar por 165 mil da Veigamed?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Só para... posso fazer uma observação?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro, a senhora fique à vontade.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Que na verdade nós não tínhamos a Intelbras oferecendo respiradores a aproximadamente 70 mil, não.

Nós tínhamos uma negociação, aí, eu vou lhe falar, gostaria muito que vocês esclarecessem isso, quem tem propriedade para esclarecer isso é o Secretário Helton.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, nós vamos ouvi-lo daqui a pouco sobre isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Certo. O que eu acompanhei: a Intelbras se coloca à disposição, por conta de uma logística internacional, de fazer aquisição lá, no mercado internacional, de respiradores para a Secretaria de Estado.

Ela se coloca à disposição para fazer a compra lá. E o retorno disso, o pagamento à Intelbras, através de uma dispensa de licitação, quando aqui chegasse.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas nós estamos falando do preço...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso é o que o protocolo... Sim, isso é o que o protocolo dizia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero compreender. Eu tenho uma empresa...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... Eu tenho uma empresa, aqui nós temos um monte de diretores de empresas. E, daí, eu vou dizer assim: eu estou construído um prédio. Daí eu quero construir um prédio, eu vou dizer o seguinte: eu vou comprar mil tijolos para a construção, para terminar o prédio.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Daí eu vou dizer: Ó, eu vou pagar R$ 10 mil os tijolos. Aí, o meu gerente diz: não, mas eu tenho aqui por 5 mil, por 4 mil.

A senhora... alguém levantou a mão pra dizer: olha, nós temos respiradores por preço mais barato.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O senhor está falando...

Página 446. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

(*O advogado Nelson Juliano Schaefer Martins levanta-se e fala fora do microfone com a depoente.*)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É... sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, fique à vontade.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É... por que o senhor fala em dois processos concomitantemente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhora...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Processos diferentes, nós temos situações de precificação diferente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, vou reformular a pergunta.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que é assim, eu só preciso compreender.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, tranquilo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E se a senhora puder ajudar é ótimo e se a senhora não puder ajudar... é porque é assim, é, o processo da Intelbras é anterior a compra da Veigamed?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, o governo tinha conhecimento, o Secretário tinha conhecimento, o Governador tinha conhecimento, o superintendente tinha conhecimento e acho que até a senhora tinha conhecimento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vi no depoimento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, depois, que o protocolo chegou pra SES, eu tomei conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, do preço... do preço justamente oferecido pela Intelbras. É, depois, depois, né, foi comprado por 165. Eu quero compreender por que que não continuou?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Então, tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora pode continuar, por favor.

(*O advogado Nelson Juliano Schaefer Martins dirige-se ao Presidente fora do microfone.*)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Então, vamos lá.

No processo da Intelbras, a Intelbras se coloca à disposição pra ir no mercado internacional adquirir um equipamento com uma especificação, pra entrega em 90 dias, naquela configuração, àquele custo, lá, da China, Intelbras, que chegam em torno de R$ 70 mil a peça. No processo da Veigamed, qual foi a negociação fechada pelo Secretário Helton no processo da Veigamed? Veigamed é... apresentando a possibilidade de entrega de duzentos respiradores. Primeiro lote entre 5 e 7 de abril, a prontidão pra entrega. Esses respiradores eles não estavam a 165 reais a peça, eles estavam a R$ 169 mil a peça, esta foi uma negociação em que foi... que eu já relatei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós vamos chegar lá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aqui, na frente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Então, é... no meu ponto de vista, a decisão por ato discricionário é do Secretário Helton, que era o ordenador daquela

Página 447. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - O
Fls. 3369
Rubrica

despesa. Ele decidiu por aquela compra direta, por meio de uma dispensa de licitação, por quê? Prontidão pra entrega. Ele tinha entre 5 e 7 de abril a possibilidade do primeiro lote. Foi isso que decidiu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, a senhora acredita que a escolha...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Acredito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... entre um e outro deriva da entrega?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Acredito. Foi isso que aconteceu, que nós vimos acontecer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso. Muito bem. Vamos então, eu vou mostrar para a senhora.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Estou sem som e sem imagem, Deputado Sargento Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Solicito à assessoria que corrija o nosso contato com o Deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Estou sem som e sem imagem, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Agora?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Agora voltou a imagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E o som?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Opa, também. Obrigado.

Não ouvi a pergunta última que o Deputado Ivan fez, desculpa também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor gostaria que eu refizesse, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Não, não tem problema.

Só a pergunta aquela do preço, do preço de 70 pra, para os respiradores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ela disse que foi o prazo de entrega de levou a diferença do preço.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que a escolha do preço derivou do prazo de entrega de equipamentos. Tá, bom?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Isso. Isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, é...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Preço ratificado pelo Secretário Helton.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, sim, claro, era uma decisão dele, não era uma decisão sua.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É... eu também, eu tenho um outro vídeo pra mostrar pra senhora, que eu preciso que a senhora explique para os Deputados. É o vídeo 2.

(Procede-se à exibição de vídeo 2 mostrando parte do depoimento já prestado pela senhora Márcia Regina Geremias Pauli.)

Muito obrigado, obrigado.

Página 448. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

É... Bom, a gente... a senhora é superintendente há muito tempo, não é, é uma pessoa que tem um cargo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não, não, não. Eu fiquei super... eu estive superintendente por quarenta e seis dias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o que a senhora fazia antes?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu tenho o cargo de Gestão desde o ano de 2013, mas eu... é... fui nomeada em 3 de fevereiro de 2020, a minha portaria de nomeação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ótimo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu entrei no Coes dia 12 de março e fui exonerada dia 24 de abril.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, a senhora tinha 45 dias só na Superintendência?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Na Superintendência, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ótimo. Mas a senhora conhece os princípios constitucionais das relações administrativas: eficiência, moralidade, é... impessoalidade. A senhora conhece esses princípios, não é?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora acredita que esse procedimento de receber proposta por WhatsApp, por *e-mail,* pro telefonema, ele, ele, ele atende esses princípios? A senhora não precisa responder, mas a senhora conhece esses princípios?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Os nossos processos administrativos, no momento em que, é... me desculpe, agora vou manifestar uma opinião, o Coes foi um erro. Aquela estrutura montada, daquele jeito, constituiu um erro gravíssimo. Isso nós falamos não foi uma, não foi duas, não foi três vezes. Nós repetíamos isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para quem a senhora repetia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu, Márcia, repetia pro Secretário Helton, nós erramos.

Eu repetia pra ele: nós erramos. Nós tivemos a nossa... a desestabilização da nossa rotina. Eu despachava com três diretorias e diversas gerências por WhatsApp. Eles promoveram ali um bombardeio. Então, nós fomos bombardeados.

Na primeira semana, do dia 16, do dia, 13 foi sexta-feira, na segunda-feira dia 16, dali para diante as duas semanas e meia que seguiram, nós somos bombardeados por toda ordem. Por ordem dos gabinetes, por ordem de fornecedores também. Nós tínhamos inclusive a circulação de fornecedores, inclusive no segundo andar, onde nós estávamos. Nós estávamos... é... nós tínhamos uma preocupação de estar numa mesa, cercado de colegas, com muitos colegas, notebook virado para os colegas, porque você levantava a cabeça tinha fornecedor sentado na sua frente. No WhatsApp...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, os fornecedores tinham excesso direto?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ... Secretário dizia assim: Fulano está me reclamando por que você não atende ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem, quem? Secretário...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Está no meu WhatsApp. Secretário André fez isso, por várias vezes, era menos conservador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O atual Secretário?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Exatamente.

Fls. 3370
Rubrica

Página 449. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E, e...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI –Eu era cobrada por não responder a tempo os fornecedores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E os fornecedores tinham acesso direto ao Coes? Eles iam, entravam e saiam?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – As duas... durante duas semanas e meia nós tivemos... até que um dia, é, é... eu solicitei conversei com Secretário Helton, chefe de gabinete Vidal, Secretário André, chamei Charles - Charles da Defesa Civil -, fiquei em pé à porta, chamei Charles e pedi pra eles, por gentileza, que a gente não tivesse mais ali, pelo menos no segundo andar, a... a ação de fornecedores...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso aconteceu quanto tempo?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ... E, a partir desse momento, nós tivemos uma sala de licitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora pode dizer quanto tempo as pessoas tinham livre acesso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Entre o dia 16 até o dia... a última vez que o fornecedor de uma empresa *x*, adentrou ao segundo andar, foi mais ou menos até o dia 2, 3 de abril, por ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu acho interessante sabe por que, Márcia...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu acho que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... Eu tentei fazer uma visita para a Defesa Civil...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu liguei pro, pro, pro Secretário da Defesa Civil, eu queria fazer uma visita pra com... para compreender o que estava acontecendo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso que eu estou lhe colocando tem registro lá na frente, o senhor pode perceber...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, sim, ele me disse...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ... que isso está registrado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... ele me disse que ninguém podia entrar na Defesa Civil. Ele falou pra mim, não falou pra mais ninguém, que ninguém podia entrar na Defesa Civil, tanto que ele recusou a minha visita.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Posso relacionar pro senhor o nome das pessoas que estavam lá e o que elas representavam.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, entrava e saía todo mundo?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Nesses... nessas primeiras semanas, como eu já coloquei, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá.

Vamos entrar então agora na parte do Douglas.

O vídeo 3, por favor.

Eu achei melhor usar esses vídeos porque daí a gente vai... são coisas que nós ficamos assim pensando... A senhora tem a oportunidade... eu queria sempre que a senhora pensasse que essa é a oportunidade da senhora mostrar para Santa Catarina que a senhora agiu corretamente, que...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Fique tranquilo...

Página 450. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... aproveitar esse momento...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não tenho nada a esconder.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... aproveitar este momento para conversar com quem está nos acompanhando.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Fique tranquilo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo 3 mostrando parte do depoimento já prestado pela senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

Bom, então, entrou o Douglas Borba no dia 22...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – No dia 22, 10h17 da manhã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Olha só.

Então entrou o Douglas Borba, como ele entrou assim... ele entrou, é: olha, eu tenho essa empresa aqui, eu quero que vocês façam negócios com essa empresa.

Eu vi os áudios, eu vi o texto...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... mas eu não sei se ele conversou com a senhora em outras situações...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque não está registrado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu preciso compreender - e os meus colegas da CPI também precisam compreender - o nível da pressão...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... o nível de direcionamento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós vamos chegar um pouquinho, a senhora não precisa detalhar, porque nós vamos chegar um pouquinho mais à frente, numa outra... eu vou fazer outra pergunta pra senhora. Mas entrou a Veigamed e entrou aí quem? O Leandro? Eu queria que a senhora explicasse aqui para a CPI essa... entrou Douglas no processo e entrou o Leandro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – 10 horas da manhã, o Secretário Douglas me liga e pergun... compartilha... ele liga e, em seguida, ele já compartilham mensagem do Helton pedindo ajuda, e diz o seguinte: Como posso ajudar?

Eu falei, nós precisamos de apoio aqui na, com o grupo de apoio aqui nas compras, porque nós estamos com fornecedores ditando regra, exorbitante preço, mantendo proposta, recebe... mantendo propostas que a gente não consegue fechar. Nós, nós estávamos, a nossa dificuldade era EPI nessa época. Nós estávamos com consumo de máscaras de procedimento cirúrgico muito elevado. Então a nossa grande, a nossa grande necessidade era EPI, nesse momento.

Ele falou: Então é o seguinte, é, é, é... a partir de agora vou passar a encaminhar algumas propostas pra você, do que eu tô recebendo aqui, eu vou... nós vamos encaminhar algumas propostas de fornecedores que você pode ter, né, toda a tranquilidade com esses fornecedores. Além disso, nós temos, é, vou entrar em contato com Tasca, com Moisés e a gente vai ver o que a gente pode fazer pra ajudar.

Ele desligou o telefone, minutos depois, ele já compartilhou a mensagem do Secretário Helton, que está lá, no meu WhatsApp, e já me mandou um áudio - aí está em áudio, graças a Deus - falou assim: Acabei de falar com Moisés ele já está falando com alguns órgãos e o Tasca vai coordenar esse apoio pra você, está certo?

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3371
Rubrica

Página 451. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A partir dali ele já passou o contato do Leandro Barros, que é o colega que já teve aqui, e... a proposta... encaminhou também essa proposta a esse fornecedor da Veigamed, e ali começou transcorrer os contatos, tanto com o Douglas, tanta com o Leandro quanto com o Fábio Guasti.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora falou que o Douglas disse que conversou com Governador? É, isso que a senhora disse?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ele... eu tenho no meu WhatsApp tem o áudio dele lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É conversou com o Governador.

A senhora é...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ele sempre falava em nome do Governador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Ele falava em nome do Governador?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sempre, sempre.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que ele falava em nome do Governador?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É... é, passou-se alguns dias, por exemplo, por exemplo, passou alguns dias em que ele batia muito em testes rápidos, e ele mandava muitos fornecedores de testes rápidos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem mandava?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O Douglas Borba.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Douglas mandava...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O próprio Douglas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Desculpe, às vezes, eu preciso para deixar as nossas atas.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o Douglas mandava fornecedores de teste rápido?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, exatamente, também, né. E, aí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se eu não falar uma coisa que é verdade, a senhora, por favor, corrija.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não. Mandava fornecedores de testes rápidos, armadores de móveis pra UTI, equipamentos, enfim, eram várias propostas. Eu não vou lembrar todas de cabeça. O senhor me desculpe.

E, aí, ao final ele dizia: Não, por que, na coletiva de ontem, o Governador mencionou, ele está muito preocupado com os testes. Nós não estamos testando? Então, assim, o que está acontecendo? Qual é a nossa dificuldade? E aí ficava aquela pressão em cima. Quais são as ações de vocês? Tem WhatsApp meu escrevendo pra ele: Secretário, ó, o senhor fique calmo, o que está acontecendo? Nós temos uma frente trabalhando em equipar o Lacen pra dar conta do volume; nós temos uma frente orçando teste compra de teste rápido; nós temos outra fonte pra amparar Bio-Manguinhos, que não vai dar conta dos *kits* pra fazer os testes vai Lacen. Nós estamos trabalhando nisso. O setor de compram está trabalhando. Por que a nossa demora? Esse era o tom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o Leandro, como é que ele apresentou? Só esse WhatsApp? Ou ele chegou a falar alguma coisa sobre isso aí?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O Leandro começamos a conversa comigo dia 23...

Página 452. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ...no dia seguinte, feriado de Florianópolis...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, é, e aí é também, propostas, encaminhava propostas e o que a gente pedia, de novo, que a gente pedia minimamente, o encaminhamento pelo WhatsApp e o nosso encaminhamento pro *e-mail* institucional, onde tinham um banco de, de, de orçamentos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Como é que a senhora passou a ver o Leandro, diante dessa indicação?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O Leandro é, primeiro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Doutor Leandro não é, deixar claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ele é doutor, não sabia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, ele é advogado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É... o Leandro eu o conheci em 2015, 16, quando ele foi superintendente de Planejamento em Gestão na Secretaria de Estado da Saúde. Ele era de outra Superintendência. Ficou um tempo lá, depois ele saiu, agora, em 2020, por conta desse contato repassado pelo Secretário Douglas.

Então pra nós, cada vez que chegava um *e-mail,* por exemplo, no secretario@saude, ou, e eles mandavam *e-mail*, mandavam WhatsApp: Márcia, tu já recebeu o *e-mail* lá, observar que é do Secretário Douglas. Ou seja, não demore. Está lá, nos meus *e-mails*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Essa era uma pressão que a senhora sentia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É sim. O Secretário Douglas era uma... sempre foi uma pessoa que falava em nome do governo, e aí a gente tinha que dar total é... prioridade.

O Leandro, ele sempre para nós, foi esse articulador entre os fornecedores, é... apoiando o que o Secretário Douglas tinha de intenção de fa... de fomentar, né, de fazer aquele fomento, seja em testes rápidos, respiradores. Ele, entre os fornecedores e o Estado, ele era essa pessoa articulando pra que a gente impulsionasse, então, os nossos processos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhora, o Leandro disse aqui para a CPI que ele nunca fez negócios com governo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, eu tive a oportunidade de escutar também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É ele disse que nunca fez negócios com governo, nunca vendeu, nunca...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Interessante, então ele surgiu assim como...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, ele sempre fez essa articulação, né, os fornecedores estavam aqui, o Leandro estava aqui no meio, e o Secretário Douglas o colocou em total interação conosco naquela, naquela influência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora entendia que isso foi uma interlocução dele?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não entendi? Ah, desculpe.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Uma interlocução. Ele fosse uma espécie de interlocutor dessas empresas?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Entre, entre... fornecedor aqui, Douglas, ele estava ali como a pessoa que fazia o, a articulação, sim.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3372
Rubrica

Página 453. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu só queria...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso para nós, no Coes, eu não estou falando em meu nome apenas, né, eu repito aqui falas e registros de colegas. Colegas que estavam atreladas ao gabinete do Secretário Helton. Então eu tenho um *e-mails* me cobrando: observar que este *e-mail* que você recebeu é do Secretário Douglas. Isto pra mim tem um tom, né: Por favor, de prioridade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Ah, da voz do Douglas...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... as conversas com o Governador. O Governador mandou fazer isso, o Governador mandou fazer aquilo, o Governador está sabendo disso. Ele falava alguma coisa nesse sentido.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Tem algumas frases, né: Essa é uma decisão de governo, você tem até o meio-dia pra acabar. Isso foi dito.

É, é um dia eu saí do Coes - a gente sempre saía acima de 20h mais ou menos -, eu cheguei na minha casa, a gente sempre chegava e ia se higienizar pra jantar, naquele dia a minha família esperou para jantar comigo e eu sentei na mesa, quando eu sentei à mesa tocou o telefone, o Secretário Douglas. E, aí, eu até coloquei, nessa oportunidade, pro meu marido ouvir comigo, ele disse assim: É... vocês têm que parar com excesso de preciosismo, porque vidas de profissionais e tudo o que a gente não consegue entregar pros Municípios estão passando pelas mãos de vocês. Então, excesso de preciosismo. Vocês estão com muito excesso de preciosismo. Esse era o tom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ótimo. Desculpa, eu, meus colegas...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Fique tranquilo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... Eu vi o depoimento da senhora, durou muitas horas, né, porque a senhora, realmente, é uma pessoa, como eu disse, do interior, a senhora é muito detalhista, isso é bom. Isso é bom.

Eu peço desculpas meus colegas aqui, porque quero passar o mais rapidamente pra vocês, mas preciso seguir o roteiro aqui, dos, dos prazos, a senhora vê que eu tô seguindo uma cronologia dos fatos.

É eu só quero... a senhora diz sim ou não. O José Florêncio, eu preciso saber quem apertou o botão da transparência, da transferência...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Da transferência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... Eu vi o depoimento. A senhora disse que bota a mão no fogo, acredita que José Florêncio é um cara bom etc. etc. etc., certo? A senhora continua com esse entendimento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não. Então tá, depois eu vou dar a oportunidade para a senhora dizer por que que não.

Foi ele que transferiu o dinheiro?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ah! É, eu tenho que ser objetiva aqui, mas pra mim o contexto ele é muito importante. Eu vou ser bem rápida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora fique à vontade.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A segregação das funções ela tem que ser entendida aqui, de novo, a SGA ela executa um processo de compras, ela não origina e ela não paga. A segregação ela está posta.

Quem paga não é a SGA. É... coincidentemente, a Débora Brum, que era uma apoiadora da SGA, a menina que está lá no SGPE com a senha dela, que autuou os processos, ela solicitou dentro de duas Gerências do Cofes. O que é o Cofes? A

Página 454. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Coordenadoria do Fundo Estadual de Saúde. Ele compõe três Gerências: Gerência de Orçamento, Gerência Financeira e Gerência de Contabilidade. A Gerência Financeira e a Gerência de Orçamento, elas ditam e tramitam processos de compras. A Débora era... e Gabriel Koerich, eles foram instruídos por... pelas Gerências do Cofes, processo de compras, o senhor pode ir no SGPE, não tem tramitação pra mim. Eu não toquei nesses processos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu sabia do processo de compras? Eu sabia. Eu sabia que o pagamento era antecipado? Todos sabíamos. Eu vou dar o nome de três pessoas que sabiam diretamente ao meu lado: Secretário Helton, a Márcia, Zé Florêncio, Gerência de Orçamento, Comandante lá do Corpo de Bombeiros e o Tiago também. Toda a estrutura foi montada em 2019 pelo Secretário Helton. Eu não troquei ninguém da SGA. Todos foram colocados lá. Eu não os conhecia e também não tinha nada que desabonasse. Não tenho nada que desabone. Então não mexi em ninguém. Não tive tempo hábil pra conhecer a equipe sequer, que dirá decidir trocar.

As Gerência do Cofes, elas instruíram o apoio da SGA, na pessoa do Gabriel e Débora Brum. Que que precisa ter de peças aqui? Como que faz? Essa instrução foi do Cofes.

Então, se tem botão para apertar, como o senhor pergunta, não foi a SGA, não foi ninguém dentro da SGA.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem foi?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Foi dentro do Cofes.

Me permita dizer, que eu arrisco a dizer que foi dentro da Gerência Financeira, onde liquida, ordem bancária, liquidação. Me arrisco a dizer que é dentro do Cofes, Gerência Financeira. Não vou afirmar com 100% de certeza, isso é um processo, uma tramitação de trabalho do Cofes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o José Florêncio?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Preciso que o senhor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Depois eu vou dar oportunidade pra senhora...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Preciso que o senhor confirme, por favor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ... o que estou dizendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que pra nós, sabe, as siglas, as letras...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim, sim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... as coisas acabam não soando com tanta tranquilidade como pra senhora.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum, hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então se a senhora pudesse trocar por Secretaria, por órgão, dar o nome, nos ajuda...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Está certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... né, porque talvez um de nós não conheça, não consiga identificar os significados porque não tem o *métier* de estar lá todo dia, né.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, então, a senhora disse no depoimento, no começo, que botava a mão que o José Florêncio, etc... Que a senhora botava a mão no fogo, acho que foi mais ou menos isso que a senhora disse começo, num depoimento que a senhora deu na delegacia. Depois, a senhora mudou isso. A senhora falou

Página 455. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3373
Rubrica

alguma coisa do José Florêncio. Agora a senhora voltou a dizer que mudou. Por que a senhora mudou de opinião com relação ao José Florêncio?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Confesso que algumas questões ligadas a esse processo da compra de respiradores eu tomei ciência após a minha exoneração. Então algumas ações de tramitação desse processo eu fiquei sabendo após a minha exoneração. Por exemplo, fiquei sabendo pela mídia, fiquei... revi depois, aqui, com vocês, que o projeto de lei, que foi aportado aqui na Alesc, foi retirado. Eu não sabia, eu não sabia. Fiquei sabendo pela, pela imprensa depois.

José Florêncio, salvo engano, ele foi a pessoa que mais teve contato com Fábio Guasti, do que eu e o próprio Secretário Helton. Fábio Guasti fornecedor que fez toda a articulação da compra dos respiradores. Dentro da SGA, dentro da SES pra SGA, pra mim, pro José Florêncio, pro Secretário Helton. Fábio Guasti é a pessoa, ou o fornecedor, ou o representante Veigamed.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Então quando é uma pessoa... eu, por exemplo, no meu primeiro dia, eu sai com a notícia da exoneração, após a mídia da Intercept, eu saí direto pro, pros órgãos investigativos, eu entreguei meu celular. Quando a pessoa relata que ela ou apagou, ou ela quebrou. Eu nunca vi tanto celular quebrar e tanta mensagem apagar na minha vida, entende?

Então, assim, são questões que nos protege. Hoje, o que eu digo, o que eu posso lembrar, porque a gente não tem lembrança de tudo, tem um equipamento que foi entregue que está lá pra auditar, enfim. Mas, isso me protege, essa é minha verdade e por que... e a pessoa que não tem eu sinto muito temeroso isso. Porque ele não consegue confirmar o que ele diz.

Por exemplo, questões, nós sabemos das garantias que nós temos que ter envolvido num processo de pagamento antecipado a LC, a carta de crédito que deveria ter sido uma questão de garantia que o José Florêncio...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Era dele a responsabilidade de cobrar isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A LC, a carta de crédito, onde depositar, tudo isso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A garantia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

Então, assim... eu, eu escutei do José Florêncio... nós combinamos despacho. Ele não dava expediente na Defesa Civil. Coisa que eu nunca devia ter feito. Devia ter sido mais... enfim, eu não devia ter ido pra lá. Aquilo ali realmente desestabilizou o nosso processo. Tudo isso poderia ter sido evitado se a SGA não tivesse com aquela interferência ali. Nós poderíamos, talvez, nós poderíamos ter evitado. Eu acredito que tivéssemos um outro desfecho. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

Mas é, eu vi o José Florêncio comentar sobre a questão do, da, do banco, por exemplo, e ele disse: Márcia, mas o Fábio Guasti está me relatando que ele não tem conta no Banco do Brasil, que a empresa, Veigamed, enfim, eles não têm conta no Banco do Brasil, é banco Bradesco. Eu falei: opa, mas a LC no banco Bradesco até é possível, no Banco do Brasil LC não tem. Então, essa negociação eu não me envolvi. Por quê? Vou abrir uma aspa aqui. O José Florêncio falou assim pra mim: "Pagamento é comigo, vocês já estão sobrecarregados. Por favor, essas questões, esses detalhes, não se preocupem."

E aí, depois, nós vemos um comportamento diferente. Por que que não se diz a verdade? Essas questões que...porque nós, no nosso trabalho, nós não fizemos nada errado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Ótimo.

Página 456. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Eu sei que Invoice...então já compreendi, nós vamos, provavelmente, ouvir o José Florêncio aqui, em compreender isso, acho fundamental.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum. Fundamental.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Fundamental entender isso aí, né. Porque, afinal de contas, ele tinha papel, dentro desse processo, que ele não cumpriu.

Eu tinha aqui uma pergunta sobre o Invoice, e eu não consigo compreender muito bem por que um prazo tão curto assim, sabe, porque os prazos eram tão apertados que qualquer um, depois eu vou mostrar, mais à frente para a senhora, qualquer um ia aprender que aquilo não ia se concretizar.

Entre o Invoice e a fabricação, e a entrega e os produtos. Eu vou perguntar isso mais à frente para a senhora.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, tá, mas eu posso explicar também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então, com relação a certificar as garantias. Quem tinha esse papel era o José Florêncio?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – LC, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Para receber pagamento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A LC seria uma carta de crédito onde você deposita para a garantia de que o fornecedor sabe que o dinheiro está reservado. E você também tem a garantia de que, se a transação não acontecer, você resgata.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Esse papel era do José Florêncio.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, a SGA não tinha esse depósito da liquidação, da ordem bancaria, essa negociação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - A senhora sabe que toda a compra internacional precisa de uma certificação, né?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Essa justificação foi feita? Nessa compra dos respiradores, essa certificação da compra internacional foi feita?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Essa certificação do produto, do...?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Não, da compra, da relação internacional, na compra?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu não, não sei lhe afirmar. Eu, eu não vou me arriscar a fazer. Porque, como eu lhe digo, esse processo, até eu, eu consultei ele no SGP-e faz muito tempo. Eu sei que ele já evoluiu, a CGE também já continuou a instrução. Então eu não sei lhe dizer, não vou me arriscar aqui a dar uma informação que, possivelmente, esteja já inserida no processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então a certificação da compra internacional a senhora...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Eu teria que ir lá olhar, novamente, para lhe assegurar isso. Está certo? Não vou responder errado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - É que foi feita uma compra internacional por essa empresa nacional...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, eu entendo a sua pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - A certificação, não precisava estar presente, não estava? É só isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Tá.

Página 457. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3374
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu, observando o processo, eu noto que a Secretaria tentou dar um ar de legalidade no processo. A senhora, teve uma hora que a senhora disse que catou orçamentos, a senhora usou essa expressão: "A gente catava orçamentos para, daqui a um tempo, ter os documentos se alguém quisesse ver."

Então, e

Eu achei que vocês estavam tentando, diante daquela justificativa da senhora, de que tinha um procedimento complicado, muita gente e tal. Vocês cataram orçamentos para dar um ar de legalidade para o processo.

Isso já havia acontecido antes?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, o senhor se refere neste processo da Veigamed?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Isso. Não, a outras compras.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Onde foi jogado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Também das outras. Da Veigamed eu sei que...eu estou falando das outras.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, porque tem uma determinação da AGU, né, de que ele entendeu que se precisava fazer uma pesquisa de preço de mercado, enfim. De outros processos, nós tivemos um outro processo que talvez responda a essa sua pergunta, que foi no momento em que nós zeramos o nosso estoque de máscaras, tivemos. Nós tivemos um dia em que o estoque de máscaras no nosso Centro de Distribuição, ele zerou.

Então, nesse momento, assim como nós é, tínhamos também situações em que recebíamos orçamentos, nós também pedimos. Nós pedíamos orçamentos: você tem pra entregar, quem, quem poderia entregar. Aí, neste momento, nós tivemos um processo de compra, de compras, onde nós tivemos essa situação em que o fornecedor, por uma questão, uma necessidade nossa naquele desespero, que todas as áreas administrativas, todo o mundo precisava utilizar, e não só na SES, que também nos meus depoimentos eu deixei isso bem claro. Se nós estivéssemos ali para fazer as aquisições para as treze unidades hospitalares, estaria muito tranquilo. Porém, nós não estávamos comprando só para a SES, nós estávamos comprando e servindo a outros órgãos do governo também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas e essa questão de catar orçamentos?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Teve, nessa questão das máscaras cirúrgicas eu acredito que sim. Por quê?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mais de uma vez?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Nós primeiro estivemos...eu lembro deste processo. E eram máscaras cirúrgicas onde nós tivemos o quê? O fornecedor, ele entregou a máscara e depois ele trouxe o orçamento, a gente precisava saber se aquele preço estava superfaturado, quais os orçamentos que a gente tinha, qual é a referência de preço para aquele produto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Esse eu me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - A senhora pediu ajuda à Controladoria-Geral do Estado? À Secretaria de Governança?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Pedi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Quando, que data? Era importante a gente saber essa data.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Pedi.

Página 458. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Em que a senhora pediu ajuda e como pediu.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Pedi. Se o senhor tiver a oportunidade de trazer o José Florêncio, se ele tiver ainda de posse do celular dele, que infelizmente eu não tenho o meu, mas graças a Deus eu consegui entregar com todas as minhas mensagens, é, teve uma vez em que o José Florêncio é, conhecido também do, né, ele mora no mesmo bairro que eu. Como eu perdi a condução pra casa, ele me trouxe até em casa, nós saímos com a Secretária Adjunta, Simone, da CGE.

Ao telefone, na frente do portão da Defesa Civil, eu, José Florêncio e ela, nós fomos conversando dali até a porta da minha casa, no telefone. Naquele dia pra ela, Secretária Adjunta da CGE, eu pedi ajuda, eu pedi ajuda.

Por quê?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Que dia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ah, nas semanas. Foi durante este processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Antes da compra antecipada?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Foi durante esse processo, seguramente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Foi nessa semana do dia 22 ao 30?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Seguramente.

É, o José Florêncio, ele certamente vai saber a data certinho, mas sim, o pagamento certamente não tinha saído ainda.

Nós pedimos ajuda, nós pedimos ajuda em várias oportunidades, eu tenho registro no meu celular, o primeiro dia que eu pedi socorro foi no dia 16 de março.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - A senhora pediu ajuda e não recebeu?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim. As áreas estavam se estruturando, estruturando para nos apoiar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Por que o...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - E nós tínhamos que trabalhar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Por que o Controlador-Geral do Estado, que esteve aqui na CPI...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E diz que só teve conhecimento desses fatos...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - No dia 27, um mês depois da compra antecipada. Talvez ele não tenha lido jornal, não tem ouvido televisão.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu tenho, eu gostaria de enfatizar o que eu coloquei pro senhor há pouco. Nós tomamos o cuidado, no dia 12, de pedir a todas as Superintendências que qualquer processo fosse carimbado com uma palavrinha Covid-19 para garantir a rastreabilidade a qualquer órgão de controle.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então não teve, a senhora pediu, mas não veio.

Está.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Eu gostaria de fazer uma justiça aqui. Dentro da Controladoria-Geral do Estado, que foi uma área que foi criada nesta

Página 459. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3375
Rubrica

administração, junto com a SIG, né, a Secretária Naiara também da SIG, essas áreas são novas. Agora, a Auditoria Interna...é, dentro da, da, da CGE nós temos um, um grupo de Auditores Internos que, sim, se ofereceram pra nos ajudar, e eles, é, dois deles chegaram, mas aí já no dia, acho que no dia 09 de abril. Nove de abril eles foram presencialmente lado lá à Defesa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Márcia, eu queria lembrar você que, quando eu falo de licitações, na verdade eu estou falando de compra direta, às vezes é só o vício de linguagem.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É porque não houve esse procedimento nesse processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - É só um vício de linguagem nosso, quero dizer que estou falando de compra direta.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - É o seguinte, eu preciso que a senhora me ajude no seguinte, quer ver. Começou o negócio da Covid, a gente via na televisão, jornal, problemas de compra no Rio de Janeiro, problema de compra ali, problema de compra aqui. Compraram um negócio lá, superfaturado, já começou aquele papo, não é? Antes de tudo isto que aconteceu aqui em Santa Catarina.

Não veio uma orientação pra vocês, não veio do governo do Estado, do Governador, do Secretário dizer: "Pessoal, tem um procedimento, vamos seguir esse procedimento, tenham cuidado, não façam compras fora do normal, sigam as orientações da lei, etc."?

Eu queria saber qual foi o comportamento do governo do Estado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O comportamento, na 2ª quinzena de março, onde deu...nós tivemos ali os quinze dias, o comportamento foi de velocidade no fazer. Nós precisávamos fazer de forma rápida. Muito pelo contrário da linha de um procedimento padrão de realizar. Nós tínhamos que fazer de forma rápida, nós estávamos demorando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas não veio, então?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Não. Nós tivemos um trabalho publicado pela CGU, que foi replicado pela CGE e foi divulgado depois do dia 08 de abril, se não me engano.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então ninguém alertou, do governo do Estado?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Do Governador, do gabinete do Governador, Casa Civil?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Em que sentido que o senhor fala?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Assim: "Pessoal, está tendo problema pelo Brasil inteiro, vamos ter cuidado para não ter problema aqui."

Se eu fosse o Governador, eu ia chamar e dizer: "Pessoal, vamos ter cuidado."

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Posso lhe fazer uma pergunta?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu não estou aqui para responder perguntas, mas se for importante.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, mas é só para mim saber até o quanto que...mas eu tenho certeza da resposta, mas...vocês chegaram a revisar as coletivas do Governo SC?

Página 460. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Nós recebemos aqui as instruções normativas da CGU, das compras antecipadas. Nós sabemos, por exemplo, que foi instalada a Portaria 06/2020.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - A Instrução Normativa número 06 da SES, na verdade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Essa normativa foi 02 de abril...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Primeiro saiu a Medida Provisória 926, daí a Instrução Normativa 06, ela foi balizada ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Isso, exatamente.

Foi modificada a legislação e tal, eu tenho noção de todas essas portarias.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem, vamos ver a questão da compra antecipada, do pagamento antecipado. Eu quero o vídeo 5.

(Procede-se à exibição do vídeo 5 mostrando parte do depoimento já prestado pela senhora Márcia Regina Geremias Pauli.)

Tá, eu quero que a senhora explique para mim, depois...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Quer que eu continue?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Não, é...eu vou depois passar para o meu colega, Deputado Milton Hobus, com quem eu conversei, para que ele converse com a senhora sobre as compras antecipadas.

Mas é assim, a senhora falou que no dia 23 tinha a orientação quanto aos pagamentos antecipados. Eu preciso que a senhora nos diga quais foram essas orientações.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O que eu estava mencionando ali é que no dia seguinte ao atendimento do pedido do Secretário Douglas, o Secretário Tasca, ele ficou incumbido de organizar esse grupo de trabalho. O que foi criado, na verdade, foi um grupo de WhatsApp.

Lhe confesso que foi subutilizado, porque nós tínhamos tanto, tanto volume de trabalho que nós não tínhamos sequer tempo de olhar aquele arsenal que estava sendo depositado ali, enfim. No dia 23, pela manhã, dez e pouquinho da manhã, nós tivemos uma única videoconferência com todas essas, essas pessoas que compunha ali. Ali tinha a Secretaria de Administração, a CGE, a PGE, o Tribunal de Contas, eu não vou...Procon, não vou lembrar todas as áreas que estavam ali nesse grupo agora, me perdoe. Mas estavam as nossas três Diretorias, a Diretoria de Licitações, de Logística, a Diretoria de Planejamento de Compras e a AGU que nós tivemos ali.

Esta, esse, essa reunião de trabalho, que foi a única que aconteceu com esse grupo, é...inicialmente nós já colocamos quais são as nossas dificuldades. As nossas dificuldades são a, é o, é o empoderamento dos fornecedores, eles estão ditando regras, a exigência do pagamento antecipado é uma realidade ali, as propostas, elas não se mantinham por muitas horas, e a exorbitância do preço. Então, foi em cima disso que a gente conversou ali, né.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Conversou com quem? Quem que participou dessa reunião?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Desse grupo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - É.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - De novo. São os dois, os diretores da SGA, Consultor Jurídico do Procon...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - SGA a senhora me diz qual que é? Secretaria...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Superintendência de Gestão Administrativas. O Diretor de Licitações, a Diretoria de Compras, o Consultor Jurídico da

Página 461. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3376
Rubrica

SGA; Procon, o Tiago do Procon. É, depois tinha uma pessoa da CGA, aí em vídeo, né, estava, não estava presencial, é, estava *home office*, em vídeo, a Secretaria da Administração, a Controladoria-Geral, PGE.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Da Secretaria de Administração quem?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - A diretora Karen e a gerente Carla Giani; e o Secretário, o próprio Secretário Tasca participou também. Ali foi uma, uma conversa introdutória onde eles queriam entender da gente qual era a nossa, quais eram as nossas dificuldades, né, com as compras.

Quando a gente colocou: as dificuldades são de, no processo de aquisição, trabalhar com essa questão da exorbitância do preço. Teve uma oportunidade em que nós tivemos uma compra pra definir, de máscaras, onde aí eu estava com o Controlador-Geral do Estado, o professor Felipe. Nós tínhamos três propostas para a compra de máscaras, uma custava US$ 1 dólar e R$ 86 a unidade, a outra R$ 15 e a outra R$ 36 a unidade.

Nesse dia, eu e o professor Felipe, ele mesmo pegou dois fornecedores dele, desse, ele ligou para os fornecedores pra perguntar por que que uma máscara que nós estávamos comprando há R$ 0,80, ela agora estava sendo oferecida a R$ 32 a unidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Está bom.

É assim, se a senhora pudesse reduzir, sempre se concentrar para nos ajudar no responder.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Bom, eu passo a palavra ao Deputado para, efetivamente, falar sobre o processo de compra antecipada.

Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Eu agradeço. Cumprimentar a senhora Márcia, doutor Nelson.

Cumprimentar o seu filho também.

Vou me ater agora só sobre a questão do pagamento antecipado e sobre umas coisas que nos chama a atenção aqui no processo. Tem uma fala do Douglas Borba onde ele diz no depoimento dele que ele alertou vocês e a Secretaria lá que não devessem pagar antecipado.

Então a pergunta: isso, de fato, o Douglas disse que não era para pagar antecipado?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Os orçamentos que vinham dele não vinham com essa forma de pagamento antecipado?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu desconheço, eu não participei de nenhum momento em nenhuma ligação e nenhuma conversa com ele aonde ele tenha manifestado isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Então isso não procede.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - O.k.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não me lembro disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Todos nós sabemos que o pagamento antecipado, até então pela Lei 4.320, não é permitido, só o decreto que foi depois da data em que foi efetivado o pagamento à Veigamed é que criou uma normativa lá para a questão da Convid para pagamento antecipado com a exigência das garantias e tudo mais, que não foi...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – E as cautelas, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Que não foi a relacionado.

Página 462. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

E a senhora, e é isso que a gente não consegue entender. Porque o protocolo de intenções aqui com a Intelbras foi dia 17 de março, assinado dia 17 de março. Conversando com as pessoas da Intelbras, eles se prontificaram, levantaram lá, só que os fornecedores chineses diziam: "Para a gente garantir que a gente entrega, a gente precisa de 30% adiantado. Eles tinham que dar um sinal pra eles reservar os respiradores para Santa Catarina. E daí então a senhora, provocada pela Diretoria...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Pelo Cofes, né, acho que é um despacho meu, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Por solicitação do Fundo Estadual que solicitava a manifestação quanto ao pagamento antecipado que a Intelbras havia solicitado, porque daí, quando pediram pra eles, oh, nós vamos, conseguimos trazer.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Na verdade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - E daí a senhora fez um documento de resposta em resposta ao pedido de manifestação acerca do pagamento antecipado: Informamos que o pagamento supra citado só poderá ser realizado após a certificação e recebimento dos equipamentos no Centro de Distribuição e Logística da Secretaria de Estado da Saúde, em consonância com o Ofício 376.377, apensado a esse processo.

Então, esse é um documento que a senhoras assinou?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, o despacho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - E no da Veigamed a senhora não teve que dar despacho nenhum? Igual a esse, ninguém solicitou isso para a senhora?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não.

É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Porque para a Intelbras não podia pagar antecipado, porque era uma empresa idônea que iria trazer por 68 mil cada respirador, segundo a própria senhora.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu lhe agradeço por esta pergunta. Porque no momento em que eu fui solicitada a manifestar sobre o pagamento antecipado, eu fiz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Certo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – E, obviamente, nos outros dois não me, não me perguntaram, então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - No caso da Veigamed, a senhora não fez.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não fui abordada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - E no dia 1º de abril o Governador Carlos Moisés faz uma carta de autorização, assinada por ele pelo Secretário Helton Zeferino dizendo o seguinte: "Governador Carlos Moisés, Secretário da Saúde Helton Zeferino, vem pelo presente declarar para os devidos fins e a quem de direito possa interessar, que autoriza a empresa Intelbras, suas sucursais e filiais a negociar, adquirir e importar para fornecimento do Estado de Santa Catarina equipamentos denominados ventiladores."

Isso assinado pelo Governador, então o Governador sabia de toda essa operação, evidentemente, não é?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - E no dia 02 de abril, data que foi pago à Veigamed os R$ 33 milhões, saiu a ordem de fornecimento 376 e 377 para a

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3377
Rubrica

Página 463. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Intelbras. Onde diz aqui prazo de entrega dez dias, que era a previsão que eles tinham dado para os cem equipamentos. Então não era tão diferente assim do prazo da Veigamed, né?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Era para junho, né, meados de junho, foi com a Intelbras.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Diz assim: prazo de entrega, dez dias, está aqui na ordem. Tu lembras que está na ordem de fornecimento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ah, sim, o prazo da OF, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Isso. E as condições de pagamento, trinta dias.

Então, isso aqui está documentado, é um documento. Então, essas coisas a gente não consegue entender. Aqui não pôde ser feito o pagamento, e lá pôde ser feito sem nenhuma garantia sequer.

E daí eu pergunto para a senhora. Tem no vídeo do Secretário Helton, que evidentemente nós vamos perguntar pra ele, mas a senhora já falou sobre o José Florêncio, onde ele diz que ele dividiu funções, uma interferia na do outro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Então, o senhor José Florêncio tinha que se preocupar em pagar, e quem mandava pagar é o Secretário, evidentemente, é o superior. Lá na minha empresa ninguém paga nada se não tiver autorizado, não tiver tudo lançado bonitinho, e assim vai. E o Secretário assina também.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Mesmo que seja...ele assina o pagamento mesmo que o financeiro passa.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu posso fazer uma observação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Qualquer, é, é, observação que o Secretário faça, ele o faz no momento da assinatura da ordem de fornecimento e da dispensa de licitação. Uma vez que ele assinou a dispensa de licitação e a ordem de fornecimento, o processo saiu para o pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - A senhora sabia que quem mandou fazer o pagamento foi o José Florêncio, porque...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É a área atribuída.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - E acima dele. Era a atribuição dele fazer isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, ele está na mesma linha da...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Era atribuição dele.

E a senhora sabia que o José Florêncio fazia tratativas com as empresas das propostas antes de fazer o pagamento, quer dizer, tudo aquilo que não deveria ser feito?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Ele estava envolvido nas transações comerciais e não só com o ato do pagamento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Essas tratativas com as empresas, essa forma de pagar, alguma, alguma, em alguma dúvida com relação às contas ou alguma CND negativada, alguma questão, essas áreas entravam em contato até para ver a questão do pagamento. Sim, isso acontecia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Deputado João Amin.

Página 464. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Desculpa, eu me prontifiquei a fazer perguntas só relacionadas a essa questão do pagamento antecipado. E esse esclarecimento é importante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Ótimo. Eu vou mostrar um vídeo sobre o pagamento antecipado, daí se algum Deputado quiser intervir a gente pode, daqui pra frente, conversar em paralelo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Conforme o tema, talvez, mais Deputados irem interagindo conforme o tema...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Daqui pra frente, então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Que cada um tenha anotado, para nós não voltarmos ao tema depois. Senão nós vamos ficar aqui dez horas para cada depoimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Claro, só a gente ter o cuidado para a gente não perguntar o que já foi respondido. Não é? E não perguntar todos a mesma coisa.

Eu quero mostrar um vídeo, o vídeo oito. Um vídeo para a gente conversar um pouquinho sobre pagamento antecipado.

(*Procede-se à exibição de vídeo 8 mostrando parte do depoimento já prestado pela senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

Então é assim, é uma farra isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não. Na verdade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu estou aqui, na Assembleia, nossos colegas Deputados estão aqui na Assembleia. Estamos aqui trabalhando, o sujeito está em casa, trabalhando, nós estamos achando que as coisas estão funcionando dentro das regras, né?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E daí eu vejo a senhora falando isso, me assusta, eu fiquei assustado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. Na verdade, Deputado, com todo o respeito, é, não é uma farra. Nós tivemos dentro, eu falei muito bem ali, nós tivemos mais de cem processos nesses quinze dias. Nesses processos, dezessete processos nós tivemos essa criticidade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Pois é, 15%.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Criticidade de nós termos EPIs esgotados o item, e aí essa compra ter que ser feita diretamente, o que a AGU, o senhor viu no despacho da AGU, dentro do processo dos respiradores. Ele exigia, para a continuidade, outros orçamentos. Quando me referi ali, eles tinham um banco de orçamentos e eles iam lá procurar as propostas pra ver qual é o preço, que ele oscilava semanalmente, com área naquela semana os preços que tinham sido ofertados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu não consigo compreender. Pagamentos antecipados, a senhora falou de vários pagamentos antecipados.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu volto a dizer: a circunstância...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Dezessete, a senhora falou dezessete pagamentos antecipados.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Vou reiterar aqui. A circunstância em que nós estávamos, aquela exposição, aquele volume de trabalho, aquelas circunstâncias respondem essa sua pergunta. Mas hoje, obviamente, o retrato é outro, Deputado, o senhor realmente não vai entender, não vai entender nessa questão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Sobre o pagamento.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3378
Rubrica

Página 465. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Sobre o pagamento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Marcia, Boa tarde.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Aos doutores aqui, que lhe acompanham também.

Sobre o pagamento antecipado a minha pergunta é: houve orientações da Controladoria-Geral sobre os pagamentos antecipados, tanto nos outros processos quanto nesse processo houve manifestação a vocês sobre isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Nós tivemos várias frentes. Primeira, no dia 23 nós já conversamos e a Controladoria-Geral já estava ali. Nós tivemos, sim, amplamente divulgada a propositura do projeto de lei. Nós tivemos, eu gostaria de trazer aqui uma resposta que ficou interrogada no, no, na oitiva do Carlos Ajur, vocês perguntaram pra ele e ele respondeu que no dia 16 de março ele fez uma instrução normativa e vocês perguntaram que fim que deu essa instrução normativa.

Eu quero dizer pra vocês. Eu queria, eu gostaria de dar um processo, é o PSES 40.501 de 2020. Esse processo está lá no SGP-e, foi uma outra frente, onde essa instrução normativa, decorrente dessa instrução normativa, gerou esse processo. Esse processo, na página um, o Secretário Helton emite o ofício 230 de 2020, solicitando manifestação do Tribunal de Contas sobre o pagamento antecipado. Para esse conforto nas nossas compras, porque os pagamentos eram uma exigência.

Na página três, ofício 60 de 2020, assinado pelo Governador Moisés,

também reiterando. Então foi do GABSES para o GABGov, que foi pro Tribunal de Contas, solicitando no dia 1° de abril. Isso que foi o que decorreu daquela instrução normativa que foi vocês que perguntaram aqui para o Carlos Ajur. Processo P SES 40.501 de 2020.

Sim, a resposta do Tribunal de Contas à aquisição desses bem, se me permite, a aquisição dos bens com pagamento antecipado vinculado ao combate da Covid-19 é viável, desde que observadas as cautelas específicas, sim, é viável.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Sim, mas a Controladoria se manifestava em cada compra ou a partir desses documentos ela não se manifestou mais?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Porque eles nos colocavam que era por amostra, eles faziam amostras, eu não sei qual critério que eles tinham por amostras. Tinham processos que nós encaminhávamos pra eles, o número de PSES, mas todos os nossos processos de compra de equipamentos, valores muito altos, eram três processos. Então, pra nós, nós não tínhamos dúvidas que esses processos estavam sendo avaliados.

Está certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu queria compreender agora o seguinte: por que que o processo já abriu com trinta e três milhões?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, essa requisição emergencial de compra direta ou dispensa de licitação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - É, por que já abriu por 33 milhões?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ela já tinha sido fechada no dia 26 de março pelo Secretário Helton, e seguiu para a DL pra contratação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então o pagamento de 33 milhões...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A requisição, se o senhor observar no Sistema SCCD, ela já foi gerada no valor da compra, de 33 milhões. A proposta

Página 466. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

que ia ser consolidada aquela compra, de R$ 165 mil a peça, duzentas peças, ela decorreu daí, Deputado. Os três processos que nós temos, Intelbras, Edera e Veigamed, eles seguiram, foram demandados para a execução pra essa compra. O do Veigamed, o que definiu foi o prazo de entrega.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Foi uma relação assim: eles trataram do preço e depois foi feita a compra? Eles estabeleceram preço?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Numa outra, é, numa outra coletiva o Secretário Helton deixa isso bem claro, né, nós tínhamos ali quem originava compra, conferi as especificações, porque nós recebíamos as especificações, a área técnica recebia especificações, aquele grupo da Engenharia Clínica recebia especificação. A especificação aprovada, o prazo de entrega, é, próximo ali. A proposta foi fechada, essa negociação, não sei se ouviu todos os meus depoimentos, né, foi numa sala, no dia 26, onde estavam ali pelo menos cinco pessoas, nós já relacionamos os nomes das pessoas, e o Secretário Helton, numa ligação, no meu celular, no viva-voz, ele fechou a negociação, fechou essa compra ali. Era de 169, 160, 167, 165.

Vamos lá, fica bom pra mim, fica bom pra ti, 165, fechou essa proposta, foi assim que foi feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E na hora que ele estava conversando, naquela hora que ele está conversando com ele, ele não falou de garantias, das garantias?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ele conversou várias vezes com esse senhor, Fábio Guasti. Eu não sei todas as conversas que tiveram, é como eu lhe falei. Eu, o Secretário Helton, é, José Florêncio. E depois, por fim, também o Gustavo, Gustavo, mas foi mais na parte das notificações, o Gustavo, da Cojur também teve ali. Ao final, quem mais me trazia informações, "Olha, Márcia, fica tranquila, vai chegar, tá? Vai chegar, vai chegar", eram os colegas ali. Então isso que eu digo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O que eu preciso compreender, os Deputados precisam compreender é como se fez a compra? Assim, na verdade, ele não teve cuidado de cuidar das cartas, das garantias, das liberdades?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu coloquei para o senhor a atribuição de cada uma das áreas, não é?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas o Helton não teve esse cuidado? A senhora não viu isso? A senhora presenciou.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu preciso que o senhor pergunte isso a ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Não, mas eu estou perguntando se a senhora presenciou alguma orientação dele para ter cuidado, pagar adiantado e perder o dinheiro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Que eu tenha presenciado, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem, eu queria que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Sim, claro.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Boa tarde a todos.

Eu queria só fazer a seguinte pergunta: a senhora falou agora, e no depoimento também, que houve no viva-voz uma, como se fosse um leilão, chega pra cá, chega pra lá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Uma sessão.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3379
Rubrica

Página 467. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas a senhora falou há pouco que a proposta veio fechada, do Secretário Helton, em trinta e três milhões, quando o Deputado Ivan perguntou à senhora como começou.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não...

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu só queria o esclarecimento disso daí, como é que foi? Como é que chegou a proposta, porque a proposta parece que chegou, inclusive tem outros dois documentos de propostas iguais, já chegou no valor de trinta e três milhões a proposta, quando chegou para a senhora no dia 23 de março, é isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não. Eu posso explicar como que se deu?

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Por favor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Quando o Deputado Naatz colocou da requisição, né, no valor de trinta e três milhões, ali são as requisições, documentos SES.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Hum-hum.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Está certo?

A proposta que chegou, é, no dia 23 não foi a, a, é, ela evoluiu pra esta proposta finalizada no processo. Ela também não tinha ali, é, esses trinta e três milhões. Então, trinta e três milhões da requisição é uma coisa, essa proposta de trinta e três milhões que culminou com a autuação do processo foi do dia 26, 26.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Eu queria entender o seguinte...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não 23.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Qual foi o valor que chegou a proposta?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – R$ 169 mil a peça.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ao total?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, R$ 169 mil a peça, eram duzentas peças, né?

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então alguém faz o cálculo para mim, por favor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu queria saber...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – E depois, com a negociação do Secretário Helton...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Oitocentos mil a mais.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então a proposta chegou em trinta e três milhões e oitocentos e a negociação baixou.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Baixou para cento e sessenta e cinco a peça, trinta e três milhões.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – No total, oitocentos mil. É isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu não fiz a conta aqui.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A primeira, trinta e três milhões e oitocentos mil, e fechou com trinta e milhões.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A partir do fechamento é que houve...

Página 468. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Exatamente.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A requisição.

Eu só queria tirar essa dúvida pra saber se houve, realmente, do valor que entrou a proposta para o fechamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Então, para entender, senhor Presidente, para entender então. A partir daquele telefonema...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - ...que gerou os trinta e três milhões. Daí saiu essa comunicação interna que a senhora assinou...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Junto com o Secretário Adjunto, André Motta, dizendo: considerando as medidas necessárias para o enfrentamento da Covid, tal e tal, para pleno atendimento à população, bem como situação de emergência, decreto tal. Solicitamos a aquisição emergencial de ventilador pulmonar da empresa Brazilian Trading importadora e exportadora, Edera Ltda...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Que não era a Veigamed.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, isso foi encaminhado pelo Fábio Guasti.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Então o senhor Fábio Guasti estava negociando em nome dessa empresa de Joinville em nome da Veigamed. Quer dizer, vocês não sabiam quem seria o fornecedor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Porque a senhora e o Secretário Adjunto assinaram, não para a Veigamed, a autorização para fazer a compra.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. Aí depois o Fábio Guache refez a proposta e encaminhada novamente sem a Brazilian Trading.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – (*Ininteligível.*)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Desentranhados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Desentranhados. O Fábio teria pedindo pra vocês desentranhar documentos, foi isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Foi, foi, ele encaminhou de volta por problemas com a trading, né.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi ele que pediu para desentranhar?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Exatamente, ele pediu a substituição da proposta, argumentando problemas com a trading, né, que ele iria utilizar para aquisição. Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas esse é um procedimento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O desentranhamento de peças em processo, ele costuma ser comum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, substitui orçamentos, documentos. Substitui esses documentos por aqueles. Por que, de fato, aconteceu.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É normal isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Foi uma solicitação feita...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Do vendedor...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – pelo mesmo fornecedor. E, argumentando a necessidade da substituição, sim, foi feita.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - O
Fls. 3380
Rubrica

Página 469. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não é comum, mas ocorreu.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deputado, deixa só eu fazer uma pergunta: que é que autorizou o pagamento da Fonte 100 a trezentos?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Aí o José Florêncio precisa, precisa...eu tenho informações extraoficiais, mas ele vai lhe dizer com toda certeza. Parece-me que foi a própria Fazenda.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A senhora falou...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A Secretaria da Fazenda, porque era uma fonte do...

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A senhora falou que quem...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu não sei nem o que dizer.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que quem iniciou o processo de compras e que definiu comprar foi a Superintendência Hospitalar?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Quem demanda, quem diz o que comprar, em que quantidade, de quem é a origem, é, Hospitalar.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A Superintendência Hospitalar?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quem era o Superintendente Hospitalar?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hospitalar, nós não tínhamos, quem acumulava a SUH era o Secretário Adjunto André Motta, na época.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então o André Motta era o Adjunto e estava na função...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Estava SUH, sim, na época, sim.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Na função de Superintendente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E quem foi que definiu a compra dos trezentos respiradores?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A quantidade?

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Essa área técnica.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Essa área técnica?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Exatamente. Quando eu falei, um pouquinho atrás, nós tínhamos aquela equipe de três Superintendências que contabilizava pelo telefone o que tinha disponível e chegava na necessidade, na quantidade, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Então foi, justamente, do Secretário Adjunto que partiu...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Necessidade em quantidade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - A necessidade em quantidade e a especificação do equipamento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim, Engenharia Clínica.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E a senhora fala, num depoimento, sobre a oferta de aluguel.

Página 470. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Também alguém ofertou. Quem que demandou isso daí?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Também a Hospitalar, também o Secretário. Aí as tratativas foram especificamente com Secretário André Motta. É, nessa oportunidade, quando eu falei lá atrás sobre os fornecedores que transitavam muito pela, pelo Coes, pelo 2° andar.

O outro, coincidentemente, Leandro, Leandro Estevo, Ortomedical.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Isso. A senhora falou, numa das suas falas...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, ele ofereceu.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que outra empresa estava todos os dias e transitava em todos os setores da Defesa Civil. O Leandro da Porto...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Estevo. Leandro Estevo, Ortomedical.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Esse dia, a senhora já está falando depois do dia 07 no seu depoimento que o rapaz sumiu de lá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E a senhora perguntou como ele passou pela garagem?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Foi exatamente. Eu relatei há pouco tempo que teve uma vez em que nós sentimos, é, tão constrangidos, ele ter vindo à minha frente, no segundo andar, pela milésima vez, que eu fui até a sala, nós éramos separados por um vidro. Fui até a sala do Secretário Helton, lá estava Helton, Vidal, Chefe do Gabinete, o Secretário André, o Charles, da Defesa Civil. Eu pedi que a gente tivesse informação de como que o Leandro Estevo estava subindo tanto, insistentemente, ao setor de compras no segundo andar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Dona Márcia.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Porque, segundo a sua fala...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - A senhora reclamou que o fornecedor foi reclamar como é que se decidia isso pela empresa de compra, isso é?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, isso que o senhor está falando agora já é reclamação do Leandro Estevo ao Secretário André porque que estavam, é, comprando uma coisa em detrimento de outra. Foi, teve visto também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Deputado Kennedy, só para esclarecer, o Leandro Barros...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É outra pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Márcia, Deputado Felipe. Nós vamos retornar aqui ao Relator. O Relator conclui as perguntas dele. Óbvio, porque está se exaurindo as perguntas e está se afunilando para a redundância várias respostas. Em relação à movimentação dentro da sua Secretaria, é a quarta vez que eu estou escutando o número de pessoas que entravam lá dentro, e a coincidência de nomes são os mesmos. Peço que responda pelas perguntas que lhe são feitas.

Peço ao Relator que continue, e, posteriormente, a gente obedeça a ordem inscrição.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então não. Eu só fiz essa intervenção porque foi dito que nós poderíamos fazer. Então, não faço mais e vou esperar o meu tempo.

Página 471. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3381
Rubrica

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por favor, Presidente, para poder estar concluindo.

Há uma informação da senhora que gerou uma certa curiosidade aqui da Assembleia Legislativa. Eu queria que a senhora visse o vídeo onze, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo 11 mostrando parte do depoimento já prestado pela senhora Márcia Regina Geremias Pauli.)

Muito bem, a senhora disse que recebeu ligações de Deputado. O outro, o Douglas, também disse que recebeu ligações de Deputado. É importante a gente compreender que tipo de ligação a senhora recebeu e de quem a senhora recebeu essas ligações, para que não pairem dúvidas sobre a Assembleia Legislativa.

Então, gostaria que a senhora explicasse de quem a senhora recebeu as ligações e qual o teor dessas ligações.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado Kennedy, ele falou sobre a interferência da Ortomedical, Leandro, Leandro chegou lá depois, Leandro Estevo, Ortomedical. Ele estava, insistentemente, por via do Secretário André, eu vi ali uma proximidade entre eles, né, uma, aí, sim, né, o Secretário André e a Ortomedical ali, Leandro Ortomedical.

Eu tinha uma, uma relação próxima de, de, né, de articular entre eles, e ele disse: "Olha, eu tenho, é, proposta pra locação de kit UTI, monitor multiparâmetro, respirador e cama, duzentas peças. E aí, neste momento ele traz o Neto, Neto, Onofre Neto, que é o empresário lá de São Paulo, e que este iria para a China para comprar para o Estado de Santa Catarina para, pedindo passaporte especial.

Então, é, essa, esse momento em que o Neto sinaliza: "Eu posso ir para lá, faço a negociação, compro para o Estado de Santa Catarina, a Ortomedical aluga. Tinha essa proposta de locação, tá. Também era uma proposta que começou a locação por kit R$ 30 mil e parou em R$ 17 mil.

Isso era uma outra frente. Só que os equipamentos, eles não tinham, tinha que ir para a China comprar. Foi um grande movimento e foi feito, sim, uma abordagem, é, de Deputado da Assembleia pedindo: mas por que que o passaporte do Neto não sai? Mas qual é o problema do passaporte do Neto está lá, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O nome?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não tenho o nome, eu digo com toda certeza, eu não tenho o nome. Nesse momento está lá no meu telefone, meu telefone não está comigo. Eu sabia que vocês fariam essa pergunta, é, eu não tenho o nome, não me lembro, não estou mentindo, eu não lembro do nome.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas foi uma pressão ou foi só uma conversa?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu saí...foi, foi uma ligação que eu recebi no meu telefone. Eu recebi o...eu recebi dois colegas perguntando por que do passaporte. Vários colegas da Defesa Civil, os coletinhos laranja que entravam lá: e o passaporte do Neto, passaporte do Neto. Foi uma grande insistência. Eu até comentei com o Secretário Helton e ele falou assim: "Meu Deus", quando eu recebi a ligação por parte do gabinete aqui da Assembleia, né, do Deputado, ele falou assim: "Será que nós vamos ter que fazer esse passaporte de uma vez", até ele falou assim, mas aquilo não foi...eu tinha mandado para a Cojur, eu não poderia emitir documento algum, então eu repassei e aquilo morreu, mas teve, sim, tá?

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente.

Página 472. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu não tenho o nome do Deputado, falo com toda certeza pra vocês. Se eu tivesse, eu diria aqui.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –Eu só gostaria, até pra esclarecer quem está nos acompanhando. Eu fiz algumas anotações pra saber como é que entrou esse negócio do passaporte.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - A senhora falou o seguinte: que o fornecedor foi reclamar como é que houve essa decisão, por essa empresa ou por outra. Aí a senhora disse: "O Wagner."

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ah, sim.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Porque o processo de ligação, porque propusemos de locação e não foi pra frente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso. Porque não foi para a frente.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Parece que o Wagner perguntou.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Perfeito, Deputado.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k. Aí a empresa levou uma pessoa pra dentro pedindo pra Secretaria da Saúde ir pra China em nome do governo?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Onofre Neto.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí o Secretário Adjunto, André, inicia a reunião falando: "Márcia, essa reunião precisa para passar os documentos para o médico que vai pra China." Depois de falar isso, ele sai da sala e deixe a senhora?

É isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É isso aí.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí a questão foi sobre o passaporte, Coronel Aldo ficou assustado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Audrey.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quem é ele?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Coronel Audren, nessa reunião, cheguei na reunião e todos estavam a postos, Onofre Neto, Leandro Estevo, Coronel Audren, Subtenente Bernardo e o Secretário André na ponta. Eu sentei, todos colocados, o Secretário André olhou pra mim e falou assim: "Márcia, essa reunião aqui colocada é porque o Onofre precisa do documento para o passaporte especial, o.k.?" Levantou, saiu, a reunião seguiu.

Coronel Audren, aí ficamos um pouco em silêncio, porque ficamos todos espantados.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E por que a senhora falou que o Coronel ficou assustado com a senhora?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ficou assustado com a minha reação, porque...

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Qual foi a sua reação?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A minha reação foi assim, de por que que nós estamos fazendo esse documento, pra, era um documento que eu nunca havia tramitado, eu não sabia que documento era esse. É, eu falei pra eles, é, e aí eu já estava, eu confesso, eu sou uma pessoa calma, mas eu já estava assim num momento do esgotamento. Porque eu disse: mas por que *a*, e não *b* e não *c*? Por que isso, né?

E, de novo, por que que a Defesa Civil, já que nós já estávamos ali divididos entre Secretário de Estado da Saúde e Defesa Civil, por que a Defesa Civil, com o Cojur, não faz o pedido? Então o Cojur...

Página 473. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3382
Rubrica

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí o Cojur dá o parecer.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Da defesa.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E o parecer parece que tinha combinado...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Parece que tinha combinado comigo.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu só estou falando, Deputados...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Porque o que eu perguntei, depois o senhor perguntou.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Porque é exatamente o fato onde ela diz que um Deputado entrou.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhora Márcia, uma das minhas atribuições aqui é satisfazer os Deputados em relação às suas perguntas. Óbvio que existe todo um histórico que o levou a esse pedido que a senhora afirma ter recebido a ligação.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Então, para satisfazer a pergunta. A senhora costuma, normalmente, receber ligações de Deputados?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Durante o Coes, sim; antes do Coes, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Não.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Durante o Coes eu recebi de alguns Deputados.

A Deputada Paulinha, ela, ela estava muito por ali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que ela queria?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Na verdade, senhora falou: "Eu recebi de alguns Deputados."

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Certo. Para satisfazer a pergunta.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Esse Deputado que ligou pra senhora fala pra falar: é preciso que se agilize o processo do passaporte do...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não. Ele perguntou por, qual era a dificuldade. Ele não me, ele não me impôs agilizar. Esta frase não foi dita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Hum-hum.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O que...ele gostaria de entender qual era a dificuldade, qual era a necessidade. Ele também estava falando nisso. Ou seja, tinha chegado pra ele uma necessidade e ele queria entender. Nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Sim. O nome dele a senhora não se recorda?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu não me lembro, eu estou falando a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Dos demais Deputados que te ligavam nesse processo aqui, não vai ser perguntado, até porque...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum-hum.

Página 474. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Não está aqui outros assuntos pertinentes que poderiam, tranquilamente, ligar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, mas eram outros assuntos, eram assuntos assistenciais, assim é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - É, pra conclusão, Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, se a senhora estiver se sentindo, de alguma forma, a sociedade catarinense precisa esclarecer.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Se a senhora tivesse, de alguma forma, se sentido coagida por algum Deputado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Com algum procedimento, obviamente a Assembleia Legislativa tinha interesse de saber.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não, mas não foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Porque esse é um procedimento que é vedado aqui.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Entendo, mas não foi o caso, a abordagem não foi essa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu fico feliz que a resposta da senhora seja nesse sentido, o que garante a lisura da Assembleia Legislativa.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Por último, é minha última intervenção. Eu queria que a senhora assistisse o vídeo dezessete.

É o último, o último. É o depoimento do Helton. Só um minutinho, tá?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Imagina, tô tranquila.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Tá, depois eu posso passar o vídeo que, por algum problema, não está disponível ali.

Mas tem uma fala do Secretário Helton, quando o policial pergunta pra ele quem ordenou o pagamento? Quem ordenou o pagamento antecipado? Quem ordenou que fosse feito o pagamento antecipado? Diante de tudo isso que a gente viu, os Deputados aqui vão conversar com a senhora melhor sobre isso. E ele disse, ele está com as mãos cruzadas, ele fala: "Eu não." Ele fala "Eu não."

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Ele fala: "Não sei, eu não." Então, se não foi ele, ele disse que não foi ele, quem foi?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado, eu vou lhe afirmar: o pagamento antecipado destes respiradores, deste processo que nós estamos, nesse processo de investigação, ele estava posto desde o início. Então nós todos já sabíamos. Esse poderio, até cinco milhões a Superintendência de Gestão Administrativa, a dispensa de licitação tem, sim, essa autonomia de definir, né, de ponderar essa, essa forma de pagamento diretamente com o Cofes ali. Acima dos cinco milhões, a SGA aqui não tramita processos de pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Tu acreditas que este pagamento podia ter sido feito sem a participação dele?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, não sei se posso aqui prospectar, mas assim, eu, Márcia falando, eu não imagino, eu não imagino. Se ele diz que não, se o Cofes não conversou com ele, se, aí, realmente, ele vai ter que que afirmar. Eu, Márcia, imagino que não.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3383
Rubrica

Página 475. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Presidente, só uma questão de ordem, senhor Presidente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Mas eu não posso ficar aqui conjecturando.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu queria, por uma questão de ordem. Eu recebi aqui, o pessoal está acompanhando pelo YouTube, eu queria um esclarecimento. Porque justo na hora que o Deputado Ivan perguntou o nome do Deputado, vossa excelência, a senhora, citou a minha pergunta, e agora estão dizendo que a senhora disse que fui eu.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não, pelo amor de Deus, não, não.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então, só para esclarecer...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É o Deputado Kennedy falou, puxou, perguntou. Não tem relação.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por isso que agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Fica esclarecido então que o autor pergunta foi confundido com a resposta.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu realmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Foi em resposta ao Deputado Kennedy.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu lhe digo assim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Vocês não me conhecem, mas eu não tenho necessidade alguma de omitir ou mentir. Eu diria, se eu lembrasse, eu diria, porque a abordagem ali foi muito tranquila. Então não, era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, dona Márcia.

Pela ordem de inscrição, Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra. E o à parte é concedido por vossa excelência mesmo, se algum Deputado fizer um à parte.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, senhora Márcia, boa noite.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Boa Noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Cumprimentar os seus advogados, doutor Nelson, pessoa que eu tenho muito respeito.

A senhora afirmou que o ex-Secretário da Casa Civil passou várias indicações. Quais outras empresas ele apresentou?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado, eu não vou lembrar de todas as empresas, empresas eu não vou lembrar, eu vou lembrar dos itens, materiais, mobiliário pra UTI, é, testes rápidos a maior parte deles. E esses equipamentos respiratórios também, máscaras.

Itens eu lembro, empresas eu não vou lembrar. Está lá registrado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não tem problema, o que a senhora lembrar e pudesse a gente fazer mais aum bate-bola, é até mais interessante para quem está nos acompanhando.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Antes da pandemia, o Douglas já havia feito contato com a senhora?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não, o primeiro dia foi dia 22.

Página 476. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Quem foi o representante da Veigamed que o Douglas colocou em contato com a senhora?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O Fábio Guasti.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor Fábio se apresentou como sendo da empresa Veigamed?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Inicialmente, ele apontou a, é, Fábio da Malvale.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Meuvale.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Meuvale, né. Ele mencionou, ele falava num grupo de empresas. Falava muito da Meuvale e porque esta é daqui, de Santa Catarina, então ele queria fazer esse *link* com o Estado aí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - E depois dessa apresentação da empresa o Douglas fez novos contatos com a senhora para tratar do assunto dos respiradores e sobre os outros procedimentos da Secretaria?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim, vários. dali para diante ele fez, muitos. Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Sempre em nome do Governador, questão de governo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Tava sempre. Hum, hum, ele se portava assim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Qual a segurança, garantia que a Secretaria de Estado da Saúde tinha que os equipamentos iam ser entregues?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado, nós sempre fomos muito tranquilizados com relação a isto. Quando se aproximou ali do dia 03, quando houve a proximidade...pra entrega era entre 5 e 7 de abril, é, nós tivemos a primeira iniciativa e aí foi, partiu do Secretário Helton da gente montar a reunião lá na Defesa Civil. Então, no dia, eu acho que entre o dia 02 e 03 de abril ali o Secretário já pediu para chamar alguém da empresa para tratar sobre a chegada dos equipamentos. Foi onde apareceu a pessoa Gilliard Gerent, do Gilliard Gerent, que, que esteve na Defesa Civil e também a, a abordagem do Leandro Barros tranquilizando.

Então, sim, nós tínhamos, por parte do Secretário Helton. O Secretário Helton colocava, é, inclusive que o câmbio, o rastreamento da conversão do dólar, né, pro câmbio, pra compra eles já estariam acompanhando. Eu cheguei a abordá-lo, a perguntar: Secretário, a gente não precisa - eu usei esta palavra - a gente não tem que antever, nós não temos que procurar. Ele usou o nome de, dos órgãos como Deic, usou o nome do, da CGE. É, e a partir daí...e ele usou um órgão também, que eu não me recordo o nome, que estaria acompanhando a conversão do dinheiro dizendo: "Fique tranquila, vai chegar, vai chegar."

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Porque trinta e três milhões, né, chama a atenção.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Vai chegar. Sim, o valor é alto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Objetivamente, quem decidiu comprar os respiradores da Veigamed?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A negociação foi fechada pelo Secretário Helton dia 26 de março. Eu, eu, em seguida, é, questionei ele, se não me engano, um, dois dias depois: Secretário, nós vamos fechar esta compra? Sim.

Eu gostaria de ter a oportunidade aqui, não sei, eu, eu não gostaria de ser prolixa, mas realmente é muita informação. Eu gostaria, de novo, de perguntar se todos os senhores revisaram as coletivas, porque tem uma, uma em especial, do dia 27 de março, que eu

Fls. 3384
Rubrica

Página 477. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

gostaria, são três parágrafos, se vocês me permitissem até ler, porque esta é muito esclarecedora.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – É porque isso é uma coisa que muda do seu depoimento. A senhora, num dos depoimentos falou que quem decidiu foi o Grupo de Trabalho, e hoje a senhora diz que é o Helton.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O senhor me pergunta quem fechou a compra da Veigamed?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, quem decidiu comprar os respiradores da Veigamed?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Quem fechou com a Veigamed foi o Secretário de Estado da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Quem decidiu comprar?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ótimo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum- hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - A senhora teve um...o diretor de licitações aqui, na...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Carlos Charlie Maia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Ele falou que a senhora, termos dele, foi usada como bode expiatório ou como boi de piranha. Isso foram falas dele, quem acompanhou...

Então, depois que a senhora foi exonerada e foi muito corajosa em falar sobre toda essa situação, Santa Catarina pôde presenciar um escândalo. Nós, como Deputados, fomos pegos de surpresa, imagina a sociedade, que está mais preocupada com seus afazeres.

Como a senhora sobre da sua exoneração?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Pelo WhatsApp, sexta-feira.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - E qual foi o motivo que passaram para a senhora para justificar?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu soube do WhatsApp, eu recebi a portaria de exoneração, sem motivo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - E o motivo a senhora nunca ninguém lhe passou?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Na própria sexta-feira, dia 24, de noite, mais tarde, eu recebi uma ligação do Secretário Helton, a frase dele foi assim: "Então, você foi exonerada, é, segunda-feira eu passo lá, a gente conversa, fica tranquila de novo." Aí veio aquela conversa de novo: "Fique tranquila, nós vamos acompanhar a compra dos respiradores e o tom foi de que, realmente, eles quiseram me preservar porque a imprensa, né, aliás, a notícia de que isto é tomaria proporções, ela já transitava lá no Coes entre o dia 23 e 24.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Não teve nenhuma movimentação na Secretaria de Estado da Saúde para tentar a devolução dos valores pagos?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Obrigado pela pergunta, Deputado. Página 108, ela foi desentranhada, foi uma pergunta que os senhores fizeram aqui numa oitiva, se eu não estou enganada, foi para o Carlos Charlie Maia. Vocês perguntaram por que que a página dos desentranhamentos. E o que tinha na página 108? Eu posso ler para o senhor o que tinha na página 108?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Por favor.

Enquanto ela pergunta, sem problemas, senhor Nelson.

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS - Senhores Deputados, senhor Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

Página 478. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Eu gostaria apenas de deixar, ou pelo menos solicitar ao Deputado João Amin, que permitisse à depoente que esclarecesse o seguinte. Vossa excelência pergunta a respeito de quem decidiu a compra e quem negociou a compra. São momentos e fatos diferentes, porque nós não gostaríamos que a nossa cliente saísse daqui com uma resposta que parecesse contraditória.

Então, eu gostaria de pedir a vossa excelência a oportunidade, inicialmente ao senhor Presidente, que permitisse que a depoente esclarecesse quem decidiu a respeito da compra e quem negociou essa compra, que são momentos diferentes e instituições, ou pessoas ou grupos diferentes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Perfeito. Só pode ler primeiro a 108, que a senhora ia mencionar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum- hum, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Aí a gente volta pra essa do doutor Nelson.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Pode ser assim, doutor Nelson?

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS – Perfeitamente, Deputado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Então, ainda sobre os desentranhamentos, página 108, quando o senhor pergunta: "Ninguém teve a iniciativa? Bom, é, foi um despacho meu, da SGA para o Núcleo de, para a Diretoria de Licitações. Ele dizia assim: (*Passa a ler.*) Considerando a avaliação da Engenharia Clínica, que atesta evidente divergência entre a proposta aprovada para a aquisição e a configuração do equipamento apresentado no Invoice, emitido pelo fornecedor, bem como descumprimento do prazo de entrega dos equipamentos pactuados, solicito o prosseguimento das providências necessárias junto ao Núcleo de Penalidades, pro cancelamento da compra e devolução do recurso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Perfeito.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Esse é o teor da página 108.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ótimo, Márcia.

O esclarecimento que o doutor Nelson faz questão que a senhora faça, por favor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Fique à vontade.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Quando o senhor disse que isto tinha sido, é, uma divergência entre o meu depoimento e o que eu coloco hoje aqui, o senhor pergunta sobre a negociação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, a decisão da compra. Foi a minha pergunta.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso, a decisão, as quantidades em que comprar quais equipamentos, é nisso que o senhor se refere, essa decisão, ela foi conjunta, o Coes, esse Coes, que ali representadas áreas técnicas decidiram o que comprar de equipamento, em que quantidade, com a configuração foi conjunta. Isso eu disse na minha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas esse Coes era presidido, comandado pelo Helton?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Esse, esse Coes, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - O Secretário que era o...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, as maiores autoridades, Secretário Helton, Secretário Adjunto e depois as Superintendências ali. Neste ato da decisão foi Secretário Helton. É isso, acho que ficou bem claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Perfeito, ótimo.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI
Fls. 3385
Rubrica

Página 479. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Me lembro, lembro-me bem que essa foi o meu relato também nos depoimentos que eu prestei, foi isso que aconteceu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – João, se me permite, só tem uma contradição, mas uma vez. Porque a princípio você respondeu que veio do gabinete do Secretário Adjunto, e agora você diz que foi do Helton.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, então desculpas, senhores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – A decisão de comprar os equipamentos, a quantidade e o tipo de respiradores. Você disse antes que veio do gabinete do Secretário Adjunto.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Uma coisa é a necessidade em termos de quantidade e equipamento; uma coisa é a necessidade, a origem, eu necessito de respiradores. Em que quantidade, quais as especificações? Isso é um grupo que definiu, o Grupo Técnico. Aquela proposta, aquela compra, ah, vai ser da Veigamed, e foi aí o Secretário Helton que bateu esse martelo, nessa compra foi ele.

Eu não sei se estou sendo entendida.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – É que a minha pergunta foi relacionada à Veigamed, não foi à necessidade de respiradores.

A decisão de respiradores da empresa Veigamed.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Veigamed. Da empresa que ofertava lotes para, em prontidão, de 5 a 7 de abril. Esta decisão por aquilo ali foi o Secretário Helton. É isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá bom. Como que a senhora conheceu, bem rapidamente, como que a senhora, quando que a senhora conheceu o Leandro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Leandro Barros?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – É.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Conhecia ele, quando Superintendente, lá atrás, 2015, por aí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E alguma outra pessoa além do Leandro, agora neste momento de pandemia, fazia a interlocução de fornecedores?

Aí a senhora tem que falar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – De forma geral, a interlocução, no papel mais presente que eu tenho é do Leandro Barros, e propostas nós recebíamos de muitas ordens, né, mas essa interlocução, esse papel, mais o Leandro Barros.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Depois dessa apresentação, qual foi a participação do Leandro Barros nos respiradores e com a Veigamed.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Os respiradores, perguntando: "Fechou com a proposta, fechou?" Essa era a abordagem: "Fechou com os respiradores" e depois, no dia em que Fábio não consegue vir aqui, no contato no dia 03 de abril, ele não consegue vir, que foi o pedido, né, pra ele participar da reunião, o próprio Leandro faz esse contato e se coloca ali: "Olha, não vou poder estar aí, mas eu falei com o Fábio, ele vai entregar. Tem lá a mensagem dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E o nome do Douglas?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Do Douglas?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Para a Veigamed? Não dá pra relacionar, não foi indicado pelo Douglas?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A apresentação da proposta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Da Veigamed.

Página 480. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O que me colocou em contato foi o Secretário Douglas. [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Foi o Douglas. Através do...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Está no meu WhatsApp, eu tenho a... as propostas dos encaminhamentos concomitantes ali.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Tá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Está lá registrado nos autos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E aí houve pressão do Douglas nesse caso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, a cobrança, né... que a gente precisava, por que que a gente demora tanto, excesso de preciosismo, o Governa... o Governador está preocupado porque que a gente não consegue dar as respostas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem definiu a compra, aceitando a proposta?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — De novo... desse do Veigamed?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O Secretário de Estado Helton, da Saúde... Zeferino.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Em entrevista ao ND a senhora declarou que a empresa foi defi... as suas aspas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado João Amin, ficou muito baixo o nome que a senhora falou agora, por último.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Secretário Helton Zeferino.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Definida de forma anterior por outra Pasta, que não é a Pasta da Secretaria de Estado da Saúde, e posteriormente informou que esta outra Pasta seria a Secretaria da Casa Civil.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — A senhora confirma essa informação prestada anteriormente? Pode detalhar como isso ocorreu?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Na entrevista, quando fui abordada sobre quem apresentou a proposta, né, da...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...de como surgiu Veigamed...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...de como isso ocorreu? Douglas Borba, 22 de março, pela manhã. Ã-hã.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Também na entrevista a senhora disse que o Secretário não falou a verdade quando disse que não tinha envolvimento em todo o trâmite da compra e com a determinação de pagar antecipadamente pela compra. Quando relatou isto, a senhora estava falando do Secretário da Saúde ou da Casa Civil, pois não ficou bem claro pra mim?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Secretário Helton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Helton?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E a senhora mantém esse posicionamento, claro. Pode então detalhar como se deu a participação do Secretário?

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI
Fls. 3386
Rubrica

Página 481. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Senhores, me permitem falar sobre a... a coletiva do governo do dia 27 de março?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Por favor. Uma daquelas *lives*?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, foi uma coletiva... é, sim, é *live*, não sei se o senhor considera.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — *Lives*, é.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Essa que me refiro foi uma coletiva do dia 27 de março, ela tem 1hora, 10 minutos e 11 segundos. Lá no minuto 49, eu assisti ela e sempre nós, de novo, nós precisávamos estar muito conectados com essas diretrizes, com aquelas estratégias das coletivas, porque após as coletivas sempre as demandas vinham, tá certo, e a gente precisava tá ali sintonizado porque no dia seguinte a gente trabalhava aquilo, tá?

Dia 26 foi o dia do fechamento da proposta com a Veigamed, essa aqui é do dia 27, 18 horas. Então, aos 49 minutos tem uma... interlocutora que faz as perguntas, jornalista Marcelo Lula pergunta pro Secretário Helton é... sobre a compra anterior dos respiradores, se não estaria com preços a... excessivos? O Secretário Helton ele responde a pergunta do Marcelo Lula explicando pra ele o momento que nós vivíamos, é... que nós temos uma equipe de engenheiros em que eles avaliavam que não era feita... nós não fazíamos compras ao aleatório, tinha uma engenharia clínica que validava esses equipamentos, se serviam ou se não serviam pro que a gente precisava.

Com relação aos preços ele mencionou a CIT do dia anterior, do dia 26, onde o Ministro da Saúde falou do canibalismo de compras, tão falado hoje em dia, né, de que os Estados concorriam entre eles, ele resolveu puxar as compras pra si...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Estados Unidos com China...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Tudo aquilo... E aí falou do canibalismo de compras e disse... é... naquela oportunidade o Secretário Helton falou da dificuldade que nós tínhamos, Governador... ele até colocou pro Governador essa, essa dificuldade que tinha.

Nesse momento o Governador, no minuto 57:50, 57 minutos e 50 segundos, o Governador faz uma pergunta: Helton, na tua referência histórica aí, qual os preços que você tinha antes de respiradores e o que que tem agora? Aí ele responde: antes da pandemia nós tínhamos esses respiradores ao custo de 60, 70 mil reais a peça. E depois que a pandemia instalou, esses preços já extrapolaram. No início da pandemia, acima de R$ 100 mil, e hoje pessoas já nos oferecem por R$ 335 mil – esses R$ 335 mil foi uma proposta enviada também por esse mesmo fornecedor.

Isto foi notícia no dia 28 de março no NSC Total, foi pra imprensa, virou uma matéria. Vocês podem checar também.

Bom, e aí... é... num minuto, numa hora e 36 segundos o Governador finaliza, né, e eu gostaria, por gentileza, de ter a oportunidade de dizer pra vocês aqui – isso foi no dia posterior ao fechamento dessa proposta: abre aspas, palavra do Governador "esse é um dos nossos desafios, é ter que fazer uma compra por aquisição direta, porque não tem tempo de fazer licitação, porque não tem melhor preço, você vai pesquisar e vê que o produto ele tá sendo oferecido no mínimo pelo dobro do preço que você comprava antes. Você percebe também que não é um fornecedor local, ele repete um preço que vem da China e de outros países, e então você decide por pagar aquilo ou não. E se você não paga, você não vai ter leitos de UTI suficientes pra atender a população", fecha aspas. Palavras do Governador.

Página 482. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Então assim, eu nunca conversei com o Governador, é... o Secretário Helton ele estava, sim, em resposta à sua pergunta, Deputado, eu respondo, ele estava acompanhando todos os encaminhamentos. De novo, nós tivemos apenas três processos de respiradores.

Então, sim, eles estavam muito inteirados. Ele não falou a verdade quando ele disse que mal conhecia o processo. Enfim, ele quis dizer isso, né, de que não, aconteceu lá, eu não... Não, acompanhava, todos os detalhes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — A senhora identificou fraudes, fragilidades em outras compras?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... o senhor citou... Como na entrevista, né, me perguntaram sobre fraudes. Eu não vou fazer aqui julgamentos, então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É que o...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Fragilidades, sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Fragilidades?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Nós não poderíamos ter essa... esse bombardeio nós... Primeiro, né, a Superintendência de Gestão Administrativa ela não poderia estar lá sob essa pressão, fornecedores, gabinete direto, externo, nós não poderíamos estar nessa situação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Só pra senhora...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Fragilidade, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ...a senhora já deve saber, a senhora é minuciosa, o Ministério Público fala em conluio criminoso de agentes públicos e privados. E o Luiz Ferreira, sentado onde a senhora está, da Controladoria-Geral do Estado, falou assim: identificamos o roubo. Depois ele quis corrigir pra ilícito.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu percebia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Durante o procedimento da compra dos respiradores, mais alguém, além do Douglas, mencionou o nome do Governador? Como pressão, como?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ...conhecimento? Não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Para mim, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E além dessas pessoas todas, tem dois Leandros, Gilli, Douglas, é um...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Um balaio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Tem que ter bastante memória. Há mais alguma pessoa, que não tenha sido objeto das minhas indagações, que tenha feito algum tipo de pressão pra que a empresa Veigamed tenha sido escolhida e para que o pagamento tivesse sido realizado de maneira antecipada?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, acho que todos já foram citados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Assim, que eu tenha conhecimento, todos que eu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Só para finalizar, eu sei que não é o nosso caso aqui, mas se a senhora puder contribuir, o hospital de campanha, a senhora participou de alguma reunião?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não? Tá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não participei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Obrigado.

Seria isso, Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3387
Rubrica

Página 483. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Seguindo a ordem de inscrição, Deputado Cobalchini, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Boa noite, Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Boa noite, doutor Nelson, e também doutor Schaefer Junior.

Eu fui também autor do requerimento para que a senhora viesse aqui, outros Deputados imagino que também fizeram os seus requerimentos, e restou... Eu preparei muitas perguntas e o Relator foi... creio que esmiuçou bastante e deixou, dessas muitas, deixou algumas poucas perguntas que eu quero fazer. Mas, em princípio, eu considero esse o verdadeiro negócio da China. Eu aprendi desde pequeno que negócio da China é quando é um grande negócio, em que há um lucro muito grande, neste caso específico não foi para o Estado; o grande negócio da China foi para aqueles que obtiveram o lucro, não foi nem o Estado, nem tampouco aqueles que ficaram, quem sabe, felizmente nós não tivemos aquilo que se propagou. Foi mais ou menos esse presente, o cavalo de Troia.

O processo... algumas perguntas muito técnicas. O processo estava regularmente instruído com os documentos exigidos, o processo de dispensa, quando chegou a sua mão?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... Gostaria de ser... Né, vou ser repetitiva, mas assim, o processo ele seguiu pruma compra direta, pruma dispensa de licitação, né, não houve um procedimento licitatório. É... a cará... o caráter da emergência...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não se cumpriu nenhuma formalidade?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...e roga... e rogar por aquela requisição emergencial, né, se falava, e depois foi consolidada no Decreto 362, foi uma requisição administrativa, foi um processo que não se aproxima em nada com um procedimento licitatório, né? É isso o que eu tenho a dizer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A senhora notou alguma irregularidade na tramitação ou na documentação? Já reconheceu que não houve o processo, enquanto não houve essa...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, não configurou como um processo licitatório, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não configurou. Então não foi uma questão formal como deveria ter sido, Prefeito que foi de Rio do Sul [dirige-se ao Deputado Milton Hobus]; certamente lá no seu Município isso aconteceria, muito embora a gente reconheça o estado de calamidade pública.

A senhora recebeu propostas com valores menores do que os ofertados pela Veigamed? Por que essas propostas não foram habilitadas?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — A Superintendência...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...se recebeu?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim. A Superintendência de Gestão Administrativa, a Superintendência Hospitalar também recebeu propostas é... a Engenharia Clínica ela avaliava as especificações. Então os requisitos que eram buscados por esta área técnica, se eles não fossem atendidos, essa proposta ela não evoluía.

Uma das abordagens que até o Deputado Kennedy mencionou sobre aquela ligação, onde eu sou cobrada, mas por que que a proposta *x* não foi pra frente? Eu pergunto em viva-voz, pra que eu possa responder pro Secretário, eu digo: olha, Wagner, você pode repetir? Não, a proposta não atende por isso... Aí ele falou tecnicamente.

Página 484. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Então sim, nós tivemos propostas com valores inferiores, porém a área técnica ela não aprovou a proposta entendendo que não atenderia pra necessidade em questão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O meu questionamento...

(*Um dos Deputados-membros manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, o estacionário e o móvel, né? Exatamente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Isso.

O meu questionamento é que no seu depoimento o Leandro de Barros afirmou aqui que antes de ele ser o representante da empresa Veigamed, ele era o representante da empresa ECB, cujo sócio da empresa ele aqui declinou o nome, Luiz Henrique.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, não conheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — E que fez chegar ao seu fax... aliás, ao seu... (*risos*)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — No fax seguramente eu digo que não chegou, porque nós não temos mais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Foi o tempo do fax, naquela época certamente que não existiria esse tipo de proposta. Agora...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Então, como eu lhe digo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...com essa modernidade...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...tiveram, sim, outras propostas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não é? (*Risos.*)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Tiveram, sim, outras propostas, né, várias outras propostas que não atendiam...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Que seja, de qualquer forma, mas ele fez menção...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...a área técnica...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...a essas duas propostas com preços de R$ 100 mil e de R$ 95 mil...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...pelos mesmos respiradores, com a mesma qualidade desses da Veigamed.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, se são os mesmos eu não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — E depois acabou não se confirmando, não temos ainda essa comprovação, de que mesmo aqueles que foram pagos 165 mil pela Veigamed me parece que ainda não há comprovação de que é exatamente aquilo que se pagou. Parece que se trocou gato por lebre. Esse é um outro questionamento.

Durante o processo, foi consultado o Radar da Receita Federal do Brasil da empresa Veigamed, para saber exatamente, porque nós estamos comprando afinal da empresa Veigamed, que é uma Eireli.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Ela tem essa capacidade de fornecer, até de adquirir?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É uma pergunta que o senhor está me fazendo, se foi consultado?

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3388
Rubrica

Página 485. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — É uma pergunta, - o sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... essa instrução do processo, esse processo ele tramita internamente, depois que a proposta sai pra execução, por pelo menos duas diretorias. Numa dessas diretorias ela utiliza o Sistema SCCD, que é um sistema de cadastro, é... e aí ela faz a avaliação, faz a inclusão, o cadastro desses fornecedores e tem toda essa configuração.

É... não estou apropriada aqui pra lhe dar detalhe desta avaliação, se isso... dentro da Diretoria, de que forma se dá nesse sistema. Não estou aqui com todas as informações pra responder essa sua pergunta, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Quem levou a notícia ao Secretário Helton de que os equipamentos não chegaram e não iam chegar?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... eu recebi uma ligação num dia insistentemente do... do Fábio Guasti que ele não estava conseguindo contactar com o Secretário Helton, me pedindo pra que a va... a vi... ele mandou áudio, ligou, eu estava até com um grupo de trabalho, é, numa sala de licitações do térreo, ele insistentemente é: diga pra ele me ligar, diga pra ele me ligar, fale comigo. Naquele dia que o Fábio Guasti faz essa... essa abordagem e aí eles conversaram, não estava... eu não estava presente diante dessa conversa, mas... é... depois ali o grupo até comentou que houve, sim, essa, essa conversa entre eles e... e a troca dos equipamentos, ou a... a... o Fábio Guasti teria, sim, oferecido outro equipamento pra que entregasse os duzentos ali, enfim, e que não tivesse problema com a entrega.

Isto foi, isto foi... é... isto ocorreu, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não são para a senhora esses questionamentos que eu vou fazer, mas eu vou deixar duas perguntas no ar, que entendo ainda não tenham sido respondidas, e que certamente nos próximos depoimentos essas perguntas precisam ser refeitas.

Aliás, três: quem pagou – ainda não está claro –, quem apertou o botão; quem certificou, quem certificou o recebimento – se alguém pagou, parte-se do princípio que alguém certificou que esses produtos chegaram, imagino que sim. Alguém disse: oh, chegou, pague. Não é isso? Para liquidar empenho. E uma outra questão que eu faria também, não vou fazer, já foi feita e não foi respondida, e fica aqui uma... Eu lhe peço que a senhora decline, tão logo souber o nome, porque todos nós, Deputados, de uma certa forma, Deputado Kennedy, a gente ficou numa situação muito constrangedora...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, na, na...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...não com o Kennedy, com cada um de nós quando surgiu a informação de que um Deputado pressionou. Quando não se fala o nome do Deputado, a dúvida paira sobre os quarenta.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Então, essa... E não é justo, é preciso...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu só gostaria de esclarecer que não é relacionado a este processo especificamente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...foi com relação ao passaporte do... é... Onofre Neto, da Exxomed, que iria à China, passaporte especial, e a abordagem foi, né, qual a dificuldade, vai ser possível mesmo, essa documentação não, neste sentido, que não tinha a ver.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Mas não, não, não é... quando você coloca...

Página 486. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Mas... mas eu lhe digo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ... uma dúvida como essa, não é o que a sociedade imagina.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim.

Naquele depoimento... eu entendo perfeitamente. Naquele depoimento eu lembro-me que depois dali, do dia 28 imediatamente eu já fui nos órgãos investigativos, então esse depoimento foi dos... do dia seguinte ali do ocorrido. É... e... eu tinha acabado de sair da Defesa Civil, eu estava com todas as informações na cabeça, teve um, um depoimento em que eu cheguei próximo das onze horas, eu cheguei na minha... da manhã e eu retornei pra minha casa à meia-noite, cheguei na minha casa meia-noite, então eu passei muitas horas em depoimento, eu tinha acabado de sair, então eu tava, estava com todas as informações, mas eu lhes confesso, esse meu equipamento, o meu celular que eu entreguei, foi neste dia, então eu não tenho *backup*, eu até... nós tentamos fazer um *backup*, o que nos deram a gente não consegue abrir.

Então assim, não é uma má intenção minha, uma má-fé minha de não dizer o nome, eu realmente não me lembro, eu não sei, eu não me lembro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Tá certo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — E aquilo não teve uma importância que eu digo assim, ah, interferiu num processo de... Não, foi uma abordagem no sentido de pedir informações e perguntar por que que o passaporte tal, aquilo não tinha sido feito ou se ia se conseguir fazer ou não, nesse sentido. Só quero esclarecer isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu fico satisfeito, alertando mais uma vez que essa questão ganha fácil as manchetes quando envolve Deputado, se espalha por aí, pelo Estado todo, e aí, depois, como é que fica? A dúvida não voga a nosso favor, contra nós, então é necessário que se busque, de alguma forma, saber quem falou e o que falou. O que falou a senhora já nos explicou aqui, mas eu penso que nós precisamos elucidar também essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Cobalchini.

Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Vou ser bem rápido, senhora Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Tranquilo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Quando puder, Deputado Sargento Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Está inscrito, Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Boa noite, Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senhor Presidente, o senhor me inscreveu, só para registro?

(*O senhor Deputado Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone pedindo sua inscrição também.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Estarei no aguardo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Esclarecendo a resposta que a senhora deu agora, quando o senhor Fabio Guasti comunicou ao Secretário Helton que não iria entregar o VG70 lá e ofereceu o outro equipamento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, fazendo a... proposição de troca.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3389
Rubrica

Página 487. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Isso foi por telefone?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Telefone.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E de pronto o Secretário Helton concordou ou ele mandou fazer alguma análise?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu não tenho... eu não tenho detalhes da...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque não tem documentos no processo com relação a isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, não tenho. Depois o que eu vi com relação a isso foi a resposta da Veigamed, aí já no processo, a resposta da Veigamed fazendo referência a esse contato e... enfim, da possibilidade disso. A resposta é no processo. Não tive informação do Secretário o que que ocorreu dali, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque se sabe que os equipamentos que estão chegando não são os indicados para a UTI, né, segundo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Me parece que iam passar por uma avaliação, né? Eu também não estou inteirada do que a...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas pela especificação dos equipamentos, que a Exxomed passou...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...avaliou...passou por ali

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não são, são os portáteis que não são...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Tem dentro do processo tem uma instrução da equipe de Engenharia Clínica fazendo um comparativo, tem um documento, até com os dois prospectos, um ao lado do outro, fazendo um comparativo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Que são os mesmos prospectos, copiaram. É o mesmo equipamento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, eu digo é na... na... comunicação interna da Superintendência Hospitalar fazendo avaliação dos equipamentos. Esse foi um documento produzido pela Superintendência Hospitalar, é outro documento, está nos autos do Processo 37.070.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Tá.

Senhora Márcia, eu queria entender: quando a senhora diz que no início a... a senhora teve a impressão de que o Secretário Douglas queria ajudar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O que não é muito comum um Secretário da Casa Civil se... interferir em orçamentos de outras Pastas, eu nunca vi isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Mas era a preocupação, isso acontecia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E depois passou a ser uma pressão maléfica. Tipo assim, fazer algo sem amparo – a pressão que a senhora recebeu. A senhora diz isso num vídeo.

Era esse o tipo de pressão realmente que o Douglas exercia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ah, isso que se passou... convers... Eu não entendi a pergunta...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sim, sem problema.

(A depoente conversa com o seu advogado, senhor Nelson Juliano Schaefer Martins.)

Página 488. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Eu só gostaria de fazer uma observação, que a palavra maléfico, né... Eu não usei essa expressão. Eu me referi aqui a uma frase que ele me disse em que nós tínhamos excesso de preciosismo, né, a gente estava sendo é... Isso levava a uma... a não concretizar, né...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Hum, hum.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...os processos, enfim. Nesse sentido.

Eu não me lembro de ter dito, acredito que não usei a palavra maléfico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Se me permite...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu tirei da transcrição isso, pode ser que tenha alguma coisa errada, mas vamos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A senhora fala assim... Que depois a sequência segue no fundo, onde apresentaram uma CI antiga dando ordem de pagamento. Aí a senhora fala: o Secretário Douglas tinha moral, desde a transição, em falar em nome do Governador. E depois a senhora fala, abre aspas, "pressão maléfica no sentido de fazer algo sem amparo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O senhor está... lendo a transcrição?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A transcrição.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Me perdoe, então. Hoje isso, agora aqui então eu falei, se o senhor está lendo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É isso o que eu verifiquei na transcrição, por isso que...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Perdão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Isso é uma coisa grave, porque...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...a senhora estava se sentindo pressionada para fazer a coisa acontecer e eram os orçamentos que eles mandaram lá para comprar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — E a cobrança de por que que aquilo não concretizava. Então isso aq... isso ali realmente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O.k.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...não era positivo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu só tenho mais duas perguntas, elas são rápidas.

A senhora disse também que o Secretário Adjunto na época, o doutor André Motta, ficou de mal com a senhora.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hã, é, ficou um pouco chateado (*ri*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Uma semana de mal porque a senhora não viabilizou a questão da locação, do passaporte, etc., etc. porque eles queriam fazer a locação dos equipamentos, era isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — A minha avó dizia que quando a gente fica um pouco chateada e não quer demonstrar, a gente fica estranho. A minha avó dizia assim. Então ficou estranhado comigo, vamos dizer assim.

Mas, é... doutor André Motta não tenho nada contra, o doutor André Motta pessoalmente, nem com o Secretário André, nem com nenhum deles. Porém, questiono alguns comportamentos, né, que não são tão... Enfim. Mas após essa notícia que eu li... que eu dei a ele – botei no viva-voz, eu sempre gostava muito, né, aquela história, não, não basta fazer, tem que comprovar. Então eu liguei pro engenheiro clínico, botei no viva-voz e disse:

Página 489. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3390
Rubrica

olha, eu, Márcia, eu não... é... declino de proposta nenhuma, a enge... a so... a engenharia, né, até coloquei pra ele, a sua engenharia ela não aprovou a proposta. Aí eu liguei, coloquei em viva-voz, e o menino repetiu pra ele.

Então eu senti ali que ele ficou contrário, mas, depois, né, o Secretário sempre foi assim, né, ele gostaria que a coisa concretizasse, eles queriam que o aparelhamento se desse. Então eu vi realmente que ele ficou contrariado nesse sentido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas a ida do Onofre Neto para a China só justificaria se fossem fazer o contrato de locação daqueles equipamentos que ele iria para lá para tentar comprar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, até onde eu sabia, sim. Até onde eu sabia, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas que samba do crioulo doido é isso!

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum, é isso...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Atirando pra tudo quanto é lado e ninguém...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — E aí... E aí é o seguinte, aquilo levaria um tempo, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Compra da Intelbras...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Um tempo até concretizar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... compra da Veigamed...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Tenta alugar de outro...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É isso aí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E para finalizar, senhora Márcia, a gente viu aqui... O Leandro Barros, quando ele veio aqui na CPI, ele disse pra nós que ele só participou do processo no dia... depois do pagamento da Veigamed, só depois do pagamento, que foi 2 de abril...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E a senhora disse aqui que foi dia 22, 23 de março.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O pagamento foi 2 de abril?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É, o pagamento foi 2 de abril.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O pagamento foi 2 de abril. Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E que ele só participou depois que ele foi representar lá numa reunião e dizer que não, ele...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — A partir do dia 23 de março o Leandro já começou a conversar comigo através do WhatsApp...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Já estava fazendo essas interlocuções dos...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...ligação e ele me perguntava sobre as... as... e os respiradores, né? Fechou os respiradores? Fechou os respiradores? Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ele disse que não...

Página 490. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então ele faltou com a verdade aqui no depoimento dele.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ele não tem... (*ininteligível*) se os respiradores deram certo, a gente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E o Leandro Estevo era esse que estava lá representando a Exxomed...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ortomedical, era o outro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Ortomedical, e esse que estava lá toda hora na frente da senhora, lá, enchendo a paciência para comprar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Esse, nas primeiras duas semanas, ele foi um pouco... bem... é... ele foi um pouco... como eu diria...

(*A depoente conversa com o seu advogado, senhor Nelson Juliano Schaefer Martins.*)

Inconveniente.

Obrigada, doutor. Inconveniente a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E o Leandro Estevo era a pessoa que tinha contato direto com o Secretário André Motta nessa questão das locações, etc.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Isso, exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Ele tratava mais com o André Motta ou mais com o...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, o... André Motta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mais com o André Motta.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — André Motta, é.

É... nessa questão da locação, né, essa outra proposta via locação de *kit* UTI, isso seria mais a parte à frente, digamos assim, do senhor André Motta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Muito obrigado.

Estou satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Márcia, doutores também, pai e filho, não é? Deve ser um orgulho para o pai o filho seguir a carreira. Parabéns.

(*O advogado, senhor Nelson Juliano Schaefer Martins, manifesta-se fora do microfone agradecendo.*)

Márcia, você chegou a ter acesso à proposta da Veigamed. Ela não falava em pagamento antecipado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, numerário antecipado. Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Falava já... na primeira proposta já falava?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Numerário antecipado. Já, já. Todas as propostas. Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Já falavam pagamento antecipado?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim. Ã-hã. Forma de pagamento, em numerário totalmente antecipado.

Tem uma... expressão lá.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3391
Rubrica

Página 491. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Vocês chegaram a ser notificados sobre a Veigamed no dia do pagamento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Notificado?... Em que sentido?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — No sentido de alguma outra empresa ou de alguém dizer que a Veigamed não iria cumprir e não tinha o direito nem de compra na China, nem de comercialização no Brasil. Ela não tinha autoridade sobre a marca respiradores?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu fi... Nós, notificados, não. Nós, Superintendência de Gestão Administrativa, não. Foi encaminhada documento, salvo engano, pro gabinete. Agora não sei se pro gabinete do Secretário Adjunto ou o Secretário André foi... me parece que foi encaminhado alguma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Mas sabe dizer se foi antes do pagamento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não sei lhe dizer. Não sei se foi antes ou depois do pagamento. Eu não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Mas essa notificação chegou à Secretaria?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Chegou, chegou à Secretaria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Notificando que a empresa não cumpriria com a venda?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... eu... eu vou lhe dizer que eu... esta, esta informação, após a minha exoneração, eu fiquei sabendo também. Lá no Coes, no, no ambiente de trabalho, decorrer do trabalho eu não fui apresentada a esse documento, não. Eu sei que veiculou depois aí um documento... eu li, não me lembro nem a fonte, de que a Exxomed, salvo engano a Exxomed, teria encaminhado um ofício, alguma coisa, por conta de que ele detinha uma... propriedade de compra dessa marca, enfim. Nesse sentido. Também eu soube depois da minha exoneração, lá durante o trabalho, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Eu já fui contemplado pelas outras perguntas dos Colegas, mas apenas para encerrar.

Sobre a sua exoneração. Você não participou da compra, nem da escolha da empresa, nem do pagamento, ou seja, você trabalha numa área técnica que está ali numa fase...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Executória.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Executória.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Nós executamos o processo de compras. Chega pra SGA...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...a necessidade e ele executa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Você chegou a questionar o porquê de tantas pessoas que participaram disso e você foi a pessoa a ser exonerada?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu questionei. É... eu questionei não o fato da minha exoneração, porque isso é um ato... de... o cargo em si não é uma coisa que, que me preocupe, não. Agora, a questão do processo de investigação, da sindicância interna que teve, eu questionei, porque se este processo foi um processo que ele começou até fora da Secretaria, envolvendo dentro da Secretaria várias áreas, o, o Cofes, Coordenadoria do Fundo Estadual de Saúde, Secretário Helton gabinete, várias diretorias, eu

Página 492. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

questionei por que que eu, né, por que eu, se tinha dentro do processo, dentro da tramitação em um processo, tiveram dezesseis servidores que participaram, dentro do, da Coordenadoria do Fundo três gerências, duas delas lidaram com este processo, aquele apertar do botão.

Então assim, o próprio Secretário Helton, se fosse pra lisura do processo, no momento da abertura da investigação, todos deveriam... Um processo que eu nunca passei por um PAD, que é um Processo Administrativo Disciplinar simples, de... corriqueiro. Eu faço em setembro trinta anos de serviço, eu nunca tive um PAD na minha vida profissional, mas já participei como é... composição de grupo, eu sei como é que funciona, eu já participei de processo desses e sei como é que funciona. Neste momento é um processo que você busca a informação pra ver o que aconteceu. Só que você tem que buscar todas as pontas, né, todos que participaram no processo.

Então, realmente, eu achei estranho nesse sentido, se você afasta alguém até pra... pra sair do circuito pra você ter a informação, você tem que afastar todos, né, todos que participaram daquele processo.

Então isso, realmente, é uma interrogação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — E qual a explicação que lhe foi dada? Nenhuma?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... preservar. O preservar, né, que foi colocado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Preservar...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Preservar. É uma palavra que eu estou tentando interpretar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — E o teu nome passou pelo PAD?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Oi?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — O teu nome passou por esta comissão que faz avaliação?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, in... internamente me foi informado... eu não fui ainda... chamada internamente na Secretaria, né, nós estamos no âmbito do, da investigação é... dos... das... dos órgãos investigativos externos, né? Dentro da Secretaria eu ainda não fui chamada.

Uma reunião na CGE eu fui chamada é... para participar, foi onde, foi o momento que eu descobri de uma comunicação interna que já tinha sido assinada e replicada em pelo menos nove processos meus. Foi onde eu coloquei, até na entrevista eu menciono isso, e também depois nos meus depoimentos. Uma reunião na CGE eu tive, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — E depois dessa saída não teve mais...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Depois dessa não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — ...contato com ninguém da Secretaria, do (*ininteligível*).

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Depois dessa, não. Eu, eu me afastei, porque eu tinha que prestar muitos depoimentos, eu precisava desse tempo, e eu lhe confesso que nós passamos por um... período de trabalho muito intenso, muitas horas de trabalho, e eu estava realmente sobrecarregada. Eu tinha férias vencidas já, eu tirei o período de férias, me afastei dia 4 de maio e... hoje é meu último dia de afastamento, amanhã eu retorna pro trabalho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — E aí volta para a tua função...

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3392
Rubrica

Página 493. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu volto pra SES. Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Era isso. Obrigado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Imagina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado, Deputado Fabiano.

Deputado Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Boa noite, senhor Presidente, boa noite, senhores Deputados, boa noite, senhora Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — A minha primeira pergunta eu quase que estou satisfeito, mas gostaria de esclarecer melhor.

O Leandro Estevo, ele tinha acesso direto à Secretaria? Ele tinha vaga de estacionamento assegurada? Você pode precisar isso, objetiva?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Leandro Estevo, Ortomedical, eu não sei se ele tinha vaga de estacionamento. Tinha livre acesso, não sei de vaga do estacionamento, eu não sei. Leandro Estevo, Ortomedical, locação, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — E ele participava meio que direto, mas e qual seria a função dele, de estar lá, representando alguma empresa? Ele opinava nas...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, Leandro Estevo é diferente de Leandro Barros. Leandro Estevo é o representante...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Certo, Leandro Estevo. Estou lhe perguntando Leandro Estevo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hm, hm. Leandro Estevo é o representante da empresa Ortomedical.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Ortomedical.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ortomedical. É empresário, né, do ramo médico-hospitalar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Ele é uma pessoa que tem muito contato com o doutor André Motta, Secretário hoje?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ele chegou ao Coes por este contato, do doutor André Motta. Antes do Coes eu não o conhecia Leandro Estevo, eu passei a conhecê-lo ali, eu não sei das relações dele antes dessa... da Defesa Civil nem depois, né, a relação dele ali era encaminhando as propostas, enfim. A oferta dos seus... das suas propostas de contratos e aquisições.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Senhora Márcia, mesmo que nós estivéssemos em estado de calamidade, que a compra dos respiradores poderia ter sido feita sem licitar, o processo era um processo mais simples, mas em nenhum momento ninguém, antes do pagamento, verificou a capacidade da empresa, o cadastro da empresa? A senhora disse que isso é lá com a SCC, né?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Que faz essa...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Me re...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — ...planilha, que faz essa consulta, ninguém antes de repassar 33 milhões, levantou pelo menos conhecemos quem nos está vendendo, que garantias nós temos, qual é o patrimônio dessa empresa, a *expertise* dessa empresa em vender? Ninguém nunca comentou isso contigo?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Primeiramente, é... o SCCD é um sistema de cadastro que a Diretoria de Licitações, a Diretoria de Compras

Página 494. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

também faz uso dessa ferramenta, que serve para o cadastro da empresa, ali com a configuração da empresa. A pré-qualificação dessa, desses fornecedores, que é o que o senhor se refere, se essa, se ele tem essa capacidade. Este foi sempre o nosso grande pedido, que essa pré-qualificação, porque nós já sabíamos que a gente precisava estar blindado, porque as propostas elas... nós estávamos naquele processo tumultuado. A pré-qualificação ela tem que ser anterior até a Secretaria de Estado da Saúde.

Este foi um grande, uma grande falha, seguido pela constituição...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Vocês pediram isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — do Cos... do Coes, que foi outro grande erro. Tá certo?

Nós reiteramos o pedido da pré-qualificação pelo menos duas vezes, eu, Márcia, duas vezes. Anterior à minha chegada na Superintendência de Gestão Administrativa a equipe já havia pedido pela pré-qualificação.

A parte do pagamento, quando o senhor se refere, ninguém fez a checagem, a parte do pagamento eu gostaria muito que vocês conversassem com o Zé Florêncio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Eu não ouvi a tua resposta... você gostaria muito?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Que isso, o José Florêncio, coordenador do Fundo, que ele esclarecesse, né?

Não sei se eu respondi a todas as perguntas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Sim, estou satisfeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) —Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

Muito obrigado, Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Bom, eu queria... Só tenho algumas questões aqui para falar, muitas já foram faladas, mas tem algumas questões assim que eu... Eu vi os seus depoimentos e daquilo que os Colegas falaram aqui, a senhora fala, em um certo momento no depoimento, que no dia 3 o Secretário me pediu para a Veigamed que tinha que ter alguém ali pra saber se a carga tinha chegado ou não. Aí a senhora fala, eu só queria saber isso daqui, a senhora diz assim: que até às 18h a conversa no WhatsApp era sobre EPI, depois das 19h virou respiradores.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ah, se refere à conversa com o Leandro Barros.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hm, hm.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Leandro Barros, que conheceu...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...a senhora conheceu na outra gestão, ele era superintendente...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ele foi indicado pelo Secretário Borba...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...no dia 22...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Referenciado, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E a senhora perguntou para o Secretário Borba se conferia que ele, Leandro, iria falar pelo nome dele.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3393
Rubrica

Página 495. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu fiz muito isso, eu fiz muito isso. Sempre que eu recebia é... um contato, na maior parte das vezes, quando a pessoa se colocava em nome de pessoas importantes do governo, eu ia pro col... eu ia pro ponta e perguntava, assim como eu fiz pro Douglas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E a senhora perguntou se o Leandro...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Secretário Douglas, Leandro Barros fala em seu nome, o senhor confirma? Mesmo ele tendo encaminhado o contato de Leandro Barros eu pergunto isso a ele, e lá no WhatsApp está: sim, confirmo. Eu fazia sempre isso, não só com ele, eu fazia com outros Secretários também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá. É importante isso daí pra gente saber, porque depois a senhora diz, inclusive... e daí eu preciso conhecer um pouquinho o seu perfil, e isso é muito bom de a senhora fazer esse tipo de conferimento, né, ou de aferição se fala ou não, porque depois a senhora fala que ouviu muitas vezes nas conversas entre o Secretários a seguinte frase, abre aspas: "Acabei de falar com o Moisés", outra aspas, "Isto é decisão de governo."

Quando, quem e como foi falado isso, numa lembrança sua com relação aos respiradores.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... 9 de abril, na Defesa Civil, é... essa é uma decisão de governo, vocês têm até meio-dia pra acabar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quem falou?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É Leandro... É... Douglas Borba. Douglas Borba.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — 9 de abril.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — 9 de abril. Isto ele estava se referindo, esse... essa fala específica à compra dos EPIs.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Dos EPIs.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — 77 milhões.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu falo dos respiradores.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ah, dos respiradores foi antes... a, a outra frase que o senhor mencionou. Me desculpa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Acabei de falar com Moisés.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Com Moisés. Foi... é... Douglas Borba, 22 de março.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — 22 de março, foi antes dele mandar pro seu telefone...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — No dia, no momento da entrega da proposta, onde ele se coloca em apoio, dizendo que va... que precisamos comprar, qual... o que que você precisa de ajuda, vou passar ó, é fornecedor, está aqui. Nesse dia, foi essa a conversa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá, eu só queria... até porque isso é muito importante, pelo menos para mim, Deputados.

No dia 22 de março a senhora ouve o Secretário, ex-Secretário Douglas Borba dizer: acabei de falar com o Moisés.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sobre respiradores? Sobre compras? Sobre o geral?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O geral, geral.

Página 496. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.

Logo depois vem a fala da oferta dos respiradores?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, na sequência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — No mesmo momento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Na sequência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aí a senhora, logo depois de receber da questão dos respiradores, ele diz o que para a senhora? Quem é que ia procurar a senhora com relação àquela proposta?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... ele passou o prospecto... Douglas (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aliás, o Secretário Helton...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...diz que o Secretário Douglas vai lhe passar um fornecedor. É isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... o Secretário Helton passou o meu WhatsApp pro Douglas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O Douglas recortou uma mensagem do Helton, fazendo referência: ó, aqui quem fala contigo é o Douglas, essa mensagem o Helton acabou de me mandar, vocês precisam de ajuda? Aí ele começa, (*ininteligível*) segue.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aí depois disso aí é que houve a fala: acabei de falar com o Moisés?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Isso, foi tudo na sequência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E logo depois ele passa a proposta?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Exatamente, na sequencia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu só gosto de falar isso daí, até porque isso é muito importante...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Na linha, passa a linha do tempo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Porque eu assisti à *live*, até porque eu não suportava *live* e eu, obrigatoriamente, tive que assistir para colocar, porque é o seguinte, não é possível, Deputado Cobalchini, um Secretário agora dizer, tanto como nos depoimentos, que o Moisés não sabia nada, se o Secretário da Saúde estava todo dia no lado dele na *live*.

Aí, quando vossa excelência fala aqui, é exatamente isso que eu tinha marcado aqui sobre esta fala do próprio Secretário Helton, que depois nós vamos perguntar para ele, mas o próprio Governador falando isso. E depois, na conversa com a Lide, que foi o que nós falamos aqui na outra vez, ele diz para um grupo de empresários falando o seguinte: olha, se me dissessem, nós estávamos tão apavorados, que se me dissessem que tinha dentro de uma casa cem respiradores, e para ver os respiradores eu tinha que pagar, eu pagaria antecipado.

Então, só pra mostrar que não venha o Governador Moisés querer fazer igual à ex-Presidente Dilma e dizer que não sabia de nada. Então, só pra colocar claro aqui exatamente sobre essas questões.

Mas seguindo lá do dia 19, aliás, do dia que até às 18h era EPI e depois virou respiradores, ficou uma coisa interessante para mim quando eu assisti. A senhora disse que estava com o motorista mais alguém no carro indo para um outro lugar e alguém ligou, aliás,

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3394
Rubrica

Página 497. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

o Secretário ligou pra senhora, e o que me chamou a atenção foi o seguinte, que a senhora pediu pra parar o carro e a senhora foi falar com ele fora do carro. Por quê?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim. Porque o Secretário Helton ele sempre tinha muita preocupação e eu sem... nós, sempre, os superintendentes, nós confirmávamos se aqueles assuntos a gente poderia colocar no grupo, até colegas que estavam no carro comigo agora podem se ofender, mas não é essa questão, é que esses assuntos eram uma preocupação grande, né?

É... por exemplo, esta questão dos respiradores, especificamente, gostaria que vocês pensassem pra ele daqui a pouco é... nas minhas abordagens, eles só diziam assim: isso não pode virar imprensa, né, isso não pode ir pra imprensa. Era o grande temor, né? Isso não pode virar imprensa. Então a gente tinha esse cuidado.

Eu estava num carro com uma colega do meu lado esquerdo e outra na frente com o motorista, então eu tomei esse cuidado, eu pedi pra eles pararem. Eu atendi ele no telefone foi esse dia em que o Leandro faz essa... de novo dá essa tranquilizada com relação... olha, acabei de cobrar, eles vão se focar na entrega, vai... vão entregar, tá?

Então é esse dia 3 aí que realmente eu peço pro motorista parar, a gente já tava quase chegando na Secretaria e eu atendo a ligação dele fora do carro. Exatamente, isso aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy, se me permite.

Só um exemplo, porque várias vezes, então um exemplo deve ter...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Do?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com exceção dessa frase: isso não pode ir pra imprensa. Com exceção do caso dos respiradores. A senhora falou assim, várias vezes isso foi dito, só não pode ir pra imprensa.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Olha, são muitos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com exceção dos respiradores, porque essa a senhora já acabou de confirmar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Várias... deve ter mais de uma.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Tem. O senhor está me perguntando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Nós vamos ficar aqui até meia-noite (*ri*).

Nós tivemos um processo, pra vocês verem assim como a situação era... era uma situação nervosa, vamos colocar – agora eu falei a palavra nervosa. Nós tivemos um momento assim um pouco de tensão entre o Secretário Helton e o Secretário Douglas e até depois uma ligação o Secretário Douglas reclamou dizendo assim: imagina, a gente não vai fazer isso por causa de meia dúzia de máscaras. Nós tivemos um processo em que foi montada uma requisição administrativa, requisição novamente, a... os colegas iam lá, uma pessoa da SGA acompanhou, era uma empresa de Blumenau, porque nós tínhamos, nós precisávamos de máscara. Então a ideia é que se fosse fazer a requisição administrativa, nós, eles iriam lá e... pegar as máscaras que se... que a empresa tinha à disposição pra poder oferecer pros profissionais de saúde pra assistência.

É... esse processo foi montado, essas pessoas se deslocaram até lá, eram duas Secretarias envolvidas, a Secretaria da Saúde e outra, só que eles deci... definiram, eu, depois, eu entendi que foi uma, até uma conversa entre o Secretário Douglas e o Secretário Helton, de que aquilo não precisava consolidar, porque é uma requisição administrativa, isso

Página 498. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

podia e no outro dia a gente estaria na imprensa por conta disso. Até o Secretário Douglas usou a expressão: por conta de meia dúzia de máscaras no outro dia a gente vai pra imprensa. Aquilo não aconteceu.

Foi até uma situação em que esqueceram de me avisar e aí a pessoa da SGA, que estava seguindo pra empresa, que ia encontrar a força policial lá pra poder fazer a requisição administrativa, esqueceram de avisar e o colega aqui, Gabriel, eu liguei pra ele, volta Gabriel, em Blumenau, aborta a operação porque não vai mais acontecer. Foi uma requisição administrativa, um processo que tramitou.

Então este foi mais um caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — (*Manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, porque a repercussão disso ia ser muito negativa.

Então, sim, essas coisas aconteciam. Os senhores imaginem o nervosismo que se estava diante daquilo que se precisava comprar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado, dona Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Continuando aqui, quando eu fiz a pergunta para a senhora sobre quem autorizou a Fonte 100 e a Fonte 300, depois eu não vi, mas eu queria que a senhora repetisse quem assinou a Fonte 100 e a Fonte 300.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Esta é uma rotina do Cofes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Assinou, quem assinou, quem colocou a rubrica lá, não vou aqui confirmar se foi Gerência Financeira ou Gerência Orçamentária. Arrisco a dizer que foi a Gerência Orçamentária, mas não vou confirmar, tá?

Uma outra questão...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E quem autorizou o pagamento da Fonte 100 e Fonte 300?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É com o Cofes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Essa é uma atribuição deles.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas a senhora falou antes aqui, que depois eu fui ouvir, que a senhora disse que houve uma que foi a Secretaria da Fazenda.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, porque a Fonte 300... a Fonte 100 é do Tesouro, é a nossa Fonte ordinária.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — A Fonte 300, se não estou enganada, é recurso do Tribunal de Contas, dos Poderes. Então é... esse recurso ele precisa ser autorizado pela Secretaria de Estado da Fazenda, né, então... Também foi comentado comigo, e aí eu vou falar o que o José Florêncio falou, em conversa com a Michele, a Secretária Adjunta da, da Fazenda, foi definido. Então aí tem que consultar o José Florêncio mesmo.

Uma outra questão que eu gostaria de esclarecer...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deixe eu só dizer...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O que tem a secretária Adjunta da Fazenda?

Página 499. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI
Fls. 3395
Rubrica

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Que essa questão o José Florêncio, e aí ele me colocou isso, de que ele teria tratado isso com a própria senhora Michele, né, mas de novo, é uma atribuição dele, ele é que precisa confirmar isso.

Agora preciso entender se ele fala a verdade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu trago essa posição, Deputados, e gostaria que vossas excelências tomassem muita atenção, porque nós temos o grupo da Fazenda e eu não me lembro qual foi o Deputado que colocou lá e perguntando, indagado o Secretário da Fazenda Paulo Eli sobre o pagamento, e ele disse o seguinte: que a Secretaria da Fazenda, lembram disso que ele falou, a Secretaria da Fazenda só transferiu o recurso pra... pra... outras fazem, ou seja, eles não participavam desse processo. Agora nós temos pelo menos mais um para trazer para cá, que é a questão da Secretaria da Fazenda, até para saber sobre essa...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ver com José Florêncio o que que acontece.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...posição (*ininteligível*) Florêncio.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Porque outra Fonte isso tem que ser autorizada por lá, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deixa eu dizer uma coisa aqui, de tudo o que a senhora falou, algo me deixou extremamente preocupado pelo contexto. A senhora diz que tem um sistema que é possível fazer um *download* e *upload* de qualquer documento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E na sua fala diz assim: que é possível inclusive pegar um documento assinado pelo Governador do Estado, de um outro processo, e alguém baixar e colocar num outro, que foi o que fizeram...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Com esse...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...com a senhora, pegando uma autorização de pagamento do dia 20 e colocando lá na frente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso, pra mim, é gravíssimo, e vossa excelência também fala exatamente isso daí...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Pra mim também é, mas o Secretário Tasca diz que é comum, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A senhora usa: isso é uma desconformidade gravíssima.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Gravíssima. Pra mim é (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.

Aí no mesmo tempo, eu só queria entender isso, no mesmo tempo que a senhora diz: eu sou certificadora de pagamento...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Da Sigef.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Da Sigef, que é esse que pode fazer qualquer...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, são dois sistemas. SGPE, certificação digital da assinatura, assinou, da assinatura.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá, me explica um pouquinho mais, não só para mim, mas para quem está entendendo: qual é o... Porque para vocês falam essas siglas no dia a dia.

Página 500. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Mas qual é o sistema que eu posso pegar um documento de qualquer outro processo e colocar aqui ou desentranhar ele, como nós tivemos desentranhamento? Qual é esse sistema?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos, SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Esse daí a senhora tem a senha válida?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, esse sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.

É esse que faz a certificação?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Exatamente é a isso que eu quero chamar atenção. Aí nós temos outro sistema que faz a certificação.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Como é o nome do sistema?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sigef.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A senhora é certificadora?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Lá nesse sistema?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Desde quando a senhora não tem uma senha ativa nesse sistema?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Pelo menos 2017, 2018, pelo menos, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Olhem a gravidade, gente! O Secretário Helton diz no depoimento do Ministério Público que ele não certifica e não manda pagar nenhuma nota. Livrou.

Quem é que certifica e manda pagar a nota? A funcionária, num sistema que ela sequer tem a senha válida desde 2017! E que nesse sistema quem faz e dá a autorização, dizer recebi, paga, que ela não tem a senha, quem é que usou a sua senha?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... tiveram nove processos desses, né? Desse da Veigamed a Débora Brum, que é o apoio da SGA, ela que fez todo esse trâmite.

Essa tramitação, a composição dos processos de pagamento, dos processos de pagamento, e aí a Débora me falou, ela reportou ao Cofes, na Gerência Financeira e Orçamentária. Eles disseram...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Secretaria da Fazenda.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, não. A Cofes é dentro da SES.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É o José Florêncio, é a Coordenadoria do Fundo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k. Ah, o Fundo, coordenador do Fundo.

A SRA. MÁRCIA REG INA GEREMIAS PAULI — Isso.

Então ela... ela, o Gabriel Koerich, eles reportaram pra saber como que é a composição, o que precisa ter nesse processo pra caminhar com essa certificação.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3396
Rubrica

Página 501. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Então, toda essa instrução eles foram orientados. Não vejo nenhum problema até aí, a Débora Brum ela é da SGA, esses processos de pagamento eles... é... tinham que ser a... é... aprontados pra chegar no Cofes. Se esse processo de pagamento, essas peças, não chegaria até o Cofes. Está certo? Todo esse... e, e, essa tramitação foi orientada por essas Gerências do Cofes.

Faço uma ressalva num processo desses, que eu mencionei lá na entrevista, que eu fiquei sabendo no dia 29 apenas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Que foi um processo de trezentos e poucos mil reais que ele tem a mesma composição, digamos assim, eu sequer sabia, é... o nome da co... da colega não vou repetir aqui, mas já estão nos autos, eu não a conheço é... de consegui descobrir o próprio José Florêncio que fez a relação de todos os processos...

Eu, depois da minha exoneração, eu fui ao Cofes no dia 28, na segunda-feira, eu falei: José, por favor, puxa num relatório pra mim, primeiro faz uma coisa, confirma a nulidade da minha, porque com CPF tu consegues puxar o meu nome lá, mesmo sem senha pra certificar. Fiz dois pedidos pra ele: você, por favor, me garanta que... Ele é a única pessoa que tem autoridade pra fazer isso lá dentro, garante que ninguém mais vai poder colocar Márcia ou meu CPF e certificar em nome. Um pedido meu pra ele.

Eu não sei se isso foi feito, preciso checar. Amanhã eu vou retornar vou ver.

E a segunda coisa que pedi pra ele: você vai puxar todos os processos que foram certificados em meu nome, com esses pagamentos e tal.

Foi onde eu descobri esse processo com a servidora lá, que faz parte, lotada me parece que numa Gerência de Abastecimento, que eu não conheço, e ela... seguramente ela não tem autorização, eu não a conheço, eu não sei qual é a atribuição dela, ela não tem autorização pra certificar em meu nome. Não tinha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Porque pegando o jurídico, que nós já ouvimos aqui, pegando o da licitação, pegando o seu depoimento, me faz ficar de cabelo arrepiado com essa fragilidade do sistema.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, é.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É um negócio assim que não dá para compreender como uma Secretaria tão grande, que é a Secretária da Saúde, com o maior orçamento ou um dos maiores orçamentos... Segundo maior orçamento. Primeiro ouvimos aqui o jurídico, o diretor jurídico da Secretaria dizendo o seguinte: são só em dois jurídicos para atender *x* mil processos. Olha só.

Depois a gente vê que o Secretário diz que não certifica, aí vem a pessoa que... Isso pra mim, pode ser que não, porque pode ser parte do processo, mas eu, fosse a senhora, entraria com uma ação contra o governo de terem utilizado... Porque a senhora agora entra com uma... um momento difícil onde está tendo que responder, e muitos pré-julgando...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Muito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...por algo que alguém usava a sua assinatura, o seu CPF. Isso é falsidade ideológica, no mínimo! Falsidade ideológica!

E por que eu faço isso, Presidente? Porque é exatamente na Secretaria da Saúde que uma das propagandas, Deputado Milton, é que as dívidas foram zeradas. As dívidas foram zeradas e eu me preocupo muito, exatamente isso, por essa fragilidade.

Já indo para o encerramento, eu queria fazer uma pergunta para a senhora. A senhora falou num depoimento para o Ministério Público... Eu só queria, se realmente foi isso que a senhora falou, eu gostaria não da sua resposta, sim ou não, mas eu gostaria que a

Página 502. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

senhora repetisse o que a senhora falou. Como eu sou jornalista, eu tenho mania de fazer anotações de falas, né?

A senhora disse o seguinte: a proposta da Veigamed chegou pelo Douglas e foi tranquilizado pelo Leandro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pode repetir?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... a apresentação da proposta ela veio por parte do Secretário Douglas Borba. O senhor Leandro Barros ele abordou tranquilizando de que nós não precisávamos ficar preocupados...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu só gostaria de saber, como eu entrei agora na CPI...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ã-hã.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu não vi os outros, o Leandro Barros é aquele que já veio aqui? Acho que a gente vai ter que chamar ele de novo, porque a senhora fala o seguinte: que o Leandro Barros foi apresentado pelo Lucas, aliás, pelo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Lucas? Douglas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Douglas Borba, que a senhora perguntou para o Douglas se era falava, ele disse que sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Confirmou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Depois lá na frente, quando estoura a boiada, e a senhora diz o seguinte aqui na entrevista, que do dia 2 de abril ao dia 24 de abril...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...o trabalho da Secretaria foi montar uma estratégia para poder achar um culpado e tirar do jogo.

Confere isso que a senhora falou?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, confere. Esse foi meu sentimento, porque não se justifica...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E a senhora hoje acha que a senhora foi essa vítima?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não me colo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Que o outro seu colega aqui, jurídico, disse que a senhora foi boi de piranha?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... eu não vejo outra razão pra eu, somente eu, num processo desse, que tramitou por mais de dezesseis pessoas, eu fui a décima sétima pessoa que tramitou neste processo de compra. E não teve só este processo de compra, teve dois outros processos de pagamento e ainda tem um outro processo do CIG.

Outra pergunta que os senhores fizeram pra diretora Karen aqui, que eu gostaria de também responder, é... que no momento eu acho que ela não estava inteirada do processo, ela não tinha informação: foi feito o CIG anterior ao pagamento, foi feito.

O CIG é um Cadastro de Informações Gerenciais, é uma equipe que trabalha SEF/GGG/CIG, se não me engano é isso. Então foi feito, sim, de todos os processos, inclusive desse antes do pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quando a senhora fala no tranquilizar, é porque quando vocês ficaram sabendo que a empresa não dava documento, houve a ligação do senhor Fábio e disse assim: vai uma pessoa aí conhecida...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3397
Rubrica

Página 503. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...de vocês pra tranquilizar vocês.

Quem foi essa pessoa?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Leandro Barros.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aquele que veio aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E daí ele...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ele não foi, ele mandou o Gilliard Gerent, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá. Mas parece que o Secretário Douglas mandou uma resposta para a senhora dizendo: tranquilize-se, porque o Leandro vai falar. Houve isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, foi Fábio, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ah, o Fábio. O Fábio que foi falar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O Fábio fala isso que o Leandro falou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Em algum momento, depois de ter esse envolvimento todo, a senhora fala que o Secretário Helton por algumas vezes pediu para a senhora tranquilizar, inclusive um dia ele chamou a senhora para o lado e disse que a senhora estava muito abatida.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Por alguma... depois disso que ficou, ficou sabendo do escândalo, depois do Intercept, o ex-Secretário Douglas alguma vez ligou, mandou mensagem, falou com a senhora dizendo tranqüiliza? [*Transcrição: taquigrafa Siomara G. Videira*]

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ele mandou mensagem e disse que: Querida, fique tranquila, sabemos de sua idoneidade, é... fiq... estamos torcendo, orando, uma questão assim. Sim, foi, mandou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O Douglas disse, no seu depoimento, duas coisas que eu achei interessante. Primeiro ele fala o seguinte: fiz alerta à servidora e ao Secretário Helton que estava vedado o pagamento antecipado. Sim ou não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Para mim isso não chegou, não, desconheço, e o Secretário Helton nunca comentou isso comigo também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí, no depoimento, perguntaram: mas a funcionária diz que conheceu o senhor, vem conversando com o senhor a partir do dia 23. Ele diz o seguinte: conheci a Márcia no dia 2 de abril, numa conversa sobre importação de EPIs.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A conversa do dia 2 ocorreu, mas a... o contato foi bem antes, foi dia 22 de março.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k. Do dia 22 de março ao dia 2 de abril, vocês se conversavam, porque está aí...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, mas telefone, WhatsApp...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas vocês se viram alguma vez?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ele... o Secretário Douglas ele sempre estava por ali no Coes, né? É uma estrutura... é comigo, em sala, expediente, não. De cumprimentar...

Página 504. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Cumprimentou?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – De cumprimentar, sim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Se ele olhasse para a senhora ele sabia que a senhora é a Márcia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim, sim, ã-hã.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E para encerrar, essa compra da Veigamed não foi a primeira. Houve uma anterior, da empresa Edera, do Município de Araranguá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A minha pergunta é a seguinte: essa daí foi aquela que compraram por 4 milhões?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, foi... até anotei aqui também porque... falei inicialmente foram três só processos, eu anotei esse. Foram duas ordens de fornecimento. Uma ordem de fornecimento no valor de R$ 1.253.100,00.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Desse da Edera?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Edera. E a outra ordem de fornecimento no valor de R$ 2.200.000,00, totalizando R$ 3.453.000,00.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k. Esses 3 milhões eram para comprar quantos respiradores?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ali estavam 10... é... perdão, ali estavam 30 respiradores, 23 monitores multiparâmetros e 10 camas de UTI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Esse material foi entregue?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – De todo esse material, 6 respiradores não foram entregues. Dos 30 respiradores, as camas, os monitores, o.k. Dos 30 respiradores, 26 foram entregues. Pagamento: nós pagamos... foram pa... é... dos 30, 26, desculpe...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – 26 entregaram.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ...falei 24 entreg... falei errado, 26 entregaram, 4 não entregaram, tá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É... pagamento: o pagamento foi feito da o... foram duas ordens de fornecimento: 304 e 305. A ordem de fornecimento é o balizador, né, o contrato, o edit... enfim. É... a 305 foi paga. É... me parece que não foi pago antecipado, foi pago... a informação que eu tenho, aí também tem que ver com o José Florêncio, é que foi pago 48 horas depois da entrega dos equipamentos, mas a previsão era de pagamento antecipado também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, por acaso essa...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – E os demais até hoje não foram pagos, então a gente ainda deve pra Edera.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por acaso essa negociação foi... teve alguém do Instituto Imas?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Foi do Imas?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Essa proposta foi apresentada através do Secretário Adjunto, até da superintendência hospitalar chegou pra SGA. Eles tinham prontidão pra entrega também, os equipamentos tavam ali. É, Robson, do Imas, fez o contato, né, através da, da... da SUH, do Secretário Adjunto, que nos colocou em contato com, é... Eduardo, se não me engano, Eduardo, da Edera, que é o fornecedor.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3398
Rubrica

Página 505. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então o Secretário Adjunto apresentou o Imas?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim. Colocou ali também o Robson, né, que... acho que ele é diretor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E quem, a partir daí, participou desse processo de negociação?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Foi, é, dali, SUH, direto a proposta foi encaminhada pra essa institucional aí pro... pra... parte institucional da SGA. E aí autuou-se o processo pra compra direta. O processo foi autuado assim: requisição administrativa emergencial pra aquisição por dispensa de licitação. É o processo 36.251/2020.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E para encerrar, como a senhora hoje vê de tudo isso, que a senhora teve lá, a senhora disse que foi um grande erro, que foi um grande erro ter formado o Coes, que saiu do habitat de vocês, da Secretaria, e foi para lá...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Desestabilizou o nosso processo de trabalho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E nesses quase 30 anos de serviço prestado ao governo nesse setor a senhora alguma vez participou de algo tão frágil?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Qual é o recado que a senhora tira disso tudo em relação a esse sistema que está tendo? Porque nós estamos vivendo um momento difícil...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...um momento diferente. Inclusive, Presidente, um momento em que nós estamos fazendo reuniões híbridas, o Deputado Sopelsa está lá, ou seja, a digitalização parece que foi um dos problemas.

(Depoente faz que sim com a cabeça.)

A senhora fala num depoimento que vocês montaram um grupo de WhatsApp, que o nome do grupo do WhatsApp era 24 horas porque a meta era em até 24 horas resolver o problema.

Qual é a sua opinião, dentro do que a senhora conhece, sobre essa fragilidade desse sistema do tradicional, como disse o Deputado Cobalchini?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A licitação, pra uma dispensa de licitação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É. Eu também sou do tempo do fax, o fax era novidade pra mim, né, e o cuidado do fax...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para a conclusão, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...o cuidado do fax era tão importante, porque diziam que o papel do fax depois sumia e muitas vezes não servia como prova na Justiça, só para imaginar.

Agora, o que a senhora tira de toda essa fragilidade, o que tem que mudar no governo, além do Governador?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, nessa situação de crise mesmo diante dessa guerra, como estava colocada: "Nós estamos na guerra, nós não estamos num... momento normal", essa era a frase, eu tô abrindo aspas aqui. Esta foi a frase dita: "Nós estamos numa guerra, não estamos num momento normal". É... numa reunião de

Página 506. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

superintendentes, a SGA ouviu do seu ordenador, da sua liderança ali, de que meu, minha preocupação é a SGA, porque os processos eram muito morosos.

Isso eu já... lá em janeiro quando fui convidada, fevereiro que eu assumi, eu fui com esse desafio, da gente entender por que que os processos eram tão morosos. Aí você imagina no meio de uma crise, de uma pandemia, se aquilo demorasse para concretizar ia morrer gente, ia morrer gente, ia morrer gente.

Meu grande aprendizado: mesmo diante de uma crise, o mínimo de organização dos processos de trabalho nós precisamos ter. E depois que esse... essa grande... estrutura, esse abraço, como eu ouvi depois aí, né, que agora nós estamos abraçando a Secretária de Estado da Saúde, nós pedimos esse abraço, presencialmente dia 23 de março nós pedimos esse apoio, não pelo grupo do WhatsApp, não. Nós precisávamos de apoio na decisão, alguém com voz que pudesse dizer naquele momento: Peraí, não é assim. Alguém que fosse ouvido, não qualquer um, não qualquer um, mas alguém que tivesse uma voz...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Dona Márcia, no final da fala a senhora vai ter a oportunidade de fazer as conclusões finais da senhora ali e...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Pra dizer isso. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mais uma pergunta, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só para encerrar, a senhora pediu... vocês pediram essa participação da CGE, da PGE, de todos esses setores, é... o Douglas fala no depoimento que ele criou esse grupo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – (*Ri.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Foi criado ou não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Gostaria de fazer uma observação aqui: o pedido foi meu, né? Eu já vi em outras oportunidades ele falando por aí que: Olha, eu fiz e tal. Inclusive, 18 horas da... *live* do Governador, o Governador fala também, é... ele pergunta como pode ajudar, eu faço o pedido. E depois vem o grupo do WhatsApp, né? É... isso não aconteceu. Isso, depois eu fiquei sabendo, depois da minha exoneração que eles realmente agora estão apoiando e que agora virou uma força-tarefa, né, tardiamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Obrigado, senhor Presidente. Obrigado, dona Márcia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Kennedy Nunes.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra, finalmente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito obrigado, senhor Presidente.

Nós iniciamos às 5 horas e vai bater 21 horas. Então, são algumas horas aí de bastante questionamento e muitas das minhas dúvidas foram aqui esclarecidas.

Cumprimento aí o senhor Nelson, advogado muito conceituado, e seu filho. E bom ter você aqui, Márcia, para esclarecimento. E eu realmente me sensibilizo, né, eu vejo nos seus olhos, vejo pela tua postura, até por ser uma mulher, eu acho, que mais sanguínea, mais enérgica, lhe vejo como uma vítima. Mas claro, se estava dentro de um processo, talvez, dos mais nebulosos da história, eu não me lembro de um processo tão delicado, e você faz parte e de início você é exonerada, né? Ou seja, uma mensagem, uma linguagem não verbal fica esclarecida: Olha, está aqui a culpada, ela é a responsável por esse processo – e até achei muito corajoso de sua parte quando corajosamente vai à imprensa e: Não, espera aí, vamos botar os pingos nos is, né?

O que você tem a dizer dessa sua exoneração? Você realmente foi... você acredita... pelo menos a nosso ver, de uma forma... vou falar isso aqui até de um linguajar prático, né,

Página 507. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3399

que a nossa população entenda, porque estamos aqui, Deputado Lima, nesse papel – a população quer saber, são 33 milhões que se esvaíram dos cofres públicos –, eu acho que o nosso maior papel da CPI é dar respostas. Quem? Quem autorizou? É irresponsabilidade? É um proce... É corrupção? O que há?

Então eu vi que você foi, a meu ver, uma grande vítima, né, e te parabenizo pela coragem. Essa sua exoneração, qual foi o motivo? Quais os critérios que eles usaram?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, o crité... ã, perdão... é, o critério que fo... me foi apresentado foi este, né, de me resguardar, de... tem até a frase que usa ali pra... proteger não, pra... preservar, essa foi a palavra utilizada, pra preservar. Porém, é, ao sair deste quadrado, né, olhando um pouquinho de fora, eu observei que não foi isso, não houve imparcialidade.

Se foi em busca da informação, a estratégia foi errada, porque eles deveriam me trazer pra conversa. Eles deveriam ter essa conversa que nós estamos tendo aqui nós deveríamos ter tido lá, eu não tive essa oportunidade. Então, é... realmente foi achar uma causa para o problema dando, sim, uma justificativa pra sociedade, pros jornalistas, pros controles externos do que tinha ocorrido. Vamos investigar com toda a proteção, enfim, cuidando na minha preservação, porém acharam uma situação em que pudessem justificar o ocorrido, acreditando até então...

Deputado, eu, até o dia 28 de abril, eu estava crente de que os respiradores iriam chegar, de que nós não tínhamos, é, é, necessidade alguma de desabonar indicações, negociações em nenhum tipo de processo.

Então, isso não passava pelas nossas cabeças. Nós não fizemos nada errado, nós fizemos um trabalho que foi solicitado a fazer por um ordenamento, então eu não tinha nada que desabonasse.

Então hoje eu já não entendo desta forma, porque essa estraté... foi uma estratégia de, é, montar um cenário em que, estamos, sim, dando uma justificativa pra fazer investigação, e vida que segue. Mas não é bem assim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Bom, o sangue tem que ir para a mão de alguém, né? E eu fiquei muito pasmo quando uma funcionária de quarto escalão, de terceiro, quarto escalão, né, não falo de forma pejorativa, mas, de repente: poxa, 33 milhões é assim, ela é a culpada – ficou no mínimo estranho.

Vou fazer algumas perguntas aqui, como eu falei, as minhas dúvidas foram dirimidas aí pelos colegas, né? A senhora tem ciência que a empresa Exxomed enviou um *e-mail* endereçado ao então Secretário Adjunto André, informando que somente ela teria...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Exclusividade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...exclusividade da?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, eu fiquei sabendo, como eu coloquei, após, após a minha exoneração veiculado aí pela imprensa, eu não sei qual é a fonte, mas eu vi isso, é, pela imprensa aí depois, tá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – A senhora não acha que a compra do modelo proposto é um indicativo de direcionamento a favor da empresa Exxomed?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Então, é... eu ouvi o que foi colocado pelo Douglas... é, pelo, perdão, Leandro Barros, ele colocou sobre um suposto direcionamento. Eu não vejo como um direcionamento, eu vejo como área técnica, indicando um equipamento capaz de atender pacientes Covid, foi assim que foi colocado pelos especialistas, eu vi especialistas médicos intensivistas colocarem dessa forma, a engenharia bio... é... biomédica. Então, para nós aquilo eram requisitos a serem alcançados e não um direcionamento. Mas eles podem ter.

Página 508. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – A senhora não acha estranho esse referido *e-mail* ser encaminhado diretamente aí ao Secretário Adjunto e não ao titular?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, não deveria ser assim, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – É algo no mínimo...

Alguns questionamentos, né, eu sou obrigado a fazer aqui, mesmo... Como eu lhe falei, né, pessoalmente eu acredito que a senhora foi usada como bem, um linguajar popular, boi de piranha, e que quiseram lhe responsabilizar ou pelo esquema de corrupção – volto a dizer, não me intimido –, ou pela tremenda irresponsabilidade, que até agora são 33 milhões que se esvairiam, dinheiro público, não voltou até hoje, não voltou. Aí tem os equipamentos que estão chegando aí que não servem, enfim, sem precedentes.

Mas o servidor Carlos, o diretor de licitação da Secretaria de Saúde, disse ainda em depoimento que a senhora exercia, além do cargo de superintendência de gestão administrativa, uma espécie de secretária executiva do gabinete. A senhora se colocava em tarefas na qualidade de secretária executiva com atribuições inerentes a este cargo a pedido de alguns dos Secretários, ou o adjunto, ou o próprio Secretário Helton? São afirmações aqui do senhor Carlos.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. É... toda a logística de distribuição, é... de EPIs, de equipamentos oriundos do Ministério da Saúde, internos nosso, à nossa Diretoria de Logística, isso eu estava muito envolvida. As compras eram... a compra, né, as aquisições eram, é, uma das atribuições. É... nós tínhamos por um a... foi até um pedido da Secretaria de Administração, nós tínhamos é... que estar muito próximos da... dos entes dos sindicatos, então nós tivemos muitos problemas com os profissionais médicos afastados. Nós tínhamos uma rotina diária de informação aos sindicatos e à Secretaria de Administração de cada afastamento, de cada profissional, de cada uma das nossas unidades de saúde, qualificando qual é o motivo, a parte de contratação de recursos humanos. Obras: nós estávamos aprontando vinte leitos de UTI no Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos.

Então, várias frentes de trabalho, nós não estávamos exclusivamente na parte de compras. Cito aí: logística, aquisição, contratação de recursos humanos, informações aos sindicatos, enfim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Márcia, até me perdoe, eu quero entender até onde é a sua participação. A gente vê um esquema fraudulento, né, como eu bem falei aqui nas minhas palavras anteriores, mas o que eu quero entender é até onde foi a sua participação.

Em nenhum momento você, de repente, aqui eu estava olhando aqui que tem um processo de inegi... inegibi... inegili... meu Deus!

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Inexigibilidade

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Em nenhum momento você pensou em apresentar um processo como esse ou a Procuradoria-Geral do Estado?... Eu vou ainda um pouquinho além, né? Eu aqui, no dia que eu li o nome da empresa, eu pesquisei no Google. Lembra quando teve aquela foto que na frente era uma casa de massagem, e era irônico. Ou seja, o meu filho bota: "Oi, Google. O.k., Google", e ele baixa os joguinhos dele, ele tem 4 anos.

Então, compra de uma empresa fantasma, a empresa não existe, na frente é um cabaré, é uma casa de massagem. Aí, de repente, passa por vocês, eu vejo inocência em você. Claro que você está ali, é uma funcionária de carreira, 30 anos de serviço, recebendo ordens, você fala e deixa claro que o Douglas faz pressão. O Secretário Helton e o — os ex-Secretários — Douglas, são os dois mandantes disso, um está jogando agora a bomba para o

Página 509. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3400
Rubrica

outro, mas até onde é a sua parti... você, em nenhum momento você procurou a PGE, você... eu acho que ali seria o mínimo...

Você explicou aqui que era o momento de crise, eram momentos adversos, mas, poxa, no momento mais adverso o mínimo que a gente pode fazer é trabalhar com responsabilidade. Você em nenhum momento... ou na Procuradoria-Geral do Estado, ou pesquisou a empresa?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado, é, o senhor colocou muito bem a circunstância em que nós estávamos e a carga de trabalho em que nós estávamos submetidos. Este processo ele tramitou por várias áreas, desta área, dentro da diretoria de licitações com sistemas que fazem o cadastro dessas empresas. Então nós não questionamos nenhuma área, nós tínhamos pareceres jurídicos que foram, é, emitidos após a execução. Então assim, não, nós não paramos para questionar a atribuição de áreas que... ã... antecederam nessa tramitação do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas, Márcia, não lhe causou estranheza 33 milhões, a empresa pede apenas 50%, você tinha conhecimento disso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. Eles... na proposta...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Porque ao que tudo... ao que dá para entender para nós você tem a caneta poderosa, quem delibera, dá a canetada final. E a empresa pede 50% apenas do pagamento adiantado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Na proposta, Deputado, estava exp... está expressa lá, é, forma de pagamento em numerário, é, integralmente antecipado, tem uma previsão integralmente antecipada.

Agora, eu gostaria só de fazer uma colocação, que é o que o Deputado colocou ali, é, esses, esses processo, a fragilidade dos processos onde se... a própria Secretaria de Administração sustenta: Não, isso é possível, isso não é frágil, isso é possível. A questão de baixar e depois dar *upload* numa peça já assinada, pra mim isso é muito frágil.

Se nós tivéssemos níveis de confirmação, por exemplo, níveis, você passa por aqueles níveis... esse processo de pagamento, se eu for pesquisar na tramitação dos processos, não tem a tramitação pra Márcia. Então assim, ele não foi tramitando para o usuário da Márcia. Se nós tivéssemos níveis: Olha, ele só segue pra liberação de ordem de pagamento com uma interferência ali, com um o.k., sabe? Níveis, de, de... isso ajudaria muito. Se ele não permitisse *upload* de uma peça assinada, ajudaria muito. Se não permitisse uma certificação com Márcia ou CPF, ajudaria muito. Então, esses níveis de *check* precisam ter.

Eu, enquanto, né, superintendente, como o Secretário Helton, como o Governador, eu exigiria que esses sistemas tivessem, sim, níveis de aprovação, porque hoje estaria fácil. Vocês veriam o nível de aprovação, o.k., não tem como dizer que não foi você, amigo. E você não tem isso hoje. Então, essas questões, é, nós podemos avançar, fica como uma sugestão pro futuro aí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Ou seja, quando aquele processo de inexigibilidade, você não conseguiria... ou junto à PGE, ou fazer algum alerta, em nenhum momento você?... Porque é uma situação sem antecedentes, 33 milhões que se esvaíram, pagos adiantados e...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – SGA. Hoje, ainda hoje. Hoje, dia 2 de junho, é Superintendência de Gestão Administrativa. Pra chegar à PGE, literalmente, nós precisamos passar pela Cojur, do gabinete do Secretário Titular, pra ir até a PGE. Internamente nós não podemos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para conclusão, dona Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ...é... chegar. É tramita...

Página 510. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS – Apenas gostaria de deixar... pedir a vossa excelência que... permitisse que se deixasse claro que a servidora, depoente, já explicou que não foi ela que definiu, mas houve um arco que envolveu mais dezesseis servidores.

Então ela não tinha condições, naquele momento em que ela trabalhava dezoito horas por dia, submetida a uma série de pressões, fazer essa checagem, muito bem lembrada e advertida pelo Deputado Felipe, mas impossível nas circunstâncias em que ela vivia. Por isso que a defesa gostaria de pedir a vossa excelência e aos demais senhores Deputados, que compreendessem que a senhora Márcia não pode aqui depor tentando se justificar por uma coisa que nas circunstâncias era impossível fazer. Essa checagem não era atribuição dela.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Esta Presidência acata a observação do senhor.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência continua com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Bom, eu até achei importante aqui esclarecer, Márcia, porque é o questionamento que a gente ouve no dia a dia das classes empresariais: Mas, poxa, ela estava ali, tinha a caneta poderosa.

Então eu acho que é até uma oportunidade única, porque como eu falei, né, eu vi que eles centralizavam, você estava ali executando ordens, se limitou a cumprir o seu papel.

Mas, enfim, eu vou abordar outro assunto: A senhora não acha estranha a mudança no depoimento do senhor Helton? Porque uma hora ele lhe acusa, diz que você é a culpada e essa irresponsabilidade, ou esse crime, estava na sua mão; e aí, na sequência, ele muda esse depoimento. A seu ver, eu queria... gostaria de ouvir o que você tem a dizer sobre essa mudança súbita do ex-Secretário Helton.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, ele retornou ao Deic, se não me engano, após a minha entrevista do dia 05 de maio, foi logo após, né? Então ali ele deve ter refletido ou lembrado de alguma questão, seguramente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – A senhora conhece a senhora Ivonice Campos?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Essa, esse contato da Ivonice Campos chegou para mim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Quem lhe indicou essa pessoa?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, eu não, não me lembro, foi bem no início. Mas eu... eu não sei se foi o Secretário Helton, mas foi de... de alguém assim. Não sei se foi algum Secretário ou do próprio Secretário Helton, eu não me lembro. Mas acho que foi...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Qual é a finalidade da indicação dela?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A finalidade da indicação dela seria a compra também na China, é... de EPIs, equipamentos, testes rápidos, o que a gente precisasse.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Bom, eu até não me aguento aqui, eu vou fazer uma pergunta final: Márcia, eu vejo uma mulher inteligentíssima, com informações sistemáticas, eu vi ali a forma que você anotou, que você está catalogando, lembra de datas precisas. Eu estou sendo muito questionado aqui nessa questão, até o Kennedy foi questionado lá, eu até achei cômica aqui a situação, porque a gente ficou um pouco preocupado, mas são quarenta Deputados que foram colocados em jogo e, ó, tem Deputado participando desse esquema, não é, desse negócio, eu não sei como pode definir isso.

Página 511. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3401
Rubrica

E você é tão... Me perdoe...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...mas você é tão sistemática, tão inteligentíssima, vi que você lembra datas com precisão. E daí, de repente, o nome de um Deputado você não lembra?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não. Eu não... é... eu assumo compromisso com vocês: eu não sei quanto tempo os meus equipa... né, equipamentos, ficarão na... nos órgãos investigativos. Mas eu tão logo eu recupero eu assumo o compromisso com vocês de trazer a informação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Bom...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ...mas eu não me lembro e eu não... eu estou sendo muito franca com os senhores, espero que você acredite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Márcia –, agora vou só finalizar, Presidente –, eu realmente acredito aí na sua inocência, eu acho que você... foi uma tremenda injustiça, eu estou olhando as horas que você se submeteu aqui a essas perguntas, mas, claro, você estava ali...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É. Tranquilo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...fez parte disso, isso é natural. Desejo verdadeiramente que tudo seja esclarecido...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Obrigada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...né, entre o Helton e o senhor Douglas, que para mim são os dois personagens principais nesse triângulo... até onde o Governador sabia, acho que é um desafio para esta CPI.

Desejo de coração que... deve ser um momento nebuloso aí na sua vida...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Muito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...um momento turbulento. Que Deus lhe abençoe, lhe dê graça, força, que tudo fique esclarecido, né?

E eu finalizo, senhor Presidente, parabenizando pela sua coragem. Eu achei que você teve peito, raça, coragem e fibra, né, como mulher, foi lá, se posicionou naquele momento, e eu acredito que as suas falas foram bem esclarecedoras, né, foi claramente mostra que o senhor Governador estava ali, ciente, dando o aval para os seus Secretários, que o senhor Douglas fazia... com a caneta aí do Moisés, poderosa, para que ele pudesse fazer essa pressão. Então desejo, verdadeiramente, que tudo se esclareça...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Obrigada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ... e parabéns pela sua fibra e coragem.

Obrigado, senhor Presidente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Obrigada, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Obrigado, Deputado Felipe Estevão.

Dona Márcia... Aliás, eu vou solicitar à assessoria que encaminhe correspondência a cada um dos quarenta Deputados, questionando em relação a essa situação. Porque na verdade quando o Deputado está aqui, representando aqueles que o honraram com seus votos ali, ele passa não mais a representar a sua pessoa, mas, sim, os seus eleitores, e agora aqui sentado, representando uma Casa. Isso é importantíssimo.

Então eu peço à assessoria que encaminhe correspondência a cada um dos gabinetes questionando qual dos Deputados que fez essa ligação, né, talvez a gente possa encurtar esse caminho antes que o equipamento da senhora fique disponibilizado para isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu só gostaria... eu só gostaria de deixar claro que este foi o processo vinculado ao passaporte, né...

Página 512. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, mas é muito pertinente...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim. Só pra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...porque até os Deputados elencaram ali também. Então, dessa forma a gente consegue até a encurtar esse caminho para que seja estendida a, o benefício de...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, se alguns dos Deputados lembrarem, talvez, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É, talvez quem ligou se lembre.

Dona Márcia, eu vou dar aqui três minutos para a senhora fazer as suas conclusões finais e, respeitando esse tempo, a senhora muito colaboraria com a gente. Pode ficar à vontade.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É um tempo que eu vou utilizar pra fazer um agradecimento pra esses meus colegas que foram guerreiros também comigo.

Como eu coloquei, até o dia 28, é... de abril, nós estivemos trabalhando, e trabalhando muito. Então são... foram verdadeiros... é, guerreiros, né? Enquanto muitos estavam dentro do governo se estruturando para nos apoiar, nós trabalhávamos. Então nós sempre estivemos ali com um objetivo de aparelhar para salvar vidas.

Então gostaria muito de agradecer aos meus colegas servidores, que amanhã, se Deus quiser, retorno ao meu trabalho, e vamos propor aí um recomeço. Acho que nada é por acaso, eu estive ali, e... alguém teria que estar ali na SGA nesse momento, estive eu, mas vamos seguir em frente.

Obrigada pela oportunidade de tá aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nós que agradecemos. Esta Presidência suspende a sessão por cinco minutos. Os senhores estão dispensados. Muito obrigado pela presença.

(*A senhora Márcia Regina Geremias Pauli e os seus advogados deixam o recinto.*)

(*Estão suspensos os trabalhos. Pausa.*)

Senhores Deputados, público que nos assiste, dou por reaberta a reunião. Peço à assessoria que encaminhe o senhor Helton Zeferino, a próxima testemunha a ser ouvida.

(*O depoente Helton de Souza Zeferino adentra o recinto com os seus dois advogados e sentam-se no local indicado pela assessoria.*)

Boa noite, senhores. Boa noite, senhor Helton. Senhor Helton Zeferino, o senhor sabe por que foi convidado para fazer parte desta reunião aqui?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito desta Comissão acerca dos fatos que lhe forem perguntados sob pena de concorrer ao crime de falso testemunho?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Lembrando ao senhor que na condição de testemunha compromissada, ainda detém o direito de permanecer em silêncio. Todavia, peço ao senhor que seja claro ao dizer: Prefiro permanecer em silêncio. Até porque o silêncio não é indicativo de resposta.

Para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro, eu vou pedir ao senhor que fale o nome completo, data de nascimento, o seu local de trabalho e o endereço completo do senhor.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Helton de Souza Zeferino, nascimento em 20 de março de 75. Local de trabalho, é, estou lotado atualmente no

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3402
Rubrica

Página 513. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Comando-Geral do Corpo de Bombeiros. Residente e domiciliado à Rua Francelina Domingos de Jesus, número 520, é, cidade de São José.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado. Solicito aos advogados do senhor, tem um microfone ali em cima para utilização, que fale o nome, número da OAB e a UF da OAB.

O SR. NOEL BARATIERI – Então, boa noite, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Boa noite.

O SR. NOEL BARATIERI – Meu nome é Noel Baratieri, OAB 16462, aqui de Santa Catarina.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Por gentileza.

O SR. MAICON JOSÉ ANTUNES – Boa noite, senhoras e senhores, sou o advogado Maicon José Antunes, minha OAB é 39011, de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A Presidência passa a palavra ao Relator. Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Boa noite, Helton, doutor Helton, né? Boa noite, senhores doutores advogados. Obrigado pela paciência de terem esperado até agora para conversar conosco, porque o nosso objetivo é sempre compreender o que aconteceu de verdade.

Também é uma oportunidade que o senhor tem neste momento de conversar com Santa Catarina, explicar sua versão dos fatos. Queria muito que o senhor colaborasse com a CPI para que a gente pudesse identificar o que de fato aconteceu, e eu vou repetir o que disse para Márcia: o nosso objetivo também é encontrar nesse processo uma forma de criar mecanismos para que coisas dessa natureza não aconteça mais no Estado de Santa Catarina.

Eu queria perguntar o seguinte: O senhor era o Secretário da Saúde naquele período da compra... da instalação do... do processo de pandemia, né, desde o decreto emergencial até o decreto de pandemia, o senhor participou de todos esses processos.

O senhor fazia *lives* direto com o Governador, eu vi o senhor conversando com o Governador diretamente todos os dias, nessas comunicações que o Governador fazia o senhor estava ao lado do Governador em todo esse período. Eu queria que o senhor começasse a conversar conosco explicando quais as orientações que o Governador do Estado passou para o senhor, para a sua Secretaria, a respeito das compras emergenciais.

Nós íamos entrar num processo, né, de compras diretas de um processo que o Brasil inteiro já estava vendo que estava dando problemas, manchetes de compras com problemas pelo Brasil afora. Qual foi a orientação que o Governador do Estado deu para o senhor relativamente às compras que a Secretaria ia fazer?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, boa noite, Deputado.

Eu acho importante nós destacarmos pra todos que nos assistem, até para que nós tenhamos a oportunidade também de apresentar ao povo de Santa Catarina, é... a versão daquilo que aconteceu desde o início do enfrentamento da pandemia dentro do Estado de Santa Catarina.

É, diferentemente do que, é, todos os senhores... que aqui nós temos, é, ex-Secretários de Estado, temos ex-Prefeitos municipais. É, diferentemente do que os senhores já tenham vivenciado, enquanto gestores públicos, nas suas pastas ou nas suas cidades, é, nós vivemos... ou passamos a viver um momento que era *sui generis* dentro da história mundial.

Isso fez com que o Estado de Santa Catarina, e não foi diferente nos outros Estados, é, nós tivéssemos lá no início da primeira, da segunda quinzena de março, que foi quando efetivamente nós começamos os trabalhos de enfrentamento da pandemia dentro do

Página 514. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

território catarinense, é, é ali que se inicia todo este processo chamado de enfrentamento da Covid-19.

É, isso exigiu, é, por parte da Secretaria de Estado da Saúde, é, algumas ações, que foram ações implementadas justamente para que nós pudéssemos começar a fazer este enfrentamento da forma adequada. É, eu diria que a principal delas, é, foi a instituição de uma estrutura chamada Centro de Operações de Emergência em Saúde, ela foi, é, efetivada através de uma portaria. Essa portaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Helton, desculpe interrompê-lo. Nós temos uma sistemática aqui...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ... de programa, de trabalho aqui dentro...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...que funciona da seguinte forma: os Deputados fazem as perguntas, e ao final o senhor vai ter o tempo todo disponível...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não é explicação, Presidente. Na verdade, eu vou chegar na resposta do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ah, tá...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...isso trata-se de uma resposta.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso, é uma resposta. Até pra que a gente possa entender, né, simplesmente, é, quando se fala, por exemplo, que nós já tínhamos ideia de que compras estavam sendo, é, dificultosas dentro da sociedade brasileira naquele momento. Eu preciso contextualizar, senão nós ficamos aqui numa situação de sim ou não, né?

Então o que eu quero é justamente explicar o que estava acontecendo naquele momento para que as pessoas entendam, é, o que nós estávamos passando e o que passou a Secretaria de Estado da Saúde e o Estado catarinense. Se o senhor me permitir, então gostaria de continuar. Posso continuar, Presidente?

(*O senhor Presidente manifesta-se fora do microfone: "Pode prosseguir".*)

Obrigado.

Então nós tivemos aí, através da Portaria 17... é, 179, então, a instituição do Centro de Operações de Emergências em Saúde, onde a ideia desse centro era justamente, é, fazer a assessoria do governo do Estado, é, pra que nós pudéssemos, é, deflagrar ações que eram, é, eminentemente necessárias com relação à Covid-19.

É, a partir de então, logo depois da promulgação da portaria, nós nos instalamos na, é, na Defesa Civil do Estado, onde nós temos a... é, no que diz respeito à estrutura tecnológica necessária, inclusive, para comunicação com os Municípios mais adequado do Estado, é, e a partir de lá nós começamos a trabalhar no sentido de fazer esse enfrentamento.

Com relação às compras, obviamente, que nós precisamos entender, é, que a partir daquela segunda quinzena de março nós começamos a sofrer uma verdadeira avalanche de consumo, é, dentro das nossas unidades hospitalares. O mesmo aconteceu dentro das unidades filantrópicas, e o mesmo aconteceu dentro das unidades privadas, é, de saúde do Estado de Santa Catarina.

Isso fez com que nós tivéssemos... os senhores já devem ter ouvido esta informação, mas eu gostaria de reafirmar, é, de tal sorte que o que nós tínhamos planejado de consumo dentro de uma unidade como, por exemplo, o Hospital Regional de São José, de um mês passou a ser consumido em uma semana, tamanha a desconfiança, tamanha o temor

Página 515. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3403
Rubrica

que nós tínhamos através dos servidores no sentido de que eles precisavam se autoproteger através de máscaras, através de óculos, através de gorros, enfim. Isso, obviamente, é, fez com que todos os nossos processos de compra precisassem ser revistos.

Imediatamente nós tivemos, aí, a definição de que todas as atas que nós tínhamos vigentes dentro da Secretaria de Estado da Saúde elas fossem devidamente requeridas pra uso, é, e aqui, naquele momento, nós começamos a ter dificuldade. Naquele momento de atas... processos passados, onde nós tínhamos atas de registro de preço de entrega de equipamentos, é, nós começamos a ter dificuldade de entrega onde fornecedores diziam que não conseguiriam nos entregar. Isso nós temos documentado na Secretaria de Estado da Saúde. Ou seja, apesar de ter todo o processo legal feito, os fornecedores passaram a dizer que teriam dificuldade de entrega. A... isso também fez com que nós tivéssemos mais uma dificuldade, é... lançar processos de compra pra suprir as necessidades que nós tínhamos, é, dentro do... especialmente dos servidores da Saúde do Estado. Porque desde o início da nossa primeira reunião do Coes, eu, enquanto Secretário, é, eu orientei os servidores que duas coisas não poderiam faltar, duas coisas não poderiam faltar dentro da Secretaria porque isso seria, é, sinal de que nós estaríamos sendo muito, muito levianos e incompetentes com relação aos nossos servidores.

Primeiro deles: informação a todos os nossos servidores de como eles precisariam enfrentar a Covid-19 dentro das estruturas de saúde. Quais serão os... quais são os cuidados, quais são as regras de assepsia, quais são a, a... a sua... o seu devido zelo com relação ao seu retorno pra sua casa, justamente para que eles não pudessem levar essa doença pra sua casa.

E a segunda coisa: nós não poderíamos deixar faltar pros nossos servidores Equipamentos de Proteção Individual, visto o que já vinha acontecendo em outros países por onde essa doença passou, onde um dos pilares fundamentais em que nós tínhamos a exposição de servidores era justamente a falta de EPI.

Bom, a partir daí então nós começamos a deflagrar algumas compras, tivemos o decreto... a decretação do estado de emergência, posteriormente, é, o estado de calamidade dentro do estado de Santa Catarina. Tivemos algumas legislações federais promulgadas também no que diz respeito à, à, efetivamente à questão de compras, e a partir daí nós começamos a desencadear compras baseados, obviamente, nas necessidades que foram elencadas. E o Governador do Estado, é, obviamente, é, no sentido de orientações que ele nos passava era justamente que: Nós precisamos equipar o Estado de Santa Catarina pra que nós tenhamos o enfrentamento da Covid-19 o mais adequado possível. Sempre no sentido de, é, todos os países por onde passou eles tiveram dificuldade com relação a equipamentos, com relação a Equipamentos de Proteção Individual. O Brasil não era diferente, e nós vivíamos, né – os senhores também já ouviram esta frase aqui nessa CPI, mas eu volto a afirmar porque ela é importante –, nós vivíamos naquelas duas primeiras semanas de março um processo chamado de canibalismo. E o fato era esse mesmo, canibalismo, onde compras eram derrubadas de Estado por Estado no sentido de garantir a aquisição do equipamento, tá?

Então é sempre bom, é, decretar e... decretar não, mas é afirmar, é, que esse processo, apesar de toda esta necessidade de compra, ele se manteve nas estruturas que eram as estruturas mestres da Secretaria de Estado da Saúde, leia-se Superintendência de Gestão Administrativa, Diretoria de Licitações e Contratos. Eram essas estruturas que estavam envolvidas no que diz respeito às compras. Em momento algum, nós tivemos aí, apesar de algumas dezenas de portarias publicadas, nenhum tipo de alteração no que diz respeito às rotinas de compra da Secretaria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o Governador não fez nenhuma orientação especial: Ora, tenham cuidado, comprem, observem as empresas.

Página 516. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Por que o que acontece? O senhor esteve conosco, o senhor esteve conosco, junto com o... Secretário da Defesa.... o Chefe da Defesa Civil numa *live*, né, o senhor conversou comigo, o senhor conversou com os colegas Deputados. E o senhor... nós já conversávamos sobre aquele problema que deu no hospital de campanha, e foi anterior.

Então nós temos aquele problema do hospital de campanha, a licitação foi muito acelerada, teve processos judiciais, o Tribunal de Contas apresentou um relatório. O senhor viu, presenciou tudo aquilo junto conosco. Eu quero saber o seguinte: nós já tínhamos manchetes pelo Brasil inteiro dizendo que tinha problemas com compras, naquela época. Nós temos matérias, por exemplo, do jornal... do jornal de Santa Cata... o jornal NSC, alertando sobre processos complicados de compras pelo Brasil, desvios, problemas com compras.

Eu quero saber, especificamente, o seguinte – diante daquele problema que teve com hospital de campanha, diante com esses... com essas matérias que a gente estava acompanhando pelo Brasil afora –: Qual foi a orientação do Governador especificamente com relação às compras emergenciais? Qual orientação que o Governador deu para o senhor?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, com relação... só pra corrigir, Deputado, o hospital de campanha é posterior a essa compra, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Posterior?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso, ele é posterior...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ah, então?...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ...à compra do, é, dos respiradores, dos duzentos respiradores pela Secretaria de Estado, mas de qualquer forma, é, o que se pressupõe neste momento de crise, e no momento de enfrentamento de uma crise é que nós, enquanto gestores públicos, tenhamos todos os cuidados necessários...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A orientação do Governador, Secretário, quero saber qual foi a orientação dele? Ele falou alguma coisa? Ele disse: Não, vocês cuidem, sigam procedimentos, sigam as orientações da Advocacia-Geral da União, tem portaria, tem a lei. Qual foi a orientação do Governador?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Nesse... nesse sentido... nesse sentido, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Governador não falou nada?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não. Na verdade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não disse: Tomem cuidado.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Na verdade, Deputado, nós estamos trabalhando dentro de uma lógica, é, que as estruturas de compra elas se mantêm.

Obviamente, quando se fala, por exemplo, em, é, o instrumento chamado dispensa de licitação, o processo, o instrumento chamado dispensa de licitação ele não foi criado para enfrentamento da Covid-19. Nós temos regramentos, que já existem, e dispensa de licitação acontece...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então ele não deu nenhuma orientação?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não. Com relação... não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem, isso que eu queria saber.

Secretário Helton, nós já ouvimos muitas pessoas e vimos também os depoimentos, nós temos o decreto emergencial do dia 12/3, e depois nós temos o decreto de calamidade do dia 17/3, cinco dias. A Márcia esteve aqui e disse que esse decreto de calamidade, esses

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3404
Rubrica

Página 517. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

cinco dias... Eu perguntei para ela o que aconteceu nesses cinco dias que mudou o estado de emergência para o estado de calamidade. Ela disse para gente que teve o procedimento e tal. Eu quero saber do senhor: O que aconteceu entre 12 de março e 17 de março, cinco dias, para mudar de estado de emergência para o estado de calamidade e quem deu essa orientação para o Governador?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, com relação a esta orientação pro Governador eu não sei informar quem deu pro Governador. O que eu sei, o que eu posso lhe dizer é que o primeiro decreto é quando nós tínhamos, ou nós iniciamos o processo de enfrentamento da Covid-19 dentro do território catarinense, é, e obviamente com o passar desses quatro ou cinco dias nós tivemos aí justamente o... a deflagração, ou a identificação da transmissão comunitária dentro do Estado de Santa Catarina, ou seja, nós perdemos a referência de quem estava transmitindo pra quem. É, isso aconteceu especialmente lá na região sul do Estado, os senhores já devem também ter conhecimento desse fato. É, e a partir daí então nós tivemos que, obviamente, deflagrar algumas ações no sentido de instrumentalizar e preparar o Estado para este, é, enfrentamento que nós tínhamos, projeções – isso também é muito importante destacar para todos os senhores. É, quando se fala em enfrentamento de uma epidemia nós temos projeções, nós não temos certeza. Então, quando se fala, por exemplo, de que... Ah, por que, é, fizeram isso ou deixaram de fazer aquilo. Nós trabalhamos com projeções. Projeções elas podem ser as melhores, as medianas ou as mais dificultosas.

Então nenhum Estado, né, e nenhuma nação, eu diria, é... se os senhores pesquisarem isso através dos instrumentos de busca, os senhores vão verificar que ninguém faz projeção, por exemplo, de quantos óbitos vão acontecer dentro de um país. Ah, vão acontecer x ou y. Nós temos projeções.

E a partir daí, então, nós começamos a ter projeções dentro do Estado de Santa Catarina sempre baseado, é, na avaliação dos nossos técnicos pra que nós pudéssemos então preparar e instrumentalizar a nossa rede hospitalar, especialmente, pra (*ininteligível*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas, especificamente, Secretário, o que aconteceu nesses cinco dias para mudar o estado de calamidade, de emergência para calamidade? O que aconteceu?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Volto a dizer pro senhor, eu repito, nós saímos de um processo onde nós conseguimos identificar número a número quem estava transmitindo pra quem, e passamos pra um estado onde nós começamos a ter transmissão comunitária. Transmissão comunitária, Deputado, significa dizer o seguinte: o senhor mora lá na, no seu prédio. O senhor sabe que o seu vizinho lhe transmitiu. Transmissão comunitária o senhor não sabe da onde vem. Então, ou seja, a propagação desse processo dentro do Estado de Santa Catarina ele seria muito mais intenso, como foi, né, nós tivemos aí um aumento, é, crescente do número de casos dentro do território.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que, Secretário... Foi o senhor que fez essas projeções?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, claro que não. São os técnicos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas quem fez essas projeções? Que técnicos?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Os técnicos da Secretaria juntamente com os cientistas que nós tínhamos de dado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Cientistas?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim. Cientistas de dados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Cientistas de dados?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso.

Página 518. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por que o senhor viu quantas vagas de UTI nós temos ainda livres no Estado?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós temos vagas livres.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO –Temos vagas livres. Que bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pois é.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – E que bom, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas é...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO –E que bom que nós temos, que estamos nessa situação *(ininteligível).*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas o senhor em cinco... mas em cinco dias...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Que bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...em cinco dias o senhor viu a pandemia? Foi o senhor que viu?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não fui eu que vi a pandemia, Deputado. É assim, ó, a gente só tem que entender... e também não transmitir para a população a falsa sensação de que, porque nós temos leitos de UTI vagos hoje, que nós não precisávamos de ações. Isso é muito importante, até porque a população que nos assiste ela precisa entender isso.

O que nós fizemos dentro do Estado de Santa Catarina e que os nossos Estados vizinhos também o fizeram, Paraná e Rio Grande do Sul fizeram a mesma coisa, foi justamente projetar números, pra que nós tivéssemos aí a capacidade dimensionada do que nós precisaríamos. E aí nós começamos a trabalhar com 713 leitos novos de UTI. Este era o número que nós projetamos dentro da rede hospitalar catarinense.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário Helton Zeferino, vamos entrar efetivamente na compra dos respiradores. Muitas coisas já me estão bem claras, por isso eu vou poupar o senhor da maioria das coisas que eu já consegui observar na condição de Relator.

Eu queria perguntar para o senhor... entre o contrato da Veigamed... o contrato da Veigamed a gente já compreendeu, a Márcia já esteve aqui, nós já vimos o depoimento do senhor, já vimos o depoimento deles, eu me considero... eu já compreendo todo esse procedimento, como ele aconteceu – tem uma coisa que me intriga profundamente: o prazo de entrega dos equipamentos, o pagamento e o prazo de entrega dos equipamentos.

No contrato o pagamento era para o dia 1°, e a primeira entrega dos equipamentos era para o dia 4, ou seja, quatro ou cinco dias depois do primeiro... do pagamento antecipado. Os equipamentos estavam na China, estavam na... o segundo estavam no México, estavam no Panamá. O senhor achou estranho que esses equipamentos estivessem assim à disposição, cinco dias, eles iam entregar em cinco dias? O prazo de entrega era de cinco dias, dos equipamentos. O senhor pediu fotografia dos equipamentos, filmagem, amostra, verificação, certidão desses equipamentos, onde esses equipamentos estavam? Qual foi o procedimento que o senhor teve com relação a esse prazo exíguo de entrega? Eu não consigo compreender. Como o senhor acreditou que eles iam entregar o equipamento em quatro dias?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, é... acho que é muito interessante essa sua pergunta, até porque ela tem algumas respostas que precisam ser apresentadas.

Primeiro é que... o senhor falou em pagamento antecipado, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso.

Fls. 3405
Rubrica
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Página 519. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – É, aquele documento, ou os documentos que foram encaminhados ao gabinete do Secretário de Estado, o senhor deve ter conhecimento também desses documentos, é, foram uma dispensa de licitação, que foi cer... é, cercada, né, ou... ou foi baseada num parecer jurídico, o Parecer 506. Esse parecer jurídico, ele... a sua conclusão, ele diz que... é, a dispensa de licitação ela pode seguir.

Então, ou seja, eu, como gestor público, eu preciso basear minhas decisões em jurídico. O jurídico, que era o setor competente, ele faz esta análise, é, no sentido de que aquele processo ele pode prosseguir. Depois disso, nós tivemos uma autorização de fornecimento, é, e sempre lembrando que a autorização de fornecimento ela não é uma autorização de pagamento. Então não se confunda, né, uma coisa com a outra, autorização de pagamento é bem diferente.

Essa autorização de fornecimento, que é a autorização de fornecimento ou ordem de fornecimento, né, número 343/2020, ela fala em condições de pagamento em trinta dias, que é o nosso normal, e ela faz apenas uma ressalva, que é com relação à cronograma de entrega: de 5 a 7 de abril, 100 unidades, e de... até 30 de abril, mais 100 unidades.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não achou estranho que era muito próximo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Mas por que estranho, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas eu...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Mas assim, ó, a gente só tem que entender uma coisa, né, é, os processos que chegam à Secretaria de Estado da Saúde eles são instrumentalizados. Quem instrumentaliza e quem instruiu os processos chama-se Diretoria de Licitações e Contratos. O que vem pra mim, no caso de secretária, porque esses processos eles estão acima de R$ 5 milhões. Então, existe uma delegação pra Superintendente de Gestão Administrativa que todos os processos até R$ 5 milhões ela tem autorização pra fazê-lo, e o fez, os senhores sabem, né, os senhores têm com os senhores aí alguns processos que foram implementados.

A partir de 5 milhões, este processo é um caso, que falava... que nós temos aqui 33 milhões, ela vem pro Secretário. Baseado numa dispensa de licitação, o respectivo parecer jurídico que diz que a dispensa ela pode seguir. Uma ordem de fornecimento, que apresenta, é, os valores, que dá as condições de pagamento normal, trinta dias, que é o nosso normal dentro da Secretaria do Estado, e fala de um cronograma de entrega. Esse cronograma de entrega certamente foi analisado pelos técnicos no sentido de: Olha, a empresa apresentou esse cronograma.

Agora, daí eu achar que isso aqui é estranho... a gente só tem que entender que, provavelmente, o setor competente, que era Diretoria de Licitações e Contratos, ela analisou a proposta da empresa e colocou no papel isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor acreditou no que estava no papel?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu acredito naquilo que é o parecer jurídico que foi encaminhado, e de um parecer jurídico, obviamente, vai apa... vai aparecer uma ordem de fornecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Secretário Douglas Borba...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...ele disse no depoimento que teve com a Deic, que ele e a – vou usar a expressão que ele disse – ele disse que ele e a torcida do Flamengo sabem que não tem como trazer os respiradores em quatro dias. Ele disse isso com essas expressões.

Página 520. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Ele praticamente disse que o senhor teria que ter visto isso, e os servidores que passaram por aqui também disseram que o senhor teria que ter visto isso.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Mas teria que ter visto por que, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque é o seguinte: porque...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Se eu tenho o parecer jurídico que me diz que pode seguir...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu tenho uma ordem de fornecimento que tá vinculada ao parecer jurídico e à DL.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário Helton, nós temos aqui dois ex-Prefeitos...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós temos aqui ex-Vereadores, advogados...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Claro, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu... nós aqui, Secretário Helton, nós... por exemplo, eu recebo um parecer da minha assessoria para fazer um relatório: eu reviso o parecer, eu não assino o documento que eles me mandam. Eu mando corrigir, mando consertar...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...eu observo as datas.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Todos nós aqui fizemos isso. O senhor não fez isso. O senhor não observou que aquela licitação não tinha assinatura, não tinha endereço, não tinha CNPJ, não tinha sede, o endereço não existia? O senhor não observou nada disso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não. Isso não é competência do Secretário de Estado da Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então qual é a competên...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, na verda... na verdade é que nós temos... nós temos estruturas dentro da Secretaria de Estado da Saúde, essas estruturas elas são capacitadas, e nós não estamos falando de pessoas que são pessoas que entraram ontem no serviço. A Secretaria de Estado da Saúde ela tem, somente no processo de compras, mais de 100 servidores que estão habituados, é a Secretaria que mais faz compras no Estado. Nós não estamos falando de pessoas que começaram ontem no processo de compras.

Então nós temos delegações, e sempre que se fala em delegação nós estamos falando também de responsabilidade. Nós não estamos falando simplesmente: ó, estou te delegando, mas a responsabilidade continua comigo. Não estou dizendo que eu não tenha responsabilidade, o que eu quero dizer é o seguinte: as pessoas que lá estão e que foram colocadas nas suas funções, elas sempre trabalharam de forma a fazer todo o processo legal cabível.

Enquanto Secretário de Estado da Saúde, o senhor bem sabe, né, que o senhor bem colocou aqui que, é, nós temos alguns Deputados que já foram inclusive Secretários e Prefeitos, nós temos, é, processos que são em número exacerbado, o senhor sabe disso, e não há como centralizar tudo isso na figura do gestor.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3406
Rubrica

Página 521. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor diz que o Governador não deu orientação e o senhor diz que também não observou essas questões. O senhor não observou nada disso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu segui, eu segui o parecer jurídico que dizia que poderia seguir a DL, e não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ...em momento algum aparece pagamento antecipado, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Antes dessa compra dos respiradores fantasmas, a Secretaria estava fazendo compras, outras compras...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e fazendo o pagamento antecipado também de outras compras, respiradores e outros equipamentos. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Passei a ter conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quando o senhor passou a ter conhecimento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Passei a ter conhecimento, obviamente, depois desse processo chamado Veigamed.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, antes disso, o senhor não sabia que a Secretaria estava fazendo compras com pagamentos antecipados?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não. É, volto a afirmar pro senhor, nós temos dentro da Secretaria de Estado da Saúde portarias de delegação. Portaria de delegação transmitem a determinados servidores, e no caso da superintendente de gestão administrativa, todos os processos de compra até R$ 5 milhões ela tem autonomia pra instituir...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, mas foi 4 milhões e 50, né? Vou ver o seguinte: O senhor, então, não observou isso também?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não observei. Na verdade, não passa pelo gabinete. A Superintendente ela instrui, ela faz a autuação do processo, ela, ela encaminha para aquisição e ela faz o processo legal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem. Vamos para o pagamento antecipado.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Vamos lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A gente não consegue compreender aqui que não é uma prática comum, não é uma regra as compras antecipadas, havia essa questão da, o senhor disse, da prostituição dos preços, da concorrência. Eu quero entender essa questão do pagamento antecipado. Já tivemos o pagamento antecipado nessas compras anteriores, e agora a gente teve o pagamento antecipado da Veigamed.

Na proposta, antes de ser pago, ou seja, lá do dia 27 até o dia 1°, havia autorização para pagamento antecipado. Eu queria saber o seguinte: Quem deu a ordem para fazer o pagamento antecipado?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Então vamos lá. É, eu acho que é importante também nós destacarmos que o pagamento antecipado ele não existe, não existe dentro da estrutura de Estado. Nós tivemos inclusive, e os senhores ouviram na semana... há duas semanas atrás aqui o assessor jurídico, da Diretoria de Licitações e Contratos, onde ele cita lá que ele fez uma informação, logo no início do enfrentamento, referente à possibilidade de pagamento antecipado. Isso foi encaminhado pro gabinete através do processo Secretaria de Estado da Saúde 35508, que é datado do dia 23 de março. Ele

Página 522. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

encaminha uma informação, colocando alguns parecer... é, um parecer, dizendo ou, é... buscando dentro da literatura a possibilidade de pagamento antecipado, mas que, obviamente, isso precisaria ser submetido, Tribunal de Contas e Ministério Público.

No mesmo dia em que isso foi encaminhado pro meu gabinete... tem uma conclusão dele, né, neste... neste parecer: *(lê)* "Ante o exposto, recomenda-se, é, consulta ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas quanto à possibilidade de pagamento antecipado."

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – No mesmo dia em que esse processo ele foi encaminha... encaminhado para o gabinete do Secretário, que foi o dia 28 de março foi encaminhado pela servidora... é, pela Superintendente de Gestão Administrativa, eu coloco no despacho, isso é público: *(lê)* "Acolho a recomendação do parecer emitido e solicito que seja realizado consulta ao Tribunal de Contas e Ministério Público". Então, ou seja: eu acolho o parecer jurídico, encaminho e solicito que seja encaminhado para o Tribunal de Contas e para o Ministério Público para o parecer. É, então quanti..

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quais as folhas? Que eu quero checar isso aqui.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Como?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual é a folha do processo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Processo 35508, folha 18.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu estou falando aqui desse processo de compra direta.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Como processo de compra direta?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aqui eu estou com o processo da compra.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Da Veigamed?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Da Veigamed.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso. O que eu tô...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quero saber onde está o despacho do senhor.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ...o que eu tô explicando pro senhor é que não existe relação de pagamento antecipado porque isso nunca foi determinado. Não existe determinação de pagamento antecipado. Inclusive, nos dias anteriores, o que foi feito foi justamente consultar o Tribunal de Contas sobre a possibilidade. Não foi determinado em momento algum o pagamento antecipado

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, alguém fez o pagamento antecipado, senhor Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, alguém fez. Exatamente. E é por isso que nós estamos aqui, Deputado, nós queremos esclarecer o que aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, esse despacho que o senhor diz não está aqui no processo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, esse aqui é um outro processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ah, sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Esse aqui é um outro processo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Outro.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ...onde foi despachado pra encaminhamento ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, que é o processo que justamente o consultor jurídico aqui esteve e disse que produziu uma informação sobre isso, lá no início de enfrentamento. Então, quando chegou no gabinete, já foi encaminhado.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3407
Rubrica

Página 523. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Com relação a este processo específico da Veigamed, nós temos um processo que ao passar pelo gabinete, que é a DL e a ordem de fornecimento, em momento algum desses dois, nem tampouco no parecer jurídico, se fala em pagamento antecipado. Então, ou seja, se eu não tenho esse instrumento, pagamento antecipado citado nesses documentos, dali pra frente, e a partir de assinados, eles devolvem, se devolve isso pra Diretoria de Licitações e Contratos, e lá segue o rito normal: recebe-se o equipamento, esse equipamento ele é conferido, alguém certifica, insere no Sigef e manda pra (*ininteligível*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Na proposta da Veigamed está aí anotado: pagamento antecipado.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Mesmo que nós tenhamos propostas, mesmo que nós tenhamos propostas, e o assessor jurídico aqui também já colocou pros senhores, os senhores ouviram, mesmo que nós tenhamos proposta de pagamento antecipada, o que vale é aquilo que a Secretaria coloca no papel.

As pessoas podem pedir pagamento antecipado, pode pedir, é, antecipação de pagamento, isso pode ser feito, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas, Secretário...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ...o que vale é aquilo que nós celebramos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ... é aquilo que o Estado celebra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário, nós temos uma proposta da Veigamed...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...fazendo o pagamento antecipado.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o senhor... e a Secretaria fez o pagamento antecipado.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não. A Secretaria... volto a dizer pro senhor, nós só temos que deixar claro as coisas, aconteceu o pagamento antecipado? Não. Na verdade, não foi nem pagamento antecipado, nós tivemos uma nota certificada, uma nota certificada com a... descrição de um equipamento que sequer chegou. Então aqui nós temos, é, nesse momento aqui nós temos um processo de fraude, né? O senhor sabe disso, o senhor que é advogado, o senhor sabe disso, isso aí é uma fraude.

Então, a partir do momento que alguém certifica algo que não chegou, nós temos aqui não é pagamento antecipado, isso é uma fraude.

E, segundo, lembrando que... qual é a assinatura do Secretário nesse processo? Qual é a participação do Secretário? A partir do momento que eu saio de uma dispensa de mais de 5 milhões... por isso ela passou no gabinete, e o senhor mesmo já colocou, outros pagamentos antecipados aconteceram, e aconteceram realmente, e sequer passaram pelo gabinete.

Então nós não temos em momento algum deste processo autorização para pagamento antecipado. Isso não aconteceu. O que aconteceu foi decisão de alguns... algumas pessoas que resolveram pagar esse, esse processo de forma antecipada. Mas não que foi autorização do gabinete, isso é uma inverdade, isso não aconteceu, em momento algum do processo está descrito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá. Mas quem deu essa autorização para o pagamento antecipado? [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

Página 524. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Pelo que nós temos nos autos, pelo que nós temos nos autos, os senhores também já tiveram acesso, o que nós temos aqui (*consulta documentos*) é uma situação de um processo de pagamento, onde nós temos um pedido da servidora Márcia e temos aqui uma assinatura nessa nota fiscal da servidora Márcia, que encaminha pro pagamento.

(*O depoente Helton Zeferino mostra o documento ao Relator.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário... ex-Secretário...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Ex, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, Helton. Eu estou dentro de uma Secretaria...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu preciso que o senhor me ajude, ajude os colegas...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu ajudo, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...para a gente compreender. Eu estou dentro de uma Secretaria, eu sou o Secretário; tem um processo de pandemia; eu tenho uma ordem para comprar respiradores; tem uma empresa que quer entregar respiradores, duzentos, não são cinquenta, não são vinte, são duzentos.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, duzentos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aí, tem uma compra de 33 milhões; o fornecedor quer comprar (*sic.*), quer o pagamento antecipado... e o senhor não participa desse processo? O senhor não vê, não viu... o senhor está dizendo que não deu ordem, o senhor não acompanhou isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, mas é isso mesmo, Deputado. Na verdade, assim ó, quando nós estamos falando, dentro de uma Secretaria, é... que nós temos aí em processo de compra, somente em 2019, R$ 800 milhões, 2019, é... não há que se imaginar que todos os processos, todos os processos vão ser adquiridos.

Importante lembrar também que nós estamos falando de duzentos ventiladores da Veigamed. Nós temos aí um processo de uma, uma intenção de compra de mais cem ventiladores através da Intelbras...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – É, e temos agora, né, recentemente, adquirido mais quinhentos ventiladores através da empresa Weg, é... não há que se, é, discutir que nós tenhamos aí estruturas dentro de uma Secretaria deste tamanho, deste volume de compras, volto a repetir, a Secretaria que mais compra dentro do Estado de Santa Catarina. Nós temos estruturas que são devidamente imbuídas de competência pra fazer essas análises.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que Secretário... eu vou deixar com os meus colegas, certamente...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...eles vão perguntar isso para o senhor também, porque o senhor sendo ordenador de despesa...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...sabe? O senhor sendo o ordenador máximo da despesa, parece-me muito difícil, muito difícil, o senhor não ter passado por esse processo, ainda mais pelo processo, era um processo emergencial, era um processo de compra. Mas o senhor está dizendo que não participou, vamos para frente - os colegas devem conversar com senhor sobre isso também.

Página 525. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3408
Rubrica

Eu quero saber o seguinte, o Secretário da Casa Civil, o Douglas Borba, é, o Controlador da... eles disseram que a Secretaria de Governança e a CGE instruíram as compras antes delas começarem a acontecer, houve uma instrução de como proceder às compras. Isso é verdade? Houve uma instrução do Douglas Borba? Houve uma instrução da Controladoria-Geral? Houve instruções de outros órgãos? O senhor disse que o Governador não instruiu nada, e os outros órgãos instruíram como fazer as compras emergenciais?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, nós tivemos, até onde eu tenho conhecimento, é... a Controlado... a Controladoria-Geral do Estado que a partir, salvo engano, do dia 3 ou 4 de abril, alguma coisa assim, é, foi bem no início de abril, eles... é, encaminharam pros setores de compra das Secretarias, é, uma instrução sobre alguns cuidados, como se fosse um *checklist*, é, de... procedimentos que deveriam ser adotados nos processos de compra.

É... com relação à... governança, é, o que nós temos, o que eu tenho de informação é que a Secretária Naiara, obviamente ela faz esse controle, essas orientações, mas sempre lembrando que muitas dessas orientações elas são direcionadas diretamente às Pastas ou aos setores de compra. É... com relação ao Secretário, Douglas Borba, eu não posso afirmar porque eu não tenho conhecimento.

(*O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

Porque eu não tenho conhecimento do Secretário, Dougla... Douglas Borba, ter orientado alguma coisa com relação a compras.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado João Amin, fique à vontade, se o senhor quiser fazer alguma intervenção...

(*O Deputado João Amin declina da palavra.*)

Muito obrigado.

Também vou... o senhor disse... eu vi no depoimento que o Controlador do Estado pediu o contato da Márcia Pauli. E o Controlador esteve aqui conosco e disse que só tomou conhecimento do problema na Secretaria da Saúde no final do mês de abril. Portanto, muito tempo depois do pagamento antecipado. Uma das nossas funções aqui na CPI é identificar o porquê a Controladoria não funcionou, o porquê os órgãos não atuaram na fiscalização desse procedimento que é, o senhor tem que concordar, risível, como tudo aconteceu, né? Um negócio fora do... um absurdo.

O Controlador disse que pediu o contato da Márcia Pauli e que ele só tomou conhecimento... o senhor disse que ele pediu contato da Márcia Pauli, mas ele disse que só tomou conhecimento no final do mês. Eu preciso compreender quem é que está mentindo nessa história. O Controlador tinha conhecimento? Ele conversou com a Márcia? Ele fez instruções, relativamente, às compras?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, é, nós tivemos um pedido da servidora Márcia, inclusive, é... de formação de um grupo, é, que pudesse, é, fazer análise desses processos de compra. Ela inclusive coloca isso nas suas declarações lá na Deic, e (*ininteligível*), não, desculpe, no Gaeco, é... formado aí por, é, pessoas do Tribunal de Contas, pessoas do Ministério Público, dos setores de compras do próprio Estado, Controladoria-Geral, enfim, todos órgãos fiscalizatórios que fazem parte do processo de análise da gestão pública.

É... já lá no começo ela pedia, é... essa formação deste grupo de trabalho, é... esse grupo de trabalho... foi levado essa preocupação inclusive ao Secretário, Tasca, da Administração, onde se formou através de um grupo de WhatsApp, é... este grupo de trabalho for... é, fomentado aí por pessoas de, desses setores ou dessas estruturas de Estado. É... obviamente que, ã, o *feedback* que nós tivemos da Márcia que esse, esse... grupo, ele

Página 526. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

acabou não atuando da forma que deveria atuar, ou seja, é... a partir do momento que ela fazia consultas naquele grupo ela tinha poucas respostas na verdade.

É... com relação à CGE, o do... o professor Luiz Felipe, é, quando ele me pede o contato dela, obviamente, é para auxiliar nos processos de aquisição. E sempre lembrando, é, que auxiliar nos processos de aquisição... nós estamos falando aí do início de abril, né? Primeira semana de abril, os... acho que, se não salvo engano, a primeira semana de abril. Então, ou seja, esse processo Veigamed, ele já tinha acontecido.

Então, é... não há que se falar de uma Controladoria-Geral do Estado que não, porque ela não agiu nesse processo Veigamed, pois quando ela entra no processo realmente de proximidade com as compras da Secretaria de Estado, este processo de compra ele já havia acontecido.

Então, é... eu acho que aqui nós não temos questão de quem está mentindo ou não. Eu acho que isso não é o... não é a fala, Deputado, o que nós temos aqui é... efetivamente, quando ele tomou conhecimento da questão Veigamed, é... provavelmente deve ter sido ali no final do mês de abril, que é quando ele foi provocado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas o senhor, por exemplo, como ordenador de despesa, como chefe do processo, Secretário, a pessoa mais importante, né, do processo. Quando começou esses problemas das compras, o senhor não entrou em contato com a Controladoria, com a Secretaria de Governança? Porque... nós, Deputados, aprovamos aqui a reforma administrativa e criamos esses dois órgãos, a Secretaria de Governança e a Controladoria-Geral, porque para nós, Deputados, isso ia fazer com... essas Secretarias tinham o papel de criar os procedimentos, impedir fraudes etc. A Secretaria de Governança, por exemplo, era para certificar as empresas que fazem negócios com o governo. Essas empresas não atuaram nessas compras. O senhor não observou isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Então, Deputado, eu volto a, a... afirmar, nós tivemos uma criação, então, de um fomento, de um grupo de trabalho através do WhatsApp pra que essas compras elas pudessem ser discutidas neste grupo, não no sentido deliberado, se compra ou não compra, mas no sentido de realmente de ajuda, porque nós vivíamos um momento aí realmente bastante conturbado. As duas primeiras... as duas últimas semanas de março foram muito conturbadas dentro da Secretaria, dentro do Estado de Santa Catarina. Eu diria, é... e obviamente que esse grupo foi criado, esse grupo acabou não a... não, é... resultando naquilo que se propôs e a partir daí, então, nós estivemos, então, o contato ou a proximidade da Controladoria-Geral do Estado, no sentido de analisar os nossos processos através daquele *checklist* que foi estabelecido, foi lá pela primeira semana de abril e a partir daí nós tivemos uma sequência de trabalho, é... justamente pra que nós tivéssemos aí essas ferramentas, é, de controle devidamente estabelecidas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que... eu preciso voltar, meus colegas vão voltar, mas eu preciso voltar de novo... porque nós temos, assim, uma série de problemas naquela licitação. A gente não tem assinatura, não tem endereço, não tem CNPJ, o endereço é de um prostíbulo, os colegas vão falar aqui, o valor foi pré-estabelecido, o pagamento estava anotado como antecipado.

O senhor pediu, o senhor pediu... qual foi o procedimento do senhor com relação à segurança, à garantia para fazer esse pagamento antecipado. O senhor não participou desse processo para perguntar: qual é a garantia que a gente tem? Como é que vamos fazer esse pagamento antecipado?

Eu preciso compreender.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu lhe explico. É... e volto a repetir, não existiu, neste processo, por parte do Secretário de Estado da Saúde, nenhuma determinação pra pagamento antecipado. Nenhuma! E os senhores podem consultar todos os documentos que os senhores têm, os senhores podem consultar as conversas de WhatsApp

Página 527. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3409
Rubrica

de todos os envolvidos, o meu telefone tá à disposição, não existiu, em momento algum, determinação pra pagamento antecipado! O que nós temos é um rito normal de pagamento, conforme entrega, baseado em trinta dias. Quando o senhor afirma, é, essa autorização de pagamento antecipado, essa autorização ela não existiu, ela não existiu!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vamos compreender...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Vamos compreender.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...eu tenho... o senhor falou viva voz com a empresa?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor disse isso em seu depoimento.

A Márcia Pauli disse que tinha um grupo lá, tinha uma viva voz, o senhor (*ininteligível*) negociou, conseguiu um desconto ali, acho que R$ 5 mil por equipamento, o senhor não conversou sobre as condições de pagamento...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...a forma, a entrega...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...a data, o senhor não conversou?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, porque isso não me compete.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas o que competia ao senhor?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O que competia naquele momento foi se... se a servidora Márcia dizendo: Olha, eu consegui, é... compra de duzentos ventiladores. O.k., qual o preço Márcia? Ah, 168, alguma coisa assim. Tentasse ba... tentasse diminuir o custo? Ah, tentei, o senhor quer tentar falar com ele pra tentar diminuir mais o custo? Sim, sem problema algum.

Portanto, que nós chegamos a uma redução lá pra 165 mil. Ah, esse é muito, é um preço abusivo. Enfim, que se consulte os, a... os preços praticados naquela época.

Mas, enfim, a partir daquele momento, Deputado, a partir daquele momento esse processo ele retorna ou ele segue através da Superintendência de Gestão Administrativa pra Diretoria de Licitações e Contratos, onde lá nós temos a instrumentalização desse processo, lá nós temos que ter as devidas certidões negativas da empresa, lá nós temos que ter a conferência desta empresa, lá nós temos que ter a, a, aos pareceres jurídicos necessários, lá nós temos que ter a proposta da empresa, lá vai ser construída uma minuta de... de dispensa de licitação, lá vai ser encaminhado uma ordem de fornecimento. Enfim, todo esse processo, todo esse rito faz parte da Diretoria de Licitações e Contratos.

Foi tratado isso no telefone? Claro que não, isso não é da minha competência, quem faz isso é Diretoria de Licitações...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – (*Ininteligível.*)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ...até porque... eu posso citar pro senhor, inclusive, e nós temos aqui conosco, um processo muito semelhante, muito semelhante que aconteceu com a compra de 47 cardioversores.

(*O depoente Helton Zeferino mostra o documento ao Relator.*)

Onde nós estivemos aqui também...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá, mas que empresa que é?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Philips.

(*O depoente Helton Zeferino mostra o documento ao Relator.*)

Página 528. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pois é, mas o senhor está negociando com a Philips.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não. Eu não tô negociando com Philips, né? A Philip não foi vencedora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ã...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Aí é que tá, aí é que tá.

Então nós temos aqui um processo de compra que iniciou com a Philips, com a proposta de compra da Philips.

(*O depoente Helton Zeferino mostra o documento ao Relator.*)

Essa proposta, de compra Philips, era de mil... um milhão duzentos e alguma coisa. Depois nós tivemos um mesmo processo semelhante; ele vai pra Delic, a Delic faz um instrumento desse processo; vai pra Assessoria Jurídica pra parecer, o parecerista jurídico, ele pede mais orçamentos, porque só tinha um orçamento nesse processo; volta pra quem fez o processo de coleta dos orçamentos, se coloca mais dois orçamentos, o orçamento de um milhão e quatrocentos e um orçamento de um milhão e seiscentos; é feito o parecer jurídico na busca, ou seja, nesta, nesse trabalho que é o trabalho da Diretora de Licitações e Contratos se buscou um outro fornecedor, nós saímos de um milhão e duzentos pra oitocentos e... pra não ter erro... (*consulta documentos*) só um minutinho.

Bom, enfim, eu não tô, não tô encontrando aqui, mas um pouco mais que R$ 800 mil. E este processo todo que foi construído lá numa dispensa de licitação, voltada pra empresa Philips, ele não aconteceu por quê? Porque os setores competentes da Secretaria buscaram novos orçamentos que foram mais atrativos pro gestor público ou pra, pro ente público e foram adquiridos. E mesmo se trabalhando... e mesmo assim, e mesmo assim é um dos pagamentos que os senhores devem ter conhecimento que está aí com os senhores, de um pagamento que foi feito de forma antecipada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Então, ou seja, é o fato de nós termos lá, naquele momento, um contato do Secretário, onde nós tínhamos mais pessoas presentes, e a Márcia já deve ter citado pros senhores quem estava presente, é... com valor que foi, que foi apresentado necessariamente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...não quer dizer que aquele valor que vai ser acordado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário, o senhor está sentado ali conversando com o sujeito, no WhatsApp, lá do Rio de Janeiro: não, eu pago 165, eu pago 160.

O senhor em nenhum momento se preocupou em checar quem era essa empresa, quem estava falando com o senhor, qual o endereço, a quem ela representava?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Quem faz isso é a Diretoria de Licitações e Contratos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor não se preocupou com isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não. Quem faz isso é Diretoria de Licitações e Contratos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá, depois que não foram entregues os equipamentos, os equipamentos não foram entregues, quando é que o senhor tomou a posição? Quando é que o senhor soube que os equipamentos não foram entregues, os respiradores não chegaram... quando é que o senhor tomou posi... quando é que o senhor teve conhecimento de que os equipamentos não tinham sido entregues?

Página 529. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3410
Rubrica

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, a partir do dia 7, então, nós tínhamos o prazo, né, que era o prazo da primeira entrega dos sete... das... das cem unidades iniciais. Neste dia 7, é, eu recebi através do meu telefone, e está à disposição lá no Gaeco pros senhores analisarem se assim o quiserem, é... eu recebi um contato do Secretário Municipal de Saúde de Florianópolis, doutor Paraná, a qual relatava, ao qual relatava que tinha recebido um contato, uma... ou recebido uma ligação de uma empresa, que era uma empresa de, é... uma empresa que fazia câmbio e que estava recebendo um pedido de, de um câmbio de um valor significativo, dizendo que eram compra de respiradores pra Santa Catarina, é... e ele estava querendo confirmar com o Secretário se realmente essa informação era procedente.

Eu pedi pro Secretário então me encaminhar o contato desta empresa. Eu fiz contato com a empresa, e a empresa se identificou como a operadora de câmbio, é... dizendo que a empresa Veigamed, então, ela queria fazer realmente uma transação, é... uma operação de câmbio com eles, um valor alto, ã... eu perguntei pra empresa se ele já havia realmente feito a operação de câmbio, ele disse que não. Lembrando, que neste mesmo dia, e... é importante também destacar, está no meu depoimento lá do Gaeco, neste dia 7, pela manhã, por volta das 11 horas, eu fiz o contato com o Fábio, a Márcia me passou o contato do Fábio, que era... então se dizia o representante da empresa Veigamed, perguntando pra ele através do WhatsApp: e os nossos respiradores, quando chegam?

Ã... ele me apresentou, é, um prospecto de um outro respirador, um Invoice, né, que seria o prospecto desse outro respirador. Eu disse pra ele que: olha, esse equipamento não é o que você nos vendeu. Encaminhei pra ele a foto do respirador que ele nos vendeu com o descritivo técnico. Ele me disse que... ã... naquele momento, é, enfim, que ele ia... até tem dois áudios desta conversa, é, onde ele disse que: Não, estamos providenciando, estamos providenciando. E a partir de então ele não me dá mais retorno. À tarde, isso dia 7 à tarde, eu tenho esse contato, então, com o Secretário Municipal de Saúde, com essa operadora de câmbio e faço contato com a operadora de câmbio. A operadora de câmbio ela me diz que não fez a operação de câmbio, ou seja, é... aquela operação ela não se materializou. Então eu oriento, a orienta... a... a... a operadora de câmbio pra que não faça então esta operação e no dia seguinte, ou melhor, nesse mesmo dia eu já oriento a Márcia, através de WhatsApp, a conversa está meu telefone de... deve estar no telefone dela, orientando ela pra que o pro... que seja notificado a empresa pra que o processo seja... ou pra que seja estabelecido, é, o processo legal de devolução do recurso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não procurou a PGE?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Procurei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Naquele mesmo dia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, naquele mesmo dia não. O que nós tivemos, então, foi a notificação no dia 8. A partir do dia 8 nós tivemos, então, uma notificação, é, pra empresa. E o senhor como advogado sabe que nós temos um prazo legal, correto, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não sei, (*ininteligível*).

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – É, esse prazo, esse prazo legal que é estabelecido aí que todas as empresas elas têm o direito de representar as razões de defesa dela...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – (*Ininteligível.*)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ...essa, essa notificação ela finalizava então o prazo de entrega no dia 16 de abril. No dia 15 de abril, no dia 15 de abril eu me dirigi à Procuradoria-Geral do Estado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas...

Página 530. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Na procu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário Helton...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Posso terminar, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não. Eu já compreendi...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não, o senhor não compreendeu ainda...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ...que eu vo... (*ininteligível*) eu tenho uma informação importante aqui pro senhor ...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu já compreendi...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ...tenho uma informação importante pro senhor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, então, ótimo. Vamos ver.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Vamos lá

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se é importante vamos ouvir.

(*O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone: "Deixa ele concluir."*)

Ótimo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Vamos lá, por favor.

É... no dia 15, então, eu me dirijo à Procuradoria-Geral do Estado, nós apresentamos a situação desses respiradores. Lá nessa reunião nós temos o procurador-geral do Estado, nós temos o subprocurador, tínhamos mais um procurador e o meu consultor jurídico que também era um PGE, que é um procurador-geral do Estado, é... desculpe, um procurador de Estado.

Ã... então nós apresentamos a situação de que a empresa ela vinha ao longo dessa semana apresentando algum documen... alguns documentos dizendo que ela iria entregar, é... que taria com dificuldade de cuid... de... importação dos equipamentos, enfim, apresentando um arrazoado de informações. Até então, ela não apresentou ain... não havia apresentado ainda a contranotificação que ela recebeu no dia 8. E dentro da PGE, nós recebemos uma orientação: olha só, como nós temos uma empresa que ela demonstra, é... através da su... dos documentos que ela vem encaminhando, que ela está fazendo a tramitação desse processo, que nós temos um prazo que ele se finda lá no dia 30 de abril, é... o primeiro prazo venceu, mas ela tá apresentando informações de que ela está tendo dificuldade, esse prazo vence no dia 30 de abril, é... nós entendemos então que nós precisamos, é... acompanhar esse processo até o dia 30 e se até o dia 30 não acontecer a entrega dos equipamentos, que se instaura os procedimentos adequados. É, isso aconteceu. Está no meu depoimento, inclusive... no Gaeco.

Ã... então a partir daí, no dia 16 a empresa nos faz a resposta da contranotificação, onde a empresa ela apresenta algumas informações, é, que são inverídicas. Ela diz que o Secretário de Estado pediu pra trocar equipamento, modelo de equipamento. Eu não tenho capacidade técnica pra isso, eu não... sequer eu conhecia o modelo Shangrila 510.

É, a empresa, é... ela diz que porque houve um erro, enfim, da Secretaria de Estado da Saúde, que o modelo, que havia sido adquirido, não é um modelo invasivo. O que também não é uma verdade. O modelo e descritivo que nós temos na proposta é um modelo invasivo, sim. Ã... e apresenta então, é... essa informação. Essa informação ela é passada ou ela é repassada pra Superintendência de Gestão Administrativa que pede um parecer do setor de engenharia clínica, que vai compe... que vai comparar esses dois processos, é... pra verificar se o equipamento ele é compatível ou não. É... obviamente, que nós tivemos aí um

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3411
Rubrica

Página 531. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

parecer, é... os senhores também já ouviram aqui do Wagner, dizendo que precisaria de uma banca, né? É, desse... de avaliação pra verificar se os equipamentos são compatíveis ou não. E nós temos inclusive dentro do próprio processo, é... lá na página... (*consulta documentos*) 192, um documento da superintendente de Gestão Administrativa, onde ela destaca, é que... (*lê*) enfatizamos a necessidade de avaliação criteriosa imediata da área técnica de engenharia clínica e intensivista desta Pasta, quando do momento do recebimento das peças. Qualquer divergência ou não conformidade dos equipamentos deve ser comunicado oficialmente ao núcleo de penalidades da Diretoria de Licitações desta Superintendência, é... para os procedimentos cabíveis.

Então, ou seja, nós temos uma engenharia clínica que disse que precisaria ser montado uma banca e nós temos uma superintendente que diz que essa banca ela deve ser montada no momento da entrega. Isso está no processo, página 192.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu entendi Secretário, Helton.

É o seguinte, o senhor sabe que nem a Secretaria da Saúde nem a PGE, ninguém tomou nenhuma providência para tentar bloquear o dinheiro, que o bloquear... o dinheiro, que foi bloqueado, foi [bloqueado] através de uma ação popular de um Deputado, o Deputado Bruno Souza. Ele que ajuizou a ação popular - aliás, até nós estávamos trabalhando nesse sentido também -, ele conseguiu bloquear os R$ 500 mil, quase 500 mil, na conta da Veigamed e depois bloqueou-se quase R$ 11 milhões de outra conta.

(*O advogado Noel Baratieri conversa com o depoente fora do microfone.*)

A Secretaria... nem a Secretaria, nem a PGE, nem ninguém tomou nenhuma providência, nenhuma medida judicial. Enquanto isso a empresa foi ganhando tempo para desviar o dinheiro, para o dinheiro desaparecer.

Os senhores não tomaram... o senhor não tomou nenhuma medida? Não falou para a Procuradoria: Entra com uma ação! Bloqueia o dinheiro! Tenta resgatar!

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Foi o que eu fiz dia 15, Deputado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ...eu estive na Procuradoria-Geral do Estado justamente pra que nós impetrássemos uma ação e a própria Procuradoria orientou que nós aguardássemos até o dia 30.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então a Procuradoria... o senhor tem esse documento? É verbal, como é que é?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – É verbal. Estava o... o superin... estava o procurador-geral, o subprocurador e o meu consultor jurídico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, eu queria (*ininteligível*), é que quanto mais a gente ouve, né, mais impressionado a gente fica (*ri*). O senhor me desculpa, eu não gosto de fazer isso, mas....

Eu queria o vídeo 1.

(*Procede-se à exibição do vídeo.*)

(*O advogado Noel Baratieri conversa com o depoente fora do microfone.*)

Bom, nós estamos tentando descobrir aqui qual forte foi a participação do ex-Secretário Douglas Borba, porque já se sabe que foi o Douglas que indicou o Leandro; nós temos mensagens de WhatsApp dele para a Márcia; agora o senhor disse que foi o Douglas que apresentou o Leandro. Eu queria que o senhor explicasse para gente qual foi essa apresentação, que nível que foi isso, como é que foi?

O Douglas falou para o senhor: Olha, vou apresentar o Leandro... Como é que foi isso aí?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, com relação à... ao Douglas, ou melhor, com relação ao Leandro a informação que eu tenho, a informação que a própria

Página 532. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

servidora Márcia me passou, ela... ela me informou que a empresa Veigamed ela foi encaminhada, é... através de um contato telefônico via WhatsApp pra ela, via Secretário, Douglas Borba. É, o Douglas me pediu, em certa, em certo momento, eu não sei recordar exatamente o dia, o contato da Márcia, é... que era responsável pelo nosso setor de compras. Eu passei, a partir de então acredito que ele deva, que ele tenha iniciado esse contato com ela. A Márcia, é... me... me relatou que ele fez, então, o encaminhamento da Veigamed, isso tá no telefone dela, inclusive.

É... o Leandro é um outro, é... é um outro fornecedor, né, que é encaminhado também, ou facilitador, né? Como ele... ele se diz, né? É... que é encaminhado também pro telefone da Márcia através do Douglas Borba. É... eu fiquei sabendo, é... logo após disso também que o Leandro acabava... teria um histórico dentro da Secretaria de ter sido um superintendente de planeja... planejamento de gestão, enfim, mas não foi na gestão atual, mas que já havia passado pela Secretaria. É... e o Leandro, inclusive ele é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Senhor Presidente...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ...o Leandro, inclusive, ele é o... a pessoa que chancela, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Quero fazer uma questão de ordem para nós nos entendermos, Deputado Ivan.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Quando nós vamos falar em Leandro, seria bom que se falasse o nome e o sobrenome, porque nós estamos com dois, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ah, sim. O Leandro Barros, o advogado.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, o advogado, Leandro Barros.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado, Deputado.

Leandro Barros, o advogado

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Obrigado, Deputado Sopelsa.

É, então, o Leandro Barros, ele foi então, é... encaminhado, apresentado, é, pra Márcia através do telefone ou através do Douglas Borba, por via telefone, via contato de WhatsApp, isso está no telefone dela. É, ele é a pessoa, inclusive, que chancela a empresa Veigamed, né? Tinha um dado momento, em que ele confirma, é, que a empresa ela vai entregar os equipamentos, enfim. É, como já foi colocado aqui também pelos senhores, né? É, simplesmente ele recebe ligação de alguém que pede pra ele ligar pra Secretaria, ele faz contato com a Secretaria, simplesmente no sentido de: olha, não se preocupe que vai ser feita a entrega dos equipamentos.

É... uma relação muito... é, muito estranha, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Douglas Borba, ele conversou...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...com o senhor sobre o Leandro?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Falou: Ó, o Leandro vai atender...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, comigo não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque o Leandro, o Leandro Barros...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - Fls. 3412 Rubrica

Página 533. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...ele está envolvido nos três procedimentos que deram problemas...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...os hospitais de campanha, os EPIs e os respiradores.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nos três ele está envolvido.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E já se sabe, por exemplo, que ele foi uma indicação do Douglas Borba. O Douglas conversou com o senhor...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...sobre isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – E também nunca conversei, né? Pra de... deixar bem destacado, o próprio Leandro falou, né, aqui nesta Casa uma inverdade dizendo que eu liguei pra ele, é... referente aos EPIs. Eu nunca liguei pro Leandro, o meu telefone tá à disposição. É... dizendo inclusive que eu pressionei ele pra que o processo dos EPIs andasse, eu não fiz contato, nunca fiz contato com o Leandro. É... o meu telefone tá à disposição dos senhores pra que os senhores possam verificar aí, quebra de sigilo telefônico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele disse que conversou pessoalmente com o senhor.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não conversou comigo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A minha última intervenção, quando o senhor já... quando abriu a licitação já estava escolhendo... a licitação não, a compra direta no dia 22 ou 3 a empresa já estava escolhida, era a Veigamed, já foi escolhido, trocou... o Deputado aqui, Milton Hobus... nós temos a documentação, inclusive trocou de fornecedor, ele usou o nome, depois colocou outro nome.

No dia 22 já tinha escolhido a Veigamed, o senhor sabia disso? Que a empresa já estava escolhida para a compra (*ininteligível.*)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Dia 22?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – 22, 23, 24.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu tenho um processo que é o trinta... esse 37070, ele foi autuado dia 26.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas a Márcia tem... tem conversa sobre os respiradores...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...no celular dela...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não tenho... conhecimento do dia 22.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ela não conversou com senhor sobre isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ninguém conversou como senhor sobre isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, na verdade, o que nós tínhamos, Deputado, é... só pra gente também não criar uma falsa sensação de que... é... vai se criando um clima de que o Secretário não sabia das coisas. O que nós tínhamos, é... é justamente uma necessidade de aquisição. E nós tínhamos, sim, uma necessidade de

Página 534. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

aquisição de pelo menos 300 respiradores, por quê? Porque nós trabalhávamos com a lógica de que - e até hoje se trabalha, acredito, dentro da Secretaria - nós precisamos instalar setecentos... um número, enfim, cabalístico, 713 leitos novos de UTI dentro do Estado. Alguns leitos, nós conseguimos ampliar baseado em desativação de centro cirúrgico, onde a gente vai lá e pega aquele... aquela máquina chamada máquina do anestesista e tu coloca como respirador. Alguns hospitais tinham respiradores que poderiam ativar novos leitos, mas isso nos dava uma quantidade muito limitada de (*ininteligível*) de máquinas.

Então, ou seja, foi definido que nós precisávamos comprar respiradores. A partir daí esta demanda ela é encaminhada para a Superintendência de Gestão Administrativa, que é a estrutura competente pra buscar os fornecedores, pra fazer a instrumentalização de um processo, para que nós possamos dar início à compra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, abriu dia 22...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...o senhor teve conhecimento quando?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não abriu dia 22, abriu dia 28, documentalmente, mas dia 22 já estavam conversando sobre compras dos respiradores.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o senhor não participou desse processo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nada? O senhor não sabia de nada?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não. Não participei, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas vocês não decidiram comprar os respiradores, Secretário?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Mas, Deputado (*ri*), quando eu digo assim ó: eu preciso comprar cinquenta respiradores. Eu não vou dizer quem é a empresa, qual é a empresa, qual é o preço, porque compram, onde é que ela tá, se ela é... não sou eu que faço isso, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu sei, mas o senhor não conversou? Ó, vamos comprar.

Saiu uma instrução normativa dia 22, a Márcia já explicou isso aqui para gente, foi... saiu essa instrução normativa, começou o procedimento...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...de compra, começaram a comprar outros respiradores, compraram respiradores da Eireli, né? Da empresa...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Edera.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Edera.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Compraram respiradores, certamente o senhor teve conhecimento disso.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas é impossível. O senhor não conversou com o (*ininteligível.*)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O senhor, o senhor está falando da Edera, qual é o valor da compra da Edera?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não...

Página 535. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3413
Rubrica

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Qual é o valor da compra, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Qual é o valor? É abaixo de 5 milhões?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não pergunta para mim, quem faz as perguntas aqui sou eu...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – É abaixo de 5 milhões?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hã?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Se é abaixo de 5 milhões, ela tem uma delegação pra fazer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas eu estou falando da epidemia, Secretário...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Mas eu tô falando pro senhor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...nós estamos vivendo o processo da epidemia...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Mas eu tô falando pro senhor que existe uma delegação para isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá bom, eu já compreendi.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Hum!...

(*O advogado Noel Baratieri faz sinal de positivo para o depoente.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu só queria encerrar com o vídeo 17, aquele que não passou, se o senhor confirma isso aí.

(*Procede-se à exibição do vídeo.*)

(*O advogado Noel Baratieri conversa com o depoente fora do microfone.*)

O senhor gostaria de fazer alguma correção com relação ao seu depoimento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Como assim?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor ouviu bem o que o senhor disse?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que não foi o senhor, que foi ele etc.

O senhor gostaria de corrigir, fazer alguma explicação. O senhor já falou disso aqui antes, mas eu queria dar a oportunidade, depois do senhor ouvir, de fazer algum outro esclarecimento, além do que o senhor disse ali naquele...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...naquele vídeo. O senhor confirma exatamente que foi aquilo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu confirmo que o que nós tivemos foi uma dispensa de licitação, baseada num parecer jurídico, uma autorização de fornecimento que não se falava em parece... em pagamento antecipado.

Esse pagamento antecipado não foi autorizado por... portanto. Que nós tivemos dois processos que foram abertos pra pagamento, dois processos que foram instrumentalizados a mesmo formato como os demais, as demais DLs abaixo de 5 milhões que os senhores devem ter conhecimento, que aconteceram.

Ele inicia com a comunicação interna da Márcia solicitando pagamento. A nota fiscal, onde a Márcia... a nota fiscal onde a Márcia ela assina essa nota fiscal, e quem disse isso não fui eu, quem disse isso é a Débora Brum, que era assistente direta da Márcia, os senhores podem consultar ao... ao depoimento dela lá no Gaeco, onde ela disse que o

Página 536. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

formato foi feito nes... nessa forma. Antes dela fazer a abertura e a autuação de um processo ela perguntava pra Márcia: Posso encaminhar pra pagamento? A Márcia respondia que sim.

Então, a partir nesse momento ela autuava o processo e ela encaminhava a nota fiscal para assinatura da Márcia. Uma vez assinada a nota fiscal, que é o de acordo pra pagamento, ela faz inserção, ela fazia inserção desse procedimento no Sistema Sigef.

Inclusive, existe uma... uma confusão, né, que foi criada aí, no sentido de que: Ah, eu não tenho senha do Sigef, eu não faço, eu não consigo fazer pagamento no Sigef. Na verdade, a pessoa que faz a autorização está lá identificada, e nós temos uma outra servidora que faz a inserção, que normalmente é aquela que tem a senha. Mas por que que ela faz isso? Porque, anteriormente a este processo, ela tem uma nota fiscal, onde existe uma assinatura eletrônica do servidor. Essa assinatura eletrônica ela é intransferível, quem faz é aquele que tem a senha.

Então, a partir do momento, isso quem faz... quem está falando não... não sou eu, quem está falando isso é a Débora Brum no seu depoimento. A partir do momento que a, que a nota fiscal, emitida, ela é assinada, eu posso inseri-la ou fazer a inserção dela no Sistema Sigef e a partir daí segue o rito de pagamento.

Então o que aconteceu no caso dos 33 milhões, que são dos respiradores, dos duzentos respiradores, assim como nos oito ou nove processos que nós temos aí de pagamento antecipado, foi justamente o mesmo processo.

Nós temos... e, e pra ser um pouquinho mais... detalhista, a comunicação interna é a mesma, da mesma data, 20 de março, em que a própria servidora Débora Brum ela disse que deixou guardada na sua máquina, ela simplesmente, ela inseria a peça depois da autuação e logo em seguida vinha a nota fiscal.

Então, todos os processos, se os senhores tiverem, é... o cuidado de perceber a data, todos datam no dia 20 de março, a comunicação interna assinada pela servidora Márcia Pauli.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado... ex-Secretário Helton, o senhor teve os bens bloqueados pela justiça. Que bens foram bloqueados do senhor?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Excelente pergunta, Deputado. Está se... se fomentando aí que foram bloqueados 30... até 32,5 milhões de bens do Secretário de Estado da Saúde. É... os meus bens não são segredo, eu tenho uma casa e tenho um carro, é isso que nós temos bloqueado. E obviamente as contas bancárias, né? Que os senhores sabem aí que também houve a determinação, é, judicial. Eu não tenho nem, nem perto, né, de R$ 32 milhões, mas o que se fomenta aí, infelizmente, é que através dos meios de comunicação, é que até 32 milhões do Secretário, do ex-Secretário de Saúde foram bloqueados. Eu tenho uma casa e um carro e as contas bancárias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A quem o senhor atribui a culpa desse processo todo. O senhor atribui a culpa a quem? Quem foi culpado desse processo?

(*O advogado Noel Baratieri conversa com o depoente fora do microfone.*)

O senhor tem condição de apontar, é um processo...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O que eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...de muitas pessoas?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O que eu, o que eu posso dizer pros senhores aqui enquanto... é... a pessoa mais interessada, a pessoa mais interessada de que a verdade apareça. É o que eu posso dizer pros senhores.

Nós temos toda uma estrutura que foi criada dentro da... da Secretaria de Estado da Saúde de blindagem de processos. Quando lá nós chegamos o... o Fundo Estadual de Saúde

Página 537. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3414
Rubrica

tava submetido à Superintendência de Gestão Administrativa, o que dentro do... do ato administrativo é uma inconformidade, quem compra não paga.

A reforma administrativa, quando passou por esta Casa, uma das coisas que foi criado dentro da Secretaria de Estado da Saúde, foi justamente isso, a Coordenação do Fundo Estadual de Saúde queria tratar com todo financeiro da Secretaria.

Nós temos estruturas, que são estruturas, que são competentes pra fazer compra e nós estamos falando de compras... de grande volume, R$ 800 milhões, somente em 2019. Nós temos o orçamento projetado aí, é, pro ano de 2020, de mais de R$ 4 bilhões. Então é uma Secretaria com volume de recurso muito grande.

É, quando nós temos esse processo desenhado dentro da Secretaria, isso, é... as estruturas elas estão devidamente organizadas. Nós temos obviamente também, os senhores sabem que todos os servidores ou todos os gestores têm essa possibilidade, inclusive por normativa legal, de fazer a delegação de poderes. Quando a gente delega poder, é... pra determinadas pessoas obviamente que nós estamos... é, encaminhando pra essas pessoas também uma coisa chamada de responsabilidade pelos atos praticados, né? Então, ou seja, nós tivemos aqui uma sequência de... inconformidades que aqui aconteceram nesse processo e que acabaram culminando com essa fatalidade ou com esta inconsistência chamada de pagamento antecipado.

Nós tivemos erros que podem ser apontados lá na Diretoria de Licitações e Contratos. Nós tivemos aqui o Carlos Campos Maia, né? É, que diz ou que relata que: Ah, não, é, o responsável pelo pagamento é o Secretário de Estado e o Adjunto. Né? Ele foi... ele foi taxativo aqui quando ele falou.

A pergunta é, é... em que momento aconteceu isso, Carlos? Em que momento? Quando aconteceu isso? Até porque, é... ele usou uma máxima aqui pra todos os senhores e todos os senhores ouviram de que ele recebia ordens, né? Isso ele falou aqui. Ordens de quem? Não adianta... eu poderia chegar aqui e contar milhões e milhões de temas pros senhores, mas a gente tem que identificar as pessoas. Ordem de quem?

É, então nós temos ali uma inconformidade, é... onde ele diz que os orçamentos vinham, por exemplo, é... do Coes. O Coes fazia seleção dos orçamentos e encaminhava, é... lá pro setor de licitações e contratos. Quando nesse processo, em específico, os senhores, é... já tiveram acesso a esse processo, o segundo orçamento que foi incluído, que é da empresa MMJS, foi inserido pelo Carlos, Diretor de Licitações e Contratos. Então, como ele, enquanto diretor, ele insere uma peça ao qual ele não conhece? É... então nós temos um processo, que lá na Diretoria de Licitações e Contratos, ele já foi atrapalhado.

Bom, vem pro gabinete, o gabinete faz a assinatura, enfim, como rito... rito normal e a partir deste momento, a partir deste momento nós temos um processo que... deveria seguir o rito normal, que é o quê? Uma empresa ela vai me fazendo entregas, a partir do momento que ela feito a entrega, alguém confere esse equipamento que, é, neste caso específico, ele seria depositado lá no nosso centro de distribuição, localizado aqui na... é... em São José, faz-se a conferência, a pessoa que confere certifica, assina essa nota fiscal, ela certifica e encaminha pra pagamento.

Só que nesse processo e nos outros nove, enfim, que aconteceram, que eram abaixo de 5 milhões, nós tivemos um *modus operandi* que foi montado justamente por quê? É... nós tínhamos, como já disse, um processo muito conturbado nas duas últimas semanas de março, onde os fornecedores começaram a, a... a tentar, é, avançar nesse processo de recebime... é, de receber antes de entregar o equipamento. Isso aconteceu em algumas sequências de processo que, que os senhores perceberam lá das dispensas, oito ou nove, salvo engano, é, que nós temos relação aqui. E nesse, em específico, também aconteceu, o servidor, né, a própria Márcia, ela... ela relata isso, que ela sofria uma necessid... uma, uma pressão do

Página 538. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

fornecedor, do Fábio, né, do Guasti, no sentido de: Olha, eu preciso pra garantir a compra, eu preciso pra garantir a compra, eu preciso.

Ã... e a partir daí aquele *modus operandi*, que já foi adquirido lá nos outros processos, também aqui foi estabelecido. Nós temos um pagamento que foi baseado numa certificação de uma nota, que foi encaminhado pro setor de... financeiro da Secretaria de Estado da Saúde, que emitiu uma ordem bancária e pagou.

É, então nós temos... é... se nós formos apresentar, buscar falhas nesse processo, Deputado, nós temos falhas desde a... da instrução do processo lá na Delic, até o nosso Fundo Estadual de Saúde que também fez o pagamento dessa nota, dessas notas, né, que são duas notas.

Então, ou seja, é... é... este processo todo, é, da forma que ele foi construído, e realmente nós estivemos, é... uma sequência de fatos que aconteceram e que... acabaram culminando nesse pagamento, que volto a dizer, né, em momento algum ele foi autorizado, nós não tivemos autorização em momento algum, diferentemente de outros processos. Se os senhores... é... buscarem nos seus... nos seus apontamentos, nós temos aí processos em que eu tenho a menção do pagamento antecipado na ordem de fornecimento. Então eu poderia, é, citar pros senhores, por exemplo, é... o processo que foi feito da aquisição dos cardioversores, onde a ordem de fornecimento 346, é colocado aqui um destaque: (*lê*) Importante, empresa solicita pagamento antecipado.

(*O depoente Helton Zeferino mostra o documento ao Relator.*)

Está no processo, tá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – A Veigamed exigiu o pagamento antecipado?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não, não, não. Isso aqui é um outro processo. Eu tô falando daqueles processos que foram estabelecidos no *modus operandi*, Secreta... o, Deputado.

Então, ou seja, em alguns processos inclusive era colocado, na ordem de fornecimento, pagamento antecipado, que é diferente da Veigamed. A Veigamed nós não temos em momento algum deste processo a referência, naqueles documentos que nós produzimos enquanto Secretaria, de pagamento antecipado. É, e obviamente que eu enquanto Secretário eu vou analisar o parecer jurídico, a DL e a ordem de fornecimento. Se em nenhum desses processos, eu tenho a... a fuga da normalidade não se... subentende-se, né, que daqui pra frente ele vai seguir o rito normal da Secretaria, que é o de pagamento em até trinta dias após a entrega.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário, eu queria conversar com senhor sobre o processo da Intelbras, sobre outras questões, mas vou deixar para os meus colegas, para que eles conversem um pouquinho com senhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Bom, ex-Secretário Helton e os doutores que acompanham também, boa noite.

Primeiro, Helton, quem definiu, a questão dos respiradores, né, os equipamentos, a quantidade, o tipo de equipamento, a quantidade que deveria ser adquirida?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, é, com relação à quantidade... o senhor fala num todo, né, Deputado? No todo, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – É, a quantidade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – É, quem que define: olha, precisamos de respiradores, duzentos, que sejam desse tipo, dessa...

Página 539. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3415
Rubrica
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Perfeito.

Então nós, nós, nós temos, nós temos dentro da Secretaria de Estado... ou foi estabelecido, dentro da Secretaria, o Centro de Operações de Emergência em Saúde. Esse... é, centro de operações dentre as atribuições era fomentar as necessidades que nós tínhamos de aquisição de insumos e equipamentos.

É... especificamente com relação aos leitos novos de UTI, especificamente com relação aos leitos novos de UTI, quem fez a, o dimensionamento de todos os leitos, que seriam instalados dentro do Estado, foi o meu Adjunto, Secretário... o atual Secretário de Estado da Saúde, o André Motta, onde ele chegou neste quantitativo dos 713 leitos. É... alguns deles nós já tínhamos, naquela época, a ideia de que nós conseguiríamos avançar, justamente naqueles equipamentos que já estavam disponíveis ou no... na realocação de equipamentos de anestesia, mas eminentemente nós precisávamos comprar equipamentos pra que a gente pudesse chegar nos... 713 leitos. Então a partir desta necessidade, é... de leitos novos de UTI dentro do Estado de Santa Catarina, nós entregamos essa necessidade pra Superintendência de Gestão Administrativa pra que ela pudesse buscar através dos fornecedores, é, equipamentos pra compra.

Sempre lembrando que as propostas que chegavam à Superintendência de Gestão Administrativa, elas eram avaliadas por um engenheiro clínico. Por que o engenheiro clínico? Porque ele tem *expertise*, é... de analisar os equipamentos que eram entregues e, obviamente, no que diz respeito à Covid-19, nós tínhamos alguns quesitos que já eram específicos do que diz respeito à ventilação dos pacientes. Ou seja, o equipamento, o respirador, ele precisa... precisaria ter algumas características, ã, pra que nós tivéssemos a certeza de que eles iriam ventilar adequadamente os, os... pacientes, motivo pelo qual, inclusive, é... a própria Márcia coloca isso nas declarações dela de que algumas ou várias propostas foram, é, canceladas justamente porque os equipamentos não tinham capacidade técnica de atender um paciente Covid-19.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Quem fechou a negociação com a Veigamed? Que encerrou o processo: ó, está batido o martelo, é isso, o valor é este.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, é, com relação à Veigamed, nós tivemos então aquela ligação a qual eu participei, é... eu não sei precisar exatamente o dia, mas obviamente é anterior, né, a... eu acho... é... a última semana de março, não saberia dizer pro senhor qual o dia exato. É, onde nós tivemos ali uma tentativa de redução do valor final, é... por unidade de equipamento. Naquele momento ali nós chegamos a um valor de R$ 165 mil, onde a empresa dizia que ela não poderia, é, diminuir esse recurso ou diminuir o valor de cada equipamento.

A partir daí, a partir daí, é, nós não temos, isso é importante destacar, por isso eu trouxe aquele exemplo da Philips, né? Nós não temos a obrigação de comprar com a Veigamed. É... a partir daí nós temos, é... a instrução do processo. Então ele vai pra Diretora de... é, Licitações e Contratos, onde lá nós temos toda a parte legal, que é envolvida no que diz respeito às certidões, certidão de negativa, enfim, documentos da própria empresa, proposta da empresa, obviamente, né, devidamente analisada, até porque naquele momento eu precisava que o... é, naquele momento não, não, se falava, por exemplo, um engenheiro clínico dando o seu parecer, e ele precisava dar o parecer com relação ao equipamento.

Ã... e, obviamente, a partir daí nós temos toda a instrução com relação ao orçamento, com relação à parte documental, é, e uma vez que prosperou aquela proposta como a mais adequada considerando, né, os orçamentos que foram apensados no processo, é, essa proposta ela seguiu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E quem certificou o recebimento dos aparelhos?

Página 540. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Ser... pelo que nós temos nos autos, dos dois processos de compras, a servidora Márcia Pauli.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Foi ela?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim. É o que está no registro no, no, no sistema de gerenciamento de processos eletrônicos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Quem assinou que recebeu os equipamentos?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Quem certifica a nota.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Mas...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Essa é a lógica, né? A pessoa que certifica a nota, ou seja, que co... que coloca o, a sua assinatura na nota é aquela que atesta que aqueles equipamentos receberam e chegaram.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E quem paga é o mesmo que certifica?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não. Quem paga é o cons... é o Fundo Estadual de Saúde. Então, ou seja, a partir do momento que eu certifico uma nota, essa nota ela tem assinatura de um servidor do Estado, ela é inserida, esse processo, num Sistema Sigef, que é da Fazenda. Esse Sigef, ou seja, enfim, são, é... processos que a Fazenda exige de... pra com relação ao pagamento. Ele segue, é... pra nossa gerência, é... financeira e nessa gerência financeira é analisado, enfim, se a nota ela está de acordo com o processo, se tem alguma inconformidade e a partir daí essa gerência, com o aval, obviamente, do Coordenador do Fundo Estadual de Saúde, que tem a delegação de ordenador primário, é... do Fundo Estadual de Saúde, é, ela é encaminhada através de ordem bancária pra pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Tá, mas e por que a Márcia alega que o setor dela não é responsável por isso, ela só faz o processo, tem um estágio antes e tem estágio depois dela.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Mas em que sentido, Deputado? De pagamento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Também do pagamento.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, quem faz o pagamento é o Fundo Estadual de Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Que seria...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Mas ele faz...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – ...a pessoa do José Florêncio?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – José Florêncio, isso, que é o coordenador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Mas ele só paga se tiver a autorização da Márcia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Ele paga baseado numa certificação de uma nota. Então o Fundo Estadual de Saúde ele confere se essa nota ela foi certificada. Se alguém disse que esse equipamento ele chegou, certificou a nota, incluiu no Sigef, encaminhou pra pagamento, o Fundo Estadual de Saúde pressupõe, é, que este equipamento ele está disponível, é, na Secretaria de Estado, enfim, no nosso centro de distribuição, e encaminha pra pagamento. Até porque nós temos um processo de dispensa de licitação, o processo licitatório que foi iniciado, é, justamente visando à aquisição daquele equipamento ou insumo.

Fls. 3416
Rubrica
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Página 541. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Bom, o senhor disse que não autorizou o pagamento antecipado...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – ...desse material. Mas chegou ao seu conhecimento alguma notificação, no dia do pagamento ou antes do pagamento, de que a empresa Veigamed não cumpriria com a venda que havia sido feita para o Estado?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – No dia do pagamento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – No dia ou logo após...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – ...de que a empresa não tinha autorização...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Pra mim?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – ...para vender esses equipamentos...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Pra mim, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – ...para comercializar... nada?

É...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Nós estamos falando do dia primeiro de abril, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – É no dia do pagamento da nota.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Foi feito para o dia do pagamento...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso, foi dia primeiro de abril. Não, para mim não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – O senhor tem conhecimento das declarações do senhor Rafael Wekerlin, de que no primeiro de maio ele desistiu da proposta, que havia feito em outra compra, porque solicitaram R$ 3 milhões em propina?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu tomei conhecimento através do áudio, enfim, do depoimento dele no Gaeco. Onde ele afirma que recebeu uma ligação, é... eu não consigo recordar agora o nome da pessoa que ligou pra ele, mas era a pessoa que tava fazendo intermediação, segundo ele, é... que solicitou realmente esse montante aí de R$ 3 milhões, é... pra pagamento, enfim, é... de uma comissão ou propina, ele não falou em propina, ele falou em comissão, né? É, mas tomei conhecimento através da... da visualização do... depoimento dele no Gaeco.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – O senhor tentou tomar alguma providência com relação a isso, de verificar, tentar investigar quem foi...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, na verdade... a partir do momento que ele fez o depoimento no Gaeco, inclusive, eu já estava afastado da Secretaria, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E por que só a Márcia foi afastada?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, é, por que só a Márcia foi afastada? Essa, essa, pergunta ela é... é, ela é bem, é... necessária a gente responder justamente por isso. Porque naquele primeiro momento nós tínhamos, é, a informação de que a Márcia havia feito as certificações desta nota em específico, é, motivo pelo qual

Página 542. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

inclusive nós tivemos aí uma sequência de fatos que aconteceram dia 22 de abril, é, foi instaurada uma sindicância na Secretaria pra apuração desta compra em específico. É... este processo ele... ele foi instaurado lá através do processo 49.615/2020 da Secretaria. Então, instauração de uma sindicância pra apurar a compra destas... desses respiradores.

No dia 23, que é uma quinta-feira e dia seguinte, é instaurado uma segunda sindicância pra apurar todas as compras que aconteceram durante a vigência do enfrentamento da epidemia, processo 49.954 da Secretaria de Estado da Saúde.

No dia 24, é, é feita, então, a solicitação da exoneração da superintendente Márcia, através do processo 50.629. É... só pra seguir... eu já, eu já finalizo aqui, mas só para seguir a sequência, Deputado.

No dia 28 e a semana seguinte, através do processo 51.724, é, eu solicito à Deic a instauração do procedimento policial investigativo. No dia 28 também eu respondo à Controladoria-Geral do Estado alguns pedidos de informação sobre o que nós tínhamos feito a respeito desse processo. Lá eu respondo dizendo que nós instauramos sindicâncias, que já pedimos inclusive uma investigação pela própria Deic. Ã... e inclusive, solicito à Controladoria-Geral do Estado que estabeleça um processo de auditoria preli... de, de investigação preliminar através de seus auditores deste processo também específico.

E no dia 29 de abril, é... eu também encaminho informações através do processo 53.359 pra Procuradoria-Geral do Estado, relatando, é, todas as ações que foram adotadas com relação a esse processo e também solicitando à Procuradoria-Geral do Estado que adotasse as medidas cabíveis com relação à proteção do Estado.

Ã... com relação a Márcia, é... a exoneração da Márcia, porque naquele momento nós tínhamos o indicativo de que a Márcia ela participou desse processo de autorização do pagamento antecipado, mas obviamente que eu acredito, é, que com o passar dos dias, é... nós provavelmente, na Secretaria de Estado, teríamos o afastamento de mais servidores, provavelmente, é... mas sempre lembrando, né, que na semana seguinte, no dia 30, eu solicitei a minha exoneração ao Governador do Estado, justamente pra que nós não tivéssemos esta... é, interferência ou possível, é, ideia de interferência do Secretário de Estado, que foi a mesma lógica que nós tivemos pra secre... pra superintendente de gestão administrativa Márcia, pra que ela não estivesse à frente da Pasta, justamente que a Pasta em que estaria sendo analisada, investigada aí no que diz respeito à sindicância e também dos procedimentos policiais que foram solicitados.

É... mas se nós trabalhamos dentro da mesma, da mesma lógica, Deputado, de... que nós tivemos inclusive, é... da Assembleia, a própria Assembleia pediu o afastamento do Secretário, né? Nós tivemos este documento que foi emitido e aprovado aqui dentro desta Casa Legislativa, do Secretário tão somente.

Então nós não tivemos nenhum, né, não foi da equipe de compras, não foi da... foi do Secretário. Então, a lógica que foi adotada foi a mesma lógica que foi estabelecido dentro dessa própria Casa no sentido de que aquele que é o... o gestor ou o responsável pela equipe, ele seja afastado até que a gente tenha claridade de avaliar os processos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Então, na verdade por todos os procedimentos de investigações internas, que vocês fizeram, por todo o levantamento se chegou - a área, a pessoa da área técnica que operou isso tudo - ao nome da Márcia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, porque nós tínhamos os processos, então a gente começa a catalogar os processos e verifica-se que... ela tem, né, é... nos processos de pagamento, especificamente, nós temos aí um documento, que é uma comunicação interna, que é assinado por ela, que eu volto a repetir, é lá do dia 20, que ela usou em todos os processos de pagamento e a certificação da nota fiscal especificamente das duas, ou seja, a assinatura na nota fiscal é da Márcia.

Fls. 3417
Rubrica

Página 543. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Muito bem. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Obrigado, Deputado Fabiano.

Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Ex-Secretário Helton Zeferino, senhores advogados... buscar esse... ser bastante objetivo e na medida do possível eu gostaria também que suas respostas fossem objetivas. Fiz uma série de apontamentos, de anotações e muitas já foram feitas pelo Relator, e já foram respondidas. Então eu vou poupar de repetir esses questionamentos.

Qual é a rotina normal de recebimento e certificação de notas fiscais na Secretaria da Saúde? Depois de certificadas as notas, para que setor elas são encaminhadas?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, rotina normal de certificação de nota... recebimento de equipamentos e insumos. A rotina normal, é... a, se nós estamos falando de insumos, é... normalmente eles são recebidos pelo nosso, é... são recepcionados pelo centro de distribuição da Secretaria de Estado, que é o nosso almoxarifado. Lá nós temos, ã... servidores que lá inspecionam esses insumos, conferem esses insumos e recebem esses insumos. Se são equipamentos e eles são solicitados por alguma unidade hospitalar, esse equipamento ele vai pra unidade hospitalar e lá a unidade hospitalar que solicitou o equipamento, confere, recebe e certifica a nota.

Neste caso que nós tínhamos um volume muito grande de equipamentos eles são distribuídos ou seriam distribuídos através do centro de distribuição. Então, ou seja, nesta compra que, que nós estamos falando dos respiradores, inevitavelmente quem deveria certificar esta nota deveria ser o centro de distribuição da Secretaria de Estado da Saúde, onde lá ele confere, verifica se está de acordo, ele certifica a nota, insere no Sistema Sigef e encaminha pro Fundo Estadual de Saúde pra pagamento. Essa é a rotina normal da Secretaria.

É normal a superintendente de gestão administrativa recepe... é... fazer a certificação de uma nota? Não. Isso não é normal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É, eu estranhei realmente essa, essa situação. Não é um...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...não é um procedimento comum esse...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não é um procedimento comum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ... o que aconteceu.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Qual a função do Coes? Ele foi criado especificamente em função da pandemia. Também não ajudou a desorganizar, segundo a depoente Márcia, a ida do Coes lá para a Secretaria de Defesa Civil? E com parte da estrutura da Secretaria da Saúde, contribuiu para desorganizado todo esse processo, porque ela perdeu muita mão de obra que ela tinha a sua disposição aqui e que lá ela, enfim, trabalhou muito mais por telefone, por WhatsApp, do que presencialmente com toda a equipe que ela tinha aqui. Ela reclamou dessa situação...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Disse que foi um equívoco a criação do Coes.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, é, com relação ao Coes, Deputado. O Coes tem a... é, tem por... é, competência precípuo, é, assessorar o governo do

Página 544. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Estado pra tomada de algumas decisões. Ele também faz a parte de análise técnica, ou seja, é... ele faz a prospecção de cenários, ele verifica o que que ele precisa ajustar com relação aos hospitais filantrópicos, o que é que ele precisa ajustar com relação aos Municípios, com relação à Atenção Primária, enfim, toda essa organização do processo de enfrentamento da pandemia dentro do Estado ela é dimensionada através do Centro de Operações de Emergência.

Esse Centro de Operações de Emergência, é, lá na sua portaria, é, de instalação, é... ele prevê que nós tenhamos aí representações das Superintendências, representações de algumas diretorias. Lá nós tínhamos representantes do Ministério da Saúde, através do superintendente local aqui de Florianópolis, lá nós tínhamos representantes do Cosems, que é o Conselho Municipal de Secretários Municipais de Saúde, em algum momento nós tivemos representantes, é, da Fecam, nós tínhamos, é, e sempre deixamos aberto a participação do Ministério Público, enfim, nós tínhamos uma série de pessoas que por lá trabalhavam.

E a decisão de instalação, é, do Coes, lá na estrutura da Defesa Civil, foi justamente pelas facilidades que nós tínhamos. Primeiro, de espaço físico, de termos as mesmas pessoas ou as pessoas que participavam do Coes no mesmo ambiente. Dentro da Secretaria de Estado da Saúde, nós não temos esse espaço físico, é, que poderia atender essa demanda, é, e obviamente também pela proximidade ali com as estruturas do GRAC, que é grupo de respostas, é... que é instalado na Defesa Civil onde lá muitas das nossas demandas também eram fomentadas através do próprio GRAC. É... mas é importante destacar que o Coes, enquanto estrutura, ele nunca definiu que quem deveria estar lá era o superintendente. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

Lá na portaria de... na portaria de... instalação do Coes ele fala em representante da Superintendência de Gestão Administrativa. Obviamente, que a Márcia entendeu que era mais adequado ela ficar mais próximo da estrutura, é... mas o que não impediria, até porque todos os servidores que nós tínhamos dentro das estruturas dos prédios da Secretaria de Estado da Saúde eles permaneciam fazendo as suas atividades é... de uma forma rotineira e normal como sempre fizeram.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O senhor falou que tinha a portaria de delegação de poderes para a CGA.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim. SGA.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — SGA. Além da SGA, há outros setores na...?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Todas as superintendências, todas as superintendências e a Coordenação do Fundo tinham delega... tinham portarias da delegação. Então, ou seja, eu delegava, por exemplo, a Superintendência de Regulação, quais são as atribuições que o superintendente deveria fazer com relação à parte de regulação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Valores até quatro mil... até 5 milhões...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não. Valores especificamente de compras com relação é somente SGA. As outras eram funções, não valores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Outro questionamento, depois de assinada a Ordem de Fornecimento 37070/2020, que foi a aquisição dos respiradores e/ou os referentes aos pagamentos, voltaram a ser encaminhados via SGPE para a máquina do Secretário para algum despacho?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO— Não. Na verdade, é... a partir do dia 30, a partir do dia 30 de março, esse processo ele não retornou mais ao gabinete do Secretário. Nós tivemos, inclusive, tramitações que é... ou pareceres jurídicos que foram

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CONTRATO
Fls. 3418
Rubrica

Página 545. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

estabelecidos pela própria DLIC onde ela, em determinado parecer é... é... concluído que deveria ser aplicado uma multa na empresa e a suspensão dessa... da permissão dessa empresa vender pro Estado e esta... o setor competente da DLIC, que é o setor de notificações, ele não... não instituiu a multa nem tampouco fez o processo de suspensão de fornecimento da empresa.

Então, existe um parecer, inclusive, que lá está, em que a DLIC, simplesmente, ela não fez a condução do processo baseado no parecer jurídico que foi emitido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Secretário, eu vou fazer uma pergunta: Tem fantasma na Secretaria da Saúde?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Fantasma?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Tem servidor fantasma na Secretaria da Saúde?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Que eu conheça, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Neste caso específico, tem fantasma?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, quando o senhor coloca fantasma, seria servidor que lá está lotado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Seria alguém que não se vê, que não é de carne e osso... Parece difícil encontrar a verdade, taxativamente, quem pagou, quem certificou... O senhor tem a convicção, embora não tenha visto; às vezes há fé, não precisa ver, basta ter fé. O senhor, efetivamente, acredita que este servidor é de carne e osso e que ele existe. O senhor afirma isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — É... Deputado, o que nós temos aqui neste processo, e aqui não é a critério em fantasma ou não, nós temos fatos. Os fatos são que nós temos uma nota que foi certificada, essa nota certificada ela tem identificação de quem certificou, em que data, em que horário certificou; nós temos um processo que foi gerado de encaminhamento de pagamento, que também foi gerado e encaminhado pelo mesmo servidor; nós temos um processo de dispensa de licitação de ordem de fornecimento que não fala em pagamento antecipado, ele fala em pagamento em trinta dias, que é o normal da Secretaria. Então, ou seja, é... nós temos muita claridade nesse processo do que aconteceu. O que nós estamos buscando aqui efetivamente é afirmação de que a ordem foi dada por alguém, quando nós temos aqui um processo que não se estabeleceu no 37070 - nós temos oito ou nove processos que seguiram o mesmo rito, com processos abaixo de 5 milhões e que aconteceram da mesma forma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Em nenhum momento lhe despertou, pelo menos, a curiosidade como o Secretário da Saúde?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O senhor está nos respondendo aqui.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Esses argumentos, será que eles serão aceitos pelo Tribunal de Contas, pelo Ministério Público? Não lhe causou durante o processo a curiosidade de conhecer melhor. O senhor teve uma confiança extrema na sua equipe, sendo o coordenador primário. Não foi um pouco temerário essa confiança nesse fluxo em se tratando especialmente... Claro que todo valor, independentemente do valor, é recurso público, mas um montante tão expressivo como esse o senhor não teve o cuidado de acompanhar, de conhecer a empresa... Espera aí. Mas será? Embora eu tenha...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, o que eu posso dizer pro senhor de uma forma... de uma forma muito... muito objetiva, se o processo seguisse o seu

Página 546. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

ritmo normal, que foi através da ordem de fornecimento, nós não estaríamos aqui hoje. Nós não estaríamos. Por quê? Mesmo que a empresa ela tivesse sido é... Ou ela é inidônea, como já foi fomentada, não teria capacidade de entrega, enfim, se o pagamento não tivesse existido, o que nós teríamos aplicado na empresa é uma notificação. O que nós estamos fazendo aqui hoje e é o fruto desta CPI é justamente isso, é que nós tivemos neste processo - e aí se descobriu que não somente neste processo, nós tivemos outros processos em que o *modus operandi* foi o mesmo - nós tivemos uma solicitação de pagamento antecipado. Onde, inclusive, depois quando a gente começa a catalogar esses processos, nos termos dentro das peças é... a referência pagamento antecipado. Um instrumento que não existe dentro do Estado de Santa Catarina e dentro da legislação. Um instrumento que foi criado agora ou que foi... que surgiu no momento no enfrentamento da pandemia justamente nesse sentido de... de muita insegurança das entregas e de garantia de venda é... mas que, efetivamente, nós não teríamos.

Então, quando nós assinamos... vamos voltar ao ano de 2019, e não foram nem uma, nem duas, foram diversas licitações, onde nós tínhamos o prazo de entrega baseado numa certificação, baseado numa conferência do equipamento, a lógica da pandemia é a mesma, ela não muda. Então, nós não estamos falando de um processo que foi criado especificamente para a pandemia; a lógica é sempre a mesma. Esta ordem de fornecimento ela autoriza fornecer, ela não faz determinação de pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Mostra, no mínimo, um Estado pródigo, muito pródigo com aquilo que é mais sagrado, que é o recurso púbico. Acho que nesse processo e em outros processos, no mínimo, há um amadorismo, uma coisa sem precedentes, totalmente frágil, temerário. Quando é temerário, você assume o risco. Não tem como não assumir o risco.

Então, me parece que a própria legislação, Deputado João, quando se estabelece uma dispensa de licitação por conta de uma situação como essa de excepcionalidade, é o que a gente observa em Santa Catarina e em outros Estados também, acho que a legislação deve mudar para não permitir mais essa... essa... Não quero ser pesado e nem estou aqui fulanisando, mas essa farra que tem acontecido, seja aqui, seja em outros Estados, acho que a legislação tem que ser mais rigorosa para não permitir que situações como essa se repitam.

Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado, Deputado Cobalchini.

Deputado João Amin, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Boa noite, senhor Helton, doutor Noel, o outro advogado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu estou inscrito, Deputado Sargento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Helton, o Douglas ofereceu ajuda ao senhor ou pediu ajuda em algum desses processos da Secretaria da Saúde durante a pandemia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Pediu ajuda?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Se ele pediu ajuda a alguma empresa ou ao senhor e se ele ofereceu algum tipo de ajuda?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não. Na verdade, ele me pediu o contato da Márcia, o qual foi encaminhado pra ele. A partir desse momento, ele passa então a fazer contato com a Márcia, onde, especificamente neste processo dos respiradores, ele encaminha a proposta da Veigamed. E, em seguida, o Fábio, Fábio Guasti, salvo engano, ele passa a fazer contato com a Márcia. É... em seguida, com o passar dos dias, ele também

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3419
Rubrica

Página 547. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

encaminha o contato do Leandro, o advogado Leandro é... comum dos facilitadores, enfim, de... de... como ele próprio coloca, ele é um facilitador de compras, enfim, de contatos.

O que nós tivemos, enquanto Secretaria de Estado, foi uma reunião que nós tivemos do Grupo Gestor de crise onde eu externei que nós estávamos com dificuldades - isso, inclusive, ele colocou no próprio, salvo engano, no depoimento dele -, nós estávamos com dificuldades de compra de EPIs, justamente não pela questão do... é... pela questão ser internacional e não ser nacional, ou seja, nós precisaríamos e eu citei, inclusive, o próprio exemplo da Intelbras, onde nós tínhamos aí a necessidade de buscar e tentar buscar, enfim, alguma empresa que pudesse fazer o mesmo processo, empresa catarinense, nesse sentido,b de que pudesse fazer esta aquisição pra Secretaria na China e, a partir do momento que fosse feita entrega em território catarinense, especialmente no nosso almoxarifado, que lá pudesse ser devidamente ressarcido.

É... eu sei que depois disso ele acabou - pelo menos a informação que recebi da Márcia - ele acabou fazendo contato com a Márcia no sentido de apresentação de inclusive do próprio Leandro, que ele seria o... mais uma vez, o facilitador deste processo... é um processo de EPIs que acabou não... é... não prosperando, inclusive, por inconsistências que foram apresentadas no processo onde o próprio Leandro diz ou disse aqui na CPI que ele recomendou o Douglas, né, que esse processo não seguisse, o que também não é verdade. Isso foi feito baseado num parecer jurídico e na Controladoria-Geral do Estado que encontrou inconformidades nesse processo e, por tal, ele não seguiu a frente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O Douglas apresentou alguma empresa? Quis te apresentar alguma empresa?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Pra mim, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Como o senhor teve conhecimento da proposta da empresa Veigamed?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — A proposta da Veigamed eu tive conhecimento, na verdade, através daquele momento em que a Márcia disse que conseguiu os duzentos ventiladores. É... ela relatava um valor de pouco mais de 165 mil - eu não sei, eu não sei lhe precisar exatamente agora no momento - em que eu perguntei pra ela se ela tentou diminuir esse... esse valor, e ela disse que tentou e não havia conseguido. E ela me perguntou: "O senhor quer tentar?" Eu: sim, sem problema. Ela... ela ligou do telefone dela, nós estávamos numa das salas do Coes, especificamente a sala onde ficava a Superintendência de Planejamento de Saúde - a Carmen, Superintendente Carmen, se não me engano, estava junto, o Rogério, que é do Ministério da Saúde, da Superintendência -, é...eu fiz contato com a empresa, me identifiquei como Secretário de Estado, perguntei pra ele a respeito dos valores, pedi pra que ele, então, avaliasse a possibilidade de diminuir esses valores e ele, enfim, chegou no valor de 165 mil, dizendo que ele não poderia mais diminuir o custo dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E, aí, quem bateu o martelo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, não é bater o martelo. A partir deste momento, chegamos no 165; a partir desse momento, o que que eu falei pra ele?: "Olha, então, a nossa Superintendência vai fazer contato com contigo pra verificar a tramitação normal. E essa tramitação normal passa pela análise da DLIC, passa pela análise jurídica, passa pela análise de documentação e de proposta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas quem é a pessoa que decidiu?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Decidiu o quê?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — A compra.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Então, naquele momento, Deputado, nós tínhamos um valor de 165 mil. Esta compra...

Página 548. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Então, foi o senhor.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não. Naquele momento, nós chegamos no valor de 165 mil, que é o que ele definiu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E aí foi decidido a escolha da Veigamed?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, não foi decidido a escolha da Veigamed. O que eu decidi? A Superintendência de Gestão Administrativa vai fazer a tramitação agora desse processo que poderia culminar com uma nova proposta ou poderia simplesmente o equipamento... ser dito: "Ó, esse equipamento não serve."

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E ela questionou o senhor sobre o pagamento adiantado?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não. A empresa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — A Márcia.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O Douglas Borba, em algum momento, falou ao senhor que não poderia ser realizado o pagamento adiantado?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Douglas?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Uma coisa me intriga: o senhor saiu no dia 30?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Dia 30 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — No domingo seguinte ao dia 30, o senhor prestou um depoimento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E, na terça-feira, o senhor voltou espontaneamente para prestar outro depoimento. Antes de questionar o de terça, o que aconteceu entre domingo e terça?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor lembrou, sofreu alguma pressão...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Só pra gente esclarecer, Deputado. No sábado à noite, eu recebi uma ligação de um promotor do Gaeco é... me convidando a estar no Gaeco no domingo pra que eu pudesse apresentar ou testemunhar uma investigação que estava sendo movida pelo Gaeco. É... eu, de pronto, disse pra ele que: sem problema, nós vamos aí domingo. Lá no domingo eu estive, fiz o relato das ações, enfim, dos processos e das perguntas que ele me fez naquele dia. Mas é natural, considerando que nós estávamos no dia 30, dia 1°, dia 2, né, enfim, acho que era 2 de maio, é um processo lá do início, da segunda quinzena de março, é... catalogar, enfim, relembrar e através do próprio telefone celular nós tínhamos uma série de informações que estavam no celular. E, na terça-feira - segunda-feira eu não o fiz por uma questão familiar, eu estava em Joinville, isso pode ser conferido pelos senhores, infelizmente, o avô da minha, da minha esposa ele faleceu, eu estive no velório em Joinville, motivo pelo qual eu não estive na segunda no Gaeco -, mas na terça-feira eu estive lá justamente pra fazer a complementação de alguns fatos que eu relembrei de conversas, enfim, de descritivos e... e... anotações que eu tinha no próprio celular pra complementar aquelas informações que eu tinha dado a partir de domingo.

Então, ou seja, é... também é... só para desmistificar, não, não houve mudança do depoimento, não houve...ah, tava apontando pro norte e agora pro sul.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas nesse de terça-feira, posso estar enganado...

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3420
Rubrica

Página 549. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E até peço para que o senhor me corrija se eu estiver esquecendo de algo, o senhor apresentou quatro pressões, quatro tópicos importantes...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Quatro processos em que o Douglas Borba representa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Sobre o Douglas. A Veigamed...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — EPIs...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mahatma Gandhi e a empresa que gere o Samu, a OZZ.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Se somar essas quatro pressões do Douglas Borba, a gente está falando de R$ 220 milhões. O que o Douglas Borba fez ao senhor com relação a esses quatro... Estou esquecendo alguma coisa?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, não, é isso mesmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O que o Douglas Borba fez com relação a esses quatro tópicos?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, na verdade, a pergunta que foi respondida no Gaeco é em que processos eu recordava em que houve participação do Douglas Borba ou do próprio advogado Leandro Barros. O.k.?

Bom, então eu relatei uma informação lá pro Gaeco – isso ta no meu depoimento - lá do primeiro, lá do ano 2019 da empresa OZZ onde houve, sim, por parte do Secretário uma... uma necessidade ou, enfim, a expressão não seria necessidade, mas uma apresentação da necessidade de quitação de valores com a empresa, valores que hoje, provavelmente, devem girar aí na casa de R$ 40 milhões.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Furando uma ordem cronológica.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, na verdade, não é nem ordem cronológica. É fora do contrato, tá...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Fora do contrato.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — ... onde a empresa ela diz que tem valores a receber, estão além do contrato por uma questão de... de prejuízo financeiro, enfim, que o que ela recebe não consegue nem pagar folha, enfim, uma série de... uma série de apresenta... de documentos que ela apresenta e que nós, enquanto Secretaria, analisamos esses processos e não encontramos consistência em nenhum deles. Mas eles continuarem insistindo, foram vários...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eles quem? Mais alguém pressionou? Pelo Samu?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, eles que eu digo é a empresa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN —Ah! tá. E mais alguém, além do Douglas, fez pressão?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Pedido?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Ã-ãh.

Aí, o que acontece? Nós tivemos... então, as análises que foram feitas, eles mandaram mais de dez ofícios pra Secretaria de Estado da Saúde ao longo de 2019. Em todos os processos, em todos os pedidos nós informamos que não, enfim, não haveria

Página 550. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

embasamento jurídico pra... pra essa... pra esse pagamento. Até que chegou um dado momento que eles deixaram de encaminhar os ofícios, ou melhor, eles encaminhavam os ofícios pra Secretaria de Estado e começaram a encaminhar pra Casa Civil.

Ã... e, a partir desse momento então, a Casa Civil ela... ela entra como... "Tá, o que tá acontecendo?" Enfim, nós explicamos a situação e, aí, novamente: olha, mas é uma empresa que é... que ela é vital pro Estado, porque ela faz a gerência do Samu, imagine o Samu parando." E nós sempre apresentando a... a ideia de que: olha só, nós temos um contrato administrativo com essa empresa, ela não pode simplesmente parar do dia pra noite, ela tem que apresentar os seus argumentos. E, inclusive, é uma empresa que fez a renovação do contrato duas vezes com valores muito semelhantes. Então, se eu tenho uma empresa que tem prejuízo financeiro e ela me renova o contrato, alguma coisa tá errada nesse processo, né?

Bom, então esse fato do Samu foi um. O fato dos respiradores, justamente pela questão da apresentação da empresa, o encaminhamento da proposta da empresa pra Márcia e aqui apresenta... aparece novamente o advogado Leandro no sentido de chancelar a proposta da empresa Mahatma Gandhi ou hospital de campanha, vamos assim dizer, onde novamente o Secretário Leandro aparece como advogado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Por que não foi na Saúde e foi na Defesa Civil?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, por que que não foi na Saúde? Porque nós, enquanto Secretaria de Estado da Saúde, nós identificamos e entendemos que a nossa última linha de ação chama-se hospital de campanha. Então, desde o início do processo, desde o início do processo as nossas estratégias foram: primeiro, ampliar a oferta dentro da rede própria; segundo... própria aqui, nós estamos falando de própria, sobre gestão própria e OS; segundo, ampliar a nossa capacidade dentro da rede de filantropia; terceiro, buscar leitos dentro da rede privada; última linha de... de ação, buscar leitos através de hospital de campanha. Mas, hospital de campanha, enquanto Secretaria de Estado da Saúde, nós nunca é... trabalhamos com a hipótese de leitos de UTI, porque esse não é o desenho normal de hospital...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas tu não concordavas com hospital de campanha, né?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Se eu concordava?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não.

Então, o que aconteceu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Tu participou de reunião do hospital de campanha?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Em dado... em dado... em dado momento, a Defesa Civil, através do seu... do seu grupo de estudo de matemáticos, dizia que nós iríamos precisar dois mil, dois mil, quase três mil leitos de UTI e que nós precisávamos, precisávamos, precisávamos... É... e eu fui muito claro com João Batista e disse pra ele: olha só, aquilo que for de rede hospitalar, instalação em rede hospitalar, a Secretaria de Estado da Saúde faz. Se a Secretaria de Defesa, Secretaria Executiva da Defesa Civil, o chefe da Defesa Civil entender que nós precisamos, além disso, de hospitais de campanha de UTI, a Secretaria de Defesa Civil o faz. Por quê? Porque nós, enquanto Secretaria de Estado da Saúde, nós não termos entendimento desta necessidade. E assim foi feito, o Secretário de... de Defesa Civil acabou fomentando esse processo de... de um hospital de campanha e..., enfim, acabou acontecendo aquele processo licitatório que os senhores têm... têm conhecimento.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3421
Rubrica

Página 551. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas tu não participaste das reuniões do hospital de campanha?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, não. Não porque justamente esta é uma competência da... ou melhor, não é que é competência, ela foi assumida pela Defesa Civil e, a partir do momento que ela foi assumida, eles geriram o processo, enfim, de... descritivo, de...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem participou das reuniões do hospital de campanha?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não sei dizer pro senhor. Hospital de campanha nós não participamos. A única coisa que nós, enquanto Secretaria de Estado da Saúde, participamos foi que eles nos pediram... bom, quais são os quesitos necessários para uma UTI? Nós apresentamos todas as normativas de UTI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Helton...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu não sou teu advogado, mas isso aqui está sendo gravado.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É melhor que tu não mintas.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu quero saber se tu não participou de nenhuma reunião do hospital de campanha.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, hospital de campanha não me faz... não me diz respeito. Isso é com a Defesa Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN —Você não estava passando no corredor e viu uma reunião acontecendo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, não. A Defesa Civil que fez todo o processo do hospital de campanha, não foi Secretária de Estado da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Presidente, eu vou requerer as filmagens de dentro do prédio da Ivo Silveira, nos dias antecedentes e posteriores ao hospital de campanha. A CPI precisa ter acesso a quem participou dessa reunião. E se isso configurar mentira, eu acredito que quem mente vai ter as consequências jurídicas necessárias, não dos Deputados, mas da Justiça.

Eu encerro por aqui, porque eu acredito que não está havendo a correção no depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado, Deputado João Amin.

Deputado Milton Hobus, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Doutor Helton, eu quero cumprimentar os senhores advogados aqui presentes e os colegas Deputados.

Eu queria primeiro lhe fazer algumas perguntas bem objetivas, doutor Helton, e eu gostaria que o senhor fosse objetivo também.

Antes de ser Secretário de Estado da Saúde, um ordenador primário, nós sabemos que o senhor é médico, que o senhor é bombeiro militar, qual a sua experiência na gestão pública como ordenador primário anterior a essa?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, nós enquanto oficiais do Corpo de Bombeiros, nós temos dependendo do... do quartel ou do aquartelamento ao qual nós comandamos, nós fazemos a gestão é... dos fundos que são os fundos municipais de reaparelhamento do Corpo de Bombeiros.

Então, a partir desse momento, nós temos recursos que são arrecadados através de taxas, enfim, que são estabelecidas...

Página 552. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu conheço. Nessa sua experiência de gestão do Corpo de Bombeiros que tinha um orçamento para administrar...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... tudo que comprava, tudo que pagava, o orçamento que tinha que ser executado, o senhor nunca tomava conhecimento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Nunca tomava conhecimento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É. O senhor não assinava, o senhor não...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro que sim. Quando se fala em Corpo de Bombeiros, diferentemente da estrutura da Secretaria de Estado da Saúde, onde nós temos, eu repito, um orçamento para 2020 de R$ 4 bilhões, nós temos valores que são bem aquém disso, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Doutor, eu já fui Secretário de Estado, sou empresário...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, eu sei, eu sei disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... eu sei como funciona a gestão de um orçamento e sei a responsabilidade do gestor, por mais que a gente tem embaixo da gente na hierarquia. E o senhor, quando assumiu a Secretaria de Estado, o senhor sabia das suas responsabilidades.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu quero lhe perguntar muito objetivamente: o que o senhor fazia como Secretário? O que passava pela mesa do senhor para o senhor assinar e autorizar? Porque nesses processos aqui, o senhor não autorizou nada, o senhor não viu nada, o senhor não fez nada. O que passava na gestão da Secretaria para o senhor assinar?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Olha, Deputado, só corrigindo: não é que eu não vi nada...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor disse aqui que o senhor não participou de nada.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Eu não autorizei pagamento antecipado, só pra deixar bem claro. Não autorizei pagamento antecipado.

Então, quando se fala em uma... em uma estrutura de Secretaria, o senhor passou por uma Secretaria, inclusive, o senhor sabe que todo o processo decisório passa pela Secretaria, pelo gabinete do Secretário. Quando nós temos delegação de poderes, essa delegação de poderes, no caso da Secretaria de Estado da Saúde, todas as compras até R$ 5 milhões, elas eram encaminhadas através da Superintendência de Gestão Administrativa. Acima disso, as autorizações de abertura de processo ou as autorizações para DL, dispensa de licitação, elas passam pelo gabinete do Secretário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu quero lhe fazer outra pergunta. Quando se iniciou essa pandemia, o senhor, seu Secretário Adjunto e a Márcia foram ao prédio da Defesa Civil, que é o local de gestão de crises, foi feito para isso.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Inclusive, dito aqui pelo seu gerente de compras, o Coronel Carlos, disse que não via mais ninguém de vocês na Secretaria durante esse período. Só chegavam os processos lá que eles tinham que dar andamento e tinha que ser, porque a ordem era: "Compre muito rápido, não deixe faltar, porque vai morrer muita gente, seis mil pessoas no mês de abril irão morrer nas calçadas." E que isso vinha do senhor e do seu Secretário Adjunto esse pânico causado nas pessoas, que

Página 553. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - Fls. 3422 - Rubrica

eles tinham que fazer... Dito pela Márcia também, que não tinha procedimento, tanto é que é os processos chegavam pra ela e faz.

Então, essa é a primeira constatação que eu queria entender. O senhor foi pra lá, o seu Secretário Adjunto foi pra lá, a sua Superintendente Administrativa foi pra lá - que não é exatamente uma compradora, ela tinha outras funções também - mas lá o senhor não viu nada, o senhor não reunia, o senhor não fez o planejamento do que comprar, pra onde ir e nada disso. Tanto é que o Secretário da Casa Civil teve que vim ajudar vocês para trazer fornecedores para que o Estado pudesse comprar, segundo a Márcia falou e segundo o senhor confirmou que o Douglas trouxe fornecedores, lá vinha o Leandro... tinha um outro Leandro Estevão que diz que não saía de lá. Inclusive, a Márcia relatou isso, que importunava o trabalho dela e que era muito ligado ao seu Secretário Adjunto.

Então, eu queria lhe perguntar, qual a participação do seu Secretário Adjunto em todo esse processo de gestão da pandemia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, o André Motta ele fez as vezes de coordenador do Centro de Operações de Emergência e Saúde. Lá, ele trabalhou muito dedicado no que diz respeito à questão das UTIs, os novos leitos de UTIs, dimensionamento da rede, contato com os hospitais, verificação da capacidade instalada, o que que nós poderíamos é... ampliar em cada hospital e, obviamente, baseado nisso, nós chegamos no planejamento de 713 leitos de UTIs, como já havia comentado aqui.

E só corrigindo, senhor Deputado, nós não tínhamos lá somente eu, a Márcia e o André. Nós tínhamos mais de trinta servidores que lá trabalhavam, servidores da Superintendência de Planejamento, servidores da Superintendência de Regulação, servidores da divisão... da Diretoria Epidemiológica.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas quem comandava a operação? Era o senhor?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Quem comandava a operação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Secretário, na verdade, eu era... eu, eu fui eleito a comunicação da... do enfrentamento da pandemia e...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Toda Casa tem um gerente. Era o senhor ou era o Governador? Porque o Governador que dava as informações diárias para a imprensa.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Eu e o Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor e o Governador. Quando que vocês se reuniam e com quem se reuniam para que o Governador pudesse saber o que estava acontecendo, quando é que ia comprar os ventiladores, quando é que ia abrir UTI, porque era a preocupação de todo mundo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Foi criado um Grupo Gestor de crise, esse grupo gestor de crises ele era... é... composto pelas principais Secretarias envolvidas, Secretaria da Segurança Pública, Saúde, a própria Secretaria da Educação, pela questão de encerramento das... suspensão das aulas, a Secretaria da Fazenda, enfim. Existia um grupo, a administração...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E o comando era do Governador?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, desse grupo, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E vocês se reuniam diariamente?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Diariamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu lhe fiz essas perguntas primeiro, porque no dia... o senhor não sabia do pagamento à vista, dos

Página 554. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

pagamentos antecipados, no dia 31 de março, o Governador mandou para a Casa Legislativa, através de seu Secretário da Casa Civil, um projeto de lei pedindo autorização para pagar antecipado.

É muito estranho que o Governador sabia, o Chefe da Casa Civil sabia e o senhor, que é o gestor da saúde, que é o gestor da crise da pandemia, não sabia que tinha que pagar antecipado para conseguir trazer equipamentos, porque não tinha equipamentos e se não pagasse adiantado, não garantia.

Como é que o senhor explica que só o senhor não sabia que tinha que pagar antecipado?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, primeiro que a informação que senhor tá dando ela não é... não é correta. O que nós tínhamos é... lá quando foi feita a informação, inclusive, pela minha assessoria jurídica relatando pagamento antecipado de consulta ao Ministério Público e Tribunal de Contas, eu despachei de acordo para encaminhamento para o Tribunal de Contas e Ministério Público. Isso já foi lá no dia 20, é... 28 de março.

Esse documento que o senhor está relatando que adentrou esta Casa, ele foi fomentado através da Casa Civil. Aqui ele entrou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sim, mas tinha a assinatura digital do Governador.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O Governador deve saber o que ele assina.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, sim. O que eu quero dizer...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E alguém deve ter dito para ele... Só para a gente andar na mesma sintonia.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Alguém deve ter dito para o Governador: "Governador, nós precisamos comprar os respiradores, porque sem isso nós não abrimos nem uma UTI e os chineses lá estão pedindo dinheiro adiantado. Temos que mandar esse projeto de lei para a Assembleia, porque a lei federal não permite que a gente pague antecipado." Alguém disse isso para o Governador.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, claro. Provavelmente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E o Governador sabia que tinha que pagar antecipado. Mesmo porque dia 17 de março, o senhor e o Governador assinaram o protocolo de intenções...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Da Intelbras.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... com a Intelbras.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — 17 de março. Desde o dia 17 de março, a Intelbras se colocou à disposição para trazer os duzentos respiradores que vocês pretendiam trazer, até então eram duzentos, segundo o próprio pessoal da Intelbras e da Fiesc me informaram, porque eles queriam ajudar e começaram a verificar lá na China e todo dia mudava, porque era muita gente, o mundo inteiro buscando respirador da China e os caras diziam: "Olha, você tem que dar 30% de sinal aqui para eu garantir esses para você."

Isso a Intelbras me disse...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... e que ela disse para vocês, ela dizia para vocês, tanto é que disse que foi solicitado no processo um pedido de pagamento antecipado onde a Márcia...

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3423
Rubrica

Página 555. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — De 18 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não!

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Em 18 de abril ela encaminha resposta dizendo que o pagamento só pode ser realizado mediante entrega e certificação dos produtos. Tá no processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Está aqui no processo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas, no dia 2 de abril, no mesmo dia em que foi feito o pagamento, foi feita a ordem de serviço para os cem, que a Intelbras daí disse: "Tá bom, eu vou fazer."

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — E assinada a ordem de fornecimento da Intelbras.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Isso. E no dia 1° de abril, um dia antes, a Intelbras pediu para o senhor e para o Governador um documento que garantisse que quando chegasse, vocês iam ficar com os equipamentos e pagá-los.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então, me parece que mesmo sabendo que tinha aqui um processo e uma ordem de fornecimento de R$ 68 mil mais despesas portuárias, o Estado de Santa Catarina, através do senhor, que é o gestor, e do Governador, não se interessaram em facilitar o processo para que a Intelbras trouxesse os duzentos respiradores e não fossem contratar um atravessador. Aliás, o atravessador foi contratado antes desse dia 1° de abril.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — 2 de abril, né? Que é a ordem de fornecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu só quero fazer uma pergunta séria para o senhor, porque as coisas não batem. A Márcia disse aqui que o senhor fez a negociação final com o seu Fábio Gust lá... o...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Guasti.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Guasti, o seu Fábio Guasti que era o intermediário para a compra dos respiradores que o Estado não teve competência para comprar sozinho. Precisou de um intermediário que ninguém conhecia.

Quando o senhor negociou por R$ 33 milhões, o senhor estava pensando que esses equipamentos, que o senhor Fábio Guasti baixou de 169 para 165, fossem ser fornecidos pela empresa catarinense de importados Brasilian Trading etc. Esse documento foi assinado pelo seu Secretário Adjunto e depois foi desentranhado do processo dia 26 de março, junto com a Márcia.

Então, o preço dos R$ 33 milhões, a negociação aconteceu antes de saber que era Veigamed que iria fornecer, que não era mais a Brazilian Trading de Itajaí. O senhor só fez uma conversa sobre preço com o senhor Fábio Guasti, segundo os depoimentos. E essa conversa foi que oficializou os R$ 33 milhões. O senhor Fábio Guasti não ia trazer através da Veigamed, ia trazer através da empresa de Joinville que tem *expertise* em importação. A Veigamed não tem a mínima *expertise* em importação, tanto é que se utilizou de treze catarinenses para fazer a compra. Quer dizer, essa história toda de necessidade de se ter os respiradores para o senhor ampliar os leitos próprios e dos hospitais filantrópicos, em nenhum momento fez com que o senhor, como gestor máximo da Saúde, tivesse à frente cobrando, exigindo, fazendo a coisa acontecer.

(*O advogado Noel Baratieri conversa com o depoente fora do microfone.*)

Simplesmente, dias depois que foi pago é que o senhor tomou conhecimento disso? Eu não consegui entender isso. Ou o senhor falhou, foi muito relapso na sua responsabilidade como gestor e ordenador primário de uma Secretaria de Estado, ou o

Página 556. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

senhor não tem noção das suas responsabilidades, ou o senhor está faltando com a verdade, porque o depoimento que nós tivemos aqui diz textualmente que o senhor autorizou e o senhor negociou a compra com a Veigamed. E diz, também, que o seu José Florêncio não teria autonomia para fazer sozinho o pagamento dos 33 milhões sem que o senhor soubesse.

Eu gostaria que o senhor explicasse isso para nós, para que todos entendessem, porque qual funcionário subalterno, em qualquer órgão público, tem autonomia de fazer um pagamento tão grande, uma negociação tão grande, sem que o chefe saiba? Eu gostaria que o senhor explicasse isso para a gente.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, Deputado, só pra gente fazer algumas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Só um minuto, senhor Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Pois não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para que a defesa do senhor utilize sempre o microfone.

O SR. NOEL BARATIERI— Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E dirigido a mim, não ao Deputado.

O SR. NOEL BARATIERI— Presidente, então é o seguinte: para nós preservarmos a lisura, a transparência e a normalidade do processo aqui, eu, em nome da defesa do... do... ex-Secretário, que sejam feitas perguntas e não acusações. Eu acho que aqui nós não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu estou perguntando, ele pode dizer que não fez nada disso.

O SR. NOEL BARATIERI — Eu acho que ou se faz pergunta... ou acusa-se. Se for acusação, daí não tem sentido essa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O pedido do senhor foi acatado. Ex-Secretário Helton, o senhor pode continuar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu quero entender, do doutor Helton, como ordenador primário, porque eu sei quais são as obrigações de um ordenador primário...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Posso, posso responder?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Pode, claro.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O.k. Obrigado.

Deputado, primeiro que é... saltam os olhos, pra quem quiser entender, pra quem quiser entender, que nós temos ao longo desse processo, a partir do momento que esse processo ele passa para o gabinete do Secretário de Estado da Saúde, nós tínhamos autorizações através de uma DL, baseada no parecer jurídico, através de uma ordem de fornecimento em que nenhuma das duas se fala em pagamento antecipado. Primeiro fato.

Segundo fato, nós tivemos um processo de pagamento que foi feito e que foi assinado. Os senhores viram os processos. Nós temos nome, sobrenome e CPF.

É... quando se diz autonomia de pagamentos, o Fundo Estadual de Saúde ele tem autonomia de pagar aquilo que foi certificado. Ele não precisa pedir permissão pro Secretário de Estado da saúde para pagar alguma coisa. Nunca foi feito dessa forma e assim não é.

Outra coisa que o senhor também colocou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não vem nenhum relatório para o senhor, como Secretário, para saber o que pagou...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, não vem.

Página 557. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3424
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor pegou a Secretaria com 800 milhões de dívida.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — E foi pago.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Para saber quem a vai pagar, quem pagou...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Oitocentos milhões que foram pagos, tá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Lá acertaram tudo e o senhor não soube de nada.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Só pra entender, só pra deixar claro pro senhor: quando o senhor coloca a questão da Intelbras, só pra deixar claro, para que as pessoas possam entender como foi esse processo, quem iniciou esse processo com relação à busca de respiradores na China, através das empresas que tinham planta funcionando lá, foi realmente a Fiesc. A Fiesc, no primeiro momento, ela apontava pra Secretaria de Estado da Saúde que ela iria adquirir os respiradores. Essa questão seria feita pela Fiesc, através de um *pool*, de um Fundo que seria criado através dos... dos empresários. Num primeiro momento, ela sinalizava com trezentos respiradores, esses trezentos respiradores, a partir do momento que esse processo ele foi progredindo, eles foram diminuindo, e nós chegamos a cem respiradores. Esses cem respiradores que a Intelbras participou do processo, participa do processo aí através do protocolo de intenções, ela foi... pela capacidade instalada da Intelbras, ou seja, ela disse que conseguiria trazer os cem respiradores, mais que isso, ela precisaria de uns 30% que o senhor coloca aí de pagamento antecipado, motivo pelo qual este processo ele não caminhou. A Intelbras, também é importante destacar pra todos os senhores e aqueles que nos assistem, nós temos um processo que foi autuado no dia 24 de março, 24 de março autuação, dia 31 de março foi feita a assinatura da DL, no dia 2 de abril foi feita a ordem de fornecimento e nós não temos nem sinal dos respiradores da Intelbras. Nós já estamos em junho. Então... ou seja, uma empresa sólida, uma empresa consistente, uma empresa que tem um patrimônio, que tem *expertise* de importação e os respiradores, os cem da Intelbras não chegaram aqui no Estado ainda. E o que a empresa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Oh...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Só um pouquinho, Deputado, se o senhor me permitir responder.

É... esta empresa que é consolidada e que eu confirmo, ela é consolidada, realmente, ela está participando desse momento mundial que nós vivemos, que é a dificuldade de aquisição.

Então, quando se fala, por exemplo, de que "Ah, senhor mentiu", que o senhor sinalizou pela possibilidade de eu estar mentindo, eu volto afirmar, em momento algum deste processo foi autorizado o pagamento antecipado. Este pagamento antecipado que foi realizado, nós temos nome e sobrenome de quem fez. Agora, obviamente que é... eu enquanto é... eu enquanto Secretário de Estado da Saúde, nós temos uma necessidade de ó: "Foi o Secretário que autorizou, foi o Secretário que autorizou." Mas não foi, até porque, assim ó, todos os celulares de todo mundo que tá envolvido nisso tá lá no Gaeco. Procurem onde é que tá a autorização disso! Quem é que vai, quem é a pessoa que em sã consciência faz um pagamento antecipado disso e nem pergunta: "Olha só, é pra pagar mesmo?" Pelo contrário, quem nós temos que pede esse pagamento, essa possibilidade dessa autorização de pagamento é a Débora Brum, que é assistente da Márcia, onde ela pergunta: "É pra mandar para pagamento os 33 milhões?" Essa é informação dela, tá no depoimento dela. Então, procurem no celular da... da Débora Brum se realmente "É o Secretário que tá autorizando?" Porque senão nós ficamos no mundo fatídico de "Olha só, foi o Secretário, foi o Secretário."

Página 558. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas a Márcia tinha autonomia de mandar pagar?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Se ela tinha? Ela certificou! Ela certificou. Nós temos uma fraude aqui, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E o José Florêncio não achou estranho que não foi o Centro Administrativo que deu o recebimento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Quem?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...porque nós temos no depoimento também que o José Florêncio...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...que deveria estar só preocupado em pagar, ele participou das conversas de negociação anterior do próprio processo. O senhor não sabia disso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Desse processo da Veigamed?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Desse processo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não. Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS —Temos a declaração desse senhor de Joinville onde ele cita o José Florêncio de ter participado antes no processo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Eu volto afirmar pro senhor: aquilo que eu fiz, eu estou afirmando; aquilo que eu participei, eu estou afirmando. Agora, se nós temos aí informação do... de Joinville que o José Florêncio participou, informação de que foi Secretário que autorizou, me diga quando autorizei, quando, onde e quem estava junto, porque não foi autorizado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — No dia 27 de março, numa coletiva de imprensa...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...o senhor e o Governador...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — vocês responderam perguntas sobre a compra dos respiradores, tanto o senhor, quanto o Governador. Inclusive, o senhor citou lá a mudança dos preços...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... que já tinha até oferta de R$ 300 mil etc., etc., e o Governador fez aquela fala que onde tivesse ia comprar... quer dizer, a impressão que dá é que todos vocês estavam cientes daquela negociação, porque eram vocês que estavam dando a resposta para a sociedade. Não era Márcia, não era ninguém lá, era o senhor e o Governador.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E outra coisa que ficou muito estranho para mim. O senhor disse aqui e repetiu: "Setecentos e treze leitos nós precisamos abrir." pelos estudos que o seu Secretário...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — A capacidade que os hospitais apresentaram.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sim, que vocês teriam que fazer.

No dia que nós tivemos aquela oitiva na Assembleia do senhor e do Coronel João Batista, ele apresentou uma tabela dos leitos de UTIs necessários para abril, maio e junho que davam 2.659 leitos. Uma loucura que eu questionei: "Um guri pequeno, ao olhar aquela planilha, via que o erro era grosseiro." Essas coisas não se discutiam? Vocês estavam

Página 559. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3425
Rubrica

tomando decisões de milhões de dinheiro público em cima de dados totalmente inconsistentes! Aquele número de leitos de UTI é uma coisa assim de maluco, porque nós já estávamos no meio de abril discutindo. Eu lembro que lá em Rio do Sul, Deputado Ivan, no Alto Vale dizia que nós íamos precisar de cento e tantos leitos de UTI em abril. Não tinha nenhum paciente em abril. Aliás, no dia 30 de abril, nós tínhamos um total de 66 pessoas internadas em UTI no Estado inteiro.

Então, daí foi perguntado - e sempre que foi perguntado ao senhor – e o senhor era contra o hospital de campanha. Inclusive, lá no protocolo da Defesa Civil é exatamente o que o senhor falou, a última coisa é o hospital de campanha, nós participamos daquele processo lá, então, a gente conhece um pouquinho. Mas o Coronel João Batista, que não é Secretário de Estado, não é ordenador primário, jamais poderia tomar a decisão de contratar um hospital de campanha. Essa decisão foi diretamente do Governador sem a sua anuência?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — De minha anuência não foi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas a decisão foi do Governador então?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Aí, o João Batista tem que responder, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque o João Batista é subordinado ao Governador, a Defesa Civil é subordinada ao Governador, tanto é que tem a assinatura do Governador no hospital de campanha.

E essas coisas são intrigantes, porque, olha só: no dia 12 de abril, quando saiu e vocês foram lá para a Defesa Civil...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — De março.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — De março, nós tínhamos três casos confirmados em Santa Catarina. Dia 17, quando foi anunciado o fechamento total das atividades, porque nós íamos em abril, segundo seus colaboradores diretos, dito pelo senhor e pelo seu Secretário Adjunto, nós íamos ter 6mil mortes em Santa Catarina no mês de abril, dia 17 de março, nós tínhamos 7 casos. No dia 30 de março, nós tínhamos 219 casos e vinte e poucas cidades só com casos. E mesmo assim, vocês continuaram com essa estratégia de onde achar vamos comprar, o que aparecer vamos fazer, não importa o preço. Porque, praticamente, a gente viu aqui que foi uma... meio que os gestores do Estado, o Governador, o Secretário da Saúde estavam em pânico, estavam em pânico porque não iam dar conta de defender o seu povo com aquilo que ia acontecer.

Era essa a sensação que o senhor tinha? Vocês diziam: "Olha, nós somos obrigado a ficar todo mundo em casa, todo mundo em casa, porque o negócio é muito grave, muito grave, muito grave." E baseado no que isso, se nada se concretizou?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Primeiro, Deputado, que a gente não deve minimizar a questão da Covid-19. Nós estamos hoje com mais de 30 mil mortes no Brasil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Claro que não.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Então, não se pode minimizar a questão da Covid-19. Os estudos que nós temos aí os senhores tomaram conhecimento, estão disponíveis, inclusive, para consulta. Nós temos um estudo da Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade Federal de Santa Catarina é uma universidade de renome no Brasil e que apontavam para Santa Catarina cinquenta mil mortes, cinquenta mil!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor acredita nisso hoje ainda?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — É, na verdade, o que nós tínhamos...

Página 560. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Se o senhor estiver acreditando nisso hoje ainda, daí nós temos que...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, se o senhor, se o senhor me permitir eu continuo respondendo.

Então, naquele momento, naquele momento o que nós tínhamos lá, o início, nós estávamos e o Brasil inteiro estava nessa situação, nós estávamos conhecendo o progredir da doença, nós estávamos começando a estabelecer regramento de distanciamento social. Portanto, que se os senhores perceberem, hoje, no Brasil, nós somos o Estado à exceção, à exceção de aulas e à exceção de transporte coletivo, é o Estado que mais tem retomada de atividades. Atividades que foram regradas, atividades que foram devidamente dimencionadas. Mas, obviamente, que como eu disse já no início da minha fala aqui nessa CPI, nós temos estudos que apontam. Esses estudos levam em consideração calculadoras epidêmicas, levam em consideração a tal da curva, o achatamento da curva. Mas é sempre bom, né, prepararmos o cenário pra aquilo que está projetado.

É, obviamente, que não se trabalha no sentido de se criar 2 mil leitos de UTI, como o senhor bem colocou, mas o que nós tínhamos era uma necessidade de instalação dentro da rede hospitalar catarinense. Chegamos ao número de 713 e era isso que nós estávamos buscando enquanto eu estava fazendo a Pasta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Senhor Helton, a Márcia relatou aqui pra gente ainda há pouco, que depois da Veigamed, o senhor Fábio Guasti receber os 33 milhões e não conseguir comprar os equipamentos, ele ligou várias vezes pra ela que precisava falar com senhor urgente e até que enfim ele conseguiu falar com senhor para lhe dar a notícia de que ele não conseguiu aqueles equipamentos, pedindo e dizendo pro senhor que ia trocar os equipamentos.

Qual a sua tomada de decisão a partir do momento desse telefonema?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, primeiro, que ele não fez ligação comigo pra informar que ele iria trocar equipamentos. O que aconteceu foi uma ligação que eu fiz com ele no dia 7, no dia 7 de abril, onde eu perguntei e questionei - isso está no meu telefone celular, está disponível para consulta dos senhores - ele os nossos respiradores. E anexei, inclusive, uma foto de um respirador com descritivo técnico. É isso. Em momento algum ele falou durante... tem áudios, inclusive, dele gravados, ele mandou áudio, e em momento algum ele falou em troca do equipamento, em momento algum ele disse que não teriam capacidade de... de... fornecimento dos equipamentos que foram fornecidos. Esta informação ele apresenta no processo, inclusive, lá na contra notificação que ele apresentou pra Secretaria no dia 16 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Ele mandou um documento disso dizendo que a pedido do Secretário...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso, que é uma inverdade. Eu não conheço, não tenho capacidade técnica de dizer que um equipamento x ou y é equivalente ou não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O seu Secretário Adjunto, André, estava junto com o Leandro Estevão tratando de locação de equipamentos. E nessa conversa de locação de equipamentos, surgiu a necessidade do senhor Onofre Neto dizer que precisava ir para China para comprar os equipamentos para poder alugar pro Estado e precisava de um passaporte especial. E, segundo os relatos, o senhor André Motta pressionou para que esse passaporte saísse e mais gente pressionou.

O que o senhor tem a dizer sobre isso? O senhor também concordava com aluguel dos equipamentos?

Página 561. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3426
Rubrica

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O que eu tenho dizer com relação a... ao passaporte específico, a pergunta do senhor, eu não tive... esse pedido não chegou pra mim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor não soube também que estavam pedindo isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O que nós tivemos foi um parecer jurídico da Secretaria de Estado da Saúde justamente sobre essa questão de concessão de passaporte pra empresa x, onde o parecer ele dizia que não cabe ao Estado de Santa Catarina estar franqueando passaporte pra determinados fornecedores, até porque nós teríamos um princípio básico, que é o da livre concorrência, não seguido. Por que pra empresa x e não para e empresa y? Esse é o parecer jurídico da Secretaria de Estado o qual deu finalização a este processo de busca de passaporte.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque é muito estranho, o seu Secretário Adjunto estava pedindo isso, seu braço direito, e tratando de uma possibilidade de aluguel dos equipamentos. Isso não foi trazido ao senhor?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Locação, locação de equipamentos, Deputado é a modalidade inclusive que o próprio Ministério da Saúde adotou. Nós temos hoje aqui dentro no Estado de Santa Catarina vinte leitos de UTI locados que estão dez no Hospital Florianópolis e dez no HU.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas isso estava no planejamento da Secretaria?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Obviamente, que se nós tivéssemos alguma empresa que tivesse capacidade operacional de locação, é muito melhor, porque tu tens o equipamento determinado período e depois desse determinado período, tu devolve o equipamento e deixa de ter o dispêndio.

É obviamente que nós não tivemos nenhuma capac... nenhuma empresa com capacidade de fazer essa locação, até por uma questão lógica. Nós tínhamos um mercado que está extremamente e ainda continua extremamente aquecido com relação à compra. É... não faz sentido uma empresa comprar, locar se daqui alguns meses esses equipamentos vão estar em grande quantidade no País.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E desde quando o senhor soube que empresas catarinenses estavam se preparando para fazer e se essas empresas lhe apresentaram algum prazo para poder começar a fornecer para o Estado?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, desde quando eu não, não recordo. Mas nós tivemos algumas iniciativas dentro de Santa Catarina. Uma das iniciativas foi feita na cidade de Mafra, um respirador que foi produzido na cidade de Mafra, foi colocado em testes e nós não tivemos o resultado final dele.

Tivemos um outro respirador que foi produzido em Jaraguá do Sul por uma empresa chamada... enfim, não, não vou recordar agora exatamente o nome, é... mas uma empresa que fez um respirador muito simples, inclusive. Ela foi inclusive apresentada, a proposta da empresa ela chegou a Brasília, inclusive, através da Deputada Carmen Zanotto. A Deputada Carmen Zanotto trouxe essa empresa no sentido de que fosse feita a testagem desse equipamento em algum hospital da rede pública estadual e no HU. Isso foi feito os devidos encaminhamentos, esse processo ele acabou não prosperando.

E tivemos obviamente a questão da Weg, que é uma empresa de Jaraguá do Sul, onde ela... ela fez a... a aquisição, acho que é esse o termo, de um projeto pronto de um respirador de uma empresa que fornecia, empresa Argentina, pra que ela pudesse começar a fomentar a entrega desses equipamentos. A Weg, desde o início, ela tinha muita preocupação no que diz respeito aos... aos componentes eletrônicos, justamente para essa questão de ter que comprar na China, enfim, ou via Estados Unidos, uma dificuldade muito

Página 562. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

grande. A segunda preocupação que a Weg sempre apontou pro Estado é que nós não tínhamos capacidade de fazer essa garantia de que o Ministério da Saúde não iria intervir nesse processo de fabricação e fazer a requisição administrativa desses respiradores - o que o Ministério, o governo federal tem autonomia para tal. Ela queria que nós déssemos, tivéssemos essa capacidade de garantir que o Ministério da Saúde não faria esta intervenção... nós nunca, nós não temos essa capacidade. Ela fez uma proposta pra nós, pelo menos pra que nós finalizássemos a quantidade de respiradores uma... num momento inicial de quinhentos, quinhentos respiradores que ela tinha capacidade de produzir. Ela... então, nós finalizamos pra ela. Ela, enfim, apresentou descritivo técnico, enfim, e nós sinalizamos pra empresa que nós tínhamos interesse de aquisição de trezentos, justamente porque nós não sabíamos como que o Ministério da Saúde iria se comportar. Depois disso, a empresa, enfim, ela acabou buscando os componentes e sinalizava que ela teria capacidade operacional de entregar respiradores a partir do dia 18 de maio.

É... eu estive na empresa buscando mais informações, dizendo que nós tínhamos a necessidade de realmente de garantia de compra, a empresa sempre sinalizando que ela e mais cinco empresas no Brasil, salvo engano, não tenho certeza se seriam cinco ou quatro, é que foram devidamente contactadas pelo Ministério da Saúde, no sentido de que o Ministério queria fazer aquisição de respiradores à monta, ao preço de R$ 60 mil, que era o preço que foi estabelecido pra todas as fabricantes nacionais de compra pelo Ministério da Saúde. E ela ainda, nesse momento que eu estive na empresa, ela dizia que... que ainda tinha muita insegurança com relação a qual seria o comportamento do Ministério da Saúde, até porque naquele momento eles estavam passando por uma troca de Ministro e troca de equipe, enfim, e eles não teriam essa capacidade de fazer essa, essa leitura se o Ministério da Saúde iria fazer a requisição completa da sua produção, o que, pelo que eu tenho acompanhado as notícias, não se materializou, eles já entregaram, inclusive, cem unidades pro Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Para finalizar, doutor Helton, então o senhor volta a afirmar que o senhor não negociou com a Veigamed e não autorizou a pagar antecipado para a Veigamed.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O pagamento antecipado não foi autorizado e a minha participação com a Veigamed foi com relação a tentar reduzir custos do valor unitário e, a partir desse momento, ficou a cargo da SGA fazer a instrução de todo processo normativo com relação à documentação e com relação à construção da... do processo de DL e ordem de fornecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor afirmou no início que houve fraude no processo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E a fraude foi cometida por colaboradores que são hierarquicamente, diretamente subordinado ao senhor.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, claro, (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E só uma foi demitida, o outro não? O outro que pagou, o José Florêncio não...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, o que nós temos naquele momento, não é demitido, né? A servidora ela não foi demitida.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sim. Perdeu o cargo de confiança.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso, ela foi exonerada do cargo. Naquele momento em que eu estava ainda na Secretaria, não estou mais, foi feita a exoneração da servidora Márcia, o que provavelmente iria acontecer com mais servidores. Se esse processo ele foi seguido dentro da Secretaria ou não, eu não sei informar pro senhor.

Página 563. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3427
Rubrica

Agora, o que eu fiz naquele momento é afastar aquela servidora que naquele momento foi identificada como participante.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu lhe agradeço.

Só concluindo aqui, Deputado Kennedy, Deputado Cobalchini, vossa excelência foi Secretário de Estado e era ordenador primário também. Eu, hoje, estou muito mais preocupado do que eu estava com o Estado de Santa Catarina. Dizia-se que era um governo técnico, transparente, mas nem técnica, nem transparência, porque esse tipo de coisa não poderia acontecer. Nós estamos vendo aqui uma coisa muito triste, muito triste mesmo.

Obrigado, senhor Presidente. [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Só pra destacar a todos os senhores: delegação de poderes dentro da Secretaria de Estado da Saúde sempre existiu. No governo atual e nos governos anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Milton Hobus.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Obrigado.

Coronel Helton...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor... a sua formação é médico?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim. Tenho formação em Medicina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quando que o senhor se formou?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – 99.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor já era...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – 2009, desculpe.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — 2009?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – 2009.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor já era oficial?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu imagino como é difícil ser oficial do Corpo de Bombeiros e fazer Medicina em tempo integral. A minha filha faz e não deve ser fácil para fazer os estudos e manter as escalas de trabalho lá, que eu imagino que era recompensada.

Quem é que indicou a Márcia para o cargo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, é... nós tínhamos o superintendente de Gestão Administrativa que nos acompanhou ao longo de 2019, o Vanderlei Vanderlino Vidal, o qual é um bombeiro militar da reserva, e que nós é... acabamos convidando pra participar desse processo inicial na Secretaria de Estado da Saúde, onde nós tínhamos uma métrica é... isso foi o propósito que foi criado pela nossa administração, de que todos os cargos, todos os cargos, que são cargos da Secretaria de Estado da Saúde, devem ser ocupados por servidores da Saúde. Uma realidade que até então nós não tínhamos dentro da Secretaria de Estado da Saúde. Tínhamos uma variedade de cargos, que eram cargos comissionados puros e que eram ocupados por pessoas que eram é... de outros é... outras atividades que não da Secretaria de Estado da Saúde.

O Vanderlino, ele ficou na secret... na Superintendência de Gestão Administrativa ao longo de 2019, que era, é o ano inicial dos trabalhos, e ao final de 2019 ele apresentou a sua intenção de deixar a Secretaria, até porque ele tinha outras pretensões privadas, né, pra

Página 564. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

que ele pudesse seguir. A partir daí, então, o Vanderlino nos ajudou no sentido então: olha, vamos identificar um servidor que tenha a capacidade instala... ou, instalada não, mas uma capacidade e competência pra fazer a, a assunção da Superintendência de Gestão Administrativa, um passo, né, no sentido de realmente entregar aos servidores da Saúde todo esse processo de gestão.

Nós tivemos duas servidoras que foram identificadas como habilitadas pra tal, uma das servidoras acabou declinando por uma questão de saúde – ela estava em tratamento de saúde e por tal não poderia assumir tal função –, e a segunda servidora ou a outra servidora que foi identificada foi a Márcia, é... que participava da Superintendência Hospitalar da Secretaria de Estado da Saúde é... e justamente ela foi convidada e ela aceitou de pronto o convite e, a partir do ano de 2020 ela assumiu a Superintendência de Gestão Administrativa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor disse que... se eu entendi bem, o senhor disse que não sabia que tinha pagamento antecipado. É isso, dos processos?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O senhor entendeu bem, eu não autorizei nenhum pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor tem razão nisso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Eu não autorizei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor tem certeza disso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Que eu não autorizei? Certeza, absoluta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Posso ler um documento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deve.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Estou aqui na mão, Relator e Presidente, com todo o processo. Até porque quando o senhor começou a falar, eu comecei a acreditar no senhor, eu comecei a acreditar no senhor. Quando o senhor começou a falar que não assinou, que não dispensou, eu olhei e disse: meu Deus, o que nós estamos fazendo aqui? Eu comecei a acreditar no senhor. Eu tinha uma série de perguntas e digo, não, eu vou... vou ter que ver, porque a informação que nos chegava e a informação que a gente tinha é que não era. Mas nada melhor do que o que está escrito aqui no papel.

Isso aqui é o processo (*folheia documentos*), página 20, aliás, página 30, que é a proposta de venda dos respiradores mecânicos. Na página anterior tem a sua autorização para dispensa de licitação, assinada pelo senhor e pela Márcia. Aqui não fala, aqui fala o seguinte...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Qual página, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Página 26.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Se é página 26, então é comunicação interna solicitando aquisição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Comunicação Interna 950/2020.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso. Solicitando aquisição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então acompanhe a leitura aí.

(*Passa a ler.*)

Considerando as medidas necessárias para enfrentamento da pandemia de corona, no sentido de equipamentos às unidades hospitalares, para pleno atendimento à população, bem como a situação de emergência declarada conforme o artigo tal, decreto tal...

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3428
Rubrica

Página 565. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

solicitamos a aquisição emergencial de duzentos ventiladores pulmonares, segue a requisição.

Não tem pagamento antecipado. Aí vem a proposta... (*o depoente faz que sim com a cabeça.*), proposta essa, bom dizer para todos, que não é num papel timbrado, não é nada, é um A4, que diz aqui a proposta: Veigamed Material Médico, proposta de vendas, a senhora Márcia Regina, prezado cliente... e vem aqui: em atenção à solicitação de vossas excelências, estamos encaminhando a proposta... nossa proposta apresenta informações referentes aos produtos. A Brazilian International Business tem acumulado experiências em diversos projetos... esperamos que o conteúdo apresentado por vossa excelência de forma clara... Pedro Nascimento Araújo, CEO da Veigamed.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente, que folheia alguns documentos.*)

Página 28, tem lá: objetivo, escopo, responsabilidade do cliente, responsabilidade da *trading*.

Página 29, quinto, cronograma. Está acompanhando lá?

(*O depoente segue acompanhando a leitura em seus documentos.*)

Página 30, proposta comercial: cliente Fundo Estadual de Saúde; modalidade venda direta; equipamentos Respiradores Medical *C35*, conforme descritivo em anexo; quantidade 200; prazo fatal 35 dias; valores, valor unitário sem impostos R$ 165 mil, valor total da venda e impostos, R$ 33 milhões.

Está acompanhando lá, Secretário?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, estou acompanhando.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então continua a leitura, o que diz ali depois do R$ 33 milhões, o que diz ali?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Para pagamento via numerário antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor sabe o que é isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sei, claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O que é isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Pagamento antecipado. A empresa tá pedindo, não quer dizer que vai receber.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pera lá. Então está aqui na proposta. Perfeito?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A proposta está lá.

Vamos lá para a página 72? Página 72 é a sua dispensa de licitação, assinada pelo senhor Helton de Souza Zeferino. Dispensa de Licitação 754/2020. Eu não vou ler aqui, está tudo aqui, o senhor tem aí na mão. Vamos lá para o final, nove, justificativa do preço: o preço de aquisição foi obtido mediante cotação de preço e o motivo para a escolha foi a necessidade e a urgência do caso. Diante do exposto, propomos seja autorizada a dispensa de licitação, na forma do artigo mencionado (*o advogado Noel Baratieri conversa com o depoente*) e conforme condições anteriormente estabelecidas.

Quais foram as condições anteriormente estabelecidas no acordo e na proposta? Vamos lá...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, se o senhor...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, deixe eu continuar aqui.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – (*Ri.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aqui não é o quartel que o senhor... aqui o senhor não dá ordem.

Página 566. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Tranquilo, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aqui o senhor está como... aqui o senhor está para responder pergunta.

O SR. NOEL BARATIERI – Senhor Deputado... Deputado-Presidente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E o senhor também...

O SR. NOEL BARATIERI – Não, não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor também.

O SR. NOEL BARATIERI – Presidente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ei, ei...

O SR. NOEL BARATIERI – Deputado, questão de ordem...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor também... Eu não estou sendo deselegante...

O SR. NOEL BARATIERI – Questão de ordem...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Presidente, eu quero que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Doutor...

O SR. NOEL BARATIERI – Questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Está assegurada a palavra ao Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu quero que assegure a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tão logo ele termine a colocação dele, o senhor tem direito a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu quero que me assegure a palavra.

(*O advogado Noel Baratieri manifesta-se fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Ao senhor está assegurada a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu vou fazer a pergunta e o senhor fique no seu lugar.

(*Continua lendo.*)

Superintendência de Gestão Administrativa, ciente, um. Dois: em vista a necessidade de aquisição do objeto supracitado e com os poderes conferidos pelo Ato 6, de 2 de janeiro de 2019, resolvo homologar a Dispensa de Licitação 754/2020 e autorizar a despesa supracitada para prosseguimento.

Essa licitação fala em condições anteriormente estabelecidas. Aonde, Deputado Milton Hobus, empresário, ex-Prefeito, onde é que estão as condições estabelecidas, onde é que estão? Na proposta. O que diz a proposta? Não fala pagamento antecipado, fala uma palavrinha que a gente tem que olhar aqui: numerário antecipado.

Então, Coronel, eu quase acreditei no senhor, que o senhor não tinha visto que era... ou que... aliás, não tinha visto, não, que não tinha aqui o pagamento antecipado (*o advogado Noel Baratieri conversa com o depoente*). Mas, com o documento que eu tenho aqui em mãos, eu posso tirar só uma conclusão. Tudo o que o senhor falou, que não sabe de nada, que era a Superintendente, que era o Fundo e que até 5 milhões... tudo que o senhor falou aqui, que eu não vou redundar, além do senhor não fazer nada, o senhor assinava papel que não sabia, porque para chegar aqui diante (*o advogado Noel Baratieri pede a palavra*)... sob juramento de falar a verdade, sob juramento de falar a verdade e dizer categoricamente que o senhor não assinou nada com dispensa de licitação, o senhor, no mínimo, ou assinou sem ver, ou está faltando com a verdade.

Dois...

Página 567. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3429
Rubrica

(*O advogado Noel Baratieri pede a palavra.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes, só um momento. Doutor...

O SR. NOEL BARATIERI – Deputado, é o seguinte: assim ó, nós estamos aqui, nós temos que respeitar o que tá no Regimento, na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que proíbe esse tipo de atitude, de ficar agredindo, tentar humilhar, tentar criar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Doutor, com todo o respeito, eu não estou vendo...

O SR. NOEL BARATIERI – ...silogismo, entendeu?

Então, assim, a CPI aqui é formada por ilustres Deputados, Deputados que têm o respeito da sociedade catarinense e Deputados que conhecem a Constituição, que juraram a Constituição, conhecem a jurisprudência do Supremo, são muito bem cercados de assessoria. E aqui, então, Deputado, não é o momento do ilustre Deputado ficar querendo humilhar, achincalhar, ofender. Acho que é o momento da CPI...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Doutor, está registrado o...

O SR. NOEL BARATIERI – Nós estamos aqui, o meu cliente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Só quero dizer uma coisa, doutor...

O SR. NOEL BARATIERI – Eu estou com a palavra, Deputado! Estou com a palavra!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy, Deputado Kennedy...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ei, ei, ei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy, por gentileza.

O SR. NOEL BARATIERI – Eu estou com a palavra, Deputado! Eu estou com a palavra! O senhor se reserve... eu estou com a palavra!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E quando falar, dirija-se a mim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Olhe para ele, não olhe para mim. Olhe para ele.

O SR. NOEL BARATIERI – Então, Deputado, vamos ao seguinte: aqui não é o momento de ficar querendo humilhar. Nós estamos aqui querendo esclarecer a verdade. Aqui é um homem, tem uma história, tem uma família e ele quer mostrar pra Santa Catarina que teve alguém que falhou e essas pessoas vão responder criminalmente, civilmente. Ele vai responder pelo que ele fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) —Todos nós acreditamos nisso. Excelência, está feito o registro.

O SR. NOEL BARATIERI – Então, perguntas e não ofensas. Perguntas e não ofensas, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Feito o registro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor...

Presidente, eu ofendi quando eu disse que ele faltou com a verdade ou não estava ciente do que assinou, sendo que o que ele assinou, está lá? Eu ofendi, senhor Presidente, é ofensa? (*O advogado Noel Baratieri conversa com o depoente.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Conclua a pergunta, Deputado Kennedy Nunes.

Página 568. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não estou achincalhando e nem... Vergonha o que essa turma fez com o dinheiro do povo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Xiu, xiu, ei... Tá? O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes, eu...

O SR. NOEL BARATIERI – Questão de ordem, Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Vergonha o que aconteceu com isso daí.

O SR. NOEL BARATIERI – Setecentos milhões que deviam na Saúde o Secretário pagou, não tem uma acusação do Secretário, 700 milhões do governo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu entendo a posição do senhor como defensor do cliente...

O SR. NOEL BARATIERI – ...que o senhor fez parte, Deputado. O senhor não tem vergonha disso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...doutor advogado, porém...

Conclua a pergunta, Deputado, e se atenha ao objeto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Vergonha é o que foi feito com o dinheiro e vergonha é o que está sendo feito nesta CPI (*o advogado Noel Baratieri conversa com o depoente*), de um colocar a culpa no outro, de ninguém... Olha, quem está assistindo ali... a gente tem que dar uma auréola de santo para cada um que senta aqui e na verdade não está acontecendo.

Mas eu queria continuar a pergunta. Coronel Helton, o Governador sabia da compra desses respiradores?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, Deputado, com relação à sua fala é muito interessante essa argumentação que o senhor está fazendo, mas eu volto a afirmar que nós temos que nos ater aos documentos que estão acostados ao processo. Na dispensa de licitação e na ordem de fornecimento, que é o nosso contrato, o próprio assessor jurídico da Secretaria de Estado da Saúde que aqui esteve, e os senhores todos tiveram a oportunidade de indagá-lo a respeito dos processos de compras da Secretaria, ele disse inclusive, é uma das falas dele, que solicitação de pagamento antecipado, a partir de determinado momento, quando a Secretaria ela adquiriu, inclusive, não uma boa fama de pagadora, passava a fazer parte das propostas de compra dos fornecedores. O que vale, pra efeito de pagamento, são os documentos que a Secretaria produz e a Secretaria ela não produziu nenhum documento nesse contrato, que é a ordem de fornecimento, prevendo pagamento antecipado.

Então quando o senhor faz toda essa elaboração dizendo que... que eu sabia, que eu estou mentindo, é... eu lamento, porque realmente nesse processo não houve autorização de pagamento antecipado. Nós temos. inclusive, outros processos de compra em que os termos utilizados na... na DL são os mesmos, e... mas sempre lembrando que o que vale pra efeito de contrato, e é onde nós vamos cobrar, inclusive, da empresa, é a ordem de fornecimento.

Com relação à pergunta que o senhor fez do Governador do Estado, é óbvio que o Governador do Estado ele sabia que a Secretaria de Estado estava adquirindo respiradores. Especificamente com relação à empresa *a* ou *b*, isso não era competência do governo do Estado, do Governador do Estado. O que nós fazíamos, enquanto Secretaria, era informá-lo de que foram feitas aquisições através da Intelbras, onde ele participou inclusive do protocolo de intenções, que foram feitas uma aquisi... que foi feita uma aquisição de duzentos respiradores e que ficou estabelecido inicialmente aí um prazo dia 7 de abril e dia 30 de abril de entrega.

Página 569. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3430
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu faço essa pergunta porque no dia 27 de março, na *live* que o senhor participou, foi falado sobre a questão de respiradores e há de se convir que o Governador, quando questionado sobre os preços, falou que antes um respirador valia entre R$ 60 mil e R$ 70 mil e, por conta da busca dos respiradores, foi a R$ 335 mil, mas que ele pergunta para o senhor, vocês estariam comprando esses respiradores a mais de US$ 100 mil ou por mais ou menos um pouco mais de US$ 100 mil. Ele já sabia da compra dos US$ 165 mil ou não?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, porque... Qual é a data que o senhor está falando?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Dia 27 de março.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, dia 27 de março a ordem de fornecimento não havia sido expedida ainda.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas a proposta chegou dia 23.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, a proposta quando eu assinei, foi no dia é... salvo engano dia 29 ou dia 30 de março. Essa foi a assinatura da proposta, é... pra ser mais exato (*o depoente folheia documentos*) ó... da ordem de fornecimento, ela foi assinada no dia 30 de março. Ordem de Fornecimento 343.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deputado Kennedy, me permite?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nós temos aqui depoimentos, por exemplo, do Douglas Borba, que já sabia que o Estado estava comprando respiradores.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Respiradores que nós compramos foi o da empresa de Araranguá, que é outra compra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, não, não, não.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nós temos aqui textos da Márcia Pauli, temos aqui... o Douglas Borba apresentou... o... o advogado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mensagem de WhatsApp.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Antes do dia 22, 23, eles já sabiam que eles iam comprar respiradores. O senhor não sabia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Que nós iríamos comprar respiradores?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É, que estavam comprando.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Mas... Não. Nós estávamos comprando, não, que nós precisávamos comprar, sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas, Secretario...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Pois não, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu vou repetir para o senhor. No dia 22...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – (*Ininteligível.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...a Márcia estava trocando *e-mails*, mensagens, comprando respiradores.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Em que momento?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Dentro da sua Secretaria e o senhor não sabia?

Página 570. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Em que momento o Secretário é citado na fala? Em que momento, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eles inventaram isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O senhor teve acesso a toda a conversa da Márcia, em que momento?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eles inventaram isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não inventaram. Eles trocaram... Eles podem ter trocado mensagens? Claro que podem, claro que podem. E os senhores, inclusive, estão buscando essa verdade, né? Eles trocaram mensagens? Tudo indica que trocaram mensagem. Agora daí a dizer que eu estou participando do processo, é bem diferente, Deputado, é bem diferente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas eu não perguntei... Eu perguntei se o senhor não sabia...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bem diferente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor sabia que eles estavam trocando mensagens?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, claro que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Meu Deus.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Mas meu Deus, por quê? Onde é que está escrito no meu WhatsApp que eu troquei mensagem com o Douglas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Secretário, eu volto ao assunto das compras dos outros quatorze... tem outras quatorze compras com pagamentos antecipados, que somam R$ 46 milhões, outras dezesseis compras. O senhor tinha conhecimento disso daí ou entrava naquele teto de 5 milhões?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Todas no teto de 5 milhões.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então quer dizer que abaixo de 5 milhões...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Tem delegação de poderes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Perfeito.

O senhor sabia que dentro do sistema de processos de vocês, lá da Secretaria, é possível fazer desmembramento a qualquer momento e também baixar certidões de um documento e passar para outro processo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O senhor tá falando do sistema SGPE?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Dentro do sistema SGPE nós temos uma... o sistema permite isso, mas todo e qualquer procedimento que é realizado dentro do sistema SGPE fica registrado quem fez.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Como que é feito o registro disso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O senhor coloca... o senhor abre qualquer processo, isso é consulta pública, qualquer um pode fazer isso, vai numa consulta pública, coloca qual é a Secretaria, o número do processo e ano, o senhor vai abrir o processo. Quando o senhor passar o cursor do seu *mouse* em cima das peças, o senhor vai ter exatamente quem foi que fez a inserção, em que data e horário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então há condições de nós sabermos por que foi desentranhado o processo da Intelbras naquele dali. Quem fez isso?

Página 571. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3431
Rubrica

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Da Intelbras?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É. Aquele que teve o desentranhamento, né, das folhas 12 a 18.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso. Tem como saber isso daí?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Tem que ter a justificativa de quem desentranhou, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Há como saber também quem é que desentranhou e tirou do processo depois do pedido da engenharia elétrica o parecer do intensivista, que sumiu também e só veio lá...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Outra coisa. O senhor sabia que a funcionária que o senhor nomeou para a Superintendência, a funcionária Márcia Pauli, ela é certificadora de nota, o senhor fala por diversas vezes que foi ela que certificou a nota.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, eu falo que ela assinou a nota fiscal. Quem certificou a nota fiscal através do Sigef foi a Débora Brum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E o sabia que essa... como é o nome dela?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Débora Brum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E o senhor sabia que essa Débora Grol...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Brum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor sabia que essa Débora Brum, segundo o depoimento da Márcia Pauli aqui para nós, no Gaeco e também na Delegacia de Polícia, essa senhora Brum ela certificou a nota em nome da Márcia Pauli, e desde 2017 a Márcia não tem senha ativa no Sigef?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, Deputado, eu volto a afirmar aquilo que eu já disse aqui, mas é bom nós relembrarmos.

O que nós tínhamos, e foi... quem disse isso não fui eu, foi a Débora, os senhores podem consultar o depoimento dela através do Gaeco, ela disse que o *modus operandi* que foi criado dentro da Superintendência de Gestão Administrativa pra pagamento de notas era sempre ela consultava a Márcia se ela poderia encaminhar pra pagamento. Uma vez que a Márcia desse o.k. pra ela, ela fazia a autuação do processo, ou seja, ela criava um processo, ela apensava a nota fiscal e encaminhava pra Márcia assinar. Uma vez que a Márcia assinasse essa nota, ou seja, ela tem o "de acordo" da Márcia, ela fazia a inserção dessa nota no sistema Sigef e lá ela colocava. Ela era identificada como a certificadora, mas... é... deixa só eu buscar o nome correto aqui pra nós não termos erro... (*o depoente folheia documento*) Ela era identificada como usuário que fez a inserção e a atestadora era a Márcia Regina Pauli.

Todos os processos estão dessa forma. Quem é o usuário do sistema Sigef é a Débora, que é a qual detém a senha do sistema Sigef, e quem atesta é a Márcia Regina Pauli, baseado numa nota que ela assinou, que é a nota fiscal de pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deixa só eu entender uma coisa. A Márcia fala pra nós aqui e nos outros depoimentos que depois dela dar o depoimento no Ministério Público, quando ela vai conversar com a Corregedoria, eu acho que foi essa ou um dos auditores lá, ela fica sabendo de uma autorização de pagamento datada do dia 20, que foi baixada de um processo e colocado nessa daí, sendo que a autorização de pagamento foi anterior.

Página 572. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Todas as comunicações internas que geraram pagamento antecipado têm a mesma comunicação interna datada do dia 20.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso é normal?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Claro que não, deveria ser individual.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E quando começou isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Durante o processo de pagamento da... das DLs da... é... do enfrentamento da Covid-19.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Todos esses quatorze outros processos devem ter essa mesma CI?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Provavelmente. Eu não consultei todos os quatorze, mais os que eu consultei, a grande maioria deles tem dia 20.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Relator, isso é uma informação que...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – E segundo a Débora Brum...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Vossa excelência deve buscar, até para gente saber onde que está...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – E segundo a Débora Brum, Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...o fato verdadeiro aqui.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Segundo a própria Débora Brum, no seu depoimento ao Gaeco, ao qual o senhor deve também ter tido acesso, ela disse que ela fez justamente isso, ela deixou esta comunicação interna arquivada no seu computador e a partir do momento que ela precisasse fazer uma nova autuação, pra que ela não tivesse que refazer a comunicação interna pra cada processo, ela pegava essa comunicação interna e ela anexava ao processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E para encerrar, na sua opinião, que lição o senhor tira disso tudo, com essa relação da fragilidade do processo? Pelo que a gente viu aqui, teve um momento em que vocês tinham informações que seria o caos e que isso exigiu a criação de dispensas ou de soluções rápidas e ficaram tratando isso por WhatsApp, o que... pelo que me disseram aqui os outros, tanto o jurídico, como licitação, como a Márcia, como os outros, disseram que isso foi a fragilidade.

Qual é a lição que o senhor acha que dá para passar desse fato daqui para frente?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom. Isso é o que nós precisamos passar é que cada setor é... independente da Secretaria de Estado da Saúde, enfim, nós temos mais Secretarias fazendo aquisições, cada setor deve zelar pra que todos os procedimentos que são realizados dentro da sua área de atuação sejam aqueles preconizados dentro daquilo que são as... os regramentos do Estado, que foi o que não aconteceu aqui.

Então, quando nós tivemos uma desconformidade de processos de pagamento especificamente, nós geramos esse... é... esse emaranhado de processo que o senhor cita aí, de quatorze processos, que acabaram culminando com pagamento antecipado. Então eu acho que o que nós temos que atuar enquanto Estado é justamente no sentido de que as pessoas que têm responsabilidade de fazer alguns processos ou os processos dentro das estruturas de Estado, elas precisam estar calçadas naquilo que é o regramento do Estado e não em momentos... é... em situações momentâneas, que é o que nós enfrentamos aqui na Covid-19 e que, repito, é... foi uma situação que não foi vivenciada por nenhum administrador público, porque é... o mundo todo vem sofrendo com isso.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3432
Rubrica

Página 573. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Para encerrar, senhor Presidente.

A Márcia Pauli falou em todos os depoimentos que o senhor o tempo todo, depois que descobriram... descobriram não, depois que... Ah, outra coisa, eu gostaria que o senhor pudesse encaminhar para nós aqui da CPI qual foi a agência de câmbio que entrou em contato com senhor. Tem como passar?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – É... Eu até... eu até lhe informaria, mas o meu telefone está com o Gaeco desde o momento que eu fui lá fazer o depoimento e esta informação está no meu telefone.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas se fosse possível depois...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Os senhores podem ter acesso a minha... a... às telas do meu celular, sem problema. Tá no meu celular.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu acho, Relator, que isso é muito importante para saber se essa casa ou essa empresa não fazia parte de... sabe daquele negócio assim de, eu estou querendo vender um produto para ele, daí eu combino com eles, não, liga para ele que tu sabes. Até para saber, porque é muito estranho uma empresa com sede no Rio de Janeiro, com braço não sei o quê... e fazer a cotação numa casa aqui em Florianópolis.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, a casa é de São Paulo. A operadora...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ah, São Paulo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso, a operadora de câmbio é de São Paulo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pior ainda, né, porque daí... Eu acho que seria muito importante isso daí, até para saber se não faz parte daquele negócio, liga para o fulano e daí ele se faz.

Mas, para encerrar, Secretário. A Márcia sempre disse que o senhor dizia para ela: se acalma, um dia inclusive o senhor falou para ela que ela estava muito abatida. Depois da exoneração o senhor insistiu para ela ficar calma. Por que essa sua segurança de dizer para ela ficar calma, diante de um fato tão grave? Ou ela não falou a verdade?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, primeiro que eu não disse pra ela ficar calma no sentido de que as coisas vão se resolver, mas no sentido de que ela estava realmente muito abatida, era visível o estado de abatimento dela, e que obviamente ela precisa, né, ela precisa estar na sua situação é... de condição física, né, adequada, porque nós tínhamos aí... temos, né, estamos vivenciando aí nos últimos... nas últimas três semanas é... uma... uma exposição muito grande. Estamos vivenciando aí publicações de... nas nossas mídias de fatos que são inverdadeiros, de mentiras que estão sendo publicadas e divulgadas na mídia. Isso faz com que nós tenhamos aí toda a situação, especialmente psicológica, muito abatida.

Então, a minha fala com relação a ela foi nesse sentido, não foi no sentido de que: ah, não te preocupa, vai receber, até porque é... eu não tenho conheci... não tinha conhecimento de se essa empresa iria entregar ou não os respiradores. É... o que nós tínhamos era alguns processos que foram deflagrados dentro da Secretaria pra investigação, alguns processos com relação à parte criminal, alguns processos com relação à própria, à própria Procuradoria-Geral do Estado, mas foi no sentido realmente da condição de saúde dela, não foi não com relações aos respiradores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ela chegou a dizer algumas vezes que o Fábio estava pressionando para falar com o senhor e o senhor não atendia o telefone.

Página 574. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu não atendia o telefone?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, mas não tem ligação do Fábio no meu telefone.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas o Fábio... Não, não é que não atendia o telefone. O Fábio estava querendo falar com o senhor e o senhor não conseguia falar com ele. O Fábio disse...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Quando eu falei com o Fábio foi dia 20... no dia 7 de abril, é o que tem no meu telefone o registro. Quando eu pedi pra ele... perguntei pra ele sobre os nossos respiradores e encaminham prospecto dele e o descritivo técnico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Depois de muita cobrança, respondeu uma pessoa... A Pauli fala lá no depoimento que depois de muita cobrança o Fábio telefonou para ela e disse: vai ficar tranquilo, uma pessoa que vocês conhecem chegou, o Leandro, que veio falar no Coes em nome do Douglas. O Leandro o senhor já disse que o conhecia, né?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O Leandro Barros eu não conhecia. É... Ele é o... é a pessoa que apareceu no processo dos respiradores, é a pessoa que apareceu no processo dos EPIs, é a pessoa que apareceu no processo lá do hospital de campanha. É... mas eu não, não conversei com o Leandro. Ele disse que eu liguei pra ele, inclusive, e volto a dizer, o meu telefone está à disposição dos senhores aí pra verificação dessa ligação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Kennedy.

Deputado Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Muito bem.

Bom dia, né? Bom dia, porque já chegamos na quarta-feira.

Secretário Helton, doutor Helton, né? Esse sistema das compras de até 5 milhões, o senhor sabe me dizer, sim ou não, se isso acontecia no governo anterior, que não precisava passar pelo Secretário da Pasta?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Nós temos é... dentro da Secretaria de Estado da Saúde é normal, é rotineiro, a questão de delega... portaria de delegação pra que valores é... definição se era exatamente 5 milhões eu não sei dizer pro senhor, mas delegação de poderes ao Superintendente de Gestão Administrativa pras compras.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — As pessoas com poderes delegados não precisam se reportar a ninguém? Podem fazer compras de até 5 milhões...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Pessoas com poderes delegados têm, têm competência é... pra fazer os processos e obviamente respondem pelo que fazem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Está bem.

O senhor disse que não sabia que havia sido feito o pagamento antecipado dos 33 milhões e que o senhor não foi consultado para fazer esse pagamento, e o senhor não autorizou que fosse feito esse pagamento. A nota foi assinada como recebido os equipamentos pela Márcia e a Débora que pediu a autorização de pagamento. É isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Exatamente, Deputado.

Nós tivemos aí então um processo onde em momento algum foi autorizado pelo titular da Pasta pagamento antecipado, e os processos são públicos e as pessoas podem consultar. Nós tivemos aí uma assinatura de uma nota fiscal ou das notas fiscais pela Márcia e a inserção no sistema Sigef pela servidora Débora Brum.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3433
Rubrica

Página 575. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Eu quero lhe perguntar: a Márcia, ela costumava atestar mais recebimentos de outras compras?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Ou essa foi uma...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Na verdade não é rotina o Superintendente de Gestão Administrativa certificar nota.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Mas antes disso houve alguma, alguma...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, na verdade depois nós descobrimos aí alguns processos de compra é... que foram realizados inclusive pagamentos antecipados, onde foi feito essa devida certifi... essa devida assinatura pela Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Pela Márcia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Bom, nesse caso, 33 milhões, eu quero me ater... O valor não importa, se é 500 mil, 50 mil ou 100 mil, o dinheiro público é de um R$ 1,00 a quanto for.

Como é que o senhor analisa... A Márcia teria por iniciativa própria, dela, atestar o recebimento dos equipamentos e autorizar o pagamento? Ela teria essa iniciativa de ter uma decisão de um valor elevado desses, dela autorizar o pagamento, sem que tenha tido uma interferência de alguém: você faça, você pode fazer? Uma vez que o Secretário, o senhor está dizendo que não teve esse conhecimento.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, Deputado, eu posso lhe responder através dos meus mais de 28 anos de serviço público.

Sempre que nós temos uma determinação de alguém pra realizar algum processo e esse processo ele está em desconformidade é... é factível que a pessoa que está determinando o faça, ela assina ou ela coloca no papel o que é pra fazer. Nós estamos num momento agora onde... é... nós não podemos falar de eu achei, eu entendi, eu... era pra ser, e fatalmente nós temos um processo aqui que não passou, né, ou alguns processos que não passaram pelo Secretário, pelo gabinete do Secretário de Estado, que são aqueles até 5 milhões, onde foi estabelecido o mesmo procedimento.

Então é... quando se faz esse tipo de... quando se chama pra si a responsabilidade de certificação de uma nota ou de assinatura de uma nota fiscal, como o senhor bem colocou, seja de R$ 1,00 ou de R$ 33 milhões, nós estamos chamando pra nós também as consequências desse ato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Mas a Márcia... O senhor que trabalhou com a Márcia, o senhor a conhece, ela teria a iniciativa... Ela sabia que os equipamentos, que os respiradores não tinham chegado de fato, já se sabia que a empresa não era, pelo menos é o que se comenta, não tem aquela segurança que ela deveria ter, a garantia, orçamento, toda aquela história, negativas, segurança de que o patrimônio dela poderia garantir essa compra. A Márcia, por iniciativa dela, sabendo já disso, ela autorizaria fazer esse pagamento por conta própria?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, Deputado, essa pergunta é... precisa ser direcionada à Márcia. O que eu posso lhe afirmar é que eu, enquanto Secretário de Estado da Saúde, em momento algum, de todo o processo que eu estive à frente da Secretaria, eu autorizei pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Não autorizou?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Não autorizou.

Eu estou satisfeito. Apenas quero deixar um comentário, que é o seguinte: eu acho muito estranho, não estou aqui fazendo nenhum julgamento, mas eu acho muito estranho

Página 576. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

que um funcionário, sem ter de alguém superior, ele assuma uma responsabilidade de um valor elevado, de uma compra grande, de uma compra que, no momento que nós temos a necessidade de fazer uma compra que de fato fosse efetivada, por si só, teria assumido essa responsabilidade. É uma dúvida que me fica, não vou questionar que não seja verdade, mas me deixa muito surpreso e difícil de poder acreditar.

Era isso, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Sopelsa. Bom dia para o senhor. (*Risos.*)

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

(*O depoente conversa com o seu advogado, Noel Baratieri.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito obrigado, senhor Presidente.

Senhor Secretário Helton, eu mesmo lhe acompanhei e vi o senhor regendo ali com mãos de ferro, vi que o senhor deliberava como Secretári, fica uma situação obscura. O senhor entende hoje... o que representa para o senhor a gravidade desse processo? Porque o senhor fez boa argumentação, vi que o senhor se preparou muito, mas as suas falas são desconexas, uma hora o senhor não sabe, enfim, quando tenta esclarecer a culpa nunca é sua, nunca sabia.

Moralmente, o que o senhor acha desse processo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Moralmente o que eu acho é que todo o meu processo dentro da Secretaria de Estado da Saúde ele teve o mesmo perfil. Nós sempre... quando nós entramos na Secretaria de Estado, lá no início de 2019, nós tínhamos um desafio que era ajustar aquela Pasta no sentido de pagamentos, no sentido de recuperação, inclusive de credibilidade. É, e... quando o senhor fala que são falas desconexas eu... me permita discordar.

O que eu tenho aqui afirmado, e... e... todos os senhores têm acesso a tudo o que foi produzido pelo Gaeco, que está sendo produzido, e em momento algum, em momento algum, houve por parte do Secretário de Estado da Saúde sinalização positiva para pagamento antecipado. Pelo contrário. Quando me encaminharam a informação da Assessoria Jurídica questionando a possibilidade de pagamento e requisitando que isso fosse encaminhado ao Ministério Público e Tribunal de Contas, assim o foi feito.

Quando me foi encaminhado uma... as duas, né, as duas DLs que foram encaminhadas pra mim, que sejam aquelas... seja aquela da Intelbras ou seja esta da Veigamed, em ambas em nenhum momento do processo é realizado pagamento antecipado. Lembrando que o documento do Estado que tem validade pra efeito de cobrança é a ordem de fornecimento, como já foi colocado aqui pelo assessor jurídico da Pasta, que é o que faz os pareceres é... pra efeito de compra. Lembrando também que é um pa... é um servidor que já tem... ele veio da outra administração, ele permaneceu justamente por ser um servidor de carreira e que também já tem uma experiência, né, significativa, considerando o volume de compras que nós realizamos dentro daquela Pasta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Bom, o senhor mesmo falou de pagamento antecipado, e eu gostaria de comentar um pouquinho sobre isso. O senhor afirmou que no rito de compras do governo do Estado não há pagamento antecipado. O senhor confirma?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor soube ou fez alguma consulta sobre qualquer tipo de pagamento antecipado de matéria para a Secretaria, ou seja, para o senhor Douglas Borba?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Para o Douglas?

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3435
Rubrica

Página 577. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É, o senhor soube, fez consultas?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, na verdade o que nós fizemos é o encaminhamento daquela informação que foi feita pela Assessoria Jurídica, eu despachei pra que fosse encaminhada ao Tribunal de Contas e Ministério Público para consulta ou para produção de um parecer por parte deles.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Ou seja...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Douglas Borba, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Sendo prático, no linguajar prático, comum, que a população que nos assiste possa entender: qual o seu posicionamento sobre o pagamento antecipado?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O meu posicionamento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É, o senhor sabia, não sabia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Volto a dizer, Deputado, aquilo que... aquilo que foi despachado pelo gabinete, aqueles dois processos que foram despachados pelo gabinete, não foram autorizando pagamento antecipado. E nenhum deles que foi realizado pela superintendente, aqueles que eram até R$ 5 milhões, nenhum deles era autorizado pela Secretaria, até porque esse não é o modal de pagamento do Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Tem uma documentação... o senhor pode exibir (*dirige-se a um dos assessores da CPI*).

(*Procede-se à exibição de documentos.*)

O senhor está vendo esse documento? O senhor assinou uma ordem de fornecimento no dia 30/3 e fez consulta de pagamento antecipado no dia 1º/4. O senhor não acha no mínimo estranho, pra não dizer uma outra coisa, mas são 33 milhões... O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu fiz uma ordem de fornecimento, que não falava em pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Eu gostaria de entender, eu acho que o senhor está aqui para isso.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor poderia comentar sobre esse documento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Nós temos aí uma consulta ao Tribunal de Contas do Estado quanto à viabilidade de pagamento antecipado é... para empresas nacionais e internacionais. Uma consulta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Quando eu estou consultando alguém é porque eu não tenho certeza dessa possibilidade e no caso o Tribunal de Contas do Estado é aquele... é o órgão fiscalizador e julgador das contas do Estado, justamente pra isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É que o senhor... parece que o senhor é isento, é uma compra muito significativa, não dá pra entender. Eu mesmo acompanhei e vi que o senhor geria com mãos de ferro e de repente o senhor chega aqui: eu não sabia, isso não era da minha competência...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu não autorizei. A fala é essa, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — ...tinha outros grupos...

Página 578. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu não autorizei pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor como Coronel, a responsabilidade... Isso aí é... na sua posição de Secretário, a responsabilidade está nas suas mãos, ou seja, qualquer irregularidade, ou sombra de dúvida, ou variação que fique o senhor vai responder legalmente. Tanto é que o senhor está aí com os bens bloqueados... Eu olho os seus depoimentos ao Ministério Público, o senhor em nenhum momento... acho que era um mínimo de alguém que assumisse uma Pasta como essa agir com responsabilidade nessas questões, inclusive de pagamentos antecipados.

O senhor em nenhum momento se ateve a esse detalhe de... o senhor é o bom samaritano?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, ninguém é bom samaritano aqui, pelo contrário, o que a gente tem que entender aqui é que inconsistências aconteceram....

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Então o senhor assume a responsabilidade dos seus atos nesse sentido?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Nós temos pessoas, nós temos pessoas identificadas que fizeram, autorizaram o pagamento antecipado e que a Pasta, o gabinete da Secretaria não autorizou. Agora o que as pessoas não querem entender o que tá no papel e querem que o Secretário seja o responsável, aí sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Secretário, eu entendo de hierarquia e sei que o Moisés lhe trouxe, lhe deu caneta poderosa e delegou função. Então está num eixo de poder entre o senhor, o Governador, que é seu amigo pessoal, colega, confia no senhor, e o Douglas Borba.

O senhor em alguns depoimentos, por exemplo... o que o senhor explica, por que o seu depoimento mudou?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não mudou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não, mas em um o senhor acusa a Márcia, depois o senhor mudou.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não mudei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Está registrado. O senhor acusa a Márcia, daqui a pouco o senhor tira o foco dela e joga para o Leandro Lima (*o advogado Noel Baratieri fala com o depoente*). O senhor é desconexo quando fala, é nesse sentido.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu acho que não tem desconexão. Acho que o senhor tem que só entender os depoimentos no sentido de que nós temos aí, no domingo, aquele primeiro depoimento que foi feito ao Gaeco, na terça-feira nós tivemos complementos. Complementos com novas informações, agora daí a dizer que é desconexo, eu discordo do senhor, não houve desconexão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O que eu quero di...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Até porque se o senhor me disser... A Márcia teve quatro depoimentos no Gaeco, elas foram desconexas?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É que a Márcia... Bom, eu vou chegar ali.

Outro caso que ficou um pouco confuso e nebuloso é o caso do Leandro, que o senhor reconhece ele numa foto, disse que... o Leandro é o advogado que aqui esteve, e de repente a Márcia fala que não, quem esteve ali é o Estevo, é um outro Leandro. Aí o senhor disse não, mas... o senhor tinha alguma ligação com Leandro...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

Página 579. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3436
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Qual a sua ligação com ele?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Nenhuma, nenhuma ligação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Nenhuma ligação.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor não o conheceu?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Nunca conversou com ele?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Posso lhe mostrar um material? Senhor Presidente, por gentileza.

(*Apresenta uma mensagem de áudio do depoente para o senhor Leandro.*)

É a sua voz.

Eu tive acesso ao próprio celular do Leandro. O senhor não tinha nenhum contato com ele?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Em princípio é a sua voz, é o senhor conversando com ele.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu não tenho contato com o Leandro, Deputado.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Bom, é...

O senhor sempre conduziu com mãos de ferro, então o senhor não assume responsabilidade no caso desse pagamento antecipado, porque é muito grave, Secretário Helton. O senhor é ex-Secretário, mas não houve precedentes nisso. Um pagamento adiantado para 33 milhões para uma empresa fantasma, que não existia, ou seja, o que esta CPI apura aqui é chegar ao responsável. Foi o senhor, foi o Douglas, foi o Moisés, quem autorizou isso? Porque o senhor culpa terceiros e esse terceiros tem nome, tem alguém que o senhor poderia dizer assim: não, esse camarada foi o responsável. A preocupação da população, a maior pressão é que a CPI acabe em pizza, ou seja, todos se livrem. E aqui todos são desmemorizados. A Márcia sabe demais, o senhor sabe de menos.

A quem o senhor atribui essa responsabilidade? Mesmo o senhor sendo Secretário... Como o Kennedy falou, que a população... acredito, foi uma vergonha o que fizeram com dinheiro público. E agora o que o senhor tem a dizer? Quem foi o grande culpado desses 33 milhões que se esvaíram, que se não fosse o Deputado Bruno pedir na Justiça para tentar reaver esse valor... Em nenhum momento o senhor procurou a Procuradoria-Geral do Estado, quem foi o grande culpado nesse processo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Procurei, procurei, Deputados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não, foi uma ação popular, foi uma ação...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O senhor diz que eu não procurei a Procuradoria?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O Procurador, ao menos aqui, veio aqui e disse que também não sabia nada, que não conhecia nada.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Controlador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Procurador-Geral do Estado. O?...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O Controlador teve aqui.

Página 580. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O Controlador, perdão.

(*O advogado Noel Baratieri manifesta-se fora do microfone.*)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas aqui esteve e disse que nada sabia.

O senhor pode responder e esclarecer, porque fica nebuloso. O senhor até me desculpe por eu estar sendo mais incisivo, mas é que ficou uma situação... é como se caminhasse em meio a névoas, não há informação. O senhor é desmemorizado, não conhece, não sabe...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, nós não somos desmemorizados. Então, é só pra gente deixar bem claro, nós temos um processo legal que foi realizado, e o senhor, se tiver... é... se o senhor folhear esses processos o senhor vai verificar quem autorizou, quando autorizou, quem inseriu, quem mandou pra pagamento. Só que nós temos uma necessidade de que tenha sido o Secretário, e o Secretário não autorizou pagamento antecipado. Eu não autorizaria pagamento antecipado em hipótese alguma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — A seu ver, quem autorizou isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Ela... não sei, tem que perguntar pra Márcia quem autorizou. Eu não fui, eu tenho certeza absoluta e lhe digo o segui...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas, Coronel, ela é uma funcionária de quarto escalão.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – E lhe digo... Não, ela é de segundo escalão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Tá, mas que seja.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – E lhe digo de certeza, se ela tivesse feito uma pequena consulta, ela receberia como resposta não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor não pesquisou no Google a empresa?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não é competência minha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor, sendo Secretário, autoriza um pagamento de R$ 33 milhões?...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu não autorizei pagamento. Eu autorizei...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas ou seja...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, é que é assim, ó, é que a gente tem que parar com esse jogo de palavras (*o advogado Noel Baratieri manifesta-se fora do microfone.*), né, eu não autorizei pagamento, eu autorizei fornecimento. Quando a gente começa a dizer que autorizei pagamento, parece que eu mandei pagar e eu não mandei pagar.

(*O advogado Noel Baratieri pede a palavra.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Se o Presidente me permitir... o senhor... é... foi isento, foi isentão, o famoso isentão, ou seja, o senhor é Secretário...

(*O advogado Noel Baratieri pede a palavra.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado, se atenha à pergunta.

(*O advogado Noel Baratieri manifesta-se fora do microfone: "É, senão vamos perder o..."*)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3437
Rubrica

Página 581. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas é que é estranho. O senhor é Secretário, é um momento em que o nome do Estado é jogado na lama, é um esquema estranho, nebuloso, e aqui ninguém sabe nada, senhor Presidente. É difícil, eles esquivam, eles vêm para cá cheios de argumentos, não esclarecem nada. Para mim fica a ponte que liga o nada a lugar nenhum, porque ninguém sabe, quem foi? Foi o Secretário Douglas, ele não comenta; (*o advogado Noel Baratieri fala com o depoente*) foi o Governador? De quem veio? É dinheiro público, é dinheiro que se esvaiu.

Enfim, a Márcia sabe demais, o Secretário sabe de menos, então só tem uma solução, é esperarmos a acareação, botar um na frente do outro para saber quem está mentindo, senhor Presidente. Eu vou fazer igual ao João Amin, não tenho o que falar, as perguntas são... se esquivam, não respondem, (*o advogado Noel Baratieri pede a palavra*) então esperar a acareação e botar um na frente do outro e ver quem está mentindo, porque a Márcia sabe demais, ele de menos.

É uma vergonha, isso para mim é cuspir na cara do catarinense, do contribuinte.

Vou me dar por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com a palavra o senhor defensor.

O SR. NOEL BARATIERI – Presidente, então só uma questão de ordem, Presidente, com todo o respeito, mas assim, nos próximos que o senhor não permita que venha com algum tipo de ofensa, grosseria, entende, Presidente? Porque o meu cliente aqui está aqui coração aberto, pra mostrar tudo com base em documento, tudo, celular tá no Gaeco, na Deic, tudo, nós não temos uma vírgula a esconder, nós vamos responder por aquilo que... que ele assinou e nada mais.

Agora, esse nível de ofensa não é... não é digno do nosso Parlamento catarinense.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senhor Presidente, pela ordem.

Eu acho que, como Parlamentar, o poder que nos é dado aqui é parlar, é falar e é expressar o sentimento do povo catarinense que quer respostas, quando um Secretário de Saúde, empoderado pelo Governador, tem a caneta poderosa na mão, participa de um processo... Agora é claro que ninguém é culpado, todo mundo inocente, todo mundo bom samaritano, de repente esses 33 milhões se esvaíram. Acho que o mínimo que a gente pode fazer aqui é questionar quem foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim.

Para a conclusão, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Então, eu acho que estou aqui no meu direito, dentro da CPI, de esclarecer os fatos, queria saber sobre esse pagamento antecipado, que é uma coisa muito simples, foi adiantado a uma empresa, ou seja, ou eles são tremendamente incompetentes ou, volto a falar, ou teve... tem algo a mais aí, tem fumaça e tem fogo.

Então, concluo a minha fala, vou esperar a acareação para que um seja colocado na frente do outro, acho que só assim a gente vai poder ter respostas mais claras para saber quem realmente está sendo omisso, está escondendo algo.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor Presidente, terminada a rodada de perguntas, só tenho duas observações para fazer, se o senhor me permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Fique à vontade, ainda tenho minhas perguntas para fazer.

Página 582. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se o senhor quiser que eu faça depois de?...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não, pode ficar à vontade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Com relação ao pagamento do Samu, o senhor disse que foi pressionado para pagar a dívida, renegociar o valor do Samu. Foi feito o pagamento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nada?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor falou também da Débora Brum, o senhor falou várias vezes aqui no depoimento da Débora Brum da Deic?...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, Gaeco.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor poderia explicar isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Depoimento no Gaeco.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, ela deu depoimento no Gaeco?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor teve conhecimento desse depoimento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por onde o senhor teve conhecimento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O meu advogado tem acesso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ah, o senhor...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pelo teor do processo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ele que passou as informações para o senhor?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então o senhor fala de acordo com informações que ele passou?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, eu falo de acordo com o vídeo, o vídeo da gravação do depoimento dela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ah, então o senhor assistiu ao vídeo e fala por ela pelo vídeo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não falo por ela pelo vídeo. Digo que está no depoimento dela. Os senhores podem conferir ou convocá-la pra vir aqui falar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Às vezes o Secretário Helton acha que está no quartel ainda, né, fala com os soldados...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não, mas é que é uma lógica, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor acha que fala com os soldados.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não, não, senhor.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3438
Rubrica

Página 583. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não fala mais com soldados.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Ninguém está falando com soldado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não é mais... O senhor não está no quartel, que fala com os seus soldados o que o senhor quer.

Eu perguntei para o senhor o seguinte: o senhor ouviu os vídeos da Débora Brum?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É por isso que o senhor fez essas acusa... confissões aqui?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem, é isso.

É isso, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Concluindo.

Senhor Helton, vou tentar ser o mais breve possível aqui, montar uma linha de raciocínio. Até porque diligentemente escutei cada um dos meus Colegas, escutei o senhor falando. De antemão já quero dizer, até o defensor do senhor tem conhecimento, é normal cada um de nós aqui ter mais de 60, 70, 80, às vezes 120 mil seguidores nas nossas redes que canalizam nessas pessoas que estão aqui na frente de vocês todas as suas dúvidas, todos os seus questionamentos. E todas essas pessoas são contribuintes e elas têm uma preocupação muito grande com aquilo que foi feito com o dinheiro delas. E nós, aqui, essa é a caixa de ressonância da sociedade catarinense, nós somos a voz da sociedade. Então que fique bem claro isso, até porque que muitas vezes nós recebemos essas informações de forma muito forte, todas elas.

Mas para a gente manter a linha da minha pergunta.

Senhor Helton, a gente trabalha uma vida inteira, principalmente da origem do senhor ali, trabalhando na confiança da delegação de funções (*o depoente faz que sim com a cabeça*). Muitas vezes a gente vai descer uma cordada e a gente vai utilizar aquele cabo ali na certeza de que três pessoas verificaram a ancoragem dele e a gente desce despreocupado, porque sabe que alguém verificou aquilo. E eu tenho certeza que o senhor deve ter assumido a sua Secretaria na certeza de que aquelas pessoas para as quais foram delegadas funções, para cada uma delas, iriam executar da melhor forma possível. Isso também parte do governo do Estado, ele acredita que o Secretário está fazendo o serviço dele da melhor forma possível e que muitas vezes isso... é um exercício de confiança, que a gente traz de um local de trabalho onde nós fomos acostumados e leva para outro.

Se formos olhar todos os depoimentos que nós ouvimos até hoje aqui, inclusive, o de muita importância, o depoimento da Márcia, é que houve, fica bem claro que o ex-Chefe da Casa Civil, Douglas Borba, acompanhado, de braços dados com o Leandro... Douglas Borba e Leandro de Barros, eles perambularam por quatro tentativas de contratação, aliás, de compra, nenhuma delas apresentou êxito, foi exitosa, nenhuma delas eles conseguiram celebrar um contrato de forma que correspondesse à expectativa do catarinense, como eu disse, essas milhões de pessoas que nos cobram diariamente. E também tem as ligações de uma pressão do Douglas Borba em cima da Márcia...

Então nós vamos lá, Douglas Borba, Leandro, quatro tentativas, nenhum acerto, pressão em cima da Márcia, e do envolvimento direto de amizade, porque aqui a Márcia foi bastante solidária quando se referiu à Débora Brum, como amiga.

(*O depoente faz que sim com a cabeça.*)

Nós sabemos que no triângulo de um crime precisa de três peças fundamentais: a primeira delas é a vítima, a segunda é o criminoso e a terceira é a situação. A situação foi uma projeção, mesmo que falha, de que hoje nós teríamos centenas de mortos pelas

Página 584. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

calçadas. Então foi criada uma situação. Para que haja um crime é preciso essas três coisas, uma vítima, uma situação e o criminoso em si mesmo.

Aproveitando-se dessa situação e na confiança de que o senhor acreditaria que aquelas pessoas estariam fazendo o papel delas da melhor forma possível, cumprindo a missão delas lá, que a Márcia teria a responsabilidade dela, com a intervenção do Leandro e do Douglas aqui, é impossível de se acreditar que não havia uma espécie de associação entre essas pessoas aqui. Porque nas quatro situações, bate lá na Márcia, volta, volta no Douglas, alguém comunica; de duas das compras ali, em determinado momento, não foi falado: olha, isso aqui não vai dar certo mesmo. Houve uma intervenção de quem soube, tomou conhecimento do andamento da compra e no final das contas nós conseguimos celebrar uma (*ininteligível*). A que chegou mais longe foi a compra dos respiradores, que acabou terminando com o pagamento dela mesma.

O senhor está pegando bem?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, ã-hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Acabou com o pagamento dela mesmo ali.

O *x* da questão é que em todas essas situações, seja para a Márcia, seja para a Débora Brum, seja para o Leandro, as delegações foram que o Douglas Borba durante todo esse tempo sempre falava em nome do Governador, e isso já é uma atribuição do cargo dele, ele não precisaria nem falar assim: olha, isso foi em nome do Governador, porque se acredita que onde o Chefe da Casa Civil vá e fale, seja em nome de quem? Simplesmente do Governador. Uma vez pago isso aqui... nós temos a gravação que foi feita uma *live* em que o senhor estava à esquerda... não, o Douglas Borba estava à esquerda... o senhor estava à esquerda do Governador e o Douglas Borba à destra dele, e diz: na época nós tomamos uma medida desesperada, uma medida de desespero que foi feita essa compra. E fato... E posteriormente o próprio Douglas disse: o Governador não sabia. E o senhor mesmo disse, em data posterior a isso, disse: o Governador não sabia.

Qual a situação que nós tomamos de forma desesperada quando questionados da compra no passado, se posteriormente nem o Governador sabia e nem o senhor sabia? O senhor entendeu a minha pergunta?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O senhor falou que eu disse que nós fizemos uma compra desesperada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não, não, palavras do Governador Carlos Moisés.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Ah, do Governador. Depois da minha saí... depois da minha saída, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Isso.

Nós tomamos uma atitude de forma desesperada na época.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, depois da minha saída.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Depois teve aquela história de pular para dentro de uma casa, pegar respirador e tal.

Mas, posteriormente, o próprio Douglas alegou que o Governador não sabia. Como que ele podia não saber de algo, de uma atitude que ele tomou antes? Ele, ele...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Entendi, entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Como que ele adivinhou o futuro, na fala dele? Essa é a minha pergunta. Se o Governador... o senhor não responde por ele, eu sei disso, mas pelo senhor o senhor responde.

O senhor não achou estranho nenhum minuto essa intervenção do Douglas dizendo que falava pelo Governador? Uma tentativa... ele foi lá, tentou comprar uma coisa com esse Leandro, não conseguiu, tentou fazer outro negócio com o Leandro, tentou fazer um quarto

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3439
Rubrica

Página 585. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

negócio, tentou... conseguiu fechar a terceira compra, na quarta tentativa conseguiu fazer uma compra. O senhor não falou assim: poxa vida, esse cara tá lucrando alguma coisa com isso. Porque a própria Márcia falou que aquilo era um formigueiro de pessoas oferecendo serviços lá dentro, onde tinha o gerenciamento de crise lá, que inclusive chegou um tempo que eles estavam atrapalhando o serviço, não podia mais deixar fornecedor entrar lá dentro.

Não fica explícito que alguém quer ganhar dinheiro com isso mesmo? O senhor não falou assim: puxa vida, vamos meter o pé no freio aqui um pouquinho. Até porque eu, de verdade, acredito mesmo que ou essas pessoas estão intrinsecamente ligadas nisso, Márcia, Débora Brum, Douglas, Leandro. Eu acredito que há, porque não pode não haver uma junção dessas pessoas, não tem como desentranhar uma da outra ali nessa história.

Em algum momento o senhor acha que eles não exercitaram esse excesso de confiança que o senhor tinha na sua equipe para poder fazer algo que seja ilícito e que isso foi intencional?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E que não existe um sem querer com isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, eu acho que... é... a questão da confiança ela faz parte do processo, inclusive da delegação, né, os cargos são cargos de confiança. É... com relação a essa ligação entre essas... as pessoas é... eu não posso afirmar nem que sim, nem que não, é possível, é possível.

Com relação à Casa Civil, em falar em nome do Governador, em ter se dirigido à Márcia desse formato, eu diria que é bem possível que isso tenha acontecido, justamente pela, pela forma de, de fala do Secretário Douglas e que isso possa ter sido, enfim, interpretado como... é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Uma determinação.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Salvo-conduto, enfim, uma determinação ou coisa que o valha.

Agora, realmente, nós temos no processo aí de uma... de uma Secretaria do tamanho da Secretaria de Estado da Saúde, delegações que são baseadas em confiança, isso faz parte do processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Porque se o Douglas entrasse no gabinete do senhor e falasse assim: Secretário, o Governador está aqui na sala ao lado, está te chamando. O senhor não ia falar assim: eu quero uma prova disso, porque é o Chefe da Casa Civil que está dizendo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O Chefe da Casa civil chega e fala...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Na verdade, o que nós temos que interpretar é... uma coisa é falar de Secretário pra Secretário, outra coisa é de falar de Secretário prum segundo escalão, prum terceiro escalão, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – São coisas, são coisas diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Bom: eu estou falando aqui pelo Governador...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...seria fácil para a Márcia chegar e falar: Débora, assina. Não seria?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, é possível, é possível.

Página 586. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Seria isso, senhor.

Eu vou disponibilizar para o senhor alguns minutos para que o senhor faça as suas considerações finais, conforme tinha comentado no começo da nossa fala, porque é justo que seja feito.

O senhor fique à vontade, por tempo indeterminado. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, senhores, eu vou ser breve também até pelo adiantado da hora, mas eu gostaria só de deixar registrado algumas afirmações que já foram feitas aqui nesta CPI e que nós precisamos, inclusive, que elas sejam esclarecidas.

Bom, é... o diretor de Licitações e Contratos, Carlos Campos Maia, afirmou aqui que o Coes chamou para ele a questão da, do, da coleta de orçamentos e que somente encaminhava os processos para serem finalizados na Diretoria de Licitações e Contratos. Isso não é uma verdade, em momento algum nós tínhamos qualquer tipo de documento do Coes que alterou a organização do processo administrativo da Secretaria de Estado da Saúde, né? Os setores continuaram fazendo as suas atividades tanto quanto faziam antes do processo de enfrentamento. Então, ou seja, quando se fala em compras nós estamos falando da Superintendência de Gestão Administrativa.

É... uma outra fala que ele fez aqui é com relação é... aí ele desconheceu a origem dos orçamentos, eu acho que é importante os senhores aprimorarem, inclusive a própria questão em cima do processo que é público, pois foi ele que fez a inserção de um orçamento no dia 29 de março; ele fez a inserção do segundo orçamento da empresa MMJS. Ah... ele diz ou ele afirma aqui que a autorização dos pagamentos foi feitos pelo Secretário e pela Secretária Adjunto, ele afirmou isso aqui na fala dele. Então que ele indique quando isso aconteceu, quem estava presente, que... nesta autorização de pagamento.

É... Outra coisa que ele coloca aqui, e eu já havia colocado, mas repito, quando se toma conhecimento de algum erro de processo administrativo, nós enquanto servidores públicos temos que comunicar a quem de direito. É... Temos alguns órgãos de controle dentro da Secretaria de Estado, dentro da estrutura de governo, é... e uma coisa que é muito clara pra todos nós: uma ordem, quando ela é absurda, ela não deve ser cumprida e deve se comunicar a quem de direito. Então ele sempre disse ou ele afirmou aqui que estava recebendo ordens. Então, é importante a gente esclarecer de quem ele recebia estas ordens.

Outro fato que é importante nós esclarecermos também por parte da própria DLIC. Por que esse processo não foi publicado em Diário Oficial do Estado? Competência de publicação é da DLIC, não é do gabinete, não é da Márcia, mas é daquela estrutura chamada Diretoria de Licitações e Contratos. A DL 754 não foi publicado no Diário Oficial do Estado.

É... Temos mais uma, um outro fato aqui que precisa ser esclarecido. Nós temos um parecer que foi apensado ao processo, o Parecer 711 da consultoria... da assessoria jurídica da própria DLIC onde a conclusão desse parecer ela implica ou imputa pra própria empresa Meigave... Meigave... Veigamed, desculpa, aplicação de multa por descumprimento de contrato e a suspensão é... de possibilidade de venda pública. Esse processo ele encontra-se, ou ele encontrava-se na DLIC e nada foi feito, considerando que a DLIC é o órgão da estrutura da Secretaria de Estado que deve fazer as notificações e aplicação das penalidades.

Outra coisa que eu gostaria de esclarecer a todos os senhores e aqueles que nos ouvem, é... ele colocou aqui que a Márcia se tornou uma secretária executiva. A Márcia era uma das três superintendentes da Secretaria de Estado, nós tínhamos mais duas mulheres que são superintendentes na Secretaria, é... que tinham poderes delegados, sim, todas têm, e todas têm autonomia para realizar as suas tarefas e coordenar suas equipes. Então ela não se

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3440
Rubrica

Página 587. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

tornou uma secretária executiva porque simplesmente ela passou a trabalhar é... no Centro de Operações de Emergência em Saúde.

Bom, é... E só pra finalizar, eu gostaria de destacar a todos os senhores que o maior interessado em esclarecer todos esses fatos é... esse que vos fala. Nós temos aí uma série de imputações que estão sendo feitas é... à minha pessoa com relação à autorização de pagamento, com relação a processos que foram feitos de forma equivocada, e que nós temos que esclarecer esses fatos, sim, pra que as pessoas que tenham responsabilidade, e eu não estou me eximindo de responsabilidade em momento algum, mas que todos aqueles que tenham responsabilidade sejam identificados e que a sua responsabilidade seja cobrada pelos atos que foram praticados dentro do processo. Esta é uma necessidade de que eu tenho, justamente para que nós tenhamos aí o esclarecimento para toda a população e que não se fique somente na ideia ou no ideário de que quem fez foi fulano, quem fez foi beltrano, e nós temos que trabalhar em cima daquilo que nós temos levantados, através do processo, através dos próprios instrumentos que foram coletados nas casas, telefones celulares, enfim, nós temos uma série de processo de comunicação ou meios de comunicação que foram coletados, e que seja feito a conferência desses processos pra que nós possamos chegar finalmente à verdade dos fatos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É... senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Fique à vontade, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário é... Coronel Helton, antes de o senhor ir embora, queria dizer que nós vamos preparar um voto, né, nós somos aqui um tribunal político, nós vamos preparar um voto e nós vamos julgar se o senhor assinou ou não assinou, se o senhor deu a ordem para pagamento ou não deu, se o raciocínio do Deputado Kennedy Nunes é lógico ou não é.

O senhor pode ter certeza que nós vamos fazer isso com a maior imparcialidade possível, né? O senhor julga que não deu a ordem, mas o... a CPI vai observar todos os detalhes. Nós vamos emitir um parecer coletiva com relação a essa posição.

Obrigado pela oportunidade de conversar com o senhor.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Obrigado.

O SR. PRSIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Essa Presidência também agradece. Os senhores estão dispensados.

Boa noite para os senhores.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Boa noite.

(*O senhor Helton de Souza Zeferino e seus advogados deixam o recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Esta Presidência suspende por cinco minutos a sessão.

(*Estão suspensos os trabalhos. Pausa.*)

Reabrimos os trabalhos da CPI.

Solicito à assessoria que conduza a este ambiente o próximo e último depoente.

(*O depoente Douglas Borba adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Bom dia.

O SR. DOUGLAS BORBA – Deputados, tudo bem?

Posso tirar, Presidente? (*Refere-se à máscara que está usando.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode ficar à vontade.

O SR. DOUGLAS BORBA – Obrigado.

Página 588. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Douglas Borba, seja bem-vindo a nossa CPI.

O senhor sabe por que foi convidado a fazer parte hoje, a estar presente nesta reunião?

O SR. DOUGLAS BORBA – Sim, pra tratar da compra dos respiradores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. DOUGLAS BORBA – Certamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Lembrando ao senhor que o senhor tem o direito de permanecer calado, mas é necessário que o senhor expresse esse direito, porque o silêncio não é indicativo de resposta. É só dizer: prefiro permanecer calado.

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro, peço que o senhor fale o seu nome completo, idade, profissão, lugar onde exerce a sua atividade, local de nascimento e seu endereço – o mais próximo possível do microfone para que ela possa fazer o registro.

O SR. DOUGLAS BORBA – Douglas Borba, brasileiro, casado, advogado, residente à rua Bento Francisco, 1.260, em Biguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O endereço em Biguaçu?

O SR. DOUGLAS BORBA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O endereço?

O SR. DOUGLAS BORBA – Bento Francisco, 1.260, Biguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – 1.260, Biguaçu.

O senhor está acompanhado de advogado?

O SR. DOUGLAS BORBA – Estou acompanhado do doutor Giancarlo Castelan e doutor Paulo Schmitt.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Se eles quiserem ficar aqui, ao seu lado...

(*Os advogados declinam e permanecem onde se encontram, na plenária.*)

Mas eu preciso que os senhor acessem ao microfone para falar o nome completo do senhor, a OAB e a UF da OAB.

O SR. GIANCARLO CASTELAN - Primeiro lugar, o meu respeitoso boa-noite a todos os senhores e à assistência. É Giancarlo Castelan, OAB 7082.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado. O próximo.

O SR. PAULO CÉSAR SCHMITT – Boa noite, excelências. Meu nome é Paulo César Schmitt, OAB 25.638.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado.

Passo a palavra ao Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Ivan Naatz. Vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Douglas, permite chamar assim, doutor Douglas, Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBAS – Por favor, Deputado. Douglas, como o senhor desejar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ótimo.

É... Boa noite, obrigado por ter esperado.

O SR. DOUGLAS BORBA – Boa noite.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3441
Rubrica

Página 589. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor cumpre um papel importante aqui de a gente compreender o que aconteceu nessa compra dos respiradores. E, também, vou dizer para o senhor o que disse pros outros, pros demais: de que o fato de o senhor ter sido Chefe da Casa Civil pode nos ajudar também a construir bloqueios, né, legislativos, procedimentos administrativos, para que a gente não passe mais por problemas iguais a esse.

O SR. DOUGLAS BORBA – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então eu gostaria muito que o senhor colaborasse e também é uma oportunidade que o senhor tem de falar com os catarinenses, falar com a Assembleia e colocar a sua versão dos fatos. Acho que o senhor... acho que é uma grande oportunidade que o senhor tem de falar com os catarinenses.

O SR. DOUGLAS BORBA – Sem dúvida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aproveite esse momento, não é, para falar conosco e explicar isso aí.

Secretário Helton... Secretário Douglas, o Ministério Público de Santa Catarina entrou com um pedido de prisão preventiva contra o senhor.

O SR. DOUGLAS BORBA – Temporária, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Temporária, temporária.

O SR. DOUGLAS BORBA – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por que o senhor acha que o Ministério Público fez isso? Por que o Ministério pediu... Vários Secretários aqui em Santa Catarina e ele pediu a prisão só do senhor?

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom, primeiro, boa noite, senhor Presidente, boa noite, senhor Relator, todos os membros da CPI que estão aqui presencialmente, e também ao Deputado Sopelsa, que participa a distância, né, é... por estar aí em idade de risco, é... e, em especial, boa noite a todos os catarinenses que nos assistem também.

É importante dizer que faz 23 dias hoje que eu deixei a Casa Civil do governo do Estado de Santa Catarina e, neste período, é... apenas me dirigi às autoridades policiais e também ao Ministério Público, não dei nenhuma declaração à imprensa, não dei nenhuma declaração a qualquer outra pessoa que me procurou durante esse período, justamente aguardando esse momento, aguardando essa... esse chamado pela CPI por todo o respeito que tenho pelos senhores Parlamentares, pelo respeito que eu tenho à atividade parlamentar, até porque a minha origem também é atividade parlamentar lá no Município é... onde eu resido.

Então, venho aqui, certamente, senhor Deputado Ivan Naatz, hoje, pra trazer é... não diferente dos outros momentos, todas as verdades, assim como desde o meu primeiro depoimento espontâneo lá no Ministério Público, no dia 2 de maio, trazer todas as verdade dos fatos, não existem é... não existem a... versões, né, dos meus depoimentos. Todos os depoimentos que eu dei até aqui foram verdades, e não será diferente aqui na CPI. Entretanto é... trago é... mais elementos hoje, trago mais provas, inclusive, que serão juntadas é... no decorrer certamente ainda dessa semana ou da próxima semana, é... é... haja vista, né, novidades que a gente vai encontrando certamente eu posso esclarecer em primeira mão nessa CPI de hoje. E depois será, obviamente, juntada também nas investigações da autoridade é... policial e do Ministério Público.

É... acredito que o Ministério Público, quando atuou é... nesse caso da compra dos respiradores, tentou buscar é... indícios de ilegalidade, tentou buscar é... ilicitudes nesse processo, é um processo que é... venho falo... venho falando frequentemente é... com aquelas pessoas que me cercam e também é..., enfim, falando em casa mesmo que foi um processo desastroso de compra. Eu classificaria como um processo desastroso de compra por parte do governo do Estado, onde ritos não foram obedecidos, onde, onde etapas deixaram de ser é...

Página 590. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

superadas, enfim, ou não foram superadas é... então classifico como um processo desastroso. E a partir daí tentou se buscar a origem desse processo né, e em algum momento foi citado meu nome, né, acredito que naquele momento o Ministério Público julgou necessário um pedido da prisão temporária para que fosse ouvido, enfim, né, mas também tenho conhecimento que esse pedido foi negado pela Justiça.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou dividir o meu interrogatório em duas partes. A primeira que é a relação do senhor com o advogado Leandro Barros. Depois de terminada essa fase, nós vamos falar da relação do senhor como Secretário, como Governador, a voz do governo do Estado. Certo?

Eu li o pedido de prisão temporária do senhor e nesse pedido de prisão temporária o Ministério Público faz uma relação decorrente de depoimentos que ele colheu de que o senhor teria tentado intermediar os negócios dentro da Secretaria, apresentando o advogado Leandro Barros.

Eu pergunto para o senhor: qual é a sua relação com o advogado Leandro Barros? O senhor é... qual é essa relação com ele, especificamente?

O SR. DOUGLAS BORBA – A... conheço o Leandro de Biguaçu, eu sou uma pessoa pública de Biguaçu, fui Vereador lá durante seis anos, fui Secretário Municipal durante outros quatro anos é... e conheço o Leandro de Biguaçu, né, enfim, mas... é uma... uma relação de... de colega, né... colega, ele é advogado também, enfim, a gente tem relação é... de colega, não passa disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor apresentou ele para o Governo do Estado como possível é... uma pessoa que tivesse relações para fazer as compras? É que o Leandro está envolvido nos três processos complicados. O senhor sabe disso. O hospital de campanha do Mahatma Gandhi, ele se apresentou como representante; na questão dos respiradores, e também dos EPIs. Foram três processos que ele se apresentou.

O SR. DOUGLAS BORBA – É importante a gente dividir os... os... as razões aqui, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sei, mas vamos concentrar no Leandro, vamos concentrar no Leandro.

O SR. DOUGLAS BORBA – É, tudo bem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele... O pedido de prisão preventiva do Ministério Público é sempre relacionado o senhor e o Leandro, depoimentos da Márcia, depoimentos de outras pessoas. Eu queria que o senhor visse um vídeo do que a Márcia disse, o vídeo 1, do depoimento de Douglas, o que a Márcia disse aqui.

(*Procede-se à exibição do vídeo 1 mostrando parte do depoimento prestado pela senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

Então, esse é o depoimento, o primeiro depoimento quando ela fala do Leandro.

O senhor, quando deu o seu primeiro depoimento na Delegacia, o Deic, não sei onde o senhor estava, o senhor não falou que conhecia o Leandro, o senhor não citou o nome dele, o senhor não falou, o senhor não disse que passou o telefone dele...

O SR. DOUGLAS BORBA – É, até porque esse fato que a servidora Márcia menciona, ela menciona a respeito dos EPIs, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso, até depois...

O SR. DOUGLAS BORBA – Então, ela... esse depoimento dela não... não é relacionado aos respiradores, é relacionado aos EPIs. Nessa oportunidade, aí é importante a gente rememorar um pouquinho, voltar lá no dia é... 22 de março quando o Secretário Helton Zeferino encaminha uma mensagem no grupo de gestão de crise do governo do Estado com o seguinte teor, é... "Penso que, neste momento, a equipe do GRAC precisa dedicar boa parte do esforço para localizar fornecedores de ventiladores e monitores. Sem isso não adianta prever leitos. Estamos com muita dificuldade para adquirir." Então isso

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3442
Rubrica

Página 591. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

aconteceu no dia 22 de março, está aqui uma... uma cópia do *print* (*mostra documento*) é... do grupo de WhatsApp, o grupo de gestão de crise.

Na sequência, o próprio Secretário Elton, aí em conversa privada comigo, me encaminha o contato da servidora Márcia falando o seguinte: "Contato para esclarecimentos sobre o que precisamos. Segue."

Ou seja, por que que eu trago esta prova aqui é... pra justificar o meu contato com a Márcia, né? A gente leu e eu também assisti todos os depoimentos lá no Ministério Público e na autoridade policial, em alguns momentos foi questionado por que um Secretário de Estado estaria conversando com uma servidora de segundo escalão de outra Secretaria. Isso tá muito claro que foi um pedido do próprio Secretário Elton, e não foi um pedido para o Douglas, foi um pedido para todos os membros que estavam em atividade naquele momento no grupo de gestão de crise.

E no próprio depoimento da Márcia, esse mesmo depoimento, só que um pouco mais adiante...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vou mostrar...

O SR. DOUGLAS BORBA - ...ela diz o seguinte, é: as propostas, os protótipos, as mensagens, as... enfim, os fornecedores vinham de tudo quanto é lugar, vinham até de Marte, ela chega a brincar em uma fase, em uma fala dela durante este depoimento.

Então, é... o que que... que nós Secretários de Estado, entenden... Secretários de Estado naquele momento entendemos, e foi feito de fato: tudo que nós recebíamos, e recebíamos uma carga enorme, diversas pessoas, de Prefeitos, de diversas pessoas mandando é... primeiro necessidades, aquilo que eles estavam necessitando e man... alguns mandando é, é... sugestões, ou opiniões, ou enfim, indicações de fornecedores. Naquele momento o Secretário Helton disse o seguinte: tudo o que chegar, pra gente criar um canal único de rece... de receber essas propostas, devem ser encaminhado para a Márcia. E ela admite isso no próprio depoimento dela, que recebia por *e-mail*, por mensagem de WhatsApp, por telefone, e aí é onde ela faz a brincadeira que "até de Marte".

Qual é o meu entender, Deputado Ivan Naatz, em relação a isso? A partir daqui receber informações sobre qualquer eventual fornecedor do Estado e não repassar à Secretaria, que tem a necessidade pra adquirir, seria uma omissão de qualquer um dos Secretários de Estado. E não foi só o Douglas que fez é... esses encaminhamentos de orçamentos, encaminhamentos de protótipos, encaminhamentos de fornecedores, enfim, foram vários Secretários de Estado listados por ela, foram também outras pessoas é...públicas listadas por ela...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Só mas...

O SR. DOUGLAS BORBA – Então, não há é... uma... uma questão de que o Douglas simplesmente acessou uma servidora de segundo escalão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu entendo, eu entendo... Eu quero saber...

O SR. DOUGLAS BORBA – Isso era algo que naquele momento estava...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu quero saber o seguinte, Douglas Borba, eu quero saber o seguinte doutor Douglas: o que levou o senhor a apresentar o Leandro Barros? O Leandro Barros esteve aqui e disse que ele não representa nenhuma empresa, que ele nunca negociou com o Estado, que ele não tem *expertise* de negócio, que ele não tem nenhuma relação, que ele nunca vendeu.

O que levou o senhor a apresentar ele para a Márcia? E ele se autotitular representante de várias empresas? Isso que eu quero que o senhor explique pra gente.

O SR. DOUGLAS BORBA – Certo. Então vamos lá - por isso que eu digo que é importante a gente dividir os assuntos, já que o Leandro foi mencionado em três oportunidades, né?

Página 592. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Primeiro, em relação ao hospital de campanha, é importante dizer que eu não tive qualquer participação nessa seleção, ou na constituição de termo de referência, ou da qualificação de qualquer empresa relacionada ao hospital de campanha. É... tomei as devidas precauções em relação a provar isso, inclusive documentalmente, vou fazer anexar aqui nos autos da CPI o Processo SCC6887, onde o Secretário João Batista afirma isso, né, indagado é... pelo então Secretário da Casa Civil sobre hospital de campanha. Eu peço pra ele esclarecimentos dos fatos, "solicita-se que a Defesa Civil, após as devidas providências, informe se houve eventual indicação de empresas, participação ou ingerência da Casa Civil no mencionado processo administrativo com remessa de documentos, casos existentes."

Então o João me responde, o Secretário João Batista me responde dizendo que: "Em que pese a veiculação acerca da participação da Casa Civil no referido processo de contratação, encaminho o histórico de tramitação, o qual demonstra não ter processo tramitado na Casa Civil." E ainda faz um adendo: "Destaco: informo que não houve participação do Chefe da Casa Civil no processo de contratação do hospital de campanha, e destaco ainda que os orçamentos contidos no referido processo foram encaminhados diretamente pelas empresas", enfim, vou constar, vou contar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Douglas, eu... Assim, eu gostaria que o senhor respondesse...

O SR. DOUGLAS BORBA – Então do episódio...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - ...a pergunta.

O SR. DOUGLAS BORBA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu quero saber por que o senhor indicou o advogado Leandro de Barros? Por que o senhor mandou aquela mensagem para a Márcia, apresentou ele como o cara que vai solucionar o problema dos respiradores?

O SR. DOUGLAS BORBA - Eu fiz a indicação ou fiz o encaminhamento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por quê?

O SR. DOUGLAS BORBA – ...dos... do senhor Leandro de Barros no dia 2 de abril para tratar especificamente da questão de EPIs.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, não. Dia 22 o senhor já mandou uma mensagem apresentando ele, dia 22 ou dia 23. Dia 22...

O SR. DOUGLAS BORBA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor apresentou ele dia 22, nós temos uma mensagem.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, se buscar a mensagem, Deputado, me permita aqui corrigi-lo ou então trazer a verdade. Se mostrar a mensagem, que é comparativa, não sei se tem pra colocar, se colocar aquela mensagem ela traz um protótipo que eu encaminhei, e aí a mensagem que eu digo o seguinte: "Leandro falará com você." Ela me responde: "Já estamos em contato."

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber por que o senhor fez isso?

O SR. DOUGLAS BORBA - Porque nesse momento várias pessoas, e não foi só o Leandro, várias pessoas acessavam não só o Secretário da Casa Civil, mas a várias pessoas do governo é... buscando alternativas pra que o governo pudesse adquirir uma série de... uma série de equipamentos e insumos. A partir daí nós combinamos com o próprio Secretário Elton que deveríamos fazer todos os encaminhamentos à secretária Márcia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu compreendi, eu compreendi.

O SR. DOUGLAS BORBA - Quando a secretária Márcia, quando a superintendente Márcia é... responde "já estamos em contato", eu sequer encaminho contato

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3443
Rubrica

Página 593. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

do Leandro pra ela, porque eu disse se já estão em contato, estão em contato independente de mim. Então não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou ajudar o senhor. Pode colocar o vídeo 2 (*fala com a sua assessoria*).

(*Procede-se à exibição do vídeo 2 mostrando parte do depoimento já prestado pela senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

Então, o que o senhor diz disso.

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom, eu digo que da mesma forma como eu passei o contato do Leandro pra dona Márcia lá no dia 2 de abril, salvo engano, que foi o dia que eu, de fato, passei o contato pra ela pra tratar de uma aquisição de EPIs, e eu acho que a gente vai chegar lá, é... eu passei o contato de outras várias empresas que entravam em contato comigo, assim como outros Secretários de Estado e outras pessoas também encaminhavam para a superintendente Márcia contato de várias pessoas.

O fato é o seguinte, o Estado estava com dificuldade de adquirir uma série de produtos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu entendo.

O SR. DOUGLAS BORBA – A partir dessa dificuldade quanto mais fornecedores se apresentarem ao Estado, melhores opções que o Estado vai ter de compra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu entendo.

O SR. DOUGLAS BORBA – Agora nunca houve, Deputado-Relator, nunca houve qualquer pedido dizendo o seguinte: olha, compra deste, é... adquire este, ou faça é... determinada a ação em...em razão deste. Tanto...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Doutor Douglas...

O SR. DOUGLAS BORBA – Pois não, doutor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...eu não estou dizendo que teve, ninguém aqui está dizendo que teve. Nós estamos perguntando para o senhor por que o senhor indicou o Leandro de Barros.

Se o senhor não quiser responder, não responde.

O SR. DOUGLAS BORBA – Eu indiquei... assim como eu fiz...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque ele não era... Uma coisa é indicar, eu vou indicar um advogado, vou indicar o escritório do advogado do Ivan Naatz, vou indicar a assessoria jurídica lá do... a assessoria jornalística lá do Kennedy, vou indicar empresas de não sei quem, fulano, porque tem *expertise* para comprar bicicleta para... Aquele cara não tinha nada, ele nunca fez nada por ninguém.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, Deputado Ivan, assim, talvez eu não tenha me feito entender. Na verdade, todo... tudo que chegava a nós, nós encaminhávamos para a Márcia, o filtro não era feito por nós.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu entendi.

O SR. DOUGLAS BORBA - Nós encaminhávamos ao setor competente, que é a Superintendência de Gestão Administrativa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

A mãe do...

O SR. DOUGLAS BORBA – E filtro deveria ser feito lá. Então todos que acessavam a cada um de nós do governo, nos canalizávamos na Superintendência de Gestão Administrativa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - A mãe do Leandro de Barros trabalhava com o senhor?

O SR. DOUGLAS BORBA – A ma... a dona Ina Barros ela é uma servidora efetiva do governo do Estado há mais de quarenta anos, da Secretaria de Comunicação, e trabalha, ela trabalhava...

Página 594. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor trouxe ela para a sua equipe?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, ela continuou na Secretaria de Comunicação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Ela não foi trabalhar na Secretaria de Licitações?...

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, ela continua na Secretaria de Comunicação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor conhece ela?

O SR. DOUGLAS BORBA – Conheço, mas não trabalhava no mesmo departamento que eu lá na Casa Civil, porque ela trabalhava, de fato, na Secretaria de Comunicação. Há de se ressaltar que a Secretaria de Comunicação ela...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, mas tenho a informação que o senhor indicou ela para um cargo de confiança.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, ela... ela é uma servidora da Secretaria de Comunicação, já detinha uma determinada função de confiança lá, com a reforma administrativa, a Lei 741 aprovada nesta Casa, a Secretaria de Comunicação passou a integrar a Secretaria de Estado da Casa Civil e a partir daí ela trouxe uma gratificação de lá pra Casa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

O senhor mora no mesmo condomínio do Leandro Barros?

O SR. DOUGLAS BORBA - Eu resido, na verdade, na praia de São Miguel, na rua Bento Francisco, 1.260.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas ele disse aqui que o senhor mora no mesmo condomínio que ele.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, na verdade aí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas já morou?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não morei, na verdade eu tive um... um... uma fase...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Um relacionamento?...

O SR. DOUGLAS BORBA - Uma questão familiar, não é, um problema familiar e não cheguei a residir lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o futebol? Jogam juntos lá nos Galáticos?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, não, Galáticos é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Aquelas fotos que aparece o senhor com a família, com os amigos, com o Leandro?... Não... O senhor não... não é do relacionamento do Leandro Barros?

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom, Relator, mais uma vez eu vou dizer, Biguaçu ainda é uma cidade pequena, todos se conhecem, todos se relacionam, o lazer aos finais de semana, aos finais de semana basicamente é o futebol, os campos de futebol. Agora eu tenho o meu time de futebol, que é o, o, o Galáticos, que joga no BAC, e o Leandro joga em outro time, em outro campo. Então, não... não há qualquer relação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe que ele joga até em outro time de futebol. O senhor sabe até os times de futebol que ele joga...

O SR. DOUGLAS BORBA – Mas isso é público e notório de todos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Município pequeno, né? Então o senhor não sabe explicar por que indicou o Leandro?

O SR. DOUGLAS BORBA - Mais uma vez eu vou dizer: todos que acessavam a nós de alguma maneira do Estado, nós tínhamos que dar uma destinação às pessoas que procuravam o Estado no intuito de ofertar algum produto, no intuito de vender pro Estado. A partir daí, todos, sem exceção, nós enviávamos para a Márcia.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3444
Rubrica

Página 595. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que...

O SR. DOUGLAS BORBA - Eu posso afirmar pro senhor, e tenho isso no histórico de mensagens, que foram dezenas de... de pessoas, foram dezenas de pessoas, de mensagens enviadas pra Márcia é... a, a... por exemplo, a Cremer, de Blumenau, certamente o Deputado Milton Hobus conhece, a Cremer, de Blumenau, nos procurou também querendo ofertar o serviço ao Estado. Também, da mesma forma, coloquei à disposição da servidora Márcia, e outras empresas que acessavam de alguma maneira e que chegavam a mim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe...

O SR. DOUGLAS BORBA - Eu dava prosseguimento através da Márcia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sabe explicar por que o senhor Leandro Barros está envolvido nesses três procedimentos que deram problema?

O SR. DOUGLAS BORBA - Eu não posso responder pela atividade profissional do... nem do Leandro, nem de ninguém.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Só um aparte, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, claro, claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – É só essa questão, Douglas, como é que chegou até você, então, que o Leandro representava a Veigamed e você indicou ele pra Márcia?

O SR. DOUGLAS BORBA - Como é que é? Perdão, eu não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Foi o Leandro quem lhe procurou dizendo que ele representava uma empresa e queria...

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, em momento nenhum o Leandro me procurou pergun... falando que representa a empresa ou que representa a Veigamed. E, aliás, em nenhum momento Leandro tratou de respiradores comigo, né?

O Leandro, de fato, falou sobre é... a questão dos EPIs, questão dos EPIs, que ele é... poderia ajudar na importação e, na verdade, fui eu é... que liguei pro Leandro é... nessa situação específica dos EPIs, que foi quando eu passei o contato para a servidora Márcia é... porque naquele momento dos EPIs, a gente está acabando misturando aqui, mas naquele momento dos EPIs o Estado estava é... é... em tratativas de adquirir EPIs com pagamento adiantado. Isso foi lá, salvo engando, salvo engano a gente tomou conhecimento numa reunião no dia 1° de abril. Eu fiz um alerta, inclusive tá por escrito, também faço juntada aqui na CPI, fiz um alerta de que pagamento adiantado não era algo que o governo do Estado admitia e que nós deveríamos ir atrás de outra alternativa, tal qual foi feito com a empresa Intelbras, né? Alguma empresa que se dispusesse a comprar lá pra que depois o Estado pudesse é... fazer aqui.

Então não seria um processo de compra, seria um termo de compromisso, algo assim, que já foi feito com a Intelbras. E aí nesse momento é que, de fato, eu ligo pro Leandro, porque o Leandro, ao que me consta, Deputado, ele é uma pessoa da área, pelo menos é isso que a gente ouve, enfim, que ele é uma pessoa especializada na área da saúde, enfim, então naquele momento nós passamos a fazer ligações e buscar mesmo, todos do governo passaram a buscar alternativas para que os estoques de EPI do governo fossem repostos. O Leandro foi uma das pessoas que foram apresentadas à superintendente Márcia, mas não foi a única.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor disse que...

O SR. DOUGLAS BORBA - Mais uma vez eu repito, esse julgamento, essa análise, essa escolha é... é algo que não compete a ninguém do governo senão à própria Secretaria de Estado da Saúde, né? E como todas as propostas, todos os contatos, que vinham "até de Marte", segundo a própria servidora, eram canalizados na Superintendência de Gestão Administrativa, não havia outro canal pra gente enviar senão pra lá, até por

Página 596. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

orientação do próprio Secretário Elton, que mandou uma mensagem no grupo dizendo: olha, quando aparecer as propostas aí, vocês encaminham pra lá.

É... é... eu... eu já assisti os quase quarenta depoimentos que existem nessa investigação aqui é, é das autoridades policiais e é... e é... é unanimidade em todos que são questionados: vem cá, recebiam muitas propostas? Chegavam muitas propostas? Muita gente procurava? E é unânime, de todos, de todos que foram ouvidos: olha, chegavam muitas propostas. O que você fazia com as propostas? Canalizava na Superintendência de Gestão Administrativa, e foi isso que eu fiz. Canalizei lá.

Agora, o processo de escolha, o processo de análise, o processo de pagamento e todo esse processo, é um processo que eu desconheço, é um processo decorrente próprio da Secretaria de Estado da Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor disse que tinha proposta de...

(*O Deputado Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone pedindo para falar.*)

Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Eu só gostaria de entender uma coisa. O Deputado Ivan te faz uma pergunta clara: por que você indicou o Leandro?

Você, por diversas vezes, responde que você não usava filtro e passava pra Márcia todas as indicações. Aí, logo, eu imagino que o Leandro, se for isso, o Leandro te faz alguma proposta e tu passa pra Márcia, que daí justificaria a tua resposta ao Deputado Ivan dizendo que não indicou o Leandro com algo específico e, sim, só repassou.

Mas, agora, você diz aqui para o Deputado Fabiano que não, que pediu a ajuda pro Leandro em relação aos EPIs.

O SR. DOUGLAS BORBA – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu só quero saber onde é que está a verdade aí?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, a verdade são as... as... as duas são verdades. O Leandro vinha em contato comigo, na verdade me procurou já lá no começo é... lá no dia 20, 21, 22, não lembro, e foi naquele momento que eu... que eu canalizei pra Márcia, né, e a Márcia disse: nós já estamos em contato. Ela já estava em contato com o Leandro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas por que tu indicaste o Leandro então?

O SR. DOUGLAS BORBA – Porque era mais um que chegava, eu dizia: olha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas o que o Leandro pediu?

O SR. DOUGLAS BORBA - O Leandro disse que poderia fornecer para a Secretaria da Saúde. Aí, enfim, passei o... passei o, o contato e aí o contato foi feito lá, né? Não houve...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor disse que recebia propostas de todos... todos... vinha proposta "até de Marte", né?

O SR. DOUGLAS BORBA – Essa aí é a fala da superintendente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu tenho uma fala do senhor aqui, e queria que o senhor esclarecesse a CPI.

Poderiam colocar o vídeo 5? O que o senhor disse no depoimento que o senhor deu.

(*Procede-se à exibição do vídeo 5 mostrando parte do depoimento já prestado pelo senhor Douglas Borba.*)

O senhor disse que vinha proposta de Deputado. Qual Deputado? Como é que é, o que é isso aí?

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3445
Rubrica

Página 597. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, na verdade como eu disse, chegava... certamente os telefones dos próprios Deputados as pessoas também acessava e encaminhavam pra algum... pra algum lugar, né? E, de fato, algumas mensagens chegaram pra mim dizendo o seguinte: ó, se precisar de tal coisa, tem isso aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que Deputado?

O SR. DOUGLAS BORBA – É... Bom, eu posso resgatar isso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, não. Que Deputado? O senhor sabe quem é, o senhor vive nesta Assembleia. O senhor sabe. O senhor circula em todos os Deputados, o senhor sabe quem é o Deputado.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é o segundo que chega aqui e diz que não sabe qual é o deputado.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, mas era uma prática... Eu não posso agora afirmar sem conferir, Deputado Ivan Naatz. Eu não vou ser leviano e, de repente, posso... posso incorrer em injustiça, né? Posso incorrer em injustiça. Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor foi Secretário da Casa Civil, o senhor sabe o Deputado, não fui eu, não foi o Amin, não foi..., não foi nenhum de nós aqui. Quem foi o Deputado?

O senhor está pro... A outra pessoa chegou aqui, não disse o Deputado, disse que não sabia, tinha Deputado esperando lá embaixo pra abraçar.

O senhor está sob juramento.

O SR. DOUGLAS BORBA – É, eu estou sob juramento, por isso mesmo eu não quero cometer injustiças.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas eu acho o seguinte, o senhor chegou lá na... assim, chegou lá na Delegacia, olha, teve pressão de todo mundo, teve pressão até de Deputado. E aí o senhor não sabe quem é?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, não, não falei em pressão, Deputado, não houve pressão, Deputado. Eu acho que a minha fala ali é muito clara, as mensagens eram encaminhadas de tudo quanto é lugar, e isso é verdade, as mensagens vinham...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Coloca de novo para nós ouvir, para os Deputados ouvirem.

O SR. DOUGLAS BORBA – Vamos ouvir de novo.

(*Procede-se à exibição do vídeo 5 mostrando parte do depoimento já prestado pelo senhor Douglas Borba.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Oh, se viesse aqui...

O SR. DOUGLAS BORBA - Mais uma vez eu vou tentar esclarecer, Deputado Ivan.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Oh, se viesse aqui, se viesse aqui o Secretário da Agricultura, sentasse aqui e dissesse: ah, eu não lembro o nome daquele Deputado. Eu ia acreditar, entende? Mas o senhor vive na Assembleia.

O SR. DOUGLAS BORBA - Deputado Ivan, eu não quero cometer injustiça e ser leviano aqui. Eram muitas mensagens vindas de muitos lugares. Todas essas mensagens recebidas não só por mim, mas por outros membros do governo do Estado eram canalizados apenas num local, a pedido do Secretário Helton nós enviávamos para a superintendente de Gestão Administrativa, que é a... que era a Márcia é... Pauli ou Paulin, enfim.

Então, todas as mensagens sem filtro, aliás, no dia 24 de é... no dia 24 de março eu faço esse alerta inclusive à servidora, preocupado com o montante de mensagens que eu apenas encaminhava, muitas delas eu nem via, porque era... Chegava é... teste Covid, chegava tudo no celular, eu mandava pra ela a pedido do Helton, e cheguei a mencionar pra ela o seguinte: É... Márcia... 24 (*folheia alguns papéis*). O dia que eu passei o contato do

Página 598. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

dono da Cremer, de Blumenau, é... que queria ajudar no abastecimento de materiais e medicamentos para o Estado e tal, eu disse: Márcia, não estou filtrando. Mando tudo que recebo. Vocês depuram. E ela me responde: Perfeito.

Os senhores querem um alerta mais claro do que esse, mais específico do que esse? Vou repetir: Márcia, não estou filtrando. Mando tudo que recebo. Vocês depuram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu fico triste que o senhor queira proteger o nome de alguém...

O SR. DOUGLAS BORBA – Não é prote...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...porque daí o senhor coloca toda a Assembleia em xeque.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não é isso, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu fico muito triste, é triste isso, que o senhor queira excluir o nome de alguém e coloque todos os demais Deputados envolvidos. Mas é uma decisão sua, se nós descobrirmos quem foi e só o senhor sabe quem foi, o senhor vai responder, o senhor sabe disso.

O SR. DOUGLAS BORBA - Eu estou, eu estou pedinte, posso consultar o meu celular pra trazer em outro momento, oportunidade. Tranquilo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Interessante, o senhor teve a mesma desculpa que a Márcia.

Douglas, o senhor disse que o dia 27/3 o senhor pediu para a Controladoria acompanhar as compras da Secretaria da Saúde. O senhor confirma isso? O senhor disse num depoimento que o senhor teria pedido para a Controladoria acompanhar as compras da Secretaria da Saúde. O senhor confirma?

O SR. DOUGLAS BORBA – É, mais uma vez a gente vai ter que... Deputado me permite, a gente vai ter que contextualizar a situação, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro. O senhor pediu... Então vou melhorar a pergunta.

O senhor pediu para a Controladoria acompanhar as compras na Secretaria da Saúde?

O SR. DOUGLAS BORBA - Esse pedido foi... é... foi enfatizado em alguns momentos, tá? É, lá no início já, lá no dia... é 12 de março nós editamos o primeiro decreto. Certo? O primeiro decreto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

O SR. DOUGLAS BORBA - E lá no dia 17 de março nós declaramos a... a situação de emergência em Santa Catarina. Era muito clara a, a, a... era muito clara a orientação a todos os Secretários, em especial àqueles que fossem necessitar fazer dispensa de licitação é... que acessassem tanto a CGE quanto a SIG para se precaverem, né, nos processos licitatórios. Isso era é, é, é exposto muito claramente em colegiado. Perfeito?

Até porque lá naquele decreto de 12 de março, que é o primeiro, ele coloca no artigo 4º uma previsão que "Na contratação de bens ou serviços para tratamento, prevenção, isolamento ou quarentena, em caso de dispensa de licitação, a SES deverá observar as hipóteses previstas nos arts. 24 e 25 da Lei n. 8.666 (...)." Ou seja, esse decreto foi assinado pelo Governador obviamente, por mim e pelo Helton, determinando o modelo de dispensa de licitação que poderia ser feito, atendendo à Lei n. 8.666. Certo?

A partir dali, Deputado, sim, a gente fez pedidos pra que todos o secretariado que fosse utilizar das dispensas licitações fizessem... fossem acompanhados da Secretaria de Integridade e Governança e, também, é... da Secretaria, da Controladoria-Geral do Estado. É...acontece que... é... durante esse processo, e aí até pra... pra rememorar aqui na questão cronológica, pra ficar bem didático a todos nós, é... lá no dia 18 de março de 2020 foi criado o grupo de gestão de crise, perfeito, nesse... e a partir do dia 18 de março, lá no dia 22 de

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3446
Rubrica

Página 599. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

março nós, e aí partiu de uma conversa minha com a... a servidora Márcia, que foi o meu primeiro contato na verdade com a servidora Márcia, quando o Elton me passou o contato dela pra eu entender que demandas eram essa, como é que ia funcionar pra colocar o colegiado todo a par de como poderíamos ajudar nessa situação excepcional, a servidora Márcia pede, naquela ligação, é... auxílio, auxílio dos órgãos de controle, tanto internos quanto externos.

E aí eu vou fazer... juntar aqui também oportunamente é... a transcrição dos áudios trocados comigo e com a Márcia, né, mas, por exemplo, o áudio das dez e cinquenta e seis diz o seguinte: "Márcia, falei com o Governador Moisés agora, ele está fazendo contato com o presidente Adircélio e também com o doutor Fernando Comin, TCE e MP. Além deles, também o Procon. A gente vai solicitar uma pessoa de cada órgão desses aí como medida preventiva nesses processos de compra e também que nos auxilie, não só na questão mercadológica de preço e tudo mais, mas também na questão de preço de empresas que estejam praticando abuso.

A partir daí nós solicitamos que fossem integradas é... aos órgãos externos a CGE e a SIG, e foi montado um grupo de WhatsApp, acho que todos os senhores já têm conhecimento, a partir do vi... do dia 24 de março, com esse fim é... específico, Deputado, que o senhor me questionou. Com o fim específico de acompanhar as compras do Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque é assim, Douglas, é assim...

O SR. DOUGLAS BORBA - É lógico que a gente não pode... é lógico que a gente não pode creditar aos órgãos externos isso, mas havia, sim, uma orientação dos órgãos internos da CGE e da SIG de acompanhar todos os processos de compra do governo do Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Controlador esteve aqui, o Luiz Felipe esteve aqui e disse que não acompanhou nada, que ele só entrou no processo no final de abril. Ele disse que não recebeu nenhuma instrução. O Helton Zeferino esteve aqui e disse que ninguém instruiu nada. A Márcia Pauli disse que pediu ajuda e ninguém ajudou. Por que isso aconteceu?

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom, então vamos lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se o senhor disse que entrou...

O SR. DOUGLAS BORBA - Vamos mostrar os fatos então, né, mais do que dizer, vamos mostrar os... os fatos aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque o senhor é o maestro, né? O senhor é o Secretário da Casa Civil e o senhor é o maestro do processo.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, não necessariamente, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas é... Era pra ser, pelo menos, né?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não necessariamente, né? Não necessariamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se o senhor não foi...

O SR. DOUGLAS BORBA – Na verdade assim, Deputado, o que houve em relação a isso.

A Márcia pediu ajuda lá no dia 22, o Governador fez contato com o Presidente do TCE, fez contato com o chefe do Ministério Público, a partir daí houve uma conversa comigo e com o Secretário Tasca para o Secretário Tasca liderar esse... essa questão consultiva é... de compras. E nesse grupo de WhatsApp que foi criado já pra questão das compras lá no dia 23 de março é... 24 de março, perdão, a CGE estava no grupo. Ou seja, ela já participava lá no dia 24 de março das aquisições.

Página 600. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

E tem mais um fato ainda. A SIG, no dia 25 março, faz contato comigo dizendo que... é... enfim, estava incomodada, que queria acompanhar mais de perto as questões de compras da Saúde e tudo mais – também trago essa transcrição e a cópia aqui das... das conversas minha com a Secretária Naiara –, e... e a partir daí eu oriento ela a fazer contato com a Secretaria de Estado da Saúde, inclusive formalmente isso foi feito, por escrito, pra se colocar à disposição da Saúde nos processos de aquisições é... de mercadorias. Isso ainda no dia 25 de março, e ela fez, e ela fez, ela fez. O documento está aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – (*Ininteligível.*)

O SR. DOUGLAS BORBA – Esse documento diz o seguinte: Boa noite, tudo bem? Estamos trabalhando o mais rápido possível para produzir material para ajudar vocês. Só que temos um número pequeno. Queres alguma ajuda pontual para essa demanda dos dois fornecedores que você apresentou no grupo? Isso foi no dia 25 de março de 2020, às dez horas da noite, e a compra que ela menciona aqui é a proposta comercial Aeonmed, de um produto VG 70. Que, ao meu ver, já é o produto, eu não participei disso, não participava do grupo inclusive, mas ao meu ver, agora, de posse de todas as informações que a gente já sabe, né, ao meu ver era compra específica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Saiu alguma...

O SR. DOUGLAS BORBA – E servidora em questão, e a servidora em questão ela não respondeu à mensagem da Secretaria de Integridade Governança é.. sobre esse questionamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber, Douglas, de uma instrução direta, não WhatsApp, mensagem de texto, que o cara está no banheiro e está escrevendo uma mensagem...

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber do negócio direto, um documento oficial, da intervenção direta da Secretaria de Governança. O senhor é o Chefe da Casa Civil...

O SR. DOUGLAS BORBA - Dia 27, dia 27 de março foi formalizado junto à Secretaria de Estado da Saúde. Está aqui o documento (*mostra documento*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi formalizado o quê?

O SR. DOUGLAS BORBA – Formalizado um processo via SGPE, enviado pela Secretaria de Integridade e Governança pedindo esclarecimentos sobre uma determinada compra, que era aquela compra é.. da Edera, que foi localizada pela Secretaria de Integridade e Governança pedindo o prazo de 48 horas para resposta sobre aquele procedimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E dos respiradores? O da Veigamed?

O SR. DOUGLAS BORBA – Aqui também eram respiradores, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, sim, eu sei, mas os da Veigamed?

O SR. DOUGLAS BORBA – A verdade é que esse processo de compra da Veigamed é um processo que passou é... infelizmente passou sem ter o conhecimento de ninguém do governo. Para o senhor ter ideia, eu tive conhecimento dessa compra da... dos respiradores da Veigamed em 22 de março numa reunião provocada pelo próprio Secretário Helton, onde participou, além de mim, o Governador do Estado de Santa Catarina e também o chefe da... da o chefe da... de gabinete, no dia 22 de abril, quando o Helton nos chamou pra dizer o seguinte: Fizemos uma compra, houve um erro, pagamos adiantado e agora estamos com um problema. Nesse dia nós ficamos sabendo dessa compra da Veigamed.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3447
Rubrica

Página 601. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Então é... estranhou o fato aqui, sim, da Secretaria de... de Saúde não ter chamado a CGE e não ter também acatado a... o encaminhamento aqui da Secretaria de Integridade e Governança para participar desse processo de compra. Isso de fato eu tenho que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Então vamos entrar na participação do Governador. Tem aquela questão da Intelbras, depois os meus Colegas vão falar com você sobre essa compra da Intelbras que não foi autorizado o pagamento antecipado, o senhor vai conversar melhor com eles. Mas eu queria saber o seguinte: o Governador tá... tá o senhor e o Governador, o senhor é o braço do Governador, o senhor é a voz do Governador; estão o senhor e o Governador lá conversando sobre a crise, instalou a crise dia 22, 23, tem aqui a data, o decreto do dia 12/3 tem um decreto emergencial, e depois dia 17 tem o decreto de calamidade. O senhor não está conversando com o Governador, Governador, em cinco dias saímos do decreto de emergência pro decreto de calamidade. Vocês estavam conversando sobre essa situação, começa a se instalar o caos dentro do governo. O que vocês conversaram? Você e o Governador sobre a preparação do Estado, exclusivamente com relação à área hospitalar?

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito. É... lá no início da crise o Secretário Helton ficou incumbido de junto à Secretaria de Saúde mostrar um planejamento de como Santa Catarina ia fazer o enfrentamento à Covid-19. É... e esse planejamento foi montado pela Secretaria da Saúde, acredito eu que tenha sido também naquele momento auxiliado pela Defesa Civil, né, que tinha alguns estudos baseados em outros países, enfim, e foi desenhado é... um cenário muito... muito mais pessimista do que o que de fato aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem desenhou?

O SR. DOUGLAS BORBA – A própria Defesa Civil naquele momento, porque u... u... a Secretaria de Estado da Saúde ainda não tinha elemento suficiente pra é... fazer um prognóstico próprio, né? Então naquele momento a Secretaria da Defesa Civil fez um estudo, nos apresentou e a Secretaria é... de Saúde ficou incumbida de mostrar um planejamento pro governo do Estado.

Ela mostrou um planejamento de expansão da rede de UTIs no Estado, 713 leitos, salvo engano, que seriam inseridos nas estruturas existentes do Estado é... e na parte financeira foi chamada uma reunião específica com o Secretário Paulo Eli, onde a Secretaria de Estado da Saúde requisitou, ou melhor, estimou é... o valor de R$ 500 milhões é... para enfrentamento à Covid-19 e... aí incluindo todos os gastos. Esse planejamento foi aprovado pelo Governador, certo?

Então esse planejamento, o macro, é aprovado pelo Governador. A partir daí a execução do planejamento cabe a cada uma das Secretarias ou cabe a cada uma das estruturas do governo. Isso não é mais discutido...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas o senhor estava com o Governador, vocês estavam fazendo *live* todo dia, vocês estavam juntos o tempo todo, você, o Helton, o Governador. Vocês não estavam conversando sobre a compra de respiradores, sobre equipamentos, sobre leitos de UTI?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, nós não... Não, nos não conversávamos sobre isso, na verdade nós não estávamos todos os dias juntos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas como eu vou acreditar nisso, Douglas?

O SR. DOUGLAS BORBA – Deputado, se eu puder responder.

É... na verdade nós não estávamos o período inteiro juntos. O Helton comandava o Coes, que era uma estrutura, e a partir... a gente se juntava ao Helton no momento das *lives*, como o senhor disse. São dois ambientes diferentes na Defesa Civil, acho que todos os Deputados já conhecem lá o ambiente da Defesa Civil, mas são três prédios, Deputado, tem o prédio de cima que é o prédio da Defesa Civil, o Deputado Milton conhece lá, é... nesse

Página 602. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

prédio era instalado o Coes. A coletiva do Governador era no prédio dois e a sala de colegiado, que era eventualmente pra quando a gente tinha alguma reunião lá na Defesa Civil, era no prédio três. Então, não havia essa interação diária que o senhor menciona aí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Douglas Borba... Douglas, Douglas...

O SR. DOUGLAS BORBA – ...pra falar sobre, sobre a... pra falar sobre os processos é... minuciosos de aquisição ou de qualquer coisa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Olha só...

O SR. DOUGLAS BORBA – O que existia era o seguinte: um planejamento aprovado pelo governo do Estado e a partir daí a execução por cada um dos órgãos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para eu poder fazer um relatório e excluir o senhor de qualquer culpa, eu preciso acreditar no senhor. Entende?

O SR. DOUGLAS BORBA – Estou compromissado com a verdade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, mas eu preciso acreditar, só a promessa do senhor não vai bastar. Eu preciso acreditar.

Eu preciso acreditar que o senhor, tantos contatos que fez, tantas vezes que conversou Governador, tantas *lives* que fez, tantas vezes que vocês estiveram juntos, vocês não falaram sobre compra de respiradores?

O SR. DOUGLAS BORBA – Mais uma vez eu digo, a execução das compras cabia a cada um dos órgãos, isso não era assunto de Estado, nem do Governador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Governador não falou do preço, tinha matéria nos jornais, problemas no Brasil inteiro, o Governador não falou: pessoal, cuida, não vamos fazer problema, cuida com as compras, tenham cuidado com os procedimentos.

O SR. DOUGLAS BORBA - Esses alertas de cuidado com as compras eram dados de maneira geral ao colegiado como um todo e diversas vezes, Deputado Ivan Naatz. O cuidado com as compras relatado é... também cuidado com os procedimentos, com as formalidades, tudo isso era reiterado tanto pelo Governador quanto por mim, bem como pelos órgãos de controle. Na verdade é... se os órgãos de controle tivessem sido acionados nessa compra, certamente essa compra não teria se efetivado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem. (*O senhor Presidente pede para se manifestar.*)

Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quem tinha uma televisão dentro de casa naquela época, via não só o governo do Estado de Santa Catarina, mas todos os Governadores de todo o território nacional, de cada um dos Estados, falando sobre a dificuldade de se conseguir comprar o dito respirador. Todos... agora não se consegue, agora está aumentando o preço e se corre para cá, registro inclusive do próprio Governador falando da dificuldade.

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A pergunta do Deputado Ivan Naatz é muito pertinente, porque se em momento nenhum todos os Governadores de todos os Estados do Brasil falavam disso, como que o... e, detalhe, a Covid-19 é uma doença, seria de responsabilidade do Secretário da Saúde também, o interlocutor do Governador é o Chefe da Casa Civil.

Como que o senhor afirma que o Governador não... não tocou no assunto compra de respirador com a pessoa que é a voz dele e com o Secretário de Saúde dele em momento nenhum? Essa é a pergunta para ficar bem...

Página 603. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3448
Rubrica

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito. Só primeiro pra corrigir. Na verdade durante a pandemia a Secretaria da Saúde assumiu a coordenação de todos os trabalhos, então não existia essa qual é a voz do Governador, se é a Defesa Ci... se é a Casa Civil, ou se é a Saúde, ou enfim, é o relacionamento... havia um relacionamento direto entre o Secretário de Saúde com o Governador, e aí eu não posso fazer afirmações sobre o que eles tratavam é... nesses momentos. Perfeito?

Agora, na minha frente não tratou-se em nenhum momento da forma como seriam adquiridos esses respiradores. Se tratou do macro. Qual é o macro? Vão se ampliar 713 novos leitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, mas não foi perguntado nem a forma, foi perguntado de compra. Não foi perguntado nem a forma, nem a forma.

O SR. DOUGLAS BORBA – Isso, perfeito. O que se sabia, o que se sabia é que precisaríamos de 713 novos respiradores pra ampliar 713 novos leitos. Agora a... a... forma, é onde eu digo, é... presenciei, sim, alguns momentos, o seguinte: olha, temos que comprar 713 ventiladores. O Secretário Helton narrou isso no grupo, como eu falei pros senhores aqui, lá no dia é... 18 dizendo o seguinte: olha, preciso de ajuda pra que todas as propostas que cheguem nos senhores vocês mandem pra SGA, para que eles possam fazer as escolhas lá. Agora, como decorreu cada uma dessas compras, de fato eu não sei responder a pergunta dos senhores.

E não tenho conhecimento se o Governador sabe também, porque não participei de nenhuma dessas conversas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É triste, né? O senhor é o Chefe da Casa Civil, tá a pandemia, tem o decreto emergencial, tem tudo isso.

O SR. DOUGLAS BORBA - Mas mais uma vez...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vocês achavam que gente ia morrer pelas estradas, aí vocês não conversavam com o Governador sobre isso?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, conversamos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Cara, vamos comprar os equipamentos...

O SR. DOUGLAS BORBA - Mais uma vez eu vou dizer, Deputado Ivan, a execução do planejamento cabia a cada uma das Secretarias, a execução do planejamento. Então se precisa adquirir é... não só os respiradores, mas todos os equipamentos, insumos lá pra saúde, caberia naquele momento à Secretaria da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O Governador não participou de nenhuma reunião contigo sobre o Mahatma Gandhi, por exemplo?

O SR. DOUGLAS BORBA – Comigo, não. Nenhuma. Comigo, não.

Eu não participei de nenhuma reunião em relação à contratação do hospital de campanha.

Aliás, é... aliás... é... enfim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Sobre pagamento antecipado. Houve o pagamento antecipada, não é uma situação recorrente, é uma situação atípica, foram fazendo pagamento antecipado lá nas primeiras. Mas esse pagamento antecipado exclusivo da Veigamed.

O senhor era Chefe da Casa Civil, responsável por mandar para cá os projetos de lei de interesse do governo. O senhor mandou para cá um PL pedindo autori... dia 31, né?

O SR. DOUGLAS BORBA – Dia 31.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 31 o senhor mandou para cá um PL pedindo autorização para fazer pagamento antecipado, já que não havia

Página 604. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

autorização legal para esse tipo de procedimento. Depois vocês tiraram o PL. Por quê, e fizeram o pagamento antecipado para a Veigamed?

O SR. DOUGLAS BORBA – Então, reitero que esse pagamento antecipado da empresa Veigamed nós tomamos conhecimento no dia 22 de abril, numa reunião específica que o Secretário Helton é... nos trouxe essa informação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas tu mandou um projeto para cá para fazer pagamento antecipado. Por quê?

O SR. DOUGLAS BORBA – Pois é, só tô reiterando a, a, esse, essa situação que o senhor mencionou da Veigamed. Nós não sabíamos desse pagamento antecipado.

Na verdade esse projeto de lei foi construído é... é... tendo divergências internas dentro do próprio governo, tá, pra possibilitar o pagamento adiantado. Eu, por exemplo, sempre fui contra esse projeto, sempre fui contra porque não via garantias é... legais é... de... pra... pra... que houvesse de fato é... pra que houvesse uma, uma certeza do Estado que estaria sendo é... precavido, digamos assim, nas compras. [*Transcrição: taquígrafa Silvia Regina Silveira da Rosa*]

Então, naquele momento se estudou, sim, enviar um projeto de lei pra cá, foi enviado no dia 31 de março, mas antes de ser autuado e distribuído, no outro dia, no dia 1° nós pedimos a retirada, porque naquele momento a gente conversou e consensou que não era a melhor opção, e nós não sabíamos que tinham sido feitos pagamentos adiantados ou que seriam feitos pagamentos adiantados. Então, para nós, era uma situação que não foi feito e não seria feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não acha isso uma coincidência muito?... O senhor manda pra cá um projeto de lei dia 31, depois o senhor retira o projeto de lei, depois o senhor faz o pagamento antecipado... Faz, que eu digo... você, que eu me refiro, é ao governo, não é ao senhor.

O SR. DOUGLAS BORBA — Certamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Como é que eu, aqui, na minha cabeça, vou pensar?...

O SR. DOUGLAS BORBA — De qualquer forma, Deputado Ivan, se fosse com o propósito de possibilitar esse pagamento, vamos na situação hipotética agora, esse projeto teria que ainda tramitar na Assembleia Legislativa, teria ainda que ser aprovado, se é que fosse aprovado, pra depois possibilitar.

Mas eu quero lembrar os senhores também que não... uma das divergências internas no governo é a, a, a desnecessidade de um projeto de lei pra fazer pagamentos adiantados com base naquele... com base naquele parecer da CGU e que depois foi referendado inclusive pelo Ministério Público de Santa Catarina no dia 3 de abril, salvo engano, uma resolução ou um Ato Normativo n° 10/2020, do Ministério Público, assinado por diversos Promotores da Moralidade, em que diz que não há necessidade de lei, né, autorizativa pra coisa. Mas, enfim, isso acabou acontecendo depois, agora não tem vínculo nenhum com o pedido de retirada.

Aquele momento, Deputado Ivan, nós entendemos que o governo não deveria fazer pagamentos adiantados, que não haveria essa necessidade, nem essa possibilidade, por isso que nós não tramitamos o projeto de lei na Assembleia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Podia colocar o vídeo 6 para mim...

(*Procede-se à exibição do vídeo 6 mostrando parte do depoimento já prestado pelo senhor Douglas Borba.*)

Nasceu assim do nada o projeto de lei?

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, na verdade não...

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3449
Rubrica

Página 605. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Daí depois foi retirado, daí o pagamento antecipado aconteceu?

O SR. DOUGLAS BORBA — É exatamente o que eu mencionei aqui. Havia divergência interna dentro do governo quanto a esse projeto de lei, nós não nos sentíamos seguros quanto a essa possibilidade real de pagamento adiantado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas pra fazer o pagamento...

O SR. DOUGLAS BORBA — Nós não sabíamos que a Secretaria da Saúde estava praticando é... estava fazendo pagamentos adiantados. Nós, de fato, desconhecíamos essa atitude por parte da Secretaria da Saúde, por isso não vimos necessidade de tramitar um projeto se nós não iríamos pagar adiantado. Fomos surpreendidos, muito tempo depois, com não só esse pagamento adiantado da Veigamed, mas segundo a servidora Fernanda Gabriela, lá nos autos, é... nos autos também da investigação, ela diz que houve pelo menos seis pagamentos adiantados por parte da Secretaria da Saúde...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nossa.

O SR. DOUGLAS BORBA — ...é... eu não sei quais são, mas ela menciona, me parece que ela é a gerente Financeira, pelo que eu lembro do depoimento dela, e que esses pagamentos adiantados foram feitos sem conhecimento da Casa Civil ou do Governador.

Só mais um fato que é importante trazer aqui pros senhores é... a Saúde, na verdade, ela... ela foi alertada em quatro mo... pelo menos em três momentos que não poderia fazer pagamentos adiantados. Foi alertado em pelo menos três momentos. Lá no dia 16 de março o assessor Carlos, assessor jurídico, esteve dando depoimento aqui, o assessor jurídico disse o seguinte: que lá no dia 16 de março mandou uma orientação pro Secretário dizendo que não poderia ser feito pagamentos adiantados; 16 de março, nenhum pagamento tinha sido feito ainda.

Lá no dia 27 de março a Secretária Naiara, da Integridade e Governança, mandou aquele expediente, que eu narrei para o senhor e que eu vou fazer juntar no processo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ótimo.

O SR. DOUGLAS BORBA — Um expediente dizendo o seguinte: olha, identificamos um pagamento adiantado da empresa Edera, de trinta ventiladores, parece que pagaram percentual adiantado, enfim, e que não poderia ter sido feito, e deu o prazo de 48 horas pra Secretaria de Estado da Saúde dizer o porquê que foi feito o pagamento adiantado; 48 horas, Presidente, daria dia 29 de março, e 29 de março ainda não teria sido pago os ventiladores da Veigamed. Se eles respondessem essa informação da Secretária Naiara nas 48 horas que foi solicitado pela Secretaria da Integridade e Governança, talvez tivesse acendido alerta da própria Secretaria de Estado da Saúde e não teria sido feito o pagamento dessa compra desastrosa de 33 milhões da Veigamed.

É... e a terceira vez foi da Fernanda Gabriela, que eu já disse para os senhores aqui, a gerente Financeira, que comunicou ainda antes do pagamento da Veigamed que haviam seis processos é... com pagamento adiantado com justificativas insuficientes. Então, enfim, essa é... só pra ilustrar aos senhores que o pagamento adiantado não foi decorrente dessa compra da Veigamed, foi uma prática constante lá dentro da Secretaria de Estado da Saúde e que nós não tínhamos conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Douglas, deixe só... emendando...

O SR. DOUGLAS BORBA — Pois não, Deputado Milton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Nesse caso... com a permissão do Relator e do Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Claro.

Página 606. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Para nós entendermos aqui.

Quem manda o projeto de lei para a Assembleia é a Casa Civil.

O SR. DOUGLAS BORBA — Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Você era contra isso. Quem te pediu para fazer o projeto de lei para mandar para cá?

O SR. DOUGLAS BORBA — Na verdade havia divergência interna. É... na verda... a gente sempre trabalhou em colegiado, né, Deputado Milton...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas alguém pediu para você fazer esse projeto de lei, porque você não queria fazer.

O SR. DOUGLAS BORBA — Não foi a gente que fez, tá? Quem produziu foi a Secretaria de Estado da Administração junto com outras Secretarias, junto com PGE...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — A (*ininteligível*) da Administração.

O SR. DOUGLAS BORBA — ...PGE... enfim, a PGE eu acho que liderou esse processo. Salvo... Foi... foi a PGE. Lembrando bem aqui, a PGE liderou esse processo de construção desse projeto de lei. É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E convenceu o Governador porque ela sabia que precisava pagar coisa antecipada, para o Governador aceitar mandar isso para cá?

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, eu acho que naquele momento era mais uma precaução, o mercado era tão instável naquele momento, havia uma narrativa, de fato havia uma narrativa da Secretaria da Saúde dizendo que os fornecedores só queriam fornecer com pagamento adiantado. É... era muito veemente isso, eu lembro, era muito veemente o não. Falado, pagamento adiantado ninguém vai fazer. Isso a gente tratava, inclusive os Secretários ali é, é, é, os Secretários... é... o Secretário da Administração, o Secretário da Fazenda, eu, né, não, pagamento adiantado ninguém vai admitir, salvo se tiver uma lei autorizativa. E aí se cogitou essa lei autorizativa, é... e no momento que foi mandado pra cá a gente não sentiu segurança de que... de que pudesse ser feito e resolvemos retirar.

Foi esse o... essa foi a cronologia dos fatos, Deputado Milton.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É... Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA — Pois não, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor disse na Delegacia que eu e a torcida do Flamengo, ou nós, né, a torcida do Flamengo, sabíamos que os respiradores não seriam entregues naquele período tão curto que estava estabelecido no contrato. O senhor quer relembrar? Eu tenho o vídeo.

O SR. DOUGLAS BORBA — Não lembro disso. Eu gostaria de ver o vídeo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas posso mostrar o vídeo 7.

(*Procede-se à exibição do vídeo 7 mostrando parte do depoimento já prestado pelo senhor Douglas Borba.*)

Então o senhor disse isso aí.

O SR. DOUGLAS BORBA — Sim, o Promotor na verdade me questionou sobre o que eu achava, o que eu achava, né, do... do curto espaço de tempo e tal. E naquele momento, de fato...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quatro dias para entregar os equipamentos. O senhor notou isso?

O SR. DOUGLAS BORBA — É, não... De fato, naquele... naquele momento a gente sabia da dificuldade de comprar, quanto mais de receber em um curto espaço de tempo, né? Então não...

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3450
Rubrica

Página 607. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor notou então que era um absurdo?

O SR. DOUGLAS BORBA — Sim, na verdade assim, Deputado, é... eu vou dizer mais uma vez, se tiver que resumir essa compra com uma palavra, é uma compra desastrosa. A forma como ela foi conduzida, a forma como ela foi feita, o pagamento da maneira que foi feito, sem pedir qualquer garantia, enfim, né? É... na minha avaliação foi uma compra desastrosa. Existe mais um fato, se me permite, senhor Relator.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Claro.

O SR. DOUGLAS BORBA — É... Tão logo tomei conhecimento que meu nome estava sendo veiculado aí junto a essa questão de Veigamed e tudo mais, é... eu procedi alguns atos, né, procedi alguns atos, um deles foi uma ação de exibição de documentos contra a Veigamed, então eu acionei a Veigamed, né, judicialmente, pra que ela apresente de fato as provas que... que... que dão conta de que fui eu que apresentei a empresa, ou que há qualquer relação minha com essa empresa, ou qualquer proposta encaminhada por essa empresa.

Então, isso foi feito e tá tramitando na Justiça também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Essa peça já está nos autos da CPI.

O SR. DOUGLAS BORBA – Ah, tá nos autos? Tá o.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Ivan Naatz, obrigado.

Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Douglas...

O SR. DOUGLAS BORBA – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Como e quando o senhor conheceu a servidora Márcia Pauli?

O SR. DOUGLAS BORBA – É... eu a conheci pessoalmente, salvo engano, no dia 2 de abril, é... mas o telefone dela foi-me passado pelo Secretário Helton Zeferino no dia 22 de março é... como sendo a pessoa indicada por ele pra receber todos... todos os materiais inerentes a compras que o Estado necessitava.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Em algum momento o senhor fez pressão, a palavra é essa mesmo, pressão, ao Secretário de Estado da Saúde ou à funcionária Márcia Pauli, para pagamento, escolha de empresa, produção de documento, produção de edital?

O SR. DOUGLAS BORBA – Em nenhum momento, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não?

Ao receber uma proposta de um ente privado, qual o procedimento que deveria ser adotado pelo servidor público?

O SR. DOUGLAS BORBA – É... no meu caso. é... ao receber do privado, é encaminhar pro local é... de destino, né, indicado pelo gestor da Pasta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem escolheu a empresa Veigamed?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não tenho conhecimento, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — No pedido de prisão temporária que o MP fez ao senhor, é citado que o senhor apagou mensagens trocadas com a servidora Márcia. Por que apagou as mensagens? Quais mensagens eram essas?

O SR. DOUGLAS BORBA – Eu apaguei uma mensagem, na verdade, né, ele menciona uma mensagem, que foi exatamente lá no dia 22 de abril, quando eu encaminho, entre outros documentos, encaminho um protótipo de um... de um determinado equipamento

Página 608. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

e digo: Leandro fará contato com você. Aí ela di... me responde: já estamos em contato. Quando ela me disse já estamos em contato, eu disse: olha, então não preciso eu passar o contato de ninguém. E aí eu fui apagar a mensagem que Leandro faz contato com você e era... e o meu intuito naquele momento era apagar para ambos, né? Já que ela já tá em contato, não vou... não sou eu que vou passar o contato. E aí, na verdade eu... eu devo ter me equivocado ali e apaguei só pra mim. Mas de fato não passei o contato de Leandro, nem de ninguém junto com aquele protótipo que... que recebi e encaminhei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — À imprensa o senhor negou veementemente qualquer participação na indicação da Veigamed para compra dos inspiradores. Também negou a participação do Governador do Estado nessa compra dos respiradores e disse que o processo foi efetuado pela Secretaria da Saúde. O senhor mantém essas informações?

O SR. DOUGLAS BORBA – Mantenho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor conhece o senhor Fábio Guasti?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor informou à NSC que, abro aspas: "Minha participação nesse processo é zero. Não tive interferência, não tive ingerência, indicação ou qualquer outra atitude." Mantém?

O SR. DOUGLAS BORBA – Confirmo. Eu descobri essa compra dia 22 de abril de 2020.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Se o senhor não tinha ingerência, interferência, indicação, por que o senhor entrou em contato com a Márcia ou ainda intermediou qualquer conversa com o Leandro e com ela?

O SR. DOUGLAS BORBA – Na verdade, pra ficar bem explicado, eu pedi ao Leandro que fizesse contato com a Márcia apenas no dia 2 de abril pra tratar de uma situação específica, que era um processo de importação de EPI. É... é... quando eu questionei o Leandro se ele teria é... dentro do conhecimento da área da saúde, porque ele é conhecido é... nesse ramo, se ele teria alguém que se dispusesse a fazer o processo de importação de uma compra que estaria, segundo a Secretaria da Saúde, estaria à disposição lá na China. Lembrando que... é, fiz isso não só naquele momento com o Leandro, mas passei o contato de outras pessoas, outras empresas que também é... estariam dispostas a fazer essa... essa... de ajudar ao Estado, e inclusive foi essa a mensagem que eu passei para a servidora. Eu disse: olha, é... Quando eu passo o contato do Leandro, lá no dia 2 de abril, eu digo, é... ele disse que tem a possibilidade de nos ajudar a trazer os equipamentos que estão na China, né? E nos ajudar, e ainda complemento, nos ajudar no mesmo método que a empresa Intelbras fez no caso dos respiradores, dos cem respiradores, ou seja, era alguém que se dispunham naquele momento a encontrar uma importadora pra trazer uma carga que a própria Secretaria da Saúde já teria, segundo eles, lá na China.

Acontece que a Secretaria da Saúde queria naquele momento fazer um pagamento adiantado, e isso foi dito a nós é... que era um valor alto, que era um pagamento adiantado e aí nós rechaçamos qualquer possibilidade, mas que ainda assim existia a necessidade de termos EPIs. Naquela... naquela altura e algo que ficou muito latente na minha cabeça, Deputado João Amin, é... havia um relato de que haviam setecentas máscaras no estoque é... do governo do Estado. Havia sido distribuído pros hospitais e haviam setecentas máscaras, salvo engano, no governo do Estado. E isso abriu, de fato, é... uma preocupação entre todos nós, de que forma o Estado iria conseguir adquirir insumos, não só para o Estado, mas também para os Municípios, que havia e os senhores representam vários Municípios de Santa Catarina, havia uma preocupação geral. Os Municípios grandes não estavam conseguindo adquirir EPI naquele momento.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3451
Rubrica

Página 609. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A Secretaria da Saúde chegou a pagar 19 ou 16 reais numa máscara cirúrgica dessa, em outro processo.Isso veio a público também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Um servidor da Secretaria falou que iam ter seis mil pessoas mortas, gente morrendo pela calçada.

O SR. DOUGLAS BORBA – Exatamente. Então existia... foi nesse contexto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É nisso que vocês se baseavam, né? É nisso que vocês se baseavam, nessas informações.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, na verdade foi porque...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O ex-Secretário Helton deveria ter visto que as entregas dos equipamentos se dariam em prazo exíguo, bem como ter checado os documentos apresentados pela empresa, os quais eram suspeitos?

O SR. DOUGLAS BORBA – Olha, eu acredito que o Secretário Helton era uma... é um dos servidores da Secretaria de Estado da Saúde que deveriam ter analisado esse processo com maior robustez.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor garantiu ao Secretário Helton que os respiradores seriam entregues?

O SR. DOUGLAS BORBA – Eu não sabia dessa compra dos respiratórios.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Tá.

O Secretário Helton prestou um depoimento à polícia no domingo e na terça ele voltou à polícia para, segundo ele, reforçar alguns tópicos.

Ao senhor, ele fez quatro graves acusações, né, de interferência e pressão: com relação à Veigamed, aos EPIs, à contratação do hospital de campanha da Mahatma Gandhi e ao pagamento de uma empresa, a OZZ, que gere o Samu. Esses quatro tópicos somam R$ 220 milhões.

Vamos lá. Qual o seu interesse que pagasse a gestão do Samu?

O SR. DOUGLAS BORBA – Nenhum. Na verdade, o que aconteceu em relação a esse processo específico do Samu é... o Governador foi noticiado ou oficiado algumas vezes, e aí essas notificações chegam na Casa Civil, é... e a partir daí a gente faz encaminhamentos. Salvo engano foram quatro ou cinco processos, inclusive um deles é falando em paralisação dos serviços do Samu.

Os senhores vão lembrar, esse assunto foi tratado na Assembleia Legislativa, salvo engano, no final do ano passado, quando inclusive servidores do Samu não estariam recebendo salário ou décimo terceiro, alguma coisa do tipo. Esse assunto foi debatido bastante aqui dentro da Assembleia Legislativa e chegaram a oficiar o Governador do Estado. E vocês imaginam a preocupação que isso gera pra todo o governo com a paralisação dos serviços do Samu. A partir daí, é... eu solicitei uma reunião com diversos agentes, com PGE, com a Saúde, diversos servidores da Saúde, com o gabinete do Governador, com todo mundo, para que se encontrasse uma solução para aquele problema, que era naquele momento um processo administrativo.

Ou sim ou não, e eu sempre usei essa expressão, ou sim ou não tem que ser dada uma resposta sobre uma... um ofício que é encaminhado pro Governador com teor tão grave, né? Então não houve qualquer pressão, esse assunto depois foi encaminhado, nem ficou comigo na Casa Civil, esse assunto ficou com o chefe de gabinete do Governador, senhor Márcio Ferreira, que ficou fazendo a interlocução entre as Secretarias envolvidas, que é a Secretaria da Saúde e a PGE. É... à Casa Civil coube tão somente fazer a tramitação desse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E a reunião que aconteceu, que o Helton chegou depois, que estava você, estava o Governador, estava o Cordeiro, da Defesa Civil, estava o Leandro... Tinham mais umas duas ou três pessoas que eu não sei

Página 610. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

dizer, de repente você pode nos ajudar, com relação à contratação do hospital campanha, o Mahatma Gandhi?

O SR. DOUGLAS BORBA – Eu não participei dessa reunião, Deputado. Não lembro de ter participado de reunião com o Cordeiro, com o Leandro, com...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não (*ininteligível*) relatório depois dessa reunião? Não lhe passaram o relatório?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não. Não participei dessa reunião... Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Pro senhor pressionar para o negócio andar depois?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não participei dessa reunião, não lembro dessa reunião. Tô sabendo pelo senhor os detalhes de quem participou dessa reunião.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Bom que está gravado, né? Para quem eu vou passar a palavra?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Para o Deputado Cobalchini.

O SR. DOUGLAS BORBA – Inclusive na Defesa Civil, Deputado João Amin, se me permite ainda, na Defesa Civil é... há câmeras, né, dessas reuniões. Então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Já requeri... vou requerer a câmera.

O SR. DOUGLAS BORBA – O.k.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu só termino, antes de passar a palavra pro Vice-Presidente Cobalchini, com uma frase que eu aprendi recentemente e tem tudo a ver com o momento. Essa frase foi proferida pelo Delfim Netto: rato magro, quando vê queijo se empapuça.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Boa noite, doutor Douglas, seus advogados.

O SR. DOUGLAS BORBA – Boa noite, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Eu também preparei uma série de questões, todas elas já foram feitas. O Ivan está muito bem preparado, não é, Milton? E aí eu... eu não vou ser repetitivo aqui, mas vou aproveitar... Vou aproveitar um termo, é... que o senhor usou, desastroso, porque é isso que nós pensamos e Santa Catarina pensa também. E não apenas esse, esse foi mais um processo desastroso, como teria sido o processo do hospital de campanha. É interessante que como uma divergência interna permite... tinha que ser uma grande divergência, permite que se construa o... nós não estamos tratando aqui, mas eu... do hospital de campanha. Estou só tentando fazer uma narrativa como que a gente chega num ponto desse. E tinha que ter sido estancado.

Todos nós víamos, todos víamos, embora muita boa vontade, muitos tinham aqui, começou a ruir quando nós percebemos essas coisas. O hospital de campanha, os respiradores, os EPIs, o porto de São Francisco. Foi uma sucessão. E aí, cadê o líder? Cadê o líder para dar um soco na mesa? A gente via o líder com uma passividade que a gente ficava agoniado e ficava nervoso quando ligava a televisão, todos os dias obviamente que o assunto era a Covid-19, e apresentar o relatório, mas ele não era o porta-voz do governo, ele era o Governador. Ele tinha que ter tido a capacidade de enxergar, pois ele tem sempre as informações privilegiadas, sempre quem sabe é o Governador ou deveria saber. Deveria saber. Não quero afirmar, Deputado Milton. E nós não estaríamos aqui neste momento, não tínhamos que estar aqui neste momento. Porque é uma coisa absolutamente incrível tudo aquilo que aconteceu, veja, o Douglas, o Secretário da Casa Civil, o homem forte do governo, reconhecido por todos. Hoje está aí há 23 dias fora da Casa Civil exposto a esta situação. Outro homem forte, o Helton, está há 30 dias fora nesta situação. O porto de São Francisco também, todos caíram. E não sei como não caiu o Secretário da Defesa Civil,

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3452
Rubrica

Página 611. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

porque eu, se fosse Governador e se o Secretário de Saúde se posicionasse contra a construção de hospital de campanha, aliás, não era um, eram dez, eram dez hospitais... Como que se chegou a esse ponto?

Olhando um pouco para trás, o governo... o Governador que fez 71% dos votos, agora busca, de forma desesperada, assim como foi o desespero na hora da compra dos respiradores ou na hora da construção do hospital... não foi por falta até de alerta aqui na Assembleia, não era nem oposição e nem era governo.

Então, eu não tenho mais questionamentos a fazer, todos já foram feitos, mas eu queria que o senhor é... pudesse avaliar essa sucessão, como Secretário da Casa Civil, essa sucessão de erros. E obviamente que nesse contexto... nesse contexto está o que houve? Uma grande omissão?

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito, Deputado. A verdade... Aí o senhor tá perguntando a minha avaliação, né, pessoal, agora como ex-Chefe da Casa Civil? E o senhor sabe o respeito que eu tenho pelo senhor e... e até por já ter ocupado aquela função, né, foi um belo Chefe da Casa Civil, na época Secretário da Casa Civil, é... Deputado Cobalchini. E o senhor sabe também que muitas vezes eu me aconselhei ao senhor, né, ou com o senhor, lá na Casa Civil ou no seu gabinete aqui na Assembleia Legislativa, narrando problemas que o governo vinha passando, enfim, a dificuldade que nós tínhamos com diversas áreas do governo.

É... e eu vou... como a gente está falando de saúde, eu vou... é... me limitar a falar especificamente da Saúde. A Saúde sempre foi uma ilha no nosso governo. A Saúde sempre foi longe do governo, tinha o seu orçamento próprio, tinha a sua autonomia é... com a prerrogativa de lei, sua autonomia pra decidir o que queria comprar, pra comprar sem a participação do Grupo Gestor, como já foi dito aqui pela Karen, salvo engano, que é a servidora da Secretaria da Administração, né? Pela Resolução 4, de 2017, então Secretaria finalítica poderia comprar. E nós, de fato, não tínhamos ingerência nenhuma na Saúde. Como... é... nem o Governador tinha ingerência na Saúde. Nem o Governador tinha ingerência na Saúde.

Não foi nem uma, nem duas vezes, Deputado Sopelsa, que está ali nos olhando e fazendo anotação, que o Deputado Sopelsa socorreu a mim e conversou com o Governador também sobre é... a hemodinâmica do hospital de Concórdia. Né, Deputado? Quantas vezes, inclusive com o Deputado Cobalchini junto, porque na época era uma luta pra hemodinâmica pro hospital de Caçador, pro hospital de Concórdia, enfim. E apesar da vontade do Governador, apesar da vontade desse Chefe da Casa Civil, a hemodinâmica de Concórdia até hoje não saiu, né?

O Deputado Milton sabe a luta que nós tivemos ano passado para liberar as emendas impositivas. O senhor bem sabe de quantas vezes eu supliquei à Secretaria de Estado da Saúde pra tramitar as emendas impositivas dos Parlamentares, porque esse era um compromisso meu, moral, além do ser do Governador, obviamente, era meu, moral, de relacionamento com a Assembleia Legislativa. Nós tivemos que vir aqui em dezembro do ano passado, quando o governo não conseguiu cumprir, e pedir por favor pra Assembleia Legislativa colocar um dispositivo na Lei Orçamentária pra possibilitar até dia 28 de fevereiro a Saúde fazer um mutirão lá, que a gente teve que deslocar servidores de tudo quanto é Secretaria pra Saúde pra poder tramitar, sendo que o recurso estava em conta, era recurso do Fundo Social que nós tínhamos reservado pra isso, o Deputado Milton sabe bem, conversava com o Paulo Eli sobre isso. O recurso estava na conta e a Secretaria da Saúde simplesmente não atendia um pedido do Chefe da Casa Civil ou do Governador do Estado de Santa Catarina. Se não atendia em questões simples, em questões legais, inclusive, que é o cumprimento das emendas parlamentares, por respeito a todos os quarenta Deputados de Santa Catarina, por respeito a todos os Municípios de Santa Catarina, que esses recursos

Página 612. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

seriam empregados, quanto mais atender um pedido de compra ou dizer que houve qualquer forçação de barra em qualquer compra. Pelo amor de Deus. Pelo amor de Deus.

Deputado Kennedy lá sabe da luta do Deputado Ismael, nosso amigo, Deputado Ismael, com as comunidades terapêuticas. Quantas vezes o Deputado Ismael me ligava ou pedia pra assessoria ir na Casa Civil dizer o seguinte: Douglas, vai parar as comunidades terapêuticas se não colocar em dia. Ficou três, quatro, cinco meses atrasadas as comunidades terapêuticas de... de reabilitação, né... enfim, quatro, cinco meses e não era feito.

Então assim, o meu sentimento, Deputado, o meu sentimento aqui é de que a Secretaria de Estado da Saúde ela se autogerenciava e se automandava. Não existia qualquer tipo... era uma ilha, era uma ilha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Eu fui... eu fui além da Secretaria da Saúde, e esqueci ainda a última Secretaria do Desenvolvimento Econômico. Então... São sucessivos casos que hoje, infelizmente, estamos nesta situação. Mas eu estou satisfeito por tudo que ouvi aqui nesta noite.

Obrigado, Secretário.

O SR. DOUGLAS BORBA – Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Deputado Sargento Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Já ia consultar vossa excelência, Deputado Sopelsa, que fica prejudicado por participar de maneira remota.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Dá preferência pros idosos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Justamente (*risos*).

Com a palavra o Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – É apenas uma pergunta.

Eu volto a dizer bom dia, né, Douglas?

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Bom dia porque eu acho que já estamos chegando a duas horas da manhã.

O SR. DOUGLAS BORBA – É isso aí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – No depoimento do Secretário Helton, foi questionado bastante a questão do pagamento, e me parece que realmente a questão que nós todos estamos aqui até essa hora ainda, foi porque foi paga uma empresa que, segundo ainda se tem as informações, não oferece muita segurança ou nada, ou nada...

O SR. DOUGLAS BORBA – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – E foi antecipado o pagamento.

O SR. DOUGLAS BORBA – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O Secretário Helton afirma que ele não autorizou o pagamento antecipado e não tinha conhecimento do pagamento antecipado. O senhor também, Douglas, diz que não sabia do pagamento antecipado e nem o Governador sabia disso. Resta uma funcionária, que segundo o Secretário Helton, o ex-Secretário Helton, ela que deu a autorização para o pagamento.

Qual seria... qual é a tua visão, Douglas, em cima disso, de uma de uma secretária, embora tenha um cargo de confiança, dela ter a iniciativa de fazer o pagamento de 33 milhões, sem que alguém superior tivesse a concordância?

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom, Deputado, é... na verdade é... eu não sei desse processo burocrático de que se há a possibilidade de um pagamento sem... sem autorização

Página 613. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3453
Rubrica

do ordenador primário, né? Ou do ordenador de despesa, né, da Secretaria. É... de fato desconheço, mas estranho o fato de... de o Secretário não saber. Eu... eu, na verdade posso me limitar a falar dos processos licitatórios lá da Casa Civil e por esses, sim, eu sou responsável por todos. Por esses, sim, eu sou responsável por todos, esses eu ordenei despesa, esses eu procedi à licitação, tanto é que no início do governo eu me precavi em duas funções estratégicas da Casa Civil. Eu coloquei o auditor de Contas do Tribunal de Contas pra cuidar, como consultor jurídico, trouxe emprestado do Tribunal de Contas pra cuidar da questão orçamentária da Secretaria, que não fo... fosse feita nenhuma... nenhuma inconsistência, e coloquei uma consultora jurídica que é mestranda... mestrada em contratos e licitações, pra cuidar junto com os meus servidores efetivos que, de fato, não fosse feito nada daquilo que não pudesse ser feito. Na Casa Civil eu respondo, mais uma vez eu digo, Deputado Sopelsa, por todos os processos.

Na Secretaria da Saúde, da mesma forma que eu tive a prerrogativa de é... colocar a minha equipe, escolher a minha equipe para a Casa Civil, para as funções estratégicas, Presidente, da Casa Civil, pra me cercar de segurança, todos os Secretários tiveram essa autonomia pra indicar as pessoas de confiança deles em todas as Secretarias. Então me parece que a própria servidora Márcia Regina Pauli foi indicada pelo próprio Secretário Helton pra função que exercia.

Então não sei se havia autorização expressa do Secretário Helton para pagamento, mais uma vez isso é uma questão interna da Secretaria da Saúde. Eu, de fato, reitero para o senhor e pra todos que nos assistem que não sabia desse processo de compra, fiquei sabendo desse processo de compra no dia 22 de abril de 2020, porque os processos de compra da Secretaria de Estado da Saúde eram geridos pela própria Secretaria de Estado da Saúde. Todos os procedimentos eram feitos pela equipe da Secretaria de Estado da Saúde.

É importante dizer que daqueles R$ 500 milhões que lá atrás o ex-Secretário Helton estimou como recurso de enfrentamento da pandemia, ele solicitou um recurso imediato pras primeiras aquisições, segundo ele, e aí nós reunimos os Chefes dos Poderes, vocês vão lembrar disso... os senhores, perdão, vão lembrar disso, e houve ali uma junção de esforços com os Poderes, que juntou R$ 58 milhões. Esse recurso foi repassado, Deputado Milton, pra Secretaria de Estado da Saúde, pra que a Secretaria de Estado da Saúde tivesse autonomia que a própria lei a... a delega, tivesse autonomia pra executar um planejamento aprovado pelo governo.

Nós sempre trabalhamos, Deputado Lima, com planejamento das Secretarias setoriais, Deputado Sopelsa. Olha, você tem que fazer isso aqui e tá aqui o dinheiro pra você fazer. A responsabilidade de dizer como, quando, de que maneira, é totalmente de cada um dos Secretários de Estado.

Por isso que, respondendo à pergunta do senhor, não sei se ela teria autonomia pra fazer esse pagamento. Mas sei que todos os servidores nomeados na Secretaria de Estado da Saúde foram os servidores indicados pelo próprio Secretário Helton, ou seja, da confiança do Secretário Helton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Apenas um comentário. Nós não podemos aqui achar, né, mas fica muito estranho, principalmente pra quem escuta isso, para as pessoas, que uma funcionária tenha a liberdade, e isso é ruim pra mim e pra todo o governo, uma funcionária da Secretaria, embora, vou repetir, ela exercesse um cargo de confiança, fazer um pagamento, autorizar o pagamento de R$ 33 milhões, sem que o seu superior tivesse conhecimento. É, no mínimo, muito, muito estranho, pra qualquer um e principalmente pra gente que conhece um pouco das ações do serviço público.

Era isso, senhor presidente. Obrigado.

Página 614. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DOUGLAS BORBA – É, eu concordo e só digo ao senhor que isso não aconteceria, como nunca aconteceu, na Casa Civil, que era a Secretaria que eu respondia, né? Então lá, de fato, isso não aconteceria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Sopelsa.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Boa noite ou bom dia, como diz o Sopelsa, né?

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom dia, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O coordenador-geral, aliás, o Controlador-Geral afirmou no depoimento que foi constrangido pelo senhor para que a compra dos EPIs, aquele do valor de 77 milhões, fosse realizada até as 12h da quinta-feira, véspera da Sexta-Feira Santa.

A minha pergunta é a seguinte: o que o senhor falou pra ele que constrangeu aquele homem tão puro?

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom. É importante fazer alguns esclarecimento. Eu assisti também o depoimento dele é... hm, de fato não concordo com as falas dele é... em vários sentidos.

O primeiro deles é que ele esquece de dizer que quem chamou ele pra participar da análise dessas compras de EPIs fui eu. Quem ligou pra ele na Quinta-Feira Santa dizendo o seguinte: vem aqui na Defesa Civil, por favor, analisar um processo de compra, fui eu. O Estado, eu já contei essa história pra vocês, estava com dificuldade de adquirir qualquer coisa ou tava adquirindo a preços absurdos, a máscara a R$ 16,00 ou a R$ 19,00, não lembro, por exemplo. E é... desta compra que eu fiquei sabendo, diferente da dos respiradores, que se eu ficasse sabendo dos respiradores eu também teria chamado, eu teria chamado, a CGE e a SIG, pra participar, como tinha lá atrás já orientado todos os Secretários que chamassem a SIG e a CGE pra participar. Então, desse processo dos EPIs, quando eu soube, eu chamei a CGE. E aí o fato que ele narra é o seguinte: nós, com estoque baixo, Quinta-Feira Santa, certo, ponto facultativo no Estado, sexta-feira feriado, sábado, domingo. A CGE tinha um costume, foi admitido por ele aqui, de pedir de 48 a 72 horas pra analisar um processo licitatório. Então nós estaríamos Quinta-Feira Santa, sexta-feira feriado, sábado, domingo, inertes. Passaria a analisar o processo, a CGE passaria a analisar o processo segunda, terça e talvez quarta. Daria uma semana pra analisar um processo licitatório, apenas pra dizer se daria ou não pra adquirir. Foi naquele momento que, de fato, angustiado, eu disse pra ele: não, Luiz, tu não tá entendendo, diz se esse negócio dá ou não até meio-dia – isso era por volta das nove horas da manhã, nós estávamos na Quinta-Feira Santa na Defesa Civil pra trata... é... salvo engano tinha uma coletiva do Governador nesse dia de manhã, por ser ponto facultativo a gente fez de manhã.

E aí, como o problema dos EPIs tinha sido externado pelo Helton no dia 1°, no dia 1° à noite foi uma loucura, todo mundo tentando achar algum... alguma forma de adquirir, e a partir daí nós fomos construir plano *a*, plano *b*, plano *c* e plano *d*. Plano *a* qual seria? A importação que já tava em curso da Secretaria da Saúde, eles já tavam é... falando com alguém do Ministério da Saúde, enfim, só tava aquele detalhe que pra mim era importante do pagamento adiantado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É esse momento que o Governador manda uma carta pro ex-Ministro pedindo uma carona no avião da vinda da China?

O SR. DOUGLAS BORBA – Eu desconheço essa carta. Não... não passou por mim.

Página 615. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3454
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tem uma carta assinada pelo Governador ao Ministro, à época o Mandetta, dizendo o seguinte: soube que estão buscando com o avião da FAB e compramos equipamentos da China. Gostaria de ver a possibilidade de uma carona.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, eu desconheço essa carta. Eu não tomei conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor, que estava sempre com o Governador e... o senhor acha que essa compra era o respirador?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não faço ideia. Na verdade... é... a gestão da crise em si ela coube ao Secretário da Saúde. Então haviam participações entre o Secretário da Saúde e o Governador que o Secretário da Casa Civil não participava.

Mas retomando ao constrangimento alegado pelo... pelo servidor, Deputado Kennedy, foi nesse teor. Não dava pra gente aguardar uma semana pra ter um parecer por parte da CGE, se um procedimento, que era um termo de cooperação na realidade, poderia acontecer ou não. Então foi nesse teor. Uma cobrança de dizer o seguinte: olha, até meio-dia diz se dá ou não dá, porque nós precisávamos de um plano *b*, e o plano *b* já era constituído, que era uma ata de registro de preço lá na Secretaria da Administração. Então nós tínhamos um plano... um plano *a*, que era importação, um plano *b*, que era a ata de registro aberta na Administração, e um plano *c*, que era a própria Secretaria da Saúde através da SGA buscar fornecedores. Nós atacamos três frentes. Se nós conseguíssemos naquele momento alcançar as três frentes, que bom, tem EPI para fornecer inclusive pros Municípios, porque como eu disse, os Municípios maiores já tinham dificuldade de adquirir, o Estado tinha dificuldade de adquirir. Imagina o Município de Arroio Trinta, com a sua unidade, com o seu postinho de saúde?!

Então ao invés de repassar dinheiro aos Municípios, nós pensamos lá no início que se nós conseguíssemos comprar em grande quantidade pro Estado, ao invés de passar dinheiro pros Municípios, nós vamos entregar EPIs para os Municípios.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Secretário...

O SR. DOUGLAS BORBA – Era essa. E aí o Controlador, enfim, entendeu de maneira adversa, talvez eu tenha sido um pouco enérgico quanto a.. ao pedido, mas é que pô, é, é, nós estamos em pandemia, em pandemia, me desculpe, não tem Quinta-Feira Santa, não tem sexta-feira feriado, não existe sábado, não existe domingo, porque o vírus está circulando, o vírus não tá de férias ou de feriado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu até entendo o senhor, porque ele saiu daqui dizendo que a gente constrangeu ele, só porque perguntou, e também me faz saber a certeza daquilo que a gente falou aqui, Deputado Cobalchini, que a CGE, que foi criada pra trabalhar na prevenção, ela está funcionando, infelizmente, como um instituto médico legal para fazer o exame legista é... do... do... Como é que foi, Deputado João Amin, que ele disse que era roubo e depois que ele falou, era?...

(*O Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone."Ilicitude."*)

Ilicitude.

Em março foi divulgada a formação de um grupo especial para análise de compras emergenciais com a participação do Ministério Público de Santa Catarina, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Justiça, Procon e órgãos citados que foram na reportagem que tem no *site* lá do Ministério Público e Tribunal de Contas. A ideia era ajudar, segunda a nota, a não ter problema como o analisado por essa comissão, ou seja, era pra prevenir e cuidar pra que as compras fossem feitas. Contudo, o diretor de Licitações da Secretaria da Saúde, que veio aqui e afirmou que a atuação desses outros órgãos de controle, no que se refere às aquisições para enfrentamento da Covid, palavra dele: ficou apenas no campo de ideias.

Página 616. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O senhor, como Chefe da Casa Civil, teve uma frase que eu ouvi que eu achei até interessante, dizendo que o Governador confiava tanto no senhor que era como se ele tivesse terceirizado a cadeira de Governador para o senhor. Teve pessoas que disseram que a sua força era tão grande que quando falava... Aliás a Má... a secretária... a funcionária Pauli disse que ouviu muitas vezes do senhor, nas conversas: acabei de falar com o Moisés. E outra fala: isso é decisão de governo.

Eu pergunto e faço essas citações porque se tinha essa atribuição de assistir o Governador do relacionamento com esses outros Poderes, o senhor acompanhou o trabalho desse grupo ou não?

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito. Sobre esse grupo é... na verdade surgiu a ideia de fazê-lo no dia 22 de março, é... em conversa com a própria servidora. É... ali, de fato, eu fiz um contato telefônico com o Governador, sentindo essa necessidade também, até pra assegurar a lisura em todos os processos, assegurar que o devido processo legal fosse obedecido em todas as compras, imaginando o que já estava por vir diante da dificuldade de aquisição que era narrada pra gente naquele momento. É... e a partir daí a gente na verdade dividiu algumas funções no governo, cabendo ao Secretário da Administração Jorge Tasca fazer o gerenciamento desse grupo.

O que coube a mim nesse momento, né? Fiz o contato com o Governador, dei um retorno pra servidora Márcia, dei um retorno pra ela dizendo, sim, Márcia, falei com o Moisés agora e ele está fazendo contato com o Adircélio e também com o Fernando Comin, enfim, essa narrativa eu já fiz pros senhores aqui hoje, a fim de montar o grupo pra que a gente tenha é... a fiscalização na questão de preço das empresas e também identificar aquelas que estejam praticando o grupo.

A partir do dia 23 o grupo foi criado, mas a Casa Civil não participou desse grupo. Agora, eu tenho conhecimento que do grupo participaram nesse início tanto o Tribunal de Contas, com três servidores do Tribunal de Contas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A partir de quando?

O SR. DOUGLAS BORBA – 23.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – De?

O SR. DOUGLAS BORBA – De março. Participaram desse grupo o Tribunal de Com...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então, ou seja, vossa excelência está dizendo que quando o... toda essa... esse erro foi feito já com a participação desses... desse grupo?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não. Não... na ver... É, na verdade assim, o grupo foi montado, ao que eu tenho conhecimento, no dia 23, 22 eu passei pro Secretário Tasca todos os nomes que foram indicados pelos Poderes, que encaminharam ao Governador, foi um... Vou fazer juntar também, tá, Deputado Kennedy, é... foi um membro do Ministério Público, três membros do Tribunal de Contas, além da SIG, além da CGE. Então a CGE já participava lá no dia 23 dos processos de compras e a partir... e também servidores da Saúde.

A servidora Márcia ela passou a enviar diversas propostas nesse grupo, é... mas ao que me consta, e aí narrado pela servidora é... pela Secretária Naiara, da SIG, ao que me consta o grupo ficou um pouco disperso com os... com os integrantes do... dos órgãos externos, é... e aí os órgãos internos é que passaram de fato a abordar de maneira pessoal a Secretaria da Saúde, tanto é que a SIG, e aí repito, a SIG mandou uma informação pedindo lá no dia 25 se precisava de alguma ajuda num processo de compra da Aeonmed, que na época, como eu não participava do grupo eu não sabia, mas que a servidora Márcia teria encaminhado nesse grupo – aí não sei se ainda estavam com participação do Ministério Público, se estava com participação do Tribunal de Contas. Eu só sei que a Secretária Naiara

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3455
Rubrica

Página 617. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

me mandou um *print* disso, agora recentemente quando essas notícias todas foram pra mídia, narrando que a Secretaria de Estado da Saúde não... que a servidora, melhor dizendo, não respondeu à Naiara quando interpelada sobre essa compra. Então a Naiara disse: olha, vocês precisam de ajuda sobre essa compra? E a Secretaria da Saúde ou a servidora não se manifestou a respeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É... tem uma coisa que as pessoas não conseguem entender, Deputado Milton, me perguntaram e eu fiquei assim... Ué? O Estado de Santa Catarina está entre o top 10 de Estados mais transparentes em relação à pandemia da Covid. Eu não sei se eu digo como ou se eu tenho pena dos outros Estados, né? Porque se o Estado de Santa Catarina hoje ocupa a sexta colocação, Presidente, como o Estado mais transparente desse processo, é... é... eu não consigo entender.

O que o senhor explica sobre isso daí?

O SR. DOUGLAS BORBA – Eu acredito que depois do dia... é... 2 de abril, quando de fato é... eu vi, eu estava na Secretaria da Saúde e ouvi que eles estavam fazendo procedimento sem a participação da CGE e que foi o dia que eu liguei pro Luiz Felipe e disse: cara, tu tem que tá aqui, tu tem que olhar esses processos. Né? Acredito, não, eu sei que a partir daí ele colocou auditores da CGE lá dentro da Secretaria da Saúde e que a partir daí todas as compras estão sendo auditadas. É... os problemas eu acredito que estejam pra trás. Então, é... não sei quais os índices que medem, não sei de que maneira é feito esse ranqueamento, mas de fato, depois que os órgãos de controle passaram a atuar é... nas aquisições do Estado, eu imagino que esse índice de Santa Catarina tenha melhorado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – De que tempo em tempo, como é que era a sua conversa com o Governador?... Porque, veja bem, o senhor disse aqui que a Secretaria é uma grande ilha.

O SR. DOUGLAS BORBA – A Saúde, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A Saúde.

O SR. DOUGLAS BORBA – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O ex-Secretário, o ex-Secretário que teve antes do senhor disse que cada Secretaria pode comprar até 5 milhões e isso pode passar inclusive sem passar pelo Secretário. Ele disse aqui que daí é repassado às...

O SR. DOUGLAS BORBA – Apenas as Secretarias finalísticas, né, que são quatro. Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O restante passa pelo grupo... existe o Grupo Gestor?

O SR. DOUGLAS BORBA – (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Qual é o teto do Grupo Gestor?

O SR. DOUGLAS BORBA – O Grupo Gestor ele analisa todas as compras acima de R$ 650 mil, salvo das quatro Secretarias finalísticas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quais são as Secretarias? Só para o pessoal que está nos assistindo.

O SR. DOUGLAS BORBA – É Administração Prisional, Segurança Pública, Secretaria da Saúde e Educação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

Agora o senhor, como Chefe da Casa Civil, o senhor conversava sempre com o Governador? Sentava, antes da *live*? Não vou falar em *live*, porque *live* a gente já sabe o que era aquele negócio lá. Mas assim, a conversa, o seu gabinete era próximo? A conversa que o senhor tinha, é... nos jantares que o senhor ia lá, é... como é que era? O Governador perguntava assim pra ti: Douglas, como é que está lá na Secretaria? Porque pelo que a gente viu e ouviu aqui de todos que depuseram aqui, você era o cara forte do governo. Eu quero

Página 618. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

perguntar o seguinte: o Governador se reportava a ti, pedia, ele tinha interesse em saber como é que estava?

O SR. DOUGLAS BORBA – Na verdade, durante a pandemia, Deputado Kennedy, é... quebrou-se muito disso, né? Na verdade a gente tinha frequentemente, em tempos normais, diálogos com Governador é... mais frequentes, e a gente de fato trocava ideias sobre assuntos de diferentes áreas é... da administração pública. Durante a pandemia, houve uma quebra de rotina de todos, né? E a partir dessa quebra de rotina de todos também, nós intitulamos o Secretário da Saúde como o gestor da crise. E aí, mais uma vez eu digo pro senhor, é... os assuntos que eu tratava com o Governador é... eram assuntos é... de outras áreas do governo, pouquíssima coisa relacionada à saúde. A saúde quem tratava mais era de fato o Secretário da Saúde, que era o gestor da crise da pandemia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor sabe da fragilidade que existe no Sistema Geral de Processos Eletrônicos, que qualquer um pode baixar? Eu não sei se o senhor tem contato ainda com o Governador.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, não tenho mais falado com o Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas alguém tinha que levar essa informação para o Governador, que é muito interessante porque hoje, pelo que disseram aqui, se tiver uma assinatura do Governador em algum processo, é possível baixar esse documento e colocar num outro qualquer.

O SR. DOUGLAS BORBA – Eu não acredito nisso, Deputado. Pelo menos não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por quê?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não. Porque eu não sei de nenhum caso no governo, nem de governos anteriores que já tinham o SGPE, nem do nosso governo agora, de todos os secretários, enfim, nesse um ano e quatro meses...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu fico preocupado, porque o senhor como um homem forte do governo não sabe disso e isso foi relatado aqui pelo jurídico da Secretaria, pelo setor de licitação da Secretaria, pelas funcionária e pelo próprio Secretário Helton.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não. Eu desconheço. Dos processos, mais uma vez eu digo, os processos de SGPE que incluem licitações, enfim, ou contratos é... lá da Secretaria da Casa Civil, eu posso afirmar que isso nunca ocorreu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu entendo... eu entendo que as pessoas, no seu caso é de Biguaçu, no caso do Governador, de Tubarão. Até quando nós, Deputado Ivan, nos referirmos ou nos referimos aquela da SC PAR, é... na tribuna, é... ficaram muito bravos com a gente, que a gente falou, não de forma pejorativa, mas a... a "República de Tubarão", por conta que o Secretário, o Lucas Esmeraldino colocou bastante gente no governo, assim como falam da "República de Biguaçu". Assim como era o Luiz Henrique Governador falavam da "República de Joinville"; quando era o Pinho, falavam que era república, ou seja, é uma prática, até porque as pessoas que vão pro governo acabam trazendo pessoas próximas.

Mas o que me chama a atenção, Douglas, é que nesse processo todo, a tua ramificação, ou seja, as pessoas envolvidas e, de repente aparece alguém como o Leandro, que eu não fiquei ainda convencido com a tua resposta, como surgiu o Leandro. Não fiquei.

Mas não é só isso, quando estourou o processo, que o cara lá da Veigamed telefona pra servidora e diz assim: escuta, fica tranquilo, nós somos confiáveis, fica tranquilo, eu vou dizer para uma pessoa daí procurar. Daí aparece um tal de Gil, o Gil aparece lá dizendo: ei, sou o Gil, sou amigo do Douglas. E... eu tenho ainda o jogador não sei o que lá, e... e a Mauli fala isso no depoimento que diz que é o Gil, amigo do Douglas, ela vai, tá lá no depoimento, ela vai no Instagram desse Gil e vê fotos com você.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3456
Rubrica

Página 619. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, Deputado. Acho que precisamos restabelecer algumas verdades aí.

Primeiro que eu assisti o depoimento do Gil, é...do Gil na Deic, né, e ele afirma de fato que não é meu amigo. Também na questão do Instagram, na verdade é... eu sou uma pessoa pública, me considero uma pessoa pública, exerci cargos públicos nos últimos doze anos, é... tem ali perto de onze mil seguidores, pessoas que me seguiram, mas eu sigo de fato os meus amigos, e eu não sigo ele, por exemplo. Todos os senhores têm rede social, uma coisa é a pessoa nos seguir, onze mil pessoas me seguem e certamente eu não sou um amigo desses onze mil pessoas, perfeito? Então é... eu sigo ali alguns dos meus amigos, então não há essa correlação. E, terceiro, eu desautorizo e sempre disse isso em colegiado, porque muitas vezes tentaram... tentaram é... adentrar algumas Secretarias e alguns órgãos dizendo: o Governador pediu pra eu vir aqui ou o Douglas pediu pra eu vir aqui, ou qualquer outro, Secre... pessoa pública pediu para eu vir aqui e eu desautorizei sempre, continuo desautorizando qualquer pessoa dizer é... a falar em meu nome, em qualquer órgão público.

É... o que me causa estranheza é porque a ex-superintendente Márcia é... já que tinha o meu contato, não passou uma mensagem para mim perguntando: Douglas, está aqui na Secretaria falando em teu nome, fulano. Pra ver se me confirmava, assim como ela fez com Leandro Barros, quando eu mandei a mensagem pra ela no dia 2 de abril, que foi quando eu mandei o contato...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu tava procurando exatamente isso, porque tem uma parte que ela diz que recebeu alguém e mandou, perguntando, pode falar em seu nome, e você disse sim.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não. É... é... na verdade não é bem isso que ela diz, né? Ela diz o seguinte: Douglas, me procurou o Leandro Barros, passou o contato, né, você pediu pra ele falar comigo? E aí eu confirmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E daí fez um *print* da tela ainda e mandou pro senhor?

O SR. DOUGLAS BORBA – E aí eu confirmo. Daí eu disse: olha, ele tem a possibilidade de nos ajudar no processo de importação de EPIs, que foi o único momento, reitero, em que o Leandro é... enfim, através de mim, apresentou uma possibilidade à Secretaria da Saúde. Então, eu... eu mais uma vez digo pros senhores, né... e ela ainda tem o cuidado de dizer o seguinte: É... olha, eu sempre tomo por cautela, está na mensagem, perguntar ao Secretário porque muita gente se apresenta aqui em nome de todo mundo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Hum, hum, ela fala isso.

O SR. DOUGLAS BORBA – Ela fala isso. E eu digo: muito bem, faça isso sempre.

E por que que ela não fez isso nos outros momentos? Quando o tal do Fábio entrou em contato com ela, quando o tal do Gil entrou em contato com ela.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Pelo que a gente percebeu aqui, ela não fez isso porque o Secretário o Helton dizia fica calma, fica calma, parece alguém que diz eu vou mandar alguém conhecido, aparece o Gil, ele fala no seu nome, ela vai no Instagram, vê foto com o senhor e com o André lá no Instagram, com o jogador André Santos...

O SR. DOUGLAS BORBA – André Santos, André Santos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Pesquisou no Instagram e viu Gil com André e o Douglas também...

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, eu não estou nessa foto, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu não posso dizer... eu não, eu não...

Página 620. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, eu sei qual é a foto, mas eu não tô nessa foto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu estou me referindo ao que ela fala lá no... no depoimento.

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não procurei essa foto, até porque eu tô falando aqui a partir da fala dela.

Mas deixa eu lhe perguntar uma coisa: quem do governo fazia as definições das compras? Porque nós conversamos há pouco com o Helton, o Helton disse: eu fui contra o hospital Mahatma Gandhi e passaram para a Defesa Civil.

Nós temos... eu tenho uma fala da menina da... da servidora... (*folheia documentos*). É tanto papel, Jesus. Está aqui: que a empresa... a proposta chegou pelo Douglas e foi tranquilizada pelo Leandro. Proposta chegou pelo Douglas, conforme o senhor mandou, que o senhor mandou primeiro o protótipo. E a tranquilização é que o Leandro diz: fica calma que vai dar certo.

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito. Vamos lá.

No dia 24 de março eu encaminho para a servidora Márcia alguns protótipos que eu já havia recebido, dentro daquela ótica de que o próprio Secretário Helton solicitou que encaminhassem tudo para lá. Um dos protótipos, e eu vou fazer juntar aqui qual foi o protótipo, o único protótipo de respirador, o resto aqui é máscara, é teste, tem de tudo aqui. Tá? O único protótipo de respirador é um respirador da marca Ventilogos, de denominação S21. Ventilogos S21, ou seja... e não é proposta, proposta... Eu considero proposta o seguinte: endereçada ao governo do Estado, com valor, com quantidade, com prazo de entrega, isso pra mim é uma proposta. O que veio simplesmente pra mim foi um protótipo que eu encaminhei pra ela.

Coincidentemente esse cidadão que ela denomina como décimo segundo ou doze, enfim, coronavírus, também mandou esse protótipo pra ela. Não seria mais lógico ela antes de deduzir qualquer coincidência, me mandar uma mensagem perguntando se fui eu que indiquei, perguntando se essa pessoa tinha acessado através de mim, enfim. Mas não, senhores, do dia vinte cinco de março, e está aqui no meu histórico de conversas que eu vou colocar inteiramente à disposição dos senhores é.. é... é... Na CPI. Entre o dia vinte cinco de março e o dia primeiro de abril, eu sequer falei com a Márcia. não há qualquer conversa minha com a Márcia nesse ínterim, de vinte cinco de março e primeiro de abril. E foi justamente nesse período que se procedeu toda a compra. Se eu tivesse qualquer indicação, ou se fosse um fornecedor que ela gostaria de ter uma... uma avalista. Dizer não, conheço o tal. Não seria mais prudente da parte dela, ou de quem quer que seja lá da Secretaria de Saúde, mandar uma mensagem que seja, ao invés de ir lá no instagram olhar foto. Manda uma mensagem, vem cá fulano de tal apresentou o S21 da Ventilogos, que registra-se. [*Transcrição: Roberto Machado Martins*]

Não tem nada a ver com C35, C30, é... esse negócio da Ae on med, Ion med, sei lá, não tem nada a ver! É uma outra empresa, um outro produto, e com um telefone aqui do Espírito Santo e tal, né. Foi isso! Foi isso que foi encaminhado para ela, e eu vou fazer juntar na CPI. Então em momento nenhum, momento nenhum, ela me procura pra dizer: Douglas, você que mandou esse fulano falar comigo? Porque eu diria: Não! Eu não conheço. Assim como disse "sim" quando mandei o contato pro Leandro, que ela disse: Douglas, você pediu pra esse cidadão falar comigo? Eu disse: Esse sim. Porque ele pode ter uma alternativa pra solução da nossa importação da China de EPIs.

Então assim, é... Ao mesmo tempo que ela diz que aqui achou que era uma indicação minha, mas lá no dia 02 me manda uma mensagem para confirmar? "Ah! Eu sempre tenho a cautela." Sim, ela usa essa expressão. "Eu sempre tenho a cautela de

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3457
Rubrica

Página 621. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

confirmar" com o secretário se de repente mandou alguém mesmo falar comigo. Por que que não fez antes?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente, é... Eu acho que a... O depoimento da Márcia, do Helton e do Douglas, hoje aqui, só faz reforçar a necessidade da gente, próximo passo, a gente fazer uma acareação, porque é... O que me dá a impressão é do... Da síndrome do jardim do Éden. A síndrome do jardim do Éden é um negócio impressionante. É um colocando a culpa no outro, e aquele que fala menos é que paga o pato. Então acho que são coisas colocadas, não, não tô dizendo, Douglas, que não tô acreditando, mas são coisas que "você falar...", "você falou...", "você fala...", "a Pauli fala...", "o Helton falou...", "o cara lá do jurídico falou..." ou seja, nós estamos aqui numa série, eu só não peguei o... O outro depoente, que é o Leandro, porque não estava na CPI, ainda era o Deputado Marcos Vieira.

Mas é um negócio assim que você é... vai ouvindo... E eu quero lhe parabenizar, pelo menos o senhor tirou a máscara, que é possível a gente fazer a leitura não verbal porque o outro sequer conseguiu tirar. E uma das coisas que eu gosto de fazer é essa leitura, a expressão do rosto, dos olhos, essa leitura que é importante a gente fazer pra saber em que ponto as coisas tão sendo feitos.

Então, senhor Presidente, eu acho que acareação vai ser de um bom ponto pra gente é... tirar algumas dúvidas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado Kennedy Nunes.

Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Obrigado, Presidente.

Senhores Deputados, Borba, bom dia, né. Seus advogados também.

O senhor teve conhecimento das declarações do senhor Rafael Wekerlin, da importadora, onde afirmou em 1º de maio que desistiu da proposta por terem lhe feito uma solicitação de propina de R$ 3 milhões?

O SR. DOUGLAS BORBA - Tive conhecimento pela imprensa, ã... Naquela época, e depois de assistir o depoimento dele também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Qual foi a postura e a atitude que vocês tomaram quando ficaram sabendo dessa proposta?

O SR. DOUGLAS BORBA - Primeiro tentar localizar e saber se isso de fato é... Procedia né. É... E... Na verdade nos foi afirmado a todo momento que não, que não existia nada de... De negociação nesse sentido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Não foi... Ou seja, não se... Não se visualizou ninguém do Governo que tivesse feito...

O SR. DOUGLAS BORBA – Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Esse pedido...

O SR. DOUGLAS BORBA – Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Essa proposta...

O SR. DOUGLAS BORBA – Exatamente. Apesar disso a CGE instalou ainda uma sindicância que tá em curso, né. Eu não posso afirmar em que estado está o andamento dela.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Bom, e o que foi feito nessa questão dos respiradores quando se descobriu a história, que a empresa talvez não iria cumprir, não estava cumprindo, não iria entregar, o que que foi feito pra tentar reaver o dinheiro ou garantir os equipamentos?

O SR. DOUGLAS BORBA – É, o que eu posso falar, é depois do dia 22 de abril, que foi quando eu de fato tive conhecimento dessa compra. É... E o Governador também

Página 622. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

teve conhecimento nesse mesmo dia, mais uma vez eu digo como aconteceu: O Secretário Helton chamou uma reunião, é... Apenas entre eu, o Governador é... E o chefe de gabinete, pra tratar de um problema. E chegamos lá, o problema era esse, problema era que o Helton nos narrou que... Havia sido feita uma compra com pagamento adiantado e, e que também descobriu que esse pagamento adiantado foi feito recentemente, aí não sei precisar quando for, quando foi, e que nós precisávamos acionar aí a... A CGE, a investigação, polícia, Ministério Público, enfim, porque a empresa já não dava mais é... Ela... Me parece que dava prazos de entrega e não eram cumpridos, os prazos de entrega, e aí o secretário disse que é... Que iria de fato reaver o dinheiro, fazer qualquer procedimento, foi nesse momento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E não chama a atenção o fato de que a Márcia vem aqui, expõe o seu nome, expõe o nome do Secretário Helton, que ela não teria competência para uma compra de 33 milhões e, ao mesmo tempo, os depoimentos de vocês indicam que ela, basicamente, operou, comandou ou organizou essa compra dos 33 milhões?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, na verdade eu não me refiro a ela. Se me fiz entender assim eu, eu, eu quero corrigir. É... A Secretaria da Saúde... Secretaria da Saúde... Organograma da Secretaria da Saúde é responsável por todas as aquisições da Secretaria de Estado da Saúde. Ela como superintendente de gestão administrativa tinha, ao que eu sabia, a incumbência de receber todos os fornecedores e enfim, né, e a partir daí fazer as escolhas, fazer as melhores escolhas pro estado. Agora, depois disso, tinha uma grande é... Um grande envolvimento de servidores da saúde ainda, né. Eu, eu apenas me referi aqui numa resposta ao Deputado Sopelsa, que não sei qual, qual a forma lá na Secretaria da Saúde de autorizar o pagamento. Né. É... Eu digo que o pagamento na Casa Civil, por exemplo, não é autorizado, né. Agora lá na saúde eu não tenho esse detalhamento pra saber se de fato ela teria autonomia pra fazer um pagamento dessa monta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - O que muitos catarinenses se perguntam é: e o dinheiro? Como é que vamos fazer agora pra recuperar esse dinheiro?

O SR. DOUGLAS BORBA – É eu... Até o tempo em que estive é... No governo, é... Se me permite até narrar um histórico aqui de algumas atitudes que eu, enquanto chefe da Casa Civil, procedi depois que foi informado dessa compra no dia 22 de abril, né.

Então no dia 28 de abril eu peço à nossa Cojur, lá da Casa Civil, uma análise no processo de compra. Então eu peço que a minha equipe de licitações entre naquele número do processo e olhe. Vê onde é que foram os erros, quais foram as fragilidades, quais foram os problemas, e eles me mandam um relatório que eu também vou fazer anexar na... na... na CPI, eles mandam o relatório no dia 29 de abril com os tópicos, eles são oito tópicos é... dos erros encontrados nesse procedimento licitatório. Então foi a primeira atitude que eu tomei após conhecimento.

De posse disso, é... Eu passei então a... É... Solicitei a Secretaria da Fazenda o porquê que essa compra não teria passado pelo grupo gestor. E aí a Secretaria da Fazenda me responde dizendo aquela exceção das secretarias finalísticas, que aí eles teriam autonomia na Secretaria de... De Estado da Saúde. E um terceiro ato, eu ainda procedo, enquanto chefe da Casa Civil, que é solicitar ao grupo gestor de governo que todas as dispensas de licitação, independentemente de valor, todas as dispensas de licitação prescindam de análise do grupo gestor de governo. Todas! Independentemente do valor. Porque a gente viu, e aí eu digo que do dia 22 que eu soube dessa compra, e do quão desastrosa ela foi, isso depois ainda foi... Foi...Foi... É... foi afirmado por todos do governo, pela CGE, pela SIG, pela minha Cojur. É... Eu disse: não, para, para.

Então todas as compras com dispensa de licitação hoje passam pelo grupo gestor do governo por uma orientação do chefe da Casa Civil, e eu também vou fazer juntar essa

Página 623. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3458
Rubrica

orientação minha em 29 de abril. Então é... É... Infelizmente pra trás, durante esses processos de compra, durante esses seis processos de compras que se diz né, é... Existirem é... Se teve uma autonomia da Secretaria de Estado da Saúde pra gerenciá-los e o Governo do Estado ficou aguardando que fosse executado o planejamento. O macro: Nós precisamos de mais 713 leitos de UTI. Ok. Saúde? Te vira. Saúde, te vira! Nós vamos tratar de outro assunto. A saúde tem que se virar na aquisição dessas... Dessas... Pra ativar os 713 leitos, e foi nessa... Nessa... Nessa Seara. Mas, enfim, é... Precisava narrar também esse histórico de atitudes da Casa Civil depois que soube dessa... Dessa barbeiragem aí da Secretaria da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - E só pra encerrar, o senhor imaginou que a Gaeco estaria de manhã na sua residência, que a sua família estava em uma casa e senhor na outra quando a Gaeco bateu, foi informado por alguém que haveria essa ação?

O SR. DOUGLAS BORBA – Jamais, Deputado. Aliás isso é algo que... Que constrangeu é... que me constrangeu é... Sobre maneira, não só a mim, mas também a minha família que vem sofrendo bastante com isso, eu tenho doze anos de vida pública, não iniciei hoje, sou professor universitário da cadeira de Direito Administrativo, pós-graduado em Direito Tributário, Direito Constitucional e em Direito Administrativo. Formei centenas de alunos na universidade, na cadeira de Direito Administrativo, e sei tudo que precisa ser feito pra que um processo licitatório seja limpo, seja cristalino. Por isso que lá na Secretaria da Casa Civil, que é a Secretaria que eu respondi durante 1 ano e 4 meses, os senhores podem verificar todos os processos licitatórios, inclusive aqueles feitos com dispensa de licitação. Que foram poucos, mas um polêmico, inclusive, que foi um projeto de lei da publicidade durante a pandemia. Esse processo de dispensa de licitação lá da Secretaria da Casa Civil foi auditado pela CGE porque eu chamei, foi encaminhado pelo Ministério Público porque eu mandei, foi encaminhado pro Tribunal de Contas porque eu mandei.

O zelo, Deputado Milton Hobus, aos processos de contratação da Casa Civil, eu tenho responsabilidades. O que eu não posso ser responsabilizado, ou melhor, o que não pode ser feito é terceirizar responsabilidades. Isso sobremaneira deve ser feito. Eu atendi o Secretário da Saúde, o ex-secretário da Saúde quando ele manda num grupo dizendo o seguinte: "tudo que vocês receberem, vocês mandem pra lá." Além disso, eu mandei uma mensagem pra servidora que ele indicou, dizendo o seguinte: "olha tô mandando tudo que eu recebo, hein? Vocês filtrem aí." Nunca exerci e vocês não vão encontrar em lugar nenhum porque simplesmente não existe qualquer mensagem minha dizendo "faz!", "pode fazer!", "contrata!", "paga!" Isso não existe e nunca vai existir.

Eu, com doze anos de vida pública, o senhor foi prefeito oito anos, conhece bastante dos procedimentos também, eu conheço de secretário municipal que eu fui, de vereador da posição de vocês, fiscalizando as contas do município durante seis anos e, lógico com maior... Com maior é... Maior responsabilidade agora desse um ano e quatro meses que fui Secretário de estado da casa civil. Jamais incorreria num erro destes. E ter a minha vida, o meu nome, o nome da minha família, os meus amigos envolvidos, inclusive sendo citados aqui, é algo que me incomodou muito. É algo que me fez inclusive renunciar ao meu mandato de vereador em Biguaçu. Que eu renunciei. Não quis voltar pra vida pública, não quis voltar pra vida pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhor Douglas Borba, o senhor ao final vai ter algum tempo disponível para as suas considerações finais.

O SR. DOUGLAS BORBA – Obrigado, Deputado Lima. Desculpa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

Página 624. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Obrigado, Deputado Lima. Bom dia, Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom dia, Felipe.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Eu... Nós iniciamos aqui era cinco horas da tarde, são três horas da manhã. Então eu me senti muito bem representado aqui nas perguntas que os Deputados fizeram, faço um pequeno registro. Eu só, Douglas, lamento muito, se meu coração tava te olhando daqui, de coração partido. A gente conviveu, eu não sei se tu ainda tá no PSL, mas fomos correligionários, temos uma história junto, e eu vejo essa história degringolar dessa maneira, um processo sem explicação, então oro aí pela tua vida, né, fico de coração partido com tudo isso que aconteceu, com esse desastre que aconteceu no estado, fico realmente assim, eu tava olhando, essa queda vertiginosa de tu da Secretaria, até esse momento.

Então cara, de coração, isso é um desabafo até pessoal, desculpa, é até um momento emocionante para mim. Que Deus guie a tua vida, te ajude a superar, esclarecer esses fatos, que tudo se esclareça, né. Guia a tua vida, também é um avião que a gente tá dentro, né? Tem um Moisés como o piloto que pra mim foi muito incompetente, mas de coração, deixo isso aqui, é um desabafo pessoal. Que Deus guie a tua vida nesse processo, né, e te ajude na caminhada.

Muito obrigado, senhor Presidente.

Só registro que eu me senti representado nas perguntas, foram muito esclarecedoras, a relatoria do Ivan de parabéns, cavando, indo a fundo. Todos os Deputados estão de parabéns, né, esclarecedor. Então me sinto representado aqui, em virtude também três da manhã, estamos desde as cinco horas aqui, eu creio que todos devem estar cansados, mas creio que os trabalhos foram produtivos.

Volto a palavra ao senhor Presidente.

O SR. DOUGLAS BORBA – Deputado Felipe, só um...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Apesar do cansaço a gente não pode é... Deixar de aproveitar esse momento, né.

O SR. DOUGLAS BORBA – Deputado Fe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A gente tem que aproveitar nosso tempo até o último... O último minuto né, que for necessário né, se for precisar sair daqui amanhã, às dez da noite, sairemos.

Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. DOUGLAS BORBA – Só um esclarecimento ao Deputado Felipe sobre uma dúvida dele. Não, eu fui destituído da executiva do PSL já é... Saí antes do Lima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Douglas, eu vou ser... Ser bastante rápido, mas eu acho que a gente precisa é... Esclarecer algumas coisas porque os depoimentos eles são é... Muito ruins em termos de responsabilidade é... De um governo que tem que dar respostas pra população. É... Primeira pergunta que eu queria te fazer, de fato. Quem estava no comando da pandemia?

O SR. DOUGLAS BORBA – O Comando da pandemia era do Helton, Secretário de Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Helton, Secretário de Saúde.

O SR. DOUGLAS BORBA - Ele era aquilo que a gente entitulou de gestor da crise.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - E qual era a participação do Governador disso?

Página 625. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3459
Rubrica

O SR. DOUGLAS BORBA - Haviam reuniões é... No começo, ali de 17 de março, quando foi o *lockdown* é... Até final de março, é... As reuniões eram diárias, e havia um volume muito grande de demanda de tudo quanto é questão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E quem participava dessas reuniões?

O SR. DOUGLAS BORBA – Participava é... Eu tenho o rol completo, se o senhor me permite. Foi feito um grupo de gestão de crise, participavam diversos Secretários de Estado, Governador, a vice-Governadora, era um grupo bastante... bastante...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O.k., O.k. Vamos ser... Ser... Ser rápidos. Os Secretários com o Governador...

O SR. DOUGLAS BORBA – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - E aí eu imagino que as estratégias eram definidas entre vocês...

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Diariamente, do dia 17 até o dia 31, quando a compra da Veigamed já estava... Veigamed já estava definida, todos se reuniam diariamente.

O SR. DOUGLAS BORBA – É, eu... Eu posso precisar que no início eram todos os dias, depois quebrou um pouco essa periodicidade, mas eu faço jantar no processo também as datas das reuniões, sem problema.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Eu fiz essa pergunta porque ã... Dentro do modelo de gestão de crise do Estado de Santa Catarina que deixou... Nós fizemos protocolo disso lá na Defesa Civil, sempre que é instalada uma crise, lá é um local feito com toda expertise pra reunir todos os atores, pra gerenciamento de uma crise, como uma calamidade pública, e o comandante em chefe é o Governador. Nunca ele pode terceirizar isso. Jamais pode terceirizar isso. Porque é uma calamidade pública, então o Governador terceirizar pra um Secretário que você disse aqui que era uma ilha, que não atendia nem o que o Governador pedia.

O que se esperar dessa gestão de crise, meu Deus!

Eu fui muito crítico desde o dia 17. Fui muito crítico. Da forma como a crise foi... Foi gerida. Alguns me... Acharam que eu estava cometendo excessos, mas os dados mostravam que nós estávamos certos. Não utilizaram os protocolos corretamente, o comandante em chefe não assumiu o comando, né, as decisões foram precipitadas e sem embasamento técnico algum, nem em parâmetros internacionais. Nenhum embasamento técnico, o que fez com que o nosso Estado de Santa Catarina pagasse um preço com desemprego de trabalhadores, com quebradeira de pequenos comércios, bares, restaurantes etc., porque se fechou o Estado de forma abrupta, sem dados técnicos que levavam a isso. E a prova é que os frigoríficos ficaram trabalhando, as indústrias ficaram trabalhando, as farmácias ficaram trabalhando, os restaurantes ficaram trabalhando no estado inteirinho. E só agora, Deputado Cobalchini, que começou a chegar o vírus lá no oeste, lá no frigorífico, lá na farmácia. Só agora! Que tá tudo liberado! Não é porque liberou agora, porque nós somos um Estado interiorano, eu falava isso, né...

O vírus vem de fora, e não vai chegar de 17 de março até começo de abril, como diziam os homens do governo, não sei senhor escutou isso, que em abril iam morrer seis mil pessoas e que nós tínhamos que ter 2.600 leitos de UTI abertos em três meses. Uma loucura! Nem um colegial aprendiz de Matemática erra uma conta dessa que o Estado errou. Daí o seu Helton, que é o gestor da crise, chega aqui pra nós e diz o seguinte, Douglas: eu fui contra o hospital de campanha. O meu negócio era abrir 713 leitos nos hospitais existentes. Que você era o número que o meu Secretário Adjunto." Eu queria perguntar pro senhor:

Página 626. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

qual a participação do Secretário Adjunto nesse comando da crise que estava com Helton, era os dois ou era um só?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, eu... Eu pouco tive contato, pouco ou quase nenhum contato com André Motta é... Durante esse período da pandemia. Na verdade o que se via é que ele ficava responsável pela parte hospitalar, ou seja, por fazer a... Fazer a... O diagnóstico né, enfim, daquilo que poderia ser implantado na rede hospitalar catarinense para ampliação. Ao que me parece era a principal função dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu... Eu... Eu fiz essas perguntas porque ã... O secretário, O... O chefe da Defesa Civil hoje, que não é mais secretaria, é vinculado na nova estrutura diretamente ao Governador do Estado. Se o comandante da epidemia que é o Helton disse "eu sou contra o hospital de Campanha", quem decidiu gastar 70 e poucos milhões pra fazer o hospital de Campanha? Foi o coitadinho do João Batista?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, houve uma divergência bastante grande sobre esse tema, Deputado, essa é a verdade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas quem decidiu, Douglas? O Grupo de vocês?

O SR. DOUGLAS BORBA – É. O grupo, o grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Sem o Helton?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, na verdade o Helton foi é... Vencido, tá. E eu confesso pro senhor que é... Eu também fui vencido, eu também era contra esse hospital.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Qual era a posição do Governador com o hospital de campanha?

O SR. DOUGLAS BORBA – Eu não... Não... Não... Não... Eu acho que ele era favorável, mas eu não posso afirmar, tá? Na verdade é o seguinte, o...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Ele assinou. Portanto era favorável porque ele assinou o processo.

O SR. DOUGLAS BORBA – É... Eu lembro das discussões muito claramente, mais uma vez eu digo isso, esses processos de compra eles tocavam nas suas secretarias, então eu não tenho detalhes. O que eu sei, e que e eu de fato também fui vencido nessa história dos hospitais de campanha, que eu também era contra, tá, é... Era contra investir em campanha, em hospital de Campanha antes de suprir a rede hospitalar, né. E conversei muito com Helton sobre isso, né. Mas aí, com base nos estudos que foram apresentados pela Defesa Civil, que eram catastróficos de verdade, se tomou a decisão de fazer o processo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas aonde a Defesa Civil tirou número? Ela não tem... Ela não tem expertise para fazer projeção matemática de número de mortes de seis mil.

O SR. DOUGLAS BORBA – Deputado, mas aí tem que perguntar pra Defesa Civil. A gente tem que confiar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas vocês eram governo, se vocês não tinham informações, como é que vocês tomavam decisões pra gastar o dinheiro, meu Deus!

O SR. DOUGLAS BORBA - Nós conversamos com a Secretaria da Defesa Civil, ele nos apresentou... Eles nos apresentaram alguns estudos. É... E... Quando eu digo que eu também era contra essa aquisição do hospital de Campanha, pelo menos enquanto a rede hospitalar não estava sendo abastecida né, não estava sendo aumentada, é... É porque em determinado momento foi falado em dez hospitais de campanha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Sim, o próprio Governador falou nisso. Dez.

Página 627. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - COMISSÃO
Fls. 3460
Rubrica

O SR. DOUGLAS BORBA - Foi falado em dez hospitais da campanha, eu disse: "olha, não... Gente, não é esse caminho e tal."

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Agora... Agora...

O SR. DOUGLAS BORBA – Mas aí conseguimos encontrar em colegiado um consenso, né... Não foi um consenso, porque alguns foram vencidos, mas enfim, a maioria acaba vencendo, que foi a contratação de um hospital de Campanha, e que outros nove seriam licitados, não sei como é que tá isso hoje, mas seriam licitados pra ficar à disposição em caso de necessidades. Foi essa a retórica sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Douglas, no dia 08 de abril foi feito o edital do hospital de campanha, nós tínhamos nessa época apenas 501 pessoas infectadas no estado, e 65 cidade só que o vírus tinha chegado. 234 cidades não tinham chego, e sabe Douglas, eu gostaria que você fosse sincero, porque eu tive informações de dentro do governo, que essa decisão do hospital de Campanha foi tomada porque, inclusive a decisão do fechamento lá, que Santa Catarina foi o primeiro e tudo quando tinha só sete casos. Sete casos. Sete casos. Fechou todo o estado. Porque pesquisa de opinião pública do governo diziam que o povo tava a favor de fechar. O povo tava em pânico com a grande mídia fazendo as loucuras. E que o hospital de Campanha também foi uma decisão baseada em pesquisa, porque o povo via o Rio de Janeiro e São Paulo fazendo hospital, vamos fazer um aqui porque isso o povo vai aplaudir. Foi assim a decisão?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, Deputado. Eu tenho conhecimento da pesquisa que tratou do lockdown, tratou do fechamento né, é... Isso na verdade foi noticiado, se eu não me engano, na... No Notícias do Dia e tal, que a maioria das pessoas é... Estavam com medo da pandemia né. É... e isso durante a análise do que o governo vai fazer foi levado de fato em consideração em algum momento, por questão de também a gente não ter dados concretos pra tomar as decisões. Agora em relação ao hospital de Campanha, não... Não tenho conhecimento de qualquer pesquisa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - A constatação, Douglas, eu tenho dito aqui que nós vivemos uma calamidade administrativa no estado de Santa Catarina. Você falou aqui, relatou aqui, que não se conseguiu fazer um convênio na saúde, ã... Não se conseguiu fazer um convênio para reformar a escola, no primeiro ano, com as escolas caindo do telhado, com dinheiro sobrando, porque foi o recorde de arrecadação do estado, dinheiro, Fundeb Deb positivo etc, com dificuldade de atingir os 25%. Mas quem escolheu os secretários, foi o Governador. E você fez aqui um relato de que o... Secretário da Saúde não obedecia o Governador e não conseguia fazer as coisas, mas cadê o comandante? Que não tomou providência, não trocou o secretário, não fez a coisa acontecer. Então essa é a situação que o estado de Santa Catarina vive por falta de governo! Por falta de governo, né. E tudo isso que nós estamos presenciando aqui, por falta de capacidade dos integrantes do Governo, por falta de visão do comandante de gerir uma crise. Eu fui prefeito, deputado Cobalchini, e tive uma calamidade pública. Era eu que fazia a reunião com grupo de gestão todo dia às 6 horas da tarde, e eu que determinava isso e aquilo, eu que ia atrás, veio um monte de engenheiros e gente porque demoliu tudo, caiu pontes, foi tudo embora, sabe, veio um monte de gente lá pra ajudar. Queda de barreira tinha que fazer projeto. Pessoal tudo foi lá dizendo assim: "vamos ajudar, vamos ajudar!" Daí chegaram, sentaram na frente dos engenheiros lá... "Ó, fizemos isso aqui, o ideal é isso, isso e aquilo..." "Ah! Vocês consensaram isso? Tá bom! Então nós vamos fazer uma licitação." Olhavam pra mim: "Mas como licitação? O senhor pode fazer por dispensa, é calamidade pública.". Eu não fiz um, uma contratação por dispensa. Quinze dias o que que muda? Quinze dia na vida duma catástrofe. E aqui gente botaram o terror que os compradores vieram aqui e disseram: "vocês têm que comprar em 24 horas, tá aqui compra isso.". E daí ninguém assume. É isso que nós vivemos em Santa Catarina hoje, Douglas, por isso você está aqui. Porque ninguém quer

Página 628. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

assumir e um quer botar a culpa no outro. Mas tem um comandante esse barco, ou não tem? Não tem. Desculpe o desabafo, mas é... A gente sai daqui frustrado. Frustrado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deputado, só uma pergunta. Eu só queria tirar uma dúvida. O... Você falou que um dos pontos dados basilares técnicos pra tomar as providências, foi uma pesquisa de opinião pública?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, na verdade não foi um basilar pra tomada de decisão, né, mas é... A gente percebia, havia uma percepção de que as pessoas estavam de fato com muito medo, aquela pesquisa ela relatou também que as pessoas estavam com muito medo. Nós não tínhamos elementos técnicos ainda, suficientes, tava todo mundo tentando entender a pandemia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Daonde veio a informação que em abril nós teríamos 6.000 mortes?

O SR. DOUGLAS BORBA – Veio de um relatório entregue pela Defesa Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tem como mandar pra nós esse relatório, aonde a gente vai buscar esse relatório, eu tô atrás desde o primeiro depoimento aqui.

O SR. DOUGLAS BORBA - Eu posso buscar, eu devo ter no meu relatório de conversas e eu posso buscar e encaminho pra relatoria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Douglas, só pra você saber, veio o Secretário da Saúde e o Chefe da Defesa Civil, que os deputados sabatinaram via videoconferência, e daquela sabatina de três horas, saíram várias perguntas dos deputados. Que eles tinham que apresentar os relatórios pra gente, até hoje nós estamos esperando. Essa é a transparência do governo, até hoje nós estamos esperando...

O SR. DOUGLAS BORBA - Deputado Milton...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - De uma sabatina a resposta do... Da Defesa Civil. Entregamos todas as perguntas que vocês fizeram para a Casa Civil, pra que encaminhasse pra vocês. Então se você puder checar isso, e ver se o Secretário da Saúde respondeu também, porque até hoje nós não sabemos quantos leitos de UTI abriu, quantos respiradores entraram, pra onde foram, tudo isso nós perguntamos, até hoje nenhum deputado sabe nada...

O SR. DOUGLAS BORBA – Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Nenhum catarinense sabe nada.

O SR. DOUGLAS BORBA – Deputado, na verdade em relação ao governo eu não posso mais responder, não posso mais buscar essas informações também, sinto não poder contribuir nesse sentido. Mas sobre esse relatório foi entregue, Deputado Kennedy, eu... Eu tenho todas as mensagens do grupo de gestão de crise, certamente está ali, eu vou resgatar esse arquivo e me comprometo em mandar pros senhores aí ainda essa semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhores Deputados é... Uma das nossas atribuições aqui é quando algum deputado se sentir prejudicado nas suas perguntas ali, a gente tentar de alguma forma é... Colaborar com isso né, então a gente pode pedir também pra própria comissão é... Questionar o governo em relação essas questões aí pontuais para que seja uma informação né, Se o senhor assim considerar necessário. Importantíssimo.

Em relação às colocações ali muito bem feitas também é... Por uma parte ali do Deputado Sopelsa, e muito bem completas mesmo também do deputado Cobalchini, é... No que eles conseguem elencar ali uma série de... De atitudes né, tomadas pela administração do estado das quais é... Nenhuma delas resultou em nenhum é... Benefício efetivo mesmo. Foram elencadas aqui, uma por uma. É...

Página 629. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - COMISSÃO
Fls. 3461
Rubrica

Eu fiz uma lista das pessoas que foram citadas aqui, né, com exceção do Governador Carlos Moisés e do José Florêncio, é... Helton Zeferino atribuiu à dona Márcia Pauli que atribuiu à dona Débora Brown, aí eu marquei somente essa Débora Brown, por enquanto aqui: Débora Brown... Brum. A Débora Brum aqui e... mas dispenso o requerimento de ser ouvida a Débora Brum mesmo, porque eu acredito que se a gente for seguindo essa linha do Governador, do Douglas Borba, do Helton Zeferino, do José Florêncio, da Marcia Pauli, da Débora Brum, a gente possa até acabar chegando na tia da... Do cafezinho, da faxina lá que vai ser responsável por ter autorizado essa compra. Então ali fica dispensado também a Débora Brum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A Secretária da Fazenda está aí? A Secretária Adjunta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Também passou, tramitou (inaudível). Mas pra fechar a minha aqui né... É... E aí é uma comunicação aos Deputados, da fazenda, ã-hã, o... O trato direto, aí a pergunta que ficou realmente prejudicada mesmo, o trato direto dessa ligação feita é... Por um deputado cujo qual o senhor não se recorda o nome, infelizmente né, trata-se diretamente da situação do respirador, é o que está nos autos.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, Não, não, não. Não é dos respiradores, Deputado, isso tem que ficar bem claro. É... Até porque o contato...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Porque o senhor se lembra do conteúdo da conversa, deve se lembrar da... Do timbre...

O SR. DOUGLAS BORBA – É. Não, eu sei qual é o conteúdo, só que eu não quero errar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ã-hã.

O SR. DOUGLAS BORBA – ...em relação... O conteúdo até vou dizer, só não quero errar o nome. Isso eu posso trazer depois da CPI sem problemas. Mas era em relação a... A um hospital que estaria fechado em Balneário Camboriú ou Itajaí, alguma coisa assim, e que alguém procurou pra de repente habilitar esse hospital lá e tal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mas quando o relator perguntou não foi falado que seriam várias pessoas que ligavam fazendo indicações, indicações de empresas pra serviço. Foi essa pergunta e ela foi pontual...

O SR. DOUGLAS BORBA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - E o senhor respondeu "sim, um deputado me ligou, porém..."

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, não, não. Isso não tá no relatório, eu não disse. Na verdade a gente recebeu indicação de deputado pra... Nesse caso específico eu lembro porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Porque o senhor como professor de direito administrativo, você sabe muito bem que advocacia administrativa praticada por alguém do legislativo constitui em crime.

O SR. DOUGLAS BORBA – Sim, mas não era, mais uma vez eu vou dizer, não havia correlação de obrigatoriedade na indicação, ao contrário, o Secretário da Saúde...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Com exceção de um membro do legislativo, qualquer cidadão poderia ligar e falar assim "olha eu sei de uma empresa que tem disponível tal e tal equipamento.". Qualquer cidadão poderia fazer isso, um membro do Legislativo não.

Então eu comunico essa assessoria que também a exemplo do que foi feito ali com a secretária, a senhora Márcia Pauli, que também vamos a... Peço a assessoria que encaminhe correspondência perguntando a cada um dos 40 Deputados se houve um contato com o Secretário Douglas Borba pra tratar de indicação é... De fornecedor ou de material.

Página 630. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

E pra conclusão mesmo, eu... como todo Deputado fez um desabafo, né, os antigos samurais ali, eles adotaram um estilo de vida chamado *bushido*. E eles tinham uma saída muito honrosa, que cabia muito bem no caso ali do... Do que esse governo está fazendo, e com os erros que ele cometeu né, chama *harakiri*.

Eu quero agradecer o senhor aqui e dizer que o senhor tem alguns minutos pra fazer as suas considerações finais tá. E por tempo indeterminado, fique à vontade.

O SR. DOUGLAS BORBA – Obrigado, Deputado.

Na verdade eu acho que é... Os nobres deputados estão é... Muito bem preparados e estão dedicados de fato a solucionar esse problema que é um problema de todo estado, e que é um problema e uma angústia pessoal minha também. É... Estarei aqui pronto para contribuir quantas vezes for chamado e quantas vezes for necessário.

Quero reiterar pros senhores que eu não tenho nada a ver com qualquer Veigamed, com qualquer pessoa que por ventura esteja envolvida com esse processo de compra dos respiradores. Vou fazer prova disso física, de todos esses elementos que nos último... Nas últimas semanas, nas últimas noites que eu não dormi, eu busquei na memória, busquei é... Nos meus arquivos pra poder fazer prova, pra que eu seja desvinculado de tudo isso que aconteceu. Mais uma vez dessa... Dessa trapalhada, dessa compra desastrosa que aconteceu na Secretaria da Saúde, e que não sei por quê, ou melhor, talvez pela... Pela ânsia de ajudar, pela ânsia de contribuir de alguma forma é... Aconteceu isso tudo na minha vida, mas enfim, é um drama pessoal, e que eu tenho certeza absoluta que vou superar é... Porque a minha versão não mudou, Deputados. A minha versão do primeiro depoimento, lá no dia 2 de maio, quando eu fui voluntariamente ao Ministério Público depor sobre tudo que eu sabia a respeito disso, exatamente a versão do dia 2 de maio, foi a versão do dia 9 de maio, e está sendo mais aprofundada hoje, aqui, de posse de todos esses documentos, é... No dia de hoje. E quantas vezes for necessário, eu virei para falar a verdade, Deputado Cobalchini, para trazer pura e simplesmente a verdade de tudo que aconteceu neste processo que eu tomei conhecimento no dia 22 de abril de 2020, quando há muito tempo já havia sido feito um pagamento, uma contratação, uma escolha.

Isso é importante dizer: eu não participei da escolha, eu não participei do processo licitatório, eu não assinei contrato, não pedi e nem sabia de pagamento. Onde está a responsabilidade do Chefe da Casa Civil nisso? Qual é a responsabilidade da Casa Civil, ou do Chefe da Casa Civil num processo que sequer tem participação? Então se, de repente, as falhas aconteceram, aconteceram infelizmente neste processo licitatório, assim como tudo leva a crer que aconteceram também em outros processos licitatório. Em nenhum deles eu posso afirmar que teve qualquer envolvimento da Casa Civil, qualquer imposição da Casa Civil, qualquer pedido veemente da Casa Civil. Em nenhum deles.

Então mais uma vez eu encerro dizendo que nós não podemos terceirizar responsabilidades, acho que a responsabilidade de cada gestor público ela é definida no rol das suas atribuições, e tudo o que for inerente à Casa Civil, inclusive as contratações, de 01 de janeiro de 2020 a 10 de maio de 2020, isso os senhores podem cobrar de mim. Qualquer explicação, qualquer responsabilidade, isso os senhores podem cobrar de mim. Agora, como o próprio Secretário João Batista esteve aqui nessa cadeira falando pros senhores, ele bateu no peito, os senhores vão lembrar, e disse o seguinte: "O responsável pelas licitações da Defesa Civil sou eu.". E eu digo: o responsável pelas licitações da Casa Civil sou eu. Agora, o responsável, Deputado Ivan, pelas licitações da Saúde, não sou eu. Não sou eu. Tá certo?

Agradeço a paciência de todos, me coloco à disposição, vou fazer... Acho que ficou um único documento, que é esse do... Da Defesa Civil pra eu entregar, além desse relatório que farei materializado também entregarei no gabinete do relator, ou por e-mail pro Relator.

0 SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Na secretaria da CPI.

O SR. DOUGLAS BORBA - Para a secretaria da CPI, perfeito.

Página 631. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3462
Rubrica

E mais uma vez eu digo aos senhores, essa angústia dos senhores de descobrir de fato o que aconteceu é... Nessa compra dos respiradores é a angústia minha, particular, também. Então o quanto antes a gente tiver o desfecho disso tudo, é... Tenho certeza, senhores, que será uma conquista pra mim também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Na verdade a nossa grande angústia não é descobri muito o que aconteceu, porque o que aconteceu, ela está se desenrolando durante a comissão, é realmente se a gente vai conseguir reaver esses valores aí.

Consulto os senhores Deputados... se tem mais alguma coisa a declarar, a somar?

O senhor está dispensado, senhor Douglas Borba.

(*O depoente se retira do recinto com os seus advogados.*)

Mais uma vez pergunto, consulto aos senhores deputados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, eu tenho uma... Eu tenho uma questão de... Tenho uma questão de ordem, senhores Deputados, para resolver. Nós precisamos resolver.

Nós temos na próxima quinta-feira agendada uma acareação. Que foi... Que foi aprovada né, aqui eu tenho feito algumas resistências com relação a essa acareação porque, primeiro o... O Regimento diz que compete ao Relator a instrução do processo, certo? Então compete a mim fazer instrução dessa acareação. E o objetivo principal desse meio de prova consiste em buscar esclarecer as divergências, ou seja, o antagonismo que existe entre duas versões ou mais. Então eu preciso identificar o antagonismo, e apontar as divergências.

A acareação não é um processo que coloca três pessoas ali e mandamos falar uma contra a outra. É preciso identificar falas de cada um que precisam ser esclarecidas. Agora o depoimento... Nós começamos a nossa CPI às 17h, nós tivemos quanto tempo de depoimento? Cinco... Oito horas né? Praticamente de depoimento. Hã? Dez horas! Dez horas de depoimento. Então como é que nós vamos identificar dentro dessas dez horas de depoimento os fatos conflitantes pra fazer uma acareação.

E... eu tenho uma... Eu fiz aqui uma breve pesquisa né, é... Do que dizem os... Autores a respeito da acareação, e a acareação ela exige requisitos. A acareação deve ser prestada por... Deve ser feita com delegações prestadas, deve demonstrar a indispensabilidade desta prova, ou seja, a gente tem que demonstrar que essa prova é indispensável, e apontar as partes que estão... Que devem... Que serão controvertidas, ou seja, dos quais os depoentes devem se manifestar. E o STF tem dito que não há previsão expressa a respeito do momento processual de cada adequado para a realização de uma acareação, ou seja, ela pode ser realizada a qualquer tempo no processo.

E também o STF, num *habeas corpus* recente, disse que não é aconselhável, nem mesmo justificável, que a autoridade submeta a pessoa a acareação sem aquerir os fatos que pretendem sejam contraditórios. Fecha aspas. HC 81065, do Supremo Tribunal Federal.

Nós temos ajuizado o *habeas corpus* já pela Márcia Pauli. Já há um *habeas corpus* ajuizado para que ela não deponha, não faça acareação, não deponha nada contra ela, né? Houve uma liminar, a liminar foi dada por quê? Porque não havia intimação pra acareação. Não havia intimação dela pra acareação, portanto ela não tinha objeto pra conseguir o HC.

Eu queria compartilhar com vocês que eu acho que a gente pode fazer uma acareação, eu não tô dizendo que a gente não pode fazer, acho até que a gente deve fazer uma acareação. E... Mas eu não... Não encontro elementos para fazer a acareação nesse momento. Eu não me encontro preparado, nem com capacidade de preparar os elementos para fazer acareação nesse momento. Então eu tô apresentando requerimento, de que a gente faz sobrestamento da acareação, pra preparar os elementos. E o autor do requerimento, Deputado... Deputado... É... João Amin possa apresentar à CPI os elementos pelos quais ele pretende fazer acareação, e aí a gente marca uma nova data. Então a sugestão que faço à

Página 632. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

vossas excelências: suspensão da realização da acareação pra próxima quinta-feira, para ser marcada uma nova data, É... Pela impossibilidade de realização de acareação nesse momento.

Eu faço o pedido a vossas excelências e aguardo deliberação. Mas tô à disposição, respeito a posição de todos, se vocês decidirem fazer, é... Posso... Devo fazer, se decidirem aqui fazer, só quero deixar claro que eu não aconselho, neste momento, a gente fazer, e se acontecer de parar, de tiver uma liminar, tivermos uma decisão judicial que impeça o trabalho da CPI, eu quero registrar que eu deixei claro que a gente tá avançando, neste momento, desnecessariamente.

Fique registrado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado João Amin, vossa excelência vai fazer uso da palavra?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Olha, eu achava desnecessário fazer uso da palavra pra ter que discutir, pela quarta vez, o mesmo assunto.

Eu sou quatro anos Vereador, dois anos Vice-Prefeito, tô no meu sexto ano de Deputado, e nunca discuti um requerimento quatro vezes. Mas vamos lá, eu estava preparado pra isso.

Eu, hoje, pacientemente, ouvi o Relator, que acho que também não tá, não tava preparado pros depoimentos, mas é uma opinião minha, por uma hora e quarenta minutos, fazer o testemunho da Márcia, uma hora e vinte minutos o do Helton, e desistir no do Douglas. Foi algo entre cinquenta e sessenta minutos. E eu, Presidente, acredito que, em cima da hora, um requerimento verbal, ele vai ter que ser apresentado formalmente, né, já que a gente deliberou isso. Mas eu não me oponho. Quem vai de... Quem vai determinar isso é o colegiado.

O Relator tem a sua função, o Presidente tem a sua função, o Vice-Presidente tem a sua função, e nós, Deputados, fazemos partes da Comissão. Nós já perdemos uma semana com o Covid, estamos discutindo pela quarta vez o mesmo requerimento. Há um compromisso, pelo menos é o que diz a imprensa, de ser apresentado o relatório em julho, antes das eleições. A medida jurídica, que a Márcia fez, foi excelente pra Comissão. O TJ negou a liminar dela, pedida por ela, no *habeas corpus* dela, pra ela não vim participar aqui. Quem disse que ela não vai pedir outro? Ou os outros aqui não vão pedir, tudo com o advogado bom. Quem disse que eles não vão conseguir uma liminar para impedir a acareação? Quanto mais a gente retardar isso, mais chance a gente vai dar de... De eles conseguirem essa não acareação.

Nós estamos há, não há dez horas, dez horas e meia nessa discussão, já que começou às cinco, e eu que tô com muito menos assessoria, devido à pandemia aqui, diferentemente da assessoria da Comissão, eu já tenho algumas contradições do Elton, da Márcia e do Douglas. O Relator propôs fazer quinta, antes da paralisação da Covid, os três depoimentos e na terça, que seria essa paralisada pela Covid, a acareação. Eu que abri mão pra fazer terça e quinta, uma na sequência das outras, pra não dar tempo deles se prepararem. A gente coloca aí no *Youtube* numa... Numa velocidade mais rápida, com os nossos assessores estão em casa, com nossos amigos, a gente consegue listar todas as contradições que quiserem. O pessoal da ata veio com uma formação de duas, quatro vezes hoje aí ó, pra ficar trabalhando dez horas e meia.

Agora, se quiser não fazer a acareação, quem vai somos os nove. Não vai ser o Relator, porque quem agenda é o Presidente, e já está agendado. O Relator vai ter que fazer em julho o relatório, e não sei se vai ter tempo hábil para cumprir a promessa que anda falando pra caramba pra imprensa, anda falando muita besteira pela imprensa também né, tá deixando pessoal pensando que vai dar em pizza isso, colocando todos nós em xeque.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3463
Rubrica

Página 633. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

E eu tô com muita energia, por mim eu fazia acareação agora. Eu faria agora! Vamos, vamos, vamos virar isso! Vamos virar isso, eu te ouvi cinco horas, cara (*dirige-se ao Deputado Ivan Naatz*). Eu te ouço mais, hoje eu tô com paciência. Eu te ouvi demais, mas eu tô aqui na CPI pra descobrir a verdade, e se eu tiver que aturar te ouvir dez horas, eu vou aturar. Agora, por que tu não estás querendo fazer acareação? Por que estás fazendo a gente discutir quatro vezes, três horas e meia da manhã, falta de respeito com os funcionários que estão aqui nos acompanhando. Muito obrigado por vocês estarem aqui hoje. Isso é uma falta de respeito, tu esperar todo mundo sair, estavas querendo que eu fosse pra minha casa, e eu não estivesse aqui pra discutir. Todo mundo já sabia que tu ias colocar isso aí, menos eu.

Quando o Kennedy falou que era necessário fazer a acareação, a tua assessoria se olhou assustada. O que tem de interesse por trás disso, hein, gente? O que é esse interesse, hein? O que é esse interesse, hein? E não era nem para terem ouvido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado João Amin...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu vou discutir, eu tô com a palavra. Eu tô com a palavra, eu tô com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor está me tratando com... A intenção me permite...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Deselegância? Com mais elegância que você merece.

E para terminar, Presidente... E pra terminar, Presidente... Eu tô com a palavra, não tô, Presidente?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então poderia pedir para o Ivan Naatz respeitar? A acareação vai ser decidida pelos nove, e eu vou com a maioria respeitando.

Agora que tenha muita coisa por trás, não sei se a mando de Brasília, não sei se a mando de cá, dando ordem aqui, eu não vou me sujeitar à ordem. Não me sujeitei à ordem de ninguém, e não vou me sujeitar à ordem de ninguém. Os nove somos nós, soberanos, o Sopelsa, infelizmente, já não está mais aqui com a gente, mas a maioria vai decidir. E se tiver que deci... Que discutir cinco, seis, oito, dez vezes, eu vou discutir. Só peço desculpa pra todos vocês que estão aqui até agora, de estarem ouvindo pela quarta vez discutir o mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor foi citado, Deputado. Quer fazer uso da palavra?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu eu só queria dizer o seguinte: eu vou repetir, o Deputado João Amin tem insistido numa coisa que eu não quero fazer acareação, eu nunca disse. Eu nunca disse.

Deputado João Amin Eu... Eu... Eu não gostaria de ser chamado de "tu", de "você" de... Eu sou o Deputado Ivan Naatz, o senhor me conhece. Hã? É... Eu já disse aqui, que eu acho que é importante fazer acareação, já disse, eu acabei de dizer isso. Acho que deve fazer mesmo, a gente deve identificar os pontos. Fazer isso com cuidado com todo esmero. E eu não me considero, neste momento, pronto pra preparar um processo de acareação que é da minha competência, é isso. Preciso de um pouco mais de tempo. Até... É isso que tô dizendo pra vocês, eu preciso de um pouco mais de tempo para poder fazer esse preparo.

Enquanto isso a gente pode ouvir outras pessoas, trabalhar, avançar, e... Ou então, não tem problema nenhum. O que que a gente faz: faz acareação quinta-feira. Não tem problema nenhum. Só que eu vou chegar aqui quinta-feira, e vou dizer: pessoal, não tenho como preparar. Quem vai tocar? João Amin vai tocar? Então João Amin toca a acareação. Tá resolvido o problema. O que eu não vou é pegar uma responsabilidade com seis advogados, um desembargador, ex-desembargador, seis advogados extremamente

Página 634. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

competentes, vou colocar aqui na minha frente e fazer uma acareação, da qual eu não me encontro preparado para fazer. Para depois fazer uma ação contra mim, fazer uma ação contra a CPI, acabar com a CPI, porque um ou outro Deputado que fazer. Ele quer fazer e está acabado. Então eu só tô deixando bem claro isso aqui. Se der algum problema, não vai ser culpa minha. É só isso que eu tô dizendo aqui.

Desde o começo eu to dizendo isso: Se der algum problema, não vai ser culpa minha. Não aponte o dedo pra mim. Eu não tô aqui a serviço de ninguém, eu tô aqui à serviço do Estado de Santa Catarina. É isso que eu quero dizer pros senhores. Os senhores decidam. Os senhores decidam. Não, senhores decidam o que querem fazer, eu só quero deixar isso claro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhores Deputados, já que era uma questão de acordo entre os dois Deputados, eu vou... Essa presidência ela não vai colocar pela segunda vez, pela quar... Pela segunda vez, a votação do requerimento ali, né? E mais tarde, até se as partes se sentirem comprometidas com isso, justamente, né, esta presidência não vai colocar de novo em votação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Desculpa, tem que colocar em votação o requerimento de minha autoria solicitando a suspensão da acareação. O senhor tem que botar em votação, não tem como o senhor não botar. E nós vamos decidir aqui. Cada um vai votar, se tiver que votar, vai votar. Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tenho a necessidade de colocar em segunda votação ainda, Deputado João Amin?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O autor do requerimento tá pedindo pra ser colocado em votação, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, mas a gente costuma resolver as coisas da melhor forma possível, se existe um acordo entre vocês dois aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - ...Desde a primeira reunião, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ã-hã. Desnecessário, mas então, que vá pra votação o requerimento, até porque eu achava que se poderia fazer um acordo entre vocês dois, tendo em vista que os argumentos são fortes de ambas as partes, tu tem o teu direito...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado João, o senhor prepara a acareação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Coloca em discussão o requerimento? Em votação o requerimento?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, não. Deixa só eu lhe dizer o seguinte: eu vou preparar a acareação, então retira o requerimento e o senhor faz o processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tu vais deixar de ser Relator da CPI?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu não vou deixar de ser Relator, mas eu vou tirar a responsabilidade de mim de ter que fazer isso aí que eu não tenho condições de fazer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Vais deixar de ser Relator da CPI?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pois é, é esse o problema...

Página 635. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3464
Rubrica

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Em discussão. Não havendo quem o queira discutir...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Senhor Presidente, só uma... Só uma... Uma indagação. Obviamente que isso também nos incomoda um pouco. A gente está discutindo é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Faz parte também, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Faz parte, faz parte. Melhor se não fosse, se não tivesse.

A única coisa que eu discordo do Deputado João Amin, no início, bem lá no início, que eu entendia que a acareação deveria ser feita depois. Que se falou naquele momento de fazer a acareação já. Eu só ponderei que a gente tinha que seguir estritamente a questão do CPP, vamos ter um cuidado. Só isso. No mais, quero só fazer uma indagação, Presidente. O Deputado Ivan já falou tecnicamente. Questão técnica. Não é... Não tô aqui... Eu, por mim, também faria hoje, sem problema nenhum, amanhã, ou quinta, ou sexta, nós estamos aqui pra isso! Pra mim não tem problema nenhum. Mas eu quero fazer uma pergunta tecnicamente ao Presidente e ao Relator. É possível, tecnicamente, que a gente tenha amanhã, que é quarta-feira, e quinta-feira nós fazermos a... A acareação? Só para instruir também o meu voto, não quero apenas... Eu ter que optar entre uma coisa e outra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que assim, Deputado, se me permite explicar. A acareação nós vamos colocar as três pessoas aqui na frente, e vamos colocar umas contra as outras. Então nós temos que separar os pontos específicos. E vamos ter que criar uma regra específica para esse procedimento. Pra que eles não se digladiem, para que eles não se... Sabe? Um procedimento, uma regra específica, pra fazer uma acareação. Não é entrega um microfone para cada um e fale agora um na cara do outro aí. Precisa de uma regra pré-estabelecida. E essa regra pré-estabelecida não me encontro agora com condições de preparar, de fazer, é muito curto tempo. As atas são muito longas, os textos são muito longos. Entende? É isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Nós saímos hoje daqui com data?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Fazer uma nova data. Acho que... Podemos marcar uma nova data. Eu sou a favor da acareação, eu só não sou... Eu só acho que ela não pode ser feita quinta-feira, porque a gente não tem condições de fazer isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Na primeira reunião?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Podemos fazer terça-feira. Terça! João, terça feira, tu não está de acordo? A gente pode fazer acareação na terça-feira

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Estás me chamando de João, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Desculpa, Desculpa... (*Risos.*)

Agora o senhor tem razão. É pelo carinho que tenho por vossa excelência. Deputado João, vamo... Vamos terça-feira, fazer terça, então?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então não tem condição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ainda em discussão. A votação agora do requerimento do Deputado Ivan Naatz, da suspensão da acareação.

Em votação. Os Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.

Página 636. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Queria colocar, senhor Presidente, que eu acho que nós devemos fazer acareação. Porque ninguém explicou nada aqui. Agora eu não sei juridicamente, eu não sou advogado, não sei nada disso, se nós vamos ter que ter preparado vídeos para mostrar os pontos conflitantes ou não, se vai haver tempo suficiente, é... Quatro horas da manhã, só tem o dia de hoje pra fazer isso, pra quinta de manhã estar pronto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Até a questão das 24 horas da entrega da intimação, tem que entregar até as 10 horas de amanhã, de hoje.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – É. Eu acho que nesse aspecto, Deputado João, nesse aspecto só que é temeroso, né. De poder preparar isso, porque assim, ah nós vamos fazer uma pergunta aqui "você falou isso", nós temos que mostrar aqui. Então tem que fazer com advogados e tal, a assessoria nossa aí que possa... Né, os pontos que vocês já levantaram, pegar os vídeos das falas, as atas e tal, pra poder fazer, porque senão os advogados vão comer a nossa perna aqui. Só esse aspecto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu queria que constasse em ata o que vou falar: eu aceito que seja na terça-feira que vem. Mas que nunca mais se discuta data de acareação. Nunca mais!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu me comprometo a isso. (*Risos.*)

Nada mais havendo a tratar, antes de encerrar esta reunião, convoco outra para a próxima quinta-feira, às 10h. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Northon Gustavo Bousfield*]

DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI

Página 637. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3465
RUBRICA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 4 DE JUNHO DE 2020, ÀS 10H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhores Deputados, público que nos assiste pela TVAL, nos acompanha pela Rádio Digital Alesc e todos aqueles aqui presentes, muito bom-dia.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 6ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 11, de 2020.

Encontram-se presentes nesta reunião: Deputado Fabiano da Luz, Deputado Kennedy Nunes, Deputado Ivan Naatz, Deputado Sargento Lima; e nos acompanhando de forma remota o Deputado Valdir Cobalchini e o Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Presidente, eu também me encontro aqui, parcialmente remoto, daqui a pouco estarei aí, no seu lado. É o João Amin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Seja muito bem-vindo também, Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Presidente, eu gostaria de fazer questão de ordem já neste momento, é possível?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então, eu queria primeiro parabenizar a tua atitude, como Presidente, de oficiar os quarenta Deputados sobre essa dúvida que ficou desde a última reunião, que essa dúvida é muito ruim, não só para os quarenta Deputados, não é uma defesa corporativa que eu estou fazendo aqui, eu não estou fazendo uma defesa corporativa da Assembleia.

Eu estou defendendo, eu estou querendo defender a honra dos quarenta Deputados. Inclusive do Deputado que a pessoa não lembra o nome, porque acho que é a pessoa mais prejudicada no momento, já que ele, depois de ter o seu nome, não sei se é homem ou mulher, ele vai poder se declarar, se manifestar sobre a situação.

Então, essa minha questão de ordem, além de parabenizar esse seu ofício encaminhado aos quarenta Deputados, é para pensar, juntamente com a Assessoria da Comissão, com a Procuradoria da Casa, com o Relator, com o Vice-Presidente e com todos os integrantes da Comissão para saber o que mais nós podemos fazer para tentar acabar com essa dúvida, que é ruim pra todos nós.

Então, parabenizar e fazer essa provocação de qualquer medida jurídica que a Comissão puder fazer pra esclarecer, para que essas pessoas lembrem, né, vou falar, lembrem entre aspas, porque para mim estão omitindo o nome. É impossível lembrar a data, lembrou dia de *live* do Governador, minuto da *live* que o Governador deu uma declaração e

Página 638. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

não lembrar o nome de um Deputado, que é uma figura pública. Então, parabenizar e fazer essa provocação à Procuradoria da Casa e aos demais membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Agradeço pelas palavras, Deputado, justamente esse é o objetivo mesmo, retirar essa nuvem que existe aí em cima, uma vez que citaram que houve a figura de um Parlamentar envolvido, é necessário que ou ele se manifesta ou a gente recupera os dois telefones celulares, tanto da Márcia Pauli quanto do Douglas Borba.

Muito Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Trinta segundos, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – À vontade, até mais do que isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Quero concordar plenamente com o Deputado João Amin, inclusive também já me manifestei em relação ao assunto, é importantíssimo que o nome do Deputado seja revelado. E, repetindo as palavras do Deputado João Amin, é extremamente desconfortável pra cada um de nós, para a Casa, porque todos nós, de uma certa forma, somos suspeitos na medida em que não se revelou o nome ainda.

Então, é importante essa sua providência, Deputado Presidente Sargento Lima, tão logo esse nome seja revelado, para que ele se torne público. Nada, absolutamente nenhuma suspeita em relação ao nome. O contato pode ter sido republicano, e acredito que tenha sido assim. Mas, quando há dúvida, é ruim pra toda a Casa e é ruim para todos nós.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Sopelsa, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Bom dia, senhor Presidente, bom dia a todos os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Também quero, na mesma direção do Deputado João Amin e do Deputado Cobalchini, cumprimentar primeiro vossa excelência pela ideia de ter pensado em fazer uma notificação a cada um dos Parlamentares para que eles possam se pronunciar.

Acho que é importante que a gente esclareça isso, também quero acreditar que a conversa tenha sido uma conversa republicana. Mas enquanto não se identificar, de fato, quem foi, e a pessoa puder dizer o que foi o contato que fez, fica uma dúvida sobre todos nós, os quarenta Deputados. Eu acho que vossa excelência, Deputado Sargento Lima, foi muito feliz, e nós já aprovamos na noite de terça-feira para quarta, mas é importante que se diga aqui e reforçar aquilo que disse o Deputado João e também o Deputado Cobalchini. É importante que se esclareça esse fato, para não pairar dúvidas em cima dos quarenta Parlamentares.

Muito obrigado, senhor Presidente.

Eu, talvez, senhor Presidente, tenha que me retirar durante a reunião por algum tempo, mas eu prometo que serei breve e voltarei pra poder continuar junto o trabalho com os demais colegas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado.

Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3466
Rubrica

Página 639. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Senhores Deputados, Deputado João Amin, Deputado Sargento Lima, Deputado Fabiano, Deputado Kennedy, Deputado Cobalchini, Deputado Sopelsa, quem nos acompanha, muito bom dia a todos os servidores da Casa.

É extremamente importante a posição do Deputado João Amin. Eu informo aos senhores, eu ia informar no expediente, que já está trabalhando conosco o Delegado de Polícia Márcio Fortkamp. Ele já se apresentou para vossas excelências, o Delegado, e ontem eu tive uma conversa como o Delegado Márcio e pedi a ele que procurasse a Deic, e que junto com a Deic desse uma atenção especial para esses fatos do contato do Deputado com a Márcia e com o Douglas Borba.

Então, já é uma tarefa que foi determinada pela Presidência e pela Relatoria. Eu acredito, senhores Deputados, e acho fundamental, muito, mas muito fundamental e importante, inclusive a colocação do Deputado João Amin, que a gente tenha isso aí o mais rapidamente solucionado. Eu não tenho dúvida nenhuma que se trata de uma relação republicana, mas é preciso deixar isso às claras. Então o Delegado Márcio Fortkamp, que é o nosso interlocutor da CPI com a Deic, nos próximos dias certamente terá os elementos que ajudarão, significativamente, a responder essa pergunta. Está certo?

Muito obrigado, senhores Deputados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Bom dia a todas e a todos. Eu só queria chamar a atenção dos colegas para que a gente não faça disso o foco. Porque a gente, por exemplo, ontem vários veículos de comunicação destacaram mais essa questão de quem foi o Deputado. E por isso a palavra do Deputado João Amin, que está chegando agora aqui, foi muito importante para dar a condição de elucidar e até quem foi poder se manifestar.

Mas que a gente voltasse o foco dos trinta e três milhões comprados, pagos antecipadamente. O produto não chegou, tem uma carta do Controlador-Geral pedindo agora para que a Receita faça uma doação daquilo que o Estado – olha que louco isso - daquilo que o Estado pagou, ele quer a Receita Federal faça uma doação para o Estado.

Acho que a gente tem que ficar nesse foco. E também, senhor Presidente, eu gostaria de propor, não sei se agora ou depois, aquele assunto que a gente comentou antes, pode ser agora ou depois?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pode ser depois.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Ah, então está bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Antes de terminar, senhor Presidente, queria, além de comunicar a presença do Márcio, convidar os senhores Deputados, principalmente os Deputados que estão *on line,* pra ficar conosco depois do fim da sessão, cerca de quinze minutos, pra gente conversar com o Delegado Márcio Fortkamp, sobre os trabalhos que ele vem fazendo. E também sobre os procedimentos que nós vamos adotar na acareação.

Então, encarecidamente, gostaria de pedir à vossa excelência, que depois de terminado o nosso procedimento da CPI e a gente possa permanecer por mais quinze minutos juntos aqui pra preparar o procedimento da próxima terça-feira. Tá certo? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Agora, também de forma presencial, o Deputado João Amin já se encontra na Comissão. Seja bem-vindo, Deputado.

Página 640. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Inicialmente, quero comunicar a vossas excelências também que não teremos a aprovação e nem a votação da ata da reunião anterior, pois a mesa está em processo de elaboração. Como já, anteriormente, comunicada pelo Relator, recebemos o Ofício Interno nº 30, informando que foi autorizada a entrada do Delegado de Polícia Márcio Fortkamp e dos advogados representantes da OAB, Thiago Souza de Albuquerque e Eduardo Goeldner Capella, nas dependências do Palácio Barriga-Verde.

Também aproveitamos a nossa leitura hoje para dar conhecimento da alteração, por ato da Presidência de nº 11, substituindo o Deputado Marcos Vieira pelo Deputado Kennedy Nunes. Seja, agora oficialmente, muitíssimo bem-vindo e, com absoluta certeza, muito bem representado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Vamos às votações. Requerimento de autoria do Relator, Deputado Ivan Naatz, solicitando a convocação das testemunhas José Florêncio da Rocha, Coordenador do Fundo Estadual de Saúde; Débora Brum, técnica de Atividades Administrativas lotada na CGA da SES; Pedro Nascimento de Araújo, CEO da Veigamed; Fabrício Deambrosio Guasti, representante da Veigamed na operação para a reunião no dia 16 de junho a partir das 17h.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento de autoria do Relator, Deputado Ivan Naatz, solicitando a convocação das testemunhas: Paulo Eli, Secretário de Estado da Fazenda; doutor Antônio Fernando Barreto, médico infectologista do Hospital Nereu Ramos; Samuel de Brito Rodovalho, representante da Cima, do Paraná, fornecedora de respiradores, acusado de negociar propina com Rafael Wekerlin e Gustavo Steglich. Rafael Wekerlin, CEO da Brazilian Internacional Business; Gustavo Bissacotti Steglich, sócio da Oltramed Comércio de Produtos Médicos LTDA, para reunião no dia 18 de junho de 2020 a partir das 10h. Em discussão.

Só abrindo aqui. Eu gostaria de comunicar aqui da presença do doutor Antônio Fernando Barreto, médico infectologista, esse foi um pedido meu o Relator, do qual eu abro mão. Está, Relator? Mas reforço a do pneumologista, eu faço questão dele ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor retira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Retiro o doutor Antônio Fernando Barreto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá anotado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - E substituir um infectologista por um pneumologista.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aí teria como o senhor fazer por escrito, pra que a gente não tenha que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, só comunico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então vamos suspender a aprovação dessa ata até que chegue...até a próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Em discussão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Assessoria, algum problema?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - A suspensão desse requerimento para a substituição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque ele vai substituir o nome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Do infectologista para o pneumologista.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3467
Rubrica

Página 641. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então vamos suspender para a próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, não tem problema se vier em data posterior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, nós vamos manter a data, vamos manter a data reservada, só vamos aprovar a intimação, o convite da pessoa. Trocar o nome para a substituição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Só trocar um nome.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Substituição de um nome.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores, ainda temos uma sugestão do Deputado Kennedy Nunes e gostaria de deixar aberto aqui, rapidamente, pata tentar conversar sobre esse assunto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente, a minha preocupação é com relação à importância dos assuntos a serem tomados aqui e na minha visão, e por isso já conversei com o Presidente da Casa antes de trazer essa proposta pra cá. É que, às terças-feiras, começando às 17h, a gente perde muito tempo.

Eu conversei com o Presidente Julio, e se for um pedido da CPI, e ele levará daí à reunião dos Líderes, para que às terças-feiras a votação do plenário seja das 14h às 15h; e, das 15h em diante, o Horário dos Partidos, para que as sessões da CPI comecem às 15h na terça-feira. Porque durante o Horário dos Partidos é possível rolar aqui, num acordo de Líderes, rolar a sessão lá somente com a manifestação das pessoas no Horário dos Partidos, e nós aqui já começaríamos, para adiantar duas horas.

Então, essa seria a minha proposta, para que nós pudéssemos, se o Colegiado aqui achar por bem, levarmos ao Presidente para passar o Grande Expediente terça-feira das 14h às 15h, Horário dos Partidos das 15h às 16h. Mas, segundo o que eu já vi no Regimento é possível, num acordo de Liderança, acontecer, porque não terá votação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ah, não vai ter Ordem do Dia?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, a Ordem do Dia é das 14h às 15h, e daí a gente preserva a Ordem do Dia. E das 15h às 16h, o Horário dos Partidos, até pra não tirar essa possibilidade. Mas, segundo o que eu vi, se for um acordo de Liderança. Enquanto rola a manifestação dos Partidos e blocos, nós aqui já podemos começar com os nossos trabalhos.

Essa é a sugestão, senhor Presidente, daí passaríamos de terça-feira, ao invés de começarmos às 17h, começaríamos às 15h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Bom, apesar de que isso, a gente deveria acompanhar o resultado que viria de uma reunião de Líderes, tem a situação também de que nós perderíamos a transmissão. Porque fica no plenário ela. Sabe, nós perderíamos o primeiro horário de transmissão da TVAL.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O horário, Deputado Kennedy, ele foi pré-estabelecido justamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Justamente pra...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para a gente poder ter a transmissão da TV AL.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas, mesmo assim, se for o caso a gente pode adiantar uma hora e passar para as 16h, já ganhamos uma hora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, não há objeção nenhuma do Relator, da minha parte.

Página 642. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Já adiantados uma hora. Fica a votação das 14h às 15h, Horário dos Partidos das 15h às 16h, e daí às 16h já começa aqui.

Adiantando uma hora já ajuda bastante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É, mas fica bem mais...a gente depende do resultado da reunião de Líderes para a gente poder discutir isso. Se eles conseguirem chegar no objetivo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - No sentido da intervenção do Deputado Kennedy, acho que quinta-feira não vai ter conflito nenhum, pode ser adiantado pelo menos uma hora também, para as 9h.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso, boa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Porque 10h avança o almoço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – De acordo.

Então, senhor Presidente, sugestão pra gente fazer às quintas-feiras, a partir da próxima quinta-feira, às 9h.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Às 9h, boa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Passa a ser uma reunião por semana.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A não ser que já foi expedida a intimação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, né, duas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, contanto que eu também fique claro que pra próxima semana não se pode fazer alteração porque já estão intimados no horário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Aí, nas demais, tranquilo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Para a semana que vem não muda nada?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A gente constrói um consenso. A partir da semana não, na próxima quinta-feira é feriado. Então, a partir da próxima sessão, em que não houver intimação já expedida, as sessões começam às 9h, Deputado João?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Sem problemas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Combinado, então.

E nas terças suspenso até que a gente faça a reunião de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Acordados então.

Também comunicar a presença, de forma remota também, do Deputado Milton Hobus, seja bem-vindo, Deputado.

Os Deputados que se encontram nos assistindo estão de acordo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - De acordo, senhor Presidente. Bom dia, bom dia a todos, estou em deslocamento, com um pouco de dificuldade de sinal, mas tentando participar, vamos tentar participar o máximo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - De acordo, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – De acordo, Deputado Sargento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, senhores.

Página 643. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3468
Rubrica

Nós temos ali a nossa primeira testemunha, que também vai nos manter...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Oi, Sargento Lima, eu fiquei com dúvida disso, apesar de que sei da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Sopelsa, o senhor...porque vai ser por videoconferência o senhor Onofre Neto.

Pergunto à assessoria se ele já se encontra...pode liberar ele.

Muito bom-dia senhor Onofre Neto, o senhor está nos escutando? Só tem que ligar o microfone do senhor.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - Escuto bem, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor sabe por que foi convidado a participar da nossa reunião, senhor Onofre?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, é, pelo que foi comentado, porque o meu nome foi citado pela senhora Márcia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhor foi convocado aqui para esclarecer fatos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754 pela Secretária de Estado da Saúde que resultou na contratação da Veigamed Hospitalar, tendo por objetivo de aquisição duzentos respiradores num custo total de trinta e três milhões. É por isso que o senhor está hoje aqui junto com a gente, para nos prestar maiores informações.

Senhor Onofre, o senhor assume, eu estou perguntando ao senhor, o senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito dessa Comissão acerca dos fatos que forem perguntados ao senhor, sob pena de incorrer sobre o crime de falso testemunho.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Olha, Deputado, eu assumo e agradeço a oportunidade a todos os Deputados de esclarecimento desta pauta. Porque o nome, meu nome, o nome da empresa tem sido usado indevidamente, tanto na imprensa como, ah, em todos os órgãos que têm emitido a, o parecer sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim. Eu quero lembrar ao senhor que o senhor tem o direito de permanecer calado quando lhe for perguntada alguma pergunta que o senhor não quiser responder. Mas é necessário que o senhor fale assim: olha, eu prefiro permanecer calado, está bem? Porque o silêncio não é indicativo de resposta e ainda dificulta mais ainda, de forma remota, por conferência.

O senhor entendeu? O senhor compreendeu as instruções quanto ao direito de usar o benefício de permanecer em silêncio?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - Eu compreendi, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Onofre, para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro do senhor, eu peço que o senhor fale o nome completo do senhor, a idade, a profissão, o lugar onde exerce a sua atividade profissional, o local de nascimento e o endereço do senhor. Mais próximo possível do microfone, por gentileza.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, meu nome é Onofre Joaquim Rodrigues Neto. É, sou natural de Navegantes, Santa Catarina. É, exerço as atividades profissionais na empresa Exxomed Equipamentos Ltda. Na rua Geminiano Costa, 263, Jardim Brasil, São Carlos, Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor está acompanhado, mesmo que de forma remota, de um advogado?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim, estou na presença, estou no escritório de um advogado.

Página 644. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, eu gostaria que o senhor passasse para o advogado do senhor para que ele pudesse nos dizer o número da OAB dele e a UF da OAB dele. E o nome dele.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Ele, ele entra em vídeo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, ele pode substituir o senhor por alguns segundinhos.

Bom dia, doutor.

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARAES - Bom dia, excelência.

Meu nome é Leandro Guerrero Guimaraes, OAB de Santa Catarina número 18.924.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, doutor.

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARAES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Antes de passar a palavra ao Relator, Deputado Ivan Naatz, quero comunicar a presença do Deputado Felipe Estevão, que já se encontra presente aqui com a gente. Seja bem-vindo, Deputado.

Deputado Ivan Naatz está com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Bom dia, senhor Onofre Neto.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Bom dia, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Obrigado pela presença do senhor e contribuir prontamente com a CPI. Nós estamos tentando descobrir aqui o que aconteceu em Santa Catarina e identificar os envolvidos nesse processo, e o seu depoimento é muito importante para que isso aconteça.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O que é a Exxomed? O senhor poderia explicar o que é a empresa do senhor, detalhar para os Deputados o que é a Exxomed?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – A Exxomed é uma empresa que nasceu em Navegantes, Santa Catarina, no ano de 2002, como distribuidora de material médico hospitalar. E, no ano de 2019, se transferiu para a cidade de São Carlos, interior de São Paulo, que é a capital da tecnologia no Brasil. Lá, nós montamos uma indústria de fabricação de produtos médicos pra área de ortopedia.

E em 2018, outubro de 2018, numa oportunidade comercial pra, pra entrada da Exxomed na China, nós fizemos uma parceria com a empresa a Aeonmed. Sendo que no ano 2019 participamos de toda a certificação do Inmetro, certificação de SGS, DPeps internacionais, certificações de Anvisa, treinamento da equipe técnica e treinamento dos funcionários para representar a empresa Aeonmed no Brasil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E o histórico de relação comercial do senhor com o Estado de Santa Catarina? A sua empresa é uma empresa que o senhor já representou aqui em Santa Catarina, o senhor fez negócios com o Estado de Santa Catarina, compra e venda de medicamentos, equipamentos, material hospitalar?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, Deputado, a Exxomed nunca teve relação, não só com o Estado de Santa Catarina, né, com nenhum Estado da Federação, com venda direta a governos. A Exxomed sempre atuou, a, antes do Covid-19, sempre atuou no meio privado, nunca tivemos relacionamento nenhum com o governo de Santa Catarina, nunca emitimos orçamento nenhum, nunca tivemos participação nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, entre o dia 10 de março e o dia 30 de março o senhor não teve nenhum contato com ninguém do Estado para oferecer, para apresentar sua empresa ou algum tipo de orçamento?

Página 645. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Fls. 3469
Rubrica

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, reitero novamente, Deputado, o Estado nunca me procurou pra, é, aquisição nenhuma de equipamento, a, ou qualquer produto da empresa Exxomed.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E alguém do Estado, alguma pessoa, servidor público do Estado, Secretário, diretor? Não o Estado, mais uma pessoa física tentando intermediar, comercializar?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - Em nome do governo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, se apresentou como representante do governo. Ou tentou intermediar?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Nunca. Não, nunca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem, o senhor pode explicar para os Deputados como é que a Exxomed foi parar nessa...se nunca comercializou, nunca teve nenhuma relação. Como é que o nome da Exxomed foi parar nesse imbróglio que a gente está tentando desvendar aqui na Assembleia?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, existe, existe a coisa, a coisa certa na hora certa e a coisa errada na hora errada. Eu, infelizmente, estava no local errado na hora errada. Ah, eu, eu precisei viajar para a China, porque a China havia fechado as barreiras, as fronteiras dela para os passaportes comum, e a Exxomed viaja para a China desde 2009, com relações comerciais com a China. E, através de uma empresa do Estado que estava fazendo algum um contrato de aluguel de leitos para o Estado, esta empresa teria uma reunião com o Secretário Adjunto, na época o Secretário Helton, e a convite deles eu vim para o Estado. Ah, a, a, desculpa, é Secretário Adjunto doutor André Motta.

Eu, eu vim a convite deles a para o Estado no dia 02 de abril para participar dessa reunião, onde eu estava solicitando o apoio do Estado para a emissão de uma carta referenciada para eu conseguir, na Polícia Federal, tirar um passaporte oficial, especial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E daí?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - Somente isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então o Motta convidou o senhor?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Não, não, não. A empresa que está, tem uma reunião agendada para rever os, o contrato de aluguel de leitos de, se eu não me engano, na época eram duzentos leitos para o Estado, me convidou para participar dessa reunião. Eu fui convidado pela empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor, talvez eu não tenha ouvido, o senhor podia dizer o nome dessa empresa?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - A empresa chama-se Ortomedical, de São José. Ortomedical

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ortomedical, de São José.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Essa empresa que iria fazer a transação? Pelo que eu entendi, o senhor ia pegar um passaporte especial para ir à China comprar os equipamentos comprar os equipamentos, entregar para a Ortomedical para a Ortomedical alugar para o Estado.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Não, não, Deputado, eu iria à China pra ficar na China, a, trabalhando com a Aeonmed para ajudar em todas as exportações, tá, da Aeonmed para o Brasil, inclusive pro Estado de Santa Catarina.

Eu fui convidado pela empresa Ortomedical pra dar, é, tranquilidade ao Estado, que esses equipamentos viriam pois eu sou o único representante autorizado no Brasil a trazer os equipamentos da Aeonmed, sendo detentor do registro.

Página 646. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Qualquer outra empresa que venha trazer equipamento da Aeonmed para o Brasil, a Axxomed tem que emitir uma documentação chamada DDR para tal liberação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor então iria à Medical e tentava então alugar os equipamentos para o governo do Estado?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – A Ortomedical tem um contrato que eu, um contrato, uma minuta que eu desconheço completamente, é, estava em negociação com o governo do Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Bom, por enquanto, estou satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Obrigado, Deputado Ivan Naatz. Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Bom dia, senhor Onofre Neto, eu sou o Deputado Kennedy. Tem algumas questões aqui que a gente quer tirar. Eu vou...alguma vez eu conversei com o senhor? ou não? O senhor me conhece?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, né?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Não, não. É, eu até gostaria de agradecer a pergunta, nobre Deputado. Eu não conheço nenhum Deputado de Santa Catarina, eu saí muito cedo de Santa Catarina, eu estou há doze anos no interior de São Paulo, eu morei em Minas Gerais. Eu não conheço deputado algum. Na imprensa tem sido veiculado sobre que eu conheço o ex, ou atual, Secretário Helton. Não nunca, nunca tive o contato, não sei que, que cor é o cidadão, né. Eu tive contato, uma única vez, na Defesa Civil com o Secretário Adjunto doutor André Motta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Obrigado. Eu lhe pergunto isso até porque também nunca lhe conheci, é, eu entrei há pouco tempo na CPI, então só agora que eu estou mergulhando no assunto. E até então eu, hoje, a sua presença aqui agora que me veio o porquê que o senhor está aqui, por conta do tal do passaporte oficial.

Eu vou me relatar o que a funcionária Márcia Pauli relata no depoimento ao Ministério Público e à Polícia Civil. Ela disse que ela foi chamada para uma reunião onde o Secretário Adjunto André, que é o próximo a ser interrogado aqui, inicia uma reunião falando assim: "Márcia, essa reunião precisa para passar os documentos para o médico que vai pra China." E sai da reunião.

O senhor estava nessa reunião?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Eu estava nessa reunião, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor confirma?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Eu não sou médico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Eu sou administrador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, mas o senhor confirma que o Secretário Adjunto teve esse procedimento, ele começou a reunião, falou pra Márcia e logo depois saiu da reunião?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Olha, Deputado, o depoimento da, dessa senhora Márcia, ele não é verdadeiro do início ao fim, tá? Nós já estávamos em reunião, a, a empresa Ortomedical estava expondo a necessidade de ajuda, de eu poder estar na China, pela dificuldade de conseguir respiradores nessa pandemia a nível mundial, né. E, a uns quarenta minutos depois da reunião o Secretário entrou. Então, ele não estava presente na reunião inicialmente, que estava na reunião era a, inicialmente, é, eu, Leandro...e a Márcia, em momento algum...

Página 647. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3470
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor poderia...eu acho que está tendo um problema na conexão, o senhor poderia responder os nomes de quem estava inicialmente na reunião.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É que deu um problema conexão.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – A reunião começou com o Leandro, da Ortomedical.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O Leandro da Ortomedical.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – O...da...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – ...e a senhora Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k., aqui ela fala que era o Coronel Aldo, né?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Audren, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Audren, é.

Agora é o seguinte: Eu estou lhe falando, eu não estou aqui para julgar se o depoimento da senhora Márcia, assim como a sua fala, é verídico ou não, são fatos...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E eu estou dentro da coisa, depois nós podemos tirar essa dúvida aqui com o próximo convocado. Mas o que nos ficou passando é que havia uma pressão muito grande para que o senhor tivesse posse desse passaporte oficial.

Eu me preocupo muito, eu sou jornalista, então eu me preocupo muito com o que as pessoas vão compreender.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu quero entender que, como a minha atuação internacional, eu sei que essa questão do passaporte internacional é só uma coisa diplomática, só uma coisa burocrática, não existe nada de nenhuma, algum benefício ou alguma coisa, é somente dar a possibilidade, porque o passaporte oficial, ele dá a possibilidade de algumas prerrogativas melhor de entrada no país. O visto, por exemplo, o visto oficial. Então, só pra explicar que não existe o passaporte, no fato do passaporte não existe nada.

Mas a minha pergunta é o seguinte: por que que o governo fez, segundo a Márcia, tanta pressão para o senhor conseguir esse passaporte oficial? O que o senhor iria fazer? Porque ela fala que o senhor iria à China pra tentar comprar diretamente os produtos. É isso?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, Deputado, existem dois tipos de passaporte, passaporte diplomático e oficial.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – A China havia fechado a fronteira, não é, e a Aeonmed me convidou pra ir pra China...(*Ininteligível*)...a nível mundial, tá. Na carta, inclusive que o encaminhei ao Secretário, para a SGA, para o Secretário Adjunto e pro pessoal da Defesa Civil eu explico a necessidade e a solicitação de ajuda, como catarinense, de eu poder, é, ter uma carta para apresentar ao Ministério das Relações Exteriores, o qual emite o passaporte, está, que ainda seria julgado a necessidade ou não. E existe um artigo que, em casos de, é, força maior ou, é, situação de emergência, um cidadão civil comum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito.

Página 648. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Eu não tenho ligação com governo, é, nenhum, poderia ser emitido esse passaporte. Única e exclusivamente foi esse pedido, através de uma carta. Eu nunca fui...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim, é bom o senhor a explicar. Eu tenho passaporte oficial. Eu sei desse procedimento.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Não tem nada de ilegal nesse processo.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Absolutamente nada de ilegal. Eu não estou aqui questionando o passaporte, porque eu conheço bem como é que é esse processo.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Eu estou questionando qual seria o seu papel indo a China. Não é o passaporte, o passaporte...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Era só uma questão para entrar, é uma questão burocrática.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O fato aqui não é o passaporte.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O fato aqui é qual seria o seu papel, em nome do Estado, ir pra China?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Em nome do Estado, nenhum, eu estaria na China...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então, por que que o Secretário Adjunto e o Secretário atual na época queriam lhe dar o passaporte para o senhor, é só por que o senhor é catarinense?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Não, não, não. É, primeira coisa, eu não solicitei ao Secretário, eu enviei uma carta à Defesa Civil, está, e à Secretaria de Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Hum, hum.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – E nesse momento eu fui apresentado numa reunião com a Ortomedical, que estava requisitado, ou fazendo ou já tinha pronto um contrato com o governo, estava tendo dificuldade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Caiu a conexão. É complicado via...Pra vocês pior...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – E desses equipamentos para Santa Catarina através da empresa Aeonmed, estão lá...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Doutor Neto, é que caiu a conexão. O senhor poderia voltar só uma partezinha, quando o senhor falava que o senhor enviou um ofício à Defesa Civil, e daí caiu a conexão. O senhor pode continuar a partir dali, por favor.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Tá, eu vou tentar conectar um cabo, porque o Wi-Fi aqui está muito ruim. Só um minuto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ah, perfeito. Está o.k., fica melhor daí.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Deputado, eu enviei...

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3471
Rubrica

Página 649. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k., vamos retomar então.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso é o envia uma carta, de forma republicana.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Pedindo ajuda...

(*A conexão fica ruim.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Espera que aqui não está dando. Piorou a conexão, a conexão piorou. O senhor falou que mandou de forma republicana, e a partir dali a gente não ouviu mais nada.

Está me ouvindo, senhor Neto?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim.

Só um minuto, por favor, que eu vou tentar conectar de forma melhor aqui para vocês, por favor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim, perfeito. [*Transcrição e revisão: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

(*O Depoente ajusta o seu contato remoto.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Prossiga, seu Onofre. Faça mais um teste de áudio aí.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, eu, eu... eu tô só, a... eu tô em outra rede e eu conectei o cabo agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Essa tá bem melhor.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – ... eu tô pegando a senha pra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Essa tá bem melhor.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Tá melhor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá bem melhor.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A partir do momento que o senhor falou ali que enviou uma correspondência, pode prosseguir na resposta.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, eu enviei uma, uma correspondência de forma republicana, pra... pro... Estado, como catarinense, e como havia sido convidado a participar dessa reunião, a, pela empresa, ã... Ortomedical, é... pra viajar pra China pra acompanhar todos os embarques que viriam da China pro Brasil, tá, como nós somos detentores do registro e estaria, ã, deixando bem claro nesta reunião que, caso essa empresa concretizasse qualquer negócio com o Estado, eu estaria acompanhando esse processo, na China, do começo ao fim, mas nunca para compra de equipamento, nunca pra... garantir a operação, nunca pra nada disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Na verdade então, o Leandro, da Ortomed (*sic*), entrou em contato com o senhor para que houvesse essa... esse acompanhamento já da sua expertise desse relacionamento de comércio exterior?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O motivo dessa compra eram os duzentos respiradores que o governo tinha comprado ou era os respiradores que ela fala aqui, que tinha um pessoal que queria fazer uma oferta para aluguel de respiradores?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – O motivo da reunião que eu fui convidado era pra aluguel de respiradores, sendo que nesta reunião a... senhora Márcia comentou que o Estado já tinha fechado uma compra, tá, com uma empresa chamada Veigamed, com os equipamentos chineses de uma empresa chamada Aeonmed.

Página 650. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Aí que eu falo pro Deputado que eu, eu estava no lugar errado e na hora errada...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – No mesmo momento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí o senhor... o senhor é a empresa que certifica a importação desse tipo de, de, de... de equipamento, sim ou não?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Ã... não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Nós somos a empresa que detém, que detém, o registro do equipamento no Brasil, e somos... e somos é... responsáveis... a partir do momento da entrada desse equipamento no Brasil, nós somos responsáveis por manutenção, treinamento e toda a mão de obra, é... responsável para... por esse... instalação desse equipamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Foi a sua empresa que entrou com um processo pra que não fosse liberado esses cinquenta que chegaram?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Com processo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, pra...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Eu desconheço isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É que chegaram cinquenta respiradores, desses duzentos.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Ã-hã...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí, agora, teve uma empresa, que é a detentora de importação, que não permitiu porque não passou por ela. Foi a sua empresa ou não?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – (*Falha na conexão.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Congelou.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – ... (*Ininteligível*) ... sessemos todo o processo ao fim, tá, pra entender que, é... é... estavam usando o nome da Exxomed e da Aeonmed, se esses equipamentos seriam mesmo da empresa a qual referida. Por quê? Porque desde o início do processo que veio... a... a... (*Falha na conexão.*) ...tá, a empresa Veigamed usou vários nomes de equipamento, mas com fotos retiradas do *site* da Exxomed. Usou C35, usou uma empresa do Panamá, usou com uma série de subterfúgios, e nós não sabíamos se realmente esses equipamentos eram da empresa Aeonmed ou não.

Então nós en... entramos nesse processo pra ter, é, clarificação de tudo que tava acontecendo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só pra ficar claro: as fotos da proposta da Veigamed e das outras duas propostas que embasaram a, todo o processo - que o Secretário Douglas chama de desastroso e eu chamo de roubo mesmo - da compra dos duzentos equipamentos, essas fotos foram tiradas do *site* da empresa do senhor e dessa outra, é isso?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso, isso mesmo.

Inclusive nós... é, com, através dos advogados, nós fizemos um... montamos um dossiê, e mostramos... claramente os recortes onde foram realizados a... a retirada dessas fotos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito.

Depois dessa reunião em que não deu a... onde a Cojur deu um parecer que não era possível passar o... o... o passaporte pro senhor, pro senhor ir lá, o senhor saiu do processo, daí?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É... Deputado, eu nunca tive acesso que a Cojur tinha dado um parecer negativo. Eu fiquei sabendo através da imprensa e através de depoimento da... senhora Márcia. Nunca, nunca fui procurado.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3472
Rubrica

Página 651. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Eu cheguei no Estado numa quinta-feira, no dia 2 de abril, e no dia, no dia 6 de abril, uma segunda-feira, quando eu vi que estava demorando muito uma resposta, eu falei: eu vou aguardar essa resposta... a, é... na minha cidade, em São Carlos, porque... eu tô achando que tá demorando muito...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Nesse período...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – ... ninguém...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Nesse período que o senhor ficou aqui, da chegada até o dia que o senhor saiu, o senhor teve, além da questão do passaporte, alguma outra conversa relacionada com o Leandro ou... o senhor percebeu que tinha alguma coisa errada, ou não?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Não, não, é... na realidade eu não percebi que tinha nada errado. Eu só fiquei surpreso quando, a, eu comuniquei a senhora Márcia na reunião, que essa empresa Veigamed não tinha pedido nenhum de... equipamentos, nem pra Exxomed, nem na China, né. E, no dia, é... no dia 4... no dia 6/4, às 17h35min, eu enviei um e-mail pra SGA... pra... e pro Secretário Adjunto, tá, informando que essa empresa não tinha tido contato nenhum, porque eu já havia feito, inclusive a checagem na China, que essa empresa Veigamed não tinha pedido nenhum de equipamento, tanto pra Exxomed...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu só lhe faço... eu só lhe faço essa pergunta porque o depoimento da Márcia, ela diz que, depois que a Cojur... ela pediu um parecer da Cojur, o Cojur... a Cojur deu um parecer que, segundo palavras dela, parece que tinha um combinado entre ela e a Cojur, porque foi o negativo. E, palavras dela, ela sentiu, a partir deste momento, que houve uma mudança no Secretário Helton, tipo nervosismo, porque não deu certo o passaporte.

Por isso, que eu fiz a pergunta se o senhor sentiu alguma coisa nesse período, porque pelo que a gente vê, era talvez uma forma do governo fazer, talvez, é, é, queira eu entender, que até uma preocupação pra mandar alguém lá pra ver a cagada que tinham feito, né, alguém que conhecia, e que não deu certo. E, portanto, por conta que não deu certo, é, houve esse nervosismo. Mas o senhor não percebeu absolutamente nada?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Até o presente momento, tá, eu nunca recebi resposta, nem positiva nem negativa do governo, que esse pedido não tinha sido... dado certo.

E, segundo, a... desde o momento em que eu fui solicitar uma carta pra, a, emissão do passaporte especial, eu, como catarinense, me coloquei à disposição do Estado, estando na China, pra ajudar em qualquer é... problema, inclusive envios de EPI, envios de, de máscaras, envios de testes, por quê? Nós tínhamos um grande *network* na China, então nós poderíamos ajudar, inclusive deixando muito bem claro, sem custo nenhum, como catarinense.

Meus pais estão em Santa Catarina. Meus pais podem precisar dos respiradores, é... minha família aqui de Florianópolis pode precisar dos respiradores, e, e, e... fiquei muito chateado quando falavam do empresário de São Paulo, é, meu...

Então assim, eu tenho laços familiares há mais de 40 anos em Santa Catarina. Eu tenho amigos em Santa Catarina. A única... a única coisa que eu não fiz em Santa Catarina até hoje foi, é, em... (*falha na conexão.*) o envolvimento com o Poder público.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu entendo a sua preocupação e que bom que o senhor veio colaborar com a CPI, até pra mostrar... não só a lisura da sua pessoa e da sua empresa, mas só para comprovar... porque não foi só o senhor, catarinense, que quis ajudar o Estado. Várias empresas aqui, catarinenses, quiseram ajudar o Estado e o Estado não quis ajuda. Nem dos catarinenses que estão aqui pagando impostos nem dos catarinenses que estão fora, com *know-how* pra ajudar.

Página 652. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Então sinta-se... é... não, não, não tenha vergonha, nós temos orgulho do senhor ser um barriga-verde e ter toda essa *expertise* pra nos ajudar.

Muito obrigado, senhor Presidente, por mim, deu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Deputado... Deputado Kennedy.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Deputado Kennedy.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim, Sopelsa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Só pra ficar... só para ficar bem esclarecido: ele chegou até a Secretaria porque ele pediu... ele fez o pedido de um passaporte, do passaporte. Fez esse pedido em Santa Catarina, por ser catarinense.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, pelo que eu entendi, Deputado Sopelsa, o Leandro, da Ortomed, entrou em contato com ele pra pedir ajuda. Aí ele pediu o passaporte...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Tá mas só... mas eles só tiveram... eles só tiveram esse contato... esse contato aconteceu por causa do pedido do passaporte?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Pelo que eu entendi... eu vou pedir pro... pro senhor Onofre responder. Pelo que eu entendi esse primeiro contato foi a pedido do Leandro, da Ortomed pra entrar em contato com outro processo que era de compra de produtos de aluguel. Aí ele veio ao Estado por conta do passaporte.

Essa questão do passaporte, a gente não tem que ficar muito atento no passaporte (*ininteligível*)...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Mas o Leandro... o Leandro chegou na sua... o Leandro chegou na sua pessoa, seu Onofre, bom dia...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – ...por que causa? O Leandro lhe conhecia?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – A empresa do Leandro, tá, a empresa do Leandro que trabalha no ramo de ortopedia, ele é cliente da Exxomed há mais de dez anos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Ah, ótimo, ah, ótimo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, só pra dizer, aqui, é, é... Deputado Sopelsa e Onofre, nós temos no processo dois Leandros, então tô pedindo aqui pra deixar claro qual é o Leandro.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, Lea... Leandro da empresa Ortomedical.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Como é o sobrenome dele?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Leandro Estevão (*sic*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Leandro Estevão. Tá.

É, eu só queria lhe fazer uma pergunta de curiosidade agora... até porque eu vi aí que... e desculpem, aí, os Deputados, né. É... o seu advogado é de Santa Catarina também?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Eu estou em Florianópolis hoje, né, vim... fiquei à disposição a semana inteira. Eu gostaria de dizer até aos nobres Deputados que a Exxomed foi convocada para verificar no Hospital Regional de São José a veracidade dos equipamentos. A Exxomed doou todo o deslocamento, toda a manutenção e toda a montagem dos equipamentos para o Estado, para verificar a veracidade, se os equipamentos realmente eram da empresa Aeonmed.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3473
Rubrica

Página 653. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Eu estou em Santa Catarina desde segunda-feira fazendo todo esse processo. Nós fomos acompanhados pelo pessoal do IGP, Instituto Geral de Perícias, e foi feito através de duas empresas aqui, catarinenses, é, que fizeram todo esse trâmite e estão emitindo os laudos, é... desses equipamentos que foram, a... abertos, a, a,... no Hospital Regional de São José.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O advogado?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – O advogado é aqui de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Seu Onofre, o senhor terá no final ali das perguntas, ali, um tempo para... suas considerações e disposições finais ali.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É... Consulto o Deputado Kennedy Nunes.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – O advogado chama-se Leandro Guerrero Guimarães, e ele é de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Santa Catarina.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Daqui... É, é daqui do Irani?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – (*Pausa.*) Do Ira... não, ele é daqui de Florianópolis mesmo, aqui de Florianópolis.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Tá bem.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Eu estou, eu estou aqui na... no centro de Florianópolis, inclusive na... na avenida Rio Branco.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É que ele quer puxar a sardinha lá perto pra Concórdia, né Deputado... Sopelsa (*ri*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – É, eu quero saber se é dos Guerrero do Irani. É gente boa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ah, então tá. É... (*ri*).

O senhor Onofre, só uma pergunta: quando o senhor conversou, o senhor disse que conversou com o... nessa reunião dia 2, né, dia 2 de abril, e o senhor soube que a Secretaria, parece que a Márcia falou que a Secretaria tinha feito a compra desses equipamentos. O senhor, neste momento, o senhor já avisou ela dizendo: escuta, é... não é esse equipamento. O senhor mostrou algum problema desta compra que já tinha sido feita, ou não?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Na realidade, na realidade, eu estava numa reunião e de repente falaram no nome Aeonmed. Não falaram que tipo de equipamento era, que modelo era, nada isso.

Eu só co... quando falaram a empresa Aeonmed, eu falei: olha, é, eu desconheço qualquer compra de qualquer empresa, tá, exceto Intelbras, aqui de Santa Catarina, é... pra, ã, entrega de... ventiladores pro Estado de Santa Catarina. Eu vou checar, tá, porque era a noite na China, eu vou checar com a fábrica na China e, e dou essa resposta pra vocês, mas posso lhe dizer que tenho conhecimento pleno que não existe pedido nenhum de ventiladores pro Estado de Santa Catarina, nem pro Brasil, nessa época.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí, nesse momento que o senhor falou isso, qual foi a reação do pessoal da reunião?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – A... a Marcia, é, primeiro, ã, me chamou de atravessador, é, que eu era uma atravessador. Eu disse: olha, eu, eu... Aí eu falei pra ela que eu estava nessa reunião a convite, né, é, pra... só pra... chancelar, é... que a... se a empresa Ortomedical viesse a comprar os equipamentos, eles teriam equipamentos,

Página 654. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

porque eles estariam fazendo de forma correta, tá, e... expliquei pra ela todo esse procedimento.

Eu disse: olha, não tô entendendo por que você tá me chamando de atravessador, porque eu tô, é... eu tô num lugar... ainda falei pra ela, usei essas palavras, "eu tô no lugar errado, na hora errada". A, essa empresa, que eu não conheço também, Veigamed, (*Falha na conexão.*) três mil fábricas na China, e eu não, não... falaria nada pra vocês. Só que foi falado o nome da Aeonmed nessa reunião, eu tenho que dizer que não existe proposta de compra nenhuma por esta empresa na China, nem... nem no Brasil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k. Por mim deu, senhor Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Consulto o Deputado Valdir Cobalchini. O senhor tinha se manifestado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Senhor Presidente. Sim, Presidente, eu pedi a palavra.

Eu gostaria de fazer algumas... algumas perguntas ao senhor Onofre. É... a primeira: a empresa do senhor detém o registro do respirador Shangrila 510S e o VG70 junto à Anvisa?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Ã... a Exxomed é a única empresa no Brasil que detém o registro do VG70, do Shangrila 510 e de toda a linha de equipamentos da Aeonmed. A Aeonmed ainda tem foco cirúrgico, mesa cirúrgica e carros de anestesia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Esses, esses respiradores produzidos pela Aeonmed é... o Shangrila e o VG70. Qual o custo unitário de cada... de cada um desses aparelhos? Esse, por exemplo, que Santa Catarina adquiriu.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, o custo unitário FOB, tá, o custo unitário FOB, hoje está, ã, girando em torno do Shangrila 510, US$ 7.500, e doVG70, US$ 12.500, FOB. Aí, tem todos os custos de frete, é, importação, seguro, ã... e como o frete internacional tá uma loucura hoje, então, é, tá igual Bolsa de Valores e Dólar: cada dia tem que ser feita uma cotação. Mas o preço FOB, né, o preço FOB, são US$ 7.500.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Santa Catarina poderia ter adquirido diretamente esses aparelhos da... da indústria, na China?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Deputado, o que mais, o que mais me chama atenção em todo o processo e, e, e, me deixa o processo, assim, muito obscuro nisso tudo, o Estado tem pessoas extremamente competentes na área da saúde, em engenharia clínica, em, é... em legislação... Esses equipamentos poderiam ser adquiridos diretamente da indústria, sem ônus nenhum pro Estado, inclusive de impostos, né, e... com a Exxomed, inclusive, participando... no caso de Estado, pro Estado, compras governamentais e doação, a Exxomed faz todo o procedimento de... de DDR, auxiliando a compra direta, gratuitamente. (*Pausa.*)

Como aconteceu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E esse... esse... esse modelo de respirador que Santa Catarina pagou 160 mil, R$ 165 mil, eles poderiam ser adquiridos diretamente, ter chegado aqui a que preço?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Olha, Deputado, eu teria que fazer alguns cálculos hoje, né? Mas eu acredito que um equipamento desses chegaria... eu já vi equipamentos desses sendo negociados no Brasil a R$ 78 mil, com os... com todos os tributos para a empresa... para a empresa privada, tributos estes que o Estado não pagaria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Esse é um dado muito interessante, Presidente e Relator, é..., Deputado Ivan, o mesmo produto que chegou aqui a165 mil e que não foi entregue, aliás foi entregue um outro, poderia, ser comprado

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3474
Rubrica

Página 655. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

diretamente, aqui está o... representante da empresa que tem o registro no País, desses produtos, que...

Foram vendidos também para outros Estados esses... esses respiradores?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Foram vendidos para outros Estados: Ceará, Bahia, Rio de Janeiro e neste mês de junho, agora, deverá estar chegando no Brasil, junho, julho, agosto, mais de cinco mil equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Esse modelo de respirador é recomendado para o uso de UTI, o, o... o Shangrila?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Ã... Deputado, eu, eu, eu não tenho... eu não tenho ciência de... do qual foi o requisito da compra, tá? Esse modelo ele foi, é... é o modelo de... de transporte, onde ele é altamente utilizado pro Covid-19. Agora, se o profissional médico vai usar numa, num, num Hospital de Campanha, numa barraca, ou dentro de uma UTI... a escolha dele, a escolha dele, depende do profissional, tá? Ele é um equipamento que foi al... altamente aprovado pro Covid-19, muito usado na Europa. A cidade de Wuhan, no iní... no início da epidemia, teve a compra de 14 mil ventiladores, tá? Então é um equipamento que, é, veio pro Covid-19.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – A empresa Veigamed, que fez a venda pra Santa Catarina, se utilizou da fachada da sua empresa de forma a impressionar a Secretaria da Saúde, demonstrando que tinha o registro, é... para efetivar essa venda. O senhor, é... tem alguma informação em relação a isso?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Olha, a... através da imprensa, através da imprensa, que foi... isso foi nossa surpresa, que eu estive aqui no dia 2 de abril e, depois, não tive mais contato com o Estado. E, depois, foi noticiado até, através da imprensa do meu pai, que me ligou muito preocupado: o que que estava acontecendo em Santa Catarina?

A... nós entramos com, ã... com várias... através de várias informações e mandamos um dossiê, que não só da... do nome da Exxomed, do nome da Aeonmed, de fotos do site da Aeonmed. Essa empresa... nunca fez contato com a Exxomed, até o presente momento, nunca fez contato, contato, com a Exxomed, tá? Utilizou de forma indevida todo esse material.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Essa venda, então, da, da... dessa empresa, foi uma fraude, é isso?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Olha... (*ri*) é... nobre Deputado, é... como catarinense, como eu falo, e como os meus pais estão aqui, podendo precisar em uma situação dessa, esse processo do início ao fim tá errado. E, e, eu não acredito que o Estado não tenha, é, meios legais de identificar um processo desse, é... com pagamento antecipado, com, é, entrega de recebimento de mercadoria que não chegou, com um montante desses, não tenha a, a... alguém interessado nisso tudo. Porque, a... imagina, hoje, pra se vender um lápis pro Estado, né, é uma burocracia tão grande, imagina um, um, um valor desse montante. E, e... pra conhecimento dos, dos Deputados, né, em outros Estados que a venda, sempre vai a... passa do capital social maior que o do que tá sendo adquirido, todos os Estados pedem uma carta fiança no mesmo valor, tá? Né... do mesmo valor. Então, é... me chama, me chama atenção isso porque, no conhecimento do processo, o dia... no... em meados de março, uma empresa de São Paulo, chamada DI Hospitalar, apresentou ao Estado uma... uma proposta, é, do mesmo equipamento, é, na casa de R$ 78 mil, o mesmo equipamento, antes, dias antes do fechamento do... com a Veigamed, para duzentas unidades.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente, só pela... pela ordem, desculpe eu interromper. É, é... pedindo licença ao Deputado Cobalchini. É, eu estou em deslocamento e tava com dificuldade de a, de a, de acompanhar, e eu só

Página 656. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

queria pedir a permissão pra fazer uma pergunta ao senhor Onofre. O senhor me concede, senhor Presidente e Deputado Cobalchini?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Claro. Claro, Deputado Milton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Porque é pertinente justamente na sua... ã... nos seus questionamentos, Deputado Cobalchini.

Senhor Onofre, eu tive acesso a um documento, é... que diz que o senhor enviou por escrito ao Secretário André Motta Ribeiro, no dia 2 ou no dia 3 de abril, porque o senhor tomou conhecimento dessa compra, onde o senhor diz textualmente neste ofício, é, que a empresa o senhor representa, a Aeonmed, na China, não reconhece a venda da Veigamed, é, que o senhor, como representante, único detentor dos registros, também não reconhece, né, e que esses equipamentos não chegariam... o senhor dizendo textualmente aí que esses equipamentos foram comprados sem a autorização de quem fabrica, de quem tem o registro na Anvisa, de quem certifica. Então, o senhor disse nesse ofício que esses equipamentos não, não chegariam à Santa Catarina. Isso é verdade? O senhor mandou isso por *e-mail*...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...ou... ou por que meio o senhor mandou? Porque eu tenho cópia desse documento que o senhor, que o senhor mandou.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, Deputado, obrigado pela pergunta, tá. É, como desde o início eu tô comentando que eu fiquei sabendo desta transação numa reunião que por azar eu estava junto né, por azar eu estava junto, porque eu vim pra um outro propósito, é... no dia 6/4, às 17h35min, eu enviei um *e-mail* ao Secretário Adjunto, André Motta, tá, comunicando que não, é, que não existia pedido nenhum de equipamentos pela empresa Veigamed, a... pra Aeonmed, tá, não existia nenhum.

É... em momento algum eu, eu, eu comentei que não viriam. Eu comuniquei que não existia a possibilidade de ter equipamento colocado na proposta lá da Veigamed, na empresa Aeonmed, nem Exxomed. Deixando isso muito bem claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Certo. Foi dia 16 esse documento que o senhor mandou?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Dia 6/4. 6 de abril, às 17h35min...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Ah, 6 de abril.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso, 6 de abril, 17...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – 6 de abril. E o senhor tomou conhecimento de que a empresa Veigamed havia vendido esses duzentos respiradores no dia dessa reunião que o senhor teve lá, em Florianópolis, pelo passaporte? Foi isso?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso. Eu tomei conhecimento no dia da reunião, quando eles comentaram que o Estado havia comprado duzentos equipamentos, até aí pra mim não... não sabia nada, aí quando falaram assim: da empresa Aeonmed. Então foi aí que eu tomei conhecimento e que eu tomei todas as... as me... as medidas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E que dia... e que dia... e que dia foi esse, doutor Onofre? Que dia foi isso? Essa reunião?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Eu, eu, eu... ou dia 2 ou 3 do 4. Dia 2...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E já no dia 6 o senhor notificou o Secretário André Motta...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso, isso, isso.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI
Fls. 3475
Rubrica

Página 657. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu lhe agradeço, e, é... muito a sua contribuição e a sua seriedade na condução, é... senhor Onofre. É o que se espera de um catarinense como o senhor.

Eu queria só, senhor Presidente, que ficasse muito bem registrado isso, porque nós tivemos depoimento, é... do Secretário, do ex-Secretário Douglas Borba, na terça-feira, onde ele diz que ele e o Governador só tomaram conhecimento de que o Estado tinha comprado esses duzentos respiradores, e pago antecipadamente, só lá pelo dia 22 de abril. Então é, é, isso é muito importante pra, pra, esse esclarecimento pra CPI, porque o Secretário André Motta e, e sabe lá mais quem, estava escondendo toda essa operação fraudulenta feita com a Veigamed.

Era isso só a minha pergunta, senhor Presidente. Eu vou pedir licença pra me retirar um pouco, porque eu estou na cidade de Apiúna pra participar de um evento, neste momento, e depois eu reingresso nos trabalhos.

Muito obrigado pela oportunidade, senhor Presidente. Deputado Cobalchini, também desculpa lhe interromper.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALHINI – Obrigado. Foi muito importante olhar exatamente... tinha... relacionada esta... esta pergunta, mas foi muito bom que vossa excelência já fez.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALHINI – É... senhor Onofre, já concluindo, a empresa Veigamed ela vendeu um produto que não tinha pra entregar, de uma empresa que ela se utilizou apenas do nome, tanto da sua empresa, Exxomed, quanto a empresa fabricante da China, então ela mentiu duas vezes, e fez uma promessa de entrega já entre os dias 5 e 7 de abril. Isso... realmente era impossível que isso pudesse acontecer, não é isso, senhor Onofre?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Deputado, é... correto, era impossível que isso pudesse acontecer.

A própria empresa Exxomed tem pedido na China, desde abril, que vai começar a chegar a partir de 20 de junho, do equipamento Shangrila, e previsão de entrega do equipamento VG70 para o mês de setembro.

Então nós, que somos, é, detentores do registro da marca Aeonmed no Brasil e teríamos algum privilégio, temos essas datas. Todas essas datas colocadas pela empresa Veigamed são fictícias.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALHINI – Importante também essa sua resposta.

Essa empresa Veigamed, ela... tinha esse limite de radar na Receita Federal pra importar duzentos respiradores? Seja da empresa que o senhor representa, ou seja de qualquer ruma outra empresa fabricante na China?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – O... Deputado? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALHINI – Pois não.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Deputado... ã... eu desconheço... eu desconheço qualquer documentação referente à empresa Veigamed, porque nós não tivemos contato nenhum com eles até hoje. É... não sei o porte da empresa, é... fiquei sabendo através da imprensa, da imprensa, é... que essa empresa é de Nilópolis ou Niterói, alguma coisa assim, no Rio de Janeiro.

E o que mais me chama a surpresa, como catarinense, que na re... nas redondezas aqui, de Florianópolis, existem mais de quinze empresas capacitadas pra poder fazer essa venda e essa, a, esse fornecimento, empresas nas quais eu acredito que tenham, inclusive, um cadastro avaliado na Secretaria de Estado da Saúde.

Página 658. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALHINI – Tô satisfeito, Presidente. Obrigado, senhor Onofre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Cobalchini, muito obrigado.

Passo a palavra ao Deputado Estadual Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito bem, senhor Presidente.

É... quero parabenizar meus colegas de trabalho que vêm fazendo um ótimo, um ótimo trabalho, sempre as dúvidas são... dirimidas aí nas perguntas.

Mas, senhor Presidente, todos nós, quarenta Deputados, estamos sobre... suspeita, uma vez que, né, surge aí... as denúncias da senhora Márcia, que Deputados estavam aí diretamente... no caso pleiteando nesse caso.

Eu gostaria de, de, de formular a pergunta, né, ao nosso... ao aqui... o termo certo é entrevistado, né, pelas dúvidas, se ele nos... se ele me conhece. Se eu teria de formular a mesma pergunta...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Deputado, é... eu não conheço o, o... o Deputado, eu não conheço nenhum Deputado de Santa Catarina. Eu estou há muito tempo longe do Estado, tá, estou há muito tempo longe do Estado. Eu... e não só não conheço, como não tenho contato nenhum com Deputado, é, ou qualquer, ã... servidor, assessor, ã, do governo do Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito bem. Isso é importante, até porque, hoje há sombra de dúvidas e variações, e a gente faz questão de esclarecer.

É... como é o procedimento de compra e importação? É comum pagar antecipado?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – A... Deputado, na situação do Covid-19, tá, na situação do Covid-19, as empresas chinesas se colocaram numa posição é... muito tranquilas. Então assim, como o mundo estava pedindo por ventiladores, os Estados Unidos mandou 28 é... cargueiros pra lá, pra comprar EPI, ventiladores, essas coisas todas, se, a... começou a se admitir o pagamento antecipado, e inclusive pra Exxomed, que é detentora do registro, tá?

O que que os órgãos governamentais começaram a fazer? Como isso envolvia muito dinheiro, tá, eles começaram a pedir cartas fianças ou cartas de crédito pra garantir a operação, caso tivesse algum problema. Alguns Estados, como Santa Catarina, Rio de Janeiro, a... a Bahia, né, a Bahia, se eu não me recordo, é, não tomaram esse cuidado, não tomaram esse cuidado, e... compraram em empresas desconhecidas, né, desconhecidas. Então... ã, mas é um procedimento normal nessa época de pandemia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Esse procedimento de compra aí, se o senhor fosse importar 200 respiradores, qual seria, aproximadamente, o valor?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Ah, teria que fazer um cálculo hoje. O valor FOB seria uns US$7.500, aí teria que fazer todo o... o cálculo de, é, transporte internacional, que tá uma loucura. Só pra, pra deixar registrado aqui, que antes da pandemia o fre... o quilo do frete internacional, ele variava de 6 a 8 dólares, agora chegando de 24 a 30 dólares por quilo, né, e teria que calcular o se... o seguro, a, todas essas, é... essas coisas envolvidas, né, mas chegaríamos num valor muito menor que o oferecido, tenho certeza disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Entendi, pelo que o senhor falou aí, algo em torno de 15 milhões, seria isso?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Em torno de... isso, isso, em torno de... vamos, na, na pior das hipóteses, de 15 a 20 milhões.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3476
Rubrica

Página 659. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O que que o senhor acha que justificou isso, esses 33 milhões pagos pela Veigamed? Seu conhecimento, vi que o senhor tem um *know-how* no seguimento, conhece muito bem.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Não... eu, eu, assim... é... eu... isso eu vou falar como... independente de coisa, como catarinense: esse processo está errado do começo ao fim, né, Deputado?

Esse, esse processo ele foi gerado, ele foi gerado, com um único objetivo, tá? Alguém tiver... ter lucro em algum lugar, porque não... eu não consigo, eu não consigo acreditar que o Estado de Santa Catarina tem um sistema tão frágil de acompanhamento de compras e licitações, que permita a... o, o cara da esquina não conseguir vender 100 salgados para fornecimento de... do pessoal da área da saúde, e permita o pagamento de 33 milhões antecipado. É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Então na sua opinião, aí pela sua experiência, houve um superfaturamento?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – (*Falha na conexão.*) ... e mesmo pela época existe um superfaturamento, e o processo tá todo errado, do começo ao fim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito bem, senhor Presidente. Tenho minhas dúvidas aí sanadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Felipe Estevão.

Senhor Onofre, é... eu gostaria que o senhor me explicasse melhor o que significa uma DVL.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, Deputado, chama-se DDR. DDR é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – DDR.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – (*Falha na conexão.*) ...Declaração do Detentor do Registro, tá? Quando um equipamento desse chega em qualquer porto ou aeroporto, a Anvisa, é... (*Falha na conexão.*) ... e pede a DDR. Claro que a... o equipamento está sendo acompanhado pelo detentor do registro. Por quê? Amanhã ou depois um equipamento desse, Deputado, apresenta qualquer problema e causa um mal ao paciente. Quem é o responsável (*Falha na conexão.*) tudo isso pra empresa na China? A empresa Exxomed, que é a responsável por ele no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor, no começo da fala do senhor, disse que o... acompanhou o depoimento da Márcia, confere?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – (*Falha na conexão.*) Acompanhei. Eu vi através da imprensa o depoimento da Márcia e vi os absurdos que ali estão escritos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu gostaria que o senhor elencasse esses absurdos que o senhor acompanhou ali.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, primeiro: é, que eu tinha livre acesso à, à... à Defesa Civil. É, desde quando nasci aqui em Santa Catarina até hoje, eu entrei na Defesa Civil duas vezes, nessas duas reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor... o senhor comunicou vários absurdos...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – (*Falha na conexão.*)... isso. O Secretário Adjunto e o Secretário Helton me pegaram e me levaram pra uma sala... (*Falha na conexão.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá muito ruim a comunicação do senhor.

Página 660. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Só um minuto, Deputado, eu vou tentar desligar o que eu tenho aqui. Usando a internet aqui pra ver se... é, fechar todos os... é... voltou, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Da onde que o Deputado gostaria que eu continuasse, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Do absurdo mesmo da Márcia.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso, é... que ela... ela relata que... ela relata que eu tinha livre acesso à Defesa Civil. Eu, desde o nascimento até hoje, eu fui duas vezes na Defesa Civil, nessas oportunidades das reuniões. Nunca tive acesso.

A, que... o... Secretário Adjunto e o Secretário... doutor Helton, é... me pegaram pelo braço e me levaram pra dentro duma sala. Eu não conheço o Secretário Helton, eu nunca estive em sala sozinho com ninguém. Eu estive na sala de reunião, na presença das pessoas que eu já relatei.

É, terceiro, que, é, foi feito, foi feito um... uma pressão, que um Deputado ligou. Eu não conheço nenhum Deputado do Estado de Santa Catarina, nunca tive contato, não tenho contato com os assessores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Seu Onofre, é... o senhor sentiu que, em algum determinado momento... o senhor é um homem de negócios.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É... houve uma tentativa por parte ou da Márcia, ou do André Motta, ou de algum outro servidor de te afastar das negociações ali, ou de... da forma que o senhor disse, que voluntariamente poderia te ajudar, como se já tivesse algum tipo de negócio já acordado com outra empresa.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Não, em momento algum. Eu tava negociando nada com eles.

Como eu comentei com o Deputado, eu vim pra participar de uma reunião, solicitando um pedido de ajuda ao Estado, sem participar de negociação nenhuma com o Estado. A empresa que estava negociando com o Estado, eu estava dando suporte à empresa e não ao Estado. Em momento algum eu senti pressão alguma, porque ... eu não, eu não tinha oferecido nada ao Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá, o.k.

Esse... o senhor sentiu, é, o, e até comunicou de alguma forma, que a Exxomed saiu prejudicada de toda essa história, de alguma forma?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Deputado, excelente, excelente pergunta, e muito obrigado por, por essa oportunidade.

A... o que me parece nesse processo todo agora, é que a única prejudicada que está sendo... colocada na mesa, é a empresa Aeonmed e a empresa Exxomed, tá, por quê? É... estão tentando desviar o, o, o foco do problema, né? Eu não paguei ninguém, eu não comprei ninguém, eu não comprei produto, eu não fiz recebimento de produto e tão colocando... a, inclusive quando colocaram: ah, que... agora apareceu uma empresa, a Exxomed. A Exxomed veio, a, a... notificar todos esses procedimentos porque eu não podia ficar calado, vendo tanta coisa errada acontecendo, e não se manifestar.

Então, em todo esse momento a Exxomed está sendo amplamente prejudicada. A mídia está usando o nome da Exxomed de forma equivocada, né? Colocando a Exxomed no centro de um problema, que, muito pelo contrário. Se meu filho de treze anos fosse comprar ventiladores, ele colocaria no Google "ventiladores" e aparecia lá: Exxomed, várias outras empresas, e a Aeonmed.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - O
Fls. 3477
Rubrica

Página 661. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Esse, é... seguindo essa linha aí, o senhor está com o seu defensor aí ao lado?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim, sim. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: Clovis Pires da Silva / Leitura final: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor tem advogado constituído e tal, e que providência que o senhor está tomando em relação a isso aí? O que a Exxomed está fazendo legalmente em relação a esse prejuízo que ela vem tomando? Que tipo de atitude que o senhor tomou, que tipo de atitude essa empresa vai tomar?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO — É, na rea... na realidade nós, é, impetramos o mandado de segurança pra tomar conhecimento do processo e saber o que estaria realmente chegando, porque a mídia uma ora falava em VG70, outra ora 510S, outra ora em outros equipamentos, e até me questionado a, um, um, da mídia... eu não me lembro qual foi o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não tendo o equipamento, se não foi feito o negócio, se não foi comprado, se não foi celebrado contrato, não foi feito absolutamente nada, segundo o senhor, a única... o que resta a gente saber ali é que eles utilizaram, vamos dizer assim, a fachada da Exxomed para poder credibilizar o produto da Veigamed.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO — Isso, isso mesmo. Quem... a Exxomed é a empresa que tem doze anos de mercado. Então somos únicos detentores de registro, temos contratos assinados internacionalmente, temos fotos dessa celebração, é, somos detentores de registro na Anvisa, oficialmente a Anvisa sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A Exxomed está acionando judicialmente a Veigamed?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO — No momento não, porque nós não tivemos contato nenhum com a Veigamed, só soubemos da, da, do, do imbróglio da Veigamed com o Estado através da imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas seria justo segundo as afirmações do senhor ali?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO — É uma possibilidade, é uma possibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor colocou que estão utilizando o nome da Exxomed para negociar, inclusive, usaram as imagens dos produtos Exxomed.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO — É, é uma possibilidade, é, que a gente vai estudar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

Senhor Onofre, eu vou disponibilizar uns três minutos aí para o senhor fazer as considerações finais. Se tiver vontade de utilizá-los, pode fazer.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO — Tá, o.k., Deputado.

Eu quero, em nome da Exxomed, agradecer essa oportunidade de esclarecimento de toda essa situação caótica que foi criada através dos respiradores, equipamentos esses de necessidade básica hoje. O que me chama atenção a... nós estarmos num processo desse, onde esses equipamentos já deveriam estar colocado dentro dos hospitais salvando vidas, né, e não ceifando vidas, como está acontecendo.

A Exxomed está à disposição – inclusive, do, do, do seu corpo jurídico em Florianópolis – aqui pra qualquer esclarecimento. Eu me coloco à disposição, em nome da Exxomed, pra qualquer esclarecimento também.

Página 662. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

É, nós temos toda a documentação comprobatória de Anvisa. Nós temos toda com... comprovação comprobatória de onde estivemos, de que formas a... de que formas agimos, e, e todos os documentos necessários pra esclarecimentos até posteriormente a, a, aos Deputados. Nós estamos colaborando com a, a... com o Deic, nós estamos colaborando com o Ministério Público, nós estamos colaborando com a... o Instituto Geral de Perícias, nós estamos colaborando com a Controladoria-Geral do Estado, tá? E eu tenho vindo a Santa Catarina de forma gratuita, sem, sem, sem cobrança a nenhum dos órgãos que estão envolvidos, né, porque é muito importante deixar claro que esse empresário é, como foi citado na mídia de São Paulo, ele é catarinense.

E quero deixar aqui registrado um, um grande detalhe, tá? Eu sou catarinense, filho de um fundador de Município, o Município de Navegantes, onde dos vinte fundadores do Município de Navegantes meu pai é o único que está vivo, tem 83 anos, né, e tem acompanhado toda essa situação de forma muito, é, triste porque conhece a nossa forma de trabalhar, a forma de operar. E os catarinenses que me conhecem, eu sou formado pela Universidade do Vale do Itajaí em Administração. É, fiz Direito até o 7º período na Universidade do Vale do Itajaí.

Fiz todos meus estudos aqui no Estado de Santa Catarina. A... meus parentes, minha... minhas tias, meus tios, moram em Florianópolis, em Jurerê, na Trindade, aqui no centro. Tenho parentes em, em várias cidades de Santa Catarina, e gostaria que todo esse esclarecimento fosse e o esforço fosse feito pelos Deputados e que chegassem, é, realmente aos culpados. O que me chama atenção nesse processo todo é que a Veigamed não apresentou documento de importação, não... com... a LI, envolveu várias empresas, envolveu documentação falsa, né, e ainda... a... todo esse processo recaia sobre esclarecimentos da Exxomed.

Então assim, eu, eu agradeço mais uma vez aos Deputados. Quero reiterar, pra deixar bem claro, as acusações ou, a, as, a encobertas da, da senhora Márcia em alguma parte do processo que eu conheço o Deputado. Eu não conheço Deputados, eu não conheço assessores. Eu estou há mais de vinte anos longe de Santa Catarina, no interior de São Paulo, aonde tenho a minha família lá, os meus filhos, e, lá no interior de Santa Catarina, onde tem a fábrica na cidade de São Carlos.

A... deixo à disposição dos Deputados de Santa Catarina, inclusive, pra visitar a Exxomed, tá, é... em, em São Carlos. A Exxomed participa de feiras internacionais, participa da maior feira médica chamada Hospitalar no Brasil há mais de dez anos, tá, e, eu vejo que... a... a... houve, houve ardilosamente, tá, houve a... por interesses que os Deputados ou o Estado não chegassem à Exxomed, à Aeonmed para a compra direta dos equipamentos.

É, é, é muito duro isso porque numa situação de pandemia e de economia geral, que está muito preocupante, é, o processo tenha sido, ts... é... levado até a finalidade por interesses próprios de algum grupo ou de algumas pessoas que estavam no governo.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado ao senhor também. O senhor está dispensado.

Solicito à assessoria que conduza a este ambiente o depoente. (*Pausa.*)

(*O depoente André Motta Ribeiro adentra o recinto com seus advogados e sentam-se no local indicado pela assessoria.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor André Motta, o senhor sabe por que foi convidado a se fazer presente aqui hoje nesta reunião?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu sei. Eu fui convidado ontem pelos senhores pra trazer informações a respeito de um processo que é a aquisição de respiradores, como testemunha, imagino.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3478
Rubrica

Página 663. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor assume o compromisso de dizer a verdade somente a verdade no âmbito desta Comissão sob pena de concorrer ao crime de falso testemunho?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Quero lembrar ao senhor também que tem o direito de permanecer calado e, se assim quiser, o senhor precisa nos comunicar disso. Ou seja, falar eu quero, não quero responder, eu quero permanecer calado, porque o silêncio simplesmente não é um indicativo de resposta, ainda mais usando máscara, a gente não sabe se a pessoa está falando ou não.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Quero pedir para o senhor para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro, o nome completo, a idade, a profissão, o local onde exerce a sua atividade e o local de nascimento e o endereço. Fale isso de forma bem próxima porque esse é o registro do senhor ali para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro de forma bem correta.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — André Motta Ribeiro, eu tenho 55 anos, natural de Cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul e moro em Florianópolis, Balneário Açores, Travessa Osvaldo Felisbino Ferreira, número 56.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor está acompanhado de seus advogados, né?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Peço aos senhores advogados que falem o nome completo dos senhores, número da OAB e a UF delas.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA — Álvaro Otávio Ribeiro da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Álvaro...

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA — Otávio Ribeiro da Silva, OAB/SC 36696 A.

O SR. OTÁVIO CARRARD — Otávio Carrard, OAB/RS 110821.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado. Quando a defesa for intervir, se dirija ao Presidente da Casa e não ao Deputado que estiver fazendo a pergunta.

Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom dia.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom dia, Secretário, bom dia, senhores advogados.

Vou repetir o que digo para todo mundo aqui, este é um momento importante, Santa Catarina conhecer de fato o que ocorreu nesse desastre, né? E sempre que alguém senta nessa cadeira aí o objetivo nosso é que essa pessoa ajude...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...os Deputados, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina compreender de fato o que aconteceu. Obviamente, respeitando todos os direitos, as garantias constitucionais, em especial de não produzir nenhuma prova contra o senhor. Certo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então eu espero que o senhor colabore, até porque o senhor é o atual Secretário da Saúde e é fundamental, para mim um dos depoimentos mais importantes que a CPI vai colher aqui.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu entendo.

Página 664. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Antes de o senhor falar conosco, eu queria que o senhor falasse um pouquinho do seu histórico profissional, bem resumido, para eu compreender como o senhor virou Secretário Adjunto da Saúde.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu sou médico emergencista há 30 anos e também tenho graduação, pós-graduação em administração hospitalar. Trabalhei uma época da minha vida no Rio Grande do Sul, fui dono de hospital. Também tive a oportunidade de morar na Bahia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Doutor André, só um minutinho, o pessoal da técnica está pedindo para o senhor falar um pouquinho mais alto, mais próximo do microfone, por conta da...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Ah, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pode puxar um pouco o microfone, por conta da máscara, que está?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não quer substituir a sua máscara por esse modelo que sai o som mais fácil?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Vamos tentar de novo aqui, se não der a gente substitui. Melhorou?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Melhorou.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Então, repetindo, eu sou emergencista, médico há 30 anos. É... iniciei a, a minha formação no Rio Grande do Sul, pós-graduado em gestão hospitalar, é, fui dono de uma unidade hospitalar naquele Estado durante um tempo. Durante seis anos morei no Estado da Bahia, onde exerci várias atividades e há quinze anos tenho o prazer de morar aqui, em Florianópolis. E aqui eu passei em diversas áreas da saúde, trabalhei na Atenção Primária, trabalhei na regulação do Município, trabalhei na gestão do Samu municipal, fui regulador estadual de saúde. É, emergencista no Hospital Celso Ramos, plantonista das UTIs do Caridade e também do Hospital Saint Patrick.

E em 2018, 2017, recebi o convite para participar da Integração do APH entre bombeiros e Samu, que eu aceitei durante um ano e meio exercia essa, essa atividade, quando então me tornei Secretário Adjunto de Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O convite partiu de quem?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Para a Secretaria de Saúde partiu du... até então Secretário Helton Zeferino.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. O senhor sabe, evidentemente, do que nós estamos tratando aqui, eu não preciso explicar para o senhor, né?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Claro, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Qual é a sua função específica como Secretário Adjunto? O que o senhor faz como Secretário Adjunto?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O organograma da Secretaria de Saúde ele diz...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Como Secretário Adjunto, não como agora Secretário, né?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Certo. Claro, entendi.

O organograma da Secretaria de Saúde ele divide os gabinetes com algumas atribuições bastante distintas. Então, para o Adjunto ficaram vinculadas às superintendências mais técnicas, a Superintendência Hospitalar, a Superintendência de Regulação e a Superintendência formada nesse governo de urgência e emergência. Essas, é, superintendências diretamente ligadas ao gabinete do Secretário Adjunto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário, a Secretaria de Compras?

Fls. 3479
Rubrica

Página 665. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — A Secretaria de Gestão Administrativa, onde tem a estrutura de compras, ligada ao gabinete do Secretário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Do Secretário. Muito bem.

Nesse processo de compra ali, porque nós temos o decreto emergencial no dia 12, depois o decreto de calamidade no dia 15, passaram cinco dias aproximadamente. Certo? Eu acredito que nesse momento... eu estou lá, acreditando que dentro da Secretaria de Saúde, responsável por preparar o Estado para esse desafio, toda a Secretaria acabou se envolvendo nesse processo, é óbvio, né, é natural. Ora, foi instalado um decreto de calamidade, agora a Secretaria tem que se preparar para enfrentar a pandemia *(faz sinal de aspas)* que o governo imaginava do Covid. Certo?

Muito bem. Qual foi o seu papel específico depois do dia 17, dia 18, quando a Secretaria de Saúde passou a ser a protagonista, a protagonista do processo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — É, na verdade, Deputado, eu preciso... é, trazer algumas informações de datas, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, eu vou chegar lá. Eu só queria que o senhor nos desse a oportunidade de explicar mais ou menos....

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu vou explicar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu tenho perguntas específicas para o senhor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, mas a questão de datas é que o senhor falou...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então o senhor não se prepara o... separa ao ato, ali ao ato. Aquela situação começou dia 20? Qual é a...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — No dia, no dia12 foi instituído o Coes, no dia 17 de março foi instituída estado de emergência em saúde...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Certo.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — ...onde nós fizemos as primeiras... é o primeiro decreto, que foi um decreto restritivo de atividades.

O decreto de calamidade ele veio trinta dias depois, no dia 17 de abril. Desde o primeiro momento nessa operação do Coes, a atribuição do Adjunto foi de estruturar serviços de saúde relacionada a essas áreas hospitalar, regulação e de urgência.

Então, havia a necessidade da gente entender dentro da rede estadual quais hospitais poderiam acrescentar serviços pra enfrentamento da pandemia Covid em diversos serviços, né, diversas terapia, terapia intensiva, a gente planejou treinamento das pessoas, nós organizamos é... uma melhora do APH, né, do... desse transporte pré-hospitalar, a gente renovou grade de referência de hospitais, é... nós criamos protocolos, nós criamos normas técnicas. Na verdade, era um enfrentamento de uma pandemia, de uma crise que nenhum... ninguém no mundo estava preparado, né, nós precisamos, a partir da criação do Coes, entender processos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem, eu imagino. Eu queria saber o seguinte, tá, vamos nos preparar, vamos preparar os hospitais, vamos fazer tudo isso que o senhor falou aí...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...natural. Quem participava da... vocês criaram reuniões, grupo de trabalho? Criou um cronograma de tarefa para cada pessoa? Como vocês acertaram os detalhes? Vocês se sentavam numa mesa, acertavam isso, como é que é?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Como o Coes ele é formado pelos gabinetes e pela Superintendências, e esses gabinetes e Superintendências já tinham atribuições bastante claras, é, foram, foram esses dois que foram transportadas para dentro então da

Página 666. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Defesa Civil pra continuar tomando as mesmas ações que já se toma... tomavam na rotina de trabalho. Claro, claro que com um outro, um outro olhar, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Hum, hum.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Então, a Superintendência Hospitalar, a Regulação e a urgência e emergência estavam dentro das suas atribuições melhorando a oferta de serviços de saúde. Assim como cada Superin... é, outra Superintendência tinha a sua função. O planejamento ajudando no planejamento de ações, a vigilância criando notas técnicas e entendendo, é, uma matriz de risco sendo construída, era um momento que não tínhamos ainda ferramentas digitais de inteligência de dados, né, não havia banco de dados no Estado de Santa Catarina. Mas isso foi uma construção que ela veio pra dentro de um ambiente único, mas cada um com a sua atribuição que já trazia, né, por regimento, inclusive, das próprias Superintendências.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Entendi, perfeito. Aí, certo momento, obviamente, faltaram equipamentos. Como nós vamos preparar os hospitais, como nós vamos enfrentar, etc.

Eu quero saber da parte de compras. Agora vamos fazer compras. Vamos comprar máscaras, vamos comprar equipamentos, vamos comprar leito de UTI, vamos alugar, vamos fazer hospital de campanha. Enfim, qual foi o seu papel nesse procedimento de – o senhor era responsável de preparar a rede, o senhor falou aqui – qual foi o seu papel, agora vamos instrumentalizar o serviço, qual o seu papel na orientação das compras do processo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu não tive nenhuma participação em orientação de compras. Na verdade, a estruturação dos leitos de terapia intensiva ele parte, ele parte por diversas ações.

Primeiro entender o que que tinha disponível na rede, e a rede teve equipamento disponível, porque lá no dia 17 de março nós fizemos uma portaria restritiva, inclusive, para as cirurgias eletivas. Então, alguns equipamentos que tinha no centro cirúrgico e outras estruturas de hospitais, é, é, como Santa Catarina é muito bem servida desses serviços de hosp.... de saúde, num primeiro momento a gente fez uma mobilização de equipamentos. Nós fizemos o planejamento no quantitativo de leitos de terapia intensiva baseado na, na oferta, né, que os hospitais poderiam, é, naquele momento estruturar, e começamos várias ações então de mobilização de equipamentos. Nós tínhamos alguns equipamentos que necessitavam de manutenção. Eles foram assim encaminhados, inclusive, com parceria, com ajuda da Fiesc, do Senac em Joinville. E houve uma, um apontamento de quantitativo de equipamentos para estruturação de leitos de UTI.

A função exercida por mim era de estruturar isso, apontar onde colocar, identificar quantitativos a serem, é, colocados no sistema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Os processos de compras específico dos respiradores, qual foi o procedimento do senhor?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Nenhum. Eu não participei nesse processo de compras.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Várias pessoas estiveram aqui na CPI e disseram que o senhor participou diretamente disso. Eu vou dar a oportunidade para o senhor esclarecer isso bem porque mentir aqui para CPI o senhor sabe que tem consequências. Nós precisamos ter confiança no senhor, porque o senhor é o gestor da crise na condição de Secretário da Saúde. Então nós precisamos confiar no senhor, precisamos.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — É...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então assim, Secretário, eu vou voltar a repetir a pergunta para o senhor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O senhor está falando de?...

Página 667. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3480
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Qual foi a participação direta do senhor no processo dos respiradores? Na escolha da empresa, nas reuniões, nos grupos de trabalho, nos debates? Enfim, pessoal precisando comprar inspiradores.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — De quem a gente vai comprar, como é que vamos fazer?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Depois vou perguntar quem participou. Quero saber isso, qual foi a participação do senhor nesse procedimento?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Nesse procedimento, é, que está sendo fruto dessa CPI?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O procedimento da compra dos respiradores, específico.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — A única, a única participação na compra de respirador foi no apontamento de quantitativos. Isso era uma obrigação do Superintendente Hospitalar, eu, eu acumulava esse cargo. Então, por obrigação, para a organização da rede hospitalar própria, é, apontamento de necessidade de quantidades de, de, isso, insumos, EPIs e respiradores, era de responsabilidade do superintendente. Mas participação em negociação, em compra, em aquisição, definição, isso não é papel do Adjunto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não participou de nenhuma reunião? Nunca conversou sobre quem ia comprar, quem a gente ia escolher, como ia fazer?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Secretário falou com senhor, o Helton Zeferino, sobre isso?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Márcia Pauli?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Campos Maia?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Campos Maia, não sei quem o senhor está se referindo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Charles Campos Maia, diretor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O Diretor Charles ele era o diretor dentro da Superintendência de Gestão Administrativa que não estava sob minha, minha alçada como Secretária Adjunto. Tinha um rito próprio de aquisição e eu não participei em nenhum momento com o senhor Charles de, de decisão de compra de nenhum respirador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então o Estado está falando, compra de respiradores, o senhor era Secretário Adjunto e não conversa com ninguém sobre isso?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Na verdade, o meu papel era de estruturar a rede, de trazer de serviços pra, pra dentro do Estado, discutir treinamentos, protocolos, eu não participo de definição de fornecedor de preço, não é atribuição do Secretário Adjunto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Doutor André, nós aqui, líderes de partido, quando o Presidente da Assembleia chama a gente para conversar... eu sou também sou meio empresário, nós temos aqui vários empresários, gente que já foi Prefeito, né? Suponha que o senhor Presidente chama os líderes aqui para conversar sobre determinado assunto, cada Deputado se manifesta, cada um dá uma ideia, cada um dá sua opinião, a reunião já é para poder construir o melhor caminho, encontrar a solução mais adequada.

Página 668. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O senhor não participou das reuniões: como vamos comprar os respiradores, se a gente vai alugar, se a gente vai fazer hospital de campanha, a gente vai trazer da China direto. O senhor não participou de nenhuma reunião nesse sentido?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Nesse sentido, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o senhor escutou algo, o senhor ouvia nos corredores.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — No momento inicial da, do Coes houve um momento de bastante agitação, né, porque havia uma... um, um pânico, o cenário inicial era um cenário é que foi desenhado baseada em crité... em dados estrangeiros que nós teríamos dificuldades extremamente graves. Então nós fomos procurados por algumas entidades que se ofereceram para ajudar o Estado. Algumas, é, conversas desse tipo, como a Fiesc que trouxe a Intelbras pra fazer oferta, essa conversa que eu participei e escutei, mas não na aquisição de equipamentos, na discussão de valores, ou de fornecedores, de forma alguma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Interessante, eu vou ler para o senhor...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...o que disse aqui o Charlie Campos Maia, que é o diretor, né? Ele é o diretor de?...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — De logística e... aliás, desculpa, de Licitações e Compras que está dentro da Superintendência...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, ele é o diretor de compras da Secretaria.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não sei se está lá ainda, porque depois do que ele disse aqui para CPI pode até ter sido desligado. Ele está lá ainda?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Ele está exercendo a sua função.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá. Ele disse o seguinte, vou ler para o senhor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele disse que não acompanhou a compra. Todos que sentaram nessa cadeira aí, ninguém acompanhou a compra.

Então o seguinte – o senhor Charlie disse que não acompanhou a compra –: *(Passa a ler.)*

"O governo culpou a Márcia Pauli, o governo do Estado culpou a Márcia Pauli por todo esse processo, foi o primeiro. Márcia Pauli foi para televisão, deu depoimento" – eu disse, na verdade quem está dizendo isso sou eu – "Márcia Pauli foi para TV, deu depoimento, o Secretário falou na TV que a Márcia Pauli era a responsável desse processo, que tiraram ela (...)", etc.

"O que o senhor tem a dizer?", eu perguntei para o Charlie Campos Maia. E ele me disse: "De forma alguma." Eu perguntei: "Quem foi? Quem estava em cima dela para fazer a compra dos respiradores?" E ele respondeu: O Secretário Adjunto, doutor Motta.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Então, o único comentário que eu posso fazer a respeito disso, que eu não entendo da onde ele tira essa informação. É uma informação de um servidor que não estava sob minha, é, ingerência direta. Repetindo: o Adjunto ele faz, é, trabalho técnico, tem outras superintendências sobre sua, sua gestão. Eu não tenho, eu não tinha ascendência sobre a atuação do senhor Carlos. E me estranha muito ele falar esse tipo de coisa, porque eu, em nenhum momento, participei em reunião com ele pra aquisição, indicação de equipamento ou coisa desse tipo.

Página 669. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3481
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Charlie Campos Maia também disse que o senhor pressionava os servidores, que o senhor entrava em salas: "Eu quero isso aqui pronto até meio-dia, na época da pandemia, esse documento tem que estar na minha mesa. Atende o fulano, responde aos *e-mails* lá emergentemente pra Márcia, e pra ele mesmo."

O senhor tinha esse costume de fazer essas pressões assim? Porque eu não vejo problema nenhum nisso aí.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — É, eu acho muito estranho. Primeiro, porque essa não é minha característica, eu não faço assim, quem me conhece sabe que isso não é verdade. E, segundo, porque eu não tenho contato, eu não tinha contado com o senhor Charles pra determinar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas ele é o seu diretor, Secretário.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, ele era diretor da Superintendência de Gestão Administrativa, que estava sob a tutela du... é Secretário Adjun... é do Secretário de Estado da Saúde, não sob a do Adjunto. A minha atribuição era outra, não era essa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário, eu preciso entender o senhor. O senhor é o Secretário Adjunto. O senhor é uma pessoa importante dentro da Secretária.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Concordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Aí o senhor está falando de um diretor, o senhor não está falando de um subalterno lá do 5° andar, lá da recepção, o senhor está falando de um diretor de compras.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o senhor afirma que não tinha nenhum contato, não conversava com ele?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Afirmo, sim. Nós temos quase 40 diretores na Secretaria, são seis Superintendências e essa Superintendência não estava sob minha gestão. Eu não participei desse tipo de, de procedimento porque a minha atribuição era outra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu vou falar mais uma fala dele aqui, até para ajudar os meus Colegas também.

Eu perguntei: "Olha, eu quero agradecer o depoimento do senhor porque isso ajuda muito a gente." Ele disse que os superiores da Márcia pressionavam a Márcia pra fazer coisas erradas. Que a Márcia serv... que a Márcia era boi de piranha e que a Márcia sofria pressão seguida dos chefes, o senhor e o Helton Zeferino.

Então eu perguntei pra ele: Olha, eu quero agradecer o depoimento do senhor

porque ajuda muito gente aqui." Certo? Eu quero dizer... eu quero saber o seguinte: O senhor disse que ela estava sendo usada, boi de piranha, etc., etc. O senhor já disse também que o Secretário Adjunto, atual Secretário, e ex-Secretário, e mais alguém? Algum outro Secretário de Estado? Alguém do *staff* do governo?" Alguém lá do Coes, outra Secretaria? Ele disse o seguinte: nós recebíamos pressão do Secretário Helton e do Secretário... do Secretário Adjunto, doutor Motta.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — *(Suspira.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por que ele inventou isso?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado, eu não sei dizer o que que passa na cabeça de algumas pessoas. Eu parto do princípio e, e eu tenho essa convicção de que os servidores da Secretaria são capacitados e têm lisura nos seus processos. Não há necessidade e nunca houve, e assim nunca foi feito, de pressionar alguém pra tomar essa ou aquela atitude. Nós como vivemos num momento bastante complicado no começo de precisarmos

Página 670. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

estruturar serviços de uma forma mais ágil e rápida, tanto que nós entrávamos pra trabalhar às 7 da manhã e saíamos de noite, inclusive, sábados e domingos. Nunca, nunca presenciei esse tipo de pressão. Não é minha característica, como gestor, fazer esse tipo de pressão, e pouquíssimos contatos eu tive com esse senhor, que é diretor de, de Licitação e Compras de uma Superintendência que não estava sob minha governança.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Entendi. E sobre a compra dos respiradores, o processo? O processo de licitação? O processo, o procedimento, o senhor acompanhou?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O senhor está falando desse aí... do respir?....

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Da licitação dos respiradores. O senhor acompanhou?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tem anotações sobre eles aí no seu caderno, em algum lugar?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu tenho algumas anotações de informações que eu recebi já no final do, do momento des...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então eu queria perguntar para o senhor: Quando iniciou o processo de compra dos respiradores?

Eu queria mostrar a imagem 1, por favor.

(*O Relator se dirige à assessoria para mostrar a imagem.*)

O senhor confirma? Ó, esse daí, o senhor pode ler. É o processo de compra dos respiradores, o processo licitatório. É a primeira página do processo de licitação.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso aqui é uma citação, posso estregar para o senhor folhear se quiser para os seus advogados.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Sem necessidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Que data que está inserida ali?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Lá está escrito 26 de março.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 26 de março.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Lá em cima, daqui eu tô enxergando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 26 de março, é isso que está anotado aqui também. O senhor sabe se foi nesse dia específico que começou o processo para a compra dos respiradores? O senhor pode consultar suas, suas anotações.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não precisa, Deputado. Eu não participei desse processo de aquisição desses respiradores em nenhum momento. Não era a minha atribuição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nada? O senhor não acompanhou nada?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, não acompanhei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor viu aí a data, né?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Márcia Pauli teve aqui e disse pra gente que foi nesse dia que ela começou as tratativas. Na verdade, ela disse que começou as tratativas do dia 23. É isso, Deputados?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 23, né? Ela disse assim, ó: nós começamos a compra dos respiradores no dia 23. Aquela menina que o Deputado Felipe Estevão disse que era um brinco de garota, ela disse pra gente que ela começou o

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3482
Kubrica

Página 671. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

processo da compra dos respiradores no dia 23, falou isso na polícia, ela falou isso, né, Deputado Felipe, ela falou na Delegacia. Nós acreditamos nela aqui, né?

Eu (*ri*), eu acreditei nela que aqui começou tudo dia 23, né?

(*O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.*)

Eu queria o seguinte, eu queria mostrar um documento para o senhor, o próximo documento, o um, o primeiro documento. Eu tenho esse documento aqui. Eu tenho esse documento aqui, eu preciso olhar daqui, pra nós fica muito difícil de ver. *(Fala com seu assessor Alex Sandro de Jesus.)* Não, não, aquele documento que você usou, devolve aqui pra mim. *(Fala com seu assessor Alex.)* Ah, tá aqui? Tá aqui, Alex? Eu só vou localizar aqui onde é que está a pastinha. Onde é que eu botei dentro da pastinha. (*Pausa.*) Aqui, aqui, está aqui. Aqui eu tenho um documento: SE-39997 – ali está datado do dia 31/3, né? Não? 31/3, certo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — 31/3.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 31/3. Agora abra a página dois.

Eu tenho aqui nas minhas mãos documento datado do dia 20 de março, Estado da Secretaria.

(Passa a ler.)

"Comunicação interna.

A Superintendência de Gestão Administrativa

Cofes, Geror, Geafi.

Assunto: liquidação e pagamento. Dia 23 de março.

Solicitamos a liquidação e pagamento em caráter de urgência da nota fiscal apresentada no presente processo, tendo em vista a situação vivenciada em razão do surgimento do Covid em território catarinense e a imperiosa necessidade de adoção de medidas de combate aos efeitos dele decorrentes.

Atenciosamente, Márcia Regina Pauli", Superintendente de Compras.

O documento está assinado no dia 20 de março de 2020, às 14h20. Portanto, três dias antes do que a Márcia veio aqui e disse que ela começou as tratativas.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ela pediu o pagamento, e, e indicou a rota, e juntou depois a nota fiscal da compra. Três dias antes disso tudo acontecer.

Eu confesso, Deputado Kennedy, Deputados, a nota é a nota dos 16 milhões. Vou botar a nota para vocês verem, junta a nota fiscal.

(*O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.*)

Veigamed, do dia 31/3. Essa é a nota. Mais uma... E aí o processo encerra.

Queria que o senhor nos ajudasse a compreender isso aí.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado, olha só, é... eu vou repetir que eu não participei deste processo em nenhum momento. As atribuições do Adjunto eram outras.

Então, se depender de alguma informação minha pra esclarecer este processo, nós não vamos ter de nenhum acréscimo. Eu não conheço esse rito, eu não participei desse rito de aquisição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. Então eu vou deixar para os meus Colegas continuar o trabalho.

Agradeço o senhor e profissionalmente vou voltar a conversar mais um pouco com o senhor.

Obrigado.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Estou à sua disposição.

Página 672. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Ivan Naatz.

Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Um bom-dia. Eu não almocei ainda, sei que já passou do meio-dia, acredito que o senhor também.

Bom dia, Secretário, bom dia, advogados.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Sejam bem-vindos. Secretário...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ...sou meio ansioso, estou quase começando pelo fim aqui, mas vou também seguir o meu ritmo, peço que os meus parceiros e o senhor tenham paciência comigo.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem o indicou para o cargo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O Secretário, ex-Secretário Helton Zeferino.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Como que o senhor viu... Agora o senhor já teve acesso aos autos, eu sei que o senhor não participou de algumas coisas, como senhor já afirmou. Mas agora, sendo, indo de Adjunto para Secretário o senhor tem conhecimento de diversas coisas mesmo não tendo participado, né?

Como o senhor... Como é que chegou a proposta da Veigamed na Secretaria? O senhor teve acesso? Sabe como é que chegou?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, não tive acesso. Não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E não sabe até agora como chegou?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não sei até agora como chegou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Por que os pagamentos foram feitos antecipadamente?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu não participei do processo e não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas o senhor... até agora, depois de já estar um mês na Secretaria?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — 31 dias hoje.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — 31 é, tem meses que tem 31 dias. Até agora o senhor não se atualizou?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, na verdade quando eu assumi isso já estava sendo investigado, né, um processo que já estava em investigação por órgã... por órgãos outros externos, e já havia uma sindicância aberta, inclusive pelo próprio Secretário Helton, lá no final de abril, referente a esse processo. Então ele fugiu, é, do escopo do trabalho do atual Secretário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem acompanhou, nos acompanhou aqui terça-feira, bastante gente teve paciência de nos acompanhar das 5 da tarde às 3h30 da manhã, e eu já recebi várias mensagens, essas coisas, tivemos um *feedback* aí até pela imprensa.

Assim, a Márcia fez algumas acusações ao Douglas e ao Helton. Se lembra de detalhes, minuto de *live* do Governador, que o Governador demonstra que tinha conhecimento, mas não lembra de um nome de um Deputado, essa memória seletiva é complicada né? O Helton não sabia de nada. O Helton não sabe quem levou a Veigamed, o Helton não sabe quem pagou... não sabia de nada.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3483
Rubrica

Página 673. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

E o Douglas fez uma lista de afirmações a vocês, e estou falando vocês, Secretaria da Saúde, como se a Secretaria da Saúde fosse uma ilha, né? E o senhor está aqui neste momento, no cargo, o senhor pode nos esclarecer essas dúvidas que ficaram e até ajudar para a acareação que vai acontecer na terça-feira que vem. Porque essa dúvida que o também Secretário Douglas deixou é muito ruim para mim, para o Felipe, para o Ivan, para o Sargento Lima. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisora: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

Quem foi o Deputado que participou da indicação, da contratação, das negociações dos respiradores?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, como eu não participei desse processo, eu não tenho conhecimento e participação de Deputado algum nesse processo. Eu não tenho essa, essa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá. Mas o senhor participou, como Secretário Adjunto, de uma reunião do Mahatma Gandhi.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Mahatma Gandhi (*ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ainda para o hospital de campanha. Não participou?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – O senhor está se referindo a uma visita...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Hospital de campanha.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ...do pessoal de Itajaí, na Secretaria?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não. Eu estou falando de uma reunião que estava inclusive o Governador, o Cordeiro...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não. Não participei dessa reunião.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E não soube depois também? O Helton nem foi convidado, mas o Helton entrou na sala.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, eu não participei dessa reunião e nem sabia que ela tinha acontecido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá. O Helton foi domingo prestar um depoimento às autoridades policiais e na terça-feira ele voltou espontaneamente a prestar esse depoimento. E ele fez quatro afirmações bem graves, no meu entender, ao Douglas.

Eu vou por partes, o senhor presenciou a pressão do Douglas pela Veigamed, pelos 33 milhões dos respiradores?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não.

O senhor soube que o Douglas... isso tudo é o que o Helton falou, o senhor sabe que o Helton falou isso, né?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Sim, que ele falou que houve algum...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor sabe dos quatro tópicos de acusações do Helton ao Douglas?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então eu vou rememorar para o senhor.

O Helton fez declarações à polícia... o senhor não teve acesso aos depoimentos? Não estudou os depoimentos...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...antes de vir aqui?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, não tive acesso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então, esses quatro tópicos de acusações do Helton ao Douglas são bem graves. O Helton falou que o Douglas pressionou

Página 674. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

muito pelos 33 milhões da Veigamed; pelos 70 milhões de equipamentos de proteção individual, que não se concretizaram, mas era um valor considerável; pressionou muito através... a Márcia, o Helton sobre o Mahatma Gandhi; e sobre o Samu, um pedido de mais de R$ 40 milhões à empresa OZZ, que tinha (*ininteligível*) da Secretaria de Saúde do governo 42, 40 milhões de reais.

O senhor sofreu, como Secretário Adjunto, algum tipo de pressão com relação a esses quatro tópicos?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Nenhuma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor não sabe de nenhuma pressão para pagar quarenta e poucos milhões para o Samu?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não sei de nenhuma pressão pra isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – De gestão para a empresa que gera o Samu.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Isso. Prestação de serviço, na verdade, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Isso. O Mahatma Gandhi também, nenhuma pressão, nenhuma reunião que teve o Governador, teve algum outro?...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor me permite, Deputado, só uma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quando se fala em pressão, mesmo que seja de forma positiva. Por exemplo, assim, vamos lá rapaziada, vamos fazer, o Covid está matando gente. Não só da parte negativa, compra, contrata...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...mas que seja somente de parte positiva. Pode ser que com vontade de incentivar a equipe e falar: o que vocês acham, vamos fazer?

Nem assim?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não. Não é essa... o... o *modus operandi* não era esse, né? A gente se estruturava cada um na sua função e tentava acelerar processos se ajudando mutuamente. Agora, nada de, de pressão e... de forçar (*ininteligível*) qualquer tipo de pessoa a tomar uma... uma atitude, uma ação que não fosse a ação da, da, da sua atribuição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor sofreu algum tipo de pressão do Douglas?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, nenhuma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas não especificamente desses quatro passos, qualquer...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, nenhuma!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O que a gente fica abismado, sim, é que nem o ex-Secretário nem o atual Secretário sabiam de nada do que estava acontecendo na Saúde de Santa Catarina, né?

(*O senhor Álvaro Otávio Ribeiro da Silva manifesta-se fora do microfone: "Pela ordem, senhor Presidente."*)

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Eu gostaria só de pedir a vossa excelência que garantisse o direito da testemunha responder objetivamente aos fatos para os quais ela foi chamada aqui, e não ouvir depoimen... é... declarações depreciativas, ou que deturpam, ou que já antecipam um pré-julgamento do que essa CPI tá tentando observar.

O senhor André tá aqui prestando depoimento de uma maneira clara, objetiva e expressando as informações que ele tem pra dar. Se a Comissão não acredita nas

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3484
Rubrica

Página 675. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

informações, se discorda, se acha incompleta, é um direito pleno da Comissão de no momento próprio, de julgamento, encaminhar a decisão que melhor lhe a provê. O que não é correto é haver comentário jocoso, depreciativo, porque isso aí se constitui descortesia e falta de respeito com a testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Feito o registro...

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Ele não está aqui, aliás mesmo que se tivesse aqui na condição de acusado, ele mereceria ser tratado com respeito e urbanidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Feito o registro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Se não passou respeito, advogado, eu me corrijo. Não estou querendo de maneira nenhuma desrespeitar, humilhar, fazer comentário jocoso sobre o seu cliente. O que eu estou fazendo é um comentário de... eu estou abismado com governo do Estado de Santa Catarina! Eu estou abismado! Eu estou estarrecido com o que está acontecendo!

Eu estou surpreso do ex-Secretário e do atual Secretário não saberem de fatos muito importantes, mas eu respeito a sua opinião e quero me fazer entender ao senhor, ao Secretário, ao outro advogado também. Me fiz entender? Por favor, me fiz entender?

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Deputado, eu respeito a sua opinião. O senhor como Parlamentar tem todo direito de expressar, como qualquer cidadão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Perfeito.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Só que, da maneira como o senhor coloca, o senhor sugere que essa testemunha, que tá aqui presente, está omitindo alguma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, não.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – ...situação acerca dos fatos sobre os quais está sendo indagada...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então...

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – ...e é sobre isso que eu estou pedindo o respeito, a objetividade e a cortesia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então eu corrijo, eu não estou sugerindo nada, perfeito? Ótimo, podemos continuar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Já disse que foi acatado, doutor, o comentário do senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só permitindo uma intervenção como Relator.

Doutor, o seu cliente é o atual Secretário da Saúde, sobre as mãos dele está a saúde dos catarinenses, sobre a mão do doutor Motta estão os doentes da Covid, estão as pessoas que ficarão contaminadas, estão as pessoas que precisarão de saúde. O seu cliente, que está aqui, que presta serviço para o Estado de Santa Catarina, ele não é um instrumento qualquer do Estado, e nós Deputados precisamos compreender.

O Deputado João Amin tem razão, ele faz um comentário que Santa Catarina faz, Santa Catarina faz esse comentário. E esse julgamento aqui, doutor, é um julgamento político, aqui é político julgando político, não é julgamento criminal. Nós não olhamos para o doutor Motta como agente do crime, nós olhamos para o doutor Motta como um agente administrativo, a quem os Deputados acreditam que está cumprindo todas as suas tarefas inseridas no artigo 37, *caput*, da Constituição, que o senhor conhece muito bem. Só quero deixar isso claro.

Então, as colocações do Deputado João Amin foram pertinentes, a meu ver, só por esse elemento - e eu queria que o senhor compreendesse isso -, porque ele é o Secretário da Saúde, e nós precisamos ter confiança nele.

Página 676. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Muito obrigado.

(*O senhor Álvaro Otávio Ribeiro da Silva manifesta-se fora do microfone: "Pela ordem novamente, doutor. Pela ordem, senhor Presidente."*)

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Eu reitero que o meu cliente está aqui na condição de testemunha, vossas excelências têm o direito de perguntar sobre o que quiserem e... e com certeza tem a maior autoridade, respeito, carinho e admiração pra isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Já foi acatado, senhor...

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Mas ele é testemunha e ele deve ser privado de comentários, de pré-julgamento acerca do que tá sendo indagado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, mas eu acredito que eu já esclareci o pré-julgamento...

(*O senhor advogado Álvaro Otávio Ribeiro da Silva manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

Perfeito. Então, só para continuar e terminar logo isso. Secretário...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...no exercício da sua função de Adjunto, e agora de Secretário, recebeu ligação, pressão, WhatsApp, provocação, apresentação de empresa, pedido de algum Deputado Estadual de Santa Catarina?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, não recebi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então tá.

Então esclarecido com o senhor, tenho muito respeito, peço desculpas se me fiz entender dessa maneira como o seu advogado entendeu, acredito que já esclareci com ele e esclareço com o outro advogado do senhor também. O meu respeito pela sua função e pela sua pessoa, que está aqui hoje, é enorme e eu não quero desrespeitar ninguém. Estou encerrado, Presidente.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – (*ininteligível*) agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado João Amin.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Bom dia, Secretário.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu tenho algumas coisas para comentar aqui com o senhor. A funcionária Márcia... o senhor falou que era o responsável pela Superintendência mais técnica dos hospitais.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É, Hospitalar, a Superintendência de Regulação e de Urgência e Emergência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A função do senhor era, pelo que o ex-Secretário Helton falou aqui, fazer esse levantamento técnico do que precisava.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Exato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas teve um fato que me chamou a atenção, e não é uma crítica, mas eu estou muito mais focado na fragilidade do processo. A funcionária Márcia disse que havia momentos, que para saber o número de leitos e ocupação, era necessário, os funcionários pegavam o carro e iam de hospital em hospital contando as macas e os leitos. É assim que funciona?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – De forma alguma.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3485
Rubrica

Página 677. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O que ela...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não é assim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...falou não é verdade?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não é verdade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por que?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Porque apesar do início da pandemia, e foi um início bastante complicado a gente não ter ainda a inteligência digital, nós conseguimos durante todo esse período, e aí está a competência também da Secretaria de Estado da Saúde, desenvolver ferramentas pra que nos dessem dados indicadores pra que a gente pudesse tomar atitudes. Inclusive desenvolvido, neste período, uma ferramenta chamada sistema de leitos, que faz a busca automatizada dos leitos do Estado de Santa Catarina.

Nós tivemos um trabalho bastante árduo, além de estruturar serviço, de trazer clareza pro processo, né? Santa Catarina inclusive saiu do 18º lugar no Brasil de transparência Covid pra 3º lugar na semana passada. Então o sistema...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu quero aproveitar nesse seu esclarecimento, até preocupado com a população.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Porque o governo fez disso uma propaganda, esta subida no *ranking*, sendo o Estado um dos top 10 mais transparente.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu queria que o senhor explicasse que tipo de transparência é essa, porque para o povo que está acompanhando, eles não conseguem entender como um Estado, que se diz tão transparente, fez uma compra de duzentos respiradores, de 33 milhões que até agora todo mundo que sentou aqui diz que não sabe como é que foi.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É... Deputado, eu vou repetir que essa questão da compra, é... eu não acompanhei, não era minha atribuição. Mas todos nós sabemos que o Estado ele tem os processos digitalizados e eles são públicos. E, aliás, essa é uma característica deste governo, trazer as, as ações pra luz pra que todos tenham acesso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor fala do sistema SGPE?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor sabe que esse sistema é tão frágil, segundo informações que a gente recebeu aqui, que a qualquer momento alguém, que tem acesso ao sistema, pode fazer... baixar um documento e incluí-lo em outro processo para abrir a próxima fase do processo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu desconheço essa forma de... de agir dentro desse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor alguma vez entrou no sistema?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu digo isso sabe por quê? Porque esse documento que o Deputado, Relator, mostrou - a CI do dia 20 de março, que deu a autorização para o pagamento do dia 31 daquela nota - a Márcia disse, e o próprio Helton falou aqui, que essa era uma prática, de colocar CIs de processos. Inclusive, ao Ministério Público, a Márcia diz que há uma gravidade, ela fala de um gravíssimo problema administrativo, se eu não me engano, sobre esse sistema e ela inclusive fala aos procuradores dizendo o seguinte, que qualquer um pode pegar um documento assinado pelo Governador e incluir no processo para continuar a fase.

Página 678. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O senhor como responsável pela Superintendência técnica e por todo esse trabalho, e hoje como Secretário da Saúde, não chegou isso ao seu ouvido até hoje?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Essa questão de que qualquer um pode fazer, é... alteração de documento, não é bem assim. Porque as pessoas que acessam ao SGPE, elas criam uma matrícula, elas são identificadas e dentro desses processos cada um tem a sua atribuição. Então não é qualquer um, é pessoa que tem que ter acesso e tem que ter a função específica dentro daquela ação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu volto a falar sobre essa fragilidade e colocando agora na condição do senhor Secretário de Saúde...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...porque nesse mesmo processo há o desentranhamento de 16 folhas, se não me engano, lá no início - é isso, né, Relator - e depois quando falam que não vão entregar um equipamento, que vai entregar o outro, houve um... no processo tem ali, que houve um pedido para o engenheiro eletrônico, como é o departamento daquele engenheiro que veio aqui?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Engenharia clínica, deve ser.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Relator, o último depoimento daquele dia lá, foi aquele engenheiro elétrico?

(*O senhor Relator fala fora do microfone: "Elétrico."*)

Elétrico, né? Ou seja, tem um setor lá da Secretaria que ele coordena.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Tem alguns setores de engenharia na Secretaria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso. Esse setor pediu um parecer dos intensivistas para saber se aquele equipamento que estavam querendo entregar valeria ou não.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – O.k.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E no processo tem esse pedido. Aí, esse processo para autorizar a compra não abre sem ter a resposta disso. A resposta entrou, desengatou esse daqui e a resposta foi tirada. Não existe esse parecer dos intensivistas lá. Isso é normal acontecer no processo de compra do SGPE? Até porque eu forço isso não para mostrar a diferença do que o governo fala de transparência, mas eu estou muito mais preocupado é na fragilidade de todo o processo.

Sabe por quê, Secretário? Porque segundo o que Helton falou ontem aqui, o ano passado foram R$ 800 milhões em compra e a previsão para este ano é de 3 bi. Aí, quando eu vejo isso, eu consigo entender, Deputado Felipe, porque quando alguém em uma coletiva pergunta: escuta, mas uma compra de 33 milhões... aliás, não em uma coletiva, quando o Secretário veio aqui na nossa convocação, ainda na assembleia virtual, a gente perguntou: escuta, uma compra de 33 milhões, não acende uma luz vermelha? Daí ele disse: O que é 33 milhões para o orçamento da Secretaria de Saúde?

Por que eu faço todo esse contexto? Porque a minha preocupação... pelo menos do que eu ouvi até agora de todos que sentaram aqui, estão dizendo o seguinte: Olha, não fui eu, eu não sabia de nada, não tem nada meu. Só que aconteceu o fato e agora vão colocar a culpa no sistema, como sempre.

A minha preocupação, Secretário, é o senhor afirmar agora que não sabe disso. E eu agora estou pedindo para o senhor botar o olho nisso, porque o sistema extremamente frágil está funcionando ainda do mesmo sistema ou da mesma forma para um orçamento de 3 bi este ano.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, eu volto a dizer que, é... referente a este processo específico, se houve alteração de documento, eu não posso dizer porque eu não participei dele. Existe uma... existem séri... séries de estruturas dentro da Secretaria

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - COVID
Fls. 3486
Rubrica

Página 679. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

que... trabalham cada uma na sua, na sua atribuição nesse sistema de compras. E toda vez que, é, uma pessoa, ela entra no sistema, fica lá marcado, fica registrado quem foi o indivíduo que fez essa ação. Então é a, as ações dentro da Secretaria elas são, elas são registradas dentro do SGPE e ele é um documento público.

Quanto a esse processo específico como eu não te... é... participei, eu não sei lhe dizer quais são os documentos que o senhor tá dizendo que foram retirados, porque de fato não é de meu conhecimento. Eu estava fazendo uma outra fala que o senhor me provocou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ...é, sobre a transparência do Estado de Santa Catarina...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Qual é o dado, né, que o governo faz a propaganda de transparência e agora com essa...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Nós estamos falando aqui, é, de um pro... de um sistema, é... de processos que veiculam, que antes veiculavam em... em documentos físicos, em papéis que ficavam em gavetas ou em armários, hoje eles são públicos, todos eles, né? Tanto que nós temos acesso a eles aqui.

Quando eu falo transparência de processo, é a construção de todo nosso dado, nossos bancos de dados, nossas matrizes epidemiológicas. Se o senhor abrir o *site* coronavírus.sc.gov.br lá tem uma partezinha que fala lá em transparência. A gente consegue acessar uma série de informações, inclusive tem lá um painel de transparência que são todos os dados de todos, anonimizados obviamente, de todos os pacientes já diagnosticados com Covid e os óbitos e outras tantas informações.

Essa é a transparência que o Estado tem que dar, porque isso é ferramenta de gestão...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, o.k.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ...e é ferramenta de informação pras pessoas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A transparência é com relação a dados de infectados, de mortos e de ocupação de leito. A transparência é essa?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Entre outros tantos, né? O nosso *site* ele é bastante completo, inclusive...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas o senhor acha...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ...a transparência...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor acha que a transparência também está sendo em cima do processo de compras, por exemplo, dessas dispensas de licitações, de tudo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Dispensa de, de licitações eu não sei lhe dizer porque eu não participei de nenhuma dispensa de licitação. O processo de compra da Secretaria ele já existe há bastante tempo, existe uma estrutura que ela é responsável por isso e vários, e em vários momentos, é... essa ação ela é, por... de alguma forma exercida por algum indivíduo, né? Então existe, sim, transparência, isso é um processo eletrônico e fize... fizemos nesse o governo o primeiro, é... é... pregão eletrônico né? Conseguindo uma economia bastante interessante na questão dos oxigênios domiciliares, o senhor se lembra disso, né?

Então eu acho que sim, esse é um processo que também traz transparência para o Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A Secretária Márcia, aliás, a funcionária Márcia quando esteve aqui, e eu perguntei a ela e ela confirmou... ela falou nos outros depoimentos também que de repente apareceu... o Coes foi o senhor que ajudou a fundar, né?

Página 680. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É, o Coes é uma... é uma estrutura que ela vem do governo federal e é uma necessidade em períodos de... enfrentamento de crise.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Então eu sou um dos componentes do Coes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deixa eu só tirar uma pergunta aqui...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O Secretário Helton esteve aqui e disse que a Márcia não foi convidada para ir lá para a Defesa Civil, ela foi porque ela quis. O senhor confirma o que o Helton falou? Ou [confirma] o que ela falou, que ela foi chamada para ir lá? Para ficar lá fisicamente nesse processo.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, as estruturas do Coes são os gabinetes e as Superintendências. Na minha a, na minha atribuição de Adjunto, as três Superintendências Hospitalar, regi... ã... Regulação, de Urgência e Emergência foram, sim, convidadas para estarem presente dentro do Coes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Como que o...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ...como que o Depu... o Secre... o ex-Secretário Helton lidou com essa questão da SGA ou de outras, eu não sei lhe dizer, mas elas estavam todas presentes no Coes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, o.k. Então pelo Coes a Márcia deveria estar lá pela função dela, de Superintendência?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Parte do princípio que todas as (*ininteligível*) Superintendências deveriam ester... ter algum representante lá dentro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Relator, eu acho que isso é muito importante, por isso que eu faço essa pergunta. Até porque o seguinte, o Coronel... lá de compras, da licitação lá... eu tenho dificuldade de nomes.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu também, nós temos a mesma dificuldade. (*Ri.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu tenho dificuldade de nomes (*ri*), mas aquele Coronel que esteve aqui...

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: "Maia."*)

O Coronel Maia falou o seguinte, palavras dele, que havia tanta informação que nós teríamos em abril seis mil mortos, com mortes pelas calçadas e que a dificuldade dele de ter o acompanhamento do processo é porque eles ficaram isolados na Secretaria de Saúde, as gerências ou as diretorias, não lembro, e a Superintendência foi lá para o Coes e ficou lá.

A Márcia confirma que havia a necessidade de ela estar lá, inclusive que fizeram um grupo chamado de 24 horas, o senhor participava desse grupo de WhatsApp...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Grupo o quê?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...chamado 24 horas?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não tenho conhecimento desse grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor não participava desse grupo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Onde tinha que resolver as coisas em 24 horas.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Desconheço essa organização.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3487
Rubrica

Página 681. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – E eu preciso fazer um comentário sobre o que o senhor tá dizendo, porque... quando a gente fez lá dia 17 de março, é... a, uma medida mais dura e acertada, hoje a gente sabe que ela é acertada, porque o senhor falou que... haveria mortos pela calçada, pelas calçadas e só não tem em Santa Catarina, porque Santa Catarina foi extremamente competente nesse enfrentamento. Mas tivemos mortos pelas calçadas em Manaus, em Belém e em outras esta... em outros Estados, é, brasileiros...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor... o senhor, é...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ...nós não podemos negligenciar, Deputado, e acho que não é negligenciar, mas o esquecer que no País hoje nós temos 33 mil óbitos causados pelo Covid. Santa Catarina está com 152, que já é um número grande de óbitos, mas tá só com esse quantitativo pequeno porque a Secretaria de Estado da Saúde foi competente o suficiente pra tomar as ações que precisava.

E quando a gente tomou uma, uma ação extremamente, é, criticada e corajosa, no dia 17 de março, e aqui vai a minha reverência ao Governador, Moisés, nós fomos criticados e fomos o primeiro Estado brasileiro a fazer esse tipo de isolamento social. Foi o que nos garantiu o achatamento da curva e a possibilidade de termos tempo para estruturar processos e equipamentos de saúde. Os Estados que assim não fizeram, eles perderam esse jogo.

É muito triste olhar na televisão uma retroescavadeira fazendo cova pra 130 enterros simultâneos numa capital brasileira chamada Manaus, onde os... os caixões eram empilhados de três a três. E era justamente este cenário que nós queríamos evitar. Não... ninguém, é, disse que haveria mortos pelas calçadas, porque isso... e se acontecesse dessa forma, talvez nós estivéssemos aqui hoje discutindo exatamente isso, por que que nós não fizemos mais?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deixa eu só lhe dizer, Secretário, eu divirjo com relação a essa questão porque eu conheço o Brasil, eu conheço Manaus, eu conheço a realidade. Nós não podemos, assim como a gente não pode utilizar as mesmas formas de cálculo da Europa, utilizar a mesma fórmula do Sul para o Norte ou Oeste... porque a nossa realidade é muito diferente. Nós temos um País de tamanho continental e não dá para dizer que o que nós aqui no Sul vivemos... como Manaus ou qualquer outra capital saindo do Sul e Sudeste. Então essa...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – O senhor acha que pode ser comparada a São Paulo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Também não, porque o seguinte...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – São Paulo, então, não é tão evoluído quanto Santa Catarina?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, não é que é evolução. Nós temos que entender a capacidade de SUS que nós temos.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Entendeu? E daí quando você...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Qualidade do nosso trabalho em saúde, exatamente isso, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quando você vê aqui, por exemplo, na questão do SUS, a nossa capacidade é muito distinta de São Paulo pelo número de pessoas e o número de pessoas dependentes dos hospitais do SUS. Mas essa não é a função...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – O.k.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu queria saber o seguinte, a Secretária, aliás, a funcionária Márcia diz que, logo depois que compraram os respiradores, veio uma empresa oferecendo a possibilidade de locação. O senhor sabe disso?

Página 682. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quem era a empresa?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É um fornecedor do Estado já de bastante tempo, que era Leandro Estevo, se eu não me engano, que veio oferecer ajuda e perguntou se havia interesse em locação de equipamentos e...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Qual foi o seu...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ...voltando, voltando a questão da organização, é, do enfrentamento, a gente tem que entender, é, é, diversas formas de equipar as nossas UTIs.

O próprio Ministério da Saúde determinou *kits* para disponibilização dos hospitais. O que que são esses *kits*? Cama, respirador, monitor e bomba de infusão. Então num, num, num momento onde o, o mercado ele está bastante complicado e as notícias diziam naquela época que os próprios americanos compraram toda a produção da China, e tanto isso é verdade que tem essa dificuldade que até hoje, né, o próprio Ministério da Saúde agora parece que suspendeu essas, essas importações, teve dificuldade também como todo mundo, não foi só aqui, é... locação de equipamento ou locação de *kit* no molde como se... o Ministério da Saúde havia proposto, era uma possibilidade, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O que o senhor fez nesse processo da oferta de locação?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Encaminhei pra área que era a área que trabalhava exatamente com essas questões. A SGA, Superintendência de Gestão Administrativa, é quem cuida de como tem lá o... o senhor Charlie, que é o diretor de licitação e, e compras. Essa é a área que precisa entender a oferta, se há adequação de produtos, valores e outros tantos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A Márcia falou, não só aqui para nós, mas nos outros depoimentos... eu estou usando a Márcia porque, é...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...a versão dela...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...e eu preciso tirar uma dúvida, até para esclarecimento, não estou dizendo que ela é a única dona de verdade, assim como tenho o direito de ter uma opção de pensar que o senhor está não falando totalmente a verdade, é uma questão de opinião. Assim como também ela...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Respeito muito isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...veio aqui e eu também posso desconfiar. Esse é um direito meu e eu espero não estar ofendendo-o.

A Márcia disse que ela foi chamada para uma reunião sobre essa questão da locação.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E que o senhor inicia a reunião falando o seguinte: Márcia, essa reunião precisa para passar os documentos para o cidadão que vai para a China. Daí nós ouvimos antes aqui o senhor Onofre Neto, que por conta dessa locação, colocou-se à disposição para ir à China e ajudar nessa questão dos equipamentos. E o senhor sai da reunião, confere isso?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – A reunião ela foi trazida pelo senhor Leandro pra fazer uma oferta de ajuda, onde surgiu essa questão da possibilidade de... aluguéis. E foi mencionado, sim, na reunião a necessidade de ter um... passaporte, alguma coisa pra China, é... que muito me estranha, porque essa não é, é... o... a Secretaria de Saúde e o governo do Estado não participa desse tipo de, é, de negociação ou o de facilitação. O que foi dito pro ci... pra, pra, pra, pra aquele cidadão naquele momento, foi a única vez que conversamos sobre isso, é que ele procurasse de alguma outra forma, que eu não entendia aquilo como

Página 683. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3488
Rubrica

condição pra fazer qualquer tipo de... aluguel ou negócio, né? Se por ventura fosse vir, vir a ser feito com o Estado, como se fosse uma condição e não haveria nenhuma ingerência da Secretaria nesse processo.

É, no momento que nós, é... estruturamos o Coes, é... também foi organizado o GRAC, que é um... um grupo de resposta a acidentes e catástrofes dentro da Defesa Civil, onde várias instituições estavam lá dentro: polícias, instituições da sociedade organizada, representantes de federações, Defesa Civil... que talvez fosse o fórum ou algum... ou ambiente pra esse cidadão buscar essa, seu, esse seu pleito, mas que não seria na Secretaria de Estado de Saúde, obviamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor foi a favor ou contra a criação do... ou a montagem do hospital de campanha de Marejada pela empresa Mahatma Gandhi?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Essa foi uma... uma discussão que não passou pelo Coes e pela Secretaria de Saúde naquele momento, eu não fui consultado e não participei desse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas a Defesa Civil estava no Coes também?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – A Defesa Civil estava no GRAC, né, nós estamos dentro da Defesa Civil com duas estruturas, o Coes é o Centro de Operação de Emergência em Saúde, ele é o orientador do processo, o GRAC é uma estrutura que dá apoio às, é... catástrofes, pandemia... pandemias e outras necessidades, tem várias estruturas dentro do GRAC. Então as, é... neste momento que deve ter sido discutido neste outro fórum, não houve participação do Adjunto ou do Coes nesse momento, nesse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente, se me permite, eu queria passar [a palavra] ao Deputado Milton Hobus, porque o Deputado Milton Hobus tem neste momento uma fala inclusive com relação a esse desmembramento do processo e também da questão dos respiradores da Intelbras.

Deputado Milton Hobus... liga o microfone.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Conseguimos agora... eu fiquei um tempo fora de área de Internet, mas agora acho que conseguiremos falar e [quero] pedir desculpas, porque eu não acompanhei a última meia hora de oitivas, Deputado Kennedy. Então se eu perguntar alguma coisa que já foi esclarecida, por favor, vocês podem me ajudar.

Eu tenho algumas dúvidas, doutor André, e por isso nós solicitamos que o senhor viesse prestar depoimento à CPI. Uma das dúvidas é essa questão do envolvimento do senhor Onofre, que é o representante da empresa que fabrica os respiradores que o Estado comprou. O senhor Onofre disse que deixou bem claro para vocês que, inclusive documentalmente, a empresa fabricante chinesa não reconhecia a compra que o Estado fez via Veigamed e, também ela como a única que poderia importar para o Brasil, também não reconhecia a negociação.

O senhor recebeu um *e-mail* no dia 6 de abril e a pergunta é: o senhor sabendo de tudo isso, quais providências o senhor tomou para evitar aquela negociação desastrosa ou já imediatamente procurar rever o negócio mal feito que a Secretaria de Estado fez, inclusive pagando no dia 2 de abril os 33 milhões? Essa é a primeira pergunta.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, o... na verdade, eu preciso esclarecer uma questão.

O *e-mail* do Adjunto ele é acessado pelo Adjunto e pelos seus assessores, porque dentro da estruturação, e da tentativa, e daquela, é... quantidade de trabalho que era sendo feito por nós para estruturar serviços era... praticamente impossível a leitura de todos os *e-mails*. Então há uma determinação para que esses *e-mails* fossem lidos e quando eu, é...

Página 684. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

claramente destinado a uma área específica que eles assim fossem destinados. Os que fossem pra respostas ao cidadão que houvesse respostas ao cidadão.

Mas esse *e-mail* específico ele entrou no dia 3, não foi no dia 6, às cinco horas da tarde. Eu consegui, é... ler uma parte desse *e-mail* no domingo e digo uma parte que quando eu de... quando eu identifico, ã, o questionamento que não é de minha competência, eu encaminho pra área afim. Então no dia 5 eu encaminhei esse *e-mail* pra assessoria pra que ele fosse encaminhado à Cojur. E... não tenho o conhecimento do, do teor completo do *e-mail* e só fiquei sabendo momentos, é, posterior que havia alguns anexos nesse *e-mail*, é, que o senhor está comentando, que na verdade ele foi encaminhado para a Cojur no dia 6, mas ele entrou, é... na caixa do Adjunto na, no dia 2 às cinco horas da tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu estou sem o vídeo neste momento, estou com um problema de sinal, mas o senhor me ouve, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, Deputado Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Esse *e-mail* é autoexplicativo, doutor André, e é um *e-mail* muito grave, mas muito grave. Porque ele diz exatamente, deixa claro, que a compra feita dificilmente o Estado receberia, porque o fabricante não reconhece, como que iria receber?

Então no mínimo, o senhor agiu de forma temerária fugindo da sua responsabilidade de uma negociação tão grande e que deveria ter chamado atenção e providências deveriam ter sido tomadas. É muito simples dizer que não é comigo e alguém não botou para frente...

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...eu acho que vocês têm que assumir responsabilidade.

Mas eu queria fazer outra pergunta, esse mesmo senhor Onofre disse ao senhor... disse para todos nós da CPI que uma empresa de São Paulo, entre o dia 20 de março e o período que foi comprado da empresa Veigamed, uma empresa de São Paulo que cotou com a Exxomed, que é a representante dos respiradores, fez uma oferta ao Estado por R$ 78 mil, esses mesmos respiradores. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, senhor.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Antes de tu responder.

Eu pedi questão de ordem a vossa excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Prossiga.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Reitero pra vossa excelência o pedido que foi feito no início, ele está sendo ouvido aqui na condição de testemunha. Esse momento é o momento dele prestar esclarecimentos sobre fatos objetivos aos quais forem lhe indagado.

Com todo respeito ao Deputado, que tá dirigindo e que deveria parar o carro pra poder formular as perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ele não está dirigindo, ele está no passageiro.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Que seja, mas ele deveria no mínimo parar pra acompanhar essa solenidade. Ele não tem o direito de...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu parei o carro.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – ...fazer uma crítica dizendo que (*ininteligível*) ou que ele cometeu qualquer tipo de infração administrativa ou ilícita. Porque isso aí é pré-julgamento, mesma situação que ele ensejou, é... é... fazer observação e uma parte contra colocação do... do nobre Deputado. É essa questão que eu volto.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3489
Rubrica

Página 685. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Ninguém tira des... dos membros dessa CPI o direito de terem qualquer julgamento que tiverem, até porque é sua função. O que se não se admite, e aqui como, como advogado que está assistindo ele na condição de testemunha, é que os membros da CPI façam comentários de pré-julgamento ou se antecipem fazendo colocações que atinjam a idoneidade profissional e pessoal da pessoa que tá aqui testemunhando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Concluído?

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Concluído.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Doutor, eu não estou entendendo o porquê do senhor estar se exaltando, a gente está a uma distância que eu consigo ouvir o senhor perfeitamente, tá bom?

(*O senhor Álvaro Otávio Ribeiro da Silva manifesta-se fora do microfone: "Certo. Não por mim..."*)

De verdade, eu não estou entendendo mesmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Questão de ordem.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Por que qual é... mas qual foi o problema? Eu fui, eu fui mal-educado com vossa excelência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, mas está aí gritando, não tem o porquê disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Uma questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – O senhor se irrita com a minha intervenção?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não de forma alguma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Uma questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...mas com a forma exaltada sim.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Então o senhor me desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Até porque eu não estou entendendo ela.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Eu tenho, eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode ser pela máscara... o senhor quer tirar a máscara para falar?

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Não, não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então está acatado o que o senhor...

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – É que, infelizmente, a gente nem sempre tem uma empatia, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, mas eu não tenho problema...

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Mas eu não me importo, a minha profissão também, por uma questão de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, eu não tenho problema, eu simplesmente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Uma questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Hum, hum. Tranquilo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Uma questão de ordem aqui. Eu quero pedir ao senhor advogado, que é a segunda vez que ele vem querer tumultuar

Página 686. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

o processo, e deixe-me aqui fazer uma defesa ao Deputado Milton. Ele não fez nenhuma acusação, ele está falando de um *e-mail* assinado pelo seu cliente, e que todos nós tivemos conhecimento, inclusive foi isso que nós Deputados aprovamos...

(*O senhor advogado Álvaro Otávio Ribeiro da Silva pega o microfone para falar.*)

Ei, deixa eu falar!

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – O senhor tá faltando com...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deixa eu falar aqui!

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – O senhor tá *(ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Presidente, corta o microfone dele! Corta o microfone dele! Aqui é a Assembleia Legislativa e a CPI!

O Deputado Milton Hobus não fez nenhum pré-julgamento, ele fala de um *e-mail* assinado pelo seu cliente e que resultou...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...no pedido desses Deputados todos pelo afastamento dele. Então, por favor, o senhor não vem para cá... eu não vou deixar qualquer Deputado ser agredido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, o que não vai acontecer aqui...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...por uma opinião pública que... ou uma opinião do Parlamentar e o senhor querer fazer totalmente... que é uma, um pré-julgamento ou julgar. Nós não estamos pré-julgando nada, nós estamos inquirindo mesmo na condição de testemunha! Então, por favor... psi...tá? [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

(*O senhor advogado Álvaro Otávio Ribeiro da Silva manifesta-se fora do microfone: "Pela ordem, o que quero colocar, vossa excelência...".*)

Por favor, eu quero respeito aos Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Já foi acatado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu poderia retomar a palavra?

[*O senhor Álvaro Otávio Ribeiro da Silva manifesta-se fora do microfone: "(Ininteligível) de Santa Catarina, apresentasse esse documento que o senhor está referindo (ininteligível)."*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Está no processo, inclusive!

(*O senhor Álvaro Otávio Ribeiro da Silva manifesta-se fora do microfone: "Mostre aqui."*)

Não, não, não precisa. Foi apresentado na sessão em que resultou o pedido de afastamento dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Doutor, de verdade, o senhor está se sentindo bem?

(*Falas paralelas entre o Deputado Estadual Kennedy Nunes e o advogado Álvaro Otávio Ribeiro da Silva.*)

Tá bem?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Conclua, Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu não sei por que a exaltação do defensor do depoente e agora eu estou com o carro parado, senhor advogado - desculpe, é que eu não ouvi o seu nome.

Página 687. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3490
Rubrica

O *e-mail* é um documento, esse *e-mail* foi enviado para a caixa de *e-mail* oficial do Secretário Adjunto, doutor André Motta Ribeiro. Ele tem todo o direito de terceirizar pessoas para ler os seus *e-mails*, mas ele não tem o direito como gestor público de omitir um documento seu oficial de tamanha gravidade.

A pergunta que eu fiz é que providências ele tomou a partir do recebimento desse *e-mail* em sua caixa postal, e isso não é nenhuma ofensa, e se não fez nenhum encaminhamento ou terceiro a leitura, evidentemente, que é uma gestão temerária. Desculpe, mas é a minha opinião e eu quero que conste nos autos essa opinião, porque um gestor público tem que responder pelos seus atos, e o doutor André Motta, eu quero que ele responda o que ele fez ao receber esse *e-mail* e tomar conhecimento de um assunto tão grave como foi essa compra inexplicável de uma empresa sem *expertise* para vender os equipamentos.

Por favor, doutor André, o senhor pode repetir que providência o senhor teve quando tomou conhecimento desse *e-mail*?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, eu... eu tinha respondido, vou repetir: esse *e-mail* entrou no dia 03 de abril, às 17h, na caixa de *e-mail* do Adjunto. No dia 05, eu encaminhei esse *e-mail* de volta para a assessoria que encaminhasse para a nossa assessoria jurídica, porque o entendimento de gravidade desse *e-mail* eu não... não tinha, porque eu não abri os anexos, não é a minha atribuição fazer julgamento, eu não tenho essa *expertise*, por isso que tem Cojur e advogado dentro da nossa... nossa estrutura.

Ele foi encaminhado para parecer jurídico de uma estrutura que está vinculada ao ordenador primário da Pasta. Então, eu fiz um encaminhamento conforme é... a necessidade de que houvesse um olhar técnico sobre isso. Eu sou médico, eu não sou advogado e, por isso, nós temos a consultoria jurídica da Casa pra isso. Ele foi encaminhado para parecer jurídico e seguisse o seu rito que deveria ter sido seguido. É só isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E, novamente, outra pergunta, sobre essa possível oferta dessa empresa de São Paulo, que tem nos autos gravado o nome e eu não recordo, o senhor tomou conhecimento ou não? Por favor, só repita isso, desses mesmos equipamentos por R$ 78 mil, antes de vocês terem comprado da Veigamed.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO - Qual é a empresa que o senhor tá se referindo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Uma empresa de São Paulo, que havia contado com a Exxomed... é Dial?... o seu Onofre falou, se vocês puderem me ajudar, pois eu não estou presencial, mas ele falou no depoimento ainda há pouco aqui na CPI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Empresa DI...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Oi?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Empresa DI, Deputado Milton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Isso, isso.

Ele só não disse para quem foi entregue essa proposta. A pergunta que eu lhe faço é se o senhor sabia dessa proposta ou não. É importante a gente saber quem recebeu essa proposta.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, é... como Adjunto, eu não participo, como Adjunto, de processos de compra, porque tem uma estrutura da Secretaria que ela é montada justamente pra isso. Então, eu não sei de que proposta o senhor está falando, não tenho esse conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - O senhor não participa do processo de compra, mas o senhor estava conversando com o senhor Leandro Estevo que era o representante da Exxomed para locar equipamentos para Santa Catarina.

Página 688. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Qual a diferença de participar de processo de compra e de locação, então?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Na verdade, esse cidadão ele procurou para fazer uma... uma oferecer ajuda pro Estado e como ele já era fornecedor antigo, eu dei escuta a necessidade dele pra que fosse encaminhado pra área afim, mas não houve negociação alguma de minha parte com esse cidadão. Não é a minha atribuição fazer negociação de compras como Adjunto. Nós temos uma estrutura do Estado que faz isso. Então, eu... eu escutei a... eu recebi, fiz a escuta... a única manifestação de minha parte é de que o modelo, a modalidade de aluguel, como, por exemplo é... leitos privados, né, edital pra leito privado, não deixa de ser um aluguel, poderia, sim, ser considerado como estruturação de serviços. Agora, negociação, ver que tipo de equipamento, quantitativos, preços, não é da minha alçada, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O.k.

Doutor André, o senhor participava também das reuniões diárias do GRAC nesse período crítico do dia 17 até o dia 30 de março quando vocês se reuniam diariamente?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Na verdade, não, porque o GRAC é uma estrutura que estava organizada é... separado do Coes. O GRAC é uma estrutura de várias outras estruturas pra dar apoio a catástrofes e pandemias e ali tínhamos representantes da Secretaria de Estado, do Coes, dentro do GRAC, mas eu não participava do GRAC porque eu estava numa outra função que era a de estruturação de serviços.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Eu vou lhe fazer, então, outra pergunta.

Tinha alguns Secretários que se reuniam diariamente com o Governador para posicionar o Governador e tomar decisões grandes, como a história do hospital, como a história dos ventiladores, porque o Estado mandou todo mundo ficar em casa no dia 17, justamente para que vocês pudessem comprar equipamentos e fazer... dotar os hospitais dos equipamentos para que, se tivesse demanda, pudesse atender a população.

O senhor participava dessas reuniões diárias com Governador?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – O que aconteceu no dia 17, na verdade, foi um decreto para isolamento social pra várias questões, entre elas, a organização de leitos de terapia intensiva, mas não só isso.

O senhor deve estar falando do Colegiado de Secretários que se reúne com o Governador. Eu, como Adjunto, não participava do colegiado, apenas em algum momento específico para discutir um assunto que fosse de respeito do Coes ou da estruturação que estava sendo feita. Então, essas reuniões de colegiado com Governador, eu não participava.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O.k.

E o senhor como intensivista, o senhor não foi consultado pelo seu Secretário e pela equipe para opinar com relação aos equipamentos para a unidade de terapia intensiva?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – As atribuições que eu estava exercendo eram bastante complexas e grandes, nós temos intensivistas e engenheiros clínicos com essa atribuição de fazer parecer. Não era a minha atribuição e eu não fazia parecer sobre equipamentos naquele momento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - O senhor também não participou... a gente sabe que o Secretário Helton assinou os documentos da possibilidade de negociação com a Intelbras também, então?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Na Intelbras...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor não conhece?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, a Intelbras, como superintendente hospitalar, que era a minha obrigação, apontar quantitativos de insumos e equipamentos, é... eu sim, eu participei da manifestação de quantitativos de equipamento e isso é fato, mas não da negociação dos equipamentos.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3491
Rubrica

Página 689. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Certo, o.k.

Doutor André, o Secretário Helton, disse que vocês chegaram à conclusão que necessitariam abrir 713 leitos novos no Estado. Então, o senhor alega que participou da construção e da análise de dados para chegar a esse número, correto?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Correto, mas esse número, na verdade, ele partiu muito mais de uma necessidade da gente abrir um quantitativo grande de terapia intensiva e esse número ele... ele foi... chegamos a esse número porque nós mapeamos os hospitais do Estado que teriam condições de colocar naquele primeiro momento estrutura de terapia intensiva.

Então, no primeiro planejamento do Coes e naquele momento que havia essa angústia de identificar quantitativos, chegou-se a esse número que nós partimos de 810 leitos de UTIs já instalados para mais 713 e, depois, durante o planejamento, foi mostrando os caminhos. Mas o planejamento inicial era exatamente esse: 713 baseado no que os hospitais, inclusive, manifestaram de condição técnica de absorver de construção de leitos novos, na ativação de leitos novos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Deputado Milton...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E o senhor não participou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Só me permite, eu queria fazer uma ressalva.

O Secretário André disse que ele não abriu os anexos que vieram sobre a questão de poder importar ou não, mas está aqui em minhas mãos para o seu advogado ver.

(*Mostra documento ao depoente e aos advogados.*)

O ofício da Exxomed, ao doutor André, que é esse que foi falado. O senhor disse que não tinha aberto os anexos, por isso não soube da gravidade do processo, mas no ofício diz o seguinte (*Passa a ler*): Venho informar esta empresa não tem a autorização para esta compra na fábrica e nem autorização para a venda e comercialização emitida pela Exxomed. Só para deixar claro, que isso não está nos anexos, mas está no ofício que o senhor leu, assinado pelo senhor Onofre Joaquim Rodrigues.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, quando o assunto ele extrapola a minha competência, eu volto a dizer, eu sou médico, eu não sou advogado, eu encaminho pra quem precisa olhar e definir se existe algum tipo de irregularidade. Nesse caso, nós temos consultoria jurídica pra isso, e eu não me lembro de ter visto algum documento comprovando essa irregu... não, isso aí é uma carta dizendo, mas eu não sei se tem algum documento aí...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Estava nos anexos. Eu só trouxe aqui porque...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu vou repetir pro senhor: eu encaminhei isso através de assessoria para a consultoria jurídica, porque nunca foi minha atribuição participar de processos de compra ou de definição de adequação de empresa, porque não é a minha... não é atribuição fazer esse tipo de... de ação naquele momento, como Adjunto. É só isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Só isso, Deputado Milton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Muito obrigado, Deputado Kennedy.

Para finalizar, foi apresentado um quadro para todos os Deputados numa audiência pública, através do Secretário Helton e do Chefe da Defesa Civil, Coronel João Batista, um

Página 690. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

documento onde dizia quantos leitos de UTI precisaríamos em cada região de Santa Catarina nos meses de abril, maio e junho.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Verdade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E totalizava, segundo o Coronel João Batista, 2.659 leitos de UTI que era a necessidade do Estado.

O senhor pode me dizer como chegaram a esse número?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É... de novo, né, quando nós iniciamos o processo de estruturação de serviços, como essa é um enfrentamento de uma pandemia nova e nós não tínhamos e não... naquele momento banco de dados para fazer projeções de cenário, só havia uma maneira de fazer isso, e só um instrumento estava sendo utilizado para calcular necessidades. Então, dentro de um modelo matemático que é desenvolvido pelo Nietta, dentro da Defesa Civil, que é uma estrutura que trabalha com a questão de transmissão urbana e de dados estatísticos, para fazer algum desenho de cenário, deveríamos buscar fora das fronteiras do Estado e do Brasil, dados pra que apontasse algum cenário. Infelizmente, infelizmente, essa foi uma construção que nós fizemos agora com o tempo, naquele momento houve um erro de... houve um exageramento na verdade dessa necessidade. Eu me lembro muito bem desse documento que apontava...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Muito grande.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ... que apontava um número bastante grande, isso causou mais angústia e... e... mais medo nas pessoas, porque nós não teríamos estrutura o suficiente, mas era um modelo matemático, usando dados de outros países, porque nós não tínhamos esses dados, nós estávamos iniciando o enfrentamento. Hoje, nós temos dados bastante concretos e, de fato, houve uma supervalorização do quantitativo de leitos de UTI naquele momento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Foi um erro estratégico do governo, na minha avaliação, aqui é opinião minha, se o senhor me permite, porque não se levou em conta... e eu acho que vocês deveriam ter ouvido algum epidemiologista que pudesse atestar isso, porque o mundo inteiro estava falando nisso.

O Estado de Santa Catarina é um Estado formado por pequenos Municípios na sua grande maioria e todos nós sabemos, nós leigos que não somos médicos nem especialistas da área, que esse vírus não estava em Santa Catarina, não estava no Brasil, ele veio, e quanto maior as cidades e com maior intercâmbio de países e de pessoas mais esse vírus tinha probabilidade de se proliferar. E o Estado de Santa Catarina é um modelo totalmente diferente. Eu, no dia 17, disse isso para o Estado de Santa Catarina, que o Estado poderia ter adotado medidas diferentes, porque iria demorar pra esse vírus atingir o volume que vocês estavam fazendo e não precisaria dessa histeria toda que se colocou, desse pânico todo que se colocou a partir das autoridades para a população.

Essa é minha opinião pessoal que eu externei no dia 17 e que ela se confirmou, porque até hoje em alguns Municípios nem um caso ainda temos. Então, tivemos um erro de avaliação muito grande dos gestores do nosso Estado Santa Catarina, que inclui vossa excelência também.

E hoje, na situação que nós nos encontramos, o senhor à frente da gestão da saúde... porque, lá no dia 17, vocês limitaram os serviços de acesso à saúde, à população para todas as outras patologias, e nós sabemos que muita gente morreu por isso. Doutor André, o senhor tem convicção disso, que muita gente morreu por vocês terem fechado serviços nos hospitais pelo Estado inteiro para reservar leitos e vagas para a UTI e leitos para a Covid-19?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, eu vou... eu respeito a sua opinião, e assim deve ser, mas eu vou me permitir discordar de tudo o que o senhor falou. Primeiro, que nós temos equipes bastante técnicas, equipes muito bem preparadas dentro da

Página 691. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

ASSESSORIA PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3492
Rubrica

Vigilância, são vários epidemiologistas, vários pneumologistas, pesquisadores, que apontavam para o mesmo cenário. Aquele momento era um momento de transmissão comunitária do vírus e, se a gente for olhar para as datas, percebe-se que a partir de vinte, vinte e pouco de março, houve uma aceleração da disseminação de casos por Santa Catarina. E hoje a gente só tem essa tranquilidade porque nós tomamos essa atitude no dia 17 de março, e ela foi acertada, sim, senhor.

Outros Estados que assim não o fizeram...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Eu vou me permitir discordar do senhor...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Mas eu... eu gostaria de terminar o meu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu vou discordar do senhor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Mas eu gostaria de terminar só a minha fala porque quando o senhor estava falando, eu estava te escutando. Se o senhor me permitir.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Pois não.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É... outros Estados que assim não o fizeram, tiveram óbitos de pessoas sem acesso a serviços de saúde.

O que nós temos agora posto no Estado de Santa Catarina é uma... uma aparente tranquilidade de um vírus que ele ainda não mostrou toda a sua força e a gravidade dessa pandemia. E se o senhor está acompanhando e parece que é muito bem informado com os dados, o senhor consegue perceber que na última semana nós tivemos um acréscimo de 50% nos óbitos do Estado. Nós temos algumas regiões que há um aceleramento dessa disseminação do vírus, e reforço, a gente agora está preparado, nós temos protocolos, nós entendemos de alguma forma como esse vírus se comporta e só estamos discutindo hoje essas questões que estamos discutindo, porque nós fomos competentes o suficiente para fazer o achatamento da curva.

E outra questão, o Estado não fechou o serviço essencial, e ninguém morreu por conta disso. O que o Estado fez foi adiar ambulatórios e cirurgias eletivas não tempo sensíveis. O que significa isso? Aquela cirurgia que o cidadão pode esperar pra fazer e não lhe traga nenhum tipo de prejuízo e vou lhe citar: cálculo na vesícula biliar que não está sintomático, é uma cirurgia que é eletiva? Sim. Ela é tempo sensível? Não, ela não é tempo sensível. Agora, cirurgias em neurocirurgia, cardiologia, oncologia principalmente, essas continuaram sendo realizadas pelo Estado de Santa Catarina, tanto é verdade, que quando nós buscamos estruturar serviços para o enfrentamento Covid, nós procuramos evitar os hospitais de alta complexidade nessas patologias, pra que elas, de forma alguma, fossem afetadas pela estruturação Covid. Um exemplo disso é o Cepon, que lá não foi estruturado serviço, porque precisava fazer o acompanhamento e o atendimento às pessoas. O Estado não determinou acesso do cidadão a serviço essencial, nós determinamos adiamento de cirurgias eletivas e as pessoas não morreram por falta de acesso a esses serviços no Estado de Santa Catarina. O senhor não tenha dúvida disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu vou lhe dar dados documentalmente. Nós temos cidadãos que tinham recomendação de cirurgia cardíaca, cardíaca, tá, com a artéria muito entupida, mas ele não entrou pela emergência do hospital, veio por uma indicação e por um exame, e o médico disse: "Olha, você tem que fazer essa cirurgia no máximo em trinta dias, porque você está correndo risco mesmo, as tuas artérias estão todas entupidas." E foi negada, foi negada a cirurgia, porque a argumentação é que não tinha leito de UTI, já normalmente é difícil ter um leito de UTI, e aqueles leitos reservados para a Covid não puderam ser utilizados para fazer a cirurgia nesse cidadão.

Gostaria que também o senhor aproveitasse - e assim eu vou encerrar as minhas perguntas - para explicar, e todos os Deputados conhecem a história, principalmente quem é

Página 692. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

de Florianópolis, mas nós que estamos no interior sabemos por que a dificuldade Cepon em iniciar tratamentos de pacientes de câncer que têm um protocolo, que têm um tempo máximo de espera e essa espera hoje quintuplicou, sextuplicou, e as pessoas não estão tendo acesso ao início do tratamento do câncer.

O senhor poderia explicar isso para o povo de Santa Catarina?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É... Deputado, eu preciso que o senhor aí realmente encaminhe o documento de paciente que teve indicação de cirurgia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Vou lhe encaminhar.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Por favor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – De câncer, do Cepon, vou lhe encaminhar da cirurgia cardíaca.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu só gostaria de terminar a minha fala, Deputado.

É... porque não é essa, não foi essa a orientação do Estado. O Estado, como eu disse, suspendeu cirurgias eletivas não tempo sensíveis. Aqueles que precisavam operar as agendas estavam sendo mantidas.

A questão de acesso à Oncologia e outros serviços ela existe, existe um gargalo, nós estamos trabalhando pra que isso seja diminuído. É entendimento da Secretaria e do governo que filas pra alguns procedimentos elas não devem ser toleradas, mas esse dado que aumentou em cinco, seis ou dez vezes as filas o senhor precisa me mostrar, porque também não é essa a determinação da Secretaria. Muito pelo contrário, a nossa intenção é facilitar acesso, regionalizar acesso e qualificar serviço.

Então, eu preciso que o senhor mostre os dados, estou à disposição pra conversar com senhor sobre isso, acho que o diálogo construtivo....

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu vou lhe entregar.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ... acho que o diálogo construtivo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu vou lhe entregar isso, porque é muito sério...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu concordo com o senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E principalmente as pessoas que estão no interior do Estado...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Estou tentando terminar a minha fala, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Elas não têm a quem recorrer.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, na verdade elas têm a quem recorrer.

O nosso Estado, como o senhor bem disse, é muito bem servido de serviços de saúde e o Estado de Santa Catarina está regionalizando e abrindo serviços novos no Estado. Mas a gente precisa, sim... o diálogo e o entendimento das dificuldades é que vai fazer a gente organizar um serviço melhor ainda pro nosso cidadão. Estou à sua disposição pra nós conversamos sobre isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Muito obrigado.

Eu estou satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado Milton Hobus.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Senhor Presidente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Prossiga.

Fls. 3493
Rubrica
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Página 693. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Gostaria de me inscrever, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Já está escrito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Muito bem.

Senhor André, a gente vem conversando aqui com os envolvidos nesse escândalo dessas compras irregulares, e todos que por aqui passaram: "Não sei, eu não sabia, eu não participa". E nós temos essa missão aqui de trazer a verdade. Espero que essa conversa com o senhor seja esclarecedora e que a gente possa realmente trazer à tona esses fatos, porque está muito nebuloso.

O senhor tem consciência dessa compra escandalosa de R$ 33 milhões que se esvaíram dos cofres públicos? Porque até agora está sem explicação quem autorizou, quem efetivamente organizou essa transição. O senhor tem consciência do escândalo que é esse caso dos respiradores?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É... eu... o senhor... eu acho que é de cada um entender e usar o adjetivo que tem que ser usado. Esse é um fato que está sendo investigado pelas autoridades, inclusive, eu preciso reforçar que quem abriu sindicância e denunciou que havia um problema foi o Estado de Santa Catarina. Essa informação ela veio...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Mas isso após o *site* trazer esse escândalo, essa vergonha a público.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu não tenho essa... essa... essa noção de temporariedade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Se o senhor olhar as datas, o senhor vai ver que é após o *site*.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – O.k.

Mas, de qualquer forma, o Estado fez e abriu essa sindicância pra tentar identificar e está tomando as ações jurídicas pra trazer de volta o recurso que foi empregado numa conta, numa compra de um equipamento que não foi totalmente entregue ou não foi entregue ao Estado. Eu entendo que esse é um problema que precisa, sim, ser investigado, ele precisa ser esclarecido, mas eu reafirmo que eu não tenho participação nessa compra; eu não sei quais foram os trâmites. Então, informações novas a respeito disso, eu não tenho condição de trazer aos senhores, por mais que eu quisesse trazer luz ao processo que também é de meu interesse.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Bom, o senhor mesmo afirmou que tem consciência que é um processo de compras no mínimo estranho, irregular, são R$ 33 milhões que se esvaíram em uma empresa fantasma, carioca, que na frente é uma casa de massagem, que até agora sumiu, foi uma ação popular que acabou fazendo voltar esse dinheiro. Então, é um momento que a gente busca esclarecimentos.

Eu só vou fazer uma ressalva aqui, senhor Presidente, com a afirmação do meu colega Ivan Naatz, sobre um brinco que a Márcia... Ela é uma funcionária de quarto escalão e, óbvio, nós estamos aqui na presença do senhor André que tinha um segundo, terceiro escalão e é, no mínimo, estranho... vou verbalizar e deixar aqui tudo bem esclarecido que uma funcionária, uma funcionária, tenha legalidade, uma caneta poderosa para fazer um processo de R$ 33 milhões sendo pagos adiantados com uma empresa que só pediu 50%. Então, eu só quis dizer: olha, eu entendo que você foi laranja nesse processo, falando bem claro, bem prático.

Página 694. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Eu espero que você ajude a esclarecer a verdade até a fim de estimular a Márcia a dizer... entrega quem é o responsável por isso, quem é ocupado? Então, só para deixar bem claro aqui, a turma já está achando que eu estou defendendo a Márcia aqui, mas não, eu entendo que ela foi laranja nesse processo, espero que ela nos ajude a esclarecer, mas, ou seja, tem responsabilidade também, porque participou, estava ali. Então, no mínimo, não sou aqui jurista, mas ela tem responsabilidades aí nessa compra. Só para esclarecer.

Senhor André, o senhor disse que não participou da compra dos respiradores, mas o senhor afirma que pediram para especificar sobre um modelo, o senhor participou... em que momento o senhor entrou na compra desses respiradores falando sobre o modelo, quantitativo do modelo, enfim, em que momento o senhor chegou na compra desses respiradores?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu não disse em nem um momento aqui que eu participei de escolhas de modelo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Ou seja, o senhor conhecia nada, não soube nada?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não é conhecia nada, Deputado, eu estava envolvido com a estruturação do enfrentamento do Covid, dos equipamentos de saúde do Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Que inclui os respiradores.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – De protocolos, de treinamentos e quantitativo de equipamentos. Eu não participo de escolha de modelo, eu não participo de negociação com empresa, de maneira, de forma de pagamento e nem de valor. Nunca houve a participação do Adjunto, porque existe um órgão dentro da Secretaria, que é responsável por isso, que é a Superintendência de Gestão Administrativa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Bom, mas sendo específico, em que momento? Obviamente, isso mostra que o senhor está ativo, está dentro dos processos, conhece. Qual a informação que o senhor tinha sobre a compra desses respiradores, até onde é o seu conhecimento? É uma compra significativa, são R$ 33 milhões, então, não é algo que passa despercebido, presumo que o senhor como Adjunto... e o senhor, desde a época que eu transitava mais próximo ao governo, a gente sabia que o senhor sempre foi o contato com algumas empresas mais próximas, sempre chegavam a Secretaria de saúde por intermédio do senhor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Isso é uma afirmação sua. Não tem essa... esse fluxo de trabalho meu na Secretaria não era assim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Têm filmagens suas, inúmeros... por exemplo, tem um *e-mail* que não é mandado ao Secretário, mas é mandado ao senhor. No mínimo, estranho, mas tudo bem, não vou entrar nesse caso.

Eu queria entender mais a sua participação, o senhor não tinha conhecimento nenhum, até onde era o seu conhecimento da compra desses respiradores?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não era atribuição do Adjunto se envolver com compras de equipamentos. Definição de estruturas, preparação da rede, contato com os hospitais, definir protocolos, trazer segurança, sim; identificar quantitativos também, mas participar de aquisição de equipamentos, principalmente nesse contrato aí, não é atribuição. Eu só tomei conhecimento quando ele se tornou público ou quando fui informado que houve uma abertura de sindicância por parte do Estado, porque haveria um apontamento em alguma compra que até então desconhecida.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - O senhor Secretário Helton, em seu depoimento, afirmou ao Ministério Público que a compra de respiradores se iniciou na cotação da compra de locação dos leitos de UTI com a sua participação efetiva

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3494
Rubrica

Página 695. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

junto ao empresário Leandro. Segundo ele, Leandro teria acesso livre à Secretaria da Saúde, com realização de reunião com você para tratar desses assuntos, dessas aquisições. O senhor inclusive, teria pedido ao Helton para que interviesse junto ao Badesc um apoio financeiro para a empresa, para a liberação de crédito, para a locação desses leitos de Estado em Santa Catarina. Você confirma essa afirmação do Secretário Helton?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, não confirmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - No caso ele mentiu aqui?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu não sei em qual foi o contexto que ele colocou isso, mas isso não... é... o único momento que eu tive alguma conversa com o Leandro, que era o fornecedor da Secretaria, foi nesse momento que eu já relatei aos senhores, que ele veio fazer uma oferta de ajuda e sugeriu a possibilidade de locação de equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Esse Leandro, trata-se do Leandro advogado que aqui esteve?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, esse é um outro... eu só conheço um Leandro nesse processo que é um fornecedor já de alguns anos da Secretaria, que foi esse que veio sugerir ou perguntar se havia interesse de locação de equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Esse Leandro Estevo é o que o senhor teve algumas reuniões na Defesa Civil?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Uma vez.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Têm algumas filmagens que mostra os senhores...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deixa eu só esclarecer para ajudar. Na verdade, trata-se do Leandro Barros.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Sim, sim. Não, ele está falando do Leandro Estevo. É bem importante que a gente venha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Estevo ou o Barros?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, eu estou falando do Leandro Estevo, que é da CMD Ortopedia. O outro Leandro eu não conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ótimo, só para deixar claro na ata, porque se a gente ficar tratando de Leandro pra cá, Leandro pra...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Pois é, esse é um problema, mas o outro Leandro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, o senhor se refere ao Leandro Estevo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Da CMD Ortopedia. É isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá, obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Muito bem.

Quem foi o responsável pela descrição do equipamento de compras, foi o senhor, seria isso?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - O senhor foi o responsável pela descrição do equipamento?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu vou repetir mais uma vez, eu sou responsável pelo quantitativo, pela manifestação de quantidades. Agora, de descrição de equipamento não é atribuição, porque... porque existem dentro das estruturas "linkadas" à Superintendência em Gestão Administrativa, engenheiros clínicos e médicos que dão parecer a respeito de respirador. Isso não é atribuição do Adjunto nesse... nesse processo.

Página 696. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - O senhor tinha conhecimento que a empresa Exxomed era a única fornecedora do modelo conhecido para a compra?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Como... eu não entendi a pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - O senhor tinha consciência que a empresa Exxomed era a única fornecedora do modelo escolhido para a compra?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É... a manifestação que eles fizeram depois, no final do processo, quando se tornou público que eu tive essa informação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Muito bem, a gente procura aqui através das perguntas ir esclarecendo esses fatos. A Exxomed... aí veio aquele caso que eu falei, ela enviou um *e-mail* e ao invés de enviar ao Secretário Helton, ela envia para o senhor, no seu *e-mail* pessoal.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Pessoal não. Na verdade, no *e-mail* do Secretário Adjunto, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas... é normal que uma compra dessa... ou uma proposta dessa amplitude, em um momento como esse, seria enviada ao Secretário, mas por que ao senhor? Porque, ao que tudo indica nesse processo, o senhor tem uma participação ativa, por mais que o senhor diga que não sabe, que foi a equipe técnica, mas...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu não sei, eu não sei onde é que tão esses indicativos de participação ativa, e o fato de eles terem encaminhado para o meu *e-mail,* não significa que eu tinha conhecimento. Esse *e-mail* foi encaminhado pra Consultoria Jurídica, porque eu não tenho essa *expertise*, eu sou médico, de entender se havia algum problema ali. E assim como tantos outros, de ouvidoria são encaminhados para a Ouvidoria, questões de vigilantes são encaminhados para à Vigilância. Então, o fato de ser endereçado a mim não significa que eu participei disso, como, de fato, eu não participei. A partir do momento que isso chegou na caixa de *e-mail,* foi encaminhado para o órgão que deveria fazer o parecer técnico. Eu não sou advogado, eu sou médico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Qual é a sua ligação com o senhor Cris Esmeraldino?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Com quem?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Senhor Cris Esmeraldino.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não conheço essa pessoa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - O senhor não conhece. Certo.

Bom, senhor Presidente, eu me dou por satisfeito. Só faço uma afirmação final, uma opinião minha que vou manifestar. Que o apocalipse foi impedido pela ação do governo... Para mim foi queimada a largada, meio milhão de desempregados, um caos político, uma crise política, uma crise econômica terrível se agrava sobre o Estado pela ação. Então, eu quero muito que essa CPI chegue aos culpados, quem realmente... é triste: "A gente não sabe, eu não sei, eu não conheço, eu não estava, não era da minha competência." Espero muito que a gente chegue a um veredito, porque o nosso Estado está em estado de calamidade, a questão econômica... Então, desejo boa sorte aos colegas no trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado Felipe Estevão.

Deputado Cobalchini, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Pois não, Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3495
Rubrica

Página 697. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Boa tarde, Secretário, senhor advogado.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Boa tarde, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A partir da sua posse como Secretário... vamos agora tratá-lo de Secretário, e não do tempo em que foi Adjunto.

O senhor tem feito contato com a empresa Veigamed?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Nenhum contato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Em relação à entrega dos...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, como Secretário, titular da Pasta, não. Não tenho contato com essa empresa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O senhor tem a expectativa de que esses respiradores, os 150 restantes, sejam entregues ao Estado? O planejamento da Secretaria conta com esses 150 respiradores ainda?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, esse é um processo que está sendo investigado de diversas, por diversas autoridades, inclusive, policiais, né, e de adequação de processos, inclusive, pela Receita Federal.

Nós, quando eu assumi, já havia... já havia o processo em discussão dentro da Secretaria e do governo da adequação desses equipamentos e da viabilidade desse contrato. Então, em discussão com a Controladoria-Geral do Estado, a Secretaria Estadual da Saúde e a PGE, nós solicitamos, no dia 14 de maio, que esse contrato ele fosse... eu vou ler pro senhor aqui (*Passa a ler.*): "Em âmbito administrativo, as providências necessárias à rescisão do contrato objeto, informamos que oficiamos a Procuradoria-Geral do Estado para promoção de medidas judiciais voltadas ao ressarcimento dos recursos empregados." Essa não... então, a partir desse dia, nós não contamos mais com esse quantitativo, sabedores que eles entregaram, né, ou trouxeram pra dentro do Estado de Santa Catarina, cinquenta equipamentos respiradores pulmonares.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Importante essa sua manifestação, porque eu, em nenhum momento, tinha ouvido que a Secretaria, enfim, não contasse mais com a entrega desses respiradores. E a pergunta seguinte já foi respondida para saber quais as providências que o Estado já está adotando no sentido do ressarcimento desses valores.

Outra questão: os cinquenta respiradores que foram doados pela Receita Federal eles já foram certificados, se eles podem ser exatamente aqueles que o Estado adquiriu e se eles poderão ser utilizados para a UTI?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Houve uma apreensão de cinquenta respiradores, que eram respiradores que não constavam, me parece, em nenhum um documento de intenções, mas eram... são respiradores, que é o Shangrila 510S, são respiradores de transporte. O que... que nós estamos fazendo? Nós recebemos a doação da Receita Federal e esses equipamentos estão sendo testados pra que se verifique em que condições técnicas eles estão. Então, essa... esse teste está sendo feito acompanhado por equipes da Secretaria de Estado da Saúde e também por órgãos de controle externo pra que se determine a utilização ou não desses equipamentos, lembrando que o Shangrila 510 é um respirador de transporte que ele não atende ao paciente Covid, mas ele pode atender muito bem outras situações dentro do Estado. Então, se eles tiverem em perfeito funcionamento, eles vão ser utilizados aonde eles podem ser utilizados: em transporte de pacientes Samu, em transporte de pacientes para exames e em outros ambientes hospitalares, que não deixa de ser interessante, porque a gente pode realocar equipamentos mais robustos para enfrentamento Covid. Então, nesse momento, é um momento de teste pra ver se há adequação pra que se tenha segurança pra a utilização desses equipamentos.

Página 698. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A Secretaria da Saúde tem considerado que estes cinquenta respiradores fazem parte daqueles duzentos que foram adquiridos?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Na verdade, isso é uma doação da Receita Federal, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...que partiram da Veigamed?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, isso é uma apreensão da Receita Federal que fez uma doação para a Secretaria de Estado de Saúde. Então, eu entendo que isso não faz parte de contrato ou de entrega alguma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Em vista disso, o Estado, então, faz um pedido de ressarcimento à empresa Veigamed do total dos valores que foram pagos, dos R$ 33 milhões, é isso Secretário?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É essa a informação que se tem, é nesse... nesse norte que se está trabalhando, nós temos vários órgãos trabalhando nisso, inclusive externos da Secretaria para ressarcimento integral do recurso aos cofres públicos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Obrigado, Secretário; obrigado, Presidente.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu que agradeço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Ivan Naatz, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mil perdões, Deputado.

Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Muito obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos os senhores; boa tarde, Secretário André Motta.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Boa tarde, Deputado. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — A Secretaria da Agricultura... a Secretaria da Saúde, desculpa, ela adquiriu duzentos respiradores, pagou 33 milhões, é... o senhor era o Secretário Adjunto da Secretaria da Saúde, hoje, o senhor é o Secretário titular.

Eu quero ser bem específico, é: qual foi a sua participação e o seu conhecimento na compra dos duzentos respiradores?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Nenhuma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Nenhuma. O senhor sabia que eles iam comprar? Não sabia? O senhor não teve nenhum... nenhum... em momento nenhum, o Secretário Adjunto é, é, foi lhe perguntado: Nós vamos pagar adiantado, não devemos pagar? É, é, são duzentos respiradores é muito pouco, é bastante? Nada, nada, nada, nada, nada, o senhor não tem nenhum conhecimento?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Desta compra específica, nenhum, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Então, eu não tenho nada a perguntar, porque vou perguntar o quê? Eu quero esclarecer a questão da compra dos duzentos respiradores.

Eu estranho que o Secretário Adjunto, de uma Pasta importante como é a Secretaria da Saúde, numa compra de 33 milhões, o senhor não tenha tido conhecimento nenhum. Fica

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3496
Rubrica

Página 699. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

aqui uma estranheza muito forte. E eu tenho certeza que todos aqueles que estão nos escutando, estão nos ouvindo, também estão estranhando muito.

Era isso, senhor Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado.

Deputado Ivan Naatz, vossa excelência tinha se inscrito?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente, só, só me permita aqui.

Eu só tô aqui... é, no caso, o senhor André, ele não assina, não lê, não sabe dos produtos, não participa da reunião, terceirizar serviço. Qual é o seu papel efetivamente, hoje, como Secretário?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Olha, só...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor até está me ajudando a, a, encorpar essa questão do pedido de afastamento do senhor. O senhor está terceirizando trabalho.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu lamento muito que o senhor se... esteja... que, aqui, estejamos falando há duas horas de uma ação da Secretaria, que de fato não houve participação do Adjunto, quando nós temos outras dezenas de ações que estão trazando, trazendo segurança pro nosso Estado.

Isso nós vamos perceber nos próximos dias, Deputado, porque esse é um momento sério. É um momento sério das pessoas é, é dialogarem, entenderem a gravidade do problema, porque o coronavírus, a, a pandemia, que por alguns ela é menosprezada, ela vai chegar no nosso Estado. E a gente só vai ter condição de fazer esse enfrentamento por que foi estruturado serviço e nós trabalhamos muito pra isso, com o Estado inteiro. Inclusive, Concórdia foi uma cidade que esteve a ponto de entrar em colapso e, por, é, interferência direta, deste Secretário, e com o auxílio que foi dado, inclusive na discussão técnica do atendimento dos pacientes - eu sou médico emergencista também -, a gente conseguiu salvar muitas vidas lá.

Eu lamento é, que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas, Secretário, não...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO —... eu só, eu só, gostaria de...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO –... não foi feito hospital de campanha, não veio aquisição de EPIs, não veio respiradores...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu só gostaria de terminar meu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ... desculpe, mas o senhor enrola.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, não, estou enrolando...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não sabe nada, ou... no caso...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado, eu preciso...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O advogado pode se manifestar, vai embrabar, não quero deixar ele nervoso.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deixa, deixa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – É que ele não sabe de nada.

(*O advogado Leandro Guerrero Guimarães pede uma questão de ordem.*)

Advogado, eu... estou... me assegure a palavra, Presidente, né.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu posso terminar a minha fala, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – São 33 milhões, senhor Secretário, que se esvaíram e o senhor...

Página 700. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado, eu preciso termi...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO –... não participou, terceirizou trabalho.

A gente tem que reforçar o pedido de afastamento pela segurança do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para concluir, Deputado.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Mas se o senhor não permitir...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Conclui, Presidente, me considera satisfeito.

É como bem falou o Sopelsa, se ele não sabe, não tem por que nós prosseguirmos.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Então, assim, eu tô sendo tolhido do direito de responder ao Deputado. Ele já concluiu, na verdade, o que ele tem concluído a meu respeito.

Eu lamento muito isso, Deputado, lamento muito, porque não é essa a minha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Sete milhões de catarinenses lamentam, senhor, pode ter certeza.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu não tenho essa certeza que o senhor tem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Sopelsa, vossa excelência está com palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Eu só quero, só quero fazer uma consideração.

Secretário Motta, a, a, a, nossa, a CPI, ela é pra tratar sobre os duzentos respiradores. Não estamos aqui, na CPI, avaliando o trabalho que a Secretaria fez, que está fazendo ou que deixou de fazer.

Eu quero dizer que tem muitos pontos positivos, tem muitos pontos positivos, mas o debate aqui, o esclarecimento que precisa ser feito aqui, é a compra de duzentos respiradores, o pagamento adiantado de 33 três milhões para uma empresa que, até agora, não entregou nenhum equipamento, os que foram entregues não são objeto daquela compra.

É, e o senhor, como Secretário Adjunto, fez todas as afirmações, em todas as perguntas, que o senhor não tinha conhecimento nenhum. E eu tenho o direito de dizer que isso me estranha, muito. E as pessoas também, os catarinenses também, o senhor pode ter certeza, estão estranhando isso.

Era essa a minha consideração, sem ofender.

Obrigado.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Respeito a sua opinião, Deputado, mas de fato não é atribuição do Adjunto se envolver em compras. Existe um rito dentro da Secretaria que não partici... que não passava pela Pasta do Adjunto.

Mas se esse é só o assunto, eu lamento, porque nós temos bastante coisas importantes a tratar no Estado, inclusive, de diálogo com essa Casa, porque nós temos responsabilidades com o povo, com o cidadão. E ele está correndo risco, e se nós não dialogarmos para construir segurança pra nossa... sociedade catarinense, nós vamos ter um impacto bastante importante nesse... nesse enfrentamento. Lamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para concluir, senhor Relator.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado.

É, eu ouvi atentamente todos os meus colegas, ouvi também a observação do senhor, e eu queria voltar lá, nas reuniões, mas antes de falar das reuniões, eu queria que o senhor compreendesse o processo.

Fls. 3497
Rubrica

Página 701. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Nós ouvimos, aqui, o Matheus Hoffmann, que era o Secretário Adjunto da Casa Civil. A Casa Civil, ela é a mente do governo, é a cabeça, o corpo, o braço, os olhos do governo. Matheus Hoffmann, é o Secretário Adjunto... nós estamos vivendo um processo de Covid, temos compra emergencial, profis... Secretário, Decreto de calamidade. Nós estamos vivendo a calamidade. Nós não estamos dentro de um processo normal. Nós estamos vivendo a calamidade.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, veio o Matheus Hoffmann, aqui, Secretário Adjunto da Casa Civil, que, como eu disse, é o braço e os membros do governo, e disse que não participou de nenhuma, de nenhuma compra, nada, que tratasse da preparação do Estado para as vítimas do Covid. Como muito bem acho que disse Deputado Kennedy, disse o Deputado Amin e outros Deputados falaram aqui, nós ficamos em casa, os catarinenses ficaram em casa, perdermos 450 mil empregos, como falou o Deputado Milton Hobus, vamos ter uma crise sem precedente em Santa Catarina, no Brasil...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — No mundo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... no mundo, pra que vocês, os gestores, preparassem a estrutura hospitalar...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não só hospitalar, mas sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor, o senhor, por favor...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... né...também. A estrutura hospitalar, vamos falar aqui só da estrutura hospitalar que é a pauta do senhor.

Aí, o Matheus Hoffmann, Secretário Adjunto, veio aqui e disse: "Eu não participei de reunião nenhuma sobre compra de equipamentos, sobre como vamos tratar, emergencial, nada!" Eu vou repetir, para o senhor lembrar, nós estamos em calamidade, processo calamidade: "Não participei de reunião nenhuma."

Aí, veio o Douglas Borba, aqui, Secretário da Casa Civil, e disse que não participou de reunião nenhuma. Não participou de reunião nenhuma. Eu ouvi aqui, o Secretário Helton Zeferino, da Saúde, Deputado Kennedy, da Saúde, também não participou de reunião nenhuma.

Agora, vem o senhor, aqui, e diz para CPI que não participou de reunião nenhuma...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não foi isso que eu disse.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, até agora eu fiz a introdução. Agora eu vou fazer a pergunta pro senhor. Vou fazer a pergunta pro senhor: qual foi a instrução que o governador do Estado deu pra vocês? O governador sentou vocês todos numa sala e de uma instrução: Olha, pessoal, vamos fazer assim, assim, assim. A estrutura vai ser essa. Ele pegou o batu... lá, como é que é? Aquele negócio de maestro lá? A batuta e disse: Pessoal, é assim, assim, assim, vamos fazer assim, esse é o cor... vamos mostrar aqui na parede o que está acontecendo, essa vai ser a nossa estrutura.

Eu quero saber se o governador teve essa ação com vocês?

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARÃES – Pela ordem, Presidente.

Vossa excelência, volto a dizer, como a todos eu já disse, tem o direito absoluto de fazer o julgamento que quiser. Só não se considera correto o senhor fazer uma introdução, presunçosa, acerca de todos os acontecimentos dos fatos que o senhor domina, dando a entender que ele teria que ter conhecimento dos fatos que senhor não está se dando por convencido ou aceitando a informação dele.

Só que a testemunha não está aqui pra aceitar o, o, a sua opinião, o seu conhecimento, está aqui para relatar fatos.

Página 702. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Então, vou reiterar pra vossa excelência, Presidente desta Comissão, que peça, por uma questão de respeito e urbanidade, que todos os integrantes façam suas perguntas de maneira clara, objetiva e direta. E que deixem por momento da rela... da conclusão dessa CPI para externarem as suas opiniões pessoais acerca da conduta, ou da participação dele ou dos fatos relacionados a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Registrado.

Deputado, concluo a pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, não, não, não, não, não. Doutor, eu sou advogada também. Sou seu colega de profissão. Já sentei muitas vezes nessa cadeira aí. Eu sei o que tô fazendo. Eu sei o que tô fazendo, o senhor não está lidando com um menino aqui.

É, doutor, eu falava toda essa introdução, o senhor quer que eu repita ou senhor entendeu?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, eu só quero dizer...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, por que se o senhor quer que eu repita ou posso repetir?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A fala que o Helton não participou, que o Matheus Hoffmann não participou, que todo mundo não participou. Aí eu perguntei pro senhor seguinte, eu vou repetir já que seu advogado não compreendeu muito bem...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O.k., eu aguardo a sua repetição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber se o governador sentou na mesa com todos, inclusive o senhor, e passou as orientações de como ia acontecer às compras dos equipamentos? O governador pegou a batuta e mostrou pros Secretários, pra todo mundo, pro senhor, como é que era pra fazer?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado, quando o senhor fala que não participamos de reunião nenhuma, eu não consigo entender o que o senhor está dizendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas o senhor...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu só... posso terminar? Eu fiquei esperando o senhor falar esse tempo todo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu estou aqui desde às 10 horas esperando o senhor falar, doutor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu também, fiquei uma hora e meia, lá fora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que o senhor tem... nós precisamos saber.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Mas eu estou dando todas as informações que tenho para esclarecer o que pode ser esclarecido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então eu vou perguntar simples para ser direto...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu posso terminar?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Houve essa reunião? Teve?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Que reunião, senhor?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ã?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Que reunião o senhor fala?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Essas reuniões de instrução, de procedimentos, de, di, di, di protocolos, di instrução?

A minha casa está pegando fogo, eu tenho que reconstruir ela. Olha, está pegando fogo...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado...

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3498
Rubrica

Página 703. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor, doutor, a casa está pegando fogo! Vamos sentar todo mundo aqui, e vão saber como é que a gente vai fazer para apagar, por onde vamos começar. O que que a gente vai fazer pra, pra enfrentar, pro fogo terminar, pra salvar a criança que está no andar de cima, que está no andar debaixo. Como é que nós vamos fazer? O governador fez reuniões com vocês?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado, o Governador ele fez o decreto 17 de março determinando uma série de ações, inclusive de isolamento social que os senhores discordam.

(*O senhor Relator conversa com o Deputado Estadual Felipe Estevão e o depoente para de falar.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Fez em 17 de março, só o decreto?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, é que eu estava falando, eu acho que o senhor perdeu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, o senhor pode repetir.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Ah, tá!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que nós estamos tão estarrecidos, doutor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O senhor está o quê?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A gente está tão estarrecido...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu também estou estarrecido com... é, é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Com o que vocês falam pra gente, é, que eu, como catarinense, que recolha os impostos... a energia elétrica que está ligada aqui, ó (*Gesticula com as mãos mostrando as lâmpadas.*), tá pagando ICMS para Santa Catarina...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu estava tentando responder a sua pergunta, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, o senhor pode responder, por favor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — É, é, está muito complicado, porque quando se diz que não se participa de reunião nenhuma, aí, foge um pouquinho do escopo da conversa, né? Até porque reuniões, elas existem para tratar de vários assuntos, diversos assuntos.

O governador Moisés tem uma preocupação muito clara com as pessoas e com a segurança das pessoas deste Estado. Tanto é verdade que, apesar da crítica dos senhores, no dia 17 de março ele determinou, com um decreto duro, o isolamento social em Santa Catarina. E foi um momento em que nós tivemos maior êxito nesse enfrentamento da pandemia, que os senhores ainda insistem em acreditar que ela não existe, ou que não vai chegar com a força que ela vai chegar.

Então, essa determinação ela é suficiente para o seu colegiado, Secretários e cada na sua atribuição, tomar as atitudes que precisam ser tomadas para proteger a sociedade de todas as formas, que essa sempre foi a intenção do governo, do governo do Estado e das Secretarias. É impressionante que pra, da fronteira pra fora do nosso Estado, nós somos apontados como um exemplo no enfrentamento, nós somos apontados elogiosamente pela capacidade de gestão da crise, e a gente não consiga perceber que se nós não pararmos para dialogar e construir processos claros, nós iremos sofrer. Iremos sofrer perdas, perdas graves, Deputados.

Página 704. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu, eu compreendo tudo que o senhor está falando. Eu compreendo tudo que o senhor está falando.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Que bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vejo todo dia isso aí na televisão. Toda hora tem um especialista, doutor, na televisão dizendo que a gente tem que pegar sol, sabe?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O senhor está comparando a estrutura do Coes da Secretaria com...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Todo dia eu vejo alguém na televisão dizendo que a solução é pegar sol.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, assim, doutor, eu quero saber especificamente qual foi a orientação que o governo, que o governador, que a vice-governadora, o *staff* do governo deu pra vocês? Ou não deu? É só isso que eu quero que o senhor responda. O governador não deu, e se deu, o que lhe deu?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O governador determinou no dia 17 de março, isolamento social, baseado em informações muito claras do agravamento da doença. E, a partir de então, cada Secretaria se estruturou, dentro da sua atribuição, pra trazer segurança pro nosso povo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Cada um podia fazer o que queria?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não é o que queria, mas é trabalhar dentro de uma organização de enfrentamento de uma pandemia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO —Senhor Deputado, eu gostaria de terminar de falar.

Na estruturação de uma, de um enfrentamento de uma pandemia, que nunca foi vista em nenhum lugar do mundo. A gente está lidando com uma crise que ela é, é, única na história da humanidade, por quê? Nunca mais nós vamos ser os mesmos depois dessa crise.

E, aliás, a gente está perdendo uma ótima oportunidade de repensar algumas coisas na nossa vida do cotidiano...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É o senhor vai ter oportunidade de vir aqui, esses dias, para falar sobre isso. Mas, é assim ó...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Tomara, que bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas é assim ó, o senhor já ouviu a expressão...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu já respondi a sua pergunta então.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor já ouviu a expressão, ouviu expressão: "É na tempestade que se conhece o marinheiro."

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu já vi várias expressões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor já ouviu essa expressão?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu já ouvi várias expressões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então, o senhor sabe do que eu tô falando?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu não sei o que o senhor pretende falar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, o senhor sabe. O senhor, o senhor é um homem inteligente. O senhor sabe do que eu tô falando.

Página 705. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3499
Rubrica

A questão é o seguinte, é, já compreendi, compreendi... é, e, vou advertir o governo, não devia, não devia, mas vou, Deputado (*dirige-se ao Presidente, Deputado Estadual Sargento Lima*), vou. Essa estratégia de que não sabia é ruim, é errada...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não é uma estratégia, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, senhor. O senhor vai falar quando eu perguntar.

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARÃES – Não. Pela ordem, excelência, pela ordem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Essa estratégia... essa estratégia do senhor...

Por favor, Deputado (*dirige-se ao Presidente, Deputado Estadual Sargento Lima*), corte o microfone dele, porque eu não fiz pergunta nenhuma pra ele.

Olha aqui, essa estratégia de dizer que o governo não participou, eu não devia, vou repetir, porque o advogado me atrapalhou, mas... errada. Vocês estão numa estratégia de defesa errada, porque... ele... é num momento de crise que tem que governar, que tem que liderar, que tem que falar isso.

Então, por isso, que os Deputados estão todos falando isso. Todos nós estamos falando isso. Mas enfim, enfim... A Comissão Especial de Compras da Licitação, que também acompanha o processo de compras da Covid, muito bem Presidida pelo Deputado Marcos Vieira, a quem a Assembleia Legislativa só tem homenagens a prestar, ela elaborou uma investigação e, e, apresentou para os Deputados o pedido de afastamento do senhor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo? Esse pedido foi discutido em plenário e foi votado por quarenta Deputados, inclusive a líder do governo votou pro senhor sair.

Eu pergunto - diante do que o senhor disse aqui, pra nós, que não viu, não acompanhou, não fez, não participou, não olhou, não acompanhou, que não era papel do senhor, que o senhor não ouviu -, o senhor se sente confortável e acha que Santa Catarina está segura sendo o senhor Secretário da Saúde diante dessa pandemia?

(*O depoente, senhor André Motta Ribeiro, conversa com seu advogado Leandro Guerrero Guimarães.*)

O senhor pode responder ou o senhor tem que alugar pra responder. É uma pergunta que o senhor tem que responder.

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARÃES – Pela ordem. Ele está...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É o senhor que vai responder, não é o seu advogado, é o senhor que é o Secretário, é o senhor que é o Secretário, não é o seu advogado.

(*O advogado Leandro Guerrero Guimarães manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

O seu advogado ganha o seu dinheiro, o senhor ganha dinheiro do Estado. Eu quero saber do senhor, se o senhor conhece, se o senhor se sente seguro pra continuar o Secretário da Saúde diante de tudo isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Doutor, é o seguinte, se ele tiver alguma dúvida, ele consulta o senhor. O senhor não responde pergunta aqui. Quem está respondendo, quem responde perguntas aqui é ele.

(*O advogado Leandro Guerrero Guimarães continua manifestando-se fora do microfone. Ininteligível.*)

E nós estamos conduzindo ela aqui de forma harmônica e educada, de forma harmônica e educada...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Preciso...

Página 706. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) –... e vai permanecer desta forma.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado...

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARÃES – Eu pedi pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E está concedida.

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARÃES – Então, vossa excelência me concede a ordem.

Volto a repetir o que eu já disse várias vezes, o nobre Deputado fez agora uma colocação sobre como que ficou a situação das votações internas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor está discorrendo em torno da resposta dele.

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARÃES – Não, não, não. Eu estou mostrando como ele não fez uma pergunta. Ele fez um discurso político sem fazer uma pergunta clara e objetiva sobre o tema desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Corta o microfone dele para mim, por gentileza.

O senhor está discorrendo aqui...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mais alguma pergunta, Deputado Ivan Naatz?

(*O advogado Leandro Guerrero Guimarães continua manifestando-se fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, peraí, eu vou repetir, né, por que o senhor... nós estamos falando de político para político, político para político.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, eu não sou político.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –Não, o senhor é político. O senhor é Secretário de Estado.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Posso lhe responder?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor diz que não é político? O senhor é o quê?

Deputado, Secretário, Secretário, eu ouvi, eu ouvi, o que o senhor falou aqui. Eu escrevi... o senhor costuma dizer o seguinte: Eu não sou advogado, eu não sou isso, eu não sou aquilo, eu sou médico. Pra ser Secretário precisa ser tudo. Precisa ser Deputado, precisa ser político, precisa ser pouco advogado, precisa ser um pouco administrador, precisa ser um pouco médico. Aliás, para ser Secretário da Saúde sequer médico precisa ser, porque nós tivemos históricos de muito bons Secretários aqui, que nem médicos não eram...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O senhor vai perguntar ou me acusar?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que a pessoa precisa saber? Ter noção do que está fazendo.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber se o senhor sabe que, tem noção do que está fazendo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu tenho noção, tenho condição de fazer o trabalho que me propus, se não tivesse não estaria sentado aqui, na frente dos senhores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado, eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor André Ribeiro, o senhor teve acesso, tá, ao depoimento, ou assistir ao depoimento, ou através da vossa defesa foi, assistiu o depoimento das outras testemunhas que por aqui passaram?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, não assisti.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3500
Rubrica

Página 707. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não ouviu. Não foi... não recebeu nenhum tipo de orientação?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não ouviu nada?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não. Não ouviu os depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É... no dia de ontem houve um veto presidencial. O nosso Presidente, graças a Deus, Jair Messias Bolsonaro, o qual trabalhei muito pra ele estar lá, ele vetou, ontem, um veto da Câmara dos Deputados Federais da, do repasse de recursos financeiro aos Estados. Justamente é... é... dos que estão sendo mais atingidos pela Covid-19. O senhor sabe o porquê desse veto?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Onze Estados da Federação e 530 processos de compras feitas de forma irregular. E isso acaba acarretando no quê? De que o governo federal ele vai enviar o recurso... o senhor Rodrigo Maia estava falando ontem, na televisão, né, por que que não está sendo dis... o motivo é esse.

Nós, nós, eu estou sendo atingido, a família do senhor vai ser atingida também, todos nós seremos atingidos, por isso. O governo federal vai enviar recurso... o Presidente veta justamente por isso. Por isso que eu dou uma certa importância, é, é, é, eu, eu, particularmente, dou uma certa importância para esta CPI e vejo todos os nossos colegas dando uma importância enorme. Nós estamos sendo privados de receber recursos porque vários Estados da federação, como eu disse, 530 processo de compras irregulares... E é isso que está fre... servindo de dispositivo de frenagem pra que esses recursos cheguem até a gente aqui.

Desses 33 milhões, né, é, é, a pedido da Deputada Ana Campagnolo, ontem, ela recebeu resposta, inclusive da própria Secretaria, que na época ali, os Poderes aqui, em Santa Catarina, disponibilizaram recursos pro Estado. O, o, o, o, 20 milhões desta Casa foram para lá, desses 17 milhões foram utilizados inclusive pra poder ir... pra, pra fazer a compra dos respiradores. Também fomos prejudicados nisso, porque na verdade esse dinheiro ele realmente desapareceu.

Por isso que eu digo assim, muitas vezes, doutor, e agora falo com senhor também e as pessoas se exaltam aqui, porque eu, eu, vou falar pro senhor, eu não consigo fazer uma média aqui, mas aqui na frente tem umas 450, 470 mil pessoas sentadas, aqui, na frente do senhor, aqui. E todas essas pessoas têm o nosso número de WhatsApp, têm as nossas redes sociais e acessam. E o senhor acompanha a rede social, sei muito bem disso, como eles são cruéis, ali, perguntando: e o respirador? O respirador? Então, então, cria essa coisas, já agravado pelo medo da morte, que a perspectiva da morte é bem pior do que a morte.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Morrer é tão bom, não é? Pior é ficar esperando a morte.

Concluindo, é... eu não sei em qual momento, não eu não sei em qual momento mesmo ali, que houve um contato do senhor com o Secretário Helton Zeferino, que deve ter iniciado lá no começo de uma amizade ou de um conhecimento próprio por ter trabalhado junto, enfim, pro senhor receber o convite, ali, pra ser o Adjunto dele, não é. O adjunto ali é um substantivo masculino que é utilizado pra dizer auxiliador ou aquele que substitua ele, na ausência dele mesmo ali. Auxiliador.

Eu também não vou pelo... eu não vou fazer... não ser mais um Deputado a fazer a mesma pergunta para o senhor se sabia ou não, mas quando o... uma realidade do ex-Secretário Helton é que ele foi afastado, foi exonerado da função dele e também foi exonerado de outras funções que ele exercia no Estado na condição de conselheiro.

Página 708. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O senhor também exerce funções de conselheiro, além da função de Secretário de Estado?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Conselheiro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não tenho essa função de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor só recebe um salário de Secretário?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — De Secretário de Estado, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor não é mais conselheiro da Cidasc? Casan?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, senhor, eu sou concursado do Estado como médico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO —... e recebo como Secretário um valor correspondente a esse, que, aliás, é bem menos do que as pessoas imaginam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu só preciso fazer um comentário antes, se o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, só, só pra concluir e, depois, vou dar, sim, pro senhor ali, um tempo ali para as breves considerações, que gente gosta de trazer a calma a situação ali, né?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Claro, claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor vê o quanto que nós já fomos prejudicados nisso, também não vou elencar ali que não são 410, tá senhor (*dirige-se ao Deputado-Relator Ivan Naatz*), última, a Fies, a, a ... Fecomércio, dados ali que já chegam passando frouxo dos 530 mil desempregados. Isso também, também dados do próprio governo do Estado.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não é, então a gente não vai entrar nessa área, porque não é essa aqui.

Mas de forma específica mesmo, quando o se... quando ele falou assim: Meu amigo... o senhor tinha amizade com o Secretário Helton?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quando ele falou assim: fui exonerado. Ele falou assim. O senhor não perguntou assim: Qual o motivo da exoneração?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Na verdade, ele se exonerou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ele se exonerou? E ele falou assim: me exonerei por causa disso.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Ele me ligou pra dizer o motivo e nós conversamos, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu acredito que deve ter sido montada uma estrutura, até como eu falei pra ele assim, o militar, ele chega ali na função que ele estava ali dentro - se ele foi, passou 28 anos dentro da caserna, né?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E ele, lá dentro ele aprendeu a confiar na equipe dele. Eu acredito que seja esse o grande erro do Helton: a confiar nas pessoas.

Achar que: Olha, eu mando fazer, cumpro a missão, viro as costas. Eu acho que vai ser feito da melhor forma possível, como eu faria, né.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3501
Rubrica

Página 709. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) –E ele deve ter passado, olha secre... meu Adjunto ou sei lá, o responsável pela compra, porque eu... eu também tenho... já, absoluta certeza, que é a única responsabilidade do senhor era o quantitativo pra compra de equipamentos, né. Quantitativo esse que também não deveria ser levado em consideração, porque ele usava a mesma base de cálculo daqueles mortos. Olha, se vai morrer mil eu vou comprar cem, né, ou...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não é essa... não é essa..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Necessariamente não é dessa forma. Tá bom.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não é dessa forma, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá bom.

Quando ele... o senhor não vê um esquema... se eu fosse... nós estamos falando aqui agora, e, detalhe, talvez o senhor pode estar dando uma ajuda para Santa Catarina e uma ajuda para esta Comissão que pode ser que, que é, que pode ser que mude o curso da coisa. Pode ser que mude a história do Estado de Santa Catarina aqui, agora, neste momento aqui. Olha a responsabilidade. O senhor não viu é, é, o que o senhor interpreta desse mal feito dessa compra aqui? O senhor chegar e falar assim: Olha eu acredito que o fulano, dá um exemplo, né, que o Douglas pegou o Leandro pela mão tentou fazer uma compra ou ele não tentou, forçou, ligou pro fulano. Onde que foi o erro? É justamente isso: onde que foi o erro dessa compra noite no entendimento do senhor? Por isso que eu fiz toda essa síntese dizendo o tanto que Santa Catarina está perdendo com isso. Recurso federal não está vindo. Santa Catarina aparecia na televisão, porque era a festa Cidade das Flores, festas alemãs, hoje, é da corrupção, né?

Então, tanto que Santa Catarina está perdendo com isso, e que contribuição que o senhor pode dar. Falar assim: Olha eu vim aqui pra ajudar a CPI e olha eu vou dizer pra vocês aqui o que aconteceu de errado, no meu entendimento.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado, primeiro que, das milhares de ações e compras do Estado de Santa Catarina, um está sendo investigado. E por estar sendo investigado por órgãos competentes que ainda não chegaram na conclusão du, de o que de fato aconteceu, eu não tenho opinião e nem direito de emitir opinião. Está sendo investigado pelo, pelo Ministério Público, pela polícia, pelos órgãos de controle que ainda não tiveram o seu parecer.

E... nós cometemos alguns erros nesse caminho e eu acho que esses erros, talvez, eles nunca mais possam ser consertados, que é de identificar culpados, colocar a pena e já condená-los, sem finalização de processo investigativo. E esse erro eu não vou cometer. Eu acredito na idoneidade das pessoas é, se, é... sei da capacidade dessas pessoas de trabalho, mas existe uma investigação em andamento, que não chegou a nenhuma conclusão até esse momento. Eu não eu não tenho opinião a emitir a respeito disso por que não tenho detalhamento desses, dessa investigação.

O único problema apontado e foi identificado como se, como, no mínimo, uma questão suspeita, o Estado abriu uma sindicância para tentar identificar os culpados. Então, pessoas que tem essa competência para investigar, assim o estão fazendo. E eu espero que se chegue a uma conclusão, o mais rápido possível, porque nós estamos abraçados a esse problema há quarenta dias e tem muita coisa pra gente construir.

E, reforço pro senhor, das milhares de ações de compras, e outras, que foram feitos pelo Estado de Santa Catarina, essa é apontada como exemplo de corrupção de um governo que não merece isso. É um governo que prima pela lisura e pela clareza dos processos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – São 17 o número de processos que se encontram em investigação e por que, por que tô dizendo isso aí? Porque

Página 710. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

realmente é um número, né, existem 17 processos, mas isso... não, não, não, não vou entrar ali, no caso ali.

Como eu disse é, essa é a contribuição que o senhor pode dar para essa CPI?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Se esse é o assunto, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, e... agora. Onde houve a falha, o senhor não vai, não quer se antecipar julgamento, tudo bem.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não quer se... O senhor acha que... houve algum tipo de injustiça feita com o Helton Zeferino?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Injustiça? Eu acho que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A única pessoa que pode ter praticado alguma injustiça com ele é quem está acima dele, ou o senhor acha que é a opinião pública, a sociedade?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, mas na verdade, é, mas na verdade, assim ó, houve já, como eu disse, a gente está cometendo alguns erros nesse processo que é de apontar culpado e já dizer que ele... é, de apontar a culpa e já dá o veredito, né?

O Secretário Helton, ele teve é... é, a atitude honrada de se exonerar para não prejudicar o processo da Secretaria de Estado da Saúde, que é uma, uma Secretaria que é feita por pessoas idôneas e competentes, num momento grave da nossa história. Se houvesse é, prejuízo da estrutura, e é isso que nós queremos evitar, é só por isso que eu estou aqui, pra tratar esse assunto de uma forma técnica, pra trazer segurança pras pessoas, nós vamos... teríamos problemas bastante graves no futuro. Eu espero que não, não tenhamos, que a gente continue nessa construção de sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Só... somente para a conclusão e, posteriormente ali, eu vou dar o tempo para o senhor poder fazer as considerações finais, ou dizer algo mais que seja, que pode ser útil pra... E é bom porque o senhor é um homem público, senhor tem que... tá aqui, se explicando. Isso é bom. Faz bem pro Estado de Santa Catarina isso.

É, é, no Estado do Rio de Janeiro havia uma, uma, um demonstrativo de número de mortos. No Estado do Rio de Janeiro morria-se tanto... o Prefeito, isso pro governo do Estado ele apresentava um número, e o governo... e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, através do Prefeito Crivella, adotou maior uma outra medida de demonstrativo ali, é aquilo que está no, no, na, no, na no Atestado de Óbito, aquilo que é a causa da morte, que somente o médico pode preencher ali, porque ele é um do... o Atestado de Óbito é um documento como qualquer outro, como uma Certidão de Casamento, enfim, tudo isso. Lá no Atestado de Óbito está escrito assim: causa da morte. O governo do Estado lá, ele colocou... ele chegou, em alguns casos que não deveria, por exemplo, o sujeito morreu de falência renal, de, de, o rim dele parou de funcionar, ou seja, o médico ia lá e colocava, e se ele tivesse é, é, contaminado com Covid-19, ele ia anexo a isso aí, porque não foi a causa da morte. Foi a paralisia dos rins, mas mesmo ele estando contaminado. Tem uma diferença muito grande isso. Eu estar contaminado e, por exemplo, cair da laje.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Ah, sim, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Né, tem essa diferença. Só no Estado do Rio de Janeiro, quando o, o, Deputado Kennedy Nunes, quando foi feita essa mudança de demonstrativos, diminuiu 1.112 mortes, 1.112 mortos não eram mais...

(*O Deputado Estadual Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

Desmorti... não, é... (*Ri.*) Desculpa, não foi mais apresentado dessa forma... em alguma... essa é minha última pergunta e... em algum momento o governo do Estado de Santa Catarina, o governador, ou próprio antes, o atual Secretário, na época, Secretário

Página 711. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3502
Rubrica

Helton Zeferino passou algum tipo de recomendação em relação a adulterar número de mortes no Estado de Santa Catarina ou de atribuir mortos à Covid-19, que não eram é, é, vítimas da Coid-19, simplesmente pessoas que estavam com 98 anos é, é, sofriam de câncer, tuberculose, Aids, é, enfim, unha encravada, aí, depois, contraiu a Covid e a morte foi atribuída a Covid? Foi feito alguma orientação assim: tem que constar?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Absolutamente, não. E aí importante que a gente diga, Deputado, que esse é um vírus que ele tem um acometimento sistêmico, ele é um vírus grave, é uma doença grave. Paciente que adquire Covid e tem insuficiência renal, que precisa fazer diálise, que tem insuficiência hepática, que pode ter uma neuropatia inflamatória, uma arritmia cardiaque, cardíaca ou algum choque causado pela vasculatura periférica, ela tem, sim, que ser atribuada, atribuída ao Covid, até porque, os óbitos - eu vou terminar, não é o que cai da laje - até porque os óbitos são testados. Diagnóstico de Covid por quadro clínico é um percentual ínfimo no Estado de Santa Catarina. Ele é confirmado por testagem e, aí, eu me permito dizer, que nós temos uma equipe de profissionais médicos extremamente capacitada dentro da Secretaria de Estado e no nossos hospitais.

É, é, então, quando a gente fala em números em Santa Catarina, e nós, durante esses 75 dias de enfrentamento, além de tudo que foi feito, nós construímos inteligência digital em saúde capaz de nos mostrar claramente a realidade dessa doença no Estado, por vários mecanismos, várias, é... vários grupos de estudo, pessoas conceituadas, universidades, matemáticos, médicos, pesquisadores.

Então, o Estado de Santa Catarina, hoje, tem ferramentas disponíveis inclusive é... com profundidade suficiente pra tomada de decisão, sendo disponibilizadas para todos os Prefeitos do, do Estado, porque nós entendemos a gravidade desse problema. Essa doença ela se disseminou de forma desigual do Estado e a gente precisa do olhar do gestor local pra nós, nos ajudar a entender quais são as melhores ações pra o enfrentamento.

Nós temos o índice de transamissibilidade, transmissibilidade, que é o tal do RT, é, é, que ele tem um impacto absurdo é, é, na curva de disseminação da doença. A gente vinha numa situação bastante confortável...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu vou passar as considerações finais para o senhor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Desculpe eu achei que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, não, não, não, não, não, era só pra falar...

Então não houve uma orientação do governador?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Seguindo um grupo de governadores em todo o Brasil pra adulterar número de mortes?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não. Seria só isso.

O senhor tem um tempo agora para fazer as considerações finais.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Então, como eu estava lhe dizendo, essa a doença ela teve uma, uma, uma disseminação desigual no Estado de Santa Catarina. Assim como a gente tem cidades que têm pouco acometimentos, nós temos cidades que estão sofrendo com uma quantidade de doentes e também é, de óbitos bastante grande.

Esse é o momento de nós olharmos com seriedade pro trabalho da Secretaria, que é um trabalho sério e capaz, pra que a gente consiga tomar as decisões que precisam ser tomadas.

É, é, reforçando, nos últimos dez dias, ou uma semana, nós tivemos um aumento de mais de 50% de óbitos no Estado. E tudo que nós não queremos é que isso aumente. Esse é o indicador que se utiliza para definir recursos? Não. Ele apenas um deles. Nós temos hoje no

Página 712. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

mundo 400 mil pessoas que morreram é, confirmadamente ou... é atestada por Covid. E há, é, um estudo da Universidade da PUC do Rio de Janeiro e do Hospital das Clínicas de São Paulo, que diz que a subnotificação, que é ao contrário, a subnotificação de casos da Covid, em algumas regiões do Brasil, chega a 90%.

Então quando a gente fala um país que perdeu 33 mil habitantes por Covid, talvez a gente tenha o impacto, é bem provável, no quantitativo muito maior disso.

Eu reforço aqui a minha crença na qualidade do trabalho, na necessidade da forma como foi feita, e tenho convicção de que se nós seguirmos nesse caminho, conseguirmos é, trazer para o diálogo a construção todas as forças da sociedade, nós vamos chegar lá na frente com uma, um Estado com menos sofrimento, tanto na questão saúde, quanto na questão economia, porque todos os dias a gente acorda e dorme pensando da mesma coisa: O que fazer pra não pender a balança nem prum lado, lado e nem pra outro.

E o senhor não tenha dúvida, os senhores não tenham dúvidas, da capacidade técnica da Secretaria de Estado da Saúde, que é ordenadora desse processo.

Eu agradeço a oportunidade aos senhores, e lamento que as minhas é, é, colocações não possam ter esclarecido é, uma situação que de fato eu não teria como esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Secretário. Estão dispensados. Muito obrigado.

(*O senhor André Motta Ribeiro deixa o recinto, acompanhado de seus advogados.*)

Consulto vossas excelências se teriam algo mais a ser acrescentado?

(*Nenhum Deputado manifesta desejo de acrescentar algo.*)

Eu gostaria de convidar todos os Deputados para que, após o encerramento da reunião da CPI, permaneçam aqui, inclusive os que nos acompanham de forma remota permaneçam no *link,* para fazermos uma pequena reunião.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente reunião, convocando os senhores Deputados para a próxima terça-feira, às 17h.

Boa tarde a todos. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI

Página 713. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3503
Rubrica

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 9 DE JUNHO DE 2020, ÀS 17H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito boa-tarde a todas, muito boa-tarde a todos, àqueles que nos acompanham pela TVAL, àqueles que nos ouvem pela Rádio Digital Alesc e também àqueles que nos acompanham pelas respectivas mídias digitais.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 7ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 11/2020.

Estão presentes nesta reunião o Deputado Valdir Cobalchini, o Deputado Ivan Naatz, o Deputado Fabiano da Luz, o Deputado João Amin, o Deputado Kennedy Nunes, o Deputado Milton Hobus e o Deputado Moacir Sopelsa, que nos acompanha de forma remota.

Também se encontram nesta sala, a quem desejamos as boas-vindas, a Deputada Estadual Ana Campagnolo, a Deputada Federal Caroline de Toni e o Deputado Estadual Laércio Schuster.

Vou colocar em discussão e votação a ata da 5ª Reunião encaminhada aos senhores Deputados por meio de aplicativo de mensagens e também por *e-mail*.

Em discussão.

(*Pausa.*)

Não havendo que a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Senhores Deputados, recebemos uma correspondências dos procuradores do senhor Douglas Borba encaminhando boletim elaborado por pesquisadores do Nietta, Núcleo de Inovação e Inteligência Analítica da Defesa Civil de Santa Catarina, apresentando os possíveis cenários da Covid-19 no Estado de Santa Catarina. Solicito à assessoria que faça a juntada aos autos.

Recebemos também dos procuradores da senhora Márcia Regina Geremias Pauli esclarecimentos para afastar de seu depoimento qualquer sombra de dúvida a respeito de sua veracidade ou credibilidade, o que já fizemos chegar aos Deputados-membros, conforme requerido pelos procuradores. Foi encaminhado a suas excelência, os senhores Deputados.

Recebemos ainda o Ofício SEA nº 1.383, de 2020, da Secretaria de Estado da Administração, informando que o desentranhamento das páginas de 2 a 18, solicitado por vossas excelências, do Processo 37.070, de 2020, deu-se pela servidora Débora Brum, analista técnico em gestão e promoção da saúde.

Página 714. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

E, por último, informo ainda o recebimento, após o envio das convocações aos senhores Deputados, de manifestações dos procuradores do senhor Douglas Borba informando que ele tem interesse em participar da acareação, desde que autorizado pelo Poder Judiciário.

Solicito à assessoria que conduza a este ambiente as testemunhas. (*Pausa.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor Presidente, há um requerimento do Relator extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Já se encontra aqui na mesa comigo.

Requerimento de autoria do Relator, Deputado Ivan Naatz, que solicita juntada aos autos do Processo nº 39.977/2020, contendo oito laudas para auxiliar os trabalhos desta Comissão.

(*O senhor Douglas Borba adentra o recinto, acompanhado de seus advogados, que se sentam no local indicado pela assessoria.*)

Requerimento de autoria do Deputado Felipe Estevão, solicitando que seja do Poder Judiciário autorizada e determinada a condição do senhor Douglas Borba para participar da acareação.

Requerimento extrapauta do Deputado Ivan Naatz, solicitando a oitiva do excelentíssimo senhor Governador do Estado, Carlos Moisés da Silva.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem os queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Deputados que concordam, permaneçam como estão.

Aprovados.

Encaminho à assessoria os requerimentos e as correspondências.

Senhores Deputados, vamos aguardar a chegada das outras duas testemunhas para as informações preliminares. (*Pausa.*)

(*A senhora Márcia Regina Geremias Pauli adentra o recinto, acompanhada de seus advogados, que se sentam no local indicado pela assessoria.*) (*Pausa.*)

(*O senhor Helton de Souza Zeferino adentra o recinto, acompanhado de seus advogados, que se sentam no local indicado pela assessoria.*)

Para conhecimento de todos aqueles que nos acompanham, comparecem aqui nesta sala o senhor Douglas Borba, a senhora Márcia Regina Geremias Pauli e o senhor Helton de Souza Zeferino para serem acareados referente aos fatos relatados na 5ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, tendo em vista divergências havidas em seus depoimentos, com fulcro no artigo 229, do Código de Processo Penal.

Consulto, de forma coletiva, os senhores e a senhora, se sabem por que foram convidados a fazer parte desta reunião na tarde de hoje?

A SRA MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DOUGLAS BORBA — Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Douglas Borba, para que os taquígrafos possam fazer o registro, peço que o senhor fale o seu nome completo, idade, profissão, lugar onde exerce a sua atividade, local de nascimento e seu endereço, o mais próximo possível do microfone.

O SR. DOUGLAS BORBA — Douglas Borba, brasileiro, casado, 35 anos, residente à rua Bento Francisco nº 1.260, advogado, exerço a profissão no Município de Biguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhora Márcia Regina Pauli.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3504
Rubrica

Página 715. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Márcia Regina Geremias Pauli, residente à rua Vento Sul nº 772, casada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Helton de Souza Zeferino, residente e domiciliado à rua Francelina Domingos de Jesus, 520, São José.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pergunto aos senhores se estão acompanhados de advogados?

A SRA MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DOUGLAS BORBA — Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Helton, o senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão acerca das divergências entre os depoimentos, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhora Márcia, a senhora assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão acerca das divergências entre os depoimentos, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

A SRA MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Douglas, o senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão acerca das divergências entre os depoimentos, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. DOUGLAS BORBA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Lembramos os senhores e a senhora que todos têm o direito de permanecer calados (*a depoente Márcia Regina Geremias Pauli faz que sim com a cabeça*) ou de não responder às perguntas, mas eu gostaria de pedir a gentileza que expressassem essa vontade, tendo em vista que o silêncio não é indicativo de resposta.

Às senhoras e aos senhores que nos acompanham como testemunhas e também aos advogados que os defendem, que os acompanham, quero comunicar que não serão permitidas ou toleradas por esta presidência acusações mútuas e enfrentamento entre as testemunhas ouvidas. Os acareados serão perguntados apenas pelos Deputados, membros natos desta Comissão.

Os advogados de defesa poderão fazer uso da palavra desde que permitido pela presidência, através da manifestação de "pela ordem" ou a pedido do seu cliente. Como a senhora e os senhores estão de costas para os seus advogados, podemos convencionar que um gesto de mão serve para o pedido. Estamos acordados, senhor advogados? (*Os advogados aquiescem.*) Os senhores advogados poderão também manter uma conversa particular com seu cliente, desde que seja um contato breve, não exagerando no número de vezes que isso aconteça. Então, se quiserem manter um contato com o seu cliente, poderão se levantar ou se dirigir até a sala ao lado e num breve contato dissipar qualquer dúvida que apareça.

Concluídas essas orientações, passo a palavra ao Relator, Deputado Ivan Naatz.

Antes, porém, os advogados do senhor Helton, por gentileza...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — São os mesmos da ata passada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — São os mesmos da ata passada, contudo vou pedir aos senhores (*dirige-se aos advogados*) que peguem o microfone e façam o registro: nome, número da OAB e UF da OAB.

Página 716. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. NOEL BARATIERI — Boa noite, senhor Presidente. Noel Baratieri, advogado catarinense, OAB 16.462, OAB Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, doutor.

O SR. NOEL BARATIERI — Obrigado, excelência, bom trabalho pra vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para todos nós.

O SR. MAICON JOSÉ ANTUNES — Senhoras e senhores, boa noite a todos.

Meu nome é Maicon José Antunes, advogado, OAB 39.011, aqui de Santa Catarina.

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS — Senhor Presidente, senhor Relator, senhores Deputados, senhoras e senhores, Nelson Juliano Schaefer Martins, OAB Santa Catarina 3.016.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, doutor.

O SR. DIEGO CARDOSO SCHAEFER MARTINS — Boa noite, senhores Deputados. Diego Cardoso Schaefer Martins, OAB Santa Catarina 54.872.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, doutor.

O SR. GIANCARLO CASTELAN — Peço licença, senhor Presidente. Cumprimento vossa excelência na presidência dos trabalhos, os eminentes Deputados aqui presentes, todos os presentes também. Giancarlo Castelan, OAB 7.082, Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, doutor.

O SR. PAULO CESAR SCHMITT — Boa noite, senhor Presidente, demais Parlamentares e demais pessoas que acompanham. Meu nome é Paulo Cesar Schmitt, OAB 25.638, SC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado.

Senhores, mais uma vez me dirigindo às testemunhas, dispensam-se comentários, ou acenos de cabeça, ou meneios de cabeça enquanto uma das testemunhas estiver fazendo uso da palavra, bem como expressões jocosas, enfim, qualquer tipo de reação que possa atrapalhar os nossos trabalhos. Vamos manter o respeito e a tranquilidade durante todo o processo hoje nesta tarde.

Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhores Deputados que nos acompanham aqui no auditório, senhores depoentes, senhores advogados, sociedade catarinense, muito boa-noite.

Senhor Presidente e senhores Deputados, eu confesso que a gente está entrando num processo complexo, difícil de ser produzido, que é a acareação, mas eu tenho certeza que todos nós estamos imbuídos aqui no objetivo de descobrir a verdade.

O processo de acareação tem um objetivo, contrapor as informações que chegaram até a CPI através dos depoimentos de vocês (*dirige-se aos três depoentes*) e não há intenção nossa de fazer nenhuma espécie de contraponto dos debates. Nós vamos dar crédito àqueles que a gente acha dá mais... que receberão o crédito. Então o objetivo da nossa CPI é para que a gente possa sobrepor quem tem mais crédito naquilo que fala.

Eu, antes de começar especificamente o processo de divergências, de acareação propriamente dita, reputo interessante, senhor Presidente, questionar os três (*dirige-se aos três depoentes*), pelo prazo de até cinco minutos, se alguém gostaria de falar com os Deputados algo que não foi falado, que julgue importante a CPI saber e que ainda não soube. Alguma declaração, algum fato, alguma participação, alguma intervenção, algo que a CPI não sabe (*o advogado Nelson Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino*), que a polícia não

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3505
Rubrica

Página 717. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

sabe, que nós não sabemos porque vocês não falaram, mas que vocês julgam importante a CPI saber.

Então consulto os três se têm interesse de fazer algum esclarecimento nesse sentido.

(*O advogado Giancarlo Castelan fala com o depoente Douglas Borba.*)

Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, senhores Deputados, boa noite.

É... eu gostaria de trazer informações aos senhores, obviamente que nós estamos com algumas informações que são recentes, é... dos últimos dias, e que... na minha opinião, fazem com que nós tenhamos aqui uma outra interpretação desse processo.

Desde o início do... dos nossos trabalhos nós temos ouvido é... que a empresa Veigamed ela foi apresentada no dia 22 de março, é... está nos autos, através de um encaminhamento de um contato, através do... do então Secretário Douglas pra Márcia. É... de acordo com as últimas informações que nós recebemos, através de um... é... de um compilado com informações que o Ministério Público fez, o que se percebe é que a empresa Veigamed ela entra nesse processo no dia 27 de março. Na verdade nós tínhamos até então algumas propostas de trabalho que estavam sendo apresentadas pelo então Fábio Guasti. O Fábio Guasti... enfim, nós temos algumas conversas que são públicas e que os senhores certamente tiveram acesso, onde ele faz oferta de alguns modelos, de algumas... é... de alguns equipamentos e insumos e no dia 26 de março é, ou melhor, no dia 24 de março é... é perguntado a ele é... a respeito de fechar uma proposta: e se nós fecharmos uma proposta? Ele diz que a coisa fica mais fácil, porque ele vai trazer de avião, vai trazer direto, enfim. E aí, então, pra ser exato às 21h40min existe uma informação dela através de telefone pra ele: pode me mandar. 24 de março.

No dia 26 de março nós temos aquela fala então, aquela ligação, onde o Secretário da Saúde tenta fazer um... uma redução dos valores que foram apresentados pela empresa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Me permite interromper?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor falou que recebeu dia 24, mas quem? Quem recebeu isso aí?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, não. Recebi, não, essas informações estão nos autos. Essas informações estão nos autos, dia 24... é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem falou?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso, figura 10, página 136, figura 10, página 136 da informação do Ministério Público, parte 1, é... nós temos às 21h39min uma comunicação entre a Márcia, a senhora Márcia e o seu Fábio, onde lá se pergunta, se faz essa pergunta: se fecharmos uma proposta? O Fábio responde: fica mais fácil, enfim, que ele vai trazer de avião ou coisa que o valha, e aí às 21h40min então: pode me enviar.

No dia 26, quando eu faço contato então com a empresa é... no sentido de tentar diminuir o valor, é... naquele momento, dia 26, a empresa que havia mandado a proposta era a empresa Trading... é... Brazilian Trading. Dia 26, Brazilian Trading era a empresa que iria fornecer os equipamentos. Neste mesmo dia 26, às 23h, o senhor Fábio Guasti é... envia alguns documentos da empresa Veigamed baseado numa proposta de venda de bombas de infusão. Neste mesmo dia, logo depois, 23h10min, salvo engano, no minuto seguinte ele manda um áudio e nesse áudio ele informa que a empresa Simas Drake estava tendo alguns problemas por conta da... por conta da... da entrega em Santa Catarina, que não teria como fazer a entrega, enfim, e ele informa que provavelmente vai ter que trocar a empresa e que diz, inclusive: pode até ser que seja a Veigamed. Isso no dia 26.

No dia 27, às nove e vinte e seis da manhã, ele manda um novo áudio e nesse áudio ele diz: pede pra substituir a proposta, ou melhor, ele pede, né? Ele pede pra substituir a

Página 718. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

proposta da Brazilian Trading pela da Veigamed. Às 10h35min ele envia os dados bancários e já nesse mesmo dia, às 15h58min ele começa a cobrar pagamento (*o advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a depoente Márcia Regina Geremias Pauli*).

Então, na verdade, aquela ideia de que nós teríamos a Veigamed participando lá desde o dia 22 ela não é verdadeira. A Veigamed ela entra nesse rito a partir do dia 27 de março, às... pra ser mais exato, a partir das 9h26min, que é quando ele faz a substituição é... da empresa, que seria a fornecedora.

Só pra deixar... Esclarecer os senhores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado.

É... Douglas?

O SR. DOUGLAS BORBA — Boa tarde, senhor Presidente, cumprimento também os demais Parlamentares, Deputado-Relator, demais Parlamentares que se encontram aqui presentes presencialmente e também o nosso Deputado Sopelsa, que está acompanhando em *home office*.

Bom, senhores, é... diante desse novo e importante detalhe trazido pelo ex-Secretário Helton Zeferino, que vem a corroborar de fato todos os depoimentos já prestados por mim desde o início, espontaneamente, no dia 2 no Ministério Público, repetindo a mesma... as mesmas informações no dia 9 no Ministério Público e mais recentemente nessa CPI há uma semana, eu apenas faço questão de registrar e reiterar que não há qualquer conversa entre Douglas e Márcia ou entre Douglas e Helton e muito menos entre Douglas e terceiros durante esse interstício de tempo de 24 de março a 1° de abril, que é onde se deu toda essa negociação é... feita.

Então apenas fazer o, o, o registro e vou fazer, e fato novo provocado pelo Relator, vou fazer juntar é... relato na CPI, né, relato com as provas de... com as provas de todos os fatos alegados ainda na terça-feira passada (*o advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino*). Só não o fiz antes, como me propus aqui diante de todos os senhores, por conta da acareação, né, então pra não adiantar essas provas aos senhores, que naturalmente por ser uma CPI pública esses documentos também se tornariam de conhecimento público, estão só não o fiz antes pra preservar este importante momento de acareação entre os três envolvidos, mas faremos juntar é... ainda essa semana todos os documentos a essa CPI.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Márcia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu gostaria de fazer a... a inclusão de um fato novo (*consulta seus documentos*), que... embora em outras declarações o Secretário Helton tenha afirmado que na Secretaria de Estado da Saúde nunca se fez pagamento antecipado, eu gostaria que conste nos autos o Processo 11.825, de 2019, de março de 2019, que trata sobre o pagamento antecipado e naquele momento se discute ali, acho que foi uma... uma ordem judicial, mas que tem ali toda a descrição do rito, como se deu o pagamento antecipado, então já colocado na SES desde março de 2019, portanto anterior à minha estada na Superintendência. Ã... de certo ele esqueceu.

Também conforme relato da bombeira militar, ex-gerente de Orçamento, senhora Fernanda Gabriela, em seu depoimento ao Ministério Público ela relata é... uma ligação feita pro Secretário Helton onde ela alerta sobre os pagamentos antecipados e dá algumas... algumas... alguns esclarecimentos (*o advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino*), até uma ligação feita dela para o Secretário Helton, não é, com esse tema.

Eu pergunto aos senhores, não sei se é possível dar algum esclarecimento sobre o que foi colocada agora aqui, nesse momento, ou não é pertinente... não sei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, a senhora tem...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Tem? Ah, tá.

Página 719. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

SERVIÇO PARLAMENTAR DE TAQUIGRAFIA
Fls. 3506
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...liberdade para falar o que achar que tem que falar neste tempo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O que os senhores descreveram, né, os depoentes, ele consta dos autos do processo, é... os prospectos que foram encaminhados eu, já no dia 22, conforme o relato que eu já prestei, as provas que eu já prestei aos órgãos, é... descreveram exatamente essa circunstância. Não é novidade, não é fato novo que Brazilian Trading foi substituída por Veigamed e que os prospectos eles foram, sim, encaminhados no dia 22 pelo senhor Douglas e que a Veigamed foi substituída pela Brazilian Trading. Isso já desde o dia 29, no meu primeiro depoimento eu já coloquei e consta nos autos. Isso não é fato novo.

(*O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se é importante...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Antes de começar a acareação em si, eu peço até licença ao Relator, ao Presidente e aos demais membros da CPI, e também aos depoentes, mais especificamente à senhora Márcia e ao senhor Douglas, nesta ordem – pontualmente obviamente todos têm o direito de permanecer calados e não responderem –, mas nesta semana que se passou de terça-feira passada até hoje, os dois, tanto a Márcia quanto o Douglas, vocês se lembraram do Deputado mencionado por vocês aqui na CPI?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Senhor Deputado, eu não tive acesso em mãos ao meu equipamento celular para fazer a pesquisa. Eu não sei se é possível eu fazer alguma sugestão aqui, mas o período entre 26 de março e 10 de abril é... se os senhores, eu não sei dessa possibilidade, se os senhores aventam essa possibilidade de pedir, então, às autoridades que faça o levantamento de qual o Deputado, qual o gabinete fez a ligação para aquele aparelho que lá está e eles vão relatar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA — Sim, Deputado, é... eu tive o cuidado de buscar essas... essas conversas como, como, como me comprometi anteriormente aqui, é... na verdade já havia deixado claro ao Presidente que não foi em relação aos respiradores, né, que as conversas de Deputados não foram em relação à aquisição de ventiladores, mas houveram pelo menos quatro contatos que ainda estão no meu equipamento telefônico, é... todos republicano como sempre foi com todos os quarenta Deputados dessa Casa, né, é... contados no... contatos no sentido de promover ajuda, ou algum, ou promover alguma indicação ao Estado de algo que o Estado de repente ou pudesse é... é... necessitar. São eles: é... uma doação do Município de Joinville pelo Deputado Fernando Krelling, através de uma empresa que agora me falha o nome, de álcool em gel, que eu dei o devido encaminhamento à Secretaria da Defesa Civil pra que lá fosse recebido; também uma mensagem do Deputado Vicente Caropreso com uma solicitação da empresa é... Malwee, de Jaraguá do Sul, pra que ela pudesse operar com capacidade superior a 50% de servidores pra que pudesse produzir aventais, né, e aí foi dado o devido encaminhamento ao Coes e lá o Secretário Helton promoveu a autorização pra que a Malwee pudesse, então, produzir aventais pra fornecer ao nosso Estado; é, o terceiro contato foi com o Deputado Fernando Vampiro, é... o Deputado Fernando Vampiro fez contato comigo colocando à disposição uma série de empresas ou... era meio que... acho que era através da Associação Comercial de Criciúma, né, pelo que eu entendi no teor da mensagem, é... que tem grande *expertise* na importação pra se colocar à disposição do que o, o, os ca... do que os catarinenses pude... precisassem buscar no exterior eles se colocaram à disposição de fazer isso, tal qual foi feito com o processo da Intelbras, tão bem conhecido por todos os senhores; e um quarto que menciona Deputado, mas que não foi o próprio Deputado que fez contato comigo, é... esse quarto aí não sei se, se o senhor... é... é... usaram o...

Página 720. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu gostaria do caso dos respiradores.

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, o caso dos respiradores eu já deixei claro na terça-feira passada que não, e esses são os outros contatos que foram recebidos durante o episódio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Então pra mim basta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Relator, só comunicando a presença do Deputado Felipe Estevão. Seja bem-vindo, Deputado. E também comunicando que foi entregue a esta presidência um requerimento do eminente Deputado Jessé Lopes solicitando a perícia nos telefones para que seja analisada a ligação que foi recebida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom, terminada essa fase, muito obrigado a cada um de vocês, vou passar especificamente para a fase dos desencontros que a gente tem, né? Eu preciso saber quem é o responsável pelo pagamento antecipado, até agora a gente não conseguiu identificar quem foi o responsável pelo pagamento antecipado.

A servidora Márcia afirmou em depoimento que a decisão pela compra direta, por meio de dispensa de licitação e pagamento antecipado, é discricionário do Secretário Helton, e que ela era ordenador daquela dispensa, já que a alça da SGA era o valor superior a 5 milhões.

Eu vou ler aqui o que a senhora disse, para recordar. A senhora disse: "Então, é... no meu ponto de vista, a decisão por ato discricionário é do Secretário Helton, que era o ordenador daquela despesa. Ele decidiu por aquela compra direta, por meio de uma dispensa de licitação", partindo do princípio de que o prazo de entrega era melhor. E eu perguntei: "Então, a senhora acredita que a escolha...", e a senhora disse: "Acredito." Continuei: "... entre um e outro deriva da entrega?" E respondeu: "Acredito. Foi isso que aconteceu (...)."

De outra banda, o ex-Secretário Helton afirma que não houve em nenhum momento autorização pelo gabinete do Secretário de pagamento antecipado. O que existe nos autos é uma nota certificada de um equipamento que sequer chegou, onde se tem um pedido da servidora Márcia e temos uma assinatura da nota fiscal da própria servidora, no caso a servidora Márcia. O Helton Zeferino disse aos Deputados o seguinte, perguntado se foi ele que ordenou o pagamento antecipado: "Não. A Secretaria... volto a dizer pro senhor, nós só temos que deixar claro as coisas, aconteceu o pagamento antecipado? Não. Na verdade, não foi nem pagamento antecipado, nós tivemos uma nota certificada, uma nota certificada com a... descrição de um equipamento que sequer chegou. Então aqui nós temos, é, nesse momento aqui nós temos um processo de fraude, né?" Estou lendo *ipsis litteris*, né? "O senhor sabe disso, o senhor que é advogado, o senhor sabe disso, isso aí é uma fraude.

Então, a partir do momento que alguém certifica algo que não chegou, nós temos aqui não é pagamento antecipado, isso é uma fraude.

E, segundo, lembrando que... qual é a assinatura do Secretário nesse processo? Qual é a participação do Secretário? A partir do momento que eu saio de uma dispensa de mais de 5 milhões... por isso ela passou no gabinete, e o senhor mesmo já colocou, outros pagamentos antecipados aconteceram, e aconteceram realmente, e sequer passaram pelo gabinete." No caso gabinete, o senhor (*dirige-se ao senhor Helton de Souza Zeferino*) se referia ao gabinete do Secretário.

(*O senhor Helton de Souza Zeferino faz que sim com a cabeça.*)

"Então nós não temos em momento algum deste processo autorização para pagamento antecipado. Isso não aconteceu. O que aconteceu foi decisão de alguns... algumas pessoas que resolveram pagar esse, esse processo de forma antecipada. Mas não que foi autorização do gabinete, isso é uma inverdade, isso não aconteceu, em momento algum do processo está descrito."

(*O depoente Douglas Borba conversa com seus advogados.*)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3507
Rubrica

Página 721. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Eu perguntei: "Tá. Mas quem deu essa autorização para o pagamento antecipado?" e o senhor respondeu, senhor Helton: "Pelo que nós temos nos autos, pelo que nós temos nos autos, os senhores também já tiveram acesso, o que nós temos aqui é uma situação de um processo de pagamento, onde nós temos um pedido da servidora Márcia e temos aqui uma assinatura nessa nota fiscal da servidora Márcia, que encaminha pro pagamento."

E, por fim, eu perguntei à servidora Márcia Regina a respeito desse pagamento antecipado, se ela sabia do processo de compras, e ela respondeu: "Eu sabia do processo de compras? Eu sabia. Eu sabia que o pagamento era antecipado? Todos sabíamos. Eu vou dar o nome de três pessoas que sabiam diretamente ao meu lado: Secretário Helton, a Márcia, Zé Florêncio, Gerência de Orçamento, Comandante lá do Corpo de Bombeiros e o Tiago também. Toda a estrutura foi montada (...)." E etc., e a senhora fala da Secretaria da Saúde.

(*O senhor Douglas Borba conversa com seus advogados.*)

Muito bem, então eu preciso esclarecer isso aqui. O Secretário Helton diz que não deu ordem de pagamento, a senhora (*dirige-se à senhora Márcia Regina Geremias Pauli*) disse que deu ordem de pagamento, então é preciso que vocês esclareçam isso para a CPI.

A senhora Márcia com a palavra.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Gostaria de esclarecer que depois de uma intensa pesquisa que eu fiz sobre os pagamentos antecipados de 2019, eu constatei que o rito para o pagamento, tanto antecipado como ordinário, ele não se alterou durante o... a... a crise, durante o período da Covid, ele manteve-se o mesmo, certo? Então a instrução daqueles processos que decorrem estritamente no... na Coordenadoria do Fundo, que é diretamente subordinada ao gabinete do Secretário Helton e não à Márcia, não à Superintendência, Coordenação do Fundo com as suas Gerência são subordinadas ao gabinete do Secretário Helton, não é subordinada à SGA. Esse rito não alterou, isso eu constatei. É o mesmo rito, seja pagamento antecipado ou pagamento ordinário, o rito permaneceu o mesmo, e foi assim que decorreu.

É... de acordo com as delegações que o senhor próprio já mencionou, Portarias 532 e 533, portaria de delegação cujo Secretário Helton, em 2019, assim definiu, publicou, esta delegação, como já foi dito, até 5 milhões a autorização pra que eu assine as dispensas de licitação para contratar, eu tenho autonomia até 5 milhões; a partir dali o ordenador primário é que tem a autonomia.

É... outra questão que eu gostaria de colocar, como eu já mencionei há pouco, foi o processo que eu já coloquei e também o depoimento da bombeira militar, dona Fernanda, tá certo?

É... outra informação importante é que o pagamento antecipado ele foi condição mínima pra evolução da proposta. A Superintendência ela não originou a compra, ela não negociou a compra e ela não pagou. Na negociação já estava colocado pelo fornecedor condição mínima para a proposta ao pagar, a frase, né: pagando, as peças já chegam entre 5 e 7 de abril (*lê seus documentos*).

Em sua coletiva, juntamente com Governador, o Secretário Helton, no minuto 29 e 46 segundos: o Governador já informou a vocês, temos em processo de aquisição mais de 76 milhões, esses 76 milhões envolvem EPIs e equipamentos pra UTI. Temos a previsão já de entrega dos ventiladores na primeira semana de abril, entre 5 e 7, o que perfaz aí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora tem a data?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — 30/3/2020, minuto 29 e 46 segundos, o que perfaz aí uma compra de mais de trezentos ventiladores – aí ele se referia a duzentos, estes investigados, e mais cem da Intelbras, mesmo *modus operandi*.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino.*)

Primeiro negocia, define, após exe... manda executar a compra. Sempre foi esse o *modus operandi* do Secretário Helton.

Página 722. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então a senhora confirma aos membros da CPI que a ordem para pagamento foi do Secretário Helton?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim. Por um limite de valor, a autonomia era dele; a execução, o apertar do botão, Cofes e suas Gerências, execução operacional; autorização só pode ser do Secretário Helton, não pode ser de mais ninguém.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Obrigado.

Secretário Helton, o senhor gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro.

Bom, senhores Deputados, é... eu acho que é importante a gente resgatar um pouquinho do que aqui já se passou inclusive, até pra que a gente tenha clareza dos fatos. Bom, então vamos é... primeiro nos debruçarmos sobre algumas coisas que já vinham acontecendo na Secretaria (*folheia documentos*).

Eu tenho comigo aqui três processos, três processo de dispensa de licitação abaixo de R$ 5 milhões – esses aqui são três de cerca de nove que aconteceram. Nesses processos, vamos pegar por exemplo aqui uma compra de cardioversores, são equipamentos que dão descarga elétrica pra recobrar é... movimento cardíaco de pacientes. Nesse processo resultou uma Dispensa de Licitação 764, valor: R$ 984 mil, ou seja, até o limite de R$ 5 milhões; forma de contratação – todas as dispensas têm esse texto: a presente dispensa de licitação será efetivada por meio da emissão de ordem de fornecimento. E por que da ordem de fornecimento? Porque de acordo com a 8.666, artigo 64, a ordem de fornecimento ela se equivale a um contrato administrativo.

Bom, temos a assinatura da senhora Márcia neste processo no dia 31 de março, às 17h.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas, Secretário, me permite só um...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Já, já vamos chegar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Porque a gente já sabe que acima de 5 milhões ela tinha autonomia...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, não. Mas por que eu estou falando isso, Deputado? Já vou chegar, tá aqui na ordem de fornecimento.

A ordem de fornecimento que foi emitida desta compra, ela tem um destaque importante, a empresa solicita pagamento antecipado. Está aqui, está descrito aqui. Então, ou seja, a ordem de fornecimento, que é o meu contrato administrativo, ela já cita pagamento antecipado. Foi feito pagamento antecipado dessa nota? Sim, foi feito.

(*O advogado Giancarlo Castelan fala com o senhor Douglas Borba.*)

Esse pagamento foi feito, ordenado, foi... na verdade emitida a ordem bancária no dia 2 de ma... de abril e este equipamento ele adentra ao nosso almoxarifado no dia 13 de maio.

Mais um processo, camas hospitalares. DL 675, valor de R$ 242 mil, também assinado pela servidora Márcia, agora lá no dia 20 de março. Importante, a empresa é... a Ordem de Fornecimento 313 a empresa informou forma de pagamento à vista. Então tá no trecho já da... da ordem de fornecimento que este pagamento é a vista, R$ 242,9 mil. Nota fiscal emitida, lá no dia 23 de março, assinada pela servidora Márcia no dia 24, ordem de fornecimento no dia 2 de abril e adentrou no nosso almoxarifado posteriormente a isso – eu não tenho aqui a data exata, porque esse pro... essa folha aqui eu acabei perdendo, mas se os senhores precisarem eu posso acostar aos autos.

Compra de ventiladores pulmonares. Primeira compra, né, tão é... a tão badalada compra da Edera, Araranguá.

(*A senhora Márcia Regina Geremias Pauli faz que sim com a cabeça.*)

Nós temos aqui o processo então do... que foi autuado lá no dia 18 de março, temos uma ordem de... uma Dispensa de Licitação 670 com duas ordens de fornecimento, uma de 1

Página 723. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3508
Rubrica

milhão 253 mil e uma de 2 milhões e 200 mil, que perfaz aqui um total de 3 milhões 453 mil, foi assinada pela senhora Márcia no dia 19 de março e a Ordem de Fornecimento 304 e 305, que são as duas... 304 e 305, que são as duas ordens que foram emitidas... é...

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

Importante, a empresa informou que o pedido era à vista. Está aqui, na ordem de fornecimento consta isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor, é que é o seguinte, o senhor tem que aproveitar o tempo para falar especificamente... Já compreendi.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Mas eu tô, mas eu tô aproveitando, Deputado. O que eu quero dizer é só, só pra gente ter uma estraté... uma ideia de como é que estavam sendo os processos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ótimo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, falando especificamente do Processo 37.070... Posso continuar? 37.070, então nós temos aí a emissão, o encaminhamento para o gabinete do Secretário da DL 754, essa DL ela vem acompanhada de um parecer jurídico, esse parecer jurídico ele não fala em momento algum de pagamento antecipado, ela faz a mesma citação, forma de contratação: será efetivada por meio da emissão de ordem de fornecimento.

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli e mostra o celular.*)

A Ordem de Fornecimento 343, que foi emitida referente a esta compra, ela fala em prazo de entrega, ela fala em condições de pagamento, ela fala local da entrega, que essa entrega tem um cronograma de pagamentos de cem unidades até o dia 5... de entre 5 e 7 de abril e mais cem unidades até o dia 30 de abril, e ela não faz menção em momento algum ao pagamento antecipado ou pagamento à vista.

Bom, é... continuando (*continua lendo documentos*). Quando nós pegamos esse processo é... que se tornou público, que foi é.. construído pelo Gaeco e Polícia Civil, é... como eu já citei, mas volto a reforçar, já no dia 27 de março o senhor Fábio é... faz uma comunicação com a senhora Márcia e já começa a cobrar pagamento, dia 27 de abril, desculpe, de março, dia 27 de março sequer nós tínhamos parecer jurídica, o parecer jurídica desse processo é do dia 29 de março e no dia 27 ele já estava cobrando pagamento.

No dia 31, então eu tenho a assinatura desse... dessa ordem de fornecimento no dia 30 de março, às 14h37min. No dia 31 de março o senhor Fábio é... às 14h52min encaminha uma mensagem pra senhora Márcia onde ele coloca, ele fala, né, a respeito da nota fiscal, é pra ela levar, o... fala para a Márcia levar... Desculpe, a fala dele é: pra levar a nota fiscal para o José Florêncio. E ele diz assim, isso aí eu coloquei entre aspas porque foi a fala dele: faz ele fazer o pagamento e me dá essa ordem por aqui.

Então, ou seja, nós tínhamos aqui neste dia 30 a minha assinatura de ordem de fornecimento que não se relacionava à pagamento antecipado. Nós temos o dia 31 onde ele, através de mensagens de telefone, ele praticamente dá uma ordem aqui, né: faz ele fazer o pagamento e me dá essa ordem aqui. Que é a ordem de pagamento.

Nesse lapso temporal aqui nós temos uma emissão de uma nota fiscal ou de duas notas fiscais, né, nós temos duas notas de 16 milhões e 500 mil, que na conversa que nós estivemos aqui ou o que se presencia pelo menos nos autos que o Gaeco produziu, nós não temos em que momento essa nota fiscal ela foi pedida. Quem pediu a emissão da nota fiscal? O que eu sei é que às 14h52 ele faz a menção ou quase que a determinação para que ele... pra que a senhora Márcia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ele quem?

Página 724. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Ele o Fábio, o Fábio Guasti. Ele faz quase que uma determinação pra que esse pagamento seja realizado. Estas notas fiscais elas foram emitidas no dia 31, às onze e trinta e sete da manhã, então alguém, né, nós temos que isso... pra que nós possamos esclarecer isso, alguém solicitou essas notas fiscais pra ele (*o senhor Douglas Borba conversa com seus advogados*). Quem pediu essas notas? Essas notas chegaram através de que *e-mail*, ela veio através de *e-mail*, ela veio através de um WhatsApp, ela veio?... Qual foi o meio que essa nota ela chegou é... na Secretaria?

Ã... é importante também relatar que nós tivemos... algumas conversas, algumas conversas que estão nesse processo também que são importantes, até pra gente esclarecer esse... essa situação. É... como eu disse, então no dia 27, página 140 desses autos, nós temos a pressão... o primeiro início de pressão no sentido de pagamento antecipado. No dia... na página 144 dos autos do Ministério Público nós temos aquela quase que determinação, ó, leva a nota lá pra ele pra que ele pague e me manda a ordem por aqui. Na página 148 desses mesmos autos tem uma fala da senhora Márcia onde ela se refere, né, da seguinte forma: o Secretário está sobrecarregado, eu preciso blindar, mitigar os problemas; quando as coisas fogem do controle, a sensação de incompetência bate. As coisas fogem do controle... o que fugiu do controle?

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins conversa com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

Página 154, figura 41, uma fala da senhora Márcia também: nós perdemos tempo, tomamos decisões desamparadas de rito com as garantias de entrega que não ocorreram; estou comprometendo a assistência, estou comprometendo a assistência, sou muito incompetente, fica a lição.

(*O advogado Paulo Cesar Schmitt fala com o senhor Douglas Borba.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário, o senhor me permite?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu preciso compreender que a Márcia tinha poderes para poder fazer isso.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, é... só pra gente entender. É que nós temos um processo que ele é, é, é, ele acontece independente do órgão ao qual nós estejamos. A gente não pode confundir momentos do processo administrativo. O processo administrativo ele tem um ato que é autorização de abertura do processo, de compra, né, vamos falar de compra, especificamente de compra, até R$ 5 milhões, seja ele uma licitação, seja ele uma dispensa de licitação, é... uma ata de registro de preço, a superintendente ou o superintendente de Gestão Administrativa ele tem delegação pra tal. Acima de R$ 5 milhões, todo ato de compra, todo ato de licitação, todo ato de ata de registro de preço, obrigatoriamente ele passa pelo gabinete do Secretário, pra que o gabinete... que o Secretário olhe esse processo, autorize o seguimento desse processo de compra, ele retorna pro setor competente.

Quando nós temos uma... uma compra, seja ela qual for, acima de R$ 5 milhões, vamos imaginar que eu comprei é... luvas, essa luva é uma ata de registro de preço. A partir do momento que é celebrado esse contrato, ele volte novamente pro gabinete do Secretário, por quê? Porque tá acima de R$ 5 milhões. Esse é o rito normal da Secretaria, mas mesmo esta compra de luvas, compramos, sei lá, R$ 20 milhões em luvas. O Secretário, a partir do momento que ele assine o contrato, não é o Secretário que recebe uma nota fiscal, não é ele que recebe uma nota fiscal que é encaminhada pro setor competente, e aí nós temos que ver qual é o setor competente, dependendo da compra ela pode ir pruma unidade hospitalar, dependendo da compra ela pode ir pro centro de distribuição, enfim, nós temos algumas estruturas dentro da Secretaria.

Página 725. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3509
Rubrica

Mas, efetivamente, efetivamente, aquela compra lá, vamos pegar um exemplo, um exemplo clássico aqui, né, R$ 16 milhões, respiradores. Nós tínhamos aqui uma... uma... uma dispensa de licitação que já referia lá na dispensa de licitação pra onde iria, aonde seria a entrega desses equipamentos; a entrega desses equipamentos seria no nosso almoxarifado. Está lá, a ordem de fornecimento já diz, endereço de entrega, e cita lá o endereço nosso, do almoxarifado. Quando ele chega lá, esta... esse equipamento, seja ele qual for, no caso aqui os respiradores, alguém vai pegar essa nota fiscal, vai conferir se... bom, aqui tá falando é... ventilador pulmonar para cuidados intensivos com PIP mínimo de 30.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que... Secretário Helton...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Fala... Pois não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu fiz uma pergunta para o senhor...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se ela tinha condições de ordenar esse pagamento sem que ele passasse pelo senhor.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ela tinha condições?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por que tinha?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Tanto ela como qualquer um no almoxarifado, por quê? Porque nós já temos uma despesa que foi realizada. Essa despesa realizada ela só faz agora o quê? Quem recebe o equipamento, ele confere se esse equipamento ele tá adequado ou não, uma vez estando adequado, rito, rito, é se autua um processo, esse processo uma vez autuado a nota fiscal ela é incluída no processo, essa nota fiscal ela é assinada no Sistema de Gerenciamento de Processos Eletrônicos, SGPE (*a senhora Márcia Regina Geremias Pauli faz que não com a cabeça*). Uma vez que se assine essa nota, uma vez que a nota esteja assinada, essa nota ela precisa ser incluída no Sigef, que é o sistema financeiro, que necessariamente não vai ser incluída pela pessoa que assinou. Por quê? A pessoa que faz a inserção desse documento lá no Sigef ela apenas ela vai conferir, bom, se aquele... se eu tenho uma nota fiscal onde alguém aqui está certificando, através da sua assinatura, que esse produto ele está entregue, eu vou incluir no Sigef.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, em resumo, o senhor entende que uma vez certificada a nota fiscal pela servidora Márcia, de que o produto foi entregue, ou supõe, o departamento financeiro vai fazer o pagamento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom...

Um outro ponto que eu... A Márcia afirma e o senhor Douglas indicou o Leandro Barros para todos os... para tratar dos respiradores.

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS — Presidente, eu gostaria, numa questão de ordem, de requerer a vossa excelência que permitisse que a nossa cliente se manifestasse sobre a resposta do Secretário Helton, uma vez que se ela receber um outro questionamento envolvendo contradição com o Secretário Douglas, ela terá que enfrentar duas respostas, e isso pode confundir a honrada Comissão Parlamentar.

Por isso requeiro a vossa excelência que a Márcia primeiro responda o questionamento envolvendo a manifestação do Secretário Helton.

O SR. NOEL BARATIERI — Questão de ordem, senhor Presidente.

Página 726. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Então se for deferida, nós queremos tempo, uma réplica para... que cada um tem o seu tempo, a dona Márcia pôde expor, o ex-Secretário pôde expor, então é igualdade de tratamento. Não há como deferir mais prazo pra dona Márcia continuar falando.

Questão... foi levantado os ponto, cada um pôde fazer a sua sustentação...

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli e mostra o celular.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor pode tirar a máscara, fica mais fácil para a gente entender.

O SR. NOEL BARATIERI — Então, Presidente foi dado o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. NOEL BARATIERI — ...a dona Márcia pôde falar, o ex-Secretário pôde falar, então agora vamos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vamos, vamos...

O SR. NOEL BARATIERI — Se for dado mais tempo, nós também, a defesa está pedindo mais tempo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vamos estabelecer então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Vamos definir o seguinte: dois minutos para cada um deles...

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS — Senhor Presidente...

O SR. NOEL BARATIERI — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para que seja feito, até porque... é uma questão de tempo, tá, não de...

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS — Sua excelência, eu compreendo, mas por uma questão de ordem também, eu quero interferir, senhor Presidente, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum. [*Transcrição e revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS – Não se trata de réplica ao que a dona Márcia disse, porque o senhor Relator formulou um novo questionamento ao Secretário Helton, ele falou sobre um fato diferente, e por isso que a senhora Márcia tem o direito de contrapor-se àquilo que o Secretário Helton acabou de trazer notadamente, porque são dados e informações novas.

O SR. NOEL BARATIERI – Excelência, questão de ordem, não há nenhum fato novo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Só um minuto, doutor...

O SR. NOEL BARATIERI – ...a questão é sobre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Só um minuto, doutor... doutor...

O SR. NOEL BARATIERI – ...ele autorizou ou não o pagamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Doutor...

O SR. NOEL BARATIERI – ...essa é a questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu já entendi.

O SR. NOEL BARATIERI – Tá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor.

O SR. NOEL BARATIERI – Não há nenhum... nenhuma pergunta nova (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A senhora tem dois minutos.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu gostaria...

Página 727. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3510
Rubrica

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS – Senhor Presidente, uma questão de ordem. O Secretário Helton falou muito mais que dois minutos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS – ...e o tema que ela vai abordar levará mais do que esse tempo, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu acredito que todos os outros Deputados ali vão abordar em torno desse tema, né? Então se ela, de forma bem pontual, puder dizer na oportunidade que ela tiver, ela vai ter a oportunidade de ficar o tempo que ela considerar necessário.

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS – Eu peço, senhor Presidente, que seja registrado meu protesto, no sentido de que ela tenha o mesmo tempo, no mínimo, que o senhor Secretário Helton se manifestou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está registrado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Nos processos relacionados pelo Secretário Helton em que houve o pagamento antecipado abaixo de 5 milhões, todos foram entregues, é, esqueceu de colocar isso. O pagamento antecipado foi feito... eles foram entregues. É... aquele processo... é... a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Viu, dona Márcia...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – São dois minutos, mas não é uma... algo assim, que é desesperador.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ah, eu não preciso falar tão rápido. (*Ri.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode ficar tranquila, tá? Aqui...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Tá.

O Secretário, também no relato dele, ele colocou ali algumas partes da fala, né, que tava lá na conversa do WhatsApp, porém ele omitiu uma parte importante, em que no momento em que o Fábio questiona do pagamento imediatamente eu passo o contato do... do José Florêncio. Isso ele omitiu ali durante a, o relato dele, tem isto lá também. No meio daquela conversa, que ele acabou de relatar, tem eu passando: ah, pagamento? Fala com o Zé Florêncio. E passei o contato do Zé Florêncio.

Outra questão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode falar calmamente mesmo, tá?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Como eu falei, se precisar estender os dois minutos ali...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O.k. Obrigada, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Até porque a taquígrafa ali não consegue acompanhar.

SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ah, perdão. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá, bom?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Outra questão, é o seguinte, é... e lá, e também, tem uma... menção do José Florêncio... Fábio faz uma exigência, está nos autos, Fábio... na folha 17, Fábio faz exigências a José Florêncio, é... pressionando ele sobre o pagamento. Então não foi só a Márcia, né, pressionou o José Florêncio, está nos autos também essa comprovação da, da pressão do Fábio no José Florêncio, também via WhatsApp, também telefone. É isso que eu gostaria de mencionar.

Obrigada.

Página 728. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ex-Secretário Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, só pra... é, pra também registrar, que... o José Florêncio ele recebe o contato... ou é encaminhado o contato dele é... para o senhor Fábio, conforme folhas 29, é... no dia 31 de março. É... e a partir daí então ele tem o contato do José Florêncio. Até então, do dia 27 em diante, que é quando começa a pressão, é... as conversas elas acontecem entre a senhora Márcia... José Florêncio ele entra no dia 31 de março.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ficou claro, Deputado Ivan Naatz? Vossa excelência continua com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado. Nós vamos ouvir aqui o José Florêncio na próxima terça, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quinta-feira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, quinta é feriado. Próxima terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ah, é. Terça-feira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós vamos ouvir o José Florêncio aqui para esclarecer esses fatos.

Bom, a Márcia afirma que o senhor Douglas indicou o Leandro Barros para tratar dos respiradores, interagindo entre os compradores e a Secretaria da Saúde. Eu preciso saber por que... que critérios... Eu não compreendi muito bem, dentro dos depoimentos que vocês fizeram há uma contradição, porque o Douglas disse aqui que não indicou o Leandro Barros e nem... mal conhecia o Leandro Barros, falou que não indicou ele, que simplesmente passou uma mensagem no dia 22 e isso se... isso ficou por ali, nessa mensagem. Foi o que o Douglas Borba disse ao final, inclusive, nos seus esclarecimentos finais aqui, quando falou com a CPI.

Eu perguntei, a respeito do seu Leandro Barros à Márcia Pauli: qual é a pressão que a senhora sentia? E a senhora Márcia respondeu o seguinte: "É sim. O Secretário Douglas era uma... sempre foi uma pessoa que falava em nome do governo, e aí a gente tinha que dar total é... prioridade.

O Leandro, ele sempre para nós, foi esse articulador entre os fornecedores, é... apoiando o que o Secretário Douglas tinha de intenção de fa... de fomentar, né, de fazer aquele fomento, seja em testes rápidos, respiradores. Ele, entre os fornecedores e o Estado, ele era essa pessoa articulando pra que a gente impulsionasse, então, os nossos processos."

Então eu falei para a senhora: "Senhora, o Leandro disse aqui para a CPI que ele nunca fez negócios com governo." Aí a senhora responde: "É, eu tive a oportunidade de escutar também." Mais tarde eu pergunto para a senhora: "É ele disse que nunca fez negócios com governo, nunca vendeu, nunca... Interessante, então ele surgiu assim como...". E a senhora disse o seguinte: "É, ele sempre fez essa articulação, né, os fornecedores estavam aqui, o Leandro estava aqui no meio, e o Secretário Douglas o colocou em total interação conosco naquela, naquela influência."

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.*)

O Douglas negou essa informação, disse que não tinha nenhuma interferência dele com o Leandro Barros. Depois o Douglas, em depoimento, disse aqui para a CPI: "Eu fiz a indicação ou fiz o encaminhamento dos... do senhor Leandro de Barros no dia 2 de abril para tratar especificamente da questão de EPIs." Então eu disse: "Não, não. Dia 22 o senhor já mandou uma mensagem apresentando ele, dia 22 ou dia 23. Dia 22... O senhor apresentou ele dia 22, nós temos uma mensagem." E o Douglas disse o seguinte: "Não, se buscar a mensagem, Deputado, me permita aqui corrigi-lo ou então trazer a verdade. Se mostrar a mensagem, que é comparativa, não sei se tem pra colocar, se colocar aquela mensagem ela traz um protótipo que eu encaminhei, e aí a mensagem que eu digo o seguinte: 'Leandro falará

Fls. 3511
Rubrica

Página 729. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

com você'." A senhora responde: "Já estamos em contato." Foi o que o Douglas disse aqui para nós.

O Douglas também disse para nós que não é verdade que as duas... o Douglas disse o seguinte... Eu perguntei: Douglas, o senhor confirma o contato com o Leandro Barros no dia 23? E ele disse para mim o seguinte: "Não, a verdade são as... as... as duas são verdades. O Leandro vinha em contato comigo, na verdade me procurou já lá no começo é... lá no dia 20, 21, 22, não lembro, e foi naquele momento que eu... que eu canalizei pra Márcia, né, e a Márcia disse: nós já estamos em contato. Ela já estava em contato com o Leandro."

Muito bem, o Douglas nega que tenha apresentado, senão aquela mensagem do WhatsApp. Eu pergunto ao senhor Douglas Borba: o senhor confirma esses fatos, porque eles são negados pela Márcia?

O SR. DOUGLAS BORBA – Pois bem, Presidente, é, confirmo e vou tentar deixar um pouco mais claro pra... pra que seja de compreensão de todos, né?

É, primeiro lá no dia 22, é, de março, o Secretário Helton, que era o coordenador do Grupo Gestão de crise, encaminhou uma mensagem para todos nós que compúnhamos esse ge... esse comitê de gestão de crise, é, dizendo que o Estado estava com dificuldades de adquirir uma série de equipamentos, uma série de produtos, uma série, enfim, estava aquele momento tumultuado no mercado, como todos nós sabemos que aconteceu naquele interstício de tempo.

A partir daí, é, e isso também está comprovado aqui, essa mensagem que foi encaminhada lá, a partir daí eu solicitei ao Secretário Helton com quem nós deveríamos reportar ou a quem nós deveríamos reportar as propostas que chegavam de todo lu... de todo lugar, é... como dito por todos, é... nesse, nesse, nesse processo. Todos os depoimentos, mais de quarenta depoimentos, é, tomados já pelo Deic, diziam que as propostas vinham de vários Secretários de Estado, vinham de fornecedores, vinham de tudo quanto é lugar.

Pois bem, é, naquele momento o Secretário Helton optou, obviamente, por canalizar na pessoa responsável ou no setor responsável pelas compras do Estado que é, da Saúde, que é a Superintendência de Gestão Administrativa. A partir dali eu já tinha, é... alguns contatos que já haviam me procurado e que eu não tinha dado vazão ou que eu tinha dado vazão ao Secretário Helton, e a partir daquele momento, ao invés de direcionar essas propostas ao Secretário Helton eu passei então a direcionar à, é... servidora... é... servidora Márcia.

O Leandro foi mais um destes contatos, é aí que eu quero chegar, não foi o único. E eu trago aqui (*consulta seus documentos*), vou juntar também a vossas excelências aqui, é, trago não só o Leandro, trago o Cacá Pavanello, lá de Jaraguá do Sul, que tava produzindo máscaras, que me mandou mensagem, acho que o Deputado Milton deve conhecer, ex-Vereador de Jaraguá do Sul, um grande empresário da cidade de Jaraguá do Sul. É... também, é... um telefone aqui, código 79, era assim que a gente recebia, senhores, ó (*mostra o documento*), chegava no meu telefone, meu telefone era público, chegava assim o telefone, daqui a pouco 79, código 79, não sei nem de onde é, encaminha à servidora Márcia. Daqui a pouco chegava, é, proposta da Exgen, posposta não, protótipo, encaminhava. Chegava também Leo Byrro, proprietário da Cremer, ali de Blumenau, Deputado Laércio deve conhecer, proprietário da Cremer, empresa catarinense aqui, também mandava. É... pra citar alguns, né? Cacá Pavanello, como já falei, BM Import Export também, oferecendo ventiladores, oferecendo *kits*, oferecendo... enfim, o que mais que temos aqui... ou seja, uma série.

O que que acontecia, Deputado? O Leandro foi mais um destes que procurou a mim, porque me conhecia. De fato, né, já disse qual é a relação, eu de fato tenho uma relação pessoal, de uma pessoa que mora em Biguaçu, que é uma cidade pequena, é uma cidade que a gente ainda conserva os valores, é, da proximidade de todos que moram no mesmo... na mesma cidade. Tenho uma relação cordial com o Leandro, de fato, tenho um relacionamento

Página 730. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

pessoal, é, com o Leandro, mas nunca negocial com o Leandro. Ele era mais um dos fornecedores que se apresentou. Como todos outros que eu narrei aqui, eu fiz o encaminhamento pra onde o próprio gestor da crise ordenou que fosse feito, que era a Superintendência de Gestão Administrativa.

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli e mostra o celular.*)

A partir do momento que eu canalizo esses contatos, esses protótipos pra Superintendência de Gestão Administrativa, do caso dos respiradores, eu saio de cena, tanto é que eu não converso sobre respiradores... aliás, eu não converso sobre nada com a servidora Márcia do dia 25 de março ao dia 1° de abril, isso tá também nos autos e consta no nosso histórico de conversa.

Aquela semana, que foi a semana, coincidentemente foi a semana da aquisição desses duzentos respiradores, nós não conversamos, nós... não trocamos nenhuma mensagem, nenhuma ligação, nós simplesmente não nos falamos. Então, é... é... eu confirmo, né, confirmo o que eu já disse aqui, mais uma vez eu digo a minha versão não mudou desde o início disso tudo, né? O Leandro foi, sim, mais um, mais uma das pessoas que eu encaminhei para o setor competente, que é a superintendente... a Superintendência de Gestão Administrativa.

É, e é importante, pra finalizar a minha parte, é importante dizer que encaminhei aquele protótipo, que tá aqui (*mostra o documento*), que é um protótipo da Vent-Logos, no dia 22, protótipo da Vent-Logos, de um produto que sequer... e aí eu fiz questão de comparar com o descritivo do que a Saúde precisava, tecnicamente eu não entendia, mas agora eu aprendi... estou entendendo um pouco sobre respirador. Esse protótipo, que eu mandei, sequer atende às necessidades do Estado naquele momento, porque esse respirador aqui, que eu enviei, que foi um protótipo que eu recebi e enviei, é um ventilador de transporte, de uma marca Vent-Logos S-21, né? Totalmente diferente do respirador adquirido pelo Estado, né, que é de marca diferente, que é, enfim, que, que, que não é, de fato, nenhum dos protótipos que eu encaminhei.

Então pra ficar claro que, é... sim, é, é, eu passei o contato de... eu perguntei pra Márcia, é... eu, eu disse a Márcia, no dia 22, se o Leandro... que o Leandro faria contato com ela, ela disse: Já estamos em contato. A partir dali, é, eu não passei o contato do Leandro pra ela, porque eu disse, ah, se já estão em contato, deixa eles em contato. Como eu disse, é mais um fornecedor, deixa lá... a avaliação técnica, a escolha, é da Secretaria de Estado da Saúde.

E aí num segundo episódio, lá no dia 2 de abril, narrado, é, é, por vossa excelência, Relator, aí eu nem lembrava mais (*ri*) que o Leandro já estava em contato com ela e no episódio do EPI eu passo o contato do Leandro pra ela, pra tratar da questão do EPI, que aí é, é outra situação e não a dos respiradores.

Espero ter esclarecido, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu gostaria só de...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Você compreendeu bem?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A minha pergunta, a fala...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim, perfeitamente.

Eu gostaria de... manifestar que não muda, né? Na verdade o Secretário Douglas ele afirma que realmente ele passou o contato e... a partir dali o Leandro passa a fazer a... os contatos conosco. Então ele, no meu ponto de vista, ele confirmou tanto a passagem dos prospectos quanto o contato do Leandro (o *senhor Douglas Borba faz que não com a cabeça*) e isto só confirmou, não muda em nada o que eu coloquei e a minha afirmação continua.

Página 731. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3512
Rubrica

É, gostaria de fazer um... ressaltar que foi com a permissão do Secretário Helton que o Secretário Douglas age... né, com... se veio pra... em contato com a SGA, com a SES, com essa interferência e com esse poderio que ele representa, como Secretário Chefe da Casa Civil, um homem do governo, um *staff* do governo, com essa autoridade.

Gostaria de mencionar o que o Secretário Helton falou em seu depoimento, se me permitem, rapidamente: (*lê*) Aos 32 minutos, no Ministério Público, o Secretário Helton expressou: decisão de governo. É... faz subentender que o Governador já havia sido consultado. Aos 33 minutos, Secretário Helton declara: É possível supor que a indicação do Chefe da Casa Civil, pra SGA, pra superintendente, era tido como encaminhamento necessário, pois o servidor entende que é decisão a ser cumprida. O Secretário Helton diz isso em seu depoimento ao Ministério Público.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.*)

Este... esta era o... este era o efeito de uma indicação do Secretário Helton, que foi colocado pelo Secretário, é, perdão, do Secretário Douglas, que foi colocado pelo Secretário Helton em contato comigo, como o Secretário Douglas acabou de afirmar.

Outra questão, quando o senhor coloca, é... desculpe, senhor Douglas, é... que repasse os fornecedores tem um ali, o senhor acabou de manifestar: Um até era de 79. Responsabilidade, responsabilidade, é, que nós deveríamos ter e não nos colocar à exposição daquilo que desconhecemos. É isso que eu gostaria de colocar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que eu tenho... desculpa...

O SR. NOEL BARATIERI – Presidente, questão de ordem, Presidente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Desculpe. Desculpe, senhor Douglas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Prossiga, doutor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Desculpe, senhores.

O SR. RELATOR (Deputado Ivan Naatz) – Só um minutinho, só um minutinho, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode ir falando.

O SR. NOEL BARATIERI – Excelência, como o nome do meu cliente foi citado, eu tô pedindo, então, uma... pra que... o meu cliente possa também se manifestar acerca da... da exposição da senhora Márcia que cita o Secretário Douglas (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Doutor, isso é uma acareação e em dado momento todos eles serão citados durante todo o tempo eu acredito...

O SR. NOEL BARATIERI – Mas tem um ponto, excelência, que foi... que foi citado. Então se o senhor não quiser, eu gostaria que constasse em ata, né, essa... esse seu indeferimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então, tão logo ali, é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não é importante, eu não vejo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...ele conclua a pergunta dele. E detalhe, não tem... eu não vejo relevância, até porque como é uma acareação, todos vão citar o nome de todos aqui durante todo o tempo.

O SR. NOEL BARATIERI – Excelência, eu vejo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu não estou entendendo o senhor.

O SR. NOEL BARATIERI – Com perdão, excelência, eu vejo relevância no seguinte... por que? O Secretário Helton, o ex-Secretário ele passou o sentido republicano, honesto, ímpar, o... ela era representante da SGA, superintendente e tal, não passou com nenhum... malícia, que não... e é isso que ele quer esclarecer...

Página 732. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente...

O SR. NOEL BARATIERI – ...que isso é importante para... que a sociedade catarinense tome esse conhecimento.

Então se ela depois... fez tratativas ilícitas, como está comprovado, daí o... ela que tem que assumir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, isso aí é uma suposição do senhor também, que conste em ata também. Conste em ata também a colocação do senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem falou?

O SR. NOEL BARATIERI – Bom, isso é o Gaeco que fala...

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS – Uma questão de ordem, eu requeiro que seja retirada dos registros desta Comissão a afirmação do meu nobre colega, doutor Noel, que acaba de afirmar algo que sequer a CPI ainda concluiu.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores, isso não vai se transformar numa discussão entre advogados.

Eu já to... eu deixei isso claro no início da reunião, tá? Se quiser pegar o seu cliente orientar ele lá, para que ele retorne aqui, mais tarde depois da pergunta do Relator, assim que concluída, ele vai ter o tempo dele, que eu já falei que sim, eu já disse que sim, só que é preciso que se conclua a pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente...

O SR. NOEL BARATIERI – Só pra fechar (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Presidente, uma questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Por gentileza...

O SR. NOEL BARATIERI – Viu, excelência, só pra terminar. Faço questão que faça o registro da minha fala. Tudo que eu tô falando aqui assino embaixo, tá, excelência?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está registrado.

O SR. GIANCARLO CASTELAN – Senhor Presidente, respeitosamente eu peço a palavra. Estou em silencio até agora aguardando a autorização de vossa excelência, posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

O SR. GIANCARLO CASTELAN – Muito obrigado, excelência.

É... num plano de igualdade, é, considerando a situação anterior em que foi permitido que houvesse aqui uma manifestação, é... se não estou enganado, da... do ex- Secretário Helton em relação à fala da senhora Márcia, eu pediria também que desse plano de igualdade também fosse permitido ao meu cliente, o Douglas Borba, se manifestar a respeito da última fala da senhora Márcia, evidentemente assegurando a ela, se assim vossa excelência entender também necessário, por um princípio de paridade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O mesmo direito que for estendido aos demais vai ser estendido ao cliente do senhor também.

O SR. GIANCARLO CASTELAN – Então eu requeiro a vossa excelência que, por gentileza, conceda a palavra ao meu cliente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mas é necessário que ele conclua a pergunta...

O SR. GIANCARLO CASTELAN – Ah...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...e que se tenha também o entendimento de todos que a gente está em três testemunhas.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3513
Rubrica

Página 733. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. GIANCARLO CASTELAN – Não, mas a respeito da última fala, excelência, da última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu tenho esse entendimento (*ininteligível*) vai ser considerado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Questão de ordem, vossa excelência.

O SR. GIANCARLO CASTELAN – Vossa excelência, entendeu?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Kennedy Nunes, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu só gostaria de dizer... eu sei que é a primeira vez que acontece na história da Assembleia Legislativa uma acareação. Eu tomei o cuidado, senhor Presidente, de assistir algumas acareações que tomaram... e que fizeram parte lá no Congresso Nacional, entre elas o doleiro Youssef e a outra sobre o petrolão.

E lá, a conversa era dos membros da CPI com os acareados. Ponto. Os advogados lá não pediram questão de ordem, não falaram, até porque eu concordo quando vossa excelência diz que quando o advogado quer falar, pega e fala. Por quê? O que eu estou percebendo aqui é que daqui a pouco, e com todo respeito aos advogados que estão aqui, isso daqui vai virar um tribunal do júri, e nós não somos justiça. Isso aqui é uma CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então eu entendo, senhor Presidente, que não é de agora, mas lá da... eu entrei na última semana e o que eu vejo é que há uma ascensão, inclusive, dos advogados dos depoentes, em querer se manifestar mais do que os próprios depoentes. Eu entendo que é por bem, até porque nós estamos com, Deputado Milton, toda Santa Catarina querendo saber e eles estão querendo ouvir os três, com todo o respeito, não os advogados, estão querendo ouvir os três. E o que está acontecendo, Deputado João Amin? Nós estamos ainda na pergunta dos relatores, nós todos estamos, e se a todo momento começar a ter a intervenção dos advogados para querer tirar de ata, registrar em ata, fazer... nós não vamos chegar a lugar nenhum.

Eu entendo que quem tem que falar aqui é o senhor Helton, a senhora Márcia e o senhor Douglas. E se, no caso, a senhora ou senhores falaram algo, e que eles queiram rebater, que seja feita acareação entre eles, até porque esta acareação entre eles é que vai fazer com que nós possamos ver quem está falando a verdade ou não. Então a minha questão é essa, senhor Presidente, que a partir de agora advogado não fala mais, nós falamos, se os advogados quiserem fazer, eles pedem lá, vão falar, mas que seja aberto o debate entre eles, para tirar essa acareação.

Eu entendo a preocupação dos advogados, porque um fala uma coisa e diz o outro... mas essa acareação tem que ter entre eles, e não mais os advogados falarem. Essa pelo menos é a minha colocação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhores advogados, eu compreendo muito bem a posição de cada um de vocês, até porque sou um colega de profissão. Não acreditem que este Relator vai se deixar induzir por uma intervenção, por um caminho que está sendo andado, para voltar... muito pelo contrário, acho que se eu estiver caminhando por um lado e eu sentir que um dos senhores está tentando tirar o lado, eu vou chamar mais atenção para esse lado. Então talvez tem que ter cuidado com isso aí, porque o feitiço pode virar contra o feiticeiro. Também não vamos transformar isso aqui numa discussão de bancas de advogados, porque não é o nosso objetivo.

Página 734. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Eu estava concluindo o meu raciocínio, ia colocar o Secretário Helton na conversa, mas infelizmente fui interrompido pelos senhores e vou voltar atrás.

Eu queria mostrar para vocês a página...

O SR. DOUGLAS BORBA – Se me permite...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, claro.

O SR. DOUGLAS BORBA – Acho que na verdade o Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós estamos aqui para conversar entre nós.

O SR. DOUGLAS BORBA – Certo. Não, acho que o Presidente deferiu o pedido do doutor... Giancarlo Castelan pra que me desse a oportunidade de...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor vai falar...

O SR. DOUGLAS BORBA – ...de falar sobre aquilo que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor vai falar.

O SR. DOUGLAS BORBA – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor vai falar. O senhor veio aqui para falar conosco e vai falar.

O SR. DOUGLAS BORBA – Obrigado, obrigado... Deputado, Relator.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, eu queria mostrar aqui...

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, é sobre, sobre a pergunta anterior já feita, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...a página 5, daí 99, 100. Um texto, ali para que vocês possam acompanhar a leitura, um trecho da ata.

(*Utiliza imagens projetadas para auxiliar os seus questionamentos.*)

O senhor Helton Zeferino falou aqui para a gente:

(*Passa a ler*)

"Bom, com relação à... ao Douglas, ou melhor, com relação ao Leandro a informação que eu tenho, a informação que a própria servidora Márcia me passou, ela... ela me informou que a empresa Veigamed ela foi encaminhada, é... através de um contato telefônico via WhatsApp pra ela, via Secretário, Douglas Borba. É, o Douglas me pediu, em certa, em certo momento, eu não sei recordar exatamente o dia, o contato da Márcia, é... que era responsável pelo nosso setor de compras. Eu passei, a partir de então acredito que ele deva, que ele tenha iniciado esse contato com ela. A Márcia, é... me... me relatou que ele fez, então, o encaminhamento da Veigamed, isso tá no telefone dela, inclusive.

É... o Leandro é um outro, é... é um outro fornecedor, né, que é encaminhado também, ou facilitador, né? Como ele... ele se diz, né? É... que é encaminhado também pro telefone da Márcia através do Douglas Borba. É... eu fiquei sabendo, é... logo após disso também que o Leandro acabava... teria um histórico dentro da Secretaria de ter sido um superintendente de planeja... planejamento de gestão, enfim, mas não foi na gestão atual, mas que já havia passado pela Secretaria. É... e o Leandro, inclusive ele é..."

Muito bem, o que eu quero dizer é o seguinte: a Márcia esteve aqui e disse que se sentiu pressionada, sentiu-se ameaçada, sentiu-se pressionada pelo Douglas para atender o Leandro, para atender a Veigamed, que ele falava em nome do Governador etc., etc. O Douglas nega, Márcia, o Douglas nega.

(*O senhor Douglas Borba manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

Só um minutinho, Douglas.

O Douglas nega. Eu preciso que a senhora deixe claro à CPI, qual foi a pressão que o Douglas fez para que a senhora atendesse o pedido da Veigamed, fizesse pagamentos... porque não pode se reduzir aquela mensagem.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. É...

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3514
Rubrica

Página 735. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Na minha concepção, né? Não estou fazendo nenhum julgamento de valor...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...mas se esse fato se resume a essa mensagem, a gente tem que explicar muita coisa.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, o que eu quer... o que eu tenho a explicar, além do que já está nos autos, a fala constante do Secretário Douglas em nome do Governador, eu gostaria de ler, também está nos autos, uma passagem da minha conversa de WhatsApp com o senhor Douglas. Pode ser, senhores? (*Ininteligível.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O.k., com licença.

Um pouquinho pra mim localizar, por gentileza (*folheia documentos*).

Eu não vou me recordar a data que que estava num *backup* lá da mensagem: (*lê*) Alguma novidade? Governador questionando. Hoje vamos pra Defesa Civil.

Isso é fala do... abre aspas, né, palavras do senhor Douglas. O senhor Douglas ele... sempre foi... assim, é... de perguntar, de cobrar. A... a... o Leandro onde entra nessa jogada, né, pressionando, tem também nas mensagens, ele está lá perguntando: E os respiradores? Deram certo os respiradores? E os respiradores?

A... o se... senhor Douglas mencionou há pouco que entre um período ali ele não fez sequer uma mensagem, porém, é... ele não se recorda, mas a concomitância entre a data do pagamento da Veigamed tem sim, tem sim mensagens lá e cobrança, inclusive telefonemas, tem sim.

Num dos telefonemas, num dos telefonemas, eu estava na minha casa, falei aqui ainda, no dia 2 de junho, ao lado com meu marido, coloquei ele pra ouvir, ele falou em excesso de preciosismo. E tem também, é... após esta frase, algo que eu também não disse ainda, porque a gente vai lembrando aos poucos, a mesma fala dele na continuação deste mesmo dia, ele fala: Vocês têm muito excesso de preciosismo. Fala a palavra preciosismo e também, é... uma frase no sentido de: Vocês não tem o que se preocupar, o governo jamais vai lhes, lhes desamparar. Esta frase foi dita por ele.

(*O senhor Douglas Borba faz que não com a cabeça.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É nisso que se resume a pressão que a senhora sofreu?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu, é... existe várias formas de fazer-se pressão. Para mim, uma autoridade desta, isto configura, para mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário Helton, a respeito da participação do Douglas no processo da Veigamed, o senhor gostaria de fazer alguma intervenção?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, na verdade, é... essas comunicações existiram entre os dois, eu não... não participei. A minha única participação nesse processo foi no momento que o Douglas pediu o contato da Márcia e eu passei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Douglas?

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom, primeiro eu gostaria de... depois, é, é, deve ser questionado, mas enfim, só pra não perder o assunto, questionar em que momento, né, ao Secretário Helton, em que momento eu fiquei sabendo dessa aquisição da compra dos respiradores, né? Se ele lembra daquela reunião do dia 22 de... de abril, quando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Douglas, é...

O SR. DOUGLAS BORBA – ...ele chamou a reunião comigo e com o Governador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu gostaria de pedir que o senhor conversasse com o Relator ou com a Presidência, e não com o seu ex-Secretário.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não mas ai é, é... é porque diz respeito ao tema...

Página 736. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ã-hã, Ã-hã.

O SR. DOUGLAS BORBA – E aí só pra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

O SR. DOUGLAS BORBA – Certamente ele deve ser questionado a respeito, né, mas enfim.

É, bom, algumas inconsistências e na verdade... na verdade (*ri*), inverdades na fala da servidora, infelizmente.

(*A senhora Márcia Regina Geremias Pauli faz que não com a cabeça.*)

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli e mostra o celular.*)

É... primeiro, aquela fala que ela transcreve ali uma parte dizendo que, é... alguma notícia sobre, é... testes rápidos, o Governador questiona, é, porque nós estávamos, de fato, precisando de testes rápidos pra poder acessar à Defesa Civil, visto o movimento muito grande da Defesa Civil e nós precisávamos testar todas as pessoas que acessavam lá pra que não houvesse perigo ao chefe maior do Estado, que é o Governador do Estado de Santa Catarina.

Então foi um questionamento sobre, é, se o Estado já havia adquirido testes rápidos. Ela, ainda no decorrer dessa mensagem, eu lembro muito bem, me deu três alternativas, disse: Olha, Lacen, é... compra tal e compra tal. Daí eu, eu mando uma mensagem textual pra ela, que vou fazer juntar, que diz o seguinte: pode ser qualquer uma delas, só precisamos garantir a segurança do Governador. Isso está muito, muito claro, é, no, nas mensagens minhas com ela, então acho que não é tirar parte de falas, é, fora de contexto, pra justificar o injustificável, né?

É... outra situação, ela fala dessa conversa minha com ela, em relação ao Leandro, é importante que fique claro aqui, isso diz respeito à EPI, isso diz respeito exclusivamente à EPI. E esse contato se deu no dia 2 de abril, naquele episódio que eu já narrei a todos os senhores que era um processo de importação, que a Secretaria de Saúde queria fazer com o pagamento adiantado, que nós interferimos e que a partir daí o Leandro, mais uma vez, se apresentou como se pudesse ou como tendo uma solução de uma importadora que faria isso pro Estado.

Foi aí que de fato eu conversei com a servidora Márcia, então é importante a gente separar os assuntos aqui, não colocar tudo num balaio, Deputado, Relator, porque senão parece que... eu, em algum momento, pedi, é, pra contratar a Veigamed, o que é mentira, parece que algum momento eu pedi pra pagar Veigamed, que é mentira, né? Então é bom a gente separar muito bem esses assuntos e eu, e eu assumo de fato aqui os fatos em que eu pratiquei.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.*)

O fato que eu pratiquei em relação ao Leandro e à ligação, que foi aqui dita pela servidora Márcia, diz respeito à EPI, no dia que eu passei o contato do Leandro pra ela, que foi dia 2 de abril. Eu simplesmente não tratei de, de respiradores durante todo esse período, porque eu desconheço essa compra de respiradores da Veigamed. Eu tomei conhecimento dessa compra de respiradores da Veigamed no dia 22 de abril de 2020, é... numa reunião chamada pelo Secretário Helton na Defesa Civil, participaram eu, o Governador, Carlos Moisés, que pode confirmar, o chefe de gabinete, é... do, do Governador, senhor Márcio Ferreira, que pode confirna... confirmar e o próprio Secretário Helton Zeferino, que certamente vai lembrar e pode confirmar.

Nesta oportunidade o Secretário Helton abriu a reunião com a seguinte frase: Vocês querem problema? Temos um problemão a resolver, o Estado pagou 33 milhões por duzentos respiradores e não recebeu os respiradores. O que vamos fazer?

Página 737. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3515
Rubrica

E a partir daí foi uma força-tarefa dentro do governo, e dou mais detalhes ainda, nesse mesmo momento o Secretário Helton disse o seguinte: Até aqui, ninguém sabia - e até aqui ninguém sabia, era ninguém, nem o Governador nem eu -, até aqui ninguém sabia, mas a partir de agora um repórter da Intercept fez contato com a Secretaria da Saúde - o Secretário vai lembrar -, e agora isso vai se tornar público, o que vamos fazer? Nesse momento, senhor Relator, nesse momento, senhor Presidente, eu tomei conhecimento da, é... compra dos duzentos respiradores da Veigamed.

Pra concluir ainda nesse rol que a... a servidora lista, é... só fazendo pontualmente. Primeiro, o Helton pediu ajuda pra indicar. Segundo, a Már... indicou a Márcia pra ser o canal, isso foi reforçado aqui por todos os servidores da Saúde que vocês já ouviram na CPI e todos aqueles que já foram ouvidos pela Deic também, que era a Márcia ou que era a SGA o local onde a gente deveria mandar tudo que recebia.

Foram repassados vários contatos para a servidora Márcia e eu ainda tive o cuidado, na minha situação, Deputado Milton, eu tive o cuidado de enviar pra ela uma mensagem no dia 24 de março, ou seja, antes de qualquer processo de compra desse, Deputado Kennedy, dizendo o seguinte: estou mandando tudo o que eu recebo - está aqui, vocês vão receber cópia - estou mandando tudo o que eu recebo, vocês filtrem aí.

Eu não poderia, enquanto servidor público, prevaricar de receber um possível fornecedor e guardar isso pra mim. Quando o gestor da crise, o Secretário Helton, disse: Gente, estamos com dificuldade. Qualquer pessoa que se apresentou nesse momento foi encaminhado para o setor responsável. Agora, o processo de escolha, o processo de compra, o processo de pagamento, pera lá, eu já tenho as responsabilidades dos meus na Casa Civil. Esse, essa responsabilidade de processo, esse, é uma responsabilidade única e exclusivamente da Secretaria de Estado da Saúde, não sei de quem e nem quero saber, mas é da Secretaria de Estado da Saúde.

Então dizer que eu tenho responsabilidade por transferir uma dezena, sei lá, de... de, de protótipos, de contatos, de pessoas que diziam ter a solução pra todos os problemas do Estado naquele... naquele momento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Relator, deu-se por satisfeito da pergunta?

O SR. DOUGLAS BORBA – ...então, é, dizer que eu tenho a responsabilidade, senhor Presidente, senhor Relator, é de fato uma, é, insensatez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom... Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Poderia falar rapidamente?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É... de novo, reitero tudo que já relatei nos autos.

Segundo, gostaria de manifestar minha, é... minha admiração aqui com a declaração que eu escutei só agora do Secretário Douglas acerca dessa reunião do dia 22 com o Governador, muito me causa estranheza.

(*O senhor Noel Baratieiri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.*)

No próprio dia 2 ou 3 de abril, o Secretário Helton abriu o elevador, olhou pra minha frente e disse: Pagaram, acho... já sabem. Dali pra frente no dia 3, 2, 3 de abril, aquilo foi um verdadeiro temor, a informação do pagamento da Veigamed dentro da Defesa Civil.

Numa oportunidade eu perguntei ao, então, Secretário Helton: Secretário Helton, nós precisamos antever quem a gente poderia, né, ã, trazer. Ele falou em nome de autoridades investigativas, que eu não vou repetir aqui, pelo menos o nome de três. Na minha surpresa, quando eu cheguei a primeira vez no Gaeco, que eu fui declarar, o Gaeco disse pra mim que eles só ficaram sabendo por meio de Intercept, no dia 28. Ali eu soube da primeira inverdade proferida pelo, então, Secretário Helton. Gostaria de registrar isso nos autos.

Página 738. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual é a inverdade?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Porque o Secretário Helton falou em nome dessa... dessa instituição no dia. Ele relatou três instituições: PGE, Gaeco e Deic.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Posso? Obrigado, Deputado.

Só pra esclarecer também, é... eu já disse aqui durante a minha declaração, mas volto a afirmar, é... no dia 7 eu orientei, é... a servidora Márcia, através do seu WhatsApp...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – 7 de que mês?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – 7 de abril, tá, prazo que findava o primeiro lote, a primeira entrega. Eu orientei a servidora Márcia pra que ingressa-se com a notificação de devolução de recursos. Essa notificação ela foi feita no dia 8.

É... também é importante os senhores tomarem conhecimento, e aí nós gostaríamos até de entender por que que isso aconteceu. No mesmo dia 7, às 19h11min, a mensagem que eu encaminhei pra ela, ela encaminhou para o Fábio Guasti, é... a mesma coisa (*a depoente Márcia Regina Geremias Pauli faz que sim com a cabeça*), dizendo que o... que eu orientei, que fosse feita a notificação para devolução dos recursos.

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a depoente Márcia Regina Geremias Pauli*)

Então dia 8, nós iniciamos o prazo legal, que foi quando ela foi encaminhada, a notificação. Do dia 8 em diante nós temos cinco dias úteis, que são aqueles prazos regulamentares, eu já disse isso aqui também. No dia 15 eu fui à Procuradoria-Geral do Estado, acompanhado do doutor Gustavo, que é o consultor jurídico... era, eu não sei se é, continua sendo ainda, o consultor jurídico da Secretaria de Estado da Saúde. Nesta reunião participaram o procurador-geral do Estado, o Alisson, o subprocurador-geral do Estado, doutor Laguna, tinha mais um procurador que eu não sei, não rela... não, não recordo agora exatamente, é... quem era o procurador.

É... ao retornar pra Secretaria, pra, é... Defesa Civil, nós tivemos, é... a *live* como os senhores dizem, né? A gente considerava como coletiva, mas, enfim, a *live* aconteceu, e logo depois que aconteceu a *live*, é... eu me reuni com o se... com o Governador do Estado e passei a situação: ó, estive na PGE, fiz isso, isso e isso, e... e a orientação da PGE é a seguinte, tá? Isso aconteceu.

A partir de então nós tivemos, então, a entrega da notificação da empresa no dia 16, a contranotificação da empresa, foi feita a avaliação. No dia 22 nós tivemos, é, a instauração da sindicância, de uma sindicância no dia 23, a segunda sindicância. No dia 24 foi feita a publicação da exoneração. No dia vinte... 27, é... foi feito a solicitação de investigação à Deic... no dia... desculpe, no dia 28, salvo engano, investigação à Deic, pelo período matutino. No dia 28 também foi encaminhado as informações à Controladoria- Geral do Estado. No dia 28 à tarde sai a informação da Intercept.

No dia 29 a Procuradoria-Geral do Estado ela é incitada através de um ofício ao qual, segundo consta no SGPE, esse ofício ele foi arquivado, então nós não tivemos continuidade deste ofício, é... junto à PGE, não sei informar por que, mas foi encaminhada lá pra PGE todo o relato do que aconteceu no 37.070, e solicitando que as providências administrativas e, e legais de, de forma a assegurar, é... o erário público, se fossem adotadas.

Então esse foi, a rotina da... dos procedimentos que foram adotados, é... e no dia 22, que é a reunião que o... o... o ex-Secretário da Casa Civil Douglas Borba ele cita, sim, nessa reunião, mas nós já tínhamos a ciência então da PGE no dia15. E, à tarde, logo depois da coletiva também o Governador do Estado ele foi ciente porque eu estive na PGE e era justo, né, que eu tivesse informado qual foi a orientação que eu recebi.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3516
Rubrica

Página 739. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Com licença, senhores. É possível?

Insisto em relatar que o Secretário acabou de não responder por que entre dia 2 ou 3, quando tem essa abordagem: pagou-se... 2 ou 3 de abril, não é 7 de abril! 7 de abril é a mensagem dele para mim... 2 ou 3 de abril, por que que naquele momento não tomou-se uma, uma decisão?

Na minha entrevista eu coloquei, gostaria de repetir aqui: o que se fez entre 2 de abril e 24 de abril, qual foi a estratégia traçada? Qual foi a estratégia traçada entre 2 de abril? Depois em relatos, até nos autos, eu per... eu percebo ali, vocês também, os senhores conseguem identificar, o pagamento na conta da Veigamed só entrou dia 3 de abril. Eu gostaria de registrar isso nos autos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, aí, é o objeto de investigação desta CPI, por que o Estado demorou tanto para providenciar o resgate do dinheiro, que obviamente isso permitiu que o dinheiro se esvaísse em decorrência do tempo. Este Relator já questionou o Secretário por ordem e disse: por que se demorou tanto? Já que se permitiu que o dinheiro... era muito tempo, né, para esvaziar os cofres, não se tomou a providência imediata.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Providência adotada no dia 8, né, Deputado. Só pra re... deixar registrado, dia 8 foi notificada a empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas notificado... bom, não, nós não vamos fazer um debate aqui, né, por favor.

(*O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

Sim, é importante, sim, mas eu não queria fazer, Deputado João Amin, um debate com a parte, porque... Como eu disse, o Estado demorou demais para agir e isso permitiu que o dinheiro desaparecesse.

Bom, para encerrar minha parte aqui e passar para os meus colegas, eu gostaria... eu não compreendi muito bem ainda e acho que tem uns desencontros de informações com relação à participação do Douglas Borba nesse processo. Certamente os meus colegas vão me ajudar, mas a Márcia Pauli disse que o Douglas Borba enviou mensagem sobre os respiradores da Veigamed; o Douglas afirma que entrou em contato no dia 22/3 somente para tratar de assuntos de EPI, é o que ele diz, que nunca tratou de respiradores com a Márcia; e o senhor Helton afirma que o Douglas pediu o contato da Márcia para tratar dos respiradores da Veigamed.

Eu vou recordar aqui o que disseram os senhores. Eu perguntei: alguém da Casa Civil? E a Márcia respondeu: "Ele... e, eu fiquei sabendo da informação dele, no dia 22, na primeira ligação. Neste dia 22, de manhã, o Secretário Douglas me liga e já compartilha uma mensagem do Secretário Helton no meu WhatsApp, pedindo, perguntando: Márcia, o Helton pediu ajuda, como posso ajudar? Falei assim o, uma outra coisa que eu gostaria de deixar claro aqui, bem claro aqui. Quando o Secretário Douglas me perguntou: como eu posso ajudar? A minha resposta foi: preciso de um grupo para apoiar as compras porque nós estamos sendo bombardeados aqui."

A senhora segue: "10 horas da manhã, o Secretário Douglas me liga e pergun... compartilha... ele liga e, em seguida, ele já compartilham mensagem do Helton pedindo ajuda, e diz o seguinte: Como posso ajudar? Eu falei, nós precisamos de apoio aqui na, com o grupo de apoio aqui nas compras, porque nós estamos com fornecedores ditando regra, exorbitando preço, mantendo proposta, recebe... mantendo propostas que a gente não consegue fechar. Nós, nós estávamos, a nossa dificuldade era EPI nessa época. Nós estávamos com consumo de máscaras de procedimento cirúrgico muito elevado. Então a nossa grande, a nossa grande necessidade era EPI, nesse momento."

Página 740. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

E aí vem o que eu preciso saber. "Ele falou: Então é o seguinte, é, é, é... a partir de agora vou passar a encaminhar algumas propostas pra você", e você se referia ao Douglas, "do que eu tô recebendo aqui, eu vou... nós vamos encaminhar algumas propostas de fornecedores que você pode ter, né, toda a tranquilidade com esses fornecedores. Além disso, nós temos, é, vou entrar em contato com Tasca, com Moisés e a gente vai ver o que a gente pode fazer pra ajudar.

Ele desligou o telefone, minutos depois, ele já compartilhou a mensagem do Secretário Helton, que está lá, no meu WhatsApp, e já me mandou um áudio - aí está em áudio, graças a Deus - falou assim: Acabei de falar com Moisés ele já está falando com alguns órgãos e o Tasca vai coordenar esse apoio pra você, está certo?

A partir dali ele já passou o contato do Leandro Barros, que é o colega que já teve aqui, e... a proposta... encaminhou também essa proposta a esse fornecedor da Veigamed, e ali começou transcorrer os contatos, tanto com o Douglas, tanta com o Leandro quanto com o Fábio Guasti."

Permitam-me, senhores Deputados, é importante que se diga o que disse o Secretário Helton também a respeito disso: "Bom, com relação à... ao Douglas, ou melhor, com relação ao Leandro a informação que eu tenho, a informação que a própria servidora Márcia me passou, ela... ela me informou que a empresa Veigamed ela foi encaminhada, é... através de um contato telefônico via WhatsApp pra ela, via Secretário, Douglas Borba." A senhora afirmou isso aqui, o que ele nega. "É, o Douglas me pediu, em certa, em certo momento, eu não sei recordar exatamente o dia, o contato da Márcia, é... que era responsável pelo nosso setor de compras. Eu passei, a partir de então acredito que ele deva, que ele tenha iniciado esse contato com ela. A Márcia, é... me... me relatou que ele fez, então, o encaminhamento da Veigamed, isso tá no telefone dela, inclusive." Está falando o Helton Zeferino.

"É... o Leandro é um outro, é... é um outro fornecedor, né, que é encaminhado também, ou facilitador, né? Como ele... ele se diz, né? É... que é encaminhado também pro telefone da Márcia através do Douglas Borba."

Já o Douglas Borba disse para os integrantes desta CPI que até... falou o Douglas Borba: "É, até porque esse fato que a servidora Márcia menciona, ela menciona a respeito dos EPIs, tá? Então ela... esse depoimento dela não... não é relacionado aos respiradores, é relacionado aos EPIs. Nessa oportunidade, aí é importante a gente rememorar um pouquinho, voltar lá no dia é... 22 de março quando o Secretário Helton Zeferino encaminha uma mensagem no grupo de gestão de crise do governo do Estado com o seguinte teor, é... 'Penso que, neste momento, a equipe do GRAC precisa dedicar boa parte do esforço para localizar fornecedores de ventiladores e monitores. Sem isso não adianta prever leitos. Estamos com muita dificuldade para adquirir'. Então isso aconteceu no dia 22 de março, está aqui uma... uma cópia do *print* é... do grupo de WhatsApp, o grupo de gestão de crise.

Na sequência, o próprio Secretário Elton, aí em conversa privada comigo, me encaminha o contato da servidora Márcia falando o seguinte:", está dizendo o Douglas, "'Contato para esclarecimentos sobre o que precisamos. Segue'.

Ou seja, por que que eu trago (...) aqui é... pra justificar o meu contato com a Márcia, né?" Se resumiu a oferecer os EPIs. Foi isso que disse o Douglas.

(*O senhor Douglas Borba faz que sim com a cabeça.*)

A senhora disse que ele apresentou a Veigamed, o Helton diz que ele apresentou a Veigamed e o Douglas diz que só apresentou os EPIs.

Secretário Helton...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, pois não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...o senhor gostaria de esclarecer à Comissão?

Fls. 3517

Página 741. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, na verdade, é... a minha fala foi baseada justamente na pergunta que eu fiz pra servidora Márcia, quem havia encaminhado a empresa, é, que culminou com a contratação, e ela me relatou que foi o... o então Secretário da Casa Civil, Douglas Borba.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom, primeiro é impo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – (*Ininteligível.*)

O SR. DOUGLAS BORBA – Primeiro é importante resgatar, lá no... no primeiro depoimento do Secretário Helton à Deic no dia 30/4, ele diz o seguinte quando perguntado se em algum momento veio algum agente político fazer indicações, ele diz o seguinte: (*lê*) Todos os dias chegam propostas de todos os lados, as pessoas são muito proativas, mas isso não faz com que seja desrespeitado o rito - fala do Helton - por mais que eu tenho uma proposta, eu preciso ver se ela é adequada - minuto 26 do depoimento do Secretário Helton na Deic, no dia 30/4. E ele continua: O processo foi mal instruído, tem falhas. Ele poderia até ser mal instruído, mas não poderia ter sido pago. Está aqui (*mostra documento*), depoimento do Secretário Helton do dia 30/4, lá na Deic.

Ou seja, mandar propostas ou mandar protótipos. Eu não mandei nem proposta, porque proposta é quanto tu coloca lá... é, endereçado a quem, o valor do produto, as condições de pagamento, o prazo de entrega. Isso é uma proposta. O que eu enviei, e não foi uma, foram duas, é... dois protótipos de respiradores, tá, são diferentes dos respiradores comprados pelo Estado, um da Vent-Logos e outro da BMX, que é o que chegaram pra mim e foram encaminhados pra lá.

É... e ainda que tivesse encaminhado qualquer protótipo que viesse a ser comprado pelo Estado, o próprio Secretário Helton diz e... e, e, e acerta no seu depoimento, ao dizer o seguinte: Olha, essa proposta pode vir de quem quer que seja, mas essa proposta deve obedecer os ritos. E a Secretária... a, a Superintendente Márcia, também no mesmo dia 30/4, é... perguntada de como a proposta da Veigamed apareceu, lá ela disse o seguinte: (*lê*) Começamos a receber propostas pelo WhatsApp, *e-mail*, telefone, papel, de tudo quanto é jeito, vinha até de Marte. Todos sabiam que o governo queria comprar e chegavam de algum modo mandando mensagens ou simplesmente mandando *prints* das propostas - está lá no minuto 15:45. Ela continua: Recebia propostas do Secretário Helton, Secretário Tasca, Secretário Douglas, Secretário Tiago, Secretário Leandro Lima, contatos da Vice-Governadora.

A proposta que o Douglas enviou é a mesma que o Fábio enviou, e aí começou este tumulto todo. E aí que eu quero dizer pros senhores que proposta é uma coisa e protótipo é outra coisa. Aquele pro... protótipo da Vent-Logos 21, se nós colocarmos no Google, Deputado Laércio, ventiladores, vai aparecer ali uma imagenzinha e tal. Alguém me mandou aquilo ali e eu mandei pra Márcia, e não passei o telefone de ninguém. Eu disse, sim: Leandro fará contato com você. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

Logo abaixo dessa, dessa mensagem, provavelmente, é uma pena que eu não tenho todas as conversas, o meu celular não admite tanta memória e... de fato, as mensagens que não são tão importantes eu, com freqüência, faço o *backup* do meu celular e exige ali que seja é... diminuído o... a memória para poder fazer o *backup*.

Então, eu não sei de quem eu recebi aquele protótipo, não faço ideia, mas quando a servidora Márcia diz que já estava em contato com o Leandro, eu sequer passei contato! E se os senhores observarem aquela imagem da Vent-Logos, ela sequer tem número de contato telefônico... ela tem um *e-mail*, agora, se a Secretaria da Saúde mandou um *e-mail* pra aquele protótipo, se recebeu o contato de algum representante e a partir daí começou a fazer relação, aí eu não sei. É um processo... e eu repito, senhores, é um processo, pelas palavras do próprio Secretário Elton, que deve obedecer um rito e esse rito tá lá na Secretaria de Estado da Saúde!

Página 742. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Não está em mais nenhum local do governo! Está lá. Nós não podemos... eu usei essa frase terça-feira passada e é a mais absoluta verdade: nós não podemos transferir responsabilidades. Eu sou responsável, Deputado Felipe Estevão, por todos os processos de compra da Casa Civil do dia 1º de janeiro de 2019 a 10 de maio de 2020. Estes, eu sou responsável.

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a depoente Márcia Regina Geremias Pauli.*)

Agora, porque num momento de crise, num momento de... em que o Estado necessitava é... de alternativas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado, senhor Douglas...

O SR. DOUGLAS BORBA — ... necessitava de quantidades...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Você vai ter oportunidade de conversar com os outros Deputados. Talvez você... eu não quero atrapalhar

O SR. DOUGLAS BORBA — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Como você vai conversar com os outros Deputados...

O SR. DOUGLAS BORBA — Agora tem um ponto que o Deputado perguntou... se o senhor me permite voltar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por favor. Se o senhor puder reduzir...

O SR. DOUGLAS BORBA — Em relação à ligação para a servidora Márcia. De fato, lá no dia 22, após o Secretário Helton me passar o telefone dela como a pessoa, o contato para esclarecimento do que precisamos, eu fiz contato com ela e eu vou transcrever, vou ler aqui a transcrição do áudio em que eu me apresento (*folheia documentos*): Márcia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Douglas...

Senhor presidente, se o senhor me permite...

O SR. DOUGLAS BORBA — Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Só pra não perder isso daí.

Você disse que ligou pra Márcia, que você vai falar, que eu o Coronel Helton passou o telefone. O senhor lembra qual foi, como surgiu essa conversa que ele passou o telefone da Márcia?

O SR. DOUGLAS BORBA — Sim, está aqui nos registros também, Deputado. Na verdade, é... o Helton mandou uma mensagem no Grupo de Gestão de Crise dizendo que o Estado estava muita dificuldade, certo? Essa mensagem foi mandada pelo Helton no próprio dia 22. Logo após, eu estava conversando com o Helton é... no particular sobre outros assuntos e, aí, é... um deles era... era relacionado a.. a equipamentos, enfim, e, aí, eu disse: Helton, é... qual é o contato que a gente deve mandar o que a gente recebe, porque estamos recebendo muita coisa e... e os próprios outros servidores e Secretários diziam: Douglas, pra onde a gente manda?

(*O advogado Nelson Juliano Schaefer fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

Eu indaguei o Secretário Helton. O Secretário Helton poderia naquele momento dizer o seguinte: Douglas, manda tudo pra mim que eu vou vendo aqui o que faço, mas ele delegou alguém da sua confiança, delegou alguém da sua equipe. E, aí, delegou o contato da Márcia.

Pois bem, eu faço a ligação pra Márcia... espero ter respondido, Deputado Kennedy. Eu faço a ligação pra Márcia é... a... de manhã, dizendo: Márcia, o que vocês estão precisando? Essa era a minha missão de ligar pra Márcia. Ela disse o seguinte: Douglas, a gente precisa de ajuda... a gente precisa de ajuda é... porque é um bombardeio, de fato, o que está acontecendo aqui e tal.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3518
Rubrica

Página 743. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

(*A depoente Márcia Regina Geremias Pauli gesticula não com a cabeça.*)

Então, a partir daí, é... eu sugiro a ela a criação de um grupo de compras pra que proteja a Secretaria da Saúde. Nós sugerimos isso a superintendente Márcia e, nesse momento, eu peço licença pra ela pra ligar para o Governador Moisés. Então, foram duas ligações minhas para a Márcia nessa manhã de domingo. Suspendo a ligação com ela, ligo para o Governador. Com o Governador, eu tenho uma conversa breve dizendo o seguinte: Governador, nós precisamos apoiar na Saúde...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Veja só... Permita-me.

O SR. DOUGLAS BORBA — Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor ligou para a Márcia, houve uma ligação de voz. O que eu vou falar aqui está no processo em que resultou a sua prisão. E diz aqui: apenas três minutos depois de encerrada a ligação de voz e a sequente troca de mensagem com Márcia e Douglas, às 11h12min o senhor não ligou para o Governador, o senhor ligou para o senhor Fábio Guasti que fez contato com a Márcia por meio do aplicativo de Whatsapp, encaminhando a mensagem que apresentava: "Bom dia, sou Fábio da Meuvale."

O SR. DOUGLAS BORBA — É... não... não há... na verdade, eu nunca fiz contato com o Fábio, eu não o conheço...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, mas eu estou falando aqui do documento que está... do Gaeco.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.*)

O SR. DOUGLAS BORBA — Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Por isso que me traz surpresa...

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, eu tenho a comprovação também, Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ... senhor Presidente, porque ele disse que ligou para o Governador, mas o Gaeco aqui, conforme a ligação de telefone, diz que três minutos depois o senhor ligou para o senhor Fábio e logo em seguida foi mandada a mensagem: olá, eu sou o Fábio da Meuvale. Por favor, esclareça isso.

O SR. DOUGLAS BORBA — Tudo bem, Deputado. Eu até consultei meus advogados aqui porque me parece que essa afirmação não está na...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim, sim, está.

O SR. DOUGLAS BORBA — Bom, enfim. Mas o que aconteceu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Está na página nove do pedido de prisão provisória da O_2, a segunda fase.

O SR. DOUGLAS BORBA — Mas o fato é que essa ligação não pode ter acontecido porque eu simplesmente não conheço o senhor Fábio Guasti, nunca conversei com ele, eu não sei nem quem é, e isso, na verdade, foi dito por mim e foi dito por ele também no depoimento, e, certamente, os senhores vão tomar o depoimento dele aqui também na CPI, não é? É uma das pessoas que, salvo engano, já foi requerida pra tomar o depoimento. Mas não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, eu só que fique registrado que essa minha posição está dentro da Operação O_2 na página nove do pedido de prisão.

O SR. DOUGLAS BORBA — Continuando aos fatos daquela manhã da ligação que o Deputado Ivan Naatz. Então, foram duas ligações pra servidora.

Então, foram duas ligações pra servidora: Essa primeira, onde ela me passe a demanda é... da criação, a gente conversa e converge no sentido da criação do grupo de compras. Eu ligo ao Governador, sugiro a ele, e o Governador, no mesmo dia, no domingo, faz contato com o Presidente do Tribunal de Contas, o doutor Adircélio, e faz contato com o

Página 744. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Procurador-Geral de Justiça, doutor Comin, é... e solicita a eles nomes para compor esse grupo de compras.

Eu volto a ligação para a Secretária Márcia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário, é que assim, nós...

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário Douglas, me desculpe, é que nós já conhecemos todo esse processo. A gente tem todas as informações, eu tenho tudo aqui. Na verdade, eu só quero cum...

O SR. DOUGLAS BORBA — Mas é que o senhor me perguntou sobre a ligação, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu compreendo. O senhor não precisa fazer uma defesa prévia do seu processo aqui.

O SR. DOUGLAS BORBA — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu só preciso fazer uma contraposição entre o senhor e a Márcia.

O SR. DOUGLAS BORBA — É que o senhor disse que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E assim...

O SR. DOUGLAS BORBA — ... a ligação, o objeto da ligação, né, que é contraditório, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Douglas, me desculpa. É que é assim, nós temos uma mensagem do senhor para a Márcia apresentando aqueles equipamentos que depois se transformaram em equipamentos da Veigamed. Até ali não eram. Imediatamente...

O SR. DOUGLAS BORBA — Nunca foram, nunca foram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Imediatamente, o Fábio Guasti passa essa a mensagem pra Márcia, com o mesmo equipamento! Foi questão de segundos, foi questão de minutos. É isso. É isso...

O SR. DOUGLAS BORBA — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É isso que intriga.

O SR. DOUGLAS BORBA — E eu estou dizendo pro senhor que não, que não fui eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas o senhor fez uma história redonda de duas horas e eu não entendi isso ainda!

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, é que eu preciso justificar a ligação pra Márcia. A Márcia disse que eu liguei pra ela pra apresentar isso, pelo o que está no depoimento dela, aí, e que mais uma vez é uma inverdade. Eu liguei pra ela pra montar esse grupo de ges... esse... essa... pra montar esse grupo de compras e os... e as provas estão aqui e vão ser juntadas pros senhores, né?

(*A depoente Márcia Regina Geremias Pauli gesticula que não com a cabeça.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É...

O SR. DOUGLAS BORBA — Ela, inclusive, ela inclusive me agradece. Ela, inclusive, me agradece na sequência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Obrigado, obrigado.

Márcia...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Posso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... do que o senhor relatou acerca do meu depoimento aqui e nas instituições eu ratifico cada, cada, menção.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3519
Rubrica

Página 745. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

É... pude ouvir agora novamente outras inverdades relatadas pelo Secretário Douglas; agora, ainda hoje, aqui, eu escuto inverdades.

É... o Secretário Douglas também menciona que conversa e lendo, fazendo a leitura do depoimento do Secretário Helton, ele reafirma, e isso é relatado pelo Secretário Helton, que o rito, ele é respeitado. Outra inverdade e agora inverdade expressa pelo Secretário Helton.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.*)

O *modus operandi*, é... de gestão, na crise, do Secretário Helton era invertido. Ele primeiro fechava a proposta, depois ele nos apresentava e seguia o rito. Exemplo, Intelbras. É mais um exemplo. Fora estes, eu tenho outros, que talvez não seja aqui... por orientação dos meus advogados eu não vou colocar isso hoje. São processos autuados que foram definidos. Um deles foi definido, inclusive, no dia em que o Governador declina do hospital de campanha, naquele dia, naquela, naquela coletiva. Cito o contrato com leitos de hospitais privados, que naquele dia, na coletiva, o Governador coloca R$ 3 mil diária de leito. E sai-se dali, da coletiva, o Secretário Helton senta numa mesa - espero que todos os meus colegas estejam lembrando deste dia -, ele constrói um termo de referência: imprime lá - olhando pra mim - , imprimi lá. Ele pegou o termo de referência... Secretário Helton... este mesmo que não compra, né, que não está envolvido em compra, diz ele.

Nós estamos falando aqui de leitos de UTI, nós estamos falando aqui não é de compra de soro e de algodão, nós estamos falando aqui de respiradores. A compra mais estratégica do combate a Covid-19, compra de respiradores.

O Secretário Helton negociou leitos de UTIs, o Secretário Helton escreveu o termo de referência numa mesa, que comigo éramos em mais quatro pessoas. Ele fez o termo de referência pra chegar, sabe-se Deus, nesses três mil.

Sai a equipe, depois do Governador falar em coletiva que eram R$ 3 mil, sai-se todos a construir os R$ 3 mil.

Este rito, por gentileza, os senhores me digam, os senhores que conhecem o rito administrativo, ele é seguido?

Este é só mais um exemplo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora, então, afirma a CPI... A senhora fez uma acusação firme.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu tenho provas....

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — De que o Secretário Helton construía processos.

SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O processo está autuado lá no SGP-e, Sistema de Gestão Eletrônica do Processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se eu entendi, se eu entendi, a senhora disse que ele construiu o procedimento e depois passava...

SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Em coletiva...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ... construía o processo e depois...

SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Em coletiva, o Governador disse: a partir de hoje, não tem... né, declinamos por uma série de questões, que já estão lá relatadas, o hospital de campanha... declinou. O.k., o hospital de campanha sai, mas qual é a nossa alternativa? Contratação de leitos privados.

Ressalto que este processo em que o Secretário Helton construiu a mão, a mão, o termo de referência, que a secretária executiva aqui foi pra impressora pegar pra que ele pudesse rabiscar e, aí, a outra secretária do gabinete escrever em mesa junto com outros colegas que estão me ouvindo agora, este termo de referência, aí, com a diária de R$ 3 mil, ele foi declarado antes da construção.

Página 746. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Declaro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Construía o processo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Exatamente.

O SR. DOUGLAS BORBA — ... para depois, aí, encaminhar o procedimento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ressalto uma coisa ainda!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor me permite, Relator?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deixa só ela terminar...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — A proposta encaminhada no dia 26 de março, pelo então hospital *x* pra contratar os leitos de UTI foi reiterada por *e-mail* pra ele... por ele para a SGA dizendo assim: segue proposta para fazer contrato. Assim! Dia 26 de março. E ficou... e ficou, e culminou com a construção de termo de referência com os punhos, mãos e dedos do Secretário de Estado da Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, primeiro, nós temos que esclarecer algumas coisas que são ditas aqui que... parece que estamos levando uma situação de empurra pra lá, empurra pra cá.

É... nós temos que nos ater aos ato... aos fatos, ta, nós temos que nos ater aos fatos. E os fatos que nós temos hoje, que é o foco da nossa CPI, são justamente o quê?: uma compra de respiradores, duzentos respiradores onde nós tivemos um processo que foi eivado de processos equivocados, mas que só aconteceu porque nós tivemos aqui uma fraude! Isso é uma fraude.

Alguém assinou uma nota de algo que não chegou. Não foram uma, foram duas. Obviamente, que quando a gente fala, por exemplo, em... nesse processo todo, todas as nossas falas nós temos que entender isso aqui ó (*mostra documento em mãos*). Por que eu, que não tinha competência para tal, o fiz? Por que que eu que não tenho competência para tal certifiquei, encaminhei a nota e ainda fui buscar lá no meu financeiro: ó, essa nota ela tem que ser paga, essa nota tem que ser paga. Pergunta que sugiro aos senhores que façam ao José Florêncio. Naturalmente, né, se a determinação tivesse sido do 01, o homem da caneta poderosa, o homem da caneta poderosa teria feito isso: Ó, José Florêncio, é pra pagar. Seja por escrito, seja por WhatsApp. Não existe essa comunicação. A comunicação que existia, todas as minhas comunicações na Secretaria, em atos administrativos eram por escrito, justamente por isso.

Então, aqui nós temos um fato... é isso aqui que nós temos que explicar. Esse é o nosso... é o nosso x da questão: por que que uma nota, ou melhor, duas notas foram certificados no dia 1° de abril de 2020, às 8h18min da amanhã de produtos que não chegaram e foram encaminhadas, obviamente, depois que eu certifico a nota, ela segue o rito normal de pagamento. É... por que essas notas foram certificadas? Essa é a pergunta da vez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Superintendente Márcia, foi a senhora que certificou esses documentos, eu vi a sua assinatura nesses documentos.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Esses do... esses dois processos de pagamento, como já relatado - e o senhor bem lembrou - na... após o meu depoimento aqui no dia 6... é... no dia 2/6, eles iniciaram com uma comunicação interna que ela foi utilizada do processo de pagamento da Edera que foi assinada...

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.*)

... uma única vez no dia 20 de março. Esta comunicação interna genérica que foi utilizada com assinatura ela serviu pra estartar o processo desses dois pagamentos da Veigamed de R$ 16.500 milhões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, foram fraudados?

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3520
Rubrica

Página 747. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Essas... esses documentos foram utilizados já com a CI assinada. Este processo foi instruído conforme o rito definido pelas gerências orçamentária e financeira do Cofes. Eles, de acordo com o depoimento da Débora, que eu tive acesso aos autos, a Débora relata que eles foram instruídos, dois colegas da SGA, foram instruídos pelas gerências financeira e de orçamento ligadas ao Cofes, ligadas ao gabinete como devem compor um... um processo. E aí ela explica que ela fez aquela utilização daquele processo da forma como foi orientada.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado Ivan, só por uma questão de ordem, né, só pra gente ter... é... pra que a gente também não tenha também uma confusão de datas e que documentos.

É... os processos que foram gerados são dois processos de pagamento de nota fiscal. Eu faço a autuação, eu apenso uma comunicação interna, que realmente é uma comunicação interna que foi utilizada em vários processos. Já falei isso aqui. Todos os pagamentos que foram feitos de forma antecipada utilizaram essa comunicação interna como documento original. Mas uma coisa ela é clara: eu tenho uma nota fiscal expedida no 31 de março; eu tenho uma nota fiscal certificada ou assinada no dia 1° de abril (*mostra documento*). O documento do dia 20 que deu origem aqui, que faz a solicitação de liquidação e pagamento, já foi explicado isso aqui em algumas ocasiões; é um documento, essa assinatura é do documento, essa assinatura não é do ato. Se eu tirar esse documento de um processo e colocar em outro, a assinatura vai continuar aqui. E vai dizer que: Ó, a assinatura, ela aconteceu no dia 20 de março, às 14h27min.

Mas nós estamos falando de outra coisa, que é a nota fiscal. É essa nota fiscal assinada, lá no dia 1°, que faz com que... que permite, né, na verdade, que... que a sequência ela aconteça, que é a certificação lá no Sigef, que aconteceu também no dia 1°, às 14h29min, pela... e aqui está identificado, né? Usuária que incluiu: Débora Brum. Atestador: Márcia. E por que que o atestador é a Márcia? Porque nós temos que voltar a nota fiscal e olhar quem assinou a nota fiscal. Esse aqui é o x da questão. E, a partir daqui, segue o encaminhamento de uma nota como diversas e milhares de notas da Secretaria que são encaminhadas pro Conse... pro... pra coordenação do Fundo Estadual de Saúde pra pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Márcia, você assinou esta nota?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu posso falar mais uma vez?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Porque essa nota é da Veigamed.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... é... o Secretário Helton está colocando ali a assinatura da nota. Eu gostaria da materialidade da prova, né? Onde que está escrito que a assinatura da nota autoriza alguma coisa? Onde é que está escrito isso? Uma assinatura na nota, pediu assinatura da nota... Onde está escrito isto? É numa portaria, é numa lei, é num decreto? Onde que tá escrito isso? Eu não entendo!

(*O advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que nós temos, nós temos os documentos aqui.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O documento está comigo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, eu não levo em consideração o documento que a parte apresenta...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim.

Página 748. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ... porque eu tenho os documentos aqui.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Né? Então, os membros da CPI também têm conhecimento desse documento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O segundo inscrito é o Deputado João Amin. Vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Boa noite a todos, Presidente, Relator, Vice-Presidente, Deputados, doutor Helton, senhora Márcia, Douglas, seus advogados, público que nos assiste.

Eu gostaria de pedir tanto para os advogados quanto para os depoentes que nós fôssemos mais tolerantes um uns com os outros...

(*O advogado Noel Baratieri faz sinal positivo com as mãos.*)

... e a gente pudesse tornar, pelo menos, esse meu momento um momento mais dinâmico. Se precisar falar uma, duas, três vezes, não precisa o advogado se levantar, não precisa pedir questão de ordem. A gente tornar isso aqui mais objetivo.

Eu acompanhei algumas acareações durante o final de semana. Talvez eu cometa alguns erros, mas o mais importante é que nós aqui tenhamos essa oportunidade para preencher as lacunas.

Eu tenho apenas quatro divergências.

Vou fazer isso dando oportunidade de vocês falarem, mas a gente tem que ser mais objetivo, ser menos truncado para preencher realmente as lacunas. Então, eu peço essa tolerância.

Eu vou começar pelo meu final que seria essa situação do Fábio Guasti que não ficou muito bem esclarecida... como uma divergência.

(*O advogado Paulo Cesar Schmitt fala com o depoente Douglas Borba.*)

Na verdade, Douglas Borba conhecia ou não Fábio Guasti, ambos presos preventivamente no último sábado? Essa é a pergunta que nós vamos responder, e eu vou contextualizar através dos depoimentos que vocês já prestaram.

O senhor Douglas nega conhecer o Fábio Guasti. Já a servidora Márcia, diz que foi colocada em contato com o Fábio por intermédio de Douglas. Por fim, o senhor Helton confirma a versão de Márcia.

É isso que nós temos, é essa divergência que nós temos.

(*Utiliza imagens projetadas para auxiliar os seus questionamentos.*)

Durante a última terça-feira, eu perguntei para a senhora Márcia: "Quem foi o representante da Veigamed que o Douglas colocou em contato com a senhora?" E a senhora respondeu: "O Fábio Guasti."

A pergunta para o senhor Helton foi: "Senhor Helton, o Douglas ofereceu ajuda ao senhor ou pediu ajuda em algum desses processos da Secretaria da Saúde durante a pandemia?" O Helton respondeu: "Pediu ajuda?" E eu o contrapus: "Se ele pediu ajuda a alguma empresa ou ao senhor e se ele ofereceu algum tipo de ajuda?" O senhor Helton responde: "Não. Na verdade, ele me pediu o contato da Márcia, o qual foi encaminhado pra ele. A partir desse momento, ele passa então a fazer contato com a Márcia onde especificamente, neste processo dos respiradores, ele encaminha a proposta da Veigamed. E, em seguida, o Fábio, Fabio Guasti, salvo engano, ele passa a fazer contato com a Márcia." Palavras do Helton. "É... em seguida, com o passar dos dias, ele também encaminha o contato

Página 749. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3521
Rubrica

do Leandro, o advogado Leandro é... comum dos facilitadores, enfim, de... de... como ele próprio coloca, ele é um facilitador de compras (...)".

A pergunta que eu fiz ao Douglas Borba foi: senhor Douglas, o senhor nega conhecer o Fábio Guasti. Confirma isso? Ele respondeu que confirma. Então, como o senhor apresentou o Fábio Guasti à Márcia, conforme alegado por ela, se sequer o conhecia? Isso é mentira da senhora Márcia? Foi assim que eu perguntei. Ele respondeu: Não, não, conheço.

Pode começar com o senhor Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA — Obrigado, Deputado, por trazer esse assunto, é importante de fato.

É... reafirmo não conhecer Fábio Guasti, nunca falei com ele, nunca conversei com ele, é... então, reafirmo o que já disse em todos os depoimentos até aqui.

É... me parece até, pelos todos depoimentos, eu assisti todos, tanto da Deic quanto da CPI, me parece até que o tal do Fábio Guasti, sequer era da Veigamed, né? Primeiro, era Brazilian Trading, depois era outra empresa. Enfim, parece que, na verdade, ele não tinha uma empresa, parece que era meio que um representante que correu tudo quanto é lado e ...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor pode manter mais objetividade?

O SR. DOUGLAS BORBA — ... e, pelo próprio MP, Deputado João, entre o dia 22 e 25 de março, a servidora Márcia e o Fábio Guasti trocaram diversas mensagens sobre diversas compras, enfim, é... sem qualquer participação minha ou de qualquer outro intermediário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Perfeito.

O SR. DOUGLAS BORBA — Tá claro?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Sendo objetivo, o senhor ratifica o seu depoimento.

Vamos passar a palavra agora para o senhor Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, Deputado, é... a minha fala é bem breve.

Na verdade, as informações que eu passei aqui na CPI e aquelas que eu já passei nos meus depoimentos são aquelas que eu perguntei, indaguei a servidora Márcia sobre quem teria encaminhado os contatos da Veigamed e ela me relatou que foi o... o então Secretário da Casa Civil Douglas Borba.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhora Márcia, então...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ratifico. É... nos autos constam ali os contatos, data, hora, prospectos... Eu ratifico e já está nos autos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Então, nós vamos manter essa divergência. Obrigado pela objetividade dos senhores.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.*)

É... a segunda divergência que eu gostaria de abordar é quem escolheu a Veigamed. Então, eu vou para os fatos.

Pelos depoimentos prestados pelos senhores a esta CPI, é possível nos depararmos com as divergências sobre o processo de escolha da empresa Veigamed. Em outras palavras, eu acredito que eu não preciso depois mencionar cada um dos nossos, das nossas conversas que já se constam em atas, mas se precisarem, eu faço isso para esclarecer os fatos.

A senhora Márcia afirmou que a escolha foi pelo senhor Helton. Senhora Márcia, você ratifica isso? O senhor Helton, o senhor afirmou que a escolha não foi feita pelo senhor conforme declarações que passo a ler e sobre as quais confi..., é... solicito confirmação.

A minha conversa, o depoimento do senhor Helton: "Como o senhor teve conhecimento da proposta da Veigamed?" O senhor Helton: "A proposta da Veigamed eu tive conhecimento, na verdade, através daquele momento em que a Márcia disse que conseguiu os

Página 750. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

duzentos ventiladores." Eu faço a seguinte pergunta: "E, aí, quem bateu o martelo?" O senhor Helton: "Não, não, é bater o martelo. A partir deste momento, chegamos no 165; a partir desse momento, o que que eu falei pra ele?: "Olha, então, a nossa Superintendência vai fazer contato com contigo pra verificar a tramitação normal. E essa tramitação normal passa pela análise da DLIC, passa pela análise jurídica, passa pela análise de documentação e de proposta." Eu pergunto: "Mas quem é a pessoa que decidiu?" O senhor Helton me pergunta: "Decidiu o quê?" Decidiu "a compra." O senhor Helton responde: "Então, naquele momento Deputado, nós tínhamos um valor de 165 mil. Esta compra..." Eu pergunto: "Então, foi o senhor." O senhor Helton responde: "Não. Naquele momento nós chegamos no valor de 165 mil, que é o que ele definiu." E, aí, eu pergunto: "E aí foi decidido a escolha da Veigamed?" O seu Helton responde: "Não, não foi decidido a escolha da Veigamed. O que eu decidi? A Superintendência de Gestão Administrativa vai fazer a tramitação agora desse processo que poderia culminar com uma nova proposta ou poderia simplesmente o equipamento... ser dito: "Ó, esse equipamento não serve."

Com relação a esse assunto, o senhor Douglas disse que não tinha nenhum conhecimento do processo conforme trecho que segue...

Então, senhores, vocês podem me esclarecer quem escolheu a Veigamed? Por favor, senhora Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O senhor Helton Zeferino. Na negociação, no dia 26, isso ficou bem definido. Após é... esta negociação, eu olhei para o doutor Helton, Secretário Helton à época e perguntei: Secretário - pela segunda vez -, nós vamos adquirir esses duzentos respiradores? Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Helton.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ratifico tudo que já falei.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom. Deputado, só... fazendo uso, inclusive, do material que já foi apresentado pelo Ministério Público...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Perfeito.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — ... é... nós tínhamos... nós tínhamos, então, aqui algumas conversas que começaram lá no dia 22 de março.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas, senhor Helton, eu pediria para o senhor ser mais objetivo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Como eu disse e já ratifico, no dia 26 de março, nós tínhamos uma empresa que não era a Veigamed, que estava na negociação. A empresa que foi, no dia 26 de março, é... que era a proponente de entrega de equipamentos chamava-se *Brazilian Trading*.

Então, a ligação que então foi dita que o Secretário Helton fechou a negociação com a Veigamed... a Veigamed ela só entra nesse processo no dia 27. Está nos autos. Dia 27, pela manhã, o então empresário, médico, enfim, negociante Fábio Guasti ele solicita a troca da... da empresa que vai fazer a importação, porque ela diz que, enfim, que a *Brazilian Trading* não teria condições... Tem um arrazoado de coisas que está aqui no processo.

Então, naquele momento, dia 26, pra deixar bem claro pros senhores, a Veigamed, ela não existia nesse processo. Ele tem aqui ao longo do processo vários equipamentos e, dentre os quais, tá, pasmem os senhores, o Shangrila 510, foi uma das primeiras propostas. Preço unitário: R$ 252,5 mil; Shangrila 510. Tá aqui, tá nos autos. Então, a empresa Veigamed, ela só entra neste processo no dia 27 de março, às nove e pouco da manhã, que ela é substituída pela empresa *Brazilian Trading*. Então, ou seja, é... quando dizem que o Helton fechou a negociação com a Veigamed, isso não é verdade, isso não é verdade. Por quê? A Veigamed, naquele momento, sequer existia. Ela entrou durante a noite, ele mandou uma mensagem às onze da noite: Ó, provavelmente, vou ter que trocar a empresa. E, de manhã, ele já fez a troca. E, por coincidência, esta Veigamed que foi feita a troca é aquela empresa que

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3522
Rubrica

Página 751. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

no dia anterior, por volta das... (*pausa*), enfim, não vou ter o horário aqui, mas ela mandou propostas de bombas de infusão. Ou seja, ele mandou toda a documentação da Veigamed com relação a bombas de infusão; depois ele relatou em áudio que poderia... que deveria, provavelmente ter que trocar a empresa que vai fazer o processo de importação e ainda disse no final: Olha, pode ser, inclusive, que seja a Veigamed. Isso foi às onze da noite.

Então, é... não... a Veigamed ela surge nesse processo no dia 27 de março.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu gostaria... primeiro da Márcia novamente, se teria alguma...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, é que esse assunto eu não tenho a acrescer, pois ele já foi colocado no início e eu já, né, contextualizei o que eu gostaria de falar.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA — Deputados João e a todos. Bom, a fala dos... dos dois só confirma que essa escolha não foi minha. Um diz que foi do outro o outro diz que foi do um, mas ninguém disse que foi do Douglas.

Então, reforço que ninguém falou comigo sobre esse processo, seja pra confirmar, ou então pra avalizar, né, se eu que tinha indicado, então, de repente, alguém manda uma mensagem ou liga e diz: Douglas, ó, nós vamos comprar aí de um fornecedor aí, um dos tantos que tu mandou.

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a depoente Márcia Regina Geremias Pauli.*)

Nós vamos comprar um desse aí. Tu confirma? Tu atesta? Tua avaliza? Eu jamais cometeria uma insanidade dessa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas, senhor Douglas, com relação ao conhecimento do Fábio Guasti também. Um joga pro outro e o outro joga pro um, e aqui nós estamos pra tentar esclarecer essas divergências.

Obrigado.

O meu terceiro apontamento é o seguinte: A pressão exercida pelo senhor Douglas Borba na Secretaria de Estado da Saúde, também com base nos depoimentos que os senhores prestaram aqui e o que nós tivemos acesso na Justiça: O senhor Helton afirmou que Douglas Borba fez pressão na Secretaria de Estado da Saúde pelo menos quatro vezes, sendo que Douglas afirma que essa Secretaria é uma ilha e que nem o Governador tem ingerência sobre ela.

Na pergunta que eu fiz ao senhor Helton, confirma o que disse no sentido de que Douglas Borba fez pressão na Secretaria de Estado da Saúde e assim foi a minha conversa o que o senhor Helton: "Sobre o Douglas, a Veigamed..." "Sim." "EPIs..." "Sim." "Mahatma Gandhi e a empresa que gere o Samu (...)" "Isso." E aí pergunto: "Se somar essas quatro pressões do Douglas, a gente está falando de R$ 220 milhões. O que Douglas fez ao senhor com relação a esses quatro... Estou esquecendo alguma coisa?" O senhor Helton falou: "Não, não, é isso mesmo." E aí pergunto: "O que o Douglas Borba fez em relação a esses quatro tópicos?" Fala do senhor Helton: "Bom, na verdade, a pergunta que foi respondida no Gaeco é em que processos eu recordava em que houve participação do Douglas Borba ou do próprio advogado Leandro Barros. O.k.? Bom, então eu relatei uma informação lá pro Gaeco – isso ta no meu depoimento - lá do primeiro, lá do ano 2019 da empresa OZZ onde houve, sim, por parte do Secretário uma... uma necessidade ou, enfim, a expressão não seria necessidade, mas uma apresentação da necessidade de quitação de valores com a empresa, valores que hoje, provavelmente, devem girar aí na casa de R$ 40 milhões."

Essa foi a minha fala, trecho da última terça-feira com o Secretário Helton. Já com o Secretário Douglas: senhor Douglas você afirma que não houve pressão? O senhor confirma

Página 752. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

o que disse? E pergunto: "O Secretário Helton prestou um depoimento à polícia no domingo e na terça ele voltou à polícia para, segundo ele, reforçar alguns tópicos. Ao senhor, ele fez quatro graves acusações, né, de interferência e pressão: com relação à Veigamed, aos EPIs, à contratação do hospital de campanha da Mahatma Gandhi e ao pagamento de uma empresa, a OZZ, que gere o Samu. Esses quatro tópicos somam R$ 220 milhões. Vamos lá. Qual o seu interesse que pagasse a gestão do Samu?" Douglas Borba: "Nenhum. (...) Ou sim ou não, e eu sempre usei essa expressão, ou sim ou não tem que ser dada uma resposta sobre uma... um ofício que é encaminhado pro Governador com teor tão grave, né? Então não houve qualquer pressão, esse assunto depois foi encaminhado, nem ficou comigo na Casa Civil, esse assunto ficou com o chefe de gabinete do Governador, senhor Márcio Ferreira, que ficou fazendo a interlocução entre as Secretarias envolvidas, que é a Secretaria da Saúde e a PGE. É... à Casa Civil coube tão somente fazer a tramitação desse processo."

Os senhores podem esclarecer como foram as tratativas desse assunto e qual pressão houve ou não?

Senhor Helton, por favor.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O senhor está se referindo à OZZ?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Aos quatro.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Então, vamos lá.

É... com relação à OZZ, nós temos uma empresa hoje que faz... é uma prestadora de serviços que faz a gestão do processo Samu no Estado e essa empresa ela vem remontando desde o início de 2019 pedidos reiterados de recursos financeiros, porque ela diz que está em desequilíbrio financeiro. Esses recursos eles... é... ou melhor, esses pedidos eles foram feitos em mais de uma dezena de ofícios onde eles reiteram os pedidos. É... chegou um dado momento do ano, que eu não sei exatamente agora recordar em que momento foi, que eles... é... eles já... eles deixaram de encaminhar o ofi... o pedido somente pra Secretaria de Estado da Saúde e começaram encaminhar também pra Casa Civil. Por quê? Não sei dizer. Depois, num terceiro momento, eles... além da Casa Civil, eles colocavam o nome do Governador e, obviamente, que ia pra Casa Civil. É... e como o senhor bem colocou, lá no final do ano, enfim, né, a monta que eles apresentavam...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eles quem, senhor Helton?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Eles, a empresa OZZ, né, a empresa OZZ apresentando os seus pedidos, seus pleitos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Obrigado.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — É... lá no final do ano a monta já chegava em algo próximo de R$ 40 milhões de valores a pagar. E eles apresentavam um outro valor de... valores futuros que diziam que o contrato pra que ele tivesse o equilíbrio adequado ele teria que ser... acrescido algo em torno de R$ 4 milhões de um valor total hoje de um contrato que gira em torno de pouco menos de R$ 12 milhões/mês.

Bom, a Secretaria de Estado, nós, enquanto Secretaria, obviamente, submetemos aquilo ao nosso... à nossa equipe técnica jurídica, enfim, não víamos nenhuma legalidade em pagar isso. Não víamos! Não tinha lógica o que eles apresentavam. E, obviamente, que eles insistiram, insistiram, insistiram conosco. Nós, né... não. Inclusive, pareceres que foram encaminhados à PGE, a PGE ratificando, dizendo que: Ó, não é devido. Chegou dado momento em que... é... eu fui encaminhado... fui solicitado à Casa Civil, no sentido de: Olha só, é... colocaram na mesa aí a questão da OZZ pra que a gente integralize lá os valores pendentes, enfim, porque...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Colocaram quem?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, colocaram...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem colocou?

Página 753. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3523
Rubrica

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O Douglas se referindo pra mim, tá: "Ó, nós temos que... é fazer essa integralização aí dos valores da OZZ porque é... é um pedido que está sendo reiterado, é... existe o risco de eles pararem, nós já tivemos uma parada do Samu há algum tempo atrás, é... isso é muito ruim pro governo... Enfim.

É... e eu retirei, né, assim como reitero, e acho e acredito eu que a Secretaria ela não fez nenhum pagamento pra eles, de que não era devido. E enviaram, enfim, é... acabou culminando, sim, com esse processo aí que foi chamado pelo gabinete do Governador, a análise de todos esses processos. É... a Secretaria, neste momento, ela foi demandada no sentido de: Olha só, tudo que vocês tiverem aí de pedidos da empresa OZZ têm que ser respondidos, todos os ofícios, todos. E, aí, relataram todos os ofícios que a empresa havia encaminhado, nós fizemos esse trabalho, encaminhamos lá pro gabinete. É, mas de fato, sim, houve essa... essa conversa.

Com relação à OZZ, então, era isso.

Com relação... é... com relação aos respiradores, é aquilo que eu já falei pros senhores, a Márcia... é... faço as vezes da fala que elas teve comigo no sentido de, né, de quem apresentou, como apresentou, por que apresentou.

Com relação ao Hospital Mahatma Gandhi ou hospital de campanha, é... a fala que eu fiz foi justamente naquela pergunta que o senhor colocou, no sentido de... ou Douglas Borba ou Leandro Barros, né, nós temos aí uma... uma conversa que foi perguntada a respeito dos dois. E me perguntaram a respeito do Leandro Barros ser o advogado é que representa Mahatma Gandhi ou, enfim, o assessor, eu disse, né, mais uma vez, o Leandro Barros aparece nos processos, porque ele até então ele já tinha aparecido na questão dos próprios respiradores; ele apareceu na questão do hospital de campanha e mais à frente, né, um pouquinho mais à frente, a questão das compras dos EPIs também é... como um possível proponente a ser o facilitador, né, como ele coloca.

É... então, nessas quatro situações que eu relatei nos meus... nas minhas declarações onde nós tivemos ou a participação do Secretário Douglas ou a participação do então Leandro Barros, advogado, que se apresentava aí como facilitador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Essa questão dos respiradores, senhora Márcia, eu vou voltar à tona na sequência. Então, eu passaria para o Douglas e a gente volta. Obrigado.

O SR. DOUGLAS BORBA — Deputado, eu vejo que a ata foi *ipsis litteris* o que eu na terça-feira passada, né, em relação à OZZ. É... de fato, o gabinete do Governador e a Casa Civil quando recebem qualquer requerimento a gente tem como o dever e obrigação, né, fazer encaminhamento a todas as... todos os órgãos do governo, e foi isso que foi feito naquele momento à Secretaria...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas foi feito pressão?

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, aliás... eu vou chegar lá, porque, na verdade, tanto no processo da Veigamed quanto no processo do hospital de campanha e quanto na OZZ, é... não foi afirmado aqui pelo Secretário Helton que houve pressão na fala dele... é... agora. Em nenhum momento, ele disse que houve pressão. O que houve, de fato, foram demandas que foram conversadas, mas em nenhum momento houve pressão dizendo: tem que ser feito, tem que fazer, tem que comprar, tem, né...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Só, só, uma correção... só pra gente fazer uma correção.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Ele falou pressão, Douglas.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Só pra gente fazer uma correção.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Só deixa o Douglas...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro, claro...

Página 754. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ... finalizar eu já vou passar de novo para o senhor.

O SR. DOUGLAS BORBA — Então, em relação à OZZ a única coisa que nós fizemos foi o encaminhamento ao gabinete. O gabinete montou essa reunião multidisciplinar, né, por entender a gravidade é... desse fato do Samu e, a partir daí, a chefia de gabinete do Governador passou a tratar desse assunto que eu confesso que nem sei como está.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Ele não falou a palavra pressão Douglas, porque eu mencionei o depoimento na Deic e eu mencionei que ele havia falado a pressão. Então, ouve a palavra pressão na minha pergunta a ele.

O SR. DOUGLAS BORBA — Eu não entendi dessa forma, mas respeito o posicionamento do senhor, não entendo dessa forma.

Pois bem, é... em relação ao hospital de campanha, já foi atestada aqui que eu sequer participei. Inclusive, vossa excelência solicitou as imagens da reunião - não sei se já chegaram ou não - mas elas, certamente, vão atestar é... que eu não participei daquela reunião dita aqui por vocês é... onde vários agentes estavam na apresentação de alguém, né, que poderiam... Então, facilmente... não participei do processo e não tem como ter exercido pressão em algo que não participei.

Em relação à Veigamed, já disse que não conhecia é... sequer conhecia essa empresa e na... na pergunta anterior de vossa excelência ficou muito claro aqui que o processo de escolha se... se deu lá na Secretaria da Saúde. Não houve pressão, tanto pra escolha quanto para pagamento, né? Isso está muito claro aqui nas perguntas que antecederam.

E em relação aos EPIs, que, aí, sim, eu posso ter sido mal interpretado, aquilo que... que eles chamaram de pressão, que foi o único momento, aliás, lá em todos os depoimentos que eles mencionaram, e que professor Luiz Felipe teve aqui também, é... eu não trato como pressão, eu trato como resolutividade e agilidade nos processos do Estado. Se dá ou não dá, essa resposta tem que ser rápida, essa análise tem que ser rápida. E, naquele momento, sim, eu disse: Olha, isso nós precisamos definir hoje. Era quinta-feira santa - processo de EPI -, era quinta-feira santa, nós tínhamos sexta, sábado, domingo e o vírus não escolhe final de semana e nem feriado. O vírus está andando e, aí, a PGE queria 72 horas pra analisar a partir do primeiro dia útil, que é segunda-feira, vem segunda, terça, quarta, só ia ter uma semana depois o parecer sobre o processo se poderia dar ou não pra termos uma opção.

Então, naquele momento, eu cobrei agilidade, sim, mas lembrando quem trouxe à CGE, naquele dia, na compra... na compra, não... pra tratar de EPI fui eu. Eu liguei para o professor Luiz Felipe e disse: Luiz nós temos um caso aqui que precisamos de uma análise tua.

É... talvez, se esses chamamentos aos órgãos de controle tivessem sido feitos pela Secretaria da Saúde neste processo de compra dos respiradores, ninguém estaria aqui hoje e eu não estaria no local onde todos vocês sabem que eu me encontro atualmente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Posso passar... senhor Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, bem rapidinho, Deputado, pra gente não ser muito prolixo também.

Então, com relação à pressão, é... nós tivemos, então, essa primeira conversa que aconteceu lá na Casa Civil; depois disso nós tínhamos uma outra reunião a respeito da OZZ, porque a empresa ela não comunicou à Secretaria, mas ela comunicou diretamente à Casa Civil dizendo: olha só, é... nós vamos deixar de fazer a operação em determinado software porque eles não querem pagar. Foi provocada uma nova reunião, nessa reunião aí, sim, surge a questão do gabinete. É... e, a partir daí, nós tínhamos algumas tarefas a serem realizadas e algo que me chama a atenção - isso é fato, quem estava presente na reunião pode confirmar – é... é... foi relatada a seguinte forma: Olha só - pela assessora jurídica da Casa Civil -, mas a empresa ela tem o direito de receber resposta de todos os ofícios.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3524
Rubrica

Página 755. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Qual o nome dela seu Helton?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — É Giglione (?), salvo engano. Era, na época, não sei se é ainda.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — A empresa ela tem direito de receber a resposta de todos os ofícios, inclusive, daqueles... é... referentes... enfim se citou a questão do décimo terceiro e hora extra, e férias, enfim. É... o que eu citei: Não, nós já encaminhamos, inclusive, a resposta pra empresa com a... o parecer da Procuradoria-Geral do Estado. Não é suficiente, nós temos que colocar por que nós estamos negando. E, enfim, não sei se foi coincidência, não sei se foi coincidência ou não, eu sei que, no dia seguinte, aporta na Secretaria de Estado um pedido da empresa solicitando que todos os ofícios encaminhados e citando um, dois, três, quatro, cinco sejam respondidos é... pela Secretaria de Estado da Saúde.

A partir daí nós estivemos, então, uma pressão, sim, especialmente, lá junto ao jurídico da Secretaria de Estado da Saúde no sentido: Ó as respostas têm que vim, as respostas têm que vim, isso é uma demanda, nós temos que encaminhar isso pro grupo de trabalho, nós temos que caminhar isso por grupo de trabalho.

E só pra destacar e pra finalizar minha fala, nós estamos falando de uma empresa que renovou o seu contrato por duas vezes. Se ela estivesse realmente numa situação em que ela disse que tem um negativo de R$ 4 milhões ao mês, ela não teria renovado duas vezes um contrato com a Secretaria de Estado de Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Perfeito.

Antes de passar a palavra para a senhora Márcia, eu só...

(*O senhor Douglas Borba fala fora do microfone com o Deputado João Amin.*)

... não, mas aí eu tenho que passar... Pode só esperar para eu contextualizar a questão dos respiradores?

A pressão exercida por Douglas no processo então na compra dos respiradores em que ainda há divergências. Há divergências acerca da afirmação de que houve pressão do então chefe da Casa Civil Douglas Borba na Secretaria de Estado da Saúde. Enquanto Márcia Pauli alega ter havido essa pressão, Douglas, nega. A senhora Márcia Pauli fez as seguintes afirmações eu gostaria que fossem confirmadas por ela.

O Relator Ivan Naatz disse: "Bom, então entrou o Douglas Borba no dia 22..." A senhora Márcia Pauli: "Dia 22 às 10h17 da manhã." O Relator Ivan Naatz: "Olha só. Então entrou o Douglas Borba, como ele entrou assim... ele entrou, é: olha, eu tenho essa empresa aqui, eu quero que vocês façam negócios com essa empresa. Eu vi os áudios, eu vi o texto." E a senhora Márcia contribui: "Hum, hum." O senhor Relator: "Eu preciso compreender - e os meus colegas da CPI também precisam compreender - o nível da pressão..." A senhora Márcia responde: "Sim." O senhor Relator reafirma: "... o nível de direcionamento." A senhora Márcia: "Certo." O senhor Deputado Estadual Milton Hobus contribui: "O que não é muito comum um Secretário da Casa Civil se... interferir em orçamentos de outras Pastas, eu nunca vi isso." A senhora Márcia Pauli: "Mas era a preocupação, isso acontecia." Palavras da senhora Márcia. A senhora Márcia Geremias continua: "A partir do dia 23 de março, o Leandro já começou a conversar comigo através do WhatsApp." Então, o senhor Deputado Milton Hobus contribui: "Já estava fazendo essas interlocuções dos..." Interrompida pela senhora Márcia: "... ligação e ele me perguntava sobre as... as... e os respiradores, né? Fechou os respiradores? Fechou os respiradores? Sim."

E aí o senhor Douglas afirmou que não houve esse tipo de intervenção em suas declarações. O senhor confirma o que eu passo a ler?

E eu fiz a seguinte intervenção: "Em algum momento o senhor fez pressão, a palavra é essa mesmo, pressão, ao Secretário de Estado da Saúde ou à funcionária Márcia Pauli, para

Página 756. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

pagamento, escolha de empresa, produção de documento, produção de edital?" O senhor Douglas afirma: "Em nenhum momento, Deputado."

Então, como vocês podem perceber, é preciso esclarecer se houve ou não por parte do senhor Douglas Borba no processo relacionado, a pressão pela compra dos respiradores. Senhora Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Posso me referir a uma relação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Se refira, se a gente for objetivo a senhora pode se referir ao que quiser, falar três quatro, vezes...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O.k.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ... o Douglas também, o Helton também. Sem problema nenhum.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.*)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — De algumas conversas que eu tive com o Secretário Helton a cerca dessa problemática, pagamento antecipado da Veigamed, numa delas, é me reportei a ele perguntando se a gente poderia conversar com senhor Douglas, chamá-lo, pois, afinal, ele tinha indicado, já bem no início. Três, dois, três... não vou saber o dia certo. É... qual o problema da gente conversar com ele? O senhor acha, Secretário, que ele não confirmaria, né, que ele não... que ele se oporia, né, ia se opor e alguma coisa assim? Ele vira pra mim: Não sei, não sei. E não...é... e não toma a iniciativa de chamar o senhor Douglas pra conversar .

Então, ali, eu fiquei muito confusa, porque que ele toma essa decisão. Pra mim, imaginei que ele não quisesse escândalo, enfim, que ele não quisesse subir isso, né, pra uma outra área de que teria algum problema interno, algum ruído com relação a essa compra que pra ele estaria tudo o.k.

Mas eu me recordo de ter tido esta conversa com ele. Não me recordo exatamente o dia. Ele vira pra mim diz: Não sei, não sei...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Com ele quem?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Com o senhor Helton Zeferino.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Tá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Era isso que eu gostaria de mencionar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA — Bom, é... parece muito claro aqui... é... que não há qualquer participação tá minha nesse processo de contratação da Veigamed. É... reitero: entre o dia 25 de março e 1° de abril onde tudo aconteceu não houve qualquer conversa minha com a servidora a respeito, não houve qualquer conversa minha com o Secretário a respeito, tampouco houve essas conversas depois. A servidora traz um assunto importante aqui agora, que é... de repente por que não chamaram o Douglas logo depois que... que... deu problema, né, ou chamaram alguém, né? É... de repente... enfim, só comprova que eu só soube dessa compra no dia 22 de abril de 2020, nessa reunião em que participou eu, o Governador Carlos Moisés, o Chefe de Gabinete Márcio Ferreira e o Secretário Helton.

Então, não tenho muito mais a dizer em relação a esse assunto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, Deputado, na verdade, é... nós estamos aqui (*ri*) parece que estamos correndo ao redor da mesma situação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Enquanto não esclarecer a gente vai correr.

Fls. 3525
Rubrica

Página 757. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, é que na verdade, Deputado, os fatos que o senhor relatou, dos quatro fatos, eu já disse o que aconteceu. Com relação à empresa do Samu, com relação à empresa dos respiradores, com relação ao hospital, ao suposto hospital de campanha que acabou não acontecendo, e, também, com relação aos EPIs.

Então, eu reafirmo aquilo que eu já coloquei nos meus depoimentos, no sentido de que, nessas quatro situações ou nós tivemos a participação direta do Secretário Douglas ou tivemos a participação do então advogado Leandro Barros.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Por favor, senhora Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu gostaria de ratificar os meus depoimentos, a perícia do meu celular, encaminhamento das mensagens, a ocorrência das ligações. Ratificar tudo o que está nos autos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Presidente, por enquanto estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado João Amin.

Na sequência, o Deputado Valdir Cobalchini. Vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Senhor Presidente, senhores, senhora do depoente, servidora Márcia, ex-Secretário Helton, ex-Secretário Douglas, senhores advogados, hoje, pela manhã, o Tribunal de Contas, através de uma emissora de televisão, apresenta um estudo em que demonstra claramente que as compras dos respiradores foram superfaturadas. Todas as compras regulares no País e foi excetuada Santa Catarina, que não foi um processo regular; foi excetuado Rio de Janeiro, que não foi um processo regular; foi acentuado São Paulo. A média de preço estava entre 71 mil a 88 mil mais exatamente os respiradores que o Estado estava adquirindo. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

Na semana passada teve um depoente aqui representando a Exxomed que afirmou que se esses respiradores estivessem sido adquiridos diretamente pelo Estado, via Exxomed, poderiam ter chegado aqui por R$ 78 mil. E os três depoentes afirmaram aqui que o processo de aquisição não seguiu o seu rito. O Secretário Helton disse que foi uma fraude, o ex-Secretário Douglas disse que foi desastroso e a servidora Márcia também disse que recebeu pressão e que quando alguém manda, alguém obedece.

O interessante nesse processo, e eu quero fazer uma pergunta, porque é espantoso que somente no dia 22 de abril, Deputado Milton, o Governador numa reunião teve acesso a essas informações. Ninguém, o Secretário da Casa Civil, o Secretário da Saúde... a servidora Márcia disse no seu depoimento que era impossível que o Governador não tivesse essas informações, e eu quero consultar vocês: ninguém falou com o Governador? Ninguém observou que...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Dia 15, Deputado, eu já coloquei. Logo depois que eu saí da Procuradoria-Geral do Estado informei o Governador. Dia 15.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Dia 15 de abril?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso.

O SR. DOUGLAS BORBA — Eu não ti...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Pois não.

O SR. DOUGLAS BORBA — Eu não tinha conhecimento dessa informação, tô sabendo agora pelo Secretário Helton. Pra mim, o Governador tinha é, é, tinha essa informação no mesmo que eu, no dia 22 de abril, né?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Posso fazer uma colocação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Gostaria de voltar no dia, por gentileza, coletiva ou *live* do Governador, onde ele coloca, falando da minha exoneração, do

Página 758. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

gestor local, ele diz a frase, não vou me recordar o minuto: acabei de saber ontem. Esta *live* ocorreu entre o dia 29 ou 30, se não me engano, de abril. Gostaria que ficasse registrado nos autos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Tem algumas datas... Muito embora as perguntas já tenham sido feitas, mas agora é no detalhe, agora é no detalhe (*o senhor Douglas Borba fala com o advogado Paulo Cesar Schmitt*). Acho que o Relator foi muito bem, o Deputado João também e eu vou até poupar da leitura dos depoimentos, porque eles já foram aqui lidos. E as questões são parecidas, porque as divergências também... não são tantos os pontos que precisam ser esclarecidos.

Na data do dia 22 o Secretário Douglas encaminha todas as propostas, protótipos que estavam na Casa Civil. No dia 2 de abril houve a conversa via WhatsApp do Secretário Douglas com a servidora Márcia. A proposta da Veigamed – e hoje foi dito aqui no início da manifestação do Secretário Helton –, a proposta da Veigamed foi apresentada à Secretaria da Saúde pelo Secretário logo no início, quando chegou, foi apresentada pelo Secretário Douglas. Nesse dia 22, nessa papelada toda que você encaminhou, vossa excelência, o senhor encaminhou para a Saúde, constava lá a Veigamed?

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, Deputado. Nenhum documento, de todos os documentos que eu encaminhei à servidora Márcia, é... nenhum é de nome da Veigamed e, mais que isso, de todas as propostas eu tive cuidado depois, junto com a minha assistência jurídica, todos os prospectos, enfim, de todas as marcas e tudo mais, o cuidado de acessar o Portal da Transparência do governo do Estado pra saber se alguma daquelas mercadorias tinham sido adquiridas. E não, de todos os protótipos, de todas as, as coisas que foram encaminhadas por mim pelo menos que chegavam na Casa Civil para o filtro da Secretaria da Saúde, nenhuma foi adquirida.

E só voltando ainda numa... na primeira questão que o senhor levanta das compras Sat... superfaturadas levantadas hoje pelo TCE, é importante dizer que em nenhum momento eu escolhi, como Casa Civil, em nenhum momento eu contratei e em nenhum momento eu paguei. Então os atos, inclusive leilão, que parece que houve, enfim, aconteceu tudo lá dentro da Secretaria da Saúde. Então... Eu de fato não tenho conhecimento técnico pra saber o preço, então não sei se esse relatório de fato é... enfim é assertivo nisso, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O que foi...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu poderia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim, claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Desculpa, o senhor quer concluir o...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não, não.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Obrigada.

Eu gostaria só de ratificar também o valor alcançado, que não era R$ 165 mil, era R$ 169 mil. É... também gostaria de mencionar que eu na SGA, Márcia, SGA da SES, Superintendente de Gestão Administrativa, não origina a compra, não negociou a compra, não pagou a compra. Executou um processo de compra direta, seguido de uma dispensa de licitação conforme procedimento. Após a origem da quantidade, especificação que já estava valorada após a decisão.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, vamos voltar ao tema, mas eu sou obrigado a voltar ao tema é... pra gente esclarecer porque que isso tudo aconteceu. Nós temos que esclarecer isso, né?

Isso tudo aconteceu... nós poderíamos ter respiradores com 200, 300, 400 mil reais a unidade. Se eles tivessem sido entregues, teriam sido pagos. Eles não foram entregues. E nós temos uma nota fiscal assinada de recebimento. Por isso que eu falo, quando eu digo e reafirmo, a questão da, da fraude aqui está, né, eu tô atestando que alguma coisa chegou

Página 759. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3526
Rubrica

quando não chegou. Eu não rece... eu recebi uma carga de banana, não veio carga de banana, mas tá aqui, tá assinado.

Então o senhor já tem acesso aos autos, enfim, eu tô sendo repetitivo, mas é importante a gente pontuar isso. Isso tudo é a mesma situação, né, e aí o Deputado Milton Hobus ele fez algumas, algumas proposições na oportunidade em que eu estive aqui anteriormente com relação à empresa Intelbras. É a mesma situação, igual, não muda nada. São dois processos quase que semelhantes. Aí a pergunta do Deputado Milton Hobus: por que um pagou e por que o outro não pagou? Porque não era pra pagar nenhum dos dois.

E digo mais, nós tínhamos uma promessa de... e hoje os senhores acompanharam na mídia que a Intelbras desistiu da venda, né? Por que que ela desistiu da venda? Porque ela não conseguiu a liberação da Anvisa pra conseguir fazer a importação. Então olha só, é... nessa mesma seara nós só temos que identificar, é... é... por isso que eu, eu volto ao processo, independente, né, e agora aqui uma questão de SGPE, alguns entendem que ela é inadequada, alguns entendem que ela é adequada, a questão desse processo aqui, dessa comunicação interna que tá datada no dia 20, ela é pouco ou quase nula dentro desse processo.

O documento mais importante desse processo aqui de... que foi autuado, dos dois processos que foram autuados, é a nota fiscal. Quando a nota fiscal ela tem o rece, o recebimento, a assinatura de alguém, tá se dizendo que esse produto chegou. E outra coisa é... ah, não tenho competência pra tal. Se não tem competência pra tal, por que o fez? Tá aqui, é público, os senhores têm e toda a população catarinense têm acesso ao processo. Se não tem competência para tal, por que o fez?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor Secretário, me permite...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu acho isso aí fundamental, acho que essa parte fundamental da acareação, o Secretário Helton insiste nisso. Eu estou com o documento aqui na mão, eu tenho a assinatura da Márcia, eu tenho a certificação da Márcia no dia 1° de abril, às oito e dezoito da manhã certificando o recebimento dos respiradores.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O senhor está de posse de uma nota que foi assinada. Eu gostaria da materialidade, da declaração material de onde diz: nota assinada é autorização de pagamento. Eu gostaria que constasse nos autos.

Eu gostaria de mencionar a fala do Secretário Helton quando ele diz, abre aspas "fraude". Ee fala essa palavra agora. Gostaria de retornar ao Processo 11.825, de 2019, de março de 2019, onde nós tivemos, dentro da Secretaria, não só este processo, mas outros no ano de 2019, onde a nota, a certificação e toda a instrução idêntica e de pagamento antecipado. Este, esta mesma ação.

Eu volto a lhes dizer, este processo foi instruído com estas peças e foi orientado pra seguir este formato pelas Gerências de Orçamento e Financeira do... da Coordenadoria do Fundo, vinculada diretamente ao gabinete do Secretário Helton.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino.*)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, eu vou, eu vou, eu sou obrigado a insistir nessa teoria, porque é mais ou menos o seguinte, olha só: algum de nós aqui está em cima de uma ponte e eu disser assim, não pula ou. Ou melhor: pula, pula da ponte. Tá, mas olha só, eu vou morrer. Não, mas pula, pula, pula porque eu acho que é o mais correto nesse momento.

Isso aqui pode parecer algo que... enfim, né, já se comentou como é que alguém tem a... quem é o dono da... isso se repetiu aqui, quem é que é o dono da caneta? A caneta

Página 760. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

poderosa. Isso é material, pô, materializado (*mostra documento*), eu só consigo fazer o pagamento de alguma coisa quando alguém recebe.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu, eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que ela poderia ter feito o pagamento se o senhor mandou fazer.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu posso...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Mas eu mandei aonde? Aonde é que tá materializado isso?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Um pouco mais adiante, Relator...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu poderia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu também vou...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu poderia só fazer uma observação rápida?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI —Sim, é...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não sei se permite, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Pois não.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu posso fazer uma observação rápida?

Esse processo, essa nota que o senhor tá vendo é no SGPE, o sistema de pagamento se chama Sigef, Sigef, não é esse sistema. Esse sistema que o senhor tem na mão com a minha assinatura, na mão, é SGPE, uma peça do SGPE assinada. O sistema da Fazenda que faz pagamentos de ordem e operacionalização da Gerência Financeira, Gerência de Orçamento, Coordenação do Fundo, chama Sigef.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Em relação ao pagamento, eu vou ler parte do depoimento da servidora Márcia: "Eu sabia do processo de compras? Eu sabia. Eu sabia que o pagamento era antecipado? Todos sabíamos. Eu vou dar o nome de três pessoas que sabiam diretamente ao meu lado (*a depoente Márcia Regina Geremias Pauli faz que sim com a cabeça*): Secretário Helton, a Márcia, Zé Florêncio", e não sei se o Zé Florêncio é da Gerência de Orçamento ou se é mais uma pessoa.

(*O senhor Douglas Borba fala com seus advogados.*)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Coordenador do Fundo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Então tem ainda "Gerência de Orçamento, Comandante lá do Corpo de Bombeiros", que eu imagino seja aquele que veio aqui depor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu, eu preciso corrigir. Esse Comandante do Corpo de Bombeiros que eu me refiro é o gerente Financeiro, o Tiago, eu não sei se ele também faz parte do...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não, "e o Tiago também."

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Mas tem aqui o Comandante lá do Corpo de Bombeiros.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Então na transcrição saiu um elemento a mais. Eu me referia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Talvez tenha sido o diretor de Licitações...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu me referia a Tiago...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ... que era o Coronel do Corpo de Bombeiros.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3527
Rubrica

Página 761. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...gerente Financeiro, ge, gerente de financeiro. Não, aquele era o Carlos Charlie Maia, era outra diretoria. Não me referia àquele, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A senhora confirma então...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Confirmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Que essas pessoas...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Márcia, Secretário Helton, Coordenador do Fundo, gerente Financeiro e gerente de Orçamento, pelo menos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu preciso...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, só pra deixar claro, é... o Secretário Helton sabia. Eu volto a repetir: em que momento de toda essa tramitação aqueles documentos que passaram pelo gabinete do Secretário, leia-se parecer jurídico, dispensa de licitação e ordem de fornecimento, tratavam de pagamento antecipado ou pagamento à vista?

Diferentemente daqueles outros processos que eu já mostrei pros senhores aqui no início da nossa fala, que nós vamos, enfim, fazer constar aqui como prova pros senhores também, é... de pagamento antecipado ou pagamento à vista.

Segundo, nós temos aqui duas notas que foram certificadas ou assinadas. E essa nota assinada que gerou, que gerou a certificação e acho que é muito importante, os senhores terão a oportunidade de perguntar isso pra Débora Brum, ela vai estar aqui salvo engano na terça-feira que vem, essa pergunta ela é muito importante, por que ela fez isso? Quem orientou ela a fazer isso?

Nós tivemos (*ininteligível*) da tramitação, como eu já disse, coloquei pros senhores aqui lá no início da nossa fala, no dia 31 a empresa ela começa a cobrar ou ela quase determina, né? A empresa, não, o Fábio Guasti, ele quase determina: faz ele fazer o pagamento e me... me dá essa ordem aqui. Ele quase determina isso. Uma nota que foi emitida às onze e trinta e sete. Alguém pediu essa nota pra ele. Nós temos que esclarecer: quem pediu essa nota fiscal, ó, emite a nota e me encaminha.

E depois disso tudo, ah, emitiu a nota e encaminhou, alguém disse que recebeu, que tá escrito aqui ó: Márcia Regina Geremias Poli, Pauli, dia 1º de abril de 2020, às oito e dezoito com 39 segundos. A partir disto aqui, deste documento, é que uma outra servidora pega, insere no Sigef e encaminha pra pagamento. É isso que nós temos que esclarecer.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O Secretário Douglas, o ex-Secretário hoje, mas ainda quando Secretário, em seu depoimento, afirma que foi repassada orientação sobre cuidados nas compras e o não pagamento antecipado. O que foi negado, tanto pelo Secretário Helton quanto pela servidora Márcia, que tenham recebido tal orientação.

Eu quero indagar o Secretário Douglas se essa orientação foi formal, e se tem, pode disponibilizar à CPI cópia dessa orientação?

O SR. DOUGLAS BORBA — Foram alguns momentos na verdade, Deputado Cobalchini, né? Primeiro... Lá nas primeiras reuniões do grupo gestão de crise é... foi levantado, era... eram vários Secretários, como eu já narrei aqui todos que participaram e foram neces, foram narrados os cuidados que deveriam ser feitos nesse momento atípico, nesse momento excepcional, e que os órgãos de controle interno estariam à disposição pra ajudar neste processo, tanto a CGE quanto a SIG.

A partir daí a gente o, o, o que a gente viu foram atuações independentes, tanto da... da SIG quanto a CGE. Uma dele, uma delas foi no dia 25 de março, um contato da Secretária da Integridade e Governança com a... a ge, a Superintendente de Gestão Administrativa se

Página 762. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

colocando à disposição pra contribuir na formatação do processo de compra dos respiradores da Aeonmed. Este processo que a gente tá falando.

Então a Secretaria de Integridade e Governança se colocou à disposição referendando, se referenciando, melhor dizendo, a co, a proposta comercial da Aeonmed VG70, Fundo Estadual de Saúde, no dia 25 de março. Que foi o início dessa negociação, se nós lembrarmos de todos os depoimentos o, o, o, o primeiro produto era VG70, depois mudou pra outro produto, enfim, mas já se referia a essa, a essa, a essa compra.

E mais que isso, mais do que estar expresso, Deputado, na verdade foi montado o grupo de compras mencionado lá no dia 22 de março. Então existia, de fato, um grupo de compras coordenado pelo então Secretário da Administração, Jorge Tasca, onde nós encaminhamos é... para ele os nomes a serem inseridos nesse grupo, a SIG, a CGE por parte do governo do Estado, junto com a SEA, Secretaria da Administração, e também a Secretaria da Saúde. Então eram os quatro órgãos do governo que faziam parte desse grupo, além dos órgãos externos, que aí é... o TCE e o MP também teriam pessoas nesse grupo. (*O advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino.*)

Então, na verdade, a, a orientação passada por nós, pelo Governador sobretudo, que nós deveríamos seguir, né, é que todas as compras do Estados deveriam ser debatidas nesse grupo. Isso foi uma orientação, e mais do que uma orientação, isso na, na verdade se tornou, Deputado Cobalchini, tangível, se tornou fato na medida em que foi montado de fato esse grupo. Tanto é que esta proposta desta compra chegou a ser discutida lá naquele grupo e, numa conversa individual da Naiara com a Márcia, foi solicitado o seguinte: queres alguma ajuda pontual para essa demanda dos dois fornecedores que você apresentou no grupo? Podemos produzir um relatório rápido. E essa... e essa resposta nunca foi encaminhada de volta à SIG.

Mais adiante... Isso foi no dia 25, no dia 27 a SIG produziu um documento com várias inconsistências de uma outra compra, da compra da Edera, apontando as inconsistências. Uma delas era o pagamento adiantado, e encaminhou à Secretaria de Estado da Saúde fazendo o alerta da impossibilidade de se fazer o pagamento adiantado (*o advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino*). Isso também eu... eu faço, sim, é... constar depois no processo a íntegra desse processo da SIG com essa orientação à Secretaria da Saúde é... pedindo inclusive o prazo de 48 horas pra que a Secretaria da Saúde se manifestasse sobre aquela compra.

Isso daria no dia 29 de março, em tempo ainda de não serem feitos outros pagamentos adiantados. Mas ao invés das 48 horas para a resposta, a... aí a, a Secretaria da Saúde, enfim, o Jurídico, a Superintendência de Gestão Administrativa respondeu esse documento lá no dia 22 de abril, quase um mês depois da orientação.

Ah... mais um fato: houve uma reunião, perdão Deputado, mas é importante a gente dizer, houve uma reunião da CGE na Secretaria de Estado da Saúde, afirmada pelo próprio procura é... Controlador aqui, o Luiz Felipe, no dia 30 de março. Houve essa reunião lá, eu também não participei, na verdade esses processos de compra corriam lá na Secretaria da Saúde, mas o Luiz Felipe foi lá pra se inteirar, pra se colocar à disposição e tudo mais, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O.k., senhor Douglas...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu poderia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim, claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu gostaria de fazer algumas observações com relação a... a... a desc, à fala do... senhor Douglas.

É... Naiara 3D ou Naiara Facechild (?), era assim que ela estava salva no meu WhatsApp. Nossos WhatsApp eles foram, como eu já coloquei, passados pra muitos colegas. Ela estava salvo ali no meu WhatsApp com uma descrição diferente, portanto fazendo

Fls. 3528
Rubrica

Página 763. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

referência, e nossa conversa começou com tratativas de EPI. É... a Naiara também, consegui falar com ela, acredito que lá entre o dia 18, 19 de abril apenas, por conta do que o, o senhor Douglas acabou de colocar com relação à análise do processo da Edera. Ela tinha encaminhado atra... pro gabinete e a resposta, ela tava... eu me comprometi com alguém da... do gabinete da Secretária Naiara, que nós tínhamos 48 horas ou 72 horas, não me recordo agora, pra responder.

Até neste dia, lá em abril, eu coloquei pra ela que eu estava à procura do telefone dela, e ela vai recordar desta ligação, nós ficamos bastante tempo, nós tivemos uma conversa longa, eu e a senhora Naiara. Naquele dia, tanto ela quanto eu a gente chegou a se emocionar com a dificuldade que a gente tava ali, ela vai se recordar disso agora. Naquele dia eu falei pra ela que o contato dela no meu WhatsApp estava salvo com Naiara 3D ou Naiara Facechild (?), então não fazia referência à Secretária, que eu estava à procura dela pra dizer que eu estava tentando cumprir o prazo de resposta da manifestação do processo da Edera. Ela disse: Márcia, embora eu não tenho como passar direto pra Secretaria, eu tenho que passar pra Cojur, não faço direto, lá dentro da Secretaria nós sempre tivemos esse ordenamento, nós não podíamos responder a outras Secretarias ou à PGE diretamente, nós sempre tínhamos que fazer a passada pela Cojur minimamente. Eu falei pra ela naquele dia: Secretária, nós já elaboramos a resposta. A senhora me desculpe, o seu contato está salvo de outra forma aqui e não consegui lhe identificar. Agora, se a senhora, por gentileza, SIG 28/2020 é o número do processo, se a senhora puder abrir aí e ver a nossa resposta, embora não tenha chego para a senhora, mas a senhora já pode ver que a gente já respondeu.

Eu gostaria de fazer essa observação: nós respondemos, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Secretário Helton, tem alguma...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não. Na verdade, Deputado, só também aproveitar... Esse aqui é mais um documento que eu já citei, mas é importante nós citarmos a todos os senhores. Não faria sentido nenhum... é... eu recebi no dia 28 de março aquela informação que o assessor jurídico Carlos disse que produziu sobre pagamento antecipado. No dia 28 esse processo veio pro gabinete, no mesmo dia 28 ele foi despachado com: acolho a recomendação do parecer emitido e solicito que seja realizado consulta ao Tribunal de Contas e Ministério Público. Porque a conclusão do parecer dele dizia: ante o exposto, recomenda-se consulta ao MP e Tribunal de Contas quanto à possibilidade de pagamento antecipado.

Então, se no dia 28 eu acolho e encaminho solicitando parecer, qual seria a lógica de no dia 1º eu ordenar um pagamento antecipado? Se não tem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas não é nesse processo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Mas é outro processo, justamente por isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, mas não é nesse processo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Mas justamente por isso, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nós precisamos deixar claro as coisas.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro, claro. Eu estou deixando claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senão sai pra fora uma coisa que não é.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — São outros... é outro processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas nós estamos... Nesse processo não tem essa orientação.

Página 764. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — É um outro processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pois é, mas só que nesse não tem. Eu preciso fazer essa intervenção...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Desculpa, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu estou acompanhando os procedimentos...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...e não posso permitir que as coisas saiam para fora... de fato, não é verdade, né? Nós estamos falando desse processo dos respiradores, o que aconteceu nos outros, parece-me que aconteceu tudo certo. Agora nesse, não.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Então só pra ratificar o que o senhor está dizendo. Nós tínhamos um outro processo que foi formulado pelo assessor jurídico, justamente por essa avalanche de pedidos que ele estava recebendo de pagamento antecipado. Isso culminou com uma informação que chegou no gabinete e o gabinete despachou acolhendo o parecer, encaminhado e solicitando parecer.

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O meu último ponto aqui, Presidente, Relator e colegas Deputados. Márcia...

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins está falando com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Desculpe, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Pode... se precisar continuar ouvindo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, não tem (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Márcia, o Secretário Helton afirma que você certificou a nota, conforme consta do sistema e o Secretário tem apresentado isso. E também deixa claro que quem certifica a nota acusa o recebimento do equipamento, e deixa claro o caminho livre para o pagamento, depois já recebi. Então, dá para pagar.

A senhora confirma que certificou a nota da Veigamed? Se não foi a senhora, quem foi?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu posso responder já ou não?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Quem tinha acesso a sua senha? Pode...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Posso já ir respondendo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Tá. Eu gostaria novamente de solicitar, por gentileza: materialidade da prova de que uma nota fiscal assinada no SGPE, que é o Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos, não o Sigef, não o Sistema da Fazenda de Pagamentos, são dois sistemas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Mas eu... eu não...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Materialidade da prova de que uma nota assinada no SGPE ela configura uma autorização pra pagamento, enfim. Esso eu gostaria de colocar.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3529
Rubrica

Página 765. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Quanto à certificação: lá no sistema é possível ver no documento tem uma referência a atestador e usuário. Quem entrou no Sigef, aí o Sistema de Pagamento, para que a ge... para que qualquer área da SES dentro da Coordenação do Fundo, Gerência Financeira e Gerência de Orçamento, possa fazer um pagamento, precisa primariamente ter uma certificação no Sigef. Este usuário foi, lá é possível ver, Débora Brum. Ela gerou a guia. Atestador, ela puxou, como eu já relatei, Márcia ou de posse do meu CPF, e ela me colocou como atestador. Este processo foi assim que foi feito. No SGPE consta o documento assinado, no SGPE, que o Secretário Helt... o senhor Helton se refere. Tá certo? SGPE é diferente de Sigef.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, o senhor me permite?

É... qualquer um dos senhores que está aqui presente, se os senhores atravessarem a praça que nós temos aqui na frente, os senhores vão chegar lá no Tribunal de Contas. Lá no Tribunal de Contas é... salvo engano, as notas não têm tramitação digital.

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

Ou seja: a nota ela chega pra pagamento, seja ela qual for a nota, nós temos ainda a época lá do carimbo. Alguém vai, carimba atrás dessa nota, coloca os dados de... de contrato, de empenho, enfim, e ele encaminha isso pra que alguém insira isso no Sigef. Nós estamos falando da mesma coisa. Por que que nós não temos o carimbaço nessa nota? Porque isso aqui é uma nota eletrônica e a forma de dar o certificado, o recebido nessa nota eletrônica, é a assinatura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O que me chama a atenção, desculpa, Deputado, por mais uma vez eu preciso intervir, é que as coisas aconteceram nessas certificações tudo em segundos, né?

(*O advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino.*)

Vamos começar aqui o procedimento. Procedimento da certificação da nota às 8h18min, certo? Depois a gente tem lá a Dispensa de Certificado do Detalhe, esse documento aqui, é o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal, módulo de programação de execução financeira, 14h29min, assinado pela Débora Brum. Depois, imediatamente às 15h06min a gente tem a certificação da Eliete Maria Müller Braga, do trâmite de pagamento, e às... É, 14h26min.

Então me impressiona, Deputado, que é tudo entre 14h28min, 14h24min, 14h26min e 14h30min. Tem alguns segundos entre as certificações, não tem minuto, tem segundos. Eu fiz, você já fez, ela fez, negócio automático. Como é que isso se explica, Secretário Helton?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Como explica? É... Deputado, como explica é que nós tivemos uma nota que foi certificada às oito e dezoito da manhã pela servidora Márcia, às 14 horas ela foi inserida no Sigef pela então servidora Débora Brum...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 14h29min.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — 14h29min, isso. Então ela foi inserida de manhã, às 8h...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Certo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — ...assinada. Às 14h29min ela foi inserida no sistema Sigef, depois de inserida no sistema Sigef ela é tramitada, depois que ela é tramitada, então nós temos ali a questão do... é da Gerência de... Financeiro, provavelmente, que é a Eliete.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Às onze e trinta e oito da manhã ela entrou no sistema financeiro.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — 15... 15h06min.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Aqui tem a data da autorização do uso: 11h38... É o sistema de...

Página 766. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Os documentos que eu tenho aqui então, nota fiscal assinada às 18... às 8h18min, inserida no Sigef às14h29min, depois a... e 29, então meia hora depois, um mais, um pouco menos, às 15h06min a Eliete ela emite, depois disso ela é encaminhada pra pagamento ou ordem bancária lá no dia 1º/4, às 16h25min.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 14h29min.

(*O senhor Douglas Borba fala com o advogado Paulo Cesar Schmitt.*)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — 14h29min?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É, a certificação da Débora Brum é 14h29min. Depois, às 16h06min tem...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — 15h06min.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sistema Integrado, às 15h06min.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso, 15h06min.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Da Eliete.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E às 11h38min a gente tem essa certificação da nota digital, que é tudo...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — No mesmo dia, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, no mesmo dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ... dentro do horário ali.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Só para não perder o raciocínio, dentro da pergunta do Deputado Cobalchini de esclarecimento do ex-Secretário Helton, tudo isso, esse último trâmite agora que foi mencionado, tramitou sem o seu conhecimento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — A tramitação de pagamento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — É.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, sem meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Sem seu conhecimento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro. Sim, sem meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O.k.

Estou satisfeito, Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Satisfeito.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu poderia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Esta presidência suspende por cinco minutos a sessão.

(*Estão suspensos os trabalhos. Pausa.*)

Senhores Deputados, dou por reaberta a reunião.

Com a palavra o Deputado Milton Hobus. Vossa excelência pode prosseguir.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Senhor Presidente, senhores Deputados, eu quero cumprimentar a Márcia, o Douglas, o Helton, os seus advogados, cumprimentar todos que nos acompanham.

Eu estava atentamente ouvindo as falas e já dos outros depoimentos, e ficamos pensando um pouco aqui, porque tínhamos feito também separação de vídeos, etc., para mostrar algumas coisas que não se explicam em depoimentos de cada um de vocês, mas eu

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3530
Rubrica

Página 767. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

não vou usar mais nada disso. Acho que quanto mais se pergunta, senhor Presidente, mais claro algumas evidências aparecem.

Primeiro, o que nós queremos entender aqui é em que circunstâncias e como foi feita a negociação dos ventiladores e o pagamento. E, muito além de nos atermos aos documentos da operação lá dentro da Secretaria da Saúde, porque tudo aconteceu lá – o envolvimento do Douglas Borba nós vamos falar em seguida, que é o que aparece e a gente tem dúvidas também. Mas aqui foi afirmado, senhora Márcia, a senhora afirmou hoje, na outra oitiva, que o doutor Helton, ex-Secretário, é que trouxe a questão dos respiradores para a senhora fazer o processo e o Coronel Carlos, né, Carlos...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Carlos Charlie.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... Carlos disse a mesma coisa. Os processos vinham prontos pra gente...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...porque tinha que operacionalizar rápido...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, com a condição de pagamento antecipado posta e tudo mais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É. Foi dito aqui também, pelo doutor Helton e pela senhora, que a decisão pela então Brazilian Trading, porque não era Veigamed, era o seu Fábio Guasti, era com quem vocês trataram.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O fornecedor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É. Dia 26 de março saiu a portaria interna, assinada pela senhora e pelo Secretário Adjunto, né?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...para fazer a compra dos duzentos respiradores da Brazilian Trading.

A senhora disse aqui, e o doutor Helton confirmou, que foi passado, perguntado para o senhor se o senhor poderia negociar para tentar reduzir o preço, e disse, não, eu faço. E o senhor falou no telefone com o senhor Fábio Guasti e reduziu de 169 para 165 e daí toca-se o processo, e que a decisão de pagar 165 e não 78...

Hoje ainda eu conversei com uma empresa de São Paulo, foi justamente porque o seu Fábio Guasti disse para vocês que ele entregaria rápido e o senhor confirmou hoje aqui que ele traria de avião e tudo mais, o senhor falou hoje aqui, novamente (*o senhor Helton de Souza Zeferino faz que sim com a cabeça*).

Então a lógica da negociação está muito clara para nós. O senhor mandou comprar, vocês fizeram e fizeram com o seu Fábio Guasti, que depois escolheu a empresa, porque acreditaram que eles iam entregar rapidamente e os outros não davam esse prazo de entrega.

Quando na semana passada esteve aqui o seu Onofre, que é o representante da Exxomed, ele disse que tomou conhecimento, no dia que veio aqui para uma reunião a pedido do Leandro para aluguel de equipamentos e para o pedido de passaporte especial para que ele fosse para a China, e que daí ele tomou conhecimento dessa compra dos duzentos e daí ele já se preocupou e disse: a empresa chinesa que eu represento não vai entregar isso aqui. E ele formalizou num *e-mail* no dia 3 de abril para o doutor André Motta, seu Secretário Adjunto, dizendo tudo isso: que não reconhecia a venda, que a fábrica na China não reconhecia a venda. E a senhora disse aqui também hoje, senhora Márcia, que no dia 2 ou no dia 3 – o pagamento foi feito no dia 2 – que a senhora e o doutor Helton conversaram: e agora, o que vamos fazer?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim. Ele chegou assustado na minha sala, 2 ou 3.

Página 768. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Pagamos e agora o que vamos fazer?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Pagaram e agora, né? Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Essa conversa vocês tiveram?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, digo, o pagamento saiu, alguém já soube? Alguém tinha... ele teve uma conversa com alguém que trouxe isso à baila ou cobrou dele, sei lá eu, eu entendi dessa forma. E naquele dia, naquele dia que eu soube que o pagamento tinha entrado. Eu, naquele dia, por ele. Foi assim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então, senhor Presidente, para a gente ter uma ordem natural das coisas aqui. Os ritos não foram cumpridos, o Estado vivia um momento de pânico total, dito pelo seu Carlos aqui que em abril iam morrer seis mil pessoas, então vocês tinham que comprar tudo, tinham que fazer tudo, tinham que fazer aquela loucura sem critério, para mim – desculpe, né, a minha interpretação pessoal – sem critério técnico nenhum, o que levou a isso tudo.

Mas está claro aqui, doutor Helton, em que pese esses papéis, porque os papéis... Para quem conhece a administração pública sabe que você tem que empenhar, você tem que liquidar para você poder pagar, certo? E para empenhar você tem a ordem de fornecimento, para liquidar você tem que ter a nota fiscal, por isso que eles mandaram a nota fiscal, então não deveria ser surpresa para ninguém que a nota fiscal veio, né? E para pagar antecipado, que não foi só esse, nós temos aí dezesseis ou dezessete processos que estamos avaliando na Comissão Especial da Assembleia, então não é um só. O *modus operandi* foi esse, inclusive pela dificuldade dos fornecedores garantirem a entrega sem o pagamento e por isso que vocês foram atrás de forma de pagar antecipado.Tanto é que o Governador, via Casa Civil, mandou, dia 31 de março para esta Casa um projeto de lei pedindo autorização para pagar antecipado.

Quer dizer, então tudo isso era sabido de vocês todos (*a depoente Márcia Regina Geremias Pauli faz que sim com a cabeça*). Não adianta vir para cá dizer para nós que ninguém sabia de nada disso, porque vocês conviviam esse momento crítico, que se não pagasse vocês não tinham produto. E isso dito por vários Estados brasileiros na mesma situação. Uns cumpriram um rito, compraram melhor, outros não cumpriram os ritos e acreditaram inocentemente em oportunistas de ocasião, como deve ser esse seu Fábio Guasti, como deve ser o seu Leandro Barros, porque está provado nos autos agora que receberam nas suas contas dinheiro da transferência dos ventiladores. Então vocês cumpriram ritos administrativos para dar formalidade a uma decisão que vocês tomaram na Secretaria de Estado de comprar do seu Fábio Guasti os ventiladores, porque em uma semana vocês iam ter e vocês estavam apavorados.

Esse é o entendimento que eu consigo tirar das falas de vocês. O senhor sabia, porque negociou, inclusive baixou o preço, sabia que só entregava, mas para entregar ele tinha que mandar o dinheiro para a China, porque senão não conseguia carregar, então tinha que pagar antecipado; a senhora Márcia sabia (*a depoente Márcia Regina Geremias Pauli faz que sim com a cabeça*), fez toda a operação para poder viabilizar que esses equipamentos chegassem, porque todos estavam em pânico e precisavam comprar.

Eu acho que vocês tinham que admitir isso. Vocês, no mínimo, erraram nisso, porque vocês que decidiram, gente. O próprio José Florêncio sabia desde o início, segundo a Márcia aqui, que nós vamos questionar semana que vem, era uma das três pessoas que sabiam e ele era o homem que pagava. Então já estava autorizado, porque ele participou disso tudo. Por isso que pagaram, não foi por causa daquela certificação lá, não, isso era o rito natural para que pudesse pagar. Esse é o meu entendimento.

Eu gostaria que... a senhora Márcia e o senhor Helton poderiam falar um pouquinho sobre esse meu raciocínio que eu fiz agora.

Página 769. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3531
Rubrica

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O seu raciocínio...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque o meu raciocínio é em cima das falas absolutamente de vocês.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O seu raciocínio está completamente correto, correto do início ao fim, do início ao fim, por conta de que na negociação estava claro, e foi declarado inclusive pelo fornecedor que, pagando, chega entre 5 e 7 de abril. E no outro dia o Secretário, no dia trin, não, dias à frente, ali no dia 30, o Secretário colocou isso em coletiva, ela falou: já gastamos 76 milhões. Acabei de ler pra vocês no início, e entre 3 e 7 chega a... chega a carga. O Secretário estava falando sobre uma assinatura, o senhor Helton está falando da assinatura na nota, aquilo faria... fazia parte integrante lá no SGPE, parte integrante de uma formalidade pra seguir com o pagamento, estava posto.

O apoio da SGA foi instruído: o que precisa ter? Precisa ter a nota? Precisa ter a certificação? Precisa pra chegar... chegou lá no financeiro. Ele já sabia do pagamento antecipado, a SGA teve que preparar tudo, porque eles precisavam receber pra fazer o pagamento antecipado, na negociação já sabia-se, o Secretário já sabia, eu já sabia, o Zé Florêncio sabia, o gerente de Orçamento sabia, todos sabíamos que era pagamento antecipado. Condição mínima para a compra.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino.*)

É preciso admitir isso, as pessoas precisam admitir, as pessoas que estavam lá vivenciando precisam admitir isso. As formalidades foram postas pra que se chegasse naquela... naquela... momento de pagar, aonde a SGA teve a instrução dos processos ela fez, a partir dali ela coloca pro Cofes, que também faz a formalidade no Sigef.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado Milton Hobus...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Doutor Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — ... eu respeito a sua opinião, mas discordo veemente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não, isso não é opinião, hem, é em cima de falas absolutamente de vocês. Se eu faltei com alguma verdade, por favor...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Quando o senhor... por gentileza...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...nós vamos buscar os depoimentos, porque eu só falei aquilo que vocês dois falaram aqui.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro. Por gentileza...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E daí a conclusão é natural em cima do que vocês falaram.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Quando o senhor minimiza uma questão de uma... de um documento, onde eu tenho a assinatura de alguém dizendo que isso aqui é mera formalidade, o senhor está desconstruindo todo o processo administrativo. Por que que eu digo isso, Deputado? Se os senhores pegarem os dez, doze, enfim, eu não sei exatamente quantos processos são de compra...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Dezessete.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Vão estar todos assim.

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O senhor vai verificar um detalhe: nesses que não passaram pelo gabinete, que foram... se foram dezessete, quinze não passaram pelo gabinete, é... em todos eles, em determinado momento dessa tramitação, se refere a pagamento antecipado. Tá lá escrito. Então nós temos... se não é na... se não é a grande

Página 770. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

maioria deles, na ordem de fornecimento já está pagamento à vista ou pagamento antecipado, nós temos uma tramitação empenho, liquidação e pagamento antecipado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Doutor Helton, só para nós...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro, claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Só para nós ganharmos o tempo disso que o senhor já explicou bastante.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Vamos lá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS— Eu pergunto para a dona Márcia. Dona Márcia, por que nessa ordem de fornecimento não está o pagamento antecipado como está nas outras? Qual o problema que houve ali? Porque é essa a argumentação do ex-Secretário Helton.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — No último dia 2 o Deputado Kennedy inclusive ele fez todo o resgate, né, da sequência onde tinha a documentação, que é a isso que ele se refere, do pagamento antecipado. Lá na dispensa de licitação ela está referindo à proposta, na proposta tem lá em numerário antecipado. O Deputado Kennedy, me recordo que ele fez toda essa... esse caminho, inclusive demonstrando aqui, no dia 2.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sim, mas o que o Secretário Helton está dizendo aqui, a defesa dele é que ele não sabia do pagamento antecipado, porque não está na ordem de fornecimento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Deputado, com todo respeito...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas eu lembro que o Deputado Kennedy fez isso e pode mostrar hoje novamente, está ali, o Secretário Helton assinou a dispensa de licitação, isso também está documentado e lá na proposta está posto o pagamento antecipado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então, esse é um mero detalhe.

E daí eu pergunto, Secretário Helton: no dia 2 foi pago, no dia 3 o senhor Onofre, representante da empresa, disse: olha, vocês não vão receber, o seu Secretário Adjunto recebe. A senhora Márcia fala aqui que vocês dois comentaram, entre o dia 2 e o dia 3: e agora, como é que ficamos. No dia 7, que era na semana seguinte, vocês já estavam cobrando o seu Fábio Guasti: escuta, e aí, e a entrega? Vocês estavam cobrando. Mas só no dia 15 o senhor formalizou o processo para os outros órgãos para tomar... ou para o Governador dando ciência de um caso tão crítico, porque o senhor colocou o Governador no fogo, o senhor levou ele para uma *live* lá para dizer para o povo: olha, está chegando aí equipamentos que nós compramos e pagamos. O senhor falou tudo isso, está lá na *live* de vocês dois, e só no dia 15, que o Douglas disse que era dia 22, que: poxa, fizemos uma cagada, o negócio não vai vir, e não temos nenhuma segurança de que esse dinheiro vai vir de volta, e agora?

Por que esse tempo todo? O senhor, o seu Secretário Adjunto e toda a...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, primeiro que... primeiro que essa informação que o senhor disse que o Secretário Adjunto recebeu por *e-mail*, essa informação não foi tramitada pra mim, eu não tenho essa informação. O senhor pode verificar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas era sua pessoa de confiança.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O senhor pode...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Que estava junto no processo, assim como é o...

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3532
Rubrica

Página 771. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Na verdade, na verdade Deputado, todos os cargos em confiança da Secretaria são cargos de confiança, todos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não, mas essa negociação...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O que eu quero dizer pro se...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... dos ventiladores, dita aqui pela Márcia, foi o senhor que negociou.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Vamos lá, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor que baixou o preço, o senhor sabia de toda a negociação.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Vamos lá, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então o senhor tinha que estar preocupado com a negociação, eu imagino. Eu estaria, né?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso, vamos lá, Deputado. Então reafirmando novamente aquilo que eu já falei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — A não ser que a senhora Márcia está mentindo aqui...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — No dia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...que não foi o senhor que negociou. Então eu queria que o senhor me explicasse.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — No dia... Deputado, vamo lá.

No dia 26,quando eu faço a ligação no sentido de diminuir custos, quando a gente diminui o custo é obviamente... se o senhor me disser que naquele dia ele estava projetando a proposta da empresa, o.k. Eu estava conversando com o fornecedor, chamado Fábio Guasti, ao qual me disse que tinha capacidade de, enfim, ele já havia, a Márcia já havia me relatado isso, capacidade de entrega de duzentos equipamentos, é *x* ou metade deles até o dia 7, entre 5 e 7, e a outra metade até o dia 30 de abril. Eu estou tentando reduzir custos. Ela mesma disse que saiu de 169 para 165.

Então, ou seja, isso aqui...

(*O advogado Paulo Cesar Schmitt fala com o senhor Douglas Borba.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Conseguiu essa redução.

(*O advogado Noel Baratieri levanta os braços, num gesto de impaciência, enquanto o Deputado Milton Hobus faz o questionamento.*)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — ... isso aqui, isso aqui nesse momento já me diz o seguinte: olha só, a proposta da empresa não está com o Estado ainda, porque se... porque se eu estou te le... a não ser que a gente pega aquela proposta, nós dentro da Secretaria, né, vamos imaginar isso, eu vou alterar o valor da proposta.

Então naquele momento em que nós saímos lá dos 169 pros 165, a empresa ela vai me encaminhar a proposta. Naquele momento que ela encaminha a proposta, e aí eu não sei dizer exatamente pro senhor quando essa proposta chegou, o que eu sei é que nós tivemos uma proposta que chegou via Brazilian Trading, isso foi inclusive gerado e autuado um processo, e na manhã seguinte foi feito o desentranhamento disso. Isso aconteceu, está nos autos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sim, sim, várias folhas, né?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso, da página 2 até a página 18. Isso foi desentranhado.

Então, ou seja, nós tínhamos iniciado um processo de dispensa de licitação com uma proposta de uma empresa, chamada Brazilian Trading, que no dia seguinte, e aí eu não sei lhe dizer por que, eu não tenho essa informação...

Página 772. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas era o seu Fábio Guasti que trouxe a proposta da Brazilian Trading...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...assim como a da Veigamed. [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim. Essa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Ele disse para vocês: eu acho que vou ter que mudar porque...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não disse pra vocês... pra mim ele não disse.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não disse.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O que eu tenho acesso aqui....

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Disse para a senhora Márcia, disse para a senhora que ia mudar a empresa.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Estão nos autos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Tá.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Então, quando ele muda esse processo, eu já não sei, não consigo entender, né, ele dá algumas argumentações aqui de, de motivos, enfim, que a empresa ela teria, não teria capacidade de vender pra Santa Catarina. Enfim, faz um relato aqui no...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Hum, hum.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — ...nos documentos que são produzidos pelo Ministério Público. Então, a partir daquele momento ali, a Veigamed ela entra nesse processo lá no dia 27. Então, ou seja, é... nós já tínhamos aqui claro, né, isso aqui já tá claro que nós tínhamos alguém que é... estava tentando pipocar onde é que ele ia conseguir uma empresa pra fazer. É... isso também é público, é notório, os senhores já ouviram falar dessa história também, que a Brazilian Trading lá de... de Joinville recebeu uma ligação de alguém pedindo determinado valor, que esse valor ele seria, enfim, pra pagar comissão pra alguém, os senhores já ouviram falar disso, isso está nos autos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Só que, a partir desse momento, nós temos um rito que tem que ser seguido. O rito qual é? Verificar se a empresa tem a documentação adequada, verificar se a empresa tem os devidos registros, o próprio assessor jurídico ele pede outros orçamentos, né, os senhores não trouxeram essa fala aqui hoje ainda, mas nós temos que verificar, né? Uma das empresas a qual o orçamento ele foi apensado é uma empresa que recebeu recursos, tá aqui nos autos do Ministério Público, ela recebeu recurso da empresa Veigamed é... da ordem aí de, salvo engano, trezentos e poucos mil reais, uma coisa assim, mas ela recebeu. Então, olha só, por que que uma empresa que é... foram anexados dois orçamentos, por que que uma dessas empresas recebeu recurso da Veigamed? Mas tá aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É simples, a Márcia já falou aqui que eles esquentaram os orçamentos, isso já está claro para a CPI.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Então, se esquentaram, nós temos aqui um envolvimento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem colocou os orçamentos foi o próprio Guasti e a equipe que cuidou dessa fraude.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — É... então, como nós temos esse rito funcionando ou esse rito trabalhando, nós poderíamos chegar inclusive numa outra proposta

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3533
Rubrica

Página 773. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

que já aconteceu em outros processos, uma proposta mais vantajosa para o Estado, desde que mantido aquela condição de igualdade, né, entrega, enfim, ou coisa que vai.

Quando esse processo ele vem, ele é produzido e ele chega a essa conclusão: ó, agora a gente pode encaminhar pra parecer jurídico. Assim foi feito. O parecer jurídico ele emite, e os senhores já ouviram aqui também o assessor jurídico dizendo isso, não é porque uma empresa diz que quer receber dez dias antes de entregar que nós vamos entregar. O que vale pra nós é o contrato administrativo, leia-se ordem de fornecimento. É aqui, é aqui que nós temos o documento do Estado, dizendo: ó, é dessa forma aqui que eu, é isso aqui que eu quero, é dessa forma que eu vou te pagar.

Só pra finalizar, Deputado, por gentileza. Então, quando esse documento ele vai pro gabinete, nós temos um parecer jurídico, que ampara uma DL e que, obviamente, tem uma ordem de fornecimento, em nenhum dos três se fala em pagamento antecipado, porque é... Ah, mas aí, então, foi só essa exceção que aconteceu, Helton, com relação a este processo, os outros demais é?... Mas eu pergunto, né, por que que justamente, esta é minha a pergunta, porque que justamente os dois processos que tramitaram pelo gabinete, que é este processo das duzentas máquinas e mais aquele processo que veio da Intelbras, não citava pagamento antecipado? Será que é por que nesse específico aqui esqueceram? Porque nos outros em... é na tramitação, tá lá escrito, pagamento antecipado; no empenho, ó, pagamento antecipado, é, na ordem de fornecimento tá escrito ou pagamento antecipado ou pagamento à vista.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Senhor Helton, para eu entender.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro, claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Só para perguntar para o senhor, porque eu estou tentando me colocar no lugar do senhor, lá numa gestão de crise.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Que o senhor estava ali cuidando da Covid, o senhor virou o gerente da crise, outras pessoas que ficaram na Secretaria, o senhor foi lá para a Defesa Civil. Então a sua aflição era – na sua ideia estava supercorreta, que eu defendi, que não era a história do hospital de campanha – comprar equipamentos para dotar os nossos hospitais de mais leitos de UTI se caso aqueles números catastróficos que vocês tinham se confirmassem, o senhor estava apavorado com isso. Então é claro que o senhor se envolveu para ajudar a resolver isso e o senhor queria trazer equipamentos rápido para cá, isso vocês disseram aqui hoje, que o fato de não ter prosperado outras propostas que vieram ali e diminuiu de 169 para 165, porque vocês foram iludidos pelo seu Fábio Guasti, que deve ser um bom vendedor, um bom enganador, que vocês teriam esses equipamentos muito rápido, e isso é uma decisão e, quando a gente diz, negociei, segue com dispensa de licitação, a gente não sai procurando outro fornecedor. Se a gente quer um processo diferente: ó, vai buscar outro, abre um prazo de três dias, de cinco dias, de quinze dias e torna público e chama mais fornecedores para fazer. Não, vocês determinaram uma sequência para comprar porque, se não decidisse logo, já vendiam para outro, estava assim – temos tudo isso dito nos depoimentos aqui. Então, realmente se deu nessa sequência natural, e daí o pessoal de baixo, que é a servidora Márcia, o Carlos, eles tinham que dar conta do processo, mas é impossível que não se sabia que isso era à vista, tanto é que um dia depois, de palavreado, de ter a conversa de baixar de 169 para 165, antes da ordem de fornecimento, ele já estava pedindo o dinheiro, e o Zé Florêncio sabia, segundo a servidora Márcia, o Zé Florêncio sabia, eram as três pessoas que sabiam, por isso que talvez o José Florêncio pagou, mas para pagar tinha que ter essa formalidade de assinatura de uma nota, porque senão não liquida o empenho.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, se o senhor me permite, é, é...

Página 774. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Essa é a dedução, eu não consigo entender?...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — A sua dedução... se o senhor me permite, a sua dedução, nós não estamos vivendo aqui num mundo de fragilizados e opositores. Nós temos que tomar aqui da seguinte estatística ou a seguinte adoção, pessoas e a Márcia ela... a servidora Márcia ela é muito feliz, nós tivemos dezesseis, dezesseis servidores que passaram por esse processo. Então assim, ó, cada servidor que passou por esse processo ele tem que ser devidamente cobrado por aquilo que o fez. É... quando o senhor diz que: ah, eu já sabia disso aqui. Eu não sabia. Porque se a, a lógica que o senhor está adotando que eu estava apavorado e, e uma empresa chamada Intelbras, diz assim: ó, eu preciso de 30% pra mais cem máquinas. O senhor acha que esses 30% não teriam sido liberados quando o senhor disse que a lógica?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu estranhei porque liberaram para a Veigamed...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Mas, quando o senhor diz que a lógica é que eu estou apavorado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...e não para a Intelbras, eu cobrei isso aqui.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Pois é. Quando o senhor disse que eu estava apavorado no momento da gestão, que ia morrer gente, é... não teria lógica por que não liberar os 30% da Intelbras pra conseguir mais cem máquinas?

Então volto a afirmar, eu afirmo, em momento algum houve autorização minha pra fazer pagamento antecipado, isso não está documentado em lugar nenhum, isso não está nas conversas, se assim estivesse é impossível que o Fábio Guasti não tivesse dito em algum momento da conversa: olha só, mas o Secretário já falou que é pra pagar antecipado, por que não saiu ainda? Em momento algum da conversa o meu nome é citado, em momento algum dessa tramitação que existe ou dessa é... desta cobrança efetiva que existe, enfim, lá do, do é, do setor financeiro é dito: ó, o Secretário mandou, o Secretário determinou, por quê? Porque eu fazia isso por escrito, as minhas determinações na Secretaria sempre foram por escrito, não existe determinação verbal e como é que eu vou fazer uma determinação verbal de 33 milhões?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Nós vamos chamar o Zé Florêncio e o Fábio Guasti...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, sem problema.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...para tentar explicar um pouco mais...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sem problema.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...porque aqui acho que nós não vamos sair disso.

Mas eu tinha mais uma colocação para o Douglas, que fecha esse entendimento, que está nos autos, Douglas. O Leandro veio aqui e todos nós sabemos que vocês são da mesma cidade, que jogam futebol, que foram Secretários de governo juntos, Vereadores. Então é evidente que vocês têm relacionamento e sabem que o Leandro é uma pessoa ligada à área da saúde, tanto é que trabalhou na Secretaria da Saúde, e o seu Fábio Guasti, é uma das pessoas que o Leandro representa aqui.

O SR. DOUGLAS BORBA — *(O senhor Douglas Borba gesticula que não com a cabeça.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É, representa. Quando o senhor pede, e por isso o senhor está nessa situação, porque a justiça, a polícia, entendeu isso, essa ligação dos facilitadores – o seu Leandro e o seu Fábio Guasti são aqueles facilitadores,

Página 775. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3534
Rubrica

que não fazem nada de graça e que estão ali como urubu na carniça, quando dá um negócio, vamos ver como é que a gente... pela fragilidade, a gente tira dinheiro do setor público.

E o seu Leandro disse aqui e o senhor disse que só no dia 2 de abril, o senhor pediu e tem lá mensagem e tal, e ele disse, o Leandro, que só no dia 2 é que foi pedido para ele intervir lá, para dar tranquilidade para a Secretaria da Saúde que a Veigamed iria entregar, que o seu Fábio que ele conhecia, etc., etc. Mas os relatos aqui mostram que o Leandro estava trabalhando desde o dia 22 nos processos da Secretaria e dito aqui também que ele não saía de lá. Isso o senhor não sabia, dessa ligação nenhuma?

O SR. DOUGLAS BORBA — Bom, vamos lá, vamos por partes, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque é isso que está lhe implicando até agora aqui.

O SR. DOUGLAS BORBA — Sim, sim. Na verdade, o meu grande crime é um processo desastroso na Secretaria da Saúde não ter sido é... respeitado o rito e conhecer alguém, esse é o grande crime pelo qual eu me encontro detido hoje.

É... mais uma vez eu digo, não foi o contato do Leandro que eu encaminhei à Secretaria, foi o contato de dezenas de pessoas, assim como a própria servidora aqui no depoimento hoje, disse: olha, o meu telefone estava espalhado no Brasil inteiro, não sei qual foi a expressão que ela falou aqui, é... tanto é que eu nem marquei o telefone da, da Secretária de Integridade e Governança porque eu me perdia nas mensagens de tanta gente que me procurava, vejam, senhores, da quantidade de pessoas que remetia mensagens pra lá. É... então assim é, eu, reafirmo, Deputado, que não conheço o Fábio Guasti, não sei quem é Fábio Guasti e não sabia também que o Leandro tinha contato com o Fábio Guasti. Eu conheço o Leandro, de fato, e tenho um relacionamento social com o Leandro da cidade onde a gente vive, que é uma cidade, aliás, muito parecida em número de habitantes com Rio do Sul, onde o senhor vive e o senhor, por ser uma pessoa pública em Rio do Sul, naturalmente conhece diversas pessoas e conhece também as atividades das pessoas. Então, naquele momento, quando alguém entra em contato comigo, que foi o caso do Leandro, dizendo: Douglas, se precisar de alguma coisa tô à disposição, diante da mensagem do Helton no grupo, dizendo: olha, se vocês conhecerem alguém que possa ajudar, mandem mensagem pra Márcia. Foi esse o encaminhamento que eu fiz. Então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — João Amin, queria completar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Com a autorização do Deputado Milton, Presidente.

É que o Deputado Milton começa a abordar uma situação que ainda me deixou em dúvida, relacionada à participação do senhor Leandro, que agora também está preso preventivamente.

O senhor Douglas disse que ele apresentou o Leandro, especificamente, senhora Márcia, para as questões de EPIs. Por outro lado, a senhora Márcia disse que o Leandro de Barros tratou também de questões relacionadas aos respiradores *(Márcia faz que sim com a cabeça)*, abro aspas: "A partir dali ele já passou o contato do Leandro Barros, que é o colega que já teve aqui, e... a proposta... encaminhou também essa proposta a esse fornecedor da Veigamed, e ali começou transcorrer os contatos, tanto com o Douglas, tanto com o Leandro quanto com o Fábio Guasti."

Eu gostaria que vocês me explicassem melhor a participação específica do Leandro, porque ele é citado como um facilitador, mas o que é realmente o Leandro? Porque funcionário da administração pública estadual nesse momento ele não é, funcionário da Veigamed ele também não é. Por isso é importante que essa explicação fosse mais bem dada, já que o Leandro participou de negócios relacionados aos respiradores. E também com a participação que eu gostaria do senhor Helton, quem credenciou o Leandro Barros

Página 776. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

especialmente no negócio dos respiradores? Porque a gente ouviu, e aí eu não posso confirmar, mas a gente ouviu isso, é que ele tinha até uma vaga de carro privativa na Defesa Civil para quando ele chegasse ter a facilidade de fazer essas, entre aspas, "facilidades", já que ele é mencionado como um facilitador. Senhora Márcia, por favor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Deputado, é... eu tenho pouco a contribuir assim, o que ele representava para nós.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas ele participou só dos EPIs?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ah tá, da sua fala inicial, ele falou em respiradores, tanto que tem mensagem dele pra mim me perguntando: os respiradores, deu certo, deu certo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem o credenciou?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O senhor se refere credenciar com que significado, Deputado, desculpe?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem chancelou a participação dele?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — A apresentação do Leandro pra mim, durante a pandemia, durante o Covid, foi o... através do Secretário Douglas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E a senhora imagina por que ele está preso preventivamente?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu não tenho como lhe chegar a essa conclusão aqui para o senhor hoje.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Internamente no que a senhora acompanhou?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O que eu posso falar do Leandro? Ele foi apresentado pelo Secretário Douglas, o Leandro a partir dali... e não foi dia 22, foi dia 23 que eu comecei a falar com o Leandro, com o então Secretário Douglas dia 22 e o Leandro a partir do dia 23, Leandro. E a partir dali... perdão, o senhor quer fazer?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 23 de março?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Março, março, certo.

(*O advogado Giancarlo Castelan fala com o senhor Douglas Borba e passa documento para ele.*)

22 o Secretário Douglas, 23 Leandro Barros, de março, certo?

Após é, é, então ele não falava só em EPI, falava em respiradores também, tanto que tem uma mensagem dele pra mim, apre... a, a encaminhando o logo da Veigamed, tem o logo da Veigamed, do senhor Leandro pra mim, está no celular.

A parte do estacionamento eu não posso contribuir, porque realmente eu não tenho como afirmar se ele tinha vaga, se ele não tinha vaga e quem o credenciou para, né, o Covid, esse credenciamento, essa formalidade também não consigo... eu posso dizer como ele chegou pra mim e o que ele representava, né, essa articulação entre as propostas fornecedores, enfim, esse é o papel dele. Agora se ele tinha vaga, se ele tinha credenciamento, se ele representava mais alguma coisa formal, eu não posso contribuir, né?

O SR. DOUGLAS BORBA — Bom, vamos lá. Primeiro que, quando eu falo com a Márcia que o Leandro fará contato com você é no dia 22 de março, e ela diz: já estamos em contato. É importante lembrar que aqui que Leandro e Márcia trabalharam juntos na Secretaria de Estado da Saúde, já se conheciam...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Acabou de falar que só no dia 23.

Página 777. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3535
Rubrica

O SR. DOUGLAS BORBA — (*O advogado Paulo Cesar Schmitt passa documentos ao senhor Douglas.*) Só um instantinho, Deputado, não, mas aí tem mensagem aqui, eu vou reportar a vossa excelência a mensagem que está aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não depois...

O SR. DOUGLAS BORBA — O.k., dizendo que já estava em contato no dia 22, tanto é verdade que eu nem repassei o contato, quando ela me diz: "Já estamos em contato", eu nem falo mais nada.

(*O senhor Douglas Borba mostra documento.*) Está aqui, está aqui, está aqui, é prova, isso não é depoimento, isso é material, é prova, né? Então esse é o primeiro fato.

É importante dizer também é... que o Leandro, pelo que eu tomei conhecimento dos depoimentos aqui dados e também pela materialidade é, das conversas que estão ali no procedimento do Ministério Público, o Leandro só tratou desta compra de respiradores com a Márcia, após ela ter se efetivado, provavelmente, e aí é uma suposição minha, Deputado Milton, provavelmente porque Fábio Guasti tinha alguma relação com o Leandro, hoje pelo que tenho conhecimento através de depoimentos, a tal da Meuvale, e aí o Fábio pediu ao Leandro pra intervir e tranquilizar alguém do Estado. Importante isso, Deputado João, importante, porque quando, quando o Fábio diz isso ao Leandro: tranquilize alguém do Estado... Por que que o Leandro não veio me tranquilizar? Por que que o Leandro foi tranquilizar diretamente a servidora Márcia? Porque os dois já tinham uma relação.

(*A senhora Márcia Regina Geremias Pauli faz que não com a cabeça.*)

Outro fator, o contato é... O Leandro, ao que me consta também, das conversas que foram apresentadas lá, fez a oferta de outros respiradores, de outras marcas, de outros fornecedores, inclusive, com preços mais baixos, Deputado Ivan Naatz, dito por ele aqui, e que ele estranhou que a Secretaria da Saúde tivesse escolhido, especificamente, este respirador. Por que esse? Por que que o termo de referência foi esse? Por que que essa foi a escolha? Também foi dito aqui, né? Então quando e aí, e aí, e aí, é, e aí o Douglas, né, qual é a parte que o Douglas fez nisso, Deputado Cobalchini, a pedido do gestor da crise, que era o Secretário do Helton, encaminhou tudo que recebia para a Secretaria da Saúde por pessoa indicada por ele, que era a servidora Márcia. A partir daí, vocês já ouviram aqui às três horas de discussão interna na Secretaria da Saúde pra saber onde houve o erro, onde houve o erro, e esse erro com certeza não está em encaminhar mensagens a pedido do próprio gestor da crise.

Então, respondendo ao Deputado João Amin onde entra essa história, é... bem sinteticamente eu acho que eu consegui deixar bem claro a vossa excelência.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu poderia fazer uma observação rápida?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Por favor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... com relação ao dia, em, né, os dias, datas exatas em que Leandro entra em contato, primeira mensagem Márcia, Leandro, os dois telefones, eu imagino o meu tá lá o do Leandro também deve tá, eles estão sendo periciados, então está registrado, mantém o que tem registro nos autos, datas exatas, nessa questão.

O SR. DOUGLAS BORBA — Só, por gentileza, mais um assunto que vossa excelência abordou, Deputados João Amin, que foi em relação a que Leandro teria estacionamento lá, enfim, é importante dizer também, e aí eu falo aqui ouvindo todos depoimentos como eu já ouvi, que existiam dois Leandros, né, acho que os senhores já têm conhecimento disso, né? E que o Leandro que esteve reiteradas vezes na Secretaria da Defesa Civil, inclusive com crachá, e que tinha livre acesso, e que o Secretário Adjunto da...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, mas eu estou falando do Leandro de Barros.

Página 778. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DOUGLAS BORBA — Isso, mas é importante dizer, porque quando fala Leandro, é, ao que me parece que ficou entendido, o Leandro que tinha livre acesso é... lá na Defesa Civil, dito pelo Secretário Adjunto da Saúde na época, hoje o Secretário André Motta, era outro Leandro, esse da Ortomedical, que foi alertar da compra, da compra equivocada, né, não sei se era Ortomedical ou Exxomed, enfim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ortomedical, Leandro Estevo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas eu não sei se o Secretário Helton tem algum comentário a fazer?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Obrigado, Deputado Milton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Estou satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Consulto o Deputado Moacir Sopelsa, Deputado Felipe Estevão e Deputado Fabiano da Luz, para a inscrição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Gostaria de me inscrever, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Por enquanto não tenho nada a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor.

Deputado Fabiano da Luz?

(*O Deputado Fabiano da Luz gesticula que não com a cabeça.*)

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito boa-noite senhores. Obrigado, senhor Presidente.

Eu tenho alguns questionamentos aqui de imediato, estou acompanhando aqui.

São três personagens principais envolvidos nesse escândalo, e eu o nosso objetivo aqui nessa acareação é saber quem foi o autor, quem foi que tem responsabilidade nessa compra, e estamos aqui nessa luta, todos os sete milhões de catarinenses querem saber a verdade: Quem foi?

Eu começo aqui dirigindo à minha pergunta à senhora Márcia. A senhora acionou a Justiça para não participar nesta noite, desta acareação, sendo que eu acho esta ocasião uma oportunidade ímpar de esclarecer os fatos, já que a senhora se diz inocente, e eu acompanhando aqui os fatos, isso me causou, no mínimo, uma estranheza você não desejar participar desta acareação.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, eu gostaria...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Eu gostaria de entender um pouquinho porque você não querer participar, não querer esclarecer, não?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim. Eu gostaria, até inclusive se fosse possível a manifestação dos meus advogados que isso faz parte da estratégia de defesa, e eu acatei, enfim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não precisa... Eu queria saber de você, o seu advogado não...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não sei se quer mais detalhes com relação a isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Se não quer comentar o assunto...

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3536
Rubrica

Página 779. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — De todo o modo, eu acho que estou aqui, participei, não me neguei a falar de formar alguma toda vez que fui chamada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Tudo bem, tranquilo. Vou me dirigir ao senhor Douglas, eu gostaria de entender, mas tudo bem.

Estava ouvindo aqui as afirmações entre 24 de março e 1° de abril, ao que dá a entender, foi tramitado esse processo dessa compra dos respiradores. Você teve contato com senhor Secretário Helton? Márcia?

O SR. DOUGLAS BORBA — Olha, os contatos com o Secretário Helton eram quase que diários, né, se não em vários períodos, pra tratar de diversos assuntos da crise que ele me debandava. Agora, em nenhum momento sobre essa aquisição dos respiradores neste período. E com a servidora Márcia, é, de fato está também é... demonstrado nos arquivos do meu celular que não houve qualquer contato entre 25 de março e 1° de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Entre 24 de março... não houve nenhuma conversa sobre respiradores, o senhor não entrou nesse processo?...

O SR. DOUGLAS BORBA — Não houve nem sobre respiradores, nem sobre qualquer outro assunto entre os dias 24, de fato, né? A partir do dia 25 de março até o dia 1° de abril não houve qualquer conversa, qualquer, qualquer contato, seja por mensagem, seja por telefone, seja pessoalmente com a servidora Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Enfim, o senhor não abordou esse assunto. Eu até estou tentando entender nesse processo, qual a participação de cada um e apurar a responsabilidade nessa compra.

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

Eu vou perguntar aqui à senhora Márcia, dia 2 de abril o senhor Douglas Borba afirmou aqui nos depoimentos que no dia 2 de abril ele conversou com você e passou o contato do Leandro, segundo ele era para falar da compra de EPI. Isso procede ou ele queria abordar assunto sobre respiradores?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O senhor está falando... é... o senhor Douglas, dia 2, EPI?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Secretário Douglas Borba ele faz contato com você, segundo ele dia 2 de abril.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Teve, teve um contado sobre EPI, teve.

Com relação às outras datas, aquele intervalo que foi mencionado agora, eu não tenho registro, nem relatório com a íntegra das conversas para lhes relatar sobre neste período se houve ou se não houve diariamente registro, o meu celular está lá sendo periciado. Agora teve, sim, contato do senhor Douglas comigo, não me lembro se dia 1°, dia 2, está lá periciado e deve estar sendo avaliado sobre EPI, teve também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas ele não fala sobre respiradores?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Nesse contato de abril, do início aí foi EPI, me lembro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É que você alega nos depoimentos que sofria pressão do Douglas.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, nós tivemos... é como eu disse pro senhor, eu comecei a falar com o senhor Douglas dia 22 de março, nós tivemos várias, várias abordagens.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — No caso dos respiradores, ele faz pressão em você, como foi esse processo?

Página 780. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Bom, nossas, nossas conversas sempre foram ao telefone com um tom de cobrança, de: E aí, deu certo? Falamos de EPI, falamos dos respiradores, falamos de testes rápidos, está registrado lá, vários assuntos, e as conversas eram sempre muito inquisidoras, assim: E aí, deu certo? não deu? Já falei com o Moisés, frase do tipo: Vocês têm excesso de preciosismo. Teve, sim. Mantenho na íntegra o que eu já relatei em todos os meus depoimentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Deixa eu entender aqui, entre 24 de março a 1° de abril. Dia 02 de abril essa compra ela já era?... Posso perguntar pra ti, já estava consumado esse pagamento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Dia 24 de março a dia 1° de abril?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É, o Douglas alega que não comentou nada entre dia 24 e 1° de abril, que é quando mais ou menos... 24 de março a 1° de abril é quando se consuma e acontece essa tramitação.

Eu quero entender até onde é a participação de cada um e a responsabilidade nesse processo de compras escandalosas. Então, ele conversa contigo dia 2 de abril, nessa data, Secretário Helton, já havia sido consumado o pagamento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Pelo o que nós temos de registro no sistema financeiro esse pagamento foi autorizado no dia 1°, 1° de abril, às 16h25min. Efetivamente ele ingressou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Quando o Douglas faz o primeiro contato com a Márcia, aí no caso já havia sido pago?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Foi efetivado a ordem bancária.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Então, Márcia...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Eu não sei que horário que foi feito contato, mas a princípio...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — ...o contato, talvez essa pressão que você diz que sofreu, então foi para a compra de EPIs?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Teve também, senhor, teve também, senhor Deputado, teve também. O tom do Secret... volto a ratificar tudo que já disse em todos os meus depoimentos, as falas do Secretário Douglas sempre foram, foi assim de: E aí, deu certo? Não deu. Qual é a pendência? Eu já relatei, tem conversas no WhatsApp com relação a esse intervalo que o senhor está se referindo, dia 24, dia 1°, eu não estou com a conversa na íntegra pra saber se este período não teve sequer uma conversa, uma ligação, eu me lembro de algumas ligações, tá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Então o Douglas mente, ele fez contato com você entre dia 24 a 1° de abril. O que eu quero entender a participação ativa...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu não tenho o registro do telefone na minha mão aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — ...como Chefe da Casa Civil, é claro que eu sempre uso essa expressão, a caneta poderosa estava na mão do Douglas, e a gente quer entender até onde era a participação e essa pressão dele. Você diz que sofre pressão, ele afirma – estou tentando pegar aqui as contradições nesses depoimentos – que só faz um contato com você dia 1° que está registrado e que fala da compra de EPIs, nós estamos apurando aqui compra dos respiradores.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Então, segundo as afirmações dele ele faz contato dia 1°, dia 2, perdão, e dia 1° já havia sido consumado esse

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3537
Rubrica

Página 781. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

pagamento de 33 milhões adiantados. Esse tipo de pressão então ela não foi específica nesse caso dos respiradores?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu tenho parte do registro, não sei se o senhor Diego pode me, me alcançar o celular, por gentileza. Veja, até uma parte da conversa eu trouxe aqui, eu tenho a data, inclusive, se eu puder...

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins entrega o celular à depoente.*)

Eu não consegui a parte de todo, mas aqui eu tenho... é, aqui saiu só metade. Começa no dia 22 e eu tenho até o dia 25, só um minutinho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Tenha a liberdade, não temos pressa, queremos esclarecer a verdade.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O senhor *(fala com seu advogado Diego Cardoso Schaefer Martins)* só tem essa parte aqui? Ela tem duas folhas. E ali naquela parte já tem, né, eu até li aqui pra vocês, eu li pra vocês aqui uma parte da conversa. Só um pouquinho, por gentileza.

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins entrega o celular à depoente.*)

Não, não, eu me refiro ao WhatsApp que eu mandei hoje pela manhã, com a conversa, com uma parte da conversa do senhor Do...

(*O advogado Nelson Juliano Schaefer Martins entrega o celular à depoente.*)

Opa! Dá licença, é, aqui eu tenho uma parte da conversa com o senhor Douglas, tá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Essa é a do dia 1°?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu tenho aqui, por exemplo, uma mensagem do senhor Douglas dia 25, dia 25/3, ele falou que do dia 24 em diante não tem, eu já tenho uma aqui do dia 25, essa é uma parte, tá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — 25 de março?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — De março, 25 de março, tenho só uma parte, não tenho toda, infelizmente, tá?

Com relação à – obrigada, doutor Nelson – com relação à referência, à pressão, de novo, há formas de fazer pressão. O Secretário Douglas sempre ele foi bem incisivo, aquisições de forma direta ele fez, é, ele apresentou a proposta do... que consolidou aí com o fornecedor, o Fábio Guasti, como está nos autos ali, comprovei os dois prospectos, tá? A partir do dia 22, ele pergunta e usa sempre o nome do Governador pra fazer as suas proposições: E aí, tá dando certo, né, tem, tem lá relato, tá, está relatado lá no meu, no meu equipamento.

O SR. DOUGLAS BORBA — Deputado...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não sei se eu respondi...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senhor Douglas, por gentileza, daqui a pouquinho eu lhe abro a palavra.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ã-hã.

(*O senhor Douglas Borba faz que não com a cabeça.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É... eu entendi, claro, que ele, como Chefe da Casa Civil... se eu sou o Chefe da Casa Civil, é normal que alguns processos eu quero celeridade, talvez eu, né... mas eu quero entender.

O SR. DOUGLAS BORBA — Vamos lá...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Eu já vou lhe abrir a palavra, deixa eu concluir.

Eu quero entender de você, eu quero entender a participação do Douglas nesse processo dessa compra desses respiradores. Até onde ele... ele é o mentor disso? É ele quem está por trás dessa compra escandalosa? Ele faz pressão? Porque ao que está entendendo parece que esse processo está entre você e o Helton, vendo que vocês dois, um joga farpa no outro.

Página 782. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O senhor Douglas ele apresenta a proposta, a todo tempo usa em nome do Governador pra fazer o contexto de cobrança, de celeridade e conclusão, falou de forma genérica, apresentou a proposta dos respiradores, apresentou, me colocou em contato com esse, esse dito fornecedor, apresentou a proposta...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Isso no dia 25?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, que ele apresentou o fornecedor, senhor, foi no dia 22 de março, os prospectos estão lá nos autos, tá, pela manhã. Tem a ligação também de 9 minutos onde nós ficamos em ligação, onde ele se coloca em apoio, diz que o Hel... o Secre.. o então Secretário Helton é... faz todo a, todo aquele contexto de que tinha dificuldade com as compras e foi o Helton que passou a mensagem, ele pergunta de que forma pode ajudar, eu menciono, está tudo relatado lá nos autos. A partir dali começa as nossa... ele apresenta o prospecto, já chega o Fábio apresentando também o mesmo prospecto e começa a evoluir a proposta.

No dia 26 o Secretário Helton fecha essa proposta, tá? Ele sempre na... e aí ele, sim, do dia 22 até... eu tenho parte aqui, pelo menos até o dia 25, eu estou aqui com parte da conversa, ele quase diariamente ele conversa comigo e perguntando, né, tem lá o relato, tem ligações também, perguntando como que estão as coisas e não só de respiradores, não só de testes rápidos, e não só de EPIs, né, falando ali do todo, passando documentos, enfim, tem lá no equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Para ser específico, no dia 22 de março, então o Douglas faz contato com você?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Falando sobre compra de respiradores, no caso era uma outra empresa, pelo o que o Helton falou, da Brazilian Trading, eu já vou chegar no Helton.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O prospecto está lá, eu não tenho de cabeça qual é o nome.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Na compra de respiradores dessa empresa que é Brazilian Trading, se não me falha a memória. São essas contradições, senhor Presidente, que eu estou buscando aqui entender.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, é que essa, isso que o senhor está se referindo, desculpe, Deputado, ele está relatado nos autos, está ali a foto, tem a foto do prospecto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não, sim, mas é que há contradições, o Douglas tem versões diferente à sua.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – A gente leu toda a documentação, o nosso Relator fez um trabalho competen....

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas ouvir de você, porque há contradições, alguém mente nesse processo. Então, mas...

Eu vou me dirigir ao Douglas, depois eu quero fazer alguns questionamentos ao senhor Helton.

Senhor Douglas, o senhor fez dia 22 essa ligação falando do início dessa tramitação, dessa compra de respiradores?

O SR. DOUGLAS BORBA — Então, obrigado, Deputado, por perguntas tão diretas. Eu acho que dá oportunidade da gente de fato esclarecer várias coisas.

Primeiro é que a servidora Márcia acaba de dizer que a coincidência do prospecto foi suficiente pra ela entender que o Douglas estaria indicando aquela empresa. É, é, mais uma

Documento transcrito pela Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3538
Rubrica

Página 783. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

vez eu digo, é um prospecto, não é uma proposta, prospecto, e não encaminhei este, encaminhei vários outros por determinação ou por solicitação do Secretário Helton. Se ela se mostrasse tão zelosa, por que ao receber essa mensagem lá do Fábio: Oi, sou Fábio, da Meuvale. Por que que ela não me manda uma mensagem, dizendo: Douglas, entrou esse, entrou uma pessoa que mandou o mesmo prospecto que você. É ele? É ele? Nós podemos conversar, você avaliza e tal. Em momento nenhum o meu nome aparece, tanto pela servidora é, Márcia quanto pelo investigado Fábio, isso está nos autos, nas conversas deles. Em nenhum momento um pergunta pro outro ou um diz pro outro: Olha, o Douglas pediu pra eu falar contigo. Olha, estou falando contigo a pedido de Douglas e tal. Não existe. E nem confirmação da Márcia dizendo o seguinte: Olha, você é o indicado do Douglas? Não seria mais racional o Fábio é, ao se apresentar: Olá, sou Fábio, da Meuvale (*o advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a depoente*), dizer: Olá, sou o Fábio indicado do Douglas? Caso fosse o Douglas que indicasse, e se eu tivesse esse poder todo de determinar algo sem... passando por dezesseis pessoas dentro da Secretaria da Saúde, é, furando todos os filtros necessários, mais que isso, é, atropelando os processos num processo de compra desastroso, como foi esse, como eu já disse. Qual é o poder que ser humano algum tem? Não é o Douglas. Qual o poder que ser humano algum tem de fazer, de fazer isso tudo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas, Douglas...

O SR. DOUGLAS BORBA — Perdão, Deputado Felipe, voltando à sua, à sua resposta, à resposta das suas indagações, se ela tivesse de fato recebido pressão em algum momento, que não houve, basta olhar e eu vou, ela, ela infelizmente não tem, a, o inteiro teor da conversa, mas eu vou dizer o tipo de pressão que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Só para eu entender, essa é do dia vinte?...

O SR. DOUGLAS BORBA — Do dia 23 de março.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Dia 23 de março.

O SR. DOUGLAS BORBA — Olhem os senhores e todos os que estão nos assistindo o tipo de tipo de pressão que o Douglas fazia sobre a servidora da Saúde: (*lê*) Márcia, o Governador está questionando, hoje vamos para a Defesa Civil e o ideal já discutido na última reunião nossa, lá do Grupo de Gestão de crise, era todos os que habitam o prédio fazerem o teste rápido para a segurança de todos nós que estamos trabalhando nessa crise. Ela me responde: Estamos trabalhando em três frentes, aumentar a produção do Lacen, aquisição de lotes de testes rápidos, biologia molecular e contratação de empresa pra dar suporte a realização de exames. Hoje teremos essa definição, dia 23. Eu dou um vezinho, daquele de o.k., nas três respostas dela e digo o seguinte: Com qualquer uma delas, temos que ganhar agilidade. Está aqui, está aqui, com qualquer uma delas nós temos que ganhar agilidade, eu não disse nem, Deputado Cobalchini, qual das três que deveria ser feito, isso não é uma atribuição da Casa Civil. A atribuição da Casa Civil, como engrenagem do governo... e vossa excelência foi um exímio Secretário da Casa Civil no governo Luiz, Luiz Henrique da Silveira, já rendi minhas homenagens publicamente ao senhor por diversas vezes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que... Secretário, me permite?

O SR. DOUGLAS BORBA — Em nenhum momento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário, Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, mas em nenhum momento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que cada vez que você for falar, você faz uma defesa prévia do seu processo. Resuma-se a responder ao que ele quer.

O SR. DOUGLAS BORBA — Deputado, então aqui bem claramente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Você não precisa fazer uma defesa prévia.

Página 784. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DOUGLAS BORBA — A servidora Márcia diz...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que assim, nós estamos aqui, nove Deputados, escutando você falar uma defesa prévia do seu processo.

O SR. DOUGLAS BORBA — Tudo bem, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Resuma-se ao fato dele, o que ele queira falar.

O SR. DOUGLAS BORBA — Tudo, bem Deputado, peço perdão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sabe, é que você tem extrapolado.

O SR. DOUGLAS BORBA — Tudo bem, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E todo mundo tem paciência, nós vamos julgar o senhor de acordo com os seus atos.

O SR. DOUGLAS BORBA — Peço, peço desculpas, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que o senhor tem extrapolado.

O SR. DOUGLAS BORBA — Certo, peço desculpas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não precisa.

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, mas peço desculpas respeitosamente ao Deputado, mas apenas pra reiterar aqui *ipsis litteris* o que foi dito à servidora e que ela entendeu como pressão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A gente faz uma pergunta e o senhor fala duas horas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Podemos conduzir a conversa?

Senhor Relator, eu gostaria que me assegurasse aqui o tempo, até para eu sanar as minhas dúvidas. Mas pode responder de forma objetiva, Douglas, porque eu quero entender. No dia 25 o senhor faz contato com a Márcia, o senhor explicou, fez toda uma resenha, então eu entendi.

O senhor acha que não ficaria subentendido que viria uma indicação sua de uma empresa, como Secretário o senhor tem?...

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, é, aliás, se houvesse, se ficasse qualquer coisa subentendida, deveria se ter pelo menos o mínimo de zelo pra confirmar, e isso de fato não houve, em nenhum momento é, eu sou interpelação sobre essa proposta, tanto é que eu descubro essa compra no dia 22 de abril de 2020.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito bem.

Senhor ex-Secretário Helton, a compra dos respiradores no combate estratégico ao Covid era uma das compras mais estratégicas, mais importantes. No dia 29 de março, o senhor fala que apareceu a Veigamed no processo, substituindo essa tal Brazilian Trading, que inicialmente foi lhe apresentada. Seria isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Dia 27.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Dia 27?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor falou dia 29 aqui ainda há pouco, no dia 27 de março, subitamente foi substituída.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — É que na verdade, inicialmente, no dia 26, quando o processo foi autuado, é, da página 2 a página 18, que são aquela, aquele desentranhamento que foi retirado aquelas páginas, ali nós tínhamos uma proposta da empresa Brazilian Trading. E no dia 27, que é o dia seguinte, houve uma solicitação do Fábio Guasti, está nos autos aqui do Ministério Público, à servidora Márcia para que substituísse a proposta por, por a proposta que foi anexada, que é a da Veigamed.

Página 785. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3539
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Isso que eu quero entender, a servidora Márcia é quem?...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Contato entre ela e o Fábio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — E ela lhe comunica que vai ser trocado a empresa e vem a?...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, ela não me comunica, ela não me comunica.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Tá. Onde a Márcia participa nesse processo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O Fábio Guasti, que é o proponente a vendedor, ele faz contato com ela já no dia 26, às onze da noite, dizendo que: Olha, provavelmente nós vamos precisar trocar a empresa. E no dia 27 ele apresenta a empresa Veigamed, dizendo: Ó, preciso que a proposta seja substituída.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Ela ao comunicar, o senhor não faz nenhum questionamento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Ela não me comunicou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Ela prossegue o processo?...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Esse processo ele só chega pro gabinete, Deputado, lá no dia 30 quando vem com a DL, o parecer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Um dia antes do pagamento.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — DL, parecer e ordem de fornecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — E o senhor, como Secretário, não sabia da alteração?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não sabia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Porque o senhor comunica que... bom, processo nebuloso. Quem lhe comunicou essa alteração foi a servidora Márcia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Eu acabei de, eu acabei de descobrir no processo do MP quando eu fiz a leitura.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Quem lhe comunicou a alteração no dia 27, como afirma o senhor?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Então, Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Quem?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — ...eu acabei de relatar pro senhor, eu descobri esta alteração é, quando a Veigamed, ela surge no processo, lendo os documentos que o Ministério Público produziu, que faz o confrontamento de dados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — E o senhor, ao receber essa notícia, qual questionamento? Qual foi seu posicionamento? Procurou?...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Essa notícia ela surgiu no sábado, no domingo, na verdade, quando foi aberta o sigilo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — No dia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Domingo passado. Esse processo aqui no domingo passado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor como Secretário não sabia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não sabia, Deputado.

Página 786. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Esse é um caso complexo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Na verda, na verdade, aqui nessa Casa, eu acredito que ninguém sabia, todos desde o início achavam que desde a proposta inicial nós tínhamos Veigamed.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas a Márcia alega que numa reunião, Douglas, Márcia, vocês têm isso em comum, que o Helton, a Márcia, não, acho que o Douglas não entrou nessa, mas a Márcia afirma que o senhor sabia, ela sabia, o Zé Florêncio sabia, que era o coordenador de fundos, enfim, mais algumas outras pessoas sabiam que era pagamento adiantado.

O senhor confirma isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, não confirmo, não confirmo. E já disse isso, veementemente, em toda a tramitação que passou pelo gabinete não se fala em pagamento antecipado, não foi autorizado o pagamento antecipado. E volto a dizer, o que nós temos é uma fraude de uma nota fiscal que foi recebida por alguém que diz que o material chegou e, na verdade, esse material ele não chegou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Bom, vou chegar a esse fato da nota.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas eu sou obrigado a te questionar, Márcia, fica no mínimo nebuloso, ele diz que sabe, você diz que não sabe. O que você tem a comentar sobre isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Deputado, o Secretário sabia desde o 1° dia. Com licença, Deputado.

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins entrega o celular à depoente.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Por gentileza.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É também mais um dado que na ordem de fornecimento, só um pouquinho, é, assinada pelo Secretário Helton e a dispensa de licitação também, no dia 30 de março, lá já estava colocado o nome da Veigamed, 30 de março. É... Secretário Helton, está faltando com a verdade, mais uma vez, infelizmente.

É, de novo ratifico todos os meus depoimentos e, por favor, é, gostaria de deixar bem claro, se é que ainda não ficou no primeiro dia, no dia em que... primeiro dia, me perdoe, eu falei errado, no dia em que o Secretário Helton fechou a negociação lá no dia 26 ele já sabia a condição do pagamento para o recebimento entre o dia 5 e 7, pagamento antecipado, ele já sabia, ele sabia, Cofes, o coordenador José Florêncio sabia da condição de pagamento antecipado, eu sabia, o gerente de orçamento sabia, o gerente financeiro pelo menos mais algumas pessoas do apoio, sabíamos, todos sabíamos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — E o Helton, o ex-Secretário, consente mesmo sabendo?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sabia.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, eu não sabia, Deputado, eu não sabia. E só pra corrigir também um fato que acabou de ser colocado aqui que citou meu nome.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Acho que me dou por satisfeito, ex-Secretário.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — É, obviamente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Eu vou chegar na questão da nota, eu obtive a resposta de ambos.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Tá, não, não, não é nota, não, não é nota, é porque...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Obrigado, Deputado.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3540
Rubrica

Página 787. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não, eu não concluí. Controle a ansiedade *(refere-se ao Relator)*, me deixei concluir, pelo amor de Deus.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que o senhor disse que estava satisfeito, pensei que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senão vou ficar bravo igual ao João aqui.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, por uma questão de ordem, eu posso... só com relação à Veigamed, é óbvio que a ordem de fornecimento era da Veigamed.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Eu vou chegar na nota agora e vou perguntar para a Márcia.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas a minha resposta é se o senhor sabia que o senhor está mentindo, o senhor disse que não sabia, então, enfim. Mas eu vou prosseguir, eu só quero sim ou não, né?

Senhora Márcia, a senhora certificou a nota, vou chegar nesse assunto agora, deixando o caminho livre para o pagamento, isso é fato, a senhora certifica, participa nesse processo. O então Secretário Helton, no caso, ele tinha conhecimento para que você prosseguisse certificando essa nota?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O rito do pagamento, reitero, ele não mudou, seja pagamento antecipado, pagamento ordinário, ele é o mesmo, ele decorre de uma certificação que foi feita no Sigef, de uma assinatura da nota pra cumprir a instrução mínima, pra se chegar na área que faz o pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito bem.

É um questionamento aqui. Senhor Helton, esse processo acontece entre, aproximadamente, dia 24, 1°, dia 2 é feito esse pagamento antecipado, você certificou uma nota dando essa legalidade para o pagamento e, segundo o ex-Secretário Helton, dia 15 ele comunicou o Governador – o senhor confirmou em algumas afirmações.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Na verdade, dia 8 já foi feita a notificação à empresa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Dia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Dia 8 foi feita a notificação à empresa, no dia, no dia 7 eu encaminhei o documento, uma mensagem pra servidora Márcia pra que fosse feita a notificação, a empresa solicita, solicitando a devolução do recurso...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não a empresa, o Governador, quando que ele toma conhecimento disso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Vou chegar lá, Deputado, vou chegar lá, se o senhor me permitir, por gentileza. É, a empresa tinha do dia 8 até o dia 16 pra apresentar a sua resposta à notificação. No dia 15 eu procurei a Procuradoria-Geral do Estado onde lá eu relatei o ocorrido. A Procuradoria – eu já disse aqui, mas volto a afirmar – ela orientou é, no sentido de que a empresa ainda estaria é... dentro do seu prazo, que seria dia 30, que a empresa estaria apresentando, enfim, documentos, dizendo que estaria fazendo as transações, enfim, é, e que a sugestão da PGE seria justo manter até o dia 30 e, se lá em nada acontecendo, é, os processos legais seriam adotados. Neste mesmo dia eu saí de lá, por uma questão até de é... de fidelidade ao governo do Estado, depois da *live* que aconteceu lá na Defesa Civil, eu comuniquei este fato ao Governador do Estado relatando que a Procuradoria-Geral do Estado havia orientado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor poderia precisar mais ou menos a data?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Dia 15.

Página 788. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Dia 15.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É porque a exoneração da Márcia ocorreu dia?... Márcia, por gentileza.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Dia 24, e a *live* que me refiro é... ocorrida rapidamente próximo das 11h30min da manhã, onde o Controlador-Geral do Estado tomou o cuidado de me convidar para me afastar de ver a *live*, a chamar-me no escritório dele na Trindade, próximo à rua Madre Benvenuta, ele me deixou lá com a Secretária Adjunta, da Controladoria-Geral do Estado, enquanto o Governador ele, que saiu imediatamente assim que eu cheguei no escritório dele, e acredito que... desculpe-me se eu me engano, mas tá, tá na Internet, é... dia 29.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu lembro claramente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O Secretário Helton, o Governador, é, PGE, acredito, algumas pessoas ali onde o Governador fala, é, que afastou o ordenador, o gestor local, uma questão assim, e assim que eu tomei ciência, ontem, ainda *(ininteligível)*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Só para eu confirmar algo aqui para finalizar, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Se permite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O prazo dia 16 se encerrava?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, da notificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Da notificação.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E o senhor notificou o Governador?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Dia 15.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Um dia antes do encerramento do prazo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É que na *live* ele aparece falando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — *(Falas paralelas.)* Por isso do confronto das informações mesmo. Muito pertinente a pergunta do Deputado Felipe Estevão, um dia antes do prazo se encerrar, no dia 16, o senhor comunicou ao Governador e o senhor tomou ciência desse fato?...

O SR. DOUGLAS BORBA — Eu, eu tomei ciência desse fato do dia 22 de abril numa reunião provocada pelo Secretário Helton, pra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Isso quer dizer que do dia 16 até o dia 22 o Governador guardou para si essa informação e não repassou para o senhor?

O SR. DOUGLAS BORBA — É, na verdade, eu narrei aqui no meu depoimento, Deputado Lima...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não, mas assim, eu não entendo...

O SR. DOUGLAS BORBA — Eu não sabia, eu não sei se ele compartilhou com mais alguém, mas eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado, Deputado Felipe.

Fls. 3541
Rubrica

Página 789. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senhor Presidente, eu vou encerrar por aqui, até porque eu perdi o raciocínio também, mas é no mínimo contraditório que o Secretário Helton informa que avisou o Governador bem antes de ele fazer a *live*, dizendo que na *live* ele está surpreso e aí corta a cabeça da Márcia. Não sei se o senhor pode averiguar os fatos, então é revelador também essa revelação do Helton, porque ele já estava ciente algum tempo atrás, no mínimo, tinha que ter responsabilidade nisso e da celeridade.

Mas, enfim, eu me considero, por enquanto, por satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra por tempo determinado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Bom, obrigado a todos. Eu só estava tirando uma dúvida ali com relação a essas questões.

Eu tenho algumas coisas, eu não quero ficar... até porque já foi tratada essa questão da minutagem, da questão de vai, recebe e vem, tenho algumas outras questões que eu queria clarear. A primeira questão: a senhora Márcia disse aqui para nós e também no Ministério Público que a senhora foi convocada para participar do Coes. É isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quem convocou a senhora?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — No dia 12 de março, foi a primeira reunião, todos os Superintendentes foram convocados pra reunião do Coes na Defesa Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Por quem?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Por quem?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Pelo gabinete, pelo Secre... pelo gabinete do Secretário Helton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu pergunto isso porque o Secretário Helton na sua fala aqui disse que a Márcia foi para lá porque quis, porque ela não precisava ir, era um representante, poderia ir um representante. O senhor confere isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — É o que está na portaria Deputado, a portaria que se refere a isso, representante é, e aí fala-se todas as Superintendência, as diretorias, enfim nós temos uma série de estruturas aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas o senhor... lembro-me que o senhor falou, especificamente, a Márcia foi porque quis.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – A Márcia esteve lá porque quis, digo, por exemplo, do Ramon. O Ramon não estava lá todos os dias, é um Superintendente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu quero entender o seguinte: a Márcia diz que o senhor a convocou para ir lá. O senhor falou sentado naquela cadeira, dizendo: a Márcia foi porque quis.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Tá, o.k. Vamos corrigir a fala então, Deputado. A Márcia esteve lá por uma decisão dela, ou ela estava, ela, como Superintendente, ou seja, ela era a SGA, representante da SGA, ou ela elegia um representante da SGA. Então a Márcia esteve lá por uma decisão de ser a representante da SGA.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Parece que isso não tem importância, mas para mim tem, sabe por quê? Porque o Coronel que era o que esteve aqui da licitação...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Charlie.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Coronel?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Carlos Charlie.

Página 790. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso. Ele faz um relato dizendo o seguinte: que estávamos todos perdidos com um monte de... e eu quero agradecer, doutor Douglas, que vossa excelência traz aqui a informação que eu tinha pedido e vossa excelência traz aqui, porque essa informação, inclusive, que vossa excelência traz aqui e por isso que eu quero fazer esse contexto para chegar lá, ela está aqui (*mostra documento*), e ela é feita pelo Núcleo de Inovação e Inteligência Analítica da Defesa Civil de Santa Catarina. Essa informação que o Secretário Helton, que o Secretário Douglas, que com certeza o Governador e vocês trabalharam, esse Núcleo de Inovação e Inteligência Analítica da Defesa Civil de Santa Catarina ele coloca aqui dois cenários, um pessimista e um intermediário.

O pessimista é que entre os dias 3 e 4 de abril nós teríamos em Santa Catarina mil mortes; entre os dias 5 e 6 de abril, dois mil casos de mortes e aí vai. Este foi o dado que o Coronel falou que estavam tão perdidos, que a previsão era termos em abril seis mil mortos, inclusive, com mortos espalhados pela calçada próximos aos hospitais.

Por que eu digo isso? Porque ele disse que estavam todos perdidos por conta dessas informações e que a superintendente não estava no prédio da Secretaria de Saúde e, portanto, ela estava lá no Coes com a Superintendência, e os outros estavam no prédio, e era difícil, a comunicação era feita por WhatsApp, por um grupo de WhatsApp que foi criado, parece 24 Horas, uma coisa assim, que foi tratado. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisora: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

Isso é importante porque a secretária, aliás, a funcionária é, a servidora Márcia diz que ela estava lá, quando eu questionei essa questão da dificuldade de conversar um com outro, ela disse: eu estava lá, porque o Secretário me exigiu.

O senhor agora corrigiu dizendo que foi decisão dela, mas o Secretário atual, o André, quando veio aqui, na, na, na, na última sessão, ele disse que não, que ele, parece, que formou Coes e que a portaria federal que criava dizia que estaria lá a Superintendência. (*A depoente Márcia Regina Geremias Pauli faz que sim com a cabeça.*) Então, portanto, para ele, a obrigatoriedade, pela portaria, era da presença da servidora.

Esse é um fato que pra mim é importante, porque eu quero, quero crer que qualquer um que tenha uma informação que vai morrer seis mil pessoas,até com mortes, parece, *walking dead*, mortes pela calçada. E, daí, tem essa dificuldade. Isso para mim era importante, porque eu fiquei preocupado quando o senhor veio aqui (*dirige-se ao depoente Douglas Borba*) e fez aquela fala. Eu fiquei pensando assim: nossa, então, a Márcia poderia ter ficado lá, e se a Márcia poderia ter ficado lá, poderia ter minimizado o problema por falta de comunicação. Então esse era um fato.

O segundo fato é que, é, doutor Douglas, é, é, por mais que o senhor venha dizer que é, que não teve uma mensagem sua, faz,coloca aqui e tal, ah, eu quero só fazer um... é, é, refazer a minha fala, que eu antes falei com senhor - e por isso que eu estava ali tirando a dúvida - na verdade, quando se trata três minutos depois, é que não foi o seu telefonema para o Fábio, mas, sim, foi o telefonema do Fábio para a Márcia. Então só pra, pra esclarecer é, que não, foi um, uma interpretação má minha.Então não houve...o senhor telefonou para ela, quando desligou, três minutos depois, o Fábio - não sei como é que é o nome desse camarada - ligou pra ela.

A questão é que, é, nu, nas mensagens de WhatsApp tem uma, uma mensagem do prospecto, que o senhor fala, que o Fábio encaminhou pro senhor e o senhor encaminhou pra ela.

O SR. DOUGLAS BORBA –Não, eu não recebi aquele prospecto do Fábio, até porque eu não tenho o contato dele. Procurei meu celular pra saber se era um desses números desconhecidos, que por ventura pudesse ser, e de fato não era.É, é, e não encontrei também da onde recebi aquele prospecto, entre o avolumado de documentos que foram encaminhados.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3542
Rubrica

Página 791. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

É, é, e aí encaminhei à Márcia com indicativo para falar com Leandro,né?Logo abaixo da... ou que o Leandro falaria com ela. É, é, e aí é onde ela diz que já está em contato. Então não existe relação nenhuma com, com o Fábio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Agora, quando o senhor disse que não teve nenhuma posição, tal, eu acho que o senhor, pelo jeito que fala, o senhor não, não tinha noção do tamanho do peso que vossa pessoa tinha no governo, até porque, numa estrutura de governo,o Chefe da Casa Civil é uma figura muito importante.

E, logo agora, a gente viu uma figura, um vídeo seu, que o próprio Governador agradece muito, e tem até uma emoção ali de vocês, logo depois do resultado da, da, da, da, votação, que vocês e, e, é tido... e por que que eu quero chegar nisso, Presidente? Porque eu preciso compreender, quando se fala em pressão, quando o, o, o Douglas diz que: eu não pressionei, eu só cobrei. Quando a secretária, a servidora diz que ouviu: eu falei com o Moisés, em nome de Moisés. Quando o Douglas diz que a Secretaria da Saúde era uma ilha que nem Governador entrava. Quando o senhor diz (*dirige-se ao ex-Secretário Helton de Souza Zeferino*) que o Douglas fazia a cobrança da, o negócio da, da OZZ, né, OZZ.

Eu preciso entender se o senhor, Douglas, não imaginava realmente o peso que tinha a sua fala em cima dos Secretários e dos servidores, ou, se realmente sabia que estava fazendo?

O SR. DOUGLAS BORBA -Primeiro que não era prática minha conversar com os servidores, a minha conversa sempre foi com os Secretários de Estado.Essa foi uma situação atípica de um momento de pandemia, onde o próprio Secretário da Saúde disse: olha, pra tratar de determinado assunto, vocês vão falar com essa minha pessoa de minha confiança.Ele estava de fato é, muito atarefado com várias frentes e começou a delegar é, algumas funções.E as funções "compras", passou a ser de responsabilidade da Superintendência de Gestão Administrativa.

Então, essa foi a razão pela qual eu fui conversar com qualquer servidor que não sejam é,Secretário de Estado. Eu sempre mantive muito, é, muito, muito a, a, a questão aí da, da hierarquia em todos os órgãos.

Segundo é... de fato não tenho esse poder todo que é narrado pelo senhor e que se comenta.É, é tanto é verdade que narrei aqui diversas dificuldades que nós tivemos, que eu tive, enquanto Chefe da Casa Civil, em, em determinados momentos, na própria Secretaria de Estado da Saúde, em relação à emendas impositivas, em relação à liberação de convênios já assinados que ainda é,é, careciam de pagamento, em relação à,à ativação de, de, de,equipamentos, por exemplo, a,hemodinâmica lá de, de Concórdia. Enfim, eu posso narrar aqui uma dezena das dificuldades, é, que resumem no seguinte, na seguinte situação: as decisões da Secretaria deEstado da Saúde eram inerentes ao Chefe da Pasta, ao Secretário Helton.É, é, eu não tinha sobre ele uma hierarquia ou um poder de determinar que qualquer coisa fosse feito, né. É, é, haviam, sim, conversas sobre determinados problemas do governo, mas nunca houve determinação para que se fosse feito é, é, de alguma maneira alguma ação específica.Então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Secretário Helton, a Secretaria de Saúde é uma ilha fechada?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não. Claro que não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - E por que que o Douglas diz inclusive, cita o nome do Governador de não poder entrar lá?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom,Deputado, se nós temos um Governador do Estado que não consegue é exercer suas determinações dentro da Secretaria, troque o Secretário, não é? Não acredito eu que alguém que seja o Chefe do Executivo tenha dificuldade...

Página 792. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Foi por isso que... foi por isso que o senhor pediu pra sair?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não. Eu pedi pra sair justamente pra preservar a Secretaria para que ela continue fazendo o trabalho que vem fazendo no enfrentamento da Covid-19.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deputado Fabiano, tem alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Eu só fiquei com uma dúvida na resposta anterior do Douglas na questão...é, como é que tantas empresas tinham o seu contato telefônico pra mandar propostas pro seu celular sem conhecer as pessoas?Era comum e fácil assim passarem o seu telefone?

O SR. DOUGLAS BORBA – Deputado, é, (*ri*) o meu telefone todos tinham acesso, né...

(*O Deputado-Relator Ivan Naatz manifesta-se fora do microfone: "Menos nós, eu não tinha."*)

Bom, Deputado Ivan, mas, aí... não. Deputado Lima, conversei. Todos os Deputados tinham o, o, o... quem, quem era, quem buscava o telefone na Casa Civil, tinha o meu telefone, e o meu telefone estava espalhado em todos os cantos. Recebia, como eu disse pra vocês é, é, propostas de número 79, enfim.Era proposta que vinha... como disse a Márcia, proposta que vinha todo lado. E, aí, eu precisava canalizar sob pena di, di, precari, de, de prevaricar, eu precisava canalizar num canal apropriado e foi o canal destinado u, u, pelo Secretário Helton, que foi a SGA.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mais uma, uma questão que eu preciso fechar.

Márcia, você disse aqui e também no, no depoimento do Gaeco, que o Governador entre os dias 29 e 30 ele deveria de, ter, de já ter conhecimento desse processo, é isso? 29 e 30 de março.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Eu me referi numa... aqui, dia 2/6, a coletiva do dia 27.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Onde ali o, até fiz a leitura de uma parte onde, após o jornalista Marcelo Lula abordar o então Secretário Helton, é, sobre a compra da Edera. Ele faz toda uma argumentação do preço, enfim.E o Secretário Helton faz uma referência da CIT do dia 26, depois, o Governador ele pergunta: Helton me diga aí, na sua referência histórica, qual o menor preço encontrado, o maior preço? E aí o Secretário Helton faz a refe... diz a ele:Governador antes da pandemia, de 60 a 70 mil, iniciando a pandemia, extrapolou R$ 100 mil a peça e, após a instalação da pandemia, pessoas já tem nos ofertado,R$ 335 mil. É o mesmo fornecedor: Fábio Guasti.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas deixa só eu te fazer uma pergunta.

Nesse dia 29 - e daí o Coronel Helton também pode responder -,existe uma carta assinada pelo então Secretário Helton e o Governador...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Intelbras.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES -... ao Ministro da Saúde?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Pedindo pra que o Ministério da Saúde, que estaria com um avião da FAB na China, se poderia dar uma carona por equipamentos que foram comprados na China. O senhor lembra desse ofício, Coronel?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Recordo.

Fls. 3543
Rubrica

Página 793. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Lembra?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor não lembra da data disso, se foi...?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não lembro a data.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas esses equipamentos eram os, os respiradores ou não?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Os respiradores da Veigamed?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, claro que não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Que equipamentos eram esses?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Pelo que eu lembro,pelo que eu lembro...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ou que compra, né?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO -... na verdade, nós estávamos tratando já, desde aquele momento, de compras de equipamento de proteção. É... que nós estávamos... a senhora Ivonice, era uma senhora que é, é, o contato em Brasília pra que nós tentássemos fazer essa, esse transporte via Força Aérea Brasileira, é, dessas compras de EPI que nós estávamos pleiteando comprar, e que não se materializou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Essa Ionice, Ionice...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Ivonice.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ivonice, é a que você falou lá no Ministério e não disse o nome dela? No Ministério Público você fala de uma funcionária de Brasília que, que tentou um contato, mas você não falou o nome dela, lá, no Ministério Público?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não... não estou me lembrando exatamente da sua citação do Ministério Público, mas, da Ivonice, falei aqui ainda no dia 2/6.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, então, e, e, esse documento... porque pra mim é importante, porque a Márcia disse que na *live* o Governador e o Secretário Helton falaram que, é... falaram em referência de preços.

Que dia que o senhor disse que o Governador ficou sabendo do assunto, Coronel?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Eu informei logo depois que eu saí da PGE, dia 15.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 15.

O Douglas diz que o Governador ficou sabendo quando, Douglas?

O SR. DOUGLAS BORBA - É que eu não tinha essa informação. Eu fiquei sabendo no dia 22 e imaginei que, aquele encontro promovido pelo Secretário Helton, era o primeiro contato do Governador com essa informação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – 22 de abril?

O SR. DOUGLAS BORBA – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –... 15 de abril e 29 ou 30 de março.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – 27, exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – 27 de março.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Essa *live* é do dia 27.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –27 de março.

Então, senhores, nós temos três datas que envolvem diretamente o Governador. É, é, isso é muito importante falar.

Página 794. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Deixa eu, deixe eu tirar aqui uma, uma, uma dúvida. O Coronel e doutor, né, Helton fala da nota, né, por diversas vezes, a nota, a certificação da nota. Antes de eu falar na certificação é o seguinte, como é que é, até pra explicar pra quem está assistindo, como é que é o processo e ver se é isso mesmo.

Processo de administração de uma dispensa de licitação - daí vocês dois me corrijam se é o correto - da SGPE, tem abertura com justificativa, depois tem o termo de referência simplificado, cotação, parecer jurídico, homologação, o empenho, que pode substituir o contrato, o contrato, publicação, autorização de fornecimento, é isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, é, basicamente isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Basicamente isso. Daí o processo encerra e, depois, vem nascer o contrato ou o empenho que substitui.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Hum, não, encerra o processo, não.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Daí o processo de aquisição encerre e... desculpe.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso, porque na verdade são dois processos. Existe o processo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Tem três processos.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Existe o administrativo e o financeiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso, administrativo e financeiro.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí, quando se encerra, que eu digo encerra o processo, o administrativo vai pro, pro financeiro.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, o financeiro ele surgem no momento em que a nota fiscal ela é apresentada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito.No administrativo tem a nota?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – No administrativo? Não, no financeiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – No financeiro, tem a nota.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ali, tem parece que duas notas, uma fica no SGPE e a outra vai pro Sigef?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não. Só então para a gente esclarecer as pessoas que nos ouvem.

É, a partir do momento que nós temos qualquer compra, né, DL, processo de registro de preço, uma licitação, enfim, qualquer compra da Secretaria, de qualquer Secretaria na verdade, nós temos então uma autorização de fornecimento. Então, a empresa ela tem os condicionantes de fornecimento, ela vai me entregar a mercadoria. Quando eu entrego a ordem de fornecimento ou eu peçoa, o fornecimento, eu já indico para ela onde é que ela tem que me entregar. Em qual local do Estado ela vai me entregar? Nesse local. Nesse local quando ela entrega o produto, a mercadoria entregue no, é, no, no setor que foi especificado, obviamente, que essa mercadoria ela tem que vir acompanhada da nota fiscal. Por que da nota fiscal? Porque a nota fiscal na verdade é o documento fiscal que faz com que aquela mercadoria ela possa transitar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor ainda tá no S...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, eu não tô em lugar nenhum ainda...

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3544
Rubrica

Página 795. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, mas no sistema, no SG...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não estou em lugar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ... no SPG...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, eu não estou...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – SGPE...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, eu não estou lugar nenhum ainda.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu não estou em lugar nenhum ainda. Eu tô dizendo que a empresa está me entregando alguma coisa com nota fiscal.

Bom, ela me entregou a mercadoria com a nota fiscal, eu vou conferir a mercadoria.Verificar se essa mercadoria ela está de acordo com aquilo que foi a compra, enfim, se é luva, se é máscara, se é respirador, se é bomba de fusão, enfim, conferi.A partir deste momento que eu conferi, está tudo o.k. eu vou gerar um processo, processo de pagamento. Então nós temos uma autuação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, mas deixa, deixa, eu só explicar. Eu preciso entender uma coisa...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Nós temos dois sistemas que o senhor falou, um...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Já vou... eu ia chegar lá...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –... Tá, o senhor já está no Sigef, que é o pagamento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, eu estou no momento agora, assim, ó, fiz a autuação, quando eu estou fazendo a autuação de um processo – isso aqui é um processo eletrônico - eu estou no SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –Tá, isso. Aí, chegou a nota no SGPE.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Eu estou no SGPE, então, eu faço uma autuação. Eu vou dizer os dados de quem está gerando, qual é a nota fiscal, qual é a ordem de fornecimento, qual é o equipamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Depois disso, eu vou incluir a nota fiscal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –Ainda no SGPE?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO –Essa nota fiscal, o que que nós tínhamos antigamente?Antigamente nós chegávamos com nota fiscal - os senhores que já têm um pouquinho mais de tempo de Estado sabe disso -, nós tínhamos um carimbo atrás da nota. Que era o quê?O recebimento. Este recebimento dizia que, olha só, aquele servidor, naquele momento, recebeu aquela nota,e disse que está o.k. e que pode encaminhar para pagamentos. A mesma... esse processo é feito aqui do lado, no Tribunal de Contas. Alguém lá recebe com carimbo, porque o processo deles não é totalmente digitalizado ainda, e eles encaminham pra alguém pra inserir no Sigef.

Bom, como nós não temos mais o carimbo, nós temos hoje assinatura digital.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Essa...

Página 796. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A certificação.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO –... essa assinatura digital, ela subentende ou ela significa certificação.

A partir deste momento, onde eu tenho uma nota fiscal...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Vai pro Sigef.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Onde eu tenho uma nota fiscal emitida com a assinatura, nós temos que inserir essa nota no Sigef. Muitas das vezes, isso é fato, não são todos os servidores da Secretaria de Estado da Saúde que tem senha do Sigef, mas o que que autoriza eles a fazerem inserção aqui, como usuário? A nota fiscal devidamente assinada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só um pouquinho.

Você tem senha do Sigef, Márcia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não. Não tenho, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E como é que o teu nome está ali?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A usuária Débora Brum, é, fez, fez essa ação no Sigef de gerar o documento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas deixa eu entender uma coisa...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI –... e colocar o nome.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –...as pessoas não conseguem entender, Márcia, por favor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ã-hã.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, se você diz que não tem senha ativa desde 2017, como é que o sistema reconhece você?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Pelo ma... pelo CPF.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado... com... com licença.

É, é, após a minha exoneração no dia 27, na segunda-feira,27 de abril, a minha primeira, é, providência foi ir ao sétimo andar, andar do gabinete - gostaria de referir também que o,Coordenadoria do Fundo, gabinete do Secretário Helton, era no mesmo corredor, no mesmo andar, pois são áreas muito próximas, né, é, estrategicamente eles até preferiram ficar um de frente de porta pro outro, isso é fato (*gesticula com as mãos mostrando a posição dos gabinetes*). Naquele dia, de frente o José Florêncio, eu fiz um pedido a ele. Que ele, por gentileza, fizesse um relatório pra mim - e ele vai lembrar disso tenho certeza - de todos as certificações em meu nome.

Naquele dia que eu tomei ciência de todas as certificações que foram feitas em meu nome. Não só a Débora fez, outras pessoas também, e uma que eu digo, repito, desconheço, não sei quem é, é, não sei se a mercadoria, é, que ela... qual mercadoria não sei dizer, que ela testou enfim. É, naquele dia que eu fiquei sabendo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas, assim, deixa eu lembrar uma coisa, se você diz que teve vários processos; se o ex-Secretário aqui, doutor Helton, diz que, é, é, dispensa de licitação e era o *modus operandi*. É, é, é, me mostra, senhor Presidente, uma fragilidade muito grande, porque parece que isso ia ao rodo. E a minha preocupação sabe qual é,Deputados, é que o Secretário Helton disse aqui, que no ano passado foi 800 milhões em compras, né, parece?

O SR. HELTON DESOUZA ZEFERINO – Aproximado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aproximado 800 milhões em compra, e para este ano a previsão é?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Eu não saberia dizer pro senhor...

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3545
Rubrica

Página 797. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Três bi.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu teria que ver. O quê de compras?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, com certeza, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas, alguma coisa...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO– Não, de compras, não, isso é quase o orçamento do Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dois bi, me parece, uma coisa assim, é mais de um bilhão.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não sei dizer para o senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A minha preocupação é que quando nós perguntamos isso, mostra fragilidade aqui, mostra desentranhamento aqui. O Secretário Douglas, que era Secretário da Casa Civil, diz que não, não, não sabia desse, não passa por lá. Aí, o Secretário atual veio aqui e... eu não sei como é que ele faz, porque eu fiz essa pergunta pra ele, se ele sabia que desentranhava, que tinha isso daí? Ele disse que não sabia, não sabe de nada. Não, não, não, não, não imagino como é que o Secretário atual não vai saber de um processo tão frágil que é o Sigef e, depois, o SGPE...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEREFINO – Deputado, o senhor permite só uma observação.

É, é que nós estamos agora, é, é trabalhando dentro de uma lógica, isso já foi dito aqui algumas vezes, da fragilidade do sistema SGPE. É importante dizer, isso é importante dizer, que tudo que é realizado dentro do sistema SGPE, é registrados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Então, ou seja, se eu vou lá e retiro alguma peça, eu sei quem retirou, e que dia e que horário ele fez.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Talvez, talvez é, é, é diga-se quem tirou...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Outra coisa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –... mas a gente não sabe, por exemplo...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Ã?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – (*Lê documento.*) que o documento das páginas 108 foi incluído no processo dia 17, sexta-feira, às vinte e três e quarenta e seis e desentranhado no de,no outro dia. E, daí, às dez e quarenta e quatro, do dia 18, sábado, foi incluído no processo o documento na página 181, denominado justificativa SGA. Em que lugar de determinar o cancelamento da compra apresenta uma justificativa para aguardar a entrega dos respiradores.

O que ocorreu na madrugada, senhora Márcia, nessa madrugada e manhã de sábado, entre o dia 17 e 18, que era pra entrar uma coisa, entrou outra?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É no dia 17, página 108, do processo desentranhado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Tinha lá a minha orientação pro cancelamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Foi logo após a reunião da PGE, do Secretário, onde eles retornam, eu digo: não, não, não, peraí, tem um tempo hábil e a empresa vai precisar do tempo para responder à notificação. E, aí, a orientação é aguardar.

Ele já relatou aqui, essa foi a orientação da PGE pra ele.

Página 798. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Só pra, só pra registrar, a orientação da PGE...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É por isso que minha...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO -... a orientação da PGE ela se referia à questão do dia 30 de abril.

O que nós estamos tratando aqui é com relação à troca do equipamento, correto Deputado?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não página 108...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim... a, a...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI –... página 108 é a minha CI pedindo o cancelamento.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A108 não é a troca ainda do cancelamento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A 108 do 37.070, sim, é.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É da troca? Que, que foi, foi essa madrugada que tiraram ali, né? Que desentranharam.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu tenho, eu tenho o texto dela aqui, Deputado, se o senhor quiser eu dou uma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Na página 108.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso. Teor da página 108, deste processo, ele diz o seguinte...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que fala sobre a troca...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ele disse o seguinte, página 108, processo 3707, (*Lê.*):"Considerando a avaliação da engenharia clínica que atesta evidente divergência da proposta, bem como, descumprimento do prazo, solicito o devido o cancelamento da compra."Isso é o que diz a página 108.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Cancelamento da compra por conta da troca?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Por conta do descumprimento do prazo e troca da proposta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E, daí, isso foi desentranhado?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso foi desentranhado, após o retorno do Secretário da PGE, onde a PGE orienta ele, de que tem que aguardar o prazo hábil para resposta da empresa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, isso Secretário, doutor Dou... doutor Helton?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Com certeza, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O que que é então?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Por que que é... uma coisa simples, né. Nós temos uma empresa que apresentou uma proposta que era divergente daquela que foi a compra inicial.

Aquela proposta que ela é divergente, ela... a engenharia clínica ela solicita inclusive, o Wagner deve ter falado isso aqui, é, parecer inclusive de uma, de uma, de uma comissão, formada por intensivistas, enfim, pra verificar a viabilidade daquele equipamento. E, volto a dizer, aquele equipamento Shangrila 510S, ele já fez parte de uma proposta lá, do dia 22 e, lá, já não era viável.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3546
Rubrica

Página 799. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Então, ou seja, quando nós dissemos, nós tínhamos no processo um documento que diz que é pra aguardar a chegada para depois avaliar, é... isso é no mínimo, no mínimo, né, nós estamos... eu também gostaria de entender porque que foi feito esse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhora Márcia, a senhora, o, o, ele fala essa nota que é o, anota que tá lá no SGPE e, depois, é... vai outra nota para... como é que faz esse processo da ligação do final do SGPE, que é essa nota certificada, e como é que estarta isso? É a mesma nota? É outra nota? Como é que é?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O documento gerado no sistema de pagamento, Sigef, ele é gerado um PDF, eles baixam esse PDF e colocam no SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá. Que é essa mesma nota?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, é, exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que foi assinada pela senhora por outra pessoa, ou não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não. O que foi assinado por mim foi a determinação de seguir o processo, a CI, a, a, autori, a CI autorizando. Esta CI com a data de assinatura de 20 de março.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que foi utilizado em outros processos...?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Essa que foi... vários processos. Isso. A mesma CI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que a senhora sabia que essa, essa CI era utilizada ou não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu fiquei sabendo dia 29 de abril, dentro da CGE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E quem é que poderia fazer a utilização dessa CI?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Em meu nome, ninguém. Ninguém autorizado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A Débora Brum, não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ninguém. Eu nunca autorizei...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A sua secretária, não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu nunca autorizei nenhum funcionário, nenhum colega, em nenhum tempo, abaixar documentos meus assinados e utilizarem outros processos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Agora a inclusão dessa CI...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu nunca autorizei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –... a inclusão dessa CI, ela pode ser baixada.

(*O advogado Noel Baratieri fala ao ouvido do depoente Helton de Souza Zeferino.*)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Está por processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A senhora fala lá no depoimento e falou aqui pra nós, que a CI era baixado de um processo e subida no mesmo processo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, eu fiz isso dentro do Gaeco com os Promotores pra, pra, provar.

Página 800. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu tinha ouvido, não sei, eu tô perguntando aqui, porque poderia ser que a sua secretária ou a pessoa de sua confiança - assim como a senhora era a confiança do, do, do Secretário Helton -, a sua secretária ou a sua pessoa de confiança poderia ter esse documento, salvo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ela diz isso no relato...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ... no computador dela?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI –...não, ela afirma, ela afirma isso no, no depoimento dela.

Eu tive acesso.Ela afirma isso, que elas tiveram uma ideia – ela até menciona lá -, que ela teve uma ideia de baixar a peça e utilizar, porque eles já sabiam o rito.Foi orientado pela Gerência de Orçamento,Gerência Financeira.Eles disseram o que que tem que ter pra chegar lá, pra pagar. Aí, ela foi instruída, o que tinha que ter, ela colocou e seguiu.

Foi isso.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, só...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Posso só complementar, por gentileza?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Já, já, fala o, o...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, bem rapidamente.

É, é, gostaria de deixar algumas questões aqui, por exemplo, já falei, reafirmo que entre o dia 2 e 3, onde o Secretário Helton chega na minha sala, e eu fico sabendo exatamente o dia e hora em que o pagamento se deu, por ele. Ele que me disse, tá? Naquele: Ah, pagou-se alguém?Pelo que eu entendi, alguém questionou ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Foi o dia que ele saiu do elevador e a senhora encontro ele?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Foi esse dia que ele... não ele foi até minha sala, falou do pagamento.Então, eu fiquei sabendo desse pagamento desse processo, até por ele. Uma questão que fica, né: como ficou sabendo? Porque eu fiquei sabendo por ele.

Segunda coisa, por que que foi feito - o pagamento era de 33 milhões, isso vocês... não é, tá, sempre, sempre foi dito: pagamento de 33 milhões -, por que foi dividido em duas vezes de 16,5? É, por que foi utilizado duas Fontes de, 100, Fonte 100 e Fonte 300? Quem determinou essas coisas?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Inclusive essa Fonte, essa Fonte 300 teve a participação da...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É a conta do Tribunal de Contas, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –... da Secretária Adjunta?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Onde o que, segundo o, o coordenador do Fundo disse, instruído pela própria Michele – aí, foi ele dizendo isto, né, eu estou colocando a fala dele: não... não falei com Michele, Michele não falou comigo sobre isso. Então eu estou aqui repetindo o que o...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quem é Michele?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É a Secretária Adjunta da Fazenda.

Então, tem três perguntas aí que, pra mim, ainda não foram respondidas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor sabe por que que foi pago duas vezes, Secretário Helton?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – É porque nós tínhamos Fontes diferentes. Mas...

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3547
Rubrica

Página 801. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Essa questão da Fonte 100 e a Fonte 300?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Quem autorizou essas contas?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Só, só pra, só pra, os senhores têm o processo no Ministério Público, Figura 23, é do dia 31 de março. É, é nós temos ali, a Figura 23, (*mostra documento*), lá no final, a ordem de foi, a ordem de pagamento, né? Então, quando a servidora ela diz que ela não sabia (*mostra documento*), está aqui, ordem de pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A senhora sabia disso, senhora Márcia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Tá no seu telefone.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A que que se refere essa pergunta?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Tá no telefone.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –A ordem de pagamento estaria no seu telefone ali, no, no...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ordem de pagamento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Que era, que era o que o Fábio... Guasti o tempo todo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ordem de pagamento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ordem de pagamento no meu telefone?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Ordem bancária, desculpe, ordem bancária, é... que é o que o Fábio o tempo todo pedia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –A ordem bancária do Estado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso que... o Secretário, o ex-Secretário se refere é o, é o pós, depois, deve ter sido um comprovação que vem do Cofes e, aí vem. Pena quem não tem tantos registros também de celular, aí, tem mais o do meu, porque eu entreguei o celular já no primeiro dia, né? Por isso que tem tanto do meu celular, mas era importante também do Secretário, então,Secretário Helton, que falou bastante com o Fábio também, então, senhor coordenador do Fundo, né?

Naquele momento, esses documentos passado pelo José Florêncio para nós, foi passado para este senhor, uma comprovação ali.

Agora, isso já veio pronto, né? Quem definiu isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Só... só... só pra entender. É, agora eu fiquei na dúvida, Deputado. Então, nós estamos dizendo que aqui, pelo menos é o que eu entendi, nesta nota fiscal, onde nós temos aqui a assinatura da servidora Márcia, no dia 1°, às oito e dezoito, isso aqui não existiu?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não. Eu tô perguntando...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso aqui existiu?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – SGPE isso aí, né? Não é Sigef.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu estou perguntando o seguinte, a minha dúvida que tô tendo aqui,Presidente, é que tem dois sistemas, um sistema que faz todo o processo da compra e o sistema que pago, né...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso, exatamente.

Página 802. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –... Deputados, mas o que eu, eu ainda não consegui entender, porque essa nota que encerra a SGPE, que é certificada, a servidora Márcia diz que é feito um PDF...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E a partir desse PDF...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Instrui-se o processo SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ... instrui-se o processo de pagamento no Sigef. É Isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não, não...tsc. tsc.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não, não, o contrário. O, a, o documento gerado no Sigef, ordem bancária, nota de empenho, é, certificação, é gerado tudo no sistema Sigef...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Me permite, Deputado Kennedy?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ...depois, é apensado no SGPE, perdão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Relator, por favor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, eu, eu, vejo esse debate em torno da nota fiscal, senhores Deputados, mas, de fato, a nota fiscal ela vem acompanhada de uma certificação de entrega.

Toda nota fiscal, quando a gente compra um produto... você vai na loja compra o produto e esse produto, você assina o canhoto, pra levar o produto.Qualquer um que já comprou uma nota sabe como isso funciona.A nota fiscal é a expedição do, a nota fiscal podia ter sido expedida a qualquer momento.Podia ter expedido a nota fiscal e o pagamento ser daqui a três meses o, o, o,o pagamento ser daqui a um mês, ou terminada a licitação, foi expedida a nota e o pagamento daqui a não sei quanto tempo.

Então a expedição da nota, por si só,Deputado Kennedy, ela não... ela não... (*Ri.*)... ela não significa entrega do produto, porquê? A entrega do produtos se caracteriza na própria entrega do produto. E... a lógica é de que, primeiro se entregasse o produto para depois receber.

E a nota fiscal que, que eles se referem, ela tem aqui em cima uma certificação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...da entrega, e aqui não tem nada de entrega (*mostra documento*).

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, Deputado, o senhor me permita. Nós estamos falando de, de uma nota fiscal eletrônica, eletrônica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Se é uma nota fiscal eletrônica essa nota ela vai tramitar dentro de processos eletrônicos. E, hoje, dentro da, da, da lógica do Estado, da logística do Estado, esta certificação que o senhor diz que não significa nada, é esta assinatura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas não tem a entrega do produto. Essa assinatura não é a entrega do produto.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Então, por isso, por isso que eu digo pro senhor, se não tem a entrega do produto, por que assinar uma nota?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor entendeu, Deputado Kennedy? É que a nota, por si só, não significa nada, porque o produto não foi entregue.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3548
Rubrica

Página 803. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Assim, ó, deixa eu fazer uma pergunta, que todo mundo tá, tá, que tá nos acompanhando tá querendo entender, assim como eu, não só entender, mas tirar as dúvidas que ficam.

É... o senhor diz que não sabia do pagamento antecipado, o senhor fala que não houve o pagamento antecipado por conta dessa certificação...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...então, por, por, porque houve a certificação, como se fosse o recebimento, que é uma nota eletrônica, então, não houve o pagamento antecipado.

E a, a servidora Márcia diz que é, usaram o nome dela pra fazer a, a certificação disso daí. É...

Márcia, algum momento, em algum momento ou em outros momentos, como era feito essa certificação da chegada do material? Quem fazia? Era você que fazia? Era alguém que fazia? Como era feito?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, a nota fiscal ela tem validade, a nota fiscal da entrega, né, não esse documento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI –... que, que está sendo colocado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas, assim, chegou uma nota...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ã-hã.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...e quem fez a certificação?Porque nós estamos falando especificamente desse da Veigamed...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...mas tem o da, de Araranguá que também foi mesmo processo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O rito, o rito é o mesmo, Deputado, é... mesmo antes do Covid ele não se alterou em decorrência de tudo. O pagamento não se alterou, né? Há uma certificação, há um documento emanado lá do Sigef, documento de pagamento. Esse documento encaminha, encaminhado para a Coordenadoria do Fundo, lá a Coordenadoria do Fundo aciona a Gerência de Execução Orçamentária. AGerência de Execução Orçamentária vai alimentar o Sigef. O seu objeto elementar é a certificação. Ele evolui pruma nota de empenho, uma nota de liquidação, uma ordem bancária e um dinheiro na conta de alguém. Lá dentro da Gerência de Execução Orçamentária e Financeira.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Bom, o Secretário, dou...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado, posso fazer só mais uma observação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Em alguns processos, se não estou enganada, neste processo... tem um despacho e, aí - o despacho ele é um, um ambiente interno du, du sistema -, onde o gerente financeiro pergunta assim: aguarda para autorização de pagamento. O próprio financeiro, lá, lá na área dele, né. Tem despacho assim, ou seja, atribuição estritamente financeira do Cofes das Gerências.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O Secretário, doutor Helton falou que o pagamento foi dividido em duas vezes por conta das duas Fontes, uma Fonte 100 e uma Fonte 300.

Agora o doutor Hel... doutor Douglas, é, eu queria entender um pouquinho sobre o Leandro. O Leandro que está preso, é isso, né? O Leandro que, que está preso, que é o Leandro que o senhor apresentou pra, pra,ser o facilitador, é isso?

Página 804. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DOUGLAS BORBA –Não, não é isso, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Como é que é?

O SR. DOUGLAS BORBA – Primeiro que não fui eu que apresentei o Leandro, até porque, eles já se conheciam, como foi dito aqui. Trabalharam juntos inclusive na Secretaria...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só, um pouquinho.

Como é que chegou Leandro nessa história pra você?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A, tá, agora, em 2020, nesse contato com o senhor Douglas Borba.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O Douglas, o Douglas ligou e apresentou Leandro?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O senhor Douglas ele informou a mim que: o Leandro fará contato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Foi esse momento que a senhora pergunta ao Douglas se é verdade que o Leandro falava em nome dele? Que a senhora fala... no Ministério Público?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Na sequência, tem o registro lá no telefone, né, exatamente na sequência...

O SR. DOUGLAS BORBA – No dia 2.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI –... Não sei lhe dizer seno mesmo dia, ou dia seguinte, na sequência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Douglas, por favor.

O SR. DOUGLAS BORBA - Ah, perfeita pergunta, Deputado, e eu acho que isso desmistifica toda essa história.Quando eu digo que Leandro fará contato é dia 22 de março; quando ela diz que já está em contato, eu não falo mais nada...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ela lhe perguntou...

O SR. DOUGLAS BORBA - ...no dia 2... não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...o senhor recebeu essa mensagem dizendo: o Leandro fala em seu nome?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não. Eu recebi uma mensagem dizendo o seguinte, é: o senhor pediu para Leandro fazer contato comigo. E essa mensagem eu recebi no dia 2 de abril. Ou seja, não foi logo depois. E eu tenho provas aqui posso mostrar pro senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Foi daí o momento em que a senhora fala, no depoimento lá, que o, o, alguém dizia pra senhora, inclusive o, o, o, então Secretário Helton, disse pra senhora que a senhora estava muito abalada... e que daí, veio, o Fábio lá, disse que alguém ia, ser conhecido, que ia chegar pra tranquilizar.

É esse mesmo Leandro ou não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, é, o mesmo Leandro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É o mesmo Leandro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É o mesmo Leandro, ã-hã.

O SR. DOUGLAS BORBA - Se o senhor me permite, Deputado Kennedy?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim.

O SR. DOUGLAS BORBA - A conversa foi no dia 1° de abril. Eu mando uma mensagem com o seguinte teor (*lê documento*): Márcia, bom dia - lembrando eu estava sem falar com ela desde o dia 25 -, Márcia, bom dia, o Helton externou preocupação ontem à noite, uma reunião nosso lá do GGC, referentes a encomendas na China que precisam ser efetivadas, os EPIs. Fiz alguns contatos e conseguimos viabilizar, em modo parecido como a Intelbras fez com os respiradores, já que não temos previsão legal para efetuar pagamentos adiantados.

Minha mensagem para a Márcia: já que não temos previsão legal de efetuar pagamentos adiantados. Isso eu falei pra ela no dia 1°.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3549
Rubrica

Página 805. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A senhora lembra quando é que o Secretário Douglas apresentou o Leandro pra senhora?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ele me informou no dia 22, que o Leandro fará contato. O Leandro, imediatamente, já fez contato comigo.

Os registros estão todos no meu celular.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A minha preocupação, Douglas, é, sabe o que que é...

O SR. DOUGLAS BORBA - Mas eu vou chegar onde o senhor perguntou aqui, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –... é que o senhor falou uma coisa que talvez quem tá nos acompanhando é... talvez não entenda, porque o senhor falou:Eu não sei por que que eu estou - aonde que o senhor está agora - na prisão preventiva.

E as pessoas começam, que estão acompanhando, começa a ver dizer que, o doutor Helton diz que não teve, que não sabia do pagamento; a Márcia diz que foi o Helton apresentado por ti; que daí tu diz que não houve nenhuma intenção tua. E daí as perguntas realmente, as pessoas perguntam, por que que então tu está preso, né?

O SR. DOUGLAS BORBA – Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas só pra, pra esclarecer que a prisão...

O SR. DOUGLAS BORBA – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...pedida a você e aos outros, é inclusive o Leandro, é porque os investigadores, o Ministério Público e o Gaeco percebeu que vocês estariam ou poderiam estar destruindo provas, né?

É só pra esclarecer, porque...

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...tem pessoas que não conseguem compreender.

O SR. DOUGLAS BORBA - Só vou seguir a sequência desse contato meu com a servidora Márcia.

Então, quando eu digo pra ela: Leandro fará contato - em 22 de março -, ela diz que já está em contato com ele. A partir daí, eu simplesmente não falo mais nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É isso, Márcia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Se ele, o senhor está lendo, se ele está lendo ali.

O SR. DOUGLAS BORBA – É, estou lendo aqui. Estou lendo aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então, então, então, quando o Douglas...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...só um pouquinho - quando o Douglas apresentou o Leandro e você falou que o Leandro já estava em contato, então, é, essa é a verdade?

Então, não foi o Douglas que apresentou ele pra senhora?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Foi o Douglas que passou o meu contato por Leandro, sim, Deputado, sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Foi o senhor que passou o contato dela?

O SR. DOUGLAS BORBA – A própria Márcia...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O Douglas passou o meu contato para o Leandro, sim,Deputado, sim.

Página 806. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DOUGLAS BOBA - A própria Márcia afirma aqui (*mostra documento*) que o contato dela foi repassado por várias pessoas, há muita gente.Ela afirmou aqui, no próprio depoimento dela.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Agora, quando o Leandro fala com a senhora, ele fala do Douglas?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Fala, fala... sempre fala...menciona também Douglas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A minha preocupação sabe o que é, Deputados...

O SR. DOUGLAS BORBA – Mas aqui, se o senhor me permitir, nós temos que dividir...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ele compartilha, não sei qual é o dia... inclusive áudio...

O SR. DOUGLAS BORBA – Quando... Olha só... a gente tem que... nos, nós temos que nos ater as datas,Deputado. No dia que eu passo o contato do Leandro pra Márcia, é no dia 1° de abril, onde ela fala comigo e ela pergunta seguinte, é... (*lê documento*): Secretário - ah, vamos lá a,a, -, só precisa confirmar, só preciso confirmar com o senhor se a pessoa que faria contato comigo seria Leandro? E, aí, ela manda o contato do Leandro Barros. 1° de abril, e é verdade. Está aqui, 1° de abril...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, mas eu acho que nessa questão aí é quando já estourou a boiada e vocês tinham que...

O SR. DOUGLAS BORBA - ...não, não, não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não?

O SR. DOUGLAS BORBA - ...era para tratar das compras dos EPIs.

Eu início naquela conversa dizendo: olha, Márcia, diante das dificuldades narradas pelo Helton e tal, dos EPIs, que precisam vir da China, a gente está tentando viabilizar o processo. Pelo menos se chegou é, é, pra gente uma, um processo que poderia ser feita uma importação modos parecido com a Intelbras e tal. E, aí, a Márcia me pergunta, lá, no dia 1°, se a pessoa que faria contato comigo seria Leandro. Aí,eu, eu mandei: confirma. Seguido, tá, seguido do seguinte é... (*lê documento*): ele pode ajudar nessa demanda da EPI. Aí, eu não tenho o resto da conversa. Mas, ela me pergunta se a pessoa que faria contato comigo - ela, né - seria Leandro. Em outros momentos ela nunca perguntou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A minha preocupação sabe o que que é? Como é que um advogado que não é servidor público tem acesso as comissões de licitação, participa de tomadas de decisão, tem acesso total na coisa? Como é que um não cidadão, e daí a gente vê que ele já foi, é, é, já ocupou outros cargos, né.Mas que agora,Deputado Cobalchini, ele não tem mais nenhuma ligação com o Poder Público e continua tendo essa, essa, questão.

E, daí, o doutor Helton disse que o, este, do, este Leandro estava também envolvido no, em outros quatro processos. É isso? O do Mahatma Gandhi, é isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Ele era o advogado da... que prestava assessoria pro Mahatma Gandhi. Está nos autos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ou seja, a gente começa a observar que este Leandro, é, que é seu amigo, conhecido, amigo, mas... parece inclusive que a mãe dele já trabalhou, com... tem... é uma ligação de algum tempo.

O SR. DOUGLAS BORBA - Vamos esclarecer é, é, vamos esclarecer os fatos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Hã? (*O Deputado Kennedy Nunes olha para o Deputado Fabiano da Luz, que lhe fala alguma coisa, fora do microfone.*)

Página 807. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3550
Rubrica

O SR. DOUGLAS BORBA - É, é, é, importante, importante, é importante ainda lembrar, Deputado Kennedy, que a própria Márcia ela manda nesse mesmo dia, na sequência, conversa aqui, ela diz assim: Apesar de já conhecer o senhor Leandro, entre parentes, já foi nosso superintendente SES, fecha parênteses, me preocupo de usarem o nome dos Secretários para fazerem contato com as equipes da SES.

Ela mandou isso aqui. Aí, eu digo (*lê e mostra documento.*): Perfeito, sim, importante sempre checarem.

E foi a única vez...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Foi nesse o momento que tu perguntou pra ele se ele falava em teu nome, em nome dele, não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não... antes... dessa mensagem... antes dessa mensagem já havia... ele já tinha passado o contato bem antes e o Leandro já tinha contato comigo, antes dessa data.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Bom, eu, eu, acho que...

O SR. DOUGLAS BORBA - Mas sem minha intervenção, Deputado! Eu passei de fato, está aqui, nas trocas de mensagem...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –Eu acho que a...

O SR. DOUGLAS BORBA -... eu passei o contato do Leandro no dia 1°...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tem algumas, tem algumas que... tem algumas questões, Deputados, que a gente é fica nas posições e, daí, talvez, como os telefones estão...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Posso ajudar, doutor?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Eu tenho uma pergunta sobre a questão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O Deputado Fabiano, aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, Deputado Fabiano.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Eu só fiquei com uma dúvida com relação ao Leandro, Márcia, é que no dia 3 de abril, às dezenove e quarenta e um até as vinte duas horas e trinta e dois,Leandro encaminhe uma mensagem dizendo pra Márcia ficar tranquila que conhece a empresa Veigamed, que eles farão a entrega dos equipamentos.

Por que o interesse do Leandro em tranquilizar você, se não era você quem, quem era o, a pessoa responsável pela?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, isso é um pedido do Secretário Helton pra mim, que falasse com Fábio Guasti, pra que alguém viesse ali, é, pra que falasse em nome da empresa, falasse... nos passasse detalhes da entrega e esse pedido eu reportei pro senhor Fábio, em nome do Secretário Helton, pra que passasse alguém pra ir ali.

É, sugeriu uma reunião, hum,o senhor Helton sugeriu uma reunião no dia 4, 10h da manhã. Eu, no dia 3, passei isso pro senhor Fábio. O senhor Fábio diz, manda uma outra mensagem, é...: Olhem, fiquem tranquilos, vou mandar alguém que conheço – mais ou menos assim -, alguém que conheço, que vocês conhecem falar com vocês.

Na sequência, chega essa mensagem que o senhor está se referindo.Primeiro, o Leandro, ele encaminha o *slogan* da Veigamed e aborda, então, que a gente tem que ficar tranquilo, é, eles vão focar na entrega, eles vão entregar, tá. Diz uma coisa assim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - O curioso só é que o Leandro Bairros é, é, justamente os EPIs, hospital de campanha, os respiradores. As três compras que tiveram problema.

Página 808. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor confirma o que a senhora Márcia fala, doutor Helton, sobre esse pedido seu pra ela pra que falasse com Fábio sobre essa questão?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Na verdade que eu pedi pra ela a confirmação da compra.Onde estava os equipamentos, quando iam chegar, cópia de transportadora, enfim, isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, com licença, ah, aí, Jesus... é Secretário, então Helton Zeferino, solicitou agenda de uma reunião, dia 4, 10h da manhã. Neste dia, propositalmente, agora eu percebo diante da falta de verdade dele, é que ele me deixou sozinha pra essa reunião, e, aí, eu solicitei ajuda do sub... Subtenente Sampaio. Ele so... solicitou esse contato, eu reitero, ratifico...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor, o senhor...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI –...uma pena essa falta de verdade que se repete.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor, o senhor solicitou ou não, doutor Helton, essa reunião?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu acabei de dizer que sim, Deputado. Eu acabei de dizer que sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI –Vergonha isso.

(*A depoente Márcia Regina Geremias Pauli fica nervosa e bate com a mão na mesa, momento em que seus advogados a apóiam.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não. O senhor disse que o senhor pediu pra outra coisa, não é?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Pelo amor de Deus, eu não aguento mais isso, cara.

(*A depoente fica visivelmente abalada e começa a chorar.*)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu acabei de dizer que, sim. Pra que ela confirmasse com a empresa e, obviamente que pra confirmar, ela precisaria de alguém da empresa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Presidente, eu acho que, que a gente tem que dar uma paradinha para voltar.

Eu peço cinco minutos, Presidente, só para restabelecer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor está em fase de conclusão, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu já estou quase concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está em fase de conclusão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Depois pode abrir para uma intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor pode conduzir...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu estou bem.

(*A depoente conversa com seu advogado Nelson Juliano Schaefer Martins e resolve fazer uma pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode sair por aqui.

(*A Depoente Márcia Regina Geremias Pauli retira-se do recinto.*)

O SR. DOUGLAS BORBA – Tem uma fala minha que não é conexa a nenhum dos assuntos, se os senhores quiserem aproveitar o momento para dar celeridade, que é um fato...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não...

Página 809. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Fls. 3551
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tem que suspender a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Vamos suspender os trabalhos por cinco minutos.

(*Estão suspensos os trabalhos. Pausa.*)

Está reaberta a reunião.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência continua com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É... nós estávamos quando houve essa questão do pedido da, da reunião, depois do, do Secretário Helton tinha pedido pra Márcia e, daí, foi que o, ela falou com o senhor Fábio, o senhor Fábio disse que ia mandar alguém pra... conhecido pra tranquilizar, esse alguém era o do o Leandro Borges...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Barros.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Barros, desculpa, que é o Leandro Barros que é... esse advogado, que está também com a prisão preventiva e que é... a, a informação que chegou pelo, pelo Douglas.

Douglas, a gente sabe que você disse várias vezes com relação a que é uma figura pública em Biguaçu, que as pessoas falam, mas parece que a sua relação com o Douglas (*sic*) não é só de conhecido. Há uma, há... o histórico mostra que você tem mais... é... mais do que um simples conhecido é, do, do Douglas (*sic*), inclusive com... eu acho que é o cunhado Douglas (*sic*) que era o teu suplente lá...ah, o cunhado do, do Leandro que era seu suplente lá em, em Biguaçu, né, é isso daí?

O SR. DOUGLAS BORBA – Sim, o João Luís é suplente, era meu suplente, agora virou titular, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá. Até porque, eu preciso só compreender é, e daí, talvez, essa... e daí eu encerro, senhor Presidente, porque é o seguinte: nós temos uma figura é... que... entrou no governo onde o Governador deu o poder. O Governador desde a campanha coloca numa peça chave que é a figura. E essa, essa figura tem o papel, por mais que você, é, talvez como até uma questão de humildade não reconheça o poder que você tinha na, na Casa Civil. Mas eu fico imaginando é, é, a função dos que estavam tanto no seu nível, mas como também embaixo do, do poder, a sua fala, quando você falava: falei com Moisés, isso é questão de governo.

Que eu também compreende que é uma posição de cobrança, muitas vezes, pela tua, tua função. Mas, é, pra encerrar, eu tenho uma coisa que eu não, ainda não, não estou convencido, tanto da fala do doutor Helton como da fala do Douglas. É... não é possível, ã, ã, vocês dois estavam... do, doutor Helton que era o gerente da crise e o Douglas que era o homem forte do governo, não é possível que durante todo esse processo, eu sei que era muitas informações, mas não é possível que durante todo esse processo o Governador simplesmente não ficou sabendo de nada e, segundo o doutor Helton, ele fica sabendo só dia 15, o Douglas só dia 22.

Então, só pra ficar, Deputado... Não me convenci dessa questão, sabendo que um Governador, que na verdade é, é a autoridade máxima, né, do Estado e que, por mais que delegue, tinha essa preocupação.

Douglas, você conversava diariamente com o Governador?

O SR. DOUGLAS BORBA - Essa pergunta já foi feita, Deputado, na, no depoimento, né? É... de fato eu e o Governador tínhamos uma rotina de despacho, mas por conta da pandemia isso tudo também acabou ficando é, é, atrapalhado, né? Então durante a pandemia eu não tinha é, é, com tanta freqüência contato com o Governa... com o Governador como nos períodos de normalidade.

Página 810. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Agora, só uma pergunta que eu sou obrigado a perguntar pra ti. Tu tinhas o telefone do Governador? [*Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. DOUGLAS BORBA – Ah, tinha, tinha o, o, o contato do Governador. É... os nossos contatos durante o período de pandemia eram é... dentro das... das agendas, né, e comportando as agendas, se resumia ao encontro que a gente tinha, é, aos finais do dia lá na Defesa Civil por conta das *lives*, algumas eu estava, outras eu não estava, mas a agenda, de fato, é, ficou bem, bem atrapalhada nesse sentido.

Eu vou aproveitar, é, Deputado, e discorrer sobre os outros dois assuntos que o senhor mencionou, se me permite. É, o primeiro deles, é, diz respeito à Saúde. Essa autonomia, de fato, já foi aventada aqui e comprovado por várias pessoas já ouvidas que a Saúde tinha autonomia para fazer esses processos de escolha de compra, independentemente do Grupo Gestor de governo.

Então por isso não passava, de fato, pela Casa Civil, pela Fazenda, pela Administração, né. Uma vez transferido o recurso originário da Saúde, ou um recurso extraordinário, como foi esse caso, onde, é, se pediu um recurso para passar para a Saúde, para as primeiras compras, essa gestão daquilo que é comprado é completamente da Secretaria da Saúde. Isso justifica o fato, é, da, do Governador, ou eu, ou o Secretário da Fazenda ou o Secretário de Administração termos conhecimento dessa compra de uma maneira tão tardia.

Em relação à, à, à questão da convivência de Biguaçu e tudo mais, é, primeiro em relação à dona Ina, ela é uma servidora de carreira de 40 anos ligada à Secretaria de Comunicação do Estado, ela sempre teve, pelo menos desde o governo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quem é ela?

O SR. DOUGLAS BORBA - A mãe do Leandro Barros, da Secretaria de Comunicação, ela sempre teve cargo, é, função gratificada, enfim, desde o governo Esperidião Amim, se não me engano, 82, João, não lembro da data, mas, enfim, é, e a partir daí o, ela sempre teve as funções gratificadas. E aí, é, quando a Lei 741 foi aprovada na Assembleia Legislativa, a Secretaria de Comunicação veio pra, pro âmbito da Secretaria da Casa Civil, foi quando as pessoas, que já tinham gratificação lá, passaram a receber as novas gratificações, tá? Então, isso foi algo padrão e também, é, foi...como ela não era subordinada a mim, ela era subordinada lá à Secretaria de Comunicação, é, foi um pedido que veio de lá, enfim. Então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Doutor Helton...

O SR. DOUGLAS BORBA – E a questão, para finalizar, a questão do João Luiz, esse sim, é, suplente, era meu suplente de Vereador no mandato lá de Biguaçu, e tenho relação de amizade com ele, sim. Com o Leandro é relação cordial, relação de convivência, é, típica de cidades, é, pequenas, onde todos, todo mundo se conhece, é, é principalmente indivíduos ou pessoas que são praticamente da mesma idade, que exercem a mesma profissão e que já trabalharam juntos, inclusive em outros momentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O Leandro aproveitou dessa amizade com o senhor para estar no processo do Mahatma Gandhi, desses respiradores e dos EPIs?

O SR. DOUGLAS BORBA - Importante pergunta, Deputado. Eu não dou procuração e não dei procuração para ninguém atuaram em meu nome.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas o senhor falou pra ela que o Leandro falava em seu nome.

O SR. DOUGLAS BORBA - Se o Leandro falava em meu nome na conversa com ela, ela, no mínimo, deveria ter confirmado comigo se poderia falar em meu nome.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas a senhora confirmou uma hora, confirmou uma hora numa mensagem. Como é que foi, por favor, diga.

Fls. 3552

Página 811. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Confirmei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Só um pouquinho, o Deputado Sopelsa está acenando ali. O senhor pediu a palavra, Deputado Sopelsa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Por enquanto, não. Eu quero fazer uma consideração, mas depois que o Kennedy concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Obrigado. Senhora Márcia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Confirmei. Encaminhei mensagem pra obter a confirmação, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

O SR. DOUGLAS BORBA - Nunca dei procuração para ninguém falar em meu nome sobre determinada compra e nunca determinei que fosse feita qualquer tipo de compra. A relação urbana, a relação, é, de convivência que existe, é, entre mim e o Leandro, é típica, mais uma vez eu digo, de qualquer cidade de médio porte ou pequeno porte, onde indivíduos que já trabalharam juntos, como nós trabalhamos, por exemplo, eu era Vereador e ele era Secretário de Saúde, depois ele seguiu o caminho dele, eu segui o meu. É, ele também é advogado, enfim, existem vínculos de convivência e isso é inegável, isso eu falo desde o meu primeiro depoimento.

Agora, isso não lhe dá o direito, assim como não dá direito a ninguém, de falar em meu nome e muito menos de cobrar que seja feito algo em meu nome. E isso, senhores, é, estão ali as mais de 2 mil páginas de todo o inquérito, em nenhum momento há qualquer comprovação, é, que eu autorize a ele falar em meu nome ou que ele se apresente para determinada venda em meu nome. Isso, de fato, até agora não encontrei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Para encerrar, doutor Helton o senhor fala, mostrou outros processos, que não é o caso, mas para mostrar que é o processo, mas nesse tipo de pagamento é preciso ter a guia de entrada. Têm guia de entrada neste dos respiradores?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não tem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - E por que que não tem?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Justamente porque os equipamentos não foram entregues.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Como?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Os equipamentos não foram entregues.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então, por conta de os equipamentos não serem entregues, não tem essa guia de entrada?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, todos aqueles outros processos que nós temos aí, o pagamento foi feito, é, de forma antecipada, essa guia de recebimento ou guia de entrada, no nosso almoxarifado ela aparece um mês, um mês e meio depois.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só uma pergunta: os respiradores comprados em Araranguá têm guia de entrada?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Da totalidade ou só do que entregaram?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Vinte.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Foram comprados quarenta...

Página 812. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu tenho aqui a guia de entrada de 20, R$ 2,2 milhões, dia 13 de maio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então, dos 40 que foram comprados, só entregaram 20?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Essa aqui é deste processo, né, deste processo que eu tenho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu quero fazer uma observação: foram compradas 30, entregues 26, 4, até o momento da minha exoneração, não tinham sido entregues. Porém, a empresa recebeu 48 horas, e aí eu falo daquilo que o José Florêncio me falou, 48 horas após, é, o recebimento dos primeiros 20 da UF 305, a Edera recebeu, relativo a 20 equipamentos. Foram entregues 26 equipamentos, entre camas e monitores também, que aí é um processo que envolve outros equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Acho que o Deputado Relator estava querendo um espaço, que era para eu dar no início e acabei passando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu estou aguardando, pacientemente, Deputado. Terminou?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Terminei, eu me dou por satisfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado.

Eu preciso voltar um pouquinho antes de passar a palavra para os meus colegas. É o seguinte: para falar com o Leandro e com o Helton. Por quê? Porque, obviamente, o Douglas está recolhido ao presídio, porque ele disse aqui que não tinha nenhum contato com o Leandro, disse que não apresentou o Leandro, mas logo depois que ele apresentou o Leandro, o Fábio manda uma mensagem com o mesmo produto que mandou pra ele. E também porque o Douglas apagou todas as mensagens que tinha com o Leandro, e o Leandro já faturou uma graninha, sabe, Deputado. A comissão do Leandro no negócio já caiu na conta, não consigo ver aqui o valor porque está muito borrado.

Mas, enfim, o Leandro...foi perguntado para o Secretário Helton a respeito do Leandro, disse que não tinha nenhuma relação com o Leandro também, ou o Douglas, e insiste em dizer que não tem relação com o Leandro. É isso, né, porque a relação é puramente uma relação de cidade pequena.

O SR. DOUGLAS BORBA - Não tenho nenhuma relação comercial ou negocial com o Leandro, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então eu queria mostrar a imagem para vocês, aos Deputados, eu queria mostrar uma imagem.

(*Utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.*)

Esse documento, está um pouco difícil de ler, mas eu vou ajudar os senhores a fazer a leitura, porque foi escaneado no processo de investigação. Consegue ler? Bom, olha só, foi extraído, senhores Deputados, da agenda oficial do Secretário Douglas Borba, essa agenda do dia 10/10/2019, numa quinta-feira em que o Secretário Douglas Borba anota: compromisso, 20h, compromisso, jantar com Leandro Barros. Na agenda está lá o compromisso jantar com o Leandro Barros. E no dia 22/10, terça-feira, visita com o Secretário Helton Zeferino a Leandro Barros. Na agenda, senhores Deputados.

(*O advogado Paulo Cesar Schmitt fala com o senhor Douglas Borba.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E Leandro Barros.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E Leandro?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E Leandro Barros.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, eu falei...desculpa.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3553
Rubrica

Página 813. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

É Helton Zeferino e Leandro Barros. Está na agenda oficial, no computador do ex-Secretário Douglas Borba. Então aí acho que a gente merece uma explicação, Douglas e Helton.

O SR. DOUGLAS BORBA – Sim, com toda tranquilidade. É, me recordo dessa...na verdade, pra começar, é, foram mais de mil encontros, é, do Secretário da Casa Civil, Douglas, no ano de 2019. Essa agenda é pública, essa agenda está lá para consulta na Casa Civil. Então, foram mais de mil agendas, e apenas em dois momentos durante o ano de 2019 inteiro, é, eu tive qualquer agenda com o Leandro. E sim, dá pra, na quinta-feira, dia 10/10/2019, é, eu me reuni com o Leandro, com o João Luiz e com mais pessoas, enfim, para tratar de eleições em Biguaçu.

Eu, um agente político, totalmente, lógico, é, preocupado com, com o destino da, da minha cidade no tocante também às eleições municipais do ano que vem, desse ano. É, cogitávamos inclusive a minha saída do governo para participar dessas eleições, era, era um momento de muita, muita conversa e muita especulação. E aí, é, foi marcado esse, esse jantar com o Leandro e com outras pessoas lá de Biguaçu para tratar de questões políticas. É, até é importante dizer que, é, é, eu e o Leandro sempre disse disputamos em lados opostos, nessa eleição a gente estava tentando buscar, é, alguma, algum entendimento. Mas aí também, de existir de concorrer à Prefeitura de Biguaçu, isso não evoluiu.

É, e essa outra agenda, não, aí consigo recordar.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Mas eu me recordo, eu me recordo, Deputado.

O SR. DOUGLAS BORBA – Recorda?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, claro. Essa agenda do dia 22 de outubro de 2019...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito obrigado, pode tirar.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu fui buscar essa agenda, pelo período da manhã eu estive aqui, nesta Casa, na Comissão de Saúde apresentando a Política Hospitalar Catarinense. Às 13h eu me dirigi, juntamente com o Secretário Douglas e mais o doutor Benedet, nós fomos a um prédio que está sendo construído ao lado da ACM, é, aquele prédio existia a possibilidade, até porque o Benedet foi, porque o Benedet é um dos sócios do empreendimento, enfim, que estão construindo. É, nós estávamos nesta época, justamente, é, com bastante dificuldade com relação ao Hospital Celso Ramos, é, especialmente no que diz respeito à questão da segurança contra incêndio. E surgiu uma possibilidade de, é, aquela edificação que lá está sendo construído, enfim, o empreendimento, dizia-se que até o Hospital Moinhos de Vento estava interessado em comprar uma parte no, daquela edificação.

Nós tivemos lá visitando, eu, Leandro e Benedet. É, desculpa, eu, Douglas e Benedet. O Leandro não estava nessa agenda, é, se quiserem confirmar, o doutor Benedet é um servidor do Estado, ele pode confirmar com os senhores, está na minha agenda, também é pública. O motivo pelo qual o nome de Leandro estar na agenda eu não sei dizer, eu sei que neste dia eu estive com o Douglas Borba, juntamente com o doutor Benedet visitando uma edificação ao lado da ACM na SC-401.

O SR. DOUGLAS BORBA - Está explicado, eu não me recordava...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, que interessante, né, porque das coisas que tem o nome das pessoas vocês não lembram, tem uma memória difícil para lembrar. Mas tudo bem, faz parte. A gente respeita e faz o julgamento que quiser depois.

O SR. DOUGLAS BORBA - Tem mais um fato interessante, ainda na, na conversa que estava tendo com o Deputado Kennedy, é, sobre essas coincidências de cidade pequena e tudo mais, é, e que é importante destacar aqui. Porque é algo que eu vejo que me afasta ainda mais dessa história toda, Deputado, é, de Veigamed e tudo mais. É, o escritório, a Veigamed,

Página 814. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

ela, ela, pelos depoimentos que foram tirados de Gilliard e depois também de um contador de Biguaçu, ela estava pronta para se instalar em Biguaçu, inclusive, uma filial da Veigamed.

É, o Gilliard, que esteve nessa reunião, é, com a servidora Márcia no dia 4, se não me engano, narrado por ela aqui, 3 ou 4, enfim, é, ele é, é cargo...isso aqui, agora, é o ambiente correto pra falar sobre isso, sobre esse assunto, porque é um ambiente político. É, a esposa dele é um cargo comissionado da Prefeitura de Biguaçu indicada pela minha oponente histórica no Município de Biguaçu, que é uma Vereadora lá do Município e não vale a pena eu expor isso, é, quem seja. Mas, enfim, é pra mostrar que não há qualquer ligação minha com o Gilliard, é, não há qualquer conexão. Isso dito, dito por ele, inclusive, é, essa situação. E a segunda situação é que o escritório de contabilidade que estava sendo contratado pra abrir a filial é um escritório também de um adversário político conhecido meu lá no Município de Biguaçu, né, do atual Vice-Prefeito de Biguaçu, com o qual eu concordaria essa próxima eleição.

Então, se eu tivesse qualquer ligação com uma empresa, ou qualquer indicação de uma empresa ou se soubesse que qualquer empresa fosse se instalar em Biguaçu, por que eu permitiria, ou diria, pra buscar justamente o interlocutor ligado a uma adversária política em um escritório de contabilidade ligado a um, a um oponente político? Enfim, apenas ilustrar aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Simples. O senhor quer que eu responda? O senhor vai se ofender se eu responder? Posso responder. (*Pausa.*) Não, vou me omitir de responder o porquê que o senhor se aproximaria, o porquê que o senhor teria feito o negócio.

Mas, obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Pois não, Deputado Sargento Lima, senhores Deputados, senhores depoentes e senhores advogados.

A minha pergunta vai para o doutor Helton e para a senhora Márcia. Tudo isso que está acontecendo aqui não teria acontecido se o processo de compra, se a viabilidade seguiu os seus trâmites legais ou não, mas tudo isso está acontecendo porque houve o pagamento antecipado. Se o pagamento antecipado não tivesse acontecido, poderia ter um processo de uma compra que não obedeceu às regras normais, enfim, mas não haveria esse prejuízo para o Estado.

O doutor Helton fala muito na nota fiscal, e que baseado na nota fiscal teria acontecido o pagamento. A nota fiscal teria sido reconhecida pela senhora Márcia. Eu indago o seguinte: quem foi a pessoa que puxou o gatilho, vamos chamar assim, como dizem, apertou o botão? Quem foi a pessoa que, baseado nessas informações, disse o seguinte: vamos pagar os trinta e três milhões. É possível que o doutor Helton ou a senhora Márcia possam precisar isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado, eu não tenho, nunca tive essa autonomia.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - O que eu posso dizer pro senhor, Deputado, é que uma vez que eu tenho uma nota que ela é certificada, ela segue o rito normal de pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Mas foi o senhor que deu o prosseguimento para que ela chegasse a ter...?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Claro que não, Deputado, claro que não, a minha participação nesse processo, ela se resume à assinatura da ordem de fornecimento. A partir daí, foi, são gerados mais 2 processos de pagamento, com 2 notas fiscais, onde eu tenho uma certificação, ela é inserida no Sigef e é encaminhado pro, para a

Página 815. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3554
Rubrica

Coordenação do Fundo Estadual de Saúde para efeito de pagamento. Não tem assinatura minha, não tem despacho meu e não tem participação minha.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado, posso continuar?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Pode.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - No momento em que o então Secretário, ordenador da despesa, inverteu o processo, definiu a proposta sabendo que era condição mínima para o prosseguimento da proposta o pagamento desta. Neste momento da inversão do processo, ali já estava convicto de que ele sabia e de que ele negociou e ordenou esse pagamento e definiu, tanto que colocou isso para a sociedade catarinense no dia 30 em *live* numa coletiva com o Governador, que os equipamentos chegariam entre, entre 3 e 5. Ele falou publicamente, inclusive, sabendo da condição da proposta, negociando e sendo ordenador primário de uma quantia de 33 milhões.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, enfim, nós já estamos falando há algumas horas sobre essa questão da, das notas fiscais, mas é sempre importante a gente destacar que no rito administrativo nós temos algumas pessoas que fazem atos, e aqui nós temos uma, um recebimento, que foi dado numa, em 2 notas. Quando se fala, por exemplo, em, nessa *live*, é, lá nós falávamos, inclusive, também pra questão dos respiradores da Intelbras, que não se materializou. É, o que nós temos aqui, o senhor foi perfeito na sua frase no início da sua fala quando o senhor diz: apesar de todas as inconsistências desse, é, desse processo de compras, se não tivesse sido realizada a certificação dessa nota, nós não estaríamos aqui hoje.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Quer dizer, no seu pensamento está comprovado que a senhora Márcia, pela assinatura dela, vamos dizer assim para que fique claro para as pessoas, o aceite dela nesta nota provocou que o pagamento dos respiradores fosse efetuado sem que houvesse a entrega. Quem fez o pagamento baseado nesta nota imaginou que o produto teria sido entregue? Os equipamentos, os respiradores estariam entregues?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, não era o meu pensamento, isso aqui é materializado. Nós temos 2 notas fiscais que foram assinadas e inseridas no Sigef. Os senhores vão ter oportunidade, na próxima terça-feira, de conversar como o Coordenador do Fundo, é, e lá os senhores vão entender um pouco melhor de como é que foi realizado esse processo de pagamento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Satisfeito. Pois não, Márcia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Desculpe, se eu puder complementar ao final.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Eu gostaria de deixar claro que todos que tramitaram este pagamento, do ente que negociou sabendo da condição de pagamento, noticiou ela desta pessoa até o ponto final, todos, todos ali (*o advogado Paulo Cesar Schmitt fala com o senhor Douglas Borba*), saindo da SGA, adentrando na Coordenação do Fundo, a gerente de Orçamento, o gerente Financeiro, que são as pessoas que apertam o botão, todos sabiam que os equipamentos não estavam e que o pagamento era antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Eu estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Para mim ficar claríssimo de que, é...eu não posso, de forma alguma, isso é uma avaliação que faço, como

Página 816. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

que acontece o pagamento de trinta e três milhões, Secretário Helton, que vossa excelência tenha confiado, mas sabendo que esses equipamentos seriam importados e a nota fiscal chegou 4 ou 5 dias depois de confirmada a compra, depois de autorizada a compra, como é que um produto deste poderia ter chegado em tão curto espaço de tempo, se os produtos eram, pelo menos de conhecimento de todos, que tinha dificuldade para comprar e que seriam produtos que vinham importados? Seria uma rapidez que qualquer um poderia ter imaginado que o produto não tinha chegado, ou tinha acontecido um milagre para esse produto estar à disposição da Secretaria da Saúde.

Esse é o meu entendimento. Obrigado, Presidente.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, só para, só para...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O Secretário Helton quer fazer...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO - Só para informar ao senhor que a emissão da nota fiscal, não fui eu que pedi. Quando essa nota fiscal foi emitida, é, ela foi recepcionada por alguém que fez o devido recebimento. Então, é, quando o senhor diz que não saberia se teria a capacidade de entregar no dia 7 ou não, se não tivesse chego dia 7, chegasse dia 8, dia 9 ou não tivesse sido entregue, se não tivesse sido realizada a certificação dessa nota, nada teria acontecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado Sopelsa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Deputado, só mais uma última situação com o Douglas. Ele falou aqui de conversa pelo WhatsApp com a Márcia, com o Helton, e eu fiz um comparativo de conversas que ele fez, e ele disse que apagou as conversas que ele fez com o Leandro, porque o celular dele estava lotado, a memória estava lotada. Eu, a Perícia vai mostrar isso, a gente vai ter acesso à Perícia. O senhor apagou só as conversas que tinham com o Leandro ou fez aquele rapa direto no celular?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, Deputado, assim, na verdade eu tinha um, apenas um número, e nesse eu concentrava uma vida, ah, os meus contatos pessoais e também os institucionais e profissionais. É, eu, por zelo, é, ao Estado e também zelo ao meu trabalho, eu dei preferência e preservei aquilo que era inerente ao trabalho, sempre fiz isso. Tem uma memória, é, do trabalho, todas as conversas com Secretários e tudo mais, tudo ali.

É, e aí, essas conversas que, de grupo, essas conversas individuais que não tinham o porquê ser armazenadas, porque não continham nenhum, nenhuma informação relevante para eu ter no futuro, era comum, era muito habitual eu, no final de semana, fazer a limpa para liberar a memória pra eu ter o cuidado de fazer os *backups* necessários a manter no celular.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então o senhor escolheu as mensagens que iria pagar?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não é, não é um processo de escolha, Deputado, é o processo daquilo que não importa. O celular, cada um, é um item pessoal de todos nós.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, sim, porque tem dois modelos de apagar as mensagens. Tem aquele que você vai lá, separa as mensagens, digita o número, faz a limpa e daí limpa tudo. E tem aqueles que vai apagando, um a um, conforme você quer. Então você disse que foi apagando um a um, conforme você queria. É isso.

O SR. DOUGLAS BORBA – É, aquilo que não interessava pra me manter como, como, como, enfim, não tinha o porquê manter conversas, bobagens, enfim, então acabava...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Entendi, não foi tudo, foi só parcialmente apagado.

O SR. DOUGLAS BORBA - Eu preservava, a, a regra era excluir aquilo que não interessava, e eu preservava as mensagens que...inerentes ao meu trabalho.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3555
Rubrica

Página 817. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Fabiano da Luz, consulto se vossa excelência tem algum questionamento, alguma coisa a fazer? Não?

(*O senhor Deputado Estadual Fabiano da Luz acena negativamente com a cabeça.*)

Senhores Deputados, eu ouvi diligentemente cada uma de vossas excelências, ouvi a declaração das testemunhas, e agora eu vou me tomar a liberdade, com 2 Deputados amigos meus aqui dentro dessa CPI, para utilizar de exemplo ao ponto que eu quero chegar. Sei do máximo respeito e do zelo que o Deputado João Amin tem com a sua família. É um Deputado, senhor Douglas, que é filho de um Senador da República, talvez uma das mais eminentes figuras políticas da história do Estado de Santa Catarina. E ele nunca ocupou o cargo de Secretário-Geral do partido dele, e tem um histórico político dentro desse partido, militante e atuante.

Quero usar também o exemplo Deputado Cobalchini. Perguntei-lhe agora há pouco. Ele disse: "quantos anos por quê?" Eu não vou fazer a conta total no geral, porque a gente vai acabar revelando a idade do Deputado, mas desde 1984 ele está dentro do partido que ele pertence e também não ocupou esse cargo.

O que eu quero dizer como isso? Que quando o senhor disse: "Olha, eu, em uma das publicações que tinha sido convidado para ocupar esse cargo..." Por que eu usei o exemplo do Deputado João Amin? Porque isso é uma coisa que nem pai faz para filho, nem pai faz para filho, convidado de honra do partido, convidado pelo Governador para fazer, para integrar, dentro, como Secretário-Geral do partido.

Então, façam a conta, desde 1984, também não teve o privilégio, esse privilégio que o senhor alcançou em meses como filiado ao PSL. Então é uma coisa que nem com os mais de 30 anos você consegue e nem é um negócio que é feito de pai para filho, o que denota e fica clara uma evidente confiança e bem querência do Governador do Estado para com o senhor.

Vamos adiante, também por indicação e por confiança lhe foi entregue, no meu entendimento, dentro do Executivo, uma das cadeiras mais importantes dentro do Estado, sem demérito às demais, mas na verdade o Chefe da Casa Civil é o elo de ligações entre as Secretarias, entre o Executivo, entre o Legislativo, mais uma benesse também que, não vou dizer que é de pai para filho porque a gente não teve essa situação ainda, histórica, no Estado de ter um pai que fosse Governador e estendesse isso ao filho.

Não é o que causa estranheza, porque segundo a declaração do senhor, e o senhor confirma que deu ciência ao Governador no dia 16, ex-Secretário Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Dia 15.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Dia 15, um dia antes ainda. Do dia 15 até o dia 22, um homem que é de total confiança do Governador do Estado, do dia 15 até dia 22, isso são o quê? Seis dias, quase uma semana, onde praticamente isso lhe foi comunicado: "Olha, nós levamos aí um calote, nós pagamos algo que a gente não tem a menor possibilidade de afirmar que sim, que ele vai ser entregue ou que, no mínimo, eles existam."

E nesse meio tempo, e detalhe, respiradores, que são um objeto que na época era o objeto de desejo por todos os Governadores da Federação. Em todo o território nacional quem possuía um respirador tinha dinheiro na mão e era o objeto de desejo de todos os Governadores e de todos os Secretários de Saúde. Nesse meio tempo, do dia 16 até o dia 22, o Governador não entrou em contato com senhor ele falou assim: "Poxa vida, hein, meu Chefe da Casa Civil, oh meu Secretário, puxa vida, que calamidade, que catástrofe." Ele não...essa informação que eu quero confrontar dos 2 senhores. Em uma semana ele não esboçou, assim, ficou passivo: "Seja o que Deus quiser, não vou conversar nem com um nem com outro, eu vou ficar aqui assim esperando o que vai acontecer. Vamos ver, porque de repente pode ser que apareça."

Página 818. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

É inadmissível isso. Nem com o Secretário da Saúde, que é o responsável direto por isso, olha, era a preocupação de todo Secretário da Saúde, de todo Governador ter esse equipamento na mão, e o seu braço direito ali, o seu Chefe da Casa Civil, e durante 7 dias nem os senhores nem nada. Ele não falou assim, nem uma vez assim: "Venham aqui conversar comigo, vamos conversar. Olha, talvez essa ligação da Veigamed veio de dentro de um presídio, porque pode ser, porque, às vezes, eles ligam de dentro do presídio e dão um golpe nos outros." Não poderia ser, em nenhum momento ele falou isso pro senhor, nem pro senhor, nestes 7 dias, do dia 16 ao dia 22? Ou falasse assim: "Como vamos resolver esse problema dos respiradores?"

Esse é o meu...de confrontar, porque eu preciso da resposta dos senhores.

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito. Vou responder por mim, primeiro em relação ao partido, né, ao PSL. Na verdade, a gente tá falando aqui que de PP e MDB, os dois partidos mais tradicionais de Santa Catarina, Deputado João e Deputado Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu estou falando da construção de um elo de confiança entre o senhor e o Governador.

O SR. DOUGLAS BORBA – Mas eu posso justificar, senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. DOUGLAS BORBA – É, e também são partidos, além do histórico, com grande capilaridade e com grande de filiados. Então, de fato, escolher entre os seus filiados, é, posições para determinados cargos do partido é uma missão, de fato, muito mais complicada. Do que PSL, no momento em que eu fui convidado pelo Presidente Fábio e pelo Governador para assumir a Secretaria num, numa divergência interna que ele teve os seus Deputados, enfim, e que naquele momento foi constituído um novo momento, e, e, e, e aí colocaram meu nome ali, assim como colocaram o nome de outras pessoas, até sem a expressão política do naipe dos Deputados aqui, é, presentes.

É, contesto também a questão da benesse da Casa Civil, acho que foi a maior bucha que eu já tive na minha vida, e isso se comprova agora, nesse momento infernal que venho passando por não ter cometido absolutamente nada. E reitero, é, ao senhor que, é, eu fiquei sabendo, é, da aquisição desses respiradores e da não entrega e do pagamento adiantado, enfim, aí o Helton detalhou pra gente é o que acontecera no processo, é, da Veigamed no dia 22 de abril. Eu não tinha conhecimento que o Secretário Helton já tinha tido esse contato com o Governador, e não estive nesse encontro. O Helton pode confirmar, enfim, mas não estive nesse encontro.

Agora, o que foi feito entre o dia 15 e o dia 22, aí eu acho que o Secretário Helton pode...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Quer dizer que o Governador não falou com o senhor sobre o assunto respirador no dia 15...

O SR. DOUGLAS BORBA - Mais uma, mais uma vez eu vou dizer, Deputado, que as questões durante a pandemia elas saíram da, é, da, da, saíram da habitualidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

O SR. DOUGLAS BORBA – Saíram da habitualidade, e inclusive do contato existente entre eu e o Governador. Então esse foi o momento em que o Secretário Helton provocou essa reunião e disse: "Olha, nós temos um problema pra resolver." E na rua, ali, na presença minha, do Governador e do Chefe de Gabinete do Governador, os problemas, e a partir dali foi uma correria pra gente tentar, primeiro, viabilizar novos ventiladores, na manhã do dia seguinte a gente já foi na WEG, conversar com os representantes da WEG, enfim, e uma correria também, é, de, é, pedido pelo Governador e pelo Secretário Helton, de buscar as informações pra gente desvendar e o que tinha acontecido junto às autoridades responsáveis, enfim.

Página 819. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3556
Rubrica

Então, a partir do dia 22 para frente, eu sei todas as medidas que foram tomadas, inclusive por mim, enquanto Chefe da Casa Civil, que também tomei algumas medidas que já narrei aqui no meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Satisfeito.

Ex-Secretário Helton, então do dia 16 até o dia 22 o Governador não tocou nesse assunto como o senhor? Assim, não abordou de forma alguma?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, eu não posso responder pelo Governador. Na verdade, eu passei a informação pra ele a respeito do que tinha acontecido na PGE e aí quero crer que ele deva, é, ter entendido que a orientação da PGE era adequada, mas eu não posso responder por ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, mas não houve assim: "Oh, meu Secretário!"

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Senhor Presidente, 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Fique à vontade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu, cada um responde pelo que faz, da experiência que eu tenho. O Governador precisa saber, imediatamente, de situações como essa. Não pode esperar 15 dias, nem 2 dias, nem 2 horas, suspenda tudo que estiver fazendo e comunica ao Governador, porque a partir daí, certamente, que vai se deflagrar um processo. Porque eu não consigo acreditar um negócio desses, porque eu vou dizer, eu conheço alguns que foram Governadores, que se tivesse acontecido isso nos seus governos, avisar 15 dias depois do fato, imediatamente o Governador iria exonerar esse Secretário.

Não estou falando da situação específica, mas não tem, muito difícil uma situação como essa e uma falta de comunicação interna. Isso é uma deslealdade, se isso é verdadeiro, é uma deslealdade com aqueles aos quais nós estamos servindo, que tem que ter a informação.

Eu queria fazer essa observação, e se o Governador ouviu isso no dia 16, tardiamente, é verdade. Mas, se no mesmo dia não tomou nenhuma providência, também é muito estranho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores, também para conhecimento de todos, 2 documentações aqui que foram entregues para mim e que é pertinente que eu leve ao conhecimento de todos. Foi o entregue do pedido de *habeas corpus* da senhora Márcia.

Quero também salientar aos senhores que no artigo 43, lá parágrafo 3° da Constituição do Estado de Santa Catarina, que diz que as Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes de investigação próprios de autoridades judiciais. A maior autoridade dentro dessa Casa, senhores, é o cidadão catarinense, aqui representado pelos Deputados, concluindo-se dessa forma que a maior autoridade dentro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina é a figura do Deputado, legitimado pelo escrutínio dos votos, ou seja, pela vontade única do cidadão.

A CPI tem, sim, amplitude e abrangência de uma instrução judicial como qualquer outra, mas com algumas diferenças. Eu vou elencar as diferenças aqui: o amplo acesso e a possibilidade de leitura dos autos, coisas que em outros foros, não acontece. O livre acesso das testemunhas e seus advogados, como nós podemos observar aqui durante todo o período. Vem, chama pelo ombro, pega pela mão, pode conversar, estendidos todos esses direitos aqui. Inclusive pela defesa da Seção de Santa Catarina da Ordem dos Advogados do Brasil nos foi também enviado um requerimento para que pudessem acompanhar as atividades da Comissão Parlamentar, dois representantes da OAB, sendo ele o seu Thiago Souza de Albuquerque e o seu doutor Eduardo Goeldner Capella. Pergunto se um dos dois se encontra nessa sala? O que

Página 820. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

dá maior amplitude ainda e maior liberdade e segurança aos trabalhos dos advogados nesta sala.

Tudo isso é a confirmação da transparência e da forma muito mais do que democrática que esta Comissão trabalha e que ela conduz os seus trabalhos. Isso é importante, porque o cidadão catarinense tem ideia da forma como estão sendo conduzidos os trabalhos dessa CPI por todos aqueles que aqui estão presentes. Quero agradecer a cada uma das testemunhas que foram chamadas hoje aqui, vou estender um prazo de 5 minutos para cada uma das testemunhas, para que elas possam fazer suas considerações finais.

E, obviamente, seguindo o cavalheirismo, primeiro a senhora, dona Márcia, e posteriormente os outros dois senhores serão também serão beneficiados com esse benefício, algo que possa contribuir ainda mais para esta Comissão Parlamentar.

A senhora tem cinco minutos.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu gostaria de lamentar a experiência que tive, sobretudo do dia 12 de março até o dia da minha exoneração, 24 de abril, a desconstrução de uma organização interna de trabalho proposta. Gostaria de ressaltar, quando o Deputado Kennedy mencionou atrás, ali, se os Superintendentes eram convocados ou não, se estava na Portaria ou não. Numa oportunidade, numa única oportunidade em que eu estava em reunião na SGA, naquele dia eu recebi ligação, ou áudio, do então Secretário de Estado e ele disse: "Onze horas, ou meio dia, teremos uma reunião. Então, aguardaremos até seu expediente aqui." Os nossos expedientes foram transferidos para a Defesa Civil. Então, sim, nós estávamos todos convocados, é, inclusive ouvíamos, é, não tão formais expressões do então Secretário de Estado, dizendo que os Superintendentes que não estavam ali já estavam com os seus avisos prévios, fazendo referência àqueles colegas que ali não estavam. Abre aspas "fulano já está de aviso prévio" fecha aspas. Isso a gente ouvia também, porque não estava dando o expediente ali.

(*O senhor Douglas Borba fala com seus advogados.*)

Assumiu formalmente dia 3 de fevereiro, em portaria publicada em Diário Oficial. Fui exonerada dia 24 de abril do cargo, e lhes digo que, rapidamente, muito rapidamente, nós já temos o sentimento de lamentar a gestão em que eu fui diretamente subordinada.

Boa noite a todos.

(*O Presidente, Deputado Sargento Lima, se ausenta por um breve momento do recinto.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Secretário Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, eu só gostaria de reforçar então que nós temos, na noite de hoje nós escutamos muitas informações, informações que esclarecem um pouco mais do que aconteceu na compra desses respiradores. Mas volto afirmar para todos aqueles que nos ouvem, para os senhores Deputados que aqui estão, que todo este processo, ele não teria tomado a dimensão que tomou caso nós não tivéssemos, é, tido a materialidade de uma certificação, nas duas notas fiscais, por parte da servidora Márcia, que obviamente desencadeou o processo de pagamento na Secretaria.

Então, é aqui que está, é, o foco disso, é aqui que nós devemos, é, entender e, obviamente, as explicações, elas devem partir deste processo, porque é aqui que nós temos o atestado ou a certificação de algo que não chegou. Então, é só pra deixar claro pra todos que, é, a caneta, enfim, ou coisa que o valha que deu origem a esse processo de pagamento, ele surge a partir do momento que eu tenho certificação em nota fiscal.

Muito obrigado a todos e boa noite.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA – Muito obrigado, Deputado-Relator Ivan Naatz, eu quero agradecer a essa CPI, é, mais uma vez manifestar meu profundo respeito à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com quem tive a oportunidade de conviver, enquanto

Página 821. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3557
Kátia

Secretário de Estado, durante 1 ano e 4 meses e 10 dias. É, esse respeito que tenho ao trabalho da CPI, que a gente vê aqui que consegue, de fato, aprofundar ainda mais aquilo tudo que vem sendo investigado pelas autoridades competentes, e isso é importante para esclarecimento de todos os fatos que permeiam essa compra.

Então, parabenizar a condução do Presidente Lima, parabenizar a condução, é, de todos os Deputados, do Relator e todos que compõem a Comissão. É, de igual forma, manifestar o meu profundo respeito, profundo respeito às instituições do Estado de Santa Catarina, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e também ao Poder Executivo do Estado.

Enquanto a minha passagem pela Secretaria da Casa Civil, tentei ao máximo aproximar essas instituições, é tratar como bem, bem, sempre, sempre falei, problemas de Estado, conversando com todas as instituições, e esse respeito às instituições fazem com que, é, eu encare hoje a condição que estou, detido, é, preventivamente, como um instrumento que a Legislação, de fato, prevê; e como advogado, eu tenho que encarar isso de maneira firme, forte, porque eu sei que é uma prerrogativa legal e que, se o Ministério Público pediu e o Poder Judiciário acatou, é pra melhor solucionar todo esse problema que vem acontecendo.

E eu tenho muita esperança, muita fé, ainda mais depois de hoje, tantos esclarecimentos tragos aqui, que esse processo ao qual eu fui envolvido injustamente, restará comprovado que, é, não teve qualquer participação ou qualquer mando do então Chefe da Casa Civil do Estado de Santa Catarina, Douglas Borba.

É importante dizer, é, ainda que as investigações estão avançadas lá no âmbito policial, no âmbito do Ministério Público e, pelo que tudo indica e por tudo que a gente tem lido, não é, e os senhores também, e até pelo que eu tive notícia que foi falado na imprensa e, e, e da própria coletiva de imprensa, é, da Força Tarefa, não há indícios de corrupção, não há indícios de que, é, alguém do Poder Público ganhou alguma coisa nesse negócio.

Só reforça que o que houve foi, de fato, um processo desastroso na Secretaria da Saúde, que começou errado e, como tudo que começa errado, termina errado. E as dezesseis pessoas comentadas aqui pela Secretária, pela Superintendente Márcia e também pelo Secretário Helton, que atuaram nesse processo, todas elas já foram ouvidas, ou pela CPI ou pela Força Tarefa, e nenhuma das dezesseis pessoas diz que o Douglas participou em qualquer momento, a maioria delas, inclusive, nem sabem quem é Douglas.

É impossível, senhores, que o Douglas tenha exercido qualquer influência na compra desses respiradores e que as dezesseis pessoas que participaram desse processo venham aqui dizer que não conhecem, que o Douglas nunca ligou para pedir pagamento, como a gente já ouviu no depoimento do José Florêncio, que o Douglas nunca ligou no setor financeiro para pedir agilidade, que, enfim, não existe.

Assim como todos os servidores da Defesa Civil em, e até mesmo o próprio Secretário da Defesa Civil esteve aqui, e há inclusive o processo administrativo onde o Secretário da Defesa Civil coloca isso por escrito, dizendo que o Douglas não teve participação nenhuma no processo de contratação do Hospital de Campanha. Todos os servidores da Defesa Civil que passaram aqui também afirmaram isso, categoricamente, quando perguntado pelos senhores. Então, senhores, eu reafirmo que eu não outorguei procuração pra ninguém falar em meu nome, seja em processo de Hospital de Campanha muito menos em processo de aquisição de respiradores.

Para finalizar, senhor Presidente, eu digo que não se pode terceirizar responsabilidades, já usei essa frase aqui na terça-feira passada e volto a repetir, porque a responsabilidade, de fato, ela tem que ser apurada, e ainda há uma discussão de onde está, efetivamente, a responsabilidade. O Deputado Sopelsa, com toda sua sabedoria, disse: "Quem apertou o botão? Isso ainda não está esclarecido."

Página 822. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Eu só tenho uma certeza, não fui eu. Assim como não fui eu que participei de cada um dos outros 16 atos desse processo desastroso de compra do governo do Estado.

Eu nunca considerei, Superintendente Márcia, Secretário Helton, que vocês quiseram errar. Eu mandei uma mensagem para a servidora Márcia no dia 27 de abril me solidarizando com o momento que ela teve de afastamento das suas funções, porque eu entendia que não era justo a maneira como estava acontecendo ali, só ela diante de um processo tão desastroso. Entendia, sim, que havia erros, mas que era injusto.

Numa vídeochamada no dia 29, eu, o Secretário Helton, o Governador Moisés, o PGE Alisson, fizemos uma vídeochamada para o Governador naquele momento, o Governador pediu que eu e o Alisson participássemos, pro Helton, pro Governador acatar o pedido de exoneração do Helton. Nós choramos na *live*, eu chorei, me sensibilizado com o momento que o Secretário Helton era mais um membro da nossa família, da grande família governo Moisés, das 53 estruturas que tentavam, ao máximo, umas ajudar as outras, e a gente sempre lamenta quando um Secretário lamentava, quando um Secretário saía desse governo.

Vocês nunca quiseram errar, a Saúde nunca quis errar. Na minha opinião, digo, não houve má-fé. Entretanto, senhores, eu estou preso hoje, preventivamente, por algo que, de fato, eu não fiz, não conhecia e não participei. Eu tô preso por depoimentos confusos e contraditórios, versões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Para a conclusão.

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito. Versões que se alternavam. Mas, de fato, senhores, ainda há tempo de se fazer justiça; comigo, pelo menos. Quando forem dormir, na noite de hoje, lembrem onde estou e o que motivou eu estar lá. Amanhã eu posso sair, amanhã pode ser feita justiça. Eu só dependo de vocês. Que essas versões deixem de ter dualidade e que sigam o caminho da verdade.

Eu não sei se eu devo alimentar essa esperança, afinal de contas o julgamento final não é aqui, o julgamento final é divino, nada que a CPI concluir, que o Ministério Público concluir, que o Poder Judiciário concluir vai mudar o julgamento divino.

Obrigado a todos, boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado às testemunhas, aos senhores defensores. Eu peço à assessoria que os conduzam. Tenham uma boa-noite de descanso.

(*Os depoentes, acompanhados de seus respectivos advogados, deixam o recinto.*)

Consulto os senhores Deputados, que diante de vários depoimentos aqui possam ter apresentado novos nomes, ainda acolho, para essa reunião ainda, algum possível requerimento, mesmo que de forma verbal.

(*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Senhor Presidente, quais são os próximos depoimentos, é na próxima terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Na próxima terça-feira.

Então, concluo a reunião de hoje convocando uma próxima reunião para terça-feira, próxima terça, às 17h... às 16h, porque houve mudança.

Muito obrigado a todos. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI

Página 823. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3558
Rubrica

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2020, ÀS 17H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito boa-tarde a todas, boa tarde a todos, a todos aqueles que nos acompanham pela TVAL, que nos ouvem pela Rádio Digital Alesc e àqueles que nos acompanham também pelas suas mídias digitais.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 8ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 011-DL, de 2020. Estão presentes nesta reunião o Deputado Sargento Lima, Presidente; o Deputado Valdir Cobalchini, Vice-Presidente; o Deputado Ivan Naatz, Relator; o Deputado Fabiano da Luz; o Deputado Felipe Estevão; o Deputado João Amin; o Deputado Kennedy Nunes; o Deputado Milton Hobus; e o Deputado Moacir Sopelsa.

Consulto vossas excelências, Deputado Moacir Sopelsa e Deputado Felipe Estevão, sobre a qualidade do áudio aí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Tudo bem, está o.k.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Tudo perfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Inicialmente, coloco em discussão e votação as atas das 6ª e 7ª Reuniões ordinárias encaminhadas aos senhores Deputados por meio do aplicativo de mensagens e também por *e-mail*.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem as queira discutir, em votação.

Aprovadas as atas das 6ª e da 7ª Reuniões.

Senhores Deputados, recebemos o Ofício nº 565, da Casa Civil, solicitando o encaminhamento do cronograma dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito contendo dia e hora estabelecidos para a oitiva das eventuais testemunhas que sejam Secretários de Estado e servidores públicos estaduais, bem como seja oportunizada preferencialmente a oitiva telepresencial, em razão das medidas de enfrentamento à Covid-19.

Vou solicitar ao senhor Deputado Ivan Naatz, Relator, que informe a assessoria qual o cronograma dos trabalhos nas próximas semanas para que se possa responder, se tem o cronograma disponível.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Boa tarde, senhores Deputados, e a quem nos acompanha.

Bom, nós preparamos um cronograma de trabalho da seguinte forma: nessa... nós temos três requerimentos aqui extrapauta que a gente pode discutir já. Eu gostaria de discutir

Página 824. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

em conjunto os requerimentos de ouvida de pessoas. Se o senhor tivesse os requerimentos ou quisesse me autorizar a discutir em conjunto para a gente construir a pauta dos extraordinários... (*Dirige-se ao senhor Presidente da CPI.*)

Bom, nós temos aqui um requerimento, senhores Deputados, de diligência à força-tarefa para informar quanto foi recuperado dos valores e se esses valores estão à disposição do erário catarinense. Por quê? Porque eu tenho lido, tenho ouvido que o Estado já recuperou quase R$ 13 milhões, que a Operação já recuperou, mas, na verdade, a informação que eu tenho é que os 11 milhões bloqueados numa conta de uma empresa de São Paulo, cujo sócio era sócio de um sócio de uma empresa... esses 11 milhões não foram encontrados na conta da Veigamed, foram encontrados numa conta de uma terceira empresa, esses valores estariam *sub judice,* e essa empresa estaria contestando esses valores.

Portanto, a informação de que o governo recuperou R$ 11 milhões precisa ser confirmada pela CPI, porque se esses valores estiverem *sub judice* e a empresa lá na frente provar que eles não têm relação nenhuma com a investigação da Veigamed, serão devolvidos, e, aí, a informação pode ser equivocada.

Então, é o primeiro requerimento que apresento a vossas excelências para aprovação, para saber efetivamente como está essa questão dos bloqueios, se estão *sub judice* ou se já entraram na conta.

Eu preparei aqui para dia o 23/6, às 17 h, a reinquirição do Leandro Adriano de Barros e do Luiz Felipe Ferreira. O Leandro de Barros foi uma das primeiras pessoas que a gente ouviu aqui, o advogado que está preso. Quem acompanhou aquele depoimento sabe que de lá pra cá muita coisa precisa ser clareada. Ele, ele... na verdade... desculpa... Então, o Leandro falou aqui que não conhecia o Douglas, etc., etc., uma série de acusações que depois ficaram corroboradas, inclusive, está preso por ordem dessas alegações. E o Luiz Felipe Ferreira, a entrevista que ele deu hoje ao Upiara, hoje ou ontem, né, exige que ele volte aqui para conversar conosco.

Então, apresento a vossas excelências esses dois requerimentos, um de reinquirição do Leandro de Barros e do Luiz Felipe Ferreira para o dia 23/6, presencial.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Prossiga.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu vi esse ofício da Casa Civil e... é claro que os depoimentos aqui são todos públicos, né, os que nós vamos tomar, mas eu queria que vossa excelência pedisse para a Procuradoria da Casa ver até que ponto que nós temos que atender esse ofício mediante uma coisa... porque ali no ofício diz que quer saber quem são os depoentes, sejam funcionários ou cargos comissionados, e dar a possibilidade de ser feita a ouvida, a oitiva de forma não presencial. Eu não gosto disso, sabe? Eu acho que nós precisamos ter uma certa independência por conta que nós não somos ligados ao Executivo, nós estamos investigando o Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, Deputado, mas primeiro vamos colocar em votação os requerimentos ali...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ah, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ... inclusive, esse requerimento de vossa excelência aqui que, pelo fato de ser extrapauta, eu vou colocar para votar por último, tá, tendo em vista os seguintes ali... assim, para seguir a sequência.

Também recebemos uma petição...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que foi questionado com relação ao cronograma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É...

Página 825. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3559
Assembleia Legislativa

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, assim, o que acontece: eu tenho um cronograma de testemunhas que ainda estavam pendentes, que são (*ininteligível*) para ouvida na quinta-feira e na próxima terça-feira. Daí, na quinta-feira que vem, nós não teríamos reunião da Comissão, para todos os Deputados... para gente poder fazer uma reunião de avaliação de resposta de ofícios, de documentos que chegaram à CPI e de resposta a requerimentos que os Deputados apresentaram. Na próxima quinta-feira, não nessa agora, na outra, em vez da ouvida de testemunhas, senhor Presidente, a gente fazer uma reunião de trabalho para avaliar a resposta de ofícios.

Essa é a sugestão de pauta que eu tenho até a próxima quinta-feira. Depois, eu tenho outro tema para discutir, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito bem.

Comunico aos senhores também que recebemos uma petição enviada pelos procuradores do senhor Fábio Deambrosio Guasti, convocado para depor na data de hoje, expondo o seu direito de silêncio e solicitando o não comparecimento à oitiva desta Comissão.

Damos também conhecimento aos senhores do despacho/decisão proferida pelo juízo da Câmara Criminal da Região...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Presidente...

Sobre o primeiro item da discussão, sobre o ofício do senhor Fábio... a petição, né?...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Do Guasti.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Isso. Eu teria um apontamento a fazer, com a ajuda, obviamente, do procurador (*refere-se ao procurador da Assembleia Legislativa*).

Primeiro uma boa noite a todos, ao Sopelsa também que nos acompanha e ao público que nos assiste.

Eu não sou formado em Direito, mas o procurador tem conhecimento maior que o meu. Eu acredito que a assessoria jurídica do senhor Fábio Guasti, que eu sempre chamo de Gausti, mas é Guasti, usou de uma ferramenta que é da sua defesa muito inteligente por sinal. Diferentemente da senhora Márcia, que não gostaria de frequentar aqui a acareação, ela não teve sucesso e o senhor teve sucesso, né, principalmente na decisão aqui do Tribunal de Justiça. Mas o Tribunal de Justiça, na sua decisão - o procurador pode me corrigir se eu estiver errado - ele falou que não viria porque se viesse, permaneceria em silêncio.

Eu acredito que a CPI pode forçar o cidadão a vir aqui e ficar falando que vai responder todas as perguntas ou ficar em silêncio. A gente pode ficar aqui uma hora o questionando, e ele vai falar: tenho o direito de permanece calado, tenho o direito de permanecer calado.

Se puder dar um microfone para o procurador... eu acredito que essa discussão é importante porque eu não... só para finalizar, e aí o procurador pode nos ajudar, eu sei que é um custo, eu sei que é uma logística, uma infraestrutura necessária, mas se a CPI tiver a oportunidade de chamar o cidadão aqui, e em todos os questionamentos dos nove ele falar: tenho o direito de permanecer calado, não vou... Tudo bem. Mas a gente trazer, se possível, esse cidadão aqui.

(*O senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone: "Ele está preso onde?"*)

Tá. Ele tá preso aqui.

O SR. MÁRCIO DE SOUSA ROSA – Pra colaborar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Senhor.

Página 826. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ... foi procedida uma consulta à Procuradoria Jurídica da Casa que se manifestou que, sim. Ele... e também, né, damos conhecimento também aos senhores do despacho proferido pela Juíza da Vara Criminal da Região Metropolitana da Comarca de Florianópolis, no tocante a não obrigatoriedade do comparecimento do senhor Fábio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – É isso mesmo, procurador? Não tem como a CPI ter essa pessoa aqui para... nem que ela queira ficar em silêncio?

O SR. MÁRCIO DE SOUSA ROSA – São casos diferentes, senhor Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá.

O SR. MÁRCIO DE SOUSA ROSA – Tendo em vista que ele está indiciado e pela mesma razão se encontra preso, ele não pode vir pra produzir prova contra ele, então ele tem esse direito. O Juiz, na sua sentença, inclusive a do Borba, vocês vão observar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor tem que permanecer com o microfone parado.

O SR. MÁRCIO DE SOUSA ROSA – ...se vocês observarem a do Borba, ele diz... ele dá a opor...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O Borba quis vir, né?

O SR. MÁRCIO DE SOUSA ROSA – Ele quis vir, porque ele também estava indiciado. Se fosse uma testemunha comum, aí, sim, nós podíamos usar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então nós não temos realmente a prerro...

O SR. MÁRCIO DE SOUSA ROSA – Não, em casos específicos, nesses casos, né? Uma testemunha, por exemplo, a Márcia Pauli (*ininteligível*)...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – (*Ininteligível.*)

O SR. MÁRCIO DE SOUSA ROSA – ... porque ela também não estava indiciada, ela era meramente uma testemunha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então tá bom. Obrigado.

O SR.PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mais algum Deputado quer discutir a correspondência que recebemos aqui?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só aquela da Casa Civil, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, chegaremos lá.

Por último, recebemos também do senhor Leandro Adriano de Barros esclarecimentos acerca dos 30 mil referentes à eventual comissão, os quais serão juntados. E foi-nos entregue aqui... da declaração de que... ele... os 30 mil não entraram na conta dele. Tem a cópia ali, inclusive dos depósitos bancários. Essa correspondência que foi recebida pela Comissão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Ele está cobrando os 30 mil da CPI?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – (*Ri.*) É o que faltava.

Bom, retornando ao primeiro, ao ofício, justamente esse... esse encaminhamento da Casa Civil, obviamente é para realmente forçar que se faça um cronograma. O cronograma já está pronto, já foi feito pelo Relator, né, e tão logo se faça necessário ser chamado ali, obviamente a gente vai seguir o rito, aquele que é o da Casa mesmo, tá? É... no meu entendimento não existe um porquê de tratar de forma especial e explicar, mesmo que seja um pedido ali mesmo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k. Mas eu gostaria que nós não aceitássemos o pedido que ele faz para que seja preferencialmente por vídeo o

Página 827. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3560

depoimento desses funcionários públicos e Secretários, que seja por vídeo e não sentados aqui. Eles não têm por que fazer por vídeo. Nós tivemos até agora só um por vídeo que estava lá em São Paulo e que, na verdade, veio aqui, estava aqui em Floripa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tava na rua Rio Branco, aqui em Florianópolis. Deu um "migué".

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso.

Então, nós não podemos aceitar. Eles têm que vir aqui e nos enfrentar. Esse negócio de ficar por vídeo... eu não concordo, sabe? Tem que sentar aqui nessa cadeira e enfrentar a CPI.

Por isso, que eu gostaria, senhor Presidente, que nós pudéssemos enviar o cronograma, mas colocar que, preferencialmente, é físico aqui, com a presença aqui. É esse o meu pedido, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Existe a concordância de todos?

(*Os senhores Deputados-membros aquiescem.*)

Estamos de acordo.

Dando prosseguimento à pauta, nós temos três requerimentos, todos de autoria do Deputado Ivan Naatz, solicitando diligências à Secretária de Estado de Administração, à Secretaria de Estado da Saúde e à Controladoria-Geral do Estado de Santa Catarina quanto ao compartilhamento de informações e cópias de documentos referentes à sindicância, que foi dito que foi aberta, do Processo Administrativo Disciplinar, o PAD, e à tomada de contas especial relacionada à Dispensa de Licitação nº 754/2020, que resultou na contratação da Veigamed.

Os requerimentos do Deputado Ivan Naatz se encontram aqui. O senhor quer discuti-los de forma individual também, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então, coloco os três em votação, se houver a concordância de todos.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem os queira discutir, em votação.

Aprovados.

Agora, sim, os requerimentos que foram discutidos já e apresentados pelo autor, o Deputado Ivan Naatz, que fazem menção à convocação do Leandro Adriano de Barros e do Luiz Felipe Ferreira, e também aos questionamentos relacionados ao valor reavido pela força-tarefa, quanto desse valor está consolidado para a devolução ao erário e quanto desse valor está *sub judice*.

Pergunto aos Deputados se existe algum problema em colocar em votação esses pedidos extrapauta.

(*O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aprovados.

Senhores Deputados, também temos aqui uma resposta... aliás, não é uma resposta, é uma manifestação também da PGE em relação ao requerimento que foi aprovado na última reunião quanto à convocação do Governador Carlos Moisés para esta CPI. Mesmo antes de ser emitido o convite, a PGE já se manifestou.

Eu gostaria de ler a manifestação da PGE:

(*Passa a ler.*)

"(...)

Página 828. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Ante o exposto, coloco esta Procuradoria-Geral do Estado à disposição de Vossa Excelência para dar encaminhamento a quaisquer solicitações de informação e/ou de esclarecimentos dirigidos ao Senhor Governador do Estado, que, em observância às prerrogativas próprias do cargo, serão prestadas por escrito.

(...)

(a) Alisson de Bom de Souza

Procurador-Geral do Estado." (*Cópia fiel.*)

Algum Deputado deseja discutir a correspondência da PGE?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz, vossa excelência está com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhores Deputados que nos acompanham em casa, imprensa, especialmente, eu queria resgatar só o que a Comissão aprovou: a Comissão aprovou a convocação para a ouvida de sua excelência o Governador do Estado. Aprovou. Em seguida, o Relator expediu consulta à Procuradoria da Assembleia para que ela respondesse à Comissão como isso se procede, quais garantias, os direitos que são conferidos ao Governador do Estado. O que fez o governo? Colocou os pés pelas mãos, como fez na compra dos respiradores, não esperou especificamente a chegada de nenhum documento, porque documento algum foi expedido à sua excelência, e se adiantou em dizer que não vem à CPI.

Quero registrar que nenhum membro da CPI determinou a vinda do Governador do Estado a esta CPI. O que a CPI aprovou foi o desejo de ouvir o Governador. Foi só isso. Agora, a Procuradoria expediu um documento dizendo que o Governador tem as suas prerrogativas.

A sugestão da relatoria: nós vamos informar sua excelência, o Governador, que a CPI deseja ouvi-lo, que a Procuradoria da Assembleia expediu um parecer lhe dando as garantias que são inerentes ao cargo e anotadas nesse parecer, e vamos perguntar como ele gostaria de responder à CPI. Ele, então, diante desse documento formal, formalizado, vai ter a oportunidade de responder à CPI, formalmente. E, aí, se ele disser que quer responder por escrito, se ele disser que pretende vir... ele já disse que quer responder por escrito, mas se antecipou, né? Se ele manter a decisão de que quer responder por escrito ou vir conversar conosco... porque ele não deve conversar com a gente, deve conversar com Santa Catarina, é o que eu acredito, que deve explicações a Santa Catarina, não aos Deputados (*ininteligível*).

Aí, diante da resposta dele, nós vamos criar aqui os mecanismos de fazer o questionamento. Se for por escrito e vossas excelências tiverem perguntas, apresentarão essas perguntas à presidência, nós formaremos um único documento e encaminharemos a sua excelência para que ele responda por escrito, se esse for o desejo dele. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

Esse é o procedimento que eu sugiro a vossa excelência, para a gente não ultrapassar nenhuma fase do processo, embora a gente já saiba que o Governador tenha comunicado que deseja responder por escrito. Mas ele, especificamente, não recebeu nenhum documento da CPI.

Então nós emitiríamos esse documento para ele e ele, então, nos responderia, e nós atenderíamos o desejo dele remetendo as perguntas que vossas excelências desejarem fazer por escrito.

Essa é a sugestão...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Senhor Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vou repetir que é sugestão que dou a vossa excelência, mas estou aberto à discussão.

Página 829. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3561
Rubrica

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Cobalchini.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu concordo com a sugestão, mas eu gostaria de complementar.

Eu tive o cuidado de ler ata da reunião em que foi apresentado o requerimento, e na própria ata não consta [o termo] convocação. Não existe esse termo. Existe a oitiva do Governador, e a oitiva pode se dar por videoconferência, por escrito, mas a CPI não aprovou o termo convocação. Pode ser um convite, pode ser de forma espontânea. A CPI quer ouvir, apenas isso. Só pra fazer... eu acho que merece que a gente faça não esta correção, mas esta devida explicação para que não se deturpe aquilo que não aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Solicito então à nossa assessoria que encaminhe esse convite, nesses moldes, ao Governador; que seja formalizado esse convite.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, mandar o parecer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O parecer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Governador responde oficialmente como pretende atender o requerimento e nós, então, nos reunimos para formalizar, de acordo com a resposta que ele nos der.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Até porque ele teve conhecimento disso ou assistindo a gente aqui, ao vivo, ou em alguma *live*.

Deputado Milton Hobus? Deputado João? (*Pausa.*)

Então fica esse encaminhamento à nossa assessoria.

Senhores Deputados, também estava prevista para a tarde de hoje a oitiva do senhor Pedro Nascimento de Araújo, o CEO da Veigamed, no entanto o mesmo não foi localizado, encontra-se foragido, em destino incerto e não sabido.

Então solicito à assessoria da Casa que conduza a este espaço a primeira testemunha a ser ouvida hoje, o senhor José Florêncio da Rocha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pela ordem, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nós vamos sobrestar a ouvida desse senhor. Se ele for recolhido, preso, até o fim dos trabalhos da CPI, a gente então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mantém...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A gente mantém sobrestado até a prisão dele ou até que a gente tenha que apresentar o relatório com a ausência dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A assessoria pode trazer o José Florêncio da Rocha. (*Pausa.*)

(*O depoente José Florêncio da Rocha adentra o recinto acompanhado de seu advogado e senta-se no local indicado pela assessoria.*)

Muito boa-tarde, senhor José Florêncio da Rocha.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Isso. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Seja bem-vindo.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor José Florêncio, o senhor sabe por que foi convidado a fazer parte, hoje, aqui desta reunião?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Com certeza.

Página 830. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão acerca dos fatos que lhe forem perguntados, sob pena de incorrer sob o crime de falso testemunho?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor pode falar um pouco mais próximo do microfone e até...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Opa. Desculpe. Posso puxar pra cá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Aproxime ele do senhor.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor José Florêncio, também quero lembrar o senhor que, na condição de testemunha compromissada, ainda detém o direito ao silêncio, mas cada vez que o senhor não quiser fazer uso da palavra, o senhor tem que comunicar: prefiro permanecer calado.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Até porque o silêncio não é indicativo de resposta.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para que os nossos taquígrafos possam fazer o registro, peço ao senhor que fale o seu nome completo, a sua idade ou data de nascimento, a sua profissão, o local de trabalho e residência.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Bom, meu nome é José Florêncio da Rocha; é... eu moro na ave... na Rua Florêncio Rocha, 295; é... sou casado; tenho 59 anos e hoje eu estou Coordenador do Fundo Estadual de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor José Florêncio, o senhor está acompanhado de advogado?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor tem um microfone aí ao lado, doutor (*dirige-se ao advogado*), e pode fazer uso dele. E eu gostaria que o senhor, também para registro dos nossos taquígrafos – pode baixar a máscara –, falasse o nome completo do senhor, o número da OAB e a UF da Ordem do senhor.

O SR. THIAGO CAMARGO D'IVANENKO — Boa noite a todos. Meu nome é Thiago Camargo D'Ivanenko, sou advogado aqui de Santa Catarina, OAB nº 20.271.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, doutor.

Deputado Ivan Naatz, Relator, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor José Florêncio, boa tarde. Boa tarde, doutor.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Boa tarde

O SR. THIAGO CAMARGO D'IVANENKO — Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Início de noite já, né?

Seu José Florêncio, o senhor é servidor de carreira?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Servidor de carreira da Secretaria Estadual da Fazenda.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Há quanto tempo?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Eu estou na Fazenda... eu estou no Estado há... desde 82.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o senhor gerencia o Fundo Estadual de Saúde há quanto tempo?

Página 831. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3562
Rubrica

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Eu coordeno o Fundo Estadual de Saúde no início de 2019, acho que fevereiro ou março, por aí. Acho que em fevereiro eu entrei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O que faz o Fundo Estadual de Saúde?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Na verdade, a função hoje do Fundo Estadual de Saúde é ter um equilíbrio financeiro da Secretaria de Estado da Saúde, entre a sua receita e a sua despesa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor coordena o caixa?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Eu não coordeno o caixa. Nós temos as nossas Gerências, que também têm autonomia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, entendi. Eu quero saber: o senhor coordena o caixa então?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Eu sou o coordenador do Fundo Estadual da Saúde, que cuida da parte orçamentária e financeira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Certo.

Nessa condição que o senhor está, quantas pessoas estão subordinadas ao senhor? Quantas Gerências?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Eu tenho três Gerências.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Hum, hum.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — A Gerência Financeira, a Gerência Orçamentária e a Gerência de Contabilidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Dessas Gerências que o senhor coordena, quantas delas participaram da compra dos respiradores?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — A... a...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Objeto desta CPI?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — É, nós tivemos em duas... em duas etapas, tá? Aqui nós te mos... são processos diferentes. Nós temos o processo de aquisição e o processo de pagamento. São processos diferentes. No processo de aquisição, nós temos a Gerência de Orçamento, que participou é... com... depois eu explico pra vocês o que que ela... que parte que ela participou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor pode explicar.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Ela participou no, no, no empenhamento. Quando é que a gente recebe o empenhamento, pra fazer o empenhamento? A gente recebe o processo de aquisição vindo da DLIC e pedindo um empenhamento. É... eu faço a classificação orçamen... a classificação da Fonte, digo, é... verifico qual a Fonte que é... cabe melhor praquela despesa, classifico a Fonte, encaminho esse processo lá pra Gerência de Planejamento, que não faz parte da minha coordenação, e a Gerência de Planejamento, então, ela faz a classificação orçamentária. E depois da classificação orçamentária... a classificação orçamentária nada mais é do que, do que a rubrica: se é material de consumo é uma rubrica, se é permanente, se é obra e, assim, se... consequentemente, tá? Aí encaminha pra Gerência de Orçamento pra fazer o empenho.

A gente só recebe o processo, a gente só tem participação no processo depois que tem a homologação. Homologa-se... Então todo o processo lá para trás ele não passa pela Cofes, ele vai... ele se... tramita entre si, na homologação, quando já se tem uma empresa contratada, ela... então aí a gente faz o empenhamento em cima do... das informações da vencedora.

Página 832. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O que que significa o empenho? O empenho nada mais é do que uma reserva orçamentária. Ela não cria ainda uma obrigação do Estado para com o fornecedor. Então ela... ela só faz a reserva orçamentária.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Esses gerentes que participaram direto da compra dos respiradores, o nome deles?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — A Gerência de... de Orçamento foi a única que participou, né, nessa, na, no processo de aquisição, foi só a Gerência de Orçamento, é a Fernanda Santos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Fernanda Santos. E o Tiago, o que o Tiago faz?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — O Tiago, ele participa num segundo processo. O processo de aquisição, ele, após o empenhamento, feito pela Gerência da Fernanda, ele é tramitado de novo pra DLIC e ele morre lá na DLIC, na Diretoria de Licitações, que é da SGA, da Superintendência de Gestão Administrativa.

Então o processo de aquisição, a participação é... depois da homologação da empresa contratada, encaminha-se esse processo pra DLIC e ele encerra na DLIC. A DLIC arquiva esse processo. No processo... No caso do Tiago, ele inicia-se um outro processo, que é o processo de pagamento. O início do processo do pagamento, ele é sempre na autenticação da nota fiscal, a pessoa que autêntica... que autentica a nota fiscal, ele inicia-se ali, tá? Depois da autenticação, uma servidora da própria ges... da própria... do próprio setor, ela faz a certificação. Então aí nós temos primeiro a autenticação, que inicia o processo de pagamento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem faz a autenticação?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — A autenticação, no caso dos respiradores, foi a Márcia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Certo.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — A Márcia autenticou a nota fiscal, foi aonde criou... A partir desse momento ele passa a criar um compromisso do Estado para com o fornecedores, porque houve a liquidação da despesa, tá? Ela faz a certificação, uma funcionária dela faz a certificação, no caso a Débora, faz a certificação, tramita então pra Gero, a Gero é Gerência de Orçamento, também pertencente à minha coordenação, e a Gero ela faz a conferência. O que que ela confere? Ela confere se... o empenho, qual é o número de empenho, e depois ela confere essa... essa... como é que eu vou dizer, a autenticação com a certificação. Quem é que autenticou? A Márcia. Então, se a Márcia autenticou, a Márcia passa a ser a atestadora, como tá lá no processo. E tramita pro Tiago.

Feito ali, encaminhando...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o Tiago, o que o Tiago faz?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — O Tiago é o Gerente Financeiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá, mas o que ele faz? O que ele fez nessa compra dos respiradores, o Tiago?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Após, após essa tramitação, o Estado passou a ter um compromisso com o fornecedor. Então o Tiago é só mecânico, ele faz a parte da ordem bancária. Ele... pra ele fazer a ordem bancária, pra ele fazer o pagamento, de qualquer despesa, né, dentro da SES, ele precisa primeiro ter uma autenticação e uma certificação de algum... de algum que recebeu o produto ou serviço. A partir do momento que ele recebe isso, ele tem a obrigação de pagar, cria-se uma obrigação do Estado para com o fornecedor.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3563
Rubrica

Página 833. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então... O Tiago, então, foi o responsável por... A Márcia certificou a nota, foi pro Tiago, o Tiago certificou, foi o responsável de passar pro senhor a ordem de pagamento?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não, o Tiago ele é mecânico. A autorização de pagamento deu com a senhora Márcia, ela que autorizou o pagamento na autenticação de nota.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Seu José Florêncio, eu quero saber qual foi a participação específica do Tiago?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Ele fez... ele apertou o dedo pra fazer a ordem bancária. A... é... é mecânico, né? Recebeu a nota fiscal autenticada, ele cria-se uma obrigação do Estado para pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Ele teria que pagar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Ele, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Tiago... O Tiago criou uma ordem bancária, certo?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Passou pro senhor.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não, não passa pra mim, porque esse processo... esse processo de pagamento em momento nenhum ele passa pelo Cofes. A tramitação dele não tem... não passa pelo Cofes, eles têm autonomia. Vai direto de quem autenticou, vai pra... pra Gero e da Gero vai pra Geaf.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E oTiago, ele conversou com o senhor sobre essa compra dos respiradores? Como é que ela se procedeu?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — É, o Tiago a gente sempre tinha uma assim... uma... um... um... um contato sobre diversas despesas, né? Então ele pergun... ele pergunta sempre se, se pode pagar. Eu disse assim: olha, tando legal, tando dentro da Lei 4.320, né?... A partir do momento que tá dentro da Lei 4.320, que tem uma, uma certificação, uma autenticação, segue o fluxo. Eu não tenho como dizer pra não pagar. Ele criou um... um compromisso do Estado, a... a... a despesa ela foi liquidada. A partir desse momento ninguém mais tira dali. Aparece no Portal da Transparência, no porta... aparece no TCE, aumenta a dívida da Fazenda e... e consequentemente da Secretaria da Saúde. Então pra sair daquele, daquele relatório ali, como despesa liquidada a pagar, só se pagar, senão ele nunca sai.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que é assim, seu José Florêncio, no cronograma de responsabilidade de cada servidor existem lá as responsabilidades que cada servidor. Por isso que eu preciso compreender a responsabilidade de cada um, pra poder, no relatório aqui que os Colegas vão apresentar...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Ã-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...nós vamos avaliar a participação de cada servidor no processo.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...das 16 ou 17 pessoas que estão diretamente envolvidas nisso.

Então, eu pergunto novamente pro senhor: o Tiago, ele conversou com o senhor sobre a compra desses respiradores, sobre esse pagamento, especificamente?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Ele conversou... Ele conversou comigo como conversa como várias despesas, porque a gente tem uma afinidade e temos que conversar em diversas situações.

Página 834. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, mas ele falou...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não foi exclusiva. Não foi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Como era a compra, do que se tratava...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se o pagamento era antecipado?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — A... o... o... o processo da compra, o processo de aquisição é um processo diferente do processo de pagamento. O processo de aquisição ele... a única participação da Cofes é quando ele... ele recebe já a... o processo homologado, contratado e ele tem, então, que empenhar. Ele é obrigado a empenhar, porque ele já tem um contrato existente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas, seu José Florêncio, não é isso que eu estou perguntando pro senhor.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Hm.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O que eu estou perguntando pro senhor é se o Tiago conversou com o senhor sobre esse pagamento...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Conversou, conversou...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Como é que ele era, que era antecipado...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não, não. O processo de pagamento antecipado, antecipado, ele... ele... tornou-se lá no processo de aquisição. Ele não veio pra, pra, pra, pra Gerência Financeira como pagamento antecipado. A Gerência Financeira não enxerga como pagamento antecipado, porque teve toda uma liquidação da despesa. O processo de aquisição, que fala em, em pagamento antecipado, ele está lá no processo de aquisição. Ele fica lá, ele morreu na DLIC.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Morreu na certificação da Márcia? Onde?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não, aí a certificação da Márcia criou-se um outro pro... um outro processo. São processo di... diferentes, são processo diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor José Florêncio, a pergunta do Deputado Ivan Naatz foi a seguinte: o senhor conversou sobre essa compra com o Tiago? O senhor disse, sim.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — A compra, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Só um minutinho.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — A compra, não, a compra, não. Eu tô falando do pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sobre essa negociação, sobre esse pagamento, sobre toda a movimentação, alguma coisa...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...o senhor conversou sobre a compra dos respiradores com o Tiago?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — A compra... não existe conversa na ge... na...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — De qualquer assunto que seja. O senhor conversou?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — No pagamento... é o que eu tô tentando explicar pro senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) —Hum, hum.

Fls. 3564
Rubrica

Página 835. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Tá, queria ser bem claro, porque eu, eu vim pra contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — A compra dos respiradores, eles tiveram dois processos. Aquisição não tem participação, a não ser o empenho por parte da Gero. Isso eu tô falando da aquisição.

O processo de pagamento é um outro processo, que inicia-se após a autenticação da nota fiscal dada pela Márcia. Ali inicia-se o processo.

Então, se os senhores estão perguntando pra mim se o Tiago conversou comigo sobre esse pagamento, eu estou dizendo que sim, sobre o pagamento. Como conversa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, sobre o pagamento o que ele disse?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Ele... me per...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...já que conversaram?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não, ele perguntou: e essa despesa aí, a gente pode pagar? Eu disse assim: Tiago, tá dentro da... o... da 4.320? Tá liquidado? Tá... a... autenticada? Segue o teu fluxo, querido. Não tem mais o que fazer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor observou que o pagamento era acima de R$ 5 milhões e precisava, portanto, de acordo com as instruções, autorização do Secretário...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — A autorização do Secretário tava na homologação. Ele... a... ele autorizou a compra. Fechou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E essa autorização do Secretário estava lá?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — A autorização do Secretário, na homologação, ele tava no processo de aquisição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá, mas eu entendi isso. Eu quero saber o seguinte: se nesse processo anterior tinha certificação do Secretário Helton pra fazer o pagamento, porque passava de 5 milhões?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Eu vou explicar de novo. A mesma situação, a resposta minha vai ser sempre a mesma, porque assim... dois processos diferentes, a homologação, a autorização do Secretário Helton pra fazer a compra, tava lá no processo de homologação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Hum!

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — ...que, que, que a, que a, a, a Cofes...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — ...a Cofes, a Cofes não tem participação, a não ser pra fazer empenho. Tô falando do processo de aquisição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor faz alguma espécie de fiscalização do trâmite interno pra poder fazer o pagamento?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não, o nosso, o nosso processo de, de pagamento ali, ele gira em 500, 600/dia. É um proce... é, é, coisas absurdas. Ele não, ele não passa, nenhum processo de pagamento passa pela minha coordenação, ele vem direto pras Gerências.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Qual foi a participação do senhor diretamente nesse processo da compra dos respiradores?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Dentro da minha coordenação, o processo... Aonde eu entrei foi no empenhamento depois que tem a homologação. Homologou, não tem o que fazer, é obrigado a empenhar, não tem jeito, tá?

Página 836. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A segunda participação é no pagamento após a liquidação da despesa, após a autenticação dada pela Márcia. É isso que eu tô tentando explicar pros senhores, tá? É, quando alguém autentica uma nota fiscal, ela cria um compromisso do Estado para com o fornecedores. Ela vai pra, pra, pra, pro relatório de despesa liquidada a pagar, e ali a obrigação se torna-se necessário. Ela não sai mais dali daquele relatório, se não pagar. Então, o pagamento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor sabia que essa era uma compra antecipada? Vocês conversaram sobre isso? [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Sim, eu vi o processo, ele tava lá no processo de aquisição. Sim, o processo de aquisição tava dizendo que o pagamento era antecipado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Era claro isso?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Dentro do processo de aquisição, quem fez o processo de aquisição, né, que foi parte da, foi da SGA, ela colocou lá, tava no... tava no processo de aquisição pagamento antecipado. Aí teve a homologação, teve o parecer jurídico que deu legalidade ao pagamento antecipado. Ele tava no processo de aquisição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor sabia que era pagamento antecipado, que não era uma prática normal da Secretaria, isso não chamou a atenção do senhor?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não, de jeito nenhum. Ele tava no processo, tava homologado, tava... tinha o parecer jurídico, pra mim... tava... o processo tava bem instruído.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Só para...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...um apartezinho na mesma pergunta.

O Secretário Helton esteve aqui e ele disse que no processo o pagamento não era antecipado, que não estava constando lá o pagamento antecipado.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — O, o, pag, o proce, o pagamento antecipado ele consta no processo de aquisição, tava lá na proposta da Veigamed, inclusive, e em outras propostas. O processo... quem viu o processo e quem homologou o processo, claro que sabia. Ele tava... foi... foi eles que botaram no processo o pagamento antecipado, eles que aceitaram o pagamento antecipado, tá no processo de aquisição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Secretário Helton tinha conhecimento de que o pagamento era antecipado?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Claro, tava no processo, ele homologou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá ótimo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor Fábio Guasti, esse que está preso...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Hã...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...o senhor conversou com ele?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Olha, o Fábio Guasti ele me ligou porque a Márcia passou o meu contato e ele me cobrando o pagamento, eu disse assim, ó: qualquer procedimento de pagamento ele só pode acontecer quando tiver uma despesa autenticada, uma nota autenticada. Sem isso, não há procedimento nenhum que faça pagar.

Fls. 3565
Rubrica

Página 837. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E daí o senhor chegou, conversou com a Márcia sobre essa nota? O senhor se interessou de fazer esse pagamento?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não, de jeito nenhum. A partir do momento que eu recebo uma nota autenticada liquidada, eu não tenho mais opção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá. Mas aí o Fábio...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — A, a Saúde não tem mais opção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ... o Fábio ligou para o senhor dizendo que queria o pagamento. O senhor disse...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — O Fábio...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...que precisa da nota certificada para poder fazer o empenho?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não, fazer o pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ou o pagamento?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Certo. Aí nesse ínterim do Fábio, da nota, o senhor conversou com a Márcia sobre isso?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — A Márcia me mandou uma mensagem dizendo assim: precisamos pagar os respiradores, senão vamos perder a carga. Isso ela me mandou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então ela cobrou o pagamento do senhor através de uma mensagem. Mais alguma outra vez?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não. Me cobrou nesse sentido, mas eu não respondi. Eu disse: o Fábio me cobrou. E eu perguntei, disse assim: Olha, preciso de uma nota devidamente autenticada sem isso nenhum procedimento acontece.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor notou que tinham duas notas fiscais, cada uma num valor.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Também que a fonte era diferente, uma era Fonte 100 e a outra era Fonte 300, se eu não me engano.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso não chamou a atenção do senhor? E por que isso aconteceu?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não, não, porque quem classificou essas Fontes foram eu. Olha só, vocês sabem muito bem que tive, teve recursos doados pela Alesc, pelo TCE e pelo Tribunal de Justiça. A Alesc doou 20, o TCE 20, e o Tribunal de Justiça doou 10. Esse recurso ele não passa primeiramente pela Secretaria da Saúde, ele passa primeiro pela Secretaria de Estado da Fazenda, onde ela classifica uma Fonte e com aquela Fonte especificada pela Fazenda ela encaminha esse recurso então pra, pra Secretaria da Saúde, onde eu verifiquei que naquele processo eram 33 milhões e eu tinha 20, 20. Foi... jog, botei 16 e meio pra cada, pra aquela Fonte, porque ela veio pro Covid, eu utilizei no Covid, a Secretaria utilizou no Covid, né, e tanto faz, podia ser 20 com 13, podia... não fazia diferença nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Entendi.

Senhor José Florêncio, eu preciso entender o seguinte, nós temos aqui uma discussão a respeito do pagamento até R$ 5 milhões, autorização da Portaria, se eu me recordo, a Portaria 533/2019, até R$ 5 milhões a Superintendência tem autorização para pagamento. Depois, acima de R$ 5 milhões precisa de autorização específica do Secretário. Certo? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Olha, a autorização do Secretário é na Dispensa de Licitação, é na homologação. A partir do momento que ele homologa, ele

Página 838. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

autoriza a compra. Ele autoriza a compra, tem uma nota fiscal, eu tô autorizado pelo Secretário lá no processo de homologação da aquisição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Entendi.

Eu quero saber o seguinte: O senhor tem conhecimento da Portaria 533/2019?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Tenho, mas ele...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — (*Ininteligível.*)

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Ele passa a ter... opa, desculpa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim. O senhor tem?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tem conhecimento. É porque... o senhor precisa nos ajudar porque a Márcia teve aqui...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Hã...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ... e disse que ela certificou a nota por ordem do Helton. O Helton disse que não autorizou nenhum pagamento, não foi isso senhores *(pergunta aos Deputados)*?

(*O senhor Deputado Estadual Milton Hobus manifesta-se fora do microfone: "Disse que foi fraude."*)

Disse que foi fraude, que aquele era objeto de uma fraude.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Do pagamento?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Do pagamento. Então nós precisamos que o senhor nos ajude...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Hã?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O Secretário Helton disse que fizeram uma fraude homologando uma nota fria para pagar sem a autorização dele. Ele mostrou a nota para nós aqui e dizia: isso aqui foi uma fraude feita. E o procurador da Controladoria-Geral do Estado disse que vocês fizeram um processo interno para burlar o sistema para pagar ilegalmente aquilo lá. Ele disse, dentro do próprio Estado estão dizendo isso.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Provavelmente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E que, e daí a Márcia chegava aqui e dizia: Quem pagou? José Florêncio.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Olha só...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Esse é o imbróglio que nós temos aqui.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Olha só, é, eu já falei sobre o, a, a questão do pagamento. O pagamento se acontece com a autorização de alguém, alguém que autentica. Autorizou quem autentica, tá, o resto é mecânico.

Com referência à fraude, provavelmente o Secretário tava se referindo, a Márcia tava se referindo da fraude da autenticação da nota, que aí ela autenticou com...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Sim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, ela também fala disso, que a assinatura não é dela, que usaram a senha dela. É isso, né, senhores Deputados? Por favor, me ajudem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Além do Fábio, alguém mais cobrou para que fosse feito esse pagamento?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — A Márcia e o Fábio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — A Márcia e o Fábio.

Fls. 3566
Rubrica

Página 839. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — O Fábio não cobrou. O Fábio perguntou sobre o pagamento, quanto é que a gente ia pagar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É, mas isso é uma pressão, né?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É uma curiosidade.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E quando ele cobrou ele disse para o senhor: sem o pagamento eu não posso trazer os respiradores. Quer dizer, todo mundo sabia que era...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não, não. Quando ele cobrou eu tinha uma mensagem da Márcia dizendo que ela, teríamos que pagar pra não perder a carga.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não perder a carga.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Ele perguntou quando...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então, quer dizer, isso já estava subentendido que o senhor sabia que os respiradores não estavam aqui, não tinham entrado...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Sim, eu sabia do pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...e que homologaram uma nota no Sistema que...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Pois é.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...cuja entrada não deu.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Pois é.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor sabia disso?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Mas daí, aí quem autenticou a nota é que tem que dizer que não rece, ela não pode autenticar uma nota sem dizer, sem receber o produto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas o senhor sabia disso que o produto não estava aí?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Eu sabia, eu sabia do, da eu sabia do pagamento antecipado porque tava no processo, tá? A partir do momento que o paga, que teve uma liquidação da despesa, ele criou-se uma obrigatoriedade. Então autenticou, criou uma obrigatoriedade no Estado. Eu não tenho, a, a Cofes não tem mais como fugir disso, ela é obrigada, ela tem que pagar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que assim, a Márcia disse que... eu vou voltar a perguntar para o senhor porque isso é importante para os membros da CPI.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Márcia disse aqui que alguém utilizou a senha dela para certificar a nota. Certo? O Secretário Helton teve aqui e disse que ele não autorizou pagamento nenhum. O senhor disse que a Márcia certificou a nota, a gente já sabe, isso é uma coisa que a CPI vai ter que decidir.

Eu quero saber do Helton, o Secretário Helton, na visão do senhor, ele autorizou especificamente o pagamento antecipado?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Na minha visão... ah, o pagamento antecipado, sim, porque ele a, ele homologou o processo de aquisição que dizia que o pagamento era antecipado. Não só ele como toda a equipe que fez parte do processo de aquisição. Eu, como Cofes, eu só recebi esse processo de aquisição depois de homologado,

Página 840. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

depois de, de contratado. Então, todo processo de aquisição ele falava do pagamento antecipado e não teve nenhuma manifestação contra.

Então eu, o pagamento antecipado ele teria que acontecer porque ele tava no processo de aquisição, teve homologação, teve o parecer jurídico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por enquanto, satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Boa tarde, senhor José Florêncio, boa tarde ao seu advogado.

Imagino que o senhor tenha acompanhado, embora não fosse a sua competência, mas o processo desde o seu início, da dispensa, o senhor...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não. Eu só recebi o processo homologado, pronto e eu não tenho... quando eu não recebo o processo homologado, eu não tenho visão do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O senhor também é mecânico?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Eu sou executor, executo. Eu mecânico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O senhor disse que o Tiago é mecânico.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Isso. O Tiago só paga mediante autorização.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu não tinha ainda ouvido falar o nome do Tiago aqui. Tanto a Márcia quanto o Helton afirmaram aqui na CPI que o responsável pelo pagamento havia sido o senhor, os dois falaram isso aqui.

Então o senhor afirma que o senhor autorizou, mas quem colocou o dedo lá foi o... É isso?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não. Quem auto, quem auto... boa tarde, Deputado. Quem autorizou o pagamento tá bem claro que foi a dona Márcia, porque tava autenticado a nota fiscal. Ele criou-se uma obrigatoriedade, eu vou explicar de novo, ele criou-se uma obrigatoriedade entre o fornece, o Estado e o fornecedor. Então, quem autoriza o pagamento é a pessoa que autentica a nota fiscal.

Vou, vou, vou dar um exemplo, tá? Nós temos vários contratos, temos um contrato lá com hospital de Lages, onde tem laboratório fazendo exames. A nota fiscal vem autenticada de lá, do, do, do, da prestação de serviço. Então ela chega pro, pra, pra Gerência Financeira depois da liquidação pronta, ela auten... ela autentica e encaminha. Sem autenticação, sem a certificação a Geaf, a Gerência Financeira, não enxerga e não paga.

Então quem autorizou esse pagamento, claro, sem dúvida nenhuma, foi a Márcia que autenticou. Se não houvesse autenticação e não houvesse a certificação, não aparecia na Gerência Financeira, ela não enxerga isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A certificação... há uma confusão aqui entre certificação e autenticação. Tem termos que se usam como forma quem sabe até para fazer com que nós aqui não tenhamos a certeza do que significa, por exemplo, certificar. Quando você certifica a nota, você diz mecanicamente, a mercadoria está aqui?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Por isso, podem pagar?

COMISSÃO PARLAMENTAR Fls. 3567 Rubrica

Página 841. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não, não. Quando liquida que é a autenticação. A autenticação ela autentica dizendo, atestando: recebi o produto tal, constante na nota fiscal tal. Ela autenticou ali, ela liquidou a despesa.

A certificação é um outro Sistema, nós temos uma autenticação dentro do SGPE, ali tá a autenticação, dentro do processo do Sigef nós temos a certificação. Ela transcreve os dados do SGPE, da autenticação, e passa pro Sigef. Porque quem faz o pagamento, é o Sistema Sigef, não é o Sistema do SGPE. Por isso, que os senhores têm que entender: SGPE autentica e cria-se todo o processo de aquisição dentro do SGPE, o processo de pagamento é no Sigef. Então cria-se uma liquidação, uma autenticação dentro do SGPE, a pessoa transcreve esses dados pra cá, do SGPE para o Sigef e cria-se a certificação. Então são momentos diferentes. Não sei se...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Com a assinatura da Márcia o processo fluiu?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — O processo fluiu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Permitiu que o processo chegasse a quem paga?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — E aí quem paga tem que autorizar?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — É obrigada. Ela tem que autorizar, é obrigada a pagar. Ela cria uma obrigatoriedade, ela cria uma despesa liquidada a pagar. Então a Geaf, que é a Gerência Financeira, ela não tem escolha. Todos os processos de pagamento que chega autenticado, liquidado, ela vai pro fluxo normal de pagamento, não tem como fugir. Se não tivesse a autenticação da Márcia e jogado a certificação no Sigef, até esse momento a Cofes e a Gerência Financeira não têm participação, tá? Na autenticação e nem na certificação, ela é tramitada depois pra Gerência Financeira com os dados no Sigef. E aí cria-se, como eu já falei várias vezes, que fala na Lei 4.320, que é a liquidação da despesa, a segunda etapa de despesa que é mais importante. Então, sem a autenticação da Márcia jamais a Gerência Financeira enxerga pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Todos sabiam que era pagamento antecipado?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Todos sabiam, o Secretário...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Eu tô falando por mim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...a Márcia...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — O Secretário, a Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...o Florêncio.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — O Secretário, a Márcia, quem leu o processo, quem participou do processo sabe, porque ele tá lá no processo de aquisição. Então, no processo de aquisição, ele consta lá pagamento antecipado, numerário antecipado, se não me engano. Isso, então ele sabe.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu vou...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Teve, teve uma, teve um parecer jurídico, mas não teve um parecer jurídico contrário dizendo que não era pra ser pagamento antecipado. Teve uma homologação do Helton, pagamento antecipado, então o pagamento antecipado tornou-se uma obrigatoriedade, na verdade, porque lá no processo de aquisição teve todo um, todo um trâmite como pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A assinatura da Márcia ela mecanicamente fez com que o processo fluísse. Mas de carne e osso a Márcia, o

Página 842. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

servidor José Florêncio, sabiam de que o pagamento era antecipado e que a mercadoria não estava ali, que iria chegar entre o dia 5 e o dia 7 uma parte, dia 30 a outra parte, todos sabiam disso, estava na proposta?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Estava na proposta. A autenticação da Márcia não é mecânica, não é mecânica. Ela confirmou que recebeu o produto ou serviço, ali não é mecânico, tá? Se ela não faz, não existia pagamento. A partir...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Ela confirmou recebimento do serviço e do produto?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Exatamente, do produto, porque ali não tinha, não era serviço, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Mas o senhor já sabia que o produto e o serviço propostos não estavam ali?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Olha, a nota fiscal veio autenticada, a responsabilidade é de quem autentica. Autenticou, criou-se uma obrigatoriedade e a obrigatoriedade cumpre-se a Lei 4.320.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — No seu depoimento ao Ministério Público o senhor disse que sabia...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Sabia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI —...sim, tinha plena convicção de que a mercadoria não estava ali, mas, se não fosse feito o pagamento, ia perder a carga. O senhor afirmou isso.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — No pagamento antecipado ele só aconteceu porque houve uma liquidação da despesa, houve uma autenticação, é isso. Que eu sabia do pagamento antecipado? Sim, tava lá no processo, não tinha como fugir. Agora, aconteceu porque houve uma autenticação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Como todos sabiam que a mercadoria não estava ali, ninguém agiu com cautela para solicitar uma garantia, até porque todos sabiam que iam pagar e não iam ver a mercadoria. Cadê a garantia que a empresa deveria fornecer? Quem é o responsável por solicitar a garantia da empresa?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — A garantia ela tá prevista na Lei de Licitações, na 8.666, no artigo 56, em que ele fala que a garantia ele é um processo da aquisição e que ele tem que tá, tem uma prerrogativa no contrato e que tem que ser entregue na assinatura do contrato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Mas houve o contrato?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Se houve eu não sei, mas o contrato...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — No seu depoimento para o Ministério Público diz que não houve o contrato.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — É. Não lembro se teve o contrato, porque eu não olhei o processo. Mas é isso que a lei fala, tá? É a 8.666, artigo 56, tem que tá no processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Sargento Lima, o senhor me escuta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor, Deputado. Retornou o sinal para o senhor aí?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — A imagem do Cobalchini e do depoente está congelada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor, mas o áudio o senhor ainda consegue ouvir bem?

Fls. 3568

Página 843. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Consigo ouvir, consigo ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Vou pedir para os técnicos ali solucionarem o problema, Deputado.

Deputado Cobalchini, vossa excelência continua com a palavra.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Eu queria só continuar o meu raciocínio, por favor, Deputado.

Então, na homologação, eles tinham que ter cobrado essa garantia. Isso não é função de quem paga, é função de quem contrata ou de quem homologa. Eles teriam que ter no contrato, se não tá no contrato ou se não tá na homologação, não vejo necessidade. Teria que ter a garantia porque... agora, tem que estar no processo de aquisição, que esse processo de aquisição ele não vai pro setor de pagamento, pra Gerência Financeira, eles teriam que ter essa garantia na homologação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eles?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Quem homologou, quem homologou! O pessoal do processo da aquisição, processo da aquisição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Quem no caso?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — O Helton, a própria Márcia teria que ter pego essa garantia. Essa garantia, necessariamente, ela teria que se contabilizada, tá? Eles teriam que receber, passar pra contabilidade pra ser contabilizada. Ele não faz parte do processo de pagamento, o processo de pagamento não vê se tem ou se não tem garantia, é o processo de aquisição. Lá, sim, a garantia tinha que ser, eles tinham que ter a garantia, mas lá no processo de aquisição que a Cofes não, não, não, não, não encontra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O senhor com toda a sua experiência no serviço público, notadamente na Secretaria da Fazenda – que é onde o Deputado Milton, Deputado João, Deputado Presidente e Relator, enfim, os Colegas – é onde temos os servidores de elite de Santa Catarina.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Mas chama muito atenção de que não tenha tido o cuidado... O senhor já viu alguma coisa parecida, em qualquer órgão em Santa Catarina, uma lambança como essa? É possível... O senhor... não passou pela sua cabeça: eu vou me autoproteger como servidor público. Não tem a carta de garantia, eu quero que tenha essa carta de garantia, senão eu não vou pagar, eu não sou obrigado a pagar aquilo que eu sei que está errado.

Por que o senhor não se autoprotegeu e não protegeu o Estado? [*Transcrição: Grazielle da Silva/Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Eu vou voltar ali, tá? Vou voltar no... na garantia.

A garantia é de responsabilidade de quem a, a, a, faz a homologação, o financeiro não enxerga, é, é... garantia, quem tem a responsabilidade de pegar a garantia, está na Lei 8.666, no artigo 56, é na homologação. Então, se a garantia não veio, é responsável do Helton e da Márcia que não pegaram garantia. A Cofes? Em momento nenhum vai enxergar isso, em momento nenhum, tá? Porque nós recebemos o processo lá na Cofes, do processo de aquisição, somente a homologação, somente a contratação, somente uma empresa já, já vencedora. Então, a Cofes jamais poderia... teve os pareceres jurídicos, teve tudo, todo o processo, tá? Teve aí o pessoal da, da, da, do TCE participando, teve a administração, teve vários, vários órgão participando do processo, que me deixaram, ã, assim ó... não vou nem dizer que deixaram a Cofes sossegada, porque, é, o processo não pode ser visto como garantia, como parte do, do, do, da Cofes, e sim, de quem homologa, tá na lei, se não tá...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O senhor...

Página 844. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — ...se não tá na homologação, não se pode exigir e não é função da Cofes, é função de quem homologa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O senhor sabe que pode sofrer uma sanção administrativa por parte da própria Secretaria de Saúde (*o depoente José Florêncio da Rocha faz que sim com a cabeça*), sem falar em outras sanções no campo criminal.

Naquele momento, já que foi a fase final do processo, poderia ainda quem sabe ter saneado o processo, fazendo com que o Estado tivesse... vou voltar a falar que eu fico assim pensando, como as pessoas veem aqui, quem é diretor, é responsável por toda a sua diretoria... agora, tenta se imputar ao Tiago, a Márcia imputa a Débora, o Secretário imputa a toda a estrutura, menos ao Secretário, e ninguém pensa no Estado nesse momento ali, todos agiram mecanicamente, não tinha ali um ser humano, um servidor público que poderia ter salvado essa operação?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Dentro, dentro do processo de aquisição, ali sim, tá? Porque é aquilo que eu já falei pro senhor, é, o pagamento acontece através de uma autenticação da nota, uma liquidação, processo de homologação é o que diz, é, o processo de aquisição, é que diz quem foi a vencedora, né? E todos os seus tramites a, a anteriores. Então, não é função da Cofes, né, é, fazer esse tipo, porque a Cofes não enxerga isso. A Cofes recebe já o prato pronto, né? É, autenticaram a nota, deu legalidade, é, homologaram, deu legalidade na... na aquisição do, do produto, então tem todo um parecer jurídico.

O SR. THIAGO CAMARGO D'IVANENKO — Posso? Prometo não tomar muito do seu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Brevemente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Dirija-se ao Presidente.

O SR. THIAGO CAMARGO D'IVANENKO — Presidente, só pra esclarecer, muito brevemente, pra esclarecer, porque quando se usa o termo imputar responsabilidade a alguém... na verdade quando o Florêncio fala no Tiago, não há imputação de responsabilidade, uma vez que ele defendeu aqui mesmo a legalidade do processo final ali de pagamento. Então, não há imputação de responsabilidade, quando ele defende que ao chegar naquele estágio ali do processo, dentro... respeitada a legalidade do processo formal, não há ato ilícito, então só pra esclarecer esse ponto de imputação. E eu acompanhei, como cidadão catarinense, interessado no esclarecimento dos fatos, que esse é um... se imputa responsabilidade a terceiros etc. e tal. Ele respondeu objetivamente a uma pergunta, quem era a pessoa que efetivamente fez a ordem de pagamento, é isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito bem entendido. Obrigado, doutor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Está autorizado sempre por alguém.

Eu também acompanhei... o relatório do Ministério Público consta todas as ligações efetuadas, os contatos entre o Fábio e o senhor. No início, as primeiras conversas eram muito formais, e a medida que as conversas foram avançando, sempre na cobrança, verdade, na cobrança, na pressão pelo pagamento, chegou a um ponto que a conversa passou a ser mais informal, tratando-se de amigos, ele lhe chamando de Zé, como se fossem velhos conhecidos. Eu convivo aqui com todos os colegas e não tenho ainda a liberdade de chamar pelo apelido, até não tenho essa curiosidade, a gente tem aqui uma formalidade, imagina quem a gente nunca viu (o *depoente José Florêncio faz que sim com a cabeça*). E tratando-

Fls. 3569
Rubrica

Página 845. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

se de um negócio extremamente importante, eu não consigo entender essa informalidade de todo o processo, inclusive em relação ao pagamento.

Vocês se tornaram amigos, aquilo que consta das ligações, é isso mesmo? O senhor tinha confiança plena nesse senhor Fábio Guasti, a ponto dele lhe chamar de amigo, de Zé?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Eu nunca vi o Fábio, a conversa que eu tive com Fábio, foi através da Márcia que passou o meu contato e ele me ligou. Ele me perguntou sobre o pagamento, eu falei... e pra qualquer tipo de despesa pública pra ser paga, ele teria que ter a nota autenticada. Depois, a outra conversa que eu tive com Fábio, é ele me passando e eu solicitando o... os dados bancários da empresa, com CNPJ da empresa, para que o pagamento acontecesse, tá? Depois, é... a, as outras conversa que eu tive com Fábio, que começou parece... me parece lá, é, no dia 1° de abril e foi até o final de... de abril, é, é, foi um pedido do Secretário Helton pedindo pra conversar com o representante da empresa ou com o dono, sei lá, ele pediu pra eu fazer, é, pra cobrar quando que eles iriam, é, é, entregar os respiradores.

Então foi essas as conversas, esses assuntos que eu tive com o Fábio. Depois eles me passaram... ele me... tava me passando as datas, tava me passando o, o... todas as documentações lá da China, que eu transmitia isso para o, para o... Secretário. Essa conversa que eu tive com o Fábio, foi nesse teor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu percebi que não houve nenhuma preocupação até o pagamento, não houve preocupação, ali foram decisões mecânicas, é assim mesmo. A preocupação começou a existir, e daí? E agora? Aí inverteu-se, ao invés dele lhe ligar, o senhor passou a ligar para ele, mudou o jogo, chegou ao ponto do Fábio não querer mais atender as ligações: Ligue para o Pedro, se vire com o Pedro. Veja em que situação ficou o Estado de Santa Catarina, ficou nas mãos do Pedro ou do Fábio, quem são esses senhores? Um está preso e o outro só não está porque fugiu, mas a justiça vai alcançar o mal que foi feito para Santa Catarina.

Então para concluir, só fazer uma observação, que não sobre para o porteiro, isso não pode, um processo como esse... esta CPI, assim como o Ministério Público que tem feito o seu trabalho, o Gaeco tem feito o seu trabalho, o Tribunal de Contas tem feito, nós vamos encontrar a verdade, embora em algumas vezes a verdade não chegue até aqui, mas eu acho que tudo o que nós ouvimos vai formando o juízo, de forma que a gente comparando depoimentos, a gente chega a conclusões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deputado Cobalchini, posso? Nessa linha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É para não perder o raciocínio, com respeito aos meus colegas.

O senhor perguntado... no Ministério Público, o senhor foi perguntado sobre a compra, como o senhor está sendo perguntado aqui. Em certa oportunidade o senhor disse assim: (*lê*) Eu fiquei sabendo, porque teve um pedido, né, de pagamento, dizendo que tem que pagar, porque senão a gente ia perder, como é que ela disse, perde a carga, aí eu disse assim: opa, opa, o que eu não vou assumir isso aí, né? Eu não vou assumir isso aí - o que o senhor disse. Então a Covid, um monte de gente morrendo, também, é também do entendimento que eu não vi o processo, pra mim tava tudo instruído.

Como é que... por que o senhor disse: Opa, eu não vou assumir isso aí. E não tomou nenhuma providência?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — A minha conversa com o Gaeco, que eu não ia assumir, porque houve um pedido da Márcia pra não perder a carga e se... não fosse pago, não perdesse a carga, eu não ia puxar a responsabilidade de perder a carga em

Página 846. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

função de vidas, então a intenção foi salvar vidas e o pagamento aconteceu porque a Márcia certificou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor percebeu que ali no meio tinha algumas... tinha irregularidades?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não, em momento nenhum! Tava no processo que o pagamento era antecipado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas por que o senhor disse: opa, eu não vou assumir isso aí, isso é uma bronca.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não, eu não vou assumir, eu não vou assumir a responsabilidade de matar gente por falta de respiradores. Se a Márcia autenticou, o que eu posso fazer (*ri*)? Gerou uma despesa é... liquidada a pagar, gera-se um compromisso do Estado.

(*O senhor Deputado Estadual Valdir Cobalchini manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Só para ajudar, eu nem iria buscar os depoimentos.

É que tem uma questão, a Promotora, doutora Marina, lhe diz: (*lê*) O produto foi recebido e aí foi liquidado? Não, assim ó, eu não vejo o produto, né? Eu não vejo o produto, se foi recebido ou se não foi. Se perguntares pra mim se eu sabia? Eu sabia.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Sim, eu sabia que o pagamento era antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sabia que não tinha produto...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — É o que eu tô dizendo pro senhor, eu vou, eu vou repetir, tá? O pagamento aconteceu, porque houve autenticação, houve um compromisso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Você me permite?

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: "Claro."*)

Boa noite.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu tenho aqui em mãos, uma nota fiscal da... que faz parte dessa compra, e tem um campo aqui que me chamou a atenção, eu queria saber se isso é normal. No campo da nota, que é da Veigamed, a natureza... aqui tem um campo assim: presença do comprador - aí tem zero -, não se aplica.

Isso aqui teria que ter a presença do Estado, é isso?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Posso ver o teor, posso ver o proce... a nota?

(*O senhor Presidente manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — (*Entrega o documento ao depoente.*)

Sabe por quê? É porque a minha preocupação... eu não lembro quem foi dos depoentes aqui, Deputado Milton, que falou que tinha que ter o fiscal da compra na hora da certificação, fiscal da compra. E eu achei nessa nota que não tem a presença do comprador, eu só queria saber se isso é normal?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Olha, é... esse proce... é, se tem que ter um fiscal ou não, vocês têm que perguntar pra Márcia, porque é do processo da aquisição, não é do processo do pagamento.

(*O depoente devolve o documento.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.

Página 847. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3570
Rubrica

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Boa noite, senhor Presidente, Deputados, cumprimentar também os que estão por vídeo, Deputado Sopelsa, Deputado Felipe Estevão, cumprimentar o senhor José Florêncio.

Eu queria ir fazendo algumas perguntas para o senhor. O senhor é concursado da Fazenda, né?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — É, eu entrei na Fazenda, no... reforma administrativa em 2004.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — 2004. E até então o senhor estava onde?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Eu era funcionário da Secretaria de Estado da Casa Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...qual era a sua função lá?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Ah, eu não lembro qual era a minha função, acho que era assistente administrativo, parece.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E depois que o senhor foi para a Fazenda, o senhor fazia o quê?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Eu trabalhei na Diretoria do Tesouro, depois eu fui pra alguma gerência, passei pela Santur, passei pra Secretaria (*falha na gravação*) de Timbó e a última passagem minha foi na Santur.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E a formação do senhor?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Eu sou... técnico de Contabilidade, tenho... fiz vários cursos de Contabilidade e sou técnico em Contabilidade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor não tem curso superior?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Senhor José Florêncio, quando o senhor assumiu esse cargo de gestor do Fundo, trabalhar com bilhões, o senhor sabia a responsabilidade que o senhor estava assumindo, né?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Sim, até hoje eu sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Quando o senhor tem a execução orçamentária do Fundo, as receitas, as despesas, o senhor tratava isso com o Secretário, evidentemente.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — As despesas chegavam pra mim, pra... é... a gente fazia os empenhos, a gente utilizava (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas uma Secretaria como essa, ela tem estratégias, por exemplo, em 2019 o senhor entrou lá e a Secretaria devia para Deus e para todo mundo o governo diz isso...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Exato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...que pagaram 700 milhões de dívidas atrasadas. Então, para fazer qualquer pagamento, como não se tinha dinheiro para tudo, alguém tinha que conversar, por que pagar esse hospital, por que pagar

Página 848. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

aquele fornecedor, por que pagar outro, como é que o senhor decidia isso? Quem é que dizia para o senhor fazer?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Ó, quando nós entramos lá, quando eu entrei lá em... fevereiro, março, a gente tinha realmente uma dívida inscrita, né? É, é, reconhecida de quase 700 milhões, né? E... também a gente utilizava o nosso orçamento pra despesas de 2019, tá? Estava dentro da LOA, da Lei Orçamentária Anual. É, é... como é que foi tratada essa questão da dívida de... que estava em resto a pagar? Isso queria dizer que estava liquidada, estava reconhecida também, tá? É... a gente tinha um cronograma de desembolso da Fazenda, da Secretaria da Fazenda, nos dois sentidos, né, um pra pagar restos e o outro pra pagar a despesas normais, que era o nosso percentual dos 12... de 12%, eram 15% até o primeiro quadrimestre e depois de... uma decisão do Supremo Tribunal, ele passou a ser 12%.

Então, todo o nosso cronograma de, de pagamento, de restos a pagar, eu estou falando de restos a pagar reconhecido, aquilo que estava liquidado, ele foi feito em cima de um cronograma de repasse da Fazenda e a gente fez um cronograma ali, por isso que a gente conseguiu, inclusive vocês são... daí... sabem muito bem, que dentro desse processo teve de... devolução de poderes e aí a gente conseguiu fazer então... quitar a dívida em fevereiro desse ano ou março, aproximadamente, a gente conseguiu quitar a dívida. Ficaram alguns lá, alguns...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas o senhor é subordinado diretamente ao Secretário...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...ou ao Secretário Adjunto?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não, ao Secretário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Ao Secretário.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas o senhor despachava com ele?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Sim, quando ele me chamava, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor não discutia com ele o que iria pagar ou o que não iria pagar, ele não lhe pedia o que pagar ou o que não pagar?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — (*Ininteligível*) eu, a gente fez um cronograma, né? Ele participava também, a gente fez um cronograma de desembolso, é... proporcional a cada dívida, quem tinha uma dívida maior, recebia mais, isso em função, né, se não pagasse a dívida, se não (*ininteligível*), se não... fizesse um cronograma de desembolso pras empresas, eram empresas que foram contratadas, né, são contratos, contratos vigentes e que tava lá na cláusula do contrato que se a nota fiscal, alguma nota fiscal, deixasse de ser pagas depois de noventa dias, eles podiam paralisar. Houve manifestação, diversas manifestações de paralisação e diversos tipos de prestação de serviços...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas daí o senhor decidia pagar? Não era o Secretário que dizia quem é que pagava, quando pagava?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — A dívida, a dívida já tava reconhecida, era só questão agora de fazer um cronograma de desembolso pras empresas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas esse cronograma o senhor fez sozinho?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não, não, teve participação de várias pessoas, inclusive na, na, na tabela tudo... participou o Secretário, participou... é... a

Página 849. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3571
Rubrica

Fernanda, que era da gerência financeira. Então a gente teve só o (*ininteligível*) que fazer um desembolso de... pra apresentar pra empresas, pra elas não paralisar a prestação de serviços, porque imagina, é... paralisar aí um hospital tipo... é... é... pra fazer a... a... como é que é? Pra desterilizar (*sic*) os equipamentos dos hospitais para...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sim, entendo, mas...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — ...a própria lavanderia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...vocês traçaram uma meta para fazer as coisas, daí veio essa pandemia. O senhor também foi convidado para ir lá para a Secretaria da Defesa Civil ou o senhor ficou no seu?...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Fiquei no meu... na Secretaria, no centro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Na sua Secretaria. E o senhor algumas vezes foi chamado para alguma reunião na Defesa Civil?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — A Márcia me chamou uma vez pra tratar de um assunto, é... de, de pagamento que estava atrasado de 2019 da Orbenk.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor não recebeu orientação do Secretário, que nós estávamos vivendo uma pandemia, que tinha urgência de comprar EPIs, que tinha urgência de comprar, que todo mundo tinha que agilizar, fazer, etc.?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Para o senhor nunca chegou nada?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — A questão de compras não passava pela Cofes, a Cofes não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não passava.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA — ...é, aí é um procedimento da SGA, da Gerência de Gestão Administrativa, que fazia o procedimento de compras, a, a, a Cofes não tem atribuição de comprar. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Senhor José Florêncio, nesse caso específico dos respiradores que nós estamos tratando aqui, é um pagamento antecipado, e nós tivemos, nesse mesmo período de dez, quinze dias, dezesseis ou dezessete processos de pagamento antecipado para a Covid-19. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Fiquei sabendo após essa conclusão aí, que fizeram levantamento e tiveram, foram feito, inclusive, a gente fez... quando eu pedi para fazer esse levantamento pelo Tiago, a gente fez uma reunião inclusive com pessoal da, do almoxarifado pra gente verificar.

Eu fiquei sabendo após, né, eu, eu... por isso que eu digo, o pagamento, o processo de pagamento não passa pela Cofes, vai direto pra a Gerência.

Então eu não conheço o que acontece lá na Cofes...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Então o senhor não sabe...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - ...na Cofes, não, na Gerência Financeira.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - ...é, dos outros pagamento antecipados. Desses respiradores o senhor sabia...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - ...porque conversaram como senhor.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Porque tava no processo de aquisição.

Página 850. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Agora... não, mas os outros também estavam no processo de aquisição, e também mercadorias não chegaram e foi pago igual.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Não, não, as mercadorias chegaram.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Não, não, tem pagamentos feitos antecipados que a mercadoria não tinha...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Não, tudo bem...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - ...fizeram fraude igual.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Nós vamos conversar isso num outro momento, mas fizeram igual. Vocês pagaram outras coisas antecipadas. Antecipada quer dizer: paguei antes de receber.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Para pagar antes de receber tem, como diz o Secretário Helton, praticar uma fraude no sistema, como diz o Secretário Felipe Ferreira lá, tem que burlar o sistema, né, para poder pagar, porque sem empenho, sem liquidação não paga.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Não, não tava empenhada, tava liquidada.

Assim a, é, é, essa questão do pagamento antecipado é... quem não vivenciou, né, é...vocês com certeza ouviram isso nas imprensas, né, de que tava morrendo gente,de que ia morrer gente. E, é, as empresas não queriam entregar é, sem o pagamento antecipado, o preço foi lá em cima. Todo mundo viu isso... e era, era, a verdade a ocasião.

Então, hoje, vendo por outro lado o, as, os hospitais naquela época só ficaram e, é, equipados em função de uma entrega, em função de um pagamento antecipado. Porque, naquele momento, senão paga antecipado o, o produto não vinha e o produto acabou vindo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Então, vocês sabiam, vocês sabiam...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Não, e, eu fiquei sabendo posterior, mas eu tiro essa conclusão hoje. Estou tirando essa conclusão agora, né? Se o pagamento não fosse antecipado, as empresas não entregaria. Se não entregariam, e vocês viram muito bem que na, na imprensa, a imprensa tava falando, é, o hospital está sem equipamento, o hospital está sem proteção do EPI, o hospital estava sem aquilo.

Então, é, o momento na verdade, vocês viram pela imprensa, viram inclusive, é, depoimento do próprio Governador colocando essa situação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – É, é para qualquer profissional, qualquer profissional, isso lá desde o Secretário, né, que é o primeiro responsável, que é o ordenado final, a gente sabe que para pagar antecipado, a gente tem que ter confiança de que vai receber. Não se paga pra qualquer um...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Exato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - ... e pagaram para um fundo de quintal.Pagaram antecipado para um fundo de quintal!

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - É, é, mas eu não tenho conhecimento da, do processo de aquisição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Tá bom, tá bom, o senhor não tem conhecimento disso.

O seu Helton, sentado ali, é, disse para nós todos aqui, que ele não conhecia do pagamento antecipado, porque fizeram uma fraude na nota, e que ele homologado o processo que lá tinha a proposta da Veigamed lá, das empresas que dizia que era antecipada, ele homologou pra seguir pra frente, mas a ordem de fornecimento ele não assinou, que seria

Fls. 3572
Rubrica

Página 851. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

o contrato. E a ordem de fornecimento não dizia escrito lá que era pagamento antecipado. Ele mostrou esse documento aqui pra nós, tá no processo assim.

Então, se nessa ordem de fornecimento, que é o contrato, chegou lá para o senhor e lá não tava escrito, na ordem do fornecimento, o pagamento antecipado, como é que o senhor pagou?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - A ordem do fornecimento em momento nenhum chega pra gente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Não chega?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não. A ordem de fornecimento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Só o sistema lançado e vocês pagam...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Não. A ordem de fornecimento aparece dentro do, do processo de aquisição.

Então em momento nenhum chega a ordem de serviço. A ordem de serviço é, é... pra ser entregue pro fornecedor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Mas o que o senhor pode nos dizer disso, porque existia a pressão do pessoal pra receber, depois que foi feita a ordem de fornecimento, né, que já tinha feito todo o processo lá, feita a ordem de fornecimento, a pressão pra receber, a nota ainda não tinha sido entrada, já estavam conversando com o senhor, pedindo que...e o senhor disse: olha, preciso da nota...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Autenticada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - ... autenticada...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Alguém que assuma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - ... que alguém assuma, o.k.

É, então, todo mundo estava sabendo e o Secretário Helton sabia disso também, né, que era um processo de compra antecipada? O senhor disse que antes?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Por isso que todo mundo estava tranquilo em pagar o negócio.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Ele homologou o processo de aquisição. Ele sabia que estava no processo a questão do pagamento antecipado. Se ele homologou, ele tinha conhecimento do pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – É, é, acho que estou satisfeito, senhor Presidente, nós não vamos evoluir muito mais do que isso não. Mas como diz o Deputado Cobalchini, o porteiro não pode ser o responsável, não é?

Então a gente fica muito... vivemos um momento difícil, a, pela informação de alguns depoentes que vieram aqui, é,diziam que foi colocado um pouco de pânico, porque ia morrer seis mil pessoas em abril, isso era final de março, não é?Nós tínhamos duas mortes, naquele momento. Iam morrer seis mil em abril, que era a justificativa para sair comprando e pagando, comprando e pagando que nem uns doidos, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dados do Núcleo de Inteligência da Defesa Civil de Santa Catarina, conforme está no processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Conforme está no processo.

Então todo mundo doido, pagando e comprando tudo, mas... ninguém tem o pé para botar no chão, meu Deus da minha alma, pezinho para botar no chão! Se tem dois morto, tem - eu tinha a relação aqui... No dia 1° de abril nós não tínhamos cem casos, cem casos!

(*O Relator, Deputado Estadual Ivan Naatz, manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

Página 852. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Eram 270 Municípios no dia 1° de abril que não tinham nenhum caso, mas iam morrer seis mil! Como, se o vírus vem de fora, não está ali? Será que nenhum entendido?... E todo mundo ficou fazendo essa loucura, seu José Florêncio? O senhor, que é um homem de cabelo branco que nem eu...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - (*Ri.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Não é? Que está há tanto tempo no Estado, como é que nós vivemos um momento de tamanha infantilidade? E, agora, nenhum dos responsáveis que assumir que fez essa lambança, porque fizeram lambança em nome das pessoas que iriam morrer, que, até hoje, não morreram, graças a Deus.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Eu não sou profissional dessa área, então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Graças a Deus.

Mas os profissionais também vão ter que se manifestar. Mas a gente espera do senhor, como um servidor de tantos anos do Estado de Santa Catarina, que o senhor, seja lá no Ministério Público, seja na polícia, seja aqui, tudo aquilo que o senhor tiver de útil para contribuir para que os verdadeiros culpados possam ser punidos, o senhor deve contribuir...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Com certeza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - ... senão, ao final, pelo cargo que o senhor ocupa, o senhor corre um sério risco também de ser punido, como servidor público, pelos seus feitos.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Com certeza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não é o porteiro, é quem tem o poder da caneta - e o cargo dá isso -, é quem responde em última instância.

Então, senhor José Florêncio, o senhor, se tiver condições de contribuir mais, o senhor faça isso, por favor.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Com certeza, Secretário, com certeza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Eu lhe agradeço.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Coloquei aqui, na primeira mão, de que eu falaria a verdade, e é isso que eu tô seguindo, tá? Eu sou altamente contributivo. Eu, o que eu puder contribuir, tô à disposição da CPI, a qualquer momento, qualquer o horário.

É, é, pode ficar tranquilo que... se eu tiver mais o que contribuir... eu coloquei a versão legal, né, qualquer contribuição, com certeza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado Milton Hobus.

Deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Deputado Sargento Lima, só para não perder o raciocínio e na esteira da pergunta do Deputado Milton Hobus e Deputado Cobalchini, e para aqueles que estão nos assistindo, para quem está nos vendo.

Eu pediria, José Florêncio, para que fique bem esclarecido, a sua função... O senhor recebe uma nota, essa nota fiscal está comprovada do recebimento ou ela está sendo pedida para ser paga, a sua função é encaminhar para o outro setor que faz o pagamento? Qual é a outra conferência que o senhor teria em cima? O documento é exclusivo uma nota fiscal que vem para o senhor, para o senhor autorizar o pagamento?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Olha só...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Mandar para a frente para ser paga?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Boa noite, Deputado.

É o seguinte, né, vou repetir tá? É... nenhum momento, em qualquer tipo de processo de pagamento, ele passa pela minha coordenação. As Gerências elas têm

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3573
Rubrica

Página 853. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

autonomia para fazer esse pagamento, desde que, é, devidamente liquidado, autenticada. Isso é, vou repetir, vou ser repetitivo, é, tá dentro da Lei 4.320. Então, se eu recebi uma nota, eu não, se a Secretaria através da Geafi, a Gerência Financeira, recebeu uma nota autenticada e liquidada, ela segue o fluxo de pagamento. Ela não tem mais volta, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O senhor, o senhor dá esse prosseguimento?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Não, ela não passa pela Cofes, ela vai direto pras Gerências.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – A tua função ali na questão, o senhor pediu para a Márcia que o senhor queria a nota fiscal para poder mandar pagar?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Eu disse pra Márcia, ela me cobrou o pagamento, eu disse, nos trâmites legais, teria que ter uma nota autenticada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Certo. Essa nota veio para o senhor?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Não, repetindo, essa nota não veio. Ela abriu o processo de pagamento, a Márcia é, deu a abertura, deu início ao processo de pagamento... é, autenticando essa nota e certificando essa nota, e foi tramitado pra Gero, que fez algumas conferências, Gero, Gerência de Orçamento, que faz parte da minha coordenação e automaticamente, e, e, foi tramitada pela Geaf.

Então, em momento nenhum, processo de pagamento, pro... todos processo pagamento, dentro da Secretaria de Estado da Saúde, não passa pela Cofes, vai direto pras Gerências e as Gerências paga.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – E de quem é...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Opa, Desculpa, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – ...de quem é essa função de autenticar os documentos, de autenticar as notas?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - A função é de quem recebe o pro, é, é de quem recebe o produto ou o serviço. Aquilo que eu falei anteriormente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – A Márcia tinha por... era assim sequência, sequência... tinha com... consequência autenticação de notas fiscais feitas pela Márcia?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Olha, ai o senhor teria que perguntar pra Márcia, porque como eu não vejo do processo de pagamento eu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O senhor deve ter visto se algum documento, anterior a esse, teria passado pela autenticação da Márcia, ou não?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - É isso que eu vou dizer pro senhor: os processos de pagamento não passa pela Cofes... vão direto para as Gerências.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Então eu pediria, não entendi, até ficou fora o áudio antes.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Eu repito, pro senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Eu queria lhe perguntar o seguinte: qual é a sua função lá no setor que o senhor está?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Olha, hoje, a minha função é pra fazer o equilíbrio. Eu consigo controlar as receitas com as despesas pra que eles não ficam com uma dívida de um ano para outro muito grande.

Então essa é minha função e é uma função extremamente difícil. É, é, controlada isso diariamente, das liquidações e dos pagamentos, daquilo que a gente tem de receita e daquilo que já está liquidado.

Página 854. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Então eu faço esse trabalho diariamente pra equilibrar a nossa despesa com nossa receita, porque o conheço muito bem a receita, porque está na LOA, é, principalmente porque está na LOA. É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Ótimo.

O senhor falou que tinha lá recursos de 40 milhões. O senhor podia ter mandado 20 milhões para uma conta e 13 para a outra.

É, o senhor faz esse encaminhamento distribuindo onde estão, qual a Fonte que o senhor tem recurso para pagar?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não. Eu recebo um processo de aquisição homologada, que eles estão solicitando o empenho, nesse momento, que ele já está homologado, já está contratado, já tem uma vencedora, o empenho tem que acontecer obrigatoriamente. Eu classifico a Fonte naquele, naquela despesa que cabe aquela Fonte. Ali, no caso dos respiradores, as duas Fontes caberiam, com certeza, esse tipo de despesa. Então eu classifico a Fonte.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Mas o que vem para o senhor? Vem um pedido para o senhor ver onde é que manda pagar? Como que é?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Eu estou tendo dúvida e imagino que quem está nos ouvindo, quem está nos escutando também.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Com certeza, Deputado, com certeza.

Aquilo que eu falei pro senhor, a, o que vem pra mim é um processo homologado, um processo é, já de contratado de uma empresa vencedora através de um processo de aquisição. Processo de aquisição, eu só entro com a participação... Secretaria, a Cofes - entra com, com a participação do empenho, da reserva orçamentária.O pagamento, ele ocorre posterior, quando abre- se um PSES, Processo de, de, de, processo nu, nu, nu, nu, SGPE, com autenticação da nota, tá? Eu não tô falando exclusivo desse tipo de despesa. Todas as despesas acontece no mesmo fluxo. Eu não tô aqui... é... não houve um fluxo diferenciado para esse tipo de despesa. O fluxo é sempre o mesmo: autentificou, certificou, manda pra Geaf, tá, autorizando o pagamento.

Eu vou repetir, esse pagamento aconteceu porque a Márcia autorizou. Tem uma autorização de Márcia na nota fiscal, é claro isso! Senão não aconteceria. Se a Márcia não autentica e não, e não é, é certifica, jamais ia acontecer o pagamento. Então criou-se uma obrigatoriedade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O senhor tem conhecimento se era costume da Márcia autenticar esses documentos?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Aí, o senhor terei que perguntar pra ela, né, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O senhor nunca viu nenhum documento que tenha sido autenticado por ela, antes do que esses?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Repetindo pro senhor, os processo de pagamento não passam pela Cofes. É só olhar a tramitação em todos os processos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Está bom, Presidente, estou satisfeito. Tirar leite de pedra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, seu Florêncio, tem algumas questões que eu queria entender.

Primeiro, sobre... eu entendi aqui que o senhor... é,começa o processo no SGPE...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Isso.

Fls. 3574

Página 855. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –...daí, depois, passa pro senhor, vai pro Sigef. O processo de compra o senhor não fica sabendo, só fica sabendo da hora pra pagar com a nota certificada. Isso eu entendi.

Eu quero saber o seguinte: no Sigef, que é o sistema de pagamento, existe cada funcionário uma senha?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Para acessar o Sigef, cada funcionário uma senha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor tem a senha?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Tenho. Eu faço várias consultas com a minha senha, eu não faço a alimentação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A Márcia disse que ela não tem a senha, e quem é que certificou no nome dela?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Olha só, pra fazer a certificação, uma outra funcionária pode fazer a certificação, falando em certificação, só que ela transcreve dados, transcreve os dados da autenticação pro Sigef. Ela jamais pode pegar, certificar em nome de uma pessoa, se essa pessoa não autenticou a nota.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, vamos lá.

Eu vou lhe ajudar (*folheia documentos*) no que o senhor falou lá para o Ministério Público. Quando perguntado sobre esse tema, eu fiquei meio confuso aqui. É... está aqui, o senhor diz assim – o Jesus, é tanta coisa aqui –, a Promotora de Justiça, doutora Marina, pergunta assim: quem certificou? O senhor disse: foi a Márcia. Aí ela diz: foi? Ela certificou dentro de qual sistema? Como é que funciona? E o senhor falou: no Sigef. Aí a Promotora, doutora Marina, fala: no Sigef? Porque a Márcia falou pra gente que não tem senha do Sigef. Aí o senhor respondeu: não, provavelmente ela não tenha a senha, mas ela tem a senha. Assim como eu não tenho a senha, eu tenho a senha.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Ou eu tenho a senha ou eu não tenho a senha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas o senhor falou que o senhor tem, não tem.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não, eu tenho a senha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Daí o senhor completa e diz assim: mas alguém tem a minha senha.

Alguém tenha a sua senha?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não. A minha senha só eu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E por que o senhor falou isso lá no Ministério Público?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – No SGPE, tô falando do SGPE...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, Sigef, Sigef. O senhor está falando Sigef.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não, no Sigef a senha é minha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas, olha só, o senhor falou para doutora...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Olha, estranho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...o senhor falou...O senhor falou assim ó... é... isso, funciona...Como é que funciona? No Sigef, o senhor diz. No Sigef? Porque a Márcia falou pra gente que não tem senha do Sigef.

Aí o senhor diz assim, suas palavras: não, provavelmente, ela não tem a senha, mas ela tem. Assim como eu não tenho a senha. Eu tenho a senha, mas alguém tem a minha senha. É porque na verdade a certificação da nota é feito pelo CPF da pessoa.

Eu não consegui compreender, seu Florêncio...

Página 856. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Vamos lá... até...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...se o senhor puder desenhar pra mim, porque eu não consegui compreender.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Como é que funciona o processo de certificação, tá? Processo de certificação. Ela pode ser um usuário do sistema e, consequentemente, ela é, obrigatoriamente, tem que ter uma senha.

Vamos especificamente nesse processo. Houve uma autenticação de uma nota fiscal dentro do SGPE, certo? É uma senha diferenciada, é uma senha pro SGPE. Quem autentica a nota e quem entra... quem entra no processo do SGPE, ela tem uma senha do SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim, eu quero saber do Sigef?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Isso, agora eu vou chegar no Sigef, tá? [*Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Feito isso no SGPE, alguém, usuário do sistema, um usuário do sistema que tenha a senha no Sigef, pode fazer a certificação, pode fazer a certificação com o CPF da Márcia, ela pode fazer, tá, e aí coloca a Márcia como atestadora.

Então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas ela disse que não tinha a senha válida desde 2017.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não, ela pode não ter a senha no Sigef, mas ela tá cadastrada como atestadora, é diferente. Não foi ela que fez a certificação, quem fez a certificação me parece que foi a Débora, certo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que nós vamos ouvir logo em seguida.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Isso.

Então, o processo, ali, a certificação, foi feito pela Débora, porque a Márcia não tinha a senha, ou passou a responsabilidade pra Débora fazer esse...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E por que o senhor falou lá na Promotora...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – É, é, eu acho...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...mas alguém tem a minha senha?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não, então eu, provavelmente, eu me equivoquei, tá, mas não existe isso não. É... eu tenho a minha senha, é senha particular, se eu der a minha senha pra alguém, se acontecer alguma coisa o problema é meu, tá? É... o processo de certificação é assim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deixe-me lhe perguntar uma coisa: quem é que disse: oh, tem que fazer em duas notas, uma Fonte 100 e outra Fonte 300?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Quem classificou a Fonte orçamentária fui eu, eu que classifiquei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Tinha recurso da Alesc e tinha recurso do TCE. Cabia dentro do Covid? Cabia dentro do Covid. Eu tinha que gastar no Covid, gastei no Covid. Eu que identifiquei a Fonte.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Então esse dinheiro que foi da Fonte 100, aliás, da Fonte 300, que é de fora, ele foi o dinheiro do Tribunal de Contas ou da Alesc?

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3575
Rubrica

Página 857. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – 16,5 do Tribunal e 16,5 da Alesc, dos R$ 20 milhões que foram doados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k., agora deixe eu lhe perguntar uma outra coisa: o senhor fala aqui, no depoimento, que o senhor ficou sabendo do pagamento só um mês depois. Eu não compreendi isso.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – O processo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Se foi o senhor que autorizou o pagamento, como é que o senhor fica sabendo do pagamento mês depois?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – O pagamento antecipado, porque o processo só chega pra mim depois que, que homologa. Então, dentro daquele processo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então o senhor autorizou o pagamento sem saber que era pagamento antecipado.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E um mês depois que o senhor ficou sabendo que era o pagamento antecipado?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Eu não autorizei pagamento, quem autoriza pagamento é que autentica.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Fez o pagamento.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor fez o pagamento?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - O pagamento foi feito pela Gerência Financeira após...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que está sob sua responsabilidade?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Sobre minha responsabilidade, exato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então foi o seu setor que fez o pagamento?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Isso, autorizado e legalmente feito dentro da Lei 4.320, porque teve uma liquidação da despesa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E o que é que o senhor ficou sabendo um mês depois, que o senhor fala aqui, do pagamento? O senhor diz assim: eu fiquei sabendo do pagamento um mês depois.

Eu não consegui compreender.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não, não, não. Eu fiquei sabendo do pagamento logo em seguida que foi pago, não é, esse...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor também fala aqui no depoimento, aliás, deixe eu só perguntar uma coisinha: me relembre o que o senhor falou sobre a liquidação da nota. Como é que é, ela é feita onde?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Vamos lá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A liquidação é efetuada...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Após a autenticação da nota.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E é feito onde isso?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Ela faz a autenticação que liquida a nota fiscal, feito dentro do SGPE, que transfo..., transporta os dados do SGPE para o sistema Sigef.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Isso dentro do setor financeiro?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - A liquida...a certificação...

Página 858. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A liquidação da nota é feita no setor financeiro ou não?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Oh, a autêntica, a autenticação da nota é a liquidação, é quando ela diz que recebeu o produto. Ali se deu a liquidação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Isso onde é, qual é o setor?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Isso no SGPE, no setor da Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – No setor da Márcia?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Da Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que é a Superintendência?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É porque eu fiquei na dúvida, porque na verdade o que eu sei é que a liquidação é feita no setor financeiro.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Vamos lá, vamos por partes. A liquidação legalmente se dá quando a pessoa recebe o produto, ali liquidou, ali sacramentou. Vai para a certificação e tem um procedimento, que é mecânico, que tem que fazer a liquidação para poder o sistema aceitar. Então aí existe, dentro do financeiro, um setor que liquida, mas proveniente de uma certificação e de uma autenticação, senão o setor não enxerga. É só uma formalidade dentro do sistema pra conseguir pagar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - A Márcia disse aqui pra nós que a sua proximidade com o Secretário Helton era bem próxima, inclusive a sala de vocês era frente a frente. Confere isso?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – É, eu, eu estava numa sala pequena, né, e ele me, então, me colocou numa sala maior, não de frente a frente, porque entre a minha sala e a dele ainda tinha uma sala grande, que era da sala da secretária dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Vocês conversavam diariamente?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não, quando ele me chamava e por alguns assuntos, assim como chamava os Superintendentes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Sabe por que eu fico preocupado? Não é com relação ao senhor, é com relação ao doutor Helton, porque o Douglas disse que a Secretaria da Saúde era uma ilha que sequer o Governador conseguia entrar. O Helton esteve aqui e a impressão que a gente tem, Deputados, é que ele não falava com ninguém. Aliás, numa das idas dos Deputados para tratar um assunto, lá do Hospital de Blumenau, deixou os Deputados na rua, né?

Eu estou querendo saber se ele também tratava o senhor assim, se não falava com nada, porque na minha concepção ele é ordenador primário de despesa de uma Secretaria que fatura muito. Se ele não tem o cuidado de conversar, diz: "Olha, como é que está? Como é que vai ser o pagamento das dívidas que vocês fizeram?" Como é que era? Eu preciso de só fazer a ligação de como o senhor e o Helton tinham essa ligação, profissional, claro, mas de diária, de prestação de contas. Como é que é?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Uma prestação de contas é dentro do próprio Sigef e ia para o TCE, então são relatórios. É, a minha proximidade do, com o Helton, profissional, é quando ele me chamava para algum assunto, não tinha, não, não tinha uma agenda já prefixada com o Helton, é, seguia algum problema lá, de fornecimento ou de fornecedores, queriam paralisar que tinha várias notas, já que ultrapassavam a data do contrato, ele me chamava e dizia: isso é verdade? Aí eu ia no sistema, olhava: não, as notas que eles estão cobrando é essa, mas o que eu tenho liquidado é essa. Então, é, o que a gente deve é o que está liquidado.

Página 859. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls 3576

Então, eu não tinha proximidade muito grande com o Helton, a não ser quando ele me chamava.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor falou, lá no depoimento, que havia uma pressão da Márcia para que o senhor fizesse o empenho, inclusive o senhor fala numa, o senhor recebe uma mensagem no seu celular da Márcia dizendo assim: tenho que avisar o Secretário Helton. Amigo, desculpe, você acha possível, porque, caso contrário, na coletiva o Secretário Helton precisa informar que não teremos os equipamentos dia 5 de abril.

O senhor lembra dessa mensagem?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Eu acho que sim, lembro sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí o senhor responde: vou empenhar, com certeza.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - A minha preocupação é a seguinte: por que o senhor demorou em empenhar e só diz que vai empenhar, com certeza, depois de a Márcia dizer: oh, se tu não fizer o Secretário vai dizer lá que não vai ter respirador.

Qual é a dúvida que o senhor tinha?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - A demora que a Márcia se refere é o mesmo dia. Assim, é, no empenhamento eu já recebi o, o, o, o, a homologação, já tinha uma empresa contratada. O empenhamento é uma consequência, eu jamais poderia deixar de empenhar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E por que eles tiveram que pressionar o senhor pra... eu vi o senhor com o cuidado de fazer alguma coisa, mas depois de um bafão desse no cangote o senhor disse: não, eu vou empenhar já.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Sim, era obrigado a mim a empenhar, eu não tenho saída, está homologado, o empenho é obrigado a acontecer (*ri*). Eu tenho. Eu vou dizer: não, é, cancele o contrato, porque não pode empenhar, a Cofes não vai empenhar, a Secretaria não vai empenhar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Isso foi tudo no mesmo dia, seu José Florêncio?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Hã?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Foi tudo no mesmo dia?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – No mesmo dia.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Eu acho que foi, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Até porque parece que tem lá um período, senão a proposta cai no sistema, né?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Não sei, aí tem que perguntar, aí tem que perguntar para a Márcia, porque aí já é o sistema de SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Hum, hum?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor começou a falar com o seu Fábio, o senhor falou depois, quando ele começou a cobrar do senhor, o pagamento, é isso?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não, ele me ligou porque a Márcia passou o meu contato me perguntando do pagamento. Eu disse que, diante dos termos legais, o pagamento só pode acontecer, é, para cumprir a Lei 4.320, se tiver alguém autorizando; ou seja, alguém, é, autenticando a nota fiscal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - E por que o senhor apagou algumas mensagens do celular dele?

Página 860. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Olha, eu tinha entregue, entregue o meu, o meu cargo, é, entreguei meu cargo na época, e aí eu comecei apagando várias mensagens, inclusive mensagens pessoais. Estava trabalhando e foi...todas as mensagens estão no WhatsApp do Fábio, então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas engraçado que parece que o senhor apagou algumas específicas do Fábio, e do Pedro não; ou seja. A minha pergunta é por que algumas do Fábio?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Porque o Secretário Douglas disse aqui que apagou as mensagens porque o celular dele tinha pouca capacidade de memória e ele teve que apagar para dar mais. Eu queria saber disto daí.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não, no meu caso não. Eu estava, eu entreguei meu cargo e estava apagando todas as mensagens, porque ele era um celular da Secretaria, ele era funcional e eu deveria entregar a, entregar o celular no momento em que eu entrego o cargo, eu tinha que limpar ele, só isso. Mas, sem problema, com certeza se consegue aí, é, pegar depois, voltar as mensagens e consciência supertranquila.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Senhor Florêncio, quando é que o senhor ficou sabendo que não entregaram os equipamentos na data prevista?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Foi no, na imprensa, quando saiu na imprensa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Foi?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Foi, que eu me recordo, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Tem certeza disso?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Olha, é assim, as informações são muitas, tá? A certeza eu não tenho porque passa, passam várias, são várias situações. Então... mas se o senhor puder me recordar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Eu vou procurar aqui, porque o senhor também não lembrou lá no Ministério Público. O senhor não lembrou lá no Ministério Público, mas daí lembraram o senhor que o senhor teve numa reunião com a Márcia e o Secretário, é isso?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não, com o Secretário, não. Não era reunião da Márcia, a Márcia me chamou uma vez pra conversar sobre o... se eu não me engano sobre o pagamento da...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Vou lá, eu vou lembrar aqui o que o senhor falou lá no Promotor de Justiça. Segundo informações que o Promotor, doutor Maurício, diz, que começou... ele perguntou se o senhor despachava com o Secretário e o senhor disse que despachava: é claro. Aí o senhor falou: claro, junto com a Superintendência, às vezes sozinho, uma atividade normal dentro de uma Secretaria de qualquer Secretário. O Promotor, doutor Maurício, diz: sim, quando começou a atrasar a entrega desse equipamento, qual foi a providência que o pessoal adotou? Aí o senhor disse: não sei porque, segundo informações, notificaram a empresa. Aí diz assim: segundo informações? É, acho que tem a notificação dentro do processo, não tem? Aí ele diz: tem, tem a notificação. É, acho que é isso.

Aí o senhor fala: como é que o senhor ficou sabendo dessa notificação? Ou, aliás, o Promotor pergunta para o senhor: como é que o senhor ficou sabendo dessa informação, notificação? Eu conversei com várias pessoas e disseram: olha, eu notifiquei, o Carlos me disse que notificou. O Carlos me disse duas vezes: olha, eu notifiquei as empresas duas vezes.

Aí o Promotor perguntou: o Carlos te contou? Sim, o Carlos da DLIC. O Carlos da DLIC, o Carlos Chaves, da DLIC? Isso, ele me falou que tinha notificado. Eu disse: é, eu

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3577
Rubrica

Página 861. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

não sabia. Aí o doutor fala: foi por ele que o senhor ficou sabendo disso? Ah, doutor, eu não sei se foi por ele. Eu sei que me disse que notificou, mas não sei se foi a Márcia me falou também. O Promotor diz: é, aí o senhor diz: não sei. O Promotor diz: essa notificação saiu da DLIC? Era a DLIC o órgão competente para notificar? O senhor diz: não sei, provavelmente a DLIC, mas não tenho certeza, no sistema têm. No sistema tem?, o Promotor pergunta. Tem. Aí o Promotor diz assim para o senhor: tem uma mensagem aqui, sua para o Carlos.

O senhor lembra dessa mensagem?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Eu acho que eu falei pro Carlos, acho que eu coloquei assim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Eu vou lhe lembrar.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - E o, e o, e o...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Assim: acabei de voltar de uma reunião com a Márcia e o Secretário. A empresa que recebeu os 33 milhões antecipados vai ser notificada para devolver. Olha o tamanho do pepino. Mensagem sua para o Carlos. Aí ele coloca assim: uau, caramba.

Eu quero saber que reunião foi essa que o senhor teve com a Márcia e com o Secretário, porque há pouco o senhor disse que não tinha reunião.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Assim, é, é, é, já faz vários dias que isso aconteceu, eu não tenho como saber que dia que foi essa reunião. Aconteceu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas eu quero saber quando é que o senhor ficou sabendo da notificação, porque o senhor falou que ficou sabendo por outro.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Foi com o Carlos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Daí o senhor mesmo, na sua mensagem, o senhor disse que o senhor saiu de uma reunião com a Márcia, com o Secretário e disse que ia ver a notificação. Eu só queria saber onde é que o senhor não falou a verdade, se lá, para o Ministério público ou se foi na mensagem que está lá.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não recordo, não recordo dessa mensagem, porque são várias situações, né, a gente passa, estávamos num tempo de pandemia. Eu não recordo porque já faz tanto tempo que isso aconteceu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Deputado Kennedy, se me permite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Só para terminar, Deputado.

Daí continua aqui que, logo depois que o Promotor leu essa sua mensagem, o senhor dá uma risada e diz assim: é, eu fiquei sabendo lá.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Eu não posso passar informações, porque eu não recordo da situação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Mas uma informação importante, Deputado Kennedy, aqui, hoje, o senhor José Florêncio disse pra todos nós aqui que depois do pagamento o Secretário Helton pediu para ele para que cobrasse do Fábio Guasti, por isso têm as mensagens do senhor para o Fábio Guasti, que depois nem achou mais, cobrando. Isso já foi logo na semana seguinte?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não recordo, eu sei que ele esteve lá na minha, no gabinete dele, me chamou e pediu. Eu disse: olha, Secretário, isso não é função minha, mas um pedido do Secretário eu faço, se é pra ajudar, eu faço. Aí...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Mas isso deve ter sido logo depois.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Eu acho que sim, Deputado.

Página 862. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Porque a entrega já era para ser no dia 4, dia 5.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Daí não veio nada.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – É, eu acho que sim, Deputado, eu não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Então... entende?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Tá claro, tá claro e está dito aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Senhor Florêncio, já que o senhor tem essas falhas de memória, eu vou usar da fala que o Promotor de Justiça terminou a conversa com o senhor. Ele diz assim, e daí eu digo, Presidente, palavras do doutor Maurício no final da sua fala com ele: eu tô satisfeito, eu acho que se o senhor José Florêncio vai acabar se enrolando mais se ele quiser continuar se explicando.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Lembro dessa... dessa coisa. É, estava numa situação em que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu fico preocupado, sabe por quê? Porque o senhor era o dono de um cofre, e ainda instalado, um cofre bilionário. E eu fico preocupado porque tem esse sistema. Aliás, tem dois sistemas extremamente falhos, tanto o Sigef como o SPGE. E eu sei que o senhor tem vontade de cooperar.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Com certeza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas é que o senhor tem umas falhas de memória que não dá para entender, sabe. É que a gente precisava de alguns esclarecimentos, o senhor, hoje, fez esse esclarecimento que o Deputado Milton falou, mas algumas coisas, assim... sabe por que, senhor Florêncio? Porque essas falhas de memória suas me dão o direito de duvidar, e eu não queria sair daqui duvidando do senhor, até porque eu já soube de algumas coisas, inclusive do bom trabalho que o senhor faz, inclusive eu soube que o senhor também teve um processo lá no Tribunal de Contas da União sobre uma tomada de preço de um processo lá em Barra do Sul, de superfaturamento. O senhor lembra disso?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então, eu não queria sair na dúvida, mas pelo jeito...

Eu agradeço, Presidente, mas nesse processo nós temos um omisso, um delegador – mas lembre-se, quem delega não transfere responsabilidade –, nós temos um desesperado, nós temos um ligeiro e nós temos um burocrata. Foi o que passou por aqui e a gente tem que começar a montar essas peças pra saber.

Eu me dou por satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado Kennedy Nunes.

Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência com a palavra. Tem algum questionamento?

(*O senhor Deputado Estadual Fabiano da Luz gesticula negativamente com a cabeça.*)

Consulto o Deputado Felipe Estevão e o Deputado Moacir Sopelsa se vossas excelências ainda têm questionamentos a serem feitos?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Eu...

Muito obrigado, senhor Presidente.

Página 863. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3578

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Agradeço, senhor Presidente. E quero parabenizar, muito incisivas as perguntas, muito esclarecedoras. Eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito bem, Deputado-Relator Ivan Naatz, o senhor tem mais alguma colocação a fazer?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

Eu fui, de acordo com a colocação dos meus colegas aqui, fui fazendo alguns cortes a respeito de mais umas informações que eu gostaria de ter, mas ainda ficou alguma coisinha pra trás. Eu queria saber o seguinte: o senhor e a Márcia, certo, e o Secretário trabalham a que distância um do outro?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Eu trabalho no 7°, junto como o Secretário, mas nessa da pandemia ele ficava no, na Defesa Civil e eu fiquei lá no...a Márcia, também na pandemia, tava, ficava lá, né, a Márcia, na verdade, ficou quase que 100% do mandato dela lá, e ela ficava no 10° andar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Vocês conversavam todos os dias?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Raríssimas vezes conversávamos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vocês não conversavam, não faziam compra, o outro fazia e vocês não conversavam?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não, desce o sistema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor disse que tem uma sala na frente do Secretário, certo?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA - Eu tenho, o Secretário tem uma sala, onde tem uma sala da secretária dele, e lá nos fundos fica a minha, onde eu fico com a porta fechada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Chegou o dia 4 e eles não entregaram os produtos. Depois, era para entregar dia 5, né, dia 5 e eles não entregaram os produtos. Então eu pergunto para o senhor: no dia 5, dia 6, não houve comentários dentro da Secretaria: oh, não entregaram o produto. A gente fez a compra antecipada, o produto não chegou. O senhor ouviu conversas a respeito disso? [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Ó, o pessoal tava trabalhando em casa, inclusive as meninas que trabalham comigo, e eu ficava praticamente isolado na minha sala.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ninguém conversou?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Provavelmente conversaram, mas eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Com o senhor?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Acho que sim, não sei... eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, acho, não, senhor Florêncio! O senhor tem que...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não, mas eu não tenho certeza, eu não sei... Já fazem quantos dias, Deputados? Hã, provavelmente, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que nós aqui lemos os depoimentos do senhor na Delegacia, nós ouvimos o senhor aqui, e aí a gente percebe que o senhor notou que tinha uma coisa fora do padrão, certificou a nota, produto não tinha sido entregue, era uma compra direci... assim, uma compra direta... O senhor percebeu que ali tinha um problema. Eu vejo aqui no depoimento que o senhor percebeu. Certo?

Depois, o senhor não tomou conhecimento que não foi entregue... quando o senhor tomou conhecimento, o senhor disse aqui, só pela imprensa? Vinte dias depois? Ninguém

Página 864. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

comentou dentro da Secretaria: olha, aquele problema que eu desconfiava, deu *m*, como disse aqui o Deputado Kennedy?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Claro que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não? Vocês não conversavam? Ninguém conversou?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não, conversava assim... provavelmente é... conversa de corredores. Mas eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não falaram que deu problema?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Provavelmente. Eu não tenho essa certeza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Mas como é que eu vou ter certeza de um... de um acontecido que aconteceu lá atrás?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, não, mas... Se eu tô aqui no corredor da Assembleia, caminhando, alguém comenta comigo, Deputado Cobalchini: olha, sabe aquela nota que deu problema...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – A Secretaria tava praticamente vazia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nem pela Internet, nada?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Internet eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pelo *e-mail*, pelo WhatsApp?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não. Ts, ts, ts.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, deixa eu perguntar mais uma coisa para o senhor.

Acho estranho isso, sabe, muito estranho que o senhor não tenha conversado com ninguém sobre isso aí, porque era atípico, o senhor percebeu que era atípico, e o produto não foi entregue, foi mais atípico ainda. Então... o senhor não ter conversado com ninguém me assusta.

O SR. THIAGO CAMARGO D'IVANENKO – Posso fazer só uma questão?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não vai responder o que eu tô perguntando pra ele, né?

O SR. THIAGO CAMARGO D'IVANENKO – Não, não, de forma nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hã?

O SR. THIAGO CAMARGO D'IVANENKO – Eu só quero pedir que... que... que a gente venha na linha do que o senhor tá perguntando é... justamente naquele questionamento que culminou com a diligência do José Florêncio junto ao Fábio, através de mensagens de WhatsApp, perguntando sobre a vinda dos respiradores. Isso teve uma origem e eu gostaria que o senhor é... ele esclarecesse, porque acho que vem ao encontro do que o senhor tá perguntando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou ajudar o senhor.

Nós, aqui da CPI, nos assustamos porque o Estado demorou muito para agir. O Estado agiu lá depois, no dia 20, né, se eu me recordo, dia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – 22.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – 22. A primeira ação do Estado foi dia 22.

Então, entre a não entrega, dia 5, e o dia 22, é um lapso muito longo, né? Nesse período ninguém conversou sobre não entregas?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Eu vou repetir pro senhor, eu não tô afirmando que não conversaram, é... eu não lembro a data, eu não lembro o assunto... É...

Página 865. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3579
Rubrica

isso que eu tenho pra (*ininteligível*)... Eu não te... eu não lembro (*ri*), eu já tô pra fazer quase 60 anos, minha memória já não é a mesma (*ininteligível*)...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se o senhor não tem memória, não pode mais estar trabalhando.

Quantos anos... já saiu de lá?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Eu já pedi demissão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas até quando o senhor ficou?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Eu fiquei... agora que saí de férias, tava treinando uma menina a pedido do Secretário, e aí eu... ela já tá assumindo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Fica mais seguro, né, porque quem não tem memória não pode gerenciar um Fundo...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...de bilhões como o senhor gerencia, né? Mas muito bem.

O Secretário André Motta, qual foi a participação dele nesse processo? Conversa...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Conversa comigo, nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sobre a compra dos respiradores, não trocou nenhuma informação com o senhor?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – O Secretário André, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Com a equipe?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não sei, aí... é uma pergunta pra ele, né, porque não posso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas assim, vocês não conversaram? André era o Secretário Adjunto, ele tava nesse processo, e o senhor não conversou com ele sobre a compra dos respiradores? Olha, Helton... o... André, fizeram pagamento antecipado aí, o produto não chegou. Não conversou com ele?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Tsc, tsc. O André ficava lá, lá também na Defesa Civil, raríssimas vezes... muito assim, muita raríssimas vezes eu ia na Defesa Civil. Mas também depois do acontecimento eu não fui lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor disse na Delegacia, como o senhor reafirma aqui: o pagamento, a nota certificada passa a ser um direito do fornecedor, né? O senhor disse pra Polícia... pra doutora Márcia... doutora Marina: claro, se o Secretário me mandasse pagar, mas quem me pediu pra pagar foi a Márcia em virtude de não, não, não receber os produtos. Aí eu fiquei, eu fiquei... eu digo pra senhora, eu ia segurar de jeito nenhum esse pagamento em função disso.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O "disso" o que é?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Eu não vou... eu não vou segurar de jeito nenhum, porque a nota fiscal já estava autenticada, tava liquidada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O "disso" não é que não tinha sido entregue o produto?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não, em momento nenhum. É porque é... é... vou reforçar, a Cofes paga, a Geaf paga, mediante um... um documento fiscal autenticada... aute... autenticada. Não tem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque depois você diz o seguinte...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Cria-se uma obrigação.

Página 866. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Depois o senhor diz o seguinte: mas em função de mais nada, mas em função da vida, né? Com certeza eu não ia deixar de pagar. Eu não ia mesmo.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – O pagamento era obrigatório.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – A partir do momento em que faz... fez a liquidação da despesa, eu não tenho mais saída (*ri*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas o senhor falou em função da vida, senhor Florêncio.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Pois é, principalmente em função da vida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A que vida o senhor se referia? As que iam morrer se os respiradores não fossem pagos?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É a isso que o senhor se referia?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Sim. O pagamento era antecipado, tava previsto lá no processo de... de... de aquisição, então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor já falou isso aqui várias vezes, todo mundo já compreendeu.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor disse à Delegada que fez o pagamento, né... à Delegada, não, à Promotora, fez o pagamento em função... que o senhor ia fazer de qualquer maneira, porque o senhor estava protegendo a vida. Foi isso que o senhor falou aqui.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Sim, vida de pessoas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas o senhor não seguiu a regra?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Hã?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não seguiu os procedimentos...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Segui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabia que era irregular.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Segui, segui. Segui a 4.320, a lei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor José Florêncio, é bem verdade que não é só a Comissão Parlamentar de Inquérito, não é só a Polícia Judiciária, o Ministério Público... Eles têm motivos e eles foram bem claros, né, a grande verdade é que nós temos hoje, no momento, dois presos e um foragido, que estava envolvido diretamente nesse esquema todo, em todo esse processo que envolveu a celebração desse contrato.

Estelionato, associação para a prática de crime, falsificação de documentos, corrupção ativa e passiva. Seria a gente... O Deputado Fabiano que é lá do oeste [sabe], nós estaríamos chamando o Ministério Público, a Polícia Judiciária, os membros desta Comissão de graxaim se a gente não entendesse que realmente houve uma atuação criminosa ali dentro.

Tenho uma pergunta de sim ou não para o senhor. O senhor recebeu um PAD? Foi entregue para o senhor um PAD até hoje? Foi movido por ação do governo algum tipo de

Fls. 3580
Rubrica

Página 867. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

investigação, da parte do governo do Estado de Santa Catarina, em desfavor do senhor? O senhor pode consultar o advogado se foi entregue um PAD, um Procedimento Administrativo, para o seu cliente (*dirige-se ao advogado do depoente*)?... Podem conversar entre si mesmo, podem...

O SR. THIAGO CAMARGO D'IVANENKO – Não, não, acho que não é nem necessário. Só se é relativo a esse... esse fato...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A esse fato, obviamente.

O SR. THIAGO CAMARGO D'IVANENKO – Se em relação a esse episódio há algum tipo de procedimento administrativo em teu nome, em relação a ti (*fala com o depoente*)?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Pode, pode explicar melhor o que que é... isso significa, procedimento administrativo? Dá uma clareada na pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor recebeu, alguém chegou e te entregou uma documentação e falou assim: olha, nós estamos tomando providências, fazendo uma investigação interna, nossa aqui... Se te foi entregue...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nada?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não.

(*O senhor Relator, Deputado Estadual Ivan Naatz, manifesta-se fora do microfone: "É sim ou não."*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É sim ou não.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não foi entregue. Tá.

O Secretário Helton te pediu para contatar o Fábio, isso é fato.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Contatar a empresa, isso é fato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O Fábio, na figura da empresa, ele era o representante da empresa aqui.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor se lembra da data que o Secretário Helton falou assim: José Florêncio, entra em contato com o Fábio pra que ele converse com a Veigamed, pra que ele tente de alguma forma solucionar esse problema da não entrega? Porque o fato de como ocorreu a compra está claro pra gente, agora eu quero saber os procedimentos que tomaram, porque passaram dois dias acordados praticamente tentando achar um respirador não sei da onde. Correram em todos os lugares do mundo, ligaram pro mundo inteiro pra conseguir respirador. Isso também é fato e é de amplo conhecimento de todos, assim como a gente também recebeu isso noticiado pela imprensa. Houve uma ação de um grupo de pessoas pra conseguir localizar respiradores, tanto que esses cinquenta respiradores que estão aqui não são aqueles que estão elencados ali no contrato.

Então a gente quer, agora todo mundo quer saber como foi a compra, e eu quero perguntar pro senhor quando foi que o Secretário Helton Zeferino falou assim: José Florêncio, entre em contato com o Fábio, representante da Veigamed, e pergunte pra ele, ou rogue pra ele, ou peça pra ele pra que agilize esses respiradores o mais rápido possível?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – A data precisa eu não sei dizer pro senhor, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É importante.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – É, mas eu não lembro da data. Eu não me recordo da data, tá?

Página 868. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Ele teve realmente, já coloquei isso anteriormente, é... fez um pedido junto com o assessor jurídico pedindo se eu não faria contato pra saber quando que iam entregar os respiradores. Essas foram as palavras dele.

Eu disse que não era função minha, né, mas que... sim, um pedido do Secretário eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E o senhor assim o fez.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Assim eu fiz. Eu fiz um contato com o Fábio perguntando quando que eles iam entregar os respiradores, e aí segue toda uma conversa minha, do Fábio... É até, se não me engano, dia 30 de abril, parece, até o final do mês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Então houve essa conversa, várias, várias, várias mensagens, inclusive, sempre no... com o intuito de perguntar quando que os respiradores iam chegar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E detalhe, né... é óbvio, a gente está construindo aqui uma pergunta, mas houve um contato do senhor, em algum momento, com Matheus Hoffmann?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não, nem conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não conhece?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não. Nem ouvi falar nesse nome. Matheus Hoffmann?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para agilizar, para falar assim: olha, preciso... Porque em determinado momento ali a gente segue um... Como falou ali da Márcia, a Márcia vai pro contrato, aí ela... vai direto pro senhor, ela também envolveu ali essa próxima moça que nós vamos ouvir agora, que é a Débora, que fez a assinatura, enfim. Seguindo esse trâmite todo aqui, em algum momento... Como o senhor mesmo disse, a Márcia falou: olha, se não pagar, os respiradores não chegam. Por que ela clamaria isso pro senhor, se não dependesse do senhor? Sim ou não? O senhor entendeu a minha pergunta?

A Márcia fala assim: tem que pagar, porque senão os respiradores não chegam; lá todo mundo vai morrer, o mundo vai acabar, enfim, vai acontecer essa desgraceira toda... Aí o senhor falou assim: beleza. Mas por quê, se não dependesse do senhor pra fazer o pagamento, por que ela pediria, ela te falaria? Isso foi um desabafo? O que foi?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não sei, o senhor tem que perguntar pra ela. A única coisa que ela me... que eu disse pra ela é que eu precisaria que alguém autenticasse a nota. E aí puxava a responsabilidade pra ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Aí tão logo ela emitisse a nota, aí o senhor positivava.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Após a emissão da nota criou-se um obrigatoriedade, teve uma liquidação, ela autenticou a nota.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Foi essa a resposta que o senhor deu pra ela na época

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Eu disse pra ela que eu precisaria de uma nota autenticada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nesse processo de falar assim: tem que pagar, senão todo mundo vai morrer, o Douglas Borba entrou em contato com o senhor, nesse período ou anterior a ele?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Nunca o Douglas fez contato comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E o Leandro?

Fls. 3581
Rubrica

Página 869. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Nem conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Também não conhece o Leandro?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não, o Leandro eu não conheço. O... o... o Douglas eu conheço pela televisão, mas o... como é que é, o Leandro eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quando a Márcia falou com o senhor, olha, tem que pagar senão o respirador não chega, ela em algum momento disse assim: olha, eu estou falando, ou deixou transparecer, que estava falando em nome de alguém? Falou assim? Olha, isso é um pedido do Governador, é um pedido do Douglas Borba, ele já tocou nesse assunto? Ou ela usou a própria autoridade da qual ela era revestida pra poder fazer uma compra dessa?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Eu percebi que foi dela mesma, não partiu de ninguém, mas não sei. Aí o senhor... é uma pergunta que não pode ser feita pra mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mais poderosa ainda, ela revestida da autoridade dela mesma, ela...

Muitos dos que chegaram aqui, sentaram aqui, doutor, tiveram conhecimento das coisas através da imprensa. Através da imprensa é o cidadão comum, que está no dia a dia, esse cara tem o direito, né, esse sujeito tem o direito de ficar sabendo das coisas através da imprensa. Quem está diretamente envolvido no processo, não! Não, o senhor está fazendo parte do processo...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor soube do processo.

Foi em data retroativa ao que o senhor ficou sabendo que os respiradores não iam chegar, que a Márcia teve que pedir, teve que fazer toda essa... ela revestida de toda autoridade, entrou em contato, botou pressão, porque praticamente foi ela sozinha que comprou esses respiradores.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Eu não falei... eu não falei na compra, ela autenticou a nota, (*ininteligível*) pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, mas segundo o que todo mundo disse aqui, a Márcia escolheu, comprou, carimbou, coagiu as pessoas, fez a cabeça de um pra assinar, correu prum lado, correu pro outro. Era o serviço dela. Com que interesse, será?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Também de salvar vidas?

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não sei, o senhor pergunta pra ela, né? Porque eu não tenho... Não posso responder pelos outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) –Senhor José Florêncio, anteriormente o Deputado Milton Hobus disse que o senhor tinha muito a colaborar com a gente. Não se trata de algo simples ou de algo que seja... eu acredito até que o seu defensor já deve ter explicado para o senhor do que se trata todo esse processo que está acontecendo. Pode sair preso, uma hora ou outra alguém vai sair... muito mais gente vai sair presa disso aí.

O senhor está tendo uma oportunidade de ouro agora, diante dos catarinenses, não só por aquele que está assistindo, mas cada um de nós sentado aqui representa uma boa parcela da sociedade catarinense; o senhor está tendo uma oportunidade de ouro de fazer um serviço para Santa Catarina e fechar com chave de ouro a sua aposentadoria. A gente sabe quanto vale o trabalho de um funcionário público.

Página 870. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Então eu vou dispensar para o senhor não quinze minutos, mas uns cinco minutos... Tentar falar assim: olha, eu vou dizer algo, eu vou trazer algo ao conhecimento de todos que seja de relevante importância e que possa ajudar esses Deputados... Como eu disse, o Ministério Público não é um graxaim, a Polícia Judiciária não é um graxaim, nós também não somos, ninguém foi preso ali à toa, ninguém invade a casa de alguém, faz revista na casa da pessoa à toa, sem fundamentação nenhuma.

Então hoje o senhor tem uma ferramenta muito importante na mão que é esse microfone aí, e nesses cinco minutos faça essa gentileza, preste esse serviço para o Estado de Santa Catarina, vamos virar essa página hoje.

O senhor pode começar.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Posso... cinco minutos? Cinco minutos, é isso que o senhor fala?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Cinco minutos ou mais, se quiser a gente pode (*ininteligível*) o dia aqui, se tiver informações...

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – (*Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Fique à vontade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que se o senhor quiser falar alguma coisa pra CPI, se o senhor não quiser...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pra CPI, que possa nos ser útil.

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Não, o que eu falei, foi o que eu falei. O que eu falei é o que eu sabia, né? Ultrapassa a... a minha... o, o que eu sei... se eu falar alguma coisa. Então, tudo que eu falei foi realmente o que eu sabia, foi a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então tudo bem, o senhor não quer...

O SR. THIAGO CAMARGO D'IVANENKO – Posso só fazer uma questão, Presidente, que eu acho que pode ajudar, inclusive nesse seu pedido, nessa sua solicitação, que era algo até que eu ia fazer antes do início, mas acabou que a coisa começou a se desenvolver...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu peço que o senhor oriente ele e ele mesmo fale, até por uma necessidade nossa, né?

O SR. THIAGO CAMARGO D'IVANENKO – Não, eu até ia fazer esse pedido antes de começar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. THIAGO CAMARGO D'IVANENKO – ...pra que ele historiasse a questão da aquisição e compra, efetivamente dizendo o momento em que ele entra em virtude de que ele entra no processo, quais são as autorizações, quais são as, as, as concessões...

(*Um dos Deputados-membros manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

Eu, eu, eu imagino que esteja dentro do processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Isso tudo está ali bem escrito no processo, e a gente tem acesso a ele.

Eu gostaria do algo a mais.

O SR. THIAGO CAMARGO D'IVANENKO – Sim, é porque eu fico, eu, como telespectador, entre aspas, como cidadão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. THIAGO CAMARGO D'IVANENKO – Essas siglas todas, DLIC, sistema aqui, sistema ali, causa confusão, causa dificuldade de entendimento.

Página 871. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

FLS. 3582

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu vou ser bem sincero com o senhor, a servidora Márcia deu uma aula pra gente aqui que eu, se eu não for eleito, vou pedir uma vaga dessa aí, porque eu sei como funciona o processo.

O SR. THIAGO CAMARGO D'IVANENKO – Então tá bom. Eu, eu mais uma vez me coloco à disposição e ele fica à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu lhe agradeço, senhor.

(*O advogado Thiago Camargo D'Ivanenko fala com o depoente José Florêncio da Rocha.*)

O SR. JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA – Hum...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Que bom que a gente resolva nisso aí.

Senhor José Florêncio, muito obrigado.

Solicito à assessoria que acompanhe o senhor José Florêncio da Rocha.

(*O depoente José Florêncio da Rocha deixa o recinto, acompanhado de seu advogado.*)

Vamos suspender a reunião por cinco minutos.

Muito obrigado.

(*Estão suspensos os trabalhos. Pausa.*) [*Transcrição e revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

Estão reabertos os trabalhos.

Solicito à assessoria que conduza a este ambiente a próxima depoente, a senhora Débora Brum.

(*A depoente Débora Brum adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.*)

Pode aproximar um pouquinho mais o microfone.

A SRA. DÉBORA BRUM – Assim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Isso.

Senhora Débora Brum?

A SRA. DÉBORA BRUM – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A senhora sabe porque foi convidada a se fazer presente nesta reunião na noite de hoje?

A SRA. DÉBORA BRUM – Sim, pra ajudar a esclarecer os fatos relacionados à aquisição dos duzentos respiradores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhora.

A senhora assume o compromisso de dizer a verdade e somente a verdade no âmbito desta Comissão acerca dos fatos que lhe forem perguntados, sob pena de concorrer pelo crime de falso testemunho?

A SRA. DÉBORA BRUM – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quero lembrá-la também que a senhora tem o direito de permanecer calada, se assim o desejar, diante de alguma pergunta, mas é necessário que a senhora expresse assim: prefiro não responder ou prefiro permanecer calada, porque o silêncio não é indicativo de resposta. Tá bom?

A SRA. DÉBORA BRUM – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para que nossas taquígrafas possam fazer o registro, peço à senhora que fale seu nome completo, sua data de nascimento, seu endereço completo, seu local de trabalho e sua profissão.

A SRA. DÉBORA BRUM – Débora Brum, 14/9/1990, Rua Desembargador Pedro Silva, 2070, apartamento 502, bloco C, servidora pública da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina... isso.

Página 872. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muitíssimo obrigado. A senhora está acompanhada de advogado, dona Débora?

A SRA. DÉBORA BRUM – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá. Sem mais, passo a palavra para o Relator da CPI, Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhora Débora, a senhora é servidora concursada, comissio...

A SRA. DÉBORA BRUM – Concursada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Há quanto tempo?

A SRA. DÉBORA BRUM – Seis anos. Pouquinho mais de seis anos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual é o papel que a senhora faz na Secretaria? Qual é especificamente a sua tarefa?

A SRA. DÉBORA BRUM – Sou técnica administrativa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E?

A SRA. DÉBORA BRUM – É... é... eu trabalhei por quase seis anos na Diretoria de Vigilância Sanitária como chefe do Setor Administrativo e, dia 16 de março deste ano, é... eu fui... uns dias antes, eu fui chamada pela ex-superintendente Márcia para auxiliar ela nas atividades administrativas desenvolvidas na Superintendência de Gestão Administrativa da Secretaria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – 16 de março?

A SRA. DÉBORA BRUM – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Até ali a senhora não tinha... não trabalhava na Superintendência?

A SRA. DÉBORA BRUM – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E a senhora tinha experiência do trabalho lá na Superintendência?

A SRA. DÉBORA BRUM – Na Superintendência, não. Eu tinha experiência em atividades administrativas como chefe do Setor Administrativo da Diretoria de Vigilância Sanitária.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, eu tenho alguns documentos que queria mostrar para a senhora. Se a senhora não conhecer, pode me pedir que eu posso lhe mostrar, certo?

A SRA. DÉBORA BRUM – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu tenho esse documento aqui, que é datado de 31/3/2020, mas eu tenho uma... o processo 39.977/2020. Eu tenho esses... uma or... aqui está escrito o seguinte: Comissão Interna, Superintendência de Gestão Administrativa, para o Cofes, Gero, Geaf. Assunto: liquidação e pagamento (...).

A SRA. DÉBORA BRUM – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo?

(*Continua lendo.*) Solicitamos a liquidação em caráter de urgência da nota fiscal apresentada no presente processo, tendo em vista que a situação vivenciada em razão do surgimento do Covid em território catarinense e imperiosa necessidade de adoção de medidas de combate aos efeitos dele decorrentes. Atenciosamente, Márcia Pauli.

Esse documento está certificado no dia 20/3, às 14h27min. Compra de respiradores. E junto com esse processo, eu tenho a nota fiscal dos duzentos respiradores da Veigamed. Em paralelo, eu tenho a SES 37.070, de 2020, que ela abre com a data do dia 26 de março para comprar os mesmos respiradores e as mesmas notas.

A SRA. DÉBORA BRUM – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu confesso pra senhora que a Márcia já me explicou, fulano já me explicou, algumas pessoas me explicaram, mas

Fls. 3583

Página 873. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

talvez eu e meus colegas não tenhamos entendido ainda o que é esse documento que é datado do dia 20 e outro datado do dia 28? Os dois tratam do mesmo processo, com a mesma nota fiscal, com a mesma ordem de pagamento. Gostaria que a senhora nos ajudasse a explicar isso aqui. A senhora precisa do documento ou tem conhecimento?

A SRA. DÉBORA BRUM – Não, eu tenho conhecimento.

É... na Superintendência de Gestão Administrativa foram autuados e encaminhados pra Gerência de Orçamento solicitando o pagamento... é... sete processos solicitando o pagamento antecipado, inclusive, é... esses dois processos que são referentes às notas fiscais da Veigamed, da aquisição dos respiradores.

Em todos esses sete processos foram uti... foi utilizada essa comunicação interna. Essa comunicação interna, é... ela tem o objetivo de informar aos setores financeiros por onde tramita... tramitariam esses... esses... esses processos de nota fiscal, é... à situação vivenciada. Então, o documento, o texto do documento, ele diz: Solicitamos a liquidação e pagamento em caráter de urgência da nota fiscal apresentada no presente processo, tendo em vista a situação vivenciada em razão do surgimento do Covid-19 em território catarinense e imperiosa necessidade de adoção de medidas de combate aos efeitos dele decorrentes. Né?

Ou seja, esse documento em questão ele não, ele não autoriza de forma alguma o pagamento. Ele está dentro dos pro... do processo, ele poderia est... essa informação ela poderia constar, por exemplo, na capa do processo e, aí, não ia requerer nenhuma assinatura. Ele está dentro do processo, pra que as gerências financeiras por onde esses processos de pagamento, é... quando eles recebessem, é... é... esse processo, eles tivessem ciência que era pedido da ex-superintendente Márcia que... é... fosse dado celeridade devido à situação de urgência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso eu compreendo...

A SRA. DÉBORA BRUM – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que eu não compreendo é a data do dia 20 de março e depois a data do dia 28 de março. Por que tem essa data 20 de março aqui?

A SRA. DÉBORA BRUM – 28 de março...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – 20 de março.

A SRA. DÉBORA BRUM – Não, sim, mas 28 de março o senhor se refere a qual...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 28 de março... na verdade não é dia 28, é dia 26 de março, a gente tem o SES 37.070. Depois a gente tem esse aqui do dia... esse documento aqui, do dia 20 de março. Esse documento aqui, essa data aqui (*mostra documento*).

A SRA. DÉBORA BRUM – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu não compreendo a data do dia 20 de março...

A SRA. DÉBORA BRUM – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...por que eu tenho um documento do dia 20 de março solicitando a liquidação de pagamento em caráter de urgência de uma nota fiscal apresentada...

A SRA. DÉBORA BRUM – Tá...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...do presente processo. Só que essa data é do dia 20 de março!

A SRA. DÉBORA BRUM – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que me intriga é a data.

A SRA. DÉBORA BRUM – Certo.

Página 874. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O primeiro... o primeiro processo de pagamento antecipado ele foi autuado no dia 20 de março. Então, a ex-superintendente Márcia ela solicitou ao apoio administrativo da Superintendência de Gestão Administrativa que encaminhasse pros setores financeiros uma nota fiscal também referente à compra de respiradores, mas de outro fornecedor, tá, de vinte respiradores, pra que fosse dado o encaminhamento pra esse pagamento.

É... no dia 20 de março eu autuei esse processo, inclui essa nota fiscal e solici... e perguntei a ela quem que assinaria essa nota, ou seja, quem que iria... é referente a outro processo, tá? Não é esse...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, mas a nota está aqui junto. Se eu for lá buscar esse...

A SRA. DÉBORA BRUM – Não, sim. Eu já vou...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...vai estar essa nota ali dentro.

A SRA. DÉBORA BRUM – Sim, deste processo aí.

Eu tô explicando... o dia que o documento foi feito, foi feito no dia 20 de março. Primeiramente, ele foi incluído em outro processo, que é o processo de aquisição de vinte respiradores, tá? Então, o processo desses vinte respiradores ele foi autuado, foi incluída a nota fiscal, então eu questionei a ex-superintendente Márcia, por WhatsApp - por que ela estava trabalhando... é... fazendo o expediente dela no Coes, e a... o apoio administrativo dela continuou dando expediente na Secretaria de Estado da Saúde -, quem que iria assinar essa nota, ou seja, quem que ia autorizar essa despesa, se seria ela ou se seria o Secretário Helton. Ela me respondeu que seria ela.

Então, solicitei a assinatura dela na nota e, aí, o próximo... documento a ser incluído dentro do processo seria uma guia de entrada. Essa guia de entrada signif... é... feita num outro sistema da Sec... que a Secretaria utiliza para controle de almoxarifado, que é o SGM2...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá, tá. Vamo...

A SRA. DÉBORA BRUM – Eu vou chegar lá...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, vamos devagarzinho, senão a senhora vai criar mais confusão do que a gente já tem aqui.

A SRA. DÉBORA BRUM – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá? Muito bem. Então...

A SRA. DÉBORA BRUM – Eu quero só contextualizar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... (*ininteligível*) esse documento aqui que se refere à compra de outros respiradores?

A SRA. DÉBORA BRUM – Não. Eu, eu... vou tentar ser mais objetiva.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso.

A SRA. DÉBORA BRUM – Tá.

É... quando eu questionei a Ma... a... ex-superintendente Márcia que a gente não poderia dar o encaminhamento a essa nota de pagamento antecipado, porque a gente não poderia incluir essa guia de entrada, já que os equipamentos não foram recebidos, ela solicitou que a gente, do apoio administrativo, conversasse com as gerências financeiras...é... pra perguntar pra eles o que que precisaria conter dentro desse processo pra que ele fosse encaminhado para o pagamento, conforme pedido dela. Ela estava solicitando o pagamento antecipado daquela nota, tá, de outro fornecedor. Este foi o primeiro... dia 20 de março foi autuado no SGA o primeiro processo de pagamento antecipado. Foi aí que a gente recebeu as instruções, por isso que eu tô trazendo isso, pra poder te explicar deste documento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Uhum.

A SRA. DÉBORA BRUM – Então, o meu colega do apoio administrativo, que trabalha há mais tempo ali na Superintendência, ele questionou as gerências financeiras

Página 875. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3584
Rubrica

como, é... poderíamos atender o pedido da superintendente da época, né, que seria encaminhar essa nota pra pagamento.

A gerência... as gerências financeiras deram o retorno a ele que, se ela certi... se ela ou alguém... é... responsável assinasse a nota fiscal autorizando o pagamento, minimamente tinha que conter dentro desse processo essa informação, que... o processo precisa ser encaminhado em caráter de urgência pra pagamento. Então deveria ter essa co... essa informação que está dentro deste documento do dia 20 e teria que ter o Sigef, a despesa certificada do Sigef, minimamente isso dentro do processo de nota fiscal.

Como o processo ele já havia sido autuado por mim e incluída a nota fiscal, em vez de colocar essa informação que era em caráter de urgência na capa do processo, foi colocado dentro dessa... é... através dessa comunicação interna, que é uma folha gerada dentro do SGPE, dentro do processo, contendo essa informação.

Então, o texto desse documento do dia 20, ele só tá deix... materializando o pedido de celeridade no pagamento da nota fiscal solicitado pela ex-superintendente Márcia. Ele não está autorizando o pagamento. Então, é... nós, do apoio administrativo da SGA, em todos os sete processos nós utilizamos deste documento, por isso que ele consta nos dois processos que fo... é... que foram feitos, que foram autuados na SGA para pagamento antecipado dos duzentos respiradores da Veigamed.

Então, esse documento, se ele não conter... é... no mesmo processo a nota fiscal assinada por alguém que está responsabilizando e autorizando essa despesa, esse documento, essa comunicação interna do dia 20, ela não tem validade nenhuma. No próprio texto, ele só tá informando... é... a urgência no encaminhamento para pagamento.

Não sei se... fui clara.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, vocês pegaram esses documentos aqui que eram referentes a outros equipamentos...

A SRA. DÉBORA BRUM – É... ele não é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... e juntaram ele no processo da Veigamed, utilizaram o mesmo documento para duas compras?

A SRA. DÉBORA BRUM – A gente utilizou em sete... os sete processos que foram autuados na SGA, de pagamento antecipado, todos eles estão montados da mesma forma. Com essa informação, que materializa o pedido de celeridade no encaminhamento para pagamento feito pela ex-superintendente Márcia, é... tem a nota fiscal assinada pela ex-superintendente a Márcia, e tem a despesa certificada do Sigef.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem. Então, eu já... já compreendi.

Do dia 20 de março, depois a gente tem a comunicação interna da compra dos duzentos respiradores da Veigamed. Então vou deixar esse do dia 20 de março para lá, é outra compra, foi usada a mesma comunicação. Só que no dia 26/3, nós temos, então, a comunicação interna para compra dos duzentos respiradores da Veigamed, os duzentos respiradores pulmonares.

A SRA. DÉBORA BRUM – Uhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – No dia 26, a Secretaria já sabia que pode comprar esses equipamentos da Veigamed?

A SRA. DÉBORA BRUM – No dia 26? Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Da Veigamed?

A SRA. DÉBORA BRUM – Sim... não. Da Brazilian Trading.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, porque a Brazilian Trading começou no processo, depois foram extraídos os documentos e se substituiu o fornecedor.

A SRA. DÉBORA BRUM – Isso.

Página 876. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, no dia 26, já se sabia que ia comprar... ou da Brazilian Trading, daquele fornecedor, o Fábio Guasti?

A SRA. DÉBORA BRUM – No dia 26, às 10h17min, foi autuado esse processo na Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras... é... solicitando a aquisição dos duzentos respiradores. Mas até o momento, no dia 26, a proposta que estava dentro do processo era da *Brazilian Trading*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá. Depois foi substituída?

A SRA. DÉBORA BRUM – Foi substituída.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vamos fazer o seguinte... quem substituiu essa documentação? Eu tenho o CPF aqui, mas eu não estou...

A SRA. DÉBORA BRUM – Eu fiz a substituição solicitada pela superintendente Márcia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Como é que ela disse pra você substituir os documentos?

A SRA. DÉBORA BRUM – Eu tenho aqui... as nossas conversas..

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, pode, sim, utilizar, é bom que a senhora utilize, dá mais garantia pro seu depoimento.

A SRA. DÉBORA BRUM – Posso? Tá. Certo.

No dia 26... bom, pra contextualizar, né: eu tive conhecimento desse processo de aquisição, que é o 37070 através do grupo de WhatsApp Orçamentos – Covid-19, dia 25/3, às 21 e 39 da noite, a Márcia manda a proposta da Brazilian Trading nesse grupo... é... dizendo: conseguimos mais ventiladores.

O engenheiro clínico ele responde em seguida que o modelo VG-70 está de acordo com a nossa necessidade. O processo foi autuado no dia seguinte, é... no dia 26/3, às 10h17min, pela diretora de planejamento e gestão de compras e é nesse momento que ela informa o número do processo, que é o 37.070. Até então eu não tinha conhecimento nem dessa proposta e nem desse processo.

No dia 26, às 16h59min, a ex-superintendente Márcia pede, através do WhatsApp, pra eu ligar pra ela. Ela pede pra eu substituir a comunicação interna da SGA que solicita a aquisição emergencial de ventiladores pulmonares da empresa Brazilian Trading e a proposta deles, por uma nova proposta que ela iria me enviar em seguida. A informação que ela me passou é que o fornecedor Brazilian Trading não iria mais forne... não iria mais fornecer esses duzentos respiradores, por isso, que estava sendo solicitada a troca, porque ela tinha conseguido outro fornecedor que ia poder entregar esses duzentos respiradores pra Secretaria.

Então, ela fala isso comigo às 16h59min. Às 17h13min eu respondo pra ela pelo WhatsApp que o processo 37070 já está comigo. De fato, ele foi tramitado, a... nesse mesmo dia às 17h12min, da Diretoria de Licitações pra SGA, e pergunto pra ela se eu que solicito a assinatura dela e do Secretário Helton neste documento que ela estava me pedindo.

É... nesse processo 37070 foram feitos quatro desentranhamentos, que eu acho que já explicaram aqui pros senhores que se trata de tornar aquela peça sem efeito. Não sei se alguém chegou a explicar pros senhores que essas peças sem efeito elas ainda podem ser visualizadas dentro do processo. Eu trouxe o processo impresso aqui também com todas... é... pra... anexar nos autos com todas as peças que foram desentranhadas.

É... então, segundo o próprio glossário do SGPE (*lê*): o desentranhamento consiste no ato de retirar, extrair dos autos do processo qualquer peça, tornando sem efeito por meio de uma justificativa. Porém, se clicar no botão que está em cima das peças "exibir peças sem efeito", todo o processo se torna público pra qualquer pessoa que acesse.

Então, esse desentrame... o primeiro desentranhamento feito no processo, desses quatro, é dessa comunicação interna que a Márcia me solicitou que substituísse, porque a

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3585
Rubrica

Página 877. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Brazilian Trading não iria mais entregar... não iria mais poder entregar os duzentos respiradores.

Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse desentranhamento interno..

A SRA. DÉBORA BRUM – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi assinado por quem?

A SRA. DÉBORA BRUM – Ele não é assinado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi determinado por quem?

A SRA. DÉBORA BRUM – Pela ex-superintendente Márcia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só ela?

A SRA. DÉBORA BRUM – Só ela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Helton não participou disso?

A SRA. DÉBORA BRUM – Não.

Eu não sei se ele solicitou isso a ela. Eu tô falando o que chegou a mim. A mim a informação chegou através da ex-superintendente Márcia, né?

Então, a... no dia... nesse mesmo dia, às 17h54min, eu incluo essa nova comunicação interna solicitando a aquisição dos duzentos respiradores. A comunicação interna que tinha sido feita anteriormente ela estava... definindo que o fornecedor seria a Brazilian Trading. Nessa nova comunicação interna que eu coloco dentro do processo, eu não coloco nome de fornecedor, porque a partir do momento que o processo ele vai ser... vai ser tramitado pra Diretoria de Licitações, pra Diretoria de Planejamento, podem aparecer novos orçamentos, inclusive orçamentos mais baratos. Então, nessa comunicação interna eu só coloco que a SGA está solicitando a compra... eu só mantenho o texto como estava, mas sem especificar fornecedor.

Posso falar sobre o segundo desentranhamento?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

A SRA. DÉBORA BRUM – Tá. Eu trouxe informação sobre os quatro, tá, se os senhores tiverem interesse. [*Transcrição Rafael Milke*] [*Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

Às 18h08min a Márcia assina a comunicação interna. No dia seguinte, dia 27/3, ela pede, através do meu WhatsApp, pra eu ligar novamente pra ela, às nove e doze e, em seguida, às nove e trinta e dois, ela envia pro meu WhatsApp a proposta da Veigamed e solicita que eu substitua ela no processo. Então, esse é o segundo desentranhamento que é feito dentro do processo.

Informo a ela, pelo WhatsApp, às dez e quarenta e um, que só está fal... que já havia feito a substituição, que estava faltando a assinatura do ex-Secretário Helton na Comunicação Interna. Minutos depois, ele assina essa Comunicação Interna.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ele, quem?

A SRA. DÉBORA BRUM — O ex-Secretário Helton.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

A SRA. DÉBORA BRUM — Então, às dez e cinquenta e oito esse processo ele é tramitado da Superintendência de Gestão Administrativa pra Diretoria de Licitações, pra continuidade do processo.

Eu trouxe informações sobre os outros dois desentranhamentos, não sei se...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Interessante, sim.

A SRA. DÉBORA BRUM — O terceiro desentranhamento, ele é feito de uma Comunicação Interna da Superintendência Hospitalar. Nesta Comunicação Interna eles estão

Página 878. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

solicitando uma comissão de médicos intensivistas. Ela foi desentranhada no dia 17. O motivo que consta no processo é a fim de atualizar o documento. Consta no processo o CPF do usuário também, como consta nos outros dois, não sei dizer quem foi. Mas em seguida é incluída uma nova Comunicação Interna, alterando a redação do último parágrafo.

E o quarto desentranhamento é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Espera aí, só um minutinho.

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "A Alteração do parágrafo."*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ... alteração do parágrafo.

A SRA. DÉBORA BRUM — Do último?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E esses médicos intensivistas, podia explicar o que que era?

A SRA. DÉBORA BRUM — Não tenho esse conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora falou médicos intensivistas, não foi isso?

A SRA. DÉBORA BRUM — Isso, mas isso foi é, é, essa CI foi feita por outra Superintendência, pela Superintendência Hospitalar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Depois eu vou ter acesso, eu vou dar uma olhada com cuidado.

A SRA. DÉBORA BRUM — Tá. Então esse processo, depois de incluída essa Comunicação Interna da SUH, ele é tramitado para a SGA. A ex-superintendente Márcia, ela incluiu uma Comunicação Interna, no dia 17/4, pedindo o cancelamento do processo de aquisição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Que data?

A SRA. DÉBORA BRUM — 17/4. É, essa Comunica...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Ivan.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Ivan, se o senhor puder falar mais perto do microfone.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ah, obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Obrigado irmão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Obrigado, querido.

A SRA. DÉBORA BRUM — Essa Comunicação Interna, ela é desentranhada no dia 18. Essa Comunicação que pede o cancelamento, no dia 18, ela é desentranhada do sistema, do SGPE. No processo também consta o CPF do usuário que fez esse desentranhamento, não sei dizer quem foi.

No dia 18, a Márcia inclui uma Comuni... uma nova Comunicação Interna, indicando a necessidade da aquisição para atendimento aos pacientes do SUS. Então é feita a alteração nessa redação.

É.... eu trouxe um trecho aqui dessa nova Comunicação Interna, mas ela consta dentro do processo, né?

(*Passa a ler.*)

Enfatizamos a necessidade de avaliação criteriosa e imediata da área técnica de engenharia clínica intensivista dessa Pasta, quando do momento do recebimento das peças. Qualquer divergência ou não conformidade nos equipamentos recebidos deve ser comunicada oficialmente ao Núcleo de Penalidades da Diretoria de Licitações dessa Superintendência de Gestão Administrativa.

E... então ela tramita esse processo pra Diretoria de Licitações, reco... é... com o seguinte despacho: reconduzimos para seguimento do rito processual.

Fls. 3586

Página 879. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tem um desentranhamento da folha 108... desentranhamento da folha 108, no dia 18/04.

A SRA. DÉBORA BRUM — É esse.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É esse aí?

A SRA. DÉBORA BRUM — Esse.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá. Muito bem.

A SRA. DÉBORA BRUM — Foram esses quatros desentranhamentos nesse processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Márcia disse pra nós aqui, que a senhora utilizou da senha dela pra certificar documentos, que a senhora se aproveitou da confiança dela e certificou documentos, *e-mails*. O que que a senhora diz a respeito disso?

A SRA. DÉBORA BRUM — Bom, é... os, os processos de pagamento da Veigamed, eles foram instruídos da seguinte forma, como os senhores podem consultar dentro do processo, né? Foi incluída essa informação pedindo urgência no encaminhamento pra pagamento. É, foram incluídas as notas fiscais, assinadas dentro do SGPE de maneira eletrônica, pela senha de uso pessoal e intransferível da ex-superintendente Márcia. Eu nunca tive a senha dela. Então, ela entrou dentro do SGPE com senha dela e ela assinou essas notas fiscais certificando o, a... as despesas, autorizando o pagamento.

Eu trouxe até os horários aqui. É...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Depois, se a senhora puder deixar essas anotações conosco.

A SRA. DÉBORA BRUM — Eu trouxe tudo isso pra incluir nos autos tá?

É... no dia 30/03, eu vou só contextualizar pros senhores entenderem, no dia 30/03, às dezoito e trinta e nove, recebemos no *e-mail* da SGA, a nota fiscal referente a aquisição dos 200 respiradores. Foi verificado na proposta, dentro do processo de aquisição, aquele 37.070, que o pagamento era antecipado.

Essa informação ela não constava na ordem de fornecimento, como na maior parte dos processos que solicitavam pagamento antecipado, mas foi verificada a DL, que diz, abre aspas: Justificativa do preço: O preço de aquisição foi obtido mediante cotação de preços e o motivo para a escolha foi necessidade e urgência do caso. Diante do exposto, propomos que seja autorizado a dispensa de licitação na forma do disposto no artigo *a priori* mencionado e conforme condições anteriormente estabelecidas.

As condições anteriormente estabelecidas, se formos analisar a proposta, solicitava o pagamento antecipado integral. Eu não sei quem foi que trouxe informação incorreta aqui pros senhores, mas dentro da proposta, como pode ser visto no processo, eles pediam o pagamento total antecipado via nume... é... via numerário antecipado, né, não era de 50%.

Então, continuando a leitura ali da dispensa de licitação, diz: Florianópolis, 30 de março de 2020, Superintendência de Gestão Administrativa. Ciente. Em vista da necessidade da aquisição do objeto supracitado e com os poderes conferidos pelo Ato nº 6, de 2 de janeiro de 2019, resolvo homologar a Dispensa de Licitação nº 754, de 2020, e autorizar a despesa supracitada para prosseguimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem, quem?

A SRA. DÉBORA BRUM — Assinado digitalmente por Helton de Souza Zeferino, Secretário de Estado da Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, nesse momento, ele tinha conhecimento que o pagamento era antecipado?

A SRA. DÉBORA BRUM — É, chega prus... esse processo ele não foi tramitado em nenhum momento pro gabinete do ex-Secretário. O que foi feito é que a Diretoria de Licitações, ela solicitou a assinatura do ex-Secretário Helton só nas peças que ele precisava

Página 880. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

assinar. Se ele entrou dentro do processo e fez a leitura do processo inteiro, é... na proposta estava escrito que o pagamento era via numerário antecipado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora chegou a conversar com ele?

A SRA. DÉBORA BRUM — Eu nunca conversei com o ex-Secretário Helton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Desculpa, desculpa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, fica à vontade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Só pra... nessa mesma esteira...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhores Deputados, só para deixar claro, se os senhores quiserem fazer alguma intervenção, porque ela senhora trouxe anotações, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS —... senhora Débora, a senhora Márcia falou aqui, que...é... do fechamento, que o preço, a proposta da Veigamed era R$ 169 mil e acertaram em 165. Que essa negociação foi o senhor Helton com o seu Fábio Guasti, que acertaram de 169 para 165. A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. DÉBORA BRUM — Eu tive conhecimento só ouvindo os depoimentos da ex-superintendente Márcia. Ela nunca me falou isso em outro momento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — A senhora ouviu que o Secretário Helton também disse que ele realmente falou no telefone e negociou.

A SRA. DÉBORA BRUM — Sim, sim. Nos depoimentos ambos falam.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E em todas as falas, em todos os documentos, consta que era pagamento antecipado. Então, consequentemente eles deveriam saber disso, né?

A SRA. DÉBORA BRUM — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Ou a senhora não quer afirmar?

A SRA. DÉBORA BRUM — Na ordem de fornecimento e na dispensa de licitação, não fala que o pagamento é antecipado. O pagamento antecipado dentro do, do Processo 37.070, que é o processo de aquisição, só é dito, só é colocado, dentro da proposta da empresa. Então, na ordem de fornecimento e na dispensa de licitação isso não é citado. Em outros processos, que também solicitaram pagamento antecipado, na maior parte deles, essa informação constava da ordem de fornecimento.

Mas como a gente... como eu fiz a leitura pros senhores é... na dispensa de licitação fala: conforme condições anteriormente estabelecidas, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Que foi esse documento que o Secretário Helton assinou?

A SRA. DÉBORA BRUM — É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É... importante que a senhora nos diga o seguinte: com relação a certificação da nota fiscal, da entrega. Foi a senhora que certificou, juntou esse documento? Quem foi que certificou essa nota?

A SRA. DÉBORA BRUM — A certificação, conforme Instrução Normativa, aliás, conforme Ordem de Serviço nº3/2019, da própria Superintendência de Gestão Administrativa, encaminhada a todos os servidores da Pasta da Secretaria de Saúde, em agosto de 2019, ela deixa bem claro.

(*A depoente Débora Brum folheia documentos.*)

Eu vou ler pros senhores.

Abre aspas: No caso das notas recebidas eletronicamente, caso o fornecedor encaminhe por *e-mail*, as mesmas não precisam ser impressas... impressas e nem receber

Página 881. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3587
Rubrica

carimbo de certifico. Sendo o certifico a assinatura digital e o documento do Sigef. E aí ele fala: O atestador da nota fiscal será o que vai assiná-la digitalmente no SGPE.

A ex-superintendente Márcia, ela entra com a senha dela, de uso pessoal, intransferível - volto a dizer, eu nunca tive a senha dela, ela nunca me passou em nenhum momento - e assina as notas fiscais dentro do SGPE, atestando, conforme Instrução, é... Ordem de Serviço da própria Superintendência de Gestão Administrativa, atestando a nota fiscal, o que autoriza o encaminhamento dessa nota pra pagamento, com o rito normal de pagamento de notas fiscais. E esse documento, ele também fala que essa pessoa que assinou a nota fiscal, abre aspas: constará como atestador na despesa certificada no Sigef.

Então, esse documento do Sigef, essa despesa certificada que foi feita por mim, ela só tem validade se a pessoa que eu coloquei lá como autenticador da despesa dentro do Sigef tiver entrado no SGPE com a sua senha própria, de uso pessoal (*ri*) e intransferível, vou repetir, se tiver assinado essa nota dentro do sistema. Senão eu posso fazer milhares de despesas certificadas e colocar no nomes dos senhores, por exemplo, mas esse documento ele não vai ter validade, ele só vai ter validade se o senhor entrar no SGPE com a sua senha e assinar a nota fiscal, e aí, dentro desse mesmo processo, for incluído essa despesa certificada.

Então, reali... fazer a operação de entrar no sistema da Fazenda, no Sigef, e fazer uma despesa certificada, não traz nenhuma responsabilidade, conforme própria Ordem de Serviço da SGA. Essa pessoa, colocada lá por qualquer servidor que tenha a senha do Sigef, como autenticador da despesa, só tornará este documento válido se essa pessoa entrar com a senha dela no SGPE e realizar a assinatura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tem uma questão que intriga os Deputados da CPI que é com relação ao limite que tinha a servidora Márcia, de R$ 5 milhões, segundo a 533, se não me engano, não tenho o número exato agora, que estava limitada, a R$ 5 milhões. E o Helton diz que a Márcia tomou por si própria, certificou isso mesmo sendo R$ 33 milhões.

A SRA. DÉBORA BRUM — Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora pode nos ajudar a esclarecer isso?

A SRA. DÉBORA BRUM — Posso. São duas questões diferentes. A Portaria de delegações é... que trata do que é delegação da Superintendência de Gestão Administrativa, fala que: as ordens de fornecimento, até R$ 200 mil, elas podem ser assinada pelo Diretor de Licitações; até R$ 5 milhões pela Superintendente de Gestão Administrativa; e, a partir de R$ 5 milhões, pelo Secretário é... da Saúde. No caso do processo de aquisição. Esses valores, eles são relativos ao processo de aquisição, à ordem de fornecimento. As licitações, né, os processos de aquisição, seja qual forma for.

É... o pagamento da nota fiscal, é... o rito da Secretaria da Saúde, ele funciona em qualquer unidade da seguinte forma: a unidade que solici... que demandou aquele serviço, ou aquele bem, ou aquele equipamento, que solicitou aquela aquisição, ou aquela contratação, recebe a nota fiscal, autua um processo no SGPE, inclui dentro desse processo a nota fiscal. Quem recebeu esse material ou quem verificou que o serviço foi prestado, assina a nota fiscal. A partir desse momento, qualquer servidor pode entrar no Sigef e fazer a despesa certificada, e colocar essa pessoa que assinou a nota fiscal como autenticador da despesa certificada, porque daí esse documento vai ter validade. Coloca a guia de entrada, que é aquele documento de controle de almoxarifado e encaminha para pagamento.

Então, qualquer servidor pode certificar a nota, pode assinar a nota de qualquer valor. Por causa do pagamento, esses valores de R$ 5 milhões, de R$ 33 milhões, eles não, não... tem validade, não estão dentro da portaria, pelo menos, de atribuições.

Página 882. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então essa história de que a Márcia não poderia certificar acima de R$ 5 milhões...

A SRA. DÉBORA BRUM — Qualquer servidor que verificou que a despesa, é... está autorizada, que verificou que o serviço foi feito, que o bem foi entregue, pode assinar essa nota fiscal. O que autoriza o encaminhamento pra pagamento e segue o rito na Gerência Financeira de Pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Qualquer valor?

A SRA. DÉBORA BRUM — Qualquer valor. Que eu tenha conhecimento, qualquer valor. Não conheço nenhum documento que diga ao contrário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom, eu vou... os meus colegas também vão conversar com a senhora. Mas, antes de passar a palavra para eles, eu queria perguntar o seguinte: quando a senhora teve conhecimento que deu problema com os respiradores dentro da Secretaria, que não entregaram? Ó, não entregaram os respiradores, a gente pagou antecipado e agora? Qual foi a data em que a senhora teve conhecimento disso?

A SRA. DÉBORA BRUM — Eu teria que verificar nossas conversas de WhatsApp, mas a... ex-superintendente Márcia, ela solicitou que eu listasse pra ela todos os processos que foram autuados na SGA de pagamento antecipado. Eu quero ressaltar que todos os processos autuados na SGA de pagamento antecipado foram solicitados e autorizados por ela.

Se o senhor me permite, eu trouxe um trecho, inclusive, do meu WhatsApp, no caso específico dos respiradores da Veigamed. No dia 31/03, às dezesseis e sete, eu questiono a Márcia, via WhatsApp - porque a gente havia recebido as notas no *e-mail* da SGA -, então eu questiono: Márcia, Veigamed, encaminhamos para pagamento as duas notas fiscais agora, dos 200 respiradores? R$ 33 milhões? Ela me responde assim, às 17h32min: Processo 37.070/2020, SIM. Em caixa alta.

É... no dia seguinte, ela ainda me cobra o encaminhamento no pagamento. Eu ainda não tinha feito as despesas certificadas, porque ela ainda não tinha assinado a nota. Eu só ia fazer o lançamento no Sigef se primeiro ela autorizasse esse pagamento, porque é ela que estava tomando a decisão de encaminhar essas notas pra pagamento. Então, depois que ela assinou as notas, no dia 1, ela entrou no SGPE com a senha dela e assinou as notas, é que eu faço a despesa certificado. É... então, eu aviso a ela que eu já estou encaminhando, ela me agradece e às... no dia 1°/4, às quinze e onze, ela fala o seguinte: vou cobrar o Zé. Se referindo ao José Florêncio, que esteve aqui antes.

Então, quando ela... no começo de abril, eu, eu, tenho aqui uma conversa de WhatsApp completa, impressa, eu não vou lembrar exatamente a data, mas a ex-superintendente Márcia me pede pelo WhatsApp, que eu mande pra ela uma relação de todos os pagamentos, todos os processos de pagamento antecipado que foram autuados na SGA.

Então, eu, pra passar essa lista pra ela e eu vou entrando dentro de cada processo, e vou conferindo. Foi nesse momento que eu tive conhecimento que tinha, é... sido feita a primeira notificação à Veigamed, porque já tinha passado o prazo deles entregarem, o prazo que constava na ordem de fornecimento, e eles não haviam entregue. Eu não lembro o dia exato, mas foi na primeira semana de abril.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Primeira semana de abril?

A SRA. DÉBORA BRUM — Primeira semana de abril.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Estes têm registros disso? A senhora tem? A senhora podia dar uma olhadinha pra ajudar a gente, né, é importante.

(*A depoente Débora Brum folheia documentos.*)

Página 883. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3588
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu acho que é aquela mesma notificação que o José Florêncio...

A SRA. DÉBORA BRUM — Ela consta no processo, é.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Que está no processo, dia 20?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, não é pelo WhatsApp?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES —... primeira semana.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se for impresso, a gente tem.

A SRA. DÉBORA BRUM — Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Estou falando se for uma comunicação de WhatsApp, que a gente não tenha conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, ela está falando da notificação do governo à empresa que não entregou...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, essa a gente tem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ... aquilo que falei do Zé, aqui, é.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu pergunto pra ela, se ela tem algo, por conversas, em paralelo.

A SRA. DÉBORA BRUM — Eu passo pra ela uma lista com os processos que são de pagamento antecipado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas que a senhora percebe que o equipamento não foi entregue?

A SRA. DÉBORA BRUM — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Qual é a data? A senhora sabe, mais ou menos?

A SRA. DÉBORA BRUM — A nossa conversa é bem extensa mesmo.

(*A depoente Débora Brum folheia documentos.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Enquanto a senhora vai vendo aí, mas a senhora sabia que era pagamento antecipado, todo o processo estava claro que era pagamento antecipado, né?

A SRA. DÉBORA BRUM — Todas as pessoas que viram o processo, estava escrito na proposta, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É, então, era claro que os equipamentos não teriam sido entregues, se era antecipado?

A SRA. DÉBORA BRUM — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Né? Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, na verdade eu gostaria de saber a data, porque houve um retardo muito grande pra tomada de providências, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se a gente conseguisse identificar uma data mais próxima seria importante.

A SRA. DÉBORA BRUM — Quando eu, é... quando eu soube que não havia sido entregue, a primeira notificação ela já constava dentro do Processo 37.070.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ah, então a gente tem essa data.

A SRA. DÉBORA BRUM — Foi depois dessa data.

Página 884. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A gente tem essa data.

A SRA. DÉBORA BRUM — É, eu sei que foi no começo de abril.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sobre as garantias, a senhora sabe se foi conversado sobre as garantias, sobre esse pagamento antecipado? Algum pedido de garantia, de certificação de garantia?

A SRA. DÉBORA BRUM — Eu nunca conversei com nenhum... com esse fornecedor e com nenhum representante dessa empresa. A Superintende, ex-superintendente Márcia, ela estava dando expediente no Coes, né. Então, as decisões elas estavam sendo tomadas lá, tanto do que deveria ser adquirido, é... quanto da forma que esses processos deveriam ser, ser feitos, né?

Então, quais garantias, se ela solicitou as garantias do fornecedor ou se alguém que solicitou, isso... eu não tenho esse conhecimento. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora viveu esse período lá com o Secretário atual, André Motta, e aí conversava sobre os respiradores? Conversou com vocês sobre isso?

A SRA. DÉBORA BRUM — Eu nunca conversei com o Secretário André Motta. Então eu não sei se ele conversava sobre isso com alguém, mas comigo, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor Presidente, estou satisfeito e passo a palavra aos meus Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Ivan Naatz.

Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Obrigado, Presidente.

Boa noite, Débora. Penso que esse depoimento está trazendo muita clareza.

A SRA. DÉBORA BRUM — Todas essas informações, desculpa interromper, senhor, todas as informações que tô trazendo eu trouxe pra incluir nos autos, tá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Acho que é muito importante. Eu estava pensando aqui depois do depoimento do José Florêncio de que a Secretaria da Saúde, na conclusão da nossa CPI, a CPI deveria recomendar que o estoque de medicamentos para recuperar a memória teria que aumentar lá na Saúde. Esse medicamento certamente não serve para a senhora...

A SRA. DÉBORA BRUM — (*Ri.*) Obrigada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...que tem trazido aqui muitos detalhes.

Essa sopa de letras às vezes busca fazer com que a gente tenha intimidade e aí não se fala o significado dessas siglas SGPE, Sigef. Assim sucintamente, bem de forma objetiva: Onde começa e termina um, onde começa e termina outro? E se a senhora tinha as senhas dos dois sistemas?

A SRA. DÉBORA BRUM — Sim, eu trouxe também pra incluir nos autos, tá? O SGPE é o Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos, então todos os processos desde, talvez março de 2019, eu não lembro exatamente o mês, todos os processos da Secretaria é, passaram a ser digitais. Então os processos eles são autuados dentro desse sistema SGPE. Todo o servidor da Secretaria da Saúde tem acesso ao SGPE com a sua senha de uso pessoal e intransferível, todos.

O Sigef é o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal da Fazenda. Então, por exemplo, ele tem várias, várias funções, né? Dentro dos processos de pagamento de nota fiscal ele serve pra fazer essa despesa certificada. Então, pra constar lá no Sistema da

Fls. 3589

Página 885. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fazenda essas mesmas informações que tem dentro da nota fiscal, que tá dentro do SGPE. Então é pro Sistema da Fazenda também ter essas informações.

Essa senha é solicitada pela chefia imediata pro, pra Fazenda dos servidores que é, eles querem que te, que, que ele quer que tenha acesso a esse sistema, né? Como eu disse anteriormente, mas eu gostaria de reforçar que isso foi uma questão apontada aqui várias vezes é... qual, eu posso colocar nessa despesa certificada qualquer servidor como autenticador da despesa. Mas esse documento, essa despesa certificada ela só vai ter validade se esse servidor que tá lá colocado como autenticador da despesa tiver entrado com a sua senha dentro do sistema SGPE, que é aquele sistema onde tá todo o processo, e tiver assinado a nota fiscal, senão esse, essa despesa certificada da Fazenda ela não tem validade nenhuma.

Então a pessoa responsável, conforme é Ordem de Serviço da própria SGA, enviada a todos os servidores da Saúde em agosto de 2019, conforme o documento da Gerência de Orçamento enviada a todos os servidores é, da Saúde em... (*verifica seus documentos*) no começo de 2019 – tem a data aqui em algum lugar, dentro do meu relatório fala isso, tá –, que esse documento do Sigef ele só tem validade se for acompanhado na nota fiscal assinado eletronicamente pela pessoa que tá como autenticadora na despesa certificada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Se eu bem entendi, desculpa é que gente não tem, ainda não conseguiu o domínio dessa situação e talvez não consiga, só mesmo quem sabe sendo servidor, seja na Saúde, seja em outra Secretaria, um técnico.

O sistema do SGPE todos os servidores têm a sua senha?

A SRA. DÉBORA BRUM — Senha pessoal, todos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O Sigef somente...

A SRA. DÉBORA BRUM — Quem solici, quem o chefe imediato solicita a fazer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...ou ele pode delegar a senha?

A SRA. DÉBORA BRUM — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não pode, é intransferível.

A SRA. DÉBORA BRUM — Não, ele solicita daí um acesso pro servidor, é uso pessoal e intransferível também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — De forma também bem sucinta e clara, como era, como se dava a tramitação dos processos na SGA?

A SRA. DÉBORA BRUM — Os processos de aquisição?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Isso.

A SRA. DÉBORA BRUM — Quando eu comecei a trabalhar como apoio administrativo da Superintendência de Gestão Administrativa, essa Superintendência ela tinha se colocado como unidade requisitante das compras feitas no Covid. Então, todas as compras no início da pandemia que estavam sendo solicitadas pela Superintendência de Gestão Administrativa uma das primeiras atribuições, uma das primeiras atividades que a ex-superintendente me passou quando eu comecei a trabalhar lá era de conversar com a diretora da Diretoria de Planejamento de Compras e com o diretor da Diretoria de Licitações e Contratos e pedir pra eles a relação de todos os processos que haviam sido autuados referentes ao Covid pra fazer uma, uma planilha e continuar atualizando essa planilha com todos os processos, né?

Então, esses processos eles eram feitos da seguinte forma: a ex-superintendente Márcia ela tava trabalhando no Coes, lá na Defesa Civil, lá estava sendo verificado as demandas, o que que precisava ser adquirido. Ela tava recebendo inúmeros orçamentos,

Página 886. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

principalmente, pelo WhatsaApp. Quando eram pro, é... compras de equipamentos ela estava encaminhando pra Superintendência Hospitalar fazer o parecer técnico, através do corpo de engenheiros clínicos. Se eles aprovassem e estivesse de acordo com a demanda, ela encaminhava esse orçamento pra diretora de Planejamento de Compras, em que esse processo ele era autuado dentro dessa Diretoria e depois ele era tramitado pra Diretoria de Licitações, onde dava seguimento ao processo. Em geral, os processos eles estavam sendo abertos com apenas um orçamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Todos nós sabemos que os processos cumprem uma formalidade. E me parece, não, a certeza que a gente tem é de que esses processos, pelo menos em relação à Covid, não cumpriram nenhuma formalidade.

(A depoente faz que não com a cabeça.)

A SRA. DÉBORA BRUM — Quando eu comecei a trabalhar lá na Superintendência, os processos eles já estavam sendo abertos assim, né, já estavam sendo autuados assim. Não eram autuados dentro da Superintendência, mas de uma Diretoria da Superintendência solicitado pela ex-superintendente. Como ela estava no Coes, é... junto com a Comissão que foi montada justamente pra lidar com enfrentamento do Covid, as decisões todas eram tomadas lá. Então eu não vou saber responder pro senhor se essa foi uma decisão da ex-superintendente ou se foi em conjunto com a Comissão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Mas a senhora deve se sentir frustrada, como uma técnica, de processos assim tão frágeis, tão precários como foram esses, sem qualquer tipo de cautela, sem transparência.

A SRA. DÉBORA BRUM — É... quando eu comecei a trabalhar lá no SGE e comecei a fazer esse levantamento que foi solicitado por ela – essa planilha a gente ainda tem, inclusive, com todos os processos que foram feitos,– é... eu comecei a entrar dentro de cada processo, porque a ex-superintendente ela pediu que nós, do apoio, acompanhássemos os processos de aquisição, que os processos de aquisição do Covid eles deram prioridade. Então, que a gente acompanhasse as áreas pedindo, solicitando celeridade nos processos, né?

Como eu disse, os processos eles não eram autuados lá, né? Mas ela pediu para que a gente fizesse esse acompanhamento, e ao entrar nos processos eu vi que vários processos, mesmo tendo a ordem de fornecimento emitida e empenho emitido, os fornecedores estavam se negando a fazer entrega porque já tinham vendido, já tinham encontrado um outro comprador, ou porque não tavam conseguindo importar os insumos, ou o que eles haviam prometido. Então nós, do apoio, como a gente tava distante da, do local que tavam sendo feitas as tomadas de decisões, que era lá no Coes, na Defesa Civil, a gente foi entendendo a situação de, de, de urgência e emergência, né? Não tô dizendo que isso justifique que o processo foi feito dessa forma, eu só tô, os processos, né, eu só tô relatando o que eu vivi dentro do apoio administrativo da SGA.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Desse processo específico da compra dos respiradores da Veigamed, quantos atos a senhora praticou?

A SRA. DÉBORA BRUM — Os dois desentranhamentos, que eu expliquei anteriormente, e no dia 27/3 a Diretoria de Licitações encaminha o processo pra SGA pro atendimento da tramitação da assessoria jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa pra inclusão dos demais orçamentos no processo que foram feitos nas pesquisas de preço.

Os orçamentos, né, como eu falei, no início da, da pandemia eles eram em geral recebidos pela Márcia, inclusive a maioria pelo WhatsApp. Nessa época ela começou a solicitar que todos os fornecedores envia, e unidades, e pessoas que tavam chegando até ela com orçamentos, começassem a mandar esses orçamentos por *e-mail* da Superintendência

Página 887. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3590
Rubrica

de Gestão Administrativa. Ela tava buscando uma forma de oficializar esse, essa, esse recebimento, né? Não manter mais no WhatsApp dela, no celular dela.

Então no dia 28/3 a Márcia liga lá pra Superintendência de Gestão Administrativa e pede pra incluirmos os orçamentos solicitados... (*lendo documentos*) pela assessoria jurídica no processo – não, desculpa, aqui. No dia 28/3 a Márcia me liga e pede pra incluir os orçamentos solicitados pela assessoria jurídica no processo e dar seguimento ao processo.

É... Quando eu entrei no *e-mail* da SGA, o único orçamento de duzentos ventiladores que eu localizei foi da JE Comércio. Então ele é incluído no processo, como vocês podem verificar, às 18h28min e tramitado pra Diretoria de Licitações com o seguinte despacho: à Diretoria de Licitações e Contratos para análise e providências. Depois desse processo de aquisição ele não passa mais por mim. Então ele passou nes, no momento que ela solicitou que eu fizesse os desentranhamentos, os dois desentranhamentos e nesse momento.

Mas eu trouxe também informações sobre a inclusão do segundo orçamento. Se o senhor me permitir? É... foi incluído um segundo orçamento, né, dentro do, do, um terceiro, no caso, se for considerar o orçamento da Veigamed, né? Então, no dia 29/3 o diretor de Licitações ele devolve o processo à Superintendência de Gestão Administrativa, solicitando que seja incluído mais um orçamento. No mesmo dia a ex-superintendente Márcia pede pra outra colega do apoio administrativo da SGA pra tramitar de volta esse processo pra Diretoria de Licitações, que vai com despacho às 21h02min: à pedido da Superintendente segue para providências.

Então o diretor de Licitações insere o segundo orçamento às 21h05min da MMJS e encaminha o processo pra parecer jurídico. Quando fiquei sabendo de toda essa situação, eu fui fazer uma pesquisa no nosso, nosso *e-mail*, inclusive pra encaminhar esses orçamentos pra Deic, que foi solicitado por eles, digitando MMJS eu verifiquei que ele havia sido enviado pro *e-mail* da SGA no dia 28/3. Lá na época, no dia 28/3, como a gente recebia uma enxurrada de orçamentos, era dezenas de orçamentos por dia eu não localizei, eu só localizei o outro. Só que daí, continuando essa pesquisa, né, por cada um dos fornecedores, tem outro *e-mail* da MMJS no dia 29/3 com a seguinte mensagem: Prezada, boa tarde. Conforme solicitado, segue anexa a proposta. Ressaltamos que, outrora, enviamos do nosso *e-mail* corporativo, todavia nos foi dito que o destinatário não recebeu. Sendo assim, estamos enviando de *e-mail* do jurídico. Então indicando que alguém entrou em contato com esse fornecedor cobrando o envio desse orçamento. Não tem nenhum *e-mail* enviado da SGA pra esse orçamento, pra, pra essa empresa solicitando orçamento. Então alguém fez o contato por fora, né, e chegou esse orçamento lá no dia 28 e depois no dia 29.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Então a senhora que fez a seleção e a substituição das propostas? Juntou todas essas propostas que chegaram lá na?...

A SRA. DÉBORA BRUM — Não, não, foi o Diretor de Licitações, eu só trouxe as informações de, de tudo que foi feito ali dentro desse processo, né? No dia 28 a Márcia me pede pra inclu, pra atender o despacho do jurídico e incluir mais orçamentos dentro do processo. Eu faço a pesquisa no *e-mail* da SGA.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Mas as propostas específicas para compra de respiradores não passaram pela sua mão? A senhora não as recebeu?

A SRA. DÉBORA BRUM — Na minha mão, não. As propostas elas eram encaminhadas pro *e-mail* da SGA. Então, não foi enviado pro meu WhatsApp ou pro meu *e-mail*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Mas nós tivemos aqui depoentes que informaram que muitas outras propostas foram formuladas à Secretaria

Página 888. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

com preços, inclusive, muito mais em conta, com a mesma qualidade, com o pagamento pós contra-entrega da mercadoria, e nós não temos notícias dessas propostas. Por quem que passou? O que foi feito com essas propostas? E por que se optou por uma...

A SRA. DÉBORA BRUM — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ... cujo preço é 100% maior e que aconteceu o que aconteceu? Tivesse, quem sabe, tido um pouquinho de cautela, de atenção e concentração de não descartar determinadas propostas e fazer a opção por essa que... Realmente, a gente não consegue entender.

A SRA. DÉBORA BRUM — Eu vou tentar trazer mais esclarecimento pro senhor.

É, a proposta de Brazilian Trading e depois a solicitação da substituição pela proposta da Veigamed, ambas foram soli, solicitadas pelo ex-superintendente Márcia, que estava lá trabalhando no Coes, né? Então eu não sei dizer por que que foi optado por essas empresas. Eu sei que no dia 28, quando ela solicita que eu enca, que eu, que eu inclua dentro desse processo outros orçamentos, o único orçamento que eu localizei dentro de *e-mail* da SGA, não tô dizendo que ele não pode ter sido encaminhado pra outros servidores de outras maneiras, mas dentro do *e-mail* da SGA era só esse.

E agora fazendo uma pesquisa bem cautelosa, a gente recebeu é... a gente já tinha recebido nesse dia 28 essa outra proposta da MMJS também, e não temos no *e-mail* da SGA outros orçamentos, é... com exceção da, de outro fornecedor que também foi adquirido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Parece incrível que o processo ele tenha tramitado com uma proposta apenas e depois foram captadas mais duas para dar um ar de legalidade num processo completamente viciado.

Eu preciso entender melhor, qual é a diferença entre certificação... o que é certificar e assinar a nota fiscal?

A SRA. DÉBORA BRUM — No caso da nota fiscal, é... antes, quando eu não tinha o processo digital, era colocado aquele carimbo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Carimbo.

A SRA. DÉBORA BRUM — ...o certifico, que era assinado pelo servidor autorizando que essa despesa fosse encaminhada para o pagamento, né? Depois que foi utilizado o SGPE, que é esse sistema eletrônico, passou-se a assinar essa nota eletronicamente e, conforme a Ordem de Serviço da SGA, essa assinatura é a certificação da despesa, essa assinatura na nota fiscal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — No caso a senhora certificou as notas que inseriam no sistema?

A SRA. DÉBORA BRUM — Não, não, aí é outro sistema, o Sigef.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sigef.

A SRA. DÉBORA BRUM — Isso. A, a pessoa... A pessoa, ã... quem aparece ali como certificador dentro do Sigef é qualquer servidor que realiza essa despesa certificada dentro do Sigef. Mas, conforme a ordem de serviço, quem é o autenticador é quem está autorizando aquele pagamento. O autenticador na despesa certificada dentro do Sigef tem que ser a mesma pessoa que assinou a nota fiscal dentro do SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A minha pergunta é porque a Márcia quando aqui esteve disse que foi a senhora quem certificou, e graças a isso permitiu que o processo pudesse andar...

A SRA. DÉBORA BRUM — É... isso não é verdade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ... até chegar, abriu o caminho para o...

A SRA. DÉBORA BRUM — Isso não é verdade, conforme documento da própria Superintendência de Gestão Administrativa, né, que foi enviada pra todos os servidores da Pasta.

Página 889. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3591
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A senhora já respondeu, mas eu vou perguntar de novo: Quem é que ordenava a senhora em relação a todos os procedimentos que a senhora praticou?

A SRA. DÉBORA BRUM — A ex-superintendente Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Na sua opinião, o que foi feito de equivocado nessa dispensa e de quem é a... quem são os culpados? Quem é o culpado?

A SRA. DÉBORA BRUM — Bom, é... as decisões de, de aquisições elas estavam sendo feitas lá no Coes, então eu não sei quem participava desses processos de decisão, né? Mas, desde que eu comecei a trabalhar na Secretaria, os processos de aquisição eles já estavam sendo instruídos dessa forma, com apenas um processo, e... encaminhado pra Diretoria de Licitações para que fosse dado seguimento no processo, né?

Então eu acho que... acredito que... o erro tenha sido esse, né, não ter sido feita... talvez justificado pela necessidade e urgência da aquisição, pelo cenário que tava sendo colocado, pelo cenário que tava sendo projetado, é... pelos, por alguns processos que a gente tem em que os fornecedores mesmo com a OF empenhada não se negaram a entregar os EPIs, os equipamentos, porque encontraram um outro comprador que, que pagasse antes, ou, enfim tinham dificuldades na... na, na importação, na aquisição do que eles precisavam entregar, né, então foi... foram feitos dessa forma. [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Por último, a senhora sabe quem solicitou, quem enviou e quem recebeu as notas, as duas notas fiscais, quem foi que solicitou?

A SRA. DÉBORA BRUM — Sim.

É... as unidades, quem solicitou, eu não sei, mas as unidades requisitantes da... de qualquer equipamento, de qualquer bem, de qualquer serviço, é quem deve atuar os processos de pagamento, né? Então, no dia... (*folheia documentos*) 30/03, às 18h39min, recebemos, no *e-mail* da SGA, uma nota fiscal referente à aquisição... uma só, tá, referente à aquisição dos duzentos respiradores. Foi verificado lá no processo de aquisição, no 37.070, que o pagamento era antecipado, apesar da informação não estar na OF, né, informação que eu já trouxe aqui pros senhores.

Então, nesse momento, é... a Diretoria de Licitações, nesse dia 30/03, no final ali do dia, às 18h39min, a Diretoria de Licitações tinha enviado esse processo de aquisição pra Coordenação do Fundo Estadual de Saúde fazer o empenho. Então nesse momento, ainda não questionei a Márcia, se era pra encaminharmos esse, essa nota pra pagamento, porque não tinha nem empenho ainda dentro do processo.

No dia seguinte, às 11h59min, a empresa Veigamed, envia novamente pro *e-mail* da... SGA, as notas, porém dessa vez são duas notas. Então eles dividem esse valor de 33 milhões, em duas notas de 16 milhões e 500. É, eu achei curioso que num dia veio uma nota de 33 milhões e no outro, referente à aquisição dos inspiradores, e no outro dia vim duas notas. Daí eu entrei dentro do processo de aquisição e já estava lá dentro do processo a informação através de um despacho, é... que o empenho seria feito em duas fontes, 16 milhões e 500 na Fonte 300 e 16 milhões e 500 na Fonte 100. Então nesse momento, que já tinha ali a solicitação de empenho que... eu faço aquela solicitação que eu li... é... faço, faço aquele questionamento pra ex-superintendente Márcia, é... se era pra encaminharmos essas notas pra pagamento agora, porque lá no primeiro processo de pagamento antecipado, ela me respondeu que os processos de pagamento antecipado seriam assinados por ela, eu ainda questionei se seriam por ela ou pelo ex-Secretário Helton, e ela me respondeu que seriam por ela.

Página 890. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Então, quando a gente recebeu essas notas, eu vi que o processo já estava em... quase sendo empenhado, eu questionei ela se era pra pagarmos agora, duzentos respiradores, 33 milhões, ela me responde: Processo 37.070, sim. No outro dia ela me faz a cobrança, se eu já encaminhei pra pagamento e diz que vai cobrar o, o José Florêncio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Valdir Cobalchini.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Boa noite.

Tem algumas questões aqui que eu queria perguntar. No seu depoimento lá do Ministério Público, quando você fala sobre uma mudança de senha do *e-mail,* quando a Márcia foi para a Defesa Civil, como é que foi isso?

A SRA. DÉBORA BRUM — Não, é... não foi quando ela foi pra Defesa Civil, na verdade, quando ela... saiu da Superintendência, é... a gente tentou acessar o *e-mail* e a gente não, da SGA, e a gente não conseguiu, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Agora depois de tudo?

A SRA. DÉBORA BRUM — Sim.

E aí, uns dias depois a gente viu que... dentro do, da, do *e-mail* da SGA, estavam divididos em pastas, tinha uma pasta orçamentos Covid, todos os orçamentos que a gente recebia a gente colocava dentro desta pasta e essa pasta ela havia sumido, então... as propostas referentes a esse processo, se tu colocar lá em, ã, dentro do *e-mail,* em todos, é... todos os *e-mails* recebidos na caixa de entrada e pesquisar pelo fornecedor a gente consegue localizar, mas antes a gente tinha separado dentro de uma pasta todos os orçamentos que foram recebidos e essa pasta foi ela apagada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso é muito interessante, Deputados e Relator, porque na entrevista da Márcia à televisão, e se não estou enganado no depoimento também, ela diz o seguinte: (*lê*) Neste momento existem vários servidores da Secretaria tentando buscar *e-mails* para tentar se defender.

Aconteceu isso?

A SRA. DÉBORA BRUM — Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Agora, essa mudança de *e-mail* foi assim que ela foi exonerada (a *depoente Débora Brum faz que sim com a cabeça*), houve a mudança... quem é que tinha acesso a esses *e-mails*, são quatro pessoas, é isso?

A SRA. DÉBORA BRUM — Na verdade, a gente solicitou essa informação, a gente perguntou pra Getin, que é a nossa Gerência de Tecnologia da Informação, quantas pessoas esta... primeiro a gente solicitou que a Getin fizesse essa alteração de senha, porque a gente não estava conseguindo acessar o *e-mail* da própria SGA, e a gente questionou a... Getin, quantas pessoas estavam logadas, antes de ser feito essa mudança de senha, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ã-hã.

A SRA. DÉBORA BRUM — A Getin nos respondeu que tinha dezesseis pessoas logadas no nosso *e-mail* da SGA.

Então, lá no apoio a gente trabalha em quatro pessoas mais o Superintendente, mas tinham dezesseis pessoas logadas no *e-mail*. É... a gente solicitou também, ã...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quem é a Suzane?

A SRA. DÉBORA BRUM — A Suzane também é apoio administrativo da SGA.

A gente questionou a Getin também, porque o Gmail ele faz uma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — *Backup*?

A SRA. DÉBORA BRUM — Também, mas ele faz um registro, é, de IP.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES— Sim.

Fls. 3592
Rubrica

Página 891. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. DÉBORA BRUM — Das pessoas que estão entrando no, no Gmail, né? Então no... nesse dia anterior, esse dia que foi apagado essa pasta, que foi mudada essa senha, o IP, que havia acessado o *e-mail* da SGA, era do Campeche.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Relator, eu acho que seria interessante, não sei como a gente deveria ter acesso a essa questão do *e-mail,* porque aqui tem uma informação extremamente importante, que eu vejo, Deputado Milton, porque tinha dezesseis pessoas logadas no *e-mail* da SGA, entre elas a senhora Débora. E ela afirma, agora aqui, que quando a Márcia foi exonerada, inclusive a senhora fala lá no depoimento que: (*lê*) Quando a Márcia saiu, ela mudou a senha, ela solicitou a mudança da senha e só quando o Coronel assumiu na segunda, que ele foi questionar qual era a senha, que daí passou a senha para ele.

Quem passou a senha, foi a Márcia?

A SRA. DÉBORA BRUM — A... a, a Márcia, só que depois, de novo, teve uma alteração na nossa senha que a gente não conseguiu mais acessar. Então, teve essa primeira alteração de senha, que daí quando a Márcia trabalhou uns dias depois da exoneração dela, lá na Superintendência de Gestão Administrativa, dois ou três dias, a gente comentou com... o Coronel, que era o então superintendente, depois da exoneração da Márcia, que a gente não estava conseguindo acessar o nosso *e-mail* e ele questionou a Márcia e... e ela tinha feito essa mudança, ela passou a senha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E...

A SRA. DÉBORA BRUM — ...depois foi feito de novo, a gente perdeu de novo o acesso ao *e-mail.*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Agora, isso é importante, Relator, porque ela diz que os... e aí a gente vê, né? A Márcia falou que tem muitos funcionários que estão buscando *e-mails,* agora ela (*refere-se à depoente Débora Brum*) diz que houve a troca do *e-mail.* Quem só poderia trocar essa senha do *e-mail?*

A SRA. DÉBORA BRUM — Quem possuía a senha do *e-mail,* como tinham dezesseis pessoas logadas, a gente não tem esse conhecimento (*ri*), mas o, última... a última acesso ao *e-mail* foi num... um IP do Campeche, antes de ser feito essa troca (*ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quem é que mora no Campeche, como é que é?

A SRA. DÉBORA BRUM — Eu tenho conhe... eu não sei de todos os servidores que moram no Campeche, mas eu tenho o conhecimento que a Márcia mora no Campeche.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A Márcia mora no Campeche.

Isso é muito importante para nós, e por isso que eu fiz essa marcação, até porque quando a Márcia fala, ela mostra exatamente isso, que tem vários funcionários que estavam... ela diz isso, tem vários funcionários nessa hora que estavam... eles estão lá buscando *e-mails* de orçamentos. E agora ela (*refere-se à depoente Débora Brum*) diz que houve a troca, a troca foi do Campeche...

A SRA. DÉBORA BRUM — E todas as pastas do Covid foram apagadas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E as pastas dos orçamentos foram apagadas.

A SRA. DÉBORA BRUM — Quando eu consulto, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Nós temos que buscar o IP disso daí, até para que a gente possa ficar bem...

A SRA. DÉBORA BRUM — Senhor Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim.

A SRA. DÉBORA BRUM — Eu não sei lhe precisar se... os *e-mails* eles foram apagados, porque, por exemplo, quando eu jogo ali, Veigamed, na caixa de entrada a gente

Página 892. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

consegue localizar, mas antes tava dentro de uma pasta, né, todos os orçamentos estavam dentro dessa pasta, essa pasta ela foi apagada. Então eu não sei dizer se algum orçamento ou alguns orçamentos foram apagados, porque a gente recebia dezenas de orçamentos por dia, encaminhados por todos os tipos de fornecedor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu queria que você pudesse falar um pouquinho sobre aquele pedido que: (*lê*) Ela pede às 4h59min, da manhã, pra eu ligar para ela e às 5h13min, eu respondo...

A SRA. DÉBORA BRUM — É as...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...que o processo já está comigo.

A SRA. DÉBORA BRUM — Isso. É, na verdade, não é da manhã...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E depois ela diz: (*lê*) Me envia essa proposta? Daí eu pergunto se sou eu que solicito a assinatura dela e do Secretário, ela, Márcia, fala que sim, eu respondo que quando ela tiver a proposta, então, ela me envie, que eu substituo.

A SRA. DÉBORA BRUM — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A senhora pediu a assinatura do Secretário ou foi a Márcia?

A SRA. DÉBORA BRUM — Ela solicitou que eu pedisse a assinatura dela e do Secretário, dentro do sistema.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E você pediu?

A SRA. DÉBORA BRUM — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então, você falou com o Secretário?

A SRA. DÉBORA BRUM — Não, é... isso é uma solicitação dentro do sistema.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Dentro do sistema, o.k.

A SRA. DÉBORA BRUM — Isso. Tu seleciona a peça e tu coloca o nome da pessoa que tu quer que assine, mas minutos depois que eu falei pra ela que o, que o... o ex-Secretário, faltava a assinatura do ex-Secretário Helton na CI, minutos depois ele assina. É... eu quero... deixa claro que eu nunca falei com o ex-Secretário Helton, nem pessoalmente, nem por telefone, nem por WhatsApp.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deixa eu perguntar sobre a senha do Sigef. Eu entendi o que você diz, no Sigef só entra depois de alguém certificar a nota.

A SRA. DÉBORA BRUM — Isso, depois de alguém assinar dentro do SGPE a nota, daí qualquer servidor faz um lançamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A Márcia disse que quem fez isso foi você, você diz que não, que a senha é pessoal...

A SRA. DÉBORA BRUM — De uso pessoal e intransferível.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Intransferível.

Mas a Márcia diz que ela não tem a senha dela ativa no Sigef desde 2017...

A SRA. DÉBORA BRUM — Isso, é verda...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...você tem?

A SRA. DÉBORA BRUM — Tenho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A sua está ativa?

A SRA. DÉBORA BRUM — Sim. Ela não tem a senha do Sigef.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso, do Sigef.

A SRA. DÉBORA BRUM — Isso. Então assim, o Sigef, qualquer servidor pode colocar qualquer outro servidor, qualquer servidor que tenha a senha do Sigef, pode colocar

Página 893. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3593

qualquer outro servidor pelo nome dele, se pesquisa, não precisa nem ter o CPF, como autenticador da despesa, mas esse documento, essa despesa certificada que é feita no Sigef, ela só tem validade se essa pessoa, que foi colocada como autenticadora, ela entrar no SGPE com a senha dela e assinar eletronicamente a nota fiscal, senão a... a despesa certificada ela vai tá dentro do processo, mas não vai ter validade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Débora, deixa eu te perguntar uma coisa, como é que você vai provar, além da sua fala, que a Márcia não está falando a verdade quando ela diz que foi você que certificou a nota com a senha dela no SGPE?

A SRA. DÉBORA BRUM — SGPE. Tá, então vamos lá (*folheia documentos*).

Eu trouxe dois documentos pra incluir nos autos, tá? É... esse documento aqui (*mostra o documento*), orientações e encaminhamentos de notas fiscais SGPE, ele foi produzido pela Gerência de Orçamento da Secretaria da Saúde e enviado a todos os servidores da Pasta em março de 2019, por *e-mail*; e a ordem de serviço n° 3/2019, da própria SGA, foi enviado a todos os servidores da Pasta em agosto de 2019, por *e-mail*. Tanto um quanto outro falam o seguinte: (*lê*) O atestador da nota fiscal é a pessoa que verifica se o material foi entregue ou serviço prestado e certifica o documento, será quem vai assina-la digitalmente no SGPE - o que a Márcia faz, é só vocês consultarem, é, o processo, ele é assinado digitalmente no SGPE pela Márcia, com a senha dela, todos os servidores da Secretaria têm a senha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas assim...

A SRA. DÉBORA BRUM — Só um instante: (*lê*) E constará como atestador na despesa do certificado do Sigef.

Então ela não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Débora, deixa eu dizer, assim, isso aí são protocolos que todos responderam. Nós estamos falando de um momento de pandemia, onde vocês se falavam 4h da manhã, 5h da manhã.

A SRA. DÉBORA BRUM — Não, não, isso era à tarde...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Era à tarde? Ah, o.k.

A SRA. DÉBORA BRUM — ...é porque essa conversa exportada parece...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas, assim, nós estamos falando de um momento de pandemia, onde a Márcia esteve aqui por duas vezes, uma no depoimento e outra... e depois no depoimento ao Gaeco, na entrevista, ela coloca que foi você. Eu estou dizendo o seguinte: isso que você apresenta, para mim, não vale como uma defesa sua para dizer: eu não fiz...

A SRA. DÉBORA BRUM — Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...eu não fiz isso...

A SRA. DÉBORA BRUM — É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...você está dizendo o que é o manual, mas entre o manual e a realidade, a gente sabe que existe confiança, existem pessoas que tem... por exemplo, eu tenho no meu gabinete, eu tenho a minha chefe de gabinete que tem a minha senha do banco, isso é normal da confiança das pessoas, mas eu sei até que ponto eu possa confiar ou não.

O que estou dizendo é o seguinte, a sua palavra e essas duas normativas aí, não me dão a certeza de fazer com que eu acredite que você realmente não foi a pessoa que fez lá, assim como eu também não acredito que a Márcia esteja falando... eu não estou dizendo que eu estou defendendo...

A SRA. DÉBORA BRUM — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...nem um, nem outro. Estou pensando assim, como é que você vai dizer para esta CPI, assim ó: Tem filmagem da

Página 894. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

sala, não, eu consigo... Porque esse negócio de senha, de CPF, de nome, isso não vale para mim, vale o seguinte: não, é o IP da máquina que diz que aquela ali... Aí é outra coisa.

A SRA. DÉBORA BRUM — Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É isso que eu quero saber, como você vai provar que não foi você...

A SRA. DÉBORA BRUM — Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...que certificou?

A SRA. DÉBORA BRUM — Certo, então, tem duas questões, eu fiz a despesa certificada no Sigef, eu entrei no Sigef com a minha senha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Com a tua senha?

A SRA. DÉBORA BRUM — Com a minha senha, e fiz a despesa certificada.

O que esses documentos trazem é que o ato do servidor fazer a despesa certificada, não autoriza nada, quem está autorizando é quem foi colocado ali como autenticador. No caso desses e todos os outros pagamentos antecipados, quem está como autenticador é a Márcia. Daí os senhores podem questionar: Mas como que qualquer servidor pode colocar o nome de qualquer servidor como autenticador? Porque esse documento do Sigef, ele só vai ter validade se essa pessoa colocada ali como autenticadora, entrar com a senha dela lá no SGPE e realizar senha, e, e... com a senha dela e realizar a assinatura das notas.

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim, eu sei.

A SRA. DÉBORA BRUM — Aí, a segunda questão pra eu provar, em relação ao IP, é... eu, eu acredito que o computador da Márcia, que ela utilizou na Defesa Civil, e o computador, não sei, não tenho esse conhecimento, mas acredito que o computador de uso pessoal dela também deve ter sido... apreendidos, né? Então vai ter lá, se for feita uma consulta, que foi ela que entrou no SGPE, no dia 1°, e fez assinaturas nas notas fiscais. Isso eu posso garantir pros senhores que não fui eu e... se ela não passou a senha dela pra ninguém, se ninguém acessou o, a senha do SGPE dela, ela que realizou essa assinatura.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — (*Lê*) A Márcia autorizou nós quatro, que trabalhamos ali na SGA, para quando fosse necessário, abrir, colocar ela como atestadora no Sigef...

A SRA. DÉBORA BRUM — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...e aí ela teria que assinar a nota fiscal desse processo de pagamento, né, então, nós quatro estávamos autorizados, caso fosse necessário.

A SRA. DÉBORA BRUM — Sim, mas isso só iria enca... ser encaminhado pra frente, esse processo, se ela entrar no SGPE com a senha dela e assinar a nota fiscal, senão esse processo ele não tem validade nenhuma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então, a senha que vocês... que ela autorizou vocês fazerem isso, não é a senha da certificação?

A SRA. DÉBORA BRUM — Não, não, ela não auto... ela não nos passou nenhuma senha. Ela disse no dia 20 de março, quando ela solicitou que a gente encaminhasse a primeira nota fiscal de pagamento antecipado, que nós estávamos autorizados (*ininteligível*) a autuar dentro da SGA, esses pagamentos, conforme fosse solicitado por ela, e que ela que faria a assinatura dessa nota. E ainda eu questiono ela pelo WhatsApp, se é ela ou é o Secretário Helton que assina a nota e, é... aparecerá como atestar dentro do Sigef, ela me responde que é ela.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Bom, eu tinha outras perguntas com relação à CI padrão, já foi colocado aqui, com relação a essa questão do *login*.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3594
Rubrica

Página 895. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Você afirmou que todos na Secretaria sabiam que esse processo tinha pagamento antecipado.

A SRA. DÉBORA BRUM — Todos que tiverem acesso ao processo e verificarem a proposta, está escrito claramente que havia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quem são esses todos, na sua ideia, quem são esses todos? Você, a Suzana?...

A SRA. DÉBORA BRUM — Tivemos diversas pessoas que... esse Processo 37.070, o processo de aquisição, ele, ele passou, né, cada servidor fazendo a sua atribuição, o que lhe era atribuído dentro do processo, né, em cada, em cada diretoria...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Secretário atual, André, sabia também? Está dentro desses todos? Porque você diz aqui que foi... era a Superintendência que estava nesse processo. Ele era o responsável pela Superintendência dos Hospitais, né?

A SRA. DÉBORA BRUM — A Superintendência Hospitalar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim.

A SRA. DÉBORA BRUM — Mas a... a Superintendência da Márcia é Superintendência em Gestão Administrativa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, não. É que você fala no depoimento, que parte desse processo, tinha conhecimento a Superintendência Hospitalar, que é o atual Secretário, o André.

A SRA. DÉBORA BRUM — O corpo clínico, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso.

A SRA. DÉBORA BRUM — O, passou pelo, pela SUH, sim, esse processo pra parecer técnico...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então, o Secretário André também sabia desse processo?

A SRA. DÉBORA BRUM — O nome dele não consta nas tramitações, o processo ele foi tramitado em... alguns momentos pra SUH, sempre... referente a parecer técnico, mas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas, assim, você que conhece como que é. Já que passou por esse parecer técnico na Superintendência Hospitalar, você acha que o Secretário Adjunto à época, hoje Secretário atual, ele deveria ter sabido, deveria ter passado por ele? Porque ele era quem respondia pela Superintendência Hospitalar. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

A SRA. DÉBORA BRUM — Eu não tenho conhecimento dos fluxos internos da SUH, é... mas eu acredito que esse processo ele foi trâmi... teria que ver cada tramitação,mas eu acredito que todas as vezes que esse processo foi tramitado pra SUH, foi referente a parecer técnico.Então, esses processos tramitaram entre os engenheiros. Eu não sei se o fluxo interno deles, é, determina que eles passem essas demandas pro... superintendente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu queria fazer uma pergunta dentro dessa pergunta do Promotor de Justiça para a senhora e a sua resposta.Ele pergunta assim:Pra vocês saberem que o pagamento era antecipado, vocês olhavam a dispensa de licitação, se ela estava vinculada ao orçamento. O orçamento falava que era pagamento antecipado.Era isso que vocês tinham como padrão para poder fazer esse pagamento sem a entrega do bem?A senhora responde:Isso.Vocês conferiam ou quem conferia?A senhora diz:Quem abria o processo de pagamento da nota.

A SRA. DÉBORA BRUM - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então a senhora foi lá na dispensa de licitação e viu, olhou, abriu no SGPE, para ver o processo para ver que formam que era o pagamento? A senhora falou:Pagamento antecipado, na proposta também

Página 896. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

estava escrito que era pagamento antecipado, mesmo assim, eu questionei com ela, a Márcia...

A SRA. DÉBORA BRUM - Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ...se realmente era para a gente encaminhar esse processo para pagamento...

A SRA. DÉBORA BRUM - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ...ele só foi aberto depois que ela me confirmou que era para abrir mesmo. A pergunta é:Quem abriu?

A SRA. DÉBORA BRUM - Eu autuei os processos porque no dia 20 de março a Márcia falou pro apoio administrativo dela que os processo... que as notas de pagamento antecipado, que solicitam pagamento antecipado, deveriam ser autuados na SGA e que seriam assinadas por ela.

Então, primeiramente, a gente confirmava com ela, pelo WhatsApp, porque ela estava trabalhando lá no Coes, e se ela desse o.k. a gente autuava os processos,incluía nota e solicitava a assinatura dela. E, aí, a gente só fazia a despesa certificada e dava o encaminhamento,se ela assinasse primeiro a nota fiscal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sabe por que eu faço essa pergunta para que você pense alguma forma, além dessas normativas, porque na sua fala com o Promotor você coloca que... a senhora coloca que a Márcia tinha conhecimento e que ela pediu para que vocês guardasse no computador com vocês, a tal CI, que vocês incluíam nos processos de compra.

A SRA. DÉBORA BRUM - É, na verdade, a Márcia pediu pra que a gente verificasse com as gerentes financeiras é, o que colocar dentro desse processo pra que o pedido dela fosse atendido. O pedido dela era o pagamento antecipado.

Então essa Comunicação Interna, ela fala da situação de urgência é, devido ao Covid, pra dar celeridade conforme o processo fosse chegando na Gerência Financeiras. Eles fossem sempre tramitados à frente dos demais processos de pagamento de nota fiscal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sabe porque eu pergunto isso?Para saber o nível de confiança da Márcia com vocês...

A SRA. DÉBORA BRUM - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –... porque se uma superintendente, que está fora da sala, ela chega para vocês e diz assim: vocês estão autorizados a guardar essa CI... Qual era a CI, Deputado Milton? Que fazia o processo caminhar para o pagamento. Se uma pessoa chega assim, para o seu liderado, e diz assim: você pode guardar quando chegar aqui você inclui esse processo.

E, daí, se é fraude ou não. Teve gente aqui, que falou que era fraude. A senhora mesmo diz que isso daqui era um processo padrão lá. Porque é o seguinte, a confiança da pessoa que diz assim: tá aqui uma CI para você incluir em qualquer outra compra para ser rápido o processo, é a confiança que me faz querer voltar a dizer, que a confiança de dar a senha para que possa fazer o processo como um todo.

Então, por isso, o que eu estou dizendo para a senhora? Que a senhora tem que dar uma forma para nós buscarmos para saber se realmente a senhora não tinha a senha dela, é, verdadeiramente.

A SRA. DÉBORA BRUM - É, então, é, conforme respondi ao senhor anteriormente, os computadores da Márcia, eles foram apreendidos. Então, se for feita uma busca do acesso dela, no SGPE, no dia 1°, às 18h38, se eu não me engano, é, vai constar lá que ela que assinou essas notas fiscais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A senhora acredita que ela usou o computador dela para fazer essa assinatura. Seria possível...

Página 897. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3595
Rubrica

A SRA. DÉBORA BRUM - Provavelmente do Coes, que era onde ela dava expediente... ou o *notebook* dela, que ela também carregava com ela.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deixa eu ver aqui.

A SRA. DÉBORA BRUM - Ela assina uma nota às oito e dezoito e trinta e oito e a outra nota às oito e dezoito e trinta e nove.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Presidente e nosso Relator, eu acho que é de extrema importância, acho que aí está o *x* da questão, de nós conseguirmos saber qual o IP da máquina que fez essa certificação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz - Deputado Kennedy, não é, com vênia que tenho por vossa excelência, não é papel da CPI fazer a defesa dela ou da Márcia. A Márcia, se ela quiser contrapor as alegações que a depoente tem aqui, ela pode trazer os documentos essenciais à CPI.

Fato é que nós temos um depoimento dela dizendo que não passou para ninguém a senha, que foi ela que certificou e ponto. A Márcia é que tem que vir aqui trazer elementos que desconstituam a manifestação dela. A Márcia tem bons advogados, nós temos aqui acompanhando, ela está nos vendo agora, está nos acompanhando agora. Os advogados dela estão nos acompanhando agora, a defesa da Márcia é a própria Márcia que tem que fazer, com a vênia que eu tenho à vossa excelência...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, eu entendo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz -...se a Márcia entender que pode provar que ela está mentindo, que passou a senha, etc. ela tem os mecanismos que pode trazer para CPI...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –... mas então o ...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz -... senão, nós teremos que buscar uma verdade absoluta, que os processos não têm, né.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –... mas é que é assim... eu concordo que não é papel nosso fazer a defesa. Eu não estou fazendo a defesa nem incriminando. Eu estou tentando buscar, porque para mim é importante é... o *start* desse processo foi essa certificação na nota, ouvida por todos.

Então, Presidente, eu vou preparar um requerimento para nós encaminharmos ao Gaeco, para que nós possamos perguntar, já que os computadores estão presos lá, para ter. Não é a questão que a Márcia vem aqui trazer a defesa ou não. Eu acho que nós... até porque nós precisamos saber disso, porque isso é muito importante para o processo para que nós possamos saber.

Não é quem diz a verdade ou *a* ou *b,* mas é porque, a partir dali, é que surgiu todo o processo de encaminhamento. Então, essa que é a minha preocupação.

Se a outra quiser trazer, apresentar, daí, economiza trabalho. Mas se não for, pelo menos para mim, este Deputado, preciso entender que é importante a gente saber disso daí, porque são duas informações importantíssimas aqui. E, daí, eu sou jornalista, eu sei como é que vou montando a história. Ela diz que funcionários estavam naquele momento apagando e buscando *e-mails* para se defender. Ela diz que muda a senha e alguém do Campeche, no IP do Campeche, apaga a pasta. Então, esse é um problema e, com certeza, se for o mesmo IP, quiçá, a gente saiba quem é que está falando a verdade. Se é a Márcia, que diz que foi a Débora que atestou com a senha dela, ou se é a Débora, que diz que foi a Márcia, que não foi ela.

Muito obrigado. Por mim deu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Estadual Moacir Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA– Pois não, Senhor Presidente.

Página 898. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Boa noite, senhora Débora.

A SRA. DÉBORA BRUM - Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – No depoimento do Helton, ex-Secretário da Saúde, em todos os momentos ele confirma que ele não autorizou o pagamento antecipado.

A senhora diz que todos sabiam que o pagamento era antecipado. O que a senhora tem a dizer, o ex-Secretário Helton sabia que o pagamento era antecipado ou não sabia?

A SRA. DÉBORA BRUM - Certo, então, aí constam duas informações, né? O processo de aquisição 37.070, ele de fato não tramitou no gabinete do ex-Secretário. É, foi solicitado apenas a assinatura dele em duas peças.

É, é, se o ex-Secretário entrou no processo e verificou o que estava escrito na proposta, estava escrito que o pagamento era através de numerário antecipado.

É... em relação, em relação à autorização de pagamento, essa autorização ela se deu mediante a assinatura da Márcia nas notas fiscais, autorizando que essa despesa fosse encaminhada para as Gerência Financeiras darem prosseguimento no rito de pagamento.

Então... a autorização foi a assinatura na nota fiscal, que foi realizada pela ex-superintendente Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Márcia.

Mas a documentação que a senhora fala agora, que o Secretário Helton teve solicitação, nessas solicitações constavam que o pagamento era antecipado ou não?

A SRA. DÉBORA BRUM - Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Não?

Quando se dá prosseguimento a uma nota fiscal, como foi no caso essa nota fiscal, a certificação que todos vocês se referiram e a senhora também está se referindo, essa certificação, é, ela dá garantia?A pessoa sabe que está dando garantia que a mercadoria está à disposição?Que a mercadoria foi entregue? Ou que o serviço foi prestado?

A SRA. DÉBORA BRUM - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – A certificação especifica isso?...

A SRA. DÉBORA BRUM - É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – ...que dá segurança para você mandar para frente para poder realizar o pagamento?

A SRA. DÉBORA BRUM – Sim. A certificação a que me refiro, que dá essa autorização, é a assinatura eletrônica no SGPE das notas fiscais, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Que nesse caso foi a Márcia?

A SRA. DÉBORA BRUM - Foi a Márcia, isso.

E todos os servidores da Pasta têm esse conhecimento, que é esta assinatura que dá essa autorização, conforme os dois documentos, que eu citei anteriormente, um encaminhado em março e outro encaminhado em agosto, pro *e-mail* pessoal de todos os servidores da Secretaria da Saúde.

Então está claro nesses documentos que o que tá é, autorizando a despesa, o que está verificando que a, o, o serviço foi prestado, que o bem foi recebido, é a assinatura, a assinatura eletrônica no SGPE, pela pessoa que tá autorizando, pela pessoa que tá certificando essa nota.

Eu não me recordo, é, senhores Deputados, da Márcia ter dito nos depoimentos dela, que eu utilizei a senha do SGPE dela. Acho que em nenhum momento ela responde essa pergunta que os senhores fazem. Ela sempre responde esta pergunta do SGPE falando do Sigef, e uma coisa não tem nada a ver com a outra. O Sigef é, ele só tem validade se a nota fiscal tiver sido assinada dentro do SGPE.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3596
Rubrica

Página 899. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Senhora Débora, nessa compra, vocês tinham conhecimento que era difícil de encontrar, já tinham algumas empresas feito proposta de venda e no meio do caminho desistido por falta de possibilidade de entregar a mercadoria que estavam oferecendo...

A SRA. DÉBORA BRUM - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Nessa compra, em nenhum momento passou é, na tua cabeça, pergunto a você agora, é, com a dificuldade que tinha, em tão pouco os dias em que caminhou o processo, que se autorizou a compra, e que se tava pagando antecipado, de ter o cuidado de verificar um contrato com seguranças, se a empresa tinha lastro para realmente oferecer isso, se ela tinha *expertise* para fazer esse negócio? Ninguém teve uma luz de procurar preservar esses 33 milhões de recursos públicos, do imposto das pessoas que trabalham?

A SRA. DÉBORA BRUM - Senhor Deputado, a, or...pelo menos, do que foi dito nos depoimentos até agora, eu sou a única servidora que faz esse questionamento. Que faz esse questionamento à superintendente Márcia, se de fato é pra gente encaminhar essas notas para pagamento, se ela vai se responsabilizar por essa despesa. Ela me responde que sim, e, em seguida, ela entra nesses processos e assina as notas fiscais.

Então, acredito que, que ela deveria ter talvez buscado essas garantias, ou solicitado que alguma pessoa do apoio, ou da diretoria de licitações, é, ou, aos setores financeiros, não sei. Como ela estava tomando as decisões dela lá no Coes, eu não tenho acesso às decisões dela, né. Eu não tenho conhecimento se ela estava verificando essas garantias ou não.

O que eu tenho conhecimento é que, quando eu questionei ela se de fato era pra autuarmos esses processos, ela me responde que sim, e, no dia seguinte, pela manhã, ela me cobra, que o processo ainda não foi feita a certificação no Sigef, inclusive. Que ela fala em todos os depoimentos dela aqui, que ela não tem a senha do Sigef desde 2017, mas, no dia 1°, ela me cobra, pelo WhatsApp, que eu não fiz essa certificação do Sigef.

Então, essa mesma certificação que ela diz de boca cheia que ela não tem a acesso desde 2017, ela pede pra eu fazer e me cobra no dia seguinte.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA– Eu não ouvi se no início você já deu essa informação, mas quanto tempo você trabalha nesse setor lá?

A SRA. DÉBORA BRUM - Eu trabalhei por seis anos como chefe do administrativo da Diretoria de Vigilância Sanitária e, no dia 16 de março desse ano eu assumi é, o cargo de apoio, de assistente administrativa na SGA. Uns dias antes a Márcia entra em contato comigo, pelo WhatsApp, pedindo que eu fosse lá na, na Superintendência de Gestão Administrativa pra conversar com ela, até o momento eu não conhecia a Márcia. Ela me disse que ela está precisando de apoio administrativo dentro da Superintendência de Gestão Administrativa; que ela conversou com alguns superintendentes, e que a minha superintendente, da época, me indicou para trabalhar né, nessa área, não é, no setor administrativo. E a outra superintendente indicou a minha colega, que passou a trabalhar comigo também, a partir do dia 16.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Mais ou menos há três meses?

A SRA. DÉBORA BRUM - É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Agora.

A SRA. DÉBORA BRUM - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Eu estou satisfeito, senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado Moacir Sopelsa.

Página 900. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Débora, tudo bem? Você trabalha lá há pouco tempo, de quantas compras você participou?

A SRA. DÉBORA BRUM - É, é... todos os processos de, é, do, na verdade as compras, os processos de aquisição eles não eram autuados na SGA, tá, eles eram atuado dentro de uma diretoria.Mas quando a ex-superintendente precisava que fosse feito algo dentro dos processos, ela solicitava a mim ou a outra pessoa do apoio administrativo.

Então, a gente tem uma planilha, lá na SGA, com todas as aquisições foram feitos referentes ao Covid. Foram feitas pela Secretaria da Saúde, né, teria que entrar dentro de cada um desses processos e verificar quais deles teve alguma tramitação da minha parte.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Mas você já conhecia a rotina, antes de ir para lá, de como é que funcionava todo o sistema, todos os departamentos?

A SRA. DÉBORA BRUM - Não, o primeiro dia que eu trabalhei lá é, foi no dia 16 de março. Quando eu comecei a fazer esse levantamento que ela me solicitou nessa semana, eu fui verificando que os processos de aquisição eles estavam sendo montados dessa forma, né, com um processo, com um orçamento só.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Você foi para lá já na pandemia.

A SRA. DÉBORA BRUM - Já.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – No início da pandemia...

A SRA. DÉBORA BRUM - Sim. Ela tava precisando...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – ...e, aí, já chegou com todos esses...com todas as compras que tinham que ser feitas?

A SRA. DÉBORA BRUM - É, já tinham alguns processos abertos, sido abertos nos, nos dias anteriores, na semana anterior. Já tinha inclusive proce, é, processos de fornecedor não, informando que não ia conseguir fazer as entregas, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Ou seja, tu estava aprendendo lá...

A SRA. DÉBORA BRUM - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ –... a função na qual você foi chamada pra efetuar?

A SRA. DÉBORA BRUM - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Então tu não tinhas o conhecimento total de como é que funcionava, como você tem agora, depois de três meses lá dentro.

A SRA. DÉBORA BRUM - É todas as... todas as tramitações, encaminhamentos que eu fiz, dentro dos processos SGPE ou Sigef, todas elas foram solicitadas pela minha chefia imediata, que era a ex-superintendente Márcia e nenhuma das ações que eu fiz, envolviam algum poder de decisão, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Sim.

A SRA. DÉBORA BRUM - Então, por exemplo, eu autuo os processos, mas é a ex-servidora Márcia que se responsabiliza assinando as notas fiscais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – É, a gente sabe que no começo de um trabalho sempre tu tá um pouco mais atrapalhado...

A SRA. DÉBORA BRUM - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Mudou do que você fez, dos primeiros processos de compra, para os de agora?

A SRA. DÉBORA BRUM - Eu não fiz nenhum processo de compras...

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls: 3597
Rubrica

Página 901. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Sim, mas que participou, que teve uma ação...

A SRA. DÉBORA BRUM - É, os processos eles não estão sendo mais é... os processo de aquisição do Covid, eles estão sendo feitos agora por uma comissão, que foi criada na Secretaria... aliás, ela é dentro do Coes, por duas comissões que foram criadas dentro do Coes. Então uma que planeja as compras que tem que ser feitas, não só pra Secretaria da Saúde, mas para outras Secretarias também, e outra que operacionaliza os processos.

Então, em geral, os processos eles não estão mais tramitando pela Superintendência de Gestão Administrativa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Por essa inexperiência que você diz que tinha no começo, seria difícil você ir lá, pegar assinatura de alguém, colocar no sistema, ou você já dominava bem isso?

A SRA. DÉBORA BRUM - Não... como, não tem, não tem como colocar a assinatura de outra pessoa dentro do sistema.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Bom, conhecendo a história como você conhece hoje, trabalhando lá dentro já há algum tempo, o que se percebe é que, vamos imaginar que não houve má-fé, que houve uma grande trapalhada. Onde foi essa atrapalhada nessa compra? [*Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

A SRA. DÉBORA BRUM - Eu acho que... por os processos eles terem sido instruídos com apenas um orçamento, por não ter sido realizada, de repente, uma pesquisa maior de preços, por não ter sido solicitado garantias, né, às empresas, eu acho que as...o que foi feito de errado dentro dos processos foi isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Ou seja, foi uma falta de buscar fornecedores, foi simplesmente se pegou aquele e se executou?

A SRA. DÉBORA BRUM – Isso. As, os, os orçamentos...os, os, processos, eles eram autuados numa Diretoria de Planejamento de Compras da SGA, mas eles só eram autuados mediante autorização da Superintendente Márcia, então ela sempre que solicitava à diretora que autuasse os processos e indicava qual que era o orçamento. No caso de orçamentos de equipamentos, antes passava pelo, pelos engenheiros da SUH, mas só pra fazer o parecer técnico, não é, pra ver se aquele equipamento estava de acordo com a necessidade.

Então, quem autorizava a autuação dos processos era a Superintendente Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - E se nós considerarmos que realmente foi uma compra maldosa, criminosa, com a intenção de lesar o recurso público. Por onde ele, obrigatoriamente, teria que passar a decisão? Quem seria a peça-chave, fundamental, que teria que ter participação pra fazer andar?

A SRA. DÉBORA BRUM - Não tenho essa informação, porque todas, é, todas as pessoas, tirando ali a SUH, todas as pessoas que passaram esse processo, que eram da Superintendência de Gestão Administrativa, é, realizaram, dentro desse processo, o que lhe compete, a sua atribuição dentro do, da sua função, do seu serviço, né? Então, o que era fato era que a Superintendente Márcia, ela cobrava celeridade nos processos. Então, o quão mais rápido ele tramitasse de um setor pro outro, é, isso era sempre solicitado. Eu não sei quem solicitava isso a ela que estava trabalhando lá naquela Comissão que foi montada na Defesa Civil, né, eu não sei se ela recebia esta orientação de alguém de lá, esta pressão de alguém de lá, mas o que chegava pra nós, que estávamos dentro da Secretaria da Saúde, era o pedido de celeridade da ex-superintendente Márcia.

Página 902. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Alguém conseguiria agir sozinho num caso desses? Fazer todo o trâmite sozinho sem mais pessoas terem conhecimento?

A SRA. DÉBORA BRUM - Reforço o que eu respondi antes pro senhor, Deputado. É, pelo que eu tenho visto ali na dentro da, da Superintendência de Gestão Administrativa, nesse pouco tempo que eu estou ali, cada servidor, ele fez só o que lhe competia dentro do processo, né, então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Apenas cumpriram ordens?

A SRA. DÉBORA BRUM – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Débora, o José Florêncio, nessa história do pagamento antecipado, ele sabia que o pagamento era antecipado, vocês conversaram para poder acelerar isso?

A SRA. DÉBORA BRUM – Certo, a Márcia trouxe também aqui, na nossa conversa com o WhatsApp, depois que ela me cobra, é, no dia 1º, que eu faça despesa certificada no Sigef, nesse sistema que ela não tem senha desde 2017, depois que ela me cobra, logo abaixo ela fala o seguinte: (*folheia documentos*) "No dia 1º/04 de 2020, às 15h11 da tarde, vou cobrar o Zé." Então, ela deixa claro que ela faz essa cobrança do pagamento antecipado ao José Florêncio, que é o Coordenador, que era o Coordenador do Fundo Estadual de Saúde na época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - A senhora diz o seguinte, que a senhora perguntou pra ela se era pra fazer o pagamento, e ela respondeu: "Sim." Isso está na sua conversa de WhatsApp?

A SRA. DÉBORA BRUM – Sim, eu trouxe também para incluir nos autos. Ela fala isso no dia 31/03, às 17h32 (*folheia documentos*). Aliás, vou, vou, vou ler a minha pergunta, né. No dia 31/03, às 16h07, eu pergunto: Márcia, Veigamed, pagamos as duas notas fiscais agora dos duzentos respiradores? Trinta e três milhões. Ela me responde, no dia 31/03, às 17h32. Ela me responde: PSES 37.070/2020, SIM. Em caixa alta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que é isso, Deputado Kennedy, eu acho que substitui todos os nossos questionários, porque é a própria afirmação dela de que ela manda pagar.

A SRA. DÉBORA BRUM – Eu deixei bem claro qual era o processo, qual era o fornecedor, qual era o valor e qual era o item, os 200 respiradores. Ela me responde – e eu não coloquei o número do processo, mas ela coloca – às 17h32, PSES 37.070/2020: SIM, em caixa alta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem, só pra gente finalizar as letrinhas. SGA?

A SRA. DÉBORA BRUM – Superintendência de Gestão Administrativa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Superintendência de Gestão Administrativa, esse é um procedimento de inserir os documentos, não? Porque tem o SGPE e o Sigef?

A SRA. DÉBORA BRUM – Não, SGA é a Superintendência que a...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É a sigla do local?

A SRA. DÉBORA BRUM – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o...?

A SRA. DÉBORA BRUM – O SGPE é o Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos. Então, todos os processos que são atuados são autuados dentro desse sistema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem.

Fls. 3598

Página 903. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. DÉBORA BRUM – Eu não me recordo dela ter dito que eu entro nesse sistema com a senha dela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá. E qual é aquele que a senhora disse que somente ela tinha a senha dela?

A SRA. DÉBORA BRUM – O SGPE.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O SGPE.

A SRA. DÉBORA BRUM – Ele é de uso pessoal, intransferível, inclusive é responsabilidade do servidor tudo o que é feito com a senha dele, tá, isso está dentro do SGPE.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então vocês poderiam inserir documentos, mas a certificação dependeria dela?

A SRA. DÉBORA BRUM – A assinatura eletrônica era dela, com a senha dela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores Deputados, antes de qualquer coisa, gostaria de solicitar à assessoria que fizesse a juntada de todo o material que vai ser disponibilizado pela senhora Débora. Então já deixar isso aí acertado com a assessoria, aquilo que ela considerar útil para ser feita a juntada no processo. Senhora, depois a assessoria vai recolher esse material.

A SRA. DÉBORA BRUM – Sim, tem bastante coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Também quero dizer ao Deputado Kennedy que pode providenciar o requerimento.

A SRA. DÉBORA BRUM – Em relação ao questionamento do Deputado Kennedy, talvez eu tenha mais um documento também que corrobore o que eu tenho dito, se os senhores me permitirem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, fique à vontade.

A SRA. DÉBORA BRUM – A Márcia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pelo menos chegou alguém aqui que queira falar conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Que queira falar (*risos*).

A SRA. DÉBORA BRUM – Eu não tenho nada a esconder, eu quero ajudar os senhores a esclarecerem o que aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que bom, a senhora está ajudando muito. Não a nós, mas a Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mas a Santa Catarina.

A SRA. DÉBORA BRUM – Exatamente.

Então, a Márcia disse, é, em depoimentos dela aqui, que teve uma servidora de outra gerência, da Superintendência de Gestão Administrativa, que fez a despesa certificada no Sigef sem a autorização dela, né. Ela disse que nós tínhamos essa autorização, volto a reforçar que essa autorização que ela nos deu era pra fazer a despesa certificada no Sigef, mas esse documento só tem validade se ela entrar no SGPE e assinar.

Ela disse que outra servidora, é - quero aproveitar esse momento pra também, é, fazer justiça com essa servidora - essa Gerência de Bens Regulares, a GBER, que pertence à Superintendência de Gestão Administrativa, encaminha pra SGA no dia 03/06/2020, depois do depoimento da ex-superintendente Márcia, a CI nº 192/2020. Eles colocam, abre aspas: (*Passa a ler.*) Prezados, com nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste tornar ao conhecimento dos senhores gestores e buscar esclarecer alguns apontamentos veiculados em

Página 904. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

entrevistas e depoimentos que levantaram a Gerência de Abastecimento indicação de uso indevido de certificação de despesa no sistema Sigef. Aguardamos até a presente data na expectativa de que houvesse alguma indagação por parte da então Superintendente de Gestão Administrativa sobre o fato por ela narrado, de que identificou, após sua exoneração do referido cargo, uma certificação em seu nome sem que ao menos tivesse senha válida no referido sistema Sigef.

Ocorre que os fatos ocorreram em 7/4/2020 e eram de conhecimento da Superintendente e não são, a, e não, a, e são a qualquer alteração posterior que lese o processo, pois identificamos o processo de certificação como sendo o, o PSES 43.128/2020, onde os materiais foram efetivamente recebidos e conferidos pela equipe da GBER por se tratar de aquisição DL Covid-19, a orientação é nos repassada em 26/3 via grupo de mensagens do WhatsApp e denominado súplicas, seria de que essas notas fossem encaminhadas para a SGA fazer as assinaturas digitais e encaminhamentos."

Então, eles colocam aqui a conversa no WhatsApp, dia 26/3, às 15h11, a Bárbara, Diretora da, da Diretoria, é, de Logística, questiona: Márcia, essas notas fiscais de aquisição para atendimento do Covid, que estão fora do planejamento normal, serão encaminhadas para a SGA para fazer o Sigef certificar? Ela responde que sim. Então aqui eles colocam o, o número dos processos.

E aí eles falam o seguinte, deixa eu achar a parte que vai interessar aos senhores (*folheia documentos*). As peças, nota fiscal e Sigef estão assinadas digitalmente pela servidora Márcia no dia 07/04, bem como a guia de entrada e validação do Danfe por esse Gerente de Bens Regulares, a fim de dar validade às peças, o que está em conformidade com a ordem de serviço que eu trouxe para os senhores, da própria SGA, 3 de 2019, de 14 de agosto de 2019, que trata de procedimentos relativos ao programa Governo Sem Papel, por meio do Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos no âmbito da Secretaria de Estado da saúde.

Então eles trazem as mesmas informações que eu trouxe aqui para os senhores, que fala o seguinte (*passa a ler*): que é... o atestador da despesa é a pessoa que verifica se o material foi entregue ao serviço prestado, certifica o documento, devendo ser um servidor e não um funcionário terceirizado. O atestador da nota fiscal será quem vai assiná-la digitalmente no SGPE. Assinar o carimbo do certifica, caso exista, no caso dos processos eletrônicos ele não existe mais, e constará como atestador na despesa certificada do Sigef.

Então, a partir do momento que ela entrou no SGPE e fez a assinatura da nota fiscal, ela está autorizando que qualquer servidor que tenha acesso ao Sigef entre no Sigef, faça essa despesa certificada, porque isso é operacional. Quem certificou, quem fez essa despesa certificada dentro do Sigef, ele não está autorizando nada. Ele está simplesmente colocando a pessoa que assinou a nota fiscal como autenticador da despesa, e essa pessoa que assinou a nota fiscal no SGPE, que está como atestador na despesa do Sigef é quem está autorizando que esse processo de pagamento siga o rito normal de pagamento, ele tramite pela Gerência de Orçamento, pela Gerência Financeira e que seja realizado o pagamento.

Então eles, eles finalizam: Com isso procuramos demonstrar a lisura do processo, onde a colaboradora apenas montou o PSES, é, autuou os processos de pagamento. Que foi o meu caso nesse da Veigamed, específico, isso aqui é outra aquisição. Então, a servidora lá, ela apenas autuou os processos no, no SGPE, que foi o que eu fiz, e aí ela fez a despesa certificada no Sigef e colocou dentro do processo. Mas essa despesa certificada, ela só teve validade porque a Márcia entrou dentro do SGPE com a senha dela e colocou, é, e assinou.

Então, eles finalizam: Entendemos perfeitamente o momento vivido pela colega Márcia, mas não podemos deixar de manifestar nossa narrativa frente fatos obscuros atribuídos erroneamente a essa Gerência. Vale informar que a identificação do certificador

Página 905. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3599
Rubrica

de despesa no sistema Sigef não é necessário estar logado e com isso não há qualquer relação com uso de senha pessoal.

Então, o que a Márcia procura confundir talvez os senhores, dizendo que ela não tem essa senha do Sigef deste 2017, não traz nenhuma informação, porque esse documento, ele só tem validade, tanto esse feito na GBER ou estes feito por mim, ele só tem validade porque ela entrou no processo do SGPE com a senha dela e assinou as notas fiscais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Presidente, deixa eu fazer uma pergunta. Se você fosse dono de uma empresa, dono de uma empresa, não funcionário, dono de uma empresa que fizesse a movimentação tão grande de recursos dentro do SGPE e do...

A SRA. DÉBORA BRUM – Sigef.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sigef, você colocaria sua mão no fogo nesse programa, por ser dono da empresa, dizendo assim: eu atesto completamente?

A SRA. DÉBORA BRUM – Sim, porque o servidor, todos os servidores da Secretaria da Saúde têm a senha, de uso pessoal e intransferível, do SGPE, e eles respondem também se passarem essa senha pra alguém, o que for, o que foi feito com essa senha. Quem responde é o servidor que possui esse acesso, né, essa senha.

E o Sigef, realmente, dentro do Sigef, ao fazer despesa certificada, qualquer servidor pode colocar o nome de qualquer outro servidor, mas esse documento, ele não tem validade nenhuma se esse servidor, que consta lá como atestador, não tiver entrado dentro do SGPE e feito a assinatura eletrônica. Essa assinatura eletrônica da nota fiscal é o que valida a despesa certificada do Sigef.

Então, a operação de fazer essa despesa certificada não implica em nenhuma responsabilidade, não é isso que autoriza, quem está autorizando é quem está assinando eletronicamente com a sua senha, de uso pessoal e intransferível, a nota fiscal no SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Ou seja, você está confirmando que foi a própria Márcia quem colocou a assinatura.

A SRA. DÉBORA BRUM – Sim, sim. Ou alguém que ela passou a senha dela e eu não tenho conhecimento. Pra mim, ela nunca passou, mas ela responde também, é, porque foi, pelo que foi feito com senha dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito bom, dona Débora.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Fique à vontade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Vou usar da palavra, porque eu só fiz uma interferência na hora da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Fique à vontade, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Dos questionamentos do Deputado Ivan, e eu, na verdade, nem quero mais fazer nenhum questionamento, senhora Débora, porque foi muito esclarecedor toda a sua...e se viu muita transparência no que a senhora trouxe aqui, e que pra mim não muda o que a gente já identificou.

A funcionária Débora era assistente, na cadeia hierárquica, da Márcia, por isso que quem dava a ordem para ela era a Márcia, (*a depoente faz que sim com a cabeça*) não era o Helton, assim como o Diretor de Licitações, que tinha a obrigação de fazer os processos, como chegavam lá, com aquele orçamento que chegou só dar validade e tocar pra frente, porque essa era a ordem, e que Secretário de Estado da Saúde, Secretário Adjunto da Saúde e a senhora Márcia, lá na Defesa Civil, é que recebiam, negociavam e passavam pra frente pra executar.

Página 906. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O fato que a senhora Márcia tentou esconder, (*a depoente faz que sim com a cabeça*) talvez uma tática de defesa, que hoje veio por terra com os seus esclarecimentos, não é, que pra mim ficou muito claro, inclusive na fala da senhora Márcia aqui, ela fala das duas certificações, mas ela disse: "Não, na hora de certificar para pagar não foi eu, foi a Débora." Mas sem ela ter certificado antes, a Débora não poderia certificar para pagar. Então, ela omitiu isso tentando confundir as responsabilidades, assim como o Secretário omitiu que ele não negociou, que ele não sabia que era antecipado, que ele não estava apavorado pra comprar equipamento, não é? Que apesar dele ter pegado o telefone, reduzido o preço e negociado, etc., e ter assinado o processo e que está ali dito pela senhora Débora que o processo foi assinado conforme está no processo, quer dizer, está lá dito pagamento antecipado em os momentos, que no dia seguinte ele já começou a cobrar no elevador, a conversa entre os dois aqui, a Márcia e o Helton no dia seguinte: "E agora, pagamos. Como é que fica?"

Então, pra gente está muito claro, virou a casa da mãe Joana em nome de um pânico entre os gestores que deviam ter o pé no chão e estavam mais apavorados do que o povo. Então, em nome disso, tudo é válido. É válido jogar dinheiro fora, é válido... Ah, se nós tivermos que fazer dez hospitais de campanha era 700, 800 milhões, então vamos fazer 700, 800 milhões como se isso fosse cair do céu, né?

E assim foi a gestão dessa crise de saúde que nós vivemos em Santa Catarina, infelizmente. Onde os verdadeiros responsáveis são as pessoas que têm a caneta, e não é o porteiro, Deputado Kennedy. A Débora, assim como outros funcionários, cumpriu o seu papel. Talvez o José Florêncio, que tinha lá a responsabilidade de pagar, pudesse ser um pouquinho mais zeloso. Eu, diferentemente dele, tenho um pouco mais de idade do que ele, mais a minha memória é muito boa, mas muito boa mesmo, né, a ponto de lembrar aqui, sem precisar escrever, o que a Márcia disse, o que o Helton disse e o que cada um disse.

Então, está muito claro que a tática de defesa do ex-Secretário Helton, do ex-Secretário Adjunto André e da Márcia, que eram as pessoas que detinham o poder de fazer isso andar, é, um está tentando, cada um tentando se salvar a pele e todos eles estão, é, infelizmente, envolvidos nisso, e deram espaço, por serem relapsos, para os espertalhões e os vivaldinos tirarem proveito disso e roubarem o Estado. [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

E aí temos que ver, então, a participação desses ou outros agentes públicos que, eventualmente, fizeram a facilitação de um processo tão sem pé e sem cabeça de comprar e pagar antecipado, sem garantias, de uma empresa de fundo de quintal, sem a mínima condição de dar garantia de fornecer os equipamentos.

Então para mim isso está muito claro, senhor Presidente e senhor Relator. [Quero] agradecer a servidora Débora, porque se vê que simplesmente cumpriu o seu papel.

Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhores Deputados, quero aproveitar a fala do Deputado Milton Hobus para... A fala do Deputado Milton Hobus e os depoimentos que nós colhendo aqui na Assembleia provam que a CPI vem trabalhando exatamente de acordo com os passos que foram dados, com a importância de cada elemento e também, Deputado Milton Hobus, com a desestruturação de cada um que vai passando por aqui. É uma história que vai sendo reconstruída.

Então eu quero aproveitar esta oportunidade para [dizer a] todos os membros da CPI, aos assessores, a todo mundo que está nos ajudando, principalmente aos nossos assessores de gabinete, que têm um papel fundamental nesse processo de ajudar a construir essa narrativa, pois quem está acompanhando esta CPI desde o início está vendo que a narrativa está sendo construída de acordo como os fatos aconteceram, e também a estratégia que nós construímos aqui foi perfeita para que a gente pudesse, passo a passo, identificar

Página 907. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3600
Rubrica

cada um dos procedimentos que levaram a esse prejuízo, o que permitiu o Deputado Milton Hobus já fazer um "pré-pré-relatório" do que aconteceu.

Então, muito obrigado por essa... Acho que a gente está indo num caminho muito certo, a gente está caminhando muito bem, caminhando certinho. Tem algumas coisas ainda para serem esclarecidas, que ainda estão faltando nesse processo, muita coisa ainda está sendo apurada no Gaeco, tem muita coisa vindo de lá, nova, que eu tenho certeza que vai colocar ponto em algumas interrogações que ainda existem, mas eu confesso aqui, e quero aproveitar essa fala do Deputado Milton Hobus para dizer, que estou muito feliz em estar fazendo essa construção tão sólida, tão madura, tão preparada da CPI.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente, só uma última pergunta pra Débora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Fique à vontade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Você conhece o Leandro?...

A SRA. DÉBORA BRUM – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Barros?

A SRA. DÉBORA BRUM – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Nunca falou com ele?

A SRA. DÉBORA BRUM – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Peço que ao término da minha pergunta os Deputados permaneçam, porque temos um acerto em relação ao horário da próxima reunião.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Também tem um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tem requerimento ainda para ser votado.

O Deputado Kennedy Nunes perguntou se a senhora conhece o Leandro Barros. Mas já ouviu falar dele?

A SRA. DÉBORA BRUM – Só depois de ouvir os testemunhos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Douglas Borba, a senhora já ouviu falar dele.

A SRA. DÉBORA BRUM – Também de ouvir os testemunhos aqui, eu não o conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – César Augusto, a senhora já ouviu falar dele?

A SRA. DÉBORA BRUM – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não? Fábio Guasti?

A SRA. DÉBORA BRUM – Sim, aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sabe onde essas pessoas estão?

A SRA. DÉBORA BRUM – Sim. A... o... a terceira pessoa não sei quem é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Estão na cadeia, estão presos.

A SRA. DÉBORA BRUM – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eles estão presos, essas pessoas estão presas.

Pedro Araújo.

Página 908. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. DÉBORA BRUM – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Também não ouviu falar dele? Também tá envolvido nesse processo da compra dos respiradores. Ele está foragido, ele está de pinote, ele fugiu, tem um mandado de prisão expedido contra ele.

Sabe, às vezes eu acho que quando a pessoa senta aqui na frente ela perde um pouco a noção da realidade, do que está acontecendo lá fora, e de como é complicado aquilo que a gente está fazendo, da realidade daquilo que está acontecendo. Tem pessoas lá que estão presas; vazou até a foto do Douglas Borba com aquele pijama alaranjado, sentou ali, naquela cadeira (*aponta para o local*). Todas essas pessoas estão construindo uma narrativa a fim de se livrar desse problema que elas têm e a forma que elas constroem essa narrativa é transferindo a culpa, o dolo daquilo que elas fizeram, pra outra.

Quando fala que o problema está, dona Débora, na hora que apertaram o botão, que inseriram a senha... Não está ali, porque se fosse só isso as pessoas não estavam presas, ninguém é preso por isso. As pessoas são presas porque arquitetam em duas ou mais pessoas para praticar algum tipo de delito, quando praticam o peculato, falsificação de documento, corrupção passiva, corrupção ativa. São fortes os argumentos ali. Desse lado tem essas pessoas todas e do outro lado está a sociedade civil, estão os Deputados, está o Ministério Público, está a Polícia Judiciária, puxando cada um para um lado, uma corrente, e por questões bem óbvias mesmo – e a senhora deve entender isso –, essa corrente vai se romper exatamente no elo mais fraco.

Eu gostaria que a senhora se identificasse nessa corrente qual o elo é a senhora. Ali tem um ex-Chefe da Casa Civil, um ex-Secretário da Saúde, não é verdade?

A SRA. DÉBORA BRUM – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tem um advogado que representava uma empresa tão importante que nem é consu... O nome dela é tão bom em todo o território nacional e reconhecido que se compra dessa empresa sem fazer maiores consultas, uma compra de 33 milhões, de tão importante que essa empresa é, pública e notória a fama dela no Brasil. A senhora tem que se identificar onde a senhora se encontra como elo dessa corrente quando ela arrebentar, e ela vai arrebentar, há muita gente fazendo pressão.

Costumo dizer que tem sete milhões de pessoas aqui puxando o outro lado dessa corrente, rezando... sete milhões, não, mas uns seis milhões novecentas e noventa e lá vai cacetada, porque o resto está preso ou foragido. Então eles estão puxando forte ali dentro e nós somos representantes dessas pessoas.

Por que eu estou dizendo isso para a senhora? Porque quando se comete um erro – e eu já disse isso aqui numa outra oportunidade –, quem tem o direito de cometer erros são as crianças e os pródigos. A senhora sabe o que é um pródigo, né?

A SRA. DÉBORA BRUM – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pródigo é aquele cara que não tem capacidade de tomar conta dele mesmo, aquelas pessoas...

A SRA. DÉBORA BRUM – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ... que têm *deficit* de inteligência, ser simplório demais, esse é um pródigo.

Quando alguém chega aqui e fala que foi num momento de desespero, nós tomamos uma atitude num momento de desespero... Eu já fui até criticado aqui no Parlamento, ah, o Lima é machista, ciclista, xenofobista, entre outros istas da vida, porque eu bato nessa tese, eu vou continuar apertando isso até onde puder.

Principalmente o *staff* desse governo, Deputado Fabiano da Luz, foi formado por homens que passaram a vida inteira, Deputado Cobalchini, gerenciando crise, Deputado Kennedy Nunes, gerenciando crises. Toda a equipe do governo, o que tem menos tempo lá

Página 909. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

PARLAMENTAR
Fls. 3601
COMISSÃO
RÚBRICA

gerenciando crise tem trinta anos, e falar que num ato de desespero... e todo mundo saiu desesperado, um homem falar isso em público? Teria uma vergonha muito grande.

Só que dessa vez a gente não está enfrentando a opinião pública, a gente está enfrentado a Justiça. Assim, se alguém comete um erro, senhores, a gente tem que pensar assim: essa pessoa cometeu o erro por ser estúpida... só tem três alternativa, a outra é porque está sendo paga pra fazer isso ou foi ameaçada pra fazê-lo. Diante da Justiça é isso.

A senhora entendeu? São três alternativas, ou essa pessoa foi paga... alguém chegou lá e falou assim: vou te pagar pra fazer isso aí, eu vou articular um esquema de uma venda... Porque senão não estava solto, se fosse por causa de um erro aqui, quem inseriu a senha, quem tem a caneta poderosa, quem apertou o botão, quem puxou o elástico, quem apagou a vela... Não, foi por causa de uma estrutura criminosa que montaram. Eles montaram essa estrutura e de alguma forma se deram mal, e as outras pessoas ficam falando: não sei, não lembro, não acredito, não tenho conhecimento, nunca vi na vida. Nós tivemos um Secretário sentado aqui dizendo que nunca pisou na Secretaria do outro. Olha o absurdo que é isso, cara!

Então são três teses para dizer: ou é ignorante mesmo, é burro, e o bolso do otário é virado pra baixo, ou está sendo pago para falar aquilo que está falando aqui... Enfim.

Eu gostaria de dar total liberdade para a senhora, porque eu vou falar, tem muitos catarinenses nos assistindo agora, a gente recebeu uma resenha da imprensa da Casa [mostrando] que aqui está sendo campeão de audiência, isso aqui está sendo *top five* nesse horário da CPI dos Respiradores, porque realmente é do interesse de todos, já que eles tiraram dinheiro do bolso pra poder pagar esses respiradores que nunca chegaram.

(*O senhor Deputado Estadual Fabiano da Luz manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quantas? Só no YouTube. Eu olhei na minha rede há pouco tinham setecentas. Estão quase emparelhando (*ri*).

Então, vou deixar para a senhora cinco minutos ou o tempo que a senhora achar necessário, porque esta é a hora de falar assim: olha, eu fui utilizada como uma massa, ou como uma ferramenta, ou como uma válvula de escape para alguém que realmente participa daquele grupo das três pessoas; ou são otários, ou estão sendo pagos pra poder dizer que não se lembram, não sabem, ou já receberam... porque é como eu disse, não é a opinião pública, a gente está enfrentando na Justiça, ou o terceiro grupo, que arquiteta a coisa toda, né?

Então a senhora tem esses cinco minutos e eu gostaria que a senhora usasse para abrir o seu coração mesmo. Olha que oportunidade boa, né, dizem que o cavalo encilhado não passa muitas vezes na frente da gente, e ele está agora aqui, passando a milhão aqui na frente, encilhado, tá até parado. Fique à vontade.

A SRA. DÉBORA BRUM – Certo.

É... bom, eu quero reforçar o que eu disse ao longo do meu depoimento aqui, que as decisões elas estavam sendo tomadas na comissão que foi montada lá na Defesa Civil, né, que é o Coes. Então quando eu comecei a trabalhar na Superintendência de Gestão Administrativa já havia iniciado a situação de pandemia, é... os ritos já estavam sendo feitos dessas for... dessa forma, os processos de aquisição já estavam sendo feitos dessa forma, dias depois a ex-superintendente Márcia solicita pro apoio administrativo dela que encaminhe notas pra pagamento antecipado, é... que deveriam ser autuados na SGA e que seriam assinados por ela.

Então... eu quero reforçar que minha participação, tanto no processo de aquisição quanto nos dois processos de pagamento antecipado, foram ações operacionais dentro dos dois sistemas, do sistema SGE... SGPE e do sistema Sigef. É... nenhuma dessas ações envolviam poder de decisão.

Página 910. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

É... em relação à autorização de pagamento, ela é feita conforme os documentos que eu trouxe pros senhores incluírem aqui nos autos do processo. A despesa ela foi autorizada mediante assinatura das... da ex-superintendente Márcia nas notas fiscais e foi essa assinatura que autorizou eu, com a minha senha do Sigef, fazer a despesa certificada e colocar ela como atestadora. Se ela não tivesse assinado essas notas, esse documento do Sigef ele não teria validade nenhuma.

É... até o presente momento, senhores Deputados, é... eu não vi nem ouvi nada que implique que algum dos servidores que passa esse processo ali no SGPE, que tem todas as tramitações, os senhores têm acesso no SGPE, mas eu trouxe aqui também. É... o que a gente observou dentro do prédio da Secretaria de Estado da Saúde eram os servidores tentando dar celeridade ao que lhes competia dentro do processo. Então essa celeridade ela estava sendo solicitada pela ex-superintendente Márcia, era ela que falava com a gente, do apoio administrativo.

Em nenhum momento eu recebi orientação de outros... de outras pessoas, todas as orientações feitas neste processo e nos outros, é... todas as demandas a mim chegaram através da ex-superintendente Márcia, que reforço, como eu disse antes, estava trabalhando, fazendo expediente dela... Desde o meu primeiro dia de trabalho na SGA, ela fez expediente... ela já estava fazendo, há alguns dias, desde o dia 12 de março, se eu não me engano – ela disse aqui em depoimento –, expediente no Coes onde ela fez até o dia da exoneração dela. Então a... as solicitações pra gente do apoio administrativo, bem como pras outras Diretorias que pertencem à Superintendência de Gestão Administrativa, a Diretoria de Licitação, a Diretoria de Gestão de Planejamento de Compras e outras que passaram esse processo, essas solicitações, esse pedido de celeridade nos processos eram feitos, chegavam até a gente... pra gente através da ex-superintendente Márcia.

Então se lá nessa comissão especial que foi montada pro enfrentamento do Covid, se ela recebia pressão de outras pessoas, de outros Secretários, eu não tenho esse conhecimento. Então o que eu posso dizer pros senhores e garantir, que era o que chegava pra gente, esses pedidos de celeridade, é... era através da ex-superintendente Márcia.

Eu acho que é isso. Eu quero agradecer os senhores a oportunidade de ajudar a esclarecer os fatos relacionados a essa aquisição e a esses pagamentos. E me coloco à disposição do que os senhores precisarem também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Filha, nós que agradecemos enormemente a presença da senhora, tá?

Peço à assessoria que acompanhe a dona Débora e já colete o material que ela disse que vai disponibilizar.

(*A senhora Débora Brum entrega o material à assessoria da CPI e deixa o recinto.*)

Pergunto aos senhores Deputados com relação ao horário da nossa próxima reunião, na quinta-feira. Era às dez da manhã o combinado, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ficou para às 9h, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Se a gente pode reafirmar isso, deixar claro, acertado, 9h.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É que ficou acertado que se tivessem oitivas já acertadas, nós manteríamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então se as oitivas não estão pras... Estão pras 10h?

(*A assessoria informa que as convocações para as oitivas foram feitas para às 10h de quinta-feira.*)

Estão para às 10h. Ah, então o que foi tratado foi isso, Presidente...

Página 911. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3602
Rubrica

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que as oitivas já convocadas, permaneceriam. Daí depois, das outras, passaria, para a próxima, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Isso porque o único prejuízo são as reuniões na parte da tarde de terça, que seria hoje mesmo, por causa da sessão plenária, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É.

Senhor Presidente, se fosse possível, eu gostaria que aquele requerimento que eu coloquei para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Colocar em votação hoje?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...se porventura...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, sem óbice.

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aquele que o Deputado-Relator inclusive me ajudou a fazer sobre os IPs das máquinas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se o senhor me permitir, eu preparo um requerimento por escrito...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, mas está pronto ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ah, já está pronto? Ótimo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Hm, eu aproveitei o seu e entreguei ali...

O SR. DEPUTADO ESTADUA FABIANO DA LUZ – A sua assessoria funciona, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Vamos ler o requerimento e tem mais um outro requerimento que eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Enquanto prepara o requerimento...

Senhores Deputados, nós temos uma ação aqui da CPI que foi a autorização para o ajuizamento de um mandado de segurança para termos acesso a dois depoimentos que ainda estão sob sigilo.

Esses depoimentos... a CPI fez o requerimento para o Gaeco para a chegada desses dois...

(*O senhor procurador Márcio de Sousa Rosa manifesta-se fora do microfone: "Ainda não chegou nada."*)

Pra chegada do Gaeco desses dois depoimentos, o do Helton e o do Douglas, que faltam ainda chegar à CPI.

Foi encaminhado à assessoria jurídica e a assessoria jurídica então fez... se não me engano o doutor (*dirige-se ao procurador da Assembleia Legislativa, senhor Márcio de Sousa Rosa*) pode certificar com a gente, fez um requerimento formal da chegada desses dois depoimentos, né?

(*O senhor procurador Márcio de Sousa Rosa manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Pois é, mas nós não podemos ficar esperando a negativa...

(*O senhor procurador Márcio de Sousa Rosa manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Página 912. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Eu entendo, doutor, só que nós temos que apertar essa negativa, cobrar efetivamente a negativa, senão acaba a CPI e a negativa não veio, e o documento... o depoimento não chega, né?

O SR. MÁRCIO DE SOUSA ROSA – Aliás, a formulação desse documento não foi feita por nós, foi feita pela Comissão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso.

O SR. MÁRCIO DE SOUSA ROSA – Então... Nós nem isso temos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então vamos solicitar, senhor Presidente, e o Relator está solicitando, que a assessoria jurídica auxilie para essa resposta ou a negativa o mais rápido possível, já que se os documentos não... pra que se esses depoimentos...

O SR. MÁRCIO DE SOUSA ROSA – Pois é, mas... Deputado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só um minutinho. Pra que se esses documentos não chegarem, a gente possa então ajuizar um mandado de segurança para ter acesso.

O SR. MÁRCIO DE SOUSA ROSA – Sem dúvida. Mas para isso nós precisamos ter o documento e esse documento não foi elaborado por nós, foi por vocês, pela Comissão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim. Nós vamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Justamente o que o Relator disse, que a assessoria...

O SR. MÁRCIO DE SOUSA ROSA – Nós não temos conhecimento nenhum...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...da Comissão leve ao conhecimento dos senhores...

O SR. MÁRCIO DE SOUSA ROSA – De absolutamente nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós vamos solicitar...

O SR. MÁRCIO DE SOUSA ROSA – A não ser que houve a proposta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se o senhor me permitir, eu vou concluir.

O SR. MÁRCIO DE SOUSA ROSA – Pois não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu estou solicitando ao Presidente que solicite à assessoria providências de encaminhamento daquele ofício, como está, com a resposta. O doutor Márcio tem conhecimento dessa informação, ficou responsável em ajudar, e o Judiciário, ou ele nega formalmente para que a gente possa tomar informações.

O fato é que, na minha concepção, senhores Deputados, eu não entendo por que... todo documento chegou aqui, tudo está aqui conosco, menos esses dois depoimentos. O que tem por trás desses dois depoimentos que esse troço não chega aqui?

Então, faço esse requerimento a vossa excelência para que tome providências nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está acolhido o requerimento, Deputado.

Requerimento de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que requer à "Comissão Parlamentar de Inquérito que a Secretaria de Estado Administração seja diligenciada para a realização de perícia no Processo SES 00039977, de 2020, constante no Sistema SGP (...)."

É o pedido que ele fez ali para a perícia no computador da senhora Márcia Pauli.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir, em votação.

Aprovado.

Cavalheiros, temos um acordo para quinta-feira agora, às 9h?

(*A assessoria manifesta-se fora do microfone comunicando que é às 10h.*)

Página 913. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3603
Rubrica

É? Mudaram para às 10h?

(*A assessoria manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ah, o.k., o.k. Então às 9h. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Isso que eu estou dizendo, para às 9h.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso, 9h, 9h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Até porque ficou acordado no começo pelo Relator uma reunião, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, na outra quinta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Na outra quinta.

Assim sendo, antes de encerrar esta, convoco uma reunião para a próxima quinta-feira, às 9h.

(*A assessoria da CPI manifesta-se fora do microfone informando que nesta quinta-feira a reunião será às 10h porque a convocação foi feita para esse horário, e que na seguinte será às 9h.*)

Fica convocada a reunião para a próxima quinta, às 10h.

Está encerrada a reunião. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição e revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI

Página 914. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3604
óbice

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 18 DE JUNHO DE 2020, ÀS 10H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito bom-dia a todas, muito bom-dia a todos, àqueles que nos acompanham pela TVAL, àqueles que nos ouvem pela Rádio Digital Alesc e àqueles que nos acompanham também pela plataforma YouTube no canal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 9ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 11/2020.

Estão presentes nesta reunião o Deputado Moacir Sopelsa, que nos acompanha de forma remota, o Deputado Fabiano da Luz, o Deputado Kennedy Nunes, o Deputado Valdir Cobalchini, o Deputado Felipe Estevão, o Deputado Ivan Naatz e o Deputado Sargento Lima.

Comunico a vossas excelências que não haverá aprovação da ata da reunião anterior, da 8ª Reunião, pois ela ainda está em processo de elaboração devido ao grande volume de informações dadas pelas nossas testemunhas e pelas perguntas também dos Deputados.

Informo que recebemos uma nota de esclarecimento enviada pelo procurador da senhora Márcia Regina Geremias Pauli em relação ao depoimento prestado pela senhora Débora Brum (já distribuída aos Deputados-membros com a convocação).

Senhores Deputados, nós temos dois requerimentos extrapauta.

Primeiro requerimento... E pergunto a vossas excelências se existe óbice em colocar em votação. (*Pausa.*)

O primeiro requerimento, de autoria do Deputado Ivan Naatz, solicita a oitiva dos senhores Frederico Tadeu da Silva, controlador de Controle Interno e Ouvidoria da SES, e Thyago da Silva Martins, gerente de Execução Financeira, no dia 30/6/2020, às 17 horas.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir, em votação.

O segundo requerimento, de autoria do Deputado Ivan Naatz, solicita a oitiva do senhor Vanderlei Vanderlino Vidal, atual superintendente de Gestão Administrativa da SES, em data a ser definida posteriormente.

Pergunto a vossas excelências se alguém quer discutir o segundo requerimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, esse nome é muito importante, porque ele era o superintendente antes da Márcia e agora é o superintendente depois da Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Kennedy, se puder falar mais perto do microfone eu agradeço.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.

Página 915. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Este nome, Vanderlei Vanderlino Vidal, é muito importante. Inclusive na última sessão eu estava com o requerimento pronto, porque das informações que recebi, ele era o superintendente – ele é um bombeiro também – antes da Márcia, a Márcia saiu e ele voltou para [o lugar da] Márcia.

Portanto, ele também tinha a senha do *e-mail* e ele também mora no Campeche, né? Então é muito importante a gente ver essa questão. E agora, hoje, sai a notícia que o gerente de Licitações, o Coronel que esteve aqui, foi exonerado. A matéria chama a atenção porque diz assim... a matéria diz que o Coronel foi exonerado porque o novo superintendente, que é esse VVV, Vanderlei Vanderlino Vidal, está impondo novas condições de trabalho. Mas o Coronel era o gerente de Licitações antes da Márcia, também com ele.

Então vai ser uma boa oitiva desse cidadão aí.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Algum outro Deputado queira comentar o requerimento? (*Pausa.*)

Então coloco em votação.

Em votação.

Aprovado.

Senhores Deputados e todos aqueles que nos assistem, eu gostaria de falar sobre uma das testemunhas, testemunhas não, uma das pessoas que foram convidadas para estar aqui hoje com a gente, para prestar um depoimento. Esta Comissão não convoca tão somente aquelas pessoas que estão relacionadas diretamente com o contrato em si. A Comissão também pode requerer o parecer técnico de pessoas, que a gente pode convidar, para dissipar qualquer tipo de dúvida que possa surgir entre os membros da Comissão.

Então eu acabei, por requerimento meu, convidando o doutor Márcio Martins, para que ele pudesse nos tirar algumas dúvidas. Ele é médico pneumologista, indicado pela Associação Catarinense de Pneumologia e Tisiologia, e não tem nenhuma ligação com a compra dos respiradores, tá? É simplesmente para que ele possa nos ajudar um pouco mais a entender essa compra.

Então eu estou aqui justificando que esse é um convidado nosso aqui na Comissão Parlamentar, com uma característica... pela sua tecnicidade e conhecimento do assunto.

Consulto se o doutor Márcio já está conectado.

(*O depoente Márcio Martins conecta-se à videoconferência.*)

Doutor Márcio, o senhor consegue nos ouvir? O senhor tem que tocar na tela, vai aparecer o símbolo de um microfonezinho, ele deve estar com um risquinho.

E agora?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Conseguiu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Agora sim.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Ouviu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Isso.

Doutor Márcio, eu estava explicando aqui para as pessoas... e eu acredito que o senhor não estava ouvindo a gente anteriormente, né?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — É que nós convidamos algumas pessoas pela capacidade técnica que têm para nos ajudar aqui na Comissão.

O SR. MÁRCIO MARTINS — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — São alguns técnicos que, devido aos seus conhecimentos profundos do assunto, podem nos ajudar, mas que não têm absolutamente nenhum tipo de envolvimento com a compra desses equipamentos.

Página 916. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3605
Rubrica

O SR. MÁRCIO MARTINS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E eu acredito que existam algumas perguntas para fazer para o senhor que podem nos ajudar aqui em relação à compra.

Consulto o Relator se tem alguma pergunta? Deputado Felipe Estevão? Deputado Fabiano? Deputado Valdir Cobalchini?

(*Os Deputados-membros declinam da palavra.*)

Deputado Kennedy Nunes?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu tenho uma pergunta doutor...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu tenho uma pergunta. É o seguinte, nós não entendemos nada de respiradores, né?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E daí, no caso específico, iniciou com um tipo de respirador que era portátil, aliás, o fixo, né? Depois eles entregaram, parece que quiseram mudar para o portátil...

O SR. MÁRCIO MARTINS — De transporte.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — De transporte. A minha pergunta é o seguinte, já que a gente não teve esse parecer, porque esse parecer... quando o pedido do jurídico não apareceu... dos especialistas, se valeria ou não... eu queria que o senhor pudesse explicar assim para leigos (*risos*), como nós, todo médico... tem duas coisas que é difícil a gente entender de médico, a letra de vocês e o que vocês falam (*risos*).

Então, assim, se pudesse explicar, principalmente para nós aqui e para quem está nos assistindo...

O SR. MÁRCIO MARTINS — O.k.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...se esses equipamentos, que eles quiseram trocar e entregaram parte, funcionam para leito de UTI da Covid lá no hospital?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Vê bem, é... ventilação mecânica hoje, a gente tem dois tipos de ventiladores. São os ventiladores mecânicos invasivos, que a gente chama, e aqueles ventiladores que dá pra praticar uma ventilação mecânica não invasiva, que você usa uma *interface*, que é uma máscara ou qualquer outro mecanismo que você possa levar a ventilação a esses pacientes.

Existem os ventiladores de transporte, que são portáteis, que são colocados nas ambulâncias ou para transporte intra-hospitalar dos pacientes pra fazer algum procedimento fora do leito de UTI. Por exemplo, fazer um exame de imagem, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Hum, hum.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Fazer uma tomografia computadorizada, uma ressonância. Esses ventiladores de transporte não são ideais para ventilar os pacientes com Covid.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pronto.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Os pacientes com Covid, que têm a doença SARS-CoV-2, eles fazem uma doença pulmonar chamada Síndrome de Angústia Respiratória do Adulto, que é um grau de insuficiência respiratória grave. Vão necessitar de ventiladores mais robustos que possam ventilar e dar condições pra que esse pulmão se recupere. Então, pra isso, precisa de ventiladores mecânicos invasivos e que tenham características que podem auxiliar na recuperação dessa lesão pulmonar, entendeu?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Perfeito. Então se eu entendi bem, se eu entendi...

Página 917. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Eu fui claro?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim.

Se eu entendi bem, esses respiradores que a Veigamed num momento quis trocar não funcionam para o que o Estado queria fazer, que era para equipar os leitos de UTI do coronavírus, leitos fixos.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Se for ventiladores de transportes, não são adequados pra ventilar um paciente com a doença pulmonar provocada pela Covid, ventiladores de transporte...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Que são esse que vieram aí.

O SR. MÁRCIO MARTINS — (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Obrigado, doutor.

Eu fico pior ainda, porque além de a empresa enganar uma vez, nós fomos enganados uma segunda vez, porque além de não entre... Primeiro a enganação foi essa troca e depois a não entrega.

Obrigado, doutor.

Presidente, por mim é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Bom dia, doutor. Tudo bem?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu li alguma coisa...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...gostaria que o senhor confirmasse. Esses ventiladores que foram adquiridos, além de não servirem para os leitos de UTI, eles também não servem para o transporte de pacientes acometidos pela Covid, que inclusive se utilizados poderiam levar esses pacientes à morte. Isso é possível? Eu li alguma coisa de um...

O SR. MÁRCIO MARTINS — É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...estudo médico. Gostaria que o senhor...

O SR. MÁRCIO MARTINS — É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...falasse alguma coisa sobre isso.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Vê bem, alguns ventiladores de transporte, dependendo... é, é, os ventiladores mecânicos, você tem... é como se fosse um carro, você tem o Fusca e você tem uma Ferrari. Ventilador é a mesma coisa, você tem um ventilador mais ou menos e tem um ventilador de ponta.

A mesma coisa são os ventiladores de transportes. Você tem ventiladores de transporte que tem condições técnicas de ventilar um paciente por, por, pelo menos, trinta minutos a uma hora, que dê condições pra você realizar um exame de imagem por que é desta forma, como você tem ventiladores que não tem condições, dependendo do ventilador, obviamente. É, é, a, quando eu falo assim, desta forma, eu não tenho conhecimento, é, qual é a marca, qual é o tipo de ventilador de transporte que foi é... é, é, oferecido por eles, né? Esses pacientes com Covid, com insuficiência respiratória grave são os, são doentes que tem comprometimento pulmonar muito grave.

Página 918. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3606
Rubrica

Então, dependendo do ventilador mecânico usado, eles não vão ter uma resposta muito satisfatória. Inclusive, existe estudo mostrando, quando os pacientes chegam a utilizar a ventilação mecânica a probabilidade de morte, de mortalidade é 50%.

Então, é... é, tem que se tomar um cuidado na escolha desses materiais, principalmente se esses pacientes têm um comprometimento pulmonar importante. E geralmente esses pacientes com Covid, que evoluem pra necessidade de ventilação mecânica, são pacientes que tem comprometimento pulmonar extenso na maioria das vezes, o que a gente tem observado.

Então dependendo do ventilador de transporte, é um risco. Ah, pode aumentar o risco de morte? Pode.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Obrigado, doutor.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Entendeu? Então existe essa diferença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Valdir Cobalchini.

Eu gostaria de comunicar a presença do Deputado João Amin. Seja bem-vindo, Deputado.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Obrigado, senhor Presidente.

É um singelo questionamento. A gente olha essa busca, neste momento, no combate à Covid, nessa guerra que travamos. A gente sabe que os respiradores são o principal, né, o item, o instrumento ali do combate, e há uma corrida desenfreada... o preço desses equipamentos estão altíssimos.

Só uma dúvida, eu vejo muitas empresas em Santa Catarina que estão desenvolvendo alguns desses ventiladores, desses respiradores mecânicos e, pelos preços, a disparidade, a diferença de valores é absurda, é gritante. Doutor, aquilo ali realmente... pode ser usado, não pode?... Eu vejo uma série de alguns até meio, assim, rústicos, mas... desenvolvemos com preço *x* e tal, é rápido fazer isso, é prático.

Gostaria que o senhor desse um panorama pra gente entender um pouquinho melhor.

O SR. MÁRCIO MARTINS — É, vê bem, é... existe essa disparidade, os preços estão altíssimos. Primeiro, porque a nossa economia, o dólar está a cinco e oitenta e poucos, e todas essas peças para montar um ventilador mecânico são peças importadas, na grande maioria.

É... tem várias empresas nacionais, tentando, é... ajudar, é, neste momento pra... fornecer esse material que é de suma importância. E a gente tem aqui bem próximo de nós, em Jaraguá do Sul, a WEG produzindo um ventilador chamado Leistung, que tem uma qualidade que dê pra ser usado nesses pacientes por um preço bem menor.

Esses ventiladores chegaram agora aqui há pouco tempo, parece que... é, é, não sei se foi o governo federal ou o próprio governo do Estado, que distribuiu aí dez ventiladores pra algumas regiões. Aqui no Hospital de Azambuja chegaram dez ventiladores, no Hospital Azambuja, em Brusque; chegaram dez ventiladores pra abrir mais dez leitos de UTI. E pelas características, lendo o manual desses equipamentos, eles têm condições de ajudar esses pacientes, por um preço bem menor. Enquanto esse ventilador custa de 25 a 30 mil, os ventiladores importados custam na faixa de 60, 70, 80 mil reais. Então, isso é verdade.

Pra você ter uma idéia, o ventilador hoje... considerado um dos melhores ventiladores do mundo, chamado Hamilton-C6, é um ventilador que foi lançado agora há pouco tempo, ele custa na faixa de US$ 100 mil. Pra você ter uma ideia, com o dólar que nós temos, esse ventilador vai custar meio milhão de reais talvez (*ri*). Quer dizer, é uma coisa fora da nossa realidade. Então, existe esse problema realmente.

Página 919. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A maioria dos ventiladores é importado, que são utilizados em grandes UTIs, UTI do Hospital Einstein, UTI do Hospital Sírio Libanês, UTI da Beneficência Portuguesa, uma série de outros hospitais. Mas neste momento em que se necessita um número maior de ventiladores mecânicos, essas compras têm que ser feitas com cuidado, com análise, né? Pelo menos procurar um grupo de pessoas com conhecimento científico, no mínimo para orientar, devido ao abuso de preços. Até porque o nosso dólar disparou, né? Então a compra desses equipamentos se torna... extremamente fora da realidade. Mas isso é exatamente o que você fala, é realmente uma disparidade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Bom, eu tinha essa dúvida se realmente... Mas até mesmo esses da WEG, os itens que vão ali, são importados ou é... Porque (*ininteligível*).

O SR. MÁRCIO MARTINS — Alguns itens que a WEG, é, é, montou... esses ventiladores são importados. Por isso que às vezes essas empresas nacionais, às vezes, não conseguem entregar um número maior de ventiladores, porque tem a questão de importação. Tem que aguardar e não é só isso, todo o mundo tá necessitando de ventilador, né? Pra você ver, os Estados Unidos, que é um dos maiores países do mundo e que tem uma economia mais forte do mundo, também teve dificuldade em adquirir esses equipamentos. A gente não pode esquecer que os americanos também tiveram compras, dificuldades, principalmente, porque houve um, um, uma necessidade, uma demanda muito grande no mundo inteiro.

Então essas peças de reposição, é, é, é, elas levam um tempo pra ser fabricadas, inclusive a maioria delas são importadas, porque a maioria desses ventiladores eles são computadorizados. Computadorizados quer dizer que os sensores deles são feitos por mecanismo de *touch*, é... mecanismo de alta precisão para controle das pressões respiratórias pra você... levar o, o, o fluxo de ar pra dentro e (*ininteligível*) as válvulas, né, que compõem esses ventiladores, na maioria das vezes, também são importadas. Então tem vários mecanismos pro... é, é, é, equipamentos pequenos, que, que, que, compõem a construção do ventilador, como o Blender, que faz a mistura do ar, que pega do ambiente com o oxigênio que entra, pra fazer a mistura pra entrar o ar dentro do pulmão, tudo isso na maioria das vezes são peças importadas. E aí a dificuldade de você montar isso, é, é, em um número de série maior, ela é verdade, porque todos esses insumos são na grande maioria importados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito obrigado, doutor, eu tinha essas dúvidas. Agora veja, a disparidade é gritante, 30, 70, 80 mil esses que vêm do exterior, né? Por que não valorizar... tem o caso da WEG, que é aqui do nosso Estado... tinha essa dúvida.

Muito obrigado, doutor. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Felipe Estevão.

Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Presidente, com relação ao seu Márcio, eu não tenho nenhum questionamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Seu Márcio, mais uma vez quero agradecer essa oportunidade que o senhor nos deu de forma tão gentil e pronta. Mas eu gostaria de trazer o senhor aqui justamente para dentro...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...do processo de compra mesmo, para que você consiga dar o melhor esclarecimento disso.

O fato é que foi feita uma compra.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Feito.

Página 920. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3607
Rubrica

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Esteve aqui com a gente o responsável pelo parecer técnico.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Quem foi o responsável, você poderia me informar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Já chego nesse ponto para o senhor.

O responsável pelo parecer técnico deu um parecer pelo respirador Medical C35, embora...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Me?...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Medical C35, esse seria o objeto da compra, o primeiro, aquilo que estava descrito, mas não o que nos foi entregue. Nos entregaram...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...foi o Shangrila 501S (*sic*), o que nos foi entregue foi o Shangrila 501S (*sic*). E no início lá da compra seria um respirador Medical C35.

O senhor conhece esses dois equipamentos?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Nenhum dos dois. O nome, é, provavelmente são empresas nacionais que criam o nome e... coloca o nome no ventilador. A gente não sabe a qualidade desses equipamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Na hora de comprar um ventilador, primeiro, você tem que saber se ele tem testes pra que seja liberado. A Anvisa tem um controle disso, né, o Inmetro também. Esses ventiladores têm que ser colocado em testes, tem tantas horas de testes para ser aprovado, ser liberado para a venda.

Eu não tenho conhecimento desses nomes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim. Nós temos aqui...

O SR. MÁRCIO MARTINS — É, até...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Nós temos aqui desse ventilador 510S...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Inclusive tem um registro da Anvisa com o número e tudo, esse que foi entregue para gente aqui.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas o senhor começou fazendo uma pergunta para mim que seria a pergunta que eu iria fazer para o senhor mesmo.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O técnico que esteve aqui, que foi o responsável técnico, que emitiu o laudo para compra...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...e que de forma nenhum esse laudo ele estava anexado ao... esse serviço à compra, tá?

O SR. MÁRCIO MARTINS — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Foi um engenheiro mecânico.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Engenheiro mecânico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E não um médico.

O SR. MÁRCIO MARTINS — O.k.

Página 921. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Que validou a compra desse equipamento.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Foi chamado um engenheiro mecânico, ele esteve aqui, eu não me recordo o nome dele – se alguém puder depois me fazer a gentileza [de ver o nome] –, mas foi um engenheiro mecânico que esteve aqui. Ele foi o técnico consultado para a compra. Mesmo tendo um Secretário que era médico, um Adjunto do Secretário que também era médico, contudo quem emitiu o laudo técnico para realizar a compra foi um engenheiro. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

Gostaria de perguntar para o senhor se um engenheiro mecânico tem condições de validar a compra de um respirador?

O SR. MÁRCIO MARTINS — (*Ri*) É...vê bem, o engenheiro mecânico ele ajuda na construção do ventilador, e que essa construção desse ventilador é... tem algumas premissas de engenharia, obviamente, é... mas, talvez, o engenheiro adequado pra fazer uma avaliação desses ventiladores seria um engenheiro biomédico. Por quê? Porque é um engenheiro que lida com esses equipamentos relacionados à saúde e que possa dar um parecer, né?

Para você ver, toda a maioria dos hospitais têm na sua manutenção um engenheiro biomédico que faz a manutenção desses equipamentos. Talvez esse engenheiro biomédico traria resultados mais satisfatórios do que um engenheiro mecânico, né? Vê bem, ventilador mecânico não é um motor, né? Ele tem peças e... mecânico-eletrônicas, na maioria das vezes eletrônicos, porque na maioria das vezes são peças que funcionam conectado a uma placa eletrônica. Então, nós temos que analisar essa validação.

E eu acho que o mais importante, quando se fala em ventilação mecânica, é que pelo menos teria que ter um médico que esteja relacionado ao ambiente de UTI, que seja especialista em terapia intensiva pra dar um parecer um pouco mais com exatidão, porque é um médico que mexe com isso. Eu, a meu ver, eu acho que o parecer técnico mais importante dessa história toda de compra de ventilador mecânico, tem que ser dado pra aquela pessoa que vai dirigir o ventilador mecânico, vai dirigir o carro! Você não pode pedir uma pessoa que não vai dirigir pra emitir o parecer técnico!

Essa pessoa que tem formação em terapia intensiva, ele tem conhecimento de ventilador. Hoje, vocês podem acessar isso através da Internet que nós temos lá as diretrizes de ventilação mecânica que foi feita em 2013; vocês podem acessar através do Google Diretrizes Brasileiras em Ventilação Mecânica, 2013. Lá, traz uma série de marcas de ventiladores mecânicos, né? Tem uma série de marcas, nomes, o que que precisa um ventilador, o que que não precisa. Por quê? Porque o médico que trabalha na UTI é o médico que lida nessas situações e ele possa dar um parecer técnico mais próximo é... é... do ideal, a meu ver.

Apesar que têm outros médicos que na formação do curso básico de Medicina possa compreender de ventilação mecânica, mas não é um especialista em ventilação mecânica. Não sei se eu pude fazer entender mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — De forma bem clara, doutor.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Essa é uma opinião... é... até porque a gente tá é... é... lidando numa situação de extrema emergência, é uma situação de exceção, é uma situação que as pessoas morrem, tem uma letalidade o vírus, isso é... sem sombra de dúvidas, está sendo mostrado, a prática tá mostrando isso pra gente, e na hora de... você ter um equipamento, nós que trabalhamos com saúde e com seres humanos, nós queremos dar o melhor opção de tratamento pro nossos pacientes. E a gente não pode colocar em risco, né,

Página 922. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

ASSESSORIA PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3608
Rubrica

esse tratamento, porque tem uma coisa que fala em Medicina que é: você é... é... treinado para ajudar, você deve evitar a aumentar o risco desse tratamento, né?. Então, dependendo do ventilador que você usa, você pode aumenta o risco pra esses pacientes, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, senhor.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Por quê?... (*Falha na transmissão da videoconferência.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, senhor.

Eu tenho mais uma pergunta para fazer para o senhor... pergunta, não, só para poder corrigir uma falha nossa aqui e até para os outros Deputados terem conhecimento também do senhor engenheiro que eu citei aqui, o senhor Wagner Tadeu Martins Queiroz, que foi o engenheiro que conversou com a gente aqui, Deputado Kennedy Nunes e Deputado Valdir Cobalchini.

E aqui nós temos acostado ao processo aqui na folha onde tem o parecer, o encaminhamento de uma comissão interna em resposta à Secretaria de Estado da Saúde, onde ela manifesta interesse para aquisição de respiradores, ventilador pulmonar, a fim de garantir a ventilação de pacientes com Covid-19 ou a síndrome aguda anteriormente apresentada aqui pelo nosso médico que está nos auxiliando no dia de hoje.

Vamos lá (*lê*): "(...) Diante do pleito apresentado e das especificações técnicas (página 36) analisadas acostados no processo, onde foi demandado análise e parecer, esta Engenharia e a Comissão de Intensivistas" mas nenhum foi citado, "(...) foi levado em consideração a marca, o modelo e as relevâncias apontadas nesse orçamento analítico, de forma unitária, evidenciando que o Respirador Mecânico (ventilador pulmonar) atende (...) a ventilação dos pacientes (...)" Não é um engenheiro mecânico, foi um engenheiro eletricista.

O SR. MÁRCIO MARTINS — (*Ri.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá? Só pra conhece...

O SR. MÁRCIO MARTINS — E qual foi essa comissão de médicos intensivistas? Tem descrito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não senhor. Foi procurado ali, foi... quem assina aqui são dois engenheiros eletricistas, a Joelma Cris Rodrigues Campos e o Wagner Tadeu Martins Queiroz, engenheiros eletricistas.

O SR. MÁRCIO MARTINS — É... porque se existe uma (*falha na transmissão da videoconferência*) de intensivistas, esses intensivistas têm que ter título de especialista em terapia intensiva, o senhor entende? Hoje o CRM é bem claro, título de especialista tem que ter um registro de qualificação de especialidade no Conselho Regional de Medicina. Então, tem que procurar quem foi essa comissão de intensivistas que foi ouvida e o seu registro de qualificação. Se eles têm a qualificação e atestaram isso realmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Doutor, nós temos também mais duas matérias que a gente trouxe aqui, ambas do Estado do Rio de Janeiro, que falam da compra do mesmo modelo de oitenta respiradores que chegaram ao Hospital Oceânico, dia 29 de maio. Esse fato divulgado pela...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Pela mídia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ... não, pela própria Prefeitura Municipal de Niterói. As duas são do Portal de Niterói.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — (*Lê.*): "A informação de que os respiradores comprados pela prefeitura são adequados (...) para situações de emergência, transporte e resgate consta no contrato assinado pelo secretário

Página 923. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

(...), Rodrigo Oliveira: 'A contratante entende que o Ventilador de Transporte de Emergência 510s... é adequado apenas para os seguintes cenários: emergência, transporte de longa distância, transporte hospitalar (...)'"

Vamos para a próxima ali que eu deixei marcado aqui na segunda lauda. Aí "O órgão expediu as especificações técnicas (...)" enfim, aí, ao Ministério Público do Rio de Janeiro "(...) garante, por nota, que eles 'atendem às necessidades emergenciais de terapia ventilatória mecânica invasiva e não invasiva (...)'" - foi aquela que o senhor nos explicou da máscara, aquele que é obrigado a intubar o sujeito ali que está acometido pela Sars -, "'(...) e que esses aparelhos já estão sendo utilizados em pacientes de Covid (...)'" nas emergências.

Foi falado do risco de contaminação: "É consenso entre os especialistas (...)" daí, sim, os neurologistas, os intensivistas etc., que o "(...) Shangrila 510S não são ideais para uso em UTIs, no entanto, há os que afirmam que, diante do cenário de pandemia (...)" e emergência, sim, o que não era o nosso caso em Santa Catarina, na época.

O senhor concorda com esses demais especialistas que afirmam que eles não são ide...

(*A reunião foi interrompida por falta de energia elétrica. Pausa.*)

Aos que nos acompanham, informamos que houve um problema técnico aqui, de queda de energia na nossa Casa.

Agora retomamos aos questionamentos em torno do aparelho em si, do objeto da compra. Aliás, dos que foram entregues, que não foram aqueles que estavam descritos na compra.

Doutor Márcio, o senhor consegue nos ouvir ainda? O senhor tem que ligar o microfone. Deputado Sopelsa, o senhor está nos ouvindo também?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Agora estou ouvindo

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado. Doutor Márcio?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Tá me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu estou indo para a conclusão, doutor Márcio, e tenho mais um questionamento a fazer para o senhor.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Durante todo esse processo de pandemia, a gente está assistindo pela TV que um grande problema enfrentado em todo o território nacional foi o seguinte: a compra de um determinado respirador e, a partir da compra desse respirador, era necessário, tinha prioridade e urgência o treinamento do profissional que iria utilizá-lo.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Por exemplo, vem um determinado modelo a e é comprado. A empresa tem que fornecer também alguém que dê o treinamento para os enfermeiros e para os médicos que vão operar aquele respirador. Existe essa necessidade real de que seja impreterível, que seja indispensável esse treinamento ou todos os respiradores são iguais e funcionam da mesma forma?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Não. A maioria dos ventiladores mecânicos tem características próprias, cada um difere um do outro. O treinamento é essencial. Você... quando você compra um ventilador mecânico de marcas diferentes daquelas que está habituado, você tem que criar uma fami... familiaridade com aquele equipamento. Por quê? Porque, às vezes, aquele equipamento tem características diferentes, por isso que você tem várias marcas de ventiladores. Então, é importantíssimo que se tenha um treinamento e isso deveria estar na hora de comprar e adquirir, é... fazer com que a empresa que está vendendo o ventilador possa proporcionar através de uma enfermeira ou através de um médico da

Página 924. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3609
Rubrica

assistência a essa empresa, treinar o... o... corpo de médico da onde que vai ser colocado esse ventilador. Isso seria o ideal, obviamente, isso aí não tem nem discussão. Por quê? Porque existem diferenças, né?

É aquilo que eu falei pra vocês, existem as diretrizes da Associação de Medicina Intensiva Brasileira que foi produzido isso, essa diretriz, em 2013, e lá tá listado as várias marcas de ventiladores com as suas características, ventiladores básicos, ventiladores com curvas em recursos avançados. Por quê? Porque eles di... eles diferem entre si, tá? Então, a maioria dos ventiladores eles não são iguais; claro que a premissa básica de funcionamento é igual em todos, porém, existem características de modelos e formas de ventilação que diferem de um ventilador para o outro. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Em momento algum aqui... eu tentei o máximo possível, dentro das limitações da gente, ler todo o processo e não vi menção nenhuma a treinamento ali, Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, se me permite, me lembraram aqui quando o senhor leu aquela questão da comissão de intensivistas, do engenheiro elétrico, ele falou aqui que ele pediu o parecer dos intensivistas e não veio. Só para ficar a lembrança...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Lembrei e ser consignado também ali que foi a resposta dele. Não veio a resposta dos intensivistas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A compra foi baseada também no parecer de um engenheiro elétrico na compra dos respiradores.

Passada essa fase vamos para a próxima ali, doutor. Eu tenho certeza que o senhor já acompanhou vários e vários pacientes acometidos pela Síndrome da Angústia Respiratória.

O SR. MÁRCIO MARTINS — (*Ininteligível.*) Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E eu gostaria de saber do senhor... o senhor está acompanhando alguém que apresenta problemas respiratórios. Qual é o momento em que o médico fala: preciso da utilização do equipamento. Quais são os sintomas? O que ele tem que apresentar para poder falar: agora vou ter que entrar com a respiração mecânica nesse paciente?

O SR. MÁRCIO MARTINS — É... deixa eu colocar um... de uma maneira bem prática para vocês, pra vocês entenderem. Eu vou dar, assim, uma coisa resumida. Eu estou formado há 34 anos e a minha especialidade é Pneumologia, sou especialista em doenças do pulmão e intensivista, eu tenho os dois tipos de especialista.

Então, vê bem, quando se é... nos deparamos lá no final de dezembro quando surgiu essa epidemia lá na China, viram que a maioria dos pacientes, a maioria das pessoas infectadas por esse vírus, o órgão-alvo mais acometido nessa epidemia é o pulmão. Até então não se sabia muito bem as características da doença e, com passar do tempo, isso ficou, foi ficando mais claro. Então, vê bem, nem todos os pacientes acometidos pela Covid vão necessitar de ventilação mecânica. É um percentual daqueles pacientes que são acometidos pela doença em torno de uns 3% a 5% que vão necessitar é... da ventilação mecânica. São aqueles pacientes que apresentam grau de dispneia ou falta de ar intensa, que tenha tosse e que tenha o que a gente chama de saturação de oxigênio - isso significa a ligação da hemoglobina ligado ao oxigênio, porque a nossa oxigenação ela é feita através da ligação do oxigênio com a hemoglobina e que é transportada do pulmão pro sangue e... e do sangue pro pulmão o CO2 é eliminado pela respiração exalando no ar.

Então, vê bem, os pacientes que necessitam de intubação e que requerem ventilação mecânica são aqueles pacientes que têm uma dispneia importante, um grau de comprometimento da sua oxigenação com saturação menor igual a 90%, 89, 88 que são

Página 925. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

sinais de insuficiência respiratória grave; aqueles que têm frequência respiratória, né, respiram mais rápido, mais do que trinta impulsões respiratórias por minuto, que têm a oxigenação baixa e que têm alterações radiológicas, a imagem radiológica com comprometimento pulmonar bilateral. São esses pacientes que devem ser intubados e vai ser necessária a utilização de ventilação mecânica. Por quê? Porque essa baixa oxigenação já é o início do que a gente chama de Síndrome de Angústia Respiratória do adulto.

A gente faz uma relação através da medida de oxigenação, a gente colhe um exame no sangue arterial, chamado gasometria arterial, em que a gente consegue analisar e determinar a concentração de O2 no sangue arterial. Então, essa gasometria a gente consegue fazer um cálculo que é a relação da concentração do oxigênio no sangue arterial pela fração inspirada de O2, que é a fração do ar que o indivíduo tá respirando. Essa fração de ar que o indivíduo respira pode ser a fração do ar respirada do meio ambiente, ele não requerendo nenhuma necessidade de oxigênio suplementar, que é a fração de ar respirada no ar ambiente é 21%, e o indivíduo pode requerer uma fração inspirada de ar de 40, 50 ou até 100%, aí você faz um cálculo dessa relação.

Então, significa Síndrome de Angústia Respiratória do adulto quando a relação dessa concentração de oxigênio sobre a fração inspirada de O2 ela é menor ou igual a duzentos. A maioria desses pacientes nessas condições requer a intubação e requer a ventilação mecânica. Então, o percentual de que ocorre isso, é em torno de 3 a 5% dos pacientes comprometidos pela Covid. Não sei se eu fui claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Claríssimo.

Uma vez que ele apresentou através da gasometria, ali no exame da coleta de sangue, que os níveis de oxigênio não... realmente se fazem necessário que se intervenha com a respiração mecânica, se não tiver o respirador mecânico à disposição do médico naquele momento, o que acontece com essa vítima, doutor?

O SR. MÁRCIO MARTINS — A tendência é o óbito, né? Porque esses pacientes, na grande maioria das vezes, não consegue sustentar a oxigenação e a hipoxemia é um dos fatores maior pra levar a... à parada cardiorrespiratória, porque a hipoxemia leva à assistolia, como a gente chama, o coração para de bater, e esse indivíduo geralmente evolui para óbito.

Se você não tem um mecanismo pra manter a oxigenação nesse período até que esse pulmão recupere, obviamente o paciente não tem a mínima chance de você recuperar esses indivíduos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado.

Senhores Deputados, se não... se dependêssemos dos respiradores, é nesse ponto que eu quero chegar, tá doutor? Se nós dependêssemos exclusivamente desses duzentos respiradores, dos quais chegaram cinquenta de uma outra marca que não é a ideal, aquela que foi listada no contrato e, mais ainda, sem o treinamento para os profissionais utilizarem, validados por um engenheiro eletricista, se nós dependêssemos dessa compra e se fosse colocado Santa Catarina naquele cenário trágico que foi nos passado há dois, três meses de que nós estaríamos tropeçando em defunto pela rua, provavelmente, muita gente estaria morta agora por falta desses respiradores.

Eu consulto os demais Deputados se há mais algum questionamento a fazer para o médico.

(*Os senhores Deputados-membros manifestam negativamente com a cabeça.*)

Doutor, eu quero agradecer enormemente essa colaboração que o senhor nos deu aqui, uma verdadeira aula. Eu quero confessar que desde o início dessa pandemia, e olha que o acompanho o depoimento de vários e vários especialistas na televisão, hoje eu realmente me senti satisfeito mesmo em relação ao que me faltava de conhecimento ainda. Lógico, como leigo, numa relação de médico-paciente eu sempre fui paciente, nunca tentei me automedicar ou me tratar pela Internet. Mas muito clara, muito enriquecedora mesmo a

Página 926. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3610
Rubrica

participação do senhor aqui. Eu quero te agradecer bastante e dizer que o senhor prestou um grande favor hoje não só para esta Comissão, mas para toda Santa Catarina.

Muitíssimo obrigado.

O SR. MÁRCIO MARTINS — É... eu só quero deixar assim um último esclarecimento. Eu acho que... que o que é importante também dizer, né, você não adianta ter um ventilador mecânico, se você não tiver por trás uma equipe multiprofissional que possa manejar esses ventiladores e controlar esses ventiladores pra que se obtenha um resultado satisfatório! Ou seja, não adianta só você pensar na compra do equipamento se não estiver os profissionais treinados e habilitados para manejar esses equipamentos.

Então, se fez uma busca incessante, desenfreada para esses equipamentos, mas se esqueceram de que existe o ser humano pra manipular esses equipamentos. Não adianta você comprar uma nave ou um carro de última geração se você não tiver o piloto pra dirigir e comandar essa a situação. Então, precisa de... de... uma reflexão no sentido de que, realmente, tem áreas no nosso País, regiões do nosso País que está um caos porque, porque o número de infectados é acima do limite que você tem para oferecer de leitos em UTI de equipamentos, é óbvio. Isso é um problema crônico no nosso País, porque a saúde nunca foi valorizada nesse período de milhares de anos. É óbvio que o problema que nós estamos tendo hoje não é de agora, né?

Mas o que é bom ficar bem claro é que você tem a compra dos equipamentos, mas você precisa do profissional habilitado pra fazer com que esses ventiladores funcionem adequadamente! Então, a... a ajuda das empresas nacionais, nós temos que deixar aqui um louvor a essas empresas que foram atrás para buscar essas peças importadas, montar um ventilador pra fornecer... pra necessidade, a demanda que nós precisamos, nós temos que deixar um louvor para essas empresas. [*Transcrição: Grazielle da Silva*] [*Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

E eu acho que próximo da gente, em Jaraguá, se tem aí um ventilador que houve um parecer, existem médicos por trás dessa comissão desses ventiladores mecânicos, a WEG, aqui próximo da gente. Eles procuraram profissionais da área pra nos... para auxiliar eles na, na, na, na confecção desses ventiladores. E eu acho que é isso que tem que ter. Tem que ter profissionais junto. Montar uma equipe, né, não adianta só o engenheiro. Se você tem um engenheiro, mas não tem um médico, o que que adianta?

Essa é a minha opinião, né, bem clara é, é, ou seja, eu, eu não sou pago por nenhuma empresa de ventilador mecânico pra falar sobre isso, pelo contrário, a gente tem uma ética, né? A gente não tem nenhum conflito de interesses nesse sentido, pra falar que realmente precisa de um treinamento e precisa do profissional habilitado pra poder funcionar.

É isso que eu deixo aí como mensagem, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, doutor.

Peço mil desculpas ao Deputado Sopelsa pelo fato de não nos acompanhar de forma remota. Eu quero perguntar a vossa excelência se tem algum questionamento a fazer ao doutor?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Não, senhor Deputado, não senhor. Agradeço a explanação dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Sopelsa.

Doutor Márcio, ficamos muitíssimo agradecidos, mais uma vez reitero os agradecimentos em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. MÁRCIO MARTINS – Obrigado.

(*O senhor Márcio Martins desconecta-se da videoconferência.*)

Página 927. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Solicito à assessoria que tente contatar de forma remota a nossa próxima testemunha, o senhor Samuel de Brito Rodovalho.

(*O depoente Samuel de Brito Rodovalho conecta-se à videoconferência.*)

Senhor Samuel, muito bom-dia. O senhor consegue nos ouvir? (*Pausa.*)

O senhor tem que ligar o microfone do senhor, tocar na tela ou... não sei se o senhor está utilizando celular ou computador.

Agora consegue?...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Bom dia. Alô, estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, agora sim.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Está ligado agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está ligado.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso. Não, estou no computador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu quero comunicar ao senhor que a cada pergunta haverá um *delay*. Então, vai ter um pequeno intervalo de tempo entre a minha mensagem ou a mensagem dos Deputados até o senhor, tá o.k.?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Entendido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então muito bem, senhor Samuel.

O senhor sabe por que o senhor sabe por que foi convidado a fazer parte hoje aqui, desta reunião?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Samuel, o senhor assume o compromisso de dizer a verdade e somente a verdade no âmbito interno desta Comissão, acerca dos fatos que lhe forem perguntados, sob pena de incorrer em crime de falso testemunho?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, aceito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu quero perguntar, senhor Samuel, se tem algum outro equipamento ligado aí, no escritório do senhor? Onde o senhor está presente agora, ao telefone? Por isso o retardo do tempo da chegada da mensagem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Pois é, não estou não... eu estou tentando responder para o... não tem TV, não tem nada ligado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor Deputado Sopelsa, estamos tentando resolver o problema com o Samuel aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Pois é, eu não escuto ele e não tenho nada ligado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nada, nada?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Samuel, o senhor tem outro aparelho ligado aí, que está utilizando ao mesmo tempo?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim. Agora, agora já arrumamos aqui o problema. Os senhores me escutam agora melhor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

Eu consulto agora o Deputado Sopelsa se consegue nos ouvir e ouvir a resposta do Samuel?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Agora estou ouvindo o Samuel também.

Página 928. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3611
Rubrica

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Samuel, o senhor assumiu aqui anteriormente, foi compromissado com a verdade, só para conhecimento do Deputado Sopelsa, que não acompanhou a última transmissão.

Eu quero lembrar o senhor que, na condição de testemunha, o senhor tem o direito de permanecer calado diante de algum questionamento que lhe for feito, mas é preciso que o senhor expresse essa vontade, assim: prefiro não responder ou prefiro permanecer calado. Porque o silêncio não é indicativo de resposta. O senhor está advertido em relação a isso também e comunicado, tá?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Os taquígrafos da Casa precisam que o senhor fale de forma bem declarada, para registro nosso aqui: o nome completo do senhor, a data de nascimento, a sua profissão, o lugar onde exerce a sua profissão, a sua atividade e o seu local de nascimento, o mais próximo possível do microfone. Eu não sei se tem mais gente na sala com o senhor, mas se quiser tirar a máscara, facilita o trabalho.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Eu estou aqui no escritório de, dos meus advogados. Eles estão presentes aqui também, doutor Nilton e doutor Felipe, é... e... por isso que nós estamos aqui com a máscara, né, até quero agradecer, porque fomos... peticionamos aí a minha ã... testemunha pelo videoconferência, que a minha esposa está grávida.

E eu vou falar bem rápido aqui então. Meu nome é Samuel de Brito Rodovalho, nasci em 20/5/78, nasci em Goiânia, Goiás, e... eu sou empresário e as minhas empresas elas ficam em São Paulo, a principal delas em Valinhos, na cidade de São Paulo, mas eu resido em Florianópolis e trabalho em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor já disse que está acompanhado de advogados, então tem a necessidade que os advogados do senhor se manifestem também, preciso do número da OAB deles e a UF, a inscrição da OAB deles de qual Estado.

O SR. NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO – Bom dia, senhor Presidente, egrégia Comissão, eu sou Nilton João de Macedo Machado, mais conhecido como Nilton Macedo Machado, OAB Santa Catarina 019.360. Estou aqui ao lado do senhor Samuel, acompanhando já... a ele, já desde o início desta operação.

O SR. FELIPE XIMENES MALINVERNI – Boa tarde, excelência, boa tarde, Presidente. Eu também sou advogado do Samuel, eu me chamo Felipe Ximenes Malinverni, OAB 26.426.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Samuel, o senhor se encontra em que cidade agora, neste exato momento?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Agora, aqui em Florianópolis.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pela ordem o Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou sugerir a suspensão da ouvida do Samuel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado, ele tinha feito um pedido, que ele tem uma mãe idosa e a esposa grávida em casa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas se ele pode se deslocar até o escritório de advocacia para estar junto com os seus advogados, ele pode se deslocar para estar aqui, na CPI, não tem razão nenhuma.

Página 929. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Estou apresentando um requerimento de suspensão da ouvida dele por teleconferência e remarcação de nova data, para que ele esteja presente junto conosco aqui. Não há razão nenhuma de uma pessoa que se desloca a um escritório de advocacia para fazer videoconferência conosco.

Nós temos o compromisso de trazer aqui os Secretários de Estado, nós rejeitamos um requerimento do governo para fazer videoconferência de pessoas que estão com atividades, que o governo pediu, então não tem como ouvi-lo por videoconferência se ele está aqui. Eu acreditei que ele estivesse em São Paulo ou na impossibilidade de comparecer.

Eu apresento o requerimento a vossa excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Recebo o requerimento de vossa excelência e coloco em discussão para os demais Deputados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente, concordo e apoio plenamente o requerimento do Deputado Ivan, pois estando em Florianópolis, até pela dificuldade da videoconferência e sérios problemas que têm às vezes no áudio, na comunicação, esse atraso.

Então de forma prática aqui, pô, se Secretários, ex-Secretários vieram aqui conversar conosco, eu acho que é justo, e virão outros, então tem o meu apoio o requerimento do Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu sei que o motivo que foi colocado pelo cidadão que vai ser ouvido agora aqui, é que a esposa dele está grávida e, portanto, teria esse cuidado. Mas, se ele se deslocou de casa para o escritório de um advogado, é a mesma coisa que vir aqui. Lembrando, senhor Rodovalho, que nós aqui, estamos tendo todos os cuidados, orientados, com segurança. Cada pessoa que vem aqui é limpado, é desinfetado. As pessoas estão mantendo o isolamento. Na entrada da Assembleia Legislativa é feita a medição da temperatura.

Então, portanto, eu concordo. Eu aceitaria se o depoente estivesse fora de Florianópolis, como foi aquele outro de São Paulo, na semana passada, estava lá, o.k. Mas, dessa forma... nós já levamos um "migué", como disse o João Amin, do outro que estava é... por videoconferência, ah não, foi esse né? Isso, esse aí, é verdade. Ele morava em São Paulo, nós pensamos que ele estava em São Paulo, e estava aqui, na rua Rio Branco. Então, se na terça-feira, nós aprovamos e negamos um pedido do governo, que queria fazer por videoconferência, não é nada não, mas há essa dificuldade da gente... da tecnologia.

Então eu concordo com o requerimento do Relator, para que nós possamos até dar a possibilidade, se ele quiser vir hoje ainda para cá presencialmente, mas por vídeo também não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

Ainda em discussão o requerimento do Deputado Ivan Naatz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu vou na mesma linha, Presidente.

Eu penso que só podem ser dispensados, já que nós não abrimos exceção nem mesmo aos Secretários do Estado, [da ouvida presencialmente aqueles que estiverem em grupo de risco, fora isso... que é o caso, inclusive, de próprios membros da CPI, como o Deputado Sopelsa, que se encontra remotamente.

No mais, sinceramente, não vejo nenhuma justificativa para que testemunha aqui de Florianópolis não possa vir no endereço da Assembleia Legislativa. Penso que seja uma falta de respeito, inclusive, a esta CPI.

Página 930. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3612
Rubrica

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Fabiano da Luz, ainda em discussão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Concordo com o Deputado Ivan e com os demais Deputados da presença aqui, no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Requerimento acatado pela Presidência. Discutido e agora em votação.

Deputado Moacir Sopelsa, ainda em votação.

O SR. NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO – Senhor Presidente, uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Concordo com o requerimento do Deputado Ivan Naatz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O requerimento já foi discutido, agora em votação.

O SR. NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO – Senhor Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Um minuto.

O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Prossiga, doutor advogado.

O SR. NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO – A questão de ordem é... não há nenhum problema na prestação do depoimento do senhor Samuel, embora as razões que foram apresentadas, que a esposa dele está grávida de quatro meses e ele quer proteger de eventual contágio.

Segundo, eu, advogado, tenho 67 anos e dois *stents* no coração. Em tese estou no grupo de risco, mas como os senhores estão presentes, não seria um motivo para a colaboração.

O que eu não concordo é com a expressão que foi mencionada pelo querido Deputado Cobalchini, seria um desrespeito à Comissão, porquanto o Tribunal de Justiça tem indeferido requerimento de transformação de julgamentos virtuais para presenciais. São todos feitos hoje presenciais para as pessoas na cidade e, e não, não tem tido problema nenhum na comunicação, no julgamento, nas sustentações orais.

Mas, se assim decidiu essa augusta Comissão Parlamentar de Inquérito, nós, nós compareceremos, sim. Infelizmente hoje não será possível à tarde, porquanto há um julgamento que participarei no Tribunal de Justiça, do escritório, no meu sistema, nós chamamos de virtual, porquanto não foi... não se faz julgamento presencial ainda, atendendo recomendação do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça.

Era somente por isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Foi recebido o parecer do senhor, as considerações do senhor, por esta Presidência.

Então, determinamos que o senhor Samuel seja chamado em data posterior, haja vista a impossibilidade de ele comparecer ainda hoje nesta Comissão.

Senhor Samuel, muito obrigado.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Muito obrigado a todos.

(*O senhor Samuel de Brito Rodovalho, acompanhado de seus advogados, desconecta-se da videoconferência.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Solicito à assessoria que entre em contato com o próximo depoente, o senhor Gustavo Bissacotti Steglich. (*Pausa.*)

(*O depoente Gustavo Bissacotti Steglich, acompanhado de seus advogados, conecta-se à videoconferência.*)

Senhor Gustavo, o senhor consegue nos ouvir? (*Pausa.*)

Senhor Gustavo, o senhor consegue nos ouvir?

Página 931. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Perfeitamente. Os senhores conseguem me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

Senhor Gustavo, o senhor sabe por que foi convidado a se fazer presente nesta reunião, hoje aqui?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Acredito que sim, acredito que tenha sido por conta da venda que a minha empresa fez pra empresa Veigamed.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

Senhor Gustavo, o senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito desta Comissão, acerca de todos os fatos que lhe forem perguntados, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quero lembrar o senhor também que, na condição de testemunha compromissada, o senhor tem o direito de permanecer em silêncio. Caso não queira responder a uma pergunta, o senhor pode permanecer em silêncio, mas é necessário que o senhor expresse essa vontade: prefiro permanecer em silêncio; porque o silêncio não é indicativo de resposta. O senhor compreendeu bem?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Compreendo e, pela ordem, eu gostaria de... é... avisar que eu estou na...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Gustavo, se tiver mais alguém aí com o aparelho ligado, é justamente isso que dá o problema do som ou um *delay* de tempo na chegada do som... (*Pausa.*)

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Agora eu acho que deu certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Gustavo, tem mais algum outro aparelho ligado aí, justamente... (*Pausa.*)

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Desculpe, estávamos com um aparelho ligado em segundo plano, acabamos de desligar. Peço desculpas por isso, foi um lapso.

Eu gostaria de avisar que eu estou na presença dos meus dois advogados, acredito que eles também tenham que se apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor Gustavo.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Estou com o doutor Harger e com o doutor Vitor Barretta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá o.k.

Só reforçando aqui, o senhor assume então o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade...

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ... no âmbito desta Comissão, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A resposta do senhor é sim?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, então.

Lembrado que o senhor também tem o direito de permanecer calado se assim o desejar, porém é necessário que o senhor expresse: olha, eu prefiro permanecer calado.

Quero perguntar a vossa senhorita em que cidade que o senhor se encontra?

Página 932. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3613
Rubrica

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Eu me encontro em Joinville, e eu gostaria apenas de, pela ordem, deixar claro que, ao contrário do depoente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Anterior.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – ...anterior, eu fui convocado para participar dessa CPI via digital. Em nenhum momento me foi chamado pra ir pessoalmente. Então eu estou aqui conforme solicitado pelos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

Senhor Ricardo, para que os taquígrafos desta Casa possam fazer o registro do senhor, eu peço que o senhor fale, nessa ordem: o nome completo do senhor, a sua idade, a sua profissão e o lugar onde exerce a profissão, a atividade profissional do senhor e o local de nascimento?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – O.k.

Meu nome é Gustavo Bissacotti Steglich, tenho 33 anos de idade, eu sou empresário, eu faço... atuo na cidade de Joinville, principalmente, e o meu local de nascimento é Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, data de nascimento e o endereço completo do senhor.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – 16 de fevereiro de 1987. Eu moro em Joinville, na rua Jacob Eisenhut.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor já disse que está acompanhado de advogado, então vou precisar que agora os advogados do senhor se manifestem. Eu preciso do número da OAB e a UF da ordem dos senhores advogados.

O SR. JOÃO CARLOS HARGER JUNIOR – Bom dia. Meu nome é João Carlos Harger Junior, a minha OAB é 29.753. Estou na companhia do doutor Vitor Barretta.

O SR. VITOR GUILHERME AGUIAR BARRETTA – Bom dia a todos. Me chamo Vitor Guilherme Aguiar Barretta e a minha OAB é inscrição de Santa Catarina, de número 46.912.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, senhores advogados.

Então passo a palavra ao Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, o Deputado Ivan Naatz. Vossa excelência com a palavra.

(*O Deputado Estadual Moacir Sopelsa gesticula que quer se manifestar.*)

Só um minuto, Deputado Ivan Naatz.

Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Muito obrigado, senhor Presidente.

Eu quero só fazer uma questão de ordem para que não fique nenhuma dúvida àqueles que estão nos assistindo e a todos. Por que ao senhor Samuel... foi dado a ele a comunicação de que ele deveria participar por vídeo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Na verdade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Por que diferente dos demais? Não vamos deixar nenhuma dúvida. Eu quero que a CPI tenha toda a transparência e, se isso tem um motivo, que ele seja esclarecido. Se nós estamos cobrando de todos [a ouvida] presencial, por que a dele foi uma convocação já pedindo que ela fosse por vídeo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor, o depoente anterior, ele fez um pedido, um requerimento a esta presidência pelo fato de ter a esposa grávida, estar com, se não me engano, uma sogra, tal e tal. Porém, no nosso entendimento aqui, ele não poderia estar transmitindo de dentro do gabinete da defesa dele. Se fosse para ficar em casa, se a preocupação maior fosse ficar em casa pelo zelo com a saúde ou com o bem-estar dos familiares dele, seria dessa forma. Da mesma maneira que nós escutamos o

Página 933. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

senhor de forma remota, que nos acompanha desde o início da Comissão, até altas da madrugada, também de forma remota, considerando que o senhor também está em residência. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

Como o senhor bem disse, isso é para entendimento de todos. Agora, pedir para fazer de forma remota ou ser convocado de forma remota para não transmitir de dentro da residência, com a alegação de que havia uma preocupação com a saúde da família, estando aqui, em Florianópolis, a situação foi considerada dessa forma pelo pedido do Relator, Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Deputado Sargento Lima, eu acho que nós não estamos nos entendendo.

O senhor Samuel, quando se questionou de forma presencial ou remota, ele disse que a convocação dele foi feita para ele depor de forma remota. A convocação dele, do Samuel... Aliás, desculpe, eu não estou falando do Samuel, estou trocando o nome, estou falando do Gustavo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - São as testemunhas, Deputado Sopelsa, que não estão enquadradas, ou no grupo de risco, ou aquelas que não residem, ou estão em Florianópolis.

Por isso, que foi de forma remota a convocação. Aquele que não mora em Florianópolis, não reside, ou não trabalha em Florianópolis, ou faz parte daquele grupo de risco, essas pessoas estão sendo convocadas, estendendo esse benefício de forma remota. Tendo em vista até a dificuldade de deslocamento, né, se fosse... eu não sei se as linhas interestaduais ou se voos interestaduais estão funcionando na sua plenitude.

Então, acredito que agora nós estamos nos entendendo, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Agora estamos nos entendendo.

Todos aqueles que moram fora de Florianópolis, a convocação é feita para que eles se pronunciem de forma remota. É isso.

Está esclarecido, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor. Está esclarecido.

Deputado Ivan Naatz, vossa excelência está com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Bom dia, Gustavo, bom dia senhores advogados que o acompanham aí.

Senhor Gustavo, o senhor é representante da empresa CIMA Industries Medical Division, do Panamá, é isso?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, desculpa, eu troquei a folhinha aqui, da OltraMed, desculpa.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor é o representante legal da OltraMed Comércio de Produtos Médicos, certo?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Correto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem.

O senhor já vendeu equipamentos para o Estado de Santa Catarina? O senhor tem relações comerciais com o Estado de Santa Catarina?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Essa, então, foi a primeira... o senhor fez alguma vez comércio com o Estado de Santa Catarina por algum outro produto, alguma outra interferência?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Não.

Página 934. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3614
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem.

O senhor é sócio do senhor Fábio Guasti em alguma empresa, em alguma outra atividade?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Não sei nem quem é esse senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor tem alguma relação com Fábio Guasti de amizade, aproximação?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Não. Eu não conheço nem esse nome, pra ser bem sincero.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - A empresa Veigamed... qual é a relação do senhor com a empresa Veigamed, ou a empresa do senhor com a empresa Veigamed?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - O.k. A minha relação com a Veigamed não é nenhuma. A relação da minha empresa com a Veigamed ela se restringe a um único negócio, que foi feito. É... a Veigamed, ela fez a tentativa de compra, né, de testes de Covid. Que são testes que a minha empresa importou legalmente, fez a venda legalmente, pagando todos os tributos, tudo certinho.

E a Veigamed entrou em contato conosco pra fazer compra desses testa es. Essa venda, ela estava em andamento, eu recebi os valores, foi emitida a nota fiscal, foi pago inclusive os impostos. Existe uma tributação chamada de ST, Substituição Tributária, que ela é paga... o fato gerador dela, o momento de pagamento é entre a emissão da nota fiscal e a entrega dos produtos. Foram R$ 3 milhões pagos ao Estado do Rio de Janeiro, via ICMS, via ST, e, enfim.

O caminhão foi carregado e a venda seria concluída com a entrega dos testes. Porém, como eu acho que já foi amplamente divulgado na mídia, entre a saída dos produtos, na sexta-feira e a entrega dos produtos na segunda, é, estourou esse escândalo a respeito da Veigamed, o que me deu tempo suficiente de fazer o caminhão voltar, cancelar a venda e, inclusive, deixar à disposição do governo os valores que a Veigamed já haviam pagos para minha empresa, inclusive tendo um prejuízo, né, de relação de fluxo de caixa, pois, até o momento, eu ainda não recebi de volta os impostos pagos por essa venda que não foi efetivada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Os produtos que foram... eu vi que tem uma medida cautelar da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Florianópolis, que bloqueou os valores que a Veigamed teria repassado por senhor, onze milhões e pouco de reais.

É... eu também tenho aqui, uma decisão de uma medida cautelar, de uma petição que vocês apresentaram nesse mesmo processo, pedindo a substituição da retenção dos equipamentos pela retenção desses valores, certo?

Esses EPIs, eles estão onde?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Só pra... pela ordem. Não são EPIs, né, são correlatos, é diferente, só pela ordem.

É, é, bom, existiu, antes do bloqueio por parte da Justiça dos valores da empresa, uma petição por parte da nossa empresa colocando os valores à disposição.

É, é, pra, acho que acredito que a melhor forma de responder essa pergunta seria criar um *timeline,* uma cronologia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ótimo, o senhor fique à vontade para nos ajudar.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Perfeito, perfeito.

Então, na quinta-feira, dia 1°... não sei se abril, tem 30 ou 31 dias, mas, enfim, um dia antes da sexta-feira, 1° de maio...

(*O advogado fala fora do microfone: "Dia do Trabalhador.*)

Página 935. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

... 30 de abril. 30 de abril foi emitidas as notas, as cargas elas saíram com destino ao Rio de Janeiro. No dia 1° de maio eu fui convocado pelo Delegado Jeferson pra comparecer à Delegacia de Joinville, do Deic. Eu, pô, também tenho esposa grávida em casa, oito meses, fui até lá, num feriado, esposa brava, você pode imaginar: pô, porque tá indo lá na delegacia?

Aí, chego lá, me deparo com essa situação. Ele me fez as mesmas perguntas que você fez referente a pessoas que eu não conheço, que aparecem que são sócias da Veigamed e me explicou que eu havia feito negócios com uma empresa que, até o entendimento do Delegado e acredito que seja verdade, é uma empresa que estava fazendo negócios ilícitos.

Por conta disso, os valores que eu havia recebido dessa empresa, por mais que o meu negócio fosse um negócio totalmente lícito, a origem daqueles valores eram ilícitos. Por conta disso, o Delegado Jeferson, é, é, inclusive, até, registro os parabéns pra, pro trabalho dele, me explicou que seria muito melhor eu evitar com que essa venda fosse concluído, se ainda possível, e colocasse esses valores à disposição do governo.

Naquele mesmo momento, eu peguei meu celular, na frente do Delegado, liguei pra minha equipe, perguntei onde estava o caminhão, que eu tenho várias entregas, várias vendas, eu não tinha como saber. É, é, foi rastreado que o caminhão ainda estava em São Paulo com direção ao Rio de Janeiro para efetuar a entrega. Afinal de contas, os impostos estavam pagos, a nota fiscal está emitida, estava tudo certo. É, consegui fazer com que o caminhão voltasse e tive, inclusive, aí, um o entendimento do Delegado de que a melhor forma seria eu não falar nada com a Veigamed, porque a princípio eles iam fazer algum tipo de ação policial em relação a eles, e que se eles me contatassem, eu deveria apenas dizer que o caminhão está atrasado....

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só me permite uma interrogação, Gustavo. Então, essa carga era destinada ao Rio de Janeiro?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Sim, era destinada ao Rio de Janeiro por onde as notas fiscais foram emitidas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem informação se esse produto de alguma forma viria para Santa Catarina?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não. Era para negócios feitos com o Rio de Janeiro, o senhor sabe disso?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Não sei. Eu venderia pra Veigamed e a Veigamed revenderia isso não sei pra onde, não tenho como saber isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, bom, então, é, só para confirmar...

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Posso só encerrar a linha de raciocínio, por favor?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, não, é que nós somos... nós estamos investigando os negócios de Santa Catarina.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Nós não estamos investigando os negócios do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Mas eu acho...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Agora, é importante a gente saber o que que a Veigamed ia fazer com esses produtos, é isso?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Pois é, Deputado Ivan, eu acho prudente ele terminar o depoimento, justamente, porque ele está numa linha de raciocínio lógico de contar como é que estava acontecendo o bloqueio do recurso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, é que de fato, nós temos todo o seu depoimento já procedido na Polícia Civil, tem o momento que o senhor falou que

Página 936. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3615
Rubrica

suspendeu né, suspendeu imediatamente o interrogatório ele ligou pra sua empresa, sua empresas então falou com motorista, o motorista voltou pra Santa Catarina, voltou pra empresa e aqueles produtos ficaram bloqueados até que se conseguiu na Justiça substituir os produtos pelo bloqueio dos valores, não foi isso?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Não, eu precisaria...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Por favor, o senhor pode continuar.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - ...complementar, porque tem um ponto importante que não está sendo levado em consideração, se o senhor puder me permitir.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pode continuar, por favor.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Obrigado, desculpe, né?

Conseguimos fazer com que esses, esses equipamentos voltassem. Antes de qualquer bloqueio, antes de qualquer bloqueio em conta ou de pedido de bloqueio, já no dia seguinte, nós peticionamos um pedido de depósito, um pedido de conta judicial para depositar os valores. Num primeiro momento até pensamos em depositar os valores, menos a ST - afinal de contas, eu recebi onze milhões, mas três milhões eu paguei de ST, de impostos, devidamente tudo correto -, e ficamos dois dias pedindo pra Procuradoria-Geral do Estado, Ministério Público, Delegado, que viesse essa conta pra mim fazer um depósito judicial. É... plena a amizade, mesmo entendendo que eu teria dificuldade, depois, de recuperar os 3 milhões de imposto.

Porém, como a gente sabe que se trata de uma coisa bastante midiática, eu, eu tento imaginar que não foi por conta disso, mas em três processos diferentes, eu tive três bloqueios de conta, sucessivamente, inclusive ao mesmo tempo, na qual foi bloqueado um valor muito superior aos 11 milhões. Na qual eu preciso deixar registrado aqui, que eu fiquei, aí, duas semanas impossibilitado de fazer novos negócios, porque, pois eu tive um valor muito superior a 11 milhões bloqueado na minha conta.

Fato esse que meus advogados já me indicaram que, e peticionaram, inclusive que existe uma questão legal de abuso de poder, porque eu tive bloqueios vindo de Gaspar, tive bloqueio vindo do Ministério Público e tive bloqueio vindo de uma ação coletiva do Estado, que acredito que seja essa que começou a CPI, nas quais a minha empresa que fez um negócio legal, que se botou à disposição de devolver os valores e que pagou os impostos, teve não só o valor dos impostos, mas até três vezes o valor correto, bloqueado em conta até que, depois de muita briga, fosse liberado os valores até o limite de bloqueio de 11 milhões.

Isso é importante deixar claro.

Obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Foi bastante esclarecedor. Nós não tínhamos as informações, tais quais elas estão sendo repassadas, Gustavo. Que enrascada, né?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Pois é, hora errada, lugar errado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Que enrascada que o senhor se meteu aí. Fez o negócio licitamente e, infelizmente, com a empresa errada...

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Pois é.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Tendo frustrado um negócio, como disse, lícito. E, depois disso, agiu corretamente, é bom que aqui a gente registre, no meio dessa negociação fraudulenta, vergonhosa para Santa Catarina, dessa

Página 937. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

compra que o Estado fez, pagando por alguma coisa que não recebeu, o senhor fez exatamente o oposto.

Então, dessa negociação desastrosa que a Secretaria de Saúde do Estado fez, é o que a gente pode tirar de lição é aquilo que o senhor fez, como alguma coisa positiva que serve de exemplo, de como deve proceder, não apenas o homem público, mas também o privado. Parabéns pela sua atitude.

Esses recursos estão ainda depositados em juízo ou já foram devolvidos? O senhor tem conhecimento se foram devolvidos ao erário?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Eu vou ser muito sincero, eu me preocupo muito em vender e fazer negócios, não com essa parte jurídica, mas eu posso perguntar pro meu advogado que está aqui do lado, se esses valores estão em que...

(*O advogado João Carlos Harger Junior manifesta-se fora do microfone que os valores já foram transferidos para o Estado.*)

Já foram transferidos pro Estado. Eu sei que saiu da minha conta, agora, tecnicamente pra onde foi eu não sei. Acredito que tenha sido pra conta correta, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O.k.

Eu teria outros questionamentos, mas depois da forma clara como... para mim ficou. Nós não tínhamos essas informações, eu estou satisfeito.

E quero lhe cumprimentar pela sua lisura nesse processo, né, pela transparência também com que trata as coisas e pelo cuidado, que muitos não tiveram com os recursos públicos, que o senhor teve. Aliás, no seu caso não eram recursos públicos, eram recursos licitamente auferidos, né, pela venda lícita, infelizmente para o destino errado, que é a Veigamed.

Eu estou satisfeito.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Antes de passar a palavra ao Deputado Kennedy Nunes, quero comunicar aos membros desta Comissão que pedi à assessoria que entrasse em contato com o senhor Rafael Wekerlin que, talvez por falta de orientação jurídica, ainda não percebeu o fato de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem os mesmos poderes de uma instrução judicial, como qualquer outra. E o mesmo se nega, hoje, a entrar em contato com esta Comissão aqui, de forma remota, reclamando da troca da ordem daqueles que foram ouvidos.

Já tivemos aqui outras testemunhas que chegaram a esperar dez horas, sentados ali, na sala ao lado desta sala da Comissão. Comunicação para ele de que a próxima ouvida dele será de forma presencial, em data pré-marcada, e que nós também temos o poder de pedir que ele seja conduzido de forma coercitiva.

Portanto, peço à assessoria que entre em contato com ele, comunique esse fato para que ele possa evitar esse transtorno, pois toda uma estrutura foi montada aqui para que a Comissão funcionasse no dia de hoje e todos pudessem ter conhecimento da lisura de nossos trabalhos e do andamento deles também.

Então, tão logo haja uma resposta, eu peço à assessoria que nos comunique, se conseguiu contato via telefone com ele, para que ele possa se manifestar.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Bom dia, Gustavo, que bom saber que tu és de Joinville e que agiu dessa forma. Parabéns.

Mas eu queria perguntar algumas coisinhas aqui. Primeiro, a fala do Relator com relação a saber se essa sua venda, né, o produto da sua venda que voltou do meio do caminho, é, que foi para a Veigamed, é que nós estávamos tentando saber, ou ver, se a Veigamed comprou os equipamentos os EPIs para tentar vender aqui, para o Estado de novo. Não

Página 938. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3616
Rubrica

especificamente para o Estado, mas para outros Municípios aqui. Então, era só essa a ligação. Mas ficou claro que você vendeu e para quem eles iam vender não tem como fazer.

Mas eu queria saber o seguinte, nós tivemos aqui alguns depoentes que falaram inclusive que tinha um - como é que foi falado do é, é, do comercial... do aumento do preço...? - canibalismo comercial. Você, que trabalha com isso, percebeu que lá em março, abril, tinha um tal de canibalismo comercial, se referindo a altas de preços, a busca e essa negociação que tem tudo aí.

Você que trabalha nisso foi perceptível isso ou não?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - É, boa tarde, Kennedy, é um prazer estar conversando com o senhor, pessoa tão importante aqui da cidade, pena que é numa, numa condição, não é, Deputado...

Bom, Deputado, a gente, isso aqui não é uma aula de economia, mas a gente sabe que o preço é regido pelo mercado, trata-se de Lei da Oferta e da Procura.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Hum, hum.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - É, eu sei também que existiu muita especulação... é, vieram, meu telefone era assim, coisa de mais de mil ligações por dia e, e, muita, muita especulação, pessoas é pedindo... e eu cheguei a receber um orçamento de um distribuidor dizendo que ele ia vender para o Acre sete milhões de unidades. Aí, eu fui no Google e descobri que no Acre tem setecentas mil pessoas. Então, assim, é, eu acho que a gente tem que dividir muito o que é especulativo e o que é real.

Quanto às altas de preço, o que é sabido é que existiu uma escassez absurda. Tanto que, quando fui sentar com o Delegado um Jeferson, pela primeira vez, é, até que fosse entendido o que estava acontecendo, eu falei pra ele: pô, Jeferson, você não tem de me chamar aqui e me tratar como bandido, você tem que me tratar igual herói. Porque enquanto muitos, muitas empresas não conseguem, muitos governos não conseguem importar seus testes pra Covid, uma empresa aqui de Joinville trouxe uma quantidade grande de testes e, em vez de ser tratado com todo respeito de que o empresário merece, por estar gerando aí receitas por Estado, emprego e tudo mais, ainda tá toda uma causa nobre que nem essa do Covid, e, pô, tô sendo aqui, agora, escrutinado por conta de algo que não deveria.

É, resumindo, o que eu posso dizer é que, sim, houve uma escassez de preço. Essa escassez de preço ela acaba sendo, é, vista nos... uma escassez de produto, né, acaba sendo refletido por uma lei de oferta e demanda, mas nada que fuja do razoável. Ao menos, as vendas feitas pela minha empresa, elas foram todas dentro de um patamar de valores razoável. Se fora disso existiu alguma coisa diferente, aí, acho que cabe à CPI investigar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Obrigado, Gustavo.

É bom lembrar, até a gente já sabe, mais quem está acompanhando, muitas vezes não sabe, que a empresa Veigamed, Deputado Felipe, estava envolvida inclusive com a venda de EPIs, roubados no aeroporto de Guarulhos, para a Prefeitura de Guarulhos.

Então, eu vejo que, nesse processo todo, a empresa do Gustavo, é, foi uma dessas que, como ele diz, estava na hora errada, é, no momento errado, porque o cerne da questão, o bicho podre da questão, é essa Veigamed que enganou aqui, e que estava inclusive vendendo produtos furtados do aeroporto de uma carga que tinha vindo da China. Então só para ficar bem claro.

Eu fico satisfeito e parabenizo novamente, Gustavo, você e o doutor, o Delegado... como é?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Delegado Jeferson, da Deic.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O Delegado Jeferson, aí de Joinville, que tiveram essa estratégia, inclusive de te orientar, de você não entrar em contado com a Veigamed para não alertar eles da operação. Isso mostra a qualidade da nossa Polícia Civil aqui, em Santa Catarina, que está também atuando nesse processo.

Página 939. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Parabéns, muito obrigado pela sua demonstração de seriedade e cidadania.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) –Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Só quero fazer um comentário rápido, baseado nisso que o Deputado Kennedy pediu e o Gustavo respondeu, sobre o aumento no preço dos produtos.

Ontem, foi feita uma denúncia aqui, sobre o comprimido dexametasona, que foi descoberto agora que ajuda os pacientes que estão na UTI com a Covid. Ele era vendido pelos laboratórios aos distribuidores de medicamento em Santa Catarina a menos de R$ 2,00 e, de ontem pra cá, saiu a tabela nova, com R$ 6,00 o comprimido, de menos de dois para seis.

Esse é o cartel dos que se aproveita da situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado.

Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Senhor Presidente... Gustavo, a empresa Veigamed lhe fez o pagamento antecipado da mercadoria? [*Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Sim, é... por estratégia comercial, todas as vendas que a minha empresa realizou foram pagamentos antecipados, então isso não foge à regra. Eu posso, inclusive, enumerar aqui algumas outras instituições bastante conhecidas e de postura idônea, como o Hospital Albert Einstein ou os hospitais da Rede D'Or, do Rio de Janeiro, todos eles, independente de fama, condições de pagamento, é, todos fizeram o pagamento antecipado.

Essa foi uma estratégia comercial da minha empresa, devido aí às loucuras que a gente via no comércio, no mercado. E, enfim, isso é uma forma de evitar a especulação, que, afinal de contas, o meu telefone tocava e dizia: manda 1 milhão de testes aqui pra Minas que eu te pago semana que vem. Entendeu? Não dá pra saber quem é sério e que não é sério, então eu pedia os documentos da empresa, fazia uma análise via, eu, eu, eu, eu possuo na minha empresa, no corpo da minha empresa, um responsável técnico especialista em Anvisa, que ele analisava a documentação das empresas para quem a gente ia vender, inclusive analisou a documentação da Veigamed, percebeu que a Veigamed tinha autorização da Anvisa para comercializar esses produtos.

Por conta disso, não vimos nenhum problema em vender pra eles, quando eles tinham a documentação e fizeram o pagamento antecipado. Pra mim, era uma empresa igual à Einstein, igual à Rede D'Or. Simplesmente tinha o fato de que eu nunca tinha ouvido falar dessa empresa. Porém, até que se prove o contrário, acredito que todos são inocentes, né, eles agora a gente sabe que não, mas até então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Sim.

A partir da frustração do negócio para a Veigamed, como não chegou a mercadoria, ela tentou, de alguma forma, ser ressarcida dos valores que foram pagos?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Não, num primeiro momento eles ligavam e eu não atendia o telefone, nesse meio tempo meus advogados começaram a procurar o Delegado Jeferson pra pedir, é, falar: oh, meu cliente está começando a ficar até com medo, né, afinal de contas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Sim.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Se o negócio é lícito, eu não posso simplesmente não entregar e sumir, aí eu fiquei até com medo que ele viesse procurar a Polícia, ou alguma coisa assim, achando que eu tivesse feito algo errado, né? Então o

Página 940. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3617
Rubrica

Delegado Jeferson, depois de três dias, ele fez uma declaração, é, do Deic dizendo que a empresa OltraMed havia sido, é, orientada a não seguir com a venda. Só três dias depois, quando os caras me ligavam de quinze em quinze minutos e eu não atendia, tudo o que eu fiz foi entrar em contato com eles através de WhatsApp, já para evitar a ligação, e eu mandei pra eles: segue documento recebido pelo Deic. Depois que eu fiz isso, eles sumiram.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Então a empresa Veigamed...

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Não respondeu mais depois disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Tomou do próprio veneno.

O.k., Gustavo, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Antes de passar a palavra ao Deputado Felipe Estevão, consulto se o Deputado Sopelsa deseja também fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Quero fazer uma pergunta, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Eu queria dar um bom-dia a todos, bom dia ao Gustavo.

Para ficar claro, porque não ficou claro pra mim. A tua empresa fez uma venda pra Veigamed de R$ 11 milhões?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Perfeito, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Perfeito, R$ 11 milhões. Esses R$ 11 milhões eram referentes a EPIs?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Não, Deputado, eram referentes a cem mil testes de Covid. Só por ordem técnica, o teste de Covid não é considerado um EPI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA S - Eles não tinham comprado, no caso dessa compra, não tinha nada de respiradores?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Nada, a minha empresa, ela não comercializa respiradores, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Os 11 milhões que foram bloqueados eram referentes à venda de cinqüenta mil *kits* de teste.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Isso, referente à venda de cem mil *kits* de teste, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Sim, cem mil *kits* de teste que a tua empresa fez pra Veigamed?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Perfeito, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – E esses 11 milhões estão bloqueados? E você tem aí um prejuízo - me desculpe por chamá-lo de você – e você tem aí um prejuízo dos impostos que você pagou e do frete, porque você estava mandando esses produtos até o Rio de Janeiro?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Exatamente, Deputado, o frete chega a ser até irrelevante se considerar que foi pago 3 milhões de imposto, de ST. Mas sim, estou com esse prejuízo, espero que o governo do Rio de Janeiro devolva esse valor aos cofres da OltraMed, afinal de contas, pela legislação, eles teriam que fazê-lo. Mas a nossa legislação, incrivelmente, não dá um prazo pra que isso seja feito. Então, se não tem prazo, significa que eu vou ter que ficar esperando.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Muito bem, eu estou satisfeito. Eu acho que está esclarecido.

Página 941. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Moacir Sopelsa.

Deputado Felipe Estevão?

(*O senhor Deputado Estadual Felipe Estevão gesticula com as mãos que falará após o Deputado Fabiano da Luz.*)

Deputado Fabiano da Luz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Só quero aproveitar. O senhor chegou a fazer negociação com outros Estados, direto para Estados?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Só através de vendas pra outras empresas?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Bom, foram muito precisas aqui todas as perguntas. Uma dúvida: a sua empresa teve esse prejuízo dos 3 milhões? O senhor pagou imposto. A Veigamed é o olho do furacão desse escândalo. Você teve essa venda de 11 milhões e você paga o imposto de 3 milhões. Esse ônus ficou com a sua empresa. Eu lamento, uma empresa de Joinville que se meteu num rolo desses e teve esse ônus. É isso? Só pra entender essa...

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – É isso, Deputado, são 3 milhões que poderiam estar aí, rodando na economia, ser investido em outras coisas, mas estão lá nos cofres do governo do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Bom, lamentar...

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Porque afinal de contas a ST é um imposto que é pago antecipadamente pro Estado de destino da mercadoria, então, ao Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Sim, eu lamento muito, desejo boa sorte aí, a gente está aqui lutando em busca da verdade, bom ter a sua participação para que a gente possa estar esclarecido aqui nessa missão de descobrir a verdade sobre esse negócio.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado Felipe Estevão.

Seu Gustavo, quero dizer ao senhor, que também a exemplo do Deputado Kennedy Nunes, muito orgulho que ser joinvilense, muito orgulho dos empresários da minha cidade, que levam de arrasto boa parte do Produto Interno Bruto de Santa Catarina. Então, parabeniza-los pelo comportamento que o empresariado tem - não só o joinvilense, mas de toda Santa Catarina - nesse momento de crise.

Lamentável que tenha colhido esse prejuízo da contribuição dos impostos, no valor de 3 milhões, tenho certeza que a sua defesa vai saber recorrer disso e tentar recuperar esses valores, o que seria justo.

Também quero dizer do seguinte: que não é numa péssima situação que nós estamos nos conhecendo, moro em Joinville mesmo, no bairro Guanabara, eu resido ali, é numa excelente situação que nós estamos nos conhecendo. Nesse momento, Deputado Kennedy Nunes, em que as pessoas estão vendo quem está fazendo alguma coisa por Santa Catarina, quem trabalha de forma honesta, quem tem um compromisso com o Estado em que reside.

Página 942. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3618
RUBRICA

Nós, o nosso compromisso de honrar cada voto recebido, voto de confiança recebido por nossos eleitores.

E os nossos empresários, da nossa cidade, têm esse compromisso que eles assumiram tempos atrás, quando deram os primeiros passos na abertura das suas empresas, de empregar catarinenses e de proporcionar uma vida digna às pessoas através do trabalho.

Quero agradecer pela presença do senhor aqui, digo que não foi numa ruim situação, foi numa boa, muitas vezes a gente precisa desses momentos difíceis para que a gente possa ser um pouco mais conhecido. E é no combate que o soldado é forte, nós estamos nos conhecendo durante uma luta. É um grande prazer conhecer o senhor e quero estender, em nome de toda a Comissão Parlamentar e dos demais Deputados, os nossos agradecimentos pela disponibilidade que o senhor nos atendeu e a prontidão que foi feito isso.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Muito obrigado, Deputado.

O SR. JOÃO CARLOS HARGER JUNIOR – Deputado Sargento Lima?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Oi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim.

O SR. JOÃO CARLOS HARGER JUNIOR – Pela ordem, só fazer um requerimento em nome do senhor Gustavo Steglich.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Hum-Hum.

O SR. JOÃO CARLOS HARGER JUNIOR – É, pela boa ordem dos fatos, e até o que ficou claro no depoimento dele, e pra evitar eventuais, é, equívocos, nosso pleito, ele reside em retificar duas atas da Comissão, é, não sei se a gente faz isso via ofício ou se a gente pode deixar registrado neste momento, mas na reunião, a 6ª ata de reunião diz que o senhor Samuel de Brito Rodovalho, representante da CIMA, do Paraná, que é fornecedora de respiradores, ela está sendo acusada de negociar propina com Rafael e Gustavo Steglich. Eu acredito que tenha sido algum equívoco na ata, então a gente gostaria de fazer esse registro para que seja analisado esse pleito para que seja, ou retificado ou solicitado explicações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor pode fazer através de requerimento mesmo, que seja feita a devida alteração, por escrito, e já dou por acolhido o requerimento do senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas só para ficar claro, então, pra quem nos acompanha, é, o senhor Samuel de Brito Rodovalho não fez o pedido de comissão pro Gustavo, é isso?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Nunca falei com ele. Não conheço o Samuel.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Está O.k., muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Mais uma vez, muito obrigado, senhores advogados e senhor Gustavo.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Obrigado, Deputado.

O SR. JOÃO CARLOS HARGER JUNIOR – Obrigado, Deputado.

(*O senhor Gustavo Bissacotti Steglich, acompanhado de seus advogados, desconecta-se da videoconferência.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Peço à assessoria, se conseguiu contato com o Rafael, que possa colocá-lo já *online* pra gente fazer os questionamentos.

Suspendo a sessão por cinco minutos.

(*Estão suspensos os trabalhos. Pausa.*)

Estão reabertos os trabalhos.

(*O depoente Rafael Ruschka Wekerlin conecta-se à videoconferência.*)

Senhor Rafael, o senhor nos escuta bem?

Página 943. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – 100%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – 100%, 5/5 (*ri*)?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – 5/5.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Rafael, o senhor sabe por que foi convidado a comparecer aqui, nesta reunião, na tarde de hoje?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN - Deixa eu desligar todo o restante da minha Internet.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É, se não desligar os demais equipamentos dá um *delay* de tempo, um atraso na chegada do áudio e do vídeo. Aliás, do áudio.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Sim.

Está me ouvindo melhor agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Certo. Acredito que devo ter sido chamado como testemunha aqui para depor por conta do caso dos respiradores. Correto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor. O senhor foi convidado a estar aqui para esclarecer fatos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, que resultou na contratação da Veigamed Material Médico Hospitalar Eireli, tendo por objeto a aquisição duzentos respiradores pulmonares ao custo de R$ 33 milhões.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito desta Comissão, dos fatos que lhe forem perguntados sob pena de concorrer pelo crime de falso testemunho?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Quero lembrar ao senhor também que o senhor tem o direito de permanecer calado diante de alguma pergunta, mas é necessário que o senhor expresse essa vontade dizendo: eu prefiro permanecer calado, até porque o silêncio não é indicativo de resposta.

Para que os nossos taquígrafos possam fazer o registro, eu peço ao senhor que fale o seu nome completo, sua data de nascimento, sua profissão e o local onde reside.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Meu nome completo é Rafael Ruschka Wekerlin, é... minha data de nascimento é dia 23 de dezembro de dois mil... 1987, perdão. A... minha profissão é empresário e meu local de residência é Joinville, Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor está acompanhado de advogados, senhor Rafael?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá.

Passo a palavra ao Relator. Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Bom dia, Rafael.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Obrigado por colaborar conosco, obrigado também por esperar. Nós estamos enfrentando um grande dilema aqui em Santa Catarina, que é de identificar o que aconteceu, de verdade, com a compra desses respiradores. E tem uma participação, é, em conversas de WhatsApp do senhor com alguns elementos que já foram identificados como fraudadores ou que tentaram fraudar Santa Catarina neste processo dos respiradores, ou que foram induzidos, por algum motivo, a produzir essa fraude. Por isso, o depoimento o senhor pode nos ajudar muito.

Página 944. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3619
Rubrica

O senhor surgiu nessa história toda quando a notícia de que alguém teria tentado extrair R$ 3 milhões em comissão por ordem da realização desse negócio. Então, por isso que a gente precisa esclarecer algumas coisas com o senhor a respeito disso.

O senhor conhece alguém da Veigameg, o senhor tem relação com alguém da Veigamed?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Assim como já respondemos pro Gaeco e pro Deic, não, não conhecemos ninguém da Veigamed, nunca nem tinha ouvido falar da empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O Fábio Guasti, o senhor tinha conhecimento?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não?

Senhor Rafael, o senhor tomou conhecimento que Santa Catarina queria comprar respiradores? Se o senhor tomou esse conhecimento, quem foi que fez esse contato com o senhor?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – O nosso representante comercial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Que é o Samuel de Brito?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não, o senhor Cauê Martins.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ah, muito bem. Então quem procurou o Cauê Martins, o senhor sabe?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – É, segundo relato do Cauê, é, foi um amigo dele, chamado Germano, que eu também nunca ouvi falar, nunca conversei, é, que o procurou falando que tinha essa, essa possibilidade de fornecer os equipamentos pro Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E o senhor tem esses equipamentos, o senhor vende esses equipamentos?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – É, nós somos uma empresa de importação e exportação, então nós podemos adquirir qualquer tipo de equipamento e revender qualquer tipo de equipamento, então nós trabalhamos, justamente, na área de importação e exportação. Então, hoje nós importamos desde peças automotivas, equipamentos médicos, alimentícios e até agronegócio, fertilizantes, exportação de soja e assim por diante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, só para entender essa aproximação. O Cauê Martins, que é representante do senhor, surgiu com essa conversa de que Santa Catarina queria comprar respiradores.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Exatamente. Não para Santa Catarina, está, foi Santa Catarina e mais outros dois Estados, que não me foram abertos até a gente finalizar essa questão do, dos respiradores, Santa Catarina que iria definir o negócio, eles não me abriram quais eram os outros Estados. Mas eu lembro que eles tinham mais dois Estados, e então nas conversas de WhatsApp também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Está. Daí o Cauê, me desculpe, vou ter que perguntar de novo, porque eu acabei não anotando aqui.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Sem Problemas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O Cauê, ele disse quem procurou ele ou ele só tomou...como é que ele tomou conhecimento?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Germano, amigo dele, chegou até ele com, com a, com o negócio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E o Germano falou pra ele de onde que vinha esse contato?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não sei, isso não é do meu conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O Germano é o Germano?

Página 945. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Eu não conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não sabe o sobrenome dele?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não sei o sobrenome.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Está. O senhor sabe, depois dessa conversa, eu tenho aqui o WhatsApp do senhor, teve esse contato da proposta, depois teve uma conversa do senhor, em 2º lugar, com a empresa. Vocês criaram um grupo de WhatsApp e, logo depois, o senhor se dissolveu desse negócio.

O senhor poderia explicar esse grupo de WhatsApp, quem participou disso?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Sim, explico sim, sem problemas. Foi o seguinte, a, nós, o Cauê chegou pra mim e falou que tinha essa proposta de compra de respiradores, é, que o fornecedor era diretor, ex-diretor da empresa que vendia os equipamentos na China, que era o senhor Samuel, e que o Samuel não fazia importação no Brasil, mas ele precisava de uma *trading* pra fazer a importação pro Brasil e revender pro governo de Santa Catarina.

A, eu falei que a gente faz isso, um procedimento comum, bem normal, é, quando não existe um importador no Brasil nós fazemos a parte da importação e a revenda no Brasil. A, o Cauê falou: então, tão legal, você aceita fazer? Eu falei: aceito, é um negócio como qualquer outro negócio que nós fazemos na nossa, na nossa empresa. Óbvio que vai passar toda a parte de *compliance,* se for aprovado a gente faz. Recebemos então as informações preliminares, eles pediram uma pré-proposta pra ver se, é, a nossa proposta ia se encaixar com o que eles pediam, é, eu fiz a pré-proposta, encaminhei a pré-proposta, inclusive pro governo do Estado, pra ver se a proposta condizia com o que governo estava procurando.

É, a pré-proposta foi aprovada, era aquilo mesmo que eles queriam, é, entretanto, é, conforme o Cauê e o Samuel tinham calculado, eles, eles acreditavam que o valor, é, de trinta e três milhões seria suficiente pra fazer a importação completa. E não era. Por quê? Porque eles achavam que o imposto, todos os impostos de importação, por conta do Covid, estavam, estavam suspensos, é, momentaneamente por conta da pandemia. Porém, não é assim, na importação incidem vários impostos, incide imposto de importação, IPI de importação, incide PIS importação, Cofins importação e ICMS importação, é, e todos esses impostos, de todos esses impostos até aquele momento, apenas o imposto de importação como estava, é, estava suspenso através de ato legal.

E, mais pra frente, até o momento da chegada dos respiradores, eles, eu fiquei sabendo, nem pesquisei mais também, porque a gente não quis se envolver nessa questão, é, mais fiquei sabendo também que o IPI teve um ato legal com dispensa de pagamentos de IPI para esse equipamento. Ah, porém ainda nós tivemos que pagar PIS importação, Cofins importação e ICMS importação e mais todos os impostos de venda para o Estado, incluindo o meu IRPJ e meu CSLL. E eles não tinham calculado isso dentro dessa margem de 33 milhões, porque me foi passado um valor fechado já direcionado para o governo. E o Samuel, que era o representante dos equipamentos, estava negociando direto com o governo.

Vocês estão conseguindo entender bem?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Aí não deu certo o negócio e a Brazilian Trading Importadora, que é a sua empresa, se retirou do negócio?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não, daí aconteceu o seguinte: eu mostrei pra eles: Oh, a conta que vocês fizeram, de 33 milhões, está errada. Se a gente vai pagar 26 milhões nos equipamentos na China e tem todos os impostos de importação, mais todos os impostos de venda, é, 33 milhões não é suficiente pra que eu, a gente consiga fazer essa venda, é, pro Estado, porque como a gente recebeu essa proposta de venda, eu e o Cauê, pode até procurar nas conversas de WhatsApp, a gente falou que não queria ter lucro nenhum com a operação. A Brazilian iria auxiliar o Estado, é, a fazer a importação dos equipamentos,

Página 946. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3620
Rubrica

e mais, e ia ficar isso mais como um *marketing* para a empresa do que a gente ter algum tipo de lucro na operação, não tinha lucro nenhum na operação.

O Samuel ofereceu, se não me engano, 1,5% da comissão que ele ia ganhar da CIMA, ele ia ganhar 3% de comissão da CIMA, ofereceu 1,5% pra mim e pro Cauê, pra dividir entre os dois, e ele ia ficar com 1,5% de comissão, aqui no Brasil, da venda dele. Então esse, esse seria o negócio, esse seria o negócio dele, certo?

É, porém, essa comissão não, os 3% de 33 milhões ali não, não chega no valor, no valor de 3 milhões. O que aconteceu? É, eu falei pra ele: oh, Samuel, pra gente conseguir fazer essa operação, é, e vender pro governo do Estado, o valor correto dá 40, ponto alguma coisa, milhões, o valor correto para importar e revender para o Estado isso aí. Esse equipamento, acredito que o Estado deveria importar direto. Ele falou: não, o Estado não consegue importar, tá com problema pra importar, não, não sabem importar e não querem importar, eles querem comprar de alguém se importe.

Daí eu falei: tá, então o valor é esse, 40 milhões. E aí começou uma discussão, me ligaram: como assim não vai dar para importar, já, já fez a pré-proposta, esse é o valor certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E quem ligou? Quem ligava para o senhor?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Eles fizeram uma ligação em grupo, daí. Estava eu, é, o Samuel, o Cauê e o Germano na ligação, estávamos os 4. E aí começaram a discutir essa questão: mas por que que não vai dar, por que que não vai dar, por que que não vai dar? Tanto que eu já tinha falado isso antes pra eles e eles me pediram pra colocar ali na cotação "sem impostos". Eu não sei se vocês perceberam que depois do valor tá escrito "sem impostos", que é justamente por causa disso. [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

E... passou-se isso no... fizemos a pré-proposta, nós (*ininteligível*) com "sem impostos", no outro dia é... o Samuel é... eu comecei a solicitar pro Samuel: eu preciso desse edital. É... o *compliance* na empresa exige que a gente veja o edital e que a gente é... leia o edital e entenda exatamente qual é a... a demanda do governo, é... o que que a gente precisa ter é... pra atender a demanda do governo e se tá tudo conforme o protocolo, se não tiver conforme o protocolo, a gente, infelizmente, vai ter que se retirar. E o Samuel falou: não, tá certo, é assim mesmo, a gente vai pegar o edital assim que tiver é... a gente... a gente... a gente vai te passar. Então eu, tranquilo, então, se vão me passar... Segundo eles ainda não tinha aberto a questão, eles só tavam com a questão de pré-negociação, e como é dispensa de licitação, é uma pré-negociação (*ininteligível*) comercial, eu pensei: deve existir com diversas outras empresas, não só a nossa, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tinha nessa... O senhor lembra o que tinha nessa pré-proposta? Valor, prazo de entrega, tempo?...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – É tudo isso, é. Escopo de serviço, valor, responsabilidades, cronograma, é... dados cadastrais, tinha... é, em suma era isso, dados cadastrais, e nós enviamos também todas as CNDs da empresa, todas as Certidões Negativas de Débito da empresa pro Samuel, pra que o Samuel enviasse pro pessoal do governo do Estado, que eles estavam exigindo as CNDs da empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O valor... O senhor tem uma experiência em empresas de exportação...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Bastante...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nessa perspectiva que o senhor tenha, quanto tempo o senhor acreditaria, diante de tudo aquilo que aconteceu, epidemia, tudo isso, na expectativa de senhor quanto tempo levaria pra trazer os equipamentos da China pra cá?

Página 947. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Ah, já trouxe carga da China pra cá em menos de dez dias, já trouxe carga da China pra cá em sete dias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas esses respiradores, basicamente, esse equipamento médico, porque uma coisa era contratar pra trazer uma caixa de plástico, qualquer outro produto, mas eu tô falando especificamente dos respiradores, diante da crise que tinha, não tinha avião, estava tudo parado...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Na verdade, na verdade não é que não tinha avião, não tinha voo comercial, que é de onde vem a maior parte das cargas. É... mas existem os voos fretados, né, os voos *charters* que eles chamam, que nós conseguiríamos fazer contra... a contratação desse voo *charter* pra fazer a importação dos equipamentos para cá. Isso daí é... é... é bem tranqüilo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Prazo. Quanto tempo, naquela época?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – De sete a dez dias. É igual, a gente ia contratar uma companhia aérea que ia lá buscar e em sete dias tava aqui.

Segundo o Samuel, os equipamentos estavam prontos, por isso que ele tinha dois, dois prazos de entrega. O Samuel passou pra gente que cem equipamentos já estavam prontos, no estoque da empresa, e cem seriam produzidos e seriam entregues um pouco mais pra frente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Samuel garantiu isso pra vocês?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Isso, exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Com relação ao pagamento, era antecipado?... Eu tenho aqui que o Samuel disse que o pagamento era de 50% na entrada, 25% no embarque na China e 25% quando chegasse em Guarulhos. Vocês conversaram sobre isso?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Conversamos sobre isso, é... é... na importação, se você for parar pra analisar outros casos de importação que vocês devem ter tido no Estado, é... as empresas que prestam serviços de importação geralmente, e não só as empresas, os fornecedores exigem isso, pagamento 100% antecipado. É... então essa é uma prática muito comum no ramo de comércio exterior, nenhuma empresa vai fazer a liberação da carga se ela não receber o pagamento, certo? E a empresa que vai fazer a importação pro Estado ela não vai dispor o capital dela, o Estado vai demorar dois anos pra pagar ela, e ela vai ficar com 33 milhões de capital parado e o Estado não vai lhe pagar correção monetária em cima dessa demora do pagamento.

Então, todo processo de importação, quando tem que despender um capital muito alto, é... todos os casos que eu já vi, todos os casos que eu já vi, é... o Estado paga antecipado. É uma prática comum.

Eu tenho um exemplo inclusive na... é... na importação da pista de atletismo da Universidade Federal do Mato Grosso, que nós fizemos a importação, da Fundação Uniselva, que é a Fundação da UFMT, foi todo antecipado o pagamento também. E ocorreu 100%, é... processo bem tranqüilo, também era uma dispensa de licitação, mesma coisa, ocorreu tudo 100%. Então se quiserem a gente (*ininteligível*) disponibiliza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nesse processo o senhor deu garantias para o Estado, deixou garantias para poder receber?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tem que mandar um ofício lá pro...

Página 948. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3621
Rubrica

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Só que nesse processo foi um pouco diferente, eu fiz a parte logística do processo, eu não fiz a compra do material. Eles que fizeram a compra por eles mesmos, eles compraram direto...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então eles podem ter tido a garantia lá, né? Com o outro? Cobrado a garantia...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...de outro e não do senhor.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Isso. Eles fizeram a compra diretamente do fornecedor na Itália, o fornecedor produziu a, a, as mercadorias requisitadas e nós fizemos todo o processo logístico, trazer de lá pra cá via marítima. Demorou um pouco mais, obviamente, porque o marítimo leva mais tempo, mas chegou a mercadoria aqui em Santa Catarina, fizemos a liberação e entregamos na UFMT sem problema nenhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para encerrar a minha parte, quero saber o seguinte: quando o senhor efetivamente saiu do negócio?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Legal. O que aconteceu? No próximo dia, depois que eu enviei a primeira proposta, a pré-proposta, no caso, ã... o Samuel veio de novo com aquela ideia: só teremos 33 milhões, é... a diferença vai ser de 26,5 milhões de compra e a gente vai cobrar 33 milhões do Estado, o custo logístico tem que tá tudo dentro disso e aí os impostos a gente cobra separado, não tem problema. Só que, quanto que vai dar de custo logístico, daí entrou mais uma questão, né, que é... o Samuel entrou com aquela ideia: pessoal, se eu baixar o valor da máquina, que é o que tá escrito na conversa de WhatsApp ali, se eu baixar o valor da máquina lá na origem, se eu conseguir um desconto com o fornecedor, é... a gente consegue pagar comissão de 3 milhões "delas", depois ele corrigiu, "dela"? Daí eu falei assim: como assim, comissão de 3 milhões? Ninguém tinha me falado disso, comissão de quem, que história é essa?

Só que isso tudo por telefone, em ligação, e... a ligação tava ruim, é... não funcionou direito aqui, eu falei: Samuel, preciso que você escreva, porque eu não tô entendendo. Aí ele foi lá e escreveu no WhatsApp aquilo que a gente tem ali, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ali o senhor saiu do negócio?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – E aí eu falei: não, a gente não trabalha dessa forma, é... eu já não tô ganhando, não vou ganhar nada nesse processo e vou ter que pagar comissão de 3 milhões pra quem? E aí não quis nem saber quem que era, ali já... o *compliance* ali já tinha sido quebrado, não precisava passar por mais ninguém, pra mais diretoria da empresa, pra nada, porque já sabia que o *compliance* já estava quebrado ali.

Então, naquele momento (*ininteligível*) isso daí é furado, não atende o nosso *compliance* e saí do grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o governo, depois que o senhor apresentou a pré-proposta e tal, saiu do negócio, o governo não voltou a conversar com o senhor?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Em nenhum momento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não respondeu *e-mail*, nada, absolutamente nada?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Nada, nada, absolutamente nada. Até achei estranho, mas... Nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Às ordens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

Página 949. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Os seus contatos com o Samuel... o senhor também fazia contato direto com a Secretaria da Saúde do Estado, com a Márcia? Nunca conversou com a Márcia?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Nunca conversei com a Márcia. Só me pediram pra enviar o *e-mail*... tanto que eu enviei a pré-proposta pros *e-mails* que o Cauê me pediu pra enviar. Ó, o *e-mail* é do Fábio Gualsti (sic), SGA da Secretaria do Estado, ali, acredito que era a Saúde, do Fundo Estadual de Saúde, a... o Cauê tava em... acredito que o Cauê tava em cópia e tinha mais alguém em cópia... era o Samuel que tava em cópia.O Samuel tava em cópia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – A proposta que o senhor encaminhou para o Samuel, ele reencaminhou para a Secretaria da Saúde aqui do Estado. O senhor tinha conhecimento disso?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Mas é porque no *e-mail* que eu enviei à Secretaria da Saúde tava, tava copiado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Na verdade, os questionamentos que eu havia preparado, o nosso Relator já fez.

É muito estanho, né, que a Veigamed tenha se utilizado, tenha copiado a sua proposta, usou de má-fé, usou o nome da sua empresa, e aí depois essa proposta, pra que fique bem claro, ela foi desentranhada do processo, foi retirada do processo e entrou a proposta da Veigamed, exatamente com os mesmos valores da sua proposta.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Tenho algumas considerações, posso fazer rapidinho?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Pois não, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor, ao final... Vai ter mais um Deputado que vai perguntar ao senhor e, ao final, vai ser estendido um tempo para que o senhor faça todas as considerações.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – É só uma consideração sobre o cronograma. Mas é só uma consideração sobre a proposta, bem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ah, certo. Pode continuar.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Acredito que esteja bem (*ininteligível*) pro momento.

Se você pegar a proposta que eles copiaram, eles utilizam inclusive é... eles utilizam toda a formatação, é toda igual a nossa, e se você for pra, pra parte dos valores, você vai ter no cabeçalho um número da aprovação, e esse número é um número sequencial do nosso sistema, B... se não me engano era BT00162/2020, ou seja, a proposta 169 de 2020 nós estávamos fazendo. Isso é um número sequencial do nosso RP, o nosso sistema interno de controle. E... eles não foram capazes nem de tirar o meu número de proposta do que ele copiaram. Mas a gente já tá tomando as providências legais com relação a isso, isso é... obviamente que a gente vai, vai buscar os nossos direitos, mas eles, eles foram descarados na cópia da proposta, completamente descarados.

Até eu acho que eles copiaram porque o padrão da proposta é bom, a formatação da proposta é boa. Então como... na Secretaria, não, o padrão dele foi aprovado, usa esse mesmo padrão aqui que eu acho que ser aprovado também. Acredito que tenha sido isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Tá o.k., obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Valdir Cobalchini, muito obrigado.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Bom dia, Rafael.

Página 950. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3622

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Bom dia, Kennedy. Te conheço, já (*ri*). Eu ia na Assembleia de Deus da (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – De Joinville, aí.

Rafa, deixa eu te perguntar uma coisa: ficou bem claro, com relação à seriedade da tua empresa, que entrou, e que entrou e com essa cópia que a Veigamed fez. Também você... eu só fiquei meio em dúvida quando você falou do *e-mail* que você encaminhou para a Secretaria, né, com cópia pro Samuel, pro Fábio, pro Cauê, e você mandou para a SGA e para o Fundo.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Na verdade, não, só foi pra SGA que eu enviei, acredito que a SGA seja o Fundo, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, o.k. A SGA... é que eu estou tentando... Porque na última reunião nós falamos aqui com a Débora Brum, que disse que houve uma troca de senha desse *e-mail* da SGA e que algumas... uma pasta que tinha todas essas propostas foi apagada.

A minha pergunta é a seguinte: o *e-mail* que você encaminhou pra SGA com essas cópias é o mesmo que a Veigamed copiou e mandou depois?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – A proposta é a mesma, igualzinha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, então...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Eles tiraram a minha logomarca, tiraram uma imagem de fundo que eu tinha, tiraram o meu nome de alguns lugares, trocaram os dados cadastrais, mas esqueceram de tirar meu nome de algumas partes da proposta, e é por isso que eu tô conversando com vocês aqui hoje.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim, mas aí eu quero saber o seguinte: a SGA, a Secretaria lá, a Superintendência, deve ter o teu *e-mail*...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Com certeza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...e deve ter esse outro *e-mail* da Veigamed, que é possível fazer um *checklist*. Então na verdade, sequer isso, quem tinha a responsabilidade, Deputado Felipe Estevão, de ficar verificando, não percebeu, né? Porque...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Eu acredito que não, Kennedy, eu acredito que não. Eu acredito que aconteceu foi o seguinte: como eu acabei de falar, como a minha proposta ela tinha sido apro... é... ela tinha sido, o modelo dela tinha sido pré-aprovado já...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – O que aconteceu? Ó, a gente tem uma proposta pré-aprovada, o modelo deles tá correto, o que a gente precisa pra... é... demonstrar e pra fechar essa DL, tá aqui nessa proposta. Então pra você não ter o trabalho todo de ter que fazer uma proposta diferente, pegue essa proposta, porque é muito urgente... eles tinham muita urgência, lembra que eles queriam pagar no dia 26 já isso, e... como é muito urgente, falou: ó, pega essa proposta, só troca os dados, coloca os teus dados e... tira o nome do cara daí e mande pro governo que a gente vai passar. Acredito... eu acredito que deva ter sido isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá. Quem é que falou isso que você disse agora: eles queriam pagar dia 26 já. Quem falou isso?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – O Cauê falou, o Samuel falou, todos os dois que tinham... eu tinha contato ali, principal em cima isso, me falaram: não, é muito urgente, o Estado quer hoje esse negócio, quer pagar o mais rápido possível. Inclusive tem outra versão que tá nas conversas que eu investiguei (*ininteligível*) pros investigadores, é... uma das versões da proposta é que eles queriam que eu colocasse a conta, a nossa conta pra recebimento, só que essa proposta eu nunca enviei pra ninguém, porque quando a gente coloca a conta para recebimento e tal, eu assino, daí significa que há uma intenção de

Página 951. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

proposta mesmo, que a proposta tá firme, e como a gente não fez nenhuma proposta firme pro Estado, porque a gente queria o edital primeiro, a gente não assinou e não enviou pro Estado nenhuma proposta firme com número de conta nem nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deixa eu perguntar uma outra coisa, Rafael. Você falou dia 26, que o pessoal dizia que o governo queria pagar dia 26.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Todos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Esse dia... Qual é o dia? Só por um temporal de tempo, quais foram esses dias... esse dia foi antes do dia 26, óbvio, né, mas foi o quê? Foi dia 13, 12, 15, 10? Qual o dia de março foi essa conversa?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Legal. É muito bom você ter perguntado isso, Kennedy, por quê? Porque tudo começou pra mim, para Brazilian e pra Rafael, no dia 25 de março; eu fiquei sabendo da compra dos respiradores no dia 25 de março, se não me engano sete horas da noite, eu tava trabalhando ainda e o Cauê me ligou e falou: ó, Rafael, preciso de uma proposta urgente, assim, assim, assado, com esse valor, pra esse tipo de coisa, é... são respiradores, é... são duzentos equipamento, já estamos falando com o importador, o exportador, perdão, exportadora representante da empresa na China, eles têm os equipamentos, tá tudo certo. Só me faz uma pré-proposta pra gente garantir que a gente vai participar do processo e me, me manda, e manda pra esses *e-mails*, na verdade, manda pra esse *e-mail*, é... SGA, Fábio, (*ininteligível*) pro Samuel e... pra garantir que a gente consegue entrar nesse, nesse processo.

Então eu fiz a pré-proposta, enviamos, é por isso que vocês têm a pré-proposta, mas a gente não fez uma proposta assinada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 25?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Dia 25 de março. Eu enviei a proposta...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E eles já falavam que o pagamento ia ser dia 26, ou seja, amanhã?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Exatamente. Já falaram tudo no dia 25, sete horas da noite. Eu peguei a pré-proposta que eu tinha, tenho alguns modelos, peguei um modelo, peguei as informações que eles me deram, né, cronograma, tudo que eles me passaram e às nove e meia eu terminei essa proposta e enviei por *e-mail*. Demorei duas horas pra fazer a proposta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, vamos lá.

Dia 25 começou. Quando é que alguém te pediu a comissão?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Dia 26, às duas horas da tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 26, que foi quando pediu a comissão, e ali tu cortaste?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Ali eu falei: não, isso daí não tem nada a ver com o que a gente faz, é completamente contra as nossas convicções, e... contra o *compliance* da empresa, a gente não trabalha dessa forma, infelizmente a gente vai declinar. Infelizmente, não, felizmente, né? Graças a Deus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sabe por que eu faço esse temporal, Rafael, Deputados e quem está nos acompanhando, porque eu... a gente tem que ficar bem ligado nas datas.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Bem ligado nas datas.

Ele fala que dia 25, no final da tarde, ele foi contactado e falavam que no dia 26 haveria o pagamento. E nos dias 25 e 26 de março foram os dias que o Governador e o ex-Secretário Helton falaram na *live* dessa movimentação, que a Márcia falou aqui, inclusive com a minutagem da decupagem.

Página 952. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3623

Então é importante a gente ter isso, porque reforça que a reverberação do ruído que estava tendo, desse conluio que estava tendo e que atingiu pessoas com o Rafael, como o Gustavo, que foram usados no processo, esse ruído aqui reverberou no ouvido do Governador.

(*O senhor Presidente, Deputado Estadual Sargento Lima, manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Por isso que ele não pode dizer que não sabia de nada. Porque se ele não soubesse de nada, ele não teria falado na *live* desse ruído todo que o Rafael tá colocando aqui, que ligaram pra ele no final da tarde, três, duas horas depois ele estava com a proposta... E foi nesse mesmo dia 25 que você enviou a proposta?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Exatamente, nove horas da noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E no dia 26 volta a ligação, pede a comissão. Cobra lá, e quando... Relator, me refresca a memória, quando chegou a proposta da Veigamed para a Márcia, que ela falou?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 22 ou 23 ela já sabia que ia comprar da Veigamed.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ai, meu Deus, cada vez fica mais complicado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Só aproveitando, Kennedy.

Rafael, se você tivesse aceitado a propina, você acredita que seria o vencedor?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não sei. Não tenho nem ideia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu acho que não, eu acho que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele foi usado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ele foi usado. É assim, pega empresa séria pra certificar o rolo. É por isso que eu pedi aquele dia que veio aqui... é por isso que eu pedi aquele dia da compra de dólar, pra saber sobre essa questão, porque à vezes pega também uma empresa que não tem. Então... Sabe, é complicado.

Eu...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Olha que interessante...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Hã?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Olha que interessante, Kennedy, o que me surge à mente: se ela já sabia no dia 22 e 23 que iam comprar da Veigamed, a Veigamed já tinha enviado uma pré-proposta anterior. Concorda comigo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mandaram no WhatsApp dela, o Douglas mandou um prospecto, um *folder* da Veigamed. Dia 22.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não falou valores, não falou nada, nesse *folder*?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, não falou.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – É, o que... o que aconteceu? A proposta deles deveria ser muito pior que a minha em questão de formatação. Porque eu falo de responsabilidade do cliente, eu falo de responsabilidade da *trading*, eu falo do escopo do projeto, e... Nós somos sérios, como vocês já devem ter percebido, nós somos sérios para fazer os nossos negócios, então eu, eu, eu, eu esmiúço muito bem a proposta.

É... e como eu tinha todas as informações necessárias pra esmiuçar, o que acontece é o seguinte: a Veigamed não deveria ter uma proposta muito boa, a Márcia já tava com uma proposta boa na mão, que era no caso a nossa, e falou: cara, você tem que fazer uma proposta pelo menos igual a essa. E como eles não tinham muito tempo, eles simplesmente copiaram a minha proposta.

Página 953. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Em momento nenhum eles falaram com você ou citaram Veigamed?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Nenhum momento. Não tinha a mínima noção que eles existiam.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Obrigado, senhor Presidente. Eu me dou por satisfeito.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom dia, senhor Rafael. Obrigado pelas suas considerações e ajuda à CPI.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Seguindo esse ritmo, até aproveitando a intervenção do Deputado Kennedy, eu vi que no seu depoimento houve uma avaliação de quando seria o momento ideal ou o momento para procurar o Ministério Público para fazer a denúncia, mas que você preferiu esperar – inclusive faz uma menção a um contato via Instagram ao Presidente Bolsonaro. O senhor poderia nos explicar mais ou menos essa sua iniciativa?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Então, é... eu imaginei o seguinte: se eu denuncio agora essa questão, é... eu vou ter um problema de que eles podem parar tudo e não existir nada e eu vou tá denunciando uma coisa que não vai ter como ser investigado. Certo?

É... porém, poderia prevenir de não ter pago os 33 milhões. Concordo, isso daí é... Mas o que eu fiz? Eu es... fiz a postagem no Instagram do... postagem, não, mandei uma mensagem via *direct* do Instagram pro... pro Instagram do Bolsonaro, sabia que eles não iam ler, é... porém é... a gente esperou é... até começar a acontecer o burburinho que começou a acontecer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas o senhor já tinha desistido nesse momento?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Já tinha desistido, completamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor teve algum tipo de contato... A Márcia o senhor já falou que não conhecia, não teve contato, né?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Hum, hum. [*Transcrição e revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor teve contato com o Douglas Borba?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Nenhum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Com o Helton?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não conheço ninguém.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O Helton, o ex-Secretário de Saúde.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Não conheço ninguém, nenhum deles. (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O André Motta, o Adjunto... o Leandro Barros chegou a lhe procurar?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Não. As únicas pessoas que conversaram comigo a respeito do processo foram o Samuel e o Cauê. Eu não conv... conversei nem com o Germano, só com o Samuel e com o Cauê.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Seria isso, Presidente.

Página 954. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

FLS. 3624

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência tem um questionamento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Sim, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Vossa excelência com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Boa tarde, Rafael.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Você mencionou no início... vou chamar de você porque tu és bem mais jovem que eu, tá?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Sem problema algum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — É, na fala... (*ri*) no início da tua fala você mencionou que, quando você fez todos os cálculos, o valor de 33 milhões não era suficiente naquele momento para comprar os duzentos respiradores. Foi isso?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exatamente isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Mas na (*ininteligível*) eu não consegui entender, mas se continuou fazendo a proposta dentro dos 33 milhões?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — A proposta de 33 milhões, quando o senhor for observar nós enviamos a pré-proposta, tá escrito 33 milhões e do lado sem impostos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Ah, tá. Você entregaria, mas sem os impostos. Se os impostos dessem mais 1 milhão ou 2 milhões, seria acrescido do valor dos 33 milhões?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Isso?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exatamente isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Tá. E o pedido dos 3 milhões de comissão veio direto pra ti?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — O Samuel especificou pra gente no, na ligação em grupo e no grupo do WhatsApp diretamente pra, pra, pra mim e pro Cauê.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Eu não tenho conhecimento se o Samuel já depôs ou não depôs, mas o Samuel tem de quem foi esse pedido? Você sabe disso?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Eu não sei, não sei, essa informação não passou por mim. Gostaria de saber, porque eu gostaria di, di, di dispor dessa informação e passar essa informação pra vocês, mas infelizmente isso eu não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Deputado Saretta (*sic*), me permite só uma intervenção nesse sentido da sua frase anterior, Deputado Sopelsa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Sim, sim. Pode perguntar, Deputado João.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Desculpa, o Saretta é de Concórdia também, mas aqui é Sopelsa. Eu falei Saretta sem querer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Não tem problema. É um bom Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Nosso amigo também. Nosso amigo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — É um bom Deputado também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Nosso amigo.

Página 955. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Senhor Rafael, o senhor fala em comissão "dela", né, o senhor usou "dela" entre aspas, ou eu não sei se entendi errado. Poderia explicar melhor isso, esse "dela"?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — É, é, é o que tá escrito na conversa do What... do WhatsApp. O Samuel escreveu, é...: (*ininteligível*) se eu diminuir o valor da máquina, vai dar para pagar a comissão delas? Aí ele corrigiu o "delas" pra "dela". É o que tá na conversa do WhatsApp ali.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E não... aí não esmiuçou mais? Não aprofundou mais o tema?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Não, é porque eu também já... já...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Descartou.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Descartei completamente na hora a possibilidade, não quis saber quem que era também.

Deveria ter perguntado, mas... é... como se trata de dispensa de licitação de... negociação de Estado, eu vi que aquele negócio ali era muito sério, eu vi que ali tinha chuncho. Eu não, nem quis me envolver mais (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Obrigado, Deputado Sopelsa. Obrigado, Rafael.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deputado João, eu tenho aqui a conversa do WhatsApp a respeito disso. Se o senhor quiser que eu faça a leitura para ajudar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Sopelsa, solicito a pergunta para o senhor, continua?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Não, muito obrigado. Eu estou satisfeito. Agradeço aí o Rafael.

Agora, precisa deixar registrado que nós teríamos que ouvir o Samuel para ver se o Samuel tem... eu não sei se o Samuel está sendo ouvido no Ministério Público. Mas seria importante, porque o Samuel é a pessoa que pode nos ajudar de onde veio esse pedido. É quase de obrigação que ele sabia, né? Era isso.

Obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Sopelsa.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Bom dia, Rafael.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Todas as minhas perguntas sempre o nosso Relator e os Deputados, muito precisos, acabam formulando aqui, mas só uma dúvida que me resta. O senhor disse que esse valor apresentado de 33 milhões era livre de impostos, era isso?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exatamente. Era valor só da compra das máquinas e toda a tributação incidente seria cobrada posteriormente, conforme a minha proposta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Alguém comentou de que forma o governo pretendia pagar esses impostos?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Não, mas isso era uma coisa que iríamos negociar daí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Entendi.

Senhor Presidente, eu acredito como o senhor Samuel, né, nós solicitamos que ele esteja presencialmente, que acredito que foi o certo, então nós o ouviremos. Mas até verbalmente aqui eu solicito que a gente faça a intimação do Germano e do Cauê, depois eu oficializo esse documento e entrego em mãos à Presidência, mas deixo verbalizada aqui essa

Página 956. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

FLS. 3625

solicitação para que a gente faça essa intimação até para entender melhor da parte do Cauê e do Germano.

(*O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Que bom. Tenho um voto aqui do meu colega João.

Era isso. Obrigado, Rafael. Também sou "assembleiano", fiquei feliz ali te ver falando sobre o (*ininteligível*). Que Deus te abençoe aí, meu irmão, segue firme e forte. Obrigado pelo esclarecimento prestado aí para nós nessa missão aqui em busca da verdade.

Senhor Presidente, me dou aqui por satisfeito, lhe volto a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Consulto o Relator se ele ainda tem mais algum questionamento a ser feito acerca ali do depoimento do senhor Rafael.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu só queria... para quem está acompanhando a gente, eu sei que você tem o teor dessa informação, só queria... pra quem está... só acompanhando pela TV pra ter uma... para que as pessoas possam compreender: é o registro de WhatsApp da quinta-feira, dia 26 de março, desse grupo que vocês criaram, que diz o seguinte, o Samuel fala assim: Se eu baixar a máquina vai dar pra pagar a comissão delas, dela, de 3 m, milhões, pessoal? Me responda. Aí o senhor responde: Como assim? 3 milhões pra quem? Furada da minha parte esse negócio. 3 milhões, o senhor ri. Tô fora! Abraço.

Então esse é o registro que nós temos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Peço à excelência que mantenha a página aberta, por favor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tem como?

Então é só pra...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Só prova mais uma vez que os empresários de Joinville são sérios, viu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para registro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Só colocar aí que tem muita gente séria em Santa Catarina, têm empresários em todas as partes do Estado muito sérios.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim, mas o que nós ouvimos hoje, né, o que nós ouvimos hoje (*ri*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Relator, mais uma pergunta?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Rafael...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Glórias a Deus por isso, é Ele que faz a gente ser fiel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor, Rafael...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pois não. Pela ordem o Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Só pra nós... de repente o Rafael consegue nos orientar e nos ajudar, como é que a gente faz para localizar... eu acredito que o Germano não tem contato, mas o Cauê, como faria pra localizar ele?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Querem o ce... querem que eu passe pra vocês agora o celular dele? Já passo agora.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Depois eu acho que a assessoria então faz contato.

Página 957. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A assessoria vai fazer contato com o senhor, o senhor repassa ali o número do Cauê.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Sem problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Apesar de que ele também está no registro ali, né, no depoimento do Ministério Público.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Está inclusa aí a chamada do senhor Samuel?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — (*Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Na verdade, Samuel é aquele cidadão lá cuja esposa está grávida, estava em casa, e depois tentou comunicar com a gente de dentro do gabinete dos seus advogados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — É aquele que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Aí ele (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — ...nós íamos ouvir hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Ah, tá. Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Rafael, a gente estava ciente já dos compromissos que o senhor já tinha se empenhado para o dia de hoje, mas eu acredito que o senhor tenha visto agora a importância, né, de ter esperado mais esses minutos aí para poder conversar com a gente, e eu vou passar para os meus questionamentos.

Contando ali com PIS, ICMS, Cofins, IPI, etc., ia ter um acréscimo mais ou menos de R$ 7 milhões, seria mais ou menos isso, né?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então de 33 nós iríamos pra 40 milhões?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exatamente

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Seria mais ou menos isso.

Então o senhor disse ali que no valor de 33 milhões não haveria lucro e, sim, uma forma de ajudar o Estado de Santa Catarina.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor estaria trabalhando praticamente de graça, seria isso ou não?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá.

Mesmo sabedor... e de... óbvio, né, eu acredito que muito dificilmente nós vamos descobrir, mas uma hora será descoberto quem fez essa ligação do senhor ali, não é cobrando uma comissão e, sim, cobrando uma propina no valor de R$ 3 milhões.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — A ligação quem fez foi o Samuel, mas quem pediu para ele a gente tem que descobrir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A gente tem que realmente descobrir quem foi essa pessoa, porque ele realmente não identificou ela. Mas eu

Página 958. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3625
Rubrica

acredito que mais cedo ou tarde a Justiça, através de perícia, enfim, vai conseguir matar essa charada para gente aí.

Mas como alguém que é sabedor de que a empresa não teria o lucro pretendido... até porque no dia 22 – o que nós conversamos aqui quando foi discutida a compra e já foi dada certeza, o Deputado Kennedy Nunes trouxe ali, refrescou nossa memória – foi o dia da *live* em que já foi ventilada a possibilidade da compra dos respiradores. Lá, no Congresso, ainda não tinha sido votada a isenção em cima da importação para produtos para o combate ao Covid-19. O senhor entendeu o que eu quis dizer? Não tinha sido votada ainda.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então não existia nem mesmo essa isenção que hoje nós temos. Foi votada... aliás, estava tramitando, mas não tinha sido votada ainda a isenção.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Eu acredito que a isenção do imposto de importação para os produtos do Covid ela foi anterior a isso, acho que foi anterior ao dia 22. Eu não tenho certeza agora, eu teria que pesquisar, mas acredito que ela tenha, tinha sido anterior. Acredito que no começo de março saiu essa isenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Saiu essa isenção aí.

Voltando, né?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Uma vez que o senhor não teria lucro, uma vez que a negociação feita com o Samuel também estava sendo tratada em torno do valor de 33 milhões. Não é verdade?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E mesmo em cima... essa pessoa que ligou pro Samuel, enfim, e que o Samuel posteriormente ligou para o senhor, aí o senhor paralisou a conversa via telefone e continuaram via WhatsApp?

Primeiro estava numa ligação, aí foi parado?...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — (*Falha na transmissão da videoconferência*) ligação era eu, o Samuel, o Germano e o Cauê. O Samuel explicando que a gente teria que pagar, é, os 3 milhões, não entendi muito bem, tava ruim a ligação, até o Cauê fala isso numa das nossas conversas, é... eu pedi pra ele escrever e ele escreveu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Bom, uma vez que o senhor falou: Ah, não quero e tudo... o senhor não parou para pensar assim: mesmo sabedor, mesmo sabedor de que nós não teríamos lucro, né... eu acredito assim, mesmo não tendo lucro, mesmo fazendo um favor ao Estado de Santa Catarina, ao cidadão catarinense, de ajudar nesse processo da compra de forma muito voluntariosa e bondosa, enfim, quem ligou tinha absoluta certeza de que vocês não estavam auferindo lucro algum.

Por que essa pessoa cobraria 3 milhões de uma propina, que agora estão chamando de comissão, de alguém que não vai auferir lucro?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Não sei. É, justamente por isso que nada mais fez sentido pra gente, né? Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Também não faz sentido para a gente.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — É, esse tipo de negócio não... não, não prospera na nossa empresa, é completamente contra as nossas convicções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Rafael, a gente vai disponibilizar para o senhor agora alguns minutos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, só, só...

Página 959. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Antes de ele fazer, posso?...

Como é bom ter hoje em dia as gravações, né? A *live* do dia 26. Rafael foi procurado no dia 25, no final da tarde; ele mandou, no início da noite, a proposta para a SGA, falavam em pagamento dia 26.

Live do dia 26, pelo menos o áudio.

(*Reproduz-se em áudio um trecho da live acontecida no dia 26 de março de 2020 com o senhor Governador, Carlos Moisés da Silva; o então Secretário de Estado da Saúde, Helton de Souza Zeferino; o então Chefe da Casa Civil, Douglas Borba; o Secretário de Estado da Fazenda, Paulo Eli; e a tradutora, conforme transcrito abaixo.*)

"(...) Pergunta da NSC: o Ministério da Saúde vai centralizar a distribuição de respiradores e pode, inclusive, requisitar de um Estado para outro. Além disso, as empresas que fabricam equipamentos só podem vender para o Ministério. Quantos respiradores Santa Catarina tem e se isso acontecer, o Estado pode entrar na Justiça para ficar com os respiradores que já tem?"

Helton responde: "Bom, o Ministério da Saúde ele fez, na verdade, uma reserva de, de alguns equipamentos, alguns dos equipamentos não foram nem sequer entregues ainda. Então nós temos aí, como eu já disse, uma sinalização inicialmente de 540 leitos por parte do Ministério, aonde ele nos sinaliza que pode chegar a 2.400 leitos locados, que não estão disponíveis nesse momento ainda por conta justamente da demanda de mercado. É... o Ministério da Saúde também o fez, no que diz respeito a bloqueio de algumas produções. A justificativa é que... existia, é, um consumo exacerbado de Estados, inclusive, com fechamento de contratos de algumas Unidades da Federação, onde outras, é, requisitavam equipamentos, inclusive pagando, né, multas de rescisão contratual e ainda pagando a maior, justamente para garantir a questão dos ventiladores, especialmente. Isso faz com que nós tenhamos aí um mercado meio conturbado, especialmente o brasileiro.

O que nós estamos buscando enquanto Estado é, obviamente, buscar fornecedores que não são fornecedores nacionais..."

Ó...

"...o que tinha dentro do território nacional já foi praticamente consumido. Aquilo que está sendo produzido dentro do território nacional hoje está direcionado pro Ministério, e nós estamos buscando na China..."

Ó...

"...ou através de fornecedores que já fizeram a compra e têm disponibilizado, através de outros países..."

Ó...

"...pra que as nossas ofertas de respiradores elas possam ser alcançadas.

No momento nós estamos, então, como eu já disse, com 192 leitos ofertados pra Covid-19, desses 192, 89 deles são novos leitos..."

A pergunta era sobre respiradores.

"ou seja, com novos ventiladores, com novos monitores. Os outros cento... é... 113 são de leitos que foram bloqueados ou que nós fizemos aí a compra... compra, não, autorização de limite extrateto, e aí que (...)".

Ou seja, fica bem claro, senhor Presidente, que no dia 26 eles sabiam do que estava acontecendo, e ele fala o seguinte, olha só: Nós estamos em contato com empresas da China e também com empresas que estão acostumadas a fazer esse procedimento de importação.

Isso mostra que o governo, e está aqui Helton ao lado do Governador, que está aqui, mostra que o governo estava sabendo e que o ruído todo que aconteceu com tudo isso, chegou, sim, ao governo.

Página 960. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3626
Rubrica

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes, peço a vossa excelência que posteriormente encaminhe esse material de vídeo que o senhor possui ali, uma vez que ele foi utilizado aqui na CPI. Isso, encaminhar para o Leo para que ele possa ser anexado ao processo.

Só retornando, Rafael, para a conclusão mesmo aqui, na conversa do Samuel e do Cauê foi discutido: Olha, nós não teremos lucro. Nós não teremos lucro. Foi discutido que teria um acréscimo de 7 milhões de IPI, ICMS, Cofins, que chegaram a ir ali em torno de 15% o valor do IPI e que... porque está muito parecido, sabe, o prejuízo do Samuel com o valor pedido da comissão, da dita comissão. Não sei se o senhor entende o que eu quero dizer. Porque ele não é porcentagem de nada, ele não é 10% de 33, ele... uma comissão, geralmente, é o percentual de alguma coisa e, mesmo assim, sabedores, os três, foi discutido entre o trio ali, entre o Samuel, o Rafael e o senhor: Olha, nós não teremos lucro nenhum com isso. Foi discutido dessa forma assim? O senhor chegou a comentar com o Samuel:...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Samuel, nós não vamos ter lucro. Ó, Rafael, também não...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — É, o que me parece é o seguinte: o que me parece é que eles iam vender por 30 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mais barato ainda.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — ...porque o (*falha na gravação da transmissão*) o valor era 26 milhões e meio, acredito que eles queriam vender por 30 milhões, e... adicionaram 3 milhões. Pode ser... é, é uma, uma suposição, pode ser que seja isso, mas... mas não tenho mínima ideia. A comissão de 30 milhões, 10% dá 3 milhões que alguém pediu. Então é uma suposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — É um número cabalístico esse aí, esses 33 milhões (*ri*).

Bom, enfim, senhor Rafael, o senhor tem cinco minutos se o senhor quiser dizer algo que possa colaborar com a CPI na compra dos respiradores. O senhor tem o tempo que achar necessário aí para poder falar assim: olha, eu tenho esse dado que eu acho importantíssimo, relevante, que seja dito. O senhor pode ficar à vontade.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — A, eu só... algumas considerações com relação à metodologia de compra aí do governo do Estado. É... esse tipo de compra ele deve ser feito diretamente, é, com os representantes de compras do Estado com os fornecedores, isso não pode passar por intermediários, esse é o primeiro ponto eu tenho que considerar.

É... dizem que o Estado não tinha condições, não conseguia fechar câmbio, não tinha Radar, que é a autorização da Receita Federal para importar, isso aí o Estado em poucos dias se consegue se resolver e consegue se fazer. Então o procedimento de compra já tava errado.

É... se eu fosse, se eu tivesse na posição do Estado, eu mandaria uma comitiva minha pra China, pra essa empresa que ia vender o equipamento, pra ver o equipamento, vistoriar, ia gastar aí 10, 15 mil reais, perto de uma compra de R$ 33 milhões, certo? Vê os equipamentos, os equipamentos estão autorizados, aprovados, aí, sim, eu faço o pagamento direto do Estado, contrato um despachante aduaneiro e faço a liberação de mercadoria aqui no Brasil, simples assim. Então essa é, na minha opinião, era como deveria ter sido feita a compra do equipamento e como deveria ser feito o procedimento de compras de importação do Estado, tá?

Outro ponto que eu acho importante a ser considerado é que... é, o pagamento antecipado é, é uma prática comum, só que... é... ele tem que haver garantias, né? Tem que haver algum tipo de garantia. Quando se vai pagar esse tipo de... de contrato, tem que ter

Página 961. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

algum tipo de garantia, um contrato, um seguro-fiança, qualquer coisa que seja, né, pra garantir que o dinheiro ele não vai ser extraviado, não vai ser mal utilizado, né?

É... então esses são os dois pontos principais que eu tenho a considerar. É, todo o resto já é repetição do que eu já dei de depoimento no Gaeco, na DIC, aqui em Joinville. É... então acredito que é isso, é... foi um infortúnio aí, uma... uma falta de preparação do Estado pra realizar um procedimento de compra, principalmente, nessa época aí de pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Rafael, eu não considero um infortúnio, tá? Isso aí, ainda bem que tem pessoas honestas aí, que tem uma equipe toda trabalhando pra... talvez essa... essa pandemia ela tenha vindo justamente pra isso, né?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Melhorar esse *(falha na transmissão da videoconferência)*, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para revelar onde estão os erros, né, e o que está sendo feito de errado.

Agradeço muito o senhor, muito obrigado, e peço à assessoria que já pode desconectar a transmissão.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Obrigado.

(*O senhor Rafael Ruschka Wekerlin desconecta-se da videoconferência.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Consulto os senhores Deputados se têm algo mais a acrescentar na reunião de hoje. Deputado-Relator? Demais Deputados?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, só sobre a próxima reunião, de quinta-feira, não teremos depoentes, vai ser uma reunião interna e vamos começar às 9 da manhã, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Justamente isso, reunião na próxima quinta.

Quero comunicar a vossa excelência também que já está sendo comunicado ao seu Samuel [a oitiva] presencial, na terça-feira.

Antes de encerrar esta reunião, convoco a próxima para terça-feira, às 17 horas. Forte abraço. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI

Página 962. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3627
Rubrica

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2020, ÀS 17H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhoras e senhores, muito boa-tarde, muito boa-tarde àqueles que nos acompanham pela TVAL, nos ouvem pela Rádio Digital Alesc, àqueles que acompanham seus Deputados pelas suas respectivas redes sociais e também àqueles que nos acompanham pelo canal da Alesc no YouTube.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 10ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 11/2020.

Estão presentes nesta reunião o Deputado Sargento Lima, o Deputado Valdir Cobalchini, o Deputado Ivan Naatz, o Deputado Fabiano da Luz, o Deputado Felipe Estevão, o Deputado João Amin, o Deputado Kennedy Nunes, o Deputado Milton Hobus e, nos acompanhando de forma remota, o Deputado Moacir Sopelsa. Seja muitíssimo bem-vindo também, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Muito obrigado, Deputado Sargento Lima. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu que agradeço, senhor.

Inicialmente coloco em discussão e votação as atas das 8ª e 9ª Reuniões Ordinárias encaminhadas aos senhores Deputados por *e-mail*.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem as queira discutir, em votação.

Aprovadas.

Passamos agora para as correspondências recebidas por esta Presidência.

Ofício nº 825, da Ordem dos Advogados do Brasil, que solicita que se dê ciência aos envolvidos que os advogados designados para acompanhar a instrução da CPI estão tendo acesso aos depoimentos através da Internet (Facebook e YouTube), sem prejuízo aos trabalhos.

Petição enviada pelos procuradores do senhor Leandro Adriano de Barros, informando o seu direito constitucional ao silêncio, bem como o de não comparecer para novos esclarecimentos.

Petição enviada pelos procuradores do senhor Samuel de Brito Rodovalho, informando a sua boa-fé e os fundamentos que o levaram a solicitar a oitiva por videoconferência, bem como informar que comparecerá presencialmente para prestar depoimento.

Página 963. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

E, também, senhores Deputados, a petição e juntada de documentos, enviada pelos procuradores do senhor Gustavo Bissacotti Steglich, solicitando a retificação das atas da 4ª e 6ª Reuniões, para sanar equívoco apresentado.

Senhores, dando prosseguimento à pauta, passamos a discutir e a votar os requerimentos.

Requerimento de autoria do Deputado Felipe Estevão, solicitando a convocação para a oitiva do senhor Cauê Lopes Martins, representante da empresa Brazilian International Business.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir, em votação.

Aprovado.

Requerimento extrapauta, recebido hoje, de autoria do Deputado João Amin.

(*Passa a ler.*)

"O Deputado que este subscreve, requer, em complemento ao Ofício nº 052/2020/CPI, já encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) que possui como assunto 'Relatório de Inteligência Financeira', seja enviada a Ata desta Comissão Parlamentar de Inquérito em que o Requerimento para que fosse oficiado ao COAF foi aprovado, salientando-se as partes que tratam desta aprovação." (*Cópia fiel.*)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir, em votação.

Requerimentos aprovados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Senhor Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pela ordem, o Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Em função de fatos novos ocorridos, eu lhe passo uma proposição de requerimento e eu pediria que fosse colocada em votação também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Depois, se precisar de explicação, eu posso explicar mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Requerimento apresentado pelo Deputado.

(*Passa a ler.*)

"O Deputado que subscreve, com amparo na alínea a, do inc. III, do art. 136 do RIALESC (...), REQUER, que seja solicitado junto à Força Tarefa responsável pelo processo nº 5036517 – 06.2020.8.24.0023, que encaminhe à esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a transcrição na íntegra, e os anexos de todo o diálogo constante no grupo de whatsapp denominado 'força tarefa', composto por membros da SEA, SES, MP, TCE, CGE, PGE e CC, citado por várias testemunhas e investigados no respectivo processo." (*Cópia fiel.*)

Em discussão.

Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Senhor Presidente, recebemos informações que existia esse grupo e acredito que nós temos que saber o que esse grupo falava, pois talvez possa nos trazer alguma informação nova. Por isso que a gente pede o acesso às informações desse grupo de WhatsApp.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Ainda em discussão. (*Pausa.*)

Página 964. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3628
Rubrica

Não havendo mais quem o queira discutir, em votação.

Aprovado.

Solicito à assessoria que conduza a este ambiente o senhor Luiz Felipe Ferreira para depoimento.

(*O depoente Luiz Felipe Ferreira adentra o recinto, acompanhado de seus advogados, e senta-se no local indicado pela assessoria.*)

Muito boa-tarde, senhor Luiz.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Boa tarde, senhores advogados.

Senhor Luiz, o senhor sabe por que foi convidado a fazer parte desta reunião hoje aqui?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu recebi uma convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor está aqui para informar, para auxiliar e esclarecer fatos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020 pela Secretaria do Estado de Saúde, que resultou na contratação da Veigamed Material Médico Hospitalar Eireli, tendo por objeto a aquisição de duzentos respiradores pulmonares ao custo de R$ 33 milhões.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Esse é o motivo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Luiz, o senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão acerca dos fatos que lhe forem perguntados, sob pena de incorrer sob o crime de falso testemunho?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Lembrando o senhor que, na condição de testemunha compromissada, tem o direito de ficar calado, de permanecer em silêncio em relação aos fatos revelados que possam incriminá-lo, devendo expressar tal direito quando entender que for bem, ou seja, se o senhor permanecer calado, o senhor fala: eu prefiro permanecer calado, até porque o silêncio não é indicativo de resposta.

(*O depoente Luiz Felipe Ferreira faz que sim com a cabeça.*)

Para que possamos fazer o registro, peço que o senhor fale o seu nome completo, a sua profissão, o lugar onde exerce a sua atividade profissional, o local de nascimento e o seu endereço.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É Luiz Felipe Ferreira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Um pouquinho mais próximo ao microfone, por gentileza, senhor Felipe.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Luiz Felipe Ferreira, residência na Fernando José de Andrade, número 392, Sambaqui, é... professor universitário, atualmente ocupa a função de Controlador-Geral do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Peço para a assessoria posicionar um pouquinho melhor o microfone do...

(*O advogado Rycharde Farah auxilia o depoente para arrumar o microfone.*)

O senhor está acompanhado de advogado, né?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então peço aos senhores advogados também, até para registro das nossas taquígrafas, o nome completo, o número da OAB e a UF da OAB.

O SR. RYCHARDE FARAH — Boa tarde a todos.

Página 965. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O meu nome é Rycharde Farah, minha OAB é nº 10.032, de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado.

O SR. RODOLFO MACEDO DO PRADO — Boa tarde a todos.

É Rodolfo Macedo do Prado, OAB/SC 41.647.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado.

Deputado-Relator Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhores Deputados, senhor Luiz Ferreira, senhores advogados e quem nos acompanha, boa noite.

Eu, por acordo, vou passar a palavra ao Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu queria agradecer ao Deputado Ivan Naatz e ao Deputado Milton Hobus, que me permitem fazer a primeira pergunta. Logo após eu passo imediatamente a palavra ao Deputado Milton Hobus e aguardo a sequência para saber se a gente pode contribuir ainda mais ou não.

Então, boa noite, senhor Luiz Ferreira e seus advogados.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — No dia... no nosso primeiro depoimento aqui o senhor, quando questionado, falou a seguinte frase: identificamos o roubo. Depois quis corrigir para ilícito. Aqui não é o momento de fazer nenhum juízo de valor, mas para mim não muda nada, ilícito e roubo para mim é a mesma coisa.

É no dia... outro fato surpreendente, e aí é onde eu quero me apegar nessa primeira oportunidade.

No dia 16/6, semana passada, o senhor prestou uma entrevista ao senhor Upiara Boschi que numa das perguntas o senhor Upiara perguntou: "O senhor prestou depoimento na CPI dos Respiradores. Como avalia o trabalho da CPI e seu depoimento?" O senhor respondeu: "Existe a investigação do Ministério Público de Santa Catarina, a da Polícia Civil e, na parte administrativa, a da CGE, uma investigação preliminar. Quando eu fui à CPI, não poderia adiantar o que está se passando nessas questões de investigação. Não podia apresentar nomes, indicar alguém como provável fraudador. Não poderia ir lá para especular. Acho que os Deputados criaram uma expectativa de que eu poderia esclarecer questões específicas e não tem como. Só o que acompanhei, e eu acompanhei como qualquer cidadão."

O senhor, hoje, tem alguma coisa a mais a contribuir? Porque pelo jeito, desde a sua primeira vinda aqui até a entrevista do Upiara, muita coisa deve ter sido investigada, estudada pela CGE...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tudo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ...o senhor tem como hoje apontar o provável...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ...fraudador, apresentar algum nome?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ã... a investigação preliminar ela tá em análise final, deve tá saindo até quinta-feira. Então enquanto essa análise preliminar não for assinada e disponibilizada aos órgãos, o que está ali, eu não posso adiantar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, o senhor ou tem que adiantar, ou tem que permanecer em silêncio como o próprio Aviso de Miranda do Deputado Sargento Lima colocou no começo. Não tem dessa, Luiz Ferreira, ou você vem aqui esclarecer, falar a verdade, ou diz: tenho o direito de permanecer calado.

Não pode é fazer os nove Deputados de palhaços e, principalmente, os catarinenses de bobos. O senhor tem que falar ou o senhor...

O SR. RYCHARDE FARAH — Senhor Presidente, senhor Presidente...

Página 966. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3629

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, não pode me interromper. O senhor não pode me interromper.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pela ordem...

O SR. RYCHARDE FARAH — Senhor Presidente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Aqui não é uma banca de advogados e nem um júri.

O SR. RYCHARDE FARAH — Eu só quero...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, não tem pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado João, só um minuto. Senhor advogado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não tem pela ordem, não existe isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...eu já tive aqui entre outros...

O SR. RYCHARDE FARAH — Eu acho que a gente pode conversar de um outro jeito.

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: "Manda cortar o microfone."*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu vou, eu vou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, isso aí não pode (*ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O que acontece, eu mando cortar o microfone ali.

O SR. RYCHARDE FARAH — Não, o senhor pode até mandar, mas eu só queria um pouquinho... ele é testemunha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É claro.

O SR. RYCHARDE FARAH — Pergunta e ele responde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É óbvio que eu vou perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas ele fez a pergunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas é isso o que eu estou fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Ele acabou de fazer uma pergunta.

O SR. RYCHARDE FARAH — Tá, qual é a pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor... não, eu não tenho que lhe responder. Quem tem que responder é o seu cliente.

O SR. RYCHARDE FARAH — Eu não entendi a pergunta.

(*O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se indignado fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A pergunta é para o cliente, não é para o senhor. Pode continuar, continua...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Isso aqui não é um júri.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Pode...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O Kennedy foi muito feliz no depoimento há duas semanas, nenhuma CPI tem advogado assim para ficar falando...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Você...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu estou fazendo uma pergunta...

Página 967. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Pode refazer?...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor vai continuar omitindo aqui?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não estou omitindo nenhuma informação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Então quem é o fraudador?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Está em apuração interna.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Até agora não apurou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Existe um grupo, uma comissão formada pra esse fim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor não tem um nome para falar para nós? Um nome?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Enquanto a, a... a comissão interna não me apresentar o relatório final...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor não viu a metade do caminho da sindicância?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É uma investigação independente. Eu montei uma comissão interna, uma comissão composta por três auditores e os auditores têm essa finalidade de me entregar um relatório final.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Numa CPI não pode se mentir nem omitir.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu não estou mentindo nem omitindo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Está sendo omitido...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ...fatos aqui que inviabilizam o trabalho dos Deputados.

(*O depoente Luiz Felipe Ferreira faz que não com a cabeça.*)

O senhor está omitindo, e omitir e mentir para mim é a mesma coisa, que nem roubo e ilícito.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E por que na...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O que eu tenho, o que eu tenho de informação pra ser prestada tá aqui na minha mão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Então realmente a culpa é dos Deputados na Reforma Administrativa, porque a CGE não serve para nada.

(O *Presidente pede para o microfone ficar mais próximo do depoente.*)

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O.k.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu quero saber quem são os nomes que o senhor dá a entender na entrevista, que o senhor até agora não apresentou para a sociedade de Santa Catarina. O senhor é remunerado, que nem nós, Deputados, pelo povo catarinense que quer saber isso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem são esses nomes? Quem é o fraudador?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu já lhe passei que existe uma comissão interna designada pela minha pessoa como Controlador e essa comissão interna está me entregando o relatório final. No momento que eu receber o relatório final, automaticamente, todos os órgãos, Ministério Público, Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa vão ter conhecimento desse relatório. Enquanto o relatório final...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Qual é o prazo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Quinta-feira.

Página 968. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3630

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quinta-feira, depois de amanhã?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Depois de amanhã. Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E até agora o senhor não leu o relatório?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu não assinei o relatório final. Eu não recebi...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Desculpa, Deputado Milton Hobus (*ininteligível*).

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...então eu não posso, eu não posso adiantar nada que ainda não finalizou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deixa eu só fazer uma pergunta para ajudar o Deputado João Amin.

O senhor, nessa mesma entrevista, coloca a culpa na Márcia...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não. falha! Falha da Márcia, tá aqui (*aponta para os documentos*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Qual é a diferença de falha e culpa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — (*Ininteligível.*)

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Falha administrativa. A falha processual, a culpa, quem vai me definir a culpa é lá na frente, após o processo administrativo disciplinar. Nesse momento, eu tenho indícios de, então ela tem falha administrativa processual, é isso que ela tem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Se ela vai ser culpada, quem vai me determinar, é, após a investigação preliminar, você tem um processo administrativo com direito ao contraditório e a partir dali se vai apurar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...os responsáveis. Antes disso, não tem como apurar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas, professor, deixa eu só lhe dizer uma coisa: o Deputado João Amin lhe fez uma pergunta e o senhor disse que não viu o relatório.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Que está sendo feito por auditores independentes.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E como é que o senhor vai na imprensa e diz que já houve ou que coloca na... a falha, então, portanto, da Márcia, se o senhor não viu o relatório?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ele... no início da entrevista eu falo como cidadão. Então é só olhar os autos do processo que você identifica as falhas processuais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas, assim, deixa eu dizer uma coisa, o senhor não é um cidadão comum. O senhor, hoje, é o Controlador-Geral do Estado, o senhor não pode chegar e dizer assim: eu vou falar como um cidadão. Infelizmente é como nós, nós não podemos falar como cidadão, a gente é Deputado (*o depoente Luiz Felipe Ferreira faz que sim com a cabeça*). Quando o senhor diz: eu vou falar como cidadão, isso não cabe mais ao senhor a partir do momento que assume um lugar público, de tão importante serviço que é de controlar.

Página 969. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

E daí o senhor vai à imprensa, coloca... fala só num nome, e eu não estou aqui para defender ninguém, mas eu estou aqui para saber (*o depoente Luiz Felipe Ferreira faz que sim com a cabeça*). E daí o senhor disse para o Deputado João Amin que não leu o relatório, mas na imprensa, na sua fala como (*o Deputado Estadual Kennedy Nunes faz sinal de aspas*) cidadão, o senhor coloca como se já soubesse quem é o culpado. Porque quando eu li a sua entrevista, eu fiquei compreendendo, Deputado Milton, que a culpada era a Márcia, entendeu? Então por isso a preocupação do Deputado João Amin (*o depoente Luiz Felipe Ferreira faz que sim com a cabeça*).

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Antes de passar a palavra ao Deputado Milton Hobus, eu gostaria que fizesse constar em ata também a declaração de que na próxima quinta-feira nós teremos o resultado da...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Investigação preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...das investigações.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso, elaborada pela CGA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Senhor Presidente, colegas Deputados, doutor Felipe, cumprimentar também os advogados aqui, cumprimentar Sopelsa que está a distância em Concórdia e todos que nos acompanham.

Doutor Luiz Felipe, o senhor está aqui novamente porque algumas dúvidas ficaram depois do primeiro depoimento e por isso nós gostaríamos de vê-las esclarecidas (*o depoente Luiz Felipe Ferreira faz que sim com a cabeça*). No seu primeiro depoimento, o senhor, salvo melhor juízo, o senhor afirmou aqui que o senhor ficou sabendo do procedimento da compra, do pagamento à vista dos respiradores, mais tarde do processo dos respiradores, né? Que o senhor não conhecia antes do fato ocorrido, é isso? É fato?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso mesmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu lhe fiz essa pergunta, porque nós temos a informação aqui que foi montado um grupo de WhatsApp com... envolvendo aí uma força-tarefa, que assim era chamado, que tinha integrantes do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da CGE, da Secretaria de Administração, da Saúde, da Procuradoria-Geral do Estado e da Casa Civil. O senhor confirma que tinha esse grupo, que trocavam mensagens?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu não participava desse grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Alguém da CGE então?...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A Simone...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...porque tinha alguém da CGE pelas transcrições das falas.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A Simone, a Simone.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — A Simone?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A Simone, isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Correto. E o senhor não sabia o que a Simone tratava nesse grupo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ali era um grupo pra tratar toda a questão ao qual ele foi vinculado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — A Simone era uma pessoa... na hierarquia do senhor, o que ela representa?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A Simone...

Página 970. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3631
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Qual é a função dela?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Qual é a, qual é a, a, a, a... dependendo da data ela era diretora-geral.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Dia 23 e 24 de março.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Diretora-geral de auditoria e tava substituindo... o Controlador Adjunto. Então ela era Controladora Adjunta, é... em substituição, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E ela não lhe relatou nada do que eles estavam...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...lá preocupados?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Era uma subordinada sua?...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...que estava lá...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Estava lá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...em nome da CGE...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...para ajudar a resolver um grave problema,

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu vou trazer aqui, para que todos saibam... por isso que estranha muito essa afirmação do doutor Luiz Felipe.

As conversas do grupo do WhatsApp, alguém diz assim: (*lê*) Como esses fornecedores não têm capital de giro – isso depois de uma sequência de falas lá, tirei só alguns trechos aqui – estão pedindo pagamento antecipado.

Porque tinha várias coisas de pagamento antecipado, né?

(O *depoente Luiz Felipe Ferreira faz que sim com a cabeça.*)

(*Lê*) Nós temos duas opções: aumentar o limite do cartão corporativo ou fazer um projeto de lei complementar para dar respaldo jurídico ao gestor.

Essa questão do cartão corporativo, o senhor sabe se alguma coisa foi comprada com o cartão corporativo do governo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Desconheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não.

Daí diz assim, doutor Luiz Felipe: (*lê*) Ah, o cartão só pra bens de consumo, cartão para material permanente não dá.

Então quer dizer, estavam tratando de alguma compra de equipamento que é material permanente, certo?

(*Lê*) A alternativa seria uma medida provisória - diz aqui na fala - é fato que alguma medida deve ser tomada, ouvir vocês para levar a decisão ao Secretário Tasca. Consulto os colegas da CGE e TCE.

Nesse grupo de conversa, por isso que eu pensei que o senhor fazia parte (*o depoente Luiz Felipe Ferreira faz que sim com a cabeça*), mas o senhor me disse que era a Simone.

(*Lê*) Por ser um valor alto, uma lei seria mais correto - aqui nas falas -, mas a decisão tem que ser tomada hoje, não há mais prazo pra uma lei. Por ser compra de alto valor, uma lei, como outros Estados fizeram, teria um conforto maior para o gestor, mas pela situação sem precedentes "a decisão precisa ser tomada hoje", infelizmente não haverá

Página 971. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

tempo hábil. No caso de ter algum problema por parte do fornecedor, caberia uma ação judicial.

Quer dizer, aqui no começo das falas eles dizem: Os fornecedores não têm capital de giro pra bancar, precisa que pague antecipado. Ao invés de se pedir as garantias, que é o normal em qualquer processo de licitação... não, mas se der algum problema cabe uma ação judicial. (*Lê*) Seria bom saber com a SES se esse fornecedor sempre foi um bom fornecedor.

Lembram as conversas... que depois foram chamadas as pessoas para dizer: fique calma, esse pessoal é bom, eles vão entregar... que vieram dizer aqui.

O senhor poderia nos dizer, doutor Luiz Felipe, quais os órgãos todos que faziam parte assim como a CGE? Se foram só esses que eu citei ou se tem mais alguns desse grupo da força-tarefa?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não sei lhe dizer. Não sei lhe dizer, porque eu não participava desse grupo de força-tarefa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — A Simone poderia informar isso para nós? O senhor pedindo para ela, o senhor como superior dela.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, posso, posso, posso informar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor poderia...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...eu posso até pedir pra ela dar um *print* de todas as informações que tão lá e... entregar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...juntamente quinta-feira com as informações que virão da...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então, senhor Presidente, eu gostaria que constasse em ata...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Posso entregar até pessoalmente aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...que o doutor Luiz Felipe se compromete a entregar para nós todos os integrantes desse grupo de WhatsApp e o *print* de todas essas conversas que eu... algumas delas eu li aqui.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Qual é o... o senhor poderia repetir qual é o nome do, do, do grupo que tá escrito lá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Pra mim aqui veio como força-tarefa e os membros que participavam tinha gente da Administração, da Secretaria da Saúde, da Controladoria-Geral do Estado, que eu pensei que fosse o senhor, mas foi uma subordinada sua, da Procuradoria-Geral do Estado, do Tribunal de Contas e do Ministério Público. Eu não sei se tem mais alguém ou não...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, eu, eu... eu verifico...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...talvez ela poderia esclarecer para nós se tem mais um integrante.

Isso seria importante, porque essas falas aqui nos deixam um pouco... diante de tudo que nós ouvimos aqui na CPI, por exemplo, do senhor que não sabia e tinha uma funcionária sua lá discutindo: como é que vamos proteger o gestor, porque temos que pagar antecipado uma compra de respiradores. Porque esse era o tema e isso fecha lá com a fala do Secretário Helton no dia 27 de março na *live* deles, está público.

O Secretário Helton veio aqui e disse que não sabia do pagamento antecipado, mas ele fazia parte desse grupo aqui ou será que ele também não fazia? Que tem algum subordinado lá, temos que descobrir isso (*o depoente Luiz Felipe Ferreira faz que sim com a cabeça*). Porque o fato é que todo mundo sabia disso, todo mundo, Secretários, CGE, PGE, Governador, todos sabiam e pagaram adiantado mesmo correndo o risco de o dinheiro sumir, porque não pediram nada de adiantado.

Página 972. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3632
RUBRICA

O senhor soube de um parecer do Tribunal de Contas, o parecer do Tribunal de Contas que orienta o Estado que não deveria comprar e fazer esse pagamento antecipado no caso dos respiradores? O senhor teve acesso a esse parecer do Tribunal de Contas?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu... eu conheci a partir de uma... oitiva que ocorreu aqui que passou o número do processo, aí eu fui consultar sobre uma, uma... consulta que foi feito pela SES ao Tribunal de Contas sobre a questão do pagamento antecipado, que eu conheci *a posteriori*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E o senhor, além desse parecer escrito, o senhor sabe se houve mais algum comunicado ao Governador, ao senhor, ao Secretário...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, esse...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...para que não fizesse o pagamento antecipado?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Esse, esse comunicado eu busquei pelo SGPE, não foi direcionado à CGE, né? Eu queria entender o teor do documento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor pode me dizer o número do processo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não tenho aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Que o senhor consultou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não tenho aqui. Posso até ver se caso de repente eu tenho alí. Foi num dos depoimentos aqui, eu tava assistindo, ela passou o número, eu anotei, consultei, mas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Como qualquer cidadão, então, não como Controladoria.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu consultei para entender o teor do processo que estava no SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E o senhor não sabe o número que o senhor consultou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não recordo o número.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Esse documento não chegou formalmente à CGE então?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não. Era uma consulta do Secretário...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Sua?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, uma consulta do Secretário da Saúde ao TCE e a reposta veio ao Secretário da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Senhor Presidente, esse é um fato novo que muda todo o comportamento dos depoimentos que nós tivemos até aqui hoje. Porque todo mundo dizia que não sabia de nada e se o senhor, doutor Luiz Felipe, nos passar, já que era a Simone que representava, esse relatório para gente dos *prints* das conversas...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...e também confirmar os participantes. Nós temos outras formas de conseguir isso, mas nós ficaríamos muito agradecidos se o senhor assim o fizesse, porque como Controlador-Geral do Estado...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É um compromisso assumido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... o senhor teria que ter todo o interesse de que isso...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

Página 973. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...se elucidasse, uma vez que o senhor ficou omisso no processo lá desde o início mesmo tendo uma subordinada sua com um pepino desse tão grande na mão, tentando lá achar uma forma de fazer o negócio e não comprometer o gestor... e culminou com toda essa coisa ruim que a gente vê.

Eu estou satisfeito. Deputado Kennedy, gostaria de complementar?

Muito obrigado, doutor Luiz Felipe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muitíssimo obrigado, Deputado Milton.

Antes de passar a palavra, pela ordem de inscrição, ao Deputado João Amin, gostaria que o senhor me ajudasse mesmo, qual era o nome da adjunta lá?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Simone Becker.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Simone.

Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Que horas... que dia. Quinta-feira, que horas que fica pronto o relatório, senhor Luiz Ferreira?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Olha, eu tenho... é, o compromisso de finalizar a partir de amanhã e começar as entregas na... quinta-feira pela manhã.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Presidente, eu já estou produzindo um relatório, um requerimento, vou fazer um requerimento formal para que a CPI tenha acesso a esse relatório...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Já, já...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ...já vou assinar (*ininteligível*) na sexta-feira.

O senhor... nesse grupo de WhatsApp estava o Governador?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não sei lhe dizer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Pelo menos é o que a imprensa nos chama a atenção.

A sua subordinada então tinha o telefone do Governador? O senhor falou aqui na última vez, na CPI, que não tinha o telefone do Governador. O senhor já tem agora o telefone?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Já tenho agora.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Estão se falando periodicamente?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Quando há necessidade, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Seria só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado João Amin.

Ainda por ordem de inscrição, Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Controlador, deixa eu fazer uma pergunta aqui para o senhor. Quando é que o senhor efetivamente ficou sabendo do processo? Eu digo o seguinte, porque isso para mim é muito importante, porque com relação ao Governador do Estado nós temos três, aliás, quatro datas agora, né, Deputado João Amin. Nós temos o Secretário Helton que disse que foi dia 15; nós temos a Márcia que diz que o Governador ficou sabendo no dia 27; nós temos o Secretário Douglas que diz que foi dia 22; e ontem o Governador disse que só soube no dia 20, então são quatro datas.

O senhor, quando que soube a primeira vez dessa questão? Quando chegou para o senhor a questão dos duzentos respiradores?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — 18 de abril.

Fls. 3633

Página 974. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Por quem?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Pela CGU.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Como foi esse contato da Controladoria-Geral da União? Como é que chegou para o senhor esse contato?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Nós temos um termo de cooperação técnica com a CGU. A CGU tá fazendo o monitoramento do Portal de Transparência, né? Aí identificou a questão dessa compra no valor de 33 milhões. Ele passou... querendo tirar mais informações a respeito do assunto. Ele abriu o processo, viu que o processo tinha algumas fragilidades, foi nesse momento que eu "printei" a... a mensagem que eu recebi do Orlando e passei para a Márcia. Daí a Márcia no dia 18, ela me mandou o processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sabe o que me dá uma... eu tenho dificuldade de entender como que um processo desse... e o senhor Controlador-Geral diz que não sabia até o dia 18 e daí foi alertado por alguém de Brasília. O senhor não acha estranho isso? O Controlador-Geral não saber de nada, de uma compra de 33 milhões, sendo que a sua Adjunta estava num grupo, o Deputado Milton Hobus falou que estavam comentando desde o dia... já antes disso. O que o senhor sentiu na hora que passaram para o senhor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, a CGU é de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, o senhor falou da central lá de Brasília.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, CGU, Santa Catarina, regional de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pois é, Controladoria-Geral da União.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Um órgão federal.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — De Brasília.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Com sede em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Com sede em Santa Catarina.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim, mas o senhor não se achou é... o senhor não viu que tinha alguma coisa errada na questão do seu papel? Não do seu papel, mas do papel da Controladoria-Geral do Estado em permitir que um órgão federal visse o problema antes de vocês? (O *depoente Luiz Felipe Ferreira faz que não com a cabeça.*)

O senhor diz, na entrevista do Upiara, que como é uma dispensa de licitação (*o advogado Rycharde Farah fala com o depoente Luiz Felipe Ferreira*), o senhor não consegue ver porque são 30 bilhões de orçamento e não é possível acompanhar tudo.

Aí o que eu vejo, Deputados e sociedade catarinense, é que um órgão do governo federal chama a atenção do Controlador-Geral, senhor Presidente, no dia 18 de abril. Então, portanto, veja bem, pelo Helton o Governador já sabia, mas até então o senhor não tinha o telefone do Governador. No dia 20 o Governador disse que ficou sabendo, então se formos acreditar no Governador, que eu já não creio, ele ficou sabendo dois dias depois, e o Douglas disse que foi no dia 22, e a Márcia... daí a gente vai nas *lives* e o Governador no dia 26 e 27 ele fala.

Eu faço essa pergunta, porque eu acho muito estranho um órgão que foi criado pelo governo atual ficar de fora do processo. Sabe o que eu estou achando? Se o senhor disser que não sabia, é ruim, porque o senhor é o Controlador-Geral. O senhor disse agora

Página 975. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

para o Deputado Milton Hobus que quem estava participando, daquele telefonema ali, era a sua Adjunta. E fica muito complicado quando um fato, que é o maior escândalo de Santa Catarina... o senhor não ficar sabendo, então eu quero colocar aqui que para mim é muito complicado. Não só para eu entender, mas para gente conseguir compreender que realmente o senhor não estava sabendo das questões.

Mas deixa eu perguntar uma coisa, por que no dia que o Governador foi fazer a *live* dele no final da tarde e que ia anunciar a saída da Márcia, por que o senhor chamou no seu escritório, no bairro Trindade, a Márcia, deixou ela lá com a Adjunta e foi para *live* e deixou ela lá? Por que o senhor fez isso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, na realidade quem pediu a... a reunião foi a própria Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ela disse aqui que não, ela foi chamada pelo senhor.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, ela que pediu a reunião. Tava a reunião agendada, aí que veio a reunião com o Governador. Quem solicitou foi a própria Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Por quanto tempo ela ficou lá no seu escritório?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Acho que foi das 11h até meio dia, meio dia e meio, acredito que deve ter sido isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Por que a Adjunta estava lá?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Porque a Adjunta estava me acompanhando na reunião.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Por que a Adjunta não acompanhou o senhor na *live*?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eram só os Secretários.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E por que o senhor não atendeu ela no escritório da CGE e foi no seu escritório particular?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A... a CGE estava fechada na época da pandemia. E não era nada relacionado a... a uma entrevista formal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não era nada?...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não era uma oitiva, não era uma entrevista formal, apenas a Márcia queria conversar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A Superintendente...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ela pediu um apoio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A Superintendente da Secretaria da Saúde, que estava responsável por toda a compra, pede uma conversa, segundo o senhor - ela diz que o senhor a chamou lá, mas eu vou pela sua versão - com o senhor e o senhor acha que não é nada oficial?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mesmo?

(*O depoente Luiz Felipe Ferreira faz que sim com a cabeça.*)

A superintendente da Secretaria da Saúde está numa pandemia, pede uma reunião para o Controlador-Geral e o Controlador vem aqui dizer que não achava que era... o que era? Era uma venda?... Porque eu não consigo entender, Presidente, sinceramente, como é que uma superintendente de uma Secretaria de Saúde, responsável por compras, liga para o... segundo a sua informação, ela diz que o senhor chamou ela, mas liga: Controlador, eu queria falar com senhor. Aí o senhor atende no escritório e diz aqui de novo que não achava que era nada oficial? Aí o senhor leva a sua Adjunta... e por que levou a Adjunta então, se

Fls. 3634

Página 976. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

não era oficial? O senhor está vendo que não está colando isso? Você tem como refazer essa frase ou o senhor mantém essa posição? [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisora: Bruna Maria Scalco*]

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, mantenho a postura.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Lembre-se que o senhor está sob juramento de falar a verdade.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Mantenho, mantenho a postura.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor, mantém então que a Márcia ligou para o senhor...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...para falar sobre algo, aí, o senhor, porque a cede da SGE estava fechada, o senhor leva para o seu escritório particular, pensando não ser nada oficial, é isso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E, daí, o senhor leva a Secretária Adjunta. Por que levou a Secretária Adjunta, se não tinha nada a ver com oficial? Consegue me responder?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ela pediu pra conversar, foi essa a questão. Pra não ir sozinho, pra ter uma testemunha do que seria abordado, foi a Secretária Adjunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas qual seria um outro assunto não oficial que o senhor precisaria de uma testemunha?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu não sei qual era o assunto que ela queria tratar! Foi logo após a exoneração!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Complicado! Complicado sabe por quê? Porque, eu não sei... eu tenho o senhor como uma pessoa extremamente inteligente pelo currículo que o senhor tem, mas quando o senhor vem pra cá, na frente dos Deputados... esquece nós aqui, Deputados. Aqui está a sociedade catarinense que paga o seu salário, um dos quatro salários, aliás, os quatro salários que o senhor recebe. Quando o senhor chega aqui e faz essa cara, como... não sei, desculpa, é como se o senhor estivesse gozando da cara do catarinense. Perdoa-me falar, mas eu sou obrigado a dizer isso, porque eu não consigo acreditar na sua inteligência, que uma supervisora, uma mulher que estava vivendo no olho do furacão e essa mulher que está vivendo no olho do furacão telefona para o senhor, o senhor leva no escritório, leva a Adjunta, aí diz: fica aí que o Governador me chamou para uma *live*. Aí vai para a *live* e fica lá. O senhor voltou no escritório depois?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Elas já haviam saído.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ela falou alguma coisa para o senhor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A Márcia eu só encontrei na saída, eu saindo e a Márcia chegando.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Está ficando mais complicado, está ficando mais complicado.

Deixe-me perguntar uma coisa para o senhor: o Tribunal de Contas, respondendo uma consulta do próprio governo sobre o papel da Controladoria- Geral do Estado e a Secretaria de Governança... o senhor teve acesso a esse parecer deles?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu tive conhecimento do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O parecer não teve acesso?

Página 977. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, porque eu... eu... pedi acesso ao processo e eles disseram que CGE ia ser... é... citada pra fazer manifestação junto ao processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Posso ler um pedacinho do processo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Pode.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Tribunal de Contas está fazendo estudos e já apurou o seguinte: que esse modelo de Controladoria-Geral do Estado e a Secretaria de Governança trouxe um retrocesso em relação ao que era feito pela Diretoria de Auditoria-Geral da Secretaria da Fazenda, ante esse governo inovar dessa forma. E o Tribunal de Contas ainda vai mais fundo: aponta a existência de indícios que demonstraram que a manutenção da Controladoria-Geral do Estado e da Secretaria Executiva de Integridade e Governança apresentam conflito, demonstrando-se ineficiente, palavra do Tribunal, e que vai de encontro com uma boa gestão pública. O senhor sabia disso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, foi a parte que eu tive acesso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sugere o Tribunal de Contas que a CGE seja incorporada ou que incorpore a Secretaria de Integração, ou seja, que essa parte de Integridade e Governança seja responsabilidade direta da CGE, porque o senhor falou na outra vez aqui que a SIG era o segundo escalão da Casa Civil, é isso, né? O senhor falou isso daqui.

Aí a gente vê que o seu trabalho da Controladoria-Geral e da SIG... realmente, quando eu lhe ouço aqui, que o senhor não sabe de nada e que ficou sabendo do assunto pelo órgão do governo federal que olhando... o senhor fala mesmo que olhando no Portal Transparência detectou a compra e ninguém da Controladoria-Geral do Estado olhou o Portal de Transparência e detectou essa conta! Foi preciso um órgão federal detectar e avisar o Controlador? Não tem ninguém olhando o Portal de Transparência lá, Controlador? Sim ou não?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E ninguém viu isso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Posso apresentar como a questão ocorreu?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Claro, por favor.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Então, nós trabalhamos com trilhas de auditorias, e a trilha ele não me pe... ele não trabalha em cima de SGPE, e sim a partir do momento que eu tenho um empenho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E por que não trabalha em cima do SGPE, se é o Sistema...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É o protocolo, é porque você... o SGPE, ele não formaliza em si; a operação na realidade ela se dá com um contrato e com empenho. Existem processos licitatórios...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas o contrato e empenho são feitos onde, Controlador? O contrato e o empenho são feitos em qual sistema?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ele tem cópia no SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não. Ele é feito onde? Não é cópia.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sigef.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, o contrato e o empenho são feitos no SGPE e vai cópia... Isso a Bruna (*sic*) falou aqui! Que ela só conseguiu fazer o pagamento, porque o empenho... a certificação da nota e o contrato foram feitos não SGPE. A minha pergunta é por que esta teoria de vocês não faz o

Página 978. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3635
Rubrica

acompanhamento onde surge a compra, porque se vocês fizessem o acompanhamento no SGPE, poderiam saber, por exemplo, que tiveram partes desentranhadas do processo; vocês poderiam ter certeza, por exemplo, que houve o pedido do engenheiro elétrico da SES para que os intensivistas pudessem saber se o equipamento que ia ser trocado ou não, não veio o parecer, não apareceu.

Então, eu peço aqui, pelo amor de Deus, comece a verificar o SGPE, esse mesmo sistema que com qualquer um pode fazer desentranhamento, inclusive que a comunicação interna que autorizou o pagamento era uma autorização interna, uma comunicação interna do dia 20 de maio, sete ou oito dias depois que foi feito! O senhor não sabia disso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então, assim, pelo amor de Deus, Controlador, muda essa sua aulinha teórica e vai ver o SGPE! É lá que está o problema! Nós trouxemos a Bruna (*sic*) aqui, a Bruna (*sic*) disse: eu só fui para o Sigef, porque tinha sido tudo feito no SGPE! Lembram da aula que nós tivemos aqui? Dois sistemas. Aí, a Márcia disse que no Sigef ela não tinha a senha desde 2017, e a Bruna (*sic*) disse: não, mas no Sigef eu não preciso da senha da Márcia, porque no SGPE tem... e agora o Controlador vem aqui, Deputado, dizer que não tem conhecimento disso? Controlador, pede para sair! Por favor! A Controladoria-Geral e a Secretaria de Governança estão fazendo mal para o Estado! E não sou só eu que está dizendo, é o Tribunal de Contas que dá o parecer, o Tribunal de Contas dizendo que houve um retrocesso. E essa sua parte teórica, aí, está fazendo mal!

Senhor Presidente, eu não vou mais falar, só depois, porque eu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Só para deixar claro, complementando, Deputado Kennedy - se me permite, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Fique à vontade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Que a Controladoria-Geral do Estado sabia desde antes da compra, porque a Simone representava o Controlador no grupo que estava tentando achar uma forma de proteger o gestor maior, que era o Governador, desse pagamento antecipado, de uma empresa que não tinha capital de giro...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Confirma com aquela mensagem do Douglas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... que se tivesse problema, ajuizava uma ação depois para reaver o dinheiro... Tudo está aqui nesse grupo em que a Simone, que foi lá, não por conta própria, deve ter sido indicada pelo chefe dela, que está aqui conosco, o doutor Luiz Felipe, porque assim aconteceu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu queria pedir inclusive, Presidente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... assim aconteceu. Então, esse desconhecimento, me perdoe, mas ele não cabe mais a ninguém do Estado aqui, falar do desconhecimento dessa compra, desse pagamento e querer botar a culpa no porteiro. Todo mundo sabia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, se me permite, uma coisa que o Deputado pediu hoje aqui, inclusão daquelas mensagens, eu gostaria de pedir ao procurador que quando ele encaminhasse as mensagens dessa senhora Adjunta, mandasse o número de telefone também para ver se checa com o telefone que está lá no grupo, o número de telefone.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — No *print* das mensagens vai aparecer o número de cada telefone.

Página 979. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim, mas daí vamos checar se é verdade a informação que ele traz, que era a Simone, porque neste momento eu não estou acreditando mais em ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mais alguma pergunta, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Só depois.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Antes de passar a palavra à vossa excelência, Deputado Cobalchini, eu gostaria de perguntar ao Deputado Sopelsa se ele quer se inscrever, pois ele se encontra prejudicado pelo fato de estar de forma remota.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Posso falar depois do Cobalchini, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor.

Deputado Cobalchini, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Senhor Presidente, senhor Luiz Felipe, Controlador-Geral do Estado. Eu até não... Relator, não tenho um questionamento para fazer. Eu acho que os Deputados que aqui usaram da palavra, tanto o João Amin, o primeiro, o Milton Hobus, o Kennedy, foram muito bem, foram detalhistas.

Eu usaria aqui como convencimento, se um apagão... deu um apagão generalizado. O desconhecimento é uma coisa que chama... é muito flagrante, chama muito a atenção. Eu, aqui, tem dois termos que eu gostaria de mencionar aqui: um é a omissão, a omissão. O que é a omissão? Ato ou efeito de não mencionar algo ou alguém, de deixar de dizer, escrever ou fazer algo e, ainda, vou usar aqui prevaricação, faltar ao cumprimento do dever, por interesse ou má fé. Não há como ignorar que todo, todo o processo, do início ao fim, é eivado, Deputado Ivan, desses dois termos; eu diria que todos, sem exceção. Aqueles que no seu cargo de direção deixaram de fazer alguma coisa no exercício do seu dever, todos sem exceção, no mínimo, prevaricaram ou se omitiram.

É isso, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Valdir Cobalchini.

Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Muito obrigado, senhor Presidente, senhores Deputados, doutor Felipe.

Eu vejo, e eu digo isso com muita tristeza, porque não sei se o Deputado Kennedy tem razão em dizer que a Controladoria está fazendo mal para o Estado ou se é quem é responsável pela Controladoria que está fazendo mal para o Estado. Eu vejo no senhor, doutor Felipe, e parece-me que o senhor também é professor, eu lamento que o senhor exerça um cargo tão importante, que o Governador lhe tenha confiado posição importante como essa, e o senhor deixa o governo em uma situação dessa.

As suas respostas, a maneira que o senhor está se portando, eu sei que o senhor deve estar com mal-estar, mas o cargo que o senhor representa é um cargo de mais de sete milhões de catarinenses. Então, pelo menos, que o senhor seja um pouquinho mais... que o senhor tenha um pouquinho mais de sensibilidade em responder as perguntas que os Deputados lhe fazem. Nós somos pessoas públicas, recebemos o nosso salário do imposto que as pessoas pagam. O dinheiro não é dinheiro público, o dinheiro está nos cofres públicos, mas é dinheiro da sociedade que pagou seus impostos. E a situação que nós nos encontramos nessa questão dos respiradores demonstra que aqueles que tinham a responsabilidade de fazer a coisa corretamente se omitiram ou, pelo menos, estão se

Página 980. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3636
Rubrica

omitindo, como o senhor. Não acredito que o senhor não tenha mais informações para nos passar se tivesse a boa vontade.

Era isso, senhor Presidente, eu não tenho nada mais a perguntar, porque acho que também não fará muita diferença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Moacir Sopelsa, muitíssimo obrigado.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito boa-tarde, senhor Presidente, boa tarde aos nobres Deputados.

(*O depoente fala com o advogado Rodolfo Macedo do Prado.*)

Bom, todas as minhas perguntas acabam sendo dirimidas aqui, mas eu tenho um singelo questionamento.

Senhor Luiz Felipe, depois do seu depoimento aqui na CPI, no Gaeco, obviamente como Controlador-Geral do Estado deve ter se reportado ao Governador para tratar dos assuntos. Sim? Não?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Em que momento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não, não entendi, senhor.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Poderia refazer a pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor, depois que deu os seus depoimentos, aqui na CPI, no Gaeco, o senhor deve ter conversado com o Governador, reportado a ele sobre os assuntos.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor não... depois quando o senhor aqui verbalizou que não tinha o contato do Governador...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Conversei com o Governador, mas não a respeito da CPI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não tocou no assunto dos respiradores?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor não falou com o Governador, depois que esteve aqui, sobre os respiradores?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tem uma operação interna sendo verificada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, não. O senhor falou com o Governador?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não falou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ele não falou com o Governador, senhor Presidente, dos respiradores depois que saiu daqui? Para! Esse homem tinha que sair daqui preso! Está mentindo! Está mentindo! Não dá, Presidente!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Eu vou tentar ser o mais técnico aqui.

O senhor vendo a bomba estourar, Santa Catarina na imprensa nacional, membros do governo tendo que vir se explicar, explicar à Justiça, vocês não tiveram nenhum tipo de conversa, nada, não tocaram no assunto?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Só internamente na CGE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito bem. O senhor Juiz Elleston Lissandro, não sei se é assim que se pronuncia, está acompanhando esse

Página 981. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

casoque agora sobe para uma segunda instância. Vocês tomaram alguma posição nesse sentido?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Quem é esse, quem é esse senhor?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Eu vou ler aqui: recentemente, decisão do Juiz Elleston Lissandro Canali, este declinou competência para o STJ, sob o argumento de que existem possibilidades de o Governador do Estado ter envolvimento sobre o caso aqui investigado. O senhor está acompanhando?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, saiu na mídia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — E qual foi a posição do senhor nesse... o senhor entende, na posição do seu cargo o senhor tem a competência de tomar alguma atitude. Nada foi feito?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Perante o Governador, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O Governador, então, está acima de Deus, de tudo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A... a Lei Complementar 741.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senhor Presidente.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — E ali, a própria fala do Juiz ela não é conclusiva.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor entende que são acusações gravíssimas que o Governador faz parte, há provas, há os áudios e a Justiça entendeu que o Governador tem participação, sim, tanto é que manda para uma competência federal e, mesmo assim, os senhores não têm nenhuma ação com relação a isso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Neste momento, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito bem, senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Felipe Estevão.

Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Senhor Luiz Felipe, boa tarde.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — O senhor tinha, como Controlador, o conhecimento que os Poderes repassaram recursos para o Estado enfrentar a pandemia no dia 22 de março?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tomei conhecimento pela imprensa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Pela imprensa?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — E também, o senhor teve conhecimento que no dia 28, veio para esta Casa um projeto do governo do Estado, para aprovar, não só o recebimento dos recursos, mas a dispensa nas licitações e com o parecer retroagindo a 22 de março?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Conhecimento pela imprensa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Pela imprensa, também?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — É comum nas licitações a Controladoria não verificar a idoneidade das empresas?

Página 982. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3637

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A licitação em si, de acordo com o artigo 126, da Lei Complementar 741, todo o processo licitatório ele corre na responsabilidade do órgão. Então, nesse caso, seria a SES.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Então, não tinha nada a ver com o senhor também?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A responsabilidade de avaliação do fornecedor, né, a... a... fidedignidade da questão do fornecedor é o órgão quem faz a licitação, em atendimento a... às atribuições lá do o artigo 126, da Lei Complementar 741.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — A CGE está subordinada diretamente ao Governador?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — E o controle externo, sabia do processo, da intenção de compra que seria feito ou ele não fica sabendo das intenções de compra?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Qual é o controle externo que você... quem é o órgão de controle de externo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — A CGE.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, o CGE é o controle interno. Então, o procedimento de compra ele não passa na CGE, existe a autonomia das Secretarias.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Ela não faz nenhuma verificação, ela não avalia?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, ela vai fazer os acompanhamentos de editais. Neste caso, a dispensa de licitação, ele não tem edital.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Tá.

E o senhor sabe quantos processos com dispensa de licitação foram feitos nesse período de pandemia?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Na Secretaria da Saúde, com relação ao período até meados de vinte... deixa eu ver aqui quando é que iniciamos (*folheia documentos*), até o momento de 28 de abril, deve ter mais ou menos aí uns 150 processos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Até 28 de abril?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Lá dentro da Secretaria da Saúde, dispensa de licitação relacionada à Covid. Algo em torno disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Obrigado, é isso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Fabiano da Luz.

Deputado Ivan Naatz, vossa excelência está com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor Luiz Felipe, pela experiência que o senhor tem, pela formação catedrática que o senhor possui e, obviamente, pelo estudo que o senhor fez de caso, nós temos um problema que é crucial nesse processo, que é o pagamento antecipado sem a exigência da garantia. Acho que todo esse processo tem uma base, que é a falta da garantia, falta da exigência de garantia.

Eu li as entrevistas que o senhor deu, eu também reli o depoimento que o senhor deu aqui para a CPI e percebo que o senhor já compreendeu bem o que aconteceu nesse processo, a narrativa que o senhor faz, principalmente ao Upiara, é praticamente a narrativa que a CPI faz. Então, eu pergunto ao senhor, já que o senhor conhece profundamente passos deste processo, a quem competia, dentro desse processo, exigir a garantia para fazer o pagamento antecipado da compra dos respiradores?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Teria que ta... a... primeiro que teria que ter ficado bem explícito a questão do pagamento antecipado. Não é isso? Tem que ficar bem

Página 983. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

explícito. Então, automaticamente, na instrução processual já teriam que ter nascido isso lá no apontamento do parecer jurídico e...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não acha que ficou claro no processo que era pagamento antecipado?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Se fosse pagamento antecipado, você não teria a necessidade de ter feito um recebimento na nota, uma certificação de nota. Se você faz uma certificação de nota, você está descaracterizando o pagamento antecipado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, mas isso não é só uma qualificação técnica, porque a qualificação técnica e a prática, ao meu ver, não muda! O fato é que o cara recebeu sem entregar o produto e recebeu antes. Então, é só uma nomenclatura.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não é só uma nomenclatura. Ou seja, é uma certificação que você estava recebendo um produto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A nota fiscal que ela certificou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ela certificou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Que a Márcia certificou a nota, portanto, não precisaria exigir a garantia, já que o produto estaria ali. É isso que o senhor está dizendo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — No momento que você certifica a nota, você está dando entendimento que você recebeu o produto. Se é um pagamento antecipado, você não tem certificação de nota. É... em nenhum dos dois casos, né, mesmo ela ter certificado a nota, se posteriormente a pessoa que está à frente fazendo o pagamento, identifica que o produto não foi recebido e tem característica de pagamento antecipado, teria que ter a... teria que se ater às prerrogativas de atender ao normativo legal que seriam as garantias, tá? Não exime de ter sido feito a observância das garantias.

Ali você tem duas fragilidades, primeiro: se verifica que houve um ato, né, é... uma não conformidade, se atestou algo que não recebeu. Naquele momento, teria que ter sido comunicado o controle interno de SES, também em atenção ao artigo 126 da Lei Complementar 741, tá? Então, naquele momento que se identificou uma não conformidade processual ou, nos casos anteriores, né, a atenção inicial era controle interno da SES ou, automaticamente, a CGE, mas o passo principal é o controle interno da SES que deveria ter sido informado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor acredita que se não tivesse feito a certificação da nota fiscal, o pagamento não teria acontecido? Mesmo diante daquele quadro que a gente encontra no processo, que a proposta estava pagamento antecipado, houve uma conversa no telefone do Secretário com o fornecedor... Eu estou falando da realidade do processo, porque é importante para o relatório, para a gente construir o relatório. Então eu preciso que o senhor nos dê a opinião sobre com a experiência que o senhor tem.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O pagamento anteci...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se essa nota não tivesse sido certificada, mas o quadro que se encontra dentro do procedimento ali, o pagamento teria acontecido de qualquer maneira!

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O pagamento antecipado ele não é uma irregularidade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...desde que atenda às questões legais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, nós compreendemos, porque uma coisa é como eu digo, fazer um pagamento antecipado para a

Página 984. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3637
Rubrica

Siemens, para a Philips, uma multinacional, mas não foi isso que aconteceu (*o depoente faz que sim com a cabeça*). O pagamento antecipado foi feito para uma empresa fundo de quintal, aí o senhor diz que foi certificada a nota e, portanto, não houve pagamento antecipado ou recebido o produto, mas no enredo que a gente tem desenhado, no livro que a gente está escrevendo aqui, havia um conhecimento de que o produto não estava presente. Então, eu pergunto de novo para o senhor: naquele enredo que o senhor leu, mesmo que a nota não tivesse sido certificada, o senhor acredita que o pagamento antecipado aconteceria?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Da forma que a coisa está estruturada, acredito que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, senhor Relator, Deputado Ivan Naatz.

Consulto os senhores Deputados se mais alguém gostaria de fazer uma pergunta. (*Pausa*)

Senhor Luiz, está sendo instaurado um procedimento interno de investigação. Sim?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim. Está sendo finalizado. Instaurado já foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Qual o teor da portaria inaugural?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A apuração das irregularidades nessa contratação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Assim está descrito?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu teria que ir... juntamente eu acompanho a portaria, não sei lhe dizer, mas o... o objeto é a verificação desse processo licitatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor também está sob investigação?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Qual a função do senhor nesse procedimento de investigação?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu instaurei o procedimento, eu nomeei, eu nomeei a comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Ah, o senhor foi o nomeador da comissão?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso, isso.

(*O Deputado João Amim fala com o senhor Presidente fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pode fazer a pergunta, Deputado, pode ficar vontade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem forma a comissão?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu que formei a comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Os membros...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem são as pessoas?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ah, os membros! Sim, eu que indiquei os membros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Quais são as pessoas que foram?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ah... agora...

Página 985. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Também não se lembra?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não me recordo, não vou citar nenhum nome pra não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, mas são mais ou menos, duas pessoas, três pessoas?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Três, três com o suplente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor não lembra dos três nomes?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não lembro! São tantos documentos que nós assinamos dia a dia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Há quanto tempo está a comissão form...?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Deve tá há uns 45 dias.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — A comissão está funcionando há 45 dias e o senhor não sabe três nomes?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não quero citar pra não apresentar nome equivocado, ta? Eu não recordo, com certeza, dos nomes. São auditores internos vinculados à CGE.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor, eu nem vou pedir para o senhor apresentar esses nomes para gente, até posteriormente a gente pede via outro... o senhor vai entregar o documento?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu vou entregar o documento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Facilita o nosso...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor, eu gostaria de perguntar como que a Simone foi parar nesse cargo que ela está ocupando agora? O senhor sabe como, não?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ela é auditora interna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Auditora interna, mas o senhor lembra que o senhor falou assim, até tal data ela estava cumprindo...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É porque o Vanderlei Pereira das Neves, ele tirou férias. A Simone ela era diretora da auditoria geral, então, ela estava acumulando os dois cargos: o cargo de Adjunta e o cargo de diretora da auditoria geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas essa função que o senhor ocupa hoje como Controlador é uma função relativamente nova. O senhor concorda comigo, ela não tem dez anos de existência, não é?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A Controladoria é um...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, é um órgão novo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...órgão novo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor está lá desde o início?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Desde o início.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E a Simone chegou junto com senhor?

Página 986. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3638
Rubrica

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É porque a Simone ela já é servidora de carreira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não, para a Controladoria onde o senhor hoje é o Controlador.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para a Controladoria, como que ela foi parar lá?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É porque ela era a diretora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas alguém falou assim: vai lá, Simone. Ou o senhor falou: vem cá, Simone?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Na realidade, quando foi da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Ou ela entrou porta adentro e (*ininteligível*) trabalhar?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, quando se estruturou a CGE, entre as diretorias e gerências, ela foi convidada por mim e pelo Adjunto à época...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Isso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...para assumir o cargo de diretora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Ela foi a convite do senhor, a Simone?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Isso. Essa que é a pergunta.

Quais os critérios que o senhor utilizou para chamar a Simone para trabalhar para o senhor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Qualificação técnica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Qualificação técnica.

O senhor tem algum problema pessoal com a Simone?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Ao contrário, não se pode perguntar, teria que perguntar para ela, se ela tem alguma coisa, alguma má querência ou alguma desconfiança ou ela não suscita no senhor algum tipo de pessoa que não se deve prestar confiança ao que ela faz?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Se o senhor tivesse que avaliar a Simone de zero a dez, como funcionária pública, que nota o senhor dava para ela?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Dez!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Dez?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Dez!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pessoa de alta estima do senhor, para receber uma nota dez...

E ali pelos fatos trazidos desse grupo do WhatsApp, o força-tarefa, fatos esses levantados aqui pelo eminente Deputado Milton Hobus, isso é um fato novo. E o senhor disse que quem participava do grupo força-tarefa era a Simone?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A Simone ela cumpria a função de Adjunto?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

Página 987. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu vou tomar a liberdade aqui, como bem fez o Deputado Cobalchini, e explicar o que é um Adjunto, até porque essa função, estou vendo o Coronel ali, nós temos a função de um Adjunto e o Adjunto tem atribuições. Começa lá por: "unido ou próximo a, contíguo, junto ou pegado" e, no segundo ponto ali, "o que auxilia, auxiliar, assistente e assessor."

A Simone assessorava o senhor, era a sua assistente, auxilia ainda e trabalhava no auxílio de todos os seus trabalhos. E ela estava dentro de um grupo que não era um grupo de paquera, não era um grupo de diversão, um grupo de pegação, era um grupo de trabalho essa força-tarefa, e os assuntos que estavam sendo discutidos dentro desse grupo faziam referência à necessidade de alguém da Controladoria estar nesse grupo, se não, não seria necessária a presença dela lá, por questões óbvias. E a auxiliar do senhor que é a pessoa que assiste, não comentou em momento algum com o senhor ou comentou com o senhor o conteúdo daquilo que era conversado nesse grupo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas ela não era de total confiança, nota dez do senhor, uma pessoa que é assistente de tua total confiança?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E ela estava em um grupo de trabalho...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ... que faz menção à Controladoria da qual o senhor é o Controlador.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Por que ela mantinha em segredo do senhor aquilo que era conversado dentro daquele grupo ou não era um grupo de trabalho?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Os assuntos que se foram... se fossem relevantes, ela taria... teria trazido à minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então, nesse grupo, a gente tem que entender que não tinha relevância nenhuma, não deveria nem mesmo existir?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Por que ela omitiria fatos de relevante importância que estavam contidos ali dentro, com o superior imediato dela, com o superior hierárquico... Um grupo de trabalho, ela era a sua assistente! O senhor se lembra de, pelo menos, um fato de que ela falou assim: olha, meu chefe, aqui no grupo estão falando que aconteceu isso, isso ou aquilo. O senhor se lembra de pelo menos uma situação dessa?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A dinâmica era tão grande que você acaba não relembrando os fatos que eram tratados em grupo de WhatsApp. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisora: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O Deputado Kennedy Nunes pediu um aparte, vou passar para ele... e para eu finalizar mesmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu só queria entender aqui. Quando o Presidente perguntou para o senhor sobre se ela não passaria o fato relevante, o senhor respondeu o quê? Que não era um fato relevante isso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, se fosse um fato relevante, ela teria me repassado. Eu não sei qual era o conteúdo das informações que estavam lá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então o senhor diz que...

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls 3639
Rubrica

Página 988. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Desconheço os conteúdos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Desculpa, Deputado Kennedy, eu li aqui as informações. As informações que estavam sendo discutidas pela Simone, representando a CGE, os outros Secretários, o Ministério Público, o Tribunal de Contas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Casa Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS –... a Casa Civil, a Administração, a Secretaria de Estado da Saúde eram: precisamos comprar de uma empresa sem garantias, que não tem capital de giro para fornecer...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Que depois se der problema entra com uma ação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS –... para fornecer, só que a lei não permite fazer pagamento antecipado, e nós precisamos dar a resposta para o Secretário Tasca, para o governador. Como é que nós vamos fazer isso?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Essa informação não é importante, controlador?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Ele não citou Veigamed, ele não citou respiradores...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Não, não, não, não, não...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Eu não sei de que empresa ele está falando, de que contrato.

(*Depoente conversa com seu advogado Rodolfo Macedo Prado.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES -... uma, uma, uma informação em que esses membros dizem o seguinte: estamos para fazer uma compra, a empresa não tem capital de giro, precisamos fazer o pagamento antecipado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Bem de capital, e o único que sabemos, naquela época, eram os respiradores para comprar, bem de capital.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Exato.

Então, essa informação o senhor hoje, o senhor acha importante ou não, hoje?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Ela é vaga. Eu preciso de informação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Como vaga, como vaga homem se está o Ministério Público, o Tribunal de contas, está todo mundo dizendo: Escuta, nós precisamos dar uma resposta para o Secretário de Administração, que ele está com um pepinaço. Ele precisa hoje, por várias vezes, entre parênteses, precisa hoje a resposta de uma empresa que não tem capital de giro, tem que pagar antecipado e o senhor diz que não é importante? (*Deputado gesticula, enquanto fala, demonstrando indignação.*)

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Qual foi a manifestação do TCE, Ministério Público e todos os outros Entes...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, não, não, não estou perguntando TCE. Eu estou perguntando Controladoria-Geral? Deixa só eu lhe fazer uma pergunta. Essa Simone, o senhor disse que ela era Adjunta?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Hoje ela é Adjunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Ela é.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES -Nesse tempo aí, ela não foi, não era Adjunta?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Ela estava no exercício da função.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, não, para lá...

Página 989. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Estava substituindo o Adjunto que estava de férias.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas o senhor disse para o Presidente, agora, aqui, que ela foi com o senhor junto para Controladoria.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Foi ou não foi?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Eu chamei ela pra Controladoria. Quando a Controladoria iniciou ela era diretora-geral, com a saída do Secretário Adjunto, ela ocupou o cargo dele...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito. Quando é que ela foi para Adjunto? Quando é que ela assumiu Adjunto?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Acredito que deva ter sido final de maio, início, final de maio acho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Agora?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Agora, isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então, a pessoa que participou de um grupo que não levou nada para o senhor ganhou o prêmio de ser Adjunta? (*O depoente fica olhando para o Deputado. Pausa.*) Responda-me, não me olhe.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Por que o prêmio? Eu não entendi a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor me permite, Deputado?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Eu não entendi a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, na verdade a pergunta é essa aqui. O senhor falou que foi as características técnicas...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) –... que ela possui. O elevado grau de confiança...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) –... o elevado grau de confiança que eu tenho nessa pessoa...

Eu já estou aqui com o requerimento assinado para nós escutarmos a senhora Simone.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Eu acho também senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu acredito que... como eu sempre faço, nós estamos trabalhando dessa forma, seu Luiz, a gente dá um determinado tempo para as considerações finais. Eu não vou dar para o senhor os quinze minutos, mas eu vou dar três minutos para o senhor fazer as considerações finais.

(*O depoente conversa com seu advogado Rodolfo Macedo Prado.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Presidente, antes...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Senhor Presidente, eu tenho uma... ele pode até falar nessa última intervenção dele, não precisa responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não precisa responder?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas eu tenho uma afirmação, um questionamento a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Fique à vontade.

Página 990. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3640

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Senhor Luiz Ferreira, o seu órgão, pelo menos é o que diz o Portal da Transparência, ele tem oitenta pessoas matriculadas - o senhor gere, é superior a oitenta pessoas -, e ele custa R$ 1.538.750,78 por mês. Não sei se o Portal da Transparência está errado, mas foi com base no Portal da Transparência que busquei essa informação.

Há 45 dias existe um estudo, uma comissão trabalhando. O senhor vem pela segunda oportunidade na CPI, o senhor não sabe, ou não lembra, ou não quer nos falar. Os três servidores estão trabalhando... adiantar qualquer parte do relatório, importante para o acompanhamento da nossa investigação, porque o senhor vai assinar na próxima quinta-feira, daqui a dois dias. E o senhor, no primeiro encontro, falou que identificou roubo, identificamos o roubo, no momento em que eu estava falando e o Deputado Ivan o questionou também.

O senhor cita numa entrevista que tem fraudador, que tem... tem... não pode adiantar nome, mas tem fraudador, indicar alguém como provável fraudador. O senhor... o que o senhor gostaria de acrescentar aqui, que não falou no seu primeiro depoimento, que pode... para a ajudar num momento em que o próprio Ministério Público falou em duas frases... Vou terminar o meu questionamento, porque eu quero a sua contribuição. O senhor é qualificado, senhor, como falei, está num órgão com 80 pessoas, 80 ajudantes, 80 pessoas qualificadas que o ajudam, o senhor é superior a eles, custam mais de um milhão e meio por mês. O Ministério Público, na primeira etapa da investigação, falou em conluio criminoso de agentes públicos e privados. Na segunda etapa da Operação Oxigênio, falou-se na compra mais perversa da história de Santa Catarina.

E o senhor vem aqui, hoje, e disse que não sabe de nada, não conhece, não sabe o nome das pessoas, não tem nada, não está adiantando para nada, isso aqui hoje.

Faça valer a pena, por mais que o senhor não gosta dos nove Deputados, mas pela sociedade catarinense contribua com algo aqui, hoje, para investigação, para a função da CPI, contribua com algo nesse tempo final que o Deputado Lima vai dar. Contribua com algo! Porque o senhor ser arrogante conosco, não tem problema, a gente está aqui para isso. O senhor está sendo com sete milhões de pessoas. Contribua com algo! Faça, independente das atuais nove atribuições da Controladoria-Geral do Estado, eram trinta e cinco na reforma administrativa. Faça alguma coisa pela CPI, pelos respiradores para que esse escândalo possa ser esclarecido.

Use esse tempo que o Lima vai lhe dar, no final, e contribua com algo, porque senão vai ser o tempo que nunca mais volta para todos nós. Faça valer a pena isso aqui!

É um apelo que eu faço.

(*O depoente conversa com seu advogado Rodolfo Macedo Prado.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Senhor Presidente, eu teria... antes de permitir que o senhor Luiz fale.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Fique à vontade, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem certeza que esse relatório já não foi concluído?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Não. O relatório, ele está para ser encaminhado à leitura final e para ser repassado, tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu recebi mensagem aqui, no meu celular, de que o relatório já foi concluído na sexta-feira passada, que ele indicou quatro empresas como responsáveis, seis servidores para perda de cargo e função, e dois Secretários por crime de responsabilidade e improbidade.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Olha, isso é muito sério que o senhor está dizendo.

Página 991. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor não sabe...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não. Eu estou perguntado para o senhor isso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Significa dizer que vazou uma informação que é sigilosa, que não poderia vazar dentro da CGE.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas não foi mandado para ninguém esse relatório?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Não foi mandado pra ninguém. Estou finalizando pra ser distribuído. É o que eu disse... com prazo pra quinta-feira. Agora, se essa informação está na rede, automaticamente isso tem que ser apurado, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – (*Ironiza.*) É... tem que controlar a própria Controladoria...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Até porque é uma investigação preliminar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu vou dizer qual foi o relatório: quatro empresas foram indiciadas como responsáveis, a seis servidores foi sugerido o afastamento, e a dois Secretários foi indicado improbidade e peculato. Essa é a conclusão do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor, aproveitando a informação trazida pelo Relator, Deputado Ivan Naatz, que recebeu essa informação, e fazendo coro ao Deputado João Amin, o senhor vai ter o tempo que achar necessário - como bem disse o Deputado João Amin – o que for para colaborar, que for para colaborar.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Tá. Então vamos aqui.

Eu trouxe, como não veio a pergunta pertinente, enfim, três questões pontuais, né? Então nós teríamos o SES 37.070, o SES 42.320, ventiladores da Edera e o Mahatma Gandhi. É, então questões pontuais que começam lá na fragilidade processual.

Então, peças, peças importantes foram desentranhadas, orçamento dos autos sem identificação e assinatura do CNPJ, é, indícios de mesma grafia, endereço da empresa. Então questões que já foram eu acho amplamente divulgado, mas reforçando aqui: ausência de comprovação de negociação com fornecedor, processo com pagamento antecipado sem menção no processo ou minuta da dispensa de licitação - eu estou fazendo a leitura de um deles, né -, presença de somente um, é... orçamento ou proposta, né, no caso foi da Veigamed, sem assinatura e data delas, demais orçamentos de validade duvidosa, foram postados posteriormente, MMJS e a JE Comércio, proposta sem assinatura, ausência de justificativa na escolha do fornecedor, automaticamente não foi feita uma qualificação do fornecedor, pagamento antecipado sem a garantia de cautelas necessárias, parecer sem menção relativa ao pagamento antecipado, ordem de fornecimento emitida em menos de vinte quatro horas da abertura do processo, troca de objeto sem anuência da autoridade competente, objeto adquirido com parecer técnico que não atende à finalidade, entrega não realizado, nota fiscal certificada sem a comprovação objeto de entrega.

E com relação por que que de fato não cai, né, na trilha de auditoria, o SGPE, ele é PDF, é, automaticamente, nós não temos um sistema, hoje, capaz de fazer essa leitura, certo? E, e, e, no momento que você tem o empenho é onde você consegue cruzar e fazer as trilhas de auditoria.

O que que eu chamo atenção aqui? O tempo, né, mesmo que eu fosse passar uma trilha de auditoria, eu teria dezenove minutos pra pegar um desses pagamentos. Por que dezenove minutos? O empenho, um deles com a Fonte 100, ele foi assassinado as catorze e quarenta e três, e a segunda assinatura dezesseis e três. E esse pagamento foi feito às dezesseis e vinte dois do mesmo dia, tá?

Página 992. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3641
Rubrica

Na segunda Fonte, o segundo empenho, ele foi feito dia 31, assinado a dezoito e trinta e seis, e dezenove e cinquenta e um, então, na virada. Automaticamente, depois da assinatura dele, foi no dia 1º, tá, às dezesseis e quarenta e três. Então, no momento que é feito o empenho, ele consegue ir para a trilha de auditoria, mesmo assim, eu teria dezenove minutos pra conseguir pegar, é, essa, essa, questão da, do pagamento.

Então houve uma, uma, uma coisa muito concomitante com relação a essa questão. Então, onde dificulta de fato o trabalho de verificação por parte da CGE. Feito?

Com relação à omissão não houve nenhuma omissão por parte da CGE, considerando que no dia 17 e no dia 18 onde se tomou conhecimento, todas as ações foram desencadeada pela CGE, não é isso? Então o que que eu tenho ali: instauração do processo de investigação, tá, isso ocorreu entre 26 a 30 de abril. Então, a comissão, eu falei 45 dias, mas ela foi instaurada, nesse período aqui, entre 26 a 30 de abril. Instauração do processo de investigação preliminar com nomeação da comissão de inquérito preliminar, representação à PGE, para que adote medidas cautelares judiciais e extrajudiciais contra a Veigamed para fins de resguardar o erário, envio da notícia de fato à DEIC, solicitação à Delegacia da Alfandega da Receita Federal sobre transações comerciais exteriores para verificar a questão das empresas relacionadas, solicitação à Delegacia da Receita Federal de informações acerca da empresa contratada, suas coligadas e controladas, realização conjunta com a Deic da coleta de depoimento de agentes públicos com a participação efetiva de contratação de ventiladores. Então essa realização conjunta de coleta de depoimento já foi com a comissão interna de investigação preliminar. Então eu não comi... eu não acompanhei, foi trabalho da comissão, e a vocação da sindicância investigativa instaurada pela SES para fins de apuração da responsabilidade de agentes públicos envolvidos no contrato de aquisição de ventiladores pulmonares.

Então, na fala se houve omissão ou prevaricação, é, fica claro que todos os atos é, alcance da CGE, no momento que tomou conhecimento da informação, eles foram é adotados.

(*O depoente conversa com seu advogado Rodolfo Macedo Prado.*)

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Ah, tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Fico muito agradecido e solicito à...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – E todas as informações pertinentes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mil desculpas, pode prosseguir.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – ... e todas as informações pertinentes, né, a essa questão, fechando o relatório, serão encaminhadas a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muitíssimo obrigado, senhor Luiz e senhores advogados.

Solicito à assessoria que acompanhe o senhor Luiz Felipe.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Obrigado.

(*O senhor Luiz Felipe Ferreira, acompanhado de seus advogados, deixa o recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Suspendemos por cinco minutos a reunião.

(*Estão suspensos os trabalhos. Pausa.*)

Senhores Deputados, dou por reaberta a reunião.

Solicito à assessoria que conduza a este ambiente o senhor Samuel de Brito Rodovalho.

(*O depoente Samuel de Brito Rodovalho adentra o recinto, acompanhado de seus advogados, e senta-se no local indicado pela assessoria.*)

Página 993. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O senhor fique à vontade senhor Samuel, sente na cadeira do centro.

Senhor Samuel, muito boa-noite. O senhor sabe por que foi convidado a se fazer presente hoje aqui, nesta reunião?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Sim, boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Boa noite.

O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão sob pena de incorrer pelo crime de falso testemunho?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu quero lembrar ao senhor também que tem o direito de permanecer calado, se não quiser responder uma pergunta, o senhor pode dizer, prefiro permanecer calado, mas só o silêncio não é indicativo de resposta. Então é necessário que o senhor se manifeste nessa situação.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Perfeito, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para que a gente possa fazer o registro, eu gostaria que o senhor se aproximasse bem do microfone, falasse o nome completo do senhor, local de trabalho, o seu endereço completo e a sua data de nascimento.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Bom, é, Samuel de Brito Rodovalho, é, nascido em 20/5/78, eu resido aqui, em Florianópolis, no bairro do Campeche. Tem que falar o endereço?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Rua da Capela, 487 – casa 25, e, e, minhas empresas ficam em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor está acompanhado de advogados.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então, eu vou pedir aos senhores doutores que falem o número da inscrição da OAB e a UF da OAB.

O SR. NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO - Boa noite, senhor Presidente, cumprimentando a todos da Comissão.

Meu nome é Nilton João de Macedo Machado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil/seccional de Santa Catarina, sob o número 19.360.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado.

O SR. FELIPE XIMENES MALINVERNI - Boa noite, Presidente e demais membros da mesa. Eu me chamo Felipe Ximenes Malinverni, sou advogado, OAB/SC 26.426.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, doutor.

Passo a palavra ao Relator, senhor Deputado Ivan Naatz. Vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Boa noite, Samuel.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Boa noite.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Boa noite doutor, boa noite, doutores.

É um prazer estar aqui, na presença do senhor. Sustentei muitas vezes, no Tribunal, na presença do seu advogado, como Desembargador, brilhantes Desembargador.

O SR. NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO - Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado pela oportunidade.

Página 994. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3642
Rubrica

Bom, vamos começar pelo seguinte, eu precisava compreender mais ou menos o que o senhor faz.

Então, o senhor diz que tem empresa em São Paulo. Quantas empresas o senhor tem lá em São Paulo?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Bom, Deputado, primeiramente, eu gostaria de pedir a palavra pra, ã, agradecer a oportunidade de estar falando aqui aos senhores. Dizer que eu estou à disposição, a qualquer momento, pra prestar meus depoimentos, pra tentar elucidar os fatos da, do fato ocorrido aqui, em Santa Catarina. Dizer que eu também estive é, de livre espontânea vontade também junto ao Ministério Público pra também prestar meus depoimentos e contribuir com bastante documentação, pra que esse fato realmente possa ser esclarecido, porque eu acredito que realmente a verdade vai vir à tona no momento certo, no momento oportuno.

E eu queria, se me for permitido também, é, aproveitando a pergunta sobre as minhas empresas, ã, já colocar uma ordem cronológica do porquê eu me envolvi nesse fato...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas eu queria, eu vou perguntar para o senhor, passo a passo. Nós vamos bater um papo aqui.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Fico feliz que o senhor se coloca à disposição para ajudar a CPI, afinal de contas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz, se me permite.

Ao final vai ser conferido ao senhor alguns minutos para suas considerações finais. [*Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Perfeito, perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, nós vamos só bater um papo para a gente compreender, mais ou menos, né...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - ...passo a passo como as coisas aconteceram. Eu vou conversar um pouco com o senhor. Meus colegas Deputados, se entenderem que devam fazer alguma intervenção, fiquem à vontade para fazer a intervenção, até porque acho que a gente vai conversar todos sobre os mesmos fatos, as mesmas imagens.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, fiquem à vontade, senhores Deputados, para fazer a intervenção que os senhores acharem ser necessária no momento certo, no momento que vocês acharem que devem intervir.

Então vamos lá. Quantas empresas o senhor tem em São Paulo?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Hoje, em São Paulo, eu tenho 2 empresas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – 2 empresas.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Tenho uma indústria, chamadas GSM Nutrition, que é onde eu fabrico, é, suplementos, vitaminas, faço terceirização de produtos 100% para a iniciativa privada, não tenho nenhum contrato com órgão público nas minhas empresas nessa área de saúde. Tem uma linha de produtos que eu vendo também, pela Internet, produtos focados para imunidade. E o meu sócio da indústria tem também um laboratório farmacêutico, pequeno, onde a gente faz desenvolvimento e pesquisa de produtos, seja farmacêutico seja produtos inovadores. Então, a gente já atua no ramo da saúde já há bastante tempo, há mais de 12 anos, o grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Quantos funcionários tem lá na empresa do senhor?

Página 995. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Ao todo, nós temos uns 25 funcionários.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E o senhor disse que não faz negócios com o governo do Estado, vende, compra?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Aqui não, nem em outros lugares.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E em quais Estados o senhor faz?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, nenhum outro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então não tem *expertise* de fazer negócios com o Estado?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Com a parte do Estado, licitações públicas, não, na verdade a minha experiência vem porque, é, um dos fatos que eu ia colocar, né, eu adquiri bastante experiência com comércio exterior, porque trabalhei por sete anos como representante do grupo CIMA. Nós vendíamos equipamentos pra laboratórios farmacêuticos, daí que eu me coloquei nessa situação de ser fornecedor desses equipamentos. Na área de saúde foi assim, né.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Como o senhor tomou conhecimento de que o Estado queria comprar respiradores? Quando o senhor entrou nessa história?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Então, é, pela minha experiência de 7 anos junto à CIMA, e eu encerrei a minha parceria comercial com a CIMA em 2015, eu comecei aí, em 2015, construir o meu grupo empresarial. Quando começou a pandemia, eu fui a solicitado e começaram a me solicitarem, é, equipamentos da China, porque eu fui, durante 7 anos, representante, e fui, ia dois anos por ano, duas vezes ao ano para a China, é, trabalhar na CIMA porque tinha um escritório lá. Então eu tenho um conhecimento bastante apurado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – A CIMA.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Especificamente?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – A CIMA.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A CIMA que entrou em contato com o senhor?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, não, não, outras distribuidoras, pessoas do ramo da saúde, sabiam que eu já trabalhei com a CIMA, então eles começaram a me pedir os equipamentos. Eu entrei em contato com o seu Mário Uchoa, e o Mário Uchoa, também na época a gente voltou a se falar, e o Mário Uchoa me comentou que a CIMA estava vendendo respiradores, também no México e outros países. A CIMA, uma empresa de relação com a China, de 25 anos, então ela também estava vendendo equipamentos ventiladores pra outros países. Ele, o que o senhor Mário Uchoa, que é o presidente mundial da CIMA, me comentou, que todas as fábricas de equipamentos de, ah, remédios, né, equipamentos para laboratórios farmacêuticos tinham mudado as suas produções e estavam fazendo, é, adaptações e vendas dos equipamentos ventiladores, que era hoje a demanda mundial desse equipamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá, mas eu não entendi ainda.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Bom, e aí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu não entendi quem entrou em contato com o senhor.

Página 996. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3643
Rubrica

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, aí, devido a minha experiência, é, eu fui, ah, comecei a receber propostas e pedidos de propostas, comecei a prospectar clientes, e aí eu fui contatado pelo seu César Braga. O senhor César Braga se colocou como um advogado do Rio de Janeiro e que, é, se mostrou uma pessoa muito influente, muito bem relacionado. Meu primeiro contato com ele, ele foi pedindo uma, uma, uma apresentação dos meus equipamentos, não é, porque ele tinha um grupo privado de uns hospitais que queriam comprar os equipamentos. Então, ele já se mostrou uma pessoa muito bem relacionada e a gente começou a tratar ali do assunto desses clientes privados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas Samuel, é que você não vende respiradores.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, na verdade a CIMA, ela vende, né, eu não, eu trabalhei no...hoje eu trabalho com outros segmentos, mas eu detenho um conhecimento e a *expertise* comercial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então quem entrou em contato com senhor foi o senhor César Braga?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Ele pediu pro senhor pra ajudar a comprar respiradores?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, na verdade o César Braga, é, ela tinha contatos em vários segmentos, dentre eles Santa Catarina, que ele me falou: existe uma oportunidade em Santa Catarina, queria saber se você tem condições de atender ali, Santa Catarina. Eu falei que sim, porque na época nós tínhamos, a CIMA tinha os equipamentos disponíveis pra, pra, pra efetuar as vendas, e aí nós começamos o trabalho.

E aí o César me solicitou, é, uma empresa pra fazer a venda diretamente para o governo, porque a CIMA e a minha posição sempre foi de representante comercial. Eu só represento grupos internacional, eu representava as fábricas, eu não represento as empresas brasileiras. Então, eu tinha o fornecimento do equipamento na China através da CIMA, eu só tinha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Só que assim, Samuel, você tem que ajudar os Deputados a compreender de verdade. Eu confesso que não estou entendendo muito bem. O senhor disse que não vendia respiradores, daí o senhor disse que o seu César Braga procurou o senhor. É isso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E o senhor César Braga procurou o senhor através de quem? Quem ele disse: olha, o senhor disse que Santa Catarina está querendo comprar respiradores. O César Braga falou isso pro senhor?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Exatamente, a proposta e a oportunidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas por quê? Só porque o senhor trabalha na CIMA?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque o senhor tinha trabalhado na CIMA?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Exatamente, a CIMA estava vendendo respiradores nesse momento, eu acreditei ser uma boa oportunidade comercial, eu sou empresário, vi uma oportunidade de trabalhar com uma empresa que eu já fui o diretor no Brasil, já trabalhei com eles, sei da seriedade, então eu me predispus a vender os equipamentos da CIMA, por isso que eu entrei nesse negócio de ventiladores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá, eu vou mostrar para o senhor uma figura com umas fotografias, para o senhor ajudar os Deputados aqui a saber

Página 997. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

quem é quem. Vamos mostrar aqui, no telão. Por favor, só um minutinho que está preparando.

(*Utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.*)

Vamos lá, tem essas fotografias aí. O primeiro quadro, de cima, o loiro com barba e com aparelho nos ouvidos. Conhece?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem é?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É o Junior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Junior?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Junior o quê?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Junior Amandio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Amandio. O que ele é?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Ele era meu amigo, ele é meu amigo, né, mas informal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Seu amigo informal?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O outro, do lado.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sandro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem que é o Sandro?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O Sandro é, é um, um conhecido através do Junior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O Sandro é um amigo do Junior?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Também vende equipamentos?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não. E o de óculos?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É o Márcio Mendonça.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O que faz o Márcio.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O Márcio é meu amigo, a gente tem alguns negócios privados juntos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Márcio Mendonça.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Negócios vocês fazem. Que tipo de negócio?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Em construção, incorporação de, de casas, o Márcio tem construtora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E o outro?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sou eu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim. Desculpe, porque eu vi o senhor aqui, de máscara, e não consegui identificar. Essa imagem a Polícia Civil, a Deic, disse que os senhores estavam conversando sobre o rolo que deu na compra dos respiradores. O senhor sabe por que essa imagem foi parar lá no inquérito?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, nós falávamos bastante, na verdade nessa época nós estávamos até tentando...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Está bom, pode tirar. (*O senhor Relator pede à assessoria que retire a imagem projetada.*)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3644
Rubrica

Página 998. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – ...fazer algumas coisas de *kits* de respiradores com uma empresa de São Paulo. Nós não, nós chegamos a falar, rapidamente, sobre, sobre...eu cheguei a comentar com ele sobre o processo, mas não nos aprofundamos, assim...na época o Junior e o Sandro, a gente estava mais focado na questão dos res...dos *kits* de Covid com uma empresa de São Paulo. Então a gente estava tentando fazer negócios de outra, de outras coisas do *kit* de Covid. Isso foi...eu não lembro a data.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O Germano Lincoln, o Germano. Quem é o Germano Lincoln?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O Germano foi, é um amigo de longa data, que nós trabalhávamos juntos, a, em 2001, 2002, e nós nos retomamos aí a amizade agora, há um tempo, e ele que me trouxe a Brazilian Trading. Quando o César me pediu a oportunidade, me trouxe a oportunidade de Santa Catarina, eu precisava de uma *trading*, aí o Germano indicou o Rafael.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não tem *expertise* de venda de respiradores, o senhor disse que era o representante da CIMA.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Do equipamento ventilador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Que tem representação na China, etc. Aí entra a Brazilian Trading. Por quê?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Porque eu não tinha uma empresa brasileira para efetuar a venda.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por que o senhor não usou a CIMA?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – A CIMA não pode, ela tem, você tem que ter uma importadora do Brasil pra fazer todo o registro e os pedidos do registro...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - O Estado poderia comprar em nome dele, direto.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Pois é, não me foi passado isso. Minha relação sempre foi com o César, então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - O Estado pode comprar de qualquer lugar do mundo. Não tem porque ele usar um atravessador.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, a oportunidade me veio através do César, o César que me trouxe essa oportunidade, porque eu não tinha relação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós vamos chegar lá, no César.

Vocês criaram um grupo de WhatsApp, o Samuel, o Germano Lincoln e o Rafael.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Vocês três criaram um grupo de WhatsApp?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Para que vocês criaram esse grupo de WhatsApp?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Para a comunicação dessa proposta aqui para Santa Catarina.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Só pra isso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Só pra isso. Eu não conhecia o Rafael, o Germano que me apresentou o Rafael. Então, o Germano colocou o Rafael no grupo pra que a gente pudesse agilizar ali as coisas e as informações. Estava tudo muito rápido, acontecendo tudo muito rápido.

Página 999. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Nesse grupo de WhatsApp, no dia 26/03, após vocês enviarem a proposta da Brazilian Trading, ou alguém enviar desse grupo, a proposta da Brazilian Trading, vocês avisaram que essa proposta era errada, no grupo.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O que aconteceu aí?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Então, eu suponho que, ah, houve uma, uma, um desencontro dos números, que o Rafael foi o responsável por enviar a proposta. Então, o Rafael fez a proposta diretamente pro *e-mail* indicado do seu César. O César que me indicou o *e-mail*, através do seu Fábio, e Rafael enviou e me colocou *in copy*. Eu suponho que, é, houve uma, uma, um erro do seu Rafael, porque na proposta da CIMA, que era a minha proposta original, estava US$ 26,5 mil, e na proposta, é, do, do, do Rafael estava US$ 33 mil. Acredito eu que foram dois valores diferenciados da proposta. A proposta foi feita em R$ 165 mil um equipamento e o Rafael tinha colocado a proposta da CIMA. Acredito eu que seria isso, agora, eu não sei ao certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E o César? Quem é o César? Para a gente entender.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O César é um advogado do Rio de Janeiro que eu conheci nesse, uma semana antes, não tenho relação nenhuma com ele, nunca tive negócios com ele, não conhecia ele antes dessa, desse momento. É, se criavam muitos grupos de distribuidoras de saúde, de agentes comerciais. E me, quem me apresentou ele foi o seu Cacá, uma pessoa também que estava num grupo de WhatsApp e de distribuidores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O César Augustus?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso, César Augustus. E eu não conhecia ele antes, né, e a minha relação com ele começou por conta de que nós estávamos praticamente fechando a operação de, dos respiradores com o hospital em São Paulo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então assim, vocês estavam vendendo respiradores para Santa Catarina, com gente que vocês não conheciam, com grupos que se formavam no WhatsApp, com um advogado que você não sabia quem era, uma empresa que...é isso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Essa foi uma demanda de uma emergência que estava acontecendo, né, era, era, era muitas empresas buscando equipamentos e poucos fornecedores. Muitos aventureiros, muitas pessoas que não tinham experiência nenhuma, é, fazerem intermediações, e eu tinha a experiência por ter sido 7 anos do grupo CIMA e vendido equipamentos. Eu não vendi respiradores, de fato, na época, mas eu vendi equipamentos. Eu trazia grandes equipamentos, equipamentos muito mais complexos do que ventiladores, é, pra fabricar remédio. Então, eu tinha *expertise* e confiava na CIMA.

Então, o César me viu como um fornecedor, e aí começou a abrir algumas portas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Com quem o senhor falava aqui no governo de Santa Catarina nessa negociação?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Eu não conversava com ninguém, só com o César. O César que tratava, diretamente, aqui, com alguma interlocução. Eu não tenho contato nenhum, não falava com...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sabe com quem ele falava, o César?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Com o Fábio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Fábio Guasti?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

Página 1000. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls 3645
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O representante da...

(*O Deputado Estadual Milton Hobus manifesta-se fora do microfone: "Brazilian Trading".*)

...Brazilian Trading que esteve aqui conosco, ele é de Joinville, esteve aqui ele, o Rafael, e ele disse o seguinte: olha, eu apresentei uma proposta, eu vi a proposta de 33 milhões e vi que o negócio não ia dar. Por quê? Porque estava sem os impostos. E então eu não tinha como fazer o negócio por trinta e três milhões, porque eu não tinha como comprar o equipamento e pagar os impostos com esse valor.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Hum, Hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E ele saiu do negócio. Foi isso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, na verdade o senhor Rafael pode ter se confundido aqui na CPI, porque ele tinha ciência, sim, que existia uma diferença da venda dos equipamentos de US$ 26,5 mil que eu estava vendendo pra ele pra a venda do governo, que era o número de US$ 33 mil por equipamento.

Então tinha, eu tinha feito os cálculos, eu fiz algumas simulações e sabia que existia uma, um, uma diferença pra pagamento dos impostos. Ele fala que não; mas, sim, se você olhar a proposta, a minha proposta do C35 era 6, era US$ 26,5 mil a unidade, e a proposta que ele fez ao governo, de R$ 165 mil, dá um valor de US$ 33 mil, então tinha uma diferença de presença de 6,5 mil, para pagar os impostos, acredito eu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Samuel, você disse aqui pra mim que não tinha experiência de vender esses equipamentos, você disse que não tinha *expertise*, que não era a sua empresa, que o senhor vendia era medicamentos e outras exportações. Então o senhor só apareceu pra vender os respiradores, de onde? Que negócio? Como é que o senhor ia comprar esses respiradores se o mundo inteiro estava procurando esses respiradores?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Deputado, é, mais uma vez, né, eu nunca vendi respirador, mas eu já vendi equipamentos, eu vendi equipamentos para laboratórios farmacêuticos. Então eu domino, sim, essa área de comércio exterior. Fui, por 7 anos eu trabalhei com comércio exterior. E a empresa que eu representava me procurou dizendo que tinha os respiradores. Então seja, se você trabalha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual, a CIMA?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – A CIMA, se você trabalha numa empresa por 7 anos, e ela te procura, 5, 6 anos depois, eu confio nos equipamentos da CIMA, a CIMA faz um trabalho de...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas por que a CIMA não vendeu direto?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Porque eles, eles acreditavam em mim, me conhecem. A CIMA não tem tantos relacionamentos no Brasil, A CIMA não...o Mário estava vendendo em vários países, ele hoje está presente em 20, 30 países, então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pois é, mas ela podia ter vendido direto o negócio, não precisava ter procurado o senhor.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, realmente, mas eu, como empresário e já representante da empresa no passado, me vi uma boa oportunidade como empresário. Ou seja, eu estava...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que assim, Samuel, vocês criaram - vou repetir o que o senhor falou há pouco – vocês criaram um grupo de WhatsApp, de pessoas desconhecidas que se apresentaram para vender equipamento, porque nós vamos chegar lá.

Página 1001. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor continuou o negócio? Então o representante da Brazilian Trading saiu do negócio, o Rafael, não é? E vocês continuaram fazendo o negócio. É isso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O que aconteceu? Então, ah, no dia 26, no dia 25, né, quando nós começamos a trabalhar o projeto de Santa Catarina, nós, ah, fizemos a proposta a pedido do César e com indicação do *e-mail* que o Fábio nos deu, o Rafael fez a proposta e no dia seguinte já começou a confusão do erro da, da proposta, que eu te confesso que eu não consigo também explicar ao certo, porque também o Rafael foi um dos agentes que fez a proposta. E nesse momento, ah, surgiu a parte da comissão, que foi a pedida da comissão pelo César. E aí o Rafael não concordou, por questões de *compliance*, pela empresa dele e ele não concordar. Então daí o César se irritou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Relator, só um minutinho. Posso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Só deixa eu concluir.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Então, ah, no momento que o César e o Rafael, que o Rafael saiu para operação, o César me pediu novamente uma outra empresa e eu não indiquei. Eu falei: olha, eu não tenho nenhuma outra empresa para indicar, não tenho interesse em indicar, porque, ah, esse projeto, ele não tem margens, dá pra ver pelos números de que as margens são apertadas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu vou mostrar um *slide* para o senhor, o *slide* 3. Para ajudar, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Essa daí o senhor conhece, essa mensagem.

(*Utiliza imagem projetada para auxiliar nos questionamentos.*)

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor conhece, né?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor diz: se eu abaixar a máquina, aí vai dar pra pagar a comissão delas. É nisso que o senhor está entrando nesse detalhe?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Na comissão do César, né, que tinha me pedido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá, então o senhor pode concluir. E daí?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, e aí o Rafael falou que não. Quando eu falo abaixar a máquina, é pedir pro seu Mário, que era o meu fornecedor, abaixar o preço da máquina, me dar desconto, que não foi possível também, porque ele me dizia que o aumento dos equipamentos se dava a cada dia, a cada minuto e hora, a demanda era muito grande. Então nós não evoluímos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá. Aí, está ali. O senhor falou: se eu abaixar a máquina, vai dar pra pagar a comissão delas.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - É, na verdade, ali foi um erro de digitação, era dele, era do César.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dela, de três milhões?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, o César que tinha me pedido a comissão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O César?

Página 1002. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3646
República

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Augustus, ele que me pediu a comissão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Por que receberia essa comissão?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Porque ele era um agente comercial. Depois, pelo, pelo processo, né, que a gente, eu tive conhecimento de que a comissão era pro senhor Fábio, e o fato se concretizou, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Preciso convir que é difícil a gente compreender isso. Um negócio de trinta e três milhões feito por WhatsApp, com pessoas que não se conhecem, por empresas que não têm *expertise*. A gente não consegue compreender.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, foi uma dinâmica atípica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sabe, não tem relação, não dá pra entender.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Na verdade, Deputado, se o senhor me permite, vossa excelência, é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá bom, pode tirar. (*O senhor Relator pede à assessoria que retire a imagem exposta.*)

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Os primeiros agentes desse negócio eram pessoas capacitadas. O senhor Rafael tem uma *trading* muito gabaritada pra fazer esse negócio, o César...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas ele saiu fora. Por que que vocês continuaram com ele saindo fora?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Na verdade, é, o meu interesse em continuar é porque eu era o fornecedor, eu queria ser o fornecedor do negócio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas se o senhor era o fornecedor, o seu produto estava onde?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Na China, tínhamos em estoque.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então por que não chegou aqui esse produto?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Porque a partir do dia 27 o senhor Mário Uchoa me informou que a China fez embargo de todos os equipamentos e proibiu as indústrias da China pra vender pra, pro Brasil. E naquele momento todos os equipamentos tinham que ir pros Estados Unidos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 27 de março?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – 27, um dia depois.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – De março.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – E aí nós ficamos, no final de semana, e o seu Mário tentando o final de semana inteiro trabalhar, é, pra continuar ainda tentando ainda reverter uma situação e tentar um, um, um ou outro equipamento, mas não foi possível.

Eu gostaria de citar que nesse período também eu estava em fechamento com duas grandes empresas do Brasil, que atestaram a qualidade do meu equipamento e chegamos a emitir *invoice*, cheguei a emitir ordem de pagamento, e que, ah, entre sexta-feira, dia 27 e dia 30, tive que pedir o cancelamento dessas *invoice*, né, por desses grandes grupos, dois grandes grupos, um dos maiores grupos hospitalar do Brasil, que estava também comprando. E nós emitimos uma carta oficial do grupo pra que, é, eles não efetuassem um, o pagamento.

Então, a dinâmica de compra era muito grande, de venda.

Página 1003. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Para quem o senhor emitiu ordem para não pagar?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Pro Hospital Albert Einstein e para uma empresa do Rio de Janeiro, chamada RTS, que eram os clientes que nós já estávamos em fechamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E Santa Catarina?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Santa Catarina não, porque eu não tinha, diretamente, o contato, era só, sempre a minha conexão era com o César, sempre, sempre.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Vou mostrar pro senhor a imagem 2. Dia 26, a imagem 2.

(*Utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.*)

Não dá pra ver, a imagem é uma reprodução, eu vou ler para o senhor aqui. No grupo de WhatsApp, o senhor escreveu no dia 23/03.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – César, CTB, que é o sobrenome dele: vou avisar que não vamos mais atender, eu vou mandar o governo responsabilizar a empresa do seu amigo. Que amigo?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, na verdade, Deputado, é... vossa excelência...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Pode me chamar de Deputado.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Deputado. Deputado, aqui é o seguinte: é, aqui você vê uma cópia em um encaminhamento da mensagem do César.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Ele falando, não eu falando. Eu copiei e colei a mensagem dele, por isso que está, à frente, César CTB, não é o meu nome ali falando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então tá, então é o César falando.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É a mensagem dele. Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Depois, é, uma das coisas que eu gostaria de falar, exatamente sobre a cronologia dos fatos daqui, porque eu tenho que isso é muito importante pra me, pra mostrar com quem eu falava. Nesse momento eu estava falando com o Germano, não era um grupo, era só eu e o Germano. Eu colocando Germano a par de, de algumas informações. Aqui não era grupo, aqui era só eu e o Germano.

Então, eu coloquei uma mensagem do César quando o trabalho, o projeto do Rafael, a proposta do Rafael já não deu certo, aí o César coloca isso no, aqui pra mim, e eu reencaminho pro Germano. Falei: aí, Germano, o César está irritadíssimo com o fato, porque o Rafael declinou, é, ele está dizendo que tem que dar explicação pro grupo, né? Como ele era sempre o agente, é, do contato, eu não, eu não tinha contato público com ninguém, não conheço o Secretário, não falo com eles, não tinha nenhum acesso, eu repliquei para o Germano.

Então, ah, o contexto da mensagem é o César dizendo: olha, temos que avisar, que eu faço, eu tenho que avisar o governo e tal que o negócio não deu certo com o Rafael, já tinha feito a proposta. E na sequência você vê eu encaminhando, mais uma vez, as mensagens...

Página 1004. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3647
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá bom, pode tirar. (*O senhor Relator pede à assessoria que retire a imagem exposta.*)

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – ...do César, o segundo *slide*, onde o César já fala: tens que fazer uma nova proposta. Então, o César, a nova proposta, que foi feita pelo César, aí eu já não participei, eu só participei da primeira proposta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aí, no dia 26/03, ainda no dia 26/03, às 15h35, o senhor encaminha uma mensagem pro Samuel, com o C30, não é?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso, que é a continuação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E depois.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Na verdade, eu encaminho...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual é a dificuldade.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Aí ele diz...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Na verdade, eu encaminho a mensagem do César para o Germano.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso, qual é a dificuldade? Aí ele diz: resolvido.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que é resolvido?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Para fazer uma outra proposta, de uma outra empresa, não a do Rafael mais, porque aqui o imbróglio era exatamente a proposta do Rafael, que não foi, que foi declinada. Se você ver aqui, você vê a cronologia da minha conversa com o Germano, é eu encaminhando as mensagens do César irritado, dizendo que, é, vai ter que fazer uma outra proposta, está resolvido. Na que ele me pediu pra manter os equipamentos, se a CIMA poderia continuar mantendo os equipamentos, eu falei que sim. Até então, nós tínhamos equipamentos, que isso foi no dia 26.

Então seja, mostra a minha, o que eu encaminhava do César para o seu Germano, não a minha, não o meu relato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, por que o senhor continuou trabalhando, tratando desse assunto com o Germano, se o senhor não tinha os produtos e não tinha a empresa? Por que o senhor continua tratando disso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Da verdade, eu vim a saber que eu não tinha os equipamentos, de fato, de fato, no dia 30 quando o seu Mario, é, dia 27 começou as, os burburinhos da China, as informações, mas como eu tinha 3 clientes engatilhados, dois, né, e mais Santa Catarina com o César, eu vim a ter a informação sacramentada, e foi quando eu comecei a disparar os *e-mails*, tanto pro Hospital tanto pra RTS e pro César só no dia 30. Então, até então eu tinha os equipamentos, a CIMA tinha os equipamentos.

E depois que nós perdemos os equipamentos, de fato, eu comecei a me afastar do processo. E o Germano tinha um contato da Haier, que é uma empresa muito grande. Então, o César estava desesperado porque ele queria equipamentos, eles queriam cumprir o contrato. Aí...o interesse deles era cumprir o contrato, eu entendia isso, mas eu já não era o agente principal, eu já não estava diretamente no negócio. Então, eu coloquei o Germano e o Germano começou já a tratar, tanto que eu acredito que existia grupo de WhatsApp entre Germano, o presidente da empresa, da outra empresa, e eu já não, não participava mais.

A partir do dia 30, eu já comecei a me distanciar do processo. Então seja, eu já não tinha mais o equipamento da CIMA e deixei o Germano, tinha os equipamentos da Haier, entendeu? Claro, o Germano tinha interesse de vender, tinha uma expectativa de uma comissão da Haier, através do seu Thomas, mas não se concretizou também a Haier.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O *slide* 4, a imagem 4.

Página 1005. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

(*Utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.*)

Daí essa conversa aí: os caras podiam ter vendido para o Einstein. Burro, sabe, não tem jogo de cintura. Fechamos 300 máquinas pro hospital privado. Depois, o item 4.1, a imagem 4.1. Sem nada de rolo, ou seja, vendeu por Einstein sem nada de rolo, deve ser isso que o senhor está se referindo? Que rolo?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Eu acredito...não sei, Deputado, eu não consegui ler.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Pode voltar ali na 4.1.

(*Utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.*)

A primeira imagem diz o seguinte o Samuel, você: sem nada de rolo, dia 26/03. Aí depois, no dia 26/03, às 23 e um pouquinho pra frente: na de Santa Catarina poderíamos ter empatado. A nossa ganhamos, e ganhamos pra caramba, né? Está escrito caralho aqui, mas eu não vou usar essa palavra. (*risos.*) Depois: entende, o jogo é bruto.

A que o senhor se referia?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, o momento era muito difícil, né, de vendas de equipamentos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - É o que está escrito aqui, né.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que o senhor tem a dizer dessa conversa?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Bom, eu gostaria de entender o contexto dela, sabe Deputado. Olhando só ela, friamente, eu não sei pra quem eu mandei, pra, pra, como foi. Sem o contexto realmente eu não consigo até entender. Geralmente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Porque que o senhor disse aqui: na de Santa Catarina poderíamos ter empatado e nessa ganhamos pra ca...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, o do hospital, da RTS. Os outros dois privados eu tinha muita margem, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Essa conversa aqui é toda com o Germano, o senhor fez toda essa conversa com o Germano.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Então. Então a gente poderia ter, realmente, empatado aqui em Santa Catarina e ganhado nas outras, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pode tirar (*o senhor Relator pede à assessoria que retire a imagem exposta*).

O rolo que deu na aquisição é esse que o senhor se refere? Que rolo é esse?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Olha, não me recordo, pode ser, não entendo assim, ver, de fato, não consegui entender a cronologia, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual era a comissão que o senhor ia ganhar?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – A CIMA me pagaria até 12%.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – 12?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – 12, poderia ser mais, poderia ser menos, depende.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor vendeu equipamentos para algum outro lugar?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, nenhum efetivado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E esses respiradoras que o senhor diz que está aqui na conversa do Einstein?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Então, esse como eu te falei, no dia 30 nós tivemos que emitir uma carta pra eles dizendo que nós não tínhamos mais os

Fls. 3648

Página 1006. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

equipamentos, pra que eles não efetuassem o pagamento e tal, e aí o negócio foi desfeito. Como nós emitimos também para Santa Catarina, é, como eu tenho o *e-mail* pro César.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Só que eu ouvi o senhor, atentamente, e agora eu quero mostrar pro senhor a imagem 7.

(*Utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.*)

Na imagem 7, que está aí, o senhor pergunta para o Pedro, dono da Veigamed, se ele já recebeu o valor, provavelmente o valor. Aí o senhor faz uma pergunta. E aí o senhor pergunta de novo: e o valor de Santa Catarina? Se ele recebeu o valor de Santa Catarina. O senhor disse que sabia que não tinha mais os equipamentos, que os equipamentos não seriam entregues, mas no dia 30 o senhor perguntou sobre o dinheiro?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, o César continuou a operação, né, e o Germano estava tentando vender os equipamentos da Haier.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vender sem ter?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, a Haier, o Germano estava tentando vender, depois que o, que eu introduzi o Germano a Haier tentou continuar a operação, né, mas também não se, não se...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Concretizou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Mas o senhor disse que não tinha contato com a outra empresa, que não sabe nada.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, daí é o Germano, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas o senhor está perguntando lá sobre o Pedro, e o Pedro é o dono da Veigamed.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Pode ser, porque o Germano também queria saber se eles já tinham recebido, pra comprar os equipamentos da Haier.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas o senhor sabia que o equipamento não estava, não tinha como entregar.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O da Haier, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhores, fiquem à vontade. Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Só complementando aqui esse raciocínio, porque o senhor disse que depois do dia 27 não tinha mais nenhuma...o senhor saiu fora do negócio, mas aí tem essas mensagens aí. E essa mensagem que o senhor confirmou lá no seu depoimento, que o senhor afirma que os contatos políticos governamentais seriam de competência do César e do Fábio, porém no dia 2 de abril, às 12h13, em conversa com o Germano o senhor afirma: estamos agora na linha com o Governador (*o advogado Nilton João de Macedo Machado fala com o depoente*). O que o senhor quer dizer com isso, dia 2 de abril, dia do pagamento?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Então, Deputado, é, sobre a questão da, da minha, do meu acompanhamento, de fato, o César me acompanhava em algumas situações porque ele buscava ainda os equipamentos, a substituição dos equipamentos com a Haier, né, com o, e a empresa do Germano, que também não veio a se concretizar.

Então, até este momento, sim, eu recebia uma informação, ou outra, e repassava pro Germano pra tentar é, é, é, acompanhar ali algumas coisas. E, ah, mais uma vez sobre essa menção que fala do Governador, é, eu tinha conversado com o César, o Germano me colocou uma pressão dizendo: olha, a Haier não vai segurar mais os equipamentos, não teremos mais os equipamentos pra, pra fazer se não efetuarem o pagamento.

Eu entrei em contato com o César e aí o César me disse que eles estavam falando com o governo. E eu fiz uma suposição, é, errada, equivocada e sem fundamento e disse que eles estavam na linha com o Governador, mas eu queria me referir ao governo, é porque eu

Página 1007. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

não tenho contato com o Governador, não tive ligação com ele, não conhecia o Secretário da Saúde, não conheço nenhum agente público, de fato, da Secretaria, nunca tive contato nenhum com o Governador, diretamente ou indiretamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor mora no Campeche, né?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - O senhor conhece a Márcia Regina Pauli?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Não conhece o Vanderlei Vanderlino Vidal?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Também não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Não conhece?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Nunca teve contato com eles?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor me permite?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Sim, por favor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Seu Samuel, eu vou mostrar pro senhor uma imagem pro senhor se recordar, olha só. O *slide* 5.

(*Utiliza imagem projetada para auxiliar nos questionamentos.*)

O senhor manda essa mensagem, dizendo o seguinte: amanhã paga o governo de Santa Catarina, no dia 29/03. Depois, a imagem 6: só temos, só temos que amanhã, nossa comissão. O senhor cobra uma comissão, dia 31. Aí depois o senhor diz o seguinte: tudo está com o César, dia 31. O senhor cobra a sua comissão de um negócio que o senhor não fez.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É pro Germano, né, se saísse o negócio da Haier.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse Germano, todos esses negócios são com o Germano.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso, se saísse o negócio da Haier, né, porque o resto tudo estava com o César, não tinha comissão do César.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor sabia que o governo ia pagar?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O César me monitorava que estava em andamento, né, como eu falei. Porque eles queriam comprar os equipamentos. Eu tinha uma pressão do Germano pra receber, pra pagar a Haier, pra pagar a China. É sempre em conversa com o Germano, que tinha lá o fornecedor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - É que o senhor está cobrando uma comissão num produto que o senhor disse que não ia entregar.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – A Haier, até então, tinha o produto para entregar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas onde que está esse produto?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Estava na China. A Haier tinha, inclusive o Germano sempre confirmou isso, é, o da CIMA que não veio a se concretizar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe qual é a empresa em que o Pedro é advogado?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Não sabe?

Página 1008. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3649
Rubrica

Senhor Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Senhor Samuel, boa noite; boa noite ao senhor, doutor Nilton Macedo Machado.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - O Deputado Milton já abordou a questão do dia 2 de abril, são três mensagens que fazem menção ao Governador. A do dia 26 de março o senhor iniciou a conversa com o Germano sobre o processo de compra dos respiradores, e nessa conversa o senhor encaminhou uma mensagem que diz: o que eu faço com o Governador me ligando? [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O que o senhor quis dizer com isso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Essa mensagem é, mais uma vez... é uma mensagem repassada do César, se você ver aqui, é um... tem um forward aqui...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Sim.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – ...que é uma mensagem que o César me colocou. Se você pegar a cronologia das conversas, ela vem bem antes um pouco aonde eu "printo" a conversa do César, onde ele coloca ali (lê documento): vou avisar que não temos... é... que não mais nos atende, e tal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Então, tudo o que eu tinha era um repasse, né? O que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E o César ou alguma outra pessoa lhe informou que estava sofrendo pressão por parte do governo do Estado pra montar a proposta, pra montar?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não... Como assim, montar? Não entendi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Montar a proposta dos respiradores.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Ah, não, sim, o César me pressionava, é... na verdade o César sempre pressionava pra que as coisas saíssem e eu, nesse momento aqui, foi bem a saída do... do... do Rafael e a entrada da Veigamed, que é uma empresa que o César trouxe pro negócio.

Então ele fez a proposta, ele e o Fábio... e... eles que continuaram ali nessa proposta. De fato eu não estou copiado no *e-mail* da Veigamed, eu não participei da proposta deles diretamente pra... pra... pra Secretaria, entendeu?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Objetivamente, o que o senhor sabe sobre a participação do Governador de Santa Catarina na compra dos respiradores?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Deputado, acredito eu que ele não... não tem ciência. Nunca me foi falado do nome dele, eu não tenho contato com eles...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – ...o César sempre me colocou que era o Fábio que fazia a situação, que fazia a intermediação junto ao governo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor já falou que não conhecia alguns integrantes do governo, mas eu vou fazer algumas perguntas pro senhor só pra confirmar realmente.

Página 1009. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A Márcia o senhor não conhece?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O Helton Zeferino, o Secretário da Saúde?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não conheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O André Motta?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Também não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Que era Adjunto e agora é Secretário?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O Leandro Barros?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Também não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O Douglas Borba?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Também não. Nunca tive com nenhum deles, nunca conversei, nunca falei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O seu relacionamento com o Rafael, qual é?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Nenhum. Conheci ele é na... no dia do negócio pelo Germano. Que já...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas o senhor procurou?...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Pelo Germano.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...a empresa do Rafael?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Pelo Germano. O Germano que me apresentou o Rafael. O Germano é um amigo de vinte anos, então confio bastante e... tínhamos uma relação de negócio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E por que 26,5 milhões se a compra na China ia ser de 16?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, o C35 na Chi... da CIMA custava 26,500.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – 26,500?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso. O C30, 18 mil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá.

E o senhor... já explicou aqui para os Deputados que o senhor tem muito conhecimento dessa área médica, já vendeu aparelhos muito mais complexos, o senhor em algum momento foi questionado, teve conhecimento de que os equipamentos não caberiam para as nossas UTIs e, sim, para... principalmente para ambulância, essa questão técnica dos equipamentos?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, os equipamentos de CIMA é... eu me certifiquei da qualidade deles. Agora... E os equipamentos da Haier também o Germano me passou as especificações, agora o que foi adquirido eu não conheço, não tenho acesso, não participei da compra, não conheço a *trading* que trouxe os equipamentos nem conheço o fornecedor da China também que vendeu. De fato, depois da... do distanciamento do Germano e da Haier, aí realmente eu me afastei do processo e... e o César tocou direto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, eu já mencionei aqui desde o Governador a diversos outros servidores do governo do Estado, né? O senhor não teve contato com nenhum servidor do governo do Estado?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não. Nesse processo, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Nenhum lhe procurou?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3650
Rubrica

Página 1010. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, mas o senhor sabe que, obviamente bem assessorado de advogado como o senhor está, que o senhor praticamente é o responsável pelo encaminhamento do nome do Governador ao STJ?

(*O senhor Presidente, Deputado Estadual Sargento Lima, se ausenta do recinto por um breve momento.*)

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, na verdade, olhando o contexto, né, as duas vezes que aparece o áudio, são áudios encaminhados pelo César pra mim e ali se menciona o Governador. E a última menção, sim, uma menção minha, equivocada, né, de uma informação que eu recebi do César, mas eu não tenho como estar ou falar com ele, porque eu não tinha o contato, nunca falei, não o conheço pessoalmente, não conheço nenhum... nenhum se... nem o Borba, nenhum agente que poderia me aproximar dele. Nunca estive com ele, nunca conversei, não tenho negócios aqui em Santa Catarina com nada público. Então eu não teria por que ter relação com ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Seria isso, Vice-Presidente Cobalchini, já que o Deputado Sargento Lima não está na mesa.

Eu, por mim, me dou por satisfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O.k., Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu o peguei desprevenido. Se quiser eu faço mais uma pergunta...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – (*Ri.*) Eu já risquei um monte de perguntas que eu havia preparado. Mas...

Samuel... quero cumprimentar o doutor Nilton...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Igualmente o... perdoe-me, eu não consigo lembrar o seu nome, mas, enfim, os dois advogados.

Eu, por curiosidade, verifiquei a página da Internet da empresa CIMA e o único ventilador era de transporte, o único ventilador que aparecia no *site* era o modelo SDH 3000-C.

A empresa também comercializa respiradores para atendimento em UTI?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim. Os modelos C30 e C35 é... eram modelos invasivos, na... tinha o modelo não invasivo e o invasivo pra UTI. A categoria deles começava a partir do PIP, né, que é uma nomenclatura de você ter o PIP 30... a partir do PIP 20, se ele é invasivo o PIP 20 acima ele serviria pra... pra UTI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Então...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Na verdade, Deputado, se o senhor me permite, a CIMA ela não trabalha diretamente com os ventiladores, tá, ela trabalha com equipamentos farmacêuticos, mas nesse momento de pandemia, todas as fábricas na China mudaram as suas produções e faziam... e começaram a produzir equipamentos, porque eles não tinham mais uma demanda de equipamentos normais, e a China é muito comum você ter um fabricante de um equipamento que distribui pra várias outras indústrias pra colocar marca.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – A minha pergunta é em função de que o Estado buscava um outro tipo e adquiriu um outro tipo, que é o C35.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas no *site* da empresa não consta esse equipamento, consta apenas o modelo SDH 3000-C, que serve apenas para transporte e não para os leitos de UTI.

Página 1011. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Então há aí, no *site* da empresa, uma falha grave, porque estava oferecendo esse produto pra venda, não o outro que efetivamente o Estado estava buscando adquirir, em que o senhor era o representante da empresa aqui em Santa Catarina.

É... Aqui são tantos nomes, né?

Como se deu o contato... O senhor falou do César, depois veio o Rafael, daí tem o Germano, tem o Fábio. Como é que isso foi assim, tão rápido, pra que todas essas pessoas pudessem conversar, efetivar um negócio por um determinado valor, definir comissões?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, Deputado, as compras é... em vários lugares do Brasil estavam fei... sendo feitas de forma emergencial e de forma muito dinâmica devido à... à... à questão da oferta e da procura. Então você tinha poucos fabricantes na China, poucos equipamentos e uma demanda absurda de ventiladores no Brasil, como já era noticiado.

É... eu busquei uma empresa é... sólida, que era a Brazilian Trading, né, através do seu Germano, e dali a gente tinha prazo, de acordo com o que o César me falava, pra que nós fizéssemos o, o, a proposta, né?

Eu só queria responder a primeira pergunta é... de que a CIMA ela me passava que tinha os equipamentos e estavam em estoque, até o dia 27, 28 e 30, que se confirmou que não, que foi feito todos os embargos, como a gente tem uma carta que foi até colocada e eu anexei também ao processo junto do Ministério Público, a carta que eu é... enviei para o Albert Einstein. Eu, como empresário, Deputado, nunca faria um mo... um movimento errado com um grupo tão sólido e tão importante como do Hospital Albert Einstein, eu me queimaria com todos os... os *players* de distribuidoras de saúde no Brasil.

Então, ou seja, a empresa que eu representava, a CIMA, é uma empresa de 25 anos de... de... de mercado com a China, ela é uma das maiores empresas do México, né, e tem hoje uma das acionis... um dos acionistas da China, da CIMA, é uma empresa chamada Thofilon (??), que é uma das maiores da China. Então eu não tô falando com uma empresa pequena, e eles me passaram que tinham os equipamentos. E como eu tinha uma relação de confiança, eu simplesmente confiei.

Realmente, eu não fui no *site* buscar se eles tinham a informação, porque eu já tive uma relação comercial, eu não simplesmente liguei pra uma pessoa que eu não conheço e pedi ventiladores. Não, eu trabalhei com o presidente da empresa, que foi o meu chefe por sete anos. Então eu ia pra CI... eu fui pra China, conheço a certificadora deles em Xangai, uma empresa muito séria, já trabalha com muitos equipamentos, né? Só no Brasil nós chegamos a vender mais de cinquenta grandes equipamentos pra grandes laboratórios. Então, ou seja, é uma empresa consolidada.

Eu nunca imaginaria, e acho que não seria do feito do seu Mário, que tem uma empresa sólida de 25 anos, me... me vender um equipamento que não existiria nem na... Tanto que a prova disso é que quando começou as... as... os embargos, imediatamente nós paramos o processo do hospital que estava iminente de pagamento, das emissões das *invoices*, e emiti nas cartas falando: se até vocês pagarem, nós devolveremos o dinheiro.

Então, a CIMA sempre se mostrou muito correta e com a emissão da carta de que ela retornaria o dinheiro se houvesse o pagamento. Agora não posso falar isso pelas outras empresas que eu não conheço, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Desses nomes todos, o César foi aquele que fez o contato consigo e imagino que o César deva ter deferido também a sua comissão nesse negócio. Vocês...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Eu iria receber da CIMA, não iria receber do César.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Não era do César?

Página 1012. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3651
Rubrica

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não. Eu iria receber da CIMA. Até porque eu não recebi nada desse processo, eu disponibilizei no meu depoimento no Ministério Público, abri todos os sigilos fiscais e bancários, tanto da minha pessoa física e de todas as minhas empresas, e desde o dia 1° de abril eu não recebi nenhum valor referente a esse processo. De fato, quando a Haier acabou, o César deu prosseguimento e eu não... não tive mais conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E o Fábio Guasti, quando entrou no...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O Fábio eu co... eu tive um contato no primeiro processo, só lá no dia 26, quando ele passava os *e-mails* pra que a gente... pra que o Rafael mandasse a... a proposta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – A partir desse momento, o senhor se retira da negociação e o César também?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Na verdade... Não, na verdade o César continua.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O César continua.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Eu me retiro como fornecedor da CIMA e eu apresento o Germano, que continua com a Haier, e eu mantive um pouco... uma relação ainda pra entender. Mas depois a Haier (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas o senhor entrou por causa do César? Foi ele que fez o contato consigo.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Então ele continua e o senhor sai?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, na verdade eu não tinha mais equipamento pra vender, né? Depois que... pelas duas tentativas, CIMA e Haier, não deu certo, e aí eu... de fato ali foi realmente a minha saída.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Esses respiradores que os senhores pretendiam importar através da Brazilian Trading, eles estavam disponíveis para pronta-entrega?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Cem unidades estava disponível pra... pra dia 1° e depois tinha mais cem unidades pro dia 15 de abril, saída da China.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Os duzentos?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Duzentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Pra pronta-entrega?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E o pagamento também se daria de forma antecipada?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não. Na CIMA o pagamento seria 50, 25... 50% antecipado, 25 no embarque e 25 na entrega, aqui em... é... em Guarulhos. Esse era o modelo da CIMA.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu extraí praticamente tudo do depoimento no Ministério Público e também da peça do próprio Ministério Público da... da denúncia do Ministério Público.

Eu vou repetir essa questão porque a julgo muito importante, porque como foi dito aqui, houve... o processo não mais tramita aqui, mas foi declinada a competência para o STJ. E tem algumas questões aqui que elas são fundamentais.

Página 1013. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Na mensagem de WhatsApp o senhor fala: a comissão delas. Depois corrige: dela. Dela não é dele, delas... Então há aqui uma dúvida muito grande, até porque "dela" se trata muito aqui.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, na verdade, eu tive conhecimento da comissão através do César, né? O César que tinha... que pediu a comissão e o Germano pode confirmar isso e o (*ininteligível*) Rafael, o Rafael também sabia que foi um pedido do César.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E se o Germano foi quem lhe contatou, já não haveria um entendimento prévio em relação à comissão de cada um? Por que apenas nesse momento se trataria da comissão do... do César?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, foi a pedido, foi a pedido do César, né? Até então não tinha isso, no dia anterior.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O Rafael...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – E até então, nós não... o César é um agente comercial igual a mim, ao Germano, estávamos ali tentando... era entre empresas, né, entre agentes comerciais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O Rafael, na semana passada, quando esteve aqui, ele disse que a sua comissão era de 3%, comissão dele, Rafael, e que não haveria lucro na operação, e que o senhor daria 1,5% e que ele ficaria com 1,5%. O senhor cofirma isso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, isso não procede. Eu nunca combinei com ele comissão da parte dele. Se o Germano confir... pediu, era pra parte do Germano com eles, porque eu sempre recebi da CIMA. Se eu vendesse os equipamentos, eu ia ganhar da CIMA, né? O Germano tinha me comentado que teria... que ele ganharia uma parte deles, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É complicado aqui, Deputado Milton.

Nessa ocasião, o senhor Rafael Wekerlin, não concordando com o pagamento de comissão, se retirou do grupo, o que inviabilizou a importação. Depois dessa conversa de WhatsApp, o que o senhor César e Fábio trataram?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sobre... a mudança da... da proposta, né? De outra empresa, que aí o César que ficou responsável por trazer... por... por trazer outra empresa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas vocês conversaram de aproveitar a proposta do...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não... É, na verdade o César me pe... pediu pra que eu mantivesse a proposta da CIMA se ele arrumasse uma outra empresa. Então ele que foi atrás.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O César e o Fábio, porque daí...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, na verdade eu nunca tinha contato com o Fábio, eu tinha contato com o César, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas o que o Rafael faria, passou a ser o contato com o Fábio? O Fábio passou a ser... assumia...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Mas não comigo, eu não tive contato com o Fábio, eu só tive contato com o César, tanto que foi o César que formatou a proposta e que ele que deu continuidade, eu não participei da proposta da Veigamed. Eu só forneci...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas o senhor disse agora que o César pediu pro senhor manter a proposta da CIMA.

Página 1014. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3652
Rubrica

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Da CIMA, isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas a CIMA o senhor já tinha dito que dia 27 ela já comunicou que não tinha mais os equipamentos porque a China...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, isso foi tudo no dia 26. Isso ainda é de 26, essa conversa do Fábio... do César. Não é dia 27, foi tudo dia 26. E a gente confirmou de fato que a CIMA não teria os equipamentos no dia 30, né? Começou a... a... essa inconstância no dia 27, final de tar... meados de... meio-dia, uma hora, e se confirmou no dia 30.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que dia 31 o senhor estava cobrando a sua comissão. O que o senhor fez pra receber comissão, pra cobrar?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não se... na, na verdade eu não tava cobrando comissão, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas está escrito aqui no WhatsApp que o senhor tá cobrando comissão.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – A gente perguntou, eu ga... eu ia ganhar do sed... do... do Germano, né, se vendisse a Haier. E a minha conversa no contexto era com o Germano, né, a gente era... agentes comerciais, os dois juntos. E nós temos outros negócios, a gente tinha outras frentes, a gente tinha negócios também em outros lugares, a gente tentava fazer outros negócios, né?

É como eu te falei, Deputado, eu preciso de olhar o contexto do negócio, porque o Germano é meu parceiro comercial, a gente tratava de negócios e comissões de... de... em diversas áreas. Às vezes... Germano me apresentou um grupo que queria álcool em gel, a gente tava tentando vender pra uma distribuidora, enfim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas esse era o negócio principal, né?

Quando o senhor teve... O senhor já fez menção aqui que o senhor teve ciência que os respiradores não estavam mais disponíveis. Em que data foi isso? Pode repetir?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Começou no dia 27 à tarde e se confirmou realmente no dia 30, quando a gente começou a enviar as cartas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E aí o senhor comunicou os interessados?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E o senhor continuou participando da compra quando entrou no negócio a Veigamed?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Na verdade eu assessorava o Germano, a pedido do Germano, que tinha uns equipamentos da Haier, também pra tentar vender os equipamentos da Haier, mas... que... fato que não se concretizou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Aqui tem um... Vou ler um depoimento seu: no dia 26, aí no período da tarde, o César se movimentou e, enfim, trouxe a Veigamed. Aí foi o meu primeiro contato. Fiz uma proposta para eles e passei pro César, e daí não participei mais de nenhum processo.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Da Veigamed, não, né? Do processo da Veigamed pra frente.

Eu participava sempre nesse momento, ativamente, como representante da CIMA e depois, eventualmente, com o Germano. Mas não do processo da empresa com o órgão público, a isso eu não participava.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mais um trecho aqui que está na peça da denúncia do MP, muito interessante. Consta que no dia 30/3 o

Página 1015. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

senhor informa Fábio e César que não tinha mais os respiradores disponíveis e César pede para o senhor comunicá-lo apenas no dia 1°/4.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso, pediu um *e-mail*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Por que isso? Porque o dia 1°/4 seria feito o pagamento, você já de antemão sabia.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, Deputado, e eu gostaria de... de complementar que no meu depoimento junto ao Ministério Público eu encaminhei os *e-mails* e fiz questão de levar essas provas de que a cro... cronologia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É muito interessante que o senhor tenha feito esse contato anterior e que o César pede pra oficializar apenas no dia 1°. Se o senhor tivesse informado naquela data oficialmente, teria sido desfeito o negócio aqui e não haveria o pagamento. Essa informação teria chegado aqui. O senhor tem ciência disso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, que eu avisei no dia 30, né? Mas eu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Avisou que...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – ...também não tinha condições de... eu não, não participava da operação direto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas ele pediu para que o senhor informasse, essa informação oficial devesse ser apenas no dia 1°.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Certo?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Confirma?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, eu tenho... foi o *e-mail* que eu enviei pra ele no dia 1°.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor avisou, como já disse, o Hospital Albert Einstein e Santa Catarina não teve a informação que o Hospital Albert Einstein teve, por uma...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...por atender um pedido do César...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, eu não estava negociando direto com o Estado, né? Eu não era responsável nem representante da empresa que tinha feito o contrato com o Estado. Eu simplesmente era o representante do fornecedor do equipamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor tem ciência hoje de que essa data, que não aconteceu em relação ao hospital, o hospital soube no mesmo dia que o senhor avisou, dia 30, e o César, embora sabendo que fosse no... no dia 30 ele pediu que o senhor oficializasse apenas dia 31 pra deixar que fluísse a negociação aqui e que houvesse o pagamento.

Seu celular, apreendido, trazia algumas mensagens, o que ocasionou, como disse, que a competência do caso fosse declinada ao STJ. O senhor fala pro Germano no dia 26/3: mandaram a proposta errada... Eu vou repetir aqui porque eu considero muito importante: vamos perder o negócio, estão... (não vou repetir, ler esse termo aqui), já assina a proposta nova, o que eu faço com o Governador me ligando?

O senhor estava sendo cobrado por quem do governo?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É... essa mensagem é do César que me encaminhou, né, que ele que tinha a relação do governo.

Fls. 3653

Página 1016. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Era o César quem falava...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...com o Governador?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, não sei. Ele que me encaminhou aquela mensagem ali e eu reencaminhei pro Germano.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É que, na verdade, houve esse envio dessa investigação ao STJ em função dessas conversas, atribuídas ao senhor.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, o que eu li no relatório, Deputado, aqui, é... tem mais uma menção do áudio também, mas sempre a cronologia daqui mostra eu repassando as mensagens do César, entendeu? Então... tanto que uma das mensagens eu fiz o *print* daqui, da... da cobrança do César mostrando que era ele que tinha relação no governo e não eu. Sempre ficava no momento das propostas, no momento ali da... da questão da venda, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Aqui tem um outro diálogo: ei, César, boa noite, tudo bem? É, aconteceu algum problema no processo dos duzentos respiradores, cara, porque até hoje, depois do almoço, eu recebi uma mensagem que tava tudo certo, o Governador já tinha liberado o processo de aquisição e já tinha mandado pra Secretaria da Fazenda para solicitar os dados da conta para fazer o depósito.

Aqui é uma coisa muito precisa. (*O depoente faz que sim com a cabeça.*)

Alguém tinha essas informações que lhes estão sendo atribuídas. Quem tinha essas informações?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, eu recebi a mensagem do César, né? Tanto que aqui diz: ei, César. Essa mensagem foi endereçada a ele, né? E eu não conhecia, não sei o áudio, não conhecia a voz e o César me disse que era o Secretário de Saúde, que se confirmou que era um Secretário de Saúde de uma outra cidade, né, mas, enfim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Daí eu tentei já falar com o Fábio duas vezes, ele me mandou que está ocupado. Daí eu tô querendo saber, deu algum problema, tá tudo certo?

Mais uma, a última que eu vou fazer, que eu também considero importante. No dia 2/4 o Germano lhe cobra sobre os respiradores, na verdade sobre o pagamento, o Germano cobra sobre o pagamento, e o senhor diz pro Germano: tamo atrás, estamos agora na linha com o Governador.

O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Então, Deputado, é como eu falei aqui mais cedo, né, o César me monitorou que eles estavam em contato com o governo, como veio aqui a... no processo o Fábio fazendo a... cobranças, enfim, lá, e eu de forma equivocada eu supus que... a... que eles estavam falando com o Governador e não com o governo. Então aqui tem um... um grande erro meu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas por que o senhor julga que foi equivocada essa sua posição? Baseado em quê?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, porque eu não tava falando com o Governador e eu coloquei como...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não, mas o senhor julgou que era com o Governador e agora o senhor tá dizendo que o senhor se equivocou, que era...

Página 1017. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Alguém do governo, né? Acreditavo eu... acreditado... acredito eu que era alguém do governo, e eu, por uma questão de suposição, equívoco coloquei que era com o Governador, mas eu não tava em linha com o Governador, até porque eu não tenho o contato, não conheço. Então, foi uma questão até pra... realmente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas quem lhe passou essa informação?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O César, que estavam em contato com o governo pra receber o recurso pra... porque o Germano me pressionava com os equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas é o senhor que diz: tamo atrás.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, mas por... mas uma menção ao César...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...do pagamento, não foi o César que lhe falou.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, mas eu liguei pro César porque...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Estamos agora... O senhor continua falando aqui, estamos agora na linha com o Governador.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É... esse aqui, Deputado, realmente foi uma... um equívoco meu, uma suposição que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Se o senhor já sabia que não tinham mais os respiradores, por que continuaram cobrando por alguma coisa que não seria entregue?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, o César me fa... me comentava que eles conseguiram a... de acordo com o Fábio, é... que a Secretaria aceitasse a troca dos equipamentos devido à pandemia,..

Eu te confesso que eu não tinha acesso à Secretaria diretamente com as pessoas pra poder tentar ou entender... E um grande erro meu, talvez eu deveria ter entrado nesse processo e ter falado, mas como que eu ia chegar e me apresentar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor mora aqui em Florianópolis...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, eu ia me apresentar pra Secretaria, né, chegar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O César mora no Rio de Janeiro, a Veigamed é do Rio de Janeiro, o senhor continua aqui, o senhor tá aqui hoje (*o depoente faz que sim com a cabeça*), o senhor poderia ter evitado que esse negócio acontecesse. O senhor tem mais vínculo com o Estado, está aqui há dez anos, parece-me...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim. É mais de doze anos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor não pensou em nenhum momento em proteger o Estado nesse negócio de R$ 33 milhões que foram pagos de forma indevida, antecipado, sem que hoje... Nós não estaríamos aqui hoje...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Se o senhor tivesse dito oficialmente no dia 1° que não tinha os respiradores, eles não teriam sido pagos e nada disso estaria acontecendo. O senhor tem ciência disso.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, eu comuniquei o César, né, Deputado, só não... eu não tinha o acesso com o Secretário ou com essas pessoas pra poder

Página 1018. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3654

eu mesmo denunciá-los ou... Eu era uma posição de representante comercial, fazia a proposta e ficava ali numa relação com o Germano.

Eu te confesso que, realmente, poderia ter feito algo, mas eu não, não sabia como fazer, né, porque eu não part.... não era a empresa, né, e pra mim o César me comentava que eles iam entregar os equipamentos, como ele falou que... que eles tavam comprando da Haier, enfim. Nunca imaginei, hipótese nenhuma, estaria metido num negócio fraudulento, que se tivesse o intenção de lesar o Estado, sem dúvida nenhuma, nunca fiz isso. Me coloquei à disposição aí pra vender os ventiladores pra tentar ajudar nesse momento, por ter conhecimento, *expertise*, na área do comércio exterior, e me meti numa enrascada, tô sendo aí vasculhado, a minha vida, as minhas empresas. Se você pega o meu histórico, eu não tenho processo criminal nenhum, nunca vendi a governo nenhum, fui atraído pra esse processo e tô aí sofrendo as dores e penas de... de um negócio que eu não ganhei nada, eu não recebi nada, sabe? É muito complicado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Samuel, dentro da sua fala... Desculpe, Deputado Cobalchini, só pra pegar o mesmo gancho...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Sim, claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor disse aqui que o senhor teve a notícia, através da CIMA, de que a China parou todas as possibilidades de venda pro Brasil, que eles tinham que direcionar tudo para os Estados Unidos.

A China não é uma empresa...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não é a CIMA, a China é um país, então o senhor sabia que não viria equipamento de Haier, de CIMA, de ninguém.

(*O senhor Relator, Deputado Estadual Ivan Naatz, manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, Deputado, na verdade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E o senhor contribuiu pra essa gente que estava acertado (*o Deputado Milton Hobus gesticula com as mãos o sinal de aspas*) pra enganar o Estado, quando além de o senhor saber tudo isso, talvez na ganância do senhor ganhar a sua comissão, o senhor postergou um dia pra oficializar uma informação pro seu... César...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – César.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...pro seu Fábio Guasti, porque eles, naqueles dias, iam receber um dinheiro de algo que o senhor sabia que da China não iria mais sair. Essa é a informação que a sua empresa, que é uma empresa séria, como o senhor diz, lhe passou.

Então o senhor, no mínimo, foi conivente com esses lesa-pátria, que no afã de querer todo mundo ficar rico em cima de uma pandemia, né, aí todo mundo fez tudo errado. O senhor contribuiu pra isso. O senhor tem ciência disso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 31 o senhor tava cobrando...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor contribuiu pra isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 31 o senhor tava cobrando comissão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor ficou conversando com o Germano, o senhor ficou conversando até o dia 2 interessado no dinheiro, na comissão e tudo o mais, e o senhor sabia que da China não vinha mais equipamento.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Olha, Deputado, é...

Página 1019. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Das suas conversas todas aqui...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Eu, eu, eu tinha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...a gente tira isso.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – ...consciência da CIMA, que ela não ia entregar, é, e a informação que eu tinha do Germano, da Haier, é que a Haier era uma empresa muito grande, inclusive estatal, e que ela tinha prerrogativas de vender esses equipamentos. Essa era a informação que eu tive.

Se eu soubesse que eles estavam tramando uma, um golpe ou tramando uma falcatrua, eu nunca me envolveria, sem dúvida nenhuma. Os senhores podem ver o meu histórico de vida como empresário, levantar a minhas empresas, levantar o meu histórico como pessoa. Acredito que eu me envolvi num processo errado, assumo isso, e... mas em momento nenhum eu olhei esse negócio como... a... oportunidade de me dar bem ou lesar o Estado, até porque eu moro em Santa Catarina, vou ser tachado por ter me envolvido nesse processo, minha família está sofrendo, então sem dúvida nenhuma eu não tenho interesse nenhum de ser chamado de... de... participe... partícipe dessa quadrilha, né?

A informação que eu tinha era que eles iam entregar os equipamentos e o Germano, por uma pessoa que eu também conheço, me comentou que a Haier realmente tinha esses equipamentos. Então é... eu te confesso que eu confiei, agora, depois, né, é... acredito que o César nunca em nenhum momento falou que não iria entregar, sabe, eles sempre falaram que iriam entregar. E as minhas comissões, de fato, viriam com a CIMA, né? Então é... e depois, se executasse a Haier, não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem contratos com a CIMA? O senhor firmou um contrato no papel?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Eu já tive do passado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, dessa compra?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, essa não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pra ter direito a sua comissão.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Nós não efetuamos, né? Se tivéssemos efetuado, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Verbal, um contrato de... o senhor disse que ia ganhar 12%.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Tem um *e-mail*, tem um *e-mail*, que é onde eu mando pro seu Mário e aonde a gente oficializa a comissão. Tem um *e-mail*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Esse *e-mail* está no processo...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – No computador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...que o senhor entregou pra Justiça?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, eu entreg... está lá dentro... está no meu computador que foi apreendido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É... eu quero ver se consigo entender aqui algumas coisas. O senhor falou que o senhor ia ganhar 12% da CIMA.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, até, até, né?

Fls. 3655

Página 1020. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Até 12%.

Sabe quanto o César ia ganhar nessa venda? Até porque é um processo normal de representação comercial.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, se o César, se efetuasse o pagamento pela CIMA, né, se a CIMA vendesse os equipamentos, o César e o Cacá, que me apresentaram, cada um teria 2% de comissão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Doze?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Dos... Dois.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dois?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Dois. Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então seria dois mais dois.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Nós estamos falando aqui de 16%...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, na ver... na verdade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mais ou menos...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, na verdade é... a comissão ela não é fixa, tá, porque nós tínhamos muitas variáveis nesse processo. Se o frete aéreo aumentasse, se a parte do... da, da, da... se a parte do... dos equipamentos que ficassem em estoque nos aeroportos, então, ou seja, a gente estipulou um teto, eu e a CIMA, mas a gente não tinha um fixo, né? Mas o César, sim. Na verdade eu tiraria dos 12, né, não aumentaria, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ah, tá, tiraria dos 12.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sabe por que eu estou perguntando isso? Deixe só eu entender a cronologia do tempo.

O negócio com a CIMA não deu mais certo.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí você cobra uma comissão do César, depois? Que comissão seria essa?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, do Germano, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Por favor, fale mais próximo do microfone.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ah, o.k.

Eu estou perguntando aqui, Deputado Sopelsa, que não deu certo o negócio da CIMES... CIMAS, né?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – CIMA.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Da CIMA e daí, depois, você cobra uma comissão do César?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Da Haier, né? Se sa... da Haier pro Germano.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ah, do Germano?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não é do César?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Daí é a comissão do Germano.

Agora tem uma coisa que eu não consegui compreender ainda. O Rafael, que nós conversamos aqui, disse que você chegou pedindo pra ele fazer um orçamento de duzentos

Página 1021. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

respiradores, 33 milhões. Aí o Rafael te responde... Depois da mensagem que você manda pra ele dizendo assim: se eu baixar os respiradores, você pode pagar os 3 milhões pra elas? Daí depois você corrige: pra ela? Aí ele diz assim: eu já não tô ganhando nada com isso, não vou pagar. E sai fora. (*O depoente faz que sim com a cabeça.*)

Tem uma coisa que eu não consigo entender: quem é que chegou com esse valor, duzentos respiradores, 33 milhões? [*Transcrição e revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Na verdade esse valor era uma composição do custo do produto, que era 26.500...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quem fez essa composição, foi você?...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – E o Rafael junto, nós dois juntos fizemos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá. Isso que eu quero entender.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então você e o Rafael fizeram isso lá...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, exatamente. A proposta...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, mas ele disse que você já chegou com o valor, 200 milhões... ah, duzentos respiradores por 33 milhões. A informação que a gente tem aqui é que você já chegou com esse valor: duzentos respiradores, 33 milhões. Você chegou com esse valor ou vocês dois compuseram isso daí?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, nós fizemos algumas simulações, eu e ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Mas, é... eu fiz algumas simulações e ao meu entender o custo do produto, que era de 26.500, se acrescíamos, acresceríamos mais o imposto, porque Santa Catarina, a *trading* dele...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí ele diz que se faria chegar a 41 milhões.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Pois é, mas aí eu... temos que perguntar pra ele então, porque a proposta dele foi de 33 milhões, que é US$ 33 mil cada equipamento. Tem uma diferença de US$ 33 mil pra US$26.500, que era o custo que a CIMA passava.

Pra mim, essa operação fecha exatamente por isso, porque ela é US$ 26.500 o equipamento, a unidade, e foi vendido a 33 mil. Então temos aí 6 milhões e... temos aí US$ 6.500 por unidade, que pra mim era o suficiente pra se pagar os impostos, porque esse preço da CIMA era CIF, era colocado em Guarulhos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Você chegou pro Rafael e disse que o valor era US$ 26.500 cada respirador?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, na proposta tem isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá. E ele colocou 33 milhões?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sabe por que quero chegar nisso daqui? Pra ver se eu consigo... tem um alinhavo aí que não entra ainda no buraquinho da agulha do alinhavo, que é a questão do valor. Onde?... Que dia foi esse? Dia 25, né?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – 25 que você falou.

Página 1022. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3656

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, nós falamos... começamos a tratar dia 25.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Relator, o senhor que tem aí o processo na mão, o senhor tem como me lembrar... eu não consigo lembrar, é tanta coisa na minha cabeça, já estou bem mais velho do que o senhor, Relator, daí a minha... eu acho que eu estou ouvindo tanta gente aqui dizer que se esquece, que eu comecei a me esquecer de algumas coisas, principalmente do outro depoimento. Mas qual foi o dia que a Márcia falou que fizeram aquele leilão em viva-voz que o Secretário Helton confirmou aqui, dizendo que chegou o valor... me ajuda...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – De 169 para R$ 165 mil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – 169 chegou pela Veigamed e fechou por R$165 mil. Que dia que foi, Relator?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 22/3.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 22? Engraçado isso, né? Dia 22 surgiu o valor dos 33 milhões, dia 22. O senhor me disse que o senhor passou pro Rafael dia 25 o valor e que foi fechado em 33 milhões. Depois a Veigamed pega essa proposta do Rafael, copia e manda, como se fosse dela, pelos também 33 milhões. Esse é o alinhavo que eu ainda não consegui fechar, porque os 33 milhões, a ser verdade, apareceu esse valor na reunião do dia 22. Dia 22 o senhor já tinha algum contato com o pessoal aqui de Santa Catarina?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, não, nenhum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quando que o senhor foi procurado pela primeira vez para...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sobre esse tema, dia 25.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 25?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Antes disso não foi nada?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não. Antes disso eu não, não tenho conhecimento de nada. Antes disso eu só tratava da... do assunto do Einstein e da RTS, que eu estava já mais evoluído.

Eu nem conhecia a Veigamed antes disso, do... antes do... do processo começar com o César.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí o senhor falou agora aqui que, quando saiu fora, parece que a Veigamed procurou o senhor, o Fábio.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Depois não?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor nunca falou com o Fábio?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Uma vez, no começo, quando ele passou o *e-mail* pra... pro Rafael passar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que dia?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – No dia 25.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então o senhor só ficou três dias no processo?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Diretamente, como fornecedor da CIMA, praticamente até o dia 30, né? Que é que eu comecei a avisar o César e mandei o *e-mail* dia 1º.

Página 1023. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quando o Fábio falou pro senhor da proposta?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O Fábio nunca me falou, quem me falou foi o César.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O César, quando o César falou pro senhor, que dia foi? Dia 25?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Dia 25 (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E o César falou em 33 milhões?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Nós começamos... o preço do equipamento era 25. Então, o preço se compõe a partir do preço, né?...

(*O advogado Nilton João de Macedo Machado fala com o depoente.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Porque tem gente acompanhando, tem gente acompanhando, que não... a minha preocupação é lá. Quando... o preço do equipamento é US$ 25 mil, que o senhor tá falando...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Seis... 26.500, era o preço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – 26.500...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso daí em reais dá quanto, mais ou menos? Me ajuda lá, Felipe, você que tá com a... coloca lá, 26.500 vezes... tá 5,00 hoje? Tá...

(*O Deputado Milton Hobus manifesta-se fora do microfone: "Era menos que R$ 5,00.*)

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Era 5 na época.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Cinco. Então coloca lá 5, 26.500... vamos lá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – São 132.500.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – 132.500. Olha só, R$132.500, quando chega a proposta... aliás, ele tem o equipamento por R$132.500. No dia 25 ele tem a 132, no dia 22 o Secretário fecha, no viva-voz pra dar... aquele negócio de transparência, tal, tal, chega lá... e daí fecharam em 165 mil...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mil reais...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – 165. Já tem aí quanto já de percentual, meu colega Deputado Milton, empresário, qual é o percentual desse valor?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – 24,5%.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – 24,5%. Já tem um aumento de 24, que é o dobro da comissão que poderia chegar - não estou fazendo relação, estou falando aqui. Do preço que o senhor tinha, que poderia ganhar 12%, e desses 12% iria tirar até 4, se fizesse o negócio, no dia 25, dia 25, três dias antes, o governo fecha com a Veigamed, Presidente, por 24% mais caro. Aí a Veigamed fechou dia 22, 33 milhões, no dia 25 aciona alguém pra falar com ele pra procurar alguma coisa, ele faz o processo, procura o Rafael, o Rafael passa de 26.500 para trinta e?...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Três.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – US$ 33 mil, US$ 33 mil, que fecha os 33 milhões, o 165. Presta atenção, fecha o 165 mil. Que daí a Veigamed pega a proposta do Rafael, faz a cópia, envia para a Superintendência, e eles pegam essa cópia enfiam no processo e daí vem lá: preciso de mais dois orçamentos. Eles enfiam dois orçamentos e fazem o processo de compra.

Lembramos que, pelo Rafael e pela mensagem, o senhor diz o seguinte: dia 26 vão fazer o pagamento. Confere? O governo.

Página 1024. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3657

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, é a informação que o César me passava, mas não me parecia... nada... nada inteligente ou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, mas eu vou mostrar...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO –...ou factível, porque não se paga... não se ganha um processo num dia, o pouco do meu conhecimento em coisas públicas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Pois é...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – ...não se ganha o processo num dia e se paga no outro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas é que aqui em Santa Catarina as coisas não são inteligentes com esse governo. Sabe por quê? Porque no mesmo dia que o senhor, com a sua *expertise* tem, pra saber assim: poxa, não dá, não vai dar como trazer o equipamento pra entregar depois. Essa inteligência comercial, que é racional, aqui não funciona, porque no dia 26 o Governador vai na televisão, ao lado do Helton, e pergunta assim: Helton, como estão os respiradores? O Helton fala o seguinte: nós estamos em contato com empresas de grande *expertise* para trazer respiradores da China, e pagando valores acima, três vezes valor acima do mercado.

Essa palavra do Governador e do Helton, o Secretário, me faz entender que aquilo que passaram pro senhor no dia 25, que faria o pagamento dia 26, era verdade. Por quê? Porque o Governador e o Helton confirmam na *live*, e passados alguns dias se efetua o processo.

Por que eu fiz essa procura, Deputado Felipe? Sabe por quê? Porque é muito importante a gente saber... tinha uma coisa que não estava conseguindo chegar pra mim, que era essa ligação da onde surgiram 33 milhões, de onde surgiram 33 milhões, porque 33 milhões veio a ponto de negociar. Agora, que dia 22 fecharam em 33 milhões, dia 25 oferece 24% mais barato e no dia 1º faz o pagamento no valor que foi fechado dia 22, Deputado... é muito complicado, Cobalchini.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Deputado, se o senhor me permite um aparte...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Claro.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É... eu vejo claramente que eu fui usado pra fazer uma proposta, junto com o Rafael, olhando isso. Eu desconheço esse processo do dia 22, tô tendo acesso a isso agora.

Agora, eu queria só te colocar que a proposta do Rafael não foi de 26.500, foi US$ 33 mil por equipamento, tanto que a proposta do Rafael foi de R$ 165 mil. Se você dividir isso por cinco, da US$ 33 mil, e no meu entendimento esse sempre foi... os impostos incidentes para ã, ã, essa operação aqui, porque o Rafael tem uma *trading* em Santa Catarina que tem isenção de alguns, de alguns tributos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Como é que você tem como provar que você ofereceu pro Rafael por 26.500 e ele passou a 33? Tem *e-mail* disso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Tem *e-mail*, claro, eu fiz... Na verdade não era nem eu que fo... que formatava as propostas, era a CIMA, era o presidente da empresa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Relator, tem esse *e-mail*, Relator?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Esse *e-mail* está no processo do Rafael, tá no processo do pedido... da proposta do Rafael. Entenda, Deputado, por isso que eu falo, existe uma... inconsistência. Quando o Rafael fala que a proposta dele é de 33

Página 1025. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

milhões mais os impostos, eu discordo. Por quê? Porque na proposta dele tem o preço que a CIMA ia vender pra ele, que ele colocou na proposta...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – 26.500.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – ...de 26.500, e a proposta em Real era R$ 165 mil por unidade, que dá US$ 33 mil. Então tinha aí um *spread* de 6.500.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que são os 165 mil fechados dia 22.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Exatamente, era os 165 mil que... mas isso pra mim era... e bate exatamente com... o IPI tava isento, bate com o Cofins, bate com a isenção do ICMS do Rafael. Bate exatamente com... estimadamente 7 milhões que o Rafael teria que pagar aqui de imposto se ele tivesse o equipamento CIF colocado em Guarulhos, que ele não teria... ele não teria frete, não teria armazenagem, não teria nada.

Então quando ele fala que ele teria aproximadamente 7 milhões de imposto, bate exatamente com isso. Por isso que eu não entendo quando ele fala: não, minha proposta era de 26. Não, a proposta dele foi de 33.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por que tu não mandaste pro Estado, no dia 30, dizer que não tinha mais equipamento e tu fizeste o que o César pediu, pra avisar só dia 1º?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Olha, Deputado, eu... achei que o César ia vender os equipamentos, eu não acreditava que toda essa confusão ia tá acontecendo. No fundo eu achava que eles iam cumprir, né?

Falhei e assumo a minha falha em relação a isso. Peço desculpa aí a todos e a... inclusive ao Estado de Santa Catarina, porque eu... meu filho nasceu aqui eu... respeito muito e não queria nunca, em nenhum momento, desrespeitar o Estado. É... a cidade que eu escolhi... deveria ter feito isso, mas não fiz porque o César sempre me confirmou que iria vender os equipamentos, e o Germano tinha ainda me dado a esperança de que a Haier ia colocar, né? Então estou aí... arrolado nesse processo exatamente por não ter feito isso, deveria ter feito.

(*O advogado Nilton João de Macedo Machado fala com o depoente.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivaan Naatz) – Na verdade, Deputado Kennedy, todo mundo vendeu o que não tinha pra entregar. Eles só se preocuparam em vender o negócio, entregar o produto todo mundo sabia que não ia ter, pelo que a gente nota, né?

(*O senhor Deputado Estadual Felipe Estevão manifesta-se fora do microfone: "E receber".*)

E receber. Vender e receber. Entregar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E essa dúvida, Deputado-Relator, essa dúvida o próprio grupo Covid-19, que o Deputado Milton Hobus trouxe hoje, que estava lá o Ministério Público, todo mundo lá, a força-tarefa, essa dúvida a própria força-tarefa tinha, porque colocaram lá: tem uma empresa querendo vender, não tem capital de giro, precisa pagamento antecipado. E depois coloca lá: se der errado, entramos com ação judicial. Ou seja, estava na cara que isso daí era uma loteria. O problema é que se desse certo a loteria, quem seriam os ganhadores?

A Justiça de Santa Catarina hoje cancelou ou negou o pedido dos quatro que estão presos, a provisória dos quatro que estão presos, inclusive esse César que está preso. Ainda bem, porque pelo menos a gente começa a ver essa questão até ser apurada.

Eu me dou por satisfeito, senhor Presidente... mas deixa eu só fazer mais uma pergunta, Samuel, né?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

Fls. 3658

Página 1026. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Samuel. O César... esse César, que era esse amigo de muito tempo teu?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, não. O Germano.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não esse... o... Germano?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O César... tinha conhecido há uma semana só.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E foi o Germano que te apresentou?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O Rafael... Não, o César quem me apresentou foi uma outra pessoa chamada Cacá, que também tava em grupos de distribuidoras.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Esse Cacá que vai vir aqui? Quem é que pediu?

(*Os Deputados-membros manifestam-se fora do microfone. Inaudível.*)

Cauê. É o Cauê?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Cauê. Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É o Cauê? Não, é outro.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, é outro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES– Esse Cacá, quem é esse Cacá?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É um amigo de... que eu tenho... um conhecido de Brasília me apresentou ele, que tava num grupo de distribuidores. Eu participava de grupos de distribuidoras de... que estavam buscando aí também equipamentos e tal. Foi tudo muito rápido, assim, um que apresenta o outro e que fez...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Agora, pra encerrar, eu fiquei, Relator, até muito decepcionado por ver ali a foto e saber que você tem ligação com é... não por conta da pessoa, né, nada contra, nem o conheço, o Amandio, que é o novo Secretário da Casa Civil, não por ele, mas pelo fato de... poxa, de novo a Casa Civil é arrolada e lembrada na CPI. Porque primeiro foi pelo Douglas e agora a gente vem conversar e o Relator mostra ali a foto de uma amizade. Claro, você mora aqui, é possível, mas espero que... principalmente essa sua negação com relação à mensagem que você colocou ali da questão do Governador, não seja um pedido do amigo pra livrar o Governador.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, nem... sem dúvida que não, Deputado. Eu não conheço o Governador, não tive nenhuma relação com ele. Se vocês verem aí na...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Porque se você tivesse ligado pro Governador eu ia dizer que tu eras uma pessoa especial, porque nem o Controlador tinha o telefone dele. Se você tivesse o telefone do Governador, eu ia dizer que olha, você seria uma pessoa especial.

Mas, obrigado pelas respostas. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor me permite, só pra não perder o raciocínio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Total liberdade, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Essa empresa Haier, quem é essa empresa que a gente não...

Página 1027. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É uma empresa que o Germano conhecia da China, né? É uma empresa muito grande, é uma empresa que vende linha branca, geladeiras, ar-condicionado, e eles estavam vendendo também respiradores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E esse Amandio Júnior da foto... Eu queria mostrar a foto, eu não entendi muito bem quem são aquelas pessoas. Desculpa, com todo o respeito que tenho aos Deputados aí, só pra... podia mostrar novamente a foto ali?

(*Utiliza imagem projetada para auxiliar nos questionamentos.*)

Esse Júnior Amandio aqui, quem ele é? O que ele é?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Hoje, Secretário da Casa Civil, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas é...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – ...na época do processo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor conversava com o Secretário da Casa Civil...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Ele não era no momento, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pois é, mas hoje ele é.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Mas eu não tenho contato com ele há muito tempo já.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pois é, mas o senhor... sabe o que o Ministério Público está dizendo? Que o senhor conversava com o Secretário da Casa Civil sobre o problema da compra dos respiradores.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Ah, mas isso não procede.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas está aqui. Senhores Deputados, isso é gravíssimo! É gravíssimo! (*Folheia documentos.*) Até queria esperar... desculpa, Deputado... Deputados, a gente está sendo acompanhado, até queria deixar isso pro final, mas está todo mundo me mandando.

Está aqui, ó, o senhor conversava sobre esse rolo. O senhor conversava... aqui ó (*mostra documento ao depoente*), aqui o Secretário da Casa Civil, ó, está no seu grupo de WhatsApp. Sabe o que eles estavam conversando aqui? Sobre o problema dos respiradores. O Secretário da Casa Civil, Deputado Kennedy.

(*O senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Aqui o Secretário da Casa Civil conversando com um indiciado num grupo de WhatsApp por mensagem. Mas isso aqui é muito grave!

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Essa data... tem que o senhor ver a data disso, né, ele não era Secretário ainda quando a gente conversava sobre outros assuntos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não importa. Está aqui. O senhor está conversando com o Secretário da Casa Civil. Eu tenho aqui a data. A data do dia 17 de junho.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Mas nós era... nós somos amigos informais...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas meu amigo, é 17 de junho. O senhor está conversando com o Secretário da Casa Civil sobre o rolo da compra dos respiradores (*mostra imagem ao depoente*) em que o senhor é indiciado, a Polícia Civil está perseguindo o senhor. O senhor sabe disso, né?

Aí o senhor está conversando com o Secretário, perguntando, Deputado, como é que vai fazer. Não sou eu que trouxe essa imagem aqui, Deputado Felipe. Quem faz isso

Página 1028. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3659
Rubrica

aqui, quem traz essa imagem aqui é o Ministério Público de Santa Catarina, vocês estão conversando como vão fazer o negócio.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, nós nunca conversamos sobre fazer esse negócio, eu nunca falei isso aí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas eu não sei o que vocês estão conversando. Obviamente não está escrito aqui na imagem, Deputado Kennedy.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Nunca falei. Nunca falei, não conversei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não está escrito na imagem, mas você está conversando num vídeo com o Secretário da Casa Civil. Isso aí é gravíssimo.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Nós nunca conversamos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Nesses momentos estávamos falando de outros assuntos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Amigo... contra... não tem argumento. Isso aqui é grave.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deixa eu só... Relator, deixa eu falar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Essa pra mim foi, assim, a bomba do dia. Quando o senhor falou da data, eu pensei que era anterior a ele ser Secretário, anterior à nomeação dele. Quando vem dizer aqui que é dia 17 de junho, nós estamos falando do quê?...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não (*ininteligível*)...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Da semana passada...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, isso não procede, eu não falei com ele semana passada, dia 17 de junho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, ele falou, ele falou. Que dia que ele...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não. Eu falei com ele há dois meses atrás, a minha última... foi nessa... uma conversa com ele há dois meses atrás.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que data que é essa foto aí, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Está escrito assim: Imagem 15: colagem extraída do Cellebrite... porque ele apagou todas as mensagens. É importante que Santa Catarina saiba, que todas as mensagens que a gente tem aqui ele apagou, foram recuperadas pela perícia (*o depoente fala com o advogado Felipe Ximenes de Melo Malinverni*). E essa imagem aqui está escrito assim: colagem extraída do Cellebrite, que é um programa de recuperação, referente a bate-papos disponível de Samuel de Brito Rodovalho, acessado no dia 17 de junho.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Acessada, mas não foi nessa data que a gente falou. Sem dúvida que não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Essa questão da data teria que verificar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas é irrelevante, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, a questão da data é importante a gente ver para ter a cronologia dos fatos, mas não tira, pelo menos na minha percepção, a minha frustração, né?

Página 1029. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que nós estamos aqui, Deputado Kennedy, investigando o negócio, e o Secretário da Casa Civil, o braço do Governador, está conversando com ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Exato, é essa a minha frustração hoje aqui, Samuel. Nunca te vi, nunca falei contigo, não... mas assim, a minha frustração é exatamente essa imagem. Essa imagem me deixa numa condição... que assim, o que eu poderia ter de tendência de saber que você não teve nenhum contato com o governo, frustra. Igual eu perguntei antes aqui pro Controlador-Geral se ele teve, depois do depoimento dele, uma fala com o Governador sobre o assunto... sobre o assunto, não, sobre a CPI, mas sobre o assunto ele disse que nunca teve.

Então assim, pra mim... concordo que, acessado é dia 17, então pode ser que seja lá atrás, né, mas eu aqui não posso...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, era. Eu não tive contato nenhum com ele depois que ele assumiu. Na época ele não era nada, ele não era Secretário...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas mesmo assim... mesmo... não, ele não era nada, não, ele era, nessa época, o Adjunto do Douglas. Aí pode ficar pior ainda.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, não, não era também. Não, ele não tinha cargo nenhum, quando eu conheci ele, o (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas ele não era o Adjunto do Douglas? Do... do... aliás, do Lucas Esmeraldino, ele era o...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não nessa... agora que eu conheci ele, a... agora não, ele foi acho que ano passado, mas essa hora, agora não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas mesmo assim eu... eu fico...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aqui tem, aqui (*falha na gravação*) o seguinte, Deputado, só pra clarear.

No dia 28/4/2020, ou seja, na data da divulgação da notícia do *site* Intercept, eles voltam a conversar. Germano manda um *link* da notícia e ele, Cauê, Júnior e o Secretário conversam. Então como a gente pode acreditar na informação dele...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Foi no dia 24?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, dia 28/4.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Daí confirma que ele disse...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O Cauê não conhece o Germano, o Secretário...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não tem como a gente acreditar na informação que o senhor deu agora, de que o Governador não sabia, que o Governador não participou, que o Governador não... não tem nenhuma relação, porque o senhor tem uma relação direta com o Chefe da Casa Civil. Então tudo o que o senhor fala agora... eu vi aqui, eu vi aqui agora na notícia, o Deputado me mostrou, outros Deputados me mostraram, que os *sites* de notícia dizem que ele nega a participação do Governador. Só que pra mim essa informação não tem nenhum crédito, pela relação que ele tem com o Secretário da Casa Civil, que é o defensor do Governador.

É isso, Deputado Kennedy, que eu quero deixar registrado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, e o problema é... o problema é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para que não saia para a imprensa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Exato...

Fls 3660
Rubrica

Página 1030. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...uma informação que não tem crédito, que a CPI não pode dar crédito a essa informação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A minha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Desculpa antecipar assim a minha... mas acontece que a imprensa está levando uma informação que não tem crédito.

O SR. NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO – O senhor me permite um aparte como defensor, para esclarecimento da verdade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Fica à vontade, senhor.

O SR. NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO – É... ao início o Samuel prestou compromisso de falar a verdade, a gente sabe disso, e depois foi dito que ele podia calar-se, se isso fosse indiciado ou não, não sei qual é a posição então que ele está aqui na CPI.

Mas de qualquer forma, em relação a essa questão, é, é... pelo que eu sei, é público e notório, eu posso dizer isso... é público e notório, pelo que eu sei, que o senhor Amandio, que eu não conheço, tomou posse como Secretário da Casa Civil depois do Secretário Douglas cair, e ele está dizendo que não fala com o Amandio há tempo.

Então nós não podemos daí presumir que ele possa afirmar que o Governador tenha conhecimento ou não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Doutor, é...

O SR. NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO – Não, eu digo pra não colocar na palavra dele e não colocá-lo... é, isso é transmitido pelo YouTube, nós fazemos a... como uma exposição pública de uma coisa que ele não está afirmando.

Era somente isso, só pra complementar, doutor Ivan.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que o senhor foi Magistrado muito tempo e sabe que os Magistrados fazem as suas conclusões, né, e é livre do julgador fazer a sua conclusão.

Mas é isso, Deputado Kennedy. Muito obrigado. Desculpa intervir, mas achei extremamente interessante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor concluiu, Deputado Kennedy?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim, concluí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito bem, senhor Presidente.

Parabenizo aqui o trabalho dos nobres colegas Parlamentares, que sempre muito comprometidos em busca da verdade têm desenvolvido um grande trabalho, e como eu sempre venho aqui mais na reta final, restam poucas dúvidas, mas realmente é algo gritante essa informação que a gente estava aqui buscando entender.

Senhor Samuel, durante aqui o depoimento o senhor disse que não conhece o Governador, não conhece ninguém no governo, noutra parte o senhor disse que nunca vendeu, que nunca teve nesse... no segmento, mas como é que o senhor caiu nessa compra dos respiradores? Assim, subitamente, descobriu que tinha essa vocação? Como é que isso aconteceu?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, como eu falei, é... eu tinha o acesso aos equipamentos da CIMA na China, e, é... vários grupos, distribuidoras e agentes comerciais me procuraram pra... sabendo que eu... entendo de comércio exterior, enfim.

Página 1031. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas aí dentre eles o governo?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O César, né, não o governo, o César. Minha conexão sempre foi com o César, né, o César que me colocou com tudo isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não teve contato com nenhum integrante do governo?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Em momento algum, Secretários?...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, nesse processo, não, só o César.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – A sua conversa com o Amandio?...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, isso foi antes, a gente é amigo, a gente conversou de outras coisas, a gente falava de, de, projeto privado de... de um *kit* de... de Covid, mas nada em relacionado a isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Hum, hum.

O senhor insiste, né, só pra eu recapitular e ligar os fatos aqui. Tem essas mensagens que o senhor apagou, não queria que vissem, né, mas ó... tipo: como é que eu faço com o Governador, é... o Governador tá me ligando. Isso foi um equívoco?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, na verdade, como eu te falei, essa mensagem foi uma re...uma remensagem que eu reenviei do César para o Germano e... aonde o César coloca essa informação, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Esse aqui na linha com o Governador também... não é culpa sua?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Esse foi uma questão minha de suposição, foi um equívoco, que eu coloquei pro Germano. Como eu falei, eu não tenho o telefone dele, eu não coloquei... O César me colocou que estava a par junto do governo, né, que estava conversando com o governo, e isso se concretiza com o Fábio, falando com a Márcia e tal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Entendi.

Até a gente... de início, quando o senhor começa a falar que foi equívoco, eu penso que... é difícil muitos equívocos assim. É estranho, né, é bem estranho, muitos equívocos, e aí de repente... o senhor poderia estar blefando, de repente, pra ter a confiabilidade e consumar logo esse negócio. Mas, enfim, o senhor diz que não.

O que complica demais é que de repente... o alto escalão do governo, quando cai o Chefe da Casa Civil... você nomeia pra Chefe da Casa Civil alguém que você tem muita confiança, alguém que realmente está ligado direto à Casa da Agronômica, em quem tem plena e total confiança, e aí... com certeza, é um segundo Governador, né, o Chefe da Casa Civil, daí de repente... você aparece num *print* de tela, aquilo ali é um *print* certamente um deles deve ter "printado", o Samuel "printou" a tela pra dizer que conversava ali com o Amandio, com os contatos diretos.

Daí o senhor apagou e a investigação recupera esse *print* da tela, e aí o senhor aparece ligado ao governo, com quem tem a confiança do governo, a caneta poderosa, e todas as Secretarias estão subjugadas ali à Casa Civil, ele tem tremenda influência, é um segundo Governador, e o senhor aparece num *print* de tela conversando com o Chefe da Casa Civil. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Deputado, como eu informei, ã... nós... eu fui apresentado ao Júnior pelo Márcio, que é um amigo, né, e nós não fechamos nenhum negócio, nunca falamos de negócios, ele não era Secretário na época, quando nós

Página 1032. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3661
Rubrica

estávamos falando. E no momento... não conversei com ele, é... em momento, é... que ele tomou posse da Casa Civil, não tive contato nenhum com ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Você tem informação... pois não, Deputado Kennedy, tem liberdade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deputado Felipe, só deixa eu fazer uma coisa aqui.

O senhor falou que o senhor estava conversando... falava antes com o Amandio antes dele ser Secretário da Casa Civil. O senhor disse agora que o senhor estava conversando com ele pensando em fazer *kits* pra Covid, é isso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, um projeto privado de um amigo de São Paulo que tinha um... um... um... uma ideia, mas também não prosperou, também não foi pra frente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Onde entrava o Amandio nisso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, o Amandio... o Amandio também tinha... tinha... tinha uma *expertise* de negócios e era um negócio focado de privado pra privado. Então a gente tava tentando fazer alguma coisa privado, né, não tinha nenhuma relação com o governo, porque ele não tinha ainda assumido nada, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu fico preocupado, porque parece que o Governador, Deputado Felipe, tirou o Douglas, que era o representante comercial do governo e colocou um outro que parece que também gosta de fazer negócios, né?

Obrigado, desculpa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O que complica mais ainda, né, Deputado Kennedy. Eu não vou entrar aqui a fundo, a gente está aqui só pra ter as informações e ligar os fatos, mas, né, hoje o atual Chefe da Casa Civil tem os seus negócios, toca os seus...

Enfim, só pra ser sucinto, acho que a gente deve pensar daqui a pouco seriamente em pedir o afastamento do senhor Chefe da Casa Civil com todas essas informações, são reveladoras e são gravíssimas, são gravíssimas, né? Não tinha ligação com o governo, mas aparece num *print* de tela e...

Senhor Samuel, ainda vou lhe fazer mais uma pergunta. Há informações que o senhor Amandio, na investigação, ele quebra o celular, ele destrói o celular. O que o senhor acha que ele tentava esconder quando ele destrói esse celular dele pra que a Justiça não tivesse acesso, o senhor tem alguma noção? O que ele queria esconder? Por que ele quebra esse celular, segundo essas informações?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não sabe nada também.

Bom, Presidente, não é fácil aqui, a gente tem uma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só mais uma pergunta, e nada melhor do que a gente estar sendo acompanhado pelos catarinenses e muita gente dando informações.

Tem como colocar aquela foto de novo, da reunião lá com... da chamada por telefone, lá, tem como colocar? Eu só queria checar uma informação agora... Como é o nome desse rapaz que está no lado do Amandio, ali?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sandro

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Como?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sandro.

Página 1033. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sandro. O Sandro trabalhava com o Amandio na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável. E ainda continua trabalhando no governo?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ele ainda continua trabalhando no governo.

É mais uma ligação, não relacionada a esse fato, mas infelizmente mostra que pessoas ligadas ao governo estão nessa posição ali. Ali tem o Secretário da Casa Civil atual, que na época não era, e o senhor do lado ali, o Sandro, que hoje ainda participa do governo.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente, ainda vou fazer um questionamento aqui.

Há relatos que o senhor também quebrou seu celular quando a investigação chegou no senhor. Isso procede?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, meu celular já estava quebrado já.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Acidente?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, faz tempo já, não tinha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Não foi... tentativa de esconder algo nesse celular...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, não, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...porque esses *prints* estavam apagados, o senhor apaga as conversas, o seu celular é quebrado...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, na verdade eu não apaguei todas, né, eu apaguei umas que eu não achava relevante, outras eu deixei, tanto que tem a conversa com o seu Mário, conversa com o Germano. Na verdade eu busquei memória no meu telefone, que o meu telefone caiu já tinha algum tempo, eu tava tentando recolocar ele em um outro *chip*, e aí eu fui apagando conversas que não... pra mim não tinha mais relevância. Nunca imaginaria que eu estaria sentado aqui hoje prestando depoimento numa posição de investigado, então fui apagando as coisas menos relevantes...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas as informações é que esse telefone estava quebrado, quebrado, como se tivesse tentado destruir aquelas provas, aquilo que estava ali, memória...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, o meu ele tava quebrado mas funcionava, eu tava tentando é traz... é mudar de aparelho mesmo, entendeu?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Entendi.

Bom, senhor Presidente, são esses os questionamentos. E eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão, muitíssimo obrigado.

Deputado Fabiano da Luz (*o senhor Deputado Estadual Fabiano da Luz acena negativamente com a cabeça*).

Deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Pois não, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Algum questionamento a ser feito, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Vossa excelência com a palavra.

Página 1034. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3662
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Muito bem, muito obrigado. Boa noite a todos.

Samuel, você é amigo do Germano?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O Germano é teu amigo de longa data, isso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O César você não conhecia antes desse episódio do negócio dos respiradores?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Ou você o conhecia?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, não. Não o conhecia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Não conhecia.

O Rafael, você o conhecia antes dos...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Também não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – ...dos contatos sobre a venda dos respiradores?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, também não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Também não.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Conheci através do Germano...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Também não?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Foi uma indicação do Germano.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Passou a conhecer através do Germano.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Eu estou te perguntando isso porque na quinta-feira passada nós ouvimos o Rafael. O Rafael, num primeiro momento, nos disse – e aí salvo se eu estou equivocado, né, os anos podem também trair a minha memória – que o preço de 33 milhões pela venda dos duzentos respiradores não cabiam os impostos e outras despesas que teriam. É isso, 33 milhões? E que a proposta dele era 33 milhões fora os impostos? [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Isso, a proposta dele foi 33...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Isso.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — É, na verdade, como eu falei, a proposta dele continha o preço do equipamento de 26,500, mais é... acredito eu os impostos, porque ele chegou a 33 mil dólares, né? Então, tinha uma diferença aí. Mas ele relatou que era 33 sem impostos, né, que tinha um acréscimo de 7 milhões de impostos

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Mas chegaria a R$ 33 milhões os duzentos respiradores, mas na proposta que você estaria conversando com o Rafael, o que seria, ou o que foi apresentado para o governo, estaria fora os impostos, ainda?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Na verdade o Rafael fez a proposta com 33 milhões, certo? Pra mim já tinha ali os impostos. Ele fala que não. Eu entendo que sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Para ti o entendimento é que nos 33 milhões estavam os impostos, e ele nos disse na quinta-feira que estavam fora os impostos e outras despesas. Vamos lá.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — É, se você pega os 26 milhõ... 26,500 menos os 33 mil dólares, você tem uma margem aí que pra mim seriam os impostos, 6.500 dólares por unidade.

Página 1035. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Tá bom.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Muitas coisas que se pediam para o Rafael ele dizia que tinha que pedir pra você. Me desculpe aí te chamar de você, tá?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Por favor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Eu não te conheço, mas o senhor, tá?

Em uma das coisas que ele disse que nós devíamos perguntar ao senhor é a questão dos 3 milhões, os 3 milhões que seriam comissão.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Que ela teria, que seria para ela, seria para ela. Agora o senhor nos diz que você repassou para ele mensagem do César.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Mensagem do César.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — O pedido de comissão sempre foi pelo César, que depois veio se confirmar que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Foi o César?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — O Fábio ganhou, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — O Fábio ganhou. Como é a história do Fábio?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — É, eu não sei... nos autos do processo, ã, foi constatado que o Fábio tinha recebido uma comissão pela empresa dele, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — O Fábio tinha pedido uma comissão...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não, o César.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — ...pro César.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não, o César pediu uma comissão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Onde é que entra o Fábio? O Fábio estava vendendo, estava junto com o grupo (*ininteligível*).

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — O Fábio era o interlocu... o Fábio, ao meu ver e entender aqui, ele era o interlocutor junto com o César junto à Secretaria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Mas por que a mensagem é para ela e não para ele?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — É, foi um erro de digitação, Deputado. Não foi...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Erro de digitação.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Tá bom.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não foi pra ela, até porque eu não conheço ela, não conheço essa Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — E você chegou...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Eu não conheço ninguém...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — ...a propor para o Rafael?...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — É que tá aqui no processo.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3663
Rubrica

Página 1036. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Como? Eu comecei a falar antes de você concluir. É isso? Você tinha concluído?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não, desculpa, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pergunto se o senhor concluiu?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Já, já.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Já tinha concluído. Os 3 milhões, você está dizendo que era para o Fábio?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Pro César.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Para o Fábio, né?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — César.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — É tanto nome que a gente vai esquecendo, vou anotar aqui.

Você chegou a propor para o César que você reduziria a tua comissão para facilitar esses 3 milhões? Você teria feito essa proposta pro César?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Na verdade eu ia... O César era um agente comercial como eu, que tinha me trazido a oportunidade, é... e eu pleiteei junto à CIMA um desconto dos equipamentos, mas o que não aconteceu pelo alto valor aí dos equipamentos. Então é... não aconteceu isso, o desconto para esse pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Mas essa negociação que você tentou fazer com a CIMA para melhorar o preço, era pra pagar esses 3 milhões?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — O César, pra tentar pagar o, a comissão do César, mas que não aconteceu, né? O de fato não ocorreu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Bem, eu acho assim, sabe... eu vou encerrar.

Nós ouvimos, eu não tenho a lembrança agora, mas eu acho que já foram... me ajudem aí, Deputados, quantos depoimentos nós já tivemos ao longo da CPI, 12, 15, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — É próximo de uma dúzia de depoimentos já.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Presidente, quantos depoimentos o senhor tem assim?...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — De cabeça, uma dúzia de depoimentos praticamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Hã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Contando com a acareação, uma dúzia de depoimentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Uma dúzia. Em nenhum, em nenhum, eu obtive uma resposta que é: isso daqui é o fulano de tal, isso aqui é o beltrano, isso aqui fui eu que assumi, isso aqui fui eu que fiz, isso aqui, esse negócio eu tratei com o fulano de tal.

Vocês estão notando que sempre tem um terceiro, qualquer um dos depoentes que vem. O Rafael dizia que tinha que perguntar para o Samuel; o Samuel está dizendo que quem conhece e quem falava era o César. Então, há que se dizer a grande verdade.

Samuel, eu nunca falei contigo, não te conheço. Eu tenho muito respeito pelas pessoas, tá? Eu quero te dizer o seguinte: se você tinha conhecimento de que esse negócio ia ser fraudulento e você não comunicou a ninguém, você é um dos grandes responsáveis pelas pessoas que não têm condições de ser tratadas ou atendidas. Você deveria ter feito essa denúncia como você fez lá com o hospital.

Página 1037. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Eu vou finalizar. Hoje eu vi uma entrevista da Deputada Carmen Zanotto que está faltando medicamentos nos hospitais para sedar as pessoas que precisam de respirador, que precisam ser entubadas.

E, se nós estamos num momento desse discutindo uma fraude dessa onde você participou, se você participou da fraude eu não posso afirmar, mas um negócio que você está, que o Rafael está, que o César está, que o Germano está, os sete milhões de catarinenses e os mais de duzentos milhões de brasileiros, realmente, nós devemos estar principalmente nós, os catarinenses, indignados, sabe? Eu não estou fazendo aqui juízo de acusação nem de condenação a ninguém, mas quem se omite às vezes sabendo das coisas também é responsável, sabe?

Eram essas as minhas indagações e a minha participação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muitíssimo obrigado, Deputado Sopelsa.

Consulto os Deputados se têm mais alguma pergunta?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, é que estava vendo o seu depoimento aqui, senhor Rodovalho, o senhor quebrou o seu celular?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não, ele já estava quebrado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, o Ministério Público diz que o senhor quebrou o seu celular de modo que teve que fazer uma perícia pra recuperar o celular.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não, ele já estava quebrado, já.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor apagou as mensagens e quebrou o celular?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não, ele já estava... não, ele estava funcionando, ele estava funcionando, tanto que eles ligaram, eles... eu passei a senha, eles acessaram, tinha as mensagens ali normalmente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Aqui o Ministério Público está dizendo que tiveram que fazer uma perícia para poder recuperar o seu celular.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Acho que é normal fazer uma perícia no celular, mas o meu tava funcionando até então.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O meu está quebradinho aqui, mas está funcionando.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — É, ele funcionava normalmente. Ele só tinha a tela quebrada em cima.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Aqui o Ministério Público diz que o senhor quebrou o seu celular para tentar inviabilizar, tentar inviabilizar o acesso às mensagens, e aquelas, inclusive, que o senhor apagou algumas conseguiram ser recuperadas.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Olha, Deputado, como eu havia informado, é, eu participei do processo, né, na parte de orçamento das empresas. Eu participei da parte da, da questão dos, de apresentar o Germano e num certo momento eu sai. Não recebi nem um real desse processo, não recebi, coloquei as minhas contas todas à disposição. Não participei de divisão de nada desse negócio. Acreditava, sim, que eles iam entregar os equipamentos, o César sempre me colocou que eles iam entregar esses equipamentos. Estou numa situação muito complicada, eu entendo isso por ter participado desse primeiro momento, mas sempre fui o agente representante da empresa lá fora. Não era o vendedor, nunca fui a pessoa ligada diretamente na venda do Estado.

É... acho que esse fardo eu não vou levar na minha vida porque não tinha poder da decisão. A decisão era de quem vendeu os equipamentos, quem recebeu o recurso.

Página 1038. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3664
Rubrica

Então, ou seja, é, eu parei no momento que eu não tinha os, os equipamentos pra fornecer. Tanto que eu não conheço a empresa que forneceu os equipamentos lá de fora, não conheço as *tradings*, não participei de nenhuma outra negociação. A minha situação chega a certo momento e para, entendeu?

(*Conversas paralelas fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhores Deputados, senhor Samuel, senhores advogados, eu não me atenho muito neste momento, aqui, agora, que é o que está no processo, até porque nós já o estudamos exaustivamente nos nossos gabinetes.

Atenho-me muito àquilo que é dito aqui dentro, porque senão não teria a necessidade da presença, né, da testemunha aqui, então a gente dá um apoio, importância muito grande aquilo que o senhor fala aqui dentro.

O senhor disse que está passando por momento, né, e a gente pode ver isso, um rosto abatido, né? Numa primeira tentativa o senhor, de contato nosso, alegou ali de uma... está com a esposa grávida em casa, mora com a sogra, se não me falha a memória (*depoente faz que sim com a cabeça*), é de um grupo de risco.

Um semblante triste, mas é bem verdade, senhor, que para deixar em pé de igualdade um semblante triste seria se a gente colocasse aqui em cima desta mesa agora uma maca, e em cima dela alguém acometido da síndrome respiratória, precisando de um respirador e esse respirador tivesse sido comercializado dentro desse contexto aqui. Aí, sim, nós veríamos um rosto triste, abatido e agonizante.

O senhor também disse no depoimento do senhor que no exercício da sua função o senhor sofreu perdas. As perdas elas também, e para deixar em pé de igualdade, houve ali ao erário, ao dinheiro público, ao contribuinte que com suor do seu rosto paga os seus impostos para ver os seus parcos recursos se esvaindo sabe-se Deus aonde, sabe-se Deus aonde.

Por que eu digo isso? Tirando 7 milhões de impostos, que seriam obrigatoriamente pagos porque era o dinheiro de César, teria que ser pago, aliando-se a isso aí os 14,5 milhões já recuperados, subtraindo isso dos 33 milhões ainda sobrariam 12 milhões que hoje é um empenho para a nossa Justiça descobrir onde está esse valor, caso tivesse sido efetuado mesmo ali como foi efetuado o pagamento dos impostos. Então, ainda nós temos 12 milhões por aí que precisam ser restituídos.

Eu fiz uma conta aqui breve, durante o depoimento do senhor ali, César, Cacá, Samuel. O César ele é funcionário público? O senhor sabe se ele tem algum?... O Cacá?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO —Também não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Samuel? (*Depoente faz que não com a cabeça.*) Rafael? Germano? Pedro? Fábio? Leandro?

Nós já chegamos a uma conta de nove ou, aliás, desculpa, oito, eu não vou fazer essa conta, de oito, Deputado Ivan Naatz, oito atravessadores para realizar uma compra. Para realizar uma compra precisou passar pelas mãos de oito pessoas. E muitas vezes a gente é consultado, né, sobre aquilo que... Se pergunta assim: por que o Estado superfatura? De onde vem essa, de onde vem esse?... Por que a coisa pública é tão cara? Imagine que para comprar um equipamento tem que passar por oito pessoas, envolver oito pessoas nisso. O que um representante comercial realmente faz, doutor Samuel? O que ele faz?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Dele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A função dele, qual é?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Vendas, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Vendas.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — *(Ininteligível)* para vendas.

Página 1039. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com a intenção de auferir lucro.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Todos esses homens aqui eles são representantes?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Uns...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Se intitulam?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — ...uns, sim; outros, em cunho empresário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Querem lucro. O Douglas Borba, eu costumo sempre falar isso aqui, ele está preso, tá? E um dos motivos de estar preso, o senhor sabe dele ali, o porquê ele está hoje preso, não?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — (*Depoente faz que não com a cabeça.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Por uma suspeita de ele ter tido algum tipo de favorecimento e também para ele não destruir provas e obstruir as investigações – isso não sou eu quem está falando, isso é Justiça que avaliou que ele deveria hoje está... tem restringido o seu direito de liberdade. O ex-Secretário da Saúde está com os bens bloqueados em decorrência disso.

Todas essas relações comerciais entre César, Cacá, Samuel, Rafael, Germano, Pedro, Fábio, Douglas, Leandro Barros, e, novamente voltando ali, o Germano já falei, todas, e Rafael, todas elas ali, ela não teve um trâmite fiscal.

Em algum momento o senhor pagou? Existia ali no contra... um trâmite fiscal que eu digo é realmente você pagar impostos.

O senhor entende o que eu quero dizer assim como representante comercial, um trâmite fiscal é aquilo que você tem que pagar, contribuir por isso aí.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Se fosse efetivado os negócios, sim, né? Mas eu não efetivei nenhum negócio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Os respiradores, segundo o senhor disse ali, sofreram um embargo da China e que só poderiam comercializar com os Estados Unidos da América, e o senhor cobrou uma comissão de uma venda que não existiu, isso é fato, isso é um fato, isso é um fato.

Aí nós fizemos uma ligação aqui, por isso que eu citei todas essas pessoas aí, diante desse fato que o senhor cobrou uma comissão de uma venda que não foi efetuada.

Nós já conversamos aqui com Douglas ele nos disse aqui que entrou em contato com o Leandro; que o Leandro entrou em contato com o Germano; que o Germano entrou em contato com o Cacá. O senhor nos disse aqui que entrou em contato com o Samuel, que o Cacá contactou o senhor. Aí o senhor teve um contato com César e com o Rafael ao mesmo tempo.

Pode ser difícil isso aí, mas é de fácil entendimento, porque quem "linkou" o Germano com o senhor, quem "linkou" o Rafael com o senhor foi o Germano (*o depoente faz que sim com a cabeça*). Isso o senhor disse aqui: quem me apresentou, quem me colocou em contato – o senhor disse hoje aqui – quem me colocou em contato com o Rafael foi o Germano.

Àquela hora, na primeira vez que o Deputado Ivan Naatz estava fazendo as perguntas, que eu lhe pedi para interromper, mas daí eu segurei porque eu anotei o horário ali, o senhor disse uma coisa muito importante aqui que nós perguntamos para o Rafael e ele não respondeu: que as negociações terminaram – e depois eu vou pedir o registro ali, nós vamos atrás do registro das taquígrafas e das imagens aqui –, que as negociações com o Rafael terminaram quando não deu certo o pedido de comissão para o Rafael.

Página 1040. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
FLS. 3665
Rubrica

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Procede.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor disse aqui às 20h33min, tanto que eu não quis interromper o Deputado Ivan Naatz.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — O Rafael saiu do processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O Rafael saiu do processo porque ele não aceitou o pedido de comissão do César.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor se lembra aqui quando o Rafael negou conhecer a pessoa (*fala dirigindo-se ao Deputado Valdir Cobalchini*) que tinha ligado para ele pedindo a comissão? Ele falou: "não, eu não me lembro a pessoa"

Por isso que o depoimento do senhor foi muito importante hoje aqui. Porque hoje, Deputado Ivan Naatz, às 20h33, depois nós vamos buscar os registros ali, ele disse que as negociações com o Rafael terminaram quando o César, quando não deu certo o pedido.

(*O advogado Nilton João de Macedo Machado conversa com depoente.*) Fato, está registrado.

Por isso que eu falei, a gente se atenta aqui bastante, porque a gente estuda no gabinete e estuda o que o senhor fala aqui, tá? Então, hoje o senhor já nos ajudou bastante nesse sentido.

No entendimento do senhor, para nós, para a gente finalizar mesmo, aqui, como eu falei dos 14,5, nós já tivemos ontem na Deic, foi ontem, né, doutor? (*Dirige-se ao Delegado Márcio Fortkamp.*) Onde nós estivemos ontem lá e nós comemoramos uma coisa impressionante, um fato que a Polícia Judiciária, a Polícia Civil de Santa Catarina, merece os parabéns mesmo por recuperar 14 milhões, porque isso é coisa inédita, recuperar valores desse tipo de negociação no Brasil, aqui é uma coisa dificílima. Então, todos os louros e parabéns mesmo à Polícia Judiciária aqui de Santa Catarina. Um resultado excelente, 14 milhões, ótimo resultado. Mas somando esses 14 aos 7, dão 21 milhões. De 33 para 21, 12.

Onde o senhor acha aqui que estão esses12 milhões? Considerando o fato de que nós temos quatro pessoas presas por ter recebido algum tipo de favorecimento nessa negociação e um foragido.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Eu a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Na opinião do senhor? Porque foi paga comissão para todas essas pessoas aqui, porque nenhum, eles, por isso que eu construí a ideia, eles são representantes comerciais, eles trabalham por comissão, eles trabalham por comissão.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Certo, Deputado. Bom...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Onde, onde?...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — O que eu ouvi, o que eu, o que eu sei do processo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Que quem pagou quem?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — O que eu ouvi, o que eu vi do processo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — É... eles compraram equipamentos, os respiradores na China. Então, tem valor ainda a ser resgatado da empresa que vendeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não conheço a empresa, não conheço o dono, não sei quem é.

Página 1041. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não, do processo nós estudamos no gabinete ali...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não sei o que eles pagaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O que nos interessa é...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não, eu não conheço, eu não participei disso, não participei de nada, não ganhei porque não fui eu que vendi os meus equipamentos, minha comissão sempre vinha da CIMA.

Então, depois que no segundo momento da Haier morreu, eu não participei mais, tanto que eu disponibilizei minhas contas, meu sigilo fiscal de todas as minhas empresas, extratos bancários das, das empresas de pessoa física do dia 1° de abril, eu não tive nenhum recurso. Não participei de comissão deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Porque senão nos passa a entender de que essa venda foi realizada já todo mundo sabendo que não ia ser entregue.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não, eu, eu desconheço isso. Eu ia vender os equipamentos que eu tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O entendimento que nós acabamos tendo no final das contas seria esse. Eu estou dizendo para quem está escutando todos os depoimentos na sequência.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — É, é bom, Deputado, se o senhor me permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Porque aí vem a minha próxima pergunta, aí no final eu vou dar as considerações finais para o senhor.

Porque o senhor deu um depoimento no Ministério Público de Santa Catarina em que diz que encaminhou uma proposta do C30. O senhor representa, o senhor vende isso aí, o senhor sabe do que se trata.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor encaminhou a proposta do C30.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Isso, pro César.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas o produto que foi apresentado na proposta Veigamed apresenta o C35.

O senhor encaminhou uma proposta de um produto chamado C30, e a proposta da Veigamed um C35.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Eu não participai da proposta da Veigamed, tá, Deputado, isso eu te asseguro, não participei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O que é um C30 e um C35?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — É a diferença do PIP. Uma é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pode explicar para mim, eu não sei o que é um PIP.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Um PIP é a pressão positiva do equipamento, o que regula quando você coloca um equipamento na UTI, você tem um nível aceitado de PIP.

Então, esse produto era um PIP menor e também tinha uma diferença na questão do *software* que ele fazia uma integração com o, o, o, o RP do hospital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O Cacá, que é representante, que envolvimento ele teve nisso?

Página 1042. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3666
Rubrica

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Nenhuma, ele só me apresentou o César.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Ele te apresentou de graça?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Sim, ele, ele, no segundo momento se eu vendesse os equipamentos, ele ganharia da minha parte da CIMA.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Certo. O César?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Também. Ganharia comigo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Também ganharia?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O Rafael, se?...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não, o Rafael se ele vendesse, mas ele saiu do processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Se ele vendesse, mas ele não vendeu. Hum, hum. Ele vendeu porque a proposta do César dos 3 milhões, ele não aceitou?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O Germano?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Também ganharia se o Rafael vendesse, e depois se a Haier vendesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então, César, Cacá, Germano. Pedro?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não, o Pedro da empresa dele, aí já não o conheço. Já não sei o que ele ganharia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O Fábio? Que contatava direto com vocês.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — O Fábio sempre veio através do César, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Veio a, a, ganhou uma comissão da Veigamed, que eu vi aqui, li nos autos do processo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Chegou a entrar um dinheirinho na conta dele?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — ...e vi na imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum. Leandro?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Porque o Leandro foi o primeiro a ser cont... o Leandro é que começou tudo isso aqui.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Mas eu não conheço o Leandro. Não conheço, nunca tive com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Leandro Barros?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não conheço, nunca tive, não tenho relacionamento. Não conheço de nenhum lugar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhores Deputados, consulto as vossas excelências se tem mais alguma declaração a fazer?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, senhor Presidente.

Página 1043. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor, antes de dispensar o Rodovalho, eu queria fazer um esclarecimento para os membros da CPI e também para a imprensa, para que a imprensa não seja induzida a erro ao afirmar que a negativa do Rodovalho da participação do Governador é um fato isolado no processo.

A princípio parece que é só isso que envolve o Governador, Carlos Moisés, mas não é. O que envolve o Governador, Carlos Moisés, senhores Deputados, e quem nos acompanha e que leva o processo para o STJ não é só a citação do Governador, mas é uma elação de mais de 150 páginas, aproximadamente, do relatório do Ministério Público de Santa Catarina, que aponta diversas participações que conduzem a participação do Governador ao processo. Não se limita o Ministério Público impedir a remessa dos autos ao STJ pela afirmação que faz o Rodovalho naquele texto. Mas pelo conjunto da obra, Deputado Kennedy Nunes, que se encontra nessas 154 páginas, que compõe o pedido de encaminhamento ao STJ.

Então eu queria deixar isso bem claro para que a simples negativa do depoente sirva como como fonte, né, para dizer que aquela remessa não tinha fundamento. Porque eu entendo, senhores Deputados, que essa remessa só vai prejudicar. Na verdade, remessa do processo para STJ só vai prejudicar o processo (*o advogado Nilton faz que sim com a cabeça*), só, mais nada.

Eu acho que só teve um ganhador nessa remessa do processo para o STJ, o próprio Governador, porque a investigação ia muito bem aqui, as coisas iam caminhando muito bem e, do nada, agora, partem para Brasília (*folheia documentos*).

Mas, especificamente, com relação à intervenção do Secretário Amandio, nesse ciclo de relacionamento, exige da Comissão uma providência urgente, urgente. (*Mostra as imagens contidas no documento.*)

Por isso eu queria, antes de vossa excelência encerrar, colocar já em votação, senhores Deputados, a convocação do Secretário Amandio Junior para que na próxima terça-feira esteja conosco aqui para conversar na CPI sobre esse relacionamento de amizade que tem com o Rodovalho. Então, faço esse requerimento de forma extrapauta para análise de vossas excelências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Consulto a assessoria o número de pessoas a serem ouvidas na próxima terça-feira. (*Pausa.*)

Nesse meio tempo, Deputado Kennedy, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu fiquei muito preocupado. Eu acho que, pra mim, hoje ficou muito clara essa questão. Entendo também que pelo visto ali, pelo que você falou, faz uns dois meses que não fala com o Amandio. Mas me preocupou, senhor Relator, a presença do Sandro Yuri Pinheiro, que é o Sandro, né?

(*O depoente Samuel de Brito Rodovalho gesticula com a cabeça afirmando que sim.*)

Que, quando o senhor conversou com ele ali, naquele papo, o Amandio não era Secretário da Casa Civil, mas o Sandro era assessor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) e que hoje ele é assessor especial do Amandio.

Então, nessa figura ali se não tinha no momento da fala, Relator, se não tinha no momento da fala alguém do governo, porque o Amandio talvez não seria, mas o Sandro era assessor lá da SDS e que, quando o Amandio veio, ele mudou e trouxe para ser assessor especial.

Então mostra que a gente não está aqui para julgar as suas amizades, cada um tem as suas, mas, infelizmente, coloca em... ainda mais porque o senhor falou que a conversa era para montar um projeto comercial de Covid, até então particular (*depoente faz que sim com*

Documento transcrito pela Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões

Página 1044. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3667

a cabeça), mas a presença do Sandro ali era o vínculo governamental que tinha nessa conversa com o ex-governo, que virou Secretário da Casa Civil e que trouxe essa pessoa para trabalhar junto.

Então, Relator, concordo para trazer aqui para que nós possamos ouvir, mas também colocando este adendo, né, da presença do Sandro. O Sandro também estava participando dessa questão do projeto da Covid, Samuel?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — (*Depoente faz que sim com a cabeça.*) Nós tivemos uma, uma, uma ou duas conversas, mas nada evoluiu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Sandro também participava?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Participou, mas nada evoluiu, a coisa não foi pra frente e praticamente a gente não evoluiu nada. E ele não era governo, né, ou não tinha conhecimentos. O Junior não era, não tinha cargo nenhum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas o Sandro era assessor, ele tinha cargo de confiança na SDS, quando conversou com o senhor e agora é assessor especial do Amandio.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Mas eu não tinha conhecimento disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Samuel, muito obrigado pela presença do senhor e dos senhores defensores.

O senhor tem três minutos para as suas considerações finais se o senhor achar necessário.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Deputado, eu queria agradecer mais uma vez a todos vocês. Dizer, mais uma vez, que eu estou à disposição pra vim prestar qualquer outro esclarecimento.

É... dizer realmente que é... eu me, me coloquei numa situação, como representante comercial, da parte da CIMA, não tenho negócios com o Governo de nenhuma esfera aqui em Santa Catarina, ou também em outro lugar, os meus negócios são estritamente privados.

Entrei nisso querendo fazer um bem, querendo trazer os equipamentos pra cá por ter uma experiência é... na parte de comércio exterior, né? E deixar bem claro de que eu não conheço o Governador, não conheço o Secretário, não tive contato com nenhum agente público, não recebi benefício financeiro nenhum em relação a esse negócio, chegou a, a, cheguei, sai na hora que as empresas não tinham os equipamentos e dali não participei.

É, acho importante, é, deixar claro que se realmente falhei de não ter avisado, de não ter, é, denunciado, mas não acreditava realmente que chegaria essa situação. Não, é eliminei provas nenhuma no meu celular, pelo contrário, deixei aí hoje conversas, inclusive, me predispus a prestar depoimento no Ministério Público, levei informação nova pro Ministério Público, apresentei meus documentos antecipadamente, antes das apreensões que a gente sabe que demorou um tempo e eu já me apresentei de forma antecipada.

Então, eu estou à disposição, realmente, e volto a dizer que é uma pena o que aconteceu, mas eu cheguei até o momento do envolvimento, então, e sai do negócio. Não conheço agente público e não recebi benefício nenhum em relações a isso.

Quero só deixar isso claro porque o que a mídia fala também me desfavorece e já me tacha, e já me culpa sem antes eu ter, né, a, a, a oportunidade de também me defender. E aqui é, o, é, foi o primeiro momento que eu estou tendo a oportunidade de estar me colocando como uma testemunha que contribuiu para o Ministério Público, né, e que nós

Página 1045. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

autos do processo já se comprovou que eu não tive benefício financeiro nenhum com relação a isso porque o negócio continuou. E os agentes que fizeram já estão sendo penalizados.

Então eu continuo à disposição de vocês, da CPI se precisar que eu volte pra contribuir também, se precisar de trazer alguma outra informação.

Eu agradeço e boa noite.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Rodovalho, é a grande, eu tenho dito, senhores Deputados, que a CPI tem esse grande papel de deixar todos os agentes falarem no processo, né? Esse é o grande trabalho da CPI, todos os agentes políticos têm a oportunidade de conversar não com os Deputados, mas com Santa Catarina pra cada um poder contar a sua história, e Santa Catarina conhecer a história de cada um, com tempo, com disposição, com liberdade. Esse é o grande papel também da CPI aqui, passar essa história efetivamente a limpo pra que todos os catarinenses compreendam o que aconteceu.

Muito obrigado pela presença do senhor aqui.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Seu Samuel e senhores advogados, é aquilo que a gente diz, nós estamos sendo acompanhados, já recebi hoje a documentação da OAB, eles tinham pedido para acompanharem durante todo o processo. Hoje comunicaram que nos acompanham de forma remota, através de vídeo, e esta aqui é a Casa da democracia. Eu duvido que existe algum outro fórum onde se dá a liberdade da testemunha sentar com o processo, ou com o material que ela bem entender na mão pra lembrar, para relembrar dados ali.

É lógico, nós temos toda a profundidade, toda a amplitude de qualquer outra instrução judicial, isso constitucionalmente nos é garantido. Porém, a gente não está transformando isso aqui num processo inquisitório. Aqui é a grande diferença e, como bem disse o Deputado Ivan Naatz, essa liberdade não se encontra em outro lugar, e graças a Deus que ela é encontrada dentro da Casa das leis aqui em Santa Catarina, aqui dentro da Assembleia Legislativa. E assim permanecerá.

Agradeço muito a presença do senhor e dos senhores aqui.

Muito obrigado.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Solicito à assessoria que conduza o senhor Samuel e seus advogados.

(*O depoente Samuel de Brito Rodovalho, acompanhado de seus advogados, se retira do recinto.*)

Senhores Deputados, antes de terminarmos, nós temos dois requerimentos para serem votados,

Primeiro requerimento de autoria do Deputado João Amin, no sentido de que, impreterivelmente na próxima quinta-feira, dia 25, atenção, senhor Relator e senhores Deputados, seja encaminhado o relatório de procedimentos instaurado pela Corregedoria-Geral do Estado de Santa Catarina sobre a compra dos respiradores. Foi aquilo que se compromissou o Luiz Felipe.

(*O senhor Relator, Deputado Estadual Ivan Naatz, se manifesta fora do microfone: "Hum, hum."*)

E também o segundo requerimento, que nós vamos aguardar a entrega voluntária, mas ele está compromissado de entregar e não existe uma forma de obrigar antes de estar pronto mesmo, né? Então o ideal seria que primeiro estivesse pronto o relatório para que ele encaminhasse até aqui.

Também tem o requerimento de minha autoria que requer o comparecimento da senhora Simone de Souza Becker.

Esse eu gostaria de colocar em discussão e votação.

Página 1046. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3668

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir.

Em votação.

Aprovado.

E um segundo Requerimento verbal ali...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Convocação do Relator pra ouvir o Secretário da Casa Civil, Amandio Junior, na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tendo em vista que teremos somente duas testemunhas para serem ouvidas na próxima terça-feira, lembramos os Deputados desse fato.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Senhores Deputados, na próxima quinta-feira, às 9h, não haverá nenhuma testemunha a ser ouvida, né? Mas é importantíssimo que estejamos aqui em reunião, até para dar encaminhamento e prosseguimento à agenda, Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu queria fazer um pedido para que os Deputados se esforcem para estar presencialmente na próxima quinta-feira, às 9h, na sala do Deputado Sargento Lima, que vai nos receber lá com um café vindo lá de Joinville, um café especial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com *strudel*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É, vai ter um *strudel* para a gente conversar sobre o cronograma de trabalho e sobre as respostas dos ofícios que chegaram e aqueles que ainda faltam chegar.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhores Deputados...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Vai ser na sala do Deputado Lima?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E lá no gabinete da Transparência, 23.

Senhores Deputados, nada mais havendo a tratar, convoco uma nova reunião para a próxima quinta-feira, às nove horas da manhã.

Muito obrigado. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI

Página 1047. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3669
Rubrica

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2020, ÀS 17H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito boa-tarde a todas e a todos.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 12° Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência nº 11/2020.

Estão presentes nesta reunião: Deputado Kennedy Nunes, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado João Amin, Deputado Ivan Naatz, Deputado Sargento Lima e Deputado Moacir Sopelsa.

Inicialmente, coloco em discussão e votação as atas das 10ª e 11ª Reuniões Ordinária, encaminhadas aos senhores Deputados por *e-mail*.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem as queira discutir, em votação.

Aprovadas.

Passamos às correspondências e outros documentos recebidos:

Ofício CGE n° 0314/2020, da Controladoria-Geral do Estado, encaminhando cópia do Relatório de Investigação Preliminar n° 004/2020 (cópia já fornecida aos Deputados-membros); documentos enviados pela senhora Simone de Souza Becker contendo os nomes dos integrantes e *prints* de todas as mensagens do grupo de WhatsApp "COVID-19-COMPRAS" (também já encaminhado aos Deputados-membros); petição enviada pelos procuradores do senhor Douglas Borba informando que a Secretaria de Estado da Casa Civil não participou do grupo de WhatsApp "COMPRAS – COVID-19" (enviado aos Deputados-membros pelo WhatsApp e por *e-mail*).

Passamos para a discussão e votação dos requerimentos.

Requerimento de autoria do Relator, Deputado Ivan Naatz, solicitando o diligenciamento ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a fim de efetivar a requisição de um servidor para auxiliar nos trabalhos desta Comissão.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir, em votação.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Kennedy Nunes, solicitando a convocação do senhor Cícero Alessandro T. Barbosa, Corregedor-Geral do Estado de Santa Catarina.

Página 1048. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir, em votação.

Aprovado.

Requerimento extrapauta do Deputado Ivan Naatz, requerendo a convocação do senhor Jorge Eduardo Tasca, Secretário da Administração, para, na qualidade de testemunha, prestar esclarecimentos na reunião do dia 7/7, às 15h.

Em discussão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Ivan Naatz, vossa senhoria com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhores Deputados, muito boa-tarde, Deputado Sopelsa, boa tarde servidores que nos acompanham.

A CPI teve acesso a conversas de grupo de WhatsApp denominado "Covid-19-Compras". Nesse grupo de WhatsApp é possível perceber a intervenção por diversas vezes do Secretário Jorge Tasca a respeito do procedimento nas compras emergenciais no que diz respeito à Covid-19. Dentro dessas centenas de conversas feitas entre servidores do Tribunal de Contas, servidores da Secretaria da Administração, da Secretaria da Saúde, existem diversas intervenções do Secretário Tasca. Também nessas intervenções é possível observar que o Secretário Tasca trabalha na construção daquele PL que acabou chegando aqui na Assembleia que pedia autorização para o pagamento antecipado e foi retirado no dia seguinte.

Então, diante dessas diversas intervenções e participação do Secretário Tasca nesse grupo de WhatsApp, do qual estão também outros investigados nessa operação, eu solicito a autorização dos colegas Deputados para que nós possamos ouvir o Secretário Jorge Tasca a respeito dessas conversas no grupo de WhatsApp, e de outros procedimentos que a Secretaria de Administração teve durante a compra desses respiradores, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem o queira discutir, em votação.

Aprovado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, uma questão de ordem. Eu acho que houve uma troca no requerimento que eu apresentei, que é o requerimento para nós chamarmos aqui, invés de estar no nome do Cícero, eu gostaria que houvesse a troca – vou pedir para a minha assessoria já fazer a troca – para o senhor Clóvis Skil, que é o Presidente da comissão que fez o relatório, e não o Corregedor-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Alterando o senhor Cícero Alessandro Barbosa, para?...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Clóvis Squio, que é o auditor que fez aquele relatório preliminar da CGE.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Teremos que colocar em discussão e votação novamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É, a sindicância lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Requerimento de autoria do Deputado Kennedy Nunes, solicitando a convocação do senhor Clóvis Squio e dispensando o senhor Cícero.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir, em votação.

Aprovado.

Página 1049. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

SERVIÇO PARLAMENTAR DE TAQUIGRAFIA
Fls. 3670
Rubrica

Quero perguntar ao Deputado Moacir Sopelsa: vossa excelência consegue nos ouvir bem?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Sim, senhor Deputado, eu estou ouvindo bem. Eu tenho um problema aqui que de volta em volta nós ficamos sem sinal. Se por acaso sair, os companheiros me compreendam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor, por isso que regularmente eu vou consultando vossa excelência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O primeiro depoente, senhor Amandio João da Silva Júnior, participará por videoconferência. Solicito que já coloquem em tela a nossa testemunha.

(*O depoente Amandio João da Silva Júnior, acompanhado de seu advogado, conecta-se à videoconferência.*)

Senhor Amandio, a câmera do senhor está virada ao contrário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tem que ligar o microfone, Amandio.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Boa tarde, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Boa tarde. Ainda continua invertida a câmera do senhor.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Tá, eu só preciso esclarecer que houve uma catástrofe agora, às 15h, aqui em Rio do Sul, e destruiu a cidade, e nós estamos completamente sem energia e sem Internet.

Eu estava com tudo preparado pra fazer de outro lugar e tive que correr e vir aqui para o Hospital Regional, que é o único lugar que tem energia e Internet. Então eu tô, eu tô com essa dificuldade aqui de ter que fazer pelo celular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sem problemas.

Para não correr ao risco de termos o sinal caindo, quero consultar o senhor se existe algum problema de vir até aqui na próxima terça-feira, pessoalmente?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Presidente, eu já, eu já fiz um requerimento, eu gostaria de resolver isso hoje, pelo simples fato de que aqui a Internet está tudo bem, o.k.? Eu estou com um problema familiar gravíssimo, que é o da minha mãe, certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Amandio, eu acatei, eu deferi o pedido do senhor, já está na minha mão, tendo em vista o princípio da igualdade, foi oferecida a mesma oportunidade para as testemunhas de outras cidades e também para evitar o risco do contágio da Covid-19.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Se existe problema para o senhor, então a gente pode partir.

O senhor se encontra em residência?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Não, eu estou no Hospital Regional, é o único lugar onde tem energia, estou acompanhado do doutor Marcos Zanella.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor. Senhor Amandio, o senhor sabe por que foi convidado a se fazer presente hoje aqui nesta reunião?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Sei, porque foi, foi, é, é, na semana que passou uma foto minha foi colocada a... em tela e várias situações aconteceram, e em razão disso me convidaram pra, pra estar aqui hoje.

Página 1050. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Quero informar que o senhor está aqui hoje para esclarecer fatos relacionados à Dispensa da Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, que resultou na contratação da Veigamed Material Médico e Hospitalar Eireli, tendo por objeto a aquisição de duzentos respiradores pulmonares ao custo total de R$ 33 milhões.

Senhor Amandio, o senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão, acerca de todos os fatos que lhe forem perguntados, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Sem dúvida, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR— Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Lembrando ao senhor que na condição de testemunha compromissada o senhor tem o direito de permanecer em silêncio, mas é preciso que o senhor expresse essa vontade, tendo em vista que somente permanecer em silêncio não é indicativo de resposta. O senhor tem que falar: prefiro permanecer calado. O senhor compreendeu?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Compreendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Amandio, para que possamos fazer o registro, peço ao senhor que fale o seu nome completo, a sua idade, a sua profissão, o lugar onde exerce a sua atividade, o local de nascimento e o seu endereço, o mais próximo possível do microfone para o registro das nossas taquígrafas.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Meu nome é Amandio João da Silva Júnior, tenho 46 anos, nasci na cidade de Ituporanga, no dia 23 de abril de 1974. Hoje resido na cidade de Rio do Sul, é, e sou empresário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Data de nascimento do senhor?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — 23/4/74.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Amandio, o senhor está acompanhado de advogado?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Sim, estou acompanhado do doutor Marcos Sávio Zanella.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu gostaria que o senhor passasse a oportunidade de ele acessar o seu microfone para poder falar o nome completo dele, número da Ordem e a Unidade da Federação em que ele está inscrito.

O SR. MARCOS SÁVIO ZANELLA — Boa tarde. O meu nome é Marcos Sávio Zanella, OAB Santa Catarina 8.707.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Consulto as taquígrafas se conseguiram capturar com qualidade... (*A taquígrafa faz sinal positivo.*)

Passo a palavra ao senhor Relator da CPI. Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Boa tarde, Amandio.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Boa tarde, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Prefere tirar a máscara para conversar conosco, vai te atrapalhar?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Tá, eu... não, é porque... só eu vou pedir pro Deputado Zane... pro Zanella então sentar um pouco mais longe aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso, assim fica melhor, porque estou vendo que ela está caindo um pouco.

Página 1051. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3671
Rubrica

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso incomoda mesmo, na verdade isso é uma coisa que incomoda, ainda mais a gente que tem um pouco de barba, esse troço fica irritando.

Amandio, permite chamar assim? Eu vou mostrar um vídeo para você para começarmos a conversar sobre isso, está certo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Tá certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por favor.

(*Utiliza imagens projetadas em vídeo para auxiliar nos questionamentos.*)

Por favor, tem essas fotografias aí, primeiro quadro de cima, está vendo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tem como abrir uma aba para ele ver?

Só um minutinho, nós estamos verificando uma questão técnica aqui, tá?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Tá bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Têm essas fotografias...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — É ruim se eu virar minha câmera aqui, assim?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, perfeito.

Vamos tentar passar o vídeo aqui para você ver, o.k.?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Tá bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Obrigado, já está repetindo.

Qual é a data dessa videoconversa que vocês tiveram, Amandio?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — É, 22 de abril, que me lembre.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 22 de abril.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Só que nós falamos mais vezes por vídeo, não foi só dessa vez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É, depois de 22 abril, certo.

Você sabe qual foi a data que o Douglas Borba foi afastado?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Não sei, acho que foi, foi em maio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vamos lá. Então, qual é a tua relação com o Sandro, quem é o Sandro?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — O Sandro é uma das pessoas mais íntegras e descentes que eu conheço, é meu amigo há vinte anos, empresário, certo? E quando eu fui pra Secretaria de Desenvolvimento Econômico, como Adjunto, eu o convidei pra ir comigo. Eu saí em dezembro de 2019 e o Sandro saiu é... no início de abril de 2020.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E depois, ele voltou?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Aí voltou no dia 11 quando eu voltei pro governo, quando fui chamado pra ir pra Casa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ah, então o senhor o trouxe?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Trouxe.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pra trabalhar com o senhor?

Página 1052. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Qual é o negócio dele?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Ele sempre foi farmacêutico e ele é dono também e sócio de uma loja de calzone.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá. E o Márcio?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — O Márcio é casado com uma prima terceira minha, que eu vim a conhecer há uns três anos atrás, um grande empresário da construção civil de Florianópolis, Márcio Furtado de Mendonça. É uma pessoa altamente íntegra, uma grande figura e que foi ele que há uns dois anos atrás, coincidente nós nos cruzamos num café na Bocaiúva, me apresentou o Samuel, que depois só vim a conversar com o Samuel de novo a partir do dia 11 ou 12 de abril, a respeito de um projeto de trazer é... pro Brasil, testes PCR contra o Covid.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Como é que ele entrou nessa conversa assim?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Foi o seguinte...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ele disse que era seu amigo, aqui, de longa data.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Nós, nós... Não, de longa data não, porque nós ficamos amigos durante uns vinte e tantos dias ficamos conversando pelo menos uma vez por dia, certo?

Nós iniciamos um grupo de trabalho, é, no dia 14 de abril, o.k., pra que, pra que... é... a gente, a gente tinha uma possibilidade completamente privada, tá, de trazer testes de Covid da Coreia para o Brasil. Um amigo do Sandro Yuri, que é o meu amigo que estava na foto, da Coreia, ofereceu ao Yuri essa condição. No dia 11 de abril o Yuri me ligou, eu disse que não entendia absolutamente nada disso, mas que era uma grande oportunidade de negócio e disse que gostaria de convidar o Márcio, porque o Márcio é uma pessoa muito próxima a mim e que também tava precisando de ampliar os seus negócios, porque tava com dificuldade com relação a um tensionamento que ele tem na vida privada na empresa dele. O Márcio sugeriu a vinda de Samuel, que eu havia conhecido rapidamente há muito tempo atrás, certo? E... o, o, formamos esse grupo e iniciamos um projeto, um trabalho, pra trazer é... testes PCR contra o Covid, é... da Coreia. No dia 14 de abril, foi formado esse grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

O Rodovalho falou que estava tentando vender os respiradores para Santa Catarina, conversou contigo sobre isso?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Não, comigo... eu nunca, eu nunca tive nenhuma conversa direta minha com, com o Samuel, nem por WhatsApp, nem por nada, tudo que nós fizemos foi pelo grupo, certo? O Rodavalho nunca tratou desse tema comigo, absolutamente, eu tenho tudo registrado aqui, e ele nunca trabalhou disso comigo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nunca conversou, nada? Sabia que você estava no governo.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Com o Samuel, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É porque naquela época você não estava no governo, né? Se essa imagem aqui corresponde...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Eu saí, eu saí do governo dia 17 de dezembro e voltei dia 11 de maio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pois é, então nessa data do dia 22/4, se ela confere, você não estava no governo. Ele não conversou contigo que estava vendendo equipamentos para o governo? Que ele teria?... dia 30, estava

Página 1053. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3672
Rubrica

cobrando comissão dos respiradores. Não conversou nada contigo sobre isso sabendo que você tinha sido Secretário?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Quem conversou comigo isso uma vez foi o Márcio, não foi Samuel, e o, e o... e essa conversa foi superficial, certo? E no Samuel nunca me pediu nada sobre esse tema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Depois, quando o negócio estourou, certo, quando esse negócio estourou, o Rodovalho, o Samuel foi identificado como um dos envolvidos, vazou aquele negócio da comissão, você, o Sandro, o Rodovalho e o Márcio conversaram o que sobre isso? Se você não conversou com o Rodovalho, mas isso vazou, você ficou sabendo que teu amigo, com quem está fazendo videoconferência, estava envolvido nesse processo.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — A data, a data que... que isso aconteceu, o, o, o Rodavalho nunca mais... é acho que foi 6 ou 7/5, depois nós nunca mais conversamos sobre isso. Eu tô afirmando pro senhor, eu tenho todas as conversas de grupo com o Rodavalho, nós nunca tratamos, eu tenho todas as descrições, nunca tratamos disso, eu e o Samuel, nunca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E com o Sandro, você conversou com o Sandro?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Também não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas assim...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — O nosso foco era outro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vamos conversar assim, vocês estavam em um grupo, tentando fazer venda de Covid, não tem nada de ilegal nisso aí, você não estava no governo, o Sandro também não estava, mas saiu a notícia do Intercept, o Rodovalho começou a aparecer como um dos envolvidos na CPI dos Respiradores, você, o Sandro, o Márcio e o Samuel não voltaram a conversar nunca mais sobre isso?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Nós...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Olha o que aconteceu? O que se passou ali? Poxa! A gente estava tentando vender os testes para a Covid...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Não, mas o nosso negócio é puramente privado, Deputado, puramente privado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu entendo, não estou dizendo que não é, estou dizendo que vocês não conversaram sobre isso?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Tudo bem, não. O senhor quer me... não tem isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá.

Bom, o senhor foi para o governo no lugar do Douglas Borba, certo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vou falar um pouquinho sobre isso. O Douglas Borba preso, o senhor assumiu a Secretaria, esse negócio dos respiradores, como é que o governo tratou disso? Como que o senhor tratou disso com o governo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Nunca tratei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ou o Governador.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Nunca tratei disso no governo, eu sempre disse publicamente o que eu sempre digo, eu quero olhar pra frente, eu não tinha responsabilidade nenhuma sobre isso, certo? As coisas estão sendo apuradas, os senhores estão apurando, o Ministério Público está apurando, eu não tenho absolutamente nada a ver com isso. O senhor veja que... com todas as apurações, o

Página 1054. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

senhor mesmo colocou a minha foto aí publicamente, eles dizem o seguinte: já no dia... é, 22/4, Samuel, é, é responde que está apanhando do Secretário, encaminha uma fotografia. No entanto, nenhum dos participantes em primeiro momento são envolvidos em fatos investigados, se eu tivesse qualquer relação o meu nome estava aqui, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Estão chegando à CPI muitos grupos de WhatsApp, muitas conversas.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Hum, hum, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Hoje nós recebemos mais de trezentas conversas em grupo de WhatsApp. Então se o senhor tiver alguma participação nós vamos acabar descobrindo, isso é papel...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — O.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então eu queria saber do governo, o senhor foi Secretário: olha, o nosso Secretário está preso, teve esse problema dos respiradores, agora tu vais assumir essa missão de conversar com a gente, de tentar fazer essa aproximação. Eu te via muito aqui na Assembleia, constantemente, e o Governador não conversou contigo sobre essa questão dos respiradores?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sobre esse desastre?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR— Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Secretário Helton?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O ex-Secretário Helton não perguntou para eles o que aconteceu?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Eu nunca mais falei com ele depois disso tudo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nesse período que o senhor esteve como Secretário, como Chefe da Casa Civil, que é o representante do governo, especificamente, o senhor nunca conversou com o Governador o que aconteceu?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Nunca, Deputado. Eu fui aí pra olhar, fui olhar pra frente, eu sou empresário, não fui pra fazer política, e eu quero fazer (*ininteligível*) a uma coisa aqui...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas... o senhor é o Chefe da Casa Civil, o Chefe da Casa Civil faz política, né? É isso que ele faz.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — (*Falha na transmissão da videoconferência.*)

Sim, mas eu fui um dia em todas as lideranças, eu acabei saindo antes numa reunião e fui chamado a atenção, inclusive por um colega dos senhores aí. Então assim, eu quero inclusive me desculpar com as lideranças porque pra mim isso era uma coisa normal e não é, eu fui, eu, eu estava aprendendo uma situação, não quero fazer *mea culpa* aqui, mas esse é o fato, eu tô falando com coração, eu não quero é, é aqui, em nenhum momento é, distorcer qualquer informação, mas eu, eu nunca falei no governo sobre esse tema, isso pra mim ficou no passado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Passado não é, né, Júnior, nós estamos aqui no presente, o presente é essa investigação, não tem passado, o passado... não se constitui passado a compra desses respiradores, a compra desses respiradores, a perda do dinheiro é presente, não é passado.

Página 1055. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3673

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Deputado, eu sou, eu sou catarinense e quero mais do que ninguém tudo isso esclarecido, eu não tenho absolutamente nada a ver com isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, mas eu não estou dizendo...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Absolutamente nada a ver com isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A CPI... nós não estamos dizendo que o senhor tem, ninguém está dizendo que o senhor tem alguma coisa com isso. Nós estamos querendo saber de você, se você conversou com alguém que possa ter, se o governo deu alguma orientação, se o Governador conversou contigo.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nunca conversou?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Nenhuma. Nunca falei com o Governador sobre isso, eu só conversei com o Governador pra gente olhar pra frente, eu sempre disse, eu não quero ficar abraçado ao problema, vamos olhar pra frente, a gente precisa olhar por Santa Catarina. Só isso, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Sandro saiu do emprego junto contigo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Semana pa... sexta-feira saiu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E ele se desligou junto com você?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Sim!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vocês conseguiram evoluir nesse negócio do teste da Covid, o senhor vendeu alguma coisa para o governo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Infelizmente, infelizmente não.

Nós fizemos uma reunião, depois do dia, nós fizemos uma reunião, que eu inclusive não participei, mas participou o Sandro e o Samuel, com um dos quinze maiores empresários de Florianópolis pra levar esse teste do Covid para Florianópolis, tá? É, inclusive, eu até fico assustado porque se essa foto desses quinze empresários tivesse aparecido na CPI, né, infelizmente, aquele dia ali, foi um dia que não foi muito positivo porque ficou uma questão técnica que não foi avaliada, tinha um laboratório muito grande no Brasil, que não quero ficar falando o nome aqui pra não chamar isso pra, pra coisa, eu tenho tudo isso está descrito, certo? Infelizmente, ali as coisas começaram a não dar certo porque os valores não batiam.

A Federação das Indústrias participou disso, Floripa Sustentável participou disso, a Associação Empresarial de Florianópolis participou disso, mas, infelizmente, isso não conseguiu ir adiante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Essa informação que o senhor representou uma empresa e com a empresa fez negócios com o Estado, se eu não me engano, de R$ 10 mil, vocês venderam alguma coisa para o Estado. O senhor fez negócios com o Estado?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Olha, o...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ou a empresa que o senhor representa, entidade?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Não, não. Eu quero dizer ao senhor que um dos grandes motivos pra mim ter saído do governo foi exatamente

Página 1056. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

isso e eu vou explicar ao senhor o porquê. Eu sou há vinte anos associativista, eu sou há vinte anos voluntário, vinte anos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se quiser levantar um pouquinho a tua câmera...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Assim?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Está ótimo, perfeito.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Desculpe, desculpe, tá um problema aqui, só um minutinho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sem problema. Ótimo, melhorou bem.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Deputado, eu sou há vinte anos associativista, fui presidente de todas as entidades que eu participei, certo? E uma das que mais me deixou é, é, emocionado, foi o Excelência Santa Catarina, são pessoas extraordinárias que trabalham lá, certo? São pessoas voluntárias, eu fiquei quatro anos como presidente absolutamente voluntário. É uma entidade que ajuda a melhorar a, o desempenho das empresas. E essa, e essa entidade voluntária associativista foi contratada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico pra fazer um projeto magnífico na Secretaria de Desenvolvimento Econômico. E ela foi jogada nas páginas dos jornais como se tivesse feito alguma coisa errada, isso não partiu apenas o meu coração, mas nós... eu faço parte do conselho superior com o doutor Marcelo Petrelli, com o doutor Saul Brandalise Júnior, com o doutor Décio da Silva, com o doutor Roberto Zague, com o doutor Roberto Amaral, pessoas da mais alta estirpe, que fazem parte dessa entidade voluntariamente e que se sentiram absolutamente atingidos por, por essa reportagem aí, que ela foi muito malvada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas qual foi o valor desse negócio?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Eu acho que foi R$ 10 mil, eu não lembro realmente eu, eu vi o que eu... eu li o que eu vi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado.

Por enquanto é isso, senhor Presidente.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Ivan Naatz.

Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência com a palavra, pela ordem de inscrição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Boa tarde, Amandio, boa tarde ao seu advogado.

Gostaria que o senhor explicasse o último dia 26, para mim não ficou bem claro. Amandio, o senhor foi exonerado ou o senhor pediu exoneração do cargo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Deputado, quero dizer ao senhor o seguinte, assim ó: é, eu não sou do mundo político, eu sou um idealista, fui chamado a, a tentar ajudar, certo? Tentei fazer o meu melhor, conversei com vários dos senhores, cometi alguns equívocos, obviamente, que eu cometi, certo? Mas é... na sexta-feira, depois de toda essa celeuma, eu não conseguia mais me alimentar bem, não, não estava bem, eu vim pra casa na sexta-feira falar com a minha família e a minha família fez um apelo no final do dia que eu não voltasse mais pro governo, porque isso iria desgastar demais, eu nunca tive nenhuma mancha na minha vida com relação a isso.

E eu estou com um outro problema enorme na minha família, eu amo a minha mãe. A minha mãe é uma pessoa extraordinária, tem 70 anos, ela está com câncer no pâncreas, eu deixei ela aqui ela tá fazendo tratamento e, e, e ela apelou pra mim também

Página 1057. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3674

pra que eu voltasse pra casa porque eu preciso ficar com ela, eu preciso ficar com a minha família. Liguei ao Governador, o Governador entendeu que realmente é, o governo já... a gente sabe, eu, eu não vou esconder, o governo desgastado, a gente tentou arrumar as coisas, é, eu, eu quer... eu gostaria de ser uma solução e eu poderia me transformar num problema.

Então, em comum acordo, eu não voltei mais, o Governador me exonerou, entendeu? Eu não vejo, não vejo problema nenhum, nós fizemos um comum acordo por telefone, ficamos dez, quinze minutos no telefone, e foi desse jeito. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É, de qualquer forma a versão que ficou não foi... não ficou bem clara. Eu confesso que eu próprio não, não, não entendi bem.

Mas o senhor se sente, dada a essa repercussão, ainda que tenha sido uma vontade sua explícita aqui, num contato com o Governador, o senhor se sente de alguma forma injustiçado por essa repercussão que acabou também lhe desgastando? Embora não tivesse muito, muito próximo, dada até a minha condição aqui, da CPI, mas a perda de apoio do governo na Assembleia fez com que nós todos nos afastássemos, e eu percebi o seu, o seu empenho no sentido da, da reconstrução de uma unidade mínima aqui, na Assembleia. O senhor se sente de alguma forma injustiçado por essa repercussão?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Olha, pela repercussão, eu me sinto, sim, injustiçado porque eu quero dizer ao senhor o seguinte: como eu já falei, eu sou idealista, eu acredito no governo, acredito nos Poderes.

Veja, Deputado, a primeira ação que eu tomei quando assumi, mesmo naquele clima horroroso, eu fui à Assembleia Legislativa, porque entendo que Assembleia é um Poder imprescindível para o Estado democrático de direito, assim como é o Tribunal de Justiça, assim como é o Tribunal de Contas, assim como é o Ministério Público, assim como é a imprensa, a sociedade civil organizada e o setor produtivo.

Eu tenho isso na minha cabeça. Ah, um simples aparecimento de uma coisa absolutamente privada, de uma foto minha, jogada na imprensa e, e, durante uma semana eu sendo desdenhado como se eu tivesse participado de algo que não foi é, é, o que foi, é, mostrado ali, isso me corroeu, porque eu sou um homem honrado, os meus pais me ensinaram isso. E, e, eu me sinto, sim, muito injustiçado pelo, pelo, pelo fato, tanto é que existe uma foto, mas embaixo da foto uma descrição que não tem absolutamente nada a ver comigo, certo? Mas que isso destrói e mancha a honra das pessoas, né?

Eu, eu saí muito entristecido do governo. É, é, eu conversei algumas vezes, mesmo com o senhor, que o senhor é uma pessoa decente, o senhor já foi Chefe da Casa Civil, o senhor sabe a envergadura que tem esse cargo, né. Eu não gostaria de ter saído, mas, eu, eu, como eu disse, eu fui pra arrumar é, é, tentar arrumar soluções não problemas e se eu fosse virar um problema, seja da CPI ou de qualquer outra coisa, eu preferi ficar em casa. Então foi o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O, então Secretário da Casa Civil, Douglas Borba aqui, na CPI, em seu depoimento, ele próprio considerou que esse negócio foi desastroso. Muito embora o senhor tenha afirmado que em nenhum momento tratou disso, mas claro que o cidadão catarinense conheceu... não há como não ter ouvido falar em relação a esse negócio.

Como empresário e como ex-Secretário como é que o senhor julga esse negócio fraudulento que aconteceu, Amandio?

Página 1058. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Lamentável, Deputado. Eu antes de ser Secretário e empresário, eu sou um catarinense e acredito nas instituições, acredito no governo, acredito nas pessoas. As coisas estão sendo apuradas, eu não posso fazer nenhum tipo de pré-julgamento, não faz parte do *métier* isso, fazer juízo de valor, né. Eu só tenho a dizer que isso é um episódio lamentável e que, eventualmente, quem errou e quem fez o que fez, é, tenha que, é, arcar com as consequências, mas, mais do que isso, eu não tenho o que dizer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Antes dessa amizade construída em tão poucos dias com o Samuel Rodovalho, o senhor teve algum negócio com ele, alguma sociedade, teve alguma parceria?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E, encerrado esse episódio não...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI –... foi encerrado qualquer tipo de parceria dado ao insucesso da venda para o Estado, é isso?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, não, não, não, eu... não é venda para o Estado, Deputado, nós não levamos nenhuma venda pro Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O.k. Venda...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – É... venda privada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI –... privada.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Era, era um negócio privado... não... acabou ali. Não se teve absolutamente mais nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É o senhor reafirmou aqui, afirmou e reafirmou que nunca participou de nenhum tipo de negócio com o Estado. O senhor reafirma isso?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Reafirmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É... a questão do Samuel Rodovalho, é, que diretamente participou e o senhor só está aqui pela amizade que ele confidenciou aqui, que teria, não é, com senhor, manifestou a sua solidariedade ao amigo? Vocês nunca mais voltaram a falar?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Nunca mais conversamos. (*Acena com a cabeça que não.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Essa amizade...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Ele... agora essa amizade de quinze, vinte dias também, talvez ele tenha explicado não é uma amizade. Eu não sei onde o Samuel mora, eu não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É que chamou muita atenção aqui, porque ele nem lhe chamou de Amandio, chamou de Junior. A impressão que nós tivemos aqui, é que eram velhos conhecidos.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, não. Eu vou, eu vou explicar pro senhor então uma coisa. As pessoas próximas a mim me chamam de Júnior, não me chamam de Amandio. E o Márcio Mendonça, que é próximo a mim, uma grande de figura, um homem integro, né, que é casado, como já falei, com uma prima terceira minha, me chama de Júnior. Então ele me apresenta para as pessoas como Júnior e não como Amandio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Tá o.k. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhor Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência tem alguma pergunta a ser feita, Deputado?

Página 1059. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3675
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Posso fazer mais daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor. Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Boa tarde, senhores; boa tarde, Amandio.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Boa tarde, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Deixa eu fazer algumas perguntas aqui, que estão relacionadas a esse momento aqui.

Eu já ouvi, não quero ser repetitivo aqui, já ouvi do senhor que conhece o Samuel Rodovalho há vinte dias, que conheceu ele através do Márcio, entre os dias 11 e 12, que o senhor... estavam tentando fazer esse negócio do *drive-thru* de teste Covid, é isso, né? Que era um...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – É isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES -... que vocês não tinham, mas no dia ali, o Sandro Yuri, nesse dia que vocês conversaram, o senhor não era mais membro do governo, mas o Sandro Yuri ainda continuava como membro do governo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por que não?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – O Sandro Yuri sa, o Sandro Yuri me ligou é, é, na primeira semana de abril, me dizendo que eles já tinham chamado uma pessoa para entrar no lugar dele lá da DCTI, ele era diretor de Inovação e Tecnologia da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, ele estava apenas passando. E no dia 11, ele me ligou confirmando que ele ia 16 ia sair. Saiu dia 16 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá. E o assunto é, do negócio de vocês, que vocês estavam tratando evoluiu?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Do Coreia?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Da, da, da, sim... evoluiu pra um projeto di, di, di *drive-thru*, mas nós não conseguimos executar por que os valores finais, para as entidades que nós apresentamos, ficaram fora da, da, do mercado. E, aí... logicamente também não foi possível. Foram vinte dias intensos, vinte cinco dias intenso de trabalho que infelizmente acabaram dando em nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, o senhor sabia que o Samuel Rodovalho é concunhado do Aécio Neves?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, não (*ri*), não sabia, nem fazia ideia disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Hum, hum.

Depois, quando o senhor saiu, que não deu... o senhor disse... qual foi a última vez que o senhor falou diretamente com o Samuel Rodovalho?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Eu nunca falei diretamente com Samuel, por telefone, por nada, só pelo grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor sabe que o senhor fez o juramento de falar a verdade aqui?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor alguma vez mandou mensagem ou recebeu mensagem particular do seu telefone do Samuel Rodovalho?

Página 1060. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – O que tenho pelo meu celular nada, só tratamos por grupo. Inclusive eu revisei, eu, eu realmente não lembro, porque não, não tenho isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Volto a dizer... volto a perguntar, o senhor diz que só fez a conversa com o Samuel através do grupo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Eu volto a perguntar: alguma vez o Samuel Rodovalho fez alguma mensagem particular para o seu telefone fora do grupo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Na minha lembrança, não. E eu posso colocar meu telefone à disposição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, é, alguma vez o senhor Samuel ou o Márcio veio pedir pro senhor algum tipo de ajuda, porque o processo do pagamento estava pra ser cancelado?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – De pagamento nunca falou. O Márcio uma vez tocou no assunto comigo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Do pagamento dos respiradores. Eu estou no pagamento dos respiradores. Alguém...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... disse assim: por favor, você conhece alguém lá? Estão pra cancelar o pagamento dos respiradores, tem como ajudar? Alguma vez o senhor recebeu esse tipo de ajuda?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – O Márcio uma vez me ligou, eu não lembro a data, dizendo que é, precisava um contato de alguém da, da, da Saúde pra ajudar um, um amigo, que era o Samuel eu acho, enfim. E, aí, eu passei o contato dele, mas, não, nunca falou sobre pagamento, sobre essas coisas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, é isso quando o Márcio...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Eu não estava no governo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –... Perfeito.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Eu só queria dizer para os senhores...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu, eu, a gente sabe que o senhor não estava no governo. O senhor saiu no ano passado...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –... e entrou agora de volta.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Isso daí está claro.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Tá claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Eu só estou checando aqui essa questão da saída do, do Sandro Yuri se no dia... que vocês conversavam, ele estava no governo ou não, mas daqui a pouco eu já tenho essa informação aqui.

Eu estou perguntando... o senhor falou que o Márcio ligou pro senhor pedindo pra que se o senhor soubesse alguém lá da Saúde, que dia foi isso? O senhor lembra? Foi antes dessa reunião de vocês quatro? Foi depois?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Ah, eu, eu, eu realmente, eu realmente não lembro, eu realmente não lembro. Mas, com certeza, assim, talvez tenha sido antes, eu com certeza não lembro.

Página 1061. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

3676

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor nunca falou para alguém que iria tentar uma, um contato na Secretaria de Saúde para tentar ajudar sobre esse fato?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Eu falei pro Márcio que eu ia tentar ajudá-lo, sim, mas não foi possível...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR –... que não foi possível.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor disse que ia tentar ajudar o Márcio na questão dos respiradores?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – A tentar fazer o contato, mas não foi possível.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por que não foi possível?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Eu não lembro, Deputado, sinceramente eu não lembro, com toda sinceridade.

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sabe, Amandio, eu nunca falei com você. Quero deixar claro aqui que quando você assumiu é... permita-me dizer foi é, é, é, de inteligência da sua parte, você e... por uma opção minha, eu não falo com ninguém do governo. Eu quero até deixar claro aqui, por isso que eu não aceitei a tua visita lá no meu gabinete, né...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Tá bom.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES -... isso é claro. Nada contra a sua pessoa. Eu não tenho absolutamente nada contra, mas é uma opção minha. Eu não atendo ninguém do governo e portanto... Mas achei interessante que você veio aqui, e conversou com vários Deputados. Eu acho que os Deputados na, no momento disseram que isso foi legal, mas é só queria... até, até porque, eu nunca tive tinha falado com você e talvez você, talvez me achou arrogante, alguma coisa assim...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... mas é uma opção de mandato. Então só pra me deixar...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... só para deixar claro.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Eu queria, eu queria falar com senhor porque na verdade é o seguinte, assim ó, ó, ó, eu, eu, eu, eu, eu gosto da sua eloquência e tal, e eu queria falar com todo mundo, por que assim, eu fui com a alma limpa e meu coração aberto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Se você, se você vir agora, que não está no governo, te sirvo até um café, não tem problema.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – (*Ri.*) Tá bom.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - É uma postura, é uma postura de mandato minha, não é nada lá.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Tá bom, doutor Kennedy.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas eu queria é, é, saber disso exatamente, porque... o senhor sabe que o Samuel Rodovalho quebrou o telefone dele, né?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – É... eu, eu não sei. Eu vi aquele dia que ele falou alguma coisa nesse sentido.

Página 1062. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - E que, no telefone dele, a gente quebra, mas é possível buscar algumas mensagens.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor alguma vez fez, nesse pedido do Marcio pro senhor, o senhor... eu queria, eu queria explica... eu queria que o senhor explicasse mais. Eu estou dando uma oportunidade para o senhor falar a verdade aqui...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES -... até porque, eu não quero que é vossa excelência, que está sob juramento, daqui a pouco, quando vir à tona outras partes que agora está no STJ, o senhor possa de alguma forma ter que se explicar de novo. Mas eu queria saber um pouco mais desse telefonema do Marcio pro senhor pedindo ajuda de alguém na Secretaria de Saúde, por favor. Esse telefonema...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – É, foi o que eu falei pro senhor, ele falou comigo, eu tentei ajudá-lo e, infelizmente, não foi possível.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Deixa eu perguntar uma coisa: esse telefonema foi... o senhor lembra quando é que foi? É importante essa, essa lembrança. (*O depoente acena negativamente com a cabeça.*)

Procure, procure.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Eu não lembro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Porque assim ó...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Eu, eu, posso tentar resgatar, mas eu realmente não lembro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aqui, ó, sabe... é... eu, eu, eu, eu vou dizer... eu, eu, eu tento acreditar em vocês, mas quando, quando as pessoas, todos os depoente chegam aqui e diz que: não lembro, não lembro. É complicado para nós, por quê? Porque nós estamos querendo esclarecer um fato e esse fato pode ser extremamente pro senhor colocar a, a, a sua imagem que é uma imagem, uma história fantástica, como o senhor disse, de associativismo, de empréstimo do seu trabalho para excelência em Santa Catarina.

Mas assim ó, eu só queria saber o seguinte: se esse telefonema, eu queria que o senhor, por favor, pudesse buscar no seu, no seu córtex, que é onde a gente guarda a memória, é, se o senhor pudesse buscar, se esse pedido do Márcio foi antes ou depois do dia 5 de abril?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – É, eu, realmente, não consigo falar isso pro senhor. Eu não lembro, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, o senhor disse que teve várias mensagens e vários negócios com relação ao grupo. O senhor lembra quem participava desse grupo, todos os que participavam desse grupo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Nós quatro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só os quatro.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Não tinha outros fornecedores nesse grupo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR –Não, senhor, nesse grupo não tinha outros fornecedores, não tinha nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É... eu, eu, eu pensei que o senhor ia me ajudar lembrando dessa data. Esse é um ponto para mim crucial de eu saber se o senhor realmente nesse dia, perante a sociedade catarinense, está falando a verdade ou não.

Página 1063. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3671

Eu não tenho mais perguntas, senhor Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor me permite, senhores Deputados.

Eu queria entender, Amandio, como é que se criou o grupo de WhatsApp? Como é que vocês criaram o grupo? Qual foi a origem da criação desse grupo? Quem indicou quem?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Foi assim ó... quem, quem... foi o seguinte, eu vou repetir o que eu falei pro senhor, o Yuri me ligou que estava saindo do governo, que tinha uma oportunidade, eu chamei o Márcio, o Márcio chamou o Samuel e o Márcio criou o grupo, no dia 14 de abril.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá, e o Márcio queria só criar essa ideia? O Márcio queria ter essa ideia de venda de Covid? Qual era o objetivo do Márcio de criar o grupo e chamar o Rodovalho? Eu não estou entendendo isso aí. É que tem que ter uma relação, sabe?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Era um negócio, Deputados, negócio privado. Não tem relação nenhuma com a iniciativa pública.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Negócio privado, vocês não queriam vender para o governo espécies?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, não, não, não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não passou pela cabeça de vocês conversar pra vender para o governo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não havia nenhum problema, você não estava no governo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, não tinha nenhum problema.

Acho até que num momento nós aventamos de eventualmente vender para o governo, mas isso, essa ideia foi tirada logo de prática quando a gente viu que é, é, é a iniciativa privada aceitariam com muito mais facilidade essa ideia inovadora. Foi só isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual é o papel do Sandro? O Sandro faz o que especificamente lá no governo? Ele fazia o que no governo? Porque ele saiu... ele estava lá durante o problema da compra de respiradores, ele estava lá. O que ele fazia?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Ele tava, ele tava, ele tava na, na Diretoria de Inovação e Tecnologia da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Daí, o senhor trouxe ele para a Secretaria de...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, ele saiu, ele saiu, foi demitido do governo. Eu nunca na minha vida imaginei que iam me chamar para o governo. No dia 10, o Governador me chamou, dia 11 assumi. Chamei o Sandro porque é um cara íntegro, uma pessoa inteligentíssima e que podia me ajudar ali. Foi isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Relator, só...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro, claro.

Página 1064. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Amandio, o senhor conversou... aquele dia, o senhor disse que a conversa quando é que foi? Aquela conversa ali, que aparece ele na tela do *print* do senhor Sandro?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – 22.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 22... de...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –... de abril.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 22 de abril, mas o senhor disse que dia 11 e 12 de abril, o que que era, dia 11 e 12 de abril?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, ele me ligou dizendo que ia sair do governo e que tinha recebido uma, uma oferta de negócio da Coreia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas ele ligou pro senhor que dia, que ele disse que estava saindo do governo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Eu acho que ali, pelo dia 11, 12, ele ligou pra mim, 11 eu acho que foi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 11.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Também não tenho certeza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – É, é, eu não tenho muita certeza disso também, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E a conversa foi dia 22 de abril?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor tem como comprovar o dia dessa conversa, dia 22 de abril?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Tem, porque o senhor deve ter em mãos, aí, está aqui, na, nos laudos do Ministério Público.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

Na verdade o senhor Sandro Yuri, quando ligou pro senhor, ainda estava nomeado. Ele foi...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – É, eu não sei, não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ele foi exonerado, ele foi exonerado no dia, a publicação foi no dia 8 de maio, mas com data retroativa ao dia 20 de abril. Então, quando ele ligou para o senhor, ainda ele estava no governo.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Ah, então, eu não, realmente eu não lembro. Eu acho que, eu achei que ele já tinha saído.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Kennedy Nunes.

Eu quero comunicar a presença do Deputado Felipe Estevão.

Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência. (*Pausa.*) Não tem perguntas.

Com a palavra o Deputado Estadual Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Pois não, Deputado-Presidente, está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Boa noite, senhores Deputados, boa noite, Amandio.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Boa noite, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Eu quero, Deputado Sargento Lima, nosso Presidente, Deputado Ivan Naatz e senhores Deputados.

Fls. 3678
Rubrica
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Página 1065. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Amandio, eu não sei se eu tive oportunidade de alguma vez conversar pessoalmente contigo, acho que não, não me lembro.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Infelizmente não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Mas quero dizer o seguinte, preciso dizer isso, porque é importante para lhe dizer o que eu penso depois.

Quando você chegou no governo, na Secretaria da Casa Civil, eu quero te dizer que lamento ter sido uma passagem curta. Eu não sei se foi com todos os Deputados, mas com alguns que eu conheci, é, o teu relacionamento foi importante, as tuas conversas foram importantes, ações que estavam paradas elas começaram a acontecer. E eu digo lamentável, não estou aqui criticando o Secretário anterior, cada um tem uma forma de trabalhar.

Isso que está acontecendo e que aconteceu com a compra dos duzentos respiradores, eu acho que é um mal e eu não sei quando que nós vamos cicatrizar essa, essa ferida. Isso para todos os catarinenses, porque se nós tínhamos um pensamento de fazer um investimento, que esse investimento viesse para ajudar na saúde das pessoas, ele não aconteceu. Aconteceu uma compra desastrosa, como alguns do próprio governo falam.

É, eu ouvi com atenção as perguntas dos meus colegas e ouvi também e vi as tuas respostas. Eu, eu não quero te perguntar nada. Eu quero apenas dizer o seguinte, Amandio, as coisas têm que ser esclarecidas e a nossa função na CPI, não tem outra função a não ser esclarecer esses fatos. Eu acho que faz bem para aqueles que às vezes estão sendo envolvidos e não têm culpa, e também vai fazer bem para aqueles que se envolveram e que precisam, e que precisam fazer a prestação de contas e responder pelo ato, pelo ato de inadimplência pelo menos que aconteceu.

Então a Justiça caminha, investiga, a CPI vai fazer todas as investigações que pode e, no fim, a verdade vai prevalecer.

Eu espero que você esteja falando a verdade, é, e que se você não deve que você não pague, que você não pague. Acho que é injusto quando uma pessoa não deve, pagar, mas nós temos que ter responsabilidade e que foi feita alguma coisa de errado, de negativo, as pessoas precisam ser responsabilizadas e todos os catarinenses precisam saber quem foi que foi o responsável de fazer esse negócio desastroso.

Era isso, senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Moacir Sopelsa.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito obrigado, senhor Presidente.

Boa noite, aos nobres Deputados, sempre fazendo um trabalho muito competente. Eu estava acompanhando aqui as perguntas e respostas, e dirimiu grande parte das dúvidas.

Eu só tenho uma pergunta ao senhor Amandio. Amandio, como é que foi a sua aproximação com o governo? Eu lembro que num momento de campanha, no segundo turno, o senhor participou da captação de recursos na eleição do senhor Governador Moisés. Eu acho que a sua chegada nesse grupo foi mais ou menos nessa época, seria ... se o senhor participou ativamente, se o senhor chegou a participar na captação de recursos, ali no segundo turno?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, não, não, não era esse o meu trabalho. Na verdade fiz um trabalho regional aqui, por amizade ao Lucas, que eu conhecia do Movimento Jovem Empresário. E, aí, não só eu, vários empresários aqui, se mobilizaram na região do Alto Vale. Foi apenas isso. Não foi nada muito significativo

Página 1066. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

de trabalho árduo, enfim. Até porque eu tinha a minha empresa, meus negócios. Não conhecia o Governador Moisés, não conhecia as pessoas que estavam ali, uma coisa muito superficial para falar bem a verdade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Tudo bem. A gente foi informado, né, e eu acompanhei que segundo algumas informações o senhor tinha procurado o governador com alguns descontentamento, com algumas até, segundo informações, denúncias na Secretaria do senhor Lucas Esmeraldino e o senhor parece que não teve aquela receptividade do Governador. Isso procede?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – O senhor poderia repetir a pergunta, porque ela cortou, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito bem, o senhor foi Secretário Adjunto da SDR, junto com Lucas.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Poderia repetir a pergunta, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Sim. Acho que o sinal está meio ruim. Consegue me compreender bem, aí? Será que foi restabelecido?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Agora, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor é, então Secretário Adjunto, tenho informações que o senhor procura o Governador Moisés, eu pude acompanhar, com certo descontentamento, até falando de algumas irregularidades na Secretaria do senhor Lucas Esmeraldino, e o senhor resolve então, segundo as informações, que não foi... não teve a receptividade que esperava nessas denúncias de irregularidades ou alguns desacordos de sua parte para com Lucas. Isso procede?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, Deputado, não Deputados. Nunca, nunca houve, Deputado, esse tipo de irregularidade, nunca tratei disso, até porque eu estava lá, né? Não, não, isso não procede, inclusive com perdão da palavra, nem tem nada a ver com o tema aqui. Mas não, não, não acontece, não aconteceu isso.

Eu procurei o Governador Moisés pra, pra comunicar que eu ia sair, porque eu achava que eu tinha feito o meu papel na parte executiva e eu estava cansado também, queria vir embora. Foi por isso. Não teve nada de, absolutamente nada, de irregularidade, absolutamente nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – E o que lhe motivou pra voltar pro governo de repente assim, subitamente, num momento tão delicado?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Olha, Deputado, eu vou falar a verdade pro senhor, como eu sempre digo, é, independente das divergências de ideias que existem e elas são da democracia, a qualidade das pessoas que eu conheci no governo, elas me surpreenderam.

Eu sempre fui empresário e sempre fui um crítico do modelo de gestão pública no Brasil, mas eu confesso ao senhor que quando eu encontrei a qualidade técnica, não só das pessoas do primeiro escalão, mas o funcionalismo público de Santa Catarina é um funcionalismo que... me conquistou meu coração, porque são pessoas altamente capacitadas, que fazem projetos maravilhosos - e não é só desse governo, não, Deputado Felipe Estevão -, a gente tem que reconhecer o que passou. Se Santa Catarina é o que é porque os outros governos também construíam coisas muito importante e a gente tem que respeitar quem passou. O Governador Raimundo Colombo, Luiz Henrique, Eduardo Pinho Moreira, Esperidião Amin, que foi um governos sensacional, eu lembro da minha infância. Eu tenho um apreço muito grande pelo Senador Esperidião Amim, nunca tive oportunidade de conversar com ele. Mas assim, o Estado de Santa Catarina só é o que é

Página 1067. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3679

pelo seu povo, pelo povo trabalhador, pelas empresas, mas pelo funcionalismo público. Tem muita gente boa no funcionalismo público.

Eu fiquei muito surpreendido positivamente encontrando gente na Saúde, na, na, na, na, segurança pública, sabe. Me partiu o coração, sexta-feira, quando eu fui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Amandio, ao final das perguntas será oferecido ao senhor um tempo para as breves considerações finais do senhor.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Ah, o.k., tá bom. Tudo bem, desculpe.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Me permite, Deputado Felipe.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Tem liberdade, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Amandio, eu confesso que estou aqui vendo você falar e nós estamos todos aqui, experientes, Deputado Cobalchini já foi Secretário, nós temos o Deputado Kennedy Nunes que já está aqui pelo quarto mandato, o Deputado Sopelsa, o Fabiano já foi Prefeito, eu já fui Vereador na minha cidade. [*Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

Nós todos aqui tivemos e temos experiência política, né, atividade política. E eu confesso que não consigo compreender, sinceramente, essa parte das pessoas que vêm aqui, que são do governo, que tentam...à medida que você pergunta pro agente político qual foi, efetivamente, a participação do Governador – eu não estou falando da participação do Governador na compra dos equipamentos, eu não estou dizendo que o Governador comprou, que o Governador mandou comprar, que o Governador mandou pagar, não é isso que eu estou dizendo, tá.

Eu estou dizendo o seguinte: que o Governador não conversou com ninguém sobre isso, não conversou com o Chefe da Casa Civil sobre isso, não conversou com o Controlador sobre isso, não conversou com os Secretários que passaram por aqui sobre isso. O Governador não conversou com o Helton, o Governador não conversou com ninguém. Porque essa é uma defesa muito perigosa, essa é uma linha de defesa muito perigosa, porque nós sabemos que no Direito Administrativo é obrigado a fazer. O Direito Administrativo não tolera a omissão, o Direito Administrativo não tolera o silêncio.

O Direito Administrativo exige a ação, exige atividade, exige participação. Nós, aqui na Assembleia Legislativa, hoje, tivemos uma discussão aqui, que o governo não avança a reforma da Previdência, o governo não vem conversar com a Assembleia. A gente sabe que este é um governo que tem dificuldades, você mesmo falou aqui que é um governo desgastado, mas eu não consigo compreender, e você tem que deixar claro isso para os catarinenses, o Governador nunca conversou, porque se você disser que o Governador nunca conversou com o novo Chefe da Casa Civil pela compra desses equipamentos, pela perda desse dinheiro, pelo desastre que foi essa compra, eu vou julgar que o governador é omisso, e a omissão, vou repetir, é fonte de responsabilidade.

Então, eu quero te perguntar de novo: tu chegou na Casa Civil, Douglas Borba preso, não falou com ele sobre essa compra, não conversou sobre esses respiradores? Não falou sobre o processo da Covid, não falou nada sobre isso?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Deputado, eu vou repetir o que eu falei: isso não é da minha competência, era do passado e eu só quis olhar pra frente e fazer o que precisa ser feito, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Bom. Então, com todo o respeito, tu falaste que tu não tens atividade, não tem relacionamento com a vida

Página 1068. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

pública, eu acho até que foi bom que você saiu do governo, foi bom pra ti e foi bom para o governo também, foi bom para Santa Catarina, porque a gente precisa no governo gente que tenha atitude.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não é o que me dizem, Deputado, mas tudo bem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas tudo bem. Eu lamento, profundamente, que a tese seja sempre de proteger o Governador, proteger a omissão, proteger aquele que a gente quer que tenha ação, atitude. A casa estava pegando fogo, qual foi a ação do governo? Salvar os idosos, recolher os quadros históricos que estavam na parede, tirar as crianças que estavam no 3° andar? Qual foi a ação que o governo teve? O senhor veio para a Casa Civil para ter essa ação, e aí não aconteceu nada, não conversou sobre nada.

Então, Santa Catarina acho que está muito triste com o depoimento de vossa excelência.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão, vossa excelência continua com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Bom, eu vou caminhar para a conclusão. Amandio, o senhor rasga elogios aí para alguns integrantes do governo, mas, no entanto, o povo catarinense vê um desgoverno, não há Hospitais de Campanha, não há um sequer, agora, no agravamento da crise. Vários especialistas falam que foi queimada a largada. Esses *kits* de testes não chegam, as Prefeituras estão remando sozinhas, é um nível de incompetência alarmante nunca visto na história, sem precedentes. Os leitos de UTI não há transparência, esse atual Secretário não fala onde estão esses leitos de UTI, uma desinformação, omitem, escondem.

Dentro dessa sua passagem pela Casa Civil, o que faltou para ter essa efetividade nessas emendas, por exemplo, que passavam pela sua mão, e a gente suplicou, inclusive eu liguei pro senhor e a sua secretária Débora (*o depoente faz que não com a cabeça*) disse que o senhor não me atenderia porque tinha ordem do Governador que não nos atendesse.

Então, até onde a população... mas tinha uma secretária sua, Débora, que falou para o Prefeito de Treze de Maio, da Amurel, quando nós tínhamos uma reunião pra dar celeridade nessas emendas, até onde esse rancorzinho, essa infantilidade governou ali essa sua passagem, não sei se por sua parte, pelo que eu vejo você seguia ordens do senhor Carlos Moisés.

Mas eu queria que você comentasse sobre isso, porque a gente fica abismado, a gente é questionado todos os dias, e, no entanto, ver essa inanição, essa apatia num momento tão caótico do Estado catarinense.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Olha, Deputado, nós conversamos por algumas vezes, o senhor sabe o respeito que eu tenho pelo senhor, né, o senhor é um jovem promissor e acho que vai bem, é. Mas me permita discordar, né, assim, os números de Santa Catarina no Covid, independente da minha passagem, porque eu realmente passei com muita velocidade lá, temos exatamente o contrário, que Santa Catarina vai muito bem comparado aos outros Estados.

E eu não estou fazendo defesa de governo. Eu estou falando aqui, Deputado, com todo o respeito, como um cidadão, né? A população catarinense está assustada, está acuada. As pessoas estão perdendo emprego, as empresas estão fechando, né, mas os números de Santa Catarina por si só apontam que nós, efetivamente, tivemos um bom resultado nesse aspecto.

Página 1069. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

3680

Eu só queria dizer uma coisa para o senhor, de verdade, assim, é, eu procurei todos os Deputados, sem nenhuma, sem nenhuma diferença partidária, e se alguém falou isso para o senhor, eu quero pedir perdão para o senhor aqui, publicamente, porque 1° que a minha secretária não se chama Débora, né; e 2° que eu jamais, jamais fiz isso.

O senhor mesmo é prova que, no evento do Sul, eu liguei pro senhor eu o convidei para que o senhor participasse, mesmo sabendo das dificuldades políticas e tal. Então assim, o senhor é prova disso, mas enfim, é a vida, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Muito bem, senhor Presidente, me considero satisfeito e lhe volto a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Felipe Estevão.

Senhor Amandio, muito boa-tarde.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Boa tarde, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Amandio, uma das características da Comissão Parlamentar de Inquérito é que ela é política. Então eu vou focar nos acontecimentos políticos, que pra mim são extremamente importantes e pertinentes que sejam levantados. Antes do retorno do senhor ao Executivo, quando o senhor assumiu como Chefe da Casa Civil, uma das primeiras missões do senhor ali, que foi largamente comunicada pela mídia, é que o senhor teria a missão de reconstruir novamente um contato mais eficiente entre o governo do Estado e a Assembleia. Isso foi comunicado. O senhor confirma isso, se essa foi uma das missões do senhor?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Sim, senhor, sim, senhor. Uma das.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Uma das.

Eu não vou esconder de ninguém aqui, e não querendo ir na esteira de outros Deputados, que quando foi anunciado que o senhor estaria indo aos gabinetes dos Deputados, devido a minha larga experiência profissional e aos atos que vinham acontecendo, eu proibi o meu gabinete de atender o telefone do governo do Estado e de atender pessoas que viessem do Executivo naquele momento, porque eu considerava, muitas vezes, que havia a possibilidade muito grande de a gente acabar caindo num programa chamado Guardião.

Então, eu já, mais ou menos, calculava que isso podia acontecer. Então, pra salvaguardar o meu mandato, foi essa providência que eu tomei. Quando o senhor assumiu já estava em andamento nesta Casa a CPI, a Comissão Parlamentar que investiga a celebração do contrato com a Veigamed, e naquela época já tinha pedidos de *impeachment* entregues a esta Casa. Então, eu tomei esse cuidado. Não é nada pessoal com o senhor, gostaria de deixar isso muitíssimo claro, até porque eu não o conhecia.

O convite para ser Secretário da Casa Civil, essa é uma das minhas perguntas. O convite para ser Chefe da Casa Civil, no meu entendimento, dentro do Executivo um cargo tão importante quanto o do Governador, o senhor disse...e eu não me atenho aos fatos daquilo que está no processo, porque do processo a gente pode simplesmente ler e não precisaria da presença do senhor aqui. O senhor disse: eu não conhecia o Governador Carlos Moisés, só fiquei sabendo, conhecendo o trabalho dele depois que que comecei a acompanhar de perto o trabalho dele na função que eu exercia. E também o senhor disse aqui, na noite de hoje, que nunca imaginou - olha as 2 declarações do senhor: eu não conhecia o Governador e eu nunca imaginei que seria Chefe da Casa Civil.

Página 1070. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Então, como que se deu a chegada do senhor lá? Alguém ligou pro senhor e falou assim: olha, vem aqui ser Chefe da Casa Civil, vem ser Secretário, como que se deu isso aí, alguém que nunca imaginou sê-lo e, muito menos, não conhecia o Governador?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Eu recebi no domingo ao meio-dia a ligação... (*Falha na transmissão da videoconferência.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu acredito que o senhor vai ter que repetir a pergunta.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Eu quero fazer um registro, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Você poderia repetir? Porque chegou truncado aqui o áudio.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, eu ouvi, eu ouvi o que o senhor falou. Posso, posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Ah tá. Quando eu disse que não conhecia o Governador, senhor Deputado, era da época da campanha, certo? Eu conheci o Governador quando fui Secretário Adjunto do Desenvolvimento Econômico, junto com o Esmeraldino. Ali eu o conheci, não o tempo inteiro, porque não é uma coisa pra tempo inteiro, mas eu... (*falha na transmissão da videoconferência*) ...estava sendo vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, não tinha proximidade, realmente, com o Governador, é isso.

E com relação ao convite que o senhor me falou, eu... no Dia das Mães, que eu estou com a minha mãe, em Ituporanga, que eu já falei que ela não está bem, eu recebi uma ligação do Chefe da, da, do, do Coronel Márcio Ferreira, pedindo que eu...urgente, ir naquele dia, à noite, para Florianópolis que ele gostaria de falar comigo. Eu fui na casa dele, conversei com ele e ele depois me pediu pra, pra, pra, pra que eu pudesse ir lá na Casa da Agronômica porque o Governador queria falar comigo. Foi nestes termos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado.

Que tipo de envolvimento, amizade ou conhecimento que o senhor tem com o Cris Esmeraldino, não o Lucas?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Eu, eu conheci o Cris também na época da campanha, porque o Lucas eu conhecia antes, não, não sabia. E a gente ficou amigo ali, na campanha, durante um tempo, e depois que eu saí do governo nós não falamos mais, agora voltamos a falar um pouco quando eu voltei. Mas o Cris tem uma corrida, é empresário, é, eu conheci o Cris como irmão do Lucas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Amandio, o senhor ressaltou a qualidade do trabalho prestado, do serviço prestado pela equipe Carlos Moisés, porque é uma equipe, o Governador e seus Secretários. Eu acredito que seja. Nós conversamos aqui, já deram depoimentos aqui o Helton Zeferino, o Douglas Borba, o Luiz Felipe e o André Motta. Nos falta falar ainda com o Governador Carlos Moisés, que só vai se manifestar com a gente ali através de um questionário, segundo ele. Agora não mais porque ascendeu ao STJ e já não é mais uma atribuição nossa, mas eu acredito que retorne tão cedo isso aí para as nossas atribuições.

(*O senhor Relator, Deputado Estadual Ivan Naatz, manifesta-se fora do microfone: "Subiu foi o inquérito."*)

Subiu foi o inquérito, muito bem lembrado aqui pelo Relator.

Nessa época em que o senhor assumiu como Chefe da Casa Civil, o Brasil, Santa Catarina, Florianópolis e todos os Municípios, a grande vedete, o objeto de desejo, o objeto mais fervoroso de desejo, até pra poder capitanear os recursos que vinham de

Página 1071. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

3681

origem federal, era o respirador, sem o qual o Município não recebe os recursos federais. Todo mundo quer um respirador, todo Município quer um respirador, todo Estado queria um respirador. Isso é um fato.

O Helton não conversou com o Governador, que era o Secretário de Saúde. O senhor disse que não conversou com esse assunto. O Luiz Felipe, que é o Controlador, não conversou com esse assunto. O Douglas Borba, na época o Chefe da Casa Civil, o Secretário da Casa Civil, não conversou; e nem o senhor. O senhor consegue entender como isso dificulta o nosso trabalho? Conversar com pessoas que estavam diretamente ligadas com a compra, com a implantação do projeto, porque quando se compra um respirador, ele tem que vir acompanhado de todos os cuidados.

Nós escutamos médicos e técnicos aqui, ele tem que planejar onde vai ser colocado esse respirador, ele tem que contratar uma equipe técnica, o sujeito para treinar o médico e o enfermeiro que vai utilizar. É todo um esquema muito grande de logística que tem que ser enfrentado com isso. Mais os Prefeitos de todos os Municípios fazendo das tripas coração pra conseguir o dito respirador, pra continuar extorquindo o governo federal para poder receber as verbas. E todos num empenho muito grande de trabalhar e esticar essa curva o máximo possível, né, até próximo ali. Agora não tem mais a necessidade, porque as eleições municipais foram para novembro, agora não tem mais tanta necessidade de esticar ainda mais essa curva.

O senhor não tem algo para falar assim: olha, Deputado Sargento Lima, nós tínhamos um norte para trabalhar, essas pessoas se conversavam entre si, foi feito um planejamento estratégico. E a minha pergunta é simplesmente essa mesma: onde que está a qualidade de uma equipe que não conversou, as únicas pessoas no mundo que não conversaram sobre a Covid-19 foi a equipe de governo. Nem o Douglas com o Luiz, nem o Luiz com o André Motta. O André Motta diz que nunca conversou com o Helton. As únicas pessoas nesse planeta que não falaram sobre o Covid-19, todo mundo conversou sobre isso, foram vocês.

Eu quero saber onde que está a qualidade que o senhor ficou maravilhado vendo ali nesse trabalho de combate à pandemia. É a minha única pergunta, onde que está a qualidade ali?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Deputado, eu não posso fazer juízo de valores, eu fiquei ali tão pouco tempo, né, 1 mês e meio, né, mas eu, eu volto a dizer senhor: assim, eu conheci muitas pessoas formidáveis ali nesses 45 dias. Os números que apontam são números importantes comparando Santa Catarina com os demais Estados do Brasil, certo? Eu tenho muito respeito por essas pessoas, é, eu conheci muitas pessoas, não só de primeiro escalão, que estão muito angustiadas lá na área da Saúde, principalmente quem trabalha dezoito, vinte horas por dia, até porque a gente, às vezes, a gente se acostuma a falar só do Secretário, Secretário Adjunto, mas assim, pessoas é, é, é, é, que, que assim, que trabalham arduamente, né?

Eu acho que, como eu falei pro senhor, assim, eu respeito o Parlamento, eu gostei de vivenciar, conheci o Deputado Julio Garcia e conheci vários Deputados, mas, assim, tem coisas que também não podem se deixadas de ser faladas. Eu não, eu não sou mais do governo, eu sou um cidadão catarinense agora, mas, assim, foram pagos os 700 milhões da Saúde, né, foi, tinha um, um déficit, tem um superávit primário do governo. Então, tem coisas boas. Eu, eu, me refiro aqui ao Secretário Tasca, um homem da Administração, um cara bom, um excelente profissional. Tem alguns problemas, como em todo governo tem, como em toda empresa tem? Tem, mas não é só problema, tem muita coisa boa também, Deputado, sabe?

Mas assim, eu também não quero ficar fazendo defesa aqui como se eu tivesse do governo, eu respeito o senhor. Eu, eu digo pro senhor o seguinte: assim, eu vejo o

Página 1072. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

quanto o Presidente da República, que eu sou eleitor e que eu gosto, sofre também com essas coisas, né? O senhor veja o, o, o, o Presidente Jair Bolsonaro, que é uma pessoa está enfrentando tudo e a todos para mudar a condição do Brasil. Olha o quanto Jair Bolsonaro sofre também com essa condição. Mas a gente não pode achar que tudo é uma porcaria, ah, e que não funciona. Essa é a minha opinião, agora como cidadão falando. Enfim, é o que eu tinha pra dizer, Deputado, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Fico muitíssimo agradecido, o senhor já fez as considerações finais do senhor? Algo mais a acrescentar que possa colaborar?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, eu só queria agradecer a... posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Só queria agradecer a gentileza de poder ter me atendido via *web*, eu acho que não muda nada, né, reiterar a valori... valorizar o funcionalismo público de Santa Catarina, independente de qual governo ele pertença, né? Eu acho que a gente precisa pensar em Santa Catarina, a Assembleia tem um papel importante nesse aspecto, quem sabe montar uma comissão também no sentido de voltar que, que, que essa, que alguma comissão, até anotei aqui, a Alesc com os outros Poderes, né, o movimento de uma construção de um novo momento da sociedade.

Eu, eu, eu estou aqui também como...eu sei que o senhor frequenta as ruas, o senhor é um representante do povo, como os seus colegas, o povo está entristecido, está com medo e precisa de luz, e quem está no poder, a Assembleia Legislativa e todos os outros Poderes constituídos podem ajudar nisso.

Eu quero agradecer muito ao senhor e a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu que agradeço.

Só para finalizar, quando, em alguma reunião que o senhor fez com o Governador, em alguma reunião que o senhor fez com o Governador foi pedido pra alguém deixar o celular na porta pra e era proibida a entrada durante a reunião portando aparelho celular ou gravador? O senhor se lembra disso? Aconteceu isso alguma vez?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Uma, uma, uma ou duas vezes aconteceu, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está o.k., muito obrigado.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Um grande abraço, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, fico agradecido pela participação do senhor.

Vamos fazer um intervalo de cinco minutos e, posteriormente, ouviremos a próxima testemunha.

(*O senhor Amandio João da Silva Júnior e o seu advogado desconectam-se da videoconferência.*)

(*Estão suspensos os trabalhos. Pausa.*)

Senhores Deputados, dando início novamente a nossa reunião, solicito à assessoria que conduza a este ambiente a testemunha, o senhor Frederico Tadeu da Silva.

(*O depoente Frederico Tadeu da Silva adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.*)

Muito boa noite, senhor Frederico.

Página 1073. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3682
Rubrica

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor pode se aproximar bem do microfone. Se quiser retirar a máscara, fique à vontade, devido ao distanciamento.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Vamos ver como é que fica o nosso áudio.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Tá certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor sabe por que foi convidado a se fazer presente na noite de hoje?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito desta Comissão, sob pena de incorrer em crime de falso testemunho?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Lembrando o senhor que, na condição de testemunha compromissada, o senhor tem o direito a permanecer calado se assim considerar necessário, porém é necessário que o senhor expresse a sua vontade falando: prefiro não responder ou prefiro permanecer calado.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Porque o silêncio não é indicativo de resposta. Para que a gente possa fazer o registro, eu gostaria que o senhor dissesse o nome completo do senhor, data de nascimento, endereço completo, local onde trabalha e profissão.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Meu nome é Frederico Tadeu da Silva, nasci em 1º/11/1978, meu endereço é rua Fernando Ferreira de Melo 172, apartamento 301, bloco b, Bom Abrigo, Florianópolis. É, eu sou servidor público do Estado de Santa Catarina na Secretaria de Estado da Saúde, no cargo de analista técnico em Gestão e Promoção de Saúde, e atualmente exerço, estou designado pro cargo de coordenador de Controle Interno e Ouvidoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Controlador de?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Coordenador de Controle Interno e Ouvidoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor. O senhor está acompanhado de advogados.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Vou passar a palavra ao Relator, Deputado Ivan Naatz. Vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Boa noite, Frederico. Quer retirar a máscara para conversar com a gente?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Pode ser.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - É melhor, porque daí a gente pode te olhar melhor, né, Santa Catarina também pode te conhecer melhor também.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Boa noite.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Boa noite.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Sempre que a gente convida os servidores pra vir aqui na CPI, e principalmente os servidores, assim, que não têm os cargos de confiança específicos, né, como secretários e diretores, a gente

Página 1074. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

colhe muita coisa boa, acaba colhendo dos servidores muita informação importante. A Débora Brum esteve aqui e contribuiu significativamente para a CPI. Outras colegas, outros servidores que passaram por aqui trouxeram conversas de WhatsApp, coisas que estão esclarecendo, fundamentalmente, esse processo.

Tem muita coisa que está acontecendo dentro da CPI que não se resumem às conversas que a gente tem aqui com as testemunhas. Essas conversas que a gente tem com as testemunhas é só uma parte do processo, porque delas derivam outras informações que acabam criando a conclusão que a gente busca chegar aqui, que são, efetivamente, aqueles que participaram desse processo.

Então, Frederico, acho importante a sua presença aqui, acho que você pode ajudar muito a CPI, né. Qual é o trabalho específico do coordenador de Controle Interno e da Ouvidoria, qual é o teu trabalho específico?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Então, eu tenho subordinado a minha, a minha pessoa 2 setores, né, Controle Interno e Ouvidoria. A Ouvidoria, ela é responsável por receber a manifestação, manifestações dos cidadãos com relação aos diversos serviços prestados, é, no âmbito do, da Saúde de Santa Catarina. E o Controle Interno, ele, é, monitora, acompanha tudo, todos os atos administrativos, né, a partir do planejamento anual de atividades e os seus programas de trabalho e, e das atividades da Secretaria da Saúde, exceto aquilo que é, é questão finalística, no caso, que é Auditoria Médica, que tem uma Coordenadoria da Auditoria Médica, né?

Então, nós emitimos pareceres de controle interno com relação a recursos antecipados, convênios, etc. Nós emitimos parecer de controle interno de atos de admissão de pessoal, nós fazemos monitoramento da folha de pagamento, nós fazemos, ah, lembrar mais alguma coisa, é, serviços relacionados à patrimônio e outras visitas técnicas às unidades, sempre, é, no sentido de auxiliar o gestor para otimizar os processos e a melhoria dos trabalhos, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Certo.

Neste processo de pandemia que foi instalado, onde se instalou o Decreto Emergencial, do dia 22 em diante, qual foi o teu procedimento, qual foi o teu trabalho específico? Continuou trabalhando normalmente ou você teve participação direta desses processos de compra? Eu tenho uma lista de equipamentos, produtos que entraram no rol de compras emergenciais, todos relacionados à Covid, aproximadamente 17 itens que foram relacionados, essenciais para a compra, para o processo emergencial de combate à Covid.

Eu te pergunto o seguinte: desses processos, você participou deles?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, o Controle Interno ele não participa desse processo de compras.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E, especificamente, na certificação de notas, na autorização de pagamento, o Controle Interno não faz o controle específico dos processos, dos procedimentos?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, o Controle Interno ele não atua porque, devido ao princípio da segregação de funções, quem executa não controla e quem controla não executa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Pois não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Sim, pode continuar.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Então, todo o processo, ele tem a parte de execução, onde estão...são as áreas de compras e licitações, edital, todos os processos, é, percorrem esse caminho, né, e o Controle Interno, é, de alguma forma, é,

Página 1075. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3683

se previsto no programa de trabalho, se por amostragem, etc., ele monitora e acompanha esses, esses atos, né.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Certo. E a compra dos respiradores, qual foi a atuação nos respiradores, naquele processo lá da compra dos respiradores, qual foi a tua atuação?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Então, nós soubemos desse processo quando saiu na mídia, né, dia 28 de abril, a partir daquilo ali a gente já viu que outros procedimentos de controle já tinham sido adotados, duas sindicâncias administrativas, um processo de investigação preliminar, lá pela CGE, que é o órgão central de Controle Interno, as investigações com relação à Delegacia de Polícia Civil, Gaeco, força-tarefa.

Então, o Controle Interno da Secretaria, naquele momento ele não tinha, não tinha o que fazer mais naquele momento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então vocês atuam só para enterrar o caixão?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, na verdade o que acontece? O nosso trabalho, com relação às dispensas de licitação, ele inicia a partir da publicação do edital da DL no Diário Oficial. Aliás, desculpe, a publicação da DL no Diário Oficial, e esse fato não ocorreu para esse processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E dentro da Secretaria, onde é que tu trabalhas, onde é que é a tua sala?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – No 4º andar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - 4º andar. Lá trabalham, tinha contato com...tu ouviu falar da compra dos respiradores, do processo de compra?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Só a partir do dia 28.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Antes disso ninguém conversou?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, ninguém conversou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então tá. E tu também não sabia?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não sabia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Qual é o procedimento correto para a compra? Tu conheces o processo de licitação, conhece o processo, esse processo na compra direta, tu conheces ele, verificou, olhou lá no *site*, está aberto, todo mundo pode ver, tu conheces ele?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É, o processo de licitação, de compras tem vários...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Esse, especificamente, dos respiradores?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Eu não sei lhe dizer porque eu não...nós não verificamos o processo posteriormente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas você não foi olhar ele?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, nós soubemos que, a partir do momento que saiu na imprensa, que já tinham todas essas investigações acontecendo, então o Controle Interno, ele não continua fazendo, não tem por que ele fazer mais alguma coisa se já foram feitas outras, entende? Inclusive pelo órgão setorial, que foi a CGE.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Tá, e você acompanhou isso, olhou? Tem acesso a esse processo, você teve curiosidade de olhar?

Página 1076. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, não tive curiosidade de olhar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Dentro da Secretaria, lá, depois que estourou, dia 28.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Estourou o processo, estourou a compra, saiu no Intercept, foi feito o pagamento antecipado. Depois disso tu conversou com o Secretário André Motta, foi feita alguma reunião com o Helton Zeferino?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Com vocês sobre isso?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, não foi feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas não seria prudente conversar com a Controladoria, com o Controle Interno sobre esse processo?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Aí eu não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas você é o Controlador, você tem que saber. Eu não sou o Controlador, eu sou Deputado, eu não sei. Eu preciso que você diga se era procedimento correto conversar com vocês, da Controladoria Interna, sobre esse processo.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, cabe ao gestor se ele quer conversar ou não com a Controladoria, até porque outras instâncias já estavam envolvidas neste processo, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu vou repetir a pergunta então.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Pois não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Frederico, eu quero saber na tua opinião, para isso que você está aqui, pra conversar conosco.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu quero saber na tua opinião. A conversa, você acha que o Secretário, quando estourou aquilo, o Secretário Helton era o Secretário ainda, depois veio o André Motta. Tinha Superintendente, estava ali a Márcia, todas as pessoas que estavam envolvidas na compra direta desses equipamentos. Era recomendável que te procurassem para conversar sobre o que aconteceu, quais foram as falhas que aconteceram?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É como eu lhe disse, Deputado, eu não sei se era recomendável ou não. O órgão de Controle Interno, o Controle Interno, ele tem uma hierarquia, temos o órgão central e eu represento o órgão setorial. Se estava tratando já no órgão central, eu não entendo porque que teria que passar pelo Controle Interno novamente ou alguma... a, as, aquilo que deveria ser feito, por exemplo, 2 sindicâncias internas em instrução preliminar, etc., estavam já caminhando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas já é o Controle Interno da Secretaria da Saúde, eu estou aqui, como Deputado, e os catarinenses estão olhando, assim, eu acredito que o Controle Interno é para controlar os problemas que tem internamente. Surgiu um problema; aliás, surgiram vários problemas, já foram identificados 14, 15, 16 problemas. Surgiu um problema, na minha interpretação eu acredito que Controle Interno deveria ser comunicado para dizer assim: oh, pessoal, aconteceram esses problemas. O que aconteceu, de fato, o que a gente tem que fazer? Onde é que a gente errou? Como é que vamos corrigir? Eu acredito que deveria ser assim. Não é assim?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Nesse caso, não foi.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3684
Rubrica

Página 1077. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E por que não foi?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor acredita que alguém quis proteger alguém, que alguém quis esconder alguma coisa?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Isso também não posso lhe afirmar, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor é servidor de carreira?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então está tranquilo pra falar com a gente aqui. [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, eu tô tranquilo, mas... realmente, essa pergunta é... não me cabe, porque... se deveria ter sido informado o Controle Interno. Se saiu na mídia, teoricamente todo mundo tem acesso, né, inclusive o Controle Interno. Agora, não... Só quero frisar que no momento que nós soubemos não tinha mais o que fazer, né? As ati... as, as formas que, que foram feitas, como a... desculpa eu ser repetitivo, duas sindicâncias investigativas internas na Secretaria, uma é... investigação preliminar pela CGE, força-tarefa, etc.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pois é, mas... Frederico, você já repetiu isso quatro ou cinco vezes.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É, eu só quero reforçar, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que é assim, saiu a Instrução Normativa 01 da Secretaria da Administração, saíram várias portarias, saiu a Instrução Normativa 06 da Controladoria-Geral da União, saiu uma diretriz no dia 2 de abril, se não me engano, da Controladoria-Geral do Estado a respeito das compras emergenciais da Covid. O governo foi editando regras, normas, foi mudando a lei. O senhor foi acompanhando isso?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Nós acompanhamos, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá. Acompanhou e daí, fez o quê?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Como... como é que eu posso dizer pro senhor? Nós trabalhamos, como eu falei, pelo planejamento e pelo... pelos programas de trabalho que a gente estabelece durante o ano, né? É... no caso específico do... do caso dos respiradores, dessa compra, é... não estava no nosso Radar porque não foi publicada a DL no Diário Oficial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Era obrigatório publicar essa...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Geralmente todas as DLs são publicas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Está na recomendação, né? Tá na recomendação.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É recomendado, é recomendado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não foi... O senhor acredita por que não foi publicada?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não... O senhor, como controlador interno, acredita que eles, por exemplo, quisessem esconder isso de alguém?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Olha, eu taria...

Página 1078. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não seria uma forma de esconder o processo?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Olha, eu taria sendo leviano se eu falar alguma coisa nesse sentido...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas o senhor tem... O senhor pode falar, eu estou perguntando pro senhor...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...eu quero que o senhor diga o que o senhor acredita. O senhor é o controlador!

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É, eu sou o coordenador de Controle.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é pago por Santa Catarina pra ser o controlador, né?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Daí eu acredito isso... Às vezes as pessoas dizem que os Deputados são meio duros com as testemunhas. Mas só que a gente se vê numa situação muito complicada...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...porque o senhor é o controlador. Aí tem um processo que precisava da intervenção da Controladoria e o senhor não fez nada. Ah, mas é porque já tinham outros órgãos intervindo. Isso não fecha muito bem, entende? Parece que vocês falaram: ah, isso não é problema meu, isso é problema dos outros. Mas o senhor é o controlador, é problema seu, ou não é?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Como eu falei pro senhor, quando nós soubemos desse processo já tinham deflagradas outras é... investigações, então o Controle Interno da Secretaria ele não tinha como atuar, era intempestiva, entende?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá. Daí acabou o processo, vocês ficaram sabendo do problema, já entendi. O senhor ficou sabendo do problema, não foram entregues os respiradores, tentaram trocar os equipamentos... O senhor soube disso, né?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, pela imprensa, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual foi o papel do senhor, específico, depois que isso apareceu?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Hum, nós não temos outro papel. As investigações estão acontecendo, as sindicâncias estão ocorrendo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Controladoria Interna da Saúde não fez nada?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Então, já tavam sendo feitos os procedimentos que deveriam ser feitos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nenhum procedimento interno, nada? Nem uma portaria? Nada, nada?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Mas é que não precisa, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Na visão do senhor não precisa. Na minha, precisa.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Né, eu acho que a Controladoria é paga pra poder criar sugestões, criar mecanismos, criar estrutura, investigar o que aconteceu. Oh, pessoal, pelo amor de Deus, isso aqui tá errado! As propostas não tinham nem endereço, o parecer jurídico do procurador é um absurdo,

Fls. 3685
Rubrica

Página 1079. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

estavam certificando nota fiscal do dia 30 de um produto que ia ser entregue dia 5. Sabe, essas coisas são absurdas! E o senhor é o controlador. O senhor... nada?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Vou tornar a repetir pro senhor, a sindicância administrativa, né, investigativa, as duas foram feitas.

O que que nós é... faríamos? Nós indicaríamos para o Secretário a adoção de... dessas providências, mas já tinham sido tomadas, entende? Então não teria como eu, controlador, né, responsável pelo Controle Interno, que controlador eu acho um termo meio complicado, porque são duas áreas que eu... que eu coordeno, né, não é só Controle Interno, é Ouvidoria também, é... no sentido de que... ah, não, vamos fazer mais uma sindicância. Não tem por que, entende?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor foi ouvido pela sindicância que o governo promoveu?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, não fui. Não, não fui ouvido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe lá da Secretaria quem foi ouvido?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não sei. Nós temos na Secretaria também uma Corregedoria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse processo de controle interno da compra dos respiradores, então, de verdade, a Controladoria... Oh, tem outro órgão investigando, não precisamos fazer nada.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – O Controle Interno da Secretaria da Saúde ele não atuou nesse processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nesse não, eu estou falando... depois que isso surgiu: ah, já tem outra empresa fiscalizando, já tem duas sindicâncias, já tem uma CPI, já tem o Ministério Público, nós não precisamos fazer mais nada. É isso?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Foi o que nós fizemos. Não, não teria por que fazer mais alguma coisa, diante de todas as investigações que a gente tava (*ininteligível*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Conhece a Márcia?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Márcia disse que eles usavam senhas dela pra alterar documento, tirar documento, acrescentar documentos em dois processos.

A Débora Brum veio aqui e disse que as senhas são intransferíveis, pessoais e intransferíveis, que elas são... existe um processo, um procedimento de letrinhas que é possível um servidor movimentar, mas existem outros, tipo a certificação de notas, que é intransferível, só a pessoa pode fazer.

O senhor conhece esse procedimento?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Olha, Deputado, é... eu... eu não trabalho com o Sigef, nós trabalhamos com o SGPE, né, o acompanhamento que nós fazemos é pelo Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico, então não saberia lhe dizer se dá pra botar processo de um lado pro outro. Realmente, tecnicamente eu não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Lá na Controladoria nunca... vocês nunca se preocuparam em ver que as pessoas podem trocar, tirar um documento e botar outro em nome de outra pessoa?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Olha, nunca percebemos isso aí e nunca verificamos essa... essa prática, pelo menos nos processos que lá, que são

Página 1080. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

bastante processos que passam por lá. Por exemplo, nós damos parecer em prestações de contas de convênios, ano passado foram mais de quatrocentos, e sem problemas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Há quanto tempo o senhor é o controlador?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Eu sou... eu desempenho essa função, né, eu sou designado a partir de 1º de agosto de 2019.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então tinha bastante conhecimento?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É, vai fazer um ano que eu tô...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Chegando agora, em abril... Em abril, quando teve a compra que deu problema, o senhor já era uma pessoa treinada?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, eu já atuo no Controle Interno desde 2012.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quando começou esse processo de pandemia, comprar, o senhor estava trabalhando onde, na Secretaria?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, eu sempre fiquei na Secretaria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não foi lá pro Coes?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, o governo tem um problema, né, e dificulta a gente. Ninguém viu nada, ninguém sabe nada, ninguém participou de nada, ninguém acompanhou nada. Aí complica, né? Complica pra qualquer... as pessoas que estão acompanhando a gente aqui, eu, como Deputado, fico abismado, né?

Se fosse na minha empresa... Eu tenho uma empresa, uma administradora de bens, tenho um escritório de advocacia, se acontecesse um negócio deste, eu ia perguntar: doutora, fulano, o que aconteceu aí? Não, aconteceu isso, isso, isso e aquilo. Na iniciativa privada qualquer pessoa saberia explicar o que aconteceu, qualquer pessoa, em qualquer empresa. Se numa lavação de carro tivesse sumido o tapete do carro... oh, eu não lavei o carro, quem lavou foi o João, o João levou o carro lá, o responsável é o João, o João que pegou o tapete. Se o tapete sumiu, é o João que é o culpado. Eu estou falando de uma lavação de carro, que tem três, quatro pessoas. E dentro do governo vocês não se preocuparam com nada disso, de identificar, de tentar ajudar? Vocês (*ininteligível*) tentar ajudar quem foi o responsável, verificar, folhear o processo? Olha, eu vou lá verificar pra ver o que aconteceu?...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É como eu falei pro senhor, né, já, já tinham deflagrado outras investigações, né, não tinha o que o Controle Interno fazer. Nós atuamos na parte de conformidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É só, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Ivan Naatz.

Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Boa tarde, senhor Frederico.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O que a gente está vendo, antes de fazer algumas perguntas, Presidente Sargento Lima, Relator, Deputado Ivan, Deputado Kennedy, Deputado Fabiano – infelizmente o Sopelsa não está conectado devido ao evento de Concórdia –, mas o que a gente percebe aqui é o

Página 1081. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3686
RUBRICA

seguinte: total... Eu não sei o que os órgãos de controle... O órgão de controle, Deputado Ivan, é o próprio... como se fosse o Ministério Público dentro da Prefeitura, dentro de uma Secretaria de Estado, senão não faz sentido. Como que o órgão de controle é o último a saber? Deveria ser o primeiro a saber, porque o órgão de controle tem a obrigação de evitar o dano ao erário, senão por que a existência?... O que está demonstrado aqui...

Aliás, a legislação catarinense, a partir disso, tem que mudar de forma substancial. Também houve prevaricação nesse aspecto. O senhor, por exemplo, tem função gratificada na Secretaria ou é cargo comissionado? Qual é a...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Eu sou servidor de carreira...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Sim.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Eu exerço uma função, né, sou designado pra uma função de coordenador de Controle Interno e Ouvidoria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas o senhor tem uma gratificação pra exercer...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Isso, uma gratificação de função.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...as duas funções ou uma só função? É controlador e ouvidor?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – As duas coisas?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – As duas coisas. É... com...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor acumula as duas coisas?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, foi uma junção que foi feita na reforma administrativa, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É outra coisa que eu penso, a gente está percebendo aqui que isso acaba provocando, quando se tem uma função gratificada, o controlador perde a condição aqui de ficar à vontade, de responder qualquer tipo de questionamento, por quê? Porque amanhã o Secretário vai lhe exonerar. O Secretário (*sic*) tem que ser provido por concurso público, receber bem e sem receber gratificação, porque senão você passa a ser uma função de confiança do Secretário, que é o que está acontecendo.

Eu já acabei até respondendo as questões que eu iria lhe fazer...

O senhor conhece todas as suas obrigações, quais são as competências que estão descritas para a sua função, o senhor tem esse domínio?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E nelas, por exemplo, não permite ao controlador agir de ofício? Soube de alguma coisa... Não é possível que o senhor... Tem essa possibilidade de o senhor agir de ofício?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, a partir do momento que eu sei de uma informação ou que me... é-me passada a informação, eu... a... posso agir de ofício, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Nesse caso não agiu de ofício?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não agi, porque já tinham as duas... as outras investigações pertinentes, porque como, como eu expliquei pro Deputado-Relator, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – No próprio sistema, o sistema não obriga esses processos a terem um parecer do controlador?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Com relação ao quê?

Página 1082. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Processos de aquisição...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Hm...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...processos de compras, ainda mais de compras de forma antecipada. Não tem que ter uma assinatura do controlador?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, não tem. O controlador ele não participa... o Controle Interno, no caso, ele não participa de atos de gestão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Isso não é um ato de gestão.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Uma compra é um ato de gestão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas uma compra precaríssima como essa, que sequer teve a transparência, que é a primeira coisa, a publicação do ato. Não tem que ter a chancela, assim como do procurador jurídico, tem que ter a chancela do controlador.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É, mas não tem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Não tem?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Na legislação não tem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Foi feito para não dar certo. A impressão que a gente tem é que foi feito para não dar certo; a impressão que a gente tem é uma coisa que foi proposital, foi de forma deliberada: não, o controlador não pode saber, se ele souber, esse negócio não vai adiante, nem o Controlador-Geral do Estado, nem aquele que, sob os seus olhos, está ali sob os seus olhos, dentro da estrutura da própria Secretaria. Parece inacreditável que isso tenha acontecido.

O senhor não sabia desse processo?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Como eu falei, né, eu to... eu tomei conhecimento dia 28 de...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O cidadão...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Como?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O cidadão não sabia? O ouvidor da Secretaria não teve uma denúncia?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não tivemos nenhuma denúncia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Não teve alguém que tivesse ligado?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, não tivemos. Era uma outra forma que a gente poderia atuar, seria através de uma denúncia ou uma manifestação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Se o senhor tivesse recebido uma denúncia de um cidadão qualquer...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Olha, tá havendo um negócio aí, soube pela imprensa, qual seria o seu papel a partir daí?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Passaríamos pra... pra área responsável no caso, dependendo é... do que se trata, é... no caso Licitações e Contrato, pra averiguar a situação e depois pra Corregedoria pra abrir uma sindicância etc., como foi feito a partir do conhecimento dos fatos, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Quem é o seu chefe imediato?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É o Secretário da Saúde, eu sou subordinado diretamente...

Página 1083. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3687

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Direto ao gabinete do...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...do Secretário?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É. A minha Coordenadoria é um órgão de assessoramento ao Secretário, né? Junto com...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Quando o Secretário recebeu o processo para dar o seu despacho, o senhor não foi... não soube disso?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Do pagamento antecipado, também não soube?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – De que o Estado não deu nenhuma garantia pra fazer o pagamento antecipado, também o senhor não soube?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Quer dizer, quando soube já não tinha mais o que fazer (*o depoente faz que sim com a cabeça*), não conseguiu nem fazer um procedimento, absolutamente nada. Se a Controladoria não existisse, não teria feito diferença neste caso? E quanto aos outros casos, às outras compras que foram com pagamento antecipado, teve o conhecimento do controlador?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – A partir do momento que sai uma DL publicada, nós temos conhecimento e podemos atuar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas teve alguma atuação em outras aquisições?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Em outras aquisições, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Agora, na...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Por exemplo?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Olha, são vários processos, são muitos processos, não... não vou saber lhe dizer...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas com valores, obviamente, que muito menores do que esse de 33 milhões?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, sim, com valores menores, enfim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Então se houve outras com valores menores, com riscos menores, por que não nesse?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Porque como eu falei pro senhor, nós atuamos a partir da publicação da DL no... no Diário Oficial, que nesse caso dos respiradores não houve. Esse é o nosso modo de trabalho, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu fiz aqui ainda algumas anotações, de qualquer forma a conclusão que eu chego é que a legislação... e eu, na quinta-feira da semana passada, não conseguia me comunicar porque estava na estrada, embora ouvisse o que vocês estavam discutindo [*referia-se à reunião da CPI acontecida no dia referenciado*], e uma das coisas que eu queria sugerir na parte da legislação, porque nas conclusões esta CPI vai indicar alguma mudança na legislação, e essa está clara, essa está clara.

Página 1084. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Eu conheço controlador de Município com dois mil, três mil habitantes. Passou a ser uma função obrigatória o controlador, não é opção do Prefeito ou do Secretário. Não é opção, é de lei, e o próprio Tribunal de Contas ou o próprio Ministério Público tem essas funções, e eu não consigo imaginar que possa ser uma função gratificada, porque tem que ser um órgão autônomo (*o senhor Relator, Deputado Estadual Ivan Naatz, manifesta-se fora do microfone: "Independente."*), independente, assim como o próprio Controlador-Geral do Estado deveria ser independente, se é que quer ser transparente. Então eu chego a essa conclusão.

Eu teria aqui outros questionamentos, mas depois de tudo que eu ouvi, tudo o que a gente falar aqui parece-me infrutífero diante da constatação, das conclusões que nós já temos, infelizmente. Foi um processo do início ao fim, como já foi dito, inexplicável, né, nem parece verdade que isso aconteça numa das principais Secretarias de Estado que movimenta R$ 2 bilhões, R$ 3 bilhões por ano. Isso é injustificável. Não há ninguém que consiga aqui dar algum tipo de explicação plausível.

Eu estou satisfeito. Se depois, ao final, eu ainda lembrar de algum questionamento, eu o farei.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Valdir Cobalchini.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Boa noite.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ante de eu fazer a pergunta, Deputado Cobalchini, na reunião de quinta-feira o Relator e o Presidente me designaram pra que pudesse coordenar parte desse tipo de trabalho, de mudança de legislação.

E hoje nós tivemos, senhor Presidente, uma reunião com o Delegado que está nos acompanhando, com o Leo, que é o coordenador das Comissões, junto com também um representante da Consultoria Legislativa da Casa, e o nosso desafio é, em até quinze dias, termos essas propostas de mudanças na legislação, e eu pediria que o senhor pudesse, através da sua assessoria, colocar. Algumas mudanças serão aqui, locais, outras serão nacional, até para que, como disse recebi a missão, nós possamos estar coibindo esse tipo de ação nos momentos de calamidade, emergência e pandemia, e infelizmente teremos outras aí pela frente.

Senhor Frederico, né?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Frederico, o ex-Secretário Douglas Borba, que está preso, esteve aqui e disse que a Secretaria de Estado da Saúde é uma ilha que ninguém tem acesso. O senhor compreende como se fosse isso mesmo?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não sei de... de que forma ele falou isso aí...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ele falou de uma forma que nem o Governador tinha acesso à Secretaria.

Sabe por que eu lhe faço essa pergunta? Porque o senhor disse que o senhor trabalha no 4º andar.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Da Secretaria. São quantos andares lá?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Doze.

Fls. 3686

Página 1085. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Doze.

Eu me lembro que quando entrei aqui, em 2007, e fui tratar alguns assuntos, que eu fui começar a conhecer a estrutura de governo, tinha uma frase que diziam que na Secretaria de Estado da Saúde não se comunica um andar com o outro, que cada andar é um reinozinho.

E a minha preocupação é que eu começo a ver que parece que isso é verdade, porque no seu depoimento aqui o senhor disse que só tem conhecimento a partir da publicação da dispensa de licitação, ou seja, Deputado Cobalchini, parece que as coisas só funcionam lá dentro de um processo que se chama SGPE. É isso?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Isso aí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Vocês só se conversam pelo SGPE?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É, a partir do dia 19 de abril de 2019, é... com a extin...com a instituição do governo digital, tudo é tramitado no SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, deixa eu perguntar uma coisa: na fala da Márcia e de outros aqui eu percebi que existe uma fragilidade muito grande nesse sistema do SGPE, porque disseram aqui que qualquer pessoa pode desentranhar o processo, pode entranhar, pode anexar, pode baixar, como esse caso aí dos respiradores – a CI que autorizou o pagamento foi do dia 20, né, uma CI que foi utilizada, segundo informações do próprio ex-Secretário Helton, em outras sete ou oito dispensas de licitação, a mesma CI, Comunicação Interna –, e a minha preocupação é a seguinte, nós conversamos aqui com alguém que falou assim: não, o sistema... Aliás, o Controlador, o professor Luiz Felipe, eu não sei se ainda é do governo ou não é, ainda não sei, mas ele disse que ele não tinha conhecimento absolutamente de nada disso daí.

Deixa eu perguntar: o senhor acha esse sistema vulnerável, como a gente viu aqui nesse processo que é vulnerável?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Olha, tecnicamente não posso lhe dar um parecer assim, afirmar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Como um usuário e controlador.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Eu a... eu acho um processo que cumpre as suas funcionalidades. Agora, também soube disso aí, da questão da inserção e desentranhamento... Desentranhamento sempre teve no processo, na... dentro da estrutura, né?

Agora, vulnerabilidade não saberia lhe dizer se efetivamente ele é vulnerável, porque é um sistema que tem todas as tramitações, onde é que ele passa ele é registrado, tem os IPs de quem fez as alterações, tem o CPF...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor trabalha há quanto tempo na Secretaria da Saúde?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Eu trabalho desde 2001.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá.

Antes do SGPE, esse governo sem papel, que agora eu começo a observar que o Governador instalou não um governo sem papel, é um governo sem nada.

(*O senhor Relator, Deputado Estadual Ivan Naatz, manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Eu sou um cara extremamente digital, mas tem coisa que eu preciso ter papel. Antes desse governo sem papel, deste governo agora, como é que eram feitos os processos?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Era tudo físico, né?

Página 1086. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tudo físico.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Fazia no computador, imprimia, assinava...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Talvez por isso que nunca teve uma compra tão desastrosa assim num momento de pandemia, e olha que nós já tivemos momentos difíceis em Santa Catarina.

O senhor acha que o processo como era feito antes, físico, dava mais segurança do que o que é feito hoje, sem papel?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não sei lhe dizer. Realmente não sei lhe dizer, porque eu acho... a gente tem que modernizar as coisas, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sabe por que eu digo isso?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Porque no processo... Eu sei como é feito o processo, eu tenho um sistema também de gerenciamento do meu mandato que é feito dessa forma e... O senhor sabe que o computador é burro, né, o computador é burro, ele não pensa, ele é feito conforme o que é mandado ele fazer, há uma lógica.

O que acontece? Quando eu determino o programa... O que eu imagino, Deputado Cobalchini: esse SGPE foi feito por etapas e cada etapa precisa de uma senha, de um *login*, de uma ponte para passar para outra etapa – lembra que a menina falou aqui da outra vez que ela, daí do Sigef, que ela só copia a nota certificada do SGPE pra dar continuidade ao Sigef e fazer o empenho e o pagamento.

Então, o que eu vejo? Eu vejo que tem gatilhos no processo, e ele não avança ao próximo passo se não tiver aquele gatilhozinho ali. Por que eu digo isso? Porque quando foi feita a proposta da troca do respirador, porque eles prometeram um... Aliás, o Estado foi enganado, o Estado, não, o Estado foi usurpado, quem foi enganado foi o governo, enganado na compra, no valor, enganado porque ofereceram um e depois ofereceram outro e não entregaram nenhum, e quando houve esse procedimento de troca dos respiradores no processo SGPE, que está lá com o nosso Relator, teve um pedido pra engenharia elétrica...

É isso, tem um setor de engenharia elétrica lá na Secretaria, né, ou um nome mais específico sobre isso daí?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Departamento de Engenharia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Departamento de Engenharia, para ver se era possível a troca do respirador ou não. Aí o engenheiro pediu um parecer dos intensivistas pra saber, porque ele não sabia, ele é elétrico. Ele pediu o parecer, entrou um parecer, desengatou o processo para o outro, que era a ordem de pagamento, e depois que desengatou esse processo, esse parecer sumiu, escafedeu-se. Mas daí o processo é tão burro – e não é só esse, todo processo é –, porque não tem assim tipo uma programação, Presidente, de você fazer um gatilho... Chega aqui, aqui tem que ter o processo, para o próximo passo não passa, aí não tem, por exemplo, eu boto esse papel aqui, o sistema entende que é, vai para o próximo e quando eu tiro isso daqui não tem como voltar, já foi, a vaca já foi pro brejo, e é isso que a gente vê nesse processo do SGPE.

O senhor... É o dia a dia de vocês isso?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Olha, os processos que a gente analisa não são assim. Como eu falei, a gente utiliza o SGPE diariamente, né, a partir

Fls. 3689
Rubrica

Página 1087. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

do... da análise de... como eu falei que... prestações de contas, é... ato de admissão e etc. e a gente não... não é costumeiro a gente verificar esse tipo de... de...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só aconteceu nesse então?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Eu não sei lhe dizer, Deputado, realmente... Como eu falei, o processo, a partir do momento que a gente é... soube, e como já tinham as investigações em andamento, nós, como Controle Interno, não teríamos mais como fazer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Frederico, o senhor falou que só entra no processo a partir do momento em que há a publicação da dispensa de licitação...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E que essa não foi publicada.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por que não foi publicada?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não sei lhe dizer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Agora me permita dizer uma coisa: eu imagino os auditores que estão nos acompanhando agora, e eu tenho contato com alguns através do Instagram e do WhatsApp, porque está ficando um negócio em que a própria função dos auditores do Estado está sendo colocada em xeque por conta desse erro, e a gente tem que saber que os auditores têm um papel importantíssimo no processo, são eles que auditam as contas, como era feito antes, por exemplo, que era direto na Secretaria da Fazenda e que veio pra Controladoria e ficou essa coisa louca. [*Transcrição e revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

Aí eu... eu imaginava, vou lhe ser franco, eu imaginava que pelo... porque o senhor é o controlador, né, controle interno...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Coordenador de Controle Interno...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Coordenador da Controladoria Interna da Secretaria de Saúde, eu imaginava que vocês fossem um pouco diferentes do ex ou atual, não sei, Controlador-Geral que ficou dizendo que só ficou sabendo do processo porque a Controladoria-Geral da União avisou ele porque viu no Portal da Transparência. A CGU, órgão do governo federal, viu no Portal de Transparência, que qualquer cidadão consegue ver, e avisou o Controlador. E vocês, da Controladoria Interna da Secretaria, estão esperando uma publicação no DL, tem alguma coisa errada, o senhor acha?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É, a gente faz um planejamento anual das nossas atividades...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas no planejamento anual de vocês tinha uma pandemia?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, não tinha uma pandemia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E no momento de surgir uma pandemia, vocês não tinham que se reunir e dizer: Gente, vamos abrir o olho, porque tem os abutres, que aparecem. Não pensaram nisso? Ou *home office* e?...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É, eu não estava em... eu... voltei de férias e todos os dias tava na Secretaria, Deputado. É... de qualquer forma, nós cumprimos o nosso programa de trabalho, é... e as tarefas que a gente tinha que cumprir, né, o nosso *modus operandi* na análise das dispensas de licitação, era justamente a partir

Página 1088. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

da publicação, é... da DL no Diário Oficial. Esse é o *start* do processo, a partir daí a gente analisa ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k. Senhor Frederico...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...a partir dessa tragédia que aconteceu, vocês fizeram alguma reunião e mudaram alguma coisa desse procedimento ou estão ainda no planejamento antes da pandemia?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Nós estamos verificando, Deputado, porque, na verdade, nós somos órgão de Controle Interno, nós somos, entre aspas, órgão setorial, né? Toda a parte de normatização, orientações, deve vir da CGE, que é o órgão central...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí ferrou.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Nós não podemos, né, ã, de ofício, mudar alguma coisa. Claro que nó... nas nossas rotinas diárias, a gente... verificou de outra... de outras formas e tal, mas não, não mudamos essa questão da publicação da DL porque... é o que nos, nos traz segurança. A partir do momento que a publicação da DL está ali, a gente pode verificar o processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – (*Ininteligível*) o senhor me fala isso, eu fico extremamente preocupado porque pode ter uma outra CPI daqui a pouco de um outro processo. Porque se dentro de uma tragédia dessa vocês não se reuniram para mudar, esperando a CGE fazer alguma coisa, [isso] me faz pensar que ainda o processo está solto e vocês esperando uma publicação na DL. Que frustração, senhor Frederico. O Secretário atual, como é o nome dele?

(*O Deputado Estadual Valdir Cobalchini manifesta-se fora do microfone: "André Motta."*)

André. O Secretário atual, depois de tudo isso, ele não chegou lá e disse: vamos reunir, escuta aqui Controladoria, fica atento jurídico...

Ele fez alguma reunião dessa?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Eu não participei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor não participou... mas quer dizer que então ele não fez, porque se fosse, o senhor seria o responsável para representar o Controle Interno, concorda?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, eu sou do Controle Interno, exato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quer dizer que o Secretário não fez nenhuma reunião dizendo: ó, cuida, não vamos mais ter aqui... Não fez nada?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Como eu falei, eu não sei lhe dizer se fez, porque eu não participei de... reunião posteriormente a esse...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Tá tudo normal lá, Kennedy.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – ...a esse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá tudo normal...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Tudo normal, não tem nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É só mais um.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Agora, fico pensando... e é bom, eu sei, porque os catarinenses estão nos acompanhando agora, eu

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3690
Rubrica

Página 1089. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

fico pensando, doutor Márcio, por que, Presidente, que numa vinda aqui do Helton, antes do marejada, antes do marejada, uma vinda do Helton, a gente falou assim: escuta, 33 milhões aí. Aí ele falou assim: Que que é 33 milhões? Lembram disso? Que que é 33 milhões? 33 milhões pra mim é... a vida inteira eu nunca vou ter esse dinheiro.

Mas por que ele falou assim: Que que é 33 milhões? Aí depois ele disse aqui: Eu tenho um orçamento de um bi, dois bi, que que é 33 milhões. Aí o que eu fico pensando, meu caro Relator, o Secretário disse que até 5 milhões cada Superintendência pode tocar o pau e fazer, cinco paus, né, 5 milhões. O que em outros governos tinha que passar... eu tinha uma raiva do tal do grupo gestor, Cobalchini, eu tinha uma raiva do grupo gestor, porque no grupo gestor... quanto que era o limite lá do grupo gestor? Era 250 mil. Aí eu me lembro, por exemplo, quando eu fiz o pedido para o Governador Raimundo Colombo para fazer o hangar do helicóptero de Joinville, que custou seiscentos e pouco mil, e tinha que passar por esse grupo gestor. Eu ficava com raiva do grupo gestor.

Pois hoje eu estou quase fazendo um altar para o grupo gestor. Porque se tivesse ainda o grupo gestor e não tivesse esse governo que dissesse assim para cada Secretaria: Até 5 milhões, toca-lhe o pau, passou de 5 milhões (*ininteligível*). O problema é que nem os 5 milhões foram respeitados, porque nós estamos falando de uma compra aqui de 33 milhões, que não passou por ninguém. Então isso é muito preocupante.

A sua vinda aqui só tinha um interesse para mim, para mim pessoalmente, essa última pergunta que eu fiz para o senhor. Porque eu imaginei que depois de tudo que Santa Catarina está vendo, que a própria força-tarefa do Gaeco disse que é a compra, como é, mais perversa da história de Santa Catarina. Eu queria fazer essa pergunta, se o Secretário André fez uma reunião e eu queria ter ouvido assim: Não, o Secretário quando assumiu, e que estourou tudo, chamou todas as superintendências, a gerência e disse assim: Ó, parou, estancou. Porque nós ainda estamos no processo que é possível colocar uma dispensa de licitação.

Mas não houve então... o senhor não foi chamado? Senhor Controlador Interno não foi chamado?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Como eu falei pro senhor, desse tipo que o senhor tá falando, de reunião, não tem teve.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Teve uma outra reunião?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Eu não participei de nenhuma reunião.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Amigos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Instrução normativa... vocês não construíram... uma espécie (*ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, eles estão esperando pela CGE, né?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, porque a instrução normativa, inclusive saiu uma da CGE em 7 de abril, que tá sendo utilizada lá pela... pela área de compras, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quando saiu o decreto emergencial vocês não se reuniram para poder construir uma regra, uma?...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, porque... (*ri*) é, eu acho que eu já expliquei pros senhores, é... o Controle Interno, ele age, é... vou ser repetitivo, ele não, ele... quem executa não controla, quem não controla... quem controla não executa. Ele age no monitoramento, no acompanhamento desses atos de gestão, né? Então se é pra melhorar uma compra e etc., é... cabe...

Página 1090. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E que assim, Frederico, lá pelo dia 20 o governo já estava fazendo compra emergencial, pelo dia 20, 17, 20, já tem compra emergencial. Antes do dia 20 já estavam comprando respirador e pagando antecipado, entende? E aí, entre esse dia 20, entre as primeiras compras que foram feitas antecipadamente, já no decreto de emergência, não no decreto de calamidade, no decreto de emergência já estavam fazendo compras de equipamentos, comprando com o pagamento antecipado.

Então até o pagamento antecipado, da compra dos respiradores... porque o problema não está no pagamento antecipado, o problema está na falta de exigência de garantia. Esse é o problema. E aí tem dez dias, nós estamos falando de dez dias, Deputado Kennedy, desculpa intervir...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós estamos falando de dez dias, dez ou quinze dias, mais ou menos, entre a documentação que a gente tem das primeiras compras emergenciais e a calamidade, a compra dos respiradores, a gente tem dez dias, doze dias, dependendo da compra. Esse período de dez dias é muito tempo, né, duas semanas.

Vocês não se reuniram? Ninguém conversou. Você está dizendo que ninguém falou nada sobre procedimentos.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Eu... eu não me reuni.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tudo bem.

Queria... posso perguntar? Tomada de contas...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Tomada de contas especial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...como está a tomada de contas dessa compra?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Pelo que eu sei, a tomada de contas especial, ela está sendo promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vocês não estão fazendo nada?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Como (*ri*)... eu vou ser novamente... repetitivo, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas não é competência de vocês fazer?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – A tomada de contas?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – A partir do momento que sai a sindicância investigativa, aí sim. Mas não somos nós, Controle Interno, que adotamos a tomada de contas, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tomada de contas... e o ressarcimento do erário, qual é o procedimento lá da Controladoria?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Isso. Não é da Controladoria, né? A... vou, vou lhe dar um exemplo de um processo de... é, recursos antecipados, de convênio, que há tomada de contas especial. O... o ente, no caso, é, não atingiu o objetivo e... houve um dano ao erário. É aberta uma tomada de contas especial, há um parecer do controle interno dizendo: ó, é, tem que ser aberta tomada de contas especial. O Secretário institui essa Comissão de Tomada de Conta Especial e eles vão trabalhar, é... tem 180 dias para terminar e para ressarcir o erário, ou pra, é... de alguma forma, é... como é que é? Me faltou a palavra... questão do dano, né, terminar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

Fls. 3691

Página 1091. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – ...o dano e tal, ou escrever em responsabilidade a... a quem deu causa, né?

Isso é o... o final da tomada de contas é esse. Qual que é o papel do Controle Interno na tomada de contas especial? É verificar a irregularidade e solicitar para o Secretário a instituição da tomada de contas especial e acompanhar o prazo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá, e nesse caso dos respiradores?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que que foi feito?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É, como é externa a tomada de contas especial, ela vem depois pra gente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas por que é externa, por que vocês não estão fazendo?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Porque o Tribunal de Contas é quem instituiu, né? É aquilo que eu falei pro senhor, seriam duas, duas, dois meses... dois instrumentos pra tratar de um mesmo assunto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque os respiradores não foram entregues, chegou dia 4, dia 5 os respiradores não foram entregues, certo? Eles ficaram em silêncio, não falaram nada pra ninguém, ficaram ali... alguém ficou construindo para dar tempo do sujeito desviar as contas, porque foi isso que aconteceu. O que aconteceu foi isso, senhores Deputados. Eles ficaram... entre o dia 4 e o dia 5 eles ficaram "embustiando", ficaram "embustiando", ficaram enrolando, ficaram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para dissolver...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...para poder dar tempo de dissolver as contas, dissolver o dinheiro em pequenos valores.

Dia 4 e dia 5 eles não entregaram o equipamento, ninguém procurou a Controladoria Interna para tomar posição nenhuma?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A CGE, a Controladoria-Geral do Estado, entrou em contato com o senhor depois disso, procurou vocês?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aí fica difícil, né? Aí fica muito difícil. Se a Controladoria-Geral do Estado não procurou vocês para nada até agora...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – O Controle Interno, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Era isso, Deputado, eu não tenho mais...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Agora assim, ó, é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque cada informação que vem é uma nova tristeza, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Entendo a sua participação, vocês estão atrelados a esse compêndio de organograma, mas eu olho para o senhor, senhor Frederico, eu vejo que o senhor é uma pessoa do bem, sabe? Eu valorizo muito quando a pessoa vem aqui na CPI, como o senhor, assim, sozinho, sem advogado. Isso é muito importante.

O senhor deve ser um funcionário público exemplar. Eu lhe peço: não espera por aqueles bocas-moles lá do Luiz, faça alguma coisa vocês, salva Santa Catarina, tenha iniciativa, seja proativo. Se o Secretário atual não chamou, chega lá amanhã, diz assim:

Página 1092. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Secretário, eu fui lá na CPI, levei um esporro porque o senhor não fez reunião, pois eu quero fazer uma reunião com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para concluir, Deputado Kennedy.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Faça isso, por favor. Porque senão vai ficar um esperando pelo outro e daqui a pouco nós vamos ter outra compra desastrosa. Isso que eu lhe peço, em nome dos catarinenses, respeitando todos os funcionários públicos, que eu tenho o maior respeito, faça isso, por favor.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Frederico, a partir de quando se tornou obrigatório a utilização de máscaras dentro da Secretaria, lá no prédio onde o senhor trabalha, no 4° andar?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Poxa, não vou me recordar, mas desde que eu retornei ao trabalho, que eu estava em férias, no dia vinte... não, dia 24 de março não era obrigatório ainda. Demorou um pouco ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mas chegou um momento que se tornou obrigatório?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Álcool em gel também?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Isso foi por determinação de quem?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Dos decretos que saíram do Governador, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É? Explicaram o porquê estava todo mundo de máscara e álcool em gel lá ou não?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, por causa da pandemia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Porque que foi que explicaram lá?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Da pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Frederico, o senhor tem mais cinco minutos para passar as considerações finais do senhor, se tiver vontade ou falar algo que seja útil. Fazer uma revelação, uma luz a nossa Comissão Parlamentar...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, eu só queria, é... reforçar, né, do... do que o Controle Interno da Secretaria fez com relação a isso, né, que nós rece...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mais próximo do microfone, por gentileza.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Desculpa.

É... nós recebemos essa... soubemos dessa, dessa aquisição no dia 28 de abril, e no outro dia também soubemos das diversas investigações que foram abertas, é... duas sindicâncias investigativas, uma investigação preliminar, é... sindicâncias internas, investigação preliminar da CGE, as investigações dos órgãos externos do Ministério Público, Tribunal de Contas, Gaeco, é... auditoria do Tribunal de Contas, auditoria da CGE e vários outros que estão ocorrendo, e que... ressalto, né, que o nosso, o nosso trabalho ele partiu do ponto, ele parte do ponto, nas DLs, é... com relação à publicação delas no Diário Oficial, que é onde ela torna, é... público, né, que está acontecendo aquela compra, e a partir daquele momento a gente passa a fazer uma análise, aplicação

Fls. 3692

Página 1093. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

de *checklist,* documentação, etc., sempre, é, com relação à conformidade do processo, né?

É... no mais, é, gostaria de agradecer, né, o convite e... a oportunidade e continuo à disposição pro que vocês precisarem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nós que somos bastante agradecidos, tá, seu Frederico. Muito obrigado.

O senhor está dispensado.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Obrigado.

(*O senhor Frederico Tadeu da Silva deixa o recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Suspendemos a reunião por cinco minutos.

(*Está suspensa a reunião por cinco minutos. Pausa.*)

Senhores Deputados, estão reabertos os trabalhos.

Solicito à assessoria que conduza a este ambiente o depoente Thyago da Silva Martins.

(*O depoente Thyago da Silva Martins adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.*)

Muito boa-noite, senhor Thyago.

O senhor sabe por que foi convidado a fazer parte desta reunião aqui no dia de hoje? Tem que ligar o microfone, senhor Thyago, é só apertar bem no meio, a luz tem que estar acesa.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Verde, né? Tá, tá aceso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Isso.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O.k.

O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, nada mais que a verdade, no âmbito desta Comissão, sob pena de incorrer em crime de falso testemunho?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Assumo sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Lembrando o senhor que na condição de testemunha compromissada o senhor tem o direito de permanecer calado diante de alguma pergunta, mas é necessário que o senhor expresse essa vontade do senhor, (*ininteligível*) prefiro permanecer calado. Certo?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro, peço ao senhor que fale o seu nome completo, data de nascimento, endereço, local de trabalho e a função que exerce no seu local de trabalho.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – É... Thyago da Silva Martins, nascimento 1/11/83, eu resido em São José, na Travessa Hercílio José Correia, numeral 110, Serraria, São José. É... eu sou Capitão do Corpo de Bombeiros Militar, trabalho... à época dos fatos, eu era o gerente de Execução Financeira da Secretaria de Estado da Saúde, cedido pela corporação, é... depois que iniciou todo esse processo eu solicitei exoneração e realocação pro Corpo de Bombeiros Militar. Hoje eu tô lotado na Diretoria de Segurança Contra Incêndio, na Ivo Silveira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor.

O senhor não está acompanhado de advogado?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Não, senhor.

Página 1094. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Isso é para registro também.

Então eu passo a palavra ao Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito. Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Thyago, boa noite.

Você saiu da Secretaria, está trabalhando no Corpo de Bombeiros. Por quê? O que aconteceu, para deixar?...

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Ã, justamente por conta de todo esse processo em torno da Veigamed, do pagamento antecipado, tá? É... eu era o gerente Financeiro à época, eu fiz a preparação de pagamento, eu fiz a ordem bancária. Então eu achei que não tinha mais condições de continuar na Secretaria da Saúde e pedi a minha realocação pro Bombeiros.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Débora Brum esteve aqui e ela contou bem a história do senhor, falou que foi o senhor que fez o pagamento...

(*O depoente Thyago da Silva Martins faz que sim com a cabeça.*)

Desde quando começou esse processo da Veigamed, sempre havia uma pergunta: quem apertou o botão da transferência? E essa pergunta foi se repetindo pela imprensa, os comentaristas de televisão, quem escreve, blogueiros, todo mundo foi perguntando quem apertou o botão da transferência, quem foi o responsável por esse botão.

Depois da Débora Brum passar por aqui, a gente descobriu quem foi o responsável por apertar esse botão, que foi o Thyago da Silva Martins, que é o senhor, e aí o senhor me diz que agora saiu da Secretaria por ordem disso (*o depoente Thyago da Silva Martins faz que sim com a cabeça*).

O senhor quer contar essa história ou o senhor quer que eu faça pergunta por pergunta para o senhor? Ou o senhor: Não, eu quero contar essa história, Deputado Ivan Naatz...

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Deputado, eu posso contar, se eu me alongar muito o senhor me interrompe. É... eu vou tentar não me alongar muito, tá? É, eu lembro que... eu acompanhei os pro... os depoimentos aqui na CPI, tá? É, eu lembro que esse termo, quem apertou o botão, não tinha lá no início, ele veio com decorrer dos depoimentos, né?

Eu lembro também de um outro termo que o senhor usou, Deputado Cobalchini, é... um dia o senhor falou: Ah, daqui a pouco a gente vai chegar em quem serve cafezinho, né? Não é isso, eu não sirvo cafezinho, eu era o gerente de Execução Financeira, tô bem consciente disso, mas quando começou a se falar quem apertou o botão, eu falei: eu apertei o botão, eu fiz a ordem bancária, né?

Então o que acontece, quando iniciou a pandemia, é... Secretário, o Secretário-Adjunto, os Superintendentes, todos passaram a fazer o expediente lá na Defesa Civil, isso todo mundo também já tá ciente. Ã... então a gente não tinha mais contato direto, nem com o Secretário, nem com os Superintendentes, ã... e eu lembro que foi... foram feitos nove pagamentos, é, nove processos de pagamento antecipado, tá? Os dois da Veigamed, porque foram duas notas fiscais que somam os 33 milhões e mais sete processos.

O primeiro foi no dia 20 de março. Foram comprados vinte respiradores da empresa Edera. É... como é que chegou pra mim esse pedido, esse primeiro pedido de pagamento antecipado? Chegou pessoalmente, é... desceu na minha sala, no 9° andar, na gerência financeira, o funcionário da SGA, o Gabriel Wollinger Koerich, é... apoio da Superintendência, né, a Márcia já citou o nome dele aqui, não é uma novidade. Ele

Página 1095. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

3693

desceu, ele foi primeiro na gerência de orçamento e aí veio, na minha sala, acompanhado do... funcionário Jucelino, lá na Saúde conhecido como Juca.

É... e aí o Gabriel me passou que a Márcia, Superintendente, que tava lá no Coes, havia pedido pra gente... pra ele vir falar comigo, para ver se era possível fazer o pagamento antecipado daqueles vinte respiradores da Edera. Aí ele me explicou que a Márcia falou que todos os fornecedor tavam exigindo pagamento antecipado, é... então eu falei pro Gabriel o seguinte: é... não é comum, não é normal, agora, no sistema tem como fazer.

É... só que, pagamento a gente faz no Sigef, né? Pra fazer um pagamento o Sigef requer, é um pré-requisito, que tenha uma despesa certificada. E aí ele perguntou lá: E qual é o documento que a SGA precisa providenciar para que a gente faça esse pagamento antecipado? E aí eu falei: é... uma nota fiscal que precisa está autenticada, né, assinada eletronicamente no SGPE, e certificada no Sigef. E aí eu expliquei pra ele o que que significava isso, qual que era a responsabilidade de certificar uma nota sabendo que o... o equipamento não tinha chego.

O Gabriel falou que quem certificaria era a Superintendente Márcia, que todos estavam cientes da situação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Todos quem? Secretário?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Não, eu não posso citar nomes, tá? E não... eu tô sendo bem sincero...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Assim, eu vou dizer uma coisa para o senhor, Capitão, eu sei que no Exército, na PM, existe uma coisa que é de proteção do superior, de proteger o Comandante, proteger o superior hierárquico. O governo está cheio de militares, se seguir a regra do militar na atividade civil, não vai funcionar, os dois vão se incomodar.

Então o senhor está sentado aqui não como militar, está sentado aqui como cidadão civil. Lembre-se disso. Aquele compromisso lá da caserna fica lá na caserna, é quando está com a farda...

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Agora o senhor não está com a farda aqui, então eu preciso que o senhor diga, se todos sabiam, quem sabia?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Quando digo todos, naquele momento, dia 20 de março, quando ele foi pedir, eu tô falando de todos, SGA e agora a Gerência Financeira. É o que eu posso falar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá, pode prosseguir.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – É... e aí ele falou então que estava ciente e que a Márcia faria a certificação.

Eu falei o.k., ele ficou de providenciar, saíram da minha sala, é... fiz contato por telefone com meu chefe imediato, que é o Zé Florêncio, o José Florêncio, aliás, coordenador do fundo, e o... o Zé ele me passou que já tava ciente desse pedido da Márcia e que provavelmente haveria outros processos ainda, porque realmente todos os fornecedores naquele momento tavam exigindo essa questão do pagamento antecipado.

É... então foi isso. E aí a gente fez esse primeiro pagamento no dia 20, nos dias subsequentes a gente fez alguns outros pagamentos. Sempre, Deputado, é... EPI, luva, máscara, respirador, cama hospitalar, maca, ã, traqueia pra respirador, ã... filtro pra respirador, ã, esse tipo de coisa. E aí, o pagamento específico da Veigamed ocorreu no dia 1° de abril, eu recebi a solicitação, é, do pagamento. É... eram duas notas, é... chamou a atenção o valor? Chamou a atenção. Ah, o orçamento da Saúde é de bilhões. O.k., mas 33 milhões chama a atenção, sim, chamou minha atenção.

Página 1096. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

É... e eu perguntei: tem que pagar antecipado? Ah, tem que pagar antecipado. E aí eu conversei pessoalmente mais uma vez com o Zé: Zé, são duas notas. Vamos pagar as duas? A Márcia falou que tem que pagar as duas senão a empresa não entrega. Esse era o contexto. Ou paga a nota ou a empresa não entrega. Em todos os processos de pagamento antecipado, esse era o contexto, tá? Eu lembro...

E aí quando... daquele primeiro processo de pagamento antecipado, se perguntar pra mim: ã... não te causou espanto o pedido que o Gabriel trouxe em nome da Márcia? É... eu confesso que nem causou tanto espanto porque era o que tava em pauta na mídia o tempo inteiro, é... que... é, tanto fornecedores nacionais quanto internacionais estavam exigindo o pagamento antecipado, que se não entregaria, tinha essa corrida toda por equipamentos, tá, então já era assim de ciência que tinha esse... havia esse cenário, né? Veio o pedido e aí a gente realizou os pagamentos antecipados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem, o que acontece...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Da segunda visita então ele apresentou as notas assinadas pela Márcia? Quando o senhor ligou para o José Florêncio pela segunda vez.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Não, o... lá naquele primeiro dia depois eu conversei com ele, disse que já estava ciente, depois o Gabriel tramitou o processo no SGPE pra fazer o pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Certo.

Aí quando o senhor viu essa nota, o senhor já tinha conhecimento de que esse material não estava... não foi entregue. Quando o senhor pegou, falou assim: beleza, agora eu vou apertar o botão, agora eu vou fazer a transferência. Mas o senhor já tinha... o senhor tinha ciência de que esse material não estava entregue?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Eu sabia que o pagamento era antecipado, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não...

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Sabia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A pergunta foi outra...

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Tinha ciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tinha ciência de que ele não foi entregue?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Obrigado, Deputado Ivan.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro.

Até porque é um raciocino muito lógico, de que todo mundo tinha ciência que a nota seria certificada antes da entrega do produto. Por quê? Porque o cara do cafezinho ali da Praça XV, e como todos os catarinenses, já sabem que a certificação da nota foi no dia 30 e a entrega era para o dia 4 ou 5, pela aquela coisa chamada contrato que está ali no processo. Então é óbvio, se a nota da entrega foi certificada dia 30, e a entrega estava programada para o dia 4 ou 5, é óbvio que foi certificada sabendo que o produto não tinha sido entregue.

Então para nós da CPI isso está muito claro, não adianta vir aqui e dizer: ah, quem certificou a nota foi a fulana, se não tivesse certificado a nota não tinha pago. Porque todos nós sabemos que a nota foi certificada antes da data programada para a entrega do produto, cinco dias antes. Então de fato, eu queria saber o seguinte, os procedimentos, todo mundo sabia que era pagamento antecipado, mas existem

Fls. 3694

Página 1097. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

procedimentos, procedimentos. Quais são os procedimentos para pagamento antecipado, o senhor sabe?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – A gente nunca tinha feito, tá? Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor não sabia que tinha alguns procedimentos para fazer um pagamento antecipado?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – A questão das garantias... que o senhor fala?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Garantia, caução, carta fiança.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – É... Deputado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque não tem problema nenhum ter feito pagamento antecipado, esse não é o problema. O STF já disse que pagar antecipado, pode. O que não pode é pagar antecipado sem garantias. Eu quero saber dessa história das garantias.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Ã, eu vou passar pro senhor o meu entendimento e não é assim: ah, não quer assumir a responsabilidade ou quer passar a responsabilidade pra outro. Mas o meu entendimento, o entendimento da equipe no financeiro, é, o senhor vai ver que essa responsabilidade por cobrar as garantias não é do financeiro. O financeiro ele é fluxo, né? Tanto é que assim, ó, se o senhor for verificar a legislação que trata, é, do ordenamento, é... orçamentário e financeiro, não se fala em garantias. Onde há previsão de garantias? Na legislação de licitação, tá?

Então eu entendo que esse processo, é, ele passou por uma Diretoria de Licitações, ele passou por uma Superintendência de Gestão Administrativa, tá? E... o processo de aquisição ele não vem pro financeiro fazer o pagamento. É... ele é encerrado, ele é arquivado e é inaugurado um novo processo com a nota fiscal, certificação e é, esse sim, é encaminhado pro financeiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que é o seguinte, Thyago, me permite te chamar assim, Capitão Thyago?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Sim, senhor. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que o senhor falou ainda há pouco, dia 20 o Gabriel chegou lá dizendo: ó, nós precisamos fazer um pagamento antecipado, como é que faz isso? Daí o senhor disse aqui para nós na CPI: não, precisa ter uma nota fiscal certificada para fazer o pagamento.

Então, o senhor estava meio que sabendo o que tinha que fazer para poder ter o pagamento.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — O pagamento normal, né, o fluxo normal, ele exige uma certificação no Sigef pra gente conseguir fazer depois nota liquidação, preparação de pagamento e ordem bancária, tá? É... existe um manual oficial do Estado, né, disponível no *site* da Secretaria da Fazenda que chama Manual de Execução Financeira. Esse manual não ensina como fazer pagamento antecipado, não têm essa previsão ali, é... não existe no Estado um manual que ensine.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sei.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS— Então, assim ó, pra mim, foi uma coisa inédita também...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pois é.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — A gente não..., pelo menos na minha gerência a gente não fazia pagamento antecipado. Foi uma situação de exceção na pandemia.

Página 1098. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Porque é assim, Capitão Thyago, eu tenho conversas de grupo de WhatsApp, porque... eu já disse para a outra testemunha que sentou aqui que as conversas que a gente tem aqui são só partes do processo. Outras partes do processo elas são buscadas de outras maneiras.

Eu tenho conversas de WhatsApp do grupo Covid-19 que tinha o Secretário Tasca, que tinha o pessoal do Ministério Público, que tinha várias entidades, o Tribunal de Contas... envolvidas naquele grupo. E eles estavam lá discutindo como que faz pagamento antecipado. A CGE estava discutindo isso, a Controladoria estava discutindo isso. Eles mandaram aqui pra Assembleia Legislativa, dia 30, né, um projeto de lei... acho que foi dia 30, um projeto de lei que eles desenharam pra autorizar o pagamento antecipado.

Então, dentro do grupo de trabalho que tinha ali eles estavam discutindo pagamento antecipado, como é que faz... E a Márcia Pauli, por exemplo, está dentro desse grupo, o Secretário Tasca está dentro desse grupo, e a CGE está dentro desse grupo. Eles estão discutindo como é que faz, até desenharam o projeto de lei que mandaram para cá e tiraram, e fizeram o pagamento antecipado e ignoraram todas as essas discussões.

Quem deu essa ordem para o pagamento antecipado especificamente?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não, aquilo que eu falei pro senhor, não houve uma ordem, né, houve o...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Uma ordem de quem?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — É... houve esse pedido do Gabriel lá atrás nos outros processos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Dos respiradores.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Dos respiradores, esse da Veigamed, eu recebi uma... um pedido do Zé Florêncio: precisamos pagar esses respiradores hoje.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá. E tu conversaste com o Secretário Helton Zeferino sobre isso?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não. Eu não conversei com o Secretário desde que começou a pandemia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por quê?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Primeiro, que eu não tinha esse hábito, né, é... não, não havia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas era uma compra atípica! Não era atípica?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Era.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por que o senhor não conversou com o Secretário já que era atípico?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Eu conversei com o meu chefe imediato, eu não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o... é que assim, sabe, isso até derruba a gente, né?

O atual Secretário, André Motta, conversou com o André Motta, que era superintendente?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ele não comentou nada, não conversou nada? Havia aquela pandemia de compra lá, estavam lá no Coes, vem pra cá, vem pra lá... Qual a orientação que foi dada para vocês dos pagamentos?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — É, não tinha orientação.

Página 1099. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3695
RUBRICA

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nenhuma?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá. Eu já falei com o José Florêncio, já entendi a responsabilidade dele, já entendi a responsabilidade da Márcia...

Eu queria saber o seguinte: na visão do senhor - que eu vejo que é um cara que quer ajudar a gente aqui, tem um treinamento militar - quem foi o culpado para o senhor apertar o botão?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Deputado, eu não... eu não consigo dizer pro senhor um culpado, tá? É... o meu sentimento depois, quando houve essa denúncia na mídia, foi de total frustração, né? É... eu tenho sentimento assim de frustração, sentimento de equipe, né, nós erramos. Agora, apontar pro senhor quem é o culpado, eu não consigo dizer pro senhor: ah, o Secretário sabia. Eu não consigo dizer pro senhor: o Secretário não sabia. Tá? Eu não tive contato com essas pessoas. É... eu sabia, a coordenação do Fundo sabia, a SGA sabia, porque com essas pessoas eu tive contato. Veio o pedido. É... a decisão, como o senhor colocou, no grupo de WhatsApp tinha várias autoridades compondo. Eu não participava desse grupo. É... então, enquanto eles estavam discutindo, eu tive que tomar essa decisão? Lá, o gerente Financeiro?

Então, assim, se montou o processo de pagamento antecipado é... com vários procedimentos ativos, né, que é inserir uma nota fiscal, assinar a nota fiscal, certificar a nota fiscal, em um último processo, procedimento ativo, que é encaminhar o processo pra pagamento. Ainda tem isso, porque se não encaminhar, não chegaria pra eu pagar. É... e, aí, deu, né, deixa pro Thyago. O que o Thyago decidir, tá bom? Se pagar, pagou, se não pagar, não pagou?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Alguém fez pressão pro senhor pagar?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — A... a pressão que eu digo assim é... é... que a gente já tinha todo esse cenário de pandemia, né? Esse cenário de que os fornecedores estavam exigindo e... eu não tenho contato com fornecedor, então, também não vou dizer pro senhor: ó, o fornecedor tal me ligou. Não, não ligou. Mas é questão assim de consciência de... de consciência, não, de ciência daquela situação. E... um tipo de matéria que me chamava muita atenção era da própria classe médica na mídia é... vou colocar entre aspas, mas denunciando falta de EPI, reivindicando EPI nos hospitais.

Então, no meu pensamento, na minha intenção, era suprir os hospitais, né, suprir essa equipe que a gente fala tanto, a gente homenageia tanto, o pessoal da linha de frente - se usa muito esse termo -, o pessoal da ponta. E eu, na minha intenção, na minha interpretação, o gestor, no caso nós, a gente não poderia deixar de suprir esse pessoal. Como é que um médico, um enfermeiro, um técnico, vai ent... vai atender um paciente de Covid sem ter o EPI? E como é que a gente ia comprar o EPI se o fornecedor tava exigindo pagamento antecipado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pois é, mas acontece que eles estavam comprando R$ 33 milhões por WhatsApp, grupo de WhatsApp, o senhor viu...

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — É...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ... o senhor acompanhou nos depoimentos da CPI?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Acompanhei, depois eu... por isso que eu digo de meu sentimento de frustração foi depois ver a...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eles estavam se reunindo em grupo de WhatsApp e recebendo 33 milhões do Estado, né?

Página 1100. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Assim, eu uso o mesmo exemplo para o senhor que eu já usei para outros colegas nossos e para outros colegas seu que já sentaram aí: se quebra o vidro da minha casa, eu dou 20% de entrada e quando o cara instala o vidro. É assim que se procede com dinheiro privado.

E, naquele momento ali, com dinheiro público não se... não teve nenhum cuidado. Na verdade, vocês não tiveram nenhum cuidado. Aí, o senh... foi isso que aconteceu, não teve... ninguém teve cuidado com o dinheiro. É isso, é essa visão que o senhor tem? O senhor pode discordar de mim.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não, eu, eu, concordo. Quando eu olhei o processo, o que que eu possa falar pro senhor, eu lembro que o... um dos delegados, quando eu depus no Gaeco, ele me perguntou: bá, não te chamou atenção os 33 milhões? Tu não tomasse nenhuma providência? O que eu tomei de providência na minha esfera, que eu acredito de atribuição, posso estar errado, mas aquilo que eu acredito da minha esfera de atribuição: eu exigi nota fiscal. Agora, a gente pode pensar: ah, mas como era antecipado não precisava. No meu entendimento, quando a empresa emite a nota fiscal, ela está faturando o equipamento. Então, pra mim é o mínimo que a empresa tá vinculando aquela venda, ta? A empresa, a saúd... a Secretaria da Saúde, antes de fazer o pagamento, se o senhor olhar os processos, eu fui conferir a autenticidade da Danfe, Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, e inseri essa peça de autenticidade no processo. Foi o cuidado que eu tive. E eu fiz por iniciativa minha. Eu entendo que era minha responsabilidade um controle de todos os processos de pagamento antecipado.

É, no fluxo normal do processo, eu faço um pagamento e eu transmito esse processo depois de pago pra contabilidade lá na Secretaria. Esses processos eu tomei cuidado de não fazer esse fluxo normal. Eu tramitei eles pra própria Gerência Financeira pra gente não perder o controle é... e pra gente poder depois cobrar: isso aqui que eu paguei antecipado lá atrás chegou ou não chegou? Quando chegou? Quem recebeu?Então, esse foi a... as atitudes que eu tive pra tentar ter essa responsabilidade com os recursos públicos. Não fiz mais do que isso.

É... outra coisa, eu não sei se o senhor já pensou nesse ponto, não era comum, não era do meu dia a dia eu entrar no Sigef e fazer pagamento. Não era. Isso é a minha equipe que faz. É... só que, no meu entendimento, enquanto gerente, e aí chega um processo desse, que é um processo de exceção, não só o da Veigamed, os outros todos de pagamento antecipado e vem uma solicitação... Não é comum, não é normal, embora o senhor diga que o STF tem julgamento... mas não... eu tenho certeza que todos os pareceres do... dos Tribunais é sempre em situação de exceção, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Exceção e com garantia. A garantia nunca foi retirada.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — E se é exceção...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Em nenhuma decisão.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — ... é porque pode dar problema, né? Eu gostaria de frisar aqui que é assim: o da Veigamed deu problema, sim. Os outros foram entregues, tá? Mas assim pode dar problema, né? Então, eu pensei o seguinte: eu vou fazer. Se vai... se é exceção, é o gerente que vai fazer, é minha responsabilidade de fazer, e não deixar para minha equipe, porque senão eu poderia ter deixado, a equipe da Gerência Financeira faz e o meu nome nem estaria nesse processo. Eu não estaria aqui hoje e o problema existiria porque ocorreria isso daí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Capitão...

Página 1101. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3696

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Tá, então, esses foram os cuidados que eu, na minha esfera, que eu enten... com a minha esfera de responsabilidade tomei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Capitão, o contato que o senhor teve com a Márcia foi permanente?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Nunca, nunca tive contato com a Márcia. Eu lembro de... a... é importante dizer que a Márcia assumiu a Superintendência, se eu não me engano, final de fevereiro ou início de fevereiro; eu lembro de ter cruzado com ela, ela entrou numa sala e eu estava saindo, e alguém me falou: ó, essa é a Márcia que assumiu a Superintendência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ela era a sua chefe ou o seu José Florêncio?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não, o meu chefe era o José Florêncio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o José Florêncio, pressionou o senhor para fazer esse pagamento? Oh, tem que fazer, fazer urgente, fazer rápido?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Tá. O Zé é uma pessoa muito simples e muito acessível, então, ele não tinha esse comportamento de mandar, de ordenar. Ele me encaminhou mensagem dizendo: ó, tem que pagar 16,5 milhões na Fonte 100, 16,5 milhões na Fonte 300 e hoje. Só. A gente já estava ciente de todo o contexto que tinha que pagar, que era antecipado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor acredita que todo mundo na Secretaria sabia assim que... todo mundo, não, mas...

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — É...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...o *staff* sabia que era pagamento antecipado, que era para a empresa...?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Na Secretaria, que é ali naquele prédio... acho que é Osmar Cunha, ali no centro, o prédio da Administração-Geral, estava eu no 9º andar, às vezes, tinha uma terceirizada comigo na... ali na Gerência Financeira, às vezes, tinha uma efetiva, é... tinha um ou dois funcionários da Gerência Orçamentária, que é no mesmo andar. E eu lembro que lá embaixo tinham uma ou duas funcionárias na... no Apoio, que eles chamam de Apoio, Sessão de Apoio, que é do lado da sala do José Florêncio, e o José Florêncio, o período todo da pandemia trabalhando sozinho na sala dele. Então, às vezes, eu descia na sala dele; às vezes, ele subia na sala da Gerência Financeira, mas não tinha mais muita gente no prédio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Depois, então? Depois? Não chegou os equipamentos, dia 4, dia 5... Daí?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Tá. Eu lembro que dia 4, dia 5, a gente tava aguardando, vai chegar, não vai chegar. Eu lembro que no dia 7 de abril, eu recebi uma mensagem de WhatsApp por, de um... de um dos outros efetivos da Gerência Financeira, na verdade, uma mensagem não que ele escreveu, ele encaminhou de alguém que ele tinha recebido, esse alguém era o gerente de relacionamento do Banco do Brasil, da Agência Setor Público, que é a Agência que atende os órgãos públicos, né, alertando de... vários processos de aquisição de equipamentos da China que tinham fraude, que alguns Estados tinham sofrido...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Que dia era isso?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Era 7 de abril, ta? E, aí, é... principalmente, se eu não me engano, da Bahia, não sei se o Espírito Santo. E, aí, é lógico que eu tinha esse processo dos 33 milhões em mente e eu encaminhei também

Página 1102. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

essa mensagem pro José Florêncio e falei pra ele: ó, Zé, esse é um alerta que a gente recebeu do Banco do Brasil, acho interessante o senhor encaminhar pro coronel Carlos, que é o diretor de licitação, e pra Márcia, que é Superintendente. E, aí, eu creio que o Zé tenha encaminhado pro...pra esses dois.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso é fundamental sabia? Porque nós não conseguimos recuperar a grande parte dos recursos porque demorou demais pra agir. O Estado levou quase vinte dias para tomar a primeira ação de recuperação dos valores. Se lá no dia 7, 8, eles tomam a medida judicial de bloquear os bens, nós tínhamos recuperado todo o dinheiro. Esse é um gran... outro... é, sabe?

Que dia o senhor mandou esse *e-mail*?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Dia é... mensagem de WatsApp.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sete?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Dia 7 de abril.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pra quem? Pro José Florêncio?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Pro José.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sabe se ele encaminhou para alguém?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Eu acredito que ele tenha encaminhado, no mínimo, pro Coronel Carlos e pra Márcia, que eu sugeri, ma... e, provavelmente, eles devem ter levado pro Coes, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só para encerrar, o senhor tem cargo de diretor?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Na Saúde eu tinha cargo de gerente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Certo. E agora?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Agora, não, não tenho cargo de diretor, eu trabalho na Diretoria de Segurança Contra Incêndio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tem algum cargo comissionado lá?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só o cargo de Capitão mesmo.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — É, isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Cobalchini, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Boa noite, Capitão Thyago da Silva Martins. Seu nome de guerra é Thyago?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — É Silva Martins.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Silva Martins.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Na Saúde é Thyago, eles não chamavam pelo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Chamavam de Thyago.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A gente ouviu aqui a primeira vez o nome do Thyago porque foi um grande enigma quem apertou o botão. A primeira pessoa que falou sobre isso foi o Florêncio, José Florêncio. Depois foi a Débora, né?

Página 1103. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

FLS. 3697

Rapidamente, eu até gostei que o senhor começou falando sobre isso, até porque sabia que essa era uma questão que seria abordada, né? Mas gostei da forma como o senhor colocou aqui. E também de não poderia ter não sido, poderia ter sido alguém da sua Gerência. O senhor assumiu. O senhor também poderia não ter pago?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — É... pensei muito nisso depois, ta? É... eu recebi a mensagem: precisamos pagar hoje. Se eu não tivesse pago, eu não sei qual ação é... teria sido tomada. Eu não sei se mandaria de repente um outro componente da Gerência Financeira pagar, eu não sei se aí, de repente, se eu tivesse negado naquele primeiro momento se... talvez eu tivesse sido exonerado, né? Talvez aí tivessem pago. Talvez... é, como eu falei pro Deputado Ivan, eu não posso dizer que o Secretário sabia, eu não posso dizer que ele não sabia, eu não tive realmente contato com ele, mas é... pela linha de defesa dele que ele coloca que ele não sabia, talvez se eu tivesse negado e a... a Márcia se visse: o Thyago não fez, não obedeceu. Talvez, ela tivesse que obrigatoriamente levar pro Secretário, talvez eu tivesse provocado isso é... mas é o se, agora não consigo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Naquele momento quem falou foi o Thyago ou foi o Capitão Thyago?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Eu não entendi a pergunta, desculpa, não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Se fosse o... se fosse o Thyago, um servidor comissionado tendo a opção de fazer ou de não fazer, poderia ter sido outro. O senhor assumiu a condição naquele momento de... dizer de disciplina...

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ... militar?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — É... agora entendi, desculpa, entendi a pergunta.

Deputado, eu acho que eu tinha essa opção de fazer ou de não fazer. É... esse processo é... alguém aqui também já comentou, se é R$ 1,00 ou se são 33 milhões, é recurso público, né? É...os demais processos, teve o processo de dois milhões, teve processo de um milhão e pouco, tem processo de 90 mil, é... então, todos têm essa responsabilidade, mas, logicamente, 33 milhões, eu fiz mas fiquei mais apreensivo, fiquei mais preocupado, né? Mas eu fiz acreditando como os demais: a gente precisa disso. Eu acredito muito, é bom que se diga aqui, embora quem sou eu pra julgar, mas eu acredito muito na pandemia, se não não tinha feito, ta? É... eu acredito nessa pandemia. Eu tô... eu não fiz quarentena enquanto eu estava na Saúde, tá, hoje eu tô em *home office*, porque teve uma a suspeita na outra semana lá no prédio da Secretaria da SSP, agora onde estou lotado, é... mas, enquanto eu estava na Saúde, aí, sim, eu me vi nessa obrigação de militar: não, eu vou estar presente todos os dias, tá? Mas a decisão ali de fazer os pagamentos antecipados é porque eu acreditava que precisava garantir esses equipamentos nos hospitais. Acredito ainda que precisava...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O senhor faria de novo isso?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Ah, hoje não tem como dizer que eu faria de novo porque a gente viu tudo o que aconteceu, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Se o senhor imaginasse o dia seguinte...

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Concorda que foi, foi um...

Página 1104. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Eu concordo, mas, assim, o meu dilema legal, na época, o meu dilema jurídico, era... era justamente esse, Deputado: segue à risca a norma jurídica, aquilo que está escrito e não paga ou, e aí o contexto era esse, se não pagar hoje a gente não recebe equipamento, tá?

Tinha um processo anterior, que esse acabou não prosperando, não vou recordar o número, que era justamente de importação. O Estado tentou importar diretamente, se eu não me engano, até ia usar carona no avião da... no avião da FAB, se eu não me engano, e acabou não prosperando não sei por que, e foi logo alguns dias antes desse da Veigamed, tá? E... nesse processo era assim: se a gente demorasse um dia, dois, pra fechar contrato de câmbio, o dólar aumentava e ia de R$ 40 milhões pra R$ 70 milhões.

Então, era sempre assim. Quando eu digo assim: ninguém me pressionou... faz agora! Ninguém ficou... mas é... a pressão era o contexto em si, tá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — É... interessante, antes do pagamento, o senhor próprio afirmou aqui, antes do pagamento todo mundo sabia; quando aconteceu o pagamento todo mundo esqueceu, ninguém mais sabia de nada. Isso é interessante. Ninguém chegou aqui assumiu: não, o Thyago fez porque já tinha passado por todos e ele não tinha a opção de não de não fazer, como senhor afirmou aqui.

Como é que o senhor se sente hoje? Àquela época todo mundo estava junto; aquele momento exigia que todos se comportassem assim. Passou o momento, aí, ficou quem apertou foi o Thyago.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Deputado, até... eu entendo essa colocação de que: ah, tava certificado, ele não tinha como não o fazer, né?

Quando eu fui depor no Gaeco e... eu falei já logo no início do depoimento que eu sabia que era antecipado, os Promotores, os Delegados que estavam ali naquela sala eles se surpreenderam, e eles me perguntaram isso: mas não tava certificado? Não tinha uma nota fiscal? Eu falei: não, Delegado. E repito agora pros senhores Deputados: a formalidade do processo ela tava cumprida, até porque senão tivesse uma certificação, a CE, que a gente chama no... no Sigef, eu não conseguiria fazer NL, eu não conseguiria fazer PP, eu não conseguiria fazer ordem bancária, né? Então, a formalidade tava cumprida. Agora, a gente sabia que precisava pagar pra receber os equipamentos, tá? Hoje, o meu sentimento é de frustração total! É de frustração! E outra é... muito mais do que naquela época, hoje, a pandemia me parece que está pior do que naquela época, e os equipamentos não chegaram, né? Ninguém também aborda muito essa situação, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Mas se nós dependêssemos desses respiradores...

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Pois é, mas assim, eu fiz pra esses duzentos respiradores chegarem! E não chegaram, né? Então, o meu sentimento ainda é... é de total frustração nesse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Principalmente, o senhor fez sabendo que eles não iam chegar.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não, eu fiz sabendo que eles não tinham chego, mas eu fiz para que eles pudessem vir!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Embora a Márcia tenha certificado a nota e, por isso, o senhor pagou? (*Ininteligível*) a Márcia...

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Por isso eu consegui pagar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — É... eu só vou ler aqui... O senhor já disse que conversou com José Florêncio, claro, ele é o seu superior imediato, né? Com a Márcia o senhor não falou, mas o José Florêncio, aqui no seu depoimento, diz o seguinte (*Lê*): "(...) Então o Tiago é só mecânico, ele faz a parte

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3698

Página 1105. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

da ordem bancária. (...)" Depois: "Não", numa pergunta do Relator: "(...) o Tiago ele é mecânico. (...)"

É... isso chama muita atenção porque parece que o servidor não é, não lhe era discernida a capacidade de pensar. O que eu tô fazendo aqui? Eu sou mecânico. Foi assim que o senhor se sentiu?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não, Deputado, acho que eu já coloquei a situação, né? É... a formalidade realmente estava cumprida, né? Da formalidade, realmente, era o mecânico é ir no sistema fazer a liquidação, a preparação de pagamento e a ordem bancária após a certificação, né? Eu creio que foi nesse sentido que ele falou que é o... o... trabalho mecânico.

Agora, é aquilo que eu falei pro senhor, é... não era do meu dia a dia fazer esse trabalho mecânico, né, seria feito por outro componente da minha equipe que tivesse subordinado à minha Gerência, né? É... e, aí, como eu vi que era um possesso de exceção, era um processo perigoso, poderia dar problema, como deu, eu assumi a respon... chamei a responsabilidade pra mim é... pra poder preservar minha equipe, para poder ter um maior controle.

Hoje eu consigo dizer... eu já ouvi há tem quarenta e poucos processos de pagamento antecipado, tem dezessete processos de pagamento antecipado... Não tem. Enquanto eu era gerente não tem, tem nove: os dois da Veigamed e outros sete. Eu tenho isso planilhado, né?

Então, por esses principais dois motivos eu assumi para mim para preservar a equipe, para assumir a responsabilidade de gerente e pra poder manter melhor o controle, tá? E depois é... poder encaminhar pro setor responsável receber o equipamento para dizer: recebi, quando recebi, está aqui o documento. Existe um outro sistema na Saúde que é que faz a guia de entrada, quando chega o documento. Então, para poder ter esse controle, pra só depois retomar o fluxo normal e mandar para contabilidade.

Eu acredito que quando José Florêncio fala é que eu, que eu... sou mecânico, né, o Thyago é mecânico é nesse sentido do trabalho no sistema Sigef, né, que só com a formalidade da certificação que eu conseguiria prosseguir com o pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Os pré-requisitos estavam todos atendidos?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Na formalidade, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Na formalidade, sim.

É... fosse um outro gerente, apenas um cargo comissionado, que não fosse de carreira, não fosse concursado, poderia quem sabe fazer aquilo por um comprimento de uma determinação sob pena até quem sabe de ser exonerado, de perder o seu salário. No seu caso, não, o senhor tem uma carreira, é Capitão, daqui a pouco vai ser Major, Tenente-Coronel, Coronel. O senhor não... não lhe ocorreu isso, não passou pela cabeça?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Eu... eu confesso que depois que estourou a crise, é... a gente teme, com certeza, né? É como o senhor colocou hoje, ninguém sabia, depois do... da crise ninguém sabia. Então, eu tô colocando aqui que eu sabia. É... eu... eu tenho essa formação militar, mas não é essa coisa que: ah, só cumpre ordem. Não é isso. Eu acredito que ali eu tinha que ser um líder, né? É, como o senhor coloca, eu tenho o meu salário, eu tenho meu cargo de Capitão, mas, além disso, ali eu estava ainda ganhando a gratificação de gerente, então, eu tinha que assumir essa responsabilidade, né, é... é... eu tinha que tomar decisão.

Página 1106. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — E a liderança naquele momento já que ninguém, nem um outro durante o fluxo do processo... Não teve um líder que tenha visto que aquilo era uma fraude. Ninguém viu! O senhor na sua liderança - até porque eu tô vendo, o senhor é um líder – o senhor é um Capitão, tem uma boa formação, não tinha que dizer: espera, aí, só vou assinar, só vou apertar o botão, só vou pagar se tiver uma garantia, senão eu não vou assumir essa responsabilidade. Não era um papel do líder? Aquele que poderia ter salvado isso? Nós não estaríamos aqui hoje.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Pode ser, deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Aí seria uma liderança positiva, pró-ativa. Eu acho que esse... o que aconteceu vai lhe servir, inclusive, na sua carreira, né, daqui a pouco oficial superior, cada vez mais, né, ocupando funções de liderança, sobre o que não devo fazer, né?

Mas eu estou satisfeito, Presidente. Obrigado, Thyago.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Cobalchini. Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Obrigado, Presidente. Boa noite, Capitão.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Boa noite, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Como é que o senhor chegou na Secretaria da Saúde? Indicado por quem?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Eu fui convidado diretamente pelo Secretário Coronel Helton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Coronel Helton. Vocês trabalharam juntos?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — A gente nunca tinha atuado junto, mas se eu trabalhei, mais ou menos, sete anos na Divisão de Finanças da corporação. E a gente não tinha uma sede própria, então, a gente dividia o prédio no 1º Batalhão de Bombeiros Militar, ali no Estreito, e o Coronel Helton foi Subcomandante, foi Comandante daquele Batalhão ali, então tinha essa proximidade física de trabalhar no mesmo prédio, né, mas nunca cheguei a... tinha sido subordinado funcional dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A gente sabe que a sua formação de militar tem procedimentos. Gostei muito quando o senhor falou aqui: no momento de pandemia eu chamei pra mim e disse: eu vou fazer porque era um momento de exceção e que eu poderia deixar os outros fazer, mas como era um momento de exceção, chamou pra si. O senhor confirma isso?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É... que pena que o próprio Governador, que também é bombeiro; que pena que o ex-Secretário Helton, que também é bombeiro, não tiveram a sua condição de chamar pra si o problema e, sim agora jogam para os outros o problema. A delegação não transfere responsabilidade. Então, eu quero dizer aqui para o senhor que o senhor tem o meu respeito em fazer isso, o senhor chamou pra si. Isso é papel não só de líder, isso é papel de homem, isso é papel de quem determina ou tem determinação pra agir. Então, o senhor está de parabéns porque chamou para si. Quando chama-se para si, assume-se os compromissos.

Então, eu queria deixar aqui, senhor Presidente, eu gostaria de ter ouvido isso do Helton, do próprio Governador, porque até então é o único que disse: eu chamei pra mim e eu fiz, não deixei. O Florêncio disse que só cumpriu ordens, que veio lá ordem

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CCS
Fls. 3699
Rubrica

Página 1107. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

da Secretaria da Fazenda para fazer; a Márcia disse que não foi... Então, de todos que passaram aqui o senhor é o único que matou no peito (*bate no peito*) e disse: eu tô aqui.

Eu gostaria que essa sua palavra que lhe dá uma condição de verdadeiro bombeiro militar de chamar pra si a responsabilidade fosse a grande frase que o Governador, que deve estar nos assistindo hoje, pudesse ter para si, chamar para si a responsabilidade. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

Então, faça-me aqui... fazer esse momento. Até porque todos sabiam, como o senhor falou, que era pagamento antecipado. O ex-Secretário Helton esteve aqui e ele só queria... todas as vezes que perguntava, ele dizia: eu não autorizei pagamento antecipado, eu não autorizei pagamento antecipado. Foi até que um dia eu mostrei: escuta, na DL tem a proposta segundo o orçamento, no orçamento falava em remuneratório antecipado. Ou seja, o senhor vem aqui e confirma de novo que todos sabiam que era pagamento antecipado.

Por isso que, para mim, senhor Deputado, não importa se a Márcia certificou a nota ou se foi a Bruna (*sic*). Por que não importa? Porque... e nem importa se foi o senhor que apertou o botão, o que importa, para mim, é que todos sabiam que era pagamento antecipado e, portanto, se era pagamento antecipado, óbvio que para entrar no Sigef tinha que ter a certificação na nota. Era isso?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Pra gente prosseguir com o pag... pra gente prosseguir com o pagamento, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então como é que ia pagar? Então fica essa questão.

Agora, teve uma coisa que me chamou a atenção, quando o senhor falou que o gerente de Contas Públicas do Banco do Brasil encaminhou uma mensagem dizendo: olha, em outros lugares deu problema com importação da China. A sua maior contribuição aqui foi essa. Por quê? Porque até agora a gente não tinha essa informação, nós tínhamos só uma informação de que ligaram de uma casa de câmbio para saber se realmente haveria o pagamento, porque queriam comprar dólar e a casa de câmbio era de São Paulo.

Eu queria voltar um pouquinho nisso só para entender, porque isso eu acho que são peças do quebra-cabeça que a gente vai montando.

O senhor recebeu essa informação ou encaminharam essa informação do gerente do Banco do Brasil que cuida de contas públicas?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — O... um dos gerentes de relacionamento dessa... chama Agência Setor Público, do Banco do Brasil, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Ele encaminhou essa mensagem que a... tinha... pra alertar a gente que havia... é... sido constatadas algumas fraudes em aquisições de outros Estados com importação na China.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Que dia foi isso, o senhor lembra?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — 7 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — 7 de abril, então, o Banco do Brasil, o gerente alertou, 7 de abril?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — 7/4. E que foi o dia que já tinha sido pago e que não chegou ao banco, não chegou o equipamento, né, Relator?

Página 1108. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Dois dias depois do compromisso da entrega do primeiro lote.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Até então, o dia 7 de abril, até o senhor receber essa mensagem, alguém da Secretaria já tinha lhe falado alguma coisa com relação a que não tinham chegado os respiradores?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Nem que tinha chego, nem que não, não tinha chego. Não tive esse tipo de conversa até aquele período ali.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Porque olha só, eu tenho dito que estou agindo aqui muito mais como a minha profissão, que é jornalista investigativo, do que como Deputado, porque a gente tem que fazer a montagem.

O Controlador-Geral, professor Luiz Felipe, esteve aqui e disse que ficou sabendo, ficou sabendo do processo pela CGU, a Controladoria-Geral da União, que o pessoal da CGU viu no Portal da Transparência o pagamento de 33 milhões e quis saber. Mas até então não tinha sido feito a entrega, porque foi um pouquinho antes, a CGU.

O Capitão Silva Martins vem aqui e diz que o gerente do Banco do Brasil manda uma mensagem dizendo: escuta aqui ó, tá estourando aí uns negócios aí de respiradores que a China não tá entregando. Em 7 de abril, dois dias depois dos equipamentos não terem sido recebidos. Por que eu quero chegar nisso? Porque o Governador Carlos Moisés, quando subiu o processo para o STJ, ele foi dar uma entrevista coletiva, Deputado Cobalchini, e disse para Santa Catarina que ele ficou sabendo do processo só dia 20. Oh, pera lá! O gerente da conta do Banco do Brasil, dia 7 sabia e o Governador vem querer dizer que só soube dia 20? Deputado Fabiano...

(*O Deputado Estadual Fabiano da Luz manifesta-se fora do microfone: "Tem boi na linha."*)

Não é que tem boi na linha, está faltando ar na linha, né? Por quê? Porque se o... gente, isso pra mim valeu a vinda dele aqui só para reforçar isso, Presidente, que dia 7 de abril alguém fora do governo avisa que está dando problema.

(*Um dos Deputados-membros manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

O governo. Aí a CGU, por ver o Portal da Transparência, avisa o governo, e só o governo que não sabia!

Então, portanto, eu gostaria, senhor Relator, que o senhor colocasse isso como mais um fiozinho desencapado para mostrar exatamente que o Governador Carlos Moisés sabia, sim.

E daí nós temos já algumas datas, eu gosto de lembrar: a Márcia disse que dia 27 de março o Governador sabia; o Secretário Helton disse que dia 15 de abril o Governador sabia; o Secretário Douglas disse que dia 22 de abril o Governador sabia; o Governador disse que dia 20 de abril sabia. Mas no dia 26 de março, um dia antes do que a Márcia falou que ele já sabia, no dia 26 de março, dia em que uma das nossas testemunhas disse que ligou para o rapaz e disse assim... do dia 25 lá, aquele que desistiu quando pediram a comissão, o Rafael, disse assim: ó, hoje é 25 e o pagamento vai ser dia 26.

Aí o Governador na *live* diz assim: ó, gente, nós já estamos com gente sobre os respiradores, subiu muito o preço, Helton, conta aí, porque parece, né, Helton, que nós estamos com gente que tem *expertise* na importação.

Então dia 26 o Governador fala na *live*, dia 27 a Márcia diz, dia 15 o Helton diz, dia 22 o Douglas diz, dia 20... e no dia 7 de abril o gerente de contas do Banco do Brasil sabia. Isso mostra exatamente, senhor Presidente, da falta (*sic*) de hombridade que esse

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3700
Rubrica

Página 1109. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

cidadão aqui teve e que faltou para o Governador, que faltou para o Helton, de dizer: eu assumi (*bate no peito*). E por que eu assumi? Porque estava tudo na pandemia.

O que a gente ouviu? A gente ouviu um Coronel aqui, o Carlos, acho que é o nome, dizendo o seguinte: ó, nós tava louco, porque diziam que em abril iam morrer seis mil pessoas e ia ter gente morta pelas calçadas e tal. E daí? Aí ele falou assim: eu não queria a responsabilidade de gente morrer na minha mão. E fez o quê? Passei pra frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A pergunta, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu não tenho mais perguntas. Eu acho que essa pergunta é que fez valer.

Eu queria agradecer, porque a vinda do senhor aqui me trouxe duas coisas importantes: uma para mostrar que gente que tem responsabilidade e hombridade é que merece ter funções de responsabilidade; e a segunda é essa sua fala da mensagem de texto do gerente do Banco do Brasil, que tem que ser, senhor Relator, colocado para que nós possamos ter mais uma certeza que o Governador, sim, sabia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Kennedy Nunes.

Deputado Fabiano da Luz.

(*O Deputado Fabiano da Luz gesticula com a cabeça que não.*)

Deputado-Relator, mais alguma pergunta?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu gostaria de falar. Eu estou lendo um trecho aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ... de um documento que tenho, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Fique à vontade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor disse para mim que depois... que dia o senhor saiu lá da Secretaria?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — É... a contar do dia 8/5, só que eu continuei trabalhando, porque demorou um pouquinho pra sair a publicação no Diário Oficial. Então quando eu vi que tava demorando muito, eu solicitei pra entrar em gozo de férias a partir do dia 18/5, pra não precisar mais tá indo lá no prédio da Secretaria.

Eu já tinha passado o serviço pro gerente Financeiro que ia assumir o meu lugar, que assumiu a Gerência Financeira no meu lugar, né? E aí eu entrei de férias. A publicação no Diário Oficial da minha saída da Gerência foi dia 27 ou dia 28 de maio, aí eu tava de férias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Daí o senhor entregou o seu pedido de desligamento para o José Florêncio?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Na verdade, assim, é... o... eu, o José Florêncio, que era o coordenador do... do Fundo Estadual e a gerente de Orçamento, que é uma bombeira também, a gente trabalhava muito em equipe nós três. Então a gente, na verdade, fez um documento, os três solicitando no mesmo dia, a dispensa das funções. E aí a gente fez no SGPE e tramitou pro gabinete do Secretário, já era o Secretário doutor André.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o senhor conversou com alguém da sua saída? Falou: olha, estou saindo por causa disso, por causa daquilo, por causa desse problema

Página 1110. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — É... Eu avisei a equipe da Gerência Financeira, né, porque ia sair, a gente, apesar do pouco tempo, a gente tava trabalhando junto ali desde janeiro, mas cria-se uma afinidade, né, todo dia ali trabalhando, ainda mais frente a um desafio desse da... da pandemia, o pessoal ficou todo em *home Office,* mas aí estreitou mais ainda o contato WhatsApp, todos os procedimentos que a gente tinha que continuar fazendo, então eu avisei a eles.

A gente foi, aí eu não sei, entre os dias 5 e 6 de maio, eu, o José Florêncio e a gerente de Orçamento, a gente foi até o... aí, sim, até a Defesa Civil pra conversar pessoalmente, antes de fazer o pedido no, no, no sistema a gente conversou com o doutor André, que já era o Secretário, ã... ele pediu pra gente ficar, pra gente não sair, a gente ficou de pensar, mas no dia seguinte acabou definindo por sair, não tinha condições de ficar, e aí a gente fez o processo e pediu a dispensa da, das funções.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ele falou: ó, pessoal, foi uma desgraça, foi terrível?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Ele pediu pra gente continuar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas ele falou da história? Contou? Se lamentou?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não... Ele se lamentou, mas ele falou que a que a gente tinha que continuar, que o trabalho é... pra combate à pandemia tava no meio do trabalho, então que a gente não saísse e tal. Aí ele teve que sair pra atender alguém, não, não, não foi muito longo nossa conversa. A gente tentou se reunir com ele outro dia, acabou também desmarcando e a gente acabou solicitando a, a dispensa via SGPE.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu tenho aqui o texto (*folheia documento*)... Deputado Kennedy, só pra concluir, pra ajudar na conclusão de vossa excelência, eu tenho aqui na página 198 do inquérito da força-tarefa o seguinte: (*lê*) na entrevista do dia 27 de março de 2020, por exemplo, justamente no dia em que houve a apresentação formal da proposta da empresa Veigamed para venda direta dos respiradores pulmonares, o investigado Helton responde uma pergunta do Governador sobre os respiradores, e diz que: estamos encontrando bastante dificuldade, especialmente no que diz respeito à compra com prazo de entrega curto prazo e que nós precisamos, e isso faz com que o mercado realmente seja muito aquecido.

Em seguida o Governador Carlos Moisés complementa, aí fala o Governador: (*lê*) além da pandemia, esse é um dos nossos desafios, você ser do Poder Público, ter que fazer uma compra por aquisição direta agora...

(*O senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone: "Que dia? 27?"*)

27.

... você não tem tempo nem para fazer a licitação e porque não tem o melhor preço também, você vai pesquisar, você descobre que um produto está sendo oferecido no mínimo pelo dobro do preço que você conseguiria comprar antes. Daí muitas vezes você percebe que não é teu fornecedor local, está repetindo um preço que já vem da China, vem de outro país e você decide pagar aquilo ou não. Se não pagar, você não vai ter leitos de UTI o suficiente para atender a população de Santa Catarina. Então a noção é de que a crise, às vezes, é uma oportunidade para algumas pessoas, o que tem acontecido. Às vezes é a pressão do mercado mesmo. Eu tenho poucos ventiladores, preciso fornecer, vou fornecer para quem me paga melhor. Se o Estado de Santa Catarina não quiser comprar, vai ser vendido para outro Estado e é o que está acontecendo. Estou ansioso, esperando que seja cotado também da mesma forma que foi para Santa Catarina.

Fls. 3701

Página 1111. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Dia 27/6, *live* do Governador Carlos Moisés... desculpa, dia 27/3. Dia 27/3 o Governador fala para os catarinenses da compra dos respiradores, do pagamento antecipado, das dificuldades para comprar o produto da China e da exploração do mercado, tudo isso que o senhor sentou aqui e disse agora.

Então, Deputado Kennedy Nunes, é inegável que o Governador do Estado estivesse diretamente participando desse processo. Faço essa intervenção só para recordar quem acompanha a gente aqui pela CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Capitão, como bem disse o Deputado Ivan Naatz, ele leu ali, né, se pagar ou não, a gente fica sem o respirador e ele acaba parando em outro Estado.

Como foi afirmado pelo Helton e pelo Douglas que o Governador não tinha conhecimento, então se pagar ou não era uma... então foi uma fala de uma bravata dele, até porque não era ele que decidia. Quando você fala: olha. eu estou decidindo aqui sobre algo que seria sob a minha responsabilidade. Se não é tua responsabilidade e você nem sabe que isso acontece, isso tem nome, chama bravata.

Aí, nesse ínterim... Por que eu estou construindo essa ideia para o senhor aqui? Porque ao senhor foi perguntado também e várias vezes o senhor falou assim: nós erramos. Nós não erramos, eu dou absoluta certeza para o senhor, Capitão. Se o senhor desconfiasse da má-fé da estrutura em que foi feita essa compra, antes dela chegar ali em forma de um pedido do próprio José Florêncio ou da Márcia, de celeridade, ou alguém te perguntando como que se faz pra fazer a compra, isso já estava arquitetado lá no dia... qual foi o dia que o senhor leu ali?

(*O senhor Relator, Deputado Estadual Ivan Naatz, manifesta-se fora do microfone: "Dia 27 de março."*)

No dia 27 de março. Se alguém tivesse preocupado mesmo, realmente preocupado com aquela pessoa que fosse ali efetuar o pagamento, não de forma física, mas que dissesse tô pagando, teria, no mínimo, explicado para o senhor todo o trâmite que foi feito. Nesse momento aí já tinham pessoas, a gente fez uma lista de uma penca de seis atravessadores que nem funcionários públicos são para chegar a isso aqui ainda. Tudo isso já estava acordado, antes de chegar lá no local que o senhor trabalhava. A gente chegou nessa conclusão.

Então falo para o senhor, sei o sacrifício que é quando a gente entra quartel a dentro pela porta da frente através de um concurso público, constrói uma carreira lá dentro. O senhor agir de forma honrada com as pessoas, é necessário que elas ajam com o senhor, e não agiram, não agiram. Então não carregue essa culpa de que nós ou a equipe que o senhor comandava lá dentro também errou. Eles não erraram. Errariam se soubessem de todo o estratagema que estava por trás disso aí.

Eu falo de coração para o senhor, eu vejo franqueza nas suas palavras e todo mundo aqui consegue ver isso. Então, nunca mais diga isso aí, Capitão, que eu errei ou que a minha equipe errou. Não! Porque não construíram uma estrutura de franqueza explicando realmente o que tinha sido planejado lá no dia 27, onde já tinham pessoas negociando isso.

Inclusive...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só que tem que ter um cuidado, Presidente, esse é um fato que nós vamos discutir no relatório, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se o senhor fizer uma formação dessa, fica difícil depois para a gente construir o relatório, né?

Página 1112. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, sim, mas eu estou construindo aqui um pensamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É só porque pode ficar isolado o pensamento do senhor, porque senão depois no relatório a gente tem uma posição contrária, e daí fica difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E essas pessoas foram construindo, construindo e chegou ali.

Então, o que a gente faz aqui? Aqui a presunção da inocência é para todos, né? E mais cedo ou mais tarde a verdade acaba vindo à tona. E essa bravata que ele falou na televisão colocou todos em maus lençóis. Quem planejou de má-fé e aquele que participou de boa-fé desse processo todo.

É a conclusão ali do... e eu acredito que a verdade vai vir à tona mesmo e vai revelar de que lado que a gente tava, as pessoas que estavam realmente preocupadas em salvar vidas, as pessoas que estavam realmente com vontade de participar desse processo e eu acredito na boa-fé do senhor, como acredito na boa-fé de todos. Mas não pense que todo mundo está jogando da mesma forma com o senhor. Todo mundo que sentou nessa cadeira foi bem claro mesmo quando falou: quem pagou foi o Thyago.

Divida esse piano, não leva ele sozinho, não. Porque agiram... em algum momento alguém agiu de má-fé ali. Então não retribua coisas que o senhor não está ganhando de ninguém, ninguém está com essa preocupação contigo não. Ninguém, ninguém. Todos aqui foram bem claros mesmo ali na hora de tirar do seu e passar para o do próximo, é um jargão militar nosso, tira do meu e joga para o da frente. Dessa vez não jogaram para cima, jogaram para baixo, na cara de pau mesmo, sentados aqui nessa cadeira, um de um lado e outro do outro. Geralmente no quartel a gente fala jogou para cima, dessa vez eles jogaram pra baixo, com toda a força mesmo, e as pessoas têm que ser responsabilizadas por aquilo que fazem.

Era só para constar.

E se o senhor tiver algo de útil, a gente vai dar um tempo para o senhor fazer as suas considerações finais, se o senhor tiver algo de relevante mesmo, que seja importante, que possa colaborar para a nossa CPI, colaborar para o Estado de Santa Catarina... Vou te falar, aquela missão do senhor de salvar Santa Catarina não terminou, ela continua ainda agora, aqui. Aproveite o momento, o senhor tem o tempo que achar necessário.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Deputado, eu vou acabar me repetindo. Eu acredito que... eu entendo é... alguém teve aqui e alguém falou que inverteu o raciocínio. né, e eu entendo essa inversão de raciocínio, ela de certa forma ela é compreensível. Se não tivesse feito o pagamento antecipado, a gente não teria esse problema. É uma forma da verdade, se não tivesse pago, eles não entregaram o respirador e a gente não tinha o prejuízo no Estado. O.k., eu entendo isso, mas eu repito, não foi só esse processo, né? Os outros sete processos a gente pagou na mesma intenção, acreditando que se não pagasse não receberia e a gente recebeu. E aí a gente conseguiu colocar luva lá dentro dos hospitais, a gente conseguiu botar máscaras, a gente conseguiu botar respiradores também. Então foi nesse sentido é... que eu realizei os pagamentos.

E talvez não contribua tanto para esclarecer alguma coisa maior, mas eu peço que não inverta esse raciocínio, tá? Porque se não tivesse feito o pagamento, não tinha o problema, mas se não tivesse feito o pagamento também a gente não tinha todos os EPIs que a gente conseguiu. É... não tô tentando escapar ou me eximir da minha responsabilidade, mas eu não acho justo também inverter pura e simplesmente esse

Página 1113. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3702
Rubrica

raciocínio e dizer que se eu não tivesse pago não teria o problema, tá? É isso, não tenho muito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muitíssimo obrigado.

(*O senhor Thyago da Silva Martins deixa o recinto.*)

Senhores Deputados, temos que deliberar sobre o horário da próxima reunião. A próxima mantém-se o horário, quinta-feira... Fica às 9h ou fica às 10h? Fica às 9h, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Qual é a pauta de quinta-feira?

(*A assessoria da CPI manifesta-se fora do microfone: "É a Simone, convocada para às 10h."*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá, mas tinha um que não foi localizado, né?

(*A assessoria da CPI manifesta-se fora do microfone: "O Cauê."*)

O Cauê.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vamos sugerir... Ela já foi intimada? Ela é servidora?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, se houvesse a condição de fazer... Já que ele está sabendo, para vir na quinta-feira o Clóvis, que nós aprovamos hoje aqui, o da sindicância. Se tem só um para depor e o segundo não tem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Cauê é de empresa, né, aí sabe como é.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pois é, mas eu estou dizendo o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Chamar o Clóvis no lugar do Cauê.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso, no lugar do Cauê.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Amanhã?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quinta-feira. Porque ele já está sabendo, inclusive ele deve estar assistindo. Então para não termos só um depoente na quinta, a gente poderia chamar o presidente da sindicância da CGE para quinta-feira, eu tenho certeza que ele não vai se opor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — De acordo, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — De acordo? Então, antes de encerrar convoco para...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Na terça-feira que vem, nós vamos conversar com o Tasca, e tem um pedido sobreposto que foi solicitado, voltou, foi dispensado e agora há uma possibilidade de a gente conversar e ter alguns encaminhamentos para fazer com o Secretário da Fazenda, o Paulo Eli. E tem um requerimento do Deputado João, mas tem um requerimento também, se não me engano, de outro Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Meu, do Paulo Eli era meu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É. Nós poderíamos falar com o Paulo Eli na terça, junto com o Tasca.

O que o senhor acha, Deputado Cobalchini?

Página 1114. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu não consigo vislumbrar o Secretário da Fazenda, porque ele... a Fazenda... Não sei também aonde que se quer chegar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não é requerimento, nós estamos conversando.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim, sim. Mas eu não consigo ver por que a convocação dele, porque ele libera o recurso, o duodécimo para cada Secretaria, dentro de uma programação financeira, e o Secretário de Saúde no caso é quem faz a gestão desse recurso, não é a Fazenda. Então eu não consigo ver, a não ser que tenha alguma outra...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, não. É porque tem esse requerimento pendente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu não vejo, sinceramente, eu não vejo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Num primeiro momento eu achei necessário, mas no segundo ali eu já vi que não tinha necessidade alguma do Secretário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É só porque o Paulo Eli foi o sujeito que disse de onde que era para tirar o dinheiro. É isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas se chamar... se for para seguir a regra dos citados aqui, é a Secretária Adjunta. Pela informação que foi dada aqui, foi a Secretária Adjunta que fez o procedimento lá na Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Cem por cento normal, tranquilo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ela está arrolada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ela está arrolada, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então a gente segura, deliberamos se precisar no futuro. É só porque... eu estou dizendo para vossas excelências os requerimentos que estão pendentes. Nós terminamos praticamente um ciclo, nós estamos terminando um ciclo de depoimentos, dentro daquele círculo de pessoas que participaram desse processo.

Eu gostaria de apresentar um requerimento a vossas excelências para insistir novamente no ofício ao Governador, para que ele nos diga como ele pretende responder à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Até porque ele respondeu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Porque ele já recebeu o ofício formal e não respondeu o ofício formal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Ele respondeu porque ele viu aqui pela transmissão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ele respondeu, mas não formal o requerimento. Ele mandou um ofício dizendo que precisa...

Então a gente tem que deliberar se a gente aguarda mais uns dias a informação do Governador ou a gente formula as perguntas e manda para ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu acho que... até porque ele não virá aqui, ele não tem coragem, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, ninguém quer que ele venha aqui.

Página 1115. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3703
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas acho que tem que mandar ver perguntas, que o colegiado possa fazer perguntas e encaminhar para ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então vamos estabelecer o prazo de terça-feira para protocolar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — As perguntas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A gente formular uma quesitação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Terça-feira?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - O.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Combinado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Presidente, permita-me aqui fazer um agradecimento, já que ainda estamos no ar, a todos os catarinenses. Eu recebi mensagens de que os depoimentos da CPI estão melhores que muitas séries da Netflix (*risos*).

E eu quero aqui fazer um registro especial, agradecendo a todos que estão acompanhando, porque ninguém aqui está fazendo coisa para aparecer, nós estamos focados e a sociedade está vendo isso, o ponto de que neste momento, onde a política está em baixa, as pessoas estão acompanhando, e que bom estar acompanhando, porque pelo menos quando o Deputado... e isso acontece com qualquer um de nós quando chega a... desde uma venda no mercado, no posto de gasolina, os catarinenses falam e os depoimentos que estão tendo aqui dão a possibilidade de os catarinenses começarem a fazer os seus próprios juízos.

Então, permitam-me aqui agradecer a todas e a todos, não só os funcionários que estão aqui, todos os envolvidos, mas os catarinenses que neste momento estão acompanhando porque têm interesse, porque estão vendo que nós estamos fazendo a coisa séria, certa e, por isso, eu quero fazer aqui o meu registro de agradecimento e que, se possível, constatasse em ata esse meu agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Feito o registro e nada mais havendo a tratar, encerramos a reunião, convocando a próxima para quinta-feira, às 10h. (*Ata sem revisão dos oradores,*) [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI

Página 1116. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3704
Rubrica

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 2 DE JULHO DE 2020, ÀS 10H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Muito bom-dia a todos.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 13ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência nº 011, de 2020.

Eu quero registrar a presença do Deputado Ivan Naatz, Relator desta CPI, do Deputado Kennedy Nunes, do Deputado Fabiano da Luz e também, remotamente presentes, os Deputados Moacir Sopelsa e João Amin.

Inicialmente comunico que não teremos a aprovação da ata da reunião anterior, pois a mesma está em elaboração.

Eu vou retirar a máscara, já que obedecida a distância, para facilitar a comunicação.

Passamos à sinopse da correspondência e outros documentos recebidos. Informo que recebemos: Ofício da Secretaria da Administração nº 2114/2020, encaminhando cópia do histórico de *logins*, em resposta ao Ofício 080/2020 desta CPI, encaminhado por *e-mail* e mensagem de WhatsApp a todos os membros desta Comissão; Ofício 610/2020, da Secretaria de Estado da Saúde, encaminhando os esclarecimentos apresentados por meio da Comunicação Interna 360-2020, da Gerência de Tecnologia e Informação e Governança Eletrônica (Getin), e também os *logs* de acesso na íntegra, igualmente encaminhados por mensagem de WhatsApp e *e-mail* a todos os membros da CPI; recebido hoje esclarecimentos encaminhados pelo senhor Luiz Felipe Ferreira acerca da sua participação e da Controladoria-Geral no processo de compra dos respiradores, igualmente encaminhados a todos os membros da CPI por *e-mail* e WhatsApp.

Passamos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Pois não, Deputado Ivan.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom dia a todos os senhores Deputados que nos acompanham.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu tinha um requerimento extrapauta para compartilhar com vossas excelências para discutirmos primeiro.

Nós recebemos o relatório da CGE com relação à sindicância que foi promovida lá, na Controladoria-Geral do Estado. Acontece que nesse relatório veio só a conclusão, não

Página 1117. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

vieram os anexos, não vieram os documentos que compõem o relatório. E, no relatório, existem citações da página 350, da página 280, no *e-mail* de página 402, etc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Mas não estão as páginas?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, só que eles não estão anexados.

Então eu queria requerer aos membros da Comissão a expedição de ofício urgente ao presidente da comissão especial a fim de que faça chegar aos membros da CPI ou à CPI a íntegra do processo, o relatório e os seus anexos.

Esse é o requerimento que faço a vossas excelências, extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Antes de colocar o requerimento em votação, quero cumprimentar e registrar a presença do Deputado Felipe Estevão. Seja bem-vindo.

Coloco em discussão o requerimento verbal do Relator, Deputado Ivan Naatz. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Peço à assessoria que providencie, com a urgência que o caso requer, a expedição de ofício que será assinado ainda durante esta reunião. Está certo?

Eu informo que estava prevista a oitiva do senhor Cauê Lopes Martins, residente em São Paulo, no entanto ele não atendeu a convocação enviada nem as ligações telefônicas e mensagens encaminhadas de WhatsApp. Eu testemunhei as várias tentativas da equipe, todas elas infrutíferas. Ele realmente se comportou como um foragido. Aí é um caso, acredito, Relator, é um caso de polícia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu acho que tinha que fazer alguma manifestação, senhor Presidente, jurídica para fazer alguma...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Condução coercitiva.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...uma condução coercitiva para ele vir aqui, colocar a polícia na busca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – É um total descaso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Até porque ele é peça importante no processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – É peça importante. Então a sua presença...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Talvez aí esteja o *x* da questão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhores Deputados, se me permitem, eu vou sugerir a apresentação de um requerimento para avaliação, na próxima terça-feira, da condução coercitiva. Já que a CPI autorizou a convocação dele, não há motivos para que ele negue essa convocação. A CPI tem poder de polícia, os mesmos do Código de Processo Penal.

Então eu devo apresentar, com a autorização de vossas excelências, na próxima terça-feira, requerimento para a condução coercitiva já com data pré-estabelecida para a ouvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Com certeza.

Podemos começar com a oitiva da senhora Simone de Souza Becker?

Eu peço à assessoria que conduza...

Página 1118. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3705
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Deputado Cobalchini, só para meu conhecimento, como é o nome da pessoa que está se dando como foragida?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Simone de Souza Becker, ela é Controladora Adjunta da Controladoria-Geral do Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - O.k., Deputado, estou satisfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente, eu acho que ele perguntou o nome da pessoa que está foragida, não da atual entrevistada. Seria isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – A tua pergunta é em relação à entrevistada de hoje, é isso?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Não. É com relação a essa para a qual está-se dando a sugestão para chamar via...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Ah, esse é o Cauê, que não atendeu ao convite, à convocação da CPI e, aqui, decidiu-se então que será feita uma condução coercitiva na próxima terça-feira.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Não atendeu e não justificou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Não, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Se deu por ignorante, ignorou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Ignorou, exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, ele, ele, até estava atendendo a assessoria, estava atendendo os telefonemas, mas, de uma hora para a outra, ele sumiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – É, aqui o Léo está me informando que ele conversou inicialmente, atendeu, comprometeu-se a comparecer e, depois, sumiu do radar e está em local não sabido.

Solicito à assessoria que conduza a este ambiente a depoente.

(*A depoente Simone de Souza Becker adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.*)

Muito bom-dia, senhora Simone de Souza Becker.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Bom dia, senhor Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Seja muito bem-vinda a esta CPI.

A senhora sabe por que foi convidada a se fazer presente hoje, aqui, nesta reunião?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – A senhora assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão acerca dos fatos e do que lhe for perguntado, sob pena de incorrer em crime de falso testemunho?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Lembramos que a senhora, na condição de testemunha compromissada, ainda detém o direito ao silêncio caso os fatos revelados possam incriminá-la, devendo expressar tal direito quando entender por bem.

Para que possamos fazer o registro, peço à senhora que fale o seu nome completo, a sua idade, a sua profissão, o lugar onde exerce a sua atividade, o local de nascimento e o seu

Página 1119. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

endereço, o mais próximo possível do microfone. E ainda lhe pergunto se a senhora está acompanhada de advogado? Parece-me que não.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER - Não, não estou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – A senhora pode falar então seu nome.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, Simone de Souza Becker; data de nascimento, 24 de fevereiro de 1978; resido na rua Victor Konder nº 302; é, sou, nasci em Florianópolis; trabalho, sou auditora interna do Poder Executivo, na Secretaria da Fazenda, à disposição da Controladoria-Geral do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Muito obrigado, senhora Simone.

Passo a palavra ao Relator da CPI, Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom dia, Simone.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Bom dia, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado por estar aqui conosco. Os Deputados aqui só querem ajudar a esclarecer a verdade e os depoimentos nos ajudam muito nesse sentido. Não só para esclarecer a verdade, mas também para que a gente não aponte o dedo para um inocente e deixe passar despercebido um culpado (*a depoente faz que sim com a cabeça*).

Esse é o grande trabalho que a gente está construindo aqui na CPI. Identificar os agentes responsáveis por esse processo e, também, como a senhora é auditora do Estado de Santa Catarina, nós vamos conversar com a senhora também sobre uma outra missão da CPI, que é instituir mecanismos para que fatos como esses não aconteçam mais (*a depoente faz que sim com a cabeça*).

Ontem mesmo nós tivemos uma nova tragédia em Santa Catarina, é já foi decretado o novo estado de calamidade, os Municípios vão seguir também esse estado de calamidade, o dinheiro aparece, vem dinheiro de tudo quanto é lugar e não se tem... parece que se dá um salvo-conduto para agente público quando tem calamidade, quando tem emergência, fazer com o dinheiro público o que quer, desde contratar amigos, contratar empresas falidas. Fazer toda a espécie de negociata que os brasileiros, os catarinenses estão acostumados a ver.

Então, essa é uma outra missão também da CPI e, talvez, a gente tenha que entrar um pouquinho para conversar sobre isso, sobre as medidas que devemos adotar para que essas coisas não se repitam mais (*a depoente faz que sim com a cabeça*). Uma rastreabilidade, né, tudo aquilo que passa nesses processos de calamidade, de pandemias, de emergências.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado pela presença da senhora aqui, mais uma vez.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Obrigada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu queria conversar com a senhora sobre o grupo de WhatsApp, o grupo Covid-19. Eu acho que todos os Deputados aqui vão conversar com a senhora sobre esse mesmo tema. Por isso, senhores Deputados, se algum dos Deputados quiser fazer qualquer intervenção durante a nossa conversa – até porque acho que vamos todos conversar sobre o mesmo assunto –, fiquem à vontade para fazer a intervenção que vocês acharem importante. Naquela nossa linha de ir conversando, não é, para todo mundo ter a oportunidade de falar e também de compreender.

Bom, a primeira intervenção que eu vejo da senhora, grupo de WhatsApp, esse Covid-19, esse grupo. Explique para a gente o que é esse grupo assim sucessivamente? O que foi esse grupo? Como é que ele foi montado? Qual foi o objetivo dele?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É... no dia 22 de março, que era um domingo, eu recebi uma ligação do professor Luiz Felipe Ferreira dizendo que o Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3706
Rubrica

Página 1120. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Tasca estava abrindo um grupo, é, e ele disse que precisava de um nome da CGE, o professor pensou no meu nome e eu concordei.

Era um grupo que tinha a... a... a... vários órgãos de controle, tanto interno quanto externo, é... nós tínhamos Secretaria de Administração, é... Secretaria de Administração Prisional, Tribunal de Contas, Tribunal de Contas da União, Ministério Público de Contas, é... a Secretaria de Integridade e Governança, a CGU, ela entrou depois, assim num momento posterior, mas também estava mais... mais... mais à frente, a PGE e o Procon.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O objetivo do grupo era?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Era um grupo colaborativo. Era dispor os assuntos e, e, e buscar a, a, a conhecimento de todos pra buscar as melhores alternativas diante da... daquela situação toda da, das compras de pandemia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Assim, só para quem está nos vendo entender, melhores alternativas quer dizer o quê?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É que tudo era muito novo, né, é, então, é, era um cenário diferente. Então... alternativas no sentido de fazer tudo dentro da legalidade, é, mas buscando jurisprudência, buscando o que fosse é, necessário naquele momento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Relativamente às compras, aos procedimentos de compras?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto, isto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu li, como os colegas Deputados, nós lemos todo esse material que a senhora deixou conosco. Então nós compreendemos bem do que se trata, mas como tem outras pessoas que estão acompanhando a CPI, jornalistas, pessoal da imprensa, às vezes a gente precisa fazer umas perguntas para que as pessoas, que não têm esse material, possam compreender do que nós estamos conversando, afinal de contas a CPI não é para os Deputados, a CPI é para Santa Catarina, não é?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, a primeira vez que a senhora entrou no grupo, a primeira intervenção da senhora qual foi? Foi no dia, acho que foi... página 26, eu marquei aqui.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, eu... assim que eu entrei eu coloquei ali: "CGE também a postos pra buscar embasamentos e construir alternativas." Foi a minha primeira fala no grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – O senhor citou a página 26?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu acho que sim. Na página 26 a senhora encaminha um arquivo, não é, chamado Contratações Corona.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E alerta que o material é de Pernambuco, é isso?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse material a senhora pegou na Internet?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não, é que a gente faz parte de um grupo, é... de WhatsApp também do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), e a gente conversa muito nesse grupo sobre o... as situações que estavam ocorrendo também nos outros Estados e essas construções que estavam sendo feitas, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

Página 1121. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Então a gente sabia é, que em Pernambuco e, depois, eu também num outro momento do grupo, eu coloco um projeto de lei do Espírito Santo, uma minuta de projeto de lei, é, justamente pra tratar sobre essa questão de pagamento antecipado e outras situações também que envolviam aquele momento, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, lá no dia 22 de março, vocês estavam discutindo neste grupo pagamento antecipado, procedimentos para pagamento antecipado?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

Como o objeto desta CPI são os respiradores, eu vou concentrar especificamente nos respiradores. O que eu vejo aqui nessa conversa? É que vocês foram criando mecanismos, conversando pra... principalmente, não só a senhora, mas com outros servidores, sempre no sentido de construir um procedimento pra tirar o risco do Estado. Que o Estado tivesse menos riscos, não é? (*A depoente faz que sim com a cabeça.*)

Houve uma hora que vocês decidiram a construção de um projeto de lei, depois vocês construíram... um, a, trocavam mensagens ali pela garantia, pela caução, as instruções normativas que foram saindo. A senhora podia explicar isso melhor pra gente, assim, esse histórico?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, tudo que envolvia a... coloquei no grupo algumas questões, por exemplo, de requisição administrativa, é... questões de suprimento de fundos, que os colegas também debatiam essa possibilidade. Tudo que a gente podia trazer, inclusive dos outros Estados, né, a gente fazia sempre no intuito de deixar o processo inclusive mais transparente.

É... naquele momento eu entendia muito importante a lei, inclusive para dar um respaldo ao gestor quando ele fosse negociar com o fornecedor, porque é, ele, ele, teria, por mais que ele tivesse sofrendo pressão do, do fornecedor, ele diria: não, eu tenho uma lei, está aqui, eu tenho que seguir esses procedimentos aqui.

Então, até nisso, assim, é, eu, eu entendia que, naquele momento, precisava realmente de uma medida provisória ou um projeto de lei que deixasse realmente a situação, os procedimentos bem, bem transparentes, porque a gente tinha, tem jurisprudência do TCU sobre pagamento antecipado, mas não no momento da pandemia, era algo novo.

Então eu sempre defendi no, no grupo a questão do, da legislação pra isso, pra esse procedimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Perfeito.

E a Márcia? Eu vejo aqui que a prime.... que a intervenção da Márcia no dia... A Márcia Pauli, conhece, né?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – No dia 23/3 a Márcia Pauli colocou no grupo lá, a primeira conversa sobre a compra dos duzentos respiradores – isso é página 30, não sei se foi a senhora que numerou aqui.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim (*ri*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então é essa página, página 30.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim, é, nesse, nesse dia, é, também foi dia 23, se eu não me engano, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, é, é existiam muitas, é, a situação era muito dinâmica. Então é, se recebia alguma questão assim. Às vezes a Márcia colocava

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3707
Rubrica

Página 1122. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

no grupo. Mas, inclusive, essa questão aqui, que colocam desses ventiladores a R$ 70 mil a unidade nem ocorreu, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Então, é uma coisa que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso é da Edera... da Intelbras. Isso era uma outra compra. Um protocolo, acho que se tratava de um protocolo que o governo tinha firmado...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não sei se esse, porque aqui ela fala em duzentas peças, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Lá também, acho que era cem mais cem.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, é, isso. Era uma coisa muito dinâmica, que a gente recebia assim, mas não sabia exatamente o que que o governo estava comprando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

Mas ela já falava: "aguardando definição de repasse do recurso amanhã". Então a senhora acredita que eles já estavam tratando do dinheiro para fazer esse pagamento?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, eu acredito que sim, que existia uma pressão dos fornecedores, mas a minha defesa no grupo sempre foi pelo projeto de lei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

Bom, lá no dia 24 de março a gente vê, na página 31, a gente vê a primeira conversa sobre pagamento antecipado. A Karen... aliás, quero registrar aqui, dessa conversa toda, sempre a preocupação da Karen. A Karen é da SEA, a Karen Bayestorff? Ela é de onde?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Ela é da Secretaria da Administração, é diretora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É diretora, né?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso, diretora de Gestão de Licitações e Contratos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vi, nessas conversas, a preocupação dela permanente com o pagamento antecipado.

A senhora revirou isso, a senhora também detectou que ela tinha uma preocupação grande com o pagamento, a Karen?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim, ela acompanhava, né, a situação também mais de perto, até porque a Secretaria da Administração é o órgão do sistema de compras do Estado, né? Então acredito que ela também estava bem inteirada da... da situação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Lá no dia 24 de março?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER - Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, muito bem. Daí a Karen vai falando sobre pagamento antecipado, aí vocês entram na história da construção do projeto de lei pra poder dar garantia pro gestor, porque o que acontece? A Márcia – ela está em casa acompanhando a gente agora, ela está ouvindo o que a gente está falando agora, aqui –, ela vai conversando com vocês sobre a regra de pagamento antecipado. Ela vai conversando, ela vai criando... vocês vão dando mecanismos pra ela e ela vai conversando com vocês sobre o pagamento antecipado. Ela vai falando sobre isso e vocês vão criando o projeto de lei, vão alterando o projeto de lei. [*Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O Secretário Tasca, no dia 24, consulta o grupo, na página 37 (*folheia documentos*), sobre a vedação do pagamento antecipado. Na página 37.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim.

Página 1123. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Secretário Tasca. Tem um texto aqui do Secretário Tasca: "Em relação a possibilidade também não vejo impedimento. Consulto os colegas da CGE e TCE se há alguma vedação na utilização do" pagamento, com cartão, né, ou o "cartão de pronto pagamento para aquisição de materiais permanentes". Aí o Tasca se mostra preocupado com relação a pagamentos antecipados, não é, lá no dia 24/3.

Ele ligava diretamente pra senhora ou ele só falava aqui, nesse grupo?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não, só no grupo. Eu não tinha contato com os Secretários, a não ser com o Secretário Luiz Felipe.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então ele acompanhava, a senhora não tem dúvida nenhuma de que o que acontecia na conversa de vocês ele via?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim, ele estava no grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá. Daí foi construído o PL pela Karen, página 38, vocês construíram primeiro a proposta de projeto de lei, não é?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que aconteceu com esse projeto de lei?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – A... o projeto de lei até então eu entendia que estava sendo, é, levado ao conhecimento da Casa Civil e do, enfim, do Governador, para que efetivamente fosse dado encaminhamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

O Tasca, depois, lá na página 39, ele volta a falar sobre a utilização do pagamento antecipado.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, nesse momento, na página 39, ali ele fala mais da situação do adiantamento que seria suprimento de fundos, foi quando faz um adian, adian, um adiantamento a um servidor para que o servidor faça, geralmente é despesas pequenas e de, é, emergenciais, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não era de pagamento antecipado?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não, é que ele fala ali que "a vantagem da utilização do adiantamento" - é o suprimento de fundos, né? – "é ser um instrumento que já está disponível e pronto para o uso. Sendo possível utilizá-lo para esses pagamentos (custeio e capital) ganharíamos um tempo precioso".

Então seria uma outra... uma outra forma de fazer o pagamento. É... tem uma outra página aqui, até o Ministério Público deixa bem claro (*folheia documentos*), é lá nas páginas 34, 35. A gente estava falando sobre... é... essa possibilidade de...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Do cartão.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – De cartão, isso, como se fosse o cartão de pagamento, exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O cartão ficou pelo caminho porque o limite era muito baixo.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso, isso. E ainda tinha também, a gente tem um decreto estadual que ele não permite pagar, é... pra... é, é, material permanente, né? Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então no dia 24 vocês estavam lá com a PGE conversando sobre o projeto de lei.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora acreditando que o projeto de lei estava sendo construído?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim.

Página 1124. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3708
Rubrica

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E foi construído? Terminou?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, a PGE tava no intuito de fazer essa consolidação, algumas sugestões foram colocadas no grupo com relação ao projeto de lei, e aí no dia... Deixa eu ver aqui, na página oitenta... 84, pera aí (*folheia documentos*), na página 94, é, foi colocado ali, né: "Compartilho com os senhores o projeto de lei, assinado pelo governador, que prevê a possibilidade de pagamento"...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Queria as regras do pagamento antecipado.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – ..."antecipado, conforme discutido neste grupo."

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora sabe por que esse projeto entrou na Assembleia e saiu?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não sei, eu não acompanhei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora sabe que ele entrou aqui num dia e saiu no outro?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Eu fiquei sabendo pela... pela imprensa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o texto desse projeto de lei, que a gente não teve conhecimento, a senhora?...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Tem no grupo, tem no grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, porque aqui só tem a imagem, né?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele, o que ele previa, esse projeto de lei, o que ele tinha anotado nele?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Deixa eu ver se eu tenho ele aqui (*folheia documentos*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Porque o que nos importa neste momento são as exigências das garantias, aquilo que estava, que foi previsto lá, alguém ali botou, acho que na página 50 tem um parecer da Assessoria Jurídica do dia 23 de março. Neste dia, 23 de março, vocês tomam conhecimento do parecer que a Assessoria Jurídica fez com relação aos pagamentos antecipados.

Pra mim, como Relator da CPI, para os meus colegas talvez, os Deputados, nós não vemos problema no pagamento antecipado, porque ele é, a jurisprudência admite ele como possível. O que a gente vê problema é não terem exigido as garantias formais, que neste parecer aqui que está no grupo, postado no dia 24/3, fez observações, né? Então eu precisava saber desse texto de lei sobre as exigências para o pagamento antecipado.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Eu tenho aqui, Deputado, eu trouxe.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se a senhora puder passar pra mim.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Claro (*a depoente entrega ao Relator o documento*).

Só precisaria ver, senhor Deputado, se esse, efetivamente, é a minuta final, porque... Pelo menos foi a que foi tratada no grupo. Se houve alguma alteração depois que saiu do grupo, eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É.

(*O senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim.

Página 1125. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Inclusive depois, lá na frente, ela coloca essa minuta aí, no grupo, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, lá no grupo...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, a Karen.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso, exato.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso, a Secretaria da Administração colocou a minuta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Só não sei se houve, realmente, alteração, né, depois que foi pra Casa Civil e...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É que daí na, na...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É porque no artigo 1°, inciso 2°, lá na conversa de vocês, tem uma anotação dizendo que a antecipação de que trata o *caput* deste artigo deverá ter os seguintes requisitos, inciso 2°: dependerá do estabelecimento de garantias específicas e suficientes que resguardem o risco inerente à operação. (A *depoente faz que sim com a cabeça.*)

Então, para os membros da CPI, quem tirou esse projeto de lei daqui não queria que o item 2 entrasse no ordenamento jurídico, ou seja...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aliás, se me permite, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro, Deputado Kennedy.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Na conversa do grupo esse era o item com mais preocupação e a procura, tanto de todos os grupos, na procura de dar garantia e diminuir os riscos, né? Até que houve, lá na frente houve o acordo dessa mudança do artigo 2° e que daí veio pra cá e vai como vossa excelência disse: quem tirou daqui é que não queria dar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Exigir as garantias.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Exigir as garantias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque se esse projeto de lei vem pra cá, o que acontece? A Assembleia aprova e quem estava negociando os respiradores ficava obrigado a exigir a garantia.

Então, na minha visão, quem botou esse projeto de lei aqui se apercebeu de que com o projeto de lei ele não poderia fazer o pagamento antecipado sem garantias e a empresa com quem ele estava negociando não tinha garantias pra dar; ele tirou o projeto de lei para poder fazer o pagamento antecipado sem garantias.

A senhora faz o mesmo raciocínio que a gente? Ou evoluiu no grupo ou outra forma?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, eu não sei exatamente porque que o projeto de lei não, não caminhou, né, não, não, não, participei dessa, dessa situação, não me causou estranheza de ter tido esse projeto no grupo e não ter ido à frente.

É, não sei os motivos, é, o projeto, a meu ver, senhor Deputado, ele fazia tanto sentido que em maio, é, foi editada a Medida Provisória 961, da União, que autoriza o pagamento antecipado, né? É claro que a situação naquele momento era tão, tão complexa, e ainda é, né, que a União... Ela fala que é... Não sei se o senhor me permite.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, fique à vontade. Sim, eu conheço o texto dessa...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Da medida provisória.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Só que ele saiu depois, dia 6.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso, exatamente, mas é porque fazia sentido, né, pra dar mais segurança jurídica para o gestor, tanto é que a própria União, em maio, é... editou uma medida provisória.

Página 1126. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3709
Rubrica

Aqui, a medida provisória, ela fala que a administração deverá prever a antecipação de pagamento em edital ou instrumento formal de adjudicação direta e exigir a devolução integral do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto. E depois ela fala que a administração poderá prever cautelas, e aí traz todas as cautelas, né, inclusive a questão da prestação de garantia nas modalidades da 8.666.

Então, a União também teve essa preocupação de trazer tanto o que era obrigatório quanto o que o gestor deveria fazer. E se não fizesse, deveria justificar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Perfeito.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Porque naquele momento é sabido também que os fornecedores, eles fazem, faziam, realmente existe a conversa no grupo, que eles também não queriam dar as garantias, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Então, é, é, então a meu ver assim teria que ter muita cautela do gestor, muito justificado, né, no sentido de, principalmente, e a gente, e... o no WhatsApp eu deixo isso muito claro, fazer uma qualificação do fornecedor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Exato.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Porque isso, pelo menos, era um mínimo de cautela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Inclusive você questiona a Márcia Pauli sobre a qualificação, não questiona?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Já faz a qualificação?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aqui, numa parte de uma conversa, a senhora questiona...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - A senhora questiona a Márcia Pauli sobre a qualificação do fornecedor...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Inclusive da necessidade do pagamento antecipado, esses equipamentos estavam no México.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E ela sempre respondia o...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, a gente até achou estranheza, depois eu fui até olhar esses, os, os, as mensagens e... deixa eu ver que página que acontece isso (*a depoente folheia documentos*). É, o único momento em que foi colocada realmente uma proposta no grupo foi... a... só que não vou encontrar agora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou ajudar a senhora aqui.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Aqui. É, na página setenta e... É um pouquinho antes, ali na página 72, isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Foi o primeiro momento que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 25 de março.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto mesmo, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 25 de março, às...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 25 de março, inclusive ela estava com as datas de entrega dos produtos, 5 e 7.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso.

Página 1127. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ela entra 22h21 do dia 25 de março e coloca a proposta *a* e *b*. A proposta *a* da Brazilian Trading, do Rafael, e a proposta *b*, da Aeonmed.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto mesmo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ela...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E que depois desenvolve uma conversa, Relator, aí vem a preocupação, qual é, ela disse que o conhecimento...primeiro a senhora pergunta se é sobre EPP, ela diz que são os ventiladores.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, EPP seria, é a Empresa de Pequeno Porte.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Eu achei estranho ser uma Empresa de Pequeno Porte.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí, às 22h29, a senhora coloca: "Márcia, a SES tem histórico de compra com estes fornecedores?" A Naiara coloca algumas questões e depois a resposta da Márcia, às 22h44: "Sim." E ela depois continua.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ela confirma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, confirma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Essa, sim, é uma confirmação de que essas empresas têm histórico, mas não tinham.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, ela... ela colocou: "Com o fornecedor da proposta B, sim.", que é a Aeonmed, com a Brazilian não tinha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A *a* não. Isso, a *a* não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso. A *a* não, a *b* sim.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Aí a conversa vai pelo prazo de pagamento.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Que a *a* que tinha o preço mais caro, mas prometia entrega entre 5 e 7; e a *b* tinha um preço um pouquinho mais alto, era conhecida da Secretaria, mas queria entregar somente em junho (*a depoente faz que sim com a cabeça*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aqui o Jonathan, do Ministério Público de Contas, faz um questionamento para a Márcia sobre o histórico desses fornecedores. Porque o nosso objetivo aqui, Simone, é compreender porque compraram de um fornecedor que não tinha histórico. E nesse grupo de WhatsApp vocês cobram histórico, vocês perguntam sobre isso, vocês alertam sobre a possibilidade de risco, vocês fazem vários alertas sobre as fraudes que estavam acontecendo pelo Brasil.

Vocês constroem um projeto de lei, e sempre que é questionado, ninguém intervém, da Secretaria da Saúde. Vocês vão fazendo os questionamentos, vocês vão intervindo, Deputado Kennedy, vocês vão fazendo os alertas e eles vão respondendo, mas sem muita preocupação com aquilo que vocês vão fazendo.

Então você, na página 75, olha lá, na página 75 você pergunta pra Márcia (*a depoente faz que sim com a cabeça*): "Márcia, a SES tem histórico de compra com estes fornecedores?" Aí ela responde: "Com o fornecedor da proposta B, sim.", mas ela ignora o *a*, e ela comprou do *a*.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que a senhora entende por isso aí? A senhora, como auditora?

Fls. 3710

Página 1128. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, o *a* ele era a Brazilian, né, não chegou a ser comprado da Brazilian, mas houve ali...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É a mesma coisa.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, houve... depois a gente viu que houve ali uma possível troca, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Possível troca não, foi feita uma troca.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É. Então eu acho que neste caso houve realmente um desleixo no sentido de buscar qualificação do fornecedor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ótimo.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Inclusive ali ela...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só pra lembrar...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Desculpa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - A minha preocupação é sempre com a sociedade catarinense, que está acompanhando. Só pra lembrar: a proposta *a*, da Brazilian Trading, é a do Rafael, que nós já interrogamos ele aqui, e foi aquele que quando o Samuel Rodovalho pediu os 3 milhões de comissão, ele saiu fora, e que daí a Veigamed pegou essa proposta, fez um *control c, control v*, inclusive sem tirar o nome do Rafael, e apresentou para a... que foi feita a compra. Então, só pra esclarecer quem está nos acompanhando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Inclusive ali... Desculpa, senhor Deputado, eu perguntei, né, é... foi falado ali que a carga já estava no México e eu coloquei: então não haveria a necessidade de pagamento antecipado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E ela disse?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pois é. Então, por que ela fez?

Sabe, Deputados, a CPI vai andando, a CPI vai andando, Deputado Felipe, e nós vamos encaixando os pontos, perfeitamente. As linhas, os pontos, as mãos que foram dadas.

Então a senhora perguntou sobre a possibilidade de fazer o pagamento antecipado, a necessidade de fazer o pagamento antecipado para a Veigamed. E ela respondeu que não, mas ela acabou fazendo.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, porque, é... a gente não sabia, é... a gente não estava participando dessa, enfim, a gente estava só pelo grupo, é... mas quando ela falou que a carga estava no México, eu realmente questionei, dizendo que então não precisaria de recursos antecipados, que a carga já estava a caminho, não é?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Secretário Tasca sempre acompanhando tudo isso?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Ele estava no grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá, daí, dia 25, 26, 27, 28, 31, pagamento antecipado. Alguma vez a Márcia ou alguém da Secretaria disse: pessoal, nós estamos comprando os equipamentos pulmonares, os ventiladores pulmonares com pagamento antecipado, estamos ignorando todos os procedimentos porque é urgente. Porque foi o que aconteceu, né?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eles chegaram a conversar com vocês sobre? Porque no grupo não tem mais conversa, tem uma lacuna de conversa. Entre o dia 31 e o dia 5 a gente tem um vácuo de conversas.

Página 1129. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, nós não, não, conversamos com a Saúde, e eu não conversei nesse mo... nesse período, né? O que a gente fez foi no dia 30 de março, eu fiz contato com a Márcia e eu combinei, é... o dia seguinte pra irmos lá na Defesa Civil. Nós fomos lá no dia 31, é... meio-dia, é, a gente até criou um grupo não do WhatsApp, tinha muito grupo de WhatsApp, né, então a gente criou um grupo pra reunião do dia 31, e eu coloquei ainda assim, que foram dois colegas comigo na reunião, o César e a Luciana, e ainda coloquei assim no grupo: César e Luciana, seria possível reunião amanhã, às 12h, na Defesa Civil, para tratarmos das necessidades da Saúde e formas de apoio da CGE? A CGE sempre preocupada em dar o apoio pra Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Nós fomos lá no dia 31, é, e aí a gente levou duas possibili... duas frentes de trabalho que a gente entendia necessárias. Além dessa frente, que era, eram situações de auditoria, é, nós questionamos se eles queriam auditores internos, é, de forma presencial. E eu me lembro que o diretor Carlos falou que não havia necessidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Carlos?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – O diretor Carlos, é, diretor de Licitações.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Carlos é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O Carlos Charlie.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Charles?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Charlie.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Campos Maia, né?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo, só para a gente deixar registrado na ata.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim. Ele comentou que, é, tinha resistência à CGE porque a gente tinha feito um trabalho de, de, de, de lavanderia, da lavanderia, a gente ficou sete dias nos hospitais, é, verificando, ã, o serviço de lavanderia, né? E aí ele comentou que não, que era contra a gente, porque a gente não tinha avisado à Saúde, né, que a gente faria essa auditoria. E aí eu expliquei pra ele que faz parte, é prerrogativa do Controle Interno, muitas vezes, fazer visitas, né, surpresa, e que... é... não... teria sido feito dessa forma. E ele falou que não precisava então de auditores, que os processos estavam bem instruídos e que inclusive ele achava que não era interessante, porque a gente não conhecia o operacional do sistema da Saúde e que naquele momento eles não tinham tempo hábil pra... pra...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Regras.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, pra buscar a senha e explicar como é que o sistema específico da Saúde funcionava, porque eles têm um sistema próprio, não é o Sigef, eles fazem parte do Sigef na execução orçamentária, mas na parte de contratos eles, a Saúde tem um sistema próprio, o SCDA.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem estava nessa reunião? Quem participou dessa reunião lá?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Nós tínhamos... nós estávamos em três auditores, eu, o César Cavalli e a Luciana Zanatta, e estavam a Márcia... da Saúde a Márcia, o diretor Carlos e... esqueci o nome, e uma outra diretora, mas depois eu também posso ver o nome... Não, não, não me recordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para deixar bem claro: então eles rejeitaram a ajuda de vocês?

Fls. 3711

Página 1130. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso, é, a gente tinha a intenção de... Realmente, como a gente sabia que poderia haver uma... um... uma situação de necessidade de orientação na instrução dos processos, por mais que isso não seja o normal da Auditoria, de colocar auditores, é... porque a gente tem que separar muito bem execução e controle, a gente se propôs naquele momento a, efetivamente, colocar auditores lá dentro da Defesa Civil pra ajudar. Esse era sempre a nossa preocupação, é o que que a Saúde precisava. [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

É... considerando que a, a Márcia deu o aval, a Márcia ainda questionou, né, é... eu ainda questionei a Márcia: Márcia, é isso mesmo, vocês não querem auditores internos aqui dentro pra auxiliar na instrução de processo? Aí a Márcia disse que sim, o.k., que o diretor Carlos tava entendendo que não... não havia necessidade.

Então a gente é... teve outras duas frentes de trabalho, né, a gente levou o material da CG...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu só queria...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Desculpe.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só um minutinho, Relator.

Eu acho que essa é uma fala importante dela, porque a Márcia esteve aqui e o Coronel e eles disseram exatamente o contrário, que tinham pedido ajuda e que não tinha vindo. Acho que isso, Relator, é uma fala extremamente importante ao ponto, inclusive, do que a senhora está falando, pela sua verdade, que o Coronel disse que era... que não gostou de uma atitude da CGE na investigação de algumas questões da lavanderia dos hospitais (*a depoente faz que sim com a cabeça*).

Aí eu venho trazer aqui a importância que ontem... ontem, não, na última reunião, na terça-feira, a gente estava falando, da isenção das Controladorias nesse processo para não depender desse tipo de ação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – De autorização.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –...de autorização para fazer a Controladoria ou o Controle Interno, seja interno ou externo.

Então eu acho que essa é uma fala muito importante, que nós não tínhamos isso no processo, falado dessa forma. A gente imaginava, mas não tínhamos falado dessa forma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – No relatório que a CGE fez, esse fato foi apontado (*a depoente faz que sim com a cabeça*), do oferecimento que você fizeram, da conversa, só que todos que sentaram aqui nessa cadeira disseram que foram abandonados por vocês, né? Então por isso a senhora está batendo um papo com a gente, deixando as coisas bem claras, e não só claras, mas com a prova nesse sentido, as conversas que vocês tiveram, inclusive de fotografias e tudo isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí a senhora pode continuar, porque eu a interrompi ali...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Ah, sim.

É... considerando que eles não... disseram que não precisavam de auditores, né, a gente é... mostrou um trabalho que a gente tomou conhecimento via WhatsApp do Conaci, Conselho Nacional de Controle Interno, que a CGU estava fazendo com o Ministério da Saúde, que era uma consultoria no sentido de avaliar a... aquisições, né?...

(*O Deputado Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Isto.

Avaliar aquisições e... tanto é que nós estávamos trabalhando numa... uma orientação técnica e... pra, pra questão de tudo que precisava constar do processo e um...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É do grupo?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – ...um Guia de Riscos...

Página 1131. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nessa conversa do dia 30?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Um dia antes do pagamento antecipado, senhores Deputados, eles conversavam no grupo a respeito da minuta de procedimentos para pagamento antecipado.

Eu faço esse alerta porque vocês... Vou repetir o que já disse anteriormente: vocês vão fazendo todo o trabalho de vocês, deixando claro, alertando, falando, conversando, e quem vai comprando lá na Secretaria vai ignorando tudo isso. E pior, não vão avisando que estão fazendo, Deputado Kennedy e demais Deputados, não vão avisando eles do que estão fazendo – eles estão no grupo alimentando informação, mas não estão dizendo pra eles: olha, nós estamos comprando antecipado, já tem a nota, tem o pagamento, tô certificando a nota.

Eles vão fazendo um embuste, se é essa a palavra, com vocês (*a depoente faz que sim com a cabeça*). É isso o que a gente percebe aqui, acompanhando a compra, acompanhando a licitação e fechando as informações com os grupos.

É isso que... a senhora também tem essa percepção, depois de ter acompanhado tudo isso?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É... sim, senhor. É... eu, inclusive essa é uma situação que... que me fez pedir exoneração do cargo, porque eu até tinha solici... tinha sido solicitado a... entrevistas pra mim, né, depois de sexta-feira, quando eu pedi exoneração, mas eu entendi que aqui era o momento certo, né, por consideração ao trabalho que vocês têm feito na CPI, de falar o motivo.

Eu acho que houve um desgaste muito grande da imagem da CGE, havia uma cobrança muito grande dos meus colegas que estavam ali trabalhando arduamente em orientação é... e aí quando vieram essas falas, principalmente de... dos servidores da Saúde, é... até me cobravam assim, no sentido de: não, tem que falar, tem que... Mas eu falei pra eles, uma hora isso venha, vem à tona, a verdade virá à tona.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Agora você me permite... O desgaste, e eu concordo, o desgaste que esse tão importante trabalho do governo, que são os auditores, vocês, auditores, têm, grande parte é do ex-Controlador, que entrava aqui e se fazia de tanso e não dizia nada. Entendeu? Nem o telefone do Governador ele tinha. Todas as vezes que a gente perguntava, era a possibilidade de ele dizer, de defender inclusive o trabalho de vocês.

Portanto, se houve esse desgaste, é por omissão ou técnica de respostas do professor Felipe, o ex-Controlador-Geral, que vinha aqui e infelizmente gozava da nossa cara, olhando e dizendo que não sabia absolutamente de nada.

Então, só para deixar claro aqui que o momento em que os auditores poderiam ter falado era exatamente por quem os chefiava, que infelizmente não o fez. Então, por isso... só para deixar claro e, mais uma vez, agradecer à senhora por esses esclarecimentos que está prestando aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Luiz Felipe esteve aqui e falou que ele só soube desse troço dia vinte e?...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Oito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 28, pela CGU.

E aí, essa história é verdadeira? Ele acompanhou tudo isso? A senhora conversou com ele? Quando é que o Luiz Felipe soube que o governo estava comprando, fazendo pagamento antecipado, não estava obedecendo as regas?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É... sobre especificamente o caso da Veigamed, nós soubemos no dia 17 de abril. É... o superintendente Orlando fez contato com o professor falando da preocupação com relação a essa aquisição e aí no dia 18, que era um

Página 1132. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3712

sábado, a... a Márcia... mas nesse, na verdade nesse mesmo dia é... o professor já coloca ali no grupo, porque a gente também tinha um grupo interno, né, é... um grupo de WhatsApp interno, falando sobre essas situações, o professor alerta sobre essa compra.

O nosso coordenador de Informações Estratégicas já começa a fazer um trabalho de verificação é... dos fornecedores e sócios e a... já foi designado um auditor naquele dia é... pra, que era uma sexta-feira, pra começar a verificar realmente essa aquisição.

E aí no dia 18, no sábado de manhã, a Márcia envia um *e-mail* pra gente pedindo pra olhar esse processo, mas já estava sendo olhado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então a senhora confirma que ele só teve conhecimento disso dia 17 de abril?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então ele designou a senhora no dia 22 de março e aí nesse período houve uma vacância de conhecimento da parte dele sobre essas coisas. Eu entendo que isso seja natural, porque se a Márcia, o grupo escondeu desse grupo a compra, ela pode ter escondido também do Controlador, de todas as pessoas, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deixa eu só fazer uma pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Do dia que a senhora entrou no grupo até o dia 17, quando foi falado pra vocês, a senhora se reportava a ele, a senhora falava: ó, estão discutindo tal assunto lá no grupo, está surgindo um projeto... A senhora se reportava a ele com relação às questões que estavam sendo discutidas no grupo?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Com certeza. É... inclusive eu trouxe pra vocês também é... três grupos que a gente tinha paralelos, que era...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu vi aqui.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É. Nesses três grupos era SEA/CGA Covid...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aquela foto que tem ali e o telefone do Luiz Felipe, que diz assim: funcional, é o telefone dele mesmo?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto. Tinha um outro grupo que era Abusividade em Preços...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Hum, hum.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – ...que a gente vinha estudando o assunto, e tinha o Consultoria Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que tipo de repórter a senhora fazia, que tipo de fala a senhora fazia pra ele do que aconteceu aqui nesse emaranhado de coisas? O que a senhora falava? Como era? Era diariamente ou quando surgia um fato novo? Como era?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Era muito... assim, era muito dinâmico, eram muitos grupos, né, mas tudo que eu entendia que precisava ser estudado pela equipe eu ia colocando nesses grupos, sobre pagamento antecipado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Porque ele veio aqui e disse que a senhora nunca falou nada pra ele, por isso a minha pergunta.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim. Sobre a Veigamed não, porque eu também não tinha conhecimento, né, não foi tratado naquele grupo de Covid Compras sobre o caso específico da Veigamed. Sobre isso realmente eu nunca conversei com o professor. Mas os assuntos é... em tese sobre as discussões do grupo, isso eu repassava diariamente a ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Relator.

Página 1133. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu estou satisfeito, já compreendi bem os passos do que aconteceu.

Vou acompanhando os meus Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – O.k., Relator?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, eu vou passar a palavra aos meus Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Está certo.

Com a palavra o Deputado Fabiano da Luz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Obrigado, Deputado Cobalchini.

Bom dia, Simone e todos que nos acompanham.

Você ouviu os depoimentos do Luiz Felipe aqui na CPI?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Daquilo tudo que ele falou, o que de divergente tem com o que você vivenciou na Controladoria?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, eu me lembro sobre essa situação de não ter reportado a ele, mas acredito que ele que... queira ter se referido à questão da... do processo específico da Veigamed, né, como eu comentei aqui que eu também não tinha conhecimento. No mais não me lembro assim de alguma situação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Aquilo que ele falou, que identificaram roubo, que sabiam disso tudo...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, a gente só soube desse caso no dia 17 de abril, né? Aí houve um trabalho... No dia 17 a gente soube, houve um trabalho da auditoria, da Gerência de Licitações e Contratos, auditores designados pra estudar esse caso, dia 24 a gente teve uma reunião com o Secretário Helton, expondo a situação, e aí a partir disso já passou pra Corregedoria e Polícia Civil, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Nesse período de dispensa de licitação, quantos contratos foram achados irregulares?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É... na verdade a gente não trata assim de irregularidades, a gente trata de... é... situações que precisam ser melhor ajustadas no processo, é... ações que o gestor precisa ter pra mitigar riscos, é... Mas a gente teve uma série de... eu não tenho aq... eu tenho aqui... até hoje nós olhamos... deixa eu pegar o documento aqui (*a depoente folheia documentos*) que eu anotei. A gente está com duas auditorias, tanto é... contratações pra frente quanto a contratações já ocorridas, né? Então nós temos 23... Estamos olhando 23 que já ocorreram e já olhamos 20 que são pra frente, compras que vão ser realizadas. E aí...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Dessas 23, na maioria é apontada alguma irregularidade?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – A gente aponta, pede que o... o gestor verifique, nessa auditoria a gente já faz também a qualificação de fornecedor por trilha de auditoria e a gente passa todo o trabalho no sentido de todo aquele guia de... de identificação de riscos a gente recomenda que junte algum outro documento ou melhore alguma justificativa. Isso os auditores têm feito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – No caso desse processo de dispensa, quais foram as falhas que vocês apontaram?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Vou pegar aqui que fica mais claro (*a depoente folheia documentos*). É... ausência de data e identificação de representante da proposta apresentada pela Veigamed; impropriedade nos orçamentos constantes dos autos com indícios de mesma grafia, redação e elementos gráficos das propostas das empresas MMJS, JE Comércio e Veigamed; documentos que faziam referência ao mesmo endereço

Fls. 3713
Rubrica

Página 1134. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

relativo às empresas; endereço informado pela Veigamed aparentava ser de um endereço comercial; aparente substituição do modelo contratado por outro sem a necessária avaliação e aprovação de parte da SES; valor do equipamento aparentemente superior ao contratado por outros entes ou mesmo pelo Estado de Santa Catarina; entre outros.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E isso vocês encaminharam?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Nós encaminhamos é... ali dentro da própria CGE tem uma Corregedoria, né, nós encaminhamos pra Corregedoria e a Corregedoria começou a fazer um trabalho conjunto com a Polícia Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E do pagamento antecipado, sabe como foi tratado esse assunto? O governo posicionou, vocês posicionaram o governo sobre essa questão do pagamento antecipado?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Nós só soubemos daí no dia 17 de abril, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E isso tá incluído agora nessas falhas levantadas?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Você, sendo uma auditora...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, aqui... Desculpa, Deputado, só acrescentando, aqui tinha mais um item: realização em 2 de abril de pagamento antecipado do valor total da contratação sem a exigência de garantias que mitigassem o risco de não entrega dos equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Quanto aos demais órgãos, MP, Tribunal de Contas, quando eles entraram na discussão, nessa análise dos processos?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É... todos eles... é, praticamente todos entraram no dia 22 de março... É... é... no grupo o senhor diz?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Sim.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – No grupo, dia 22 de março.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Existe alguma análise prévia feita de todos esses contratos que permita a vocês evitar que o governo faça alguma contratação ou feche algum contrato?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, as contratações elas são em número muito grande, então não haveria condições, né, de... de efetivamente se verificar todas essas contratações.

Em virtude dos acontecimentos e pela pandemia, hoje a gente tem feito um trabalho, já havia sendo tratado um... um... um trabalho dentro da... da... da CGE e aí reforçado por uma decisão do Tribunal de Contas, que todas as compras acima de 176 mil vão ser verificadas previamente pela CGE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Eu vi que vocês apontaram ali nas falhas algumas questões relacionadas às empresas. É função da Controladoria ou vocês fazem também esse *checklist* das empresas para saber a idoneidade delas ou não?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim. Tem uma trilha de auditoria, né, que é coordenada pela nossa Coordenadoria de Informações Estratégicas, que tem uma trilha. Inclusive a gente... como até o... o Deputado comentou, né, é... o que que a gente precisa melhorar, né, desse caso, desse triste episódio, e uma das situações que a gente tem tratado é levar essa trilha de auditoria pra Secretaria da Saúde pra que eles tenham, de uma forma mais rápida, a... uma qualificação pelo menos mínima dos fornecedores.

Página 1135. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E a Controladoria consegue ter acesso aos sistemas eletrônicos de acompanhamento dos processos?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Do SGPE? Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Tem? Conseguem todo o acesso?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim, sim. Nós, inclusive, fizemos uma instrução normativa junto com a Secretaria da Administração criando um assunto específico de Covid, porque existe também... E até pra questão do Portal da Transparência, pra que efetivamente as pessoas saibam o que tá sendo comprado pra Covid, a gente precisa que os servidores também alimentem essas informações de forma adequada. E aí, como a gente viu que existia... que nem todos colocavam que era Covid, a gente criou um assunto específico no SGPE e também fizemos uma melhoria a... via orientação, pra que os servidores também tivessem uma padronização no módulo de contratos do... do Sigef.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Bom, com relação a isso que tu falas, dos servidores, essa identificação de quem mexe, sustenta, manipula a informação nos processos, é feita só pelo CPF da pessoa?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É pelo CPF e senha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E senha.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E pelo *e-mail*? O *e-mail* não permite acesso?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – O programa identifica o IP da máquina? Ou ele pode fazer esse trabalho de casa, ele tem que fazer no setor dele, é só naquele computador?...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, a gente, na verdade, tem... Quem trabalha... Na verdade o SGPE ele é um sistema que tá na página da Administração e todos podem ter acesso. Agora, pra tramitar algo lá ou assinar um documento, enfim, aí tem que ter a VPN, né, que é um acesso da rede, do governo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Nos *e-mails* do governo, tem algum controle?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não saberia dizer, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – É comum os servidores alterarem as suas senhas no sistema? Ou é aquela senha que ele começa e segue sempre?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não, não há necessidade de alterar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Não? Não precisa alterar?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não, não precisa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Mas ele pode, se quiser alterar a sua senha?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Eu não me lembro de ter feito alteração da minha senha, mas acredito que possa, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Se ele achar que a senha dele pode estar sendo utilizada, ele tem essa...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Todo sistema precisa ter...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – ...disponibilidade de alterar a senha?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, todo sistema precisa ter essa segurança, né, de trocar a senha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Obrigado, Presidente.

Fls. 3714

Página 1136. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Obrigado, Deputado Fabiano.

Quero anunciar a presença do Deputado João Amin, que estava presente remotamente e agora se encontra aqui conosco. Bem-vindo, Deputado João Amin.

O Deputado Kennedy havia pedido a palavra, a quem concedo, e, em seguida, concedo ao Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Bom, eu tenho algumas questões aqui, senhora Simone, que eu não consegui compreender. Primeiro de tudo: eu vou me basear em cima do que a senhora apresentou aqui, do grupo de WhatsApp chamado Covid Compras.

O Secretário Tasca é que fez o grupo, ele criou o grupo no dia 22 de março (*a depoente folheia documentos*) e foi adicionando as pessoas, foi adicionado as pessoas (*o Deputado vai acompanhando o print das mensagens*), e a Márcia fala no grupo a primeira vez no mesmo dia, dia 22 de março, às... o grupo foi formado às 12h27min, ela fala às 16h22min, mas eu não consegui ver a Márcia no grupo, nem na formação, porque lá na frente, por exemplo... Quem são os que estão colocados ali? Tem quinze participantes, aliás... Não, tem a senhora, Karen, Secretário Tasca – a Karen e o Tasca são administradores –, Alessandro Compras, Carla, Caroline, Denise, Guilherme, Jonathan, Lima... aí tem aqui: mais seis; na outra página, Marcelo, Naira, Patrícia, PGE, PGE e Thiago. A Márcia não está aqui.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Eu acredito...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí depois coloca lá: Rede de Compradores, Alessandro... Vão colocando, mas eu não consegui ver aqui onde a Márcia entrou no grupo. Ela só aparece depois, às 16h22min, falando... Ela coloca: sou a Márcia... Talvez aqui pela cópia não deu a entrada dela, eu não consegui ver a entrada dela no grupo, só quando ela fala.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, eu acredito que ela já estava no grupo e aí eu fui adicionada, por isso que eu só... só... participei das conversas até... dali pra frente, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k., vamos lá.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – E aí ela não aparece porque o Secretário Tasca depois a excluiu do grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim, ela excluiu só depois lá na frente...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...quando saiu a matéria do Intercept.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso. Por isso que eu acredito que lá na frente não apare...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Depois de ele colocar.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – ...ela não aparece como integrante, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, mas aqui no início... Bom, mas é uma questão mais técnica pra eu conseguir saber.

A senhora conhece a Márcia?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Eu a conheci...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – São amigas? Não?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não, eu a conheci na... nesse momento, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Nesse momento?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso. A partir do dia 22.

Página 1137. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sabe por que eu lhe pergunto se vocês se conhecem? Eu não tô aqui pra julgar a amizade de ninguém, cada um tem... só tem uma coisa que a gente não escolhe: são cunhados, porque a gente já compra com o pacote feito. A gente namora e vêm os cunhados junto, daí não tem como escolher, mas amigos a gente pode escolher. [*Transcrição e revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

Mas sabe por que eu faço essa pergunta? Porque cada vez que a Márcia colocava algo no grupo, foram poucas as vezes, a senhora sempre aplaudia, colocava: que belo trabalho, Márcia... Ou seja, a senhora sempre tinha uma palavra... a senhora é a primeira a comentar a fala da Márcia. Por isso a minha... tem alguma explicação ou não?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não, na verdade assim, eu reconheci o trabalho que a Saúde tava fazendo, era um trabalho difícil, né? É... se comentava que eles trabalhavam doze horas por dia, enfim. E... era uma forma de motivar o trabalho. Mas, efetivamente, eu conheci a Márcia apenas é... a partir do dia 22 de março ao entrar nesse grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito. A...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Até depois a gente até... ela... ela é... a gente até lembrou que o meu marido, depois, né, meu marido estudou com o marido dela é... mas, enfim, assim... é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas não sabiam antes.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A minha única preocupação é porque... é... isso aqui a gente vê que era um grupo sério e que não tinha muito... eu sou — e os Deputados aqui sabem, né — um divertido no grupo dos Deputados, mas aqui a gente não via diversão. Eu percebi que todas as vezes que a Márcia colocou alguma coisa a senhora sempre fazia um apoio, batia palmas, dizia: que legal, Márcia! Parabéns! Eu imaginei que vocês tinham algum tipo de conhecimento.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não, mas, é... os outros integrantes, talvez em menor quantidade, também, assim falavam, né?...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim, só quando ela disse fechamos...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – I...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí houve...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Ã-hã.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...uma série de coisas, mas...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...antes.

No dia 23 de março, às 13h30min, o Fabrício, do Ministério Público, faz uma pergunta: "Uma dúvida: qual seria exatamente a dificuldade prática na requisição administrativa desses respiradores, com indenização posterior?" Aí a Márcia responde, às 14h11min: "Amigos, estamos em tratativas para aquisição hoje" dia 23 de março "de 200 Ventiladores Pulmonares a 15 mil dólares por equipamento!!! Nesse momento os médicos intensivistas estão fechando o parecer técnico. assim que concluímos aviso aqui..." O Fabrício coloca: "ótima notícia". E a senhora aplaude.

Aí, o Fabrício... daí vocês falam de uma reunião, na página 28, o Marcelo, do Tribunal de Contas, coloca assim: "Falaram na necessidade de comprar 300 na reunião, já atende boa parte. Que bom." Aí o Fabrício coloca assim: "Só não entendi se esses 300 já consideram os 41 que virão da manutenção ou seriam 259?"

O que teve a discussão na reunião que falaram que eram trezentos, ela disse que comprou duzentos, daí quem participou da reunião disse: mas não era trezentos? Está vindo

Página 1138. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3715

41... Eu fiquei confuso aí. É tanto respirador que a gente se confunde e depois, no final, não veio nenhum.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Era realmente muito dinâmico. É... essa reunião que houve é... foi realmente com os integrantes do grupo. É... eu confesso ao senhor que eu não me lembro sobre essa situação de 41 que virão da manutenção...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A senhora participou de uma reunião que teve numa sala da reunião?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Eu participei, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A senhora sabe o que... qual foi o áudio que logo depois que terminou a reunião o Secretário Tasca colocou e ele apagou o áudio?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Eu não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não lembra.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – ...não me recordo, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Porque depois da reunião que houve, houve um questionamento, Deputado João Amin, e o Tasca faz um áudio, apaga o áudio e depois coloca o Tribunal de Contas da União no grupo. Eu estava querendo ver esse áudio. Mas vamos lá.

Na página 30 ela coloca daí a compra das duzerntas peças, e daí já seria uma cotação de 1.315.000.00 milhões de reais, mais frete é... menos de 70 mil. A gente começou a falar com 15 mil, já está em 70 mil e lembrando que os da Veigamed foram fechados em 165 mil. A senhora coloca: parabéns, Márcia, pelo seu trabalho.

Já vamos para o dia 24 quando começa a fala dos EPIs. Aí vem aqui, falam dos EPIs que não foi colocado. Aí, a senhora coloca, na página 37, assim: "O parágrafo (...) do Decreto 1322 pode ser utilizado pelo gestor. Por ser compra de alto valor, uma lei (como outros Estados (...)" – vocês estavam falando daquela lei que o Relator já citou – "traria um conforto maior ao gestor. Mas pela situação sem precedentes (a decisão precisa ser tomada hoje), infelizmente não haverá tempo hábil." Isso a senhora está colocando, né? E a senhora faz a pergunta se a Secretaria conhece isso como um bom fornecedor. A Márcia depois, lá na frente, responde: o *b* a gente conhece, o *a* a gente não conhece... E depois vai.

Aí... tem algumas coisas ainda... vai comentando, comentando aqui da questão do PL, vão falando sobre o PL, ela compartilha um rol de processos, a senhora diz: obrigado, Márcia. Estou na página 51 agora. Aí, a Denise fala... coloca aqui um guia de avaliação de riscos de boas práticas feitas pelo TCE, não é? Aí, a Carla da administração coloca a instrução normativa, a Márcia aplaude a instrução normativa, e coloca depois, às 20h24min: "Gostaríamos de compartilhar que fechamoa a compra se 100 peças de ventiladores pulmonares, ao valor unitário de (...) 70 mil." A senhora coloca: notícia boa. Aí, todo mundo coloca aqui: parabéns, parabéns. O Fabrício coloca: parabéns. Todo mundo coloca: parabéns.

No outro dia, às 21h09min, a Márcia coloca: "Estamos empenhados para fechar o próximo". Aí vira, no dia 25 a Naiara, da Secretaria de Integração (*sic*), entra no grupo, e a Naiara coloca, depois, lá na frente, a preocupação — e diga-se aqui de passagem, senhor Presidente — da Naiara que começa a colocar uma série de pontos pra dar garantia no processo. O único descompasso que existe na conversa da Naiara para com outros era a questão de tempo. Parece que a Secretaria de Integração (*sic*) estava muito mais preocupada na questão de segurança, e não estava tendo essa ideia do tempo. Aí vai, vocês conversam até na página 71 sobre a questão desse projeto que entrou aqui e saiu. Na página 72, a Márcia coloca: "Gostaria de compartilhar com os senhores, duas propostas"... que a gente já falou, que ficou em 165 mil.

Página 1139. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A Naiara, na página 74, logo depois que a senhora diz assim: "(...) tem histórico de compra (...)"? Depois ela responde, a Naiara coloca a preocupação e o alerta da importância dos históricos "(...) para evitar compras de empresas com inexperiência e sem capacidade de compra, em razão de algumas já terem solicitado adicionais de pagamento por oscilação dolar (...)." A Naiara começa a colocar aqui a preocupação desse processo.

Aí tem a resposta da *a*, sim, a *b*, sim. Vamos lá. Aí, na página 79, 00h40min, a Caroline, do TCE, coloca: "Márcia, é interessante que essa informação conste em cada um dos processos (...), demonstrando-se a variação do preço para posterior (...)". A Márcia responde no outro dia, às 7h31min: "Ok". Aí a Márcia coloca uma proposta de aluguel da Ortomedical, e daí a Márcia... daí vem aquela fala de prazos, né, prazos que seriam pra março, aliás, pra abril, outras em junho.

Aí o Secretário, que é o administrador do grupo, o Tasca, coloca no dia 26 o doutor Darlan, do Ministério Público Federal, no grupo. Presta atenção como é a questão. A questão vai andando e outros órgãos e pessoas vão entrando no grupo. O Secretário coloca o doutor Darlan no dia 26, e o Secretário coloca o doutor Maurício Medina, do Ministério Público, no mesmo dia.

Vai dando a conversa, vão falando de instruções normativas, aí no dia 27, presta atenção, no dia 27, Deputado Felipe, o senhor Fabrício coloca a seguinte mensagem: "Senhor Secretário, Senhoras e Senhores, Diante do imenso volume de atividades urgentes em que se encontram envolvidos todos os membros do Ministério Público, e considerando também a ausência de respostas em relação a questionamentos efetuados pelo MPSC neste grupo,"... por quê? Porque o Fabrício, Deputado, tinha colocado vários questionamentos e sendo ignorados. Todos os questionamentos que o Fabrício do Ministério Público vai colocando são ignorados, não são respondidos. Aí, ele coloca: "situações que, ainda que possivelmente compreensíveis diante da situação excepcional, têm impossibilitado o devido acompanhamento das questões aqui tratadas, solicitamos o desligamento dos trabalhos do Grupo Covid-19-Compras, iniciativa que, até mesmo pela natureza dos temas até hoje tratados, no nosso entender tem condições de continuar sem a presença do MPSC." — Ministério Público pulando fora. "Agradecemos pelo convite e pedimos compreensão quanto à nossa decisão (...)."

Isso foi colocado às 20h51min do dia 27. Aí ele saiu logo em seguida da publicação, o Ministério Público. Logo depois que ele sai, ele é colocado de novo no grupo, isso é quase nove horas da noite, colocado de novo do grupo, e ele coloca assim, às 20h53 - ele saiu às 20h56min e entrou de novo às 20h58min: "Agradeço novamente." Presta atenção. Quando ele coloca, o doutor Maurício Medina, que tinha entrado no mesmo dia, que é o Promotor - é Promotor, né, o Maurício Medina? - coloca assim: "Como dito pelo dr. Fabrício, seguimos à disposição. Bom trabalho a todos". E o Medina sai do grupo.

A senhora sabe por que deu essa encrenca ali do Ministério Público dar uma nota oficial, sai, volta, o Medina coloca que estamos à disposição e sai do grupo?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Também não, não sei, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A senhora tinha percebido isso?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim, percebi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso é muito importante da gente saber...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – ... até porque... pra nós, eu senti, naquele momento, assim, que era uma perda. O Ministério Público vinha é... dando bastante orientações...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu acho que esse é um ponto importante, porque, por diversas vezes, quem sentou-se aí nessa cadeira disse que o

Página 1140. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

FLS. 3716

Ministério Público, o Tribunal de Contas, estavam envolvidos, estavam presentes, sabiam de tudo, né, diversos. Mas, daí, a gente começa a observar que a evolução do grupo e do negócio, nós estamos falando do dia 27. Dia 27, o Governador já tinha falado na *live* sobre a compra dos respiradores, ele falou dia 26. Dia 27, o Governador já fala, e olha só: dia 27, o Governador fala no final da tarde, oito da noite o Ministério Público carca. Presta atenção.

Aí, no dia 31 de março o Ministério Público total saiu do grupo, porque o Fabrício saiu de novo. Fabrício deu a nota, saiu, voltou dois minutos depois, o Promotor Medina fala estamos à disposição, logo em seguida, sai também. Aí, no dia 31, o Ministério Público sai de vez, quando a Karen adiciona a Patrícia Quintanilha, da CGU, dia 31 de março. Ela adiciona a Patrícia da CGU, ou seja, Ministério Público tinha saído fora, e a Patrícia colocou.

Daí já estamos no dia 1º de março, quando o Tribunal de Contas coloca uma matéria sobre ventiladores: "Projeto permite construir ventiladores pulmonares mais baratos (...)." O Ministério Público de Contas coloca: "Soube hoje que a Weg (...) passou a fabricar ventiladores pulmonares. E a um empresa em Joinville que está tentando imprimir ventiladores (...)". Isso dia... dia... deixa eu só ver aqui... dia 1º.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Qual é a página, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu já estou na página 96 e 97. Dia 1º. Veja bem, a compra já tinha sido feita e eles estavam ainda tentando. Olha o *delay* do tempo das instituições e do processo de compra. Dia 1º a compra já tinha sido feita e dia 2 já ia ser o pagamento. Aí a Márcia, na página 98, no dia 1º, às 14h36min, coloca três mensagens que foram apagadas. Aí a senhora diz assim, às 14h40min: "Márcia, alguma ideia pra que se possa ajudar?"

A senhora pergunta. Por quê? Porque a Márcia coloca três mensagens, apaga, a senhora diz: "Márcia, ainda tem?" Ela não responde. Depois, ela respondeu: "Perdoe-me errei de grupo, mas fica aí nosso apelo, se alguém tiver contato que forneça hoje máscaras (...)". Por que a Márcia já começa a falar em máscara e depois ela coloca aqui uma série de equipamentos, porque ela já tinha feito a compra dos respiradores que não chegaram, mas ela não fala nada no grupo, ela não fala!

Aí vai: "Novamente peço desculpas por enviar para endereço errado, mas se puderem nos auxiliar a encontrar (...)." Eu queria saber quais são essas três mensagens que ela colocou e apagou, porque se percebe aqui que a Márcia colocou três mensagens no dia que foi encerrada a compra, ela apaga, a senhora pergunta: posso ajudar? Ela diz: não. Manda uma relação já de outras coisas de EPIs e, depois, ela volta a se desculpar de novo: peço perdão de ter colocado...

Aí vamos pra frente: na página 111, já estava no feriado, e a Denise, do Tribunal de Contas, fala sobre a preocupação do hospital de campanha. E no dia... aí vai indo lá, no dia 28 de abril o Guilherme do TCU, dia 28 de abril, o Guilherme, do Tribunal de Contas, colocou no grupo a matéria do Intercept. Dia 28 de abril a matéria do Intercept.

A senhora falou que vocês tiveram conhecimento dia 17, né?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 17.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Exato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O professor Luiz Felipe, ex-Controlador-Geral, disse que ele ficou sabendo pelo TCU também... ou, não, pela seja CGU, né...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – CGU. Foi nesse dia 17?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Foi.

Página 1141. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então no dia 17, até sair a matéria no dia 28, nós estamos falando de onze dias. E onze dias naquele momento era uma eternidade.

Agora, sabe o que me chama a atenção? É que nós ouvimos na última reunião o senhor que apertou o botão — até falaram que ele apertou o botão — e ele disse que o gerente do Banco do Brasil avisou ele no dia 7 que tinha dado problema em outros Estados. Sabe o que me faz entender... eu não consegui entender ainda, eu... o trabalho da auditoria é imprescindível, né? O próprio Tribunal de Contas diz que essa nova forma que o governo fez de colocar a Controladoria fora da Fazenda, como era antes, foi um atraso. Por quê? Porque vocês antes estavam dentro da Fazenda e poderiam ter...

Quando eu ouço agora que vocês saíram da Fazenda e chefe de licitação fica bravo com vocês, porque vocês vão fiscalizar lavanderia de hospital e não aceita ajuda de vocês, só me faz entender ainda mais que foi um erro do governo em fazer esse tipo de ação. Por quê? Porque se o fornecedor, aliás, o Banco do Brasil sabia que tinha dado problema e avisou, Presidente, aí vocês da Controladoria-Geral ficam sabendo pela CGU, órgão federal, só no dia 17, e o grupo que vem tratando disso só sabe dia 28, quando estoura o processo, tem um *delay*.

Sabe o que que eu peço para a senhora? Não é explicar isso porque está claro, agora, tem coisas que não dá pra explicar. Eu fiquei responsável — porque a Comissão colocou em minha responsabilidade, junto com outros técnicos aqui da Casa — da gente montar a proposta legislativa para não permitir mais que isso aconteça, e a sua ajuda é importante nessas questões, até porque, pelo que eu vi, a senhora pediu exoneração do cargo de Adjunta e o último ato do professor foi lhe nomear como gerente... de como é? Teve uma nomeação sua? Ele nomeou a senhora numa outra função?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não, na verdade, como eu era Controladora Adjunta, eu também sou ordenadora primária da CGE. Pra que não a... a CGE não fique a descoberto, porque ela tem contas a pagar, enfim, eu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A senhora foi nomeada.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – ...é... eu continuei como ordenadora primária apenas nesse momento de transição até...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que mexe no Sigef?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso... até que efetivamente... né, agora, ontem, já foram anunciados novos nomes e, aí, sim, com portaria de orde... de... pra que seja ordenador primário, aí eu... eu também não vou mais ser ordenadora primária.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas é importante que vocês nos ajudem, estou pedido uma ajuda, até pra, pra... seus colegas auditores, para que nós possamos colocar, junto ao parecer, essas mudanças no sistema, tanto no SGPE, que para mim é totalmente falho, pelo que a gente ouviu, como também no Sigef, essas mudanças para que não aconteçam. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

Agora eu tenho uma pergunta: por que... Só se... se não entrou aqui, mas no dia... deixa eu ver aqui... no dia 2 de abril, a primeira mensagem do grupo foi 12h42min. A última mensagem foi às 17h11min. Aí, pelo que a senhora nos deu aqui - essa é a minha pergunta -, parece que ninguém mais falou no grupo, das 17h11min do dia 2 até as 21h33min do dia 9, quando a senhora manda uma orientação técnica, às 21h33min, e a Márcia responde na mesma hora com um o.k.

O que aconteceu do dia 2 de abril, das 17h11min, que foi o dia do pagamento, não é, Relator?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Certamente.

Fls. 3717

Página 1142. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Dia 1º foi o pagamento. Dia 2 de abril...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Dia 1º o pagamento e dia 3 o saque.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá. Então assim, o que aconteceu, porque a gente não está tendo aqui... tem um cri, cri, cri do dia 2 de abril, 17h11, até o dia 9 de abril, 21h33. Não teve conversa nenhuma nesse grupo nesses dias?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não, senhor, é o que tá... o que tá no grupo tá aqui. E... e eu deixo o meu celular à disposição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ninguém, ninguém falou nada do dia 2 até o dia 9? É uma semana.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É, eu confesso assim que a, a, a questão das conversas mais dinâmicas realmente foram mais ali no... naqueles primeiros dias de... nos primeiros dias não, né, aqueles dias de março, ali no início do grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pois é, mas ainda no dia 2 de abril a gente estava em pânico, ainda valia o parecer que nós teríamos em abril seis mil pessoas mortas. Eu vi agora um outro parecer de um professor da Universidade Federal que nós teríamos cinquenta mil mortos, né? É um negócio impressionante.

A minha presença é o seguinte... houve, é óbvio, uma evolução do coisa, quando deu dia 1º o pagamento, do dia 2, do dia 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, até a noite, 21h30, silêncio total de TCE, de Administração, do Tasca. Silêncio total.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Eu me lembro, Deputado, que no dia 6 nós tivemos uma reunião com o Secretário Helton, por videoconferência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E ninguém, inclusive, nem sequer falaram, convocaram, porque na outra reunião por videoconferência tinha até movimentação: entra na sala, deu, conseguiu, pipipi, papapa.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Hum, hum, isto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Nessa daí não houve nada?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não. Nós tratamos de dois assuntos, um deles era o apoio da CGE à SES, é... e nesse momento a gente comentou que a gente tinha ido à Saúde no dia 31 e que não... que os servidores entendiam que não precisavam da presença física dos auditores, e o Secretário Helton falou: não, eu quero, eu quero os auditores aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas daí a vaca já tinha ido pro brejo.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É, aí a gente começou a ir presencialmente, os auditores, é... no dia 8 de abril. Aí ficaram um período lá na... na Defesa Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aí olha só: ficou quieto, no dia 28 o Guilherme, do TCU, colocou a matéria dos respiradores, daí o Secretário Tasca responde logo em seguida assim: "Boa tarde! Sim. Em seguida será divulgada uma nota oficial pela SES. Assim que for divulgada posto aqui." No dia 28 de abril. O Guilherme, do Tribunal de Contas da União, coloca: "O.k. Obrigado."

Aí, logo em seguida o Tasca, que é administrador do grupo, tira a Márcia do grupo. Quando sai a Márcia do grupo, o Tasca coloca a nota oficial. Depois da nota oficial, o Darlan, do Ministério Público Federal, pica a mula também, sai fora. O Ministério Público do Estado já tinha saído fora, ele coloca o Ministério Público e o TCU. O Ministério Público sai fora. Aí o Tasca... o Tribunal pergunta: são recursos estaduais? Ele coloca: não, são municipais.

Página 1143. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Agora, já indo pro encerramento, eu queria ver uma questão com a senhora. A senhora fala no grupo Riscos de Saúde, que a senhora criou no dia 26 de março, é isso?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Consultoria Saúde, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É, a senhora coloca aqui. E logo nesse grupo, ainda no dia 26 de março, a senhora criou o grupo às 17h46, não tenho a página aqui, e às 17h48 a senhora encaminha um texto da Lei 13.000 (*sic*), de 2020, o artigo 4º, parágrafo 2º, e a senhora encaminha o texto assim: "Do que entendi da conversa com a Márcia, o cerne está na definição do preço dos ventiladores mecânicos..." Eu estou lá no dia 26 de março ainda, tá? A compra estava sendo feita. "dos ventiladores mecânicos, coisa impossível nesse momento. Assim, pode ser uma boa alternativa para aumentar a segurança dos processos de aquisição a formulação de um parecer jurídico que justifique a dispensa de estimativa de preços com base na declaração de calamidade." Aí continua: "Para reforçar, poderia ser organizado material (notas técnicas estaduais..." Depois a senhora coloca: "Quem sabe a PGE ajude nisso, um parecer do órgão central do sistema jurídico pode ser importante para evitar problemas (...)."

Aí a outra mensagem que a senhora encaminha – não é a senhora escrevendo, a senhora encaminha: "Além do que está sendo feito, uma ação de controle legal poderia ser acompanhar a entrega de alguns dos equipamentos, documentar e divulgar. Verificar a efetivação de sua utilização, mostrar para o público que os esforços têm proporcionado o resultado esperado." Isso daí é no outro grupo, que a senhora encaminhou dia 26 de março.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) —Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES— Eu voltei lá no dia 26 de março.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Deputado Kennedy, se puder, se puder ajudar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Só um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Se puder ajudar, Deputado, porque nós temos outros Deputados inscritos. O senhor está lendo todo o relatório e não vai sobrar mais nada para ninguém.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas eu... essa é a última, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — O.k.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Essa é a última. Até porque eu passei ontem a noite estudando e eu preciso de esclarecimento, a gente está precisando esclarecer.

A minha pergunta, senhora Simone, é a seguinte: a senhora recebeu esta mensagem, que a senhora encaminhou no dia 26 de março, de quem?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Eu teria que olhar, Deputado. Eu não me lembro, era muito dinâmico, é... não sei se foi algo do próprio Conaci, eu sei que realmente... em algum grupo eu recebi...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A senhora se compromete a verificar...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...de quem a senhora respondeu.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E pode enviar pra cá pra gente, porque...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Claro.

Página 1144. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

FLS. 3718

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...isso é muito importante, porque no dia 26 a senhora encaminha um texto, inclusive com dicas de mostrar à população como está sendo feita, e eu queria saber quem mandou essa mensagem, porque isso é muito importante.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A última pergunta: como é que surgiu aquela ida da senhora ao escritório particular do ex-Controlador-Geral, que a Márcia disse que foi chamada lá e o Controlador disse que deixou... foi chamado pelo Secretário e a senhora ficou lá. Como é que foi? A Márcia disse que foi pra ela não ver a fala do Governador; o Secretário disse que foi a Márcia que chamou.

O que a senhora fala sobre esse assunto? Nós temos duas versões. Eu queria ouvir da senhora, que estava presente.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, senhor.

É... no dia 28 de abril, 12h02min, a Márcia escreveu pro professor assim: professor Felipe, bom dia. O professor responde: bom dia. A Márcia escreve: gostaria de saber se o senhor consegue me receber. Tenho muitas dúvidas, gostaria de documentar tudo, dar materialidade a todo o tempo que permaneci no Coes, etc., antecipar toda essa instrução. Caso possível, só me passe qual sua disponibilidade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Então, o professor, nesse dia 28 de abril, ele comentou que tinha recebido esse WhatsApp da Márcia. É... no dia, não, não comen... não combinamos nada, né? A situação era tratada entre ele e a Márcia. No dia 29 eu tinha uma reunião na Secretaria de Saúde lá no Centro, com o novo superintendente, é... que sucedeu a Márcia, o Vanderlei Vanderlino, e aí é... de lá, né, nesse dia o professor fez contato comigo e disse: olha, eu vou... a Márcia pediu... já que pediu eu vou ouvi-la, né, é... então você se encaminha lá pro... pra essa sala no, no Santa Mônica. E aí eu assim o fiz. Quando eu cheguei lá o professor, a... só estava o professor na sala e ele comentou que ele estava sendo chamado pra uma *live* com o Governador. É... mas que como a Márcia estava a caminho, que era pra eu aguardar e ouvi-la.

É... nesse momento eu esperei na sala, é... já fiquei esperando, a moça da recepção avisou que ela tava subindo, é, eu já recebi na porta, ela tava muito abalada, né, muito... chorava muito e... fiquei preocupada assim com a, a situação dela, né? E aí ela comentava de datas, nomes, preocupada que os respiradores não iam ser entregues.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ela perguntou por que o professor não estava ali?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, sim.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O que a senhora respondeu?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Eu disse que ele tinha sido chamado pra uma *live*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E mesmo assim ela começou a falar com a senhora?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim. Nós sentamos numa mesinha... enfim, ela chorava muito e muito preocupada com, com a não entrega dos respiradores. E aí eu... não anotei nada, né, porque não era algo, né, enfim... e aí ela foi comentando e... e aí eu, saindo dali eu até levei ela até o carro, que eu tava preocupada com ela que ela tava muito nervosa. Levei até o carro, o marido dela passou na frente do prédio e a pegou, né? E o que eu a ajudei a instruir foi no sentido de que ela realmente pegasse todos os WhatsApp dela, todas as reuniões, tudo e documentasse tudo porque ela, ela, precisaria prestar esclarecimentos sobre a situação.

Página 1145. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

E aí o... saindo de lá eu liguei pro professor, né, disse que eu já tinha saído de lá e aí o professor disse que faria contato com o nosso Corregedor-Geral, que é o Cícero, e aí a partir desse momento eu não, não acompanhei, porque daí foi tratativa entre o professor e o Cícero, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Muito obrigado. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Obrigado, Deputado Kennedy. Deu pra ver que deve ter dormido pouco. Parabéns pelo... muito bom.

(*O senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Passo a palavra para o Deputado João Amim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN— Bom dia, senhora Simone.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Bom dia, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN— A senhora deve... já respondeu que acompanhou os depoimentos do ex-Controlador e outros depoimentos aqui na CPI. A senhora me desculpe se eu fizer alguma pergunta repetida, mas eu estava em trânsito e em alguns momentos a sessão remota não funcionou.

Mas eu queria começar pelo meu final, que é parecido com essa pergunta do Deputado Kennedy. A senhora acha normal essas reuniões acontecerem num escritório particular, como essa que aconteceu entre a senhora, a Márcia e o professor Luiz Felipe, que participou e teve que sair para uma *live*?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É, foi a única reunião que eu participei fora da, da CGE até nesse um ano que eu estou lá, né, e eu não questionei o professor. Acredito que tenha sido alguma questão de pandemia, enfim, alguma questão que ele entendeu... O local foi marcado por ele, né? Ele entendeu que o local lá era o... o... o local adequado. Não, não, também não sei porque que ele marcou lá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas a senhora relatou pro Deputado Kennedy essa sua conversa com a Márcia, mas essa conversa durou uma hora, né? Aí só falaram sobre isso que a senhora comentou agora, da não anotação...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, ela citava muitas datas, é... nomes, é... ela desabafou assim no sentido de, né, que... muito preocupada com a entrega que não... que a entrega não iria ocorrer, me mostrou algumas mensagens de fornecedor dizendo que não, fica tranquila que os respiradores vão. Então, foi nesse sentido assim, uma conversa mais de, de, ouvir e no final instruí-la pra, pra que ela fizesse realmente um diário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — A Márcia citou que o Felipe, professor Luiz Felipe a convidou para participar dessa reunião pra ela não ouvir a *live* do Governador. A senhora tem esse entendimento também?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Eu entendo que não, Deputado, até porque no dia anterior ela pediu pelo WhatsApp que o professor a recebesse. Então eu acredito que... que não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Entendi. O professor Luiz Felipe esteve aqui em duas oportunidades e, no meio dessas duas oportunidades ele concedeu uma entrevista ao Upiara. Eu ainda não consegui entender direito se ele só mentiu, se ele omitiu, se ele não lembrou, se ele não quis adiantar, o certo é que as duas participações dele aqui foi um grande... foram um grande desrespeito não só a nós, Deputados, porque a nós pouco importa, mas aos catarinenses.

A senhora é concursada, né, auditora interna concursada da Secretaria?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, senhor, desde 2009 como auditora.

Página 1146. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

3719

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Como é que a senhora chegou ao cargo de Controladora Adjunta, quem a convidou? Não sei se a senhora já respondeu isso aqui, mas desculpa se eu estiver sendo repetitivo.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não, não, não tem problema, não respondi. É... na verdade eu trabalhava como gerente de captação de recursos, né, na Diretoria de Captação de Recursos e Dívida Pública da Fazenda até 2018. É... existia já aquela questão da criação da CGE, mas a CGE só foi criada em junho de 2019. Então eu saí da Diretoria de Captação e ocupei por seis meses o cargo de ouvidora-geral, que era uma Diretoria da Secretaria da Administração. Eu trabalhei nesse período na Ouvidoria já pra... tratar a Ouvidoria como uma, uma diretoria que seria da CGE, né? E aí quando efetivamente a CGE foi, eu era ouvidora-geral e a CGE foi criada, no dia 12 de junho de 2019, quando efetivamente os cargos é... existiram, né, o professor era o Controlador, o Vander... o Vanderlei Pereira das Neves era o Adjunto, eles convidaram uma servidora, a Maria Eliane, uma auditora, pra ser a auditora-geral, mas por questões de... familiares ela não, não, aceitou, né, e aí eles é... me convidaram pra ser auditora-geral.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eles quem?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — O professor e o Vanderlei Pereira das Neves.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Tá.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — E aí eu fiquei como auditora e agora, como o Vanderlei Pereira das Neves é... está em processo de aposentadoria, o professor me convidou pra ser a Controladora Adjunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E por que a senhora pediu exoneração do cargo recentemente, acho que foi na semana passada?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, foi sexta-feira. É... eu até comentei com os Deputados que eu é... houve algum pedido de reportagem... de entrevista pra mim, mas eu esperei por esse momento, até em consideração aos trabalhos que estão sendo feitos na CPI, né, pra efetivamente esclarecer.

É... não tem a ver com a compra dos respiradores e, sim, com o descontentamento que eu já tinha tido, né, com relação ao papel da CGE no governo. Então em virtude disso, de toda a luta que a gente tem feito, é... a gente tem uma força de trabalho muito grande, bons trabalhos e... eu acho que existe um problema de comunicação no sentido de que eu não via o espaço da CGE é... de uma forma mais estratégica no governo. A CGE ela foi criada e ela não foi instrumentalizada. Nós ficamos com poucas a... poucos, poucas competências, é... nós sempre pedimos à Casa Civil que enviasse o projeto da nossa Lei Orgânica pro, pro Legislativo e nunca saiu do Executivo. Isso a gente tem... inclusive eu trouxe aqui dois ofícios, se o senhor me permitir...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Claro.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Nós relatamos no dia 13 de novembro é... para...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN— De 2019?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — De 2019, isso. É...

(*Passa a ler.*)

"Sem a aprovação pela Assembleia Legislativa dos anteprojetos de lei, esta Controladoria-Geral não conseguirá desenvolver adequadamente as suas atribuições constitucionais. As atividades de controle interno e auditorias se encontram comprometidas pela falta da indispensável regulamentação, porquanto dependem da aprovação do anteprojeto de lei."

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Desculpa interromper, Simone, esse ofício foi da senhora pro Douglas Borba?

Página 1147. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Foi do professor Luiz Felipe...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Pro Douglas Borba?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Isso, exatamente, no dia 13 de novembro de 2019.

(*Continua lendo.*)

"Temas como os acordos de leniência, que podem resultar em importantes retornos financeiros ao Estado, não podem ser celebrados sem que os anteprojetos estejam convertidos em lei. No mesmo sentido, a correição resulta prejudicada, na medida em que a atividade necessita ser disciplinada nos moldes do que se encontra proposto no anteprojeto, sem o que não haverá o indispensável suporte legal para o seu desenvolvimento."

Então existia, sim, um pedido é... que a gente... que fosse encaminhado esse projeto de lei e... nunca, nós nunca tivemos esse, esse encaminhamento. É só pro senhor...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Isso o Luiz Felipe citou também.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Uma outra situação: nós temos, por exemplo, um decreto é... de regulamentação da Lei Anticorrupção desde outubro de 2019 e também não, não foi é... analisado e publicado, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Faça força ao seu colega, o novo Controlador-Geral, para ele ter essa força de pedir para a Casa Civil mandar para a Assembleia. A Assembleia não vai, com certeza, se omitir desse papel importante pro Estado, porque a CGE demonstrou agora, o caso dos respiradores é o mais emblemático, ela se mostrou, desculpe, perdão da palavra, inútil, né? Não sei se pelo seu comandante ou não sei se é pelo órgão que foi criado, da maneira como foi criado. Então, acho que a gente tem essa responsabilidade.

Outra reunião que foi mencionada, no *site* da CGE está noticiado que no dia 31 de março a CGE se reuniu no Centro de Gerenciamento de Risco com a Secretária da Saúde para construir mais detalhadamente o trabalho de assessoramento e consultoria. A senhora participou dessa reunião?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Tá. Eu não sei se já perguntaram isso pra senhora aqui. Já?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Bom, então é... a senhora sofreu algum tipo de pressão por parte do Douglas Borba?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas a senhora percebeu, pelo menos nos depoimentos do Luiz Felipe, que ele foi até desrespeitado, sofreu pressão do Douglas Borba.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É, na verdade, assim essa... entre Secretários... eu não participava dessas reuniões entre Secretários, até porque eu também sou adjunta, fiquei Adjunta muito recentemente, né? Em abril eu tava substituindo o, o Vanderlei, e em maio é que eu vim realmente a assumir Adjunta. Eu não tinha contato com os Secretários.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E a senhora participou da formulação dessa sindicância interna, desse documento que foi apresentado na semana passada pela Controladoria?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E a senhora já teve acesso a essas informações?

Página 1148. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3720

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Eu olhei o processo na sexta-feira, no dia que eu pedi exoneração.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E tem algum comentário a fazer?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É... é... sobre...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Desse relatório?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — ...essa questão, como o Clóvis vem aqui, né, o auditor Clóvis, eu preferia que ele explanasse, porque ele efetivamente fez o trabalho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Então, tá.

A senhora podia resumir – eu sei que o Cobalchini daqui a pouco me puxa a orelha também, como puxou a do Kennedy, mas o Kennedy foi com razão, comigo não (*risos*): a sua visão da compra dos respiradores, bem rapidamente, esse processo todo de compra, de pagamento antecipado, o que mais... o que foi o erro ali, qual foi o maior erro na compra dos respiradores? [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — A meu ver a Saúde ela não cumpriu os ritos mínimos, né? Se tivessem feito o... aco... como é, não, não, tinha histórico de compra com o fornecedor, eles tinham que ter feito uma qualificação do fornecedor, eles teriam que ter aguardado, a meu ver, é... o que tava sendo discutido no grupo, que era o projeto de lei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Os cuidados básicos...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Isto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ...administrativos não foram?...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Exatamente. É a minha opinião.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Seria isso, Presidente. Obrigado, Simone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Obrigado, Deputado João Amin. Estava com muito crédito, poderia ter falado mais, Deputado.

Deputado Felipe?

Deputado Sopelsa, o senhor quer fazer algum questionamento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Quero sim, senhor Deputado. Está me ouvindo, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — O.k.

Com a palavra o Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Muito obrigado, Deputado Cobalchini, que preside hoje a Comissão da CPI. Também cumprimentar todos os Deputados e também cumprimento boa tarde a Simone.

Eu vou ser bem breve, o meu relatório é menor daquele do Kennedy, mas o Deputado Kennedy eu sei que ele é um estudioso e ele vai todo minucioso em todos os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mania de jornalista, senhor Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Mas é bom também, é bom também.

Senhora Simone, (*falha da transmissão da videoconferência*) eu tenho apenas três perguntas para lhe fazer. A orientação que o grupo dava quando os auditores participavam ela sempre se ateve a ter segurança naquilo que estavam comprando. Quer dizer o seguinte, a empresa que estava vendendo, todos nós sabemos que existe a possibilidade legal de comprar e pagar antecipado. Sempre foi feito a informação por parte de vocês ou da maioria

Página 1149. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

do grupo? É porque se tivesse o cuidado com a empresa que estava vendendo de ela oferecer segurança, garantia, o patrimônio histórico, se o pagamento fosse feito adiantado de que não havendo a entrega dos equipamentos haveria o ressarcimento ou a devolução dos recursos?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, senhor. Sempre foi, sempre foi feita nesse sentido de orientação da, das cautelas, né, que eles teriam que ter tomado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — O.k.

E a senhora imagina que não se deu atenção a isso por algum motivo? Ou se a senhora pode imaginar algum motivo: vamos comprar, vamos antecipar, não vamos obedecer às orientações que estão sendo feitas. Teria algum motivo para isso? Se falava muito que precisava comprar porque havia uma disputa grande no mercado.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É, eu acredito que existia, sim, uma preocupação muito grande com relação a, a vidas, né? É... mas é... olhando agora da, vendo tudo o que aconteceu, a gente precisa ver se realmente não houve aí alguma pressão, né, ou fraude no sentido de se aproveitar do momento pra, pra favorecimentos, né, particulares.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — E havia, Simone, de parte de algum Secretário essa insistência de não observar essas recomendações e fazer a compra mesmo que se soubesse? Porque a empresa realmente não oferece garantia, não ofereceu garantia nenhuma. Essa pressão ela estaria sendo feita, você imagina por alguém? Por quem poderia estar sendo feita?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — O contato entre os Secretários era feito pelo professor Luiz Felipe e ele não, não comentava comigo o que ele, o que ele conversava com os outros Secretários.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — E quando foi solicitado que os auditores não se faziam necessários, por quem foi dada essa decisão, essa determinação que vocês não precisavam participar mais das orientações, das recomendações que os auditores viriam fazendo no grupo?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Na verdade, assim ó, a gente continuou fazendo as, as orientações tanto no grupo quanto orientações técnicas, foi, culminou na orientação e no Guia de Riscos, né? Mas a presença física mesmo dos auditores para auxiliar lá no dia a dia, no momento da, da, da decisão, né, alguma instrução de processo isso realmente o diretor Carlos, lá da Saúde, ele disse que não precisava.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Que não havia necessidade?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Exatamente, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Simone, a CGE que agora há pouco você mencionou que ela tem tido assim esse regulamento, ela tem tido dificuldade... me deu a entender que se ela continuar assim ela não tem necessidade de existir. A CGE o que falta, além de regulamentar os procedimentos que ela pode fazer, o que falta para a CGE, de fato, fazer as informações? Porque o que dá para nós vermos nessa compra é que se procurou de todas as formas comprar. Não se preocupou se de fato esse negócio ia se concretizar com sucesso, porque não se tem nenhuma informação de uma segurança: não, estamos adiantando os recursos, a empresa não tem capital, não tem *expertise* para garantir esse negócio, mas, assim mesmo, vamos fazer essa compra.

O que precisa para a CGE fazer realmente? Porque em alguns momentos nós pensamos que se criou uma instituição que não há necessidade de existir. Você que participa disso, que tem a formação nessa área, tem *expertise* nessa área, o que você nos diria? Eu sei que você respondeu alguma coisa ao Deputado João Amin, mas que você fosse bem sucinta e com bastante clareza, onde que estão as falhas na CGE?

Página 1150. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 37-21

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Deputado, eu entendo que, além da, questão da, da regulamentação que a gente precisa ter segurança nas nossas competências, a gente precisa ter uma força maior do governo no sentido de estar mais próximo do governo.

A gente participa das reuniões de controle Nacional de Controle Interno, do Conselho Nacional de Controle Interno e a gente vê que o Controlador ele tem ser um apoio do Governador, né, no sentido de saber o que está acontecendo, propor trabalhos. E eu vejo que essa comunicação, isso é muito opinião pessoal e uma crítica construtiva pra que se melhore, né, daqui pra frente com a nova gestão, é que haja realmente essa, essa aproximação maior, né?

Eu vejo, Deputado, que o Controle é uma ação bastante ingrata no sentido que a gente audita o próprio Executivo, a gente tá lá. Então, se os outros Secretários não sentirem que a CGE é uma estrutura forte, que tem um respaldo do, enfim da cúpula de quem mais decide, a gente não vai ter, assim, uma, um respaldo realmente pra atuar nas demais Secretarias.

Então eu vejo que a gente é uma estrutura muito recente, eu entendo que é uma estrutura que vem fazendo excelentes trabalhos, é uma estrutura que se paga. Inclusive eu trouxe aqui um relatório do balanço, benefícios financeiros e potenciais da atividade da CGE em 2019. Nós tivemos 16 milhões de créditos a ressarcir, 9 milhões de desembolso evitado, 79 milhões de benefícios potenciais. Então só numa pequena, num pequeno tempo de existência da CGE, nós tivemos aí benefícios na ordem de 105 milhões. É uma estrutura que se paga, é uma estrutura com servidores muito, muito bons, especialistas, mas a gente realmente precisa caminhar.

Eu acho que não, não se deve nesse momento enfraquecer o controle, a gente tem muitas melhorias que estão sendo feitas, nós temos pessoal, nós precisamos regulamentação, nós precisamos também melhorar muito a questão da segunda linha dos órgãos. Os Secretários não adianta dizer que estruturaram um Controle Interno nos órgãos quando que a maioria do Controle Interno dos órgãos têm um servidor só.

A gente precisa até da sensibilização do próprio Tribunal de Contas e aqui uma, algo muito construtivo a minha fala no sentido de a gente repensar a ação do, dos Controles Internos nas Secretarias. Hoje se faz muito o parecer de parecer, é, por exemplo, um recurso antecipado, um convênio, a área técnica faz o parecer, o Controle Interno tem que ir lá fazer o parecer de novo do parecer. Então eu vejo assim, é de coração, assim, como, como servidora de carreira, que a gente tem muito, muito, muito a fazer e que há realmente um caminho de excelência para trilhar e que os servidores hoje já lá fazem efetivamente um excelente trabalho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Simone e senhores Deputados, a minha última pergunta: antes da pandemia, Simone, a CGE participava mais das decisões, olhava mais para o Controle? Parece-me que, vou chamar assim, a estrutura principal do governo, os mais responsáveis do governo não estão dando muita atenção ou muita importância à fiscalização, à orientação da CGE. Antes da pandemia também era assim? Vocês não eram muito ouvidos ou foi mais agora durante a pandemia?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não, eu acho que sempre nesse, nesse um ano sempre foi assim. Assim uma dificuldade realmente... alguns gestores têm uma aproximação muito boa da CGE, eles se apoiam na CGE, tem gestores que fazem isso. Mas nós temos dificuldade, uma dificuldade realmente era na Secretaria da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Está esclarecido para mim, senhores Deputados. Muito obrigado, Simone. Obrigado, Presidente Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Obrigado, Deputado Sopelsa.

Página 1151. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Deputado Felipe Estevão com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito bom-dia aos amigos catarinenses que aqui nos assistem, aos colegas parlamentares que têm exercido um grande trabalho, sempre atuando nesta CPI com responsabilidade e buscando esclarecer os fatos que esse grande ponto de interrogação ficou na cabeça de sete milhões de catarinenses e que tem encontrado na CPI esse esclarecimento dos fatos. Também cumprimento a nossa colega que hoje está aqui para nos ajudar, foi muito pertinente aqui, eu acho que ela se posicionou de maneira muito bem, diferente do Felipe que praticamente tirou sarro de nós. Eu gostei, eu acho que foi esclarecedor, ligou pontos aqui interessantes, todos eu acho que foi crivado perguntas muito interessantes, a gente tomou nota aqui com a assessoria.

Mas pelo menos algumas aqui eu fiz uma série de anotações e eu queria esclarecer alguns fatos para incorporar depois nesse relatório que faremos. Eu vou começar aqui, esse depoimento do ex-Controlador-Geral aqui na Casa foi o motivo pela qual a senhora desistiu, decidiu sair da CGE na semana passada?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não, senhor. Na verdade, foi um descontentamento que eu já vinha tendo já há algum tempo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Houve algum atrito entre a senhora e ele?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não, com o professor, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Entendi.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Na verdade, eu não concordava que os assuntos da CGE sempre tinham que ser praticamente passados pela Casa Civil, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Entendi.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Então eu achava, assim, que a gente tinha que ter um contato mais direto com... pelo menos assim o professor me passava no sentido de dificuldade, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Sim. Eu vi bastante disparidade entre os dois depoimentos entre essa conversa entre nós que tivemos com o Felipe, e uma das coisas que nos chamou a atenção é que ele não tinha o contato do Governador. A senhora tinha o contato do Governador?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Bom, se você bem verbalizou que a Casa Civil já tinha um certo desprezo, presumo que talvez faltou um contato mais próximo.

Senhora Simone, o ex-Controlador-Geral, o professor Felipe, quando questionado sobre a possibilidade de frear essa malfadada compra dos respiradores... resumindo aqui, perguntando com as minhas próprias palavras, ele fala inclusive que a culpa era da Assembleia que não havia dado mais poder no anteprojeto de lei, que você comentou que partilha da mesma visão do Felipe, talvez faltou mais legalidade, esse projeto de lei talvez falta dar celeridade para que ele venha para a Casa. Ele culpou o Parlamento, mas, no entanto, você aqui no depoimento fala que a Casa Civil nem mesmo enviou para a Assembleia Legislativa. Até para o catarinense que está nos assistindo ter mais clareza nesse assunto, eu gostaria que você verbalizando com suas palavras.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É, eu entendo que o problema foi do Executivo ao não enviar o projeto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Entendi. Muito bom, muito prático.

Senhora Simone, após o escândalo dos respiradores vir à tona, a senhora chegou a se reunir com o Controlador Luiz Felipe para tratar desse assunto?

Fls. 3722
Rubrica

Página 1152. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, senhor, a gente conversa diariamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O que abordaram? Chegaram a alguma conclusão, uma medida que seria tomada?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Na verdade, assim, a gente procurou é... isso tava mais realmente no âmbito da Corregedoria, com o corregedor Cícero, né, e com a equipe que estava fazendo a investigação preliminar. Nós fizemos dois contatos também com a... o professor fez uma inspeção junto com alguns auditores em que resultou um contato com a TS, que era a *trading*. Esse contato junto com a PGE possibilitou, é um dos frutos aí de um trabalho posterior da CGE na recuperação ao erário, que a doutora Jucélia tá fazendo um excelente trabalho na PGE na ação judicial, mas esse contato da TS com a PGE foi a CGE que providenciou, né? Então foram algumas medidas que foram tomadas após a, a situação ter ocorrido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O trabalho da CGE, Controladoria-Geral do Estado, o mínimo que se espera é que tenha zelo com dinheiro público. Qual foi o comentário do Felipe, que ele falou após passar por aqui – após todo esse escândalo vir à tona, a reportagem, a repercussão que teve, a opinião pública que foi muito forte contra isso –, após a sua reunião ou na reunião o que ele comentou?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Na verdade, assim, tudo o que a gente entende que poderia ser feito, foi feito, né? Ele se mostrava sempre preocupado com a situação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senhora Simone, em documento encaminhado para esta CPI a senhora escreve o seguinte: "(...) forneço a essa CPI, conforme solicitado na sessão ocorrida em 23/06/2020, os nomes dos integrantes e prints de todas as mensagens do Grupo de WhatsApp COVID-19 – COMPRAS, criado em 22/03/2020, pelo Secretário de Estado de Administração, sr. Jorge Eduardo Tasca."

Eu lhe pergunto: por que o Secretário Tasca criou este grupo de WhatsApp? Não deveria ter a participação apenas da Defesa Civil e da Secretaria de Saúde?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É, na verdade, a Secretaria de Administração ela é o órgão central do sistema de compras. Então partiu a iniciativa do Secretário Tasca.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Entendi. Então ele tinha, talvez, meio que nebulosa, mas ele tinha um vislumbre dessas compras que estavam sendo feitas, dessas negociações, dessas conversas?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, sim, acompanhava.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Uma informação, né, que bota o Tasca também numa posição delicada.

Enfim, eu quero ser sucinto aqui para o nosso atual Presidente não puxar a orelha, assim como puxou a orelha do Kennedy *(risos)*, hoje estava inspirado o meu irmão Kennedy, mais estudioso, sempre muito dedicado, eu gosto da relatoria, ele vem com aquele *tablet* ali e ele mastiga tudo.

Mas vamos lá, eu vou fazer uma pergunta final, até porque quero parabenizar, como bem antecedi aqui, as perguntas foram muito bem elaboradas e muito esclarecedoras. Mas ainda aqui finalizando, senhora Simone, na conversa de grupo existe uma fala da Márcia, são compras da Secretaria de Saúde. Essa Márcia, é a Márcia Pauli, que aqui nós entrevistamos na CPI?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Certo. Ela fala o seguinte: "Boa tarde a todos, compartilharei o rol de processos que até o momento temos relacionado relativo as aquisições COVID-19."

Página 1153. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Pergunto: a senhora viu a relação dos processos? Eu tenho aqui em mãos a lista que ela enviou, a senhora chegou a conferir?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — O senhor tem a página?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É na página 49. Ela envia aqui uma relação e repito: "Boa tarde a todos, compartilharei o rol de processos que até o momento temos relacionado (...)." Eu queria saber se você viu a relação de processos, se sabia do que se tratava, se todos foram pagos de forma antecipada, além dos respiradores, algum outro apresentou problemas de entrega?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — (*Folheia documentos.*) Não, na verdade a gente tava fazendo, tava em outros trabalhos, né? É... existia a, a preocupação de fazer as orientações é... a gente tava vendo já alguns processos específicos.

Com relação a esse rol aqui de produtos eu não, nós não, não verificamos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O que me preocupa é que são compras significativas, é uma série de compras, de aquisições ali, e a Controladoria-Geral do Estado tem esse dever de ter esse zelo com o dinheiro público, e me preocupou, assim, a participação. Eu queria entender até onde foi essa participação, se tinha?... Já que vocês estavam ali presentes no grupo, se acompanharam?... Eu gostaria que você comentasse um pouco se essas compras foram antecipadas ou você não tinha essa informação?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não, não, não tinha. É... na verdade, eu até trouxe um dado aqui. No Estado, por exemplo, só no primeiro trimestre nós tivemos 1.952 processos de aquisição. Então é, é realmente algo muito grande.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Essas aquisições, mas com processos parecidos com o da Veigamed de pagamento antecipado?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não, de pagamento antecipado a gente sempre é... tratou no grupo que haveria o projeto de lei, né? Então não era uma preocupação que naquele momento a gente tinha, até porque a gente entendia que a Saúde é, é, aguardaria por esse projeto de lei e os ritos ela teria que ter adotado os ritos mínimos de contratação, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Certo. Houve algum alerta de vocês nesse segmento, nessa direção?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito bem.

Senhor Presidente, considero-me satisfeito aqui. São apenas algumas perguntas, eu tinha preparado um rol de perguntas, mas o Deputado Kennedy hoje foi muito persuasivo e eu me considero satisfeito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Obrigado, Deputado Felipe.

Sinto-me muito bem contemplado, viu, Deputado Kennedy, por seus questionamentos, assim como também o Deputado Fabiano; nosso Relator, o Deputado Ivan; o Deputado João; o Deputado Felipe e o Deputado Sopelsa.

Tenho apenas algumas observações, até porque acho que os questionamentos todos já foram feitos, mas me chamou muito atenção a questão do envio do PL aqui, porque foi um consenso do grupo, e acho que foi muito providencial o encaminhamento do projeto, certamente que Assembleia não iria faltar. Nós entenderíamos a urgência desse projeto e votaríamos (*a depoente faz que sim com a cabeça*), como a Assembleia já votou em outros tempos projetos que eram importantes, urgentes, votou, deu resposta imediata.

A senhora saberia me dizer de quem foi a decisão de retirar esse projeto? Foi encaminhado em um dia e retirado em outro dia, por quê? [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisora: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

Página 1154. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3723
Rubrica

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não sei, Deputado, também... me causou surpresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Não despertou, no grupo, curiosidade? Porque houve um silêncio, como o Deputado Kennedy fez menção, houve um período, um hiato, eu já observei também isso, desde o dia 25 que não se tratou mais da questão dos respiradores, ninguém... pós-pagamento, houve um espaço grande.

Primeiro, aquelas falhas apontadas durante o curso, não se percebeu... somente, parece, no dia 17, é isso?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É, assim ó, Deputado, a própria... o próprio extrato da, da dispensa de liquidação, que ela tem que ser publicada no Diário Oficial, não foi feita, é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Mas ninguém percebeu no grupo que não foi feita a publicação?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não, porque a gente não tratou desse... desse... dessa compra, né, da Veigamed no grupo, é... até a própria... o próprio encaminhamento, é, da, da DL, que teria que ter sido feita pro Tribunal de Contas, também não foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Mas todos sabiam da compra, que houve a compra, que houve o pagamento?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não. Não, não, não sabíamos, tinha uma intenção...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Era uma... foi uma decisão?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — ...tinha uma intenção de comprar, mas, é... no meu entendimento, eles aguardariam um projeto de lei pra que as... a, toda a situação de cautelas e garantias estivesse... é, presente de forma transparente, esse foi o meu entendimento, no... no grupo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — É, isso realmente chamou bastante atenção, esse silêncio absoluto. A partir da compra, do pagamento, não se falou mais no assunto, se não fosse o Intercept...

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É, nós, nós começamos atuar dia 17, a publicação da Intercept foi dia 28, se eu não me engano, é... então... a gente atuou antes da, no caso, da publicação da Intercept, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Depois do...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Cobalchini?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Sim, Deputado Sopelsa, pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Só uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — O grupo não ficou informado antes de saber que tinham (*ininteligível*) por exemplo. Vocês não ficaram sabendo: está decidido, nós vamos comprar os duzentos respiradores, vai ser feito assim, e a empresa é esta aqui. Vocês sabiam disso ou só ficaram sabendo depois que as notícias vieram, que tinha sido comprado, que não tinha segurança?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Somente depois, Deputado. Na verdade, a... as únicas propostas que Márcia colocou foi da Aeonmed e da Brazilian, né? E foi nesse momento que eu questionei se a... essas empresas tinham histórico de compras e a Márcia comentou que a carga estava no México e eu... disse que então não haveria... a

Página 1155. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

necessidade de pagamento antecipado, então... é, mas sobre a Veigamed e depois todo o desenrolar dessa, dessa questão, não foi tratado no grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Valeu, Deputado Sopelsa.

Só uma observação aqui, a senhora falou no dia 31/3, três auditores estiveram na Defesa Civil (*a depoente Simone de Souza Becker faz que sim com a cabeça*), contatando com a Márcia, oferecendo ajuda, isso só ficamos sabendo hoje, não sabíamos disso, nem o professor Luiz Felipe falou sobre isso. Depois disso, qual foi o primeiro contato? Esse foi o último contato, depois do dia 31, quando voltaram a falar com a Márcia?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Nós, é... eu me lembro que a gente se dedicou muito a... elaboração da, da orientação técnica e do Guia de Riscos, até virou referência, um material de referência no Brasil, no Conaci, e a gente teve uma reunião no 6 de abril, com o Secretário Helton. Nós comentamos que... a gente tinha oferecido auditores presenciais, é... mas que eles, ã, os técnicos tinham entendido que não precisava e ele disse: Não, eu quero os auditores. Então a partir do dia 8 a gente começou a ter auditores presenciais na Defesa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Nesse momento, dia 6 de abril, o Secretário Helton não relatou a vocês a compra dos duzentos respiradores?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não... não, não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Nem ao pagamento antecipado?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Não fez menção?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Poderia ter naquele dia, acho que seria providencial que no dia 6 o Secretário, já que teve essa reunião, tivesse informado...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — ...era uma, aliás, essa foi uma decisão muito importante, né?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — A gente sempre deixou claro pra Saúde que a gente estava, é... se eles, é... tanto é que foi uma consultoria, né, construída no sentido de qualquer processo que a Saúde precisasse de orientação que era, era só encaminhar, inclusive por *e-mail*, só que a Saúde começou a encaminhar os processos apenas no dia 13 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — A impressão que a gente tem aqui na Assembleia, quando foi encaminhada a reforma administrativa, a impressão que nós tínhamos, à época, é de que seria o grande órgão do Poder Executivo, a Controladoria-Geral do Estado. Deu-se muita ênfase, já no período de transição, até porque o próprio Controlador foi o coordenador da transição de governo. Então se propalava que seria o órgão central de governo.

Parece-me que hoje, depois da passagem do Controlador aqui, o senhor Luiz Felipe, parece-me, até por ouvir a senhora, que a Auditoria, quando ainda vinculada à Fazenda, era mais forte do que hoje é a Controladoria. As ferramentas que a Controladoria precisa, se não foram oferecidas ainda pelo Poder Executivo, certamente, Deputado Felipe, Deputado Relator, Deputado Ivan, Deputado Kennedy, Deputado Fabiano, Deputado Sopelsa, Deputado João, a Assembleia não vai faltar, nós entendemos que esse é um órgão

Página 1156. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3724
Rubrica

importante (*a depoente Simone de Souza Becker faz que sim com a cabeça*). Acho que a Auditoria durante muitos anos, em que a gente acompanhou na Fazenda, sempre prestou um belíssimo trabalho e essa mudança foi prejudicial ao Estado. Eu não vi esse relatório do TCE, mas eu cheguei a essa conclusão, a Controladoria sumiu, desapareceu, e nós entendemos aqui que foi uma omissão, o fato de não acompanhar o sistema, se o sistema não permite a leitura *on-line* do fluxo dos processos... a Controladoria não consegue enxergar isso?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É, eu... tecnicamente, Deputado, eu acredito muito na... nessa junção das macrofunções porque a CGE, ela não é só Auditoria, né? Ela tem três diretorias, e eu vejo de mui... de grande importância a questão de, é... funcionarem juntas, é, hoje nós temos Auditoria, Ouvidoria e Transparência e Corregedoria. Então é o mesmo modelo da CGU, porque assim que chega, por exemplo, é, a gente começa a sentir denúncias, por exemplo, na Ouvidoria, a Ouvidoria já passa pra... pra Ouvidoria, pra Auditoria, né, a Auditoria ela encaminha pra Corregedoria dependendo da situação. Então eu vejo que o desenho da CGE, inclusive foi recomendada pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas, é um modelo interessante, e nós fomos os últimos Estados a ter este, esta criação.

O que eu acho que falta, é... é assim, um apoio maior do governo no sentido de ouvir, de ter a CGE mais ao seu lado, né? E a efetivamente garantir essas competências, é... no, no, no, na questão da lei, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É, não adianta nada, né, Deputado Cobalchini, chamar mais cento e poucos auditores, quantos que foram chamados ali?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É, é... até isso é interessante, porque, é... estão sendo chamados auditores fiscais na Fazenda, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Hum, hum.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Mas o auditor interno que cuida da... da despesa e do controle, também é... é muito importante, né? Então, é... eu vejo realmente assim... uma trajetória importante, até importante que os senhores, né, por isso que eu deixei pra falar aqui, é... pra que realmente nos, nos ajudem nisso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Em quantos vocês são lá?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Nós somos em 42 auditores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora sabe...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — E...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...que a Polícia Federal está na Secretaria da Saúde, neste momento?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não sei, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É, a senhora foi (*ininteligível*) que a Polícia Federal, neste momento, encontra-se na Secretaria da Saúde do Estado de Santa Catarina fazendo procedimento de busca e apreensão de documentos, por ordem de investigação de fraude por compra de equipamentos superfaturados no *kit* da Covid. Olha só como é importante o papel do auditor. Porque quando saí uma matéria, né, senhores Deputados, quando saí uma matéria desse nível que a Polícia Federal está dentro da Secretaria da Saúde, buscando documentos pela compra de superfaturamento de equipamentos, o que acontece? Todo catarinense sofre (*a depoente Simone de Souza Becker faz que sim com a cabeça*), imagina o sujeito agora batendo um prato feito, aquele que a gente come aí na frente, Deputado Kennedy, Deputado... no restaurante da vó...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...aquele de R$ 19,00 que a gente se encontra ali, todo dia todo mundo come ali. Aí está olhando a televisão e a

Página 1157. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

manchete que está passando agora na TV é que a Polícia Federal está dentro da Secretaria da Saúde, buscando documentos sob a alegação do superfaturamento de teste de Covid. O cidadão ele se desmonta, Deputado Cobalchini, ele se desmonta, porque é ele que sustenta toda essa estrutura; é ele que abre mão de comer, abre mão de ter um bom carro; ele que abre mão de tudo isso para contribuir com uma parte do salário dele para constituir o cofre do Estado, para o Estado ter dinheiro para fazer as coisas; é do suor dele, então é fundamental que a gente dê fim a esse tipo de coisa (*a depoente Simone de Souza Becker faz que sim com a cabeça*).

E o papel da Controladoria e da Auditoria é essencial, por isso que a Assembleia aprovou na reforma, por isso que na reforma nós aprovamos aqui a criação desses dois órgãos, não só da CGE, mas também da Secretaria de Governança, que era instituída para certificar as empresas que fazem negócios com o governo e que até agora, Deputado Felipe, a gente não viu onde é que está.

Quando se apresentou aqui a reforma administrativa e se criou a Secretaria de Governança, qual foi a defesa do governo? Havia naquela época as alegações da operação que prendeu o ex-Presidente Lula...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Lava Jato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Lava Jato. Que as empresas eram fraudulentas, que tinham CNPJ falso, que era só para esquentar nota fiscal, que na Lava Jato havia toda aquela discussão a respeito das empresas fantasmas. Então, criou-se a Secretaria de Governança, a Assembleia autorizou o Estado a criar a Secretaria de Governança, para que ela certificasse as empresas que fazem negócios com o governo ou não foi isso que foi prometido para nós aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o que fez a Secretaria de Governança? Quando estava comprando os equipamentos de uma empresa fundo de quintal do Rio de Janeiro?

Daqui para frente, quando a CPI terminar, nós vamos preparar um projeto legislativo para que vocês possam trabalhar no primeiro ato, na primeira ação, que vocês sejam independentes. Não tem essa de pedir para entrar, vai entrar, vai ter porta aberta, vai ter a chave de todas as Secretarias e vai ser um órgão independente, não vai mais ser subordinado a ninguém, vai ser o Ministério Público de Contas de dentro. E se acontecer alguma coisa, e passar pela mão de vocês, e vocês não verem, também serão responsabilizados, como todos os outros servidores que serão no processo, para que a gente tenha uma cadeia de servidores responsáveis por tudo o que acontece de ruim em Santa Catarina.

Essas manchetes têm que ter fim, têm que ter fim! E nós vamos contar muito com trabalho de vocês lá, com a *expertise* de vocês para ajudar a construir esse ponto final nessas manchetes que só entristecem Santa Catarina.

Desculpa, Deputado Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Não, pode...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu já quero encerrar por aqui e agradecer muito a presença da senhora, foi muito produtivo, seu colega vai estar conosco na próxima quinta-feira, acho também que ele vai ajudar bastante.

E, Deputados, na condição de Relator, eu queria dizer o seguinte, nós estamos... a CPI vai trabalhando exatamente no processo de afunilar os fatos, de deixar tudo muito claro, muito compreensível. Para nós aqui na CPI, nós já estamos muito próximos da construção do relatório, falta algumas coisas ainda, mas os depoimentos foram convergindo para dentro como um caracol, como a gente desenhou aqui junto com o Deputado Cobalchini, com o Deputado Felipe Estevão, com os outros Deputados num processo de desenho em um

Página 1158. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3725

formato um caracol. Nós estamos muito pertinho do ponto final desse caracol, e a senhora ajudou bastante nisso, principalmente por nos trazer essas conversas de WhatsApp.

Muito obrigado e boa tarde para a senhora.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sempre à disposição, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Quero também lhe agradecer, Simone.

Só uma última observação à Comissão, a prevenção me parece que em todos os processos é fundamental para que isso não volte a acontecer. Esse é um papel da Auditoria, detectar antes, não depois, então isso tem que ser obrigatório e se necessário de legislação, certamente que nós, a partir da CPI, faremos.

Eu quero justificar a ausência hoje do nosso Presidente, Deputado Sargento Lima, que tão bem vem conduzindo aqui os trabalhos na sua condição de Presidente, eu sou o Vice e hoje respondi pela presidência. Na próxima reunião, certamente, na terça-feira, aliás, todos já ficam convocados para a próxima reunião na terça-feira, já estaremos sob a presidência novamente do nosso Deputado Sargento Lima.

Então quero lhe agradecer, auditora Simone, a sua presença aqui, acho que foi muito importante, foi muito esclarecedora, não deixou de responder nenhum questionamento. E quero cumprimentar todos os Deputados, hoje todos participaram, obviamente que se destacou muito o Kennedy, estudou bastante, eu, quando percebi todas as anotações, digo, hoje nós vamos extrair tudo e acho que não ficou...

(*Um dos Deputados-membros manifestou-se fora do microfone: "Pedra sobre pedra."*)

Não ficou, verdade, assim como também o nosso Relator.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, o senhor vai ver como eu vou estudar para os próximos depoimentos terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Eu vou lhe deixar aqui, Simone, tem o *e-mail* da CPI, o telefone da CPI e se a senhora tiver algum documento para entregar...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Aquela mensagem, eu vou lhe deixar aqui.

(*O senhor Presidente entrega à depoente o endereço eletrônico da CPI.*)

Aquele documento que nós votamos e aprovamos no início já está assinado, acredito que já deva ter chegado lá na Controladoria.

Enfim, se a senhora tiver mais alguma coisa para falar, fique à vontade para concluir, senhora Simone.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Eu só queria, se os senhores me permitirem, é... eu só queria, é... falar ainda que a Auditoria, ela... a gente tem quarenta auditores, mas são divididos em auditoria de pessoal, a gente faz um trabalho muito importante de monitoramento da folha, é... tem contas de governo, então a gente faz um trabalho sobre os limites da LRF, faz os, os relatórios, é... de gestão, na verdade os pareceres de gestão, né, dos, dos, dos, dos órgãos. A gente tem, ã... auditoria de recursos antecipados que trata dos convênios, contratos, né, é... nós temos licitações e contratos, né, que é hoje, é hoje o que é mais falado das compras, é... me esqueci de uma gerência, deixa eu ver... e gestão de riscos que daí a gente dá apoio à segunda linha dos órgãos, então é uma estrutura bastante enxuta pra tantos assuntos.

É... com relação às... só pra encerrar, o que eu entendo, (*lê*) às circunstâncias do processo que impediram ou mesmo inviabilizaram a ação prévia da CGE, é, foi a extrema celeridade em relação à parte orçamentária e financeira do processo, é, toda a parte orçamentária e financeira foi realizado em menos de 24 horas. A ausência de um sistema

Página 1159. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

de... que controle as dispensas e isso o Estado eu acho que precisa, é... tomar como prioridade, é... que contenha travas e permita o acompanhamento em tempo real pelos órgãos de controle e a sociedade em geral, com uso de trilhas. É... processo de pagamento abertos dissociados, a gente tinha processos de contratação dissociado de pagamento, a gente já fez uma comunicação de auditoria pra que isso não ocorra mais. É... possível conduta delituosa, má-fé por parte de agentes públicos e privados a confirmar pela justiça, porque isso também dificulta muito a ação do controle. É... a gente até fala lá na CGE que sonegação sempre, mesmo tendo auditores fiscais, a sonegação sempre vai existir, ou policiais, sempre, os... os roubos vão acontecer porque trata-se de condutas, né? Mas a gente tem um, um amplo caminho aí pra melhorar controle pra, é... evitar. É... grande quantidade de processos digitais, é... no SGPE. A não publicação no DOE, da dispensa de contratação, que infringindo o artigo 26 da 866, é... essa data do dia 31 de março a gente ofereceu todo o apoio lá pra Saúde, né? E não... não, entenderam que não, não precisava, é, no sentido de auxílio realmente presencial de auditor.

Então todos esses aspectos somados ao momento da pandemia, é... culminou nessa situação, né? Então a CGE, quando tomou conhecimento, ela agiu apontando as irregularidades no processo, foi a informação CGE 43/2020, foi finalizada e entregue à Saúde em 24 de abril e à Corregedoria em 25 de abril, o *site* Intercept somente publicou a matéria em 28 de abril. Nós fizemos contato com a TS e foi o que possibilitou o acesso à PGE a mais elementos pra tratar judicialmente, um excelente trabalho está sendo feito pela doutora Jocélia na PGE, as reuniões com a TS ocorreram no 7 e no dia 25 de maio.

E... por fim, é... a que se apontar que efetivamente a CGE trabalhou em, ã... alguns processos, como hospital de campanha, os EPIs de 77 milhões, a gente fez análise da, é... prévia de contratua... contratualização de leitos, aquisição de luvas, importação de máscaras, então a gente, sim, tava trabalhando previamente com a força de trabalho que a gente possui, né, que não é grande, mas a gente entende que a gente estava, sim, atuando previamente e infelizmente, nesse caso da Veigamed, ocorreu dessa forma, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Certo, acho que a senhora podia deixar essas observações que fez por último (*ininteligível*).

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — De minha parte, totalmente satisfeito.

Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Obrigado, tá?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Imagina, sempre à disposição.

(*A senhora Simone de Souza Becker deixa o recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Nada mais havendo a tratar, encerramos esta reunião, ficando todos convocados para a próxima na terça-feira, às 17h. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI
PRESIDENTE DA 13ª REUNIÃO DA CPI

Página 1160. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3726
Rubrica

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 7 DE JULHO DE 2020, ÀS 17H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito boa-tarde a todos, boa tarde a todos os que nos acompanham pela TVAL, nos ouvem pela Rádio Digital Alesc e àqueles que nos acompanham também pelo canal do YouTube da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 14ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 11, de 2020.

Encontram-se presentes nesta reunião: Deputado Estadual Sargento Lima, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Ivan Naatz, Deputado Fabiano da Luz, Deputado João Amin, que nos acompanha de forma remota, Deputado Kennedy Nunes, Deputado Milton Hobus e Deputado Moacir Sopelsa, que também nos acompanha de forma remota.

Senhores Deputados, coloco em discussão e votação as atas das 12ª e 13ª Reuniões, cujas cópias foram enviadas aos vossos respectivos gabinetes.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem as queira discutir, em votação.

Aprovadas as atas.

Senhores Deputados, recebemos ofício do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina indicando o auditor de Controle Externo Sidney Antônio Tavares Júnior, diretor de Contas de Gestão; e a auditora fiscal de Controle Externo Flávia Leitis Ramos, para assessorarem esta Comissão.

Também temos documentação enviada pela senhora Simone Becker contendo informações complementares ao seu depoimento – tinha ficado acordado no depoimento da dona Simone que ela enviaria para a gente essa documentação.

Também nos foi enviada uma petição pelos procuradores do senhor Douglas Borba, ex-Chefe da Casa Civil, solicitando cópia do relatório prévio elaborado pela Controladoria-Geral do Estado, bem como o inteiro teor das conversas do WhatsApp relacionadas ao grupo "COMPRAS COVID-19".

Esta presidência comunica aos procuradores do senhor Douglas Borba que procurem a CGE ou judicializem para assim terem acesso a essa documentação, tendo em vista que ela está sob sigilo fiscal.

Também recebemos o Ofício Cojur nº 300/2020, da Casa Civil, em resposta ao Ofício nº 70/2020, desta CPI, informando que o senhor Governador irá responder por escrito os questionamentos desta CPI a partir de perguntas previamente encaminhadas pela Comissão.

Consulto o senhor Relator, Deputado Ivan Naatz, se já está sendo feita a colheita das perguntas a serem enviadas ao senhor Governador Carlos Moisés da Silva?

Página 1161. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente, senhores Deputados, boa tarde, e a quem nos acompanha.

Sim, nós já recebemos a maioria das perguntas, amanhã apresento ao gabinete de vossa excelência o resumo das perguntas, porque algumas delas foram no mesmo sentido, a fim de que amanhã mesmo vossa excelência determine a entrega desses questionários a sua excelência, o Governador do Estado, a fim de que responda os questionamentos dos membros da CPI por escrito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Obrigado, Deputado Ivan.

Solicito também a todos os Deputados que fazem parte como membros natos desta CPI, já que ainda há tempo, que enviem as perguntas ao Relator para que ele possa encaminhá-las.

Senhores Deputados, não há requerimentos incluídos na pauta de hoje. Pergunto se algum Deputado tem requerimento extrapauta para ser votado no dia de hoje? (*Pausa.*)

Não havendo, senhores Deputados, nós temos aqui a ordem das testemunhas: o senhor Jorge Eduardo Tasca e o senhor Vanderlei Vanderlino Vidal.

Consulto a assessoria...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente, eu verifiquei durante o final de semana a necessidade de ouvir, eu tinha um requerimento para ouvir o Vidal, mas como ele saiu essa semana da Secretaria, e ele ficou muito pouco tempo também, não participou daquele período da pandemia, eu ia sugerir a vossa excelência e aos membros da CPI a dispensa do depoimento do Vidal, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Consulto os demais Deputados.

Senhores Deputados, algum Deputado gostaria de se manifestar ou tem perguntas para serem feitas ao senhor Vanderlei Vanderlino Vidal, ou eu coloco em votação agora a necessidade da ouvida do senhor Vidal? Os Deputados que nos acompanham de forma remota, Deputado Moacir Sopelsa e Deputado João Amin, vossas excelências têm alguma pergunta a fazer pro senhor Vanderlei Vanderlino Vidal? (*Pausa.*)

Então coloco em votação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Presidente, só pra explicar, até pra quem está nos acompanhando, né, que esse cidadão que nós estamos agora na votação pra dispensar era o superintendente antes da Márcia, e ele deixou a Superintendência, a Márcia entrou, começou o processo. E quando a Márcia saiu, ele retornou à Superintendência e logo depois saiu.

Então, portanto, só pra ficar esclarecido pra quem está nos acompanhando o porquê de o Relator, que fez o convite, está agora abrindo mão do depoimento dele; pra quem está nos acompanhando saber quem é essa pessoa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Kennedy.

Ainda em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem o queira discutir, em votação.

Aprovado.

Solicito à assessoria que proceda à dispensa do senhor Vanderlei Vanderlino Vidal e o agradeça, em nome da presidência e dos demais Deputados.

Também solicito à assessoria que encaminhe o senhor Jorge Eduardo Tasca.

(*O depoente Jorge Eduardo Tasca adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.*)

Senhor Secretário, seja muitíssimo bem-vindo à nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Fls. 3727

Página 1162. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor sabe por que foi convidado a se fazer presente aqui nesta reunião?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito desta Comissão acerca dos fatos que lhe forem perguntados, sob pena de incorrer em crime de falso testemunho?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Lembrando o senhor que, na condição de testemunha compromissada, ainda detém o direito de permanecer calado, mas o senhor precisa expressar essa vontade de permanecer calado, até porque o silêncio não é indicativo de resposta. Diga então: prefiro permanecer calado.

Para que possamos fazer o registro, para que as nossas taquígrafas possam registrar, peço ao senhor que fale o seu nome completo, a data de nascimento, o lugar onde exerce sua atividade profissional, o local de nascimento e o endereço – o mais próximo possível do microfone, de forma pausada, para os registros da taquigrafia.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Jorge Eduardo Tasca; 18/09/1974; exerço minhas atividades profissionais na Secretaria de Estado da Administração atualmente; resido na rua Deputado Walter Gomes nº 580, casa 15, Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis; nasci em Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Nascido em Florianópolis.

Com a palavra o Deputado-Relator. Vossa excelência, Deputado Ivan Naatz, está com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Boa tarde, Secretário.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário, nós estamos aqui nesta CPI, já quase terminando os nossos trabalhos, com o objetivo de compreender o que aconteceu na compra desses respiradores. Boa parte do processo nós já conseguimos identificar, os passos que cada um deu nesse processo, mas existem algumas coisas que eu preciso que o senhor nos esclareça. Vamos começar pelo grupo da Covid-19. Acho que a CPI recebeu esse... a CPI recebeu esse relatório de compras da Covid-19, do grupo de Covid-19. O senhor participava desse grupo?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ativamente, né?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Várias intervenções no grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá. Nessas intervenções, eu vi algumas manifestações do senhor, o grupo foi aberto no dia 22 de março, portanto muito antes da compra dos respiradores, e o senhor fez algumas intervenções nesse grupo. Qual era o objetivo desse grupo?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – O grupo, ele foi criado com o objetivo de ser um, de prestar uma consultoria, de dar um suporte aos principais órgãos de governo que efetivassem compras nesse período da pandemia, principalmente porque o cenário de compras públicas nesse momento era um cenário conturbado. E aí, não só pelas narrativas da própria Secretaria de Estado da Saúde, mas pelas matérias jornalísticas que demonstravam ser essa realidade uma realidade nacional e mundial, na verdade, e aí o objetivo foi trazer os órgãos de controle pra próximo do governo pra permitir que, em caso de dúvidas, principalmente a Secretaria de Estado da Saúde pudesse ter a quem se socorrer de forma rápida pra que pudesse tomar as decisões balizadas e apoiadas por técnicos, né, não só do governo do Estado, mas também de órgãos de controle como o Tribunal de Contas e o Ministério Público.

Página 1163. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, pelo que eu notei das conversas que vocês tiveram no grupo de WhatsApp, o objetivo desse grupo foi de proteger o Estado, certo?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Era um grupo com o objetivo de esclarecer dúvidas e dar o suporte, principalmente à Secretaria de Estado da Saúde, ah, o objetivo também era incluir outros órgãos, tanto que no início foi incluído também o representante da Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa, mas eles não tiveram, não apresentaram demandas para o grupo. Quem apresentou demanda para o grupo, efetivamente, foi a Superintendente Márcia, que é quem representava a Secretaria de Estado da Saúde no grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas o objetivo desse grupo era, evidentemente, pelo texto que eu vi, era proteger o erário. Várias conversas de quem já passou por aqui já disseram que o objetivo...e o texto do grupo era, principalmente, proteger o erário, não permitir que o erário fosse esvaziado, que houvesse desvio de recursos ou que se fizessem compras com risco.

O senhor tem algum conhecimento desses fatos no WhatsApp, no grupo?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – O grupo era um grupo consultivo, novamente, né? As, a Secretaria de Estado da Saúde, a Superintendência de Gestão Administrativa tinha a sua atribuição executiva e o grupo estava posto pra poder auxiliar e apoiar a superintendente Márcia, que era a representante no grupo, nas dúvidas que ela tivesse, nas necessidades que ela tivesse. Então o grupo, ele não era executivo, não é, ele não tinha essa, essa ação em relação às compras. Novamente, o objetivo desse grupo, especificamente, foi dar apoio, esclarecer dúvidas e atuar como uma espécie de consultoria nas dúvidas que, por ventura, a superintendente Márcia, que era quem representava a Secretaria de Estado da Saúde, a..., no grupo, tivesse.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor não tinha dúvidas? O senhor não tinha dúvidas com relação às compras?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não, porque na verdade eu não executava as compras relacionadas à Covid, apenas a partir de 1° de abril, com o chamamento público que foi estabelecido na SEA pra comprar Equipamentos de Proteção Individual que atenderiam a mais de um órgão, e não apenas à Secretaria de Estado da Saúde, porque eram destinados também à Secretaria de Administração Prisional, às Polícias, Militar e Civil, Corpo de Bombeiros. E aí nós decidimos fazer um chamamento público centralizado na Secretaria de Administração pra que todas as empresas que desejassem cotar seus produtos para os órgãos, pudesse apresentar o seu chamamento, além de ter ganho de escala, né, não fazer os órgãos concorrerem entre assim em produtos que eram escassos no mercado também.

A partir dali, sim, a Secretaria de Administração passou a fazer a execução. Mas naquele momento, em abril, todas as instruções normativas, todas as orientações do Ministério Público e Tribunal de Contas já estavam postas pra poder guiar, ah, a compra, o que não acontecia lá nesse, no dia 22 de março, onde todos os órgãos, inclusive os órgãos de controle, estavam se estruturando pra poder entender o que estava acontecendo no cenário de compras, que foi um cenário que foi novo pra todo mundo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - No dia 23 nós termos a primeira intervenção nesse grupo com relação à compra dos respiradores, porque esse é o nosso objetivo, identificar quem comprou, por que comprou, por que pagou adiantado (*o depoente faz que sim com a cabeça*).

Lá no dia 23 nós temos a primeira conversa da Márcia no grupo de WhatsApp a respeito da compra dos respiradores. O senhor acompanhava a compra dos respiradores?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não, eu acompanhava a conversa no grupo. Então, os temas que foram trazidos no grupo, e o senhor teve a oportunidade de ler e ver em que termos esse assunto foi tratado no grupo, que não é especificamente um processo de

Página 1164. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3728

compra, mas algumas características, umas dificuldades e algumas situações, alguns cenários relacionados a essa compra é o que consta no grupo, como o senhor pode ver na, nas transcrições, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Da leitura do grupo, de uma leitura de tudo o que acontece no grupo, eu observo que houve uma preocupação muito grande com o pagamento antecipado e com a ausência de garantias. O senhor participava desse grupo. Qual foi o cuidado do senhor pra que a Secretaria da Saúde não fizesse o pagamento antecipado, não fizesse a compra com pagamento antecipado?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Em relação ao pagamento antecipado, e aí, novamente, né, a transcrição do grupo é clara, a Secretaria da Saúde nos descreve o cenário em que estão acontecendo as ofertas de produtos, não é, o verdadeiro leilão, seja, propostas tendo a duração de um hora, duas horas, e um dos elementos que é colocado pela Secretaria de Estado da Saúde, pela Márcia, não só no grupo, mas na reunião que foi gerada a partir do grupo, né, que até a primeira parte aqui das conversas é basicamente para organizar uma primeira reunião por vídeo, onde participa a Secretaria de Estado da Saúde, através da Márcia, com os órgãos de controle e a Secretaria de Administração.

Nessa reunião por vídeo, a Márcia faz um relato de como tá o cenário, não é, de compras. Ela coloca que muitos fornecedores estão exigindo, pra fornecer equipamentos e insumos, pagamento antecipado. A partir daí, depois dessa reunião, o grupo passar a discutir a possibilidade ou não da utilização desse instrumento e a forma pela qual esse instrumento poderia ser utilizado.

E fica muito claro nos relatos ali, com a participação não só da Secretaria de Administração, mas também dos órgãos de controle, acerca da possibilidade legal e jurisprudencial da realização do pagamento antecipado. E aí se discute a forma, né, se através de cartão de pronto pagamentos, quais mecanismos poderiam ser utilizados caso fosse necessário utilizar este instrumento pra poder viabilizar a compra que, em determinados, para determinados produtos, segundo relato que nós recebemos, ela quase que a condição exclusiva para poder acessar determinado produto ou insumo.

Então, há toda uma discussão e ao final o grupo chega à conclusão novamente. E é um grupo, foi uma discussão extensa, até se os senhores tomarem contato com o relato que está no WhatsApp ali, é uma relação extensa a respeito disso. E aí se identificou que em dois Estados, Espírito Santo e Pernambuco, houve a opção do Executivo pelo envio de um projeto de lei à Assembleia Legislativa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou chegar no projeto de lei. Só que...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Então, Deputado, só para concluir...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, não.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Só para concluir meu raciocínio. Ah, eu vou, eu paro por aqui, só pra, o senhor vai acessar esse tema mais à frente, né?

Então, na verdade, o tema respiradores, nesse grupo, ele foi abordado em determinados aspectos que poderiam envolver essa compra, como a questão do pagamento antecipado, como a questão do prazo de entrega em relação ao valor, que foi outro debate, outra discussão que também foi tratada no grupo. E foi, basicamente, isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário Tasca, eu estou com a conversa do grupo aqui, e meus colegas também, nós trabalhamos isso aí com a, com a Controladora Adjunta, que esteve aqui conversando conosco. E esse grupo aqui só tem uma coisa: pagamento antecipado e compra, é o que tem nesse grupo aqui, não tem nenhuma outra conversa.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Sim, o grupo é de compras, não é?

Página 1165. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, é só isso. Pagamento, não é compras, e é pagamento antecipado sem garantir, é o pagamento antecipado e a forma como fazer isso.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Isso, exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Vocês só conversaram isso nesse grupo? Vocês não conversaram outra coisa. Então, assim...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Porque essa foi a demanda que foi apresentada pela Secretaria da Saúde num grupo que era consultivo e que atenderia às demandas que fossem apresentadas por ela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Tudo bem.

Vocês estão tratando da compra antecipada, conversa, projeto de lei, compra, não compra, tem que cuidar com o risco. Nós temos aqui a funcionária da Secretaria de Administração alertando sobre os riscos, tem o pessoal do TSE alertando sobre os riscos, o Ministério Público, o cuidado pra fazer o projeto de lei pra mandar para Assembleia, que nós vamos conversar já, daqui a pouco. A gente tem tudo isso, inclusive tem um texto aqui que diz que tem que acertar isso pra levar pro senhor e depois levar pro Governador.

O senhor está conversando sobre isso no grupo e estão comprando os respiradores sem esses cuidados. O que aconteceu?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu imagino que os senhores fizeram essa pergunta pra Superintendente Márcia aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, a gente fez pra ela.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ela disse que foi ordenada por Secretários.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Secretários.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, por Secretários, ela fez aqui essas afirmações.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Então acho que o senhor, na verdade, entendeu, pelas falas que estiveram aqui, incluindo a dela, né, o motivo pelo qual ela executou aquele procedimento e porque ela executou, no grupo de compras o que estava sendo discutido, e está muito claro no grupo, Deputado, é, nós garantirmos um instrumento, seja, uma possibilidade que poderia ser utilizada pela Secretaria de Estado da Saúde. Em nenhum momento das conversas, principalmente nas falas da Márcia que estão no grupo, está posto que ela executou algum procedimento desse, está posto que ela teria que utilizar esse instrumento. Nós estávamos discutindo, e ficou muito claro pra todo mundo, que essa era uma possibilidade que deveria estar na mão do gestor. Essa foi a avaliação que nós tivemos no grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Quando foi que o senhor teve conhecimento que foram comprados os respiradores, que foi certificada a nota. Qual foi a data que o senhor teve o conhecimento direto da compra dos respiradores?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Da situação completa?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, que foi comprado. O Estado comprou e pagou antecipadamente, qual foi a data que o senhor teve esse conhecimento?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – 28 de abril, com a matéria do Intercept.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o senhor está conversando com o Governador, constantemente, e com o Secretário Helton. Vocês não falaram da compra dos respiradores, não conversaram sobre isso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu soube da compra dos respiradores dia 28 de abril pela matéria do Intercept.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Governador não conversou com o senhor sobre a compra dos respiradores ou o Helton?

Fls. 3729

Página 1166. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Dia 28 de abril pela matéria do Intercept.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, está acontecendo a pandemia, está acontecendo a pandemia, o Estado está fechado, ninguém pode trabalhar, está todo mundo na rua e o principal elemento do tratamento da Covid - naquela época, agora a gente já vê que não é bem assim – são os respiradores. O governo... tem áudios do Governador falando da compra dos respiradores, tem entrevista dele dizendo que tem que, como é que é, o mercado está prostituído, etc.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Então o senhor só reformula a sua pergunta, então né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu vou fazer a pergunta que eu tiver que fazer, e o senhor só vai responder aquilo...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Se eu sabia que o Estado estava comprando respiradores? Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, o senhor não faz pergunta aqui. O senhor não está no quartel, o senhor não faz pergunta aqui.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Se eu sabia que iriam comprar respiradores? Sim. A compra efetiva e o pagamento antecipado, dia 28 de abril.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor só responde, o senhor não faz pergunta. O senhor não está no quartel falando com os seus soldados! O senhor não está no quartel falando com os seus soldados! O senhor só responde!

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu estou esclarecendo a pergunta do senhor, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, o senhor não precisa esclarecer nada.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Só esclarecendo o senhor, novamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não precisa esclarecer nada, porque nós compreendemos, cada um.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Presidente, novamente... Presidente, o senhor é militar também, é um desrespeito com os militares, novamente, como eu vi em um outro depoimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aqui o senhor não é militar, aqui o senhor é um soldado do Estado!

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Como eu vi em um outro depoimento e, novamente, fazendo esse tipo de alusão desrespeitosa a nossa carreira. Então, eu só estou tentando responder, esclarecer as dúvidas do Relator. E o que eu peço, Presidente, ao senhor, que é militar estadual também, que os Deputados respeitem a nossa categoria e a nossa carreira, por favor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que o senhor não está falando com o seu soldado, o senhor não está falando com o seu soldado, o senhor está falando com o Deputado Estadual que está tentando aqui esclarecer o que aconteceu. Lá, no Estado, vocês falam com os seus soldados.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Senhor Presidente, eu reitero o meu pedido aqui de respeito a minha pessoa, a minha história profissional e a nossa categoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Solicito que a gente dê procedimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor responda à pergunta que eu fizer, o senhor responda à pergunta que eu fizer. O senhor não precisa fazer ilações, porque as conclusões nós vamos fazer.

Bom, o senhor está conversando...o Governador fez uma *live* falando da compra dos respiradores, que havia prostituição no mercado, que o preço estava acima do mercado, que

Página 1167. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

tinha gente se aproveitando. E o Governador conversou com o senhor sobre a compra dos respiradores, não falou antes disso? Só foi falar com senhor sobre a compra dos respiradores no dia 28?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Agora posso responder, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, se o senhor... agora o senhor pode falar.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Muito obrigado.

Deputado, todos nós sabíamos que o Estado estava comprando respiradores, esse era um dos objetos que eram necessários para a expansão das UTIs, tão necessários, como nós estamos vendo nesse momento; ou seja, aquela aquisição, e a aquisição dos respiradores era o equipamento necessário para poder estruturar o sistema hospitalar para fazer frente à pandemia, como nós estamos vendo neste momento.

Então, todos nós sabíamos que as compra, que a compra de respiradores estava acontecendo. Agora, nenhum de nós estava acompanhando, porque não era da nossa alçada, a execução do processo administrativo que culminaria com essa aquisição. Isso é a Superintendência de Gestão Administrativa da Saúde quem estava tratando. Uma coisa é o posicionamento estratégico da necessidade de uma aquisição e a outra é a execução desse procedimento. Por exemplo, o Governador autorizou agora o investimento de R$ 15 milhões para a construção da nova ponte em Araranguá.

O Governador determinou a aplicação desse recurso lá, agora é a Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade, junto com o Município de Araranguá, que vão adotar os procedimentos administrativos pra que isso se concretize. [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário Tasca...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – O Governador jamais vai poder ser responsabilizado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário Tasca...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...se algum ato administrativo for executado fora da legislação ou fora dos ritos ordinários.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Então a decisão estratégica de comprar respiradores foi definida pelo Governador? Sim. A execução administrativa, o processo administrativo pra que isso aconteça, acontecesse, foi realizado pela Superintendência de Gestão Administrativa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Governador não tratou com o Secretário Helton, o senhor não tratou com o Secretário Helton sobre a compra dos respiradores, sobre o processo? Está acontecendo a pandemia, nós temos que montar os hospitais, o hospital de campanha foi uma fraude, foi uma tentativa de corrupção, e vocês não conversaram sobre isso? Sobre: ó, tenham cuidado pra não comprar com empresas fantasmas, tenham cuidado para não botar o dinheiro do Estado em risco? Qual foi a orientação que o Governador do Estado deu para os Secretários?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Havia já instruções normativas a respeito disso, ou seja, a Secretaria de Estado da Saúde, que compra... em 2019 comprou mais de R$ 800 milhões, fez aproximadamente mil processos de compra, tem em torno de noventa pessoas entre servidores e terceirizados atuando no setor de compras da Secretaria da Saúde, é a Secretaria que mais compra no governo do Estado e tem capacidade e conhecimento de como executar processos dessa natureza e dessa magnitude.

Por isso a decisão administra... a decisão estratégica tomada de que esse era um caminho, não só respiradores, insumos, Equipamentos de Proteção Individual, todos os instrumentos que fossem necessários pra suprir os profissionais e dotar a estrutura hospitalar

Página 1168. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
FLS. 3730

das condições adequadas. Essa decisão estratégica foi tomada. A partir daí, seguindo os ritos e a legislação estabelecida, a Superintendência de Gestão Administrativa da Secretaria da Saúde seguiu executando os procedimentos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário Tasca, eu vou perguntar de novo. O senhor não precisa... nós vamos fazer as conclusões que temos que fazer aqui, Secretário, as conclusões a CPI vai tirar do processo.

Eu só preciso saber do senhor o seguinte: entre o dia 30 e o dia 28, que o senhor disse que teve conhecimento da compra dos respiradores, o Governador, o Secretário Helton, o Douglas Borba, vocês conversaram sobre a compra dos respiradores? Vocês conversaram: como é que tá isso aí, como é que tá essa compra dos respiradores, quando é que vão chegar, vocês já compraram?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tinha contato com o Secretário Helton permanentemente?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E ele, não falou da compra dos respiradores, do processo? Porque ele participou da compra dos respiradores, ele inclusive negociou preço, ele acompanhou, ele veio aqui e disse que sabia de tudo... Ele não conversou com o senhor sobre isso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não, ele não tratou desse tema comigo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá.

E no grupo de WhatsApp, havia sempre aquelas observações, tem que proteger o Estado, tem que cuidar do Estado, tem que não fazer a compra dos respiradores em risco, tem que pegar as garantias, tem que fazer o projeto de lei... O senhor acompanhava tudo isso no grupo?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o Estado comprou esses respiradores sem atender essas determinações aqui do grupo (*o depoente faz que sim com a cabeça*). Por que o senhor acha que isso aconteceu?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Agora nós temos procedimentos administrativos instaurados na Secretaria de Estado da Saúde, nós temos procedimentos administrativos instaurados na Controladoria-Geral do Estado, nós temos a investigação do Ministério Público junto com a Polícia mili... Polícia Civil e temos a CPI, pra poder identificar claramente o que aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber se o senhor tem uma ideia?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu não tenho todos os elementos que os senhores têm, eu não tenho todos os elementos que a investigação tem, que os procedimentos administrativos vão ter. Eu prefiro sempre aguardar todas as informações pra que as minhas colocações e afirmações sejam lastreadas em todas as informações possíveis na verdade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Vamos falar do projeto de lei, então. O senhor acompanhou que estava sendo construído o projeto de lei – o senhor tem a cópia do projeto de lei?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Aqui comigo, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu tenho ele aqui (*mostra para o depoente*).

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo? Se o senhor tiver alguma dúvida, eu posso mostrar para o senhor.

Página 1169. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

No dia 23/3 foi apresentado no SEA 3404 de 2020 a aprovação de uma minuta de projeto de lei para "realizar a antecipação dos pagamentos, total ou parcial, nas contratações destinadas ao fornecimento de bens, à prestação de serviços, à locação de móveis, imóveis e equipamentos (...)". Aí no dia 25 de março o gabinete do senhor – este documento está assinado pelo senhor (*o depoente faz que sim com a cabeça*) – faz um apanhado de como proceder às compras com pagamento antecipado. Depois esse apanhado vai para um modelo de projeto de lei e esse modelo de projeto de lei é apresentado ao Governador do Estado. Esse projeto de lei, no seu inciso II, previa antes do pagamento antecipado a colheita das garantias.

Na minha leitura o problema não estava em pagar antecipado, porque eles podiam pagar antecipado para a WEG, podiam pagar antecipado para a Philips, para a Siemens, para qualquer multinacional não haveria problema nenhum em fazer pagamento antecipado. O problema do pagamento antecipado está em não exigir a garantia, porque não foi exigida garantia nenhuma. E aqui o senhor... tem um despacho do senhor do dia 25 de março, nesse projeto de lei, acolhendo a minuta do projeto de lei que estabelece a garantia (*o depoente faz que sim com a cabeça*).

Então assim, na minha visão o senhor fez o que tinha que se fazer, então o senhor não está... eu não estou olhando para o senhor aqui como uma pessoa que participou, não é isso. Eu só acho que o senhor fez o que tinha que fazer, apresentou a minuta, a minuta veio pra cá, a Procuradoria se manifestou, só que o que acontece? O projeto de lei chegou aqui na Assembleia Legislativa através de mensagem assinada pelo Secretário Douglas Borba em 31 de março, foi protocolado e retirado (*o depoente faz que sim com a cabeça*); depois de protocolado e retirado houve o pagamento antecipado.

Por que esse projeto foi protocolado e retirado?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Desconheço.

Na verdade a atuação da Secretaria da Administração ela se deu na dimensão técnica: de identificar a necessidade que foi apresentada pela Secretaria de Estado da Saúde, pela superintendente Márcia; de que esse instrumento do pagamento antecipado era uma situação que estava sendo requerida; de discutir tecnicamente a forma pela qual isso poderia ser efetuado; de em conjunto com os órgãos de controle entender que compartilhar essa decisão com a Assembleia Legislativa seria o movimento mais adequado através de um projeto de lei. Tecnicamente foi essa a decisão que nós tomamos e o encaminhamento que foi feito por parte da Secretaria de Estado da Administração.

Posteriormente, como em qualquer governo, os atos legislativos e os projetos de lei são encaminhados pela Casa Civil e a decisão final do envio ou não é articulado com ela pelo Governador, e o Governador assinou a... o projeto de lei pra envio pra cá, e aí, posteriormente, se ele foi retirado foi por uma decisão do Chefe da Casa Civil, da qual eu não tive acesso das razões pela qual ele efetuou esse procedimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor teve conhecimento depois que esse projeto de lei foi retirado?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Posteriormente, sim. Depois de passado um tempo, a... as... a Secretaria de Estado da Saúde não demandou mais. Se pegar as conversas de WhatsApp, depois do projeto de lei construído e da... do compartilhamento que ela faz daquelas duas propostas de respiradores, em que ela deixa claro que estaria optando por uma que não haveria o pagamento antecipado, isso a fala dela tá clara, no questionamento da Simone ela diz que não, que não haveria pagamento antecipado, não há mais o questionamento e a demanda, ou seja, a necessidade de efetuar o pagamento antecipado ele some. E aí, nesse momento, volto a falar, nós tínhamos outras atividades e o grupo aqui era um grupo consultivo, que tinha que ser demandado pra poder gerar as respostas, isso não é mais questionado.

Passado um tempo, e se não houve mais nenhum questionamento, mas eu me lembrei do projeto e entrei em contato com o... com o ex-Chefe da Casa Civil Douglas perguntando do

Página 1170. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

ALESC
Fls. 3731
Rubrica

projeto e ele disse que houve uma decisão da Casa Civil de não enviar o projeto de lei, até porque ele entendia que não haveria necessidade. E realmente, ao ver as manifestações tanto de Tribunal de Contas, principalmente do Ministério Público, de que o projeto de lei seria um requisito adicional, que a legislação que estaria posta e as... as jurisprudências de Tribunal de Contas da União e Controladoria-Geral da União indicam que não haveria necessidade, mas o governo pas... optou, na área técnica, na área técnica, dessa cautela adicional, e houve a decisão da Casa Civil de não enviar, ou como o senhor menciona aqui, de feito o envio de retirar o projeto de lei. Mas eu desconheço os motivos que levaram a isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque se o projeto de lei... Vamos pensar junto aqui. O senhor é Secretário da Administração do Estado, se o projeto de lei chega aqui na Casa como chegou, ele vai para os Deputados aprovarem e nós aprovaríamos sem nenhum problema e rapidamente (*o depoente faz que sim com a cabeça*), como fizemos com outros projetos que chegaram aqui durante a pandemia. Se esse projeto vem, é aprovado pelos Deputados, nós tínhamos a garantia de que só podia fazer pagamento antecipado com a garantia específica.

Todas as manifestações do Tribunal de Contas, da Procuradoria, dessas instruções normativas que foram juntadas aqui no grupo, elas falam da garantia, elas falam da caução, da preocupação, do risco de o erário não se esvaziar, e é muito estranho, mas muito estranho mesmo, que esse projeto tenha sido colocado e retirado no mesmo dia ou no dia seguinte que foi feito o pagamento antecipado.

Na visão do Relator, quem fez esse... esse... Ele colocou esse projeto de lei e se apercebeu que não poderia fazer o pagamento antecipado, determinou a retirada. Quem retira um projeto de lei, precisa da autorização do Governador para fazer ou a Casa Civil pode fazer sozinha? Porque o Governador mandou botar o projeto de lei, certo? Tá assinado pelo...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu imagino que os senhores tenham perguntado aqui pro Chefe da Casa Civil...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu tô perguntando pro senhor.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...o procedimento da Casa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tô perguntando pro senhor.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não sabe?

Por enquanto estou satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Obrigado, Deputado Ivan Naatz.

Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Quero cumprimentar todos os Pares, cumprimentar o Deputado Sopelsa e o Deputado João Amin, que estão nos acompanhando via remota, cumprimentar o Secretário Tasca, seja bem-vindo, obrigado por ter vindo aqui.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – A gente está um pouco intrigado com essa compra, porque o mínimo do básico não foi observado.

O senhor deu um exemplo aqui antes de quem manda e de quem executa, né? Todos vieram aqui, o Secretário Helton, o Secretário André Motta Ribeiro, o senhor também tem se colocado assim, ó, tem que perguntar a parte operacional pra superintendente Márcia (*o depoente faz que sim com a cabeça*). A Márcia comprou, a Márcia pagou, mas quem deu a ordem pra ela comprar e pagar? O senhor sabe disso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não.

Página 1171. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Porque todos vieram aqui e ninguém deu a ordem. Mas no dia 27 de março, 27 de março, o Secretário Helton e o Governador, naquelas *lives* diárias, disseram: ontem compramos os respiradores. Não foi assim? Pagamos, o Secretário Helton negociou a redução de 169 mil pra 165 com o seu Fábio Guasti, que primeiro disse que ia ser fornecido pela Brazilian Trading, depois...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu posso fazer...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...pela Veigamed...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Posso fazer um comentário em relação a essa fala do senhor aqui?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Hum, hum. Sim.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Quando o senhor fala da... da... da coletiva, da *live*, né, volto a falar, todos nós sabíamos de que as compras de respiradores estavam acontecendo, ou seja, porque essa era uma necessidade, era um procedimento que tava sendo executado. A... o Secretário Helton sabia que a compra tava acontecendo, até porque ele assinou a dispensa de licitação e a ordem de fornecimento pra que ela acontecesse.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – É que...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Isso tá muito claro pra ele, na fala dele aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Sim. É que ele veio aqui...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não, e ele deixou isso muito claro aqui. Agora, o que em nenhum momento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não, ele veio aqui e ele disse que ele não mandou ela pagar.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não, então o senhor tá...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Que ele não sabia que era antecipado.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Então o seguinte, no dia 27 a gente está falando da compra, quando o Governador menciona a compra e o Secretário Helton fala da compra, a compra efetivamente aconteceu. O Secretário Helton, e tá... tá no processo isso, ele assina a dispensa de licitação e a ordem de fornecimento, que fala em pagamento posterior à entrega. Isso é o que tá na dispensa de licitação, isso tá na ordem de fornecimento, isso tá no processo.

Então, é natural que o Secretário Helton fizesse menção à compra junto com o Governador, porque a compra ela tinha sido assinada por ele.

Agora, em relação ao pagamento, realmente tudo o que eu acompanhei aqui, não há a participação dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só uma questão. Não é pagamento posterior à entrega, porque no orçamento está remunerário antecipado.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – E aí há um equívoco da parte do senhor...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por quê?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Porque quando a gente olha a dispensa de licitação e ela menciona ao final, nas condições anteriormente estabelecidas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Conforme o orçamento.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...são as condições anteriormente estabelecidas nas cláusulas daquela dispensa de licitação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não senhor. Ali está...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...porque ela que é a regra do jogo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...condição de pagamento

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Então quando eu estabeleço as condições anteriormente estabelecidas, a segunda cláusula, se eu não me engano, diz que a questão do prazo de entrega tá estabelecida na ordem de fornecimento que segue anexa.

Página 1172. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3732
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não senhor.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – A interpretação do senhor é equivocada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, não senhor. A dispensa de licitação, e naquele dia eu li aqui, que diz assim: condições de entrega e pagamento...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Inter...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por favor, espere eu falar.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Interpretação equivocada, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por favor, espere eu falar.

Ali está escrito assim: conforme orçamento.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Condi... conforme condições anteriormente estabelecidas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Orçamento.

Tem aí o documento para buscar (*dirige-se ao Relator*)? Conforme o orçamento. No orçamento fala em remunerário antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Antecipado, né?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Conforme condições anteriormente estabelecidas, pelo que me recordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Vamos buscar aquele documento lá da dispensa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Sim, acho que seria importante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se o senhor me permite, Deputado Kennedy, isso é completamente irrelevante, porque vária pessoas já falaram por aqui que o pagamento era antecipado, que havia conhecimento que o pagamento era antecipado e que a certificação da nota foi feita cinco dias antes do compromisso da entrega.

Então... já passaram várias pessoas por aqui que disseram que o pagamento era antecipado e que o Secretário tinha conhecimento que era pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Lá no grupo de WhatsApp que o senhor fazia parte, no dia 24 tem... nas conversas lá diz assim: no caso de algum problema por parte do fornecedor, caberia aí uma ação judicial. Porque estavam negociando lá de uma empresa, que não tinha garantias para dar. Diz aqui (*folheia documentos*), também no início das conversas do grupo, dia 23: como esses fornecedores não têm capital de giro, estão pedindo pagamento antecipado.

Tá tudo lá no grupo das conversas de vocês.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Qual é a data e hora, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Dia 23. Eu não anotei a hora aqui, mas...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Só pra eu ver o texto bem certinho ali, pra eu ver quem falou, quem mencionou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Dia 23.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – O senhor consegue resgatar depois data e hora pra ver precisamente quem falou?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Se a gente pegar ali, é que eu anotei fora do contexto.

(*O senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone: "Foi a própria Adjunta que respondeu."*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 23... posso ver para o senhor, só um momento.

Página 1173. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Como esses fornecedores não têm capital de giro, eles estão pedindo pagamento antecipado. Duas opções, aumentar o limite do cartão ou um projeto de lei complementar para dar respaldo jurídico.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Daí falaram lá: o cartão é só pra bens de consumo e esse não dá porque era...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Sim, porque era uma possibilidade que estava sendo discutida de um instrumento que poderia ser utilizado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – É, então quer dizer, todos sabiam que essa discussão do pagamento antecipado era justamente dos respiradores, não tinha outra coisa sendo comprada...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não, não, não, havia outros insumos, outros Equipamentos de Proteção Individual...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não, mas...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...também na... nos relatos também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Sim, mas quando...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Era um instrumento geral.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas quando se fala aqui... Bom, o cartão só pode ser usado pros bens de consumo, quer dizer, vocês não estão tratando aqui de uma compra de bens de consumo...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...vocês estão tratando de uma compra de ativo.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Sim, de bem permanente. Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Né? E ativo permanente que estavam comprando, que era a agonia de todo mundo, inclusive dito aqui por um cidadão lá do setor de compras, um pessoal também da área militar, disse assim: falaram pra nós que não era pra discutir, o que vem pra cá é pra comprar, porque em abril vão morrer 6.500 pessoas, vai morrer gente nas calçadas dos hospitais e nós temos que comprar.

Então, a impressão que nós temos é que o governo estava nessa paranóia de que ia morrer um monte de gente, baseado não sei no quê, né, e todo mundo sabia e resolveram correr o risco de comprar e pagar, e todo mundo estava sabendo. Isso, pra mim, está muito claro.

Agora eu queria...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Essa sua afirmação, o que que é o "todo mundo", Deputado, por favor?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Todo mundo que estava nesse grupo, inclusive o senhor, que tinha que pagar os respiradores antecipados. Vocês estavam discutindo isso.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Que era uma... Não, negativo. Se o senhor pegar as... a... mais à frente, quando se entra na discussão específica, específica...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Hum, hum.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...da compra de respiradores, onde ela compartilha duas propostas ali relacionadas e uma é a primeira, que deixou de existir, que é da Brazilian, né, que foi tirada do processo, e a outra uma que a gente não tinha nem visto depois, que é da Aeonmed, ali a... o final dessa conversa é de que pra essa compra específica que estava sendo executada, o pagamento seria posterior.

Essa é o que tá no grupo ali.

Então na verdade nós estávamos discutindo e essa discussão ela é anterior a... o compartilhamento das propostas, a discussão novamente ela é no campo genérico e hipotético

Página 1174. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

3733

da necessidade de utilização desse instrumento e de como... e da... e de que forma esse instrumento poderia ser disponibilizado pra ser utilizado caso necessário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – É, aqui, quando vocês falam disso, tem inclusive aqui uma resposta, quando o senhor fala: vantagem da utilização do adiantamento é ser um instrumento que já está disponível (*o depoente faz que sim com a cabeça*) e pronto para o uso, sendo possível utilizá-lo pra esses pagamentos, custeio e capital, ganharíamos um tempo precioso. E daí em resposta ao que o senhor coloca, a Denise, do TCE, diz: sim, infelizmente já existe uma disputa nacional por esses aparelhos, quem não agiliza, fica sem. É a realidade. (*O depoente faz que sim com a cabeça.*)

Quer dizer, estamos falando aqui dos aparelhos, todos vocês estavam falando dos aparelhos.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Também.

(*O senhor Relator, Deputado Estadual Ivan Naatz, manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas eu queria fazer uma pergunta prática para o senhor.

Vieram as notícias, por denúncias e por pedido à Justiça, inclusive partindo de um Parlamentar aqui da Assembleia Legislativa, foram bloqueados alguns recursos que foram rastreados a partir do pagamento dos 33 milhões.

Esses recursos já chegaram ao Estado ou ainda se encontram sob o poder do Poder Judiciário?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não... não tenho conhecimento, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor não sabe?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Sim. São em torno de R$ 13 milhões, R$ 400 mil decorrentes da ação do Deputado Bruno Souza, e o restante, que chega... que soma R$ 13 milhões, por uma ação do governo do Estado, ação de inteligência PGE, Fazenda, CGE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Porque... o que nós temos conhecimento é que as empresas contestaram, porque estavam tratando de outros negócios e outras coisas, e até hoje nós não temos os respiradores e os 33 milhões, né?

E eu queria fazer uma última pergunta, se o senhor... sabe responder.

Nós sabemos que graças à empresa catarinense WEG nós temos respiradores hoje (*o depoente faz que sim com a cabeça*), e outras empresas passaram a produzir e tentar certificar ventiladores, logo a partir do início da pandemia, que foi lá final de março.

O senhor sabe quando o governo teve informação de que empresa catarinense estaria disposta a iniciar a produção e pra quando teria pra entregar, que é o caso da WEG?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Sim, já. O início das conversas com a WEG, se eu não me reco... se eu me... me recordo inicia ali, monta o início do mês de abril, final de março início de abril. Mas a WEG consegue confirmar com 100% de certeza que faria as entregas apenas no início do mês de maio. Somente ali ela conseguiu dizer o seguinte assim ó: consigo entregar, porque ela teve acesso a todas as peças que eram necessárias pra montar. Até ali a WEG não conseguiu dar certeza pro governo do Estado de que conseguiria fazer essa entrega, o que acabou acontecendo no início de maio e que efetivamente ela fez a primeira entrega ali por volta de 18 de maio do primeiro quantitativo de respiradores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E ainda não foram todos instalados, não foram necessários ainda.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não, todos... Já foram 270, recebemos 230 que tão em fase de distribuição pela Secretaria de Estado da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Acho que as notícias recentes demonstram o quanto esse equipamento tem sido necessário, né?

Página 1175. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – A notícia de hoje é que nós temos quatrocentos leitos livres, quer dizer, quatrocentos respiradores livres no Estado, sem serem utilizados, e aí vem uma coisa que, pra nós, cidadãos catarinenses, que fomos surpreendidos por uma decisão de para tudo, fique em casa, porque essa era a moda da grande mídia (*o Deputado Milton Hobus faz sinal de aspas com as mãos*) no momento, e vai morrer daqui a duas semanas um mundo de gente.

Se todos nós, cidadãos, que temos um mínimo de informação, sabíamos que esse vírus vinha de fora, que só tínhamos meia dúzia de pessoas infectadas final de março, que é quando se comprou isso aqui a toque de caixa, que isso pra chegar no interior do Estado e por aí afora ia demorar um belo tempo, como demorou, porque a indústria praticamente não parou, os frigoríficos não pararam, Deputado Cobalchini, porque não podiam parar, os bichinhos iam morrer lá na... E só agora, só agora, no mês de junho, que começou a aparecer casos nos frigoríficos, que não pararam, não tiveram distanciamento social, estavam lá, todo mundo trabalhando. Qualquer um com um pouquinho de inteligência via isso. Eu alertei isso no dia que foi feito, eu disse: pelo amor de Deus, temos um protocolo lá na Defesa Civil, vamos seguir aquilo lá, não precisa dessa doideira toda, porque o vírus não vai chegar em todo o mundo numa hora só, o mundo mostrou isso.

Como é que ninguém do governo se ateve a isso e permitiu, em nome dessa paranoia de que tem que ser tudo pra ontem e vai morrer um mundo de gente, se fizesse compras desse jeito, como foi feito, sem o mínimo critério, se fizesse uma contratação de um hospital de campanha que se mostrou até hoje que seria um dinheiro jogado fora, graças a Deus nós intervimos, e o Ministério Público e o Tribunal de Contas interviram. [*Transcrição e revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

Então vocês eram as cabeças pensantes lá, junto com o Governador, os Secretários, as pessoas próximas. Como o senhor se sente hoje vendo a evolução dos casos e vendo as coisas como evoluíram aqui para gente estar nesse ponto, discutindo o desaparecimento de 33 milhões pagos por uma empresa que se via que ela não tinha condições de entregar e foi alertado pelos próprios representantes da empresa que a empresa fabricante, lá na China, não reconhecia a venda e tudo mais. E tudo foi passando por cima e chegamos a essa situação.

Como é que o senhor... o que o senhor poderia dizer para gente vendo isso tudo? O senhor que é o administrador do Estado.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Estou convicto de que a decisão tomada pelo governo do Estado foi a decisão mais acertada naquele momento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – É não reconhece o erro...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Respeito a sua opinião e ela... e muita gente diverge dela, porque realmente é uma opinião, é um ponto de vista, mas que a maioria das pessoas que tem estudado a evolução do vírus e as estratégias utilizadas para conter o seu avanço, permitir que o seu avanço se dê de acordo com a capacidade de atendimento hospitalar, discordo da sua opinião.

Então eu respeito ela, mas ela é uma posição que ela é minoritária e, na verdade, a decisão tomada pelo governo do Estado de Santa Catarina fez com que Santa Catarina pudesse ter uma das menores taxas de letalidade no Brasil...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Esse, esse...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –...fosse considerado pelo Centro de Liderança Pública...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Esse...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...a melhor condução da pandemia no Brasil...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor me desculpa...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...e nos permitiu chegar nas condições em que nós estamos hoje...

Fls. 3734

Página 1176. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor me desculpa...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...compartilhando agora o processo decisório...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Secretário Tasca...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...com os Municípios...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Secretário Tasca...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...pra que de forma regionalizada agora nós possamos enfrentar essa pandemia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor não vai aqui fazer discurso para promover o governo de algo que eu não concordo com o que ele fez.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – O senhor me fez uma pergunta e eu estou respondendo, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas eu só pergunto como o senhor se sente, porque agora que o vírus está chegando, porque ele vem de fora, então ele lentamente vai indo. Mas o Estado fez aquilo que a pesquisa de opinião pública falava no momento, todo mundo queria ficar em casa porque a grande imprensa colocou todo mundo em pânico.

Os técnicos que fizeram aquele estudo de probabilidade matemática do pior cenário, cenário mediano e cenário... eu foi questionar eles, que são pessoas inteligentes: Olha, nós usamos um modelo matemático da OMS aqui, mas em nenhum momento nós falamos para o governo que... a decisão foi 17 de março de fechar tudo e criar aquele pânico geral, e que abril nós íamos ter 6.500 mortes, que era a estatística que o governo trabalhou para si para tomar essas decisões. Isso, na avaliação do senhor, não foi um erro?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Na verdade, naquele momento em março não tínhamos informação suficiente pra entender a velocidade de avanço do vírus. Porque justamente você não tinha dados suficientes pra fazer projeções, traçar cenários, era tudo muito incipiente. Por isso se a... a adoção da medida do *lockdown,* do fechamento naquele momento, era a medida mais adequada, porque ao olhar o cenário internacional, que era referência, principalmente a Itália, essa era a medida que teria capacidade de fazer com que nos segurássemos o avanço da doença, nos estruturássemos, aí não só o sistema hospitalar, mas também na qualificação dos dados, pra poder entender o avanço da doença e a partir dali efetuar as liberações necessárias identificando os resultados disso.

E eu participei diretamente da estruturação do Núcleo Intersetorial de Inteligência de Dados sobre a Covid-19, em parceria com a Associação Catarinense de Medicina, com o Social Good Brasil, que elevou Santa Catarina dos últimos níveis de transparência pro terceiro lugar do nível de transparência, e com o conjunto de informações que permitiu que Santa Catarina fosse um dos primeiros Estados a adotar a flexibilização, porque tinha dados e informações suficientes que permitiriam calibrar as restrições com o avanço da doença.

Então esse foi um movimento inteligente que foi feito, e agora chegou questão de um mês atrás, no movimento que se entendeu o seguinte: nós temos informações suficientes pra compartilhar essa decisão com os Municípios e atuar agora de forma regional.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Estou satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Milton Hobus. Deputado Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Boa noite Secretário Tasca...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Boa noite, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...boa noite a todos.

Tenho uma curiosidade, Secretário: Por que esse processo dos respiradores – dada a sua complexidade, não tramitou pelo menos por uma hora, já que era uma compra urgente, e

Página 1177. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

reunisse... já que se formou também esse grupo de WhatsApp, que em muitos momentos se falou sobre isso – não tramitou no Grupo Gestor?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Primeiro, né, acho que a... a Karen que teve aqui, que é minha Diretora de Gestão de Licitações e Contratos, que foi na primeira... as primeiras testemunhas ouvidas aqui na CPI, deixou claro que tem uma resolução do Grupo Gestor que data de 2017 que isenta a... os órgãos finalísticos, né, e dentre eles a Secretaria de Estado da Saúde, da tramitação dos processos finalísticos, a, pelo Grupo Gestor de Governo. Porque o Grupo Gestor de Governo, como o senhor bem sabe, tem a responsabilidade de analisar a pertinência e a relevância da aquisição e a disponibilidade de recursos pra eles, pra isso, né? É muito mais um mecanismo de contenção de despesas do que de analisar o processo de compra em si.

Então, no caso da saúde e dos órgãos finalísticos, desde 2017, esse entendimento foi mantido na atual gestão, esse tipo de processo não passa pelo Grupo Gestor de Governo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Nas compras corriqueiras, do dia a dia. E quando envolve, digamos, um valor como esse?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não, os processos da Saúde, principalmente, de equipamentos médicos, medicamentos, não passam pelo Grupo Gestor de Governo. Passam, a, aquisições que não têm característica da Saúde como, por exemplo: construção de hospitais, obras, reformas. Essas, sim, passam pelo Grupo Gestor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu entendo que essa não é uma compra de rotina. Nenhuma Secretaria de Estado, acredito, tenha feito alguma compra, qualquer compra que tenha sido e seja, claro, dispensa de licitação, a cada... de tempo em tempo surge aqui no nosso Estado em decorrência climática. Mas calamidade pública no nosso Estado, todo o território catarinense, talvez tenha sido a primeira vez. Então, essa não é uma compra da rotina.

Em se tratando disso, afinal são R$ 33 milhões, não teria que o grupo formado já ter – embora fosse consultivo, mas o grupo não é de simples servidores do Estado, nesse grupo está, inclusive, o Secretário de Estado da Administração – já não deveria ter orientado, ou determinado, e que uma vez a compra tivesse pagamento antecipado, os procedimentos disso? Por que isso não aconteceu?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Primeiro, né, Deputado, destacar que, no grupo que estavas discutindo efetivamente, era a forma pela qual se permitiria que a Secretaria de Estado da Saúde e outros órgãos de governo pudesse utilizar desse instrumento, caso necessário, caso necessário. Em nenhum momento no grupo foi tratado disso como uma situação prática, ou uma situação que efetivamente aconteceria. Isso tá na... na descrição. Então nós estávamos construindo um instrumento com as suas características, com as suas garantias e cautelas, naturais e necessárias pra um pagamento desse tipo, que envolve o risco alto, ã, pra que, se necessário, fosse utilizado para garantir a aquisição de equipamentos e insumos que pudesse ser adqui... que tivesse condições de ser... de ser adquirido apenas com essas... condições.

Então na verdade nós estávamos criando esse instrumento, dotando o governo do Estado desse instrumento, que novamente, não é um instrumento comum. Ou seja, é um instrumento que eu, pelo menos que estou há um ano e meio no governo, nunca utilizei e nunca vi. Fui tomar contato com ele justamente nesse momento, por uma situação mercadológica excepcional, em que foi colocado isso como requisito.

E, novamente, nós estávamos construindo a forma pela qual esse instrumento estaria disponível. Em nenhum momento foi trazida a situação de que ele efetivamente precisou ser utilizado, como tá bem descrito no grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O grupo chegou à conclusão de encaminhar o projeto de lei para a Assembleia. Mesmo que a Assembleia tivesse

Página 1178. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

votado esse projeto, mesmo que tivesse sido tornado lei, ainda assim, as garantias não estavam dispensadas. Todos estavam conscientes disso e todos souberam, aliás, o próprio governo retirou o projeto que encaminhou. Então quem retirou o projeto, tornou-se ainda mais precária essa compra e o pagamento antecipado. Então isso chega a ser óbvio ou ululante a necessidade de obter garantias.

Então eu vejo assim um amadorismo. Eu diria que quase um estagiário sabe que não pode fazer uma compra como essa de uma empresa que não tem a menor condição, que não tem *know-how*. E o Estado, ninguém, absolutamente não teve um iluminado no Estado que dissesse: vamos cobrar as garantias.

Passado esse episódio, como é que o senhor analisa esse fato? Dentre outros tantos, mas esse fato da garantia, acerca até da administração agora estar preparada para futuras aquisições e que exijam garantias de pagamento antecipado?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Novamente, né, pra mim, que trabalha a um ano e meio à frente dessa área, a situação do pagamento antecipado surgiu agora com uma novidade, realmente, uma situação mercadológica.

Acredito que situações desse tipo, até porque o mercado ele normalizou, não devam ser utilizadas, porque, novamente, isso cabe numa situação extremamente excepcional, com garantias e cautelas, que por tudo que aconteceu não foram adotadas.

E aí nós estamos com procedimentos administrativos instaurados, procedimentos criminais instaurados, porque mais do que um erro administrativo tudo indica nesse processo, por tudo que nós temos visto, que é uma organização criminosa também, que se aproveitou, na verdade, de um cenário de compras conturbado que nunca existiu, da necessidade que era premente não só de Santa Catarina, mas do Brasil e do mundo, e aproveitou desse contexto e desse cenário propício pra praticar um crime.

Pelo menos tudo isso que tem sido visto no trabalho da CPI, na investigação da própria Polícia Civil e Ministério Público, nós temos essa situação, que eu coloco muito claramente: numa situação de normalidade não aconteceria. Numa situação de normalidade que não fosse um cenário que foi encontrado naqueles quinze dias do mês de março, uma compra desse tipo não aconteceria.

Então nós temos o somatório de uma organização criminosa, em tese, por tudo que tem sido colocado, que se aproveitou de um cenário de compras conturbado e de uma necessidade. E daí você tem, certamente, procedimentos administrativos que não cumpriram os requisitos e não tiveram as cautelas necessárias, que aí está sendo objeto das apurações que estão sendo realizadas, e nós vamos aproveitar as conclusões dessa apuração pra também voltar e aperfeiçoar o processo de compra do governo do Estado como um todo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – No dia 4/5 o senhor participou de uma coletiva sobre os respiradores e reconheceu que houve fragilidades nesse processo, afirmando que era preciso aguardar as investigações para saber de fato o que ocorreu. Ainda, o senhor fez diversos elogios à equipe de compras da Secretaria da Saúde, classificou a atuação da pasta como fantástica.

O senhor disse: Nós entendemos que há fragilidades e agora temos que entender, e os procedimentos da Polícia Civil e do Ministério Público vão nos dar uma clareza maior sobre os motivos que levaram às fragilidades, e aí, sim, identificar responsabilidades, ajustes e responsabilizar, caso eventualmente tenha havido algum tipo de dolo nesse processo.

Passados dois meses dessa coletiva, qual foi a conclusão que o governo chegou? Houve o dolo? Houve o crime? O que houve?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Os procedimentos não foram concluídos ainda, Deputado. Então nós estamos aguardando tanto os procedimentos administrativos quanto o procedimento criminal, e o próprio trabalho da CPI, que vai trazer conclusões importantes pra poder contribuir com o trabalho de aperfeiçoamento das compras públicas, pra que nós

Página 1179. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

possamos adotar os procedimentos necessários pra que essa exceção – e aí eu gosto de destacar, eu gostaria de destacar isso: Essa compra foi uma exceção.

A regra, na Secretaria de Estado da Saúde e no governo do Estado, são de compras exitosas. Nós temos inúmeros exemplos, que se eu puder relatar ao longo da, da noite aqui eu vou falar, de compras e aquisições em licitações com o êxito fantástico...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Não cabe...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ... nós não podemos tratar exceção como regra. Então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Essa é exceção?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...o desempenho da Secretaria de Estado da Saúde...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu não quero tratar sobre o desempenho da Secretaria da Saúde. Nós estamos tratando aqui, neste caso específico, de uma exceção de R$ 33 milhões...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Sim, e poderia ser de R$ 3 mil... e poderia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...em pagamento antecipado. Isso não pode... eu não estou falando do valor com pagamento antecipado de uma empresa de fundo de quintal. Isso não pode ser tratado como uma exceção.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Gravíssima. Gravíssima. Exceção gravíssima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Esse é um caso gravíssimo.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Uma exceção gravíssima, eu concordo com o senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Qual seria, no seu entender, o procedimento correto em uma compra como essa e quais as falhas que o senhor já identificou?

O senhor leu, por exemplo, o senhor recebeu a conclusão do relatório da sindicância promovida pela Controladoria-Geral do Estado?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não. Pela informação que eu tenho o conteúdo ele é sigiloso, eu não tive acesso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Trata-se de servidores... que envolve servidores do Estado, é um procedimento que pode ser interno, mas já concluído, imagino que... até porque as providências a serem adotadas dependem, creio, que do Secretário de Estado da Administração, que vai posteriormente levar ao Governador.

Então, uma vez concluído, parece-me que... se nós estamos em tempo – como foi um negócio gravíssimo, que envolveu altas somas de recursos, cujos respiradores ainda não chegaram aqui –, eu acho que um processo como esse não pode ficar 15 dias, depois de concluído... novamente, se demorou tanto para saber, só no dia 28 de abril que o Secretário de Estado da Administração tomou conhecimento da compra, do pagamento antecipado. Essa sindicância, quando tem que tomar uma medida enérgica, exemplar, contra aqueles que fraudaram ou aqueles servidores do Estado que não pensaram em Santa Catarina, chegou o momento de o Governador e o Secretário de Administração darem uma resposta imediata. Penso que o governo tenha que dar um prazo para que essa conclusão seja encaminhada àqueles que devam tomar as providências. Estranho que não tenha chegado isso ainda às suas mãos e, através do senhor, ao Governador.

Voltando para o grupo, no dia 25/3, ou melhor, do dia 25/3/2020, a questão dos respiradores não é mais tratada, a partir desse dia. O senhor não buscou se informar da concretização do negócio? Como foi o pagamento, se foi antecipado, ou se não?... Já que o senhor estava no grupo, já que as situações estavam sendo tratadas diariamente várias vezes. Houve um silêncio total a partir desse dia.

3736

Página 1180. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – O grupo ele era consultivo, Deputado. Mais uma vez, ele estava ali pra prestar os esclarecimentos que a superintendente Márcia, como representante da Secretaria de Estado da Saúde, precisasse.

Por isso que o grupo, na verdade, ele ficava em silêncio, porque ele aguardava ser estimulado, ou ser demandado, de acordo com a necessidade da Secretaria de Estado da Saúde, que era o principal cliente e usuário desse grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mesmo naquela temperatura em que o grupo, enfim, que a Secretaria da Saúde, que o Estado respirava, eram *lives* todos os dias no final da tarde, e ainda assim ninguém, absolutamente ninguém, nem do grupo... aliás, um grupo que contava inclusive com Promotores de Justiça que acabaram saindo. O senhor sabe por que eles saíram do grupo?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu conversei depois com o Promotor Fabrício, né, que foi quem participou do grupo e saiu, e depois com o Maurício. A... ele argumenta, ele argumentou, primeiro, que eles estavam com excesso de trabalho, né, essa foi a argumentação dele. Segundo eles que teve dois questionamentos que ele colocou no grupo que a Márcia não conseguiu responder, inclusive assim que ele sai ela posta uma mensagem pedindo desculpas e que eu compartilhei com ele no privado.

A partir daí eu troquei várias mensagens com ele no privado, inclusive ele continuou apresentando demandas e eu prestando esclarecimentos, inclusive no dia 6 de abril ele compartilha comigo as recomendações do Ministério Público sobre as dispensas de licitações e as compras públicas.

Então houve uma decisão da parte dele, que eu respeito, né, de não participar mais do grupo, mas a princípio nada demais, tanto que novamen... como eu reforço, eu continuei interagindo normalmente com ele no privado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – No dia 28 de abril, quando o senhor soube da notícia pelo Intercept, o senhor, que era o administrador do grupo, excluiu a Márcia do grupo. Por quê?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Ela havia sido exonerada no dia anterior, então ela já não fazia mais parte, ou seja, ela não exercia mais a função de superintendente de Gestão Administrativa da... da Secretaria de Estado da Saúde. Por esse motivo ela foi excluída do grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Então foi uma coincidência a questão do Intercept? Não fosse o Intercept ela teria continuado no grupo.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Porque foi naquele momento que eu tomei conhecimento de que ela teria sido exonerada também do... da função dela.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – A Simone na semana passada esteve aqui, Deputado Milton, e relatou que vocês tiveram uma reunião sobre os respiradores e que necessitavam de trezentos aparelhos. Logo depois da reunião, o senhor gravou um áudio para o grupo e depois logo apagou esse áudio. O senhor lembra do que o senhor trator nesse áudio que o senhor apagou?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu acho que esse áudio... acho que eu ouvi o Deputado Kennedy Nunes também questionando esse áudio na... com a Simone aqui, eu não lembro se daqui a pouco eu gaguejei no áudio, se encaminhei por engano, ou se na verdade, pelo que eu vi depois ali, eu incluo na sequência o Consultor Jurídico da Procuradoria-Geral do Estado. Se eu não me engano, é isso, né, Deputado Kennedy, lá, né?

Aí eu não sei se o áudio que eu mandei deveria ter sido ouvido por ele também, e eu optei por apagar e reenviar ou enviar o áudio posteriormente com ele, porque eu envio de novo, logo depois que eu incluo ele no grupo, se não me engano. E aí eu faço o áudio normalmente depois da inclusão dele no grupo. Mas pontualmente porque eu não, não lembro.

Página 1181. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Valdir Cobalchini.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor é Coronel do Bombeiro ou PM?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Tenente-Coronel da Polícia Militar de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Corpo da Polícia Militar. Só pra gente saber, o senhor hoje tem um serviço sério que é, como disse um parlamentar aqui, ser o administrador do Estado. O senhor ganha, do seu serviço, do seu salário, o senhor ganha o que a mais por ser o Secretário de Administração?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – 40% do valor do subsídio de Secretário de Estado, R$ 4 mil bruto, o que dá R$ 2.800 a mais limpo por mês.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor acha isso justo já que tem outros Secretários da reserva que estão em cargos comissionados e que alguns chegam a ganhar quase 60 mil por mês?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Isso é normal, natur...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Na verdade, recebe... é natural. Ele recebe o salário por uma função que exerceu, se ele vai exercer uma outra atribuição, que é remunerada, é natural que ele receba. Isso acontece normalmente, não só quando o senhor... sei que o senhor gosta de falar dos militares, o senhor gosta bastante dos militares...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Gosto bastante, gosto de falar...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...e inclusive desses que dobram salários.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...isso, e aí, e, na verdade o que nós temos efetivamente é uma situação que não é relativa aos militares, é relativa, novamente, às pessoas que estão aposentas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...e vão exercer ou qualquer outro tipo de atividade que seja remunerada, vão receber a sua aposentadoria mais o... o salário atribuído aquele cargo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu falo isso, inclusive usando o seu exemplo, o senhor ganha 40%, como o senhor disse. Eu acho injusto alguém com o mesmo cargo hierárquico do senhor ganhar mais do que o senhor.

Então eu estou usando o seu exemplo para mostrar, inclusive, aquilo que eu defendo, que é, a pessoa que é da reserva, ou aposentado, poder escolher, se entrar no serviço público, se permanece com o salário da aposentadoria ou do cargo. Porque nesse caso, eu acho que é injusto o senhor, Tenente-Coronel, da ativa ganhar só mais R$ 2.800,00, sendo que, por exemplo, um também que é da Polícia Militar da reserva, hoje, Presidente do Porto de Imbituba, ganha quase R$ 60 mil. Eu acho que isso é injusto, inclusive com a responsabilidade que o senhor tem da Administração.

Então, eu fiz questão de falar isso, até porque senão as pessoas podem pensar que o senhor é desses que ganham quase R$ 60 mil, mas não, o senhor, por ser da ativa, não está recebendo esse salário.

Página 1182. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3737

Deixa eu lhe perguntar antes, tem uma coisa que... eu nunca falei com o senhor, né, pessoalmente nunca falamos aqui, tem uma coisa que me faz pouco... entender algumas coisas. Por que o primeiro decreto do Governador, Decreto nº 001/2019, faz com que a sua atividade de Secretário de Administração e do seu Adjunto seja considerada questão de segurança pública? O senhor sabe por que disso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Primeiro, né, destacar aí e reforçar o seu interesse por esse decreto, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Bastante.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Ã... uma pena...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Inclusive queria derrubar e não consegui.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...uma pena, que nós não pudesse, não, não foi possível que a gente, nós discutirmos, né? A... no foro adequado, porque o senhor questionou judicialmente em Joinville...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...essa situação e desistiu da ação. E ela foi arquivada, porque o senhor desistiu da ação. O senhor movimentou o Poder Judiciário, ou seja, gastou o dinheiro público...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas o Poder Judici...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...relacionado a esse tema e o senhor desistiu desse debate.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu desisti porque eu entrei aqui com PSA aqui.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O senhor desistiu... não, a situação foi posterior aqui, e aí o senhor desistiu dessa ação, movimentou o Poder Judiciário...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...ou seja, despendeu o recurso público...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Que não chegou aos 60 mil dos seus colegas.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...por um tema, por um tema, por um tema...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Perfeito.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...que, infelizmente, o senhor não quis debater no foro adequado. Mas eu lhe digo o seguinte...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Até porque, deixa eu só esclarecer? É que...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Então só para deixar claro isso, né, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deixa só eu só esclarecer? É porque eu entrei lá em Joinville, e por vossa excelência ter foro qualificado tem que entrar aqui. Mas o senhor me fez uma coisa boa, eu vou entrar de novo aqui para a gente discutir, até porque a justiça existe para isso, para discutir. Porque até então, eu nunca entendi por que um cargo de Secretário de Administração é questão de segurança pública. E sabe por que eu chamei isso daí Secretário?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Eu posso só corrigir o senhor um pouquinho?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — É porque na verdade a expressão que o senhor usa ela não é adequada. Não é um cargo da segurança pública.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ah!

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — A questão ali...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, é questão de segurança pública...

Página 1183. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não, não é essa expressão. Na verdade, o que ele declara é as funções da Secretaria de Estado da Administração de interesse policial militar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Interesse de segurança pública...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E são de interesse policial militar, porque um policial militar exercer o cargo de Secretário da Administração interessa a instituição, sim. Porque todas as diretrizes, as grandes compras que são feitas no Estado atingem a Polícia Militar também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Assim como foi essa de 33 milhões...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E por que que esse decreto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...que vocês não viram nada.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...e por que que esse decreto, e porque que esse decreto, ele foi... editado em... primeiro decreto, né, no dia dois de... de janeiro com...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Hum, hum.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...vigência a partir do dia 1°? Porque foi a primeira vez que um militar teve a oportunidade de exercer funções na Secretaria de Estado da Administração. Isso é natural, nós temos decretos que transformam de interesse policial militar funções no Ministério Público Estadual, nós temos decretos que fazem na Defesa Civil, na Secretaria de Infraestrutura, no Ima...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas sabe por que?...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Então esse é um procedimento extremamente natural, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Perfeito, pode ser natural para vocês, mas pra mim... não consegue entender como é que vocês, que fazem o serviço da Secretaria de Administração, pela primeira vez na história de Santa Catarina, ser uma questão de interesse policial, vocês não perceberem uma compra dessa, sendo que a Secretaria de Administração... é claro que a gente sabe aqui que o Governador impôs uma nova ordem, de algumas Secretarias até cinco milhões não precisa passar pelo Grupo Gestor, pode ter liberdade para tocar, que vocês estavam querendo... e eu entendo que é isso mesmo, porque o Governador colocou o ex-Secretário Helton como o gestor da crise, foi dito aqui, ele era o gestor da crise, e daí, talvez por isso, que vocês não se envolveram tanto. Mas o que me chama atenção é que o Gerente do Banco do Brasil passou uma mensagem para quem fez o... quem apertou o botão do pagamento no dia 5 de abril. Dia 5 de abril o Gerente do Banco do Brasil avisou: Olha, deu problema lá. E o senhor vem querer dizer aqui que vocês souberam só a partir da matéria do Intercept, no dia 23 ou no dia...

(O *senhor Relator manifesta-se fora do microfone: "28."*)

28 de abril.

Tem algumas coisas que não é só eu, a sociedade não consegue entender. Como é que o governo, eu não vou dizer vocês, o governo, como é que um governo não sabe desse processo ou diz agora que não sabe, sendo que o Gerente do Banco do Brasil sabia.

O senhor sabia dessa informação ou não?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Desconheço. Desconheço, Deputado. E é interessante colocar novamente, né, só no primeiro semestre, deste ano, foram executados mais de 1.300 procedimentos de compra no âmbito do governo do Estado. Então Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E com esse desconhecimento...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...nós temos...

Página 1184. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3738
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...eu fico de cabelo em pé! Por saber que teve 1.300...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Olha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...processos...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E aí...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...e que podem estar com esse problema.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — É interessante colocar, Deputado, novamente, né? Primeiro, né, é uma satisfação conversar com senhor, né? Porque eu soube na última ou na... junto aqui o... acho que o ex-Chefe da Casa Civil, Amandio, que o senhor não conversa com o governo, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não converso, só aqui...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Foi uma fala do senhor aqui, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...só aqui.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E aí então, quer dizer que é uma oportunidade ótima, uma ótima oportunidade pro contraditório, pro diálogo, pra esclarecimentos, o que é natural do Parlamento, do trabalho parlamentar. Então eu acho que é uma oportunidade fantástica...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor Presidente, senhor Presidente...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...de prestar esse tipo de... de esclarecimento, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor é um pouco... o senhor se passa um pouco, né, Secretário?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não, não, não, não, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, o senhor se passa...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não, negativo, negativo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, o senhor se passa, e é por isso...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...que esse governo é uma desgraça.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Porque vocês se passam.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Presidente?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor se passa, Secretário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Olha só, Relator...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...eu tô interagindo com o Deputado Kennedy Nunes...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não respeita ninguém, o senhor se passa. O senhor se passa, Secretário.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Até, é, acho que boa, questão até agora acho que não teve nenhuma pergunta, né? A respeito desse fato aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que o senhor se passa, Secretário.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Ã, Presidente, novamente, Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor acha que está falando com o Governador...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor se passa...

Página 1185. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Novamente, essa forma, peço respeito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com a palavra Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deixa só eu explicar uma coisa para o senhor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A gente pode pedir para ele levantar, Deputado Kennedy, e ir embora.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, não, tem coisa para responder ainda.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Porque se ele não sabe nada, ele não vê nada, ele não viu o que aconteceu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Só uma coisa aqui...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...ele ficou sabendo trinta dias depois...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...ele não acompanhou com os outros Secretários.

O S. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Presidente, deixa...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Eu estou aqui...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor é um perigo para o Estado.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...eu estou aqui pra prestar um esclarecimento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor é um perigo para o Estado de Santa Catarina.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...que os senhores querem sobre esse fato específico. Se os senhores querem que eu comece a relatar aqui as ações do governo do Estado na área de compra, resultados que nós temos alcançado, eu vou compartilhar isso com os senhores aqui...

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

Posso falar?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deixa só eu falar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Posso relatar... Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A palavra está com o Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Secretário, deixa só lhe dizer uma coisa, deixa só eu colocar aqui, quando o senhor interviu na fala do Relator, o senhor se manifestou, ao Presidente da CPI, sobre a questão dos oficiais. Nós não estamos aqui para manchar a imagem do oficial, não. E eu vi no seu olhar ao Deputado Sargento Lima uma questão de cobrança, de hierarquia. Eu quero só lhe dizer uma coisa, isso aqui é Parlamento. Deixa eu falar agora, o senhor não vai falar agora, deixa eu falar...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Eu acho que o senhor fez uma afirmação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, não, não...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...grave em relação a minha pessoa, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, não, não, aqui ó...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Presidente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não vou (*ininteligível.*)

Senhor Presidente, deixa eu falar, senhor Presidente.

Fls. 3739

Página 1186. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...esse tipo de assertivo é complicado, né, Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Esse negócio aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy, eu posso garantir a vossa excelência que eu não me senti em nenhum momento dessa forma aqui, tá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, não, mas não é assim, Presidente, deixa só eu colocar aqui, até porque as pessoas estão acompanhando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Até porque as pessoas estão acompanhando e querem se ater ao fato da Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Exato, mas só que é o seguinte, quando ele falou a vossa excelência, parecia que eu estava vendo um quartel e eu só quero lhe defender. O Deputado Sargento Lima...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não, eu entendo... hum, hum...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...está como Presidente da CPI, e todos nós estamos aqui porque nós queremos esclarecer um fato. E não vem aqui, vossa excelência, pensar que nós... aqui não tem nenhum bobo, tá?

E eu quero lhe dizer o seguinte, com maior respeito que eu tenho com o senhor, e pelos oficiais, eu acho que tem muito praça que está preocupado e envergonhado do que alguns oficiais estão fazendo aqui. Porque, infelizmente, infelizmente passaram, por essa cadeira, que o senhor está passando, muitos oficiais, alguns deixaram até o cargo depois que passaram por aqui.

E eu quero dizer que foi um único que teve aqui que chamou a responsabilidade... como é o nome daquele cidadão, que esteve aqui, do Bombeiro, um... Capitão, eu acho que foi (*orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Thyago."*), que chamou a responsabilidade... hã?

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: "Capitão Thyago."*)

Capitão Thyago, que até agora foi o único, o único até agora que chamou a responsabilidade e disse: Eu chamei pra mim a responsabilidade e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Feito o registro Deputado Kennedy Nunes...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...e eu assino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu gostaria que a gente tentasse aqui abordar o tema da Comissão Parlamentar, porque a gente está divertindo aí (*ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Presidente, com todo o respeito, eu estou falando aqui com relação, estritamente, à questão dos respiradores. Até pelo fato que a Secretaria de Administração está envolvida nisso e por isso que o senhor está aqui, o testemunho está aqui. Eu estou, estritamente... comecei até perguntando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...por conta dessa questão do caso de polícia, do serviço (*ininteligível*) polícia, exatamente porque eu quero lhe fazer a pergunta, por isso, que eu fiz esse preâmbulo para fazer uma pergunta.

O senhor disse que soube da compra dos respiradores só através da matéria do Intercept, no dia 28. O senhor quer dizer que a senhora Márcia Pauli, até o dia 28, quando vossa excelência soube do assunto, ela omitiu o processo para o grupo consultivo?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Ela não trouxe esse processo específico e a execução dele ao conhecimento do grupo. Isso tá claro no... nas transcrições da... das conversas de WhatsApp.

Página 1187. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E por que ela trouxe ali no momento de proposta *a*, proposta *b*, perguntaram qual é o que tem conhecimento, ela disse que era da proposta *a*, mas o *b* era questão de prazo. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Sim, está no grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então, isso quer dizer que ela trouxe ao entendimento o processo, ao grupo o processo?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não o processo, aquelas propostas e as situações que envolviam aquelas duas propostas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas daí o senhor... o senhor acha que não é... ela diz assim: Eu tenho comprar. Há uma fala da adjunta, até então, da CGE dizendo: Eu preciso dar uma resposta pro Secretário Tasca com relação a este assunto. Que era uma preocupação dela para fazer o pagamento...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Onde é que está escrito isso... Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá ali é...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Eu acho que não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É... tem lá, Relator?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por favor, qual que é?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A Simone diz (*lê*): Eu preciso dar um retorno ao Secretário Tasca ainda no dia de hoje. Tem lá, Deputado Milton?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Dia 24/3.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O que é que diz, Deputado Milton?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — (*Lê*) É fato que alguma medida deve ser tomada, ouvir vocês - que é a CGE e o TCE - para levar a decisão ao Secretário Tasca.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Confere isso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Deixa só eu pegar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — (*Lê*) Consulto os colegas da CGE e TCE.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Dia 24, dia 24 que horas?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu não tenho horário aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tem aí a...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Só para localizar a conversa e entender o contexto dela, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É que aquele ...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — (*Lê*) É fato que uma medida...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Cadê a conversa?...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — A conversa vem na sequência de como fazer o pagamento antecipado, ou por cartão, ou por projeto de lei, vem nessa conversa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Daí ela fala que precisava ser levado ao senhor. Parece que o senhor estava cobrando uma posição...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — (*Lê*) Para levar a decisão ao Secretário Tasca...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O senhor poderia me localizar a conversa pontualmente, para que eu pudesse responder com propriedade?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu não estou com o documento agora aqui.

Página 1188. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3740

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — É porque daí eu não consigo responder com propriedade, para entender o contexto em que ela faz essa frase. Só pedir isso, por favor...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — No dia 24. Pega lá, Relator, (*ininteligível*) dia 24.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu tenho aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Até porque o senhor disse que ela não tinha trazido o processo de compra, mas o que nós vimos na conversa...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Só... o senhor só poderia aguardar pra eu achar essa frase ali...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá, o.k.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...para que a gente pudesse continuar já com ela...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É uma fala da Simone, Relator.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, já localizo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Dia 24, que ela cita o Secretário Tasca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — (*Lê*) É fato que alguma medida deve ser tomada para garantir o abastecimento dos hospitais...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Que horas que foi isso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Qual é o horário?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Foi o horário das 7h59m.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Dia 24, 7h59m...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — (*Lê*) Para depois a gente estruturar as propostas, analisar os riscos e levar a decisão para o Secretário Tasca e o Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso. Eu queria saber sobre essa fala: do Secretário Tasca...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Qual é o horário, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 10... 9h59min.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu quero saber sobre essa fala que ela cita o senhor e o Governador.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Nove e?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não, o horário é 7h59min.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 7h59min.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — 7h59min...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — (*Lê*) É fato de alguma medida deve ser tomada para garantir o abastecimento dos hospitais. Gostaria de ouvir vocês para depois a gente estruturas as propostas, analisar os riscos e levar a decisão para o Secretário Tasca e o Governador. 7h59min.

(*O Relator manifesta-se fora do microfone: "Página 33."*)

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — É, não, é porque não é... eu não tenho o documento com essa ordem ali (*folheia os documentos*). Só pra mim poder verificar?

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: "Quer pegar?"*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Assessoria, por gentileza?

(*É entregue o documento ao depoente.*)

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Eu já localizei aqui. Obrigado.

Página 1189. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senhor Presidente, Deputado Felipe Estevão...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Ah, perfeito, perfeito, Deputado, posso fazer agora o... o esclarecimento aqui?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Essa discussão aqui, ela se dá a partir do momento em que começa a se discutir a necessidade ou não do pagamento antecipado e da forma como ele deve se dar.

Então daí a Karen, que é a Diretora de Gestão de Licitações e Contratos, começa a discutir quais são as possibilidades de poder realizar o pagamento antecipado, se seja por cartão de pronto pagamento, se seja por projeto de lei. Ou seja, qual é o mecanismo que o Estado vai adotar pra poder dar essa possibilidade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Perfeito.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...ao gestor utilizar. Então é isso que ela tá falando aqui...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...e depois isso culmina com a decisão do grupo do encaminhamento do projeto de lei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor... então, portanto, no dia 24 o Governador já sabia que isso estava discutindo sobre essa questão...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...de compra?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não, isso não chegou ao conhecimento dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então, não é verdade também que ela coloca ali...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Permite-me, permite-me?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim, Relator.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deputado, é que assim...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não, sim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...eu tenho aqui a assinatura do Governador...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Que hora, quando é que o Governador assina? Quando é que o Governador assina?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Governador assina, pelo que eu vejo aqui, dia 30.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Então, é nesse momento que esse tema chega ao conhecimento dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então dia 30 de março...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...é antes do pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, mas eu só quero...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Aqui é dia 24, 23...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas eu só quero saber o seguinte, quando ela cita ali que precisa levar ao Secretário Tasca e Governador, então ela estava mentindo quando se trata do Governador?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Chegou ao conhecimento do Governador no dia 30...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, eu quero saber dela...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...por meio do projeto de lei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu quero saber dela...

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3741
Rubrica

Página 1190. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não, quem fala aqui, a Karen...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E aí tá muito claro aqui, Deputado, que ela estabelece o seguinte, quais são as possibilidades que nós temos, aí no grupo tem que haver o debate, pra se realizar o pagamento antecipado, ter essa possibilidade. O grupo chega à conclusão de que é o projeto de lei. O projeto de lei, elaborado tecnicamente na Secretaria de Estado da Administração, é encaminhado à Casa Civil e há o de acordo do Governador no projeto de lei pra envio à Assembleia Legislativa. Chegou ao conhecimento dele no dia 30 de março, através do processo administrativo que culminou com a elaboração desse projeto de lei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Ministério Público, quando saiu do grupo, ele coloca lá um... ele faz um ofício, ele não só faz uma conversa, ele faz um ofício, em que ele sai alegando que algumas perguntas não foram respondidas, alguns questionamentos não foram respondidos. Aí ele coloca, ele sai, logo depois ele retorna, aí entra um outro promotor, que no outro dia coloca assim: O Fabrício vai continuar. E ele sai também. Daí logo em seguida o Ministério Público sai total do grupo.

Cada vez que a gente... eu me lembro uma vez que eu saí do grupo, sem querer, do grupo da família e todo mundo veio perguntar por que eu tinha saído, porque quando a gente sai de algum grupo as pessoas ficam todas preocupadas. Eu queria saber um pouquinho mais, o senhor já respondeu aqui, mas se o senhor puder explicar um pouquinho mais por que o Ministério Público faz aquele ofício, porque ele não diz assim: tô saindo. Ele faz um ofício, né, coloca ali as suas condições (*o depoente faz que sim com a cabeça*).

Eu estou perguntando isso, não é por causa do senhor, estou perguntando isso porque eu quero saber até que ponto houve a omissão da Márcia, que pelo que a gente vê o processo todo passa pela mão dela, a omissão da Márcia, se com dolo ou sem dolo, vamos supor assim, porque eu imagino que ela devia estar participando de tantos grupos, né, no mesmo instante de fazer tanta coisa. Mas depois logo em seguida ela responde ali pedindo desculpas, está dizendo... o senhor disse que conversou com o Ministério Público, que ele relatou que não estava... o senhor pode explicar um pouco mais por que depois ele entra e depois os dois saem completamente, do Ministério Público?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não, ele sai uma única vez do grupo. Ele manda mensagem e aí os... ele apresenta as razões pelas quais ele decide sair do grupo e na sequência o promotor que também tinha, vinha participando do grupo também deixa, acredito que pelas mesmas razões. E aí na sequen... é, é, eu entro em contato com ele particular e aí ele reforça na verdade o argumento que ele colocou no grupo aqui e aí a Márcia vem e apresenta um pedido de desculpas por não ter conseguido responder a ele...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deixa só lhe lembrar...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...inclusive, eu encaminho essa mensagem dela pra ele, pra que ele tome conhecimento do que ela tinha apresentado aqui após a saída dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Só lembrar, no dia 27 o Ministério Público saiu do grupo, mas voltou, dia 27. Aí o Promotor Medina sai do grupo, dia 27...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O senhor só poderia ver qual é a... a, a, essa saída, essa saída e entrada do senhor...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É no dia 27...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...que não... não aparece aqui...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — No dia 27, lá no finalzinho.

Aí o Promotor Medina depois sai também. Só que no dia 31, dia 31, o Ministério Público sai total.

Página 1191. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O Ministério Público Federal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, o Ministério Público Federal só saiu do grupo depois que o senhor encaminhou a nota oficial da Secretaria de Saúde, ali o Ministério Público saiu do grupo, porque o senhor colocou...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O senhor poderia só mostrar pra mim dia 31, qual é esse movimento de saída do grupo, por favor? Data e hora...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor pode me dar aquela, aquela... é que eles pegaram tanto no meu pé, Secretário, que na última quarta-feira eu estudei tanto...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Eu achei que o senhor sabia até de cor, por tanto que estudou o processo na última semana.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, porque eu fiz as minhas anotações, eles pegaram tanto no meu pé, que eu não quis assustá-los de novo, senão eles iam falar... o Presidente não estava aqui, mas... na última quinta-feira, Presidente, eu fui extremamente criticado por conta das minhas, das minhas falas. E daí eu digo, não, eu não vou levar porque senão o povo vai...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Deputado Kennedy, leu o relatório inteiro (*ri*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pois é, olha aí, ó, Deputado Felipe. Deixa só eu ver ali no dia 27, tem uma fala do... só ver o horário aqui...

(*O senhor Relator folheia documentos para localizar ao Deputado Kennedy Nunes.*)

Tem uma carta do Ministério Público extensa, tem a saída, um minuto depois ele retorna e daí o Promotor Medina...

(*O senhor Relator entrega o documento ao Deputado Kennedy Nunes*)

Está aqui, vamos lá.

Dia 27... às 20h51min o senhor Fabrício do Ministério Público coloca o ofício dele aqui, 20h51min – está acompanhando lá? -, às 20h56min, a Karen fala, logo em seguida o Ministério Público, o Fabrício saiu...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não, ele agradece novamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, senhor, não, senhor. Está aqui para o senhor ver (*mostra o documento ao depoente*).

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Depois do agradecimento dele, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, senhor. A Karen falou depois... a Karen falou, ele saiu, (*lê*): Fabrício MP saiu. Daí logo em seguida (*lê*): Fabrício MP foi acionado. O Fabrício diz: Agradeço novamente. Ele saiu, voltou, agradeceu. O senhor Medina colocou (*lê*): Como dito pelo doutor Fabrício, seguimos à disposição. Bom trabalho a todos.

Logo em seguida o senhor Medina saiu do grupo, dia 27. Mas no dia 31 o Fabrício saiu do grupo – o Ministério Público Estadual não está mais no grupo no dia 31, Ministério Público saiu do grupo no dia 31.

O Ministério Público Federal, que o senhor falou, ele saiu no dia... depois que o senhor colocou a nota oficial, porque foi assim, no dia 28 de abril o Guilherme encaminhou a matéria do Intercept, dia 28. Aí o senhor logo em seguida responde que a Secretaria Estadual da Saúde vai divulgar uma nota oficial (*o depoente faz que sim com a cabeça*). Logo em seguida o senhor remove a Márcia do grupo; logo em seguida, o senhor coloca a nota oficial e depois de lida a nota oficial, o Ministério Público Federal vaza do grupo. O que o senhor... eles explicaram por que saíram do grupo? O Ministério Público Federal? Porque no dia 31...[*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

Página 1192. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

3742

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O doutor Darlan não fez referência. Também conversei com ele e também naturalmente continua interagindo conosco, mas houve uma opção dele de sair do grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sabe por que eu faço essa pergunta para o senhor? Porque, na verdade, eu vejo esse grupo como um grupo consultivo mesmo, Deputado Cobalchini, para discutir. Houve a discussão lá do processo de compra antecipada, se era com cartão, houve um pico de coisa e, de repente, começaram a sair do grupo as entidades, né, começaram a sair.

Houve, como o senhor falou, aquele momento entre o dia... a última mensagem foi no dia 2 de abril... dia 31 o Ministério Público sai. No dia 2 entra o Tribunal de Contas da União. Aí tem um prazo sem falar nada do dia 9, das 22h57min até o dia 11, às 12h10min, quando a Naiara fala. Então, esse período ficou extremamente calado, justamente no período entre pagamento, espera da primeira leva, não houve a primeira leva e me chama a atenção se não o grupo falar, porque era um grupo consultivo, mas a própria Márcia que ainda continuava no grupo, Presidente, que não falou nada, absolutamente nada. Só no dia 28 que o Guilherme... o Guilherme é qual? É de qual entidade o doutor Guilherme aqui?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Terei que verificar porque nós temos ali Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Espera aí, já deixa eu ver aqui (*o Deputado folheia documentos.*) Dia 28... ah não, é 28 de abril, é lá pra frente, deixa eu só ver aqui da onde que é esse Guilherme.

Aí passam a falar... deixa eu ver aqui... 11 de abril, vai mais pra frente. Aqui! O senhor Guilherme é do Tribunal de Contas da União, é isso? O senhor Guilherme Shapmann.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Teria que resgatar ali, TCU ou CGU, se eu não me engano.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É o senhor Guilherme Shapmann, TCU. E ele coloca: Santa Catarina gasta 33 milhões na compra de respiradores. Aí ele coloca o *link* e depois coloca de novo: alguém está apurando esse caso? Saberia informar dos recursos? Aí o senhor coloca: esse daqui não é do Ministério Público Federal. O Ministério Público Federal quando logo depois sai é um outro senhor, isso daqui é do Tribunal de Contas da União, é isso? O senhor Guilherme?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Eu não sei se ele é TCU ou CGU.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aqui está TCU.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Então é TCU.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É TCU. Então, na verdade, o Tribunal de Contas, que foi o mesmo Tribunal de Contas que pergunta aqui depois, o senhor responde, daí o Ministério Público Federal sai do grupo. Essa saída do Ministério Público Federal não falou para o senhor por que saiu? O senhor não foi saber por que saiu como foi falado no Ministério Público do Estado?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não, mas depois eu voltei a interagir com o doutor Darlan normalmente, foi uma opção dele sair do grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Darlan, isso mesmo, Darlan.

Para terminar - isso é muito importante para mim: o senhor acha que houve omissão da Márcia no processo nesse grupo, conforme... por que o que a gente observa é que enquanto ela estava conversando com vocês ela estava tocando o processo, né? Enquanto ela estava lá conversando, ela estava tocando o processo aqui, ela fez o processo, assinou nota e tal e vocês aqui. O que o senhor acha disso daí? É possível entendendo que no problemão que estava vivendo era normal ou ela fez jogo dúbio com relação a isso daí?

Página 1193. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Eu não teria como afirmar. Eu não teria como afirmar. Na verdade, o grupo tava à disposição pra que ela pudesse esclarecer qualquer dúvida que por ventura ela tivesse. A partir do momento que ela não interagiu com o grupo é porque essa dúvida não surgiu e ela pôde executar as atividades com nível de conhecimento que ela tinha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Para encerrar, senhor Tasca. Nós tivemos aqui o... eu sou burrinho de lembrança de nome... o responsável pelo Controle Interno da Secretaria da Saúde, não me recordo o nome. E todos nós aqui e a sociedade ficamos abismados, porque segundo o relato dele, o Secretário da Saúde André, depois de tudo isso, não chamou as chefias para dar uma orientada ou pedir um cuidado desse processo que está - pelo que a gente viu naquele dia aqui - continua tudo menos chamar, aquele negócio de chamar e dizer: ei, vamos lá, cuida aqui, cuida ali. O senhor como Secretário de Administração ou o próprio Governador chamaram alguém? Estão se preocupando mais com relação a essas dispensas de licitação?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — A partir do momento que nós identificamos que a Secretaria de Estado da Saúde, por meio da CGA, teve problemas... teve um problema, volto a falar, uma exceção gravíssima, mas exceção em tudo que a Secretaria de Estado da Saúde já fez, essa é a equipe na verdade que saneou a Secretaria de Estado da Saúde. É sempre bom lembrar.

Mas diante desse acontecimento, assim que o Secretário André assumiu, houve a decisão conjunta de compartilhar o processo de compras relacionadas à Covid com a Secretaria de Estado de Administração. Então, foi criada uma comissão de licitação específica na Secretaria de Estado de Administração em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, uma pra, pra efetivar os processos de compra através de dispensas ou pregões, e, também, uma outra comissão relacionada a planejamento de compras. Então, hoje as compras da Covid acima de R$ 176 mil passam por essa comissão específica e são realizadas na Secretaria de Estado de Administração e, posteriormente, contratadas na Secretaria de Estado da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Alguma apresentou algum tipo de problema ou não?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Até agora, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Obrigado, senhor Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor Presidente, me permite só para concluir o raciocínio de vossa excelência. Só para justificar, Deputado Kennedy, que o decreto de interesse policial que o governo aplicou em favor do Secretário Tasca é para duas coisas: primeiro, para que o tempo de serviço seja contado para a Polícia Militar, como se ele tivesse trabalhando como policial militar e, o segundo, é que para que ele possa receber o Iresa, porque sem aquele decreto ele não ganharia os R$ 4.500 que ele ganha a mais de salário, então o decreto é direcionado para...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — É para permitir, Deputado, que eu exerça uma atividade que interessa à Polícia Militar de Santa Catarina, que eu tenho as qualificações necessárias para poder exercer e prester, prestar na verdade um bom serviço pra Santa Catarina, como venho fazendo na Secretaria de Estado de Administração, e que garanta a minha carreira. Acho que nada mais justo do que isso numa função novamente que é de interesse da Polícia Militar de Santa Catarina.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom, o senhor disse que é (*ri*), né? Eu vou acreditar no julgamento do senhor. Muito bem...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Há um decreto dizendo isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E um pedido do próprio Comandante-Geral.

Página 1194. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

3743

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

Então é isso, Deputado Kennedy, é para que ele possa somar o tempo de serviço, faltam dois anos e pouco para ele se aposentar e ir para a reserva. Então, esses dois anos que vai ficar aqui, ele só pode ficar dois anos, não pode ficar mais que dois anos. Esses dois anos vão completar o tempo que ele precisa para ir para a reserva, então ele vai para reserva e ganha o Iresa. É para provar que não tem bobo aqui na Assembleia, a gente sabe tudo o que acontece.

Outra coisa...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Deputado, e pra permitir que também os policiais militares possam contribuir com a gestão do Poder Executivo estadual de uma forma geral.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, soldados, né? soldados, sargentos.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não sei se o senhor já teve a oportunidade de ver o meu currículo também pra entender que, na verdade, não é só minha posição hierárquica que me faz exercer essa atividade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deputado Kennedy, é que está cheio de soldado e cabo no Exército, sargento também, no Exército não, no governo. Está assim de cabo, sargento e praça! Está cheio! Está assim no governo. Bom, muito bem.

O Secretário Helton esteve aqui e disse que ele fez o curso dele de médico durante um tempo que ele prestou serviço como Coronel da Polícia Militar. Ao mesmo tempo que ele era policial militar, ele tinha um horário integral do curso de Medicina. O senhor sabe me explicar se isso é possível? Como é que isso é possível? É liberado para fazer o curso de Medicina, já que o curso de Medicina é integral?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — A história do Helton é fantástica, o nível de dedicação e esforço dele...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A gente viu.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ... pra poder cumprir as suas obrigações junto ao Corpo de Bombeiros Militar, que ele tem uma história fantástica na corporação, espero que o senhor conheço essa história dele e respeite essa história dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu vi.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Respeite o papel do Coronel Helton no Bombeiro que ele fez, depois como Secretário da Saúde. Um cara que saneou a Secretaria de Estado da Saúde, uma pessoa que estabeleceu uma gestão...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Extraordinária.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Exatamente, palavra espetacular que o senhor utilizou agora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tanto que continua lá, né? Tanto que continua lá. Mas muito bem... O senhor sabe se isso é possível?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E aí, o Secretário Helton, simplesmente por uma situação específica de uma exceção gravíssima da qual a participação dele vai ficar muito clara na apuração...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Hum, hum.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...vai ficar muito clara aqui, e a história vai mostrar o papel dele na Secretaria de Estado da Saúde. Então, eu peço que o senhor, de uma forma geral, respeite...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ... a pessoa dele e todo o esforço que ele fez para poder galgar a carreira de oficial e o curso de Medicina que ele fez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se ele fosse soldado ele teria também condição de fazer isso? Se ele fosse soldado?

Página 1195. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Como é que eu vou dizer pro senhor se eu não sei o caso em concreto! O caso em concreto dele foi de um cara que se desdobrou, é um exemplo. O Helton é um exemplo como pessoa e profissional.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É o exemplo de um oficial que durante o período que era do quartel estava trabalhando.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — É uma pena, Presidente, é uma pena que eles venham desdenhar e desrespeitar a pessoa fora do caso específico que tá sendo tratado aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, eu perguntei para o senhor o seguinte, se é possível que um oficial do Exército ou da Marinha, Aeronáutica ou da PM...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — É impressionante o desrespeito, o desrespeito com um profissional e com uma pessoa que não está presente aqui e que não tem nada a ver esse tema que tá sendo tratado aqui com o caso específico para o qual eu fui chamado. É um desrespeito, Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu estou perguntando para o senhor se é possível que um oficial do bombeiro...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — A história dele demonstra que com dedicação e esforço, é possível.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ah, é possível? Integral, estudo integral de Medicina?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É possível? Eu perguntei, Tasca, se é possível?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Eu já respondi ao senhor, Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É possível ou não é?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Eu já respondi, Deputado. Eu já respondi e fico muito triste da forma que o senhor desdenha de um profissional espetacular como é o Helton.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu estou perguntando se é possível um oficial...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E eu já respondi ao senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, o senhor não respondeu. Eu quero saber se é possível que ele cumpra a jornada de Medicina integral e seja Capitão... é... Tenente do Corpo de Bombeiros, Comandante, se é possível isso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Eu já respondi que com a dedicação dele foi possível.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E se ele fosse um soldado, um cabo?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Isso não impediria, porque o que demandou foi o esforço dele quase que sobre humano de conseguir galgar o curso de Medicina.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E depois ceder esse conhecimento que ele cativou pessoalmente ao Estado como Secretário de Estado da Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor então acha que o Secretário Helton não teve participação nenhuma nesse processo dos respiradores?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — As apurações... a apuração vai mostrar o nível de responsabilidade dele nesse processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Que apuração?

Página 1196. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3744

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — A apuração CPI, porque eu acredito que é isenta, que é isenta, a investigação do Ministério Público e Polícia Civil, a investigação administrativa, vão mostrar o nível de responsabilidade dele nesse processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor disse que não teve conhecimento do resultado da comissão processante?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A sindicância?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ninguém conversou com o senhor?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor leu na imprensa?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O que foi debatido aqui na CPI?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, o que a imprensa disse do relatório.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Que o Secretário André Motta foi citado como responsável.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Na verdade, eu assisti o senhor lendo aqui uma matéria que o senhor recebeu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não... então o senhor tem conhecimento que o Secretário foi citado? O André Motta.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Na verdade, eu tenho dúvida, eu terei que ver o relatório, porque na verdade as afirmações que o senhor faz aqui têm que ser checadas, né? Até porque na última reunião o senhor afirmou que a Secretaria de Estado da Saúde era objeto de uma busca e apreensão da Polícia Federal quando não era.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Era.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não era.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só era da Sab...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não era.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas Secretário Helton...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não era.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário Tasca...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O senhor fez uma afirmação de dois minutos aqui denegrindo a imagem do governo do Estado de Santa Catarina fazendo uma afirmação que não era verdadeira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Outra coisa...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Então, tudo que o senhor falar aqui tem que ser checado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Porque o senhor dissemina *fake news* aqui também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim. A Polícia Federal estava (*ininteligível*) Secretarias...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Fazendo uma operação em empresas, empresas de Santa Catarina numa operação relacionada à Secretaria da Saúde do Distrito Federal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Polícia Federal estava na Secretaria de Criciúma.

Página 1197. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — A matéria que o senhor se refere da Dagmara...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Secretário e senhor Deputado Relator...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...deixou muito claro que não tinha envolvimento do governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...eu não costumo intervir aqui porque eu sei da capacidade que cada um tem de embater no debate ali e todos tem essa plena capacidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário Tasca...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — De acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O tempo passa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário Tasca, vamos conversar aqui. O senhor gosta de fazer enfrentamentos. O senhor acha que na condição de Secretário de Administração é legal para o governo do Estado o senhor fazer enfrentamentos com Assembleia Legislativa? Agir como o senhor age assim prepotente, o senhor acha bacana conversar com os Deputados e todos os partidos políticos da forma como o senhor conversa? Uma prepotência que o senhor tem?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Presidente, eu quero atender o seu pleito, destacar aqui o meu respeito à Assembleia Legislativa, destacar que pontualmente em relação a alguns Deputados, eu tô destacando alguns comportamentos ou não foi... o senhor não relatou na semana passada que haveria uma busca e apreensão da Polícia Federal na Secretaria de Estado da Saúde?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu tenho relatado que o governo do Estado permitiu que 33 milhões fossem roubados dos catarinenses.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O senhor fez esse relato?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso eu tenho relatado, Secretário.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Então, Presidente, meu respeito aqui aos Deputados, o senhor sabe disso. Eu lido com os Deputados, recebo Deputados na Secretaria de Estado de Administração, visito. O Parlamento ele é fundamental pra construção de um Estado adequado, mas o comportamento de alguns Deputados e as falas que eles fazem têm que ser efetivamente questionadas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário Tasca, o comportamento do Estado que envergonha Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Nós não... a gente não está aqui avaliando o comportamento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só um minutinho, Deputado Presidente. É que o Secretário Tasca...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Uma exceção gravíssima que tem que ser apurada e quem cometeu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O governo do Estado permitiu que 33 milhões e 20 milhões da Assembleia Legislativa fossem roubados. Foram roubados dinheiro da Assembleia Legislativa...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E nós vamos identificar agora!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...nós demos para vocês cuidarem e vocês permitiram que fosse roubado!

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O governo do Estado está apurando por meio da Polícia Civil, o Governador Moisés quando tomou conhecimento...

Página 1198. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

3745

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quatro Secretários já caíram, Secretário Tasca!

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ... determinou, determinou que a Polícia Civil apurasse, doa a quem doer!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quatro Secretários já caíram, Tasca.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Doa a quem doer!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quatro...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Doa a quem doer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ... já caíram.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Doa a quem doer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para a conclusão, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, mas é... eu estou perguntando para ele.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Presidente, eu gostaria de atender o seu pedido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) —Secretário Tasca... (*Ri.*)

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Desde que o Deputado Ivan Naatz também compartilhe desse seu pedido, por favor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor disse para o Deputado Kennedy Nunes que ele não conversa com a Assembleia. E a Assembleia, ela... o senhor acha que ela devia ter participado desse processo na hora que o governo botou esse projeto? Por que ele tirou? Ele não queria conversar com a Assembleia sobre isso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — A minha opção, a opção da Secretaria de Estado de Administração técnica, a opção técnica foi do envio para Assembleia Legislativa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, mas o senhor envia para cá e ninguém avisa o senhor que vai tirar?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — A decisão foi da Casa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, mas a decisão de botar o projeto foi do senhor.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Tecnicamente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A decisão de tirar foi da Casa Civil.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Tecnicamente, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o senhor não participou de nada?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E o senhor sabe que funciona... na verdade, a decisão... não, não participei dessa decisão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não acha estranho, Secretário Tasca, que tenha 34 dias entre a decisão de comprar os respiradores e o conhecimento de que os respiradores foram comprados de forma fraudulenta. E 34 dias o senhor não acha que é muito tempo para o governo não ter participado, não ter tratado disso? 34 dias!

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Pelo... por tudo que eu acompanhei, porque volto a falar, como o senhor me perguntou, né, eu... eu tomei conhecimento no dia 28 de abril com a matéria do Intercept.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Mas por todos os relatos que foram vistos aqui, já medidas foram adotadas anteriormente a isso, e essas medidas anteriores inclusive

Página 1199. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

viabilizaram a... o bloqueio de R$13 milhões relacionadas a essa contratação. Então... bem como medidas foram adotadas para que a Polícia Civil de forma autônoma, junto ao Ministério Público, pudesse fazer as apurações necessárias e identificar quem foi os responsáveis por esse, por essa exceção gravíssima.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só o que falta a Polícia Civil não ter se envolvido nisso, né, o Ministério Público... e vocês acharem que isso é uma vantagem do governo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Ivan Naatz.

Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Secretário Tasca, boa noite.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Boa noite, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Boa noite a todos.

Existia, Secretário, por parte do governo do Estado algumas orientações sobre os procedimentos de dispensa de licitação nesse momento?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Sim. Foi editada a Instrução Normativa 06, se não me engano, incorporando alterações legislativas que foram feitas pelo governo federal em relação às despesas de licitações relacionadas à Covid.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — E sobre as compras internacionais, se criou algum protocolo, algum cuidado, alguma norma?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não houve uma determinação específica, na verdade, foi tratada como uma compra regular também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — A sua Secretaria, com relação ao Controle Interno, tinha contatos, conversava, orientações, justamente para que houvesse um olhar mais detalhado sobre todas essas compras que estavam acontecendo?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Deputado, acho que... novamente, né, a Secretaria de Administração ela tem um papel de normatizar, de dar orientações, estabelecer políticas e diretrizes de forma genérica e horizontal pra todos os processos de compra no Estado, não especificamente os casos em concreto, onde, na verdade, cada Secretaria seguindo os ritos e as normas e as orientações que foram estabelecidas executam os seus processos de compra. Então, na verdade, as orientações e as informações elas estavam sendo dadas, foi criado inclusive esse grupo pra poder aproximar a Secretaria da Saúde de quem poderia prestar essas orientações de forma rápida e ágil, pra justamente permitir que as aquisições fossem feitas para... cumprindo os ritos e a legislação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — E o que mudou nos ritos antes dessa compra e depois dessa compra no sentido das orientações e normas que o governo criou?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Houve uma flexibilização em termos de prazos, aqui eu não vou conseguir trazer pro senhor pontualmente as mudanças que a legislação federal trouxe que foram incorporadas na legislação estadual. Posteriormente, se o senhor quiser eu posso trazer isso de uma forma mais detalhada e adequada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Mas essa compra no resumo da análise do governo do Estado apontou uma fragilidade da compra pública?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Sim. Houve uma fragilidade nessa exceção, como eu volto uma exceção gravíssima, mas houve fragilidade, sim, só que as fragilidades desse processo são objeto das apurações que de forma mais clara vão apontar pra nós em que aspectos nós podemos aperfeiçoar o processo de compra como um todo pra que exceções dessa natureza não voltem acontecer.

Página 1200. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

3746

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Moacir Sopelsa, Deputado Felipe Estevão, Deputado João Amin, consulto vossas excelências se querem fazer alguma pergunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Eu gostaria de me manifestar, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu gostaria, Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Eu vou fazer a pergunta então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Por gentileza, Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Primeiro, boa noite, senhor Presidente, Deputado Sargento Lima, senhores Deputados. Secretário Tasca, boa noite.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Eu quero... eu ouvi o Secretário da Casa Civil, o ex-Secretário da Casa Civil, o Secretário Douglas que ele não conhecia o processo do pagamento antecipado. Vossa excelência também disse que trataram do pagamento antecipado, foi um questionamento que foi feito no grupo através da Márcia, do Secretário Helton, se não me falha a memória, de que difícil seria a entrega e a compra dos respiradores se o pagamento não fosse antecipado. Depois o senhor me confirma se foi isso que eu ouvi há pouco que o senhor declarou, Secretário Tasca.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Na verdade, o que foi colocado pela Secretaria de Estado da Saúde pela Superintendência... Superintendente Márcia é que determinados equipamentos, dentre eles respiradores e insumos, os fornecedores estavam exigindo o pagamento antecipado para poder fornecer aquele determinado equipamento e insumo, o que acabou gerando o debate no grupo, pra que se pudesse criar este instrumento, ou seja, disponibilizar esse instrumento da forma adequada pra ser utilizado caso necessário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Caso necessário. Claro, se a legislação permitia no decreto de calamidade que nós estávamos, na questão da pandemia tinha a possibilidade de fazer legalmente o pagamento antecipado.

Agora, aonde eu quero chegar, e, aí, Secretário Tasca, eu já quero me antecipar, o trabalho bem feito da Secretaria da Saúde é reconhecido, agora, o bem feito não justifica o mal feito. A compra desses respiradores, o gasto de 33 milhões que foram pagos antecipados para uma empresa, e é aí que vem aonde eu quero chegar: de quem foi a responsabilidade?

Não é de pagar o antecipado, pagar o antecipado poderia ter sido pago, mas não passou por uma, nem por duas, nem por três pessoas só, passou por mais de cinco ou seis talvez uma dezena de pessoas. De quem é a responsabilidade de ter pago antecipado sem cobrar, sem olhar para exigência de ter a segurança de que a empresa que estava recebendo 33 milhões antecipado tinha capital, tinha *expertise* e dava segurança de que se ela não entregasse os equipamentos o dinheiro pago estaria garantido?

Secretário Tasca, de quem foi essa decisão, essa responsabilidade? [*Transcrição: Grazielle da Silva*][*Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Deputado, todos nós estamos aguardando o encerramento das investigações e apurações, seja da CPI, seja do Ministério Público, Polícia Civil, seja dos procedimentos administrativos, pra que nós entendamos o nível de responsabilidade de cada ator nesse processo, e aqueles que efetivamente ou erraram ou agiram por culpa ou por dolo sejam responsabilizados.

Página 1201. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Está bem, Secretário Tasca.

Até hoje, todos os que nós ouvimos aqui, parece uma responsabilidade do segundo, do terceiro escalão da Secretaria da Saúde. Não dá para acreditar, não dá para admitir que a secretária (*sic*) Márcia, ou mais um, ou dois, ou três, ou cinco do segundo, do terceiro escalão, tenham tomado essa decisão e não tenham olhado que garantia que nós tínhamos para fazer esse pagamento. Então, não cabe no pensamento de ninguém que o Secretário Helton não conhecesse essa situação. E se ele é... e eu, enquanto provarem o contrário nós não temos condições de culpar ninguém, mas enquanto não mostrarem o contrário, Secretário Tasca, eu não posso acreditar que o Secretário da Saúde, que o Secretário Adjunto, que outras pessoas do governo mais influentes não tenham tido esse cuidado de não olhar o pagamento desses R$ 33 milhões sem a segurança, sem a garantia.

Eu não tenho dúvida, e hoje o processo já não está mais a nível de Polícia, de Ministério Público Estadual, do Gaeco aqui no Estado, já está a nível de Polícia Federal de Supremo Tribunal. Eu imagino e quero que seja realmente esclarecido quem foi o responsável por fazer essa malfadada compra, que deixa muitas pessoas... e eu tenho certeza, alguns inocentes que estão sendo manchados pela irresponsabilidade, e aqui me cabe dizer, do gestor maior da Secretaria da Saúde. Se não teve conhecimento, ou foi por pouco caso, ou não teve a precaução que deveria ter o gestor principal da Secretaria da Saúde, que no meu entender é o Secretário da Saúde. Não dá para dizer que foram pessoas abaixo do Secretário da Saúde que tomaram essa decisão, sem pelo menos o Secretário da Saúde ter conhecimento.

O que o senhor me diz sobre isso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Deputado, da mesma forma que o senhor, eu tenho que aguardar a apuração nos foros adequados, seja administrativo, seja criminal, como a própria CPI, pra que nós possamos entender o nível de responsabilidade de cada um.

Todos nós desejamos, e eu compartilho do seu sentimento, de que aqueles que foram responsáveis por essa exceção gravíssima sejam efetivamente responsabilizados, e aqueles que não têm relação com esse fato sejam devidamente inocentados. Eu acho que a apuração tem que caminhar o quanto antes. Eu espero que a CPI conclua os seus trabalhos com celeridade, e também o Ministério Público, o Poder Judiciário e na esfera administrativa isso possa caminhar da forma o mais rápido possível, pra que nós tenhamos claro quem são os culpados e quem são os inocentes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Não tenha dúvida que tanto a CPI, quanto as investigações aqui do Estado, com as autoridades estaduais e as federais, vai ser apurado e vai ser dito quem foi o responsável ou quem foram os responsáveis.

Era isso, senhor Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Moacir Sopelsa.

Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Boa noite Presidente, boa noite a todos, boa noite Secretário Tasca.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Boa noite, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Durante os depoimentos que eu tive acesso do ex-Controlador-Geral do Estado de Santa Catarina ao Ministério Público e à força-tarefa, ele citou um momento dos respiradores, que me deixou intrigado e até agora eu não consegui entender isso. Porque o Controlador esteve por duas oportunidades na CPI, pouco contribuiu, infelizmente, e o que a gente soube mesmo foi pela imprensa.

Então, eu queria começar perguntando para o senhor o seguinte: ele citou até uma falta de respeito por parte do Douglas Borba, a maneira como Douglas Borba estava agindo em nome do Governador, em nome do governo, em nome do Estado. E, em determinado momento,

Fls. 3747

Página 1202. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

ele falou com o senhor e o senhor orientou a falar com o Helton, sem a presença do Douglas Borba: então, conversa com o Helton, sem a presença do Douglas Borba. O senhor podia contextualizar para a gente iniciar, se o senhor se lembrar desse fato?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não me recordo desse fato específico nesses termos Deputado, infelizmente eu não me recordo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O Helton lhe procurou para falar em particular sem a presença do Douglas Borba?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Na verdade, eu conversava com o Helton reiteradamente de forma particular.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, mas com relação à compra dos respiradores?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não, na verdade, eu volto a falar, eu só tomei contato com esse tema especificamente no dia 28 de abril, com a matéria do Intercept.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E o Controlador lhe procurou especificando que queria conversar com o senhor sem a presença do Douglas Borba?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Novamente, essa fala, especificamente, eu não me recordo, mas, mais uma vez, sobre os respiradores não era, porque novamente, eu tomei contato com essa compra, com o processo administrativo, como ele se deu, com essas consequências, através da matéria do Intercept no dia 28 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor recebeu alguma pressão, além dessa notícia que o senhor teve pela imprensa, pelo Intercept? Que realmente fez um grande trabalho para o Estado de Santa Catarina, quero até parabenizar o Fabio Bispo, pelo poder de investigação, já que até a Secretaria de Administração soube dos acontecidos pela imprensa.

A situação da compra dos respiradores ou Mahatma Gandhi, houve por parte do Secretário Douglas Borba, algum tipo de pressão ao senhor?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Nesses dois casos relatados, nenhum contato sobre esses aspectos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Seria isso então, Deputado Sargento Lima. Obrigado Secretário, Tasca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado, Deputado João Amin.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito boa-noite, senhor Presidente, boa noite aos nobres colegas Parlamentares, boa noite ao Secretário Tasca.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Boa noite Deputado.

Estou participando de forma remota devido ao meu contato com o Presidente Jair Bolsonaro e com os Ministros que vieram. Fiz o exame já, aguardo o resultado, não tenho sintoma algum, mas claro, que em virtude de ter precaução, estou aqui me resguardando até que amanhã ou depois de amanhã saia o exame, então estou participando de forma remota.

Senhores, muito objetivo, prático, acho que grande parte das perguntas elucidaram bastante os meus questionamentos, e a gente tenta fazer algumas perguntas técnicas e pontuais para contribuir com a relatoria da CPI, para que a gente veja todos os fatos bem apurados.

Vou começar aqui, claro, evidenciando a gravidade dos fatos, Secretário Tasca. Foram R$ 33 milhões que se esvaíram dos cofres públicos, uma compra fraudulenta, e a gente andando ainda aqui no meio da população, eu estava olhando aqui a *live*, os questionamentos são severos, a gente é cobrado, fica pressionado. Então, mediante a gravidade desses fatos, a gente procura sempre trabalhar aqui com responsabilidade.

Eu mesmo acompanhei, senhor Secretário, a montagem do governo quando foi elaborada e a gente chamava até a "República dos Coronéis". Que na época tinha alguns

Página 1203. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

burburinhos, que estavam nos corredores dizendo que a "República dos Coronéis" seria incorruptível. E a gente ficou um pouco assustado e preocupado com alguns fatos que vieram sucedendo, como essa compra escandalosa que estamos tentando aqui apurar os fatos.

A minha primeira, são apenas algumas perguntas pontuais.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Deputado, a sua acusação é grave, né, o senhor está acusando de corrupção?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não, a "república dos coronéis", foi montada e se intitulava incorruptível. E, no entanto, no governo que o senhor participa teve uma compra fraudulenta.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Que deve ser apurada e seja responsabilizado doa a quem doer, essa é a determinação do Governador do Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — A gente está em busca da verdade, que bom que temos isso em comum.

Mas, não acusa nada, nem intimida também, de forma responsável tentamos esclarecer os fatos, de maneira responsável aqui conversando com o senhor.

Para buscar entender como era esse mecanismo, claro que ao longo dessa trajetória a gente veio conversando com o Douglas, com a Márcia, com o ex-Secretário Helton, muito dos fatos deram luz.

Primeiramente, o senhor tinha o número do Governador nesse momento, tinha esse contato direto?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Sim, eu tenho o telefone do Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Que bom, isso já nos tranquiliza, coisa que uma base de Deputados que muito tentou ajudar, não conseguimos. Mas enfim, sobre o caso dos respiradores, o senhor chegou a conversar com ele, comentar com o Governador sobre esse assunto?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — A partir do dia 28 de abril, quando eu tomei conhecimento e identifiquei que várias providências já haviam sido adotadas pelo próprio Governador, a determinação de que a Polícia Civil entrasse pra fazer a apuração efetiva e depois compondo a força-tarefa com o Ministério Público, e o reforço inclusive do doutor Comin, Procurador Geral de Justiça, dessa dedicação e dessa prioridade do Estado na apuração desses fatos, eu só tomei contato e discuti esses temas a partir do dia 28 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Foi isso que o senhor comentou com ele sobre dar celeridade nessa investigação, em apurar esses fatos, seria isso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — A fala dele: o interesse completo de que toda essa situação fosse apurada o mais rápido possível, todo esforço para recuperar o dinheiro, tanto que R$ 13 milhões, já foram bloqueados e aí, agora contamos e ainda continuamos buscando o restante do recurso, agora junto com o Ministério Público também e Polícia Civil, pra poder recuperar integralmente esses valores a... que foram, e aí, nós podemos afirmar, já quase com garantia, por uma verdadeira organização criminosa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito bem, senhor Tasca, quanto aos grupos que o senhor participava, qual era a sua finalidade, o senhor recebeu, encaminhou algumas propostas de venda de respiradores ou de outros materiais vinculados à saúde, especificamente com relação ao Covid, gostaria de saber a sua participação?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Entendi.

O senhor se refere às compras vinculadas à Covid-19, o senhor criou grupos. Eu lhe pergunto: não deveria ter sido criado isso de repente pela Casa Civil ou pela própria Secretaria da Saúde?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Nesse caso específico, como eram orientações de caráter geral e o grupo pretendia alcançar até mais do que a Saúde, tanto que nós incluímos

Fls. 3748
Rubrica

Página 1204. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

ali o sistema de adminis... a Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa também, apesar que não houve demanda da parte dela relacionada à compras da Covid, pelo menos no grupo, esse grupo acabou se dedicando mais a suportar e atender as demandas que eram apresentadas pela superintendente Márcia. E era natural que a Secretaria de Administração liderasse isso, nesse aspecto, porque é ela que é responsável pela parte das políticas, diretrizes e orientações do processo de compra como um todo no governo do Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito bem. Senhor Presidente, eu me tenho como satisfeito, só vou fazer um pequeno parágrafo e deixar registrado aqui o meu respeito à briosa Polícia Militar, aos oficiais. Apesar que a população às vezes bota tudo no mesmo pacote, a Polícia Militar de Santa Catarina tem grandes oficiais, grandes coronéis. E hoje teve esse fato, infelizmente, com o Coronel Helton, com alguns Coronéis que compõem o governo, mas eu sei que há homens de valor e deixo aqui o meu registro do meu respeito à briosa Polícia Militar, ainda espero que os fatos sejam esclarecidos.

Obrigado, Secretário Tasca, pelas informações e a gente segue comprometido com a verdade e em esclarecer os fatos.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Felipe Estevão.

Consulto os demais Deputados se têm mais algum questionamento ou pergunta a fazer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Vossa excelência com a palavra, Deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não é nenhum questionamento que eu vou fazer, mas, sim, uma observação.

Concordando com o Secretário Tasca quando ele fala na organização criminosa, sim, é verdade. Essa organização criminosa... mas vamos por analogia aqui, uma organização criminosa se organiza, combina, planeja e vamos assaltar aquele banco. Chega com um carro blindado, quatro, cinco carros, cheio de armas, para matar, para fazer. Aqui não houve armas, ninguém apontou arma para ninguém. Chegaram para assaltar o banco e o gerente do banco veio já com a bolsa do dinheiro: leva embora.

Não estou aqui fazendo nenhum pré-julgamento, mas a facilidade que a organização criminosa teve aqui em Santa Catarina foi uma coisa impressionante. Então, sim, houve organização criminosa, agora eu duvido que eles tenham tido ou que terão novamente essa mesma facilidade.

Então acho que cabe aqui também à CPI, na sua conclusão, através de instrumentos... e visto você, ah vou proibir, vai coibir. Mas nós não podemos admitir que futuras organizações criminosas de novo assaltem o nosso Estado. Que encontrem aqui um terreno tão fértil como foi encontrado. Acho que essa é uma conclusão que a CPI vai chegar, e assim também eu espero que a partir...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Nós compartilhamos o mesmo sentimento, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...que a partir desse episódio, o Poder Executivo do nosso Estado, seja em relação ao atual mandato, mas isso ocorreu agora, que isso sirva de lição para que episódios como esse não voltem a acontecer.

O senhor é Secretário da Administração, e passaram por aqui muitos servidores do Estado, e aqui nós não estamos para pré-julgar. Tem situações muito evidentes, indícios muito fortes, seja de servidores públicos e seja, obviamente, de empresas privadas. A elas a Justiça, aos servidores do Estado tem um Estatuto, sejam eles servidores demissíveis e admissíveis a qualquer tempo, ou sejam eles efetivos. Tem o Estatuto, que se espera que sejam punidos, (*o depoente faz que sim com a cabeça*) após a conclusão dessa sindicância, é interessante... Mais

Página 1205. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

uma vez eu falo, nós já recebemos uma boa parte, e na semana passada nós pedimos toda a sindicância, que deveria ter sido entregue aqui em 24 horas. Faz uma semana, não é isso, Relator?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Até agora não chegou. Não existe... quando é interesse público, não pode ter esse subterfúgio de sigilo. Isso interessa a Santa Catarina. Nós não estamos tratando de uma situação privada, é uma situação pública. Então, não é uma recomendação, porque o Estatuto é muito claro e o Secretário de Administração certamente que sabe as punições que cabem a todos esses servidores.

Então o que a gente quer observar aqui é que não fique... a partir das conclusões, que na verdade nós já sabemos e o Estado também já sabe, desde o Governador até... sem excluir ninguém já sabe, que exemplarmente aqueles que fizeram esse mal, que infelizmente fica uma chaga para a história de Santa Catarina, sejam alcançados, tanto pelo Estatuto dos Servidores Públicos, quanto... as conclusões da CPI e sejam alcançadas pela nossa lei e aí cabe ao Poder Judiciário.

Era isso, Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com a palavra o Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário Tasca, a Comissão Especial que acompanha as compras aqui de pandemia do Covid, presidida pelo eminente Deputado Marcos Vieira, apresentou um requerimento ao plenário da Assembleia Legislativa de afastamento do Secretário André Motta, o qual a Assembleia aprovou. Depois, a Comissão Especial, um resumo que ela tem aqui, indicou o Secretário André Motta como um dos responsáveis pela falha na compra dos respiradores fantasmas. E nós também aprovamos aqui, não é Deputado – se me recordo, nós temos tantas atividades aqui –, se não me engano foi feito um indicativo, se não me falha a memória, de afastamento do André Motta.

O senhor, como Secretário de Administração, e fazendo parte de um governo, o senhor não acha isso muito perigoso para o governo, se há entidades pedindo o afastamento, se tem pessoas que não confiam e está na mão do Secretário André Motta o processo de pandemia, está na mão dele as compras, o controle, eu vejo ele todo dia na RBS falando disso.

O senhor, como Secretário de Administração, conselheiro do governo, o senhor não acredita que isso coloca o governo em xeque?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Deputado, nós temos que tomar muito cuidado com pré-julgamento. O senhor sabe bem disso, o senhor já teve acusações sérias contra o senhor, que depois inclusive foram arquivadas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É, então não eram acusações, né?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Então, assim, se a pessoa tivesse condenado o senhor antes da apuração definitiva, o senhor estaria numa situação complicada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas não seria de afastamento...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Então o pré-julgamento, o pré-julgamento, o pré-julgamento ele é muito complicado.

Por enquanto o que nós temos do Secretário André Motta é uma atuação elogiável na Secretaria de Estado da Saúde...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Uma atuação elogiável na condução da Secretaria frente à pandemia, razão pela qual ele continua Secretário.

Página 1206. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 2749

Respeitamos as opiniões, respeitamos os posicionamentos, isso é da democracia, natural que seja assim, mas o Secretário André Motta tem dado, tem demonstrado claramente a sua competência, a sua qualidade como servidor efetivo da Secretaria de Estado da Saúde. Então hoje ele é um exemplo de como um servidor pode ter a capacidade de poder estar à frente daquela Secretaria e conduzir ela como ele está conduzindo neste momento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor costuma dar exemplos muito assim, pontuais, o senhor dá exemplos de grandeza para os seus colegas Secretários. Todo mundo é grande: o Helton é grande, o André é grande, o senhor é grande, o Governador é grande. O senhor tem uma paixão por grandeza né?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Obrigado pelo elogio, obrigado pelo elogio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tem uma paixão por grandeza assim, né?

O senhor tem o costume também de fazer inalações (*sic*), o senhor tem esse costume?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não, afirmações, afirmações.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor é uma pessoa querida.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Afirmações.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor é uma pessoa muito querida, bom para relacionamento com o governo, um baita de um Secretário da Administração.

Até quero pedir desculpa aos catarinenses pela forma como o senhor se comporta. O senhor não se comporta como um agente público do governo...

(*O depoente faz menção em falar.*)

O senhor vai terminar de falar.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Ah, então fique à vontade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não se comporta como um Secretário de Administração, a quem o Estado tem nas mãos, né? O governo...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Presidente, esse tipo de relato sobre a minha pessoa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas assim, é que a forma como o senhor se porta. Então quero pedir desculpas aos catarinenses por isso.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O senhor deveria pedir desculpas aos catarinenses quando vem à CPI na semana passada e diz que há uma busca e apreensão na Secretaria de Estado da Saúde, que o senhor não pediu desculpa ainda.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Olha aqui, na Secretaria de Saúde roubaram 30 milhões dos catarinenses! Na Secretaria da Saúde roubaram 30 milhões dos catarinense!

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O senhor tem que pedir desculpa por uma afirmação que não era realidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, quem tem que pedir desculpas são vocês, que permitiram que roubassem dinheiro dos catarinenses.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Nós estamos, nós estamos apurando pra que exceções gravíssimas como essa não voltem a acontecer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vocês não estão apurando nada!

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E esperamos a contribuição da CPI, para que fatos dessa natureza também não voltem a acontecer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vocês não estão apurando nada! Vocês não tiveram nem conhecimento da sindicância que indica o André Motta como responsável. Vocês não estão apurando nada, absolutamente nada!

Página 1207. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para conclusão, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Estou concluindo.

Quem está apurando...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Pré-julgamento, ele é muito perigoso, muito perigoso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem está apurando é a CPI, é a Polícia Civil, é o Ministério Público, na qual, inclusive, deveria ter mais gente presa, porque os dois que estavam presos hoje foram soltos. É uma vergonha para Santa Catarina que não tenha mais gente presa.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Quem for responsável tem que ser responsabilizado, doa a quem doer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deveria ter muito mais gente presa, porque o sentimento de impu...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Doa a quem doer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É, sempre é doa a quem doer, mas vocês têm silêncio absoluto com relação ao Governador, vocês têm silêncio com pessoas...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O Governador tem conduta exemplar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ah, muito boa...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Assim que tomou conhecimento, determinou a apuração isenta, fez isso, e é o que está sendo feito, é o que estava ao alcance dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só o que falta é ele não ter feito, não é, Secretário?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Determinou... Então era isso que se esperava dele, era o que se esperava dele, uma conduta exemplar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só o que falta não ter feito... Em 34 dias ele não tomou posição nenhuma da compra dos respiradores.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Uma conduta exemplar frente aos fatos. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas, muito bem, muito bem, eu vou dar um minuto de fama para o senhor.

É o seguinte. É... O governo...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Presidente, são complicados esses tipos de insinuações, de relatos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) -... o governo está sempre buscando a verdade, segundo senhor, mas todas as pessoas que passaram por aqui, Secretário Tasca, não viram nada, não ouviram nada e não falaram nada. Essa é a verdade que vocês buscam lá? De não falar nada, não ter visto nada e não ter ouvido nada, essa é a verdade?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Os senhores estão apurando, o Ministério Público está apurando para identificar as responsabilidades de cada um.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é um policial militar, o senhor é Secretário de Estado. O senhor, o senhor, como policial militar, sabe que devia chegar aqui e conversar com os catarinenses sobre o que aconteceu de verdade, como fez aqui o Capitão Thyago. O Capitão Thyago sentou nessa cadeira e disse: eu tenho culpa, eu sou culpado, porque eu participei, não devia ter apertado o botão. Ele foi um policial militar exemplar. Ele é um policial militar exemplar.

Mas eu peço desculpas aos catarinenses...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Posso só fazer um comentário em relação à fala do senhor aqui?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não.

Fls. 3750

Página 1208. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Eu peço desculpas aos catarinenses pela forma como o senhor se comporta...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para a conclusão, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...como Secretário.

Então, eu faço... essa... encerrar esse meu... meu depoimento, e dizer para o senhor o seguinte: Santa Catarina depende muito do trabalho do senhor, do trabalho dos demais Secretários.

Nós estamos aqui, Secretário, para votar a PEC da Previdência, que vocês não conseguiram construir. Vocês não conseguiram mandar para cá um projeto de lei. Você não conseguem conversar com a Assembleia. Vocês não consegue construir absolutamente nada. Então o governo do Estado, Secretário, precisa muito de vocês, não só para funcionar, porque até agora não funcionou, mas para identificar os culpados dessa fraude. Para mim é uma vergonha que não tenha mais gente presa. É uma vergonha...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Na minha fala final eu vou ter...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... é uma vergonha, é uma vergonha.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - ...a, a, um espaço pra poder mostrar pro senhor que o governo de Santa Catarina já pelos catarinenses.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Outra coisa, para encerrar, pra encerrar.

O senhor disse aqui que a Márcia Pauli era quem estava no grupo representando o conselho de compras. Eu observei toda a conversa, não é, do grupo e vi que a Márcia efetivamente participou do processo de compras e ela não fez nenhuma observação. Ela não alertou o governo. Ela, ela agiu de uma forma no grupo, e agiu de uma forma na prática. O senhor também percebeu isso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Bom, o que eu tenho da participação dela aqui, no grupo, é o que está no grupo efetivamente, né, das dúvidas que ela colocou, dos questionamentos que ela fez, e o grupo tentando ajudá-la. A partir daí, a intervenção dela no processo de compra real, é o que está sendo apurado na CPI, Ministério Público e também na apuração administrativa. A gente tem que aguardar o encerramento pra ver como tudo aconteceu. Aguardamos o trabalho dos senhores também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu perguntei pro senhor, o senhor participou do grupo, o senhor viu?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - E aí, no grupo, na verdade é o que está posto aqui. Na verdade, foram os questionamentos que ela apresentou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou repetir de novo para o senhor: a Márcia teve toda aquela intervenção no grupo, certo? Ela foi responsável, o senhor indicou ela, o senhor colocou ela no grupo como a responsável - eu preciso compreender isso, Secretário Tasca, para ajudar, para gente não, não apontar o dedo pra um inocente.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Deputado, e eu já mencionei ao senhor que, no grupo, as intervenções da Márcia foram aquelas que estão à disposição aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu estou perguntando pro senhor, com os apontamentos que o senhor tem aí?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Não, eu não tenho apontamento, eu tenho o grupo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ah, sim...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - A conversa do grupo...

Página 1209. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... do grupo então, a conversa do grupo. Eu observei no grupo que a Márcia tinha um comportamento no grupo e um comportamento na prática.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Não, sim, aí, na prática, na verdade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor percebeu isso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Na prática, é o trabalho que os senhores estão fazendo aqui, que a apuração administrativa está fazendo aqui, de efetivamente tudo que aconteceu no procedimento administrativo, que a gente vai ter que aguardar, pra que os senhores também nos ajudem a apontar com informações que nós não temos aqui, que os senhores têm acesso, a tudo que efetivamente aconteceu no processo em concreto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tudo bem, Secretário Tasca, só queria alertar o senhor, é... lembrar o senhor que nós estamos aqui por decisão do voto dos catarinenses e o senhor está Secretário por uma decisão de uma só pessoa. É só para o senhor se alertar para esse fato.

Muito obrigado e boa noite.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - E vou trabalhar e entregar pros catarinenses aquilo que eu tenho que entregar na Secretaria de Administração, respeitando e muito o Parlamento e o trabalho dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores Deputados, eu fico feliz de conduzir uma sessão dessa, até porque a gente está abrindo uma oportunidade de diálogo com o governo dentro desta Casa, coisa que... é uma, uma boa oportunidade.

Também não vou discutir o indiscutível, senhor Secretário, que é a capacidade e a competência de membros de uma instituição com mais de 180 anos, que é a minha briosa Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. Eu tenho certeza que do soldado mais moderno ao mais antigo, todos têm capacidade de ocupar qualquer cargo que ele queira, seja Secretário, seja Deputado Estadual ou Federal. Se ele quiser um dia até ser Presidente, não vou discutir isso porque eu sei da capacidade de todos que estão ali dentro.

No dia 28, foi o quando o senhor teve a notícia, né, vou abordar direto o assunto, ali, a notícia através da Intercept, segundo... uma semana depois, ou seja, uma semana depois que o Governador e o Douglas Borba já sabiam da situação. O senhor se sentiu desprestigiado pelo governador e pelo chefe da Casa Civil de contarem pro senhor somente sete dias depois, ali?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não, de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não.

Eles mantiveram isso em sigilo do senhor durante todo esse tempo?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Adotaram os procedimentos. Depois, eu soube dos procedimentos que o Governador determinou que fossem adotados, naquela semana ali. Mas não tem nenhuma restrição em relação à decisão foi tomada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Da pena do senhor, da caneta do senhor partiu ali o projeto de lei que foi entregue nesta Casa, o senhor mesmo relatou aqui que era de autoria do Secretário, não é, isso no dia 31. A pena era do senhor, a caneta era do senhor, assinado pelo Carlos Moisés da Silva e, no dia 31 entregue, daí, sim, pelo ex-Chefe da Casa Civil Douglas Borba, e, no mesmo dia 31 a saída dele. A gente está seguindo uma linha aqui.

Como o senhor que desenhou esse projeto de lei, o que tinha de errado nele?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Houve uma decisão da Casa Civil de não encaminhá-lo ou retirá-lo, não é, de não tramitá-lo na Assembleia Legislativa, que foi uma decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mas havia algum erro nele?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Não.

Fls. 3751

Página 1210. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ele era bem redigido?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Na verdade esse projeto foi redigida a várias mãos, né, como pode ser visto no grupo, ali, com a participação do Ministério Público, Tribunal de Contas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mas o senhor seguiu a regra das três avaliações, leu, releu?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - CGE. (*Acena negativamente com a cabeça.*) Na verdade, volto a falar, o projeto de lei foi construído na melhor prática para viabilizar esse instrumento e houve a decisão posterior da Casa Civil de não tramitá-lo nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Por que a justificativa aqui é que ainda depende de ajustes, ainda depende de ajustes.

Foi essa a justificativa da retirada dele, ou seja, não é porque foi uma decisão do Governador ou da Casa Civil, é por que ele dependia de alguns ajustes. Algo deveria ter sido feito nele ali.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - De minha parte, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Óbvio, porque foi feito a várias mãos, né.

O interessante, quando a gente fala assim... Eu gosto de falar dos crimes cibernéticos que, até então, ficavam sem punição, porque não havia legislação que normatizasse o que era crime e o que que não era crime, não é.

A retirada desse projeto aqui... é, justamente, facilita um processo que estava desencadeado, que estava acontecendo. Para a gente entender esse processo, eu gostaria de perguntar para o senhor, se o senhor conheceu pessoalmente, em algum momento da vida do senhor, uma pessoa chamada Leandro Barros, o parceiro de jaula lá do?...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, o senhor não conheceu ele? (*O depoente acena com a cabeça que não.*)

Então vamos seguir uma linha do que a gente viu aqui, tá? O Douglas, aqui, foi o responsável por entregar e por pedir a retirada dele, ou então, ele está falando que o Governador não tinha conhecimento disso. O Douglas que apresentou o Leandro Barros pra esse grupo de compra, como um ajudador: Esse vai ser aqui o ajudador, ele conhece bastante gente, ele vai nos ajudar a comprar.

Então, o senhor desenha uma lei que normatiza a compra, incluindo nela as garantias; o Douglas retira essa lei, certo? Não existe mais norma – justamente, por isso, a gente pode entender o porquê que foi retirado -, e ele que apresentou isso aqui. Peça fundamental nesse processo a dona Márcia... porque foi a dona, segundo o depoimento do Thyago - que todos os Deputados falaram que foi o sujeito que chegou aqui, realmente, chamou a responsabilidade pra si -, falou assim: não a pedido - e ele falou a pedido mesmo - da dona Márcia é, eu apertei o botão - esse chavão tão utilizado já -, eu que falei: paga-se. A gente não consegue ver uma construção de algo ali, não.

Uma pergunta para o senhor: hoje, se tivesse a possibilidade de voltar no tempo e o Governador perguntasse assim: Tasca, coloco o Douglas Borba na Casa Civil. O senhor falaria assim: sim, coloque. O senhor exalta o trabalho dele, assim como exalta o trabalho do Coronel Helton? O senhor acha o trabalho dele muito bem feito?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu fui colega do Douglas Borba, conheci ele na transição. Ele fez um bom trabalho no governo do Estado e, agora, há necessidade de que as investigações evoluam para identificar o nível de responsabilidade dele nesse processo, que, se efetivamente tiver, que seja punido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor entendeu a minha linha de raciocínio aqui, né? Precisava de uma norma...

Página 1211. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Esse é o papel da CPI de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) –... e o senhor fez?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Esse é o papel da CPI de fazer todas as conexões, porque a CPI, o Ministério Público, a Polícia Civil têm elementos que nós, que estamos acompanhando por fora, não conseguimos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E essa organização criminosa que o senhor citou, onde que o senhor consegue vê-la atuando na construção ou na derrubada de um projeto de lei?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Na verdade, o que eu tenho são os elementos que eu vejo na imprensa, porque são esses os elementos que a gente tem acesso. Eu não tenho acesso aos autos do processo, mas tudo indica, até porque, nós temos pessoas presas, né, que efetivamente depois essa prisão vai ser comprovada a relevância dela, a necessidade ou se efetivamente são culpados ou não, com o julgamento. Mas, por enquanto, o que nós temos no momento é que uma organização criminosa atuou nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E, hoje, o senhor conversa regularmente com Governador?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E qual é o grau de interesse dele de que isso aí seja solucionado da forma mais rápida possível, haja vista, que não foram treze milhões recuperados, já são catorze milhões e seiscentos mil recuperados, graças ao bom serviço da Polícia Judiciária do Estado de Santa Catarina. Qual que é o interesse dele?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – O mesmo interesse desde o começo, de que seja efetivamente apurado; que nós identifiquemos tudo que aconteceu, pra novamente, como o Deputado Cobalchini bem falou aqui, identificar aquilo que pode ser aperfeiçoado no processo de compra para que situações dessa natureza, exceções gravíssimas, não voltem a acontecer; e que os responsáveis sejam efetivamente punidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor vai ter alguns minutos para fazer as suas considerações finais, o que o senhor achar importante falar. Isso é justo.

Para aqueles que nos assistem isso é normal aqui, no Parlamento, não é. Talvez quem assiste a discussão entre os Deputados, né, acha que isso é normal aqui. Uma coisa que eu escutei, bem no começo da minha vida aqui dentro, quando eu entrei, do Deputado Kennedy Nunes é que o mais bobo aqui, é Deputado Estadual. Foi quando eu botei o pé aqui dentro, ele me falou isso ali na porta da Assembleia: o mais bobinho aqui, é Deputado.

O senhor tem cinco minutos ou o tempo que achar necessário para as suas considerações finais.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Muito obrigado, Presidente, e, aí, eu queria ter a oportunidade de ler um texto aqui pra poder fazer apontamentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Fique à vontade.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –... que eu entendo que são importante, não é?

Primeiro, senhor Presidente, esse caso que está sendo tratado aqui é uma exceção, grave, sim, e deve ter os responsáveis identificados e punidos e o dinheiro devolvido aos cofres públicos. Aqui, eu tinha 13 milhões, agora já soube que são 14 milhões que já foram bloqueados, grande parte deles por ação do governo do Estado.

Essa exceção não pode, não deve ser transformada na regra e a regra no governo de Santa Catarina tem resultados que falam por si, quando tratamos da gestão das compras públicas, das licitações do governo, tão questionadas nas últimas semanas. Merece destaque a utilização obrigatória do pregão eletrônico e das... do pregão eletrônico em 2019 gerando economia de R$ 56 milhões.

Fls. 3752

Página 1212. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A mudança na modalidade de licitação para contratação de serviços terceirizados de concorrência com a média de três participantes para pregão com uma média de dez empresas concorrendo entre si, trouxe uma economia média de 27%. Serão mais de 70 milhões em economia, apenas na gestão Carlos Moisés.

A nova licitação de impressoras...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu acho que eu tenho a minha manifestação aqui...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não, me desculpa, me desculpa, o senhor está aqui... Eu quero que o Presidente me fale, porque se o senhor for falar isso aí tudo, eu vou querer falar depois...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Presidente, eu queria...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Eu só queria dizer que os cinco minutos que o senhor tem para falar é para o senhor trazer alguma coisa correlata ao trabalho da CPI. Se o senhor vier aqui para ler um livro de propaganda do governo, eu vou me dar o direito de apontar que os erros do governo, porque não é para isso que o senhor tá aqui.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Deputado, Presidente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Eu não estou aqui para lhe ouvir fazer propaganda do governo.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –... ao longo desse, desse mais de meses...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Desculpe-me!

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –... de trabalho da CPI, eu, nós vimos uma exceção ser transformada como regra. Uma exceção ser colocada como uma ação do...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O governo passado não teve nenhuma exceção. Oito anos do governo passado e não teve nenhuma exceção.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Aí, Presidente, eu gostaria, eu gostaria de destacar aqui, pro cidadão catarinense...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Qual exceção?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –... o caso está sendo tratado na CPI é uma exceção em relação às ações que o governo desenvolveu nesse um ano e meio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Só faltava, só faltava ser uma regra.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – E é muito importante que o cidadão catarinense...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Ficar aqui sentado para ouvir o senhor fazer propaganda do governo.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –... tenha acesso a esse tipo de informação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor está aqui para contribuir com a CPI.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Vamos deixar ele concluir o pensamento dele.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu gostaria... eu tenho cinco minutos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Como eu disse ali, algo que possa colaborar com a...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu gostaria de destacar, Presidente, que é esse governo aqui que assumiu Estado no vermelho e no SPC...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Me desculpa, me desculpa...

Página 1213. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...que entregou o Estado em 2019...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - O senhor está falando coisas aqui que não...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –... assumiu o governo com 1.2 bilhões de *deficit* e entregou com 161 milhões de *superavit*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Ó, eu já fiz isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para concluir, Secretário.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Então eu queria dizer, Deputados...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Secretário, senhor Secretário...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...que a exceção não deve ser tratada como regra...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Ham-ham.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –... o governo de Santa Catarina tem entregas ao catarinense que demonstram a qualidade desse governo, o compromisso dele com a efetividade e com a transparência. É uma pena...

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: "E ninguém viu nada."*)

...uma pena que eu não tenha a oportunidade aqui de compartilhar essa informação com os catarinenses...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A gente fica agradecido com a presença do senhor...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...mas eu queria deixar muito claro que uma exceção tem a capacidade de manchar a regra da atuação desse governo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente, eu quero, eu, eu quero pedir a palavra...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Uma pena que eu não possa viajar e conhecer a Santa Catarina que o senhor está vendo.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Registro aqui que lamento, na verdade, de não ter a liberdade, na Casa do Povo, de poder usar da palavra e trazer isso ao conhecimento dos catarinenses.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é Secretário, o senhor pode vir aqui quando quiser, mas não aqui na CPI. Quando o senhor quiser conversar com os Deputados, vem aqui no plenário...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Respeito, Presidente, respeito, mas lamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...agora aqui, na CPI, o senhor vai falar da compra, da desgraça que foi essa compra...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –... da exceção, da exceção de todas as entregas que nós fizemos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Como é que foi apelidada, Deputado Kennedy? A pior, como é que é?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Deixa só eu falar uma coisa aqui.

Eu acho, Deputados...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –... é uma pena, Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Eu acho que... eu, eu, acho, Presidente...

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: "Isso que é uma pena."*)

Eu acho que...

Página 1214. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3753

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...é uma exceção, é uma exceção, Deputado, e eu gostaria de demonstrar aqui, como é que é a regra de atuação do governo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deixa só eu dar uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores, eu vou pedir pela ordem, Deputados, aqui para tentar ir pro, pro, para finalizar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Deputado Milton, Deputado Ivan...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...infelizmente eu não consegui me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para conclusão, Deputado Kennedy.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Deputado Milton, Deputado Ivan e Presidente, eu estou acompanhando aqui o que a sociedade catarinense está falando e pelo que está falando aqui (*refere-se às redes sociais*), eu deixaria ele falar, porque a sociedade está vendo quem é que está falando aqui a verdade ou não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Depois vocês observem os comentários ali, quando o Secretário Tasca fala dessas questões do governo, que tá legal. Eu pediria que ele continuasse.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não, não.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Se o Presidente permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu só queria colocar uma coisa aqui...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Está muito legal ele falar. A reação das pessoas está muito boa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu só queria colocar uma coisa aqui, porque eu, eu faço parte da Comissão de Finanças e eu analiso os balanços do Estado há bastante tempo, tá?

A Secretaria da Saúde, o governo do Estado de Santa Catarina teve um superávit em cima de um orçamento com é, estimativa de receita muito inferior à realidade, como foi feito de novo este ano, sem a minha anuência, porque eu detectei...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Presidente, assim ó...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor vai escutar aqui, senhor.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –... eu não tive a oportunidade assim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor vai escutar, o senhor vai escutar. O senhor veio aqui...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Presidente, se tiver afirmações da gestão do governo do Estado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor veio aqui fazer propaganda do governo do Estado.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –... eu quero ter a oportunidade também.

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não, é, eu, eu vou falar, eu vou falar a verdade...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Então, eu acho que nós temos que encaminhar, Presidente, ou por encerramento ou eu quero ter oportunidade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas o senhor é um mal-educado...

Página 1215. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor pensa que está onde, Coronel?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor é um mal-educado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor acha que está onde?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores Deputados, eu peço que....

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor interfere em todas as falas, o senhor quer falar só o que o senhor quer. O senhor quer vir aqui fazer propaganda do governo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Senhor Presidente, vamos encerrar...

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: "Pensa que está falando com soldado."*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Deputado Sargento Lima, desculpa, Deputado, eu só quero...

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu não consigo falar, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu só quero, eu só quero...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu não consigo falar, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Conclua, Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu só quero dizer uma coisa, 2019 - e eu disse isso lá em dezembro para o Governador, antes dele assumir - e o Deputado Kennedy estava junto, e a nossa bancada -, eu disse: Governador, o senhor é homem de muita sorte, porque além de ter ganho uma eleição improvável, o senhor vai ter uma arrecadação espetacular em 2019, Secretário Tasca. Eu disse isso pra ele, lá em 2018, porque nós estávamos saindo uma recessão. Eu participei da formação do Orçamento do Estado, que o Paulo Eli fez. Ele fez com subestimação de receita onde aparecia aquele *deficit* de 1,2 bi, lá no Orçamento. Assim como foi apresentado um Orçamento para 2020 com *deficit* de 800, e que eu questionei que tinha ali 2,5 bilhões escondido, tá. Tanto é que já foi feito 2 bilhões e pouco de alteração orçamentária, por perspectiva de superávit.

Então, tudo isso eu falei, e o Secretário Paulo Eli concordou, porque eu sei olhar o orçamento. Então nós tivemos uma arrecadação em 2019 de mais de 2,5 bilhões acima do Orçamento. Por isso, que deu superávit, por isso, que se pagou as contas que vinham de um processo de recessão profunda que nós vivemos no Brasil.

Só que tem um problema, Secretário Tasca, no ano passado essa Secretaria de Saúde que funcionam tão bem, ela não conseguiu pagar e o Secretário, ex-Secretário Douglas veio aqui pedir desculpas pra nós, no final do ano, lá na Presidência, com todos os Deputados aqui, pedir desculpas, porque a Secretaria de Saúde não conseguiu sequer fazer um convênio com as Prefeituras do Orçamento Impositivo, que 50% era para a Saúde para ajudar o Estado, para fazer o dinheiro chega lá na ponta, porque não tinha capacidade de fazer. Fizeram tanta burocracia que, de um municipiozinho de cinco mil habitantes, eles fizeram quatro plano de trabalho num ano, nenhum funcionou e, no final, eles pediram até a carteirinha do SUS das pessoas que seriam atendidas com o dinheiro.

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Esse é o, esse é o governo, esse é o governo que funciona. Esse é o governo que funciona...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – E, Deputado, como é que funcionou na gestão anterior?

Fls. 3754

Página 1216. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Agora, agora o senhor vai escutar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores Deputados, eu quero...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Agora o senhor vai escutar.

Eu convivo com os hospitais, os hospitais estão fechando as portas; a fila de saúde do povo está triste. Enquanto o nosso Cepon aqui atendia, quando o diagnóstico do câncer em trinta dias, era a lei daqui, e todo o governo cumpriu até hoje, menos esse. Nós temos gente, paciente de câncer com seis meses esperando pra ser atendido. Vai morrer. Vai morrer!

Então, gestão de saúde, Secretário Tasca, é fazer com que o povo saia da fila lá. Como eu fiz lá em Rio do Sul, não deixar que a fila ficasse maior do que trinta dias, mutirão tira da fila, vamos salvar a vida. Vamos cuidar das pessoas. Não é cuidar do dinheiro ali, e dizer que com isso está fazendo gestão, asfixiante nos hospitais e deixando o povo morrer na fila. Isso não é gestão de saúde.

Então, por isso, eu ouvi as suas tentativas de fazer é... mostrar aqui que o governo era essa fantasia de coisa bonita e fiquei quieto. Agora quando o senhor, na fase final aqui, em vez de falar sobre o fato, o senhor quer fazer uma exaltação a esse governo, e nós que estamos aqui, com povo, sabemos o quanto nós estamos sofrendo, que as estradas estão cheias de buracos, estão cheias de capim, que o povo está na fila, que as escolas não conseguiram fazer uma reforma da escola, uma licitação da escola - parece que fizeram cinco no ano passado, cinco licitações conseguiu sair, e um monte de escola caindo aos pedaços. Isso, isso não é eficiência. E tinha dinheiro na conta, dinheiro sobrando lá do Fundef...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado, só pelo adiantado da hora, vamos concluir.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Então eu só pedi licença para o senhor (*dirige-se ao Presidente*), porque eu não posso ficar aqui para ouvir uma pessoa do governo falar de coisas que não são verdade. Falar de coisas que não são verdade, porque nós viemos aqui para tratar da CPI.

Eu me pautei aqui só pela CPI. Fiz perguntas só pela CPI. Agora o Secretário veio aqui para fazer propaganda do governo. E eu não vou ficar aqui, ao final, para ouvi-lo fazer propaganda enganosa desse governo.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Realmente esse não é o lugar adequado, quero agradecer a todos os Deputados...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Nós temos aqui, Presidente, por favor, eu acho que teve algumas afirmações em relação, principalmente dizendo que não era verdade, e acho que é importante destacar aqui, primeiro, né, quando a gente fala da emenda impositiva nós não temos referência, porque esse foi o primeiro governo que está pagando as emendas impositivas.

Segundo ponto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Aqui é a democracia, Deputado, pode falar.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...esse é o governo que está fazendo, que está fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Aqui na Assembleia é democracia, aqui a gente pode falar.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...que fez em 2019 o maior investimento em educação da história. Primeira vez que superou os 24%.

Então nós estamos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Secretário Tasca, vocês contrataram 120 novos auditores e procuradores agora que deram 7 milhões de prejuízo/mês ...

Página 1217. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...nós estamos, e aí é uma pena, Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – 2, 2,5 bilhões...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...e aí o catarinense, o catarinense vai ficar sem uma oportunidade de identificar que o governo de Santa Catarina está entregando aquilo que o catarinense exigiu quando elegeu o Governador Moisés 71% dos votos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Parabéns, senhores.

Encerramos esta reunião, convocando uma próxima para quinta-feira, às dez horas da manhã.

Muito obrigado a todos. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI

Página 1218. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3755
Rubrica

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 9 DE JULHO DE 2020, ÀS 10H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito bom-dia a todas, muito bom-dia a todos.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 15ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência nº 11/2020.

Estão presentes nessa reunião: Deputado Sargento Lima, Deputado Ivan Naatz, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Fabiano da Luz, e nos acompanhando de forma remota o Deputado Moacir Sopelsa, o Deputado Milton Hobus, o Deputado João Amin e o Deputado Kennedy Nunes.

Comunico antecipadamente que não iremos colocar em votação a ata da reunião anterior, tendo em vista que a mesma ainda está em elaboração. Assim que ela estiver pronta, na próxima reunião, será colocada em votação junto com a da15ª Reunião.

Nós recebemos alguns ofícios, senhores Deputados e aqueles que nos acompanham. Ofício nº637/220, da Secretaria de Estado da Saúde, encaminhando esclarecimentos apresentados pelo Corregedor, por meio da Informação nº 040-2020, já acostado aos autos; um Habeas Corpus Criminal nº 5019279-43.2020.8.24.000/SC, de 2020, que teve como impetrante o senhor Clóvis Renato Squio, restringindo seu depoimento aos integrantes da CPI - mais tarde vou fazer menção a esse *habeas corpus* do senhor Clóvis; e uma petição, enviada também pelo senhor Clóvis Renato Squio, solicitando a realização da oitiva de forma reservada, de acordo com o mencionado pelo ilustre Desembargador Ernani Guetten de Almeida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhores Deputados, muito bom-dia a todos.

Eu recebi esse ofício ontem, pelo WhatsApp, e tive dificuldade de abrir. Eu só solicito aos membros da CPI reserva com relação ao ofício que recebemos da Secretaria da Saúde. Pelo que eu entendi no ofício eles fizeram restrições a entregar a cópia na íntegra da CPSI, da Comissão de Sindicância que apura esse processo da compra dos respiradores dentro da CGE.

Então, como eu não tive acesso exatamente ao que trata aquele ofício, só queria reservar para deferir sobre ele na próxima sessão.

Página 1219. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor está fazendo menção a esse ou ao do Clóvis?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O 040. Não, o Ofício n° 637/220.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para conhecimento dos demais senhores Deputados, trata-se da sinopse da correspondência do ofício da Secretaria de Estado da Saúde, encaminhando os esclarecimentos apresentados pelo Corregedor por meio de Informação. Seria esse, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, é a esse que eu me refiro, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor. Quero consultar os senhores Deputados se, como acordado anteriormente, eu receberia os requerimentos aqui, e poderia colocar na sessão em discussão e votação. Consulto os senhores Deputados se existe algum requerimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente, é o seguinte: eu ouvi uma fala do jornalista Roberto Azevedo e também do jornalista Prisco Paraíso de que chegou a esta CPI um pedido de expedição de ofício de prisão de pessoas, que foi protocolado na CPI um pedido nesse sentido.

Eu consulto a vossa excelência e os assessores se foi protocolado na CPI algum pedido de prisão de qualquer pessoa, expedição de ofício para prisão, ou coisa nesse sentido, senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não foi recebido, nem protocolado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, então vossa excelência confirma que não há na CPI nenhum pedido de prisão, nem expedição de ofício, absolutamente nada.

Eu queria alertar a imprensa, principalmente nossos colegas que têm contribuído muito para o desenvolvimento da CPI – a imprensa tem feito um trabalho extraordinário –, mas alguns, principalmente comentaristas de TV, que temos observado que têm recebido informações *fake news* e têm divulgado essas informações *fake news*. Não se sabe exatamente por que interesse e por distribuição de quem.

Mas é preciso que o pessoal da TV, principalmente, porque a TV tem aquela coisa de não conversar com as partes. A TV faz o comentário que, registro aqui, é muito importante para a CPI, o papel da imprensa é extraordinário, mas, para o pessoal que comenta na TV a CPI, que todos os catarinenses estão acompanhando, que tenham muito cuidado com relação à divulgação de informações que não são verdadeiras.

Todas as informações da CPI são decididas em colegiado, são decididas pelo conjunto de Deputados e, quando o conjunto de Deputados deliberar sobre uma determinada ação, essa ação vai ser oficializada, vai ser tornada efetiva, registrada nos anais da Casa. E nada que acontece nesta CPI de forma oficial não é protocolado.

Então,eu queria pedir encarecidamente,senhor Presidente, membros da CPI, quem nos acompanha em casa e, principalmente, imprensa, pessoal que comenta na TV, que tenham cuidado para não espalhar notícias falsas.

A informação dada ontem pelo Prisco Paraíso no comentário dele da TV, de que a CPI tinha protocolado um pedido de prisão de uma pessoa, não é verdadeira, assim como,o comentário do Roberto Azevedo também nesse sentido não é verdadeiro.

Então, refaço esse registro, senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Reforçando, Deputado Ivan Naatz, para aqueles que nos acompanham, eu acredito que a gente pode encontrar várias... durante as nossas discussões e reuniões, várias alternativas e vários

Página 1220. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

3756

caminhos que podem ser tomados pela nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.A gente chama de nossa mesmo, porque estamos aqui e todos nós... vários assuntos são tratados, mas vale aquilo que é entregue, aquilo que é protocolado, aquilo que é oficializado, aquilo que a gente dá por recebido, aquilo que é discutido e posteriormente votado. Isso é o que vale aqui, na Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado, senhor Presidente.

Também registro uma nota da Polícia Militar, dos oficiais da Polícia Militar de Santa Catarina, expedida ontem, com relação ao comportamento da CPI com os oficiais. Eu, na condição de Relator, queria fazer a defesa da CPI, dizendo que a CPI tem tido um comportamento extremamente pontual. A CPI está orgulhando todos os catarinenses, está orgulhando a Assembleia Legislativa, está orgulhando os servidores da Assembleia Legislativa. E a CPI tem feito um trabalho... não porque está sob o comando de vossa excelência, Deputado Sargento Lima, mas tem a ajuda de todos os demais Deputados, no sentido de fazer esse reconhecimento dos catarinenses, que hoje a gente nota pelas redes sociais a confiança que os catarinenses têm na CPI.E a nota dos oficiais da PM ontem, dizendo que a CPI tem sido dura com alguns oficiais, eu quero fazer só uma parte. A CPI tem sido dura com todas as pessoas que passam por aqui, sempre no desejo de esclarecer a verdade. Qualquer pessoa que senta nesse banco e diz que não sabe, não viu, não ouviu, quando tinha obrigação de saber, ver e ouvir, pelo que determina o Direito Administrativo, vai receber represálias da CPI, porque os membros da CPI são os fiscais do dinheiro do contribuinte.

Então o meu registro de admiração aos oficiais da Polícia Militar da ativa, e a minha preocupação com os oficiais que foram chamados a prestar ao governo de Santa Catarina, chamados a prestar serviço ao governo de Santa Catarina. São os que estão na atividade civil que estão vindo aqui conversar conosco, não são os militares. Os militares, que estão no serviço militar, estão... só orgulham os catarinenses.

Então faço esse registro, senhor Presidente, à Associação dos Oficiais Militares, que a CPI e a Assembleia Legislativa tem o maior carinho com cada um desses membros, e a CPI só faz o trabalho dela.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ainda na esteira do Deputado-Relator, queria dizer que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Depois eu queria falar também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...uma instituição que há quase duzentos anos, com mais de 180 anos, que nada mais faz do que prestar excelentes serviços à sociedade catarinense.

Também quero dizer que qualquer um que sentar naquela cadeira ali na frente vai ter todos os seus direitos constitucionais garantidos e nada mais do que isso. Mas tem que estar preparado para o entrechoque das opiniões, porque a partir delas é que vai se extrair algum resultado positivo para essa Comissão.

Jamais vou cercear um Deputado, dentro dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, de expressar e trazer a todo povo catarinense - que é realmente quem nos assiste, acompanha nosso trabalho e que espera o resultado do nosso trabalho -, de se expressar livremente de qualquer forma e qualquer que seja sua ideia.

E como eu disse, o homem que está ali dentro e que fundamentou toda a sua carreira em cima do gerenciamento de crise, ele tem que estar preparado para sentar ali, na frente, e também ter a capacidade de argumentar de igual para igual com qualquer um dos Deputados aqui.

Página 1221. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Muitas vezes é questionada essa situação da legitimidade ou se estamos sendo extremamente duros ou poucos simpáticos, como também já disseram aqui dentro. Eu tentei procurar a palavra simpatia, carinho, educação, dentro do Regimento e não encontrei até agora.

Uma testemunha tem que sentar aqui, à frente, outros de forma remota, como também já está acontecendo, e nós estamos dando essa possibilidade a todos, liberdade essa que em nenhum outro foro vai ser estendido, de você poder consultar o processo ali na frente, o livre acesso a seus defensores, não está sendo acompanhado de advogado que quem não quer.

Então isso aí tem que deixar muito claro para a sociedade mesmo, é esse entrechoque aqui. Os Deputados têm conhecimento de causa, eles estudaram a matéria, e eles vão confrontar, sim, qualquer um que se sentar naquela cadeira ali dentro, tendo todos os seus direitos assistidos, tanto uma parte quanto a outra, aqui, na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Consulto os senhores Deputados... Deputado Kennedy Nunes pediu a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim.

Presidente, ainda para falar sobre esse assunto. Eu entendo que a Acors está fazendo o papel dela. A Associação que defende os oficiais. Então a Acors está fazendo o papel dela, e nós... não é a nota da Acors que vai mudar a nossa forma de trabalhar aqui na CPI.

E com relação a essa questão especificamente, nós temos o papel do senhor, Presidente. O senhor é um militar, fez a sua carreira na Polícia Militar, orgulha toda a Polícia Militar, assim como todos os outros que usam a farda, seja da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros.Mas, bem lembrado pelo Relator, que todos que sentam aí, inclusive, o senhor Presidente, são civis, não são militares. Estão aí... nós todos estamos no lugar civil, inclusive o que reclamou tanto, o Secretário Tasca, que mesmo que com um decreto do Governador dizendo que o serviço de administração do Estado é questão de segurança pública, ele não sentou aí como militar, não, mesmo que ele esteja na ativa, porque serviço de administração não é serviço militar, é serviço civil.

Então mesmo que ele entrou aí, sentou, ele era um civil. Então... mas tudo certo, eu acho que a Acors está fazendo o papel dela, que é defender os seus associados. Mas, registre-se aqui, tenho recebido, senhor Presidente, muitas, muitas declarações de oficiais, que se sentem envergonhados por algumas ações de outros oficiais que estão no serviço civil.

Então essa é a minha palavra, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Kennedy Nunes.

Consulto vossas excelências, se existe algum requerimento a apresentar por parte dos senhores, para que a gente possa votar com celeridade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente, eu apresento requerimento de realização de trabalhos internos da CPI para a próxima terça e próxima quinta-feira.

Existem diversos documentos que chegaram, ofícios, que precisam ser analisados pelo grupo de Parlamentares e isso demanda um tempo extraordinário, porque o volume de documentos é muito grande e nós precisamos trabalhar a recepção desses documentos na próxima terça-feira e na próxima quinta-feira, razão pela qual apresento o requerimento verbal de trabalhos internos da CPI, terça e quinta da próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Coloco em discussão entre os Deputados.

O SR. DEPUTADO FABIANO DA LUZ – De acordo.

Página 1222. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3757

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Só uma pergunta. Desculpem aí, quando é que vence o nosso prazo pré-estipulado no início da CPI?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Moacir Sopelsa, existe um prazo regimental de 120 dias. Nós estamos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Mas nós tínhamos falado num prazo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Isso. Até o final desse mês corrente agora, Deputado. Se nenhum fato novo ainda vier ao nosso conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – A minha pergunta é porque sempre, em todas as CPIs, se começa a prorrogar prazo. Eu sei que nós estamos dentro do prazo regimental, mas no início nós havíamos estipulado um prazo, eu não lembro, parece que eram sessenta dias, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Isso. No dia 15 de julho ele iria...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Venceria o nosso prazo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É, mas para trabalhar dentro da folga, né? Mesmo assim nós ainda teríamos mais sessenta, mas a ideia é essa mesmo, Deputado Sopelsa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado Sopelsa, é que nós tivemos duas paralisações que foram extraordinárias. Primeiro a Covid, que trancou os trabalhos da Assembleia durante uma semana. Então nós fomos prejudicados por duas semanas sem atividade. Depois, no calendário da CPI, se observou um feriado nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Um feriado nacional.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que impossibilitou a ouvida de uma testemunha. Isso então nos tirou cerca de dez dias de trabalho. Mas o meu desejo e o desejo de todos os Deputados aqui, é de apresentar o relatório até o final do mês e ficar dentro do que foi estabelecido com a sociedade catarinense. Se, repito, nenhum fato extraordinário surgir, por quê? Porque nós sabemos que existe um inquérito, dois, na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Dois inquéritos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dois inquéritos da polícia... da força-tarefa, trabalhando em sigilo, e aos quais a CPI está trabalhando para tentar ter acesso a esse compartilhamento de informações.Como nós temos esses inquéritos e não sabemos o que tem lá dentro, e vai que lá dentro tem alguma coisa que exige da CPI uma intervenção, alguma coisa nesse sentido, nós vamos ter que decidir sobre essas informações.

Mas enfim, se não acontecer nada no meio do caminho, se estiver tudo como nós estamos planejando, a ideia é apresentar o relatório no final do mês, Deputado Cobalchini (*sic*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Não, a minha pergunta, Deputado Ivan, e eu acho que tudo aquilo que a gente pode... que for justificável, não vejo nenhum problema.

Eu sinto que a sociedade não gosta quando você começa a prorrogar prazo, sabe? Parece assim que está se fazendo uma coisa que não tem fim. Então a minha indagação é que realmente a gente possa, dentro do prazo estipulado, com justificativa de prorrogação, a gente poder dar uma resposta, assim demonstrando que nós estamos trabalhando para esclarecer, mas também para concluir. Essa é a minha sugestão.

Página 1223. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, Deputado.A grande verdade é que a própria população acompanha e espera que seja rapidamente, porém ela não tem uma noção da vasta documentação que tem para ser analisada. Dentro em pouco, nós vamos pegar mais de seis mil páginas de documentos que têm que ser exaustivamente lidos, para que não se cometa nenhuma injustiça e também para que se faça justiça.

Então, eu acredito que ela vai ter essa resposta bem positiva, tendo em vista que a gente não chegou a cumprir nem mesmo metade do prazo regimental.

Deputado Valdir Cobalchini, o senhor queria fazer uso da palavra?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Não, apenas sugerir que a gente pudesse começar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Dar celeridade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Dar celeridade. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: Clovis Pires da Silva / Leitura final: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Terminada a discussão, em votação o requerimento do Deputado-Relator, apresentado aqui verbalmente.

Os senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Nós já estamos lá com o nosso amigo [conectado], o Cauê Lopes Martins...

(*O depoente Cauê Lopes Martins conecta-se à videoconferência.*)

Muito bom-dia, senhor Cauê. O senhor nos ouve?

(*Pausa.*)

O senhor está com o microfone desligado, seu Cauê. Tem um iconezinho ali de um microfone.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Me escuta agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Maravilha. Bom dia a todos, bom dia, Deputado Sargento Lima, Deputado Ivan Naatz, Deputado Cobalchini e os demais Deputados que se encontram presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito bom-dia. Senhor Cauê, o senhor sabe por que foi convidado a fazer parte e estar presente aqui nesta reunião, nesta manhã de hoje?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Sei, sim, senhor Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Cauê, é muito importante o que vou dizer para o senhor agora aqui, tá? É um compromisso.

O senhor assume o compromisso de dizer a verdade somente a verdade no âmbito desta Comissão acerca dos fatos que lhe forem perguntados sob pena de concorrer pelo crime de falso testemunho?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Com certeza, senhor Deputado, tenho a verdade como o meu es...cudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim? Sim?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Quero lembrar ao senhor também que, na condição de testemunha compromissada, o senhor tem o direito de permanecer calado, mas é necessário que o senhor expresse essa vontade de o senhor permanecer calado. Caso alguma pergunta o senhor não queira responder, tem que falar: eu prefiro permanecer calado. O senhor compreendeu?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá bom.

Página 1224. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3758

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Compreendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Cauê, para fazer o registro, eu gostaria até que o senhor se aproximasse mais um pouco do microfone, ou pudesse tirar a máscara, porque existe uma dificuldade de entender o que o senhor diz e para o registro das nossas taquígrafas...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Eu tô com fone de ouvido... eu tô com fone de ouvido, não sei se vocês estão conseguindo me entender por causa do fone de ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — É, mas nós não, a gente está aqui, isso é um ambiente.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Está escutando? Ele deu uma falhada no sinal. Está conseguindo me escutar agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Maravilha. O que que o senhor precisa de dados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) —Peço que o senhor fale o nome completo do senhor, a sua idade, a sua data de nascimento, a sua profissão e onde exerce sua atividade profissional e o endereço completo.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Cauê Lopes Martins, nasci no dia 5/3/88, é... sou empresário, eu moro em São Paulo, minha profissão tamb... é... meu local de profissão também é em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Endereço completo do senhor?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — É o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Onde o senhor está?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Por motivo de segurança da minha fam... por motivo de segurança da minha família, eu gostaria de se pedisse é... o senhor tem meu endereço já, aí, já enviei por *e-mail*, se eu poderia me abster de falar meu endereço *on-line* aqui, por... pelo processo tá em, em decorrência ainda.

Queria ver se os senhores poderiam a... ter meu endereço, vocês já têm meu endereço aí, só por causa disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, o senhor está como testemunha aqui e eu estou qualificando o senhor.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Por isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas o senhor está sendo qualificado e aí eu preciso do endereço.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Mas... o senhor entende que a gente tá *on-line*, que a minha família tem receio de... do que está acontecendo. Eu posso falar meu endereço, sem problema nenhum, me... meu endereço tá aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Vocês têm ciência do meu endereço. Só pelo... uma questão mesmo de tranquilidade mental da minha esposa, dos meus filhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — De qual cidade o senhor está falando?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Se... que eu tô falando agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — É.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Eu tô na Bahia, interior da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O que foi repassado para nós é que o senhor estava em São Paulo.

Página 1225. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Não, não estou em São Paulo. Eu enviei um *e-mail*, inclusive dia 18/6 pros Deputados Felipe Estevão, a... é... enviando meus dados e falando o local onde... eu não estaria em São Paulo devido a quarentenas. Saí de São Paulo é... no começo de março, de quando foi... começou a quarentena a gente saiu de lá. Mas meu endereço, minha residência é em São Paulo. Minhas empresas também são em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor está acompanhado de advogado?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá. Vou passar a palavra agora ao Relator Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bom-dia, Cauê.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Bom dia, Deputado, tudo bem com o senhor?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor se importa de tirar a máscara? O senhor escolheu uma máscara bem grande, eu só consigo ver o... a cabeça.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Deputado, eu tô num local que... é... o uso da máscara é obrigatório.

Então eu tô num condomínio, tem várias pessoas passando por aqui, e tirar a máscara eu vou tá infringindo uma lei, não me importo de forma alguma mostrar meu rosto, não, só vou... só tô aqui... vou mostrar pros senhores. (*O depoente retira a máscara.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Coloca na tela grande pra gente poder ver aqui.

Por favor, poderia voltar a mostrar o seu rosto para gente aqui te conhecer? (*O depoente tirou a máscara novamente.*) Porque tem muitas fotografias no inquérito, é importante a gente identificar algumas fotos, algumas imagens. Muito bem. Obrigado, viu?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — De nada, Deputado, eu tô aqui pra ajudar no que for preciso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Qual é o negócio do senhor, o senhor trabalha com o quê?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Com agronegócio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Agronegócio?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Sim, minha empresa representa alguns grupos brasileiros. A gente faz exportação de carne, soja, milho, açúcar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá, mas nós estamos falando aqui de...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Também trazemos in... insumos, insumos pra áreas agrícolas, pra plantação de milho, soja. A gente faz é... a distribuição de ureia e fert... e outros fertilizantes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, o senhor... porque nós estamos aqui... o senhor sabe dessa compra dos respiradores, né?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Sei, dessa lamentável compra, né, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É lamentável e triste, né, para Santa Catarina, para os catarinenses.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Muito triste, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — O senhor, o senhor, se me permite só, um, um, um, um pedacinho aí, no começo da sua pergunta, porque é tão triste e lamentável uma

Fls. 3759

Página 1226. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

situação dessas, e é tão... a gente tá falando aí, eu não sei se o senhor tem ciência de... mas cada respirador desse, o senhor sabe quantas vidas salva cada respirador desse, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Esse não vai salvar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É. (*Risos.*)

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — O senhor tem noção de quantas vidas salva cada respirador desse?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não... eu...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Pelo menos uma. Então, a gente está falando de duzentas vidas, de duzentas vidas de catarinense e brasileiro que estão...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Esse...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — É, é deplorável uma situação dessa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Estes aí não vão... estes aí não vão salvar a vida de ninguém, né?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Infelizmente, Deputado, tem duzentas famílias aí, pelo menos, duzentas famílias chorando hoje, que não pode porque (*falha na transmissão*) que essa doença é uma coisa catastrófico e revoltante mesmo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom, vamos entrar diretamente no que nos leva a conversar com o senhor.

Como é que o senhor entrou nessa história toda...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ... como é que o senhor foi parar nesse grupo de WhatsApp, foi se meter no meio da Brazilian Trading, foi se envolver com Germano Lincoln?

Senhor Cauê, como é que o senhor explica pra gente essas citações que o Ministério Público de Santa Catarina faz a seu respeito, trata o senhor como um dos investigados?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Deputado, não. O Estado de Santa Catarina não me trata como investigado, não. Desculpa, eu sou testemunha nesse processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, não, é que eu estou aqui com a investigação do Ministério Público, né, na minha mão.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Ã-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E posso mostrar para o senhor, o senhor tá longe...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Mas eu não sou como in ...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ... o senhor tá longe aqui, né?

(*O Relator mostra os documentos ao depoente por videoconferência.*)

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Eu não sou investigado, não, Deputado, eu sou testemunha. Desde o começo fui eu que entreguei todas as conversas de WhatsApp, fiz tudo o que o Ministério Público precisou, eu fui pró-ativamente, é... ajudar e pra tentar esclarecer e colocar aqui quem deve mesmo (*falha na transmissão*) a... no seu devido lugar.

Então não sou o investigado.

(*O senhor Presidente sai da mesa por alguns iunstantes.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Sou testemunha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. Obrigado pelo esclarecimento, né?

Só que essa é uma decisão da Polícia Civil, não é sua, não é minha, né, não é de ninguém, mas vamos lá.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — É... eu disse (*falha na transmissão*)...

Página 1227. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vamos conversar.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — ...justamente, é a Polícia Civil me, me tem como testemunha, o grupo Gaeco com, com os Promotores também me tem como testemunha. Nunca fui investigado é... porque não tem motivos pra eu ser investigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Quem analisou o processo e viu o processo (*ininteligível*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...vamos nos concentrar no que a gente precisa conversar, senão vai demorar muito nosso bate-papo.

É o seguinte, é...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Só que tem coisas que têm que ser esclarecidas, porque na última sessão, na outra sessão, eu fui tido como foragido e eu tenho endereço fixo, tenho minhas empresas, nunca fui foragido de nada.

Então, é... sou empresário, é... tô aqui pra ajudar no que for preciso. Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas, por favor, Germano...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — ...nenhum, nenhum tipo de injustiça.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Oh... Cal...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Só para não acontecer nenhum tipo de injustiça comigo. É tão difícil construir um nome, ser empresário hoje no Brasil, é, Deputado, e, é tão... Eu, eu entrei nesse negócio pra poder de, da melhor forma possível ajudar as pessoas porque esse negócio, desde do começo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pô, estou tentando conversar com ele (*ininteligível*).

(*O senhor Presidente retorna à mesa.*)

Pede pra ele somente responder às perguntas.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — ...a primeira oitiva que eu entrei nele foi pra tentar salvar vidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Cauê, eu vou explicar pro senhor aqui a dinâmica...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Oi, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...a dinâmica de como funciona a coisa aqui.

Nós temos, né, óbvio, a gente não tem tempo pra terminar a nossa Comissão, tá, e...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ... e na condição de testemunha compromissada do senhor aqui, nós já abrimos um precedente ali pro senhor em relação a documentação.

Eu entendo até o porquê o senhor tem medo mesmo ali de ter colocado o endereço a público, isso é normal, né, mora na cidade de São Paulo, na Bahia, pode ser. As pessoas que estão envolvidas mesmo nesse inquérito também são pessoas que...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — O senhor entende.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O próprio Tasca esteve...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — O senhor entende.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ... ontem aqui, dizendo que o Estado de Santa Catarina entende que tem uma organização criminosa por trás da compra desses respiradores.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Mas ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então vou explicar para o senhor a dinâmica aqui. O Relator pergunta, os demais Deputados perguntam...

Página 1228. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

3760

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ... e o senhor responde à pergunta, os comentários ali, a não ser que ele queira que o senhor abrilhante mais a resposta do senhor, ou complemente ela de uma forma melhor.

Essa é a dinâmica que funciona aqui a Comissão Parlamentar de Inquérito. Não sei se o senhor acompanhou as outras, tá, mas vai ser feito dessa seguinte forma.

Deputado Ivan Naatz, vossa excelência continua com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Cauê, eu vou repetir a pergunta que fiz pra você. Como você...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Tá bom, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...entrou nessa história, já que você vende produtos do agronegócio. Como é que você entrou nesse grupo, como é que é essa história aí?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Tá bom. O... seu Germano Lincoln, é, como sabe que eu trabalho com exportação e Trading, me procurou pra gente fazer importações de alguns equipamentos hospitalares e EPIs (*ininteligível*) que eles teriam vendido pra alguns hospitais no Brasil e algumas empresas, da empresa CIMA.

Eu, como a minha empresa não tem qualificação técnica e não atua nesse ramo, falei: Olha, eu não consigo fazer, mas eu tenho uma empresa que a gente atua como representante comercial que é Brazilian Trading.

A gente importou um navio de ureia lá pela Brazilian Trading no começo do ano, e eu fiz a comercialização dessa ureia, desses fertilizantes, e sabia que a Brazilian tinha qualificação técnica e capacidade de fazer essa importação, apresentei o senhor Rafael pro negócio. Foi assim que começou, foi assim que eu entrei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá, e daí?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — E tentando ajudar, Deputado, tentando ajudar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom, e daí? O senhor entrou, e daí?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Olha, eu acabei entrando, o Germano criou o grupo pra gente começar a fazer, tratar da questões logísticas e documentais.

Nesse grupo a gente começou tratar, eu pedi para eles encaminharem as empresas que seriam é... seria emitida as notas, seria feita a importação e quais os produtos que a gente teria que importar.

E aí entrou o senhor Samuel, nesse grupo, é... passou os documentos, né, as, a empresa que seria, que faria a primeira compra e os equipamentos que seriam importados. Eu repassei por Rafael e aí o Rafael preparou a proposta e enviou a proposta.

É... depois no final, depois a proposta não foi, não foi concretizada, o senhor Samuel pediu uma comissão para alguém que era de fora da operação, e nós saímos dessa negociação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá. O negócio que o senhor estava tratando era a compra dos respiradores, especificamente o número deles?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — O número de respiradores?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — A primeira comp... o primeiro negócio, sim, era de respiradores, mas teriam... A conversa inicial foi: vocês... a gente precisa de uma empres... de uma *trading* pra fazer a importação de vários equipamentos, dentre eles, respiradores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o segundo?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — O segundo o quê? Não teve segundo, só teve esse.

Página 1229. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então o senhor falou o seguinte: que o primeiro contato foi pra isso, certo? Para ceder a sua empresa...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...pela sua *expertise*, é isso? Para usar da sua *expertise*?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas a Brazilian Trading já não é uma empresa? A CIMA já não é uma empresa que faz esse tipo de serviço?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Não. A Brazilian Trading é uma empresa que faz esse tipo de serviço. A minha empresa não tinha qualificação técnica pra prestar esse tipo de serviço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá. E por que isso? O senhor não tinha qualificação técnica, por que o Germano procurou o senhor? Eu não estou entendendo isso aí.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Porque eu trabalho com *trading*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas o Germano já tinha a Brazilian Trading.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Não, o Germano não tinha a Brazilian Trading.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Brazilian, o Rodovalho?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Quem tinha a Brazilian Trading...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Rodovalho, o Rodovalho já tinha a Brazilian Trading, eles tinham empresas. Não estou entendendo por que que eles já tinham a Brazilian Trading, por que que eles estavam?...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Desculpa, Deputado, eu acho, acho que você está equivocado aí a sua questão que... é, quem apresentou a Brazilian Trading pro Germano e para o Samuel fui eu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ah...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Quem fez o *link* entre a Brazilian Trading e o Germano e o Samuel fui eu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas eu entendo o seguinte...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Quando *(ininteligível)*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu estou, eu estou tentando dizer o seguinte: Se o senhor tinha... o senhor tinha essa sua *trading*, por que o senhor indicou uma outra?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Porque a minha *trading* não faz... eu não trabalho com equipamentos hospitalares, o Rafael trabalha, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ãh, entendi.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Eu nunca importei nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Entendi.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — A minha, a minha empresa não tem qualificação, não é a minha *expertise*. Eu tava... eu entrei nesse negócio, Deputado, porque tava um caos imperando no país e uma loucura tão grande, eu tava querendo ajudar de alguma forma o Brasil, Deputado.

E depois que eu fiquei sabendo que era no Estado de Santa Catarina, eu queria ajudar mais ainda, porque minha mãe é de Xanxerê, nascida no oeste catarinense, é, minha infância foi... amo muito esse Estado e queria mesmo ajudar de alguma forma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, entendi.

Página 1230. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

3761

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Deputado Ivan Naatz, se me permite só um apartezinho na sua pergunta, pode ser, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Claro, claro, fica à vontade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Seu Cauê, muito bom-dia, eu sou o Deputado Milton Hobus.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Bom dia, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Seu Cauê, o senhor disse que... eu entendi bem o que o senhor falou, o senhor trabalha na área agrícola...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...(*ininteligível*) equipamentos hospitalares e o senhor indicou uma *trading* que o senhor sabe que teria condições de trazer equipamentos hospitalares, o senhor Samuel e o senhor Rodovalho. E o senhor diz que o senhor saiu fora e também a Brazilian Trading quando o senhor Samuel pediu uma comissão para um terceiro.

O senhor sabe quem era esse terceiro, se era alguém do governo? É, o senhor comentou alguma coisa sobre isso? Isso é muito importante, seu Cauê.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Não. Eu sei o tanto que é importante essa pergunta, Deputado, eu realmente não sei pra quem que era porque eu não tinha conhecimento. O meu, o meu contato era com o Germano. O Samuel entrou, é, no grupo passando a *expertises* como representante da empresa CIMA. Então eu não tinha como saber com quem que ele tava tratando. Queria poder ajudar nessa questão e elucidar os senhores aí da melhor forma possível, mas realmente, é, se eu falar qualquer coisa aqui eu taria mentindo porque não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Muito obrigado, seu Cauê.

Era só isso, senhor Relator, complementar a sua pergunta porque ficou essa resposta no ar, só para que ela fosse esclarecida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Obrigado, Deputado. Depois que o senhor saiu do grupo ali, voltou a conversar com alguém? A partir da hora que surgiu?...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Só com o Germano.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá, daí...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Falei com o seu Germano.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...que deu errado o negócio?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Fui buscar explicações, fui buscar explicações, é, sobre do que que se tratava, por que que é... teria que pagar comissão de alguém de fora. Ele disse que não sabia também e, aí, eu me abdiquei desse negócio, não quis mais contato com eles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mesmo dep?...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Depois fiz cont... depois fui ter contato novamente só quando saiu a reportagem do Antagonista que eu enviei pra ele à reportagem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E ele, conseguiu falar com ele?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Consegui, falei, falei que merda é essa? O que que está acontecendo? É... muito indignado, Deputado, e ele também não me explicou, não conseguiu me elucidar de ver o que tava acontecendo, diz que não sabia, que era outras coisas.

Página 1231. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tem algum fato que gostaria de falar com os Deputados a respeito dessa tratativa, dessa comunicação interna? Algo que o senhor... é da *expertise* do senhor as importações como, por exemplo, é... vocês chegaram a questionar sobre o prazo de entrega? Porque parecia um prazo muito próximo, né, de compromisso de entrega dos equipamentos.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Pela urgência, pela urgência, Deputado, que se demonstrava a situação naquele momento, início de pandemia, é... eu imaginei que os prazos poderiam ser cumpridos porque um equipamento pra sair hoje da China e vim para o Brasil bastava um avião, né?

Então, não sei, eu, eu, eu realmente não tenho como... não tenho a *expertise* pra essa área de equipamentos. Por isso que contratei o Rafael.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor chegou a conversar sobre uma comissão para a sua empresa, o valor que o senhor receberia pelo negócio? [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Conversei. Claro, a minha, a minha empresa, a gente ia receber 1,5%, sendo dividido entre eu e o Rafael. E esses 0,75% eu queria que os senhores tomassem nota, porque pra mim é muito importante pro... eu ia doar prum hospital da minha cidade natal lá de Iraí, que tá muito sofrida a situação lá também.

Então desde o começo foi pra tentar ajudar, entrei nessa situação e eu acho que hoje a gente tá conseguindo ajudar elucidando isso. Porque se não tivesse acontecido, Deputado, se eles não tivessem pego a... a... proposta do Rafael e copiado, como copiaram, talvez essa CPI não tivesse acontecendo, hoje eu não estaria aqui, e os cofres públicos estavam lesados aí sem ninguém ter... nenhuma ciência disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – É triste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Bom dia, Cauê.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Bom dia, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Bom dia a todos.

Eu vou retirar a minha máscara agora para poder ficar mais claro, para que o senhor possa me ouvir melhor.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Como o senhor conheceu o Samuel?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Nesse grupo de WhatsApp.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor entrou que dia e saiu que dia?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Dia 25 e até o dia 26 durou esse grupo, depois não teve mais contato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Dois dias?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Como?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Dois...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Dois dias, como eu enviei todas as conversas do grupo pro Gaeco e pra Polícia Civil e... todas as conversas que eu tinha, fui o primeiro, muito antes de existir a operação, muito antes de existir CPI. Foi dali, eu acho, acredito que teve a base pra começar toda essa operação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O.k.

Página 1232. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
FLS. 3762

Dentro dessa proposta que o senhor e o Samuel fizeram, qual era o... vocês chegaram a esse custo dos 33?...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Não. Eu não fiz...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor participou? Não?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Eu não participei disso, foi o Samuel e o Rafael que fizeram os custos. Como eu volto a... a dizer, eu não tenho conhecimento nenhum nessa área hospitalar, eu tenho... meu negócio é vender soja, e milho, e açúcar, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor apenas mediou...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Tava tentando fazer...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mediou...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Tava tentando fazer uma ponte ali pra ajudar... de um... da melhor forma nosso Estado aí que... sofre tanto hoje em dia, né, Deputado. A gente vê esse povo aí mais de 7 milhões de pessoas, tá um medo inteirando essa doença, matando mais de 60 mil pessoas no Brasil é... é triste...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Além do...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – ...e as pessoas tentando levar vantagem num negócio desse, chega a dar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É lamentável isso.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – É lamentável, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor teve contato com o César Augustus?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Fábio Guasti?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Também não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – A partir da saída do Rafael, em função daquele pedido da comissão dos 3 milhões...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...que o Rafael afirmou aqui que não sabe, não teve a curiosidade de saber pra quem seria. Mas quem contatou o Samuel, quem contatou com o Rafael, o Samuel disse que se tratava dela, ela, o senhor teve alguma conversa com o Samuel, com Rafael em relação a isso? O Samuel não...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Não tive, não. Não tive, não, Deputado. Nunca mais conversei com Samuel, a não ser naquele grupo e... pretendo não conversar nunca mais também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Acho que o senhor não perde nada.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Também acho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Senhor Presidente, eu teria outros questionamentos, mas parece que a coisa não avança.

Talvez nós tivéssemos outra expectativa sua na participação, nesta CPI, eu tinha, tanto do senhor quanto do Germano. O Germano não foi ouvido pela CPI e talvez o papel dele tenha sido mais relevante.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Lamento que a gente não consegue... e claro, que não lhe atribuo nenhuma culpa em relação a isso.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Pois não tenho, né, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Também não quero fazer juízo da sua participação, mas, Presidente, eu não vou avançar com os

Página 1233. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

questionamentos, porque a gente não está... pelo menos em relação ao Cauê, prefiro acreditar que a participação dele tenha sido...

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: "Pontual."*)

Pontual, como o senhor tem mencionado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado.

Consulto o Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Bom dia, Cauê.

Eu sou o Deputado Kennedy.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Deputado Kennedy, bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Bom dia.

Eu sou jornalista, sou de profissão jornalista e a gente observa muito a expressão corporal e a linguagem não-verbal. Eu estou vendo que o senhor está querendo mostrar bastante a palavra gratidão, tem alguma coisa aí nessa sua mensagem, nessa sua camisa ou não?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Tem. Sou grato, Deputado, a Deus, sou grato à vida, sou grato a minha família, sou grato a tudo que eu tenho na minha vida hoje que eu levei anos pra construir, a reputação que eu tenho hoje e... eu sei que o senhor é um homem cristão também e... se o senhor me permite, pedir um pouquinho da sua ajuda, porque eu acabei sofrendo uma injustiça nesses dias, Deputado. Eu fui tratado como foragido e eu nunca fui foragido de nada, nunca vou ser foragido de nada e saiu em alguns jornais aí também a, a palavra do Deputado Ivan Naatz foi bem precisa no momento que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas deixa eu só lhe falar uma coisa aqui, Cauê. Todos nós na semana passada, quando a gente falou isso, nós fomos surpresos porque o pessoal da assessoria da CPI, o próprio delegado que está nos ajudando, eles vieram com uma informação que o senhor estava até um certo ponto cooperando, colocando-se à disposição e de repente houve um silêncio da sua parte. Por isso que a gente pensou que o senhor tinha, inclusive, desistido de falar aqui e por isso que nós todos ficamos tão assustados. Talvez por conta, aí eu não sei, mas houve, eles mostraram pra nós que houve várias mensagens e o senhor sequer não respondeu.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – É, houve tentativas no meu telefone, eu tô em viagem. Como eu informei no dia 18 pro Deputado Felipe Estevão, é... fui contatado pelo senhor Paulo, da assessoria, e o senhor Paulo pediu pra que eu enviasse um... *e-mail* com meus dados e... com o meu endereço. Eu enviei dizendo assim: boa tarde, solicito, é, como solicitado via contato telefônico pelo senhor Paulo, segue meus dados, endereço tal, tal, tal, CPF tal, tal, tal, como falei ao senhor Paulo, estou fora de São Paulo devido a quarentena, mas à disposição para ajudar no que for preciso.

Então eu tô em viagem, Deputado, eu tô no meio do mato...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, pois é. Essa daí a gente...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – É o melhor lugar que pega internet, meu telefone...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Esse *e-mail* a gente viu...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – É, Deputado, assim o meu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A gente ficou preocupado...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Eu tô num... (*falha na transmissão*).

Página 1234. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

3763

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A gente só ficou preocupado, Cauê...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Eu tô num local...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...exatamente por que nós estamos tendo esse problema de comunicação como agora aqui. Acho que você está numa situação, numa localidade com dificuldade de internet e daí nós ficamos preocupados porque...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Tô no interior da Bahia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ... esse *e-mail* a gente viu que era... realmente você estava se colocando à disposição, mas depois por WhatsApp não houve mais o atendimento. Eu só estou aqui querendo mostrar para você o porquê nós...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...chegamos a pensar assim que você estava fugindo ou não querendo colaborar. Então só para esclarecer isso daí, que hoje, pelo menos eu vejo...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...hoje eu vejo que é muito mais um problema disso que nós estamos enfrentando aqui de conexão de internet do que realmente nós chegamos a imaginar.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só para você entender, Cauê, você está na Bahia, e a gente não sabe onde você está. É só por isso, para justificar o que aconteceu, falta de comunicação e resultado dessa coisa, da movimentação que você fez pra lá e pra cá. Mas está tudo esclarecido, para nós está tudo certo. Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Cauê...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Maravilha, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...já que na verdade não houve a condição, pelo menos a gente esperava que você pudesse nos trazer a informação de quem teria pedido aquela comissão... até porque veja bem, Cauê, vocês são homens de negócio, você disse que trabalha com importação...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Agronegócio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, agronegócio. Então como é a vida de vocês, a vida de negócios de vocês é normal no relacionamento, numa transação comercial a comissão, isso é normal, né? É exatamente... até aí não existe anormalidade nenhuma.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Na minha empresa a gente chama remunera. Remunera pessoas que foram é... que colaboraram de alguma forma pra execução de um negócio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito, na transação comercial isso é normal.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O que nós estamos querendo aqui é porque além disso não ser uma transação comercial, o que nós estamos investigando, o próprio Gaeco diz que é um conluio de agentes públicos e privados que cometeram o crime, mas se o Deputado João Amin estiver aí me ajudando...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – "Odiondo", hedi, hediondo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, eu... tem uma frase que está lá, eu sempre decorro ao João Amin.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Acho que é isso.

Página 1235. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Me ajuda, João, por favor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Vamos lá, então. Com a permissão, bom dia, Cauê. É conluio criminoso entre agentes públicos e privados. E outra frase usada na investigação pelo Ministério Público: é a compra mais perversa da história de Santa Catarina.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Com certeza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – São essas duas, Kennedy.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Obrigado, Deputado João.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Estão inclusive nos momentos que o Ministério Público se comunicou pela imprensa nas coletivas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Obrigado, Deputado João. Eu sempre gosto de falar, até porque eu vejo que é exatamente isso, então por isso que eu falo que nesse contexto, Cauê, não é uma transação comercial normal.

E pior ainda, no momento em que... eu vejo assim, hoje tu colocando que quis ajudar o Estado, que tu querias fazer a doação do recurso, eu fico imaginando quem está acompanhando aqui e lá nós na CPI, começo a pensar que a gente está falando só com bom samaritano, só com gente que está querendo ajudar. Nós falamos com outro empresário também que disse: Olha, eu só queria ajudar, porque o Estado... mas a gente sabe que neste momento, e vocês que trabalham com negócios, não é só ajuda. Vocês queriam ter o lucro de vocês, o que é normal...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Não tente me colocar no meio de uma, de uma, de uma... eu não admito, Deputado, ser colocado, é... no meio, em conluio junto com pessoas que cometeram esse tipo de, esse tipo de crime. É... eu não sei se as outras pessoas tentaram ajudar ou não, mas eu tentei e vou tentar e vou continuar tentando. Acho que esse depoimento que eu tô dando a... aqui hoje é uma tentativa de ajuda e é uma, é ajuda que talvez eu não consegui dar pras pessoas. Porque se a gente tivesse importado esses, esses equipamentos, a gente teria salvado no mínimo duzentas vidas.

Então eu não admito de forma nenhuma ter meu nome lincado com pessoas que surrupiam e... é um... esse crime é quase como um genocídio, Deputado, é... isso é duzentas vidas. Eu não, eu não consigo admitir, meu, meu, meu, meu coração de cristão, de pessoa, eu sou um cidadão de bem, sou um cidadão, tenho minhas empresas, dou meus empregos, pago meus impostos. Desculpa, Deputado, mas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Cauê, deixa eu...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – ...não tenho, não tenho...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu sei, deixa só eu colocar uma coisa aqui, Cauê...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – ...eu nunca vou fazer um negócio desses...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Cauê, a gente tem que começar a se ater ali ao fato. Quando o Deputado faz uma pergunta, aí o senhor responde diretamente...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Mas é porque pega a minha moral, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É só responder que não.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – (*ininteligível*) foi tantos anos pra construir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É só dizer não.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – ...foi tantos anos pra construir. Mas talvez eu não, não consigo passar a verdade que eu tenho, entendeu? É a minha verdade, Deputado.

Fls. 3764

Página 1236. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deixa eu dizer o [illegible] seguinte, Cauê, nós não estamos te colocando no conluio, nós não estamos te colocando. Você está aqui porque você participou, independente se é de *x* ou *y*, mas você só... eu nunca te vi, eu nunca conheci, eu nunca imaginei que eu ia estar conversando com você, como todos os outros que passaram pela CPI a gente nunca teve.

Então assim...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...a gente não está aqui para fazer julgamento, mas você não caiu de paraquedas nesse processo, nós não estamos te colocando, você só apareceu porque tem falas suas... como essa tua explicação que você deu no início: tentei ajudar.

Mas só para esclarecer que a gente não está te colocando...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...é que você está nesse processo, só para esclarecer aqui, porque senão podem achar...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Como testemunha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Como todos os outros aqui como testemunha. Mas só para achar, porque daqui a pouco, a minha preocupação é a opinião pública pensar que nós, CPI, estamos querendo colocar alguém no processo. Não, nós não estamos querendo colocar ninguém no processo, você só está aqui porque você entrou no processo.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Com certeza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só para esclarecer isso daí. Presidente, por enquanto era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Kennedy.

Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Cauê, bom dia.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Bom dia, Deputado Fabiano. Tudo bem com o senhor?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Tudo bem. Bom dia a todos que nos acompanham também.

Você tem uma empresa que trabalha com exportação do agronegócio, certo?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – A sua empresa precisa ter certificação para poder exportar ou importar?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Depende o mercado. Pra exportação depende o mercado, é... digamos, se eu vou vender pra China a carne, por exemplo, tem que ter certificação chinesa do frigorífico que eu tô fazendo a venda. Então... mas aí seria do frigorífico, eu faço a parte comercial que é a venda.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Normalmente...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Mas o frigorífico tem que ter.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Normalmente nessas negociações são exigidas histórico de compra ou venda de importação e exportação? É exigida uma qualificação no setor em que você está atuando?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Vai depender... pro, pro meu negócio, com certeza. O meu negócio, é, é... ninguém hoje faz uma compra sem saber que aquela empresa tem qualificação e tem... é, respaldo pra poder efetuar aquela venda. Então... no meu negócio, ã... imprescindível.

Página 1237. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – No caso então, se o senhor...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Tem empresas hoje, Deputado, só pro senhor ter uma noção como... tem empresas hoje que certificam os produtos. Por exemplo, eu vou fazer uma venda de um *container* de carne bovina pra China, tá? A empresa chinesa minha que tá comprando a carne lá, ela contrata uma empresa chamada SGS, a SGS vai até o frigorífico, fiscaliza, vê: ó, a carne tá boa, tá tudo nos parâmetros, a temperatura é essa. Dão o o.k. e aí, sim, é entregue essa carne.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Então o senhor pode avaliar melhor do que nós e julgar que a contratação da Veigamed foi uma grande furada?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – A maior furada que poderia ter existido eu acho, na minha visão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – No seu negócio, é comum o pagamento antecipado?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – No meu negócio é, tem... geralmente é 30% antecipado, 70% contra documentos de embarque, mas é lógico que só vai pagar depois que tiver o crivo de todas, todas essas coisas que eu lhe falei. Ninguém vai depositar um dinheiro na conta da minha empresa sem saber que a minha empresa tem condições de entregar o produto, né, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Bom. E quando... você foi arrolado nesse, no processo, não, mas digamos lá no início, na tentativa de compra, na busca por compra de equipamentos. Quando você caiu fora?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Depois daquele... daquela mensagem do Samuel.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Foi aí que você percebeu que não era caminho pra ti?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – É (*ininteligível*) a gente... não, jamais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Tu sabes de onde é o Germano? Quem é o Germano? Qual a função, atuação dele? Você é amigo dele?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – O Germano é o indicador de negócio pela minha empresa justamente nessa área de *commodities* agrícolas de indicações de negócios pra gente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Então a relação de vocês já é mais de negócio do que amizade?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Profissional.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – É daí que vocês se conhecem?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Foi... profissionalmente foi indicando negócios que eu comecei meu relacionamento com o Germano.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E foi através deles que vocês chegaram a essa possibilidade de negociar os respiradores?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Foi, porque ele sabia que eu trabalhava com *trading* e ele tava precisando, né, como eu já repeti anteriormente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Mas ele sabia que você não atuava com esse tipo de equipamento? [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Ele sabia que... ele... na verdade ele não sabia se a minha empresa tinha qualificação técnica ou não, né? Sabia que eu trabalhava com *trading*.

Página 1238. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

3765

Só pro senhor ter uma noção, a *trading* do Rafael, por exemplo, ela pode atuar em diversos setores, desde a importação de máquinas agrícolas, a importação de insumos agrícolas, como ureia, e esses fertilizantes, até equipamentos têxtil e médicos. Então, a minha, não, eu trabalho exclusivamente com agronegócios.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Mas não teria sido mais negócio para você então ter logo dito que não trabalhava com isso e que não era a sua área?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Deputado, como eu voltei, eu... eu... falei anteriormente, naquele momento de pandemia, em que o medo estava imperando, assim, no coração e na mente das pessoas, eu queria ajudar de alguma forma e me senti obrigado, assim, como cidadão brasileiro a tentar fazer um *link* e trazer. Era uma situação de urgência, ele trouxe isso como uma situação de extrema urgência pra gente, dizendo que vidas estavam é... dependendo da importação desses equipamentos. Era o meu dever cívico ajudar de alguma forma. Aí, eu fui e ajudei mesmo, tentei, trouxe o Rafael, que é outra pessoa idônea também, e a gente tentou fazer o negócio, que, felizmente ou infelizmente - eu não sei mais dizer se ele é feliz ou infeliz - não deu certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Conhecendo muito bem o negócio da importação e com tudo o que você percebeu do que foi essa compra da Veigamed, onde está a grande falha, na sua opinião?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — É inadmissível um governo e no... no... no... na altura do campeonato que a gente tá hoje, nós estamos no século 21, com todas as tecnologias disponíveis possíveis, é... não fazer o... uma mínima... vasculhar a empresa e tentar pegar a qualificação técnica dessa empresa e ver se ela tem qualificação técnica pra fazer a importação, ver se ela tem é... capital pra poder garantir a operação, isso é imprescindível. E tem que ter um pré-cadastro. Não é possível que é... num momento desse de pandemia é... mais... teria que ser mais ainda, mais rigoroso ainda do que já no normal.

Então, os senhores são Deputados, fazem as leis aí... e... peço que olhem pra esse lado de ter mais qualificação na hora de fazer as compras, porque é inadmissível um negócio desse, Deputado, inadmissível.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Valeu, obrigado. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Cauê, nesses dois dias que o senhor participou das tratativas, o senhor conversou com alguém na Secretaria da Saúde?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Nunca, Deputado, nunca conversei com ninguém da Secretaria, não conheço ninguém. O meu contato era só com o Germano.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O senhor veio a estar aqui em função de o Rafael ter mencionado o seu nome e o do Germano. E no dia 25/3, segundo o Rafael, o senhor pediu essa proposta para o Rafael e falou que no dia 26 já iriam receber do Estado. Isso o Rafael nos falou.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Deputado, é... eu repassei a mensagem que eu recebi no grupo, isso os senhores devem ter aí no processo, deve ter o grupo que, inclusive, foi eu que encaminhei toda a conversa do grupo pro pessoal, pros promotores do Gaeco. Os senhores devem ver aí que eu repliquei as mensagens e passei pro Rafael. E essa foi a informação que a gente tinha recebido. E a urgência era tanta que é... nós iríamos, iríamos receber o dinheiro no outro dia.

Eu não tenho conhecimento, eu volto a dizer, não tenho conhecimento nessa área de medi, Medicina, eu não sei como é feito os pagamentos, nem de governo, nunca tive contato nenhum com o governo.

Página 1239. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Mas até esse momento, o senhor era uma figura central, até porque a compra se daria através da *trading*, da Brazilian Trading. Então, até esse momento, estava o senhor, estava o Samuel, estava o Rafael, depois é que entraram outros personagens. Mas de quem teria partido essa informação de que o pagamento já sairia no dia 26?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Volto a repetir, tá aí no grupo, tá aí no processo. Veio do Samuel, ele mandou as mensagens, tá aí, é... têm todas as conversas. Eu encaminhei todas as conversas pro Gaeco, tá no processo, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Samuel.

Tá o.k., é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado João Amin e Deputado Sopelsa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Presidente, por mim estou satisfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado, Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Sargento, bom dia; bom dia, Deputados; bom dia, Cauê.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Bom dia, Deputado, bom dia, Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Olha, eu vou usar um termo bem chulo, e quero que todos me desculpem.

Cauê, você diz que é de Xanxerê, eu sou de Concórdia, tá, também sou uma pessoa...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Minha mãe é de Xanxerê, e meu avô, o senhor Luiz Rebeschini, foi um dos pioneiros aí na região, tinha madeireira, ajudou a desenvolver bastante o oeste catarinense, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Muito bem.

Aqui se costuma dizer e, por isso que eu disse que iria pedir desculpa, eu também tenho a minha religião e sou uma pessoa que tem muita fé em Deus. Dizem que o inferno está cheio de boas intenções. Eu estou acreditando que a tua empresa, como você está colocando aqui, é uma empresa idônea, você é uma pessoa que trabalhou, que sofreu para chegar onde você chegou.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Doze anos, ralando, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Infelizmente ou felizmente, você está envolvido em um negócio que para nós, para todos, é muito triste.

Eu quero te perguntar o seguinte: quando veio essa mensagem para você: já estão providenciando o pagamento, era para qual empresa? A providência de pagamento para quem? Para essa compra que está sendo, que foi fraudulenta ou sei lá o que foi, ou malfadada?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Com certeza, Deputado, porque no momento em se fala, foi encaminhado uma proposta, o pagamento seria pra essa proposta que teria sido enviada, né? Então, é... o pagamento se refere aos R$ 33 milhões, com certeza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Desse negócio que aconteceu aqui?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Desse negócio que aconteceu com... com a Veigamed.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Mas vocês tinham conhecimento também que estava sendo negociado com a Veigamed?

Página 1240. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3766

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Como, Deputado? Como que eu saberia, sendo que a gente estava fazendo uma proposta nossa. A Veigamed seria uma concorrente, né? (*Ininteligível*), copiou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Outra coisa, Cauê: você tem negócios no agronegócio, fertilizantes, cereais...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Você atende alguma empresa, carnes... você atende alguma empresa de Santa Catarina, teve negócios com alguma empresa da Santa Catarina?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Hoje... não. A empresa é do Rafael, a gente faz distribuição das importações do Rafa..., da empresa do Rafael, hoje.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Na questão de fertilizantes, o Rafael tem negócios, você sabe dizer o nome de alguma empresa que ele atende aqui em Santa Catarina?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Não me recordo agora, Deputado, não sei mesmo, qual a empresa que ele atende aí em Santa Catarina, mas deve ter várias.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Está bem.

Deputado Sargento Lima, eu agradeço. Bom dia e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Sopelsa.

O Deputado João Amin expressou que não tem perguntas a fazer, confere, Deputado João Amin?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Sim, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Cauê, só para conhecimento daqueles que estão nos assistindo e para que se conste em ata. O primeiro contato com o senhor foi dia 18/6, três tentativas de uma linha, o senhor informou no dia 18/6 que estava em São Paulo. Dali para frente, dia 25, 29, dia 1°, foram dezesseis ligações.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Não informe... Não, Deputado, desculpa. Desculpa, tá errado, eu não informei que estava em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Desculpa, eu não entendi o que senhor falou primeiro ali. O senhor falou assim, que (*ininteligível*). Estão aqui as ligações e os registros das ligações.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Não, eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor ficou dezenove dias incomunicável, dezenove dias incomunicável.

Todas as nossas ligações têm registro para o senhor, dezesseis ligações, obtendo a resposta...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS —

Dá pra ver aqui a mensagem e o *e-mail* no dia 18?

(*Depoente mostra a tela do celular com as mensagens.*)

No dia 18/6, eu enviei pro Deputado Felipe Estevão, um *e-mail*: Boa tarde, como solicitado por contato telefônico (*ininteligível*)...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não, o que consta dá secretaria são essas ligações para o senhor.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Eu digo que está errado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O que consta dessas ligações da secretaria: dezenove dias, incomunicável. O senhor sabe muito bem que através da tecnologia... O senhor está dizendo para a gente que está na Bahia, a gente é

Página 1241. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

obrigado aqui a concordar com o senhor, mas sem ter essa certeza de onde o senhor está neste exato momento, tá? De forma,...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Tem relevância pra CPI, tem relevância isso, Deputado? Vai fazer diferença, no, no...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tem.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS —...na elucidação do caso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tem.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Onde eu estou ou onde eu deixo de estar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tem, porque o senhor fez acusações aqui.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Não, não fiz acusação nenhuma, não fiz acusação nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então, eu não entendi.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Eu falei... eu falei que a... que têm reportagens, que teve reportagens, como o próprio Deputado Ivan Naatz disse que foi... teve algumas más interpretações, teve reportagens que, ao meu ver, foram mal interpretadas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — E que eu, no meu direito...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Sargento Lima, posso contribuir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Se ele está dizendo que está na Bahia e por acaso não está, como é que nós vamos acreditar naquilo que ele está dizendo para nós? Não é verdade?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — O senhor quer que eu envie a minha localização? Se o senhor quiser eu envio a minha localização...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Seria útil.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Encaminho, posso encaminhar agora, *online*, pro senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A nossa assessoria vai mandar um contato para o senhor enviar e o senhor a envia.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Pois, me envia e eu encaminho a minha localização. Eu não tenho que me esconder de nada, Deputado, e nem vou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E a resposta do senhor foi no dia 7/7.

O senhor disse que foi procurado para criar uma ponte, um *link*, é isso?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Fui procurado pra fazer a importação, fui procurado pra fazer a importação de equipamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor utilizou o termo: Eu fui procurado para criar uma ponte e um *link*...

E que o resultado desse *link* seria uma doação para o hospital. O senhor confirma isso?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Eu confirmo que eu fui procurado pra fazer importação de equipamentos e que a minha empresa não estava apta a fazer essa importação de equipamentos. Eu contatei o senhor Rafael e fiz o *link* entre a empresa do senhor Rafael e o senhor Germano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E o resultado dessa... o resultado dessa ponte criada, desse *link* ou pode-se dar o nome que quiser, dessa

Página 1242. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

3767

negociação, aquilo que o senhor lucraria, seria doado para um hospital. O senhor disse isso aqui agora.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Eu confirmo e reconfirmo e vou reconfirmar o resto da minha vida, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá bom.

Mas era aquilo que ele gostaria de dar, uma quantia que ele gostaria de dar ou já tinha estipulado uma porcentagem disso aí? Qual seria o percentual, o lucro disso que seria doado para o hospital?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Volto, volto a repetir, é... 1,5% pra mim e pra empresa do Rafael que seria dividida em duas partes: 0.75 para cada um. Essa seria a margem que eu receberia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Só um pouquinho, fala um pouco mais lento, porque o senhor está transmitindo por 4G. Só para confirmar, seria 1,5%?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Dividido por dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Dividido por dois. Isso daria o total de quanto?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — 0.75%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum. Por parcela, ali dentro. Isso do valor total da compra dos 33?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Do valor que fosse é... recebido pela Brazilian Trading.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E qual que era o valor que seria recebido pela Brazilian Trading?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Seriam vários valores, porque não era só uma venda só, seriam várias vendas. Então, não tenho como dizer qual o valor exato. Seriam várias e várias vendas, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não, a gente está tratando aqui, quando iniciou, quando o senhor foi qualificado, que a gente estava falando de forma exclusiva do contrato celebrado da compra dos respiradores, e não dos demais.

Então, seria 0,75% de qualquer coisa que fosse negociado? Ou..

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — De qualquer compra que eventualmente fosse negociada?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Qualquer importação que passasse pela Brazilian Trading para é... a empresa CIMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tendo em vista, a Brazilian Trading, ela reúne as características e as qualificações para fazer a importação de material médico-hospitalar?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Como eu imagino que os senhores já devem ter investigado, o Gaeco, já investigou (*falha na transmissão da videoconferência*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu acho que o senhor está transmitindo de 4G e está com muita dificuldade nessa última parte áudio.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Tá me escutando? Eu falei que, como é... os senhores já devem ter feito a investigação dos senhores aí dentro, o Gaeco já fez, com certeza, a empresa a Brazilian Trading tem qualificação, tem *know-how*, tem garantia, que esse pra mim, ao meu ver, é o mais importante, foi o que faltou nesse processo que teve aí do governo, garantias de que esses equipamentos seriam entregues ou que o dinheiro seria retornado, caso não tivesse os equipamentos.

Página 1243. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá, 0,75% somados em duas parcelas que dão 1,5% que o senhor receberia, seriam somente por ter indicado um nome?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Como? Eu receberia 0,75% por todas as importações. Não é somente, não, Deputado. Tem todo o risco logístico, tem todo o risco de entrega, tem todo o risco financeiro que teria, que estaria em jogo. Então, não é só isso não, não é só por uma indicação que a gente receberia 0,75...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas o risco de não receber era da parte do Estado, e não de quem estava ganhando com ele ali.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — É, que cometeu o maior erro que poderia ter cometido. É inadmissível um erro desse, o Estado não... não... não requerer garantias no momento de fazer uma compra, Deputado. Desculpa, mas o erro não foi nosso, foi do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O grande erro do Estado foi se envolver com essa compra, né?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — (*Ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com um grande número de empresários, que segundo o que consta nos nossos autos, segundo o que consta em todos os depoimentos ali, trata-se de uma organização criminosa espalhada pelo Brasil para vender medicamentos, utilizando vários CNPJs em todo o Brasil, medicamentos, insumos e equipamentos. Esse foi o grande erro do Estado de Santa Catarina.

Ontem, ainda, o Secretário Tasca, sentado nessa cadeira disse: que o Governador do Estado e todos os órgãos do Estado reconhecem que houve o envolvimento de uma quadrilha nesse esquema de compra.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — (*Ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu vou deliberar para o senhor agora, mais três minutos, para as explicações finais do senhor.

O senhor tem mais algo a dizer para a gente que possa colaborar com a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito? O senhor tem o tempo livre para poder utilizar isso agora. Algo que possa colaborar para a nossa Comissão Parlamentar.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Ó, Deputado, eu tenho o... o... não sei se eu vou conseguir colaborar, mas o povo brasileiro não aguenta mais, Deputado, a gente não aguenta mais esse tipo de, esse tipo de negociata, esse tipo de negociação, esses negócios. Não tem mais como, não... não... não dá, não se sustenta mais. É... precisamos de mudanças, queremos mudanças, mudanças nas leis, mudanças nas formas de comprar, critério na hora de comprar qualquer coisa e cuidado com as pessoas, que é isso que a gente está precisando hoje, um pouco de cuidado com os outros. Só isso, Deputado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Reitero minha indignação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Cauê, antes de você desligar, eu só queria dizer que você tem que ter cuidado também com quem você anda, né?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Com certeza, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Com as pessoas com quem você comercializa, tá bom?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Todos nós, todos nós.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não é só o Estado que está decepcionado não. As pessoas têm que ter cuidado com quem elas se comunicam, com quem elas conversam, com quem elas fazem negócios, com quem elas criam grupo de WhatsApp, com quem elas tentam vender as coisas, né?

Página 1244. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3768

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — É uma lição de vida, Deputado, uma lição de vida que está sendo seguida aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Obrigado. Um abraço.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Obrigado, um bom-dia pra vocês. Tchau, tchau.

(*O senhor Cauê Lopes Martins desconecta-se da videoconferência.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhores Deputados, eu vou suspender por cinco minutos a sessão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só antes de suspender.

É impressionante como a gente tem pessoas que querem ajudar, né? O Rodovalho iria fazer de graça; o advogado lá, o Leandro Barros, iria fazer de graça; esse aí iria fazer de graça... os que eu me lembro. Todo mundo iria doar o dinheiro para o hospital! Tem que ser forte. E alguns da imprensa acham que a gente é grosso com alguns ainda, né? Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Parece que é sobrenatural esse negócio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que nós somos os ruins, o depoente é o bonzinho, né, no processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tinha que montar um convento (*risos*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Suspendemos por cinco minutos a reunião. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

(*Estão suspensos os trabalhos. Pausa.*)

Após o intervalo, reabrimos os trabalhos da 15ª Reunião.

Informo aos que estão nos acompanhando pela Internet, pela Rádio Digital Alesc e também pelo canal do YouTube da Assembleia Legislativa que vamos suspender a transmissão ao vivo neste exato momento, tendo em vista que nós recebemos o Habeas Corpus Criminal nº 5019279-43.2020.8.24.000/SC, que teve como impetrante o senhor Clóvis Renato Squio.

A Comissão deverá proceder esta oitiva de maneira reservada, motivo pelo qual estamos encerrando a nossa transmissão ao vivo.

Portanto, solicito a todos que estão nesta sala que façam o favor de se retirar, permanecendo neste local apenas a taquigrafia e os Deputados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Só para explicar para as pessoas que estão acompanhando – tem algumas pessoas aqui que já estão falando comigo perguntando por que nós vamos encerrar. Então, é só porque nós vamos falar com a pessoa que fez a sindicância, ela não conseguiu o *habeas corpus* pra falar e por conta disso nós, membros da CPI, teremos essa conversa, mas por conta dessa decisão da Justiça.

Só para esclarecer, né, senhor Presidente.

(*Os assessores e os técnicos da TVAL, da Rádio Digital Alesc e das mídias sociais da Alesc deixam o recinto.*)

DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI

Página 1245. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

FOLHA DE VOTAÇÃO

A COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, nos termos dos artigos 41, §5, e 163 do Regimento Interno:

(X) aprovou ( ) rejeitou por: (X) unanimidade ( ) maioria

o Relatório do Senhor Deputado IVAN NAATZ.

ABSTENÇÃO	VOTO FAVORÁVEL	VOTO CONTRÁRIO
Dep. Ivan Naatz	Dep. Ivan Naatz	Dep. Ivan Naatz
Dep. Fabiano da Luz	Dep. Fabiano da Luz	Dep. Fabiano da Luz
Dep. Felipe Estevão	Dep. Felipe Estevão	Dep. Felipe Estevão
Dep. João Amin	Dep. João Amin	Dep. João Amin
Dep. Kennedy Nunes	Dep. Kennedy Nunes	Dep. Kennedy Nunes
Dep. Milton Hobus	Dep. Milton Hobus	Dep. Milton Hobus
Dep. Moacir Sopelsa	Dep. Moacir Sopelsa	Dep. Moacir Sopelsa
Dep. Sargento Lima	Dep. Sargento Lima	Dep. Sargento Lima
Dep. Valdir Cobalchi	Dep. Valdir Cobalchi	Dep. Valdir Cobalchi

Despacho: dê-se o prosseguimento regimental.

Plenário Osni Régis, em 18 de agosto de 2020.

Deputado Sargento Lima
Presidente

Palácio Barriga Verde
Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310
Centro | Florianópolis | SC | 88020-900
Fone: (48) 3221-2610
E-mail: coordenadoriadascomissoes@alesc.sc.gov.br
Site: www.alesc.sc.gov.br

Página 1246. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3770
Rubrica

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2020, ÀS 17H, NO PLENÁRIO DEPUTADO OSNI RÉGIS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito boa-tarde a todos aqueles que nos acompanham pela TVAL, que nos ouvem pela Rádio Digital Alesc e também nos acompanham pelo canal YouTube da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 21ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência nº 11/2020.

Estão presentes nesta reunião o Deputado Ivan Naatz, o Deputado João Amin, o Deputado Fabiano da Luz, o Deputado Milton Hobus, o Deputado Kennedy Nunes, o Deputado Felipe Estevão, o Deputado Valdir Cobalchini, o Deputado Sargento Lima e o Deputado Moacir Sopelsa, que nos acompanha de forma remota.

Inicialmente coloco em discussão e votação as atas das 18ª, 19ª e 20ª Reuniões da CPI, encaminhadas aos senhores Deputados por *e-mail*.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem as queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram.

Atas aprovadas.

Senhores, passamos à sinopse das correspondências e dos documentos recebidos, para conhecimento de todos: Ofício nº 2.052/2020, da Secretaria de Estado da Administração, encaminhando informações acerca do processo de apuração relacionado ao procedimento licitatório, objeto da CPI; Ofício nº 01/2020, do Vereador Edmilson Carlos Pereira Júnior, encaminhando respostas aos questionamentos feitos pela CPI (já encaminhado aos Deputados por WhatsApp); ofício, de autoria do Deputado João Amin, encaminhando considerações acerca do relatório preliminar da CPI (enviado à assessoria do Relator para providências); e Ofício nº 063/2020, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, encaminhando sugestões acerca do relatório preliminar da CPI (enviado à assessoria do Relator para providências).

Passo a palavra ao Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Ivan Naatz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Antes de o senhor passar a palavra ao Relator, queria cumprimentar a todos e a todas que nos acompanham, mas gostaria de saber como vai ser o roteiro desta reunião. O senhor vai passar a palavra ao Relator e depois os Deputados os Deputados terão um tempo para se manifestar?

Página 1247. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

FIS. 3771

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor. Conforme foi combinado na última reunião, os Deputados-natos da CPI terão um tempo de dez minutos para as considerações finais, e para os Deputados que não são membros da Comissão, se desejarem abrilhantar a nossa reunião, três minutos a cada um.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Informo que nós faremos um breve intervalo às 18h25min.

Com a palavra o Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhores Deputados, passo à leitura do relatório final da CPI dos Respiradores, informando o Deputado João Amin que as sugestões apresentadas por sua excelência foram atendidas na íntegra e foram adaptadas ao relatório, às quais eu agradeço.

Também comunico o Deputado Valdir Cobalchini que as sugestões de sua excelência também foram atendidas na íntegra e passam a fazer parte do relatório, de acordo com a adaptação que pôde ser feita.

Os demais Deputados apresentaram sugestões *por e-mail* durante a confecção do relatório, razão pela qual também deferi as sugestões dos demais Deputados integrantes da CPI. Todos colaboraram para que o relatório fosse construído de forma inânime, atendendo todos que participaram exemplarmente dessa extraordinária investigação, que tenho certeza passa a ser modelo para Santa Catarina e até para o Brasil.

Nós terminamos o relatório em tempo recorde, conforme ajustado com a sociedade catarinense, e estamos fazendo a leitura do relatório na segunda semana de agosto, conforme o cronograma estabelecido no início dos trabalhos e aprovado por vossas excelências.

Também coloco em discussão a forma da leitura do relatório, pois nós temos no relatório citação de textos e também de imagens. E eu sugiro a vossas excelências que na leitura do relatório, quando houver imagem, a gente use a palavra "imagem", já que todos têm a cópia do texto na mão, e quando houver a transcrição, quem for ler tem a opção de ler ou usar a expressão "transcrição".

Todos de acordo?

(*Os senhores Deputados aquiescem.*)

Não havendo objeção, passo à leitura do relatório, que será dividida com outros Deputados, conforme determinação o Presidente.

(*Passa a ler.*)

"**INTRODUÇÃO**

Com aparo no Regimento Interno desta Casa Legislativa, por meio da proposição nº **RQC/0002.0/2020 - Ato da Presidência nº 011-DL/2020, de 05/05/2020**, foi constituída a presente Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com **a finalidade de apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da VEIGAMED Material Médico e Hospitalar EIRELI, tendo por objeto a aquisição de 200 (duzentos) respiradores pulmonares, ao custo total de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais).**

Conforme teor do Requerimento de instalação, a CPI foi **criada em face da gravidade dos fatos noticiados pelo site '*The Intercept Brasil*', em reportagem jornalista[1] que detalhou os passos da compra suspeita e a existência de possíveis irregularidades na Dispensa de Licitação nº 0754/2020 celebrada pela Secretaria de Estado da Saúde**, em razão da urgência decorrente da contaminação humana pelo novo coronavírus – covid-19.

Assim num cenário de situação de calamidade pública global decorrente da pandemia de covid-19, que uma associação de indivíduos composta por servidores públicos estaduais e representantes de empresas privadas associaram-se com o intento de obter vantagens patrimoniais indevidas em detrimento do erário catarinense, aproveitando-se para tanto, do afrouxamento das medidas de controle das atividades administrativas."

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3772

Página 1248. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Presidente, vou atrapalhar um minuto o Deputado, mas o som está um pouquinho baixo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu vou pedir ao Relator para ler um pouco mais próximo do microfone, Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Desculpa. Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sem problema, Deputado Sopelsa. Se a gente for baixando o tom pelo cansaço, vossa excelência intervenha, por favor.

Vou recomeçar lendo o último parágrafo.

(*Continua lendo.*)

"Assim num cenário de situação de calamidade pública global decorrente da pandemia de covid-19, que uma associação de indivíduos composta por servidores públicos estaduais e representantes de empresas privadas associaram-se com o intento de obter vantagens patrimoniais indevidas em detrimento do erário catarinense, aproveitando-se para tanto, do afrouxamento das medidas de controle das atividades administrativas.

Dentre as ilicitudes apontadas no processo de compra, destacam-se: **i)** a realização da dispensa de licitação mediante pagamento antecipado - de valor elevado e sem exigência de garantia, **ii)** contratação de empresa suspeita, **iii)** alteração do produto por outro inferior e inservível para o fim proposto, sem redução do valor final do contrato, e **iv)** inexecução contratual, haja vista a ausência de recebimento dos equipamentos.

Vale lembrar que a legislação estadual, com alicerce na Constituição Federal, prevê a função de fiscalização e controle do Poder Legislativo, e ainda, prevê a competência privativa das Casas Legislativas para criar Comissões Parlamentares de Inquérito sobre fatos determinados e por prazo certo, mediante requerimento de um terço de seus membros.

Desta forma, em respeito ao exercício do Poder Legislativo de fiscalizar os atos que possam causar prejuízos à Administração Pública afetando direta ou indiretamente o interesse público, foi criada e instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, a fim de investigar as irregularidades ora apontadas, já que esta Casa de Leis não poderia esquivar-se ao dever de cumprir com uma das suas principais atribuições e se dedicar ao exame da matéria, buscando a verdade dos fatos, por todos os meios legais admitidos, a fim de apontar às autoridades competentes e a sociedade, todas as irregularidades encontradas no desastroso processo de compra de 200 (duzentos) respiradores pulmonares, com dispensa de licitação.

É com base nesse contexto que apresento o relatório final da '**CPI, dos RESPIRADORES**', emitindo, ao final, as conclusões, resultados e encaminhamentos necessários à eficácia dos trabalhos realizados por esta Comissão."

Às fls. 3 deste inquérito faço um relatório breve do que é e do que faz a Comissão Parlamentar de Inquérito.

(*Continua lendo.*)

"(...)

Antes de tudo, é preciso ressaltar 'o que' a população catarinense pode e deve esperar de uma CPI, que possui limites traçados pela Carta Magna que rege o estado democrático de direito, nos moldes instituídos pelo § 3º do art. 58 – '*as Comissões Parlamentares de Inquérito, terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, e serão criadas para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhado ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores*'.

(...)

Nestes termos, mediante ao que propõe a legislação competente, o presente relatório tem por cerne expor as atividades e procedimentos adotados por esta CPI, desde a sua constituição, de modo a esclarecer a população, e todos os abrangidos pelo interesse público, sobre o cumprimento da função parlamentar fiscalizadora.

DOS LIMITES DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Fls. 3773
Rubrica

Página 1249. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Além de fiscalizar, a essência desta CPI é, com a conclusão de seu trabalho, apontar soluções e propor modificações administrativas, sendo que as irregularidades que impliquem em responsabilização dos agentes públicos e privados deverão ser remetidas aos órgãos competentes, dentre eles, o Ministério Público para que adote as medidas decorrentes de suas funções institucionais.

Como se vê, a Comissão Parlamentar de Inquérito deve respeitar limites, sob pena de ser declarada nula! Logo, os preceitos que a criaram e a regulamentaram não podem contrariar a Constituição e seus princípios, por mais que detenham autoridade jurídica.

Melhor esclarecendo (...)

A CPI não condena, embora indique os preceitos legais enfrentados por quem nela foi inserido como agente causador/partícipe do dano ao erário. Também colhe informações sobre o objeto investigado, para posteriormente, apresentar dados concretos ao órgão competente, para que, assim entendendo, efetive o oferecimento de denúncia formal ou instauração de processo de responsabilidade civil, sendo também um importante instrumento de apoio político/administrativo na instrução de tais procedimentos, caso já existam quando da conclusão dos trabalhos.

Outro limite, que merece destaque é que as Casas Legislativas, através da CPI, não poderão invadir competência de outros órgãos constitucionais – Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado, por exemplo.

Da mesma forma, as providências que tenham caráter investigatório e impliquem restrição direta a direitos individuais também estão protegidas pelo próprio texto constitucional e, por conseguinte, somente podem emanar de juiz, e não de terceiros, mesmo àqueles a quem foram atribuídos 'poderes de investigação próprios das autoridades judiciais'.

(...)

DA INSTALAÇÃO, COMPOSIÇÃO E PRAZOS DA CPI

Como já dito tal medida legislativa versa sobre Requerimento de Constituição de Comissão de Inquérito - RQC/0002.0/2020, com a seguinte súmula: '***foi constituída a presente Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da VEIGAMED Material Médico e Hospitalar EIRELI, tendo por objeto a aquisição de 200 (duzentos) respiradores pulmonares, ao custo total de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais)***'.

O requerimento - **RQC/0002.0/2020** foi encaminhado por iniciativa do Deputado Ivan Naatz, ora relator, e subscrito pelos demais deputados desta Casa de Leis, a saber, em ordem alfabética: (...)", todos os Deputados da Casa Legislativa.

"Quando de sua constituição pelo ato acima referenciado, foi também comunicado ao Plenário, pelo Presidente desta Casa de Leis, o número de vagas cabíveis a cada bancada ou bloco parlamentar (...)", e todos aqueles requerimentos que atendem à CPI. A primeira reunião da CPI foi marcada para o dia 5/5, às 17h.

(*Continua lendo.*)

"DA FINALIDADE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, além de atender a fato determinado, legalmente anotado no requerimento específico aprovado pelos parlamentares, o qual permitiu a instalação desta CPI, na forma regimental e da lei, tem por objetivo especifico:

a) identificar os fatos e ações que permitiram o desvio de recursos do erário, na compra de 200 respiradores, com dispensa de licitação, pagamento antecipado e ausência de garantias;

b) identificar os responsáveis;

c) auferir suas condutas;

d) auxiliar aos órgãos competentes na recuperação dos 33 milhões de reais desviados dos cofres públicos do Estado de Santa Catarina, sugerindo o ajuizamento de medidas judiciais cabíveis à espécie, em especial, a responsabilidade civil, criminal e administrativa.

e) permitir que a sociedade catarinense tenha conhecimento público de todos os fatos e ações, que na visão da CPI, permitiram o desvio desses recursos públicos.

Página 1250. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3774
Rubrica

f) sugerir alterações legislativas e de procedimentos administrativos, para apontar soluções e ferramentas que inibam as tentativas de fraude e facilitem a rastreabilidade dos responsáveis por atos que afrontam os princípios da Administração Pública;

Ainda que, se tenha notícia até esta data, do bloqueio de 12,6 milhões aproximadamente, a CPI foi instruída e concluída observando sempre a hipótese desejada pelos mentores do ato ilícito, ou seja, de apropriarem-se indevidamente dos 33 milhões de reais integralmente, que foram depositados na conta da VEIGAMED, a qual, conforme se verá nesse relatório, foi o elemento direto da fraude.

Por tratar-se de questões que envolvem diretamente a política, o desvio da finalidade é, não raras vezes, constatado pela utilização deste instrumento como forma de condução do poder sem a obediência à apuração, à investigação e com encaminhamentos justos, que podem até submeter todo o processo à nulidade de pleno direito."

Essas questões foram plenamente observadas na constituição deste relatório.

"Deste modo, para que os trabalhos desta CPI sejam preservados e rigorosamente relatados com base na apuração dos fatos, cabe assegurar que o presente relatório se sustentará nos princípios constitucionais da moralidade, legalidade, impessoalidade, proporcionalidade e eficiência, atendendo aos requisitos fundamentais inerentes a sua efetividade - competência, finalidade, forma, motivo e o objeto.

É jurídica e publicamente notória a preocupação com a real finalidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Assim, da análise de todo o processo não houve finalidade alheia ao interesse público nem tão pouco à categoria do ato ou objeto que lhe deu origem, podendo-se afirmar que o desígnio principal foi atingido.

DAS ATIVIDADES REALIZADAS, DOCUMENTAÇÃO RECEBIDA E ANEXADA

Desde o início, a CPI utilizou-se de todos os instrumentos permitidos por lei para apuração dos fatos, realizou diligências internas e externas a fim de requisitar documentos vinculados ao fato ora determinado e ouviu depoimentos de testemunhas e investigados.

(...)

DA TRANSCRIÇÃO DOS DEPOIMENTOS

Tendo em vista que a transcrição integral de todos os assuntos discutidos nas reuniões desta CPI serem deduzidos a termo pelas respectivas atas de reuniões que integram o presente relatório (notas taquigráficas colhidas durante o procedimento) passa-se a analisar os demais aspectos, sem a transcrição integral dos depoimentos ouvidos, de modo a sintetizar a compreensão sem que se perca o cerne da questão."

Senhores Deputados, todos os depoimentos transcritos estão no documento que faz parte do anexo da CPI.

(*Continua lendo.*)

"**DOS DEPOIMENTOS OUVIDOS**

A Comissão procurou ouvir todas as pessoas que pudessem trazer alguma contribuição a seus trabalhos sendo que a maioria dos depoimentos e oitivas foram tomados, nas dependências desta Casa Legislativa, especificamente no Auditório Antonieta de Barros. Exceto dos senhores: JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALVES, ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO, Dr. MÁRCIO MARTINS, GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH, RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN, AMANDIO JOÃO DA SILVA JUNIOR e CAUÊ LOPES MARTINS que foram ouvidos por videoconferência uma vez que residem em outra cidade e/ou outro Estado da Federação. E o senhor GOVERNADOR DO ESTADO – CARLOS MOISÉS DA SILVA, que como prerrogativa do cargo, prestou esclarecimentos de forma escrita (...).

Ao todo foram ouvidos 30 (trinta) pessoas, cuja transcrição dos depoimentos tomados terem sido deduzidos a termo pelas respectivas atas de reuniões que integram o presente relatório, a saber:

(...)

Cumpre esclarecer que o depoimento de Clóvis Renato Squio foi realizado nesta comissão sob sigilo, tendo em vista seu impedimento por prerrogativa funcional (respectivamente, arts. 153,

Página 1251. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3775
Rubrica

154 e 325, todos do Código Penal), já que participou como Presidente de Comissão de Investigação Preliminar da Controladoria Geral do Estado sobre o mesmo fato determinado desta CPI.

As reuniões do dia 25/06/2020 (11ª), dia 16/07/2020 (16ª), dia 21/07/2020 (17ª), dia 23/07/2020 (18ª), 28/07/2020 (19ª) e 13/08/2020 (20ª), foram reuniões de trabalho (sem depoimentos), somente com os membros desta comissão."

Esta é a parte que me cabia ler, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O segundo Deputado que vai nos auxiliar na leitura do relatório é o Deputado Felipe Estevão, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – (*Continua lendo.*)

"**DOS DEPOIMENTOS ARROLADOS, MAS NÃO VIABILIZADOS**

Em atenção ao regimento interno desta Casa de Leis ainda é necessário levantar os depoimentos que, em que pese arrolados, não puderam ser viabilizados.

O depoimento de PEDRO NASCIMENTO DE ARAÚJO, CEO da empresa VEIGAMED Material Médico e Hospitalar EIRELI, foi inviabilizado haja vista que ele se encontra foragido, até o momento da conclusão deste relatório.

O depoimento de FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI, representante da VEIGAMED Material Médico e Hospitalar EIRELI não aconteceu, posto que, estando preso preventivamente, no âmbito da Operação Oxigênio, nas 02 (duas) datas arroladas para sua oitiva, informou à Comissão que não pretendia participar.

Igualmente, LEANDRO ADRIANO DE BARROS estando preso, preventivamente no âmbito daquela operação, com respaldo no art. 5º, LV da Constituição Federal, fez uso ao direito constitucional de silêncio, não prestando novos esclarecimentos, além daqueles coletados quando de sua oitiva na data de **14/05/2020,** quando não havia sido decretada a sua prisão preventiva.

O Senhor Vereador Edmilson Carlos Pereira Junior (Ed Pereira) de Florianópolis, teve seu nome aprovado para comparecer à CPI para prestar depoimento, que não ocorreu em virtude de ter apresentado atestado médico, impossibilitando-o; Sendo assim, os membros aceitaram e aprovaram pela mudança da forma, no qual prestou esclarecimentos por escrito.

DA OBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA

É oportuno registrar que os trabalhos desta CPI observaram de maneira rigorosa os princípios do devido processo legal do contraditório e da ampla defesa, a saber:

1 - A comunicação inicial da instalação da CPI, bem como todos os atos que afetam os indivíduos investigados, foram devidamente formalizados.

2 - A intimação dos indiciados e testemunhas foi feita pessoalmente de acordo com a legislação penal e regimental desta Casa, bem como os ouvidos por videoconferência tiveram ciência de suas intimações, confirmando-as. Sendo assim, restou garantido aos indiciados ou a quem se imputou indício de irregularidade, o direito de permanecer em silêncio.

3 - Foi garantida a ampla defesa a fim de buscar a eficácia administrativa e eficácia política, seguindo as devidas normas, como o direito de ser ouvido expressando suas razões e seus argumentos, além do direito de fazer-se representar por advogado;

4 - Não houve qualquer impedimento da produção de prova a seu favor, antes do parecer final da Comissão sobre o objeto apurado bem como o direito de vista dos autos por advogado do indiciado.

5 - Não foram convocadas autoridades fora do âmbito de atuação da CPI ou por ela impedidas de serem convocadas sem a devida deliberação do plenário desta Casa.

6 - Não houve a quebra do direito ao sigilo de testemunha em caso de prerrogativa profissional, tendo a CPI respeitados tais direitos quando solicitados, só agindo mediante aprovação dos seus membros ou ordem judicial.

7 - Foram realizadas todas as oitivas e diligências internas e externas, apontadas e deliberadas pela Comissão de Inquérito.

8 - Não houve fatos novos estranhos ao objeto indicado no momento da CPI, existindo tão somente fatos resultantes de encadeamento ainda que inicialmente não previstos, tendo sido

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3776
Rubrica

Página 1252. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

tomadas as providências necessárias para condução de tais fatos dentro do objeto determinado inicialmente para a sua apuração, devidamente adequados ao regulamento da CPI.

9 - Não houve divulgação dos trabalhos da CPI vedados por lei, tendo esta comissão atuado com cuidado e discrição, evitando que terceiros fossem injustamente colocados à execração pública, sem haver comprovado ou mesmo suficientemente esclarecido seu envolvimento com o objeto que está sendo apurado.

10 - Toda publicidade teve finalidade útil e nobre, atendendo unicamente ao princípio do interesse público, transparência à sociedade e preservação dos direitos dos envolvidos e por fim, todos os prazos foram rigorosamente cumpridos.

Não há, portanto, qualquer ilegalidade nos trabalhos desta CPI.

DO RELATÓRIO

Uma vez realizada e concluída à instrução do procedimento, na medida possível à luz do prazo final estabelecido, na qualidade de Relator, passo a verificar os fatos apurados na averiguação do objeto que deu origem à instauração da presente Comissão Parlamentar de Inquérito, qual seja: ***apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da VEIGAMED Material Médico e Hospitalar EIRELI, tendo por objeto a aquisição de 200 (duzentos) respiradores pulmonares, ao custo total de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais).***

Cumpre primeiramente destacar, que o ano de 2020 iniciou com a notícia da descoberta de um novo vírus causador de doença pulmonar grave, conhecido como o novo coronavírus - covid-19. Assim, no fim de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto constituía Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, e, em 11 de março, elevou o estado de contaminação para pandemia, considerando a identificação de casos em mais de 115 países. Essa situação impactou a economia e as relações sociais em todo o mundo, inclusive, é claro, no Brasil. Em âmbito estadual, o Governo Catarinense decretou situação de emergência pelo Decreto nº 515 de 17 de março de 2020 e posteriormente, estado de calamidade pública pelo Decreto legislativo nº 18.332 de 20 de março de 2020, pelo qual também restou determinado que a Secretaria de Estado da Saúde (SES), por meio do Centro de Operações e Emergências em Saúde (COES), centralizaria a coordenação técnica do enfrentamento da pandemia.

Nesse panorama, uma questão importante que compete descrever envolve as contratações públicas, haja vista a necessidade do governo agir com rapidez a fim de atender os anseios da população catarinense. Na prática a situação de calamidade pública permite ao estado intervir em propriedades privadas, mais especificamente em hospitais privados, mesmo sem contrato administrativo entre as partes, incluindo profissionais da saúde, com pagamento de indenização baseado na tabela SUS e ficando o governo, ainda autorizado a contratar profissionais da área da saúde, adquirir medicamentos, equipamentos e outros insumos que possibilitem o pronto enfrentamento da situação pandêmica, além de construir e readequar leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) sem a necessidade de licitação, bem como proceder com a abertura de crédito suplementar à Secretaria de Estado da Saúde (SES) e à Defesa Civil.

E foi neste cenário pessimista projetado, dada à alta taxa de contágio da doença e da apreensão da população que demandava respostas das autoridades competentes de saúde pública, que uma associação de indivíduos composta por representantes de empresas privadas e de servidores públicos estaduais, aproveitando-se para tanto do afrouxamento das medidas de controle das atividades administrativas, concretizaram por meio da Secretaria de Estado da Saúde - aquisição emergencial de 200 (duzentos) respiradores pulmonares da empresa VEIGAMED Material Médico e Hospitalar EIRELI, ao custo total de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), **resultando em lesão ao erário estadual.**

Dentre as ilicitudes apontadas no processo de compra, destacam-se: **i)** a realização da dispensa de licitação mediante pagamento antecipado - de valor elevado e sem exigência de garantia, **ii)** contratação de empresa suspeita, **iii)** alteração do produto por outro inferior e inservível

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - Fls. 3777

Página 1253. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

para o fim proposto, sem redução do valor final do contrato, e **iv)** inexecução contratual, haja vista a ausência de recebimento dos equipamentos.

Feita a contextualização, passa-se à descrição cronológica dos fatos.

DOS FATOS

Por uma questão didática abordaremos em tópicos apartados os fatos e os agentes envolvidos no processo de aquisição dos respiradores, de modo a facilitar o entendimento."

Acredito que conforme vai acontecendo a leitura, vão aparecendo algumas imagens. Seria isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe, quando aparecer alguma imagem, usar o termo "imagem", e quando houver depoimento, usar o termo "transcrição".

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito bem.

(*Continua lendo.*)

"Primeiramente vale trazer que todo processo de instrução - desde a indicação e escolha do fornecedor, bem como a definição da necessidade e modelo, a efetivação do pagamento e a inexecução contratual, como se verá daqui em diante, ocorreram em menos de 15 dias!

O princípio de todo o processo deu-se aos 22/03/2020 às 09h45min, quando o então Secretário de Estado da Casa Civil - senhor DOUGLAS BORBA solicita ao então Secretário de Estado da Saúde - senhor HELTON ZEFERINO o contato de servidora responsável por resolver as demandas sobres às aquisições de materiais que possibilitem o pronto enfrentamento da covid-19:

(*Imagem.*)

Pouco tempo depois de obter o contato da servidora MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI, que então ocupava o cargo de Superintendente de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado da Saúde; o senhor DOUGLAS BORBA faz duas ligações de voz à mesma, uma às 10h38min e outra às 10h47min, que duram cerca de 9 (nove) minutos:

(*Imagem.*)

Segundo MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI, em depoimento[2] prestado nesta CPI no dia 02/06/2020, na oportunidade da ligação, ela dá ciência a então Chefe da Casa Civil que precisa de auxílio – '*nós precisamos de apoio aqui na, com o grupo de apoio aqui nas compras*' para enfrentamento da covid-19; Tal apelo resultou na criação do grupo de *whatsapp* de nome: 'COVID19 – COMPRAS', que adiante será abordado.

Numa destas ligações, segundo MÁRCIA em depoimento[3], DOUGLAS também recomendou o nome de LEANDRO BARROS e FÁBIO DEAMBRÓSIO GUASTI como um fornecedor que poderia atender às demandas de aquisições de equipamentos e de insumos para o enfrentamento da covid-19.

Após encerrada a ligação de voz, DOUGLAS, às 11h09min encaminha à MÁRCIA um prospecto do ventilador pulmonar 'S-21' constante do arquivo 'S-21'_Prospecto.pdf.pdf.pdf', com a seguinte menção: '*Leandro fará contato com vc*'. Passados 3 (três) minutos, às 11h12min, o senhor FÁBIO DEAMBRÓSIO GUASTI encaminha uma mensagem de texto para o *whatsapp* de MÁRCIA: '*Bom dia*'; '*Sou Fábio da meuvale*'. Curioso que, às 11h38min, MÁRCIA recebe de FÁBIO o mesmo arquivo enviado por DOUGLAS BORBA.

(*Imagem.*)

Sendo assim, existem indícios do vínculo entre DOUGLAS e FÁBIO DEAMBRÓSIO GUASTI, este último segue mantendo contato com a Superintendente MÁRCIA, encaminhando prospectos de ventiladores pulmonares com preços e prazos de entrega diversos:

(*Imagem.*)

Como se nota, um dos primeiros aparelhos oferecidos por FÁBIO, ainda no dia 22/03/2020 foi o 'Shangrila 510S' modelo produzido pela AEONMED - justamente o mesmo modelo que a empresa VEIGAMED, tentou entregar no lugar do 'Medical C-35', em ocasião posterior.

[2] vide pg.18 da 5ª Ata de Reunião Ordinária da CPI
[3] vide pg.18 da 5ª Ata de Reunião Ordinária da CPI

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI da Pandemia
Fls. 3178

Página 1254. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

No entanto, cabe dizer que antes do encaminhamento de tal *folder*, FÁBIO editou a imagem a fim de ocultar o nome do modelo 'Shangrila 510S'. Atenta-se ainda, ao fato que a mesma imagem foi usada para a elaboração de outros 2 (dois) orçamentos falsos, supostamente enviados pelas empresas MMJS e JE para instruir o processo de dispensa de licitação (este ponto será mais a frente, melhor esclarecido). Chama-se atenção ainda, o valor de R$ 252.500,00 (duzentos e cinquenta e dois mil e quinhentos reais) cada unidade, o pedido de pagamento no ato da emissão do pedido e da nota, e a disponibilidade de entrega de 500 (quinhentos) aparelhos para dia 02 de abril. Contudo, ao que se constata na sequência das mensagens trocadas por FÁBIO e MÁRCIA, o modelo 'Shangrila 510S' foi recusado por ser equipamento de transporte de emergência, não se prestando para utilização em UTI (Unidade de Tratamento Intensivo).

Na oportunidade da mesma conversa, FÁBIO pede e recebe contato do técnico da área de engenharia clínica que analisa os prospectos, mas como desiste deste modelo, conclui-se que tenha sido efetivamente, reprovado pela área técnica.

Posteriormente, no dia 24/03/2020, FÁBIO, em evidente pressão, avisa MÁRCIA que os 500 (quinhentos) respiradores que detinha, foram vendidos advertindo ainda que seria necessário fechar o pedido assim que ele apresentasse uma nova proposta.

Ato contínuo, dia 25/03/2020 FÁBIO apresenta um suposto ventilador pulmonar 'C40' a R$ 294.000,00 (duzentos e noventa e quatro mil reais) a unidade, com disponibilidade de entrega de 500 (quinhentos) equipamentos, mediante pagamento antecipado de 50% (cinquenta por cento) do valor no ato do pedido, para o dia 10 de abril:

Imediatamente após a apresentação de valores e condições de fornecimento do suposto equipamento 'C40', FÁBIO encaminha a imagem do equipamento 'Medical C35' da CIMA Industries Ind., supostamente um modelo de valor e prazo de entrega menor (R$ 169.000,00 a unidade e entrega em 10 (dez) dias: '***se fechar hj'***).

Ocorre que, o equipamento 'Medical C35' não existe, como provavelmente, também não existe o modelo comparativo C40 (mais caro), constantes também, nos outros orçamentos do processo SES 037070/2020.

Nesse mesmo dia 25/03/2020, após a área de engenharia clínica 'aprovar' a especificação técnica do equipamento 'Medical C35', ocorreu o que a MÁRCIA denominou de '*leilão*'. Segundo MÁRCIA ela estava em ligação de voz com FÁBIO quando passou o telefone para HELTON ZEFERINO, que negociou a redução do valor unitário de cada ventilador pulmonar que passou de R$ 169.000,00 (cento e sessenta e nove mil reais) para R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais) a unidade.

Ato contínuo, às 21h10min do dia 25/03/2020, o senhor RAFAEL WEKERLIN – CEO da *BRAZILIAN INTERNATIONAL BUSINESS*, empresa de Joinville, especializada em comércio exterior, envia um e-mail para o endereço institucional da Superintendência de Gestão Administrativa da SES, com cópia para FÁBIO com o assunto 'Proposta Comercial – BT 162/2020 – Respiradores Mecânicos'.

Segundo RAFAEL WEKERLIN em depoimento prestado nesta CPI aos 18/06/2020, o senhor SAMUEL RODOVALHO o procurou por meio do senhor GERMANO LINCOLN e de CAUÊ LOPES MARTINS para efetivar a importação dos respiradores; RAFAEL ainda informou, que como este seria um procedimento comum na sua empresa, ele aceitou e encaminhou ao Governo do Estado uma 'pré-proposta' de importação, no dia 25/03/2020. Disse ainda, que pediu o edital do processo de compra para fechar o negócio, que só seria feito para ajudar o Estado e que sua empresa não teria lucro.

Nada obstante, o empresário disse ainda aos deputados que em uma conversa de um grupo de *whatsapp* composto pelos representantes comerciais FÁBIO DEAMBRÓSIO GUASTI, SAMUEL DE BRITO RODOVALHO e CÉSAR AUGUSTUS TOMAZ MARTINEZ BRAGA e GERMANO LINCOLN, que surgiu por parte do Senhor SAMUEL DE BRITO RODOVALHO o questionamento sobre o pagamento de uma comissão de R$ 3 milhões para a compra, porém sem especificar a pessoa, apenas escrevendo que era '***Dela de 3M'***. RAFAEL WEKERLIN seguiu afirmando que: '*na hora, disse que não trabalhava dessa forma e me retirei da negociação*'."

Página 1255. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3779
Rubrica

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe, só ratificando. Está "Dela de 3M" e não três milhões.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Perdão, li três milhões, devo ter me confundido. Muito bem ratificado pelo nosso Presidente.

Na sequência tem uma imagem, o *print* de uma conversa de WhatsApp. E eu prossigo a leitura.

(*Continua lendo.*)

"Como melhor se entenderá adiante, quando da desistência de RAFAEL, FÁBIO solicitou a substituição da proposta da empresa de RAFAEL (*BRAZILIAN INTERNATIONAL BUSINESS)* pela empresa VEIGAMED.

Assim, de posse da proposta comercial, em 26/03/2020 foi autuado o processo **SES 037070/2020** relativo à aquisição emergencial de 200 (duzentos) ventiladores pulmonares – covid-19, pela Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras – PGC da SGA da SES.

Destaca-se que o processo **SES 037070/2020** foi autuado apenas com a Proposta Comercial – BT 162/2020 da Empresa BRAZILIAN TRADING IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELI EPP, CNPJ 23.307.163/0001-17, datada de 25/03/2020 subscrita pelo Sr. RAFAEL RUSCKA WEKERLIN. (pgs. 2-18 do processo SES 037070/2020),

Tal proposta previa a aquisição, importação e revenda de 200 (duzentas) unidades de respiradores 'Medical C-35', no valor total da venda - sem impostos - de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais). No descritivo anexo à proposta ainda continha às condições de pagamento, com previsão de pagamento à empresa CIMA INDUSTRIES INC., sendo 50% antecipado, 25% contra embarque e 25% chegada ao Brasil (pg. 15 do processo SES 37037/2020).

Por conseguinte, em 26/03/2020 - pela Gerência de Bens Regulares – GEBER, da Diretoria de Licitações e Contratos – DLC - foi anexada à requisição n.1708/2020 referente à aquisição dos 200 respiradores pulmonares (pg. 19 do processo SES 037070/2020); Tal documento foi encaminhado por meio da CI nº 950/2020 subscrito pela então Superintendente de Gestão Administrativa – MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI e pelo Secretário Adjunto de Estado da Saúde – ANDRÉ MOTTA, que solicitava nestes termos a: '*aquisição emergencial de ventilador pulmonar da empresa BRAZILIAN TRADING IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELI EPP'* (pg. 23 do processo SES 37037/2020).

Esta primeira CI nº 950/2020 **foi desentranhada e substituída**, ainda no dia 26/03/2020, por outra de mesmo número, agora assinada pelo então Secretário de Estado da Saúde – Sr. HELTON ZEFERINO e a Superintendente de Gestão Administrativa – MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI, sem, entretanto conter o nome do fornecedor escolhido para a aquisição dos equipamentos (pg. 26 do processo SES 37037/2020).

Ocorre que FÁBIO, quando ciente da desistência de RAFAEL WEKERLIN de participar do processo, imediatamente providenciou a alteração da empresa - ora fornecedora dos respiradores - e solicitou à MÁRCIA a substituição da proposta anterior, senão vejamos:

(*Imagem e transcrição.*)

Assim, em 27/03/2020, a Proposta Comercial – BT 00162/2020 da empresa BRAZILIAN TRADING IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELLI EPP, bem como a CI n. 950/2020 de pg. 23, ambas protocolizadas aos 26/03/2020 foram desentranhadas dos autos SES 037070/2020, pela Superintendente de Gestão Administrativa – SGA (MÁRCIA), sendo substituída pela proposta Comercial – BT 00162/2020 da empresa VEIGAMED e pela CI nº 950/2020 (pgs. 26 e 27- 41 processo SES 037070/2020).

Com efeito, ainda é indispensável mencionar a semelhança entre as propostas da BRAZILIAN TRADING e da VEIGAMED; Destaque, para a manutenção do nome de RAFAEL WEKERLIN e para a denominação de *Trading* na proposta da empresa VEIGAMED, que sequer, segundo apontou a Receita Federal do Brasil, realizou alguma operação com o exterior, fato este, não conferido pelos servidores.

Ademais, os descritivos anexados às referidas propostas, são idênticos, estando modificado apenas o nome do cliente, de *BRAZILIAN TRADING* para VEIGAMED.

Página 1256. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3780
f.

Entre as duas cotações da suposta fabricante CIMA, houve ainda alteração do valor unitário, que passou de $26,500 (vinte e seis mil e quinhentos dólares americanos) para $33,440 (trinta e três mil e quatrocentos e quarenta dólares americanos) bem como na menção 'Prefeitura Municipal de Barueri'. Sendo possível deduzir, portanto, que a segunda proposta (VEIGAMED) tenha sido construída a partir da primeira (BRAZILIAN).

Uma vez substituída à proposta comercial, foram juntados os documentos da empresa VEIGAMED que FÁBIO enviou à MÁRCIA, via aplicativo de *whatsapp*, a saber: CNPJ; CNH de Pedro Nascimento de Araújo, CPF: 068.642.497-27; Alvará de Licença e Inscrição, da Prefeitura Municipal de Nilópolis/RJ; e o comprovante de Inscrição e de situação cadastral do Estado do Rio de Janeiro (pgs. 42-45 do processo SES 037070/2020).

Portanto, ausente dos atos negociais da dispensa de licitação, o contrato social da empresa VEIGAMED que define sua composição societária (art. 28, incisos III da Lei nº 8.666/93). Logo, a ausência de contrato social e de procuração em nome de FÁBIO DEAMBRÓSIO GUASTI, implica na falta de representação da empresa para firmar contratos, uma vez que se desconhece quem supostamente tem legitimidade para representar a empresa VEIGAMED.

Dando continuidade a cronologia do 'processo' administrativo, vimos que a minuta de dispensa de licitação é incluída no dia 27/03/2020, na Diretoria de Licitações e Contratos – DLC. No mesmo dia, a Assessoria Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa – ASJUR devolve os autos com o seguinte apontamento (pgs. 51-52 processo SES 037070/2020):

(*Imagem.*)

Assim, o processo retorna à SGA (MÁRCIA), para inclusão **extemporânea** de mais dois orçamentos. O orçamento da empresa denominada JE Comércio foi juntado aos autos no dia 28/03/2020, e o da empresa denominada MMJS, no dia seguinte, 29/03/2020. Como se observa abaixo, os orçamentos são praticamente idênticos em formatação, fonte, redação, modelo de equipamento, salvo o valor unitário e prazo de entrega e ambos não possuem assinatura de representante habilitado, nem mesmo a descrição do número de CNPJ, e ausente também de informações básicas, como: endereço, telefone ou e-mail.

(*Imagem.*)

Conforme demonstrado anteriormente, um primeiro ponto a destacar que consiste em indicativo da fraude, de conluio cometido, reside no fato de que a imagem, utilizada nas propostas comerciais acima, é a mesma utilizada por FÁBIO, na proposta da VEIGAMED (pg. 28 - Processo SES 037070/2020). Só que enquanto nas propostas das empresas JE e MMS o produto/modelo é o 'Medical C30' na proposta da VEIGAMED o modelo é o 'Medical C35'.

Em verdade, o equipamento 'Medical C35' oferecido por FÁBIO era uma espécie de falsificação da imagem e especificação técnica do aparelho VG70, produzido pela fabricante chinesa AEONMED, enquanto o C30 é, em verdade, a imagem do equipamento 'Shangrila 510S', também produzido pela AEONMED.

Por conseguinte, a apresentação de tais propostas claramente objetivou dar 'aparência de regularidade' no processo administrativo, para fim de emissão de parecer jurídico positivo. Acontece que as propostas jamais poderiam ser consideradas válidas, seja pelo servidor que as inseriu no sistema, seja pelo assessor que emitiu parecer jurídico, posto os flagrantes indícios de fraude.

No entanto, ao contrário do esperado, no dia 29/03/2020, após a inclusão dos dois orçamentos fraudulentos, foi juntado aos autos o Parecer Jurídico nº 0506/2020 assinado digitalmente pelo senhor CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR, concluindo que: '*(...) observada às disposições legais e aplicáveis à espécie, e abstendo-se quanto às informações técnicas referentes ao objeto, sobre a conveniência e a oportunidade da contratação, considerando a legalidade dos atos praticados com vista ao melhor atendimento ao interesse público, opina esta Assessoria pelo prosseguimento a presente aquisição/contratação via Dispensa de Licitação, observados todos os termos deste parecer*'.

Contudo, o parecerista, além de não observar o 'copia e cola' de todas as propostas comerciais inseridas nos autos, deixou ainda de apontar: **a**) ausência de teor de referencia

3781
f.

Página 1257. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

simplificado, **b**) justificativa de preços, tendo em vista a não validade dos orçamentos apresentados, bem como, **c**) ausência das razões da escolha do fornecedor, em prejuízo ao que determina o art. 26, § único, incisos II e III da Lei 8.666/1993. Ademais, sequer apontou: **d**) ausência de contrato social, conforme determina o art. 28, inciso III da Lei 8.666/1993.

Alerta-se, ainda que no parecer Jurídico nº 0506 de pgs. 60-65 do processo SES 037070/2020 o assessor jurídico, por meio da citação de endereços da internet[4], procura justificar o preço.

Contudo, não cabe ao parecerista justificar o preço e sim verificar se o preço foi devidamente justificado pela Administração Pública, além da presença dos demais requisitos legais para a perfectibilização da dispensa de licitação.

Aliás, por falta de orientação jurídica o contrato (em sentido formal) sequer foi firmado, embora a disposição do art. 62 da Lei 8.666 de 1993. Assim foram encomendados e pagos equipamentos no valor total de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais) que demandariam garantia e assistência técnica, mediante trocas de conversas de aplicativo de *whatsapp* e envio de documentos por e-mail, sem que a identidade dos fornecedores pudesse ser conferida pessoalmente/formalmente.

Tampouco, há qualquer manifestação jurídica acerca do pagamento antecipado, embora conste como condição de fornecimento. Nota-se que a Dispensa de Licitação nº 0754/2020 analisada pela assessoria jurídica da SES e posteriormente homologada pelo então Secretário de Estado da Saúde, HELTON ZEFERINO faz expressa menção aos termos do '*orçamento emitido pela empresa, acostado às fls. 27 a 41 dos autos*' (pgs . 47, 51 e 68 - Processo SES 037070/2020).

Por sua vez, em 30/03/2020, antes de homologar a dispensa de licitação, o então Secretário de Estado da Saúde HELTON determinou que fosse juntado aos autos manifestação da área de engenharia clinica '*atestando que o equipamento a ser adquirido atende as especificações necessárias para ventilação de pacientes com a COVID-19 ou SRAG*' (pg. 70 - Processo SES 037070/2020). Na sequência foi emitida a CI 400/2020, pela Gerência de Desenvolvimento dos Hospitais Públicos – GEDHP, 'evidenciando que o Respirador Mecânico (ventilador pulmonar) atende e garante a ventilação de pacientes com a COVID-19' (pg. 73 - Processo SES 037070/2020).

Assim, no mesmo dia 30/03/2020 restou homologada a Dispensa de Licitação nº 0754/2020 autorizada a despesa e liberada a Ordem de Fornecimento 343/2020, para a aquisição de 200 (duzentas) unidades de respiradores pulmonares 'Medical C35', (pgs.67-68 - Processo SES 037070/2020), pelo então, Secretário de Estado da Saúde HELTON ZEFERINO.

Na Ordem de Fornecimento nº 343/2020 consta o prazo de entrega de 1 (um) dia e condições de pagamento de 30 (trinta) dias, bem como a informação de que 100 (cem) unidades seriam entregues entre os dias 05 e 07/04/2020 e as demais 100 (cem) unidades entregues até o dia 30/04/2020 (pg. 69 – Processo SES 037070/2020).

Por seu turno, em 31/03/2020 foram emitidos pelo Fundo Estadual de Saúde os empenhos 2020NE011422 e 2020NE012029, fontes 100 e 300 respectivamente, assinados por Fernanda Gabriela dos Santos, como ordenadora secundária e JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA como ordenador primário (pgs. 79-82 - Processo SES 037070/2020)."

Senhor Presidente, prossigo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão, siga até a página seguinte, onde termina a frase "É inegavelmente fraudulenta."

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – (*Continua lendo.*)

"Em 01/04/2020, às 18h02min, a dispensa de licitação foi cadastrada no Cadastro de Informações Gerenciais – CIG, tendo em vista o que determina nos artigos 6 e 7 do Decreto nº 49, de 09 de fevereiro de 2015, sendo que a respectiva aprovação do cadastro foi emitida no mesmo dia (SES 40851/2020).

[4] http://www.saude.ba.gov.br/temasdesaude/coronavirus/contratacoes-covid19/
https://correiodoestado.com.br/cidades/coronavirus:-governo-dispensa-licitacao-e-vai-comprar-ventilador-pulmonar-por-r-680-mil/369480

Página 1258. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

ALESC Fls. 3782

Ainda, às 18h09min do 01/04/2020, a DLC encaminha por e-mail à empresa VEIGAMED, a Ordem de Fornecimento nº343/2020 e solicita confirmação de recebimento (pg. 86 - Processo SES 037070/2020). Contudo, não houve resposta.

Por derradeiro, quanto ao tópico da contratação, cabe destacar que segundo consta no pedido de prisão provisória, busca e apreensão da segunda fase da Operação O2, bem como da narrativa dos depoimentos colhidos por esta Comissão que o núcleo empresarial composto por FÁBIO GUASTI, SAMUEL DE BRITO RODOVALHO e CÉSAR AUGUSTUS TOMAZ MARTINES BRAGA sabia desde 27/03/2020 que a empresa CIMA possivelmente, não conseguiria cumprir a proposta e desde 30/03/2020 que havia a **confirmação** de que a CIMA não entregaria os respiradores.

Portanto, temos que a manutenção de proposta comercial, contendo evidente má-fé, por FÁBIO e pela empresa VEIGAMED auxiliados pela incompetência de servidores públicos vinculados a Secretaria de Estado da Saúde, **É INEGAVELMENTE FRAUDULENTA.**"

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão, muito obrigado pela colaboração do senhor.

Agora, quem emprestará voz a esta CPI é o nosso amigo, o Deputado Milton Hobus. Vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Obrigado, senhor Presidente.

Cumprimento todos e vamos direto à leitura do relatório.

(*Continua lendo.*)

"**DO PAGAMENTO**

Toda parte orçamentária e financeira do processo foi realizada com extrema celeridade - em menos de 24 horas. Senão vejamos:

Primeiramente destaca-se que os pedidos de pagamentos foram assinados digitalmente pela Superintendente de Gestão Administrativa – senhora MÁRCIA em **20/03/2020**, ou seja, 11 (onze) dias antes da autuação dos processos, demonstrando que se tratava de autorização prévia e genérica.

Os processos **SES 039977/2020** e **SES 039985/2020** foram **autuados às 18h do dia 31/03/2020** na Superintendência de Gestão Administrativa – SGA.

Em 31/03/2020, **às 11h** as Notas Fiscais de nº 384 e nº 385 foram emitidas pela empresa VEIGAMED para a aquisição de '*ventilador pulmonar para cuidados intensivos com PEEP mínimo de 30*'; Sendo, posteriormente, certificadas pela então Superintendente de Gestão Administrativa em 01/04/2020. (MÁRCIA)

Aponta-se que na liquidação das despesas aparecem os nomes da senhora Débora Brum, CPF 073.901.799-37, como certificadora, e senhora Eliete Maria Mulher Braga, CPF 027.567.399-52, como liquidante.

Ato contínuo, a partir da homologação da Dispensa de Licitação, exatamente no dia 01/04/2020, às 14h52min horas FÁBIO pressiona MÁRCIA a realizar o pagamento, alegando que os ventiladores pulmonares estavam aptos para serem importados, juntamente com uma carga de 500 (quinhentos) equipamentos, mas que, para tanto, precisaria receber o quanto antes.

As ordens bancárias 2020B037608[5] e 2020B037625[6], no valor de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais) cada, foram transmitidas ao banco às 16h39min e às 16h59min do dia 01/04/2020. Porém, os valores só ficaram disponíveis na conta da empresa VEIGAMED do Banco Bradesco, aos 03/04/2020.

Em 04/04/2020, após o pagamento, a Diretoria de Licitação e Contratos enviou e-mail à empresa VEIGAMED reiterando a necessidade de confirmação de recebimento, bem como, solicitando o envio das Certidões de débitos Estadual e Municipal (pg.90 – Processo 0037070/2020). Contudo, também sem resposta.

DO NÃO CUMPRIMENTO DO CONTRATO.

[5] **Fonte 100**: 2020OB037608 assinada em 01/04/2020 (não consta assinatura no SGPe, porém no SIGEF foi lançada às 16:22 do dia 01/04/2020).

[6] **Fonte 300**: 2020OB037625 assinada em 01/04/2020 (não consta assinatura no SGPe, porém no SIGEF foi lançada às 16:43).

Página 1259. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3783

Haja vista o decurso do prazo de entrega, aos 08/04/2020 a SES (Secretaria de Estado da Saúde) enviou a 1ª notificação à empresa VEIGAMED.

Segundo HELTON, em depoimento[7] prestado junto a esta CPI, no dia 15/04/2020 ocorreu uma reunião na Procuradoria-Geral do Estado, em que além dele estavam presentes, o Procurador-Geral do Estado, o subprocurador e o consultor jurídico da SES. Na ocasião, segundo o trecho de seu depoimento abaixo destacado, os presentes entenderam por aguardar o vencimento do prazo de 30 de abril, senão vejamos:

(*Transcrição*.)

Como se observa a premissa para tal decisão era de que a empresa vinha encaminhando documentos que comprovavam '*que ela esta fazendo tramitação desse processo*'. Todavia, no processo SES 037070/2020, os únicos documentos que se entendem como apresentados pela empresa VEIGAMED, no período compreendido entre a apresentação da proposta de fornecimento e a mencionada reunião do dia 15/04/2020, são as *proformas invoices* em beneficio da *offshore* DATIAN INTERNACIONAL COMPANY LIMITED.

Ato contínuo, aos 16/04/2020 a empresa VEIGAMED responde à 1ª notificação por meio do e-mail subscrito por Luciane Louzada. Da referida 'contranotificação' a empresa aduziu que o atraso da entrega dos equipamentos decorria do momento de anomalia mundial decorrente da pandemia do covid-19 que impõe a necessidade de flexibilização das regras legais e contratuais, senão vejamos:

(*Imagem*.)

Ademais, anexo à manifestação consta prospecto do aparelho 'Shangrila 510S', da AEONMED, situada na China, em substituição ao prospecto da CIMA INSDUSTRIES INC, empresa do Panamá. (pgs. 33-41 – Processo SES 037070/2020).

Por requerimento do Eng.º Wagner Tadeu Martins Queiroz, o processo foi remetido ao Núcleo de Engenharia Clinica no dia 17/04/2020, que emitiu (por duas vezes) a CI nº 0524/2020. (pg. 101 do Processo SES 037070/2020)

No encaminhamento do Núcleo de Engenharia Clínica - pg. 104 do Processo SES 037070/2020 - assinado digitalmente pelo Eng.º Wagner, à SGA consta o que segue:

(*Imagem*.)

Entretanto, a versão original da CI nº 0524/2020 (pg. 102-103 do Processo SES 037070/2020) foi desentranhada por Wagner Tadeu Martins Queiroz (usuário 198.183.938-05), ainda em 17/04/2020, vindo a ser substituída por outra que suprime a seguinte sentença: '*como foi utilizado um código CIASC (032875010) genérico, sem descritivo técnico para o ventilador Pulmonar em questão, podendo dar margem de interpretações tendenciosas*' (pgs 105-106 – Processo SES 037070/2020).

Também restou corrigido o erro material no número da *proforma invoice* informada, já que na versão original constam duas vezes o numero 'PI-20200414-WHHL' (pg. 102 dos autos SES 037070/2020). Conforme se observará adiante, a primeira versão da CI nº 0524/2020 havia sido assinada por então Secretário Adjunto ANDRÉ MOTTA RIBEIRO, o qual, contudo, recusou-se assinar a versão substituída ao alegar que não teria participação no processo.

A CI nº 0524/2020 substituída foi assinada digitalmente pela Gerente de Desenvolvimento de Hospitais Públicos, Juliana Fernandes, pelos engenheiros eletricistas Leonardo Boechat Tavares Pereira e Wagner Tadeu Martins Queiroz, segundo a qual:

(*Imagem*.)

Ainda em 17/04/2020, às 23h46min a Superintende MÁRCIA emite o seguinte despacho:

'*Considerando a avaliação da engenharia clínica que atesta a evidente divergência entre a proposta aprovada para aquisição e a configuração do equipamento apresentado no INVOICE emitido pelo fornecedor, bem como o descumprimento do prazo de entrega do lote de equipamentos pactuados na proposta; Solicitamos o prosseguimento das providências necessárias*

[7] ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – pag. 98

Página 1260. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fls. 3784

junto ao núcleo de penalidades para o devido cancelamento da compra.' (pg. 108 – Processo SES 037070/2020)

Entretanto, tal despacho foi desentranhado pela própria MÁRCIA (usuário 591.647.869-00) em 18/04/2020, sob o motivo '*adequar formatação*' no termo de desentranhamento (pg. 108).

Por sua vez, às 10h44min do dia 18/04/2020, a então Superintendente MÁRCIA, em substituição ao despacho acima destacado e na intenção de justificar o elevado valor dos respiradores, insere aos autos a seguinte manifestação (vide pg. 181 - SES 037070/2020):

(*Imagem.*)

Como se nota, no dia 17/04/2020, MÁRCIA, ciente de que o modelo contratado não seria entregue, solicitou o cancelamento da compra, entretanto, no dia seguinte emitiu despacho justificando o valor dos equipamentos.

Já aos 22/04/2020, a Diretoria de Licitações e Contratos – DLC encaminha a 2ª notificação à empresa VEIGAMED, para que apresente o comprovante de aquisição dos equipamentos, além dos documentos relacionados à importação e a data de chegada dos mesmos no almoxarifado da SES (pgs. 185-187 – Processo SES 037070/2020). Apesar disso, não faz qualquer menção sobre troca de modelo, fato que a empresa VEIGAMED, em resposta à primeira notificação, já havia dado notícia.

Na sequência em 24/04/2020, a empresa VEIGAMED envia a 2º contranotificação, com o cronograma abaixo (pgs. 190- 192 – Processo SES 037070/2020):

(*Imagem.*)

Aos 27/04/2020 a Assessoria Jurídica da SES emite o Parecer nº 0711/2020 pelo qual avisa da '*penalidade de multa por não entrega, conforme art. 110, II e também a suspensão prevista no art. 111, IV, ambos do Decreto Estadual nº 2.617/09, devendo a suspensão ocorrer durante o período de pico da pandemia, que estima-se por 06 meses*' (pgs. 194-199 do Processo SES 037070/2020).

Já aos 29/04/2020 é enviada a terceira notificação informando para tanto, os apontamentos realizados pela Controladoria-Geral do Estado (pgs. 202-204 do Processo SES 037070/2020), sendo reencaminhada em 06/05/2020 (pgs. 205 do Processo SES 037070/2020).

Em 08/05/2020, o Sr. PEDRO NASCIMENTO DE ARAÚJO, manifesta-se por meio do e-mail (vide pgs. 206-209 – Processo SES 037070/2020). Alegando, quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro, que: '*opera com uma margem bruta dentro dos parâmetros de mercado, não sendo possível haver qualquer redução nos valores sem que o frágil equilíbrio econômico-financeiro seja rompido*' referenciando para tanto 'planilha em anexo', a qual sequer consta no e-mail. Já quanto à alteração do modelo originalmente adquirido pelo 'Shangrila 510S' – aduz sobre a existência de questões relacionada ao mercado e que a Secretaria de Estado da Saúde não cumpriu o prazo de validade da proposta. E, por fim, quanto aos valores de mercado, a empresa traz, em síntese, que não foi possível entregar os respiradores contratados e que os equipamentos ofertados em substituição eram mais caro.

Por fim, em meados do mês de maio, 50 (cinquenta) equipamentos 'Shangrila 510S', chegaram ao Brasil por meio da empresa TS ELETRONICS DO BRASIL, com especificação diversa da contratada e, consequentemente inservíveis ao tratamento da covid-19 ou para a utilização em UTI. No entanto, como não foi promovido o devido desembaraço aduaneiro, a Receita Federal do Brasil declarou o perdimento das mercadorias que, após aceitação por parte de SES, procedeu à doação dos 50 respiradores.

Deste modo, imperioso concluir que a empresa VEIGAMED, por meio de FÁBIO GUASTI e do núcleo empresarial composto por FÁBIO, SAMUEL RODOVALHO e CÉSAR AUGUSTUS TOMAZ MARTINEZ BRAGA e GERMANO LINCOLN, balizados pela inabilidade e omissão de servidores da SES não só descumpriram o contrato objeto do processo administrativo em sua integralidade, como agiram com total discrepância aos princípios norteadores da administração pública. Ações que, em tese, trazem cargas delituosas e potencial prejuízo à coisa pública, consideradas suficientes para que não triunfe a impunidade.

DO GRUPO DE *WHATSAPP* 'COVID-19 – COMPRAS' E DO PROJETO DE LEI

Fls. 3785

Página 1261. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Cabe registrar que restou criado um grupo de conversas de aplicativo de *whatsapp*, pelo Secretário de Estado da Administração JORGE EDUARDO TASCA, composto por representantes da Controladoria Interna e Externa do Estado, mais alguns servidores da Secretaria de Estado da Administração (SEA), da Secretaria de Estado da Saúde (SES), sendo uma das representantes desta pasta, a Sra. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI.

Referido grupo de *whatsapp*, cujo histórico foi trazido ao conhecimento desta Comissão aos 23/06/2020, quando da oitiva da Auditora interna SIMONE DE SOUZA BECKER (à época dos fatos, Controladora-Adjunta), do poder executivo da Secretaria de Estado da Fazenda, que narrou de forma clara, sobre as intenções do grupo de servidores em proteger o erário diante das exigências legais que a situação se apresentava, com orientações e sugestões.

Tal grupo de conversas denominado 'COVID-19 – COMPRAS' foi criado em 22/03/2020 e perdurou até 28/04/2020.

Da leitura atenta de todas as conversas do grupo no período acima descrito, é possível concluir, que os órgãos de controle, tanto internos quanto externos do Estado, representados naquele grupo alertaram em especial a Sra. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – que era a principal representante da pasta de saúde – sobre os procedimentos a serem adotados quando da aquisição de equipamentos, insumos e afins, ao combate a covid-19 – com pagamento antecipado.

À folha enumerada pelo relator como de número 24, indica que no dia 23/03/2020, Fabrício representante do Ministério Público de Santa Catarina anotou pela vez primeira, a observação de que o art. 68 da Lei 4.320/64 ditava regras sobre o regime de adiantamento, que entendemos como - compra antecipada.

(*Imagem.*)

Pela primeira vez, no grupo, em 24/03/2020 a Sra. KAREN BAYESTORFF - Diretora de Gestão de Licitações de Contratos da SEA questiona sobre pagamento antecipado, e faz observações a respeito do procedimento que deve ser adotado, sugerindo apresentação de uma Lei Complementar ou Medida Provisória, que regulamentasse o processo do pagamento antecipado. E mais, KAREN alerta que qualquer análise de risco deve ser levada à decisão do Secretário Tasca (JORGE EDUARDO TASCA) e do próprio Governador.

(*Transcrição.*)

Em 24/03/2020, conforme se observa da conversa o Secretário Sr. JORGE EDUARDO TASCA, consulta o grupo a respeito da vedação do adiantamento, o que prova que a discussão em 24/03/2020 se dava a respeito da legalidade e dos procedimentos que deveriam ser adotados para o pagamento antecipado.

(*Transcrição.*)

KAREN apresenta então uma proposta de autorização legislativa para que a ALESC aprovasse esse procedimento; mais a frente conclui que aquela proposta legislativ inicial sofreria alterações.

(*Transcrição.*)

Ainda no dia 24/03/2020, Marcelo Mendes representante da Procuradoria Geral do Estado, reforça que a PGE estava trabalhando numa proposta legislativa para regulamentar o procedimento de compra com pagamento antecipado.

(*Transcrição.*)

Importante notar que a Diretoria de Gestão de Licitações de contratos da SEA, Sra. KAREN, alerta Marcelo Mendes, no grupo, em que está tanto MÁRCIA quanto o Secretário JORGE TASCA, que os pagamentos antecipados precisam estar '***muito bem justificados***', pois haveria risco de prejuízo ao erário caso a empresa não entregue os bens. Que, portanto, só poderia ser feito, se não houvesse alternativa.

(*Transcrição.*)

Marcelo Mendes responde, alertando para as cautelas que devem ser tomadas as quais foram anotadas à frente.

(*Transcrição.*)

Fls. 3786

Página 1262. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

A Sra. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI acompanha tudo, inclusive posta no grupo, à relação de equipamentos que estavam comprando, se notando ali, os ventiladores pulmonares.

(*Imagem.*)

Agora e o mais importante, em 24/03/2020, conforme figura abaixo, MÁRCIA encaminha ao grupo um parecer jurídico (PSES 35508/2020) datado de 23/03/2020 e assinado pelo consultor jurídico CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR, pelo qual é possível observar a exigência de tomadas de garantia para compras com pagamento antecipado.

(*Transcrição.*)

Também no mesmo dia 24/03/2020 é possível notar que Denise, representante do Tribunal de Contas do Estado, traz ao grupo, o guia de avaliação de risco para aquisição de produtos covid-19; Nesse guia existem diversas observações da CGU a respeito das decisões preliminares que devem ser tomadas, no que diz respeito às compras nesse período.

(*Transcrição.*)

Em 25/03/2020, KAREN volta ao grupo para falar do PROJETO DE LEI que autoriza o pagamento antecipado e Jonathan do Ministério Público de Contas alerta que o projeto garante e cria mecanismos para garantir a entrega dos produtos e as cautelas que deveriam ser tomadas.

(*Transcrição.*)

Aliás, como se vê dessas conversas o tema: **proteger o erário** foi constantemente debatido no grupo, falando-se inclusive das garantias que deveriam ser tomadas, como fica claro quando da leitura da mensagem encaminhada por Jonathan, que representava o Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina.

(*Transcrição.*)

Importante notar nas conversas do grupo, que ainda em 25/03/2020, Marcelo do TCE, chama mais uma vez a atenção dos componentes do grupo, que o **pagamento antecipado é um risco e de tudo isso, MÁRCIA acompanha**, tanto que no mesmo dia, informa ao grupo da proposta comercial para a entrega dos equipamentos entre 05 e 07/04/2020, sem fazer qualquer observação a respeito do pagamento antecipado.

(*Imagem.*)

Aqui vem um fato que se julga importante destacar, resta claro pela atenta leitura das conversas que o grupo constantemente discutia sobre forma de pagamento antecipado, contudo, estranhamente é ocultado do grupo que a aquisição dos 200 (duzentos) respiradores da empresa VEIGAMED se tratava de uma compra com pagamento antecipado.

(*Imagem.*)

Importante registrar a fala de Naiara (SIG) em 25/03/2020, a respeito de compras com empresas sem experiência e capacidade, caso da VEIGAMED.

(*Transcrição.*)

Paralelamente, no dia 25/03/2020, por intermédio do Secretário de Estado da Administração, Sr. JORGE EDUARDO TASCA, é então encaminhado um **PROJETO DE LEI**, que tramitou no sistema SGP-e sob o nº 3404/2020/SEA, ao Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo Estadual a realizar a antecipação dos pagamentos nas contratações destinadas aos objetos que identifica:

(*Imagem.*)

Ato contínuo, voltando ao grupo, MÁRCIA é questionada sobre o conhecimento do histórico das empresas, e ela responde que **sim**.

(*Transcrição.*)

MÁRCIA ainda é questionada se é necessário o pagamento antecipado da compra desses respiradores (VEIGAMED), já que o produto estava no México e ela responde que **NÃO**!

(*Transcrição.*)

Seguem as conversas e percebe-se que MÁRCIA tem atuação permanente no grupo, tanto que aos 27/03/2020, apresenta ao grupo a instrução normativa nº 01/2020, da CGE/SEA, que dispõe sobre a inclusão das cláusulas anticorrupção, nos editais de licitação e contratos firmados com o

Página 1263. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

3787

Estado, ou seja, que diz o seu art. 1°, II, anota que '**há vedação expressa de práticas que podem levar o erário ao risco**'.

(*Imagem.*)

Em 30/03/2020, mesmo dia que um PROJETO DE LEI que regulamentaria as compras com pagamento antecipado é apresentado à ALESC (e retirado no outro seguinte), a Diretora KAREN fala ao grupo de uma minuta de padrão de dispensa de licitação e orientação para instrução de processo, construída a partir de dados levantados pelo TCE, com o objetivo de, sempre, proteger o erário.

(*Transcrição.*)

Voltando agora para o tema PROJETO DE LEI, tal proposição legislativa que versava sobre a autorização do pagamento antecipado e previa garantias para tal, restou acatado pelo Senhor GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA. Todavia essa informação não veio à tona nas mensagens trocadas pelo grupo.

A íntegra da proposta legislativa segue abaixo, cabe dizer que a cópia do referido projeto foi compartilhada pela Sra. SIMONE BECKER quando de seu depoimento nesta CPI.

(*Imagem.*)

Estranhamente o aludido PROJETO DE LEI não chegou a tramitar nesta Assembleia, posto que logo após seu protocolo - no dia 31/03/2020 (anterior ao dia em se efetivaria o pagamento dos respiradores à empresa VEIGAMED) o governo, por meio da Casa Civil, desistiu, de manter o projeto para análise deste parlamento.

Segundo o Governador do Estado, o PL foi retirado de tramitação: *por ter sido encaminhado antes de a discussão estar concluída internamente,* conforme se denota na imagem abaixo, enviada por e-mail pelo assessor técnico legislativo da Procuradoria Geral do Estado para a diretoria Legislativa da Alesc.

(Imagem.)

Retomando ao grupo de *whatsapp*, resta registrar que aos 31/03/2020 MÁRCIA regressa ao grupo, saudando a todos com '*bom dia*', provando que está acompanhando o que ali é tratado.

(*Transcrição.*)

Inclusive toma conhecimento do ofício circular 0014/2020, postado no grupo por KAREN, que fazia reflexão a respeito das compras com pagamento antecipado e os cuidados que deveriam ser tomados.

(*Imagem.*)

Jonathan, do MPC, também traz ao grupo no dia 31/03/2020, a instrução normativa do Ministério Público de Contas, alertando sobre os mesmo cuidados.

(*Imagem.*)

Aos 01/04/2020, dia em que se efetivou o pagamento dos respiradores, MÁRCIA vai ao grupo, posta 3 (três) mensagens e, na sequência, as apaga! Questionada se precisaria de ajuda, permaneceu em silêncio.

(*Transcrição.*)

MÁRCIA volta ao grupo no mesmo dia, porém mais tarde, para falar de outras compras, omitindo dos colegas que naquela data ela havia certificado as notas fiscais dos respiradores pulmonares - sem a entrega do objeto. Deixando, portanto, de atender as recomendações que até então eram pauta das conversas

(*Imagem.*)

O grupo vai assim conversando, sem qualquer menção sobre o pagamento antecipado (sem garantias), bem como, sobre a inexecução contratual, até que o grupo se encerrasse aos 28/04/2020.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E AS CONTRATAÇÕES DIRETAS SEM LICITAÇÃO.

Para o melhor desenvolvimento dos trabalhos investigativos desta CPI, decidiu-se partir dos princípios jurídicos que norteiam a Administração Pública, o procedimento licitatório e as contratações diretas sem licitação, para após, auferir as condutas dos agentes envolvidos.

Página 1264. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3788

Essa opção metodológica decorre tanto do entendimento de que as conclusões do trabalho devem pautar-se em tais princípios, dando-lhes maior densidade, quanto da percepção de que eles foram reiteradamente desconsiderados quando das contratações diretas - sem licitações realizadas pelo Governo do Estado por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES), especialmente quando da contratação de serviços, ou da aquisição de materiais e insumos que possibilitem o pronto enfrentamento à pandemia do novo coronavírus.

Assim a menção aos princípios que norteia a Administração Pública e procedimento licitatório servirá para fixar o ponto de partida doutrinário deste relatório, não se pretendendo fazer uma reflexão aprofundada. Daí, o tratamento sumário que lhes será conferido.

No ordenamento jurídico pátrio, esses princípios aparecem inicialmente no *caput* do art. 37 da Constituição Federal (...).

Cumpre ressaltar que recebem maior destaque do legislador infraconstitucional o princípio da prevalência do interesse público, bem como o da isonomia, conforme se infere do *caput* do art. 30 da Lei n° 8.666, de 1993, *in verbis*:

A licitação destina-se a garantir a observância do ***principio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração*** *e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.' **(grifei).***

A seleção da proposta mais vantajosa deve ser feita por critérios objetivos previamente estabelecidos no edital, visando a alcançar a relação custo-benefício mais favorável para a administração pública. Todavia, não basta garantir a proteção do interesse imediato do Estado: é preciso assegurar, ainda, que todos os possíveis interessados possam apresentar suas propostas, buscando a contratação com o Estado. A possibilidade de interessados participarem do certame licitatório não é, evidentemente, mera estratégia para selecionar a proposta mais vantajosa, mas tem um valor em si na medida em que dá densidade ao principio da igualdade. Aliás, visando ampliar a possibilidade de participação de um maior número de interessados, o §1° do art. 23 determina que '*as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade sem perda da economia de escala*'.

O corolário **ao princípio da igualdade - o princípio da impessoalidade** deve ser uma marca na gestão da coisa publica. Não pode o administrador, baseando-se em elementos subjetivos, manifestar preferência por esta ou àquela empresa interessada em contratar com o Estado. Daí a exigência de que os critérios de seleção sejam previamente definidos pelo instrumento convocatório - estando o administrador vinculado ao edital -, de forma a possibilitar o julgamento objetivo das propostas. **Quando a contratação é realizada de forma direta, em decorrência de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, o administrador público não está vinculado ao edital - que não existe - mas ESTÁ LIMITADO AOS TERMOS DO ATO DA AUTORIDADE COMPETENTE QUE RECONHECE A INCIDÊNCIA DE UMA DAS HIPÓTESES DE DISPENSA OU DE INEXIGIBILIDADE, AUTORIZANDO A CONTRATAÇÃO DE DETERMINADO OBJETO**.

O princípio da legalidade constitui a essência do Estado de Direito e estabelece que o administrador público só possa fazer o que estiver previsto na lei. Na matéria em exame, impõe ao agente publico a estrita observância não apenas da Lei n° 8.666, de 1993, como também da Lei n° 9.444, de 1987, além dos decretos, resoluções e outros instrumentos normativos desde que estejam baseados na lei, em sentido estrito.

O princípio da publicidade visa a possibilitar a todos o conhecimento acerca dos atos da administração publica, de forma que, no que tange a matéria em exame, possam os interessados participar do processo licitatório, **bem como acompanhar e controlar as contratações, acionando os órgãos de controle quando vislumbrarem indícios de irregularidade**.

Página 1265. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3709

O princípio da moralidade administrativa impõe ao Poder Público o enquadramento de sua ação de acordo com os valores protegidos pela ordem jurídica, ainda que não haja ofensa a nenhum dispositivo legal específico. Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, integram a moralidade administrativa os chamados princípios da lealdade e boa-fé, segundo os quais '*a Administração haverá de proceder em relação aos administrados com sinceridade e lhaneza, sendo-lhe interdito qualquer comportamento astucioso, eivado de malícia, produzido de maneira a confundir, dificultar ou minimizar o exercício de direitos por parte dos cidadãos.*'[8]

Ademais, o princípio da moralidade administrativa impõe ao administrador o dever de justificar os seus atos, explicitando os aspectos fáticos e legais, bem como a sua finalidade. Essa exigência decorre do Estado Democrático de Direito, no qual os atos dos agentes públicos devem sujeitar-se ao controle externo, notadamente o jurisdicional. Não há como controlar o ato administrativo se o administrador não estiver obrigado a explicitar o seu fundamento e a sua finalidade previamente.

Já no que tange a contratação direta, vale a transcrição do art. 26 da Lei n° 9.444, de 1987, que dispõe:

'Art. 26 - O processo de dispensa ou inexigibilidade de licitação ou parcelamento de execução será instruído com os seguintes elementos:

I - caracterização da hipótese e indicação do fundamento legal;

II - razoes da opção;

III - justificativa do preço.'

Não basta, pois, demonstrar que a situação fática em questão se enquadra em um dos permissivos legais previstos nos arts. 24 e 25 da Lei n° 13 8.666, de 1993. **É preciso justificar exaustivamente a escolha do contratado, bem como o preço praticado.**

O princípio da eficiência, inserido no *caput* do art. 37 - Emenda Constitucional n° 19, de 1998, corresponde ao '**dever de boa administração**', presente na doutrina italiana. Trata-se de princípio que merece uma reflexão mais aprofundada desta Comissão porque, **erroneamente, as recentes contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação praticadas no Estado de Santa Catarina, em face do enfrentamento da pandemia, tem como alegação uma pretensa eficiência da máquina administrativa. TODAVIA, MISTER ENFATIZAR QUE EFICIÊNCIA, JAMAIS SE CONFUNDE COM AGILIDADE.**

Portanto, resta claro a necessidade de planejamento das ações do administrador público mesmo quando diante de situação pandêmica como a que nos encontramos. Licitação rima com planejamento, que é uma exigência constitucional, nos termos do art. 174 da Constituição Federal, indispensável, sobretudo, para se alcançar a eficiência desejada.

Logo, não se pode admitir que a situação pandêmica vivenciada - que tem sim, exigido do Poder público medidas mais céleres visando o enfrentamento do vírus, sirvam para encobrir a falta de planejamento e o desrespeito aos princípios da legalidade, publicidade, moralidade e eficiência, dentre outros que permeiam àquele procedimento."

Missão dada, missão cumprida, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhoras, essas são as várias vozes de Santa Catarina. Tivemos aqui a voz a Blumenau, de Laguna e agora ecoou forte a voz de Rio de Sul e região.

Muito obrigado por mais esse esforço.

Agora, a voz que vai nos abrilhantar vem direto da Manchester Catarinense. Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Obrigado, senhor Presidente.

(*Continua lendo.*)

"DA DISPENSA DE LICITAÇÃO (COMPRA DIRETA)

Como é de geral conhecimento, quando se trata de compras públicas a regra universal, de acordo com o inciso XXI do art. 37 da Constituição da Republica, é a realização de licitação,

[8] DE **MELLO**, Celso Antônio. **Curso** de **direito administrativo**. 17. **ed**. Malheiros.

Página 1266. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

objetivando selecionar a proposta mais vantajosa para o Estado, bem como assegurar chances iguais aos interessados em contratar com o Poder Público. Não obstante, em virtude de circunstâncias especiais, a lei estabelece exceções, que se dividem nas hipóteses de dispensa ou de inexigibilidade de licitação.

Na dispensa, a licitação é, em tese, possível, mas o legislador, em virtude de uma circunstância especial, autoriza a contratação direta.

Para fins avaliativos o presente relatório abordará tão somente a dispensa de licitação em razão de emergência ou calamidade.

DA DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DE EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE

Contratação Emergencial em função da pandemia provocada pelo novo coronavírus (covid-19).

Como inicialmente constatado, o ano de 2020 teve início com a notícia da descoberta de um novo vírus causador de doença pulmonar grave, que passou a ser conhecido como covid-19. E no fim de janeiro a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto constituía Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Posteriormente, em 11 de março, elevou o estado de contaminação para pandemia, considerando a identificação de casos em mais de 115 países. Essa situação gerou fortes impactos sociais, econômicos e políticos em todo o mundo, inclusive, é claro, no Brasil e no Estado de Santa Catarina. Por consequência, o regime de contratações públicas foi cabalmente afetado, em diversos âmbitos. E assim diante desse cenário, o poder público tanto federal como estadual passou a adotar medidas urgentes para solução de problemas extraordinários de várias ordens.

Conforme dito, também, em tópico anterior, a exigência de licitação pressupõe planejamento, de forma que o administrador público conheça, precisamente e com certa antecedência, o objeto de contrato e o quantitativo necessário para a realização da finalidade pública que informa a sua ação. **Há, contudo**, situações em que acontecimentos imprevistos não permitem o planejamento da ação e a realização do certame licitatório sem que se comprometa o interesse público, causando prejuízo ou colocando em risco a segurança das pessoas, das obras, dos serviços, equipamentos e outros bens, públicos e privados. Em outras palavras: a urgência da situação clama pela flexibilização dos trâmites e exigências nos procedimentos administrativos, daí a hipótese de dispensa prevista no inciso IV do art. 24, *in verbis*:

'Art. 24- .....

*IV - **nos casos de emergência ou de calamidade pública**, quando **caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares**, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.'.*

Nesse contexto, em âmbito nacional foi publicada a Lei n.º 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, popularmente conhecida como 'Lei do Coronavírus', que prevê nova hipótese de dispensa de licitação:

'Art. 4 — É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei'.

Trata-se, portanto, de lei excepcional, conforme prevê a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, aplicada a Administração Pública direta e indireta, sendo que o §1º do supracitado artigo 4º estabelece que essa hipótese de dispensa é temporária, aplicando-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública.

Frisa-se, por sua vez, que essas contratações de objetos relacionados à solução da crise de enfrentamento - fundada no art. 4º da Lei 13.979/2020 - **não dispensam a observância** aos

3791

Página 1267. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

princípios regentes da Administração Pública. Nesse sentido, leciona o professor Marçal Justen Filho[9]:

'A pandemia pode gerar situações de atendimento imediato, insuscetível de aguardar dias ou horas. Basta considerar hipóteses em que instalações ou serviços de terceiros sejam indispensáveis para tentar evitar o óbito de um sujeito ou para impedir a disseminação do vírus. É evidente que as regras constitucionais, que privilegiam o atendimento às necessidades coletivas e a realização do interesse público, impõem a adoção de medidas práticas e efetivas por parte da Administração Pública, independentemente, de formalização num procedimento administrativo burocrático'

Além disso, o princípio da publicidade deve ser cabalmente observado, conforme dispõe o artigo 4º §2º, devendo o procedimento ser publicado em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (*internet*).

Ainda, as hipóteses de contratação direta no ordenamento jurídico brasileiro, em regra, são dispostas na Lei 8.666/93. Já a MP 926/2020[10], em seu artigo 4º-B, traz um elenco de situações com presunção absoluta de atendimento aos requisitos de contratação direta: a) ocorrência de situação de emergência; b) necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; c) existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e d) limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

Não obstante, **a contratação direta deve observar os princípios e normas básicas que regem a Administração Pública**, de modo a atender a contratação mais vantajosa, isonomia, transparência e publicidade. Desse modo, é necessária a abertura de um procedimento administrativo, para análise de preços de obras e serviços, sempre atendendo ao princípio da motivação, justificando a escolha do objeto e preço contratado.

Marçal Justen Filho leciona: **'a contratação direta fundada no art. 4º da Lei 13.979 deve ser antecedida e acompanhada das providências destinadas a evidenciar a sua compatibilidade com os princípios norteadores da atividade administrativa. As características do caso concreto influenciam as soluções específicas a serem implementadas. Como regra geral, a Administração deverá adotar todas as cautelas para obter a contratação mais vantajosa possível, inclusive promovendo cotações de preços e produtos entre diversos fornecedores, mediante o uso dos recursos eletrônicos. Não se exige a aquisição do produto com o menor preço, se existirem justificativas para selecionar o fornecedor diverso. Mas é indispensável à formalização da contratação, com a indicação dos motivos que fundamentaram a escolha realizada'[11].**

Por fim, cumpre ressaltar que a 'Lei do Coronavírus' alicerçada também pela MP 926/2020, não afasta por completo o crivo da Lei 8.666/93, que prevê formalidades a serem observadas na dispensa de licitação. Desse modo, a justificativa dos objetos, contrato, sujeito e preço continua plenamente exigível, além da observância de todos os princípios regentes da Administração Pública. Por outro lado, os órgãos de controle deverão levar em consideração todos os obstáculos práticos enfrentados pela Administração, ao analisar as hipóteses de contratação direta, enquanto perdurar a crise pandêmica do coronavírus.

A interpretação dos dispositivos em exame exige cautela, porque não é qualquer prejuízo que autoriza a dispensa em decorrência da emergência. O aludido prejuízo deverá estar bem caracterizado e ser significativo o suficiente para que justifique o afastamento do procedimento normal, que é a licitação.

---

[9] JUSTEN FILHO, Marçal. **Um Novo Modelo de Licitações e Contratações Administrativas?**, 2020. Disponível em < https://www.justen.com.br/pdfs/IE157/IE%20-%20MJF%20-%20200323_MP926.pdf

[10] MD Nº 926, DE 20 DE MARÇO DE 2020 que Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

[11] JUSTEN FILHO, Marçal. **Efeitos Jurídicos da Crise sobre as Contratações Administrativas**, 2020. Disponível em https://www.justen.com.br/pdfs/IE157/IE%20-%20MJF%20-%20200318-Crise.pdf

3792
Página 1268. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Por certo, a ponderação acerca do interesse público, embora admita certo grau de subjetividade, deve nortear em cada caso concreto a conduta do agente público, que, por isso mesmo, deverá motivar sobejamente a sua decisão pela dispensa de licitação.

De qualquer forma, não se pode admitir a ausência de planejamento, para justificar a contratação com dispensa de licitação com fulcro no inciso IV do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Por evidente, usa-se aqui a orientação fornecida pelo Professor Marçal Justen Filho[12] na seguinte passagem:

'Isso não significa afirmar a possibilidade de sacrifício do interesse público em consequência da desídia do administrador. Havendo risco de lesão ao interesse público, a contratação deve ser realizada, punindo-se o agente que não adotou as cautelas necessárias. A questão apresenta relevância especialmente no tocante à comumente 'emergência fabricada', em que a Administração deixa de tomar tempestivamente as providências necessárias à realização da licitação previsível. Assim, atinge-se o termo final de um contrato sem que a licitação necessária à nova contratação tivesse sido realizada. Isso coloca a Administração diante do dilema de fazer licitação (e cessar o atendimento a necessidades impostergáveis) ou realizar a contratação direta (sob invocação da emergência). O que é necessário é verificar se a urgência existe efetivamente e, ademais, se a contratação é a melhor possível nas circunstâncias. Deverá fazer-se a contratação pelo menor prazo e com o menor prazo possível, visando a afastar o risco de dano irreparável. Simultaneamente, deverá desencadear-se-á a licitação indispensável. Ou seja, a desídia administrativa não poderá redundar na concretização de danos irreparáveis ao interesse público, mas se resolverá por outra via. Comprovando-se que, mediante licitação formal e comum, a Administração teria obtido melhor resultado, o prejuízo sofrido deverá ser indenizado pelo agente que omitiu o desencadeamento da licitação.'

Por todo exposto pelo presente tópico, pode-se perceber que a legislação legal, permitiu a contratação direta de bens e serviços por restar caracterizada situação emergencial. O fato de a emergência decorrer da desídia, má gestão ou de ausência de planejamento do administrador não impede a contratação direta, devendo, contudo, ser promovida a apuração da responsabilidade de quem deu causa.

Além disso, a contratação deve, ainda, estar limitada à aquisição de bens e serviços estritamente necessários ao afastamento da situação emergencial, e o contrato somente pode ultrapassar o prazo de 180 dias em situações supervenientes.

De, todavia, NÃO SE ADMITE A OMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. O dever de planejamento não se circunscreve às questões emergenciais. Abrange avaliação das perspectivas futuras quanto à generalidade das implicações decorrentes da crise. Em outras palavras: há muitos contratos administrativos em curso e cabe ao Poder Público adotar medidas específicas e adequadas relativamente a eles, sendo indispensável avaliar as perspectivas futuras quanto a sua execução, identificar as soluções viáveis e adotar as decisões que a situação exigir, e jamais negligenciar as medidas e afrouxar a observância dos princípios regentes da Administração Pública.

Pois bem, todos os depoimentos obtidos e toda a documentação analisada pela CPI são suficientes para demonstrar que a desastrosa compra direta de 200 (duzentos) respiradores pulmonares, revelou que não só houve abuso na contratação direta com alegação de emergência em face da crise pandêmica do coronavírus, como também existiu ausência de planejamento, desídia administrativa, má gestão, de responsabilidade dos agentes da administração pública, notadamente, os da área de saúde, imposição que **não se circunscreve** às questões emergenciais diretamente relacionadas com o combate à pandemia.

DOS VÍCIOS ENCONTRADOS NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E DA OCORRÊNCIA DE ATO LESIVO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

É correto afirmar que a Lei 8.666/1993 e a Lei 13.979/2020 - 'lei do coronavírus', alterada pela Medida Provisória 926/2020 trazem os princípios que pautam as compras públicas - sejam

[12] MARÇAL FILHO, Justen. Comentários a Lei de Licitações e contratos administrativos. 10ª ed., São Paulo: Dialética, 2004.

3793

Página 1269. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

compras diretas ou não, dentre eles o princípio da legalidade, onde cabe a observação de determinadas formalidades previstas na legislação para que o certame seja considerado isento de vícios.

Ao analisar os documentos apresentados bem como os depoimentos prestados nas reuniões realizadas por esta Comissão, constatou-se uma série de vícios e inúmeros atos negligentes e imprudentes no processo que macularam todo o certame, ficando fácil perceber que a contratação da empresa VEIGAMED foi realizada mediante a apresentação de **proposta fraudulenta**, uma vez que **o produto ofertado sequer existia,** ou seja, a compra dos respiradores foi realizada ao arrepio das mais basilares cautelas legais e dos princípios constitucionais.

E ainda, segundo o que consta no pedido de prisão provisória, busca e apreensão da segunda fase da Operação O2, a suposta fabricante CIMA Industries Inc. no dia 30/03/2020 informou ao núcleo empresarial composto por FÁBIO DEAMBRÓSIO GUASTI, SAMUEL BRITO RODOVALHO e CÉSAR AUGUSTUS TOMAZ MARTINEZ BRAGA que não conseguiria cumprir a proposta. Nada obstante, após tal data FÁBIO GUASTI persistiu pressionando pelo pagamento antecipado e tanto FÁBIO GUASTI quanto PEDRO ARAÚJO prometeu a entrega de respiradores após o pagamento, como forma de ganhar tempo para lavar o dinheiro.

Destarte, se a apresentação de proposta de produto que não existe baseada em especificação técnica e imagem editada da internet já continha indícios de fraude, a manutenção da proposta por FÁBIO GUASTI e pela VEIGAMED após 30/03/2020 é inegavelmente fraudulenta (Processo nº 5040138-11.2020.8.24.0023/SC, Evento1, INIC1, Página 16).

Cumpre apontar que a proposta também continha fraude no prazo de fornecimento, já que a inexecução contratual demonstrou que a contratada VEIGAMED não possuía capacidade de entregar os respiradores prometidos, mesmo após o pagamento antecipado e substituindo por conta própria o modelo dos equipamentos contratados.

Outrossim, a utilização de orçamentos contendo falsidade ideológica, uma vez que as empresas que os apresentaram utilizaram a mesma imagem editada que FÁBIO GUASTI apresentou à MÁRCIA e jamais atuaram na venda de respiradores, demonstra a presença de indícios de fraude mediante conluio, a incidir a tipologia de ato lesivo à Administração Pública prevista no artigo 5°, inciso IV, alínea 'a', da Lei Anticorrupção (n° 12.846, de 2013).

Ademais, uma pesquisa preliminar, exigível em compra de tal monta e relevância, evidenciaria de pronto que a empresa VEIGAMED não tinha registro de funcionários, que seu capital social é incompatível com o valor do negócio, que sua responsável desempenhava atividades de motorista de ônibus urbano, que sua sede é em imóvel humilde na Cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro, e que a empresa jamais havia entabulado comércio exterior ou, mesmo, com o Estado de Santa Catarina.

Trata-se, portanto a contratada VEIGAMED de empresa sem experiência na área de fornecimento de respiradores, sem qualquer importação realizada, com endereço inconsistente e de titularidade de pessoa provavelmente 'laranja' (conforme consta na primeira fase da Operação O2 nos autos 5010352-88.2020.8.24.0000). De acordo com os fatos já narrados, os atos de negociação foram realizados por terceiro (FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI), de forma que somente se identificaram manifestações do procurador da empresa VEIGAMED, Sr. PEDRO NASCIMENTO ARAUJO, após o depósito dos R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais) pela SES na conta da empresa.

Neste sentido, os fatos também apontam indícios da utilização de interposta pessoa jurídica (VEIGAMED) para ocultar ou dissimular os reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados, incidindo a tipologia de ato lesivo à Administração Pública prevista no artigo 5°, inciso III, da Lei Anticorrupção (n° 12.846, de 2013).

Por seu turno, ainda dentre os indícios de irregularidades encontrados se destaca também o Parecer Jurídico 0506/2020 que sequer analisou os requisitos legais para que se efetivasse a contratação, cuja ausência permitiu a realização da fraude em exame (ausência de instrumento contratual, ausência de definição do objeto e seus elementos característicos, ausência de garantias a

Página 1270. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

serem observadas em caso de pagamento antecipado, *ex vi* dos artigos 55 e 62 da Lei n° 8.666, de 1993).

Segundo dispõe o art. 38, § único da Lei n°. 8.666/93:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...) Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes ***DEVEM ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração****. (Redação dada pela Lei n° 8.883, de 1994)*

(grifou-se)

O Supremo Tribunal Federal, no MS n. 24.584/DF, ao analisar a possibilidade de responsabilização por parecer emitido nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei de Licitações, modificou seu entendimento, apontando como regra, em determinadas hipóteses, a responsabilização do parecerista.

O Ex-Ministro Joaquim Barbosa, em voto-vista, com base em doutrina francesa, incidentalmente, observou a diferença de responsabilização que deve existir nas hipóteses de consulta facultativa, obrigatória e vinculante:

[...] a autoridade não se vincula à consulta emitida na primeira hipótese, que é facultativa; fica obrigada a realizar o ato tal como submetido à consultoria na segunda hipótese, podendo agir de forma diversa após emissão de novo parecer e, na terceira hipótese, somente pode decidir de acordo com a consulta (STF - MS 24.584-1 - Rel. Min. Marco Aurélio - DJe 20.06.2008) (destacou-se)

Então, firmou-se o entendimento de que, no caso de parecer lavrado na hipótese prevista no art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, a atuação do administrador ficará condicionada ao exame e aprovação do órgão jurídico, tornando possível, em tese, eventual responsabilização solidária do **parecerista**.

De forma inovadora, o eminente Ex-Ministro Joaquim Barbosa adotou a doutrina francesa sobre a natureza jurídica dos pareceres no âmbito da administração pública, defendendo que a sua análise deve ser centrada na obrigação que a lei impõe ou não ao administrador em realizar a consulta.

Assim, com base no julgamento do MS 24.584/DF, grande parte da doutrina e da jurisprudência pátria passaram a admitir que os pareceres emitidos pelos assessores jurídicos em obediência ao artigo 38, parágrafo único, não seriam meramente opinativos, mas sim ostentariam a natureza de verdadeira peça vinculativa. O STF admitiu que, em determinadas circunstâncias, como na prevista no § do art. 38 da Lei n. 8.666/93, a responsabilidade solidária do parecerista seria perfeitamente possível.

Observa-se ainda que essa decisão vai ao encontro do disposto na Lei Complementar n. 73/93 — Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União (AGU), que atribui como competência expressa da AGU, entre outras atividades, examinar prévia e conclusivamente os textos dos editais, contratos e instrumentos congêneres, de forma que esse parecer se aproximaria mais de um visto do que propriamente de um parecer.

Tal entendimento já é aplicado pelo Tribunal de Contas da União, como se observa dos acórdãos abaixo:

1. Verifica-se que o legislador atribuiu relevante função à assessoria jurídica, qual seja, realizar um controle prévio da licitude dos procedimentos licitatórios e dos documentos mencionados no parágrafo único do art. 38 da Lei de Licitações e Contratos. Aduzo que o parecer jurídico emitido nessas circunstâncias não possui um caráter meramente opinativo, como se depreende da leitura do seguinte trecho do Voto do ilustre Ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Farias de Mello, proferido quando do julgamento do MS n° 24.584/DF: 'a aprovação ou ratificação de termo de convênios e de aditivos, a teor do parágrafo único do art. 38 da Lei n° 8.666/1993, difere do que ocorre com a simples emissão de parecer opinativo'.

3795

Página 1271. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

12. Nesse mesmo sentido, este Plenário acolheu Voto da lavra do eminente Ministro Walton Alencar Rodrigues, do qual extraí o seguinte trecho (Acórdão nº 462/2003 – Plenário): 'O parecer jurídico emitido por consultoria ou assessoria jurídica de órgão ou entidade, via de regra acatado pelo ordenador de despesas, constitui fundamentação jurídica e integra a motivação da decisão adotada.'' (TCU. Acórdão nº 147/2006. Plenário; Rel. Benjamim Zymler. DOU 21/02/2006)

'Da leitura do parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/1993 (examinar e aprovar), combinada com a do art. 11 da Lei Complementar 73/1993 (examinar prévia e conclusivamente), depreende-se que, para prática dos atos nele especificados, o gestor depende de pronunciamento favorável da consultoria jurídica, revelando-se a aprovação verdadeiro ato administrativo. Sem ela, o ato ao qual adere é imperfeito.' (TCU. Acórdão nº 1337/2011. Plenário; Rel. Walton Alencar Rodrigues. DOU 01/06/2011)

'Lembro que o parecer jurídico é obrigatório no procedimento licitatório, nos termos do art. 38 da Lei de Licitações e, como tal, possui caráter até vinculante, podendo levar à responsabilização do parecerista, como apregoado no Acórdão 462/2003-Plenário.' (TCU. Acórdão nº 607/2011. Plenário; Rel. André Luis de Carvalho. DOU 21/03/2011)

Este relator não desconhece o volume de contratações que foram apreciadas pela assessoria jurídica da SGA/SES. Entretanto, mesmo com a grande demanda de serviço e com prognósticos negativos em relação à disseminação da covid-19, a função de examinar e aprovar as dispensas de licitações era legalmente conferido à assessoria jurídica, **nesse processo materializado por CARLOS ROBERTO COSTA JUNIOR quando da emissão do Parecer Jurídico 0506/2020 que analisou a dispensa de licitação nº 754/2020, mas foi omisso quanto à forma de pagamento e suas garantias.**

Portanto, uma vez verificados os flagrantes indícios de materialidade de atos lesivos à Administração Pública estadual, perpetrado tanto por pessoas jurídicas quanto, em tese, por agentes públicos e terceiros, passa-se a individualização de condutas.

DAS CONDUTAS DAS PESSOAS JURÍDICAS, AGENTES PÚBLICOS ESTADUAIS E TERCEIROS

No presente tópico, os fatos serão analisados à luz das condutas das pessoas jurídicas e seus representantes, bem como dos servidores públicos e estaduais e terceiros envolvidos em todo o processo fraudulento de aquisição dos respiradores.

Dos diversos pontos investigados, a partir de todas as informações colhidas tanto por esta Comissão Parlamentar de Inquérito como aquelas compartilhadas pela Polícia Civil, pelo MPSC e pelo TCE/SC, delineou-se com mais precisão a participação de cada um dos investigados – e outros agentes foram revelados – e os respectivos crimes por eles cometidos, razão pela qual devem receber atenção àqueles atos ou fatos que tenham permitido qualquer tipo de favorecimento ou benefício pessoal das partes envolvidas em qualquer dos procedimentos analisados; transgredido a legislação, independente se com dolo ou culpa; existência de irregularidades capazes de comprometer o certame; contratação e respectiva inexecução do contrato, que causaram prejuízo ao erário público.

EMPRESA - VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI

Com efeito, restou evidenciado que a empresa VEIGAMED apresentou proposta de equipamento que sequer existia. Segundo o documento da empresa EXXOMED, o equipamento 'C35' não existe, tanto que a fotografia do equipamento constante da proposta da VEIGAMED (vide pg. 35 dos autos SES 037070/2020) é na verdade do ventilador pulmonar VG70 e foi retirada do site da fabricante AEONMED.

De seu turno, ainda que se admita a hipótese de que a suposta fabricante CIMA Industries Ltd. pudesse fornecer um ventilador pulmonar com as especificações técnicas de sua cotação, segundo consta no pedido de prisão provisória, busca e apreensão da segunda fase da Operação O2, esta suposta fabricante informou em 30/03/2020 ao núcleo empresarial composto por FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI, SAMUEL DE BRITO RODOVALHO e CÉSAR AUGUSTUS TOMAZ MARTINEZ BRAGA que não conseguiria cumprir a proposta. **Assim, a manutenção da**

3796

Página 1272. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

mesma, seguida de pressão para pagamento efetuada por FÁBIO GUASTI em favor de VEIGAMED, confirma a fraude da contratação.

A proposta também continha fraude no prazo de entrega. A VEIGAMED aproveitou-se do fato de que à época de contratação, entre os dias 22 e 30/03/2020, início do período de quarentena estabelecido pelo Decreto nº 515, de 17 de março de 2020, havia grande incerteza quanto aos efeitos da pandemia, notadamente no que se refere à velocidade de propagação da COVID-19, e conseguiu a elevação extraordinária do preço ao prometer o fornecimento dos ventiladores pulmonares em um curto período de tempo. Entretanto, conforme demonstraram os fatos, a empresa VEIGAMED não dispunha dos equipamentos e, mesmo para obter os ventiladores que pretendia entregar em substituição demorou pelo menos 12 (doze) dias após o recebimento do pagamento para encomendá-los, já que o primeiro comprovante apresentado, ainda que sem valor comercial (*pro forma invoice*), é datado de 14/04/2020 (pgs. 93 e 94 dos autos SES 037070/2020).

O cronograma da proposta previa a entrega dos 200 (duzentos) respiradores em duas etapas: 100 (cem) unidades entre os dias 05 a 07/04/2020 e outras 100 (cem) unidades até 30/04/2020. Nesse sentido, o prazo de execução estava previsto em 35 dias na página seguinte da proposta.

Como a proposta foi formulada dia 26/03/2020 e previa que a primeira entrega se desse de 05 a 07 de abril, ocorre que os fatos mostraram que após quase 04 (quatro) meses do pagamento, a empresa VEIGAMED ainda não entregou qualquer equipamento à SES (os primeiros respiradores foram objeto de perdimento - pela Receita Federal do Brasil e por esta, doados à SES).

Cumpre destacar que, conforme constou dos depoimentos de MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI, somente foi admitido valor tão elevado pelos respiradores em razão da atipicidade do mercado em face da pandemia decorrente da covid-19 e da oferta de que os equipamentos seriam entregues nos prazos constantes na proposta, que eram exíguos.

Ressalta-se que a negociação para a aquisição dos respiradores foi conduzida por FÁBIO GUASTI, os quais existem indícios de que teria sido indicado à SES pelo então Secretário de Estado da Casa Civil, Senhor DOUGLAS BORBA, conforme também dos depoimentos de MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI.

Os áudios enviados por FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI para MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI também indicam o cometimento de fraude por vender algo que não poderia entregar. Primeiro, em 27/03/2020, FÁBIO afirma que os respiradores estavam prontos para o embarque na China, dependendo apenas do pagamento.

No dia 1º de abril, às 14h52min, FÁBIO pressiona MÁRCIA a realizar o pagamento imediatamente, alegando que estava pronto para importar os equipamentos, juntamente com uma carga de 500 (quinhentos) equipamentos, mas para tanto precisava receber o quanto antes.

No dia 02 de abril, às 09h29min, ao pedir o pagamento antecipado para a venda de máscaras, FÁBIO alega que está sem capital de giro, supostamente por tê-lo empregado na aquisição dos ventiladores pulmonares, conforme registrou em áudio: '*O dinheiro foi tudo pros respiradores*'.

A troca de mensagens pelo aplicativo *whatsapp* entre FÁBIO GUASTI e JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA constante no 'ANEXO8' do pedido de prisão provisória, busca e apreensão da segunda fase da Operação O2 demonstra que FÁBIO tinha acesso a informações bancárias da empresa VEIGAMED, eis que no dia 03/04/2020, às 15h56min, FÁBIO afirma que '*Bateu 01 de 16.500 o outro não bateu*' (autos 5040138-11.2020.8.24.0023/SC, Evento 1, ANEXO8, Página 12) referindo-se ao fato de somente uma ordem bancária ter sido processada e creditada na conta da empresa até aquele momento.

No dia 03/04/2020, às 18h59min, ao ser questionado sobre a *invoice* da operação, FÁBIO registra em áudio para MÁRCIA que acabara de fazer a conversão da moeda e remessa de dinheiro para emissão de *invoice*. Cabe ainda destacar, que a informação do representante da VEIGAMED é falsa, uma vez que a remessa somente foi efetuada para a conta da AFRICAMED por intermédio da TS ELETRONIC DO BRASIL nos dias 20/04/2020 e 23/04/2020, conforme demonstram os 02 (dois) comprovantes de *swift* (vide pgs.21 e 22 dos autos CGE 272/2020 ou os anexos 'OUT7' e

Página 1273. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

3797

'OUT8' da petição da TS ELETRONIC do evento 122 da ação cautelar 5034167-45.2020.8.24.0023/SC em trâmite na 1° Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital/SC).

Após a primeira notificação recebida em razão do descumprimento do prazo, a empresa VEIGAMED apresenta duas *proforma invoice* datadas de 14 e 15 de abril, provavelmente adulteradas, já que não constam informações necessárias quanto às empresas compradora e importadora, bem como ser perceptível que foram excluídos as dados de contato VEIGAMED (vide pgs. 93 e 94 dos autos SES 037070/2020). Cabe apontar que em tais *proforma invoice* constam pela primeira vez o equipamento '510S-Shangrila' (sic) e como beneficiária do pagamento a empresa 'DATIAN INTERNATIONAL COMPANY LIMITED', *offshore* listada pelo site *Offshore Leaks Database* como uma das *offshores* integrantes do caso '*Panama Papers*'.

Posteriormente, em 04/05/2020, o CEO da VEIGAMED, PEDRO NASCIMENTO ARAUJO apresenta outras *proforma invoice*, datadas de 16 e 17 de abril, desta feita constando a empresa TS ELETRONIC DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA como compradora (vide pgs. 04 e05 dos autos CGE 271/2020). Nessa ocasião, a VEIGAMED apresentou também uma *comercial invoice* de 50 (cinquenta) ventiladores pulmonares, de PI-20200416-AKFHL e **datada de 22 de abril de 2020**, na qual igualmente constam a empresa TS ELETRONIC DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA como compradora e agora constando a empresa COMEXPORT TRADING COMERCIO como importadora (vide pg. 13 dos autos CGE 271/2020).

Portanto, os documentos apresentados pela própria VEIGAMED comprovam que ela não tinha disponibilidade para entregar os equipamentos nos prazos oferecidos, atuando mediante fraude para obter a contratação e o pagamento antecipado pelos 200 (duzentos) respiradores.

Além de não ter os respiradores, sequer tinha *expertise* ou possibilidade legal de importá-los, necessitando de intermediária, em face da inexistência de RADAR aprovado perante a Receita Federal do Brasil;

Ademais, restou comprovado que a empresa VEIGAMED apresentou proposta de equipamento que sequer existia, uma vez que a imagem e a especificação técnica do respirador 'C35' é na verdade o ventilador pulmonar VG70 que foi retirado do site da fabricante AEONMED.

Assim agindo, fica que evidenciado que a VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI cometeu, em tese, ato lesivo à Administração Pública estadual capitulado nas alíneas 'd' e 'f' do inciso IV do artigo 5º da Lei anticorrupção ('*d - fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente' e 'f - obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais)*.

BRAZILIAN TRADING IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELI EPP.

A empresa BRAZILIAN TRADING formulou **a primeira proposta** de venda de 200 (duzentos) respiradores no preço unitário de R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), após a negociação relatada entre FÁBIO e HELTON.

O documento juntado no processo (páginas, n° 02 a 18 – desentranhadas do processo SES 037070/2020) consistia na 'Proposta Comercial – BT 00162/2020'.

A 'Proposta Comercial – BT 00162/2020' foi à primeira peça a ser juntada ao processo SES 037070/2020 às 10h19min no dia 26 de março de 2020 e apresentava equipamentos denominados 'Ventilador ICU' supostamente de fabricação da empresa CIMA INDUSTRIES INC., sediada no Panamá.

Conforme demonstrado quando da narrativa dos fatos tal proposta foi enviada por e-mail por RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN (rafael@bintb.com) às 21h10min do dia 25/03/020, com cópia para drFÁBIOguasti@grupormcbrasil.com.br e sr@vanzegen.com.br.

Entretanto conforme se constata do pedido de prisão temporária, busca e apreensão e bloqueio de bens ajuizado pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina e da Diretoria Estadual de Investigações Criminais (DEIC) que tramita sob o número 5010352-88.2020.8.24.0000, RAFAEL retirou-se do negócio quando soube em um grupo de *whatsapp* da

Página 1274. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

previsão de pagamento de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) em 'comissão' (provavelmente propina).

Com a desistência de RAFAEL, FÁBIO GUASTI providenciou nova proposta em nome da empresa VEIGAMED e solicitou a MÁRCIA que substituísse a proposta da empresa BRAZILIAN TRADING. Assim foi feito no processo SES 037070/2020 com a juntada da proposta e documentos da empresa VEIGAMED (pgs. 27 a 45) e com o desentranhamento da proposta da BRAZILIAN TRADING (pgs. 02 a 18).

Assim sendo, considerando que a empresa BRAZILIAN TRADING retirou-se do processo por decisão de seu administrador RAFAEL antes da aprovação da dispensa de licitação, entende-se que não existem indícios suficientes de materialidade e autoria da prática de ato lesivo à Administração Pública estadual para eventual responsabilização em face da mesma pelos órgãos competentes.

O NÚCLEO EMPRESARIAL COMPOSTO POR REPRESENTANTES COMERCIAIS.

Conforme será mais bem entendido, adiante o núcleo empresarial composto por SAMUEL DE BRITO RODOVALHO, CÉSAR AUGUSTUS MARTINEZ THOMAZ BRAGA, FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI, LEANDRO ADRIANO DE BARROS, ante o afrouxamento dos controles da atividade administrativa identificaram uma oportunidade única para se locupletarem à custa do erário público e segundo o que ressaltou a Força-Tarefa, '*agiram dissimuladamente para auferir ganho milionário aproveitando-se da situação de calamidade pública vivenciada pela contaminação humana pelo novo coronavírus, em detrimento da vida da população*'.

SAMUEL DE BRITO RODOVALHO

SAMUEL DE BRITO RODOVALHO era representante da empresa Cima, e foi quem inicialmente procurou a empresa *Brazilian International Business*, uma 'RADAR' de comércio exterior situada em Joinville, por meio de seu *CEO* RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN, sendo a ele apresentado por GERMANO DE LINS E LINCOLN ('Gera'). SAMUEL haveria noticiado então que o Estado de Santa Catarina tinha necessidade de respiradores, solicitando a atuação da empresa de RAFAEL na formalização da importação dos equipamentos. Tal situação denota que SAMUEL pode ser uma das pessoas a ter contatado agentes públicos estaduais.

Foi SAMUEL DE BRITO RODOVALHO quem afirmou a RAFAEL que na negociação envolvendo os respiradores seria necessário o pagamento de uma 'comissão' (provavelmente propina) no valor de R$ 3 milhões a uma terceira pessoa não envolvida diretamente na compra. Tal afirmação foi realizada por meio de mensagem do aplicativo *Whatsapp* em grupo constituído para as tratativas do negócio; ocorreu que RAFAEL, aparentemente insatisfeito e não concordando com a sugestão, deixou o grupo e se retirou das tratativas.

Ainda SAMUEL DE BRITO RODOVALHO teria sido o responsável por introduzir no contexto das aquisições as pessoas supostamente com condições de prover os ventiladores: os senhores FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI e CÉSAR AUGUSTUS THOMAZ MARTINEZ BRAGA. Todavia, no dia 30 de março, por intermédio de SAMUEL, estes já tinham ciência da indisponibilidade de tais máquinas, visto que toda a produção da China estava sendo canalizada aos Estados Unidos da América.

Nos autos do pedido de prisão temporária nº 5036517-06.2020.8.24.0023/SC, apontam as autoridades investigantes que em 17/06/2020 a equipe da Força-Tarefa, ao proceder à análise de algumas evidências digitais identificadas no Laudo Pericial nº 9100.20.1135, elaborado pelo Instituto Geral de Perícias (IGP), referente ao aparelho celular utilizado por SAMUEL DE BRITO RODOVALHO, e diante de novos interrogatórios realizados, constatou-se que o Chefe do Poder Executivo, GOVERNADOR CARLOS MOISÉS, tinha ciência e possível participação nos fatos delituosos que estão sendo apurados neste procedimento e nos demais dele dependentes.

Indagado nesta CPI sobre quem lhe enviou as mensagens citando o GOVERNADOR na compra dos respiradores, respondeu que foi CESAR AUGUSTUS MARTINEZ THOMAZ BRAGA, pessoa ligada diretamente à empresa VEIGAMED, do qual alega que não tinha relação de amizade.

Página 1275. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Desta forma, havendo indícios de participação direta do GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA, na compra fraudulenta, foi declinada a competência dos autos e foi encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça.

Ainda, nas conversas de *whatsapp* entre SAMUEL e CÉSAR AUGUSTO, ficou evidente que trocavam informações mútuas a respeito do processo da compra dos respiradores e a data dos pagamentos efetuados, inclusive tendo o Sr. SAMUEL RODOVALHO, comemorado o fato de a SES ter efetuado o pagamento dos R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões), já que receberia a comissão de 1,5% (hum e meio por cento).

Desta forma, fica evidente a participação de SAMUEL DE BRITO RODOVALHO no grupo organizado para fraudar, em tese, a compra dos respiradores.

CÉSAR AUGUSTUS MARTINEZ THOMAZ BRAGA

Advogado e diretor jurídico da empresa VEIGAMED, CÉSAR AUGUSTUS MARTINEZ THOMAZ BRAGA é um dos intermediários que atuou pela empresa na venda dos respiradores ao governo do Estado.

Ele é apontado pela força-tarefa como articulador do grupo formado posto que desempenhou papel fundamental na aproximação de diversas figuras envolvidas em toda a prática ilícita, atuando como verdadeiro elo entre os agentes, com ciência da ilicitude do propósito e da conduta de cada um. Foi CÉSAR que uniu FABIO GUASTI a PEDRO NASCIMENTO DE ARAÚJO.

Como o negócio já estava praticamente ajustado por FABIO GUASTI junto ao Governo do Estado, CÉSAR buscou outra empresa para o negócio e introduziu PEDRO NASCIMENTO ARAÚJO, procurador da empresa VEIGAMED, como a empresa disposta a participar do esquema ilícito.

Ainda segundo a investigação, este agente fazia a intermediação política entre os particulares, sendo este que menciona o GOVERNADOR como partícipe na compra dos 200 respiradores, em conversa de *whatsapp* com SAMUEL DE BRITO RODOVALHO, motivo pelo qual os autos da investigação da Força-Tarefa foram remetidos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), por prerrogativa de foro.

FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI

O Médico e empresário **FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI** é apontado como o responsável de toda negociação que envolveu a aquisição dos respiradores, bem como por atuar em nome da empresa VEIGAMED nas tratativas de contratação para a compra. Mesmo, a despeito de não figurar no contrato social da empresa VEIGAMED, e de não ter apresentado procuração para representar a empresa na dispensa de licitação, foi, de fato, o indivíduo que atuou em nome da empresa durante todas as tratativas que antecederam a contratação.

FÁBIO supostamente teria sido indicado à SES pelo então Secretário de Estado da Casa Civil, Senhor DOUGLAS BORBA, conforme também dos depoimentos de MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI, como sendo quem poderia fornecer duzentos respiradores em curto espaço de tempo, e com ele então foram entabuladas as negociações acerca de preço e prazos de entrega dos equipamentos pretendidos.

Os áudios enviados por FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI para MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI também indicam o cometimento de fraude por vender algo que não poderia entregar. Primeiro, em 27/03/2020, FÁBIO afirma que os respiradores estavam prontos para o embarque na China, dependendo apenas do pagamento.

No dia 1° de abril, às 14h52min, FÁBIO pressiona MÁRCIA a realizar o pagamento imediatamente, alegando que estava pronto para importar os equipamentos, juntamente com uma carga de 500 (quinhentos) equipamentos, mas para tanto precisava receber o pagamento, o quanto antes.

No dia 02 de abril, às 09h29min, ao pedir o pagamento antecipado para a venda de máscaras, FÁBIO alega que está sem capital de giro, supostamente por tê-lo empregado na

Página 1276. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

aquisição dos ventiladores pulmonares, conforme registrou em áudio: '*O dinheiro foi tudo pros respiradores*'.

A troca de mensagens pelo aplicativo *whatsapp* entre FÁBIO GIASTI e JOSÉ FLORÊNCIO DA ROCHA constante no 'ANEXO8' do pedido de prisão provisória, busca e apreensão da segunda fase da Operação O2 demonstra que FÁBIO tinha acesso a informações bancárias da empresa VEIGAMED, eis que no dia 03/04/2020, às 15h56min, FÁBIO afirma que '*Bateu 01 de 16.500 o outro não bateu*' (autos 5040138-11.2020.8.24.0023/SC, Evento 1, ANEXO8, Página 12) referindo-se ao fato de somente uma ordem bancária ter sido processada e creditada na conta da empresa até aquele momento.

No dia 03/04/2020, às 18h59min, ao ser questionado sobre a *invoice* da operação, FÁBIO registra em áudio para MÁRCIA que acabara de fazer a conversão da moeda e remessa de dinheiro para emissão de *invoice*. Cabe ainda destacar, que a informação do representante da VEIGAMED é falsa, uma vez que a remessa somente foi efetuada para a conta da AFRICAMED por intermédio da TS ELETRONIC DO BRASIL nos dias 20/04/2020 e 23/04/2020, conforme demonstram os 02 (dois) comprovantes de *swift* (vide pgs.21 e 22 dos autos CGE 272/2020 ou os anexos 'OUT7' e 'OUT8' da petição da TS ELETRONIC do evento 122 da ação cautelar 5034167-45.2020.8.24.0023/SC.

Apenas a título exemplificativo, FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI recebeu, por sua atuação no negócio, ao menos R$ 2.000.000,00 (dois milhões de Reais), por meio de pessoa jurídica vinculada a um terceiro, montante que ainda não se logrou bloquear.

Tal situação demonstra a inegável participação de FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI na negociação da venda dos respiradores, possivelmente como um dos 'donos de fato' da empresa de fachada.

PEDRO NASCIMENTO ARAÚJO

PEDRO NASCIMENTO ARAÚJO figura no contexto fático como uma espécie de diretor executivo da empresa VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI. PEDRO foi sócio-administrador nas empresas Delta T Consultoria Empresarial Ltda. e MB&AC Representações Ltda. (ambas inativas). Na empresa Delta T, PEDRO NASCIMENTO ARAÚJO possuía sociedade com ROSEMARY NEVES DE ARAÚJO.

Assim como ROSEMARY, PEDRO tem relação direta e formalizada com as fraudes no processo de compra direta de respiradores. De forma similar à ROSEMARY, há dúvidas quanto a ser ele o efetivo representante da empresa, de modo que poderia atuar com o fito de ocultar o principal responsável pelas práticas ilícitas.

A corroborar tais indícios, o Relatório da Coordenadoria de Pesquisa e Inteligência do Tribunal de Contas do Estado apontou que *'é certo que PEDRO NASCIMENTO ARAÚJO apresenta endereços residenciais distintos, que representam situação financeira altamente divergente'*.

Além do mais, PEDRO é procurador da empresa VEIGAMED, possuindo autorização para movimentar suas contas bancárias, tendo plenas condições de ao menos em tese esclarecer a fundamental questão acerca do destino dos recursos públicos desviados, viabilizando, quiçá, a reparação do dano causado ao erário."

Senhor Presidente, agora passo a leitura daqui em diante ao próximo membro da CPI que vossa excelência designar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Kennedy Nunes, muito obrigado. Nunca se negou a colaborar com esta presidência. Foi um esforço, texto grande, mas uma leitura perfeita, diga-se de passagem.

Agora, com a palavra o filho honrado de Pinhalzinho, representante do oeste, Deputado Fabiano da Luz, para continuar a leitura.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Muito obrigado pela deferência.

Boa noite a todos que nos acompanham, todos os Deputados, todos os presentes, aos que estão nas redes sociais.

Página 1277. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Eu sigo à página 72.

(*Continua lendo.*)

"**ROSEMARY NEVES DE ARAÚJO**,

ROSEMARY NEVES DE ARAÚJO como dito é proprietária formal da empresa VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI e figurou como sócia proprietária da empresa Delta T Consultoria Empresarial Ltda., juntamente com PEDRO NASCIMENTO ARAÚJO. Assim, se apresenta como administradora da empresa sobre as quais pesam inúmeros elementos quanto à responsabilidade pelas práticas criminosas, notadamente **crimes da Lei de Licitações (dispensa sem formalidades legais, fraude com prejuízo à Fazenda Pública), como também por peculato (por força do artigo 30 do CP) e corrupção ativa**.

Além do mais, como referido no Relatório da Coordenadoria de Pesquisa e Inteligência do TCE/SC, '*é provável que ROSEMARY NEVES DE ARAÚJO titular pessoa física da empresa Veigamed desde 14/11/2017, não seja a real proprietária da empresa*', fato que, aliado à possível realização de transferências para outras contas bancárias e inclusive para o exterior (notadamente relacionada a empresa com sede no Panamá, conhecido paraíso fiscal), reforça os indícios de possível **crime de lavagem de dinheiro**.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

LEANDRO ADRIANO DE BARROS é ex-superintendente de Planejamento e Gestão da Secretaria de Estado da Saúde entre 03/08/2015 e 21/12/2016, e atualmente atua como advogado de várias empresas relacionadas à área da Saúde dentro e fora do Estado.

LEANDRO foi o nome indicado pelo então Secretário DOUGLAS BORBA, como adiante será mais bem compreendido, para acompanhar a negociação dos respiradores, sendo que ele (Leandro) efetivamente ainda desempenharia relevante papel, ao posteriormente tranquilizar a reação dos agentes públicos da SES em consequência da ausência da primeira entrega de 100 (cem) equipamentos, vencido em 07 de abril de 2020, bem como assegurar a execução do contrato.

A etapa mais ativa de participação de LEANDRO no processo dos respiradores ocorreu dia 03/04/2020 das 19h41min até 20h32min – quando LEANDRO encaminha mensagens dizendo para MÁRCIA ficar tranquila, que conhece a empresa VEIGAMED e que eles farão a entrega dos equipamentos.

(*Imagem.*)

Assim, nas mensagens trocadas com MÁRCIA, LEANDRO avalizou efetivamente a operação e afiançou a idoneidade da empresa, assegurando que os equipamentos seriam entregues.

Verifica-se que LEANDRO afirmou à MÁRCIA, nas trocas de mensagens por *whatsapp*, inicialmente, não saber que era a empresa VEIGAMED que estava em negociação com o Estado, no entanto, DOUGLAS, ao encaminhar o prospecto dos equipamentos da empresa VEIGAMED, afirmou que quem faria contato seria LEANDRO (mensagem posteriormente apagada do celular de DOUGLAS).

Se LEANDRO não sabia, de fato, que a empresa VEIGAMED estava em negociação com o Estado, pode-se questionar, então, se estava agindo em nome do Secretário DOUGLAS BORBA, e não da empresa, com quem não teria qualquer relação jurídica ou de representação, segundo ele próprio afirmou à servidora MÁRCIA.

Cumpre registrar que LEANDRO não tem qualquer relação formal com a administração pública, sendo que, todavia nutre relacionamento de amizade pública e notória com DOUGLAS BORBA, sendo ambos domiciliados na cidade de Biguaçu, tendo exercido o cargo de Secretário Municipal de Saúde daquela Cidade em período contemporâneo ao exercício do mandato de vereador pelo ex-secretário DOUGLAS BORBA, a época presidente municipal da agremiação partidária da quais ambos eram correligionários.

Apesar de ter afirmado a esta CPI que não mantinha qualquer relação com DOUGLAS BORBA, foi identificado pela perícia em virtude de investigação da Força-Tarefa, pela polícia civil, trocas de mensagens que foram apagadas de seu celular, tendo indícios de que tinham amizade entre ambos.

3802

Página 1278. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Além disso, LEANDRO ADRIANO DE BARROS compõe a sociedade do escritório de advocacia 'ADV Barros - Advogados Associados', que intermediou negociação que resultou na contratação, pela Secretaria de Estado da Defesa Civil, da empresa **Mahatma Gandhi**, para a gestão de 100 (cem) leitos de UTI em hospital de campanha, cujo contrato, posteriormente, veio a ser anulado pelo próprio Estado de Santa Catarina, diante de consistentes suspeitas de fraude.

Deve-se asseverar, ainda, que a mãe de LEANDRO ADRIANO DE BARROS é servidora do Estado, tendo sido transferida da Secretaria de Estado da Comunicação para a Secretaria de Estado da Casa Civil, após a assunção deste cargo pelo envolvido DOUGLAS BORBA.

Deste modo, se não houvesse má-fé na conduta dos cidadãos acima descritos, que compõem o núcleo empresarial, os recursos públicos recebidos teriam sido imediatamente restituídos, diante da simples constatação de que o avençado não seria cumprido. Não foi, no entanto, o que se sucedeu foi que rapidamente dissiparam-se os trinta e três milhões de reais, inclusive com pagamentos de supostas comissões pelo negócio realizado, mesmo sem o fornecimento dos respiradores.

Assim, em apertada síntese, tem-se que o núcleo composto por SAMUEL DE BRITO RODOVALHO, CÉSAR AUGUSTUS MARTINEZ THOMAZ BRAGA, FÁBIO DEAMBRÓSIO GUASTI, PEDRO NASCIMENTO ARAÚJO, ROSEMERY NEVES DE ARAÚJO E LEANDRO ADRIANO DE BARROS, uniram-se em comunhão de desígnios para a obtenção de vantagens financeiras ilícitas à custa dos cofres públicos, em momento de afrouxamento dos controles administrativos, dada a necessidade de providências estatais urgentes por conta da pandemia de covid-19, cabendo, portanto a esta comissão dar ciência da presente apuração ao Ministério Público para dar continuidade à investigação pela prática, em tese, de infrações penais, que a ordem jurídica preconiza.

DOUGLAS BORBA

Também investigado por esta CPI, DOUGLAS BORBA no período de 02 de janeiro de 2019 a 10 de maio de 2020, **atuou como Secretário de Estado Chefe da Casa Civil**. Sua saída da pasta coincide com a deflagração da fase ostensiva da operação O2 pela DEIC e MPSC/GAECO.

A participação de DOUGLAS BORBA como Secretário de Estado Chefe da Casa Civil não despertaria a atenção desta Comissão Parlamentar de Inquérito, caso não houvesse indícios por sua parte - de direcionamento do fornecedor FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI. Portanto, ao que tudo indica DOUGLAS é figura fundamental no grupo criminoso, tendo assumido papel destacado para o êxito das práticas ilícitas.

Conforme já narrado, e pelo que constou do depoimento de MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI, foi DOUGLAS quem lhe indicou FÁBIO GUASTI como representante confiável para os fornecimentos que a Secretaria de Estado da Saúde necessitava para o enfrentamento à pandemia.

Para alcançar o desiderato ilícito do grupo valendo-se do prestígio que lhe conferia o cargo de Chefe da Casa Civil que à época ocupava DOUGLAS BORBA, indicou para a servidora MARCIA PAULI, então encarregada da compra de equipamentos e materiais para o enfrentamento à covid-19, o empresário FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI, o qual seria pessoa com efetivas condições de fornecer em curtíssimo prazo os tão almejados ventiladores pulmonares. Além disso, à mesma servidora DOUGLAS indicou o senhor LEANDRO ADRIANO DE BARROS, evidenciando que seria tal pessoa que, em seu nome, acompanharia o negócio.

Cabe destacar que DOUGLAS BORBA ocupava destacado cargo de confiança na atual gestão sendo o braço direito do Governador do Estado, o que se utilizava de tal prestígio para pressionar MÁRCIA, sempre falando em nome do GOVERNADOR, para determinar ordens.

Os indícios de participação de DOUGLAS BORBA na contratação dos respiradores junto à VEIGAMED ficam mais bem demonstrados quando da análise das trocas de conversas de *whatsapp* do aparelho de MÁRCIA – imagens extraídas pelo IGP e disponibilizadas nos autos n° 5010352-88.2020.8.24.0000:

Dia 22/03/2020 às 10h40min - DOUGLAS faz uma chamada de voz para MÁRCIA pelo aplicativo de *whatsapp,* pelo qual teria dito que gostaria de ajudar e fornecido o contato de FÁBIO,

Página 1279. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Fls. 3803

identificando-o como um possível fornecedor de equipamentos hospitalares; As 11h09min - DOUGLAS encaminha mensagens com um prospecto, uma imagem e a mensagem *'Leandro fará contato com você'*; As 11h12min, FÁBIO inicia uma conversa com MÁRCIA: '*Bom dia, sou Fábio da meuvale*'; Às 11h36min: FÁBIO faz uma ligação para MÁRCIA; Às 11h38min: FÁBIO encaminha o mesmo prospecto enviado momentos antes por DOUGLAS, quando então iniciam-se as negociações para aquisição dos equipamentos.

(*Imagem.*)

Posteriormente, dia 01/04/2020 às 09h55min, MÁRCIA veio a mostrar o número de contato de LEANDRO em seu whatsapp e questionou a DOUGLAS: '*o Sr. confirma ter pedido a ele que fizesse contato comigo?'*, demonstrando assim efetiva preocupação com o possível uso indevido do nome do Secretário. Na sequência, DOUGLAS confirmou a indicação, e afirmou que LEANDRO poderia ajudar:

(*Imagem.*)

Ainda sobre a indicação de LEANDRO, merece total destaque o fato de que antes de efetivar a entrega de seu aparelho celular para GAECO e DEIC, conforme se verifica nos autos 5010352-88.2020.8.24.0000, DOUGLAS excluiu de seu aparelho a mensagem '*Leandro fara contato com vc*', do dia 22/03/2020:

(*Imagem.*)

Tais fatos, por si, evidenciam a relação de proximidade e confiança entre o então Secretário de Estado da Casa Civil e LEANDRO – relação esta que foi omitida em depoimento prestado pelo Secretário à 26ª Promotoria de Justiça da Capital e a esta CPI, já que nas oportunidades alegou que não teria tido nenhuma participação na compra de respiradores e que não conhecia nenhum dos envolvidos.

Acrescente-se que, em nítida tentativa de ocultar os indícios de seu vínculo com LEANDRO, DOUGLAS apagou de seu histórico no *whatsapp* a mensagem '*LEANDRO fará contato com vc*'. Assim, quando extraídos os dados pelo Instituto Geral de Perícias, a mensagem não mais constava no telefone de DOUGLAS, mas podia ser vista no aparelho de MÁRCIA.

Quando em contato com MÁRCIA, para tratar sobre a compra dos respiradores, LEANDRO veio a afirmar que não sabia que a empresa VEIGAMED havia participado do processo de compra; disse que os representantes da empresa teriam ficado sabendo sobre rumores da incapacidade de entrega de equipamentos, e por isso solicitaram sua intervenção '*com o pessoal do estado*'.

Assim, nas mensagens trocadas com MÁRCIA, LEANDRO avalizou efetivamente a operação e afiançou a idoneidade da empresa, assegurando que os equipamentos seriam entregues.

Verifica-se ainda que LEANDRO afirmou à MÁRCIA, inicialmente, não saber que era a empresa VEIGAMED que estava em negociação com o Estado, no entanto, DOUGLAS, ao encaminhar o prospecto dos equipamentos da empresa VEIGAMED, afirmou que quem faria contato seria LEANDRO (como dito anteriormente a mensagem foi posteriormente apagada do celular de DOUGLAS).

Se LEANDRO não sabia, de fato, que a empresa VEIGAMED estava em negociação com o Estado, pode-se questionar, então, que estava agindo em nome do Secretário DOUGLAS, e não da empresa, com quem não teria qualquer relação jurídica ou de representação, segundo ele próprio afirmou à servidora MÁRCIA.

Apesar de ter afirmado a esta CPI que não mantinha qualquer relação com LEANDRO DE BARROS, foi identificado pela perícia em virtude de investigação da Força-Tarefa, pela polícia civil, trocas de mensagens que foram apagadas de seu celular, tendo indícios de que tinham amizade entre ambos.

Tal contradição demonstra a existência de indícios veementes de que os envolvidos DOUGLAS e LEANDRO agiram, em tese, em manifesto conluio na defesa dos interesses da empresa de fachada responsável pela concretização do negócio, no intuito de viabilizar a transação que resultou na antecipação do pagamento dos recursos à empresa supostamente fornecedora.

Página 1280. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

De outra banda, apenas para demonstrar como se comportava em meio às compras da SES, cumpre ressaltar que DOUGLAS BORBA teve papel fundamental na defesa intransigente de uma importação de equipamentos de proteção individual (EPIs) pelo Estado de Santa Catarina, para o enfrentamento da covid-19, no valor de aproximadamente setenta milhões de reais, que se encontrava eivada de irregularidades, o que, ao final, motivou sua anulação.

Efetivamente, relatou o então Controlador Geral do Estado, LUIZ FELIPE FERREIRA, em depoimento à 26ª Promotoria de Justiça da Capital e a esta CPI, que DOUGLAS BORBA tentou constrangê-lo a aprovar a aquisição dos EPIs no valor aproximado de 70 milhões de reais, no dia 9 de abril, véspera de feriado, fato este presenciado por outros servidores, dentre eles, MÁRCIA E HELTON.

De acordo ainda com LUIZ FELIPE FERREIRA, o desiderato de DOUGLAS era que tal aprovação ocorresse no mesmo dia da reunião. No entanto, em análise ao procedimento, a CGE constatou a existência de sobrepreço, de excesso de quantidade de certos itens, e de tentativa de aquisição de bens que já haviam sido anteriormente adquiridos em quantidade suficiente, por preço a menor.

Caso concretizado da forma como defendida por DOUGLAS BORBA, a compra em questão acarretaria significativo prejuízo aos cofres públicos, já que, mais uma vez, parece não ter havido – de forma possivelmente proposital – a adoção das cautelas necessárias. E cumpre destacar que o valor da compra era mais do que o dobro do valor total dos produtos adquiridos.

Tal conduta de DOUGLAS BORBA na tentativa de a qualquer custo aprovar a aquisição de EPIs foi corroborada pelo depoimento da servidora MÁRCIA, encarregada pelas compras, que também se sentiu pressionada e constrangida pelo então Secretário de Estado da Casa Civil.

Ainda nos termos do depoimento prestado pelo então Controlador Geral do Estado, no período em que se discutia a compra milionária de EPIs, a Secretaria de Estado da Casa Civil determinou que fossem retiradas do site do Estado às notícias de compras referentes a materiais de enfrentamento à covid-19 realizadas com preços mais vantajosos ao poder público, evidenciando assim que DOUGLAS BORBA não pretendia que os cidadãos pudessem fazer comparações entre os preços praticados anteriormente e os valores da importação de EPIs defendida, já que estes eram muito superiores.

O interesse atípico de DOUGLAS BORBA na importação dos EPIs foi evidenciado, também, na participação de LEANDRO ADRIANO DE BARROS no procedimento (mais uma vez por indicação do então Secretário de Estado da Casa Civil), em nome da empresa que pretendia fornecer os equipamentos, mantendo diversas tratativas com os servidores encarregados das compras.

Tal comportamento de DOUGLAS BORBA que parece transcender a intenção do bom funcionamento da máquina pública, mais se aproxima de um interesse pessoal – tanto que indicou pessoa de sua relação e confiança, e sem qualquer vínculo com a administração pública, para intervir na contratação de respiradores e de EPIs, como parece ter feito também em relação à controversa contratação do Hospital de Campanha.

Acrescente-se, por fim, que, de acordo com o depoimento prestado por LUIS FELIPE FERREIRA, a Secretaria de Estado da Casa Civil vinha protelando, de forma injustificada, a tramitação de decreto que dispunha sobre a '*responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e adota outras providências*', e que seria de fundamental importância para a mais eficiente atuação da CGE.

Ainda, no contexto de todos os outros fatos relatados, o atraso na tramitação do projeto do referido decreto, que estava sob a carga da Casa Civil, assume especial relevância.

Desta feita, há indícios claros de que DOUGLAS BORBA contribuiu para a contratação dos 200 (duzentos) respiradores junto à VEIGAMED ao ter indicado o empresário FÁBIO DEAMBROSIO GUASTI, até então desconhecido na SES, como fornecedor que poderia atender as demandas do enfrentamento à pandemia, bem como quando da indicação de LEANDRO ADRIANO DE BARROS, evidenciando que seria tal pessoa que, em seu nome, acompanharia o negócio.

Página 1281. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

DOUGLAS BORBA atuava como Secretário de Estado no período dos fatos, razão pela qual resta a esta comissão, portanto, dar ciência da presente apuração ao Ministério Público para fins de persecução criminal, na esfera da probidade administrativa, se assim entender cabível, eis que exerceu os atos na qualidade de Secretário de Estado da Casa Civil, portanto **como agente político.**

HELTON DE SOUZA ZEFERINO

HELTON DE SOUZA ZEFERINO no período compreendido entre 02 de janeiro de 2019 a 30 de abril de 2020 – quando da aquisição dos 200 (duzentos) respiradores pulmonares – **atuou como Secretário titular da pasta da Secretaria de Estado de Saúde**. Nesta condição, foi quem assinou a CI n° 950/2020, conjuntamente com MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI, então Superintendente de Gestão Administrativa, conforme requisição SCCD n° 1708/2020.

Ainda quanto à CI n° 950/2020, destaca-se que a mesma foi assinada pelo então Secretário HELTON no dia 27 de março, às 10h56min, portanto, quando a proposta da empresa VEIGAMED já se encontrava juntada aos autos, eis que a servidora Débora Brum a inseriu como peça no sistema SGP-e às 10h40min do mesmo dia 27/03/2020.

De tudo que restou analisado por esta comissão e face todos os documentos e informações compartilhadas da 'Operação O2' - desenvolvida pela Força-Tarefa envolvendo o Ministério Público, a Polícia Civil e o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**, entende-se que o então secretário HELTON estava ciente da negociação para a aquisição dos 200 (duzentos), tanto que travou diálogo com FÁBIO GUASTI no dia 25/03/2020, ligação no telefone de MÁRCIA, conforme se ouviu no depoimento de MÁRCIA.**

Posteriormente, em seu depoimento junto a esta CPI, o próprio HELTON reconheceu não apenas a conversa com FÁBIO como também a negociação que reduziu o valor unitário dos respiradores para R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais).

Deste modo, resta caracterizado que HELTON concordou com o valor da negociação, o qual consta não apenas na requisição SCCD já mencionada, como também na Dispensa de Licitação (DL) n° 754/2020 (pgs.67 e 68 dos autos SES 037070/2020) e na Ordem de Fornecimento (OF) n° 343/2020 (pg. 69 dos autos SES 037070/2020), **por ele assinadas**.

Vale destacar que HELTON, antes de assinar a DL e a OF mencionadas, determinou por precaução que fosse juntado aos autos '*parecer de engenheiro clinico atestando que o equipamento a ser adquirido atende as especificações necessárias para ventilação de pacientes com a COVID 19 ou SRAG.*' (pgs. 67 e 68 dos autos SES 037070/2020).

Em relação ao pagamento antecipado à empresa VEIGAMED, embora no depoimento prestado, HELTON tenha negado que tivesse conhecimento da previsão do pagamento antecipado, **o fato é que a DL n° 754/2020 faz referência expressa à proposta de pgs. 27 a 41 dos autos SES 037070/2020, em cuja pg. 30 estabelece o fornecimento mediante '*pagamento via numerário antecipado*'**.

Além do mais, conforme constou no depoimento de MÁRCIA, bem como no depoimento do Diretor de Licitações e Contratos da SES, Senhor CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA a esta Comissão, HELTON se responsabilizou pela operação. Neste sentido, JOSÉ FLORÊNCIO também afirmou perante a esta comissão que **HELTON tinha conhecimento do pagamento antecipado dos respiradores em questão**.

As omissões de HELTON não cessaram por aí: **a**) após a não entrega dos respiradores no primeiro prazo (05 a 07/04), somente enviou a primeira notificação no dia 08/04/2020 vencido o prazo; b) não tomou nenhuma medida oficial, somente se dirigindo informalmente a PGE no dia 15/04/2020 (10 dias da não entrega dos 100 respiradores) e; c) no dia 07/04/2020, o então Secretário de Estado da Saúde foi comunicado pela empresa **Advanced Corretora de Câmbio S/A** de que a empresa VEIGAMED estaria tentando realizar operação de câmbio no valor de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), mas que, pelas diversas inconsistências constatadas, a transação não se concretizou.

Vê-se, portanto, indícios de que HELTON tinha pleno conhecimento da operação fraudulenta que se orquestrava, tendo inclusive autorizado à contratação e o pagamento antecipado

3806
f.

Página 1282. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

e sem garantias à empresa VEIGAMED, sendo incontestável que foi ele o responsável direto pela dispensa de licitação, como ainda pela viabilização do pagamento antecipado, deixando de exigir as cautelas mais basilares para a aquisição dos respiradores devendo, deste modo, responder pelo resultado negativo da contratação da aquisição dos respiradores pulmonares, eis que exerceu os atos na qualidade de Secretário de Estado, portanto **como agente político** e mesmo diante de todos os fatos acima elencados, no mínimo, foi condescendente com tudo o que acontecia, agindo com deliberada cegueira e, mesmo podendo e devendo agir, deixou de fazê-lo.

Assim, uma vez verificados indícios de condutas irregulares praticados por HELTON DE SOUZA ZEFERINO por sua ação/omissão, resta, portanto a esta comissão dar ciência da presente apuração ao Ministério Público para dar continuidade à investigação pela prática, em tese, de infrações penais, de probidade administrativa, quando nas funções do cargo de Secretário de Estado da Saúde.

MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI

MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI é servidora efetiva da Secretaria de Estado da Saúde, e atuou como Superintendente de Gestão Administrativa da pasta no período compreendido entre 03 de fevereiro de 2020 a 23 de abril de 2020. Nessa condição, teve participação efetiva nos atos de instrução da contratação e do pagamento antecipado à empresa VEIGAMED, já que foi quem recebeu as propostas de FÁBIO GUASTI, o qual havia sido indicado por DOUGLAS BORBA como fornecedor apto ao atendimento das demandas da SES, bem como assinou as notas fiscais para permitir o pagamento antecipado.

MÁRCIA reconheceu em seus depoimentos que estava concentrando em si, todos os orçamentos e propostas que chegavam, e de ter praticado os atos de instrução do processo SES 037070/2020, e que também deixou de averiguar a veracidade dos mesmos, quando juntados no processo, reconheceu ainda, que autorizou o pagamento antecipado dos respiradores. Segundo sua versão, tais atos eram de conhecimento do então Secretário de Estado da Saúde, HELTON ZEFERINO.

Os indícios apontam, em relação ao pagamento antecipado, que MÁRCIA atuou com o consentimento do então Secretário HELTON. Em depoimento, o coordenador do Fundo Estadual da Saúde, Sr. JOSE FLORENCIO DA ROCHA, confirmou em suma '*que sabia que essa contratação previa o pagamento antecipado. Que fez o pagamento à VEIGAMED atendendo ao pedido da então Superintendente MÁRCIA, a qual havia certificado as notas fiscais. Que sabendo da necessidade dos equipamentos, realizou pagamento para evitar que os fornecedores dessem outra destinação aos equipamentos*'.

De forma similar, o Diretor de Licitações e Contratos da SES, Sr. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA, em depoimento, assim se manifestou: '*Perguntando se o depoente tinha informação acerca do pagamento antecipado, respondeu que não tinha conhecimento oficial, embora soubesse que fornecedores não estavam garantindo as propostas se não houvesse o pagamento dentro de 24 horas do pedido*'.

Ainda, que CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA tenha declarado que MÁRCIA '*estava sobrecarregada de trabalho, não apenas como SGA, mas como apoio ao COES*', o fato é que cautelas mínimas deveriam ter sido tomadas na gestão de uma aquisição de vulto como a dos respiradores.

Assim, ainda que FÁBIO GUASTI tenha sido indicado pelo então Secretário de Estado da Casa Civil DOUGLAS BORBA, a solicitação de alteração da empresa a ser contratada, passando de BRAZILIAN TRADING para VEIGAMED, deveria ter despertado em MÁRCIA ou sua equipe de subordinados a real motivação da alteração ou, minimamente, buscado pesquisar sobre a capacidade da empresa em cumprir com o contrato. De igual forma, as evidentes irregularidades dos orçamentos apresentados para justificar o preço dos respiradores deveria ter chamado a atenção para a fraude que estava sendo arquitetada.

Outro ponto importante que compete registrar, veio à tona quando da oitiva da ex-controladora geral adjunta – Sra. SIMONE BECKER, que informou que no dia 31/03/2020, por volta das 12h00min, portanto, antes do pagamento, participou de uma reunião, em que além dela,

3807

Página 1283. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

estavam presentes a Sra. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI e CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA e que na oportunidade, por parte da Controladoria Geral do Estado foi oferecido auxílio para análise de contratação ao enfrentamento da covid-19, entretanto, tal auxílio foi rejeitado por CARLOS e MÁRCIA, sob o pretexto '***dos processos estarem bem instruídos***'.

(*Imagem.*)

Importante ainda anotar, que embora o pagamento dos R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais) tenha sido feito no dia 01/04/2020, os respectivos valores só ficaram disponíveis para empresa VEIGAMED no dia 03/04/2020; considerando que a 1ª entrega dos equipamentos ter sido prometida para 05 a 07/04/2020, a não entrega da carga **exigiria, no mínimo, uma comunicação imediata à Controladoria-Geral do Estado para as medidas cabíveis, como por exemplo, sequestro dos valores, no entanto, MÁRCIA permaneceu em silêncio, permitindo que os valores fossem esvaziados em pequenas contas, pelos mais de 25 dias que se passaram até a primeira ação judicial.**

Ademais, para dar fim às razões, restou comprovado que MÁRCIA teve contato com todos os agentes envolvidos neste fraudulento processo, especialmente os que foram presos cautelarmente, DOUGLAS BORBA, FÁBIO GUASTI e LEANDRO BARROS.

Com efeito, dada à forma como foi instruído o processo SES 037070/2020, corroborado pelo fato de MÁRCIA ter prontamente certificado as notas fiscais da empresa VEIGAMED, expondo-se no afã de viabilizar um fornecimento célere, corroborando ainda a tudo que consta nos autos dessa CPI e do que foi apurado pela Força-Tarefa, em especial no cruzamento de dados colhidos do grupo de *Whatsapp* COVID-19-COMPRAS, não há outra conclusão a se chegar, senão a de que MÁRCIA agia de má-fé, posto que fazendo parte do grupo responsável pelo controle de compras - criado para debater sobre procedimentos de pagamentos antecipados, bem como para instituir mecanismos preventivos de risco de prejuízo ao erário - permaneceu em absoluto silêncio, permitindo que o debate travado entre os servidores públicos do grupo fosse inócuo. Consequentemente atrasando deliberadamente ações que poderiam ser tomadas pelos órgãos de controle, a fim de evitar que os recursos do erário Catarinense restassem esvaziados para as dezenas de contas abertas pela empresa VEIGAMED.

Não há outra conclusão a se chegar, senão a de que Sra. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI agia no grupo de uma forma, e praticava atos ilegais, à revelia da lei e do próprio grupo criado para auxiliá-la. Bastava ela informar aos auditores e os membros do grupo, o que estava a acontecer na Secretaria de Estado da Saúde quando da certificação das notas e do pagamento antecipado - sem garantias - já que é incontroverso por suas próprias palavras, que este procedimento era conhecido por todos, sob sua supervisão, tendo ela, determinado que fosse pago, pois não receberiam os respiradores.

Portanto, ainda que reste qualquer outra dúvida, simples deduzir que sem MÁRCIA a fraude não teria se concretizado! Uma vez que agindo como agiu, a nominada servidora permitiu que o processo de dispensa de licitação seguisse ao arrepio da lei e sem as garantias de recebimento dos equipamentos almejados por parte do Estado de Santa Catarina. Para tanto, certificou duas notas fiscais referentes à compra de 200 (duzentos) respiradores, simulando assim o recebimento destes equipamentos pelo Estado. Foi por meio dessa conduta direta que se viabilizou o pagamento de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais) a uma empresa inidônea denominada VEIGAMED que, claramente não possuía nenhuma condição de entregar os equipamentos pretendidos.

Por conseguinte, resta a esta comissão, dar ciência da presente apuração ao Ministério Público para fins de investigação da persecução criminal, pela prática, em tese, de infrações penais e administrativas na esfera da probidade administrativa, por sua ação/omissão, nas funções de Superintendente de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado da Saúde.

CARLOS ROBERTO COSTA JUNIOR

CARLOS ROBERTO COSTA JUNIOR é servidor efetivo da SES, analista técnico em gestão e promoção de saúde na função de técnico em atividades administrativas, e, desde 29 de novembro de 2019, atua como Assessor Jurídico da Superintendência de Gestão Administrativa da

Página 1284. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

SES. Nessa condição, teve participação efetiva na contratação e no pagamento antecipado à empresa VEIGAMED, já que foi quem analisou e aprovou a Dispensa de Licitação n° 754/2020 mediante emissão do Parecer Jurídico 0506/2020 (pgs. 60 a 65 dos autos SES 037070/2020).

Conforme melhor se verá adiante o Ordenamento Jurídico Pátrio confere à Assessoria Jurídica da Administração Pública papel fundamental de controle das aquisições e contratações, a exemplo do que dispõe o parágrafo único do artigo 38 da Lei n° 8.666, de 1993, que determina sejam os editais e contratos, ou sucedâneos, *in casu* dispensas de licitações, examinados e aprovados por essa importante função jurídico-administrativa.

Destarte, a análise levada a efeito pela assessoria jurídica da Administração deve ser efetiva, devendo abordar todas as questões relevantes dos autos e orientar os gestores acerca do procedimento a ser adotado.

Entretanto, o parecer Jurídico 0506/2020 de sua lavra não abordou itens que a legislação determina ser 'imprescindíveis, tais como a obrigatoriedade da formalização do instrumento contratual (artigo 62 da Lei n° 8.666, de 1993), a definição do 'objeto e seus elementos característicos' (artigo 55, Inciso I, da Lei n° 8.666, de 1993), 'as condições de pagamento' (artigo 55, inciso III, da Lei n° 8.666, de 1993) as garantias para assegurar a plena execução contratual (artigo 55, inciso VI, da Lei n° 8.666, de 1993), 'as condições de importação, a data da taxa de câmbio para conversão' (artigo 55, inciso I, da Lei n° 8.666, de 1993). Embora praticamente contemporânea aos fatos, a Medida Provisória n° 926, de 20 de março de 2020, que alterou a Lei n° 13.979, de 2020 (lei do coronavírus), para incluir a possibilidade de dispensa de licitação amparada em termo de referência simplificado que deve conter, minimamente, 'declaração do objeto' (art. 4°, inciso I) e 'critérios de medição e pagamento' (art. 4°-B, inciso V, da MP n° 926, de 2020).

Com efeito, o Parecer Jurídico 0506/2020 externou maior zelo em justificar o preço da aquisição, inclusive se valendo de notícias de internet, do que em verificar o cumprimento dos requisitos legais tais como, por exemplo, a existência de termo de referência que permita identificar o 'objeto e seus elementos característicos' (artigo 55, inciso I, da Lei n° 8.666, de 1993), ou mesmo termo de referência simplificado que expresse 'critérios de medição e pagamento' (art 4°-B, inciso V, da MP n° 926, de 2020).

No processo em exame, a análise jurídica sequer apontou a necessidade de confecção de contrato formal entre as partes, obrigatório por força do artigo 62 da Lei n° 8.666, de 1993, já que se tratava do valor de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais). Porém, o instrumento de dispensa de licitação n° 754/2020 previu que a contratação seria 'efetivada por meio da emissão de Ordem de Fornecimento' à pg. 67 dos autos SES 037070/2020. Necessário frisar, por se tratar de equipamento para uso em UTI, que não se aplica a faculdade de substituição do termo de contrato na forma do §4° do artigo 62 da Lei n° 8.666, de 1993, uma vez que a aquisição desta natureza demanda necessariamente, obrigações futuras de garantia e de assistência técnica dos equipamentos.

Outra falha grave consiste no fato de a análise jurídica não ter abordado explicitamente a forma de pagamento, uma vez que a menção ao pagamento antecipado constava na proposta comercial (pg. 30 dos autos SES 037070/2020), a qual, por sua vez, é referenciada na Dispensa de Licitação à página 67 dos autos SES 037070/2020. Causa estranheza que justamente durante um evento adverso tão extraordinário, as condições de pagamento, enquanto 'cláusula[s] necessária[s] em todo contrato' (ar. 55 da Lei n° 8.666, de 1993), não tenham recebido qualquer manifestação jurídica mesmo com o autor do Parecer Jurídico lançando razões justificadoras do valor contratual e da anomalia do mercado como as pg. 64 dos autos SES 037070/2020):

Posteriormente, os fatos demonstraram que o pagamento antecipado foi apresentado pela empresa VEIGAMED como condição para o fornecimento, e nada obstante não havia nos autos qualquer orientação jurídica para obtenção das garantias necessárias para assegurar o escorreito cumprimento das obrigações por parte da contratada.

Assim, entende-se insuficiente o alegado por CARLOS ROBERTO COSTA JUNIOR em seu depoimento junto à Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no sentido de que fez constar em processo autônomo as cautelas a serem observadas

Página 1285. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

por ocasião do pagamento antecipado em exceção à regra da administração pública do pagamento posterior à efetiva entrega do bem adquirido. Tanto que em seu depoimento à CPI, o Diretor de Licitações e contratos CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA declarou não ter tido conhecimento da mencionada orientação jurídica.

Ocorre que conforme dito anteriormente, continha na proposta comercial a condição de 'pagamento via numerário antecipado', proposta essa referenciada no item '8 Razão da escolha do Fornecedor' do instrumento de dispensa de licitação n° 754/2020 (pg. 67 dos autos SES 037070/2020). **Entretanto, não houve nos autos qualquer recomendação de exigência de garantias a serem observadas em caso de pagamento antecipado no parecer jurídico que analisou a dispensa de licitação n° 754/2020, bem como, foi omisso quanto à forma de pagamento, justificando que estava 'inclinado a dar parecer favorável' em depoimento a esta CPI.**

Portanto, o fato do Parecer Jurídico 0506/2020 não mencionar requisitos legais da contratação, cuja ausência permitiu a realização da fraude em exame (ausência de instrumento contratual, ausência de definição do objeto e seus elementos característicos, ausência de garantias a serem observadas em caso de pagamento antecipado, *ex vi* dos artigos 55 e 62 da Lei n° 8.666, de 1993), configura indício da prática, em tese, de infração administrativa disciplinar por parte de CARLOS ROBERTO COSTA JUNIOR na função de Assessor Jurídico da Superintendência de gestão Administrativa da Secretaria de Estado da Saúde.

Resta a esta comissão, portanto, dar ciência da presente apuração ao Poder Executivo, na Secretaria de Estado da Administração, pela prática em tese, de infração disciplinar, nas funções de assessor jurídico da Superintendência de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado da Saúde.

JOSÉ FLORENCIO DA ROCHA

JOSÉ FLORENCIO DA ROCHA é servidor efetivo da Secretaria de Estado da Fazenda, Analista da Receita Estadual III, e, desde 12 de junho de 2019, atua como Coordenador do Fundo Estadual da Saúde. Nessa função, participou dos atos de pagamento da empresa VEIGAMED.

Em depoimentos a esta comissão, JOSÉ FLORENCIO DA ROCHA expôs '[Q]*eu sabia que essa contratação previa o pagamento antecipado. Que fez o pagamento a VEIGAMED atendendo a pedido da então Superintendente MÁRCIA, a qual havia certificado as notas fiscais. Que sabendo da necessidade dos equipamentos, realizou o pagamento para evitar que os fornecedores dessem outra destinação aos equipamentos*'.

Assim, constata-se que JOSÉ FLORENCIO DA ROCHA tinha conhecimento de que o pagamento realizado pelo Fundo Estadual da Saúde à VEIGAMED era antecipado, ou seja, que os respiradores não haviam sido entregues.

Identifica-se, portanto, indícios da prática, em tese, de infração administrativa disciplinar por parte de JOSE FLORÊNCIO DA ROCHA na função de Coordenador do Fundo Estadual da Saúde, bem como, em tese, de ilícitos penais.

Resta a esta comissão, portanto, dar ciência da presente apuração ao Poder Executivo, na Secretaria de Estado da Administração, pela prática em tese, de infração disciplinar, nas funções de Coordenador do Fundo Estadual de Saúde, bem como para o Ministério Público de Santa Catarina, para apuração, em tese, de infrações penais, por sua ação/omissão.

ANDRÉ MOTTA RIBEIRO

ANDRÉ MOTTA RIBEIRO é servidor efetivo da SES, analista técnico em gestão e promoção de saúde na função médico, e atuou como Secretário Adjunto para Assuntos Administrativo da SES de 02 de janeiro de 2019 a 11 de junho de 2019, e como Secretário Adjunto da SES de 12 de junho de 2019 até 1° de maio de 2020, data em que assumiu como titular da Pasta da Saúde. Entre 18 de fevereiro de 2012 a 05 de maio de 2020, também acumulou a função de Superintendente dos Hospitais Públicos Estaduais.

Seu nome consta na primeira versão da CI n° 950/2020, em que é determinada a instrução do processo de contratação emergencial dos 200 (duzentos) respiradores 'descritos' na requisição SCCD n° 1708/2020. Esta primeira versão foi desentranhada da página 23 dos autos SES 037070/2020 depois que FÁBIO solicitou a substituição da proposta da empresa BRAZILIAN

3810

Página 1286. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

TRADING pela da empresa VEIGAMED. Entretanto, segundo informações da empresa desenvolvedora do sistema SGP-e (vide e-mail à pg. 304), a peça havia sido assinada por MÁRCIA no mesmo dia 26/03/2020, idêntico dia do desentranhamento. Essa informação é corroborada pela consulta ao relatório de assinaturas solicitadas do processo SES 037070/2020, em que consta que a solicitação de assinatura de ANDRÉ MOTTA RIBEIRO foi 'cancelada' em virtude do desentranhamento da peça dos autos antes da definição pelo servidor pela assinatura ou sua recusa.

Consta ainda o nome de ANDRÉ MOTTA RIBEIRO na CI n° 524/2020, em que a equipe de engenharia clínica compara os respiradores dos modelos 'C35' e Shangrila 510S. Esse documento também possui duas versões, tendo sido a primeira versão, de pgs. 102 a 103 desentranhada dos autos SES 037070/2020. Segundo o relatório de assinaturas solicitadas do processo SES 037070/2020, constata-se que ANDRÉ MOTTA RIBEIRO havia assinado a peça de pgs. 102 e 103 antes de seu desentranhamento, informação essa corroborada pela empresa desenvolvedora do sistema SGP-e (vide e-mail à pg. 303).

Chama a atenção o fato de ANDRÉ ter assinado a peça de pgs. 102 e 103 dos autos SES 037070/2020 e depois recusar-se a assinar a sua substituta, peça de pgs. 105 e 106, especialmente se considerado que o texto das duas versões da CI n° 524/2020 é muito parecido, eis que as únicas alterações se deram com a correção de erro material do número da *proforma invoice* citada e com a exclusão da crítica à requisição SCCD n° 1708/2020, que a primeira versão continha.

Nada obstante, causa mais estranheza o motivo da recusa: que o Secretário Adjunto que acumula a Superintendência dos Hospitais Públicos Estaduais não tenha participação no processo, justamente quando seus subordinados da Gerencia de Desenvolvimento dos Hospitais Públicos e do Núcleo de Engenharia Clinica solicitam a sua atuação para referendar a sugestão no sentido de 'que uma Comissão de Médicos Intensivistas da Secretaria de Estado da Saúde seja consultada, a fim de validar, ou não, as especificações técnicas e a aceitação do item informado, conforme a '*Proformas Invoice*' (...) (pgs. 105 e 106 dos autos SES 037070/2020).

Como resultado da omissão de ANDRÉ no processo, somente em 07/05/2020, com o novo Superintendente dos Hospitais Públicos Estaduais, foi emitida a manifestação no sentido de que o equipamento 'Shangrila 510S' não permite o uso como respirador de longa permanência (uso estacionário), o que descarta sua serventia para pacientes covid-19 (pgs. 05 a 15 dos autos CGE 354/2020).

Outro ponto que merece ser destacado refere-se à competência da Superintendência de Hospitais Públicos Estaduais de definir a especificação técnica dos equipamentos a serem adquiridos. Não é por outro motivo que o Núcleo de Engenharia Clinica pertence à linha hierárquica desta Superintendência. Assim, diferente do que mencionou quando de sua oitiva nesta Comissão, sua competência (de ANDRÉ MOTTA RIBEIRO, enquanto Superintendente de Hospitais Públicos Estaduais) ia além de definir 'quantitativos' de equipamentos e contemplava a aprovação ou não da especificação técnica dos mesmos. Nada obstante, como visto, somente com a substituição do Superintendente de Hospitais Públicos Estaduais houve manifestação técnica quanto a não aceitação do equipamento 'Shangrila 510S', cuja oferta em substituição ao 'C35' constou da 'contranotificação' da VEIGAMED de 17/04/2020 (pgs. 93 a 100 dos autos 037070/2020).

Em depoimento nesta CPI do dia 04/06/2020, foi afirmado pelo Sr. Onofre Joaquim Rodrigues Neto – Proprietário da EXXOMED, que ANDRÉ MOTTA, foi comunicado no dia 06/04/2020 por e-mail, que a VEIGAMED não havia adquirido nenhum respirador da fabricante chinesa AEONMED, não tinha autorização para a compra e venda do equipamento 'SHANGRILA 510S', da qual o servidor afirma que encaminhou o e-mail para a Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Saúde, sem tomar nenhuma atitude.

Cumpre destacar que a função de Secretário Adjunto não se confunde com a de Secretário de Estado nem possui a qualidade de agente político para afastar a incidência do regime disciplinar dos servidores públicos estaduais.

Resta a esta comissão, portanto, dar ciência da presente apuração ao Poder Executivo, na Secretaria de Estado da Administração, pela prática em tese, de infração disciplinar, nas funções de Superintendente dos Hospitais Públicos Estaduais e de Secretário Adjunto da Secretaria de Estado

3811

Página 1287. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

da Saúde, bem como ao Ministério Público de Santa Catarina para apuração, em tese, de infrações penais por sua ação/omissão.

CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA

Coronel reformado do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA, desde 29 de novembro de 2019, atuava como Diretor de Licitações e Contratos da SES. Nessa condição teve participação na instrução da dispensa de licitação nº 754/2020 nas diversas ocasiões em que o processo SES 037070/2020 tramitou por sua diretoria.

Nesse sentido, embora não se desconheça o expressivo volume de contratações levadas a efeito na SES, é forçoso concluir que as evidências de substituição da empresa a ser contratada e da incapacidade da empresa VEIGAMED em cumprir o contrato poderiam ter sido identificadas ou questionadas por CARLOS CHARLIE CAMPO MAIA. Assim, a fraude ocorrida na SES poderia ter sido evitada mediante uma análise cuidadosa da área responsável pela instrução dos procedimentos licitatórios.

Resta a esta comissão, portanto, dar ciência da presente apuração ao Poder Executivo, na Secretaria de Estado da Administração, pela prática em tese, de infração disciplinar, nas funções de Diretor de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Saúde.

Para por fim as análises individualizadas de cada um dos agentes público aqui citados, caso houvessem agido sem malícia, premidos pelo tempo e no afã de salvar vidas, assim que recebida à primeira notícia da impossibilidade de fornecimento dos equipamentos adquiridos, de pronto deveriam ter adotado as medidas necessárias para rescisão ou repactuação do contrato, além de, por óbvio, acionar os órgãos de fiscalização e controle. Não foi, contudo, o que se sucedeu.

Somente ao final do mês de abril, após os primeiros contatos da imprensa solicitando detalhes sobre a contratação e ausência de entrega dos equipamentos é que começaram a agir, o que é lamentável!

E, no tocante ao ex-secretário HELTON ZEFERINO e a servidora MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI, embora não se possa afirmar categoricamente que estavam associados, fato é, entretanto que sem suas efetivas participações a aquisição e o pagamento antecipado (sem garantia) dos respiradores não haveriam se concretizado. Como já exaustivamente exposto, o custo de tais equipamentos alcançou o montante de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), diante da alegada situação especial de que seriam entregues em curto prazo, condição que nenhum outro fornecedor poderia atender.

Diante de todos os fatos até o momento apurados tanto na esfera administrativa quanto penal, é inconteste que, os agentes possivelmente fraudaram documentos, burlaram as regras de contratação, desviaram e 'lavaram' dinheiro, cometendo inúmeras infrações administrativas e penais em plena pandemia da covid-19, enquanto era sugerido publicamente que agiam para combatê-la, com processos administrativos fraudulentos, montados para escamotear a verdade, conferindo aparência de legalidade a tudo que se praticava."

Esta, senhor Presidente, Deputado Sargento Lima, é a minha contribuição na leitura do relatório do senhor Deputado Ivan Naatz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Fabiano da Luz, esta presidência agradece o senhor por mais esta demonstração de esforço em sempre colaborar com o bom andamento dos trabalhos desta Comissão.

Muitíssimo obrigado, Deputado.

Antes de passar a palavra ao Relator para a leitura das últimas folhas do relatório, informo que além do Deputado Moacir Sopelsa, que nos acompanha de forma remota e é membro nato desta Comissão, também nos acompanham os Deputados Volnei Weber, Doutor Vicente Caropreso, Romildo Titon, Sérgio Motta e Luiz Fernando Vampiro e a Deputada Ana Campagnolo.

Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – (*Continua lendo.*)

"**DA PARTICIPAÇÃO DO GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA**

Importante observar, diante de tudo que foi colhido no processo investigativo, qual a participação efetiva de sua Excelência, o Governador do Estado CARLOS MOISÉS DA SILVA.

3812
f.

Página 1288. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Antes de adentrar especificamente nas razões e nos fatos, este relator aduz que a participação do agente político, pode ser omissiva, quando deixa de fazer algo pelo qual está obrigado, ou comissiva, quando acontece nos fatos em que há participação direta do indivíduo.

No caso desta investigação, **o relator pode concluir que sua Excelência operou de forma deliberada para ocultar aos membros da CPI, a sua omissão dolosa no que se refere ao objeto desta investigação.**

Não é preciso esticar o número de palavras para justificar que compete ao gestor público no caso, o Governador do Estado, a proteção do erário público e até a imagem da administração pública diante dos contribuintes; ninguém em sã consciência pode acreditar que notícias e manchetes jornalísticas que derivam de desvios de recursos públicos, não causam uma sensação de ausência de comando, fiscalização e controle; por isso mesmo, a legislação estadual determina as competências exclusivas do Governador do Estado:

Art. 71. São atribuições privativas do Governador do Estado:

'I - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual'.

(...)

Aliás, alicerçado nos princípios indicados no art. 37 da Constituição Federal, principalmente, àquele que se refere à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência;** Este último, princípio norteador e finalístico da realidade administrativa, o princípio da eficiência, é matéria constitucional implícita, constituindo estudo doutrinário e jurisprudencial.

O renomado *HELY LOPES MEIRELLES* definiu o princípio da eficiência, como 'o que se impõe a todo o agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento profissional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros', e acrescenta que '**o dever da eficiência corresponde ao dever da boa administração'. (MEIRELLES, 2002).**

Nem é preciso dizer, que é dever da ***Administração*** Pública pautar seus atos dentro dos princípios constitucionais, notadamente pelo ***princípio da eficiência***. É importante a utilização desse conceito, pois todos os indivíduos que operam as engrenagens da máquina pública, ainda que transitoriamente, devem sempre agir com eficiência, em outras palavras, todos os trabalhadores em todas as esferas da Administração Pública direta ou indireta, nos três poderes e os particulares prestadores de serviço público devem desempenhar as suas funções, segundo o parecer de Moraes:

(...) com a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, rimando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitarem-se desperdícios e garantir-se maior rentabilidade social. (MORAES, 2000, p. 30).

Assim, a eficiência pretendida pelo texto constitucional (art. 37, caput) não se esgota na adoção pelo Poder Público de procedimentos formalmente corretos. A sociedade aspira que a Administração adote os métodos mais apropriados, dentro de avançados padrões técnicos. O administrador não será responsabilizado se o resultado não for o esperado, **mas apenas se não diligenciou para que a Administração adotasse todos os procedimentos ao seu alcance para obter o melhor intento, ou seja, evitar o dano ao erário.** O que se exige é que a Administração trabalhe com qualidade, opere de forma a colocar à disposição da sociedade os avanços tecnológicos próprios da modernidade, esteja voltada para o atendimento satisfatório das necessidades do todo coletivo. A correção dos métodos será determinante na obtenção dos melhores resultados. Os conceitos comunicam que o princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.

3813
f.

Página 1289. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O administrador deve sempre procurar a solução que melhor atenda ao interesse público do qual é curador. Mesmo sem estar explícito anteriormente, o princípio da eficiência está presente na ordem político-jurídica, por ser consequência lógica do Estado de Direito organizado.

O Ministro Alexandre de Moraes define o princípio da eficiência como aquele que:

'*impõe à Administração Pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia, e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar desperdícios e garantir-se uma maior rentabilidade social. Com proficiência, acrescenta que urge a interligação do princípio com os da razoabilidade e da moralidade, pois o administrador deve se utilizar de critérios razoáveis na realização de sua atividade discricionária. A eficiência, hoje princípio da Administração, é de observância obrigatória pelos administradores. Com este argumento devem pautar pelo mínimo de satisfatoriedade na execução de atividades*'.

Importante lembrar que o Governador do Estado figura entre os denominados servidores públicos e sobre ele recaem as máximas responsabilidades dos princípios previstos no artigo 37 da CF/88.

Em nossa práxis cotidiana usual, sabemos que o servidor público estadual, em termos de agilidade, precisa otimizar sua própria conduta, não somente para o respeito à lei, como, também, por uma questão moral de ordem pessoal, advinda da sua própria evolução, dada por uma sentinela vigilante, chamada consciência. Sua conceituação pela doutrina é dada, em sentido amplo, '*como todos os agentes públicos que se vinculam à Administração Pública, direta e indireta do Estado, sob regime jurídico estatutário regular, geral ou peculiar, ou administrativo especial, ou celetista, de natureza profissional e empregatícia*'. Adentrando nesta convergência entre o servidor e a eficiência administrativa, '*a eficiência, muito mais que um pressuposto da assim denominada administração gerencial, constitui dever indeclinável e extensível a todo agente público. Cuida-se da busca contínua do aperfeiçoamento no desempenho das funções públicas que lhe sejam conferidas, tendo como norte a consciência da* '***extrema importância e relevância de cuidar daquilo que é de todos sem ser de ninguém, do bem, do patrimônio, que constitui precisamente a soma dos esforços coletivos que através de gerações vieram a construir um país***'.

A associação entre a eficiência e a Administração Pública é salutar, pois '*associado à Administração Pública, o princípio da eficiência determina que a Administração deve agir, de modo rápido e preciso, para produzir resultados que satisfaçam as necessidades da população. Eficiência contrapõe-se a lentidão, a descaso, a negligência, a omissão – características habituais da Administração Pública brasileira, com raras exceções*'.

Pode-se perceber, como se verá abaixo, que o Governador do Estado em suas ações **deixou de agir com a presteza que o cargo lhe confere**, já que os resultados de sua omissão deliberada resultaram em prejuízos consideráveis aos cofres públicos dos cidadãos catarinenses, vez que advertido dos riscos que o erário corria, permaneceu em silêncio, deixando de adotar as medidas que se exigiam para o momento.

Conforme vemos, o Governador do Estado não deve somente respeitar a legalidade quanto à prática dos seus atos, **mas, também, atuar dentro de um rendimento satisfatório, voltado à eficiência do seu cargo**, posto que é o interesse da coletividade, maior por excelência, e não o seu particular, que está em jogo nas atribuições das suas funções. Quando o dinheiro público está em risco, o cuidado deve ser redobrado.

Sempre que tiver que decidir, o gestor público deverá direcionar suas ações a proteger o patrimônio do povo, notadamente com os recursos arrecadados dos impostos, tomando ações e determinando diligências que resguardem o interesse coletivo e os princípios que norteiam a administração pública.

Importante lembrar, que a jurisprudência unânime do STJ se consolida no sentido de que, o dolo genérico é suficiente para a tipificação dos arts. 10 e 11 da Lei nº 8.429/92 (Improbidade Administrativa), **sendo desnecessário o enriquecimento sem causa do agente:**

Página 1290. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

3814
f.

'ELEMENTO INTENCIONAL PRESENTE. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA NO SENTIDO DE QUE O DOLO GENÉRICO É SUFICIENTE PARA A TIPIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES CONTIDAS NOS ARTIGOS 10 E 11 DA LEI 8429/93, SENDO, AINDA, DESNECESSÁRA A COMPROVAÇÃO DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DO AGENTE'.

Ademais, a responsabilidade administrativa pelo ilícito recai sobre quem, de qualquer forma, contribuiu para a prática da infração administrativa, por ação ou omissão.

Vejamos então, as razões que levam este relator a concluir pela prática das infrações previstas na Lei nº 8.429/92:

(...)

'Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

(...) ***IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;***

(...) ***XI - liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;***

(...)

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

(...) ***II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;'***

Os membros desta CPI questionaram o Governador do Estado à forma pelo qual ele gostaria de conversar a respeito dos fatos objeto desta investigação, tendo o Governador optado responder - diante de suas prerrogativas -, questionamentos por escrito, tendo-os feito em 17/07/2020 - conforme pode ser mais bem analisado da atenta análise do Ofício nº 776/CC-DIAL-GEMAT da Casa Civil, constate no Volume XIII, páginas 2856 a 2861 dos autos desta CPI.

Inicialmente a CPI quis saber de quem foi à decisão inicial sobre a necessidade de aquisição de respiradores pulmonares. Sendo que, em resposta o Governador então assumiu que definiu '*o cenário macro de enfrentamento à pandemia, a exemplo da expedição dos Decretos estaduais*', com apoio das secretarias de Estado e '*após salutar diálogo com inúmeras autoridades municipais, estaduais e federais*'. Contudo, em relação à compra de respiradores pulmonares, ele atribuiu total responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde na '*definição dos quantitativos e as especificações necessárias para o atendimento das unidades hospitalares*'.

A CPI indagou o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA sobre a sua efetiva participação na organização estrutural da rede estadual de saúde nos 03 (três) dias que decorreram entre os decretos de emergência e de calamidade pública, entre 17 e 20 de março, que respondeu que aprovou as políticas estaduais de enfrentamento à covid-19 e determinou que as secretarias de Estado tomassem as medidas necessárias para o enfrentamento da pandemia em diversos aspectos (saúde pública, funcionamento de serviços e de atividades essenciais).

Nas respostas, o GOVERNADOR garantiu que nunca teve contato e desconhecia por completo as pessoas físicas e jurídicas mencionadas ao longo da investigação, à exceção dos ex-secretários, e foi taxativo em alegar que não sabia e não autorizou o pagamento antecipado na operação de R$ 33 milhões pelos 200 respiradores, que não foram entregues.

Perguntado sobre quantas reuniões, entre os dias 20 de março a 28 de abril, teve com os ex-secretários da Saúde, HELTON ZEFERINO, e da Casa Civil, DOUGLAS BORBA, para tratar da compra de respiradores, respondeu que nas oportunidades '*se debatiam as ações estratégicas do Estado', mas*, não soube precisar quantos encontros informais ou formais foram realizados neste sentido, disse ainda que não era sua função '*participar ou intervir em quaisquer processos de aquisição de bens e serviço sob responsabilidade das secretarias de Estado*'.

3815

Página 1291. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O GOVERNADOR também declarou que só tomou conhecimento da compra, às vésperas, uma semana antes, da publicação da reportagem do *The Intercept* que trouxe o caso à tona, sendo que no dia 20/04/2020 o ex-secretário HELTON ZEFERINO o advertiu quanto ao atraso na entrega dos respiradores que viriam da China. E que, dois dias depois, aos 22/04/2020, HELTON então lhe deu ciência que a compra havia sido feita com pagamento antecipado. O GOVERNADOR, em resposta escrita, disse ainda, que assim que tomou conhecimento do caso, de '*indefinição da entrega*', determinou a seu chefe de gabinete Sr. Márcio Ferreira que fossem noticiados tais fatos à Polícia Civil do Estado.

O GOVERNADOR ainda negou que no dia 30/03/2020, após uma coletiva de imprensa, tenha falado com então secretário HELTON ZEFERINO sobre a possibilidade dos respiradores chegarem ao Estado entre os dias 5 e 7/04/2020.

Ele ainda diz, que o assunto '*pagamento antecipado estava sendo debatido pela Procuradoria-Geral do Estado e pela Secretaria de Estado da Administração*', e citou que uma proposta para regulamentar a modalidade chegou a ser enviada a esta Assembleia Legislativa: '*sempre fora determinado cuidados nas contratações públicas realizadas no período de enfrentamento à covid-19'*.

A participação em grupo de *Whatsapp* também foi questionada por esta CPI, porém o Governador citou que integrou apenas o 'Grupo Covid-19', administrado pelo Secretário de Estado de Administração, JORGE EDUARDO TASCA, com caráter consultivo, mas que não participou, '*nem de qualquer outro destinado às contratações emergenciais do Estado de Santa Catarina*'. O GOVERNADOR também negou conhecer os empresários SAMUEL RODOVALHO, FÁBIO GUASTI e CÉSAR AUGUSTUS THOMAS BRAGA.

Por fim, o senhor GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA garantiu que após o episódio da compra junto à VEIGAMED, determinou que as compras da Secretaria de Estado da Saúde '*passassem a ser conduzidas pela Secretaria de Estado da Administração'* e que já foram recuperados R$ 13,2 milhões dos R$ 33 milhões pagos de forma antecipada à VEIGAMED. Muito embora, alegue a recuperação destes valores, cumpre frisar que ainda existe discussão judicial nos autos nº 503416745.2020.8.24.0023, da 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital/SC, autuado em 30/04/2020, do qual se discute a titularidade dos valores. Portanto, tais valores não se encontram disponíveis ao Estado de Santa Catarina.

Ocorre que a versão do Exmo. Senhor Governador do Estado é um tanto incoerente em relação ao que de fato ele próprio falou e/ou presenciou quando das suas coletivas à imprensa - realizadas diariamente nos primeiros dias da crise pandêmica.

E por tal razão é possível traçar uma linha do tempo, na qual se verificará as contradições encontradas, senão vejamos:

A primeira incongruência começa aos **27/03/2020**, quando ao lado do GOVERNADOR em uma *live*, o ex-secretário de Estado da Saúde HELTON ZEFERINO diz que por falta de respiradores a pronta entrega no Brasil foi necessário fazer uma '*compra internacional*'.

Esse fato também foi apontado em um dos depoimentos da ex-superintendente de gestão administrativa da SES, Sra. MÁRCIA, que disse que o GOVERNADOR demonstrou saber da compra dos respiradores junto à VEIGAMED, desde 27/03/2020; Ela lembrou à CPI que neste dia durante uma coletiva à imprensa ao responder uma pergunta feita por um jornalista a respeito dos preços que estariam sendo pagos pelos equipamentos, que seriam maior do que os praticados no mercado, HELTON disse que havia a busca de todos os Estados por insumos, através de vendedores tradicionais e muitos não tradicionais que estavam se aproveitando do momento. O então secretário, chamando de 'canibalismo' a guerra pelos respiradores entre os Estados, explicou que o Ministério da Saúde centralizou as aquisições junto às empresas do Brasil, tornando necessária uma compra internacional. Após outras perguntas, aos 57 minutos e 51 segundos da *live*, então o GOVERNADOR MOISÉS voltou à pergunta feita pelo mesmo jornalista, dizendo que percebeu a impossibilidade de aquisição dos respiradores no mercado nacional, vindo os representantes do mercado internacional a propor a venda.

3816
f.

Página 1292. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Na oportunidade o GOVERNADOR ainda questionou o Secretário HELTON sobre a referência histórica dos menores e maiores valores que foram pedidos a ele pelos respiradores. Em resposta, ouviu do Secretário que o preço normal era entre R$ 60 mil e R$ 70 mil reais, no entanto, com o início da pandemia, o valor passou dos R$ 100 mil chegando aos R$ 335 mil reais; '*Percebe que não é um fornecedor local, que ele repete um preço, que vem da China, ou de outro país*' completou o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS.

Já em outra *live*, a do dia 31/03/2020, é o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS que diz, ainda sem detalhes, que '*foi feita uma aquisição*'. A fala acontece na véspera dos 02 (dois) depósitos de R$ 16,5 milhões cada à empresa VEIGAMED, dia 01/04/2020, totalizando R$ 33 milhões de reais. Passados alguns dias, em **11/04/2020**, o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS disse em mais uma de suas *lives* que: '*temos processos de importação, estamos lutando para que esses respiradores cheguem aqui*'. À época, pelo que se extrai dos depoimentos de integrantes e ex-integrantes do governo do estado, já existia, dúvidas se a empresa VEIGAMED conseguiria ou não cumprir o contrato.

Ademais aos trechos de *lives*, pode-se somar mais 02 (dois) documentos assinados pelo GOVERNADOR CARLOS MOISÉS que não se referem especificamente à aquisição dos respiradores junto à VEIGAMED, mas que apontam que o tema pagamento antecipado já estava em discussão em seu governo. O primeiro deles, com data de **31/03/2020**, se refere ao projeto de lei encaminhado a esta Assembleia Legislativa que objetivava autorizar o Poder Executivo *'a realizar a antecipação de pagamentos, total ou parcial, nas contratações destinadas ao fornecimento de bens, à prestação de serviços, à locação de móveis, imóveis e equipamentos, e à execução de obras necessários ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus'*. E que foi retirado de tramitação no mesmo dia, segundo o governador: '*por ter sido encaminhado antes da discussão estar concluída internamente'*.

Lembra-se que quando questionado sobre o pagamento antecipado de compras para o enfrentamento à pandemia o GOVERNADOR respondeu que o assunto estava sendo debatido pela PGE e pela Secretaria da Administração, o que resultou num projeto de lei para a devida regulamentação da matéria. Ou seja, o GOVERNADOR escreveu: '*Particularmente, nunca determinei ou orientei a realização de pagamento antecipado, somente tomando ciência da sua efetiva prática na reunião do dia 22 de abril*'.

No entanto salta aos olhos que o projeto de lei foi assinado por ele no dia 31/03/2020, às 16h22min, portanto, fica evidente que não era somente um debate interno da Secretaria da Administração e da PGE.

O segundo documento assinado pelo GOVERNADOR CARLOS MOISÉS é o Ofício GABGOV n° 060/2020 direcionado ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), datado de 02/04/2020, que se trata de uma consulta àquele órgão *'acerca da viabilidade de a Secretaria de Estado da Saúde realizar pagamento antecipado para empresas nacionais e internacionais (modelo Invoice), haja vista a necessidade de aquisição imediata de equipamentos de proteção individual e de equipamentos hospitalares para as unidades de saúde de Santa Catarina, objetivando o enfrentamento ao COVID-19 (coronavírus)'*. A resposta do TCE a tal ofício, veio após dois dias, com a recomendação que não fossem feitos pagamentos antecipados, porém, admitindo a possibilidade de realização desde que fossem dadas garantias pela empresa. A consulta é genérica sendo tanto formulada como respondida quando já havia sido efetivado o pagamento dos R$ 33 milhões à VEIGAMED.

Já aos 03/04/2020 durante uma nova coletiva à imprensa, exatamente aos 7 minutos e 38 segundos, o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS fala que era necessário ter uma produção local de respiradores, devido às dificuldades causadas pela pandemia. Ele pediu então ao Secretário HELTON que falasse em que 'pé' andavam as compras, principalmente a dos respiradores; os quais o GOVERNADOR definiu como o 'calcanhar de Aquiles' no processo de criação de UTIs. A resposta do secretário HELTON então foi quanto à dificuldade de conseguir equipamentos, destacando, por sua vez, que o governo estava em momento difícil quanto a garantia de entrega.

3817
f.

Página 1293. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Vale acrescentar que no dia 07/04/2020, segundo o que foi coletado do depoimento do senhor Thyago Silva Martins (gerente financeiro do Fundo Estadual da Saúde) a esta CPI, um dos gerentes de relacionamento do Banco do Brasil da Agência Setor Público alertou via *SMS* o Governo de Santa Catarina, que foram constatadas algumas fraudes em aquisições em outros estados, com importações vindas da China. Nada foi feito.

Ato contínuo, em outra coletiva de imprensa, aos 11/04/2020 mais uma vez questionado por um jornalista quanto ao Hospital de Campanha e seus altos custos, o senhor GOVERNADOR respondeu que era um momento de exceção e que todos estavam em busca dos mesmos equipamentos e que, por isso, seria natural que os preços aumentassem. O que chama a atenção é que ele, na oportunidade fez uma comparação com os respiradores, os quais segundo o senhor GOVERNADOR, até pouco tempo eram comercializados por R$ 30 mil reais, valor divergente da entrevista dada no dia 27/03/2020 quando havia mencionado valor diverso.

Mas o principal foi o que veio na sequência, aos 11/04/2020, quando o GOVERNADOR pediu para que o Secretário HELTON falasse dos valores aplicados no mercado; HELTON então tomou a palavra e informou que estavam entre R$ 120 e R$ 160 mil reais. Ai vem à fala do senhor GOVERNADOR: '***Quem paga R$ 160 mil não recebe, é a situação que estamos lidando hoje em Santa Catarina***' afirmou com HELTON ZEFERINO ao lado balançando a cabeça mostrando concordância ao que acabara de ouvir. O GOVERNADOR ainda seguiu com a palavra: '***Nós temos o processo de importação, estamos lutando para que esses respiradores cheguem aqui, mesmo com um preço, aí praticamente cinco vezes acima de seu preço de mercado. É o momento que as exceções viram a regra, porque estamos numa situação de exceção de fato***'.

Portanto, pela fala do GOVERNADOR nas coletivas, fica claro que ele tanto sabia dos valores pagos como sabia da dificuldade do Estado em receber os respiradores pulmonares adquiridos, posto que já era 11/04/2020, ou seja, já havia vencido o primeiro prazo de entrega. Entretanto não é esta mesma clareza que se tem ao interpretar as respostas do Governador a esta CPI. **Sendo que tantas contradições expõem que o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA faltou com a verdade em uma das ocasiões: nas coletivas à imprensa ou à esta Comissão Parlamentar de Inquérito.**

A cronologia do acima exposto pode ser mais bem ilustrada no quadro abaixo:

(*Imagem.*)."

Abro destaque para um relatório que inicia no dia 27 de março e termina no dia 28 de abril, em que se relata a participação cronológica dos fatos.

(*Continua lendo.*)

"E ainda importa ressaltar segundo depoimento do Presidente do Tribunal de Contas do Estado, ADIRCÉLIO MORAES FERREIRA JUNIOR prestado na Força-Tarefa do Ministério Público de Santa Catarina, que coordenou a operação O2, o presidente do TCE, alertou pessoalmente o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA de que o pagamento antecipado dos respiradores e de outros bens, não poderia ser feito pelo governo de forma antecipada, sem garantias. Tal conversa - com o GOVERNADOR - teria acontecido no dia 31/03/2020, e alguns dias antes com HELTON ZEFERINO, então secretário da pasta de saúde e gestor da crise. Portanto fica claro que o GOVERNADOR MOISÉS teve total conhecimento da situação – AINDA EM MARÇO, antes mesmo de o pagamento pelos 200 (duzentos) ventiladores pulmonares ter sido feito a empresa VEIGAMED, sem tomar qualquer providência que evitasse a transferência dos R$ 33 milhões, ou seja, o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA não protegeu o erário público.

Assim sendo, na avaliação deste Relator e dos membros da CPI em reunião realizada aos 23/07/2020, na 18° reunião, que as respostas enviadas pelo GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA contrariam suas falas quando das coletivas à imprensa, bem como a efetividade dos documentos que carregam sua assinatura. Logo, não restam dúvidas de que o Governador do Estado de Santa Catarina faltou com a verdade quanto à sua participação. Ele sabia muito mais do que estava acontecendo na aquisição fraudulenta dos 200 respiradores com pagamento antecipado de R$ 33 milhões do que oficialmente declarou sobre o caso seja no âmbito desta Comissão ou fora dela. Postura esta inaceitável, que traz consigo grande carga delituosa e potencial prejuízo a coisa

3818

Página 1294. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

pública, considerada imprescindível para que não triunfe a impunidade ainda mais quando parte da maior autoridade do Estado.

Desta feita é certo que a responsabilidade do GOVERNADOR se agrava com a constatação de que ele faltou com a verdade exatamente quando o Estado de Santa Catarina enfrentava a maior crise econômica, política, social e de saúde pública de sua história.

Todavia, resta cristalino que tal constatação, além de comprovar a prática de crime de responsabilidade, descrito no §4º, do art. 47, da Constituição Estadual, uma vez que o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA, deliberadamente, prestou informações falsas a essa CPI, deita uma 'pá de cal' sobre a alegada não participação do dirigente máximo do Estado na empreitada criminosa descrita acima.

Afinal de contas, apurou-se que o senhor GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA tinha pleno conhecimento da aquisição dos respiradores, inclusive em total desrespeito aos mais comezinhos princípios da lei de licitações, e para que o objetivo não restasse frustrado escondeu-se num *pseudo-manto* de legalidade, inclusive apresentando proposta legislativa para pagamentos antecipados; retirando proposta; *lives*; tendo conversado do assunto com o Presidente Tribunal de Contas e etc.

Ora, ninguém tem dúvidas da proximidade do Governador CARLOS MOISÉS DA SILVA com seu fiel escudeiro, senhor Douglas Borba, o qual, no mesmo ritmo do chefe, fez de tudo para apagar seus rastros, em tese, na participação do fraudulento processo de compra dos respiradores.

Pois bem, junto ao procedimento criminal n. 5036517-06.2020.8.24.0023, pelo que se apurou, havia provas indiciárias robustas da participação do senhor DOUGLAS BORBA e de outros que ora não vem ao caso comentar.

Ademais, acompanhando os trabalhos da força-tarefa, importante anotar:

(*Imagem.*)

Ocorre que, os trabalhos dessa CPI, conforme amplamente descrito acima, acabou revelando uma intrínseca associação criminosa destinada a fraudar e receber valores relacionados à compra dos respiradores e outros materiais destinados ao combate da covid-19, **cujo mandatário máximo deveria estar vigilante e presente, já que, manchetes espalhadas pelo País, davam conta de fraudes na compra de respiradores, devendo por isso, tomar as atitudes necessárias e indispensáveis para que estas manchetes não ocupassem os noticiários de Santa Catarina, ordenando ações a serem promovidas por seus secretários para que isso não ocorresse.** Todavia, isso não aconteceu, não se teve noticia nesta CPI de qualquer ação do GOVERNADOR, como lhe competia, no sentido de estabelecer encaminhamentos de orientação e proteção.

Muito pelo contrário, não há dúvidas deste relator de que conforme depoimento do Presidente do Tribunal de Contas do Estado, ADIRCÉLIO, que o advertiu das medidas que deveriam ser acauteladas, medidas estas que foram completamente ignoradas e que permitiram o milionário desvio dos recursos.

A bem da verdade, este relator não tem dúvidas e nem acredita que a sociedade catarinense, de uma maneira geral as tenha, que o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA acompanhou o processo em questão como ordenador direto das ações do combate à pandemia. Isso porque, resta patente que o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS DA SILVA acompanhava diariamente as ações de seu governo no combate à pandemia, recebendo (como deveria receber), informações pontuais das ações que o governo promovia para preparar a rede hospitalar para proteção da saúde dos catarinenses acometidos pela covid-19. Logo, tendo ao seu lado, tanto o Secretário da casa civil DOUGLAS BORBA, quanto o Secretário de Saúde HELTON ZEFERINO, impossível e inadmissível, imaginar que entre eles, não houvesse troca de informações das compras que o governo promovia.

Por essas razões, os indicativos colhidos por este relator, dão conta de que o GOVERNADOR CARLOS MOISÉS, cometeu crime de responsabilidade, não só por faltar à verdade com esta CPI, mas ao impedir ou retardar deliberações que lhe eram de sua competência no sentido de salvaguardar os interesses da administração pública, por conta própria ou representado por seus secretários.

Página 1295. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Ademais, importante anotar, que a primeira ação judicial apresentada pela PGE, é datada de 30/04/2020 dos autos nº 503416745.2020.8.24.0023, da 1ª Vara da Fazenda Publica da Capital/SC, ou seja, 29 dias depois do malfadado pagamento; isso permitiu que os recursos fossem esvaziados em dezenas de pequenas contas bancárias, que impossibilitou o rastreamento e recuperação dos valores.

Por isso, a não presteza do Senhor GOVERNADOR não só confirma o desrespeito que ele tem pelos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e pelo povo de Santa Catarina, mas também confirma a participação dele no processo e, consequentemente, o coloca como, no mínimo, partícipe, em tese, da empreitada criminosa revelada com a compra.

Na doutrina, tem-se definido o concurso de agentes como a reunião de duas ou mais pessoas, de forma consciente e voluntária, concorrendo ou colaborando para o cometimento de certa infração penal.

Para a caracterização de um ilícito penal, é necessária, primeiramente, uma conduta humana, positiva ou negativa, cometida por uma ou várias pessoas.

O STF nos autos do Agravo Regimental na Petição nº 3240/DF, tendo como Relator o Ministro Teori Zavascki, em julgamento datado de 10/05/2018, entenderam os Ministros, que os agentes políticos **estão sujeitos ao duplo regime sancionatório em matéria de improbidade**, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa, quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade, salvo o Presidente da República:

(...) Não há qualquer impedimento à concorrência de esferas de responsabilização distintas, de modo que carece de fundamento constitucional a tentativa de imunizar os agentes políticos das sanções da ação de improbidade administrativa (...).

Exatamente o caso deste inquérito parlamentar.

Assim, este relator, ciente dos limites que lhe são impostos pela lei e consideradas as evidências das irregularidades apontadas neste relatório, **determina a remessa de cópia deste inquérito parlamentar ao Procurador Geral da República Exmo. Antônio Augusto Brandão de Aras**, a quem cabe, *in casu*, deliberar sobre a noticiada possível participação criminosa do Governador CARLOS MOISÉS DA SILVA no fraudulento processo de aquisição dos respiradores, nos mesmos moldes do já determinado no Procedimento n. 5036517-06.2020.8.24.0023.

Não se trata, assim, de descuidar-se dos trabalhos afetos à CPI, mas sim cautela e cuidado para não invadir competência afeta ao STJ, ou melhor, ao Ministério Público Federal, a quem cabe o *dominus litis* para responsabilização criminal de Governador de Estado, restringindo-se essa CPI em levar ao conhecimento do *parquet* Federal o vasto acervo inquisitório que aponta participação do Governador no caso da fraudulenta aquisição de respiradores.

Determina também, no que se refere ao crime de responsabilidade acima indicado, remessa de cópia integral e autenticada deste inquérito parlamentar ao Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Exmo. Deputado Júlio Garcia, para que na forma regimental, **proceda com a análise jurídica da admissibilidade da abertura de *impeachment* pelo cometimento de crime vinculado à administração pública, referente ao procedimento da Lei 1.079/50, o art. 39, IX c/c arts 72 e 73 da Constituição Estadual, o regimento interno desta Casa Legislativa, insculpida no art. 342, submetendo ao final, ao julgamento.**

DANO MORAL COLETIVO

Evidente que os atos noticiados e investigados por esta comissão parlamentar de inquérito, além de macular a imagem da administração pública, causa a toda população catarinense um sentimento de revolta, afinal, os recursos desviados é resultado do esforço de cada cidadão catarinense que paga seus impostos, com o objetivo de vê-los bem administrados e geridos de acordo com as diretrizes da boa prática administrativa.

Para esse relator, desviar dinheiro público, por si só, já é um crime nefasto e grave, com repercussão em toda a esfera social. Porém, no caso dessa investigação, o caso se apresenta ainda mais grave, à medida que os recursos desviados estavam destinados à manutenção e melhoria da

3820

Página 1296. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

saúde pública dos catarinenses, que se encontra diante de uma pandemia, que até agora não encontra um tratamento assertivo específico para sua cura.

A doutrina e a jurisprudência admitem para este tipo penal, civil e administrativo, a penalização denominada **DANO MORAL COLETIVO**, o qual, este relator entende ser plenamente aplicável ao caso.

Quando a lesão e o dano ultrapassam as esferas dos direitos individuais, atingindo um grupo ou uma coletividade, tem-se o dano moral coletivo, instituto que vem sendo reconhecido cada vez mais, pela justiça brasileira, seja no âmbito civil, do consumidor, do trabalho ou da violação dos direitos.

No tripé que justifica o dano moral coletivo, se observa a diminuição ou a projeção coletiva, do princípio da dignidade da pessoa humana, no caso, uma lesão psíquica coletiva, ao afrontamento dos direitos e dos interesses de uma sociedade. No caso, a vítima desse dano moral coletivo, causada à sociedade catarinense pela permissão do desvio de recursos públicos, é evidente, já que a coletividade é titular de um direito iminente, garantido constitucionalmente que a doutrina nomeia de probidade administrativa, violentamente afrontada pelos agentes causadores do prejuízo objeto dessa investigação.

Importante anotar, e levar em consideração que a lesão dos direitos individuais, dos quais são titulares uma coletividade, afasta até a exigência dos elementos subjetivos para configuração do dano moral coletivo. Como dito, desviar dinheiro da saúde é crime nefasto.

A leitura atenta da Lei 4.717/65 que regulamentou a ação popular e a Lei 7.347/85 que disciplinou a ação civil pública, e, a Lei 8.078/90 que instituiu o código de defesa do consumidor, aponta previsão clara da existência de ordenamento jurídico que permite a aplicação da penalidade por dano moral coletivo, àqueles que afrontaram princípios morais que afetem toda uma coletividade, exatamente o caso dessa investigação.

Portanto, tendo este relator encontrado evidências da existência de dano moral coletivo, de natureza objetiva, inclui-se a este relatório, mais abaixo o encaminhamento ao Ministério Público, para deflagração das ações reparatórias, incluírem o pedido de deferimento e arbitramento de pagamento de dano moral coletivo na forma da lei, a todos aqueles que de alguma forma permitiu que o prejuízo se caracterizasse, a fim de que sirva como punição pedagógica.

DA CONCLUSÃO

Antes de formatar qualquer conclusão prudente lembrar que a CPI agiu, desde seu início, com a finalidade única de apurar os fatos, com foco na obrigação do administrador em zelar pela coisa pública, com base nos princípios da moralidade, impessoalidade, publicidade, legalidade e eficiência, valendo-se de todos os instrumentos legais cabíveis, dentro dos limites impostos pelo estado democrático de direito.

Independentemente da decisão a ser aprovada e executada pelo julgamento parlamentar da presente investigação, acredita-se que os dados aqui reunidos nestas centenas de páginas podem servir de fonte de informação para diversos órgãos, setores e segmentos da sociedade catarinense, interessados em analisar a conduta de todos os integrantes dos atos e fatos investigados bem como as fases, que integralizaram o procedimento cujo alvo foi **investigar atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da VEIGAMED Material Médico e Hospitalar EIRELI, tendo por objeto a aquisição de 200 (duzentos) respiradores pulmonares, ao custo total de R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais).**

E assim, da análise de tudo que consta nos autos, o presente relatório procurou descriminar e apontar o que se constatou de cada ponto investigado, **restando evidenciada a existência de inúmeras irregularidades, negligências e fraudes encontradas que podem ser verificadas desde a fase de instrução do processo de aquisição dos respiradores pulmonares até seu respectivo pagamento.**

Nesse contexto ainda quanto ao ponto que define que as conclusões das comissões parlamentares de inquérito serão encaminhadas, se for o caso, 'ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil e criminal dos infratores'.

3821

Página 1297. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Vale referir que este não teria como ser o caso desta CPI, já que a lógica de sua constituição iniciou-se pelo caminho inverso àquele previsto na Constituição Estadual (art. 47 § 3º), pois foram as investigações promovidas pelos órgãos punitivos que abasteceram esta CPI de informações, e não o contrário (que seria o correto, onde a CPI justifica a instituição de medidas punitivas pelos órgãos de investigação).

Mesmo que a informações tenham sido compartilhadas igualmente pela CPI e pela Força-Tarefa, importante notar que ainda as duas esferas estejam investigando o mesmo fato, esta CPI apresenta um elemento adicional à medida que constitucionalmente compete a esta Casa de Leis, fiscalizar e auferir a conduta do Governador do Estado por crime de responsabilidade, caso ele seja identificado como um dos partícipes do processo, ação que constitucionalmente é vedada à Força-Tarefa, já que crime cometido por GOVERNADOR DO ESTADO tem competência exclusiva da Procuradoria Geral da República, enquanto o crime de responsabilidade pode ser investigado pela CPI através de autorização da Casa Legislativa no caso deste inquérito.

Isso a meu ver diferencia a CPI dos trabalhos realizados pela Força-Tarefa já que lá como dito acima a investigação dos atos do Governador estão vedadas. Por isso a relevância deste trabalho ainda que haja uma investigação em paralelo.

Depois, se tanto o Ministério Público, a Polícia Civil e o Poder Judiciário, órgãos especializados e extremamente aparelhados já foram previamente acionados para investigar, e ainda estão investigando os fatos apurados em nossos trabalhos, correríamos um sério risco de, em tão curto espaço de tempo, especialmente com tantos tópicos a serem abordados, não conseguirmos nenhum resultado inédito que pudesse colaborar com as investigações. E pior, corríamos um risco adicional de ainda atrapalhar ou até mesmo prejudicar as investigações que vinham sendo promovidas, caso um material sob sigilo fosse irresponsavelmente divulgado, ou se uma nulidade processual qualquer fosse promovida, de modo a aproveitar os participantes, tem tese, de ações delituosas ou de improbidade administrativa, nas ações punitivas que ainda serão possivelmente propostas nas esferas administrativas e judiciais competentes.

Por isso, diante das razões esposadas, entende-se que esta CPI através de seus membros fez o melhor possível e que todos seus atos foram acertados, imprescindíveis e indispensáveis às medidas de organização e regramento para colaborar com a elucidação dos fatos e mostrar para a população catarinense.

E assim sendo, tendo em vista todos os dados aqui levantados, documentos analisados, depoimentos e demais provas compartilhadas com a Força-Tarefa composta pelo Ministério Público, a Polícia Civil e o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina são mais do que correto afirmar que o Poder Executivo Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina **FOI RELEGADO AO DESCASO, À MÁ GESTÃO, À INCOMPETÊNCIA E À IMPROBIDADE**!

Sendo que há elementos suficientes para concluir pela existência de indícios que permitem qualificar que as condutas das pessoas abaixo listadas (ordem alfabética) afrontam, **em tese**, aos princípios gerais da administração pública, sobretudo os princípios da legalidade, moralidade e da impessoalidade, configurando prática de delitos licitatórios - fraude a licitação em prejuízo da Fazenda Pública; desvio de finalidade e de verbas, **em tese**, e consequente enriquecimento ilícito; lavagem de dinheiro; peculato e constituição de organização criminosa, **em tese**, pelo que resta a esta comissão, dar ciência da presente apuração ao Ministério Público para fins de persecução criminal, na esfera da probidade administrativa e de responsabilidade civil, se assim entender cabível:

César Augustus Martinez Thomaz Braga
Douglas Borba
Fábio Deambrósio Guasti
Helton de Souza Zeferino
Leandro Adriano de Barros
Márcia Regina Geremias Pauli
Pedro Nascimento de Araujo

3822

Página 1298. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Rosemary Neves de Araújo
Samuel de Brito Rodovalho

E ainda há indícios de materialidade e autoria da ocorrência de atos lesivos em face da Administração Pública estadual, **em tese**, relacionados às condutas dos servidores estaduais abaixo listados (ordem alfabética) pelo que se recomenda a dar ciência da presente apuração ao Ministério Público para fins de persecução criminal, na esfera da probidade administrativa e de responsabilidade civil, se assim entender cabível:

André Motta Ribeiro
Carlos Charlie Campos Maia
Carlos Roberto Costa Junior
José Florêncio da Rocha

Ainda, quanto ao Senhor GOVERNADOR, ciente dos limites que lhe são impostos pela lei e consideradas as evidências das irregularidades apontadas neste relatório, **determina a remessa de cópia deste inquérito parlamentar ao Procurador Geral da República Exmo. Antônio Augusto Brandão de Aras**, a quem cabe, *in casu*, deliberar sobre a noticiada possível participação criminosa do Governador CARLOS MOISÉS DA SILVA no fraudulento processo de aquisição dos respiradores, nos mesmos moldes do já determinado no Procedimento n. 5036517-06.2020.8.24.0023.

Determina também, no que se refere ao crime de responsabilidade acima indicado, remessa de cópia integral e autenticada deste inquérito parlamentar ao Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Exmo. Deputado Júlio Garcia, para que na forma regimental, **proceda com a análise jurídica da admissibilidade da abertura de *impeachment* pelo cometimento de crime vinculado à administração pública, referente ao procedimento da Lei 1.079/50, o art. 39, IX c/c arts 72 e 73 da Constituição Estadual, o regimento interno desta Casa Legislativa, insculpida no art. 342, submetendo ao final, ao julgamento.**

Assim sendo, diante das irregularidades encontradas, as quais apontam para a existência de ilícitos administrativos, cíveis e criminais, em tese, **CONCLUI-SE**, que o Poder Executivo Estadual, em especial, por meio dos servidores da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina deixou de cumprir com ações de interesse público, notadamente por ter deixado de praticar os bons atos de obrigação de todo administrador público, além de cometer crimes contra o patrimônio público, sem prejuízo dos demais ilícitos cometidos aqui relatados.

No balanço geral de todo o processo, em especial do clamor social para que este Poder Legislativo cumprisse a sua função no processo rigoroso de apuração dos fatos denunciados, que transformou este Parlamento num alvo de interesse crescente da sociedade catarinense, que espera desta Casa de Leis, toda confiabilidade e credibilidade, diante do que, somente através dos meios, e poderes de fiscalização e controle, instrumentalizados pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Diante de todas as irregularidades constatadas, **em tese**, é, antes de tudo, um dever dos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, dar a devida resposta, não só para os demais Membros deste Parlamento, como para toda sociedade, preservando, acima de qualquer coisa, a imparcialidade de ordem política ou partidária.

Neste aspecto, a instauração da CPI foi uma grande conquista para o povo Catarinense, visto que impediu a continuidade de um esquema de favorecimento e fraudes, **em tese**, que passaria ileso por bastante tempo e desconhecido em seus pormenores pela sociedade catarinense, imprimindo um prejuízo incalculável ao erário e à saúde pública.

DOS ENCAMINHAMENTOS

Uma vez verificado o conjunto probatório que instruiu o presente relatório, as posturas e as ações dos agentes públicos e privados que, **em tese**, trazem consigo cargas delituosas ou potencial prejuízo à coisa pública, considera imprescindível, para que não triunfe a impunidade indico à Comissão, após a votação, a remessa de todo o conteúdo das investigações aqui levantadas ao conhecimento dos órgãos abaixo indicados, para que, dele conhecendo em sua inteireza, venham a dar os encaminhamentos que a ordem jurídica preconiza, avaliando, ponderando e denunciado, se

Página 1299. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

3823

for o caso, aquele que entender, a seu juízo, responsável penal, civil ou administrativamente, por algum ilícito ou irregularidade.

a) Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Exmo. Deputado Júlio Garcia;

b) Procurador-Geral da República, Exmo. Antônio Augusto Brandão de Aras, chefe do Ministério Público Federal – MPF;

c) Procurador-Geral de Justiça, Exmo. Fernando da Silva Comin, chefe do Ministério Público do Estado de Santa Catarina – MP/SC;

d) Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC. Exmo. Adircélio de Moraes Ferreira Junior;

e) Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Exmo. Ricardo Roesler;

f) Secretário de Administração do Estado de Santa Catarina, Exmo. Jorge Eduardo Tasca.

Este Relator em nome de todos os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito conclui seu trabalho convicto de ter cumprido o seu dever e espera que, doravante, haja, em toda a Administração Pública do Estado, a estrita observância dos princípios que devem nortear o trato da coisa pública, quais sejam: o da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

Por fim, ainda me compete fazer, em nome de todos os membros desta Comissão, um agradecimento especial aos servidores administrativos desta Assembleia, da Polícia Civil e do Tribunal de Contas do Estado, além da assessoria de cada parlamentar desta comissão, e, lógico às testemunhas arroladas, pela meritória colaboração com o Poder Legislativo, que exerceram, com esmero, os deveres de cidadania e, por conseguinte, devem contar com a égide da Casa do Povo." (*Cópia fiel.*) [*Transcrição e revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

Informo à sociedade catarinense que as conclusões anotadas neste relatório são o resultado do trabalho dos nove Parlamentares que compõem a Comissão Parlamentar de Inquérito. Todos, sem exceção, ajudaram a construir essa história.

Este é o relatório, senhor Presidente, que apresento a vossa excelência e aos demais Deputados. Os encaminhamentos do anexo, pelo acordo, competem ao Deputado Kennedy Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores Deputados e aqueles que nos acompanham, eu não peço desculpas pela exaustiva missão da leitura, porém justifico que isso faz parte do rol de atitudes que dão legalidade ao ato. Então, simplesmente faço essa explicação para aqueles que nos acompanham.

Passo a palavra ao Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Presidente, por determinação de vossa excelência e também do Relator, coube a mim coordenar o trabalho realizado por muitos técnicos aqui da Casa, junto com a área jurídica, a Coordenadoria das Comissões, o doutor Fortkamp, que é o Delegado, e também com os membros do Tribunal de Contas.

(*Passa a ler.*)

"Indicações e recomendações do Parlamento ao Poder Executivo" – são algumas mudanças que nós estamos propondo.

"Durante os depoimentos, verificou-se fragilidade nos órgãos de controle, em especial a Controladoria-Geral do Estado (CGE), primeiramente pela atuação sem o direcionamento necessário à prevenção de situações como que ocorreu com à VEIGAMED e, de outro norte, à Secretaria Executiva de Integridade e Governança se mostrou inoperante frente aos escândalos que estampavam o noticiário.

Portanto, uma das primeiras conclusões que a análise da CPI permite chegar, é a de reconhecer a necessidade de fortalecer a Controladoria-Geral do Estado, com a importante tarefa de fomentar o estabelecimento de controles e de combate à corrupção, nesta parte, realizando uma fusão com a Secretaria Executiva de Integridade e Governança.

A reforma administrativa promovida pela atual gestão, que contou com a complacência e apoio unânime dos colegas Deputados na aprovação da Lei Complementar nº 741/2019, a sociedade e os próprios Deputados acreditavam em maior controle e transparência dos órgãos do Governo do Estado.

3824

Página 1300. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Diante dos fatos apresentados, das razões e relatos, e atendendo ao preceito da competência, conforme determina a Constituição Estadual, indicamos as seguintes sugestões ao Poder Executivo:

1 – Atender ao dispositivo constante na LC 741/2019, de forma a remeter a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, projeto de lei que discipline a organização e funcionamento, senão vejamos:

Art. 25. A CGE, órgão central do Sistema Administrativo de Controle Interno e Ouvidoria, subordinada diretamente ao Governador do Estado, terá sua organização, a estruturação, o funcionamento e as competências ***disciplinados em lei específica****.*

Diante da importância dos postos de comando e sua influência política, estabelecer que somente auditores internos de carreira ocupem esses cargos.

2 – Que os cargos de Controlador-Geral do Estado, Controlador-Geral do Estado Adjunto, Ouvidor-Geral do Estado, Corregedor-Geral do Estado, Auditor-Geral do Estado e os de Gerente da Auditoria-Geral do Estado sejam privativos de servidores públicos ocupantes de cargo efetivo de Auditor Interno do Poder Executivo, sendo exigida formação em direito para o cargo de Corregedor-Geral do Estado.

3 – Ser vedado, por clara incompatibilidade de função, ao Controlador-Geral do Estado e ao Controlador-Geral Adjunto a participação como membro de conselhos fiscais, administrativos ou consultivos de órgãos ou entidades da administração pública da federal, estadual e municipal.

4 – A participação do Controlador-Geral do Estado no Grupo Gestor de Governo.

Verificamos, ainda, falhas no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos (SGP-e), sugerimos, por sua vez, melhorias nos seguintes aspectos:

5 – Manutenção dos documentos que foram 'desentranhados' de todos os processos, com a indicação de que houve o desentranhamento, bem como a sua justificativa.

6 – Uniformizar a formatação das datas conforme sistema de padrão brasileiro, ou seja, DD/MM/AAAA.

Ainda como sugestão, indicamos ao Poder Executivo que realize estudos voltados a uma base centralizada com dados das empresas frequentemente beneficiadas com contratações diretas, acessíveis à consulta pública via internet. A proposta seria uma forma de combater desvios advindos da falta de licitação, das contratações diretas, sejam em função de dispensa de licitação ou inexigibilidade de realização do certame.

A apuração realizada pela CPI identificou pontos e situações que necessitam urgência na adequação, principalmente no que consiste a segurança, o controle e à transparência dos órgãos públicos." (*Cópia fiel.*)

E, por último, senhor Presidente, o projeto de lei que esta Comissão vai fazer a entrega junto com o relatório.

(*Passa a ler.*)

"Estabelece procedimentos administrativos suplementares para as contratações públicas diretas, nas hipóteses aludidas pelos arts. 24, III, IV, V e VII, e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências." (*Cópia fiel.*)

Eu não vou aqui ler o projeto de lei, mas, na verdade, nós estamos propondo a criação do procedimento de Intenção de Registro de Compras Emergenciais, a Irce. Esse registro de compras dá as garantias, Deputado Milton Hobus, que faltaram nesse processo. Se nós tivéssemos esse projeto de lei que estamos propondo, Relator, Deputado Ivan, nós não teríamos tido esse problema, porque exatamente a proposta que nós decidimos apresentar dá realmente as garantias em caso de dispensa de licitação.

Por isso, senhor Presidente, eu faço esse encaminhamento em nome dos nossos colegas que nos ajudaram a fazer essas sugestões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Kennedy Nunes. Dou por recebido o encaminhamento de vossa excelência.

Abro à discussão o relatório do Deputado Ivan Naatz.

Por ordem de inscrição, o Deputado João Amin com a palavra.

3825
Página 1301. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, queria dar uma boa-noite a todos e a todas.

Queria começar esta minha fala agradecendo os servidores da Casa. Tive aqui a oportunidade de receber alguns nomes, se eu cometer alguma falha, peço desculpas: Luciana Garcia; Patrícia Kopp; Leonardo Lorenzetti; Delegado Márcio Fortkamp; Procurador Márcio Rosa; os amigos da taquigrafia: Siomara, Eduardo, Almerinda, Janis, Grazielle, Ana Rita, Clovis, Bruna, Sibelli, e Maria Aparecida; da Diretoria de Tecnologia e Informação, o Anderson Ailton, o Romeu Vignatti e a Samara; e não poderia deixar de agradecer também o Corpo da Guarda, o pessoal da copa, as meninas e os amigos da limpeza que, com esse protocolo da Covid, tiveram até mais trabalho do que o normal para higienizar os ambientes quando a gente teve mais de uma testemunha; e também o pessoal do som e da imagem.

Quero cumprimentar o Presidente Sargento Lima e parabenizá-lo pela serenidade e tranquilidade no comando das nossas reuniões, e eu fui um dos que atrapalharam bastante; o Deputado Valdir Cobalchini, Vice-Presidente; o Deputado-Relator, Ivan Naatz; o Relator Adjunto, Fabiano da Luz; o Felipe Estevão; o Kennedy Nunes; o Milton Hobus e o Moacir Sopelsa. De coração, muito obrigado pelos momentos que passamos juntos aqui.

Eu já tinha ouvido falar de sessões, e já tinha sentido a falta dos meus pais, principalmente no mandato deles, no outro mandato – de Senador e de Deputada Federal, na época do governo Collor e Itamar – em que eles ultrapassavam madrugadas. Não sei se era orçamento, não sei quais eram as discussões da época, eu era novo, mas acredito até que meu pai tenha sido flagrado várias vezes pela Câmera Indiscreta do Alexandre Garcia, que na época tinha esse quadro no Fantástico.

Eu queria começar os meus apontamentos dizendo que fiz treze apontamentos - em homenagem ao Fabiano – e todos foram recebidos pelo Relator. Eu queria agradecer muito por ter também conseguido contribuir para esse relatório, e parabenizo o Relator, a sua assessoria, as pessoas que o organizaram.

Eu quero dizer que obviamente a gente cometeu falhas. É impossível não ter erros. E eu começo aqui, Sargento Lima, fazendo uma comparação com a outra CPI da qual nós participamos, a CPI da Ponte Hercílio Luz, em que eu optei por pecar pelo excesso. Depois até fui criticado – antes e depois – por exemplo, por ter votado a favor de um relatório que incluía o ex-Governador Colombo, porque eu fui testemunha de uma mudança de atitude, Milton Hobus, do Governador Colombo no caso da Ponte Hercílio Luz. Eu vi ele bater na mesa. E eu cometi aquele excesso, votando a favor do relatório do Deputado Bruno Souza, porque por mais excessos que a gente possa ter cometido aqui, a Justiça há de corrigir algum erro, fazer alguma outra análise e tomar as suas atitudes. Essa é a função da CPI. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O Deputado Kennedy Nunes foi muito feliz quando defendeu que a gente estava fazendo política aqui. Cabe ao Parlamento parlar, falar. E o Upiara – e em seu nome eu homenageio todos os jornalistas que fizeram a cobertura da CPI, e, melhor, fizeram algumas análises, alguns furos de reportagem, como o Fábio Bispo, por exemplo, do Intercept, e impediram até outros erros que talvez pudessem ter ocorrido, como foram os erros dos respiradores, dessa compra, desse conluio criminoso de agentes públicos e privados, dessa compra mais perversa da história de Santa Catarina – isso frases do Ministério Público.

E é óbvio, e aqui não querendo nos menosprezar, que é muito difícil competir com uma força-tarefa que está trabalhando composta por Ministério Público, Tribunal de Contas e Polícia Civil, que tem um corpo investigativo, aqui em nome do Delegado Márcio Fortkamp, muito qualificado, avançado e que é referência para o Brasil inteiro. Então, qualquer erro, excesso que a gente tenha cometido, a Justiça há de analisar, mas hoje o jornalista Moacir Pereira foi muito feliz... Ah, eu não citei o que o Upiara falou, coube à CPI narrar os fatos.

A polícia, o Tribunal de Contas, essa força-tarefa composta, se manifestou à imprensa por duas oportunidades. A CPI aqui teve casos de varar a madrugada, se reunindo duas vezes por semana, a sociedade catarinense acompanhou e quer que todos os responsáveis sofram as consequências da lei. Então, por isso que eu volto ao início, eu vou pecar pelo excesso, nós temos

3826

Página 1302. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

que pecar pelo excesso, nós narramos para a sociedade o que aconteceu aqui. Houve dias, como o da acareação, por exemplo, que tivemos duas mil pessoas, três mil pessoas acompanhando só pelo YouTube.

Então o nosso papel é muito importante, Sargento Lima. Ontem eu presenciei num viva-voz um elogio à sua postura, e é verdade mesmo, não é querer jogar confete aqui, mas a nossa função é exemplar e é muito importante.

E para ser sucinto, já que a gente está no adiantado da hora, eu vou terminar dizendo que os que forem penalizados, os que sofrerem as conseqüências, têm que pensar duas vezes enquanto os quarenta Deputados estiverem aqui, esses nove da CPI estiverem aqui, porque a gente não pode é ser cúmplice, ser cúmplice disso que aconteceu. Santa Catarina é exemplo em outras muitas oportunidades de calamidades que nós ultrapassamos, que nós passamos, como as enchentes da década de 1980, os desmoronamentos e as enchentes de 2008, os ciclones, os furacões, nós sempre saímos dessas mais fortes e melhores do que quando a gente entrou. As pessoas que fazem parte do governo vão ter a oportunidade de se defender, vão ter o seu amplo direito de defesa, mas não são exemplo neste momento. Os administradores públicos do Estado de Santa Catarina, e cito aqui o Governador, cito aqui os Secretários, cito aqui o ex-Controlador, não foram, infelizmente, exemplos de gestão nessa pandemia, e a CPI concluiu isso. Cabe agora ao Judiciário fazer a sua análise concordando ou não, aí cabe a nós aceitarmos a decisão do Judiciário.

Como disse o Moacir Pereira hoje, e isso é muito importante também, o que a gente está votando aqui hoje, Deputado-Relator Ivan Naatz, mostra que a CPI não acabou em pizza, a CPI não acabou em pizza. Isso hoje quem escreveu foi o Moacir Pereira, eu concordo com ele, afirmo a ele pela última vez na CPI, quero que conste isso em ata e prometo na CPI não incomodar mais, na Assembleia vou continuar, pelo menos por mais dois anos e pouco, mas não terminou em pizza, não nos omitimos.

E quero terminar essas palavras, espero ter respeitado os dez minutos que o Presidente ia nos dar, pedindo desculpa, pedindo desculpa por algum excesso, por ter ofendido alguém de alguma maneira, é meu jeito, é a minha maneira de me expressar, eu tenho isso e não vou mudar, mas eu peço desculpas pelo excesso.

Eu quero dizer para vocês que a gente não está andando tanto na rua, nem viajando tanto o Estado quanto gostaríamos, mas somos muito elogiados pela sociedade catarinense, mas cometemos erros e peço desculpas pelos erros que eu tenha cometido. Um beijo no coração de todos e muito obrigado.

Parabéns, Sargento Lima e todos os servidores, pelo trabalho que a CPI dos Respiradores, da qual muito me orgulha ter participado, fez para a sociedade catarinense. Narrou, narrou os fatos e agora caberá à Justiça e a todos esses outros órgãos já mencionados pelo Relator, que não cabe aqui eu repetir, tomarem as melhores atitudes.

Um beijo no coração de todos e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado João Amin. Envaidece-me essas palavras do senhor e pode ter certeza que não precisa se desculpar, aqui está o João Amin que todos esperavam, aquele que todos apostaram que estaria aqui, sendo ele mesmo.

Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Eu quero cumprimentar aqui todos que ainda nos acompanham, a toda a equipe da Casa, englobando aqui todos os servidores da Assembleia Legislativa, todos que nos deram uma assistência, um costado, como se diz.

Eu quero começar parabenizando, reconhecendo e admirando ainda mais o Deputado Sargento Lima, que com essa cara de brabo, me fazia lembrar às vezes o João de Almeida Neto quando ele dizia: "Me chamam de boca braba. Não sabem me analisar. De gênio eu sou uma cachaça. Mas de alma um guaraná (...)". E o senhor tem provado que é uma pessoa muito doce, tem uma alma muito bondosa, uma sabedoria plena, soube conduzir muito bem a CPI, teve muita firmeza e, ao mesmo tempo que teve firmeza, teve tranquilidade para saber administrar todos os conflitos.

3827
f.

Página 1303. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Quero parabenizar e reconhecer aqui o trabalho do Deputado Ivan e também de toda a sua equipe, que eu sei que trabalharam muito. Não é à toa, Deputado, que foi um relatório muito bem feito, elogiado por todos, e tenho certeza que a partir de hoje, de agora, quando as demais pessoas do mundo jurídico, do mundo político e também da imprensa tiverem o conhecimento de como foi montado este relatório, vão reconhecer este trabalho, este esforço, esta dedicação.

A todos os Deputados que me permitiram aprender um pouco mais sobre as situações públicas, desde o nosso noninho, do Sopelsa, que cada participação feita por ele nos trazia muitos ensinamentos pela sua experiência, pelo seu conhecimento, a cada um aqui que participou, eu e o Felipão dos mais jovens aqui presentes, nós tivemos essa oportunidade.

Eu sempre tive comigo muita preocupação de pensar assim: quem sou eu para apontar o dedo, acusar, condenar e crucificar alguém? A minha preocupação era justamente das injustiças que pudessem ser cometidas e a gente tem que carregar esse peso depois de ter feito algo errado, cometido injustiça com as pessoas. Mas, no final, eu e o Marcel... Fiz ele ler umas três vezes o relatório, é advogado, que se vire, fiz ele ler umas três vezes o relatório para nós analisarmos com calma os detalhes e a nossa conclusão era realmente que foi um relatório bem feito, leve. Apesar de muitas vezes nas reuniões da CPI o clima estar pesado, os debates acirrados, mas na hora de pôr no papel realmente se procurou ter muito cuidado, muita ética, serenidade.

Então eu quero parabenizá-los por isso e, como disse o João, a responsabilidade não passa a ser nossa, nós fizemos o levantamento diante daquilo que nós observamos, e eu sou uma pessoa mais observadora, apesar de brincalhão, eu sei o meu momento também de me recolher e ficar cuidando, acompanhando e percebi que realmente a gente conseguiu fazer uma CPI que não terminasse em pizza e que pudesse entregar um trabalho bom para que aquelas pessoas, as autoridades, quem tem agora o poder de agir, possam fazer o seu trabalho.

Mas quero dizer que é com sentimento que a gente aprende mais uma etapa na vida, ainda mais uma questão que trata de respiradores, que trata de pessoas, que trata de vidas, que trata de salvar vidas, mas que a gente conseguiu apurar, pelo menos ter uma clareza maior do que aconteceu e encaminhar isso às autoridades. Então, parabéns a todos os colegas, eu fico muito grato pela oportunidade de estar aqui com cada um de vocês.

Obrigado e parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Fabiano da Luz, pelas palavras.

Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Querido Presidente Sargento Lima, a quem eu também quero cumprimentar, desde o primeiro ao último dia manteve-se sempre equilibrado, arbitrando muitas vezes, acalmando em muitas oportunidades o ímpeto de todos nós, que em alguns momentos nos excedemos e precisava ter alguém na cadeira de Presidente, eu acho que não podia ter sido melhor. Então cumprimento-o, e acho que saímos desta CPI, Relator Ivan Naatz, melhor do que entramos.

Aliás, nós temos a obrigação de sairmos melhores, seja do ponto de vista pessoal, do ponto de vista da função que ocupamos. Creio que todos nós, Deputado João Amin, Deputado Fabiano, Deputado Kennedy, Deputado Milton, Deputado Felipe, Deputado Sopelsa, nos dedicamos, tiramos o melhor do que nós tínhamos. Foi um trabalho sério, dedicado, durante três meses, muitas horas para chegar a um resultado que a sociedade cobrava e esperava de nós, então nós não podíamos desapontar. [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

Não é fazendo pré-julgamentos, não é condenando, esse é um papel do Ministério Público e do Poder Judiciário. Creio que a CPI oferece os instrumentos para as eventuais sanções contra exageros praticados à revelia da lei, condutas que não podem ser aceitas, seja por aqueles que optam pelo serviço público, seja por aqueles que se aproveitam de momentos como este da pandemia, do coronavírus. Momento em que se decreta calamidade pública no nosso Estado e nos outros Estados da Federação, aproveitadores de plantão que lesam recursos da sociedade, notadamente aqui da sociedade catarinense.

Página 1304. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Então, penso que nós todos vamos dormir com a nossa consciência tranquila de termos feito aquilo a que nos propusemos – eu até havia preparado um pronunciamento escrito e vou fazê-lo amanhã, mas hoje à noite precisava falar aquilo que brota do coração, por ter acompanhado do primeiro ao último minuto.

Quero cumprimentar a cada um, a cada Parlamentar por ter aqui trazido, através do seu esforço, da sua criatividade, do seu jeito, cada um com o seu jeito... mas dava para sentir que absolutamente todos estavam comprometidos com uma única coisa: a verdade. A sociedade esperava de nós isso, que buscássemos a verdade, e ela foi buscada de forma incessante. Penso que hoje a gente está entregando um relatório que contém a verdade. Esperamos agora que o Ministério Público, o Poder Judiciário continuem essa tarefa que nós iniciamos. Claro, de certa forma também ela foi facilitada e foi legitimada, pois, em paralelo às operações do Gaeco, nós tivemos acesso a informações importantes. Por isso, além da legitimidade que tem a CPI, tivemos também, embasados no rol de depoimentos, tanto aqui na CPI quanto lá na Operação Oxigênio, contribuições muito importantes.

Parabéns a cada um dos integrantes da CPI, de novo nosso Presidente Sargento Lima, de novo nosso Relator, pelo brilhante trabalho que foi realizado, minucioso. Todos nós dedicamos horas também para a leitura dessas cento e tantas páginas, contendo uma narrativa que restou poucas dúvidas. Creio que aqueles que em seguida receberão este relatório didático terão facilidade de compreender tudo aquilo que aconteceu.

Era o que eu tinha para dizer, agradecendo também a oportunidade. E assim como o Deputado João Amin, se em algum momento a gente tenha faltado, por mais que a gente se policie, com o trato necessário, com o respeito, seja aos integrantes da CPI, seja aos depoentes, em alguns momentos a gente... e é natural que assim seja, na busca da verdade, por vezes a gente se exalta, mas se em algum momento a gente tiver exagerado um pouco na dose, também as minhas desculpas, mas fico agradecido pelo aprendizado que tive de cada um dos integrantes desta CPI.

Muito obrigado e uma boa-noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado pelas palavras.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, eu queria agradecer a todos, aproveitar e fazer uso da palavra do Deputado João Amin na nomeação das pessoas que trabalharam aqui, muito obrigado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Kennedy, permita-me, também quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor, na sequência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu quero parabenizar o Relator pelo relatório.

Eu preciso dar uma explicação para a sociedade, porque, na verdade, eu queria ter prendido gente, eu queria ter prendido gente. Eu queria dizer aquela frase: esteja preso. Sabe por quê? Porque não ficou nenhuma dúvida com relação a isso daí. E eu tenho certeza que as pessoas estão dizendo assim: mas por que vocês não prenderam? Afinal de contas, R$ 33 milhões saíram e até agora não veio nada, porque o que veio está bloqueado, essa que é a verdade. Mas eu preciso dizer para a sociedade que a nova Lei de Abuso de Autoridade nos deixa numa situação, Deputado Milton, muito complicada. Eu queria tipificar o crime desses vagabundos aqui, eu queria, isso que eu queria! Mas não posso, não podemos, não podemos.

Eu saio desta CPI – e fui o último a entrar, com a saída do Deputado Marcos – orgulhoso de vocês, de cada um de vocês. A Assembleia Legislativa faz um grande trabalho pela moralidade pública. E para quem pensa que vai escapar – eu sei que muita gente que está aqui neste relatório está nos assistindo –, para vocês que pensam que vão escapar disso aqui, escapar não, porque a gente aqui colocou na Lei Anticorrupção, e eu acredito na Justiça, eu acredito.

Página 1305. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

O bom de tudo... vou pedir desculpas, eu acho que eu não fiz nada para ninguém que eu deva pedir desculpas, agora, para quem eu enfrentei, confrontei, para aqueles que eu mandei calar a boca, respeitar o Parlamento, para esses eu não peço desculpas, faria novamente. Porque teve gente que veio aqui, Relator, e zombou da nossa cara, zombou querendo dizer que a gente estava fazendo política e, como disse o Deputado João, nós fazemos, sim. Fomos nós que mostramos à sociedade, Deputado Cobalchini, as pessoas envolvidas, como disse o Deputado João Amin, muito bem feito. Todo outro grupo de investigação - Gaeco, Força-Tarefa - falou duas vezes, duas vezes com a sociedade, duas entrevistas. Uma delas inclusive eu critiquei porque um dos que deu entrevista coletiva, terminou a entrevista coletiva e foi numa reunião na Casa do Governador, logo depois da prisão do ex-Secretário, nós não.

Então, quero parabenizar porque fizemos um excelente trabalho. E o melhor de tudo, Deputado Ivan Naatz, mais uma vez a gente arranca a mentira da cara do Governador Moisés, que com aquela falinha mansa, dizendo que nada sabia, foi desmascarado pelas suas próprias respostas com o depoimento de pessoas que disseram: avisei, avisei e avisei. Era só o que me faltava, se até o gerente da conta do Banco do Brasil, Deputado Cobalchini, Deputado Sopelsa, se até o gerente da conta do Banco do Brasil avisou: ó, a China está dando golpe. Era só o que faltava o Governador não saber. Mentiroso! Eu não vou dizer que faltou com verdade, não, vou dizer mentiroso, mentiu para nós, mentiu para a sociedade, mentiu para todos aqueles que acreditaram. Por isso que fico contente, porque mais uma vez a gente responsabiliza e vai ter mais um pedido de *impeachment* aqui nesta Casa, desse cidadão, que além de estar fazendo mal para a sociedade, está mentindo descaradamente. Parabéns aos oito componentes, meus oito Colegas, à assessoria e a todos, e parabéns a vocês que acompanharam, que buscaram.

Quero fazer aqui um agradecimento muito especial, porque este grupo que eu liderei sobre as sugestões, nós recebemos muitas informações e sugestões de fora, que não têm nada a ver com a CPI, com a Assembleia Legislativa ou Tribunal de Contas. Nós recebemos e inserimos, isso mostra que nós estamos no caminho certo, por isso o meu muito-obrigado. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

E faço uma referência especial a alguém muito especial, ao meu querido Deputado Moacir Sopelsa, que enfrentou frio naquelas madrugadas que nós entramos e ele estava lá. E, Sopelsa, em seu nome, eu quero agradecer a todos os Deputados e dizer que tu és um cara fantástico e deve um pinhão para nós (*ri*).

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado pelas palavras, Deputado Kennedy Nunes.

O senhor foi citado, Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Muito obrigado, Deputado Sargento Lima, Presidente da CPI. Eu inicio lhe cumprimentando e parabenizando, dizendo que nesses três meses que estivemos juntos eu aprendi – eu já lhe admirava –, a lhe admirar mais.

Quero também cumprimentar o nosso Vice-Presidente, Deputado Valdir Cobalchini, meu companheiro de partido, a quem muitas vezes fui buscar subsídios. Eu também quero cumprimentar o Deputado Ivan Naatz. Deputado Ivan, eu tinha certeza que o nosso relatório, feito por vossa excelência, teria uma conclusão que nos orgulharia a todos. Parabéns pelo seu trabalho. Muitas vezes, nos questionamentos, eu até pensava que os seus questionamentos podiam ser menos incisivos, mas vi, no relatório final, a sua competência e o seu trabalho. Quero deixar registrado aqui os meus cumprimentos a vossa excelência, Deputado Ivan.

Também cumprimento o Deputado Fabiano, que é o Sub-Relator, e que sempre com o seu bom humor e com as suas brincadeiras nos alegrava naquelas noites, como disse o Deputado Kennedy Nunes, que íamos até a madrugada no nosso trabalho. Cumprimento o Deputado Milton Hobus, também sempre com a sua experiência, com a sua calma, contribuindo muito para o nosso trabalho. Cumprimento o Deputado Felipe, o mais jovem Deputado da nossa CPI, mas sempre contribuindo muito. Cumprimento o Deputado Kennedy, sempre incisivo, e quero agradecer, viu, Deputado Kennedy, as tuas palavras e nós temos tido a oportunidade de estar juntos, se não me

3830
f.

Página 1306. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

falha a memória você já está no terceiro ou quarto mandato, e sempre tenho tido muito reconhecimento a tua pessoa, ao teu trabalho, e tenho certeza que a recíproca é verdadeira.

Deputado João Amin, eu quero lhe cumprimentar, dar os parabéns pelo seu trabalho. Sempre também tivemos troca de opiniões para fazermos aquilo que era nosso dever e a nossa obrigação. E não posso deixar de cumprimentar todos os servidores da Assembleia Legislativa, todos aqueles que assessoraram os Parlamentares, especialmente o nosso Relator, no trabalho desta CPI, culminando hoje com o encerramento e a apresentação de um relatório que, repito, me orgulha muito. Eu também não posso deixar aqui de agradecer o meu partido, a bancada do meu partido, que me deu a oportunidade de convivermos junto esses três meses.

Dito isso, eu quero deixar aqui registrado, fazer das palavras daqueles que me antecederam as minhas também, mas pensar que nós tínhamos a obrigação e o dever, é a nossa obrigação e o nosso dever esclarecermos todos esses fatos, de nós irmos buscar junto àqueles que foram testemunhas, aqueles que foram identificados, que você pudesse esclarecer à sociedade catarinense, ao povo de Santa Catarina uma compra, que não foi dito por nós, mas dito pelas próprias pessoas do governo do Estado, como uma compra desastrosa. Se nós imaginarmos que os respiradores poderiam estar fazendo falta para algumas pessoas que precisassem de um respirador, como aquilo que nós vimos na pandemia na Itália, onde se chegou, num determinado momento, a escolher as pessoas que tinham mais chance de vida e as que tinham menos por falta de equipamentos. Graças a Deus nós não chegamos a esse ponto aqui no Brasil, nem aqui em Santa Catarina, mas se fosse pela compra desses respiradores nós poderíamos ter chegado a esse ponto.

Quero deixar dito aqui que os Poderes constituídos deverão aproveitar os esclarecimentos que nós fomos buscar, os encaminhamentos que nós estamos dando. Cabe aos Poderes constituídos, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário, fazer o julgamento. Coube a nós fazer a nossa parte de investigar, de buscar as informações, de esclarecer os fatos e de apontar, como estamos apontando no relatório final feito pelo Deputado Ivan Naatz, a conclusão. Nós não temos como julgar nem como condenar ninguém, mas a Justiça haverá de fazer o julgamento e, com certeza, responsabilizar aqueles que criminalmente consumiram do erário do contribuinte R$ 33 milhões. Esses recursos podem fazer falta para sairmos vitoriosos dessa pandemia que nós estamos vivendo.

Por fim, quero deixar aqui o meu agradecimento, mais uma vez, a todos os oito Parlamentares, a todos aqueles que estiveram juntos, aos servidores, e dizer que saio desta CPI, deste dia final de hoje, com a consciência tranquila e com o dever cumprido naquilo que me cabe, de fiscalizar e fazer com que a coisa pública possa ser tratada com respeito e com transparência.

Muito obrigado, obrigado pelo ensinamento que tive por parte desses Parlamentares, obrigado por me terem dado a oportunidade de estarmos juntos. A Justiça há de fazer aquilo que é o direito dela e também a sua obrigação.

Um forte abraço a todos e fico devendo o pinhão, Deputado Kennedy. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima Vieira) – Muito obrigado, Deputado Moacir Sopelsa.

Com a palavra o Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Senhor Presidente, eu vou ser bastante sucinto, mas quero cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos junto com o Deputado Valdir Cobalchini, o Vice-Presidente, o nosso Relator, os colegas Deputados e o Deputado Sopelsa, que está distante, e fazer das palavras do João Amin as minhas ao cumprimentar nominalmente todos os servidores, todas as pessoas que contribuíram para esse grandioso trabalho.

Ouvindo atentamente as falas aqui, Presidente, Deputado Sargento Lima, as falas que vêm do coração, essas são as melhores falas. Um dia um cidadão me disse: Milton, eu não posso ser político, porque não sei falar. Eu disse: só fala o que o teu coração manda. O coração sempre manda falar a verdade.

Então, desde a sinceridade do João, quando começou, até a fala experiente do Deputado Sopelsa, que para nós todos é um grande exemplo de vida pública, digo que todos nós que estamos aqui, hoje, estamos conscientes de que no mesmo sentimento que ouvimos essas falas, Deputado Kennedy, vêm do coração e que são verdadeiras, assim Deputado Ivan Naatz, todos que tiverem

3831

Página 1307. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

acesso a este relatório, desde os órgãos de controle, Judiciário, Ministério Público, imprensa, demais colegas Deputados desta Casa, terão a certeza de que o que está aqui (*mostra documento*) é fruto da mais pura verdade. Todas as conclusões escritas aqui são fundamentadas em documentos nos quais se constatou essa gestão tão temerária que nós vivemos em Santa Catarina.

Quando pensamos em todos os depoimentos que nós vimos e os documentos que colhemos, e você diz assim para o cidadão que nos assiste (*enquanto fala, o Deputado gesticula imaginando a movimentação feita pelos atores*): olha, tinha um atravessador, um atravessador, aquele cidadão Fábio Guasti, que foi recomendado por um Secretário de Estado para acompanhar, que ele chegou ali, no meio de todo mundo da Saúde, disse que arrumava respirador para entregar de imediato, arrumou uma empresa para fazer o processo de importação, que era uma empresa catarinense, que declinou, porque eles pediram propina e ele só queria servir o Estado, que esse mesmo cidadão simplesmente apresentou outra empresa, um papel, um papelzinho, sem um contrato social, sem absolutamente nada, e essa empresa ganha, de manhã até a tarde, um contrato de R$ 33 milhões. Pagam sem averiguar, sem qualquer análise, mesmo sendo o próprio Governador orientado pelo Presidente do Tribunal de Contas que não pagasse ou, se pagasse, que pedisse as garantias antes de o pagamento ser feito – e todos esses agentes públicos disseram aqui nesta CPI que não sabiam de nada. [*Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O Governador só ficou sabendo dia 22 de abril, o Secretário da Saúde só ficou sabendo no dia 15 de abril. E eles praticaram esses atos ditos aqui e comprovados com os vídeos, com os minutos das falas do Governador e do Secretário da Saúde, em que eles falavam sobre os respiradores, sobre os pagamentos, sobre a expectativa de receber essa compra que até hoje nunca chegou. Gestão temerária e fraudulenta.

O que nós esperamos agora, depois de cada um de nós, os nove Deputados aqui, termos cumprido o nosso dever de fiscalizadores do Estado? Esperamos que as autoridades competentes façam a sua parte, com todos os elementos que foram aqui levantados e mais todo o trabalho da força-tarefa, e que esta Casa Legislativa, com os demais 31 Deputados, Deputado Felipe Estevão, faça também a sua parte, porque a conclusão do Relator solicitando o encaminhamento e averiguação da Procuradoria desta Casa para a abertura de mais um processo de *impeachment* é justo, é verdadeiro e esta Casa não pode se omitir em votá-lo

Essa é minha conclusão, senhor Presidente, parabenizando todos os Colegas pelo trabalho, principalmente pela verdade, pela seriedade e pela forma como cada um conduziu o seu trabalho.

Muito obrigado e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muitíssimo obrigado pelas palavras, Deputado Milton Hobus.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito bem, senhor Presidente.

Estamos chegando ao final de uma missão. Eu lembro dos primeiros encontros, quando eu fiz uma citação falando que o dinheiro público era um dinheiro maldito para quem desvia, principalmente dinheiro da Saúde. Quando iniciei o mandato, visitei alguns hospitais, como o Hospital do Câncer, a Casa Guido, lá em Criciúma. Lá eu olhei as crianças, e lembro de um menino que chegou com câncer em metástase e disse: titio, titio, me empurra. Aí ele subiu com aquele soro nas rodinhas e eu o empurrei. E aí eu estava num dia intenso de agenda, até reclamando. Eu disse: meu Deus - quando saí e o sol aqueceu a minha pele - eu tenho saúde. O maior bem de um ser humano é ter saúde. Agradeci a Deus e fiquei com aquilo no meu coração.

E daí naquele momento a gente inicia a CPI. Eu fiz essa analogia e disse: olha, dinheiro público é um dinheiro maldito. E a Lei da Semeadura é livre, mas a colheita é obrigatória. É um dinheiro que o câncer vai levar, que uma crise financeira vai levar, que um acidente vai levar. Naquele momento nós estávamos muito... era difícil ser responsável e até equilibrar o emocional, porque eram R$ 33 milhões no ápice de uma das maiores crises mundiais já vista na Saúde, uma epidemia tremenda. E aí a gente ficava enraivecido, eram R$ 33 milhões que se esvaíram dos cofres públicos numa compra fraudulenta numa empresa... ou seja, na cara dura, um esquema de uma compra fraudulenta, corrupção.

3832

Página 1308. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Então, naquele momento o grande desafio era termos responsabilidade para não ser um tribunal da inquisição, não trabalhar com o fígado. E nós iniciamos aquele trabalho, todos tínhamos os desafios. Eu lembro claramente do dia quando o Sargento Lima, nosso amigo Deputado Sargento Lima, iniciou comandando a sua primeira sessão ali na CPI, pedindo auxílio dos advogados, dos Parlamentares quando um requerimento que o Deputado João Amin, às vezes... porque estávamos realmente com os ânimos à flor da pele, queríamos dar celeridade no processo e queríamos ver a coisa acontecer.

Então, nessa caminhada eu acho que todos nós tivemos equilíbrio emocional e responsabilidade para fazer com que a coisa fluísse de maneira que a população dissesse: olha, não terminou em pizza. Os responsáveis foram apurados, os fatos foram trazidos à tona, o que estava oculto, obscuro veio à tona. Eu acho que o momento fundamental foi quando teve aquela acareação, estava o Douglas, a Márcia, o Helton, que teve aquela acareação, não sei qual é o termo certo, Deputado João, mas naquele momento eram 4.800 catarinenses, às três horas da manhã, assistindo, e eu já vou chegar lá, olha a audiência que teve, como o povo estava atento a isso, era importante e a gente viu a evolução de cada Parlamentar.

A CPI, bem dizia o Deputado Kennedy, tinha uma missão política, porque eu nunca vi, Deputado Milton, apesar de jovem e experiente, mas a gente acompanhava, mesmo que aos pouquinhos, quando tinha algum processo semelhante, ficava oculto, em segredo de Justiça, e a população, eu pelo menos, nunca pôde acompanhar, através das redes sociais também, de WhatsApp, Instagram, Facebook, as transmissões de maneira tão clara. As pessoas acompanharam. E aí todos aqueles relatórios que estavam lá com o Gaeco e com o Ministério Público vinham pra cá.

Então eles acompanharam o passo a passo, e aí o Relator foi muito feliz, porque a cronologia era exata e era confrontado quem mentia, quem omitia e quem tentava mascarar, não dava para enrolar, porque daí todos os nove membros vinham precisos. Um ponto que um esquecia, o outro pegava, e aí os nove Parlamentares, com responsabilidade, foram conduzindo esse processo. E aí eu parabenizo a população catarinense, que não está mais apenas sendo politiqueira, o povo está abrindo a sua mente, se expandindo, e acompanhava.

O povo está politizado, acompanhando cada fato, cada fato novo que chegava, acareação, e as pessoas comentavam nas ruas: oh, fulano, cicrano. Estavam acompanhando, mostrando que o povo catarinense está de parabéns, porque está politizado, acompanhando passo a passo, cobrando, acompanhando a postura dos Parlamentares. Até aos excessos eles tinham críticas construtivas, aquilo que a gente, de repente, afrouxava um pouco, também era cobrado. Então eu parabenizo a população catarinense, que mostra qual é o maior resultado e fruto disso: que a vida, para quem gosta de surrupiar dinheiro público, de ter vida fácil levando vantagem aqui e acolá, os dias estão contados, a Justiça está aí. Mostra que é um novo tempo se estabelecendo, há uma revolução que começa na população.

Então, parabenizo os catarinenses, tivemos recordes, talvez o máximo, não sei se há dados anteriores, mas pelo menos quando falava de política era algo chato, maçante, as pessoas não queriam acompanhar. Tinha certeza que a CPI, em muitos episódios teve mais audiência que alguns canais lá do Netflix. O pessoal acompanhava em massa e quem não conseguiu acompanhar, isso eu falei, eram 4.800 de madrugada, fora os canais que daí retransmitiam nas páginas. E no outro dia, tenho certeza que se você olhar lá foi um alcance muito significativo. Uma população presente que disse: se tem crime, tem que ter punição.

O relatório preciso, tenho certeza que a Justiça tem um material amplo ligando fatos, dias e horas dentro de uma cronologia muito exata. Então, eu sinto orgulho. Foi a primeira vez, claro, meu primeiro mandato, eu fiquei orgulhoso, e aqui eu cito os Parlamentares que estão de parabéns. Eu tenho os Deputados como um time coeso, unido, sempre muito bem sincronizado. Divergíamos em um ponto ou outro, eu já estava até achando engraçado, mas, enfim, equilibra às vezes o Lima, ou o Naatz, ou o Amin, que às vezes tinham uma posição divergente, mas conseguiam dialogar e convergiam para o resultado final que, claro, era dar uma resposta à população e não deixar terminar em pizza a CPI.

Página 1309. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

3853

Eu tenho certeza de que a gente termina orgulhoso com a evolução de cada Parlamentar, todos nós aprendemos, crescemos; eu, em especial, como Parlamentar mais jovem, muito aprendi e muito cresci. E cada Deputado aqui tinha um traço peculiar, uma forma, seja no verbalizar, seja no posicionamento.

Começo com o Lima, que teve uma evolução, uma ascendência tremenda na postura, no equilíbrio. Eu lhe vi hoje conduzindo e lembrei daquele dia em que o senhor iniciou, a calma, a tranquilidade. Eu me lembro de alguns entrevistados que eram petulantes, audaciosos e desrespeitosos com o Parlamento, que sentavam na cadeira como se fosse o inverso, como se nós estivéssemos ali, queriam fazer pergunta, até numa hora para o Relator. Vocês lembram de alguns episódios, e eu vi a tua calma, Deputado Lima, em conduzir com seriedade, com uma batuta de ferro, com mãos de ferro. Então, parabéns pela evolução.

Deputado Cobalchini, já muito experiente, com a fala serena, tranqüila – e eu sempre muito ligado no 220 e o Cobalchini vinha sereno, calmo. Poxa, eu tenho que aprender a falar mais equilibrado.

Bem, o Deputado Ivan Naatz foi preciso, ele chegava com um calhamaço de papel e eu pensava: Jesus, onde é que o homem está arrumando tempo para ler todos esses relatórios, fez um grande trabalho. Parabéns, Ivan, cresceu no meu conceito, tem meu respeito e admiração. Deputado João, sanguíneo, enérgico, mas uma pessoa muito comprometida com a verdade, tem meu respeito. O Deputado Fabiano da Luz tem aquele jeito; o Fabiano trazia, às vezes, uma suavidade, às vezes, antes da... eram momentos tensos. Eu, pelo menos, sentava naquela cadeira, muitas das vezes com a pressão de uma população que me cobrava: olha, eu quero ver isso! E o povo queria nos ver posicionando firmes, e o Fabiano dava aquele toque, aquela suavizada. Às vezes, brincava com o Cobalchini, às vezes trazia um clima de harmonia, mas muito preciso também quando tinha que ser.

O Deputado Milton Hobus também traz essa fala experiente, a gente olha e sente segurança nas falas, muito técnico também, apurando fatos. Aprendi muito olhando o papel do Deputado Milton Hobus. O Deputado Kennedy Nunes tem essa oratória, uma eloquência, uma retórica. Ele botava os óculos e tirava os óculos (*ri*). Eu tenho certeza que qualquer indivíduo que sentou nesta CPI certamente tremeu com os questionamentos incisivos do Deputado Kennedy. E eu lembro de um dia em que eu fiquei assim, aprendi muito com a sua forma de interagir e de conduzir, calmo, tranquilo, mas vinha como uma espada de dois gumes, que penetra até a divisão da alma e espírito, como diz aquele texto.

E para finalizar, o nosso experiente Sopelsa. E às vezes a hora avançava, meia-noite, uma, duas, três, quatro da manhã e eu olhava os olhos do Sopelsa, às vezes inchados de sono, e ele ali firme como um bom soldado.

Então, senhores, certamente esse momento que nós passamos representando os sete milhões de catarinenses vai ficar eternizado na minha memória, Lima. Tenho certeza que nós, Deputados de primeiro mandato, que esse furacão que viveu Santa Catarina ficará eternizado na nossa memória. Eu vou ficar velhinho, mas eu vou lembrar desse momento que vivemos e que foi de grande experiência, de grande valia.

Eu estou Deputado, não sou Deputado, sei que chegará um dia que eu darei adeus ao Parlamento e a essas cadeiras, mas enquanto aqui estou vou guardar como uma lembrança muito especial este momento que fomos uma voz do povo catarinense, que não aguentava mais, em um momento de impunidade, acho que viram os Deputados firmes e ao mesmo tempo orgulhosos desta trajetória que vivemos aqui.

Senhores, eu até prometi ser sucinto, fiz apenas alguns rabiscos aqui para agradecer cada Parlamentar, eu acho que o relatório é muito técnico, muito preciso, parabenizo toda a equipe. Tenho certeza que está nas mãos da Justiça; que o povo catarinense, que por aqui acompanhou esta saga, eu acho que se fez aqui justiça, através dos Parlamentares, que confrontaram, que foram precisos, comprometidos com a verdade e hoje está aí o relatório de 118 páginas, se não me falha a memória, muito preciso narrando detalhe a detalhe.

Que Deus abençoe o Estado catarinense, que a justiça seja feita e que nós possamos continuar. Fica o recado, a CPI deixou um recado, que não tem mais espaço para a corrupção em

Página 1310. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

Santa Catarina, para compras fraudulentas, para esquemas, porque o novo tempo se estabeleceu no Estado catarinense, que uma nova geração se levantou. Não há velha política ou nova, mas boa ou má. E a boa política diz não às velhas práticas fraudulentas. E a gente, com a graça de Deus, profetiza esse novo tempo sendo estabelecido pelo Estado catarinense, prosseguindo firme e forte nos trabalhos para construirmos a Santa Catarina que a gente merece. [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Só finalizo deixando uma palavra de otimismo: que o catarinense não desanime, 2020 talvez tenha sido um dos mais difíceis na história de Santa Catarina. Eu viajei no meio-oeste agora, na região do Fabiano, dos Deputados do oeste, e o furacão que atingiu a região novamente, vi a destruição num ano de crise política, de crise econômica, de crise na saúde, de crise com os furacões, mas, mesmo assim, Santa Catarina tem um povo que deve permanecer unido e, certamente, nós vamos superar e continuar firmes e fortes combatendo esse bom combate até acabar a nossa carreira.

Muito obrigado, senhores, e tenham todos uma boa-noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Felipe Estevão, pelas palavras.

Deputado Ivan Naatz, vossa excelência está com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhores Deputados, eu quero fazer das palavras do Deputado João Amin as minhas para enaltecer o trabalho da CPI, reconhecer o trabalho de cada servidor público, e fazer algumas ponderações.

Quando comecei a CPI, quando eu a desenhei no papel, nós tínhamos um compromisso de terminá-la em sessenta dias, né... noventa dias. Nós tínhamos que terminá-la até a primeira semana de agosto. Foi esse o nosso compromisso. Eu desenhei a CPI junto com o Deputado Sargento Lima não só para que nós compreendêssemos o que aconteceu, mas para que a sociedade compreendesse o que aconteceu; que nós pudéssemos narrar a história para que a gente estivesse dentro do processo, a sociedade estivesse dentro do processo e a imprensa pudesse compartilhar os fatos, para que toda Santa Catarina estivesse passo a passo junto conosco na compreensão dos fatos.

E estou muito feliz que nós conseguimos esse intento, nós conseguimos fazer com que os catarinenses compreendessem tudo o que aconteceu; tudo o que aconteceu os catarinenses sabem. Vocês estão presenciando isso quando conversam com pessoas que narram a CPI; eu presencio quando as pessoas narram a CPI para mim. Então, a gente conseguiu isso.

Nós conseguimos também a unidade entre nós, nós trabalhamos unidos, trabalhamos coesos, nós construímos sempre a unidade, sempre, e isso permitiu que o relatório fosse construído a nove mãos e, por isso, a gente recebe esses elogios, porque todos contribuímos, todos trabalhamos para que isso fosse apontado, para que esse livro fosse escrito na forma que ele é apresentado para Santa Catarina.

Eu tinha uma preocupação muito grande de nós... eu sabia que esse processo seria um dos primeiros a ser publicizado, porque é a primeiras CPI que a gente vive, Deputado Milton Hobus, a comunicação direta através das redes sociais, WhatsApp. Então, eu sabia que esse relatório ia chegar às mãos de muita gente, do simples cidadão até o Desembargador; do servidor público mais simples até um auditor, a um Procurador; então nós tínhamos que fazer algo que efetivamente colocasse o padrão Assembleia Legislativa para os catarinenses. E conseguimos também. Então, nós buscamos a unidade e conseguimos; nós construímos a nove mãos e conseguimos; nós conseguimos cumprir um prazo recorde. Não houve caça às bruxas, Deputado João Amin, como falaram que ia ter, não houve caça às bruxas; não foi um circo - alguns escreveram dizendo que era um circo -, não foi um circo; e não foi um desperdício - alguns disseram que ia ser um desperdício e não foi -; não terminou em pizza; e terminou no padrão Assembleia Legislativa de Santa Catarina, terminou no nosso padrão, terminou no padrão elite, no máximo padrão que poderia ser entregue aos catarinenses. Eu digo: terminou no padrão Assembleia!

Uma coisa que me deixa triste, Deputado Kennedy Nunes, o senhor quer prender e eu queria que aquelas pessoas tivessem continuado presas, tivessem continuado presas, porque aquelas que foram presas foram soltas. Então, significa que o Poder Judiciário tem que fazer a parte dele, a

3835

Página 1311. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

legislação tem que mudar! O crime de corrupção continua sendo um crime que compensa! É um crime de peso! As pessoas pensam: não, se eu for pego, o que vai acontecer? Qual é a chance de eu me salvar? Vale à pena? É um crime de valia. O crime de corrupção é um crime de valia! A pessoa faz um peso: quanto dinheiro tem em jogo, qual é a chance de eu ser pego, e se eu for pego, o que vai acontecer? Crime de valia! E esse crime de valia continua, lamentavelmente, pelo que a gente vê com essas pessoas soltas, valendo à pena.

Um outro fato característico da nossa CPI foi que nós estamos lutando pelo nosso próprio dinheiro, né, porque os R$ 20 milhões que estão faltando são os R$ 20 milhões que a Assembleia Legislativa deu para o governo melhorar a vida dos catarinenses. Então, é outra característica.

Nós terminamos a CPI em tempo recorde. Acho que nós precisamos implementar no serviço público aquilo que eu disse para vocês quando a gente construiu o relatório preliminar: a eficiência. Na iniciativa privada, a eficiência é fundamental, Deputado Milton Hobus, vossa excelência que é empresário. Eu também lá nas minhas empresas tenho que ser eficiente, coisa que não acontece no serviço público; a eficiência está sempre a largo, a eficiência não faz parte do serviço público. E quando a gente começar a exigir a eficiência no serviço público que a gente exige na iniciativa privada, a gente vai resolver os grandes problemas deste país. Então, nós temos que punir pela falta de eficiência, sempre que possível punir pela falta de eficiência.

Então, eu quero agradecer fortemente a oportunidade que vocês me deram, Sargento Lima, Deputado Cobalchini, todos os Deputados; destaco vocês neste momento ímpar de Santa Catarina. Muito obrigado pela confiança, obrigado pelas palavras. Eu disse que nós não iríamos decepcionar os catarinenses e, de fato, não decepcionamos. A nossa amizade está fortalecida e o nosso compromisso com Santa Catarina ainda mais fortalecido de melhorar a vida dos catarinenses e de combater essa pandemia, que é a corrupção.

E, para finalizar, eu quero agradecer do fundo do meu coração ao doutor Alex de Jesus pelo trabalho, pela ajuda, pela compreensão, pelas horas de trabalho; à doutora Silvia Batistello que foi o baluarte da construção desse relatório, que compreendeu muito bem as instruções que recebeu; ao jornalista Carlos Melo, que foi dele a maior publicização das nossas informações; ao Maurício de Freitas, que é o "espalha-conteúdo" - parabéns; e ao Raffael do Prado lá do gabinete, que permitiu construir tudo isso; principalmente à Assembleia Legislativa; a todos os seus servidores; à imprensa da Assembleia. Também um agradecimento especial, senhores Deputados, à imprensa, principalmente ao pessoal da TV, dos jornais, dos *blogs* que cobriram diariamente a CPI, publicaram, mostraram as pessoas na TV, deram cobertura integral à CPI.

Enfim, cumprimos a nossa parte e a cumprimos bem; agora, resta ao Poder Judiciário fazer a parte dele. Muito obrigado, muito obrigado de coração por terem me permitido viver este momento ímpar de Santa Catarina, fazendo esse trabalho extraordinário para cada um dos catarinenses. Obrigado a cada um dos senhores por um trabalho a nove mãos, né, que resultou nisso que eu tenho certeza será elogiado por todos os catarinenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado.

Senhores, os meus agradecimentos são direcionados desde a sentinela avançada que nós temos lá na nossa guarita até o nosso presidente Julio Garcia; todos desta Casa são merecedores dos mais sinceros elogios e dos meus agradecimentos. Quero agradecer a cada um desses oito Deputados, podem ter absoluta certeza de que eu tenho uma dívida de gratidão muito grande com cada um dos senhores. E eu peço a Deus também que me dê a oportunidade de um dia poder retribuir à altura o companheirismo que todos mostraram para com este Presidente, pois diante da minha pouca experiência, né, tive que contar muito com a ajuda de todos vocês, com os sábios conselhos de todos e a forma carinhosa com que me trataram.

Esta CPI chega ao final e a gente lança um aviso para todo o território nacional; para todo o Brasil nós mandamos um aviso, não é só para Santa Catarina; é para cada um desses piratas, desses saqueadores, desses aproveitadores: eu tenho a mais absoluta certeza que não encontrarão solo fértil em Santa Catarina, que cada vez que se manifestarem e quiserem avançar contra as nossas lavouras, podem ter a mais absoluta certeza que quarenta homens e mulheres se levantarão de pronto para

Página 1312. Versão eletrônica do processo RQC/0002.0/2020.
IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

3836

combatê-los; quarenta Deputados se levantarão aqui. Não façam esses nove se levantarem novamente; nós já demos aqui na tarde de hoje, na noite de hoje, a prova do porquê estamos aqui nesta Casa. Espero que daqui para frente a Justiça faça a sua parte, e tenho absoluta certeza disso, confio nela, caso contrário eu não estaria aqui.

Esses agradecimentos são sinceros e faço desses agradecimentos o meu encaminhamento de voto.

Então, passamos à votação.

Pergunto aos Deputados se alguém mais quer discutir o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem o queira discutir, colocamos em votação.

Aprovado por unanimidade. (*Palmas.*)

Senhores, logo após o encerramento desta reunião, eu gostaria que nos posicionássemos embaixo daquela tela para uma fotografia e que a nossa assessoria conseguisse colocar o Deputado Sopelsa que está nos assistindo de forma remota no telão.

Assim sendo, nada mais havendo a tratar, encerramos esta reunião. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição e revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

Deputado Estadual Sargento Lima
Presidente

Deputado Estadual Ivan Naatz
Relator

Deputado Estadual Valdir Cobalchini
Vice-Presidente

Deputado Estadual Fabiano da Luz
Relator-Adjunto

Deputado Estadual Felipe Estevão

Deputado Estadual João Amin

Deputado Estadual Kennedy Nunes

Deputado Estadual Milton Hobus

Deputado Estadual Moacir Sopelsa